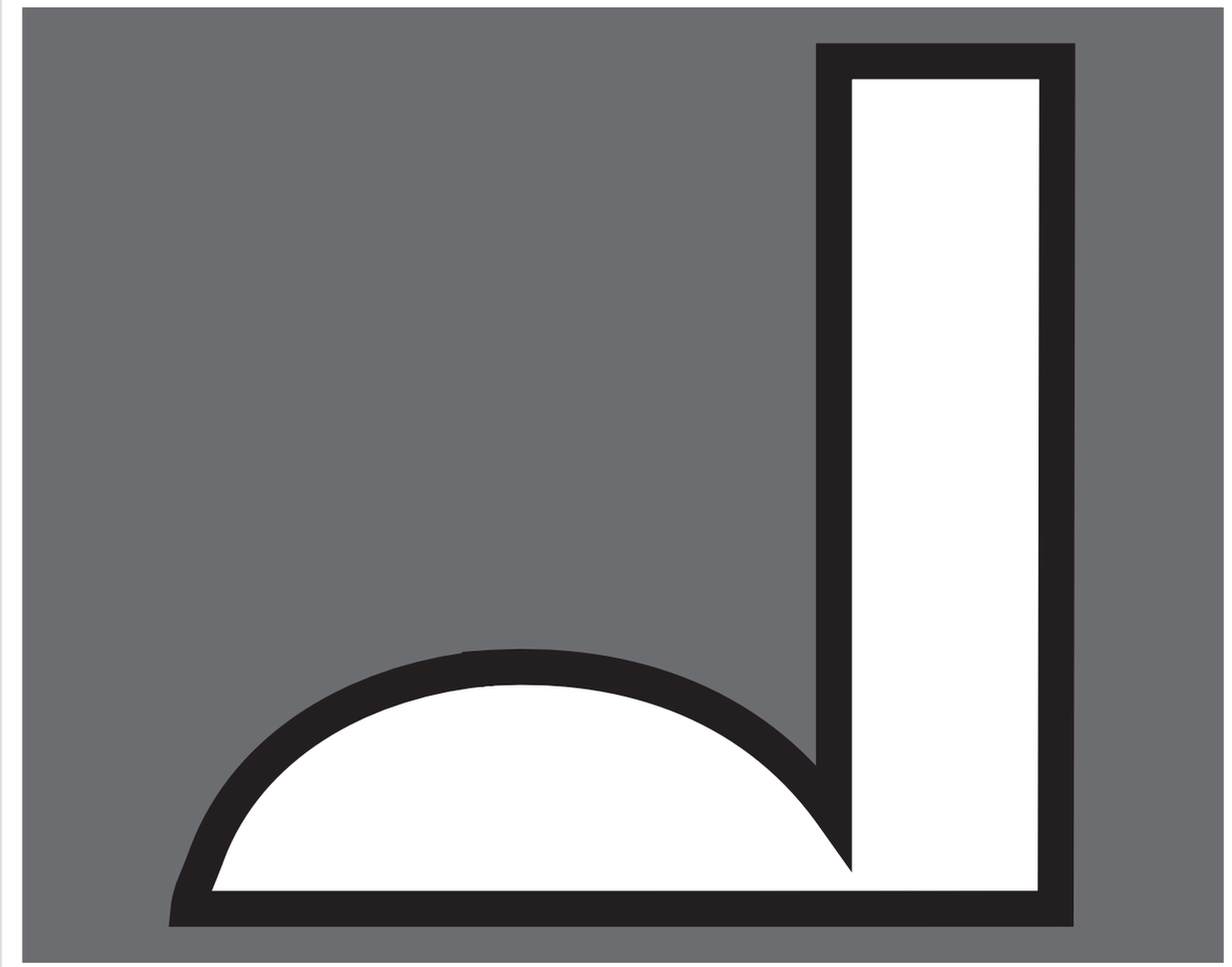
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

Resenha Mensal (art. 269, II, do RISF)
(período de 1º a 31 de outubro de 2008)
e
Atas de Comissões Permanentes

ANO LXIII - SUP. AO Nº 178 - TERÇA-FEIRA, 4 DE NOVEMBRO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2)
1º VICE-PRESIDENTE
Tião Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Alvaro Dias - (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO
Efraim Morais - (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO
Gerson Camata - (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO
César Borges - (PR-BA) (1)
4º SECRETÁRIO
Magno Malta - (PR-ES)

Suplentes de Secretário
1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP)
2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)
3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS

Maioria
(PMDB) - 21

Líder
Valdir Raupp - PMDB

.....

Líder do PMDB - 21

Valdir Raupp

Vice-Líderes do PMDB
Almeida Lima
Valter Pereira
Gilvam Borges
Leomar Quintanilha
Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira

Bloco de Apoio ao Governo
(PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21

Líder
Ideli Salvatti - PT

Vice-Líderes
João Ribeiro
Renato Casagrande
Inácio Arruda
Marcelo Crivella
Francisco Dornelles

.....

Líder do PT - 12

Ideli Salvatti

Vice-Líderes do PT
Eduardo Suplicy
Fátima Cleide
Flávio Arns

Líder do PR - 4

João Ribeiro

Vice-Líder do PR
Expedito Júnior

Líder do PSB - 2

Renato Casagrande

Vice-Líder do PSB
Antonio Carlos Valadares

Líder do PC DO B - 1

Inácio Arruda

Líder do PP - 1

Francisco Dornelles

Líder do PRB - 1

Marcelo Crivella

Bloco Parlamentar da Minoria
(DEM/PSDB) - 25

Líder
Mário Couto - PSDB

Vice-Líderes
Heráclito Fortes
Flexa Ribeiro
Demóstenes Torres
Eduardo Azeredo
Adelmir Santana
João Tenório
Kátia Abreu (1)
Papaléo Paes

.....

Líder do DEM - 12

José Agripino

Vice-Líder do DEM
Kátia Abreu
Jayme Campos
Antonio Carlos Júnior(1)
Maria do Carmo Alves(2)

Líder do PSDB - 13

Arthur Virgílio

Vice-Líderes do PSDB
Marconi Perillo
Alvaro Dias
Marisa Serrano
Cícero Lucena

PTB - 7

Líder
Epitácio Cafeteira - PTB

Vice-Líder
Sérgio Zambiasi

PDT - 5

Líder
Osmar Dias - PDT

Vice-Líder
Patrícia Saboya

PSOL - 1

Líder
José Nery - PSOL

Governo

Líder
Romero Jucá - PMDB

Vice-Líderes
Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares
João Pedro
Gim Argello

1. Em 07.07.2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Vice-Líder do DEM, em substituição ao Senador Raimuno Colombo (OF Nº 068/08-GLDEM).
2. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009.

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral do Senado Federal
Júlio Werner Pedrosa
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Cláudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – Resenha Mensal (período de 1º a 31 de outubro de 2008) 6

1.2 – Atas de Comissões

1.2.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL. 118

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL. 132

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL. 149

ATA DA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL. 166

ATA DA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E 5ª DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA, EM CONJUNTO, EM 12 DE MARÇO DE 2008, ÀS 9:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL. 168

ATA DA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL. 186

1.2.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 05 DE MARÇO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS. 208

ATA DA QUARTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS. 225

ATA DA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS. 236

ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS CONJUNTA COM A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 13 DE OUTUBRO DE 2008, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS. 247

ATA DA VIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 15 DE OUTUBRO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS. 292

1.2.2.1 – Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento E Defesa Da Saúde – CASSAUDE

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE MARÇO DE 2008, TERÇA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS. 301

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 12:00 HORAS..... 306

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 09 DE OUTUBRO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS..... 310

1.2.3 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte–CE

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE FEVEREIRO DE 2008..... 313

1.2.4 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

ATA DA 27ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 2008, ÀS 11:30 HORAS. 324

ATA DA 28ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2008, ÀS 11:30 HORAS. 329

1.2.4.1 Subcomissão Temporária para Participar e Acompanhar as Atividades do Fórum das Águas das Américas e do Fórum Mundial da Água– CMAFAAFMA

ATA DA 5ª REUNIÃO, DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PARTICIPAR E ACOMPANHAR AS ATIVIDADES DO FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E DO FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 11:00 HORAS. 344

1.2.5 – Comissão De Relações Exteriores E Defesa Nacional – CRE

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 7 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 10 HORAS. 347

ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 20 DE AGOSTO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS. 375

1.2.6 – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2008, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA - ANEXO II..... 392

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE JULHO DE 2008, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO DA COMISSÃO, SALA 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II. 398

ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE JULHO DE 2008, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO DA COMISSÃO, SALA 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II. 422

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2008, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO DA COMISSÃO, SALA 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II..... 460

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO DA COMISSÃO, SALA 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II..... 487

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO DA COMISSÃO, SALA 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II..... 518

ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO DA COMISSÃO, SALA 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II..... 534

1.2.7 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA

ATA DA 4ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 5 DE MARÇO DE 2008..... 545

ATA DA 16ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE JULHO DE 2008..... 578
ATA DA 17ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2008..... 602
ATA DA 18ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2008..... 627
ATA DA 19ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE SETEMBRO DE 2008..... 639
ATA DA 20ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E 5ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 8 DE OUTUBRO DE 2008. 667
ATA DA 21ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2008..... 709

1.2.7.1 – Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis – CRABIO

ATA DA 4ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS, 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, E 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 14 DE MAIO DE 2008. 714
ATA DA 5ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS E 20ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 8 DE OUTUBRO DE 2008. 743

1.2.8 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT

ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2008 784
ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2008..... 808

2 – ENCERRAMENTO

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª Sessão Legislativa Ordinária da
53ª Legislatura -2008

Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
(Período de 1º a 31/10/2008)

A - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

I – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À SANÇÃO

De iniciativa do Senado Federal	1
De iniciativa da Câmara dos Deputados	5
De iniciativa do Superior Tribunal de Justiça	1
Total	**7**

Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2005 (nº 4.827/2001, na Casa de origem), de autoria do Deputado Gonzaga Patriota, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Musicoterapeuta.

Sessão: 07.10.2008

Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), de autoria do Deputado Eduardo Barbosa, que institui o Dia Nacional dos Surdos.

Sessão: 08.10.2008

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), de autoria do Deputado Nazareno Fonteles, que institui o Dia Nacional do Vaqueiro.

Sessão: 08.10.2008

Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 2008 (nº 284/2007, na Casa de origem), de autoria do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a composição e a competência do Conselho da Justiça Federal, revoga a Lei nº 8.472, de 14 de outubro de 1992, e dá outras providências.

Sessão: 08.10.2008

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), de autoria do Senador Álvaro Dias, que altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.

Sessão: 14.10.2008

Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), de autoria do Deputado Jamil Murad, que dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.

Sessão: 14.10.2008

Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), de autoria da Deputada Sandra Rosado, que acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).

Sessão: 14.10.2008

II – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS

De iniciativa do Senado Federal	11
De iniciativa da Câmara dos Deputados	2
Total	**13**

II.1 - Projetos de Lei do Senado aprovados pelo Plenário

Total	3

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que altera a redação do § 1º do artigo 6º da Lei nº 9069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral.

Sessão: 08.10.2008

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 459, de 2007, de autoria do Senador Gim Argello, que autoriza a criação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Distrito Federal - CEFET/DF.

Sessão: 13.10.2008

Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002 - Complementar, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que regulamenta o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios e dá outras providências (art. 18, § 4º da Constituição Federal).

Sessão: 15.10.2008

II.2 - Projetos de Lei do Senado aprovados por Comissão

Total..... 4

Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2007, de autoria do Senador Papaléo Paes , que altera o caput do art. 53 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para substituir a expressão "fins não econômicos" por "fins lucrativos".

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 24.10.2008

Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2004, de autoria do Senador Gerson Camata, que altera os arts. 5º, 8º, 9º e 10 da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para dispor sobre o período mínimo da medida cautelar interdição e, também, prever novas hipóteses de aplicação das penalidades de suspensão temporária, cancelamento de registro e revogação de autorização para exercício das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis.

(Decisão terminativa do Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 28.10.2008

Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 425, de 2007), que inscreve o nome de Ana Maria de Jesus Ribeiro, no Livro dos Heróis da Pátria.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 28.10.2008

Projeto de Lei do Senado nº 339, de 2007, de autoria do Senador Papaleo Paes, que acrescenta dispositivo à Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre pessoas portadoras de deficiência, para incluir as anormalidades decorrentes da visão monocular entre as que caracterizam a deficiência visual.

(Decisão terminativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

Sessão: 28.10.2008

II.3 – Emendas do Senado a Projetos de Lei da Câmara

Total..... 2

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/1995, na Casa de origem)**,** de autoria da Deputada Maria Elvira, que institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidades de Sustento da Família.

Sessão: 08.10.2008

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2007 (nº 5.800/2005, na Casa de origem)**,** de autoria do Deputado Manoel Salviano, que altera a Medida Provisória nº 2.190-34, de 23 de agosto de 2001, que altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Sessão: 08.10.2008

II.4 - Projetos de Decreto Legislativo aprovados pelo Plenário

Total..... 4

Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.

Sessão: 07.10.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 2008, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, que aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2008.

Sessão: 07.10.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2008, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, que aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2008.

Sessão: 07.10.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 2008, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, que aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2008.

Sessão: 07.10.2008

III - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO

III.1 - Projetos de Resolução do Senado aprovados pelo Plenário

Total 4

Projeto de Resolução nº 52, de 2008, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Município de Uruguaiana (RS) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US$ 6,830,000.00 (seis milhões e oitocentos e trinta mil dólares dos Estados Unidos da América).

Sessão: 07.10.2008

Projeto de Resolução nº 53, de 2008, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Estado do Tocantins a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Mediocredito Centrale S.p.A. (MCC), no valor de até US$ 175,410,000.00 (cento e setenta e cinco milhões e quatrocentos e dez mil dólares dos Estados Unidos da América).

Sessão: 07.10.2008

Projeto de Resolução nº 31, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que institui o Prêmio Senado Federal de História do Brasil.

Sessão: 08.10.2008

Projeto de Resolução nº 1, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que dá o nome de Arquivo Cora Coralina ao Arquivo do Senado Federal.

Sessão: 14.10.2008

IV – ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA

Total 5

Parecer nº 987, de 2008, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre a Mensagem nº 175, de 2008 (nº 672/2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a indicação do Senhor Dirceu Brás Aparecido Barbano para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

Sessão: 08.10.2008

Parecer nº 1.028, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 172, de 2008 (nº 626/2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a indicação do Senhor César Costa Alves de Mattos para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça.

Sessão: 08.10.2008

Parecer nº 1.029, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 181, de 2008 (nº 683/2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a indicação do Senhor Eliseu Martins para, em complementação ao mandato do Senhor Durval José Soledade Santos, exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Sessão: 08.10.2008

Parecer nº 1.083, de 2008, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 201, de 2008 (nº 746, de 2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a indicação do Senhor Allan Kardec Duailibe Barros Filho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Sessão: 29.10.2008

Parecer nº 1.084, de 2008, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 202, de 2008 (nº 751, de 2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal o nome da Senhora Magda Maria de Regina Chambriard, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Sessão: 29.10.2008

V – ESCOLHA DE AUTORIDADES

Total 5

Parecer nº 987, de 2008, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre a Mensagem nº 175, de 2008 (nº 672/2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a indicação do Senhor Dirceu Brás Aparecido Barbano para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

Sessão: 08.10.2008

Parecer nº 1.028, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 172, de 2008 (nº 626/2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a indicação do Senhor César Costa Alves de Mattos para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça.

Sessão: 08.10.2008

Parecer nº 1.029, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 181, de 2008 (nº 683/2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a indicação do Senhor Eliseu Martins para, em complementação ao mandato do Senhor Durval José Soledade Santos, exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Sessão: 08.10.2008

Parecer nº 1.083, de 2008, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 201, de 2008 (nº 746, de 2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a indicação do Senhor Allan Kardec Duailibe Barros Filho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Sessão: 29.10.2008

Parecer nº 1.084, de 2008, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 202, de 2008 (nº 751, de 2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal o nome da Senhora Magda Maria de Regina Chambriard, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Sessão: 29.10.2008

VI – REQUERIMENTOS DE HOMENAGEM DE PESAR

Total 1

Requerimento nº 1.161, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do inciso II, art. 218, do Regimento Interno, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, aos 73 anos, da senhora Dircéa Corrêa Petrelli.

Sessão: 07.10.2008

VII – REQUERIMENTOS DE SESSÕES ESPECIAIS E HOMENAGENS NO PERÍODO DO EXPEDIENTE

Total 6

Requerimento nº 1.142, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, solicitando alteração da data da Sessão Especial em homenagem ao Dia da Criança, que aconteceria no dia 10 de outubro, para o dia 15 do mesmo mês, e que a referida sessão seja em conjunto com a sessão de homenagem ao Dia do Professor, conforme Requerimento nº 153, de 2008, pendente de aprovação.

Sessão: 07.10.2008

Requerimento nº 1.179, de 2008, de autoria do Senador Valdir Raupp, solicitando, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 21 de outubro de 2008, destinada a homenagear o Dia da Força Aérea Brasileira e do Aviador.

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 747, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando, na forma do disposto no art. 160, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Período do Expediente de sessão ordinária do Senado Federal seja destinado a assinalar a passagem do 400º aniversário de nascimento do Padre Antonio Vieira, aditado pelo **Requerimento nº 1.230, de 2008**, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando que o Período do Expediente da sessão do dia 4 de novembro próximo seja dedicado a homenagear o quadringentésimo aniversário de nascimento do Padre Antonio Vieira.

Sessão: 16.10.2008

Requerimento nº 1.212, de 2008, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, solicitando, nos termos regimentais, que o período do expediente da Sessão Deliberativa do dia 02 de dezembro de 2008 seja dedicado à abertura da IV Semana do Senado Federal de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência.

Sessão: 16.10.2008

Requerimento nº 1.171, de 2008, de autoria do Senador Marconi Perillo e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 199, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, às 10 horas do dia 25 de novembro de 2008, destinada a homenagear os 10 anos de atuação da Confederação Nacional dos Jovens Empresários - CONAJE. Aditado pelo **Requerimento nº 1.314, de 2008,** de autoria do Senador Marconi Perillo e outros Senhores Senadores, solicitando que a sessão seja realizada no Período do Expediente na mesma data.

Sessão: 29.10.2008

Requerimento nº 97, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando, na forma do disposto no art. 199, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão especial para celebração do centenário da morte de Machado de Assis. Aditado pelo **Requerimento nº 1.254, de 2008,** de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando, que a Sessão seja realizada no dia 25 de novembro, às 10 horas

Sessão: 30.10.2008

VIII – REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÃO APROVADOS PELA MESA

Total 4

Requerimento nº 910, de 2008, de autoria da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, solicitando, nos termos regimentais e de acordo com o Parecer aprovado na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle sobre o Aviso nº 102, de 2007, informações ao Ministro da Saúde sobre as providências que adotou para adequar as ações do Programa Nacional de Controle da Dengue às recomendações oriundas do Tribunal de Contas da União.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 14.10.2008)

Requerimento nº 996, de 2008, de autoria do Senador Adelmir Santana, solicitando, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal e do art. 215, inciso I, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Saúde informações sobre quais foram os gastos do Ministério da Saúde com medicamentos nos anos de 2006 e 2007.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 14.10.2008)

Requerimento nº 1.073, de 2008, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Justiça sobre as despesas indenizatórias nas Operações UPATAKON I, II e III.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 14.10.2008)

Requerimento nº 1.211, de 2008, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Ministro de Estado da Fazenda, informações acerca do efetivo cumprimento, por parte da Receita Federal do Brasil, do disposto na Súmula Vinculante nº 8, do Supremo Tribunal Federal.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 14.10.2008)

IX – REQUERIMENTOS DE TRAMITAÇÃO CONJUNTA APROVADOS PELA MESA

Total 35

Requerimento nº 1.091, de 2008, de autoria do Senador Valter Pereira, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2008, com o Projeto de Lei da Câmara nº. 27, de 2003, que já tramita em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2000, e com os Projetos de Lei do Senado nºs. 37, e 161, de 2000, 104, de 2002, 158 e 254, de 2003.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 14.10.2008)

Requerimento nº 1.096, de 2008, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs. 50 e 100, de 2008 - Complementares.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 14.10.2008)

Requerimento nº 1.097, de 2008, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs. 220, de 2000 e 185, de 2003.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 14.10.2008)

Requerimento nº 1.103, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 311, de 2004, 547, de 2007 e 548, de 2007.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 14.10.2008)

Requerimento nº 1.104, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2006, com os Projetos de Lei do Senado nºs 53, de 2003 e 219, de 2005.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 14.10.2008)

Requerimento nº 1.163, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2008, com o Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2008.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 14.10.2008)

Requerimento nº 1.166, de 2008, de autoria do Senador José Maranhão, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 141 e 322, de 2003, com o Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2008.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 14.10.2008)

Requerimento nº 1.174, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 185, de 2005 e 183, de 2006.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 14.10.2008)

Requerimento nº 1.175, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2007, com os Projetos de Lei do Senado nºs 301, de 2003, 355, de 2004, 8 e 18, de 2005, 45, de 2006 e 42, de 2007.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 14.10.2008)

Requerimento nº 1.176, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2006, com o de nº 68, de 2006 e com os Projetos de Lei do Senado nºs 43, de 2003 e 124, de 2004.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 14.10.2008)

Requerimento nº 1.177, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação conjunta dos Ofícios "S" ns 9, de 2003 e 2, de 2006.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 14.10.2008)

Requerimento nº 1.185, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2003, com os Projetos de Lei do Senado nºs 485, de 2003, 194, de 2005, 241, de 2005, 118, de 2006 e 219, de 2008.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 14.10.2008)

Requerimento nº 1.186, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 95, de 2003, 16, de 2004, 61, de 2004, 6 e 13, de 2006, 22 e 85, de 2007 e 10, de 2008.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 14.10.2008)

Requerimento nº 1.187, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 43, de 2005, 86, de 2006 e 77, de 2008, com os Projetos de Lei

do Senado nºs 107, 280 e 428 de 2003; 285, de 2005; 18 e 46, de 2006; 19 e 700, de 2007; 154, 160 e 284, de 2008.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 14.10.2008)

Requerimento nº 1.189, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 87, de 2003, 54, de 2005, 51, de 2006 e 551, de 2007.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 14.10.2008)

Requerimento nº 1.190, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 2, de 2003 e 2, de 2006.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 14.10.2008)

Requerimento nº 1.191, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 43, de 2003, 20, de 2006 e 8, de 2007.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 14.10.2008)

Requerimento nº 1.192, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 32, de 2003 e 22, de 2005.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 14.10.2008)

Requerimento nº 1.193, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 28, de 1999 e 92, de 2007.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 14.10.2008)

Requerimento nº 1.194, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 88, de 2003 e 20, de 2005.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 14.10.2008)

Requerimento nº 1.195, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 78 e 82, de 2004 e 52, de 2007.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 14.10.2008)

Requerimento nº 1.196, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 74 e 84, de 2007.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 14.10.2008)

Requerimento nº 1.197, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 634 e 683, de 2007 e 23, de 2008.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 14.10.2008)

Requerimento nº 1.198, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 242 e 407, de 2005 e 308 e 587, de 2007.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 14.10.2008)

Requerimento nº 1.199, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2008, com os Projetos de Lei do Senado nºs 295, de 2001, 578, de 2007 e 286, de 2008.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 14.10.2008)

Requerimento nº 1.200, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 134, 135, 154, 204, 311, 338, 378, 457 e 508, de 2003; 13, 113, 196 e 227, de 2004; 3, 280, 301, 307, 339, 357, 378 e 383, de 2005; 55, 105, 159, 162, 167 e 283, de 2006; 197, 239, 287, 496, 537, 552 e 689, de 2007; 7, 148, 149 e 220, de 2008, com os Projetos de Lei da Câmara nº 97, de 2003 e 69, de 2006.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 14.10.2008)

Requerimento nº 1.202, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Resolução do Senado nºs 65, de 2003; 4 e 7, de 2004.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 14.10.2008)

Requerimento nº 1.203, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Resolução do Senado nºs 3 e 35, de 2007; e 15, de 2003.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 14.10.2008)

Requerimento nº 1.204, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 292, de 2004, e 232, de 2003.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 14.10.2008)

Requerimento nº 1.205, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 157, de 2002, e 86, de 2007.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 14.10.2008)

Requerimento nº 1.206, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 16, de 2003, 36, de 2005, 34 e 40, de 2006, 42, 51 e 56,. de 2007.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 14.10.2008)

Requerimento nº 1.207, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 85 e 193, de 2003, 205 e 254, de 2005, e 301, de 2006.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 14.10.2008)

Requerimento nº 1.208, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 459, de 2003 e 238, de 2004.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 14.10.2008)

Requerimento nº 1.209, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação conjunta dos Projeto de Lei do Senado nºs. 615, de 2007, e 283, de 2008.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 14.10.2008)

Requerimento nº 1.210, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 83, 84 e 513, de 2007.

(Aprovado na 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 14.10.2008)

X – REQUERIMENTOS DIVERSOS

Aprovados pelo Plenário

Total 60

Requerimento nº 521, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (interrupção do estágio da estudante grávida).

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 592, de 2008, de autoria do Senador Gilberto Goellner, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2005, que já se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2002, por regularem a mesma matéria (dispõem sobre nome génerico para medicamentos de uso veterinario).

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 600, de 2008, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 94 e 125, de 2007, por regularem a mesma matéria (incluem novos trechos no Plano Nacional de Viação).

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 613, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Desenvolvimento Regional e Turismo (destinação da energia gerada no Rio Madeira).

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 626, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (concessão de bônus de adimplência aos produtores rurais da Amazônia Legal).

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 627, de 2008, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 492 e 699, de 2007, por regularem a mesma matéria (compensação com débitos previdenciários).

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 648, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (afastar a incidência do ITR sobre as áreas rurais preservadas).

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 660, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 605, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (exploração de recursos minerais em terras indígenas).

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 680, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (regula a parceria em terras indígenas).

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 760, de 2008, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (susta dispositivos que regulamentam o direito à informação sobre alimentos produzidos a partir de organismos geneticamente modificados).

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 761, de 2008, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (mantém a condição de segurado especial ao produtor rural com até dois empregados).

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 762, de 2008, de autoria do Senador Papaléo Paes, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 665, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (institui a estabilidade provisória ao empregado e estabelece diretrizes para a fiscalização com vistas à erradicação do trabalho irregular)

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 782, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 222, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (autoriza a abertura de capital da Embrapa).

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 783, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 23, de 2003, e 139, de 2008, por regularem a mesma matéria (conceder ao trabalhador um dia de folga anual sem prejuízo da remuneração).

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 831, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Sistema Nacional de Cadastro de Crianças e Adolescentes Desaparecidos).

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 832, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 211, de 2004, e 229, de 2008 por regularem a mesma matéria.

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 834, de 2008, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 242, 481 e 701, de 2007-Complementares, por regularem a mesma matéria (Simples Nacional).

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 835, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 091, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (destinação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal para a implantação de Centros de Educação Ambiental).

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 843, de 2008, de autoria do Senador Inácio Arruda, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição,

seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (dispõe sobre cálculo do valor dos danos morais e materiais aos anistiados políticos e fiscalização da Comissão de Anistia).

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 844, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (torna a educação o eixo primordial da ressocialização de presos e internados).

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 845, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 113, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (criação de Centros de Integração Federal nas comunidades quilombolas).

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 846, de 2008, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 243, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (publicação de demonstrações financeiras de sociedades de grande porte).

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 879, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, dos Projetos de Lei do Senado nºs 210, de 2003; 75, 280 e 323, de 2004; 87, de 2005; 132, 191 e 467, de 2007, por tratar de matéria distinta (isenções de IPI).

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 882, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2008, com os de nºs 243, de 2004, e 123, de 2007, que já tramitam em conjunto, por regularem a mesma matéria (dispõem sobre as práticas de telemarketing).

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 883, de 2008, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2007, dos Projetos de Lei do Senado nºs 167 e 210, de 2003; 75, 280 e 323, de 2004; 87, de 2005; 132 e 467, de 2007, para retomar sua tramitação individual (isenções de IPI).

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 899, de 2008, de autoria do Senador Eliseu Resende, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 900, de 2008, de autoria do Senador Eliseu Resende, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 915, de 2005, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando que seja realizada, pelo Tribunal de Contas da União, auditoria no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a fim de investigar os contratos daquele Banco com empresas no exterior.

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 927, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 976, de 2008, de autoria do Senador Osmar Dias, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 104, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 977, de 2008, de autoria do Senador Jayme Campos, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 714, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 983, de 2008, de autoria do Senador Valter Pereira, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 26, de 2006, 205 e 264, de 2007, por regularem a mesma matéria (permissão para menores a partir de 16 anos dirigir).

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 990, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 658, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte.

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 991, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 658, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 992, de 2008, de autoria do Senador Gim Argello, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 997, de 2008, de autoria do Senador Augusto Botelho, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esportes.

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 1.053, de 2008, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 14 e 20, de 2008, por regularem a mesma matéria (Isenção de IPI na aquisição de veículos para transporte de estudantes, autônomo de passageiro e a portadores de deficiencia).

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 1.055, de 2008, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 106, de 2006, 470 e 681, de 2007, e 138, de 2008, com os Projetos de Lei do Senado de nºs 423 e 495, de 2003, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (Dedução de despesas da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física).

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 1.075, de 2008, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2001, com o Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2007, por regularem a mesma matéria. (proteção a vítimas e testemunhas e a acusados ou condenados que voluntariamente prestaram colaboração à investigação policial e ao processo criminal)

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 1.085, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte.

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 1.086, de 2008, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 736, de 2007, além da Comissão constante do

despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 1.087, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte.

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 1.088, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado n° 47, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (dispõe sobre a destinação de veículos objeto de pena de perdimento).

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 1.098, de 2008, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 104, de 2004 e 272, de 2007-Complementares, por regularem a mesma matéria. (adequa o Sistema Tributário Nacional a Emenda Constitucional n° 42, de 2003)

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 1.105, de 2008, de autoria do Senador Augusto Botelho, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Senado nº 170, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Incluir entre os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor a fabricação e comercialização de jogos de videogames ofensivos à moral e aos bons costumes)

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 1.109, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Senado nº 264, de 2005, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Autoriza a criação do Ministério da Amazônia)

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 1.146, de 2008, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sessão: 14.10.2008

Requerimento nº 1.147, de 2008, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

Sessão: 14.10.2008

Requerimento nº 1.148, de 2008, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura.

Sessão: 14.10.2008

Requerimento nº 1.152, de 2008, de autoria do Senador Neuto de Conto, solicitando que, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 1999, que tramita em conjunto com o de nº 233, de 2004, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (aproveitamento dos recursos hídricos de trechos dos rios Jurema, Teles Pires e Tapajós exclusivamente para fins de transporte fluvial).

Sessão: 14.10.2008

Requerimento nº 1.153, de 2008, de autoria do Senador Tasso Jereissati, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Desenvolvimento Regional e Turismo (autoriza a exploração de cassinos em Hotéis da Região Amazônica e do Pantanal).

Sessão: 14.10.2008

Requerimento nº 1.154, de 2008, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 104, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e de Fiscalização e Controle.

Sessão: 14.10.2008

Requerimento nº 1.157, de 2008, de autoria do Senador Delcídio Amaral, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 25, de 2005, e 207, de 2006, por regularem a mesma matéria. (trabalho escravo)

Sessão: 14.10.2008

Requerimento nº 1.158, de 2008, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2006-Complementar, dos Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003, 7 e 291, de 2005, para retomar sua tramitação individual. (Faculta adesão ao Simples por pessoas jurídicas que especifica)

Sessão: 14.10.2008

Requerimento nº 1.162, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 49 e 140, de 2008, por regularem a mesma matéria. (Estende direito à pensão por morte aos filhos e dependentes até os 24 anos, quando estudantes)

Sessão: 14.10.2008

Requerimento nº 1.164, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Proteção especial às testemunhas que colaborarem com as investigações das CPIs)

Sessão: 14.10.2008

Requerimento nº 1.172, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa. (Estabelece a obrigatoriedade de consideração dos antecedentes do agente infrator, relativos a medidas socioeducativas)

Sessão: 14.10.2008

Requerimento nº 1.181, de 2008, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Estabelece a obrigatoriedade de consideração dos antecedentes do agente infrator, relativos a medidas socioeducativas)

Sessão: 14.10.2008

Requerimento nº 1.182, de 2008, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa. (Estabelece a obrigatoriedade de consideração dos antecedentes do agente infrator, relativos a medidas socioeducativas)

Sessão: 14.10.2008

Requerimento nº 1.184, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 9, 38 e 61, de 2004, 40 e 253, de 2006, 45, 112, 223 e 739, de 2007, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 14.10.2008

XI – MATÉRIAS PREJUDICADAS

Total 2

Projeto de Lei do Senado nº 425, de 2007, de autoria da Senadora Lucia Vânia, que inscreve o nome de Anita Garibaldi no Livro dos Heróis da Pátria.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte – Prejudicado em virtude da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2007, que tramitava em conjunto)

Sessão: 28.10.2008

Requerimento nº 1.201, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Resolução do Senado nºs 41, de 2002 e 71, de 2003, por regularem a mesma matéria.

(Declarado prejudicado nos termos do art.334, II, do Regimento Interno do Senado Federal)

Sessão: 30.10.2008

XII - MATÉRIAS RETIRADAS PELOS AUTORES

Total 7

Requerimento nº 1.089, de 2008, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado n° 679, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (prever a realização excepcional de interrogatório do acusado preso por videoconferência).

(Retirado pelo Requerimento nº 1.155, de 2008, de autoria do Senador Flexa Ribeiro)

Sessão: 07.10.2008

Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2006, de autoria do Senador Efraim Morais, que dispõe sobre o estímulo do Poder Público à doação voluntária de sangue como ato relevante de solidariedade humana e compromisso social, altera a redação das Leis nºs 1.075, de 27.03.50, que "Dispõe sobre a doação voluntária de sangue", 7.210, de 11.07.84, que "Institui a Lei de Execução Penal", 8.666, de 21.06.93, que "Regulamenta o Artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", 9.394, de 20.12.96, que "Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional" e dá outras providências.

(Retirado pelo Requerimento nº 1.156, de 2008, de autoria do Senador Efraim Morais)

Sessão: 07.10.2008

Projeto de Lei do Senado nº 398, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, que prever

aumento de pena no caso de crime contra a honra praticado pela Internet.

(Retirado pelo Requerimento nº 981, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior)

Sessão: 09.10.2008

Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, para dispor sobre a discriminação e a promoção da igualdade racial em relação de emprego.

(Retirado pelo Requerimento nº 1.080, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim)

Sessão: 09.10.2008

Projeto de Lei do Senado nº 357, de 2008, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que dispõe sobre a liberdade de expressão e dá outras providências.

(Retirado pelo Requerimento nº 1.223, de 2008, de autoria da Senadora Serye Slhessarenko)

Sessão: 14.10.2008

Requerimento nº 692, de 2004, de autoria da Senadora Lucia Vânia, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal e ouvido o Plenário, Voto de Aplauso ao Prefeito de Anápolis, Pedro Fernando Sahium, pela construção da primeira fábrica da companhia sul-coreana no país, em Anápolis - GO.

(Retirado pelo Requerimento 1.287, de 2008, de autoria da Senadora Lucia Vânia)

Sessão: 28.10.2008

Proposta de Emenda à Constituição nº 35, de 2007, primeiro signatário Senador Osmar Dias, que acrescenta alínea "d" ao inciso II do § 4º do art. 177 da Constituição Federal (dispõe sobre financiamento de programas de educação e saúde para trabalhadores do setor sucro-alcooleiro).

(Retirada pelo Requerimento nº 1.295, de 2008, de autoria do Senador Osmar Dias)

Sessão: 28.10.2008

XIII – REQUERIMENTOS DE LICENÇA

Observações:

Art. 13 – licença / representação a serviço da Casa / missão política ou cultural de interesse parlamentar.

Art. 40 - representação da Casa / missão no País ou no exterior.

Art. 43, I - tratamento de saúde.

Art. 43, II - interesse particular.

XIII.1 - Deferidos pela Mesa

Total 77

Requerimento nº 563, de 2008-M, Senador Sérgio Guerra – art. 13 – 07/10/2008.

Requerimento nº 564, de 2008-M, Senador Valter Pereira – art. 43, II – 08 a 10/10/2008.

Requerimento nº 565, de 2008-M, Senador Romeu Tuma – art. 43, II – 08 a 12/10/2008.

Requerimento nº 566, de 2008-M, Senador Heráclito Fortes – art. 43, II - 08 a 12/10/2008; e art. 13 – 13 a 17/10/2008.

Requerimento nº 567, de 2008-M, Senador Marcelo Crivella – art. 13 – 07/10/2008.

Requerimento nº 568, de 2008-M, Senador Jayme Campos – art. 13 – 07/10/2008.

Requerimento nº 569, de 2008-M, Senador Cícero Lucena – art. 13 – 07/10/2008.

Requerimento nº 570, de 2008-M, Senador Mão Santa – art. 13 – 07/10/2008.

Requerimento nº 571, de 2008-M, Senador Jayme Campos – art. 13 – 08 e 09/10/2008.

Requerimento nº 572, de 2008-M, Senador Aloizio Mercadante – art. 13 – 08 e 09/10/2008.

Requerimento nº 573, de 2008-M, Senador Sérgio Guerra – art. 13 – 08 e 09/10/2008.

Requerimento nº 574, de 2008-M, Senador Paulo Duque – art. 13 – 07/10/2008.

Requerimento nº 575, de 2008-M, Senador Garibaldi Alves Filho – art. 43, II – 08 e 09/10/2008.

Requerimento nº 576, de 2008-M, Senador Expedito Júnior – art. 13 – 07/10/2008.

Requerimento nº 577, de 2008-M, Senador Magno Malta – art. 13 – 07/10/2008.

Requerimento nº 578, de 2008-M, Senador Magno Malta – art. 13 – 09/10/2008.

Requerimento nº 579, de 2008-M, Senador Paulo Duque – art. 13 – 08/10/2008.

Requerimento nº 580, de 2008-M, Senadora Patrícia Saboya – art. 43, I – 07 a 09/10/2008.

Requerimento nº 581, de 2008-M, Senador Wellington Salgado de Oliveira – art. 13 – 07 e 08/10/2008.

Requerimento nº 582, de 2008-M, Senador Marcelo Crivella – art. 13 – 08/10/2008.

Requerimento nº 583, de 2008-M, Senador Sérgio Zambiasi – art. 13 – 09/10/2008.

Requerimento nº 584, de 2008-M, Senador Paulo Duque – art. 13 – 09/10/2008.

Requerimento nº 585, de 2008-M, Senador Flávio Arns – art. 13 – 09/10/2008.

Requerimento nº 586, de 2008-M, Senador Lobão Filho – art. 43, II – 09/10/2008.

Requerimento nº 587, de 2008-M, Senador Magno Malta – art. 13 – 09/10/2008.

Requerimento nº 588, de 2008-M, Senador Expedito Júnior – art. 13 – 09/10/2008.

Requerimento nº 589, de 2008-M, Senador Marcelo Crivella – art. 13 – 09/10/2008.

Requerimento nº 590, de 2008-M, Senador Renan Calheiros – art. 13 – 08/10/2008.

Requerimento nº 591, de 2008-M, Senador Cristovam Buarque – art. 13 – 18 a 22/10/2008.

Requerimento nº 592, de 2008-M, Senador Cristovam Buarque – art. 13 – 23 e 24/10/2008.

Requerimento nº 593, de 2008-M, Senador Cristovam Buarque – art. 13 – 30/10/2008.

Requerimento nº 594, de 2008-M, Senador Cristovam Buarque – art. 13 – 05 a 09/11/2008.

Requerimento nº 595, de 2008-M, Senador João Durval – art. 13 – 14 a 16/10/2008.

Requerimento nº 596, de 2008-M, Senador Mário Couto – art. 13 – 14 e 15/10/2008.

Requerimento nº 597, de 2008-M, Senador Pedro Simon – art. 13 – 14 a 16/10/2008.

Requerimento nº 598, de 2008-M, Senador João Tenório – art. 13 – 13 a 18/10/2008.

Requerimento nº 599, de 2008-M, Senador Francisco Dornelles – art. 13 – 14 a 16/10/2008.

Requerimento nº 600, de 2008-M, Senador Marcelo Crivella – art. 13 – 14 a 16/10/2008.

Requerimento nº 601, de 2008-M, Senadora Ideli Salvatti – art. 13 – 07 a 09/10/2008.

Requerimento nº 602, de 2008-M, Senador Eliseu Resende – art. 13 – 14/10/2008.

Requerimento nº 603, de 2008-M, Senador Cícero Lucena – art. 13 – 14/10/2008.

Requerimento nº 604, de 2008-M, Senador Eliseu Resende – art. 13 – 15/10/2008.

Requerimento nº 605, de 2008-M, Senador Valdir Raupp – art. 13 – 15/10/2008.

Requerimento nº 606, de 2008-M, Senador Wellington Salgado de Oliveira – art. 13 – 14 e 15/10/2008.

Requerimento nº 607, de 2008-M, Senador Aloízio Mercadante – art. 13 – 16/10/2008.

Requerimento nº 608, de 2008-M, Senador João Pedro – art. 13 – 16/10/2008.

Requerimento nº 609, de 2008-M, Senador Eliseu Resende – art. 13 – 16/10/2008.

Requerimento nº 610, de 2008-M, Senador Papaléo Paes – art. 13 – 16/10/2008.

Requerimento nº 611, de 2008-M, Senador Expedito Júnior – art. 13 – 16/10/2008.

Requerimento nº 612, de 2008-M, Senador Cícero Lucena – art. 13 – 16/10/2008.

Requerimento nº 613, de 2008-M, Senador Valdir Raupp – art. 13 – 16/10/2008.

Requerimento nº 614, de 2008-M, Senadora Ada Mello – art. 13 – 16/10/2008.

Requerimento nº 615, de 2008-M, Senadora Roseana Sarney – art. 13 – 16/10/2008.

Requerimento nº 616, de 2008-M, Senadora Patrícia Saboya – art. 43, I – 14 a 30/10/2008.

Requerimento nº 617, de 2008-M, Senadora Fátima Cleide – art. 13 – 16/10/2008.

Requerimento nº 618, de 2008-M, Senadora Ideli Salvatti – art. 13 – 16/10/2008.

Requerimento nº 619, de 2008-M, Senador Mozarildo Cavalcanti - art. 13 - 07 a 09/10/2008.

Requerimento nº 620, de 2008-M, Senador Mozarildo Cavalcanti - art. 43, I - 14 a 16/10/2008.

Requerimento nº 621, de 2008-M, Senador Flávio Arns - art. 13 - 06/11/2008.

Requerimento nº 622, de 2008-M, Senador Francisco Dornelles - art. 13 - 28/10/2008.

Requerimento nº 623, de 2008-M, Senador Virgínio de Carvalho - art. 13 - 28/10/2008.

Requerimento nº 624, de 2008-M, Senador Marcelo Crivella - art. 13 - 28 a 30/10/2008.

Requerimento nº 625, de 2008-M, Senador César Borges - art. 43, II - 4, 5, 6, 11, 12 e 13/11/2008.

Requerimento nº 626, de 2008-M, Senador Eliseu Resende - art. 13 - 28/10/2008.

Requerimento nº 627, de 2008-M, Senador Magno Malta - art. 13 - 28/10/2008.

Requerimento nº 628, de 2008-M, Senador Jefferson Praia - art. 13 - 30/10/2008.

Requerimento nº 629, de 2008-M, Senadora Ideli Salvatti - art. 13 - 30/10/2008.

Requerimento nº 630, de 2008-M, Senadora Marina Silva art. 13 - 27 a 30/10/2008.

Requerimento nº 631, de 2008-M, Senador Leomar Quintanilha - art. 13 - 1º a 09/11/2008.

Requerimento nº 632, de 2008-M, Senador Valdir Raupp - art. 13 - 30/10/2008.

Requerimento nº 633, de 2008-M, Senador Expedito Júnior - art. 13 - 30/10/2008.

Requerimento nº 634, de 2008-M, Senador Romeu Tuma - art. 43, I - 30/10/2008.

Requerimento nº 635, de 2008-M, Senador Pedro Simon - art. 13 - 06/11/2008.

Requerimento nº 636, de 2008-M, Senador Gerson Camata - art. 13 - 03 a 06/11/2008.

Requerimento nº 637, de 2008-M, Senador Lobão Filho - art. 43, II - 16/10/2008.

Requerimento nº 638, de 2008-M, Senador Lobão Filho – art. 43, II – 28/10/2008

Requerimento nº 639, de 2008-M, Senador Renan Calheiros - art. 13 - 30/10/2008.

XIV - REQUERIMENTOS PARA DESEMPENHO DE MISSÃO

Total 25

Observação:
Art. 40 – Representação da Casa / missão no País ou no exterior

XIV.1- Aprovados pelo Plenário

Total 17

Requerimento nº 1.144, de 2008, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando, nos termos do art. 40, e art. 39, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, a fim de representar o Senado Federal no Fest Cine Amazônia Festival de Cinema e Vídeo Ambiental, que se realizará no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra Portugal, no período de 08 a 10 de outubro de 2008. Comunica ainda que estará ausente do País, no mesmo período.

Sessão: 07.10.2008

Requerimento nº 1.165, de 2008, de autoria do Senador Inácio Arruda, solicitando, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com a Resolução nº 37, de 1995, seja considerada como desempenho de missão parlamentar no exterior sua participação, no período de 07 a 12 de outubro de 2008, por ocasião da XII Reunião Ordinária da Comissão de Infra-Estrutura, Transporte, Recursos Energéticos, Agricultura, Pecuária e Pesca do Parlamento do Mercosul e do Seminário de Integração Energética, na cidade de Caracas, Venezuela, e comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sua ausência do País nesse período.

Sessão: 08.10.2008

Requerimento nº 1.180, de 2008, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando, nos termos dos arts. 39, inciso I e 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País no período de 9 a 15 de outubro de 2008 para realizar missão oficial em visita ao Parlamento Português.

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 1.183, de 2008, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar da Reunião da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Parlamento do MERCOSUL, nos dias 14 e 15 de outubro de 2008, na cidade de Buenos Aires, Argentina. Comunica que estará ausente do País no período de 13 a 16 de outubro de 2008.

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 1.215, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando, nos termos dos arts. 40, e 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa e do País, no período de 07 a 17 de novembro de 2008, para participar como observador parlamentar da 63ª Assembléia Geral das Nações Unidas.

Sessão: 14.10.2008

Requerimento nº 1.217, de 2008, de autoria do Senador Demóstenes Torres, solicitando, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa no período de 30 de outubro a 09 de novembro de 2008, para participar, como observador parlamentar, dos trabalhos da 63ª Assembléia Geral das Nações Unidas e comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que estará ausente do País no período de 30 de outubro a 10 de novembro de 2008.

Sessão: 14.10.2008

Requerimento nº 1.246, de 2008, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para se ausentar dos trabalhos da Casa no período de 07 a 16 de novembro de 2008, para participar, como observador parlamentar, dos trabalhos da 63ª Assembléia Geral das Nações Unidas. Comunica, nos termos do art. 39, I do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no período mencionado acima.

Sessão: 16.10.2008

Requerimento nº 1278, de 2008, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, solicitando, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no dia 4 de novembro de 2008, quando participarei da XIV Sessão do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevidéu, Uruguai. Comunica, ainda, que atendendo o disposto no art. 39, inciso I, estará ausente do País no período de 2 a 4 de novembro de 2008.

Sessão: 28.10.2008

Requerimento nº 1279, de 2008, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Junior, solicitando, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado

Federal, a necessária autorização para participar da XIV Sessão do Parlamento do MERCOSUL, nos dias 3 e 4 de novembro de 2008, na cidade de Montevidéu, Uruguai. Comunica que estará ausente do País no período de 2 a 4 de novembro de 2008.

Sessão: 28.10.2008

Requerimento nº 1280, de 2008, de autoria da Senadora Marisa Serranos, solicitando, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa para participar da XIV Sessão do Parlamento do Mercosul, a realizar-se na cidade de Montevidéu, Uruguai, nos dias 3 e 4 de novembro de 2008. Comunica nos termos do art. 39 do mesmo Diploma, que estará ausente do país no período de 1º a 05 do mês de novembro de 2008.

Sessão: 28.10.2008

Requerimento nº 1281, de 2008, de autoria do Senador Sergio Zambiasi, solicitando, nos termos do art. 40, combinado com o artigo 13 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, que seja considerada como desempenho de missão no exterior, sua participação nos dias 3 e 4 de novembro de 2008 da XIV Sessão do Parlamento do Mercosul, que se realizará na cidade de Montevidéu, Uruguai. Comunica nos termos do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal que se ausentará do País no período de 2 a 5 de novembro de 2008.

Sessão: 28.10.2008

Requerimento nº 1289, de 2008, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa para participar, como integrante da representação brasileira, da 14º Sessão do Parlamento do Mercosul, a realizar-se nos dias 03 e 04 de novembro de 2008, em Montevidéu, Uruguai. Comunica ainda, nos termos do art. 39, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País, nos dias 02 e 05 de novembro de 2008.

Sessão: 28.10.2008

Requerimento nº 1.290, de 2008, de autoria do Senador Efraim Morais, solicitando, nos termos do inciso II, "a" do artigo 40, do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedida licença dos trabalhos da Casa, para participar da XIV Sessão do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu - Uruguai, nos dias 3 e 4 de novembro de 2008. Comunica que estará ausente do país no período de 2 a 4 de novembro de 2008.

Sessão: 28.10.2008

Requerimento nº 1.291, de 2008, de autoria do Senador Gim Argello, solicitando, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, e do disposto no art. 55, inciso III, da Constituição Federal, seja autorizado seu afastamento dos trabalhos da Casa no período de 29 de outubro a 4 de novembro de 2008, com o objetivo de participar, na sede da Food and Agriculture Organizations, organismo vinculado a Organização das Nações UNidas - ONU em Roma, dos programas e estudos relacionados à segurança alimentar internacional via-à-vis a expansão de programas de geração de biocombustíveis, de interesse do Centro-Oeste e do Distrito Federal.

Sessão: 28.10.2008

Requerimento nº 1.298, de 2008, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para se ausentar dos trabalhos da Casa, no período de 20 a 26 de novembro de 2008, para representar o Senado Federal no Fórum Internacional por ocasião do 75º aniversário do Holodomor (Grande Fome) dos anos 1932-1933, que se realizará no dia 22 de novembro de 2008 em Kyiv, na Ucrânia.

Sessão: 29.10.2008

Requerimento nº 1.299, de 2008, de autoria da Senadora Roseana Sarney, solicitando, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no período de 7 a 15 de novembro de 2008, para participar, na qualidade de observadora parlamentar, da 63ª Assembléia-Geral da Organização das Nações Unidas, que se realizará em Nova York. Comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no mesmo período.

Sessão: 29.10.2008

Requerimento nº 1.318, de 2008 - Senador Eduardo Azeredo - 27/11/2008 a 09/12/2008 - Delegação da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal - CCT - participação no 3º Fórum de Governança da Internet, na cidade de Hyderabad, Índia.

Sessão: 30.10.2008.

XIV.2 - Deferidos pela Presidência, nos termos do art. 41 do Regimento Interno do Senado Federal

Total 8

Requerimento nº 1.248, de 2008, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, solicitando, nos termos dos arts. 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no período de 1º a 09 de dezembro de 2008, a fim de participar do 3º Fórum de Governança da Internet a realizar-se em Hyderabad, na Índia.Comunica ainda que estará ausente do País no mesmo período.

Sessão: 21.10.2008

Requerimento nº 1.249, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando, nos termos dos arts. 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa para participar da Sessão do Parlamento do Mercosul, a realizar-se nos dias 3 e 4 de novembro, em Montevidéu - Uruguai, comunica ainda que se ausentará do País no período de 31 de outubro a 05 de novembro de 2008.

Sessão: 21.10.2008

Requerimento nº 1.250, de 2008, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando, nos termos dos arts. 39, inciso I, e 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa a fim de participar do Seminário sobre as Políticas de Financiamento da Educação que se realizará na Cidade do México; comunica ainda que se ausentará do País no período de 28 a 31 de outubro de 2008.

Sessão: 21.10.2008

Requerimento nº 1.252, de 2008, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando, nos termos dos arts. 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 1º a 9 de dezembro de 2008, tendo sido autorizado para participar do 3º Fórum de Governança da Internet, que se realizará na cidade de Hyderabad, na Índia, em vista de solicitação pelo Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado, Senador Wellington Salgado.

Sessão: 22.10.2008

Requerimento nº 1.255, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, solicitando, nos termos do art. 40, II, c, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa para ausentar-se do País a fim de participar da Reunião Ordinária do Parlamento do Mercosul, a realizar-se nos dias 3 e 4 de novembro de 2008, em Montevidéu - Uruguai. Comunica, ainda, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no período acima referido.

Sessão: 22.10.2008

Requerimento nº 1.258, de 2008, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para afastar-se dos trabalhos da Casa no período de 22 a 24 de outubro de 2008, para participar do Seminário Nacional promovido pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional nas cidades de Fortaleza/CE e Recife/PE, ocasião em que presidirá os debates regionalizados das matérias orçamentárias relativas à Proposta Orçamentária para 2009 nessas duas cidades.

Sessão: 22.10.2008

Requerimento nº 1.259, de 2008, de autoria do Senador Delcídio Amaral, solicitando, nos termos regimentais, a dispensa dos trabalhos da Casa nos dias 22, 23, 28, 30 e 31 de outubro, 3 e 4 de novembro de 2008, datas em que serão realizados seminários regionais para discussão da Proposta Orçamentária para 2009, conforme cronograma que apresenta.

Sessão: 22.10.2008

Requerimento nº 1.265, de 2008, de autoria do Senador Inácio Arruda, solicitando, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, licença dos trabalhos da Casa para participar da XIV Sessão do Parlamento do Mercosul que se realizará na cidade de Montevidéu, Uruguai. Comunica ainda, nos termos do art. 39 inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, que se ausentará do País no período de 02 a 04 de novembro de 2008.

Sessão: 24.10.2008

XV – OUTRAS DELIBERAÇÕES

Total 32

Requerimento nº 1.143, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de congratulações e aplauso aos atletas paraolímpicos e equipe técnica da delegação brasileira que representaram o Brasil nos Jogos Paraolímpicos de 2008 que foram realizados na República Popular da China.

Sessão: 01.10.2008

Requerimento nº 1.149, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com as tradições da Casa, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família, ao Tribunal de Contas da União, à Câmara dos Deputados, à Assembléia Legislativa de Minas Gerais e à Câmara Municipal de Uberlândia pelo falecimento do ex-Ministro Homero Santos, ocorrido dia 05 de outubro de 2008, em Brasília.

Sessão: 06.10.2008

Requerimento nº 1.151, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando, com base no art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, seja oficiado voto de aplauso ao Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais pelo transcurso de seus 25 anos.**Sessão**: 07.10.2008

Requerimento nº 1.173, de 2008, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor ao Círio de Nazaré, denominado "Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira", pelo transcurso do seu 215º aniversário, que ocorrerá em 12 de outubro de 2008.

Sessão: 08.10.2008

Requerimento nº 1.178, de 2008, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, solicitando, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do jornalista, escritor e ex-secretário da Cultura Luiz Pilla Vares.

Sessão: 09.10.2008

Requerimento nº 1.225, de 2008, de autoria dos Senadores Pedro Simon e Eduardo Azeredo, solicitando, com fundamento no disposto nos artigos 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador Alfredo Campos, ocorrido dia 12 de outubro de 2008.

Sessão: 14.10.2008

Requerimento nº 1.228, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando, nos termos do inciso II art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, aos 85 anos, do ex-Deputado Federal Gilberto de Andrade Faria, presidente do Grupo Minasmáquinas e da Rede Alvorada de Comunicação, de Minas Gerais, ocorrido no dia 1º de outubro de 2008, em Belo Horizonte.

Sessão: 14.10.2008

Requerimento nº 1.229, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando, nos nos termos do inciso II art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, aos 66 anos, do ex-Senador da República Alfredo Campos, ocorrido no dia 12 de outubro de 2008, em Belo Horizonte.

Sessão: 14.10.2008

Requerimento nº 1.236, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso para o poeta manauense Luiz Bacelar, por ocasião do seu aniversário de 80 anos, ocorrido no dia 04 de setembro de 2008.

Sessão: 15.10.2008

Requerimento nº 1.238, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do desembargador do Tribunal de Justiça do Amazonas Affimar Cabo Verde, ocorrido no último dia 31 de agosto de 2008.

Sessão: 15.10.2008

Requerimento nº 1.239, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à acadêmica amazonense Carmen Novoa Silva, por haver organizado e dado à publicação o livro Andrômaca (Do meu livro de memórias), obra póstuma do escritor Pericles Moraes.

Sessão: 15.10.2008

Requerimento nº 1.240, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do amazonense Raimundo Pedrosa, ocorrido dia 24 de setembro de 2008, em Manaus .

Sessão: 15.10.2008

Requerimento nº 1.244, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao lutador e empresário Ricardo Libório, pelo êxito alcançado pela academia que montou nos Estados Unidos da América, a American Top Team - ATT.

Sessão: 15.10.2008

Requerimento nº 1.253, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do Dr. Arthur Sendas, proprietário do Grupo Varejista Sendas, ocorrido no dia 20 de outubro de 2008, no hospital Samaritano, em Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, vítima de disparos de arma de fogo.

Sessão: 21.10.2008

Requerimento nº 1.256, de 2008, de autoria do Senador Mão Santa, solicitando, nos termos regimentos, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Hélio de Carvalho Matos e apresentação de condolências à família.

Sessão: 21.10.2008

Requerimento nº 1.257, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando com fulcro no artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de congratulações pela passagem da "53ª Festa do Peão de Boiadeiro", de Barretos, SP, promovida pelo Clube "Os Independentes", com apoio incondicional da prefeitura municipal local.

Sessão: 21.10.2008

Requerimento nº 1.276, de 2008, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 218, combinado com o art. 220, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, e de acordo com as tradições da Casa, voto de pesar pelo falecimento do Deputado Max Rosenmann.

Sessão: 27.10.2008

Requerimento nº 1.282, de 2008, de autoria dos Senadores Álvaro Dias e Romeu Tuma, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, de acordo com as tradições da Casa, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento, ocorrido no dia 25 de outubro de 2008, do Deputado Federal Max Rosenmann, do PMDB do Paraná.

Sessão: 28.10.2008

Requerimento nº 1.283, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, seja inserido em ata voto de pesar pelo falecimento do Deputado Federal Max Rosenmann, ocorrido no dia 25 de outubro de 2008.

Sessão: 28.10.2008

Requerimento nº 1.284, de 2008, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, de acordo com as tradições da Casa, homenagem de pesar, consistente em inserção em ata de voto de pesar e de apresentação de condolências à família, pelo falecimento, ocorrido no dia 22 de outubro de 2008, do advogado Jesus Berbel, em Londrina, no Paraná.

Sessão: 28.10.2008

Requerimento nº 1.285, de 2008, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, de acordo com as tradições da Casa, homenagem de pesar, consistente em inserção em ata de voto de pesar e de apresentação de condolências à família, pelo falecimento do ex-senador paranaense João de Mattos Leão, ocorrido no dia 23 de outubro de 2008, em Curitiba.

Sessão: 28.10.2008

Requerimento nº 1.288, de 2008, de autoria da Senadora Marisa Serrano, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Deputado Max Rosenmann, ocorrido em Curitiba, no dia 25 de outubro de 2008.

Sessão: 28.10.2008

Requerimento nº 1.292, de 2008, de autoria do Senador César Borges, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Jurista Baiano José Joaquim Calmon de Passos, conhecido como J. J. Calmon de Passos, ocorrido em Salvador no dia 18 de outubro de 2008.

Sessão: 28.10.2008

Requerimento nº 1.294, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de aplauso e congratulação pelos cinqüenta anos de atividade inovadora e transformadora do Teatro Oficina, que muito contribuiu e contribui para o desenvolvimento da cultura em São Paulo e no Brasil, graças ao trabalho de seu diretor José Celso Martinez Corrêa e de todos os seus atores e colaboradores.

Sessão: 28.10.2008

Requerimento nº 1.296, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento, em 18 de outubro de 2008, da Senhora Maria Adelaide Pereira de Souza Pietracci, ocorrido na cidade de Monza, Itália.

Sessão: 28.10.2008

Requerimento nº 1.297, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor à escritora Carmen Novoa Silva, da Academia Amazonense de Letras, autora de livro com significado de dedicação e vida, retratando a trajetória de Pepeta, um dos maiores craques do futebol do Amazonas.

Sessão: 29.10.2008

Requerimento nº 1.300, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento da Sra. Izolina Gonzaga, no dia 10 de outubro de 2008, em Parintins, AM.

Sessão: 29.10.2008

Requerimento nº 1.301, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar pelo falecimento de Márcia Santa Cruz, no dia 6 de outubro de 2008, no Rio de Janeiro.

Sessão: 29.10.2008

Requerimento nº 1.302, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Katsuhiro Nagai, no dia 18 de outubro de 2008, em Manaus.

Sessão: 29.10.2008

Requerimento nº 1.315, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando, nos termos regimentais, voto de pesar à família do Deputado Federal Max Rosenmann, do Paraná, falecido no dia 25 de outubro de 2008.

Sessão: 30.10.2008

Requerimento nº 1.316, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do diretor de fotografia. José Guerra, ocorrido dia 28 de outubro de 2008, no Rio de Janeiro.

Sessão: 30.10.2008

Requerimento nº 1.320, de 2008, de autoria do Senador Cícero Lucena, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, e de acordo com as tradições da Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Nailda Muniz de Medeiros, ocorrido em 21 de outubro de 2008, sogra do ex-Deputado Federal Domiciano Cabral e mãe da Senhora Sara Cabral, ex-Prefeita do Município de Bayeux, na Paraíba.

Sessão: 30.10.2008

SENADO FEDERAL – SESSÕES PLENÁRIAS (1º a 31 DE OUTUBRO DE 2008)	
Deliberativas Ordinária	9
Não Deliberativas	13
Deliberativas Extraordinárias	0
Especiais	1
Total de sessões realizadas	**23**
Sessões não realizadas	1

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL (1º a 31 de outubro de 2008)

MATÉRIAS APROVADAS (ITENS I A X) 140

I - Projetos aprovados e enviados à sanção.....7
1. De iniciativa do Senado Federal..... 1
2. De iniciativa da Câmara dos Deputados..... 5
3. De iniciativa do Superior Tribunal de Justiça 1

II - Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados.....13
1. Por decisão do Plenário 9
   1.1 – Do Senado Federal.....7
   1.2 – Da Câmara dos Deputados.....2
2. Por decisão terminativa.....4
   2.1 – Do Senado Federal.....4

III - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação.....4
1. Por decisão do Plenário.....4

IV – Escolha de Chefe de Missão Diplomática 5

V – Escolha de Autoridades.....5

VI – Requerimentos de homenagem de pesar.....1

VII – Requerimentos de sessões especiais e homenagens no período do expediente..... 6

VIII – Requerimentos de informação aprovados pela Mesa.....4

IX – Requerimentos de tramitação conjunta aprovados pela Mesa.....35

X – Requerimentos diversos.....60

MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO (ITENS XI E XII) 9

XI – Matéria prejudicada.....2

XII – Matérias retiradas pelos autores.....7

1. Proposta de Emenda à Constituição 1
2. Projeto de Lei do Senado Federal 4
3. Requerimento.....2

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS (ITENS I A XII)..... 149

Requerimentos de Licença e Desempenho de Missões.....102

SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 6 DE FEVEREIRO A 31 DE OUTUBRO DE 2008

SENADO FEDERAL – SESSÕES PLENÁRIAS (6 fevereiro a 31 de outubro de 2008)	
Deliberativas Ordinária	83
Não Deliberativas	85
Deliberativas Extraordinárias	9
Especiais	26
Total de sessões realizadas	**203**
Sessões não realizadas	6

MATÉRIAS APROVADAS (ITENS I A XIII) 1039

I – Medidas Provisórias aprovadas..... 34

1 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão apresentado pela Câmara dos Deputados, e enviadas à sanção 17

2 – Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação..... 12

3 – Aprovadas**,** na forma de Projeto de Lei de Conversão, com emendas, e devolvidas à Câmara dos Deputados..... 5

II - Projetos aprovados e enviados à sanção 58

III – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados..... 140

1 – Por decisão do Plenário 34
1.1 – Do Senado Federal.....20
1.2 – Da Câmara dos Deputados.....13
1.3 – Da Presidência da República 1
2 – Em decisão terminativa 106

IV - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação 353

1 – Concessões de telecomunicações 259
2 – Atos Internacionais..... 57
3 – Operações de crédito 26
4 – Suspensão de Atos Normativos..... 4
5 – Projetos de Resolução (outras matérias).....7

V – Escolha de Chefes de Missão Diplomática 40

VI – Escolha de Autoridades..... 24

VII – Requerimentos de Homenagem de Pesar 6

VIII – Requerimentos de Voto de Aplauso ou Semelhante 9

IX – Requerimentos de Sessões Especiais e Homenagens no Período do Expediente 65

X – Requerimentos de Informações aprovados pela Mesa 161

XI – Requerimentos de tramitação conjunta aprovados pela Mesa 46

XII – Requerimentos de criação/alteração de Comissão Temporária 7

XIII – Requerimentos Diversos 96

MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO (ITENS XIV A XXII) 70

XIV - Matérias rejeitadas 9

XV - Matérias prejudicadas 21

XVI - Matérias retiradas pelos autores 30

XVII – Medidas Provisórias não admitidas 2

XVIII – Medidas Provisórias rejeitadas 2

XIX – Medida Provisória com prazo de vigência integral encerrado 1

XX – Requerimentos de tramitação conjunta rejeitados pela Mesa 2

XXI – Requerimentos de Informação rejeitados pela Mesa 2

XXII – Requerimento de Informação declarado prejudicado pela Mesa 1

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS (ITENS I A XXII) 1109

Requerimentos de Licença e Desempenho de Missões..... 793

Requerimentos de Criação de Comissão Parlamentar de Inquérito..... 2

Requerimentos de Prorrogação de Comissão Parlamentar de Inquérito..... 2

SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO MÊS DE OUTUBRO DE 2008 DAS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 2008 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 172, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do senhor **César Costa Alves de Mattos** para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador EDUARDO SUPLICY.
Parecer: A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Aprovada a indicação por 18 votos favorável, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 181, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do senhor **Eliseu Martins** para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em complementação ao mandato do senhor Durval José Soledade Santos.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador SÉRGIO GUERRA.
Relatoria "ad hoc": Senadora SERYS SLHESSARENKO.
Parecer: A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Aprovada a indicação por 18 votos favorável, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

ITEM Nº 03
MENSAGEM (SF) Nº 176, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 3,217,500.00 (três milhões, duzentos e dezessete mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), cujos recursos destinam-se ao financiamento adicional do Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá – Projeto Curupah.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador RENATO CASAGRANDE.
Parecer: Favorável nos termos do Projeto de Resolução que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável nos termos do Projeto de Resolução.

ITEM Nº 04
MENSAGEM (SF) Nº 177, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 6,830,000.00 (seis milhões e oitocentos e trinta mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa Uruguaiana Vencerá.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador EDUARDO SUPLICY.
Parecer: Favorável nos termos do Projeto de Resolução que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável nos termos do Projeto de Resolução. Aprovado também Requerimento de Urgência para a matéria.

ITEM Nº 05
MENSAGEM (SF) Nº 192, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 175,410,000.00 (cento e setenta e cinco milhões e quatrocentos e dez mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado do Tocantins e o MCC – Mediocredito Centrale S.p.A, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto Eixos Rodoviários de Integração e Desenvolvimento – Fase III.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO.

Parecer: Favorável nos termos do Projeto de Resolução que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável nos termos do Projeto de Resolução. Aprovado também Requerimento de Urgência para a matéria.

EXTRA PAUTA

ITEM 01
REQUERIMENTO Nº 31, DE 2008 – CAE

Requer que seja convidado para uma Audiência Pública no âmbito desta Comissão, o senhor **Henrique Meirelles,** Presidente do Banco Central do Brasil, a fim de debater a evolução da crise financeira internacional e os seus possíveis impactos na economia brasileira.
Autoria: Senador ALOYZIO MERCADANTE.
Resultado: Aprovado.

ITEM 02
REQUERIMENTO Nº 32, DE 2008 – CAE

Requer que seja convidado para uma Audiência Pública no âmbito desta Comissão, o senhor **Guido Mantega,** Ministro de Estado da Fazenda, a fim de debater a evolução da crise financeira internacional e os seus possíveis impactos na economia brasileira.
Autoria: Senador ALOYZIO MERCADANTE.
Resultado: Aprovado.

ITEM 03
REQUERIMENTO Nº 33, DE 2008 – CAE

Requer que seja convidado o senhor **Guido Mantega,** Ministro de Estado da Fazenda, para, em Audiência Pública nesta Comissão, debater sobre a atual crise financeira mundial, suas prováveis conseqüências, seu impacto na economia nacional e os mecanismos de políticas de salvaguardas e garantias de estabilidade do sistema financeiro pátrio.
Autoria: Senador PEDRO SIMON.
Resultado: Aprovado.

ITEM 04
REQUERIMENTO Nº 34, DE 2008 – CAE

Requer que seja realizada, no âmbito desta Comissão, Audiência Pública, com a finalidade de debater a evolução da crise financeira internacional e os seus possíveis impactos na economia brasileira, tendo como convidado o senhor **Guido Mantega,** Ministro de Estado da Fazenda.
Autoria: Senador JOÃO TENÓRIO.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2008 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
AVISO Nº 40, DE 2008
(nº 250, de 2008, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Referente ao Relatório sobre o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior.
Autoria: Ministério da Fazenda.
Relatoria: Senador JAYME CAMPOS.
Relatoria "ad hoc": Senador EXPEDITO JÚNIOR.
Parecer: Pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pelo conhecimento e posterior arquivamento do Aviso.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a tarifa telefônica nas ligações interurbanas a provedores de Internet.
Autoria: Senador ROMERO JUCÁ.
Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 35, DE 2008 – CAE

Requer a dispensa da Audiência Pública, requerida para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007, contida nos requerimentos nºs 13 e 21, de 2008 – CAE.
Autoria: Senadora IDELI SALVATTI.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 31, 32, 33 e 34, de 2008 – CAE
Autoria: Senadores ALOIZIO MERCADANTE, PEDRO SIMON e JOÃO TENÓRIO, respectivamente.
Assunto: Debate sobre a evolução da crise Financeira Internacional, os seus possíveis impactos na economia brasileira e os mecanismos de políticas de salvaguardas e garantias de estabilidade do Sistema Financeiro Pátrio.

CONVIDADOS:

Senhor **Guido Mantega,** Ministro de Estado da Fazenda; e
Senhor **Henrique Meirelles,** Presidente do Banco Central do Brasil;
Senhor **Nelson Barbosa,** Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda;
Senhor **Alvir Alberto Hoffmann,** Diretor de Fiscalização; e
Senhor **Alexandre Antônio Tombini,** Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 03

02 ORDINÁRIAS/DELIBERATIVA
01 EXTRAORDINÁRIA/AUDIÊNCIA PÚBLICA

MATÉRIAS APRECIADAS: 14

07 NÃO TERMINATIVAS
07 REQUERIMENTOS – CAE

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, DE 2008
NÃO TERMINATIVO
Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para alimentos dietéticos e exclui a receita de sua venda da incidência das contribuições que menciona.

Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.
Relatoria: Senadora JOÃO DURVAL.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera o caput do artigo 13 e o artigo 22 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre a correção dos depósitos efetuados nas contas vinculadas do FGTS, e dá outras providências.
Autoria: Senador TASSO JEREISSATI.
Relatoria: Senadora EDUARDO AZEREDO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 31, DE 2008 – CAS

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública com a participação de representantes dos **Ministérios da Fazenda, do Planejamento e da Previdência Social**, para instruir a votação do Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003, que "dispõe sobre a atualização das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social aos seus segurados e, pela União, aos seus inativos e pensionistas", a ser realizada no dia 29 de outubro de 2008, às 10:00 horas, com o acréscimo dos seguintes participantes: **Presidente da COBAP (**Confederação Brasileira dos Aposentados); **Presidente da ANFIP** (Associação Nacional dos Fiscais da Receita Federal do Brasil); e **Presidente da ANASPS** (Associação Nacional dos Servidores da Previdência).
Autoria: Senadores ROMERO JUCÁ e PAULO PAIM.
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 32, DE 2008 – CAS

Com fundamento no disposto no artigo 58 § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, com vistas a instruir o relatório do Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2005, que "dispõe sobre o exercício da profissão de Físico". Para tanto, gostaríamos que fossem convidados representantes da **Sociedade Brasileira de Física** e **CONFEA** (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia).
Autoria: Senador PAULO PAIM.
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 33, DE 2008 – CAS

Em aditamento ao Requerimento nº 22, de 2008 – CAS por ocasião, da Audiência Pública do Dia Nacional da Luta Antimanicomial, requeiro a correção no nome da seguinte convidada: Doutora **Maria Alice Toledo,** professora de psiquiatria da UNB.
Autoria: Senadora ROSALBA CIARLINI.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 2008 (CONJUNTA COM A CDH)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 29, de 2008 – CAS e 72, de 2008 – CDH.
Autoria: Senadores ANTÔNIO CARLOS VALADARES e PAULO PAIM.
Assunto: Discussão sobre os aspectos sociais do Estatuto do Motorista Profissional, com vistas a tratar das melhorias nas condições de trabalho, salário, segurança e saúde dos motoristas de caminhão, ônibus e transporte de modo geral, à luz do Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2008.

CONVIDADOS:

Senhor **Wilbert Ribeiro Junquilho,** Gerente de Transporte Rodoviário de Cargas, representante o senhor **Bernardo Figueiredo,** Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT;
Senhor **Luiz Antônio Festino,** Nova Central;
Senhor **Moacir Firmino dos Santos,** Secretário Nacional de Transporte, representando o senhor **Paulo Pereira da Silva,** Presidente da Força Sindical;
Senhor **José Calixto Ramos,** Presidente da Nova Central;
Senhor **Nélio Botelho,** Presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro – MUB;
Senhor **José Augusto,** Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores;
Senhor **José Eduardo Vaz,** Coordenador Geral de Estatística, representando o senhor **Alfredo Pereira do Nascimento,** Ministro de Estado dos Transportes;
Senhor **Ricardo Patah,** Presidente da União dos Trabalhadores – UGT;
Senhor **José Pedro dos Reis,** Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região/MT, representando o senhor **Otávio Brito Lopes,** Procurador-Geral do Trabalho;
Senhor **Marcos Aurélio Ribeiro,** representando o senhor **Geraldo Aguiar de Brito Vianna,** Presidente da Associação Nacional de Transportes de Cargas e Logística – NTC;
Senhor **Carlos Henrique Ribeiro de Carvalho,** Gerente Técnico, representando o senhor **Otávio Vieira da Cunha Filho,** Presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos – NTU;
Senhor **Rafael Grigera,** Assistente Regional da América Latina e Caribe da Federação Internacional dos Trabalhadores em Transportes – ITF;

Senhor **José Hélio Fernandes,** Diretor-Geral da CNT e Presidente da FENATAC, representando o senhor **Clésio Andrade,** Presidente da Confederação Nacional do Transporte – CNT;
Senhor **Luiz Alberto Mincarone,** representando a **Associação Brasileira de Transportadores Internacional – ABTI;**
Senhor **Maurício Ferreira Silva,** representando o senhor **Antônio Fernandes dos Santos Neto,** Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB; e
Senhor **Omar José Gomes,** Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Terrestres – CNTTT.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 97, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.201 de 14 de fevereiro de 2001, que institui o FNSP – Fundo Nacional de Segurança.
Autoria: Senador RENAN CALHEIROS.
Relatoria: Senadora ROMEU TUMA.
Parecer: Favorável à matéria e à emenda de autoria do Senador Adelmir Santana.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CAS. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 34, DE 2008 – CAS

Com fulcro no artigo 58, § 2º, inciso II e V, da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como nas determinações dos artigos 90, inciso II e V, e 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal para debate do "Projeto de Prevenção da Transmissão Materno-Fetal do Vírus da AIDS" implantado no ano de 2002 em Angola, na África, pelo ilustre e eminente infectologista brasileiro, **David Everson Uip,** cujo tratamento inédito conseguiu reduzir drasticamente o índice de contaminação materno-fetal da AIDS, em data a ser marcada.
Autoria: Senador ROMEU TUMA.
Resultado: Aprovado.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 35, DE 2008 – CAS

Nos termos regimentais, requeremos a realização de Audiência Pública a fim de instruir o PLS nº 343, de 2008. Os convidados serão designados posteriormente.
Autoria: Senadores FLÁVIO ARNS, JOSÉ NERY, AUGUSTO BOTELHO e ROMEU TUMA.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 31, de 2008 – CAS.
Autoria: Senadores ROMERO JUCÁ e PAULO PAIM.
Autoria do Projeto: Senador PAULO PAIM.
Relatoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR.
Assunto: Instruir o PLS nº 58, de 2003, que dispõe sobre a atualização das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social aos seus segurados e, pela União, aos sues inativos e pensionistas.

CONVIDADOS:

Senhor **Carlos Eduardo Gabas,** Secretário Executivo, representante do Ministério da Previdência e Assistência Social, e do Ministério do Planejamento.
Doutor **Cleber Ubiratan de Oliveira,** Secretário Adjunto do Tesouro Nacional, representante do Ministério da Fazenda;
Doutor **Rodrigo da Costa Pôssas,** representante da Associação Nacional dos Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP;
Senhor **Paulo César Régis de Souza,** Presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência – ANASP; e
Senhor **Hermélio Soares Campos,** representante da Confederação Brasileira dos Aposentados – COBAP.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 04

02 EXTRAORDINÁRIAS/DELIBERATIVA
02 CONJUNTA/AUDIÊNCIAPÚBLICA

MATÉRIAS APRECIADAS: 08

03 NÃO TERMINATIVAS
05 REQUERIMENTOS – CAS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE – CASSAÚDE (CAS)

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE OUTUBRO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 10, DE 2008 – CASSAÚDE

Nos termos do inciso II do § 2º do artigo 58 da Constituição Federal, combinado com os incisos II, IX e X do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde (CASSAÚDE) a fim de debater as políticas públicas para a preservação às queimaduras e a reabilitação de queimados. As autoridades das quais se pede a participação são: Doutor **Mário Frantini,** Chefe da Unidade de Queimados do Hospital Regional da Asa Norte (HRAN); Doutor **José Adorno,** Coordenador de Cirurgia Plástica da Unidade de Queimados do HRAN; Doutor **Flávio Narduz Novaes,** Presidente da Sociedade Brasileira de Queimaduras; Senhora **Ana Aparecida de França e Silva,** Presidenta da Associação dos Portadores de Seqüelas por Queimaduras (APOSEQ); Senhora **Alzira Aragão,** voluntária e seqüelada da APOSEQ; e um representante da Área de Alta Complexidade em Queimados no Sistema Único de Saúde (SUS).
Autoria: Senadores PAPALÉO PAES, CÍCERO LUCENA e JOÃO DURVAL.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 11, DE 2008 – CASSAÚDE

Requeiro, nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização, no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, de Audiência Pública para apreciação da Mobilidade com Portabilidade das carências previstas no inciso V do artigo 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 e sem a imposição de cobertura parcial temporária nos Planos Privados de Assistência à Saúde. Apresentamos os nomes abaixo relacionados, para expedição de convite e discussão do tema:
Senhor **Fausto Pereira dos Santos,** Diretor Presidente da Agência Nacional de Saúde Complementar – ANS;
Senhora **Renata Molina,** do PROCON/SP;

Senhor **Luiz Carlos Trabuco,** Presidente da Federação da Agência Nacional de Saúde – Fenasaúde; Senhor **Antônio Henrique Pinheiro Silveira,** da Secretaria de Acompanhamento Econômico/SAE/Ministério da Fazenda.
Autoria: Senador AUGUSTO BOTELHO.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

01 EXTRAORDINÁRIAS/DELIBERATIVA

MATÉRIAS APRECIADAS: 02

02 REQUERIMENTOS – CASDEF

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 129, DE 2008
(PL nº 00284/2007 na origem)
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a composição do Conselho da Justiça Federal, renova a Lei nº 8.472, de 14 de outubro de 1992, e dá outras providências.
Autoria: Superior Tribunal de Justiça.
Relatoria Senador DEMÓSTENES TORRES.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 96, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Altera as Leis nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, e nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para incluir a declaração de inaptidão da inscrição no CNPJ no rol de sanções imputáveis a quem comercializa combustível adulterado.
Autoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.
Relatoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador EDUARDO AZEREDO.
Parecer: Favorável à matéria, nos termos do substitutivo que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo). A matéria vai à Comissão de Infra-Estrutura em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, DE 2006 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Estabelece requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos portadores da deficiência física conhecida como 'Síndrome da Talidomida' e dá outras providências.
Autoria: Senador MARCO MACIEL.
Relatoria: Senador EDUARDO SUPLICY.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 04
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 24, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta-se o inciso XII ao artigo 167 da Constituição Federal. (Bloqueio ou contingenciamento de dotações do orçamento da seguridade social).
Autoria: Senador PAULO PAIM e outros Senhores Senadores.
Relatoria: Senador VALTER PEREIRA.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Proposta.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 82, DE 2008
(PL. nº 00938/2007, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta parágrafo único ao artigo 59 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal. (Estabelece a obrigatoriedade de consideração dos antecedentes do agente infrator, relativos a medidas socioeducativas de internação).
Autoria: Deputado MÁRCIO FRANÇA.
Relatoria: Senador VÍRGINIO DE CARVALHO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 500, DE 2007
TERMINATIVO

Institui o Cadastro Nacional de Fornecedores Suspensos de Participar de Licitações e Contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
Autoria: Senador GARIBALDI ALVES FILHO.
Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.
Parecer: Pela aprovação da matéria, nos termos do substitutivo que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto nos termos da Emenda nº 2 – CCJ (Substitutivo). O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no artigo 282, do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 336, DE 2007
TERMINATIVO

Altera o caput do artigo 53 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para substituir a expressão ‘fins não econômicos’ por ‘fins lucrativos’.
Autoria: Senador PAPALÉO PAES.
Relatoria: Senador MARCO ANTÔNIO COSTA.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2004
TERMINATIVO

Altera os artigos 5º, 8º, 9º e 10 da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para dispor sobre o período mínimo da medida cautelar interdição e, também, prever novas hipóteses de aplicação das penalidades de suspensão temporária, cancelamento de registro e revogação de autorização para exercício das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis.
Autoria: Senador GERSOM CAMATA.
Relatoria: Senador TASSO JEREISSATI.
Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1 e 2 – CCJ.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 32, DE 2008 - CCJ

Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 2008.
Autoria: Senador MARCO MACIEL.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 500, DE 2007
TERMINATIVO

Institui o Cadastro Nacional de Fornecedores Suspensos de Participar de Licitações e Contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
Autoria: Senador GARIBALDI ALVES FILHO.
Relatoria Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.
Resultado: O Substitutivo foi dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do artigo 284, do RISF.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (Tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).
Autoria: Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Correios – CN.
Relatoria Senador ÁLVARO DIAS.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 91, DE 2007
(PL. nº 02.055, de 2003, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, estabelecendo o prazo de 5 (cinco) dias para apreciação e pronunciamento, por Junta Comercial, do pedido de registro de pequena ou microempresa.
Autoria: Deputado GIACOBO.
Relatoria Senador FLEXA RIBEIRO.
Parecer: Contrário à matéria e às emendas nºs 1 e 2.
Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto e às Emendas nºs. 1 e 2.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 339, DE 2006 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a autorização e a participação do capital estrangeiro nas instituições financeiras, estabelecimento de seguro, resseguro, previdência e capitalização e dá outras providências.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2006 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Regulamenta o artigo 192 da Constituição Federal para disciplinar as operações de câmbio e a movimentação de capital estrangeiro no País.
Autoria: Senadores FERNANDO BEZERRA e RENAN CALHEIROS.

Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.
Parecer: Favorável ao PLS 339, de 2003, nos termos da emenda substitutiva que apresenta e pela declaração de prejudicialidade do PLS 32, de 2006.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao PLS 339, de 2003, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), e pela declaração de prejudicialidade do PLS 32, de 2006 – Complementar.

ITEM Nº 05
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DO DESPUTADOS
AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 416, DE 1999
NÃO TERMINATIVO

Proíbe a fabricação, a importação, exportação, a manutenção em estoque, a comercialização e o uso de diclorodifenilticloretano – DDT e dá outras providências.
Autoria do Substitutivo: Câmara dos Deputados.
Autoria do Projeto: Senador TIÃO VIANA.
Relatoria: Senador OSMAR DIAS.
Parecer: Contrário ao Substitutivo da Câmara dos Deputados.
Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Substitutivo da Câmara dos Deputados, e manutenção do texto aprovado pelo Senado Federal.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2007
(PL. nº 00400, de 2007, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a divulgação dos autos de infração e a cobrança de multas após a transferência de propriedade do veículo.
Autoria: Deputado DAGOBERTO.
Relatoria Senador OSMAR DIAS.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 07
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DO DESPUTADOS
AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, DE 1995
NÃO TERMINATIVO

Altera dispositivos da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 – Lei de Registros Públicos, para tornar obrigatória a menção da cor no assento de nascimento e dá outras providências.
Autoria do Substitutivo: Câmara dos Deputados.
Autoria do Projeto: Senadora BENEDITA DA SILVA.
Relatoria: Senador ÁLVARO DIAS.
Parecer: Favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2006
(PL. nº 05.441, de 2005, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969 – Código de Processo Penal Militar, e do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, (inclui os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica entre as testemunhas que têm a prerrogativa de ajustar previamente o local, dia e hora da inquirição).
Autoria: Deputado ROBERTO MAGALHÃES.
Relatoria Senador JARBAS VASCONCELOS.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 114, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Altera dispositivos da Lei nº 7.565, de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, de modo a instituir indenização a passageiros em caso de excesso de reservas em aeronave.
Autoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 283, DE 2007.
NÃO TERMINATIVO

Altera os artigos 230 e 231 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre direitos de passageiros sujeitos a atrasos superiores a duas horas em seus vôos.
Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 429, DE 2007.
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para instituir indenização aos passageiros em casos de atraso ou cancelamento de vôos.
Autoria: Senadora SERYS SHELSSARENKO.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 533, DE 2007.
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para estabelecer regras para indenização, reembolso e assistência aos passageiros em caso de recusa de embarque, cancelamento ou atraso de vôos.
Autoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.
Relatoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR.
Parecer: Favorável ao PLS nº 114, de 2004, na forma da Emenda nº 2 – CI (Substitutivo), e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs. 283, 429 e 533, de 2007.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao PLS 114, de 2004, nos termos da Emenda nº 2 – CI/CCJ (Substitutivo), e pela rejeição dos Projetos de Leis do Senado nºs. 283, 429 e 533, de 2007. A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 207, DE 2005
TERMINATIVO
Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, relativos à citação por edital.
Autoria: Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR.

Relatoria Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Relatoria "ad hoc": Senador EDUARDO AZEREDO.
Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1 e 2 – CCJ.

ITEM Nº 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 491, DE 2003
TERMINATIVO

Altera o § 1º do artigo 225 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para estabelecer hipótese de ação pública.
Autoria: Senadora PATRICIA SABOYA.
Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 217, DE 2008
TERMINATIVO

Altera o inciso IV e acrescenta o inciso V ao artigo 27 da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para organização do Ministério Público e dá outras providências, para estabelecer periodicidade nas audiências públicas e identificar as demandas sociais.
Autoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.
Relatoria: Senador JARBAS VASCONCELOS.
Parecer: Pela aprovação da matéria na forma da emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo). O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do artigo 282 – RISF.

REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 217, DE 2007
TERMINATIVO

Altera o inciso IV e acrescenta o inciso V ao artigo 27 da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para organização do Ministério Público e dá outras providências, para estabelecer periodicidade nas audiências públicas e identificar as demandas sociais.

Autoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.
Relatoria: Senador JARBAS VASCONCELOS.
Resultado: O Substitutivo foi dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do artigo 284, do RISF.

ITEM Nº 02
EMENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta parágrafo ao artigo 158 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar o chamado "seqüestro relâmpago".
Autoria: Câmara dos Deputados.
Autoria do Projeto: Senador RODOLPHO TOURINHO.
Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Parecer: Contrário à Emenda da Câmara dos Deputados.
Resultado: Aprovado parecer pela rejeição da Emenda da Câmara dos Deputados.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2007
(PL. nº 01.140, de 2003, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Regulamenta o exercício das profissões de Técnico em Saúde Bucal – TSB e de Auxiliar em Saúde Bucal – ASB.
Autoria: Deputado RUBENS OTONI.
Relatoria: Senador INÁCIO ARRUDA.
Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CCJ.

ITEM Nº 04
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 23, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera os artigos 52 e 243 da Constituição Federal para dispor sobre aprovação pelo Senado Federal nas operações de compra e arrendamento nas terras rurais localizadas na Amazônia Legal, e dá outras providências.
Autoria: Senador PAULO PAIM e outros senhores Senadores.
Relatoria: Senador MARCO ANTÔNIO COSTA.
Parecer: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela rejeição da Proposta.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 290, DE 2004
TERMINATIVO

Altera o artigo 77 da Lei nº 9.504, de 1997, para incluir, entre as condutas vedadas aos candidatos a cargos do Poder Executivo, a utilização em propaganda, eleitoral ou institucional, de obras inauguradas no ano da eleição.
Autoria: Senador MARCELO CRIVELLA.
Relatoria: Senador JARBAS VASCONCELOS.
Parecer: Pela rejeição da matéria.
Resultado: Rejeitado o Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO

REQUERIMENTO Nº 33, DE 2008 – CCJ

Requeiro, nos termos do inciso I do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para instruir a seguinte matéria: PLS 607, de 2007, que "dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Analista de Sistemas e suas correlatas, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática e dá outras providências", tendo como convidados profissionais especialistas da área.
Autoria: Senador JARBAS VASCONCELOS.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 137, DE 2008
(PL nº 00370/2007 na origem)
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre o crime de extermínio de seres humanos, altera o Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e dá outras providências.
Autoria: Deputado LUIZ COUTO.
Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.
Parecer: Favorável à matéria com três emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs. 1, 2 e 3 – CCJ.

ITEM Nº 02
EMENDA DE PLENÁRIO Nº 1 OFERECIDA AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2007
(PL nº 06672/2002 na origem)
NÃO TERMINATIVO

Cria o rastreamento da produção e consumo de medicamentos por meio do controle eletrônico por códigos de barra.
Autoria do Projeto: Deputada VANESSA GRAZZIOTIN.
Autoria da Emenda: Senador GIM ARGELLO.
Relatoria "ad hoc": Senador ADELMIR SANTANA.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Emenda nº 1 – PLEN. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

ITEM Nº 03
OFÍCIO "S" Nº 49, DE 2000
(PL nº 00164/2000 na origem)
NÃO TERMINATIVO

Sugerindo a revogação do artigo 190 do Decreto-Lei n° 2.063, de 1940, bem como a edição de dispositivo compatível com a atual Lei de Seguros Privados (Decreto-Lei nº 73, de 1966), com a Constituição Federal e todos os demais diplomas legais que amparam os interesses do menor, objetivando a cobertura dos riscos, tais como acidentes, doenças, morte natural, violência física, inclusive a policial, a que estão expostos os menores de quatorze anos.
Autoria: Procuradoria-Geral da República (RJ).
Relatoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO.
Parecer: Pela apresentação de um Projeto de Lei.
Resultado: Aprovado parecer favorável que concluiu pela apresentação de Projeto de Lei do Senado.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Médio Mearim – UFEMME, com sede no Município de Pedreiras, Estado do Maranhão.
Autoria: Senadora ROSEANA SARNEY.
Relatoria "ad hoc": Senador ARTHUR VIRGILÍO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 194, DE 2006
TERMINATIVO

Prevê nova cominação penal aos crimes que especifica e define o tipo de peculato-uso.
Autoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.
Relatoria: Senador EDUARDO SUPLICY.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 34, DE 2008 - CCJ

Nos termos dos incisos II e V do § 2º da Constituição Federal, combinados com os incisos II e V do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2006, que estabelece punições para as violações às diretrizes e normas concernentes às pesquisas que envolvem seres humanos e determina a co-responsabilidade do pesquisador, do patrocinador e da instituição pela indenização devida aos sujeitos das pesquisas por eventuais danos ou prejuízos. As autoridades das quais se pede a participação são: Doutor **Sérgio Machado Rezende,** Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia e Secretário do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia; Doutora **Gyselle Saddi Tannous,** Coordenadora da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Conselho Nacional de Saúde (CONEP/CNS); Doutora **Marlene Braz,** Presidente da Sociedade Brasileira de Bioética; Doutora **Daniela de Freitas Marques,** Professora Doutora do Departamento de Direito Penal da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais.
Autoria: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 04

04 ORDINÁRIAS/DELIBERATIVA

MATÉRIAS APRECIADAS: 50

08 TERMINATIVAS
24 NÃO TERMINATIVAS
14 EMENDAS – CCJ

02 TURNO SUPLEMENTAR
02 REQUERIMENTO – CCJ

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 2008 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Institui o Dia Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres.
Autoria: Deputado SARNEY FILHO.
Relatoria: Senador ROMEU TUMA.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Institui o Dia Nacional da Associação Cristã de Moços.
Autoria: Deputado GERMANO BONOW.
Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera o inciso I do artigo 9º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil), para permitir o estágio a estudantes policiais.
Autoria: Senador FERNANDO COLLOR.
Relatoria: Senador ROMEU TUMA.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 77, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Estabelece o dia 3 de maio como o Dia Nacional das Televisões e Rádios Comunitárias.
Autoria: Deputado CHICO ALENCAR.
Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 124, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Institui o Dia Nacional do Rotaractiano.
Autoria: Deputado LOBBE NETO.
Relatoria: Senador EDUARDO AZEREDO.
Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 - CE.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 44, DE 2008 – CE

Nos termos do artigo 50, da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, incisos X e XI, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam prestadas, pelo Ministro de Estado da Educação, senhor **Fernando Haddad,** informações abaixo solicitadas sobre os indícios de fraudes no Programa Universidade para Todos (PROUNI) noticiados pelo jornal Correio Brasiliense, no dia 3 de agosto de 2008: a) É procedente a informação de que estudantes, que atualmente admitem não ser índios ou afirmam não terem preenchido o cadastro do MEC como descendentes indígenas, estão sendo beneficiados pelo percentual de bolsas do PROUNI destinados a índios?; b) Há algum estudo do MEC que visa a inserção de critérios adicionais de classificação, além da auto declaração?; e c) Quais as providências adotadas pelo MEC para evitar, se confirmadas, as distorções apontadas?.
Autoria: Senador CRISTOVAM BUARQUE.
Resultado: Aprovado.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 45, DE 2008 – CE

Requeiro, na forma do disposto no artigo 58, § 2º, inciso V da Constituição Federal, e nos artigos 90, inciso V, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada nesta Comissão Audiência

Pública para tratar do Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2008 que "Institui o Estatuto dos Museus e dá outras providências". Deverão ser convidados representantes dos **Estados** e de **Municípios** que tem Museus; do **Ministério da Cultura**; da **Sociedade Civil** que administram Museus e da **Academia** que estudam a gestão dos Museus tanto do Brasil quanto no Mundo.
Autoria: Senadora MARISA SERRANO.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 45, de 2007 – CE
Autoria: Senadora IDELI SALVATTI.
Autoria do Projeto: Senador VALDIR RAUPP.
Relatoria do Projeto: Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA.
Assunto: Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2006, que "Fixa a idade mínima para o trabalho como Ator, Modelos e similares".

CONVIDADOS:

Senhor **Oris de Oliveira,** Jurista e Consultor da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente;
Senhora **Tânia Coelho dos Santos,** Psicóloga e Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro;
Senhor **José Roberto Dantas Oliva,** Juiz do Trabalho da 15ª Região;
Senhora **Liane Mühlenberg,** Produtora Cultural; e
Senhora **Eliane Araque dos Santos,** Procuradora Regional do Trabalho da 10ª Região**.**
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos Nºs 38 e 39, de 2008 – CE
Autoria: Senadores SÉRGIO ZAMBIASI, MARISA SERRANO e RENATO CASAGRANDE.
Assunto: Debate sobre o desempenho da delegação brasileira nas Olimpíadas de Pequim, e as políticas públicas para o esporte olímpico.

CONVIDADOS:

Senhora **Maria Paula Gonçalves (Magic Paula),** Coordenadora de Gestão de Esportes de Alto Rendimento da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação – São Paulo/SP;
Senhor **Fernando Franco Ferreira,** Professor de Educação Física e Especialista em Atletismo do Centro de Estudo de Atletismo – DF;
Senhor **Lars Grael,** Empresário, Velejador e ex-Secretário Nacional de Esportes; e
Senhor **Herval Barros,** Diretor do Departamento de Excelência Esportiva e Promoção de Eventos do Ministério do Esporte.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos Nºs 38, de 2007 – CE
Autoria: Senadores FÁTIMA CLEIDE e AUGUSTO BOTELHO.
Autoria do Aditamento: Senadora MARISA SERRANO.
Autoria do Projeto: Senadora ANA JÚLIA CAREPA.
Relatoria do Projeto: Senadora FÁTIMA CLEIDE.
Assunto: Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2004, que "dispõe sobre o período para realização de exames vestibulares, concursos públicos, provas de disciplinas curriculares e dá outras providências".

CONVIDADOS:

Senhor **Luiz Sérgio Steinecke,** Diretor Executivo da Confederação Israelita do Brasil – CONIB;
Senhor **Daniel Pitangueiras Avelino,** Assessor Jurídico da Secretaria de Educação Superior – SESU/MEC;
Senhor **Hugo Sarubbi,** Advogado da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil – ANEC;
Senhor **Alcides Coimbra,** Assessor Jurídico da Igreja Adventista do Sétimo Dia – UCB/IASD; e
Senhor **Jerônimo Alves Ferreira,** Presidente do Sistema Universal de Comunicações e Relações Institucionais da Igreja Universal do Reino de Deus – IURD.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2008 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 387, DE 2007
TERMINATIVO

Altera o artigo 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para definir, na Educação Superior, a freqüência mínima exigida para aprovação.
Autoria: Senador WILSON MATOS.
Relatoria: Senador ROMEU TUMA.
Parecer: Pela aprovação da matéria e da emenda oferecida, na forma da subemenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CE, na forma da subemenda de relator.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 69, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para tornar obrigatória a construção de creches nos conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda financiado por recursos públicos.
Autoria: Senadora MARISA SERRANO.
Relatoria "ad hoc": Senador GERSON CAMATA.
Parecer: Favorável à matéria com a emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado parece favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CE (Substitutivo). A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, DE 2008
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação do Dia Nacional do Combate às Drogas e Entorpecentes, bem como da Semana Nacional de Combate às Drogas e Entorpecentes.
Autoria: Senador PAULO PAIM.
Relatoria "ad hoc": Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Parecer: Pela aprovação da matéria na forma do substitutivo que apresenta.
Resultado: Aprovado o Substitutivo. A matéria vai à Turno Suplementar nos termos do disposto no artigo 282 – RISF.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 67, DE 2008
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a ofertar, no âmbito da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE), curso de nível médio para formação de técnicos em estatística.
Autoria: Senador MARCELO CRIVELLA.
Relatoria: Senador RENATO CASAGRANDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 562, DE 2007
TERMINATIVO

Institui a Semana Nacional da Visão.
Autoria: Senador ÁLVARO DIAS.
Relatoria: Senador MÃO SANTA.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CE, oferecida pelo Senador Flávio Arns durante a discussão.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 310, DE 2008
TERMINATIVO

Institui o Dia Nacional de Conscientização e Divulgação da Fibrose Cística.
Autoria: Senador MARCO ANTÎONIO COSTA.
Relatoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130, DE 2008
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.
Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR.
Relatoria: Senador VALDIR RAUPP.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 168, DE 2008
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Samambaia, no Distrito Federal.
Autoria: Senador ADELMIR SANTANA.
Relatoria: Senador CRISTOVAM BUARQUE.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 2008
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Planaltina, no Distrito Federal.
Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR.
Relatoria: Senador VALDIR RAUPP.
Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CE.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 161, DE 2008
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Espigão do Oeste, no Estado de Rondônia.
Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR.
Relatoria: Senadora FÁTIMA CLEIDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1 e 2 – CE.

ITEM Nº 11
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Denomina Rodovia Federal Apolônio de Carvalho a BR-262, no trecho entre Campo Grande e Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul.
Autoria: Deputado GERALDO RESENDE.
Relatoria: Senador VALTER PEREIRA.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 12
REQUERIMENTO Nº 46, DE 2008 - CE

Nos termos do disposto no artigo 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, incisos II e V, e artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, com a presença das autoridades abaixo nomeadas, no sentido de debater os instrumentos de avaliação elaborados e aprovados pelo Ministério da Educação, contendo critérios não estabelecidos em Lei, como conceito preliminar de Curso – CPC e o Índice Geral de Cursos da Instituição – IGC, no que se refere às Instituições de Ensino Superior – IES; e para debater também sobre a possibilidade de acesso ao Financiamento Estudantil – FIES pelos alunos de instituições ainda não avaliadas pelo exame nacional de desempenho de estudantes – ENADE. Convidados: senhor **Fernando Haddad,** Ministro de Estado da Educação; senhor **Reynaldo Fernandes,** Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP; senhora **Maria Paula Dallari Bucci,** Secretária de Educação Superior – SESU do Ministério da Educação; senhor **Gabriel Mário Rodrigues,** Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior – AMBES; senhor **José Janguiê Bezerra Diniz,** Presidente da Associação Brasileira das Mantenedoras das Faculdades Isoladas e Integradas – ABRAFI; e senhor **Hermes Ferreira Figueiredo,** Presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo – SEMESP.
Autoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 13
REQUERIMENTO Nº 47, DE 2008 - CE

Nos termos do artigo 93, inciso II Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, para discutir a proposta apresentada pelo MEC acerca do Sistema Nacional Público de formação de professores. Requeiro que a referida audiência seja realizada no dia 04 de novembro e que sejam convidadas as seguintes autoridades e personalidades: senhor **Jorge Almeida Guimarães,** Presidente da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior – CAPES; senhora **Justina Ivã de Araújo Silva,** Presidenta da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME; senhora **Maria Auxiliadora Seabra Rezende,** Presidenta do Conselho de Secretários de Educação – CONSED;e senhor **Amaro Henrique Pessoa Lins,** Reitor da UFPE e Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES.
Autoria: Senadores CRISTOVAM BUARQUE e JOSÉ NERY.
Resultado: Aprovado.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 48, DE 2008 - CE

De acordo com o que preceitua os artigos 90, incisos II e V e o artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para discutir o tema "Primeira Infância e Cultura da Paz". Esta audiência pública está inserida na programação da Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, que se realizará entre 18 e 20 de novembro do corrente, apoiada por esta Comissão.
Autoria: Senadores PAULO PAIM, SÉRGIO ZAMBIASI, IDELI SALVATTI e ROMEU TUMA.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 05

02 ORDINÁRIA/DELIBERATIVA
03 EXTRAORDINÁRIA/AUDIÊNCIA PÚBLICA
EXTRAORDINÁRIA/DELIBERATIVA

MATÉRIAS APRECIADAS: 28

09 TERMINATIVA
07 NÃO TERMINATIVAS
07 EMENDAS – CE
05 REQUERIMENTOS – CE

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 2008 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
OFÍCIO "S" Nº 16, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, Relatório de Fiscalização, em CD, relativos à inspeção nas unidades municipais proveniente do 25º sorteio do Programa de Fiscalização a partir de sorteios públicos.
Autoria: Ministro de Estado do Controle e da Transparência.

Relatoria "ad hoc": Senador VALDIR RAUPP.
Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo.
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 30, DE 2008 – CMA

Requer, nos termos regimentais e constitucionais, sejam convidados o Procurador do Trabalho, **senhor Ronaldo Curado Fleury,** Vice-Coordenador da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração no Trabalho Portuário e Aquaviário, da Procuradoria Geral do Trabalho (Ministério Público do Trabalho); um representante do **Ministério do Trabalho;** o Subsecretário de Desenvolvimento da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, senhor **Karim Bacha** e um representante do **IBAMA,** para prestarem esclarecimentos sobre o pagamento do seguro-defeso.
Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 31, DE 2008 – CMA

Requer, nos termos regimentais e constitucionais, que seja convidado o senhor **Ministro de Estado da Secretaria Especial da Aqüicultura e Pesca** para, em Audiência Pública, prestar esclarecimentos aos Senadores desta Comissão sobre as últimas denúncias de irregularidades no pagamento do seguro-defeso.
Autoria: Senadores ARTHUR VIRGÍLO e LEOMAR QUINTANILHA.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 32, DE 2008 – CMA

Requer, nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada, no âmbito desta Comissão, Audiência Pública, com a presença dos cientistas abaixo relacionados, para esclarecimento do diagnóstico e das propostas do seu recém-publicado estudo "Impacto virtuoso do Pólo Industrial de Manaus sobre a proteção da floresta amazônica": discurso ou fato?
Doutor **Alexandre Rivas,** da Universidade Federal do Amazonas (Ufam);
Doutor **José Aroudo Mota,** do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); e
Doutor **José Alberto da Costa Machado,** da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).
Autoria: Senadores JEFFERSON PRAIA e LEOMAR QUINTANILHA.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 33, DE 2008 – CMA

Requer, nos termos do artigo 58, inciso II, da Constituição Federal e do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização e Controle e da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal, Audiência Pública conjunta para esclarecimentos acerca da matéria veiculada no jornal Folha de São Paulo, de 14 de setembro de 2008, intitulada "sigilo telefônico é vendido a menos de R$ 1.000,00 no país", com os seguintes convidados:
Senhor **Ronaldo Sardenberg,** Presidente da ANATEL;
Senhor **Mário César Pereira de Araújo,** Presidente da TIM;
Senhor **Roberto Lima,** Presidente da VIVO;
Senhor **João Cox,** Presidente da CLARO;
Senhor **Luiz Eduardo Falco,** Presidente da OI; e
Senhor **Roberto Aroso Cardoso,** Presidente da Brasil Telecom.
Autoria: Senadores VALDIR RAUPP e ALOIZIO MERCADANTE.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
AVISO Nº 46, DE 2008
(juntado ao processado do Aviso nº 21, de 2007)
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 1.257/2007-TCU-Plenário, bem como dos respectivos Relatório e Voto que fundamentam referente ao Acórdão nº 214/2007-Plenário, que julgou irregulares as contas do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – Iterra (TC 004.486/2004-4).
Autoria: Tribunal de Contas da União.
Relator "ad hoc": Senador FLEXA RIBEIRO.
Parecer: Pelo conhecimento da matéria, encaminhamento da cópia do parecer à CPI das ONGs e remessa do processado ao arquivo.
Resultado: Aprovado o parecer.

REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2008 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
AVISO Nº 43, DE 2008
(Juntado ao Processado do Aviso nº 84, de 2007)
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão nº 2.688/2008, do Tribunal de Contas da União, referente à Associação Nacional de Cooperação Agrícola – ANCA, nos autos do processo nº TC 066.106/2006-6.

Autoria: Tribunal de Contas da União.
Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Parecer: Pelo conhecimento da matéria, remessa de cópia do inteiro teor do Acórdão à CPI das ONGs e remessa ao arquivo.
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 02
AVISO Nº 20, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2007.
Autoria: Tribunal de Contas da União.
Relatoria "ad hoc": Senador JEFFERSON PRAIA.
Parecer: Pela solicitação das seguintes informações ao TCU, relativas ao exercício de 2007: a) descrição das 116 medidas cautelares emitidas; b) relação dos 1.574 responsáveis que tiveram suas contas julgadas irregulares; c) relação dos 950 indiciados pelo Ministério Público da União, em decorrência das informações encaminhadas pelo Tribunal; d) resumo das 47 declarações de inidoneidade aplicadas à empresas; e) relação dos 1.513 processos de cobrança executiva; f) relação dos 106 atos sustados ou anulados e g) relação dos 104 processos de solicitação do Congresso Nacional atendidos.
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre limites à exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos; altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dá outras providências.
Autoria: Deputado FERNANDO GABEIRA.
Relatoria "ad hoc": Senadora MARISA SERRANO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai às Comissões de Assuntos Sociais, de Ciência, Tecnologia, Comunicação, Inovação e Informática e a de Serviços de Infra-Estrutura.

ITEM Nº 04
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta dispositivos ao artigo 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, definindo como nula cláusula de eleição de foro em prejuízo da defesa do consumidor.
Autoria: Câmara dos Deputados.
Relatoria: Senador VALDIR RAUPP.
Parecer: Pela declaração de prejudicialidade do Substitutivo e conseqüentemente do Projeto.
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 100, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Institui a Política de Redução dos Efeitos da Seca na Amazônia e dá outras providências.
Autoria: Senador MÁRIO COUTO.
Relatoria: Senador EXPEDIDO JÚNIOR.
Parecer: Favorável à matéria e audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania antes de dar prosseguimento.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto e remessa à CCJ. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em audiência e posteriormente à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo em decisão terminativa.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, DE 2007
TERMINATIVO

Acrescenta § 2º ao artigo 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para permitir a fixação de preço diferenciado na venda de bens ou na prestação de serviços pagos com cartão de crédito em relação ao preço à vista.
Autoria: Senador ADELMIR SANTANA.
Relatoria: Senador RENATO CASAGRANDE.
Parecer: Pela aprovação da matéria e da Emenda nº 1 – CAE.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CAE/CMA.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 338, DE 2005
TERMINATIVO

Dá nova redação ao inciso III do artigo 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.
Autoria: Senador PEDRO SIMON.
Relatoria: Senador ADELMIR SANTANA.
Parecer: Pela aprovação com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CMA.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 542, DE 2007
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para dispor sobre os serviços de atendimento personalizado ao consumidor, realizados por meio eletrônicos, fac-símile, correio de voz, internet e outras formas de Serviço de Atendimento ao Consumidor (SACs) ou Centrais de Atendimento Telefônico (call centers).
Autoria: Senador MARCELO CRIVELLA.
Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1 e 2 – CMA.

REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2008 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 9, de 2008 – CMA, 2 e 6, de 2008 – CRA
Autoria: Senadores SIBÁ MACHADO, JEFFERSON PERES e NEUTO DE CONTO.
Autoria do Aditamento: Senador FLEXA RIBEIRO.
Assunto: Discutir a concessão de anistia aos proprietários de terras responsáveis pelo desmatamento ilegal, legalizando 220 mil quilômetros quadrados na Amazônia, bem como o conjunto de ações integradas de combate ao desmatamento lançado pelo Poder Executivo; o recadastramento fundiário obrigatório de todos os imóveis rurais situados nos municípios que mais desmatam; a aquisição de terras por estrangeiros na Amazônia; e, a resolução do Conselho Monetário Nacional que estabelece algumas condições obrigatórias à concessão de crédito para empreendimentos rurais na Amazônia.

CONVIDADOS:

Senhor **Mauro Pires,** Diretor da Política de Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente – MMA;
Senhor **Derli Dossa,** Chefe da Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – AGE/MAPA;
Senhor **Flávio Montiel da Rocha,** Diretor de Proteção Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;
Senhor **Álvaro Ricardo Palharini,** Delegado de Polícia Federal e Chefe da Divisão de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Histórico – DPF;
Senhor **Anaximandro Doudement Almeida,** Superintendente Técnico da CNA; e
Senhor **Antoninho Rovaris,** Secretário de Política Agrícola da CONTAG.
Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 9, DE 2008 – CMA

Inclusão do nome do senhor **Antoninho Rovaris,** Secretário de Política Agrícola – CONTAG.
Autoria: Senador LEOMAR QUINTANILHA.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 34, DE 2008 - CMA

Requer nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para tratar sobre os principais impactos das mudanças climáticas e os possíveis cenários para o futuro, sendo convidados:
Doutor **Carlos Afonso Nobre,** do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, um dos membros brasileiros do IPCC; e
Doutor **Antônio Rocha Magalhães,** autoridade brasileira no tema, foi consultor do Banco Mundial (BIRD) no Brasil e também membro do IPCC.
Autoria: Senador INÁCIO ARRUDA.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 34, de 2008 – CMA aprovado em 28.10.08.
Autoria: Senador INÁCIO ARRUDA.
Assunto: Debate sobre os principais impactos das mudanças climáticas e os possíveis cenários para o futuro.

CONVIDADOS:

Doutor **Martin Parry,** Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas – IPCC;
Doutor **Carlos Afonso Nobre,** representando o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE; e
Doutor **Antônio Rocha Magalhães,** autoridade brasileira no tema, foi consultor do Banco Mundial no Brasil e também membro do IPCC.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 04

02 ORDINÁRIAS/DELIBERATIVA
01 EXTRAORDINÁRIA/AUDIÊNCIA PÚBLICA
01 CONJUNTA/AUDIÊNCIA PÚBLICA

MATÉRIAS APRECIADAS: 20

03 TERMINATIVAS
07 NÃO TERMINATIVAS
05 REQUERIMENTOS – CMA
01 ADITAMENTO
04 EMENDAS – CMA
PARECERES - CMA

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH.

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE OUTUBRO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 75, DE 2008 – CDH

Com fundamento no disposto no artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, com vistas a debater a situação das pequenas empresas fumageiras do país e de seus trabalhadores, em hora, data, local e convidados a serem definidos pela própria Comissão.
Autoria: Senador PAULO PAIM.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
PETIÇÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (PDH) Nº 02, DE 2008

Denuncia e requer providências acerca da situação da execução penal de **Augusto Jerônimo da Silva,** conforme dossiê encaminhado pelo Of. GSFA/01109/2008, do Gabinete do Senador Flávio Arns.
Autoria: Ivan F. de Castro, José E. Mansur e Nelita F. de Freitas.
Relatoria "ad hoc": Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR.
Obs: Aprovado parecer em 03.07.08, que concluiu pela necessidade de solicitação ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, mediante oficio, os citados documentos e informações aptos a esclarecer o assunto, consoante o artigo 142 do Regimento Interno do Senado Federal.
Resultado: Foi comunicado aos senhores Senadores, que as informações solicitadas, estão à disposição na Secretaria da Comissão, a matéria foi ao arquivo.

REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 2008 (CONJUNTA COM A CAS)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 29, de 2008 – CAS e 72, de 2008 – CDH.
Autoria: Senadores ANTÔNIO CARLOS VALADARES e PAULO PAIM.
Assunto: Discussão sobre os aspectos sociais do Estatuto do Motorista Profissional, com vistas a tratar das melhorias nas condições de trabalho, salário, segurança e saúde dos motoristas de caminhão, ônibus e transporte de modo geral, à luz do Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2008.

CONVIDADOS:

Senhor **Wilbert Ribeiro Junquilho,** Gerente de Transporte Rodoviário de Cargas, representante o senhor **Bernardo Figueiredo,** Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT;
Senhor **Luiz Antônio Festino,** Nova Central;
Senhor **Moacir Firmino dos Santos,** Secretário Nacional de Transporte, representando o senhor **Paulo Pereira da Silva,** Presidente da Força Sindical;
Senhor **José Calixto Ramos,** Presidente da Nova Central;
Senhor **Nélio Botelho,** Presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro – MUB;
Senhor **José Augusto,** Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores;
Senhor **José Eduardo Vaz,** Coordenador Geral de Estatística, representando o senhor **Alfredo Pereira do Nascimento,** Ministro de Estado dos Transportes;
Senhor **Ricardo Patah,** Presidente da União dos Trabalhadores – UGT;
Senhor **José Pedro dos Reis,** Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região/MT, representando o senhor **Otávio Brito Lopes,** Procurador-Geral do Trabalho;
Senhor **Marcos Aurélio Ribeiro,** representando o senhor **Geraldo Aguiar de Brito Vianna,** Presidente da Associação Nacional de Transportes de Cargas e Logística – NTC;
Senhor **Carlos Henrique Ribeiro de Carvalho,** Gerente Técnico, representando o senhor **Otávio Vieira da Cunha Filho,** Presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos – NTU;
Senhor **Rafael Grigera,** Assistente Regional da América Latina e Caribe da Federação Internacional dos Trabalhadores em Transportes – ITF;
Senhor **José Hélio Fernandes,** Diretor-Geral da CNT e Presidente da FENATAC, representando o senhor **Clésio Andrade,** Presidente da Confederação Nacional do Transporte – CNT;
Senhor **Luiz Alberto Mincarone,** representando a **Associação Brasileira de Transportadores Internacional – ABTI;**
Senhor **Maurício Ferreira Silva,** representando o senhor **Antônio Fernandes dos Santos Neto,** Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB; e
Senhor **Omar José Gomes,** Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Terrestres – CNTTT.
Resultado: Realizada.

1ª REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 76, DE 2008 – CDH

Requer a realização de Audiência Pública para discutir a situação da profissão de vigilante, no dia 30 de outubro de 2008.
Autoria: Senador PAULO PAIM e outros.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre incentivos à Políticas Públicas de Juventude executadas pelas entidades privadas sem fins lucrativos.
Autoria: Senador PATRICIA SABOYA.
Relatoria: Senador PAULO PAIM.
Parecer: Favorável à matéria com uma emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CDH (Substitutivo). A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, DE 2005
TERMINATIVO

Cria a Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente.
Autoria: Senador CRISTOVAM BUARQUE.
Relatoria: Senadora PATRICIA SABOYA.
Relatoria "ad hoc": Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR.
Parecer: Pela aprovação da matéria na forma da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo)
Resultado: Aprovado o Projeto nos termos do Substitutivo CCJ/CDH. O Substitutivo vai a Turno Suplementar, nos termos do artigo 282 – RISF.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 417, DE 2007
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para obrigar entidades a terem em seus quadros, pessoal capacitado para reconhecer e reportar maus-tratos de crianças e adolescentes.
Autoria: Senador MARCELO CRIVELLA.
Relatoria: Senadora LÚCIA VÂNIA.
Relatoria "ad hoc": Senador CRISTOVAM BUARQUE.
Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1 e 2 – CDH.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 38, DE 2008
TERMINATIVO

Altera o § 2º do artigo 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para declarar, como efeito da condenação, a perda de valores e bens utilizados na prática ou exploração de prostituição de criança ou adolescente.
Autoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.
Relatoria: Senador MAGNO MALTA.
Relatoria "ad hoc": Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR.
Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CDH.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 672, DE 2007
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, de modo a estabelecer que todo idoso com pelo menos cem anos tem direito a benefício no valor de dois salários mínimos.
Autoria: Senador PAULO PAIM.
Relatoria: Senador LEOMAR QUINTANILHA.
Relatoria "ad hoc": Senador CÍCERO LUCENA.
Parecer: Pela aprovação da matéria com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4 – CAS.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4 – CAS/CDH.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 77, DE 2008 – CDH

Requer a realização de Audiência Pública para discutir o fator previdenciário, demissão de dirigentes sindicais, jornada de trabalho e reajuste dos aposentados, a realizar-se no dia 4 de dezembro de 2008.
Autoria: Senador PAULO PAIM.
Resultado: Aprovado.

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 71, de 2008 – CDH.
Autoria: Senador PAULO PAIM.
Assunto: Discussão e promoção do lançamento do documentário "Jango em Três Atos".

CONVIDADOS:

Senhor **João Vicente Fontella Goulart,** Filho do ex-presidente João Goulart;
Senhor **Deraldo Goulart,** Diretor da TV Senado; e
Senhora **Virgínia Malheiros Galvez,** Diretora da TV Senado.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

1ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nºs 76, de 2008 – CDH, aprovado em 15.10.08.
Autoria: Senador PAULO PAIM.
Assunto: Discussão sobre a situação da profissão de vigilante.

CONVIDADOS:

Senhor **José Boaventura Santos,** Presidente da Confederação Nacional dos trabalhadores Vigilantes – CNTV;
Senhor **Vicente Lourenço DE Oliveira,** Presidente da Federação Interestadual dos Vigilantes – FITV;
Senhor **Fernando Bandeira,** Presidente da Federação dos Vigilantes e Empregados em Empresas de Segurança, Transporte de Valores e Similares do RJ;
Senhor **Francisco Domingos dos Santos,** Diretor da Confederação Nacional dos trabalhadores Vigilantes – CNTV;
Senhor **Carlos José das Neves,** Presidente do Sindicato dos Transportes de Valores do DF – Sindvalores/DF;
Senhor **José Nilson Ribeiro,** Secretário-Geral representando o senhor **João Soares,** Presidente da Federação dos Vigilantes do Estado do Paraná – FETRAVISPP;
Senhor **José Inácio Cassiano de Souza,** Presidente do Sindicato de Pernambuco, representando o senhor **Geraldo Cunha da Silva,** Presidente do Sindicato dos Vigilantes do Estado do Ceará;

Senhor **Heralde Silva Santos,** Presidente do Sindicato de Transportes de Valores do Rio de Janeiro, representando o senhor **Geizo Araújo de Souza,** Diretor da Federação dos Vigilantes do Estado de São Paulo; e

Senhor **Evandro Vargas dos Santos,** Presidente da Federação Profissional dos Trabalhadores em Segurança Privada do Estado do Rio Grande do Sul.

Resultado: Realizada.

2ª PARTE

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 78, DE 2008 – CDH

Requer a realização de Audiência Pública, na Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, para apresentação e discussão do II Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, lançado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos no último dia 10 de setembro de 2008, bem como para apresentação do resultado da fiscalização dos Grupos Móveis de Trabalho, durante o ano de 2008.

Autoria: Senador JOSÉ NERY.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 79, DE 2008 – CDH

Requer a realização de Audiência Pública, na Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, para debater a violência contra a mulher e a aplicação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), buscando identificar como o Poder Judiciário, os órgãos do Poder Executivo e a mídia vêm trabalhando para a sua eficaz implementação e divulgação.

Autoria: Senadora IDELI SALVATTI.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 80, DE 2008 – CDH

Requer a realização de Audiência Pública a respeito da campanha "16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres", em hora, data, local e convidados a serem definidos pela própria Comissão.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 81, DE 2008 – CDH

Com fundamento no disposto no artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública conjunta entre a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Assuntos Sociais, com vistas a tratar da Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultural de Paz. **Senador PAULO PAIM.**
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 05

02 EXTRORDINÁRIA/DELIBERATIVA
01 CONJUNTA/AUDIÊNCIA PÚBLICA
02 EXTRAORDINÁRIA/AUDIÊNCIA PÚBLICA

MATÉRIAS APRECIADAS: 25

04 TERMINATIVAS
01 NÃO TERMINATIVA
09 EMENDAS - CDH
07 REQUERIMENTOS – CDH
01 PETIÇÃO CDH

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MESANGEM (SF) Nº 178, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da senhora **Ana Cândida Pérez,** Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Nigéria.
Autoria: Presidência da República.
Relatoria: Senador JOSÉ NERY.
Parecer: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 02
MESANGEM (SF) Nº 179, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do senhor **Luiz Felipe de Seixas Corrêa,** Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado da Cidade do Vaticano.
Autoria: Presidência da República.
Relatoria: Senador MARCO MACIEL.
Parecer: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 208, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre reconhecimento recíproco de Carteiras de Habilitação, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senador CÉSAR BORGES.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 49, DE 2008 – CRE

Requeremos, na forma do disposto no artigo 58, § 2º, inciso V da Constituição Federal e nos artigos 90, inciso V, e 93 inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada nesta Comissão Audiência Pública para tratar da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, com a participação dos seguintes convidados: senhor **Tarso Genro,** Ministro de Estado da Justiça; senhor **Celso Amorim,** Ministro de Estado das Relações Exteriores; senhor **André Puccinelli,** Governador do Estado de Mato Grosso do Sul; senhor **Cezar Britto,** Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); e senhor **Francisco Rezek,** Professor de Direito Internacional.
Autoria: Senadores EDUARDO AZEREDO e MARISA SERRANO.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 55, DE 2008 – CRE

Requeremos, nos termos regimentais, seja formulado convite aos Ministros da Defesa, senhor **Nelson Jobim,** da Integração Nacional, senhor **Geddel Vieira Lima** e Ministro Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, senhor **Roberto Mangabeira Unger,** para exposição sobre as ações dos respectivos Ministérios na Amazônia, a ser apresentada na Subcomissão Permanente da Amazônia (CREPA), no Senado Federal, em data a ser escolhida, preferencialmente, entre o dia 6 e o dia 20 de outubro de 2008.
Autoria: Senadores MOZARILDO CAVALCANTI e JOSÉ NERY.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 56, DE 2008 – CRE

Requeiro, nos termos do artigo 336, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2008, que aprova o "texto do acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre o reconhecimento recíproco de Carteiras de Habilitação, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007".
Autoria: Senador CÉSAR BORGES.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 57, DE 2008 – CRE

Nos termos regimentais, requeiro aditamento ao Requerimento nº 49, de 2008 – CRE, para incluir o senhor **Jonas Marculino,** Professor Indígena da Comunidade do Contão, para participar da Audiência Pública.
Autoria: Senador AUGUSTO BOTELHO.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 58, DE 2008 – CRE

Nos termos regimentais, requeremos aditamento ao Requerimento nº 49, de 2008 – CRE, para acrescentar os seguintes convidados: senhor **Márcio Meira,** Presidente da FUNAI; **Joênia Wapichana,** representante dos Povos Indígenas de Roraima; e doutora **Débora Duprat,** da 6ª Câmara do Ministério Público Federal.
Autoria: Senadores MARINA SILVA e EDUARDO SUPLICY.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

01 EXTRAORDINÁRIA/DELIBERATIVA
CONJUNTA/AUDIÊNCIA PÚBLICA

MATÉRIAS APRECIADAS: 08

03 NÃO TERMINATIVAS
05 REQUERIMENTOS – CRE

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BENDES a conceder empréstimos com taxas de juros subsidiadas para financiar investimentos na renovação da frota de transporte fluvial da Amazônia.
Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR.
Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Inclui no anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o Trecho Rodoviário que especifica.
Autoria: Deputado EDINHO BEZ.
Relatoria "ad hoc": Senador CÍCERO LUCENA.
Parecer: Favorável à matéria na forma da emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CI (Substitutivo).

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 109, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, para tornar obrigatório o uso de proteção no motor, eixo e partes móveis das embarcações.

Autoria: Deputada JANETE CAPIBERIBE.
Relatoria: Senador LEOMAR QUINTANILHA.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2008
TERMINATIVO

Altera a Lei 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, o Trecho Rodoviário que especifica, sob a designação de BR-438, localizado no Estado de Goiás.
Autoria: Senador MARCONI PERILLO.
Relatoria: Senador JAYME CAMPOS.
Parecer: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, DE 2008
TERMINATIVO

Dispõe sobre a alteração do limite de potência que caracteriza as pequenas centrais hidrelétricas e amplia incentivos e investimentos em geração de energia elétrica de outras fontes alternativas.
Autoria: Senador LOBÃO FILLHO.
Relatoria: Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA.
Parecer: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CI.

ITEM Nº 06
MENSAGEM Nº 202, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o artigo 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o artigo 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome da senhora **Magda Maria de Regina Chambriard,** para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.
Autoria: Presidência da República.
Relatoria: Senador SÉRGIO GUERRA.
Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Aprovada a indicação.

ITEM Nº 07
MENSAGEM Nº 201, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o artigo 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o artigo 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do senhor **Allan Kardec Duailib Barros Filho,** para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.
Autoria: Presidência da República.
Relatoria: Senador JOÃO TENÓRIO.
Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Aprovada a indicação.

EXTRA PAUTA

ITEM 01
REQUERIMENTO Nº 42, DE 2008 – CI

Requer, nos termos regimentais a realização de Audiência Pública, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, para esclarecer os senhores senadores e analisar propostas sobre o estabelecimento de uma política de redistribuição das diversas formas de transportes no Brasil, tais como hidroviário, ferroviário e rodoviário em razão de sua importância para o desenvolvimento do país, com a presença dos seguintes convidados: senhor **Alfredo Pereira do Nascimento,** Ministro de Estado dos Transportes ou seu representante; senhor **Fernando Antônio Brito Fialho,** Diretor-Geral da Agência de Transportes Aquaviários; senhor **Adriano Murgel Branco,** Especialista em Sistemas de Transportes e ex-Secretário de Transportes do Estado de São Paulo; e senhor **Paulo Sérgio Oliveira Passos,** Presidente do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.
Autoria: Senador MARCONI PERILLO e outros.
Resultado: Aprovado.

ITEM 02
REQUERIMENTO Nº 43, DE 2008 – CI

Requer, nos termos do inciso II, do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, para discutir com empresários do setor, especialistas e autoridades públicas, o tema do aumento desmesurado dos preços do cimento e ferro.
Autoria: Senador LOBÃO FILHO.
Resultado: Aprovado.

ITEM 03
REQUERIMENTO Nº 44, DE 2008 – CI

Requer, nos termos do artigo 90, incisos II, III e V do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, destinada a discutir os fatos que motivaram a difícil situação de aposentados e pensionistas do Aeros (Fundo de Previdência Complementar) e do Aerus (Instituto Aerus de Seguridade Social), com a presença dos seguintes convidados: senhor **José Pimentel,** Ministro de Estado da Previdência Social. senhor **Nelson Machado,** Secretário Executivo do Ministério da Fazenda; senhora **Maria Batista da Silva,** Liquidante do Fundo de Pensão Aeros (Vasp); senhor **Jefferson Carús Guedes,** Procurador-Geral da União; senhor **Roger Odillo Klafke,** Diretor do Departamento de Fiscalização da Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social; senhor **Ricardo Pena Pinheiro,** Secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social; senhora **Maria Aparecida Tavares Leite,** Presidenta da Associação dos Aeronautas e Aeroviários do Brasil; senhor **Reginaldo Alves de Souza,** Presidente do Sindicato dos Aeroviários do Estado de São Paulo; senhor **João da Silva Crespo Filho,** Liquidante da Varig; e senhor **Aubiérgo de Souza Filho,** Interventor da Aerus.
Autoria: Senador HERÁCLITO FORTES.
Resultado: Aprovado.

ITEM 04
REQUERIMENTO Nº 45, DE 2008 – CI

Requer, nos termos do § 1º do artigo 50 e inciso III, § 2º do artigo 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso III do artigo 90 e § 1º do artigo 397 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados o senhor **Geddel Vieira Lima,** Ministro de Estado da Integração Nacional; senhor **Paulo Sérgio de Noronha Fontana,** Superintendente da SUDENE; senhor **Jorge Corte Real,** Presidente da Federação das Indústrias do estado de Pernambuco – Fiepe; e senhora **Lina Vieira,** da Secretaria da Receita Federal, para que compareçam em Audiência Pública conjunta da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI e da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, desta Casa, a fim de prestarem informações acerca dos efeitos oriundos do Decreto nº 6.539, de 18 de agosto de 2008.
Autoria: Senador DEMÓSTENES TORRES e outros.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

01 EXTRORDINÁRIA/DELIBERATIVA

MATÉRIAS APRECIADAS: 13

02 TERMINATIVA
05 NÃO TERMINATIVAS

02 EMENDAS - CI
04 REQUERIMENTOS – CI

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE OUTUBRO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 239, DE 2008 – COMPLEMENTAR
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o artigo 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências, para o fim de regulamentar o risco de crédito decorrente das operações.
Autoria: Senador TASSO JEREISSATI.
Relatoria: Senador MARCO MACIEL.
Parecer: Favorável à matéria com quatro emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs. 1, 2, 3 e 4 – CDR. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 9, DE 2008 – CDR

Requer, com base no artigo 101, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, seja ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania acerca da constitucionalidade do Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2008, para, somente após o parecer daquela Comissão, analisarmos o mérito do projeto em epígrafe.
Autoria: Senador JOÃO PEDRO.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Amplia a gama de produtos da Amazônia Ocidental beneficiários da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados prevista no artigo 6º do Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975, e reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e dá Confins incidentes sobre a venda deles no mercado interno.

Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR.
Relatoria: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.
Parecer: Pela apresentação de Requerimento de Informações ao Ministro de Estado da Fazenda.
Resultado: Aprovado o Requerimento de Informações

TOTAL DE REUNIÕES: 02

01 EXTRAORDINÁRIA/DELIBERATIVA

MATÉRIAS APRECIADAS: 01

NÃO TERMINATIVAS
01 REQUERIMENTO – CDR

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2008 EM CONJUNTA COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 18, de 2007 – CRA, 01, de 2008 – CRA/BIO e 13, de 2007 – CRA/BIO aprovados em 19.09.07, 27.02.08 e 11.07.2007 respectivamente.
Autoria: Senadores EXPEDITO JÚNIOR, JOÃO TENÓRIO e SIBÁ MACHADO.
Assunto: Discutir o Zoneamento Agrícola Brasileiro, a expansão de culturas para o Biocombustíveis e outras culturas e expor sobre o planejamento do zoneamento agrícola para o cultivo de cana-de-açúcar no Brasil e sobre o anúncio da imprensa da proibição dessa cultura na Amazônia Legal.

CONVIDADOS:

Senhor **Carlos Minc,** Ministro de Estado do Meio Ambiente; e
Senhor **Reinhold Stephanes,** Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 17, DE 2008 – CRA

Requer nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, com a finalidade de analisar e discutir sobre a Cadeia Produtiva de aves e suínos no Barsil, com a presença dos seguintes convidados:
Senhor **Rubens Valentini,** Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Aves e Suínos do MAPA e Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (ABCS);
Senhor **Fabiano Coser,** Assessor Técnico da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos;
Senhor **Pedro de Camargo Neto,** Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína;
Senhor **Ariel Antônio Mendes,** Presidente da União Brasileira de Avicultura (UBA); e
Senhor **Francisco Turra,** Presidente da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango (Abef).
Autoria: Senador NEUTO DE CONTO.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2008 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE MEIO AMBINETE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 9, de 2008 – CMA, 2 e 6, de 2008 – CRA
Autoria: Senadores SIBÁ MACHADO, JEFFERSON PERES e NEUTO DE CONTO.
Autoria do Aditamento: Senador FLEXA RIBEIRO.
Assunto: Discutir a concessão de anistia aos proprietários de terras responsáveis pelo desmatamento ilegal, legalizando 220 mil quilômetros quadrados na Amazônia, bem como o conjunto de ações integradas de combate ao desmatamento lançado pelo Poder Executivo; o recadastramento fundiário obrigatório de todos os imóveis rurais situados nos municípios que mais desmatam; a aquisição de terras por estrangeiros na Amazônia; e, a resolução do Conselho Monetário Nacional que estabelece algumas condições obrigatórias à concessão de crédito para empreendimentos rurais na Amazônia.

CONVIDADOS:

Senhor **Mauro Pires,** Diretor da Política de Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente – MMA;
Senhor **Derli Dossa,** Chefe da Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – AGE/MAPA;
Senhor **Flávio Montiel da Rocha,** Diretor de Proteção Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;
Senhor **Álvaro Ricardo Palharini,** Delegado de Polícia Federal e Chefe da Divisão de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Histórico – DPF;
Senhor **Anaximandro Doudement Almeida,** Superintendente Técnico da CNA; e
Senhor **Antoninho Rovaris,** Secretário de Política Agrícola da CONTAG.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2008

AUDIÊNCIA PÚBLICA
Em atendimento ao Requerimento nº 17, de 2008 – CRA, aprovado em 15.10.08
Autoria: Senador NEUTO DE CONTO.
Assunto: Analise e discussão sobre a Cadeia Produtiva de Aves e Suínos no Brasil.

CONVIDADOS:

Senhor **Rubens Valentini,** Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Aves e Suínos do MAPA e Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (ABCS);
Senhor **Fabiano Coser,** Assessor Técnico da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (ABCS);
Senhor **Pedro de Camargo Neto,** Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (ABIPECS);
Senhor **Ariel Antônio Mendes,** Presidente da União Brasileira de Avicultura (UBA); e
Senhor **Francisco Turra,** Presidente da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango (ABEF).
Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº18, DE 2008 - CRA

Requer nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, com a finalidade de discutir sobre a Cadeia Produtiva da Agricultura Orgânica no Brasil, com a presença dos seguintes convidados:

Senhor **José Pedro Santiago,** Presidente da Câmara Setorial de Agroecologia do Ministério da Agricultura – MAPA;
Senador **Rogério Dias,** Diretor do Departamento de Agroecologia do Ministério da Agricultura – MAPA;
Senador **Joe Carlo Viana Valle**, Produtor Orgânico do DF;
Senhora **Beatriz Martins Costa,** representante da ONG Planeta Orgânico;
Senhor **José Alexandre Ribeiro,** Representante da ONG BioBrasil; e
Senhor **Sérgio Pedini**, Professor da Escola Agrotécnica Federal de Machado – MG.
Autoria: Senador NEUTO DE CONTO.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 04

02 CONJUNTAS/AUDIÊNCIA PÚBLICA.
01 EXTRAORDINÁRIA/DELIBERATIVA.
01 EXTRAORDINÁRIA/AUDIÊNCIA PÚBLICA.

MATÉRIAS APRECIADAS: 02

TERMINATIVA
NÃO TERMINATIVA
02 REQUERIMENTOS– CRA.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTIVEIS – CRA

REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2008 EM CONJUNTA COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 18, de 2007 – CRA, 01, de 2008 – CRA/BIO e 13, de 2007 – CRA/BIO aprovados em 19.09.07, 27.02.08 e 11.07.2007 respectivamente.
Autoria: Senadores EXPEDITO JÚNIOR, JOÃO TENÓRIO e SIBÁ MACHADO.
Assunto: Discutir o Zoneamento Agrícola Brasileiro, a expansão de culturas para o Biocombustíveis e outras culturas e expor sobre o planejamento do zoneamento agrícola para o cultivo de cana-de-açúcar no Brasil e sobre o anúncio da imprensa da proibição dessa cultura na Amazônia Legal.
CONVIDADOS:

Senhor **Carlos Minc,** Ministro de Estado do Meio Ambiente; e
Senhor **Reinhold Stephanes,** Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

01 CONJUNTA/AUDIÊNCIA PÚBLICA.

MATÉRIAS APRECIADAS:

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 14, de 2008 – CCT aprovado em 13.08.08.
Autoria: Senadores GIM ARGELLO, ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA e FLEXA RIBEIRO.
Assunto: Discutir as novas tecnologias de prospecção de petróleo nas Camadas de Pré-Sal.

CONVIDADOS:

Senhor **Carlos Tadeu da Costa Fraga,** Gerente Executivo do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da PETROBRÁS;
Senhor **Jean-Paul Terra Prates,** Secretário de Energia e Assuntos Internacionais do Estado do Rio Grande do Norte;
Senhor **German Efromovich,** Presidente da Marítima Petróleo e Engenharia;
Senhor **Aloísio Nóbrega,** Superintendente de Tecnologia da Organização Nacional da Indústria do Petróleo – ONIP; e
Senhor **João Victor Campos,** Geólogo e Sócio da Associação dos Engenheiros da PETROBRÁS – AEPET.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 256, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Cria centros de pesquisa e de desenvolvimento da educação nas instituições federais de Educação Superior.
Autoria: Senador CRISTOVAM BUARQUE.
Relatoria: Senador ROMEU TUMA.
Parecer: Favorável à matéria na forma do substitutivo que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CCT (Substitutivo). A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte em decisão terminativa.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 296, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Obriga os estabelecimentos de locação de terminais de computadores a manterem cadastro de seus usuários.
Autoria: Senador GERSON CAMATA.
Relatoria: Senador EDUARDO AZEREDO.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 16, DE 2008 – CCT

Nos termos do artigo 58, inciso II da Constituição Federal e do artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal, Audiência Pública conjunta para esclarecimentos acerca da matéria veiculada no jornal Folha de São Paulo, de 14 de setembro de 2008, intitulada "Sigilo telefônico é vendido a menos de R$ 1.000,00 no país". Para tanto sugiro os nomes dos seguintes convidados: senhor **Ronaldo Sardenberg,** Presidente da ANATEL; senhor **Mário César Pereira de Araújo,** Presidente da TIM; senhor **Roberto Lima,** Presidente da VIVO; senhor **João Cox,** Presidente da CLARO; senhor **Luiz Eduardo Falco,** Presidente da OI; e senhor **Roberto Aroso Cardoso,** Presidente da Brasil Telecom.
Autoria: Senadores VALDIR RAUPP, ALOIZIO MERCADANTE e EDUARDO AZEREDO.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 17, DE 2008 – CCT

Requeiro, nos termos constitucionais e regimentais, sejam, sejam formulados convites ao senhor **Sérgio Machado Rezende,** Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia; senhor **Jacob Palis,** Presidente da Academia Brasileira de Ciência; e senhor **Marco Antônio Raupp,** Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, para comparecerem perante esta Comissão, em 22 de outubro de 2008, por ocasião da Semana Nacional de C&T, para ouvi-los sobre a evolução e diversidade da ciência, da tecnologia e inovação no País.
Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 17, de 2008 – CCT aprovado em 15.10.08.
Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.
Assunto: Debate e exposição sobre a evolução e diversidade da Ciência e Tecnologia no País.

CONVIDADOS:

Senhor **Marco Antônio Zago,** Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq;
Senhor **Jacob Palis,** Presidente da Academia Brasileira de Ciência – ABC; e
Senhor **Marco Antônio Raupp,** Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 03

02 EXTRAORDINÁRIA/AUDIÊNCIA PÚBLICA
01 EXTRAORDINÁRIA/DELIBERATIVA.

MATÉRIAS APRECIADAS: 05

TERMINATIVA
02 NÃO TERMINATIVA
01 EMENDA – CCT
02 REQUERIMENTOS – CCT
ADITAMENTO – CCT

TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS COMISSÕES: 36
TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS SUBCOMISSÕES: 02
TOTAL GERAL DE MATÉRIAS APRECIADAS: 174

CONGRESSO NACIONAL – 2008

ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL
(PERÍODO 1º A 31 DE OUTUBRO)

Nº	Assunto
42/2008 (public. no DOU de 20-10-2008)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 28 de outubro de 2008, a vigência da Medida Provisória nº 439, de 29 de agosto de 2008, que "Constitui fonte de recursos adicional para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES".
43/2008 (public. no DOU de 20-10-2008)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 28 de outubro de 2008, a vigência da Medida Provisória nº 440, de 29 de agosto de 2008, que "Dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e Auditoria-Fiscal do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004; das Carreiras da Área Jurídica, de que trata a Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006; das Carreiras de Gestão Governamental, de que trata a Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; das Carreiras do Banco Central do Brasil - BACEN, de que trata a Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998; e da Carreira de Diplomata, de que trata a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006; cria o Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP, o Plano de Carreiras e Cargos da CVM e o Plano de Carreiras e Cargos do IPEA; dispõe sobre a remuneração dos titulares dos cargos de Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, de que trata a Lei nº 9.625, de 7 de abril de 1998, e integrantes da Carreira Policial Civil dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima de que trata a Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, a criação de cargos de Defensor Público da União, a criação de cargos de Analista de Planejamento e Orçamento, e sobre o Sistema de Desenvolvimento na Carreira - SIDEC, e dá outras providências".

Nº	Assunto
44/2008 (public. no DOU de 20-10-2008)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 28 de outubro de 2008, a vigência da Medida Provisória nº 441, de 29 de agosto de 2008, que "Dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória das Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, de que trata o art. 2º da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, da Carreira de Tecnologia Militar, de que trata a Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998, dos cargos do Grupo Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - Grupo DACTA, de que trata a Lei nº 10.551, de 13 de novembro de 2002, dos empregos públicos do Quadro de Pessoal do Hospital das Forças Armadas - HFA, de que trata a Lei nº 10.225, de 15 de maio de 2001, da Carreira de Supervisor Médico-Pericial, de que trata a Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998, das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, do Plano de Carreiras de Cargos da FIOCRUZ, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, de que trata a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002, da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, dos Policiais e Bombeiros Militares dos Ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal, de que trata a Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, do Plano Especial de Cargos da SUFRAMA, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, do Plano Especial de Cargos da EMBRATUR, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, do Plano de Classificação de Cargos, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional, de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, da Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União - GIAPU, de que trata a Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005, das Carreiras da área de Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -IBAMA, de que trata a Lei nº 11.357, de 2006, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do FNDE, de que trata a Lei nº 11.357, de 2006, dos Juízes do Tribunal Marítimo, de que trata a Lei nº 11.319, de 6 de julho de 2006, do Quadro de Pessoal da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, do Plano de Carreiras e Cargos do INMETRO, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, do Plano de Carreiras e Cargos do IBGE, de que trata a Lei nº 11.355, de 2006, do Plano de Carreiras e Cargos do INPI, de que trata Lei nº 11.355, de 2006, da Carreira do Seguro Social, de que trata a Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do DNPM, de que trata a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, do Quadro de Pessoal da AGU, de que trata a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, da Gratificação de Desempenho de Atividade dos Fiscais Federais Agropecuários - GDFFA, de que trata a Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004, da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária - GDATFA, de que trata a Lei nº 10.484, de 3 julho de 2002, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário - GDAPA, de que trata a Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária - GDARA, de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, da Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - GDPST, de que trata a Lei nº 11.355, de 2006, das Carreiras e Planos Especiais de Cargos das Agências Reguladoras, de que tratam as Leis nºs 10.768, de 19 de novembro de 2003, 10.871, de 20 de maio de 2004, 10.882, de 9 de junho de 2004, e 11.357, de 2006, da Gratificação Temporária das Unidades Gestoras dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE, de que trata a Lei nº 11.356, de 2006, sobre a instituição da Gratificação Específica de Produção de Radioisótopos e Radiofármacos - GEPR, da Gratificação Específica, da Gratificação do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática - GSISP, da Gratificação Temporária de Atividade em Escola de Governo - GAEG e do Adicional de Plantão Hospitalar, dispõe sobre a remuneração dos beneficiados pela Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, dispõe sobre a estruturação da Carreira de Médico Perito Previdenciário, no âmbito do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Evandro Chagas e do Centro Nacional de Primatas e do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda, reestrutura a Carreira de Agente Penitenciário Federal, de que trata a Lei nº 10.693, de 25 de junho de 2003, e dá outras providências".

CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 510/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foi lida, na sessão do Senado Federal realizada em 7-10-2008, a Mensagem nº 137, de 2008-CN (nº 740/2008, na origem), do Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 2º do art. 2º da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, o Relatório de Avaliação do cumprimento da meta de resultado primário do conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Programa de Dispêndios Globais das Empresas Estatais Federais não financeiras, fixada para o segundo quadrimestre de 2008.
Of. nº 511/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foram lidos, na sessão do Senado Federal realizada em 7-10-2008, os PLNs nºs 51, 52 e 53, de 2008, e foram despachados à CMO.
Of. nº 512/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República adotou, no dia 6-10-2008, e publicou na mesma data, a **Medida Provisória nº 442**, de 2008, que "Dispõe sobre operações de redesconto pelo Banco Central do Brasil e autoriza a emissão da Letra de Arrendamento Mercantil – LAM, e dá outras providências.
Of. nº 513/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foram autuados, por solicitação do Presidente da CMO, e lidos na sessão do Senado Federal realizada em 8-10-2008, os Avisos nºs 35 a 39, de 2008-CN (nºs 1349, 1385, 1415, 1417 e 1455-Seses-TCU/2008, na origem), respectivamente, do Presidente do TCU, e retornam à CMO.
Of. nº 514/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando, que esta Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se dia 14-10-2008, terça-feira, às dezenove horas, no Plenário do Senado Federal, destinada à apreciação de projetos de lei do Congresso Nacional, com pareceres da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
Of. nº 515/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Tendo em vista requerimento de autoria da Deputada Rebecca Garcia e do Deputado Rodrigo Rollemberg e Requerimento no Senado de autoria do Senador Valdir Raupp e outros Senhores Senadores, consulta nos termos do art. 2º do Regimento Comum, sobre a viabilidade de realização de sessão solene conjunta do Congresso Nacional, no dia 21-10-2008, às onze horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia Nacional da Força Aérea Brasileira e do Aviador.
Of. nº 516/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 144, de 2008-CN (nº 762/2008, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei do Senado nº 533, de 2003 (nº 7.161/2006, na Câmara dos Deputados). Solicitando nos termos do art. 104 do Regimento Comum a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 517/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 143, de 2008-CN (nº 761/2008, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2008 (nº 1.153/1995, na Casa de origem). Solicitando nos termos do art. 104 do Regimento Comum a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
Of. nº 518/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 142, de 2008-CN (nº 760/2008, na origem), na qual comunica haver vetado integralmente o Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2007 (nº 4.679/2001, na Casa de origem). Solicitando nos termos do art. 104 do Regimento Comum a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
Of. nº 519/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 135, de 2008-CN (nº 729/2008, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2008 (oriundo da Medida Provisória nº 431, de 2008). Solicitando nos termos do art. 104 do Regimento Comum a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
Of. nº 520/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 131, de 2008-CN (nº 687/2008, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2008 (oriundo da Medida Provisória nº 427, de 2008). Solicitando nos termos do art. 104 do Regimento Comum a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
Of. nº 521/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 132, de 2008-CN (nº 689/2008, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2008 (oriundo da Medida Provisória nº 428, de 2008). Solicitando nos termos do art. 104 do Regimento Comum a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
Of. nº 522/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 130, de 2008-CN (nº 686/2008, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2008 (nº 3.118/2008, na Casa de origem). Solicitando nos termos do art. 104 do Regimento Comum a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 523/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 133, de 2008-CN (nº 690/2008, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2008 (oriundo da Medida Provisória nº 432, de 2008). Solicitando nos termos do art. 104 do Regimento Comum a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
Of. nº 524/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando a transferência da sessão conjunta anteriormente convocada para dia 14-10-2008, às dezenove horas, para realizar-se dia 15-10-2008, às dezoito horas e trinta minutos, no Plenário do Senado Federal, destinada à apreciação de Projetos de Lei do Congresso Nacional, com pareceres da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
Of. nº 526/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando a convocação da sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 21-10-2008, terça-feira, às onze horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia Nacional da Força Aérea Brasileira e do Aviador.
Of. nº 527/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foram lidos, na sessão do Senado Federal realizada em 17-10-2008, os PLNs nºs 54 a 87, de 2008, e foram despachados à CMO.
Of. nº 528/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Tendo em vista a apresentação de requerimento de autoria da Senadora Serys Slhessarenko e outros Congressistas, consulta sobre a viabilidade da realização de sessão solene do Congresso Nacional, no dia 27 de novembro próximo, às 10 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada a *comemorar o Dia Internacional para Eliminação da Violência Contra a Mulher*.
Of. nº 529/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foi autuado, por solicitação do Presidente da CMO, e lido na sessão do Senado Federal realizada dia 20-10-2008, o Aviso nº 40, de 2008-CN (nº 1392-Seses-TCU/2008, na origem), do Vice-Presidente do TCU, no exercício da Presidência, e retorna à CMO.
Of. nº 531/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que o Senhor Presidente da República adotou, no dia 21-10-2008, e publicou no dia 22 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 443, de 2008, que "Autoriza o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil, e dá outras providências.
Of. nº 532/2008-CN	Dep. Mendes Ribeiro Filho – Presidente da CMO	Comunicando a abertura de prazo para interposição de recurso a partir do dia 29 de Outubro do corrente, por 5 (cinco) dias úteis para apreciação pelo Plenário do Congresso Nacional, os Projetos de Decreto Legislativo nºs 3 a 6, de 2008-CN, tendo em vista publicação em avulsos, nesta data, dos pareceres da CMO.
Of. nº 533/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando a abertura de prazo para interposição de recurso a partir do dia 29 de Outubro do corrente, por 5 (cinco) dias úteis para apreciação pelo Plenário do Congresso Nacional, os Projetos de Decreto Legislativo nºs 3 a 6, de 2008-CN, tendo em vista publicação em avulsos, nesta data, dos pareceres da CMO.
Of. nº 534/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Tendo em vista a apresentação de requerimento de autoria do Senador Adelmir Santana e outros Senadores e da Dep. Vanessa Grazziotin, sobre a viabilidade da realização de Sessão Solene do Congresso Nacional, no dia 11 de novembro próximo, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os quarenta anos do Teatro Experimental do SESC do Amazonas – TSESC.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 535/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando a convocação da sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se 27-11-2008, quinta-feira, às dez horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia Internacional para Eliminação da Violência Contra a Mulher.
Of. nº 536/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando a convocação da sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 30 de outubro do corrente, quinta-feira, às dezessete horas, no Plenário do Senado Federal, destina à apreciação de projetos de lei do Congresso Nacional, com pereceres da CMO.
Of. nº 537/2008-CN	Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito - Comandante da Aeronáutica	Encaminha as notas taquigráficas da sessão solene conjunta do Congresso Nacional, realizada em 21-10-2008, destinada a comemorar o Dia Nacional da Força Aérea Brasileira e do Aviador.
Of. nº 538/2008-CN	Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto - Comandante da Marinha	Encaminha as notas taquigráficas da sessão solene conjunta do Congresso Nacional, realizada em 21-10-2008, destinada a comemorar o Dia Nacional da Força Aérea Brasileira e do Aviador.
Of. nº 539/2008-CN	General-de-Exército Enzo Martins Peri – Comandante do Exército	Encaminha as notas taquigráficas da sessão solene conjunta do Congresso Nacional, realizada em 21-10-2008, destinada a comemorar o Dia Nacional da Força Aérea Brasileira e do Aviador.
Of. nº 540/2008-CN	Tenente-Brigadeiro-do-Ar Flávio de Oliveira Lencastre -	Encaminha as notas taquigráficas da sessão solene conjunta do Congresso Nacional, realizada em 21-10-2008, destinada a comemorar o Dia Nacional da Força Aérea Brasileira e do Aviador.
Of. nº 541/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando em aditamento ao Of. nº 536/2008-CN, que a Presidência do Senado Federal, antecipou para as 16 horas, desta data, a sessão conjunta anteriormente convocada para às 17 horas, a realizar-se no Plenário do Senado Federal, destina à apreciação de projetos de lei do Congresso Nacional, com pareceres da CMO.
Of. nº 542/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foram lidos na sessão do Senado Federal realizada em 29-10-2008, os Relatórios de Gestão Fiscal dos seguintes Órgãos, e foram encaminhados à CMO: - Governo Federal (MCN nº 180/2008 – nº 732/2008, na origem), referente ao 2º quadrimestre de 2008; -TCU (AVN nº 41/2008 – nº 1121-GP/TCU/2008, na origem), referente ao 2º quadrimestre de 2008; -MPU e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (OFN nº 33/2008 – nº PGR/GAB/1666/2008, na origem), referentes ao período de setembro de 2007 a agosto de 2008; -CD (OFN nº 34/2008 – nº GP-O 2249/2008, na origem), referente ao período de setembro de 2007 a agosto de 2008; -STF e Conselho Nacional de Justiça (OFN nº 35/2008 – Mensagem nº 66/2008, na origem), referente ao 2º quadrimestre de 2008; -TST (OFN nº 36/2008 – nº 341/2008/TST/GDGSET/GP, na origem), referente ao período de setembro de 2007 a agosto de 2008; -TSE (OFN nº 37/2008 – nº 6005/2008, na origem), referente ao 2º quadrimestre de 2008; -STJ (OFN 38/2008 – nº 687/GP/2008, na origem), referente ao 2º quadrimestre de 2008; e -SF (OFN nº 39/2008, na origem), compreendendo a consolidação dos dados de setembro de 2007 a agosto de 2008.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 543/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando, em aditamento ao Ofício nº 533/2008-CN, de 28-10-2008, que o PDN nº 3/2008 terá sua tramitação iniciada no Senado Federal, em obediência ao disposto no art. 142 do Regimento Comum.
Of. nº 544/2008-CN	Dep. Mendes Ribeiro Filho - Presidente da CMO	Comunicando, em aditamento ao Ofício nº 533/2008-CN, de 28-10-2008, que o PDN nº 3/2008 terá sua tramitação iniciada no Senado Federal, em obediência ao disposto no art. 142 do Regimento Comum.

SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 6 DE FEVEREIRO A 31 DE OUTUBRO DE 2008

Sessões Conjuntas realizadas..... 017

- Sessões Conjuntas..... 008
- Sessões Conjuntas Solenes..... 009

Matérias Legislativas

- **Apreciadas..... 194**

  Vetos (Dispositivos)..... 171

  PLNs..... 020

  PRNs..... 002

  RQNs – Aprovado..... 001

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quarenta minutos do dia dezenove de fevereiro do ano de dois mil e oito, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Senador Eliseu Resende, Vice-Presidente da Comissão no exercício da Presidência, reúnese a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Expedito Júnior, Ideli Salvatti, Sibá Machado, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, César Borges, Romero Jucá, Valdir Raupp, Pedro Simon, Mão Santa, Neuto de Conto, Gerson Camata, Valter Pereira, Heráclito Fortes, Jayme Campos, Raimundo Colombo, Antonio Carlos Júnior, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Eduardo Azeredo, Osmar Dias e Jefferson Péres. Deixam de comparecer os Senadores Francisco Dornelles, Aloizio Mercadante, tendo falta justificada em virtude de estar de licença para tratamento de saúde, Renato Casagrande, Serys Slhessarenko, João Vicente Claudino, Gilvam Borges, Adelmir Santana, Kátia Abreu e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. O Presidente em exercício comunica o recebimento dos seguintes documentos, para conhecimento, Aviso nº 1/08 (nº 482, na origem), de 20 de dezembro de 2007, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, no mês de novembro de 2007, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; Aviso nº 4/08 (nº 24, na origem), de 17 de janeiro de 2008, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, no mês de dezembro de 2007, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; informa, ainda, que, em cumprimento ao art. 42, não consta em seus registros, nos meses de outubro a dezembro de 2007, qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; Mensagem nº 3/08 (nº 1.019, na origem), de 27 de dezembro de 2007, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real correspondente ao mês de novembro de 2007, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas; Aviso nº 03/08 (nº 001/BCB-Presi, na origem), de 11 de janeiro de 2008, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao art. 3º da Resolução do Senado Federal nº 23/96, as operações de crédito externo de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de caráter não-reembolsável, relacionando a operação referente ao 4º trimestre de 2007. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Em seguida, a Presidência passa à apreciação dos itens constantes da Pauta da Reunião, Item 01-Mensagens do Senado Federal nºs 160 e 161, de 2007, e nº 05, de 2008, não terminativas, que "encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para o quarto trimestre e para o ano de 2007, bem como os Relatórios de Execução Monetária dos segundo e terceiro trimestres de 2007, nos termos do inciso I do art. 7º da mesma lei", de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece Parecer favorável à Mensagem nº 160, de 2007, nos termos do PDS que apresenta, e pelo arquivamento das demais Mensagens. O Presidente em exercício designa o Senador Antonio Carlos Júnior Relator *Ad Hoc.* Após a leitura do Relatório, usam da palavra os Senadores Gerson Camata e Eduardo Suplicy. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator; Item 02-Mensagem do Senado Federal nº 02, de 2008, não terminativa, que "solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor total de até US$ 7,150,000.00 (sete milhões, cento e cinqüenta mil dólares dos Estados Unidos da América), para financiamento parcial do Programa Diagnósticos, Perspectivas e Alternativas para o Desenvolvimento do Brasil, a ser executado pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, por intermédio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA", de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que oferece Parecer favorável nos termos do

PRS que apresenta. O Presidente comunica que, em cumprimento à Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, encontra-se presente à Reunião o Sr. Eduardo Luiz Gaudard, da Secretaria do Tesouro Nacional, com a finalidade de acompanhar a apreciação dos Itens 02, 03 e 04 da Pauta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Sibá Machado, usam da palavra os Senadores Eduardo Azeredo, Flexa Ribeiro e Romeu Tuma, que solicitam Vista da Matéria. A Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 03-Mensagem do Senado Federal nº 31, de 2008, não terminativa, que "solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até US$ 44,000,000.00 (quarenta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa Estadual de Transportes – PET (Rio de Janeiro Mass Transit Project – PET)", de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Gerson Camata, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Gerson Camata, e não havendo quem queira discutir a Matéria, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 04-Mensagem do Senado Federal nº 32, de 2008, não terminativa, que "solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado de São Paulo e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US$ 10,000,000.00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América), para financiamento do Programa de Fortalecimento da Competitividade das Empresas Localizadas em Arranjos Produtivos do Estado de São Paulo", de autoria Presidência da República, tendo como Relator o Senador Cícero Lucena, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Cícero Lucena, e não havendo quem queira discutir a Matéria, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 05-Mensagem do Senado Federal nº 254, de 2007, não terminativa, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a adição do terceiro termo aditivo de retificação e ratificação ao Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações sob Condição, celebrado entre a União e o Estado do Piauí, em 13 de novembro de 2007", de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Inácio Arruda, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 06-Emenda de Plenário nº 01 oferecida ao Projeto de Resolução do Senado nº 84, de 2007, não terminativa, que "dispõe sobre o limite global para o montante da dívida consolidada da União", de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Romero Jucá. A apreciação da Matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2006, terminativo, que "acrescenta o inciso VI ao art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender aos representantes comerciais a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de automóveis", de autoria do Senador Marcos Guerra, tendo como Relator o Senador Eliseu Resende, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2003, não terminativo, que "acrescenta dispositivo ao artigo 473 da CLT para permitir ao trabalhador faltar ao serviço um dia por ano sem prejuízo da remuneração", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. Após a leitura do Relatório pelo Senador Heráclito Fortes, usam da palavra para discutir a Matéria os Senadores Gerson Camata, Antonio Carlos Júnior, Sibá Machado, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, Jayme Campos e Osmar Dias, que solicitam Vista da Matéria. A Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2007, terminativo, que "altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, unificando a data de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador à Seguridade Social com a data de recolhimento da contribuição devida ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)", de autoria do Senador Álvaro Dias, tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei da Câmara nº 01, de 2007, não terminativo, que "fixa o limite máximo de chumbo permitido na fabricação de tintas imobiliárias e de uso infantil e escolar, vernizes e materiais similares e dá outras providências", de autoria do Deputado José Roberto Arruda, tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece Parecer pela aprovação da Matéria, com as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04 que apresenta. Após a leitura do Relatório, o Relator, Senador Eduardo Suplicy, solicita o adiamento da apreciação da Matéria;

Item 11-Mensagem do Senado Federal nº 04, de 2008, não terminativa, que "encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 1º trimestre e para o ano de 2008", de Autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece Parecer favorável nos termos do PDS que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e cinco minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador ELISEU RESENDE, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos no exercício da Presidência.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Havendo número regimental declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento. Primeiro, aviso nº. 01 de 20 de dezembro de 2007, do Ministério da Fazenda, encaminhando Relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda no mês de novembro de 2007, bem como a tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida dos Municípios. 02. Aviso nº. 04 de 17 de janeiro de 2008 do Ministério da Fazenda encaminhando Relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de dezembro de 2007. Informo ainda que em cumprimento ao art. 42 não consta em seus registros meses de outubro e dezembro de 2007 qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Nº. 03. Mensagem 3/2008 de 27 de dezembro de 2007, encaminhando demonstrativo das emissões do real correspondente ao mês de novembro de 2007, as razões dela determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas. 04. Aviso nº. 3 de 11 de janeiro de 2008 do Banco Central do Brasil encaminhando as operações de crédito externo de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de caráter não reembolsável, relacionando a operação referente ao quarto trimestre de 2007. Nesse expediente serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de Ofício Circular.

O primeiro Item da pauta. Mensagem do Senado Federal nº. 106 e 161/2007 e nº. 05/2008. A matéria é não terminativa. Encaminha ao Senado Federal a programação monetária para o quarto trimestre para o ano de 2007, bem como os relatórios de execução monetária do segundo e terceiro trimestre de 2007, nos termos do inciso I do art. 7º da mesma Lei. Autoria da mensagem, Presidência da República. Relator, Senador Romero Jucá. Parecer favorável à mensagem nº. 160/2007 nos termos do PDS que apresenta e pelo arquivamento das demais mensagens. Na ausência do Relator designo o Senador Antônio Carlos Júnior para fazer a apresentação do seu parecer. Com a palavra o Relator. Item 01 da pauta, Senador.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, por intermédio das mensagens nº. 160 e 161/2007 a Presidência da República encaminhou ao Senador Federal a programação monetária para quarto trimestre e para o ano 2007 em conformidade com o disposto no § 1º do art. 6º da Lei 9.069 de 29 de junho de 65 bem como o Relatório de execução para o segundo trimestre de 2007 em conformidade com o disposto no artigo... inciso I, do art. 7º da mesma Lei. Entretanto a mensagem 160 não chegou a ser apreciada pelo Congresso Nacional no prazo de 10 dias fixado pelo § 2º do art. 6º da Lei 9.069/1965. Nesse caso a programação monetária foi considerada aprovada nos termos do § 4º do mesmo artigo.

Bom, e de qualquer maneira, foi cumprida aquela regra que foi estabelecida aqui na CAE da vinda do Presidente Henrique Meirelles e dos diretores do Banco Central para prestar conta. Isso seria a condição básica para que, digamos, a Comissão aprovasse. Porque antigamente a gente recebia esse Relatório e não tinha informação nenhuma do Banco Central. Mas essa formalidade foi cumprida. Portanto, indo para a análise, já foi muito debatida nessa Comissão a inadequação de procedimento de aprovação da programação monetária pelo Senado Federal, tendo em vista a adoção de regime de meta de inflação como parâmetro de política monetária. Em seu primeiro momento, o Plano Real tinha como pilares a âncora cambial e o controle da expansão da base monetária e dos meios de pagamento. Motivo pelo qual se tornaram fundamental controlar e acompanhar a expansão dos agregados monetários. Todavia, com a crise de 99, o Governo Federal viu-se obrigado a adotar a livre [ininteligível]

da moeda nacional. Desde então passou-se ao câmbio flutuante a condição da política monetária baseado em metas de inflação.

Assim, a ferramenta básica da política monetária deixou de ser o controle da expansão de moeda e passou a ser a taxa de juros. Estudos mostram que a correlação entre a quantidade de moeda e a inflação é tênue no curto e no médio prazo. Por essa razão os Bancos Centrais por sua maioria vinham abandonando o controle de agregados monetários como instrumentos de política monetária a favor da taxa de juros, instrumento mais efetivo para o cumprimento das metas de inflação.

Em conseqüência dessa nova configuração e o debate promovido na CAE foi aprovado no Plenário do Senado Federal em 13 de fevereiro deste ano a Emenda nº. 02 CAE ao PLS 26/2000 de autoria do Senador Paulo Hartung que revoga os artigos 3º, 4º, 6º e 7º da Lei 9.069/95 dispositivos relacionados ao ritual de elaboração e aprovação da programação monetária.

Uma vez que não foram definitivamente revogados os comandos legais para a apreciação do Programa [ininteligível] Monetária em sua execução, cabe à CAE votar a matéria, embora se constitua apenas no rito formal.

Na verdade, a vinda do Presidente e dos diretores do Banco Central aqui que é importante para se discutir a questão das metas de inflação e do acompanhamento da política monetária. Essa é a razão pela qual a gente vai fazer uma mera... recomendar meramente a aprovação formal deste projeto.

Destaca-se que a programação monetária dos agregados monetários apresentadas pelo Banco Central para o quarto trimestre tomou por base a previsão para o comportamento das grandes variáveis macroeconômicas sendo, portanto, consistentes com as metas de inflação com o objetivo de assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda. Resta assim a essa Comissão dar conseqüência às formalidades previstas na Lei 9.069/95 votando pela aprovação da programação monetária encaminhada por intermédio da mensagem 160/2007. Uma vez dada a ciência de seus membros pelo arquivamento das mensagens 161/2007 e nº. 05/2008 que trata da execução monetária. Somos em face ao exposto pelo arquivamento das mensagens 161/2007 e nº. 05/2008 na origem e favoráveis a aprovação da programação monetária relativa ao quarto trimestre nos termos do seguinte Projeto de Decreto Legislativo.

Então, na verdade, nós vamos cumprindo uma formalidade que foi atendida pelo Banco Central na vinda da sua Diretoria aqui para prestar contas sobre as metas de inflação e a execução monetária. Portanto, somos favoráveis à aprovação do projeto.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): A matéria encontra-se em discussão. Com a palavra o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, primeiro eu quero destacar, eu estou voltando a Comissão, porque diante da nova resolução que membros da Mesa podem participar de Comissões Técnicas, depois de um longo tempo de ausência, eu estava fora quando... fora da Comissão, quando da vinda do Presidente do Banco Central, mas queria ressaltar a importância do projeto de resolução acentuado também pelo ilustre Relator do projeto de resolução do Governador Paulo Hartung, do Espírito Santo, na época Senador. Essa programação monetária tem que ser sempre acompanhada de uma vinda, que já foi cumprida, do Presidente do Banco Central, exatamente para que os Senadores e o País através da TV Senado, e de toda a imprensa, possa tomar conhecimento dessa programação monetária trimestral que é feita ao País através do Senado Federal.

Eu vou propor no projeto que já foi aprovado uma Emenda, porque eu acho que a discussão e a aprovação têm que ser feita no dia da vinda do Presidente do Banco Central. Quer dizer, uma Sessão só para isso. Feita a prestação de contas da programação trimestral, comparece o Presidente do Banco Central, ele faz a exposição e no debate com os Senadores presentes se diz sim ou se não, ou não, àquela programação.

E uma outra coisa muito interessante seria sempre a antecipação antes que se encerre, porque é fácil fazer isso, com os sistemas hoje de computação, antes que se encerre o quadrimestre, de cinco dias antes na última semana, para que não vá quatro meses depois, três meses depois, como já aconteceu aqui o caso, em que a gente começa a debater um fato que nós não podemos mudar nada. Ele já aconteceu. Agora, se a gente faz sempre em cima do calor, na fumaça do tiro, como se diz na rua, na fumaça do palito de fósforo, não sei, a gente pode fazer com que se corrijam alguns pontos da prestação anterior, porque é feito sempre a posteriori, e que se tenha assim um voto mais claro e nítido.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador, permite uma intervenção?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Pois não, com muito prazer.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): No Item 11 já pede a aprovação da programação monetária do primeiro trimestre do ano, essa aí não

vamos aprovar enquanto não vier o pessoal do Banco Central. Então esse Item 11 a gente só vai... Só vamos aprovar após a vinda do pessoal do Banco Central.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Então está atendido. Muito obrigado a V.Exª pelo esclarecimento. Era o que eu tinha a dizer. Eu, Sr. Presidente, embora ter quórum, me resolver à abstenção, porque eu não estava aqui, não era membro da Comissão no dia que veio o Presidente do Banco Central. Muito obrigado a V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Tanto o Relator ad hoc, Senador Antônio Carlos Magalhães, quanto o Senador Gerson Camata discorreu com muita propriedade sobre a matéria, eu quero alertar que o Item 11 não será discutido na Sessão de hoje exatamente porque ainda não foi discutida a matéria com a presença do Presidente do Banco Central.

Continua a matéria em discussão. Em votação o parecer do Relator. Com a palavra o Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, apenas para ressaltar no parecer lido pelo Senador Antônio Carlos a evolução que conforme o Presidente do Banco Central aqui nos expôs, em dezembro último, muito positiva a respeito dos indicadores de crescimento, de baixa inflação, de reservas em nível excepcional e historicamente recorde, então uma evolução muito saudável da economia brasileira. Então quero ressaltar que estamos aprovando a programação monetária com indicadores bastante positivos, sendo que as previsões aqui assinaladas estão relativamente próximas das efetivadas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado pela sua manifestação, Senador Suplicy. Continua a matéria em discussão. Em votação o parecer do Relator. Os Senadores que concordam com o parecer do Relator permaneçam como estão. Aprovado o parecer do Relator, favorável à mensagem nº. 160/2007, nos termos do PDS apresentado e pelo arquivamento das demais mensagens.

O Item 02 da pauta nós teremos que aguardar o Relator que está chegando, o Relator Senador Francisco Dornelles, e vamos fazer uma pequena inversão de pauta e vamos passar para o Item 03.

Mensagem do Senado Federal nº. 31. Solicita seja autorizada a contratação da operação de crédito externo entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, no valor de 44 milhões de dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa Estadual de Transportes do Rio de Janeiro. Autoria da mensagem, Presidência da República. Relator, Gerson Camata. Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Vamos ouvir o Relator. Com a palavra o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Muito obrigado, Presidente Eliseu Resende. Se V.Exª me permite, eu queria inicialmente dizer que o Presidente da República está hoje no Espírito Santo. Eu fui convidado para acompanhar o Sr. Presidente, não pude ir, porque o Governador, nosso colega Sérgio Cabral, me pediu até uma certa rapidez no Relatório que eu vou fazer agora. O Presidente está hoje no Espírito Santo inaugurando, Sr. Presidente, o segundo gasoduto que vai de Cacimbas, na região produtora de gás em terra, no Espírito Santo até Vitória. E o gasoduto que sai de Vitória vai até o Rio de Janeiro. Já transportando 10 milhões de metros cúbicos de gás por dia, 1/3 do gasoduto Brasil/Bolívia. E o Paulo Hartung é muito melhor de conversar do que o Evo Morales. Então a situação de gás enquanto se ainda se investe no Espírito Santo sempre é mais produtiva. De modo que eu quero ressaltar é um fato muito importante para o Espírito Santo e muito importante para o Brasil. E dizer a V.Exª que já vai entrar em execução daqui a uns dois meses a segunda parte do gasoduto chama-se Gasene que sai de Vitória e vai até Salvador abastecendo também a cidade indústria lá da Bahia, Aratu, me parece. Então nós vamos ter uma ligação de gás costeando o Brasil, lambendo todos os portos, fazendo com que se permute futuramente se houver a expectativa se cumprida em torno da produção de gás no porto de Tupi nós podemos transferir gás de São Paulo para o Nordeste, mas enquanto isso transferindo gás do Espírito Santo para o sul do Brasil na região do Rio de Janeiro.

Então, eu queria então já no Relatório dizendo o seguinte, Sr. Presidente. Trata-se de um empréstimo de 44 milhões que na verdade, é uma complementação do empréstimo que nós já aprovamos aqui em 99, de 186 milhões para o Programa Estadual de Transporte do Rio de Janeiro. Ele complementa aqueles 189 milhões, e ele vai ser pago numa etapa de 30 milhões, transferido para o Estado do Rio, depois numa outra etapa de 14 milhões. Ela é uma operação padrão do BIRD, nós já aprovamos algumas aqui, hoje vamos aprovar outras cujo Relator é o Senador Cícero Lucena, ela incorpora juros vinculados a Libor, que também é um procedimento normal do BIRD, é um Libor semanal, e que tem uma margem fixa, despesas fixas de juros e Libor, e que se apresenta sempre com custos mais em conta do que empréstimos internos e até externos de outras entidades. Portanto, o resumo.

O devedor será o Estado do Rio de Janeiro. O credor o Banco Internacional para Reconstrução e De-

senvolvimento, o garantidor, o avalista no caso o Brasil, o território nacional, 44 milhões de dólares americanos, a modalidade é o fixed de spread long, margem fixa, dois anos para o desembolso e amortização em 20 parcelas semestrais consecutivas, vencida de 15/04 a 15/10 até 2022. O projeto de resolução acompanha e a Comissão é a [ininteligível] 0,25%, como é consuetudinário e comum nos empréstimos já aprovados aqui do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.

É o nosso Relatório, Sr. Presidente, e solicitamos aos senhores e aos companheiros Senadores que votem a favor. Trata-se de um empréstimo para o Estado do Rio de Janeiro, governado pelo nosso colega Sérgio Cabral. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Nossos agradecimentos ao Senador Gerson Camata, que deixa de estar presente num importante programa de gasodutos no Estado do Espírito Santo, seu Estado natal para vir relatar esse projeto de interesse do Estado do Rio de Janeiro. A matéria está em discussão. Em votação o parecer do Relator. Senadores que concordam com o parecer do Relator permaneçam como estão. Aprovado o parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Passamos para o Item 04. Mensagem do Senado Federal nº. 32. Solicita que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento no valor de 10 milhões de dólares dos Estados Unidos da América para financiamento do programa de fortalecimento da competitividade das empresas localizadas em arranjos produtivos do Estado de São Paulo. Autoria da mensagem, Presidente da República. Relator, Senador Cícero Lucena. Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Com a palavra o Relator.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, Srs. e Srªs. Senadoras, o recurso dessa operação de crédito destina-se ao financiamento parcial do programa de fortalecimento da competitividade das empresas localizadas em arranjos produtivos no Estado de São Paulo. O custo total desse programa foi estimado em 20 milhões de dólares, sendo que além dos 10 milhões previstos para serem contratados junto ao BID, 10 milhões serão aportados pelo Estado como contrapartida nacional. O Estado de São Paulo no caso firmará convênio com o SEBRAE para quem transferirá a responsabilidade pelo aporte integral da contrapartida.

Verificado todas as exigências da Resolução nº. 48/2007 que revogou a 96/1989 e tendo como reforço a esse entendimento foi enviado ao Senador Aloizio Mercadante, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, o Ofício nº. 1.198 COREFE-STN de 15 de fevereiro assinado pelo Sr. Arnold Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional. O autor do Ofício confirma a existência de margem para a pleiteada concessão de garantia conforme os limites mencionados na Resolução nº. 48/2007. No parecer da Secretaria do Tesouro Nacional são fornecidas informações sobre a situação financeira do pleiteante, os limites de endividamento do Estado foram calculados e considerados atendidos naquela data, havia margem nos limites de endividamento da União para concessão de garantia, a consulta realizada naquela data não indicou a existência de débitos da administração direta do Estado junto à administração pública federal e suas entidades controladas, o Estado está autorizado a oferecer como contra garantia a garantia da União, as cotas e as receitas tributárias previstas no art. 155, 157 e 159 combinando com o inciso IV do art. 167, todos da Constituição Federal quanto à capacidade de pagamento--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): V.Exª me permite?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Pois não, Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): [pronunciamento fora do microfone] que eu estou sendo chamado na Sessão que tem um debate sobre a... Eu só queria se V.Exª me permitisse, eu queria pedir vista quando chegasse a vez no Item nº. 06. Tá? Me desculpe.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Nada.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu peço vistas no Item nº. 06. É que eu estou indo ao debate sobre a TV pública. E estão me chamando lá.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Atendemos ao pedido do Senador Pedro Simon, avisando que o Relator da matéria, Senador Romero Jucá, quanto ao Item 06, pediu adiamento. De tal maneira que o assunto está preliminarmente resolvido.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Como o Relatório, Presidente, retomando então a leitura do Relatório, ressalta-se ainda que de acordo com os cálculos estimados realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, a operação de crédito pretendida deverá implicar em custos efetivos equivalente a 5.29%

ao ano, constituindo-se um indicativo aceitável para a contratação se comparado com o custo de captação do Tesouro Nacional em dólar no mercado internacional. As demais condições e exigências estipuladas pela Resolução 48/2007, 43/2001 do Senado Federal são atendidas pelo Estado e pela União conforme evidenciados pelos documentos que acompanham a mensagem em questão.

Em conclusão, o pleito do Estado de São Paulo encontra-se de acordo com que preceituam as Resoluções 96 de 1989, 40 e 43/2001 do Senado Federal devendo ser concedida autorização para a contratação de operação de crédito externo pretendida. Nos termos que estão aqui minutadas no Relatório por mim apresentado. E o voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Está em discussão. Eu quero informar ao Plenário que se encontra presente o Sr. Eduardo Luiz Goldart(F) da Secretaria do Tesouro Nacional. Sua presença está de acordo com a Resolução do Senado Federal nº. 43/2001 que estipula que deverá haver no Plenário um representante do Tesouro Nacional para prestar esclarecimentos aos Srs. Senadores com relação às matérias que se discutem no sentido de aprovação de operações de crédito.

Em votação o parecer do Relator Cícero Lucena. Senadores que concordam com o parecer do Relator permaneçam como estão. Aprovado o parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Devido à urgência desse projeto, já a necessidade de que ele possa ser implementado o mais rápido possível, eu pediria que fosse então considerado como um caso de urgência esse empréstimo para que ele possa o mais rápido possível surtir seus efeitos.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Pela ordem, Sr. Presidente. Com a permissão de V.Exª, solicitar que também para o Item 03 referente ao empréstimo ao Estado do Rio de Janeiro fosse submetido ao Plenário também a urgência para que vá imediatamente ao Plenário do Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Manifesto... Peço ao Plenário a sua manifestação com relação a aprovação do pedido de urgência feita pelos Senadores Cícero Lucena e Gerson Camata quanto aos Itens 1, 3 e 4 da pauta. Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Fica aprovado.

Ainda não temos a presença do Relator Francisco Dornelles com relação ao Item 2 da pauta. Na ausência do Senador Inácio Arruda, Relator da mensagem do Senado Federal nº. 254, nós vamos adiar essa matéria para a próxima semana. Temos um Requerimento de Audiência Pública do Senador Heráclito Fortes, e na ausência do Relator essa matéria fica adiada para a próxima semana.

Item 6 da pauta. Matéria será adiada a pedido do Relator, Senador Romero Jucá.

Item 7 da pauta. Como se trata de projeto terminativo, nós vamos esperar a presença de quórum qualificado, uma vez que o projeto requer aprovação por votação nominal.

Item 8 da pauta. Acrescenta dispositivo do art. 473 da CLT para permitir ao trabalhador faltar ao serviço um dia por ano, sem prejuízo de remuneração. Autoria, Senador Paulo Paim. Relatora, Senadora Patrícia Saboya. Na ausência da Relatora, nós vamos pedir ao Senador Heráclito Fortes que faça a leitura. Item 8 da pauta. Projeto de Lei do Senador Paulo Paim, Relatoria, Senadora Patrícia Saboya. Item 8. Para permitir ao trabalhador faltar ao serviço um dia por ano sem prejuízo da remuneração.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Estava aqui me recompondo do impacto da surpresa que V.Exª me proporcionou, mas quero dizer que já estou pronto, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): S.Exª honrou o Plenário com a sua Relatoria.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, primeiro lugar quero declarar aqui minha honra de ter a oportunidade de substituir a Senadora Patrícia Saboya Gomes nessa sua ausência. Sr. Presidente, em face da aprovação do Requerimento 1.107/2004 do Senador Aloizio Mercadante, é submetido à análise dessa Comissão o Projeto de Lei do Senado 23/2003 que acrescenta dispositivo ao art. 473 da CLT para permitir ao trabalhador faltar ao serviço um dia por ano, sem prejuízo da remuneração. Esse projeto é de autoria do eminente Senador Paulo Paim. O autor justifica a proposição afirmando que ela atende a uma antiga e justa reivindicação da classe trabalhadora. Segundo os argumentos do trabalhador, como ser humano que é, tem o direito de tratar de seus assuntos pessoais e íntimos sem precisar justificar esse fato perante aos seus chefes ou empregadores. A relevância da matéria deve-se então ao alcance social do benefício e a possibilidade a ser concedida ao empregado de faltar trabalho durante um dia útil para resolver problemas particulares com liberdade e autonomia, sem depender da boa vontade do empregador. Não foram apresentadas Emendas.

Análise. A Comissão de Assuntos Sociais no exercício da sua competência analisará os aspectos constitucionais, jurídicos da proposição. A Comissão

de Assuntos Econômicos caberá a responsabilidade de analisar os impactos e resultados econômicos possivelmente decorrentes da mudança do exame. Ainda assim faremos algumas considerações sobre os outros aspectos do mérito no sentido de colaborar para o esclarecimento de questões inerentes à proposta. A iniciativa não apresenta em nosso entendimento vícios de inconstitucionalidade ou de juridicidade e foi apresentada com observância das normas regimentais e da técnica brasileira. Finalmente, ainda no que se refere aos impactos econômicos da iniciativa podemos afirmar que não serão relevantes. Diversos países europeus adotam direito à falta não justificada como forma de preservar a vida privada do empregado. Para enfrentar os imprevistos na vida promover sua recuperação psicológica depois de algum evento desagradável.

Sr. Presidente, em face ao exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 23/2003 com a seguinte Emenda. Emenda nº. 01 da CAE. Acrescenta-se ao inciso IX, infine(F) o texto mediante comunicação com 24 horas de antecedência. Sala das Comissões, Heráclito Fortes, em substituição à Senadora Patrícia Saboya.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): A matéria está em discussão.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, considero que é um projeto cheio de mérito. Claro que todos nós temos um dia na vida, documentos para assinar, assuntos para ver, transferência de um automóvel, transferência no interior de um boi, de um arado... Mas não tem, não acompanha o projeto no meu entender, a massa, por exemplo, nós temos quantos milhões de trabalhadores no Brasil? Então são quantos mil anos isso vai representar de ausência no serviço no Brasil inteiro? Coisa de 40 mil anos por ano. Se somar todos.

Então, eu acredito que devia ter um estudo quanto isso vai representar no custo Brasil. Para que a gente pudesse tomar uma decisão que eu acho importante, boa, em favor do trabalhador, mas consciente daquilo que representa no aumento do custo de vida, no aumento do custo Brasil nas exportações, no pequeno... Vai mexer nos índices inflacionários... Acho que seria muito interessante que a gente pudesse ter esses estudos para que a gente pudesse publicamente discutir e saber: olha, nós vamos tomar uma decisão, isso vai representar um pouquinho de inflação, vai representar tantos mil anos de licença por ano, vai representar tanto por cento na cesta-básica de elevação do custo de vida. Para se ter uma decisão não no entusiasmo, do momento, mas uma decisão pautada tecnicamente pesando-se as conseqüências que ela representa embora, no mérito, eu seja favorável. Eu gostaria de ouvir os outros companheiros, mas seria interessante a gente pedir vista para aumentar um pouco a análise das conseqüências desse projeto.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Srs. Senadores...

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra o Senador Antônio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Na verdade, com todo, digamos, o alcance social que esse projeto possa ter, sem que o impacto econômico seja avaliado, e é muito difícil avaliá-lo, imagine que vai ver todos os trabalhadores do Brasil em todas as categorias, em todos os ramos de atividade. É muito difícil a codificação disso e principalmente de você poder escalonar, quer dizer, se 10% de uma fábrica resolver pedir no mesmo dia?

Então, é muito complicado. Sem a avaliação de impacto econômico, e sem uma maneira mais racional de distribuição disso, eu seria contra. Eu só votaria a favor se houvesse condições de avaliar impacto econômico e se houvesse uma forma objetiva de programação. Do contrário, eu sou contrário.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Inscrito inicialmente Senador Sibá Machado. Faz favor. Em seguida V.Exª, em seguida Eduardo Azeredo.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, confesso que não tinha lido o projeto do Senador Paulo Paim, mas pela sua vida de militante sindical que foi, fundador de vários sindicatos, atuou no sindicato de metalúrgicos de Canoas, Rio Grande do Sul, foi vice-Presidente da CUT, várias vezes Deputado Federal, suas bandeiras de luta são muito claras neste propósito. Mas confesso como V.Exª que estou como outros Senadores com algumas dúvidas porque tem que ser minimamente negociado. Acho que não pode... O projeto é bom na essência, mas se o trabalhador pode não ir ao trabalho, por exemplo, não ir ao trabalho e no outro dia eu apenas alego ao meu superior lá dizendo que fui tratar de um assunto pessoal seja ele de que natureza for e pronto, isso pode levar também a um descontrole da administração e tal. Cuidar um pouco do planejamento.

Então eu também quero, até para efeito junto com o Senador Camata, não sei se essa é a preocupação

dele, pedir a vista coletiva para que a gente analise mais detidamente sobre isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Senador Flexa Ribeiro, com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Eliseu Resende, Srs. Senadores, Srªs. Senadoras. Como já foi dito aí por todos os Senadores que me antecederam, e especialmente por Senador Sibá Machado, todo respeito pelo trabalho do Senador Paulo Paim, sempre preocupado em atender essa questão social, que é preocupação de todos nós Senadores, e Parlamentares, o projeto de sua autoria, que permite ao trabalhador faltar ao serviço um dia por ano sem prejuízo de remuneração que tem parecer favorável também da nobre Senadora Patrícia Saboya, ele é um projeto que traz principalmente para as pequenas e médias empresas um ônus muito grande. Ônus não somente financeiro, de ter que arcar com o pagamento daquele dia em que o trabalhador se ausentar. Mas, muito mais na questão da produção, na organização da empresa. Uma empresa com dois, três funcionários que um deles deixe de faltar por vontade própria, vai quebrar qualquer planejamento que possa essa empresa ter e dificultar a ação. E mesmo assim, não há justificativa que nos leve a aprovar um projeto como esse a não ser de criar mais um feriado ao longo do ano. Mais um feriado e com uma dificuldade maior, que é um feriado móvel. É um feriado que corresponde à vontade de cada um. Eu acho também que o pedido de vista para que nós possamos conversar com o autor do projeto, e conversar com a Relatora do projeto para que eles nos mostrem as questões que possam alterar o pensamento nosso, é importante. Porque, do jeito que está, nós somos contrários à sua aprovação.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, para discutir a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): V.Exª está inscrito para discutir, Senador Jayme Campos. Primeiro lugar do Senador Eduardo Azeredo que havia solicitado anteriormente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, essa discussão ela é pertinente. Evidente que nós devemos buscar cada vez mais a liberdade nas relações de trabalho, e isso ocorre em grandes empresas e mesmo nas pequenas empresas. O custo evidentemente é um item a ser considerado. Mas olha, eu considero que o projeto tem um mérito muito grande, sim. É normal no País as pessoas necessitarem de um dia, que seja, e terem a negativa desse dia. São situações que estão bem descritas aqui. Às vezes é um evento desagradável, é um problema pessoal em que a pessoa tem um problema psicológico às vezes, e isso acaba que a presença dele no trabalho pouco produz. Agora, é evidente que não pode ser também um processo de que falte e depois avisa. Não pode ser assim. Não sei se essa Emenda resolve a questão, pedir com 24 horas de antecedência. Mas existem empresas em que a rigidez é extremamente forte, é uma rigidez excessiva até mesmo e que os patrões tratam como se fossem quase que escravos mesmo os funcionários, os empregados, e não tem a sensibilidade de permitir que a pessoa se afaste por algum assunto realmente relevante que possa existir.

Então, do ponto de vista social, humano, eu vejo que o projeto é interessante, sim. Ele já existe em vários países nessa forma... Mas, como a redação não está muito clara, eu acho que o melhor caminho seria nós termos realmente o pedido de vistas para que possamos colocar algumas regras, algumas condições para a existência desse dia a mais. É evidente que isso é um problema para o que se busca sempre que é que nós tenhamos a carteira de trabalho para maior número possível de funcionários. Agora, não esqueçamos que quando se legisla a favor de funcionário público, isso tudo é muito fácil. Então, o funcionário público em geral tem um punhado de regalias que já não são dadas ao funcionário de uma empresa privada. Esse que é o ponto também que deve se buscar muito. Evidente que eu não defendo o excesso de regalias para nenhum deles. Nem o privado nem o público. Mas não podemos tratar também como se trata hoje, duas classes diferentes de funcionários. Ao funcionário público tudo é permitido. Ao funcionário privado tudo é negado. Então eu considero que a questão não pode ser simplesmente negada, não. Como o meu colega Flexa também levanta aqui que deve-se estudar um pouco mais. Existe interesse social grande, sim. São várias as situações em que a gente vê no País em que o funcionário realmente sofre por causa de um dia que ele poderia ter de liberdade. Às vezes tem que esperar 12 meses para poder ter a sua folga regulamentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, a minha participação na discussão desse projeto eu entendo, Sr. Presidente, de que nós temos que ter muita preocupação, até porque como bem disse aqui os colegas Senadores, tem trabalhadores em algumas indústrias, estabelecimentos, que é imprescindível a sua presença naturalmente no dia-a-dia. [soa a campainha] na medida em que o prazo é muito exíguo. São apenas 24 horas para esse trabalhador comunicar a empresa. Nesse caso, empresa que tem menor número de trabalhadores, e, sobretudo, muitas vezes são pessoas habilitadas para

o exercício naturalmente daquilo que ele atua, diante da sua atividade cada empresa ou estabelecimento comercial é muito complicado. Nós já temos aqui, Sr. Presidente, quando um trabalhador vai tirar sangue, ele tem direito a um dia que ele não trabalha. Se ele foi participar de uma eleição, ou seja, como membro de uma Mesa, ele tem direito também de folga no outro dia. Se ele for membro de júris, em tribunais desse País, ele poderia faltar até três dias após naturalmente ele participar de um júri. Ou seja, três dias de folga, por conseguinte. E quero crer de que é louvável o projeto do Senador Paulo Paim, todavia, nós temos que ter a preocupação no sentido de buscarmos certamente uma lei que também não prejudica as atividades empresariais, na medida em que se nós fazermos conta, se todo trabalhador tirar um mês, ou seja, um dia durante 12 meses do ano, certamente nós teremos alguns milhões de dias de serviços não prestados por nossos trabalhadores. Não sou contra o projeto, agora, eu espero que nós possamos regulamentar de tal forma que permitamos contabilizar a atividade comercial e certamente atendendo o Projeto de Lei do Senador Paulo Paim.

De forma que eu acho muito importante, colegas Senadores, nós discutirmos, pedirmos aqui, acho que deixou com muita clarividência de forma coletiva nós pedirmos vista nesse processo e discutirmos com maior profundidade que naturalmente é um projeto melindroso e é um projeto que temos que discutir para que ninguém seja prejudicado. São essas minhas palavras, muito obrigado Sr. Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, ainda para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Vamos dar a palavra inicialmente ao Senador Osmar Dias que solicitou. Em seguida Flexa Ribeiro, pra rediscutir.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, eu vou ser breve. Já está praticamente esgotada a discussão, e também foi pedido vista do projeto, e a discussão deve ficar para o momento em que nós vamos fazer a votação. Mas, eu gostaria de fazer uma observação. Em todos os países do mundo o que se procura hoje é aproximar o empregador e o trabalhador cada vez mais. Quando você impõe através de uma lei um benefício que seja ao trabalhador, isso passa a ser motivo de mais um conflito entre empregador e trabalhador. Quando nós aprovamos aqui as comissões de conciliação prévia, e elas no início deram resultado e depois foram se perdendo porque o mau uso da comissão de conciliação prévia acabou prejudicando seu resultado, a intenção qual era? É permitir mais liberdade de negociação entre trabalhador e empregador. Esse projeto ele coloca uma obrigação, praticamente. Quer dizer, o empregador vai ser obrigado a aceitar a escolha pelo trabalhador do dia que ele quer faltar. E isso evidentemente que vai trazer transtornos ao planejamento da empresa, vai trazer transtornos ao funcionamento da empresa, e como já se disse aqui, o Antônio Carlos Júnior já disse, se houver a coincidência da escolha do mesmo dia, o prejuízo então será enorme.

Então, eu tenho dúvida. A intenção é boa, mas eu tenho dúvida se nós não estamos legislando na direção contrária daquilo que se propõe modernamente. Ou seja, que haja mais entendimento entre quem emprega e quem trabalha, para que esse entendimento leve, por exemplo, ao trabalhador solicitar um dia que não lhe será negado para que ele falte para cuidar de seus assuntos particulares. Agora, colocar isso numa lei eu tenho dúvida se não estamos andando no caminho inverso. Se a modernização não seria exatamente no sentido de assegurar o direito dos trabalhadores, mas permitir maior harmonia na negociação entre empregador e trabalhador. Por isso eu também endosso o pedido de vista pra gente analisar melhor o projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Devolvo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço Presidente, Senador Eliseu Resende. É muito rápido. É só para dizer que todos nós, como já foi aqui demonstrado, temos o maior interesse em fazer com que essa relação entre capital e trabalho seja cada vez mais harmoniosa. Eu próprio tenho um projeto que vai chegar a essa Comissão em que eu proponho também para os pais de deficientes, que eles tenham também a possibilidade de terem liberdade durante... Por seis dias ao ano para que possam levar esses deficientes ao tratamento médico. Quer dizer, aí você tem uma justificativa que é de que o responsável pelo deficiente precisa de se ausentar do trabalho, desde que programado, evidentemente, para levá-lo ao atendimento médico. No caso aqui não há nenhuma justificativa plausível, a não ser que nós possamos no pedido de vista com o Relator e o autor alterarmos, talvez até o conteúdo do projeto.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, depois da proposta do querido Senador Flexa Ribeiro, acho que nós tínhamos que aprovar o projeto do Senador Paulo Paim. É bem melhor, bem mais generoso neste caso aqui me parece que o senhor quer conceder seis dias no...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Muito bom. Talvez V.Exª não levantou quantos milhões de deficientes o Brasil tem, né?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Concordo, é louvável, é meritório o projeto de V.Exª. Mas eu acho que nesse caso, a proposta do Senador Paulo Paim é bem mais generoso entre a relação capital e trabalho que seria patrão e empregado. Ninguém está tirando o mérito do projeto de V.Exª. De qualquer forma está de parabéns. Mas o projeto do Senador Paulo Paim eu acho que também nesse caso é digno de aplauso de todos nós aqui reconhecermos a sua luta em defesa dos trabalhadores brasileiros. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): A matéria foi demonstrada ser de profunda preocupação dos Senadores membros dessa Comissão. Houve reflexões importantes e manifestação dos Senadores Sibá Machado, Gerson Camata, Osmar Dias, Flexa Ribeiro, no sentido de pedido de vistas. Jayme Campos também. Concederemos então vista coletiva ao projeto para discussão mais profunda da matéria. Eduardo Azeredo também.

O Item 9 é Projeto de Lei, terminativo. Passaremos para o Item 10, não terminativo. Projeto de Lei da Câmara nº. 01/2007. Fixa o limite máximo de chumbo permitido na fabricação de tintas imobiliárias e de uso infantil e escolar. Verniz e materiais similares e dá outras providências. Autoria, Deputado José Roberto Arruda, Relator Senador Eduardo Suplicy. Parecer pela aprovação da matéria com as Emendas 1, 2, 3 e 4 que apresenta. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu gostaria de informar que tendo enviado à Comissão de Assuntos Econômicos um novo parecer, ao final do ano, o meu novo parecer não é o que está aqui publicado na página 204.

Então, acho que seria próprio que talvez possa ser distribuído o parecer que eu entreguei ao final do ano para que todos possam acompanhar e quem sabe possa haver o tempo necessário para isso. V.Exª pode passar para outro projeto e eu permaneço aqui e daqui a instantes para que todos possam ter o texto, Sr. Presidente. Está bem assim, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Está bem. Vou passar então à discussão do Item 2 enquanto o Secretário da Mesa se entende com V.Exª sobre a matéria.

Item 2 da pauta. Autorização para contratação de operação de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento no valor de 7 milhões, 150 mil dólares dos Estados Unidos da América para financiamento de programas, diagnósticos, perspectivas e alternativas para o desenvolvimento do Brasil a ser executado pelo núcleo de assuntos estratégicos da Presidência da República, por intermédio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA. Nós queremos designar o Senador Sibá Machado como Relator ad hoc na ausência do Senador Francisco Dornelles.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, vou direto à análise, Sr. Presidente. A operação de crédito pretendida será contratada pela União e alcança o valor de 7 milhões, 150 mil dólares dos Estados Unidos da América. As operações de crédito externo desta natureza sujeitam-se ao cumprimento de condições e exigências definidas na Constituição Federal e na Resolução de nº. 48/2007 do Senado Federal que disciplina o processo de endividamento da União. A observância dos preceitos ali contidos constitui, pois condição imprescindível para que o Senado Federal possa conceder a autorização solicitada. A esse respeito vale ressaltar que a solicitação em exame foi encaminhada ao Senado Federal em 20 de dezembro de 2007, um dia antes da promulgação da referida resolução. Enquanto tal, todas as informações contidas no processo atendem às determinações expressas pela Resolução de nº. 96/1989, explicitamente revogada pela Resolução nº. 48/2007. Acreditamos, todavia, que esta inadequação normativa do pleito em nada obstaculiza sua apreciação pelo Senado Federal. Isto porque: Um. A resolução de nº. 48/2007 fundamentalmente procede à compatibilização do controle exercido pelo Senado Federal com as disposições contidas na denominada Lei de Responsabilidade Fiscal; Dois. A despeito da inadequação da referida Resolução de nº. 96/1989, os pleitos da União já vinham sendo instruídos e encaminhados a esta Casa nos termos determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, basicamente reproduzidos na nova resolução referida; Três. Toda a conformação do processo de negociação do empréstimo que culminou na mensagem sob exame se processou sob a égide da Resolução nº. 96/1989 e que não pode em definitivo ser desconsiderado pelo Senado Federal; Quatro. Por fim como a mensagem trata de solicitação para a contratação do primeiro empréstimo do exercício que se inicia é evidente que os novos limites de endividamento definidos pela Resolução nº 48/2007 encontra-se plenamente atendidas pela União, independentemente da disponibilidade de seus cálculos no processado encaminhado ao Senado Federal. Ademais, a Secretaria do Tesouro Nacional encaminhou ao Presidente desta Comissão o Ofício de nº. 1.196 de 15 de fevereiro do corrente ano, onde afirma este respeito que em estudos

realizados por essa Secretaria referentes aos limites de endividamento da União foi confirmada a existência de margem para a contratação da pleiteada operação conforme os limites estabelecidos pelo Senado Federal na mencionada Resolução nº. 48/2007. Desta forma esta Secretaria mantém o entendimento contido no sito parecer 258/2007, no sentido de não se opor à contratação da mencionada operação de crédito com o BID. Nesse contexto relativamente à solicitação em exame cabe destacar os seguintes aspectos: A. Há suficiente margem de endividamento da União para a contratação de pretendida operação de crédito externo; B. O parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, PGFN/COF nº 2.793 de 14 de dezembro de 2007 encaminhado ao Senado Federal conclui que a minuta de contrato de empréstimo não contém cláusula de natureza política, atentatórias à soberania nacional e à ordem pública contrárias à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que impliquem a compensação automática de débitos e crédito. É assim observado o disposto do art. 8º da Resolução nº. 48/2007 do Senado Federal como também exigia a revogação Resolução nº. 96/1989; C. Relativamente à exigência constitucional reproduzida na Resolução nº. 48/2007 de que programas ou projetos constem do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, é informada pela Secretaria de Planejamento de Investimentos Estratégicos, SPI, que o programa referido encontra-se incluído na ação Estudos da Rede Nacional de Instituições e Pesquisas e Planejamento do Programa de Prospecção e Avaliação de Políticas Públicas do Plano Plurianual da União de 2004 e 2007, programa esse mantido no PPA 2008, 2011. Ademais quanto à previsão orçamentária entende a Secretaria do Tesouro Nacional considerando as informações acerca das dotações orçamentárias previstas para o ingresso de recursos externos para a contrapartida nacional e para o pagamento dos encargos financeiros da LOA 2007 sendo ela suficiente para dar suporte ao programa no exercício. Ademais, como de praxe caberá aos órgãos responsáveis pela execução do programa providenciar nas épocas oportunas a suplementação orçamentária quando necessária e a fim de compatibilizar o ingresso de bens e serviços e adotar as medidas cabíveis para inclusão nos orçamentos anuais de todos os recursos necessários para o cumprimento das respectivas obrigações contratuais.

Ressalte-se ainda que o custo efetivo da operação de crédito equivalente a 5,75% ao ano constitui-se em um indicativo aceitável pela Secretaria do Tesouro Nacional em face do custo médio anual da captação do próprio Tesouro um dólar mercado internacional. Por fim, a observância pela União das demais restrições e exigências estabelecidas na Lei Complementar de nº. 101 de 4 de maio de 2000.

Quanto ao mérito do programa há que se enfatizar ele propiciará o fortalecimento da missão institucional do IPEA, alavancando sua expertise e promovendo maior visibilidade dos estudos de seu trabalho. A maior e mais ampla disponibilidade de informações, metodologias, diagnóstico, alternativas de solução, medidas e instrumentos e certamente tornarão mais eficazes as políticas públicas concebidas, formuladas e executadas pelo Governo Federal, Estadual e Municipal.

Voto, Sr. Presidente. Somos assim favoráveis à autorização pleiteada da Mensagem nº. 02/2008 nos termos do seguinte. Projeto de Resolução que acho que tem que ser lido, Sr. Presidente.

O Senado Federal resolve. Art. 1º, a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operação de crédito externo no valor total de 7 milhões, 150 mil dólares com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID. Parágrafo Único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa Diagnóstico, Perspectivas e Alternativas para o Desenvolvimento do Brasil a ser executado pelo núcleo de assuntos estratégicos da Presidência da República por intermédio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o IPEA; Art. 2º. As condições financeiras básicas da operação de crédito são as seguintes. Item 1. Devedor, República Federativa do Brasil. Item 2, credor. Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID. Item 3, valor total. É de 7 milhões e 150 mil dólares dos Estados Unidos da América. Item 4. Prazo de desembolso, até seis anos contados a partir da data de entrada em vigência do contrato. Item 5, amortização, em 30 parcelas semestrais consecutivas e na medida dos possíveis iguais vencendo-se a primeira seis meses após o prazo do último desembolso e a última 20 anos da data de assinatura do contrato de empréstimo. Item 6. Juros. Exigido semestralmente em 15 de março e 15 de setembro de cada ano iniciando-se aos seis meses da data de assinatura do contrato calculado sobre o saldo devedor periódico do empréstimo a uma taxa anual composta pela Libor trimestral para dólar americano acrescida de spread e a ser definido pelo BID. Item 7, Comissão de compromisso até 0,75% ao ano calculado sobre o saldo devedor não embolsado do empréstimo exigido semestralmente nas mesmas datas de pagamento dos juros entrando em vigor 60 dias após a assinatura do contrato. Item 8, recursos para a inspeção e supervisão geral. Até 1% sobre o valor do empréstimo dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolso, recursos esse destinado a atender das despesas de inspeção e supervisão. Parágrafo Único. As datas de

pagamento do principal e dos encargos financeiros, assim como dos desembolsos previstas na minuta contratual poderão ser alterados em função da data de sua assinatura. Art. 3º, autorização concedida por esta resolução deverá ser exercida no prazo de 540 dias contados da data de sua publicação. Art. 4º, essa resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sr. Presidente, este é o Relatório do Senador Francisco Dornelles, muito bem redigido e agradeço a V.Exª por ter me dado a condição de ter lido.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, evidente que as condições financeiras são positivas, são boas, juros baratos... Mas, o objetivo é que nos deixa realmente preocupados, porque o recurso para ficar pensando o futura(F), SEALOPRA, o IPEA. Nós sabemos que o IPEA lamentavelmente está sendo conduzido de forma política, nós tivemos recentemente a demissão de vários pesquisadores do IPEA... De maneira que eu considero que o desperdício nesse Governo é que me assusta muito. O desperdício e a pouca eficácia. Nós temos aí vários e vários projetos que existem só no papel, na execução são morosos pela indecisão do próprio Governo... Então essa questão de uso de recursos para funções não prioritárias, com o viés político partidário, deve ser visto com muita cautela. De maneira que eu quero pedir vistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Concedida vistas ao Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Também quero...

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quero também acompanhar o pedido de vista do Senador Eduardo Azeredo. Até porque eu acho que como o projeto ele diz que é financiamento parcial do Programa Diagnóstico, Perspectivas e Alternativa para o Desenvolvimento do Brasil. Eu acho que caberia aqui, já que o Relator, o Senador Francisco Dornelles não se encontra, o Senador Sibá Machado, que foi o Relator ad hoc não está inteirado do projeto, então acho que o pedido de vista é importante para que possamos conversar com o Relator, Senador Francisco Dornelles, e acho até que caberia uma Audiência Pública para que nós pudéssemos aqui, com o Ministro Mangabeira Unger, e os pesquisadores do IPEA, nós discutirmos a aplicação desses recursos aqui para o programa de desenvolvimento futuro do Brasil. Nós estamos preocupados com o desenvolvimento presente do Brasil. Eu acho que a longo prazo todos nós só temos uma certeza, é que vamos morrer.

Então, vamos pedir vista para podermos conversar com o Senador Francisco Dornelles e, se for o caso, até pedir uma Audiência Pública para discutir o conteúdo do programa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu peço desculpas, acho que não é para criticar nem nada, mas tem um Item, um artigo do Item 14 da exposição que talvez no pedido de vista vai ter que dar uma explicação. Diz assim, os valores previstos na LOA 2007 são suficientes para atender as ações previstas no período que serão financiadas com recursos externos. Então eu estou... Como se a gente tem pela Lei Orçamentária a verba, como é que vai fazer o empréstimo? Tem o atendimento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra o Senador Sibá Machado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só para um esclarecimento para não ter...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Porque o programa, todo esse trâmite para a contratação do empréstimo, com certeza vai atrasar um pouco. Não é uma coisa para imediato. E para que não se perca a idéia do que o programa se propõe para fazer os estudos, toda a análise do País, prevendo um planejamento de mais longo prazo, é claro que já se foi adotado. Na LOA o recurso para este primeiro momento. Mas o que o Governo está precisando é do empréstimo para dotar o IPEA, dar as condições que ele possa exercer por todo o período que o programa se dispõe a realizar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): De qualquer forma, dada as manifestações dos Senadores Flexa Ribeiro e Eduardo Azeredo, eu concedo vista coletiva para o projeto. Para a mensagem do Senado Federal.

Vamos voltar ao Item 10. Senador Eduardo Suplicy com a informação de que o parecer já foi distribuído.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sim, Sr. Presidente. Estou pronto para a leitura.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra o Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Trata-se de parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara nº.

01/2007 de autoria do Senador José Roberto Arruda que fixa o limite máximo de chumbo permitido na fabricação de tintas imobiliárias e de uso infantil, escolar, verniz, materiais similares e dá outras providências. A proposição foi examinada na Câmara, aperfeiçoada pelas Comissões de Desenvolvimento Econômico, Seguridade Social, Constituição e justiça, e o objetivo é reduzir os riscos à saúde humana, principalmente as crianças, em decorrência da exposição ao chumbo como conseqüência da utilização de tintas em residência e materiais protegidos com esse produto. A proposição veda a fabricação, comercialização, distribuição e importação desses produtos com concentração igual ou superior a seis centésimos por cento de chumbo em peso, cujo limite será determinado por laboratórios em instituição científica reconhecidos pelo Poder Público em conformidade com as normas técnicas nacionais ou internacionais. Essa regra não se aplica aos produtos utilizados em equipamentos agrícolas e industriais e outros produtos especificados em lei. A restrição não alcança os já importados ou já em processo de importação anteriores à vigência dessa lei. A partir da vigência os produtos importados se submeterão aos limites estabelecidos cabendo ao importador sob solicitação apresentar os resultados de testes laboratoriais. O projeto ainda estabelece as penalidades ao fabricante e ao importador que deixar de atender o disposto nesta proposição as quais serão impostas pela autoridade executiva competente mediante processo administrativo considerando a natureza, a gravidade, o prejuízo resultante da infração. Os produtos em estoque terão 365 dias após a publicação da lei para serem comercializados após o que só poderão ser vendidos se preencherem os requisitos dessas normas. A matéria é submetida a esta Comissão a observância ao que dispõe Regimento Interno do Senado não merece reparos quanto à constitucionalidade, juridicidade regimentalidade e técnica legislativa. Tem o louvável objetivo de proteger a saúde dos brasileiros ao tentar reduzir os riscos de contaminação pelo chumbo daqueles que entram em contato com tintas, vernizes ou outros similares. Esses seus compostos são de grande utilidade por vezes até insubstituíveis em certas aplicações industriais. Entretanto, devido ao seu caráter altamente tóxico, são necessárias medidas de prevenção com o objetivo de preservar a saúde das pessoas que se utilizam ou entrem em contato com tais produtos. Por isso o Deputado Arruda justifica na proposição original o limite fixado em 0,06% de concentração de chumbo, tal qual o proposto por outros países, como Austrália e Estados Unidos, protege tanto a saúde dos trabalhadores como as crianças. Concentrações inferiores a esse valor que reduziria ainda mais os riscos que são difíceis de serem obtidas em processos industriais devido a contaminação de chumbo existente em diversas matérias-primas utilizadas na formulação de tintas. Solicitei para subsidiar esta confecção a Agência Nacional de Vigilância Sanitária um estudo acerca do projeto, e ela elaborou a nota técnica 6/2007 favoravelmente à proposição e sugeriu quatro aprimoramentos, os quais acatei mediante Emenda de Relator. A ANVISA entende que a penalidade administrativa correta, previsto no art. 3º é a advertência, e não a de notificação. A notificação a rigor corresponderia aos atos de autoridade administrativa realizar qualquer comunicação ao autuado referente aos atos do processo administrativo. Ainda associado às penalidades administrativas, a agência é favorável à adoção de normas legais que permitam a aplicação de multas, segundo critérios de proporcionalidade. É uma medida mais justa do que uma penalidade estabelecida em um único valor. Mas é um critério de difícil operacionalidade. A definição do valor da multa deverá ser feito por ato do chefe do Poder Executivo Federal no momento da regulamentação da lei. Neste sentido a instituição sugere que a penalidade oscile entre dez mil reais a cem mil reais O estudo sugere também a reincidência na mesma conduta ilegal que quando houver a reincidência importará na aplicação de uma nova penalidade agora de valor igual ao dobro do valor máximo da multa, ou seja, 200 mil reais. E por fim, a ANVISA é contrária à entrada em vigor da lei após 180 dias após a sua publicação. Entende-se que o texto proposto já apresenta dispositivos que permitirão uma transição adequada para a nova regra.

Desse modo entendemos não haver qualquer obstáculo à entrada em vigor imediata da norma. Em resposta à nota técnica, a Associação Brasileira dos Fabricantes de Tinta, a ABRAFATI, preparou documento contrarrestando as disposições da ANVISA. O documento empresarial foi apreciado pela agência governamental que o respondeu por meio de nova nota técnica 11/2007, de primeiro de outubro de 2007 subscrevendo as disposições originais anteriores que foram assumidas no meu voto.

Sr. Presidente, eu acabo de conversar com o Presidente... Sr. Presidente, Senador Eliseu Resende, eu acabo de conversar com o Presidente da ANVISA, Dirceu Raposo de Mello, uma vez que de outubro para cá já se passaram quase que cinco meses. E a Associação Brasileira dos Fabricantes de Tinta, a ABRAFATI, informa que temeria que este prazo adicional que já aconteceu pela tramitação, de alguma forma já leva em conta a preocupação da ANVISA, e que se pudéssemos votar sem a necessidade do projeto voltar à Câmara, então não haveria, digamos, o tempo de tramitação

adicional que haverá desde agora, ou a aprovação no Plenário, até a tramitação na Câmara. Mas, eu pedi ao Presidente da ANVISA, Dirceu Raposo de Mello que pudesse dar um parecer sobre esta decisão antes de votar. Ainda não houve o tempo. Então, eu vou fazer a seguinte sugestão. Tendo lido o parecer, estando todos os Senadores já cientes, que possamos votar esta matéria na próxima semana, e já com o parecer completo da ANVISA. Eu por isso faço essa recomendação que possamos adiar, estando já a matéria lida, distribuída aos Srs. Senadores, e todos, portanto, conscientes e a própria ANVISA ela poderá nos dar o parecer que eu acatarei, Sr. Presidente, para agir de acordo com a avaliação técnica daqueles que estão estudando em profundidade este assunto e levando em conta também a ponderação feita pela ABRAFATI.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra o Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria cumprimentar o Senador Suplicy até pela compreensão dele em estabelecer uma semana para receber parecer da ANVISA, que é a responsável pelo acompanhamento de procedimentos, principalmente de produtos que possam trazer conseqüência para a saúde pública.

Então, eu concordo com o Suplicy. Só que eu queria aproveitar, Senador Suplicy, levantar essa questão que fala no chumbo, do programa que a TV Globo tem feito pedindo à população que denuncie a localização de lixo tóxico, que não estão sendo visualizado pelas autoridades competentes e trazendo problemas sérios para uma região quase que inteira com a infiltração que faz pelo lixo tóxico pela própria estrutura do material que a protege.

Então, toda semana tem sido apresentada uma região em que o lixo tóxico está contaminando a população com conseqüências graves para a saúde pública e quem vai pagar o pato é o SUS e o cidadão. O cidadão que às vezes começa a sentir dificuldade de respiração, problema de fígado, e uma série de outros problemas de saúde sem saber qual é a motivação. Mas é a localização próxima de lixo tóxico. Eu peço desculpas ao Senador Suplicy--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu agradeço as suas ponderações e informação.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Porque acho muito importante. E estão falando muito do chumbo mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Agradecemos a contribuição do Senador Tuma e a matéria ficará então adiada agora a pauta da próxima semana, de acordo com a solicitação do Senador Suplicy, Relator, no aguardo da manifestação da ANVISA.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Item 11. Mensagem do Senado Federal para aprovação da programação monetária para o primeiro trimestre e para o ano de 2008. Essa matéria não será apreciada hoje, uma vez que sua votação está vinculada à vinda do Exmº. Sr. Henrique Meireles Presidente do Banco Central do Brasil. A matéria fica adiada. A pauta encontra-se esgotada. Nada havendo a tratar, está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 12h05.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e cinqüenta e cinco minutos do dia vinte e seis de fevereiro do ano de dois mil e oito, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Senador Eliseu Resende, Vice-Presidente no exercício da Presidência, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Renato Casagrande, Expedito Júnior, Serys Slhessarenko, João Vicente Claudino, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, César Borges, Valdir Raupp, Mão Santa, Neuto de Conto, Gerson Camata, Adelmir Santana, Heráclito Fortes, Jayme Campos, Raimundo Colombo, Antonio Carlos Júnior, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Eduardo Azeredo, Osmar Dias e Jefferson Péres. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, tendo falta justificada em virtude de estar de licença para tratamento de saúde, Romero Jucá, Pedro Simon, Gilvam Borges e Kátia Abreu. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. O Presidente comunica o recebimento do seguinte documento, para conhecimento, Mensagem nº 46/08 (nº 56, na origem), de 13 de fevereiro de 2008, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real correspondente ao quarto trimestre de 2007, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas. O expediente será encaminhado aos membros da Co-

missão por meio de ofício circular. Em seguida, a Presidência passa à apreciação dos itens constantes da Pauta da Reunião, Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 02, de 2008, não terminativa, que "solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor total de até US$ 7,150,000.00 (sete milhões, cento e cinqüenta mil dólares dos Estados Unidos da América), para financiamento parcial do Programa Diagnósticos, Perspectivas e Alternativas para o Desenvolvimento do Brasil, a ser executado pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, por intermédio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA", de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Em 19/02/08, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. A Presidência registra a presença no Plenário da Comissão do Sr. Renato Lóes Moreira, da Diretoria de Cooperação e Desenvolvimento do IPEA. Após a leitura do Relatório pelo Senador Francisco Dornelles, usam da palavra os Senadores Eduardo Azeredo e Eduardo Suplicy. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 02-Mensagem do Senado Federal nº 254, de 2007, não terminativa, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a adição do terceiro termo aditivo de retificação e ratificação ao Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações sob Condição, celebrado entre a União e o Estado do Piauí, em 13 de novembro de 2007", de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Inácio Arruda, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Inácio Arruda e ao iniciar a discussão da Matéria, o Senador Heráclito Fortes, juntamente com os Senadores Mão Santa e João Vicente Claudino, apresentam Sugestão ao Parecer do Relator. Em virtude da presença de Representantes do Governo do Estado do Piauí, da Secretaria de Fazenda e dos Bancos do Estado, o Vice-Presidente em exercício, Senador Eliseu Resende, atendendo solicitação do Senador Heráclito Fortes e com consentimento dos Membros da Comissão, convida para se sentarem à Mesa, o Exmo. Sr. Wilson Nunes, Vice-Governador do Estado do Piauí, Exmo. Sr. Antonio Neto, Secretário da Fazenda do Estado do Piauí, Sra. Lêda Maria dos Remédios Melo Vaz Fontinelle, Presidente da Associação do Banco do Estado do Piauí, e o Sr. Carlos Arias Fonseca Camarão, 1º Secretário do Sindicato dos Bancários do Piauí, para prestar esclarecimentos e informações sobre a Matéria. Após as informações prestadas pelos referidos convidados, o Relator, Senador Inácio Arruda, acata a Sugestão do Senador Heráclito Fortes que será incorporada ao Parecer. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 03-Emenda de Plenário nº 01 oferecida ao Projeto de Resolução do Senado nº 84, de 2007, não terminativa, que "dispõe sobre o limite global para o montante da dívida consolidada da União", de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Romero Jucá. A apreciação da Matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2006, terminativo, que "acrescenta o inciso VI ao art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender aos representantes comerciais a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de automóveis", de autoria do Senador Marcos Guerra, tendo como Relator o Senador Eliseu Resende, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2003, não terminativo, que "acrescenta dispositivo ao artigo 473 da CLT para permitir ao trabalhador faltar ao serviço um dia por ano sem prejuízo da remuneração", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. Em 19/02/08 foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2007, terminativo, que "altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, unificando a data de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador à Seguridade Social com a data de recolhimento da contribuição devida ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)", de autoria do Senador Álvaro Dias, tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei da Câmara nº 01, de 2007, não terminativo, que "fixa o limite máximo de chumbo permitido na fabricação de tintas imobiliárias e de uso infantil e escolar, vernizes e materiais similares e dá outras providências", de autoria do Deputado José Roberto Arruda, tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece Parecer pela aprovação da Matéria, com as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04 que apresenta. Ao ser anunciada a Matéria o Relator, Senador Eduardo Suplicy, apresenta novo Relatório concluindo pela aprovação do Projeto, retirando as emendas apresentadas anteriormente. Após a leitura do novo Relatório, usam

da palavra os Senadores Francisco Dornelles e Flexa Ribeiro, que solicitam Vista da Matéria. A Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2005, não terminativo, que "determina que a União efetue abatimento de 20% do pagamento mensal do serviço da dívida pública dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal em favor da Educação", de autoria do Senador Cristovam Buarque, tendo como Relator o Senador Tasso Jereissati, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação com decisão terminativa. Em 13/05/05 foi apresentada a Emenda nº 01, de autoria do Senador Mão Santa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2003, terminativo, que "altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para incluir o parceiro outorgante como beneficiário e os consórcios e condomínios como contratantes do Fundo Garantia-Safra", de autoria do Senador Tasso Jereissati, tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece Parecer favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a Emenda de Redação nº 01 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. A apreciação da Matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2004, terminativo, que "altera o artigo 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador ELISEU RESENDE, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Havendo número regimental declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunico aos membros que essa Comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento. Mensagem nº. 46/8 de 56 na origem. De 13 de fevereiro de 2008 encaminhando nos termos do inciso II do art. 7º da Lei 9.069/1995, o demonstrativo das emissões do real correspondente ao quarto trimestre de 2007. As razões dela determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de Ofício Circular.

Primeiro item pauta. Mensagem do Senado Federal nº. 02/2008, não terminativa. Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, no valor total de até sete milhões, 150 mil dólares dos Estados Unidos da América. Para financiamento parcial do Programa: Diagnósticos, Perspectivas e Alternativas para o Desenvolvimento do Brasil. Programa a ser executado pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, por intermédio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA. Autoria da Presidência da República, Relatoria do Senador Francisco Dornelles, com o parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Em 19 de fevereiro de 2008 foi concedida vista coletiva. Antes de dar a palavra ao Relator queremos registrar a presença do representante do IPEA, Dr. Renato Lóes Moreira neste Plenário. Dr. Renato é Diretor de Cooperação e Desenvolvimento do IPEA. Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como disse V.Exª, trata-se de uma operação de crédito entre a República Federativa e o Banco Interamericano com o objetivo de conseguir recursos para o IPEA desenvolver trabalhos no campo da pesquisa. O Senador Sibá Machado, na última reunião, leu o Relatório e deu um parecer favorável à mensagem do Executivo. Senador Eduardo Azeredo havia pedido vista, com ele já conversei hoje, me disse ele que não tem objeção à aprovação desse projeto, de modo que como se trata de uma operação de crédito que já foi examinada por essa Casa na Sessão anterior, o meu parecer é ratificar o parecer lido pelo Senador Sibá Machado, pela aprovação da mensagem do Executivo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Apenas confirmando que as informações recebidas do IPEA, tanto da direção quanto também do ex-Ministro

Reis Velloso realmente superam todos os obstáculos e da minha parte estou favorável ao projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, por ocasião do exame do primeiro item, relativo ao IPEA, considero um instituto que desde a sua fundação vem realizando projetos e pesquisas de grande relevância para todos nós brasileiros, gostaria de dar uma boa nova. Eu visitei o nosso Presidente Senador Aloizio Mercadante, nesse último sábado, ele se encontra em casa, se recuperando plenamente, avalio por todas as informações que já na próxima semana ele poderá estar aqui conosco e plenamente recuperado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Senador. Vamos aguardar a presença do nosso Presidente Aloizio Mercadante.

Continua a matéria em discussão. Em votação o parecer do Relator. Senadores que concordam com o parecer do Relator permaneçam como estão. Aprovado o parecer favorável nos termos do PRS apresentado.

Item nº. 02 da pauta. Mensagem do Senado Federal nº. 254/2007. Propõe ao Senado Federal seja autorizada a adição do terceiro termo aditivo de retificação e ratificação ao contrato de abertura de crédito e de compra e venda de ações sob condição celebrada entre a União e o Estado do Piauí em 13 de novembro de 2007. Autoria da Presidência da República. Relatoria do Senador Inácio Arruda. Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Estão presentes neste Plenário, com muita honra para esta Comissão, o Vice-Governador do Estado do Piauí, Wilson Nunes Martins, o Secretário da Fazenda do Estado do Piauí Antônio Rodrigues de Sousa Neto, e o representante do Banco Central do Brasil, Dr. Luiz Eduardo Cassolaro. A matéria será apreciada por esta Comissão neste momento, para isso damos a palavra ao Relator, Senador Inácio Arruda.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria de acrescentar entre as presenças ilustres dois servidores do Banco do Estado que pra mim são... Banco do Estado do Piauí que pra mim são as peças mais importantes desse Plenário nesse momento. Que é a figura do servidor daquela entidade, que é Rita de Castro e o Camarão. São dois líderes sindicais que estão presentes aqui. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Fica registrada a presença manifestada pelo Senador Heráclito Fortes. Alguém pediu a palavra, pela ordem? Alguém pediu a palavra... Alguém fez alguma referência...

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Presidente. Sobre esse item eu vou pedir vistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Podemos ouvir...

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Claro. Mas de qualquer maneira pedirei vistas ao final das audiências.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito bem. Com a palavra o Relator Senador Inácio Arruda.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente. Posso fazer uma recomendação ao Senador Antônio Carlos. Porque tendo em vista que temos aqui o Vice-Governador, Secretário da Fazenda e outros dos mencionados pelo Presidente e pelo Senador Heráclito Fortes, quem sabe fosse de bom senso que nós possamos pelo menos ouvir o representante do Governo do Estado do Piauí sobre a aplicação desse recurso antes da decisão de pedir vistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): De qualquer maneira temos que ouvir inicialmente o parecer do Relator Inácio Arruda. Com a palavra o Senador.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Srs. Senadores, o parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Mensagem nº. 254/2007, nº. 936 de 05/12/07 na origem, da Presidente da República que encaminha ao Senado Federal proposta para que seja autorizada a adição do terceiro termos aditivo de retificação e ratificação ao contrato de abertura de crédito de compra e de venda de ações sob condição celebrado entre a União e o Estado do Piauí. Relatório. O Presidente da República encaminha para Estado do Piauí.

Relatório. O Presidente da República encaminha para exame do Senado Federal Mensagem nº. 254 de 06/12/07, nº 936/2007 na origem pela qual o Presidente da República propõe a autorização do Senado Federal para adição do terceiro termo aditivo de retificação e ratificação ao contrato de abertura de crédito e de compra e venda de ações sob condição, celebrado entre a União e o Estado do Piauí em 13 de novembro de 2007.

Como parte do programa de incentivo à redução da presença do setor público estadual na atividade financeira, PROES, foi firmado em 26 de fevereiro de 1999, entre a União e o Estado do Piauí, o contrato de abertura de crédito de compra e venda de ações sob condição pela qual o Estado do Piauí transferiu para a União o controle acionário do Banco do Esta-

do do Piauí, BEP conforme os objetivos do programa e nos termos da Medida Provisória nº. 2192-70 de 24 de agosto de 2001, e do contrato firmado a União assumiu o compromisso de privatizar o BEP, Banco do Estado do Piauí.

No entanto, de acordo com a exposição de motivos do Ministério da Fazenda, exposição nº. 172/2007, que acompanha a Mensagem 254/2007, até o presente não foi concluído o processo de privatização daquele Banco. Assim, com o intuito de pôr fim à indefinição e conseqüente deteriorização do patrimônio público, os governos estadual e federal chegaram à solução de incorporação do BEP, a instituição financeira oficial, o que atende também aos anseios da sociedade piauiense pela manutenção do banco como instituição pública. Ainda, conforme a exposição de motivo, essa decisão está amparada na Medida Provisória nº. 2.192/70 de 24 de agosto de 2001. Originalmente MP nº. 1.514 de 1996 que em seu art. 1º, Parágrafo Único, estabelece que a extinção das instituições financeiras pode se dar por intermédio de processo de incorporação, fusão, cisão, ou qualquer outra forma de reorganização societária legalmente admitida. Ao mesmo tempo respeita-se o objetivo do PROES de retirar as instituições financeiras do controle estadual. Alteração do objetivo do contrato de empréstimo original autorizado por intermédio da Resolução nº 17/1999 do Senado Federal tem respaldo igualmente na Lei Estadual 5.036 de 27 de novembro de 1998. Sendo assim, considerou-se o Banco do Brasil a instituição mais adequada à incorporação por ter o capital aberto e apresentar ações negociadas no mercado de capitais em significativo volume e elevada liquidez. No processo encontra-se parecer favorável da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, PGNF/CAF nº 2.456/2007 e nota conjunta nº. 127/STN/COAF/COREF de 8 de novembro de 2007 da Secretaria do Tesouro Nacional também favorável à proposta.

Análise. O parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional consoante à mudança na finalidade do contrato original que previa a privatização do BEP baseia-se essencialmente na nota conjunta da Secretaria do Tesouro Nacional, que apresenta seguintes argumentos para respaldar a proposta. O art. 3º, inciso I da Medida Provisória nº 1.773/74 de 11 de fevereiro de 99, atual Medida Provisória nº. 2.192-70 de 24 de agosto de 2001 autorizou a União a adquirir o controle de instituições financeiras estaduais exclusivamente para privatizá-las ou extingui-las. Ademais, a Lei Estadual de 5.036 de 27 de novembro de 98 em seu art. 1º, inciso II, autorizou o Estado do Piauí a transferir a União o controle acionário do BEP para cumprir o objetivo previsto na Medida Provisória. Com base nesses dispositivos a União e o Estado do Piauí celebraram em 26/02/1999, contrato de abertura de crédito e contrato de compra e venda de ações sob condição aditado em 25/06/01 e 16/12/03 com o objetivo de privatizar o BEP. O processo de privatização não foi concluído uma vez que o Governador que vinha autorizando a negociação com o BACEN para as providências necessárias de privatização foi cassado. Abro aqui um parêntese, Sr. Presidente, para dizer que cassado injustamente, o que praticamente paralisou o processo de privatização.

Dessa forma apenas em 4/11/2002 foi publicado edital de venda do BEP, marcando o leilão para 23/12/02. Porém, em 19/02/02, o Juiz da 1º Vara da Justiça Federal, Seção Piauí, determinou sua suspensão. O atual Governador do Piauí empossado em 2003 posicionou-se contrariamente à privatização. Tanto o Governo Federal como o Governo Estadual decidiram que o BEP não será privatizado. Em reuniões do Ministério da Fazenda com representantes do Estado, ficou definido como melhor alternativa a extinção do BEP, sob incorporação ao oficial(F) federal, ressaltando-se que a União sempre destacou os aspectos financeiros negativos para aquele ente da decisão de não privatizar o BEP.

No contexto, o Banco do Brasil seria a instituição financeira com melhores condições para a operação por apresentar capital aberto, ações negociadas no mercado de capitais, e significativo volume e elevada liquidez. A operação também seria de interesse do Banco do Brasil que busca expandir suas atividades.

Há necessidade de aditamento ao contrário de abertura de crédito de compra e venda de ações sob condição celebrado em 26/02/99 editado em 25/06/01 e 16/12/03 e de resolução do Senado Federal para aprovar o novo ajuste, bem como de Decreto Presidencial para retirar o BEC do Programa Nacional de Desestatização. Em consonância com essas justificativas, o parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional afirma que a alteração contratual pretendida encontra amparo legal nos termos do inciso I, do art. 3º do § 1º do art. 1º da Medida Provisória nº. 2.192-70 de 24 de agosto de 2001. O mesmo parecer ressalta que o terceiro termo aditivo em nada altera as normas e obrigações financeiras originalmente firmadas entre a União e o Estado do Piauí que não haverá transferência de recursos e que o preço final da instituição financeira federalizada calculada para fins de incorporação continuará a destinar-se como antes a abater a dívida estadual do Tesouro Nacional.

Além disso, a mudança proposta não configura operação de crédito, tal como definida no inciso III, art. 29 da Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal. Nem sob a forma de inovação,

refinanciamento ou postergação de dívida, o que seria vetado pelo art. 35, caput da referida lei.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional destaca também que o termo aditivo possui cláusula de eficácia que submete a geração de efeitos à edição de resolução pelo Senado Federal e a exclusão do BEP do Programa Nacional de Desestatização.

Voto. Pelo exposto somos pela autorização pleiteada na Mensagem nº 254/2007 nos termos do seguinte: Projeto de Resolução do Senado nº. 2007 autoriza do Estado do Piauí a firmar terceiro aditivo de retificação e de ratificação contrato de abertura de crédito de compra e venda de ações sob condição, celebrado entre a União e o Estado em 26 de fevereiro de 1999. O Senado Federal resolve. Art. 1º, é o Estado do Piauí autorizado a firmar o terceiro termo aditivo de retificação e ratificação datado de 13 de novembro de 2007, ao contrário de abertura de crédito de compra e venda de ações sob condição celebrado com a União em 26 de fevereiro de 1999. § 1º. O contrato referido no caput objetiva respaldar a incorporação do Banco do Estado do Piauí ao Banco do Brasil SA em comum acordo entre a União, detentora do controle acionário dessa instituição financeira, e o Estado do Piauí. § 2º. A União adotará os procedimentos necessários à exclusão do Banco do Estado do Piauí do Programa Nacional de Desestatização. § 3º. A presente aprovação confere plena eficácia ao referido termo aditivo ficando ratificadas todas as demais posições do contrato a que alude o caput desse artigo. Art. 2º, essa resolução entra em vigor na data da sua publicação. Sala das Comissões, Presidente em exercício, nosso querido Senador Eliseu Resende, Relator que acaba de dar o parecer, Sr. Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): A matéria está em discussão. Com a palavra o Senador Heráclito Fortes. Antes de dar a palavra ao Senador Heráclito Fortes, eu gostaria de registrar a presença também no Plenário de Dª Leda Maria do Remédio Melo Vaz Fontenelle, Presidente da Associação do Banco do Estado do Piauí e do Sr. Carlos Arias Fonseca Camarão, Primeiro Secretário do Sindicato dos Bancários do Piauí. Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Quero primeiro pedir desculpas aqui, eu chamei a funcionária de Rita de Castro, quando na realidade é a Leda. Eu quero pedir desculpas. Foi informação aqui errada da minha assessoria.

Sr. Presidente, eu queria, antes de mais nada, lembrar que existe uma solicitação de Audiência Pública na Mesa. Que tem precedência sobre a votação. A minha disposição é de retirá-la. Para isso, nós costuramos um acordo e o Governador em exercício está aqui presente, os diretores do Banco, exatamente para que nós possamos esclarecer algumas dúvidas. Em primeiro lugar, eu queria saber do Relator se ele acata a Emenda que eu apresento e que se encontra sobre a Mesa, que posso até ler se for o caso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Pedimos a leitura do Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Acrescente-se ao... No § 4º, art. 1º do projeto de resolução apresentado como conclusão do parecer do Relator a Mensagem 254/2007. § 4º. A autorização concedida no caput referente ao processo de incorporação do Banco do Estado do Piauí ao Banco do Brasil implica que a política de gestão de pessoas conferida aos empregados do Banco do Brasil S/A aos empregados egressos do Banco do Estado do Piauí que optarem pelo regimento funcional do Banco do Brasil. A justificativa, Sr. Presidente, a presente Emenda tem por finalidade garantir que a absorção pelo Banco do Brasil dos empregados do Banco do Estado do Piauí envolva garantias funcionais aos empregados absorvidos já que a legislação trabalhista não dispõe de mecanismos amplamente adequados de proteção em situações como estas. Com a aprovação dessa Emenda o Senado Federal assegurará efetivamente que os bancários oriundos do Banco do Estado do Piauí tenham tratamento isonômico e igualitário em direitos, deveres e obrigações, em comparação a seus pareceres já pertencentes aos quadros do Banco do Brasil. Sala das Comissões, Heráclito Fortes, com o apoiamento do Senador Mão Santa e João Vicente Claudino.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra o Relator.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Depois eu apresento o Requerimento. Primeiro a Emenda, depois o Requerimento.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a proposição do Senador Heráclito Fortes, não sei se subscrita... Subscrita pelos três Senadores do Estado do Piauí. Evidente que reverte-se de grande importância porque busca proteger os funcionários do Banco do Estado do Piauí, no processo de incorporação ao Banco do Brasil. Eu considero muito ajustada, correta e necessária à precaução dos Senadores piauienses em relação aos servidores do Banco do Estado do Piauí. Por isso o meu parecer é favorável pela aprovação da Emenda apresentada pelo Senador Heráclito Fortes, subscrita

aqui pelos Senadores João Claudino e pelo Senador Mão Santa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Senador Heráclito Fortes tem uma segunda proposta de Emenda.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Segundo ponto é o Requerimento também assinado por mim e com o apoiamento dos três Srs. Senadores. Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal combinado com os artigos 215, 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda... Eu quero abrir mão dessas explicações do Ministro do Estado da Fazenda que poderá ser feita pelo Relator ou então por algum assessor técnico que esteja presente, até para simplificar e demonstrar boa vontade da solução da questão.

As seguintes informações a respeito do contrato firmado entre o Banco do Estado de Piauí e o Banco do Brasil com vistas à transferência de pagamento da folha de servidores para o Banco do Estado... Para o Banco do Brasil. Não é incorporação, é a conseqüência que é exatamente a venda da folha. Qual foi o valor do contrato pactuado e qual a forma e prazo de pagamento. Um. Dois. Existe parecer jurídico elaborado por identidade independente dos contratantes em favor da dispensa de licitação na escolha do Banco do Brasil para venda da folha de pagamento do Estado? Três. Que tipo de avaliação foi realizada para a definição do valor do contrato? Houve tomada de preço ou algum tipo de consulta aos eventuais interessados na compra da folha além do Banco do Brasil?

Seriam esses questionamentos, Sr. Relator, Sr. Presidente, que eu gostaria que ficasse esclarecido para registro nos anais dessa Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Devolvo a palavra ao Relator.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, as indagações que o Senador Heráclito faz nesse momento elas não são exatamente objeto do projeto que nós estamos apreciando. Que nós estamos apreciando o processo de incorporação do Banco ao Banco do Brasil. Os procedimentos acerca da folha do Estado do Piauí, da conta do Estado do Piauí da folha de pagamento dos funcionários é um outro procedimento, digamos assim, que são operações correlatas. Mas não são objetos exatamente do projeto que nós estamos apreciando. Embora esteja aqui presente eu acho que funcionários do Banco do Brasil, do Banco Central e também da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí. Embora nós não estejamos no processo de Audiência Pública, mas eu solicitaria a V.Exª que uma ou duas dessas autoridades pudessem fazer esses esclarecimentos. Digamos assim, é um requerimento do Relator a V.Exª, que uma dessas autoridades pudesse já responder de imediato, embora essas informações tenham chegado a nossas mãos, elas não são objeto do projeto. Então acho que consideraria que seria adequado se nós pudéssemos ouvir ou o Secretário da Fazenda ou o representante do Banco Central porque a gente resolveria o assunto agora mesmo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, para esclarecimento.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Como bem argüiu aqui o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, para esclarecimento, quero apenas lembrar o Relator que encontra-se no termo aditivo na cláusula sétima, o Estado se compromete nesse ato a ter o BB como seu agente financeiro exclusivo após a incorporação do BEP no termo de contrato de prestação de serviço firmado entre o BB e BEP. Parágrafo Único. A eficácia do contrato de prestação de serviço referida na cláusula no que se refere ao serviço a ser prestado pelo BB após a incorporação, está condicionado à conclusão do processo de incorporação do BEP pelo BB. Logo, não está fora do processo.

O segundo ponto, meu caro Relator, isso foi objeto de um acordo e de uma discussão entre esse Senador e as autoridades do Estado do Piauí responsáveis pela discussão.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Senador Eliseu Resende.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra o Senador Mão Santa. De qualquer maneira, eu entendo que o Senador Heráclito Fortes deveria ser mais objetivo no sentido dos esclarecimentos adequados para que nós possamos ouvir o representante do Banco Central e do Banco do Brasil.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): São apenas três esclarecimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): E a Secretaria da Fazenda do Estado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Banco Central eu quero crer que esteja fora desse processo. Não seria o Banco Central.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): O Vice-Governador do Estado, Governador em exercício poderia prestar...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Poderia ser o Secretário de Fazenda do Estado do Piauí que se encontra aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Tá bem, nós faremos isso. Primeiro vamos passar a palavra ao Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu tenho... Eu entendo que para esse assunto de finanças ninguém melhor do que Eliseu Resende estar na Presidência. V.Exª foi até Ministro da Fazenda, e numa questão de sensibilidade, muita moralidade, se afastou rapidamente.

Então, V.Exª vai entender, mas eu entrei aí como Pilatos entrou no credo. Eu acho que afastando V.Exª nenhum entende mais do que isso do que eu. Eu Governei o Piauí seis anos, dez meses e seis dias. Um dos Vice-governadores está aqui. O que era líder do meu Governo está hoje nesse momento como Governador do Estado. Mas quero dizer a minha apreensão e que fique clara. O Azeredo confundiu. Eu nunca fui pela privatização. Eu fui e tive e fizemos um exemplo de Governo pelo seguinte. O primeiro Presidente desse Banco, eu nem o conhecia. Ele era Presidente das Associações dos Bancos Privados do Brasil. Já até morreu. Foi Secretário de Fazenda de Virgílio Távora. Por informações de técnicos, de amigos do Piauí, chegamos à pessoa. Nomeei um Presidente do Banco do Estado sem nem conhecer. Conheci o currículo, a história. Ele era o Presidente da Associação dos Bancos Privados. Foi Secretário de Fazenda de Virgílio Távora. Então ele fez um trabalho extraordinário, assim como Malan foi um extraordinário Ministro da Fazenda desse País. Ele que reestruturou a economia. Eu acompanhei esta conversa. Ninguém sabia quem devia a quem... Era uma zorra. Então esse Ozias Furtado fez. De tal maneira que o Banco foi muito bem. Nunca nos deu problema. Ele tinha sofrido uma intervenção, o ex-Governador também que está aí, Freitas Neto, um Senador extraordinário, reabriu o Governo.

Então, ele tinha num momento só cinco agências, talvez tenha dobrado no nosso Governo, e nós enfrentamos. Nunca fomos por privatizar e nem federalizar. E ele colocou e esse Banco deu lucro todo o tempo de sua administração. Não houve nenhuma politicagem, nenhuma indignidade, nenhuma roubalheira. Ele deu lucro! E aí o Governo Federal, que tinha suas metas, exigiu que dobrasse o capital do Banco. Não foi possível. O Piauí devia naquela época sete meses a folha do funcionalismo. Então nós fomos obrigados a fazer uma parceria, quer dizer, parceria é essa solidariedade com problema de levar ou andar. E esse Ozias Furtado foi convidado para Zona Franca, ele já morreu, tal a competência, e ele mesmo indicou seu substituto. Não foi político, não. Foi um técnico, qualificado, que resolveu na mesma e esse Banco foi um orgulho como no passado que esse... Um dos seus fundadores e Presidente chegou a ser Senador, Bernardino Viana, e significava muito para a história do Piauí. Então nós nos sujeitamos a essa parceria porque não podíamos colocar, dobrar o capital do Banco e ficamos... Então o próprio Ozias indicou o seu substituto. Ele foi. Agora, durante esse clima vamos... Eu... Nesse calvário, eu vi o sofrimento do funcionário do Banco do Estado. Esse foi um herói, esse foi sofrido, durante a intervenção dele passaram dois meses, eu era Prefeito, eles não tinham o que comer, esses sofreram muito o drama. Então nós tivemos a sensibilidade e acolher alguns dos excessos na Secretaria de Fazenda, devido os méritos deles, a competência que pagava melhor. Mas é um drama muito grande do funcionário, do bancário que acreditou, do bancário que fez concurso, do bancário que constituiu. Então essa foi a indagação que fiz ao Heráclito Fortes desde o começo que tenhamos que estar atento àquele, aquele que trabalhou, que acreditou, e saber a situação dele. Porque foi sempre... Eu não resolvi, foi provisoriamente para a Fazenda e são, segundo informação do meu ex-Vice-Governador, que é hoje Deputado Federal, são quase 200. Então acho que nós temos que ouvi-lo. Não tem negócio de ouvir... negócio da elite, que quer, que está no Governo, não. Temos que ouvir a causa, a razão, a sensibilidade do funcionário. O bancário se eles estão satisfeitos com isso. Não custa nada. E nós não podemos. Eles sofreram no meu Governo, continuam, e estão apreensivos. Essa é a minha preocupação, segundo o Deputado Osmar Júnior que acompanhou também, são quase 200 famílias.

Então, nós queremos saber como vai porque depois que é feito o contrato eles são aposentados e aí é que são abandonados. Então milhares de aposentado ali chorando, e esses ainda podem gritar. Então esse é o nosso acordo. Preocupação com o funcionário aposentado. E acho que numa Audiência Pública ele deve ser ouvido. Eles são organizados, eles são capazes, eles são competentes. Quer que eu lhe dê um exemplo? Um deles chegou a Ministro. João Henrique de Sousa. É funcionário de lá, carreira dele. Átila Lira, Deputado Federal. Então nós temos que ouvir os funcionários. Se eles estão realmente, a eles que compete. É esse o meu apelo.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Sr. Presidente... Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra... Pois não, Senador.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Eu acho que nós tínhamos que buscar o questionamento do Senador Heráclito Fortes, tem o representante do Tesouro Nacional aqui presente Leandro Giacomazzo, para responder a essas indagações, como

os representantes, Senador Mão Santa, dos funcionários e com essa Emenda assinada pela bancada, dá a tranqüilidade. E o Banco do Brasil é uma instituição de credibilidade que tem um excelente relacionamento com o seu corpo funcional. E nesse período, Senador Mão Santa, eu fui conselheiro do Banco também. Por ser Secretário do seu Governo, iniciamos a reestruturação do Banco e sei do valor do trabalho do corpo funcional de todos que fazem o Banco do Estado do Piauí. Então era importante nós darmos um segmento, Senador, para esclarecer essas... Esse questionamento colocado pelo Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, dou a sugestão no sentido de... O Senador Mão Santa está coberto de razões, essas precauções são necessárias, Senador... Só que nós temos dois dirigentes do corpo funcional do Banco do Estado aqui presentes, que é a Leda e o Camarão. Um dos dois poderá dar o depoimento. Acho importante para que fique registrado nos anais. Seria apenas uma palavra de quem conhece o teor do acordo, conhece a Emenda, eu acho positivo para se evitar o alongamento de Audiência Pública, e dar celeridade a esse processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Se o Relator concordar com o Senador Heráclito Fortes...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Claro. Com maior prazer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Vamos ouvir inicialmente a palavra do Governador em exercício do Piauí que poderá usar de seu Secretário da Fazenda para dar os esclarecimentos solicitados pelos Relatores e pelo Plenário. Em seguida ouviremos a palavra dos representantes dos servidores do Banco do Estado do Piauí: Nós poderemos ouvir a Dª. Leda ou o Sr. Camarão, dependendo--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, se for conveniente e restar dúvidas após a palavra do Secretário da Fazenda, está também presente aqui a representação da Secretaria Nacional do Tesouro Nacional, o Dr. Leandro Giacomazzo, que poderia também ser convidado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Relator. Vamos ouvir a palavra do Governador em exercício. Wilson Nunes Martins. Convido a sentar a Mesa, Governador. Convidamos também o Secretário da Fazenda para estar ao lado do Governador.

SR. WILSON NUNES MARTINS: Sr. Presidente, Srs. Senadores, muito grato pela deferência, e pela oportunidade de falarmos aqui sobre a incorporação do Banco do Estado do Piauí ao Banco do Brasil. Primeiro lugar eu gostaria de agradecer aqui aos Senadores do Piauí, ao Senador Heráclito Fortes, ao Senador Mão Santa e ao Senador João Vicente, pelo que muito têm feito pelo nosso Estado, e todos nós nos orgulhamos muito por esses três Senadores que representam o Estado do Piauí. Em nome do Governador Wellington Dias, nós queremos agradecer, que está ausente do País, a deferência que poder falar nesta manhã aqui nesta Comissão.

O controle acionário do Banco do Estado do Piauí teve início para a União em 1998. Era então Governador do Estado o atual Senador Mão Santa. E foi concluído no ano de 2000. De lá pra cá o Estado do Piauí, em 2002, entrou com uma ação para a suspensão do leilão por achar que os recursos suficientes para o pagamento do Banco do Estado eram infinitamente inferiores ao valor que o Estado acreditava ser o nosso Banco. E agora surge esta oportunidade do entendimento entre o Governo do Piauí e o Governo Federal de se fazer a incorporação do Banco do Estado do Piauí ao Banco do Brasil.

Então, são várias razões que reputamos de grande importância esta incorporação. Primeiro nós temos 49% das agências bancárias do nosso Estado pertencentes ao Banco do Brasil. São ao todo 118 agências no Piauí, 58 agências são do Banco do Brasil. E o Banco do Brasil está presente em 49 municípios do Estado. Além disso, com pontos de atendimento e inclusão o correspondente bancário em todos os municípios do Estado do Piauí.

Então, tem uma cobertura significativa, além disso, já paga 28% das contas dos servidores públicos do Estado do Piauí, e é um Banco que tem sobremaneira contribuído com o Estado. Na parte de fomento, na parte de incentivo a um dos maiores programas desse Governo, que é o Programa Nacional da Agricultura Familiar, o PRONAF, e que tem, sobretudo, levado o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais, como a apicultura, a fruticultura irrigada, a cajucultura, a piscicultura, enfim, que são projetos que são tramitados no Banco do Nordeste do Brasil e no Banco do Brasil. Infelizmente o Banco do Nordeste do Brasil tem poucas agências no Estado, e além do mais uma segurança muito grande para o nosso Estado estar fazendo aí uma incorporação a uma entidade federal de muito respeito que é o Banco do Brasil.

No mais, há uma satisfação muito grande por parte dos nossos servidores, por parte do sindicato, da Associação dos Servidores do Banco do Estado do Piauí pela clareza como está sendo tratado e está tramitando este processo. Eu quero a parte técnica passar aqui para o Secretário Antônio Neto, tem também aqui o Secretário do Tesouro Nacional presente que pode dirimir alguma dúvida, mas eu quero em nome

do povo do Piauí, em nome do Governador Wellington Dias, agradecer essa oportunidade que estamos tendo aqui e abraçando os Senadores Heráclito Fortes, que ajudou muito na tramitação dessa matéria, ao Senador João Vicente, que desde o primeiro momento esteve presente na discussão assim como o nosso Senador Mão Santa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Primeiro lugar eu gostaria de louvar a atitude do Governador em exercício Wilson Martins de estar aqui, dando o seu testemunho em todo esse processo. Mas quero lembrar ao Governador que a clareza com relação aos servidores do Banco do Estado só nasceu depois dessa Emenda. Não havia no projeto original clareza nenhuma. Os funcionários estariam relegados a uma segunda etapa para uma discussão que poderia gerar profundas tristezas para os servidores. Daí porque procurei o Secretário de Fazenda, e venho discutindo já há algum tempo essa questão. Agora não, a partir desse momento os servidores evidentemente, concordo com o Governador, estavam todos preocupados, alguns até desesperados pela incerteza com que se encontrava o Banco do Estado. Nem era privatizado, não era público, ele vivia uma situação de encolhimento natural pela situação em que vivia. Daí porque essa incorporação possibilita a solução dos problemas dos funcionários. Mas era necessário exatamente essa Emenda acatada pelo Senador Inácio Arruda para que a garantia do dia seguinte ocorresse. Nós estamos num processo aonde os grandes negociadores foram líderes sindicais. O Secretário da Fazenda, Antônio Neto, o Governador do Estado brilhou como líder sindical, defensor dos servidores e não tiveram a preocupação básica que foi exatamente com o servidor. Daí porque eu resolvi ser eles ontem, e resolvi assumir essa preocupação que é fundamental. Quero louvar o espírito de compreensão de todos eles para que pudéssemos chegar a esse acordo.

E o Governador falou, o Governador Wilson Martins, sobre os pontos de atendimento em 224 Municípios do Piauí. Eu gostaria que o Governador pudesse esclarecer o que é isso. O que são esses 224. Porque uma declaração do Governador do Estado, que eu quero que fique registrado nos anuais, e gostaria que houvesse uma posição clara do Banco do Brasil sobre isso. O Banco do Brasil atenderá 224 Municípios do Piauí. Seria um paraíso para nós. Nós hoje somos atendidos em quarenta e poucos Municípios, menos de cinqüenta. Temos sessenta e poucas agências. Ora, a evolução desse número de atendimento, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, já justificaria essa incorporação. Mas não está claro aqui. É preciso clareza nessa negociação. Bem lembrado aqui, ia passar batido, mas o Governador lembrou e eu gostaria que ficasse registrado nos anuais esse esclarecimento. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra o Governador, perguntando a ele se for necessário Secretário da Fazenda para secundá-lo nas informações.

SR. WILSON NUNES MARTINS: Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senador Heráclito Fortes, a presença do Banco do Brasil no Estado do Piauí ele não se faz com a presença física da agência material, só da agência. Nós temos uma agência, por exemplo, de Picos que atende a praticamente 40, 50 Municípios da região toda. Com projetos do PRONAF, por exemplo, do Programa Nacional da Agricultura Familiar. Sem necessariamente ser obrigado lá ter uma agência do Banco do Brasil naquele Município. Além disso, existe uma série de pontos de atendimento que eu vou passar isso para o Secretário de Fazenda, o companheiro do Banco do Brasil para falar sobre isso. Mas quando o Governador falou sobre esse atendimento em 224 Municípios, seguramente ele não estava querendo citar que existia a presença física, material, do prédio da agência do Banco do Brasil. Agora, é preciso que a gente diga isso, o Banco do Brasil tem 58 agências no Estado de 111 agências que existem no Estado do Piauí. É o Banco que tem maior pluralidade no Estado. E é o Banco que, junto com o Banco do Nordeste, tem ajudado sobremaneira o desenvolvimento do Estado do Piauí. Ele tem participado efetivamente da questão do crédito fundiário, dos assentamentos, da questão da liberação de recursos do PRONAF, embora ele não esteja presente em todos os Municípios. Mas tem ação efetiva do Banco em todos os Municípios do Estado do Piauí. E além disso no incentivo à fruticultura irrigada, a cajucultura, a apicultura em Picos que é um centro grandioso hoje através da Casa Afro, Centro Tecnológico do Mel, enfim, da piscicultura, em todos os arranjos produtivos do Estado do Piauí, o Banco do Brasil tem efetivamente participado. Então eu acho que o Governador Wellington Dias, tenho certeza, pelo que eu conheço dele ele quis falar efetivamente das ações do Banco do Brasil em todo o território do Estado do Piauí.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Peço que fique nos anuais da Comissão a matéria que está em minhas mãos e que eu passarei à Comissão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Sr. Presidente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Para dar seqüência às informações solicitadas, nós queremos ouvir o representante dos servidores do Banco. Srª. Leda Maria dos Remédios Mello Vaz Fontenelle.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, talvez antes fosse adequado ouvirmos o Secretário da Fazenda para deixar claro as três indagações que foram feitas pelo Senador Heráclito Fortes. Se V.Exª permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Para dar coerência à seqüência do mérito da palavra, nós vamos solicitar então inicialmente ao Secretário da Fazenda que se pronuncie como solicita o Relator. Em seguida daremos a palavra à Dª. Leda.

SR. ANTÔNIO RODRIGUES DE SOUSA NETO: Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Srs. Senadores, senhores e senhoras. O Senador Heráclito Fortes, o ilustre Senador Heráclito Fortes, levantou alguns pontos, e submeteu isso ao parecer do Relator, e o Relator nos indaga a respeito de algumas questões, que como muito bem colocou o Senador Inácio Arruda, o Relator, e o Senador Heráclito Fortes assim também acredito que compreenda, a questão da FOPAG, da folha de pagamento não está inserida nesse processo que está sendo votado aqui hoje. É um assunto correlato, mas hoje nós estamos votando o aditivo do PROES, do Programa de Refinanciamento e Redução do... setor público, o aditivo, que permitirá a incorporação do BEP ao Banco do Brasil. Mas desse processo, o Estado do Piauí fez com o Banco do Brasil uma negociação em relação à folha de pagamento, a folha de salários.

Sr. Presidente, a folha de pagamento do Governo do Estado ela antes estava sendo administrada pelo Banco do Estado do Piauí, por força de um contrato estabelecido de uma lei estadual. E vinculava isso a um processo de privatização. Então, se o Banco fosse submetido ao processo de privatização conforme foi iniciado isso em 2002 e chegou-se até está prestes como o Relator já colocou no seu Relatório, o adquirente do Banco ele levaria o Banco pelo valor que estava previsto na época, foi estabelecido valor era o valor das ações em 49 milhões, e, além disso, ele levaria a folha de pagamento por um período de 10 anos. Ou seja, quem arrematasse o Banco pelo valor mínimo que foi estabelecido 49 milhões ainda por um prazo de 10 anos ele administraria a folha de pagamento e a conta única do Estado. Com o processo de incorporação, houve um desmembramento.

Então, incorporação, nós estamos discutindo aqui, ratificado pelo Senado será feita uma avaliação das duas ações, dos dois patrimônios tanto do BEP quanto do Banco do Brasil, e ao final haverá a incorporação das duas entidades. Esse resultante como colocou bem o Senador, será para abatimento da dívida do Estado contraído na época do processo de federalização.

E outra questão é a folha de pagamento. O Estado negociou a folha de pagamento a exemplo do que também estão fazendo outros entes, como fez Santa Catarina e outros Estados, o Estado negociou a folha de pagamento. O Senador pergunta: Qual o valor do contrato pactuado e qual o prazo de pagamento ao Estado? O valor da folha de pagamento Estado do Piauí contratado com o BEP foi na ordem o valor de 180 milhões de reais. O Estado do Piauí tem hoje pela sua folha tem cerca de 103 mil servidores/conta, na verdade não são servidores, são contas, 67% dessas contas estão no Banco do Estado do Piauí, 28% no Banco do Brasil, já estavam no Banco do Brasil há mais de seis anos, sete anos, dez anos, 2% na Caixa Econômica e 3% no Bradesco. Essas contas que já estavam no Banco do Brasil, o Banco do Brasil então antecipou um valor pelo contrato da conta. Então o Estado já recebeu 60 milhões de 180. Os 120 milhões restantes serão pagos em até, após o processo de incorporação, pelo prazo que foi estabelecido. Esse contrato é um contrato de 5 anos, 60 meses, conforme estabelece a legislação, e teve parecer da nossa Procuradoria-Geral do Estado.

E a segunda pergunta. Existe parecer jurídico elaborado por entidade a respeito da dispensa da licitação? Nós... Sim, e anexamos a cópia do parecer da Procuradoria-Geral do Estado e o Banco do Brasil também apresentou um parecer de auditorias independentes, escritórios de Advocacia independentes que determinam que possibilitam pelo princípio da inexigibilidade haver a dispensa da licitação. Segunda questão. Deixa eu só concluir a terceira pergunta.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Só para ganhar tempo, eu queria a cópia dos dois pareceres.

SR. ANTÔNIO RODRIGUES DE SOUSA NETO: O parecer da Procuradoria já está com o vosso Assessor.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Os dois o do Banco do Brasil e do...

SR. ANTÔNIO RODRIGUES DE SOUSA NETO: Do Banco do Brasil também já apresentou.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, mas tem que apresentar aqui.

SR. ANTÔNIO RODRIGUES DE SOUSA NETO: Mas o senhor pode requerer que nós apresentaremos depois, tranqüilo. Sem problemas. Que tipo de avaliação foi realizada? A terceira pergunta, para fechar. Que tipo de avaliação foi realizada para definição do valor do contrato? Houve tomada de preço? Algum tipo de consulta a eventuais interessados? A folha de pagamento do Estado, por força contratual do PROES, como eu já falei, está vinculado ao BEP, e aquele Banco... Enquanto aquele Banco permanecer federalizado. Portanto, não há condições de negociação sem que haja uma solução para o BEP. A folha de pagamento estava vinculada por Lei ao Banco do Estado. A solução para o BEP eram duas pelo contrato do PROES. Ou privatizar o Banco ou extingui-lo. A única saída viável no momento então é a extinção pela via da incorporação. A própria medida provisória do PROES estabelece no seu § 1º que uma das formas de extinção é a incorporação.

Então, a incorporação do BEP ao BB permitiu então que a negociação da folha de pagamento do Estado se desse dentro do processo de incorporação. Nesse sentido, quanto ao valor de negócio apoiado por corpo técnico do BEP foi para a negociação, nós fomos para a negociação sabedora de que os últimos negócios envolvendo a [ininteligível] pelo Estado. De posse desses dados foi iniciada a negociação que se alongou por várias semanas, e culminou em um negócio vantajoso para o Estado do Piauí e para a União.

Sr. Presidente, essa questão da incorporação do Banco do Estado do Piauí ao Banco do Brasil ela atende, na avaliação técnica de todos os órgãos, porque ela foi submetida por uma apreciação a um parecer da Procuradoria-Geral da União, parecer da Procuradoria do Banco Central, houve um parecer, uma manifestação formal e aprovando pela CVM, pela Procuradoria-Geral do Estado, e todos os órgãos técnicos relativos a essa questão jurídica. O Estado do Piauí fez uma negociação de alto nível que respondeu todos os interesses. O valor da conta que o Estado recebeu, seguramente ele é um dos valores... Ficou na média de 1.8, 1800 por conta, e seguramente trouxe resultados positivos para o Estado. Porque nós estamos solucionando, meu caro Senador Mão Santa, uma questão, inclusive foi levantada... Inclusive na época do vosso Governo, que foi o processo de federalização, o Senador Mão Santo que foi Governador e sabe da chamada saga do BEP, das dificuldades que o BEP passou pelo processo de ressurgimento do Banco, e hoje o Banco está saneado, e como nós temos o compromisso e todos nós sabemos hoje não há mais a possibilidade de haver uma participação do setor público na atividade bancária, cada vez mais está se reduzindo, nós estamos permitindo que um Banco público, pela própria Constituição diz que as contas públicas devem ser geridas por um Banco público, como é o Banco do Brasil. E nesse sentido o Banco do Brasil já se comprometeu no compromisso de termo de expandir o Banco no Estado e como bem falou o nosso vice-Governador ampliar a participação em diversos programas.

De certa forma nós esperamos, Senador Heráclito Fortes, com as suas Emendas com relação questão que se levantou e essas explicações que já foram dadas, esclarecer esses pontos estamos permanentemente a sua disposição para esclarecer, tanto o Governo do Estado como o Banco do Brasil, como o Tesouro Nacional. O processo foi absolutamente transparente e bastante tranqüilo. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Queria apenas um esclarecimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Quando o Secretário falou em 40 milhões em 2002, esse valor foi tirado de onde? Era o preço mínimo?

SR. ANTÔNIO RODRIGUES DE SOUSA NETO: O valor das ações que foi avaliado, foi feito uma auditoria, consultoria, e se avaliou o Banco para o processo de privatização. 100% das ações--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O preço mínimo.

SR. ANTÔNIO RODRIGUES DE SOUSA NETO: O preço mínimo é 40 milhões. 100% das ações foi 49 milhões. O preço mínimo do arrematador que havia um único concorrente era 40 milhões e ele ainda levaria a folha de pagamento.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Quem era o arrematador na época? Você lembra?

SR. ANTÔNIO RODRIGUES DE SOUSA NETO: O Bradesco.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Bradesco.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Secretário da Fazenda as informações, Sr. Antônio Neto, e passo a palavra à Srª. Leda Maria dos Remédios Mello Vaz Fontenelle, Presidente da Associação do Banco do Estado do Piauí.

SRA. LEDA MARIA DOS REMÉDIOS MELLO VAZ FONTENELLE: Bom dia Senadores, Presidente Eliseu Resende, Presidente da Comissão, aqui a minha missão é mais de agradecimento--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Agora mudou o Presidente. Continua a placa Eliseu Resende. Mas trata-se de Flexa Ribeiro.

SRA. LEDA MARIA DOS REMÉDIOS MELLO VAZ FONTENELLE: [risos] Essa medida que foi tomada agora em relação à incorporação foi uma medida que a gente só tem a agradecer porque a luta incansável que a gente tem desde 1990, quando o Banco foi fechado, e foi reaberto em 28 de janeiro de 94, a gente vive nessa luta. Quando foi 97 a 98 nós temos a agradecer ao Senador Mão Santa, que era o atual Governador do Estado na época que impediu a privatização, e a gente continuou nessa luta, foi o impasse que aconteceu no sentido de uma incorporação. Porque a gente lutou em 2002... 2000 a 2003 para incorporar no Banco do Nordeste. Não foi possível. Continuou a luta em 2004, tentamos a incorporação na Caixa Econômica Federal. Também não foi viável essa incorporação. Surgiu agora essa grande vitória que a gente está tentando conseguir que para nós é uma vitória, é uma grande conquista. Isso conseguido através do nosso Governador Wellington Dias, hoje representando aqui o Sr. Wilson Martins. A gente tem muito a agradecer, mesmo quando ele era sindicalista, e a luta dele foi incansável em relação a isso. Agradeço também ao Sr. João Vicente Claudino e o a luta que vimos agora tenho que agradecer muito ao Senador Heráclito Fortes porque ele está lutando a favor dos funcionários, e eu quero dizer para ele que todos os funcionários estão gratos por isso, e que foi feito reuniões, e todos os funcionários estão satisfeitos com essa atitude. E o que a gente tem hoje é só agradecer a todos, e se der tudo certo, a gente só tem mesmo a dizer graças a Deus pela conquista e pelos momentos difíceis que a gente já viveu até hoje. Muito obrigada.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Antes de devolver a palavra ao Relator, pede a palavra a líder do Partido dos Trabalhadores, Ideli Salvatti. Com a palavra a Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, apenas para contribuir com a discussão, porque Santa Catarina está um pouco mais adiantada do que o Piauí. Nós já estamos com alguns passos à frente desse processo de incorporação do Banco do Estado de Santa Catarina, do BESC, que estava também na mesma situação do Banco do Piauí, também federalizado, e a solução encontrada foi a mesma, de incorporar ao Banco do Brasil. Essa foi uma negociação importante lá para o nosso Estado. O BESC, o Banco do Estado de Santa Catarina comparativamente com do Piauí é muito maior. Enquanto o Banco do Piauí tem 194 funcionários, o BESC tem mais de 3 mil funcionários. Nós temos agência... O BESC é o único Banco que tem agência em Santa Catarina em todos os Municípios do Estado. Nós temos 147 Municípios que só tem uma agência bancária e esta agência bancária é exatamente a do BESC.

Portanto, lá no nosso Estado essa solução encontrada de incorporar, é claro que teve a mesma preocupação dos funcionários, até porque o volume é muito maior de pessoas, e tal, mas a negociação está caminhando com muito... Muito satisfatoriamente, e inclusive na semana passada o Presidente Lula assinou o Decreto retirando o BESC do Programa Nacional de Desestatização que deverá acontecer também se nós aprovarmos aqui também o Banco do Piauí sairá, também terá essa solenidade, e no dia seguinte, já na quinta-feira da semana passada, já começou a aparecer os resultados da incorporação. Porque os clientes do BESC e os clientes do Banco do Brasil em Santa Catarina já estão compartilhando agências, já estão compartilhando caixa eletrônico, serviços, ou seja, o processo de incorporação já resultando em benefícios positivos para as duas instituições. E uma das coisas que eu não poderia deixar aqui de citar, acho que a preocupação com os servidores, com os funcionários ela é pertinente, acho que a Emenda que acaba sendo incorporada ela... Reforça e tal, apesar de que no processo de negociação, no caso de Santa Catarina, nós não incluímos Emenda semelhante, mas o processo negocial mesmo sendo um volume muito maior está garantido, está sendo conduzido de forma bastante satisfatória, claro que a gente está monitorando também o tempo todo, mas uma das coisas que é muito importante nesse processo é que, além de a gente encontrar uma solução econômica, política, adequada para essa situação dos Bancos estaduais que ficaram federalizados que não foram privatizados no Governo da época, do Fernando Henrique, ainda nós temos uma outra conseqüência disto, que esta solução de incorporação fortalece ainda mais, e o Presidente Lula na solenidade ele fez questão de reforçar, fortalece o Banco do Brasil como a principal e mais importante instituição financeira pública não do Brasil, mas da América Latina. Então esse fortalecimento do Banco do Brasil com estas incorporações, no caso lá de Santa Catarina vai ser mantida a marca BESC, vai ser mantida a presença em todos os 143 Municípios, todas as condições de trabalho dos funcionários do BESC com a incorporação, por isso eu queria aqui dar o testemunho de quem já está mais avançado um pouco, no processo, de que o processo está sendo muito bem conduzido, com resultados muito positivos

e o nosso Estado Santa Catarina já está comemorando com um grande avanço, uma bela solução que foi encontrada para resolver o problema.

Então acho que os três Senadores do Piauí, que estão preocupados, acho até que valeria a pena acompanhar um pouquinho como é que já está lá em Santa Catarina, porque nós estamos... Os passos que já foram dados lá no nosso Estado vão servir de exemplo e até se tiver algum problema até para correção de rumo, no que vocês vão estar fazendo na seqüência e eu espero efetivamente para bem do Banco do Piauí, dos interesses dos funcionários e dos clientes, que a gente possa aprovar rapidamente para que vocês tenham os benefícios que nós lá em Santa Catarina com a incorporação já estamos usufruindo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu queria aproveitar--

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --louvar a Senadora Ideli Salvatti, mas dizer que o exemplo do Banco do Estado do Piauí não se aplica muito ao modelo de Santa Catarina. A privatização de Santa Catarina ela tinha que ser apressada porque ela vinha sob uma gestão desastrosa, uma gestão federalizada desastrosa. Dando prejuízos e eivada de vícios. Não é o caso. Eu quero fazer justiça aqui ao Dr. Adão que é o responsável pelo Banco do Estado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Permite só um aparte, Senador Heráclito?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não, com maior prazer.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu não sei de onde o senhor está tirando essas informações, mas desde 2003 o BESC deu lucro todos os anos. Todos os anos. Balanço 2003, 2004, 2005, 2006, 2007. Portanto, a solução para a questão do BESC, efetivamente foi uma solução para a gente resolver definitivamente esta situação que é de um Banco federalizado que tem atuação exclusivamente num único Estado, que é o caso do BESC e é o caso do Piauí. Então é encontrar uma solução para um problema que dentro do sistema financeiro nacional era uma situação de anomalia.

Então, assim, eu queria apenas reiterar que... E V.Exª pode ter acesso, os balanços são públicos, todos os balanços desde 2003 do BESC todos foram balanços com lucro, e, portanto, demonstrando não gestão temerária, mas muito pelo contrário, gestão exitosa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Evidente que V.Exª tem mais acesso às informações do Banco do Estado de Santa Catarina do que eu. Porque V.Exª indicou o gestor. Não vamos discutir essa questão. Gestor da federalização foi indicação pessoal de V.Exª. Mas não é isso que eu quero discutir. Agora, não significa lucro e administração desastrosa. São duas coisas completamente diferentes. Completamente diferente. E se a senhora examinar o processo de Santa Catarina, vai exatamente confirmar o que eu estou dizendo. Não quero entrar no mérito de Santa Catarina, até porque o ano passado, ao final do ano, quando eu pedi o adiamento da discussão do Banco do Estado do Piauí, estava anexado, pelas circunstâncias, Santa Catarina. E eu pedi inclusive a retirada, atendendo ao apelo do Senador Colombo, da bancada, de todos, para não misturar as coisas. Agora não o exemplo do Banco do Estado do Piauí e o exemplo do Banco do Estado de Santa Catarina são completamente diferentes. Eu gostaria apenas que ficasse esse registro para os anais guardasse bem guardadinho. Muito obrigado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Terminadas as coletas das informações, pela palavra do Governador do Estado, do Secretário da Fazenda e da representante dos servidores, nós vamos devolver a palavra então ao Relator da matéria, há uma proposição de Emenda do Senador Heráclito Fortes, então nós gostaríamos que o Relator Senador Inácio Arruda fizesse um resumo das proposições para que nós possamos terminar a discussão da matéria e colocá-la em votação.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, primeiro eu quero dizer que fiquei bastante comovido aqui com a forma com que o Senador Heráclito Fortes, na prática, realizou uma Audiência Pública sem precisar requerê-la. E acho que isso foi muito ajustado. Porque nós já adiantamos o processo de solução da questão do Banco do Estado do Piauí. E a sua Emenda também adianta um procedimento. Quer dizer, aquilo que poderia ser fruto ainda de um processo negocial entre servidores e o Banco do Brasil, no processo de incorporação, já fica resolvido no termo aditivo.

Então, isso é muito significativo porque nós já damos um passo a mais. Já resolvemos. Este problema já fica solucionado. O problema da conta também é muito significativo, porque na prática, quem leva no leilão leva a conta. E na incorporação também o procedimento foi aproximado. Um outro fato aqui inusitado é que depois de Crateús, eu acho que deve ser a segunda vez que nós levamos uma pernada no Ceará. Porque nós vendemos o Banco lá num preço muito menor, e a conta num preço muitíssimo menor. Então acho que... Lá foi o Bradesco. Essa turma não é mole,

não. Não é brincadeira. E aqui também no Piauí. Mas, de qualquer sorte, acho que foi exitosa a operação. Acho que as explicações estão bem ajustadas, o nosso parecer, Sr. Presidente, é favorável à Emenda do Senador Heráclito Fortes subscrita pelos Senadores Mão Santa e Senador João Claudino, acho que foi um êxito, e como Relator, não sei se posso, Sr. Presidente, eu gostaria também de subscrever essa Emenda. Porque acho que é exemplar nos outros procedimentos que por acaso a gente possa ter aqui na Casa. Então Sr. Presidente o nosso parecer é pela aprovação no termo aditivo ora em discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Colocaremos em votação então o parecer do Relator que aprova a matéria e acrescenta a aprovação da Emenda assinada pelos três ilustres Senadores do Estado do Piauí, Senador Heráclito Fortes, Senador Mão Santa, Senador João Vicente Claudino, e que assinada também agora pelo Relator Inácio Arruda.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Para encaminhar à votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Para encaminhar à votação Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, quero dizer que esta Comissão cresce com essa Sessão de hoje. O Senado da República, Senador Suplicy, cumpria apenas um papel figurativo nesse processo de privatização de Bancos. Como faz em alguns casos com relação a empréstimos e débitos nacionais, aonde muitas vezes endivida o Estado, endivida o Município e nós não temos tido o cuidado de analisá-lo. Nós tivemos outras discussões de privatização que foram altamente... Simplesmente homologatória, e inclusive com o desrespeito do Executivo, que é uma coisa constante, ao Legislativo. No caso de Santa Catarina, e no caso do Banco do Estado do Piauí, houve comemoração e festa de algo que não tinha ainda acontecido, até porque dependia de um passo inicial que era a aprovação do Senado. É a Medida Provisória de maneira prática e drástica feita indiretamente nas ações e nas atribuições do Senado da República. Quero chamar atenção dos colegas Senadores para que esse Senado não se agache, não se acocore com esse tipo de coisa. O rito de incorporação, ele tem que ser exercido. Esses atos já foram assinados. A declaração que pedi que constasse nos anais do Governador, se remete exatamente ao dia 22 de novembro, quando no Palácio do Planalto numa grande solenidade se discutia isso. E aí a minha preocupação é muito clara, Senador Mão Santa. O Piauí hoje é dirigido pelo líder sindical, e não vi uma linha concreta na defesa dos trabalhadores. Se em Santa Catarina não houve isso, infelizmente é porque eu não sou de lá. Porque se fosse eu teria reclamado do mesmo jeito. Se no contrato de Santa Catarina passou batido, Senador Raimundo Colombo, V.Exª até está livre porque chegou no Senado apenas esse ano. Mas eu lamento que em Governo de trabalhadores o trabalhador não tenha sido a prioridade nessa questão. O que é uma injustiça, o que é um desrespeito ao trabalhador. De forma que é um fato mais grave. O Piauí é governado por um bancário que deveria ter tido esse tipo de preocupação.

De forma que eu quero me congratular com todos que tornaram possível, Governador Wilson Martins, V.Exª finalmente tomou a iniciativa de vir aqui a essa Sessão, acho que procedeu muito bem, o Governador está ausente, acho que as coisas devem ser tratadas dessa maneira com respeito ao Congresso. A sua vinda, concordando ou divergindo, é exatamente uma demonstração de respeito para com esta Casa, que é preciso que se tenha, Sr. Presidente. Não se pode tratar um assunto dessa natureza simplesmente para se dizer amém. Até porque nós temos a responsabilidade de votar, o Relator tem a responsabilidade do Relatório que aqui colocou, então essa é uma responsabilidade coletiva. E eu espero que o Senado, com esse exemplo, alerte para decisões futuras. Quero dizer também que nunca fui favorável, não tem uma manifestação minha com relação a leilão para banco privado nenhum. Acho, inclusive, que esta solução para os interesses do Estado e até para os interesses dos servidores, depois desta Emenda, é a melhor de todas. Porque se tivéssemos simplesmente feito o leilão, aconteceria o que o Senador Inácio Arruda aqui disse. Não existe cautela com relação a preço e nem tampouco com conta. Essas contas um dia ainda vão botar alguém na cadeia. Elas estão sendo disputadas a tapas por preços astronômicos. Graças a essa farra de juros que o Brasil vive hoje. Acho que a incorporação em sim ela foi o melhor caminho, a iniciativa privada, o Banco privado ele é sem alma. Ele é um escorchante do cidadão brasileiro. O Banco estatal pratica a mesma modalidade de juro, mas ele também ele tem o lado social, ele tem outros aspectos de assistência à sociedade. Daí porque acho, e repito, que esta solução com os ajustes aqui feitos é a melhor de todas.

De forma que cumpri o meu papel, Senador Mão Santa cumpriu o papel dele, Senador João Claudino, nós cumprimos o nosso papel. E só torço Governador para que os 180 milhões que o Estado vai receber livre de qualquer despesa, sem nenhum contrapeso, seja utilizado na infra-estrutura do Estado do Piauí. Que é o que nós precisamos urgentemente e tenho certeza

que V.Exª juntamente com o Governador farão com que isto aconteça. O Piauí precisa de infra-estrutura, o Piauí precisa brigar pela Transnordestina, o Piauí precisa brigar, Sr. Governador, Deputado Osmar Júnior que aqui está, pelo nosso gasoduto. Nós estamos sendo levados no bico pela Casa Civil. Não podemos aceitar isso. É um crime que está se fazendo contra o Estado do Piauí. De forma que eu faço esse registro que não é um protesto, é um incentivo e um estímulo para que se lute independente de cor partidária, independente de ideologia, independente de qualquer coisa. O que está se discutindo aqui nesse momento são os interesses maiores do Estado do Piauí.

Eu quero por fim congratular com o Governador que já o fiz, com o Secretário Antônio Neto, que gostei de ver, você na outra posição. Conheci o Antônio Neto sindicalista, insistente, radical, e hoje é um homem zeloso... Então eu quero lhe parabenizar. Pena que o Governador não estivesse aqui pra gente vê-lo também... [risos] Mas V.Exª o representa muito bem.

Quero me congratular com o Presidente do Banco, o Adão, com o Diretor do Banco do Brasil, Delano, que aqui se encontra, e com a Leda, pedir mais uma vez desculpa porque eu troquei seu nome, depois eu puxo a orelha da minha assessoria e com o Camarão. Quero dizer aos servidores que no começo fui mal compreendido, não por má compreensão, não. Por maldade dos que queriam ver por cima desse corpo de 115 quilos como se passa muitas vezes em outras questões. Mas eu quando tenho minhas convicções eu vou com ela até o fim. Até porque diz Eclesiastes que mais cedo ou mais tarde a virtude triunfa sempre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito bem. Na verdade a nossa reunião se transformou numa Audiência Pública.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permita, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Audiência Pública do Estado do Piauí. Nós vamos colocar a matéria em votação. Pergunto ao Relator se gostaria de acrescentar alguma coisa?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu gostaria, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra o Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Brevíssimo, só para dar o meu testemunho de como o Piauí hoje se encontra em paz aqui no Senado. E com Senadores João Claudino, Heráclito Fortes, Mão Santa, todos unidos por uma medida em que inclusive o Governo do Estado está sendo bem considerado, junto, neste entendimento, com o Governo Federal, com o Banco do Brasil. E é importante para nós que testemunhamos por vezes a braveza dos Senadores do Piauí, com respeito ao que ocorre lá que hoje estão todos em paz. Só para dar meu testemunho, Sr. Presidente, e cumprimentá-los por isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Se o Senador Suplicy me permite adiantar ou corrigir, não é braveza, é bravura dos Senadores do Piauí. [risos] Colocamos a matéria em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado o parecer do Relator favorável aos termos do PRS apresentado com a apresentação da Emenda pelos três Senadores.

Agradecemos a presença do Governador do Estado do Piauí, do seu Secretário da Fazenda e do representante dos servidores, Dª. Leda e Camarão, e vamos passar para o item próximo da pauta.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se me permite, estaria pronto, Sr. Presidente, para o Item 7.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Senador Heráclito Fortes

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Apenas para comunicar que o Dr. Delano ficou de encaminhar, para ficar o registro aí, pelo Banco do Brasil um documento que foi solicitado. Ele não tem condições técnicas de fazer a entrega no momento, mas fará posteriormente ao Secretário da Comissão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, uma Questão de Ordem, Presidente. Questão de Ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Questão de Ordem inicialmente concedida ao Senador Flexa Ribeiro. Em seguida ao Senador Francisco Dornelles.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Questão de Ordem concedida--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Senador Inácio Arruda. Em relação a Mensagem nº 254/2007 que foi o item que votamos anteriormente, eu gostaria de requerer a urgência para que a matéria pudesse ser encaminhada diretamente ao Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Submeto a votação em regime de urgência solicitado pelo Senador Inácio Arruda. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado o regime de urgência. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Eliseu Resende, eu estava há pouco no Plenário do Senado Federal prestando uma homenagem na Sessão Especial que homenageia os aposentados brasileiros pelo seu dia que foi comemorado

em 24 de janeiro, no momento em que nós estávamos em recesso. Então hoje, numa Sessão requerida pelo Senador Paulo Paim, ela está nesse exato momento acontecendo no Plenário do Senado Federal.

No meu pronunciamento em homenagem aos aposentados, eu disse que eu viria em seguida à CAE para levantar uma Questão de Ordem solicitando ao Presidente que inclua na pauta da próxima Sessão de terça-feira o PLS 058/2003. Sr. Presidente, esse projeto chegou a esta Comissão no dia 14 de setembro de 2007. Só no dia 23 de novembro de 2007 foi designado Relator o nobre Senador Romero Jucá. Então nós já tivemos o interstício desde o dia 14 de setembro até 23 de novembro. Mais de 60 dias paralisados. E hoje, já no dia 26 de fevereiro, o processo, me parece que ainda não foi remetido pelo nobre Senador Relator Romero Jucá.

Então eu pediria providência da Presidência de que solicitasse a devolução por parte do nobre Senador Romero Jucá, já com o parecer feito, ou se ele não tiver as condições de fazer o parecer, que fosse redistribuído para um novo Relator, para que nós pudéssemos, se o nobre Senador Romero Jucá, e com certeza o fará, entregar com o parecer, pautá-lo na próxima Sessão. Se não, que nós possamos redistribuir para que em 15 dias ele seja pautado, discutido e votado em homenagem aos aposentados de todo o nosso País.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): A Mesa entrará em contato com o Relator, Senador Romero Jucá, e tomará as providências solicitadas por V.Exª, Senador Flexa Ribeiro. Item 03 da pauta.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Presidente, uma Questão de Ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Pois não, Senador.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Primeiro lugar pedir a... Fui Relator da Mensagem do Executivo nº. 01 que destina recursos, empréstimo para o IPEA, eu pediria também o regime de urgência para essa importante mensagem do poder aquisitivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Solicito pedido de regime de urgência solicitado, feito pelo Senador Francisco Dornelles. Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado o pedido de urgência.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Também pela ordem, continuando, V.Exª anunciou que o próximo item a ser votado seria o Item 07 da pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): O item seguinte é o Item 03... Não vamos colocar em votação. Porque o Senador Romero Jucá, que é o Relator, pediu o adiamento da análise do Projeto de Lei. O Senador Eduardo Suplicy solicitou inversão de pauta para nós darmos preferência ao Item 07 na nossa pauta. De forma que vamos passar à apreciação do Item 07. Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): O Item 07 da pauta é mais uma vez intervenção do Estado no processo de industrialização do País. Eu não digo, eu não sou contra essa intervenção. Mas acho que ela tem que ser examinada com cautela, motivo que eu pediria a V.Exª que me fosse concedida a vista desse processo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): De qualquer maneira ouviremos--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Me permite apenas esclarecer que na Sessão da semana passada eu li o meu parecer que incluía quatro sugestões formuladas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Entretanto, com respeito à proposição original do Deputado Federal José Roberto Arruda, hoje Governador do Estado, e que foi apreciada ao longo da sua tramitação na Câmara dos Deputados. E eu tinha algumas Emendas. Levando em conta a sugestão da ANVISA com respeito ao prazo. Mas, entretanto, conversando inclusive hoje com a Assessoria e os dirigentes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, consideraram que o mais importante é que possa ser aprovado o projeto como veio da Câmara, no seu mérito, e o quanto antes. E aceitando, portanto, a argumentação inclusive o apelo da Associação Brasileira dos Produtores, fabricantes e que se utilizam que inclusive acatam a sugestão de se fixar o limite em 0,06% de concentração de chumbo, como ocorre em outros países como Austrália e Estados Unidos, para proteger a saúde dos trabalhadores, sobretudo, das crianças, então eu aqui, Sr. Presidente, registro que o meu parecer é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 01/2007 tal como aprovado pela Câmara. E, portanto, desistindo das Emendas que havia lido no meu parecer da semana passada. E se o Senador Francisco Dornelles desejar pedir vista, é direito dele. Mas eu quero aqui dar esta informação e o meu parecer está distribuído aos Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Pergunto ao Senador Francisco Dornelles se mesmo com os esclarecimentos do Senador Suplicy que altera o seu parecer, mantém o pedido de vista.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu tenho pelo Senador Suplicy maior respeito, considero mesmo o meu mestre nessa

Casa. Mas eu gostaria, é um assunto que eu gostaria de examinar com mais cautela e eu mantenho meu pedido de vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Na mesma linha do Senador Dornelles, eu também respeito a competência do nobre Senador Eduardo Suplicy. Não somos contra o projeto. Acho que defender a saúde... Principalmente das crianças, e de qualquer indivíduo, é tarefa da maior importância. Mas, o projeto, o próprio Senador Suplicy, de uma Sessão pra outra, ele já alterou o seu parecer, retirando as Emendas que ele mesmo tinha proposto. Então parece que nós temos que aprofundar a discussão e que é isso que o Senador Dornelles propõe ao pedir vista. E eu quero associar-me a ele pedindo vista também de tal forma que seja dado vista coletiva, e que possamos então tomar as informações necessárias e com o maior conhecimento votar o projeto que é da maior importância que nós reconhecemos, Senador Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Fica concedido o pedido de vistas ao Senador Dornelles e Senador Flexa Ribeiro.

O Item 4 da pauta é o Projeto de Lei terminativo. Fica adiado para a próxima Sessão. O Item 5.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Presidente, há muito tempo, desde o ano passado, desde 2007 que a Comissão de Assuntos Econômicos vem arquivando... Não diria arquivar, mas vem não pautando os projetos de criação das Zonas de Processamento de Exportação. Eu tive um projeto, talvez tenha sido um dos primeiros a serem aprovados aqui criando Zonas de Processamento de Exportação, no meu Estado do Pará, e depois disso diversos Senadores encaminharam projetos criando Zonas de Processamento de Exportação em seus Estados. Não tenho idéia da quantidade, mas acredito que deva ter mais de 40 projetos aprovados na Comissão de Desenvolvimento Regional ao longo do ano de 2007 e até hoje, lamentavelmente nenhum desses projetos foi distribuído para a Relatoria. Quanto menos pautado.

Agora, recentemente, há coisa de duas semanas atrás, o Governo Federal editou uma Medida Provisória que estava sendo aguardada desde a aprovação do projeto em Plenário, pelo Senado, com um acordo do líder do Governo Senador Romero Jucá, que era para ser editada essa Medida Provisória e o Senador Presidente Aloizio Mercadante participou da reunião, de que seria editada a Medida Provisória em 30 dias. Nós esperamos um ano. E agora foi editada. Então nós precisamos fazer andar esses processos que estão aqui. Peço a V.Exª que distribua os processos indicando os Relatores para que nós possamos aprová-los e que eles possam ir a Plenário e possam chegar ao seu destino final, o objetivo final que é dar oportunidade aos Estados de instalarem em seus territórios essas Zonas de Processamento de Exportação, um instrumento da maior importância para o desenvolvimento econômico-social de cada um dos entes federados.

Eu peço a V.Exª, e quero aqui... Tenho estado em contato com o Senador Aloizio Mercadante, e graças a Deus ele está se recuperando, e ele em breve vai estar de volta ao convívio nosso, retornando à Presidência da CAE, mas pediria a V.Exª que tomasse já de imediato essas providências para que esses projetos que estão aqui aguardando fossem pelo menos indicados os Relatores para que eles fossem pautados para a sua aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Sua colocação é adequada. Há vários Projetos de Lei que versam sobre a criação de ZPEs. Nós estaremos em contato com o titular dessa Comissão, Senador Aloizio Mercadante, para que os Relatores sejam designados com a brevidade possível.

Nada mais havendo a tratar, fica encerrada a nossa reunião de hoje.

Sessão encerrada às 12h26.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia quatro de março do ano de dois mil e oito, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Delcídio Amaral, Renato Casagrande, Expedito Júnior, Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, Antonio Carlos Valadares, César Borges, Romero Jucá, Valdir Raupp, Mão Santa, Neuto de Conto, Gerson Camata, Adelmir Santana, Heráclito Fortes, Eliseu Resende, Jayme Campos, Kátia Abreu, Raimundo Colombo, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Júnior, Romeu

Tuma, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, João Vicente Claudino, Gim Argello, Osmar Dias e Jefferson Péres. Deixam de comparecer os Senadores Pedro Simon, Gilvam Borges e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. O Presidente comunica o recebimento do seguinte documento, para conhecimento**,** Aviso nº 08, de 2008, nº 56/GMF, na origem, de 25 de fevereiro de 2008, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, no mês de janeiro de 2008, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Em seguida, a Presidência passa à apreciação dos itens constantes da Pauta da Reunião, Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2003, não terminativo, que "acrescenta dispositivo ao artigo 473 da CLT para permitir ao trabalhador faltar ao serviço um dia por ano sem prejuízo da remuneração", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya, que oferece Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 01 apresentada. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. Em 19/02/08 foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada; Item 02-Emenda de Plenário nº 01, não terminativa, de autoria do Senador Arthur Virgílio, oferecida ao Projeto de Resolução do Senado nº 84, de 2007, que "altera o art. 3º do PRS nº 84, de 2007, que dispõe sobre o limite global para o montante da dívida consolidada da União", de autoria do Senado Federal, tendo como Relator o Senador Romero Jucá. A apreciação da Matéria é adiada; Item 03– Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2003, terminativo, que "altera o § 2º do artigo 16 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, (dispõe sobre a regulamentação dos recursos do fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FCN)", terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, tendo como Relator o Senador Raimundo Colombo que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com parecer pela rejeição. A apreciação da Matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2006, terminativo, que "acrescenta o inciso VI ao art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender aos representantes comerciais a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de automóveis", de autoria do Senador Marcos Guerra, tendo como Relator o Senador Eliseu Resende, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2006, terminativo, que "altera a legislação tributária a fim de estabelecer o prazo para restituição do imposto de renda da pessoa física descontado em excesso, na fonte, e dá outras providências", terminativo, de autoria do Senador Álvaro Dias, tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que apresenta Parecer Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. Em 20/11/07, foi concedida Vista ao Senador Antonio Carlos Valadares. Usam da palavra os Senadores Álvaro Dias, autor da Matéria, Flexa Ribeiro, Antonio Carlos Júnior, Eduardo Suplicy, Jayme Campos, Ideli Salvatti, Antonio Carlos Valadares, que apresenta o Requerimento nº 1/08-CAE, que requer Audiência Pública para instruir a Matéria; Valdir Raupp, Renato Casagrande, Arthur Virgílio, Delcídio Amaral, Marcelo Crivella, Francisco Dornelles, Gerson Camata, Romero Jucá, Romeu Tuma e Eduardo Azeredo. Colocado em votação, a Comissão rejeita o Requerimento nº 1/08-CAE. Encerrada a discussão e colocada a Matéria em votação, a Comissão aprova o Projeto com as Emendas nºs 01 e 02-CAE por dezoito votos favoráveis, dois votos contrários e uma abstenção; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2007, terminativo, que "altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, unificando a data de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador à Seguridade Social com a data de recolhimento da contribuição devida ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)", de autoria do Senador Álvaro Dias, tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei da Câmara nº 01, de 2007, não terminativo, que "fixa o limite máximo de chumbo permitido na fabricação de tintas imobiliárias e de uso infantil e escolar, vernizes e materiais similares e dá outras providências", de autoria do Deputado José Roberto Arruda, tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece Parecer pela aprovação da Matéria. Em 26/02/08, foi concedida Vista Coletiva. Usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles e Eduardo Suplicy, Relator da Matéria. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado, também, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 300, de 2005, terminativo, que "acrescenta parágrafos ao art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, determinando que a taxa de juros cobrada sobre empréstimos consignados em folha não excedam em 05 pontos percentuais ao ano

a taxa básica da economia (taxa Selic)", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Arthur Virgílio, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2003, terminativo, que "altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para incluir o parceiro outorgante como beneficiário e os consórcios e condomínios como contratantes do Fundo Garantia-Safra", de autoria do Senador Tasso Jereissati, tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece Parecer favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a Emenda de Redação nº 02 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. A apreciação da Matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2004, terminativo, que "altera o artigo 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2007 – Complementar, não terminativo, que "acrescenta o § 13 ao art. 3º da Lei Complementar nº 123 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte", de autoria do Senador Pedro Simon, tendo como Relator o Senador Marconi Perillo, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nº 01 e 02 que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada. A Comissão rejeita o Requerimento nº 1/08-CAE, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que requer, nos termos regimentais, que sejam convidados, para uma Audiência Pública, a ser realizada em 11 de março do corrente, a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2006, que "altera a legislação tributária a fim de estabelecer prazo para restituição do imposto de renda da pessoa física descontado em excesso, na fonte, e dá outras providências", os Srs. Jorge Rachid, Secretário da Receita Federal do Brasil, e Joaquim Adir Vinhas, Supervisor Nacional do Programa do Imposto de Renda. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e cinqüenta e quatro minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador ALOIZIO MERCADANTE, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Havendo número regimental declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, ordinária. Antes de iniciar nossos trabalhos, proponho a dispensa de leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no diário do Senado Federal.

Eu queria, antes de dar início formal à Reunião, agradecer às mensagens e o apoio que eu recebi, que foi muito gratificante, neste período que estive acamado, em particular, agradecer ao nosso Presidente aqui pela seriedade e competência que conduziu os trabalhos da Comissão. Dizer que, para mim, é um imenso prazer reencontrá-los e poder estar de novo aqui contribuindo para o trabalho da nossa Comissão de Assuntos Econômicos. Agradeço a todos aí a gentileza e os gestos fraternais. Senador Francisco Dornelles, com a palavra.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu queria manifestar a minha satisfação e a minha alegria com o retorno de V.Exa., numa exposição extremamente positiva. Durante esse período, o Senador Eliseu Resende fez um grande trabalho na Presidência, mas que a sua ausência aqui deixou sempre saudades. Eu vejo com satisfação o seu retorno para conduzir, com sua inteligência, seu brilhantismo, as Sessões da Comissão de Economia. Eu faço logo também aqui um apelo, Sr. Presidente, está aqui o Senador Osmar Dias, que tem um Projeto que ele gostaria... Senador Alvaro Dias. O Senador Alvaro Dias, que tem um Projeto que ele gostaria de fazer a defesa e que é o item 05 da Pauta, que eu sou o Relator. De modo que, se não houvesse objeção em inverter para que o Senador Alvaro Dias possa retirar-se para outra Reunião a que ele está compromissado, eu estaria pronto a fazer esse relato do Projeto do Senador Alvaro Dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está ótimo, Senador. Faremos, se não houver objeção de nenhum dos presentes, faremos a inversão de Pauta. Eu só queria, antes, informar que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº. 08/2008, nº. 56 da GMF na origem, de 25 de fevereiro de 2008, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº. 43/01, Relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda no mês de janeiro de 2008; tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos Estados e Distrito Federal, e a relação entre a dívida consolidada líqui-

da e a receita corrente líquida dos Municípios. Então, está à disposição dos Senadores. Vamos, então, para o item 5º da Pauta, por solicitação do Senador Francisco Dornelles. Projeto de Lei do Senado nº. 58/06, terminativo: "Altera a Legislação tributária a fim estabelecer prazo para a restituição de Imposto de Renda e de pessoa física, descontado em excesso na fonte, e dá outras providências". Autoria do Senador Alvaro Dias. Relator: Senador Francisco Dornelles. Favorável ao Projeto com as Emendas 01 e 02, que apresenta. Em 20/11/07, foi concedida vista ao Senador Antonio Carlos Valadares. Lembro que o Projeto é terminativo e exige *quorum* qualificado. A matéria, então, está em discussão. Com a palavra, o Relator.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, trata-se de Projeto de Lei de autoria do Senador Alvaro Dias, estabelecendo prazo para a devolução ao contribuinte do Imposto de Renda retido a maior. O art. 1°, por meio de acréscimo do novo parágrafo, fixa prazo máximo de 90 dias para que a Receita Federal restitua ao contribuinte pessoa física o saldo negativo do Imposto de Renda apurado na declaração de ajuste. Em caso de descumprimento desse prazo, o Projeto estabelece majoração na correção do valor devido. O art. 3° é cláusula de vigência. Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 99, opinar sobre os assuntos pertinentes aos tributos. Não se encontra no Projeto óbice quanto à sua constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. No que tange à técnica tributária, concordamos com a manifestação do Senador Alvaro Dias. Fizemos duas modificações formais em relação à ementa e à Legislação especificada para a multa. Mas, quanto ao mérito, estamos de pleno acordo, é uma preposição justa, não tem sentido que, muitas vezes, o contribuinte seja credor e, ao mesmo tempo, dele queira se cobrar um tributo. Eu pediria, Sr. Presidente, que pudesse contar com o Senador Alvaro Dias para fazer também alguns adendos na defesa do seu Projeto. Muito obrigado. Pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Relator, Senador Francisco Dornelles. Com a palavra o autor, Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, manifesto a minha satisfação por vê-lo de volta com toda disposição e a competência de sempre. Dizer que é até dispensável a defesa do Projeto, em razão da credibilidade que tem o Relator Francisco Dornelles, pela sua história, pelo conhecimento de economia e, sobretudo, pela postura que sempre adotou em defesa de uma relação de lealdade e igualdade entre contribuinte e Estado Brasileiro. E é este o objetivo do Projeto, estabelecer esta relação de lealdade e de igualdade entre contribuinte e o Estado. Não é justo que a Legislação fiscal disponha de inúmeros itens, estabelecendo penalidades e prazos para o contribuinte e que seja tão complacente para com o Estado. Na verdade, essa retenção do imposto pago a mais pelo contribuinte trata-se de uma prática escancarada de empréstimo compulsório não autorizada nos termos constitucionais.

Portanto, Sr. Presidente, ao estabelecer esta norma, o que se pretende é proteger o contribuinte. Não é justo que o Estado Brasileiro trabalhe com recursos que não lhe pertencem. O contribuinte brasileiro já paga uma carga de impostos exagerada, essa é a discussão do momento, nós estamos discutindo a necessidade de redução da carga tributária no país, e, na verdade, mesmo quando ele paga além do que deve, ele sofre as conseqüências da burocracia estatal. Não se admite a alegação de que o Estado não possa ter condições de efetuar essa devolução no prazo que o Projeto estabelece, já que nós temos a modernização da Administração Pública, especialmente na área da Receita. Há mecanismos disponíveis que fazem com que as ações possam ser sempre céleres e eficientes. A informatização, sobretudo, permite ao Estado Brasileiro um controle rápido e perfeito da situação financeira do Estado e do contribuinte.

Por essa razão, Sr. Presidente, nós, que não pertencemos a essa Comissão, aqui viemos, com muita satisfação, para agradecer ao Relator Francisco Dornelles e a V.Exa., que coloca na Pauta o Projeto, e já, de antemão, agradecer o apoio de todos os Srs. Senadores. Entendo que se faz justiça ao contribuinte brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Aloizio Mercadante, primeiro eu quero saudar a recuperação de V.Exa. e que retorna à Presidência dessa Comissão com a saúde totalmente restabelecida. Isso para nós é uma satisfação e uma alegria muito grandes. Depois, quero parabenizar, tanto o autor, Senador Alvaro Dias, quanto o Relator, Senador Francisco Dornelles, por esse Projeto que vem ao encontro do interesse do contribuinte. O contribuinte é aquele que já tem uma carga fiscal e tributária pesada sobre os seus ombros; ele tem retido, a cada mês, compulsoriamente, o Imposto de Renda. E, ao final do exercício, no início do ano seguinte, ao ter que fazer a sua declaração com direito à restituição, ele fica sem prazo definido para que possa ter o recurso pago a maior para o Governo, através de Imposto de Renda, devolvido. E, aí, o que acontece? O sistema financeiro, o sistema bancário oferece ao contribuinte

para que ele possa antecipar a restituição, cobrando uma carga financeira que ele é obrigado, muitas das vezes, a ter que se submeter a ela porque necessita do retorno daquele valor pago a maior.

Então, o Projeto do Senador Alvaro Dias e o parecer do competente Senador Dornelles corrigem essa lacuna, dando ao Fisco o prazo de 90 dias para que ele possa fazer a restituição. Prazo esse mais do que suficiente, face à tecnologia que dispõe hoje a Receita Federal do Brasil, de verificar a coerência ou não da declaração, e aqueles que forem para a malha fina, evidentemente que esses terão... Só terão a restituição após as informações que a Receita precisar. Mas aqueles que não estiverem na malha fina, por esse Projeto, terão em 90 dias os seus valores restituídos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, primeiro saudar o retorno do Senador Aloizio Mercadante, muita satisfação estar recuperado e estar conosco aqui, então, saudar o retorno de V.Exa., em primeiro lugar. Depois, saudar o Senador Alvaro Dias, autor do Projeto, de alta importância para o contribuinte pelo tratamento desigual que lhe é dado de o Governo se financiar com o Governo do contribuinte. E uma emenda extremamente importante do Senador Francisco Dornelles, Relator, no sentido de remunerar o contribuinte com a mesma taxa de que a Receita Federal cobre, em caso de multa por atraso das parcelas do imposto. Então, isso é o tratamento justo ao contribuinte, portanto, o Senador Francisco Dornelles aperfeiçoou o Projeto, então, quero saudar tanto o Senador Alvaro Dias, autor, quanto o Senador Francisco Dornelles, Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Antonio Carlos Júnior. Senador Eduardo Suplicy, com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Senador Aloizio Mercadante, quero também saudar a sua volta às atividades do Senado. V.Exa. proporciona a todos nós, especialmente de São Paulo, mas todos os seus colegas, a satisfação por estar com boa saúde e plenamente restabelecido para continuar presidindo os trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos.

Com respeito ao Projeto do Senador Alvaro Dias, que tem uma preocupação com o direito dos contribuintes, nós precisamos examinar algumas das observações, que a Secretaria da Receita Federal, do Ministério da Fazenda, colocou para a nossa ponderação. E eu gostaria de pedir atenção, tanto do Senador Alvaro Dias, como do Relator Senador Francisco Dornelles, sobre algumas das ponderações, porque precisamos levá-las em conta antes da decisão a respeito.

Diz o Ministério da Fazenda que a recepção de declaração de ajuste anual do Imposto de Renda da pessoa física, em formulário, papel, ainda é significativa. Aproximadamente 400 mil em 2006, 320 mil em 2007. Essas declarações ainda passam por um processo de transcrição manual, anterior ao processamento, o que inviabiliza o pagamento das restituições no prazo de 90 dias, contados a partir da entrega da declaração. O pagamento de todas as restituições no prazo de 90 dias, contados do termo final da entrega da declaração de Imposto de Renda da pessoa física, tem grande reflexo no fluxo de caixa do Tesouro Nacional, impactando significativamente os fundos de participação dos Estados e Municípios, uma vez que os valores restituídos são abatidos da receita do Imposto de Renda, base de cálculo desses fundos, conforme previsão constitucional. Portanto, haveria um impacto sobre os Estados e Municípios.

Quanto a liberar dentro do próprio exercício todas as restituições, inclusive aquelas retidas para análise da fiscalização, entende-se que é uma proposta contrária ao próprio interesse da Administração Pública, pois a experiência técnica tem mostrado que milhares de declarações entregues com indícios de irregularidades... De milhares de declarações, cerca de 7% do universo e 9,5 milhões, com imposto [ininteligível] restituir em 2006, são entregues com indícios de irregularidade ou evidente intuito de fraude.

O atendimento individual dispensado a este percentual de declarações, no prazo em que se pretende estipular, está muito acima da capacidade atual de trabalho da Secretaria da Receita Federal, o que fatalmente evitaria o pagamento de restituições sob suspeita de fraudes, sem análise prévia, configurando uso indevido do dinheiro público.

Por último, com relação à aplicação de penalidade sobre a União de 10% sobre a restituição não paga no prazo definido pelo referido Projeto de Lei, essa não considera que o dever de restituir ao contribuinte aquilo que foi retido a maior não é um dever contratual do Estado, situação essa que se iguala ao particular. O Estado é soberano e tem o poder legal de cobrar multas pelo descumprimento de obrigações por parte do sujeito passivo, mas não de arcar com penalidades pelo pagamento de restituição em prazo diferente da expectativa do contribuinte, mesmo porque a própria Legislação, o Código Tributário Nacional, atribui ao Fisco o dever de rever de ofício as informações prestadas na declaração de Imposto de Renda da pessoa física.

Logo, a simples entrega da declaração não constitui direito imediato à restituição dos valores pleiteados, visando a não perda do valor monetário das restitui-

ções, já são aplicados os juros SELIC sobre o valor a ser restituído desde o ano de 1995.

Então, Sr. Presidente, inclusive à luz das novas normas que, em 2008, a Receita Federal colocou para os contribuintes, eu agradeceria se, antes de podermos tomar a decisão, possam o autor Alvaro Dias e o Senador Relator Francisco Dornelles responder a essas ponderações que são de preocupação por parte da Receita Federal.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Apesar da solicitação feita, Senador Jayme Campos estava inscrito e, depois do Senador Jayme Campos, Senador Alvaro Dias e Senadora Ideli Salvatti. Senador Jayme.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu quero também desejar boas-vindas a V.Exa. pelo seu gozo de plena saúde, nesse ambiente que V.Exa. sempre capitaneou e liderou aqui, como Presidente dessa Comissão, e volta a todas as atividades parlamentares. Seja bem-vindo. Mas, eu quero, antes de mais nada, cumprimentar o Senador Alvaro Dias, dizer que seu Projeto é um Projeto meritório, tanto o Projeto do Senador Alvaro Dias, quanto também o Relatório do Senador Francisco Dornelles. E é importante, quando vejo aqui o Senador Eduardo Suplicy dizer que a Receita Federal, ela não tem capacidade de processar as 400 mil declarações que são encaminhadas através não via internet.

O que o Governo tem que fazer, Senador Eduardo Suplicy, é melhorar sua eficiência, tomar providências necessárias para que certamente essas suas justificativas, elas sejam, com certeza, plausíveis, tendo em vista que não pode o contribuinte pagar o pato, de maneira alguma. A restituição chega ao cúmulo de demorar, Senador Alvaro Dias, seis, sete meses, já tive a oportunidade de ver, pessoa achando que não ia receber sua restituição pelo atraso que a Receita Federal, quase uma prática, de fazer sua restituição. De tal maneira que a argumentação feita pelo chefe da Receita Federal, em nível nacional, ela é muito fraca. Ela não tem que ser vista aqui nem ouvida por todos nós Senadores porque o Governo me parece que quer, com certeza, continuar com a mesma prática. E nós estamos aqui para defender os mais fracos, até porque quem recebe a restituição são as pessoas de poder aquisitivo médio para baixo. De modo, Senador Alvaro Dias, é muito oportuno o Projeto de V.Exa., é meritório, e tem nosso voto no sentido de que possamos, dentro em breve, fazer valer, naturalmente, esse Projeto de Lei de V.Exa..

De tal forma, querido Senador Francisco Dornelles, o Relatório de V.Exa. é oportuno e espero que essa Comissão possa votar no dia de hoje ainda o Projeto de Lei do Senador Alvaro Dias. Muito obrigado, Sr. Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, pela ordem. Não, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Para discutir, está inscrito Senador Antonio Carlos Valadares e Senador Raupp. Senador Alvaro Dias, com a palavra.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, agradeço a oportunidade de responder ao Senador Eduardo Suplicy. O Senador fala em soberania do Estado. O Estado realmente deve ser soberano para defender os interesses nacionais. Na defesa do interesse público, a soberania do Estado deve ser sempre sustentada e preservada, mas não pode ser soberano o Estado no ato de explorar, especialmente o contribuinte, já esmagado por uma carga tributária que, lamentavelmente, inibe o crescimento econômico do país. Soberania não é isso. O Estado é soberano para cobrar; o Estado é soberano para impor; o Estado é soberano para estabelecer prazos, para instituir multas e não é soberano para pagar o que deve. O Estado é eficiente para cobrar. O Estado é eficiente para instituir normas que imponham sobre o contribuinte os ônus possíveis e imagináveis. Mas, o Estado é tido como incompetente, conforme diz o Senador Suplicy, para pagar; pagar o que deve.

Não há como estabelecer competência no ato de cobrar e incompetência no ato de pagar. O que nós não podemos admitir é que exista essa distância entre a eficiência ao cobrar e a incompetência ao pagar. Os direitos do contribuinte devem ser preservados. É dever do Senado Federal, é dever do legislador e é dever também do Poder Executivo respeitar direitos do contribuinte. Alegar que os Estados e Municípios seriam prejudicados não me parece argumento inteligente porque não podem ser prejudicados se não possuem esse crédito. O contribuinte, neste caso, não é devedor; é credor. Esses recursos não pertencem à União, ao Estado e ao Município, e sim ao contribuinte. São recursos que excederam as obrigações do contribuinte ao pagar. Pagou em excesso. E, portanto, a ele se deve devolução. Não há nenhum prejuízo, portanto, para Estado e Município nesse caso. Prejuízo só restará ao contribuinte se o Estado não cumprir seu dever de devolver. Tanto é que ele assume a responsabilidade da devolução. Apenas não cumpre, apenas protela, prorroga interminavelmente os prazos; o horizonte temporal para o pagamento é infindável, enquanto para o recebimento ele é limitado. É esta di-

ferença que nós queremos eliminar. Não há como se admitir dois pesos e duas medidas na Legislação do país. Uma Legislação para cobrar e uma Legislação oposta para receber.

É isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que nós estamos pretendendo com essa proposta, que foi acolhida pelo Senador Francisco Dornelles. Eu creio que não há Senador mais autorizado a opinar sobre essa matéria do que ele, sem demérito dos demais, mas, certamente, pela experiência vivida, tem condições de interpretar as possibilidades do Estado de cumprir a Legislação que ora se deseja impor, através desse Projeto de Lei.

Portanto, Sr. Presidente, eu insisto na votação favorável. Acho que os argumentos são frágeis, que vêm da Receita Federal. O Secretário da receita há de convir conosco de que tem sido ele muito eficiente e merece os nossos aplausos no ato de arrecadar. Tem batidos todos os recordes de arrecadação. A receita da União extrapola até mesmo as previsões mais otimistas do próprio Governo. E, portanto, não há razão para ele ser tão tímido no ato de devolver ao contribuinte o que lhe pertence. Não é justo que Estado use aquilo que não caiba lhe usar. Esses recursos são do contribuinte e devem ser devolvidos no prazo justo. Entendo até que esse prazo de 90 dias é um prazo elástico. Pela modernidade burocrática existente hoje, pelos mecanismos disponíveis de eficiência e de agilidade, entendo que 90 dias é mais do que razoável. É um prazo até elástico, eu entendo. Por isso, o apelo que faço é para que os senhores Senadores aprovem a nossa proposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Alvaro Dias. E pediria se os próximos inscritos pudessem ter mais brevidade, que a lista de inscritos está bastante expressiva. Senadora Ideli, depois ACM Júnior, Antonio Carlos Valadares, Valdir Raupp, Renato Casagrande, Arthur Virgílio, já inscritos, e Senador Delcídio.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Inscreva também o Crivella, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Marcelo Crivella. Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, primeiro lugar queria saudar o seu retorno, estávamos todos com uma expectativa extremamente positiva e aguardando a sua volta, e desejar que realmente o restabelecimento seja total para todos os desafios que temos aqui.

Agora, a primeira questão que eu gostaria de colocar é, num diálogo muito franco com o Senador Alvaro Dias, é de que o seguinte: É óbvio que a restituição do Imposto de Renda, porque, se a pessoa tem o direito a receber, é legítimo que ela receba o mais rapidamente possível. Até porque o desconto é automático, é na fonte, uma boa parte, e, portanto, a pessoa poder ter de volta aquilo que a lei lhe garante de restituição o mais rapidamente possível é algo que acho que todos nós devemos trabalhar para que aconteça.

Algum problema operacional deve ter porque, se não houvesse problema operacional, a restituição em 90 dias, como está sendo proposto aqui pelo Projeto, já poderia estar em vigor há muitos anos, inclusive, em governos que nos antecederam. Então, eu acho que essa questão da operacionalidade da devolução, ela deve ter algum tipo de relevância porque eu não acredito que os tucanos, quando governaram o Brasil por oito anos, não tivessem tido a preocupação, até com o argumento tão forte que o Senador Alvaro Dias está aqui expondo, que eles não tivessem tido a vontade política de devolver rapidamente.

Então, acho que, operacionalmente, deve ter algum problema para devolver. As informações que nós estamos tendo é que tem melhorado significativamente o volume de devolução no próprio exercício. E que nós já estamos chegando a 90% da devolução no próprio ano. Nós aprovamos aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, por unanimidade, um Projeto de autoria do Senador Tourinho, que tornava obrigatória a devolução no ano, até o dia 31 de dezembro.

Portanto, eu acho que nós já tomamos uma iniciativa. Agora, aprovar um outro Projeto em 90 dias, sem ouvir a Receita, sem dar oitiva à Receita para que ela possa explicitar, de forma clara, se existe condição ou não de operacionalidade, e volto a dizer, problema de operacionalidade deve existir porque senão os que estão defendendo tão ardorosamente a devolução o mais rapidamente possível já deveriam ter tido praticado anteriormente.

Então, é por isso que eu tenho a convicção de que talvez o mais correto seria ouvir a Receita, ouvir a Receita, ou, então, nós reiterarmos o apoio que nós já demos, por unanimidade, ao Projeto do Senador Tourinho, que está inclusive para ser votado lá na Câmara dos Deputados. Então, era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senadora Ideli. Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, as considerações da Receita Federal, embora se possa discutir a questão da operacionalidade, mas tem um argumento que é absolutamente indefensável, que é o Governo alegar que vai prejudicar estados e Municípios por causa do fluxo de caixa. O Governo tem que buscar financiamento para

atender aos Estados e Municípios fora do dinheiro do contribuinte. É inadmissível que se financie a liberação de recursos para Estados e Municípios com o direito do contribuinte. É inaceitável isso. Então, esse argumento da Receita Federal é absolutamente fora de propósito e, embora a questão operacional possa ser discutida, o financiar outros... O seu fluxo de caixa com o dinheiro do contribuinte é inaceitável.

Portanto, peço aprovação do Projeto do Senador Alvaro Dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, eu não tenho a menor dúvida de que o Projeto do Senador Alvaro Dias tem um viés de apoio ao contribuinte, o que é muito saudável, de vez que os impostos que incidem sobre a pessoa física, principalmente o Imposto de Renda, tiram o poder remuneratório dos ganhos da população brasileira. Creio que o seu Projeto, como muitos já acentuaram, inclusive o próprio Relator, Senador Dornelles, é altamente meritório. Entretanto, Sr. Presidente, como nós estamos numa Casa democrática, onde todas as partes têm que ser ouvidas, onde o debate consubstancia e fundamenta as nossas decisões, seria de bom alvitre que o nosso Requerimento, que já está sendo entregue a V.Exa., de audiência de autoridades ligadas ao setor, o Secretário da Receita e o Diretor do Imposto de Renda, sejam ouvidos e dêem a sua última palavra, num debate que, tenho certeza, será produtivo. E eu proponho que essa Audiência Pública, Sr. Presidente, se fizerem silêncio, eu acho melhor... Presidente, se fizerem um pouco de silêncio, eu acho melhor.

[soa a campainha]

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu acredito que, com essa Audiência Pública, todos os esclarecimentos serão feitos, todas as dúvidas serão aclaradas e o Senador Alvaro Dias, que é um Senador bem intencionado, que tem o apreço e o respeito de todos nós, terá o ensejo de mostrar que a sua proposta é realmente construtiva e que vai na direção, na defesa do contribuinte, do contribuinte sério. Porque, pelo menos 7% dos 9,5 milhões de contribuintes que têm direito à restituição, pessoas físicas, pelo menos, 7% aparecem lá na Receita com indícios de irregularidades ou com fraude comprovada.

Então, Sr. Presidente, é... Devolver de forma apressada o Imposto de Renda a quem cometeu uma fraude para depois pedir a devolução é um prejuízo irreparável para o Erário. Devemos nos prevenir contra isso. Ora, nós temos um voto em separado aqui, pela rejeição. Mas não vou fazer isso porque eu sei das intenções do Relator e do nobre Senador autor da matéria, autor da proposição, o Senador Alvaro Dias. A minha proposta é conciliatória, é construtiva e democrática. Vamos ouvir a Receita Federal, vamos ouvir o Diretor da Receita Federal, na próxima terça-feira. Esse é o meu pedido, Sr. Presidente, para não haver procrastinação, para não haver maiores delongas. Terça-feira, vamos ouvir as autoridades, onde nós teremos a fundamentação necessária para votarmos com segurança de que não haverá qualquer prejuízo ao Erário. Nós não queremos que o contribuinte tenha prejuízo. Mas também nós não queremos que o Erário seja prejudicado no seu trabalho. Não seja prejudicado financeiramente e, inclusive, do ponto de vista da suspeição de determinadas declarações que podem ser restituídas e depois o Governo ser obrigado a pedir de volta o que deu porque foi realizada a devolução num tempo exíguo.

Então, eu acho que, por exemplo, que a proposta do Senador Alvaro Dias, de pronto, eu votaria agora. Mas, cautela e caldo de galinha não fazem mal a ninguém.

Eu quero, então, pedir ao nobre autor e nobre Relator a compreensão porque o meu objetivo é ajudar, o meu objetivo é contribuir, o meu objetivo é me somar, no sentido, Sr. Presidente, finalizando, de que o meu Requerimento... Se já estiver pronto aí, Dr. Gonzaga, já está aqui. Vou assinar nesse momento, Sr. Presidente, e endereçar à Mesa. Agradeço a V.Exa. e aos nobres Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço. Quero lembrar ao Plenário que, havendo requerimento, propondo audiência pública, terá preferência no processo de votação. E insisto que todos os inscritos tenham mais brevidade para q... Ainda estão inscritos Senador Raupp, Senador Renato Casagrande, Senador Arthur Virgílio, Senador Delcídio Amaral, Marcelo Crivella e Senador Dornelles. Senador Raupp, com a palavra.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, primeiramente, Sr. Presidente, manifestar a nossa alegria pelo restabelecimento da saúde de V.Exa., que retorna aos trabalhos nesta tão importante Comissão. Nós ficamos muito apreensivos e agora estamos felizes pela sua volta. E dizer que concordo com a tese do Senador Antonio Carlos Valadares, que nós temos que ter um pouco de cautela. Acho que o mais importante é que a gente trabalhe para a correção da tabela do Imposto de Renda, para que menos contribuinte, principalmente aqueles que ganham pouco, da classe média, que pagam muito Imposto de Renda, que possam diminuir o pagamento do Imposto de Renda. E que seria razoável que, dentro do ano, é aquela proposta do Tourinho, para que não

excedesse, ao ano, a evolução do Imposto de Renda. Eu me preocupo um pouco, esse prazo de 90 dias, que talvez não dê tempo para a Receita Federal fazer toda essa programação de devolução em apenas 90 dias. Mas concordo também que é meritória a proposição do Senador Alvaro Dias e, assim como o Relatório do Senador Francisco Dornelles, mas que se pudesse adiar para a semana que vem, teria um pouco mais de tempo para ouvir o Secretário da Receita Federal, Dr. Jorge Rachid, para passar essas informações sobre a possibilidade do pagamento em apenas 90 dias. Era o que tinha, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Renato Casagrande, com a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Presidente. Srs. Senadores, Sras. Senadoras, primeiro, Sr. Presidente, desejo boas-vindas a V.Exa. V.Exa. que esteve internado, adoentado, nos deixou preocupados com a situação e, de fato, a condução desta Comissão é uma condução muito bem feita por V.Exa. Por isso, e pela dinâmica de V.Exa. aqui, nós ficamos felizes com o seu retorno e com a sua atividade parlamentar restabelecida, através do restabelecimento da saúde de V.Exa. Seja bem-vindo e estamos alegres com o seu retorno.

Segundo, o Projeto que nós estamos debatendo é um Projeto que, a princípio, eu tenho simpatia por ele. Acho que nós impormos à Receita Federal compromissos de estabelecer um prazo de restituição é uma decisão importante porque eu concordo com o debate, com o discurso de que, muitas vezes, a Receita tem o compromisso da arrecadação e não tem o compromisso da restituição no tempo adequado. A Senadora Ideli deu a informação que eu não a tinha, de que já foi aprovado um Projeto aqui do ex-senador... Do Rodolpho Tourinho, é esse o... E que dá um prazo de restituição dentro do ano fiscal. Então, dentro do exercício da declaração do Imposto de Renda. Então, acho que isso já é um avanço.

Com base nisso, acho mais que natural, Sr. Presidente, até pela relação partidária com o Senador Antonio Carlos Valadares, mais do que natural que nós possamos apoiar o Requerimento do Senador Antonio Carlos Valadares e ouvirmos a Receita Federal. Se pudermos comprimir, para que a gente possa reduzir ainda mais a restituição, ótimo. Mas, nós já temos um Projeto aprovado da devolução dentro do exercício da declaração e nós efetivamente poderemos ter uma Audiência Pública para poder esclarecer esses fatos. Portanto, eu já manifesto meu apoio ao Requerimento do Senador Antonio Carlos Valadares.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Renato Casagrande. Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Presidente Aloizio Mercadante, eu fico muito feliz com o seu retorno, plenamente restabelecido de saúde. E, se V.Exa. se recorda e recebeu informação, eu conversei com uma pessoa de sua família e fiz o diagnóstico completo do que precisava ser feito. Não sei se lhe disseram.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Exa. é um hipocondríaco com profundo de conhecimento médico.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Nessa condição--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sabe de todas as áreas. Em várias vezes, já me orientou nessa área–

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Nessa condição.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Inclusive, quero dizer a V.Exa. o seguinte, que eu encontrei o Ministro do Supremo, Joaquim Barbosa, lá no hospital, ele esteve internado, ele está afastado inclusive de suas funções, e estava com grave problema de coluna. E eu me lembro que V.Exa., quando tive problema de hérnia de disco, me recomendou um fisioterapeuta, Sílvio, que tinha tratado o Senador Fernando Henrique Cardoso, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. E o Ministro, na hora, já tomou as providências e parece que está tendo bons resultados. V.Exa. é, de fato, um profundo conhecedor médico--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): O meu medo é ser denunciado por prática ilegal de medicina--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Charlatanismo.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Exa. é apenas um militante hipocondríaco.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Duvido que o médico tenha contraditado as instruções que eu passei à sua assessora ou à sua familiar, enfim.

Senador Mercadante, veja bem, eu ouvi atentamente à nossa querida líder do PT, Senadora Ideli Salvatti, e sempre aquela cantilena do: "Os governos que nos antecedo...", enfim. E dizia muito bem o Senador Alvaro Dias. Por essa lógica, nós ficávamos parados em Pedro Álvares Cabral. Aliás, não precisava nem de Pedro Álvares Cabral, que já havia a civilização indígena pré-cabralina, que também era portadora de

uma cultura, sob alguns ângulos do conhecimento humano, até bastante apreciáveis, bastante apreciáveis. E, se quiséssemos exaltar a cultura pré-colombiana, chegaríamos aos maias, aos astecas, enfim. Então, isso não vale. O que vale é o momento presente, é o momento bom que a economia vive. É o fato de que a Receita, a meu ver, a propósito, demora a ressarcir os contribuintes do ponto de vista da retribuição a que eles fazem jus.

E aqui, Sr. Presidente, de maneira bastante sucinta, até para atendê-lo, eu insisto na votação hoje, até porque nós temos um amadurecimento que vem de 2006 e estamos em 2008, e o respaldo ao Projeto do Senador Alvaro Dias vem, nada mais nada menos, que do ex-Secretário da Receita Federal, nosso prezado colega Senador Francisco Dornelles. Eu nem queria ver aqui um embate entre Dornelles e Rachid. Nem queria ver isso. Queria ficar com a opinião de Dornelles, que é uma opinião muito acatada pelo Governo e o foi, por exemplo, no episódio da CPMF. As pessoas votaram, pelo lado do Governo, cegamente naquilo que Dornelles recomendou. Desta vez, Dornelles recomenda a aprovação do Projeto Alvaro Dias com uma... Com um adendo significativo. Ele recomenda uma multa dura para a Receita, para o Tesouro, na hipótese de inadimplência em relação ao compromisso de devolver em 90 dias aquilo a que faz *jus* o contribuinte, a título de restituição.

Portanto, a posição do PSDB é claramente a favor, primeiro, da aprovação desse Projeto. E, segundo, da votação imediata. Estamos todos amadurecidos e prontos, sem procrastinações, prontos para expendermos aqui, diante da opinião pública, a nossa posição. A nossa posição é, independentemente do que fez Fernando Henrique, do que fez Itamar Franco, do que fez Pedro Álvares Cabral, do que fez Marquês de Pombal, do que fez D. Pedro I, D. Pedro II, do que fez Washington Luiz, Pinheiro Machado que foi o grande comandante da República, do Senado, não chegou a ser Presidente, nós entendemos que há maturidade na economia brasileira, há possibilidades reais de isso ser executado. Ou seja, o Governo deixa de lado a usura daqueles cinco, seis, sete meses em que atrasa a devolução, além dos três meses que o Senador Alvaro Dias e o Senador Dornelles e a lógica juram toleráveis.

Portanto, o voto será a favor e o nosso encaminhamento é no sentido da votação, sem mais delongas, da votação já de algo que está maduro na cabeça de todos. Não tem por que prolongarmos a agonia de ninguém, sobretudo a agonia do contribuinte, que anseia ter este ponto favorável a ele registrado pelo Senado Federal, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ok, Senador Arthur. Próximo é o Senador Delcídio Amaral. Depois, Marcelo Crivella.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, primeiro eu quero cumprimentar V.Exa., desejar que Deus sempre o ilumine e abençoe e registrar a satisfação aqui de tê-lo de volta ao Senado Federal e especialmente à Comissão de Assuntos Econômicos.

Sr. Presidente, eu quero aqui registrar a pertinência do Projeto do Senador Alvaro Dias, e tão bem relatado pelo Senador Francisco Dornelles, que dispensa comentários pela experiência que tem no setor. Eu entendo que a Receita Federal tem uma missão fundamental para o país, que é a de arrecadar cada vez mais, se for possível, e ser rigorosa no tratamento, principalmente com relação ao recebimento dos recursos devidos, provenientes de impostos.

Agora, nós devemos ter um tratamento isonômico e equânime também com aqueles que normalmente pagam impostos, com aqueles que, com o seu trabalho, recolhem impostos tão importantes para o país. Portanto, eu acho pertinente a proposta do Senador Alvaro Dias, tão bem relatada pelo Senador Francisco Dornelles. Entendo as ponderações que foram aqui apresentadas, de se ouvir a Receita Federal, mas eu não tenho dúvida nenhuma de que, pelo mérito de se estabelecer um prazo para a devolução, eu julgo que é absolutamente pertinente e justo, para que se tenha um tratamento equânime de um lado e do outro com relação a impostos recolhidos e também, não só impostos devidos, como impostos a serem devolvidos à população.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Marcelo Crivella.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, depois poderia dar uma palavrinha num minuto?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Só informando, agora Senador Marcelo Crivella, depois Senador Dornelles, Gerson Camata e Romero Jucá.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, é com imensa satisfação que eu quero assinalar a volta de V.Exa. à Presidência dessa Casa, com o brilhantismo que o caracteriza. É muita alegria para nós, Sr. Presidente. No momento, ficamos, eu diria, de certa forma, preocupados, várias vezes ligamos, não conseguíamos falar com V.Exa., só ouvíamos notícias por recado, e fico muito feliz que V.Exa. volta para o nosso convívio e para o bem do nosso país com o brilhantismo que o caracteriza. Mas, Sr. Presidente, falando sobre um Projeto tão bem relatado pelo Senador do meu Estado, do qual tenho muito orgulho,

Senador Francisco Dornelles, ele vem de encontro ao desejo da sociedade.

Sr. Presidente, eu quero assinalar aqui que, quando nós nos atrasamos para entregar a nossa declaração de Imposto de Renda, por uma razão de viagem, de doença ou por um esquecimento, às vezes, pessoas esquecem, a multa não é sobre o saldo devedor. É sobre todo o imposto a pagar, Presidente, o que penaliza muito o contribuinte. Tem até um Projeto nesse sentido, de corrigir essa iniqüidade. É injusto. Sujeito que tem 200 mil reais de imposto a pagar. Na restituição que ele fez ao longo do ano, tirada do seu contracheque, pagou 198. Faltam dois mil reais para complementar o imposto a pagar. Só dois. Mas ele atrasou, a multa será sobre 200 mil reais e não sobre dois. Meu Deus, é um rigor tão grande para cobrar! Por que não estabelecemos um prazo para devolver? Para restituir o que foi pago a mais? É uma questão de justiça, não há como votar contra.

Sr. Presidente, só ponderaria, dentro da tradição dessa Casa, que é do diálogo, a tradição de ouvir as partes, da controvérsia ao extremo da discussão, que nós pudéssemos também deliberar sobre o pedido do Senador Antonio Carlos Valadares para uma Audiência Pública, desde que seja feita semana que vem, a que todos nos comprometemos a estar aqui presentes.

E digo isso, Sr. Presidente, que o Senador Alvaro Dias, na sua exposição brilhante, esqueceu apenas de citar um detalhe, Senador Alvaro Dias. V.Exa. disse: "Não, os Estados e Municípios não terão sequer qualquer prejuízo no fundo de participação dos Municípios". Porém, Senador Alvaro Dias, eu gostaria de lembrar a V.Exa. que os servidores públicos, Municipais e Estaduais, 5.562 Municípios, 27 Estados, todo o Imposto de Renda descontado em folha não vem para Brasília; fica nos Municípios e nos Estados. Milhares e milhares de funcionários. Esse fica, não é recolhido para cá.

De tal maneira, Sr. Presidente, que declaro aqui que o meu voto é frontalmente favorável ao Projeto, mas, dentro da tradição do debate, de ouvir a todos, da controvérsia, do direito à opinião, Sr. Presidente, de ambos os lados, eu gostaria de ponderar de que apoiaria esse Requerimento do Senador Antonio Carlos Valadares, repito, desde que votado semana que vem. Se não for assim, Sr. Presidente, voto com o Relator. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Marcelo Crivella. Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, Srs. Senadores, desde que estou aqui no Senado, já faz um ano, todos os pronunciamentos da Receita são contrários à aprovação de qualquer proposta de qualquer Senador. A Receita parte do ponto de vista que o Senado não pode fazer Legislação na área tributária. Qualquer proposta de qualquer Senador vem sempre um parecer contrário da receita. E, além de vir contra, ocupam aqui essa área numa intromissão indevida. Funcionários da Receita fazendo *lobby* em favor de determinados Projetos. Acho que os funcionários da Receita não podiam estar aqui nessa sala, inclusive, sem que sejam solicitados.

Segundo lugar, o seguinte: A Receita já enviou aqui suas razões, que foram lidas com grande brilhantismo pelo Senador Eduardo Suplicy. Eu considero o Secretário da Receita um dos técnicos mais competentes da Administração Pública brasileira. Ele honra a Secretaria da Receita, mas estou certo de que ele não teria o brilho do Senador Suplicy ao apresentar os argumentos da Receita. Os argumentos da Receita já foram apresentados. E é um só: É que a Receita faz a restituição, como diz o Senador Antônio Carlos Magalhães, o empréstimo compulsório –

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Valadares.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Não. Antônio Carlos Magalhães Júnior. Que faz do Imposto de Renda um empréstimo compulsório. E o problema, minha querida Senadora Ideli, no tempo do Travancas, o Imposto de Renda era devolvido no outro ano, porque não havia condições tecnológicas. De modo que nós não podemos nos pautar nem no tempo do Travancas nem no tempo do Fernando Henrique. Nós temos que andar para frente. E hoje, acho que 90 dias é o prazo que a Receita tem todas as condições de fazer essa restituição. Ela, na verdade, utiliza esse recurso como empréstimo compulsório e que hoje um empréstimo compulsório sem autorização legal –

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Permita-me apenas fazer um aparte, Senador?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): – Por essas razões eu entendo que nós já temos o posicionamento da Receita e nós temos... E a minha posição coincide com a do Senador Arthur Virgílio, que deveríamos votar esse Projeto hoje. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Gerson Camata, com a palavra.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, vou ser bem rápido, dizendo a V.Exa. que a sua recuperação... V.Exa. deveria tomar muito cafezinho. Os médicos provaram agora que o café, principalmente o do Espírito Santo, é um santo remédio para os males que afligem V.Exa. Renato Casagrande concorda também.

[risos].

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Mas, Sr. Presidente, acho que a Emenda apresentada pelo Senador Dornelles coloca o Projeto... É, são duas... As Emendas do Relator, do Alvaro Dias, colocam o Projeto em condição perfeita para ser votado porque a posição da Receita, o Senador Dornelles já colocou, já foram colocadas aqui. Não precisa ouvir de novo. E a outra coisa é que: "Ah, mas 5% fraudam". Ora, por causa de 5% nós vamos punir 95%? Não. Vamos caçar esses 5% que fraudaram... E não punir... 7%, me corrige aqui o Valadares. Vamos caçar os 7%, mas não punir os 93% que são corretos e direitos. Então, podemos votar hoje.

A outra colocação que deve ser feita é que o Projeto agora, com as Emendas apresentadas, ele vai aplicar na Receita também uma multa e uma correção, quando corre o atraso, como ela aplica no contribuinte: "Pau que dá em Chico, dói em Francisco". A gente pode votar porque é o tratamento isonômico, que é o que a Constituição prevê para o Governo e para os cidadãos do Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com a palavra, o Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu gostaria da atenção do Senador... Tanto o Senador Dornelles quanto o Senador Alvaro Dias, autor da proposição, Sr. Presidente, para fazer um pedido de encaminhamento. Quero registrar primeiro que sou favorável, no mérito, que tenha um prazo efetivamente para a restituição. Nós já fizemos isso aqui num Projeto do Senador Tourinho, há algum tempo atrás, que foi o exercício, que grande parte acontece hoje a restituição, e acho que, como disse o Senador Dornelles, com a tecnologia, nós podemos avançar. A discussão é: O quanto podemos avançar e qual o caminho desse avanço? O Senador Antonio Carlos Valadares propôs a vinda, na próxima semana, de membros da Receita Federal para discutir a forma e o prazo dessa restituição. Eu ponderaria que nós pudéssemos fazer essa audiência na próxima semana porque eu, inclusive, vou defender que a gente tenha um prazo. Agora, fixar um prazo sem ter a correspondência operacional com a Receita Federal pode se tornar algo, de repente, até inócuo. Por quê? Porque se dá um prazo de 90 dias, a Receita processa o que pode processar em 90 dias, o que não processar em 90 dias, ela lança na malha fina, ao entrar na malha fina, não tem mais prazo para restituição e, efetivamente se prejudicou ao invés de se beneficiar milhares de pessoas.

Então, eu acho que, dentro de uma construção de entendimento, é possível que nós possamos construir ou três meses, ou quatro meses, ou cinco meses ou seis meses, um prazo razoável, que seja um avanço e, efetivamente, a gente crie os mecanismos para ter essa condição resolvida e aprovada aqui na proposta do Senador Alvaro Dias.

Quero registrar também que me preocupo com a questão de três meses, haverá restituição em três meses impacto no FPM, sim, porque a restituição é feita ao longo do ano e isso diminui a receita do Imposto de Renda. Na hora que você concentra a restituição toda em três meses, você baixa o nível do Imposto de Renda em três meses e, efetivamente, isso vai repercutir no cálculo do FPM e do FPE. Isso vai ser resolvido com a reforma tributária porque, na proposta da Reforma Tributária, vai haver a participação de todas as receitas na distribuição para Estados e Municípios. Mas isso não ocorre ainda hoje. Hoje FPM e FPE só IPI e Imposto de Renda, por isso que tem uma sazonalidade grande.

Então, eu gostaria de, concordando com o mérito do Projeto do Senador Alvaro Dias, concordando com o Relatório do Ministro Dornelles, mas também concordando com a proposta do Senador Antonio Carlos Valadares, de convidar, na próxima semana, a Receita Federal, nós adiaríamos por uma semana, mas votaríamos e discutiríamos um prazo exeqüível para que nós fizéssemos esse avanço. Portanto, essa é a proposta que gostaria de fazer à Casa, Sr. Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Romeu Tuma, último inscrito. E nós vamos encaminhar.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Rapidamente, primeiro cumprimentar V.Exa. pelo seu retorno, acho que houve uma preocupação geral na Casa com a ausência justificada e pela doença que foi acometida V.Exa.; seu retorno traz um sorriso coletivo aqui pela alegria de sua presença.

Eu, Senador Dornelles, fui Secretário da Receita por um período de um ano e pouco. Quando me propuseram a feitura da declaração na pessoa física, através da informática, eu, imediatamente, aceitei. E o resultado foi altamente positivo. E, à época, havia sempre uma proposta de empréstimo do Banco Interamericano para informatizar a Receita, para que ela pudesse ter a velocidade natural na análise, não só da declaração, mas também do acompanhamento das despesas.

Eu acho que ela avançou muito, como V.Exa. disse. É claro que, frente a V.Exa., eu sou aprendiz de feiticeiro. Não tenho a competência que tem o senhor, como também do professor Rachid, que tem sido cauteloso e sempre tem dado atenção necessária quando

a gente tem algum questionamento. Como o Senador Dornelles já analisou a explicação da Receita, eu tenho a impressão de que essa análise foi feita por um técnico que conhece profundamente a Receita. Eu acho que ela precisa sempre do apoio para cada dia melhorar a sua competência, a sua capacidade de informatização porque, quando você faz a entrega através do sistema de computação, ela praticamente pode fazer uma análise quase que imediata. É claro que, quando vai para a malha fina, não pode ter a restituição sem nenhuma investigação. Está certo, Senador Alvaro? Essa nós temos que resguardar o direito da Receita de fazer a investigação. Senador Dornelles, eu digo que o que for para a malha fina tem que aguardar a investigação porque há dúvida na declaração.

Então, eu sou... Vou votar com o Relator e com o autor da proposta, diante da análise que foi feita. Não conheço as explicações da Receita porque, depois, vou pedir para o Suplicy, se é autoria do Suplicy ou veio da Receita a ponderação?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu, ao ler as ponderações, eu disse que eram as ponderações da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É que eu estava ausente, Senador. Estava ausente. Depois vou pegar uma cópia para mim. Porque o encaminhamento não tem decisão aqui, não é, Presidente? Essa ainda vai para Plenário, vai para Câmara...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O Projeto é terminativo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas vai para o Plenário? Pode haver recurso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ele ficará sobre a Mesa cinco dias, aguardando recurso. Não havendo recurso, vai direto para Câmara dos Deputados.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Está bom. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agora, o último inscrito, gostaria de encaminhar, primeiro informando o seguinte: na próxima terça-feira, está marcada uma Audiência Pública nessa Comissão, marcada pelo nobre Presidente Eliseu Resende, sobre o Projeto de Lei do Senado nº. 2002, que altera a lei 8.629, que trata da fixação e ajuste dos parâmetros para índices indicadores de produtividade. Diz respeito à questão da Reforma Agrária. E foi uma demanda da Senadora Kátia Abreu, desde a outra legislatura, que não foi possível fazer. São sete pessoas que estão convidadas. Nós só temos a confirmação de um. Sendo que a Senadora Kátia, ela reivindica a participação de um pesquisador da EMBRAPA, que já informou que está em viagem e não poderá estar terça-feira, que, para ela, é fundamental a participação. Então, nós temos alguma possibilidade, não estou entrando no mérito da votação, de fazer, na próxima terça-feira, evidentemente teria que conversar com a Senadora Kátia Abreu porque essa audiência estava marcada o semestre passado, foi adiada pelo mesmo motivo e agora nós... Quem é autor?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu sou autor, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Renato Casagrande. Inclusive, é Relator da matéria--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu sou autor da matéria e autor do requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então, nós só temos a confirmação do Pedro Ramos, pesquisador da UNICAMP.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Para meu trabalho, não teríamos problema em adiarmos--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Poderíamos adiar uma semana para tentar consolidar. Teríamos oportunidade de –

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Nenhum problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): --De fazer a audiência se houver entendimento nessa matéria. De qualquer forma, feito o esclarecimento, nós temos o Requerimento, que eu passo a ler: "Requeiro, nos termos regimentais, que sejam convidados para uma Audiência Pública, a ser realizada a 11 de março do corrente, a fim de instruir sobre o Projeto de Lei nº. 58, que altera a Legislação tributária a fim de estabelecer prazo para restituição de Imposto de Renda pessoa física, descontado em excesso na fonte, e dá outras providências". Estão sendo convidados o Secretário da Receita Federal do Brasil, Sr. Jorge Rachid, e Joaquim Adir Vintras, Supervisor Nacional do Programa de Imposto de Renda, para um Requerimento terça-feira –

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pergunto ao autor e ao Relator se há concordância. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu queria só trazer um dado aqui em relação a esse assunto que, desde o dia 21 de novembro de 2006, já está na Câmara dos Deputados um Projeto do Senador Rodolpho Tourinho, que foi por mim relatado, colocando prazo final dentro do ano. Não são 90 dias.

É dentro do ano, quer dizer, seria 31 de dezembro. Eu acho que é um Projeto que atende--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Concede um aparte, Senador Eduardo Azeredo?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Esse Projeto é o PLS 41.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Esse projeto a que o senhor se refere pode ser até pior do que a situação atual porque hoje o Governo restitui com sete meses. Dentro do exercício, ele pode restituir além de sete meses. E nós estamos propondo em 90 dias. Então, não dá para comparar. V.Exa. não esteve aqui durante os debates, chega agora, e V.Exa. não está sintonizado com aquilo que se discutiu aqui. Desculpe, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não, sintonizado eu estou permanentemente com os assuntos do Senado. Desculpe-me o colega Alvaro Dias, na verdade, é o seguinte, eu estou buscando uma solução que seja... Estou só lembrando que já foi aprovado. Nós já aprovamos. Não fui eu que aprovei, não. O Senado aprovou –

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Esta Comissão aprovou por unanimidade.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Exatamente. Foi aprovado por unanimidade pelo Senado, com o prazo do fim do ano. E não é verdade, me desculpe, Senador Alvaro Dias, mais uma vez, mas não é verdade que se pague tudo não. Tem muitas restituições que não foram pagas, do ano passado, que não foram pagas até hoje.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Mas V.Exa. entende que 11, 10 meses é mais adequado do que 90 dias para o contribuinte?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Alvaro Dias --

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não estou dizendo que seja mais adequado, Senador. Estou só dizendo que existe um Projeto aprovado pelo Senado, por unanimidade, que prevê --

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Mas isso já foi dito antes, Senador Eduardo. Isso já foi dito antes. V.Exa. não estava presente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está bom. Então nós vamos fazer... Eu não estava presente por motivo correto. V.Exa. também não participa de todas as reuniões –

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Senador Eduardo Azeredo, me permite um aparte?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não estou entendendo essa colocação.

[falas sobrepostas].

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Permite um aparte, Senador?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Tá, Senador Arthur Virgílio. Só estou querendo lembrar que existe, dentro dessa quantidade de Projetos pelo Senado, que vão para a gaveta, existe esse também. Não estou dizendo que não seja o Projeto de 90 dias possa ser adequado. Pode até ser 90 dias. Eu acho 90 dias muito pouco. Mas, tudo bem, se for essa a opinião–

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Senador –

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Na verdade, eu não vejo, Sr. Presidente, não vejo diferença substancial entre o ponto de vista do Senador Alvaro Dias e o Senador Eduardo Azeredo. Não vejo diferença substancial. O Senador Eduardo Azeredo cobra que o Congresso já tivesse resolvido essa questão e o Senador Alvaro Dias entende que está na hora de se reforçar a demanda pela resolução da pendência. Portanto, eu não considero que houve nem mal entendido porque os dois falaram exatamente a mesma coisa. Ambos querem, não é verdade? Ambos querem que a solução saia e saia da maneira mais rápida e que, portanto, a falta de atenção ao Projeto aprovado aqui, relatado pelo Senador Eduardo Azeredo, de autoria do Senador Tourinho e que está parado na Câmara, deve ter como resposta nós pressionarmos por um novo Projeto e, portanto, eu vejo identidade plena entre o que falou o Senador Alvaro Dias e o que pensa o Senador Eduardo Azeredo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos, então... Nós temos o Requerimento sobre a Mesa, propondo Audiência Pública na próxima terça-feira, para aprofundar a discussão sobre a matéria. Senadores que são favoráveis ao Requerimento, por favor, se manifestem, levantando o braço. Favoráveis ao Requerimento, por favor, levantem o braço. Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito votos. Os Senadores que são contrários ao Requerimento –

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Vai fazer votação nominal, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): -– Um minutinho. Os Senadores que são contrários ao requerimento, por favor, se manifestem levantando a mão. Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez. 10 votos contrários. O Requerimento está prejudicado. Pergunto se ainda assim--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Votação nominal, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Votação nominal. Senador Antonio Carlos Valadares solicita votação nominal. Vamos à votação nominal.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Votação nominal para o mérito?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Requerimento. Não, V. Exa. Pediu votação nominal. O autor pediu votação nominal. Vamos --

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu desisto do pedido. Não vejo necessidade para...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu sei que depois do resultado V.Exa. não quer o pedido. Mas, depois, do resultado o Senador Antonio Carlos Valadares --

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não, eu atendi ao pedido do Senador Arthur Virgílio.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A Mesa pergunta se está mantido --

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É um direito parlamentar.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, Senador Valadares, eu não espero outra gentileza. Ele me comunga de gentilezas, mas eu, sinceramente, o desobrigo de me atender dessa vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Tá bom. Vamos lá. Senador Eduardo Suplicy, como vota? Sim é pelo Requerimento; não é contra o Requerimento. Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISDO DORNELLES (PP-RJ): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Delcídio.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o Requerimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Contra o Requerimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Com o requerimento. Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Valdir Raupp. Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Não. Pagar logo, devolver logo o dinheiro.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Gerson Camata. Neuto de Conto não está presente. Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Flexa Ribeiro. Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador João Claudino.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Osmar Dias não está presente. Senador Jefferson Peres não está presente. 15 votos não, seis votos sim. Está prejudicado o Requerimento. Vamos votar o mérito. Vamos à votação do mérito do Projeto. Senadores que são favoráveis ao Projeto, por favor, levantem a mão. Senadores que são contra. Bom, a votação nominal--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Presidente, tenho o direito de me abster.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Só que, como o Projeto é terminativo, a votação será nominal.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente mais duas votações o negócio vira unanimidade, viu?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, pela ordem, só para dizer o seguinte: Aprovado ou não o Requerimento, a minha posição era favorável ao Projeto do Senador. Como o meu Requerimento, que pedi a Audiência Pública, foi derrubado, então, eu vou manter o meu compromisso. Vou votar favorável aos três meses.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu peço que os Senadores, depois, se quiserem, encaminhem por escrito a declaração de voto, mas vamos à votação nominal. Senador Eduardo Suplicy, com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu... Agora nós temos que votar ou o Projeto--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sim ou não ao Projeto.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Vou votar sim ao Projeto–

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sim.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): --Mas aguardando que até quando chegarmos ao Plenário, possamos... Aqui é terminativo?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não. Pode ter recurso ao Plenário.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pode haver recurso ao Plenário, mas dependendo de eventual consideração. Mas voto sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos direto ao voto. Senador Dornelles, Relator da matéria, voto conhecido, sim. Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Abstenho-me, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Expedito Júnior. Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não, registrando que farei o Requerimento para audiência em Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, às vezes, é melhor um bom acordo... Um ruim acordo, que uma boa demanda. Que adianta aprovar aqui e depois, lá na frente, ser vetado? Vou votar sim, mas sabendo que vai ser uma vitória de Pivo(F).

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sim. Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): [Pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sim. Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sim. Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Flexa Ribeiro. Senador Arthur Virgílio. Senador Arthur Virgílio. Senador Arthur Virgílio, vota como? Senador Eduardo Azeredo. Senador João Claudino.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Gim Argello. Então, o Projeto foi aprovado --

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu gostaria de registrar meu voto, Sr. Presidente. Presidente, o voto, de suplente da base.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É que já está fechada a base, Senador. Mas, seguramente, V.Exa. votaria sim. Por 17 votos favoráveis, dois não e uma abstenção, o Projeto está aprovado e vai a Plenário. Vamos agora dar prosseguimento à Pauta.

O item 01 da Pauta, pela ausência da Senadora Patrícia, está adiado. Item 02, há solicitação de adiamento por parte do Relator. Item 03, há solicitação de adiamento por parte do Relator –

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O item 07 está pronto para ser votado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Item 04 da Pauta está pronto para ser votado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O 07 também.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas vamos pela ordem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Eliseu Resende, com a palavra. Projeto de Lei nº. 182. Item 04. Projeto número... Item 04 da Pauta–

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Item 04 da Pauta, Projeto de Lei nº. 182/06, terminativo. Acrescenta ao inciso VI o artigo primeiro da Lei 8989/95 para estender aos representantes comerciais a isenção do imposto sobre produtos industrializados na aquisição de automóveis. Autoria, Senador Marcos Guerra, Relatoria Senador Eliseu Resende. O parecer é pela rejeição do Projeto. Senador Eliseu, com a palavra.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, pela ordem. Eu vou ter que me retirar, Sr. Presidente, porque está acontecendo uma Reunião da Comissão de Agricultura agora e eu sou titular da Comissão de Agricultura, inclusive, num dia que não é comum a Comissão se reunir. Portanto, eu peço a licença, a autorização a V.Exa. para me retirar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Eliseu, nós não teremos *quorum* para votação terminativa. Então, deixaremos esse Projeto para a próxima Sessão. E vamos ao item 07 da Pauta, por solicitação do Senador Eduardo Suplicy, que é um Projeto não terminativo. É Projeto de Lei da Câmara nº. 01/07 –

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): – Não terminativo. "Fixa o limite máximo de chumbo permitido na fabricação de tintas imobiliárias e de uso infantil e escolar, vernizes e materiais similares e dá outras providências". Autoria, Senador José Roberto Arruda. Relator, Senador Eduardo Azeredo. Foi concedida vista da matéria pelo Senador Dornelles. Senador Arthur Virgílio, com a palavra.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, eu peço a V. Exa. a retirada do item oitavo da Pauta, nessa Sessão, do item oitavo. Eu sou o Relator, preciso ter um entendimento com o Deputado Paim porque vejo que tem algo delicado a ser discutido nessa... No Relatório. Vejo um defeito essencial--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Concordo integralmente com V.Exa. e peço que seja entregue a V. Exa. uma tabela que eu fiz, exatamente sobre esse item, por parte da minha assessoria, mostrando a implicação que nós teríamos.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Uma inadvertência minha, que eu pretendo corrigir, numa conversa franca com o Senador Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Acho muito providente, Senador Arthur Virgílio. Senador Eduardo Suplicy, com a palavra. Senador Dornelles tinha solicitado vista da matéria.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Só para dizer que as explicações dadas pelo Senador Suplicy e ele inclusive retirou as emendas apresentadas ao Plenário, minha posição é favoravelmente, e eu retiro o pedido de vista, apoiar o Relatório do Senador Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço a retirada do pedido de vistas. O parecer já foi lido em Sessão anterior, nós encaminharemos para discussão da matéria. Alguém deseja discutir? Não havendo Senador inscrito... Senador Suplicy, para esclarecimento ao Plenário.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Apenas quero agradecer ao Senador Francisco Dornelles,

ele, inclusive, levou em consideração o próprio apelo da Associação Brasileira de Fabricantes de Tintas, pois eu procurei ouvir as recomendações da ANVISA, que constituíram as Emendas, mas, levando em conta que de outubro passado até agora, março, já se passaram seis meses e, como seria importante caminhar na direção da aprovação desse Projeto o quanto antes, não precisando o retorno à Câmara e, sobretudo porque o que se pretende é estar protegendo a saúde das crianças e de adultos, mas, sobretudo das crianças, sobre o excesso de chumbo, como esse Projeto limita a quantidade de chumbo nas tintas, considero que é importante e, portanto, o meu parecer é favorável, já foi lido na sua inteireza na Sessão anterior e, portanto, não há mais objeção, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy. Algum Senador deseja debater o assunto? Não havendo quem queira discutir a matéria, o pedido de vista foi sem nenhuma alteração no parecer original, vamos encaminhar a votação do Projeto de Lei da Câmara nº. 01/07, não terminativo. Ele "fixa o limite de chumbo permitido na fabricação de tintas imobiliárias e de uso infantil e escolar, vernizes e materiais similares e dá outras providências". Autoria: Deputado José Roberto Arruda. O Relator, Senador Eduardo Suplicy. O Parecer é favorável ao Projeto. Senadores que são favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovado por unanimidade. O Projeto, portanto, será encaminhado por esta Comissão ao Plenário do Senado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Requeiro urgência, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Solicitada urgência por parte do Relator. Senadores que são favoráveis à urgência, permaneçam como se encontram. Aprovada a urgência. Será encaminhado com urgência à Mesa do Senado Federal.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós não temos... Nós estamos com *quorum* já reduzido, o primeiro Projeto tomou um debate bastante intenso, então, vamos encerrar a Reunião hoje.

Agradeço a presença de todos e terça-feira que vem deverá ter Sessão Ordinária. Dificilmente teremos condições de realizar Audiência Pública por dificuldades de assegurar presença de alguns dos convidados desta Comissão. Uma boa tarde a todos e muito obrigado.

Sessão encerrada às 11h54.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia onze de março do ano de dois mil e oito, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Delcídio Amaral, Renato Casagrande, Paulo Paim, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, César Borges, Mão Santa, Neuto de Conto, Eliseu Resende, Kátia Abreu, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Marconi Perillo, Gim Argello e Jefferson Péres. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Expedito Júnior, Serys Slhessarenko, Romero Jucá, Valdir Raupp, Pedro Simon, Gilvam Borges, Gerson Camata, Adelmir Santana, Heráclito Fortes, Jayme Campos, tendo falta justificada em virtude de estar participando de reuniões políticas partidárias em seu Estado, Raimundo Colombo, Cícero Lucena, Sérgio Guerra, João Vicente Claudino e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Nos termos do art. 89, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, o Presidente designa o Senador Delcídio Amaral para integrar a Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, como membro suplente, na vaga do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Ideli Salvatti; nas vagas do PMDB, designa o Senador Romero Jucá, como membro titular, e o Senador Mão Santa, como membro suplente; e, ainda, o Senador Antonio Carlos Júnior, como membro titular, na vaga do Bloco Parlamentar da Minoria anteriormente preenchida pelo Senador Jayme Campos. Em virtude da Sessão Solene Conjunta em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, no Plenário do Senado Federal, a Presidência adia as Matérias constantes da Pauta da Reunião, Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2003, não terminativo, que "acrescenta dispositivo ao artigo 473 da CLT para permitir ao trabalhador faltar ao serviço um dia por ano sem prejuízo da remuneração", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya, que oferece Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 01 apresentada. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. Em 19/02/08 foi concedida Vista Coletiva; Item

02-Emenda de Plenário nº 01, não terminativa, de autoria do Senador Arthur Virgílio, oferecida ao Projeto de Resolução do Senado nº 84, de 2007, que "altera o art. 3º do PRS nº 84, de 2007, que dispõe sobre o limite global para o montante da dívida consolidada da União", de autoria do Senado Federal, tendo como Relator o Senador Romero Jucá; Item 03– Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2006, não terminativo, que "acresce parágrafo único ao art. 48 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da Política Urbana e dá outras providências", de autoria da Senadora Roseana Sarney, tendo como relator o Senador Cícero Lucena, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com decisão terminativa; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2006, terminativo, que "acrescenta o inciso VI ao art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender aos representantes comerciais a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de automóveis", de autoria do Senador Marcos Guerra, tendo como Relator o Senador Eliseu Resende, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2003, não terminativo, que "faculta às pessoas jurídicas o armazenamento dos livros comerciais "Livro Diário" e "Livro Razão" em meio magnético", de autoria do Senador Paulo Octávio, tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. A Matéria já foi apreciada pela CCT, com Parecer favorável ao Projeto nos termos de um Substitutivo; A Matéria ainda será apreciada pela CE e, posteriormente, pela CCJ com decisão terminativa; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2007, terminativo, que "altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, unificando a data de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador à Seguridade Social com a data de recolhimento da contribuição devida ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)", de autoria do Senador Álvaro Dias, tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto; Item 07– Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2003, terminativo, que "altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para incluir o parceiro outorgante como beneficiário e os consórcios e condomínios como contratantes do Fundo Garantia-Safra", de autoria do Senador Tasso Jereissati, tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece Parecer favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a Emenda de Redação nº 02 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2004, terminativo, que "altera o artigo 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2007 – Complementar, não terminativo, que "acrescenta o § 13 ao art. 3º da Lei Complementar nº 123 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte", de autoria do Senador Pedro Simon, tendo como Relator o Senador Marconi Perillo, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nº 01 e 02 que apresenta; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2003, terminativo, que "altera a legislação tributária federal", de autoria do Senador Romero Jucá, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2003, terminativo, que "altera o § 2º do artigo 16 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989 (Dispõe sobre a regulamentação dos recursos do fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FCN)", de autoria do Senador Valdir Raupp, tendo como Relator o Senador Raimundo Colombo, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer pela rejeição. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador ALOIZIO MERCADANTE, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Bom dia a todos. São 10h30, nós não temos número regimental e a nossa avaliação, junto com o Vice-Presidente Eliseu Resende, é que nós vamos ter dificuldade hoje, porque nós estamos tendo uma Sessão especial no Plenário hoje, do Dia da Mulher, Dia Internacional da Mulher, e os Senadores estão participando dessa Sessão.

Eu já expliquei para os dirigentes da COBAP, em especial ao Benedito Marcílio, que eu o acompanho e conheço há muitas décadas, que os dois Projetos que vocês têm interesse são Projetos muito importantes

para serem debatidos, em relação a aposentados e pensionistas, que é o Projeto de Lei 58 e o Projeto de Lei que trata do fator previdenciário, e é evidente que a presença de vocês se deve a esses dois Projetos, foi solicitada urgência ao Plenário. E os Projetos foram remetidos ao Plenário. Os Projetos já estão na Mesa do Presidente do Senado e compete a ele agora dar designação de colocar na Pauta.

Eu o alertei, no entanto, que o Projeto do... O PL, o Projeto de Lei 58, é um projeto terminativo na Comissão. Sendo terminativo, não caberia urgência. Mas, de qualquer forma, como foi apresentado, o Presidente do Congresso encaminhou, eu pedi ao Relator que encaminhasse imediatamente à Presidência da Casa os dois Projetos. Eu...

[palmas].

Eu quero explicar para vocês também, eu fiquei um mês acamado, e tivemos os trabalhos muito bem conduzidos pelo nosso Senador Eliseu Resende, mas eu voltei a semana passada e tinha dito ao Relator Romero Jucá, que foi Ministro da Previdência e tem uma formação específica nessa área, que nós pautaríamos para hoje a discussão dos Projetos. Mas, como foi apresentada a urgência, está na Mesa do Congresso e vai depender do Senador Garibaldi. Ele vai definir agora o encaminhamento.

Nesse momento, a Pauta do Senado Federal está trancada por Medidas Provisórias, ou seja, só após a aprovação ou não das Medidas Provisórias, é que outras matérias poderão ser tratadas no âmbito do Senado Federal.

Então, quero em respeito a vocês que estão aqui, dar essas informações básicas. De qualquer forma, na Comissão, nós estamos abertos, já falei para o Senador Paim, há um momento, que foi... Também ao Senador Romero, de realizarmos Audiência Pública, abrirmos esse debate e aprofundarmos essa discussão porque o país deve fazer um esforço de valorização dos aposentados e pensionistas.

Então, estou comunicando aos presentes, Paim, que os dois PLs estão na Mesa, os processados foram encaminhados ao Presidente, e agora caberá ao Presidente do Senado Federal definir o destino. Nós vamos ter dificuldade de fazer a Sessão hoje; não estava na Pauta e não poderia entrar na Pauta essa matéria. Poderia só ter discussão informal, por causa da Sessão do Dia Internacional da Mulher, nós estamos com apenas três Senadores.

Então, em respeito a vocês todos, está dado o informe e nós... Só vou dar mais um informe aqui à Comissão, que estou indicando o Senador Delcídio Amaral na Subcomissão da Reforma Tributária, como membro suplente do bloco de apoio, em lugar da Senadora Ideli Salvatti. E o Senador Romero Jucá, também como membro titular, e o Senador Antonio Carlos Júnior, como membro titular na vaga do bloco, preenchida pelo Senador Jayme Campos, que pediu para ser afastado. Isso tudo por solicitação do Senador Tasso Jereissati.

Então, está feita a comunicação, agradeço a presença de todos. Esse debate seguramente acontecerá no Plenário e, nesta Comissão, está aberta... No momento em que houver interesse de nós iniciarmos o debate e fazermos a discussão sobre o fator previdenciário e o PL 58, que trata do reajuste dos aposentados e pensionistas.

Agradeço a presença de todos e vamos ao Plenário do Dia Internacional da Mulher. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 10h32.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E 5ª DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA, EM CONJUNTO, EM 12 DE MARÇO DE 2008, ÀS 9:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quatorze minutos do dia doze de março do ano de dois mil e oito, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque, Presidente Eventual, reúnem-se, em conjunto, a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senadores Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, Inácio Arruda, César Borges, Raimundo Colombo, Flexa Ribeiro, Romeu Tuma, Gim Argello e ,ainda, da Senadora Maria do Carmo Alves e do Senador Sérgio Zambiasi. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Renato Casagrande, Expedito Júnior, Serys Slhessarenko, Romero Jucá, Valdir Raupp, Pedro Simon, Mão Santa, Gilvam Borges, Neuto de Conto, Gerson Camata, Adelmir Santana, Heráclito Fortes, Eliseu Resende, Jayme Campos, tendo falta justificada em virtude de estar participando de reuniões políticas partidárias em seu Estado, Kátia Abreu, Cícero Lucena, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, João Vicente Claudino e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública com

a finalidade de "discutir a questão dos limites legais para a regulamentação da Propaganda Comercial", em atendimento aos Requerimentos nº 32/07-CAE, de autoria do Senador Jefferson Péres, e nº 17/07-CCT, de autoria dos Senadores Wellington Salgado e Marcelo Crivella, Foram convidados os Senhores Dirceu Raposo de Mello, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-Anvisa, Dalton Pastore, Presidente-Nacional da Associação Brasileira de Agências de Publicidade-Abap, João Carlos Saad, Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores-Abra, e Rafael Sampaio, Vice-Presidente Executivo da Associação Brasileira de Anunciantes – ABA. A Audiência Pública é realizada com a presença da Senhora Maria José Delgado Fagundes, Gerente de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda da Anvisa, representando o Sr. Dirceu Raposo de Mello; Senhor Stalimir Vieira, Assessor da Presidência Nacional da Abap, representando o Sr. Dalton Pastore; Senhor Walter Vieira Ceneviva, Vice-Presidente Executivo do Grupo Bandeirantes de Comunicação, representando o Sr. João Carlos Saad; e do Senhor Rafael Sampaio, Vice-Presidente Executivo da ABA. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Cristovam Buarque e Inácio Arruda. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador CRISTOVAM BUARQUE, Presidente Eventual.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom-dia a cada uma e a cada um, havendo número regimental declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e 5ª da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 2ª Sessão Legislativa Ordinária de 53ª Legislatura. A realizar-se em conjunto neste dia às 9 horas. Antes de iniciar os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das Reuniões anteriores das respectivas Comissões. Está aprovado.

A pauta de hoje consiste em Audiência Pública a fim de discutir a questão dos limites legais para a regulamentação da propaganda comercial. Essa audiência vem atendendo a Requerimento nº 3.207 da CAE de autorização do Senador Jefferson Peres e nº 1.707 da Comissão de Ciência e Tecnologia e autoria dos Senadores Wellington Salgado e Marcelo Crivella. Eu peço que os convidados dêem entrada à sala. Eu quero lembrar a todos que estão nos assistindo aqui em todo lugar que ontem foi uma Sessão extremamente longa do Senado, quero parabenizar especialmente o Senador Flexa Ribeiro que ficou praticamente até o final e que está aqui firme fazendo parte dessa audiência. Eu vou passar a palavra na seguinte ordem, primeiro Srª Maria José Delgado Fagundes, Gerente de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda da ANVISA, que vem representando o Sr. Dirceu Raposo de Melo; depois o Sr. Stalimir Vieira, que é Assessor da Presidência Nacional da Associação Brasileira de Agência de Publicidade, representando Sr. Dalton Pastori(F); depois passarei a palavra ao Sr. Walter Vieira Ceneviva vice-Presidente Executivo do Grupo Bandeirantes de Comunicação, ele é conhecido nosso que tem Estado aqui em muitas audiências, ele vem representando o Sr. João Carlos Saad. E finalmente o Sr. Rafael Sampaio vice-Presidente Executivo da Associação Brasileira de Anunciantes.

Cada pessoa terá 10 minutos, se for preciso um pouquinho mais, pela careta que eu vi, a Mesa será tolerante dentro do possível para que tenhamos a possibilidade do debate e o encerramento no também hábil para tantas atividades que hoje os Senadores tem que exercer. Eu passo a palavra a Srª Maria José Delgado Fagundes.

SRª MARIA JOSÉ DELGADO FAGUNDES: Bom-dia a todos, bom-dia a Mesa eu os cumprimento na pessoa do Senador Cristovam Buarque, e estou aqui representando o Dr. Dirceu Raposo já justificando a sua ausência, porque hoje é dia de Reunião do Conselho Consultivo da agência que é coordenada pelo Ministério da Saúde, essas Reuniões foram agendadas em dezembro do ano passado para o ano de 2008, então era impossível que ele estivesse nessa, nesse trabalho aqui hoje proposto. Eu vou tentar cumprir o meu tempo. E vamos então começando, os temas que originaram a presente audiência que nós verificamos nos documentos encaminhados trata de dois Itens, que é a liberdade de expressão do pensamento, propaganda de plena liberdade e formação jornalística e a competência da união de legislar sobre propaganda comercial. Aí tem uma visão do órgão sanitário para começar a introduzir o tema saúde dentro desses dois eixos que foram definidos pela coordenação dos trabalhos. Então, a visão do órgão sanitário é que a saúde permeia todo o texto constitucional não é há dúvidas quando a gente começa a fazer a leitura, próximo, por favor.

Então, a Constituição depois a reforma do Estado, é, então, uma Constituição cidadã do Estado social, totalmente diferente do que o país propunha até o momento, dentro destas, desses valores soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, os valores sociais no trabalho da área iniciativa, todos esses preservando e com olhar principal na dignidade da

pessoa humana. O próximo, por favor. E aí vem dos direitos individuais no art. 5º que todos são igual perante a Lei etc etc. e primeiro direito, a vida. Os outros também são garantias constitucionais, mas depois da preservação da proteção da vida, da saúde já no art. 5º da Constituição. Próximo. Dentro dos direitos sociais art. 6º, são direitos sociais também entre outros mais uma vez a saúde. Próximo. art. 170 que aí vamos já entrar dentro da ordem econômica financeira onde está toda a garantia constitucional para a propaganda e publicidade, dentro da perspectiva social e dentro da ordem econômica fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa tem por fim assegurar que todos tenham existência digna. Conforme os ditames da justiça social. Então, o trabalho, a livre iniciativa toda ela é, foi pensada e regulada, estabelecida e por isto é monitorada pelos órgãos de controle ou de fiscalização da saúde dentro da perspectiva da proteção da saúde. Dentro de todos aqueles entre soberania nacional, a livre concorrência então, temos o direito do consumidor que divide em dois, o sentido econômico e o sentido sanitário. E de novo aqui a gente já vê a veiculação com a dignidade prevista no art. 1º de novo da Constituição. O próximo, por favor. E a saúde, então, ela venha parecer expressamente no art. 196 dizendo que é dever de todos e direito do Estado e que nós temos garantido isso através de políticas públicas, e que com certeza atuação preventiva é o que vai possibilitar e trazer e viabilizar a essa população a redução do risco que é um outro eixo constitucional importantíssimo dentro da proteção da saúde, e dentro da redução do risco nós vamos ver, entre outras coisas, o controle e a monitoração da publicidade. Pode passar. O que é a redução do risco, o que é relevante trazer aqui que não é necessário correr o dano, não é necessário pesquisas para dizer se a propaganda traz dano ou não traz, se ela impacta ou não impacta nos hábitos de prescrição, dispensação(F) ou de consumo de medicamentos. Não é necessário ter um único registro que teve um dano, que teve um óbito causado por medicamento, porque essa proteção não é pós-fato, ela é anterior. Ela tem que ser anterior, ela tem que ser preventiva. Então, e esta, essa redução do risco na Constituição, ela traz, com certeza, uma transformação no próprio paradigma jurídico que se aplica à saúde. E aí a gente pode devagar um pouquinho sobre o direito que ele vai passar e ele vai evoluir, e ele está no tempo que a população e que a cultura e que a necessidade do país e que os avanços do país a ela apresentam, a ele apresenta. O próximo, por favor. E aí, na reforma do Estado aparece a vigilância sanitária no art. 200, no Sistema Único de Saúde, então nós vamos verificar que as ações de vigilância sanitária têm que ser executadas. Garantia constitucional, o que é isso? Vigilância sanitária faz o que essa turma? O que esse pessoal interfere, porque o nosso registro fica numa fila, porque as empresas não passam na inspeção? E aí, então, a vigilância sanitária tem como escopo um conjunto capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde de qualquer produto de interesse à saúde, porque a Constituição não falou de produtos sanitários, falou de produto sujeito à saúde, então, de interesse à saúde. Então, aqui nós vamos ver que talvez não interesse só os produtos que estão lá registrados ou sendo coordenados, inspecionados os seus parques fabris pela ANVISA, mas aqueles também que podem estar sujeitos, que são no caso de bebida alcoólica registrada em outro Ministério, mas controle de propaganda da ANVISA. E aí, aparece a comunicação social também na garantia constitucional no art. 220, que é a livre manifestação do pensamento, de criação, de expressão, informação, mas vamos ler o finalzinho da previsão observado o disposto nessa Constituição, e de novo a gente volta, a dignidade da pessoa humana, a vida, a proteção do consumidor e a manifestação do pensamento. Então, o que é? É falar sobre convicções, mesmo que desagrade a todos e é isso que todos queremos e é para isso que o Estado democrático de direito se mantém e deve se manter. O que a Constituição quer assegurar é isso, nesse art. da Constituição não há nenhum dispositivo, não há nesse dispositivo nenhuma previsão expressa da liberdade do discurso comercial, nesse art. não há. Esse art. garante a liberdade de expressão que é dentro de uma outra perspectiva. Próximo, por favor.

Então, a liberdade de opinião, manifestação do pensamento, informação jornalística, liberdade de expressão intelectual, artística, científica, de outro lado nós temos o discurso comercial que é o discurso publicitário. Então, aí eu trago duas citações de dois grandes autores, o Ministro Hermann que é brilhante nessa avaliação, e atividade, eu vou ficar com o segundo que é menor, atividade publicitária e o momento da atividade empresarial, faz parte da atividade empresarial isso, por isso está dentro do eixo das atividades da livre iniciativa e dentro da previsão das questões econômicas e não da liberdade de expressão, a previsão da monitoramento e fiscalização de propaganda, são esses os diferentes. Porque não há como produzir sem depois fazer propaganda para vender. Isso também é uma, é uma regra, é uma regra do negócio, pode passar, por favor. Aí, então, a competência da ANVISA para regulamentar, os aspectos fundamentais da agência, que a gente vai, vou dizer de dois, a independência técnica decisional(F), onde deve predominar motivações a política para seus atos e devem basear em decisões técnicas. A independência normativa necessária para

o exercício da competência reguladora do setor de atividade de interesse público do seu cargo. O próximo, por favor. Como meio de efetivação de sua autonomia decisória e agilização de suas atuações, então, entre outras, entre outras competências as agências contam com o poder de editar normas concernentes à atividade cuja regulação lhes é atribuída com base na Lei, sempre com base na Lei, ninguém está regulando, ninguém está propondo na, no tema, monitoração de propaganda nada que não esteja embasado em Lei. A competência então, normativa da ANVISA está na 9.782 de 1999 que é a Lei da criação dessa agência reguladora. Próxima, por favor. Ainda na competência na regulamentar no art. 2º compete à União normatizar ainda a competência da União pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ela será exercida [soa a campainha] nessa perspectiva. O próximo. Eu acho que pode passar, porque senão a gente não vai conseguir chegar. Essas são as três políticas nacionais de saúde que orientam o poder normativo da ANVISA, então além dos embasamentos legais nós temos política, política nacional da orientação e nutrição, sobre o álcool e de medicamentos. Próximo. Aqui eu trouxe alguns indicadores epidemiológicos para a gente pontuar, porque existe uma política para isso, não é só a regulamentação de propaganda que trata uma política, todos os senhores sabem disso, então, nós já temos doenças crônicas transmissíveis, já são responsáveis por 62.8% do total de mortes já conhecidas no país. E hoje 69% dos gastos com atenção à saúde é o que o Sistema Único de Saúde já está disponibilizando em seu orçamento. O próximo. O próximo. E o perfil da propaganda de alimentos no Brasil. No monitoramento de 2.560 horas, 237 peças publicitárias, de 237 peças publicitárias, 42 eram destinadas a público infantil, das quais 89.7% era destinado ao público infantil e eram de alimentos ricos em gordura e açúcar. Próximo. Essa é uma pirâmide, são as duas pirâmides, pirâmide ideal, da alimentação ideal e pirâmide que hoje os anúncios de televisão propicia à população. Próximo, o próximo. O próximo. Esse é o total de contribuições da Consulta Pública 71, pode passar. A regulamentação de bebidas alcoólicas também trouxe alguns dados epidemiológicos, né, que o Ministério da Saúde entre o biênio de 1995/1997 o alcoolismo ocupava o 4º lugar do grupo de doenças incapacitantes e 1996 a cirrose hepática de etiologia alcoólica foi a sétima maior causa do óbito da população acima de 15 anos. E sem contar nos outros dados que são interessantes, inclusive de acidente de trânsito.

Próximo. Aqui eu não posso deixar de pontuar, que a regulamentação de propaganda para bebidas alcoólicas ela acontece numa proposta de políticas públicas que iniciou em 2003. Então, foi criado um GT com 14 Órgãos Federais que resultou em um relatório de encaminhamento para essa política e dentro de um, um desses encaminhamentos era a criação da Câmara Especial de Políticas Públicas sobre o Álcool e dentro dessa resolução foi criada e foi proposta, então, a consulta pública de regulamentação com base na Lei nº 9.294 que ia também com base no que o Código Brasileiro de Álcool regulamentação do CONAR propõe. Pode passar. A natureza das contribuições então, de 157 vocês podem verificar aqui 51 mais 58, 109, proibição total ou apóiam a regulamentação, aí é o desejo da população dizendo ao órgão sanitário e ao governo o que entendem, o que querem desse assunto sobre esse assunto, próximo, por favor. Os dados epidemiológicos da propaganda de medicamento, a gente vai ver ali 15% da população consome 48% do mercado total de medicamentos, somente 50% dos pacientes em média tomam corretamente os seus medicamentos, aí a gente vai ter um eixo muito grande de discussões para serem feitas que eu acho que aqui nós não podemos fazer isso na hora do debate, o próximo, por favor. Mas o agente causador de intoxicação. Quando a Constituição prevê da proteção da saúde, nós vamos ver ali o medicamento como esse de 2005 como um dos agentes de intoxicação ranqueado em primeiro lugar há muitos anos. Há muitos anos. Quando você faz essa, verifica que em 2005 ficaram registrados 12.650 casos de intoxicação de medicamento, aqui nós já excluímos os suicídios, nós vamos chegar numa quantidade 34 casos por dia de intoxicação, cerca de cada, de um caso a cada 42 minutos, intoxicação com medicamento. Óbito é o ranqueado em segundo lugar também há mais de 15 anos. Pode passar. E, porque, então, a importância da regulamentação da propaganda, porque é um produto tóxico e a vulnerabilidade das pessoas quando estão doentes também já os torna totalmente propício a e propriamente favorável aos agravos que o uso inadequado de medicamento pode trazer à saúde. Pode passar, por favor. A regulamentação, então, essa nós contamos com 157 manifestações de 257 diferentes contribuintes, dos quais nós temos hoje um indicador maior que estão já trabalhando pela proibição número 165 pela proibição total da propaganda de medicamento. Próximo, por favor. Conclusão, então, reflexão. As ações de fiscalização, sob propaganda de produtos sujeitos a vigilância sanitária, são desdobramento das diretrizes emanadas de políticas públicas além de todo o embasamento legal previsto já no país. As políticas públicas representam a vontade, o dever maior de proteção que é a responsabilidade indelegável do Estado, e para a reflexão eu acho que o controle da propaganda deve estar inserido

no contexto democrático da consciência da importância do consumidor e do ato de consumir. Porque tratamos de produtos que são produtos de risco, que são produtos que podem ser nocivos à saúde da população. O próximo slide. Os nossos contatos, nós estamos à disposição de todos os senhores, tanto agora para o debate quanto nas nossas atividades de área, muito obrigada, bom-dia.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu queria pedir desculpas aos nossos convidados. Hoje, é um dia, é o *Day After*, meio complicado. A campainha que V.Sªs estão escutando é o chamamento para a Sessão Deliberativa do Senado. Além disso, recebi uma ligação agora da Presidente, da CPMI dos Cartões Corporativos solicitando a minha presença lá na CPMI e ainda temos a CCJ às 10 horas. Então essa é a agenda que os Senadores todos têm com Reuniões que coincidem no mesmo horário não há como dividir. Eu queria pedir desculpas aos nossos convidados, ao Sr. Presidente Senador Cristovam Buarque, tinha maior interesse em assistir a todas as palestras fazer os questionamentos que me preparei para isso, mas eu tenho que ir lá na CPMI e ainda à sessão deliberativa. Se a Ordem do Dia começar, inclusive, todos os trabalhos terão que ser suspensos, mas eu acho que é a, as exposições de V.Sª serão bastante elucidativas e permitirão a todos nós Senadores, que nós possamos estar melhor informados para que nos posicionemos nos Projetos que passarem aqui nas Comissões. Eu vou acessar as informações através das notas taquigráficas e dentro do possível voltarei aqui, Senador Cristovam Buarque, pedindo também desculpa à V.Exª que preside a Sessão nesse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa, eu creio que todos que conhecem o serviço da Casa entendem. Ainda esqueci que estamos na fase final de votação do orçamento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É à tarde.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas eu acho que, quem deveria pedir desculpas talvez seja eu e os funcionários da Constituição pela teimosia de mantermos essa audiência apesar de tudo, entendo perfeitamente acho que o senhor está correto, precisam do senhor nos, demais atividades. Eu vou continuar aqui ainda insistindo e o senhor vai ter as transcrições, mas o importante o debate, claro que é o importante o Senador presente, mas o importante mesmo é que esse debate seja levado a toda a opinião pública que os Senadores depois tenham acesso às informações, mas aqui a gente olha muito, sobretudo a opinião pública nessa audiência, agradeço sua presença e peço desculpas pela teimosia. [risos]. Eu passo a palavra ao Sr. Stalimir Vieira. Que é Assessor da Presidência Nacional da Agência Brasileira de Publicidade.

SR. STALIMIR VIEIRA: Muito bom dia em nome do Presidente Nacional da Associação Brasileira das Agências de Publicidade, eu quero cumprimentar o Senador Cristovam Buarque, os meus colegas de Mesa e a todos os presentes. Quero saudar também a iniciativa dessa Audiência, entendendo que se trata de um foro adequadíssimo para as discussões democráticas do maior interesse público. Nós entendemos que toda e qualquer intervenção nos Regulamentos, nas Leis, nos Decretos, tudo aquilo que tenha efeito, tenha conseqüência no comportamento da sociedade deve ser objeto permanente, constante de debate, reflexão, discussão para que definitivamente afastemos do horizonte brasileiro o comportamento que não condiz com a praxe democrática e com a civilização. O Brasil conheceu momentos bastante complicados, momentos negros de ditadura. Eu tenho certeza que nenhum de nós que vivenciou esses momentos tem saudade disso. A liberdade tanto quanto a saúde são bens que uma sociedade há que preservar com toda a sua força. Os publicitários tem tido a responsabilidade, tem tido o cuidado de além de substanciar a defesa do seu direito de se comunicar também à responsabilidade com aquilo que comunica. Não, por acaso, surgiu um dos códigos mais modernos de regulamentação, exatamente do seio da atividade que foi, que é o Código Nacional da Auto-Regulamentação Publicitária, talvez uma das expressões mais eficazes da civilidade. E revelador também desse alto grau de responsabilidade e de preocupação com a conseqüência do nosso trabalho. Eu acho que tem dois aspectos que precisam ser levados em conta com muito cuidado quando se trata desse assunto que demanda muitas vezes intervenções importantes, com conseqüências nas interrelações de mercado.

O Brasil é um país que fez sua opção pelo mercado. Portanto, ele deve para que não se converta num monstro, obedecer a essas regras, naturalmente com o devido cuidado, com a devida atenção à preservação do melhor interesse público, mas é preciso tomar cuidado que essas intervenções não acabem piorando aquilo que os interventores entendem como negativo. Eu sempre defendo e eu acho que quando eu falo isso, eu falo também em nome de quem defende a liberdade. Que a pior liberdade, ainda é mais

importante do que a melhor proibição. Eu acho que do momento que a gente proíbe, no momento que a gente impede as pessoas de saberem das coisas, seja pelo meio que for, seja com os interesses que hajam por trás dessa informação, ela, essa liberdade ainda permite a reflexão, permite a opção e permite, inclusive, a reação. Quando se trata de publicidade, eu acho que a publicidade é a exposição clara de uma intenção comercial e essa expressão clara de uma intenção comercial, ela se submete à opinião. Quando ela não existe, quando a gente impede essa manifestação comercial livre, a gente não, necessariamente intervém no mercado, porque isso seria uma violência contra o próprio sistema que a gente optou para viver. Mas a gente gera algumas anomalias, porque o mercado continua existindo, as relações de mercado continuam existindo. Se propaganda fosse o fator determinante para o consumo de determinadas substâncias, cocaína não seria o grande negócio que é, as drogas de um modo geral não seriam o grande negócio que são. Então, é preciso levar em conta que proteger a saúde, proteger o melhor interesse da população não pode se converter num processo de tutela. A liberdade no seu amplo espectro, ela também significa dar o direito de receber informação e reagir a essa informação, positiva ou negativamente, negando ou aceitando, admitindo como verdade ou questionando. A partir daí estabeleceu que se conhece como formação de opinião. Naturalmente que nós, os publicitários em nome dos nossos clientes, temos o interesse primeiro de vender, mas vender não pode se converter num crime, porque vender significa, antes de qualquer coisa fazer o movimento definitivo de propulsão da economia. Numa Audiência Pública do ano passado eu ouvi da Relatora uma pergunta que me deixou muito preocupado. Ela colocava assim: O que é mais importante, o desenvolvimento do país ou a salvaguarda dos interesses maiores com a saúde da população? Eu não sabia que essas coisas eram incompatíveis. Eu quando trabalho, eu trabalho pelo desenvolvimento através da venda. Eu trabalho pela geração de emprego, através da venda. Eu trabalho pela competitividade do Brasil no mundo, através da produção, do comércio. Esse é o nosso objetivo, e nós trabalhamos a venda de produtos lícitos, produtos que estão sendo produzidos com absoluta liberdade. Quando a gente anuncia um produto médico isento de prescrição nós estamos trabalhando dentro da normalidade. Porque seria isento de prescrição se pressupõe qualquer pessoa pode chegar numa farmácia e comprar, e ela pode ter opções por marcas. Na verdade, o que a propaganda tenta fazer é construir uma percepção favorável para determinada marca. Quando a propaganda anuncia remédio, ela não promove doença para gerar consumo. O que promove doença [soa a campainha] é a falta de assistência, é a falta de cuidados básicos, sanitários com a população. Então, não adianta, eu acredito que não adianta a gente fazer uma intervenção, ou propor uma intervenção ou insuflar um movimento de preconceito contra a publicidade na tentativa de corrigir aquilo que a gente não consegue fazer ou por má vontade ou por falta de dinheiro, ou por falta de estrutura ou por falta de vontade política, que é criar as condições ideais para que a população seja saudável. Que é criar um processo de fiscalização eficiente que evite os excessos que promovem danos.

Ora, eu estou absolutamente de acordo com a ANVISA quando a ANVISA manifesta sua indignação com o fato de haverem produtos no mercado que não tem a licença da ANVISA de serem se quer produzidos quanto mais comercializados. Eles não só não podem ser anunciados como não podem ser produzidos, ou não podem ser importados. Agora, isso se combate, não tirando o comercial, não proibindo a propaganda, isso se combate fiscalizando. Então, me parece que a intervenção a partir da comunicação, um processo mais fácil em termos práticos, porém menos eficaz, porque as coisas vão continuar acontecendo e com a agravante de que assombra uma vez que não se estará sabendo sequer de maneira clara, explicita o que está produzindo. Então, eu entendo que a liberdade ainda é a maneira mais fácil de se controlar e a maneira mais fácil de se, inclusive, desenvolver um discurso esclarecedor. Na dimensão proporcional do que está sendo colocado e que eventualmente traga um potencial de prejuízo à sociedade. Eu acho que já é hora da ANVISA, eu tenho dito à Drª Maria José com quem eu tenho uma relação muito positiva, de contribuição permanente, iniciativa voluntária de ajudar, porque eu entendo que a solução para a publicidade seja para corrigir os eventuais excessos, seja para complementar que os esclarecimentos tem que nascer da publicidade mesmo, senão vira uma monstruosidade não se consegue comunicação coloquial e fluída com o público consumidor se não for através do profissionalismo da publicidade. Então eu tenho tentado, tenho procurado colaborar nesse sentido para que nós consigamos transformar as mensagens de interesse da ANVISA em mensagens eficazes e não apenas em mensagens que tentam atrapalhar a publicidade. Acho que a publicidade que a ANVISA quer incorporar no sentido de esclarecer ao público é absolutamente do ponto de vista profissional compatível com o trabalho que nós fazemos. Então, da mesma forma que os publicitários e outros segmentos da sociedade souberam desenvolver um código de auto-regulamentação eficaz que

está em prática e que contempla praticamente tudo o que é demandado pela ANVISA, e que é um código dinâmico, permanentemente atualizado. Então, tudo isso, demonstra que nós publicitários não estamos parados diante dessas demandas. Tomamos iniciativas, orientamos nossos clientes, muitas vezes, somos voluntários nessas colaborações e somos voluntários, inclusive, em campanhas do interesse público. Temos feito isso de maneira voluntária muitas vezes.

Então, eu gostaria muito que todo esse trabalho, além de estar num foro adequado da representação do interesse popular que é o Congresso Nacional também conte sempre com a colaboração profissional dos profissionais de publicidade. Eu tenho certeza que a contribuição deles não só como profissionais, mas também como cidadãos pode fazer com que esse caminho, essa evolução no sentido de atender o interesse público e ao mesmo tempo não sacrificar as relações de mercado, fundamentais para o desenvolvimento dessa economia possam ter uma convivência harmônica e produtiva. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Sr. Stalimir Vieira e passo a palavra ao Sr. Walter Vieira Ceneviva.

SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA: Muito obrigado, Sr. Presidente, saúdo na pessoa de V.Exª e agradeço a honra do convite para poder debater nessa audiência pública sobre esse tema fundamental, sei do esforço de V.Exªs Senadores para estarem presentes aqui no dia de agenda tão cheia, agradeço também aos funcionários. O tema da restrição à propaganda não é novo, está estabelecido na Constituição Federal desde 1.988 e, todavia as polêmicas ainda avultam as polêmicas ainda preocupam e daí então o empenho da radiodifusão, em contribuir com o processo de discussão para que se possa cumprir precisamente aquilo que está na Constituição, ou seja, garantir que exista a propaganda em primeiro lugar e em segundo lugar dotar as pessoas e as famílias de ferramentas contra os produtos e serviços que possam ser nocivos as suas pessoas, à sua saúde. A pergunta que segundo o nosso entendimento deveria ser feita, talvez um pouco diferente do que nos propõe a Drª Maria José da ANVISA não é se o mais importante é a publicidade ou a saúde. Essa pergunta posta dessa maneira com certeza conduz a uma abordagem errada do tema, conduz ao desperdício de tempo, conduz ao desperdício de recursos públicos se o interesse e o interessado no assunto simplesmente perguntar: Eu protejo a propaganda ou eu protejo à saúde? Essa é uma falsa questão. Porque eu chamo isso de falsa questão? Porque evidentemente não há sentido pensar num país, não há sentido em pensar nos brasileiros sem saúde. Todavia, têm um grave equívoco, um importante equívoco supor que a existência da publicidade por si só coloca em risco a saúde das pessoas. É evidente que as duas coisas podem e devem conviver. Enquanto eu escutava apresentação dos meus colegas de Mesa eu imaginava o seguinte, se o orçamento da saúde é insuficiente nós vamos, então, encerrar as atividades do Senado Federal para poder com o dinheiro do orçamento do Senado, custear a saúde? Não, isso é um absurdo. Por quê? Um absurdo, porque o processo político, o processo de comunicação e a tutela da saúde todos podem e devem conviver de maneira harmônica, essa é a missão dos Senhores, de V.Exªs enquanto legisladores, nossa, enquanto radiodifusores de assegurar que as duas coisas convivam e isso é completamente possível. Insisto, é preciso ter em mente com toda a clareza que o que põe em risco à saúde dos brasileiros não é a publicidade. E cogitar que haja um conflito entre saúde e publicidade é um equívoco grave de abordagem do tema. O que é preciso ter em mente é, identificar os meios como já está previsto a 20 anos na Constituição do Brasil, a identificar os meios de estabelecer ferramentas de proteção das pessoas e das famílias.

Já existem Leis tratando do tema, a principal, a genérica é o Código de Defesa do Consumidor que garante aos consumidores informação quanto aos produtos e serviços nocivos. O que além de Leis nós precisamos? Nós precisamos de políticas públicas, de políticas públicas eficazes que assegurem, que de fato concretamente, materialmente a saúde dos brasileiros esteja protegida. Quando aluno do professor, do Senador Franco Montoro na faculdade, lembro dele dizendo: O Brasil precisa de uma Lei de dois artigos, art. 1º cumpram-se às Leis em vigor, art. 2º, revogam-se as disposições em contrário. Conceber que a proteção e a tutela da saúde requeira novas leis é conceber o equívoco, é conceber o desnecessário, é imaginar novas estruturas para continuarem as coisas acontecendo com grande ebulição e sem nenhuma eficiência, sem nenhuma eficácia. O que é preciso é garantir que se cumpra, por exemplo, o Código de Defesa do Consumidor que exige dos fornecedores de bens e serviços que prestem informações a respeito dos aspectos nocivos. Conceber ainda que qualquer entidade da administração direta ou indireta, especificamente usando como exemplo a minha colega de Mesa da ANVISA, conceber que entidades da Administração Pública que não o Congresso Nacional possam fazer regras impondo restrições é um grande absurdo que precisa ser combatido com enorme ênfase. Quem tem competência para estabelecer essas restrições é o Congresso Nacional, nenhuma autarquia pode estabelecer restrição contra a propaganda, nem

mesmo a pretexto de defender a saúde das pessoas. Porque se a gente tiver que rasgar a Constituição para defender a saúde das pessoas então nós estaríamos desfazendo o país e não protegendo verdadeiramente a saúde. Então, nós estaremos protegendo o arbítrio e não verdadeiramente protegendo a saúde. E insisto, identificar um dilema entre saúde e publicidade é fazer uma abordagem, uma abordagem equivocada que conduza evidentemente a conclusões equivocadas. Aliás, de pensar nisso, analisando a estatística que foi apresentada a partir das respostas das consultas públicas, em que se identifica a maioria avassaladora contrária à publicidade, a informação que eu extraio dessa estatística não é a de que a restrição é necessária, muito antes, ao contrário, muito antes ao contrário. O que é necessário é o que V.Exªs, Senadores, fazem hoje que é debater o tema, ilustrar aos brasileiros, ilustrar a população a respeito do que, efetivamente, sujeita as pessoas a risco na sua saúde. Não é a publicidade que faz o motorista pegar o carro bêbado e matar uma pessoa. É a falta de inforcement(F) a falta do cumprimento daquela Lei do Franco Montoro que permite o motorista dirigir embriagado sem nenhum controle. Não é a publicidade, perdão, que permite aos brasileiros se intoxicarem usando ou agrotóxicos ou remédios, não é a falta de legislação sobre a publicidade que gera a epidemia de obesidade descrita na apresentação da nossa colega da ANVISA. A publicidade em relação a isso tudo é passiva, a publicidade é ferramenta de ação dos competidores uns contra os outros e não de expansão verdadeiramente do mercado. O que é preciso é que se cumpram as Leis existentes, que se encontrem meios de atender, fazer com que a população entenda os riscos do consumo dos bens e serviços que ela esteja consumindo.

E, porque essa nossa preocupação em enfatizar tantas vezes que o dilema saúde versus publicidade é um falso dilema e que a abordar o tema por esse lado conduz a conclusões equivocadas? Porque efetivamente o que se percebe é que existe uma série de proposições de elaboração de novas Leis contra a publicidade que sejam das bebidas, ou de outros produtos tidos por nocivos que na verdade ao fim e ao cabo desconsideram qual é a causa desses malefícios no exemplo que eu citei, motorista que dirige bêbado, enfim, todos os acidentes que o alcoolismo possa produzir, não se ataca à causa. É como querer parar o carro segurando o velocímetro numa metáfora que é usada tantas vezes. Além de enfatizar, isso é preciso que V.Exªs tenham em mente o seguinte: O serviço de radiodifusão é o serviço que desde o início, desde o seu início tem por missão integrar o país e efetivamente a radiodifusão integra o país, tanto o rádio quando a televisão dão para o país a identidade nacional, identidade de língua, identidade cultural. Não há outro elo mais significativo do que a radiodifusão para cumprir essa missão de integração nacional. E, todavia esse serviço é gratuito, esse serviço não aufere Receita direta do seu público, a única forma de remuneração desses serviços que é crucial, desse serviço que é importantíssimo para o país é a propaganda comercial. A restrição de propagandas como no caso, por exemplo, das bebidas, significa para os veículos de radiodifusão que são, que prestam o serviço gratuito remunerado pela publicidade, significam uma perda importantíssima, então, nos preocupa sobremaneira que se possa conceber a possibilidade de proibir uma propaganda, o que seria inconstitucional, mas de qualquer maneira de proibir uma propaganda que é essencial para a viabilidade econômica dos veículos de radiodifusão.

É preciso que se tenha em mente qual seria o efeito da proibição no mercado, como disse antes a propaganda se presta não a ganhar mercado, não a induzir o consumo, mas a competição entre os diversos concorrentes na oferta do mesmo produto, a competição entre as cervejas, entre os fabricantes de medicamentos os genéricos e os com marcas. A propaganda por si só não expande o mercado, ela simplesmente redivide, redistribui as frações de mercado, o *share*(F) como se diz no jargão no inglês que a gente precisa até evitar muitas vezes, elas, a propaganda se destina a redistribuir essa participação no mercado, se proíbe a propaganda o que se faz é consolidar os monopólios que possam existir nos mercados de bebidas, nos mercados de remédios, o que evidentemente é muito nocivo, muito mais grave do que a propaganda é a concentração econômica que existe nesses mercados. Há uma última ponderação que eu gostaria de submeter a V.Exªs que é a seguinte, existem iniciativas não apenas dos veículos de radiodifusão, mas também dos anunciantes e das agências de publicidade, inclusive, em diálogo permanente com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária entre outras, para assegurar ferramentas de auto-regulamentação, ou seja, o próprio mercado se submeter a regras que o mercado identifica como importantes, com a contribuição do Poder Público e o mercado se auto cerceia. E com isso atinge o objetivo desejado, fazendo caminhar na mesma direção, o Poder Público e a iniciativa privada. Qual a grande virtude da auto-regulamentação e é preciso que se privilegie [soa a campainha] a experiência da auto-regulamentação. É a de que o contribuinte custa zero. A auto-regulamentação custa zero para o contribuinte. Se estabelecer uma regra de restrição da publicidade, se estabelecer uma entidade, uma autar-

quia ou um departamento que seja de uma autarquia existente com funcionário, equipamento para fiscalizar a publicidade esse dinheiro será mal empregado. Melhor que o Estado brasileiro invista no combate do mau uso das bebidas dos remédios, outros bens de serviços perigosos, do que criar um departamento para controlar o que nós radiodifusores, as agências e os anunciantes venhamos a fazer. Porque se nós formos capazes, e nós temos sido, de nos auto-regulamentar a experiência do [ininteligível] é eloqüente, então o Estado brasileiro estará desonerado e o brasileiro estará assistindo e protegido, insisto, a custo zero. Agradeço mais uma vez a V.Exª, Senador, e aos Srs. Senadores presentes, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Sr. Walter Vieira Ceneviva e passo a palavra ao Sr. Rafael Sampaio que é vice-Presidente Executivo da Associação Brasileira de Anunciantes.

SR. RAFAEL SAMPAIO: Sr. Presidente, Senadores presentes, minha colega de debate há muito tempo que é funcionária exemplar da ANVISA. A Associação Brasileira de Anunciantes tem a expor e ponderar o que segue. Para começar queremos enfatizar nossa posição de que julgamos serem essenciais a funções da ANVISA como instrumento de cumprimento das Leis relacionadas à saúde, alimentação e correlatas. Assim como braço executor de políticas públicas para esses setores. A ANVISA deve ser integralmente apoiada, inclusive, pelos setores empresariais envolvidos para melhor poder cumprir suas funções e tarefas específicas, legalmente definidas. A visão dessa associação já corroborada publicamente por diversas autoridades dos três poderes, é de que não compete a ANVISA definir Leis, sendo que suas atividades de normatização têm que estar restritas aos ditames de legislação específica. Complementando o que foi estabelecido pelo legislativo e adicionalmente dentro dos mesmos parâmetros pelo Executivo. No caso de setores de amplo impacto na vida diária das pessoas e na economia da nação, sabemos que a legislação é de extraordinária complexidade, pois ela precisa considerar uma ampla variedade de aspectos constitucionais ligados aos direitos dos indivíduos e das organizações, por um lado e as atribuições do Estado e seus agentes por outro. Razão pela qual não há outro foro adequado para sua avaliação, discussão e normatização fundamental além do Congresso Nacional. Além de simultaneamente proteger o cidadão onde lhe conceder um máximo de liberdade, *status* que se transferem para as organizações empresariais, a legislação tem que ser adequada aos interesses superiores do coletivo da sociedade e da nação.

Existe, como sabemos, a necessidade de consolidar parâmetros para publicidade de várias categorias de produtos, devidas as demandas de vários setores da sociedade, porque a Constituição assim o determina e pelo fato de que a legislação correspondente pode ser aprimorada. Um dos próprios setores empresariais envolvidos nas questões de saúde e alimentação, assim como os meios da comunicação e a comunidade publicitária constantemente adiantam-se em direção ao suprimento dessa necessidade de evolução das normas debatendo e aprovando importantes modificações nas determinações de alta regulação e nos códigos de conduta setoriais, além do próprio código brasileiro de alta regulamentação publicitária em particular. Esses movimentos em direção à maturidade dos setores envolvidos, trazem o benefício adicional de que as suas determinações são voluntariamente aceitas pela comunidade empresarial e são de conseqüência imediata, à sua definição. Dessa forma preserva-se a liberdade de empreender e das práticas de marketing e comunicação que tem sido esteios essenciais da grande evolução da qualidade técnica, de inúmeros produtos e serviços, assim como contribuem para a redução absoluta e relativa de seus preços, beneficiando dessa forma direta aos consumidores, mas sem deixar de atender as necessidades de provimento do Estado pela expansão do pagamento de impostos, taxas e assemelhados. Limitar de modo exagerado e inadequado à liberdade de marketing e comunicação dos principais agentes econômicos setoriais, via de regra, os mais responsáveis em termos socioambientais de cidadania corporativa, significa empurrar a competição para vala comum da rebaixa de preço feita em conseqüência da menor qualidade, da falta de segurança e da própria informalidade da atuação econômica.

Ou seja, a legislação e as normas que ultrapassam a razoabilidade geralmente resultam em fatores contraproducentes para causa pública, os setores econômicos toda vez idos e acima de tudo os interesses dos próprios consumidores. Resgatamos para situar a posição da ABA, os princípios que regem a nossa entidade que incluem a defesa permanente intransigente da liberdade de comunicação comercial por um lado e a promoção do conceito de responsabilidade civil do anunciante da propaganda por outro. Isso significa que defendemos a posição de que qualquer legislação regulação não pode, por garantia constitucional, penalizar organizações responsáveis através de em determinações feitas sem o amparo da Lei e que exigem aquilo que não conta com a devida exigência legal definidas pelos órgãos que tem essa competência constitucional. Da mesma forma que somos intransigentes quanto à responsabilização das empresas

anunciantes pelos seus erros e abusos. Enfatizamos que a ABA sempre estará absolutamente disposta a ajudar no debate e na formulação das propostas de regulação e normatização da questão do marketing e da comunicação dos produtos e serviços relacionados à saúde e alimentação. Postura essa que não difere pelo que conhecemos das demais entidades das indústrias desses setores de todos os meios de comunicação e das empresas ligadas à publicidade. Na expectativa de que o respeito à Constituição do país e o melhor censo público estejam sempre presentes no complexo debate dessas questões registramos nossas saudações. Como ainda tenho quatro minutinhos, eu vou acrescentar uma observação sobre a questão da liberdade de expressão comercial referindo-me ao que a Maria José falou anteriormente. Eu uso o caso americano, porque é muito sintomático, é o país onde tem a maior carga de publicidade do mundo é onde se originou o modelo no qual o Brasil adotou em termos de funcionamento dos meios de comunicação, das anunciantes, das agências, ou seja, todo esse universo que de algum modo tem a ver com a questão que nós estamos falando aqui.

Lá, já houve algumas manifestações da Corte Suprema Americana e que valendo a liberdade de expressão da empresa à liberdade de expressão da pessoa na medida em que a empresa tem direito à voz da mesma maneira que a pessoa tem o direito à voz, a voz da empresa não é a voz artística, a voz da empresa não é a voz da opinião, a voz da empresa é a voz do produto ou serviço que ela produz legalmente que tem o direito lá nos Estados Unidos e a nossa Constituição também assim o fazem de liberdade de expressão. O assunto por outro lado é tão delicado que apesar de já haver algumas manifestações explícitas, em sentença da Corte Americana, na Corte máxima no sentido dessa liberdade de expressão comercial o embate específico na causa da liberdade ou publicidade de categorias complexas como é o caso de bebidas, como é o caso de cigarros, como é o caso tabaco, em geral, como é o caso de produtos ligados à saúde, medicamentos, tratamentos etc, e também de alimentação, até hoje não houve, da parte da, tanto do governo, dos poderes governamentais como da, dos poderes, das empresas, as entidades ligadas às empresas, uma demanda específica à Suprema Corte, por uma razão muito simples, há, tem-se muita preocupação de que justamente na análise dessa questão pela Suprema Corte haja o viés de preservar o bem público em troca da restrição à liberdade. O que se resolveu, nos Estados Unidos, e tem sido muito bem resolvido ao longo do tempo? Toda a vez que há uma demanda pública, as entidades do setor se reúnem com as entidades, as autoridades públicas e se faz uma auto-regulação. Até hoje a propaganda de cigarro que na prática é banida dos meios de comunicação dos Estados Unidos, não é determinada por Lei. Ela é um processo de auto-regulação da indústria, combinado com os meios de comunicação e combinado com o FDA e outras autoridades competentes no assunto. Então, esse foi o modo que eles encontraram para evitar o embate, porque esse é um embate duríssimo, um embate de um lado a gente vai ter as garantias constitucionais da liberdade de expressão, inclusive das empresas e de outro lado à gente tem evidentemente o bem público. Então, foi um bom caminho esse encontrado acho que pelos americanos e que a gente pode usar aqui. Por outro lado, também me referindo aí a experiência européia e do qual eu estou um pouco mais ligado, [soa a campainha] porque eu faço parte de uma entidade mundial que cuja sede é justamente em Bruxelas e eu a cada três meses faço uma reunião no BORD(F) e nós temos discutido muito cada vez uma colaboração maior entre o corpo Governador da comunidade européia e as entidades Pan-européias das várias áreas empresariais, inclusive da propaganda. Então, no caso específico, hoje, da questão da obesidade, que é um problema universal, e não deixa de ser na Europa, a questão está sendo conduzida muito de próximo entre todos os organismos da comunidade européia, os Ministros de Saúde, e todos os outros ligados aos vários países e os grupos empresariais. Também, lá, nós temos um ótimo exemplo de que é possível essa colaboração entre Estado e iniciativa privada para o bem público, ou seja, o bem de cada um e principalmente o bem de todos. Era isso que eu tinha a declarar, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou passar a palavra nós temos inscrito o Senador Inácio Arruda, a Srª Maria José Delgado Fagundes pediu para fazer um comentário sobre o que foi escutado, mas eu vou pedir que ela faça depois de ouvir. Mas antes, Senador Inácio eu queria fazer uma pergunta: Por que é que no Brasil não houve, esse acordo dos organismos de publicidade como houve nos Estados Unidos em relação ao cigarro? Porque aqui foi preciso fazer uma Lei?

SR. RAFAEL SAMPAIO: Eu acredito aqui que nós, acho que aqui o pecado é de todos nós. Ou seja, do lado da iniciativa privada sempre se procurou se amparar nas determinações legais para se garantir o máximo possível de tempo à existência de uma legislação que era bastante... dava muita liberdade e de outro lado nós tivemos, quer dizer, uma série de confluências que transformaram, quer dizer, é realmente um problema de saúde muito grave. Então acho que

não houve interesse nenhum dos dois lados em chegar nesse acordo, no caso de cigarro foi isso eu participei dos debates aqui, eu tive envolvido desde aquela época, eu acho que recentemente nós já tivemos uma boa melhoria que foi no caso das bebidas alcoólicas, não há dúvida nenhuma de que as autoridades públicas, as diversas, estão fazendo a sua parte que é o também um assunto muito relevante, mas eu sinto que do lado empresarial uma pré disposição a evoluir mais sólida. Tanto que nos próximos dias, ou seja, agora no começo de abril o CONAR vai promulgar uma nova regra para bebidas alcoólicas muito mais restrita do que a presente, absolutamente de acordo com que tem na Europa e nos Estados Unidos, ou seja, nós já estamos evoluindo rapidamente, ou seja, acho que entre aspas, "aprendemos a lição". Acho que no caso da obesidade também é muito pro ativo, ou seja, quer dizer, se no passado, há aí um certo aproveitamento oportunístico das duas partes, da iniciativa privada de aproveitar o máximo do período de liberdade das autoridades públicas, entre aspas, para mostrar serviço, acho que a partir do momento que hoje que nós estamos num nível de maturidade superior acho que temos boas condições para encontrar um bom caminho. E eu acho que a grande vantagem, isso que está sendo feito na comunidade européia a auto-regulação pode ser uma espécie de teste real de uma futura legislação. Há momentos em que realmente é necessário, por uma série de circunstâncias, uma legislação adicionalmente ou complementarmente ao esforço da regulação que acaba pegando as empresas mais responsáveis, o topo do mercado. Mas o fato de ter uma boa auto-regulação em ação faz com o que legislador tenha na prática um teste do que vai, entre aspas "pegar", o que será eficaz o que não será eficaz. Até nisso há uma boa, um bom aproveitamento se houver um processo colaborativo. A gente pode, como vamos fazer emitir uma legislação, auto-regulação muito interessante, acho que muito madura sobre a questão de bebidas alcoólicas até, todo o processo que será longo de discussão desse assunto no Senado e no Congresso, na Câmara vai ser possível até a gente aferir até que ponto aquelas normas são adequadas ou ainda eventualmente precisariam ser mais restritas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, passo a palavra ao Senador Inácio Arruda, nobre representante do Ceará, primeiro Estado a abolir a escravidão no Brasil.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): No Brasil. E continuamos associados a muitas outras lutas libertárias ao lado de V.Exª. Eu quero, assim, o debate não é fácil, é um debate muito difícil entre o negócio e os interesses, digamos assim, que nós poderíamos imaginar que são os interesses mais importantes da população. E a questão da saúde, a saúde pública, então, é uma questão central, é como sempre em qualquer debate, em qualquer discussão entra a saúde e a educação, o povo está bem e educado. E uma máxima de que a propaganda é a alma do negócio. Então, nós já começamos por aí, entendeu? Esse é o primeiro problema de saúde pública, todos os espiritualistas que imaginam essa situação, eu vou encontrar a propaganda como sendo a alma do negócio. Então, o negócio é vender, é vender o produto. Um produto que às vezes nem existia ainda, nunca foi testado no mercado. Embora possa ter sido testado, para efeitos, digamos assim, de um determinado, de uma determinada patologia, mas ele nem alcançou o mercado.

Então, ao invés de você fazer uma discussão sobre o princípio ativo daquele produto você faz da marca, porque é a marca que dá alma ao negócio, é a publicidade dele, é como oferecer aquele produto para a população. Então, eu vejo isso como um problema. Uma outra máxima mais dura, mas muito usada é que uma mentira dita cem vezes se transforma em verdade. Então, são os dilemas da publicidade, no Brasil e no mundo. Você veja a situação da gasolina. Então, você chega qualquer Posto de abastecimento e o vendedor diz logo o seguinte olha, tem a gasolina aditivada, é feita muita propaganda de aditivos por aí, o seu motor vai ficar maravilha, isso aqui vai ficar, o motor é o nosso coração, o nosso fígado, o nosso pulmão. O seu fígado vai estragar se não tive ir o aditivo adequado à gasolina aditivada é tal produto, tal isso, tal aquilo pode até se adicionar alguma coisa no aditivo dar um diferencial do aditivo, mas toda a gasolina é aditivada, não existe gasolina sem aditivo, ela é obrigatoriamente aditivada senão não consegue nem colocar o carro para se mover, mas a propaganda diz que não, tem uma gasolina aditivada e a outra é como se ela não fosse aditivada, mas ela é obrigatoriamente aditivada, eu fico imaginando, então a situação quando você trata da população em questões centrais com a nossa cultura. Porque a nossa cultura eu acho que é mais próxima do que o que o Rafael levantou. A cultura nossa do Brasil, é a nossa realidade, a nossa formação. É diferente da formação central dos americanos, mais anglo– saxônica, ou mesmo da Europa, italiana, francesa, alemã, inglesa, que é o centro da formação daquela nação, da comunidade européia. Ou dos orientais, nós temos uma outra forma de agir, usamos todo esse conhecimento do mundo inteiro, mas nós temos uma cultura, a cultura nossa é a seguinte. Porque não teve autoregulamentação? Porque eu quero tirar o máximo de proveito se eu sentar com os antagônicos eu começo a criar um embaraço. Então, a minha cultura é de,

esse negócio de mesmo de auto-regulamentação, isso é bom para americano, os americanos sabem como é que eles são, então, chegaram a essa conclusão, fizeram Lei seca, fizeram isso, fizeram aquilo, talvez não tenham gostado dessas situações todas, porque eles eram altamente regulamentados. E chega uma hora desregulamenta, você vai fazendo tentativas e nós achamos que temos que tirar o máximo de proveito em cada situação. Vejo uma outra situação da nossa cultura e de uma atividade que contamina os brasileiros apaixonadamente. Uma é a dança, é o samba, é o carnaval, e a outra o futebol. Nas duas, os maiores patrocinadores das duas nós fazemos um apelo, um apelo intenso através dos órgãos de comunicação, exigimos do governo, das prefeituras, dos governadores estaduais que eles contenham de alguma forma as torcidas organizadas, violentas, barulhentas, terríveis, mas quando chamamos pela televisão o cidadão e a cidadã para ir ao estádio de futebol para qualquer competição, nós chamamos através da bebida. O melhor caminho para você chegar do estádio é uma boa cerveja, está certo? A melhor forma, então, o maior patrocinador do esporte afora as propagandas, digamos assim, de empresas estatais é exatamente a bebida. Ela é o maior chamariz para o esporte. Se você vai para as culturas populares, para o frevo, para o samba, para o axé etc também é a bebida o principal patrocinador. E a, os programas esportivos todos, por isso que eu acho que aí entra o negócio da, são os maiores anunciantes dos programas esportivos que estão em horários nobres. Eles estão principalmente no horário de meio dia, quando você vai para o almoço e a criançada chega também em casa da escola, eles estão no horário ali das oito da noite onde praticamente todos os programas esportivos o antecedem, ou se dão durante o principal programa jornalístico daquela emissora e que antecede também as principais partidas de futebol no caso do Brasil. Então, é uma, é uma situação que eu considero, assim, muito delicada da propaganda de produtos dessa ordem, bebida ou cigarro já foi praticamente banido desse, desse campo, mas ainda atua em alguns setores. Acho que a bebida principalmente, ela é muito forte como principal chamariz em atividades que você poderia dizer o seguinte: O melhor era não ter a bebida. O melhor é não ter a bebida aí, mas ela é o principal instrumento para chamar, para convocar, a convocação é feita através da bebida. Eu não sei se numa auto-regulamentação, numa pactuação entre ANVISA e anunciantes e agências e empresas de radiodifusão, o melhor não fosse que esses setores todos chegassem a um acordo dizendo assim: Nós vamos banir esse produto da propaganda como o principal chamariz. Ele não é um produto que ajude a saúde de ninguém, pelo contrário, então vamos ver como é que a gente retira isso aqui do meio sem precisar de uma legislação. Porque eu acho também a coisa mais complicada é sempre tudo a gente tem que fazer uma Lei, mas essa é a regra do Brasil. Essa é a regra do Brasil. Se não tiver na Constituição, por que muita coisa que você olha e diz assim: Puxa vida, mas isso em qualquer nação do mundo seria da legislação ordinária ou seria uma Portaria ou Decreto de um governante, jamais seria um art. da Constituição, capítulo da Constituição. Por que o Constituinte de 1988 resolveu que isso tudo tinha que estar na Constituição? Porque se considerou que aqui se não tiver na Constituição, ninguém vai cumprir. Ninguém vai aceitar aquela norma infraconstitucional.

Então tem que estar na Constituição. Então, a Constituição transformou-se, tem os Artigos e os Incisos e as Alíneas e os Parágrafos que são enormes. Tem dez parágrafos, tem cinqüenta, setenta Incisos para um Artigo e mais os Parágrafos e mais as Alíneas só para um Artigo. Aí você diz, tem tantos Artigos. Mas se você somar os Artigos, as Alíneas, os Parágrafos mais os Incisos todos que tem na Constituição, isso daria qualquer outra Constituição do mundo mais de mil Artigos, porque tudo teve que ir para a Constituição, por causa da realidade nossa, a realidade brasileira, a cultura que se formou no nosso, no nosso país. O exagero do que se chama aqui de, sempre da liberdade de expressão em nome da liberdade de expressão aqui no Brasil também a gente acusa todo mundo, a gente começa logo esculhambando e condenando, agora eu não vejo nenhum órgão de comunicação depois do cara ser absolvido pela justiça ou por qualquer outro meio, chega lá dizendo, o senhor poderia dar uma entrevista já que o senhor foi absolvido, no horário nobre do meu jornal. Jamais, eu já condenei o miserável já foi para o esgoto há muito tempo não tem mais saída, ou você tem negras duras na legislação constitucional e infraconstitucional ou você não tem limites para o exercício da liberdade. E nesse caminho, a solução parte para outro, para o extremo, só temos solução no extremo. Eu acho que é a, o melhor era ter chegado numa situação dessa que os americanos alcançaram, depois de muita regulamentação amigo. Não chegou porque, concluímos que o melhor é isso desde sempre, desde sempre não. Muita regulamentação, muita exigência, muita regra, muita norma infraconstitucional, sempre se diz, a Constituição americana ninguém mexe, ninguém isso, ninguém mexe, conversa é que os atos praticados no legislativo e no Congresso Nacional têm força constitucional, não está na Constituição originária americana, mas tem força constitucional, essa que é a diferença. Lá tem sim, tem muita Lei, tem muita re-

gulamentação, tem muito órgão regulamentador que impõe regras uma duras, outras menos duras, em Estados diferentes a situação tem situação no Estado que não é atendido no outro. É um cipoal de diferenciações de Estado para Estado com a Legislação Federal, é norma para tudo que é lado. Agora, criou-se também um campo e uma possibilidade de você fazer acordos que eu acho que também é permitido no nosso país em determinadas situações. Se há uma situação onde você examina ao longo do tempo que aquela realidade mesmo com controle, mesmo com auto-regulamentação ela continua sendo muito prejudicial à saúde pública, aí eu acho que a responsabilidade do Estado de chegar e dizer: Olha, isso aqui não dá mais, o cigarro ele teve que partir para isso. O custo é muito alto, é claro que a gente tem que fazer hoje o balanço do resultado, mas no meio da juventude de um modo geral no Brasil, eu examino como eu fui fumante de 13 anos, 13 anos de idade aos 26 anos de idade, eu examino nesse meio da turma entre 13 e 26 anos. Praticamente são poucas as pessoas que começam a fumar hoje com 13 anos de idade. 14, 15, 16 anos de idade, são poucas. Diminuiu muito nesse setor da juventude, quer dizer, atingiu bem a juventude. Entre os ambientalistas que fizeram uma dura luta no Brasil, só hoje as questões ambientais começam a pegar no meio do povo, porque estão pegando aonde? Estão pegando na juventude e na infância, infância e juventude.

Então, o problema da propaganda do produto, porque, vamos usar o máximo da sinceridade, eu acho que o Rafael, Rafael você foi maravilha, o máximo da sinceridade, o que eu quero é vender. Eu estou aqui para isso, eu quero vender o meu produto. Entendeu? Eu vou competir no mercado, eu vou competir com os outros, mas o meu produto é novo, eu tenho que entrar aqui nesse mercado, eu quero vender o meu negócio é esse, o meu patrão exige isso, se eu não fizer isso estou fora, perdi o meu emprego. Eu tenho que vender esse produto, eu tenho que fazer a boa publicidade eu consegui vender o meu produto, é isso que está em jogo. Agora, esse produto ele vai trazer prejuízo à população? Vai trazer prejuízo nós temos que submeter a alguma norma, algum critério, alguma regra para proteger a população. Entendeu? Eu acho que é esse o grande objetivo nosso e na questão das bebidas, propaganda de bebida para chamar o povo para praticar esporte, rapaz eu acho uma coisa dura. Um paradoxo total, total. Acho que essa daí tinha que ter uma auto-regulamentação para o bem dos nossos filhos, nós que estamos aqui e os que estão em casa, essa seria uma boa para fazer uma auto-regulamentação, Rafael, entrar logo com essa, vamos auto-regulamentar, no esporte, gente, nós não podemos começar enchendo a cara ou depois terminar a gente encher a cara de novo, vai ver a gente pega um automóvel logo em seguida para ir para casa e não vai dar certo. Acho que nós poderíamos fazer uma auto-regulamentação nessa área das bebidas para o esporte, porque ela é dura, porque o resultado sempre é muito perigoso para a população, além de outros produtos, têm muitos, tem muitas drogas, não é só a cocaína, não é só a maconha, às vezes essas são as mais leves, tem outra muito mais perniciosas com efeitos muito mais imediatos que são consumidas hoje pela população e que são, às vezes estão livre, estão fora de qualquer controle. Eu não quero fazer uma pergunta direta, eu estou fazendo uma argumentação nossa de como a gente vai tratar um assunto que é delicado e que atinge muita a população, não atinge pouco, atinge muita a população brasileira, se não é com norma, com regra e com Lei, onde é que nós vamos sentar, criou-se aqui o tribunal arbitral. Onde é que vai ser o nosso tribunal arbitral para a gente chegar a essa auto-regulamentação que o Rafael propõe eu acho que pode ser um caminho, mas a prática e a cultura nossa não se encaminhou nesse sentido. É a nossa realidade, a realidade brasileira. Porque senão a gente entra no faz de conta não é dá certo, não dá bons resultados. Talvez a gente precisasse fazer um balanço desse programa da propaganda do cigarro, quais são os efeitos hoje no meio da juventude, no meio das crianças, que impacto ela está trazendo do ponto de vista positivo, se deu resultados positivos, ou se não trouxe nenhum efeito. Se não traz nenhum efeito essa regra da auto-regulamentação. Vamos examinar fazer o balanço e depois estabelecer regras para auto-regulamentação fazer um tribunal arbitral da propaganda brasileira. Essas colocações assim para a gente poder debater e discutir o tema em tela aqui na nossa Reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou passar a palavra a Srª Maria José Delgado Fagundes e se depois algum dos outros quiser algum pronunciamento sobre a fala dela e a do Senador, eu passarei.

SRª MARIA JOSÉ DELGADO FAGUNDES: Obrigada. Eu vou começar falando com o Senador que eu vejo uma preocupação muito grande em relação às propagandas de bebidas, e nós temos um problema legal no país, Lei nº 9.294 de 1996 que trata das propagandas não só de bebidas, de medicamentos, de agrotóxicos, de outras terapias, ela define que o teor alcoólico para a bebida é de acima de treze graus Gay-Lussac, a Lei que trata de registro de bebidas no Ministério da Agricultura, trata de 0,5. A política sobre o álcool, o teor alcoólico da bebida é 0,5. Porque as campanhas publicitárias de cerveja ocorrem em qual-

quer horário da programação? Porque o teor alcoólico não nos permite tratar de uma maneira diferente. Houve um encaminhamento de um PL pelo Presidente Lula em caráter de urgência para a casa, solicitando equiparação do teor alcoólico daquele que já é para registro para a política pública sobre o álcool na Lei nº 9.294. Estamos aguardando a correção legal para que possamos, então, tratar da regulamentação que já passou por consulta pública, que já teve contribuição da sociedade, que já teve audiência pública e espera então, agora, o ajuste legal para que a gente possa começar a monitorar e a dizer quais são os critérios mínimos que essas campanhas devem ter, né, para que essas peças publicitárias possam ir ao ar. Esses critérios, dentro do que o senhor acabou de falar da regulamentação é tentar avaliar como vai se comportar esse mercado como a gente já faz com medicamento e alimento. O reflexo da melhoria da qualidade das peças publicitárias de medicamentos no Brasil é claro. Ele é palpável, nós temos os dados na ANVISA. Os que nós precisamos melhorar na qualidade das peças publicitárias estão fazendo isso na revisão do regulamento que hoje cuida desse assunto que é a Resolução nº 102 de 2000. Então ela está em processo de revisão que também já passou por consulta pública que antes da consulta pública foi discutida com segmento interessado, aqueles que tiveram interesse de construir o ajuste, a melhoria do texto foram ouvidos e foram convocados e depois foi para a consulta pública para a validação social.

Esta consulta ainda está em fase de finalização da validação social não foi marcada Audiência Pública ainda, mas já teve, então, esses dois momentos de grande discussão, tanto com os interessados no segmento, quanto à sociedade. E estamos também com a consulta pública de alimentos, né, justamente para tentar minimizar os impactos que a gente verifica na oferta das campanhas publicitárias hoje para alimentos ricos em gordura, gordura trans, açúcar e sal. Assim, essas três regulamentações têm base em políticas públicas além do embasamento legal de todas elas, além das recomendações internacionais da Organização Mundial da Saúde que recomenda já com os indicadores epidemiológicos mundiais de consumo inadequado de medicamento irregular, de medicamento, obesidade, e as doenças advindas do consumo exagerado de bebida alcoólica encaminho então as orientações aos países que elaboram suas políticas. Agora, eu queria falar com Sr. Walter Vieira o seguinte, a primeira quando ele começou a falar ele mencionou o meu nome, aonde eu digo que eu faço uma pergunta o que é mais importante a publicidade ou saúde eu não fiz nenhuma pergunta nesse sentido, eu afirmo e a Constituição afirma desde o seu art. 1º que é a proteção da saúde da população. A publicidade é uma garantia constitucional em outro local da Constituição, não nos direitos fundamentais. A liberdade de expressão é dentro da proposta, da Lei de iniciativa dos direitos econômicos. Então, eu afirmo que a proteção da saúde é o que é de mais relevante e é para isso que a ANVISA embasada na legislação nas políticas públicas e nos modelos internacionais propôs em 2000 uma consulta pública que passou também por uma validação social, passou também por uma Audiência Pública e está sendo implementada de 2000 até agora.

Eu quero dizer aqui que o avanço é significativo na qualidade dessas peças publicitárias. Peças publicitárias que tinham antes de 2000 uma característica e uma mensagem puramente comercial daquilo que o Rafael acabou de falar, eu quero vender, eu vou vender custe o que custar. A Constituição Brasileira e esse país optaram no momento da sua elaboração que esse seria um país que as atividades mercantis seriam preservadas, o capitalismo é base também dessa Constituição, mas o capitalismo selvagem não é base de Constituição Brasileira. Nesse sentido eu afirmo, não houve a pergunta, não houve a comparação, é uma afirmativa. A garantia da publicidade, da propaganda está dentro do texto e está dentro do capítulo da proteção da livre iniciativa, da proteção econômica, porque faz parte da atividade econômica do país. Então, eu acho que o reflexo daqueles dados que nós mostramos aqui das contribuições que vieram das consultas públicas, ele é um reflexo da sociedade, da vontade da sociedade que está cansada de ver as famílias perderem os seus filhos em acidentes de trânsito motivados por ingestão de bebida alcoólica. Um país aonde a cada pesquisa realizada por Instituições Universitárias encomendadas pela SENAD, Secretaria Nacional Antidrogas, a criança passa a beber a cada pesquisa mais cedo. Em 2001 o início era em 12 anos, em 2004 as crianças começam a beber com 10 anos de idade. É o impacto da propaganda só? Não. Mas é também o impacto da propaganda. Quando as políticas públicas, todas elas tratam da regulamentação da propaganda, da monitoração, da fiscalização da propaganda de produtos sujeitos a vigilância sanitária, ela trata de um problema que também de saúde pública, não estamos dizendo que ela é a única responsável, em nenhum momento houve essa afirmativa, em nenhum momento das nossas atividades de trabalho essa afirmativa foi pautada. Ela é também, por isso, na política de medicamento para uso racional de medicamento, um dos eixos é regulamentação, fiscalização das propagandas de medicamento, política por álcool,

regulamentação e fiscalização das propagandas de bebidas alcoólicas, política de alimentação e nutrição, regulamentação, monitoramento fiscalização da propaganda. Os impactos da propaganda são claros na, no consumo, na prescrição e na dispensação(F). Agora, eu vou dar um dado aqui só para um critério relacionado à venda de espaço, quando o Sr. Walter disse que eles são suficientes para cuidar daquele universo do qual eles têm a propriedade, né. Eu diria o seguinte, venda de espaço publicitário, não há, e a gente pode afirmar neste momento, até este momento nenhuma preocupação dos veículos para vender o espaço. Não vendo o espaço daquilo que é proibido no Código Penal. Mas vendo o espaço para o que está previsto na legislação sanitária sem preocupação. Então, é o seguinte: Um dado que nós temos da monitoração da propaganda é o seguinte: Em 2003, no início, logo no início isso foi regulamentado em 2000 teve um período de transição para que as empresas pudessem se adequar em 2003 nós fizemos um balanço das atividades, nós tínhamos 33% dos produtos anunciados eram de produtos sem registro. Se os espaços são vendidos, se eles são suficientes na sua organização empresarial, para vender os espaços para produtos legais, a monitoração de propaganda mostra que não é bem assim. Essa queda vai de 33% em 2003 para 8,5% em 2005 essas propagandas reduziram de produtos sem registro. Eu estou dizendo que produtos sem registro acabou no mercado brasileiro? Não eu estou dizendo que os veículos de comunicação reduziram a oferta, o anúncio de produtos sem registro. Por quê? Porque o veículo de comunicação é solidário na discussão processual.

Quando nós autuamos uma empresa ou um produtor de produtos sem registro, nós autuamos também o veículo de comunicação e podemos também autuar a agência de publicidade se essa, por um acaso, elaborou essa campanha publicitária. Então, assim foi um esforço muito grande para que nós conseguíssemos reduzir um número de produtos anunciados sem registros, isso em todos os tipos de mídia, rádio e televisão. Nós temos um acervo, o tempo é pouco, mas nós temos um acervo muito interessante do que são essas propagandas, principalmente as propagandas de rádio, principalmente na região norte e nordeste. Isto é uma afronta. Isto é um desrespeito à população brasileira. Então, dentro dessa perspectiva, sim, eu acho que a gente pode compor, acho que a discussão é uma forma de que, é à maneira de que o país avança, não tenho dúvida disso, os olhares diferentes, quanto mais pessoas pensando melhor será, com certeza, à nossa proposta de trabalho. Agora, a fala do Rafael, eu fico um pouco preocupada e, assim, que a gente acaba tendo um pouco de... é necessário ter um pouco de cautela quando nós tentamos fazer um pouco da experiência do direito comparado. Porque às vezes a gente pode incidir em alguns erros, por exemplo, a experiência judicial norte-americana do tema de publicidade com a experiência brasileira. Não dá, não dá para comparar. A Constituição de lá totalmente diferente da daqui [soa a campainha] a Constituição Federal Americana não tem esse dispositivo que nós temos na nossa Constituição, e estamos tratando aqui, né, é muito menos cuidam especificamente de publicidade é muito contrária, lá os dispositivos garantem o discurso comercial. Ainda, na Constituição norte-americana não tem nenhum dever do Estado, a Constituição é organizada no sentido da defesa do devido em relação ao Estado. O que é importante que nós queremos é um Estado que seja parceiro e é parceiro nos termos da nossa Constituição, nas iniciativas que visem à proteção da saúde. A Constituição dos Estados Unidos é totalmente diferente da nossa, todo o outro esforço e todo o esforço legislativo é com base nela e então não dá para comparar. Lá a propaganda é totalmente liberada para produtos isentos e de prescrição qualquer tipo de veículo de comunicação com todas as informações de risco. Porque naquele país as crianças são cuidadas durante o processo de gravidez gestação dessa mulher, as crianças conhecem na escola desde o início o que é também o produto medicamento. E este é um grande esforço também que a Agência Nacional de Vigilância vem fazendo, que nós não trabalhamos só com fiscalização e monitoração trabalhamos também com processos educativos de escolas de ensino fundamental e médio, são mais de 45 mil alunos hoje já envolvidos, com mais de 1.100 professores treinados e com universidades, trabalhamos com 18, 17 universidades atualmente, tentando habilitar esses profissionais para o mercado, para os novos temas que o novo Estado trouxe para o seu, para a sua monitoração para a sua fiscalização e para a necessidade de um mercado um pouco mais hábil e um pouco mais crítico. E essas crianças, a gente também tenta levar informação do que é medicamento, risco do uso de medicamento, interação que o medicamento, tarjas, porque tem o farmacêutico na farmácia, como que deve ser acondicionado o medicamento que você está usando em casa. Então, são informações que são necessárias para que a pessoa e o cidadão possam entender o impacto de uma propaganda no seu hábito de consumo. Então, eram essas as três colocações que queria fazer e estou a disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Seguindo na mesma ordem eu passo a palavra, creio que foi o Stalimir.

SR. STALIMIR VIEIRA: Alô. Primeiro lugar eu acho importante que se esclareça, que a Associação Brasileira das Agências de Publicidade representa um segmento de empresas profissionais, profissionalmente constituídas, profissionalmente equipadas e profissionalmente preparadas para fazer o seu trabalho com eficácia e cumprir a legislação no que diz respeito ao respeito ao consumidor. Muitas vezes nesses debates se traz exemplos que passam muito longe daquilo que é desenvolvido por uma agência profissional. Quando a Drª Maria José aqui cita que há uma diminuição, felizmente, de anúncios, vamos dizer assim, inadequados, sem registro, significa também que está havendo um nível de profissionalização, não quer dizer que diminuiu a quantidade de anúncios, mas diminuiu a quantidade de anúncios sem registro e sem qualidade que uma agência profissional estaria aportando. Eu gosto de falar desse assunto de maneira menos pontual, porque no fundo, ele tem que ser conduzido dentro de um eixo ideológico das nossas crenças. Claro que como cidadãos, nenhum de nós quer que pessoas se intoxiquem com remédios ou se embebedem e saiam matando, atropelando, não é esse o objetivo até, porque não convém a ninguém não, convém ao fabricante, não convém ao anunciante, não convém à agência de propaganda. Outro dia eu dizia num fórum em São Paulo sobre, propaganda de medicamentos. Qual é a vantagem de matar o freguês? Não, vai continuar consumindo depois.

Então, eu acho que no fundo ninguém tem esse propósito, às vezes as discussões se acirram, as acusações também se acirram pela eficácia do trabalho que gera resultados que é o objetivo de todos nós, nós queremos resultados não é há crime em vender produtos autorizados à venda, produzidos dentro da Lei, disponíveis no mercado sem maiores embaraços para se adquirir. Eu acho que a questão é mais fácil sempre é a proibição, é o jeito mais fácil de resolver as coisas, por isso que os ditadores fazem assim, dá menos incômodo, dá menos trabalho, dá menos discussão, dá menos debate, leva menos tempo para se resolver e se atender as nossas, nossos desejos. Mas não há dúvida, essa casualidade da presença do Senador Cristovam Buarque aqui é muito oportuna que as grandes soluções para esse problema, sem a privação de liberdade, é a educação. Uma população educada para o consumo, ela não precisa de tutela, e é por isso que eu tenho insistido nesses debates que a ANVISA, que o governo devia se manifestar de maneira permanente através da publicidade educativa. Mas não do jeito que faz, eu acho louvável o trabalho que a Drª Maria José faz na ANVISA, mas ela precisa ter lá publicitários fazendo. Para que tenha eficácia o que ela faz. A ANVISA pode ter uma grande habilidade para o seu trabalho de monitoramento, de fiscalização, mas não é um organismo de publicidade. E até onde eu saiba até hoje não tem a sua disposição com a eficiência e a celeridade necessária para fazer sua comunicação andar, porque quando a gente anuncia a marca de medicamento essa comunicação ela é profissional, ela é eficaz, ela é comovente, ela é envolvente? É, porque para isso nós somos pagos, para construir em torno das marcas uma áurea de interesse. Agora, porque quando se está educando para consumo não se consegue o mesmo efeito? Porque não se usa o mesmo mecanismo. E é isso que eu acho que tem que ser feito. Não é proibindo que se educa, proibindo se aliena, se tira até a capacidade de formar opinião, contestar. Então, vamos tomar, eu sugiro, claro que auto-regulamentação não deixa de ser um processo educativo, é uma expressão da própria educação da sociedade, de maturidade, se nós não conseguimos até hoje a eficácia que os americanos conseguiram até por falta de maturidade. Falta de cultura para isso. É uma sociedade nova, é um país novo, então, que ainda tem resquícios daquela, daquele cada um por si, daquela ganância, daquele oportunismo. Mas felizmente a gente vem amadurecendo.

Eu acho que os profissionais que merecem esse título são os maiores contribuidores para que haja esse amadurecimento. Então, aquilo que se pratica de maneira irresponsável, eu repito aqui, não é representado por essa entidade na área de publicidade. Não é. A ABAP tem o seu código de ética, a ABAP respeita as normas padrão de conduta, a ABAP é gestora do CONAR. Então, sempre os órgãos públicos poderão contar conosco. Agora, como cidadão eu levanto isso e eu tenho certeza que eu tenho aqui, eu estou alinhado com o pensamento dos meus companheiros de ABAP, a educação é a palavra chave para que a gente consiga promover esse amadurecimento cultural da sociedade, até para que a sua decisão de consumo, as suas opções sejam também as mais racionais, as mais inteligentes. Isso vale, eu acho que cabe aqui dizer, não apenas para a publicidade de medicamentos, mas também vale no marketing político, que não é regulamentado, e deveria ser também. Mas, então, a educação é a base disso, é aquilo, é aquele crédito que nós vamos ter para não sermos obrigados a restringir as liberdades. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço e passo a palavra ao Sr. Walter Vieira Ceneviva.

SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA: Obrigado, Sr. Presidente. Gostaria de comentar as reflexões que nos propôs o Senador Arruda principiando pelo, pela prio-

ridade, eu diria de uma análise que eu não sou tecnicamente qualificado para fazer, mas que eu gostaria de propor para a reflexão dos Srs. e de V.Exª, Sr. Presidente, que é a análise econômica. Ele nos pergunta e na reflexão que propunha comentava a respeito do, da intenção do máximo proveito, da intenção de ganhar mais dinheiro, de privilegiar o interesse próprio e esse tema não é um tema que integre só o jargão popular que virou a chamada Lei de Gerson, a idéia de levar vantagem em tudo. Isso é objeto do estudo econômico, da ciência econômica e há um estudioso prêmio Nobel da economia que eu lamentável não vou me recordar o nome, que propõe o dilema dos prisioneiros, ele propõe esse dilema dos prisioneiros não para formular uma pesquisa ou para responder perguntas do âmbito da ética ou da moral, mas para responder perguntas da ciência econômica. Dois prisioneiros deparados com a possibilidade de ter uma interlocução com autoridade julgadora, com o Juiz, se eles responderem em entrevistas separadas que ambos são culpados, tem metade da pena. Se eles responderem que são inocentes e o seu comparsa responder que é culpado só o comparsa vai preso e esse que mentiu vai livre. O que farão esses prisioneiros? E é isso que a ciência econômica estuda para estudar a teoria do mercado. Ao invés de abordar esse tipo de pergunta de uma maneira maniqueísta, perdão, de fazer o confronto do bem contra o mal se estabeleceu um ambiente de arbitragem como dizia o Senador Arruda, em que os interessados, os, e quando digo interessados não estou falando apenas do ponto de vista de interesse comercial. Estou falando aqueles que tem obrigação de se debruçar sobre o assunto forem capazes de fazer essa arbitragem, então, nós estaremos fazendo o bem para o nosso país. Se os interessados se prenderem a agendas individuais privilegiando aspectos que são apenas aspectos, são pedaços do problema, então, a gente não evolui e um sintoma da falta de evolução, talvez, discordando de S.Exª Senador Arruda quem sabe até de V.Exª Senador Cristovam Buarque, nós entenderemos que a Lei do cigarro foi necessária e fez um bem. E na nossa visão ela nem foi necessária, nem fez um bem. Por quê isso? Porque se nós observarmos que em, na safra de 2000 a 2001, a quantidade de famílias produtores envolvidas na fumicultura era de 135 mil famílias e que na safra de 2007 ela evoluiu 34% para 181 mil famílias, nós veremos que a restrição da publicidade não foi suficiente ou não foi eficiente, eu diria, para impedir o crescimento da indústria fumigera(F) nós verificarmos que a quantidade de hectares plantados na safra 2001 foi de 254 mil hectares e que na safra de 2006/2007 foi de 360 mil hectares, um crescimento de 42%, de novo nós verificaremos, a proibição foi ineficiente. Se nós olharmos a produção em toneladas, safra 2000/2001, 509 mil toneladas, safra 2006/2007, 758 mil toneladas, um crescimento de 49%, nós verificaremos que a restrição, que a proibição da publicidade, da maneira como nós preconizamos no nosso argumento inicial é completamente ineficiente para restringir o consumo. O mal que o cigarro produz se combate com políticas públicas que não passam pela proibição. A proibição é ineficaz e é isso que se precisa compreender analisando concretamente a experiência do cigarro. Com isso, nós queremos desdizer tudo que se falou em relação à auto-regulação, ao cumprimento da Constituição no sentido de dotar as pessoas e as famílias de formas de proteção contra isso? Não, absolutamente não. E por isso eu insisto há um falso dilema e nós temos que fugir desse falso dilema, não há um confronto da saúde com a publicidade. Há um desafio para o Congresso Nacional, há um desafio para os poderes públicos e há um desafio para as indústrias envolvidas de publicidade e comunicação e dos produtos que exponham os brasileiros a risco para encontrar uma solução que proteja as pessoas sem destruir os negócios.

A Constituição nunca preconizou o fim de nada no benefício da saúde, o que ela exige de nós, brasileiros, tanto os que integram o Poder Público, quanto os que fazem parte da iniciativa privada é a competência no sentido vulgar da palavra, a capacidade profissional de achar soluções que façam os valores conviverem. Um valor constitucional que destrói outro valor constitucional é um valor que está sendo mal protegido, que está sendo mal tutelado e nós não precisamos fazer isso. Insisto, o exemplo do cigarro prova que a proibição foi ineficiente. Vamos então defender a propaganda ampla geral e irrestrita? Não, evidente que não, vamos defender o capitalismo selvagem? Absolutamente não, é óbvio que nós queremos evoluir, mas se nós ficarmos apegados a cartazes, a estandartes, panfletários nós não evoluímos. Desconsiderar a experiência do CONAR, desconsiderar a experiência da auto-regulamentação é um pecado que nós não podemos cometer. O CONAR tem sido eficiente e nos pontos onde ele não seja eficiente, eu insisto no CONAR, porque ele de certa maneira é a expressão concreta da auto-regulamentação, onde a auto-regulação não seja eficiente se evolua, eu lamento não conhecer a história legislativa da proibição da propaganda de fumo. E mesmo sem conhecer essa história, insisto em que ela terá sido desnecessária, e a lição que se tiraria da proibição da publicidade do fumo, não é de que restrição é bem vinda, mas de que é preciso que o diálogo se estenda e que ele não se extinga, porque, ah bom, saiu a Lei acabou o problema. Ele não pode se extinguir, porque a proibição peremptória é a solução

legislativa não resolveram o problema, ele continua nas nossas mesas, nossos veículos de comunicação, dos poderes públicos, das agências e dos anunciantes. Eu tenho uma preocupação obsessiva com o não usar estatísticas distorcidas, porque a estatística muitas vezes se presta a argumentos que não se sustentam. Mas não quero deixar de propor uma reflexão que me ocorreu quando ouvia o Senador Arruda. Eu não tenho idéia do tamanho do consumo de água de coco na praia do Futuro terra do Senador Arruda, eu nunca vi na minha vida uma propaganda de água de coco e, no entanto, a água de coco se vende. Cerveja também. A propaganda não criou o mercado de água de coco, no entanto, perdão, ele é um mercado fluorescente, é preciso que se conceba a força e também a fragilidade ou as limitações da propaganda. Para o bem e para o mal.

O Brasil é um país pobre, lamentavelmente é um país pobre, o que reforça a importância que a gente não compare as nossas experiências com as experiências dos países ricos se existirem veículos que fazem peças publicitárias que irradiam peças publicitárias que são nefastas, isso em parte, não que justifique eu estou fazendo um diagnóstico não uma justificativa, isso em parte se deve justo ao fato de ser um país miserável, um país em que o Estado não é capaz de assegurar o cumprimento da Lei em todo o canto, mas ainda considerando isso ou até por causa disso é que é crucial que na formulação que V.Exªs no Congresso Nacional e que nós, atores desse mercado façamos sobre como combater a propaganda de produtos alimentícios que tenham riscos à saúde, como combater o uso abusivo do álcool e todos esses temas de que hoje se trata nessa audiência é preciso que se pense na eficiência econômica. Criar mais burocracia, criar mais incitamentos burocráticos não é eficiente e essa é a situação que a gente vive como cidadão. Novos incitamentos burocráticos não garantem a eficiência, o que é preciso é que as Leis, eu vejo o retrato do Senador Franco Montoro que foi o meu professor, Leis existem para ser cumpridas, fazer novas Leis não é a solução. E ainda, lamentando que o Senador Arruda não tenha podido permanecer conosco, queria comentar a sugestão dele a respeito da associação entre esporte e cerveja. Ou esporte e bebida alcoólica. Eu concordo com ele no sentido de que qualquer publicidade que associa um bem ou serviço nocivo com a prática do esporte se constituirá talvez numa distorção. E mesmo concordando com ele, eu diria: Na auto-regulamentação não faria sentido proibir a publicidade de bebida alcoólica no futebol. Porque nesse caso especificamente e nós temos que levar em conta as circunstâncias todas, seria quase como proibir o Brasil. Quem associa a publicidade de cerveja com o futebol, perdão quem associa cerveja com o futebol não é a publicidade, somos nós, a escolha do futebol como esporte nacional é nossa não é produto da publicidade e a escolha da cerveja com bebida nacional também não é da publicidade, é nossa. E é preciso levar em conta o país em que a gente vive do ponto de vista econômico, do ponto de vista cultural. Jamais, é evidente, jamais para privilegiar o capitalismo selvagem, jamais para defender que o exercício de um direito exponha a população com risco a sua saúde, muito antes ao contrário, mas é preciso não cair na infantilidade de acreditar que um tacape sobre a mesa na mão de um técnico muito bem intencionado é o que vai tutelar a saúde dos brasileiros. Muito antes ao contrário. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antes de passar a palavra ao Sr. Rafael queria já que o senhor falou em manipulação de estatística queria fazer uma pergunta: O aumento de venda de cigarros cresceu tanto quanto o aumento da produção de fumo ou essa produção foi para a exportação?

SR. STALIMIR VIEIRA: Eu não sou capaz de distinguir o quanto se exporta ou quanto se fabrica aqui. Sei que a exportação é enorme seu que isso inclusive, constitui num problema para as Autoridades Fazendárias, porque é uma situação que o cigarro vai exportado, ele é produzido como se fosse para gerar crédito tributário depois volta para cá. Então, de fato quando se pensar na indústria de fumo é preciso ter cuidado com as estatísticas. Porque elas são subavaliadas pelo cigarro que vai depois volta para cá.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Outra coisa, desculpe, faço uma brincadeira, mas se colocar a Juliana Paes fazendo propaganda de coco o preço vai subir mais que o petróleo, viu? [risos]

SR. STALIMIR VIEIRA: Eu concordo completamente, mas sem nenhum, não entenda mal nenhum desprezo pelos dotes e pela beleza da Juliana Paes, mas bebo água de coco independente dela.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Sr. Rafael Sampaio.

SR. RAFAEL SAMPAIO: Alô. Alô. Eu acho que só queria acrescentar, dizer, primeiro, a complexidade do assunto não dá para tratar desse assunto isoladamente ele é multifatorial. Então, e o fato de que existe, se existe um lugar para nós discutirmos essa legislação é nessa Casa. Eu acho que, eu acho que a obrigação da ANVISA ser a mais crítica possível, de trazer toda a sua contribuição como é a nossa de defender, mas

eu não acredito que nem nós devemos ter o direito de estabelecer as regras pelas quais nós vamos operar, e nem cabe a um organismo do Poder Executivo, por mais competente que seja também assim o fazer. Eu acho que essa é o sentido da democracia, a diversidade dessa casa, os interesses, até a própria morosidade de alguns processos fazem com que a gente vai sem comparações indevidas, destilando aquilo que eu mais conveniente para a sociedade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu, creio que foi uma audiência extremamente produtiva, mas eu creio que ela não esgota o assunto, por isso felizmente há duas outras até, porque nessa Mesa nós tivemos um desequilíbrio entre os que representam e defendem com convicção a publicidade, a publicidade só a Drª Maria José defendendo que é preciso ter uma regulamentação para isso. Estão convocados em outras audiências representando do Ministério da Justiça, do, creio que da Fiocruz, do Ministério da Saúde, para analisar, aquilo que não se discutiu bem aqui, que é o impacto sobre a saúde no consumo exagerado de medicamentos, se de fato a publicidade aumenta ou se não é apenas uma disputa por *share*(F), como disse o Sr. Walter. Pessoalmente, eu não quero deixar de dar a minha opinião, eu creio que ou a publicidade é ineficiente ou ela aumenta o consumo. Eu não consigo ver de outra maneira. Se a publicidade não é capaz de aumentar o consumo ela não é eficiente. Apenas tirar de um lado para o outro seria pouco do ponto de vista da publicidade.

Então, nesse sentido eu imagino que há sim um aumento de vendas, a pergunta é: Esse aumento de vendas é positivo, é neutro ou é negativo sobre a saúde da população? E dito isso, como é que a gente faz regulamentação sem tolher a liberdade. Claro que eu gostei quando ouvi o Dr. Stalimir falar que a educação é o caminho, mas quem anda pelos subúrbios da nossa cidade sem falar também nas boates aonde vão as classes altas percebem que está difícil educar os jovens pelo alto consumo hoje que eles fazem de álcool. De fato, é uma coisa que mais incomoda quando a gente vai aos bairros periféricos da nossa cidade, todos os dias, mais especialmente sábados e domingos e vê a quantidade de pessoas, não é tomando só cervejinha, é dedicados de fato a um processo de marcha ao alcoolismo. A gente tem que combinar essas duas coisas, a liberdade com a certa eficiência social. E enquanto espera esse processo de educação que de fato traria uma redução, até, porque muita gente bebe pela falta de oportunidade na vida, pelo desencanto com o processo de não ter alternativa na vida e não tem alternativa em grande parte por falta de educação. O fato é que esse tema merece ser muito debatido. Nós estamos vivendo num tempo em que se pode fluir na venda, se pode influir na compra, por isso tem que ter regulamentação. Ao mesmo tempo ao poder influir se tolhe a liberdade, é preciso casar as duas coisas, mesmo debate em outras proporções das pesquisas em torno aos embriões, os valores morais como a liberdade é um deles, ou a vida e o que há de positivo nas pesquisas, naquele caso e nesse caso aqui nas vendas. Até pelo impacto econômico, como foi dito aqui. Então eu fico feliz que tenhamos feito essa audiência e que a gente continue debatendo nas duas audiências que faltam para que a decisão que o Senado venha a tomar seja de acordo com o interesse maior da sociedade brasileira na defesa da liberdade e da saúde. Muito obrigado a todos e não se preocupem pelo número reduzido de Senadores, eles estavam trabalhando em outros setores, mas essa audiência vai ficar registrada, foi transmitida ao vivo durante um bom tempo e, além disso, é repetida outras vezes, vamos ter as transcrições e vai ajudar muito nas decisões que vamos tomar. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 11h42.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte minutos do dia vinte e cinco de maio do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Renato Casagrande, Expedito Júnior, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, Antonio Carlos Valadares, César Borges, Romero Jucá, Mão Santa, Gilvam Borges, Neuto de Conto, Gerson Camata, Adelmir Santana, Eliseu Resende, Jayme Campos, Raimundo Colombo, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Antonio Carlos Júnior, Arthur Virgílio, João Tenório, Gim Argello, Osmar Dias e Jefferson Péres. Deixam de comparecer os Senadores Francisco Dornelles, Serys Slhessarenko, Valdir Raupp, Pedro Simon, Heráclito Fortes, Kátia Abreu, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati e João Vicente Claudino. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. O Presidente passa à 1ª Parte da Pauta com a Reunião Técnica tendo a presença do Sr. Eduardo Pereira Nunes, Presidente

do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a fim de discorrer sobre o retrato do Brasil e sobre os indicadores econômicos, sociais e demográficos. Após a exposição do convidado, usam da palavra os Senadores Gerson Camata, Jefferson Péres, Osmar Dias, João Tenório, Renato Casagrande, Antonio Carlos Valadares, Flexa Ribeiro, César Borges, Arthur Virgílio e Eduardo Suplicy. Passando à 2ª Parte da Pauta, a Comissão aprova os Requerimentos nº 02/2008-CAE, de autoria dos Senadores Aloizio Mercadante e Renato Casagrande, que requer, nos termos regimentais, sejam convidados, para uma Audiência Pública, os Srs. José Sérgio Gabrielli, Presidente da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, Haroldo Borges Rodrigues Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, e Eduardo Pereira Nunes, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a fim de debater os critérios técnicos de repartição dos Royalties provenientes da atividade de exploração petrolífera; nº 03/2008-CAE, de autoria do Senador Romero Jucá, que requer, nos termos regimentais, sejam convidados a participar de Audiência Pública o Secretário da Receita Federal, Sr. Jorge Rachid, e o Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Sr. Luis Inácio Adams, a fim de instruir a deliberação do Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999, que dispõe sobre o Código de Defesa do Contribuinte; nº 04/2008-CAE, de autoria do Senador Romero Jucá, que requer, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública com a presença de representantes do Ministério da Fazenda – Secretaria do Tesouro Nacional – e do Ministério da Previdência – Secretaria de Políticas de Previdência Social, a fim de instruir a deliberação do Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003, que dispõe sobre a atualização das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social aos seus segurados e, pela União, aos seus inativos e pensionistas, e do Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2003, que trata do Fator Previdenciário; nº 05/2008-CAE, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que requer, nos termos regimentais, sejam convidados, para uma Audiência Pública, a ser realizada em conjunto com Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, o Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios – CNM, Representantes da Frente Nacional de Prefeitos – FNP e o Sr. Eduardo Pereira Nunes, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, visando esclarecimentos sobre a metodologia da contagem populacional e procedimento de fixação dos percentuais que determinam o Fundo de Participação dos Municípios – FPM; nº 06/2008-CAE, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer, nos termos regimentais, sejam convidados, para uma Audiência Pública, os Srs. Eduardo Pereira Nunes, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e Miguel Antonio Cedraz Nery, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, a fim de debater os critérios técnicos de repartição da contribuição financeira provenientes da atividade de exploração mineral, e nº 07/2008-CAE, de autoria dos Senadores Tasso Jereissati e João Tenório, que requer, nos termos do art. 93, II, do RISF, a realização de Audiência Pública nesta Comissão, em conjunto com a Subcomissão Temporária de Reforma Tributária, com a presença do Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Sr. Eduardo Nunes, para complementar informações solicitadas no Requerimento de Informações nº 1.016 de 2007. A seguir, a Presidência comunica o adiamento da apreciação dos Itens constantes da 2ª Parte da Pauta, Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2003, não terminativo, que "acrescenta dispositivo ao artigo 473 da CLT para permitir ao trabalhador faltar ao serviço um dia por ano sem prejuízo da remuneração", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya, que oferece Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 01 apresentada. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. Em 19/02/08 foi concedida Vista Coletiva; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2007,complementar, não terminativo, que "acrescenta o § 3º da Lei Complementar nº 123 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte", de autoria do Senador Pedro Simon, tendo como Relator o Senador Marconi Perillo, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2006, não terminativo, que "acresce parágrafo único ao art. 48 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências", de autoria da Senadora Roseana Sarney, tendo como Relator o Senador Cícero Lucena. Em 11/03/08, foram apresentadas as Emendas nºs 03 e 04, de autoria do Senador Pedro Simon. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com decisão terminativa; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2006, terminativo, que "acrescenta o inciso VI ao art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender aos representantes comerciais a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de automóveis", de autoria do Senador Marcos Guerra, tendo como Relator o Senador Eliseu Resende, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto; Item 05-

Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2003, não terminativo, que "faculta às pessoas jurídicas o armazenamento dos livros comerciais "Livro Diário" e "Livro Razão" em meio magnético", de autoria do Senador Paulo Octávio, tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Ciência e Tecnologia, com Parecer favorável ao Projeto nos termos de um Substitutivo. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação e, posteriormente, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com decisão terminativa; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2007, terminativo, que "altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, unificando a data de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador à Seguridade Social com a data de recolhimento da contribuição devida ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)", de autoria do Senador Álvaro Dias, tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2003, terminativo, que "altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para incluir o parceiro outorgante como beneficiário e os consórcios e condomínios como contratantes do Fundo Garantia-Safra", de autoria do Senador Tasso Jereissati, tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece Parecer favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a Emenda de Redação nº 02, que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2004, terminativo, que "altera o artigo 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2003, terminativo, que "altera o § 2º do artigo 16 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989 (dispõe sobre a regulamentação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FCN)", de autoria do Senador Valdir Raupp, tendo como Relator o Senador Raimundo Colombo, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer pela rejeição; Item 10-Aviso nº 7, de 2008 (nº 38/08, na origem), não terminativo, "referente ao Relatório sobre o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional do Exterior", de autoria do Ministério da Fazenda, tendo como Relator o Senador Jayme Campos, que oferece Parecer pelo conhecimento e posterior arquivamento da Matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador ALOIZIO MERCADANTE, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós vamos dar início à apresentação do economista e Presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, que é um profissional de carreira, com 30 anos de experiência no IBGE, hoje Presidente da Instituição, tem uma grande formação na área de estudos estatísticos, econométricos, e seguramente fará uma apresentação que ajudará a nossa reflexão.

Nós estamos retomando essas audiências técnicas que precede a Reunião Ordinária da Comissão exatamente para enriquecer a discussão do Senado Federal.

Então a idéia é apresentar o retrato do Brasil, a visão do IBGE a partir de todas as pesquisas na área econômica, sociais e demográficas que o IBGE realiza, fazer essa apresentação para os nossos Senadores aqui da Comissão de Assuntos Econômicos.

Então vamos dar início, depois nós deixaremos as informações para os Senadores interessados, e quero solicitar, portanto, ao Eduardo Pereira Nunes o início da sua apresentação e agradecer a pronta resposta que deu à Comissão de Assuntos Econômicos para essa nossa reunião técnica. Agradeço e vamos dar início à nossa Sessão.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Exmºs Senadores, senhoras e senhores, muito bom dia. Atendendo à solicitação do Senador Aloizio Mercadante, eu preparei essa apresentação e como o título dela indica, eu selecionei alguns indicadores sobre a economia brasileira, aspectos referentes aos indicadores sociais e demográficos do nosso País.

Começarei pelos indicadores econômicos. O primeiro deles, desses indicadores diz respeito à performance da economia no último ano, do ano de 2007, e como já é do conhecimento de todos o IBGE, na semana passada, divulgou o resultado da economia brasileira, e nesta divulgação divulgou a evolução da nossa economia apresentando uma taxa de crescimento no ano de 2007, equivalente a 5,4% de crescimento contra 3,8 registrado no ano de 2006. Então, esse já é um indicador importante, porque revela um movimento ascendente da economia brasileira.

Esse slide seguinte ele dá uma idéia da evolução histórica da nossa economia ao longo dos últimos anos, desde 96, e nós podemos perceber que nos últimos anos, praticamente na década de 2000 o ritmo de crescimento da economia brasileira vem se acelerando, e se nós fizermos uma análise dos últimos dez anos com uma média de 2,8 e depois dos últimos cinco anos observamos que essa média passa para 3,8. Isso é muito importante porque também contribui para que haja um crescimento real da renda per capita no País. Embora seja um cálculo aritmético é importante que nós vejamos essa evolução. É a produção da economia em relação ao total da população.

Olhando esses resultados e identificando os principais segmentos que contribuíram para o crescimento da economia, nós temos esse quadro aqui que divide a análise econômica nas duas perspectivas. A da oferta e da demanda. Pelo lado da oferta, se olharmos o último trimestre do ano de 2007 vis-à-vis o trimestre anterior, nós vamos observar que o crescimento de 1,6% que pode parecer pequeno, mas é um crescimento num único trimestre, ele é atribuído predominantemente à atividade de serviços e atividade industrial, e pelo lado da demanda os principais componentes que contribuíram para esse crescimento foi o consumo das famílias, e a formação de capital que dá a idéia do investimento realizado no País. Também temos as importações, mas como a própria cor desse slide indica, está sinalizado em cor vermelha, justamente porque o volume de importação representa saída de recurso e, portanto, conta negativamente para efeito de cálculo do Produto Interno Bruto. Então no último trimestre a economia cresceu 1,6. Se nós olharmos essa evolução comparando um trimestre contra o mesmo trimestre do ano anterior à taxa de crescimento já é de 6,2 e aí quando estamos olhando um período mais longo, o que nós observamos é que o setor agropecuário tem um peso muito importante no crescimento da economia, pelo lado da oferta e pelo lado da demanda o consumo das famílias, o investimento das empresas são dois componentes importantes, crescendo 8 e 16% de um trimestre contra o mesmo do ano anterior, entretanto observamos também a aceleração do ritmo de crescimento das importações efetuadas no País.

Olhando a taxa para o conjunto do ano, uma taxa acumulada, aquele crescimento de 5,4% é então distribuído por todas as atividades. Embora eu tenha aqui a agropecuária como sendo a que mais cresce, nós observamos que também atividade industrial e também a atividade de serviços cresceram de forma expressiva pelo lado da oferta. E pelo lado da demanda, nós vamos observar também um crescimento bastante expressivo de todas as categorias de demanda. O consumo das famílias, o investimento das empresas, as exportações, mas ressaltando o que já foi dito anteriormente, as importações de bens e serviços apresentam ritmo acelerado de crescimento ao longo de todo o ano de 2007.

Se destacarmos dentro dos segmentos as principais atividades que contribuíram para esse crescimento, na atividade da indústria de transformação nós vamos notar um crescimento de 5%, 5,1 em relação a 2006, e os destaques são as indústrias de máquinas e equipamentos, a indústria automobilística, o setor produtor de material elétrico e material eletrônico. Esses são os quatro segmentos da indústria de transformação brasileira que contribuíram para o crescimento da economia. E como podem observar, nós temos aqui bens de capital, bens de consumo e matérias-primas. Conseqüentemente todos os segmentos da indústria brasileira no ano de 2007 apresentaram crescimento.

Na atividade de construção civil, também tivemos um crescimento positivo na Casa dos 5%, e atribui-se a esse crescimento de 5%, dois fatores extremamente importantes. O primeiro o crescimento do crédito direcionado exatamente à atividade de financiamento à habitação. É claro que são recursos de maior valor, conseqüentemente a sua expansão depende necessariamente do financiamento para a construção e depois o financiamento para aquisição. Necessariamente o setor financeiro trabalha lado a lado com a atividade de construção para garantir esse crescimento. E por outro lado, o resultado dessa atividade é o impacto na geração de emprego no segmento de construção civil, com o aumento de 3,4% de emprego somente no ano de 2007, no setor de construção civil no País.

Olhando pelo lado dos gastos da demanda realizada na economia, o consumo das famílias apresentou um crescimento 6,6% em relação a 2006 e o aspecto importante é que já é o quarto ano consecutivo de crescimento de demanda das famílias. O que contribuiu para a continuidade desse processo de crescimento do consumo das famílias no País? Em primeiro lugar o crescimento da massa de salário real, e aí esse crescimento da massa de salário real é devido, em primeiro lugar, esse crescimento ao crescimento do emprego e também ao próprio crescimento dos salários. A combinação desses dois fatores contribui para a expansão do consumo e também pelo fato de que uma parte desse consumo é realizado mediante o financiamento e houve no ano de 2007 a expansão do crédito ao consumo, eu tenho aqui um indicador importante que é o saldo das operações de crédito do sistema financeiro com recursos livres para financiamento a pessoas físicas. E nesse caso o crescimento de quase 30% do crédito ao consumo.

O outro lado da demanda, e que também gera a capacidade produtiva futura do País é o conceito importante informação bruta de capital fixo que dá a medida do investimento da economia. Também no ano de 2007 observamos o quarto ano consecutivo de crescimento na taxa de investimento na economia brasileira, e podemos atribuir a esse crescimento os mesmos fenômenos apontados anteriormente. O aumento de crédito livre agora, não para pessoa física, mas para pessoas jurídicas, se para pessoa física o aumento foi de 28, para pessoa jurídica o aumento de 27% de crédito às empresas. E contribuiu para captação desses recursos e a sua utilização no investimento o fato de que também a taxa de juros reais da economia vem caindo no ano de 2006 a taxa efetiva média anual era de 15% e no ano de 2007 ela reduz-se para 11,9. Uma queda da taxa de juros contribui para a elevação do nível de investimento da economia. E por isso mesmo, no ano de 2007 a taxa de investimento do País aumentou em 13,4%. Quem contribui para isso? O setor de construção civil, que prepara a capacidade produtiva a instalação não só de imóveis residenciais, mas também a infra-estrutura e imóveis comerciais e industriais, e o setor de máquinas e equipamentos que garantirá com isso um investimento para a ampliação da capacidade produtiva. Então o que é que nós observamos com esse conjunto de dados? Que o PIB do País cresceu, o Produto Interno Bruto cresceu mais de 5%, e estimulado pela expansão da demanda, porém o País também está realizando investimentos no sentido da ampliação da capacidade produtiva, o que significa um indicador de capacidade de produzir mais e mais nos próximos anos. Esse é um ponto importante porque depois eu vou fazer um comentário a esse respeito.

Bom, em relação ao setor externo, o que nós podemos observar nos dados do ano de 2007 é o de que as exportações brasileiras e aqui combinando tanto bens, produtos industriais e produtos agrícolas, mas também serviços, como transporte, seguros, comunicações, turismo, e de vários outros, o setor exportador expandiu as suas vendas ao exterior no montante de 6,6% em relação a 2006, mas a importação cresceu 20,7% no mesmo período. E destaco, não é só exportação de bens, como produtos agrícolas e industriais, mas também de serviços. E são importações de bens de consumo, bens de capital para a produção, máquinas e equipamentos, e também matérias-primas para atender a demanda interna do País. Com essas duas performances a gente pode observar que a taxa de crescimento no País das importações superou as exportações, isso já ocorreu no ano de 2006, e por conta desse fenômeno em 2007, haverá uma mudança nas equações macroeconômicas no País que eu mostrarei mais adiante.

Bom, olhando a evolução da economia, pegando um período que abrange 96 até os dias atuais, nós observamos uma tendência de crescimento da economia, a tendência essa que vem se acelerando praticamente desde a virada do ano de 2001 para 2002. Mesmo com flutuações, o que nós observamos é uma tendência ao crescimento à aceleração do ritmo de crescimento da economia, tendo em vista inclusive as três últimas taxas aqui registradas. 3.2, 3.8 em 2006 e 5,4 em 2007.

Olhando essa performance pelo lado dos valores macroeconômicos nós podemos construir alguns dados que estão importantes também.

O primeiro deles é a magnitude da nossa economia. Então, olhando essa última coluna, no ano de 2007 nós observamos que o Produto Interno Bruto do País, em 2007, atingiu o valor de 2 trilhões, 558 bilhões de reais gerados no País, contra o valor equivalente a dois trilhões, 332 bilhões no ano de 2006. Então há, como podemos observar um crescimento de mais de 200 bilhões em termos nominais, e atribuiu-se a esse crescimento o crescimento da produção física real, mas também o crescimento dos preços de todos os bens e serviços produzidos no País.

Também em relação à taxa de investimento e os recursos disponíveis para financiá-la, que são os recursos provenientes da poupança, nós podemos observar que em 2007 podemos dizer que praticamente o investimento realizado no País foi financiado com recursos próprios no montante de 17,7% do Produto Interno Bruto.

Então, esta é a taxa de poupança da economia. É o volume de riqueza gerada no País dos 2 trilhões, 558 bilhões de reais gerados, desses 2,5 trilhões gerados, 17,7% são poupados pelo País, tanto por empresas, por famílias e pelos governos, e o destino dado a essa poupança é o financiamento ao investimento. Investimento esse que atingiu uma proporção equivalente de 17,6%, conseqüentemente esta se trata de uma economia que gera um nível de recurso necessário a financiar o seu investimento. Entretanto, se pensar em acelerar a taxa de investimento, é necessário também pensar nas condições necessárias à criação e à aceleração da própria taxa de poupança da economia.

A taxa de investimento registrada no ano de 2007, de 17,6%, é a maior taxa registrada nesse cálculo que nós estamos efetuando desde 2000. E por que 2000? Como podem lembrar, o ano passado o IBGE atualizou a metodologia das contas nacionais e o ano de base referência do sistema de contas é exatamente o ano de 2000. 17,6% de investimento com 17,7% de poupança que já é o mesmo nível de 2006, entretan-

to o nível inferior ao registrado no ano de 2004 que chegou a 18,5.

Bom, conseqüentemente, dado esse recurso que a economia dispõe e o uso que ela faz, nós podemos verificar para o conjunto da economia se essa se trata de uma economia com capacidade de financiamento ou necessidade de financiamento. O que é que isso indica? Se ela é capaz de financiar todos os gastos internos e gerar recursos até para financiar o exterior ou quitar dívidas contraídas com o exterior em anos anteriores. Então nós podemos observar que praticamente de 2003 a 2006 todos os anos a economia brasileira acumulava uma capacidade de financiamento. Capacidade essa que ou será usada para quitar dívida do passado ou ampliar as reservas internacionais do próprio País. E, na verdade, pode-se fazer tanto um quanto o outro.

No ano de 2007, nós observamos a mudança desse sinal. Do lado, no lugar de haver capacidade de financiamento, o ano de 2007 indicou uma necessidade de financiamento. E por que em 2007 o País precisou de financiamento adicional? Em primeiro lugar, porque as exportações de bens e serviços no País cresceram menos do que as importações. Conseqüentemente isso gerou em 2007 um saldo menor de 29 bilhões de reais. Tudo isso já convertido na moeda nacional, mas nós temos esse cálculo equivalente em dólares.

Em relação à renda líquida que se envia para o exterior, aqui eu tenho pagamento de juros, dividendos e vários outros pagamentos de rendimentos. Há uma queda de 5,2 bilhões. Ou seja, eu recebo menos 29 e pago menos 5. Conseqüentemente o saldo tem mais algumas outras contas, mas essas são as mais importantes, vão de [ininteligível] para o conjunto da nossa economia, nós tivemos uma redução dos nossos recursos externos, ou melhor, o crescimento do que pagamos excedeu o que recebemos em relação ao ano de 2006, conseqüentemente comparando 2007 com 2006 há uma redução de 25 bilhões.

Esses 25 bilhões, quando olhamos a conta de renda que se envia ao exterior, aqui é o pagamento principalmente juros e de dividendos pago ao exterior, nós vamos poder observar... Nós vamos observar que a redução de 5,2 bilhões de dólares no ano de 2007, se deve em primeiro lugar por um aspecto positivo, o País diminuiu o pagamento de juros ao exterior no montante de 10,5 bilhões. Por que diminuiu? Em primeiro lugar, porque a própria dívida externa vem reduzindo. Em segundo lugar, porque os juros da dívida externa existente tem sido menor. Conseqüentemente o dispêndio com essa conta de juros pagos ao exterior apresentou uma queda de 10,5 bilhões de reais vis-à-vis a despesa em 2006.

Por outro lado, o pagamento ao exterior de lucros dividendos, aumentou em 5 bilhões. E por que esse aumento? Em primeiro lugar, porque se a economia cresce, os setores internos aumentam a sua rentabilidade e todos aqueles que são pertencentes a empresas estrangeiras, como resultado dessa atividade, remetem às matrizes no exterior pagamento não só de lucros como de dividendos obtidos no interior do País. Então mesmo esse sinal negativo indicando uma saída de recursos, tem como contrapartida o lado positivo que é o fato da economia ter gerado a renda e que parte dela foi remetida ao exterior sob a forma de lucros e dividendos.

Bom, aqui estão as equações, eu não vou me deter a elas, mas só é importante observar ao longo do período que nós podemos verificar o cálculo do PIB, da renda nacional, do PNB, do consumo realizado pelas famílias e pelo Governo, o nível de poupança da nossa economia e a capacidade de investimento que essa economia dispõe e como saldo capacidade ou necessidade. Todo esse material eu vou deixar à disposição dos senhores, então poderão olhar com mais detalhe cada um desses slides.

Então, os anos 2003, 04, 05 e 06 são anos em que o País registra capacidade de financiamento e o ano de 2007 volta a ter necessidade de financiamento.

Graficamente nós podemos observar o que estava naquela equação. A capacidade de financiamento são essas barras azuis e o saldo das transações com o exterior indicando o crescimento até o ano de 2006, e de 2006 para 2007 um saldo expressivo e isso contribui para que tenhamos de volta necessidade de financiamento no ano de 2007.

Bom, o cenário atual. Tendo em vista essa performance da economia, todos nós sabemos que uma questão que preocupa a todos é exatamente o fato de se avaliar se o crescimento acelerado da economia pode contribuir ou não para a volta ou para a aceleração do processo inflacionário.

Então aqui eu tenho algumas reflexões importantes. A primeira delas é que como nós vimos o que estimulou o crescimento da economia, é o consumo das famílias. E o que a gente observa é que 60% da nossa economia, do PIB, é proveniente do consumo das famílias. E o investimento que é a formação de capital, representa outro conjunto de 17,9%. Ou seja, praticamente 80% do PIB é determinado pelo consumo das famílias e pelo investimento. O consumo absorve recursos e o investimento expande a capacidade de geração dos próprios recursos. Vale dizer se a demanda da economia cresce, mas o investimento também cresce, oferta e demanda estão caminhando passo a passo então não necessariamente o crescimento da

economia é sinal de foco inflacionário. Depende da maneira como a oferta se comporta.

Aqui tenho alguns indicadores recentes da Fundação Getúlio Vargas da sua pesquisa conjuntural e o que nós observamos que no ano de 2008 o comportamento dos empresários é não só de acelerar o seu nível de investimento, como justificam essa aceleração do investimento pela expansão do mercado interno, pela rentabilidade dos seus negócios, muito embora alguns ainda apontem o nível da taxa de juros como um fator restritivo, embora essa própria taxa venha apresentando queda nos últimos anos.

Bom, falando de taxa de juros e de taxa de inflação, aqui nós temos esse gráfico que revela exatamente a enorme correlação existente entre a prática de exercício da política monetária como um instrumento eficaz da própria inflação. Então aqui a aderência entre essas duas curvas mostram a eficácia da própria política monetária. E a distância entre as duas indica exatamente o nível da taxa real de juros praticado no País. Se o nível hoje é elevado, nós podemos observar que em períodos anteriores já foi muito mais alto do que é hoje. Ou seja, pode ser alto, mas essa taxa real de juros vem caindo ano após ano.

Bom, em relação a esse conflito, ou aparente conflito entre crescimento e inflação, se a gente olhar a história econômica brasileira recente nós vamos observar de tudo. Período que a economia cresceu com inflação crescente, e agora período em que a economia brasileira vem crescendo com taxa de inflação decrescente. E o mais importante, é que esse crescimento registrado na nossa economia nos últimos anos apresenta uma característica que é, na verdade, única nos últimos 60 anos, que é quando nós temos as estatísticas econômicas no País. O ano de 2006 e o ano de 2007 são os únicos anos em que a taxa de crescimento real da economia superou a taxa de crescimento dos preços da economia. Poderiam perguntar: Que importância tem uma? Nenhuma. Não tem importância nenhuma esse indicador.

Por outro lado, ele revela uma performance da inflação descendente, vis-à-vis o ritmo crescente da própria economia. Crescer mais ou menos do que a inflação, sozinho não diz nada. Mas, olhando todos os indicadores e também esses dois indicadores, nós observamos a enorme diferença desse movimento mais recente, vis-à-vis os anos anteriores.

Bom, esses são os indicadores econômicos que revelam uma performance positiva da economia. E do lado dos indicadores sociais, o que é que nós poderíamos ter? Um primeiro quadro, esse quadro é importante, é o posicionamento da economia brasileira na economia mundial. Podemos observar, por essa coluna, que a economia brasileira é a 10ª maior economia do mundo. Superada, como todos sabem, pelos Estados Unidos, pela Alemanha, Japão, China, Inglaterra, França, Itália e poucos outros países. Uma renda per capita medida em dólares na casa de 4.791 dólares, e corrigindo o dólar pela paridade do poder de compra desse dólar no País e nos outros países uma renda per capita de 8.956. Se do lado da performance econômica o País é a 10ª maior economia, do ponto de vista da renda per capita ela cai da 10ª posição para a 62ª posição. Explica-se também pelo tamanho da própria população brasileira, vis-à-vis as demais economias aqui comparadas. São 184 milhões de habitantes, muito embora tenhamos também países populosos como o próprio Estados Unidos que ainda assim tem uma renda per capita elevadíssima. Mas esse é o panorama que nós podemos ter do País pelo lado econômico. Está entre as 10 maiores economias do mundo. Por outro lado--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: É a paridade do poder de compra que foi atualizada agora. Então, esse quadro acabou de ser divulgado pelo Banco Mundial. E pelo lado dos indicadores sociais, o que é que nós observamos? Que o Brasil deixa de estar ao lado dos países mais desenvolvidos e passa a ter indicadores semelhantes a de países muito pouco ou nada desenvolvidos. Um indicador importante é o Índice de Gini que mede o índice de concentração da riqueza. Ou seja, esse País que é capaz de ter a 10ª maior economia do mundo é também um País que tem um padrão de concentração de renda que equivale a dos países mais pobres e mais desiguais do mundo.

Então, aqui nessas contradições eu selecionei seis países. Japão, Espanha e Coréia que também como o Brasil estão entre as economias mais desenvolvidas, são países com uma expectativa de vida de mais de 80 anos agora. Malaue, Zimbábue e Zâmbia, que estão entre as economias mais pobres do mundo, têm uma expectativa de vida de 40 anos. E o Brasil--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: O número do coeficiente eu não tenho. Mas, eu posso lhe enviar posteriormente.

Bom, então Japão, Espanha e Coréia, são países com os quais o Brasil compartilha indicadores econômicos. E Malaue, Zimbábue e Zâmbia são países com os quais o Brasil compartilha indicador social principalmente aquele referente à alta concentração de renda no País. Observamos que os nossos indicadores de concentração de renda que é o Índice de Gini em caindo. Mas a velocidade dessa queda não é

ainda suficiente para deixar o País distante das economias menos desenvolvidas e mais desiguais como são, Malaue, Zâmbia e vários outros.

Bom, aqui nós podemos olhar porquê. Se olharmos o indicador da PNAD em 2006, dividindo a renda gerada na economia por cada quinto, por cada 20%, a que gente observa que os 20% mais ricos do País detêm 60% da renda nacional. E os 20% mais pobres detêm apenas 3% da renda nacional. É esse indicador que depois vai mostrar o grau de concentração de renda e o Índice de Gini. Aqui nós podemos ter exatamente essa revelação de que o padrão de concentração de renda vem diminuindo, mas ainda numa velocidade muito pequena. Ou seja, se eu olhar para o ano de 2006, os 10% dos brasileiros mais ricos têm uma renda equivalente a 18 vezes mais do que a renda dos 40% mais pobres no País.

Então, aqui são dois indicadores desse grau de desigualdade da economia. Pelo lado demográfico, o que nós observamos é o crescimento da nossa população, chegamos a 2007 com 183... Volta mais um. Para frente. Mais um só. Aí. Então eu tenho os 10% mais ricos. Ou seja, são 183 milhões de habitantes. Os 18 milhões de habitantes mais ricos do País têm uma renda no ano de 2006 que equivale a 18 vezes a renda dos 40% mais pobres. 40% mais pobres são 70 milhões de habitantes. Os 18 milhões de habitantes mais ricos tem uma renda 18 vezes mais pobre do que os 70 milhões de brasileiros mais pobres. O indicador de Gini perfeito é exatamente que diria que cada um tem a mesma parcela da própria renda. Esse indicador vem caindo, porém ainda é muito elevado. A PNAD de 2007 será divulgada no segundo semestre de 2008.

Aspectos demográficos. A população sai da casa de 40 milhões de habitantes em 1940 e já são 183 em 2007. A taxa de fecundidade da população brasileira que é uma medida do número médio de filhos por mulher cai de 6,2 filhos na década de 40 para 2,1 em 2005, e em 2006 essa taxa já é de 1,99. Ou seja, pela primeira vez o Brasil tem uma taxa de fecundidade onde a mulher tem uma média inferior a dois filhos. Isso a partir do ano de 2006. Ou seja, há uma queda de 66,6% da taxa de fecundidade da população. Vale dizer, a população continua crescendo, mas num ritmo menor.

Bom, também combinado com essa redução da fecundidade, eu tenho também uma redução expressiva da mortalidade infantil no País. Essa taxa em 1950 chegava a 150 mortes para cada mil crianças nascidas vivas em 1950, e esse indicador já cai para 25 em 2005, e 23 em 2006.

Bom, e a expectativa de vida? A expectativa de vida do País sai da casa dos 40 anos, na década de 40, para 71,9 em 2005. 2006 já está na casa de 72. Ou seja, a expectativa de vida que é indicador da própria qualidade de vida no País, já apresentou ao longo de 60 anos um crescimento de 76%. E conseqüentemente a distância entre as regiões que apresentavam os extremos sul e nordeste, que em 1940 era de 14 anos, em 2005 já cai para 5 anos. Bom, por aqui nós temos a evolução dessa expectativa. Com a mudança da mortalidade, da expectativa de vida e também da fecundidade, o padrão de reprodução da sociedade brasileira que pode ser expresso por meio de pirâmides, vem se modificando. Essa é a estrutura etária de 90, essa a de 2000 e essa em 2007. O que nós observamos é que a base da nossa pirâmide vem se estreitando, produto da fecundidade menor, e o topo da nossa pirâmide vem se ampliando por conta da maior expectativa de vida. Hoje nós temos no Brasil cerca de 30 mil brasileiros com mais de 100 anos de idade. Quer dizer, para um País que a meio século atrás tinha uma expectativa de vida de 40 anos, hoje já é comum termos na nossa sociedade pessoas com mais de 100 anos de idade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: [risos] Bom, conseqüentemente essa estrutura etária muda, mas nós observamos que no País a estrutura etária da nossa população ainda é diferente. Esse é o padrão do nordeste, esse aqui é o padrão da região sul. Entre o nordeste e sul, nós temos estruturas etárias diferentes.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Isso. Exatamente. Então aqui é a estrutura do sul e esse aqui eu coloquei alguns quadros pra gente observar. A tendência demográfica do Brasil é de caminhar cada vez mais para uma base estreita e um topo ampliado, pela melhor expectativa de vida, e se nós olharmos países para comparar, essa é a estrutura etária da Europa, na Europa essa é a da Espanha, então observe que a Espanha tem uma taxa de fecundidade baixíssima, essa é da África e essa aqui é da Coréia do Sul. Essa estrutura etária do Brasil, e no Brasil na região sul é muito parecida com a que nós observamos em toda a Europa. Então essa é uma tendência. Como tendência, também apresenta demandas.

Bom, podemos até fazer uma comparação entre o Brasil e a França. Por exemplo, essa é a estrutura etária da França hoje 2005. Projetando a estrutura etária do Brasil para 2050, o que é que nós observamos? Uma enorme semelhança da estrutura etária francesa atual com a tendência da nossa estrutura etária futura. Conseqüentemente questões referentes à aposentadoria e outros aspectos que hoje são discutidos na França,

são temas que nós devemos, desde já, estar atentos. Porque o futuro vai chegar rapidamente.

Bom, aqui também um outro indicador importante que é exatamente aquele que revela a redução do número de moradores nos domicílios brasileiros. Cada vez mais encontramos menos morador em cada domicílio.

Então, o resumo desses aspectos etários eu poderia dizer, a nossa estrutura etária continua tendo população crescente com idade mais alta, e decrescente com idade mais reduzida. Embora o crescimento continue positivo. Uma tendência da redução do número de pessoas por domicílio e o aumento do percentual de domicílio com um único morador. Eu creio que talvez valesse a pena ficar aqui para abrir oportunidade para comentário ou então fazer mais rapidamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu acho que talvez fosse bom concluir todas as áreas. Não sei se concordam.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Mais cinco minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos concluir, então.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Então, educação. Educação, o indicador da taxa de analfabetismo no País, e olhando desde 1950 nós observamos uma queda sistemática dessa taxa de analfabetismo. 50% em 1950, e agora 10,4 em 2006. Sendo que em 2006 para essa taxa de 10,4, eu tenho 24% de analfabetos no setor rural, e 7,8% na área urbana.

Então, a erradicação do analfabetismo pela distribuição rural e urbana é mais difícil e por último, por etária também. O que nós observamos é que na população de 15 a 24 anos de idade, a taxa de analfabetismo é de 5,8. Entretanto, na população de 60 anos e mais, a taxa de analfabetismo é de 38. Por quê? Porque esses analfabetos com 60 anos ou mais, são aqueles que compunham a taxa de analfabetismo de 50% da população brasileira na década de 50.

Então, essa redução do analfabetismo por estrutura etária em ordem inversa equivale ao que nós vimos naquele gráfico.

Por outro lado, se eu olhar a questão do analfabetismo levando em consideração a cor daqueles que declararam ser ou não analfabetos com mais de 15 anos de idade, o que nós vamos observar é que 32% dos que se declararam analfabetos são da cor branca. E 67,4% dos que se declararam analfabetos são da cor preta ou da cor parda. O restante são amarelos e indígenas. E por faixa de renda, o que nós constatamos é que quanto menor a renda maior a proporção de analfabetos. O resultado dessa redução do analfabetismo é também o que nós vamos observar, o aumento do número de anos de estudo da população brasileira até praticamente a faixa dos 29 anos de idade, e dos 29 em adiante aí começamos a ter a queda influenciada pelos indicadores do passado. O que nós observamos é a convergência entre homens e mulheres no que diz respeito a anos de estudo na estrutura etária mais velha e na população mais jovem. A mulher com número de anos de estudo maior do que o homem. Conseqüentemente reduzindo esse aspecto do analfabetismo, o importante observar que o número de nível de instrução das mulheres é superior, e o número médio de anos de estudo vem aumentando no País hoje na casa de 6,9 anos.

Os idosos. Já falei do crescimento da população idosa, aqui nós podemos observar que da população com mais de 60 anos de idade, 33% delas não têm nenhum tipo de instrução. 64% delas são aposentadas, e 64% são as pessoas de referência na família. Ou seja, dos 54 milhões de domicílios no País, 64 milhões de domicílios, 64% deles são hoje chefiados por pessoas com mais de 60 anos de idade.

A proporção da população que contribui para a Previdência Social vem aumentando. Hoje nós temos 48% das pessoas ocupadas contribuindo para a Previdência. Conseqüentemente 51,3 não contribui. Mas pela própria legislação brasileira nós sabemos que por idade todos serão beneficiários da Previdência. Sejam eles contribuintes ou não. E numa população que vai envelhecendo cada vez mais por conta da maior expectativa de vida, isso é um fator importante na análise da Previdência Social, e daí a importância da comparação com o modelo francês, demográfico, e a projeção do modelo brasileiro para o futuro. A questão da Previdência vai estar na pauta o tempo todo.

A PNAD de 2006 mostra 43 milhões de trabalhadores contribuindo na Previdência, em 2006, e em 96 eram 42%. Aumenta a contribuição, mas ainda temos metade.

E em relação às mulheres? Metade das mulheres, a redução das mulheres do número de filhos por mulher, maior escolaridade, maior participação no mercado de trabalho, e maior contribuição por rendimento familiar. E aqui o último gráfico nós podemos ver então a população com mais de 12 anos de estudo, a proporção de mulheres vêm aumentando, e a de homens vêm caindo. E a proporção da população com nível superior vem aumentando entre as mulheres nos últimos dez anos e vem diminuindo entre os homens.

Então, a inserção progressiva no mercado de trabalho da mulher vai trazer para a nossa sociedade a própria discussão do seu papel na própria sociedade brasileira.

Bom, esses são alguns pontos, eu poderia explorar outros aspectos, mas eu fico por aqui e agradeço a todos a oportunidade por essa exposição. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Queria agradecer a competente exposição do Presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, tanto os aspectos econômicos como sociais são de grande interesse dessa Casa e do País, e seguramente esse retrato do Brasil ajuda a reflexão e a formulação de políticas públicas.

Vamos agora aí às argüições, intervenções, esclarecimentos. O primeiro inscrito Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, vou ser rápido, cumprimentando o Dr. Eduardo e cumprimentando V.Exª pela iniciativa dessa Audiência Pública, que enche a gente de alegria e de esperança, e também de preocupação. Esperança de ver esses números do Brasil em relação ao crescimento da renda per capita, um pouco de desesperança o Índice de Gini que não cresce tanto, uma preocupação nós já temos... há um ditado popular que diz que: "Quem tem olho fundo tem que começar a chorar cedo", no caso da Previdência nós temos que começar a pensar seriamente. Mas é uma boa indicação, as pessoas estão vivendo mais e estão tendo uma renda melhor. Primeiro, não é nem um questionamento, mas pedir ao Dr. Eduardo para que ele dê uma atenção. O Espírito Santo e o Rio de Janeiro eles têm uma divisa que antigamente não tinha importância, que se prolonga pelo mar adentro. Ali tem uma linha que é uma derivada, uma resultante na divisa dos dois estados que se mexiam um "angulozinho" de um grau o Espírito Santo passa a receber mais royalties de petróleo do que recebe atualmente, porque os postos estão sendo descobertos--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Hoje de manhã eu manifestei a mesma preocupação com relação à divisa com São Paulo. Porque com a descoberta de Tupi/Júpiter, tem mais dois grandes poços de gás e petróleo essa definição é fundamental para a participação na receita futura.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Exatamente. Porque nós pretendemos, o Senador Renato Casagrande também, na hora que saiu o laudo, sendo favorável ou não nós não queremos atrasados também que ficaram lá com o Estado do Rio de Janeiro. E o de São Paulo é rápido porque antes que descubram, antes que comece a exploração verdadeira já se saberia. Se o IBGE pudesse correr com o laudo técnico sobre como é que se estabelece essa divisa marítima entre os dois Estados.

A outra, eu acho que agora é o assunto dominante, e embora o Dr. Eduardo tenha colocado a posição dele, se o senhor tivesse no lugar do Mantega hoje, o senhor dava uma enxugadinha para tentar conter um pouco o consumo ou dava uma estimulada para aumentar a produção, ou ficava esperando para ver o que é que ia acontecer? Essa é uma pergunta.

A outra é quando a gente observa os gráficos de poupança e também de renda, é uma gangorra. Por que é que nós não conseguimos ter uma linha mais ou menos coerente? Aquela gangorra. Por que é que acontece tanto essa gangorra? É mudança de Política Econômica? Por que é que acontece isso?

Outro problema também, o aumento das mulheres nos cursos superiores e também no mercado de trabalho, talvez não é porque o número de mulheres na população também cresceu, há mais mulheres do que homens. Atualmente nascem mais mulheres do que homens. E talvez por isso é que elas estão participando mais ou efetivamente elas estão cada vez participando mais, embora a gente note isso quase sem fazer estatística?

Outro número também que acho que precisava nos preocupar é o problema das mortes violentas. As mortes violentas no trânsito, as mortes violentas por tiro, por... Principalmente de jovens, é um número que o IBGE devia se preocupar para que as autoridades que operam as verbas de segurança começassem, e controle de tráfico também, começassem a pensar nisso aí. Eram os questionamentos que eu queria colocar cumprimentando mais uma vez pela exposição muito interessante para nós e para o Brasil inteiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Queria agradecer Senador Gerson Camata. Nós temos quase todos os Senadores inscritos. Vamos fazer blocos de três para poder agilizar e todos poderem participar. Senador Jefferson Peres com a palavra.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Bom dia Dr. Eduardo, também meus cumprimentos pela clareza da exposição. Eu quero fazer apenas... Pedir alguns esclarecimentos.

O crescimento demográfico hoje no Brasil deve estar em torno de 1,3%. É isso? 1,3%. Porque o senhor colocou aí que em 2007 o crescimento do PIB per capita seria de 4%, tendo em vista a diferença. Per capita. 4% a diferença entre o crescimento da população e o crescimento do PIB. Claro. Isso é interessante porque muitos analistas hoje não fazem essa comparação com os anos 50, "juscelinianos". Hoje o crescimento do PIB de 5,5%, em termos de PIB per capita é

igualzinho em termos de crescimento do PIB nos anos 50. E quase não se considera isso. Mas muito bem. O IBGE tem o crescimento demográfico por faixa de renda? Ou seja, até em torno de um salário mínimo, com mais... De dez salários mínimos que a diferença é muito grande. Eu gostaria de ter esses dados. Se o senhor não tiver à mão.

E finalmente o senhor mostrou um quadro aí com a conta de juros, do balanço de pagamentos. O senhor teria o saldo líquido de juros, ou seja, o que o Brasil recebe pelas suas reservas e que o Brasil gasta com a dívida externa, pelo menos do setor público teria... E analfabetismo creio que o IBGE não tem dados do analfabetismo funcional. Tem? Então eu gostaria. É só. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós vamos marcar uma outra vinda do Eduardo, porque tem muitos dados que estão sendo solicitados e poderiam ficar para outra exposição para a gente aprofundar alguns temas em relação as informações do IBGE. Temas, por exemplo, como distribuição de renda. Ir a fundo nessa discussão. Ou educação, ir a fundo nessa discussão. Senador Suplicy com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente. Gostaria de sugerir, caso o Presidente Eduardo Pereira Nunes puder dispor da sua exposição para ser distribuído entre nós enquanto procede... se puder enviar à nossa secretaria para nós já termos a exposição dos dados. Por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está sendo tirada a cópia da exposição. Todos os Senadores terão acesso o mais breve possível.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se puder fazer de pronto...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A máquina tem um ritmo que nem sempre é o que nós gostaríamos. Mas se V.Exª puder ajudar nós estamos lá fazendo o máximo possível. Mas acho que vai ser feito o mais rápido possível. Senador Osmar Dias, com a palavra.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente Senador Aloizio Mercadante, Presidente do IBGE, Sr. Eduardo, de fato a exposição foi muito rica em dados e fica até difícil a gente guardar todas essas informações. Por isso seria importante mesmo termos esse material para nos guiar. Quando o Presidente fala da... E dividido por região, região sul, região nordeste, norte, isso esconde um pouco o que ocorre nas regiões e nos Estados. Eu fiz um levantamento do Paraná, quando disputei as eleições agora, e verifiquei o seguinte, que naquele... Naquela avaliação do IDH, Índice de Desenvolvimento Humano, nós temos no Paraná um total de 399 Municípios dos quais, Senador Mercadante, 70% tem o IDH abaixo da média nacional. E o Paraná é tido assim como Estado próspero, rico. E veja, 70%.

Então, 280 Municípios, eu fiz esse estudo agora em 2006, 280 Municípios estão com IDH abaixo da média nacional. E fui levantar quais eram os fatores que mais incidiam para que ocorresse esse baixo IDH. Saneamento. Falta absoluta de assistência à saúde, muitos municípios não têm nem como esse atendimento ser visto.

Então, a pergunta que eu faço ao Sr. Eduardo é se na média nacional nós temos em alguns Estados um grande número de Municípios com IDH baixo. Qual seria de parte do IBGE a indicação de quais os fatores que poderiam ser corrigidos para que rapidamente houvesse uma evolução desses índices? Ou seja, no que os governos estaduais e municipais poderiam investir mais para que houvesse um crescimento do IDH exatamente para melhorar a qualidade de vida. Essa é a primeira pergunta. A segunda, é que o senhor mostrou ali que na zona rural e até o líder do Governo me chamou atenção, na zona rural 24% são analfabetos. E na zona urbana, 7,8% que dá média de 10 ponto alguma coisa. O que precisaria ser feito para que esses índices fossem pelo menos, vamos dizer, encontrassem, que houvesse um equilíbrio entre esses índices? São essas as duas perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Osmar Dias. Vamos agora ao Presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, em seguida nós abriremos nova rodada de argüição.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Bom, em primeiro lugar, respondendo à questão apontada pelo Senador Gerson Camata, depois observada pelo Senador Aloizio Mercadante, e eu pensei que também o Senador Osmar Dias fosse, pelo Paraná, fazer o mesmo comentário, porque na verdade são os três Estados no País, Espírito Santo, Paraná e o Estado de São Paulo que têm argüições a respeito dos critérios de repartição dos recursos do royalty. É o Estado do Paraná está até mais avançado, porque houve e há no Congresso um Projeto de Lei de alteração dos critérios de repartição no recurso do royalty do petróleo. Na verdade, há um projeto e várias Emendas, substitutivos, mas eu gostaria de observar que um dos textos do projeto original justifica a necessidade de revisão da distribuição do royalty do petróleo como se o IBGE tivesse errado na maneira como calcula. Isso não é verdade. Não é verdade para o Paraná, nem para o Espírito Santo e nem para o Estado de São Paulo. A Constituição Federal estabelece o critério de repartição. E determina que a

ANP, a Agência Nacional de Petróleo informe ao IBGE quais são os poços de petróleo e a sua localização. Dada a localização informada pela ANP, cabe ao IBGE calcular a área que pertence a cada Estado.

Bom, acontece que o território--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Tem uma discussão só que eu queria ponderar que é o seguinte. Nessa descoberta do preçal(F), já tem dois postos... Na realidade quatro postos grandes, cada perfuração demora 400 dias para ser feito, e há uma possibilidade muito grande que seja pelo menos parte disso uma única reserva no subsolo. Portanto, a opção que eu faço de onde eu vou retirar, eu estabeleço quem vai ter acesso ao royalty. Prejudicando evidentemente o Estado que faz divisa. E se eu fizesse opção por prospectar outros dos furos eu teria o resultado totalmente diferente na repartição dos royalties. Acho que essa discussão nós temos que fazer com mais profundidade para que não haja um prejuízo. E eu sei da resistência dentro da PETROBRAS porque eu quis levar unidade de gás da PETROBRAS para Santos, que a logística do porto de Santos era fundamental para toda a estrutura que estava sendo construída e foi uma disputa duríssima, pública e reservada. Felizmente a unidade do gás está no porto de Santos. A maior fronteira da bacia de Santos é com São Paulo, sem prejudicar evidentemente outros Estados. Mas eu acho que essa discussão técnica que nós devíamos fazer, eu sugiro inclusive que o Eduardo volte a essa Comissão, com Assessoria especializada nessa área, pra gente fazer um debate técnico, aprofundado sobre os critérios de repartição de royalties e nós encontrarmos um procedimento tecnicamente consistente, justificável, sem nenhuma interferência política, eu diria, um estudo que seja técnico, fundamentado do critério de repartição. Porque se a jazida é uma só, dependendo da escolha que eu faço, eu estou evidentemente beneficiando um Estado e prejudicando outro. Às vezes o Estado é totalmente alijado simplesmente pela escolha que eu fiz da onde está sendo feita a perfuração. Talvez a gente tenha que chamar não só a PETROBRAS como outras empresas que estão lá e que têm uma visão diferente dos critérios de repartição e nós podemos expor isso ao longo de uma Audiência Pública da Comissão.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Perfeito. Agora eu queria chegar exatamente ao ponto que o Senador Mercadante já adiantou. Uma vez feita a escolha de por onde começar a operação, não é o IBGE que escolhe. Agora uma vez feita a escolha e comunicada à ANP essa escolha, a ANP informa ao IBGE. A perfuração se dá aqui e ali, o campo está aqui ou lá. Tendo em vista essa informação concreta, o IBGE calcula matematicamente a área com grau de precisão que são 19 casas decimais. Então não há menor chance de erro para este cálculo que é um cálculo bastante sofisticado. O Senador Mercadante sugeriu uma apresentação dessa questão, eu acho importante até porque no Congresso, na Câmara dos Deputados há o projeto original que é originário do Parlamento do Paraná, mas há... Que sugere a mudança dos critérios de repartição, então, mudando o critério alguém passa a ganhar outro passa a perder. As situações se modificam. Só que hoje a realidade é totalmente diferente de 1989 quando iniciou esse projeto.

Então, repartir royalty do petróleo em 89 ou repartir royalty do petróleo em 2009 vai uma diferença muito grande. Então percebe-se a necessidade de rever o critério de repartição. É o Congresso Nacional que tem que rever. Uma vez feita a revisão, caberá possivelmente ao IBGE efetuar um novo cálculo com critérios absolutamente técnicos. Agora, dentro da Câmara dos Deputados há um projeto substitutivo ou uma Emenda que cria dois critérios no lugar de um. O primeiro critério é o físico. Então, localizar num determinado território como reparti-lo. E o segundo critério é o critério demográfico. Por quê? Porque a Constituição também estabelece que todo subsolo pertence à União. Então se a PETROBRAS vai construir, explorar o petróleo com base em Santos ou Rio de Janeiro ou qualquer outro lugar, a PETROBRAS tem recurso da União. E a União não vai arrecadar imposto só em Santos para financiar a PETROBRAS em Santos. A União vai arrecadar recurso em Roraima, em Amapá, em Amazonas. Todos aqueles que contribuem para recurso da União tem que usufruir do recurso dessa atividade. Então combinar o critério geográfico com o critério demográfico. Todo brasileiro precisa de recursos inclusive para atender a questão que o senhor apontou. Como investir no País para reduzir a desigualdade? Como melhorar os indicadores? Eu preciso de investimento na educação, eu preciso de investimento principalmente em saneamento básico. Nós temos indicadores, por exemplo, acesso da população a televisão, a rádio, a eletrodomésticos, até eletricidade quase caminhando para a universalização. Mas menos da metade da população brasileira tem acesso a saneamento básico. E saneamento básico é um investimento muitas vezes invisível. E longo. E caro. Portanto, de onde virá o recurso para esse tipo de investimento? Tem que vir de recursos de onde eu tenho sobra, talvez na distribuição do royalty do petróleo.

Então, essa idéia de combinar o critério geográfico com o critério demográfico, eu reputo como uma saída extremamente importante para caminharmos em direção à definição de novos critérios de reparti-

ção do royalty do petróleo. Sabendo que pelo critério geográfico nós não vamos ter uma saída nunca. Por quê? Porque o território brasileiro é irregular. E com tantas reentrâncias, e se olhar o Estado do Paraná e o Estado de Santa Catarina, eu não vou conseguir nunca ter o equilíbrio da definição do critério de definição. Qualquer critério será arbitrário.

Então, é o Congresso Nacional que tem que arbitrar. E o IBGE vai executar. É exatamente o que se dá no dia de hoje.

Então, eu me disponho a vir aqui e claro, com os engenheiros do IBGE da área de geodésia e cartografia que poderão fazer essa exposição do critério atual e inclusive de uma visão alternativa ao critério atual que é bastante interessante.

Bom, a sua pergunta também se eu no lugar do Ministro Guido Mantega optaria por uma redução do consumo ou pela expansão da oferta, eu de certa forma tentei evitar essa pergunta ao mostrar que o crescimento da economia brasileira hoje se dá tanto pelo lado do consumo, como pelo lado da expansão da oferta.

Então, há hoje o caminho de gerar capacidade produtiva para atender uma demanda crescente. O papel da política econômica é exatamente verificar se há escassez num ou no outro segmento. E tem havido no Brasil, a ponto inclusive de se recorrer às importações para evitar qualquer problema de abastecimento. Conseqüentemente a nossa conta do balanço de pagamentos começa a ter esse movimento que o senhor indagou. É natural que o processo de reprodução de qualquer economia se dê de forma cíclica. Agora, cada ciclo ele representa as opções de política econômica adotadas num País. Um País como o Brasil que no passado bem recente acumulava poupança, havia críticas inclusive no sentido: Para que acumular poupança quando o País precisa investir? É melhor usar esse recurso. Entretanto, parte da poupança era acumulada para pagar dívida passada. Então eu preciso saber não só o que eu faço para frente, mas como eu cumpro os compromissos que vieram lá de trás também.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Quer dizer que é um pé no freio e um pé no acelerador. E aí vai segurando.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Ou melhor, um pé no acelerador, mas estando com um pé no freio também perto. Até por quê? Por que a importância do pé no acelerador mais do que no freio? Porque precisamos gerar emprego, precisamos gerar renda, para reduzir inclusive os desequilíbrios sociais que o País tem. Com contração econômica o desequilíbrio aumenta. Isso é um fato concreto.

Em relação à distribuição entre homens e mulheres, na verdade não é pelo quantitativo. Praticamente... Eu não tenho o número de cabeça, mas para cada 100 mulheres eu tenho 99 homens. Então, a relação é muito parecida. Mas, o grau de escolaridade da mulher vem aumentando por dois motivos. Em primeiro lugar, porque o homem entra no mercado de trabalho mais cedo. Então nós temos 5 milhões de crianças jovens, crianças e adolescentes no mercado de trabalho. Dessas 5 milhões, mais de 60% são crianças do sexo masculino. E a menina ainda está na escola. Então a maior escolaridade na menina lá na frente vai lhe dar mais oportunidade do que o rapaz na hora de buscar o mercado de trabalho. E em relação à expectativa de vida, no Brasil não é maior do que a atual principalmente por fatores apontados pelo senhor. A mortalidade infantil vem caindo de forma sistemática, mas a mortalidade entre jovens do sexo masculino entre 18 e 24 anos vem aumentando por causas violentas. A primeira é morte no trânsito, acidente de trânsito, a segunda são armas de fogo. E isso já afeta a expectativa de vida dos jovens no Estado de São Paulo, no Estado do Rio de Janeiro e no Estado de Pernambuco. Nesses três Estados a gente já observa que entre os jovens da faixa de 18 a 24 anos de idade, a sua expectativa de vida é menor do que entre as meninas da mesma idade. Justamente por conta desses dois fatores, conseqüentemente atuar nessa área contribuirá lá na frente para aumentar ainda mais a expectativa de vida da população brasileira.

Bom, o Senador Jefferson Peres fez uma série de observações, eu acho muito interessante essa que o senhor acabou de comentar, sobre a comparação entre o momento atual e o momento do Governo Juscelino, porque o crescimento per capita de hoje pode ser mais facilmente alcançado do que há 50 anos atrás exatamente porque lá a população crescia muito mais do que cresce hoje. Então se para lá era preciso ter como houve, uma média de 7% de crescimento, hoje uma média de 5 apresenta o mesmo resultado. Perfeito. E depois o senhor fez uma série de perguntas sobre faixa de renda, despesa com juros e o analfabetismo funcional, eu depois vou enviar todos esses dados para o senhor, sendo que em relação ao dado de pagamento de juros todos eles eu optei exatamente junto ao Banco Central. Mas, em relação ao analfabetismo funcional, é importante chamar atenção que o conceito de analfabetismo é: toda pessoa com mais de 15 anos de idade que não é capaz de ler um simples bilhete. Ler ou escrever. Se não fizer isso é analfabeto. No Brasil, 10,4% dos brasileiros com mais de 15 anos não sabem ler ou escrever um bilhete simples. O analfabetismo funcional é um conceito da UNESCO,

das Nações Unidas, que diz que analfabeto funcional é todo aquele cidadão com mais de 15 anos de idade que tem menos de quatro anos de estudo. Por quê? Porque com menos de quatro anos de estudo sem praticar a leitura e a escrita ele voltará a ser analfabeto. E aí no Brasil nós sairemos de 10,4% para 23%. Ou seja, praticamente de cada quatro brasileiros com mais de 15 anos de idade, um tem menos de quatro anos de estudo. E no Estado do Alagoas, para cada dois, praticamente um tem menos de quatro anos de estudo. O analfabetismo funcional no Estado de Alagoas chega a 46% da população com menos de... Com mais de 15 anos de idade e menos de quatro anos de estudo. Todos esses dados nós temos por Estado no Brasil e eu vou enviar para o senhor.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Não esqueço. Bom, e em relação aos comentários feitos pelo Senador Osmar Dias eu comentei esse aspecto do royalty, e ele pergunta sobre as atividades, as ações que deveriam ser feitas. As principais ações são essas na área do saneamento, da educação e da saúde. E a questão do analfabetismo rural e o analfabetismo urbano, nós precisamos também combinar a estrutura etária. Porque o analfabetismo rural é muito mais alto, mas é principalmente elevado na população rural de idade elevada. Aí eu tenho um número de mais de 60% da população analfabeta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos agora à próxima rodada. Senador João Tenório, com a palavra.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, Sr. Eduardo Nunes, primeiro de tudo registrar a satisfação de tê-lo ouvido com tanta clareza e um posicionamento tão didático que V.Sª coloca, os números são importantíssimos para que nós possamos cada vez mais entender o Brasil e evidentemente contribuir de uma maneira ou de outra para a geração de políticas públicas que venha a contribuir para que possamos tornar esse País melhor. Dois pontos, Sr. Presidente. O primeiro deles é balança comercial. As exportações brasileiras elas são assim algo extremamente importante pelo seu peso no PIB brasileiro, quer pela geração de atividade econômica, pelo crescimento que essa atividade econômica possa ter, e também pela geração de poupança que está naqueles 16, 17% que são gerados, uma parte e acredito expressiva daquele número provém do resultado das exportações brasileiras. E há dois fatos aí que merecem uma atenção e uma preocupação grande. O primeiro deles é um certo cansaço que começa a se manifestar, fica claro quando diz respeito aos saldos da balança comercial desses últimos três, quatro meses que foram apresentados. Há uma... Claramente isso devido a essa apreciação do real que faz com que as exportações tornem cada vez mais complicadas e as importações cada vez mais fáceis. Existe um problema que também preocupa muito a dependência ainda da geração desse saldo de algum tipo de produto da economia nacional.

No ano de 2006, o saldo da balança comercial foi 47,5 bilhões, se não estou enganado. Se não estou equivocado. Dos quais 43 foi gerado pelo agronegócio. No ano 2007, o saldo total da balança comercial foi 40 bi, e a balança comercial do agronegócio gerou um excedente de 50 bilhões. Ou seja, houve um consumo de resultado de saldo pelas atividades industriais do País. As atividades industriais consumiram resultado de saldo na balança comercial gerado pelo agronegócio. Evidentemente que essa questão dos agronegócios de um modo geral em particular e das commodities um pouco mais geral, vai depender muito de como será o desdobramento dessas crises que afeta já o mundo de modo mais geral e particularmente a economia americana. Então o primeiro ponto que eu gostaria de deixar para reflexão é como V.Sª vê essa questão da apreciação excessiva do nosso câmbio de um lado, estimulando excessivamente as importações e dificultando cada vez mais as exportações, essa dependência que a economia nacional tem de um tipo específico de exportação que gera esses excedentes ainda importantes na vida nacional, então esse é o primeiro ponto, e evidentemente isso tudo está ligado a essa apreciação excessiva e importante do câmbio.

O segundo ponto é o seguinte, V.Sª disse que 20.7 é o aumento das importações acontecidas no ano 2007 em relação a 2006. A minha pergunta é o seguinte, quanto disso é bem de capital? Ou seja, quantos por cento disso significa investimento e expectativa de retorno e de compensação para esse crescimento importante das exportações brasileiras? Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço Senador João Tenório. O próximo é o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Sr. Presidente, Senador Aloizio Mercadante, Sr. Presidente Eduardo Pereira Nunes. Só reforçar um tema que foi debatido no início das respostas de V.Exª, pelo interesse que nós temos como representante do Estado do Espírito Santo. A definição da linha divisória entre os Estados de Espírito Santo e do Rio de Janeiro, para nós é importante. Isso está lá em análise no estudo que o IBGE está fazendo. Mas, mais do que isso, acho que os debates dos critérios da redistribuição de royalties que aí compete ao Senado e ao Congresso fazer

esse debate, junto com o Governo, com as empresas, é um debate importante, Presidente Aloizio Mercadante. Porque V.Exª abordou um tema aí importante. Se nós lembrarmos e recordarmos que esses critérios de distribuição de royalties foram implantados e estabelecidos numa época em que o petróleo, o barril custava 6, 5, 7 dólares, e hoje o barril de petróleo custa mais de 100 dólares, então acho que cabe um debate mais profundo aqui no Congresso sobre esta distribuição desses royalties. É um tema que a Comissão de Assunto Econômicos pode sem dúvida se dedicar sobre esse tema. Mas essa é apenas uma observação que eu gostaria de fazer. Mas Sr. Presidente do IBGE, a pergunta que eu faço, apesar de--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Renato Casagrande, queria formular aqui de comum acordo, a partir da intervenção do Senador Jefferson Peres, Osmar Dias a minha e a sua, nós fazemos uma Audiência Pública proximamente convidando a Agência Nacional de Petróleo, a PETROBRAS e IBGE para fazer essa discussão dos critérios de repartição dos royalties e a partir dessa audiência nós pensarmos políticas específicas para essa questão.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela Ordem, Sr. Presidente.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu quero assinar o Requerimento junto com V.Exª e com os outros Senadores.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Gostaria que V.Exª acrescentasse também nessa discussão, nesse Requerimento os critérios de distribuição dos fundos de participação em função da condição demográfica de cada Município. Porque isso aí tem reduzido substancialmente e também aumentado substancialmente receitas municipais. Nós queríamos que V.Exª incluísse nesse Requerimento esse assunto: redução e acréscimo de receitas.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Os critérios de participação. Porque aí esse também é um tema que eu tinha conversado com o Presidente Eduardo e eles têm um estudo já exatamente refletindo sobre esses critérios de repartição e os problemas que nós temos tido em relação a distribuição de--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): 444 Municípios Sr. Presidente perderam receita. Enquanto 403 ganharam. Queremos saber porquê.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ele responde sobre isso. Mas podia fazer duas Audiências Públicas. Uma sobre o critério de repartição da receita municipal e outro sobre royalties. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu lamento não ter assistido a palestra do Sr. Eduardo Pereira Nunes, que estava assistindo uma palestra na Comissão de Educação sobre a educação na Espanha, versus Brasil. Um comparativo. Mas um assunto que V.Exª coloca aqui sobre a questão dos royalties, interessa e muito ao meu Estado em função da questão mineral. Então pediria a V.Exª que não víssemos apenas a questão do petróleo, mas ampliássemos para que nós pudéssemos ver, discutir e avaliar a questão da participação dos royalties também no setor mineral. Que a compensação hoje não é mais royalty, é a compensação por recursos minerais.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Aí nós teríamos que fazer uma outra Mesa, mas chamando o DBRN, mas faremos as duas coisas. Vou pedir para preparar o Requerimento e formulá-lo. Senador César Borges.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Bom, ele não concluiu a argüição, mas pela ordem.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pela ordem, só reforçar aqui o que foi colocado pelo Senador Antônio Carlos Valadares, porque sabe muito bem o Presidente Eduardo Nunes, da preocupação dos Municípios brasileiros com essa distribuição do FPM que tem como base a estimativa da população feita pelo IBGE. Se no passado não tinha censo, se fazia uma interpolação, e aí muitos municípios se diziam perdedores. Foi solicitado o censo. Veio o censo. Hoje muitos Municípios se dizem perdedores porque não acreditam, não têm confiabilidade nos métodos... Veja bem, eu estou dizendo apenas o que eu ouço nas bases municipais. Nos métodos do IBGE. Tanto que há uma proposição que foi aprovada no Senado, do Senador Romero Jucá, prorrogando a entrada desses índices para os próximos anos. Está na Câmara. No passado se pedia exatamente para se fazer o censo. Feito o censo, passa-se para adiante os índices porque grande número de Municípios foram prejudicados ou se sentem prejudicados. Então nós temos que termos um norte, uma linha de conduta com relação a essa definição do censo da população para a definição de FPM. Então é um assunto que está na pauta permanentemente, Sr. Presidente, e temos que fazer uma reunião para esclarecer esse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Faremos uma audiência específica.

Vou só retornar a palavra com o Senador Renato Casagrande. Pela ordem, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, para esgotarmos esse tema das dúvidas quanto a serem corretamente aquinhoados ou não os Municípios, Dr. Eduardo, devo dizer que meu Estado não foge a essa regra. Agora eu queria acrescentar alguns argumentos a essa grita, ou seja, os atendimentos hospitalares aumentam, as matrículas escolares também, o Município dá todos os indicadores que teve um acréscimo e não decréscimo de arrecadação. E mesmo assim o veredicto do IBGE é no sentido de que houve decréscimo de população contrastando com esses indicadores todos que a meu ver não são definitivos, nem tem métodos tão acreditado quanto o que nós queremos manter acreditado do IBGE, é uma grande instituição, uma instituição do Estado importante, relevante, com números que refletem a própria democracia brasileira, afinal de contas eu olho para China e vejo porque é que o Brasil tem vantagens comparativas em relação à China. Eu não confio no IBGE chinês e eu me sinto tentado a esgotar todas as minhas possibilidades de continuar acreditando no IBGE brasileiro por entender que isso nos ajuda enquanto País nas nossas negociações com o exterior. Mas o fato é que mais matrícula, mais atendimento hospitalar, médico hospitalar, mais atendimento clínico, uma série de indicadores e o consumo do comércio maior... Tudo leva a crer que mais pessoas estariam residindo naquele Município. Aí vem o IBGE e diz que tem menos pessoas. O que faz com que Município deixa de executar investimentos significativos, Municípios pobres, meu Estado tem todos os... Tem Municípios... Manaus é um Município bem aquinhoado, os demais não, com exceção de Quari por causa dos royalties petrolíferos e futuramente os royalties do gás. Mas os demais municípios são todos sem exceção pobres. Uns menos, outros mais pobres. E qualquer diferença para menor tumultua planejamento, prejudica políticas sociais, e eu gostaria muito de trazer a V.Exª essa preocupação, e o cotejo que faço entre os números do IBGE que eu respeito e dados que eu verifico nos meus próprios olhos de Parlamentar do Estado do Amazonas. Aumenta tudo que é indicador levando a crer que a população também aumentou. E a população diminuiu segundo o IBGE. E com o acréscimo, até hoje sou uma pessoa frustrada porque nunca fui até hoje recenseado. Supostamente... E isso é coisa antiga. Eu não posso nem dizer que é perseguição do Governo Lula, porque já vem desde que eu existo como gente, nunca fui recenseado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Renato Casagrande, retomando a intervenção.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Aloizio Mercadante. Só para reafirmar, eu acho que tem sugestões e audiências públicas diversas. Mas para nós não perdermos o foco, acho que devemos fazer a primeira Audiência Pública, separarmos, fazermos mais de uma Audiência Pública para que a gente possa tratar de forma mais detalhada cada assunto desse.

Mas Sr. Presidente Eduardo Pereira Nunes. Nós estamos acompanhando o debate com relação ao crescimento do PIB brasileiro, a alegria da população brasileira, do Governo com a taxa de crescimento do ano passado. E agora começamos a acompanhar efetivamente a preocupação com o consumo em excesso, das famílias e que isso pode provocar um tensionamento, provocando um desequilíbrio e provocando um descontrole da inflação e o Governo manifestando as suas preocupações com relação ao financiamento num prazo muito longo como nós estamos vendo os debates nesses últimos dias, nessas últimas semanas. O que se coloca e que se faz de crítica, primeiro, assim, a crítica ao processo de crescimento brasileiro porque ele não se sustenta uma vez que não tem investimento em infra-estrutura. E não tendo investimento em infra-estrutura, não tem como continuar um crescimento que se sustente a mais de 5% ao ano. A segunda crítica que se coloca é a crítica do gasto excessivo do Governo. O Governo está gastando demais, não adianta o Governo querer controlar o crédito se não tem controle do Governo sobre os seus gastos. Também, dentro dessa reflexão, sabendo que parte do crescimento brasileiro, e parte da capacidade do consumo das famílias brasileiras, se deve também ao gasto do Governo. E o Governo tem programa social consistente, capilarizado, que atinge a milhões de brasileiros, isso provoca uma capacidade de consumo. E esse consumo interno se aumentou como um dos itens devido ao programa do Governo que acaba entrando como gasto do Governo. Então a critica se faz, na verdade é um dos pontos que é um incentivador, uma vertente que causa o crescimento. Qual é o ponto de equilíbrio para a infra-estrutura que nós temos hoje instalada, e para a capacidade de produção que nós temos instalada, qual é o ponto que nós temos de equilíbrio? Se falava que era de 3%, 3,5%, mas não podia crescer mais do que isso. Agora chegamos a cinco, e agora já ouvi alguém dizendo no meio de comunicação desse que não pode passar de cinco senão vai causar inflação. O IBGE tem alguma observação a fazer com relação a esse tema tão complexo que é um tema que tem que orientar o nosso trabalho também aqui na Comissão de Assuntos Econômicos?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço Senador Renato Casagrande. Próximo inscrito, Senador Valadares. Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, eu louvo a atitude de V.Exª em conceder aos Senadores dessa Comissão mais uma oportunidade na discussão de um tema tão relevante quanto a da estimativa populacional dos Municípios realizada através de levantamentos do IBGE, estimativas essas que redundaram na posição, na mudança de posição das receitas de muitos Municípios brasileiros. Eu enfatizo essa questão de vez que a introdução do GPS como uma ferramenta moderna para determinar os limites territoriais, é sem dúvida alguma é uma iniciativa louvável do IBGE. Entretanto, eu considero que como se trata de uma coisa nova no Brasil, eu acho que esses levantamentos com base nessa nova tecnologia não poderiam ser considerados inflexíveis, ou passíveis. Poderiam ser considerados passíveis de erro. De vez que a introdução desse método é, como eu disse, uma novidade no sistema de levantamento no Brasil.

Eu posso citar um caso específico, eu já falei num discurso aqui, de dois Municípios limítrofes no Estado de Sergipe. Do Estado de Sergipe e do Estado da Bahia. O Município de Paripiranga, que é do Estado da Bahia, em função desses levantamentos teve reduzido o seu fundo de participação. Apesar de ter tirado, segundo o levantamento do IBGE, quatro Municípios do Estado de Sergipe. Quatro povoados do Município do Estado de Sergipe. Quer dizer, os dois Municípios, tanto o Município de Simão Dias que perdeu os quatro distritos ou povoados, como o de Paripiranga, tiveram por esse levantamento redução de receita. Ora, eu fui Governador do Estado. Do Estado de Sergipe. E realizei muitas obras nesses povoados a que eu me referi no Município de Simão dias. Os Prefeitos realizaram obras de construção de escolas, de postos de saúde, implantação de serviço de energia elétrica... E o Município Paripiranga nunca reconheceu esses povoados como pertencentes ao seu território. Entretanto, o IBGE depois de 30 anos onde o Município de Simão Dias não sofrera qualquer redução no fundo de participação, agora teve uma redução drástica, passando de 1,8 para 1,6. E nós não vamos colocar a culpa no Tribunal de Contas da União. Porque o Tribunal de Contas da União apenas recebe as informações técnicas que são fornecidas pelo IBGE e em razão disso estabelece os novos limites de distribuição dos fundos de participação. Então não vou fazer pergunta porque vou me reservar para a audiência já acertada, acordada com o Presidente Senador Aloizio Mercadante, mas eu quero dizer que eu lamento que os recursos não são levados em consideração. De redução do fundo de participação dos Municípios. O IBGE considera intocável o seu método. E não admite recursos. Acho que só um Município que ganhou até agora. Quer dizer, essa inflexibilidade, a meu ver, não tem cabimento. Eu já fiz um protesto da Tribuna do Senado Federal a esse respeito, afirmando que nada é intocável no Brasil. Quanto mais um satélite que fica lá em cima sem saber o que está passando lá embaixo, a população viva, atuante, de repente é transladada para outro Estado e, ao invés de naquele momento ter a sua certidão de nascimento de um determinado Estado passa a ser de outro Estado através desse levantamento que é feito... Que foi feito recentemente o ano passado pelo IBGE.

Portanto a minha palavra aqui é de protesto. Porque os Municípios, pelo menos no que eu sei, não têm sido atendidos nos seus recursos. Têm recorrido, Sr. Presidente Mercadante, à justiça do Brasil. Alguns juízes concedem liminares. Mas, isso aí não é certo. Acho que liminar não é certo. Quando há protesto no Município, acho que o IBGE deveria ir lá de novo. Conversar com a comunidade, verificar se realmente aquelas informações técnicas do satélite correspondem com a verdade e não simplesmente feito o levantamento tudo fica resolvido e não há recursos. A não ser na justiça. Portanto, meu protesto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Valadares. Senador Eduardo Suplicy, com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Aloizio Mercadante, quero cumprimentar o Presidente Eduardo Pereira Nunes pelo IBGE, pela qualidade do trabalho, de toda a sua equipe e dedicação e que está de acordo com a tradição da contribuição do IBGE de todas as pessoas que fizeram do IBGE ao longo de sua história uma entidade com tamanha credibilidade e isso é muito importante para todos nós que acompanhamos os dados econômicos de população, sociais e assim por diante.

Algumas perguntas: Primeiro, agradeceria se puder nos informar a respeito da modificação no cálculo da população brasileira porque até o ano passado, eu sempre acompanho e quase que... Quer dizer, de quando em quando acesso o IBGE para saber quantos somos, e até o ano passado estávamos com uma população próxima de 189 milhões, e agora, por exemplo, há pouco acessei a página do IBGE e está dando... Porque muda a cada minuto ali. Mas há 10 minutos atrás era 186 milhões, 479 mil, 719. Talvez já esteja em setecentos e vinte e pouco. Mas eu agradeço se puder nos explicar, houve então uma re-estimativa no ano passado que diminuiu um pouco a população? É

essa a população correta? Poderia nos informar diante desta nova estimativa de aproximadamente 186 milhões, 480 mil que se o IBGE tem a estimativa, por exemplo, qual será a população brasileira para ano de 2010, que será o ano quando terminará a gestão do atual Presidente Lula, porque sempre um marco importante sabermos ao final da década, 2010, qual será a população e quais foram os fatores que levaram a essa nova estimativa.

Segundo, com respeito a esta evolução de natalidade, nós tivemos uma diminuição muito significativa para o ano 1940, por exemplo, a taxa de crescimento de natalidade era da ordem de 6,2 e agora 2,2. 2,0, atualmente, de natalidade de crescimento da população está em torno de 1,3, é isso? Presentemente. Muitas vezes, nos debates que tenho tido com os mais diversos segmentos da população, por exemplo, no debate sobre a questão dos programas nacionais, de transferência de renda e a perspectiva de um dia termos conforme prevê a Lei 10.835 a renda básica de cidadania, muitas vezes eu recebo a seguinte pergunta. Isso é muito comum. Mas, Senador, como é que vai ser o efeito de um programa de garantia de renda para toda a população? Não haverá com isso efeito sobre a natalidade? As pessoas, as famílias eventualmente as mães será que passarão a ter mais filhos por causa da garantia de uma renda como um direito à cidadania? Eu vou dizer ao senhor, a resposta que normalmente eu digo, mas eu gostaria de saber a sua. Normalmente eu respondo que a evolução que nós estamos vendo aqui está a indicar que quão maior a renda e com o progresso do Brasil, o progresso da renda per capita, obviamente com maior grau de informação, maior grau de educação, as famílias têm maior acesso à informação, maior conhecimento e maior possibilidade de estarem planejando o tamanho de suas famílias. E, portanto, se houver a garantia para todos de uma renda básica como um direito à cidadania, vai se ampliar a possibilidade de escolha, de informação, de educação destas pessoas. Então, não deveríamos ter esse tipo de preocupação. Eu, por exemplo, avalio que não seria este um obstáculo para nós chegarmos a isso. Mas eu agradeço se puder ter a sua avaliação, se é coincidente com a minha. E do ponto de vista dos programas sociais presentes, como o Bolsa Família, qual a sua avaliação? No que diz respeito à questão dos royalties, eu gostaria de até recordar aqui aos Senadores que houve a aprovação da um Projeto de Lei de minha autoria que aprovado unanimemente no Senado, foi para a Câmara dos Deputados e está lá tramitando, que institui o Fundo Brasil de Cidadania exatamente para um dia haver os recursos suficientes para se pagar a toda e qualquer pessoa no Brasil, hoje seriam 186 mil e 500 milhões, quem sabe em 2010 o número de pessoas que V.Exª nos informar, mas... E o projeto que institui um Fundo Brasil de Cidadania já está na última Comissão, em caráter terminativo na Câmara dos Deputados, na Comissão de Finanças e Tributação, onde o Relator é o Deputado Ciro Gomes, que está por concluir o seu parecer possivelmente favorável, mas que diz que 50% dos royalties decorrentes à exploração dos recursos naturais, 50% da receita de concessão de serviços públicos, 50% dos aluguéis de imóveis da União e outras receitas serão destinadas a esse fundo que um dia proverá o pagamento a todos de uma renda básica de cidadania para todos os residentes, toda a população brasileira. E...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Concluindo, Eduardo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Gostaria de finalmente perguntar como o País tem neste bimestre último o maior déficit desde 1947, nas suas transações com o exterior, da ordem de 6.3 bilhões de dólares, a previsão para 2008 do Banco Central, no déficit nas transações do País com o mundo mais do que triplicou em vez dos 3,5 bilhões de dólares estimados há três meses, o déficit agora se prevê em 12 bilhões. Ou cerca de 1% das riquezas produzidas pelo País após cinco anos de superávit.

Diante deste quadro, desta evolução e dos dados apresentados por V.Sª, que recomendações teria o IBGE para... E que previsões têm acerca do comportamento futuro das contas externas e que recomendações teria. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço Senador Eduardo Suplicy. Agora para concluir a fase de argüição, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, Presidente Eduardo Pereira Nunes, em novembro de 2007 o Senador Tasso Jereissati encaminhou Requerimento de informações ao Ministério do Planejamento solicitando informações referentes ao valor corrente do PIB por Município decomposto por sub setor da atividade com a máxima desagregação disponível. Foram solicitadas ainda informações relativas ao valor adicionado de cada Município constante do anexo metodológico do IBGE. O objetivo era subsidiar o Relatório da Subcomissão de Reforma Tributária que, aliás, já vai ter esse Relatório exposto pelo Senador Francisco Dornelles nos próximos dias. Mas essas informações foram dadas de forma incompleta. Os únicos dados disponibilizados foram os que já constam do sítio do IBGE, com desagregação por grandes setores impostos para o ano de 2004. No tocante ao valor adicionado de cada Município, o IBGE

limitou-se a afirmar que, aí eu abro aspas para sua resposta. “Tais variáveis são efetivamente utilizadas na sua construção. Ou seja, fazem parte apenas do processo de elaboração dos números finais, não se constituindo informações per si”.

Muito bem, Sr. Presidente, toda informação final passa por um processo de coleta e elaboração de dados. Antes disso, não se constitui em informação de per si, obviamente. O que valeria para quase todos os dados divulgados pelo IBGE. Por isso é que nós relutamos em considerar aceitável essa justificativa. E ainda, Sr. Presidente, aproveito a sua presença na Comissão de Assuntos Econômicos, em tão boa hora pela Audiência Pública marcada pelo Presidente Aloizio Mercadante, para solicitar a V.Exª, V.Sª, V.Exª, que me responda o seguinte. Que, aliás, faz parte também de uma conversa telefônica que o senhor teve com o Senador Jereissati. Nós precisamos do valor corrente do PIB por município decomposto por subsetor de atividade. O senhor disse que quando viesse aqui traria essas informações prontamente. Segundo me relatou o Senador Jereissati.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Só para informar, nessa conversa telefônica com o Senador Jereissati ficou combinado que ele faria um convite ao IBGE para uma audiência ou uma reunião técnica, não sei exatamente o formato dessa reunião, em que nós explicaríamos... Daríamos as explicações a respeito do ofício encaminhado para somente depois dessa conversa fazer a resposta por escrito. Porque por telefone eu já havia respondido.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Se o senhor pudesse de alguma forma adiantar e depois nós veríamos a sua resposta por inscrito, enfim. Mas muito bem, Sr. Presidente, valor adicionado de cada Município com a seguinte desagregação. Esse dado consta do anexo metodológico do IBGE e nós gostamos de recebê-lo meio magnético. Primeiro, indústria de informação, saída de produtos, construção civil, pessoal ocupado é o segundo item, terceiro item serviço de utilidade pública, quantidade de energia elétrica consumida. Quarto, comércio, saída de mercadorias; quinto, comunicações, número de terminais; sexto, serviços financeiros, aplicações e depósitos; sétimo, serviços prestados as empresas montante estimado a partir das demais atividades econômicas; e oitavo demais serviços, o mesmo montante estimado. São essas, portanto, Sr. Presidente as minhas considerações a respeito do tema.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço Senador Arthur Virgílio. Só queria então informar aos Senadores o Requerimento.

Requeiro nos termos regimentais sejam convidados para uma Audiência Pública o Sr. Sérgio Gabrielle, Presidente da PETROBRAS, Aroldo Borges Rodrigues Lima, Presidente da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível, e Eduardo Pereira Nunes, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, a fim de debater os critérios técnicos de repartição dos royalties provenientes da atividade de exploração petrolífera.

Então acho que todos estão de acordo, nós aprovaríamos. Também aprovaríamos um requerimento convidando o IBGE e o DPRN, eu vou ver exatamente quem é o responsável, mas acho que deve ser o DPRN, ou o DNPM, Departamento Nacional de Produção Mineral para nós fazermos a discussão proposta pelo Senador Flexa Ribeiro. E tem dois outros requerimentos de audiência. Um, audiência do Secretário da Receita Federal, Jorge Rachid e Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Luis Inácio, a fim de instruir deliberações do Projeto de Lei do Senado 646/99. E uma Audiência Pública convidando o Ministro da Fazenda, o Secretário do Tesouro Nacional, o Ministro da Previdência e Secretaria de Políticas de Previdência Social para instruir o Projeto de Lei nº. 58 do Senado e o Projeto de Lei nº. 296/03 também do Senado Federal.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, eu peço licença a V.Exª e ao Dr. Eduardo, para me retirar, mesmo após ter feito tantas indagações, o Senador João Tenório receberá as explicações por mim até porque nesse momento eu recebo a visita do Presidente do Senado boliviano. E devo estar presente. Mas o Senador João Tenório receberá as informações e depois nós processaríamos a forma de termos isso por meio magnético de modo a ajudar na confecção do que seria proposta do Senado de Reforma Tributária.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço Senador Arthur Virgílio e vamos então... Só queria então aprovação dos requerimentos que foram apresentados.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sobre os requerimentos, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Relativamente ao Requerimento sobre a destinação--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Aí falta uma audiência sobre o

Fundo de Participação dos Municípios. Então faço também--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Relativamente ao projeto... Relativamente aos royalties, ao Requerimento. Gostaria de sugerir, na medida em que o Deputado Ciro Gomes é autor do parecer que está examinando o projeto referente à destinação de royalties aprovado pelo Senado, tramitando na terceira e última Comissão em caráter terminativo na Câmara dos Deputados, quem sabe fosse interessante ele participar deste diálogo como autor do parecer. Deixo a idéia--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu acho que não tem sentido. Esse é um Projeto de Lei que altera o critério de repartição. Pode ser discutido na Audiência Pública, seguramente assim o fará. A audiência que está sendo pensada, hoje existe um critério técnico de repartição. Como é que se calcula a fronteira entre os Estados em função da localização dos postos(F)... Na audiência nós podemos discutir os critérios, mudanças de critérios e intervenções.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Está bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então aprovado os três requerimentos, e incluo também o Requerimento que vai tratar do Fundo de Participação dos Municípios. Peço também aprovação desse Requerimento. Quatro audiências que nós teríamos que fazer. Agora vamos à apresentação final do Presidente Eduardo Pereira Nunes para nós concluirmos essa nossa--

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Eu vou começar essa parte falando dos critérios de população e aí eu espero responder não só ao comentário do Senador Renato Casagrande, a pergunta do Senador Suplicy, a solicitação, o comentário feito pelo Senador Flexa Ribeiro, pelo Senador Antônio Carlos Valadares e pelo Senador Arthur Virgílio sobre a questão de população.

Primeiro, o Senador Arthur Virgílio, quando ele diz que ele ainda não foi recenseado, isso não é um problema. Porque o IBGE não entrevista as pessoas. O IBGE visita o domicílio. E no domicílio pergunta ao responsável pelo domicílio sobre as características da população. Eu até apresentei um dado onde cada vez mais a mulher, pelas suas responsabilidades na família e no trabalho, ela tem assumido essa responsabilidade.

Então, em geral quem responde o questionário do IBGE é aquela pessoa que reside e está freqüentemente na casa. Ou a mulher, ou filho com idade adulta para poder dar as respostas, e poucas vezes nós vamos encontrar o Senador Arthur Virgílio, porque certamente o seu domicílio de residência é em Manaus, e ele está sempre em Brasília. Então ele vai ser contado uma única vez. E nessa vez é o domicílio da sua família.

Então, cada qual vai estar sendo entrevistado num único lugar. E naquele lugar onde for apontado como seu domicílio permanente, todos os membros da família serão recenseados. Então é muito provável que não só o Senador Arthur Virgílio não tenha sido recenseado pessoalmente, como muitos dos outros que estão presentes aqui. Porém, o IBGE tendo a certeza de que o trabalho estava gerando uma série de dúvidas, e aí já respondendo ao questionário feito pelo Senador, o IBGE responde sim. Tanto é que a legislação e o Tribunal de Contas da União estabelece que o IBGE tem que entregar ao Tribunal de Contas da União o resultado da população no final do mês de setembro. E o IBGE eu pessoalmente acertei com o Ministro do Tribunal de Contas da União o adiamento da entrega da população por mais um mês para que o IBGE pudesse retornar a todos os domicílios, a todos os Municípios que questionaram a nossa população, nós fomos a campo e fizemos muitas alterações sim, não foram poucas não, foram muitas alterações inclusive no Município de Manaus que nós prosseguimos a coleta por mais duas semanas, até porque eu expliquei ao Senador Arthur Virgílio porque há no bairro de Ponta Negra, no Município de Manaus, um condomínio de população de alta renda onde a grande maioria dos moradores se recusavam a receber o entrevistador do IBGE para dar a resposta. Nós não terminamos o trabalho enquanto não conseguimos concluir aquela atividade. E para concluir, para ter a certeza de que no domicílio havia morador, eu pedi ao Ministro Paulo Bernardo para que intercedesse junto ao Presidente da ANEEL, a Agência Nacional de Energia Elétrica, para colocar o IBGE em contato com todas as empresas de energia elétrica para que essas empresas dessem ao IBGE o cadastro dos moradores ativos para nós verificarmos se no domicílio encontrado pelo IBGE e que o nosso recenseador declarava estar fechado, se a agência de energia elétrica informava ter havido consumo diferente do consumo básico da assinatura naquele mesmo domicílio. Quando a empresa de energia elétrica fornecia informação, o nosso recenseador retornava ao domicílio e fazia a entrevista. Por que então 444 Municípios tiveram queda de população? Bom, 444 tiveram queda, outros 400 Municípios tiveram aumento, e mais 1.300 Municípios também ganharão mais do que ganharam em 2007 porque perdem a redução do fator redutor que era aplicado pela legislação até o ano de 2007.

Então, a conta exata não é 444 perdem, 403 ganham. É 444 efetivamente perdem, 403 ganharão mais, e outros 1.300 ganharão o que já deveriam estar ganhando em 2006, 2004, 2005, e não ganham porque há uma lei que prorrogou a sua aplicação para o ano de 2008. Então no ano de 2008, o que diz a lei é que todos esses 1.700 Municípios terão que ganhar mais do que ganharam no ano de 2006. Concretamente 444 perderão.

Agora, o que nós precisamos também ter em mente é que a população brasileira não decresceu, e já respondendo ao Senador Suplicy, e aí eu vou dar os dados, em 2000, quando foi feito o censo demográfico, o Brasil tinha 169 milhões de habitantes. Em 2007, com a contagem da população, o Brasil atingiu 183 milhões e 900 mil. Hoje já são 186. Exatamente. Em julho do ano passado, eram 184.

Então, de 169 a 184, foram 15 milhões de habitantes novos no nosso País, novos para além daqueles que nesse período também morreram e outros que emigraram, tivemos um ganho populacional de 15 milhões de habitantes que dá mais de dois milhões de habitantes por Município. Entretanto, o Brasil é um País onde a sua população ainda não está estabilizada. 40% da população brasileira mora num Município diferente daquele que nasceu. Isso revela o fluxo migratório interno. A cada ano 15 milhões de pessoas mudam de Município e de cidade. Mudam de Município. Conseqüentemente eu preciso verificar para onde foram os 15 milhões que nasceram de 2000 para 2007, e como circularam aqueles 169 milhões que já existiam. E esse fluxo migratório mostra cidades crescendo e mostram cidades decrescendo. Concretamente eu tenho cidades com queda de população. O IBGE não é arrogante a ponto de não aceitar nenhuma explicação. O IBGE inclusive prorrogou a sua coleta por mais um mês para atender a todas as solicitações. Atender não significa rever e mudar o número em todas. Muitas foram mudadas e eu vou encaminhar inclusive o relatório para o Senador Mercadante para que possa fazer a distribuição para todos os membros dessa Comissão para poder ver qual foi a publicação inicial feita pelo IBGE em 30 de setembro e a enviada em 14 de novembro para o TCU com as alterações.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, eu posso interromper o convidado?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não, Senador Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Dr. Eduardo, eu compreendo que o IBGE é uma instituição no Brasil muito respeitada, sem dúvida alguma, mas no que diz respeito aos assuntos a que eu me referi, pelo menos em relação a aqueles dois Municípios, o IBGE deixou muito a desejar. Porque veja, o Município de Simão Dias, Estado de Sergipe, recebeu do Prefeito de Paripiranga que estava ganhando quatro povoados, um documento afirmando que jamais aqueles povoados pertenceram a território de Paripiranga no Estado da Bahia. E toda a defesa foi feita... Não foi com base na informação do Prefeito vizinho. A defesa foi feita com base num território que existia há mais de 30 anos. E que nunca foi contestado. Investimentos altíssimos foram feitos pelo Governo do Estado, pelo Governo do Município e nada disso foi levado em consideração. Apenas um satélite chegou ali e determinou. E o recurso que foi feito pelo Prefeito municipal, e não consta, pelo menos não me chegou essa informação de que o IBGE tivesse feito um outro levantamento. Eu não me recordo. Pelo menos essa é a informação que eu recebi do Prefeito de Simão dias. O recurso foi feito, o Tribunal de Contas deu uma liminar, pela primeira vez, eu acho, deu uma liminar e determinou ao IBGE que confirmasse ou não os levantamentos feitos. E V.Exª confirmou. Agora não sei se antes dessa confirmação o IBGE esteve lá no Município para fazer um novo levantamento.

Então, é isso que eu achei. Que a decisão que V.Sª tomou foi uma decisão irrecorrível, do ponto de vista administrativo. Foi preciso o prefeito entrar na justiça, esse caso está na justiça. Porque o Prefeito não se conforma que tenham sido retirados quatro povoados que tradicionalmente eram pertencentes ao Estado de Sergipe.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria sugerir a V.Exª depois encaminhasse formalmente ao Presidente essa informação e evidentemente na Audiência Pública nós trataremos no caso específico.

Vamos agora concluir a nossa intervenção e faremos essa discussão da repartição da população nos Municípios que é de grande interesse, de pelo menos 400 Municípios que perdem e 1.400 que ganham. Porque nós fizemos a aprovação daquela lei, inclusive eu participei diretamente, com a informação de que não havia... Que havia consenso no Governo sobre aquele encaminhamento. E na realidade estou vendo que não havia consenso com o IBGE de adiar o critério de repartição, nós acabamos prejudicando 1.400 cidades. Mas de qualquer forma trataremos com profundidade esse tema na audiência específica.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Então eu gostaria de voltar à pergunta do Senador Suplicy sobre os motivos da alteração das projeções de população.

Bom, para antes da contagem efetuada em 2007, o IBGE trabalhava com parâmetros de evolução de-

mográfica apoiados no censo de 2000, no censo de 91 e censos anteriores, e com algumas características importantes. Primeira delas, o número médio de moradores por domicílio no Brasil no ano de 2000 era de 3,92 moradores. Tanto é que todos os senhores sabem, a gente sempre quando fala sobre domicílio, qual é a conta que se faz? Quatro moradores para cada casa. E essa conta de quatro moradores para cada casa vem desse número 3,92 moradores por domicílio. Entretanto, a contagem da população revelou que no lugar de 3,92 moradores por domicílio, nós encontramos 3,55 moradores por domicílio. Multiplicando essa diferença de 0,4 por 50 milhões de domicílio, nós vamos encontrar a diferença entre os 189 milhões que o IBGE projetava anteriormente para o ano de 2007 e chegamos não a 189, mas a 184. Primeiro fator explicativo. O número médio de moradores por domicílio diminuiu. Logo, a projeção de população tem que ser revista. Revista também, porque a taxa de fecundidade alterou. Por isso que quando o senhor citou 2,2, eu comentei, não é 2,2, já é 2,0. E essa taxa era de 2,3 no censo demográfico de 2000. Então o número médio de filhos que a mulher brasileira tem está diminuindo.

Então, se cada mulher tem um número médio de filhos e inclusive os arranjos domiciliares e matrimoniais e familiares no País estão mudando. E cada vez eu tenho mais domicílio com um único morador, já são 9% de domicílios no País com um único morador, isso já é outra indicação de que a taxa de fecundidade brasileira vai continuar decrescendo. E essa é uma tendência, voltando à questão que o senhor colocou sobre os programas de garantias sociais, numa sociedade com a fecundidade crescendo, com a urbanização atingindo 84% da população, com a mulher entrando cada vez mais no mercado de trabalho e com os conhecimentos de todas as práticas de planejamento familiar e de práticas anticoncepcionais, a garantia de renda não é garantia de reprodução da família. Até porque essa família hoje é mais informada, mais consciente e pode fazer mais escolhas. Portanto, o filho indesejado haverá de diminuir. Indesejado no sentido de não ter sido planejado. Haverá de diminuir. Conseqüentemente esse hábito não muda só porque a família ganha mais ou ganha menos. Principalmente porque não ganhará também nenhuma fortuna. E como o Senador Casagrande perguntou a respeito do impacto desses programas de renda mínima do Governo sobre o padrão de consumo da população, nós precisamos lembrar que uma família recebe no máximo pelo Programa Bolsa Família 95 reais. Então 95 reais ela não vai comprar um iate, não vai comprar televisores, não vai fazer turismo no exterior. Ela vai comprar alimento, produto básico de subsistência para ela e para a própria família.

Então, isso garante melhores condições de vida para a população de renda mais baixa sem causar impacto excessivo sobre o consumo, sobre o ritmo de crescimento da economia e muito menos sobre a inflação. Essa lógica não existe.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Agora o valor máximo, se me permite, é 172, por quê?

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Porque tem os outros programas somados...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): 54 mais 58 mais 30 e mais 30.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Exato. Somando são 178 por família.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com maior renda haverá maior conhecimento, maior planejamento e assim por diante.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Justamente, e por conseguinte menor a desigualdade social. Nós temos que fazer escolhas. Se nós queremos reduzir o padrão de desigualdade, se nós queremos tirar o Brasil do clube dos países mais desiguais, e colocá-lo também do ponto de vista social como já estamos, do ponto de vista econômico com os mais desenvolvidos, teremos que desembolsar recursos. E os recursos gastos hoje com esse tipo de programa têm apresentado resultados eficazes, sim. Eu não posso adiantar agora, porque o IBGE sexta-feira vai publicar o suplemento da PNAD de 2007, da PNAD de 2006 sobre os programas de transferência de renda e o seu impacto sobre o trabalho infantil, sobre a educação e sobre a organização do trabalho da mulher dentro dos domicílios. Nós vamos observar influencia positiva. Sexta-feira.

Então, é uma ação que vem se dando há muitos anos e que vem apresentando resultados. Os resultados são muito mais efetivos do ponto de vista social do que do ponto de vista econômico imaginar que haverá bolha de consumo ou escassez de produtos na economia porque essa parcela da população está sendo pela primeira vez inserida ao mercado consumidor. Eu pessoalmente não acredito nessa hipótese.

Entretanto, como o crescimento da economia cresce e o consumo cresce em todas as faixas de renda, e não só da população de baixa renda, é claro que a preocupação entre oferta e demanda tem que estar presente, e se não houver a correspondência concreta, pode haver escassez e, portanto, pressão inflacionária. Pode. Mas nada indica que esteja acontecendo. Por que não? Primeiro porque embora como o senhor citou o nosso saldo da balança comercial esteja caindo, quando nós vamos olhar para a balança comercial, o que nós percebemos é uma compra crescente não só

de bens de capital, mas de bens de produção, vale dizer, máquinas, equipamentos e insumos. As máquinas e equipamentos geram capacidade produtiva futuro, e os insumos a capacidade produtiva no presente. Importações de bens de consumo também estão acontecendo. E é claro que o preço que se paga por isso é uma redução do superávit na balança comercial.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): É só sobre aqueles 17%, quanto seria aproximadamente o crescimento dos bens de capital?

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Olha, eu não posso lhe dizer aqui porque não estou com esse número na cabeça. Mas eu dou a informação pela taxa de investimento da economia. A economia brasileira no ano de 2007 realizou... Cresceu a sua taxa de investimento em 13,4%. E são quatro anos consecutivos de crescimento acelerado da taxa de investimento da economia. Uma parte é de produção interna, outra parte de produto importado.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): [pronunciamento fora do microfone] e pediu desculpas ao Dr. Eduardo por não estar presente porque ele está preso em São Paulo em função do tráfego aéreo, de clima, não sei exatamente qual a razão.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Tá. Então, para encerrar, Senador, só queria dar o esclarecimento--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Dado o burburinho no Plenário, está preso pelo tráfego aéreo. Pra ficar bem explícito pela história do Senador Tasso Jereissati não podia ser outro motivo. Ele está propondo um seminário de Presidente do IBGE Eduardo Pereira Nunes e a Subcomissão para tratar de assuntos referentes à Reforma Tributária.

Então, é o Requerimento também que nós estamos aqui apresentando a ser encaminhado posteriormente. Pediria para o nosso Presidente concluir a sua intervenção.

Queria só terminar dizendo, eu fiz mestrado em economia na UNICAMP com o Eduardo há 30 anos atrás. Pouco mais de 30. E nesses 30 anos, se a gente observar com uma certa atenção...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, não. São seus olhos. Precisa trocar a lente porque já não está enxergando tão bem. [risos] E nós fizemos mestrado, ele já era profissional do IBGE, já era especialista em métodos quantitativos, estatística, econometria, matemática, cálculo, sempre gostou dessa área, e desenvolveu toda sua vida profissional dentro do IBGE. Então é um profissional e conhece profundamente a instituição que está dando um grande impulso. Trouxe aqui uma apresentação de quem viveu com muita intensidade esses dados econômicos, sociais e demográficos, e parte desse entusiasmo que ele expressa na apresentação é meu também. Acho que são muito raras as conjunturas nesses 30 anos de história em que a gente combina democracia com o crescimento sustentável, com aumento da taxa de investimento, com melhoria nos indicadores sociais, demográficos, e que mostra que a trajetória do País é uma trajetória de aumentar produção ao longo dessa história, de melhorar os indicadores demográficos, sociais, e principalmente a melhora na distribuição de renda que eu acho que é fato absolutamente novo na história recente do Brasil e um grande, eu diria resultado que nós começamos a apresentar mudando os critérios de repartição da renda, diminuindo as desigualdades no País. E principalmente nesses dois últimos anos pela primeira vez em 60 anos a taxa de crescimento é maior que a taxa de inflação.

Eu me lembro uma apresentação anterior do Eduardo mostrando que de 1980 a 1994, nós tivemos 23 trilhões de pontos percentuais de inflação. A mais longa hiperinflação da história documentada. E conseguimos conquistar estabilidade da economia, estabilidade monetária e agora temos uma taxa de crescimento acima da inflação que eu acho que é uma grande conquista do povo brasileiro, da sociedade brasileira.

E com isso encerramos a nossa audiência, agradeço ao Presidente Eduardo e exatamente por essa consistente e competente apresentação do seu trabalho. Você já viu que já tem várias audiências e vai voltar para tratar de temas mais polêmicos, mas igualmente relevantes. Agradeço a todos e bom dia.

Só queria comunicar também a indicação do Senador Osmar Dias para integrar a Subcomissão Temporária da Reforma Tributária como membro suplente na vaga do PMDB.

Sessão encerrada às 12h36.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 05 DE MARÇO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e vinte minutos, do dia cinco de março de dois mil e oito, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência do Senhor Senador **FLÁVIO ARNS,** com a presença dos (as) Senadores (as) **PAULO PAIM**, **MARCELO CRIVELLA, INÁCIO ARRUDA,**

JOSÉ NERY, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, JAYME CAMPOS, KÁTIA ABREU, EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES, GIM ARGELLO, EXPEDITO JÚNIOR, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, IDELI SALVATTI, MAGNO MALTA, NEUTO DE CONTO, ADELMIR SANTANA, ROMEU TUMA, CÍCERO LUCENA e MARISA SERRANO. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Justificam a ausência as Senadoras Patrícia Saboya, Rosalba Ciarlini e o Senador João Durval. O Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Presidente comunica a todos que o item 12, referente aos Projetos de Lei do Senado nºs 276 e 641 de 2007, fica retirado de pauta para atender leitura de requerimento de tramitação conjunta, conforme Oficio do SF/229, de 2008, do Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Filho. Comunica ainda que, a pedido do relator Senador Augusto Botelho fica retirado de pauta o Projeto de Lei do Senado nº 657, de 2007, item 07, para reexame. Passa-se à apreciação das matérias. **ITEM 12 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 345, DE 2007** "Altera dispositivos da Lei nº 10.820, de 2003, e da Lei nº 8.213, de 1991, para limitar em vinte por cento, da remuneração ou do benefício disponível, o desconto de pagamento de valores referentes a empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil a idosos que percebam até três salários mínimos, e dá outras providências". **Autor:** Senador Paulo Paim. Tramitando em conjunto com **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 276, DE 2007** "Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para permitir ao titular de benefício do Instituto Nacional do Seguro Social solicitar o bloqueio de seu registro, para impedir descontos decorrentes de operação de crédito consignado". **Autor:** Senador Valdir Raupp. **Relator:** Senador Gim Argello. **Parecer:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2007, e pela aprovação, com as emendas a seguir apresentadas, do Projeto de Lei do Senado nº 345, de 2007. **Resultado: Retirado de pauta para atender OF./SF 229/2008 da Mesa, do Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Filho, de leitura de requerimento de tramitação conjunta. ITEM 07 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 657, DE 2007** "Altera a Lei nº 1.075, de 27 de março de 1950, que dispõe sobre a doação voluntária de sangue, para isentar os doadores voluntários de sangue do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos". **Autor:** Senador Inácio Arruda. **Relator:** Senador Augusto Botelho. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto. Resultado: **Retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame**. **ITEM 03 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, DE 2003** "Dispõe sobre o percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais e os critérios de sua admissão, nos termos do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal". **Autor:** Senador Rodolpho Tourinho. **Relator "ad hoc":** Senador Jayme Campos. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado: Aprovado o parecer com as duas emendas apresentadas. A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para prosseguimento de sua tramitação. ITEM 09 – REQUERIMENTO Nº 04, DE 2008 – CAS** "Nos termos regimentais, requeiro seja realizada nesta Comissão audiência pública para contribuir com o debate e instrução do Projeto de Lei do Senado nº 658, de 2007, que atualiza a regulamentação do exercício da profissão de Economista e dá outras providências. Para tanto, solicitamos sejam convidadas as seguintes personalidades: Dr. Pedro Calmon Pepeu Garcia Viera Santana, Presidente do Conselho Federal de Economia (COFECON); Dr. Raimundo César Britto Aragão, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Dra. Maria Clara Cavalcante Bugarim, Presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC); Adm. Roberto Carvalho Cardoso, Presidente do Conselho Federal de Administração (CFA)". **Autores:** Senadores Expedito Júnior e Flávio Arns. **Resultado: Aprovado. ITEM 10 – REQUERIMENTO Nº 05, DE 2008** "Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2.º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do Regimento Interno da Casa, requeiro a realização de Audiência Pública com vistas a discutir "O salário mínimo e sua importância, bem como o seu impacto na sociedade, principalmente na renda dos aposentados." Para tanto, gostaríamos que fossem convidadas as autoridades representativas dos Ministérios do Trabalho e da Previdência, das Centrais Sindicais, das Confederações dos Trabalhadores, da COBAP, dentre outras a serem definidas pela própria Comissão". **Autor**: Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado. ITEM 13 EXTRA-PAUTA – REQUERIMENTO Nº 07, DE 2008 – CAS** "Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, audiência pública com a finalidade de homenagear o estudante RICARDO OLIVEIRA, que ganhou a sua segunda medalha de ouro nas Olimpíadas Brasileiras de Matemática das Escolas Públicas, solicitando também que o comparecimento do convidado seja custeado por esta Casa Parlamentar". **Autor:** Senador Eduardo Azeredo. **Resultado: Aprovado. ITEM 11 – REQUERIMENTO Nº**

06, DE 2008 – CAS "Requeiro, nos termos do art. 93, incisos I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública Conjunta, entre as Comissões de Assuntos Sociais – CAS e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, objetivando instruir o Senado da República sobre quais as melhores alternativas para incrementar o processo de adoção de crianças no Brasil, cuja audiência deverá contar com a participação dos seguintes convidados: Srª. Elizabete Borgianni – Conselho Federal de Serviço social; Srª. Carmem de Oliveira – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA; Representante do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Representante da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal; Chefe da Promotoria de Defesa do Cidadão – Ministério Público; o Juiz Francisco Oliveira Neto, Vice-Presidente da Associação dos Magistrados do Brasil – AMB; o Dr. Ciro Darlan e os demais convidados, cujos nomes o Senhor Senador Magno Malta encaminhará a esta Comissão". **Autores:** Senadores Inácio Arruda e Paulo Paim. **Resultado: Aprovado.** O nome do Dr. Ciro Darlan foi acrescentado ao requerimento por sugestão do Senador Marcelo Crivella. **ITEM 05 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2007** "Concede, a título de indenização decorrente de responsabilidade civil da União, pensão especial à dependente de Roberto Vicente da Silva". **Autor:** Externo Presidente Da República. **Relator:** Senador Romeu Tuma. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Aprovado o parecer e o requerimento de urgência, apresentado pelo relator, Senador Romeu Tuma (item 14, extra-pauta). ITEM 14 EXTRA – PAUTA – REQUERIMENTO Nº 08, DE 2008 – CAS** "Nos termos do art. 336, II, solicito urgência para o PLC 108 de 2007". **Autor:** Senador Romeu Tuma. **Resultado: Aprovado.** O Senador Gim Argello solicita à Comissão que seja feito levantamento sobre os projetos que nela tramitam a respeito de pensão, benefícios e indenizações devidas pela União decorrentes de responsabilidade civil. Ao final da reunião o Senador Flávio Arns comunica que a pedido do relator Senador Augusto Botelho, os itens 01 e 06 são retirados de pauta para reexame. Os itens 02, 04 e 08 ficam adiados. Fizeram uso da palavra os Senadores Papaléo Paes, Jayme Campos, Paulo Paim, José Nery, Marcelo Crivella, Eduardo Azeredo, Magno Malta, Romeu Tuma e Gim Argello. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e cinqüenta minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhor Senador Flávio Arns, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senador FLÁVIO ARNS, Presidente em exercício.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

3ª REUNIÃO EXRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA DO SENADO FEDERAL, REALIZADA NO DIA 05 DE MARÇO DE 2008, ÀS 11 HORAS E 21 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Senadores e senadoras que aprovam, queiram permanecer como se acham. Aprovado.

Lembro a todos que a nossa Presidente, Senadora Patrícia Saboya ainda se encontra em licença médica, tendo em vista a pequena cirurgia a que foi submetida na semana passada. Como a Senadora Rosalba Ciarlini que é a nossa vice-presidente está em, está em viagem oficial autorizada pelo Senado, inclusive, foi-me solicitado que presidisse a presente reunião que eu faço com prazer e com alegria em função da importância de todos os assuntos que habitualmente são tratados nesta reunião, aliás, como foi bom o assunto também, boa a reunião no dia de ontem para o acompanhamento da convenção quadro sobre o uso do tabaco, sobre os esforços que vem sendo feitos, inclusive no Brasil nesta semana e o Senador Papaléo Paes, que é o Presidente da Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde presidiu a reunião, inclusive, fez, V.Exa., um pronunciamento no Plenário do Senado sobre esse mesmo tema no dia de ontem, mas parabéns pela bela reunião que aconteceu no dia de ontem sobre o uso do tabaco. E foi levantado também na ocasião a necessidade de se ter uma legislação adequada a respeito do álcool, do uso do álcool, da propaganda do álcool.

V.Exa. se referiu a esse assunto e tenho a impressão de que é um desejo de toda a sociedade que, a exemplo do que aconteceu com o cigarro, também nos dediquemos a questão do álcool e os prejuízos, as dificuldades que isso pode trazer para a saúde da nossa população. Não sei se V.Exa. quer fazer algum comentário sobre a reunião de ontem?

Seria talvez interessante para deixar registrado para o Plenário dêsta Comissão.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Nós, Sr. Presidente, senhores Senadores, todos os presentes,

realmente, ontem nós tivemos aqui uma reunião que foi uma reunião programada com pouca antecedência.

Graças aos trabalhos da secretaria, da Comissão de Assuntos Sociais, foi possível termos o belíssimo encontro aqui e discutirmos os temas relacionados com V.Exa. e temos a honra de contar com a presença de V.Exa., do Senador Augusto Botelho e outros senadores que fizeram com que nós pudéssemos ser esclarecidos através de respostas a perguntas de V.Exas. sobre algumas questões importantes.

Tivemos a honra de ouvir que Brasil é um dos países mais avançados na legislação antitabagismo relacionadas ao tabaco. Claro que temos que ter as responsabilidades sociais, mas as responsabilidades de saúde são maiores ainda e alguns questionamentos feitos, inclusive me chamaram a atenção, que são questionamentos pertinentes que eu, como médico, pouco, assim, tinha me atentado para isso, para a questão financeira, econômica da situação. Ou seja, o tabagista ele tem que pagar pelo seu tratamento do futuro que com certeza futuramente ele terá alguma lesão crônica, seja lá de pulmão, de coração, seja de que órgão for, mas terá alguma lesão e ele tem que pagar por isso não toda a sociedade que fez uma outra opção pelo não uso do tabaco. Enfim, isso aí me chamou atenção, isso aí é um caso extremamente importante, mas o fundamental de tudo é que nós tenhamos, continuemos avançando cada vez mais para evitarmos o estímulo daquelas crianças, daqueles adolescentes para o uso do tabaco, isso tem que ser muito bem tratado e aproveitamos a ocasião para tratarmos de outro assunto tão importante quanto o uso do tabaco que é a questão do álcool. O álcool é um assunto importantíssimo que precisa ser debatido, claro que o governo tomou uma medida de impacto, agora, uma medida que realmente está sendo questionada pelo lado social de algumas famílias, alguns comerciantes, mas nós temos que começar de qualquer maneira esse impacto grande trazendo prejuízo para muitos, mas tenho certeza que isso vai sendo adaptado a realidade e nós vamos ultrapassar essas dificuldades, mas isso serve para que nós tenhamos, assim, uma grande responsabilidade e direcionamento para este assunto, o álcool.

Eu sei que o nosso Ministro da Saúde, o Ministro Temporão, ele foi muito atacado porque realmente é um conglomerado muito forte, a indústria do álcool é muito forte, tem muito poder financeiro e foi muito atacado quando começou a iniciar o processo de controle das propagandas sobre, principalmente no caso a cerveja na televisão. Então ele foi muito atacado, mas nós temos que dar todo o apoio a ele para que nós, de uma maneira muito equilibrada, possamos começar a avançar no sentido de que nós não tenhamos nenhum meio através de órgãos que são, concessões públicas, quer dizer, o governo concede, faz a concessão pública para uma rádio e para uma televisão para ela, através de propagandas que incentivam o consumo do álcool, venham a trazer prejuízo para a própria população, para a saúde da população e para o próprio governo. Então nós temos que avaliar muito bem isso e realmente eu sou um dos adeptos desse programa rigoroso que tem que ser feito para que nós não tenhamos os nossos jovens com idade mais, cada vez menores, mais baixas, buscando o álcool, porque eu busco o álcool hoje, amanhã é a maconha, depois é o crack, depois é cocaína e assim por diante. Então o álcool, ele normalmente é o que puxa todos esses outros consumos nocivos à saúde do ser humano.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Senador, me permite um apartezinho?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pois não, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não. Senador Jayme Campos, com o aparte.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Senador Papaléo, é louvável, naturalmente, a ação o que governo está fazendo em relação ao uso de bebida alcoólica nas margens da BR neste país uma vez que são conjunto de ações que tem que ser tomadas, há de convir comigo de que vão continuar vendendo de forma clandestina, de forma, naturalmente fora da legalidade. Eu acho que são ações pertinentes que estão primeiro, não permitir a vida de bebida alcoólica nas margens da BR, mas sobretudo que eu acho fundamental, Presidente Flávio Arns, é que de que o governo também tem que melhorar as nossas rodovias federais.

Lamentavelmente os dados estatísticos da grande maioria é fruto de uma política de infra-estrutura no Brasil que fundamentalmente nós precisamos ter nas melhorias das rodovias, na duplicação das pintas, nas concessões das estradas que certamente é importante que o governo por si só ele é impotente para resolver as demandas de problemas que hoje nós temos, naturalmente as obras estruturantes do país. Só dar um dado estatístico que eu ouvi hoje, hoje ou ontem a noite, Senador Paulo Paim, este ano a previsão de aumento de vendas de álcool, de entrega dos nossos fabricantes de carros no Brasil é de 5 milhões de carros. Ora, as nossas estradas vão ficar insuportáveis e, por conseguinte, vão aumentar, com certeza, o número de acidentes e o governo tem que tomar uma série de medidas, não só combatermos a venda de bebida alcoólica nas margens das BRs, melhorar as nossas rodovias, buscar um transporte intermodal melhor que

existe hoje que lamentavelmente não se investe em hidrovia, não se investe em ferrovia e assim por seguinte, de maneira que nós temos que, de forma conjunta, interativa, buscar essa integração para que só assim, nós melhoramos, ou seja, diminuirmos o número de acidentes que hoje, lamentavelmente é um número maior de acidente de mortes do que a própria guerra do Iraque que está travada entre os Estados Unidos e outros países em relação ao governo iraquiano que então existia lá. De forma que eu acho louvável, são providências que tem que ser tomadas, todavia, não é só a proibição de venda de bebidas nas rodovias federais, mas sim um conjunto de ações que tem que ser tomadas por parte do Governo Federal. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu agradeço a sua intervenção, exatamente porque complementa o que eu, a minha intenção de fala, pelo menos. E lembrando também, Sr. Presidente, que não é o motorista de caminhão, o motorista de ônibus, o motorista profissional que usa o álcool na estrada não. Que esse motorista, ele está usando infelizmente é estimulante, porque ele sabe que se ele usar o álcool vai dar sono, vai dormir. Ele não pode dormir, porque o salário dele é pequeno, ele tem que trabalhar 30 dias por mês. Então o que é que ele está usando? Está usando é droga mesmo, estimulante para poder mantê-lo acordado a noite inteira e ele sabe que o álcool tem o seu período de estimulação do organismo, de excitação do organismo e depois vem o quadro depressivo, por isso ele não usa o álcool. Então, tem que haver realmente um conjunto de ações, essa ação foi muito de sopetão para dar satisfação eu acho que à opinião pública, concordo, mas teria que ter alguns pré-requisitos aí importantes, mas que pelo menos serve para chamar a atenção e passemos a discutir com responsabilidade quanto a isso. Agradeço a V.Exa. pela sua participação ontem brilhante e quero dizer que a nossa Subcomissão tem uma ação importante na área da Saúde, das questões sociais do nosso país através do Senado Federal. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero destacar isso também, porque essa Comissão de Assuntos Sociais tem várias subcomissões e uma delas, justamente nessa área tão fundamental como é a questão da saúde e o debate de ontem foi extremamente proveitoso com as ações, uma análise, uma reflexão sobre como vem sendo implantada a convenção quadro para controle do uso do tabaco e o debate foi muito interessante e nesse debate surgiu, sem dúvida, mais uma vez, a necessidade, justamente de abordarmos a questão do álcool, não só do ponto de vista, como o Senador Jayme Campos colocou muito bem, da proibição, que seria um aspecto, mas da propaganda, das implicações para a saúde da criança e do jovem tendo acesso a álcool, também, inclusive, violação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, o Ministério da Saúde, inclusive, já tem os CAPS que são Centro de Atendimento Psicossocial, AD álcool e drogas, e o álcool levando a distúrbio mental, distúrbio psíquico, problema de comportamento, desestruturando famílias e uma propaganda sempre associada a alegria, sucesso, a bem-estar e a gente sabe que é uma propaganda, na verdade, no fundo, enganosa. Enganosa, porque não é isso que o álcool proporciona à população. Quer dizer, toda uma despesa, toda uma discussão, todo um mal-estar que vem causando na sociedade. Então, é um debate que deve ser feito nesta Comissão e na Subcomissão também. Não sei se o Senador Paulo Paim havia solicitado a palavra?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só uma consideração muito rápida, eu acompanhei o debate da convenção quadro, até porque o Rio Grande do Sul é um dos maiores produtores de do fumo, da plantação de tabaco no Brasil. O Brasil é o segundo maior produtor do mundo e dentro do Brasil, o Rio Grande do Sul é o maior produtor. Fizemos um bom debate na época porque havia um movimento para não aprovar, inclusive, a Convenção Quadro que acabamos aprovando por unanimidade aqui no Senado, mas fazendo um debate, inclusive no, lá no meu Estado. Eu, cada vez me convenço mais que nós temos que fazer o que eu chamaria de a propaganda contrária, existe hoje na questão do álcool, por exemplo, uma propaganda abusiva, um incentivo a essa dependência que o álcool é uma dependência química e eu concordo na íntegra com o Senador Papaléo, inclusive tem situações, inclusive, na minha família que tudo começou com o álcool e todo mundo sabe, deu no que deu. Por isso que eu entendo que deveria haver uma propaganda agressiva do governo contra a bebida de álcool. E coisa que até o momento eu não vi acontecer ainda, pelo contrário, existe é a propaganda como se álcool fosse uma coisa positiva. É preciso que haja uma propaganda, só você proibir que na beira da estrada não se venda, o camarada compra na esquina, ele só dobra na esquina e compra e acaba tomando, infelizmente, eu acho que foi de fato uma postura ousada do governo para dar um choque na sociedade, mas para mim a questão é muito mais de educação, tanto do álcool como do cigarro que também tem que ter uma propaganda ostensiva para demonstrar o quanto que o cigarro mata, como o álcool mata e só para concluir a questão do trânsito, Senador, que mata tanta gente nesse país também, nós temos que apostar mais no transporte coletivo, porque cada vez mais a gente sonha que o

brasileiro tenha uma condição de vida, qualidade de vida, renda e se calcula 180 milhões de brasileiros dirigindo, em São Paulo o rodízio já não resolve mais nada, o congestionamento é o mesmo e os acidentes aumentam cada dia que passa. É preciso também que nesse país a gente qualifique o transporte coletivo, o transporte de massa como uma forma, inclusive, de evitar o número de acidentes. É só uma contribuição a esse debate. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Dando continuidade então a nossa pauta, comunico a todos que o Item 12 referente aos projetos de lei do Senado número 276 e 345 de 2007, o Item 12 fica retirado de pauta para atender leitura de requerimento de tramitação conjunta, conforme ofício SF/229 de 2008 do Excelentíssimo Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Filho. A pedido do Senador Augusto Botelho, Relator do PLS 657 de 2007 fica retirado de pauta o Item 7 para reexame.

Se nós observarmos a nossa pauta, o Item de nº 1 é de natureza não terminativa, o Relator, conversei com ele hoje cedo ainda, ele deve estar chegando, Item 2 é de natureza terminativa, podemos deixar um pouco mais para frente, o Item 3 é de natureza não terminativa e esta matéria já constou da pauta da reunião de 27 de fevereiro de 2008, sendo adiada a sua deliberação. Então eu pediria nesse sentido que o Senador Jayme Campos, que já foi consultado, que pudesse, como Relator *ad hoc*, apresentar o relatório. Este Item 3, que é o Projeto de Lei do Senado número 382 de 2003, dispõe sobre o percentual dos cargos, empregos públicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais e os critérios de sua admissão nos termos do inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal. É de autoria do Senador Rodolpho Tourinho quando era Senador e um grande Senador, diga-se de passagem, e tem como Relator o Senador Expedito Júnior, agora o Senador Jayme Campos como Senador, como Relator *ad hoc*, e o parecer é pela aprovação do projeto com duas Emendas que apresentam. Em 14/09/2005 a matéria recebeu parecer favorável com duas Emendas da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania. A matéria irá à Comissão de Direitos Humanos presidida pelo Senador Paulo Paim, e Legislação Participativa para o prosseguimento de sua tramitação. Então, concedo a palavra ao Senador Jayme Campos para proferir o seu Relatório.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, senadores e senadoras presentes, eu imagino que, eu acho que dispensa até a leitura do relatório irei pelo voto e naturalmente as Emendas proposta pelo Senador Expedito Júnior. Se V.Exa. concorda e demais senadores, por ter conhecimento da matéria eu caminharei como Relator *ad hoc* o voto e naturalmente as Emendas. Voto: Diante do exposto voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado número 382 de 2003 com as seguintes Emendas. Substitua-se no texto PLS número 382 de 2003 as expressões portadores de, por com, não portadores, ou seja, abre parêntese, não portadores de, fecha parênteses, sem, abre e fecha parênteses, abre parênteses necessidades especiais por deficiência efetuando-se os ajustes gramaticais necessários e inserindo a palavra pessoas antes das expressões substituídas no caput do art. 1º no art. 6º, Emenda inclua-se os seguintes parágrafos ao art. 1º do PLS 382 de 2003 na redação aprovada pela Emenda nº 1 CCJ.

Art. 1º, § 1º, os candidatos aprovados do concurso são detentores de mera expectativa do direito à nomeação que obedecerá rigorosamente a ordem de classificação e o prazo de validade do concurso ou de sua prorrogação.

§ 2º, os aprovados dentro do número das vagas de que trata o caput obedecidas as demais exigências legais para investidura no cargo ou emprego público, serão nomeados alternadamente com ou sem deficiência.

§ 3º, aplica-se o disposto no parágrafo anterior os aprovados em número excedente ao de vagas oferecidas no concurso.

§ 4º, a vaga decorrente de nomeações tornada sem efeito será objeto de nomeação de novo candidato aprovado no mesmo grupo, obedecida a ordem de classificação.

§ 5º, havendo sobre entre as vagas do que se trata o caput, sem que haja candidatos para investidura, serão elas aproveitadas para o grupo de candidatos aprovados sem deficiência. Esse é o voto do Senador Expedito Júnior como o Relator da matéria, é meritório e é digno da aprovação de todos os membros desta Comissão. É o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço o Senador Jayme Campos. Está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer pela aprovação do Projeto de Lei do Senado número 382 de 2003. Os senhores senadores e senhoras senadoras que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Comissão, então, de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Passamos ao Item 9 da pauta, que é o requerimento do Senador Expedito Júnior que não está presente, mas eu subscrevo também junto com o Senador para que possa ser apreciado. Nos termos regimentais requeiro, seja realizada nesta Comissão Audiência Pública para contribuir com debate e instrução do Projeto de Lei do

Senado número 658 de 2007 que atualiza a regulamentação do exercício da profissão de economista e dá outras providências. Para tanto, solicitamos, sejam convidados as seguintes personalidades: Dr. Pedro Calmon Pepeu Garcia Vieira Santana, Presidente do Conselho Federal de Economia, COFECON, Dr. Raimundo César Brito Aragão, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB; Dra. Maria Clara Cavalcante Bugarim, Presidente do Conselho Federal de Contabilidade; Dr. Roberto Carvalho Cardoso, Presidente do Conselho Federal de Administração. Em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senhores senadores, senhoras senadoras que concordam, permaneçam como estão. Aprovado.

Item nº 10 da pauta, requerimento de autoria do Senador Paulo Paim, com fundamento no disposto no art. 58 § 2º inciso II da Constituição Federal combinado com o art. 90, inciso II do regimento interno da Casa, requeiro a realização de Audiência Pública com vistas a discutir "o salário mínimo e sua importância, bem como seu impacto na sociedade, principalmente na renda dos aposentados." Para tanto, gostaríamos que fossem convidadas as autoridades representativas dos Ministérios Públicos do Trabalho e da Previdência, das centrais sindicais, das Confederações dos Trabalhadores, da COBAP, dentre outras a serem definidas pela própria Comissão. Em discussão o requerimento do Senador Paulo Paim a quem eu passo a palavra, inclusive, como autor.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, V.Exa., ontem ainda participou do debate sobre esse tema no Plenário, a minha preocupação nessa Audiência Pública é a situação dos aposentados e pensionistas porque mal ou bem, graças a essa Casa, ao Senado, enfim, também à Câmara, nós temos hoje uma política de recuperação do salário mínimo que está respaldado no 42 e também na MP que é uma reprodução do projeto 42, mas tanto na 42 quanto que é uma MP ficaram fora os aposentados em matéria de recuperação de perdas acumuladas, o que vinha acontecendo com o salário mínimo.

O salário mínimo está recebendo mais ou menos um reajuste de 10%, o aposentado vai receber somente 5%. A situação dos aposentados é desesperadora, por isso que nessa audiência pública eu quero, inclusive, que as centrais sindicais, as Confederações e entidades de aposentados discutam esse tema. Não dá para você discutir salário mínimo e não discutir a situação dos idosos, dos aposentados nesse país. Por isso, nessa audiência, além de discutir a questão dos aposentados, nós vamos discutir o famigerado fator previdenciário que é aquele que vai pegar todo mundo, quem está em casa nesse momento assistindo de uma forma ou de outra e que trabalha, não sabe que no ato da sua aposentadoria ele terá um redutor de 40% devido ao fator previdenciário. Por isso que eu vinculei salário mínimo, aposentadorias para esse debate. Há um movimento já no Plenário no Senado do qual eu estou integrado totalmente que se a Casa não deliberar em cima dos 58 não deliberar que é dos aposentados, em cima da 42, em cima da MP, estendendo a mesma política que a gente pense até, eu digo, há um movimento no Senado de termos uma vigília fora do Congresso e dentro do Congresso até que a matéria vá a voto. Os aposentados só querem que se votem. Como a votação não é secreta, vamos votar cada um diga se é favor ou contra a recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas.

Nós vamos esperar até terça ou quarta-feira, se a matéria não for colocada de uma vez por todas em votação, nós faremos um movimento que pode caminhar para uma vigília no Plenário do Senado para que essa questão dos aposentados se resolva, nós queremos é votar, só isso que os aposentados estão pedindo, por isso que essa Audiência Pública vem nesse sentido. Quem sabe com a vigília a própria audiência se faça lá no Plenário do Senado para darmos uma resposta a nada mais e nada menos que mais de 9 milhões de aposentados e pensionistas que aqueles que ganham um pouquinho mais que o salário mínimo. Quero repetir o número, Sr. Presidente, são mais de 9 milhões de pessoas idosas, 99% com mais de 60 anos que estão esperando a recuperação dos seus benefícios, não estão pedindo que se pague a dívida histórica, mas pelo menos que eles recebam o mesmo percentual que é dado a salário mínimo que é a inflação mais o PIB, por isso o objetivo desse requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço, continua em discussão o requerimento. Eu só quero acrescentar que de fato ontem tivemos um debate bem interessante no Plenário com vários apartes ao discurso proferido pelo Senador Paulo Paim em que foi lembrada a comemoração do dia nacional do aposentado, o compromisso que se assumiu naquele dia em relação a área, em vários aspectos, foram levantados nos apartes os aspectos da necessidade de se pensar nesta equivalência de reajustes no sentido de recuperação, inclusive, da qualidade de vida que deve ser assegurada ao aposentado, a questão de que já se aposenta com determinado valor e no momento da aposentadoria isso já diminui em cerca de 30%, 30% e eu próprio, inclusive, levantava esse documento que eu sempre levo comigo e vou continuar lembrando que foi entregue a todos os senadores e senadoras na comemoração do dia nacional do aposentado em que se diz entre outras coisas: Con-

tamos com vocês. Aprove os projetos 58/03, 296/03, a Emenda ao PLC 42/07 e a derrubada do veto dos aposentados. Então, esse requerimento vem, vamos dizer, corroborar, ratificar assim essa disposição de que se resolva. Mesmo no Plenário ontem, além da vigília se sugeriu que todos aqueles interessados nesta área votem, inclusive cheguem num ponto, se isto vier a ser o caso, de dizer: Não, agora, nº 1 a prioridade é o aposentado. Então, não vamos votar outras coisas antes de votar a situação dos aposentados. Então eu só quero dizer, inclusive, para todos que acompanham a Comissão de Assuntos Sociais, que além da saúde, que foi objeto de abordagem no dia de hoje, a assistência, previdência, o trabalho são todas áreas desta Comissão de Assuntos Sociais sobre a ótica de políticas públicas e de direitos humanos, lógico, também como um direito humano buscando a construção da cidadania. Mais alguém que queira discutir o requerimento? Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, senhores senadores, para manifestar aqui o nosso irrestrito apoio ao requerimento do Senador Paulo Paim pela necessidade de que esse tema seja discutido a ponto de irmos à exaustão, ou de esgotá-lo a ponto de obtermos, no Congresso, no Senado, especialmente, uma definição sobre o reajuste, a luta, os direitos dos aposentados e pensionistas desse país. Creio que está se criando um clima muito favorável para os aposentados e pensionistas da previdência social brasileira na medida em que percebemos um sentimento coletivo, conjunto dos diversos líderes, dos diversos parlamentares, dos diversos partidos no sentido até, se preciso for, na exigência da votação do veto, na perspectiva de derrubá-la do veto podemos, inclusive, fazer, participar da convocação para uma vigília cívica no prédio do Senado Federal, nas ruas, em Brasília, com a participação e o apoio das organizações dos aposentados e pensionistas para que seja votado.

A nossa exigência que seja, a luta para que seja aprovado, para que seja aprovado não, para que seja derrubado o veto. Agora, cada um pode, evidentemente, manifestar o seu voto, dizer claramente ao país e se explicasse aqueles que eventualmente sejam contrários a esse reajuste. Portanto, manifestando nosso mais integral apoio a essa luta comandada, dirigida pelo Senador Paulo Paim e as diversas organizações dos pensionistas, aposentados brasileiros, e da importância do debate, da Audiência Pública de todos os mecanismos que podemos utilizar para que consigamos esse objetivo e, por último, Sr. Presidente, gostaria de informar a Comissão de Assuntos Sociais a V.Exa. e todos os seus membros, de duas audiências que realizamos há pouco com–

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Se V.Exa. permite, só que, só para ficarmos na aprovação do requerimento, mas considerarei a palavra de V.Exa. sem dúvida, daqui a pouco.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pois não, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Se V.Exa. permite. Senador Jayme Campos para discutir em discussão o requerimento que é o Item 10 da pauta.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu só quero manifestar aqui uma vez mais, inclusive esse assunto já esteve aqui nesta Comissão, manifestar aqui o meu apoio ao projeto do Senador Paulo Paim, nós temos que exigir, eu, particularmente, Senador Paulo Paim, sou membro da Comissão de Assuntos Econômicos e essa matéria se encontra, me parece, quase engavetado. 5 meses, nós temos que desengavetar, nós temos que fazer, eu vou registrar a minha indignação e o meu protesto lá naquela Comissão que vai reunir na próxima terça-feira, junto ao Presidente Senador Mercadante que ele coloque em pauta para ser votado, votar, ou seja, engavetar um projeto desse aqui é trabalhar contra os nossos aposentados. Eu acho que todos nós temos que estar indignados, de uma forma de outra, em relação a uma matéria tão importante na recuperação salarial dos nossos aposentados que tem sido muito penalizada, Senador Flávio, o meu pai mesmo é aposentado Senador Paulo Paim, lamentavelmente morreu com 91 anos ganhando um salário de miséria, recebendo quinhentos e dois reais, contribuiu 35 anos com a previdência desse país e morreu, agora, aos 91 anos com salário de quinhentos reais que não dava para ele pagar nem os remédios no fim da vida que mais ele precisou se não tivéssemos nós filhos, naturalmente, para dar uma ajudazinha, ele não conseguia comprar o remédio. Ia ao médico para pagar a consulta que quase todos os meses, 2 vezes por mês obrigatoriamente teria que ir, de tal forma o seu projeto é meritório tem o meu apoio e eu vou exigir vou cobrar do Senador Paulo Paim que esse projeto seja urgentemente colocada essa matéria em votação na Comissão de Assuntos Econômicos e depois ser encaminhado para o Plenário do Senado Federal. E eu imagino, tenho a sensação já de que não terá nenhum Senador, nenhum Senador que não tiver um mínimo de respeito aos idosos, aqueles que trabalharam durante a sua vida em prol do Brasil melhor. E desta feita aqui recebendo esse salário miserável, de forma eu quero cumprimentar V.Exa., conta comigo que terça-feira vou cortar do Presidente Mercadante que coloca

em pauta, ou seja, para ser votado, sim ou não, mas que seja votado na Comissão de Assuntos Econômicos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço Senador Jayme Campos. Passo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu não poderia, Sr. Presidente, me calar diante de um assunto que toca a todos de maneira tão profunda. Os nossos aposentados, ao final da vida, no momento de maior vulnerabilidade sofrem essa afronta que é terem reajustes diferentes dos servidores da ativa. Isso os penaliza no momento mais frágil da vida, acho que o Senado inteiro, a nação, o próprio Presidente da República, as instituições todas tem de reconhecer isso e precisa de um fim aqui nessa Casa eu também repudio veementemente qualquer medida protelatória para a gente aprovar esse PLS 58 e fazer com que os reajustes, a partir de agora, sejam isonômicos. É isso, Sr. Presidente, que eu queria extravasar aqui nesse momento dessa discussão, nós precisamos todos nos unir, mostrar a força do Senado e levar aos nossos aposentados a justiça que eles merecem e que nós não podemos negar. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço e no dia da comemoração do dia nacional do aposentado, inclusive, foi dito que no ano que vem a gente faça comemoração, todos façamos como pessoas de fé que acreditam e de obras, quer dizer, e de obras que a realidade esteja mudada. Não sei se o Senador Eduardo Azeredo quer se manifestar sobre esse assunto, outro assunto? Está encerrada a discussão. Em votação o requerimento do, o requerimento nº 10 da pauta do Senador Paulo Paim. Os que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não Senador Eduardo Azeredo pela ordem.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Antes do próximo Item eu queria só, eu vou apresentar aqui, por escrito, um requerimento que V.Exa. e eu tínhamos até conversando ontem que nós pudéssemos convidar aqui este rapaz que foi campeão de matemática aí, que ele pudesse participar aqui de uma homenagem que nós faríamos a ele como, realmente, um incentivo ao estudo, às pessoas com deficiência que mostram que são capazes de participar de todas as atividades. Então é um requerimento, apesar de nós termos a Subcomissão da Pessoa por Deficiência, mas eu preferia que a gente já pudesse aprovar o requerimento aqui na própria Comissão de Assuntos Sociais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Isto.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então, eu só gostaria em primeiro lugar, o que o Senador Eduardo Azeredo está fazendo é fazer um requerimento verbal que virá por escrito na seqüência para que chamemos nesta Comissão de Assuntos Sociais que também tem a Subcomissão da Pessoa com Deficiência, mas está fazendo para a Comissão de Assuntos Sociais para se chamar o aluno, primeiro colocado na--.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Não foi o primeiro, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não foi o primeiro?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): O senhor fala do deficiente, é Ricardo? O Ricardo não foi o primeiro, foi um dos 300 eu não sei a colocação dele, mas é o único deficiente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Que seja chamado para receber a homenagem aqui, inclusive pela--.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): E poderia explicar sua vida, o exemplo de vida.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pela presença dele, pela dificuldade que ele teve, isso foi relatado até pelo Senador Marcelo Crivella na Comissão de Direitos Humanos, quer dizer, indo para a escola num carrinho de pedreiro, assim, porque o pai levava até a escola ou a professora ia para casa uma vez por semana e ele aprendia com as lições do irmão que ia para a escola também, ficava vendo em casa e que está aí se destacando nesta área tão importante de matemática, eu acho que isso simboliza sim o exemplo de luta, de garra, de determinação e que a presença dele possa servir inclusive como estímulo aí, não só para que as pessoas com deficiência, mas todas as pessoas que, as pessoas reclamam de tanta coisa na vida às vezes não vêem a maravilha que é ter saúde, poder andar e poder enxergar e poder escutar. Então, habitualmente, nesta Comissão, a gente, os senadores apresentam requerimento com uma semana de antecedência, mas eu pergunto para a Comissão se nós poderíamos votar esse requerimento do Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sem dúvida Presidente, sem dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então está em discussão o requerimento do Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Para discutir, Sr. Presidente. Sem dúvida. As nacionalidades dependem muito, eu diria, do seu território, dos acidentes imprevisíveis, até misteriosos na sua formação, mas todas elas e não há notícias na história que hajam se formado nações poderosas, dignas, influentes sem a presença de líderes, grandes líderes que as formam, por exemplo, e eu acho que o exemplo desse menino é de um líder. Porque, Sr. Presidente, eu conversei com ele, estive próximo, o nível de deformação que ele possui incapacita, quer dizer, os movimentos que ele tem são praticamente do pescoço para cima e se classificar entre os 300 melhores estudantes entre 17 milhões que prestaram, e, aliás, aqui uma homenagem também ao Senador Eduardo Azeredo que o Estado de Minas, ele foi o Governador do Estado, o Estado de Minas foi o que mais teve alunos classificados entre os 300. O Estado de Minas Gerais. Mas esse menino emocionou a todos, era no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, a Mesa composta pelo Presidente da República, pelo Ministro da Ciência, pelo Governador do Estado, pelo Ministro, o nosso Edson Santos, Ministro da Integração Racial, todos se levantaram para aplaudir o exemplo desse menino que foi um momento emocionante, quer dizer, começou a estudar aos 7 anos de idade, levado num carrinho de mãe pelo pai para a escola, porque pedia, porque pedia ao pai para ir à escola e hoje as professoras, vendo o seu talento, a sua vocação e a sua índole, elas vêm na sua casa voluntariamente aos fim de semana, o menino mora em Currais Alegre lá numa área rural do Ceará. Vargem Alegre, perdão, Vargem Alegre, então, o Ricardo, sem sombra de dúvida, é um alento à luta do brasileiro no seu cotidiano, aqui nessa Casa vai comover a todos. Nós teremos um momento sublime com certeza e que irá transformar, sem dúvida, a vida de todos que o assistirem. É também um momento de fé, o senhor falou em fé e obras, porque a grandeza de Deus é extraordinária, porque um menino que a gente imagina ali esteja a figura da vicissitude, na verdade nos mostra que em tudo que Deus faz existe sempre um lado sublime, extraordinário que às vezes a gente não consegue ver que talvez as diferenças sociais, a discriminação e o preconceito da natureza humana acabam, de alguma forma, tolindo, mas que quando tem oportunidade desabrocha de uma maneira extraordinária. São coisas que vale a pena ressaltar, está de parabéns o Senador Eduardo e eu acho que tem todo o aplauso dessa Casa e terá do povo brasileiro, assim que pudermos realizar esse momento sublime aqui nessa casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Paulo Paim com a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, quero cumprimentar o Senador Azeredo e até me penitenciar, se me permitir, e o senhor vai me dar essa oportunidade. Porque logo que eu soube das olimpíadas de matemática que é a nível mundial, nós estamos falando dos classificados no Brasil, eu fui à tribuna do Senado, há mais ou menos 2 meses atrás, calculo eu, e fiz a leitura de todo o nome dos gaúchos que ficaram entre os primeiros nessa disputa internacional. Fiz isso e em nenhum momento percebi que nós tínhamos ali o Ricardo, que é, eu que, como V.Exa. sou autor do Estatuto das Pessoas com Deficiência, V.Exa. é o Relator, fez um belo substitutivo, então eu citei o nome dos meninos do meu Estado, teve uma bela repercussão no Rio Grande do Sul e não tive a oportunidade de falar do Ricardo, só assim aqui eu poderei fazer essa pequena homenagem a ele aqui tão merecedora. Porque se tantos estão classificados, mas ele portador dessa deficiência e consegue estar entre os 300 melhores do nosso país, parabéns Senador Eduardo Azeredo, eu terei alegria de estar nessa sessão, de poder homenageá-lo junto com todos os meninos do nosso país que ficaram entre os melhores classificados do mundo nessa olimpíada de matemática.

A gente fala tanto de esporte, falamos de futebol, falamos de atletismo, enfim, de todas as áreas, mas como é bom a gente poder aqui falar da olimpíada do saber e o quanto que a matemática é importante para todos nós. Por isso, mais uma vez parabéns e o meu voto, aí, com nota 10, se puder, para esse requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero, por questões de justiça também enaltecer a fala de V.Exa., mas enaltecer também o trabalho de V.Exa. num conjunto de áreas e entre elas, com destaque, à pessoa com deficiência, assim como o Senador Eduardo Azeredo que, além de propor o requerimento, é também Presidente da Subcomissão da Pessoa com Deficiência. Então, é uma Subcomissão desta Comissão de Assuntos Sociais e o Senador Eduardo Azeredo como Presidente tem se dedicado muito para transformar direitos em realidade.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só que por questão de justiça eu tenho que dizer que V.Exa. é o Presidente, Senador Flávio Arns ,é que também tem sempre essa--.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Estamos juntos.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A defesa permanente estamos juntos, Senador Paulo Paim e todos nós e a idéia é realmente que ele participe aqui numa reunião normal, seria só uma meia hora, talvez em que ele pudesse expor e nós faríamos a homenagem e continuaríamos com a reunião normal da Comissão. Agora o Senador Crivella falou que tem muito mineiro, deve ser porque o mineiro tem fama de pão duro, todo mineiro sabe fazer conta mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): [Risos].

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Magno Malta, depois o Senador Romeu Tuma.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Se V.Exa. quiser falar, porque no exército antigüidade é posto, não sei se aqui é também.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então está em discussão o requerimento de autoria do Senador Eduardo Azeredo para que o aluno, para que o Ricardo que está entre os 300 primeiros colocados de matemática venha aqui para o Senado para ser homenageado.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Queria parabenizar, Sr. Presidente, ao Senador Eduardo Azeredo, pela iniciativa. A fala do Senador Paim e do Marcelo Crivella é a fala de todos nós, mas não é impossível não se manifestar em um momento como esse, um momento tão sublime à palavra do Senador Marcelo Crivella, que o Senado terá, que essa Comissão terá com a vinda desse jovem que certamente inspiração dará a todos nós, eu me lembro como eu tinha dificuldade em matemática, ainda tenho. Então, a garotinha de 7 anos de idade que a mãe quebra a cabeça com a minha filha e ela completamente dispersa a mãe está falando ela está viajando aquela preguiça de raciocinar. E matemática é matemática, é matemática, ou você se concentra, tem vocação, gosta, se não gosta se autodelibera de vou aprender, gastar o tempo e vejo tanta gente com tanta facilidade e é o que o provou o garoto. Eu quero estar aqui, hoje eu estou parabenizando o autor do requerimento, V.Exa. que é a sua bandeira é a sua luta, o Senador Paim, mas todos nós que militamos na área social e na defesa do direito dos menos favorecidos, temos uma sensibilidade, a mim me parece um pouco mais aguçada do que aqueles que passam ao longe. Por isso eu quero parabenizar o Senador Eduardo Azeredo e sei que esse momento sublime, aqueles que oportunidade tiverem de participar, certamente vão ganhar muito, porque essas coisas que não começam na cabeça para depois ir para o coração, elas são bem melhores, essas que começam no coração para depois chegar na razão, parabéns ao senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Eduardo Azeredo, eu sou um admirador de V.Exa. e V.Exa. sabe disso, até pela simpatia com que sempre me trata. Com respeito, com carinho e Senador Crivella, Senador Paim, Senador pelo Espírito Santo, cito o Espírito Santo, porque acho que ele está presente nessa hora. Eu acho, Senador Arns, que é importante o senhor verificar as pessoas, senadores que estão presentes nesse momento para decidir uma homenagem ao Ricardo. Todos, não posso dizer que eu esteja incluído, mas gostaria de estar, espiritualmente perfeitos. Todos com o coração sempre voltado para o interesse daqueles que mais sofrem e de que buscam uma esperança na palavra daqueles que podem ajudar e realizar algum tipo de benefício. Todos. Crivella, Paim, Azeredo, o nosso Senador, Magno Malta eu estou falando da Espírito Santo, porque eu gosto da presença do Espírito Santo, se o senhor não se ofender com isso, Espírito Santo é, dentro da nossa religião, é aquele que realmente nos ilumina e eu acho que nós estamos sendo iluminados nesta hora. Eu vi o programa e vi a dedicação do pai carregar o filho num carrinho de pedreiro por mais de um quilômetro para alcançar a escola e o antecedente do menino aprendendo com o irmão por não poder se locomover pela doença que lhe acorrentou praticamente a sua casa, Deus dá uma compensação sempre àqueles que sofrem fisicamente, porque mentalmente eles são elevados.

Eu acredito que eu não ouvi o Senador Crivella, nem o Senador Paim, sei que a bondade do coração de ambos, ele alcança limites quase que inimagináveis. Eu me lembro, Senador, ele falou da matemática, eu quando estava no CPOR, Senador, aí tinha AZEMUT tinha que descobrir o cálculo de como o tiro, eu era estudante de direito e tira um estudante da politécnica que me dava umas aulas, porque a matemática, realmente, exige um raciocínio muito grande. Dizem que os matemáticos vivem muito mais que nós, porque exercitam permanentemente o cérebro. E eu acho que esse menino é um bom exemplo, numa hora em que o noticiário permanente, Senador Azeredo, V.Exa. acertou em cheio, o noticiário dá a desqualificação no ensino de primeiro grau brasileiro, em todos os concursos que é internacional tem lá último lugar e um garoto desse com a deficiência física, com sorriso permanente no rosto, todo o tempo que passou televisão ele estava com o sorriso. Consegue uma vitória estrondosa levando o nome do Brasil como um futuro

e grande matemático que hoje é uma das atividades mais importantes na formação da nova tecnologia. Eu queria cumprimentar, eu dou voto a favor e 10 vezes mais com louvor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está em votação, então, o requerimento. Senadora e senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado. O Item 11 da pauta que é também o requerimento de autoria do Senador Inácio Arruda e Paulo Paim, requeiro nos termos do art. 93 incisos primeiro do regimento interno do Senado Federal a realização de audiência pública conjunta entre as comissões de assuntos sociais, CAS e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, objetivando instruir o Senado da República sobre quais as melhores alternativas para incrementar o processo de adoção de crianças no Brasil, cuja audiência deverá contar com a participação dos seguintes convidados: A senhora Elisabete Borgianni do Conselho Federal de Serviço Social; senhora Carmem de Oliveira, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, CONANDA; representante do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, representante da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal, chefe da promotoria de defesa do cidadão, Ministério Público e, a pedido da Senadora Patrícia Saboya e o Juiz Francisco Oliveira Neto, vice-presidente da MB, Associação dos Magistrados do Brasil. Em discussão a matéria.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sr. Presidente, esse tema é muito importante e eu também gostaria de incluir algumas pessoas que estão diretamente ligadas a adoção no Brasil, são militantes sem credenciamento, eu diria. São militantes da vida humana de uma forma muito mais direta. São associações de mães e pais adotivos, existe um projeto do Senador Marcelo Crivella que eu sou o Relator, eu sou o Relator desse projeto que já fiz algumas outras Audiências Públicas e tenho caminhado e visto abrigos pelo Brasil, há uma experiência vitoriosa em Divinópolis, em Minas Gerais, a associação comercial de Divinópolis em Minas Gerais tem, dentro da associação chamado mulheres empreendedoras, inclusive elas estiveram aqui duas delas na Comissão de Direitos Humanos, Senador Paim. A Sandra, a Denise, a Célia... juntamente com o promotor e o Juiz que se associaram e eles estão fazendo o que o resto do Brasil não está fazendo, o Juiz e o promotor lá resolveram libertar as crianças, a Lei de adoção no Brasil hoje, ela não é racional. Ela faz da criança no Brasil muito pior do que se ela tivesse presa em Bangu I, porque em Bangu I o preso tem advogado. Tem quem advoga a causa dele. Na causa das nossas crianças que estão nos abrigos ninguém advoga sua causa, ela vira um objeto na mão do Juiz, na lua do Juiz, se ele achar bom tira de lá, se ele não achar bom fica lá para ser entregue a doação internacional. Por que eu digo que é irracional Senador Marcelo Crivella e V.Exa. sabe por que é autor do projeto, porque a adoção internacional leva com facilidade as nossas crianças e a adoção nacional as pessoas desistem, elas entram numa fila, pegam uma criança leva para casa com 60 dias é tirado dela, depois que a criança já sente febre quando é separada da família, já adoece, mas ninguém importa com isso. Porque decidiram 90 dias depois, 6 meses depois que essa criança vai para adoção internacional. Barbaridades dos abrigos que detém crianças para sustentar os donos dos abrigos, eles vivem dos donativos que chegam pras crianças. Não tem nenhum interesse de que elas sejam apresentadas para a adoção. Então eu acho que essa discussão aqui, mais uma vez, essa Audiência Pública é salutar, Senador Flávio Arns. Eu sou pai adotivo, aliás, acho que a única chance que o homem tem de dar a luz é adoção e as pessoas que fizeram a adoção são aquelas que descobriram que o coração tem útero é um privilégio adotar, eu espero dar uma contribuição relatando esse texto bem feito, sensível do Senador Marcelo Crivella que trata da questão da adoção nesse país. Só precisa ter uma coisa que é o principal para se adotar, é ter amor e querer ser chamado de pai por uma criança ou de mãe, isso é o essencial, agora essa história de assistente social de técnicos que nunca colocaram nenhuma criança no colo, dizer que você tem uma casa de não sei quantos metros, com uma piscina não sei quanto da mãe, com um guarda-roupa e não sei o quê, com uma geladeira não sei quanto, isso nem existe, isso não existe. Mãe dizia: meu filho, onde comem 10, comem 11, minha mãe falava, e minha mãe conhecia adoção, sou de família extremamente simples, Senador Flávio Arns, mas na minha família eu não conheço ninguém das minhas tias e dos meus tios que não tenham adotado. Família pobre, todas elas criaram com dignidade, porque o essencial é ter amor, ter a disponibilidade de ser chamado de pai ou de mãe por uma criança e colocá-lo, fazer com que ele vire sangue e entre dentro da sua veia. Então eu voto a favor quero com a liberdade incluir mais algumas pessoas que podem contribuir diretamente, até porque eu sou Relator desse projeto--.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu posso sugerir a V.Exa. o seguinte, há alguns nomes que constam e naturalmente o tema é da

maior relevância para o Brasil e nós pediríamos nós aprovaríamos o requerimento já com a observação de que outros nomes serão sugeridos e V.Exa. poderá fazer isto com calma depois junto à secretaria da Comissão até pensando no nome, na entidade sem dificuldade alguma.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Muito bem, Sr. Presidente.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente só para ajudar no debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Por solicitação do Senador Magno Malta, nós já realizamos a audiência sobre esse tema na Comissão de Direitos Humanos. Eu só proporia que nós inseríssemos no requerimento, se possível, que o debate será centrado, centrado, claro que tem todo o desdobramento no projeto do Senador Marcelo Crivella que digamos, já está para o debate e com a relatoria do Senador Magno Malta, porque se existe o projeto, existe um Relator e o tema é abrangente e mexe com todos nós, seria importante que a gente tivesse um eixo para o debate, que seria o projeto do Senador Crivella já que eu sou o autor que assino junto com o Senador Inácio Arruda e o relatório já do Senador Magno Malta até remeter para todos os convidados, para que eles saibam o eixo do debate sem prejudicar a abrangência e a forma, digamos, bem mais ampla que o debate vai permitir. Seria só essa contribuição, fizemos uma bela Audiência Pública com os convidados que o Senador Magno Malta indicou num outro momento, como vai ser em parceria com a Comissão de Direitos Humanos eu dou essa contribuição.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exato. Então, a partir da sugestão do Senador Paulo Paim, se houver concordância do Plenário, acrescentaríamos ao requerimento a expressão para instrução do projeto número tal, de autoria do Senador Marcelo Crivella e cuja relatoria está sobre os cuidados do Senador Magno Malta. Então para instrução, para não ficar uma discussão no geral, quer dizer, para instrução.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Permite.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, eu quero cumprimentar os autores, o Magno Malta, o Crivella, o Paim pelas colocações que aqui fizeram e a gente tem um pouco de experiência no caso, principalmente quando o diretor da Polícia Federal, no caso de adoções para a venda de órgãos e tudo isso que acontece criminosamente e nós participamos de algumas investigações. Ainda há adoções que às vezes famílias adotam para ter uma empregada em casa. Essa sua colocação é a mais perfeita possível, tem que ter amor no coração e a criança tem que saber chamar de pai e mãe os adotantes, então há um critério, que tem que ser estabelecido, o objetivo da adoção tem que ser manifestado. Eu gostaria de saber, Senador, o oficio foi feito por quem, o requerimento, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O Senador Paulo Paim e Senador Inácio Arruda.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu pergunto se foi convidado algum Juiz de menores que cuida dessa parte de adoção?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim, desculpe, Conselho Nacional.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, não, é, porque à época teve um Juiz que elaborou uma lei a respeito disso há alguns anos, eu não lembro o nome dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Inclusive por sugestão da Presidente dessa Comissão, o Juiz Francisco Oliveira Neto vice-presidente da AMB Associação dos Magistrados do Brasil.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Está ótimo, porque eu acho importante, porque ele discutirá o que é aplicável ou não, porque às vezes a gente faz alguns projetos, eu tenho a mania e o vício de consultar o Poder Judiciário para saber se tem algum empecilho na sua aplicação ou não, porque senão ela fica invalidada até pela força das dificuldades do Juiz em condenar ou de favorecer, beneficiar alguém. Então, tendo o Poder Judiciário aqui representado, Senador Paim, eu acho que é importante, muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, está em votação o requerimento, os que estiverem de acordo permaneçam como está, estão. Aprovado. Eu só quero ler o requerimento do que foi aprovado verbalmente.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Meu Presidente, só para.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Marcelo, do Senador Eduardo Azeredo, sobre o requerimento que nós acabamos de aprovar?

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Só para acrescentar ao Senador Tuma.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Além de toda a maldade de uma centena de abrigos que esse

Brasil tem, ainda existe prática de pedofilia, de atentado a honra dessas crianças nesses abrigos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente. O requerimento já aprovado verbalmente e que agora vem por escrito, mas é importante ser lido para as providências administrativas decorrentes da aprovação, requeiro nos termos do regimento interno do Senado Federal, Audiência Pública com a finalidade de homenagear o estudante Ricardo Oliveira que ganhou a sua segunda medalha de ouro nas olimpíadas brasileiras de matemática das escolas públicas, solicitando também que o comparecimento do convidado seja custeado para esta Casa Parlamentar. Senador Eduardo Azeredo. Os que estiverem de acordo com o texto final, permaneçam como estão. Aprovado. Passamos ao Item 5 da pauta.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não. Senador Marcelo Crivella que é não terminativa, é o último de natureza não terminativa que é o Item 5, mas antes eu passo a palavra ao Senador Marcelo Crivella, pela ordem.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente eu gostaria apenas de propor ao Plenário de convidarmos para a audiência do debate sobre a adoção o doutor Ciro Darlan. O doutor Ciro Darlan foi durante muito, desculpe, Ciro Darlan foi durante muitos anos o Juiz da Primeira Vara da Infância e Juventude no Rio de Janeiro e tem uma experiência enorme nesse setor. Doutor Ciro Darlan.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): A sugestão está acatada e já foi anotada, então, pela secretaria da Comissão. O Item 5 da pauta, que é o último Item do dia de hoje, a decisão não terminativa, Projeto de Lei do Senado nº 108 de 2007 concede a título de indenização decorrente de responsabilidade civil da união, pensão especial dependente de Roberto Vicente da Silva. O autor, autoria de natureza externa, Presidente da República, Relator Senador Romeu Tuma, parecer é pela aprovação do projeto. Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, Projeto de Lei da Câmara? Da Câmara e não do Senado, nº 108. É o Item 5 da pauta, que concede a título de indenização decorrente de responsabilidade civil da união penso especial. Com a palavra o parecer é pela aprovação.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu posso resumir, excelência?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pode.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Já está na pauta aí eu acho que... o problema se deve à comunicação do secretário especial de Recursos Humanos da Presidência da República que acompanha a proposição que a referida medida 60 tomada em obediência ao que preconiza o art. 37 parágrafo 6º da Constituição Federal, segundo o qual o Estado responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiro, aí eu chamo a atenção, independentemente do dolo ou culpa uma vez que isso só terá importância para estabelecer o direito de regresso do Estado contra o seu agente. Eu vou apenas, senadores, é uma pensão especial pretendida a título de indenização para a Maria Aparecida da Silva, mãe do soldado Roberto Vicente da Silva, morto nas dependências do décimo batalhão de infantaria blindada localizado em Barra Mansa, no Estado do Rio de Janeiro. Decorre do fato de sua morte ter sido resultado de atos praticados em 25 de Janeiro por militares em pleno exercício de funções. Então, como ficou paralisado esse processo, Senador Crivella, porque o advogado da dona Maria faleceu e ele não teve prosseguimento. Provavelmente é resultado de algum exercício militar em que o acidente, porque aqui não fala em dolo nem culpa, que isso ficaria pelo ressarcimento, se necessário, uma questão de Estado. Mas o Estado tem a responsabilidade de indenizar a mãe do jovem em razão da falta que ele fará, sem dúvida nenhuma, na sustentação da família. Então eu fiz a análise aqui e cheguei à conclusão que o projeto PLC 108 deve ser aprovado com a máxima urgência tendo em vista a defasagem de tempo em razão da morte do advogado do representado.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, com a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está em discussão a matéria, Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, esse crime ocorreu na minha terra foi um dos crimes mais hediondos já praticados em unidades militares perpetrado por um S 2, um capitão que queria descobrir quem eram os soldados que estavam trazendo drogas para dentro do quartel. Ele, então, passou a deter alguns suspeitos no fundo da unidade e ali promovia sessões de tortura. Numa delas, Sr. Presidente, ele começou a pressionar a cabeça do menino, do soldado, do conscrito, na época já soldado, com aquele equipamento que marca, que faz o selo de água no certificado, no nosso certificado militar. E a medida que ele apertava o sujeito gritava era noite no fundo do quartel, o quartel faz divisa com o Rio Paraíba do Sul, portanto não haviam vizinhos, a margens ali do outro lado é de mais de 100 metros. Ele começou a sair sangue pelo ouvido do rapaz e o rapaz faleceu. Pois bem, ele, na noite seguinte, esse capitão foi até

o local com uma faca, uma faca de açougue, faca de açougueiro de cortar, de desossar peças grandes de boi, e ele, então, partiu o menino, separou os braços do tronco, a cabeça, as pernas, colocou numa mala, saiu de madrugada no quartel, não foi revistado pela guarda e enterrou um corpo numa daquelas tantas elevações ali do vale do Paraíba, sobretudo de barra mansa. Continuou respondendo o expediente como se nada houvesse acontecido. Acontece, Sr. Presidente, e algumas vezes eu entrei nessa sala, que havia ali uma passagem que muitas vezes eu me perguntava como é que pôde o outro suspeito ter se evadido por aquele local, era muito pequeno, mas o medo, o pavor fez com que ele, de alguma forma, coubesse ali e fugisse, se evadisse.

Sr. Presidente, esse menino que se e você DIU acabou indo prestar depoimento no 15 RCMEC sem e que de Valência que é um esquadrão chamado Tenente Amaro contando com a família essa história, ele como testemunha que havia sucedido. Na ocasião o comandante do esquadrão notificou os escalões superiores e a justiça. E alguns dias depois nesse batalhão de infantaria blindada de Barra Mansa chegava o Juiz para tomar as providências. O Comandante foi afastado e o capitão Niebus, o nome dele era Niebus, respondeu um inquérito, foi condenado, salvo engano a 30 anos de prisão, seus advogados apresentaram atestado de loucura e ele cumpriu vários e vários anos, talvez mais de 10 anos no sanatório militar, no presídio militar de loucos. É impressionante como só agora essa medida é votada aqui e por um desses acidentes imprevisíveis e misteriosos do destino eu, que servi naquela unidade durante muitos anos, fui oficial do exército ali e muitas vezes fiquei barbarizado com esse crime, acabo ouvindo relatório de um eminente, de um homem da justiça, um homem da lei, de um servidor do povo, amigo de todos do Senador Romeu Tuma a quem coube esse relatório fazer justiça a essa família.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu gostaria.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): A posteridade, um depoimento para posteridade.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Para poder colaborar com V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu acho que seria interessante que os senadores pudessem ler com calma o relatório do então Secretário Nacional de Direitos Humanos, doutor Paulo de Tarso Vannuchi, faz uma descrição perfeita de todos os acontecimentos. Eu acrescentando à fala do conhecimento que o Senador Crivella tem sobre o fato, houve 4 mortes pelo mesmo motivo, os outros 3 já recebiam a indenização e o acidente da morte do advogado fez com que este fosse arquivado. E o Paulo Vannuchi reabriu o processo, comunicou ao Presidente que mandou ao Senado em razão da prescrição no anterior para que aqui fosse aprovado e é uma miséria, Senador Crivella, seiscentos reais.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Apenas seiscentos reais.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Seiscentos reais e que não paga praticamente a juventude do rapaz, mas aqui tem a descrição prefeita de um crime hediondo, Senador, se assim eu puder chamar.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): E no Item 4 ele diz aqui constatado está os soldados com curativos no crânio e da cintura para baixo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Se alguém quiser tomar conhecimento tem um relatório perfeito de toda a ocorrência.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): O capitão está aqui o nome dele completo. Dálgio Miranda Niebus.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Capitão Dálgio.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Dálgio Miranda Niebus. Nome de guerra, capitão Niebus, recebeu pena acima de 2 anos. Capitão assassino, exatamente, diz aqui inclusive eu não tinha lido esse relatório, mas diz aqui, diz aqui tentativa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu tive o cuidado de ler só não transmiti por que eu acho--.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sob alegação de averiguações sobre o uso de maconha e tráfico de drogas no interior da unidade. Mas a história resumida é essa, Sr. Presidente--.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E era um caso de polícia se ele quisesse apurar realmente era para encaminhar o caso para investigação.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pois é, os meninos foram dados como sumidos a família começou a procurar e eles então disseram que eles haviam fugido, mas, passaram a desertores, mas na verdade o capitão Niebus, foram todos mortos 3 soldados, foram 3 soldados que morreram e aquele que escapou foi o que eu disse que prestou uma depoimento. Então, Sr. Presidente, que coisa interessante é que, depois o batalhão mudou de nome, décimo BI passou a ser vigésimo segundo BI batalhão de infantaria blindada.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Aqui fala causou a morte de 4 soldados.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Mas na verdade foram 3 e um se evadiu.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Morte de 4 soldados, Juarez [ininteligível] Virotti, Vanderlei de Oliveira, Geomar Ribeiro da Silva e Roberto Vicente da Silva.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Além de lesões corporais em outros soldados, mas esse aqui nós precisamos verificar porque na realidade 3 faleceram, um se evadiu e deve ser, e foi esse que trouxe todo o fato ao conhecimento de todos os que serviram ali. O comandante foi afastado e no final o batalhão mudou de nome e as famílias, inclusive ficaram com muita dificuldade de entregarem os seus filhos ao quartel. Eu fiz apenas esse depoimento a posteridade apenas para marcar um crime e como a justiça é lenta, Sr. Presidente, porque depois de tantos e tantos anos só agora?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É de 72?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): 72. Só em 2008. Nós estamos falando aqui em quase--.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): 25 de janeiro de 72.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Nós estamos falando de 36 anos, Presidente. Não, não, 36 anos depois, 36 anos depois.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mais importante que pagasse os atrasados, né?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pois é.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Exatamente. A participação foi importante, os esclarecimentos foram fundamentais, o relatório, compartilho da opinião externada que justamente o relatório em relação ao caso dessa natureza nas mãos de uma pessoa que tenha esse espírito solidário, humanitário também como o Senador Romeu Tuma. Enfim, não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão. Em votação o parecer que conclui pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara, corrigindo, inclusive a minha fala anterior nº 108 de 2007. Não, não é terminado, não é terminativo, é não terminativo. É PLC... é. Os que estiverem de acordo, permaneçam como se acham. Está em votação a solicitação do regime de urgência, os que estiverem de acordo. Está aprovado. A matéria então vai à secretaria geral da Mesa. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu primeiro cumprimentar o Senador Romeu Tuma pelo relatório, cumprimentar o Senador Marcelo Crivella que dá um depoimento efetivamente histórico, ele viveu praticamente esse momento. Eu acho que fica registrado nos anais da Casa e também em nome da Comissão de Direitos Humanos eu, importantíssimo, eu deixo aqui a minha indignação também de 36 anos, um crime hediondo, sem sombra de dúvida, e que esperamos agora que o regime de urgência nos ajude a reparar um, de forma muito mínima, ainda, que é pelo aspecto peculiar, o prejuízo, enfim, a perda de vida, a situação que ficaram os seus familiares. E quero também, Sr. Presidente, só informar à Casa, o Senador Zé Nery teve que sair, ele ia fazer essa fala, eu quero rapidamente, é só um aviso, dizer que no dia 12 --.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero que V.Exa. diga para ele.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Que eu fiz o informe a seu pedido.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Fez o informe a meu pedido, também porque justamente estava na discussão do requerimento, mas eu ia realmente passar a palavra a ele na seqüência.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Que no dia 12, no Auditório Nereu Ramos, teremos uma atividade a nível nacional a favor da proposta que transforma toda a terra onde foi constatado trabalho escravo, liberada para efeito de reforma agrária. Esse é uma PEC do ainda do Ex-Senador Ademir Andrade, aprovada no Senado e está na Câmara, esperamos que esse evento do dia 12, com a presença do Presidente da Câmara, do Senado, todos os Senadores e Deputados estão convidados. Virão autoridades que demonstrarão nessa audiência lá no Plenário Nereu Ramos, a gravidade da situação ainda do trabalho escravo no Brasil. Então, alguém que escraviza o ser humano deve, no mínimo, perder a terra e a terra será passível, então, de reforma agrária. Esse convite que ele queria fazer, eu faço aqui em nome da Subcomissão do Trabalho Escravo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Que horas que vai ser?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): 11 horas da manhã no dia 12 no Nereu Ramos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, o Item 7 da pauta já havia sido retirado a pedido do Relator e a pedido do Relator, Senador Augusto Botelho, para efeitos de reexame estão também retirados de pauta os itens 1 e também o número 6, eu quero só destacar aos senadores presentes e para a sociedade, para a população de uma maneira geral que o Item 1 é um Item da maior importância, que consolida a legislação sanitária federal. Então, existe num certo sentido a revogação da lei 8080 que é a lei do SUS, para que aquele conjunto de leis que tratam, todas as leis que tratam a saúde estão sendo consolidadas neste documento. E para isto, inclusive, eu havia, também sugerido ao Relator, para que se dê a oportunidade da sociedade toda participar e da

Agência Nacional de Saúde Suplementar, da Vigilância Sanitária, da ANVISA, que talvez fosse constituído um grupo de trabalho, assim durante um mês, dois meses no máximo para não se procrastinar uma iniciativa de tamanha importância para que se dê a chance da sociedade toda opinar sobre essa consolidação porque pode acontecer eventualmente que na consolidação às vezes um termo tem que ficar mais adequado à realidade atual, às vezes pode haver algum art. em conflito com o outro, não se pode, na consolidação, mudar a legislação. É só reunir todos os documentos legais e colocá-los num texto consolidado, juntos, reunidos. Mas esse é um trabalho, também são centenas de art.s e por isso que eu havia ponderado também com o Senador Augusto Botelho que ele fizesse isso, mas não, assim, para tentar dizer: Não, vamos deixar isso para o ano que vem, mas pelo menos 1 mês, 2 meses, todos nós que queremos que esta área da Saúde esteja, assim, regulamentada de uma maneira boa, que isto aconteça.

Inclusive, é uma chance para a sociedade, de uma maneira geral, olhar o texto e até pensar, refletir sobre adequações que devam ser feitas em projetos de lei futuros, não neste, mas em projetos, é um debate que pode acontecer com a sociedade. Então, esses estão retirados de pauta para reexame a pedido do Relator, é um trabalho de fôlego e o relatório do Senador Gim Argello, a pedido, em função de um documento do Presidente do Senado Federal que foi lido no início, ele está sendo enviado à Mesa e depois retornará a esta Comissão para que V.Exa. possa, então, apresentar o relatório final e o mesmo ser votado pela Comissão.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito obrigado, Sr. Presidente, só para, eu disse que estava pronto, então, mas vou aguardar vir esse outro projeto para fazer uma juntada, no final seriam 3 projetos que tratam do mesmo assunto. A preocupação legítima de todos os senadores que apresentaram os projetos e já tinha absorvido também as sugestões colocadas por V.Exa., Senador Flávio Arns, pelo Senador Romeu Tuma, pelo Senador José Nery e pela Senadora Rosalba. Então, vai ser a matéria eu só aguardá-la retornar que eu estou pronto para fazer o seu relato. E gostaria de fazer uma sugestão, Sr. Presidente, aproveitando a indignação colocada aqui, muito bem colocada e pela lembrança histórica do Senador Crivella, que existem alguns projetos ainda que do mesmo nível que concede a título de indenização decorrente de responsabilidade civil da união alguns outros projetos que tramitam na nossa Comissão podia ter feito a força tarefa também aqui para que todos esses projetos a gente pudesse relatar para que não aconteça isso de passar mais vários anos uma família aguardando aqui nesse caso 36 anos, para poder vir a ter uma indenização. Se tiver outros projetos desse que sejam agrupados, eu tenho certeza que nenhum de nós nos furtaremos de relatá-los e dar prosseguimento normal.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está bem. A sugestão é importante, necessária e nós vamos, então, solicitar à secretaria da Comissão que faça esse levantamento e que nos apresente esse levantamento na reunião da próxima semana para que as providências pertinentes sejam tomadas.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pela ordem Sr. Presidente, eu acho que o Senador Gim Argello tem toda a razão, porque a questão de indenização é coisa que é imediata, porque a perda, ela, ao longo do tempo ela vai quase que transformando beneficiário num escravo da busca do que ele tem direito. Então, eu acho que se atender, Senador, nós poderíamos fazer um mutirão e votar tudo no mesmo dia e eu pergunto a V.Exa., se o Item dois vai ser discutido hoje ou não?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O Item 2 é de natureza terminativa que é o relatório é do Senador Inácio Arruda, já constou da pauta, já poderíamos até indicar um Relator *ad hoc*, mas como é de natureza terminativa não vai ser objeto de apreciação.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sabe, porque eu disse ao senhor, ultimamente todos os governadores, prefeitos estão vendendo as folhas de pagamento e às vezes tem queixas no PROCON que o maior número de queixas é de filas nos bancos e tal. Se eu recebo por um banco, que eu sou obrigado a receber por aquele banco, tem uma desavença com o gerente ou não sou bem atendido eu não posso mudar de banco. Então qual é a nossa proposta, minha e do Mercadante que foi juntado? É que cada um de nós indique o banco em que queira receber o seu salário, porque ele terá oportunidade, se necessário, de trocar de banco. Agora, o senhor faz a transferência, o senhor recebe no banco às vezes trabalha com outro tem que transferir, não paga mais CPMF, mas até 31 de dezembro pagava o CPMF. Se não tivesse o mesmo CPMF, por isso que se pusesse na conta da minha esposa eu tinha que pagar. Então, eu acho que é um direito do cidadão, um direito individual de saber por onde ele vai receber o salário ou paga a vista com dinheiro vivo. Então, eu acho que é importante discutir isso, o Mercadante fez um outro projeto em cima do meu, mas isso não é importante, o importante é que se discuta e se busque a solução. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente. São dois projetos, um de autoria do Senador Aloízio Mercadante, outro de autoria de V.Exa., os dois tem como Relator o Senador Inácio

Arruda e só não foi apreciado no dia de hoje o Senador Romeu Tuma, em função da natureza terminativa. Eu quero só lembrar ao Senador também, Gim Argello, como é que pronuncia? Argello, Argello, que caso V.Exa. tenha algum projeto que se lembre na questão que V.Exa. pediu para que a secretaria tomasse as providências, que também coloque para secretaria em termos de, como é que é? De benefício, de pensão, de indenização, e mesmo a gente pode fazer esse apelo para os demais senadores da Comissão também. Muito bem, agradeço a atenção de todos e declaro encerrada a presente reunião. Obrigado.

Sessão encerrada às 12h50.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA QUARTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e quarenta e seis minutos, do dia vinte e seis de março de dois mil e oito, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **PATRÍCIA SABOYA,** com a presença dos (as) Senadores (as) **AUGUSTO BOTELHO, MARCELO CRIVELLA, INÁCIO ARRUDA, JOSÉ NERY, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, JAYME CAMPOS, ROSALBA CIARLINI, EDUARDO AZEREDO, LÚCIA VÂNIA, PAPALÉO PAES, FÁTIMA CLEIDE, SERYS SLHESSARENKO, EXPEDITO JÚNIOR, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, MAGNO MALTA, ADELMIR SANTANA e ROMEU TUMA.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Justificam a ausência os Senadores João Durval, Cristovam Buarque e Flávio Arns. A Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidente comunica em resposta à sugestão do Ilustre Senador Gim Argello, relacionada às propostas de regulação dos pagamentos, pela União, de pensões, benefícios ou indenizações decorrentes de ação civil, que após levantamento realizado pela consultoria do Senado Federal, não foi identificada nenhuma proposição tramitando na Comissão de Assuntos Sociais e que ampliando a pesquisa para todos os projetos em tramitação no Senado Federal também restou infrutífera. Quando o tema trata de pagamentos de precatórios é que se identificam propostas em tramitação na casa. Foram encontradas com esse tema, sete propostas de Emendas à Constituição, que tramitam em conjunto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, além de um Projeto de Lei que tramita naquela Comissão. O resultado da pesquisa será enviado ao gabinete do Senador Gim Argello. Comunica ainda o recebimento do Ofício nº 90/08 – Aspar/MJ – do chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Justiça, que, em resposta ao Of. nº 150/07 – PRESCAS, desta Presidência, encaminha informações repassadas pelo Departamento de Polícia Federal, acerca do assassinato de três servidores da Universidade Federal de Mato Grosso, conforme denúncia feita pela nobre Senadora Serys Slhessarenko, com o apoio de outros Senadores, quando da 47ª Reunião desta Comissão, ocorrida em 28/11/2007. Conforme as informações prestadas pelas autoridades competentes, os autores imediato e mediato, ou seja, executor e mandante dos crimes, estão presos por força de prisão preventiva, decretada em 28.01.2008, de acordo com denúncia do Ministério Público Federal. Passa-se à apreciação das matérias. **ITEM 01 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2003** "Dispõe sobre os exames preventivos de acuidade visual e auditiva nos estabelecimentos públicos de ensino fundamental". **Autor:** Deputado Cláudio Cajado. Tramitando em conjunto com **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, DE 2003** "Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de exames para identificação de hemoglobinopatias, hipotireoidismo e fenilcetonúria em recém-nascidos". **Autor:** Deputado Eduardo Jorge. Tramitando em conjunto com **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, DE 2003** "Altera o artigo 10 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente" **Autor:** Senador Sérgio Zambiasi. Tramitando em conjunto com **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 504, DE 2003** "Altera o artigo 10 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar obrigatória a triagem auditiva neonatal em todo o País". **Autor:** Senador Paulo Paim. Tramitando em conjunto com **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 80, DE 2004** "Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) para tornar obrigatório o oferecimento de exame e tratamento audiológicos na rede de serviços do Sistema Único de Saúde". **Autor:** Senador Edison Lobão. Tramitando em conjunto com **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 240, DE 2007** "Altera o art. 10 da Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar obrigatório o teste do olhinho em todo o País". **Autor:** Senador Paulo Paim. **Relator:** Senador Papaléo Paes. **Parecer:** Pelo arquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2003, e dos Projetos de Lei do Senado nºs 237 e 504, de 2003, nº 80, de 2004 e nº 240, de 2007, e pela aprovação, no mérito, do Projeto de Lei

da Câmara nº 52, de 2003, com acatamento da Emenda do Senador Flávio Arns, apresentada em 20 de fevereiro de 2008, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado: Aprovado. ITEM 07 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2006** "Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências". **Autora:** Deputada Iara Bernardi. **Relatora:** Senadora Fátima Cleide. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Lido o relatório, foi concedido vista coletiva.** Às doze horas e dezoito minutos o Senador Papaléo Paes assume a Presidência. **ITEM 09 – REQUERIMENTO Nº 008, DE 2008 – CAS** "Nos termos do art. 93, incisos I, do Regimento Interno do Senado Federal, sugere-se que a Comissão de Assuntos Sociais inclua, na audiência pública que deliberou para discussão do Projeto de Lei do Senado 658/2007, a participação de representante da Ordem dos Economistas do Brasil, maior associação civil vinculada àquela profissão". **Autores:** Senadores Inácio Arruda e Papaléo Paes. **Resultado: Aprovado. ITEM 10 – REQUERIMENTO Nº 009, DE 2008 – CAS** "Nos termos do inciso II, do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais para avaliar as políticas públicas para a juventude voltadas à capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho, com a participação, entre outros, de representantes do Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Social". **Autores:** Senadores Patrícia Saboya e Papaléo Paes. **Resultado: Aprovado. ITEM 03 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, DE 2004** "Altera, com vistas a fomentar a utilização da energia solar, a Lei nº 10257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir diretriz a ser observada pelos Municípios, e a Lei nº 4380, de 21 de agosto de 1964, para condicionar a obtenção de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH)". **Autor:** Senador Marcelo Crivella. **Relator:** Senador Inácio Arruda. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto com duas Emendas que apresenta. **Resultado: Lido o relatório, foi adiada a votação. ITEM 04 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 493, DE 2007** "Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.666, de 08 de maio de 2003, para vedar a incidência de penalidades no recolhimento a destempo de complementação devida por contribuinte individual quando, no período próprio, o valor a ser recolhido for inferior ao valor mínimo por procedimento de arrecadação". **Autor:** Senador Arthur Virgílio. **Relator:** Senador Adelmir Santana. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Aprovado. ITEM 11 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302, DE 2007** "Isenta o aposentado maior de 60 anos por invalidez de exame médico-pericial". **Autor:** Senador Paulo Paim. **Relator:** Senador Antônio Carlos Valadares. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado: Lido o relatório, foi adiada a votação. ITEM 08 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, DE 2004** "Altera o art. 464, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conferir aos empregados o direito de escolher a instituição financeira e a agência em que os empregadores depositarão sua remuneração". **Autor:** Senador Aloizio Mercadante. Tramitando em conjunto com **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 176, DE 2004** "Acrescenta § 3º ao art. 1º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para dispor sobre a escolha, pelos empregados, do estabelecimento bancário e da agência na qual receberão os salários e demais parcelas remuneratórias e dá outras providências". **Autor:** Senador Romeu Tuma. **Relator:** Senador Inácio Arruda. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 340 e 176, de 2004, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado: Lido o relatório, foi adiada a votação. ITEM 02 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 498, DE 2007** "Altera o inciso III do art. 2º da Lei nº 11.476, de 29 de maio de 2007, para permitir que os portadores de diploma de técnico de nível médio em Enologia e os alunos que ingressaram em curso deste nível até 29 de maio de 2007 possam exercer a profissão de Enólogo e dá outras providências". **Autor:** Senador Sérgio Zambiasi. **Relator:** Senador Inácio Arruda. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Lido o relatório, foi adiada a votação.** A Senadora Patrícia Saboya registra a presença dos Deputados Federais Henrique Afonso, Filipe Pereira e Rodovalho. Os itens 05 e 06 ficam adiados. Fizeram uso da palavra os Senadores Papaléo Paes, Marcelo Crivella, Fátima Cleide, Magno Malta, Serys Slhessarenko, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares e Adelmir Santana. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Patrícia Saboya, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora PATRÍCIA SABOYA, Presidente.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2008, ÀS 11 HORAS E 46 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Bom dia a todas e a todos, Sras. e Srs. Senadores. Havendo número regimental declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

Em primeiro lugar, em resposta à sugestão do ilustre Senador Gim Argello, relacionada às propostas de regulação dos pagamentos pela União de pensões, benefícios ou indenizações decorrentes de ação civil, comunico que, após levantamento realizado pela consultoria do Senado Federal, não foi identificada nenhuma proposição tramitando na Comissão de Assuntos Sociais. Ampliando ainda a pesquisa para todos os projetos em tramitação do Senado Federal, também esta restou infrutífera. Quando o tema é o de pagamento de precatórios é que se identificam propostas em tramitação na Casa. Foram encontradas, com esse tema, sete propostas de Emenda à Constituição que tramitam em conjunto e aguardam deliberação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, além de um Projeto de Lei que tramita naquela Comissão. O resultado da pesquisa será encaminhado ao gabinete do ilustre Senador Gim Argello.

Comunico, ainda, o recebimento do Ofício nº 90/08, do chefe da assessoria parlamentar do Ministério da Justiça, que em resposta ao Ofício nº 150/7, desta presidência, encaminha informações repassadas pelo Departamento de Polícia Federal acerca do assassinato de três servidores da Universidade Federal de Mato Grosso, conforme denúncia feita pela nobre Senadora Serys, com o apoio de outros Senadores, quando da 47ª reunião desta Comissão, ocorrido no dia 28 de novembro de 2007. Conforme as informações prestadas pelas autoridades competentes, os autores imediato e mediato, ou seja, executor e mandante dos crimes, estão presos por força de prisão preventiva decretada no dia 28 de janeiro de 2008, de acordo com denúncia do Ministério Público Federal.

Não havendo mais nada a tratar em relação a essas questões regimentais, eu anuncio o Item 1 da pauta, que é uma decisão não terminativa. É o Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2003, que "Dispõe sobre os exames preventivos de acuidade visual e auditiva nos estabelecimentos públicos de ensino fundamental". O autor é o Deputado Cláudio Cajado, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2003, do Deputado Eduardo Jorge, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2003, do Senador Sérgio Zambiasi, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 504, de autoria do Senador Paulo Paim, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei no Senado nº 80, de autoria do Senador Edison Lobão. Ainda mais, outro Projeto de Lei do Senado, nº 240, que "Altera o art. 10º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar obrigatório o teste do olhinho em todo o país". O autor é o Senador Paulo Paim e o Relator é o Senador Papaléo Paes, que tem a palavra para proferir o seu relatório.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sra. Presidenta, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Já tive a oportunidade de ler este relatório, numa sessão anterior, e foi solicitado vistas a esse projeto. Nós temos aqui essa relatoria, que eu quero abreviar, eu quero ler o meu voto, expor o meu voto e ler a Emenda apresentada em 20 de fevereiro de 2008, na forma que lerei a seguir. Então foi feito todo o arrazoado aqui, o relatório, a análise, mas eu vou diretamente ao voto. Pelo exposto – porque já é do conhecimento de todos que já foi lido este relatório e contém, na nossa agenda de hoje, o voto é pelo arquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2003, e dos Projetos de Lei do Senado nºs 237 e 504, de 2003, nº 80, de 2004, e nº 340, de 2007, e pela aprovação, no mérito, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2003, com acatamento da Emenda apresentada em 20 de fevereiro de 2008, na forma seguinte: Projeto de Lei da Câmara nº 52, substitutivo de 2003, que dispõe sobre ações de atenção à saúde dos portadores de hemoglobinopatias, fenilcetonúria, hipotireoidismo e fibrose cística, e altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e 9.263, de 12 de janeiro de 1996, para tornar obrigatória a realização das ações que especifica. O Congresso Nacional decreta: art. 1º – Os gestores do Sistema Único de Saúde – SUS Federais, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, promoverão programas de registro, controle e assistência integral às pessoas portadoras de fenilcetonúria, hipotireoidismo congênito, fibrose cística e hemoglobinopatias, em especial a anemia falciforme, que garantam, entre outras medidas: § 1º – Cobertura vacinal contra crime, pneumonia e outras doenças de forma a prevenir agravos intercorrentes; § 2º – Dispensação sem interrupção da medicação necessária aos tratamentos; § 3º – Estruturação de um sistema

de vigilância epidemiológica das doenças citadas no *caput*; § 4º – Criação e divulgação de material técnico e educativo dirigido, respectivamente, aos profissionais de saúde e à população; § 5º – Capacitação de profissionais de saúde; art. 2º – É obrigatória a notificação ao órgão competente do SUS dos caso de hemoglobinopatias, fenilcetonúria, hipotireoidismo congênito e fibrose cística; art. 3º – A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações: art. 8º, § 4º – A gestante portadora de anemia falciforme receberá acompanhamento especializado, inclusive na assistência ao parto; art. 10º, § 3º – Proceder a exames visando ao diagnóstico e a terapêutica de hemoglobinopatias e de anormalidades da audição, da visão e do metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientação aos pais.

Veja, senhora Presidenta, não tem nada aqui de absurdo, nem de excepcional – interrompi até para fazer esse comentário, porque eu fui de uma certa forma até questionado pelo Ministério da Saúde por já ter, alguns Estados, estabelecido o início de alguns programas. Mas aqui não tem nada de absurdo, nem de excepcional. O quê nós queremos com isso é estabelecer, através de lei, dando um prazo para que o Ministério passe, distribua em todo o País, dando obrigações aos Estados e Municípios, para o cumprimento dessas ações que não são, primeiramente, não são dispendiosas e são extremamente necessárias, porque eu acho que existiu até um certo relaxamento, devido à grande quantidade de epidemias que hoje agraçam esse País e muitos cuidados que se têm que tomar, nessas doenças que já são doenças que causam problemas de saúde pública há centenas de anos ou há dezenas de anos e que realmente foi se deixando de lado para determinadas especializações e não concentrando como ações de atividade da medicina preventiva. Então por isso que eu fiz esse intervalo aqui na minha leitura, para fazer esse comentário. Então, como diz aqui, proceder a exames visando ao diagnóstico e a terapêutica de hemoglobinopatias e de anormalidades da visão, audição e do metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientações aos pais. Quantos casos nas escolas, de dificuldades de aprendizado, temos registrados? Milhares. A criança tem dificuldade de aprender, mas não é por deficiência mental não, é porque não consegue enxergar e não sabe identificar porque nunca enxergou direito, ou não consegue ouvir porque não sabe o quê é ouvir direito porque nunca ouvir, não é? Então isso aí são exames simples, usasse aparelhos baratos e, principalmente, a mão-de-obra, nós pudemos produzir através de técnicos. Não precisa ser, na maioria dos casos, pessoas formadas em nível de terceiro grau. Técnicos são capazes de fazer essa avaliação preliminar e, posteriormente, encaminhar para os serviços especializados para serem solucionados quando assim a afecção permitir. Os exames visando ao diagnóstico de hemoglobinopatias e de anormalidade do metabolismo de que trata o inciso III, deve incluir, no mínimo, os destinados a diagnosticar anemia falciforme, fenilcetonúria, hipotireoidismo congênito e fibrose cística, porque é muito triste nós vermos esses diagnósticos feitos de forma tardia. Art. 11º – É obrigatória a realização dos exames de acuidade visual e auditiva – obrigatória – dos alunos matriculados nos estabelecimentos públicos de educação básica.

Eu lembro que, quando eu era criança, vejam só, parece que nós evoluímos. Evoluímos muito, mas em alguns pontos nós regredimos. Todos os anos, antes do início das aulas, nós tínhamos exames médicos, nós passávamos por exame médico. Então um simples barulhinho que fazia junto da gente, já podia alertar para ver se aquela criança estava ouvindo ou não. Então nós queremos obrigar que façam esses exames de acuidade visual e auditiva nos estabelecimentos públicos. Art. 229-A – Deixar a autoridade competente de oferecer as ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, nos termos do § 4º, do art. 11º – aí sim tem que dar uma penalidade, tem que penalizar -, pena: detenção de seis meses a dois anos. Se vai ser preso ou não o problema já não é nosso. § único – Se o crime é culposo, pena: detenção de dois a seis meses ou multa. Se a multa é grande ou pequena também o problema não é nosso. Art. 4º – O § único, do art. 3º, da Lei 9.263, de 12 de janeiro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV. Art. 3º, inciso IV – O aconselhamento genético, especialmente aos portadores do traço falciforme. Esta lei entra em vigor após decorridos trezentos e sessenta e cinco dias da sua publicação.

Sra. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu vejo que isso daqui é um projeto extremamente coerente, oportuno, e peço a todos que, independente de outro tipo de questão, mas analisando puramente a questão saúde pública, eu peço que todos entendam da necessidade e peço a aprovação do projeto que acabei de relatar. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada ao Senador Papaléo Paes. Eu coloco em discussão o projeto. Não havendo quem queira discutir, eu coloco em votação. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. O projeto foi aprovado e vai à Comissão de Educação para prosseguimento de sua tramitação.

Eu quero parabenizar ao Senador Papaléo Paes pelo trabalho cuidadoso que teve em relação ao seu relatório e dizer que eu, particularmente, pela luta que

tenho em defesa das crianças e dos adolescentes, não só do meu Estado, o Ceará, mas do Brasil como um todo, fico muito feliz que um projeto dessa natureza tenha sido aprovado. E sou testemunha, porque tenho uma filha que vai agora completar três aninhos de idade, foi detectado também nela um problema na vista, e quando fizemos o teste, ela tem quase três graus em cada olhinho. Isso significa que agora ela precisa usar óculos, pequenininha, mas que o seu rendimento, o seu aproveitamento, é muito maior hoje depois que eu fiz esse testesinho tão simples nela. Então com um diagnóstico feito de forma antecipada nós podemos ajudar muitas crianças, muitas crianças mesmo. Então eu quero parabenizar o cuidado, a sensibilidade de V. Exª., como sempre, nessa Comissão, se destacando por essa sensibilidade, e esperar que na Comissão de Educação ele possa também ser aprovado e a gente consiga mais essa garantia para as nossas crianças e adolescentes de todo o nosso país. Parabéns ao Senador Papaléo Paes.

Eu queria registrar, além da presença dos Srs. Senadores Marcelo Crivella, Magno Malta, Papaléo Paes, Senadora Fátima Cleide, a presença dos Deputados Henrique Afonso, Felipe Pereira e Deputado Rodovalho, do Distrito Federal.

Nós temos vários itens da pauta, mas os Relatores infelizmente ainda não estão presentes. Eu vou passar então, porque como os outros Relatores ainda não chegaram, nós teremos agora os itens 2, 3, 4, 5 e 6, e a única Relatora presente, além do Senador Papaléo Paes, é a Senadora Fátima Cleide. Então nós vamos passar agora ao Item 7 da pauta, que é uma decisão não terminativa, é o Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2006, que "Altera a Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor e dá nova redação ao § 3º, do art. 140, do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências". Autora é a Deputada Iara Bernardi e a Relatora é a Senadora Fátima Cleide, que terá a palavra para manifestar o seu relatório.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sra. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Pela ordem, o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu tenho debatido muito esse projeto com a Fátima na Comissão de Direitos Humanos, e acho, Sra. Presidente, que nós precisávamos de um tempo para discutir, aprofundar um consenso. Por isso é que eu gostaria de pedir a V. Exª. que me concedesse vistas desse PLC nº 122.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senador Marcelo Crivella, com todo respeito, claro, eu passo de qualquer forma a palavra à Senadora Fátima Cleide, porque o pedido de vista pode ser concedido, mas após ser lido o relatório. Então eu peço a V. Exª. que aguarde.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Nós já conhecemos o projeto, já lemos na CDH, é apenas para tentar poupar a nossa companheira--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Eu entendo que V. Exª. irá pedir vistas, mas eu acho que seria importante então que ela pudesse dar conhecimento a esta Comissão do seu relatório. Em seguida V. Exª. poderá, como o Senador Magno Malta, pedir vistas, que serão, evidentemente, concedidas. Com a palavra a Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Meu muito obrigada à Senadora Patrícia, Presidente desta Comissão de Assuntos Sociais, em primeiro lugar pela consideração com esta Relatora que teve a coragem também que teve de, numa tentativa de protelar este debate, esta discussão e apreciação deste projeto, ele veio para a CAS e V. Exª., corajosamente, me nomeou Relatora. Meu muito obrigada.

Com relação à consideração inicial do Senador Marcelo Crivella, eu tenho toda a disposição, como tive durante todo esse período, tanto na CDH quanto aqui na CAS, de dialogar, mas acho que já passou da hora de fazermos, de darmos conhecimento ao povo do Brasil e principalmente aos grupos interessados, tanto pró quanto contra, do teor do meu relatório. Eu antecipo ao Senador Marcelo Crivella, ao Senador Magno Malta, que não os cansarei, embora o meu relatório seja bem longo, porque nós procuramos aqui expressar o quê foi toda a construção do debate ocorrido na CDH, nas diversas Audiências Públicas realizadas, não esgotaríamos num relatório, mas vou fazer aqui uma síntese que acredito ser necessária e urgente que se faça para conhecimento público.

Portanto, Sra. Presidente, Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006, Projeto de Lei nº 5.003, de 2001, na Câmara dos Deputados, de autoria da Deputado Federal Iara Bernardi, tendo sido aprovado naquela Casa em 23 de novembro de 2006, tem por objeto a alteração da Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989, cuja ementa proclama: "define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor". O PLC nº 122, de 2006, amplia novamente a abrangência dessa norma, acrescentando à ementa e ao art. 1º da lei em vigor as motivações de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero.

Da análise. O atual conceito de cidadania está intimamente ligado aos direitos, à liberdade e à igualdade, bem como a idéia de que a organização do Estado e da sociedade deve representar o conjunto das forças associações e se estruturar a partir da mobilização política dos cidadãos e cidadãs. No entanto, quando surgiu, no século XVII, este conceito não incluía pobres, mulheres e escravos. No século XVIII, a partir do desenvolvimento da indústria, difunde-se a participação dos direitos à liberdade, à igualdade e à fraternidade entre homens que nascem e permanecem livres em iguais direitos. Por demanda de novos atores econômicos, protagonistas das lutas operárias e movimentos sociais diversos nos séculos XIX e XX, a cidadania se estender, então, aos trabalhadores, às mulheres, aos negros e aos analfabetos. Com essa inclusão redefinem-se os direitos civis, políticos e sociais. Após a Segunda Guerra Mundial edita-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos, afirmando direitos universais a bens econômicos, políticos, sociais, culturais e ambientais e consagra-se o direito à vida como um direito humano básico para além da integridade física, abrangendo a moral, a privacidade, a intimidade, a honra, a dignidade e a imagem. Num primeiro momento a percepção e regulamentação dos direitos humanos caracterizaram-se pela proteção genérica, baseada na igualdade formal. Mais tarde, a percepção dos Direitos Humanos se estende às condições diferenciadas específicas do sujeito, com suas peculiaridades e particularidades. A partir de então se reconhece o direito à diferença ao lado do direito à igualdade, condição que possibilita a instituição do Estado laico, fundado nos princípios da democracia e da adversidade. No entanto, historicamente o reconhecimento e a expansão de direitos não são suficientes para assegurar o quê a filósofa Hannah Arendt define como "cidadania ativa", que implica em sentimento de pertencimento, de identidade de solidariedade entre os membros de uma comunidade, no cumprimento de normas jurídicas, no reconhecimento de novos sujeitos de direito e na construção de novas normas de convivência que respondam às novas demandas. Assim, novas legalidades reclamadas pelos movimentos sociais de mulheres, lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros se justificam na insuficiência da prescrição social da heterossexualidade e da classificação tradicional do sexo e do gênero para assegurar direitos universais. A homofobia é a principal causa da discriminação e da violência que se pratica contra homossexuais e transgêneros. O trato com essa discriminação consagrou o termo para significar a intolerância e o desprezo por quem demonstre preferências e identidades diferentes da heterossexual.

No âmbito da legislação ordinária os movimentos sociais apontam, pelo menos, trinta e sete direitos entre os consagrados a heterossexuais que são negados a cidadãos e cidadãs LBGT. Assim, ocorrem importantes avanços no reconhecimento de direitos sexuais em detrimento dos padrões conservadores, sobretudo a partir dos anos 90.

Objetivamente, sem fazer a opção pelo comportamento homossexual ou sua apologia, o PLC nº 122, de 2006, propõe meios legais para desestimular e coibir, penalmente, situações em que a opinião privada de alguns gera prejuízo aos direitos dos outros. Assim, todas as condutas definidas, criminalmente, no projeto, referenciam comportamentos que arbitrariamente recusam a indivíduos LBGT direitos que são conferidos a outros indivíduos em igualdade de condição.

Dessa forma, essa relatoria entende que o projeto, além do extremamente positivo no combate à homofobia e na garantia de cidadania a grupos drástica e continuamente violados em seus direitos, não criminaliza a liberdade de consciência e de crença pela simples razão de que a forma proibitiva incide sobre a conduta dolosa, precisamente definida em lei, não sobre o pensamento, além do fato de que o combate a toda forma de discriminação no campo do trabalho e a promoção da saúde mental dos cidadãos e cidadãs brasileiros, discussão que está no âmbito desta Comissão, serão fortalecidas.

Esta relatoria entende que o PLC nº 122, de 2006, tem pleno mérito na adequação, definição de sujeitos e condutas criminosas, em face da inegável necessidade de recursos penais para coibir a discriminação homofóbica no território nacional e em função de garantir a universalidade do direito à igualdade e à diversidade entre os cidadãos e cidadãs.

Em face do exposto, não vislumbrando qualquer óbice de ordem legal, constitucional ou de técnica legislativa, e julgando ser esta uma matéria de extrema importância para o pleno exercício da cidadania e dos direitos humanos, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006. Este é o voto, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Quero agradecer à Senadora Fátima Cleide pelo seu relatório, que durante tanto tempo se dedicou para que aqui pudesse apresentá-lo. Passo a palavra, agora, ao Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sra. Presidente, eu reafirmo, nós vamos pedir vistas ao projeto, vamos discutir esse projeto com mais profundidade, tentar construir um consenso. Ainda há dificuldades em nós podermos aprovar o relatório. É ponto pacífico de que todos nós nessa Casa, especialmente

nós Senadores, inclusive os que estão pedindo vistas, queremos garantir que haja respeito à opção sexual de qualquer brasileiro.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Sra. Presidente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu já concedo a parte a V. Exª. Mas o projeto ainda traz dúvidas, suscita dúvidas quanto aos aspectos da liberdade religiosa e a liberdade da expressão do livre pensamento, e algumas inconstitucionalidades que nós não vamos debater aqui porque é mais uma questão de mérito, vamos deixar para discutir constitucionalidade na CCJ. Mas eu queria receitar, Sra. Presidente, que gostaria de pedir vistas para analisar mais profundamente esse projeto.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Com a palavra a Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Eu gostaria de pedir vistas também, vistas coletiva, e que dentro das possibilidades seja pautado para a próxima reunião da Comissão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Nós teremos cinco dias do pedido. Senador Papaléo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu também queria registrar o meu pedido de vistas ao projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Pedido de vistas coletiva acatado.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Com a palavra o Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): O meu pedido de vista, eu faço parte desse pedido coletivo, e para reafirmar a posição, Sra. Presidente, é de que quando a Constituição diz que qualquer tipo de discriminação é nefasta, é verdadeiro, ninguém tem o direito de discriminar ninguém, muito menos agredir ninguém e ser acintoso físico e moral contra ninguém. São crimes inaceitáveis, está na Constituição e nós respeitamos isso. Então a nossa discussão não é com relação à opção sexual de ninguém. Nós estamos discutindo o Projeto de Lei 122, nós estamos discutindo um Projeto de Lei que entendemos estar eivado de inconstitucionalidades, sutilezas que nós queremos discutir. Agora respeitamos a opção das pessoas, respeitamos e achamos que qualquer tipo de discriminação é extremamente nefasta e nojenta, mas nós estamos discutindo não isso, nem discriminação, portanto, estamos discutindo. Estamos discutindo um Projeto de Lei que entendemos estar eivado de inconstitucionalidades e é por isso o pedido de vista coletiva.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Concedida vista coletiva.

Passamos ao próximo Item da pauta. Requerimento 2008, sugere à Comissão de Assuntos Sociais incluir na Audiência Pública que realizará para discutir o PLS nº 658, de 2007, conforme Requerimento nº 04, de 2008, aprovado na reunião do dia 05 de março de 2007, a participação de representantes da Ordem dos Economistas do Brasil, sociedade civil vinculada à profissão. "Nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sugere-se que a Comissão de Assuntos Sociais inclua, na Audiência Pública que deliberou para discussão do Projeto de Lei do Senado 658, de 2007, a participação de representante da Ordem dos Economistas do Brasil, maior associação civil vinculada àquela profissão". Autor é o Senador Inácio Arruda e eu subscrevo o Requerimento. Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Requerimento, Item 10 da pauta. "Nos termos do inciso II, do § 2º, do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II, do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para avaliar as políticas públicas para a juventude voltadas à capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho, com a participação, entre outros, de representantes do Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Social". Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação, afirmando que esse requerimento é de autoria da Senadora Patrícia Saboya, subscrito por mim. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovado.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pela ordem, Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): É que eu tenho um projeto, Sr. Presidente, que é o Item 3 da pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): É terminativo.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Não, não é terminativo não, Sr. Presidente, é não terminativo, e o Relator é o Senador Inácio Arruda que

acaba de chegar nessa Comissão. Se V. Exª. pudesse nos ajudar--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): É terminativo, Sr. Senador. O Item 3 é terminativo.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Será que pode ler o relatório então, Sr. Presidente, para a gente ganhar tempo?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Não pode votar, não temos quorum para votar, mas V. Exª. poderá ser atendido na sua solicitação.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador, lendo já ajudava muito.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senador Inácio Arruda. Projeto de Lei nº 23, de 2004, é o Item 3 da pauta, é uma decisão terminativa. "Altera, com vistas a fomentar a utilização da energia solar, a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir diretriz a ser observada pelos Municípios, e a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, para condicionar a obtenção de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação". O autor é o Senador Marcelo Crivella e Relator é o Senador Inácio Arruda. O Parecer é pela aprovação do projeto, com duas emendas que apresenta. A matéria constou da pauta de reunião do dia 05 de março de 2008, sendo adiada sua deliberação. Concedo a palavra ao nobre Senador Inácio Arruda para proferir o relatório.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, na verdade eu acho que o meu Parecer já foi lido, faltando apenas nós deliberarmos. Como trata-se de matéria que exige o quorum qualificado, eu apenas gostaria de reafirmar que nós fizemos esse projeto, discutimos o seu Parecer, sempre buscando dialogar com o autor, que teve sempre muita sensibilidade e facilitou aqui o trabalho da relatoria, e por isso que nós não só apresentamos o nosso Parecer favorável, como apresentamos algumas emendas, poucas, que têm o único objetivo de adequação apenas do projeto. O nosso Parecer é favorável, gostaríamos de vê-lo aprovado o mais rápido possível. Infelizmente o dia de hoje me parece daqueles dias difíceis, até mesmo porque as CPIs têm predominância sobre as Comissões permanentes da Casa, elas são mais chamativas, não é, parece que elas dão mais mediáticas, há uma certa pirotecnia nas CPIs, então todo mundo corre para lá, fica superlotada a CPI, todo mundo quer falar na CPI. Tem uma máxima até que diz que quem aparece muito em CPI não volta para o Congresso Nacional. Talvez os que estejam lá não estejam sabendo desta máxima. Então eu acho que era preciso a gente dar atenção às nossas Comissões. Este é um projeto importante do Senador Marcelo Crivella, um projeto social, que é sempre do seu feitio, está ligado a um projeto que eu tive a felicidade de ser Relator na Câmara dos Deputados, que é o Estatuto da Cidade, que nós apresentamos um substitutivo a um projeto original do Senador Pompeu de Souza, que era Senador pelo Distrito Federal, mas era cearense da cidade de Redenção, a primeira a libertar os escravos no Brasil. Então o Senador Crivella faz uma alteração ao Estatuto da Cidade para aprimorá-lo e beneficiar o povo do Brasil. É essa a iniciativa. Então o meu Parecer, Sr. Presidente, é pela aprovação e gostaríamos de conclamar os nossos colegas a comparecer à Comissão, se não hoje, na próxima sessão, para garantirmos a aprovação desse importante projeto do Senador Crivella.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Para discutir, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu quero parabenizar V. Exª., Senador Inácio Arruda, pelo seu empenho no sentido de relatar com a responsabilidade que lhe é peculiar e com o objetivo de atender necessidades da população, parabenizar também ao Senador Marcelo Crivella pela iniciativa como autor do projeto.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): E quero ressaltar, realmente, lamentar o que V. Exª. lamentou aqui, a ausência nas nossas Comissões, que são Comissões importantíssimas para que nós possamos dar andamento aos projetos que têm que ser analisado em cada Comissão, com a responsabilidade que todos nós temos, em virtude dessas Comissões que nós temos, em virtude dessas Comissões estarem praticamente sendo esvaziadas por CPIs que não comportam todos os parlamentares que nós conseguimos ver ocupando aqueles assentos ali, não é? Então eu pediria até aos senhores parlamentares--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): São três CPIs simultâneas agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu pediria que comparecessem às nossas Comissões para que nós pudéssemos ser céleres aqui nesta Casa com os projetos.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E hoje eu estou podendo relatar os nossos projetos, porque a CPI das ONGs decidiu adiar a sua votação porque ela estava em disputa com outra CPI, porque estávamos no mesmo horário.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): A questão de mídia.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O quê permitiu que eu pudesse relatar, felizmente, se não também não poderia relatar porque estaria relatando a CPI das ONGs. Mas eu quero, Sr. Presidente, para uma correção, porque na verdade o projeto, eu comecei aqui a leitura, mas pedi ao próprio autor para que ele me desse um tempo para apresentar uma sugestão, isso ele entrou em acordo, então digamos assim que nós fizemos um trabalho pela metade. Então é necessário ser feito o anúncio aqui do nosso relatório, mas eu não quero fazer uma leitura do conjunto do relatório, eu quero apenas reafirmar o nosso propósito de aprovar, o nosso voto é pela aprovação com as Emendas que foram fruto de um trabalho em conjunto com a equipe do Senador Crivella. Então o nosso Parecer é esse.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Parabéns a V. Exª.. Pela ordem, Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, também quero fazer coro com as reclamações com relação à prioridade que se dá às CPIs. É muito importante a investigação, mas o nosso trabalho aqui, a nossa atuação é no sentido de legislar, essa deve ser a nossa primeira atribuição. Judiciário eu acho que deve ficar para o Judiciário, para a justiça. O nosso papel de investigação não pode ser maior do que o papel de legislador. Mas, fiz questão de me pronunciar com relação a essa matéria apenas para parabenizar o Senador Inácio Arruda e parabenizar o Senador Marcelo Crivella pela autoria de tão importante matéria. Que bom que o Senador Inácio Arruda pode relatar esse projeto no dia de hoje, 26 de março, quando nós estamos aí numa semana em que se discute o uso racional da água e do quanto nós, seres humanos, desprezamos a importância que ela tem, fundamental para a vida que é este elemento água. Quero parabenizar o Senador Marcelo Crivella pela apresentação dessa matéria legislativa que é muito importante tanto para a preservação da água quanto para o meio-ambiente, contribui enormemente para a diminuição dos efeitos do aquecimento global e, principalmente, com relação à minimização do uso de energia, que hoje é um dos principais problemas da humanidade, pois quanto mais consumimos energia mais necessidade temos de produzir, de gerar novas fontes de energia e muitas vezes tendo que recorrer à utilização da água para gerar energia. Então, Sr. Presidente, eu gostaria apenas de fazer esse registro porque considero muito importante essa matéria e desde já ela pode contar com o meu voto favorável.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Obrigada à Senadora Fátima Cleide. Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu gostaria de falar sobre esse projeto, sobre a sua importância assim de forma breve, enaltecendo o seu autor pela oportunidade de sua apresentação, de vez que, se for aprovada pelo Congresso, sem dúvida alguma que nós iremos reduzir substancialmente os gastos com energia elétrica proveniente de outras fontes, e o Brasil é riquíssimo, não só no Nordeste do Brasil, pelo sol equatorial que ali cai, de forma quase vertical, permitindo um aproveitamento energético importante através dessa saída tecnológica. Muitos países a utilizam, como na Europa, nos Estados Unidos. Então eu quero parabenizar V. Exª., Senador. V. Exª. entra na modernidade e procura não só contribuir com uma energia pura para proteger o meio-ambiente como também promover economia neste País, economia de combustíveis fósseis que poluem o meio-ambiente, economia até da própria energia nuclear, que é caríssima, a energia hidráulica que vem também até do Paraguai e agora o Paraguai, através de um candidato, ameaça aumentar as tarifas que são pagas pelo Brasil na Usina de Itaipu. Por tudo isso V. Exª. entra num assunto que é da maior oportunidade, da mais alta relevância. Votarei favorável quando estiver na pauta de votação, exaltando a iniciativa louvável.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado ao Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pela ordem.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): É o seguinte: o Senador Paulo Paim apresentou um projeto, o Projeto de Lei nº 302, que é da maior importância. Ele proíbe que o aposentado, com idade igual ou superior a sessenta anos, seja obrigado a comparecer para fazer o exame por invalidez, que hoje é obrigado de dois em dois anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Permita-me, Senador.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Só vou fazer a leitura, se me permitir V. Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu atenderei a V. Exª. É muito importante que V. Exª. faça essa leitura, mas eu peço até permissão a V. Exª., porque o Item 4 é não terminativo, o Relator é o Senador Adelmir Santana, e em seguida nós vamos ao Item 11º, que V. Exª. é o Relator, e logi-

camente V. Exª. terá o tempo necessário para fazer o seu relatório. V. Exª. concorda?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Inteiramente de acordo com V. Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado. Então vamos ao Item 4. Decisão não terminativa. Projeto de Lei do Senado nº 493, de 2007, "Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.666, de 08 de maio de 2003, para vedar a incidência de penalidades no recolhimento a destempo de complementação devida por contribuinte individual quando, no período próprio, o valor a ser recolhido for inferior ao valor mínimo por procedimento de arrecadação". O autor é o Senador Arthur Virgílio e o Relator é o Senador Adelmir Santana. O Parecer é pela aprovação do projeto. A matéria irá à Comissão de Assuntos Econômicos, posteriormente, para prosseguimento de sua tramitação. Concedo a palavra ao nobre Senador Adelmir Santana para proferir o relatório.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Eu vou resumir, dando uma explicação muito simples. Isso daqui é o seguinte: quando você tem um tributo que não atinge um determinado valor, está dispensado do seu recolhimento, porque não compensa ao Estado, por causa dos custos do recolhimento, fazê-lo. Depois, quando você atinge o limite para o recolhimento, considera-se a dívida anterior, só que aí começa a incidir multas e correções, quer dizer, não é justo. Se ele foi dispensado do pagamento porque não convinha ao Estado recolher, então não há sentido penalizá-lo porque ele atinge o patamar necessário de recolhimento. Então o quê nós estamos querendo é que permaneça, claro que está que ele recolherá os valores devidos, mas sem penalidades, uma vez que ele estava dispensado do seu recolhimento na data devida porque não atingia o patamar mínimo. Portanto, o nosso Parecer, o voto é pela aprovação do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovado. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Passamos ao Item 11, que é uma decisão terminativa, Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2007: "Isenta o aposentado maior de sessenta anos por invalidez de exame médico-pericial". O autor é o Senador Paulo Paim e o Relator é o Senador Antônio Carlos Valadares. O Parecer é pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta. Concedo a palavra ao nobre Senador Antônio Carlos Valadares para proferir o seu relatório.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. O Senador Paulo Paim apresentou essa proposta que, a meu ver, é consentânea com as preocupações desta Comissão que luta por uma legislação que venha coibir com todo e qualquer ato injusto, desumano, cruel, que seja cometido contra todas as pessoas, notadamente contra as crianças, as mulheres, os adolescentes e os idosos. Por isso é que a sua proposição vem ao encontro desses objetivos, porque ela confere ao aposentado o direito de ficar dispensado do exame pericial, que é exigido hoje, que é exigido para aquelas pessoas que tenham idade inferior a cinqüenta e cinco anos. Então só em três casos seria permitido o exame pericial: 1) Verificar a necessidade de assistência permanente de outra pessoa para a concessão do acréscimo de 20% sobre o valor do benefício, conforme dispõe o art. 45; quer dizer, se alguém estiver dando assistência, não é, ao aposentado, aí ele poderá requerer um acréscimo de 20%. Então aí, neste caso, a perícia é permitida; 2) Verificar a recuperação da capacidade de trabalho que dispõe o art. 47; 3) E também subsidiar a autoridade judiciária na concessão da curatela, conforme dispõe o art. 110. De sorte que, salvo essas exceções, não será permitida a convocação do aposentado para exame pericial, como se fez aí em algumas oportunidades e a imprensa tocou neste assunto, isso daí emocionou muito a sociedade brasileira, onde muitos velhinhos foram obrigados assim, de forma inadvertida, equivocada e até desumana, compareceram à Previdência Social para fazer o exame pericial ou para fazerem uma nova ficha. Isso causa não só um transtorno como também pode aumentar a possibilidade de os mais velhos morrerem mais cedo. Por isso esta proposta eu a aprovo em sua totalidade, o meu Parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Parabéns a V. Exª. pelo brilhante relatório. Como a matéria é de decisão terminativa, nós vamos aguardar uma próxima reunião para que nós tenhamos o número de presentes necessários para a devida votação. Quero mais uma vez parabenizar a V. Exª. pela sua sensibilidade e pela sua visão em cima de uma necessidade absoluta que nós já tivemos assim exemplos às nossas vistas e que este Projeto de Lei viria abrandar ou resolver muitos desses problemas que nós já testemunhamos.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu peço a V. Exª. para relatar o Item 8 da pauta.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Item 8 da pauta.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Ele é terminativo, mas eu gostaria de relatar e, quando alcançarmos o quorum, espero na próxima reunião, já votaríamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Está concedido. Item 8, decisão terminativa. Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2004, "Altera o art. 464, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conferir aos empregados o direito de escolher a instituição financeira e a agência em que os empregadores depositarão sua remuneração". O autor é o Senador Aloízio Mercadante, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2004, "Acrescenta o § 3º, ao art. 1º, da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para dispor sobre a escolha, pelos empregados, do estabelecimento bancário e da agência na qual receberão os salários e demais parcelas remuneratórias e dá outras providências". O autor é o Senador Romeu Tuma e o Relator é o Senador Inácio Arruda. O Parecer é pela aprovação de Lei do Senado nº 340 e 176, de 2004, na forma do Substitutivo que apresenta. Em 05 de março de 2008, o Relator, V. Exª., Senador Inácio Arruda, reexaminou a matéria, elaborando novo Parecer, apresentado no dia 11 de março de 2008, e agora concedo a palavra a V. Exª., ao Senador Inácio Arruda, para proferir o seu relatório.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Eu já tinha apresentado o meu Parecer e solicitei que nós retirássemos a matéria da pauta para que eu revisasse o meu relatório, o meu Parecer, em função de nós termos dois Projetos de Lei: um de autoria do Senador Mercadante, mais abrangente, e o outro de autoria do Senador Tuma. Ambos têm o mesmo sentido, o mesmo objetivo, e poderiam ser aproveitados. Como no relatório anterior nós fizemos uma distinção, privilegiando então o Projeto de Lei do Senador Mercadante, eu examinei naquele momento que era mais ajustado, mais correto nós aprovarmos os dois projetos, porque os dois têm o mesmo sentido. E como a base da aprovação estava referida a uma Emenda Substitutiva, não haveria nenhum prejuízo para os autores, quer dizer, ambos têm a mesma preocupação, que é a preocupação de dar mais liberdade a todos os trabalhadores de escolherem a agência bancária onde desejam que seja recebido os seus proventos. Isso já é objeto de determinação, através de Resolução do Conselho Monetário Nacional, que assim já entendeu que pode ter sim a liberdade para todo o trabalhador de escolha de sua agência bancária. Apenas os dois Senadores, Aloizio Mercadante e Senador Romeu Tuma, estão transformando esta matéria em lei. Aliás, os dois se anteciparam. Apenas as instituições do Governo tinham o poder, através de norma de Portaria e de Decreto, de se adiantar a esse trabalho dos Srs. Senadores, que foi fruto inclusive de discussões e debate na Comissão de Assuntos Econômicos inicialmente. Então eu considerei que os dois projetos são cabíveis, são importantes, e o meu Parecer é favorável nos termos da Emenda Substitutiva nº 1, votando, portanto, pela aprovação dos dois Projetos de Lei nos termos da Emenda Substitutiva, que é muito simples, e que eu lerei agora. Então em face dessa análise que eu realizo o voto é pela aprovação do PLS 176 e 340, ambos de 2004, nos termos da seguinte Emenda Substitutiva: Emenda nº 1, Comissão de Assuntos Econômicos, Substitutivo de 2008: Dispõe sobre a contratação de instituições bancárias para depósitos, salários, vencimentos, proventos e pensões, efetuados pelas pessoas jurídicas de direito público e de direito privado por meio de depósito bancário. O Congresso Nacional decreta: art. 1º – O pagamento de salários, vencimentos, proventos e pensões efetuadas pelas pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, por meio de depósito bancário, obedecerá o disposto nesta lei; art. 2º – Os empregados, servidores públicos, aposentados e pensionistas, escolherão livremente a agência e respectiva instituição bancária onde receberão os seus salários, vencimentos, proventos e pensões. § único – O beneficiário sempre poderá fazer nova escolha de instituição financeira, mediante comunicação escrita às pessoas jurídicas mencionadas no art. 1º, com a antecedência mínima de noventa dias; art. 3º – As pessoas jurídicas referidas no art. 1º ficam obrigadas a solicitar aos seus respectivos empregados, servidores públicos, aposentados ou pensionistas, que em formulário separado informe os dados pertinentes à sua conta bancária; art. 4º – Caso o pagamento da remuneração ocorra por meio de cheque, esse deverá ser originário de agência de instituição bancária próxima ao local de trabalho; art. 5º – Serão respeitadas, até a data do seu vencimento, os eventuais contratos entre as instituições financeiras e as pessoas jurídicas de direito público e privado referentes ao depósito dos valores de quitação da folha de pagamento e pessoal; art. 6º– Esta lei entra em vigor cento e oitenta dias após a sua publicação. Sala das Comissões, Presidente Senador Papaléo Paes, Relator Inácio Arruda. Sr. Presidente, este é o meu relatório, com a respectiva Emenda Substitutiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu agradeço a V. Exª. pela leitura do relatório. O projeto voltará à pauta na próxima reunião para

que seja votado em quorum qualificado por tratar-se de um projeto terminativo.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu aproveito, que eu gostaria de relatar também o Item 2 da pauta, projeto de autoria do Senador Zambiasi.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu peço permissão ao Senador Adelmir Santana.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Porque na próxima reunião eu posso não estar mais aqui para relatar, mas já fica feito o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Projeto do Lei do Senado nº 498, "Altera o inciso III, do art. 2º, da Lei nº 11.476, de 29 de maio de 2007, para permitir que os portadores de diploma de técnico de nível médio em Enologia e os alunos que ingressaram em curso deste nível até 29 de maio de 2007 possam exercer a profissão de Enólogo e dá outras providências". O Senador Sérgio Zambiasi é o autor e o Relator é o Senador Inácio Arruda, pela aprovação. A matéria constou da pauta de reunião do dia 27 de fevereiro de 2008 e 05 de março de 2008, sendo adiada a sua deliberação. Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, aqui o Senador Zambiasi procura corrigir uma injustiça, os técnicos de nível médio nessa área foram preteridos. Eu lembro dos contadores antigamente, que não tinham curso superior, mas foram acolhidos, porque eles exerciam a sua profissão de contador nas empresas e não tinha sentido você não aproveitá-los. Por isso eu considero que da mesma forma o Senador Zambiasi tem razão, devem se aproveitar sim todos os técnicos, os Enólogos que já se formaram, trabalham nas indústrias vinícolas e que devem ser recepcionados na nova legislação. Por tudo isso o meu Parecer é pela aprovação. Não existe vício de inconstitucionalidade, juridicidade e, presentes as razões de mérito expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 498, de 2007, de autoria do nobre Senador Sérgio Zambiasi.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado ao Senador Inácio Arruda. Também o projeto volta para a pauta, aguardando quorum qualificado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Peço a V. Exa. a aprovação do Requerimento de minha autoria --

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Já foi aprovado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O Item 9.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): V. Exª. já teve o seu Requerimento aprovado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Então toda pauta foi liquidada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Obrigado pela sua ação devastadora. Eu agradeço às Sras. e Srs. Senadores e encerro a presente reunião da Comissão de Assuntos Sociais.

Sessão encerrada às 12h49.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às doze horas, do dia oito de outubro de dois mil e oito, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência do Senhor Senador FLÁVIO ARNS, com a presença dos (as) Senadores (as) AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, JOSÉ NERY, EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES, JOÃO DURVAL, EXPEDITO JÚNIOR, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, LEOMAR QUINTANILHA, CÍCERO LUCENA e MARISA SERRANO. Justificam a ausência os Senhores Senadores Jayme Campos, Romeu Tuma e Cristovam Buarque. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Senador Flávio Arns declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Presidente comunica o recebimento do Ofício CIRC. nº 262/2008/GSMCAV – de autoria do Senador Mozarildo Cavalcante, encaminhado à Presidente, Senadora Patrícia Saboya, pelo qual manifesta sua preocupação com a desvinculação do INCOR-DF, da Fundação ZERBINI, conforme correspondência da parte do Profº Dr. Erney Plessmann Camargo, Diretor Presidente da Fundação Zerbini. No referido documento, o Presidente da Fundação Zerbini esclarece que a desvinculação foi feita por determinação do Poder Executivo do Estado de São Paulo, mas que está em tratativas com outras instituições, que deverão assumir a assistência prestada. Passa-se à apreciação das matérias. ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181 DE 2008 "Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para alimentos dietéticos e exclui a receita de sua venda da incidência das contribuições que menciona". Autor: Senador Renato Casagrande. Relator: Senador João Durval. Parecer: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o pa-

recer favorável ao projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento de sua tramitação. ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58, DE 2003 "Dispõe sobre a atualização das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social aos seus segurados e, pela União, aos seus inativos e pensionistas". Autor: Senador Paulo Paim. Relator: Senador Expedito Júnior. Parecer: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo apresentado pela CCJ. Resultado: Retirado de pauta, tendo em vista a aprovação do Requerimento nº 31, de 2008 – CAS. Durante a discussão o Senador Paulo Paim solicita que se aprovado o Requerimento de Audiência Pública para instruir o PLS Nº 58, de 2008, que esta seja marcada para o dia 29 de outubro de 2008. Sugestão acatada pelo Presidente em exercício, Senador Flávio Arns. O Senador Paulo Paim, assim, subscreve o Requerimento de autoria do senador Romero Jucá, acrescentando a data e hora que será realizada a referida Audiência Pública e acrescenta também os nomes dos Presidentes da COBAP (Confederação Brasileira dos Aposentados), ANFIP (Associação Nacional dos Fiscais da Receita Federal do Brasil) e ANASP (Associação Nacional dos Servidores da Previdência). Ainda na discussão, o Senador Paulo Paim solicita ao Presidente que o PLS 58 de 2003 seja pautado na reunião da Comissão do dia 05 de outubro de 2008. O Senador Flávio Arns no exercício da Presidência, acata o pedido de pauta e solicita que o assunto seja constado em ata desta reunião. ITEM 9 – REQUERIMENTO Nº 31, DE 2008 – CAS "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública com a participação de representantes dos Ministérios da Fazenda, do Planejamento e da Previdência Social, para instruir a votação do PLS Nº 58, de 2003, que dispõe sobre a atualização das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social aos seus segurados e, pela União, aos seus inativos e pensionistas, a ser realizada no dia 29 de outubro de 2008, às 10 hs, com o acréscimo dos seguintes participantes: Presidente da COBAP (Confederação Brasileira dos Aposentados), Presidente da ANFIP (Associação Nacional dos Fiscais da Receita Federal do Brasil) e Presidente da ANASP (Associação Nacional dos Servidores da Previdência)". Autores: Senador Romero Jucá e Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 10 – REQUERIMENTO Nº 32, DE 2008 – CAS "Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2.º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do RISF, requeiro a realização de Audiência Pública, com vistas a instruir o relatório do Projeto de Lei do Senado nº 159 de 2005, que dispõe sobre o exercício da profissão de Físico. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados representantes da Sociedade Brasileira de Física e CONFEA (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia)". Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 11 – REQUERIMENTO Nº 33, DE 2008 – CAS "Em aditamento ao Requerimento nº 22, de 2008, na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal por ocasião, da Audiência Pública do Dia Nacional da Luta Antimanicomial, requeiro a correção no nome da seguinte convidada: Drª Maria Alice Toledo professora de psiquiatria da UNB. Autora: Senadora Rosalba Ciarlini. Resultado: Aprovado. ITEM 02 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, DE 2008 "Altera o caput do art. 13 e o art. 22 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre a correção dos depósitos efetuados nas contas vinculadas do FGTS, e dá outras providências". Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado o parecer favorável ao projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, para prosseguimento de sua tramitação. ITEM 03 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2008 "Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre o percentual máximo das prestações do parcelamento de débitos dos Municípios e Estados para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)". Autor: Senador Antônio Carlos Valadares. Relator: Senador Eduardo Azeredo. Parecer: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta para reexame, a pedido do relator. Às doze horas e quarenta e cinco minutos a Senadora Rosalba Ciarlini assume a presidência. Os itens 04, 05, 06 e 07 ficam adiados. Fizeram uso da palavra os Senadores João Durval, Paulo Paim, Expedito Júnior e Eduardo Azeredo. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e cinqüenta e oito minutos, lavrando eu, Gisele Ribeiro de Toledo Camargo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora ROSALBA CIARLINI, Presidente em exercício.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2008, ÀS 12 HORAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª

Legislatura do Senado Federal. Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Comunico o recebimento do Ofício Circular nº 262/2008, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, onde manifesta a sua preocupação com a desvinculação do INCOR-DF da Fundação Zerbini, conforme correspondência encaminhada ao ilustre Senador pelo Professor Dr. Erney Plessmann Camargo, Diretor Presidente daquela Fundação, que passo a ler. Em primeiro lugar o ofício do Senador Mozarildo Cavalcanti endereçado à Senadora Patrícia Saboya, Presidenta desta Comissão de Assuntos Sociais. "Cumprimento-a cordialmente ao tempo em que encaminho para conhecimento de V. Exª. cópia do expediente em anexo, recebido por este gabinete, em que o Professor Dr. Erney Plessmann Camargo, Diretor Presidente da Fundação Zerbini, esclarece a situação do INCOR-DF, apontando para uma desvinculação da gestão dessa unidade hospitalar. Manifesto minha preocupação e peço a especial atenção de V. Exª. para esse relevante assunto no sentido de envidar esforços para a manutenção desse centro de excelência em saúde cardíaca que considero do mais alto grau em sua especialidade. Sem mais para o momento, reitero a V. Exª. protestos de consideração e apresso. Atenciosamente, Senador Mozarildo Cavalcanti".

Já o Ofício recebido do INCOR, assinado pelo Dr. Erney, tem o seguinte conteúdo: "Exmo. Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti. Acusamos o recebimento, em 10 de setembro de 2008, do Ofício nº 249/2008, datado de 2 de setembro de 2008, solicitando informações sobre a atual situação do INCOR-DF. Assim, em atenção à solicitação de V. Exª., a presidência desta Fundação Zerbini vem esclarecer que, por determinação do chefe do Poder Executivo do Estado de São Paulo, deveremos nos desvincular da gestão da unidade hospitalar denominada INCOR-DF, e, para tanto, estamos em tratativas com outras instituições que deverão assumir a assistência prestada, evitando a solução de continuidade. Atenciosamente, Professor Dr. Erney Plessmann Camargo, Diretor Presidente".

Então eu quero, inclusive, dizer que tanto o ofício do Senador Mozarildo Cavalcanti como a resposta recebida do Diretor Presidente da instituição também aqui em Brasília, que esse assunto será mais detalhado por esta Comissão, essa Comissão também envidará os esforços e os contatos necessários para que esta situação possa ser esclarecida. Estamos tomando conhecimento deste documento no dia de hoje e, sem dúvida alguma, traz preocupações, porque precisamos contribuir em se achar soluções para os problemas que vêm sendo enfrentados. Então neste sentido eu dou como lido o documento, não sei se algum dos Srs. Senadores quer se manifestar sobre esse assunto, mas penso assim que deva ser objeto de um aprofundamento por parte desta Comissão, falando-se com a Presidente, inclusive, Senadora Patrícia, com a Vice-Presidente, Senador Rosalba, e em conjunto com os Senadores e Senadoras trazermos este assunto novamente para a pauta, talvez na próxima semana, para que esclarecimentos complementares possam ser dados.

Passo, em seguida, então à apreciação do Item nº 1 da pauta. Eu agradeço, em primeiro lugar, inclusive a gentileza das pessoas que estão aqui presentes acompanhando o debate e os encaminhamentos que vão ser dados nesta Reunião e a gentileza, inclusive, que a gente pediu só para que a faixa ficasse ao fundo para que não dificultasse a visão de ninguém aí que deseja acompanhar esta Reunião da Comissão de Assuntos Sociais. Agradeço a gentileza de terem feito isto e, ao mesmo tempo, enaltecer a presença de todos, acompanhando, como deve de fato acontecer, o que vai ser deliberado por esta Comissão. Então parabéns a todos que estão aqui presentes.

O Item nº 1 da pauta, que é de decisão Não Terminativa, Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2008, que "Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para alimentos dietéticos e exclui a receita de sua venda da incidência das contribuições que menciona". O Autor é o Senador Renato Casagrande, o Relator é o Senador João Durval e o Parecer é pela aprovação do Projeto. Quero destacar que a matéria irá, subseqüentemente, à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da sua tramitação. Concedo, então, a palavra ao Senador João Durval para proferir o seu relatório.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Presidente, antes de conceder a palavra, V. Exª. me concede a palavra pela ordem? Eu só gostaria de verificar, Sr. Presidente, eu sei que V. Exª. já concedeu, mas eu gostaria só de verificar na pauta o Projeto 58, do Senador Paulo Paim, é o Item 8. O que eu gostaria de pedir a V. Exª. é a inversão da pauta para que nós pudéssemos, logo após a leitura do Item 1, que nós pudéssemos então estar fazendo a apreciação do Item 8º.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não haveria dificuldades, mas como o Projeto de Lei tem natureza terminativa, provavelmente haverá alguma dificuldade nessa inversão de pauta. E antes do Item nº 8, então nós vamos tratar dos itens Não Terminativos, entre eles inclusive o requerimento, que é o Item 9 da pauta, que trata justamente do Projeto de Lei nº 58 de 2003, em função do qual, imagino, que as pessoas todas estejam aqui presentes acompanhan-

do esta Sessão, até como uma deferência a todas as pessoas que estão aqui presentes. Com a palavra o Senador João Durval.

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Sr. Presidente, eu vou ler aqui o relatório do Projeto do Lei do Senado nº 181, de 2008, conforme V. Exª. fez referência.

Relatório. O Projeto de Lei do Senado, PLS nº 181, de 2008, de autoria do Senador Casagrande, "Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para alimentos dietéticos e exclui a receita de sua venda da incidência das contribuições que menciona".

O art. 1º da proposição determina a isenção do IPI para os produtos alimentícios dietéticos conforme definição do art. 2º, V, do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos.

O art. 2º trata da não incidência sobre a receita decorrente da venda desses produtos de duas contribuições federais: Contribuição para os Programas de Integração Social e da Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

O art. 3º cuida da adequação do Projeto aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal, enquanto o art. 4º determina que a norma passe a viger a partir da data da sua publicação, porém, produzindo efeitos somente após a implementação das disposições do art. 3º.

O projeto foi distribuído a esta Comissão de Assuntos Sociais, onde no prazo regulamentar não foram apresentadas Emendas para análise de mérito relativo à sua repercussão sobre a saúde da população. Em seguida, a proposição será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, que abordará os aspectos financeiros e tributários e deliberará em caráter terminativo sobre a matéria.

Na justificação do PLS, o Autor ressalta a importância da obesidade e do diabetes mellitus como problemas da saúde pública, bem como a necessidade do uso de alimentos dietéticos para o tratamento ou para profilaxia dessas enfermidades. O Senador Renato Casagrande argumenta ainda que a renúncia da receita em função da medida proposta será largamente compensada pela economia proporcionada aos cofres públicos pela redução da prevalência da obesidade e do diabetes.

Análise. A obesidade excessiva é um acúmulo de gordura no corpo, constitui grave problema de saúde pública em todo o mundo. Hoje se fala em verdadeira epidemia de obesidade, acometendo gravemente tantos os países desenvolvidos como também os emergentes, sem poupar, no entanto, até mesmo as regiões mais pobres do planeta. Não por acaso já foi cunhada a expressão "a obesidade da escassez" para descrever o paradoxo de se encontrarem taxas significativas de obesidade e desnutrição no mesmo país.

O excesso de gordura, por si só, já provoca agravos à saúde dos indivíduos, a exemplo de dificuldades respiratórias, dermatoses e lesões das articulações, além de problemas psicológicos decorrentes do estigma de ser gordo em uma sociedade que tanta valoriza a boa forma física.

No entanto, as conseqüências mais nefastas da obesidade refletem-se no indivíduo sob a forma de fator de risco para outras doenças, tais como diabetes mellitus tipo II, dislipidemias, hipertensão arterial, doenças coronarianas e certos tipos de câncer.

A despeito da existência de gravuras datadas da era paleolítica representando pessoas obesas, a prevalência da obesidade nunca se apresentou com tamanha gravidade como na atualidade. A Organização para a Agricultura e Alimentação, órgão das Nações Unidas encarregada do combate à fome, denunciou uma elevação expressiva do número de pessoas com excesso de peso nos países emergentes, onde a fome convive com a obesidade em algumas regiões. Nos países da África Subsaariana a FAO constatou que a obesidade avançou com o aumento da renda, acometendo principalmente as mulheres das zonas urbanas e com formação escolar, mas em partes da América Latina e nos Estados Unidos muitas vezes acontece o contrário, os indivíduos com maior renda são mais esguios do que aqueles que ganham menos. Estima-se que em algumas regiões do Oriente Próximo e do Norte da África quase 50% das mulheres adultas são obesas.

O estímulo à adoção de um padrão de vida semelhante ao de países desenvolvidos tem sido pernicioso para as Nações em desenvolvimento, tais como o Brasil. O problema é mais grave quando se trata dos padrões alimentares importados, como comidas com excesso de gorduras e açúcares livres e pobres em fibras e micronutrientes essenciais. A receita para o desequilíbrio nutricional está posta à mesa. Ademais, existe a influência desfavorável da publicidade de alimentos industrializados. Segundo matéria publicada pelo jornal El País, da Espanha, a indústria alimentícia gasta cerca de quarenta bilhões por ano em propaganda, muito mais do que a soma da renda de 70% dos países do mundo e mais do que quinhentas vezes a quantia que todas as Nações juntas gastam para promover programas de conscientização em relação a uma dieta saudável.

Os padrões de morbimortalidade da população mundial têm sofrido mudanças importantes desde o último século, sendo o processo denominado transição epidemiológica. Essas alterações influenciam e são influenciadas por outros processos em cursos, as chamadas transições demográfica e nutricional. A transição nutricional é definida como um processo de modificações seqüenciais no padrão de nutrição e consumo que acompanham mudanças econômicas, sociais e demográficas, e do perfil de saúde das populações. Cabe salientar, contudo, que esse processo se estabelece de maneira bastante heterogênea nas diversas regiões do mundo e mesmo dentro de um mesmo país. O Brasil é um típico exemplo da variabilidade da transição nutricional. Algumas regiões exibem perfil alimentar semelhante ao dos paises industrializados, obesogênico, enquanto em outras a população ainda mantém hábitos alimentares tradicionais com elevado consumo de alimentos não processados.

Expressivo percentual da população brasileira apresenta sobrepeso e obesidade. Em termos relativos, a situação mais crítica é verificada na região sul, onde 34% dos homens e 43% das mulheres apresentam algum grau de excesso de peso. O aumento da prevalência da obesidade do país é proporcionalmente mais elevado entre as famílias de baixa renda, segundo resultados da pesquisa de orçamento familiar do IBGE, realizada no ano de 2003. Em parte, a causa de tanta obesidade em nosso meio está na mesa do brasileiro. De acordo com o trabalho das pesquisadoras Anelise Pinheiro e Denise de Carvalho, da Universidade de Brasília, o tipo de alimento predominantemente consumido pela população brasileira é o industrializado e isto reflete a tendência cada vez maior de se fazerem refeições fora de casa, especialmente no ambiente urbano, onde também o consumo domiciliar de alimentos já prontos, congelados, enlatados e etc., é quase quatro vezes maior do que na zona rural. Segundo os pesquisadores, nas últimas décadas alguns alimentos tradicionais da dieta do brasileiro, como o arroz e o feijão, passaram a ser preteridos em favor de produtos industrializados, tais como biscoitos, refrigerantes e etc., cujo consumo sofreu incremento de até 400%. Com efeito, o processo de urbanização provocou mudanças significativas nos padrões de vida e nos hábitos alimentares das pessoas.

No Brasil, a dieta da população da zona rural é diferente daquela da zona urbana, guardando também relação com o nível sócio-econômico. A população urbana de baixa renda apresenta uma ingestão calórica inferior à da população rural, mas tem um maior consumo relativo de proteína, gordura animal e de alimentos processados.

Considerando que a transição nutricional é um fato indiscutível, decorrente das transformações sócio-culturais do país, resta aos formuladores de políticas públicas tornar a nossa dieta, a dieta do brasileiro, o mais saudáveis possível, visto que não é factível mudar radicalmente os hábitos alimentares da população.

Destarte, o Projeto de Lei sob análise mostra-se especialmente oportuno, visto que a proposta do autor é facilitar o acesso da população a alimentos industrializados mais propícios e a determinados grupos, os produtos dietéticos. Ressalte-se que os alimentos dietéticos não se restringem aos produtos isentos de açúcares livres, geralmente adequados para dietas hipocalóricas ou para pacientes diabéticos. Há também alimentos dietéticos com concentrações modificadas de outros nutrientes, a exemplo de sódio, em benefício dos hipertensos. Dessa forma, a aprovação da proposição legislativa em comento beneficiará grande número de brasileiros que necessitam de uma dieta diferenciada.

Voto. Em vista do exposto, o Voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 181, de 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço ao Senador João Durval pela apresentação do relatório e o mesmo então está em discussão. Em discussão a matéria. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu quero cumprimentar o Senador João Durval pelo brilhante relatório e, ao mesmo tempo, ao Autor do Projeto, que é o Senador Casagrande. Esse projeto não é terminativo, ele ainda vai para outras Comissões.

Eu gostaria só de esclarecer que recebemos aqui um documento da ANVISA que eu vou tentar sintetizar, que diz o seguinte: "Diante do exposto – eu estou resumindo -, uma vez que o controle da obesidade deve ser feito através de políticas públicas que incentivem a alimentação equilibrada e hábitos de vida saudáveis e o estímulo ao consumo de produtos com aditivos e corantes podem induzir a ingestão de aditivos pela população sem nenhum controle". O que quer dizer a ANVISA? Que não pode passar para a sociedade que simplesmente você passar a consumir esse tipo de produto vai resolver o problema da obesidade. É o que diz aqui, é um documento longo. Eu faço esse esclarecimento, que é preciso de fato políticas públicas, uma dieta muito bem controlada e muito exercício físico, porque está comprovado que só você fazer uso desse tipo de produto não resolve o problema da obesidade.

Eu falo com uma certa tranqüilidade porque na minha família, infelizmente, dos meus irmãos, que são dez, no mínimo cinco ou seis têm esse problema, e só o consumo desse tipo de produto não resolve. Mas, em

resumo, pelo carinho que tenho ao Senador Casagrande e ao Senador João Durval, e como o Projeto ainda vai para outra Comissão, eu acompanharei o Parecer do Relator, mas faço esse alerta, mais numa linha, digamos, de colaborar com o debate, que é quase uma epidemia mundial, que é a questão da obesidade. Eu mesmo tive aquele caso de um filho meu que operou onze vezes. Cada vez que ele ia para o centro cirúrgico o médico dizia: "Não sei se ele volta vivo", mas felizmente ele se recuperou. São essas considerações rápidas, eu vou acompanhar o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, observações bastante pertinentes do Senador Paulo Paim, trazendo também a preocupação da ANVISA com uma política pública definida para esta área. Quero parabenizar, também, ao Senador João Durval pelo relatório criterioso, cuidadoso, extenso, com uma avaliação bastante adequada do assunto, e tudo isso, sem dúvida, dá maiores condições para a votação dessa matéria nessa Comissão. Como o Senador Paim já comentou, essa matéria vai para a Comissão de Assuntos Econômicos na seqüência, porque trata justamente da isenção de imposto para alimentos. Então é um assunto também de natureza econômica.

Muito bem. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação, então, o Parecer que conclui pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2008. Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Conforme solicitado pelo Senador Expedito Júnior, a inversão de pauta, passamos então, se não houver objeção dos Senadores, ao Item 8 da pauta. Porém, eu quero esclarecer que o Item 8 tem a sua natureza terminativa. Então para ser votado nesta Comissão precisamos ter o quorum de metade dos Senadores e mais um. Então nós vamos inverter, inclusive em respeito a todas as pessoas que estão aqui presentes acompanhando esse Item de nº 8, para que o relatório do Senador Expedito então seja lido e discutido. Ele não poderá ser votado hoje pela ausência do quorum. Eu peço que todos entendam, porque é de natureza terminativa. Mas será lido e discutido e, assim sendo, na próxima Reunião será somente votado, porque não será mais discutido, porque a discussão vai acontecer no dia de hoje, porque vamos abrir a discussão e encerrar a discussão para que a votação aconteça na próxima Reunião desta Comissão de Assuntos Sociais. Então é nesse sentido. Havia inclusive a dúvida porque há um requerimento para a realização de uma Audiência Pública, este requerimento tem como Autor o Senador Romero Jucá, mas como o Senador Romero Jucá é subscritor do requerimento, e ele não se encontra presente, então nós não podemos votar o requerimento (art. 242), quer dizer, a gente só pode votar o requerimento com a presença do subscritor ou de outra pessoa. Naturalmente que a gente sempre busca uma convergência dos pontos de vista e há algum debate assim que precisa também ser esclarecido. Então eu pediria--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu daria a palavra ao Senador Paulo Paim, que é o Autor do Projeto, e o Senador Expedito é o Relator.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós queremos votar esse Projeto esse ano e eu fui procurado aqui por diversos setores do Governo. É um projeto que está mais ou menos há cinco anos em debate e a proposta que foi nos colocada, Senador Flávio Arns, eu quero ver se uma coisa não inviabiliza a outra. Eu queria ver com V. Exª., se nós aceitássemos o requerimento, claro que nós poderíamos assinar o requerimento, mas se nós aceitássemos o requerimento, se essa Audiência Pública poderia ter dia e hora marcada.

Eu não tenho problema nenhum de tentar construir um entendimento no 58. O que é o PL 58? Depois o Relator vai explicar. Ele manda pagar todo o atrasado, de forma parcelada, mas manda pagar. Estão aqui aposentados e pensionistas de todo o Brasil a nosso convite e também do Relator. Como é que nós poderíamos construir aqui um entendimento? Faríamos a Audiência Pública no dia 29, ainda desse mês, dia e hora marcada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Dia 29?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Dia 29, cai numa quarta-feira. Eu calculei dia 26, segundo turno das eleições, dia 29, dia e hora marcada, numa quarta-feira. Conversei com a COBAP, com as lideranças aqui, nós colocaríamos quatro representantes também dos aposentados e pensionistas. Feita a Audiência Pública, numa próxima Reunião vamos à votação. Esse seria o encaminhamento que poderíamos fazer, sem prejuízo do Senador aqui apresentar o seu Parecer. Claro que eu assinaria junto aí o requerimento, porque isso é um acordo de procedimento, se todos concordarem. Eu acho que seria bom nós construirmos esse acordo, de ficarmos numa linha de que, como é terminativo, temos que ter metade mais um, daríamos oportunidade para essa Audiência Pública, mas com o compromisso, depois da Audiência Pública, na próxima quarta-feira, o Projeto ser votado. Esse seria o acordo que poderíamos fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Esse é ponto de vista do Senador Paim e passo então a palavra ao Senador Expedito para abordar a mesma matéria.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, primeiro eu gostaria de cumprimentar aqui a todos os representantes dos aposentados brasileiros que estão aqui hoje nos prestigiando com as suas presenças.

O relatório, Sr. Presidente, está pronto, o relatório está pronto já há muito tempo. Eu tenho dialogado, conversado, discutido bastante aqui com o Senador Paulo Paim sobre a possibilidade de ler esse relatório. Até eu quero fazer uma saudação aqui ao Senador Paulo Paim, eu quero cumprimentá-lo e até lembrar que o meu falecido sogro, eu era Deputado Federal na época, ele dizia: "Olha, Expedito, os dois melhores parlamentares naquele Congresso: primeiro é você, depois é o Paulo Paim". Quer dizer, então eu quero cumprimentá-lo aqui, Paim, pelo trabalho que você faz, pelo brilhante trabalho que você faz, principalmente em favor dos aposentados brasileiros. Eu conheço a tua luta, conheço a tua garra, conheço a tua determinação.

Eu entendo também que V. Exª. é uma pessoa que tenta buscar o consenso. Eu sei que isso que você está fazendo aqui é contra a sua vontade, o seu coração não está pedindo isso, eu sei que o seu coração está pedindo para que nós votássemos hoje, para que já pudéssemos ler o relatório que está pronto, já há mais de cinco anos que o Governo vem empurrando isso com a barriga e, infelizmente, a gente conhece o que acontece aqui.

Eu não assino esse requerimento, mas em homenagem à sua pessoa, que você tem crédito demais aqui nesta Casa e nesta Comissão, eu iria inclusive encaminhar um voto contrário ao requerimento, estava aqui pronto para encaminhar o voto contrário ao Senador Romero Jucá, não vou assinar, mas vou permitir que possamos então fazer essa discussão, assim como está propondo o líder do Governo. Agora que não seja mais uma proposta para que possamos simplesmente postergar essa decisão, essa votação, a leitura desse relatório, porque o que eu entendo é que o Governo quer é só isso, mais nada. O Governo só quer empurrar isso para que não seja votado.

Então eu comungo da sua tese, da sua idéia desse entendimento, desse acordo que V. Exª. buscou com o líder do Governo. É importante de repente que não tenhamos ninguém contrário aqui, que sai ganhando aqui os aposentados brasileiros que estão perdendo há muito tempo. Então eu quero parabenizar aqui o Senador Paulo Paim e, aí, eu preferiria então não fazer a leitura hoje do relatório, porque eu vou fazer a leitura para que se nós vamos fazer ainda uma discussão, se nós vamos fazer ainda um debate sobre o tema? Então eu preferiria ler o relatório após, então, a realização dessa Audiência Pública.

Agora que façamos o que disse aqui o Senador Paulo Paim: que tenha dia, data e hora marcada para que nós possamos fazer a leitura então do nosso relatório. Eu acredito que não vai mudar em nada, o nosso relatório já está pronto, pronto para ser votado, mas já que a liderança do Governo propõe essa Audiência Pública, então que façamos a Audiência Pública para que, de repente, quem sabe aí, esclareçamos algumas dúvidas que ainda pairam no Governo, de cinco anos eles não conseguiram tirar essa dúvida, quem sabe numa Audiência Pública aqui nós vamos conseguir tirar essas dúvidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Então, para esclarecer, havendo acordo para a realização da Audiência Pública, então de fato o caminho é aquele mesmo que o Senador Expedito externou na sua fala, de que não deva haver a leitura e discussão, porque naturalmente a leitura e discussão tem que vir subseqüentemente à realização da Audiência Pública, quer dizer, se não houvesse Audiência poderia haver a leitura e discussão, mas nesse caso de fato V. Exª. tem toda a razão.

Eu quero dizer, então, que caso o requerimento seja aprovado, como parece que vai ser, a Audiência Pública acontecerá no dia 29 de outubro, que é uma quarta-feira, quarta-feira subseqüente à realização do segundo turno das eleições, esta Comissão se reúne sempre às 11h00, eu já falei com a Secretaria para nós nos reunirmos então às 10h00, uma hora antes, para que não se prolongue assim para a hora do almoço ou coisa semelhante, para haver mais tempo de discussão, com mais tranqüilidade. Então a Audiência Pública será às 10h00, do dia 29 de outubro, uma quarta-feira, eu vou ler o requerimento, se caso o requerimento for aprovado, lógico.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, me permita primeiro cumprimentar o Senador Expedito Júnior, que fez um brilhante relatório. Eu quero dizer que eu assino embaixo do seu relatório, eu não tenho nenhuma dúvida, a minha posição não vai mudar uma vírgula em relação ao seu relatório, ao

relatório que V. Exª. acabou de ler. Entendo eu que se nós fizermos o caminho que V. Exª. mais ou menos agora indica, nós faríamos a Audiência Pública para que não fique nenhuma dúvida. Nós não temos medo desse debate, inclusive são convidados diversos Ministros aí e eu vou inserir quatro representantes dos aposentados nesse requerimento, sem problema nenhum. Faríamos a Audiência Pública no dia 29 e, na quarta subseqüente, a votação. Aí o Brasil todo vai ficar sabendo que na quarta subseqüente, que deve ser que dia? Quem é pode me ajudar? 29 é uma quarta, na outra seria dia 5 de novembro, votação do seu relatório, discussão e votação. Porque mesmo hoje, nem que nós quiséssemos, para quem está assistindo nesse momento, nós não poderíamos votar porque não temos quorum para votar. Não seria votado hoje, haveria obstrução também, não seria votado na semana que vem, sabemos que é véspera de um processo eleitoral. Então nós estamos aqui, digamos, detonando as pontes. Queriam uma Audiência Pública, vai ter a Audiência Pública. Vamos ouvir, vamos fazer um bom debate aqui. Depois da Audiência Pública, dia e hora para votar o PL 58. Então eu quero deixar bem claro aí, agradeço a confiança dos Senadores que concordaram com a Audiência Pública com esse objetivo: esse projeto vai ser votado esse ano, no dia 5 de novembro, depois da Audiência Pública do dia 29, porque todos nós sabemos que a partir da semana que vem, queiramos ou não, o Congresso vai esvaziar, porque até o dia 26 vai ser o segundo turno das eleições e não teríamos quorum aqui para votar. Quero dizer que conversei aqui com os companheiros da COBAP, todos concordaram com a tese, já que hoje não seria votado, e só pedem a V. Exª., se me permitir, que fosse incluído no requerimento esses dois adendos: primeiro, seria o dia 29; segundo, a votação, aqui eu faço o acordo com a mesa e V. Exª., no dia 5, e que fosse incluído para falar a favor do 58--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só peço, antes de V. Exª. ler para não haver nenhum mal estar depois, só para esclarecimento.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): V. Exª., como sempre, tem razão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só para ler o requerimento, e como nós temos três representantes, vamos dizer, do Executivo, que haja três representantes.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Para totalizar seis no total, para não termos um número muito grande também.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Para que as pessoas que venham falar representem o pensamento da área.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Expedito.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu inclusive, eu acho um absurdo nós trazermos aqui três técnicos do Governo, que vão nos encher de número aqui e não vai acontecer nada. O ideal, já que querem realmente fazer um debate de alto nível, o ideal era que trouxesse para cá os Ministros, que a decisão aí não é técnica, a decisão de aprovarmos esse Projeto é uma decisão política, essa que é a verdade. Mas se querem fazer essa Audiência Pública com os técnicos, que façamos então a Audiência Pública com os técnicos. Eu tenho até um nome aqui também, já que seria contra, mas prevendo de repente a possibilidade de ser aprovado esse requerimento, para que fosse convidado também o contraditório, para que nós pudéssemos ter aqui os representantes dos aposentados, mas me parece que o Paim já está fazendo aqui a indicação, inclusive eu estava indicando aqui que seria o Presidente da COBAP, mas parece-me que o Senador Paim já está fazendo. Eu vou fazer--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A ANFIP e a ANASP.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Ótimo, perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero esclarecer para as pessoas que nos acompanham pela TV Senado, Rádio Senado e para as pessoas que estão aqui presentes representando as Associações, de que se nós convidássemos os Ministros, isso causará dificuldades também, porque para haver um horário em que os Ministros possam vir, e três Ministros ao mesmo tempo, quer dizer,--

ASSESSORA DA MESA: E a Reunião tem que ser exclusiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois é, e além disto também, quando é para Ministro, tem que ser exclusiva para o Ministro, já existe uma tradição nesse sentido.

Mas a natureza da Audiência Pública, o que eu quero enfatizar, é que a Audiência Pública, quando vem alguém do Ministério, ele está representando o pensamento do Ministério. Eventualmente essa pessoa que está aqui, pode até ela pessoalmente às vezes não concordar com aquilo que esteja sendo externado, mas representa o pensamento oficial do Ministério e a

pessoa tem que ser fiel àquilo que o Ministério pensa sobre o assunto.

Então nesse sentido eu não vejo dificuldades e lembro também aos Senadores e às pessoas presentes que o compromisso da Comissão tem que ser no seguinte sentido: que o assunto vai ser pautado no dia 5, quer dizer, vai constar da pauta para votação. Agora se vai ser votado ou não no dia 5, todo mundo sabe que depende de um conjunto de fatores, mas vai ser colocado na pauta, esse é o compromisso, vai ser colocado na pauta para votação para não haver nenhum mal entendido, no dia 5 de novembro. E, naturalmente, daqui até o final do ano isto vai ser, assim, apreciado pelo Senado.

Quero sempre lembrar que existe, da parte dos Senadores e Senadoras, de todos os partidos políticos, assim uma solidariedade muito grande com a área, isto é indiscutível. Temos uma grande liderança, como foi colocado já, que é o Senador Paulo Paim, mas todos os Senadores, tanto que os Projetos que já foram para a Câmara, salvo melhor juízo, parece que foram aprovados por unanimidade no Plenário por todos os partidos políticos. Então existe, sem dúvida, boa vontade. Agora é claro que aí depois tem que ser discutido em termos de aprovação final, quer dizer, para aprovação final ainda precisa ser aprovado.

Então eu passo a ler o requerimento do Senador Romero Jucá, também subscrito pelo Senador Paulo Paim, razão pela qual está sendo lido nesse momento, porque o Senador Paim está presente. "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública com a participação de representantes dos Ministérios da Fazenda, do Planejamento e da Previdência Social para instruir a votação do PLS nº 58, de 2003, que dispõe sobre a atualização das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência aos seus segurados e pela União aos seus inativos e pensionistas". O Senador Paulo Paim ia acrescentar algo ao requerimento.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para resgatar, eu sei que V. Exª. foi muito preciso, a data, a data da Audiência Pública constará no requerimento, que será no dia 29, 10h00 da manhã.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Dia 29, às 10h00 da manhã.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E constará então na pauta da próxima quarta-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): E que conste na Ata que o acordo é que constará este Projeto de Lei na pauta da Reunião do dia 5.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com certeza o Brasil--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): E que V. Exª. vai acrescentar os nomes.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Será lido e votado o relatório, lido e votado no dia 5. E naturalmente o Brasil todo está assistindo nesse momento e as entidades que estão aqui, claro, vão convocar, nós teremos nesse dia com certeza aqui, e tenho certeza que os companheiros que estão aqui vão nos ajudar, se hoje nós temos cem, nós vamos ter no mínimo aqui mais de quinhentos aposentados do Brasil todo presentes nessa data que já foi articulada inclusive com entidades do Brasil todo. Nós sabíamos do requerimento, sabíamos que o requerimento seria pautado, sabíamos que não teríamos quorum para votar hoje porque é terminativo, aí então estamos anexando ao requerimento as seguintes entidades para também falarem nesse dia: a COBAP – Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, pelo seu Presidente, Hermélio Soares Campos, que está aqui presente inclusive; a ANFIP – Associação Nacional dos Fiscais da Receita Federal do Brasil, aonde vai estar inclusive a sua Presidente, já confirmou, Assunta Bergamasco; da ANASP – Associação Nacional dos Servidores da Previdência. Todos eles vão provar que é possível, o seu relatório está correto, e dá para aprovar o 58 sem nenhum impacto negativo nas contas da providência. A Associação Nacional dos Servidores da Previdência será por parte do seu Presidente Paulo César. Seriam esses três nomes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Três nomes.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Três nomes atendendo a V. Exª. Nós tínhamos até mais dois aqui, mas vamos ficar nos três, concordando com a orientação do Presidente Senador Flávio Arns.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Continua em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir, então--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria só de--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu já ia passar a presidência para a Senadora, mas ela pediu para eu encerrar esse assunto. Então com a palavra a Presidente da Comissão, Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Na verdade estou na Vice-Presidência, eu estou substituindo a Presidente. Mas eu gostaria aqui de dizer ao Senador Flávio Arns, que tão bem preside até agora, até agradecer, que eu fiquei presa lá na Comissão de Educação, mas essa prisão foi muito bem vinda porque nós estávamos discutindo sobre a questão do trabalho infantil em arte, era uma Audiência Pública na área das

artes e do esporte, então é um assunto também muito relevante, de interesse de todos nós.

Mas aqui, chegando esse assunto com relação aos aposentados, eu quero só parabenizar a iniciativa ao Relator Expedito e dizer que conta com a minha aprovação, que nós vamos estar aqui presentes, porque acho que se estava agora a poucos instantes tratando de crianças, nós temos que tratar também com o mesmo carinho dos que tudo fizeram por essa Nação, o seu suor, a sua luta, e que não é possível que no final, quando chega o outono, que é a hora do descanso, a hora de ter um pouco da recompensa, fiquem passando por tantas dificuldades. Então eu quero aqui concordar, a Audiência realmente é relevante, é importante, e nós vamos estar participando com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Então encerrada a discussão. O requerimento foi acrescido para o dia 29, às 10h00, com o acordo de que será pautado para a semana seguinte, no dia 5, e com o acréscimo de três nomes e respectivas entidades apresentadas pelo Senador Paulo Paim. Peço inclusive a gentileza depois de repassar para a Secretaria. Então com estes acréscimos está em votação o requerimento. Os Srs. Senadores e a Sra. Senadora que estiveram de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Muito bem. Passo então a presidência dos trabalhos à Senadora Rosalba Ciarlini.

ASSESSORA DA MESA: Tem mais dois requerimentos ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Tem mais dois requerimentos ainda.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadores, eu peço a compreensão porque ainda temos dois requerimentos. Senadores, se possível que possam permanecer, vai ser rápido, temos dois requerimentos que são importantes para serem apreciados.

Um do Senador Paulo Paim, passamos agora à leitura do requerimento, o Autor é o Senador Paulo Paim. "Com fundamento no disposto no art. 58, inciso II, da Constituição Federal, c.c. o art. 90, inciso II, requeiro a realização de Audiência Pública, com vistas a instruir o relatório do Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2005, que dispõe sobre o exercício da profissão de Físico. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados representantes da Sociedade Brasileira de Física e CONFEA (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia)". Observação: a matéria foi devolvida pelo Relator, o Senador Paim, com a representação deste requerimento. Os Srs. e Sras. Senadoras que aprovam o requerimento para esta audiência permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 11. Requerimento, autora a Senadora Rosalba Ciarlini. "Em aditamento ao Requerimento nº 22, de 2008, na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, por ocasião da Audiência Pública do Dia Nacional da Luta Antimanicomial, requeiro a correção no nome da seguinte convidada: Dra. Maria Alice Toledo, professora de psiquiatria da UNB". Os Srs. e Sras. Senadoras que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, me permite pela ordem?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria aproveitando, Senadora Rosalba Ciarlini, Senador Flávio Arns, dizer que a Comissão de Assuntos Sociais da Câmara acabou de votar hoje, hoje pela manhã, foi em torno das 11h00, por unanimidade o fim do fator previdenciário. O Projeto que nós aqui construímos no Senado, foi para a Câmara, a Câmara aprovou, vai agora ainda para mais uma Comissão e, depois, vai para o Plenário. Eu entendo que é mais uma conquista do povo brasileiro o fim do fator previdenciário, e V. Exª. foi testemunha, na sua própria declaração, que prejudica muito e muito os aposentados. Quero dizer que todos os partidos, lá na Câmara, voltaram e fizeram pronunciamentos que chegou a hora de mudarmos a forma de cálculo do benefício do aposentado para não termos mais o fator, que durante um período cumpriu o seu papel, mas que reduzia em torno de 40% o benefício da mulher e em 35% o benefício do homem. Eu quero cumprimentar, inclusive, o Deputado Germano Bonow, que foi muito pressionado, eu sei, mas que teve uma posição muito firme, deu o Parecer favorável e, no fim, o Projeto foi aprovado por unanimidade. Então estamos caminhando bem. Eu espero que o 58 aqui também, no dia 5, seja provado por unanimidade. Era isso e obrigado, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu quero aproveitar e parabenizar ao Senador Paim, porque nós reconhecemos o quanto o senhor tem sido determinado e persistente nessa questão. Há dois anos, chegando a essa Casa, eu já vinha acompanhando de outros anos, que eu sei que isso é uma questão que o senhor vem desde o início do seu mandato defendendo, nos somamos a esta luta e fico muito feliz que foi por unanimidade. Isso é uma prova de que a Câmara Federal está ouvindo o clamor que vem das ruas, que vem do povo. Exatamente, cair esse fator de redução, estava dando

prejuízo muito grande, inclusive com uma discriminação com a mulher, a mulher perdia mais.

E por falar em discriminação, eu gostaria inclusive, o senhor faz parte da Comissão de Direitos Humanos, e nós vamos estar dentro de poucos dias, na próxima semana, participando em Genebra do encontro Interparlamentar, onde vamos ter a oportunidade de discutir e vou levar, esse já vai ser mais um ponto, vou levar para o conhecimento mundial, já que vamos estar com todos os parlamentares femininos, sobre as questões aonde o Brasil vem avançando no combate à discriminação com a mulher. Então eu acho que isso aí já é um fato, veja que é uma coisa tão simples e que, na realidade, por que a mulher é mais penalizada? Então acabou, ninguém mais será penalizado, porque chegando ao Senado, tenham certeza que nós vamos, o senhor conduzindo, nós vamos conseguir também a unanimidade aqui na Casa.

Passo agora ao Item 2, Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2008 – Não Terminativo, cujo Relator é o Senador Eduardo Azeredo e o Autor é o Senador Tasso Jereissati. Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo para proferir o seu relatório do Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2008, de autoria do Senador Tasso Jereissati.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sra. Presidente, o Projeto apresentado pelo Senador Tasso Jereissati, ele no mérito é inquestionável, porque não há dúvida de que o atual modelo de remuneração das contas vinculadas do FGTS tem trazido graves prejuízos aos trabalhadores. Num país que ainda pode ser considerado o campeão mundial dos juros reais, é verdadeiramente impiedoso obrigar o trabalhador a aceitar juros reais negativos, ou seja, aceitar uma perda no valor real de sua poupança compulsória. O trabalhador vinculado ao FGTS está praticamente pagando juros para guardar dinheiro. O FGTS não tem garantido financiamento habitacional adequado às necessidades da população e, além disso, lhe dá em troca uma rentabilidade negativa para um depósito que não pode usufruir. Assim, é grande a tentação de fazer, realmente, um conluio contra o empregador e cair na informalidade, tendo em vista a falta de incentivos que o FGTS ainda proporciona.

Nesse sentido, a proposição atende plenamente ao propósito de resgatar o sentido original do FGTS, conferindo mais chances para que o mercado de trabalho alcance um nível maior de formalidade, aspecto esse essencial para garantia da justiça social aos trabalhadores.

De maneira, Sra. Presidente, que o Parecer é favorável para essa substituição do atual fator de correção do Fundo de Garantia, que é a TR, a Taxa Referencial de juros, ela já está praticamente em desuso, e substituindo pelo IPCA, que é o Índice de Preço ao Consumidor Amplo e do IBGE ou de outro índice que venha substituí-lo, além da capitalização de juros de 3% ao ano. É a proposta do Projeto apresentado pelo Senador Tasso Jereissati, que eu subscrevo, o meu Voto é favorável no sentido de que o trabalhador tenha uma melhor correção no seu dinheiro que está paralisado ou que está dentro dos recursos do Fundo de Garantia de Tempo do Trabalhador.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada ao Senador Azeredo. Em discussão. Passo a palavra ao Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu sou totalmente favorável ao relatório apresentado pelo Senador Eduardo Azeredo, o Autor é o Senador Tasso Jereissati.

Apenas que me informaram, Senador Eduardo Azeredo, eu sei que V. Exª. tem um trabalho muito grande nessa área, que há um requerimento apresentado no Plenário para que o Item 2 e o 3 sejam apensados, para que V. Exª. fizesse um único relatório, porque os dois tratam do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Então eu queria propor, se possível, que esses dois Projetos efetivamente sejam apensados, o Senador Azeredo fará um único relatório e com certeza terá o meu apoio para a aprovação da matéria.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu estou sendo informada que ainda não foi solicitado o Projeto aqui à Comissão. Solicitado, claro, nós iremos encaminhar, porque entendemos que se trata de matéria semelhante e que poderá ser apensada. Quero aqui parabenizar ao Senador Azeredo pelo trabalho que ele realizou e, também, dizer da nossa concordância. O Projeto do Senador Tasso Jereissati tem um alcance social imenso em defesa do trabalhador, porque só sabe o quanto é importante o FGTS, o trabalhador, na hora em que ele precisa. Infelizmente é muito frustrante quando, ao receber aquilo que ele contribui durante toda uma vida de trabalho, muitas vezes não corresponde à sua expectativa porque foi achatado, foi reduzido em função das correções que não corresponderam à inflação. Eu acho que esse Projeto tem uma relevância muito importante e é em favor do trabalhador, para que ele tenha o seu Fundo de Garantia corrigido pela inflação para que não haja perda e valorize assim realmente a força de trabalho da nossa gente.

Vamos agora votar--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, eu estou dizendo só que--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vamos votar--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ele está me explicando--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vamos votar porque, na realidade, ele ainda vai para a Comissão de Assuntos Econômicos.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Exatamente.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não é terminativo e não prejudica, conforme disse a assessoria, que haja ainda o apensamento dos dois numa outra Comissão. Então mediante essas explicações e eu, que sempre fui favorável a uma correção mais benéfica – está certo o termo, pode ser benéfica? – para o trabalhador, naturalmente então vamos com esse encaminhamento, o requerimento vai chegar, daí os dois serão apensados e o Senador fará, então, a devida adequação. Então essa votação, nesse momento, não traz nenhum prejuízo para o Projeto, o Projeto não é terminativo, o debate continua e nós vamos caminhar para a construção de uma proposta que atenda a uma melhor remuneração do Fundo de Garantia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigado, Senador. Encerrada a discussão, em votação. Os Srs. e Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai agora à Comissão de Assuntos Econômicos.

Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 156--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu vou pedir a retirada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu passo a palavra, então, ao Senador Eduardo Azeredo, que é o Relator.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu queria, Presidente, retirar esse Item 3 para uma reavaliação. Ele trata exatamente também do Fundo de Garantia, mas, no caso, ele coloca um limite máximo de pagamento das quotas-parte do FPE e do FPM para os Municípios e Estados.

Mas aí eu quero fazer um outro tipo de consideração. Nós estamos vivendo um momento de incerteza na questão financeira como um todo. Aí nós estaremos diminuindo o pagamento ao Fundo de Garantia por parte dos Estados e Municípios. Então eu prefiro, em face do problema financeiro, retirar para novas avaliações ou pelo menos aguardar que as nuvens negras se dissipem [risos].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então o Projeto será encaminhado, fica adiado, e o Senador Eduardo Azeredo aqui, com muita experiência e conhecimento, coloca exatamente esse momento que todos nós estamos vivendo, que queira ou não queira, infelizmente, infelizmente mesmo, a situação mundial é preocupante e as informações que chegam é que de certa forma nós temos que no Brasil criar todos os tipos de mecanismos de proteção para que não tenhamos problemas maiores com relação à economia, com recessão, com redução de oportunidades de trabalho, com desemprego. Deus queira que isso seja rápido, possa ser superado e que só então as matérias de economia, dentro da normalidade, poderemos analisar sempre defendendo o lado social, o lado do trabalhador, o lado do povo brasileiro, que tem direito à redução das desigualdades sociais com oportunidades para todos e proteção ao seu direito de cidadão.

Muito obrigado, por hoje está encerrada a Reunião da Comissão de Assuntos Sociais.

Sessão encerrada às 13h00

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS CONJUNTA COM A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 13 DE OUTUBRO DE 2008, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS.

Às nove horas e um minuto, do dia treze de outubro de dois mil e oito, na Sala de reuniões nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, é iniciada a reunião sob a Presidência do Senhor Senador PAULO PAIM. O Senhor Senador Paulo Paim declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública atendendo aos Requerimentos nº 29 e 30 de 2008 – CAS, e Requerimento nº 72, de 2008 – CDH, com vistas a tratar das melhorias nas condições de trabalho, salário, segurança e saúde dos Motoristas de caminhão, ônibus e transporte de modo geral, à luz do PLS 271/2008, conforme debates e sugestões ocorridas no Grupo de Trabalho na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. O Senador Paulo Paim convida os palestrantes a comporem a mesa, alternadamente de três em três por se tratar de um grande número de palestrantes, que terão cada um 10 minutos para suas exposições e mais cinco minutos, se necessário for, para conclusão de suas exposições.

Usaram da palavra os seguintes convidados: Wilbert Ribeiro Junquilho – Gerente de Transporte Rodoviário de Cargas em representação de Bernardo Figueiredo – Diretor-Geral Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT; Luiz Antônio Festino – representante da Nova Central; Moacir Firmino dos Santos – Secretário Nacional de Transporte em representação de Paulo Pereira da Silva – Presidente da Força Sindical; José Calixto Ramos – Presidente da Nova Central; Nélio Botelho – Presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro – MUB; José Augusto – Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores; José Eduardo Vaz – Coordenador Geral de Estatística, em representação de Alfredo Pereira do Nascimento – Ministro de Estado do Ministério dos Transportes; José Pedro dos Reis – Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região/MT, em representação de Otavio Brito Lopes – Procurador-Geral do Trabalho; Marcos Aurélio Ribeiro – em representação de Geraldo Aguiar de Brito Vianna – Presidente da Associação Nacional de Transportes de Cargas e Logística – NTC; Carlos Henrique Ribeiro de Carvalho – Gerente Técnico, em representação de Otávio Vieira da Cunha Filho – Presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU); Rafael Grigera – Assistente Regional da América Latina e Caribe da Federação Internacional dos Trabalhadores em Transportes, ITF; José Hélio Fernandes – Diretor-Geral da CNT e Presidente da FENATAC, em representação de Clésio Andrade – Presidente da Confederação Nacional do Transporte – CNT; Luiz Alberto Mincarone – em representação da Associação Brasileira de Transportadores Internacional – ABTI; Maurício Ferreira Silva – em representação de Antônio Fernandes dos Santos Neto – Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB; e Omar José Gomes – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Terrestres – CNTTT. O Senhor José Augusto, Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores, entrega estudo estatístico ao Presidente Senador Paulo Paim que o encaminha à Consultoria Legislativa do Senado Federal para integrar o Relatório Final do Grupo de Trabalho, que estuda as más condições de trabalho a que estão submetidos os profissionais do setor de transporte rodoviário, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Às doze horas e dezesseis minutos o Senador João Pedro assume a Presidência. Às doze horas e vinte e sete minutos o Senador Paulo Paim reassume os trabalhos. Fizeram uso da palavra os Senadores João Pedro e Adelmir Santana. Às doze horas e trinta minutos o presidente franqueia a palavra ao plenário. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, Gisele Ribeiro de Toledo Camargo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senador PAULO PAIM, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa; Membro Titular da Comissão de Assuntos Sociais.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH

25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, CONJUNTA COM A 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 13 DE OUTUBRO DE 2008, ÀS 09 HORAS E 02 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 42ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa conjunta com a 25ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa ordinária, da 53ª legislatura. Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Item único. Audiência Pública. Nos termos do Requerimento nº. 72/08, de autoria desse Senador, aprovada em 10/09/08, realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais, CAS, com vistas a tratar das melhorias nas condições de trabalho, salário, segurança e saúde dos motoristas de caminhão, ônibus, táxi e transporte em geral, à luz do PLS 271/08, de autoria desse senador, conforme debates e sugestões acorridos no Grupo de Trabalho dessa CDH.

Conforme aqui a consultoria, com a minha presença, em outras duas, sem a minha presença, nós realizamos no total seis reuniões do Grupo de Trabalho. Depois dessas seis reuniões ficou acertado que nós faríamos uma Audiência Pública com o espírito, ainda, de construir uma proposta completa que fosse na linha do estatuto do profissional de volante. Do volante. De preferência, que contemplasse os caminhoneiros, que contemplasse os motoristas de Van, de ônibus, de táxi, e se possível até aqueles que usam as motos como transporte de passageiros, ou mesmo no deslocamento de volumes. Essa era a intenção. Foi feita uma minuta, que é na verdade um relatório desse grupo de trabalho, que cerca de 12 ou 13 companheiros que vejo no

Plenário participaram de todas as reuniões, representando o conjunto dessa plenária.

Então, é baseado nisso que a gente decidiu fazer hoje uma Audiência Pública convidando cerca de 16 companheiros para usarem a palavra como expositores sobre a história, a caminhada, a vida e o que nós queremos para aqueles que dedicam a sua vida como motorista profissional, autônomo ou não. Nós vamos, de imediato, iniciar a nossa Audiência Pública. Eu vou aqui chamar os que estão presentes. A minha intenção vai ser colocar três na Mesa, esses três falam, retornam ao Plenário, chamaremos outros três, até que todos aqueles que forem indicados por unanimidade nessa lista possam fazer suas exposição demonstrando as suas preocupações.

Eu insisto, se faltar cadeira, que a assessoria providencie cadeiras, nem que pegue nas outras salas. Hoje é uma segunda-feira, as cadeiras não estão ocupadas, para que todos possam sentar. Ok... O pessoal da assessoria? Se puder pegar nas outras salas cadeiras para que todos possam sentar e discutir com tranqüilidade o projeto. Para aqueles que não participaram--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu acho que não. Não há necessidade. A assessoria pergunta se nós poderíamos abrir um telão numa outra sala. Quem não estivesse aqui, assistiria lá. Mas eu acho que se todos puderem ficar aqui, dá uma presença mais forte aqui, uma energia mais contundente, digamos, para gente construir o que for possível.

Para aqueles que não participaram de todas as reuniões, eu quero mais uma vez insistir com o espírito desse nosso trabalho. Esse trabalho não é contra ninguém. Contra profissional algum, contra empresário algum... O que nós queremos é ir construindo uma proposta que garanta a melhor qualidade de vida de todos que se dedicam, que dedicam a sua vida no volante. Independente de ser motorista de ônibus, caminhão, de táxi, enfim, de todas as áreas. Esse é o espírito. E também não temos nada aqui, deixando bem claro, contra nenhum empreendedor. Nenhum empresário do setor. Nós queremos construir aquilo que seja bom para todos. Esse é o espírito dessa Audiência Pública, depois de seis, sete reuniões que, no meu entendimento, foi esse o clima que norteou os trabalhos. Ninguém estava aqui contra ninguém. Todos estavam a favor dos homens e mulheres que dedicam a sua vida como profissional do volante. Então, é esse espírito que norteia nossos trabalhos. Mesmo a minuta que vocês vão receber, que muitos podem entender que esse ou aquele ponto não está adequado, é tranqüilo que assim entendam. Porque nós estamos construindo ainda uma proposta.

O próprio relator da proposta final, o Senador José Nery, vai receber todo esse trabalho realizado até nessa Audiência Pública, e com certeza nós continuaremos na linha de que só será votada, aqui no Senado, a matéria depois de construirmos um grande entendimento. Ou se chegar num ponto em que a ampla maioria entende que deve ser o caminho, digamos, de uma forma e uma minoria de outra forma, bom, daí os senadores votarão. Mas assim mesmo é legítimo. Votam-se as emendas na reta final se não houver entendimento. Mas aí é outro processo. Nós estamos ainda no processo de construção. Todas propostas são bem-vindas. Claro que vai prevalecer a vontade da maioria.

Eu entendo que essa reunião é composta de líderes que atuam nesse setor no longo das suas vidas, como eu gosto de insistir com a palavra vida. Todos aqui são líderes que representam a área, o setor, enfim, a parte onde dedicaram seus trabalhos sempre. Então, todos aqui são bem-vindos. Eu espero que esse clima de harmonia e de construção coletiva norteie nossos trabalhos. Se necessário vamos ficar aqui o dia todo. Se não for necessário, terminaremos ao meio-dia. Se o pessoal entender que devemos continuar à tarde, vamos continuar à tarde. Vamos almoçar e voltamos aqui às duas horas.

Então, para ganhar tempo, eu sempre inicio as minhas reuniões exatamente às nove horas. Hoje eu iniciei com um minuto de atraso. Foi nove horas e um minuto; e eu já estou falando há oito minutos. Então eu vou começar a convidar, de acordo com a relação que eu tenho comigo. Os primeiros três que eu chamar que se sentirem contemplados, venham à Mesa. Então, primeiro, convidando o Sr. Bernardo Figueiredo, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT, que indicou como representante, espero que esteja correto, o Sr. W**ilbert Ribeiro** Junquilho, gerente de transporte rodoviário de cargas. Então, já está na Mesa.

O segundo convidado. Nós convidamos o representante da União geral dos trabalhadores, UGT. Está aí... A pergunta que eu faço: O representante da União Geral dos Trabalhadores, UGT. O Presidente é o Ricardo Patah, mas disse que mandaria um representante. Se não está, não tem problema, chegará mais tarde. Pela CGTB, Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, está aí o representante? Pela Central da Nova Central. Esse parece que está aqui já. O Sr. José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central, indicou como representante Antônio da Costa Miranda. Antônio da Costa Miranda. Então, Luis Antonio Festino, representando a Nova Central. Está aqui algum representante da Força

Sindical? Então, convido para a Mesa o representante da Força Sindical.

Então, já está a ANTT na Mesa, está a Nova Central, está a Força Sindical. Então esses três falarão, depois eu chamarei outros três, só para situar o Plenário à lista que tenho aqui. Depois chamarei um representante da CUT, depois chamarei o José Augusto, coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores, chamarei o representante da CTB, depois virá o representante... Representante, não. Aqui está ele presente. O Presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro, Nélio Botelho. Eu quero só dizer que aqui, na ordem de chamada, não é questão de ser central ou não ser central. É simplesmente como a assessoria botou aqui e estou lendo. Não tem problema nenhum. Todos aqui terão o mesmo tempo e a fala tem o mesmo valor. Depois chamarei o Procurador-Geral do trabalho, que indicou como representante o Sr. José Pedro dos Reis, Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho, da 23ª região do Mato Grosso. Está certo, doutor? Dr. José Pedro dos Reis. Depois chamarei, também, representando a Secretaria Nacional da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda, Lina Maria Vieira, ou representante. O Presidente da Associação Nacional dos Transportes de Carga e Logística, Geraldo de Brito Viana. Otávio da Cunha Filho, Presidente da Associação Nacional de Empresa de Transportes Urbanos, o NTU, que indicou como representante Carlos Henrique de Carvalho que é Gerente técnico. Diretor-Geral do departamento da Polícia Rodoviária Federal, Sr. Hélio Cardoso Derene. Luiz Fernando Corrêa, Diretor-Geral do departamento da Polícia Federal. Alfredo Pereira do Nascimento, Ministro de Estado do Ministério dos Transportes, ou representante.

Depois o representante do Ministério do Trabalho e também o Presidente da Confederação Nacional de Transportes, CNT. Esses são os nomes que vieram à Mesa. Eu quero também dizer que além dos que aqui falarão, eu abrirei a possibilidade de que outros companheiros que estão no plenário, também possam fazer uso da palavra, já que o microfone que está na frente de cada um dos senhores vai permitir que os senhores também possam participar do debate e expressar a sua opinião. Se não me engano, alguém tinha me passado aqui o nome de uma entidade internacional.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É a Associação Brasileira de Transportadores Internacionais.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Chamarei também para falar na Mesa, o representante dos transportes a nível internacional. Só para resumir aqui.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador, eu poderia falar aqui que está um representante da Federação Internacional dos Trabalhadores em Transporte, ITF. Rafael Griguera--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Chamarei os dois representantes, então, do transporte, a nível internacional dos trabalhadores, como também dos empreendedores. Ok? Então vamos de imediato... Vamos pedir, então, para que o nosso convidado que representa aqui, me permita usar essa expressão, a visão do Governo, que é o Sr. Wilbert, que é gerente de transporte rodoviário de carga, que representa aqui a ANTT. Está com a palavra. Eu daria o tempo de 10 minutos para cada um. Se necessário mais cinco. Mas vou fazer um apelo para que todos usem, no máximo, 10 minutos. Então, passo a palavra de imediato ao Sr. Wilbert.

SR. WILBERT RIBEIRO JUNQUILHO: Muito bom dia, senhoras e senhores. Bom dia, senador. É um grande prazer para a ANTT estar aqui presente nesta reunião tão importante. Eu gostaria de iniciar minhas palavras trazendo até vocês a notícia de uma reunião que nós tivemos na semana passada com os representantes do segmento de transportadores rodoviários autônomos de cargas, e naquela oportunidade nós tivemos a chance de debater alguns aspectos importantes da resolução 2550 da ANTT, que regulamenta a Lei 11442 que trata do disciplinamento do setor. Talvez essa Lei 11442 tenha sido uma das maiores conquistas do segmento de transporte rodoviário de cargas, porque se espera que através dela possamos eliminar algumas distorções, alguns desequilíbrios que ocorreram no setor, principalmente a partir da década de 90 com a desregulamentação total do setor de transportes rodoviários de cargas.

Essa desregulamentação trouxe muitos prejuízos ao crescimento do setor. Por quê? Ela, de certa forma, eliminou as barreiras, a entrada e a saída dos operadores de transportes rodoviários de cargas. Naquele momento, qualquer pessoa que, por alguma razão tivesse se aposentado, ou tivesse desempregado, ele poderia adquirir um caminhão e passar a operar nesse segmento competindo de forma predatória com os segmentos já estabilizados. Isso como conseqüência imediata causou um desequilíbrio entre a oferta e a demanda de serviços de transporte rodoviário de cargas e, em conseqüência, um aviltamento dos fretes praticados. Esse talvez seja o maior problema hoje enfrentado pelo segmento de transportes, porque praticamente o elo fraco da corrente, que é o segmento de transportadores rodoviários autônomos, eles praticamente têm, para sobreviver nesse mercado, que praticar excessos. Tanto com relação à jornada de

trabalho, que é o tema que está sendo discutido hoje, como com relação a acidentes rodoviários.

Eu tenho uma estatística levantada em relação ao montante de acidentes rodoviários no nosso país, e o número alarmante que, cerca de 36% dos acidentes rodoviários você tem de alguma forma o caminhão envolvido nessa estatística. Por que isso? É exatamente em função desse desequilíbrio. Por terem os fretes aviltados, os fretes baixos, o transportador tem que fazer um excesso de tempo de trabalho, de jornada de trabalho; tem que, em alguns casos, andar com excesso de carga, e todas as externalidades decorrentes do desequilíbrio desse setor.

A ANTT entende que o grande instrumento de regulamentação do setor que propiciará eliminar essas distorções que foram introduzidas no mercado será a resolução do RNTRC, porque o registro nacional do transportador rodoviário de carga, certamente que ele trará uma identidade ao transportador rodoviário de carga nesse país. E com esse registro será possível eliminar do atual mercado aquele segmento de transportadores que não têm como atividade principal, transportes. Só para vocês terem uma idéia, hoje pelos censos, pelas estatísticas, as informações levantadas com relação ao panorama do setor de transporte rodoviário de cargas, os números do RNTRC, num primeiro momento de levantamento estatístico eles apontam para cerca de 800 mil transportadores autônomos. Então vocês têm uma idéia da pulverização desse mercado. Da mesma forma em relação às empresas de transportes, que num primeiro momento não se observou a questão da atividade principal que veio ser disciplinada através da Lei 11442.

Então, hoje nos números que são apresentados pelo RNTRC, nós temos cerca de 130 mil empresas registradas no RNTRC. Certamente que essas empresas não têm, a maior parte delas, não têm como atividade principal o segmento transporte.

A resolução 2550, que está regulamentando a Lei 11442, está em Audiência Pública desde 15 de setembro para receber sugestões dos demais segmentos interessados, e nós estamos fechando esse relatório agora nessa semana no dia 17 de outubro. E temos recebido contribuições muito importantes que estamos analisando, já recebemos as contribuições do segmento de autônomos que estão sendo consideradas, a ANTT pretende continuar estabelecendo a parceria com esse segmento para promover o registro e o cadastro dos futuros transportadores, vamos também proceder a um cadastramento dos atuais transportadores inscritos no RNTRC com a finalidade de eliminar essas disparidades, e podem ter certeza que, talvez, a ação principal do órgão regulador, será eliminar as distorções e desequilíbrios hoje existentes nesse mercado e certamente com isso nós conseguiríamos corrigir o frete que é praticado que é do conhecimento de todos, que é um frete que não remunera o serviço de transporte prestado nesse país. E todas as conseqüências decorrentes do frete aviltado, como excesso de carga, jornada de trabalho, excesso de jornada de trabalho, elas conseqüentemente poderão ser corrigidas porque o transportador, ao perceber um frete justo ele não terá mais a necessidade de andar com sobrecarga no seu caminhão, nem tampouco cometendo irregularidades nas rodovias.

A ANTT apóia, fortemente, a intenção de regulamentar a jornada de trabalho, o tempo de direção do motorista autônomo, porque ela vê isso como item de segurança. E sendo item de segurança todos nós temos o dever de estar cuidando dessas questões porque de uma forma ou de outra é a nossa vida, é a vida dos nossos jovens, é a vida da sociedade que está sendo colocada em risco nas rodoviárias brasileiras em função desse grande número de acidentes que hoje podemos observar através das estatísticas. E a ANTT é uma agência de regulação. Se tiver um marco regulatório apropriado para que a ANTT faça cumprir aquilo que está disposto na 11442, aquilo que esteja disposto na 271 relativo ao estatuto do motorista, nós vamos apoiar firmemente essa ação de fiscalização por parte do órgão regulador.

Essas seriam as palavras iniciais que eu gostaria de apresentar pra vocês, agradeço a oportunidade de estar aqui, e me coloco à disposição do senador, do Plenário para qualquer questão que queira ser suscitada e debatida. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço ao Sr. Wilbert Ribeiro Junquilho, e passo a palavra de imediato ao representante da Nova Central Sindical, Sr. Luis Festino.

SR. LUIS ANTÔNIO FESTINO: Bom dia a todos. Em nome da Nova Central Sindical, agradeço mais uma vez a oportunidade de estar participando dessa importante discussão. Hoje nós estamos aqui; presente a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte, ela tem um grupo de trabalho, aonde os representantes, tanto da Nova Central, quanto do grupo de trabalho vem realizando uma discussão há quatro anos em virtude da questão da regulamentação da profissão de motorista. E presente aqui, hoje, representação de 10 federações de transporte rodoviário, nós temos aqui presente cinco presidentes da Nova Central Estadual, que é o Estado do Rio de Janeiro, o companheiro Sebastião, São Paulo, Luizinho, Minas, o Miranda, Goiás, o Jaiminho e o Paraná, o Epitácio.

Então, foi bem debatida, até ontem 10 horas da noite no hotel, ainda a gente estava discutindo questões da jornada, que ela é polêmica também entre a gente. Não é uma situação tão fácil de ser discutida.

E na questão do projeto, do estatuto do motorista, nós também tivemos a oportunidade de discutir na época que o Deputado Ivo José colocou o PL, o Projeto de Lei na Câmara, com a colaboração da Dra. Clair. A discussão foi intensa e naquela época chegamos a um consenso que seria melhor a aprovação da regulamentação e aprovação do PL que era da Dra. Clair sobre a regulamentação da profissão. Esse PL passou. Infelizmente, no final do mandato, em 2006, os cinco deputados que assinaram o projeto não foram reeleitos. Então nós tivemos que reapresentar o projeto. Foi apresentado pelo Deputado Tarcísio Zimmermann, passou na Comissão de viação e transporte, passou na Comissão do trabalho--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita só um aparte? Dizer que os motoristas são pé quente, porque o Deputado Tarcísio Zimmermann, numa disputa muito dura, ele acabou sendo eleito prefeito de uma das principais cidades do Rio Grande do Sul, que é Novo Hamburgo. Então, uma salva de palmas ao Tarcísio, que trabalhou muito com vocês e se elegeu prefeito. Eu tive a alegria de estar ao lado dele lá. Falei muito desse projeto dele lá na... Com os motoristas. Ele foi muito bem aceito.

SR. LUIS ANTÔNIO FESTINO: É. Inclusive, a discussão que teve com o Deputado Tarcísio Zimmermann, ele fez também lá, da nossa parte, compreender que também tem que ceder de vez em quando. Então o projeto não saiu do jeito que a gente queria com a questão da jornada de trabalho. Uma colocação dele: "Olha, vamos tentar aprovar o mínimo para chegar no máximo". E o estatuto ele está indo também no mesmo caminho. A gente está tentando sair um grande estatuto, uma grande minuta, e nós conseguimos nessas reuniões chegar num consenso aí, não tanto consenso, mas já tem as propostas colocadas, e a principal que eu acredito que eu gostaria de ver aprovada, que é que essa regulamentação ela seja através do Código Nacional de Trânsito. Que é a nossa primeira proposta. Porque não adianta nada... Tem 11 projetos em discussão sobre regulamentação da profissão na Câmara dos Deputados. Tem mais um do Deputado Paim aqui no Senado. Fora isso, tem mais de 40 projetos sobre jornada de trabalho.

Então, não adianta nada a gente discutir a regulamentação da profissão, se não discutir por que ele é motorista. Primeiro lugar, ele é motorista porque ele tem que ter uma carteira de habilitação. Não interessa se é autônomo, ou um trabalhador registrado. Ele tem que ter a carteira de A até E. Então, por isso que a nossa primeira proposta foi baseada na nossa discussão lá na Câmara, em cima do PL, que a regulamentação seja baseada legalmente através da carteira de habilitação. E os demais pontos também vão na mesma linha. As grandes questões, que para nós era uma certa polêmica, a questão da formação, que nós viemos defendendo há muito tempo, o art. Parágrafo Único do art. 150 do código de trânsito determina a qualificação. Deva ser oferecida a qualificação. Isso até hoje não há um consenso entre o setor empresarial e os trabalhadores.

O que é esse 'oferecer a qualificação'? O DENATRAN regularizou essa qualificação através da resolução 168. E foi colocada, em parte, quase toda a regulamentação no estatuto, aqui na proposta. O que nós pedimos? Para retirar essa parte que é resolução, porque o DENATRAN, nós também temos uma grande dificuldade. A grande mudança que há nas resoluções. A todo o momento você tem uma nova mudança. Se você coloca no estatuto, que o estatuto do motorista vai ser regularizado através dos pontos da resolução, se essa resolução for modificada, como é que ficaria o estatuto para frente? Então, a proposta nossa é que se cumpra o código de trânsito, que o estatuto determine que tem que ter a qualificação, que essa qualificação seja realizada por órgãos, logicamente indicados, mas não restrito ao SEST/SENAT, que nem estava a proposta inicial, porque hoje os trabalhadores nós já estamos com três institutos no Brasil, está o Instituto São Cristóvão no Paraná, em Minas Gerais é o mesmo instituto, o Instituto Resgate em São Paulo, tem a ASTROMIG em Minas Gerais também que começou a entrar na discussão sobre a qualificação profissional.

Então, essa qualificação teria que ser bancada pelo Governo, como está no código de trânsito, e credenciadas às entidades através do DENATRAN, mas não ficasse restrito ao SEST/SENAT. A outra questão polêmica, é a questão da jornada. A princípio, na nossa proposta, a gente pediu que retirasse a questão da jornada dessa discussão do estatuto e fizesse uma discussão à parte. Mas depois ponderando pela colocação do Senador Paim, na penúltima reunião, onde a gente poderia estar discutindo a jornada de trabalho, mas sim por categorias, e não mais um conjunto único, o que sempre os trabalhadores reivindicam: "Olha, é jornada de seis horas". Mas o transporte ele tem especificidades que não dá pra você determinar. "Olha, o transporte urbano dá pra ser seis horas, mas e o fretamento e o turismo? E o transporte de carga? E o diferenciado?" Aí houve uma boa proposta do senador, em que a gente poderia estar discutindo a questão das 40 horas semanais que as centrais sindicais estão defendendo,

está lá com abaixo-assinado na Câmara, é uma defesa de todas as centrais para todas as categorias. Então, nós defenderíamos, tanto a PEC que também é do senador, e tanto o PL que também é do Senador Paim. E por incrível que pareça, a maioria dos projetos que estão na Câmara tramitando hoje ainda é do Senador Paim. Eu estava vendo o projeto da...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita, é que também estou há 22 anos aqui dentro. Então, 22 anos sem sair aqui de dentro, tem que ter alguns projetos circulando.

SR. LUIS ANTÔNIO FESTINO: Inclusive o PL sobre a aposentadoria especial, o PL 60, de 1999, que a relatora é a Deputada Rita Camata, já deu um parecer favorável, também é do Senador Paim. Então, tudo que está se envolvendo na questão transporte, o Senador Paim já teve uma participação e continua tendo uma grande participação.

Então, nesse sentido a gente está defendendo a regulamentação da profissão que é o PL 199, que está indo agora para a Comissão de Justiça, vamos defender também o estatuto com essas mudanças. Na questão das jornadas, acredito que seria uma boa proposta essa das 40 horas, e a gente discutir categoria por categoria, porque é muito polêmico. Ontem a gente ficou até 10h30 da noite, e é difícil você ter um consenso até entre a gente qual seria a jornada ideal – se é com dupla de motoristas, se não é... No setor rodoviário já tem de passageiros, no setor de carga não tem...

Então, tudo isso aí eu acho que seria um ponto importante para ser debatido, e inclusive incentivando aquela que é a discussão do também, além do controle da jornada, a questão do tempo de direção, que é o PL 2660 que está na pauta da Câmara dos Deputados. Hoje está havendo uma grande pressão que esse PL se vote, mas ele seja votado com o parecer do Senado, do Senador Osmar Dias, até erradamente saiu numa revista de uma federação de transporte que o projeto é do Osmar Dias. Não é. Ele é relator. O projeto é do Governo Federal de 1996, o 2660, onde nós defendemos o projeto na redação original. E não na redação que saiu aqui do Senado, porque ele piora a questão da jornada. Enquanto nós estamos defendendo 10 horas o intervalo de 12 horas, a intrajornada de 12 horas, a CLT já determina 11. O que saiu aqui do Senado determina para 10 horas. Então, você reduz mais ainda a intrajornada.

Então, eu acho que é contraditório a gente passar até por cima do que já existe. E isso está no projeto do... Na relatoria do Senador Osmar Dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como eu tenho uma relação muito, muito próxima, e não é do meu partido, do Senador Osmar Dias, só quero dizer que o Senador Osmar Dias, eu tenho certeza que a gente conversando com ele, ele caminha com o movimento. Porque ele tem tido, historicamente aqui na Casa, uma posição de acompanhar tudo aquilo que é de avanço para os trabalhadores. Então eu faço justiça, se houver algum problema eu tenho certeza que com o Osmar Dias não é problema. Ele vai caminhar conosco. E foi bom teu alerta no sentido de a gente dialogar com ele se for necessário.

SR. LUIS ANTÔNIO FESTINO: E esse PL ele já está para ser votado lá na Câmara. E depois na intervenção dos companheiros...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [Pronunciamento fora do microfone]

SR. LUIS ANTÔNIO FESTINO: Seria o original. Inclusive, o original, nós estamos baseando aí no parecer do Dr. Edésio Passos, que foi um deputado aqui dessa Casa, uma das pessoas que mais conhece a questão do transporte, também, e eu queria deixar aqui uma pasta com algumas discussões que nós estamos fazendo no setor de transporte. Então, como o Senador colocou, essa discussão foi importante, que ela está sendo ampliada para os demais setores. Não vai ficar restrito ao setor de caminhoneiros.

Nós estamos fazendo uma discussão em São Paulo, e no Brasil, as condições sanitárias de conforto em local de céu aberto. Isso é o trabalhador do transporte urbano que chega a duas horas de viagem, uma hora e quarenta num percurso da zona sul de São Paulo ao centro, sem ter acesso a sanitários. 60% dos pontos de paradas não têm acesso a sanitário; não têm acesso a água potável para o motorista, cobrador. Quem dirá os passageiros.

Então, esses motoristas estão sujeito aí, a trabalhar o dia inteiro sem ter acesso, nem nos terminais você tem acesso à água potável e a questão da... Dos sanitários. O outro trabalho é a questão da evolução tecnológica dos equipamentos. Isso aqui é um veículo, um ônibus de piso baixo de passageiros, setor urbano, que a engenharia não discutiu com o passageiro, não discutiu com o motorista, não discutiu com ninguém. E ele prejudica a posição do motorista, cobrador, passageiro, acidentes estão acontecendo, também seria um segundo trabalho que a gente está deixando, isso aqui a gente já passou aqui para o Senado que é a questão de controle de jornada lá de Mato Grosso, o pessoal de Mato Grosso hoje também está presente... E a questão da jornada de agenda, que é a jornada de trabalho de 40 horas que está na questão das centrais sindicais.

Então eu vou deixar essa pasta para o senador, não estou com muitas, mas têm algumas que eu vou

deixar. E depois a gente continua o debate com os demais companheiros que estão presentes.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Cumprimento o Luis Antônio Festino pela sua exposição, e aproveito já que ele entregou o material nesse momento, dizer que o Senador José Nery, antes de eu abrir a reunião ele me pediu que eu explicasse para vocês. Ele é o relator da matéria. Ele vai acompanhar a decisão tomada por esse Grupo de Trabalho e por essa plenária. Claro que provavelmente, né, Toninho? O Toninho que é assessor dele, que está aqui, teríamos talvez outras Audiências Públicas até a redação final para que o projeto esteja em votação. Então eu me comprometo, Toninho, de entregar para o relator esse material. Então, no fim, como eu vou receber outros materiais, provavelmente, eu entreguei para você o material. Pode entregar já, então, uma pasta para o Toninho. Tu pegas aqui, que vai para as mãos do nosso relator José Nery, que eu posso antecipar a vocês que está muito tranqüilo, falou bastante comigo hoje pela manhã, antes da reunião, e está preparado para enfrentar esse... Eu diria esse diálogo, com toda a sociedade, para construirmos o que seja o melhor para todos aqueles que atuam na área correspondente ao profissional de volante.

Então, feito essa justificativa do nosso relator, que não está hoje aqui, e ele me explicou motivos que eram intransponíveis, e por isso que ele não está aqui, mas ele chega amanhã e terá uma reunião comigo e eu passarei para ele tudo que foi da reunião e provavelmente a partir daí teremos já uma outra reunião no futuro, com o desdobramento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está bom. Então vamos dar a oportunidade em seguida também para o Calixto. O Calixto, que está fazendo 80 anos. Isso não é todo dia. E firme na atuação aí. Cadê o Calixto? De pé, pelo menos umas palmas aí.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): 80 anos de história aí, o Calixto.

Então eu passo a palavra para outro representante na Mesa, que é o Antônio da Costa Miranda... Nós vamos passar a palavra agora para o Moacyr Firmino dos Santos.

SR. MOACYR FIRMINO DOS SANTOS: Queria, em nome de nosso Deputado Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força, queria cumprimentar aqui o Senador Paulo Paim, em seu nome queria cumprimentar a Mesa. Em nome do Paulinho, da nossa Secretaria Nacional de Transporte, eu queria cumprimentar todos os companheiros sindicalistas e companheiros do Plenário.

Queria dizer de início aos companheiros que fui fundador do sindicato de carga de São Paulo, em 1989. Depois, 1997 assumi a presidência do Sindicato dos Trabalhadores em escritório de empresa de transporte e logística de São Paulo, e hoje sou o Secretário Nacional de transporte da Força Sindical.

Senador Paim, eu queria dizer de início, que essa luta tão árdua, tão dura, que ao longo dos anos, há 32 anos que estou no transporte, não é que sou tão velho, é porque eu entrei com 17 anos de idade, então já tenho um bom tempo nessa luta, e eu queria lhe parabenizar pela iniciativa do senhor trazer uma Audiência Pública de tamanha importância e de tamanha envergadura.

Para poder a gente estar aqui debatendo, eu acho que aqui na Mesa nós não debate muito, mas nós vamos fazer uma exposição do que são os trabalhadores em transporte, como um todo. Porque parece que nós só falamos de motorista. Eu iniciei minha vida de cobrador de ônibus, mas lá no nordeste era motorista de caminhão, com 16 anos de idade. Vim para São Paulo, e eu acho que a luta ela é em torno de todos os trabalhadores. Evidente que o mais complicador é falar do motorista, porque é o motorista é que sai pelos mais de 53 mil quilômetros de malha rodoviária federal por esse país, sem contar com as estaduais, sofrendo todo tipo de desgaste: físico, mental... Enfrentando todos desafios, do sol, da chuva, do sereno... E só parece que agora, inclusive com a sua intervenção que nós realmente vamos, Teodoro, conseguir realmente dar um passo, carimbar um passaporte para o crescimento dos trabalhadores em transporte. Para ter uma regulamentação. Porque nós já fizemos 'N' projetos, já fizemos 'N' reuniões, mas só fazia no Ministério do Transporte. Não é, senador? E parece que dali não saía, que já passaram 'N' ministros do transporte, das quais inclusive do seu Estado e de outros Estados brasileiros, como atualmente agora, se não me falha a memória, em Minas Gerais, e parece que ficava só nessa questão: "Olha, vamos levar". Mas não levava nada.

Tivemos, está aqui o Nélio Botelho, fizemos 'N' encontros, não é, Nélio? Aqui no Ministério, inclusive com [ininteligível] e outros. E não levava essa luta, que é a regulamentação da jornada de trabalho, o reconhecimento de uma categoria que coloca o país para funcionar, porque nós somos, inclusive, Miranda, tratados como peça de reposição. Que se usa e joga fora, senador. Porque a cadeia produtiva, ela imagina que ela só tem valor, mas ela não dá valor à cadeia de distribuição que somos nós, trabalhador em transpor-

te como um todo. Porque uma empresa de transporte ela não é composta só de motorista. Ela é composta desde o ajudante até o superintendente da empresa, ora contratada.

Portanto, a Força Sindical, aliás estamos terminando de fazer, de elaborar também, para poder emendar, Festino, nesse estatuto que vocês criaram, eu não vou dizer que ele é individual, mas é porque naquele momento parece que a gente não estava se entendendo. A Força não estava se entendendo, como o senador tem observado, que o Paulinho foi um dos interlocutores que uniu, todas as centrais sindicais, Luizinho, em torno de uma proposta. Era a proposta do salário mínimo... E aí nós estamos começando a construir uma nova idéia, que é realmente voltada para os trabalhadores em transporte, no que diz a pessoa do motorista. Porque esse é o mais complicador.

O motorista, ele é mal visto inclusive nos acidentes de trânsito, como o companheiro ali disse, e não são os trabalhadores em transporte de carga desse país que são os grandes vilões dos acidentes que acontecem em todo o nosso país; é por conta de uma malha rodoviária precária; mal acabada; mal sinalizada; as empresas de transporte de carga como, notadamente o companheiro disse ali, por conta das suas ganâncias, até o autônomo também, porque ele tem um caminhão lá, em vez de ele carregar 12.500 quilos, 14.500, ele coloca 20.

Hoje nós já temos caminhão no Brasil, que está até sendo proibido nos Estados Unidos, que ele carrega 70 mil toneladas, senador. E evidente que um caminhão com 70 mil toneladas a 85 quilômetros por hora é muito difícil dele frear. E é por isso que ele se encontra em alguns acidentes. A gente tem visto aí nos feriados: "Olha, o motorista de caminhão, ele é o grande causador de acidente". E nós demos uma entrevista na Jovem Pan outro dia mostrando que num feriado longo aconteceu mais de 1500 acidentes em todas as estradas do Brasil e nenhum caminhão foi envolvido.

Então, portanto, eu queria dizer ao senhor que eu estou muito feliz dessa unidade, a Nova Central, a UGT, Força Sindical, também a CUT, tem o secretariado de transporte da Nova Central, tem nós... que sou o secretário também da Força Sindical, a nível de transporte, e de todas as centrais, e nós estamos arquitetando uma idéia só para poder a gente, inclusive, debater essa matéria, enriquecer o senhor muito. Porque aqui, nesse Senado, o senhor foi o homem defensor de todas as classes trabalhadoras. Quer seja do comércio, quer seja do transporte, quer seja ela de qualquer cadeia de trabalhador, o senhor sempre esteve à frente. E procuro lhe dizer que o senhor todos os trabalhadores são seus amigos, até porque na aposentadoria o senhor está à frente, em todas as lutas o Paim está na frente. Como também hoje nós temos o Deputado Aldo Rebelo, temos o Deputado Arnaldo Faria de Sá e temos o Deputado Paulinho, também, que é um incansável defensor da luta dos trabalhadores.

Eu queria, não me alongar que eu vou ter esse tempo todinho para poder fazer tudo, inclusive um apanhado para poder conflitar com aquilo que nós estamos debatendo dentro da Força Sindical, então andando aí, o Brasil inteiro, e com certeza nós vamos, inclusive, 'N' vezes, aliás, mais vezes, inclusive, enriquecer cada vez mais o senhor, senador, para que o senhor tenha um sucesso. E o seu sucesso não é o sucesso de senador, é o sucesso dos trabalhadores em transporte do Brasil que deve servir para modelo em outros países mais modernizados. É por isso que a gente está, inclusive eu fui convidado para fazer um debate sobre transporte que vão estar outros sindicatos lá, com certeza, na CGTP, na Central Geral dos Trabalhadores de Portugal, e lá nós vamos levar, inclusive, tudo isso que nós estamos debatendo aqui e algo mais.

Mas precisa, também, serem vista, algumas coisas no Código Nacional de trânsito, que ele deixa muito vazio, Festino. Tem muita coisa que ali nós debatamos há anos atrás e depois eles fizeram aqui na calada da noite, sem consultar os trabalhadores em transporte, principalmente, e acabaram confeccionando um código nacional de trânsito; que tem muita coisa lá dentro que precisa ser mudada.

Eu não tenho dúvida que com essa experiência que tem aqui, o Senador Paulo Paim, até porque veio da base, senador que nasceu, inclusive, do movimento sindical, tenho certeza, senador, que nós estamos muito bem representado junto com o senhor, aqui no Senado, com o Paulinho lá na Câmara Federal, o Aldo Rebelo e Arnaldo faria de Sá.

Muito obrigado aqui aos companheiros que me antecederam, parabéns a todos que vieram das mais diversas cidades e capitais do país para fazer aqui, desse encontro, uma grande alavanca para que possamos inclusive levar para os nossos companheiros da base, não só trabalhadores motoristas, mas todos os trabalhadores das empresas de transporte que eles também são tratados como peça de reposição, como material descartável que se usa e joga fora. Obrigado, senador.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu convidaria agora os nossos três painelistas, que retornasse ao Plenário, e poderia inclusive ocupar a cadeira daqueles que virão agora aqui para a exposição. Convidaria o José Calixto Ramos, presidente da Nova

Central. Se quiser fazer alguma consideração rápida, já que o Luiz Antônio Festino fez uma exposição dando a sua visão, convido o José Augusto, coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores e convido o Nélio Botelho, presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiros, MUBC para fazer uso da palavra.

Passo a palavra de imediato ao presidente da Nova Central, Sr. José Calixto Ramos. José Calixto Ramos terá o tempo de 10 minutos se necessário, e se assim entender, mais cinco, para complementar as informações que já foram expostas aqui pelo Sr. Luiz Antônio Festino.

Eu só vou fazer um apelo ao Plenário, como esta sala está lotada, eu estou insistindo ainda com a minha assessoria, eu não quero dizer aqui da Tribuna, porque nós estamos ao vivo para todo Brasil, né? Que é impossível que o Senado não consiga meia dúzia de cadeira. Estou vendo inúmeros companheiros de pé, e eu insisto pedindo as cadeiras. É impossível que o Senado da República não consiga uma dúzia de cadeira. Não estou dizendo ao vivo, mas estou dizendo. [risos] Senão eu mando lá no meu gabinete. Eu mando meu pessoal lá ficar de pé e mando para baixo aqui. Vamos pegar o elevador e vamos trazer lá de cima uma dúzia de cadeira. É impossível isso... Que eu não consiga uma dúzia de cadeira. Eu peço aqui uma salva de palma ao nosso Senador João Pedro, que veio aqui prestigiar aqui o nosso evento, que está procurando uma cadeira para sentar também. Pedindo silêncio ao Plenário, eu quero passar a palavra de imediato aí ao Sr. José Calixto Ramos.

SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS: Sr. Senador Paulo Paim, meus companheiros que compõem a Mesa, e meus [falha no áudio] Plenário.

Eu não vou tomar os 10 minutos, e nem acho que os cinco. Vou deixar para os rodoviários. Mas eu queria dizer primeiro, da nossa maior satisfação em participar deste evento de fundamental importância para os rodoviários e em conseqüência para a sociedade brasileira. Este momento para mim tem também uma importância fundamental, exatamente porque nós estamos, exatamente amanhã, completando, como disse o Senador Paim, 80 anos.

[palmas]

SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS: E não é todo dia que se faz 80 anos. De maneira que, como nós vivemos a vida sindical do país há mais de 50 anos, um momento desse nos enche de muita satisfação. Eu creio que Deus tem até me protegido, porque eu sou um nordestino, vindo lá do interior do Estado de Pernambuco, e muitos dizem que são 80 anos bem vividos. Eu diria que foram 80 anos, são 80 anos bem vividos com a graça de Deus. Não que eu tivesse nascido em berço de ouro para ter esse título de bem vivido. Mas eu resolvi ingressar no movimento sindical em conseqüência de vontade da classe trabalhadora, a qual eu era envolvido à época, como metalúrgico, como mecânico de máquinas e depois trabalhando no setor de confecções na condição de supervisor, exatamente do setor mecânico.

Então, entrei para essa atividade e terminei ficando. Por isso muitas vezes eu dizer, nas oportunidades que tenho, aos meus companheiros, principalmente àqueles mais jovens, que esse é um tipo de atividade que você só tem dois caminhos. Você entra... Se você gostar de fazer o trabalho, você vai continuar fazendo por muito tempo. Se não gostar, é melhor pegar o boné e ir embora. Do contrário você vai atrapalhar aqueles que querem fazer o trabalho. É diferente do trabalhador rodoviário, que tem que prestar oito horas de serviço, ou seis horas, de acordo com o horário de cada empresa, e ele pega num determinado horário e larga num determinado horário. E o dirigente sindical ele começa sem ter uma hora exata para trabalhar, iniciar seu trabalho, e também não tem hora exata para deixar o seu trabalho. Quantas vezes você está num batizado de um filho de um amigo, num casamento, e aí surge sempre um problema aqui detrás, uma questão de ordem sindical.

Então, você trabalha 24 horas por dia. Você trabalha de forma contínua. Mas isso é muito bom, porque faz bem para a nossa alma, para o nosso espírito, exatamente por que nada melhor do que nós sermos úteis a alguém. Eu acho que o dirigente sindical, cada um ao seu modo, ele é útil às pessoas que estão em sua volta. Mas eu queria dizer um pouco desse trabalho que a Nova Central encampou, e posso também afirmar com sinceridade, e a bem da verdade, que eu não sou um *expert* na regulamentação ou na formação do trabalho do rodoviário. Por isso nós criamos o nosso departamento e entregamos exatamente às pessoas que lidam diuturnamente com esse processo. Daí porque eu ouvi as manifestações do meu companheiro Festino, ouvi as manifestações do meu companheiro da CUT, e o que eu estou sentindo é que existe um interesse, eu diria que geral, de unificar idéias para que o resultado seja o melhor, para a classe trabalhadora ligada ao setor rodoviário, e como eu disse em conseqüência para a sociedade. Tudo que for bom para os rodoviários vai resultar beneficamente para toda a sociedade que usa o transporte rodoviário.

Além do mais, é quase desnecessário dizer que a interferência do Senador Paulo Paim nesse tipo de ação, quer dizer, é uma seqüência do trabalho que ele faz com relação a outros grupos e a outras categorias de profissionais, isso também só nos reforça, porque

ele se inteira mais diretamente dos assuntos rodoviários e automaticamente ele com a sua condição, assim, muito peculiar de trabalhar os seus pares, ele termina trazendo tantos outros senadores para que invistam na mesma posição dos trabalhadores. Então, para nós é uma satisfação muito grande. Eu diria que estão de parabéns os rodoviários, estão de parabéns os senadores, deputados que cuidam desse problema, e está de parabéns toda a sociedade brasileira.

Como eu disse não vou tomar os cinco minutos, até porque quem sabe delinear de fato a questão do rodoviário, é o próprio rodoviário. E aqui nós temos os presidentes de sindicatos, das federações, e exatamente o nosso departamento nacional do setor rodoviário.

Agradeço por essa oportunidade e termino dizendo ao Senador que esses 80 anos de luta que nós graças a Deus estamos ainda ultrapassando, quer dizer, hoje os técnicos da saúde entenderam que a nossa expectativa de vida é de 72 anos. Então, eu já estou vivendo de lucro. Já estou com 80, pra mim aí já passou, já estou vivendo o lucro de tudo isso. Mas olha, o importante é nós sabermos que eu estou com 80, mas aqui tem outro colega que está com 86 ou 89 e continua na batalha. E ele é rodoviário, que é exatamente o companheiro Omar, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte.

[palmas]

SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS: Não é difícil chegarmos a esse estágio. O difícil é você contornar todas as questões para chegar nesse estágio sem maiores conseqüências. É você respeitar as pessoas, é você trabalhar tentando fazer o melhor que pode, é você não medir esforços para o trabalho, é você trabalhar com fidelidade e acima de tudo com ética. E assim que nós chegamos até aqui. Não tem nenhum milagre. E também não tem nenhum medicamento a não ser o trabalho. O meu remédio, graças a Deus, é o trabalho. E eu me sinto muito bem com ele. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A assessoria aqui da Comissão informa que se necessário for, eles colocarão, então, um talão aqui ao lado, na sala ao lado, para que todos possam assistir o debate durante todo o dia sentados. E assim mesmo algumas cadeiras estão sendo providenciadas para que sejam destinadas para cá.

Eu passo a palavra nesse momento ao Nélio Botelho, presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro, MUBC, que participou de todas as reuniões e está com o quadro, entendo eu, claro, das suas preocupações e ele vai expor aqui.

SR. NÉLIO BOTELHO: Muito bom-dia, senhoras e senhores. Ao cumprimentar o Senador Paulo Paim, eu estendo meu cumprimento a todos os membros da Mesa. Eu gostaria de dizer a todos que não sei por que razão, mas o senador ele deveria considerar que nós estamos a nível de transporte rodoviário, nós estamos vivendo um momento que provavelmente ele ficará na história do setor, porque não havia melhor momento para se definir um ato como esse, como agora. Porque nós que convivemos com transporte rodoviário, e eu que na qualidade de um dos representantes de caminhoneiros autônomos, mas que convivo com todo tipo de motorista de caminhão, eu gostaria de dizer que o mal desse país foi que ele foi conduzido para uma dependência rodoviária, e todos os governos abandonaram esse setor do qual o país é totalmente dependente, nós já provamos isso anteriormente com mobilizações, etc, e por que um setor totalmente desorganizado. Um setor que viveu sempre na clandestinidade. Um setor, digamos, nevrálgico para a economia e, no entanto, os governos jamais deram a ênfase, ou houve qualquer ação especificamente voltada a esse setor tão importante para a nossa economia.

Então, quero dizer ao senador que, sinceramente a classe de uma forma geral, todos aqueles, inclusive, que já tenham avaliado o que está acontecendo nesse momento aqui no senado, vão deixar, vão carregar consigo sempre uma imagem muito... Muito real de satisfação, exatamente nesse momento, quando o setor precisava exatamente disso, o senador tomou essa iniciativa junto com os demais membros aí da Comissão de Direitos Humanos do Senado, de provocar esse... Essa discussão, e nós chegarmos aí ao ponto em que chegamos. Porque eu lembraria a todos que nós já, desde a primeira mobilização nacional de caminhoneiros, ocorrida em 1985, nós já tínhamos como item principal da nossa pauta a regulamentação do setor. Nós tínhamos, como principal reivindicação, a organização do transporte rodoviário de carga no Brasil. E isso veio ao longo do tempo com os governos que nós pegamos, Sarney, Fernando Henrique, etc, tal, e a coisa sempre abandonada, nunca houve nada voltado a levar essa coisa a sério como deveria ter levado. E somente quando chegou na grande mobilização de 1999, onde o item 1 também era a regulamentação do setor, que a coisa começou a tomar corpo e nós começamos, então, a fazer reuniões com Ministérios, etc, junto com vários outros colegas nossos aí que alguns estão representados aqui hoje, outros estão ausentes, e chegamos nesse ponto agora. Porque quando se fala, estatuto de motorista, nós vamos lembrar primeiramente que no caminhão existe uma diversificação muito grande a nível de profissional. Nós temos no volante

do caminhão desde um motorista de Kombi, que faz frete, passando por pick-up, veículo de pequeno porte, caminhões normais, carretas, até atingir os grandes veículos, bitrem, e assim sucessivamente. E cada um tem uma atividade diferenciada do outro.

Nós temos os motoristas urbanos que são trabalhadores, estão muito bem representados aqui hoje, que trabalham ali dentro da cidade, dentro do município, no horário normal de um trabalhador comum, depois vai para casa, vai descansar, almoça, janta em casa e assim sucessivamente. Esse é um tipo de motorista. Pois nós temos outro motorista que é aquele que faz o que nós chamamos de curtas distâncias, que vai a uma distância de cem, duzentos quilômetros e volta, normalmente está com a família diariamente. E passa por outras categorias até chegarmos ao estradeiro, que nós chamamos. E aí, essa figura que é a principal de tudo que nós estamos discutindo. A figura do estradeiro. Esse é que é tido como vilão, que é tido como provocador de acidente, que é tido como assassino de estrada, essa coisa toda.

Por que nós vivemos esse desastre de situação? Justamente pela desorganização do setor. Com essa regulamentação, e aí nós dependemos 100% da nossa Agência Nacional de Transporte Terrestre, e fiquei extremamente satisfeito com o que foi dito aqui hoje pelo representante da agência, porque ele transmitiu um conhecimento e uma experiência que demonstra que a agência, senador, ela não está tão desaparelhada como foi dito aqui. Percebe-se claramente, inclusive tive o prazer de conhecer o novo Diretor-Geral da agência essa semana que passou, e tive uma impressão muito boa desse profissional, justamente porque ele demonstrou entender do setor, ter conhecimento do setor. Já viver esse setor vários anos. E ele fala a mesma linguagem que nós.

Então, isso quer dizer o quê? A regulamentação ela vai organizar o setor. A partir do momento que o setor esteja organizado, nós vamos eliminar todos os problemas. Por que no grupo de trabalho, que eu tive a honra de participar até hoje, nós sequer apresentamos uma proposta de jornada de trabalho, ou tempo de direção? Porque nós sabemos, temos consciência tranqüila que a regulamentação, seguindo rigorosamente os termos da lei, vai resolver todos esses problemas. Nós vamos... Porque qual é problema que nos atinge? Nós somos clandestinos. Não somos sequer regulamentados. Nós somos figuras aí que não têm nenhum título. Com a regulamentação nós vamos passar a existir. E a partir daí, o que vai acontecer? Nós vamos ocupar um espaço que sempre nos foi negado.

Hoje, quem dita as regras e as leis no país são as empresas de transporte de carga, que são minoria no mercado. Agora, nós, como desorganizados que somos, e sofrendo uma concorrência extremamente desleal por parte de outros tipos de proprietários de caminhões, carga própria e outras coisas mais, a partir do momento em que a coisa... For dado o direito que nós temos de praticarmos a nossa profissão dentro daquilo que a lei determina, que são duas categorias, somente, que é a empresa de transporte de carga, onde as cooperativas se equiparam, e mais o transportador autônomo de carga, nós vamos ter a nossa remuneração equalizada, nós vamos sair de uma remuneração que, sequer dá condições de fazer uma manutenção adequada do veículo, nós vamos sair de uma situação que nós somos obrigados a colocar excesso de peso no caminhão para poder melhorar um pouquinho o frete que é totalmente defasado, nós vamos sair daquela condição de ter que dirigir horários criminosos para poder dar reaproveitamento na nossa atividade e conseguir uma remuneração que dê para cumprir com o nosso compromisso até com familiares... Enfim, nós vamos entrar numa situação de um trabalhador normal.

Nós queremos atingir um patamar onde hoje nós vemos, nós admiramos num caminhoneiro americano, por exemplo, um caminhoneiro europeu, onde é uma profissão salutar, ele não aparece como vilão, ele não provoca acidente, ele não faz absolutamente nada. Porque lá ele está regulamentado, ele tem uma remuneração compatível com as suas necessidades. E aí, o que acontecerão com as empresas transportadoras, inclusive? Elas poderão remunerar melhor os seus motoristas, elas não vão precisar também exigir mais carga horária complicada. Já foi dito aqui anteriormente que hoje não se pode nem denunciar uma empresa ou um embarcador de carga, porque ele, simplesmente, diz: “eu não te carrego mais”, e fica por isso mesmo. Porque nós somos subjugados, nós estamos na dependência de quem nos contrata. Nós temos que mudar esse quadro. Nós temos que nos colocar. Nós somos profissionais. Nós carregamos o país nas costas. Então nós temos que ser respeitados e temos que ter uma remuneração para poder renovar uma frota, para poder trabalhar dentro daquilo que é a nossa especialidade. E olha que ser motorista de caminhão, não é função para qualquer profissional, não. Ele tem que ter curso, ele tem que ter experiência. Então nós temos certeza absoluta. Por que nós não falamos no estatuto do motorista? Porque nós sabemos exatamente isso.

O novo diretor da agência se comprometeu conosco de efetuar essa regulamentação nos termos, inclusive, que foi apresentado a ele. Eu estou trazendo aqui, inclusive hoje, os termos que nós queremos

rigorosamente dentro da lei, não muda uma vírgula, que foi assinado pelo grupo de trabalho que está conosco aqui no Senado, está assinado por todos eles, nada mais é, representante da ANTT, do que uma cópia daquele que já ficou com o doutor... Dr. Bernardo Figueiredo, em São Paulo essa semana. É rigorosamente a mesma coisa.

Então eu gostaria de concluir dizendo exatamente isso. Eu acho que com a regulamentação, nós vamos fazer, nós vamos fazer uma... Digamos, nós vamos atualizar o mercado. Com a regulamentação nós vamos estar atingindo aí aquilo que sempre foi a reivindicação do setor. Que nós, há anos e anos, trabalhamos nisso. Estou vendo companheiros nossos aqui que trabalham conosco nisso há muitos e muitos anos. Nós estamos, digamos, estamos querendo usufruir de um direito adquirido, da maior conquista desse setor. Nós vamos mudar o quadro a nível nacional. Nós vamos interferir diretamente na economia do país. E nós vamos organizar o setor que é, por que não dizer o principal da economia nacional?

Então, com isso, a coisa é muito profunda. Eu gostaria, inclusive, que todos os senhores que militam nesse setor, avaliassem com muito carinho, o que representa regulamentar o setor, organizar o setor, e dar condições ao motorista, ao caminhoneiro, ao autônomo e à própria empresa transportadora. Isso representa uma revolução dentro do país. Isso só veio à tona agora graças ao atual Governo do Presidente Lula que em janeiro de 2007, vamos para dois anos, sancionou a Lei 11442 com festas e etc e tal, e nós ficamos dependendo da Agência Nacional de Transportes Terrestres, que levou algum tempo, mas pelo compromisso assumido, irá esse ano ainda, se Deus quiser, regulamentar e colocar em prática, fazendo com que, inclusive, nós possamos atuar como fiscais dessa regulamentação, fiscais da Legislação, porque muita gente vai querer burlar os grandes embarcadores vão querer burlar essa lei, porque mexe com grandes interesses. Até mesmo grandes empresas transportadoras vão tentar burlar, porque mexe com o interesse de grandes empresas.

Enfim, é uma coisa, é um marco nacional. E que justamente esse ato praticado pelo Senador Paulo Paim, que está acontecendo hoje aqui no Senado, vem coroar isso aí, de êxito, porque nós temos certeza absoluta, senador, foi graças a essa sua iniciativa que a ANTT resolveu, inclusive acelerar mais esse ato de tanta importância que nós sempre reivindicamos.

E com isso, eu tenho certeza absoluta, todos os senhores que estão aqui preocupados com jornada de trabalho, com essa imagem de motorista assassino de rodovia, com certeza nós vamos resolver os nossos problemas, nós vamos nos colocar numa posição que, inclusive, nós deveríamos já estar, há muito tempo, e eu tenho certeza absoluta que o transporte de carga, a profissão de motorista daqui pra frente, com certeza, tem tendência a tomar uma posição e um quadro totalmente satisfatório e real. É o que eu tinha a dizer por enquanto. Eu agradeço pela atenção.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Gostaria de cumprimentar o Botelho e dizer que para a gente é uma satisfação. Que normalmente a gente faz reuniões, reuniões, Audiências Públicas, e alguém tem aquela velha frase: "Tu quer que alguma coisa não funcione, diz que você vai fazer uma Comissão e vai fazer reuniões". Você deu um depoimento exatamente na contramão desta suposição.

Você que fez um depoimento cumprimentando a ANTT, você já esteve reunido com a ANTT...

SR. NÉLIO BOTELHO: Se me permite eu vou entregar...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vai entregar agora em mãos. E dizendo que avançamos; quando começamos essas reuniões, esse era o compromisso nosso, o compromisso era avançar naquilo que fosse possível perante a lei, o que já existe, e aí vinha a sua insistência, Botelho, na regulamentação, sem prejuízo de continuarmos o debate com mais fôlego.

Então, eu queria cumprimentar aqui a ANTT e todos aqueles que acreditaram que era possível, sim, essa parceria. E essa parceria já tem aqui a primeira... Primeira vitória. Aqui não tem perdedor. Todos ganharam. Por isso meus cumprimentos à ANTT e a todos aqueles que ajudaram esse primeiro passo. [palmas]. Eu convidaria, agora, os nossos convidados a ouvirmos, nesse momento, o nosso José Augusto, coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores, e em seguida eu convidaria para a Mesa o representante do Ministério dos Transportes. Meus cumprimentos ao Ministro Alfredo Pereira do Nascimento, que entre aqueles Ministérios que nós convidamos, ele mandou o representante. Mais uma vez o Alfredo Pereira do Nascimento, ministro do Estado cumpriu a sua parte conosco e vai depois falar aqui o José Eduardo Paes... José Eduardo Vaz, que é Coordenador-Geral de estatística, Albanese. José Augusto.

SR. JOSÉ AUGUSTO: Obrigado, Senador Paulo Paim. Minha saudação especial aqui ao Calixto, pelos 80 anos. Nélio Botelho, demais companheiros da Mesa. Vou procurar fazer a minha exposição. Bom dia a todos.

Primeiramente, parabenizando pela iniciativa do Senador Paulo Paim que, mais uma vez, como é de se

comprovar, sai em defesa dos trabalhadores desse país. E, segundo ponto que eu estava observando desde de manhã, desde a primeira composição da Mesa, tudo é aquela questão que a gente discute no movimento sindical, o princípio do capital e trabalho. Onde o capital hoje está passando por uma crise enorme--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): José Augusto, me permita. É que a assessoria lembra que aqui ao lado, na sala 3, foi colocado um telão e aqueles que quiserem assistir sentados, então é só deslocar aqui ao lado, na sala 3, na CCJ tem um telão que todos podem ficar à disposição. Lá também vai ter água e café.

SR. JOSÉ AUGUSTO: E o interessante também é que eu estava, assim, fazendo uma reflexão, é a defesa, Calixto, do princípio da organização sindical por categoria. Aí eu tenho que puxar a sardinha para meu lado, que é a bandeira do Fórum Sindical dos Trabalhadores, e está uma prova aqui, Senador Paulo Paim, da importância desse modelo não mudar através de uma reforma sindical, e tão menos através de uma portaria induzida pelo Ministério do Trabalho. Então uma prova disso aqui, a luta, a dedicação pela regulamentação da profissão, da qual o Fórum Sindical dos Trabalhadores somos solidários. A minha especialidade é segurança e saúde do trabalhador. Fiquei muito atento também na exposição das pessoas que passaram aqui por essa Mesa. Aí vem uma preocupação e a responsabilidade aumenta muito. Tanto pra vocês que representam os trabalhadores, como para o Governo, e até mesmo para o Congresso Nacional, a gente parar definitivamente, Nélio, nesse país, com essa carnificina nesses acidentes rodoviários que a gente presencia todos os anos, altos índices de acidentes que acontecem no país.

Então, eu acho assim, Senador Paulo Paim, que o projeto tem tudo a ver. E nós vamos, com certeza, enfileirar aí junto com vocês, aqui dentro do Congresso Nacional, num trabalho nosso de convencimento, de pressão, que é a nossa especialidade no Fórum Sindical dos Trabalhadores, e mais essa luta de interesse dos motoristas desse país.

A regulamentação da profissão, eu fiquei até um pouco, assim, chocado, eu não sei com quem eu falei aqui antes de começar a reunião... A categoria profissional diferenciada e até hoje luta pela regulamentação da profissão. Uma categoria tão forte, onde o próprio Brasil reconhece essa força que vocês têm, Nélio Botelho, e daí eu faço uma referência ao grande guerreiro e defensor dessas causas dos motoristas pelo Brasil, que você sempre foi, e principalmente pelo seu passado, pela sua história, e pela sua militância atual que continua ainda defendendo os interesses da sua classe.

Esse modelo brasileiro, que sucateou, inclusive, as ferrovias brasileiras, devia ter uma atenção especial mais do Governo Federal, já que ele adotou esse modelo, o modelo rodoviário de cargas. E lamentavelmente a gente não percebe que houve essa evolução, tanto da questão da logística, do transporte de carga, juntamente com os interesses sociais e dos direitos dos trabalhadores acompanhando esse crescimento. Hoje na cidade onde eu resido oficialmente, estou aqui em Brasília de passagem, exercendo um cargo numa confederação, que é na Nacional dos Trabalhadores no Comércio, mas no pólo onde eu moro, ali naquela região de Barueri, onde passa, praticamente o rodoanel, vai ser um grande centro de logística, ali no eixo sul, sul-sudeste.

Então, Nélio, como você disse, a gente vê o crescimento da... O faturamento das montadoras, cada vez mais vendendo caminhões e carretas... Um investimento fortíssimo também nessa questão da logística... Um modelo definitivo no Brasil que adotou; e eu acho que vai ser muito difícil reverter o modelo rodoviário e não pela ferrovia. E paralelamente a gente ter essa necessidade de alterar essas [ininteligível] previstas também no Código Nacional de Trânsito, que também foi muito bem aqui sucedido o encaminhamento feito pelo Nélio, que a nossa Legislação é engraçada no Brasil. No mundo do trabalho também não é diferente. Você tem leis e leis e normas e normas, e elas são conflitantes muitas vezes entre elas, não é isso, Miranda? E no setor de vocês a mesma coisa.

Então a gente está lutando aqui junto com vocês para a regulamentação da profissão, para ter um estatuto profissional próprio, como a minha categoria tem desde 1985. A minha categoria é técnico de segurança do trabalho, e a nossa especialidade é a segurança do trabalho. E esse... Esse direito que nós temos de se indignar, que é um direito cidadão de cada um de nós, quando nós vimos um setor desse, que é um setor forte, e que merece uma atenção, como está tendo agora, atualmente, desse governo, principalmente através da iniciativa de vocês, desse grupo de trabalho que elaborou essas últimas alterações que eu tive a oportunidade de ler também no intervalo. É uma atitude louvável, principalmente por contemplar os aspectos e as peculiaridades específicas do setor de transporte, pela análise que eu fiz. Apesar, como disse o Nélio, de transferir as riquezas e economia do país, esse setor, o próprio trabalhador deveria ter uma atenção maior, e às vezes, você, como disse: “Ah, o motorista foi o culpado pelo acidente, bateu, perdeu o freio...”, mas nós, como somos especialistas em se-

gurança e saúde do trabalhador, então, essa reflexão deve ser feita, Senador Paim, já que o senhor também é uma pessoa, um senador da República, que já foi um operário e que gostava muito dessa área de segurança e saúde do trabalhador, militando, inclusive, na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes nas empresas por que passou, que são o quê, pessoal? Viu Omar? A fadiga. A questão da jornada prorrogada de trabalho... Eu disse aquele princípio do capital e trabalho justamente por causa disso. O Nélio foi bem claro. Há conflito. A gente está numa luta muito grande por essas 40 horas, pela redução das 40 horas. Há um conflito, mas nós temos que continuar insistindo, lutando. Eu acho que a parceria é boa para os dois lados, não para um lado só.

Para fortalecer o setor de transporte você não pode massacrar e não transformar os motoristas desse país numa verdadeira carniça, uma carnificina que nós presenciamos justamente por esses pontos que nós estamos colocando aqui. Que capitalismo é esse? Que ganância pelo dinheiro, pelo poder e pela economia, menosprezando os direitos básicos do cidadão e de um trabalhador brasileiro?

Então nós temos a jornada de trabalho, nós temos o trabalho de turno, que inclusive nessas duas matérias existe uma especialidade na ciência, dentro da nossa área, que chama cronobiologia, que deve ser explorada também nesses cursos de formação de motorista. Nos cursos também de segurança do trabalho. Não discutir só a questão da freagem, do acidente, o mecânico... Mas discutir os fatores psicossociais, que é relevante dentro desse segmento, dos motoristas. E a cronobiologia é um estudo que poderia ser colocado, fica aí a minha sugestão, no currículo de formação de segurança do trabalho, na formação básica dos motoristas. A questão também das cargas perigosas, que não foi citado aqui, mas é um... É uma tremenda responsabilidade do setor. Principalmente do profissional. A utilização de tranqüilizantes e outras drogas que também faz parte da nossa área; a área de segurança do trabalho. Que tem que ser tratado também de uma outra forma. Não numa forma repressiva, mas de uma outra forma, principalmente no campo psicológico.

As condições das estradas e sinalizações, as condições de engenharia e design na fabricação de caminhões, eu acho que já foi falado aqui nessa Mesa, porque visa o aspecto de segurança que não há participação nem opinião do setor, ou dos motoristas, ou do segmento, das confederações, das associações, da CNTT, com relação também aos aspectos ergonômicos da carroceria, de assentos... Uma série de outros fatores na área de segurança e saúde do trabalho. Excesso de peso na carga, prejudicando inclusive a freagem... Esses dias nós presenciamos na televisão [soa a campainha] um acidente ocorrido, onde a polícia, a defesa civil estava fazendo o socorro, daqui a pouco passa uma carreta com tudo, falou: "Ah, o motorista alegou que não tinha freio". Agora, Paulo Paim, vai ver quanto estava transportando, não é, Nélio? De carga nessa carreta.

Então, não... para a população ficou o motorista bandido. Que o motorista é bandido, que saiu com o carro sem freio... Então, a culpa, como é na área de segurança do trabalho, é sempre do trabalhador. Aquele tabu de ato inseguro, condição insegura, também é voltado para essa área com outro nome, que é o nome mais pesado, porque envolve a opinião pública. A mídia está mostrando, o jornal, a televisão, a internet, e na verdade se você for fazer uma análise apurada, construindo através de uma metodologia que a gente chama de árvore de causa, você vai apurar que o motorista é o menos responsável por tudo aquilo que está acontecendo.

Eu gostaria de passar também para a mão do senador, um levantamento estatístico na Previdência Social, senador, onde o transporte dentro da sua área de kenai(F) é responsável pelos 60,55% dos óbitos no setor. São dados da Previdência Social representando a incidência de capacidade temporária por mil vínculos em torno de 21,58%. No caso de mortalidade, óbito. E a incapacidade permanente em torno de 202.

A última revisão está sendo feita agora; que é relativo a 2007. Eu participo aí numa Comissão de tripartite de segurança e saúde do trabalho para ratificar a convenção 87 da OIT na área de segurança e saúde, e nós vamos fazer uma discussão muito grande em cima do transporte de carga, rodoviário de carga, que tem uma razão muito importante principalmente pelos dados estatísticos que eu tenho certeza que 2007 gostaria de passar na mão do Senador, aumentaram. E um outro setor também, que é o setor da construção civil. Então, são duas prioridades aí principalmente pelo critério de mortalidade e invalidez, não se falando ainda na questão que não é notificada, e vocês sabem muito bem o porquê não são notificadas. As doenças ocupacionais, inclusive algumas delas eu falei aqui até na questão do uso de tranqüilizantes e de drogas. Que são as doenças ocupacionais e as doenças profissionais dos motoristas.

Então, para concluir, senador, eu gostaria, assim, de deixar o voto do Fórum Sindical dos Trabalhadores em apoio e solidariedade, através das suas 14 confederações nacionais de trabalhadores e quatro centrais sindicais, parabenizando aí o Nélio, o Omar, todos os dirigentes sindicais, a Nova Central Sindical através do Calixto pela reorganização do segmento e

a busca pelo direito de vocês. Não é possível que o Brasil continue crescendo com investimento, inclusive, através do PAC, na rodovia; no rodoanel; na ferrovia... E o setor humano, a questão social humanística do trabalhador fica em segundo plano. Isso aí a gente não pode concordar e aí esse espírito de indignação que eu deixo registrado aqui, nessa Comissão, como uma pessoa de prevenção de acidentes, que é difícil engolir isso aí. Só um lado leva e o outro lado menos favorecido leva nada.

A questão da patronal, eu acho que através de um processo de negociação, que é uma especialidade de vocês, de todos nós sindicalistas, tem que continuar avançando, principalmente na questão de jornada de trabalho. Se não for nesse momento aqui, pode ser lá na frente, mas o importante, Nélio, é que esse setor seja regulamentado, e que tenha definitivamente o seu estatuto profissional.

Com relação ao final, que depois de promulgada a lei precisa dos fiscais e não pode ser burlado, extraviado, isso aí, pessoal, sempre foi e sempre será. Não adianta a gente depender do Governo. Nós temos que depender de nós mesmo, do movimento sindical. Através dos sindicatos, das federações, das confederações, através de um entendimento, mesas rondas, junto à patronal para que a lei seja realmente cumprida, depois ela é promulgada aqui, aprovada aqui no Congresso e sancionada pelo Presidente Lula.

Finalizando, Senador Paulo Paim, fico aqui à disposição, na hora que precisar, podendo contribuir, tanto do ponto de vista político, através das ações sindicais em solidariedade e apoio aos motoristas e às suas representações na defesa do projeto 271, aqui no Senado Federal, como também no ponto de vista técnico, que é a minha especialidade [soa a campainha] na área de segurança e saúde do trabalhador. Muito obrigado pela oportunidade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu convido nossos painelistas que voltassem ao Plenário, e que assumissem aqui nesse momento para fazer uso da palavra, primeiro o Sr. José Eduardo Vaz, representando o Ministro Alfredo Pereira do Nascimento, ministro do Estado do Ministério dos Transportes. Convidaria também, no mesmo momento, para que usasse aqui a Mesa, o Sr. José Pedro dos Reis, Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho, da região, Mato Grosso, representando o Procurador-Geral do trabalho, Dr. Otávio Brito Lopes. E ainda registro a presença, ele disse que vai participar do debate provocado, mas prefere ficar no Plenário, o Sr. Alberto Amadei Neto. Está certo? Sr. Alberto Amadei Neto, assessor especial da Receita Federal.

E convido, então, para a Mesa o Sr. Marco Aurélio Ribeiro, Assessor Técnico representando a Associação Nacional de Transporte de Cargas e Logística, NTC. Seja bem-vindo à Mesa. E nesse momento eu passo a palavra com satisfação ao Senador João Pedro, que tem prestigiado... Prefere que os painelistas falem primeiro. Então vamos de imediato aqui passar a palavra ao Sr. José Eduardo Vaz, que representa nessa Mesa o Ministro Alfredo de Nascimento. Por questão de justiça quero dar meus cumprimentos ao ministro por mandá-lo representar aqui nessa Mesa. O que não aconteceu com outros dois Ministérios. Então para não citar, eu só vou citar aquele que prestigiou a nossa reunião. V.Exª está com a palavra.

SR. JOSÉ EDUARDO VAZ ALBANESE: Pode citar mais vezes então, senador.

Eu cumprimento a Mesa por intermédio do Senador Paulo Paim, cumprimento aos demais presentes, e registrar, como disse bem, o Senador Paulo Paim, o nosso ministro sempre esteve e continuará estando a disposição para buscarmos, em conjunto, soluções em relação aos problemas existentes no transporte rodoviário de cargas aqui representado pela grande maioria de seus presidentes, de sindicatos, associações, empresas... Parece-me que o setor está todo pesado aqui presente a essa reunião. O senador está sendo prestigiado bastante aqui pelo setor.

Registrando também, é bom, historicamente relembrarmos aqui que esses problemas, principalmente aqueles que não envolviam a necessidade de recursos orçamentários e simplesmente decisões envolvendo matérias legislativas, melhoria--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Permita, só porque todo mundo já se movimenta no Plenário, é que chegou o Senador Adelmir que tem prestigiado sempre essa Comissão, faço questão de registrar a presença dele. [palmas] Ele vai ficar aqui conosco. Por favor.

SR. JOSÉ EDUARDO VAZ ALBANESE: Então, continuando, problemas que envolviam apenas melhoria de plataformas logísticas, não envolvendo recursos orçamentários, esses receberam prioridade de tratamento e aqui vocês são testemunhas de nosso empenho, o empenho do nosso Ministério, o empenho do nosso ministro, Senador Alfredo Nascimento, colega de vocês aqui também, que culminou até com... No início de nossos trabalhos com a presença de vocês junto ao nosso Presidente da República, o Presidente Lula, e que recebeu mais de 70 lideranças para que ouvisse diretamente das lideranças os problemas da categoria. Aliás, tivemos até um problema lá com o cerimonial porque foi muito mais gente do que previsto. Então tivemos até que abrir a recepção para mais

12 ou 15 lideranças que não poderiam ficar de fora. Que inclusive ficaram até um pouco chateadas pela demora, mas deu tudo certo no final.

E registrar para vocês que muitos desses problemas que não envolviam, os que envolvem recursos orçamentários estão sendo tratados, vocês estão acompanhando aí a questão da reestruturação aí da... Do orçamento para as rodovias, vocês hão de convir que as rodovias melhoraram e estão melhorando a cada dia que passa. Mas, fora dessa questão, diretamente aos problemas que afetam os nossos trabalhadores da área de transporte de cargas, setor empresarial, setor transportadores autônomos, é que muitos desses problemas já foram solucionados. Problemas, como já falei, que envolviam apenas agilidade de decisão, agilidade administrativa, agilidade do setor público. E essa agilidade nós fomos buscar em parceria com vocês e conseguimos. Muitos problemas foram solucionados, acredito que aqui o mais marcante tenha sido a extinção da AET que evitou uma burocracia desnecessária e que não tinha apenas a finalidade de, vamos dizer assim, minar o setor. E o setor tem superado seus problemas, tem avançado em muitas questões.

Feito esse breve histórico, eu quero registrar a vocês que continuamos à disposição. O Ministério dos Transportes é a porta aberta para vocês [soa a campainha] na questão do Poder Executivo. Evidentemente que, inclusive junto ao poder legislativo, algumas... Essa inclusive é a legislação que se encontra em curso, e outras também que já foram aprovadas, vocês se lembram também que o nosso ministro encaminhou ofícios à presidência da Câmara, a presidência do Senado para que fosse aprovado na forma como pretendido.

Essa questão específica do tempo de direção, embora seja uma questão extremamente polêmica, por causa de determinados aspectos, tempo de direção não é jornada trabalhista... Jornada trabalhista é uma coisa, tempo de direção é outra, que tempo de direção envolve setor empresarial, envolve o próprio motorista particular, enfim, tem uma série de envolvimentos que deveria... Se não tem deveria ter, mais abrangente. Mas, de qualquer maneira, embora polêmico, o ideal nós nunca vamos encontrar, mas procurando o melhor, o nosso Ministério também já se manifestou favorável a essa questão já há muito tempo. E estamos aguardando a finalização disso daí. A polêmica veio surgindo em função da própria expectativa eminente da sua aplicação. A expectativa eminente da sua aplicação levantou movimentações contrárias e aí gerou a polêmica, mas isso daí eu acredito que seja superado e que, vamos dizer assim, uma Audiência Pública dessa venha a trazer mais subsídios à solução do problema.

Para não me estender muito nessa questão; deixo registrado aqui a vocês, a todos, que inclusive conheço muitos, aqui presentes, a maioria, se não a maioria, registrar que continuamos à composição de vocês lá no Ministério dos Transportes. Problemas que venham... Sejam levados a nós, são problemas que certamente nós vamos abraçar para buscar soluções. O que não for possível, não será possível, mas uma coisa é certa, podemos não atingir as soluções, mas que vamos brigar por elas, vamos.

Então era isso que eu queria dizer a vocês, agradeço a atenção, obrigado pela oportunidade que o Senador Paulo Paim nos deu de nos manifestarmos com audiência tão rica e com a presença de grandes lideranças aqui. Obrigado, Senador.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Dr. José Eduardo pela participação, e só lembrando a todos que nós estamos ao vivo desde às nove horas da manhã para todo o Brasil. E depois essa Audiência Pública será reproduzida, com certeza, mais uma vez. E dizer que essa é a vantagem de segunda de manhã. Segunda de manhã é ao vivo, ainda mais de graça que estamos fazendo agora na segunda de manhã.

Então, eu conversava com alguns da Mesa, acho que se nós tocarmos direto até as duas da tarde, porque às duas da tarde começa o Plenário, daí nós ficamos com esse debate ao vivo para que o Brasil conheça um pouco mais da situação dos nossos profissionais do volante.

Passo de imediato a palavra agora ao Dr. José Pedro dos Reis, Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho, da 23ª região, Mato Grosso, representando aqui por indicação, o Procurador-Geral do trabalho, Dr. Otávio Brito Lopes. Por favor.

SR. JOSÉ PEDRO DOS REIS: Bom-dia, Senador, bom-dia a todos aqui presentes. Eu parabenizo a sua iniciativa de enfrentar tão grave problema que tem afligido todos os brasileiros. Não só os trabalhadores, mas também como a própria sociedade em geral e os empresários. E em seu nome eu cumprimento todos da Mesa e todos presentes. O Ministério Público do Trabalho, ele tem se preocupado bastante com a questão do caminhoneiro, do trabalhador caminhoneiro. Não só o trabalhador com vínculo empregatício, mas também o autônomo. Por quê? Porque o art. 7º da Constituição ele garantiu a todos os trabalhadores uma jornada de oito horas diárias e 44 semanais. E quando ele diz trabalhadores, ele não diz somente de vínculo empregatício, mas também todos os trabalhadores autônomos, avulsos... Qualquer um deles. E o que acontece no Brasil nesse setor de transporte,

hoje, é um abuso muito grande da força do trabalhador e dos direitos humanos do trabalhador, principalmente a sua dignidade.

Eu trouxe uma pesquisa que nós realizamos no Mato Grosso, e em Rondonópolis nós saímos com a primeira ação civil pública pedindo o controle de jornada através do Dr. Paulo Douglas, procurador do trabalho naquela região de Rondonópolis, e essa ação civil pública, a pedido nosso foi deslocada para Brasília onde terá um tratamento de forma... Tendo em vista que o problema é nacional, vai ser tratado de âmbito nacional. E nós acreditamos muito nessa ação, que ela vai atingir seus objetivos.

Na pesquisa que nós fizemos, deixa-me verificar, vai ser colocado ali no quadro. Nós identificamos um grande número de trabalhadores submetidos a substâncias químicas para agüentar as longas jornadas de 16, 20, 24 horas. São jornadas desumanas que têm que ser combatidas. Até temos dados da Polícia Rodoviária Federal, de janeiro a outubro de 2007, foram gerados, no Brasil, 103 mil, 128 acidentes com 5813 mortes. Vamos seguir... As péssimas condições de trabalho dos motoristas rodoviários. Lembro que essa proposta do Senador Paim ela vem dar uma solução a esse problema sério e que precisa de uma solução imediata, porque a cada momento que demora para dar uma solução, tem uma pessoa morrendo nas estradas, ou mais. O próprio trabalhador, motorista, além de outras pessoas que estão ali circulando.

Nessa primeira operação que nós fizemos no Mato Grosso, houve uma positividade de uso de anfetaminas, chamados rebites ou bolinhas também, e mesmo cocaína, de 30% com inferência, 70% negativo com inferência. 70% negou que usava, entretanto, na coleta da ruína verificou-se a presença desses tipos de substâncias químicas alucinógenas. Eu lembro que essas anfetaminas em que nossos trabalhadores, motoristas têm se utilizado para cumprir essas grandes jornadas, são drogas estimulantes da atividade do sistema nervoso central. Fazem o cérebro trabalhar mais depressa deixando as pessoas mais acesas, ligadas, com menos sono e elétricas. É chamada de rebite, principalmente entre os motoristas que precisam dirigir durante várias horas. Isso é uma definição que está no site do centro brasileiro de informações sobre drogas psicotrópicas. Lembro que essas drogas que os nossos motoristas têm utilizado elas afetam... Trazem lesões no cérebro de forma irreversível, e no Brasil, a ONU tem recomendado ações no sentido de inibir o uso dessas drogas, porque só no ano de 95 foram consumidas mais de 20 toneladas. Isso significa muitos milhões de doses.

Então, muitas dessas substâncias são consumidas não de forma... Não estamos chamando aqui, de forma alguma que o motorista é vilão, nada, o setor de transporte hoje obriga tanto o empregador a exigir de seu trabalhador excesso de jornada. O setor todo precisa ser revisto, porque quem tem a detenção da carga exige do transportador que se cumpra determinado tempo, determinada carga, e ele passa isso para o trabalhador. Eu gostaria que passasse a transparência, por favor. Nós verificamos que dessas, nessa pesquisa, que mais de 40% dos trabalhadores trabalham entre 13 e 16 horas e 40% mais de 16 horas. Então, você verifica que o uso dessa substância química ela está associada às longas jornadas. É por isso que o Ministério Público do Trabalho defende a regularização da jornada e do tempo de direção. E essa nossa proposta está aqui no PL 271 do senador, que o senador está apresentando, e que virá... Que está sendo discutida e continuará sendo discutida por mais algumas audiências, como ele mesmo informou.

Então, essa questão dos transportes é um dos maiores problemas do Brasil, hoje. O segundo maior é em saúde pública. É um problema econômico, necessita de reestruturação no setor, como eu falei. Não é somente a jornada, ou o tempo de direção, mas todo o setor precisa ser revisto, desde o embarcador, o transportador, e o... Até a entrega final. Por quê? Hoje, na lei da ANTT diz que até cinco horas, a lei que foi citada pela ANTT, a 11441(sic)... Ela diz que o embarcador tem até cinco horas para embarcar ou desembarcar a carga. Imagina se o trabalhador motorista num dia fica cinco horas carregando, cinco horas descarregando, já são dez horas, já deu a jornada dele. Então precisa ser revisto, esses atores também precisam ser chamados. A Associação dos Embarcadores de carga para que façam parte que eles também interferem muito no processo.

Então, o Ministério Público do Trabalho vê o consenso, a busca de um consenso para uma solução conjunta entre os trabalhadores e empregadores. E a controvérsia, é como enfrentar esse problema. Como o Ministério Público tem colocado, o controle de jornada e o controle de tempo de direção. Aqui na proposta do senador, o controle de jornada para os motoristas com vínculo empregatício e o controle de tempo de direção para os autônomos. Lembro que o tempo de direção de oito horas aqui mais duas extras contemplando... Está sendo contemplado no art. 7º da Constituição, a esse horário. De oito horas, no máximo, diária. E ele também, o trabalhador autônomo, embora não tenha subordinação, ele é um trabalhador e precisa ter respeitado seus direitos, a sua dignidade.

Lembro que a jornada exaustiva ela está prevista no art. 149 do Código Penal, quando trata da redução de condição análoga de escravo. Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga de escravo, quer submetendo a trabalho forçado ou a jornada exaustiva. Portanto, quem está submetendo esses trabalhadores poderá qualquer momento, mediante uma ação do Ministério Público Federal, ou mesmo da polícia, em flagrante, ser preso por estar cometendo crime de submissão de trabalhadores à condição análoga de escravo.

E a outra pergunta que se faz é: por que os motoristas que executam esse trabalho tão penoso que todos nós aqui já discutimos e conhecemos, deveriam se submeter a uma jornada superior aos trabalhadores que ficam no escritório, no ar-condicionado o dia todo? Uma outra coisa que está acontecendo também: nós estamos criando uma legião de trabalhadores inaptos ao trabalho. Quem deve arcar com a sua recuperação, muitos desses trabalhadores não têm o recolhimento do INSS. E ficam doentes e quem é que vai cuidar desse trabalhador? Ele vira um indigente. Então nós temos que nos preocupar com a proteção aos trabalhadores.

Lembro que a resolução 267 do DENATRAN é de 25 de fevereiro de 2008, exige avaliação de distúrbio do sono para os candidatos que forem realizar adição, renovação e mudança de categorias. O que está acontecendo hoje? O motorista vai renovar, não consegue por causa de distúrbio do sono e ele não pode trabalhar e o INSS não aceita isso como... Para recepção de benefícios. [soa a campainha] Então, é algo que deve ser verificado também. Quem é que vai cuidar dessa legião de trabalhadores que estão aí doentes, por doenças ocupacionais? O Código Nacional de trânsito traz no art. 1º primeiro, § 2º, que o trânsito em condições seguras é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do sistema nacional de trânsito, a este cabendo no âmbito das suas respectivas competências adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito.

Portanto, no momento em que a ANTT, ou órgãos de trânsito não fazem nada para que ou faz pouco para que o tempo de direção, ou jornada de trabalho, não seja regulamentada, ele está deixando de cumprir essa determinação do art. 1º do código de trânsito brasileiro. O controle do tempo de direção é um ponto importantíssimo. É um avanço importante, sobretudo para os motoristas autônomos. Retornando um pouco, o grande problema que existe hoje, o porquê de não regulamentação, busca-se o barateamento artificial do frete, com isso aumenta o número de rodoviários e induz a que os motoristas façam o uso de substâncias químicas.

E a conclusão que se tira de tudo isso é que a situação de segurança instalada no Brasil é insuportável tanto para os motoristas, quanto para a sociedade em geral. É preciso resgatar a enorme dívida social para com os motoristas rodoviários e transportadores de cargas brasileiros. E a resposta para esse problema está no Legislativo, no controle de jornada em tempo de direção. Não se esquecendo de buscar a segurança e a saúde desse trabalhador também que não tem muitos lugares para comer uma alimentação digna, de respeito, não tem lugar para dormir. Tudo isso também constitui situação análoga de escravo. Por que eu estou falando isso? Eu acompanho operações no meio da... Nas fazendas, onde a gente encontra trabalhadores submetidos à condição análoga de escravo, e se for colocar caminhoneiros comparados com esses trabalhadores, ele fica de longe ainda, por quê? Porque normalmente eles estão lá abrigados, tem água... Mas água suja, mas tem. Tem alimentação ruim. Tem ali a rotina, está próximo aos outros. O caminhoneiro, não. O caminhoneiro, ele não tem onde dormir com condições, ele não tem onde se alimentar com condições. Os próprios colegas sabem o alto grau de doenças cardiovasculares que os motoristas são afetados, diabetes, colesterol alto por causa da má alimentação.

Então, só concluindo já, excelência, esse projeto que o senhor está apresentando é uma resposta a essa condição inaceitável que temos hoje na nossa sociedade, que precisa de uma resposta. E eu tenho certeza que tanto os empregadores, as empresas, os trabalhadores e a sociedade querem uma resposta. E essa resposta tem que vir do Legislativo mesmo. Porque o que pode a iniciativa privada fazer, tenho certeza que está fazendo, o que pode os sindicatos fazer estão fazendo, o Ministério Público está fazendo. Nós encaminhamos para a ANTT uma notificação recomendatória também para que ela efetuasse essa regulamentação tempo de direção.

E nós esperamos que esse projeto elaborado e apresentado por V.Exª, ele passe e a gente daqui um breve tempo nós consigamos ter uma resposta positiva diminuindo o número de acidentes, diminuindo o número de trabalhadores em condições degradantes e o caminhoneiro seja como o Sr. Nélio Botelho falou, seja igual da Europa e dos Estados Unidos, que é aquele caminhoneiro feliz; saudável, com a família, e fazendo parte, realmente, sendo um cidadão nesse Estado democrático de direito. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passo a palavra nesse momento ao representante da NTC, Dr. Marco Aurélio Ribeiro. 10 minutos com mais cinco, se necessário.

SR. MARCOS AURÉLIO RIBEIRO: Eu agradeço o convite ao Senador Paim, dizer da importância da realização dessa Audiência Pública. Essa questão é uma questão realmente que vem preocupando a NTC há longos anos. Os Srs. Senadores, aqui presente, devem estar lembrados que já aprovaram aqui nessa Casa, um projeto de lei originário da Câmara, lá é número 2660 que regulamenta o tempo de direção do motorista. Esta é uma discussão que corre aqui na Casa há pelo menos 10 anos. Esse projeto está tramitando e vem tramitando com essa preocupação de regulamentar o tempo de direção por uma discussão muito ampla que se fez ao tempo da apresentação do projeto, da qual a NTC participou e vem acompanhando esse tempo todo, que a jornada de trabalho de oito horas já existe na CLT, como bem lembrou aqui o promotor José Pedro. O autônomo não tem jornada de trabalho. O autônomo é tratado como trabalhador, pelo Dr. José Pedro, mas ele tem uma característica própria, ele é dono da sua própria atividade. Dos países do Mercosul, o autônomo é uma empresa unipessoal. É tratado como uma empresa. Na Europa também ele é visto como um empresário. Nos Estados Unidos também é visto como um empresário e tratado como um empresário.

Então, nós chegamos a conclusão dessa discussão, do projeto de tempo e de direção, que a jornada de trabalho não atendia a regulamentação do tempo de direção do autônomo, precisaria haver uma regulamentação colocada no código de trânsito, de tempo de direção que abrangesse, não só o autônomo, porque aí ela também se aplica ao empregado. O tempo de direção vale para um... E aí não é questão de jornada de trabalho, também o motorista empregado tem que cumprir o tempo de direção, porque como lembrou o Dr. José Pedro, ele pode ficar cinco horas esperando para carregar e mais cinco horas esperando para descarregar, já cumpriu o tempo de jornada de trabalho dele. Mas o tempo de direção ele estará descansado para dirigir oito horas, em tese. Dependendo da circunstância da espera. Se ficar esperando lá onde ele disse, em Rondonópolis, que não tem onde ficar, também não vai estar em condições de dirigir. É óbvio.

Mas, então, o tempo de direção é para abranger tanto o empregado, como o motorista autônomo. Esta questão é importante porque ela tem influência na economia do país. O transporte é uma atividade de grande importância, porque todo o abastecimento do país, todo o escoamento da riqueza do país é feita através do transporte. E o transporte rodoviário de carga responde por 60% disto. Quando o Dr. José Pedro lembra aqui uma outra coisa importante; que precisa trazer para cá os embarcadores para discutir essa questão, realmente é necessário trazer os embarcadores para discutir isso. Porque as exigências que as empresas fazem do transportador autônomo ou do seu empregado, muitas vezes são exigências ou do embarcador, da empresa de seguro... Todos sabem aqui que o serviço de transporte de cargas, hoje, é um dos mais visados pelo crime organizado no país. Existem roubos, existem assaltos, busca da carga, assino, ou motorista, seja ele autônomo ou empregado, corre o risco e as empresas ao contratarem um motorista, seja ele empregado ou autônomo, têm exigências que são apresentadas pela seguradora. Tem que tirar ficha corrida dele da polícia, tem que obter informações, e isso o Dr. José Pedro é contra. O Ministério Público acha que não se pode tirar informações para contratar o empregado. Não pode haver uma ficha do empregado, não pode ser... Mas esse controle acaba sendo feito. E é feito por uma exigência do embarcador, é feito por uma exigência da seguradora e é feita pela realidade que existe no país.

O transporte rodoviário de carga tem que fazer a sua autodefesa. Então isso precisa ser regulamentado, senador. Como é que se resolve essa questão? O Ministério Público não aceita que se tire informações de um trabalhador, mas esse trabalhador pode estar mancomunado com o ladrão. Então isso precisa ser resolvido. Talvez seja essa a oportunidade de discutir essas coisas.

Quando o Dr. José Pedro lembra que o embarcador exige tempo, não é só o embarcador, não, a Receita Federal brasileira exige tempo também para cumprir o transporte rodoviário de carga. Aquela carga do transporte internacional que passa pela fronteira ou que sai do porto e que vai para uma aduana, ela tem tempo para chegar lá, e se não chegar no tempo o motorista é multado, a empresa é multada, é cassada a autorização para fazer o transporte. Isso também precisa ser visto e regulado. A Receita Federal também exige que se cumpra tempo de direção ou que se cumpra tempo de transporte feito pela via rodoviária.

É por isso, senador, esse projeto que eu disse que fala do tempo e de direção, ele está contemplado no projeto de V.Exª. Mas existe um projeto que está pronto na Câmara dos Deputados, prontinho para entrar na ordem do dia, há três anos. Passou pela Câmara dos Deputados, passou por esta Casa, foi aprovado pelos Srs. Senadores com algumas modificações feitas aqui, em razão daquilo que havia sido aprovado na Câmara dos Deputados, e a proposta do Senado que está lá hoje para ser votada é quase igual. Tem muito pouca diferença do que está aqui a respeito do tempo e de direção. Não se aprova porque não se quer. Pode ser aprovado amanhã. Basta pôr na ordem do dia, votar

e aprovar. E nós começamos a ter um instrumento que o Dr. José Pedro pode dizer que é importante para regular o tempo de direção. Tanto do empregado como do motorista autônomo. E que estabelece essa questão do equilíbrio da questão econômica, porque olha, o transportador vai usar ou o empregado, ou o autônomo, dependendo das melhores condições econômicas que houver.

Nós estamos vendo aí, e eu tenho discutido isso com os representantes dos autônomos que estão aqui presentes, estou vendo o Nélio e outros, que a categoria de transportador autônomo de repente pode acabar. Pode acabar, porque se houver esta avalanche de ações contra a contratação do motorista autônomo, a categoria pode acabar. Agora, se ficar inviável fazer o transporte com o motorista empregado, em função da questão da jornada, da colocação que está aqui do projeto, que todo o tempo que ele estivera à disposição é contado como tempo de trabalho, o trabalhador que trabalha no navio, ele fica no navio 20, 30 dias e não é contado todo o tempo como tempo a disposição. Nós precisamos achar uma fórmula para resolver essa questão. Essa é uma característica de um país continental como é o Brasil. E que o transportador autônomo, ou o empregado quando pega uma carga de Belém e vai levar a Rio Grande do Sul, ele não faz isso em 12 horas, 24 horas, ele leva dias. É uma opção de trabalho que muitas pessoas abraçaram e nós temos que agradecer a esses desbravadores brasileiros que fizeram com que as fronteiras do país avançassem a fronteira hoje, a fronteira agrícola. Está lá na região do Mato Grosso, onde está lá o nosso promotor, onde nós estivemos lá discutindo, e que é uma das questões problemáticas desse transporte rodoviário de carga, porque todo o escoamento da safra, toda a produção brasileira, todo esse crescimento da agricultura do país que nós vimos acontecer, aconteceu graças a essa expansão da fronteira agrícola. E o escoamento disso é feito de caminhão.

Dá pra mudar, tem gente que defende outras opções de transporte, deve ser modificada? Pode-se modificar, sim, mas a construção de uma rodovia não vai acontecer amanhã, e o Brasil precisa exportar soja, milho, precisa exportar grãos, amanhã. E vai continuar fazendo isso de caminhão. Nós não podemos parar a economia brasileira. Com essa crise toda que nós estamos vivendo aí, o país é um dos poucos que não está sofrendo com essa crise internacional graças a este crescimento maravilhoso que estamos tendo, graças à estabilidade econômica que nós estamos tendo no país. [soa a campainha].

Então, é importante, nesta hora, conciliar, compatibilizar a realidade do país. A realidade do transporte rodoviário de carga com a sua legislação. É óbvio que nós temos que combater esses abusos; o uso de anfetaminas... Temos que combater tudo isso. Nós precisamos combater sem engessar o país, sem impedir que o transporte continue sendo o escoadouro da riqueza do país para que a gente continue crescendo. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu peço aos meus convidados aqui, que usaram a palavra que retornem ao Plenário. Eu vou chamar outros três convidados, e logo que eles aqui chegarem, eu vou passar antes a palavra ao nosso Senador João Pedro. Eu chamo o Sr. Carlos Henrique Ribeiro de Carvalho, gerente técnico, que estará aqui representando o Presidente da Associação Nacional das Empresas de Transporte Urbano, ANTU, o Sr. Otávio Vieira da Cunha Filho. Eu convido também, se está presente, o representante do Departamento da Polícia Rodoviária Federal, e também o representante do Departamento da Polícia Federal. E convido também o Sr. José Hélio Fernandes, Diretor da CNT e Presidente da FINATEC, representando Clésio Andrade, Presidente da Confederação Nacional de Transportes, CNT. E convido também, ainda, o Sr. Luiz Alberto Mincarone, que é Presidente da Associação Brasileira de Transportes Internacionais. Está certo? Esses são... Essa é a última Mesa. Depois dessa Mesa não teremos prejuízo para que nós possamos, inclusive, interagir ainda com o plenário.

Estava aqui o representante... Quem é o representante da Federação Internacional dos Trabalhadores no Transporte? IPF está aqui? Não? V.Exª será convidado a nós adaptarmos aqui a Mesa. Eu pediria então que você passasse para lá, e aquela cadeira viesse para cá para que nós fazermos a última Mesa. Por favor... Por favor, só para ficar registrado, seu nome é? Pode usar aqui o microfone, dá o seu nome e a entidade. Só para registro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Bom-dia para todos e todas, eu represento a Federação Internacional dos Trabalhadores em Transporte do escritório regional para a América do Sul do Caribe, no Rio de Janeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado. Passamos de imediato a palavra ao nosso Senador João Pedro, que tem nos auxiliado muito aqui na Comissão de Direitos Humanos.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Bom-dia Paim, bom-dia a todos e a todas. A Mesa está renovada. Essa é uma Audiência Pública que... Com uma dinâmica e uma audiência importante.

Eu estava me deslocando do Senado e vi o meu companheiro de bancada, o Paim, sozinho aqui com

a sala cheia. Eu digo: "Vou dar uma passada lá". E o assunto é um assunto relevante, Paim. Nós estamos falando de um Brasil que é... Que tem uma particularidade pelos quilômetros de malha rodoviária de estradas federais, de estradas estaduais, de vicinais... Mas nós estamos falando também de um Brasil que é uma referência internacional na sua economia. E esse é um debate, me chamou a atenção, discutiu o estatuto de uma categoria que aí eu estava tentando entender o número de brasileiros e de brasileiras, porque tem mulheres no volante. Vão aí dois milhões só fazendo aqui uma conta, talvez não seja preciso o número, só caminhoneiros. Se a gente estende os motoristas de táxi nesse Brasil de 5564 municípios, nós vamos ter uma categoria de homens e mulheres que trabalham no volante de forma significativa.

Então, trabalhar regulamentação, discutir um estatuto de centenas de trabalhadores significa que nós temos uma grande responsabilidade. Então quero parabenizar o Senador Paim, porque tem uma história de homem público zeloso, engajado, comprometido com a luta dos trabalhadores, e principalmente por um aspecto, porque esse debate aqui nos leva a falar de economia, nos leva a falar de eficiência, mas tem que estar embutido um aspecto, que é o aspecto humano. Se nós trabalharmos essa discussão só do ponto de vista da economia, nós vamos estar massacrando centenas de milhões de brasileiros, e é muito importante para nós, nos orgulha falar do PIB brasileiro, falar da nossa economia, falar da eficiência.

Eu moro numa região distante desse centro-oeste. Eu sou do Amazonas, e o caminhão chega pelas balsas ou pelo Rio Madeira, a partir de Porto Velho, ou Belém, ou Santarém, e vejo como é que chegam os produtos e sei como é que saem os produtos também, produtos da Zona Franca de Manaus, que significa um PIB importante, um faturamento de 32 bilhões de dólares, é o faturamento da Zona Franca. Então, eu quero colocar aqui um elemento que eu sei que faz parte de um dos princípios que o Senador Paim trabalha nesta Casa, que é olhar de forma humana os trabalhadores. Tem que ter lucro? Tem que ter lucro. Tem que ter eficiência? Tem que ter eficiência, mas ninguém pode enriquecer, ninguém pode ser tão eficiente se sobrepondo às condições de trabalho de seres humanos, de pais. De homens, de mulheres.

Então, eu venho colocar, eu venho participar desta Audiência Pública que engrandece o Senado e penso que pela representatividade aqui das centrais, das associações, do conjunto de instituições que participam dessa audiência, nós vamos extrair um posicionamento, um conjunto de idéias, no sentido de dar esse salto de qualidade e a gente romper com esse tempo todo de anos parado aqui o estatuto, e essa demora na regulamentação de um Projeto de Lei que foi um momento importante para o Governo do Presidente Lula, como da categoria dos caminhoneiros. Então eu venho aqui para colocar esta preocupação, destacar a importância do Brasil, da dependência que o Brasil tem dos brasileiros, das regiões, dos caminhoneiros. Às vezes a gente fala da estrada e esquece o homem que transporta produtos químicos, que transporta os alimentos... E nós precisamos tratar esse homem, o profissional do volante de forma tão importante quanto a importância do lucro. Mas ele não pode estar aquém. Não pode ser massacrado.

Esses dados que foram apresentados, quer dizer, o cidadão se submete a ingerir uma droga porque ele tem que chegar lá a qualquer custo. Ou seja, e aí ele vai no limite da vida dele, como a vida de outros, mas tem que chegar, se não ele tem... Ele é punido, é advertido, ganha menos... Então, estou trazendo esses elementos porque é um assunto que diz respeito a todos nós legisladores, diz respeito ao Brasil. Esse Brasil grande, esse Brasil feito por estradas, por longas distâncias.

Então, Paim, você está correto em propiciar essa Audiência Pública. E a representatividade aqui, das centrais, das associações, do Governo presentes nessa... Mostra a importância do tema. Então, eu quero me colocar aqui, não sou membro da Comissão, mas sou senador pelo Amazonas, do Partido dos Trabalhadores, e quero me colocar à disposição desse debate no sentido de te ajudar aqui na tramitação, na celeridade da matéria, e dizer que a partir desta Audiência Pública estarei mais atento nos elementos que estão sendo colocados aqui no sentido de nós termos uma legislação que seja justa, que seja humana, que seja democrática, que seja um estatuto que possa trazer tranqüilidade não só aos profissionais do volante, mas a todos nós brasileiros que moramos nas cidades, que compomos esse Brasil urbano, mas fundamentalmente desses homens que atravessam o Brasil levando a riqueza produzida pelos próprios brasileiros. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador João Pedro, me permita, quando V.Exª falava na questão do lucro, eu quero dizer que eu tenho muito orgulho de ter lá na parede no meu gabinete, eu ganhei uma charge do Aroeira. O Aroeira fez uma charge, faz uma caricatura nossa e me bota apontando para o mapa do Brasil e na charge dele diz: "Eu sou a favor do lucro". A dele aponta para o Brasil e diz: "Para todos". Então, a questão não é ser contra o lucro, mas ser a favor do lucro para todos. Achei interessante essa

criatividade do Aroeira, ele me mandou de presente e disse que eu poderia publicar. Então eu uso ela na minha página. Porque de fato eu não tenho nada contra o lucro. Tanto é que eu tenho um projeto aqui na Casa, e já deixei dois no Senado, que é a participação do lucro dos trabalhadores nas empresas. Isso é um processo em construção que vem desde a época do Napoleão, na França. Lá na França, na época do Napoleão, já tinha, e inclusive foi implementado a prática da participação dos trabalhadores nos lucros. Mas com satisfação vamos à nossa última Mesa para depois abrirmos ainda o debate do Plenário. Eu sei que inúmeros companheiros querem fazer uso da palavra. Eu agradeço mais uma vez o Senador João Pedro, que, embora não membro dessa Comissão, mas é membro da Comissão de Assuntos Sociais e é um ativista, eu diria, nessa reunião, nessa Comissão, porque seguidamente ele está aqui para debater o tema relacionado à questão dos Direitos Humanos.

Passamos de imediato, então, ao Dr. Carlos Henrique Ribeiro de Carvalho, gerente técnico, que representa aqui o Presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos, ANTU. Sr. Otávio Vieira da Cunha Filho. Por favor, Carlos Henrique, 10 minutos com mais cinco.

SR. CARLOS HENRIQUE RIBEIRO: Bom-dia. Bom-dia a todos. Gostaria de agradecer ao Senador Paim pela oportunidade que nos foi dada para estar aqui colocando algumas idéias e alguns pensamentos, posições da ANTU, que é uma entidade que representa as empresas de transporte público urbano em todo o Brasil, e na oportunidade eu gostaria de transmitir ao senador as desculpas do nosso Presidente, Otávio Cunha, que infelizmente ele não pôde estar em Brasília hoje, mas nos enviou aqui entendendo que isso aqui, essa reunião é de grande importância para o setor e para todos os trabalhadores também.

Bem, eu gostaria de iniciar falando um pouco do nosso setor, que é o segmento específico de transporte urbano por ônibus, nós representamos as empresas de transporte urbano por ônibus, são cerca de duas mil empresas no Brasil transportando diariamente em torno de 50 milhões de passageiros com a frota em torno de 120 mil veículos, empregando diretamente, senador, em torno de 500 mil colaboradores. Então, é um segmento muito importante para a economia brasileira. E vou falar um pouco sobre a dinâmica do setor. A regulamentação do setor ela é feita no âmbito municipal, o serviço urbano, cada município tem o poder de estar regulamentando a sua atividade. Então a gente viu aqui muitas discussões, problemas de desregulamentações de outros setores... Eu gostaria de dizer que o nosso setor é altamente regulamentado no âmbito municipal, e dessa forma você tem situações diversificadas em todo país, [soa a campainha] de região para região você tem condições de regulamentações diferenciadas, especificamente sobre as condições de trabalho também isso se observa, porque os acordos trabalhistas ocorrem no âmbito regional.

Então, falando um pouco ainda do setor, nós temos em torno, como, vamos dizer assim, como jornada modal, vamos dizer, em torno de sete horas e vinte minutos, claro que varia de região para região, e temos todos os pontos que foram colocados já estão regulamentados na maioria dos acordos trabalhistas que ocorreram nos últimos 20 anos, que sempre eu posso garantir para os senhores que sempre houve avanços reais nesses acordos trabalhistas, abordando muitas das questões que foram colocadas no projeto do senhor.

E falando um pouco mais do setor, é um setor onde os custos do setor eles são inteiramente arcados pelos usuários de transporte, porque no Brasil não existe, com raras exceções, uma das exceções é São Paulo, o município de São Paulo, no Brasil não existe subsídios dados às tarifas ou diretamente para reduzir os custos do setor, então, o nosso usuário ele arca inteiramente com os custos do setor. E mais ainda, diferentemente do que ocorre na Europa, nos Estados Unidos, nos países de primeiro mundo, onde a sociedade transfere recursos para os usuários de transporte através de subsídios, mais do que isso, no Brasil ocorre o contrário. Na verdade, os usuários do transporte coletivo é que transferem recursos para a sociedade através de uma carga tributária pesadíssima, em torno de 40%, e através das gratuidades oferecidas para diversos segmentos que também oneram a tarifa em torno de 20%.

Então, há uma grande... Na nossa opinião, iniqüidade que ocorre porque nossos usuários como é de conhecimento do senhor são pessoas de baixa renda, são trabalhadores, grande parte, a maioria, trabalhadores, e que acabam que, diferentemente de outros países, acabam que... têm que transferir recursos próprios, recursos que eles muitas vezes não têm, têm que transferir para a sociedade através de uma pesada carga tributária, porque hoje todos custos de transporte são de responsabilidade, quem arca com todos os custos de transporte são os nossos usuários. Então, uma preocupação que nós temos realmente é a preocupação da modicidade tarifária que é um princípio que está aí, inclusive na lei de concessões e está bem claro lá que a autoridade pública tem que preocupar com esse princípio da modicidade tarifária em concessões... Concessão de serviço público.

A isso, senhores, alguns dos senhores podem me perguntar: Mas por que os empresários, eu estou aqui representando o segmento empresarial, estaria preocupado com o custo do setor, sendo que como eu falei anteriormente, quem arca com esses custos são os usuários? Ou seja, todo mundo fala: "O custo que houver para a tarifa, automaticamente vai ser repassado para os usuários". Nosso setor preocupa muito com isso, por quê? Para os senhores terem uma idéia, nos últimos 10 anos o segmento de transporte público urbano perdeu cerca de 35% de mercado; perdeu cerca de 35% do volume de passageiros transportados. Vários foram os motivos que ocasionaram esse resultado final, mas gostaria de destacar só um, que é justamente o motivo de aumento real em termos reais da tarifa dos ônibus, dos sistemas de ônibus urbano. Houve um aumento real na tarifa nos últimos 10 anos e obviamente esse aumento real provocou, extrapolou a capacidade de pagamento de muitos dos nossos usuários, haja vista que o próprio IPEA soltou estudos aí, recentemente, falando que há 37 milhões de pessoas hoje abaixo da linha de pobreza que não têm condições de estar pagando as tarifas de ônibus praticadas atualmente. Então há uma verdadeira exclusão social na mobilidade urbana, pessoas que passaram a andar a pé, passaram a usar outros meios de transporte, e simplesmente o pior, simplesmente pararam de se deslocar. Quando se pára de deslocar, significa que a pessoa estar privada de todos os benefícios aí que a sociedade pode oferecer a qualquer cidadão, seja saúde, lazer, saúde, saúde lazer e... Até mesmo condições de arrumar um emprego melhor, ou até mesmo arrumar um emprego, que muitas dessas pessoas estão desempregadas.

Então, eis a preocupação nossa quanto à questão de modicidade tarifária, porque nós perdemos em torno de 35% do mercado, de volume de passageiro pagantes, e um dos motivos fortemente são as pressões sobre o custo. Obviamente outras questões que não vou colocar aqui, mas só para citar, por exemplo, o óleo diesel. Para o senhor ter uma idéia, Senador, o óleo diesel aumentou mais de 100% nos últimos cinco anos em relação à infração. Fruto de outros fatores, outras políticas, que eu... Não vale a pena citar aqui. Só para citar rapidamente, a última política que teve o Governo adotou uma política de isenção, de desoneração tributária da gasolina e não aplicou a mesma política para o óleo diesel, só para citar uma dessas pressões. Obviamente houve outras pressões quanto a isso, quanto a isso.

E de uma certa forma, o que nós colocamos aqui, realmente, é que nosso setor já é bastante regulamentado, é muito fiscalizado. Eu vi aqui o Ministério do Trabalho, Procurador do Trabalho, nós somos muito fiscalizados quanto ao cumprimento das cláusulas trabalhistas. E como eu havia falado, houve um avanço muito grande nos últimos anos, mas avanços, senador, gradativos. Geralmente a cada ano você incorpora algumas vantagens a mais que vai sendo absolvida ano a ano pelo sistema e pelos próprios usuários que vão tendo a sua capacidade de pagamento adequada às melhores condições dos trabalhadores. É nosso interesse oferecer melhores condições para os trabalhadores, sim. Por quê? Principalmente para o motorista que o nosso motorista é o nosso grande colaborador, ele que está no fronte ali, na linha de frente, é ele que garante o crescimento e desenvolvimento das empresas, não só o motorista, mas também os cobradores, eu falo os trabalhadores operacionais, então é nosso interesse estar melhorando as condições, cada vez melhorando mais as condições de trabalho dos nossos trabalhadores, mas nós também temos essa preocupação com a questão da modicidade tarifária. Não fizemos ainda análises quanto a impactos de custo, acho que isso numa hora oportuna a gente pode até estar discutindo essas questões, mas eu só estou colocando algumas preocupações gerais [soa a campainha] que nós temos.

Gostaria de citar, também, um fato que nós consideramos positivo no projeto de lei, a questão do intervalo intrajornada que está sendo questionado aí por algumas ações judiciais, e foi contemplado no projeto do senhor, que nós entendemos que seja um avanço, principalmente para o trabalhador, porque o trabalhador muitas vezes ele cumpre intervalos grandes entre uma viagem e outra, e depois acaba que ele vai ter que cumprir mais uma hora ainda, cumprindo o horário de almoço, horário de descanso, e acaba que ele fica privado nessa uma hora a mais que poderia estar chegando mais cedo em casa, está sendo privado do convívio. Muitas vezes o convívio que tem com sua família vai ser reduzido esse tempo. E nós entendemos que esse princípio adotado no projeto, na proposta, ele está avançando no sentido de estar oferecendo essas melhores condições de convívio do trabalhador que ele vai poder... Com os seus familiares porque vai poder chegar em casa mais cedo e, obviamente, isso, nós consideramos um fator positivo e uma melhoria da sua condição de trabalho.

Bem, eu não vou me alongar muito, só gostaria de deixar essa questão aí, de levantar essa questão que é uma preocupação nossa, a questão da modicidade tarifária, e dizer que a Associação Nacional de Empresas de Transportes Urbanos, ANTU, está à disposição do senhor e de todos os senhores para debater essa questão, não só da jornada, mas outros benefícios que

estão sendo colocados aqui e... Aposentadoria, várias outras questões nós estamos aí abertos a discutir e fico à disposição de todos aí para qualquer esclarecimento. Muito obrigado, senhores.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos, de imediato, a palavra ao Dr. Rafael Griguera, que representa, aqui, a Federação Internacional dos Trabalhadores em Transporte.

SR. RAFAEL GRIGUERA: Muito obrigado, Senador. Em primeiro lugar, eu peço desculpas do tratamento ruim que vou dar ao belo idioma português, com a dispensa de vocês, pois não falo bem o português.

Mas quero agradecer à presença, porque a nossa satisfação é o convite do Senado da República e o convite, também, de nosso filado no Brasil, a Confederação Nacional de Trabalhadores de Transportes Terrestres. E quero falar, também, que não sempre uma federação internacional de trabalhadores é convidada a uma Audiência Pública. Por isso, acho que devo marcar que isso é um claro exemplo da democracia representativa do Brasil. Muito obrigado, mesmo.

Nossa presença é para explicar, quiçá, porque trabalhamos não especificamente num grupo de trabalho desse documento, desse Projeto de Lei. Se nunca trabalhamos junto ao filiado, nesse caso, a CNTTT. Nós trabalhamos com eventos, seminários, reuniões nacionais, regionais e internacionais, eles comparam, têm experiência que a Mesa falou do motorista dos Estados Unidos da Norte América, na Europa, eles compartilham experiências com eles, eles podem tomar exemplos do trabalho, de suas leis. Mas, para nós, hoje, aqui, essa segunda, como falou o Senador, cedo, na segunda cedo, é muito importante, é uma satisfação, porque teve, um dos trabalhos que tem é uma semana da ação mundial, no mês de outubro, 15 anos começa hoje. Hoje de manhã. Quer dizer, para nós, começa, no Brasil, com essa Audiência Pública, uma grande satisfação para a federação internacional.

Só para complementar, para que você tenha idéia, vamos trabalhar juntos, também, para o [ininteligível], na reunião de Maceió, com o Grupo de Trabalho 5, do MERCOSUL [soa a campainha], e, se vier a nós, do transporte rodoviário, teremos a conferência mundial, daí, teve de ferroviários no mês de dezembro, em Curitiba, no Brasil, também.

Se para bem que o trabalho da federação internacional, o Brasil tem uma importância extrema. Ou seja, aqui se falou, um empresário falava em números de passageiros, de motoristas. Eu acho que isso tem muita, muita importância para vocês e para a federação, porque o que está acontecendo, nesse momento, com a discussão desse grupo de trabalho, com essa nova lei, para a ITF é muito, muito importante; mais ainda para a zona da América Latina.

O Brasil, lá, tem que... Os olhos dos trabalhadores e trabalhadoras da América Latina estão postos no que acontece com essa lei, aqui no Brasil. Agradecendo, novamente, o Senador e vou, também, nas palavras que você falou no começo da audiência, que também o mundo sindical e a federação internacional também não 'está' contra ninguém, senão, trabalha a favor de todos e todas as trabalhadoras de transporte. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos, de imediato, ao Sr. José Hélio Fernandes, Diretor da CNT e Presidente da FENATAC, representando Clésio Andrade, Presidente da Confederação Nacional do Transporte.

SR. JOSÉ HÉLIO FERNANDES: Eu quero cumprimentar o Senador Paulo Paim, em nome de quem eu cumprimento todos os membros da Mesa. Eu quero cumprimentar o Wilbert, representando a ANTT; cumprimentar o Nélio Botelho, em nome de quem eu cumprimento os autônomos; e também cumprimentar os trabalhadores, aqui, na pessoa do Sr. Omar, que ainda está presente ali conosco; e o Dr. Zé Preto(F), que saiu, aqui, representando o Ministério Público do Trabalho.

Mas, Senador, eu quero dizer o seguinte: o que nos deixa, eu diria, até feliz pela iniciativa, até pela forma como o senhor tem conduzido os trabalhos. Aliás, no início dessa reunião, o senhor disse que estamos todos reunidos para um diálogo. E eu quero dizer o seguinte: que, para discutir ou tratar de uma atividade de tamanha importância, de tamanha complexidade, com certeza exigirá de todos nós muito diálogo e muita disposição para a busca de um entendimento.

E eu quero dizer o seguinte: uma das coisas que mais integrava a nós [soa a campainha] e integra os transportadores, os empresários é porque, ao longo dos anos, e principalmente nos últimos 15 anos, que nós temos intensificado uma luta em prol do disciplinamento do setor, e não foi uma nem duas, muitas vezes nós ouvimos dizer que a área econômica do Governo interessava − isso vem lá detrás −, interessava que o setor permanecesse desorganizado, como era, porque, quanto mais desorganizado, mais competitivo, e quanto mais competitivo, menos custo, porque não faltava transportes.

Agora, a pergunta que a gente sempre fazia é o seguinte: tudo bem, tudo está sendo transportado. Agora, como? E a que custo? Portanto, a nossa satisfação em ver que, num momento desse, como foi muito feliz o Nélio, nas suas colocações, Nélio, que é

um momento oportuno, que eu acho que a soma de esforços, e, com todo mundo unido, eu acho que, dessa vez, nós podemos realmente encontrar um caminho que dê ao transporte a importância e o respeito que essa atividade merece.

E, por essa razão, Senador, e, aí, em parceria com os próprios autônomos, né, eu quero dizer que, aí, já um meio passo, para a luta que estamos empreendendo, agora, foi a aprovação da 11.442. Porque eu acho que ela, realmente, ajudará a queimar etapas. Foi uma luta dura dos empresários e dos autônomos para fazer e aprovar essa lei, que, no nosso entender, é uma lei absolutamente simples, eu diria simplória.

Mas qual foi a surpresa? Quando da aprovação, houve um verdadeiro levante, em relação à Legislação e querendo derrubar na semana seguinte. Foi outra etapa dura, para não deixar, inclusive, acontecer uma derrubada da lei, aqui, no próprio Congresso.

E por que isso é importante? Porque, veja, Senador, o art. 1º dessa lei começa por definir a atividade do transportador rodoviário de carga, quer seja do empresário, quer seja do autônomo. Porque, antes da lei, se fizéssemos a pergunta, aqui: o que é o transportador de carga? Nós poderíamos ter, aqui, umas 50 respostas. Porque sequer tinha uma definição. E isso realmente incomoda, porque uma atividade tão importante para a economia brasileira e que, na verdade, ninguém queria ajudar, ou seja, a um disciplinamento.

Continuando essa busca de uma simples... Disciplinamento, um simples disciplinamento, é que também temos lutado em prol do 2.660. Porque entendemos que, se não resolve todos os problemas, também contribui para dar um formato na atividade do transportador.

Porque a gente parte do princípio do seguinte: se não há regra, se não há limite, por analogia, tudo é permitido. Porque qual é a regra? Não tem. Qual é o limite? Não tem. Então, mesmo com tudo isso que nós estamos vendo, podemos dizer: tudo é permitido.

Então, é realmente complexo. E, com base nisso, nosso setor tem lutado muito, inclusive em prol da melhoria da infra-estrutura de transporte, porque impacta diretamente a nossa atividade, tem tudo a ver com tudo o que nós estamos discutindo, aqui, e temos discutido ao longo dos anos, inclusive, a criação da CIDE, que era um custo a mais, e tudo o mais, e o setor empresarial trabalhou duramente para a aprovação, no sentido de que houvesse recursos para a melhoria da infra-estrutura de transporte. Porque nós entendíamos que era importante, que contribuía para a nossa atividade.

Temos defendido, também, a instalação de balanças, porque nós estamos ouvindo falar, e é verdade, o problema do sobrepeso. E nós lutamos, também, arduamente contra o problema do excesso de peso, por todas as razões: pela insegurança, por contribuir para a baixa do frete, por todas as razões, nós lutamos que implante balanças em todas as nossas rodovias.

Uma outra coisa importante, Senador, que nós entendemos é a inclusão, realmente, como foi dito, aqui, do embarcador. Porque eu acho que ele é parte integrante de tudo isso que se discute. Afinal de contas, o produto, a mercadoria é do embarcador.

Nós trabalhamos com essa mercadoria, lidamos com ela, numa faixa de tempo. Portanto, o embarcador também seria importante. E, aqui, concordando com o Nélio, eu acho que um pacto decisivo é realmente a regulamentação da 11.442.

Eu não tenho dúvida, com tudo isso que está vindo, da forma como está prevista, a regulamentação trará um passo decisivo e uma contribuição enorme para que nós possamos superar problemas que nós temos discutido, ao longo dos anos, e, realmente, com muita dificuldade. Porque é uma atividade, como eu disse, extremamente importante, mas extremamente complexa.

Não é fácil aglutinar a quantidade de problemas, de interesses e de razões que se tem para defender, de um lado ou de outro, tudo isso que nós temos discutido.

E quero dizer, Senador, mais: que, ao regulamentarmos a atividade, nós queremos é resgatar a dignidade dessa atividade tão importante para o Brasil. E a dignidade, que eu digo da atividade, é no setor empresarial, no setor do trabalhador, ou seja, a atividade como um todo.

E, quanto mais... menos imprevisibilidade nós tivermos, ou seja, nós pudermos atuar num cenário menos inseguro − porque hoje o nosso cenário econômico da atividade de transporte é absolutamente inseguro −, isso vai contribuir para a melhoria da atividade, inclusive, com a diminuição de riscos de investimento.

Só para o senhor ter uma idéia, nós estamos fazendo um trabalho na CNT e ainda não está concluído, mas, no ano de 2007, o setor empresas e autônomos investiram em torno de 20 bilhões de reais na aquisição de veículos, equipamentos, implementos. Quer dizer, é um volume muito grande de recursos, para uma atividade que não se tem a menor regra. Quer dizer, como que se diz, tudo é permitido.

Portanto, o setor empresarial, a CNT, as nossas associações, federações, sindicato têm lutado, ao longo dos anos, inclusive trabalhando em parceria com os autônomos, estamos realmente abertos para dar a nossa contribuição e imaginamos que, dessa vez, nós possamos, realmente, encontrar um caminho que torne a nossa atividade, ou seja, [soa a campainha] mais

digna e mais respeitada, pela importância que tem na economia do país. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Antes de eu passar a palavra ao nosso último expositor, eu queria lembrar a todos que deve estar passando, aí, uma lista, para que todos botem o nome, e-mail, telefone, enfim, endereço, para que todos possam receber tudo aquilo que for discutido e elaborado por esta Comissão sobre o tema.

Passamos a palavra, nesse momento, ao Sr. Luiz Alberto Mincarone, Presidente da Associação Brasileira de Transporte Internacional. E, em seguida, nós vamos abrir um espaço para o Plenário.

SR. LUIZ ALBERTO MINCARONE: Bom-dia a todos. Meus cumprimentos ao Senador Paim, pela brilhante iniciativa de debater esse assunto, e a todos os presentes.

Nós estamos, aqui, representando a Associação Brasileira dos Transportadores Internacionais, as empresas e cooperativas que trabalham, principalmente, no MERCOSUL, mas também temos abrangência para o Amazonas e a Venezuela, que já existe transporte rodoviário. E também estamos representando o Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas do Rio Grande do Sul, na qual, também, o nosso Presidente Sérgio Neto está aqui presente.

Estamos falando em nome das duas entidades e queremos colocar alguns pontos, algumas premissas, antes de apresentar nosso trabalho, que é o seguinte: o Rio Grande do Sul e as empresas internacionais, o Rio Grande do Sul, tanto as empresas nacionais e as empresas internacionais, estas, de todo o Brasil, trabalham com transporte de longa distância, que tem uma característica muito diferente.

Nós temos transporte do Rio Grande do Sul a Manaus, da Zona Franca; temos transportes, por exemplo, de Santiago do Chile a São Paulo, que são viagens de ida e volta, 7.500 km, que o motorista fica 20 dias fora de casa; temos veículos que vão rodando exportados, é o caso da Scania, que exporta caminhão e vai rodando até o Equador, que são mais de 7.000 km, na qual o motorista tem que levar o veículo rodando, dirigindo e tem que voltar de avião ou de ônibus.

Então, são características muito específicas, muito peculiares. Nós examinamos, antes de realizar o nosso trabalho, outras categorias semelhantes, como é o caso dos que trabalham em embarcações e navios, e também examinamos os outros países, principalmente a Legislação européia, que é bastante avançada, e, aqui no MERCOSUL, a Legislação chilena.

Nós temos até motoristas brasileiros que trabalham na União Européia, nós tivemos contatos com uma empresa espanhola, que tem motorista brasileiro, e dá para fazer aquela comparação bem entre o sistema que ele trabalhava aqui e o sistema que ele trabalha na Europa.

E temos debatido muito com nossos colegas, inclusive, convidamos, na Transpo-Sul, na feira de transporte em Porto Alegre, no mês de julho, o representante da Espanha e de Portugal, para debater essa questão conosco, para terem mais consistência as nossas opiniões sobre o assunto.

Nós queremos dizer que nós apoiamos essa normatização, principalmente em função do lado humano, da questão humana do motorista, que é o trabalhador que fica muito tempo fora de casa; muitas empresas tiveram até que criar um departamento específico de Assistência Social, para atender às famílias dos motoristas, em função de todo esse tempo que ele fica fora, sem contato com a sua família.

Nós também nos preocupamos muito com a segurança, que é outro motivo que nos leva a apoiar as iniciativas, e, também, a questão da própria concorrência, porque as boas empresas, que cumprem as normas, que procuram ter motoristas que tenham uma remuneração e uma quantidade de horas de trabalho justas, elas sofrem a concorrência desleal daquelas empresas que não atendem a nenhum princípio.

Então, essa regulamentação vem em benefício do aspecto humano, do aspecto de segurança e do aspecto de uma concorrência leal. Também achamos que a lei, ela deve ser bastante equilibrada, e, para isso, é importante todo o segmento estar aqui presente e ter uma aplicabilidade.

Eu gostaria de pedir, então, que pudesse largar a apresentação do slide. Bom, enquanto eles estão instalando, eu gostaria, então, de fazer um primeiro comentário, que já vai fazer parte dos nossos slides, que é o seguinte: o nosso entendimento é que é preciso legislar em etapas. Não precisam ser etapas muito demoradas, entre uma e outra, mas achamos importante distinguir, primeiramente, o que é o tempo de direção, que está atinente ao código de trânsito e abrange autônomos e abrange motoristas empregados, e em relação à jornada de trabalho, que abrangeria os motoristas empregados.

Então, são duas coisas distintas, sujeitas a códigos distintos e também que tenham procedimentos distintos. Até na questão operacional, Senador, no controle, tanto do código de trânsito como jornada de trabalho, são situações diferenciadas. Enquanto que o tempo de direção é facilmente controlado por um tacógrafo, com disco, a jornada de trabalho implica em outros sistemas de controles.

Para ter uma noção, na Europa, eles implantaram um tacógrafo digital, no qual o motorista tem que ter um cartão e entrar nas funções de um computador de bordo, para declarar qual é o tipo de tarefa que ele está fazendo, para controlar a jornada de trabalho.

Então, nós teríamos que ter *know-how*, equipamento e treinamento, para que seja bem feito. Porque não adianta ter uma lei que não seja aplicada, mas também não adianta deixar um vácuo jurídico. Então, a nossa proposição é que se regulamente, no primeiro momento, e já têm leis até que estão para serem aprovadas, ou no Senado ou, perdão, na Câmara, pronta, de imediato, a parte do tempo de direção. E que se estude a parte da jornada de trabalho dessa maneira mais complexa que ela tem.

Bom, em relação à questão da complexidade, além de tudo o que eu citei para vocês, essa questão das viagens de longa distância torna uma necessidade de ter uma flexibilização na Legislação, e, se nós não adotarmos regras específicas para o tipo de motorista, seja o motorista urbano, curta distância, longa distância, ou até mesmo o motorista internacional, que está submetido, também, a normas de outros países, nós podemos, às vezes, ter uma lei muito boa, que acaba caindo por terra.

Então, nós temos que ter esse cuidado na aplicabilidade da lei, em virtude dessa complexidade que é a profissão de motorista. Também na questão dos reflexos, Senador, esse eu acho que é um ponto que não foi abordado ainda hoje, mas tem que ser muito bem visto.

O Brasil tem uma falta de infra-estrutura muito grande para paradas de veículos. Um dos grandes problemas relatados na Europa, na implantação que houve em avanços da Legislação foi a questão da falta de infra-estrutura, e, principalmente, em áreas onde têm mais restrições ao trânsito de caminhão, às vezes, se gera um verdadeiro caos na Europa, não aqui, na Europa, por não ter local para estacionar caminhão.

Então, a necessidade de ter locais com infra-estrutura adequada é fundamental para a aplicabilidade da lei. E eu acredito que tem que ser previsto isso aí em termos de investimentos, principalmente na área de transporte e do Ministério dos Transportes, em rodovias, a existência de locais para estacionamento de veículos. E não só locais para estacionar os veículos, locais que dêem conforto e condições de atendimento para o motorista.

O motorista tem que estar no estacionamento, mas ele tem que ter lugar para tomar banho, local para ter acesso a um restaurante, enfim, o mínimo que seja.

Bom, nessas situações diferenciadas, nós propugnamos que seja feito um estudo específico, nas viagens de longa distância, com algumas flexibilizações, em regime compensatório, que nós não queremos que o trabalhador seja penalizado, mas que seja... haja uma flexibilidade, mas que haja essa compensação.

Hoje, muitas empresas já adotam essa postura, mesmo sem ter uma Legislação, eu cito o caso de empresas, por exemplo, do Rio Grande do Sul, que o motorista vai a Santiago do Chile e volta, depois de 15, 20 dias, e ele fica em casa, para ter uma compensação, e o motorista reserva é colocado no caminhão, para seguir até São Paulo, descarregar a mercadoria e voltar, enquanto ele está tendo a folga, que nós chamaríamos compensatória. Isso, em termos de transporte internacional e transporte de longa distância, é muito importante.

Eu pediria para ir passando o slide. Pode... Então, a nossa sugestão de solidificar o tempo de direção, que se elabora a norma da jornada de trabalho e também uma outra etapa, relacionada à aposentadoria e outros aspectos da profissão. Então, existe a complexidade, que implica na mudança de hábitos e implantação de controles que, se fossem fundidos numa só lei, tornaria extremamente difícil a aplicação, com o risco de inaplicabilidade. E eu cito esse caso dos instrumentos técnicos de medição, de tacógrafos, e tudo, que tem que ser visto para tornar a lei aplicável.

A primeira norma de tempo de direção abrange empregados e autônomos; e a segunda, somente empregados. Pode passar, por favor. Os reflexos, em termos das normas legais, para possibilitar o cumprimento da mesma. Ok?

Bom, então, agora, nós vamos ver as questões que nós temos que analisar previamente à implementação da Legislação. Por favor. Bom, a primeira, como eu já citei, a falta de infra-estrutura para parada de veículos em estradas e condições de descanso para o motorista. Então, é necessária a disponibilização de locais de estacionamento, com infra-estrutura básica de conforto aos motoristas. Próximo.

Existem situações diferenciadas, viagem de longa distância, [soa a campainha] viagens internacionais, viagens com dupla de motorista, que é outro aspecto e outras. Nós entendemos, também, que certos aspectos da Legislação deveriam ser levados para uma regulamentação dos órgãos competentes, dos órgãos do Executivo ou as agências, que permitam mudanças mais rápidas.

A gente sabe que o mundo está mudando constantemente, e as situações de transporte, principalmente, o internacional, que é abrangido por acordos internacionais, elas mudam muito. Então, se nós tiver-

mos dentro de uma lei que, para ser modificada, precisa outra tramitação, isso pode inviabilizar até outras situações a nível de MERCOSUL, por exemplo.

Então, alguns aspectos, eu acho que até aqueles que, de repente, possam ter alguma situação de dificuldade, de reajuste, pode ser jogada para uma regulamentação dos órgãos competentes, na qual eles vão levar em conta essas peculiaridades do transporte da região ou das distâncias. Próximo.

Também nós entendemos que deva haver uma transição, principalmente em função dos hábitos e da questão de infra-estrutura e mudança desses hábitos. Como eu citei para vocês, implantar certas normas, de um momento para outro, sem ter a infra-estrutura, sem ter equipamentos de controle, então, isso caberia a um grupo de trabalho examinar qual seria essa transição. Quer dizer, têm coisas que podem ser implantadas de imediato, hoje, e têm coisas que vão precisar, talvez, de um pouco mais de tempo.

Essa flexibilização dos limites que poderiam ser ampliados ou reduzidos, em função das necessidades, tais como a chegada ao destino ou a residência do motorista. Esse foi um exemplo que pegamos muito clássico da Europa, de uma dificuldade que eles tiveram, que eles estavam prevendo alguma questão, como aqui prevê, de ampliar, para atingir um local seguro, ampliação, aqui, no caso, de uma hora, mas também existe o problema da chegada ao destino e da residência do motorista.

Às vezes, o motorista nos relatou que ele estava, lá na Europa, a questão de 45 minutos da sua residência, e ele não pôde chegar na residência, teve que parar o caminhão e, depois, buscar outro meio de transporte. Então, nós achamos que a extensão de limites, além da questão da segurança, deve-se levar em conta a residência do motorista e a própria chegada ao destino. Quer dizer, se falta meia hora para o motorista chegar ao destino, ele poderia ampliar essa jornada, porque ele chega lá e vai descarregar e pode descansar depois. Próximo.

As formas de compensações, elas seriam incluídas numa lei, de forma a compensar a queda de produtividade, para evitar um repasse ao frete e conseqüente aumento dos custos. Quer dizer, vai haver, por essas novas normas, uma queda de produtividade. Isso vai ser natural, vai haver uma regulamentação e, na média, muitas empresas ou autônomos vão reduzir a sua produtividade.

Temos que estudar de que maneira isso não seja repassado ao custo final. Existe possibilidade de redução de impostos sobre o veículo automotor, o IPVA, alguma outra forma que permita alguns ajustes, para que isso não seja repassado ao consumidor final.

Bom, esse é outro ponto super interessante. Haverá uma demanda maior na contratação de motoristas. Isso aí já aconteceu nos outros países que implantaram a regulamentação, e, aí, nós precisamos criar atrativos e prever incentivos ao acesso da profissão, além de viabilizar curso de formação profissional.

Têm países da Europa que estão passando por uma escassez grande de motorista, o caso de Portugal, que está até pedindo que motoristas brasileiros vão trabalhar lá, para suprir a demanda que eles têm. E, também, a informação que nós tivemos que, quando aumenta essa demanda, não adianta só abrir cursos, tem que fazer todo um marketing para atrair os jovens para esse tipo de profissão.

Então, nós achamos que tem que haver todo um trabalho que crie atrativos, que mostre o motorista como sendo uma profissão valorizada e que permita ele se incentivar e se atrair pela profissão. E os cursos, obviamente, porque são veículos equipados, hoje em dia, com computadores de bordo, com toda uma parafernália eletrônica que exige cursos de preparação. Próximo, por favor.

Também com isso, vai haver uma necessidade de maior número de frotas de veículos, e precisamos de financiamentos com prazos maiores; em função dessa redução da produtividade, o caminhão vai rodar menos, precisamos ter mais caminhões e, para isso, nós vamos ter que ter, também, maior produção de caminhões e financiamentos, também.

Eu acho que é importante que isso seja visto tanto do âmbito do autônomo como do âmbito das empresas, essa necessidade de ampliar frota, adquirir maiores veículos [soa a campainha], para atender a nossa demanda. Próximo.

Então, as propostas da ABTI. Muitas estão em consonância com a sugestão apresentada, que é o tempo máximo de direção ininterrupta de quatro horas, uma ampliação de uma hora, por segurança, mas não só por segurança, mas para a chegada ao destino ou residência do motorista. Próximo.

Os tempos de pausa de 30 minutos, após, durante um período de quatro ou quatro mais uma de direção e um tempo de repouso, que, aí, nós fizemos uma sugestão de, em vez de colocar dez, como está na proposta, reduzir para nove ininterruptas ou dez, mas com a possibilidade de sete mais três.

O que é sete mais três? Foi uma sugestão interessante colocada na Europa. Porque, às vezes, um veículo, ele está, também, próximo a destinos ou próximo a uma área de necessidade de atingir, então, eles propuseram fazer uma quebra, desde que fosse assim: por exemplo, ele dirige sete horas, ele tem uma quebra, ele dorme sete horas, está a 150 km de São Paulo.

Então, ele dormiu sete horas, acordou cedo, às cinco horas da manhã, chegou às dez da noite, dormiu sete horas, até as cinco da manhã, levantou, tomou banho e tocou mais três horas, para chegar em São Paulo, e, aí, ele deixa o caminhão lá e usufrui de três horas ininterruptas de descanso. Então, com isso, fecharia dez, para fazer com que haja essa, vamos chamar assim, essa flexibilização. Pois não, a próxima.

Nas viagens de longo curso, que são aquelas em que nós temos essa questão da dificuldade, nós sugerimos, em certas circunstâncias − aí, eu digo que, depois, tem que haver uma discussão bastante equilibrada entre trabalhadores e empresas e órgãos governamentais −, que a flexibilidade seja reduzir, em certas circunstâncias, o repouso para oito horas, compensado no final da viagem.

Quer dizer, todas essas colocações que nós estamos colocando é o seguinte: sempre que qualquer coisa que tenha flexibilidade tem que haver compensação, em primeiro lugar; e, segundo, que tem que ter uma lógica que permita que o trabalhador tenha um descanso que seja bastante razoável, a nível de saúde física, psíquica e mental. Próxima.

Bom, a questão da jornada de trabalho, que seria num segundo momento, mas nós já queremos − apesar de ser num segundo momento, no nosso entendimento, já queríamos colocar sugestão. O Chile, que nós examinamos bem e na União Européia, nenhum deles tem jornada de trabalho semanal. Eles têm jornada de trabalho por períodos. Na União Européia é de cada duas semanas, é 90 horas. Inclusive, é mais do que o Brasil.

Na norma européia, está prevista a média de 45 horas para motoristas, só que eles colocam 90 horas em duas semanas. O Chile coloca a jornada de trabalho mensal. No Brasil, nós, adaptando as 44 horas que têm hoje, em quatro semanas, daria 176 horas, em quatro semanas. Por quê? É um grande banco de horas. Porque permitiria que aquelas viagens, por exemplo, de Porto Alegre a Manaus ou Porto Alegre a Belém ou a Fortaleza, o motorista tenha condições de trabalhar mais numa semana ou em duas semanas, uma para ir e outra para voltar, e, depois, dentro do banco de horas, ele faz aquela compensação, fica em casa, desde que, na média ou no somatório num período de quatro semanas, ele atenda à Legislação, que é a Legislação normal, de 44 horas, a legislação brasileira atual. Próxima.

Quando entrarmos em questão de jornada de trabalho, também deve ser definido, antes, o que é trabalho complementar ou não. Porque há muita confusão com questão de tempo de espera junto ao veículo ou tempo de disponibilidade, na qual o trabalhador, ele tem livre uso do seu tempo em qualquer lugar, porém ele pode ser chamado.

Isso acontece muito, hoje em dia, na Aeronáutica, em outros setores ou até mesmo em hospitais, o médico que fica sobreaviso. Então, nós temos que identificar, porque nem tudo é tempo de trabalho. Alguns dos itens podem ser considerados tempo de trabalho, outros poderiam ser considerados tempo de disponibilidade de outra maneira. Próximo.

E outro assunto, eu acho que para encerrar nossas colocações, é que é importante deixar uma margem para negociações entre sindicatos, principalmente em algumas questões de especificidades. A gente tem conversado muito, por exemplo, na área internacional, que nós negociamos muito com o sindicato do Sind(F) Mercosul, de Uruguaiana, a gente tem colocado muitas questões específicas, referentes ao motorista de transporte internacional.

Então, temos que ter o cuidado para não engessar demais a lei, a lei eu acho que ela tem que dar as proteções básicas, as mais importantes para os trabalhadores, mas permitir que [soa a campainha], nas negociações sindicais, haja essa complementaridade das questões das especificidades.

Bom, teriam muitas outras sugestões, a nível, talvez, mais específico, que não cabem aqui, Senador, mas nós estamos à plena disposição, tanto dos trabalhadores como dos senadores e deputados, para colocar e discutir qualquer sugestão, em base a tudo isso que nós levantamos. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): --Ao doutor e dizendo que a Dra. Roberta Maria Corrêa de Assis, que é a nossa consultora, com certeza ela vai precisar desse material, de todos os expositores, e vamos continuar conversando, aí, com a presença, já, do relator oficial, que é o Senador José Nery, que tem a mesma visão que nós estamos tendo: é dialogar para a construção de uma proposta que atenda a todos − empregados e empregadores, autônomos e até os setores terceirizados, só como exemplo. Esse é o objetivo.

Agora, eu percebi, aqui, na minha lista, na verdade, eu tenho dois convidados que eu não chamei. O Maurício Ferreira da Silva estará aqui representado pelo Antônio Fagundes (sic.) dos Santos Neto, pela CGTB. E tem, também, já que a gente fez uma pequena homenagem a ele, acabei não chamando ele, que é o nosso líder, eu diria, aqui no Plenário, quem sabe, não o mais idoso, mas o mais experiente de todos, por isso que ele vai falar por último, que é o Omar José Gomes, que é o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Terrestres.

Então, eu convidaria, se os setores da Mesa pudessem retornar. Tem problema de cadeira, então, alguns podem ficar aqui. Eu preciso que dois vão ao Plenário, e os outros podem ficar, porque não vai ter cadeira no Plenário. Então, podem ficar aqui. O João Pedro pode ficar, o senhor pode ficar.

Então, eu vou passar a palavra, de imediato, ao Maurício, o representante do Maurício, que é o Antônio Fernandes dos Santos Neto, o Maurício Ferreira da Silva, que está representando o Neto. Bom, o Neto não tem como eu trocar o nome do Neto, né? De tantos anos trabalhando junto.

Então, vou passar a palavra ao Maurício, que representa, aqui, o Antônio Fernandes Neto, da CGTB, e, enquanto eu dou uma saidinha, o Senador João Pedro vai assumir, aqui, a Presidência.

[troca da presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Com a palavra o Maurício. É Maurício Ferreira da Silva?

MAURÍCIO FERREIRA DA SILVA: Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Isso? Dez minutos.

MAURÍCIO FERREIRA DA SILVA: Certo. Eu queria cumprimentar a todos, parabenizar o Senador Paim, que saiu, por essa iniciativa, né, e parabenizar a todos, na presença do Nélio, que vem, aí, eu acho que encabeçando essa luta dos trabalhadores com... Posso dizer, com muita ênfase e muita glória.

Eu acho que isso é todo um reflexo de mobilização, é um reflexo da unidade, que também está sendo construída. Da mesma forma que a gente conseguiu construir uma unidade nas centrais sindicais, eu acho que a gente está começando, aqui, a construir essa unidade também – entendeu? −, verticalizando, quer dizer, para baixo, com os sindicatos.

O que a gente queria frisar, na verdade, nessa discussão toda, é que a regulamentação desse projeto, o 11.442, dessa lei, na verdade, regulamentação da lei, ela vem de encontro a acabar justamente com que o já foi dito. Primeiro, com o abandono que existe. É engraçado, mesmo, a gente imaginar o universo desses trabalhadores – entendeu? −, que não são nem sequer regulamentados. Quer dizer, nós estamos falando de um batalhão, uma imensidão, se a gente for contar, sem fim, de trabalhadores que não têm a sua profissão regulamentada, quer dizer, trabalham em condições muitas vezes degradantes – entendeu? −, sujeitando...

Quando a gente coloca essa questão de tomar rebite ou de o trabalhador ter uma jornada muito mais longa, ele está fazendo isso não é porque ele gosta, ele está a fim, essa coisa toda, o trabalhador faz isso porque é uma forma de ele aumentar o rendimento dele.

Quando a gente coloca, eu vi uma discussão aqui, eu não sou um... não entendo muito desse tema, mas eu imagino o seguinte: eu sou da área, também, do comércio e sou vendedor viajante. Então, na verdade, eu... Vocês completam meu trabalho, né? Eu vendo o produto e vocês entregam, entendeu?

Então... Mas nós mesmos, a gente não tem uma jornada de trabalho definida. O vendedor viajante, ele... Como ele trabalha fora do estabelecimento, a Legislação, na verdade, não tem como o nosso patrão, ele estar, como se diz, fiscalizando a nossa profissão. Mas eu vejo, por exemplo, até por imposição, muitas vezes, da empresa, de ganho ou de lucro, muitos dos nossos colegas, muitos vendedores, o que eles fazem? Trabalham de segunda a segunda, sábado, domingo, feriado, atende cliente tudo quanto é hora.

Isso tudo, como o Senador Paim colocou, é uma imposição do capital. Eu acho que isso tem que começar a rever, entendeu? E rever de uma forma séria. Porque a gente não está só, na verdade, diminuindo o capital, porque imagina o tanto de perda que a gente vai ter, não só de vidas humanas, mas eu digo de caminhões – entendeu? −, de cargas, que tudo isso, essa jornada, da forma que está sendo colocada, muito puxada – entendeu? −, acorrenta acidente. O acidente leva perda para a empresa, quer dizer, envolve seguradora.

Então, a gente não está trabalhando, do meu ponto de vista, posso estar errado, da forma mais racional possível. Eu acho que o ideal seria a gente, na verdade, estar dando uma jornada de trabalho decente, para estar evitando, na verdade, essa questão desses prejuízos, tá?

Eu acho que o papel do Estado – entendeu? − nessa questão, não só da questão da regulamentação, mas da fiscalização, a gente falou aqui de qualificação profissional. Isso é um papel do Estado brasileiro, isso é um papel do Ministério do Trabalho, certo?

A gente tem, aí, os recursos que estão, aí, do FAT – entendeu? −, para a qualificação profissional, eu acho que eles têm que ser usados nessa área, entendeu?

Eu estava conversando com o Nélio, e o Nélio me falando que já está faltando mão-de-obra, entendeu? Mas falta mão-de-obra por quê? Não é só porque não tem qualificação, também. Nós temos que transformar essa profissão numa profissão atrativa, tá? Hoje em dia, a gente vê, a maioria dos jovens, eles estão querendo o quê? Concurso público, quer dizer, o jovem quer fazer um concurso público. Nas profissões mais tradicionais que a gente tem, a gente está, na verdade, perdendo

mão-de-obra. Por quê? Porque essas profissões estão deixando de ser tratativas.

A gente teve o exemplo, aqui, em Brasília, para vocês terem uma idéia, está faltando açougueiro, entendeu? Quer dizer, não tem açougueiro no mercado. Cidadão precisa contratar um açougueiro, hoje, ele não contrata. Mas por quê? Porque é uma profissão que deixou de ser interessante. Deixou de ser interessante por quê? Porque o trabalhador, ele não tem um ganho suficiente para alimentar sua família, para cumprir o que está na Constituição Federal, que é educar seus filhos, certo? E a gente espera que, com a regulamentação dessa lei, a gente já esteja abrindo as portas – entendeu? − para estar virando, na verdade, essa situação, virando esse quadro. Era mais ou menos isso que eu tinha que falar. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Obrigado, Maurício. Com a palavra o Omar José Gomes, que é o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Terrestres − CNTTT.

SR. OMAR JOSÉ GOMES: Bom, em primeiro lugar, quero cumprimentar a Mesa, na presença do Senador atual que está presidindo, e homenagear o nosso grande amigo Paulo Paim, que é o homem que, aqui, no Senado, defende todos os trabalhadores, sem distinção, e cumprimentar os companheiros que hoje estão nesta reunião, saíram de suas cidades, seus estados, ontem, pernoitaram, para hoje estar aqui nesta direção e neste trabalho.

Quero dizer o seguinte: a Confederação, eu, quando assumi uma Federação, no Rio de Janeiro, em 1972, nós fizemos um projeto de regulamentação da categoria. Na época, um outro companheiro presidia a Confederação, mas não ligava muito para esse assunto. Eu, como Presidente da Federação do Rio de Janeiro, com o deputado, já falecido, José Haddad, de Nova Iguaçu, fizemos esse projeto, foi aprovado na Câmara, mas, infelizmente, aqui, no Senado, na época, era muito conservador e levou para o arquivo esse projeto. Daí para frente, continuamos trabalhando. E, até hoje, a Confederação criou um grupo de trabalho que está aqui e, em primeiro lugar, eu, mas eu disse aos companheiros que eu tenho pouco tempo de acompanhar as reuniões, porque a nossa Confederação, como todos conhecem, este país é continental. E eu tenho que estar, talvez, em todos os lugares.

Mas tem o companheiro Jaime Bueno, Presidente da Federação de Goiás e Tocantins; Epitácio Antônio dos Santos, Presidente da Federação do Paraná; Hamilton Dias de Moura, representando a Federação de Minas Gerais; Geraldo Abílio Meireles, representando a Federação de São Paulo; José Alves do Couto, também representando São Paulo, que é o nosso velho amigo "Toré"; e Luis Antônio Festino, que é o homem que comanda esse grupo de trabalho.

E nós estamos com um projeto na Câmara, já em tramitação, com parecer já dos deputados. Não vou falar muito dele, porque o Festino esteve aqui e falou sobre o assunto. Portanto, esta Comissão, em que a Confederação confia plenamente, está diurnamente trabalhando nos assuntos do transporte rodoviário e defendendo os direitos dos nossos trabalhadores.

Foi dito, aqui, também, antes, por um companheiro, aqui, que fez a palestra, que tem um projeto na Câmara, é só botar em votação, que será aprovado. Só que esse projeto foi feito pelo Governo e, aprovado na Câmara, veio ao Senado e teve um parecer de um Senador do Paraná, a pedido dos empresários, que nós não concordamos com esse parecer.

Nós, trabalhadores da Confederação, e este grupo não concordamos com este parecer. Primeiro, que a CLT já nos dá 11 horas de intervalo de descanso; ele passou para dez, que diminuiu uma hora. Quer dizer, geralmente, *data venia*, os senhores empresários sempre procuram diminuir um pouco o lado do trabalhador.

O intervalo de quatro mais quatro vem do Governo com uma hora. O Senador passou para 30 minutos. Gente, 30 minutos, hoje, não dá para ninguém descansar direito; uma hora eu já acho pouco. Mas, como a CLT permite, nós concordamos.

Portanto, esse projeto que está lá na Câmara, para ser aprovado, nós, trabalhadores, não concordamos com o parecer do Senador Osmar Dias. Também foi dito, aqui, que nós − e isso a Confederação já fez ao Ministério dos Esportes −, nós precisamos muito, e não são só os trabalhadores privados, não, os nossos amigos autônomos também precisam de problema de infra-estrutura, principalmente nas aduanas.

Tem aduana, no nosso país, que é uma vergonha para o trabalhador. Chega, não tem um local digno para um descanso, para um banho, e, ali, às vezes, fica-se duas, três, quatro, até semanas, gente, numa aduana, deste país.

Também foi dito, aqui, pelo companheiro que... Dos trabalhadores urbanos, dos ônibus, que eles perderam 35% do seu... Da receita, em virtude dos ônibus; dos ônibus e que diminuíram os passageiros. E ele falou que foram os preços que aumentaram muito e que os trabalhadores não podem haver de pagar, menos renda, pagar e andar a pé. Mas nós, trabalhadores e motoristas, eu, como Presidente da Confederação, ele não falou no principal motivo, hoje, da perda de receita das empresas, que é o transporte alternativo: as vans, as Kombis.

Porque, gente, eu vou falar, eu resido no Rio, em Nova Iguaçu, e fui motorista de ônibus 28 anos. No passado, os ônibus andavam que ninguém, na parte da manhã e à tarde, então, ninguém podia entrar. Ficavam dois, três, às vezes, pendurados para o lado de fora. Então, as empresas ganharam muito dinheiro, naquele período.

E, aí, o que acontecia? As empresas têm os pontos finais, e ficava lá o ônibus parado até lotar. Quer dizer, quando chegava no caminho, os passageiros dos pontos intermediários não tinham como entrar. E, aí, foi surgindo, minha gente, o que hoje tem em todo o Brasil, todo o Brasil, que é o problema das vans. Primeiro, foi entrando as piratas, depois, as Kombizinhas, e, hoje, muitas já são regulamentadas. Mas ainda a maior parte é pirata e que tirou a receita dos empresários. Mas isso eles não falaram aqui. Só falou de aumento da tarifa, que todo ano é pedido por eles mesmos. São eles mesmos que fazem o ofício, lá para os prefeitos, que nós sabemos quem regulamenta: são os prefeitos, mas são eles mesmos que pedem o aumento das tarifas. Portanto, nós estamos, aqui, dispostos sempre a auxiliar, sempre a ajudar. Mas queremos que os trabalhadores sejam respeitados e, na hora dos acordos, também, seja feita um acordo dentro das possibilidades de cada trabalhador.

Foi dito, também, e isso eu acredito que os sindicatos da base auxiliaram, pelas federações, que todas estão aqui presentes, e a confederação, se, no caso, foi dito da residência do motorista, faltam 45 minutos, garanto que cada sindicato, sendo falado e explicado [soa a campainha], dentro da lógica, aceitará fazer essa prorrogação por 45 minutos ou até uma hora, para chegar naquele ponto, ou da residência ou até no ponto final do transportador, onde o caminhão será entregue. Isso, mais uma vez, eu quero agradecer, aqui, à Presidência dos trabalhos, mais uma vez, também, colocando, aqui, os trabalhadores, agradecendo imensamente, de coração, o nosso Senador Paulo Paim, porque sem ele, neste Senado, nós teríamos pouco apoio, nós, da classe trabalhadora. Muito obrigado a todos vocês.

[palmas]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus amigos, cumprimento a todos os painelistas, no dia de hoje. Eu queria propor para vocês, consultando o Plenário, como é que nós, como disse muito bem o meu amigo Omar, como é que seria melhor o encaminhamento. Nós poderíamos tocar direto e concluir às 2 horas, 2 horas nós encerraríamos, ou poderíamos almoçar e retornar, aqui, às 3 horas. O que vocês preferem?

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Direto, né?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu também.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Também é meu ponto de vista, mas quis, democraticamente [risos]...

Então, eu queria, primeiro, a gente já fez isso numa outra Audiência Pública, eu sei que muitos companheiros viajaram dos seus estados. Eu gostaria que todos pudessem, para ficar nos anais da Casa, registrar que aqui estiveram. Que cada um pudesse, pelo menos − isso nós vamos fazer no encerramento −, cada um vai vir ao microfone, vai dar o seu nome, o seu Estado, enfim, e a entidade que está aqui representando. Isso nós faremos no encerramento.

Agora, a forma para que... Houve diversos que me procuraram que não foram citados, legitimamente. O senhor, inclusive, lembrava, eu vou dar oportunidade para que todos possam, aqui, poder registrar o seu nome e a entidade que representam.

Agora, eu quero abrir ao Plenário. Mas vocês sabem que nós temos, aqui, se pensarmos nas duas salas, em torno, eu diria, de quase 200 líderes. Os 200 não vão poder falar. O registro eu vou assegurar para todos, no encerramento.

Eu ia solicitar àqueles que não falaram dar oportunidade que pelo menos um por cada entidade de caráter nacional, que não pôde falar, pudesse fazer uso da palavra, por, no máximo, cinco minutos. Pode ser assim? Pegaríamos em torno de dez pessoas.

Então, vamos lá. Em torno de dez pessoas vão poder fazer uso da palavra. Eu peço que... Porque eu não lembro o nome de todos, embora eu conheço a todos das jornadas, aí, no longo desses meus 30 anos de vida. Gostaram dessa, hein? Trinta aninhos de vida. Trinta anos de sindicalista, tanto de Parlamento... Eu tenho 58, já, de fato. Só de sindicalista foram 30; 22 de Parlamento e os outros que não vou contar, aqui.

Então, vamos começar. Cada um... O nome, a entidade e cinco minutos.

SR. JOSÉ CARNEIRO: José Carneiro, representante do transporte, do cooperativismo, e Presidente da Federação dos Cooperativos de Transporte, também sou companheiro do Nélio, aqui, no movimento dos caminhoneiros.

Mais uma vez, Senador, tenho que parabenizar o senhor que creio que, hoje, milhões de famílias, não é milhões de caminhoneiros, não, estão agradecendo ao senhor pela iniciativa. E também quero cumprimentar, primeiro, os companheiros todos aqui, José Teodoro,

de Minas Gerais, representando os rodoviários, lá, que está aqui presente, com sua equipe, que tem prestado um trabalho excelente lá na nossa região, representando os rodoviários.

Agradecer à ANTT, realmente, graças a Deus, até que enfim, nós vamos chegar naquilo que todos nós sonhamos; ao meu companheiro Nélio, em nome de todos os companheiros do Sul, do Paraná; e a todos os presentes.

Quero citar para o senhor, Senador, igual eu passei para as mãos do senhor, aí, foi aprovado, agora recente, dia 6, foi implantado, pelo DENATRAN, quero parabenizar o Dr. Alfredo Perez e o pessoal da ANTT, do DENATRAN, Dr. Orlando, Dr. Neuto, por essa resolução.

Só a semana passada foram três que caíram de cima dos caminhões, colocando lona. E o senhor está vendo, aí, a questão dos tubos. É uma resolução que regulamentou o transporte de produto siderúrgico, incluindo minerações, que não tinha; há 20 anos nós vimos lutando por isso.

Eu posso considerar que foram dezenas e talvez até de centenas de companheiros que perderam não a vida, mas foram hospitalizados, alguns perderam a vida, igual, 15 dias atrás, um [ininteligível] morreu. Então, acho que as coisas acontecem. E a iniciativa do senhor.

Como o debate, aqui, é carga horária e tempo de direção e a regulamentação da profissão do motorista, vou dizer para o senhor, nós, que estamos aqui desde o início − né, Nélio? −, nós começamos, aqui, o senhor sabe que foi com umas oito pessoas, o Dr. José Pedro, mais outros, né, que estão aqui. Eu, na segunda reunião, quando saiu aquele primeiro relatório do que estava questionando, eu deparei com aquilo que eu propus na primeira reunião, que é aquilo que o senhor falou, aí, Dr. Luis Albiero(F), tem que haver incentivo para o motorista. São dois segmentos que sofrem muito: é o de motorista e da construção civil, que está com a vida dele em risco a todo instante.

E eu reivindiquei que fosse criado um seguro de vida para todos os motoristas e plano de saúde, porque nós tínhamos que preocupar com a família dele que está em casa, também. Porque eu sou motorista há 40 anos e eu sei que, quando a gente está viajando, eu já passei 15 dias, um mês fora de casa, e eu não sei o que está passando com minha família em casa.

Então, a gente, que tem a experiência, a gente sabe o quanto é necessário. A gente sabe que a questão da carga horária e do tempo de direção é muito polêmico, porque nós temos diversas situações. O motorista que vai viajar, que ele vai ter que ficar, aí, três, quatro dias, dois, três mil quilômetros, nem sabe onde vai parar, igual foi questionado por vários colegas, não tem ponto de apoio nas rodovias. Então, às vezes, a gente tem que viajar mais uma hora, duas horas.

Na questão do motorista autônomo e do motorista colaborador. A situação é idêntica. Nós não podemos fazer uma Legislação diferenciada para um e para o outro. Tem que ser todo mundo igual. Que eu, pelo menos, me considero autônomo e sou um ser humano igual a qualquer outro. E, desde que a lei for feita, que a lei for feita, ela é para todo mundo. Então, se nós criarmos critério, tem que ser para todo mundo, não pode ser ninguém igual.

O nosso companheiro, aqui, o José Hélio, ele falou uma negócio muito sério. Nós temos que chamar, na lide, com a responsabilidade, os desembargadores e os destinatários. Porque eles também são responsáveis. E, hoje, a informatização nos enriqueceu muito. Hoje, com um telefone, o cara fala: "Olha, sou vou descarregar, amanhã, para você, aqui, dez horas". E nós, transportadores, através dos desembargadores, temos que criar um critério, fazer uma planilha de descarga, porque, na hora que a gente chegar lá − isso eu já faço na cooperativa que eu sou administrador.

Então, o meu encarregado, o meu gestor daquela área, ele fala: "Cara, você só pode vir, que você só vai carregar amanhã, aqui, dez horas". E eu creio que não é difícil. Então, difícil é só com a morte, porque não tem jeito de nós evitarmos, mas o resto nós vamos conseguir.

Esse negócio todo que eu estou falando para o senhor, isso aqui tem 20 anos que estou lutando por isso aqui. E conseguimos, agora, graças a Deus, num trabalho muito expressivo pelo DENATRAN, que tem feito de tudo, aí, para nos ajudar, principalmente nós caminhoneiros. Nós sabemos, igual à ANTT está aí, agora, disposta a dialogar conosco; igual, na última reunião, né, Nélio, [soa a campainha] nós deixamos bem claro que fizesse alguma coisa que fosse lapidado, e depois fazia de novo.

Então, eu acho que o esforço nosso, aqui, principalmente do companheiro Nélio, e dos companheiros nossos que estão aqui, de todos os participantes, aqui, o pessoal do Ministério Público; aliás, todo mundo que está participando disso aqui. Eu acho que foi válida. Então, eu acho que chegou o momento de a gente realmente conseguir. E eu quero agradecer o senhor, que realmente incluiu, aqui, o seguro de vida para o motorista. Agora, falta só o plano de saúde. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Olha, entre as notícias boas, essa é a segunda notícia boa, eu quero dizer que esse trabalho que está

dando certo, primeiro, é a parceria que nós estamos fazendo com o Governo.

O Governo, desde o início, participou de todas as reuniões, se botou à disposição, e eu fiquei contente com esses dois encaminhamentos, um registrado pelo Nélio e, agora, pelo nosso líder, aqui.

Mas também está aqui conosco o representante da Receita Federal, que ele está representando, aqui, a Secretária Nacional da Receita Federal do Brasil, Ministério da Fazenda, a Secretária Lina Maria Vieira. Onde é que ele está, aqui?

Bom, em resumo, ele não está aqui, nesse momento. Está aqui do lado. É que ele está encabulado. Mas você vai sentar um pouquinho ali para mim. Senta um pouquinho do lado do Nélio, ali, porque ele tem uma notícia boa para dar. Ele me explicou como é que funcionaria, e eu faço questão que ele use dois, três minutinhos, cinco, se necessário, para passar, aqui, a mensagem que a Secretária Lina permitiu que você fizesse, e eu achei importante o que você me falou, ali fora, e você fala para todos, aqui, agora, a mensagem que ela mandou.

SR. ALBERTO AMADEI NETO: Excelentíssimo Sr. Senador Presidente, a minha saudação e meu respeito. A Secretária da Receita deu instruções precisas e claras para que todas as demandas desse grupo de trabalho fossem encaminhadas diretamente ao Subsecretário, que está sendo nomeado hoje, às cinco horas da tarde, para poder equacionar, eventualmente, alguma coisa que no regulamento ou no regimento possa ser alterado, e nos postos de fronteira, que me parece ser essa a demanda dos caminhoneiros, por conta do tempo de recarga ou carga--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Inclusive de recebê-los lá, se necessário.

SR. ALBERTO AMADEI NETO: De recebê-los. A idéia é essa--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): As lideranças.

SR. ALBERTO AMADEI NETO: A idéia é identificar os representantes nacionais, e o Subsecretário recebe não nesta semana, mas na próxima segunda-feira, porque ele se encontra fazendo a revisão do regulamento aduaneiro, em Curitiba.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Então, já fica, aí, acertado, aí, que a Receita Federal está com a gente nessa caminhada.

SR. ALZIRO: Boa-tarde, Senador, já passamos do meio-dia, venho em nome da FENACAM, Federação Interestadual dos Caminhoneiros Autônomos, meu nome é Alziro e represento a assessoria jurídica de tal entidade.

Quero deixar só um registro bem rápido, para a Comissão, de que a FENACAM é favorável ao controle de peso, é favorável ao controle do tempo de direção, porque isso entendemos ser um projeto, fazer parte de um projeto do Presidente Lula, de distribuição de renda.

Isso possibilita com que o caminhoneiro tenha aumento do ganho dele e tenha um lucro para todos, como o senhor bem mencionou. Eu só gostaria de deixar registrado, Senador, que tivesse feita uma atenção especial para os autônomos, na questão do projeto, principalmente com relação à comprovação do tempo de exercício, para dispensa do curso ou, efetivamente, a prova para ingresso na categoria. Que, no projeto, numa primeira olhada minha, não contempla isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se não contempla, quer dizer que o projeto está sendo discutido.

SR. ALZIRO: Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O senhor vai toda a oportunidade de apresentar as emendas, embora não Senador, como representante do setor e pedindo que seja contemplado. Pode ter certeza de que o debate está apenas começando, em matéria da redação final daquilo que nós queremos. Inclusive, com belas contribuições que eu vi, agora, nas exposições que foram feitas no dia de hoje.

SR. ALZIRO: Ótimo. Fico muito tranqüilo com isso, porque, ali, contempla a comprovação, através de carteira de trabalho, e não é o caso dos autônomos, né? E outra coisa que, talvez, seja até destinada à Dra. Roberta, com relação à conciliação dessa Legislação com a 11.442, que eu creio que isso já esteja em pauta. Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem.

[palmas]

SR. JEOVÁ PEREIRA: Boa-tarde. Meu nome é Jeová. Jeová Pereira, Presidente do sindicato da região oeste do Estado do Paraná, em que estou desde o começo, participando desta Comissão, dessa grande importância que o Sr. Senador nos tem dado. Quero agradecer o representante da Receita, que eu já tinha conversado com ele, foi muito importante a conversa que nós tivemos, e o que ele acabou de dizer agora.

Eu queria agradecer ao Senador por essa grande movimentação, que realmente isso já está num conhecimento nível nacional, dessa importância e do que vem se trazendo para um dia melhor para o caminhoneiro.

Eu só queria, Sr. Senador, deixar registrado aquela questão, lá, das mortes na fronteira, que parece que o pessoal da Polícia Federal não se fez presente, e con-

tinua impune a essa situação. E gostaria, também, que a ANTT tratasse dessa questão, na próxima reunião da bilateral com o pessoal do DENATRAN, lá do Paraguai, porque estão... Cada dia está se aumentando essa questão de roubo. Toda semana estão roubando, batendo nos caminhoneiros, nesses países vizinhos, e, se nós não tomarmos alguma providência, os caminhoneiros vão fechar a fronteira, porque está impossível, eles estão trabalhando com uma grande tensão.

Então, cabe, acredito, à Polícia Federal e à ANTT, na reunião da bilateral, nós tratarmos dessa situação, eu estarei à disposição para o acompanhamento e melhorar, lógico, a questão de fronteira. Muito obrigado, Senador.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Antes de passar para o próximo, se me permitir o representante da ANTT, eu acho que sem problema nenhum, na próxima reunião, esse tema da agressão, de assassinatos o representante, aqui, da ANTT se compromete a tratar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Bom-dia. Boatarde a todos, Senador Paulo Paim, lá do Estado do Rio Grande do Sul. Eu represento o Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas do Rio Grande do Sul, e trouxemos, aqui, através do Mincarone, uma contribuição valiosa para esse projeto que está sendo alçado, aqui, a nível de Brasil, para que nós tenhamos, aí, uma visão respeitosa de um projeto dessa magnitude, uma vez que, como já foi dito, a questão de um Brasil continental tem peculiaridades que precisam ser respeitadas.

O interesse público, sem dúvida alguma, prevalece, porque o transporte é um setor produtivo da economia, que tem um interesse público muito forte, mas precisamos entender, também, que a questão da jornada de trabalho precisa ser flexibilizada.

Eu vi, aqui, com muito bons olhos a apresentação que o Alberto Mincarone fez, aqui, conosco, é um trabalho de muitos anos que o SETCERGS vem fazendo, conduzido pelo Mincarone, nesse sentido, que respeita o trabalhador. Nós temos interesse nisso, também, porque é uma questão de dignidade da pessoa humana, que precisa ser respeitada, mas precisamos entender, também, que há necessidade de atender os interesses do país.

E, vi, também representantes dos trabalhadores dizer que essa questão que nós tivemos, aí, como experiência na Europa, com relação à jornada de trabalho, ao tempo de direção, é fundamental para que nós não venhamos cometer erros básico que já foram ultrapassados na Europa e que nós sabemos que um Brasil carente de infra-estrutura certamente nos apresentará, aqui.

Então, qualquer medida de cima para baixo, imposta neste país, pra o transporte do Brasil, pára porque não tem onde estacionar, não tem onde o motorista dormir, não tem onde se acomodar, tomar banho, beber água e outras coisas mais, além da segurança que já foi dita.

Então, eu agradeço, parabenizo o Senador Paim, valente, aí, lá, conhecemos o seu trabalho lá de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul, e que esteja, aí, contando com o trabalho desenvolvido pelo Rio Grande do Sul, nesse sentido. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Valdir pediu a palavra, para registrar sua presença? Pois não.

SR. WALDIR CARDOSO: Excelentíssimo Sr. Senador Paulo Paim. Quem fala, aqui, é Waldir Cardoso, Presidente da Associação de Usuários de Transporte Coletivo de Âmbito Nacional.

Parabenizo V.Exª pela iniciativa muito nobre em amparar e querer amparar, evidentemente, com os seus pares e com a política hodierna do país, os trabalhadores que são os rodoviários desse rincão do nosso país.

Até então, foi falado, aqui, e discutido o assunto do transporte de cargas. A minha fala e a minha discussão, ela tende um pouco diferente, porque é um elo à parte. É óbvio, porque ,quando os caminhoneiros estão cansados nas estradas, com superávit de trabalho, muitas vezes, até doentes e sem poder procurar um médico, um hospital para se tratar, ocasionam acidentes. Talvez, muitas vezes, não pode se dizer por ele, mas em tombar ônibus e matar diversas pessoas. Usuários das quais eu defendo.

Eu parabenizo por esse fator, trazendo mais tranqüilidade para essa categoria. De outra forma, Sr. Senador, a nossa preocupação, da AUTCAM, que defende os passageiros, é com relação a alguns itens do seu projeto, em que altera e vem aumentar diversas... alguns custos operacionais, mormente no que tange ao 100% do horário extra e outras [soa a campainha] coisas que vêm, evidentemente, beneficiar.

Isso nós precisamos que haja uma alguma forma de não ser repassado para as passagens de ônibus, porque todo o país vai sofrer: tanto as linhas municipais quanto as linhas intermunicipais.

Precisamos que haja... Tudo quem paga é o consumidor final. E nós precisamos que haja uma forma para que isso não aconteça. De outra feita, Sr. Senador, a entidade tem lutado em prol de uma tarifária módica, conforme a própria carta magna no país diz: tarifa módica.

Quando o prefeito ou o governador coloca índices na planilha de custos, que nós observamos que não é correto, nós lutamos com o prefeito ou com o governador, muitas vezes, retiramos da planilha de custo. Eis a razão pela qual nós estamos nessa batalha.

O Sr. Omar acabou de falar aqui, [ininteligível] também falou sobre a queda de passageiros nas empresas de ônibus. Então, é óbvio que o Sr. Omar falou também que são os clandestinos. A nossa preocupação, da AUTCAM, também é com relação a isso. Porque eles, hoje, o seu projeto, Sr. Senador, fala em seis horas. Mas esses senhores, senhores que trabalham clandestinos, piratas, eles não têm horário. São 14, 15 horas, 18 horas, e lá vão eles trabalhando. E eles não pagam imposto nenhum, eles não têm responsabilidade nenhuma; se houver acidente, dane-se quem quiser.

Então, essa questão, evidentemente, que eu acredito que o Congresso também deve estar em posição a esse respeito, para não dar essa continuidade, não aumentar em demasia essa situação, porque eu sou do Rio de Janeiro, como o Sr. Omar também é, nós temos um problema lá no Rio, já chegou milicianos, temos 27 mil clandestinos na mão de milicianos [soa a campainha].

A coisa está realmente complicada. Precisamos que V.Exª, que já estive com V.Exª algumas vezes [interrupção no áudio] que V.Exª coopere e ajude-nos a soerguer esse trabalho, que possamos também cooperar com V.Exª, com os pares, com os sindicalistas aqui presentes, que são nossos companheiros, também. E muito obrigado pela atenção dispensada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço ao Waldir. Fique tranqüilo que, se vão ser seis horas, oito horas, 12 horas, 13 horas, nós estamos discutindo os projetos dentro de cada realidade. Fique tranqüilo que nós, pelo que percebi da vontade, tanto dos empresários quanto dos trabalhadores, é de nós construirmos uma linha de bom senso, que atenda a todos. Por isso avançamos, já, eu diria em três setores.

A exposição do Botelho apontou da regulamentação; a exposição do Galhedos(F) também avançou e do representante, também, da Receita Federal. Aqui, os próprios empresários estão mostrando a sua boa vontade; todos que aqui falaram. Eu confesso que a exposição que o Dr. Luiz Alberto mostrou, aqui, foi uma contribuição concreta e objetiva, trazendo documentos que vão nos subsidiar e muito na elaboração das propostas.

Só me permitir, para concluir, porque, senão, se vai se fazer o debate, todos não poderão participar. Eu vou receber, também, as suas contribuições, como vamos receber de todos. Fique tranqüilo. O que nós queremos, neste momento, é ainda avançar, para que aqueles que não puderam falar possam expressar, aqui, a sua visão, mas, com certeza, eu estou animado. Avançamos já três pontos, eu diria.

Num primeiro momento, achávamos que era difícil avançarmos um ponto. E, com certeza, haveremos de construir uma lei que vai representar a média de pensamento da sociedade. Não será aquilo que o Paim, que o Pedro, que o João e o que Roberto quer, né? Isso é o ideal. Mas, entre o ideal e o possível, nós haveremos de construir o possível.

Eu já recebi, aqui, cinco nomes que pediram para fazer uso da palavra. Luís Gonçalves, Luisinho, que é Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores de São Paulo; depois tem o Antônio Costa Miranda, o Jaime Bueno, Sebastião José da Silva, Epitácio Antônio dos Santos, o Hamilton de Moura e José Alves Couto.

Eu vou pedir para cada um, tem que ser muito resumido, no máximo, cinco minutos, para a gente, no fim da reunião, dar oportunidade para o registro da presença dos nossos convidados que não puderam fazer ainda e, ainda, apontar, pelo menos, alguns encaminhamentos, que essa reunião não pode terminar, aqui, os desdobramentos que teremos a partir dessa Audiência Pública.

Então, vamos lá. Luís Gonçalves, o Luisinho. Está aí? Se já teve que viajar, eu passo em frente, já. Então, vamos lá, Luisinho.

SR. LUÍS GONÇALVES: Boa-tarde a todas e a todos presentes. Uma saudação especial ao Excelentíssimo Sr. Senador Paulo Paim, por esse empenho na regulamentação da profissão e na aprovação do estatuto dos motoristas.

E a preocupação nossa, de São Paulo, da Nova Central São Paulo dos Trabalhadores em Transporte de São Paulo, que nós estamos aqui numa delegação de mais de 25 entidades de São Paulo, que vieram para cá, para esta audiência, é de que, efetivamente, sejam acatadas, aqui, as proposituras feitas pela nossa Confederação Nacional do Transporte, que estão em destaque, aí, no relatório apresentado à Mesa.

E o que me resta dizer, em relação à posição apresentada pelo senhor da ABTI, é que nós, trabalhadores, gostaríamos que não fosse assimilada essa sugestão da flexibilização do horário de trabalho, apoiado por outro empresário aqui do Sul, que não fosse acatado, ou, se for acatado, que ele fosse "adendado" com a questão de, se flexibilizar a jornada, sejam, também, equiparados os salários dos trabalhadores do transporte do Brasil aos salários dos trabalhadores da Europa e dos Estados Unidos.

[palmas]

Que não seja apenas uma questão de flexibilizar a jornada, impedir que o trabalhador em transporte descanse um intervalo de 11 horas, entre uma jornada e outra. Então, essa é a posição de São Paulo e dos trabalhadores em transporte na cidade de São Paulo. Muito agradecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Ficou dentro do tempo, hein? Vou pedir para todos que sigam o teu exemplo. Você falou dois minutos e deu o teu recado, com muita precisão, do que você pensa.

Eu chamo, agora, o Antônio da Costa Miranda. Faço o mesmo apelo.

SR. ANTÔNIO DA COSTA MIRANDA: Senador Paulo Paim, nós cumprimentamos a Mesa, a sua pessoa, cumprimentar as bancadas de trabalhadores de todos os estados do Brasil que aqui estão, especialmente a bancada de Minas Gerais, da qual eu estou aqui falando, em nome da nossa Federação dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário, da Nova Central daquele estado.

Quero dizer que é um momento importante para nós, Senador, e os trabalhadores, na verdade, seu sofrimento não é maior, em virtude pessoas como o Senador Paulo Paim, que aqui nesta Casa fala genuinamente a língua do trabalhador brasileiro. Isso, para nós, é grandioso.

E nós ficamos, às vezes, preocupados, Senador, o senhor falou dos anos que o senhor tem aqui, mas nós queremos que o senhor continue por muito tempo, e, às vezes, a gente preocupa de o senhor, daqui mais algum tempo, almejar um cargo regional e, aí, para nós, seria muito temeroso. Que o senhor continue na Casa nos defendendo.

Com referência, aqui, à regulamentação da profissão de motorista, do estatuto, nós também fomos contemplados muito, aqui, pelas falas já antecedidas, principalmente do nosso representante, aí, na Mesa, o companheiro Festino, mas nós queríamos, também, fazer algumas abordagens.

Nós falamos da aprovação do estatuto e da regulamentação da profissão de motorista e, conseqüentemente, da redução de jornada, que hoje é um drama para todos nós.

Nessa redução da jornada, falando do transporte de carga, a classe empresarial tem defendido muita dificuldade para controlar a jornada do motorista. Mas nós entendemos que, hoje, com os instrumentos que temos: tacógrafos, rastreamento via satélite, isso é perfeitamente possível, e a gente possa, nesse projeto, aperfeiçoar.

Com referência ao transporte urbano, nós temos um problema da redução da jornada, porque hoje nós temos um conflito, por exemplo, no horário de alimentação [soa a campainha]. O Ministério Público tem pegado muito nisso.

O problema do transporte, de fretamento, nós vemos, aí, também, a dificuldade, Senador, e muitos motoristas dormindo dentro de bagageiro de ônibus, dentro de porta-malas de ônibus, por falta de local para o seu descanso, e isso é preocupante.

E, aí, na verdade, a fiscalização. Porque, como foi falado aqui, não adianta uma lei que também ela não tenha aplicabilidade e a fiscalização. Então, é importante. E a gente sabe que a regulamentação e a aprovação do estatuto oferecerão mecanismo para isso.

Nós também temos a preocupação, nós somos trabalhadores, mas temos com os autônomos. Porque, hoje, por exemplo, foi falado, aqui, do financiamento. Às vezes, o autônomo entra num financiamento pesado, e, aí, ele não tem tempo, ele não tem tempo de direção, ele não tem nada, para pagar o seu financiamento. Então, é preciso que a gente tenha um cuidado com isso.

E, finalizando, [soa a campainha] nós queremos dizer que, nesta Casa, com as discussões que têm tido, e, hoje, especificamente, aqui, onde nós estamos tratando de Direitos Humanos, e esse transporte tem de ser de fato humanizado. Porque, até hoje, ele tem sido desumano, com sofrimento grande de todos os trabalhadores.

Por exemplo, o ajudante de caminhão. Nós deparamos, muitas vezes, na rua, um ajudante empurrando um carrinho com um peso excessivo à capacidade dele e à acessibilidade também. E, aí, vem o cobrador de ônibus, e por aí afora. As condições de trabalho, realmente, têm de ser humanizadas, para que a gente possa melhorar.

E nós acreditamos muito nesse trabalho, principalmente com o senhor à frente. Foi falado, aqui, que as coisas ficam muitos anos aqui, porque não resolve. Dessa vez, nós estamos confiando que vai resolver e estamos, aqui, para contribuir. Um grande abraço ao senhor e a todos que estão empenhados na melhoria desse projeto.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. O Antônio ficou, também, nos três minutos. Então, eu chamo Jaime Bueno, de Goiás.

SR. JAIME BUENO: Bom-dia a todos. Quero cumprimentar Senador Paulo Paim, pelo seu trabalho incansável e pelo jeito peculiar de se fazer política, que é de aproximar-se da sociedade.

Quero, também, parabenizar as centrais sindicais, que têm se empenhado ardorosamente para que possamos reconhecer, de fato, a profissão do motorista. As nossas confederações de transporte, cinco, aqui presentes, a todos os trabalhadores.

Nós queremos colocar, de forma objetiva, Senador, a nossa preocupação com a questão das condições adversas do trabalhador em transporte. O trabalhador em transporte, ele, mesmo morando em Goiás, ele está submetido ao clima da Amazônia, ao clima do Rio Grande do Sul, portanto, é um trabalhador que se submete a condições adversas. E, assim sendo, Senador, nós precisamos reconhecer: trabalha com transporte de pessoas, que é uma carga especialíssima; trabalha com transporte de produtos químicos, que é uma carga perigosa; com cargas secas; enfim, o trabalhador em transporte, ele está submetido a qualquer condição de trabalho.

Isso tudo, Senador, considerando a carga extraordinária ou ultra-extraordinária, que o trabalhador de transporte está sempre submetido a ela, é preciso levar para a questão da "penosidade" (sic) da profissão. E o nosso projeto, o projeto que trata da regulamentação do motorista, da profissão do motorista, puxa muito para esse lado.

E nós queremos deixar claro, Senador, que nós parabenizamos, também, o seu trabalho, em função do seu... Da sua defesa quase que intransigente [soa a campainha] na questão do fator da Previdência Social. Nós queremos aposentadoria especial para o trabalhador em transporte. E nós precisamos lembrar que essa "penosidade" (sic), também, Senador, ela leva a discussão para a questão da má condição de trabalho, quando o assunto é a malha rodoviária do Estado, do país.

Nós temos, hoje, uma infra-estrutura muito difícil, uma infra-estrutura completamente sucateada, e que o PAC, que é o Programa de Aceleração do Crescimento, até agora ainda não resolveu por completo a questão da infra-estrutura.

Além de colocarmos, também, a questão necessária da capacitação do trabalhador rodoviário, justamente porque, cada dia que passa, as máquinas estão ficando mais sofisticadas, e o trabalhador está ficando retrógrado em conhecimento. E, por tudo isso, Senador, nós defendemos esse nosso projeto, contamos com seu trabalho, parabenizamos pelo brilhante esforço que V.Exª tem feito e queremos, sem dúvida nenhuma, colocar que as nossas entidades sindicais vão lutar, juntamente com aqueles parlamentares que estiverem de mãos dadas com os trabalhadores até o fim, para que nós consigamos, desta feita, aprovar esse projeto, que é, sem dúvida,a redenção do trabalhador em transporte rodoviário. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Sebastião José da Silva, Rio de Janeiro.

SR. SEBASTIÃO JOSÉ DA SILVA: Boa-tarde, Senador Paulo Paim, demais membros da Mesa, senhoras e senhores do Plenário. Boa-tarde, eu não vou ser repetitivo, não vou usar nem os três minutos.

Mas eu queria deixar, aqui, uma posição que eu acho que nós trabalhadores em transporte não podemos perder o eixo, na discussão da regulamentação da nossa profissão.

Isto é uma disputa entre capital e trabalho. Não adianta. E o exemplo que temos é de que esse segmento é um dos segmentos mais explorados deste país. Trabalho escravo tem na cidade do Rio de Janeiro, em empresa de ônibus: 12, 14, 15, 16 horas sem remuneração. É só fiscalizar.

Não precisa o Ministério do Trabalho gastar dinheiro para ir lá no Acre, nem no Amazonas, tem nas capitais. A equivalência, eu acho que nós estamos discutindo muito, aqui, a questão da regulamentação, a questão do caminhoneiro, que é autônomo, que é peculiar e que há, de certa forma, um interesse comum entre o embarcador e o embarcado. E nós temos o segmento de transporte de passageiro, que não é diferente do transporte de carga; da ordem de quase 90% dos brasileiros são transportados por ônibus. Só na cidade do Rio de Janeiro, são seis milhões de passageiros, por dia, na capital. E esses trabalhadores trabalham estressados.

Então, na verdade, nós não podemos perder esse eixo: é uma disputa entre o capital e o trabalho. E a remuneração está na essência disso, a remuneração está na essência. Se fala em flexibilizar, em banco de horas, em categoria de serviço essencial, como é o nosso caso. Por isso, estamos buscando a regulamentação, aqui, há 30 anos. O motorista é serviço essencial.

Então, na verdade, Senador, acho que, em alguns setores, nós vamos avançar em conjunto com os empresários; e, em outros, nós vamos ter muita dificuldade. No transporte de passageiros coletivos, principalmente, nós teremos muita dificuldade. Porque não há discussão na hora de aumentar a tarifa da participação dos trabalhadores na Receita, só querem distribuir o prejuízo. O lucro nós sabemos que não é distribuído com os trabalhadores.

Então, essa é uma discussão [soa a campainha] que nós sindicalistas não podemos nos enganar. A regulamentação da profissão é uma oportunidade de, pelo menos, ter um eixo, um direcionamento de respeitabilidade a essa profissão tão importante para

o país, que são os trabalhadores em transporte rodoviários, urbanos, em todo o segmento da sociedade. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ficou no tempo, também. Passo a palavra ao Sr. Epitácio Antônio dos Santos, fazendo o mesmo apelo.

SR. EPITÁCIO ANTÔNIO DOS SANTOS: Boa-tarde a todos. Cumprimentar o Senador Paulo Paim, o Sr. Omar, que está fazendo parte da Mesa, Presidente da CNTT, cumprimento a todos e a todas do Plenário.

Bom, tiveram alguns avanços, aqui, e um que me surpreendeu foi da ANTT, que numa Ação Civil Pública que foi protocolada pelo Ministério Público do Trabalho do Mato Grosso, a ANTT se excluiu da questão da fiscalização da jornada e, inclusive, foi excluída do processo.

E hoje eu vejo que a ANTT vai trabalhar na regulamentação da jornada para os autônomos. Não esquecendo que a ANTT também é o responsável pela jornada dos trabalhadores e que também tem o mesmo tratamento.

Sobre a Lei 11.442, existe uma Adim da Associação Nacional dos magistrados, ANAMATRA, e Associação dos Procuradores do Trabalho, que têm, também, a participação como terceiro interessado da nossa Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Terrestre, que coloca, ali, nós não somos contra os autônomos, somos companheiros. Mas acontece que coloca, ali, a condição do agregado, o motorista que o empregador vende o caminhão, ele é empregado, ele trabalha 20, 30 anos na empresa, ele diz: "Agora, você vai ser o dono do caminhão; agora, você vai ser o patrão". Aí, pega todo o dinheiro que ele tem de saldo de FGTS, etc., fica com ele e coloca o trabalhador a trabalhar, se matar trabalhando em excesso de jornada, conforme o Procurador já colocou, aqui, tomando anfetaminas, cocaína, etc., estragando sua saúde, e continua como empregado.

Art. 3º da CLT diz que o empregado, a pessoa que prestar [soa a campainha] serviço, com o comando de uma pessoa, de uma empresa, de um empregador, é empregado. Não pode isso acontecer.

Bom, mas eu também queria, aqui, dizer que eu, aqui, estou representando a Federação dos Trabalhadores do Transporte Rodoviário do Estado do Paraná, a Nova Central Sindical dos Trabalhadores do Estado do Paraná e a Secretaria Nacional das Categorias diferenciadas da Nova Central Sindical de Trabalhadores, e registrar que a nossa Confederação possui 230 entidades sindicais filiadas, da qual 150 faz parte da Nossa Central. E, como membro da secretaria das categorias diferenciadas, essa proposta que nós estamos apresentando que seja pela carteira profissional do trabalhador, porque, no art. 147 do Código Brasileiro de Trânsito, no seu inciso V, ele diz que a profissão, o trabalhador remunerado tem que declarar essa condição e vai ficar na carteira profissional. Por isso é uma questão que a gente tem que colocar.

Outra questão é sobre essa Lei 2.660/96, do Poder Executivo, que foi aprovada na Câmara e foi, assim, já não era muito boa, mas, aqui no Senado, com a emenda colocada pelo Senador Osmar Dias, ficou pior. O Sr. Omar já falou de uma parte, mas foi tirada a parte do controle.

Como é que vai se controlar o tempo de jornada, se tira o tacógrafo, como medidor de tempo e direção? E a questão, também, que, aprovando, essa lei que nós somos de acordo, mas da forma que ela veio do... E foi aprovada na Câmara, também tem que colocar o controle de jornada de trabalho. Porque não adianta ter um tempo de direção, sem a forma de controlar. E a forma de controlar é o tacógrafo digital, o sistema de rastreamento, monitoramento via satélite.

Também temos uma proposta de que se acabe com o banco de horas, não só na nossa categoria, mas especialmente, se nós passarmos o estatuto, que se acabe o banco de horas para essa categoria. Eu deixaria, aqui, como contribuição, depois, um documento feito na Argentina, pela ITF, com a participação da CNTT, que coloca... Foi encaminhado, para o Grupo 5 do transporte do MERCOSUL, propostas do transporte, da questão de trabalho para o MERCOSUL de todos os países que compõem o MERCOSUL. Eu vou deixar, porque isso é uma contribuição que deve servir não só para o Brasil, mas para todos os países. É isso. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos, de imediato, ao Sr. Hamilton de Moura, e, depois, José Alves de Couto.

SR. HAMILTON DE MOURA: Senador Paulo Paim, vou deixar que as manifestações dos nossos companheiros sobre V.Exª fiquem registradas, para ganhar tempo. Não vou me comprometer a não gastar os cinco minutos, mas vou tentar.

Nós, em primeiro lugar, gostaríamos de dizer que foi colocado pelo companheiro Luis Festino, ele realmente representa as aspirações de todos os trabalhadores representados pela nossa Confederação, bem como já as documentações e o dia-a-dia dos grupos de trabalho e as escritas que a gente tem acompanhado no dia-a-dia.

Gostaria de chamar atenção sobre algumas colocações feitas pelos demais expositores, no período

da manhã. Primeiro, em relação ao que foi colocado pelo companheiro Sebastião. A regulamentação tem 20 anos de uma luta dos trabalhadores em transporte neste país e ela não pode ser tão banalizada pelo setor patronal e pelo próprio Governo, que, ao tomar posse, o Governo Lula rapidamente conseguiu regulamentar o setor das empresas, e, logo em seguida, agora, se fala na Constituição dos Autônomos. E isso me chama atenção, queria chamar atenção do companheiro Nélio, e, assim, para que a gente possa persistir chamando os companheiros de companheiros, para que tenha sensibilidade e o cuidado nas manifestações, em relação à conduta de nós, enquanto operadores, trabalhadores das estradas, principalmente os motoristas.

Porque, infelizmente, apesar de que, nesse segmento, ao longo das décadas, tenham surgido vários empresários que foram motoristas, eles não têm a sensibilidade para perceber o abismo em que nós estamos sendo jogado e que eles irão junto. Não tenho dúvida.

A manifestação do Ministério Público do Mato Grosso e que vai se inspirar no país, em pouco tempo, é uma manifestação de uma instituição que está preservando não a vida dos motoristas só, na fala do Dr. José Pedro, essa é uma manifestação do cuidado que nós temos que ter com a sociedade, que vem sendo arrastada pelos problemas nas estradas deste país, pelo problema do excesso de jornada.

Então, é muito bonito que o doutor apresente uma audiência, aqui, situações para serem colocadas em discussão de flexibilização de jornada, que nós já combatemos lá no Governo Fernando Henrique Cardoso, em 1994, para ser discutida, enquanto nós estamos lutando para combater o problema da mudança na CLT.

Mas é muito perigoso a gente não discutir que o transporte, num país, esse segmento, já há uns quatro anos, se transformou em 6,5% do PIB brasileiro. Então, não é pouca coisa, num país, ter, num país do tamanho do nosso, a representação de 6,5% do PIB, graças às "otimizações" que fizeram, no ocorrer, inclusive, aumentando e otimizando o transporte de frete, que, há dez, 15 anos atrás, transportava 15, 20 toneladas e, hoje, como disse, aqui, o nosso companheiro, transporta até 70 toneladas, sem que as nossas malhas viárias tivessem evoluído para isso, sem que as balanças − que vocês defendem − estejam no lugar para conferir e nem o Estatuto do Motorista, para dar dignidade a ele, na relação com a sociedade, para que ele tenha direito.

Quando estiver numa discussão com um passageiro de ônibus, a polícia chega e tira o motorista de dentro do ônibus, e ele não tem o seu direito, como o piloto de avião tem, o seu *status* de piloto, tem o seu *status* de comandante, quando nós transportamos cargas perigosas, ou seja, arsenais, na nossa traseira, combustíveis, carga perigosa, e não temos sequer a garantia de vida, e tem-se discutido, no estatuto, o nosso seguro de vida, isso é questionado [soa a campainha].

Então, ou seja, enquanto o Exército sai com um carrinho verde na rua, cheio de batedor. Então, nós queremos discutir o estatuto, a dignidade do motorista, e, aí, nós temos, em contraponto, Sr. Senador, a discussão que o Brasil não tem suportado há dez anos, que a mudança da CLT, a flexibilização de jornada, de direito, enquanto nós estamos buscando no Ministério Público para discutir, enquanto nós buscamos o dissídio coletivo para discutir a jornada de trabalho do motorista do coletivo urbano, que, já, pela Organização Mundial do Trabalho, pela OIT, pela Organização Internacional do Trabalho, já é condição degradante.

Então, eu, finalizando, digo que também corroboro com todos que dizem que a iniciativa de V.Exª ela é de fundamental importância, e, aí, o Governo Lula e todos os atores precisam entender que V.Exª não representa apenas a exposição da sua condição de parlamentar, mas de quem tem a visão de que uma bomba-relógio, neste país, está preparada, porque, indiferente das entidades sindicais que representam esse setor, os trabalhadores em transporte, como a maioria dos trabalhadores autônomos, a revelia de qualquer autoridade, de qualquer lei de greve, não vão ter outro instrumento, a não ser fazer uma paralisação, neste país, para reivindicar a dignidade de ver as suas famílias, de ter a sua saúde e o seu direito de vida e sua humanização vista.

Então, não vamos perder o foco disso, vamos buscar novas audiências, novos encontros e vamos ter a humildade de discutir a dignidade, em primeiro lugar, e, depois, a forma de operar a saúde. É isso que a gente deixa, em nome da Federação de Minas Gerais, da Nova Central e da nossa Confederação. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): De imediato, José Alves Couto.

SR. JOSÉ ALVES COUTO: Boa-tarde a todos, boa-tarde, Senador. Nós já estamos, aqui, nesta Casa, trabalhando, há vários anos, para que seja regulamentada a profissão do motorista. Porque não é certo uma categoria que nem a nossa, tão importante, não ser regulamentada. Há 20 anos, eu era Diretor da CUT, junto com o senhor, e nós conseguimos, e o primeiro projeto da regulamentação do motorista foi do senhor. Depois, nós conseguimos, há 18 anos, colocar outra

emenda. Ela foi arquivada, e isso diz o seguinte: Por que foi arquivada? Porque, infelizmente, o setor patronal, aqui dentro desta Casa, é muito forte. Ele nunca quis que o motorista tivesse reconhecimento da sua profissão.

A gente vê, aqui, um senhor que fez uma palestra, falou que gastou, já, mais de 20 milhões, investiu mais de 20 milhões esse ano, bilhões, em ferramentas. Agora eu pergunto: quantos reais ele gastou a favor do trabalhador? Quanto que ele investiu no trabalhador? Hoje, eu vejo, aqui, inclusive, outro dia eu estava aqui nesta Casa, ouvindo uma palestra de uma senhora de Goiás, ela falando o seguinte, que ela comprou 20 carretas. E ela está com 100 carretas encostadas, porque não tem motoristas para essas carretas.

Por quê? Porque o setor patronal não investiu na mão-de-obra. Porque essas carretas, ela mesma falou, prefiro ficar parada do que entregar essa carreta na mão de qualquer motorista.

E a gente vê, na nossa categoria, hoje, eu faço parte de uma discussão, no Ministério da Saúde, do Trabalho e da Previdência. Pela primeira vez, foi feita uma Comissão tripartite, para que nós possamos discutir a saúde do trabalhador. E a primeira que se diz, lá, é a construção civil, a segunda é do trabalhador em transporte.

E, há 15 dias, na nossa discussão, a primeira coisa que se diz, principalmente no setor patronal, que é trabalhadores, setor patronal e Governo, é que o setor patronal não tem condições de estar investindo em tacógrafo, não tem condições de estar investindo em nenhum sistema que possa fiscalizar a jornada de trabalho.

Nós fizemos alguns estudos [soa a campainha], a nossa categoria é a que mais sofre, é a que mais tem tipos de doenças. A gente vê, no ônibus coletivo, hoje, principalmente no sistema rodoviário de passageiro, que o ônibus, agora, nessa etapa, o setor patronal investe na temporada, contrata motorista para fazer as temporadas, agora, e, depois, com três meses, dispensa esses motoristas, sem ele ter condições de ter passado na sua experiência, que a experiência é de 90 dias. E isso está aí.

Nós queremos discutir, sim, a regulamentação da profissão do motorista, não só do transporte de carga. Nós queremos discutir, sim, a regulamentação do motorista do táxi, do caminhão, do ônibus, [soa a campainha] desde que tenha a sua carteira nacional de habilitação, que seja reconhecida a sua profissão, que ele está sendo... Ele está vendendo a sua mão-de-obra, está sendo explorado, e, quando se diz banco de hora, tem categoria, sim, que tem condições de ter banco de hora. Mas a nossa categoria, que fica, aí, no trânsito mais de oito, dez horas por dia, não tem condições de ter, de maneira alguma, o banco de horas.

E, quando um cidadão aqui falou que tem as cinco horas para entrar, para carregar o caminhão e, depois, tem mais cinco horas para descarregar o caminhão, ele já está em dez horas de serviço, porque ele não está dormindo, ele não está descansando. E ainda quer que ele fique mais dez horas no trânsito? Eu pergunto se a família dele, com a licença da palavra, se ela anda de transporte. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Das inscrições que eu tinha, aqui, na Mesa, estão todos contemplados. Eu só pergunto o seguinte: eu passei uma lista para que todos colocassem nome, telefone, endereço, e-mail, se possível. Então, nós iríamos, agora, para um em algum momento. Os que não colocaram o nome ou o e-mail, telefone ou endereço fariam o registro no microfone, para constar na ata a sua presença.

Então, quem não assinou a lista e quer, ainda, fazer o registro, o momento é esse, agora. Então, vamos lá, o microfone na frente, aí. Só aperta o botão. Mas eu faço um apelo que seja o nome e a entidade para a gente registrar na Casa.

SR. CÉLIO MOREIRA: Senador... Senador Paulo Paim, eu cumprimento V.Exª pela iniciativa. Meu nome é Célio Moreira--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Quero parabenizar o Senador--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só um minutinho. Tem um com a palavra, primeiro, em seguida, ao passo ao outro.

SR. CÉLIO MOREIRA: Cumprimento o Senador Paulo Paim pela iniciativa desse debate, de fundamental importância. Eu sou Célio Moreira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários de Uberlândia e Diretor da Federação dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Estado de Minas Gerais.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador, uma Questão de Ordem, não daria para iniciar pegando aqui, porque, senão, mistura, daí... Seguir pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pode ser. Então, a primeira fila, quem não falou, na primeira fila, que quer registrar?

SR. JOSÉ HILTON: Ok, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Segunda fila?

SR. JOSÉ HILTON: Segunda?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É você mesmo.

SR. JOSÉ HILTON: Da segunda. Bom, então, boa-tarde para todos. Eu sou José Hilton, sou do Sindicato dos Condutores DE São Paulo, Secretário-Geral, e registrando, aqui, a minha presença.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Na seqüência, na segunda fila.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Bem, quero cumprimentar a todos, cumprimentar o Senador Paulo Paim e dizer da importância dessa iniciativa, desta Audiência Pública da qual nós estamos participando hoje. Quero dizer ao Senador Paulo Paim que é importante, Senador, que seja... Essa regulamentação seja rápida e já, porque, com certeza, o Rio Grande do Sul, da qual eu sou Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários de São Leopoldo, onde o senhor já esteve presente, inclusive--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com certeza.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sou também, agora, o atual Presidente da Federação dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Estado do Rio Grande do Sul. E o povo do Rio Grande do Sul, com certeza, aguardando que isso seja rápido e já, estamos aguardando o senhor lá, com certeza, para ser o nosso Governador do Estado do Rio Grande do Sul--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está feita a confusão [risos].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E o povo gaúcho está aguardando, lá, o senhor, para ter esse privilégio. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está feita a confusão, agora [risos]. Na segunda fila, na segunda fila.

SR. JOSÉ LUIZ SOUZA RUBIM: Cumprimentar o Senador Paulo Paim, a todos os presentes, eu sou José Luiz Souza Rubim, Presidente do Sindicato dos Rodoviários de Santana do Livramento e Secretário-Geral da Federação dos Trabalhadores do Estado do Rio Grande do Sul.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Alguém mais, na segunda fila? Senão, vamos para a terceira fila. Isto.

SR. JOSÉ TEODORO GUIMARÃES DA SILVA: Senador, eu trago um recado da Dra. Ruth, do Ministério do Trabalho, viajei com ela de Belo Horizonte, ontem, para cá, ela não pôde estar aqui hoje, pediu que desse o recado, e ela está à disposição de V.Exª, para a conclusão de qualquer coisa.

Meu nome é José Teodoro Guimarães da Silva, eu sou Presidente da Federação dos Rodoviários de Minas Gerais e também Diretor da Nova Central Sindical. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço a V.Exª, que fez esse registro sobre a questão do Ministério do Trabalho, pela importância de termos uma parceria cada vez mais forte. Alguém mais, na terceira fila?

SR. TELMO: Boa-tarde, Sr. Senador Paim, boa-tarde às autoridades presentes, à Mesa. Quero agradecer, aqui, a luta que o senhor está fazendo a todos, um herói, por exemplo, caminhoneiro, né? A gente quer agradecer, meu nome é Telmo, sou Presidente da Cooperativa [ininteligível] da cidade de Rio Grande, né? Quero deixar meu abraço ao Nélio Botelho, esse herói, também, que está batalhando com a gente, aí, e com certeza nós vamos conseguir essa luta [ininteligível]. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem.

SR. NERI SOUZA DE OLIVEIRA: Boa-tarde, Senador. Meu nome é Neri Souza de Oliveira, Sincaver/Trabens, Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul. Gostaria de dizer que a gente luta lá pela liberdade do autônomo e, com certeza, a gente está muito convicto de tudo isso que está vindo a acontecer para o autônomo. Obrigado.

SR. CARLOS ALBERTO LITCHI DAMER: Carlos Alberto Litchi Damer, sou de Ijuí, também, do Rio Grande do Sul, Movimento União Brasil Caminhoneiro, e, rapidamente, só dizer que esse manancial de idéias que têm aqui, com certeza, com a sua condução, vai se engajar num rumo só e que vai ser o melhor para a categoria, autônomos, empregados, esse grande consenso que vamos tentar, com certeza, produzir.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Quarta fila alguém quer fazer o registro, que não fez?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Bom, boa– tarde, Senador. Bom, boa-tarde. Eu sou membro da Diretoria Executiva do Sindicato dos Rodoviários de Belo Horizonte. Em nome de vários companheiros aqui presentes, quero agradecer, e, além do mais, sou também membro da Federação dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário de Minas, da FETROMINAS e do Instituto São Cristovão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Aqui, na terceira fila, tem um senhor que estava... Por favor.

SR. LUIS CARLOS DE FREITAS: Boa-tarde a todos. Sou Luis Carlos de Freitas, represento o Sindicato dos Caminhoneiros Autônomos de Porto Alegre e Região Metropolitana. E agradecer ao Senador pelo belíssimo trabalho que está desenvolvendo, e, apesar de tudo, foi um pedido do SINDCAM de Porto Alegre, dia 28 de fevereiro deste ano. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Quarta fila. Alguém mais da quarta fila?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu sou do Sindicato de Trabalhador em Transporte Rodoviário de São Manoel e região. Quero agradecer ao Paulo Paim pela oportunidade, aí, de ter convidado a gente para esta Audiência Pública e espero que isso aqui dê um bom resultado para toda a categoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Alguém mais?

SR. MÁRIO EZEQUIEL PEROBELLI: Quero agradecer o convite que nós tivemos para aqui estar e o ótimo trabalho do nosso Senador Paulo Paim. Sou Mário Ezequiel Perobelli, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Transporte Rodoviário de Jaú e região e Primeiro Vice-Presidente da Federação dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário do Estado de São Paulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem.

SR. JOSÉ PINTOR: Bom, a gente, tantas vezes, Senador, mais uma vez, gostaria de cumprimentar sua pessoa, né, pelo brilhante trabalho que faz em defesa dos trabalhadores. Meu nome é José Pintor, sou Presidente do Sindicato dos Condutores de Veículos de Lençóis Paulista, Diretor da Federação e da Nova Central. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Alguém mais, na quarta fila?

SR. JOSÉ MARTINS DOS SANTOS: Boa-tarde, senhores e senhoras, meu nome é José Martins dos Santos, quero agradecer o Presidente da Mesa, Paulo Paim, sou Presidente do Sindicato dos Motoristas de Atibaia e região. Temos lá o cargas secas e molhadas, e estou muito contente de estar participando dessa reunião, porque, da forma que está, eu tenho certeza de que vamos chegar no objetivo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Alguém mais? Registra. Pega o microfone, faça o favor. Aperta o botão, luzinha...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Boa-tarde, Senador, gostaria de estar parabenizando esta Comissão por uma questão tão nobre, que é a profissão dos motoristas, a regulamentação. Eu sou do Sindicato dos Rodoviários e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transporte de Valores, onde é uma categoria que trabalha 16, 18 horas carregando fortunas, e, muitas das vezes, nós temos vários profissionais que estão afastados por excesso de carga horária, excesso de jornada.

E gostaria de estar parabenizando, que isso vai favorecer muito o trabalhador, principalmente de transporte de valores e todo trabalhador da carga, do transporte coletivo. Parabéns a todos e muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado. De camisa amarela, ali, o moço, ali. Vocês dois, aí, faz o registro os dois, aí.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Queria parabenizar V.Exª por esse trabalho que está realizando para todos os motoristas profissionais do Brasil. É isso o que nós estamos precisando, que todo mundo engaje nessa luta, para que nós tenhamos a profissão nossa regularizada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado.

SR. CONSTANTINO GONÇALVES BRAGA: É com muita honra que estou aqui, no Congresso Nacional, onde vejo o maior respeito dessa nação. Então, na presença do Senador Paulo Paim, que é tão grandioso nesta Casa, que jamais podemos esquecer sua memória, Paulo Paim.

E gostaria de dizer meu nome, Constantino Gonçalves Braga, sou cidadão de Itabiri(F), Minas Gerais e Diretor Presidente do Sindicato dos Rodoviários de Ouro Preto e Diretor da FETTROMINAS. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. O senhor que está ao lado.

SR. MILTON DOS REIS: Quero cumprimentar Paulo Paim, meu nome é--

SR. RAIMUNDO COCADA: Meu nome é Raimundo Cocada, estou representando o sindicato dos trabalhadores da fiscalização do Estado de São Paulo. Gostaria muito de agradecer. Acho que agora vai. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. O senhor que havia começado.

SR. MILTON DOS REIS: Cumprimentar V.Exª, Paulo Paim, meu nome é Milton dos Reis, sou Presidente do Sindicato dos Rodoviários de Poços de Caldas, também Diretor da Federação. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Alguém mais?

SR. AUGUSTO DIAS DA SILVA: Eu.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Por favor. O senhor que levantou a mão.

SR. AUGUSTO DIAS DA SILVA: Eu?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É.

SR. AUGUSTO DIAS DA SILVA: Boa-tarde a todos. Sou Augusto Dias da Silva, Presidente do Sindicato dos Rodoviários de Uberaba e região. Gostaria de pedir atenção da ANTT, devido, por exemplo, à jornada de trabalho das empresas intermunicipais, devido à carga horária que eles estão exigindo do trabalhador, por

falta de motorista. Muito obrigado a todos, e gostaria de uma atenção sobre isso aí.

SR. HÉLIO TEODORO DA SILVA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Apertar o botãozinho para ficar verde.

SR. HÉLIO TEODORO DA SILVA: Meu nome é Hélio Teodoro da Silva, sou Presidente do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Mococa e região e sou também Diretor da Federação dos Trabalhadores de Transporte do Estado de São Paulo. Obrigado. Boa-tarde a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mais alguém? Pela ordem, aí. Daqui para lá, começando pelo senhor, mesmo.

SR. GERALDO ABÍLIO DE MEIRELES: Boa-tarde, Senador, boa-tarde aos demais companheiros, aqui presentes. Meu nome é Geraldo Abílio de Meireles, sou Presidente do Sindicato da Fiscalização e Secretário-Geral da Federação dos Rodoviários do Estado de São Paulo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Próximo.

SR. GETÚLIO RESENDE: Meu nome é Getúlio Resende, Diretor do Sindicato dos Rodoviários de Divinópolis, Minas Gerais, Diretor da Fettrominas.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Próximo.

SR. LUIZ GONÇALVES DA COSTA: Meu nome é Luiz Gonçalves da Costa, sou Presidente da FETTREMAT, Federação dos Trabalhadores do Estado de Mato Grosso, Presidente dos Trabalhadores do Sindicato de Transporte Rodoviário de Rondonópolis, Mato Grosso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Próximo.

SR. GERALDO DE MELO FERREIRA: Boa-tarde, Senador Paulo Paim, sou Geraldo de Melo Ferreira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Transporte Rodoviário de Lavras, Minas Gerais, Diretor da Federação e da Nova Central também. Um prazer falar com o senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Próximo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Boa tarde, Senador Paulo Paim. É com muita honra que venho aqui, representando, aqui, o sindicato dos rodoviários da cidade de Varginha, do sul de Minas Gerais, contando com o apoio de todas as autoridades, para nós regulamentarmos a nossa profissão de motorista.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A senhora que está esperando. Senhora.

Bom, meu nome é Neide Tameirão, sou dirigente do SINDFICOT, Sindicato de Fiscalização em Transporte do Estado de São Paulo, Diretora do Departamento de Transporte da Nova Central Sindical de São Paulo e sou trabalhadora do transporte há 20 anos. Comecei como cobradora, fui motorista e, hoje, sou monitora de operações-– [interrupção no áudio]. Muito obrigada. Boa tarde.

SR. OSWALDO GARCIA: Excelentíssimo Sr. Senador Paulo Paim, sou Oswaldo Garcia, Vice-Presidente do Sindicato de Rodoviários do Município do Rio de Janeiro. Registro nossa presença, aqui, com a Diretoria e sentimos já representados pelo companheiro Omar, Presidente da nossa Federação. Nosso muito obrigado e estamos à disposição, a qualquer momento, a qualquer hora, para V.Sª.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O próximo, aqui, à direita.

SR. PAULO AUGUSTINHO: Eu sou o Paulo Augustinho, Diretor do Sindicato de Transporte Rodoviário de Betim e região, e também Diretor da FETTROMINAS. Muito obrigado e boa-tarde.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Próximo.

SR. JOSÉ TEREZA DE ALMEIDA: José Tereza de Almeida. Sou Presidente do Sindicato Rodoviário de Barbacena, Minas, e Diretor, também, da FETTROMINAS e Nova Central.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O último, lá.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador Paulo Paim, uma boa tarde para o senhor. Muito obrigado pela oportunidade de estar aqui, representando os trabalhadores. Eu sou o Diretor do Sindicato dos rodoviários de Contagem. Estou aqui só para agradecer. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Atrás de você. Vamos lá.

SR. FIRMINO: Firmino. Sou Diretor da FETTROMINAS, Federação dos Rodoviários do Estado de Minas Gerais, Presidente do Sindicato dos Rodoviários de Conselheiro Lafaiete, SITROCOL(F), e Diretor da Nova Central. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. O senhor.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador, apesar que eu já fiz parte da Mesa, mas eu não poderia deixar de registrar, aqui, um telefonema do nosso Deputado Paulo Pereira da Silva, que mandou um abraço muito carinhoso para o senhor, e desejar a todos e a todas os companheiros que aqui participaram um bom início de semana, muito obrigado. Sou Presidente do Sindicato

dos Trabalhadores de Transporte e Logística de São Paulo. Muito obrigado, Senador. Uma boa tarde.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos ouvir os últimos três que falam. Aí, nós vamos para o encerramento, porque muita gente tem que viajar.

SR. ERONALDO JOSÉ DE OLIVEIRA: Boa tarde, Senador. Meu nome é Eronaldo José de Oliveira, sou Secretário do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Santos e região. Eu gostaria de parabenizá-lo pelo belíssimo trabalho e dizer, também, que o senhor permaneça firme e forte, porque a diferença é feita por homens de coragem do seu tipo, aí. Muito parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado.

SR. RAIMUNDO JOSÉ RODRIGUES: Senador Paulo Paim, boa-tarde. É um prazer estar na presença do senhor. Meu nome é Raimundo José Rodrigues, sou Presidente do Sindicato dos Rodoviários de Ituiutaba, Minas Gerais, e Diretor da FETTROMINAS. Muito obrigado.

SR. AIRES ERNANE DA SILVA: Boa tarde, Senador. Eu sou Aires Ernane Silva, Presidente do Sindicato dos Rodoviários de Araxá.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem.

SR. LUTERO ANTÔNIO ALVES: Boa-tarde, Senador. Meu nome é Lutero Antônio Alves, sou Diretor do Sindicato dos Rodoviários de Uberaba e região. Gostaria de deixar aqui registrada a minha presença, aqui.

SR. DILSABEL(F) RODRIGUES: Boa-tarde, Senador. Meu nome é Dilsabel(F) Rodrigues, sou Diretor do SINTTROCEL de Coronel Fabriciano.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus amigos, eu... Todos tiveram oportunidade: ou deixaram por escrito ou fizeram por microfone. Nós vamos encerrar a Audiência Pública, dizendo que todo o material recolhido, no dia de hoje e nas outras seis reuniões, nós vamos passar para a mão do relator. Provavelmente, teremos mais uma, duas, TRE, quantas audiências públicas forem necessárias para a gente apresentar um estatuto que contemple, que eu chamo, a média de pensamento de toda a nossa gente.

Com certeza absoluta, a nossa intenção, se depender desse Senador, vai ser regulamentar a profissão do motorista, em todos os setores. Claro, sabendo fazer a diferença adequada. Motorista de táxi, motorista de caminhão, motorista de ônibus, enfim, respeitando as diferenças.

Mas, com certeza, por exemplo, a aposentadoria especial, só como exemplo, ela é igual para todos, porque todos têm uma atividade penosa. Todos terão que ter um limite na carga horária, de uma forma ou de outra. Agora, vamos, de forma sincronizada, fazer com que essa redação aconteça, atendendo a todos.

Agradeço o espírito que norteou essa reunião, tanto dos empresários como dos trabalhadores, claro que nós sabemos que existem diferenças, mas essas diferenças serão construídas na redação final, a partir de um bom debate. E o bom debate, com certeza, faz com que todos sejam beneficiados. Eu diria, com certeza absoluta, essa é a Comissão de Direitos Humanos. E. com certeza, na redação final do estatuto, o direito do ser humano vai estar em primeiro lugar. Muito obrigado a todos. Está encerrada a presente reunião.

[palmas]

Sessão encerrada às 13h34.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA VIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 15 DE OUTUBRO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e dezoito minutos, do dia quinze de outubro de dois mil e oito, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência do Senhor Senador **FLÁVIO ARNS,** com a presença dos (as) Senadores (as) **AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, INÁCIO ARRUDA, JOSÉ NERY, JAYME CAMPOS, MARCO ANTÔNIO COSTA, LÚCIA VÂNIA, FÁTIMA CLEIDE, SERYS SLHESSARENKO, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, IDELI SAVATTI, LEOMAR QUINTANILHA, NEUTO DE CONTO, ROMEU TUMA, CÍCERO LUCENA e CRISTOVAM BUARQUE.** Justifica a ausência o Senador João Durval. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senador Flávio Arns declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Presidente comunica que fica retirado de pauta o ITEM Nº 2, Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008, a pedido do Relator, Senador Papaléo Paes, para reexame. Passa-se à apreciação das matérias. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 97, DE 2008** "Altera a Lei nº. 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o FNSP – Fundo Nacional de Segurança". **Autor:** Senador Renan Calheiros. **Relator:** Senador Romeu Tuma. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto e da emenda de autoria do Senador Adelmir Santana. **Resultado: Aprovado**, **com a Emenda 01-CAS. ITEM 07 – REQUERIMENTO Nº 34 , DE 2008 – CAS** "Com fulcro no artigo 58, § 2º, II e V, da Constituição da República

Federativa do Brasil, bem como nas determinações dos artigos 90/II e V e 93/II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal para debate do "Projeto de Prevenção da Transmissão Materno-Fetal do Vírus da AIDS", implantado no ano de 2002 em Angola, na África, pelo ilustre e eminente infectologista brasileiro, DAVID EVERSON UIP, cujo tratamento inédito conseguiu reduzir drasticamente o índice de contaminação materno-fetal da AIDS, em data a ser marcada". **Autor:** Senador Romeu Tuma. **Resultado: Aprovado. EXTRA-PAUTA – ITEM 08 – REQUERIMENTO Nº 35, DE 2008 – CAS** "Nos termos regimentais, requeremos a realização de Audiência Pública a fim de instruir o PLS nº 343 de 2008. Os convidados serão designados posteriormente". **Autores:** Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Romeu Tuma e José Nery. **Resultado: Aprovado.** No fim da reunião os senadores externaram aos professores os votos de felicidades e de realizações pelo dia dos professores. Os itens 03, 04, 05 e 06 ficam adiados. Fizeram uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Romeu Tuma, Inácio Arruda, Leomar Quintanilha, Augusto Botelho e José Nery. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e doze minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Flávio Arns, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senador FLÁVIO ARNS, Presidente em exercício.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE OUTUBRO DE 2008, ÀS 11 HORAS E 18 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, do Senado Federal.

Antes de iniciamos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os senadores e senadoras que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

Antes de iniciamos a nossa reunião, gostaria de comunicar que fica retirada da pauta o Item 2, o PLC nº 107/2008, de autoria do Deputado Júlio Delgado e com relatoria do Senador Papaléo Paes, a pedido do próprio relator, Senador Papaléo Paes, para reexame. Então, se nós apreciarmos a pauta, veremos que dos itens que fazem parte da pauta, que é uma pauta de sete itens, um retirado, então, seis itens, dois itens têm natureza não terminativa, que poderão ser apreciados no dia de hoje: O Item de nº 1 e o Item de nº 7.

Passamos, então, à apreciação desses dois itens. O Item nº 1, de decisão não terminativa, é o Projeto de Lei do Senado nº 97/2008, que altera a Lei nº 10201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública, FNSP. Autor, Senador Renan Calheiros, o relator é o Senador Romeu Tuma, aqui presente, assim como o Senador Paulo Paim, que está presente também, e o parecer é pela aprovação do projeto e da emenda de autoria do Senador Adelmir Santana. A matéria irá na seqüência à Comissão de Constituição Justiça e Cidadania para prosseguimento de sua tramitação.

Concedo, então, a palavra ao Senador Romeu Tuma, para proferir o seu relatório.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Presidente, eu fiz um projeto idêntico, antes do Senador Renan Calheiros, mas ele, como Presidente, teve a preferência, e me deram a honra de relatar esse projeto. Eu acho que é muito importante o Fundo Nacional de Segurança Pública, a proposição é de autoria do Senador Renan Calheiros, acrescenta o Inciso VI ao art. 4º, da Lei 10201 de 14 de fevereiro de 2001, para prever que o Fundo Nacional de Segurança Pública apoiará os programas de assistência psicossocial aos policiais, seus dependentes e cônjuges.

Na justificação o autor argumenta que a pressão sofrida pelos policiais decorrentes dos riscos da atividade de combate ao crime, conduz a um quadro de estresse, que pode causar seqüelas psicológicas, que refletem diretamente ao seu comportamento, além de interferir no convívio familiar.

Algumas assembléias já aprovaram isso e eu acredito que é importante. Eu tenho uma experiência sobre o problema da causa do estresse, principalmente na Polícia Federal e outras polícias que trabalham nas regiões de fronteira, onde praticamente não podem ter vida social, pelo envolvimento com o crime de vários cidadãos que moram nessas regiões.

Certa vez, Senador Paulo Paim e Senador Flávio Arns, com a suspensão da censura eu aproveitei os psicólogos que estavam nesse setor e pedi que fizessem uma peregrinação pelas áreas de fronteira para conversar com os policiais, visto o aumento de suicídio que estavam ocorrendo. E o relatório não foi nada agradável, pela depressão contínua da permanência, mais do que seis meses, nessas regiões.

Então, essa assistência é importantíssima. Eu acredito que esse fundo tem objetivo correto e sadio.

E atendimento, principalmente, aos policiais e às suas famílias, no que diz respeito à conduta psicossocial.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então, o parecer do Senador Romeu Tuma é pela aprovação. Está em discussão a matéria. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu só quero cumprimentar a iniciativa do Senador Renan Calheiros, e também do relator, Senador Romeu Tuma. O relator, para todos nós, é mais que um especialista na área, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Especialista.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mais que um especialista na área, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É um guru.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Exatamente. Conhece como ninguém todo esse setor. Eu, naturalmente, eu quero declarar o meu voto, já que o voto não será nominal, acompanhando a proposta, mais do que justa do Senador Renan Calheiros e o relatório tão bem feito pelo Senador Romeu Tuma, que visa melhorar a qualidade de vida dos policiais, principalmente, no que tange à assistência no campo da psicologia. Isso vai ser fundamental, e nós sabemos que a situação deles que se envolvem em condições de alto risco a todo o momento, precisa ter toda uma estrutura nesse aspecto, que atenda não só o policial, como também a família.

Por isso meus cumprimentos ao Senador Renan Calheiros, e também ao Relator Senador Romeu Tuma.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu, da mesma forma quero me associar à iniciativa do Senador Renan Calheiros e ao relatório do Senador Romeu Tuma, e dizer também da importância deste acréscimo porque, sem dúvida alguma, a profissão exige, assim, um preparo psicológico, social, não só para o profissional que está lá atuando, mas também para a família, como o Senador Paulo Paim colocou. Na família precisa de apoio também. E os profissionais na área psicossocial podem prestar esse atendimento.

Então, é algo importante, necessário, e pode contribuir em situações, sem dúvida, de muito estresse, às quais esses profissionais são submetidos.

Muito bem, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer que conclui pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 181/2008, com uma emenda apresentada. Os Srs. Senadores e Srªs. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Está aprovado o projeto. A matéria vai, na seqüência, à Comissão de Constituição Justiça e Cidadania.

Passamos ao Item 7 da pauta, que é de natureza não terminativa. O autor é o Senador Romeu Tuma e o requerimento diz o seguinte: "Com fulcro no art. 58, § 2º, II e V, da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como nas determinações dos arts 90, II e V, e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal para debate do *Projeto de Prevenção da Transmissão Materno-Fetal do Vírus da AIDS*, implantado no ano de 2002 em Angola, na África, pelo ilustre e eminente infectologista brasileiro, David Everson Uip, cujo tratamento inédito, conseguiu reduzir drasticamente o índice de contaminação materno-fetal da Aids".

E esta audiência seria realizada em data a ser definida pela comissão, em data a ser marcada. Está em discussão a matéria. Senador Romeu Tuma, como autor do requerimento.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, eu tive com o Dr. David Uip, que foi diretor do Incor e ele é um especialista e infectologista, professor da USP. Ele tem, há alguns anos, trabalhado junto à área médica de Angola, principalmente, no combate à AIDS. Nós sabemos que a origem, a maior pressão infectológica de AIDS é na África. Então, o Brasil está dando uma concessão enorme de diminuir violentamente os índices de AIDS naquela região, principalmente, na cidade de Angola.

O que aconteceu? O meu filho é médico neuro-oncologista e foi convidado pelo David também para ficar uma semana conversando com os médicos sobre a parte neurológica. E o Brasil está dando uma contribuição, porque há um... Vamos dizer, um atraso, no trabalho dos médicos da África e, como eu fiquei entusiasmado com a exposição que ele me fez, eu achei que seria importante a comunidade científica brasileira tomar conhecimento desse trabalho, através da Comissão do Senado, porque eu acho que ele é um centro irradiador importante, e provavelmente, ele... Se quiserem convidar outros, poderia fazer uma exposição que, sem dúvida nenhuma, seria útil ao Ministério da Saúde e outros órgãos que V. Exª sabe que possam colaborar, aonde se dá o combate, principalmente, a origem da doença tão greve, que é o HIV.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Eu quero dizer ao Senador Romeu Tuma, que também concordo com a realização da audiência, com o conteúdo, será um prazer para esta comissão e para o Senado Federal receber o Doutor Uip que, sem dúvida, é um expoente na área da infectologia no Brasil e, particularmente, nesta relação

do Brasil com Angola, para externar e apresentar os resultados dos trabalhos conjuntos que vêm sendo realizados.

Eu quero cumprimentar também o Senador Leomar Quintanilha. Muito bem. Continua em discussão, não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Está em votação o requerimento do Senador Romeu Tuma, para realização da Audiência Pública, que acabou de ser detalhada. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Eu quero destacar, também, como Comissão de Assuntos Sociais, que trata de assuntos essenciais para a cidadania da pessoa, como saúde, assistência, previdência, trabalho, que hoje é o Dia do Professor, da professora, e quero também externar, na ausência justificada da Presidente, da Vice-Presidente, Senadoras Patrícia Saboya, e Senadora Rosalba Ciarlini, externar aos professores, os votos, assim, de um dia feliz, de realização, e de reflexão sobre a área também.

O que nós desejamos é que os professores sejam extremamente valorizados, prestigiados, reconhecidos, isto é uma tarefa permanente em termos de Brasil, mas que esse reconhecimento passe pelo direito fundamental ao trabalho. Ao trabalho com salário digno, valorização salarial, da carreira. A gente sabe quantos problemas de saúde os professores vêm enfrentando, 15 a 20% das licenças são decorrentes de problemas na área da saúde mental, não só dos professores, mas dos funcionários de uma maneira geral.

A gente sabe das dificuldades que muitos professores enfrentam nas escolas, em termos da violência hoje em dia que ocorre, inclusive, dentro das escolas. O assunto foi antes levantado pelo Senador Romeu Tuma. Então, nós queremos dizer aos professores, e eu me incluo entre os professores, porque sou professor, de dizer: "Olha, nós queremos ainda que está área seja muito mais valorizada em termos de Brasil, para o que professor e a professora possam ter as suas necessidades, a sua cidadania, os seus direitos humanos assegurados por uma remuneração, principalmente, digna, boa, a valorização financeira do professor e da professora".

Além disso, dizer que o professor trabalha na concretização do direito humano fundamental para a democracia, para a independência, para o desenvolvimento de qualquer país, que é a educação de qualidade. Nada se faz num país, que não valoriza a educação de qualidade. Então, essa educação de qualidade é reflexo, essencialmente, de um conjunto de aspectos, mas nesse conjunto de aspectos, com importância fundamental, o professor.

Então, que a gente possa também, como Comissão de Assuntos Sociais, nesse Dia do Professor, assumirmos esse compromisso, sempre maior, de valorização dessa categoria, em nosso país, fundamental para o país, mas também que nós nos debrucemos sobre a própria categoria profissional para dizer: "Olha, nós vamos chegar no dia em que o professor seja mais valorizado no Brasil". Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, eu quero me somar à fala de V. Exª, pelas homenagens, inclusive que a Casa e o Brasil faz aos professores nesse dia, sem sombra de dúvida, todos nós falamos tanto na importância dos professores. Mas, infelizmente, Senador Flávio Arns alguns estados acabam tendo uma conduta que vai contra o interesse dos professores.

Eu, por exemplo, lamentei muito e V. Exª sabe que eu não trago debate estadual para o Congresso Nacional, nunca o fiz, pelo contrário. Mas eu quero aqui deixar toda a minha solidariedade ao CPERGS, ao Centro de Professores do Rio Grande do Sul, a sua entidade sindical maior, porque infelizmente o Governo do Estado, recentemente, resolveu simplesmente, recolher todos os dirigentes que estavam à disposição da entidade alegando gastos. E o CPERGS se propôs, inclusive, a pagar então o CPERGS pagaria os salários dos professores que estavam à disposição da entidade, no seu corpo diretivo e, assim mesmo, não houve entendimento.

Nós estamos marcando uma Audiência Pública, para debater esse tema lá na capital, com as entidades sindicais, para ver se contornamos essa situação. Eu lamento isso, porque a gente fala tanto da importância da organização, da carga horária, do estresse dos professores, da responsabilidade da formação de gerações, que são os professores que fazem. No fundo, são eles que fazem esse papel e nós percebemos que na hora, até, de pagar o piso salarial, que esse Congresso aprovou de forma soberana, justa e solidária com os mestres, que dão educação a toda a nossa gente, e percebemos que houve um movimento contra o pagamento do piso salarial, aqui na Casa, sem sombra de dúvida, lideradas pelo Senador Cristovam Buarque e que teve o aval do MEC e do próprio Presidente da República.

Então, nesse momento, que se fala tanto dos professores, eu quero na mesma linha de V. Exª, o próprio Plenário do Senado está fazendo também isso, deixar registrada toda a minha solidariedade aos professores. Que o piso salarial seja pago, que os dirigentes possam ficar nas suas entidades para levar a sua caminhada, a sua luta, as suas reivindicações, pelas melhores condições de trabalho nas escolas. Eu

sempre digo, do jardim à universidade. Tanto a questão da melhores condições de trabalho como também a questão salarial. A carga horária dentro do limite, que permita a eles dar aula com qualidade e viver, como eu digo, e envelhecer com dignidade.

Nós temos inúmeros professores que caíram no tal de *vácuo,* em matéria da legislação, que não estão podendo usar a regra de transição, para efeito de aposentadoria. Temos um debate dos diretores das escolas, que parou no Supremo Tribunal Federal e ainda não há uma decisão definitiva. Temos emendas constitucionais na Casa, que apontam nesse sentido, para que permita que o professor que é diretor de escola, que tenha direito à aposentadoria especial como os outros. Porque ele, além de ser diretor, de coordenar o trabalho da equipe, ele acaba interagindo sempre na formação das crianças, dos jovens, dos adultos, no que tange ao campo da educação, naquilo que fica, eu diria, no aspecto da sala de aula.

Por tudo isso, é mais do que justo a iniciativa dessa Casa, e sei que é de todo o Brasil, que a gente faça uma grande homenagem aos professores, ao mesmo tempo, atendendo às suas reivindicações básicas. E só para concluir, que ao mesmo tempo em que eu noto isso com os sindicalistas que são da área dos professores, percebo também que os outros sindicalistas da área privada também estão tendo enormes dificuldades, sendo demitidos. Alegando o seguinte, demite o sindicalista é depois diz o seguinte: "Vai procurar seus direitos na Justiça". É inadmissível, nem na época da ditadura eu vi tanto tratamento indevido com os sindicalistas, que têm estabilidade do emprego, e estão sendo demitidos de um momento para o outro. Isso pega tanto os professores como também os trabalhadores da área privada.

Claro que isso não tem nada a ver com o Governo Federal, infelizmente há alguns adotam essa questão e mandam procurar os direitos na Justiça. Vamos tratar de aprovar uma lei aqui que garanta, efetivamente, a estabilidade no emprego para todos os dirigentes sindicais. Essa lei já foi aprovada nessa comissão, em todas as comissões aqui no Senado, está pronta para o Plenário para ser votada, mas para a surpresa minha, cada vez que eu peço que se coloque em pauta, há alguém que pede que não seja colocada em pauta esse Projeto de Lei, que vai garantir aquilo que já está consagrado no princípio do direito, da liberdade e autonomia sindical, que é a estabilidade do dirigente sindical.

Era isso. Meus cumprimentos a V. Exª e aos outros senadores pela iniciativa de homenagear hoje todos os professores e professoras.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Passo, em seguida, a palavra ao Senador Leomar Quintanilha.

SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, caros colegas, isso me faz associar às manifestações de homenagem ao professor, no dia em que o Brasil inteiro reverencia essa categoria profissional. Não é possível pensar-se no desenvolvimento social e econômico de qualquer povo, de qualquer nação, sem que o carro chefe dessa orientação seja a educação.

E, naturalmente, dentre os instrumentos utilizados para a educação é, sem sombra de dúvida, o professor, o principal desses agentes. Investir na inteligência, investir no conhecimento, investir na capacitação é investir na cidadania. É investir na liberdade, na autonomia. E o professor se supera no Brasil. O professor se supera no Brasil ao desincumbir-se, com paixão, não só com aquele comprometimento natural da atividade profissional, mas, via de regra, o professor consciente da importância da sua ação na formação do indivíduo, do cidadão, mergulha por inteiro no desempenho dessa sua função, dessa sua atribuição.

De forma que, não raro, nós notamos nos quatro quadrantes do Brasil, desde o Município mais remoto, mais pobre, mais carente, ao de Municípios mais destacado, esse empenho, essa dedicação que o professor tem para com os seus alunos. Essa paixão que professor tem pela sua profissão. Essa identidade que a grande maioria dos professores encontram no exercício da sua profissão. E nada mais justo que nós façamos aqui o mínimo. O mínimo que nós podemos fazer é reconhecer, é reconhecer a importância, o significado, o valor do trabalho, que o professor tem no desenvolvimento da nossa pátria, no nosso Brasil.

Eu queria, Senador Flávio Arns, cumprimentá-lo pelo exercício das atribuições que lhe incumbe nesta Casa e, sobretudo, nesta comissão e a iniciativa que teve de homenagear os professores. A Casa hoje também está fazendo isso, numa sessão solene do Plenário. Eu, simplesmente, gostaria de somar a minha modesta contribuição, me associar a essa manifestação de reconhecimento, de valorização, e de gratidão ao professor brasileiro, no dia em que o Brasil inteiro comemora a passagem do Dia do Professor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, obrigado Senador Leomar Quintanilha, passo a palavra ao Senador Romeu Tuma. Na seqüência, o Sr. Senador Inácio Arruda e, depois, o Senador Augusto Botelho.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Presidente, nada eu teria a acrescentar ao que foi falado por V. Exª, hoje, logo pela manhã, já com a manifestação na

Comissão de Direitos Humanos, o nosso representante do Tocantins, Senador Leomar Quintanilha, mais o Senador Paulo Paim. E hoje eu tive a alegria da primeira hora ligar para a minha esposa para cumprimentá-la pelo Dia do Professor. E ela me advertiu que eu não falasse dela aqui porque, de vez em quando, eu conto a história da sua vida de início de professora, com as dificuldades que tinham até do transporte, para chegarem à escola onde iniciaram. Não só a escola rural como mesmo a urbana, que São Paulo oferecia várias dificuldades de acesso. Mas a vocação era mais importante do que é hoje.

Hoje há um desestímulo, Senador Augusto Botelho, a essa categoria tão importante para a formação da cidadania e do futuro do país. Os professores são os alicerces que sustentam a democracia, a dignidade da pessoa humana, e todos os princípios de convivência em coletividade. E eu acho que quando o Senador Paulo Paim falou em piso salarial, nós aqui achamos que nacionalizou o piso num valor baixo, Senador Leomar Quintanilha e Senador Augusto Botelho, R$ 950,00 não representa um salário à altura do que representa um professor na sala de aula.

Até porque, ela tem várias dificuldades, de sustento da família e, às vezes, tem que estar duas, três aulas em escolas diferentes, para completar a base salarial. Mas foi um respeito... Há lugares que nem R$ 200,00 ou R$ 150,00 ganhavam, e houve realmente protestos, não de parlamentares, eu acredito, mas de governadores e de prefeitos, dizendo que seriam incapazes de responderem pelo salário mínimo de professor e aí o governo tem que intervir e ter o fundo para poder ajudar.

Eu acho que é uma luta que se inicia, nós devemos dar continuidade, como diz V. Exª, principalmente na assistência ao professor, é preciso ter psicólogo dentro da escola para acompanhar os alunos que não acompanham a evolução da classe e, principalmente, o domínio da violência que vem acovardando, no bom sentido, professores que não querem mais voltar à sala de aula, porque saem feridos, quando há uma reação a qualquer medida que é tomada pelo professor. O aluno vivendo num contexto de violência, hoje infelizmente nas periferias de cidade, agride o professor, como uma vingança social, pessoal.

Então, tudo isso eu fiz o projeto para criar o cargo de psicólogo dentro da unidade escolar ou, pelo menos, da delegacia, para sempre ter um acompanhamento. Não adianta ter dois professores, para um ser o professor e o outro dar assistência a quem precisa. Tem que ter alguém especializado no acompanhamento do comportamento do aluno, e restabelecer a sua dignidade na atividade de respeito ao professor.

O senhor falou em alergia e eu perguntaria ao Senador Augusto Botelho se a doença de alergia não é uma doença crônica entre os professores por causa do giz, do uso do giz e tudo. Eu vejo, V. Exª falou de várias doenças, eu sei que houve um período... Hoje parece que tem a lousa eletrônica e alguns princípios para evitar o excesso do uso do giz, que dá mesmo uma alergia crônica num tempo curto de atividade profissional do professor.

E parabéns ao professor, que eles tenham todo respeito da sociedade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É isto que queremos externar nesta Comissão. O Senador Inácio Arruda com a palavra.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente Senador Flávio Arns, Sras e Srs. Senadores, eu tenho assim a opinião de que a nossa sessão do dia do hoje, ela se enche de solenidade ao fazer essa justa homenagem aos professores. A Casa está fazendo, simultaneamente, professores e crianças. Acho que tem muita relação. Estão muito ligados, você tratar da homenagem aos professores, justa, importante, necessária, no momento em que, também o Congresso Nacional, tem adotado medidas que ajudam os professores a melhorarem as suas condições para exercerem esse ofício, que é o mais importante de todos.

Até pouco tempo, não sei agora, mas fiz uma visita à China em 2001, passamos treze dias percorrendo várias cidades chinesas. Um impacto enorme para nós, que não conhecíamos aquela realidade cultural e também de um desenvolvimento tão alargado. E nós começamos a especular sobre as profissões, e os tradutores e as pessoas com quem a gente conversava, diziam assim: “Aqui a profissão que é mais procurada é de professor”. Eu disse: “Mas por quê?” “Porque é a profissão melhor remunerada na China, é a de professor, porque eles que cuidam de todos os outros, é o professor que forma o engenheiro, o físico, o matemático, o médico, o tecnólogo, o técnico de nível médio”.

É o professor que dá as primeiras informações sobre o que é o seu país, o que é sua nação, o que é sua história. É o professor que trata com você de por quê... Qual é o significado de cada palavra, como construir cada frase, que você aprende a falar em casa, com o pai, com a mãe, com os irmãos, com os parentes mais próximos, mas é na escola que você vai compreender o significado da sua língua. O que a sua língua tem a ver com sua nação, com o seu povo. Então, o papel do professor é muito destacado.

Eu tive muita sorte na vida, porque nasci num bairro muito pobre, na cidade de Fortaleza, chamado Dias Macedo, que não tinha nenhum ou quase que não

tinha gente remediada. Ou era pobre, e tinha um rico único, exclusivo, que também não morava lá, mas tinha sua fazenda dentro daquele bairro, naquela época. Mas nós tínhamos uma sorte imensa. Nós fomos estudar numa escola, começamos numa escolinha do bairro, comandada pelo... Um educador chamado José Duarte Espinheiro, que a gente chamava... Tinha o apelido de Zequinha, era um professor, desses que dedica a vida toda. Toda, toda a vida dele, todo o tempo, todos os segundos da vida estão dedicados à educação, à formação do povo.

Dali nós saímos para uma escola chamada Geni Gomes, que vinha a ser a genitora do José Eduardo Gomes, Brigadeiro Eduardo Gomes, praticamente os criadores da aeronáutica. Nós fomos estudar dentro da escola, numa região chamada Cocorote. O Cocó era um rio e, o *rote* era a rota que os aviões faziam na altura do Rio Cocó, por isso que ficou Cocorote. Então, Cocorote era o local onde nós estudávamos, na escola Geni Gomes, e as professoras dessa escola, Presidente Senador Flávio Arns, praticamente elas tinham dedicação exclusiva, elas só davam aula naquela escola. Então, elas passavam o dia inteiro cuidando da gente ali, daquelas crianças.

Quer dizer, você tinha aula de português, de matemática, de história, depois tinha aulas de artes e ofícios, de música. Então, todas as crianças tinham aula de música, era uma escola especialíssima. Então, nós fomos nos formando ali, naquela escola, foram os nossos primeiros anos de escola. Nesse tempo se chegava muito tarde nas escolas, com sete, oito anos de idade é que se chegava na escola, mas esses primeiros anos de escola foram assim... Muito especiais, porque era dedicação exclusiva.

Depois dessa sorte grande, nós caímos, depois de um vestibular, no que hoje é o Centro Federal de Educação Tecnológica, e todos os professores do CEFET tinham dedicação exclusiva. Eles só davam aula no CEFET, eles não davam aula em outra escola, mas para poder ter dedicação exclusiva, precisa ter um salário bem maior. Nós conquistamos o piso hoje. Na Universidade Federal, quando nós chegamos na Universidade Federal, também os professores estavam com dedicação exclusiva. Só tinham obrigação de dar aula naquela universidade, eles não podiam dar aula em outra universidade, porque eles tinham um contrato de dedicação exclusiva para aquela universidade.

Hoje, nós conquistamos... Depois disso, quebrou muito, com a universalização da educação, isso quebrou demais, e os professores tiveram seus salários muito rebaixados, mas muito, muito rebaixados, e o significado desse rebaixamento foi uma qualidade de formação das crianças muito precária. Hoje se busca recompor, primeiro com o piso salarial, que eu reconheço e, todos nós reconhecemos, que é muito baixo em relação às necessidades dos professores, R$ 950,00, ou mesmo R$1.000,00 ainda é muito, muito aquém das nossas necessidades nas salas de aula para um professor, que precisa ter livro, que precisa ter revista, que precisa ter internet, que precisa estar fazendo congressos, quer dizer, tem que estar o tempo inteiro acompanhando a evolução daquela cadeira que ele tem, responsabilidade de ministrar para os seus alunos.

Eu acho que nós conquistamos aqui uma passada, o piso é uma passada boa, e uma homenagem mais que merecida para os professores brasileiros. Em diálogo com o Presidente da Comissão de Educação, nós temos discutido uma proposta de que você caminhe para a dedicação exclusiva novamente. Quer dizer, cada professor ele só pode ser professor em uma escola. Ele não pode dar aula de manhã numa escola municipal, à tarde numa escola estadual, à noite numa particular e, no final de semana, ainda ter que dar uma aula de cursinho preparatório para algum tipo de concurso público ou vestibular.

Quer dizer, esse professor ele não tem condições de preparar uma boa aula. Então, a maior homenagem que nós podemos prestar é continuarmos nessa luta nossa, aqui no Congresso Nacional, onde nós temos muitos professores, aqui mesmo na Comissão de Assuntos Sociais, nós temos muitos professores de universidades, de ensino médio. Na Comissão de Educação também estamos com muitos professores. Eu acho que nós devemos caminhar, persistir nesta justa trilha de que cheguemos à dedicação exclusiva, para poder... A dedicação exclusiva também obriga o poder público a garantir um salário adequado, porque o professor corre, às vezes, em cinco escolas diferentes, para poder alcançar o salário que lhe permita ter uma vida digna minimamente.

Então, a dedicação exclusiva vai forçar também o governo a caminhar para ter um salário mais ajustado, que é necessidade do professor, ele não vai ficar contente com R$ 950,00, ou com R$ 1.000,00, ele precisa de um salário melhor para ele não sair correndo, cinco, seis escolas para ter um salário adequado. Então, eu acho que a nossa homenagem que V. Exª patrocina nesta comissão, que é a Comissão de Assuntos Sociais, tem uma relação muito forte com a educação. É justíssima, nós devemos abraçar os professores tomando iniciativas.

Quer dizer, é o abraço do conforto, da solidariedade, daqueles que lutam pela educação no Brasil, mas, ao mesmo tempo, que têm a responsabilidade de tomar iniciativas, para melhorar a vida dos professo-

res no Brasil inteiro, porque nós estamos melhorando a vida do Brasil. Agradeço a V. Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, Senador Inácio Arruda, depoimento dos mais importantes e interessantes também.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Parabéns. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Flávio Arns, o senhor sempre tem idéias brilhantes. Essa da gente fazer um parêntesis para homenagear os professores na nossa Comissão de Assuntos Sociais foi ótima. E eu gostaria de pegar um gancho, logo no Senador Inácio Arruda, que está falando do professor com dedicação exclusiva. Mas eu acho o que nosso país será melhor mesmo, em educação, quando as nossas escolas forem de tempo integral.

Eu reafirmo aqui que a formação do caráter e a educação moral da criança tem que ser feita pela família. O professor não pode ser responsabilizado por isso, apesar de haver uma tendência da sociedade de jogar tudo nas costas dos professores. Então, eu faço um apelo aos pais que estão ouvindo e vendo essa comemoração aqui, que participem mais das escolas, que participem das associações dos pais e mestres. Nas escolas públicas, que exijam que a merenda seja gerida pela escola.

Ainda existem municípios lá no meu próprio Estado e no próprio Estado também que a merenda é centralizada. Eu dou como exemplo uma aldeia que tem próximo à minha propriedade rural, que é o [ininteligível], onde a merenda é gerida pela escola. É uma comunidade e tem umas cento e poucas famílias, mas o dinheirinho deles é pequenininho e tudo, mas melhorou muito a qualidade da alimentação. Melhorou e eles são responsáveis, prestam contas e tudo direitinho. São pessoas que não tinham nem conta em banco, nem sabiam o que era conta em banco, mas estão fazendo.

Então, eu sugiro aos pais que participem, mas eu gostaria de homenagear todos os professores do Brasil, em nome da minha professora Cidalina Tomé, Tomé Abdallah que está viva até hoje, professora do tempo de primário. E ela foi professora também do Mozarildo e do Vilandi. Houve uma época em que nós três estávamos aqui na Casa, representando o nosso estado, todos os três éramos alunos da Professora Cidalina, fomos alunos dela e ainda somos, a gente diz que é aluno dela ainda. E que ela está viva hoje e trabalha e é ativa.

E também homenagear um outro professor que eu tive, que está vivo ainda, mas esse já foi do ginásio, foi professor de música, de canto orfeônico, era o Padre Bindro, missionário da consolata, porque agora a música voltou a ser incluída na LDB, como item obrigatório, para ser incluído nas escolas. E, realmente, para mim foi muito importante ter uma escola de música. O meu Estado esse ano foi a primeira vez que houve um concurso de corais das escolas, houve um concurso agora esse mês passado. Significa que a música realmente está voltando, nós temos uma escola de música lá em Roraima, pequenininha, mas é nossa escola de música e tem formado muitos músicos.

Alguém falou na professora de português e tudo, realmente o português os alunos não gostam de estudar atualmente, mas o português... Se eu não souber bem o português eu não posso... Não adianta eu ter um pensamento sublime, uma idéia, ou uma luz genial dentro deu cérebro, se eu não souber traduzir aquilo direito, na minha língua, para as outras pessoas poderem absorver aquilo. Então, português é o que a turma menos gosta da estudar, e reclama. Até nos concursos públicos, todo mundo reclama do português, mas é importante.

Então, eu gostaria, em nome da professora Cidalina e do Padre Bindro, homenagear todos os professores, principalmente, aquelas das escolas do interior, onde a professora, que muitas pessoas ignoram no Brasil, que numa mesma sala de aula ela tem várias séries. Nas comunidades indígenas é muito comum isso, e nas comunidades também, rurais, nos assentamentos, nos blocos de agricultura familiar do meu Estado, é muito freqüento isso, eu encontro muitas escolas assim.

E dar um abraço especial a todas essas mestras, que elas continuem trabalhando, porque são elas que iluminam a mente dessas pessoas, dessas crianças, para encaminhar, para que elas tenham uma melhora da qualidade da vida. E vamos todos nessa Casa e nesse Brasil lutar para que o que nosso ensino, que agora atinge quase a totalidade dos brasileiros melhore na sua qualidade, principalmente no ensino básico e no fundamental.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e meus parabéns aos nossos mestres.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Isso é importante, Senador José Nery com a palavra.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Flávio Arns, presidindo a Comissão de Assuntos Sociais, Senador Inácio Arruda, Senador Augusto Botelho, primeiro para... Eu me associo à homenagem que a Comissão de Assuntos Sociais presta aos professores e professoras do Brasil. Professores do Ensino Fundamental e da Educação Infantil, da educação de jovens

e adultos, do ensino profissionalizante, professor do nível médio, dos cursos técnicos, dos cursos, inclusive, os cursos técnicos profissionalizantes. Professores das nossas universidades de nível... Professor de nível superior da graduação, da pós-graduação, dos doutorados.

Então, essa é uma homenagem completa. A todos os mestres e a todas as mestras do Brasil. No dia em que celebramos o seu dia, onde certamente temos motivos para comemorar, mas também temos muitos motivos ainda para lamentar. A existência de 14 milhões de analfabetos. A distorção idade-série ainda é muito grande em nosso país, a repetência, sobretudo, e o abandono na sala de aula, sobretudo, nas séries iniciais e no ensino médio, ainda é algo muito forte, em várias regiões do país.

Temos avançado na garantia de mais recursos para a educação, mas o nosso crescimento econômico não tem sido... Não tem obtido na educação um crescimento igual, no sentido da qualidade da... E quanto à universalização, até que avançamos significativamente. Mas ainda há crianças fora da escola, em número reduzido, mas ainda há crianças trabalhando. Então, a homenagem que daqui a pouco o Senado Federal presta, oficialmente, através de uma sessão especial, no Plenário a homenagem aos professores e professoras e às nossas crianças. Uma iniciativa do Senador Cristovam Buarque, cujo requerimento é subscrito por vários Srs. Senadores e Senadoras, creio que é um momento oportuno para celebrarmos juntos as conquistas, lamentarmos também ainda aqueles índices, sobretudo de repetência, de analfabetismo, dos milhares de jovens que ainda não tiveram a oportunidade de ingressar numa escola técnica profissionalizante para a sua formação profissional.

Mas, sobretudo, o dia de hoje, o Dia do Professor deve servir como um estímulo, um desafio, para todos aqueles que vivem na educação, que todos os dias lidam com as crianças, com os jovens e com adultos procurando fazer do conhecimento um instrumento fundamental da cidadania. Meu orgulho também, Senador Flávio Arns, de ser professor sou professor do Estado, do ensino médio do Estado do Pará, professor de geografia, e lidei durante muitos anos com a educação não formal. Trabalhei numa organização não-governamental, a FASE, que desenvolveu projetos na área da formação de liderança sindicais e populares no Estado do Pará.

Então, educação é algo fundamental no desenvolvimento do país. Há essa consciência, os governos, inclusive, têm essa consciência, os parlamentares, o Congresso tem essa consciência, porém é preciso a gente, de fato, transformar, trabalhar, para que a educação seja prioridade nacional. Acho que, considero que estamos avançando, porém é preciso transformar aquela, esses nossos votos, esse nosso desejo, essa nossa vontade, e fazer aquilo que o Senador Flávio Arns tão bem nos conclama no Plenário, nas Comissões do Senado. Ele disse assim: "Lugar de criança é no orçamento", "lugar de educação é no orçamento", porque na medida que tenhamos mais recursos, para educação em vários níveis, melhor será a possibilidade de transformar a educação nesse grandioso instrumento de promoção do desenvolvimento e da cidadania.

Parabéns aos professores e professoras do Brasil, parabéns ao Senador Flávio Arns por permitir esse momento na Comissão de Assuntos Sociais, em que aqui pudemos prestar as nossas homenagens aos professores e professoras do nosso país, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, agradeço ao Senador José Nery e, de fato, o grande objetivo foi que, em conjunto, pudéssemos pensar, refletir, visualizar caminhos, mas, principalmente, homenagear o professor, a professora, nesse dia 15 de outubro, que é o grande dia, destinado a eles e a nós, não é, Senador José Nery? V. Exª também é professor, eu sou professor também, e os outros não deixam de ser educadores da mesma maneira.

Eu quero colocar um outro assunto, um último assunto em pauta, pedir a permissão do Plenário, que na semana passada, nós lemos na comissão o ofício do Senador Mozarildo Cavalcanti, em que ele coloca para a comissão, o documento que ele recebeu do Professor Doutor Ernei Plesman Camargo, que é Diretor Presidente da Fundação Zerbini e, naquele ofício, o Dr. Ernei esclarece a situação do INCOR DF, apontando para uma desvinculação da gestão dessa unidade hospitalar. E o Senador Mozarildo Cavalcanti, naquele expediente, manifesta preocupação e estava pedindo a atenção da Senadora Patrícia Saboya, Presidente dessa comissão, no sentido de envidar esforços, para manutenção desse centro de excelência em saúde cardíaca, que todos nós consideramos, do mais alto grau de especialidade.

Então, em continuidade a esse assunto, existe aqui o Projeto de Lei do Senado nº 343/2008 de autoria do Senador Marconi Perillo, que autoriza o Poder Executivo a criar o Instituto do Coração – DF, e dá outras providências. Conversando com a Secretaria da Comissão, consideramos assim, de bom alvitre, fazer essa discussão aqui na comissão. Chamando as pessoas do Incor DF e outras pessoas para avaliar esse assunto, que nós não poderíamos, assim, dada a gravidade do assunto, a importância do assunto, a repercussão para a sociedade, o trabalho que o Incor

pode fazer para um conjunto de pessoas, com uma estrutura extraordinária.

Então, o que se propõe, é que façamos... Foi proposto que apresentássemos um requerimento. Porque todos nós podemos assinar em conjunto, se esse for o desejo, nos termos regimentais, requeremos em conjunto a realização de Audiência Pública a fim de instruir o PLS nº 343/2008, que foi o que eu acabei ler. Os convidados serão designados posteriormente e podemos, caso concordem, assinarmos em conjunto para discutirmos.

Ao que me consta, inclusive, existe uma infra-estrutura à disposição, o pessoal do próprio Incor está dizendo e que não vem sendo utilizada pela comunidade. Estão num drama de saúde, pelo qual toda a população passa... Termos uma infra-estrutura de qualidade, que pode ser maximizada, eu acho que esse debate tem que acontecer nessa comissão. Então, em primeiro lugar, eu pergunto da possibilidade de colocarmos esse requerimento na pauta.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): V. Exª permite só uma palavrinha sobre isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Mas antes, só um minutinho.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu concordo plenamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Concorda, então está bem. Então, está colocado o requerimento em discussão, então.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então, só para dizer o que vem acontecendo na área do Incor, e a possibilidade do instituto, provavelmente, ser aproveitado pelo Governo Federal. Eu sou membro do Conselho do Incor em São Paulo, e o Governador Serra achou que não devia mais cobrir as despesas de Brasília do Incor, que foi criado em acordo com o Parlamento Brasileiro, com o Senado, e com a Câmara, que investiu bastante na reformulação, só que ela funciona no prédio do Hospital das Forças Armadas.

Então, houve já discussão do Governo do Distrito Federal, Roberto Arruda, José Roberto Arruda e do Governo Federal, de absorverem ou um, ou outro, a responsabilidade pela continuidade do Incor, aqui em Brasília. Mas como funciona num prédio das Forças Armadas, as Forças Armadas acham que tem que ficar com eles, com o financiamento do Governo Federal. O que acontece? Convencido, o Governador Serra me parece que mantém até o final deste ano.

Então, essa discussão tem uma importância vital de ser urgente, provavelmente, chamar alguém que tenha responsabilidade sobre essa discussão, que venha também participar e nos informar como poderá, talvez, ser aproveitado, dentro desse projeto, os dois andares que são do Incor no prédio das Forças Armadas, que tem toda uma estrutura, mas só que, provavelmente, já não estejam fazendo a medicina de ponta, que é cirurgia cardíaca, com a dificuldade natural, por falta de uma direção e a verba.

Eu só queria expor isso, porque a discussão foi bastante acentuada e não sei de solução, a não ser, essa que o governador resolveu manter mais um pouco de tempo a assistência.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Eu acho que os esclarecimentos foram muito importantes. Eu peço à secretaria para que esse debate aconteça com urgência. E que, inclusive, se entre em contato com o Senador Romeu Tuma e com a Sub-Comissão de Saúde desta comissão, o Senador Augusto Botelho, o Senador Papaléo Paes e o próprio autor do requerimento, Senador Mozarildo Cavalcanti para fazermos uma boa audiência, já para o encaminhamento, assim, se possível, para a discussão desse Projeto de Lei, mas com urgência, está bem?

Os senadores que estiverem de acordo, então, com o requerimento permaneçam como estão. Aprovado.

Muito bem, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Obrigado.

Sessão encerrada às 12h12.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE MARÇO DE 2008, TERÇA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e seis minutos, do dia quatro de março de dois mil e oito, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador Papaléo Paes, reúne-se a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, com a presença dos Senhores (as) Senadores (as) **AUGUSTO BOTELHO, FLÁVIO ARNS, ADELMIR SANTANA e KÁTIA ABREU.** Justificam a ausência a Senadora Rosalba Ciarlini e o Senador João Durval. Comparece também à reunião o Senador Eduardo Suplicy. **ITEM ÚNICO – REQUERIMENTO Nº 01, DE 2008 – CASSAÚDE** "Nos termos regimentais, requeiro seja convidado para fazer uma exposição nesta Subcomissão, o **Dr. HAIK NIKOGOSIAN**, Secretário Executivo da Conferência das partes da Convenção-

Quadro para Controle do Uso do Tabaco, da Organização Mundial de Saúde". **Autor:** Senador Papaléo Paes. **Resultado: Aprovado.** A presente reunião destina-se a uma exposição nesta Subcomissão do **Dr. HAIK NIKOGOSIAN**, Secretário Executivo da Conferência das partes da Convenção-Quadro para Controle do Uso do Tabaco, da Organização Mundial de Saúde. O Senador Papaléo Paes convida o palestrante para tomar seu lugares à Mesa. Presentes também à Mesa: **Dr. Fernando Ribeiro** – Itamaraty; **Sr. Jaime G. Rojas,** Intérprete Tradutor: e a Secretária **Marcela Pompeu de Sousa Campos Sogocio**. O Presidente registra a presença também do **Sr. Humberto Martins** – Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e da **Sra. Tânia Cavalcanti** – Instituto Nacional do Câncer – INCA. O Dr. Haik Nikogosian faz a sua exposição e logo após responde às perguntas dos Senadores Flávio Arns e Augusto Botelho. Ao final da reunião o Senador Papaléo Paes presenteia o Dr. Haik Nikogosian com livros do Senado Federal. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores (as) Flávio Arns e Augusto Botelho. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e dezoito minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Papaléo Paes, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senador PAPALÉO PAES, Presidente.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE – CASSAUDE

1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE MARÇO DE 2008, ÀS 11 HORAS E 06 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Havendo número regimental declaro aberta a 1ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Então está aprovado.

Coloco em votação, Srs. Senadores, o Requerimento nº. 1/2008 de convite ao Sr. Haik Nikogosian, que vou ler neste momento. "Nos termos regimentais requeiro seja convidado para fazer uma exposição nessa Subcomissão o Dr. Haik Nikogosian, Secretário-Executivo da Conferência das Partes da Convenção-Quadro para Controle do Uso do Tabaco da Organização Mundial de Saúde. Sala das Comissões, 4 de março de 2008, Papaléo Paes". Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento. Nós vamos dar início então à nossa reunião.

A presente reunião tem por objetivo receber na Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde do Senado Federal o Dr. Haik Nikogosian, Secretário-Executivo da Conferência das Partes da Convenção-Quadro sobre o Controle do Uso do Tabaco que manifestou interesse em manter contatos políticos com autoridades brasileiras do Executivo e do Legislativo para discutir temas de cooperação bilateral e ações de caráter intersetorial que favoreçam a implementação da Convenção-Quadro para controle do uso do tabaco.

Eu quero antecipadamente agradecer ao Itamaraty pela forma com que levou em consideração o Senado Federal, principalmente a Subcomissão Permanente de Saúde que agradece ao Itamaraty e agradece a presença do Dr. Haik.

Eu chamo à Mesa o nosso ilustre convidado, Dr. Haik Nikogosian. Eu também peço a presença do Dr. Fernando Ribeiro, da Srª. Secretária Marcela Sogocio e Dr. Jaime Rojas(F), que é o nosso intérprete tradutor.

Eu quero registrar também a presença do Dr. Humberto Martins, da ANVISA... Do INCA... Eu peço que os nossos Secretários e Secretárias melhorem a caligrafia, se mirem na minha caligrafia, por favor. Drª. Tânia Cavalcante. E a consultoria do Senado e os demais presentes aqui, Assessores dos Srs. Senadores e da Casa. Inclusive da área da imprensa. Então, eu concedo a palavra ao Dr. Nikogosian.

SR. HAIK NIKOGOSIAN: [pronunciamento em inglês]

INTÉRPRETE: Obrigado, Sr. Presidente. Prezados Deputados, Senadores, colegas. Eu estou muito grato em ter essa oportunidade de participar da reunião dessa Comissão. A reunião da minha vinda ao Brasil é uma série de três reuniões de grupos de trabalho, da Conferência das Partes da Convenção-Quadro de Controle do Uso do Tabaco que o Brasil concordou em sediar durante essa semana.

A Convenção-Quadro para Controle do Uso do Tabaco, na sua Conferência das Partes, decidiu pela criação de cinco grupos de trabalho responsáveis por cuidar de cinco temas referentes à convenção.

A primeira reunião foi sediada por outros países. E nós estamos entrando na fase final da reunião dos grupos de trabalho que vamos apresentar as conclusões dos grupos de trabalho. E o Brasil concordou em sediar três reuniões das cinco referentes a esses grupos de trabalho durante essa semana aqui em Brasília. Isso se deveu não só ao compromisso do Brasil com a Convenção-Quadro de Controle do Uso do Tabaco, mas também com a logística apropriada de reunião dos três temas que teriam algo em comum. Esses três grupos dizem respeito a três importantes questões sobre a Convenção de Controle do Uso do Tabaco. A primeira com relação ao empacotamento e rotulação das embalagens dos produtos de tabaco. O outro grupo é sobre a regulação do conteúdo dos produtos de tabaco. E o terceiro é de grande relevância, que é na verdade a proteção dos interesses de saúde pública, dos interesses da indústria de tabaco.

O trabalho dos três grupos está em progresso, começamos ontem, e nós esperamos que ao final da semana os três grupos tenham concluído seus trabalhos. E eu gostaria de agradecer ao Governo Brasileiro e as instituições aqui representadas, a ANVISA, o INCRA, o Ministério da Saúde, a OPAS pela realização desse encontro.

Sr. Presidente, senhores colegas, eu sou o primeiro Secretário-Executivo da Conferência das Partes dessa I Convenção sobre Saúde que é a convenção-Quadro sobre a Prevenção do Uso do Tabaco. E eu gostaria de dizer que é a primeira vez que nós elevamos uma questão de saúde pública ao nível de uma convenção internacional nesta convenção para o controle do uso do tabaco. E dependendo do êxito dessa iniciativa com relação ao tabaco, isso vai predizer se outras iniciativas não só de tabaco, mas também de saúde pública terão êxito também.

Por isso os senhores podem imaginar o nível de responsabilidade que o Secretariado Executivo da Conferência das Partes tem. Como eu disse, é a primeira vez em que é negociado um acordo internacional na área de saúde pública, a Organização Mundial de Saúde sempre teve poder de fazê-lo, mas essa é a primeira vez que de fato o faz.

Eu gostaria de ter o prazer de aqui no Senado Federal agradecer ao Brasil pela liderança que teve durante todo o processo negociador da convenção.

Foi o Embaixador Celso Amorim, atual Ministro das Relações Exteriores que presidiu pela primeira vez o órgão de negociação intergovernamental da convenção, a qual foi seguido pelo Embaixador Seixas Corrêa, e por isso o Brasil teve um papel de liderança durante todo o processo negociador da convenção.

A convenção foi adotada em 2003, e entrou em vigor em 2005. E foi reconhecido na história das Nações Unidas como a convenção das que mais cresceu, que mais rapidamente cresceu. Nós tivemos em dois ou três anos sem assinaturas, e agora nós temos um total de 152 Estados membros. E nós estamos muito gratos porque o Brasil não só presidiu o processo negociador como também foi um dos primeiros a ratificar, assinar e ratificar a convenção.

Eu gostaria de dizer oficialmente aqui no Senado Federal que o Brasil tem uma das políticas mais avançadas no mundo em termos de controle do tabaco. Vocês são um exemplo para a comunidade internacional como em condições difíceis, um País tão grande é possível ter uma legislação assim. E até agora é a legislação mais abrangente em relação ao controle de questões de saúde, em especial o controle do tabaco. Nós consideramos notável o trabalho do Parlamento Brasileiro em aprovar essa legislação. É uma contribuição de extrema relevância, não só para o Brasil, mas também para a comunidade internacional. Eu gostaria de agradecer aos Senadores presentes, ao Presidente dessa Mesa por isso.

Nessa nova fase eu gostaria de dizer que nós estamos implementando a secretaria permanente da Conferência das Partes de Controle do Tabaco e gostaria de me colocar a disposição para um trabalho ainda mais intenso de legislação sobre o controle do uso do tabaco.

Eu sei que existe uma iniciativa legislativa agora no Parlamento, e se o provimento de informações sobre a comunidade internacional a respeito dos temas do tabaco for de relevância para o Parlamento, nós estamos dispostos a fazê-lo. Estou satisfeito que a lei que está em tramitação nessa Casa agora diz respeito a uma das questões mais importantes para o controle do uso do tabaco. Esse foi o primeiro protocolo a respeito da convenção que é sobre ambientes livres de tabaco, especialmente públicos livres de tabaco, e sou muito grato de verificar que a legislação de vocês está em conjunção com a convenção. Eu apenas posso desejá-los êxito durante esse processo.

Sr. Presidente, eu também estou muito grato pela colaboração intersetorial do Governo de vocês. Eu tenho uma reunião amanhã com a Comissão Nacional de Controle do Tabaco, e acho que essa é uma aproximação importante que é feita com todos os setores governamentais que cuidam da questão. E é um modo muito profícuo de se agregar todos os setores envolvidos na questão do uso do tabaco.

Sr. Presidente, senhores colegas, eu gostaria de dizer que não só é o primeiro tratado de saúde pública, mas também o primeiro protocolo adicional. E esse

protocolo será sobre o comércio ilícito de produtos do tabaco que é uma área muito complexa, muito difícil. A primeira Sessão da reunião do órgão de negociação intergovernamental foi o mês passado, em Genebra. A segunda Sessão vai acontecer ao longo deste ano, e os Estados membros estão muito envolvidos no processo e pretendem fazê-lo até no máximo em 2010. A delegação brasileira teve uma participação muito importante na primeira Sessão, e nós desejamos que isso se mantenha nos próximos estágios da negociação.

E finalmente nós gostaríamos de dizer, Sr. Presidente, que o órgão Supremo da Convenção-Quadro é a Secretaria da Conferência das Partes e que haverá na próxima reunião da Conferência das Partes em novembro deste ano na África do Sul. Nós adotaremos cerca de 15 documentos muito importantes nessa próxima reunião. E estou muito grato em dizer que três desses documentos vão sair durante essa semana, na seqüência das reuniões que estão sendo realizadas em Brasília. Agradeço muito a atenção e o convite para participar dessa Sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, doutor. Antes eu quero registrar que recebi... Ou seja, a Subcomissão de Saúde Permanente recebeu o seguinte documento do Ministério das Relações Exteriores, para deixar bem claro até para os telespectadores. Recebeu o seguinte documento do Ministério das Relações Exteriores.

"Sr. Presidente, realizar-se-á de 3 a 7 de março próximo, em Brasília, reunião simultânea dos grupos de trabalho encarregados da elaboração de diretrizes para a implementação dos artigos 5.3, que é proteção das políticas governamentais contra as ações da indústria do tabaco. Regulamentação da composição e do conteúdo dos produtos do tabaco.Regulamentação da divulgação de informações sobre os produtos do tabaco. Embalagem e etiquetas dos produtos do tabaco, da Convenção-Quadro para o Controle do Uso do Tabaco da Organização Mundial de Saúde. Promovida pelo secretariado da Conferência das Partes da Convenção-Quadro – é um documento que eu posso até entregar depois – Convenção-Quadro, a iniciativa em tela com o apoio do Ministério da Saúde e da Organização Mundial de Saúde conta com o respaldo da Organização Pan-Americana da Saúde e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, bem como da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro. Em conversas mantidas com o Embaixador da delegação do Brasil em Genebra o Dr. Haik Nikogosian, Secretário-Executivo da Conferência das Partes da Convenção-Quadro, manifestou interesse em manter contatos políticos com as principais autoridades brasileiras do Executivo e do Legislativo para discutir temas de cooperação bilateral, e ações de caráter intersetorial que favoreçam a implementação da Convenção-Quadro à margem das realizações das reuniões, uma vez que essa será sua primeira visita ao Brasil. Ao apresentar sua solicitação o Dr. Nikogosian enfatizou a importância da liderança desempenhada pelo Brasil no processo de negociações da Convenção-Quadro que demonstra o compromisso político e empenho do Governo Brasileiro para viabilizar a consolidação daquele instrumento internacional. O Dr. Nikogosian destacou que após entrada em vigor do FCTC o Brasil tem mantido um perfil destacado no processo de sua implementação assumindo o papel de facilitador e colaborador em diversos dos grupos de trabalho, encarregados de elaborar diretrizes e produzir as matrizes de instrumentos que viabilizem os dispositivos da Convenção-Quadro. Declarou ainda entender-se de suma importância o modelo de liderança exercida pelo Brasil, fundamentado na consciência acerca da importância e do compromisso e obrigações internacionais e não apenas em preocupações particulares com o tema do controle do tabaco.

Diante da solicitação apresentada muito agradeceria a V.Exª a gentileza de verificar a possibilidade do Dr. Nikogosian ser recebido em audiência pelos membros da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde do Senado Federal, e envio embaixo o currículo".

Então faço questão de ler o currículo do Dr. Haik Nikogosian. Nacionalidade: Armênia. Educação: 1990, Doutor em ciências, saúde pública e organização de cuidados com a saúde. 1982: PhD em ciências médicas, oncologia e radiologia médicas. 1978, Medicina. Grau em medicina. Últimas atividades: 2004 a 2007, Diretor Delegado da divisão de programas de saúde, chefe de serviço para doenças e estilos de vida não comunicados, escritório regional para a Europa da Organização Mundial da Saúde, OMS. 2003 e 2004, chefe de unidade de doenças não comunicáveis e saúde mental. E consultor regional para a Europa sem tabaco. Europa sem tabaco. Escritório regional para a Europa da Organização Mundial de Saúde, OMS. 2002/2003. Chefe de unidade de promoção de saúde em estilos de vida, meio ambiente e desenvolvimento, e consultor regional para a Europa sem tabaco. Escritório Regional para a Europa da Organização Mundial de Saúde. 2000/2002. Gerente de projeto conferência e consultor regional para a Europa sem tabaco. Escritório regional para a Europa da Organização Mundial de Saúde.

Então, nós queremos agradecer, a Subcomissão agradece a iniciativa do Ministério das Relações Exteriores, Itamaraty, que fez a gestão junto a nós e o interesse do Dr. Nikogosian em estar presente aqui

para nos trazer este assunto extremamente importante que está sendo discutido aqui no Brasil. O Brasil que realmente como falou, como destacou o Dr. Nikogosian, evoluiu bastante com relação ao uso do tabaco pela população, evoluímos bastante porque não é fácil para um País de terceiro mundo em que tinha, pelo menos, alguns anos atrás na indústria de tabaco uma fonte de impostos insubstituível. Então o Brasil lidava com essa questão do tabaco vendo só o que lhe rendia de imediato, que era os impostos. Ele não tinha a mentalidade de avaliar que esses impostos todos de nada valiam quando nós tínhamos as conseqüências do tabagismo lá adiante, com doenças crônicas, letais e que realmente traziam muito mais prejuízo se falando única e exclusivamente em matéria de economia. Eu tinha pelo menos uns dez ou doze anos de idade, não sei se é verdade ou não, ou se essa proposta passou ou não a ser verdadeira, mas para fazer referência, existe uma... Durante a construção de Brasília se aventou logo a possibilidade de fazer uma ligação de Brasília com o extremo norte, ou seja, com o Pará, com Belém. Essa rodovia 2.100 quilômetros de extensão, e o que nós ouvíamos na época, volto a dizer, não sei se foi uma realidade, mas que uma das maiores empresas produtoras de cigarro que utiliza o tabaco para a sua produção fez com que ela fizesse uma proposta ao Governo Brasileiro de fazer toda a pavimentação desses 2.100 quilômetros, fazer base, pavimentação, todo o trabalho técnico para ficar por dez anos sem recolher impostos ao Brasil. Então isso já mostra a dimensão do que significava.

Mas hoje o País evoluiu bastante, nós tivemos uma evolução significativa nessa questão de saúde, a responsabilidade dos dirigentes se voltaram para a realidade do nosso País, e isso faz com que hoje nós tenhamos, e agradeço ao senhor por ter reconhecido uma das legislações mais avançadas do mundo quanto à questão do consumo de tabaco, e também estamos lutando contra um grande mal para a sociedade também, que é a questão do álcool. O Governo Brasileiro começou a tomar algumas iniciativas para que nós pudéssemos começar um processo de restrição ao uso do álcool no País, que é a causa de muitos óbitos, muitas seqüelas em seres humanos, seqüelas muitas delas irreversíveis, e que realmente traz ao Brasil essa condição de um País que tem uma grande responsabilidade falando-se principalmente na questão da saúde pública.

Então, eu quero agradecer ao senhor e deixar aos nossos colegas, Senador Augusto Botelho, ao Vice-Presidente da nossa Subcomissão, Senador Flávio Arns é médico, Senador Augusto Botelho, Senador Flávio Arns, Senador extremamente participativo nas questões sociais do nosso País, e um participante muito ativo na questão da saúde pública brasileira. Então, eu deixo à vontade os Srs. Senadores para fazerem uso da palavra.

Eu quero registrar também um dado extremamente importante aqui quanto ao currículo do Dr. Nikogosian, que antes de trabalhar na Organização Mundial de Saúde, o Dr. Nikogosian foi Ministro da Saúde da Armênia, na década de 90. Então esse é um registro extremamente importante de experiência de qualidade profissional do nosso palestrante.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Bom. Sr. Presidente, Dr. Haik, eu gostaria de saber já que o senhor é que estuda esse problema muito, as indústrias de tabaco estão trabalhando mais para adquirir consumidores em que setores da sociedade em termos de idade, de situação econômica no mundo todo. Aqui no Brasil nós sabemos que elas estão fazendo um trabalho muito intenso junto aos jovens. E eu queria saber também se existem... Se essas medidas que nós adotamos aqui no Brasil existe alguma que adota em algum outro lugar do mundo que nós não adotamos ainda aqui em relação ao uso do tabaco.

E também o senhor falou do comércio ilegal de tabaco. Se existe alguma estimativa pela OMS da quantidade, que volume tem esse comércio ilegal de tabaco, volume em termos de dinheiro e de quantidade.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, da minha parte também eu gostaria em primeiro lugar também de reforçar as boas-vindas ao Dr. Haik Nikogosian, e dizer da alegria de tê-lo no Brasil, desejar que os eventos desta semana de fato possibilitem avanços nesta área, estar feliz assim da apreciação que o Dr. Nikogosian fez da nossa legislação e dos esforços no Brasil através do Brasil para que a Convenção-Quadro sobre controle do uso do tabaco se tornasse e continue a se tornar realidade. Eu quero dizer que na época da aprovação da Convenção-Quadro pelo Congresso Nacional, particularmente pelo Senado Federal o Senador Heráclito Fortes, que era o Senador Relator desta matéria no Senado, promoveu inúmeros debates em Estados produtores do tabaco no Brasil. Destacando-se o Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, a Bahia, e foram encontros muito interessantes dos quais participavam centenas de pessoas, em áreas, assim, que parte da economia pelo menos dependia desta plantação, e o Senado foi para estas áreas com o envolvimento inclusive da TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado, Jornal do Senado com uma divulgação dos debates para o Brasil inteiro. A metodologia utilizada me pareceu, assim, bastante adequada para que o Brasil, inclusive, percebesse os argumentos que eram utilizados tanto a favor

como contra. Para ter o juízo, se ter o juízo crítico ao final. E no final foi então depois deste trabalho todo, o relatório do Senador Heráclito Fortes foi aprovado no Senado Federal.

Eu gostaria de fazer só duas perguntas com base na experiência do Dr. Nikogosian. A primeira pergunta se refere à substituição do tabaco, da plantação do tabaco. Porque isto foi muito levantado nas Audiências Públicas que os produtores do tabaco eles têm uma rede de apoio das indústrias do tabaco. Com preço, com... Adequado, com assistência técnica... Com um conjunto de fatores que fazem com que essas pessoas, assim, possam ter assim uma economia melhor.

Então, a pergunta, como é que isso está sendo feito no mundo em termos de experiências bem sucedidas de apoio para que estas pessoas se dediquem a outra atividade econômica e não a esta. Não sei se ficou claro. Ficou claro?

E a segunda pergunta, e que sempre me interessa bastante também, é em termos do preço do cigarro. Quanto que se cobra pelo mundo para que aquela pessoa que é queira fumar tenha que pagar pelo cigarro. Eu sempre digo quanto que nós estamos gastando em saúde no Brasil para atender os problemas decorrentes do fumo? Problema de coração, de câncer, de doença pulmonar, de alergia. Quer dizer, quanto que nós gastamos, e se o imposto arrecadado é suficiente para cobrir essas despesas. Porque senão for suficiente, o preço teria que aumentar, porque não é justo que a população de uma maneira geral pague pelos hábitos de algumas pessoas que desejam fumar. Quer dizer, se elas vão ter problemas, que pelo menos elas paguem pelos problemas de saúde que vão ter.

Então, a relação preço... Como é que isto acontece no Brasil? Eu até sei que o pessoal do INCA está aqui, e essas informações eles poderiam depois dar uma maneira adequada. A mesma coisa o álcool. O álcool é um pouco diferente. Mas eu compartilho da preocupação do nosso Presidente, nós devemos também nos debruçar sobre a questão do álcool, que é um problema dos mais sérios para a saúde pública no Brasil, envolvendo jovens, adultos e com uma propaganda desenfreada nos nossos meios de comunicação. Associando alegria, prazer, sucesso, relacionamento bom ao uso do álcool.

Então, nós devemos realmente nos debruçar sobre isto, porque é um problema muito sério em nosso País.

Então, são as duas perguntas que eu gostaria de fazer. Não sei se ficaram claras as duas perguntas, mas ao mesmo tempo dizer da satisfação novamente de ter o Dr. Haik Nikogosian em nosso País, pelo que pude depreender é a primeira visita ao Brasil, mas que seja a primeira de uma série de visitas ao nosso País. E mandar também o nosso abraço ao povo da Armênia, que também... E que a gente possa estreitar as relações ainda mais entre os países e regiões. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu agradeço ao Senador Flávio Arns, e antes de passar a palavra ao Dr. Nikogosian, eu quero fazer justiça ao atual Ministro da Saúde, Dr. Temporão, pela sua iniciativa muito brava e corajosa na luta contra essa propaganda desenfreada e desrespeitosa para com as famílias até, com as crianças, os jovens, a questão do álcool. E nós estamos... Nós todas as pessoas conscientes nesse País, até os próprios alcoólatras, com certeza absoluta eles são favoráveis a que haja um controle rigoroso do Governo quanto às propagandas. Porque eu lido pela minha condição de médico, V.Exª também lida, e nós vemos que o alcoólatra ele é a favor, sim. Porque se ele chegou até aquilo, até aquele quadro de doença, realmente teve um início, e esse início sempre influenciado na sua juventude pela propaganda. Propaganda é fatal na proliferação do consumo do álcool.

Então eu quero registrar que a empresa de produtos alcoólicos é muito forte e que houve uma reação muito grande contra o Ministro. Mas tenho certeza que ele tem todo o nosso apoio para continuar nessa luta. Pois não, Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Presidente, eu teria mais uma questão para fazer. Essa TV é transmitida para o público em geral, em relação às pessoas que convivem ao lado dos fumantes. Ao fumante passivo. Se existe algum trabalho novo, alguma informação nova... Para ele nos transmitir, já que ele vive estudando esse assunto, as últimas informações a respeito dos malefícios que faz o cigarro às pessoas que convivem do lado do fumante e aos filhos do fumante. Eu gostaria que ele transmitisse isso porque essa TV é pública, ela vai para as pessoas ouvirem isso também.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Concedo a palavra ao Dr. Nikogosian.

SR. HAIK NIKOGOSIAN: [pronunciamento em inglês]

INTÉRPRETE: Muito obrigado, Senador. E gostaria de responder as questões. A primeira com relação à expansão da indústria de tabaco. Sim, nós podemos confirmar que a indústria tem feito o máximo possível para expandir a base dos usuários de tabaco. Existe uma estratégia clara da indústria de tabaco de tentar usar de iniciativas de responsabilidade social, mas nós estamos seguros de que eles não podem participar de

forma alguma da implementação de ações de combate... De saúde pública para combate do uso de tabaco.

Em segundo lugar, a idade de início do tabagismo, de início do uso do tabaco tem diminuído. Isso tem acontecido em todo o mundo. A idade média era de 13 e 14 a 17 anos, agora é por volta de 10, 11 anos. A idade de início. Isso é resultado da combinação do marketing agressivo, intenso, e do preço baixo do tabaco. Uma fonte do preço baixo do tabaco, o preço baixo é o comércio ilícito de produtos do tabaco. É por isso que o protocolo sobre o comércio ilícito de tabaco que está sendo negociado é de importância crucial. Nós estamos vendo pela primeira vez em alguns países o decréscimo da prevalência do uso do cigarro entre jovens. Nós às vezes observávamos o decréscimo da prevalência entre os adultos, mas é a primeira vez que observamos esse fenômeno entre os jovens. Ainda é um longo caminho a percorrer, mas nós começamos a ver os resultados da convenção. Nós teremos prazer em compartilhar essas experiências com o País dos senhores.

Com relação a experiências bem sucedidas de outros países, o Brasil já tem fornecido a outros países experiências exitosas, mas também pode contribuir com experiências de outros países. Uma estratégia muito bem sucedida e que eu gostaria de recomendar é que haja o incremento gradual e constante da taxação do imposto sobre o tabaco. Isso tem demonstrado ser bem sucedido em outros países.

A informação de que os nossos amigos, entre aspas, têm trazido, que o aumento do preço, aumento do imposto sobre o tabaco iria aumentar a quantidade de ilícitos não procede. Nós temos esse tipo de ocorrência vai continuar a ocorrer e ela tem que ser enfrentada de uma forma ou de outra. Outros países têm demonstrado que com o aumento das taxas nós temos uma situação em que os dois lados ganham. Nós temos um decréscimo da prevalência e um aumento da arrecadação.

Outra lição que eu gostaria de recomendar ao Governo Brasileiro é com relação à questão da proibição do fumo em lugares públicos. Nós não imaginávamos que essa iniciativa fosse ter um apoio tão grande da população e outros países demonstraram que sim, que existe um apoio muito grande, inclusive dos fumantes com relação à proibição do cigarro em lugares públicos, em todos os lugares públicos. E isso tem sido eficiente. Muitas vezes o apoio público, o apoio da população tem sido ainda maior que o apoio político, e nós devemos ter isso em consideração. Esses são dois exemplos da prática internacional que eu gostaria de trazer a todos.

Com relação ao tráfico, ao comércio ilícito de produtos do tabaco, tem um número que eu gostaria de trazer que existe uma perda mundial de 50 bilhões de dólares ao ano com o comércio ilícito do tabaco. Qual seria o ganho para a sociedade se esse dinheiro fosse usado para incrementar a saúde e educação das pessoas?

Houve ainda uma pergunta sobre a questão de evidências científicas com relação ao fumo passivo. Há dez anos ainda havia dúvidas sobre se o fumo passivo seria capaz de matar. Havia dúvidas e havia então a necessidade de que houvesse evidências científicas. Agora está provado, é claro. O fumo passivo mata. Não há o que se questionar sobre isso. Lamento. É por isso que quando nós pensamos com relação ao direito de fumar nós temos que pensar na saúde dos que fumam e também na saúde dos que não fumam. Principalmente na saúde dos que não fumam. Agora não é mais direito à saúde. Depois que essas evidências vieram nós dizemos direito à vida.

Com relação à cultura substitutiva do cultivo do tabaco. Um dos artigos da convenção diz exatamente sobre isso, com relação à substituição de cultivo do tabaco. Mas se você me perguntar como... Se me perguntarem como Secretário-Executivo da Conferência, se existem três áreas em que não houve progresso significativo, eu diria que essa é uma delas. O Brasil sediou a primeira reunião sobre isso, sobre a substituição de cultivo em 2007. É uma área muito difícil, politicamente, tecnicamente... E eu estou feliz em informar que a iniciativa está caminhando. Que haverá uma segunda reunião no México sobre isso, provavelmente em junho. Nós temos agora também a participação muito importante de organizações internacionais que vêm se juntar aos outros interlocutores. Nesse encontro de junho no México estarão presentes a Órgão Internacional do Trabalho, Banco Mundial e outras organizações que têm experiência na área. Nós achamos que será uma oportunidade única para dar segmento a essa questão do cultivo alternativo.

Entre as organizações ele também citou a agência divina, que cuida de crime. Além disso, ele mencionou que o nosso Ministro do Desenvolvimento Agrário tem trazido experiências importantes. Ele está desenvolvendo uma metodologia para estimar os benefícios das culturas alternativas ao tabaco e nós temos isso a apresentar ao mundo.

Há uma questão sobre o preço dos cigarros e a média dos preços dos cigarros no mundo. Há dois preços relacionados ao tabaco. O preço relativo e o preço absoluto. Quando eu digo o preço relativo é o preço comparado com o Produto Interno Bruto. E esse é o parâmetro mais importante do que o valor absoluto.

O preço médio não significaria muito, pois existe uma disparidade muito grande entre os valores. Eu diria que em alguns países o preço de um dólar seria um grande acontecimento, uma grande realização. Mas em outros países como no caso do Reino Unido, por exemplo, cinco dólares seria pouco. Lá eles já têm 10 dólares.

A política oficial é a seguinte, deveria haver uma política dos governos para colocar os preços acima da inflação, pelo menos acima da inflação. E a meta final é diminuir o acesso da população ao cigarro. Ou seja, fazer que o preço cresça mais do que a renda da população.

A última questão era com relação aos gastos públicos com relação a questões de saúde. Tem crescido, tem crescido bastante. O problema é que as pessoas que começaram a fumar há 20 anos é que estão criando esse problema, esse fardo para o nosso sistema de saúde. Ainda que a prevalência caia, hoje o tabagismo nas conseqüências virão somente em 15, 20 anos. É por isso que é difícil esperar algum resultado prático, visível, nos próximos 10 a 20 anos com relação aos gastos públicos. E como agora nós podemos observar, principalmente entre os homens, entre as mulheres ainda não, a queda da prevalência do tabagismo nós podemos sim observar uma gradual queda nos valores gastos públicos em saúde. Obrigado. É uma pena que eu não pude responder as perguntas diretamente, tive que esperar a tradução, mas espero ter atendido as necessidades.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Antes de nós encerrarmos a nossa brilhante reunião, eu quero mais uma vez agradecer a todos aqueles que participaram direto ou indiretamente da possibilidade de termos aqui o Dr. Nikogosian. Eu quero deixar, entregar ao Dr. Nikogosian uma lembrança simbólica ao doutor em nome do Senador Flávio Arns, do Senador Augusto Botelho, Senador Eduardo Suplicy, em nome da Subcomissão de Saúde do Senado Federal.

SR. HAIK NIKOGOSIAN: [pronunciamento em inglês]

INTÉRPRETE: Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu estou muito grato por esta oportunidade e também sou muito grato por ter ouvido referências ao meu País, a Armênia. Certamente eu sou um servidor público internacional. Eu não represento a Armênia propriamente dita. Mas é claro que toda pessoa se sente muito orgulhoso quando o seu País é mencionado. Eu estou muito orgulhoso de que o meu País, a minha nação contribuiu para a sociedade de vocês. Existe uma grande comunidade Armênia no País. Muito obrigado por pronunciar adequadamente o meu último nome. Eu sei que não é fácil. Obrigado.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu quero agradecer ao Dr. Nikogosian, aos Assessores, ao Dr. Fernando Ribeiro, do Itamaraty, Srª. Secretária Marcela Sogocio, ao Jaime Rojas(F), ao Dr. Humberto Martins da ANVISA, Drª. Tânia Cavalcante, INCA, e fazer uma referência... Até nós ficamos emocionados quando vemos um cidadão falar com tanto orgulho e com tanta ênfase em seu País. E aqui nós queremos reconhecer a sua condição de um homem competente, que a Armênia nos manda para ajudar o Brasil e a saúde pública mundial no combate ao fumo.

Eu quero agradecer ao seu País, a Armênia, por ter dado este cidadão que vem colaborar com o Brasil e com o mundo. Agradecer aos senhores que estão presentes aqui da imprensa, à consultoria, a Drª. Gisele com sua equipe que fez com que nós pudéssemos obter resultados desta reunião de maneira imediata na sua preparação, e agradecer, enfim, a discussão desse tema tão importante que o mundo precisa evoluir muito, e que o Brasil, pelo reconhecimento próprio do Dr. Nikogosian está bastante avançado, graças a Deus. Muito obrigado a todos e um bom dia. Declaro encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 12h18.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 12:00 HORAS.

Às doze horas e quarenta e nove minutos, do dia vinte e seis de março de dois mil e oito, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador Papaléo Paes, reúne-se a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, com a presença dos Senhores Senadores **AUGUSTO BOTELHO, ADELMIR SANTANA e CÍCERO LUCENA.** Justifica a ausência o Senador João Durval. A presente Reunião destina-se à deliberação de requerimentos para a realização de Audiência Pública no âmbito desta Subcomissão. Passa-se à apreciação dos requerimentos. **ITEM 01** – **REQUERIMENTO Nº 02, DE 2008 – CASSAÚDE** "Nos

termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com os incisos II, IX e X do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde (CASSAÚDE), a fim de debater a situação relativa ao controle de dengue, febre amarela e malária no Brasil". Convidados: Dr. Gerson Penna, Secretário de Vigilância em Saúde (SVS), do Ministério da Saúde; Dr. Francisco Batista Júnior, Presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS); Dr. Osmar Terra, Presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (CONASS); Dr. Helvécio Miranda Magalhães Júnior, Presidente do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS); e Representante da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical (SBMT). **Autor:** Senador Papaléo Paes. **Resultado: Aprovado. ITEM 02 – REQUERIMENTO Nº 03, DE 2008 – CASSAÚDE** "Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com os incisos II, IX e X do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, a fim de obter subsídios para a atuação do Senado Federal em relação à regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, que assegura recursos mínimos para o financiamento de ações e serviços públicos de saúde". Convidados: Dr. José Gomes Temporão, Ministro da Saúde; Dr. Guido Mantega, Ministro da Fazenda; Dr. Francisco Batista Júnior, Presidente do Conselho Nacional de Saúde; Dr. Vitor José Faccioni, Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil; e o Dr. Osmar Terra, Presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (CONASS). **Autor:** Senador Papaléo Paes. **Resultado: Aprovado**. **ITEM 03 – REQUERIMENTO Nº 04, DE 2008 – CASSAÚDE** "Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para, com a participação dos convidados relacionados em lista anexa, debater sobre a situação atual do Programa Mais Saúde ("PAC da Saúde") diante da restrição orçamentária com que o programa se defronta". Convidados: Dr. José Gomes Temporão, Ministro de Estado da Saúde; Senadora Kátia Abreu, relatora da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 89, de 2007, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências – prorrogando a vigência da Desvinculação de Receitas da União (DRU) e da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF); Dr. Nélson Rodrigues dos Santos, Professor Colaborador da Universidade Estadual de Campinas e Presidente do Instituto de Direito Sanitário Aplicado (IDISA); e o Dr. Osmar Terra, Presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (CONASS). **Autor:** Senador Papaléo Paes. **Resultado: Aprovado.** Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e cinqüenta e dois minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Papaléo Paes, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senador PAPALÉO PAES, Presidente.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE – CASSAUDE

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2008, ÀS 12 HORAS E 50 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): E dizendo que havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, reunião extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa da 53ª legislatura do Senado Federal. Senhores, antes de iniciarmos os nossos trabalhos eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovada.

A presente reunião destina-se praticamente à avaliação de aprovação ou não de Requerimentos. Primeiro Requerimento, é Requerimento de autoria do Senador Papaléo Paes, nos termos do inciso 2º o §, Inciso 2 § 2º art. 58 da Constituição. Requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da nossa Subcomissão de Saúde, a fim de debater situação relativa ao controle da dengue, febre amarela e malária no Brasil. Abaixo estão os convidados que os senhores já têm em mãos.

Passo a leitura do segundo Requerimento, que também é de autoria do Senador Papaléo Paes, de minha autoria, também baseado nos mesmos artigos,

é regulamentação... Acompanhamento de Defesa e Saúde a fim de obter subsídio para a atuação do Senado Federal em relação à regulamentação da Emenda Constitucional 29, que é muito importante para nós, de 2000, que assegura recursos mínimos para financiamento de ações, serviços e saúde pública do Brasil. E o Item 3 da Pauta, também outro Requerimento da minha autoria, que diz respeito, convidar, relacionar lista anexa, debater sobre a situação atual do programa Mais Saúde, PAC da Saúde, diante da restrição orçamentária com que o programa se defronta.

Então, esses três Requerimentos que eu apresento à Subcomissão, eles têm logicamente que ser avaliados e aprovados ou não nesta Comissão para nós iniciarmos mais breve possível nossas Audiências Públicas. Então, Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Agradeço a presença de todos e encerramos a nossa reunião da Subcomissão Permanente de Saúde.

Agradeço ao Senador Adelmir Santana pela sua paciência, ao Senador Inácio Arruda, pela sua ação, como falei ainda pouco, devastadora em cima dos seus projetos relatados e até a próxima reunião.

Terça-feira, às dez e meia, nós vamos ter a nossa...

Sessão encerrada às 12h52.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 09 DE OUTUBRO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS.

Às onze horas e quarenta e sete minutos, do dia nove de outubro de dois mil e oito, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador **AUGUSTO BOTELHO**, reúne-se a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, com a presença dos Senhores Senadores **AUGUSTO BOTELHO, JOÃO DURVAL, ANTÔNIO CARLOS VALADARES e ROSALBA CIARLINI.** Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. A presente Reunião destina-se à deliberação de requerimentos para a realização de Audiência Pública no âmbito desta Subcomissão. Passa-se à apreciação da pauta. **ITEM 01** – **REQUERIMENTO Nº 10, DE 2008 – CASSAÚDE** "Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com os incisos II, IX e X do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde (CASSAÚDE) a fim de debater as políticas públicas para a preservação às queimaduras e a reabilitação de queimados". As autoridades das quais se pede a participação são: Dr. Mário Frattini, Chefe da Unidade de Queimados do Hospital Regional da Asa Norte (HRAN); Dr. José Adorno, Coordenador de Cirurgia Plástica da Unidade de Queimados do HRAN; Dr. Flávio Narduz Novaes, Presidente da Sociedade Brasileira de Queimaduras; Srª Ana Aparecida de França e Silva, Presidente da Associação dos Portadores de Seqüelas por Queimaduras (APOSEQ); Srª Alzira Aragão, voluntária e seqüelada da APOSEQ; Representante da Área de Alta Complexidade em Queimados no Sistema Único de Saúde (SUS). **Autores:** Senador Papaléo Paes, Senador Cícero Lucena e Senador João Durval. **Resultado: Aprovado. ITEM 02 – REQUERIMENTO Nº 11, DE 2008 – CASSAÚDE** "Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização, no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, de Audiência Pública para apreciação da Mobilidade com Portabilidade das carências previstas no inciso V do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 e sem a imposição de cobertura parcial temporária nos Plano Privados de Assistência à Saúde. Apresentamos os nomes abaixo relacionado, para expedição de convite e discussão do tema: Fausto Pereira dos Santos – Diretor Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS; Renata Molina – Procon/SP; Luiz Carlos Trabuco – Presidente da Federação Nacional De Saúde Suplementar – Fenasaúde; Antônio Henrique Pinheiro Silveira – Secretaria de Acompanhamento Econômico /SAE/Ministério da Fazenda". **Autor:** Senador Augusto Botelho. **Resultado: Aprovado**. Fizeram uso da palavra os Senadores Antônio Carlos Valadares e Rosalba Ciarlini. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às onze horas e cinqüenta e nove minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador **Augusto Botelho**, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de

estenotipia informatizada. – Senador AUGUSTO BOTELHO, Presidente em exercício.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS − CAS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE − CASSAÚDE

7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 09 DE OUTUBRO DE 2008, ÀS 11 HORAS E 47 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Passo à leitura do requerimento assinado pelos senadores João Durval, Cícero Lucena e Papaléo Paes. "*Nos termos do inciso II, do § 2º, do art. 58, da Constituição Federal, combinado com os incisos II, IX e X, do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, a fim de debater as políticas públicas para a preservação às queimaduras e reabilitação dos queimados*".

Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Segundo requerimento, de minha autoria. "*Requeiro, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização, no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, de audiência pública, para apreciação da mobilidade, comportabilidade das carências previstas no inciso V, do art. 12, da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, e sem a imposição de cobertura parcial temporária dos planos privados de assistência à saúde. Apresentamos os nomes abaixo relacionados...*". Em discussão a matéria.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente Senador Augusto Botelho. Esse requerimento realmente é de uma importância muito grande, quero parabenizá-lo pela apresentação, até porque esse é um problema grave, que ocorre em todo o Brasil. Quando você muda de um plano para outro, em geral, você tem que submeter novamente à carência, e isso traz um prejuízo muito grande. Inclusive, eu vou dar um exemplo aqui da própria Unimed, que é uma cooperativa médica. Se você tem um plano num Estado e vai morar num outro Estado, e claro, é bem melhor naquele Estado ter o plano da própria Unimed local, você tem que se submeter à carência. Isso são casos que acontecem com muita freqüência, inclusive, nós, que somos da área de saúde e também por ter sido Presidente da Unimed, ter um contato mais próximo, nós sentimos, ouvimos muitas reclamações nesse sentido, que são procedentes.

Têm casos, por exemplo, de uma gestante, se ela tem um plano em um Estado e vai para o outro Estado, ela tem que se submeter ao plano anterior, e dificulta, precisa de autorização do plano anterior. Muitas vezes, seria mais prático ela mudar de plano. Mas, se mudar, não vai ser direito ao parto, não vai ter direito a uma série de coisas, porque tem que submeter novamente à carência. Eu acho isso muito importante. Porque, se você vem de um plano, já teve todo o período de carência e se, naquele plano, vamos dizer assim, você não tem nada que venha a manchar a sua conduta, o seu relacionamento com a empresa, por que não, de pronto, já ter os direitos assegurados no plano seguinte?

Então, eu acho que é muito pertinente, muito importante e está de parabéns o Senador, por trazer a esta Comissão essa questão, e desde já conta com a nossa, não somente com a nossa aprovação, mas com a participação no dia da audiência.

Mas eu gostaria, também, de aproveitar esse momento, já que estamos na Comissão de Assuntos Sociais, Subcomissão de Saúde, informar que, na semana que vem, eu estarei participando de uma missão em Genebra, uma missão da Interparlamentar e da OIT, mas que, já em contato com a Embaixadora Maria Nazaré, vamos ter uma Reunião importante, onde vou participar com a Organização Mundial de Saúde.

Então, vamos levar algumas questões de interesse do nosso país, até porque eu acho que essa troca de experiência, de informações, estarmos mais inseridos no andamento da Organização Mundial de Saúde é de fundamental importância, para a contribuição que possamos dar nesta Comissão, nos assuntos relevantes à saúde do povo brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Obrigado à Senadora. Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, é tão-somente para me so-

mar às palavras da Senadora Rosalba, em virtude da apresentação do Requerimento nº 2, de autoria de V. Exª., que tem, sem dúvida alguma, apoio de todos nós, de vez que visa ela preencher uma lacuna na nossa legislação que protege os usuários dos planos de saúde. Como nós sabemos, as mensalidades são muito altas, as probabilidades de uso desses planos de saúde ficam por conta, naturalmente, da casualidade de existir ou não algum atropelo na vida do cidadão, mas, freqüentemente, as pessoas na terceira idade usam muito mais o plano de saúde do que as pessoas mais jovens e justamente as pessoas na terceira idade é que pagam uma mensalidade mais alta.

Então, se nós desobrigarmos do pagamento da carência essas pessoas, não só as mais jovens como, principalmente, as mais idosas, estaremos protegendo vidas e contribuindo para a melhoria da saúde pública do Brasil.

Por isso que é consistente o requerimento de V. Exª., solicitando uma Audiência Pública, para a ouvida (sic) de pessoas, como o Diretor Presidente da Agência Nacional de Saúde, o PROCOM, o Presidente da Federação Nacional de Saúde Suplementar e, também, da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda.

Então, essas autoridades vão opinar sobre a oportunidade da apresentação, no futuro, de uma proposta que tenha esse objetivo: a proteção de todos os usuários, indistintamente, que venham utilizar plano de saúde, em outras localidades ou até mesmo no próprio Estado, por uma escolha, por uma alternativa que o usuário considere mais condizente para o atendimento aos seus interesses de saúde. Agradeço a V. Exª. Meus parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Senador. Justamente em relação à terceira idade, é que essas pessoas é que têm mais dificuldades de cumprir aquele plano de carência e são elas que são, cujas mensalidades, como V. Exª. falou, Senador Antonio Carlos Valadares, aumentam mais.

Agora, eu acho que nós vamos ter mais uma concorrência, porque, se o plano aumentar muito a mensalidade, o indivíduo vai ter a oportunidade de se mudar de plano. Ele vai dizer: "Eu vou mudar do meu plano, que eu não vou ter que pagar a carência, eu vou pagar menos no Plano B; eu estou no A, passo para o B".

Então, realmente é para... Nós, nessa Casa, somos contra todos os monopólios. Não existe, assim, um monopólio, assim, em relação a isso, em relação ao cliente, mas dá a impressão de um monopólio, porque você fica preso ao seu plano por causa da carência, principalmente na terceira idade.

Então, eu vou colocar o requerimento em votação. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, eu gostaria, aqui, de fazer duas comunicações, inclusive, em nome do Senador Papaléo, da realização em Goiânia/GO do Congresso Internacional sobre Saúde Mental no Trabalho. E lembrar, também, que, durante esse mês, a partir do dia 17, aqui em Brasília, também será sediado um Congresso Nacional e Internacional de Psiquiatria.

E por que eu estou lembrando essas questões? Porque nós temos, aqui, uma audiência já solicitada, de nossa autoria, que deverá ser... Esperamos que a Comissão de Saúde defina a data para que nós possamos trazer aqui os convidados, para discutir exatamente essa questão da saúde mental.

A saúde mental, a forma como está sendo tratada, em função das reformas que aconteceram, daquela ação que o Governo, através do Ministério da Saúde, vem fazendo de ações de desospitalização, inclusive, nós temos, já, tivemos a oportunidade, aqui, de mostrar estatísticas que são bastante preocupantes de casos de pessoas com doenças mentais nas ruas, o índice de mortes por suicídio, por uma série de outros transtornos decorrentes da falta da hospitalização.

Então, será da mais alta importância a definição dessa data para que a gente possa debater e mostrar quais são os gargalos, quais são as dificuldades ocorridas nessa nova forma de tratamento dos problemas mentais, inclusive, salientar o que há de positivo, mas também tentar corrigir as questões que estão preocupando e agravando a situação dos doentes mentais.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Senadora. Eu tenho certeza de que logo, logo nós iremos agendar essa audiência, dentro das inúmeras audiências. Nós temos 15 audiências, aqui, programadas até o fim do ano; na CAS, até o fim do ano.

Bom, não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a Sessão. Eu quero agradecer a presença dos Srs. e das Sras. Senadoras.

Sessão encerrada às 11h59.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE FEVEREIRO DE 2008.

Às onze horas e trinta e três minutos do dia doze de fevereiro de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide, Inácio Arruda, Sérgio Zambiasi, Mão Santa, Valdir Raupp, Paulo Duque, Geraldo Mesquita Júnior, Heráclito Fortes, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Antônio Carlos Valadares, Valter Pereira, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Eduardo Azeredo e Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Ideli Salvatti, Renato Casagrande, João Ribeiro, Wellington Salgado, Gilvam Borges, Gerson Camata, Maria do Carmo Alves e Raimundo Colombo. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. Neste momento, a Senadora Fátima Cleide, por solicitação do Ministério da Educação, informa que, todos os Senadores membros desta Comissão, estão automaticamente inscritos como delegados na Conferência Nacional de Educação Básica – CONEB, a ser realizada nos dias 16 e 17 de abril. Prosseguindo, a Senadora Rosalba Ciarlini requer, oralmente, pela ordem, a inversão de pauta para iniciar a deliberação pelo item 11, o que é aprovado. **Item 11: Requerimento nº 01/08 – CE,** de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que requer "...com base no artigo 58, § 2°, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 90, II e 93, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, a relização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Educação, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado (PLS) n° 403, de 2007, de autoria do Senador Wilson Matos. Para a realização da Audiência Pública deverão ser convidados: Maria do Pilar Lacerda, Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação – SEB/MEC; Reynaldo Fernandes, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC; Maria Auxiliadora Seabra Rezende, Presidente do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação – CONSED; Cleuza Rodrigues Repulho, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME; Juçara Maria Dutra Vieira, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação –CNTE e Paulo Renato Souza, Deputado Federal". O Requerimento é aprovado. Prosseguindo a Presidência retoma a pauta. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Hélio Costa, que "Acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância". O relator designado é o Senador Edison Lobão e o parecer é favorável na forma do substitutivo oferecido. Nesse momento, o Senhor Senador Flávio Arns requer, oralmente, a inclusão extra-pauta, de Requerimento, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 02: Requerimento nº 002/08 – CE,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns que, requer "... nos termos regimentais, a realização de uma Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, que 'Acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância', com a presença dos seguintes convidados: Representante do Ministério da Educação; Representante da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES e Representante de Universidades Coordenadoras de Pólos". O Requerimento é aprovado. A tramitação da matéria fica sobrestada na Comissão até a realização da Audiência Pública. **Item 03: Projeto de Lei da Câmara nº 075, de 2006,** de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Eduardo Gomes que, "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no tocante ao ensino da arte. (Determina a obrigatoriedade do ensino da arte e da cultura nos diversos níveis da educação básica)". A relatora designada é a Senadora Marisa Serrano e o parecer favorável, com a emenda oferecida, é aprovado. **Item 05: Substitutivo (Turno Suplementar),** de autoria do Senador Cícero Lucena ao **Projeto de Lei do Senado nº 433, de 2007,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Insere o inciso VII no art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor que as licenças periódicas dos profissionais da educação tenham a duração mínima de um ano e sejam concedidas pelos sistemas de ensino a cada sete anos de trabalho." O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 408, de 2007,** de

caráter terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp que, "Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Cacoal, no Estado de Rondônia". O relator designado ad hoc, é o Senador Paulo Duque e o projeto é aprovado por 16 (dezesseis) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Lei do Senado nº 410, de 2007,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Vilhena, no Estado de Rondônia". O relator designado ad hoc, é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 16 (dezesseis) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2007,** de caráter terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que "Inscreve o nome de Maria Quitéria de Jesus, no Livro dos Heróis da Pátria". A relatora designada ad hoc, é a Senadora Fátima Cleide e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01 – CE, de autoria do Senador Flávio Arns, aprovada por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Lei da Câmara nº 067, de 2007,** de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Pedro Fernandes, que "Denomina Ponte Governador Ivar Figueiredo Saldanha a segunda ponte sobre o Estreito dos Mosquitos, na BR-135, ligando a ilha de São Luís ao continente, no Estado do Maranhão". A relatora designada é a Senadora Fátima Cleide e o parecer favorável é aprovado. **Item 12: Comunicados da Presidência: Comunicado 01:** "Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de convite do Exmo. Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad, para a solenidade de posse dos Conselheiros do Conselho Técnico-Científico da Educação Básica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, a realizar-se no dia 14 de fevereiro do corrente, às 10 horas, no Auditório, Térreo do Edifício-Sede do Ministério da Educação". **Comunicado 02:** "Comunico aos Senhores Senadores o recebimento do ofício nº 43/2008, de Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, com informações complementares ao Requerimento de Informação nº 971/05 – PLEN (Requerimentos nºs 27/05 – CE e 09/06 – CE) de autoria de Sua Excelência o Senador Wellington Salgado".Nesse momento, os Senhores Senadores Cícero Lucena e Romeu Tuma requerem, oralmente, pela ordem, a inclusão extra-pauta, de Aditamento e Requerimento, com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 01: Requerimento nº 001/08 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cícero Lucena que , requer"... nos termos regimentais, a inclusão do Ex – Senador Wilson Matos, autor do projeto, para participar de Audiência Pública, aprovada na reunião do dia 12 de fevereiro de 2008, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 403, de 2007, que 'Institui o Exame Nacional de Avaliação do Magistério da Educação Básica (ENAMEB)'". O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 03: Requerimento nº 003/08 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Romeu Tuma que , requer "... tendo em vista que a Escola de Samba Vai-Vai de São Paulo consagrou-se campeã do Carnaval 2008 desenvolvendo o enredo 'Vai-Vai acorda Brasil'; que teve como tema a questão da Educação no Brasil, mostrando que milhões de crianças brasileiras, por uma extrema defasagem na Educação, fazem parte de um processo injusto de exclusão social, e, no sentido de ampliar o debate sob o ponto de vista do livro 'Acorda Brasil', que serviu de inspiração para o enredo desenvolvido pela escola, e de autoria do Dr. Antônio Ermírio de Moraes, e sobre o trabalho social desenvolvido junto a comunidade Vai-Vai, nos termos do Regimento Interno do Senado, a realização de Audiência Pública com os Srs. Edmar Tobias da Silva, Presidente da Escola de Samba, e Dr. Antônio Erminio de Moraes, autor do livro 'Acorda Brasil', que serviu de inspiração para o enredo desenvolvido pela Escola, em data a ser oportunamente marcada". O requerimento é aprovado. Ficam adiadas em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias: **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 346, de 2007, Item 04: Projeto de Lei da Câmara nº 073, de 2007 e Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 296 de 2007.** O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e trinta e cinco minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR CRISTOVAM BUARQUE, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE FEVEREIRO DE 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia a cada uma, bom dia a cada um. Havendo número regimental declaro aberta a 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma. Os Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Dou bem-vindas a todos os Senadores e Senadoras, depois do merecido período de recesso. O ano passado não foi dos mais tranqüilos, e manifesto em nome de todos da Comissão os nossos pêsames pela perda que a Senadora Marisa Serrano sofreu nessas últimas semanas com o falecimento de sua mãe. Receba nossos sentimentos, Senadora.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, com a sua permissão eu gostaria de pedir uma inversão de pauta para que fosse logo votado o Requerimento de minha autoria para... sugerindo Audiência Pública para discutirmos um Projeto de Lei que trata da questão de avaliação do magistério.

Então, por se tratar de uma questão que eu considero de mais alta importância, pode contribuir muito para a melhoria da qualidade do ensino, eu pediria ao senhor a inversão de pauta para que pudéssemos votar logo esse Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em discussão com os demais membros da Comissão, tendo em vista que outros também têm urgência. Eu quero saber se a Comissão está de acordo. A Presidência não tem nada contra.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Se também fosse possível, Sr. Presidente, eu gostaria da inversão da pauta para o Projeto de Lei da Câmara nº. 75, não terminativo, para que a gente pudesse...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora, é o primeiro item da pauta já que é o não terminativo, e os terminativos não temos aqui quórum. Então, já está aceita a sua sugestão. Eu--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, só também em relação ao Item 2, já que vai ser votado o Requerimento, que é um projeto terminativo, mas considera-se importante que a gente possa debater mais a questão de aulas presenciais, periódicas, cursos à distância... Porque várias dificuldades vêm surgindo pelo Brasil, inclusive no meu Estado em relação ao reconhecimento dessa modalidade de educação. Então nós estamos apresentando um Requerimento para que seja feita uma Audiência Pública em relação a esse Item 2 da pauta, para que através da audiência tenhamos subsídios, assim, para melhor apreciar o projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador quer submeter pedido de Audiência Pública no momento oportuno? Ou... Independente da pauta. Muito bem. Tá bom. Mas vamos julgar isso nessa Sessão. Porque acho bastante pertinente. Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, desculpa. Acho que hoje nós estamos aqui nos requerimentos. Se V.Exª lembra, quinta-feira passada o Senador Suplicy prestou uma homenagem à escola Vai Vai, e pelo tema escolhido, e entre as homenagens nós pudemos prestá-la a V.Exª e ao empresário Antônio Ermírio. Suplicy nos convidou para desfilar. V.Exª disse que talvez o Presidente da Vai Vai poderia fazer um discurso melhor do que o senhor dançar na avenida. E nós nos propusemos a convidar para explicar o que é que ele sentiu e pôr como tema a importância da educação para acordar o Brasil. E eu queria saber se V.Exª concorda que a gente possa convidá-lo para que ele traga alguma coisa do que sentiu na composição do tema apresentado pela escola vencedora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Concordo plenamente. Vamos colocar em votação em breve, e... Que seria... Creio muito positivo. Para criar um clima educacionalista nesse País. E não se tiveram oportunidade de assistir o desfile final dela já vitoriosa, no final carregaram uma bandeira do Brasil imensa escrita: educação é progresso. E é uma bandeira que eu ofereci à escola de samba e eles aceitaram colocar no encerramento do discurso. Grande bandeira. Bem, vamos para o final. Eu vou fazer--

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Cristovam.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Fátima.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Para entrarmos no clima educacionista e em defesa da educação básica, esta Comissão... Tenho a honra de ter sido indicada por V.Exª para constituir a Comissão Nacional organizadora da primeira Conferência Nacional de Educação Básica. E eu tenho um informe bem breve, depois gostaria até de ter em outro momento, um tempo maior para detalhar o que vai ser a conferência, mas essa conferência ela vai discutir todos os aspectos da educação básica, e principalmente a questão da valorização profissional dos trabalhadores em educação. E para isso claro que vai ser dada uma ênfase ao regime de colaboração. E nós temos um prazo, e por isso eu peço à Comissão neste momento que me permita informar, para o dia de hoje, como a gente teve recesso, eu tive oportunidade no outro momento, mas hoje encerra-se a inscrição para os delegados. E eu queria informar que todos os membros da Comissão de Educação do Senado Federal e da Câmara são delegados natos à conferência, que

vai ocorrer de 14 a 18 de abril, aqui em Brasília no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. Então o nosso gabinete está à disposição para informações, os Senadores que pretenderem, eu acho muito importante que todos nós participemos desta conferência integralmente, uma vez que ela vai se dar durante uma semana e vai reunir mais de dois mil delegados de todo o Brasil. As conferências estaduais já tiveram seu prazo concluído, a última eu tive oportunidade de participar no Estado do Pará, também foi a conferência mais maciça, com 2.500 delegados.

Então, só para deixar aqui o informe da necessidade de que hoje seja feita, é feita por internet, inclusive, a inscrição dos delegados. Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado. Quando chegar o momento oportuno vou sugerir que a Comissão se tiver Sessão nesse dia, vá em peso participar da conferência.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com certeza. É uma semana de conferência.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu sei. Então tem um dia de nossa reunião a gente faria lá.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Na terça-feira lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Diluídos, obviamente como delegados e não como entidade a parte. Quero votar o pedido da Senadora Rosalba. O projeto dela em primeiro lugar.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Permite só pela solidariedade do senhor com a nossa Senadora Marisa, eu queria também transmitir a preocupação e a solidariedade com o Estado de saúde dos nossos Senadores Jonas Pinheiro e Aloizio Mercadante, que se encontram internados.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É verdade. Ontem eu liguei para saber do Senador Aloizio Mercadante, de fato ele está numa situação... Não de nenhum risco obviamente de vida, mas de um certo sofrimento para se recuperar. Senador Jonas, eu já soube tarde da noite não pude entrar em contato ainda.

Os que estiverem de acordo com a inversão da pauta permaneçam como estão. Está aprovado. Então vamos para o Item 11, que é não terminativo. É um Requerimento que a Senadora Rosalba poderia fazer a apresentação em vez de eu ter que ler isso aqui.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Certo. Sr. Presidente, antes de fazer a apresentação eu gostaria aqui também de somar a solidariedade aos nossos colegas Marisa Serrano, pela perda incalculável da sua mãe, que hoje há sete dias partiu para estar ao lado de nosso pai eterno, e também a preocupação que estamos em solicitar não somente a solidariedade nas orações de todos nós com nosso colega lá do Estado do Mato Grosso, Jonas Pinheiro, que ontem sofreu um enfarte, e que o seu Estado é preocupante. E também ao colega Aloizio Mercadante, que também se encontra em tratamento de saúde.

Bem, o Requerimento... Passo a ler o Requerimento. Com base no art. 58, § 2º, II da Constituição Federal, combinados com os arts. 90 II e 93, I e II do Regimento Interno do Senado Federal a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Educação destinado a instruir o Projeto de Lei do Senado nº. 403/2007 de autoria do Senador Wilson Matos. Para realização da Audiência Pública deverão ser convidados Maria do Pilar Lacerda, Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação, Reinaldo Fernandes, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Maria Auxiliadora Seabra Resende, Presidente do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação. Cleuza Rodrigues Repulho, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, UNDIME, Jussara Maria Dutra Vieira, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, CNTE e Paulo Renato Souza Deputado Federal.

A justificação, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, o PLS nº. 403 do Senador Wilson Matos pretende destituir o Exame Nacional de Avaliação do Magistério da Educação Básica, ENAMEB para aferir o desempenho dos docentes das instituições públicas de ensino no efetivo exercício do magistério, avaliando suas habilidades para ajustar-se as exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão. Relacionados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento. A proposição prevê ainda que o ENAMEB seja desenvolvido em cooperação com os sistemas de ensino dos Estados, Municípios e Distrito Federal. Além disso, o exame seria acompanhado e questionado a levantar o perfil dos professores e suas condições de trabalho, o que permitiria melhor contextualização e interpretação dos resultados obtidos. Tais resultados deve-se ressaltar seriam divulgados de maneira agregada sendo o desempenho individual fornecido exclusivamente a cada professor.

A preocupação que motivou o PLS é louvável. De fato, desde meados do ano de 1990, o País avançou na construção de um abrangente sistema de avaliação da educação que contempla informações valiosas para gestores de todas as esferas do Governo.

Entretanto, esse sistema tem sido baseado em registros administrativos, e na avaliação de rendimento dos alunos, inexistindo avaliação dos conhecimentos gerais ou habilidades pedagógicas dos docentes. Não obstante, a proposta que institui mecanismo de avaliação docente não é nova, e enfrenta considerável resistência especial nas entidades representativas do magistério. Em 2003 o Ministério da Educação pretendeu instituir o Exame Nacional de Certificação de Professores, um procedimento de avaliação individualizado destinado a promover parâmetros de formação e métodos profissionais para docentes em exercício do cargo. A medida foi intensamente contestada, e assim tem sido Sr. Presidente para medidas contestadas, e por ser um assunto que gera uma polêmica e uma preocupação muito grande dos professores, dos trabalhadores, dos educadores do nosso Brasil, que nós achamos por bem que ela seja debatida em uma Audiência Pública, possamos ouvir a todos os representantes tanto da área governamental como da área dos profissionais, e assim possamos fazer o melhor juízo que possa vir. Com certeza a nossa intenção dessa audiência é contribuir para o avanço da qualidade do ensino. Sabemos que os professores bem preparados, professores estimulados, professores... Se eles estiverem bem realmente preparados, nós vamos ter claro uma educação melhor, um ensino de melhor qualidade.

Então, é este o motivo porque estamos solicitando essa Audiência Pública, para que possamos debater mais esse assunto, contextualizá-lo melhor e conseguirmos avançar no melhor para o ensino do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está em discussão.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador com a palavra.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, pela preocupação exposta pela Senadora Rosalba, bem como pela importância do tema e até pelo autor do projeto, o Senador Wilson Matos que é um profundo conhecedor da área de educação, e conseqüentemente está propondo algo que mereça a reflexão de todos nós, eu quero me solidarizar com a Senadora Rosalba no sentido de acompanhá-la na defesa dessa Audiência Pública para que nós possamos aprofundar esse tema tão relevante.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Duque. Está ligado o microfone, Senador.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Se por acaso já foi feito nesta Comissão algum tipo de reunião nesta natureza. Ou é a primeira vez?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): De Audiência Pública ou sobre esse assunto?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Esse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não. Não, sobre esse assunto, não ainda. É a primeira vez.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Então cumprimento a ilustre Senadora e estou pronto para colaborar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Obrigado, Senador. Eu ponho em discussão, os que estiverem a favor permaneçam como estão. Está aprovado. Vamos marcar a data para o Requerimento e parabenizo a Senadora pela iniciativa. Senadora Rosalba. Nós vamos...

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Só um questionamento, se permite.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sim.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): O Senador Wilson Matos é um Senador suplente. E quando da sua presença aqui, ele apresentou esse projeto. Então, eu pergunto que além desses nomes que estarão na Audiência Pública não seria uma boa oportunidade de convidá-lo para que ele se fizesse aqui presente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito boa a sugestão. Faremos esse convite.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Concordo plenamente. Acho que a sugestão foi excelente do Senador Cícero.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Submeto ao voto. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está incluído a nome do Senador Wilson. E agradeço ao Senador Cícero a lembrança. Falta um único, para termos quórum suficiente para terminativo, eu passo ao Item 3, não terminativo, que é do Deputado Eduardo Gomes, Relatoria Senadora Marisa Serrano, parecer favorável que altera a Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 96 que estabelece diretrizes e base da educação nacional no tocante ao ensino da arte. Determina a obrigatoriedade do ensino da arte e da cultura nos diversos níveis da educação de base. Com a palavra a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. O projeto do Deputado Eduardo Gomes ele objetiva, como V.Exª disse, alterar as

leis de diretrizes e bases da educação nacional para incluir o ensino da cultura, especialmente em suas expressões regionais, na composição do currículo obrigatório dos ensinos fundamental e médio.

Eu queria fazer apenas uma pequena digressão, dizendo que na LDB o ensino da arte é obrigatório, e o que o Deputado procurou inserir é da arte da cultura nas suas manifestações regionais.

Nessa Casa nós fizemos já um debate muito grande quanto às manifestações regionais quando foi feita aqui uma Audiência Pública para discutir o audiovisual, e para discutir essa interiorização do País. Eu lembro que os Senadores que estavam presentes aqui discutiram por longas horas quão importante é nós darmos a público, a toda a sociedade, condições de trabalhar as questões locais, regionais. Mas eu queria fazer uma proposta, e apresentei uma Emenda à proposta do Deputado Eduardo Gomes, que eu achei de bom tom, porque o ensino da arte é muito mais abrangente e muito mais global do que da cultura. E queria propor aos Srs. Senadores e ao Presidente, que essa Emenda que eu estou sugerindo poderia continuar a ter o mesmo espírito do que o Deputado objetivou, mas garantindo a amplitude da discussão da arte.

Então, em vez de colocar o ensino da arte e da cultura, especialmente em suas expressões regionais, poderíamos retirar "e da cultura", e a proposta ficaria "o ensino da arte", o que está na LDB, "especialmente em suas expressões regionais", nós estamos dando uma abertura para que as expressões regionais sejam incluídas mais fortemente no ensino da arte, e continua a LDB. Constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis de educação básica de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

Então a única modificação que eu ia sugerir aos Srs. Senadores é a... Nós pudermos aqui retirar essa expressão "e da cultura" Porque aí nós mantemos o espírito da LDB que foi tão discutido para que a arte flua em todas as suas amplitudes não restringindo a idéia de que a arte é uma coisa, cultura é outra, e deixaria só a arte, e mantendo as expressões "regionais" que é tão importante para esse País pela diversidade e pela expressão eu falo continental que tem o nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria de então apresentar essa Emenda, e a minha Emenda é a seguinte. Suprima-se a expressão "e da cultura", constante no § 2º do art. 26 da Lei 93, 94 e 96, nos termos propostos pelo art. 1º do PLS 75/2006. Eram essas as minhas considerações e a Emenda que eu apresento ao projeto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Para encaminhamento Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria, se me permitisse, cumprimentar a Senadora Serrano pela inteligente Emenda que apresentou. Porque quem anda pelo interior do Brasil, Senador, eu tive essa oportunidade nas missões que recebi durante o meu trabalho na segurança, a gente sente a importância da arte localizada. Principalmente no nordeste, mesmo em São Paulo, nos litorais...

Então, a arte local é uma cultura geral que tem que chegar no Brasil inteiro. Ela está inserida. A cultura está inserida na arte. Então é correto que a gente tenha que desenvolver dentro do programa da LBA a arte como matéria na busca da... Até às vezes da profissionalização de pessoas que trabalham com grandes artistas na feitura de obras regionalizadas. E tem coisas bonitas, viu Senador. A gente se encanta. Eu viajo, meu maior prazer é ir na Casa de Cultura onde tem a arte local para comprar alguma coisa que enfeite as nossas casas. E sempre tem a assinatura de alguém que às vezes não teve nem escola, mas tem a arte na própria condição de vida.

Então, eu cumprimento V.Exª, acho brilhante a sua idéia, e vamos pedir urgência para aprovar isto aí. Eu fui... Só desculpa, Senador, estive em Pernambuco, numa região... Acho que umas duas horas longe de Recife. Não lembro agora o nome da cidade. Eles imploraram ajuda dos Senadores para que pudesse desenvolver a arte local, que é conhecida no Pernambuco inteiro. E tem os grandes artistas que trabalham com o barro.

Então, aquilo me encantou. E eu acho que a senhora vem praticamente casar aquela ansiedade que a gente tem de ajudá-los com o interesse público em obrigá-los.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Gostaria só de também parabenizar mais uma vez a nossa brilhante Senadora Marisa Serrano. Ela colocou, realmente fez como diz assim, ela colocou o confeito no bolo. Ela deu aquele detalhe especial. Porque na realidade eu também sou defensora, sempre fui, de que nas escolas a arte... O ensino da arte seja obrigatório. E agora quando nós reforçarmos para que seja obrigatório não somente o ensino da arte de uma maneira geral, mas valorizando os valores regionais, a nossa história, a nossa cultura, eu fico muito feliz porque pelo no nordeste, é verdade, Senador, nós nordestinos temos muito arraigando o valor das nossas raízes. Aos nossos cordéis, à nossa música, as nossas danças, à nossa história. E na minha cidade, quando

Prefeita, eu pude começar um movimento que hoje é reconhecido no Estado do Rio Grande do Norte, inclusive colocando Mossoró muitas vezes assim que me deixa envaidecida como a capital cultural do Estado, e foi todo pautado sobre as raízes da nossa terra, da nossa gente. Por exemplo, um grande espetáculo que é realizado anualmente no dia 13 de junho, quando é o dia de Santo Antônio, na rua em frente a uma igreja onde foi palco um dos pontos palco da luta entre... [soa a campainha] Da cidade, da luta da cidade, da resistência da cidade ao bando de lampião. E onde nessa luta houve a morte de Jararaca, o famoso cangaceiro, também de Colchete. Então isso são coisas que estão na história e é vivenciado e feito por alunos das escolas, com a participação das crianças do PET, com os nossos artistas, com direção de João Marcelino, que é um Diretor do nosso Estado.

Então, nós estamos trazendo a rua para dentro da escola. Hoje existe na nossa cidade, em parceira, ao município, a Secretaria Municipal de Educação em parceria com a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, um festival de teatro. Das escolas de ensino fundamental.

Então, isso tudo eu acho que é importantíssimo para o desenvolvimento cultural. E temos também no 30 de setembro um grande espetáculo que já foi dirigido por diretores de alto conceito nacional, como Fernando Bicudo, Gabriel Vilela, tivemos também a presença de Amir Adac(F) que foi quem começou esse trabalho contando os fatos que marcaram o grito de liberdade da escravidão, na guerra do Paraguai, a época que houve aquela questão do motim das mulheres, a questão do primeiro voto feminino que marcou... Então tudo isso é história que vai cada vez mais estando participando do processo educacional. E aí nós puxamos para valorizar o cordel, o poeta popular, a valorização das nossas músicas, das nossas danças, do nosso folclore.

Então acho que a Senadora Marisa está de parabéns e obrigada a todos os colegas, Senadores e Senadoras, Sr. Presidente, por nos ter dado esse espaço tão generoso para que pudesse aqui colocar o quanto é importante arte como obrigatório nas escolas, como obrigatório na vida desde os pequenininhos para fazer crescer o ensino e a cultura nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antes de passar a palavra ao Senador Cícero, gostaria de pedir mais atenção dos nossos membros da Comissão, estamos discutindo um assunto muito importante. É uma mudança que parece simples, mas é substancial um Projeto de Lei que veio da Câmara. Se mudarmos o projeto volta para a Câmara. Atrasa a promoção. Se não mudarmos ele pode ficar de maneira imperfeita. Então eu queria pedir mais atenção de todos os Senadores e Senadoras.

Com a palavra o Senador Cícero. Além disso, temos que apressar a votação para contar com o quórum que temos para os terminativos. Se saírem dois Senadores já perdemos o quórum. Senador Cícero.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senador, serei bastante breve só para dar o meu testemunho e reconhecimento da importância de nós inserirmos a arte como matéria obrigatória nas nossas escolas. Segunda-feira, Presidente Cristovam Buarque, quando eu me deslocava de João Pessoa aqui para Brasília, e nesse período o vôo é às quatro horas da manhã, eu tive o prazer de encontrar um grupo jovem na minha cidade, da cidade de João Pessoa que acerca de cinco anos atrás nós os colocamos numa parceria com o balé Bolshoi, de Joinville, alunos da rede municipal de João Pessoa para... Fizeram o teste a nível nacional e foram selecionados para estudar no balé Bolshoi. Ele esse grupo ele teve o mérito não só de ter conseguido espaço no balé Bolshoi, mas de servir de exemplo para a rede municipal de ensino na cidade de João Pessoa para novas crianças que também desejavam aprender a dança como uma forma de expressão, mas também de aprendizado. E pra mim é motivo de muita alegria, porque para o senhor ter idéia, entre esses alunos que hoje são destaques no balé Bolshoi em Joinville, tem um jovem que morava conosco numa casa que nós tínhamos na cidade de João Pessoa chamada Morada do Betinho, para abrigar crianças com o risco de não ir para a rua. E esse jovem hoje é destaque no balé Bolshoi. Ele é filho de presidiário e a mãe deficiente mental. E esse jovem hoje, graças a Deus, a esse trabalho que nós alugamos uma casa em Joinville, levamos uma educadora para lá que funciona como uma mãe de todas essas crianças, e vi essas crianças sendo transformadas em adolescentes e encaminhadas num projeto de vida porque lá não só aprende dança como aprende música, como aprende línguas, e como fazem o ensino fundamental. Então acho que esse passo que estamos dando aqui é fundamental.

E quanto ao aspecto de retirar mesmo fazendo a mudança, eu me considero... A minha opinião é favorável, porque é melhor aperfeiçoar agora e adotar uma posição futura mais correta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, eu passo à votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado com a Emenda oferecida pela Senadora Marisa Serrano.

Eu passo agora ao Item terminativo, que é o Item nº. 07, porque como ele já esteve aqui quatro Sessões, eu posso pedir ao Senador Duque para ser o Rela-

tor ad hoc. É o Item nº. 07, Projeto de Lei do Senado 408/2007 que autoriza o Poder Executivo a criar a escola Técnica Federal de Cacoal, Estado de Rondônia. Autoria Senador Valdir Raupp, Relatoria do Senador Gilvam Borges. O Relatório é favorável. E eu passo a palavra ao Senador Hélio Duque... Paulo Duque. [risos] Hélio Duque foi um grande amigo meu que eu tive que morou 40 anos em Cuba. Foi jovem para lá e ficou definitivamente. Foi bem antes da revolução de Fidel Castro. E ficou. Senador Paulo.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sr. Presidente, eu estou sendo autorizado a relatar um projeto que já tem um parecer bem definido aqui. Da lavra do Senador Gilvam Borges. Não sei se S.Exª está presente hoje aí. Gilvam Borges. Ele já relatou. Está aqui o Relatório. Autoria desse projeto, dessa proposição é o Senador Valdir Raupp. De maneira eu pediria um pouquinho de paciência só para pegar o espírito da coisa. Tem que pegar o espírito da coisa. Fica difícil. Eu sei como V.Exª é sutil nessa questão. Ele faz a seguinte análise, o Gilvam. Ele se baseia na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, veja que é uma lei de 1996. A educação profissional deve orientar no sentido de permanente desenvolvimento de aptidões para exigência no mundo do trabalho. Todo nós concordamos com isso. Integrando-se às diferentes formas de educação, ao trabalho, ciência e tecnologia. A preocupação com essa modalidade em si não vem a satisfazer as exigências do mercado necessitado cada vez mais de mão-de-obra com conhecimento qualificado. É essencial que a educação profissional seja entendida como estratégia para o País. Realmente é verdade isso. Agora mesmo está se anunciando a implantação de grandes indústrias ligadas ao ramo da extração de petróleo, especialmente no meu Estado. E anuncia-se a implantação também de grandes estabelecimentos de ensino especializados na matéria.

Encontra-se esse projeto de criação de uma escola técnica para atender as demandas de formação e qualificação de profissionais para atuar nos setores agropecuários e de manejo florestal no Município de Cacoal do Estado de Rondônia. Tratando-se de um antigo território transformado em Estado, com êxito, eu entendo logo que deva se dar todo o prestígio para que se consiga implantar lá uma escola dessa natureza. O mais difícil já foi feito, foi passar pela Comissão de Justiça. Isso que é o mais difícil. Porque tem o caráter de, aqui, de sugestão. É como na Assembléia Legislativa da Guanabara, havia uma indicação legislativa que era discutida. Aqui é uma sugestão. Tanto é que ele reconhece quanto aos aspectos constitucionais e formais, a proposição encontra-se em conformidade com as normas vigentes, inclusive no que se refere à técnica legislativa.

Então, Presidente já deu o voto favorável, e eu creio, mestre, que o meu parecer não poderia bulir em nada aqui. Não poderia bulir. Eu peço até vontade, eu peço até licença, se pudesse, de subscrever o parecer. Está bem feito, está inteligente. E honra o povo de Roraima. De Rondônia. Honra o povo de Rondônia. Era o que eu tinha a dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço, Senador Paulo Duque. E passo a palavra aos que queiram discutir. Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Muito rapidamente, Sr. Presidente, apenas para parabenizar o nosso Relator ad hoc, Senador Paulo Duque, e agradecer em nome do Estado de Rondônia pelas palavras carinhosas, e parabenizar também a iniciativa do Senador Valdir Raupp em indicar ao Governo a necessidade de se criar, se implantar uma unidade de escola técnica federal no Município de Cacoal. No Estado de Rondônia nós já contamos com... No plano de expansão das escolas técnicas, com a Escola Técnica de Porto Velho, que será construída este ano de 2008, e a Escola Técnica de Ji-Paraná e Vilhena.

Então, é sempre uma iniciativa muito bem vinda, até porque a cidade de Cacoal é um dos centros, dos maiores centros do Estado de Rondônia, tanto na indústria quanto no comércio e como bem dizia o Senador Paulo Duque hoje com este problema da carne o Município de Cacoal é um dos que concentram maior número de frigoríficos no Estado de Rondônia, por exemplo, portanto, precisa de uma mão-de-obra técnica altamente especializada para que a gente possa garantir cada vez mais a qualidade do produto que nós oferecemos.

Então, apenas para fazer esse registro e parabenizar o autor e parabenizar o Relator dessa matéria, Sr. Presidente. Parabenizar principalmente toda a população do Município de Cacoal e do Estado de Rondônia pela brilhante iniciativa do Senador Valdir Raupp.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado à Senadora. Senador Tuma. Um minuto, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Um minutinho. Desculpa, Presidente é porque nós temos discutido muito aqui o aspecto do terceiro setor. O terceiro setor são ONGs que são definidas como preparatórias de mão-de-obra, especialização de mãos-de-obra. E muitas delas estão sob suspeita do emprego correto do dinheiro. Então é muito mais inteligente ao Governo criar escolas profissionalizantes nas regiões e especializada na tendência de produção que tem aquele

local, como V.Exª com a sua tranqüilidade e simpatia expôs aqui o Relatório proposta do Valdir Raupp, eu acho que é o caminho correto, Senador. A gente evitar que as ONGs que não tem correspondido à expectativa na melhora da profissionalização da mão-de-obra, e o Brasil tem falta disso, as escolas profissionalizantes. Só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, eu passo à votação. Senador Flávio Arns, como vota?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sim, Sr. Presidente. Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Fátima Cleide. Já manifestou seu voto.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Sérgio Zambiasi. Senador Mão Santa, Senador Paulo Duque já fez o Relatório. É sim. Senador Marco Maciel. Senadora Marisa Serrano. Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa Ribeiro. Senador Antônio Carlos Valadares. Senador Romeu Tuma. Senador Cícero Lucena. Senador Eduardo Azeredo. Creio que não esqueci nenhum. Está aprovado o projeto.

Podemos passar imediatamente para outro projeto. O Item nº. 09, também terminativo, da Senadora Serys, do Senador Inácio Arruda, mas que já tivemos uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete, essa é a oitava Sessão. Então tem o direito a Mesa indicar um Relator. Trata-se do Projeto de Lei do Senado 236/2007 que inscreve o nome de Maria Quitéria de Jesus no livro dos heróis da pátria. Eu peço à Senadora Fátima Cleide que faça a leitura do Relatório, com suas considerações pessoais que quiser.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Sr. Presidente pela deferência. Muito me honra, inclusive, relatar esse projeto. Projeto em análise tem como objetivo a inscrição no dia 21 de agosto de 2008 do nome de Maria Quitéria de Jesus no livro dos heróis. E conforme outro projeto também da Senadora Serys que encontra-se inclusive na pauta no dia de hoje no Item 06, a Senadora propõe que o livro dos heróis da pátria, a denominação seja alterada para livro dos heróis e heroínas. Eu espero que brevemente nós possamos aprovar esse projeto também para modificar a denominação e então anotar no livro dos heróis e heroínas na pátria o nome de Maria Quitéria de Jesus. Segundo a autora, a data marca do 155º aniversário de sua morte. A homenageada heroína da independência integrou o batalhão de voluntários do príncipe Dom Pedro onde se destacou na luta contra as tropas portuguesas nos conflitos que sucederam a independência. Em decorrência do Decreto de 28 de junho de 1996, a homenageada tornou-se patrona do quadro complementar de oficiais do Exército Brasileiro. O Relator, Senador Inácio Arruda, registra ainda que o Exército Brasileiro reconheceu sua bravura ao instituir a medalha Maria Quitéria a ser concedida a civis e militares que tenham em qualquer parte do território nacional contribuído ativamente para o brilhantismo e a repercussão das homenagens cívicas prestadas a gloriosa cadete da independência. Desse modo são inegáveis os fatos heróicos dessa grande brasileira suficientes para a concessão da merecida homenagem. Diante do exposto, votamos favoravelmente pela aprovação da matéria, Sr. Presidente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está em discussão. Senador Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu gostaria de sugerir para a Senadora Fátima Cleide, que está trabalhando como Relatora ad hoc, que inclusive altere o art. 1º. Será inscrito nome de Maria Quitéria de Jesus, heroína da independência no livro dos heróis e heroínas da pátria. Depositado no panteão da liberdade. Não ficaria muito melhor?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Se não houver nenhum problema regimental, acatado pela Relatoria ad hoc, até porque como existe outro projeto que altera ainda a denominação e que não foi aprovado, eu considero que não há problema algum. Acredito que também essa Comissão não será, não rejeitará essa proposição que consta do Item 06, que é da autoria também da Senadora Serys, de alterar a denominação do livro de heróis da pátria para heróis e heroínas. Se não houver nenhum problema regimental eu acato a sugestão de Emenda.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Inclusive na Ementa também. Não só no art. 1º, mas inscreve o nome de Maria Quitérias de Jesus no livro dos heróis e heroínas da pátria da Ementa além do art. 1º. Mas é sugestão acatada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Na verdade deveríamos ter votado o seis anos. Na verdade, esse assunto nem deveria ter existido. Desde o começo deveria ter sido heróis e heroínas.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas então, podemos votar e votamos depois esse. Está bem? Eu ponho em votação o parecer da Senadora Fátima, e depois votaremos o Item 06. Temos um problema da Relatora e da autora, não estão. Ausentes. Mas vamos votar sem prejuízo. E mudando a Emenda, provavelmente como diz o Senador Flávio Arns para já colocar lá em cima heróis e heroínas.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com certeza. Encaminho posteriormente a Emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flávio Arns, Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Fátima Cleide, parecer já leu. Sérgio Zambiasi. Senador Mão Santa. Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sim, senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Marco Maciel. Senador Marco Maciel teve que se retirar um minuto. Senadora Marisa. Senador Papaléo Paes, Senador Flexa Ribeiro, Senador Antônio Carlos Valadares, Senador Romeu Tuma, Senador Cícero Lucena, Eduardo Azeredo... Sim. Creio que não esqueci de nenhum. Então está aprovado.

Passamos agora... Votamos então a Emenda do Senador Flávio Arns para mudar a... Está bem? Alguém quer fazer algum pronunciamento? Não.

Então, temos que votar nominalmente ou não? Nominalmente. Sim, apenas se confirma o voto. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está confirmado.

Vamos para o Item número... Item 6 temos que esperar a presença do... Qual é o próximo?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, só um adendo. Eu tenho a impressão que a Senadora Fátima Cleide poderia, com o acatamento da sugestão e aprovação, só alterar na própria, na própria... No próprio voto no Relatório e na Ementa posterior também, para adequar o texto à terminologia heróis e heroínas. Que eu acho que...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É assim que a gente vai fazer.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só para ficar de acordo depois.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo ao Item nº. 8 que também já teve duas votações. Senador Romero Jucá não está, Senador Valdir Raupp não está, que é o Projeto de Lei 410/2007 que autoriza o Poder Executivo a criar Escola Técnica Federal de Vilhena, no Estado de Rondônia. Eu peço ao Senador Tuma, pode ser? Para ler o Relatório. É o Item nº. 8.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É do Senador Romero Jucá. A Relatoria... Assinatura irreconhecível. Relator é o Romero Jucá. Autor é o Valdir Raupp. Está nas mesmas condições da leitura feita pelo Senador Paulo sobre Cacoal. É o mesmo desejo do Senador Romero Jucá criar a Escola Técnica Federal de Vilhena, no Estado de Roraima, para que houvesse formação profissional nas áreas de manejo florestal e agropecuária. Portanto, ela está dentro do quadro descrito pelo Senador Paulo, no outro projeto, com a mesma objetividade. Então, a proposta é pela aprovação do PLS 410.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Terminado. Ponho em discussão. Não havendo quem queira se pronunciar, passo à votação. Senador Flávio Arns, Senador Augusto Botelho... Teve que sair. Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Pelas mesmas razões que Cacoal, sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Senador Sérgio Zambiasi... Não vai ter quórum. Senador Mão Santa, Senador Paulo Duque, Senador... Senadora Marisa Serrano, Senador Papaléo Paes, Senador Flexa Ribeiro, Senador Antônio Carlos Valadares, Senador Romeu Tuma, que leu, Senador Cícero Lucena, Senador Eduardo Azeredo, Senador Valadares, sim. Senador Botelho, que está lá dentro manifestou seu voto. Então, está aprovado.

Passamos então ao Item 5, que é apenas a leitura... é o substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº. 433, turno suplementar. Altera o art. 67 da Lei 9.394/96 que fixa as diretrizes e base da educação. Autoria do substitutivo do Senador Cícero Lucena, autoria do PLS 433 foi do Presidente dessa Mesa, a Relatoria do Senador Cícero Lucena. Foi favorável. Observação a ser lida. Não sendo oferecidas emendas ao projeto até o fim da discussão, a matéria será dada como definitivamente adotada pela Comissão segundo o que preceitua o art. 282 combinado com o art. 92 do regimento interno do Senado Federal. Observação 2. O parecer ao PLS 433/2007 de autoria do Senador Cícero Lucena, favorável ao projeto na forma do substitutivo oferecido, foi aprovado na reunião do dia 11/02/07. Então está aprovado. E é adotado pela Comissão.

Passamos agora... Não terminativo. Temos um projeto não terminativo do Deputado Pedro Fernan-

des, Relatora Senadora Fátima Cleide. Projeto de Lei da Câmara nº 067/07 que denomina Governador Ponte Ivar Figueiredo Saldanha, a segunda ponte sobre o Estreito dos Mosquitos, na BR-135 ligando a ilha de São Luís ao continente no Estado do Maranhão. Senadora Fátima Cleide com a palavra.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, a proposição visa homenagear Ivar Figueiredo Saldanha mediante a atribuição de seu nome à segunda ponte sobre o Estreito dos Mosquitos atualmente em fase de conclusão. Na Câmara dos Deputados o projeto foi apreciado e aprovado nas Comissões de Viação e Transporte, de Educação, Cultura e Desporto, de Comissão e Justiça e... de redação. No Senado Federal onde foi distribuído com exclusividade para a Comissão de Educação o projeto não recebeu Emendas. Natural de Rosário, Maranhão, Ivar Figueiredo Saldanha foi Governador, Deputado Federal, Deputado Estadual por mais de 23 anos e Prefeito de São Luís. Registramos parecer favorável uma vez que Ivar Figueiredo foi figura importante na história recente do Maranhão. A proposição encontra amparo na Lei 6.672 de 27 de agosto de 89 que dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, a qual estabelece que mediante lei especial uma estação terminal, obra de arte ou trecho de via poderá ter supletivamente a terminologia oficial a designação de um fato histórico ou nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à humanidade.

Finalmente é pertinente no que tange ao mérito uma vez que este homenageado, como já disse antes, foi uma figura importante na história recente do Maranhão. Por isso, Sr. Presidente, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 67/07.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em discussão. Alguém quer se pronunciar? Não havendo eu ponho em votação. Os que tiverem a favor permaneçam como estão. Esta aprovado.

Nós temos apenas dois outros, mas são terminativos. Mas no que se refere ao terminativo nº. 2 Projeto de Lei do Senado 118/2004, não estão presentes o Senador Hélio Costa nem o Senador Lobão, dois Ministros, esse projeto deu sorte. Mas há um Requerimento de Audiência Pública nos seguintes termos. Senador Flávio Arns, a sua assinatura é muito característica. Requer nos termos... Eu passo para ele. Senador, o senhor poderia fazer a leitura do seu Requerimento. Apresentar o seu Requerimento?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O Projeto de Lei trata de um assunto fundamental que é o ensino a distância. E aí, inclusive, existe muito debate, muita discussão, muitos problemas, e nós devemos nos debruçar sobre isso porque o ensino a distância é uma modalidade, uma possibilidade que vai aumentar daqui para frente, inclusive, de maneira significativa em nosso País. Então esse debate merece ser feito e isto vai subsidiar sem sombra de dúvida o relatório final do Item 2 da nossa pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu aceito... A Presidência já se manifesta muito favorável. Realmente merece uma audiência, esse é um assunto muito polêmico e de conseqüências muito graves. Se for tomada uma ou outra decisão. Por isso eu ponho em votação o Requerimento do Senador Flávio Arns de termos uma Audiência Pública sobre esse assunto. Da necessidade de aulas presenciais em ensino a distância. Os que estiverem a favor permaneçam como estão. Aprovado. O projeto então fica sobrestado até que haja uma Audiência Pública.

Bem, tem só um único mais Item. Essa Sessão foi extremamente rápida, que é mais um Requerimento do Senador Romeu Tuma. O Senador Romeu Tuma, eu passo a palavra para que ele apresente o seu Requerimento que tem a minha simpatia, já digo de antemão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A idéia praticamente nasceu de V.Exª, pelo seu pronunciamento durante a Sessão, se não me engano, de quinta-feira passada quando o senhor homenageava a escola de samba Vai Vai: Acorda Brasil, aonde eu apresentei um Requerimento nesse sentido. O Senador Eduardo Suplicy fez um pronunciamento por ter desfilado num carro alegórico dentro da própria escola. E V.Exª foi convidado para desfilar também com a escola vencedora. E foi muito simpático ao dizer que provavelmente o Presidente da escola poderia fazer um discurso melhor que o senhor na Tribuna do que o senhor sambar na avenida. Aí nós trocamos idéia em Plenário achando que seria importante o Edmar Tobias da Silva, presidente da escola aqui comparecesse para explicar qual é o trabalho comunitário que fazem e o que ele sentiu para ter como tema a peça escrita pelo empresário Antônio Ermírio, Vai Vai: Acorda Brasil, objetivando principalmente a educação como a peça mais importante para o desenvolvimento do País, que é o lema de V.Exª.

Então eu gostaria de contar com a simpatia que V.Exª eu tenho certeza, Suplicy também não está presente, mas concordou e acredito que os demais também farão. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Romeu Tuma, eu pessoalmente sou entusiasta dessa idéia porque isso trará para a

imaginário de uma população que está um pouco alienada do assunto da educação, vai trazer para a sua imaginação o assunto educacional. Agora, eu gostaria de acrescentar, apesar de saber das dificuldades que hoje ele tem, o convite ao empresário Antônio Ermírio de Moraes também está inscrito ou não? Para que ele esteja presente. Ele foi o inspirador, a expressão "acorda Brasil" é uma expressão que ele usou.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Acho que é importante e pela razão de que ele já apresentou a peça. É um batalhador nesse sentido, estimulou a escola, provavelmente ele poderá nos trazer um quadro, apesar como V.Exª disse tem algumas condições físicas um pouco... Tenho certeza que ele não recusará o convite feito por V.Exª. Vou acrescentar aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ponho em discussão o Requerimento, a sugestão do Senador Romeu Tuma acrescentar o empresário Antônio Ermírio de Moraes. Os que tiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Tenho apenas dois comunicados a fazer antes de encerrar. Comunicado aos Srs. Senadores e Senadoras o recebimento do convite do Exmº. Sr. Ministro da Educação Fernando Haddad para solenidade de posse dos conselheiros do Conselho Técnico-Científico da Educação Básica, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior da CAPES, que será no dia 14 de fevereiro do corrente, às dez horas, no auditório do térreo do edifício sede do Ministério da Educação.

E outro comunicado também do Sr. Ministro Fernando Haddad com informações complementares ao requerimento de informações de nº 971/05 de autoria do Senador Wellington Salgado. Senadores que desejarem ter acesso à cópia do documento enviado pelo Ministro a pedido do Senador Wellington Salgado pode pedir na nossa Secretaria. A matéria vai a arquivo. O documento será enviado ao Senador e está à disposição de todos os demais Senadores.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu queria referir aos nomes das pessoas que vão ser... Que vão tomar posse desses Conselhos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ele não mandou ainda os nomes. Seria interessante ter os nomes e a origem, né?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Acho que V.Exª poderia requerer para completar a documentação e que fosse atendido o pedido do Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O que eu posso ler aqui e seria interessante são os dados do Requerimento feito pelo Senador Wellington Salgado. Ele pediu razões para o não cumprimento pela SESUP/MEC, pelo CETEC/MEC, dos prazos estabelecidos pela Portaria 3.643. Razões suporte legal para existência de comissões verificadoras para autorização(F) de cursos das instituições superiores. Demonstrativo da tramitação dos processos relativo à transferência e mantença dos cursos, instituições de uma para outra entidade interior. No caso dos processos referentes a transferência de mantença de cursos ou instituições qual foi a base legal utilizada? Fundamento legal e razões para o não acatamento pela SESUP, decisões judiciais e Mandado de Segurança impetrado por instituições. Quadro comparativo entre as vagas aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação e a publicação oficial [ininteligível]. Cursos cadastrados no sistema Sap com período de autorização nos últimos 12 meses. Curso autorizado pelo Conselho Nacional de Educação nos 12 meses com suas respectivas vagas. Cursos com Portarias publicadas nos últimos 12 meses com a respectiva vaga. Entidades que pediram após aprovação pelo CNE redução de vagas através de ofício. E cursos já avaliados pelo INEP e não publicados pela SESUP.

Ele mandou uma mensagem, o Ministro, que o Senador Wellington não se deu por satisfeito e ele está enviando, mas essa informação. Está à disposição dos senhores... é outra coisa. Do Senador eu vou ligar pedindo os nomes. É dia 14 de fevereiro, temos alguns dias e farei chegar a cada um dos Srs. Senadores e Senadoras membros da Comissão de Educação.

Bem, eu agradeço a presença de todos. Como 1ª Sessão do ano a gente já ter quórum é um feito muito grande que mostra o empenho dos membros da Comissão, continuando o empenho que foi dado no ano passado. Muito obrigado pela presença de todos.

Sessão encerrada às 12h35.

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA 27ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 2008, ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas e um minuto de sete de outubro de dois mil e oito, na Sala nº 9 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e

Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE, MARINA SILVA, CÉSAR BORGES, VALDIR RAUPP, VALTER PEREIRA, ELISEU RESENDE, GILBERTO GOELLNER, MARISA SERRANO, FLÁVIO ARNS, SERYS SLHESSARENKO, ADELMIR SANTANA e FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à deliberação da pauta. A pedido do relator, a Presidência retira de pauta o **Item 17 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 348, DE 2003–TERMINATIVO,** que "institui incentivo fiscal para doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente". Autoria: Senadora **SERYS SLHESSARENKO.** Relator: Senador **VALDIR RAUPP**. Parecer: Pela rejeição do projeto. Resultado: **Retirado de pauta a pedido do relator.** Na seqüência, a Presidência dá prosseguimento à pauta. **Item 01) OFÍCIO "S" Nº 16, DE 2008-NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal, Relatório de Fiscalização, em CD, relativos à inspeção nas unidades municipais proveniente do 25º sorteio do Programa de Fiscalização a partir de sorteios públicos". Autoria: Ministério de Estado do Controle e da Transparência. Relator "ad hoc": Senador **VALDIR RAUPP.** Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Aprovado. Item 02) REQUERIMENTO Nº 30, DE 2008-CMA-NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos regimentais e constitucionais, sejam convidados o procurador do trabalho, Ronaldo Curado Fleury, Vice-Coordenador da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração no Trabalho Portuário e Aquaviário, da Procuradoria Geral do Trabalho (Ministério Público do Trabalho); um representante do Ministério do Trabalho; o Subsecretário de Desenvolvimento da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, Karim Bacha e um representante do IBAMA, para prestarem esclarecimentos sobre o pagamento do seguro-defeso". Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE.** Resultado: **Aprovado. Item 03) REQUERIMENTO Nº 31, DE 2008-CMA-NÃO TERMINATIVO,** que "requer nos termos regimentais e constitucionais, que seja convidado o senhor Ministro da Secretaria Especial da Aqüicultura e Pesca para, em audiência pública, prestar esclarecimentos aos Senadores desta Comissão sobre as últimas denúncias de irregularidades no pagamento do seguro-defeso". Autoria: Senadores **ARTHUR VIRGÍLIO e LEOMAR QUINTANILHA**. Resultado: **Aprovado. Item 04) REQUERIMENTO Nº 32, DE 2008-CMA-NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública, com a presença dos cientistas abaixo relacionados, para esclarecimento do diagnóstico e das propostas do seu recém-publicado estudo 'impacto virtuoso do Pólo Industrial de Manaus sobre a proteção da floresta amazônica: discurso ou fato?' Dr. Alexandre Rivas, da Universidade Federal do Amazonas (Ufam); Dr. José Aroudo Mota, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); e Dr. José Alberto da Costa Machado, da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)". Autoria: Senadores **JEFFERSON PRAIA e LEOMAR QUINTANILHA.** Resultado: **Aprovado. Item 05) REQUERIMENTO Nº 33, DE 2008-CMA-NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do art. 58, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal, audiência pública conjunta para esclarecimentos acerca da matéria veiculada no Jornal Folha de São Paulo, de 14 de setembro de 2008, intitulada 'sigilo telefônico é vendido a menos de R$ 1.000,00 no país', com os seguintes convidados: Presidente da ANATEL – Ronaldo Sardenberg; Presidente da TIM – Mário César Pereira de Araújo; Presidente da VIVO – Roberto Lima; Presidente da CLARO – João Cox; Presidente da OI – Luiz Eduardo Falco e Presidente da Brasil Telecom – Roberto Aroso Cardoso". Autoria: Senadores **VALDIR RAUPP e ALOIZIO MERCADANTE.** Resultado: **Aprovado. Item 06) AVISO Nº 46, DE 2008 (juntado ao processado do Aviso nº 21, de 2007)-NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 1.257/2007-TCU-Plenário, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao Acórdão nº 214/2007-Plenário, que julgou irregulares as contas do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – Iterra (TC 004.486/2004-4)". Autoria: Tribunal de Contas da União. Relator "ad hoc": Senador **FLEXA RIBEIRO.** Parecer: Pelo conhecimento da matéria, encaminhamento da cópia do parecer à CPI das ONGs e remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Aprovado.** A Presidência adia os itens 7 e 8, e retira de pauta, a pedido da relatora, o item 10. **Item 07) AVISO Nº 20, DE 2008-NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal, o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2007". Relator: Senador **MARCONI PERILLO.** Parecer: Pela solicitação das seguintes informações ao TCU, relativas ao exercício de 2007: a) descrever 116 medidas cautelares emitidas; b) relação dos 1.574 responsáveis que tiveram suas contas julgadas irregulares; c) rela-

ção dos 950 indiciados pelo Ministério Público da União, em decorrência das informações encaminhadas pelo Tribunal; d) resumo das 47 declarações de inidoneidade aplicadas à empresas; e) relação dos 1.513 processos de cobrança executiva; f) relação dos 106 atos sustados ou anulados e g) relação dos 104 processos de solicitação do Congresso Nacional atendidos. Resultado: **Adiado. Item 08) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2008-NÃO-TERMINATIVO,** que "dispõe sobre limites à exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos; altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965; e dá outras providências". Autoria: Deputado **FERNANDO GABEIRA.** Relator: Senador **MARCONI PERILLO.** Parecer: Pela aprovação do projeto. Resultado: **Adiado. Item 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 2006–TERMINATIVO** que "altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer que os rótulos de alimentos devem atender aos requisitos de clareza e simplicidade e fornecer informações compreensíveis para o consumidor". Autoria: Senador **VALDIR RAUPP.** Relatora: Senadora **SERYS SLHESSARENKO**. Parecer: Pela rejeição do projeto. Resultado: **Retirado de pauta a pedido da relatora.** Em razão da falta de quorum, a Presidência adia os demais itens da pauta. **Item 09) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 625, DE 2007-TERMINATIVO** que "altera o Código de Defesa do Consumidor, para dispor sobre a rescisão dos contratos de adesão pelo consumidor." Autoria: Senador **JOÃO DURVAL.** Relator: Senador **MARCONI PERILLO**. Parecer: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2008–TERMINATIVO** que "acrescenta parágrafo no art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor, para tornar obrigatório prazo mínimo de cinco dias úteis de antecedência do vencimento o recebimento da cobrança". Autoria: Senador **ROMEU TUMA**. Relator: Senador **PAPALÉO PAES**. Parecer: Pela aprovação do projeto com as emendas que apresenta. Resultado: **Adiado**. **Item 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2008–TERMINATIVO,** que "dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens produzidas com material reciclável, informações educativas sobre como deve ser a forma de descarte". Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE.** Relator: Senador **GIM ARGELLO.** Parecer: **Pela aprovação do projeto.** Resultado: **Adiado. Item 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, DE 2007-TERMINATIVO** que "acrescenta § 2º ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para permitir a fixação de preço diferenciado na venda de bens ou na prestação de serviços pagos com cartão de crédito em relação ao preço à vista". Autoria: Senador **ADELMIR SANTANA**. Relator: Senador **RENATO CASAGRANDE**. Parecer: Pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1-CAE. Resultado: **Adiado**. **Item 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 293, DE 2007-TERMINATIVO,** que "acrescenta parágrafos ao art. 37 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para dispor sobre publicidade". Autoria: Senadora **SERYS SLHESSRENKO.** Relator: Senador **VALTER PEREIRA.** Parecer: Pela rejeição do projeto. Resultado: **Adiado. Item 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 338, DE 2005-TERMINATIVO,** que "dá nova redação ao inciso III do artigo 39, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências". Autoria: Senador **PEDRO SIMON.** Relator: Senador **ADELMIR SANTANA**. Parecer: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58, DE 2008-TERMINATIVO,** que "dispõe sobre o controle das obras públicas inacabadas e dá outras providências". Autoria: Senador **FERNANDO COLLOR.** Relator: Senador **WELLINGTON SALGADO.** Parecer: Pela aprovação do projeto com as emendas que apresenta. Resultado: **Adiado.** Usam da palavra os Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE** e **VALDIR RAUPP.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezessete minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **LEOMAR QUINTANILHA,** Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO REALIZADA EM 07/10/2008

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Havendo o número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião Ordinária da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que aprovam a dispensa da leitura da Ata da sessão anterior, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, pela ordem, questão de ordem, eu queria retirar o Item nº 17 de pauta para reanálise, eu sou Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Valdir Raupp, V.Exª será atendido e o Item nº 17 retirado de pauta.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Passamos ao Item nº 1, ao ofício extra nº 16/2008, que encaminha ao Senado Federal relatório de fiscalização em CD, relativo às inspeções nas unidades municipais provenientes do 25º sorteio do Programa de Fiscalização, a partir de sorteios públicos. É de autoria do Ministério de Estado do Controle de Transparência e tem como Relator o Senador Wellington Salgado.

Eu solicitaria ao Senador Valdir Raupp, que funcionasse como Senador *ad hoc* desse Item nº 1.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o ofício encaminha ao Senado Federal em disco compacto, relatórios com os resultados da fiscalizações realizadas pela Controladoria Geral da União, dos Municípios, sorteados na 25ª etapa do Programa de Fiscalização a partir de sorteios públicos. Segundo o ofício, os relatórios destinam-se aos órgãos da administração federal, gestores das ações fiscalizadas, bem como ao Tribunal de Contas da União e de acordo com os eventos apurados, à Câmara Municipal, ao Tribunal de Contas do Estado, ao Ministério Público Federal e do Estado, à Polícia Federal e à Advocacia Geral da União, para as providências cabíveis no âmbito das respectivas atribuições.

Da análise. O referido programa foi instituído por meio da Portaria nº 247, de 20 de junho de 2003, do Ministério de Estado de Controle das Transparências, constitui em mais uma forma de atuação da Secretaria Federal de Controle Interno, órgão da Controladoria Geral da União, tendo suas atribuições de avaliar execução de programas federais. Sr. Presidente, como visto anteriormente os relatórios gerados, são automaticamente encaminhados aos órgãos envolvidos para as providências cabíveis, sem prejuízo, evidentemente, de qualquer iniciativa que algum Senador deseja empreender em relação aos eventos apurados na fiscalização.

O voto. Diante do exposto, opinamos pelo conhecimento da Comissão e arquivamento da presente matéria.

É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Passamos ao processo de votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos ao Item nº 2. Requerimento nos termos regimentais constitucionais, sejam convidados o Procurador do Trabalho Ronaldo Curado Fleury, Vice-Coordenador da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho Portuário e Aquaviário, da Procuradoria Geral do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho, um Representante do Ministério do Trabalho, Subsecretário de Desenvolvimento da Secretaria Especial da Aqüicultura e Pesca, Karim Bacha e um Representante do IBAMA, para prestar esclarecimento sobre o pagamento de seguro defeso. Tal requerimento é de autoria do eminente Senador Renato Casagrande, a quem concedo a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, verdade o requerimento feito é para que nós pudéssemos complementar o requerimento seguinte, do Senador Arthur Virgilio, que pediu uma Audiência Pública para esclarecer as denúncias de irregularidades no pagamento de seguro defeso. Como antes de a gente entrar num embate político, aí num debate político, nós propusemos que pudéssemos ter aqui a presença de pessoas da área técnica que pudessem esclarecer os fatos, para que nós, além de fazermos um debate político ou entrarmos num embate político, pudéssemos ter, de fato, informações e esclarecimentos com relação às denúncias de pagamento irregular de seguro defeso.

Por isso que eu estou convidando estas pessoas, que são pessoas da área técnica para que possam vir aqui e fazer as explicações, e se as explicações elas são suficientes ou não com relação à denúncia que foi elaborada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): A idéia é de que essa seria uma Audiência Pública, ela seria realizada concomitantemente com a outra que nós realizamos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Seria anterior à outra Audiência Pública requerida pelo Senador Arthur Virgilio.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão o requerimento do Senador Renato Casagrande. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Passamos à votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

O requerimento número... O Item nº 3. Requerimento: Requeiro nos termos regimentais e constitucionais, que sejam convocados o Sr. Ministro da Secretaria Especial da Aqüicultura e Pesca para, em Audiência Pública, prestar esclarecimentos aos Senadores desta Comissão sobre as últimas denúncias de irregularidade no pagamento de seguro defeso.

Justificativa: Jornal *O Correio Brasiliense*, em sua edição de 29 de agosto corrente, publicou matéria intitulada *Fraude Geral na Bolsa Anzol*, mostrando que o Ministério Público suspeita que até 90% dos valores pagos aos pescadores durante o período de reprodução dos peixes, chamado de período defeso, são irregulares. Assim o objetivo do presente requerimento é esclarecer as denúncias publicadas na referida matéria, a fim de que possamos avaliar criticamente os fatos ali apresentados. Para que não seja procrastinada a aprovação desse requerimento de autoria do Senador Arthur Virgilio, nós decidimos subscrevê-la, subscrevê-lo também para que ele seja votado hoje. Eu sugeriria aos membros dessa Casa, que ao invés de convocação, como é praxe, nós faríamos, primeiramente o convite, se aí sim, o Sr. Ministro se recusasse a atender o convite nós realizaríamos, então, a convocação. Em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos ao Item nº 4, mais um requerimento. Requer nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada no âmbito desta Comissão, Audiência Pública, com a presença dos cientistas abaixo relacionados, para esclarecimento do diagnóstico das propostas do seu recém publicado estudo do impacto virtuoso do pólo industrial de Manaus, sob a proteção da Floresta Amazônica, discurso ou fato. Dr. Alexandre Rivas, da Universidade Federal do Amazonas; Dr. José Haroldo Mota, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Dr. José Alberto da Costa Machado, da Superintendência da Zona Franca de Manaus. Este requerimento é de autoria do eminente Senador Jefferson Praia. Também para que não haja procrastinação na discussão deste requerimento apresentado, nós também o subscrevemos e submetemos à apreciação do Plenário. Em discussão o requerimento apresentado. Não havendo quem queira discutir, em votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item nº 5, mais um requerimento. Requer nos termos do art. 58, inciso II da Constituição Federal e do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal no âmbito da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, de Fiscalização e Controle e da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal, Audiência Pública conjunta para esclarecimentos acerca da matéria veiculada no jornal *Folha de São Paulo*, de 14 de setembro de 2008, intitulada "Sigilo Telefônico Vendido a Menos de R$ 1.000,00 no País" com os seguintes convidados: Presidente da ANATEL, Ronaldo Sardenberg; Presidente da TIM , Mário César Pereira de Araújo; Presidente da VIVO, Roberto Lima; Presidente da CLARO, João Cox; Presidente da OI, Luiz Eduardo Falco e Presidente da Brasil Telecom, Roberto Aroso Cardoso. É de autoria, o presente requerimento, dos eminentes Senadores Valdir Raupp e Aloizio Mercadante. Encontra-se nesta reunião o Senador Valdir Raupp, se quiser se manifestar a respeito do requerimento, fique V.Sª a vontade. Não quer. Em discussão o requerimento apresentado. Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão. Passamos ao processo de votação. Srs. e Srªs Senadoras que aprovam o presente requerimento, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos ao Item nº 6, Aviso nº 46/2008, encaminho ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 1257/2007, do TCU, bem como dos respectivos relatórios e votos que o fundamentam, referente ao Acórdão nº 214/2007, do Plenário, que julgou irregulares as contas do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – Iterra. É de autoria do Tribunal de Contas da União, tem como Relator o Senador Gilberto Goellner. Eu encareço ao eminente Senador Flexa Ribeiro, que funcione neste item como Relator *ad hoc*, Item nº 6, tendo V.Exª a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Presidente, Senador Leomar Quintanilha, Srs. Senadores, vem a esta Comissão o Aviso nº 46/2008, conforme comenta acima.

A matéria foi juntada e processada do Aviso nº 21/2007, Aviso nº 919 Sesis, TCU, Plenário de 27/06/2007 na origem, pela qual o Tribunal de Contas da União encaminhou cópia do Acórdão nº 1257/2007, TCU, Plenário, proferido nos autos do processo TC 004.486/2006-4, bem como os respectivos relatórios e voto que o fundamentam referentes ao Acórdão nº 214/2007 e Plenário que julgou irregulares as contas do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – Iterra.

O TCU encaminhou essa documentação ao Senador Federal para que tomasse conhecimento seguindo o procedimento que vem sendo adotado por aquele acordo de contas de enviar a cópia de seu julgamento para essa Casa. O Aviso nº 21/2007, chegou ao Senado Federal no dia 28 de junho do mesmo ano, sendo encaminhado em 6 de julho à Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor de Fiscalização e Controle – CMA. A matéria foi distribuída ao Senador Jonas Pinheiro no dia 7 de agosto subseqüente. Em 18 de setembro a Comissão aprovou o relatório opinando pela tomada de conhecimento e posterior arquivamento da matéria, em 19 de novembro de 2007 a matéria foi arquivada. O Aviso nº 46/2008 chegou a semear no dia 21 de agosto do corrente ano, sendo distribuído a esse Relator no dia 26 subseqüente. Eu

tenho a honra de relatar o parecer no nobre Senador Gilberto Goellner.

Análise: o Acórdão nº 1257/2007 do TCU, Plenário, referia-se ao julgamento de Embargo Declaratório interpostos pela Srª Elisabete Galvão, contra o Acórdão nº 214/2007 do Plenário, que julgou irregulares as contas do Iterra e também aplicou multa recorrente. Os Ministros do acordo de conta, reunidos em sessão plenária, ante as razões expostas pelo Relator decidiram:

1. Conhecer dos embargos declaratórios interpostos, julgá-los parcialmente procedente para fim de modificar a decisão recorrida apenas alterando o valor da multa afixada para R$ 1.500 reais.

3. Encaminhar os autos para a Secretaria de Recursos para que proceda ao exame de admissibilidade do recurso de reconsideração interposto pelo Iterra. O Acórdão nº 1589/2008, TCU, Plenário, refere-se exatamente aos recursos de reconsideração interpostos pelo Iterra e pela Srª Elisabete Galvão, objetivando rever o Acórdão nº 214/2007, alterado por inexatidão material, pelo Acórdão nº 915/ [interrupção no áudio] neste julgamento decidiram os membros do TCU em sessão plenária:

1. Conhecer os recursos de reconsideração interpostos para no mérito dar a esse provimento tornando insubsistente o Acórdão nº 214/2007.

2. Julgar regulares, com ressalva, as contas do Iterra, dando-se quitação, e

3. Dar ciência da deliberação o relatório e voto aos recorrentes.

Voto, Sr. Presidente, com base no exposto, opino que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle tome conhecimento do Aviso nº 46/2008, juntado ao processado no Aviso nº 21/2007, e delibere pelo seu encaminhamento ao arquivo.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão. Senador Valdir Raupp, tem V.Exª a palavra.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, considerando que esta Comissão tem adotado a prática de encaminhar documentação visando contribuir para os trabalhos das CPIs das ONGs, e que no caso particular do Iterra, em ocasiões anteriores a CMA houve por bem deliberar no sentido de encaminhar os respectivos Acórdãos àquela CPI, então, proponho editar o Parecer do Relator no sentido de encaminhamento de cópia de documentação à Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 211, da CPI das ONGs, tendo em vista que é uma praxe.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Vamos ouvir a opinião do Relator a respeito da proposta apresentada pelo Senador Valdir Raupp, se concorda com o pleito formulado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu acato a proposta do nobre Senador Valdir Raupp e também incluo o encaminhamento do relatório à CPI das Ongs.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram, aprovando o relatório do Senador Flexa Ribeiro com a sugestão apresentada pelo Senador Valdir Raupp. Aprovado.

Os Itens nº 7 e nº 8, em razão de suas peculiaridades, nós estamos retirando de pauta.

O Item nº 10, o Relator pede o reexame da matéria.

O Item nº 17, o Relator pede a retirada de pauta.

Os demais são matérias terminativas e não há *quorum* visível para isso.

O Tribunal de Contas da União nos encaminha um exemplar de uma cartilha, por eles organizada, com o objetivo de esclarecer sobre a análise e aperfeiçoamento da atuação da Administração Pública com relação a convênios e outros repasses. E nós temos a informação de que o Tribunal fará chegar ao gabinete de cada um dos membros da Comissão um exemplar desse documento.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença dos Srs. Senadores, declaro encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 12h17.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA 28ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2008, ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas e trinta e um minutos de quatorze de outubro de dois mil e oito, na Sala nº 7 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE, CÉ-**

SAR BORGES, VALDIR RAUPP, GILBERTO GOELLNER, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO, MARCONI PERILLO, GIM ARGELLO, JEFFERSON PRAIA, AUGUSTO BOTELHO, SERYS SLHESSARENKO, EXPEDITO JÚNIOR, ADELMIR SANTANA e FLEXA RIBEIRO. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Senador **VALDIR RAUPP** requer, e a Comissão aprova, a inversão de pauta para iniciar a deliberação pelo **Item 04 – SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, DE 2003-NÃO TERMINATIVO,** que "acrescenta dispositivos ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, definindo como nula cláusula de eleição de foro em prejuízo da defesa do consumidor". Autoria: Câmara dos Deputados. Relator: Senador **VALDIR RAUPP.** Parecer: Pela declaração de prejudicialidade do substitutivo e arquivamento da matéria. Resultado: **Aprovado o parecer.** A pedido do Senhor Senador **ADELMIR SANTANA,** a Comissão aprova a inversão de pauta e delibera o **Item 09 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, DE 2007-TERMINATIVO** que "acrescenta § 2º ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para permitir a fixação de preço diferenciado na venda de bens ou na prestação de serviços pagos com cartão de crédito em relação ao preço à vista". Autoria: Senador **ADELMIR SANTANA.** Relator: Senador **RENATO CASAGRANDE.** Parecer: Pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1-CAE. Resultado: **Aprovado o projeto com a emenda nº 1-CAE/CMA.** Pela ordem, o Senhor Senador **FLEXA RIBEIRO** requer e a Comissão aprova a inversão de pauta para deliberar o **Item 13 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 542, DE 2007– TERMINATIVO,** que "altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para dispor sobre os serviços de atendimento personalizado ao consumidor, realizados por meios eletrônicos, fac-símile, correio de voz, internet e outras formas de Serviço de Atendimento ao Consumidor (SACs) ou Centrais de Atendimento Telefônico (call centers)". Autoria: Senador **MARCELO CRIVELLA.** Relator: Senador **FLEXA RIBEIRO.** Parecer: Pela aprovação do projeto com as emendas que apresenta. Resultado: **Aprovado o projeto com as emendas nºs 1 e 2-CMA.** A seguir, a Comissão aprova a inversão de pauta requerida pelo Senhor Senador **ADELMIR SANTANA** e o Senhor Presidente encaminha a deliberação do **Item 11 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 338, DE 2005-TERMINATIVO**, que "dá nova redação ao inciso III do artigo 39, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências". Autoria: Senador **PEDRO SIMON.** Relator: Senador **ADELMIR SANTANA.** Parecer: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. Resultado: **Aprovado o projeto com a emenda nº 1-CMA.** Em seguida, o Senhor Senador **EXPEDITO JÚNIOR** requer e a Comissão aprova a inversão de pauta para apreciar o **Item 05 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 100, DE 2007-NÃO TERMINATIVO,** que "institui a Política de Redução dos Efeitos da Seca na Amazônia e dá outras providências". Autoria: Senador **MÁRIO COUTO.** Relator: Senador **EXPEDITO JÚNIOR.** Parecer: Pela aprovação da matéria e oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Resultado: **Aprovado o parecer.** A Presidência dá prosseguimento à pauta. **Item 01) AVISO Nº 43, DE 2008 (juntado ao processado do Aviso nº 84, de 2007)-NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 2688/2008, do Tribunal de Contas da União, referente à Associação Nacional de Cooperação Agrícola – ANCA, nos autos do processo nº TC 006.106/2006-6". Autoria: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador **FLEXA RIBEIRO.** Parecer: Pelo conhecimento da matéria, remessa de cópia do inteiro teor deste Acórdão à CPI das ONGs e remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Aprovado o parecer. Item 02) AVISO Nº 20, DE 2008-NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal, o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2007. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relator "ad hoc": Senador **JEFFERSON PRAIA.** Parecer: Pela solicitação das seguintes informações ao TCU, relativas ao exercício de 2007: a) descrição das 116 medidas cautelares emitidas; b) relação dos 1.574 responsáveis que tiveram suas contas julgadas irregulares; c) relação dos 950 indiciados pelo Ministério Público da União, em decorrência das informações encaminhadas pelo Tribunal; d) resumo das 47 declarações de inidoneidade aplicadas à empresas; e) relação dos 1.513 processos de cobrança executiva; f) relação dos 106 atos sustados ou anulados e g) relação dos 104 processos de solicitação do Congresso Nacional atendidos. Resultado: **Aprovado o parecer. Item 03) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2008-NÃO-TERMINATIVO,** que "dispõe sobre limites à exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos; altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965; e dá outras providências". Autoria: Deputado **FERNANDO GABEIRA.** Relatora "ad hoc": Senadora **MARISA SERRANO.** Parecer: Pela aprovação do projeto. Resultado: **Aprova-**

do o parecer. Em razão da falta de quorum, a Presidência adia os demais itens da pauta. **Item 06) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 625, DE 2007-TERMINATIVO,** que "altera o Código de Defesa do Consumidor, para dispor sobre a rescisão dos contratos de adesão pelo consumidor." Autoria: Senador **JOÃO DURVAL.** Relator: Senador **MARCONI PERILLO.** Parecer: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 07) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2008–TERMINATIVO,** que "acrescenta parágrafo no art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor, para tornar obrigatório prazo mínimo de cinco dias úteis de antecedência do vencimento o recebimento da cobrança". Autoria: Senador **ROMEU TUMA.** Relator: Senador **PAPALÉO PAES.** Parecer: Pela aprovação do projeto com as emendas que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 08) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2008–TERMINATIVO,** que "dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens produzidas com material reciclável, informações educativas sobre como deve ser a forma de descarte". Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE.** Relator: Senador **GIM ARGELLO.** Parecer: Pela aprovação do projeto. Resultado: **Adiado. Item 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 293, DE 2007-TERMINATIVO,** que "acrescenta parágrafos ao art. 37 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para dispor sobre publicidade". Autoria: Senadora **SERYS SLHESSRENKO**. Relator: Senador **VALTER PEREIRA.** Parecer: Pela rejeição do projeto. Resultado: **Adiado. Item 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58, DE 2008-TERMINATIVO,** que "dispõe sobre o controle das obras públicas inacabadas e dá outras providências". Autoria: Senador **FERNANDO COLLOR.** Relator: Senador **WELLINGTON SALGADO**. Parecer: Pela aprovação do projeto com as emendas que apresenta. Resultado: **Adiado.** A Presidência dá conhecimento aos membros da Comissão que recebeu, do Tribunal de Contas da União, os avisos de números 743, 857, 924, 949, 984, 1025, 1031, 1068, 1074, 1092, 1247, 1254, 1291, 1339, 1410, 1428, 1435 e 1460 do corrente ano; e, da Controladoria Geral da União, o Ofício número 17746 de 2008. Usam da palavra os Senhores Senadores **ADELMIR SANTANA, CÉSAR BORGES, FLEXA RIBEIRO, AUGUSTO BOTELHO, RENATO CASAGRANDE**, **VALDIR RAUPP e EXPEDITO JÚNIOR**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **LEOMAR QUINTANILHA,** Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO REALIZADA EM 14/10/2008

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que aprovam a dispensa da leitura da Ata da sessão anterior queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, se possível--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Se possível, Sr. Presidente, com a compreensão da [ininteligível]

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Seu microfone não está funcionando.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, está funcionando agora? Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, se possível com a compreensão também do Plenário, eu gostaria de pedir inversão de pauta para o Item nº 04.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Srs. Senadores...

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Na mesma direção, Sr. Presidente, também peço inversão do Item nº 09.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Srs. Senadores que aprovaram o requerimento, formulado pelo Senador Valdir Raupp, de inversão de pauta, do Item nº 07, Item nº 04, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Senador Adelmir Santana, o Item nº 09 é terminativo. Nós vamos aguardar o Item de Pauta para... Nós vamos tomar a decisão quando houver o quórum. Passemos, então, à apreciação do Item nº 04.

Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2003, que "Acrescenta dispositivos ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, definindo como nula cláusula de eleição de foro em prejuízo da defesa do consumidor". O projeto é de autoria da Câmara dos Deputados e tem como Relator o eminente Senador Valdir Raup, cujo parecer é pela declaração

de prejudicialidade do substitutivo e arquivamento da matéria.

Senador Valdir Raupp, tem V. Exª. a palavra.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores.

Inicialmente o Projeto de Lei do Senado, PLS nº 247, de 2003, foi encaminhado à Comissão de Justiça e Cidadania, para a análise e decisão terminativa. Com o advento da Resolução nº 01, de 22 de fevereiro 2005, a proposta foi reenviada a este Colegiado.

No âmbito nessa Comissão, o parecer foi pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica Legislativa e no mérito pela sua aprovação. Depois de lido o parecer dessa CMA, em Plenário, e de esgotado o prazo previsto no art. 9º, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria foi encaminhada à Câmara dos Deputados para a revisão nos termos do art. 65 da Constituição Federal, onde tramitou como Projeto de Lei, PL nº 6.246, de 2005.

Naquela Casa Legislativa a proposição foi apreciada e aprovada, por unanimidade, com apresentação do substitutivo na Comissão de Defesa do Consumidor.

O projeto de lei e o substitutivo oferecido pela Câmara dos Deputados, com a emenda da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, com fundamento no art. 134 do Regimento Comum, em 02 de julho de 2007, a proposição foi remetida a esta Casa para a apreciação, onde passou a tramitar como substitutivo da Câmara dos Deputados nº 247, de 2003.

Do voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, o nosso parecer é pela declaração de prejudicialidade do substitutivo e, conseqüentemente, ao Projeto de Lei do Senado de 247, de 2003, pelo arquivamento da matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Em discussão o requerimento, apresentado pelo eminente Senador Adelmir Santana, de inversão de pauta para o Item nº 09. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se estão. Aprovado.

Passamos a apreciação do Item nº 09. Projeto de Lei do Senado, caráter terminativo, nº 206, de 2007. Acrescenta § 2º ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para permitir a fixação de preço diferenciado na venda de bens ou na prestação de serviços pagos com cartão de crédito em relação ao preço à vista. O projeto é de autoria do eminente Senador Adelmir Santana e tem como Relator o ilustre Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, eu estou aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): A quem concedo a palavra. Não tinha visto V. Exª.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, o projeto do nosso Senador Adelmir Santana, ele tem objetivo claro que permitia a fixação de preços diferenciados, na venda de bens e de prestação de serviços pagos com cartão de crédito, em relação ao preço à vista. E essa regulamentação é fundamental, é importante, porque favorece os pequenos comerciantes.

Então, o meu parecer, Sr. Presidente, o projeto versa o direito do consumidor, matéria da competência concorrencial da União. A iniciativa parlamentar é legítima, por foros do art. 61 da Constituição, não há norma constitucional no aspecto material, que esteja em conflito com a proposta feita pelo Senador Adelmir Santana.

Quanto ao mérito, parece-nos evidentemente que o fornecedor repassa o custo das transações feitas com o cartão de crédito para o consumidor. Na hora que você faz uma transação com o cartão de crédito, o comerciante, quem está operando o cartão, repassa isso ao consumidor e ele pode ter, então, a oportunidade de fazer a venda à vista e dando um desconto nessa operação comercial.

Impedido de cobrar preço diferenciado, como é hoje nas vendas efetuadas, mediante pagamento à vista e mediante a utilização de cartão de crédito, o fornecedor embute o custo da utilização dos cartões de crédito nos preços de seus produtos e serviços, fazendo com que todos os consumidores, independentemente da utilização ou não do cartão de crédito, suportem os custos dessas transações.

Ocorre, portanto, como salienta a justificação do projeto, que os consumidores, que pagam à vista os produtos e os serviços que adquirem, subsidiam os consumidores que se utilizam do cartão de crédito. O projeto corrige essa distorção, fazendo com que os custo da utilização do cartão de crédito seja suportado exclusivamente por aqueles que se utilizam desse meio de pagamento, desonerando os adquirentes de produtos e serviço mediante pagamento à vista.

Cabe observar que o projeto permite a diferenciação de preço, conforme o meio de pagamento, mas não obriga a diferentes preços, ele permite, mas não obriga a diferentes preços. Não vislumbramos nessa prática, ao contrário do entendimento manifestado pelo Departamento Nacional de Defesa do Consumidor,

citado na justificativa do projeto, infração ao disposto no art. 5º e 9º e do art. 39 do Código de Defesa do Consumidor.

Então, Sr. Presidente, tendo em vista a questão da legalidade, da constitucionalidade, do mérito, nós somos favoráveis ao presente projeto. O meu voto é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Senador Casagrande. em discussão.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, é só para...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Adelmir Santana, tem V. Exª. a palavra.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): É claro que o Relator deu a síntese perfeita da nossa proposição. Na prática, o que existe efetivamente é que você chega da empresa e vai fazer uma aquisição e pergunta assim: "Tem desconto?" A resposta vem de uma outra pergunta: "De que forma o senhor vai pagar?" Se você disser que é com cartão de crédito, efetivamente não haverá o desconto, e o preço final das mercadorias, quando o comerciante vai fazer o preço, se encontra embutido aí, o custo do credenciamento das bandeiras, o custo por 30 dias para o dinheiro ser ressarcido pela empresa, o custo do aluguel dos equipamentos, aquelas maquininhas, os POS, e uma série de outros custos, telefone, essa coisa toda, se for discado ou fonado.

Então, o que nós queremos é que hoje, na verdade, se a pessoa conceder ou negar o desconto, ou conceder o desconto, estará infringindo o Código de Defesa do Consumidor, que é a única peça regulatória dessas questões. Tem uma série de outros projetos nosso, nessa direção, mas esse é que vai sacramentar uma prática que já existe no comércio, para evitar a pergunta subseqüente. A pessoa pergunta assim, o comprador: "Eu quero pagar, qual é o desconto?" Não diz o desconto, pergunta qual é a forma de pagamento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Quer pagar em espécie...

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Exatamente. Qual é a forma. Então, há um subsídio cruzado dos que tem cartão e dos que não tem cartão para os que têm cartão, na hora da formação do preço. Nós estamos tentando corrigir essa situação e dar legalidade a esse tipo de procedimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Continuando a discussão, Senador César Borges e, em seguida, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, eu quero, na verdade, parabenizar o Senador Adelmir Santana, pela iniciativa, pelo projeto e também o Relator Senador Casagrande, mas o Senador Adelmir Santana traz aqui um conhecimento, que ele é um homem da área do comércio. Então, ele vivencia isso, é muito bom, nós temos aqui essa representação multi, vamos chamar, disciplinar, que traz essa experiência, que nós sabemos até como consumidor e como comerciante que acontece na prática.

E existe algo também, Senador Adelmir Santana, mais grave ainda: é que quando você vai comprar um produto hoje e quer pagar à vista, para receber um desconto, é dito: "Não. Você não tem desconto se pagar à vista. Você pode pagar em dez prestações, em oito prestações". Ora, meu Deus!

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Sem juros.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sem juros. Claro que está embutido aí todo o juro, quer dizer, a empresa comercial, ela é banco, ela está ganhando mais financeiramente, lesando o consumidor que às vezes tem o recurso e quer pagar à vista, mas não... Ou paga em dez prestações ou não há descontado para pagar à vista. Você devia ter um...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É incompreensível.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): É incompreensível, economicamente não há como explicar. A explicação é que está embutido, em todo o preço, um custo financeiro elevado e que o consumidor é obrigado a pagar. Então, você termina comprando a prazo, sem desejar, pagando um custo financeiro, e nós sabemos o custo do dinheiro do mercado para a pessoa física.

Então, resolvemos aqui agora, com o projeto do Senador Adelmir Santana, uma questão importante, que é da questão do uso do cartão de crédito e não se dar o desconto àquele que vai pagar sem usar essa forma de pagamento, que traz custo para o comerciante, que ele repassa e que traz benefício também para o consumidor usar o cartão de crédito, porque você só vai pagar às vezes com 30 dias. Então, é muito melhor se você tiver condições, às vezes, de pagar à vista, receber desconto e pagar à vista e não no cartão.

Muito bem, mas é preciso, também, eu espero que nós possamos construir, em breve, um projeto, para que também seja obrigatório ter um preço à vista e um preço a prazo, não é possível que seja obrigado ao consumidor a ter que comprar a prazo e ali está embutido todo um custo financeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente e, por final, parabenizo mais uma vez o Senador Adelmir Santana e o seu relato também do Senador Casagrande.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Senador César Borges. Para continuar a discussão, concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Leomar Quintanilha, Sras. senadoras, Srs. Senadores.

Eu quero mais uma vez parabenizar o Autor do projeto, Senador Adelmir Santana, o Relator Senador Renato Casagrande.

Eu fui Relator desse projeto, de grande importância, na CAE, com parecer favorável e, inclusive, fiz uma emenda para evitar qualquer interpretação dúbia, com relação ao projeto, porque naquela ocasião a imprensa chegou a divulgar notícias de que o projeto do Senador Adelmir Santana e o meu parecer favorável ao projeto dele era contrário aos interesses do consumidor, porque iria elevar o preço das compras feitas por cartão de crédito. E é exatamente no sentido contrário. O que nós queremos é a atender o consumidor, preservar o consumidor. Ou seja, no custo, no parcelamento pelo cartão de crédito, já estão incluídos, como aqui já foi exposto, por vários Senadores, os custos financeiros do parcelamento. O que o Senador Adelmir Santana fez, com muita propriedade, foi fazer possível que a lei do permitia preços diferenciados, a lei dão permitia que houvesse um preço para pagamento à vista e um outro a prazo.

Agora não, agora o preço à vista vai poder ser informado ao consumidor e ele vai ter o direito de escolher. Se ele tem as suas economias, que possa pagar única vez o bem que quer consumir, ele vai fazer dessa forma, senão ele entra no parcelamento do cartão de crédito e paga em dez, doze vezes. Diferentemente do que ocorre hoje, você chega numa loja, você faz uma compra: "Doze vezes. Você diz: "Não. Eu quero pagar à vista. Qual é o desconto?" "Não são 12 meses. É o mesmo preço". Então, você acaba, como disse o Senador César Borges, você acaba pagando em doze vezes, parcelas sucessivas e mensais, e ao invés de retirar o custo financeiro.

Parabéns ao Relator Senador Adelmir Santana, ao Relator Senador Renato Casagrande e vamos encaminhar, se possível, até com urgência, à Câmara, para que possamos aprovar esse projeto de grande valia para o consumidor brasileiro.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Uma coisa interessante, Sr. Presidente. Só rapidinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Senador César Borges. Senador Adelmir.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Só dizer que o consumidor, ao tomar conhecimento disso, certamente vai pressionar as bandeiras de cartão de crédito para a diminuição de custos. Porque hoje, o que existe na formação do preço, são esses longos, esses monstruosos custos do credenciamento dos 30 dias, que em outros países não ocorre. Ocorre às vezes o ressarcimento da venda, com o cartão, em cinco, seis dias, sete dias, e a compra com cartão de débito, que no Brasil é 72 horas, se dá imediatamente em outros países e a taxa é extremamente baixa. Porque não tem sentido cobrar uma taxa elevada, que é apenas uma operação, tira de um e passa para o outro. Esse é o nosso objetivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Senador Adelmir Santana. Em discussão.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Augusto Botelho, tem V. Exª. a palavra.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): É rápido. É rápido. Eu sou muito favorável a esse projeto, inclusive, nessa reforma tributária que nós estamos fazendo, já que nós estamos falando em transparência das negociações do consumidor, eu acho que nosso País tem que evoluir para que a gente quando for pagar um produto saiba o quanto está pagando para o comerciante e quanto está pagando para o Governo, tanto estadual como municipal.

Então, eu gostaria de frisar que para nós Senadores começarmos a pensar em tornar claro isso também, aqui nesse País, que é para a gente não ficar pagando obscuramente sem saber quanto é que está pagando e o que está pagando. Eu sou favorável ao projeto e parabenizo o Senador pelo seu relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Senador Augusto Botelho. Em discussão o projeto. Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão, passamos ao processo de votação nominal. Vamos proceder à chamada. Como vota o Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o meu relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Vota sim. Como vota o Senador César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Vota sim. Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sim. Senadora Marisa Serrano?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com o Relator e com o Autor.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Jefferson Praia?

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Expedito Júnior?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Adelmir Santana?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o Relator. Felicito o Relator também.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Algum Senador ainda não se manifestou seu voto? Aprovado o projeto de lei. Nós precisamos votar agora a emenda. Eu gostaria de confirmar com os eminentes Srs. Senadores, se aprovaram a emenda apresentada, a Emenda nº 1.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]. Permanece a... De votação nominal?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Repetindo a votação. Aprovado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pediria a V. Exª., aproveitando o quórum qualificado, que nós pudéssemos inverter a pauta e apreciássemos o Item nº 13, que também é terminativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão o requerimento, apresentado pelo Senador Flexa Ribeiro, de inversão de pauta, para que apreciemos agora o Item nº 13. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos à apreciação do Item nº 13. Projeto de Lei do Senado nº 542, de 2007. Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para dispor sobre os serviços de atendimento personalizado ao consumidor, realizados por meios eletrônicos, fac-símile, correio de voz, Internet e outras formas de Serviço de Atendimento ao Consumidor ou Centrais de Atendimento Telefônico, de autoria do Senador Marcelo Crivella, tem como Relator o Senador Flexa Ribeiro, a quem eu concedo a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Leomar Quintanilha, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

O Projeto de Lei do Senado nº 542, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, tem por objetivo alterar o Código de Defesa do Consumidor, para dispor sobre os serviços de atendimento personalizado ao consumidor, realizados por meios eletrônicos, fac-símile, correio de voz, Internet e outras formas de Serviço de Atendimento ao Consumidor ou Centrais de Atendimento Telefônico.

A iniciativa modifica o art. 6º do Código de Defesa do Consumidor, para incluir o rol dos direitos básico do consumidor: A) o acesso imediato ou pré-agendado, com prazo máximo de 24 horas, o atendimento personalizado por profissional habilitado. B) durante o atendimento informação do nome do atendente, bem como seu número de protocolo. C) acolhimento a pedido de cancelamento de bens e serviços, em prazo máximo de 48 horas, sob pena de multa diária no montante de 5% sobre o valor do contrato ou no caso de serviço de prestação continuada sobre o valor da última prestação. E D) acesso garantido no primeiro contato com o serviço de atendimento.

O projeto modifica ainda o art. 39 do Código de Defesa do Consumidor, para classificar, como prática abusiva, o não oferecimento de serviço de atendimento personalizado ao consumidor. A proposição concede o prazo de 180 dias após, a data da publicação, para a entrada em vigor da lei resultante do projeto. O projeto foi aprovado com duas emendas pela CCT, Comissão de Ciência e Tecnologia.

A primeira emenda aumenta de 24 horas para 48 horas o prazo máximo para o atendimento personalizado por profissional habilitado, para a efetiva solução da queixa do consumidor A segunda emenda suprime a pena de multa diária, no caso de não cancelamento de bens ou serviço, no prazo máximo de 48 horas. Compete a esta Comissão se manifestar em decisão terminativa.

Análise. Não se vislumbra óbice algum quanto à continuidade da medida, não há vício de juridicidade. Acerca da técnica legislativa não há inclusão de matéria diversa ao tema tratado da proposição e a sua redação, a nosso ver, apresenta-se adequada. Propomos

uma emenda para alterar a ementa com o objetivo de retirar a expressão call center.

No mérito, por concordamos integralmente com o relatório apresentado à CCT, pelo Senador Cícero Lucena, repetimos aqui seu teor. Na justificação o Autor afirma o que objetivo do projeto em tela é o obrigar os fornecedores a oferecerem um atendimento personalizado ao consumidor ao invés de atendimento automático, hoje, disponível. Esse último tipo argumenta, no mais às vezes causa transtornos e aborrecimento aos clientes, que não encontra presteza comparável àquela demonstrada na hora da venda.

Para atingir o objetivo pretendido, propõe garantir o acesso imediato ou pré-agendado, com o prazo máximo de 24 horas, o atendimento personalizado por profissional habilitado, a informação do nome do atendente, bem como seu número de protocolo, durante o atendimento, acolhimento a pedido de cancelamento de bens e serviços, em prazo máximo de 48 horas, sob pena de multa diária no montante de 5% sobre o valor do contrato ou no caso de serviço de prestação continuada, sobre o valor da última prestação, e acesso garantido no primeiro contato com o serviço de atendimento.

Quantos de nós já não passamos pela frustração de sermos atendidos por uma gravação, que apresenta um cardápio com opções que simplesmente não atendem ao nosso caso específico? E quantas vezes não existe a opção de falar com uma pessoa que possa resolver problema? É responsabilidade do fornecedor de bens ou serviço dar segmento ao relacionamento que iniciou no momento da contratação do fornecimento dos bens ou serviço.

É importante ressaltar que, muitas vezes, o consumidor perde o direito à reparação por julgar que basta registrar sua reclamação, junto ao fornecedor, sem se dar conta de que para interromper a contagem do prazo de prescrição ou decadência deve fazê-lo junto ao órgão do sistema de defesa do consumidor. Enquanto fica esperando um atendimento que nunca vem por parte da empresa, o prazo continua a decorrer com conseqüências previsíveis.

Sugerimos a aprovação de uma subemenda à Emenda nº 01 da CCT, para prever que o cancelamento do fornecimento de bens ou serviços, solicitado pelo consumidor, seja efetuado imediatamente, e de uma subemenda à Emenda nº 02 da CCT, com o objetivo de contemplar queixas, que não sendo passíveis de solução por meio telefônico, requeiram o seu encaminhamento ao serviço de assistência técnica.

Vamos o voto, Sr. Presidente. Pelos motivos expostos, manifestamos-nos pela aprovação do projeto com uma emenda à ementa e subemenda da Emenda nº 01 e a Emenda nº 02, da Comissão de Ciência e Tecnologia. Este é o voto, Sr. Presidente.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão. Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu, na verdade, estou aqui inclinado a pedir vista, porque nada contra o mérito, favorável ao mérito, mas a minha Assessoria está me alertando que tecnicamente tem um equívoco, nós estamos alterando o art. 6º que trata de direitos básicos, colocando e acrescentando muitos detalhes nesse artigo 6º que trata dos direitos básicos do Código de Defesa do Consumidor, que essa alteração deveria ser incluída, deveria acrescentar essas alterações no art. 22, que trata de serviços públicos.

Então, se nós não tivermos condições de fazermos as mudanças aqui para aprovarmos, eu pedirei vistas. Se pudermos já fazer alteração, sem nenhum problema da minha parte.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Nós ouviríamos, então, o eminente Relator, para verificar se há possibilidade de promover alteração proposta.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só paro o Senador Flexa Ribeiro entender...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exª propõe que...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ao invés de alterar o art. 6º que trata dos direitos básicos do Código de Defesa do consumidor, nós façamos o acréscimo ao art. 22, que trata de serviço público.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não há nenhum óbice, podemos acatar a...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É. Só depois a Assessoria da Comissão dar o formato.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Podemos acatar a sugestão, fazer a correções.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Teríamos que apresentar uma emenda, ou só corrigir a redação? Eu acho que é emenda.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu acato a sugestão proposta pelo nobre Senador Renato Casagrande para incluir no art. 22.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): 22.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O que modifica o art. 6º do Código de Defesa do Consumidor.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ou seja, ele está incluindo também os serviços públicos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O art. 22 trata de serviço público.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois é, então inclui também as mesmas condições que está sendo imposta ao serviço de venda de bens e serviços também aos serviços públicos, oferecidos aos consumidores.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não invés de alterarmos o art. 6º, e acrescentaríamos estas...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Altera os dois, não é?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não, não, não. Não. altera um. Nós vamos tratar, não muda o local, Senador Flexa Ribeiro. Muda o local.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sim, mas aí ao invés de alterar o art. 6º, altera o art. 22.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Porque o art. 6º trata de direitos básicos, do Código de Defesa do Consumidor. O que nós estamos tratando aqui são detalhes.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Introduz as alterações propostas pelo eminente Senador Flexa Ribeiro--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ao invés de introduzir no art. 6º, vamos introduzir no art. 22.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): --ao art. 22. Ao invés do art. 22.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É isso que eu estou entendendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): É isso. Quer dizer que há a concordância por parte do Relator?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Se atende o parecer, a inclusão do art. 22, sem problema nenhum. A propositura de V. Exª. ao invés de alterar o art. 6º, segundo a emenda proposta pelo Senador Renato Casagrande, é que ela ocorra no art. 22. Atende perfeitamente a propositura apresentada por V. Exª.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sem problema, atendendo a proposição do projeto do Senador Marcelo Crivella, não há nenhuma objeção à alteração do artigo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Positivo. Continua em discussão.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Não havendo mais quem queira discutir, vamos submeter à votação. Por ser de caráter terminativo, a votação será nominal. Passaremos, então, à chamada dos Srs. Senadores. Como vota o Senador Renato Casagrande? Nós votaremos o projeto, depois as emendas, incluindo a emenda apresentada pelo Senador Renato Casagrande. Como vota o Senador Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Gilberto Goellner?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senadora Marisa Serrano?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Jefferson Praia?

SENADRO JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Expedito Júnior?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Adelmir Santana?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Flexa Ribeiro, com o Relator, voto conhecido. Aprovado o projeto.

Nós procederemos, então, à votação, em globo, das emendas apresentadas, inclusive, a emenda verbal apresentada pelo Senador Renato Casagrande.

Os Srs. Senadores que aprovam repetem a votação acolhida. Aprovado.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Adelmir.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Eu queria solicitar mais uma inversão de pauta, aproveitando o quórum, do Item nº 11, do Senador Pedro Simon, do qual eu sou Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão o requerimento, do Senador Adelmir Santana, de inversão de pauta, para que a apreciemos imediatamente o Item nº 11. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão, passemos à votação. Submetemos à votação, Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passaremos à apreciação do Item nº 11, em seguida, discutiremos o seu requerimento.

Projeto de Lei do Senado de nº 338 de 2005. Dá nova redação ao inciso III do art. 39, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. De autoria do eminente Senador Pedro Simon, tem como Relator o ilustre Senador Adelmir Santana, a quem concedo a palavra.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente e Srs. Senadores.

Essa proposição partiu da insistência, para evitar a insistência das administradoras de cartões de crédito, em colocar a crédito à disposição do consumidor. Então, o projeto visa in viro essa questão. A análise do projeto, eu não vou fazer uma leitura completa, porque o objetivo, portanto, é reprimir essa prática inadequada das empresas administradores de cartão de crédito, que vem prejudicando inúmeros consumidores.

Como se vê o PLC de nº 338, de 2005, da autoria do eminente Senador Pedro Simon, guarda consonância com a política nacional das relações de consumo, no art. 4º, fundado no princípio do reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo.

Portanto, por último, se nós considerarmos meritória a proposição, porquanto ela soluciona adequadamente essa questão de interesse de grande número de consumidores, contribuindo, assim, para o aperfeiçoamento da norma do consumidor, e vem esse projeto em consonância com o anterior.

O voto, diante da exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e no mérito pela aprovação do Projeto de Lei do Senado de nº 338, de 2005, com a emenda apenas. A emenda altera a ementa, para ficar mais claro, dizendo com a seguinte redação: Altera do art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para classificar, como prática abusiva, a disponibilidade de crédito, por meio de remessa ao consumidor, de cartão de crédito não solicitado.

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente, com emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Senador Adelmir Santana. Em discussão o relatório apresentado. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Passamos ao processo de votação, que também é de caráter terminativo, que será feita a chamada nominal. Como vota o Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Voto com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Como vota o Senador César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Gilberto Goellner?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Jefferson Praia?

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Expedito Júnior?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Adelmir Santana, voto conhecido. Senador Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Aprovado o projeto. Vamos votar às emendas. Srs. Senadores, que aprovam as emendas aprovadas, repetem o voto já declarado. Aprovado.

Vamos apreciar o requerimento, formulado pelo Senador Expedito Júnior, de inversão de pauta, para que possamos apreciar de imediato o Item nº 05. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. O Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Vamos apreciar o Item nº 05. Projeto de Lei do Senado de nº 100, de 2007. Institui a Política de Redução dos Efeitos da Seca na Amazônia e dá outras providências. É o projeto de autoria do eminente Senador Mauro Couto e tem como Relator o eminente Senador Expedito Júnior, a quem concedo a palavra.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, eu vou fazer aqui um relatório sucinto, até porque todo mundo já tem o nosso parecer, já conhece o nosso parecer. Inclusive, na reunião anterior, Sr. Presidente, eu retirei de pauta, inclusive já lendo o nosso relatório, eu retirei de pauta por conta de uma dúvida do vício de iniciativa.

E, todavia, quando foi incluído na pauta da Comissão e pedi e fui atendido aqui, sobre a discussão o nosso parecer é favorável ao mérito da proposição. Na reunião anterior, quando nós solicitamos, foi exatamente por conta da dúvida do vício de iniciativa e de fato ainda permanece a dúvida: O projeto nº 100, de 2007, estaria ferindo a Constituição Federal. Mas especificamente o inciso II, do art. 84 da Carta Magna, Sr. Presidente, segundo o qual compete privativamente ao Presidente da República exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da Administração Federal.

A vigorar esse entendimento, a Instituição da política pública, pretendida pelo projeto, independentemente de seus inegáveis méritos, pertenceria à alçada do porte Executivo, por força do comando constitucional. Mas, Sr. Presidente, e eu queria aqui até fazer um apelo, inclusive, ao Senador Renato Casagrande. Que agora a pouco eu conversava com o Senador Casagrande, onde ele me fazia o apelo, para que nós enviássemos primeiro à Comissão de Constituição e Justiça, para que, então, posterior à definição da Comissão de Constituição e Justiça, nós pudéssemos, então, votar esse projeto. Mas já houve projetos aqui, houve avanços nossos aqui, inclusive um projeto de autoria também do Senador Casagrande, que nós tínhamos dúvidas sobre essa questão da constitucionalidade e que nós votamos e que depois foi enviado, então, para a Comissão de Constituição e Justiça.

O nosso voto aqui, Sr. Presidente, é no sentido de darmos aqui o voto mesmo que há dúvidas, mas estamos dando o voto favorável ao projeto do Senador Mário Couto e encaminhamento à Comissão de Constituição e Justiça, para que, então, proceda sobre a questão da constitucionalidade ou não. O nosso voto é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Nada obsta que nós apreciemos o projeto aqui e ele seja--

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): --encaminhado a posteriori à Comissão de Constituição e Justiça.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, mas eu acho que se há dúvida da constitucionalidade, acho que nós não podemos votar aqui, não. Como que a gente vai votar uma coisa que é inconstitucional? A Constituição é a carta máxima.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Mas se há dúvida, nós encaminharemos à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça. Se há dúvida só pela constitucionalidade da matéria, eu não vejo óbice nenhum em apreciarmos.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Então a gente já vota garantindo que ele vai para a Constituição e Justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Exatamente.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Ah, com garantia disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não, Sr. Presidente-–

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): --Assim, em termos... Com relação à técnica legislativa, o mais adequado é que nós, tendo dúvida do projeto, pudéssemos ouvir a Comissão de Constituição e Justiça, primeiro, para depois nós avaliarmos o mérito dele. Mas também não quero... O lógico seria isso, até porque o Senador Expedito Júnior disse que nós já votamos outras matérias nessas mesmas condições e--

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): [pronunciamento fora do microfone] dos Conselhos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Dos Conselhos. Não, eu era Relator.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Você era o Relator.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O Relator, não o Autor.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): E votamos com a inconstitucionalidade e encaminhamos para a Comissão de Constituição e Justiça.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Nós retiramos do projeto.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Nós votamos e encaminhamos para a Comissão de Constituição e Justiça.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então, assim, eu não quero criar outra prática na Comissão, mas de fato, assim, essa questão da técnica legislativa e do procedimento da comissão, nós vamos ter que discutir – não precisa ser agora – mas discutir para que a gente tenha um método de debate, com relação aos projetos que nós temos dúvida, com relação

a sua constitucionalidade, e a Comissão, ela é para dar um parecer prévio da constitucionalidade, ou não.

Essa questão nós temos que acabar... O resultado, o produto, é o mesmo, mas a gente acaba invertendo a ordem. Está certo? Então, mas também garantindo que ele vá à Comissão, eu vou acatar aí o apelo do Senador Expedito Júnior e o apelo de V. Exª., e vamos votar e encaminhamos à Comissão de Justiça.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): O Plenário é soberano na decisão dessa natureza, eu creio que não haja obstáculo. Em discussão, o projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam... É não terminativo, permaneçam como se encontram, aprovado. Com a convicção com que o projeto será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, para a apreciação sobre a constitucionalidade.

Passamos ao Item nº 01.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Obrigado, Senador Renato.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Aviso nº 43, de 2008. Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 2688/08, do Tribunal de Contas da União, referente à Associação Nacional de Cooperação Agrícola – ANCA, nos autos do processo nº TC 006.106/2006-6. De autoria do Tribunal de Contas da União e tem como Relator o eminente Senador Flexa Ribeiro, a quem concedo a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [falha do áudio].

A cópia do Acórdão nº 2688/08, acompanhado do relatório e voto que o fundamentaram para a análise e apreciação do Congresso Nacional. A tomada de contas especial foi motivada pelo requerimento da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, conhecida como CPMI da Terra. Por outro lado, a instauração dos autos, da tomada de contas especial, decorreu também da determinação constante do Acórdão nº 2261/05, do TCU, em razão de irregularidades na prestação de contas do convênio NMA – 24/1999, CEAF, 3.376.712, celebrado entre a Associação Nacional de Cooperação Agrícola, ANCA, e o Ministério de Meio Ambiente, em 28 de dez de 1999, no valor de 137 mil 110 reais e 50 centavos, com o objetivo de apoiar "O início do projeto de formação em educação ambiental, para os coordenadores nacionais e regionais, de assentamentos para sensibilizar e capacitar, por meio de cursos modulares, educadores que trabalham com a educação ambiental, no âmbito dos trabalhadores rurais ligados ao MST". Haja vista não há comprovação de execução do objeto conveniado.

Foram apuradas irregularidades, no sentido de ausência de documentos hábeis, para correta prestação de conta dos recursos repassados. Os recursos captados, pela ANCA, foram repassados totalmente ao Iterra, que contratou outras ONGs, para executar o objeto do instrumento.

No processo, não há documentos que possam atestar a realização do objeto do convênio. O valor total de 137 mil, 110 reais e 110 centavos foram transferidos ao Iterra com dois cheques, em 1999.

Em relação aos dois cursos objetos do convênio, há apenas uma lista com o nome de 87 pessoas, mas não há data de realização, carga horária, lista de presença. Em relação à pesquisa há cópia de um relatório sobre o assunto, mas sem identificação de autoria e data. O TCU, no acórdão, que é a objeto de análises desta Comissão, decidiu julgar as contas irregulares e condenar o Sr. José Mário Schons, Dirigente da ANCA, ao pagamento das quantias de 45 mil e 92 mil, fixando o prazo de 15 dias para que efetue e comprove o recolhimento das dívidas aos cofres dos tesouros, acrescida dos consectários.

Aplicar, ao Sr. José Mário Schons, multa no valor de cinco mil, fixando-lhe o prazo de 15 dias. Autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação. Remeter cópia da documentação ao Procurador-Chefe da Procuradoria Geral da República no Estado de São Paulo, para ajuizamento das ações cabíveis. Encaminhar a cópia deste acórdão, relatório e voto ao Senado Federal.

Voto, Sr. Presidente. Inicialmente é importante consignar que esse processo foi decorrente da ação fiscalizadora, iniciada pelo Congresso Nacional, por meio de uma CPMI. Exaltamos que o Iterra junto com a ANCA e a CONCRAB foram considerados como os principais braços do MST, já que esse não tem personalidade jurídica e que ficou amplamente caracterizado que essas instituições foram e são utilizadas para captar recursos públicos e com a aplicação bastante duvidosa.

É importante também deixar registrado que este não o único processo motivado por aquela CPMI, que está chegando a termino e produzindo importantes efeitos de recuperação de recursos públicos mal empregados.

A TCU, recentemente, condenou a Iterra por razões semelhantes e identificadas em outros convênios, estando em tramitação quase uma dezena de outros processos sobre o mesmo assunto. Esse acórdão demonstra, mais uma vez, o acerto da análise e condução da CPMI da Terra, que revelou graves problemas na re-

lação de ONGs e OSCIPs, com a condição de recursos públicos, tal fato também ficou caracterizado na CPI das Ambulâncias e d as ONGs, na Amazônia.

Destacamos que, no nosso entendimento, a ação do TCU e do Congresso, no exercício do controle externo, no caso ora em análise, está sendo exercida. Porém, para que a plenitude da atuação do controle externo e a preservação do erário, como princípio republicano, sejam integralmente atingidas, cabe ao Congresso Nacional instar o Poder Executivo a estabelecer mecanismos preventivos.

Nesse sentido, propomos o seguinte encaminhamento: A) conhecimento da matéria por esta Comissão. B) remessa de cópia ao presidente e ao Relator da Comissão, conhecida como CPI das ONGs. E C) arquivamento do presente processo. Este é o voto, Sr. Presidente.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Em discussão o projeto, tem V. Exª.--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só para fazer um...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): V. Exª. quer discutir?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu quero fazer um acréscimo ao relatório do--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V. Exª. a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): --Senador Flexa Ribeiro, na verdade, alteração, propor alteração. Nenhuma discordância com relação ao relatório que trata da Associação Nacional da Cooperação Agrícola, só uma observação, nobre Senador Flexa Ribeiro, porque a reclama que ele se refere ao Iterra, se refere a um processo que nós julgamos, a semana passada aqui, aprovamos o processo, porque o Pleno Tribunal de Contas da União tornou insubsistentes as decisões emanadas no Acórdão nº 214, que ele se referiu.

Então, é só para nós não ficarmos... Não tem nada a ver com a entidade que está avaliando, como ele se referiu a uma entidade, que nós já julgamos aqui e o Pleno também tornou insubsistentes as denúncias, só para que a gente possa, se desejar, fazer as correções, com relação às informações do relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Consulto o eminente Relator.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu mantenho o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Mantêm o relatório.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pode manter, mas o relatório está errado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E também não voto contra o relatório, porque a parte que trata da entidade, que ele está analiso ando, não tem nenhuma discordância. Eu estava apenas dando uma sugestão, porque na verdade que ele se referiu à única entidade o Iterra, o que ele se referiu não condiz mais com a realidade legal, já deferida pelo TCU e por essa Comissão, na semana passada. Mas nada contra o relatório do Senador Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Flexa Ribeiro mantém o relatório?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mantenho o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Encerrada a discussão, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos ao Item nº 02. Aviso nº 20, de 2008. Encaminha ao Senado Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2007. De autoria do Tribunal de Contas da União. Relator: Senador Marconi Perillo. Eu convido para funcionar como Relator ad hoc, o eminente Senador Jefferson Peres – Item nº 02 – a quem concedo a palavra.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 20, de 2008, que encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º, do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, TCU, referente a exercício de 2007.

Passo, portanto, Sr. Presidente, ao voto. Mas gostaria de destacar a conclusão 1.3, na página 21, do Relator: "Considerando a ausência de quaisquer normativas emanadas do Congresso Nacional, sobre o conteúdo e a forma do Relatório de Atividades, que o Tribunal de Contas da União deve apresentar trimestral e anualmente, há que se concluir que o relatório apresentado atende as determinações constitucionais e ilegais vigentes. Inegavelmente os dados apresentados pelo Tribunal permitem que o Congresso Nacional tenha uma razoável visão sobre as atividades daquela instituição no trimestre.

Não obstante, para o que Congresso Nacional tenha condições de proceder a uma melhor avaliação das ações, daquela corte de contas, sugerimos que

os futuros relatórios façam menção ao andamento dos processos de execução, dos acórdãos do TCU, especialmente no que se refere à recuperação dos débitos e multas aplicadas".

Voto. Considerando a importância do Tribunal de Contas da União, no sistema de controle, e o papel do Congresso Nacional, como titular do controle externo, nos termos dos art. 70 e 71 da Constituição Federal, acreditamos relevante obtermos mais informações sobre alguns aspectos relevantes, sobre o resultado das ações do TCU. Nesse sentido, acreditamos ser relevante, no termos do inciso IX e XIII, do art. 90, alínea "d", do inciso V, do art. 133 do Regimento Interno do Senado Federal, solicitar as seguintes informações do TCU relativas ao exercício de 2007:

A) descrever as 116 medidas cautelares emitidas. B) relação de 1574 responsáveis, que tiveram suas contas julgadas irregulares. C) relação dos 950 indiciados, pelo Ministério Público da União, em decorrência das informações encaminhadas pelo Tribunal. D) resumo das 47 declarações de inodeinidade aplicadas a empresas. E) relação de 1.513 processos de cobrança executiva. F) relação dos 106 atos sustentados ou anulados. G) relação de 104 processos de solicitação do Congresso Nacional atendidos.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Senador Jefferson Praia. Em discussão o relatório apresentado. Não havendo quem queira discutir, encerramos a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovaram permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos o Item nº 03. Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2008. Dispõe sobre limites à exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos; altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965; e dá outras providências. É de autoria do Deputado Fernando Gabeira, tem como Relator ad hoc a Senadora Marisa Serrano, a quem concedo a palavra.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Sr. Presidente.

Todos nós estamos costumados a ver aquelas grandes antenas que estão colocadas às vezes ao lado de colégios, às vezes ao lado de hospitais, ao lado das residências, e esse projeto, esse parecer do projeto de lei, justamente é para normatizar essa questão.

Portanto, a análise do Marconi Perillo, que fez o relatório, é a seguinte: Relativamente ao mérito, o projeto de lei em exame, procura estabelecer, consoante o Autor da proposição, limites seguros para o uso as antenas transmissoras de sinais, para a telefonia celular e de sistema de energia elétrica, cujas emissões de radiação podem colocar em risco a saúde humana e o meio ambiente. E traz uma série de análises de cada artigo, colocando aqui o que pensa a Organização Mundial de Saúde, o Código Florestal e termina, então, com o voto.

Diante do exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2008. Eu li todo aqui o relatório e acho que é importantíssimo. É importante que cada escola, porque eu lembrei agora de algumas escolas que eu brigo, porque tem antena, de transmissão de sinais, no quintal da escola, e às vezes a gente não sabe o quanto isso pode ser danoso à saúde. E aqui ele coloca, inclusive, quais são os limites que a Organização Mundial da Saúde aceita para exposição humana desses sinais.

Portanto, eu acho que é bom a gente normatizar a colocação dessas antenas e o que isso traz de malefício para a saúde humana. Portanto, o voto do Relator é pela aprovação do projeto de lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Senadora Marisa Serrano. Faço apenas a observação de que essa matéria também será apreciada pelas Comissões de Assuntos Sociais, Ciência e Tecnologia, Comunicação, Inovação e Informática e de Serviços de Infra-estrutura. Em discussão, o relatório apresentado.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão, passamos ao processo de votação. Srs. e Sras. senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nós damos conhecimento aos membros desta Comissão, que recebemos do Tribunal de Contas os seguintes avisos: Aviso nº 743, em atendimento ao Relatório nº 15, de 2006, referente às obras de recuperação da barragem do Rio Pericumã, no Maranhão; Aviso nº 857, referente à representação formulada pelo Governo do Estado Mato Grosso do Sul, senadores, deputados estaduais e federais do Estado, a respeito de possíveis impropriedades, cometidas pela ANEL, no cálculo das tarifas de energia elétrica da ENERSUL; Aviso nº 924, Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao segundo trimestre de 2008; Aviso nº 949 referente ao pedido de reexame do Consórcio Camargo Corrêa/Serveng Civilsan, contra o Acórdão nº 2.640, de 2007; Aviso nº 984, referente ao relatório de auditoria do INCRA à respeito dos projetos de assentamento de reformas agrárias, Acórdão nº 1.684 ; Aviso nº 1.025, em atendimento ao relatório, 28 de 2008, de nossa iniciativa, referente a dívidas públicas dos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro, Município de São Paulo; Aviso nº 1.031, em atendimento ao relatório, 20 de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, referente ao Programa Luz para Todos,

no Estado de Rondônia; Aviso nº 1.068, referente ao relatório de auditoria realizado no INCRA, a respeito de assentamentos rurais; Aviso nº 1.074, encaminha exemplares da cartilha de convênio e outros repasses; Aviso nº 1.092, encaminha a Resolução do Tribunal de Contas da União nº 215, de 2008; Aviso nº 1.247, pedido de reexame de Acórdão nº 2.638, de 2007; Aviso nº 1.254, pedido de reexame do Acórdão nº 2.639, de 2007; Aviso nº 1.291, em atendimento ao relatório, 28 de 2008, referente à dívida pública do Estado do Rio de Janeiro, junto à União; Aviso nº 1.339, referente ao relatório de auditoria, realizado pela CEPROG, no Programa Resíduos Sólidos Urbanos, de responsabilidade da FUNASA; Aviso nº 1.410, referente aos embargos de declaração da empresa de Correios e Telégrafos contra o Acórdão nº 2.182, de 2007; Aviso nº 1.428, referente ao levantamento de auditoria realizada para verificação da correta aplicação de recursos em obras públicas e prestação de informações para o Congresso Nacional, FISCOBRAS, de 2008; Aviso nº 1.435, relatório de auditoria operacional, realizado nos Ministérios de Minas e Energia e do Meio Ambiente, no IBAMA, na ANEEL e nas empresas de pesquisas energéticas, referentes aos leilões de energia nova de 2005 a 2006; Aviso nº 1.460, relatório de levantamento de auditoria do FISCOBRAS, de 2007.

Recebemos ainda, da Controlaria Geral da União, Ofício nº 17.746, referente aos relatórios de fiscalização, nas unidades municipais sorteadas na 25ª etapa do Programa de Fiscalização, a partir de sorteios públicos. Tais documentos encontram-se na Secretaria desta Comissão à disposição dos eminentes Srs. Senadores.

Nada mais havendo a tratar e agradecendo a presença do Srs. Senadores.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Antes de encerrar a sessão, ouço, com muito interesse, a palavra de pedido de ordem do Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Leomar Quintanilha, na semana passada, na Comissão de Agricultura, nós tivemos a presença do Ministro Reinhold Stephanes e do Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. Naquela ocasião, V. Exª. presente àquela audiência, o Ministro Carlos Minc disse que era a décima vez que ele vinha ao Congresso Nacional. A intervenção que fiz, disse que lamentavelmente era a primeira vez que ele vinha ao Senado Federal, as outras nove deve ter sido à Câmara Federal, e que nós aguardávamos a vinda do Ministro Carlos Minc à Comissão de Meio Ambiente, tão bem presidida por V. Exª., desde o ano, não dele, da Ministra anterior, desde o ano de 2006.

Passou 2007, estamos em 2008, já foi transformado o convite em convocação a ele próprio, agora ao próprio Ministro Carlos Minc. Então, eu pediria a V. Exª. que determinasse, conforme o regimento define, porque já se passaram os trinta dias que ele teria para que pudesse definir a desta vir até aqui. Então, que a Comissão determinasse o dia da audiência, que nós pudéssemos ter o Ministro Carlos Minc na Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): V. Exª. tem razão. A essa ocasião nós também reiteramos a cobrança da presença do Ministro Carlos Minc, mas precisamos fazer Justiça. Uma das vezes S. Exª. deixou de comparecer porque nós cancelamos essa reunião. Porque a reunião estava prevista a participação do Ministro do Meio Ambiente, conjuntamente com o Ministro Mangabeira Hunger, e como Mangabeira Hunger, naquela ocasião, não podia e pediu proa cancelar, nós cancelamos. Então, as outras duas... A dificuldade é exatamente da conciliação da agenda dos dois Ministros, e que eu entendo seja importante a presença dos dois aqui porque há contraponto a serem apreciados no direcionamento que cada está tentando dar no seu próprio Ministério.

Mas nós já estamos tentando. O Ministro, naquela ocasião, o Ministro Minc, afirmou que na hora que acertar a vinda dele aqui, ele já está comprometido a comparecer. Nós vamos insistir para que haja esse ajustamento da agenda dos dois Ministros, para nós agilizarmos a Audiência Pública.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exª. tem toda a razão em lembrar o adiamento, por falta de agenda do Ministro Mangabeira Hunger, mas nós temos também uma solicitação de uma Audiência Pública da Comissão de Infra-estrutura, com a Ministra Dilma Rousseff e o Ministro de Meio Ambiente. Nunca se consegue agendas conjuntas, a não ser que a Comissão defina data. Os prazos dados pelo regimento, para que a data fique a critério dos Ministros, já foram ultrapassados.

Então, eu acho que V. Exª., como Presidente, deve definir a data de uma próxima reunião, até na tentativa última de conciliar a agenda dos dois Ministros, e não sendo possível, que eu peço a V. Exª. é que seja marcada--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Que fixe a dada.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --que fixe a data e os Ministro vão adaptar as suas agendas à agenda da Comissão de Meio Ambiente, exigida por V. Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Seguramente, Senador Flexa Ribeiro, adotaremos as medida sugeridas por V. Exª. Nada mais havendo a tratar, declaramos encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 13h32.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PARTICIPAR E ACOMPANHAR AS ATIVIDADES DO FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E DO FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

ATA DA 5ª REUNIÃO, DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PARTICIPAR E ACOMPANHAR AS ATIVIDADES DO FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E DO FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e oito de agosto de dois mil e oito, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora **MARINA SILVA**, reúne-se a Subcomissão Temporária para participar e acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas e do Fórum Mundial da Água, com a presença dos Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE** e **MARISA SERRANO.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Subcomissão. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à deliberação da pauta. **Item único) ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS DA SUBCOMISSÃO**. Resultado: **A SER DEFINIDO PELA RELATORA, SENADORA MARISA SERRANO, O REPLANEJAMENTO DO CRONOGRAMA DE TRABALHOS.** Usa da palavra a Senhora Senadora **MARISA SERRANO**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinqüenta e dois minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senadora MARINA SILVA, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO REALIZADA EM 28.08.2008

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Bom dia a todos e a todas. Declaro aberta a 5ª Reunião da Subcomissão Temporária para participar e acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas e do Fórum Mundial das Águas, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, a realizar-se em 28 de agosto de 2008, quinta-feira, às 11h00, aqui no nosso momento que estamos realizando.

A pauta dessa reunião é exatamente para tratarmos da organização dos trabalhos da Subcomissão. E dentro do item "Organização dos trabalhos" da Subcomissão, nós já temos que tratar exatamente do calendário de viagens que... Enfim, teremos que ter representações nessas viagens para as preparatórias do Fórum de Istambul, uma será no Uruguai, outra no Chile e outra em Foz do Iguaçu – aqui no Brasil – e Istambul que é o trabalho final.

Nós temos que tratar em primeiro lugar, eu diria, de um procedimento em relação às viagens para as preparatórias do Fórum e, em seguida, eu vou submeter o segundo item da pauta, Senadora Marisa, que tivemos uma reunião nós duas de trabalho, não é? Fora da Comissão, que nós sentimos a necessidade de fazer um replanejamento das atividades, enfim... Algumas modificações. Porque em função do período eleitoral, em função de termos perdido algumas reuniões que estavam marcadas, remarcar Audiências Públicas, o nosso calendário vai encurtando e se nós formos dar conta desse conjunto de atividades que temos aqui, dificilmente conseguiremos cumprir de acordo com os prazos estabelecidos para o funcionamento desta Comissão.

Então, eu e a Senadora Marisa Serrano, decidimos que iríamos fazer aqui um replanejamento. Mas nós precisamos ter o aval da Comissão para que delibere que façamos uma proposta de reorganização da agenda e depois submeter à Comissão, porque nós não poderíamos fazer isso sem que tivéssemos esse aval.

Em relação às viagens, é claro que não há, pelo que eu pude entender, limitação porque os membros da Comissão todos podem participar das reuniões preparatórias. Mas nós tivemos o entendimento – e a Senadora Marisa me corrige se, porventura, não estiver sendo fiel ao que conversamos – de que nós achamos que não precisa ir o pleno da Comissão para todas essas viagens, não é? De que terá que ir, necessariamente, Presidente – não necessariamente o Presidente da Subcomissão, mas o Presidente da Comissão, que é o Senador Quintanilha – depois a Presidente da Subcomissão, quando for o caso ou o

Vice-Presidente, e a Relatora e um senador que possa ir para cumprir o papel de auxiliar da nossa Relatora, porque é muito pesada a demanda, além do apoio técnico que ela precisa.

Exatamente para que possamos otimizar, sendo sincera, recursos em relação à Comissão, termos critérios desta participação. É claro que temos que ter a sensibilidade de que este processo pode acontecer em caráter de revezamento para que todos tenham a oportunidade, não é? Então, prioritariamente será para o Presidente da Comissão de Meio Ambiente e a Relatora com um auxiliar, que será escolhido entre os membros da Comissão, e num critério de rotatividade para que todos possam ter a oportunidade.

Eu... Enfim, eu não sei se podemos deliberar aqui, porque tem eu e a Marisa Serrano. Então... Repetimos a reunião... Então, eu gostaria que você...

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria, Srª Presidente, fazer algumas colocações balizando aquilo que V.Exª colocou.

Eu dei uma lida no resumo do último Fórum que aconteceu no México em 2006 e dei um... Lendo... E o que é que ficou estabelecido que seria primordial até o próximo Fórum? Seria principalmente a diminuição de desperdício de água e a melhor coordenação global para o gerenciamento da água – foram colocados como primordial no relatório, que isso... Fora todos os outros itens que são importantes.

A diminuição do desperdício e o gerenciamento da água eu acho que são dois itens que nós podemos trabalhar bem. Eu acho que o país todo pode trabalhar bem. O gerenciamento nós duas vimos como é que o sistema da Cantareira, que nós vimos lá em São Paulo, como que as bacias podem ser um canal para isso.

Mas a minha preocupação não é só ver quais são os itens que o mundo todo coloca como prioridade para que a gente possa também discutir e apoiar essas questões, já que há um pensamento de que no Chile – eu não sei se os nossos secretários Zeca e Francisco sabem mais do que a gente – no Uruguai a questão ficará maior em cima da água e do clima, não é isso José Francisco? Pelo menos é o que está no *site*. No Uruguai vai se debater mais a água e o clima. No Chile ficaria água e saneamento e o tema de Istambul é "superando os divisores de água", quer dizer, que é o tema global.

A minha pergunta é que eu acho que nós tínhamos que definir muito isso aqui – e isso tem que ser rápido – qual é a participação do Legislativo Brasileiro, quer dizer, a nossa participação, que o Governo, a ANA tem a participação do Executivo. Mas a minha preocupação é qual a participação do Legislativo? Que proposta nós vamos apresentar em cima de que parâmetros? Sobre que parâmetros nós vamos discutir? Se nós vamos discutir tanto no Uruguai, as pessoas que vão lá, o Senador Quintanilha, a Senadora Marina, o Antonio Carlos parece que vai, não é isso? O Casagrande, César Borges, Casagrande, quais são os temas? Em cima de quê? Nós vamos discutir só em cima das questões Nacionais? Brasileiras? Ou como são Fóruns latino-americanos, nós vamos trabalhar questões que envolvam mais de um país?

Eu conversei com a senhora aquele dia sobre algumas questões que eu acho que são transnacionais. Questões transnacionais de água são os rios que fazem as nossas fronteiras ou grandes rios como o Rio Amazonas que tem o seu nascedouro em outros países. O Rio Paraguai que é um grande divisor, são quatro países, cinco países que de alguma forma tem o Rio Paraguai como divisor. O aqüífero Guarani que passa por quatro países, está abaixo no subsolo de quatro países. Quer dizer, o que nós vamos falar? Vamos falar de água em sistema da América Latina? De grandes cursos, de como nós... Fazer para preservar esses cursos? Ou de ações internas? Mas o que o Legislativo pode apresentar? Não pode ser o mesmo que o Executivo. O Executivo tem a sua pauta. O Legislativo eu acho que tem que apresentar uma pauta própria do Legislativo. De Legislação, organização, não só a Legislação Nacional, mas também as legislações estaduais, municipais etc e tal.

Eu queria ouvi-la também e ouvir alguns aqui a respeito desta questão. O que nós podemos apresentar, qual é a nossa diretriz para nós trabalharmos focados na questão que é mais urgente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Bem, eu acho que o que V.Exª está propondo é que o Executivo vai trabalhar com um objeto definido, específico da ação do Executivo tanto nos Fóruns preparatórios quanto no Fórum de Istambul, e nós teríamos que ter também uma agenda específica que envolvesse os aspectos da contribuição interna para o Brasil, enfim, para o próprio país e a contribuição do Brasil na interação com os países da América Latina. Da nossa experiência, repasse, enfim, naquilo que nos compete que é termos uma lei das águas, uma lei de gestão de recursos hídricos, um sistema descentralizado, uma gestão que é feita de forma compartilhada, que tipo de experiência nós vamos levar para interagir com nossos parceiros.

E um terceiro aspecto seria que tipo de agenda pode ser trabalhada com os demais Legislativos do ponto de vista de uma gestão transfronteiriça de recursos hídricos, não é? Porque aí nós teríamos, digamos, um objeto determinado para a contribuição do Legislativo ainda que estejamos em apoiamento(F) das ações

que o Executivo vai estar trabalhando e elas vão nos subsidiar e vice-versa.

Então, eu acho que a gente pode fazer com o apoio dos nossos técnicos, aliás quero assinalar que temos um consultor agora direcionado, eu esqueci... O João Carlos, não é? Desculpe, João Carlos... Vai ficar à disposição da nossa Comissão para nos ajudar nos trabalhos do ponto de vista técnico. Ele é biólogo, mas, enfim... É uma pessoa que trabalha na consultoria, tem um alcance amplo da questão ambiental. E nós poderemos trabalhar com o apoio das nossas assessorias, e juntamente com o João Carlos e mais com o olhar e o assessoramento – que não vão se negar – quer do Ministério das Relações Exteriores no contato que acharmos que é oportuno e conveniente e da Agência Nacional de Águas, para fazermos um termo de referência – eu e V.Exª, mas V.Exª sobretudo como nossa Relatora – do que será a contribuição do Brasil do ponto de vista daquilo que ele quer discutir e alavancar internamente e daquilo que ele quer levar como espaço de troca com os outros países e, concretamente, o que pode ser feito e articulado para uma gestão transfronteiriça de recursos hídricos já que temos aí espaços de trabalho de fronteira já no âmbito da OTCA, na questão do aqüífero Guarani, enfim, todo o trabalho que é feito, vem sendo feito durante todo esse tempo.

Então, eu acho que V.Exª tem inteira razão para que não fiquemos também atirando para todos os lados aqui – usando uma linguagem figurada, não gosto muito da metáfora "atirar", não é? Mas, sem sombra de dúvidas, é necessário que tenhamos um foco, não ficarmos numa posição difusa, senão nós não vamos conseguir o objetivo, sobretudo pensando nas reuniões do dia 24 e 25, onde o Brasil terá que se posicionar com uma contribuição fazendo a síntese deste processo preparatório que será a última reunião preparatória, não é isso? Até irmos para Istambul.

Então, acho que V.Exª tem razão e nem precisa talvez submeter à votação porque, enfim, é algo que executivamente V.Exª determina e eu acato.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Presidente.

Eu acredito que nessa reunião de Montevidéu, que é a primeira agora, que eu não vou poder ir porque logo depois estou na reunião do MERCOSUL, três dias depois, quer dizer, e essa eu tenho que ir porque eu sou Presidente de uma Comissão e vamos ter problemas para resolver. Se V.Exª não for, aí eu acredito que o Senador Casagrande, como Vice-Presidente, pode levar já uma proposta ou começar discutir propostas, ouvir também. Porque nós temos que ter muito claro que nós vamos ser uma parcelinha da sociedade participando do Fórum.

O Fórum não é de Parlamentares, o Fórum é da sociedade e vão estar lá empresas, empresas particulares, empresas de saneamento, empresas de água... Uma série de... Envolvendo uma série de pessoas e de grupos e, principalmente, de interesses às vezes diferentes dos nossos interesses. Mas como nós somos Legislativo, eu acho que nós podemos nos ater às nossas atribuições e o Senador Casagrande podia já ter já mais ou menos a idéia do que nós pensamos para que ele possa nos trazer de lá também o que ele ouviu, quais os caminhos que ele achou que nós podemos trilhar para nos dar subsídios para ir organizando também a nossa proposta para a Foz do Iguaçu.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Muito bem. Eu infelizmente não vou poder ir para Montevidéu, eu já tinha um compromisso assumido há muito tempo no segundo... Enfim, seminário... Não é bem um seminário é uma espécie de um Fórum para o desenvolvimento sustentável também fora do Brasil e, infelizmente, não será possível.

Mas estou de pleno acordo que o Senador Casagrande possa ir e já fique com esta escuta direcionada para esse termo de referência no sentido de que não é só o Brasil levando uma contribuição para os demais países, é o Brasil colhendo também as contribuições que nós gostaríamos de internalizar ou pelo menos resignificar de acordo com a nossa realidade. Eu vejo que--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Queria pedir ainda, Senadora Marina, ao nosso consultor João Carlos que se ele puder levantar para nós todas as metas da última reunião do Fórum no México, que se colocou como necessário ser alcançado até 2015 – e eu não... Conseguimos tê-la – eu acho que era interessante nós vermos quais as metas que o mundo pretende alcançar até 2015 para a gente ter uma idéia do que nós vamos encontrar em Istambul lá na frente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Eu sei de uma das metas da União Européia – que é a despoluição de todos os rios. E que os espanhóis todos os anos vão lá dar um mergulho num rio que eles têm poluído com máscara e capa para fazer um protesto.

Eu estava lá quando eles foram fazer o referido protesto e me parece que, enfim, as forças de segurança impediram a manifestação. Eu infelizmente não pude estar, ou felizmente, mas acabou que não se realizou o protesto.

Mas na União Européia todos os anos eles pegam o rio mais poluído e fazem esse mergulho simbólico

com equipamentos especiais para não se contaminar. Uma das metas deles é a despoluição dos rios.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Vamos todos para o Tietê.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Pois é... Até 2015 se pudermos dar passos importantes será muito bom.

O próximo ponto aqui, enfim, infelizmente o Senador Casagrande ainda não pôde chegar, mas eu acho que fica indicativo para, digamos, referendo da Comissão, que V.Exª já pode ir trabalhando na reorganização do cronograma de trabalho.

E em relação ao princípio estabelecido de que nós vamos fazer daquele procedimento, esse é o encaminhamento que faço, a menos que alguém da Comissão queira recorrer ao Plenário da Subcomissão à decisão que estamos tomando, não é? Porque eu acho que--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela presença de todos, eu acho que estão confiando muito em nós duas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Estão confiando e eu vou fazer aquela votação tradicional, né? Já que... Quem é favorável se levante e quem é contra fique sentado, porque como está todo mundo com fome, todo mundo vai se levantar. Porque aqui é assim, quem é favorável fique sentado e quem é contra se levante. Como a gente já está tão cansado e nos 50, eu posso dizer, que já de uma certa idade, a gente não quer muito levantar e as coisas são aprovadas às vezes... Bem, estou brincando apenas.

Mas fica... Como estão confiando na gente, vamos encaminhar desta forma e submeteremos o novo cronograma de trabalho ao pleno da Comissão e fica encerrada a presente sessão.

Agradecendo mais uma vez o empenho da nossa Relatora que mesmo num momento difícil de campanha eleitoral não tem faltado com as suas responsabilidades de Relatora.

Uma boa tarde a todos.

Sessão encerrada às 11h52.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 7 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 10 HORAS.

Às dez horas e quarenta e dois minutos do dia sete de agosto do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência dos Senadores **HERÁCLITO FORTES e EDUARDO AZEREDO**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY, ANTONIO CARLOS VALADARES, MOZARILDO CAVALCANTI, PEDRO SIMON, JARBAS VASCONCELOS, PAULO DUQUE, MARCO MACIEL, VIRGINIO DE CARVALHO, JOÃO TENÓRIO, FERNANDO COLLOR, CRISTOVAM BUARQUE, INÁCIO ARRUDA, AUGUSTO BOTELHO, FRANCISCO DORNELLES, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, JOSÉ NERY, MARCO ANTÔNIO COSTA, FLEXA RIBEIRO e JEFFERSON PRAIA.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente em exercício declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente em exercício inicia a apreciação da Pauta. Item Extrapauta: Requerimento nº 46, de 2008 – CRE, de autoria do Senador Jefferson Praia, que *"Requeiro, nos termos do art. 58, parágrafo 2º, inciso V, da Constituição Federal e do art. 90, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados o Embaixador da Colômbia no Brasil, Tony Jozame Amar; o jornalista Willian Waack; e o professor doutor Ricardo Vélez Rodriguez a esclarecerem aspectos relevantes das dimensões estratégicas, organizacionais, políticas e socioeconômicas da guerrilha das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), com ênfase no seu impacto sobre a geopolítica da Amazônia sul-americana"*. Discutiram a matéria os Senadores **JEFFERSON PRAIA e EDUARDO SUPLICY.** O Senador **PEDRO SIMON** discute a matéria e também solicita formulação de convite ao Deputado Francês Michel Vauzelle, solicita conhecimento prévio da pauta de Reuniões da ONU, sugere visita dos Embaixadores Brasileiros na França, Inglaterra, China e Estados Unidos da América à Comissão. Aprovado o Requerimento nº 46, de 2008-CRE. O Presidente concede a palavra ao Senador **PEDRO SIMON** que trata do convite ao Ministro Nelson Jobim para comparecer à Comissão e tratar da reativação da quarta frota da marinha americana. O Presidente em exercício, em ato contínuo, concede a palavra ao Senador **HERÁCLITO FORTES** que faz suas considerações sobre os mesmos temas. Faz uso da palavra, também, o Senador **EDUARDO SUPLICY** sobre correspondência a ser enviada aos Senadores Americanos Barak Obama e John Macain. O Presidente em exercício concede a palavra aos Senadores: **ANTONIO CARLOS VALADARES**, que sugere que as reuniões da Comissão sejam realizadas às quartas-feiras no período pré-eleitoral; **JEFFERSON PRAIA**, que discorre sobre a carta aos Senadores Americanos; **JOSÉ NERY**, que sugere acrescentar

referência ao Parlamaz na correspondência aos Senadores Americanos; e **FLEXA RIBEIRO**, que trata da audiência pública sobre a questão da Varig. O Senador Heráclito Fortes assume a Presidência. Item Extrapauta: Requerimento nº 48, de 2008–CRE, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que *"Requeiro, nos termos do art. 58, parágrafo 2º, inciso V, da Constituição Federal combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Comandante Elnio Borges Malheiros, Presidente da Associação dos Pilotos da Varig (TGV), para prestar esclarecimentos, perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em conjunto com a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a denúncia de favorecimento a um fundo americano pela Casa Civil da Presidência da República do Brasil na compra da empresa Varig*." Aprovado. O Presidente concede a palavra ao Senador **JOÃO TENÓRIO** que trata de audiência pública sobre a Rodada de Doha. O Presidente coloca em votação Item Extrapauta: Requerimento nº 47, de 2008-CRE, de autoria do Senador João Tenório que *"Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada, no âmbito desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, audiência pública com a finalidade de debater os resultados e a repercussão para a economia nacional da última negociação da Rodada de Doha, realizada em Genebra, e as perspectivas futuras para a política externa brasileira a partir do aparente fracasso das negociações multilaterais no âmbito da Organização Mundial do Comercio – OMC. Para tanto, requeiro seja convidado o Exmo. Senhor Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim"*. Aprovado. O Presidente inicia a apreciação da pauta. **Item 1**: Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2007, de autoria do Senador Pedro Simon, que "*Regulamenta a assistência judiciária internacional em matéria penal nos casos de investigação, instrução processual e julgamento de delitos, e estabelece mecanismos de prevenção e bloqueio de operações suspeitas de lavagem de dinheiro*". A matéria é retirada de pauta a pedido do Relator Senador Romeu Tuma, para reexame. **Item 3**: Projeto de Decreto Legislativo nº 100, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria, celebrado em Brasília, em 6 de setembro de 2005"*. O Presidente concede a palavra ao Senador **JOSÉ NERY** para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado. **Item 5**: Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Benin, assinado em Brasília, em 11 de agosto de 2005"*. O Presidente concede a palavra ao Senador **JOSÉ NERY** para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado. **Item 8**: Projeto de Decreto Legislativo nº 152, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"Aprova os textos da Resolução sobre a Revisão dos Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP e dos Estatutos Revisados, celebrados em Bissau, em 17 de julho de 2006, durante a VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP"*. O Presidente concede a palavra ao Senador **JOSÉ NERY** para fazer a leitura do seu Relatório. Faz uso da palavra o Senador **PAULO DUQUE** que questiona o autor da assinatura pelo Brasil. O Presidente informa que enquanto aguarda a resposta vai seguir a apreciação da pauta. **Item 2**: Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana, assinado em São Domingos, em 6 de fevereiro de 2006"*. O Presidente concede a palavra ao Senador **JOÃO TENÓRIO** para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado. **Item 4**: Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), *que "Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina relativo à Cooperação entre suas Autoridades de Defesa da Concorrência na Aplicação de suas Leis de Concorrência, celebrado em Buenos Aires, em 16 de outubro de 2003"*. O Presidente concede a palavra ao Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**, Relator "Ad Hoc", para fazer a leitura do Relatório. Aprovado. O Presidente aprova a sugestão do Senador Antonio Carlos Valadares para que as reuniões da Comissão no período pré-eleitoral sejam as quartas-feiras. **Item 6**: Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"Aprova o texto do Acordo Trilateral entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da África do Sul e o Governo da República da Índia sobre Navegação Mercante e outros assuntos relacionados ao transporte marítimo, celebrado em Brasília, em 13 de setembro de 2006"*. O Presidente concede a palavra ao Senador **JOÃO TENÓRIO** para fazer a leitura do seu Relatório. O Presidente concede

a palavra ao Senador **PAULO DUQUE** para discutir a matéria. O Presidente concede a palavra aos Senadores **INÁCIO ARRUDA, EDUARDO AZEREDO e FLEXA RIBEIRO** que tratam de Requerimento de informações do Ministério do Planejamento sobre royalties da Marinha. Aprovado. O Presidente solicita o envio de caderno de rubricas do Ministério das Relações Exteriores para identificar quem assina acordos pelo Brasil. O Presidente coloca em votação o Item 8 após identificação da assinatura do Acordo pelo Brasil. Aprovado o Item 8. **Item 7**: Projeto de Decreto Legislativo nº 144, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Cooperação no Domínio da Defesa, celebrado na cidade do Porto, em 13 de outubro de 2005"*. O Presidente concede a palavra ao Senador **FLEXA RIBEIRO** para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado. **Item 9**: Projeto de Decreto Legislativo nº 156, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "*Aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria, celebrado em Brasília, em 5 de maio de 2006"*. O Presidente concede a palavra ao Senador **FLEXA RIBEIRO** para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado. O Presidente submete a apreciação os seguintes itens Extrapauta. **Item 1**: Projeto de Decreto Legislativo nº 118, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Judiciária em Matéria Civil entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa, celebrado em Beirute, em 4 de outubro de 2002".* O Presidente concede a palavra ao Senador **MARCO ANTÔNIO COSTA**, Relator "Ad Hoc" para fazer a leitura do Relatório. Aprovado. **Item 2**: Projeto de Decreto Legislativo nº 167, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"Aprova o texto do Acordo, por troca de Notas, sobre Suspensão de Vistos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Lituânia, assinado em Brasília, em 4 de novembro de 2002".* O Presidente concede a palavra ao Senador **GERALDO MESQUITA JÚNIOR**, Relator "Ad Hoc", para fazer a leitura do Relatório. Aprovado. O Presidente concede a palavra aos Senadores **PAULO DUQUE e MARCO ANTÔNIO COSTA**. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador HERÁCLITO FORTES, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 7 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 41 MINUTOS

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores Defesa Nacional, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. Dispensada. Em votação. Aprovada.

Vamos começar com o requerimento apresentado pelo Senador Jefferson Praia, que é o Requerimento nº. 46, da Comissão de Relações Exteriores. "*Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição da República, e do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados: o embaixador da Colômbia no Brasil, Tony Jozame Amar; o jornalista William Waack; e o professor doutor Ricardo Vélez Rodríguez, para esclarecer aspectos relevantes das dimensões estratégicas, organizacionais, políticas e socioeconômicas da guerrilha das FARC − Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia −, com ênfase no seu impacto sobre a geopolítica da Amazônia sul-americana.*"

Com a palavra o autor do requerimento, Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, eu gostaria apenas de, no momento em que estamos fazendo o convite, através do Senador Pedro Simon, para termos aqui, nesta Casa e nesta Comissão, a presença da ex-senadora colombiana Ingrid Betancourt, que nós pudéssemos, também, ter a presença do embaixador da Colômbia, Tony Jozame Amar, o jornalista William Waack e Ricardo Vélez Rodríguez, para que possamos aproveitar bem este momento e discutirmos todas as questões relacionadas à guerrilha das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC −, principalmente com ênfase no seu impacto sobre a geopolítica da Amazônia sul-americana. É isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Em discussão o requerimento. Os senhores senadores que queiram se manifestar. Não havendo quem queira se manifestar, coloco em vota-

ção o requerimento do Senador Jefferson Praia, para que possamos ter uma Audiência Pública, discutindo exatamente o impacto da ação da guerrilha das FARC na geopolítica da Amazônia sul-americana. Senador.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu não cheguei a entender a proposta do Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Pedro Simon, então. Senador Jefferson...

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Senador Pedro Simon, V.Exª fez o convite para termos aqui nesta Comissão a ex-senadora colombiana Ingrid Betancourt.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): No Plenário do Senado?

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): É no Plenário do Senado?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É no Plenário do Senado que foi ela convidada, e foi aprovado um requerimento para que ela venha falar no Plenário do Senado. Já aprovado no Plenário do Senado.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Tudo bem. Então, a proposta que eu faço é para que nós tenhamos, então, aqui nesta Comissão, nós possamos aprofundar o debate sobre essa questão das FARC e o convite para o embaixador da Colômbia no Brasil; para o jornalista William Waack, que acompanha essas questões internacionais; e o professor doutor Ricardo Vélez, que vem, acredito, contribuir para que nós possamos aproveitar o conhecimento dessas pessoas, no sentido de entendermos melhor e nos posicionarmos quanto a esse problema que a Colômbia e outros países enfrentam, que é a questão das FARC, dando ênfase, como eu coloco aqui no requerimento, no seu impacto sobre a geopolítica da Amazônia sul-americana. Então, é essa a proposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Pedro Simon, já existe...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu aproveito até para solicitar se existe já informação de data da vinda da Ingrid Bittencourt. Senador Pedro Simon com a palavra.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu peço explicação à Casa da missão que eu recebi da Comissão, o requerimento do Senador Suplicy, mas, depois, o Plenário do Senado também aprovou.

Então, foi um requerimento do Senado de fazer o convite à Senadora. Esse convite foi feito, desde o início, através do nosso ilustre Embaixador Bustani na França.

S.Exª, logo que recebeu o ofício nosso do Senador Presidente do Senado, tomou todas as providências para falar com relação a esse assunto. O Embaixador Bustani, ele teve a seguinte questão: nesses últimos dias, a senadora está vivendo horas complicadas em Paris, porque ela estava mudando de endereço de dois em dois dias e ficava em lugar meio incerto. Eram ameaças que estavam aparecendo, era a preocupação com o que podia acontecer ou deixar de acontecer, tanto que, logo, ela viajou de Paris, alguém até perguntou: "Será que ela viajou?". Não sei. Mas a afirmativa inicial da assessoria dela para o embaixador foi de que ela viajou para um lugar incerto e que voltaria agora no início de agosto.

Aí, ela mandou a carta que eu já apresentei, mas faço questão de entregar, também, a esta Comissão a cópia da carta escrita do próprio punho pela Senadora, onde ela diz:

"*Caro Sr. Embaixador, José Maurício Bustani. Confirmo o recebimento da sua carta de 15 de julho, assim como do convite do Senado Federal brasileiro, para uma sessão especial naquela... É uma honra pra mim, que me toca sobremaneira, e é com respeito que aceito a distinção que me é acordada.*

Estarei ausente de Paris a partir de amanhã e só estarei de retorno em meados de agosto. Não terei, portanto, o prazer de poder encontrar o Senador Pedro Simon, o que lamento sinceramente.

Entretanto, se for do seu desejo, estarei em contato com o Senador quando do meu regresso ou com V.Exª, Sr. Embaixador. Será um prazer conhecê-lo e trocar opiniões sobre o futuro de nossos dois países e desse continente sul-americano que nos é tão caro.

Na espera desse momento feliz, receba, Sr. Embaixador, a expressão de meus sentimentos mais sinceros.

Ingrid"

"PS: Agradeço de poder transmitir um pequeno cartão de agradecimento ao Senador Eduardo Suplicy, assim como o meu desejo de aceitar o seu convite.

Senador Eduardo Suplicy, obrigada por suas belas palavras muito generosas e que não mereço.

Com afeto sincero, Ingrid."

Eu ainda não falei agora, depois que cheguei ao Brasil, com o embaixador, mas acho que, hoje mesmo, eu pretendo falar com S.Exª, que ficou exatamente encarregado de entrar em entendimento com a Senadora, para marcar a data definitiva que ela vem ao Brasil.

Com relação ao nosso querido Senador, a proposta feita, eu sou totalmente favorável a fazer os convites que S.Exª está propondo. Só acho que nós

não devemos misturar, Senador, esses convites com a vinda da Senadora.

A Senadora ela vem em um pedido especial, um convite em Plenário, para receber homenagem pelo sofrimento, pela luta dela. O Senador está propondo, e é importante, um debate em cima das circunstâncias. Eu acho que esse debate não é para ser travado com a Senadora. É para ser travado...

Então, eu concordo plenamente, mas são duas coisas separadas.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Senador Pedro Simon, me permita. Talvez eu não tenha esclarecido de forma que V.Exª pudesse perceber a minha verdadeira intenção.

Apenas... Como V.Exª fez muito bem o convite à ex-Senadora Ingrid, eu aproveitei a onda, a questão, e disse: "Por que não podemos discutir um pouco mais?".

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Concordo plenamente.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Mas V.Exª está correto: não misturar as coisas.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É isso aí.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): A minha intenção não era misturar.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu entendi.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Era apenas aproveitar para discutir--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Plenamente de acordo.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Para ficarmos percebendo um pouco mais tudo o que envolve essa questão da guerrilha e da Amazônia. Porque a minha preocupação é com a nossa Amazônia.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Concordo plenamente. Depois da vinda da Senadora, faremos essa lá. Até porque, depois da vinda dela, ela vai trazer elementos que vão nos facilitar ainda mais. Quer dizer, então, eu estou plenamente de acordo.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sim. Concordo plenamente.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Apenas não unir as duas coisas.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas eu estou plenamente de acordo. Eu também, o meu entendimento também tinha sido isso, Senador Jefferson.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Parece que tem uma transcrição, mas a carta de S.Exª a nós.

Apenas para aproveitar. O Embaixador Bustani é um homem muito bacana. Ele me apresentou ao Senador... Ao Deputado Michel Vauzelle, que foi Ministro da Justiça do Governo Mitterrand. Esse é um homem apaixonado pelo Brasil. Defende o Brasil, conhece o Brasil e está criando em Paris, na Assembléia Nacional na França, uma instituição França−Brasil.

Eu me atrevi, por minha conta, eu também posso... Peço que faça parte dos anais aqui [ininteligível], a síntese da explicação que ele deu para mim na reunião que eu tive com ele e o embaixador, na Assembléia Nacional.

Foi realmente excepcional. Ele tem um carinho pelo Brasil, ele acha que o Brasil com a França tem uma missão muito importante, como duas nações latinas, para fazer adiante. E eu falei com o Embaixador que, se ele realmente criar essa instituição no Congresso, na Assembléia francesa, França-Brasil, eu acho que nós deveríamos convidá-lo para vir ao Brasil.

Eu fiz isso, vou falar com o Presidente, mas também comunico à Casa que já antecipo que seria muito interessante nós fazermos o convite ao Deputado Michel Vauzelle: que ele venha, porque ele é uma expressão realmente impressionante.

Eu, aliás, disse ontem no Plenário, e digo aqui, é a vez que eu fui para o exterior, por minha conta, eu fui visitar minha filha, uma enteada minha que mora na Inglaterra há dez anos, casada com um inglês, e, lá na Inglaterra tem um grande amigo meu, que é o nosso querido embaixador, que acho uma das pessoas mais extraordinárias que eu conheço e que vejo com muito, muito respeito, que é o Ministro Carlos Augusto Rego Santos Neves, que fez... Tive oportunidade, tinha uma reunião na embaixada brasileira com toda uma representação enorme de empresas brasileiras que tinham representação em Londres e empresas de Londres que têm interesse no Brasil. E vi, com toda sinceridade, em Londres e Paris, o Brasil está sendo visto de uma maneira diferente do que eu tinha visto anteriormente. Isso me deixou muito feliz.

Todos dizem: as entidades, as autoridades, todo mundo com quem eu falo. E os dois embaixadores me deram um dossiê enorme de notícias, onde o Brasil aparece positivamente. Não é só o futebol, não é só coisa... E onde há uma expectativa muito grande com relação ao Brasil.

E o Lula é visto como uma grande liderança. Até fiquei feliz, porque não se conhece, lá na França e na Inglaterra, o problema de corrupção, essa coisa toda. Conhece-se o Brasil, a nova posição do Brasil, o cres-

cimento, o desenvolvimento. Eu achei isso realmente muito, muito, muito significativo. Por isso eu acho que, se o Deputado Michel criar essa instituição, é muito importante nós levarmos adiante isso.

Uma questão que eu tenho levantado muitas vezes, aqui na Comissão de Relações Exteriores, e não é levado adiante, não sei porquê. Eu cheguei a propor... Agora, por exemplo, vai... Vários brasileiros vão à ONU, senadores, deputados, participar; como participantes, não atuam, mas assistir às reuniões da Assembléia das Nações Unidas. Mas nós vamos de mentirinha, vamos lá...

Eu cheguei ao momento em que o Ministro das Relações Exteriores e o ministro do Brasil... Perdão, Ministro do Brasil na ONU, o embaixador do Brasil na ONU veio aqui na Comissão e trouxe todo o dossiê do que ia ser discutido.

A proposta que eu fiz, na época, é que, invés de a gente ir sem nada, a gente combinasse com o Itamaraty de a gente saber qual é a pauta, quais são os assuntos.

E tem alguma coisa que a gente pode estar presente, porque pode, inclusive, colaborar nesse sentido. E a outra questão que eu levantei aqui é que têm alguns embaixadores que periodicamente vêm ao Brasil, e que seria muito importante que esses embaixadores viessem aqui, fossem convidados para vir à Comissão. Porque ele vem quando é nomeado e vai embora e, depois, nunca mais.

Eu acho que, por exemplo, esses dois embaixadores, o embaixador do Brasil na França e o embaixador do Brasil na Inglaterra, teriam muito, muito a discutir conosco, a debater conosco sobre a situação que se encontra lá.

O Embaixador Bustani está fazendo um trabalho excepcional, de debate, de aprofundamento, reunindo os brasileiros que moram na França; estão sendo convocados. Ele tem feito reuniões periódicas com essa gente que está indo à Embaixada do Brasil e estão participando da realidade. Na Inglaterra, a mesma coisa.

Então, eu acho que − eu refaço isso, Sr. Presidente −, acho muito importante que a Susan, a embaixadora do Brasil nos Estados Unidos, o embaixador do Brasil na Inglaterra, o embaixador do Brasil na França, o embaixador do Brasil na China, alguns desses embaixadores que periodicamente venham ao Brasil, marcar na sua agenda uma vinda aqui na Comissão, para nós debatermos os problemas e tomarmos conhecimento daquela situação.

E, com relação à ONU, eu renovo o apelo que nós fizemos anteriormente, que chegou a ir muito bem; não concluiu. Quer dizer, nós convidarmos a representação do Brasil ou o embaixador na ONU ou o Ministro das Relações Exteriores, para a gente entrar em entendimento com a nossa assessoria, para ver o que vai ser, o que vai ser discutido, para a gente não apenas ir. É muito gostoso passar uma semana em Londres, mas acho que seria muito melhor se nós pudéssemos ter uma participação positiva. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Pedro Simon, a questão do convite ao deputado francês, é evidente que seria muito importante. Eu só pediria a V.Exª que o senhor formalizasse o convite para que depois nós pudéssemos colocar como convite oficial da Comissão.

Essa relação Brasil−França interessa muito. Não há menor dúvida com relação a isso. Com relação à presença de embaixadores do Brasil no exterior, eu mesmo estou de pleno acordo, eu aprovei aqui um convite ao embaixador do Brasil na Argentina, para que ele viesse aqui discutir a posição dele sobre o Mercosul, mas isso não foi até hoje formalizado. Quer dizer, formalizado do ponto de vista do Itamaraty.

Ainda existe uma posição do Ministério das Relações Exteriores de que cada embaixador se submete a uma determinada coordenação, e que esses coordenadores e o próprio Ministro é que viriam à Comissão, se a embaixadora não me... Se eu não estiver errado.

Mas eu considero que, evidentemente, a presença do Ministro tem sido importante. Ele tem vindo sempre que convidado, mas a presença do embaixador eu não vejo problema nenhum, também, não, Senador. Eu acho que nós podemos voltar a discutir essa questão com o Itamaraty, no sentido de que os embaixadores possam estar aqui, dando a opinião de quem está vivenciando lá o dia-a-dia do Brasil com a França, o dia-a-dia do Brasil com a Inglaterra, e não termos que ouvir as pessoas a quem eles se reportam.

Eu acho que a opinião deles, já que eles vêm aqui diretamente conosco na sabatina, eles podem, realmente, vir periodicamente prestar as declarações.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Era bom se a secretaria anotasse as instruções nossas, não acha?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Isso. Obrigado, Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Desculpe, Presidente. Desculpe, hoje estou meio...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não, está ótimo. A Comissão começa bem.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É o seguinte. Nós fomos falar com o Ministro Jobim com relação àquela questão da Quarta Frota.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador, deixa eu só terminar, então, porque já estava em votação esse requerimento.

Só fechar o requerimento, e nós voltamos a esse assunto.

Então, em votação o requerimento do Senador Jefferson Praia, para que nós façamos uma Audiência Pública, discutindo as conseqüências da ação da guerrilha na Amazônia, não só brasileira, mas na Amazônia da América do Sul. Em votação. Aprovado.

Senador Pedro Simon com a palavra, sobre a questão da Quarta Frota.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com relação à Quarta Frota, foi uma decisão da Comissão de Relações Exteriores, e, com a decisão da Comissão de Relações Exteriores, nós fomos falar com o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, com o Ministro das Relações Exteriores e com o Ministro Jobim.

Com o embaixador, a visita foi muito agradável. É uma pessoa muito, muito elegante. Foi interessante que, depois da nossa visita ao embaixador, que o embaixador falou com o Ministro das Relações Exteriores que ainda não tinha recebido comunicação do Governo americano sobre a Quarta Frota.

Aí, o nosso Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, recebeu um telefonema da Condoleezza, a chanceler dos Estados Unidos. E ela pediu desculpas ao Brasil de não ter ainda explicado, e o Chanceler disse para ela que o problema era falar com o embaixador brasileiro. E ela, no mesmo dia, chamou o embaixador do Brasil em Washington e deu as explicações.

Falamos com o Ministro Jobim, e ele está bem mais aprofundado sobre essa matéria. O Ministro Jobim tem um estudo muito profundo sobre a questão do mar territorial. Inclusive, o Ministro Jobim... Presidente, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Heráclito, Presidente, o Senador Pedro Simon...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O Senador Pedro Simon está pedindo a sua presença.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [Pronunciamento fora do microfone].

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Ele, inclusive... Ele, inclusive, quando nós estivemos lá, ele disse que ia fazer uma visita aos Estados Unidos, a Miami, etc., e fez uma longa visita.

Conversei com ele agora, Presidente, e ele concorda em vir aqui quinta-feira, às 10h00.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Embaixador americano?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Quinta-feira que entra--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Embaixador Clifford.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Hein?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O embaixador Clifford que viria aqui?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Quinta-feira, o Ministro Jobim vem aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O Ministro Jobim ou...? Ah, o Ministro Jobim.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O Ministro Jobim. Não, o Ministro Jobim vem aqui, se nós concordarmos. Quer dizer, eu pedi a ele, ele disse que está à disposição. Então, é telefonar para ele e confirmar quinta-feira às 10h00, onde vai fazer uma ampla exposição. Eu acho que é... Qual é o problema?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não está dizendo que já tem requerimento aprovado, está dizendo ali.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Hein?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Já existe o requerimento convidando o Ministro Jobim para vir.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Já foi aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Já foi aprovado, exato.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, pela ordem.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O Requerimento já foi aprovado. Nós ficamos só de marcar a data.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, sim, exato.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Nós ficamos só de marcar a data.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só formalizá-lo.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Então, quinta-feira às 10h00, onde ele vai fazer uma ampla exposição sobre um problema que eu acho da maior importância, que é a zona do mar territorial.

O Brasil foi o primeiro país que já está fazendo esses estudos identificados, com relação aos direitos do mar. E uma proposta, inclusive, de aumentar a nossa plataforma.

Acho que isso é realmente muito importante. E, sobre o problema, sobre a Quarta Frota, ele vai fazer

uma análise que eu acho significativa. Eu acho que a vinda dele na quinta-feira é da maior importância. Eu faria um apelo aos colegas que estão aqui, eu acho que isso é muito, muito, muito importante. E nós decidimos, o Senador, o Presidente decidiu... Quer dizer, nós propomos, e a Comissão concordou em enviarmos uma carta aos dois candidatos à Presidência dos Estados Unidos.

O problema é o seguinte, quando nós estivemos falando com o embaixador, nós argumentamos: "Olha, embaixador, com todo o respeito, nós estranhamos que o Presidente Bush, no final do seu Governo, quando os dois candidatos já estão em plena campanha, tomar uma decisão dessas, de reavivar a Quarta Frota, que é uma decisão que, a rigor, se é para ser tomada, deve ser tomada pelo novo Governo.

Por que o atual Governo vai fazer uma coisa dessas? Isso que o Presidente Bush, com todo o respeito, na opinião interna americana, a credibilidade dele não é alta. A não ser que é uma decisão seguinte: como é uma decisão negativa, vai soar mal lá no sul, deixa que o Bush tome essa decisão, porque ele que fica com o desgaste, e não o novo Presidente.

Aí, nós decidimos fazer uma carta − a Comissão concordou −, para os dois candidatos, e o Senador Suplicy ficou encarregado de redigir e ele está com a redação.

Era interessante ver se mandasse, e não sei qual seria a forma, eu tenho lido na imprensa que há um momento em que alguns parlamentares irão aos Estados Unidos assistir ao final da campanha, não sei o quê. Mas, de um jeito ou de outro jeito, seria muito importante se nós pudéssemos fazer essa carta chegar à mão dos candidatos. Porque as informações que a gente tem é que o americano, quando toma esse tipo de decisão, já está tomado. E parece que a Quarta Frota é uma realidade.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V.Exª permite?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Só um minutinho. A mim me parece que a única chance que nós temos de tentar acalmar isso é falar com os candidatos. Eu acho que o candidato pode tomar uma decisão nesse sentido e dizer: "Pára com isso aí".

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está bem.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): E só para concluir. Desculpe [risos], estou batendo meu recorde aqui, mas até parece que eu sou um Senador... O nosso querido Mangabeira Unger--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Suas palavras são sempre bem-vindas.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Dá uma entrevista muito importante, onde ele salienta a [ininteligível] à Quarta Frota, não defende nem a coisa, mas diz que nós temos... Isso é importante para mostrar que nós temos que armar nossa Marinha.

Eu até acho que nós temos que armar nossa Marinha [risos], mas querer fazer frente à Quarta Frota − cá entre nós − é uma piada muito grande. Que nós temos que armar a Marinha, tudo bem–

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador, o futuro--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): --Agora: "Já que eles estão fazendo a Quarta Frota, vamos armar a nossa Marinha", quer dizer, para fazer o confronto, pelo amor de Deus.

[falas sobrepostas]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em primeiro lugar, obrigado Senador Pedro Simon. Nós temos que levar em consideração que o Sr. Mangabeira é Ministro para o futuro. Ele está pensando em tempo futuro--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nós temos que pensar em termos de presente. Mas, olha, eu queria apenas esclarecer o seguinte: há um convite do processo eleitoral americano para que nós façamos uma viagem numa data... Viu, Senador Suplicy? Vou aguardar o Senador Suplicy, porque ele... A sua questão. Há um convite...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Pediu para ele.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não é verdade?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O que pediu para ti vale para ele também. Está certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu queria convidar o Senador Heráclito Fortes para assumir a Presidência, aqui, da Comissão.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não, não, ele está bem aí.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu fiquei tão encantado com V.Exª presidindo que resolvi contemplá-lo daqui, se V.Exª. me permite.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então, vamos combinar o seguinte: V.Exª termina só esse assunto e depois--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O mais grave para o Senador é que V.Exª está encantando toda a Comissão [risos].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas, então, veja bem, nós poderemos, nós temos

duas opções. No primeiro turno, todos se lembram, nós fomos convidados, alguns senadores não puderam ir às primárias, mas tem esse convite para essa segunda etapa. É um convite que parte do processo eleitoral americano. Quem convida é a Embaixada Americana articulada com a Embaixada Brasileira. Certo? Então, o que ocorre? E nesse encontro, fatalmente, vamos ter entendimento, vamos ter audiência com os candidatos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Como? Com os candidatos, sim, claro. Eu acho que--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Levar pessoalmente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sim, tudo bem. Pode mandar e depois cobrar a resposta.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sem dúvida.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Era só encontrar uma maneira.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então, Senador Heráclito.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): A eleição lá vai ser realizada em novembro, não é?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em novembro.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então, porque não depois da eleição?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não, porque tem o sentido--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Qual é a data da eleição?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se me permite--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com a palavra o Senador Suplicy. Com a palavra.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A eleição está daqui, a eleição do Brasil.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Depois da eleição. Nós estamos tentando ver... Exatamente, eu entendi a pergunta. Nós estamos tentando ver se essa viagem seria no mês de outubro. É uma viagem entre quinta e segunda-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A viagem não seria para acompanhar a eleição, não, seria antes da eleição?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, acho que dentro da eleição. Acompanhar o processo eleitoral.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O processo eleitoral, está certo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Vai acompanhar o processo eleitoral, entendeu, Presidente? Então, poderíamos fazer isso. Essa idéia do Senador Pedro Simon é a melhor de todas. Remete-se, agora, Senador Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sim. Acho que os senadores... Que seria importante, Sr. Presidente, que--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): [ininteligível] Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): --Possa a Comissão, se todos estiverem de acordo, aprovarem a carta. Eu acredito que está no espírito do que temos conversado até agora. Então, se me permite, eu leria rapidamente a carta.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Antes de tudo, eu quero apenas dizer que essa viagem está assegurada. Eu tenho, inclusive, eu estou trabalhando no sentido de obter uma audiência do Senador José Nery com o Presidente Bush. Está dependendo, ainda, de questão de ajuste de agenda. É um desejo do Senador, que eu quero ver se faz cumprir.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Suplicy, o Senador Jefferson Praia pede a palavra--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Essa reunião com o Presidente Bush eu agradeço.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu também.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Jefferson--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente, eu tenho uma emergência. Eu tenho que estar no Plenário correndo. Se me permite, eu leria muito rapidamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas o Senador Jefferson Praia tinha pedido a palavra, mas só, ainda, sobre esse mesmo assunto.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (DEM-TO): Eu aproveito, Senador Suplicy, apenas--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se me permite, porque V.Exª terá mais argumentos após a leitura da carta.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (DEM-TO): Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Está bem, Sr. Presidente? Permite?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está bom. E, pela ordem, aqui, o Senador Antonio Carlos Valadares também tinha pedido a palavra. Pela ordem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Ele também terá mais elementos--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): É rápido, Senador Suplicy. O meu, pela ordem, é rápido.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSB-PA): Aliás, eu pedi um aparte.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente Eduardo Azeredo...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vocês vão rapidinho para ele poder ouvir a conversa do senador--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente e Heráclito Fortes. Não, eu queria sugerir o seguinte: que as reuniões, pelo menos nesse período pré-eleitoral, da Comissão de Relações Exteriores, fossem realizadas na quarta-feira, com uma reunião extraordinária. Faço essa proposta diante da realidade das eleições.

Eu proponho ao Presidente Heráclito Fortes e ao Vice-Presidente Eduardo Azeredo e ao Plenário que façamos as reuniões da Comissão de Relações Exteriores às quartas-feiras, reuniões extraordinárias, e não faríamos na quinta.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador, está bem. Deixe... Vamos só propor uma ordem, aqui. Vamos terminar esse assunto da Quarta Frota e, depois, nós entraríamos nessa questão do horário da reunião. Com a palavra o Senador Suplicy para ler a proposta de carta.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, é o seguinte: o texto da carta que vou distribuí-la em inglês, mas vou falá-la em português, que a tradução logo vai chegar.

"*Prezados Senadores Barack Obama e John McCain, como senadores brasileiros, precisamos expressar nossa preocupação de profundidade com respeito à decisão do Governo norte-americano de enviar a Quarta Frota aos mares da América do Sul, tanto do lado do Pacífico, quanto do Oceano Atlântico, num tempo em que nossos países estão vivendo em paz, com regimes democráticos, com grande pluralismo político, ético e religioso, com alto grau de intercâmbio harmonioso, de raças e grupos de todos os tipos de ideologia e de credos religiosos.*

Todos os nossos países têm concordado em cooperar com todos os demais, com respeito ao objetivo de colaborar para combater o narcotráfico e para ter a cooperação diplomática e judiciais necessárias.

A Quarta Frota foi criada em 1943, durante a Segunda Grande Guerra Mundial, quando navios americanos e brasileiros foram atacados por submarinos alemães, o que justificou a sua criação.

Em 1950, durante um tempo de paz nesta região do mundo, a Quarta Frota foi desativada. É estranho que esta decisão de recriar a Quarta Frota coincide com as recentes descobertas de reservas de óleo e gás em águas profundas das plataformas continentais do Brasil e do Uruguai.

Não podemos visualizar qualquer justificativa forte para que o Governo dos Estados Unidos venha a reativar a Quarta Frota neste momento, especialmente porque o Governo do Presidente George Walker Bush está por terminar em janeiro de 2009.

O Parlamento do Mercosul, que se reuniu no último mês de julho, em Montevidéu, aprovou uma resolução de desaprovação, a respeito desta iniciativa do Governo norte-americano de enviar a Quarta Frota, neste momento, para o continente sul-americano, que está aqui anexada a esta carta.

Nós gostaríamos de ter a oportunidade de visitá-los, para ter uma conversa pessoal com os senhores sobre este assunto e para conhecer melhor o seu ponto de vista, com respeito à decisão do Presidente George Walker Bush, ao final de seu mandato.

Nós estamos convencidos de que qualquer assunto de política ou de economia que possa ser levantado entre nossas nações pode ser resolvido através de conversações pacíficas e diplomáticas, que os representantes de todos os Estados das Américas podem ter a qualquer momento; que isso se torne necessário, com o apoio muito forte dos povos das três Américas.

Por favor, nos diga qual o melhor momento para que um grupo de senadores brasileiros possa visitá-los, o quanto antes, nos Estados Unidos, de acordo com a sua conveniência.

Nós sabemos que os dois estão... Os dois candidatos, senadores, estão com uma agenda muito apertada durante os dias finais desta tão bonita campanha democrática.

Nós acreditamos, entretanto, que nossa preocupação é importante para a decisão vital do povo

norte-americano, em novembro próximo, com nossas, principais... With our best regards--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): --*Com nossa atenção*".

Senadores que assinam, essa carta proposta pelo Senador Pedro Simon e por mim para que todos--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pois é, a minha pergunta é que se o senhor... A proposta de V.Exª é que nós aprovemos por esta Comissão de Relações Exteriores ou que seja levada ao Plenário?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): A Comissão aprovando para que o Plenário possa também aprovar, em seguida.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Heráclito Fortes, pela ordem.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu concordo em gênero, número e grau no que diz respeito ao envio da correspondência. Agora, o texto não é o apropriado. Ele está muito coloquial, ele é formal. V.Exª, naturalmente, tem intimidade com os candidatos, mas nem todos nós temos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Bem... [risos].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu estou indo por hipóteses.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Instituição. Entendeu? Talvez que tenha sido a tradução. Acredito que foi a tradução--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Heráclito, deixa eu fazer uma proposta, não poderia ser feita--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Segundo ponto, tem que ser feito individualmente a um e a outro, porque, se ele receber, se ele recebe--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não, não mandou.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --Não é analisado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Trouxemos para reflexão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vou fazer uma proposta aqui, então.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Aprova a carta--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A gente aprova a intenção de mandar a carta, e o texto seja formalizado, para que todos possam analisá-lo--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E depois se realizaria apenas o texto. Encurtaria um pouco, que seria mais formal.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permita-me, então, fazer uma sugestão. Eu vou ter que ser rápido, senão eu perco o compromisso que eu tenho de, inclusive, falar em Plenário agora.

Sr. Presidente, sobre Josué de Castro, e, daí, pegar o avião sem perdê-lo. Sr. Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V.Exª sempre perseguindo a fome.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Então, eu sugiro que o Presidente Heráclito Fortes, com o Senador Pedro Simon e todos os demais que queiram colaborar, enxugue a carta na direção do que ele propõe.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Senador [ininteligível], eu acho que realmente o tom é informal, e tu escreveste--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Inspirado pelo Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): [Pronunciamento fora do microfone].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Tem que ser individual.

[falas sobrepostas]

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): [ininteligível] que falassem os dois, [ininteligível] os dois, quer dizer não [ininteligível]--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pode ser para um e para o outro.

[falas sobrepostas].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Acatada a sugestão.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas o que eu acho importante. Espera um pouquinho. O que eu acho mais importante, tu escreves assim: "Decisão do Governo americano, decisão de criar...". Eu acho que nós não devemos dizer assim, nós temos que dizer: "Pretende".

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O que eles pensam sobre.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É que eles já estão andando por aí.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas, sim, [ininteligível], oficialmente, não foi ainda.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Ah, não?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Se nós [ininteligível] para ele "Já foi criada", ele vai dizer: "Lamento, mas já foi criada". Agora, nós temos que dizer "Pretende fazer", quer dizer [ininteligível] que nós queremos que ele não--

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Senador Suplicy, antes que V.Exª saia, eu gostaria de dar apenas uma contribuição. A contribuição é que nós, já que uma Comissão teria essa oportunidade de discutirmos com dois candidatos, que um deles será o Presidente dos Estados Unidos, apenas para não irmos lá discutir a questão da Quarta Frota. Mas, aproveitando, a idéia de V.Exª é excelente, mas poderíamos externar outras posições.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Concordo.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Outras questões relacionadas ao aspeto econômico--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Claro. Eu também vou falar do Iraque--

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): A questão da Amazônia, por exemplo, eu gostaria de saber a opinião desses dois candidatos--

[falas sobrepostas].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Agora, essa carta é sobre a Quarta Frota.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu discordo. Podemos até fazer outra carta. Agora, essa o assunto é Quarta Frota.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Essa é Quarta Frota.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É um assunto que é fundamental, nós não podemos esvaziar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu ia pôr aqui a paz no mundo, o Iraque e tudo, mas eu achei respeitando a Quarta Frota, essa.

[falas sobrepostas].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Veja bem. Vamos chegar a um bom termo. A idéia do Senador Jefferson Praia é valida, mas desde que se restrinja a assuntos brasileiros.

Nós queremos saber o tratamento que V.Exª dará ao nosso país e a Quarta Frota. O tema principal, Senador Simon, é a Quarta Frota. Mas nós temos--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):Não impede que se trate também. Nós não podemos tratar do Iraque, da paz no mundo, não, porque é uma delegação brasileira, é um assunto brasileiro, que diz respeito ao país.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com todo carinho, eu discordo.

[falas sobrepostas].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, infelizmente, como vou perder o vôo... Eu não quero perder.

[falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pois é, mas, Senador Suplicy, para nós podermos encerrar esse assunto, nós temos que... Eu vou encerrar--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Senador Pedro Simon, eu vou deixar em mãos de V.Exª para decidir com a Comissão--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Um aparte final que eu quero fazer, Senador Simon. O Ministro da Defesa, Nelson Jobim, vem aqui na quinta-feira, não vem?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Vem.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pronto. Ele, na audiência que nós tivemos com ele, nos afirmou que iria aos Estados Unidos... Senador Suplicy, vamos... Viu, Senador, Simon? Ele ficou de trazer informações a esta Casa sobre a sua visita.

A sugestão que eu dou é que esta carta seja feita após a oitiva do Ministro, baseado nas informações que ele traz.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): No que ele traz.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Na próxima semana enxugaremos.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Enxugaremos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Exatamente. Senador Nery com a palavra, depois, Senador Flexa Ribeiro, e convido o Senador Heráclito para assumir a Presidência, aqui.

[falas sobrepostas]

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Simon, eu queria... Presidente, eu queria sugerir, no texto final da carta, a citação de um posicionamento do Mercosul, do Parlamento do Mercosul. E nós participamos, de 15 a 16 de julho, de uma reunião do Parlamaz aqui em Brasília, o Parlamento amazônico, que também expressou sua preocupação com a questão. E creio que seria importante, também, fazer referência ao posicionamento, aos questionamentos que o Parlamaz apresentou na declaração final do encontro de Brasília, e sugeriria que fosse apenas citado que também o Parlamento amazônico manifestou preocupação, tal qual fez o Parlamento do Mercosul.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O texto. Citar no texto?

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Acrescentar no texto é a sugestão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado. Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Eduardo Azeredo, senhores senadores.

Eu gostaria... Senador Heráclito Fortes, Senador Pedro Simon, eu gostaria só de dar uma informação a V.Exªs: está agendada uma Audiência Pública, na próxima quinta-feira, às 10h00, sobre o caso da VARIG, a venda da VARIG.

O comandante Enio, que era o condutor da primeira negociação que esteve conosco já, aqui, ele fez o contato comigo, pedindo que, se pudesse retornar, que ele tinha fatos novos a fazer... Colocar ao Senado Federal, e, como ele está no exterior, trabalhando no exterior, foi agendada a vinda dele para o dia 14, agora, quinta-feira que vem. Não pode ser quarta, porque ele chega quarta do exterior. Então–

[troca de presidência]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Indago a V.Exª. Em benefício da produtividade da reunião, eu indago a V.Exª se não é possível conversar com o convidado para que ele antecipasse para quarta. Nós temos uma semana de antecedência.

Qual é a minha preocupação? Nós estamos, aí, num acordo de funcionamento na... Crítico do Congresso, nesse período eleitoral. E, agora, há pouco, houve uma idéia que eu achei positiva, de que as sessões sejam realizadas nas quartas-feiras, que é o dia de esforço concentrado. A minha sugestão, se possível fosse possível, é que fosse feito na quarta-feira após a oitiva do Ministro Jobim ou faríamos a oitiva pela manhã--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A do Ministro é quinta, não é?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, nós estamos tentando antecipar também. Nós estamos tentando antecipar, porque isso é um fato novo, aqui, que foi proposto. Se não for possível, tudo bem, vai se fazer na quinta. Agora, a minha preocupação é que um assunto dessa importância, que é o assunto VARIG, é um assunto que está na Ordem do Dia--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Exatamente, e não podemos deixar ele sem esclarecer.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A questão do quórum, também. A minha preocupação é só essa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, e ele está mobilizando, Senador Pedro Simon, V.Exª, que representa o Estado do Rio Grande do Sul e que, junto com o Senador Zambiasi e Senador Paim, tanto lutaram pela sobrevivência da VARIG, ter o maior interesse em tomar conhecimento dos fatos reais que aconteceram.

E os funcionários da VARIG estão mobilizando 50, com as dificuldades que eles estão passando, porque eles estão sem salário, sem a aposentadoria pelo Aerus, e eles estão mobilizando a vinda de 50 funcionários da VARIG para participarem dessa Audiência Pública. Porque, segundo me informou o comandante Enio, fatos novos ele trará à Comissão.

Então, essa audiência terá que ser, terá que ter, pela parte nossa, uma participação efetiva.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A minha preocupação é essa. Por isso que eu pondero para que seja feito um [ininteligível]...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu falei com ele ontem, por telefone, ele estava em Nova York, ele me disse que chegará ao Brasil na quarta-feira pela manhã. Então, é um risco muito grande assumir um compromisso--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V.Exª poderia colaborar com a Comissão e ver se não tem condições de chegar na terça.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas não há essa possibilidade, porque ele tem escalas de vôos que ele já ajustou para poder estar aqui.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Tudo bem. Tudo bem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E essa audiência eu queria propor, inclusive, como é um assunto que diz respeito acho que a todo o Senado Federal--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É claro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ela é da Comissão de Infra-Estrutura, mas eu quero propor que ela seja em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Faça a proposta, e nós--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já está feita.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Inclusive, o Senador Aloizio Mercadante já deu essa sugestão, só falta apenas a formalização, que V.Exª poderá fazer.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu farei a formalização, mas queria que fosse já aprovado, enquanto chega o documento, que ela pudesse ser em conjunto com a Comissão de Infra-Estrutura. Em

princípio, na quinta-feira, e vamos antecipar o Ministro para quarta, para que não haja coincidência.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Vamos tentar. Há uma proposta do Senador Flexa Ribeiro de que a sessão conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos, relativa ao caso--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, de Infra-Estrutura.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --Infra-Estrutura, relativa ao caso VARIG, seja feita de maneira conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Ele irá, através dali da Mesa elaborar, o requerimento, mas eu queria saber, já de antemão, se todos estão de acordo. Se assim for, permaneçam como se encontram. Aprovado o Requerimento nº 48, de 2008. Aguardamos apenas o requerimento. V.Exª está atendido.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, Questão de Ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Nós tínhamos feito uma sugestão de requerimento, convidando o Ministro Celso Amorim para discutir aqui--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Senador.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): --Os desdobramentos e as conseqüências--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu estou com o Ministro Jobim na linha.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V.Exª compreende... Pois não.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Ministro Jobim concorda quarta-feira às 10h00.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ministro Jobim sempre dando demonstrações de apreço a esta Casa.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Ele está mandando um abraço a V.Exªs e disse que concorda em quarta-feira 10h00.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Quarta-feira, às 10h00? Pois não, então.

Podemos fazer outra aqui, Dr. [ininteligível] eu duvido.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone] na quinta-feira já se programasse.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V.Exª, agora, explicou, e eu estou mais tranqüilo. Não será apenas uma reunião da nossa Comissão, será uma reunião conjunta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Isso, isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então, temos mais condição de mobilização.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, ótimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu não queria que esta Comissão assumisse uma responsabilidade individual, num período crítico como o que nós estamos vivendo. Está bom? Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, em função do desdobramento da reunião da rodada de Doha, nós tínhamos sugerido o convite ao Ministro Celso Amorim, para que aqui viesse e expusesse quais foram as causas desse aparente fracasso das negociações e as conseqüências disso para o Brasil. Tomei conhecimento, entretanto, ontem, que o mesmo convite foi feito pela CAE. Então, a sugestão que eu gostaria de deixar com a Comissão era a de que tentássemos fazer esse encontro, essa reunião em conjunto com a CAE ...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Presidente da CAE, o Senador Aloizio Mercadante, ontem, me propôs.

Então, como o Requerimento de V.Exª é nesse sentido. Já foi lido?

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Bom, vou passar, então, a ler o requerimento do Senador João Tenório, que é o de nº. 47.

"*Nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado, requeiro seja realizada, no âmbito desta Comissão,em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, Audiência Pública, com a finalidade de debater os resultados e a repercussão, para a economia nacional, da última negociação da rodada de Doha, realizada em Genebra, e as perspectivas futuras para a política externa brasileira, a partir do aparente fracasso nas relações multilaterais no âmbito da Organização Mundial do Comércio.*

Para tanto, requeiro seja convidado o Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Sala das comissões, 4 de agosto 2008, Senador João Tenório."

Os senhores senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos, então, ao Item 1, não terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2007, que *"regulamenta a assistência judiciária internacional, em matéria penal, nos casos de investigação, instrução processual e julgamento de delitos, e estabelece mecanismo*

de prevenção e bloqueio de operações suspeitas de lavagem de dinheiro." Autoria: Senador Pedro Simon. Relatoria do Senador Romeu Tuma. Parecer favorável, na forma do substitutivo que oferece.

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. Essa matéria constou da pauta da sessão do dia 16/07.

Nós temos, aqui, uma solicitação do relator Romeu Tuma, para que a matéria seja retirada de pauta e devolvida para reexame ao relator. Pedido, evidentemente, que está atendido.

Item 2. O Senador José Nery faz um apelo para--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, eu concordo com a retirada. Eu, como autor, concordo com a retirada.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas, aí, mesmo que V.Exª não concordasse, eu estava amarrado, aqui, no desejo do relator, que não se encontra presente.

O Senador José Nery faz um apelo, tem outro compromisso. É o Item 3?

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Exato, eu sou relator... Sr. Presidente, eu sou relator de três itens e gostaria, com a condescendência de V.Exª --

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Havendo a concordância de todos os companheiros--

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): --Eu quero relatar, seguidamente, para que pudesse cumprir outro compromisso no Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Até porque o poder de síntese de V.Exª facilitará bem essa...

Então, vamos ao primeiro, Senador. O Item 3, não terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº. 100, de 2008: "*Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria, celebrado em Brasília, em 6 de setembro de 2005.*"

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é a autora. A relatoria é do Senador José Nery, que tem parecer favorável, e a quem concedo a palavra.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, senhores senadores, passo a ler o relatório e proferir o voto.

"*A exposição de motivo do Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores dá notícia de que o acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria visa a fortalecer o relacionamento bilateral no campo do transporte aéreo comercial, pelo que há necessidade de manter permanente cooperação e consulta entre as autoridades aeronáuticas dos respectivos países.*

Informa, ainda, que o ato facilitará o transporte de carga aérea e de passageiros entre ambos os países, reforçando as possibilidades de melhoria do intercâmbio comercial.

O acordo é composto por 22 artigos e uma 'consideranda'. O acordo prevê o estabelecimento de serviços aéreos internacionais regulares, nas rotas especificadas, conferindo às empresas aéreas o direito de sobrevôo sem pouso, escala para fins não comerciais, embarque e desembarque de passageiros, bagagens, carga e mala postal, embarque e desembarque nos territórios de terceiros países, procedente de ou com destino a pontos no território da outra parte contratante.

Será concedido às empresas assim determinadas o direito de vender e comercializar serviços de transporte aéreo internacional, diretamente ou por meio de agentes ou de outros intermediários, a tarifas razoáveis, tomando-se em conta todos os fatores relevantes, e, se possível, mediante acordo ou por meio da Associação Internacional de Transporte Aéreo."

O relatório, Sr. Presidente. Também aduzimos outros critérios importantes pelos quais esse acordo deverá ser aprovado, e, portanto, gostaria que fosse considerado na íntegra o relatório.

Da análise. "*O acordo em análise nada fere aos cânones constitucionais, legais ou regimentais, nem se encontra eivado de antijuridicidade. Ademais, segue os termos de tratados congêneres. No que tange ao mérito, é conveniente e oportuno, à mercê da necessidade de se incrementar o intercâmbio bilateral em todas as searas, do que é precondição, a existência de canais fáticos e materiais para a circulação de bens e pessoas entre os países.*"

Ao longo do exposto, Sr. Presidente, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 100/08, a qual passo à coordenação dos demais membros desta Comissão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Não havendo quem queira discutir a matéria, em votação. Os senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências.

Item 5. Dentro do pacote do Senador José Nery. Não terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2008: "*Aprova o texto do acordo de cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Benin, assinado em Brasília, em 11 de agosto de 2005*." Autoria: Comissão

de Relações Exteriores. Relator: Senador José Nery, a quem concedo a palavra.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, senhores senadores.

"*A proposição foi encaminhada pela Mensagem nº 797, de 2007, do Poder Executivo, em que o Ministério de Relações Exteriores destaca que a assinatura desse instrumento atende à disposição de ambos os Governos de desenvolver a cooperação técnica em diversas áreas de interesse mútuo, consideradas prioritárias, podendo envolver instituições do setor público e privado e, ainda, organizações não-governamentais de ambos os países.*

O projeto não apresenta vício de inconstitucionalidade. Sua tramitação obedece a preceito constitucional e regimental. No mérito, o Tratado representa o esforço da política externa voltado para a cooperação técnica entre países em desenvolvimento, a chamada Cooperação Sul-Sul, com vistas a alcançar avanços socioeconômicos, com garantia de desenvolvimento sustentável.

Além das áreas de saúde, agricultura e esportes, outras poderão vir a ser consideradas prioritárias pelas Partes. A implementação de programas e projetos de cooperação técnica nessas áreas será disciplinada por meio de ajustes complementares."

Do voto. Pelo exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, somos pela aprovação do Decreto Legislativo nº. 126, de 2008. Era... É o relatório, é o voto, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Esse é o parecer. Em discussão. Senhores senadores que queiram discutir se manifestem. Não havendo manifestação, coloco em votação.

Os senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A matéria vai à Secretaria da Mesa para as devidas providências.

Item 8. Decreto Legislativo nº. 152, de 2008. "*Aprova o texto da Resolução sobre a Revisão dos Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP – e dos Estatutos Revisados, celebrados em Bissau, em 17 de julho de 2006, durante a VI Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP."* Autoria: Comissão de Relações Exteriores. O parecer é do Senador José Nery, a quem concedo a palavra.

Antes, porém, quero registrar que V.Exª está se transformando no grande porta-voz das questões africanas nesta Casa, o que, para mim, é motivo de muita alegria.

[falas sobrepostas].

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Por benevolência e gentileza de V.Exª. Muito obrigado.

Sr. Presidente, senhores senadores. "*Em cumprimento ao artigo, ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Sr. Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional acima referido.*

O Projeto de Decreto Legislativo foi aprovado pela Câmara dos Deputados, na forma prevista na Constituição e no Regimento Interno daquela Casa, em 5 de junho de 2008. Subseqüentemente, foi remetido a esta Casa.

A proposição foi encaminhada pela Mensagem nº. 1.166/07, do Poder Executivo. Consta, ainda, Exposição de Motivos, de 6 de dezembro de 2006, do Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, em que se destaca que as "alterações previstas na Resolução visam adequar as estruturas da Comunidade aos desafios com que esta hoje se depara, por meio do reforço do papel do Secretário-Executivo, da criação do cargo de Diretor-Geral e da reformulação de estruturas internas do secretariado Executivo em geral.

A proposição não apresenta vícios de inconstitucionalidade. Está de acordo com o que prevê o art. 49. inciso I, e art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal.

A revisão nos Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa − CPLP − tem o mérito de atualizar o texto original.

A primeira alteração foi a ampliação no âmbito da cooperação da CPLP, com previsão entre seus objetivos gerais.

Tornou-se expresso que a cooperação deve se dar em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social.

Ademais, a materialização de projetos de promoção e difusão da Língua Portuguesa, também enumerada entre os objetivos gerais da CPLP, será implementada pelo Instituto Internacional de Língua Portuguesa, o qual não era expressamente mencionado no texto original do Estatuto.

Nesse ponto, vale registrar que o Instituto Internacional de Língua Portuguesa certamente desempenhará relevante papel na execução da reforma ortográfica, contribuindo para que o nosso idioma alcance projeção global.

No dispositivo referente aos princípios orientadores da CPLP, foi reforçado o ideal de promoção de práticas democráticas, de boa governança e respeito pelos Direitos Humanos. Nessa mesma linha, a CPLP passará a admitir Observadores com a categoria de

Associados ou Cultivos. Tal atributo, desde que atendidos os parâmetros contidos no art. 7º, poderá ser conferido a Estados, organizações internacionais, universais ou regionais, entre outras entidades, inclusive representativas da sociedade civil.

Foi, ainda, incluído dispositivo em que são previstas as competências do Presidente da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo e do Presidente do Conselho de Ministros, bem como do Instituto Internacional de Língua Portuguesa.

Além disso, foram previstas novas competências para o Secretário Executivo, para apresentar proposta ao Conselho de Ministros e, às Reuniões Ministeriais; propor a convocação de reuniões extraordinárias; e celebrar acordo com outras organizações e agências internacionais.

Com a incumbência de gestão corrente do Secretariado, planejamento e execução financeira, preparação, coordenação e orientação das reuniões e projetos implementados pelo secretariado, criou-se a figura do Diretor Geral.

Outras inovações foram: previsão expressa, no art. 19, da Reunião dos Pontos Focais de Cooperação que congrega as unidades responsáveis, nos Estados membros, pela coordenação da cooperação da cooperação no âmbito da CPLP, e, no art. 20, das Reuniões Ministeriais.

Estas são, em linhas gerais, as principais alterações no texto original, as quais, seguramente, trarão maior eficiência aos trabalhos da CPLP.

Por derradeiro, cumpre registrar que uma maior articulação política e diplomática entre seus membros, inevitavelmente, realçará o papel destes no cenário internacional."

Fiz questão, Sr. Presidente, de ler todo o relatório, dada a importância dessa revisão para essa adequação formal, direta, nos termos em que propõe o Decreto Legislativo.

Do voto. Por todo o exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 152, de 2008. Sala das comissões, 15 de julho de 2008. É o relatório, é o voto, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. O senhores senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. Pela ordem, Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): [pronunciamento fora do microfone]. Por mera curiosidade. Na página 180, alguém assina isso pelo Governo da República Federativa do Brasil. Aqui, na página 180. Eu gostaria de saber quem é, de quem é essa assinatura. Quem assinou isso pelo Brasil?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Página 180.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É, 180. É a segunda assinatura.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu indagaria se tem alguém da assessoria, da liderança do Governo, que pudesse identificar essa assinatura. Para facilitar.

A embaixadora Gladys está aqui, vamos ver se ela...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Na realidade, não se entende assinatura de ninguém. Mas eu quero saber do meu país, pelo menos.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Bem, nessa conferência que aprovou esse texto original em Bissau, estavam presentes, na delegação brasileira, o Presidente da República, o Ministro das Relações Exteriores--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas me parece que não é a assinatura do Presidente da República, não.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Então, mas as autoridades ligadas a essa área, especialmente o Ministério das Relações Exteriores, e, no caso, o próprio Presidente da República, que participou dessa conferência de chefes de Estado e de Ministros, era presente nesse encontro.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É, mas, na verdade, é o seguinte. Ninguém sabe quem foi que assinou pelo Brasil por enquanto. Vamos saber.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então, vamos fazer o seguinte: eu solicitaria à embaixadora Gladys que tentasse, através de telefonema, examinar, no Itamaraty, quem assinou.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Foi em 17 de julho de 2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pelo processo, ela localizaria. E, então, nós inverteríamos a votação, Senador Nery, aguardando...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Não, já foi votado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, não, não. Votação suspensa. V.Exª levantou uma questão sobre a matéria.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É claro.

Eu acho isso... Nós não podemos deixar essa dúvida. Realmente, V.Exª levanta uma questão que nós temos que ter um certo cuidado daqui para a frente.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Não foi o Celso Amorim. Não foi, que essa assinatura é--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E poderia ver, a partir de agora, eu queria fazer uma recomendação para que houvesse o esclarecimento das assinaturas brasileiras, aqui, para que pelo menos--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): A gente saiba quem foi que assinou.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V.Exª tem toda razão. Eu peço até desculpas por ter passado batido nessa questão. V.Exª está coberto de razão. Daí, demonstra o advogado que é. V.Exª, com isso aqui, vai ficar para a história.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É lógico. E nós não sabemos quem é que assinou.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E não saberemos quem que assinou.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): E está bem solene, aqui: "Pelo Governo da República Federativa do Brasil".

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Claro.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Não sabemos quem é.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E é uma assinatura poderosa, ela vai até o...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Vai até o fim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É uma coisa forte. Não é qualquer assinatura.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É longa.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [risos] Então, eu vou adiantar e fico aguardando a resposta.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): A decifração.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Decifração desse hieróglifo.

Item 2. Projeto de Decreto Legislativo nº. 99, de 2008: "*Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana, assinado em São Domingos, em 6 de fevereiro de 2006.*"

A autoria é a Comissão de Relações Exteriores, e a relatoria cabe ao Senador César Borges, que, estando ausente, solicito ao Senador Antonio Carlos Valadares, para que faça de relator.

ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): [pronunciamento fora do microfone].

Não, perdão. Já está designado, aqui, o Item 2 é o Senador João Tenório. O item 4 é que é o Senador Antonio Carlos Valadares.

Concedo a palavra, portanto, Senador João Tenório, a V.Exª.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, senhores senadores.

"*Esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional examina o Projeto de Decreto Legislativo nº. 99, de 2008, que aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana, assinado em São Domingos, em 6 de fevereiro de 2006.*

As relações entre Brasil e República Dominicana intensificaram-se nos anos recentes. O Presidente Leonel Fernández, quando de sua visita ao Brasil em 2004, indicou claramente seu interesse em fortalecer o relacionamento bilateral. Nesse contexto, a assinatura do presente acordo reflete a disposição de ambos os Governos de desenvolver a cooperação técnica em diversas áreas de interesse mútuo.

A cooperação prevista no documento poderá envolver instituições do setor público e privado, organizações não-governamentais, organismos internacionais e fundos regionais, assim como terceiros Países em cooperação triangular.

Análise. Versado em 12 artigos, o ato internacional, que ora se submete à apreciação do Congresso Nacional, possui natureza bilateral e contempla o aperfeiçoamento das relações entre a República Federativa do Brasil e a República Federativa Dominicana, a promover, ademais, as relações de amizade entre os países signatários.

Vale salientar que a República Dominicana é nação caribenha que goza de estabilidade política e de apreciáveis índices de desenvolvimento econômico, podendo constituir valioso parceiro para o Brasil, em região do continente americano em que necessitamos intensificar nossa presença comercial.

A maior cooperação com a República Dominicana, ainda que versada em termos gerais, como no Acordo ora apreciado, é passo inicial para futuras negociações, que podem se realizar, dando densidade ao fluxo comercial entre os dois países, que hoje se encontra substancialmente abaixo de suas potencialidades.

Vale ressaltar, ainda, que a aproximação com um país caribenho poderá significar apoio e voto de importante aliado nas demandas que espera o Brasil em foro e organizações internacionais, como a OMC, a OEA e a própria ONU.

Pelo exposto, é de todo conveniente e oportuno aos interesses internacionais que se aprove o Acordo que aqui se analisa, não podendo o Brasil deixar de aperfeiçoar mecanismos que facilitem seu comércio e bom relacionamento político e cultural, mormente com países do continente americano.

Portanto, nosso voto, em face do exposto, por considerarmos conveniente e oportuno aos interesses nacionais, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 99, de 2008."

Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Item 4. Projeto de Decreto Legislativo nº. 111, de 2008: "*Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, relativo à Cooperação entre suas Autoridades de Defesa da Concorrência da Aplicação de suas Leis de Concorrência, celebrado em Buenos Aires, em 16 de outubro de 2003.*" Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Relator: Senador César Borges, que, se encontrando ausente, transfiro a responsabilidade da relatoria *ad hoc,* para o nobre Senador João Tenório, a quem concedo a palavra.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Não. Presidente, pela ordem, Presidente. Eu acho que...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Tem V.Exª a palavra, pela ordem.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Eu acho que é o Senador--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Antonio Carlos Valadares.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Antonio Carlos Valadares. V.Exª citou o meu nome. Houve um equívoco.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É a admiração que tenho por V.Exª. Não é menor do que a que tenho pelo Senador Valadares, mas é que, como eu troquei da outra vez, eu quis reverter fazendo justiça. Senador Valadares com a palavra.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): "*Em atenção ao disposto no inciso I, do art. 49 da Constituição Federal, estabelece atribuição exclusiva do Congresso Nacional para aprovar atos internacionais, o Poder Executivo enviou às Casas legislativas a Mensagem nº. 526, de 9 de agosto de 2005, solicitando apreciação do aludido Acordo.*

Na Câmara dos Deputados, a Mensagem foi aprovada em 30 de maio de 2008, na forma de Projeto de Decreto Legislativo formulado e aprovado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e Constituição, Justiça e de Cidadania.

O Acordo se faz acompanhar de Exposição de Motivos do Ministro de Relações Exteriores, da qual cabe destacar o seguinte: em linhas gerais, o presente Acordo, entre outros dispositivos, estabelece sistema de notificação de práticas anticompetitivas que afetam ambas as partes; possibilita que uma das Partes solicite à outra que inicie investigações sobre prática anticompetitiva ocorrida no seu território; sugere a coordenação das autoridades de defesa da concorrência, em caso de investigação conduzida pelas duas partes, cariando mecanismos de cooperação e coordenação com essa finalidade; estabelece sistema de consultas e troca de informações entre as autoridades, além de encontros periódicos de seus pontos focais pertinentes, e contempla atividade de cooperação técnica.

O Acordo prevê o necessário marco legal para a construção de uma política comum, em matéria de defesa da concorrência, entre os dois principais membros do Mercosul, que se estima fundamental para prosseguir no processo de integração econômico-comercial, com vistas à formação de um mercado comum.

Vale, a esse respeito, notar que a experiência européia de estreitamento da cooperação na área de concorrência entre seus países– membros, proporcionou as pré-condições para a posterior eliminação, no âmbito da União, de instrumentos de defesa comercial.

Como benefício imediato, o instrumento em questão institucionaliza a possibilidade de as autoridades brasileiras de concorrência requererem, por meio de consultas, acesso a informações sobre investigações conduzidas pela autoridade argentina que afetem os interesses nacionais. Ademais, deverá propiciar melhor controle do poder de mercado de empresas monopolistas ou oligopolistas que operem nos dois países.

Análise. Trata-se de ato internacional de natureza bilateral, a bem do aperfeiçoamento das relações comerciais entre Brasil e Argentina, em busca do aperfeiçoamento dos mecanismos de defesa comercial.

Cuida-se, com efeito, de área que concentra, modernamente, grandes interesses internacionais, haja vista o grande esforço que as Nações empreendem no sentido de atingirem sempre melhores níveis de inserção internacional.

A existência de política comum de defesa comercial entre os dois principais signatários do Tratado de Assunção, em 26 de março de 1991, contribuiu para

o fortalecimento do Mercosul, a proporcionar maior credibilidade ao bloco regional.

Ao prever interlocução entre as autoridades dos países signatários, o ato internacional que ora se analisa irá proporcionar maior coordenação na aplicação das normas comerciais de defesa dos mercados, consoante às normativas do direito do comércio internacional e das normas comuns ao bloco econômico e que possam vir a se constituir.

Estamos a toda evidência em face do Acordo que contempla tema de grande relevância para o desenvolvimento comercial brasileiro, a proporcionar maior segurança jurídica para operadores econômicos, investidores e demais partícipes da vida econômica dos países signatários.

As grandes dificuldades e as verdadeiras guerras comerciais que se prenunciam, com o advento de mega partícipes da cena internacional, como China e Índia, obrigam os países a desenvolverem e aperfeiçoarem seus mecanismos de defesa comercial, a utilizar com propriedade mecanismos de entendimento internacional, como o que ora se analisa.

À vista desses aspectos, consideramos o ato internacional que se submete à apreciação legislativa, para efeitos de incorporação ao ordenamento jurídico interno, de todo conveniente e oportuno aos interesses nacionais.

O voto. Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 111, de 2008."

É o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os senhores senadores que aprovam permaneçam como se encontram. A matéria está aprovada e vai à Secretaria-Geral da Mesa para devidas providências.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não, tem V.Exª a palavra.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Quando presidia a sessão o Senador Eduardo Azeredo, eu apresentei uma sugestão de antecipação dessa reunião de quinta-feira para quarta-feira. Eu indago a V.Exª e ao Plenário se será possível--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Foi aprovada.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):Já foi aprovada?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pelo que entendi... Ah, não foi aprovado?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não foi aprovado, ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então, vou colocar em votação. Eu acho lógico. Evidentemente que, se houver necessidade de uma segunda reunião ou de um deslocamento, nós faríamos esse deslocamento. Mas a prioridade da quarta-feira ela é lógica, porque, dentro desse espírito de concentração de esforços, a quinta-feira poderá ficar esvaziada, tanto que eu pensei, eu estava, aí, no momento, conversando com o Senador Simon, eu pensei que já tivesse aprovado e, baseado nisso, já tinha tomado, inclusive, aqui, uma decisão. Mas eu coloco em votação.

Os senhores senadores que concordam com a sugestão, que eu acho lógica, viável e objetiva, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agradeço a V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois é, na quarta-feira próxima, nós temos dois eventos. O primeiro é a oitiva do Ministro Nelson Jobim, que vem falar, aqui, sobre Quarta Frota, às 10 horas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É Quarta Frota.

V.Exª se lembra que, quando nós tivemos naquela conversa, ele iria aos Estados Unidos, uma missão, e iria conversar, inclusive, com autoridades americanas sobre a Quarta Frota.

Ele vai trazer informações, porque nós temos... Que seria até bom que desse uma cópia ao Senador Inácio Arruda, uma correspondência solicitada pelo Senador Suplicy e pelo Senador Simon, para que fosse remetida aos candidatos da Presidência da República dos Estados Unidos.

Concordamos com a correspondência, mas o texto precisa de ajustes. Eu vou pedir à assessoria que lhe passe uma para tomar conhecimento, e nós faríamos, então, essa remessa após as informações prestadas pelo Senador.

O Senador Nery, que sugere, também, que seja incluído na carta, Senador Mesquita, o posicionamento do Mercosul e do Parlamento Amazônico, o Parlamaz, o que eu acho também positivo e viável.

Então, após a audiência com o Ministro Jobim, nós despediríamos essa correspondência.

Item 6. Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 2008: "*Aprova o texto do Acordo Trilateral entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da África do Sul e o Governo da República da Índia, sobre Navegação Mercante e outros assuntos relacionados ao transporte marítimo, celebrado em Brasília em 13 de setembro de 2006.*" Autoria: Comissão de Relações Exteriores. O parecer é do Senador João Tenório, a quem passo a palavra.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, senhores senadores, essa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional examina o Projeto de Decreto Legislativo nº. 127, de 2008 (PDC nº. 37, de 2007, na origem), que: "*aprova o texto do Acordo Trilateral entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da África e o Governo da República da Índia sobre Navegação Mercante e outros assuntos relacionados ao transporte marítimo, celebrado em Brasília, em 13 de setembro de 2006.*

Em atenção ao disposto no artigo... No inciso I, do art. 49, da Constituição Federal, que estabelece atribuição exclusiva do Congresso Nacional para aprovar atos internacionais, o Poder Executivo enviou às Casas Legislativas a Mensagem nº. 60, de 1º de fevereiro de 2007, solicitando apreciação do aludido texto.

Análise. Trata-se de ato internacional de índole trilateral, acerca do aperfeiçoamento e de aprofundamento das relações entre Brasil, África do Sul e Índia, três das mais importantes economias emergentes da atualidade.

Com a índole de proporcionar, prioritariamente, melhores condições de tráfego marítimo, o Acordo em apreço trará importantes benefícios aos países signatários, a permitir, desde logo, a melhoria das condições de comércio internacional interpartes.

Não obstante a dimensão das economias envolvidas, o comércio trilateral entre Brasil, África do Sul e Índia ainda se encontra em patamar muito abaixo das potencialidades que encerra. O aumento de fluxos comerciais poderá intensificar-se de forma expressiva a partir da adoção de uma série de medidas políticas e econômicas inadiáveis, dentre as quais, a adoção do presente Acordo se insere.

O Acordo é versado em preâmbulo e em 16 artigos, com especificações aptas a preencher todas as condições formais que podem elevar a cobro seus relevantes objetivos.

Vale salientar, ainda, que a aproximação maior entre os signatários do presente Acordo traz importantes conseqüências no plano multilateral, pois garante aliança que se revela valiosa para o Brasil em suas demandas em fóruns internacionais, como a Organização Mundial do Comércio, onde temos, de forma reiterada, estado em lados não conflitantes, contra os interesses dos países hegemônicos".

Portanto, Sr. Presidente, por tudo isso, nosso voto é o seguinte: em face do exposto, por considerarmos conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 127, de 2008. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu quero fazer uma indagação. Em discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Tem V.Exª a palavra.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Muito obrigado. Sr. Presidente, eu vejo, aqui, que foi assinado, em 13 de setembro, esse acordo bilateral, ou melhor, trilateral, entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da África do Sul e o Governo da República da Índia. Isso há dois anos.

Eu indago: isso já está em vigor? O Brasil já está operando dentro desse acordo trilateral, que foi assinado há dois anos? Mas terá que ter validade agora, depois de aprovado pelo Congresso Nacional, pelo Senado Federal.

É uma indagação simples, mas que, por curiosidade, eu quero saber. Entrou em vigor imediatamente ou vai entrar em vigor ainda? São questõezinhas pequenas, mas que merecem esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone]. Especificamente, é esse. V.Exª tem razão, têm alguns acordos que são apenas homologatórios.

Nós tivemos aqui, porém, uma questão que atormentou o Brasil e, numa contenda com a Inglaterra, no que diz respeito à reciprocidade na questão tributária, para a aviação, envolvendo os dois países.

Rolou esse assunto, Senador; ficou sem votação cerca de 12 anos, criando as situações mais desagradáveis possíveis. Nós votamos agora, a questão de 15 dias, resolvemos esse entrave.

Esse caso específico eu me comprometo com V.Exª de examinar se, na realidade, ele vigora ou se depende da aprovação da Comissão. Não teria condições, nesse momento, de dar essa resposta.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Mas, depois desses 12 anos--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Um momento. Esse acordo permanecerá em vigor por um período inicial de cinco anos. Perdoe, ele é apenas homologatório. Nós estamos [ininteligível].

Após o qual, será renovado automaticamente, por período sucessivo de um ano, a menos que seja denunciado por qualquer das partes que notifique por escrito com seis meses de antecipação, por via diplomática, sua intenção de denunciar esse acordo.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): São países importantes: a África do Sul, a Índia, e...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ele vigora, na realidade, só após a aprovação aqui. Mas como bem lembra V.Exª, ele data de...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Dois anos, praticamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Dois anos atrás. Então, depende da aprovação. Não está em vigor.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Então, vai entrar em vigor.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Vai entrar em vigor agora. Uma das lutas que nós estamos [ininteligível] aqui, Senador, é exatamente isso.

Nós temos uma quantidade muito grande de acordo que estavam aqui engavetados, outros que estavam na Câmara dos Deputados. V.Exª se lembra que, no final do semestre, nós batemos recorde, aqui, e votamos cerca de 80 acordos dessa natureza.

São alguns que nós temos até que ter um pouco mais de cuidado, porque fere a sensibilidade de alguns países. São acordos que, para nós talvez, não possam ter tanta importância, mas, para o outro país, tem importância fundamental, importância vital.

Eu fico muito satisfeito em ver que V.Exª está com a lupa, chamando atenção desses fatos. Eu acho que nós temos que continuar assim.

Nós temos, agora, aqui, um novo Sherlock Holmes [risos].

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu vou lhe dar uma lupa para que nós tenhamos... Ou Kojak, quem sabe? Não é isso? Eu agradeço a V.Exª exatamente por esse cuidado. Eu acho que esta Comissão cresce com esse tipo de autocrítica, inclusive. Acho que V.Exª tem toda razão. Tanto é que eu suspendi a outra votação aguardando, aqui, a decifração do enigma da assinatura do representante do Brasil.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Item 7. Pois não, tem V.Exª a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Antes de passar ao Item 7, eu queria só trazer, aqui, ao conhecimento do Plenário, no dia 6 de maio, eu apresentei, aqui, um requerimento, fruto daquelas discussões sobre questão de petróleo, o recurso que vai para a Marinha.

A Marinha tem, legalmente, direito a uma parte dos *royalties* que são da exploração em águas... Nas águas... Como é que chama? Água de alta profundidade. Todo petróleo que sai do mar, a Marinha tem percentual do *royalty*. A informação é que esse dinheiro não é repassado, normalmente, para a Marinha, é contingenciado.

Eu recebi, aqui, essa semana, a resposta do Ministério. Na verdade, o Ministério mandou a resposta no dia 15 de julho, o Ministro Paulo Bernardo, chegou às minhas mãos agora em primeiro de agosto.

A informação, ela é meio capciosa, porque ela diz que foi arrecadado, em 2007, um bilhão e 180 milhões para o comando da Marinha. Aí, na hora do que é repassado para a Marinha, tem a informação do que a Marinha recebeu como um todo. Ou seja, esse dinheiro seria específico, pelo que eu entendo, para equipamento da Marinha. E a resposta informa que a Marinha recebeu oito bilhões e 708 milhões.

Mas, nesses oito bilhões e 708 milhões, está o quê? Recursos ordinários, contribuições para pensões militares, contribuição para financiamento de seguridade social, ou seja, o Governo está fazendo um pacote.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permite um aparte, nobre Senador Eduardo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ele pega o recurso do *royalty* e se soma a outros recursos normais do orçamento e justifica que, no todo, a Marinha recebe oito milhões e setecentos, no qual estaria incluído esse um bilhão e cem do *royalty*. Mas o meu entendimento é que o *royalty* é para equipamento da Marinha. Não seria um recurso a ser somado aos outros recursos. Tem a palavra o Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Eduardo Azeredo, isso é a prática comum do Governo Lula. Ele usa desse artifício, não só no *royalty* da Marinha, como nas agências reguladoras, como usava na CPMF.

A CPMF, que, quando existia, era um recurso que tinha destinação específica para a saúde, e eles eram simplesmente substituídos pelos recursos do tesouro. Tiravam os recursos do tesouro e colocavam a CPMF, dizendo que estava atendendo. Aí, é o mesmo caso. Os *royalties* da exploração de petróleo destinado à Marinha são extra-orçamentários. É uma fonte direta de recurso para a Marinha.

Então, não tem... O que eles estão fazendo no Governo? Tem um bilhão de *royalty*? Eles retiram um bilhão do orçamento e substituem e fazem exatamente como V.Exª colocou, aí, uma demonstração, querendo confundir a sociedade brasileira.

Isso aí V.Exª deveria devolver ao Ministro, pedindo a ele que respeitasse o Senado Federal, dando as informações corretas daquilo que V.Exª realmente pediu informação, que era quanto do *royalty* de petróleo a Marinha recebeu. Porque a informação que nós temos, por diversas vindas aqui do comandante da Marinha, em diversas audiências, é que esses *royalties* não são repassados à Marinha. São utilizados para fazer o superávit primário nas contas públicas.

Então, V.Exª, se puder, deveria devolver a informação e pedir que ela seja de acordo com o que V.Exª solicitou.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A sugestão dessa Presidência é exatamente essa. É no sentido de que V.Exª não se sinta satisfeito, comunique que não se sentiu satisfeito com a resposta e quer esclarecimento.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, Presidente, a resposta, na verdade, é um requerimento aprovado por esta Comissão. Então, eu farei um requerimento complementar para que a própria Comissão aprove o requerimento complementar--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V.Exª comunique a comissão o que não lhe satisfaz, e que quer exatamente informações precisas sobre a matéria [falas sobrepostas].

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está bom. E eu vou distribuir para todos, então, essa cópia da comunicação.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Regimentalmente--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É melhor distribuir a que virá. Porque essa aí V.Exª não aceita e nenhum de nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, não, mas eu acho importante que ele distribua essa para que todos tenham acesso.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Senador Azeredo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não, Senador.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu pediria que, complementarmente ao requerimento do Senador Azeredo, ele pedisse nas explicações, desde quando a Marinha não recebe os *royalties* diretamente. Desde quando essa capciosidade tem sido feita na explicação dos recursos que a Marinha recebe. Para a gente saber o montante que tem de débito.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O acumulado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O acumulado. Que seria muito importante, mesmo porque a Marinha está com um submarino encalhado há muitas décadas, e ela precisa desencalhar.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E outra coisa, um projeto fantástico é a construção do submarino, que é fundamental [ininteligível]. Dentro do que quer o Ministro Mangabeira Unger, nos equipar para combater a Quarta Frota.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente. Pela ordem.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O requerimento pediu a informação dos últimos dois anos. E eu quero lembrar a V.Exª que o Presidente Lula já está no seu segundo Governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu só queria, Presidente, pela ordem, Presidente. Eu queria só parabenizar o Senador Arruda, porque ele se comporta como o mais ativo membro de defesa do Governo Lula, na base de Governo; muito mais do que os senadores do partido do Presidente.

O Senador Inácio Arruda, ele não perde nenhuma oportunidade de querer confundir a opinião pública, buscando se houve, se é que houve contingenciamento passado, nós não podemos continuar cometendo a mesma prática. Então, V.Exª--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não, não. V.Exª que está querendo confundir-–

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.Exª quer confundir a informação--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): --Eu quero saber o acumulado, porque a Marinha precisa, talvez, de mais recurso do que esse dinheiro de dois anos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, V.Exª deveria defender junto ao Presidente Lula a liberação integral dos *royalties* da Marinha.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mas isso nós temos defendido, prontamente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não nos parece que seja o seu comportamento.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O que nós não aceitamos é que V.Exª, na oposição, também queira confundir a opinião pública. Isso, de jeito nenhum. Nós queremos complementar o requerimento do Senador Azeredo, que é justo, correto, necessário, só que nós queremos saber qual é o acumulado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V.Exª tem que entender que o Senador Arruda, nesse momento, não fala só com o seu senti-

mento, mas fala também defendendo a extensa costa marítima cearense, dos verdes mares do Brasil.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Acho que ele tem um petroleozinho lá e a gente--

PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Exatamente, a defesa dele para mim, eu fico muito satisfeito, porque ela é positiva, inclusive, para nós piauienses, que somos vizinhos, e que só temos 66 quilômetros de mar numa negociação generosa entre o Piauí e o Ceará, na época do império. Daí porque eu acho positivo esse pedido de informação que ele faz. Um esclarecimento, realmente, Senador Flexa, que é preciso ser feito. E como diz o nosso velho Shakespeare: "Uma noite tão longa que por fim não encontra o dia". Talvez esse seja o dia do Senador Inácio Arruda começar a ver--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas não basta pedir o montante acumulado. É bom que V.Exª solicite ano a ano. E eu fico até, eu diria...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sem palavras.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É. Sem palavras.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Emocionado [risos].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu diria sem palavras, porque sabe o que me passou pela cabeça? Que Júlio Prestes deve estar preocupado, no seu túmulo, de ver que o grande partido brasileiro, que é o PCdoB, esteja defendendo práticas não-republicanas aplicadas nesse governo.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): V.Exª realmente está com problema de cabeça. Porque o Júlio Prestes deve estar com esse problema. Porque, no caso do PCdoB, trata-se de Carlos Prestes, Luís Carlos Prestes.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É verdade. Carlos Prestes. Desculpe a... Luís Carlos Prestes.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Bom, então, fica entendido que o Senador Eduardo Azeredo fará a esta Comissão o comunicado da sua insatisfação com relação ao requerimento feito e acrescido das indagações do Senador Inácio Arruda.

Para cumprir o regimento, eu quero colocar em votação o Item 6, já que ninguém quis discutir.

Em votação. Os senhores senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Eu gostaria de esclarecer o Senador Paulo Duque que a assinatura, agora, nós recebemos informação do Itamaraty, é do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, que é o Secretário Executivo do Ministério.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É. O atual. É o atual Secretário Executivo.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): [pronunciamento fora do microfone]. As assinaturas brasileiras sejam transcritas entre parênteses à máquina, de maneira legível, pela secretaria, que é muito competente, por sinal. Rapidamente, eu não tinha esperança de saber de quem era.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): São duas providências que V.Exª me dá o ensejo de propor, aqui, a esta Comissão. A primeira é que o Governo mande para cá um caderno de rubrica das pessoas que assinam convênios, acordos ou tratados em nome do Brasil. Ficará aqui na Comissão.

Então, nós teríamos, imediatamente, a possibilidade da verificação da assinatura. V.Exª está coberto de razão. Formalizarei. Quero apenas fazer esse serviço com a concordância de todos. Nós teremos, são muitos os que assinam. Que haja isso.

De repente, há uma delegação, um diplomata que está lá fora. Imediatamente, o Itamaraty remete para cá. E nós ficaríamos com isso.

O segundo ponto é que haja, em letra legível, como nós fazemos quando assinamos aqui pedidos de apoiamento ou de CPI, a rubrica e, ao lado, de maneira legível.

De forma que eu agradeço a V.Exª essa colaboração que dá à Comissão e acho que, com a aprovação dos senhores, coloco em votação a proposta. Apenas será formalizada, e que seja remetido um caderno de autógrafos, com as assinaturas e rubricas de todos os responsáveis por assinaturas nesse tipo de acordo, convênio com... Aprovado. Agora...

Bom, queremos saber se, diante do esclarecimento de que é o Embaixador Samuel, está dirimida qualquer dúvida? Podemos colocar em votação a matéria do Item 8. V.Exª está satisfeito?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Estou satisfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em votação. Os senhores senadores que aprovam permaneçam como se encontram. A matéria está aprovada e vai à Secretaria da Mesa para as providências.

Item 7. Projeto de Decreto Legislativo nº. 144, de 2008: "*Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa sobre Cooperação no Domínio da Defesa, celebrado na cidade do Porto, em 13 de outubro de 2005*." Autoria: Comissão de Relações

Exteriores. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro, a quem passo a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Heráclito Fortes, senhores senadores.

"*O Exmo. Sr. Presidente da República submeteu à consideração congressional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa, sobre Cooperação no Domínio da Defesa, celebrado na cidade do Porto, em 13 de outubro de 2005.*

A exposição de motivos do Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores que acompanha o documento Presidencial informa que o referido acordo tem como propósito promover a cooperação bilateral em matérias relativas à defesa, especialmente nos campos do desenvolvimento e pesquisa, aquisição de bens e serviços, apoio logístico, além do intercâmbio de experiências, compartilhamento de conhecimentos em ciência e tecnologia, cooperação e outras áreas de interesse mútuo.

O Acordo foi apresentado à Câmara dos Deputados em 11 de dezembro de 2006. Ele foi aprovado naquela Casa Legislativa em 5 de junho de 2008 e remetido à apreciação do Senado na mesma data. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Análise. Não há reparos a serem feitos ao projeto no que concerne a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. No mérito, o tratado em análise tem, em síntese, os seguintes objetivos: promover a cooperação em assuntos relativos à defesa; partilhar conhecimentos e experiências adquiridos em campos de operação; partilhar conhecimentos na área da ciência e tecnologia; promover ações conjuntas de treino e instrução militar; cooperar em assuntos relacionados com equipamentos e sistemas militares; e cooperar em outras áreas no domínio da defesa, que possam ser de interesse mútuo (art. 1º).

Os sólidos vínculos históricos e culturais que vinculam ambos os povos são a garantia de que é possível e desejável uma cooperação mais próxima, também, em matéria de defesa. Nos domínios da segurança e da defesa, incluindo as tecnologias e indústria de defesa, a cooperação bilateral pode ser ampliada de modo superlativo.

Voto. Em face do exposto, bem assim do interesse do Acordo para o relacionamento bilateral, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 144, de 2008."

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências.

Item 9. "*Aprova o texto do acordo de cooperação...*". Projeto de Decreto Legislativo nº. 156, de 2008: "*Aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria, celebrado em Brasília, em 5 de maio de 2006.*" A autoria é da Comissão de Relações Exteriores, e a relatoria cabe ao Senador Flexa Ribeiro, a quem passo a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Heráclito Fortes, senhores senadores.

"*O Exmo. Sr. Presidente da República submeteu à consideração congressional o texto do Acordo de Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria, celebrado em Brasília, em 5 de maio de 2006.*

A exposição de motivos do Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, que acompanha o documento Presidencial informa que: 'o presente Acordo tem por objetivo a expansão e a diversificação da cooperação econômica bilateral nas áreas de agricultura e processamento de alimentos, meio ambiente, gestão de recursos hídricos, educação, saúde, recursos naturais, desenvolvimento de recursos humanos, energia, turismo, cooperação entre pequenas e médias empresas, comunicações, tecnologia da informação, transportes, ciência e tecnologia, entre outras'.

O Acordo, composto de preâmbulo e 10 artigos, foi apresentado à Câmara dos Deputados em 16 de agosto de 2006. Ele logrou a aprovação naquela Câmara Legislativa em 5 de junho de 2008 e foi remetido à apreciação do Senado na mesma data. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Análise. Não há reparos a serem feitos ao projeto no que concerne à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

No mérito, o documento proporciona marco jurídico com vistas à ampliação de diferentes formas de intercâmbio entre os dois países. De maneira destacada, o Acordo proporciona as bases para a cooperação bilateral, nas áreas indicadas pelo Chanceler na exposição de motivo e prescritas no tratado.

O tratado estabelece, ainda, Comissão Mista, art. 7º, que será responsável, entre outras atribuições: pela discussão do desenvolvimento das relações econômicas bilaterais; pela identificação de novas possibilidades de desenvolvimento da cooperação econômica futura; pela consideração de sugestões para a melhoria dos termos da cooperação econômica entre empresas de

ambos os países; e pela elaboração de propostas para a aplicação deste Acordo.

O documento oferece, assim, instrumentos para aprofundar a cooperação técnica com a Hungria em áreas estratégicas aos respectivos interesses nacionais.

Voto, Sr. Presidente. Tendo em consideração o interesse do Acordo para o relacionamento bilateral, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 156, de 2008."

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, a matéria vai à votação.

Os senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Extrapauta. Item 1, não terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 118, de 2008: "*Aprova o texto do Acordo sobre a Cooperação Judiciária em Matéria Civil entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa, celebrado em Beirute, em 4 de outubro de 2002.*"

Tuma, que, encontrando-se ausente, eu quero, antes de designar o novo relator, saudá-lo, que é o Senador Marco Antônio Costa, que estréia nesta Comissão.

E, para que entre com o pé direito, eu faço a sua designação para relator "ad hoc" da matéria.

SENADOR MARCO ANTÔNIO COSTA (DEM-TO): Muito obrigado, Presidente.

Antes de relatar, me permita, eu gostaria de fazer uma observação sobre o que disse o Senador Paulo Duque, fazendo, aqui, uma...

Por comparação, acredito que a assinatura do Estatuto dos Países da Língua Portuguesa é do Sr. Samuel Pinheiro Guimarães, Ministro de Estado Interino das Relações Exteriores. Ele consta, aqui, na página 160, algo muito semelhante de assinatura.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nesse item?

SENADOR MARCO ANTONIO COSTA (DEM-TO): Deve ser o mesmo que faz a assinatura no Estatuto, o qual o Senador Paulo Duque fez a observação.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É Samuel Pinheiro Guimarães. Se nós tivéssemos tido, aí, a precisão de V.Exª, teríamos, inclusive, feito a comparação. Daí porque a necessidade de se ter aqui nesta Comissão esse caderno de autógrafos.

SENADOR MARCO ANTONIO COSTA (DEM-TO): Bom, o relatório...

"*É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 118, de 2008, cuja emenda está em epígrafe.*

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, da Constituição Federal, o Sr. Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional acima referido.

A proposição em exame, composta por 24 artigos, foi aprovada pela Câmara dos Deputados, na forma prevista pela Constituição e pelo regime interno daquela Casa, em 21 de maio de 2008, mesma data em que foi encaminhada ao Senado.

O texto do Acordo foi encaminhado pela Mensagem nº. 237, de 2003, do Poder Executivo. Acompanha a referida Mensagem Presidencial a Exposição de Motivos, de 19 de maio de 2003, do Sr. Ministro das Relações Exteriores, no qual se destaca que o Acordo em apreço estabelece diretrizes atualizadas com vistas a intensificar as relações dos dois países no âmbito da cooperação judiciária em matéria de direito civil, com abrangência que compreende, igualmente, o direito comercial e o direito do trabalho.

A análise. O projeto não apresenta vício de inconstitucionalidade, tendo sua tramitação observada, observado o disposto no art. 49 da Constituição Federal.

No mérito, cumpre destacar que já no primeiro capítulo, acertadamente, é resguardada a ordem pública, pois caso o pedido de cooperação por um dos Estados atente contra a ordem pública do outro, poderá haver recusa.

No segundo capítulo, referente ao acesso à justiça, resta determinado que os nacionais de um Estado terão, no outro Estado, acesso aos tribunais em igualdade de condições com seus nacionais, com mesmos direitos e obrigações nos procedimentos judiciais, sendo-lhes, inclusive, ofertada assistência jurídica gratuita.

Vale mencionar que este instrumento bilateral, nesse ponto, reforça o texto constitucional, cujo art. 5 prevê que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade.

Tal dispositivo deve ser interpretado de forma ampla, uma vez que ele veda, expressamente, distinção de qualquer natureza, incluindo, evidentemente, a proibição de discriminação por nacionalidade.

Para que se alcance tal igualdade é indispensável que se garanta o acesso do estrangeiro ao Poder Judiciário.

Não é demais lembrar que o Estado Brasileiro, ao constitucionalizar, por meio do citado art. 5º da Constituição, princípios enumerados na Declaração Universal de Direitos Humanos, de 1948, assumiu o compromisso de assegurar a igualdade entre os indivíduos.

O terceiro capítulo descreve os procedimentos para a tramitação e entrega de documentos judiciais ou extrajudiciais destinados às pessoas que residam no território do outro Estado.

O capítulo quarto, por sua vez, disciplina a obtenção de provas, que dependerá de solicitação da autoridade judiciária de um Estado a ser remetida à autoridade judiciária do outro.

O quinto capítulo trata do reconhecimento e da execução de decisões judiciais dos Estados partes, que dependerão do cumprimento dos requisitos enumerados no art. 17, entre os quais destacamos: competência da autoridade; trânsito em julgado da decisão; citação regular das partes ou declaração de revelia; inexistência de litispendência, nos termos definidos no disposto na alínea 'f'.

Conforme disposto no sexto capítulo, haverá dispensa de legalização de notas ou de outras formalidades para os documentos provenientes de autoridade de um Estado. No entanto, caso a autoridade do outro Estado tenha fundada dúvidas sobre a autenticidade da assinatura, poderá solicitar as informações por meio das autoridades centrais, ou seja, Ministério da Justiça.

Esses são, em linhas gerais, os termos do Acordo sobre a Cooperação Judiciária em Matéria Civil entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa.

Por derradeiro, lembramos que o Poder Judiciário é o meio para se solucionar conflitos de interesses que, inevitavelmente, surgem em decorrência do convívio social. No entanto, a existência de incongruências entre o sistema jurídico de um e outro país poderá inviabilizar, em determinadas situações, a efetiva prestação jurisdicional.

O presente Acordo, ao prever normas sobre o acesso à justiça, obtenção de prova, entre outras, visa, justamente, a minimizar os riscos de incompatibilidades ou conflitos de leis que possam constituir obstáculo para que se alcance prestação jurisdicional satisfatória.

Sobre o voto. Por todo o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 118, de 2008."

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Projeto de Decreto Legislativo de nº. 167, de 2008: *"Aprova o texto do Acordo, por Troca de Notas, sobre Suspensão de Vistos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Lituânia, assinado em Brasília, em 4 de novembro de 2002."* A autoria é da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, e a relatoria cabe ao Senador Geraldo Mesquita; em substituição à Senadora Serys Slhessarenko, que encontra-se ausente.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sr. Presidente, Senador Heráclito, senhores senadores.

Primeiro, quero agradecer o privilégio de relatar *ad hoc,* aqui, material produzido pela Senadora Serys. E, segundo a sua assessoria, diligenciou no sentido de provocar esta Comissão, o mais urgentemente possível, tendo em vista a relevância do fato.

Trata-se de um acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Lituânia, sobre supressão de vistos, Presidente.

Esse é um assunto que me toca pessoalmente, e pelo qual eu tenho muito apreço, porque, no âmbito do Mercosul, por exemplo, isso já é uma prática, como pode comprovar o Senador Eduardo Azeredo; na América Latina, já avançamos bastante nesse sentido de... Ou seja, os países dispensarem de seus cidadãos o visto de entrada nos demais países.

E o Brasil, aqui, inova, além das fronteiras da América Latina, com o Governo da República da Lituânia.

Aprovado o relatório bem elaborado pela Senadora Serys, nesta Comissão. O Senador Paulo Duque agora pode programar uma visita à República da Lituânia, e dele não será exigido o visto de entrada; pode receber no Rio para comer uma feijoada carioca um cidadão da Lituânia, com toda a cortesia que lhe é peculiar.

Enfim, é o futuro, é a aproximação dos povos, é algo extremamente necessário e valioso. Portanto, eu reproduzo, aqui, com o maior prazer, o voto favorável da Senadora Serys e tenho certeza absoluta de que esse Plenário terá a sensibilidade, também, de acompanhá-la nesse parecer.

Sr. Presidente, era o que tinha a expor.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os senhores senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada. A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

A Mesa indaga se há algum desejo de manifestação por parte dos senhores senadores.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não, tem V.Exª a palavra, o Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): [pronunciamento fora do microfone]. Foram ressuscitados, aqui, extrapauta, inclusive, matérias que estão esperando há décadas uma definição desta Comissão.

Esta Comissão tem uma importância extraordinária na vida parlamentar, eu acho, tenho essa impressão e tenho essa segurança.

E V.Exª, em boa hora, está dando uma agilidade diferente. Eu o felicito por isso. Apenas indago de V.Exª se, na secretaria desta Comissão, existem outros processos desse tipo, outros processos de 2002, de 2000, para que nós, num esforço bom, um esforço razoável, um esforço, pudéssemos fazer uma sessão só para apreciar esses processos antigos, porque um processo desse tipo, um projeto desse tipo depende sempre de um Governo, que não é mais aquele que assinou por acaso um determinado protocolo, uma determinada... Tomou uma iniciativa.

Eu tenho a impressão, por exemplo, de que esse que acabamos de aprovar, com a Lituânia, um acordo, é possível que não seja mais o Presidente da época; 2002 para 2008, lá se vão seis anos, oito.

É a indagação que eu pergunto, faço a V.Exª, se têm outros processos antigos que precisam ser já decididos, definidos, ou, então, arquivados definitivamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu vou responder a V.Exª. Especificamente no caso desse acordo com a Lituânia, ele chegou aqui na Casa, na Comissão, no dia 7 de julho − 8 de julho ou 7? Oito de julho, e está sendo votado agora.

Na realidade, nós não temos aqui nenhuma pendência. Todos os processos e todos os acordos ou já foram votados ou estão na mão dos relatores, aguardando parecer.

Nós temos, agora, a nossa tarefa vai ser cobrar dos relatores, principalmente, projetos de acordos mais antigos. Agora, nós temos dificuldade. Como nós vivemos num sistema bicameral, há um grande... Pelo menos havia, até dois meses atrás, um acúmulo muito grande na Comissão de Relações Exteriores da Câmara.

Tivemos um esforço, com a colaboração do Presidente, e votamos cerca de 60, não foi? Os que vieram da Câmara. Votamos 40. E o resto está todo tramitando, de forma que nós estamos com a pauta em dia.

Era realmente desgastante. Nós tínhamos questões, aqui, de 20 anos, que não tinha mais nenhuma razão de ser. Era só uma questão simbólica. E nós vamos ter muita preocupação, vamos estar muito atentos, e os senhores podem colaborar com a Comissão, porque, realmente, desgasta. Desgasta, V.Exª tem razão. Já nós tivemos casos, aqui, de acordos que moviam, por exemplo, assistência do Brasil a países atingidos por epidemia na África.

Nós não votamos o acordo, a epidemia já tinha acabado, já não tinha mais nenhum sentido. De forma que V.Exª está coberto de razão, e tenho certeza que essa sua disposição fiscalizatória será muito benéfica para esta Comissão. Meu caro Senador Marco.

SENADOR MARCO ANTONIO COSTA (DEM-TO): Não, eu só quero colaborar com isso, lembrando esse dado, agora, da relatoria que eu acabei de fazer, que é sobre o acordo de cooperação judiciária com a República Libanesa, que foi celebrado em 2 de outubro de 2002, foi aprovado na Câmara em 21 de maio de 2008, e já estamos aprovando aqui no Senado em... Passou... Decorreram seis anos, praticamente, e em apenas três meses foi aprovado aqui nesta Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Fica feito o registro. Agora eu queria, Senador Mesquita, antes de encerrar a sessão, dizer que tivemos, hoje, aqui, o prazer de contar com o comparecimento de 20 senadores, o que, para um período como esse é positivo e mostra que o nosso Senado está com um olho no padre e outro na missa. Ou seja, voltado para as eleições municipais no Brasil inteiro, mas também para com as suas obrigações nesta Casa.

Eu acho esse dado fundamental é altamente positivo para desfazer uma imagem negativa que se tenta fazer desta Casa de que não se vota nada. O gargalo da não-votação está lá na Medida Provisória, está no Plenário. É bom que isso fique bem claro.

As comissões estão funcionando, Senador Arruda, porque nós não temos, aqui, o impedimento que as Medidas Provisórias provocam. Votamos matérias e tivemos... Eu me surpreendi, quem me chamou atenção para o número foi o Senador Eduardo Azeredo. Nós tivemos, hoje, aqui, o comparecimento, nesta Comissão, de 20 senhores senadores.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu encaminhei à Mesa o requerimento, solicitando que a audiência com o comandante Enio, da VARIG, seja conjunta com a Comissão de Relações Exteriores--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Foi votado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --E das relações de Infra-Estrutura e de Relações Exteriores--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Foi votado, sim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.Exª pediu que eu encaminhasse, e eu fiz.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sim. Nós votamos apenas a formalização, foi feito, mas ela tinha sido aprovada e encontra-se, aqui, sobre a Mesa e... Quando é só a justificativa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É só.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em decorrência... A justificativa é o seguinte: em decorrência de novos fatos sobre a transação que envolveu a compra e venda da VARIG e VarigLog, o comandante Élnio Borges certamente tem informações que irão complementar o esclarecimento que já prestou perante a Comissão de Infra-Estrutura do Senado. É Élnio?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É Enio.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não tem L? Aqui tem um erro, por favor, mandar corrigir. Está aqui Élnio.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Élnio?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Veio do gabinete de V.Exª. Vamos corrigir, então, é só questão de formalidade.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 12h45.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 20 DE AGOSTO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às onze horas e vinte e três minutos do dia vinte de agosto do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **HERÁCLITO FORTES**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, MÃO SANTA, PAULO DUQUE, VIRGINIO DE CARVALHO, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, FERNANDO COLLOR, MARINA SILVA, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, GEOVANI BORGES, JOSÉ NERY, MARCO ANTÔNIO COSTA, ROSALBA CIARLINI, FLEXA RIBEIRO E JEFFERSON PRAIA**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente, antes de iniciar a apreciação da pauta, comunica aos membros que a Comissão recebeu declaração do Parlamento do MERCOSUL acerca da quarta Frota da Marinha de Guerra Americana. O Presidente inicia a apreciação da pauta fazendo a inversão da mesma. Requerimento nº 50, de 2008 – CRE, de autoria do Senador Heráclito Fortes, que *"Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o senhor Roberto Carvalho de Azevedo, subsecretário-Geral para assuntos econômicos e tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores, para discutir, no âmbito da comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, os resultados e a repercussão para a economia nacional da última negociação da rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio – OMC, realizada em Genebra". Aprovado.* O Presidente concede a palavra ao Senador **EDUARDO SUPLICY** apresenta carta a ser encaminhada aos Senadores Barack Obama e John McCain, candidatos à Presidência dos Estados Unidos. Comunica, também, a presença dos Srs. Marcus Sokol do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores e do David Josué, membro delegado do *Haitian Lawyers Lidership Network.* Em seguida o Senador Eduardo Suplicy solicita a exibição de um filme mostrando cenas no Haiti, que é atendida pelo Presidente. Os Senadores **MARINA SILVA** e **GERALDO MESQUITA** fazem o uso da palavra sobre o filme. O Senador EDUARDO SUPLICY faz uso da palavra e solicita o encaminhamento do filme ao Ministro Celso Amorim, Ministro Paulo Vanucci e ao Ministro da Defesa, que é atendido pelo Presidente. O Presidente submete a apreciação o Requerimento nº 51, de 2008 – CRE, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que *"Requer, nos termos regimentais, que seja convidada a Senhora Ministra Virgínia Bernardes de Souza Toniatti, coordenadora geral de combate aos ilícitos transnacionais – COCIT/MRE, para prestar esclarecimentos perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, sobre a posição do Brasil em relação à convenção sobre o cibercrime, celebrada em 2001 pelo Conselho da Europa, matéria que foi objeto de requerimento de informação desta comissão em fevereiro de 2007".* Aprovado.

O Presidente inicia a apreciação da pauta. **Item 01:** Projeto de Decreto Legislativo nº 92, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do acordo de cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Botsuana, assinado em Brasília, em 26 de julho de 2005". O Presidente concede a palavra a Relatora Senadora **MARINA SILVA** para fazer a leitura do seu Relatório. O Senador **GERALDO MESQUITA** faz o uso da palavra para discussão. Aprovado. **Item 02:** Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do acordo básico de cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua, assinado em Manágua, em 12 de fevereiro de 2006". O Presidente concede a palavra a Relatora Senadora **MARINA SILVA** para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado. O Senador Eduardo Azeredo assume a Presidência. **Item 03:** Projeto de Decreto Legislativo nº 140, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD) que "Aprova o texto do acordo de cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Federal da Nigéria sobre o combate à produção ilícita, consumo e tráfico de drogas e substâncias psicotrópicas e lavagem de dinheiro, assinado em Brasília, em 6 de setembro de 2005". O Presidente concede a palavra ao Senador **VIRGÍNIO DE CARVALHO,** Relator "Ad Hoc", para fazer a leitura do Relatório. O Senador Heráclito Fortes reassume a Presidência. Aprovado. O Presidente coloca em votação como Extrapauta: **Item 1:** Projeto de Decreto Legislativo nº 153, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"Aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre cooperação financeira (2000/2001), celebrado em Brasília, em 27 de novembro de 2003."* O Presidente concede a palavra ao Senador **MARCO ANTÔNIO COSTA,** Relator "Ad Hoc", para fazer a leitura do Relatório. Aprovado. O Presidente retorna a pauta com o **Item 4:** Projeto de Decreto Legislativo nº 146, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (SF), que "*Aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coréia sobre cooperação no domínio da defesa, celebrado em Brasília, em 31 de março de 2006".* O Presidente em exercício concede a palavra ao Senador **FLEXA RIBEIRO,** Relator "Ad Hoc", para fazer a leitura do Relatório. Aprovado. Extrapauta **Item 2:** Projeto de Decreto Legislativo nº 157, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "*Aprova o texto do acordo para a proteção de informação classificada entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, assinado na cidade do porto, em 13 de outubro de 2005."* O Presidente concede a palavra ao Senador **GERALDO MESQUITA JÚNIOR,** Relator "Ad Hoc", para fazer a leitura do Relatório. Aprovado. Pauta **Item 5:** Projeto de Decreto Legislativo nº 149, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República da Guatemala para a prevenção e o Combate ao Tráfico Ilícito de Migrantes, assinado em Brasília, em 20 de agosto de 2004".* O Presidente concede a palavra ao Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**, Relator "Ad Hoc", para fazer a leitura do Relatório. Aprovado. Extrapauta **Item 3**: Projeto de Decreto Legislativo nº 145, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre o Combate à Produção, ao Consumo e ao Tráfico Ilícitos de Entorpecentes, Substâncias Psicotrópicas e sobre o Combate às Atividades de Lavagem de Ativos e Outras Transações Financeiras Fraudulentas, assinado em Brasília, em 31 de agosto de 2004"*. O Presidente concede a palavra ao Senador **VIRGINIO DE CARVALHO**, Relator "Ad Hoc", para fazer a leitura do Relatório. Aprovado. Extrapauta **Item 4:** Projeto de Decreto Legislativo nº 97, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "*Aprova o texto do memorando de entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da Colômbia sobre cooperação policial, assinado em Bogotá – D.C., em 14 de dezembro de 2005".* O Presidente concede a palavra ao Senador **EDUARDO SUPLICY,** Relator "Ad Hoc", para fazer a leitura do Relatório. Aprovado. Extrapauta **Item 5:** Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "*Aprova o texto do tratado de assistência mútua em matéria Penal, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá, em Brasília, em 27 de janeiro de 1995*". O Presidente concede a palavra ao Senador **MARCO ANTONIO COSTA,** Relator "Ad Hoc", para fazer a leitura do Relatório. Aprovado. O Senador **EDUARDO SUPLICY** faz uso da palavra e solicita a assinatura dos Senadores membros desta Comissão para que seja encaminhada a carta aos Senadores Barack Obama e John McCain, que é atendi-

do pelo Presidente. O Presidente nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às treze horas e três minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia informatizada da presente reunião. – Senador HERÁCLITO FORTES, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 20 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 11 HORAS E 23 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Havendo número regimental declaro aberta a 26ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ªsessão Legislativa ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto a Comissão a dispensa da leitura da ata sessão anterior, os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram, aprovado.

Antes de iniciar a apreciação da pauta comunico aos membros que esta Comissão recebeu da declaração 11/2008 do Parlamento do Mercosul, sobre o apoio da atuação do G20 e do Mercosul na organização mundial do comércio e cópia da declaração 1308 sobre a presença da 4ª Frota da Marinha de Guerra dos Estados Unidos, aprovada na 11ª Sessão Plenária deste Parlamento. Cópia do referido expediente será encaminhada aos Membros da Comissão por meio de ofício circular.

Passaremos então as matérias antes, porém, a palavra concedida ao Senador Eduardo Suplicy que a solicitou. .

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu só pediria a V. Exª, antes de dar a palavra, o requerimento sobre a mesa.

Requerimento nº50 de 2008, CRE, que "requer nos termos do Art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Sr. Roberto Carvalho Azevedo, sub-Secretário para assuntos econômicos e tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores para discutir no âmbito dessa Comissão de Relações Exteriores e Defesa os resultados e a repercussão para a economia nacional da última negociação da rodada de Doha na organização mundial do comércio MC, realizadas em Genebra", sala das Comissões vinte de agosto, Senador Heráclito Fortes.

Os Srs. Senadores que aprovaram permaneçam como se encontram, aprovada.

Com a palavra o Senador Suplicy, comunicando que a reunião poderá ser realizada a semana que vem, Embaixadora Gledes(F), ou em uma outra data a combinar, mas marcaremos para a próxima quarta-feira. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, com respeito ao debate aqui havido sobre a 4ª Frota, na última reunião eu havia uma carta proposta para ser encaminhada aos Senadores Barack Obama e John McCain, candidatos à Presidência dos Estados Unidos e ficamos de aperfeiçoar os termos da carta. O Senador Pedro Simon que comigo tinha feito essa proposta dialogou com V. Exª, e então, aprimoramos e como que enxugamos os termos da carta, levando em consideração as sugestões dos diversos Senadores, e se V. Exª me permitir eu poderia ler o texto tal como ficou a certa.

Assim, se a Comissão aqui aprová-la, então nós poderemos pedir a todos os Senadores para assinarem-na, além de V. Exª, do Vice-Presidente Eduardo Azeredo e o próprio Senador Pedro Simon, que segundo informação está chegando na hora do almoço que ele estava em Montevidéu e assim, poderíamos então, encaminhar a carta, tanto ao Senador Barack Obama, quanto ao Senador John McCain. A carta é de igual teor, V. Exª gostaria de ler?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, V. Exª fará a leitura. Agora eu queria apenas solicitar a dispensa da assinatura do Presidente, embora eu tenha toda a concordância, e do Vice-Presidente para que ela não tenha uma conotação de Comissão, mas sim uma iniciativa dos Senadores. É apenas a orientação que eu recebo, para cumprir burocraticamente o nosso regimento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Bom aqui, fica a critério de V. Exª, porque eu fiz questão de sugerir que houvesse aqui como primeiro signatário do Presidente e o Vice-Presidente, mas se não...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Lembra bem V. Exª que eu inclusive fiz consultas... V. Exª sabe o procedimento que tive.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E há uma recomendação não dê essa conotação.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Fica então dos Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Embora, como encaminhamento, o en-

caminhamento será feito pela Presidência. É apenas uma questão burocrática.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito bem, então eu vou ler o teor rapidamente, Sr. Presidente,: "Portanto, caro Senador Barack Obama e caro Senador John McCain"... A carta está em português e em espanhol, vou ler em português.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Espanhol?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Inglês e português.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ah, inglês.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu me expressei mal, Sr. Presidente.

"É com grande preocupação que nós Senadores brasileiros tomamos conhecimento da decisão do Governo norte-americano de recriar a 4ª Frota de Guerra Americana e enviá-la aos mares da América do Sul.

O Brasil, como os demais países do Continente Sul-americano vivem em paz sobre o regime democrático com grande pluralismo político, ético e religioso e alto grau de intercâmbio harmonioso entre raças e grupos de todas as religiões e ideologias.

Considerando que a 4ª Frota da Marinha de Guerra Americana foi criada em 1943, durante a 2ª Guerra Mundial, quando navios alemães trouxeram conflito bélico para a região, sendo desativada em 1950, ocasião em que a paz voltou a reinar no Atlântico Sul, é estranho que a decisão sobre a recriação dessa frota coincida com as recentes descobertas de novas reservas de petróleo e gás nas águas profundas das plataformas continentais do Brasil e do Uruguai.

No que tange ao imprescindível combate ao narcotráfico e a todas as formas de crime organizado, o Brasil assim como os demais países da região vêm cooperando pacificamente com os Estados Unidos, sob a égide de vários acordos bilaterais, com o intuito comum de assegurar a segurança hemisférica. Ademais é preciso observar que a América do Sul ao contrário de outras regiões do mundo há muito não registra atividades terroristas.

Por esses motivos o Parlamento do Mercosul que se reuniu no último mês do julho em Montevidéu, aprovou uma declaração à cerca da inoportunidade e desnecessidade da recriação da 4ª Frota da Marinha de Guerra Americana que se encontra anexa. Tendo em vista o disposto no Art. 49 da Constituição Brasileira que estabelece ser de competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados acordos ou atos internacionais, que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Gostaríamos de conhecer o seu ponto de vista – portanto, dos Senadores McCain e Barack Obama, que são candidatos à Presidência, sobre o assunto acima – assim como sobre a necessidade de todos os países de ratificaram a convenção das Nações Unidas, sobre o direito do mar e respeitar seus dispositivos, inclusive, o que está inscrito nos § 4º e 5º do Art. 76 da referida convenção, o qual faculta aos países signatários estenderem a sua plataforma continental até o limite de 350 milhas náuticas.

Colocamos-nos a disposição de dialogar sobre todos os passos que signifiquem maior amizade e compressão entre os nossos povos, a presente carta foi aprovada consensualmente, se assim ocorrer, pelos Membros da Comissão de relações superiores e defesa nacional. Cordialmente...".

E assinam os membros desta Comissão, e demais Senadores que assim acordarem.

Eis os termos da carta, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Essa é à carta e pelo visto não há nenhuma discordância, o Senador Eduardo Suplicy fará o encaminhamento dos integrantes desta comissão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu pediria a gentileza só da Secretaria da Comissão, poder fazer nos termos adequados, conforme o Presidente Heráclito Fortes pediu, para que então possamos colher as assinaturas.

E Sr. Presidente, permita lhe informar que está nos visitando hoje, o Sr. Davi Josué que aqui se encontra, acompanhado do Sr. Marcus Sokol... Marcus Sokol é do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, mas o Sr. Davi Josué ele é um membro da--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Espera, só repetir o nome para a taquigrafia.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Marcus S– O-K-O-L. Membro?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Membro do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. E o Sr. David Josué, do *Haitian Lawyers Lidership Network*, membro delegado, ele é haitiano militante dos direitos humanos, atualmente ele reside dos Estados Unidos, mas tem uma preocupação especial com a questão relativa aos direitos humanos no Haiti, e ele vem nos encaminhar um vídeo em que relata que houve ações que significariam desrespeito aos direitos da pessoa humana, ações realizadas pela Minustah.

Nós tivemos, Sr. Presidente, nesta Comissão aliás com muita...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Eduardo Suplicy colabore com a taquigrafia e com os que estão nos ouvindo, Minustah, V. Exª poderia explicar?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É a missão da ONU no Haiti, missão da ONU do Haiti...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Que é comandada.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Comandada pelo Brasil. Então, nós tivemos aqui o Presidente do comando desta missão de paz no Haiti o General Heleno que já foi substituído, tivemos o próprio Ministro de Relações Exteriores, o nosso Ministro Celso Amorim e também tivemos o próprio Ministro da Defesa, anterior, e o atual Nelson Jobim, nos falando a respeito desta missão de paz.

Nas diversas ocasiões, sempre diante as preocupações havidas por parte de Senadores, procuraram nos assegurar e gostaria de informar que eu próprio, junto com alguns Senadores, estive no Haiti em agosto de 2004, ocasião em que acompanhamos a visita do Presidente Lula, justamente por ocasião do jogo de futebol que a seleção brasileira que foi recebida de forma calorosa e tão querida pelo povo do Haiti, naquele memorável evento e jogo de futebol, e na ocasião nós Senadores acompanhamos a Minustah e visitamos, inclusive, o bairro Cité Soleil, onde normalmente as tropas brasileiras eram... e das Nações Unidas eram recebidas com atenção, inclusive, eu próprio fui testemunha de que ali eram encaminhados mantimentos e havia uma assistente especial e o próprio comandante nos informou de que havia um intuito de colaboração do Governo Brasileiro com o envio de técnicos em diversas áreas, seja, por exemplo, da EMBRAPA e outros para colaborar com o desenvolvimento do Haiti. Entretanto, este Sr. Josué David nos informa que em alguns casos houve abusos por parte da missão.

Eu tive a oportunidade da assistir esse vídeo ontem, ele tem 16 minutos. Minha recomendação, se a Comissão assim aprouver, é que em vista desse documento que nos é apresentado em vídeo, possa ser encaminhado aos Ministros de Relações Exteriores e da defesa para averiguar como é que se deram esses episódios que resultaram na morte de algumas crianças e algumas mulheres e, por que... Quais são os cuidados que está tendo a missão para que episódios como os aqui mostrados não se repitam.

Esta é a sugestão que eu formulo à V. Exª, e inclusive como acredito, acho que V. Exª mesmo me informou que V. Exª e alguns Senadores irão a Haiti no início de setembro, seria importante conhecer isto, para que possam, os Senadores que forem ao Haiti, dialogarem lá com o comandante presente da Minustah no Haiti.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Os Srs. Senadores que concordam com a proposta do Senador Suplicy da exibição do vídeo permaneçam como se encontram, aprovado.

Eu queria que a...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas é porque eu fui informado pelo representante do Partido dos Trabalhadores que trouxe o assunto de que o doutor... é que não deram o nome.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): José David.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Suplicy não abre mão nem dos dados para gente ler.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): David Josué.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ele é centralizador e não abre mão nem dos nomes das pessoas.

Agora, eu quero deixar bem claro que tendo em vista o teor da... Essa nossa viagem ao Haiti poderá ser inclusive cancelada.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não, eu acho que é importante...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois é, [ininteligível] que nos remeta a isso.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nós vamos apoiar... O objetivo é apoiar a missão-–

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não, mas para conhecer--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Esses dados que V. Exª traz é grave. Pode ser grave, ou não. Baseado nele, nós poderemos até nos dispensar da viagem. Pode passar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Minha recomendação é que os Senadores façam a viagem para averiguar como estão os fatos, se fatos tais como esse--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, não, mas aí mudaria o aspecto da viagem. Ocorreria uma viagem, não nas circunstâncias dessa que nós vamos fazer.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Pela ordem. Eu compreendo que a viagem ela tem o caráter de apoio, mas em encontrando um objeto que requeira

da parte da Comissão um olhar cuidadoso para reportar a esta Casa, não se irá deixar de fazê-la, e já se está antecipando que existem aspectos que devem ser observados.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois é, exatamente a cautela, é exatamente porque eu não conheço o vídeo, vamos vê-lo, é uma denúncia grave que o Senador Suplicy faz, e eu quero elogiá-lo pela responsabilidade porque é uma denúncia contra uma missão do Governo, a qual ele é um dos maiores defensores aqui na Casa, é um baluarte. De forma que eu acho que esse fato tem que ser olhado com profundidade.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu não deixo de apoiar o Governo Brasileiro e a Minustah, mas eu acho importante--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Claro.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): --Que a Comissão examine estes fatos aqui, mostrados que--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exª não remeteu para nenhuma autoridade do Governo?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não, não. Primeira ocasião eu acho que o Fórum próprio é a Comissão de Relações Exteriores encaminhar para exame do Governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Será feito.

É melhor baixar um pouco a luz.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Apaga a luz para ver. Ali Alexandre. Outra também. Pode deixar o Presidente no escuro.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Suplicy, esse vídeo trata-se de fatos ocorridos em 22 de dezembro de 2006?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E 2007, tem duas datas.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Duas datas? Está bom.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Fevereiro de 2007.

[exibição de vídeo em outro idioma]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu gostaria de interromper um minuto, congelar. Senador, V. Exª há de convir que nem todos dessa Comissão têm a facilidade de lidar com o inglês como V. Exª, eu pediria, para facilitar, que V. Exª desse a todos uma noção do que aconteceu até agora, e o porquê desse vídeo, já que os diálogos, além de muito baixo, estão todos em inglês.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Bem, eu até pediria a atenção do sistema de som passar um pouco mais alto daqui para frente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exª não está conseguindo ouvir.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas até agora o que foi mostrado é que esta missão de paz no Haiti, composta de contribuição de tropas de diversos países, como Chile e outros citados, coordenada pelo comando do Brasil, tem realizado algumas ações como esta que está sendo mostrada em dezembro de 2006, onde tropas com tanques e também com helicópteros bombardearam uma parte do bairro Cité Soleil onde foram mortas algumas crianças. Algumas crianças pequenas, como este menino de 16 anos e outras.

E depois vai ser mostrado que quando se pergunta ao responsável pelas tropas da ONU a respeito, um dos responsáveis um porta-voz ele menciona que ali foi feita uma ação contra bandidos e narcotraficantes e tal, mas aí os responsáveis por este vídeo mostram entrevistas que, como é que poderiam, tais crianças serem bandidos irresponsáveis. Em síntese é isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Outro questionamento, essas pessoas que aparecem mortas, baleadas feridas, foram baleadas e feridas por tropas brasileiras?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): São moradores do... Pelas tropas da ONU, e o comando da ONU é brasileiro. Não há identificação de que os soldados... Mostra, o filme mostra--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Todos por tropa... É preciso esclarecer pedagogicamente para as pessoas entenderem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): --Mostra as forças da Minustah.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nenhum é conflito da polícia haitiana, é sempre tropa da ONU?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Aí está bem claro?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Os helicópteros e os tanques mostrados são da Minustah.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas os helicópteros mostrados e os tanques não estão no conflito. A minha pergunta é com relação aos feridos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Bem, pelo menos os responsáveis pelo filme estão mostrando, por isso que eu avalio que é necessário o esclarecimento completo--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Claro.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): --como se a ação violenta teria ocorrido por responsabilidade da missão de paz.

Mas como... Daí a irrelevância de termos o esclarecimento completo por parte da própria Minustah, e pela qual nós somos responsáveis porque aqui aprovamos a ação da Minustah.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Contra o meu voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente eu tenho... Senador Suplicy, V. Exª que já está mais familiarizado com o assunto, essa ação ela é sistemática, foi uma ação isolada, Dela decorreu alguma apuração? Alguma sindicância? Algo que pudesse apurar como se deram os fatos, etc? É uma ação sistemática?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Que eu saiba pelo próprio noticiário, houve, nós soubemos, houve noticiários e nesta época de que teria havido problemas. Não me lembro de ter havido em épocas mais recentes, ações desta natureza que tenham surgido na imprensa.

É possível que fatos, tais como este, tenham sido objeto de correção e de responsabilização, mas ali, há entrevistas no final do filme dizendo que não se procurou os responsáveis por estas mortes, de maneira que mais uma vez eu avalio que é relevante que nós peçamos o esclarecimento para o Ministério da Defesa e das Relações Exteriores, para que fatos, tais como aqui mostrados, se confirmados como verdadeiros e de responsabilidade da Minustah, sejam impedidos. Sejam corrigidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exª sabe informar se esse vídeo já foi encaminhado para a ONU?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não sei.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Vamos continuar, então. Senadora Marina Silva, alguma questão?

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Bem, eu acho que as imagens elas falam por si mesmas, não é? É tudo muito forte porque essa criança que está aí é um filho de qualquer um de nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É verdade.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Tenramente assassinada. É o filho de toda a humanidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Claro.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Então, quem de nós gostaria de ver o seu filho nessa situação. Então, é tudo muito forte. Acho que o nosso papel aqui é de indagar, porque se não houve apuração de responsabilidade o nosso papel é de indagar, tem toda a razão o Senador Eduardo Suplicy, com todo respeito que temos pelo esforço que está sendo feito de coordenar uma missão com a complexidade que tem essa. Mas nada justifica essas atrocidades que nós acabamos de ver.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Vamos continuar, então. Por favor, pode continuar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Acho que só tem mais dez minutos.

[continuação – exibição de filme em outro idioma]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Esse é o enviado especial do Haiti que disse que as pessoas que não gostam da nossa ação que são pessoas que estão envolvidas em tráficos de drogas e assim por diante.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Enviado especial do Haiti? De onde ele é?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Ele é um porta-voz da ONU, eu não sei bem de onde. João Batista é o [pronunciamento em outro idioma]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Eduardo Suplicy a indagação: existe algum fato mais recente para acrescentar a esse vídeo?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): [pronunciamento em outro idioma] pode pedir para ele usar o microfone?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exª. já faria a tradução porque evidentemente os taquígrafos estão em pânico.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento em outro idioma]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Ele aqui menciona que [Pronunciamento em outro idioma]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Se não houver nenhuma--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): No mês passado, dois policiais haitianos foram brutalizados por soldados da Minustah, segundo esse documento aqui, mas...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em confronto de rua, em que circunstância se deu isso aí?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): [pronunciamento em outro idioma]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento em outro idioma]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Diz que aconteceram atos de brutalidade sem que houvesse a razão suficiente qualquer. Mas, portanto, que há atos de brutalidade que continuam a ser realizados--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas houve--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): --Por tropas da Minustah.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas houve mortes e espancamento ou só espancamento? Houve...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): [pronunciando em outro idioma]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento em outro idioma]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Que foram espancados, encaminhados ao hospital e o jornalista que cobriu o evento também foi espancado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Jornalista haitiano?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Olha, eu estou solicitando agora em caráter de emergência uma audiência, V. Exª, evidentemente, participando, com o Ministro da Defesa. Eu acho que esses fatos eles são graves.

Não importa se são antigos ou se são recentes, mas eles são graves. Eu acho que merece por parte do governo brasileiro que é o responsável uma resposta.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Afinal de contas, Senadora Marina, é como diz V. Exª , ninguém gostaria de ver um ente seu em situação como essa, e no momento em que é trazido, repito, que é trazido por um próprio membro do Partido do Governo, que é base, o Diretor Nacional do Partido, um dirigente nacional do Partido vem aqui e traz o Dr. David Josué, eu acho que nós temos que colaborar no sentido dos esclarecimentos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sem dúvidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E pedir providências no sentido de que esses atos sejam abolidos. É preciso que essas providências sejam tomadas, e estamos aqui em contato, tentando falar com o Ministro da defesa, e o ideal era que se fosse Senador Eduardo Suplicy, ainda hoje.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se o Ministro puder nos receber, encaminharíamos pessoalmente esse vídeo a ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois é.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E pediria se V. Exª puderem também encaminhar ao Ministro Celso Amorim, através da Embaixadora Gledes(F), que é a nossa... De pronto, porque temos aqui duas cópias que nos foram cedidas desse--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu diria até que mandasse uma cópia para o Dr. Paulo Vanucci que é o Ministro de direitos humanos no Brasil.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas aqui hoje temos duas cópias.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu não estou solicitando que mande para o Ministro Tarso Genro, por conta, ainda, daquele episódio dele aqui na Comissão envolvendo os boxeadores cubanos e que V. Exª bem sabe.

Então, eu acho que não é uma matéria para ocupar o Ministro numa hora como essa, mas o Ministro dos direitos humanos eu acho que nós temos que mandar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Os maus tratos dos cubanos remete poupar o Ministro da Justiça desse episódio. Eu vou, durante a sessão, vamos ver se tenho uma resposta aqui do Ministro, e o Dr. Marcus Sokol ficaria de sobreaviso, porque ele inclusive faria parte dessa... Eu acho que é importante, justamente com ele.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu tenho o celular dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pronto aí fica... Os senhores ficariam em contato e a partir do momento, se marcaria, Brasília nos ajuda muito nisso com meia hora de... Já que é um caráter emergencial, o Senador Eduardo Suplicy comunicaria e nós faríamos esse contato.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Agradeço então ao Sr. Marcus Sokol e ao David Josué.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Olhe, já temos um telefonema aqui do Ministério da Defesa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Se houver qualquer... Eu vou explicar a V. Exª, o Ministro está no local que não tem acesso

telefônico, está na restinga de Marambaia e ficou de retornar aqui a ligação a partir das treze e trinta.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Está bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E aí nós tomaremos então as providências.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Vamos então ao item 1º. Antes, porém... Passo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Antes ainda de entrar na pauta, antes da pauta eu tenho um item que extrapauta que é um requerimento de convite, eu queria ver se nós poderíamos discutir aqui antes.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Requerimento nº51 de 2008, CRE, que "requer nos termos regimentais que seja convidada a Sra. Ministra Virgínia Bernardes Toniatti, da Coordenação-Geral de Combate aos Ilícitos Transnacionais do Ministério das Relações Exteriores para prestar esclarecimento perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a posição do Brasil em relação a convenção sobre o ciber– crime, celebrado em 2001 pelo Conselho da Europa, matéria que foi objeto de requerimento de informação desta Comissão em fevereiro de 2007".

Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu queria só adaptar alguma exposição aos Srs. Senadores e Senadoras, na verdade esse... Normalmente o Brasil assina os tratados e depois algumas leis são internalizadas, nesse caso está acontecendo o inverso, nós já aprovamos aqui no Senado a lei referente aos crimes cibernéticos e esse tratado que é assinado por todos os países europeus, pelos Estados Unidos, pelo Canadá e pelo Japão, ele ainda não tem a participação brasileira.

Ainda, como eu disse aqui, em fevereiro de 2007 nós aprovamos nessa Comissão, o pedido de informações, o pedido veio com as respostas que Governo estava analisando. Já são passados, portanto, um ano e meio e o Governo continua analisando.

Então o objetivo é que a Ministra possa nos dar aqui informação do porquê o Brasil ainda não está se dispondo a assinar esse tratado, o México e a Costa Rica já estão mais avançados, o Ministério da Justiça já se manifestou a favor da assinatura a Polícia Federal pede que o Brasil assine para facilitar o combate aos crimes cibernéticos...

Então seria oportunidade de poder ouvir a Ministra, já que em seminário realizado no fim de maio na Câmara, ela mostrou ainda algum receio em relação à oportunidade do Brasil participar, um dos receios eu considero que não é cabível que seria o fato do Brasil não ter sido participante desde o princípio, isso não considero que seja um argumento válido. Mas já estando aprovado é só para dar informação ao Srs. Senadores e Srªs. Senadoras.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A Senadora Marina Silva solicita a palavra pela ordem.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Não, é... eu estou.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Já está se preparando porque é o item 1 da pauta, tem razão.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Item 1 da pauta, não terminativo. Projeto de Decreto Legislativo n°. 92, de 2008, que "aprova o texto do acordo de cooperação técnica, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Botsuana, assinado em Brasília, em 26 de julho de 2005". Autoria Comissão de Relações Exteriores e a Relatora é a Senadora Marina Silva a quem passo a palavra.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Obrigada, Sr. Presidente. Bem, nós acabamos de ver aí cenas chocantes e claro que com justa razão estão nos sendo trazidas, porque já que coordenamos a missão de paz, e se as tropas da Minustah é que está envolvida, nós temos, digamos assim, o papel de coordenar.

É justo que levemos ao Ministro da Defesa ainda que reconheçamos que é uma situação complexa; difícil de ser, enfim, gerenciada, mas sem sombras de dúvida todas as providências devem ser tomadas para cessar e para corrigir.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Tem razão V. Exª , até porque é bom que se lembre aqui que não há nenhum material que comprove a ação da missão. Os filmes... É preciso que se ouça pessoas que se aprofunde dessa questão, agora as imagens não mostram, na realidade, ação efetivas, mas de qualquer maneira a denúncia é grave e que pelas circunstâncias ela tem que ser apurada de maneira profunda.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Tem que ser apurada com todo o rigor, não é? E nos solidarizamos, ainda que já tenha saído por razões objetivas, com o Sr. David Josué, que nos trouxe aqui a sua dor que é o que fazemos quando nos sentimos impotentes,

levamos aos outros povos, às outras línguas, às outras culturas aquilo que sentimos em busca de socorros.

E o Presidente Lula tem priorizado muito a relação e a cooperação entre os povos, e nesse caso dos projetos que vou relatar, não é diferente, tem sido feito um esforço muito grande em relação a integração entre os países e com a África tem sido feito um esforço adicional, eu mesma presenciei quando no Ministério do Meio Ambiente, e o relatório que vou fazer aqui Sr. Presidente é de que nos termos do Art. 49 do inciso I, combinado com o Art. 84, inciso VIII da Constituição Federal, o Excelentíssimo Sr. Presidente da república submete a consideração do Congresso Nacional, mediante a mensagem nº 373 de 16 de maio de 2006, o texto do acordo de cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federativa de Botsuana, celebrado em Brasília, em 26 de julho de 2005.

O acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo decorrente da mensagem presidencial, formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, após ser apreciado também pela Comissão de Constituição e Justiça e de cidadania.

A mensagem foi recebida pela Câmara dos Deputados em 17 de novembro de 2005, e o projeto de Decreto Legislativo, derivado da mensagem recebeu a chancela daquela Casa em 15 de maio de 2008, sendo protocolado no Senado Federal, no dia cinco de junho subseqüente.

Nesta Casa, a proposição em epígrafe foi distribuída a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em doze de junho de 2008, e na Comissão, esta relatoria em 23 de junho seguinte. Vamos, então, à análise da matéria.

Trata-se aqui de um acordo básico entre Brasil e Botsuana que visa basicamente fortalecer os laços de amizade entre seus povos, reconhecendo que um dos caminhos para tal é o estímulo ao desenvolvimento sócio-econômico sustentável de seus países, com base em vantagem recíprocas que possam resultar da cooperação técnica em áreas de interesse comum.

O acordo estabelece os princípios gerais pelos quais os organismos competentes das duas repúblicas adotarão medidas conjuntas de fomento e estímulo ao setor, assim como regras relativas à remoção de barreiras, entrada e saída de pessoas, equipamentos e materiais necessários à implementação do tratado.

Cuida-se em suma, de um típico acordo quadro que só se materializa quando se desdobra em programas, iniciativas concretas negociadas caso a caso, obedecendo ao espírito da cooperação bilateral consagrada nesse acordo. Aqui é um acordo-quadro, Sr. Presidente, e ele com certeza, como não está dito aqui no meu relatório, precisará se desdobrar em ações concretas.

E essa é a parte mais difícil, porque muitas vezes fazemos esses acordos, eles são genéricos, exatamente para ter uma abrangência maior de alcance, mas infelizmente há uma dificuldade muito grande em traduzi-lo em ações concretas que signifique a transferência de conhecimento de recursos de cooperação efetiva para esses países.

No caso aqui temos uma realidade de um país que no contexto dos países africanos tem uma melhor situação e isso com certeza favorecerá o desdobramento desse acordo. Esse caráter do acordo está bem caracterizado na exposição de motivos 352 de 03 de outubro de 2005, do Ministério de Relações Exteriores que acompanha a mensagem presidencial quando afirma que se trata de um acordo-quadro que servirá de marco jurídico para futura assinatura de ajustes complementares para execução de programas específicos.

Cabe registrar ainda, que no contexto do documento ministerial, as bases conjunturais que reforçam a importância do acordo de cooperação técnica com a Botsuana. Na África meridional Botsuana destaca-se por sua histórica estabilidade política e econômica, assim como pela riqueza de seus recursos minerais, principalmente diamantes, cobre, carbonato de sódio. E da exportação de carne bovina inclusive para a Europa e isso propicia que seus indicadores situem-se acima da média africana.

Segundo o Ministério das Relações Exteriores é elevado potencial de cooperação entre os dois países, além dos temas acima, anteriormente mencionados, queremos destacar que em Botsuana temos uma grande quantidade de pessoas acometidas de aids e que esse processo se constitui em um grave problema de saúde que precisa ser enfrentado, e sem sombra de dúvidas torna-se necessário ampliarmos essa cooperação, inclusive olhando para esses outros aspectos.

Botsuana tem clima semi-árido semelhante a diversas regiões brasileiras e produz carne bovina de alta qualidade exportada para mercados exigentes, o que poderá propiciar benefícios mútuos na troca de informações nessa área entre os dois países.

Outra atividade econômica em que Botsuana apresenta total êxito é o ecoturismo. Com uma infra-estrutura bem consolidada o país africano consegue gerar renda nesse setor que contribui ao mesmo tempo para o desenvolvimento econômico e para a preservação do meio ambiente.

Ao longo dos dez artigos o acordo dispõe sobre as condições para a cooperação técnica entre os dois

países. Pelo art. 2º, estimula-se que os programas e projetos serão implementados por meio de ajustes complementares que indicarão as instituições executoras e os componentes necessários à sua implementação.

Segundo o art. 3º serão realizadas reuniões entre representantes das partes para tratar de assuntos pertinentes aos programas e projetos de cooperação técnica, tais como avaliar e definir áreas comuns prioritárias. Examinar e aprovar planos de trabalho e avaliar os resultados dos programas e projetos implementados.

Nos termos do art. 6º, cada parte concederá ao pessoal designado pela outra parte para exercer funções no seu território. Vistos conforme a regra de cada parte, isenção de taxas aduaneiros e de impostos incidentes sobre a importação de objetos pessoais durante os seis primeiros meses de estada. Isenção de impostos sobre a renda quanto a salários, a cargos de instituições da parte que os enviou. Imunidade jurisdicional no que concerne aos atos de ofício patrocinados no âmbito do acordo.

O acordo poderá ser emendado e entrará em vigor a partir da data de recebimento da segunda das notificações de ratificação. Terá vigência por um período inicial de cinto anos, sendo automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos, salvo em caso de denúncia por uma das partes. A cooperação entre os povos é o princípio constitucional que rege nossas relações internacionais. No caso em apreço, reveste de importância especial porque inauguro esse tipo de relacionamento com Botsuana, que se espera seja marcado pelo dinamismo e benefícios recíprocos entre os nossos países.

É com esse relatório senhor, que eu considero ser de todo conveniente aos interesses do país a ratificação do acordo e análise, e concluo pelo parecer, opinando pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 92 de 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo... Para discutir a matéria?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não, tem a palavra o Senador Geraldo Mesquita .

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Presidente, eu creio que esse tipo de acordo e de colaboração, é que o Brasil deveria estar com base nele que o Brasil deveria estar atuando em relação ao Haiti. Eu votei contra o envio das tropas ao Haiti, é lamentável o que nós vimos. Eu tive a preocupação de perguntar ao Senador Suplicy que tem mais contato, tem mais informações, se essa prática tem sido sistemática, porque é uma regra. Esse tipo de missão em regra provoca esse tipo de situação aos montes.

O Haiti precisa, olha só, a Senadora Marina em seu relatório destaca que em Botsuana o combate a Aids, o apoio na área de agropecuária tropical, na área do ecoturismo... O Haiti precisa de ajuda além dessas, além dessas áreas, ajuda no campo educacional, no campo da saúde. Nós estivemos, V. Exª e eu no Timor Leste, tem lá uma missão da ONU também, "de paz" que provoca situações como essa em que assistimos há pouco. E a participação do Brasil tem sido, por exemplo, visitamos lá a instalação do SENAI, eu creio que é uma colaboração muito mais significativa e importante do que a chamada missão de paz militar. Militar.

Portanto, eu me somo a todos aqueles que manifestaram o horror com relação ao que nós assistimos aqui, espero que isso não esteja acontecendo de forma sistemática no Haiti e mais uma vez clamo que há ajuda, a colaboração que o Haiti precisa não é essa que nós estamos emprestando, e sim colaboração no campo econômico, social, em áreas que a população do Haiti precisa botar o pé e crescer, evoluir com a nossa contribuição, com a nossa colaboração.

O nosso voto, portanto, é pela aprovação aqui no relatório da Senadora.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Senadora Marina, a matéria está aprovada. O Senador Geraldo Mesquita Júnior traz um assunto que eu acho, inclusive, que essa Comissão devia aprofundar-se um pouco nele.

Essas missões de paz da ONU, elas fazem a manutenção da paz enquanto estão no território, não investem na infra-estrutura, na reconstrução, na recuperação do país, ele citou o caso do Timor Leste, eu cito aqui Guiné Bissau, eu estive recentemente na Guiné Bissau e vi atuação semelhante.

O Timor Leste é um fato, o trabalho mais profundo que existe é exatamente o do SESC SENAC Brasileiro que estão fazendo lá treinamento de professores, pedreiro, costureira, enfim... mão-de-obra. Imagine o que a ONU não gasta por ano naquela manutenção. Acho que ela deveria vir acompanhada de investimentos para infra-estrutura do país.

O Guiné Bissau, uma das necessidades do Guiné Bissau é energia. É preciso uma usina num primeiro momento de trinta mega. Não é nada estratosférico. Nós que sabemos o que é usina aqui no Brasil, era o caso da ONU, através dos seus órgãos de financiamento internacional promover. Eu me congratulo com

o Senador Geraldo Mesquita por esse assunto e acho que nós devemos encontrar um momento aqui inclusive para discutir. Já que o Brasil com a autoridade que tem de dar colaboração, inclusive no Haiti, nós temos autoridade para discutir com maior profundidade esse assunto.

Bom, a matéria está aprovada e vai para a Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

Item 2, não terminativo. Projeto de Decreto Legislativo n°. 106, de 2008, que "aprova o texto do acordo básico de cooperação técnica entre o Governo do Brasil e o Governo da República da Nicarágua, assinado em Manágua, em 12 de fevereiro de 2006".

Autoria Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. A relatora é a Senadora Marina Silva a quem passo a palavra.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Nos termos do Art. 49, inciso I, combinado com o Art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Sr. Presidente da República, submete à consideração do Congresso Nacional, mediante a mensagem nº 373 de 16 de maio de 2006, o texto do acordo básico de cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Nicarágua. Eu vou passar direito para a análise do relatório, Sr. Presidente.

A cooperação entre os povos é o princípio constitucional que rege nossas relações internacionais. A Nicarágua é a maior das repúblicas da América central com uma economia, sobretudo agrícola, sendo que quase a metade do território é de floresta. Na sua região Noroeste encontra-se o denominado corredor biológico mesoamericano, o terceiro espaço em importância mundial por sua biodiversidade, que está ameaçado pelos mesmos problemas das florestas brasileiras, queimadas e derrubadas.

Inclusive, nesse acordo-quadro ele pode abrir um espaço para que possamos ampliar a nossa cooperação com a Nicarágua e disponibilizarmos toda a experiência que temos em relação ao monitoramento por satélite, a experiência que estamos adquirindo com o plano de combate ao desmatamento, e toda essa ação o que Brasil vem fazendo para tentar conter o desmatamento da Amazônia que já se constitui um know-how importante que pode ser repassado principalmente no que concerne às tecnologias de monitoramento.

Do ponto de vista de relação bilateral o Brasil e Nicarágua têm uma tradição de amizade e cooperação cordial e secular, já tendo assinado diversos atos internacionais bilaterais, além dos tratados multilaterais que ambos fazem parte.

O tratado em apreciação está em consonância com documentos dessa natureza celebrados pela Agência Brasileira de Cooperação em nome da República Federativa do Brasil no âmbito da cooperação com outros Estados. Cuida-se em derradeira análise de um acordo-quadro destinado a contemplar diferentes áreas de atuação. A Agência Brasileira de Cooperação, órgão executor criado pelo Decreto nº 3414 de 14 de abril de 2000, integra o Ministério das relações exteriores, incumbindo-lhe, coordenar, negociar, aprovar, acompanhar e avaliar em âmbito nacional a cooperação técnica para o desenvolvimento de todas as áreas do conhecimento.

O acordo que ora se avalia, não está direcionado para nenhuma área ou linha temática. Como falei anteriormente, esses acordos precisam ser desdobrados em ações concretas, como as que mencionaram o Senador Mesquita e o Senador Heráclito Fortes.

O espectro é o mais amplo possível com destaque para as áreas mencionadas pelo chanceler em sua exposição de motivos para o Presidente; fontes de energia, combustíveis, meio ambiente, agropecuária e saneamento. Nesse sentido importa registrar que a forma de atuação contempla o envolvimento de instituições dos setores públicos e privados, bem como organizações de ambos os países, organizações internacionais, fundos regionais e terceiros países.

O acordo lança as bases para a instituição pela via da cooperação de relacionamento bilateral mais denso, assim, proceder significa ampliar os vínculos de amizade e respeito que unem as repúblicas e oferecem instrumentos que aplicam essa relação bilateral. Os reflexos dessa amplificação hão de ser sentido pela população de ambos os países.

O voto Sr. Presidente.

Tendo em consideração a importância da matéria para o relacionamento bilateral e o relevante interesse do tema, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 106 de 2008.

[Troca de presidência]

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir encerro a discussão. Obedecendo a Senadora Marina Silva e coloco em votação. Os Srs. Senadores que se estejam de acordo permaneçam como estão aprovados.

Passemos, portanto, agora, ao Item 3 da pauta, também não terminativo do Projeto de Decreto Legislativo nº140 de 2008, que "aprova o texto do acordo de cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Federal da Nigéria, sobre o combate à produção ilícita, consumo e tráfico de drogas e substâncias psicotrópicas, e ain-

da lavagem de dinheiro. Assinado em Brasília em 6 de setembro de 2005".

O relator é o Senador Fernando Collor que não estando presente, eu solicito ao Senador Virginio de carvalho que como Relator *ad hoc* faça a leitura do relatório.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Nos termos do Art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII da Constituição Federal, o Excelentíssimo Sr. Presidente da República, submete a consideração congressional mediante a mensagem nº 22 de doze de janeiro de 2006.

O texto do acordo de cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federativa da Nigéria sobre o combate à produção ilícita, consumo e tráfico de drogas, e substância psicotrópicas e lavagem de dinheiro.

Referida mensagem dá notícia de que o acordo composto do único instrumento discurso preambular de 11 artigos, foi assinado na cidade de Brasília em seis de dezembro de 2005. A exposição de motivos do Sr. Ministro do Estado de relações exteriores que acompanha o documento presidencial informa que o acordo insere-se no âmbito dos esforços de ambos os países para incrementar a cooperação e a coordenação entre as respectivas autoridade república de aplicação da lei.

A coibir os diversos aspectos relacionados à indústria do narcotráfico trata a ainda do controle do comércio legal e do tratamento e reabilitação social dos dependentes químicos. Para esse fim, prevê uma série de atividades conjuntas entre os quais o intercâmbio de informações e de experiências, a elaboração de projetos conjuntos e de programas educacionais públicos, a cooperação em investigações policiais, treinamentos e capacitação, entre outros.

O acordo foi apresentado à Câmara de Deputados em 04 de dezembro de 2006. Naquela casa mereceu a aprovação do Plenário em cinco de junho de 2008. Após tramitação das Comissões de segurança pública e combate ao crime organizado e Constituição e Justiça e de cidadania a proposição foi distribuída a esta Comissão nos termos do art. 376 inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Análise.

Os considerandos do acordo em apreciação dão notícias de modo amplo da razão de pactuar. O texto menciona, por exemplo, a circunstâncias de o consumo de drogas ser uma das principais fontes de recursos financeiros para o crime organizado, sublinha ainda a importância da cooperação internacional na luta contra o uso indevido e o tráfico de drogas, indica por igual as convenções internacionais sobre o tema que vinculam ambos os países, destaca a necessidade de respeito entre outros, aos princípios de não interferência em assuntos domésticos e integridade territorial.

O tratado em análise insere-se na tradicional parceria entre Brasil e Nigéria no ramo de cooperação bilateral, as distintas áreas temáticas até aqui contempladas, isto é, economia, saúde, agricultura, soma-se com o texto de comento e cooperação no combate à produção ilícita: consumo e tráfico de drogas. O tratado, objetiva, ainda, o combate à lavagem de dinheiro, tema dos mais atuais e em perfeita harmonia com o [ininteligível] em diferentes convenções multilaterais a vincular em ambos os países. Por exemplo, convenção das nações unidas contra o crime organizado, transnacional, convenção de Palermo de 2000.

A matéria vem em momento de superlativo desse sossego ante o incremento da atuação de grupos criminosos a partir dos dois países com vistas à prática de crime. Nesse sentido, o acordo visa a preparar os aparatos repressivos dos Estados envolvidos mediante intercâmbio de experiência e informações.

Bem assim, via desenvolvimento de projetos conjuntos tanto na área técnica quanto na reabilitação e tratamento de dependentes. O documento prevê encontros periódicos entre autoridades de parte a parte, indica os respectivos pontos focais e preserva a necessidade de manutenção confidencial e quaisquer informações, dados os documentos trocados entre elas.

E o voto... Isto posto, e tendo em consideração o relevante interesse nacional do acordo, voto pela aprovação do projeto de Decreto Legislativo nº 140 de 2008.

[Troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão Srs. Senadores que queiram discuti-lo manifestem-se. Não há discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A matéria vai à Secretaria Geral da mesa para as devidas providências.

Projeto extrapauta. Projeto de Decreto legislativo nº153 de 2008 que "aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e república Federal da Alemanha, sobre cooperação financeira celebrado em Brasília, em novembro de 2003, 27 de novembro" de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Relatoria – Senadora Rosalba Ciarlini que estando ausente solicita ao Marco Antonio Costa que faça às vezes de Relator *ad hoc.*

SENADOR MARCO ANTONIO COSTA (DEM-TO): Nos termos do art. 49, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Sr. Presidente da República, submete à consideração congressional – mediante a Mensagem n° 721, de 22 de agosto de 2006 – o texto acima epigrafado.

A exposição de motivos do Ministro de Estado das Relações Exteriores faz a identificação das relações amistosas entre os dois governos, que visa a promover o desenvolvimento econômico e social pela via da cooperação financeira. Para o projeto "Energias Renováveis no Norte e Nordeste do Brasil", a quem terá um crédito para reconstrução no valor de até 13 milhões, 293 mil e 588 euros.

Análise.

Sabe-se que, embora a energia solar recebida pela terra a cada ano seja dez vezes superior à contida em toda a reserva de combustíveis fósseis no planeta, atualmente a maior parte da energia utilizada pela humanidade provém de combustíveis fósseis: Petróleo, carvão mineral, xisto, não renováveis e que contribuem para a mudança climática, em escalas e gradientes ainda controversos.

A utilização das energias renováveis – energia solar, eólica, da biomassa e a hidroenergia, em substituição aos combustíveis fósseis é a longo do prazo, uma direção viável e vantajosa, além de praticamente inesgotáveis, as energias renováveis podem apresentar impacto ambiental muito baixo ou quase nulo, sem afetar o balanço térmico ou composição atmosférica do planeta.

Por tudo isso, é de incontestável a oportunidade, o acordo em apreço.

Do voto. À luz do exposto, somos pela aprovação do Projeto Decreto Legislativo nº 153, de 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A matéria vai a Secretaria Geral da mesa para as devidas providências.

Extrapauta – Projeto de Decreto legislativo nº157 de 2008 que "aprova o texto do acordo para a proteção de informação classificada entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, assinado na cidade do Porto, em 13 de outubro de 2005" de a autoria da Comissão de Relações Exteriores. Relatoria – Senador Marco Maciel que se encontrando ausente eu passo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita que eu peço que exerça a função de Relator *ad hoc.*

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sr. Presidente, trata-se de texto de acordo para a proteção da informação classificada entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa assinada na cidade do Porto em treze de outubro de 2005.

O projeto não apresenta vício de inconstitucionalidade, segundo a Consultoria. Sua tramitação observou o disposto na legislação. O tratado vem em boa hora uma vez que é premente a necessidade de melhor tratamento das informações sigilosas no âmbito da Administração Pública Brasileira. E é disso que trata o acordo.

Sempre é bom lembrar que informação é poder, óbvio. O Estado e a sociedade na era da informação não podem ficar alheios à necessidade de salva guarda de dados, nossa cultura costuma ser displicente com o sigilo e com a proteção ao conhecimento. Aqui no Brasil, não, porque... O negócio está feio aí na área de quebra de sigilo e tal. Telefone celular... Então, eu creio que os portugueses podem dar uma boa colaboração aqui para a gente, nesse sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Como as coisas andam nem a Ministra Marina está livre disso.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Não, ninguém. Já me disseram Senador Heráclito, técnicos da área de informática me aconselharam inclusive em determinados momentos a tirar a bateria do celular porque ele estando em *stand by* aqui ligado, ele se transforma no... O som ambiente aqui é captado por quem está lá, entendeu? É um negócio de doido. O contexto bilateral--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Olha, o maior exemplo que eu tive da síndrome de escuta telefônica no Brasil se deu o ano passado, não era nem agora nesse... Viu Senadora Marina, eu estava no aeroporto de Brasília viajando e tinha uma garotinha de uns cinco ou seis anos, com aquelas roupinhas cor de rosa, mala cor de rosa, tudo combinando, estilo Hello Kitty, e falando com uma colega no telefone, de repente o telefone cor de rosa também, de repente ela diz: "Fulana, não fale isso que nós podemos estar sendo gravadas", [risos].

A partir daí veja V. Exª como que nós estamos vivendo.

Tem V. Exª a palavra.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): O contexto bilateral envolver países em relação com o qual guardamos significativos laços de amizade e cooperação há de dar o tom para o policial militar relacionamento com outro países sobretudo os da comunidade lusófona.

Pelo exposto, Sr. Presidente, por ser conveniente e oportuna a efetiva proteção internacional dos direitos humanos com a qual a política externa brasileira está

comprometida, por ser constitucional e legal somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo. É o parecer.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): em discussão, não havendo quem queira discutir, em votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram, aprovada. A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências. Voltamos, então, ao Item 4. Projeto de Decreto legislativo nº146 de 2008 que "aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coréia, sobre Cooperação no Domínio da Defesa, celebrado em Brasília, em 31 de março de 2006" de autoria da Comissão de relações exteriores e de defesa nacional, o relator é o Senador Valdir Raupp, que estando ausente solicito ao Senador Flexa Ribeiro, conhecido pelo poder de síntese, use seu papel de Relator *ad hoc.*

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Heráclito Fortes, Srsª Senadoras e Srs. Senadores, é uma a honra que eu passo a ler o relatório do Senador Valdir Raupp como Relator *ad hoc*.

Esta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional examina o Projeto de Decreto Legislativo n°146, de 2008, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coréia, sobre Cooperação no Domínio da Defesa celebrado em Brasília em 31 de março de 2006.

Eu quero até parabenizar V. Exª pela agilidade que v. Exª tem imprimido à Comissão de Relações Exteriores. Esse decreto aqui celebrado em 2006, nós já estamos aprovando. Tem dois anos e pouco, apesar de ainda ser bastante tempo, mas é diferente daqueles que passaram aqui 10 anos sem terem sido aprovados.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Apenas para a guisa de informação na Comissão não tem atraso de pauta em nada, nós temos algumas dificuldades porque alguns--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para o encaminhamento do--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --Acordos estão sendo aguardados a remessa para essa Casa pela Câmara dos Deputados.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Parabéns a competência de V. Exª na Presidência da Comissão.

Análise – Sr. Presidente, ela não mostra nenhum vício de constitucionalidade, jurisdicidade e também ela assinala a justificativa, como bem assinala a justificativa pelo Poder Executivo, o acordo foi acompanhado em todo o seu trâmite de negociação por representante do Ministério da Defesa.

Vamos ao voto.

Em face do exposto, por considerarmos conveniente e oportuno aos interesses nacionais, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 146, de 2008. Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Não havendo quem queira discuti-la em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram, aprovada. A matéria vai a Secretaria Geral da mesa para as devidas providências.

Item 5. Não terminativo. Projeto de Decreto legislativo 149 de 2008 que "aprova o texto do acordo de cooperação técnica entre a República Federativa do Brasil e a República da Guatemala para a prevenção e o combate ao tráfico ilícito de imigrantes, assinado em Brasília, em 20 de agosto de 2004" de autoria da Comissão de Relações Exteriores, Relator – Senador Augusto Botelho, que estando transfiro para a Senadora Marina.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone] Ela vai ter que sair.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Vai ter que sair? Senador Valadares, V. Exª tem uma dupla missão: relatar e discutir a Senadora Marina nesse parecer.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): É uma honra, Presidente.

Nos termos do art. 49, inciso I, combinado com o art. 48, inciso VIII, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Sr. Presidente da República submete à consideração congressional, mediante a Mensagem n° 354, de 11 de maio de 2006, o texto do ato acima epigrafado.

A Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores informa que o Acordo tem por objeto o intercâmbio de experiências, informações e demais formas de cooperação em matéria de controle de fluxos migratórios, com o fim de promover a prevenção e o combate ao tráfico ilícito de migrantes entre o Brasil e a Guatemala.

Análise.

O acordo em análise, em nada fere os cânones constitucionais, legais ou regimentais. Sequer encontra-se eivado de antijuridicidade. À luz do exposto Sr. Presidente, somos pela aprovação do PDS nº 149, de 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Não havendo quem queira discuti-la; em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram, aprovado.

Extrapauta, projeto Decreto Legislativo 145 de 2008 que "aprova o texto de acordo de cooperação entre o Governo e a República Federativa do Brasil e o Governo do Moçambique, sobre o combate à produção, ao consumo e ao tráfico ilícito de entorpecente substância piscotrópica e sob o combate das atividades de lavagem de ativos e outras transações financeiras fraudulentas. Assinado em Brasília em 21 de agosto de 2004". Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Relatora – Senadora Rosalba Ciarlini, que estando ausente, solicito ao Senador Virginio de Carvalho que exerça a função de Relator.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Com fundamento no disposto no art. 49, Inciso I da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 227, de 12 de abril de 2006. Somente ao Congresso Nacional o texto do Acordo da Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre o Combate à Produção, ao Consumo e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes, Substâncias Psicotrópicas e sobre o Combate às Atividades de Lavagem de Ativos e Outras Transações Financeiras Fraudulentas, assinado em Brasília, em 31 de agosto de 2004.

O acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o projeto Decreto Legislativo decorrente da Mensagem, formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, depois de passar também pelas comissões de Constituição e Justiça, de Cidadania e de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

A Mensagem Presidencial foi recebida pela Câmara dos Deputados em 17 de abril de 2006, e o projeto de decreto legislativo recebeu a chancela daquela Casa em 5 de junho de 2008. Cuida-se aqui do acordo bilateral Brasil-Moçambique, afirmado para instituir um regime de combate à produção e ao tráfico de entorpecentes e à farmacodependência. O acordo inova ao agregar em seu articulado dispositivos para combate às fraudes financeiras, tornando-se um instrumento ainda mais completo para o combate aos delitos que muitas vezes possuem interface.

O caráter do acordo está sintetizado na Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores que acompanha a Mensagem no seguinte trecho: O referido documento insere-se no âmbito dos esforços de ambos os países para incrementar a cooperação e a coordenação entre as respectivas autoridades de aplicação da lei e coibir os diversos aspectos relacionados à indústria do narcotráfico.

Trata, ainda, do controle do comércio ilegal e do tratamento e reabilitação social dos dependentes químicos. Para esse fim, prevê uma série de atividades conjuntas, entre as quais o intercâmbio de informações e de experiências, a elaboração de projetos conjuntos e programas educacionais públicos e a cooperação em investigações policiais, treinamento e capacitação, entre outras.

Em linhas gerais, os já diversos tratados que o Brasil celebrou sobre essa matéria determinam as formas de assistência mútua para o combate do narcotráfico. No caso do acordo em tela, a cooperação dar-se-á essencialmente pelo intercâmbio de informações relativas às pessoas envolvidas criminalmente nessa área em ambos os territórios, às legislações antidrogas das partes contratantes e às pesquisas científicas desenvolvidas por cada país sobre o tema.

Aditivamente, as partes poderão elaborar e desenvolver programas conjuntos de ação contra o narcotráfico.

Em suma, então, o voto é com base nisto que temos apresentado, considerando ser de todo conveniente aos interesses do país a ratificação do acordo em análise, concluo este parecer opinando pela aprovação do Projeto Decreto Legislativo nº 145, de 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Não havendo quem queira discuti-la, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram, aprovada. A matéria vai a Secretaria Geral da mesa para as devidas providências.

Extrapauta – Projeto de Decreto legislativo nº97 de 2008 que "aprova o texto do memorando de entendimento do Governo da República Federativa do Brasil e o poder da República federativa da Colômbia sobre a cooperação policial assinada em Bogotá, em 14 de dezembro de 2005". Autoria é está Comissão e a relatoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que estando ausente solicito ao Senador Eduardo Suplicy que faz as vezes de Relator *ad hoc*.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente na exposição de motivos do Ministro Celso Amorim está explicitado que o acordo insere-se nos contexto dos esforços de ambos os países para incrementar a cooperação e a coordenação entre as respectivas autoridades policiais. Seu objetivo é fomentar assistência mútua entre as instituições policiais dos dois países com vista a combater o crime organizado transnacional e outras modalidades de delitos.

Trata-se de acordo em consonância com os seus instrumentos contemporâneos e sobre esta matéria a ação conjugada dos aparatos policiais dos dois países irmãos há de facilitar o combate ao crime, que nos dias de hoje desconhece fronteiras.

A aproximação de ambos os corpos policiais mediante o intercâmbio de informações, a realização

de ações coordenadas, a instrução e treinamento e a nomeação de adidos policiais facilitará o combate às organizações criminosas que atuam no território dos países envolvidos.

Isso posto, tendo em consideração o relevante interesse nacional do tratado em questão, voto pela aprovação do Projeto Decreto Legislativo 97 de 2008. Assina a Sra. Senadora Rosalba Ciarlini, Senadora. E Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Não havendo quem queira discuti-la; em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram, aprovada. A matéria vai à Secretaria Geral da mesa para as devidas providências.

O último item da pauta, extrapauta esse. Projeto de Decreto Legislativo 18 de 2007 que "aprova o texto de tratado de assistência mútua em matéria penal celebrada entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá, em Brasília, em 27 de janeiro de 1995. Eu quero dizer que esse acordo tem mais de dez anos, infelizmente a burocracia do sistema bicameral, Senador Valadares, possibilita fatos dessa natureza, mas não foi nesta Comissão que esta matéria ficou engavetada" de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, relatoria do Senador Crivella que estando ausente, solicito ao Senador Marco Antonio Costa que exerça a função de Relator *ad hoc*.

SENADOR MARCO ANTONIO COSTA (DEM-TO): Chamado a opinar sobre o projeto de Decreto Legislativo nº 18 de 2007 que aprova o texto do tratado de assistência mútua em matéria penal celebrada entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá, em Brasília, em 27 de janeiro de 1995.

Essa matéria, Presidente, chegou aqui após o dia 08 de fevereiro de 2007 quando foi aprovada na Câmara dos Deputados, portanto ele está pouco tempo aqui no Senado. O ato internacional em questão visa estabelecer mecanismos de assistência mútua em matéria penal entre os países signatários de maneira a que essa se realize de forma mais ampla possível.

Também são definidos como matéria penal investigações ou processos judiciais relativos a crime relacionados à tributação, taxas alfandegárias e transferência internacional de capitais ou pagamento. De acordo ainda com o art. 2, as solicitações de assistência deverão ser prontamente executadas sempre de acordo com a legislação do Estado requerido, que de conformidade com suas leis e procedimento poderá atender uma solicitação de assistência, independentemente de limitações relativas ao sigilo bancário.

O art. 12 da parte três dispõe sobre a limitação do uso de informações e sobre a confidencialidade a pedido do Estado requerido que também poderá estipular termos e condições para o uso das informações ou provas requeridas.

O parecer.

Tratado em exame ao permitir cooperação mais ágil entre os países em matéria penal, visa a coibir a criminalidade, vindo ao encontro de combater do crescente desejo de combate o crime e a delinqüência internacional.

O nosso voto por todo o exposto, voto favoravelmente a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 18 de 2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Não havendo quem queira discuti-la, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. A matéria está aprovada. Senador Valadares, comunico a V. Exª que limpamos a pauta, não há nada a ser votado nesta Comissão.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Prova da eficiência de V. Exª de que na próxima semana possivelmente não teremos matéria a serem votadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Teremos, a semana que vem uma pauta--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Extensa?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --Com a participação do Embaixador Roberto Azevedo que virá discutir nessa Comissão a rodada de Doha na próxima quarta-feira.

E teremos quinta-feira, possivelmente, a presença do Ministro Nelson Jobim nessa Comissão; tratar de um assunto que comove e estimula muito o Senador Eduardo Suplicy que é a 4ª Frota, portanto está marcada para quinta-feira a presença do Sr. Ministro.

Nada mais.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente eu só queria pedir a gentileza do Sr. Alexandre da assessora, como é o nome dela?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Socorro.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O Sr. Alexandre e a Sra. Socorro podem nos ajudar a colher as assinaturas dos Senadores desta Comissão da carta aos Senadores Barack Obama e John McCain para que então, V. Exª possa, hoje mesmo, encaminhá-las a esses autoridades tão e acho que então...

E depois, uma vez colhidas as assinaturas, agradeceria, se puder obter a cópia do ofício, tal como será

enviado já com todas as assinaturas dos Membros da Comissão de Relações Exteriores e eventualmente outras que porventura desejam assinar, quem sabe no Plenário hoje de tarde.

O Senador Pedro Simon, acredito esteja chegando há pouco de Montevidéu, que ele chegaria agora após o final almoço ou na hora do almoço.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nada mais havendo a tratar está encerrada a presença sessão com o agradecimento a todos os Senadores que colaboraram para que esta pauta hoje fosse esgotada. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 13h03

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2008, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA – ANEXO II.

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia dezoito de junho do ano de dois mil e oito, no Plenário da Comissão, sala nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, Presidente da Comissão, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Delcídio Amaral, Francisco Dornelles, Inácio Arruda, Expedito Júnior, Romero Jucá, Geovani Borges, Gilberto Goellner, Eliseu Resende, Jayme Campos, Heráclito Fortes, João Tenório, Flexa Ribeiro, Gim Argello, João Durval, Augusto Botelho, Renato Casagrande, Neuto de Conto, Demóstenes Torres, Adelmir Santana, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo** e **Tasso Jereissati**. Presente também, o Senador José Agripino. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presidência procede à leitura dos seguintes documentos: Expediente do Senhor Roberto Teixeira, datado de 17.06.2008, ratificando sua disposição de atendimento ao convite formulado para a audiência pública e esclarecendo que, por motivo de cirurgia a que foi submetido, e estando em fase de recuperação, considera imprescindível para aceitação do convite que os demais convidados fossem ouvidos em primeiro lugar e, posteriormente, ele apresentasse os esclarecimentos necessários à Comissão, sem que houvesse uma acareação entre eles; Expediente firmado pelo Advogado Marcello de Camargo Panella, datado de 17.06.2008, comunicando que seus constituintes, Senhor Marco Antonio Audi, Marcos Haftel e Luiz Eduardo Gallo, não poderão comparecer à reunião de audiência pública, pois terão que se apresentar ao juízo da 7ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no mesmo dia e horário, permanecendo, entretanto, à disposição da Comissão para outra oportunidade. Em seguida, a Presidência esclarece que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, destinada a ouvir os Senhores Roberto Teixeira, Marco Antônio Audi, Marcos Haftel e Luiz Eduardo Gallo, para prestarem esclarecimentos sobre denúncia de favorecimento de um fundo americano pela Casa Civil na compra da empresa VARIG, em atendimento ao Requerimento nº 26, de 2008 – CI, de autoria do Senador Demóstenes Torres. A Presidência concede a palavra, pela ordem, ao Senador José Agripino que propõe ao plenário da Comissão que a presente reunião de Audiência Pública seja adiada para outra data, a fim de que os demais convidados possam ser ouvidos juntamente com o Senhor Roberto Teixeira. Usam da palavra para discutir o Requerimento os Senhores Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio Amaral, Renato Casagrande e Heráclito Fortes, sendo aprovado. A Comissão aprova, **extrapauta,** os seguintes Requerimentos: Item 1 – **Requerimento nº 27, de 2008-CI**, de autoria dos Senadores José Agripino Maia, Demóstenes Torres e Flexa Ribeiro, requerendo o adiamento da Audiência Pública destinada a ouvir os convidados os Senhores Roberto Teixeira, Marco Antônio Audi, Marcos Haftel e Luiz Eduardo Gallo, para prestarem esclarecimentos sobre denúncia de favorecimento de um fundo americano pela Casa Civil na compra da empresa Varig. Item 2 – **Requerimento nº 28, de 2008-CI**, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, requerendo seja convidado o Comandante Elnio Borges Malheiros, Presidente da Associação dos Pilotos da Varig e representante da entidade Trabalhadores do Grupo Varig (TGV), para prestar esclarecimentos sobre a denúncia de favorecimento de um fundo americano pela Casa Civil na compra da empresa Varig. Item 03 – **Requerimento nº 29, de 2008-CI**, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, requerendo seja convidado o Deputado Paulo Ramos, da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, para prestar esclarecimentos sobre a denúncia de favorecimento de um fundo americano pela Casa Civil na compra da empresa Varig. Item 04 – **Requerimento nº 30, de 2008-CI**, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, requerendo seja convidado o Brigadeiro Allemander Jesus Pereira, ex-Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac, para prestar esclarecimentos sobre a denúncia de fa-

vorecimento de um fundo americano pela Casa Civil na compra da empresa Varig. A Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às onze horas e dois minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – **Senador Marconi Perillo,** Presidente.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 18 DE JUNHO DE 2008 ÀS 10 HORAS E 32 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Antes de iniciar os trabalhos proponho dispensa da leitura e aprovação das Atas da 13ª e 14ª Reuniões Extraordinárias da Comissão. Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovadas.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre líder da Oposição, líder dos Democratas, Senador José Agripino Maia.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, Eu gostaria de fazer uma ponderação à V.Exª. e aos membros da Comissão e em particular ao Senador Demóstenes Torres, que é o primeiro subscritor do Requerimento de Audiência aos Diretores da Varig Log e ao Dr. Roberto Teixeira. Bem como a outras pessoas que precisam vir a esta Comissão, claro que convidados, a prestar esclarecimentos sobre fatos, sobre os quais há grandes dúvidas de burlar à Lei e de conflito com o interesse público. Os diretores da VarigLog, ao que estou informado, não puderam comparecer e apresentaram a justificativa que eu aceito. Mas não se negam a comparecer. A informação que eu tenho é que eles não se negam a comparecer e que virão. Apenas por razões de precisarem estar em São Paulo hoje para se fazerem presentes a um depoimento da Justiça. Eles ficaram impedidos de comparecer hoje a esta Comissão de Infra-Estrutura, mas se dispõem a vir.

Ao que estou informado também o Dr. Roberto Teixeira já se encontra presente na ante-sala da Comissão de Infra-Estrutura. Eu li na imprensa ontem, ou anteontem declarações de V. Sra em que ele disse que não concordava com os diretores da VarigLog e que queria ser o último a falar. Ele tem o direito de manifestar a opinião que ele quiser, mas nós temos o direito de fazer as nossas reflexões no rumo das conclusões que interessam à opinião pública.

Há um dado que acho que é fulcral. O Dr. Audi, Marco Audi, declarou e disse dispor de documentos que provariam que ele declarou que havia pagado cinco milhões de dólares de honorários advocatícios ao Dr. Roberto Teixeira. Para que ele conseguisse coisas que como ele próprio escreveu, eram muito difíceis de acontecer, coisas quase impossíveis. Como dobrar a Lei permitindo que concessão de serviço público fosse vendida, a empresa que tivesse mais do que 20% de capital estrangeiro, porque não foi aprovado que a origem do dinheiro para os três sócios da VarigLog fosse feita através da declaração de Imposto de Renda ou de outra formo qualquer, porque manobras impediram que isso acontecesse que essa obrigação fosse cumprida. E mais do que isso, a agressão clara aos direitos trabalhistas dos funcionários da VARIG, a associação das dívidas foi escoimada. A obrigação da sucessão da dívida, a incluída dívida trabalhista foi escoimada, foi desconsiderada. Daí os cinco milhões de dólares que o Dr. Audi diz ter pagado e diz ter documento que prova ter pagado esses cinco milhões.

Se ouvirmos o Dr. Roberto Teixeira agora, vamos ouvir só a versão dele. E ele não votará aqui para esclarecer fato nenhum. Perante o Brasil, ele se dará como completamente resolvido dessa questão. Ele dará a versão dele. E nós que temos a obrigação de investigar? Estabelecer o ponto e o contra ponto? De ouvir aqueles que têm declarações anteriores feitas sobre o assunto que são muito graves e que têm a obrigação de trazer os documentos que dizem ter. Vamos ficar com a última versão do Dr. Roberto Teixeira?

Eu quero, portanto fazer essa observação e essa ponderação aos membros e a V.Exª. da Comissão de Infra-Estrutura, no sentido da inconveniência de ouvirmos agora, ouvirmos sim o Dr. Roberto Teixeira, mas ouvirmos depois de ouvir os diretores da VarigLog, ouvir outras pessoas que, porventura, possam ser objeto de algum Requerimento adicional, para que o Dr. Roberto Teixeira possa até como ele deseja depor em último lugar, mas diante de uma série de evidências que hoje existem comprovadas. Ou dada a oportunidade de quem disse que tem provas, exibi-las, para que a Comissão possa fazer o confronto. E o noticiário que coloca, alarga a possibilidade de logro à Lei no caso da VARIG, possa ser esclarecido.

Então, a ponderação que faço ao Senador Demóstenes Torres, aos membros da Comissão e a V. Exª

é não ouvirmos agora neste momento o Dr. Roberto Teixeira, aguardarmos a oportunidade para ouvirmos antes aqueles que dizem ter documentos, que comprovam pagamento dos cinco milhões de dólares, fazemos as questões preliminares e precedentes para depois ouvirmos o Dr. Roberto Teixeira, para que ele confirme ou negue. Queria ouvir os membros da Comissão, em especial o Senador Demóstenes Torres, sobre as ponderações que acabo de fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Um Requerimento Verbal de iniciativa do Senador José Agripino Maia sugerindo o adiamento da presente Audiência Pública, tendo em vista o não comparecimento de três dos quatro convidados para participarem dessa Audiência. Vale esclarecer que recebi uma manifestação, um ofício datado do dia 17 de junho de iniciativa dos Doutores, dos Srs. Marco Antonio Audi, Marco Roftel(F) e Luiz Eduardo Galo. Informando a impossibilidade de comparecer na data de hoje, em virtude da inclusão na Pauta de Julgamento da 7ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no mesmo dia e horário do recurso de agravo de instrumento interposto por eles contra a decisão judicial que legalmente os excluiu do quadro social da empresa Volo do Brasil AS, controladora da VARIG Logística SA. Assim sendo, a presença dos nossos constituintes em São Paulo é essencial na luta pela alteração na situação que segundo nosso entendimento nega vigência à Legislação vigente em especial o Art. 181 do Código Brasileiro do Ar, ao transferir a grupo estrangeiro o controle integral de uma companhia aérea nacional.

Senador José Agripino, na justificativa do representante legal dos três convidados, ele argumenta aqui que os três estarão prestando depoimentos à Justiça de São Paulo, a 7ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, falando exatamente sobre este assunto. Eles argumentam aqui que a presença dos nossos constituintes em São Paulo é essencial na luta pela alteração da situação, que segundo nosso entendimento nega vigência à Legislação vigente em especial ao Art. 181 do Código Brasileiro do Ar, ao transferir a grupo estrangeiro o controle integral de uma companhia aérea nacional. Por essas razões, e certos da compreensão por parte de V.Exª. e dessa Comissão quanto aos motivos que justificam a ausência, nossos constituintes se colocam à disposição desse colendo Senado da República.

Então, eles estão aqui pedindo na verdade um adiamento, tendo em vista a Audiência que já havia sido marcada para a mesma desista e horário dessa Audiência de hoje. Uma vez lido essa solicitação de adiamento por parte do Advogado, do representante dos três convidados, eu vou passar a palavra ao Senador Demóstenes e depois a V.Exª. Com a palavra o Senador Demóstenes.

É importante dizer também que existem dois requerimentos aqui de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, que convida o comandante Elnio Borges Malheiros, Presidente da Associação dos Pilotos da VARIG e representante da entidade trabalhadora do Grupo VARIG, TGV, para prestar esclarecimento sobre denúncia de favorecimento de um fundo americano pela Casa Civil na compra da empresa VARIG. E um outro com o mesmo objetivo convidando o Deputado Paulo Ramos, da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, para prestar esclarecimentos sobre denúncia de favorecimento de um fundo americano pela Casa Civil na compra da empresa VARIG. Então existem dois requerimentos, logo após a palavra do Senador Demóstenes, e Senador Agripino, vou submeter ao Plenário. Com a palavra o Senador Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, diante da argumentação lógica do Senador José Agripino Maia e do pedido de adiamento feito pelos convidados, e até porque eles deporão perante o Juiz de Direito e nós poderemos ter acesso a esses depoimentos, eu concordo com o Requerimento feito pelo nosso líder.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu vou colocar em votação o Requerimento de autoria do Senador José Agripino.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só um segundo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu a princípio também não tenho nada contra. Acho que o objetivo da Comissão é tentar esclarecer os fatos, como fizemos com o depoimento da ex-diretora Denise Abreu na semana passada.

Tem duas preocupações. Tem uma observação, primeiro o seguinte. Também não... Não nos seria... Não seria um excesso, se nós também pudéssemos ouvir o Roberto Teixeira, que se predispor a vir e está aí, e depois se necessário de novo eles retornarem a esta Comissão. Acho que não tem impedimento ele retornar à Comissão. Mas não me oponho a esta proposta colocada pelo Senador José Agripino.

A outra preocupação que eu tenho é que isso pode entrar aí num momento do Congresso de recesso parlamentar e isso ficar em dificuldade. Mas, de qualquer maneira queria fazer essas duas observações, porque são observações que eu julgo que se nós não aproveitarmos também a presença do Roberto Teixei-

ra, nós poderemos demorar para que a gente possa ter de novo uma Audiência marcada com essas pessoas. Fora essas observações, eu não me oponho à proposta.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, eu queria só fazer uma ponderação a mais na linha do que o Senador Demóstenes Torres falou, é que o depoimento que os diretores da VarigLog fazem hoje à Justiça de São Paulo darão muita força ao depoimento que eles poderão trazer à esta Comissão, poderão e trarão a essa Comissão com a força do depoimento na Justiça, a força da verdade. Acho que para os esclarecimentos dos fatos será definitivo. Acho que é muito interessante que nós possamos ouvir o Dr. Roberto Teixeira num segundo momento, a seguir, logo a seguir.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Em votação o Requerimento. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Em votação os requerimentos de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Quem são as pessoas que o Senador Flexa Ribeiro está convidando?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O Comandante Elnio Borges, Presidente da Associação dos Pilotos da Varig. Não tem data marcada, apenas o convite. E o Presidente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O Presidente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, por ocasião?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): É porque a assembléia fez uma CPI.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): CPI. Está bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Há também–

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Há também Requerimento de iniciativa do Senador Eduardo Azeredo. Ele solicita o convite ao Brigadeiro Alemander, ex-diretor da ANAC, para prestar esclarecimentos sobre a denúncia de favorecimento de um fundo americano pela Casa Civil na compra da empresa VARIG. Eu coloco em discussão. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado os três requerimentos. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente. Só uma questão regimental, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu vou pedir ao Senador Flexa Ribeiro e Senador Demóstenes para subscreverem o Requerimento do Senador Agripino, já que ele não é membro da Comissão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Isso que eu queria fazer pela ordem. Era essa questão regimental. O nobre Senador Agripino, como não é membro da Comissão de Infra-Estrutura, então eu gostaria de subscrever junto com o Senador Demóstenes o Requerimento que ele fez oralmente.

S. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Coloco em votação a proposta. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado então o fato do Senador Flexa Ribeiro e Senador Demóstenes subscreverem o Requerimento que já foi aprovado de iniciativa do Senador José Agripino. Senador... Ex-Presidente Delcídio Amaral deseja falar alguma coisa?

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Não, acho que tem bom senso a proposta que foi aqui apresentada. Agora, eu quero deixar claro, Senador Marconi Perillo, que o Dr. Roberto Teixeira veio mesmo em recuperação, porque ele passou por uma cirurgia recentemente, mas ele teve presente atendendo ao convite dessa Comissão. Se não foi possível realizar essa Audiência Pública, foi devido à ausência dos demais sócios e ao Requerimento apresentado... A ausência dos sócios da VarigLog e por Requerimento do Senador Agripino Maia, portanto nós adiamos essa Audiência Pública para as próximas semanas, quando for possível, mas deixar bem claro que o Dr. Roberto Teixeira, ele compareceu, ele está aí, estava à disposição dessa Comissão, mas entendo como pertinente e como sensata a proposta do Senador Agripino Maia.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador José Agripino, líder dos Democratas.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, a convocação que eu faço, a ponderação que eu faço objetiva única e exclusivamente o bom andamento dos trabalhos de investigação do caso VarigLog. Eu vou repetir. Dr. Roberto Teixeira se negou a fazer acareação e deseja falar por último, em último lugar. Os diretores da VarigLog se encontram em São Paulo, conforme foi lido aqui por V.Exª., prestando depoimento na justiça exatamente sobre este caso. Gostaria que V.Exª. me confirmasse.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Vou ler novamente o Requerimento... Aliás, o ofício que nos foi enviado pelo Dr. Marcelo de Camargo Panela, que é o representante legal dos três convidados. "Excelentíssimo Senhor Senador, com relação ao assunto em referência e na qualidade de Advogado dos Senhores Marco Antonio Audi, Marcos Raftel e Luis Eduardo Galo, servimos do presente para informar que nossos constituintes não poderão atender ao convite formulado por V.Exª. para prestarem esclarecimentos na Audiência Pública designada para o dia 18/06/2008, às 10h00, em virtude da inclusão da pauta de julgamento da 7ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no mesmo dia e horário do recurso de agravo de instrumento interposto por eles contra a decisão judicial que ilegalmente", e eles colocam em negrito e sublinham "Que ilegalmente os excluiu do quadro social da empresa Volo do Brasil, Sociedade Anônima, controladora da VARIG Logística SA. Assim sendo, a presença de nossos constituintes em São Paulo é essencial na luta pela alteração da situação, que segundo o nosso entendimento nega vigência à Legislação vigente, em especial ao Art. 181 do Código Brasileiro do Ar, ao transferir a grupo estrangeiro o controle integral de uma companhia aérea nacional. Por essas razões e certos da compreensão por parte de V.Exª. e dessa douta Comissão quanto aos motivos que justificam a ausência, nossos constituintes se colocam à disposição desse colendo Senado da República". Está assinado aqui pelo Senhor Marcelo Panela. Com a palavra o Senador Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Ficou claro pelo expediente recebido e lido que a Audiência em São Paulo é específica sobre a questão da venda do controle da VARIG, de uma concessionária de serviço público de transporte aéreo para uma empresa, sobre a qual há dúvida sobre a participação acionária de brasileiros e de capital estrangeiro que é o fulcro da questão, objeto da contratação do Advogado Roberto Teixeira. Esse depoimento da Justiça vai ser de fundamental importância. Eles não se negam a vir, pelo contrário, confirmam que virão, o que eu gostaria que V.Exª. já deixasse marcado para a próxima semana, a vinda dos diretores da VarigLog, gostaria de sugerir a V.Exª.--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador José Agripino, eu temo que haja alguma dificuldade em realizarmos a Sessão na próxima semana, em virtude de São João. De qualquer maneira posso deixar aqui agendado para o dia 26. Dia 26, a próxima quinta-feira.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Eu gostaria de concluir.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu vou solicitar ao Senador José Agripino que conclua e depois V.Exª.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Eu gostaria de sugerir a V.Exª. que marcasse para a próxima semana a vinda dos diretores da VarigLog, para que nós tivéssemos a seqüência para que antes do recesso de 17 de julho, nós pudéssemos ouvir com certeza absoluta aí sim com pragmatismo, objetividade, consciência prática, para tirarmos o melhor proveito dos depoimentos, ouvirmos os três diretores da VarigLog que teriam que vir aqui, aí sim teríamos acesso ao depoimento deles na Justiça de São Paulo, conestando aquilo que haviam dito na imprensa, e devem ter dito à Justiça, ou vão dizer à Justiça e mais os documentos que dizem ter a comprovação de que pagaram os cinco milhões de dólares para obter a causa impossível montada ou levada a efeito pelo Dr. Roberto Teixeira.

Agora, ouvir agora o Dr. Roberto Teixeira sem ter a confirmação deles, eu acho que é correrrmos o risco de ouvirmos o depoimento do Dr. Roberto que depois diria: "Não preciso mais voltar, porque eu já disse o que tinha a dizer". Não, não disse, não. Vai ter que dizer sim depois da virem aqui os diretores da VarigLog com os documentos que eu espero que exibam. E que fique muito clara a minha intenção. A minha intenção é escrever esse assunto com as tintas reais, e não permitir que depoimentos faz de conta aqui ocorram inviabilizando o objetivo que é da Comissão, que é de esclarecer este escabroso caso da venda da VarigLog. O que nós queremos pragmaticamente colher resultados do depoimento. Depoimento do Roberto Teixeira hoje na minha opinião e voto dos membros da Comissão seria inócuo, inobjetivo e não chegaria às conseqüências que todos nós desejamos. De modo que eu gostaria que V.Exª., se pudesse marcar já a marca da vinda dos três diretores da VarigLog e sugerir a nova data para o Dr. Roberto Teixeira, seria muito conveniente para os trabalhos dessa Comissão. É a sugestão que faço a V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, eu vou solicitar a... Bom, antes disso concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Marconi Perillo, o nobre Senador Agripino tem toda razão. Eu só queria colaborar com a proposta que o Requerimento, que inclusive assumi do Senador Agripino, porque na próxima semana

há um entendimento das lideranças como teremos as convenções municipais em todos os Estados que não haverá Sessão Deliberativa. Está havendo, ainda não está fechado, mas está havendo um entendimento nesse sentido. Então, eu queria sugerir, Senador Agripino, que ficasse para o Presidente Senador Marconi Perillo que, face ao entendimento que possa vir a ter entre a liderança, que ele então defina a data. Se para a semana, se não houver... Se houver Sessões Deliberativas ou se na primeira semana de julho. Ficaria para o Presidente Marconi Perillo, ouvido as lideranças e o Presidente do Senado fazer esse convite.

Mas gostaria também, Senador Marconi, o que o Senador Agripino propôs e que foi assumido por mim e pelo Senador Demóstenes está aprovado. Então nós, não há mais o que nós discutirmos. É matéria vencida. Nós vamos ouvir o Dr. Roberto Teixeira em conjunto com os outros convidados. Então, ele não será acareado. Eu vi o Senador Agripino fazendo uma referência de que ele não aceita sofrer acareação. Em nenhum momento se cogitou aqui em se fazer acareação. Apenas é que ele vai vir prestar os esclarecimentos na mesma Sessão que os outros sócios virão, que virá o representante da VARIG, dos funcionários da VARIG, e o Deputado Paulo Ramos, Presidente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. Então, esta será uma Audiência que eu pediria que fosse em conjunto com todos esses convidados como fizemos a Audiência anterior com os diretores da ANAC. Então era essa a sugestão e ficaria a data aberta para que V.Exª., em acordo com o Presidente Garibaldi Alves, em função da Pauta do Senado pudéssemos ter então o *quorum* para fazermos a Audiência Pública.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, agradeço a sugestão do Senador Flexa Ribeiro. Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, logo após o Senador Delcídio Amaral. Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Não, eu só queria... Eu acho, Presidente, até por uma questão de bom senso, V.Exª. ficar com a responsabilidade de marcar as Audiências. Porque como foi dito aqui, a semana que vem é uma semana complicadíssima. Sob o ponto de vista... Como V.Exª. disse, sob o ponto de vista festivo, sob o ponto de vista político, é uma semana complicada a próxima semana. Então, para não se frustrar mais uma Audiência Pública, acho que é muito melhor V.Exª., com a tranqüilidade que tem, a serenidade que tem, combinar uma nova Audiência.

E eu até por uma questão de regimento, gostaria até de destacar, que acareação é de CPI. Aqui são convites. E acho que isso ficou muito claro nos requerimentos que foram aprovados para que não haja nenhuma dúvida com relação a essa questão de convite, as Audiências Públicas na Comissão e acareação, que é um instrumento específico de Comissão Parlamentar de Inquérito.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação do Senador Delcídio, suas ponderações que serão naturalmente acolhidas pela Presidência. E concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar quero me congratular com o Senador Delcídio Amaral pela intervenção dele. É uma intervenção eivada de conhecimento e sabedoria. Sabemos todos que o Senador Delcídio se consagrou internacionalmente como parlamentar pela sua atuação numa Comissão que presidiu, contrariando inclusive setores do próprio Partido. Evidentemente, que como diz um colega nosso Presidente da República, o tempo é o senhor da razão. Mas, Senador Delcídio sofreu muito pela maneira como atuou naquela CPI, coerente com os princípios éticos de quem preside uma Comissão daquela importância.

Mas Sr. Presidente, acho que o adiamento faz todo sentido. Nós precisamos, Sr. Presidente, semana passada eu solicitei a V.Exª. que como Presidente da Comissão comunicasse a Bolsas de Valores de Nova York a atuação do Sr. Lap Chan nesse episódio. O Sr. Lap Chan tem dupla nacionalidade, é verdade. Mas ele atua numa Bolsa que tem a tradição de primar pela lisura dos negócios que por ali passam. O Sr. Lap Chan, a imprensa já noticia hoje uma nebulosa transferência de recursos, envolvendo o Sr. Lap Chan e o fundo.

Por outro lado, Sr. Presidente, eu acho fundamental a convocação para que se ouça aqui também um representante dos funcionários da VARIG. A situação dos funcionários da VARIG é uma situação grave. Principalmente aqueles que dependem do *Aerus*. E eu me preocupei muito com uma matéria da Revista Veja, que mostra inclusive fac-símile, aliás, de um expediente do Advogado Roberto Teixeira para o seu cliente dizendo que estava conseguindo livrar a VarigLog de compromissos com os funcionários daquela empresa. Eu estou fazendo isso, Sr. Presidente, porque nós fomos vítimas aqui de um logro. Esta Comissão convocou o Ministro da Previdência para vir a esta Comissão tratar do assunto, e ele driblou cinco vezes. Todas as cinco evidentemente que com o apoio, com a ajuda e a solidariedade de correligionários que lhe dão apoio. É lamentável que isso tenha ocorrido. Até a maneira, até o desfecho da última vez que ele pediu para não

vir e o Assessor Parlamentar fez aqui manobras, ele edições que não importava mais, porque estava renunciando para ser candidato na semana seguinte, o que de fato aconteceu.

Vou desrespeito à Comissão, mas o desrespeito maior se deu com os funcionários da VARIG que estão passando... Alguns passando necessidades. Nós tivemos casos aqui, inclusive, a imprensa mostrou no correio desse episódio, comissárias inclusive tendo que posar para revistas, com o objetivo de garantir a sobrevivência sua e de seus familiares. Daí por que era preciso que se ouvisse, diante do que traz a matéria da Revista Veja, era preciso que se ouvisse alguém responsável na parte dos empregados no Fundo *Aerus*. Nós temos aqui, a própria Comissão tem o contato... Acho que é a Presidente, a doutora sabe o nome, devíamos convocar ou convidar para vir aqui prestar esclarecimentos.

No mais, eu quero dizer que essas afirmações são da imprensa hoje, a serem verdadeiras dessa transação envolvendo depósitos na Suíça, transferência de 18 milhões de dólares, elas precisam de esclarecimentos profundos sobre isso. Acho inclusive, que o adiamento da oitiva do Dr. Roberto Teixeira hoje é positivo até por esse aspecto. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Heráclito Fortes, V.Exª. apresenta dois requerimentos verbais que vou colocá-los em discussão e votação, mas pediria a V.Exª. que formalize os dois. Eu pediria que V.Exª. formalizasse inclusive o primeiro também.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Na verdade eu explico por que. O Requerimento tem mais força partindo o Requerimento destinado à Bolsas de Valores Americana. Ela tem mais força se partir dessa Presidência.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu assinarei. Mas peço a V.Exª. que apresente por escrito. Em relação ao segundo Requerimento--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Quero saber apenas se está aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado os dois requerimentos. Pediria a V.Exª. que apenas fizesse a materialização para que eu possa tomar imediatamente as providências.

Não havendo mais nada a tratar, quero encerrar a presente Audiência Pública, a presente reunião convocando uma outra em caráter extraordinário para amanhã às 10h00, quando iremos deliberar sobre matérias que estão pendentes aqui na Pauta da Comissão. Encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 11h02.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2008, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO DA COMISSÃO, SALA 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia dois de julho do ano dois mil e oito, no Plenário da Comissão, sala nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador HERÁCLITO FORTES, Presidente em exercício da Comissão, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Inácio Arruda, Geovani Borges, Wellington Salgado, Eliseu Resende, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Gim Argello, Augusto Botelho, Renato Casagrande, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini** e **Romeu Tuma**. Presentes também, os Senhores Senadores Mão Santa e José Agripino e os Deputados Federais Marcelo Castro, Átila Lira, B. Sá, Nazareno Fonteles e Paes Landim. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presidência procede à leitura do Ofício nº 752, datado de 30 de junho de 2008, firmado pela Senhora Maria Clara Marques Soares, Assessora Parlamentar da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, comunicando da impossibilidade de comparecimento do Ministro Pedro Brito e que o Senhor Wilson do Egito Coelho Filho, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Operacional da Subsecretaria de Portos, irá representar o Ministro. A seguir, a Presidência esclarece que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, destinada a ouvir os Senhores Wellington Barroso de Araújo Dias, Governador do Estado do Piauí e Pedro Brito do Nascimento, Ministro da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, para prestarem informações acerca da situação do Porto de Luís Correia, no Estado do Piauí, e da possibilidade de se incluir essa obra no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, em atendimento ao Requerimento nº 11, de 2008 – CI, de autoria do Senador Heráclito Fortes. A Presidência convida para tomar assento à Mesa dos

Trabalhos o Governador do Estado do Piauí, Senhor Wellington Barroso de Araújo Dias. Por sugestão da Presidência e acatado pelos membros, é convidado para compor a Mesa dos Trabalhos o Secretário de Transportes do Estado do Piauí, Senhor Luciano José Linard Paes Landim. Inicialmente o Senador Heráclito Fortes usa a palavra para justificar o requerimento de sua autoria. Em seguida, a Presidência concede a palavra ao Senhor Wellington Dias para suas considerações iniciais e, posteriormente, ao Secretário Luciano Paes Landim. Fazem uso da palavra para questionar aos convidados os Senhores Senadores Mão Santa, Inácio Arruda, Wellington Salgado e os Deputados Federais Átila Lira, Paes Landim e B. Sá. A Presidência registra o compromisso do Secretário de Transportes, Senhor Luciano Paes Landim, de encaminhar à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura o endereço e o e-mail do empresário investidor nas obras, bem como do processo licitatório do projeto do Porto Luis Correia. A Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às doze horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – **Senador Marconi Perillo,** Presidente.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 2 DE JULHO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 35 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Infra-Estrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da sessão anterior. Os senhores senadores e senhoras senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Há expediente na Mesa. A presente Reunião de Audiência Pública destina-se a ouvir os convidados aqui presentes que irão prestar informações acerca da situação do Porto de Luís Correia, no Estado do Piauí, e da possibilidade de incluir esta obra no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em atendimento ao Requerimento nº 11, de 2008, de autoria do Senador Heráclito Fortes. Convido para ter assento à mesa o Governador do Estado do Piauí, Dr. Wellington Barroso de Araújo Dias.

Essa Audiência Pública, destinada a ouvir o Sr. Governador do Piauí e o Sr. Ministro dos Portos, tem por objetivo a discussão da retomada das obras do Porto de Luís Correia. Lamentavelmente, pela terceira vez, o Sr. Ministro Pedro Brito, da Secretaria de Portos, não comparece a essa Comissão. Pede, aliás, não foi nem ele que se dirigiu à Comissão; uma assessora parlamentar se dirige ao Presidente da Comissão de Infra-Estrutura do Senado. A coisa aqui está ficando... D. Maria Clara Matos Soares.

"De ordem do Exmo. Sr. Ministro Chefe da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, Sr. Pedro Brito, informo a V.Exª que o Sr. Wilson do Egito Coelho Filho, Diretor do Departamento de Desempenho Operacional da Subsecretaria de Portos dessa Secretaria, representará o Sr. Ministro na Reunião de Audiência Pública, no âmbito dessa Comissão, que será realizada no dia 2 de julho de 2008, para prestar esclarecimentos a respeito do Porto Luís Correia, no Estado do Piauí e da possibilidade de se incluir esta obra no Programa de Aceleração do Crescimento."

Eu, em primeiro lugar, quero esclarecer que estou presidindo esta sessão por solicitação do Presidente Marconi Perillo, que se encontra ausente, como também o seu Vice-Presidente, e quero lamentar, meu caro Dr. Wilson do Egito Coelho Filho, com que tristeza eu não vou tê-lo ao meu lado.

Eu teria todos os motivos para ter essa alegria e esse prazer, pela amizade pessoal que eu lhe tenho, pela admiração pelo seu pai, pela sua mãe, pela família, mas nós estamos aqui tratando do interesse do Piauí, e o desrespeito do Dr. Pedro Brito para com este assunto, para com o Senado Federal, lamentavelmente, não permite que eu goze desse privilégio nessa manhã.

A providência que eu tomarei é comunicar ao Presidente do Senado e transformar na próxima reunião, Senador Mão Santa, esse convite em convocação. Eu quero deixar esclarecido que o Dr. Pedro Brito nos fez adiar essa Audiência Pública por três vezes. Deve ter motivo muito forte para não vir prestar esclarecimentos sobre essa matéria.

Eu quero justificar esta convocação. Jornais do Piauí noticiaram a retomada das obras do porto, marcando, inclusive, para 2010 a sua reabertura.

Quero dizer que, para nós, piauienses, que acompanhamos, agora mesmo o Átila Lira, nosso Deputado Federal, me dizia, e eu concordo: "Nós temos que encontrar uma maneira de concluir o Porto Luís Correia". A nossa geração não vai passar, Deputado Marcelo

Castro, apenas vivendo esse sonho, é preciso que isso se transforme em realidade.

A minha preocupação foi exatamente com as condições em que o Porto Luís Correia se encontra hoje. O projeto anunciado pelo Sr. Ministro e pelo Governador Wellington Dias era integrado também com a retomada das obras da linha férrea, ligando Luís Correia a Teresina. A preocupação aumentou pela situação em que se encontra a ferrovia, que foi desativada pela Rede Ferroviária Federal, e, inclusive, em alguns dos seus trechos, casas foram construídas, havendo uma dificuldade hoje muito grande − nada é impossível −, mas havendo uma dificuldade muito grande da retomada, pelo menos daqueles trechos.

Um dos objetivos desta reunião é estimular o Governo e motivar o Governo a colocá-la no Programa de Aceleração de Crescimento. Não se justifica o Ministro ter ido ao Piauí e ter anunciado − com a ênfase que anunciou − uma obra de importância para o Piauí que é o Porto de Luís Correia, e ela não está incluída no PAC. Dez dias depois, o Ministro foi à Europa, anunciou investimentos em mais de dez portos brasileiros e nenhum tostão para o Porto de Luís Correia.

Nós temos algumas dificuldades de compreensão, Governador, inclusive técnica. O projeto, segundo afirmativa de V.Exª, irá atender o Piauí e a Bahia. Nós queremos compreender como é que esse processo vai se dar a partir do ano que vem. Por outro lado, é o assoreamento, é a questão da modificação do projeto, quem está encarregado de fazer esse projeto e, efetivamente, quando nós vamos começar, nós vamos ver a retomada dessas obras. São questões que eu chamaria de questões inseridas numa agenda positiva, para que se possa ter condições concretas de se trabalhar em torno de uma obra que efetivamente é fundamental para o Estado do Piauí.

Agora, mesmo com tristeza, a gente vê o Governo anunciando uma refinaria para o Estado do Maranhão e outra para o Estado do Ceará. O Piauí fica fora. Seria uma das maneiras, inclusive, de uma revitalização do Porto de Luís Correia, uma unidade dessas em nosso Estado.

De qualquer maneira, nós agradecemos a V.Exª o respeito à Casa, desde a outra vez, nas outras duas vezes se colocou à disposição para vir aqui. Eu gostaria de colocar a palavra à sua disposição, o microfone à sua disposição, para que nos desse, sinteticamente, informações sobre a retomada do porto, a origem dos recursos, o cronograma de obras e as informações que se façam necessárias para que possamos trabalhar por essa obra, que é um sonho de todos os piauienses.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria de cumprimentar o Governador Wellington Dias e cumprimentar o Presidente Senador Heráclito Fortes.

Senador Heráclito, eu gostaria, aqui, de parabenizá-lo por esta iniciativa, porque demonstra a sua preocupação, o seu interesse ao lado dos seus pares piauienses, o Senador Mão Santa, que aqui está. Com certeza esse é um assunto do interesse de todos do Piauí, e o senhor, como representante, os que são representantes do povo, aqui no Senado e na Câmara, com certeza gostariam de ter essa questão do porto realmente solucionada, porque nós sabemos, Governador − eu sou nordestina como o senhor, de um Estado com características semelhantes, do semi-árido, lá do Rio Grande do Norte −, nós sabemos o quanto o porto é importante para desenvolver e que muito nós já perdemos em relação a outras regiões em função de não termos porto, porque também no meu Estado nós temos essa deficiência.

Então, eu quero louvar a iniciativa do Senador Heráclito Fortes, um Senador que tem demonstrado, em todos os instantes, uma defesa intransigente das questões do seu Estado e, aqui, também o Senador Mão Santa, que, embora, muitas vezes, existam aparentemente divergências de posições até, mas a defesa, quando é a defesa do Estado, estão aqui unidos para que o senhor, como Governador, possa conduzir boas ações e leve o seu Estado a uma vida melhor.

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu fui informado pela assessoria que acompanha o Governador Wellington Dias, o Secretário--

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: O Secretário de Transportes.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O senhor quer que ele participe?

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Seria importante tê-lo aqui presente, aqui, para que ele possa--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Qual o nome?

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Luciano Paes Landim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A Mesa convida o Secretário Luciano Paes Landim para compor a Mesa e auxiliar o Governador em qualquer informação técnica que seja necessária.

[pronunciamento fora do microfone]

Concedo a palavra, portanto, ao Governador Wellington Dias.

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: É com muita alegria que compareço, aqui, a esta Casa. Eu quero saudar, aqui, como Presidente, o Senador Heráclito Fortes, o Senador Mão Santa, me alegra, aqui, também a presença dos nossos deputados, o Deputado Átila Lira, Deputado Marcelo Castro, Senadora Rosalba, que nos alegra também pela sua presença, o Secretário Luciano Paes Landim, Robert John, enfim, é uma alegria porque eu creio que, ao trazer para o Senado esse tema, ele reforça a importância de uma obra que é estratégica não só para o Piauí, ela é estratégica para o Brasil.

O Piauí é o único estado brasileiro que tem acesso ao mar, tem um acesso ao oceano Atlântico, que não conta com um porto em funcionamento e, cerca de 23 anos atrás, como conhece bem, aqui, o nosso querido Wilson do Egito Coelho, aqui presente, e toda a equipe também do Ministério, teve uma iniciativa e, na época, com grande apoio do então Ministro Reis Velloso, iniciou-se esse trabalho da construção do porto.

Ali foram investidos, em dinheiro de hoje, entre 120 e 140 milhões de reais. É um investimento considerável, e a obra, em seguida, foi paralisada e permaneceu por um longo período paralisada.

Eu sei que muitos governadores tentaram, por compreender a importância sobre ela. Eu queria primeiro esclarecer que, da nossa parte, nós tentamos, já no começo do mandato, uma solução para que tivéssemos as condições da retomada da obra. Esta obra, inicialmente, iniciada pelo Governo Federal, mas à frente do Governo, o então Governador Humberto Silva, foi transferida para o Estado; foi feita uma concessão dessa obra do porto para o Governo Estadual, e o Governo Estadual fez um contrato com a empresa INACE, que é uma empresa que atua ali no vizinho Estado do Ceará, e o fato é que, por razões diversas, também não houve o prosseguimento da obra durante todo este período. E nós não conseguimos dar uma solução, quanto a uma forma de regularizar a situação do porto, até o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento.

Alguns meses após o lançamento é que tivemos um posicionamento, porque na verdade aquela obra tinha um contrato que, teoricamente, estava vencido, mas não se tinha tomado uma posição. Após consultar a própria INACE, após consultar o DNIT, o Ministério dos Transportes, logo em seguida veio a criação da Secretaria Nacional dos Portos, que veio a facilitar esse trabalho, e, finalmente, chegamos à conclusão de que caberia à Secretaria de Patrimônio da União dar um parecer sobre esta situação, considerado, ali, portanto, a área que daria uma posição final da União sobre o tema.

A Secretaria abriu, então, um processo, e nele resultou no encerramento de uma subconcessão, uma subconcessão que o Estado havia feito com a INACE, com base nas recomendações que foram feitas tanto pela Procuradoria da União, Procuradoria do Estado, como pela Secretaria de Patrimônio da União, o Estado fez um Decreto, um Decreto em que cancela essa subconcessão, e, a partir daí, foi aberto um prazo para recurso; a empresa INACE não recorreu, e, com base nisso, foi considerada, então, a retomada do porto para a União, como uma concessão para o Governo do Estado do Piauí.

Com base nisso, aqui, trabalhando com a bancada da qual, aqui, os parlamentares presentes todos contribuíram, nós tivemos já em 2007 as condições de ter uma fonte de recursos que nos permitiu um contrato com a Secretaria Nacional dos Portos, e esse valor abriu, com um empenho feito no valor de 11 milhões, as condições de realizarmos uma licitação.

O projeto foi trabalhado pela equipe do Ministério dos Portos, com a Agência de Transportes Aquáticos, com base em estudos feitos anteriormente, e eu destaco, aqui, o trabalho do técnico Elói Portela, Dr. Elói Portela, irmão do saudoso Senador Petrônio Portela, que conhecia com muita profundidade esse trabalho, e foi decisiva a sua participação junto com a equipe da Secretaria Nacional dos Portos e da Secretaria de Transportes do Estado, resultando num projeto que colocava que, para que o porto viesse a ter a conclusão da sua obra, precisava de aproximadamente 26 milhões de reais.

Então, com base nesse projeto, voltei, aqui, a dialogar com a bancada; o Senador Mão Santa, no orçamento de 2008, destinou uma Emenda de bancada também necessária e suficiente para a conclusão dessa etapa trabalhada.

Mas não desistimos da proposta, e eu quero aqui louvar a iniciativa do Senador Heráclito, desta Comissão, porque eu creio que uma coisa é a gente ter uma obra dessa, aqui o ex-Ministro João Henrique, Deputado Federal; numa obra como essa, há necessidade de ter uma fonte que permita as condições de iniciar a obra e dar continuidade, e essa é a vantagem das obras no Programa de Aceleração do Crescimento.

Então, nós mantivemos uma posição junto ao Governo Federal, nessa direção. Agora, na semana passada, por uma posição do Presidente Lula, o Ministro Pedro Brito comunicou ao Estado do Piauí que o Porto de Luís Correia foi incluído no Programa de Aceleração do Crescimento, num projeto que está sen-

do apresentado agora ao Brasil, que inclui o Porto de Santos e um conjunto de outros portos nesta área de dragagem, que é a parte mais necessária e, eu diria, possivelmente, a de custo mais elevado para se dar viabilidade ao porto.

Por quê? Todo mundo sabe, os que conhecem ali a área em que o porto foi concluído, ela está numa região em que o assoreamento é muito forte. Mesmo assim, para surpresa dos técnicos que fizeram essa análise agora mais recente, é considerado muito baixo o nível de assoreamento, considerando a localização na foz de um rio, ou seja, a obra que foi feita, inclusive com um anteparo evitando que a foz do rio deságüe diretamente na área do porto, ela foi uma obra bem idealizada, ou seja, os técnicos todos compreendem que aquela alternativa, pensada 23 anos atrás, é a solução correta para aquela localização.

Bom, o fato é que ali, mesmo assim, é uma área rasa, é uma área rasa. É uma área onde, normalmente, com uma dragagem normal, nós vamos conseguir, ali, no máximo nove metros de profundidade; repito, pelas formas de dragagens mais comuns.

Com essa inclusão, agora, no Programa Nacional de Dragagem de Portos, nos permite, repito, como vai acontecer agora com o Porto de Santos, o Porto de Santos vai chegar a uma profundidade de 15 metros; é como se fizesse um canal no leito do mar, e é essa a concepção que também será trabalhada no projeto para o Porto de Luís Correia. A meta é que os estudos possam contribuir para que a gente tenha, ali, uma profundidade não apenas de nove metros, mas que ela possa alcançar a profundidade possível, de preferência em torno de 15 metros, que é o padrão que o mundo inteiro hoje adota para embarcações de qualquer porte. Ficaria em condições de concorrer com portos como o de Itaqui, de Pecém, de Suape, de Santos, enfim, de qualquer outra área.

E o que nós temos agora? Uma licitação em andamento. A previsão é de que ela seja aberta agora no dia 30 de julho; no dia 30 de julho abertas as licitações. A partir daí, vêm prazos de recursos, etc. Eu espero que não tenhamos grandes problemas nessa área, mas nunca se sabe, de tal modo que possamos, ainda, nos próximos 60 ou 90 dias, ter as condições de contratação e início dessa obra. É uma obra, repito, considerada por todos os piauienses como uma obra essencial.

O que eu queria aproveitar, aqui, esse debate, na Comissão de Infra-Estrutura do Senado, e aproveitando, aqui, a presença também dos deputados federais, da mesma forma na Câmara dos Deputados, eu acredito que a viabilidade do porto é maior, ela é maior, se pudermos integrar com a ferrovia, uma ferrovia que também já foi utilizada no passado e desativada há bastante tempo, ligando Teresina a Luís Correia, mais precisamente de Altos a Luís Correia.

No Programa Ferroviário Nacional, ela foi incluída como uma obra genuinamente pública. Ela, hoje, é vinculada ao Ministério dos Transportes. Era uma obra que, na época da privatização do eixo que vai de São Luís do Maranhão, Teresina, em direção a Fortaleza, ela não entrou no processo de licitação, de leilão, ficou ainda a cargo da REFESA, isso terminou atrapalhando, a REFESA vivia um processo de liquidação e, portanto, de indefinição.

Agora, com a concretização da liquidação da REFESA, ela veio para o Ministério dos Transportes, e foi elaborado um projeto. O Presidente do DNIT, o Dr. Pagot, autorizou um projeto, um projeto que, inicialmente, é estimado em cerca de 185 milhões de reais o valor necessário para a reconstrução, a revitalização desta ferrovia no trecho que vai de Altos à cidade de Luís Correia.

Imaginando um trecho de aproximadamente 300 quilômetros, para a ferrovia é um valor que com certeza é bem inferior ao que se está aplicando, hoje, por exemplo, na Transnordestina, na Norte-Sul, em outras ferrovias do nosso país. E, casado com a ferrovia, também entendemos da importância de trabalharmos o Programa de Revitalização da Navegação do Rio Parnaíba.

Então, qual é o ponto aqui que eu considero importante? O porto, eu creio que nós temos, aí, uma possibilidade real de concluirmos esta primeira etapa, como está previsto, até o final de 2009, no máximo começo de 2010. Acredito que, com a entrada desse Programa de Dragagem, do Programa de Aceleração do Crescimento, nós teremos condições de ter um porto com total viabilidade, com total viabilidade, portanto, não apenas como se imaginava lá atrás, um porto para embarcações de pequeno e médio porte.

E, por último, eu acho que, casado com isso, nós temos que trabalhar a revitalização da navegação do Rio Parnaíba. O Rio Parnaíba é um rio navegável. No passado foi o grande eixo nessa área de transporte, Deputado Bessa, nessa área de transporte para o Piauí e para o Maranhão, naquela região. Em razão do grande assoreamento, em vários pontos, ele deixou de ser um rio navegável, e, mais à frente, com a construção da eclusa de Boa Esperança, ali na cidade de Guadalupe, houve uma interrupção de uma navegação viável entre uma região grande produtora, como a região de Santa Filomena, Ribeiro Gonçalves, Uruçuí, Balsas, no Maranhão, e várias outras cidades pelo lado do Maranhão, em direção à Teresina, e, daí, em condições de seguir tanto para São Luís como Forta-

leza, através de ferrovia. De modo que esta bacia do Parnaíba, ela foi incluída no Programa de Aceleração do Crescimento para revitalização. Só que o conceito de revitalização que está é um conceito que ampara a parte ambiental e a parte de saneamento, não inclui a parte de navegação.

Então, é preciso, portanto, que tenhamos, aí, uma ação conjunta para alterar o conceito de revitalização do Rio Parnaíba, como também na Bahia, nos demais estados estão trabalhando em relação ao Rio São Francisco. Por quê? Porque, se nós já temos a bacia do Parnaíba, especialmente o Rio Parnaíba, no Programa de Aceleração do Crescimento para a área da revitalização do Rio Parnaíba, incluir na revitalização a navegação, nós vamos ter um intermodal de transporte dos mais destacados de qualquer lugar do mundo. Nós vamos ter aproximadamente mil quilômetros de hidrovia, inicialmente, da região de Santa Filomena até a cidade de Teresina; nesse caso temos que concluir a eclusa lá de Boa Esperança. A eclusa tem um procedimento já em andamento, fizemos uma proposta ao Governo do Piauí e ao Governo do Maranhão para a CHESF(F), para que a CHESF(f) pudesse antecipar aproximadamente 30, 35 milhões, que é o que precisa para completar e equipar a eclusa de Boa Esperança. E os estados autorizam que seja descontado em *royalties,* que são pagos, ali, pela Hidroelétrica de Boa Esperança. Em seis, sete anos se pagaria esse investimento, e a CHESF(F) admitiu com o DNIT essa parceria. Foi autorizado o projeto, o projeto está numa fase de conclusão. Esperamos, agora, nos próximos 30 a 60 dias, receber o projeto, em condições de licitar, para fazer também essa importante obra.

Enfim, ter mil quilômetros do Rio Balsas e do Rio Parnaíba, do sul, desse miolo central do Brasil, aí, por isso que eu digo sempre que Tocantins, Bahia, Maranhão, Piauí, toda essa região seria beneficiada com a utilização de uma hidrovia até a cidade de Teresina, com uma ferrovia em direção a Luís Correia ou em direção ao Porto de Itaqui ou em direção ao Porto de Pecém, está certo? De tal maneira que nós teríamos, aí, um grande conforto para qualquer produção existente nesta região.

O custo total desse projeto, incluindo os três investimentos, é algo em torno de 400 milhões de reais, que é um valor relativamente baixo para que se tenha mil quilômetros de hidrovia, com cerca de 30, 310 quilômetros de ferrovia e um porto. Tiraríamos o Piauí da situação de ser a única unidade da federação com acesso ao mar que não teria porto e colocaríamos, aí, uma região de grande potencial. Essa região tem um grande potencial já demonstrado na produção de grãos, na produção de algodão, na produção de florestas, na produção de gado, enfim, há um conjunto de produtos e de minérios que justificam e dão viabilidade.

Nesse instante, nós estamos aguardando um projeto de viabilidade que está sendo feito numa parceria do Governo do Estado com o Banco do Nordeste. O piauiense, inclusive, parnaibano, Luiz Carlos, do Banco do Nordeste, assumiu essa tarefa junto com o Banco do Nordeste de viabilizar esse projeto. Com o projeto de viabilidade, nós estamos, aí, em todas as condições, e o trabalho desta Comissão, a posição do Senado Federal e a posição da Câmara dos Deputados com certeza fortalecerão ainda esta tese de trabalhamos essas importantes obras e dando solução até o final deste ano, de modo que possamos, já no ano de 2009, ter contemplado na programação do Programa de Aceleração do Crescimento esta obra.

Portanto, já temos o porto, temos as condições reais em relação à hidrovia, e eu acho que a parte ainda sem uma definição mais clara, mais concreta, é essa da ferrovia.

Eu devo informar, ainda, foi noticiado essa semana, o Governo Federal − e nós já vínhamos acompanhando − deverá estar lançando um conjunto de regras permitindo as condições da atração de investimentos privados para esta área portuária.

O Brasil tem um conjunto de regras que praticamente impedem que o setor privado possa investir nesta área, e eu acho que essa flexibilização que o Governo deverá fazer, nos próximos dias, ela vai colocar um potencial muito grande para o Porto de Luís Correia, integrado, eu repito, com ferrovia, com hidrovia, para que a gente possa fazer, aí, ou uma parceria público−privado ou a condição, em seguida, de uma concessão, que possa dar essa viabilidade.

Portanto, Senador Heráclito, eu quero, aqui, dizer que vejo como de grande importância para o Piauí essa Audiência Pública aqui realizada, trazer para o Senado Federal um tema que é da maior importância para o Piauí, repito, para a região Nordeste, mas também para o Brasil.

Eu creio que o Brasil agora começa a despertar para a importância de olhar para o potencial que tem, em completar o seu intermodal de transportes. Ou seja, durante muito tempo, a gente tinha uma ou outra região do Brasil contemplada por essa área portuária, e eu acredito que nós temos a necessidade de o Piauí ser melhor instrumentalizado com todas as possibilidades, com as condições de transportes aéreo, ferroviário, hidroviário, marítimo e as condições de estradas também, é claro.

Então, eu quero, aqui, agradecer por essa iniciativa, me somar a esse esforço do Senado e creio que é esse conjunto de forças que pode colocar o Piauí

realmente dentro desta programação. Por tudo isso, eu agradeço e me coloco à disposição para qualquer questionamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu agradeço pelas informações do Governador Wellington Dias.

Quero fazer o registro, aqui, da presença do ex-Ministro do Transporte, ex-Deputado Federal João Henrique Souza; do Secretário de Acompanhamento em Brasília do Estado do Piauí, Robert John; os senhores colegas deputados que compõem a bancada piauiense, numa demonstração de interesse pela matéria e mostram o quanto foi acertado, Senador Mão Santa, trazer para o Senado Federal esse assunto, que vem demonstrar que é um assunto que interessa a todos os que querem bem ao Piauí.

Antes de passar a palavra ao Secretário, eu queria fazer uma indagação ao Governador. A questão da concessão, eu mantive contato, aliás, não mantive contato, eu fui procurado pela senhora responsável pela empresa que administrava o porto, INACE.

A anulação do contrato por Decreto não teve vigência legal nenhuma. Um contrato dessa natureza ou você o encerra por acordo ou na justiça. E ela continua, pelo menos as informações prestadas é com o firme propósito de requerer na justiça direitos; acredito até que possa não os ter, mas eu queria chamar a atenção para esse fato. Essa questão tem que estar perfeita e acabada, inclusive, com a desistência dela, para que não haja depois nenhuma demanda jurídica, Governador, e que possa vir a criar problemas para o reinício dessas obras.

Eu fui procurado por ela, por coincidência na posse de um Ministro do STJ que era cearense, nós estávamos lá, ela me procurou, se apresentou, eu não a conhecia, e me disse exatamente isso. Depois, eu tive o cuidado, na semana passada, de saber como que o assunto estava, e ela me disse que estava no mesmo pé. Apenas tinha sido procurada por uma pessoa ligada ao Governo do Estado que perguntara se ela estava disposta a conversar, e ela, então, disse que sim. Eu quero fazer esse registro.

A questão do assoreamento. Nós temos, hoje, a concepção do porto foi para sete metros, o projetado lá atrás e, com o tempo, ele está hoje numa média entre dois e meio e três metros. A minha preocupação é o seguinte: o projeto de dragagem já foi feito, já tem contrato? A modificação do projeto, segundo foi anunciado, quem foi a empresa encarregada de modificar esse projeto?

A minha preocupação, Governador, é que V.Exª honre o compromisso assumido, que, a partir de 2009, nós tenhamos esse porto. Eu quero ir para a inauguração desse porto no ano de 2009, agora, é preciso que para isso se tenha esse novo projeto. Aonde que ele se encontra, como é que se pode ter acesso a ele, para que, tecnicamente, também seja discutido?

Terceira pergunta: a liberação que o Dr. Pagot anunciou é para dragagem ou para construção? Porque, se for para dragagem de porto, tem um sentido; se for para construção, é um outro. Nós precisamos, nesse momento, de obras para construção e também para dragagem. Agora, se o PAC está liberando recursos para dragagem de portos, ele não está liberando recursos para Porto de Luís Correia, o que vai me deixar aqui com profunda tristeza, e eu acho que é hora de a bancada federal se reunir e exigir, se não temos garantia, ainda, a inclusão do Porto de Luís Correia no PAC, porque os 180 milhões, pelo que eu entendi, é para o Brasil inteiro e dragagem de portos. Aí, você vai entrar, meu caro Átila Lira, na grande briga dos grandes portos, dos tubarões em cima de uma fatia que pode ir para o Piauí.

Se V.Exª pudesse prestar esses esclarecimentos, e, por último, a licitação do projeto e a licitação da obra já foram publicadas? Aonde é que se pode ter acesso a ela? Porque a modificação do projeto, ela é muito importante, até porque eu acredito que a tecnologia tenha evoluído de 20 anos para cá e necessite mesmo de algumas modificações. São esses os questionamentos iniciais.

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Com prazer. Primeiro em relação à INACE, eu acho que, na verdade, nós tivemos uma posição, como coloca a Legislação brasileira, da União, através da Secretaria de Patrimônio da União. Com base nessa decisão é que o Estado fez o seu Decreto, com base na... Nós estamos trazendo, aqui, toda a documentação, o relatório que traz toda a documentação, onde senhor vai examinar.

Com base num posicionamento da Agência Nacional de Transporte Aquático da Secretaria de Patrimônio da União, considerando que ele considera nula a subconcessão do Estado para a INACE, o Estado fez o seu Decreto, em que oficializa isso; foi feita a notificação à INACE para que ela pudesse recorrer, venceu o prazo e não houve recurso, mesmo assim o secretário de transportes do Estado, Luciano Paes Landim, esteve com a direção da INACE exatamente, também, dialogando para examinar esse posicionamento.

Em relação à licitação do porto, o secretário pode informar com mais detalhes, mas já foi feita a licitação, foi agora estabelecido o prazo do dia 30 de julho para a apresentação das propostas pelas empresas concorrentes--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Para o projeto?

SR. LUCIANO PAES LANDIM: Da obra.

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Da obra, da obra do porto.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E para o projeto?

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Já foi licitado também antes.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O projeto já foi licitado?

SR. LUCIANO PAES LANDIM: Já.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Tem aí o projeto, a licitação e tudo?

SR. LUCIANO PAES LANDIM: Aqui?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sim, é importante.

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Mas, se não tiver, nós podemos informar com o maior prazer, com o maior prazer.

SR. LUCIANO PAES LANDIM: O projeto está qualificado, contratado, foi feito.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Quem ganhou?

SR. LUCIANO PAES LANDIM: A empresa PETCOM.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): BETCOM?

SR. LUCIANO PAES LANDIM: PETCOM, aqui de Brasília.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): De Brasília?

SR. LUCIANO PAES LANDIM: De Brasília, a empresa PETCOM, aqui de Brasília.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Quais são os portos em que ela trabalhou?

SR. LUCIANO PAES LANDIM: Ela já fez vários portos no Brasil, tanto que, agora, Natal, por exemplo; já trabalhou em Sergipe, se o senhor pegar dados com a Secretaria de Transporte de lá, em Sergipe ela tem trabalhado. Não é uma empresa especializada no ramo de portos, tecnicamente--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A concorrência foi feita pelo Governo do Estado ou pela Secretaria de Portos?

SR. LUCIANO PAES LANDIM: Pelo Governo do Estado, o projeto foi bancado pelo Governo do Estado, foi feito por nós, pelo Governo do Estado do Piauí.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu gostaria de solicitar a remessa para cá do processo licitatório, todo o processo licitatório.

SR. LUCIANO PAES LANDIM: Claro, claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E o perfil da empresa. Pois não, Governador, pode--

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Em relação à parte de dragagem, na verdade, nós tínhamos feito um projeto que previa uma dragagem, repito, mas ela levaria o porto a um patamar, aí, em torno de nove metros de profundidade.

Com essa decisão, agora, da inclusão no Programa Nacional de Dragagem, agora nós estamos trabalhando com a Secretaria Nacional dos Portos, para poder fazer uma reavaliação do projeto inicial, de modo que a gente possa atingir um patamar adequado a um porto que possa abrigar embarcações de médio e de grande porte, dando viabilidade, portanto, ao Porto de Luís Correia.

Em relação à parte da obra, no que foi o porto, é uma obra que se faz a longo prazo. Então, pelo que eu aprendi, não é a minha área, mas o que eu aprendi dialogando com os técnicos, essa parte que nós vamos fazer garante as condições de funcionamento do porto.

Na verdade o porto, a parte mais cara já foi feita, ou seja, são cerca de 27 milhões o necessário para se garantir a conclusão daquilo que estava projetado. É claro que alguém que vier a fazer o gerenciamento do porto, ao longo do tempo, vai fazendo, aí, ampliações como acontece com os demais portos do Brasil.

E o que nós estamos trabalhando é para que, tão logo tenhamos a conclusão da licitação, possamos garantir as condições do início da obra. E o Secretário, aqui, o Luciano, estará encaminhando com certeza, aí, qualquer outra informação que não tivermos aqui nesse relatório.

SR. LUCIANO PAES LANDIM: Inclusive, sobre dragagem, eu poderia acrescentar, Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A possibilidade do Exército participar da obra está afastada?

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Não por falta de interesse nosso. Nós estivemos com o Ministro Jobim--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Provavelmente, por falta de tecnologia.

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: O que falta, na verdade, são condições de dar conta da obra. Eles estão com toda a sua estrutura, por exemplo, se nós fôssemos esperar pelo Exército, eles só teriam condições de tratar desta obra no ano de 2009. Então, por esta razão, achamos conveniente trabalhar o processo de licitação.

A primeira iniciativa foi no sentido de buscarmos o apoio do Exército exatamente por isto: se o Exército pode, se tem dinheiro, então, ele já entra trabalhando, não vamos perder tempo com a licitação. Mas, no diálogo que tivemos com o General Comadson(F) e com o Ministro Nelson Jobim, foi colocado, de forma muita clara: "Olha, nós estamos com muitas obras, o Exército não tem condições, não teria condições de assumir a necessidade de urgência que tem o Estado". E, por essa razão, fomos pelo caminho da licitação.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu, antes de passar a palavra ao Secretário, porque o Governador acabou de nos informar que V.Exª esteve com a direção da INACE. Com quais diretores V.Exª contatou?

SR. LUCIANO PAES LANDIM: Eu queria esclarecer que, através da Secretaria Especial de Portos, o Dr. Wilson, que aqui está, principalmente através do Ministro Pedro Brito, que se empenhou pessoalmente nisso, a Secretaria Especial de Portos tomou a iniciativa de procurar a INACE.

Houve, Senador, uma proposta de um acordo, só que nós sabemos que o poder público, por lei, não pode renunciar a direitos. A proposta que nos foi ofertada, que a Secretaria dos Portos nos enviou uma minuta, não poderia ser feita pelo fato de que não poderia renunciar, até porque a INACE não investiu no Porto de Luís Correia, não houve investimentos. Então, nós não podemos amanhã abrir mão de qualquer processo contra ela no futuro, não é? Nós fomos procurados em Teresina por um representante da INACE, lá tem o Dr. Eduardo--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eduardo?

SR. LUCIANO PAES LANDIM: O Neto, que é um piauiense, que tem--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Qual é o nome dele todo?

SR. LUCIANO PAES LANDIM: Neto Camasso(F).

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Neto Camasso(F)?

SR. LUCIANO PAES LANDIM: Neto Camasso(F), que tem parentes em Tabarana(F), nos procurou e, também, através do Ministro Pedro Brito, foi procurar a direção da INACE. Só que a proposta do acordo que haveria--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Sr. Neto Camasso(F) é diretor da INACE?

SR. LUCIANO PAES LANDIM: Não, veja bem, o Dr. Neto Camasso(F) é irmão do diretor da INACE. Ele nos procurou em Teresina só para saber do acordo. Através dele, conversamos, e também através do Dr. Wilson do Egito, com a INACE.

A proposta do acordo que nos foi enviado, onde ambas as partes abririam mão de qualquer responsabilidade, por lei o poder público não pode assinar uma proposta dessa, afinal de contas, o Estado não pode, é um direito indisponível, é dinheiro público, nós não temos como renunciar a um processo futuro, não é? Afinal de contas, houve um Decreto rescindido este contrato. Por falta de manifestação de defesa da INACE, nós não temos como ir à Justiça, e, amigavelmente, obrigar alguém a aceitar uma rescisão e nem temos como necessidade, segundo o entendimento da nossa Procuradoria-Geral do Estado, Dr. Plínio, de esperarmos ir à Justiça para poder, daí, haver uma decisão num processo de três, quatro, cinco anos, a não ser que a empresa não contestasse, para daí esperarmos e tomarmos providência de continuar as obras do porto.

Então, a nossa decisão foi o quê? Fazer a nossa parte, tomar as medidas cabíveis. Se amanhã a empresa vir a contestar, com certeza a nossa Procuradoria vai saber nos defender, porque nós temos consciência de que nenhum investimento houve; pelo contrário, a falta de manutenção do porto pode ter trazido prejuízos para o estado. Eu acho que, se tem alguém nessa relação que está devendo, não é o povo piauiense, devendo a INACE.

E, quanto à questão da dragagem, Sr. Senador, eu queria só complementar, quando a empresa foi fazer o projeto do porto, ela também fez uma batimetria na área do porto. O porto, hoje, ela constatou que têm lugares com três metros, quatro metros, existe uma área de lama que chega a um metro e meio, o que, segundo os técnicos, não é ruim, pelo fato de que, aí, Governador, a hélice não tem problema com a lama para passar, e o valor que se estimava em dragagem, um valor digamos de 11, 12 milhões − não é Dr. Wilson? − seria um valor menor do que isso, devido a que o assoreamento que a gente pensava que havia no porto ele é menor do que a gente previa. Porque a área do canal, Senador, ela tem área com sete metros, oito metros, então, o maior problema é ali no berço, era uma área menor, a dragagem a ser feita é menor do que a gente pensa, porque uma coisa eu aprendi nessa área portuária: porto é como obra de igreja, nunca acaba. Você vai sempre ampliando, ampliando. Até o Porto de Santos é sempre dragado.

Não adianta a gente gastar dinheiro esse ano com dragagem, porque, se não, no ano que vem, em 2009, 2010, 2011, vai ter que dragar novamente, porque o porto não vai funcionar este ano--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Secretário, não compare obra de porto com de igreja não, que o Vaticano acabou tem muito tempo. Não faça isso, não [risos].

SR. LUCIANO PAES LANDIM: Senador, eu queria esclarecer que--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A igreja de São Benedito está acabada há muito tempo [risos].

SR. LUCIANO PAES LANDIM: Eu queria, Senador, passar a esclarecer que nós temos um relatório, ouviu? Está disponível a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O senhor já vai prestar os seus esclarecimentos.

Eu queria pedir à assessoria que procurasse o endereço do investidor, do empresário Neto Camasso(F), para ser ouvido por esta Comissão, para que ele preste esclarecimentos sobre essa questão.

O meu questionamento, Secretário, e é no sentido, inclusive, de ajudar--

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): -– É que não se encerra um contrato por Decreto, não se encerra. Nós estamos vivendo num Estado de direito. Ou você acaba através de um acordo ou vai para a Justiça.

E o que ocorre? Nós queremos evitar é que amanhã, eu tenho a convicção de que, inclusive, a empresa não tem lá seus direitos, mas ela tem um contrato na mão, e, aí, é preciso o Governo, para tomar atitude, ter que começar a processar o contrato lá no seu início: quem autorizou, quem mandou, por quem foi feito. Aí, é uma questão mais complicada.

A minha preocupação é de que, no correr dessa obra, Governador, com esse entusiasmo que nós estamos tendo, com esse porto inaugurado agora em 2009, entra-se numa decisão de Justiça, e que seja concedido, porque a INACE pode também alegar que não teve, por parte do Estado, desde o contrato iniciado, o cumprimento de alguma cláusula. Eu não conheço o contrato, até gostaria que remetessem para cá uma cópia desse contrato.

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: O contrato está aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Para se ver esse contrato. Eu não conheço esse contrato, nenhum de vocês conhece [ininteligível], para se ver exatamente esse contrato, está compreendendo? Porque eu acho fundamental. Se a INACE quer uma assinatura de que as partes não vão se queixar depois, eu concordo. É muito perigoso para o Estado dar uma declaração dessa, porque tem prejuízo.

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Senador, o senhor me permite? Só para informar. Na verdade, o porto pertence à União.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Claro.

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: A União concedeu, fez a concessão para o estado. O que o estado fez foi uma subconcessão. Então, o detentor do poder em relação ao porto, a União compreendeu, e, com base em cláusulas contratuais, que ele tinha um direito de encerrar essa subconcessão, pelo não-cumprimento de várias das cláusulas.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A União entendeu?

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Isso. Está aqui nos pareceres.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então, a partir do momento que a União entendeu--

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: A responsabilidade é dela.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): -– ela tirou a concessão também do estado.

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Não, ela anulou apenas a subconcessão, está certo? A subconcessão, que é o que o estado fez para a INACE.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A União não tem poderes para anular simplesmente a subconcessão, Governador?

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Com base no contrato, sim, porque--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Aí que é preciso ver esse contrato.

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Ele previa isso. Então, veja só. Hoje nós temos um parecer da União e um parecer da Procuradoria do Estado que dão segurança, tanto que o convênio foi firmado, ele continua, etc. É possível que se tenha alguém que entre com uma ação judicial e que tenha algum juiz que venha--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É isso que eu quero evitar.

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Isso é possível. Agora, o que eu quero aqui lhe dizer é que todos os procedimentos que foram tomados foram tomados em comum acordo entre o Estado e a União, por isso que demoramos tanto tempo, a tal ponto até de perder o prazo para que pudéssemos incluir lá no PAC.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Claro. Todos os procedimentos tomados pelo Governo do Estado são no sentido de resolver um problema que é grave.

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Que é grave. Agora, você veja, por exemplo, meu caro Marcelo Castro: a opinião do Patrimônio da União, no caso, aí, é indevida, porque essa terra tem dono, essa área tem dono. Essa área não é uma área devoluta e não é uma área questionada, é uma área que pertence a um porto, pertence ao Governo Federal, que cedeu ao Governo Estadual, que, por sua vez, cedeu a uma empresa.

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Por isso o Decreto do Estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sim, mas o estado não tem ainda poderes, em regime democrático, de anular contrato por Decreto, Governador. A minha preocupação é exatamente essa. Você pode chegar amanhã, um próprio credor da INACE, e acionar, entendeu?

SR. LUCIANO PAES LANDIM: Mas essa é uma pendência judicial que, se houver, o estado tem como se defender, porque entende não dever nada à INACE.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então, para ficar claro, eu queria ouvir exatamente o que o senhor acabou de dizer, meu Secretário. Temos uma pendência judicial--

SR. LUCIANO PAES LANDIM: Não, uma pendência que talvez haja.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não existe, então, contrato finalizado. Eu quero que fique bem registrado o que nós ouvimos do Secretário.

SR. LUCIANO PAES LANDIM: Não, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Há uma pendência judicial. V.Exª acabou de dizer.

SR. LUCIANO PAES LANDIM: Não, vamos esclarecer, então.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Há uma pendência judicial.

SR. LUCIANO PAES LANDIM: Senador, deixa eu esclarecer uma coisa. Houve um contrato rescindindo. Se os advogados da empresa entenderem que nós estamos errados, cabe a eles--

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Não, mas não há uma pendência, aí, porque não há nenhuma ação.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas, se você disse que cabe a eles, você acabou de dizer que tem uma pendência judicial.

SR. LUCIANO PAES LANDIM: Não, não há pendência judicial.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria que ficasse bem claro isso aqui.

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Aí, como Governador, eu quero dizer, não há nenhuma pendência judicial.

SR. LUCIANO PAES LANDIM: Pendência judicial não há, não há processo nenhum, não há processo nenhum.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Boa notícia. Eu vejo isso com muita alegria.

SR. LUCIANO PAES LANDIM: Não há lide judicial alguma, não há contestação alguma.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu espero exatamente que a empresa não entre com nada, entendeu?

SR. LUCIANO PAES LANDIM: Também.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Que ela não entre, mas pode entrar, entendeu?

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Assim como o estado pode entrar contra a empresa, pedindo, aí, pelos danos que foram causados ao longo do tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Há possibilidade de um acordo? Não houve nenhum?

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Por isso que foi dito: o entendimento tanto da Procuradoria da União como da Procuradoria do Estado é que não poderia o estado fazer um acordo abrindo mão de, em qualquer momento ele poder, constatando que houve prejuízos ao estado, de recorrer. Então, com base nisso é que nós não fizemos.

[falas sobrepostas]

SR. LUCIANO PAES LANDIM: ... o Código de Processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Por exemplo, aquela parte toda de estacionamento, de parqueamento, toda a parte de manobra do porto foi invadida. Como é que vai ser resolvida aquela questão?

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Nós vamos ter que fazer como fizemos agora em relação à orla. Nós vamos ter que fazer um processo. Primeiro que as pessoas estão ali ilegalmente. O estado, por sua vez, reconhece que estão há muito tempo, são pessoas que--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Então, nós estamos negociando a construção de habitações numa área próxima; lá estamos trabalhando junto com o município de Luís Correia.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: --para poder--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É uma boa saída.

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: São cerca de 40 famílias que estão ali naquela área, e o Estado contemplará a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): São reconhecidas pela prefeitura de Parnaíba e pela própria Capitania dos Portos, são 346 casas em toda a área.

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Bom, esses são os dados do levantamento que fizemos lá dentro da área do porto.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Está fresquinho, foi solicitado, você junta, porque são 346 casas. Casas de dois pavimentos, casas boas, inclusive, com energia, com telefone, com orelhão na esquina. É uma complicação, infelizmente--

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): -– que a gente, hoje, não tem mais--

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Nós estamos trabalhando com uma área que os técnicos compreendem como suficiente e necessária para esta área.

SR. LUCIANO PAES LANDIM: E a Polícia Militar vem acompanhando lá, a Polícia Militar vem monitorando a área, lá, para que não haja nenhuma nova invasão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nova invasão, claro.

SR. LUCIANO PAES LANDIM: Porque, a partir do momento, Senador, que a gente começar a procurar, automaticamente isso pode gerar uma situação. Então, há uma vigilância pela Polícia Militar, constantemente, lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu passo a palavra, então, ao Secretário Luciano Paes Landim. V.Exª tem a palavra.

SR. LUCIANO PAES LANDIM: Eu só queria dizer que nós temos um relatório sobre o Porto de Luís Correia, a situação atual, que está à disposição dos senhores, para poder ser distribuídos aos deputados, senadores, a todos da platéia, que explica a relação atual do porto, suas possibilidades, e dizer que o nosso Porto de Luís Correia é um porto que tem uma localização geográfica privilegiadíssima, porque, se você observar o mapa-múndi, observa a localização do porto, é um porto muito próximo dos mercados europeus, norte-americanos.

Então, a gente tem esse material a distribuir. Entendemos que... Vamos torcer que, no final de julho, tendo essa licitação, que as empresas, nós sabemos que há impugnações, que existem recursos, existe toda uma possibilidade, mas vamos torcer que ela não demore muito e que, a partir de agosto ou setembro, a gente possa estar aí trabalhando nesta obra, que tem um cronograma de execução em torno de 14 a 15 meses, 14 a 15 meses.

Quanto à dragagem do porto, que realmente vai ser necessária uma dragagem, apenas no ano que vem, nós já fizemos uma batimetria no porto, temos que aprovar um projeto executivo para a dragagem e, daí, com isso, quer dizer, no ano que vem faremos essa dragagem ou com recursos do PAC ou com recursos de Emenda; o importante é que todo o dinheiro que vier para o Porto de Luís Correia será bem-vindo e será bem empregado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Primeiro, Presidente Heráclito Fortes, eu queria cumprimentá-lo em trazer isso. Wellington Dias, eu queria ajudá-lo nisso. Olha, me permita, que eu nasci ali, eu sei, essa história, e eu quero dizer da verdade. Vamos para a verdade.

Primeiro, diz a história que foi Epitácio Pessoa, não conheci ele. Mas eu conheci, professor Átila Lira, em 1950, Getúlio Vargas discursando na Praça da Graça, naquele tempo, dez horas da manhã; o meu tio era Prefeito, João Orlando de Moraes Correia, e ele disse, em 1950: "Eleito, vou fazer o Porto de Amarração", porque aquele porto começou ali no povoado que chamava Amarração, precisamente aonde é a IPECEA hoje, o entreposto, a casa do meu avô era a de trás.

Fiquei muito chateado porque acabou a nossa praia, as casas, a gente tomava banho era ali, era ali. Aí, foram metendo pedra. Aí, eu vi Joaquim Pires, alguém de vocês conheceu? Bem velhinho, candidato a Senador da República, não foi eleito dessa vez, já bem velhinho, discursar nas pedras, ali, do lado da IPECEA. Acabou a nossa praia, a gente tomava banho era ali, por isso que as casas são ali. Aí, tal e tal. Aí,

de repente, eu entrei nesse negócio de política, que eu não sei, que eu devia era ter ficado na Santa Casa, no lugar do Dr. Cândido, mas estamos com vocês. Aí, eu era Deputado Estadual, Lucídio Portela, Ministro João Paulo dos Reis Velloso.

O Governador Wellington Dias, ele botou dinheiro aí e sonhou com a realização disso. O nosso amigo Átila Lira era importante secretário de trabalho, grande Átila Lira, secretário de trabalho. Fui eu que fui em São João dizer que ele ia ser o secretário de trabalho. Ele sabe como é política. Mas o João Paulo dos Reis Velloso se empolgou, se empolgaram, até ele ia ser Senador, é porque Deus não quis, nós tínhamos o Tião(F). Mas, nessa empolgação, o Governador Lucídio chegou a anunciar com o Ministro a inauguração desse porto, ouviu? E, para surpresa nossa, eu quero dizer: esse documento, Wellington, eu sei, o seu Governo, meu amigo, ele é gente boa, o Luciano Paes Landim, eu sou amigo de toda família, é a família mais importante, Paes Landim, não é por ele, por ele, depois, mas, primeiro, por Emiliano Paes Landim. Você conhece Emiliano Paes Landim? Ele foi juiz de Parnaíba e foi Presidente do Rotary, e eu, Secretário dele do Rotary Clube. Então, aí nasceu; aí todos eles são encantadores.

Mas quero lhe dizer o seguinte: V.Exª é gente muito boa, mas, Governador, eu lamento, esse documento está cheio de inverdades, eu sou testemunha. Eu vi logo na cronologia, aqui. Eu não vou no Epitácio Pessoa, no Getúlio.

Em 1978, eu fui candidato a Deputado Estadual, você entende? Primeiro, V.Exª disse que ele passou para INACE em 1992, era o Governador Freitas Neto; não foi.

V.Exª se lembra? Foi o Alberto Silva que passou isso, esse porto. Então... E outra: em 1978, eu quero te dar o testemunho que estava todo a vapor, tinha um engenheiro muito importante, Mariotti Pires Ribeiro, engenheiro parnaibano, importante, que se dedicou. Ele estava tanto a vapor, que o engenheiro, fisicamente parecia com V.Exª, Governador, novinho, simpático, gente boa, de Sobral.

Eu tenho tanta certeza, porque você sabe como é eleição, e eu era candidato a Deputado Estadual, o Átila se lembra, ficou lá na Secretaria. Olha, era tanto operário botando pedra, e o engenheiro era simpático, parecia o seu biotipo, pequenininho, de Sobral. Tinha tanto operário que ele me prometeu, e eu acho que saíram os votos, porque foi muito voto lá em Luís Correia. Então, estava em obra, eu ia lá conversar. Aqui diz que não. Quer dizer, eu estou lhe dando o testemunho, e o engenheiro gente boa, eu estou, assim, com o nome dele, mas até agradeço, ele era de Sobral e tudo.

Agora, o que eu acho? Aí a preocupação que o Heráclito está com toda razão. O beck(F) maravilhoso, o beck(F) terminou, eu usei, como V.Exª, para terminar a estrada e açude, mas isso aqui, olha, então, João Paulo dos Reis Velloso, dinheiro não faltou, V.Exª não teve o privilégio de ter esse Ministro do Planejamento, eu também não tive, mas era dinheiro muito, e ele sonhou, eu sou íntimo de João Paulo dos Reis Velloso. Aí, Heráclito, foram ver, tinha isso, a primeira vez que eu ouvi essa palavra assoreamento, não vai ter não, porque houve assoreamento.

Enfim, o rio que percorre 1.564 quilômetros vem trazendo água, veio arrastando terra, e pensaram sete metros, e foi medido, naquele tempo, Governo de Lucídio Portela, Átila, deu três e meio. "Assoreou, não dá mais!" E eu vi o José Auto de Abreu, que fez o Dia do Piauí, ele disse que diz um poeta que a morte é como um naufrágio. Então, eu quisera que a minha morte, esse naufrágio, fosse lá às praias do Piauí, aí eu faria um esforço à tona para ver as luzes do Porto de Luís Correia, quer dizer--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): É, foi um romance desse, discurso bonito, S. Exª pode ver, está aqui. Faria um esforço se fosse um naufrágio para ver. Mas aí não saiu.

Depois Deus me permitiu ser Governador do Estado do Piauí, como V.Exª. Eu era apaixonado por isso, não é tão simples. A humanidade é cheia de encruzilhada que V.Exª está enfrentando. Eu sonhei, tive muitas dificuldades, porque o Senador Alberto Silva, que era o meu Senador, ele que passou para esse grupo, ele tem intimidade com eles. Tive muita dificuldade em fazer como V.Exª, mas, teimoso, fui reeleito e andei, andei nesses portos de Santa Catarina, vendo portos, estudando e tudo.

Na época, Elói Portela me ajudou, fiz reuniões, eu não sei se o Marcelo era da equipe, era da área dele, em Parnaíba, lá na Federação, João Paulo dos Reis Velloso tomou parte, esse engenheiro de Sobral, que coisa! O que eu acho que é eles não tinham know-how. O engenheiro é meu amigo, quando foram ver... É como eu mandar os médicos da Santa Casa lá de Parnaíba, que são brilhantes, fazer um transplante cardíaco. Não dá certo, não é Marcelo? Lá em Teresina deu porque foi. É a mesma coisa, eles não tinham know-how. O engenheiro eu devo favor, devo até voto, ele trabalhou.

Então, a preocupação de Heráclito do beck(F) é muito justa e muito correta, porque ele não tem know-how nisso, com todo respeito ao [ininteligível], à identidade. Então, foi acertadíssimo.

Agora, eu quero dizer a V.Exª e, talvez, hoje, é seu aliado político, é assim mesmo, aquele Carlos Alberto Teles, era dez milhões de dólares, mas o dólar não era o de hoje, o dólar era mais valorizado. Para fazer um modelo reduzido, se reuniram, ali, naquele Hotel Alvorada, o Elói Portela [ininteligível] o modelo reduzido, mas o dólar era forte, seus quatro [ininteligível].

Agora, quero lhe dizer o seguinte: Governador Wellington Dias, eu botei o Secretário de Indústria e Comércio para ir atrás de recursos de empresário. Ele arrumou. Aí é que o Heráclito tem razão. Ele arrumou, aí, de repente, eu saí do Governo, é outra história, mas, aí, o empresário me telefonou, eu Governador, como hoje V.Exª, "Governador, mas o Secretário disse que era dez milhões, eu estou aqui, botei, mas a construtora quer mais três milhões de dólares". Naquele tempo, o dólar era pesado.

Então, o Heráclito está dizendo, aí, que pode haver. Aí, de repente, me tiraram, e Deus botou V.Exª, que as circunstâncias Ortega Garcia diz: "Homem é homem...". As circunstâncias de V.Exª é bem melhor. Primeiro, está com esse histórico verídico, aqui eu estou lhe dando a verdade, até a cronologia, V.Exª não tem culpa, mas está cheio de erros no histórico da construção. Então, o "Homem é o homem, e a circunstância é a circunstância". A circunstância de V.Exª é muita.

Eu só acredito nesse porto porque tanta gente lutou. Eu sei que V.Exª é inteligente, é competente, João Paulo dos Reis Velloso sonhou e deu no que deu, eu vi, quer dizer, ele pegou-se de surpresa que não concluir, ele filho da região, da cidade, como Ministro do Planejamento, eu acho que ele... Então, ele pegou por isso. Mas V.Exª, eu acho que isso aí está na hora de eu voltar a aplaudir o nosso Presidente Luiz Inácio. É um negócio, porque já foram muitas tentativas, V.Exª, as suas circunstâncias são melhores, e o Heráclito advertiu(F) dessa realidade. Essa mesma empresa, quando eu exigi, me tiraram, exigiu. Depois, o tal Teles(F), S.Exª, que hoje é aliado de V.Exª, a empresa estava exigindo o que ele dizia, luva, eu não sei o que eles queriam, eu não entendo muito desse negócio, mas eles queriam. Então, eles poderão botar dificuldade, que para nós eles botaram.

Mas eu acho que isso foi um grande avanço e, acreditando, já que eu citei aqui o Ortega Garcia, tem aquele Livro dos Cervantes, Dom Quixote, viu Marcelo? Só não tem jeito para a morte. Isso daí é o apelo que eu estou dando para que V.Exª entre, tenha um pouco, vamos dizer, mais de planejar e ver essas dificuldades, mas V.Exª tem todas as condições. E tanto acreditei que coloquei todas as minhas Emendas e antes conversei com V.Exª na crença(F) e continuo. E, entendendo do assunto, olha, eu acho que as coisas mudam. Aquilo pode ser num modelo residido? Lógico, vamos e venhamos. Por isso que eu digo que a ignorância é audaciosa. Porto é para transporte marítimo, e o transporte marítimo é para carga pesada e para longas distâncias.

Infelizmente, o Presidente Sarney foi Presidente da República; se fosse eu, estaria bem melhor esse país, eu tinha feito lá. Ele fez o melhor porto do Brasil, que é Itaqui, com toda a justiça, passou na frente, e esse porto é tão bom que tem um naviozão grandão que sai de lá para a Holanda, numa linha, enquanto maior, e ali o Ceará já não tem um, está aí o Arruda sabidão, todo: "Tem é dois".

Então, nós estamos imprensados. Porto é para transporte marítimo, transporte marítimo é para carga pesada e para longas distâncias. Nós não temos, mas que tenhamos, vamos desenterrar esses 100 milhões de dólares que estão lá cravado e tenhamos o porto, pode ser misto pesqueiro e pode ser um terminal de petróleo.

Essa é a contribuição que eu quero dizer por que. Bem aí no Ceará, Paracuru, Paracuru, uma caninha(F), uma praia direta, a gente come até *escargot* lá, um francês casou. Não, é uma praia que eu gosto, eu vou com a D. Adalgiza, têm algumas coisas lá. Sim, mas eu vou dizer. Aí, eu, andando, tem um terminal de petróleo, Governador Wellington Dias, o petróleo do Brasil é o mais caro do mundo; o nosso Presidente devia prender como Hugo Chaves, que vende petróleo barato e devagar. Mas e o do litoral do Piauí é o mais caro. Por quê? Porque ele chega ao Ceará, vai para Teresina e volta, ou chega a Mossoró.

Então, esse porto simplificado, num terminal que é tão simples que tem em Paracuru, eu vi, andando lá, a 100 quilômetros de Fortaleza. No meio, misturando melhoria do porto pesqueiro e melhoria desses, vamos dizer, transporte que nos ligasse aos maiores, porque o frete é diretamente proporcional ao tamanho; a passagem é mais barata em avião grande, como também o frete. E esse que o Sarney fez é a realidade e tal.

Mas eu acho, com essa carência(F) que nós temos, V.Exª, com esses dados, só para não ser já... Que V.Exª não sofra o tropeço que eu vi João Paulo dos Reis Velloso. João Paulo dos Reis Velloso ele pensou em ser Senador da República. Eu andei com ele, ganhei até dois inimigos, que eram três: era o Junqueira, você sabe como é política, e o outro era o Bernardinho Vianna, e eu cheguei a fazer campanha para o João Paulo dos Reis Velloso; e aquilo era três, agora ele exigiu ser candidato, inclusive o Lucídio me disse que ia apoiar ele. Então, eu estou dizendo: eu acho que no fundo ele não foi pego(F), porque ia dizer: "Olha, o cara teve tudo e não fez o porto".

Mas, então, V.Exª, aqui, eu estou dizendo, para que não se chegue, viu Wellington Dias? V.Exª não pegue de supetão, tem esses obstáculos, mas eu acredito, e agora a circunstância é outra.

O Luiz Inácio, quando conversava comigo, ele dizia: "Cuide do meu menino", mas esse "meu menino" dele ficou sabido demais. Então, Wellington, seja feliz, e eu acho que... Aqui, isso foi importante, eu vi um discurso do Roth(F) que diz: "Derrubam-se todos os muros, e a gente se une em volta", e aqui você derrubou, com esse porto, toda as siglas, todos os interesses, embora estejamos vendo o quente. O Heráclito tem um candidato lá, acolá; o meu candidato aqui é esse homem ético da política brasileira, mas o muro--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Tem um muro que separa o México dos Estados Unidos, tem um muro lá em Jerusalém e muro para tudo quanto é canto.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Mas tudo que nos afasta e que nos une: o porto. Então, V.Exª está com as circunstâncias. Seja feliz e vamos juntos e vamos até ressuscitar o José Auto de Abreu, que disse que queria ver as [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o Governador Wellington Dias.

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Primeiro saudar o--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Senador Heráclito?

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Pois não.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Um segundo apenas. Senador Heráclito, um segundo apenas, porque eu estou sendo convocado para votar o projeto de piso salarial dos professores aqui na Comissão vizinha, que é a Comissão de Educação, mas eu gostaria de me colocar à disposição.

V.Exª mesmo citou aí o caso da indústria naval do Estado do Ceará. Qualquer pendência que tiver, eu acho que os senadores do Estado do Ceará têm que estar à disposição do nosso Estado vizinho, o Piauí, para que nós possamos ajudar o Piauí na solução para construir ali um porto; é uma luta também histórica do povo piauiense. Está aqui o Mão Santa e tantos governadores que já passaram pelo Estado do Piauí, buscaram alcançar esse objetivo, que seria uma grande vitória para o povo do Piauí. Eu acho que nós temos que nos irmanar nesse objetivo de apoiar em tudo, incluir essa grande obra dentro do Programa de Aceleração do Crescimento e desembaraçar, por todos os meios, qualquer dificuldade que possa, digamos assim, colocar uma pedra que não seja no devido lugar, que é uma pedra para poder acentuar a construção do porto. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero dizer que V.Exª é um homem ligado, é dado a ler a Bíblia. Fique certo de que o homem dono da palavra guardada é escravo da palavra anunciada. Já li até uma missão aqui para V.Exª [risos]. Eu gostaria de pedir o seu empenho no sentido de que nós formemos, aqui, uma Comissão para ouvir a direção do INACE.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A outra alternativa seria chamá-los aqui. Eu acho que não é não conveniente. Então, o quê que eu queria? V.Exª poderia escolher mais um senador que lhe acompanhasse nessa conversa e pediria permissão ao Governador ou ele próprio ou o Secretário de Obras o acompanharia nessa conversa. E, aí, eu pediria ao Dr. Wilson, se fosse o caso, contatasse com o Dr. Pedro Brito, se ele tiver tempo de atender ao Senado, eu sei que ele é muito ocupado, mas se ele tiver um tempinho, para ver se indica uma pessoa para acompanhar. É uma maneira de encontrar uma solução e de se saber até onde esse assunto rende ou não. Fechado?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Estamos às ordens.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Portanto--

SR. LUCIANO PAES LANDIM: Sem problemas.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pronto. Concorda?

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Concordo. Então, deixa eu--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então, está indicado, apenas vamos marcar a data. V.Exª pode ir também, Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria saudar o Governador, que tem o meu nome também e--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Só que V.Exª é Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É, ele é Dias [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Tudo a ver com porto, viu?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): A sua sorte é que nós estamos tratando de um porto no mar.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu também vou ter que sair para votar--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas é de um estado que não tem mar.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas eu queria, inclusive, parabenizar o Governador, não só o Governador, como também todos que estão aqui presentes, porque o Piauí, ultimamente, tem aparecido bastante como desenvolvimentista.

Nós começamos lá com a questão da avaliação da escola, onde apareceu a melhor escola do país na avaliação sendo do Piauí; depois viemos com uma série de eventos acontecendo. Independente de Governo, independente de ideologia, de partido, eu acho que a bancada do Piauí tem feito um grande trabalho.

Eu tenho um carinho especial pela cidade de Floriano, no Piauí, já falei, o Senador Heráclito sempre coloca para mim, o meu irmão eu acho que tem um viveiro que é o primeiro lá do Piauí que é aprovado pela EMBRAPA para caju anão precoce, tem sentido nessa questão do caju que tem ido muita coisa para o Ceará, Senador Heráclito; as castanhas de caju vão direto para o Ceará, onde são exportadas. Não são exportadas pelo Piauí, eu acho isso uma covardia, porque no Piauí tem grandes plantadores de caju e com a sua castanha, conseqüentemente.

Então, eu também tenho que votar, Governador, mas é bom tê-lo aqui, toda a sua equipe e falar que pode contar com o meu apoio, não só o apoio simples, mas um carinho especial que eu tenho também pelo Senador Heráclito, com certeza se eu tiver, Senador Heráclito, participar de alguma batalha, eu acho que eu fiz um passado de grande mestre de batalha [risos].

Então, eu vou ter que me retirar também para votar, mas é bom tê-lo nessa Casa. Eu tenho uma admiração especial por V.Exª, e que o Senador Heráclito, o Senador Mão Santa e também o outro Senador, também, cuidam muito bem do Estado do Piauí aqui, está muito bem representado. Era só isso que eu queria colocar. Obrigado.

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Me permita?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o Governador Wellington Dias.

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Saudar aqui o Senador, o meu xará, Wellington Salgado, dizer que é um prazer muito grande esse apoio.

Eu quero só reafirmar, aqui, antes de entrar nas minhas respostas, eu acho que esta Comissão é uma Comissão que tem um peso muito importante, não só dentro do Congresso Nacional, mas na sociedade.

Eu acho que uma posição desta Comissão favorável à inclusão da obra do porto no Programa de Aceleração do Crescimento e, mais ainda, combinado com a revitalização da ferrovia e da hidrovia do Parnaíba, eu acho que é algo que facilitará muito o convencimento do Governo Federal nessa direção. Eu acho que é algo que será de grande contribuição.

O fato, como eu dizia, aqui, é esse, não só o Piauí, essa região; uma região que tem o mais baixo IDH no Brasil é essa região do Piauí, Maranhão, lá atrás, o Ceará, o Ceará deu uma melhorada, e o Tocantins, e é um miolo central, com uma capacidade de riqueza gigantesca.

É aí nessa região que nós temos a maior produtividade do Brasil na área do algodão; a maior produtividade do Brasil na área da soja; uma das maiores do Brasil na área do milho. Da produção de alimentos, produção daquilo que é essencial à vida, etanol, floresta, celulose, enfim. Então, há um potencial gigantesco aí. Qual é problema dessa região? Falta de infra-estrutura, falta de infra-estrutura. Veja, o Piauí é o único Estado brasileiro com acesso ao mar que não tem um porto concluído, já tem uma obra em andamento. É muito barato. Imagina o que é para qualquer lugar do Brasil, com vinte e sete milhões, se fazer uma etapa, que é isso que o Senador Mão Santa colocava aqui, para colocá-lo em funcionamento. Agora o Senador Mão Santa tem razão: pensar em porto no mundo moderno hoje tem que pensar numa profundidade de calha maior, por isso que ingressar nesse Programa de Dragagem Nacional para poder se aprofundar. Hoje vários países do mundo estão aprofundando o leito dos rios, estão aprofundando as suas calhas. Eu repito aqui: o Porto de Santos é um porto que agora vai ser feito um leito no mar para poder viabilizar embarcações maiores. É isso que nós queremos. Por que é que se faz em Santos e não se faz no Piauí, em Luís Correia? Então, eu acho que é um direito de Santos ter essa sua dragagem, como outros portos do Brasil, mas também é preciso o Brasil olhar para regiões de grande potencial como essa.

Eu quero aqui apenas, primeiro registrar aqui dessa ação concreta do Senador Mão Santa de colocar a Emenda, que é o que permite as condições da licitação, da obra em andamento junto com uma outra trabalhada o ano passado. Está aqui o Deputado aqui Nazareno também presente, o Deputado Paes Landim aqui também pelo Piauí, nos alegra a presença da bancada. Lá nesta área, o que a gente precisa ter

um cuidado muito grande é porque é uma área também muito frágil. Ali nós temos o delta do Parnaíba, ou seja, de um lado precisa ter um porto que tem que ter os cuidados ambientais, que há duas riquezas ali necessárias que têm que ser bem trabalhadas. Então, todo o cuidado que nós estamos fazendo, qual é o objetivo desse porto? Como fazer ele atingir esse objetivo com todos os cuidados ambientais que não prejudique o outro potencial de riqueza que temos, que é na área do turismo, por exemplo, por conta da presença ali de lençóis maranhenses, delta do Parnaíba, Cambuci e Jericoacoara, que é um região hoje belíssima do nosso país.

Eu cito nessa discussão agora da refinaria, que foi citada aqui, para dar um exemplo, nós não temos tivemos condições sequer se concorrer, porque um dos requisitos era a existência já no momento atual de um porto de um calado profundo, está certo? Então, por essa razão, terminei apoiando, ou seja, se não vai para o Piauí, vai para o Maranhão, que é outra região ali que tem grandes necessidades, assim como agora ir para o Ceará, mas eu acho que sem dúvida alguma dando solução ao porto nós vamos ter mais condições de mais à frente ter, não foi concluído ainda a finalização, mas seguramente nessa região nós temos petróleo. Na sétima rodada já temos blocos sendo pesquisados no mar, ali naquela região e com certeza--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Bloco quatro e bloco dez.

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Bloco quatro e bloco dez, e no interior do Piauí e Maranhão gás, está certo? A Agência Nacional de Petróleo deve concluir agora em setembro a segunda etapa da pesquisa, com certeza por coincidência nessa região de Floriano, está certo? É uma região que--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V.Exª fique tranqüilo que vai se transformar num xeique no futuro.

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: [risos] Então, eu quero aqui, ao saudar aqui esse debate, registrar isso. Eu creio que a bancada na Câmara, onde está tramitando esse projeto da revitalização do São Francisco e queremos que seja São Francisco e Parnaíba, nós podemos lá introduzir esse conceito de revitalização incluindo navegação. Feito isso, nós já temos as condições da hidrovia dentro do Plano de Aceleração do Crescimento. No outro ponto, eu acho que tirar uma posição, tanto da Câmara como no caso aqui da Comissão do Senado em direção ao Executivo favorável à inclusão no PAC desse intermodal hidrovia-ferrovia-porto, uma obra que eu dizia aqui, Senador Wellington, com quatrocentos milhões de reais você passa a ter mil quilômetros de hidrovia, beneficiando o Piauí e o Maranhão e toda essa região, esse miolo central do Brasil, mais uma ferrovia de trezentos e dez quilômetros aproximadamente, mais um porto. Então, é um valor relativamente baixo. Pensando do ponto de vista de investimento, qualquer um que entende da área de transportes sabe o que eu estou falando.

E temos um dado que eu quero registrar. A presença do Ministro Pedro Brito. Eu acho que foi importante o Brasil ter tido essa coragem de criar a Secretaria Nacional dos Portos. Achei estranho não ser porto fluvial e porto marítimo juntos, mas pelo menos já temos o marítimo, já é um passo. E o Ministro Pedro Brito, sua mãe também é de Parnaíba, por coincidência, está certo? Então, tem tido um apresso muito grande, eu reconheço todo o empenho que ele tem feito a partir do momento em que se criou a Secretaria, que as coisas começaram a andar efetivamente. Então, o que é que eu espero? Que agora no final do mês, se Deus quiser a gente não ter nenhum problema, por isso que eu acho que essa iniciativa de dialogar com a INACE é sempre importante, mas nós teremos a finalização da licitação da obra do porto, queremos paralelo a isso estar reavaliando a obra de dragagem, para o projeto também ser pode ser contemplado nesse Programa Nacional de Dragagem que vai ser lançado ao país agora até o mês de agosto, está certo, de tal maneira que a gente possa já no ano de 2009 inaugurar a primeira etapa do porto, considerando que ele no futuro vai necessitar de novos investimentos.

Então, eu fico muito feliz, eu também sou muito animado, não só com o Brasil, mas também com o Estado do Piauí, eu creio que há um momento que independe de eu ser Governador, eu acho que é um momento muito importante. Nós agora passamos, crescemos muito a produção de alimentos, nós somos passamos de 15 estados e tem um potencial gigantesco, eu sempre me refiro ao Piauí. O Piauí é do tamanho de São Paulo com três milhões de habitantes. Ainda tem 80% das suas reservas nativas, podemos planejar de forma moderna o desenvolvimento daquele estado. Tem potencial nessa área de mineração, níquel, está lá a Vale do Rio Doce, ferro, manganês, opala, a presença de mármore, a presença de calcário e fósforo ao lado da região produtora de alimentos. O que é que falta? Infra-estrutura.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ferro, níquel.

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Isso, eu já citei aqui. É um potencial gigantesco para o agronegócio, tanto para alimentos como bioenergia, como madeira, enfim, há um conjunto de produtos a ser colocado, localizado estrategicamente, próximo das regiões de grandes consumidores. Quan-

do a gente inaugurar o Aeroporto de Parnaíba, para pegar aeronaves maiores, nós vamos ficar a seis horas de Lisboa, para dar um exemplo. O porto vai ficar muito próximo da Europa, muito próximo da América do Norte, muito próximo da África, do Oriente Médio, ou seja, a localização não pode ser melhor. Então, é uma região muito rica essa região. O problema dela, não só do Piauí, do Maranhão, do Piauí, do Pará, do Tocantins, ou seja, esse miolo central brasileiro, o grande problema dele é infra-estrutura, especialmente nessa área de transporte e nessa área de energia. Eu acho que se a gente resolve esses dois problemas, dando essas condições mínimas, vai continuar, na minha avaliação aí por pelo menos 30, 40, 50 anos sendo a região do Brasil que mais cresce. Nós desde 2003 já crescemos acima do que cresce o Brasil e acima do que cresce o Nordeste, que é uma das regiões que mais cresce. O nosso Produto Interno Bruto deverá este ano dobrar em relação a 2002 em valores nominais. Nós tínhamos um PIB de sete milhões, já nesse novo cálculo devemos chegar agora a cerca de 14 bilhões. Então, há um potencial gigantesco. É bom para o Piauí, mas é bom para o Brasil, eu acho que é uma dívida que essa Comissão e o Senado Federal resgata para o Brasil. O que nós estamos querendo é apenas esta oportunidade. O Brasil deu a oportunidade, não tenha dúvida que o povo brasileiro que vive naquela região saberá aproveitá-la, contribuindo imensamente por esse nosso país.

Então, Senador Heráclito, eu quero aqui agradecê-lo e parabenizá-lo por esta iniciativa, eu creio que, repito aqui, é de grande importância uma posição dessa Comissão, a gente viu aqui vários senadores se manifestando, dirigida para que a gente tenha, repito, nesse caso não só o porto, eu acho que esse intermodal, esse intermodal aí da hidrovia, da ferrovia e do porto é algo que marcará profundamente no desenvolvimento daquela região. Eu quero agradecê-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Continuando, nós temos aqui, e eu consulto os senhores senadores, nós temos aqui a presença de alguns deputados. É uma Audiência Pública e eu me sentaria frustrado se não ouvíssemos os que já estão inscritos. Se os senadores concordam--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Concordo plenamente, inclusive, Senador Heráclito, eu fico assim, com a exposição do Governador, eu não entendo por que é que o Governo não investe no Piauí. Eu não entendo isso. Por quê? Porque está entre dois grandes Estados do Nordeste? Eu não entendo isso. Porque explanou aqui todas as necessidades, as oportunidades de negócio. O que é que custa investir quatrocentos milhões no Piauí?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu fico muito feliz em ouvir isso de V.Exª, que é da base.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não é questão de ser da base ou não, Senador, é uma questão de oportunidade para o país, é uma questão de oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero que V.Exª nos ajude.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu vou ajudar, mas eu estou dizendo o seguinte: é uma questão de oportunidade para o país. Eu vi, Governador, eu vi hectare em Floriano sendo vendidos a dez reais, uma nota de dez que você dá para guardar um carro. Eu vi isso, hoje está 2000.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Guardar um carro?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Para guardar um carro para ninguém te arranhar o carro, você dá. Eu vi isso. E outra coisa: eu vi sendo vendido a dez e a pessoa que estava vendendo ainda estava devendo ao banco, quer dizer, é uma coisa absurda isso. Eu vivenciei isso, caminhei, comi o meu peixinho lá no rio, lá em Floriano, fiquei no hotel ali em Floriano, freqüentei lá com o meu irmão dez anos atrás, o meu irmão que hoje toca, mas eu vi isso, quer dizer, hoje está dois mil reais o hectare e eu acho que deve valer quatro, o Senador Heráclito deve saber que está valendo isso, quer dizer, por que é que não investe quatrocentos milhões nesse Estado? Por quê? Nós temos três senadores. Senador Heráclito, o Governo não pode ter por questões, por posições políticas, posicionamento em não investir no Estado de V.Exª. V.Exª, inclusive, é do partido do Governo, tem que ter um carinho especial com V.Exª, tem que ter um carinho mais especial ainda, entendeu? É só isso que eu queria colocar, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero dizer a V.Exª que V.Exª tomou o meu discurso, o meu discurso com relação ao Piauí era exatamente esse, era exatamente esse. Eu acho que o Piauí está perdendo a grande oportunidade, o Governo Federal está sendo injusto com o Estado do Piauí. Nós deveríamos ter uma atenção melhor.

Mas, Governador, nós temos aqui, portanto, dois Deputados inscritos, é o Deputado Átila Lira e o Deputado Paes Landim. Eu quero crer que o Deputado Bessa, o nosso senhor das águas, em se tratando de um assunto dessa natureza, depois vai querer se manifestar. Eu não tenho nenhuma dúvida disso, certo? Mas antes disso eu queria perguntar a V.Exª, até um dúvida que ficou depois da intervenção do Senador Mão Santa. Nessa primeira etapa o porto servirá ape-

nas para líquidos, produtos líquidos ou já também para granel? Como é que está sendo--

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Para os dois. O que eu coloquei apenas é que, por exemplo, a Petrobrás BR Distribuidora estarão instalando lá uma base. Isso que o Senador colocou aqui é perfeito. Hoje é preciso ver de Fortaleza para Teresina, para de Teresina ir para Parnaíba. Como o preço do petróleo tem a ver com transporte, encarece lá nessa região. Ali nós vamos poder ter condições de atracar e abastecer, já lá(F), inclusive pelo lado do Maranhão e pelo lado do Ceará naquela região, que fica mais próximo, Camocim, Barreirinhas, etc. e etc.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Segundo questionamento: para esse ano são apenas os 27 milhões ou tem mais algum recurso assegurado para este ano?

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Para este ano, 27, para este ano os 27.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É pouco, a gente tem que fazer um esforço--

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Os vinte e sete são suficientes para concluir essa primeira etapa. Qual é a mudança que tem? Entrando no Programa de Dragagem, aí nós teremos já condições de, quem sabe, este ano, se dermos conta aí do projeto ficar pronto, para poder ter um aprofundamento maior. Eu repito: a vantagem que tem essa decisão comunicada pelo Ministro Pedro Brito de incluir o Porto de Luís Correia no Programa Nacional de Dragagem, é que ele garante um status de um porto para embarcações de médio e grande porte. Ela ficaria no máximo a embarcação de médio porte, passaria para embarcações de médio e grande porte. Isso muda completamente, vamos dizer assim, o potencial desse porto.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Dr. Wilson, que está aí informalmente, qual é o calado de Pecém?

SR. WILSON DO EGITO COELHO FILHO: Pecém varia de 12 a 15.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Doze a 15. São Luís?

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Lá é profundo.

SR. WILSON DO EGITO COELHO FILHO: São Luís é de 18 a 20(F).

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Dezoito.

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: É o mais profundo do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É o mais profundo, eu sei.

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Mas o de Santos é 12, não é isso?

SR. WILSON DO EGITO COELHO FILHO: Doze metros, mas--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O de Cabedelo?

SR. WILSON DO EGITO COELHO FILHO: O de Cabedelo são dez metros.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Dez metros. Então, estamos no--

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: O nosso, na previsão, é para dez.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Uma matéria de janeiro diz que o CREA condena o Porto de Luís Correia. Esse assunto já foi superado?

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Foi superado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra, então, o Deputado Átila Lira.

DEPUTADO ÁTILA LIRA (PSB-PI): Sr. Presidente, senhores parlamentares, senhores senadores, senhores deputados, minhas senhoras e meus senhores, Sr. Governador do Estado, Sr. Secretário, Sr. Presidente Heráclito Fortes. Eu acho que essa iniciativa do Senado, de V.Exª, do Senador Mão Santa e João Vicente, eu acho ela muito importante, na medida em que essa questão do porto é um questão das mais importantes do Piauí hoje. Aquilo que nós conversávamos antes, não é possível que nós continuemos com essa questão do porto como um desafio e que nós não possamos enfrentá-lo agora. Não podemos mais adiar. Eu acho que toda a vida do Mão Santa foi vendo essa história do porto, ele que é de lá, e nós também, como um todo no Piauí, nós acompanhamos e procuramos... Às vezes não temos como responder, a população cobra por que é que isso não foi concluído, essas coisas. Às vezes, até não acredita.

Então, essa iniciativa tem um ponto importante porque retoma a discussão, compromete mais o Governo, a presença do Ministro da parte de portos tem que ser vista no sentido dele estar presente para nós amarrarmos os compromissos em torno dessa questão do porto, que é um questão de infra-estrutura, ter uma lógica econômica de fazer com que outros investimentos aportem, vamos usar até um pleonasmo, aportem no Estado e mudem essa região nossa. De fato dos Estados brasileiros em que a presença do poder público federal é menor é no Piauí. Piauí é um dos Estados mais prejudicados por falta de uma ação direta

do Governo Federal. Essa saída para o mar, ninguém precisa mais nem estar aqui fazendo apologia, ela é necessária. O Governador colocou muito bem a questão de nós perdermos outras oportunidades de negócio por falta do porto, por falta da ferrovia que foi outro erro desastroso na história do Piauí, foi a desativação dessas ferrovias, mas historicamente isso está relacionado ao nosso azar. O único lugar onde não poderia se privatizar as coisas era no Piauí. A década de 90 é justamente a década em que o pensamento da saída do Estado da economia prevaleceu, é o término dos Governos militares, é o pensamento liberal prevalecendo, é a extinção da Portobrás. A Portobrás que era a Agência governamental, que toda ano ela planejava: bota aí dez tostões para o Piauí, para o Maranhão, essas coisas todas. Acabou o Portobrás, o Reis Velloso, que era um Ministro do período militar que fez o maior esforço para que esse porto acontecesse, encerrou a sua participação. Os piauienses não deram mandato para ele de Senador. Depois nós vamos pegar essa história com o Mão Santa aqui.

Mas o que é certo é que o período da ação governamental proibida no país, com a extinção da Portobrás, acabaram também com o Piauí. Acabou o porto, acabou a ferrovia. O poder público, onde ele tem menos obrigações é no Piauí.

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Parou a eclusa.

DEPUTADO ÁTILA LIRA (PSB-PI): Parou a eclusa, parou tudo, ou seja, privatizaram um Estado que não poderia nunca ter ação privada como condutora do progresso. Então, essa retomada agora, que a gente acredita que vá ser mais--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Só um aparte para reafirmar que está tudinho no trabalho dele. 1983, a ação da Portobrás, depois que acabou--

DEPUTADO ÁTILA LIRA (PSB-PI): Acabou a Portobrás porque a Agência estatal, ela tinha o decálogo daquilo que tinha que fazer todo ano, tinha que botar um pouquinho de dinheiro para cada lugar. Isso acabou e os portos no Brasil, mesmo não sendo privatizados, ficaram ao léu. Santos sobreviveu pela pujança da economia e os outros... Itaqui porque o Sarney abraçou e nós perdemos essa oportunidade histórica que está nos penalizando.

Então, vamos retomar isso, a iniciativa do Governador é louvável, é meritória, ele vai ser consagrado. Eu sempre digo que o Governador do Piauí, o Heráclito, era para ser, não foi porque não deu certo, mas há de ser ainda [risos], do nosso Wellington Dias, por ser um Governador de estradas e da infra-estrutura. Então, vamos completar isso.

Então, o que é que me preocupa hoje? É que a concessão fique ainda nas mãos do Estado, está certo? Isso eu tenho medo de não ficar diretamente na responsabilidade da União, que aí não dependeria só das Emendas nossas que são pequenas, mas sim de obrigações permanentes do Governo Federal em financiar o investimento que é contínuo, está certo?

Então, esse retorno à União é fundamental, que eu quero ver o que é que o Governador pensa sobre esse assunto: se esse modelo não vai nos penalizar, também, de ter uma operadora de portos piauiense, está certo? Itaqui é diferente porque tem lá a Vale do Rio Doce comandando o porto de qualquer jeito.

Agora para completar eu quero, portanto, parabenizar a todos, todos nós estamos empenhados, o Mão Santa que num gesto de grandeza destinou os recursos... Dr. Alberto, eu o censurei na outra reunião que nós tivemos porque ele prometeu colocar o dinheiro também para o porto e essa Emenda não chegou lá. E quero cobrar dos Deputados, esse ano, um--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Foi para onde?

DEPUTADO ÁTILA LIRA (PSB-PI): Não sei, então, é isso que eu queria destacar. Portanto, era isso, eu sou uma pessoa que acredita muito que essa obra vai se tornar uma realidade, sobretudo porque o país mudou, essa inclusão no PAC vai ser fundamental e o Governo já pensa diferente. A criação da Secretaria de Portos, talvez uma outra empresa para coordenar a política de portos no país, vá nos dar segurança de que esse porto começa agora e vai ser duradouramente um dos pontos mais importantes para mudar a economia piauiense. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria apenas dizer, viu Senador Mão Santa, fazer uma justiça ao Senador Sarney. O Porto de Itaqui foi construído com o trabalho dele antes de Presidente da República. Eu acho que a conclusão, alguma ampliação, foi ele como Presidente da República, mas foi uma briga que ele manteve aqui durante alguns anos, inclusive com o Senador paraense Jarbas Passarinho, mas foi um trabalho de bancada, foi um trabalho dele como Senador, evidentemente, comandando a bancada do Maranhão naquela época, mas teve início ele ainda Senador, ganhou essa guerra com o Senador Passarinho, gerou muita mágoa, muitas feridas, umas até agora não cicatrizaram, e ele depois, como Presidente da República, ele deu outro impulso. Com a palavra o Deputado Paes Landim.

DEPUTADO PAES LANDIM (PTB-PI): Sr. Presidente Senador Heráclito Fortes, muito obrigado a V.Exª pela oportunidade que está dando aos Deputados do Estado do Piauí para se manifestarem sobre

importante tema, resultante da convocação de V.Exª ao senhor Governador do Estado para falar aqui exatamente sobre o Porto Luís Correia.

Eu infelizmente não pude chegar aqui no inicio porque eu estava na Comissão de Relações Exteriores, nós estávamos votando uma importante Convenção, a 158 da OIT, era um tema muito polêmico e eu fiquei lá preso até onze e pouco, razão pela qual não vi o início das discussões. Eu fui chegando e aqui estava falando o eminente Senador Mão Santa e até me preocupei, eminente Senador, quando V.Exª falou do documento que havia um engano, e falava em 1992, a concessão. Mas aqui num ofício que eu estou vendo agora do Governador, dirigido a Indústria Naval INACE, em 7 de dezembro de 2007, ele diz claramente: "A cessão em questão foi realizada para um prazo inicial de 50 anos, contados a partir de 14 de dezembro de 1988", o Governador era o Alberto Silva. Deve ter sido um engano da empresa.

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Só para clarear aqui, me perdoe, eu não clareei. Na verdade, tem antes, aí, que a concessão foi feita realmente em 1988. O que aconteceu em 1992 foi--

DEPUTADO PAES LANDIM (PTB-PI): A assinatura do contrato?

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Quando a gente tem, aí, a extinção da Portobrás, houve a necessidade de se celebrar um novo contrato.

DEPUTADO PAES LANDIM (PTB-PI): Está certo.

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Está certo, mas só um aditivo na verdade.

DEPUTADO PAES LANDIM (PTB-PI): Tudo bem, é que eu tinha visto um ofício aqui de V.Exª, Governador, por isso que eu.... Pois bem.

Eu quero aqui, Senador Heráclito, também aqui aproveitar o ensejo, isso não tem nada a ver com parentesco, pelo fato de ser meu primo, mas o Luciano, o Dr. Luciano Paes Landim, fez aqui um belo trabalho e teve a inteligência de se apoiar numa equipe excelente do nosso Elói Portela, que foi diretor da Portobrás, aqui, em Brasília, um apaixonado pelo porto; foi seu professor o Elói Portela; o nosso querido Wilson do Egito Coelho Filho, filho do saudoso Wilson do Egito Coelho, aqui, sobrinho, afim do Senador Petrônio Portela; a engenheira Márcia [ininteligível], quer dizer, uma equipe de alto nível. E o Luciano, com muita equidade, conseguiu rescindir, provocar a rescisão do contrato com a ENDADE(F) e num resumo que ele fez aqui, no estudo formulado por ele a pedido do Governador do Estado, ele disse com muita propriedade, realmente eu sei que é uma das preocupações de V.Exª, Senador Heráclito Fortes, eu vi alguns comentários do senhor na imprensa, eu acho que essas considerações finais aqui do relatório do Luciano de certa maneira tira um pouco das preocupações de V.Exª, é a inspeção visual dessa equipe de alto nível, o Elói, o Wilson e a equipe da atual Secretaria de Portos: "A inspeção visual mostrou que apesar do total abandono em que se encontra o local pela visível ação do tempo desses 25 anos, nada impede que seja promovida a retomada das obras. Testes de resistências deverão ser realizados pelos projetistas com a finalidade de se conhecer a capacidade de carga da estrutura existente no cais e as restaurações necessárias deverão ser incluídas no escopo de serviço, de forma que o porto possa operar com total segurança". Então, eu acho que V.Exª tem dado grande contribuição para esse debate, cada vez mais esclarecedor e é importante que venha também o Sr. Ministro Pedro Brito, que tem o maior interesse no porto, até porque a sua mãe nasceu na Parnaíba, ele realmente apaixonou-se pela idéia do porto.

Eu queria responder, aqui, ao nosso Átila, que infelizmente já saiu, eu acho que hoje, se a gente pudesse, eu li no Estado de São Paulo segunda-feira, num editorial muito bom, é um jornal insuspeito, é um jornal que, de certa maneira, é de oposição ao Governo, oposição, como é o espírito do *O Estado de São Paulo,* com muito respeito, uma oposição democrática, traz no editorial elogiando a iniciativa do Ministro Pedro Brito, em estudos e ainda não concretizada efetivamente, a respeito da eventualidade de entrar investidores estrangeiros para esses portos, a construção desses portos, até para concessão deles. Isso é fundamental, porque esse porto vai demandar milhões e milhões de dólares e eu não sei até que ponto vamos ter condições, Senador Mão Santa, de atrair investimentos em nível de Estado para ele. Talvez o investimento estrangeiro seja fundamental também para dar uma alavancagem definitiva nele.

O Estado de São Paulo, Senador Heráclito Fortes, segunda-feira, traz um belo editorial a respeito dessa iniciativa, e a formulação, claro, não é definitiva, do Ministro Pedro Brito, eu acho que vai ser fundamental, e aproveito para parabenizar o Senador Mão Santa pela iniciativa da Emenda, mas eu acho que esse arranque do Governador Wellington Dias, entendendo exatamente que o porto é fundamental para impactar o progresso do Piauí, ele vai ser uma grande... um aspecto fundamental também, no meu entender, que essa criação das Agências de Desenvolvimento Sustentável, Senador Mão Santa, que envolve Piauí, Ceará e Maranhão, sediada em Parnaíba, quer dizer, isso vai atrair realmente grandes investimentos na região e o porto vai ser exatamente também uma loco-

motiva desses investimentos que no futuro vão gerar para Parnaíba.

Portanto, Senador Heráclito Fortes, eu agradeço a V.Exª a oportunidade de trazer essas modestas manifestações aqui nesta oportunidade. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria deixar bem claro aqui, inclusive para o Governador e o Secretário. A minha preocupação com relação ao episódio INACE não é nem uma questão de momento, meu caro Deputado Marcelo Castro, é uma questão de futuro. A pior coisa para um homem público é ter que responder ou prestar esclarecimentos fora do cargo. Eu fui ex-prefeito de Teresina, o Mão Santa ex-governador, o Átila ex-secretário, todos nós já tivemos isso, o Nazareno de Secretário, porque você não tem mais acesso a documentação, e se você tiver um sucessor hostil, você sofre para prestar esclarecimento. Essa questão se não ficar bem clara envolvendo a INACE e essa privatização, pode não ter problemas hoje, mas pode ter problema daqui há três ou quatro anos. A minha preocupação é exatamente nesse sentido, porque ficarão pendências, apropriação de área por invasão, uma série de questões que poderão ser questionadas no futuro e eu não quero, eu não desejo a ninguém a infelicidade de ter que responder, o Ministério Público na sua cabeça, o Tribunal de Contas na sua cabeça, sem você ter acesso fácil a essa documentação. Daí o porquê desse meu questionamento e dessa preocupação que eu considero fundamental, Governador.

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Eu gostaria só de deixar, assim, no documento, veja, ouvindo a Procuradoria da União, a Agência Nacional de Transporte Aquático, ela autorizou um processo administrativo para avaliar essa situação. Têm os relatórios aqui; alguns deles, pelo menos, exatamente para ver essa situação da INACE.

Com base nesse parecer é que ele coloca que o estado reassumirá e tal, tal e tal, como eu falei aqui. Mais à frente, tem aqui outro parecer, que é assinado pelo Dr. Fernando Antonio Brito Fialho, que é o Diretor Geral da ANTAQ. Tem mais à frente, aqui, deixa eu ver quem é que assina, a Dra. Alexandra Resck, Secretária do Patrimônio da União. Também foi feita toda uma investigação e também conclui da mesma forma que "Reconheço a nulidade do contrato de cessão sob o regime de arrendamento constante do processo tal − esse da INACE − que concede terreno de marinha e acrescido à empresa Portobrás no Município de Luís Correia, Estado do Piauí". Então, eu só estou lhe dizendo, a demora inclusive se deu porque nós precisamos ter uma segurança muito grande em relação a isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, os cuidados todos foram tomados.

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Repito, eu espero que não tenhamos nenhum problema. Agora eu acho que havendo alguma ação, é fácil de se fazer a defesa com base em todos os levantamentos existentes. O máximo que a empresa pode, no entendimento de todas as áreas, é, por exemplo, vai cobrar uma indenização em razão a algum investimento? Bom, foi feito todo um levantamento para poder examinar se teve e eu acho que este é um caminho que vai se colocar.

Então, eu só quero colocar ao Deputado Átila, me lembrei aqui de um ponto, comungando aí do que fala o Deputado Paes Landim, veja só: a meta, nós vamos criar uma área gerenciadora pelo Estado que deverá se associar, como acontece em outros portos, ao setor privado, ou seja, qual é um problema? Todos os portos se ressentem das regras existentes no Brasil. Isso que o Ministro Pedro Brito está preparando, que deve ser lançado agora nos próximos dias, ela abrirá uma nova forma de relação entre o setor público e o setor privado nessa área portuária. Então, eu acredito que nós estamos aqui já com uma parcela de investimentos do setor público que pode, com essas novas regras, atrair de forma muito ágil, muito rápida a presença de um administrador que garanta as condições de funcionamento. Um exemplo: não há mais no país nenhuma área para cuidar de portos, esse é o problema. Então, por isso que ficou com o Estado, por isso que ficou com o Estado, porque o Estado inclusive tem mais agilidade do que a União para um procedimento como esse, está certo, de uma parceria público-privada. O nosso encaminhamento é: concluído o porto e ainda no processo, está certo, de dragagem de obras, buscarmos um parceiro privado. A meta é que a gente possa ter aí uma apresentação do quê que é o Porto de Luís Correia, um processo de leilão, licitação pública, enfim, que possa com isso permitir uma contratação. Nesse caso a contratação envolve a União também, está certo, o contrato tem que ser com o Estado e com a União. Eu não posso fazer qualquer subconcessão ou contrato sem ouvir a União, mas a União já manifesta claramente que ela não tem interesse de montar uma estrutura própria para poder cuidar desse ou daquele porto. O que ela recomenda é esse procedimento que é um procedimento na minha opinião moderno e um procedimento que dá, inclusive, maior agilidade.

Por último, assim, eu quero aqui lembrar, foi lembrado aqui realmente a questão da Emenda, mas eu não posso deixar de dizer que o hoje Deputado Alberto Silva é uma das pessoas que mais cobra e acompa-

nha, está certo, esse projeto do porto. Eu quero aqui citar aí que ele é uma pessoa que está sempre colocando na pauta esse dado. E, apenas, para a bem da verdade, assim, eu acho que o problema é que o Piauí estava com muitas coisas importantes para o seu desenvolvimento não realizadas. Eu compreendo que tem muito o que temos que fazer e reconhecer: o Governo Federal tem sido um grande parceiro, tem nos permitido grandes investimentos, estratégicos, importantes, está certo? O que eu defendo é que por um problema nosso de não ter aprontado em tempo hábil na época do lançamento do PAC isso. O Presidente Lula, eu acho que eu posso colocar isso aqui, ele me colocou certa vez que a idéia dele é de em 2010 estar lançando, estar preparando a partir de 2009 um PAC-II. O que eu coloquei para ele aqui? Nós não podemos esperar. Nós precisamos agora. Está pronto agora, tem o projeto de viabilidade agora? É agora. Por isso que essa decisão de já incluir na parte do porto a parte de dragagem agora é um passo importante. Já está o da revitalização do Parnaíba. Se incluiu navegação, nós já estamos dentro do PAC também, é isso que acontece, fica faltando resolver o da rodovia, e eu acho que uma posição, repito aqui, do Senado Federal, eu acho que a bancada na Câmara aqui com o Deputado Nazareno, Deputado Marcelo, Deputado Átila, Deputado Bessa, Deputado Paes Landim, eu acho que a bancada federal também tirar uma posição, ela ajuda, porque ele está em andamento. Se não é diretamente no PAC, o que se quer é um recurso que nos permita fazer andar. Tem o Plano Piloto de Investimento que é uma outra forma também de não ter contingenciamento. O importante é que seja uma obra estratégica para o país, que esteja dentro do Plano Ferroviário Nacional, outra no Plano Portuário Nacional e o outro no Plano Hidroviário Nacional. Eu acho que se a gente consegue fazer com que isto se torne uma condição de realização, eu acho perfeito, está certo?

Então, da minha parte, já agradecer aqui ao Senador--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nós ainda temos aqui o senhor das águas, que eu gostaria de ouvi-lo, o meu caro amigo Deputado Bessa. Mas antes eu só queria lembrar um detalhe, o Nazareno deve recordar isso, é um passado não muito distante, onde era costume no Brasil ação popular. Era uma moda aqui no Brasil. Qualquer interesse contrariado, entrava-se com ação popular. A minha preocupação, inclusive, é com expediente dessa natureza, levantar-se uma ação popular numa questão como essa. Ação popular é a coisa mais difícil que tem você se livrar dela; passa dez, doze anos, o autor da ação às vezes se esquece, mas quem está respondendo não. A minha preocupação é exatamente nesse sentido, a minha preocupação é de cautela. Deputado Bessa com a palavra.

DEPUTADO LAERTE BESSA (PMDB-DF): Senador Heráclito, Presidente desta Comissão, demais senadores, Senador Mão Santa, colegas e Deputados Federais da bancada do Piauí, meu caro Luciano, prezado Governador Wellington. Eu tinha dito aqui para o Átila que não queria fazer nenhuma intervenção, mas instado pelo Senador Heráclito eu quero fazer aqui umas observações rápidas e fazendo até um rebuscamento na história, Governador, eu serei rápido.

Aí pelo final do Século XIX o Brasil, com recursos que ele captou na Inglaterra, despertou para a questão do transporte ferroviário e fez praticamente toda a quantidade de linhas que possui hoje, que não passa de vinte e sete mil quilômetros, o que é uma insignificância se levarmos em conta o fato de vivermos em um país continental. Os entendidos em engenharia de transporte estabelecem a equação 1, 2 e 4. O transporte hidroviário custa um em termos de frete; o transporte ferroviário duas vezes um; e o transporte rodoviário, se a rodovia for boa, quatro vezes o transporte hidroviário.

Aí, pelo início dos anos 900, no século passado, o Piauí foi contemplado, começou a ser contemplado com ferrovia, vindo de lá da região limítrofe com o Estado de Pernambuco. Foi aquela linha que chegou até a Acauã, chegou até a Paulistana, e de repente todo aquele Vale do Rio Canindé ia ser alcançado. Frentes de trabalho chegaram a se estabelecer lá e quem chega hoje a Teresina encontra ali na Polícia Rodoviária da entrada três casinhas que são o padrão daquela época, daquelas casas da rede ferroviária. Inexplicavelmente, principalmente a partir da década de 50, no governo desenvolvimentista de JK, se sepultou de vez esse programa ferroviário e só voltou a atenção para o programa rodoviário, com todas as conseqüências que nós estamos vendo aqui hoje.

Governador e colegas Deputados: eu faço essas considerações aqui, Senador Heráclito, porque eu vejo com certa preocupação, desde o momento que tomei conhecimento de que o PAC, no que diz respeito a ferrovia, coloca no Estado do Piauí a Transnordestina, começando lá em Eliseu Martins ou Alvorada do Gurguéia e avançando, transversalmente pelo Estado, para colocar uma saída pelo Porto de Suape, em Pernambuco, ou pelo Porto de Pecém, no Ceará. Se nós analisarmos bem, nós vamos ser apenas uma via de mão praticamente única, sem retorno. Isso é para tirar a nossa soja e os outros produtos da região do cerrado e colocar através desses portos. Praticamente não me consta que se vá entrar nada por ali, pelo Estado

do Piauí. O Maranhão têm o grande Porto de Itaqui e todos nós sabemos que uma das maiores fontes de divisas do Maranhão é o ICMS que lhe chega através da entrada de produtos petrolíferos, do petróleo e seus derivados.

Então, nós precisamos ter o nosso porto, por isso é que a iniciativa de V.Exª, Governador, quando me ligou há mais de dois anos pedindo lá atrás, quando eu estava na coordenação da bancada do Nordeste, que tentasse colocar uma Emenda nesse sentido, eu fui atrás de tudo quanto foi colega de Deputado do Piauí, do Nordeste, os senadores todos, Senador Heráclito, todos assinaram, de forma que se conseguiu ainda onze milhões de reais que estão aportados a esses recursos do Senador Mão Santa e que vai permitir terminar esse primeiro berço do Porto de Luís Correia.

Eu queria, Governador e Senador Heráclito, chamar a atenção para a observação que foi feita aqui pelo Senador Wellington Salgado. Eu fiquei aqui me lembrando de uma história que o querido jornalista e amigo Rangel Cavalcanti, muitos anos atrás me contou aqui nessa Casa, no Congresso Nacional. Que ele fora assessor parlamentar, assessor de comunicação do então Governador do Ceará, Governador Virgílio Távora, e de repente o Governo, se não me engano, lançou uma idéia de criar uma nova siderúrgica no Brasil. E o Virgílio Távora saiu na frente, eu não sei se foi uma siderúrgica ou uma refinaria, enfim, dizendo que queria aquela siderúrgica no Ceará. E insistiu, usando o prestígio dele em pleno regime militar. E o resultado é que o Rangel um dia disse para ele: "Mas Governador, uma siderúrgica, um negócio desse exige muita água e o Ceará não tem nem água para beber, aonde é que nós vamos arranjar água?" Ele disse: "Meu bichinho – a expressão dele -, eles não vão dar mesmo essa siderúrgica para nós não, mas a gente termina conseguindo alguma outra coisa". E foi isso que aconteceu.

Então, nós estamos precisando, meus caros senadores, meus caros colegas deputados, é de deixarmos eventuais diferenças de lado e sermos mais do que nunca republicanos no interesse maior do Estado do Piauí, dentro do sentimento de estadista. Não é só o porto, é a nossa hidrovia e é a ferrovia, numa primeira etapa, de Altos até Parnaíba, porque 400 milhões de reais para mim, para o Governo do Estado do Piauí, representa alguma coisa, mas para o Governo Federal não representa absolutamente nada. Se nós formos dissecar o que está sendo gasto com a Ferrovia Transnordestina, dentro do Estado do Ceará e dentro do Estado de Pernambuco, são bilhões de reais, e nós estamos no Piauí pedindo muito pouco.

Se formos atrás para não fugir à questão das águas, Senador Heráclito, do que está sendo gasto na transposição, que eu nunca entendi e quero dizer que pessoalmente briguei, o termo é este, com o então Ministro Ciro Gomes, porque o Piauí ficou de fora e não se justifica, porque apenas 10% de recursos é o que nós precisaríamos para jogar a água da barragem de Sobradinho nas nascentes do Rio Piauí, do Canindé, perenizando de vez os dois rios. Está aí a barragem de São Lourenço que não sangrou e nunca vai sangrar. Por quê? Porque não há quantidade de chuvas suficiente, apesar de a bacia hidrográfica ser muito boa. Pois bem, está se gastando mais de quatro bilhões de reais, cinco bilhões de reais para botar água em Pernambuco e no Ceará e nós precisando de quatrocentos milhões, então, precisamos fazer essa junção todos nós.

O Governador tem sim, senhor, prestígio com o Presidente Lula, mas você sabe como são essas coisas, Senador Heráclito, às vezes os de casa ficam até acanhados de fazer um pedido maior, acha que já pediu muito. Não, nós devemos nos juntar a todos e vamos lá com o Governador, nós queremos isso. O dinheiro aparece, as fórmulas existem e as soluções também.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V.Exª citou um extraordinário exemplo que foi o do pidão, o Virgílio Távora, e quer ensinar o Governador a não ser pidão. V.Exª faça com que o Governador seja pidão--

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Serei pidão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): -– amigo e receba, porque essa história da amizade só, nós vamos pagar um preço muito alto. Não há mais nenhum parlamentar inscrito e--

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Me permita só dar um esclarecimento, Senador? Do que ele coloca na verdade eu acho que merece aqui três informações importantes.

A primeira é lá no começo que você coloca, nós tivemos agora a aprovação do Plano Aéreo Viário do Estado, nós estamos vivendo uma situação e precisamos trabalhar sobre isso. Agora no final de julho, por volta do dia 28, o Presidente da INFRAERO deverá ir lá para começar a obra, que está no PAC também, de continuidade do aeroporto de Parnaíba. São cerca de vinte e cinco milhões que serão investidos ali, as licitações já concluíram-se essa semana e estará sendo dada a ordem de serviço. Na mesma ocasião vai ser lançado o edital da licitação do Aeroporto de Teresina, que já era para ter sido trabalhado em 2006, deu problema na licitação, foi cancelada, enfim, está

sendo retomada agora nesse mês de julho. Foi aprovado agora a semana passada o projeto do trecho da Transnordestina de Trindade, em Pernambuco, em direção a Eliseu Martins. O Estado estará fazendo a parte das indenizações, a previsão é que seja até o final de novembro e a previsão é que na primeira quinzena de dezembro a gente tenha o início das obras em dois trechos ao mesmo tempo, dentro do Estado, com previsão de conclusão em 2010. São setecentos milhões de dólares a parte do Piauí.

Eu quero mostrar assim com isso, essa ferrovia de Teresina a Paulistana, ela é necessária, está certo, ou seja, ela é uma coisa que nós precisamos começar a trabalhar. Por quê? Porque você tem a Transnordestina que faz uma ligação com o Porto de Pecém e o Porto de Suape, mas não tem uma ligação nem com a capital do Estado e nem com o Porto de Luís Correia. Então, essa ligação de Paulistana, por onda passa a Transnordestina, em direção a Teresina, ela faz uma ligação da Transnordestina à capital do Estado e, com isso, dando a opção do Porto de Itaqui e o Porto de Luís Correia, além do de Pecém e Suape, que já tem lá embaixo. Então, eu acho que é um tema que a gente precisa revitalizar. Estava um pouco ali conversando que ainda têm dormentes ainda da velha ferrovia que terminou não andando. Eu acho que nós temos que cobrar do DNIT a elaboração desse projeto e incluir no Plano Ferroviário Nacional. Eu acho que esse é um ponto fundamental.

Então, da minha parte, parabenizar aqui por este momento e agradecer aqui por essa iniciativa, mais uma vez, e da nossa parte nós vamos estar aí fazendo todo o esforço no sentido de contribuir para a conclusão dessa obra, pelo menos a primeira etapa, como foi prevista, até o final de 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu antes queria lembrar ao Deputado Bessa que o azar da Transnordestina para nós é que ela entrou em PPP. Ela devia ter entrado como obra do PAC, para ser prioridade. Entrou no PPP, ela hoje é administrada por uma empresa privada que pode tê-la como prioridade máxima e pode não tê-la, no momento não é a prioridade máxima deles, eles têm outra prioridade.

Agora nós temos uma região fantástica, que é a região do Deputado Marcelo Castro e Paes Landim que será altamente beneficiada, porque você vai ter mármore, você vai ter gesso, você vai ter níquel, para complementar com soja, pecuária, você vai ter uma possibilidade de escoamento da produção piauiense, coisa que no momento simplesmente não existe.

Bom, eu antes de encerrar queria fazer a última pergunta ao Governador e lembrar aqui ao Dr. Luciano que ele fica devendo à Comissão o endereço, o e-mail do empresário Neto Camasso(F), para a Comissão entrar em contato com ele, e o processo licitatório do projeto do Porto de Luís Correia, para remeter com licitação, todo o pacote completo. E aí apenas perguntar ao Governador: com todas as dificuldades encontradas V.Exª acredita que esse porto será inaugurado em 2009?

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Sim, eu quero dizer que todo o cronograma está em dia. O cronograma prevê, no final de 2009, repito, a inauguração dessa primeira etapa. É claro que obra, está certo, a gente faz o cronograma.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nós tínhamos que começar em fevereiro; aqui no cronograma inicial é início de fevereiro. Nós estamos em julho e--

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Não, mas na verdade a previsão era agora mesmo de concluir agora em julho.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Quero saber se há condições.

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Então, o cronograma, ele prevê a conclusão, agora, da licitação e, em seguida, o início das obras, ou seja, o prazo de conclusão é de 12 meses. Então, mesmo começando, vamos dizer, aí, em outubro, para dar um exemplo, se der alguma complicação, a previsão é de que até o final de dezembro a gente tenha condições de terminá-la.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Deus lhe ouça.

SR. WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS: Amém.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 12h42.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2008, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO DA COMISSÃO, SALA 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia três de julho do ano de dois mil e oito, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, Presidente da Comissão, reúne-se, extraordinariamen-

te, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Serys Slhessarenko, Delcídio Amaral, Inácio Arruda, Expedito Júnior, Eliseu Resende, Jayme Campos, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Gim Argello, Geraldo Mesquita, Pedro Simon, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo e Tasso Jereissati. Presentes, também, os Senadores José Agripino, Álvaro Dias e Lúcia Vânia.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presidência procede à leitura dos seguintes documentos: Expediente datado de 02.07.2008, assinado pelo Senhor Roberto Teixeira, declinando do convite para comparecer à presente reunião de Audiência Pública; Expediente datado de 26 de junho de 2008, firmado pelo Comandante Élnio Borges Malheiros, Presidente dos Pilotos da Varig, lamentando não poder comparecer à reunião de Audiência Pública, por encontrar-se fora do País a trabalho; Expediente do Senador Raimundo Colombo, solicitando licença para afastar-se dos trabalhos da Casa, pelo prazo de 116 dias, a contar do dia 01 de julho do corrente, a fim de tratar de interesses particulares. Em seguida, a Presidência esclarece que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre denúncia de favorecimento de um fundo americano pela Casa Civil na compra da empresa Varig, em atendimento aos Requerimentos nºs 26, 28 e 29, de 2008-CI, de autoria dos Senadores Demóstenes Torres, Flexa Ribeiro e Marconi Perillo, respectivamente, com a presença do Senhor Marco Antônio Audi e do Deputado Paulo Ramos. A Presidência solicita a presença dos convidados para tomarem assento à mesa. Após, a Presidência concede a palavra ao Senhor Marco Antônio Audi para suas considerações iniciais e, posteriormente, ao Deputado Estadual Paulo Ramos. Fazem uso da palavra, de acordo com a lista de inscrição, para interpelar aos convidados os Senadores José Agripino, Flexa Ribeiro, Marconi Perillo, Álvaro Dias e Tasso Jereissati. A Presidência determinou à Secretaria da Comissão, agendar uma data para que seja ouvido o Comandante Élnio Borges Medeiros, no Caso Varig e Variglog. O Senador Flexa Ribeiro solicitou à Presidência que formulasse convite, também, à Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Senhora Dilma Rousseff, para participar da Audiência Pública agendada para o dia 09 de agosto de 2008, para tratar da Usina de Belo Monte. O Sr. Marco Antônio Audi, respondendo a indagação do Senador Flexa Ribeiro, afirmou que poderá enviar à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura cópias dos comprovantes de pagamentos realizados na transação da compra da Varig e Variglog. Atendendo solicitação do Senador José Agripino, a Presidência esclarece que formulará novo convite ao Senhor Roberto Teixeira para comparecer a esta Comissão em outra data, juntamente com o Senhor Marco Antônio Audi. A Comissão aprova **extrapauta** os seguintes Requerimentos: Item 1 – **Requerimento nº 31, de 2008-CI**, de autoria do Senador Marconi Perillo, requerendo a realização de Audiência Pública para debater sobre a Reforma Tributária e a CIDE – Combustíveis, com a presença dos seguintes convidados: Senhor Alfredo Pereira do Nascimento, Ministro de Estado dos Transportes, Senhor Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda e do Senhor Rogério Wallbach Tizzot, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Transportes – Consentrans. Item 2 – **Requerimento nº 32, de 2008-CI**, de autoria do Senador Delcídio Amaral, requerendo a realização de Audiência Pública para tratar sobre o tema da renovação das concessões das usinas hidrelétricas que vencem em 2015, com a presença dos seguintes convidados: Ministro de Minas e Energia, Presidente da Eletrobrás, Secretário de Energia do Estado de São Paulo e Presidente da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica – Abrage. – Item 3 – **Requerimento nº 33, de 2008-CI**, de autoria dos Senadores Sérgio Guerra e Tasso Jereissati, requerendo a realização de Audiência Pública, com a presença do Senhor Cristiano Zanin Martins e Senhora Waleska Teixeira Martins, para prestarem informações acerca dos processos administrativos e judiciais relativos à venda da empresa Varig, em que os depoentes convidados tiveram participação. Item 4 – **Requerimento nº 34, de 2008-CI**, de autoria do Senador Heráclito Fortes, requerendo a realização de Audiência Pública, com a presença do Senhor João Ilídio de Lima Filho, ex-Procurador-Geral da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac, com vistas a prestar esclarecimentos sobre a venda da Variglog, em virtude de fatos novos, julgados relevantes, veiculados pela imprensa. Item 5 – **Requerimento nº 35, de 2008-CI**, de autoria do Senador Heráclito Fortes, requerendo a realização de Audiência Pública, com a presença do Senhor Lap Wain Chan, para prestar esclarecimentos sobre a venda da Varig e Variglog. Item 6 – **Requerimento nº 36, de 2008-CI**, de autoria dos Senadores Marconi Perillo e Delcídio Amaral, requerendo, em aditamento ao Requerimento nº 18, de 2008-CI, seja formulado convite à Senhora Dilma Rousseff, Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, ao Senhor Júlio Fontana, Presidente da Agência Nacional de Transportes Ferroviários, ao Senhor José Augusto Coelho, Diretor-Executivo da Confederação Nacional

das Indústrias, ao Senhor Paulo Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e aos Senadores Delcídio Amaral e Serys Slhessarenko, Relatores do Orçamento de 2009, para participarem, como expositores, do 1º Simpósio sobre "Infra-Estrutura e Logística no Brasil – desafios para um País emergente", a realizar-se nos dias 20 e 21 de agosto de 2008. Ao final, a Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às treze horas e cinqüenta e nove minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – **Senador Marconi Perillo,** Presidente.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2008 ÀS 10 HORAS E 28 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Antes de iniciar os trabalhos proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Há expediente sobre a Mesa que passo a lê-los. Esta Reunião Extraordinária tem por objetivo realizar Audiência Pública, com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre a denúncia de favorecimento de um Fundo americano pela Casa Civil da Presidência da República na aquisição da empresa VARIG, em atendimento aos requerimentos nº. 26, 28 e 29 de 2008, de autoria dos Senadores Demóstenes Torres, Flexa Ribeiro e Marconi Perillo, respectivamente. Com a presença dos seguintes convidados, o Sr. Roberto Teixeira, o Sr. Marco Antônio Audi, o Sr. Marcos Raftel, Sr. Luis Eduardo Galo, Deputado Paulo Ramos e o Comandante Elnio Borges Malheiros. Nós temos aqui presentes o Deputado Paulo Ramos e o Dr. Marco Antônio Audi.

Recebi de parte do Dr. Roberto Teixeira um expediente que passo a lê-lo. "Ilustre Senador Marconi Perillo. No dia 19 de junho, menos de uma semana após ter sido submetido a uma angioplastia, compareci a essa Comissão de Infra-Estrutura enfrentando recomendações médicas em atenção ao convite que havia sido por V. Exª. e pelos demais Senadores que a integram para prestar esclarecimentos relativos ao caso VARIG, dentro dos limites impostos pela minha profissão de advogado. Para a minha surpresa houve nova deliberação, com o objetivo de cancelar o convite sob o fundamento de que os demais convidados, Sr. Marco Antônio Audi, Sr. Marcos Raftel e Sr. Luis Eduardo Galo estariam presentes a uma Audiência no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo".

Antes de prosseguir a leitura eu convidaria para compor a Mesa o Deputado Paulo Ramos e Dr. Marco Antônio Audi. Por gentileza. Então eu prossigo a leitura do fax que essa Presidência recebeu da iniciativa do Dr. Roberto Teixeira. Continuando. "Para a minha surpresa houve nova deliberação com o objetivo de cancelar o convite sob o fundamento de que os demais convidados, o Sr. Marco Antônio Audi, Sr. Marcos Raftel e Sr. Luis Eduardo Galo estariam presentes a uma Audiência no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Como se viu e já se sabia tratou-se de uma alegação mentirosa. Não havia Audiência e nem eles tinham qualquer motivo para ficar em São Paulo. Evidentemente é de se repudiar o tratamento desrespeitoso aos membros do Congresso Nacional.

"É interessante este momento da vida do país. Pessoas moralmente desqualificadas e que ocupam o banco dos réus pela prática dos mais diversos crimes, de sonegação fiscal a participação na morte de centenas de pessoas foram erigidas a acusadores e até mesmo julgadores. A propósito, se alguém tem alguma dúvida legítima quanto a minha atuação profissional no chamado caso VARIG deve recorrer aos autos dos mais 300 processos judiciais em que atuei, ou atuo em defesa de minha constituinte, a VarigLog, nos mais diversos tribunais e órgãos judiciários".

"Responderei prontamente a todos os ataques como sempre fiz ao longo de minha vida profissional. Se agir dessa forma, quando a democracia não estava vigente nesse país, não será agora que irei sucumbir a ação desses infratores que confundem o instituto delação premiada com a tentativa de assinar a honra e a imagem alheia. Considerando esses fatos e os esclarecimentos encaminhados por escrito a cada um dos membros dessa Comissão de Infra-Estrutura, respeitosamente declino do novo convite formulado para a data de três de julho de 2008. Sem mais para o momento renovo meus protestos de estima e de elevada consideração. Roberto Teixeira".

Há um outro expediente sobre a Mesa que passo a lê-lo. De iniciativa do Comandante Enio Borges Malheiros. "Excelentíssimo Sr. Senador Marconi Perillo Presidente da Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura do Senado. Sr. Presidente, vemos pelo presente agradecer ao convite contido no ofício em

epígrafe lamentando não sendo possível atendê-lo na data prazada, em função de estarmos durante esse período fora do Brasil a trabalho. Todavia, certos da contribuição que podemos oferecer aos trabalhos ora conduzidos por V. Exª., adiantamos a esta mui digna Comissão nossa possibilidade nos próximos dias oito e nove de julho, conforme já informada a Assessoria do Exmo. Senador Flexa Ribeiro que nos honra com o convite. Certos da compreensão de V. Exª., apresentamos nossos protestos de mais elevada consideração". Peço à Secretária da Comissão para agendar essa nova data, para o Comandante Enio Borges Calheiros.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra pela ordem o ilustre líder, Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, pelo manifestar em relação aos dois expedientes que V. Exª. acabou de ler. A carta do Comandante Elnio reputo fundamental o depoimento de S. Srª. Para que os membros dessa Comissão possam fazer uma avaliação correta sobre a real intenção do Governo em promover venda da VARIG.

Acho que ele pode dar um depoimento esclarecedor no rumo de uma indagação fundamental. A venda da VARIG para o Governo era perseguida porque queriam vender a VARIG, ou porque estava por trás da venda da VARIG um bom negócio? Qual foi? Qual é a verdade? Era o bom negócio que estava em busca, que estava sendo perseguido, ou era salvar a VARIG com seus funcionários? Acho que o depoimento do Comandante Enio é muito importante e insisto para que seja prazado no dia oito de julho e os membros da Comissão possam estar presentes, para que possamos avaliar inclusive a questão social. O que é que esteve em mente das autoridades da República? Era a questão social, ou era amparar um bom negócio? Fulcral.

Segundo ponto, fui eu o autor informal do Requerimento de adiamento da oitiva do Dr. Roberto Teixeira. Por uma razão muito simples. Acho que nós temos o dever de ouvir antes do Dr. Roberto Teixeira, os sócios da VarigLog. Aqui está o Dr. Marco Antônio Audi que tem sua versão para os fatos, que do ponto de vista de entrevistas concedidas à imprensa, é frontalmente divergente do que o Dr. Roberto Teixeira disse nos corredores. E eu quis que ele não dissesse aqui. Ele dissesse aqui depois do Dr. Audi dizer, contar sua história para que a gente possa fazer o cortejo.

Agora, o que eu quero dizer a V. Exª., Senador Marconi Perillo, é que para mim essa carta do Dr. Roberto Teixeira e nada é a mesma coisa. Quando se trata de esclarecimento de interesse público, para mim essa carta dele e nada é a mesma coisa. Até porque V. Exª. sabe que nós teremos outros meios e outras instâncias de trazê-lo aqui. E não hesitaremos. Eu de minha parte sou muito claro. Na medida em que fica evidenciada a necessidade de esclarecimentos pelo contraponto que vai ser posto hoje pelo depoimento do Deputado Paulo Ramos, e o Dr. Marco Antônio Audi, eu acho que o Senado tem perante a sociedade a obrigação de promover o esclarecimento chegue aonde chegar, use-se a instância ou o Fórum Legislativo que se julgar imprescindível. É a colocação que faço a V. Exª., peço sua consideração.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador José Agripino, essa Presidência já solicitou à Secretária Dulcídia, que agendasse a vinda do Comandante, eu solicitaria à Secretária que marcasse para o dia oito de julho. E com isso teremos a oportunidade de ouvir. Esse o objetivo dessa Presidência.

Sem mais delongas, vou passar a palavra ao Dr. Marco Antônio Audi para que ele possa fazer sua exposição com o tempo que desejar. Com a palavra o Dr. Marco Antônio Audi, para sua exposição.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Senador Marconi Perillo, Presidente da Comissão, muito obrigado pelo convite. Senador José Agripino, Senador Romeu Tuma, Deputado Paulo Ramos e os demais presentes. Eu vou começar um pouco dizendo quem sou eu, de onde venho, para vocês... Para os senhores poderem entender um pouco aonde eu entro nessa história.

Meu nome é Marco Antônio Audi, sou empresário da área de aviação, comecei, minha vida profissional começou aos 13 anos de idade, comecei trabalhando com meu pai. Meu pai era empresário em São Paulo, já faleceu, comecei minha vida profissional com 13 anos de idade trabalhando com ele. Inclusive Senador Romeu Tuma conhecia bem ele, tinha amizade com ele também. O importante frisar é que toda essa coisa ligada à aviação já me vem da infância. Para vocês terem idéia, eu desde pequeno, meu pai comprou o primeiro helicóptero dele em 1968. Foi das primeiras pessoas a construir heliporto em cima de prédio em São Paulo. Um exemplo, por exemplo, todo mundo sabe onde fica a Prefeitura de São Paulo hoje, aquele prédio era a sede do grupo do meu pai. Que ele comprou o Edifício Matarazzo, do Conde Francisco Matarazzo e construiu aquele heliponto tão grande lá em cima e isso já em 1971. A paixão pela aviação começou aí.

Ele veio com uma... Com essa paixão da aviação, teve vários projetos na área de helicópteros, ele montou a tentativa de montagem da primeira fábrica de helicópteros no Brasil, comprou uma fábrica em...

Na Itália, chamada *Silver Kraft*, montou o parque industrial em Jacareí, isso eu estou dizendo para vocês em 72. Quando ele estava pronto para colocar a fábrica em marcha no Brasil, o fabricante de motores chamado Franklin, que era o maior fabricante de motor aeronáutico a pistão no mundo entrou em falência nos Estados Unidos. Ele saiu daqui, foi aos Estados Unidos e comprou essa fábrica, dando de volta seis mil empregos na cidade de Nova York. E aí deu prosseguimento ao... Ao projeto dele. Isso tudo eu já trabalhava com ele, era pequeno, mas conforme eu falei, comecei com ele com 13 anos de idade. Então isso é mais ou menos para dar um posicionamento de onde eu venho ligado à aviação.

O meu primeiro negócio, independente do meu pai, montei em 1986, que é uma empresa que presta serviços de manutenção e venda de helicópteros em São Paulo. Quando eu montei esse negócio, para vocês terem... Para os senhores terem uma idéia, São Paulo tinha apenas sete helicópteros, sendo dois nossos. Hoje, São Paulo é uma cidade de 500 helicópteros residentes, em torno de sete para quinhentos, deu para ter uma idéia do crescimento. A nossa empresa foi responsável e é responsável por aproximadamente um terço de todos os helicópteros vendidos no Brasil. Temos um parque de manutenção grande, somos também fundadores... Eu sou o fundador de uma outra empresa de propriedade compartilhada, chamasse *L Solutions* em São Paulo, hoje ela se tornou depois de sete anos, quase oito anos de vida, a maior empresa de propriedade compartilhada de helicópteros do mundo.

Em 1995, eu montei minha primeira empresa de carga aérea, a Maxi Cargo, aonde... Essa empresa foi montada no Paraguai, vou contar um pouco a história para vocês, foi na época aonde o Comandante Rolim, da TAM, comprou ou estava comprando as linhas aéreas paraguaias. Ele entrou pegando todos os direitos de vôo de passageiro e nós entramos pegando todos os direitos de vôo de carga no Paraguai. Isso eu estou falando para vocês em 1995. A nossa empresa iria inicialmente operar com aviões russos, uma outra... Um outro dado importante é que iniciamos a tratativa com os russos, eu fui 11 vezes à Rússia, visitei todos os fabricantes de aviões, íamos operar um avião de um fabricante chamado *Iliushen*, aqui na América do Sul. Agora essa é mais ou menos a minha história empresarial.

Temos também uma área química, que é uma área antiga, fundada desde 1946. Essa empresa hoje é que explora a marca de 1946 é de propriedade minha, também sediada em São Paulo.

Nessa empresa... Agora vou contar um pouco a história aonde a VARIG entrou na nossa vida. Nessa empresa chamada *L Solutions,* nós contratamos uma pessoa para ser Presidente dessa empresa, o nome dele é Walter Júnior. Ele era nada mais nada menos, do que o Gerente de planejamentos da VARIG. Ele assumiu a Presidência dessa empresa e todo dia ele conversava comigo, a gente trocava muita idéia, e ele falava "Olha Marco, você tem visão, começa a pensar em algo que você possa fazer com a VARIG. A VARIG está tão convalida com todos esses anos que ela tem sofrido, então vai pensando". A VARIG é uma marca maravilhosa, um sonho de todos os brasileiros, ninguém pode dizer ao contrário, sempre que se fala em VARIG se fala em um sonho.

Tudo começou, foi... Ele me insistia por várias vezes para se fazer uma visita à VARIG e ver as possibilidades do que se poderia ser feito. Aí me disse: "Olha, você gosta tanto de manutenção, vamos visitar a empresa da VARIG de manutenção, chamada Vem". Insistiu até o dia que ele me levou ao Rio de Janeiro e eu fui visitar a Vem lá no aeroporto do Galeão. Visitamos a Vem, então foi uma paixão, aquele parque industrial todo, já estava tão combalido, os aviões parados dentro da Vem, e a partir desse momento surgiu a grande vontade de se fazer algo com a VARIG. Isso foi março, abril de 2005. A VARIG ainda não tinha entrado em recuperação. Aí eu fui e tinha duas possibilidades, me botaram duas possibilidades. A VARIG Manutenção, que era a Vem, e a VarigLog. Que haveria uma possibilidade de venda das duas empresas, caso a gente tivesse interesse. Iniciamos então um estudo para ver a possibilidade, a viabilidade desses dois negócios. E também, ao mesmo tempo, iniciamos a procura de investidores para participar com a gente dessa empreitada. Desse empreendimento.

Foi-nos apresentados vários fundos de investimentos, nós temos já outros fundos que participam de empresas nossas, e aí as conversas foram iniciadas em torno de tentar fazer algo com a VARIG. Um consultor nos trouxe o Fundo Matlin Patterson, e o representante dele, que é o Chinês Lap Chan. Conversamos, e chegamos a uma denominação comum de que há interesse sim tanto nosso, quanto do Fundo a vir participar do negócio VARIG. Aí iniciamos já esse estudo, o Lap tinha outros contatos em outros Bancos que já haviam desenvolvido estudos para a própria VARIG, o problema da VARIG já era mais antigo, aí ele tinha algum contato, tinha o banco UBS que tinha feito já alguns estudos e a gente ganharia tempo colocando e se pondo a par desses estudos. São estudos profundos, estudos longos que demoraria muito tempo para

ser feito. Ele contactou o UBS e nós pegamos naquele momento todos os estudos financeiros feitos.

Encurtando a conversa, naquela época depois de muito estudo, depois de muita... Existiam muitos conflitos dentro da VARIG, nós optamos por desistir naquele momento de qualquer negócio com a VARIG. Estou dizendo para vocês mais ou menos em julho de 2005. A partir de julho de 2005. A VARIG entrou em recuperação, se não me engano, em agosto de 2005. Aí voltou o nosso interesse, por quê? Lemos a Lei de Recuperação, e a Lei de Recuperação dava um outro... Um outro alento a se fazer algo com a VARIG. Até pela insegurança jurídica que essa nova lei dava. Aí iniciamos novamente o estudo e nisso a VARIG ela já vinha, ela já vinha enfraquecendo. Mês a mês vinha enfraquecendo, então a cada mês perdia o seu valor. Ia perdendo o mercado, ia perdendo os aviões, e conseqüentemente os conflitos internos que existiam dentro da VARIG eram muito grandes. Então usavam muito a gente para... Fizeram uma oferta, às vezes nem tinha feito oferta, mas ia acontecendo essas coisas.

Chegou em setembro mais ou menos, a gente desistiu de qualquer negócio com a VARIG. Estava muito desgastante os contatos, e nós tínhamos outros negócios sendo feitos em conjunto com o Fundo, eu posso citar aqui, todos vocês conhecem, nós fizemos uma oferta para comprar a Refinaria de Manguinhos, no Rio de Janeiro, que estava praticamente parada, desenvolvemos um projeto em paralelo, eu resolvi com o Lap na época, e disse: "Olha, vamos deixar a VARIG um pouco de lado e vamos nos dedicar ao negócio da Refinaria de Manguinhos". E nisso houve um leilão aonde? É bom esclarecer, não é? Aonde? Foi a venda as duas empresas, a Vem e a VarigLog. Nós não participamos nesse leilão. Quem comprou essas duas empresas foi uma empresa chamada Aero LB, de propriedade de Portugal, e de um Fundo de uma pessoa chamada Stanley Ho, é uma pessoa de Macal. Ela foi leiloada, e dentro desse... Eu não tenho muita... Muitos detalhes, mas dentro do edital de leilão dava o direito à VARIG de releiloar essas empresários num prazo, para ver se conseguia um maior preço por ela. Nós sabíamos que o interesse da Tap não era a VarigLog, eles amplamente divulgaram isso na época. E o que acabou acontecendo é que a Aero LB acabou comprando essas empresas nesse leilão.

Em dezembro de 2005 foi feito o releilão. Aonde, aí nós entramos nesse momento comprando a VarigLog, a Volo do Brasil, empresa fundada com esse fim específico, comprou a VarigLog da Aero LB. Deixando claro que nós não compramos nada da VARIG. Nós compramos da Aero LB. Porque eu tenho lido muito comentário no jornal que as coisas está um pouco misturada, o tempo das coisas. Compramos essa empresa em dezembro, também gostaria de deixar claro que nós não pedimos nenhum dinheiro emprestado para o Governo, não pedimos nenhum apoio para o Governo para isso, simplesmente compramos a empresa.

A empresa, a VarigLog, a VarigLog era uma empresa que pouca gente acreditava na sobrevivência dela. Por quê? Porque ela era uma empresa que utilizava basicamente 100% da capacidade cargueira da VARIG, ela não tinha vida própria. Ela era mais ou menos um satélite da VARIG, aonde ela tinha seu faturamento próprio, porém toda a estrutura era da VARIG. Para os senhores terem uma idéia, desde todas as aeronaves, tripulação e até sistemas como o Sistema de IRP era usado da VARIG. O nosso grande desafio era entre janeiro de 2006, até um maior possível enfraquecimento da VARIG, era desgrudar a VarigLog da VARIG.

Iniciamos essa espreitada em 31... Não, 28 de janeiro de 2006. Assumimos a empresa, a VarigLog, assumimos a empresa e começamos o nosso trabalho. Nós acreditávamos conseguir desgrudar a VarigLog da VARIG, antes que a VARIG morresse. A VARIG estava condenada já a morrer. Não tinha jeito, todo mundo que acompanhava a história da VARIG via que ela estava cada dia mais enferma, cada dia perdendo mais a sua capacidade. Pensamos sim, mais ou menos em fevereiro, março, em fazer uma oferta à VARIG. Mas, novamente começou uma confusão danada dentro da VARIG, porque parte quer, parte não quer, era uma confusão danada, nós decidimos não fazer oferta à VARIG. E nisso nos dedicamos à VarigLog.

A VarigLog, nós em fevereiro de 2006, quando nós assumimos a VarigLog, nós fomos ao antigo DAC, depois virou a ANAC e entregamos toda a documentação para a transferência da VarigLog para a Volo do Brasil. O DAC emitiu um Parecer já favorável a essa transferência da legalidade de toda a operação.

Quando chegou em, mais ou menos em março, nós começamos sentir a dificuldade dentro do regulatório, começamos a sentir dificuldade dentro do regulatório e a gente precisava realmente achar um novo advogado para cuidar da área do regulatório. Me foi apresentado vários. Vários advogados. Conversei com quatro, cinco grande advogados, e entre eles, o Dr. Roberto Teixeira. Eu vou encurtar a história. Nós acabamos contratando o Dr. Roberto Teixeira. Eu pessoalmente que entrevistei ele e contratei ele para fazer parte do caso VarigLog. Contratamos o Roberto Teixeira, por quê? Visitamos alguns grandes Escritórios de Advocacia, gigantes, escritórios com 300, 400 advogados, e nós no final achamos que devia ser uma banca menor que nos desse uma atenção e que nosso caso seria o caso principal para eles. Sentei com o Dr. Roberto Tei-

xeira, sentei com a filha dele, a Valesca, o genro dele, o Cristiano, na época ele me mostrou tudo que ele tinha feito no regulatório em termos de TRANSBRASIL, me disse... Vamos dizer, os contatos que disse que tinha uma facilidade dentro do regulatório por ter tratado da TRANSBRASIL esse tempo todo, me pareceu uma pessoa com muita vontade de fazer e queria se dedicar. Foi por isso que nós o contratamos. Quero deixar claro que naquele momento eu não sabia, apesar das pessoas brincarem comigo, "Ah, você é desinformado", eu não sabia que ele era compadre do Presidente Lula. Fiquei sabendo isso depois de contratar ele, três dias depois um amigo meu chegou e comentou assim: "Puxa, agora você contratou o compadre do Presidente Lula, agora vai". Então essa é a pura verdade, estou deixando isso claro para os senhores aqui.

Começou então a nossa... Eu vou chamar de saga com a ANAC. Nós já estamos aprovado, o documento está assinado pelo DAC. Veio a ANAC, ela tomou a forma em março, ou abril de 2006 e começou a pedir todos os documentos de novo. E aí ela pediu todos os documentos que já havíamos entregue, entregamos novamente todos os documentos, e apesar de ter entregue tudo, começou o que todo mundo pôde ver na época, aquela guerra que foi aos jornais e tudo, de ANAC pede mais coisas, e a gente entrega mais e não adiantava, e eles pediam mais coisas, a gente entregava mais coisas, até que por fim, depois de tudo entregue, depois de tudo demonstrado, depois vou explicar para os senhores o que significa a parte do RDH 119, onde reza essa parte documental de ter ou não ter... Poder ou não poder ser dono de uma empresa aérea.

O negócio ficou parado dentro da ANAC, porque por último a ANAC nos pediu um documento que era as declarações de Imposto de Renda das pessoas físicas. E nós, na época, nos negamos a dar. Primeiro, porque é o nosso direito a não abrir o nosso sigilo a público. Segundo, que a Diretório da ANAC também estava pedindo coisa extra, o que pedia o próprio regulamento. Tudo que o regulamento pediu foi entregue e aí começou o que todo mundo pôde... Essa meia guerra com o regulatório.

Enquanto isso, a empresa estava indo. A VarigLog nós estávamos trabalhando em cima dela, nós estávamos trabalhando em cima dela, com o intuito que de desgrudar a VarigLog, como eu já disse, da VARIG. Parece fácil, mas por exemplo, a VarigLog, por exemplo, ela não tinha um único direito de rota. Ela não voava ainda, não tinha um tripulante, não tinha nada, não tinha um setor aéreo. Era uma companhia de carga, somente, companhia de logística. E começamos trabalhar em paralelo para montar tudo isso. Eu sou uma pessoa 100% técnica. Gostaria de deixar isso claro, aonde existe um regulamento, eu sou regulado pela própria ANAC desde 1972, a nossa empresa, então a gente sabe o que é seguir regras para se ter a concessão, ou não.

Aí, iniciamos em paralelo na parte técnica colocando, dando à VarigLog a vida que ela precisava ter para se separar da VARIG. Cada dia que passava a VARIG perdia um avião, conseqüentemente a VarigLog perdia a sua capacidade cargueira. E tinha muitos problemas, porque a VARIG, ela, por exemplo, para vocês entenderem, para os senhores entenderem, a VARIG colocava um avião, por exemplo, 767 voando para a Venezuela. Então dava a disponibilidade para a VarigLog de uma barriga de, por exemplo, de cinco toneladas de carga para a Venezuela naquele dia. Naquele dia tinha problema com o 767, não tinha dinheiro para manutenção, o avião parava, trocava por um 737. A VarigLog ficava com cinco toneladas de carga e só conseguia levar 1.500 quilos de carga para a Venezuela. Isso dava problema com os clientes da VarigLog, a carga ficava no chão, e o contrato entre VARIG e VarigLog rezava que a VarigLog naquele momento comprava toda a capacidade de *belly*, de barriga da VARIG. E isso começava a gerar muito prejuízo. Então nós tínhamos que desgrudar a VarigLog o quanto antes da VARIG. Foi um trabalho árduo, estou dizendo essa parte no todo, na área técnica. E enquanto isso, paralelamente, continuou a nossa luta no regulatório.

A VARIG, ela foi... Ela foi leiloada... Ela foi... Ela veio enfraquecendo e ela foi leiloada em... Acho que maio de 2006. Teve uma empresa que comprou a VARIG, aí nós demos até um alívio, graças a Deus, vai sobreviver, porque se a VARIG parasse, do dia da noite a VarigLog pararia também. Ela não tinha como continuar a trabalhar, ela ainda não tinha vida própria. Ela ainda era uma irmã siamesa da VARIG e não teria jeito de sobreviver. Até porque se parasse o computador da VARIG, a VarigLog não tinha sistema operacional. Que tudo isso trabalhava embaixo do sistema operacional da VARIG. E quando foi leiloada, nós demos dentro de nossa cabeça graças a Deus de termos tempo, ou mais tempo, para desgrudar a VarigLog da VARIG.

Quando foi parece fim de maio, o leilão realizado da VARIG foi julgado parece deserto, porque a compradora não teve... Não teve recurso suficiente para poder fazer jus ao pagamento da compra. Na época, para nós foi uma surpresa muito grande, porque nos pegava de uma forma... Nos pegava de uma forma muito despreparado, porque a notícia que veio é o seguinte. A VARIG tem quatro semanas de vida, no máximo. Então se prepara. Em outras palavras, se prepara porque vocês estão morrendo junto com a VARIG, dentro de quatro semanas. Então, nós já estávamos... Já tínha-

mos contratado mais gente... Estávamos iniciando a contratação de tripulação, os aviões já estavam vindo para a VARIG, seria um desastre social essa empresa... Essa empresa parar também.

Encurtando, só nos sobrava uma alternativa. Era comprar a VARIG. Eu acho que eles nos chamaram no Rio de Janeiro, me chamaram pessoalmente no Rio de Janeiro, e acho que o intuito deles era a seguinte: A última esperança era a VarigLog. Nós já havíamos desistido totalmente da VARIG. Totalmente. Já estávamos... Tínhamos voltado toda a nossa atenção para a VarigLog e também para retomar o negócio de Manguinhos, da Refinaria de Manguinhos. Aí o que aconteceu? Não tinha jeito. Nós tínhamos que tentar de qualquer maneira comprar a VARIG, porque se ela morresse naquele momento a VarigLog morreria também. Era assim, humanamente impossível, nem com todo o dinheiro do mundo... A VarigLog teria que fechar as portas e recomeçar novamente. Isso é possível para uma empresa dessas. Principalmente, porque a VarigLog ela tem na mesma época uma rede muito grande de franqueados e seria um desastre.

O que aconteceu? Nessa época nós pegamos um estudo, atualizamos um estudo feito pela *Ben in Company*, a respeito da VARIG. Achamos um número de investimento que seria necessário para a VARIG. Vamos separar bem a VarigLog da VARIG. Me reuni com o Fundo, na realidade com o LapChan por telefone, por quê? Porque ele estava na China, e estava de férias, que ele tinha tirado 30 dias de férias e eu conversei bastante com ele, horas, e horas e horas por várias vezes, a gente tentando achar viabilidade econômica para comprar a VARIG e convencer os investidores do Fundo a disponibilizar dinheiro, mais empréstimos para o projeto VARIG.

Encurtando, nós necessitaríamos de 485 milhões de dólares, que era o número encontrado no *Business Plan* para pegar uma VARIG do jeito que ela estava e levar a um ponto que ela realmente retomasse um lugar dentro do mercado brasileiro. Então, relembrando nós precisaríamos de 485 milhões de dólares. Não daria para fazer com menos investimento do que isso, não daria. É mais ou menos assim, se o médico me manda tomar 10 miligramas de um remédio, não adianta você falar: "eu tomei o remédio, Mas só tomei três". Não adianta, não vai passar a enfermidade. Então é o seguinte, esse negócio de quanto investir, isso é feito um estudo... É feito um estudo profundo, é feito toda uma... Um escalonamento disso, e é uma coisa assim, começou, não dá para parar. Então, foi aprovado para a VarigLog pegar um empréstimo, o Fundo fazer um empréstimo de mais 485 milhões de dólares para o caso... Para que a VarigLog comprasse a VARIG. Aí, inclusive esse número consta da nossa oferta de edital e de tudo.

Aí, no dia 21 de julho houve um novo leilão e nós compramos a VARIG. À época, naquele dia, para os senhores terem uma idéia, a VARIG ainda operava 42 aviões. Naquela noite do dia 21, operava 42 aviões ainda. Eram 38 que estavam voando, tinha quatro ou cinco parados. Tinham mais parados, mas eu estou dizendo dentro da frota, na chamada EOR, a especificação operativa da empresa. Então ainda era uma empresa de aproximadamente 1.6 bilhões de faturamento por ano. Era uma empresa grande, uma empresa que com o investimento que a gente estava... Que a gente tinha desenhado, daria para recuperar ela rapidamente para retomar a parte dela no mercado.

Iniciamos no dia 22, eu participei do leilão no dia 21, no dia 22 às sete horas da manhã, chegamos à VARIG, uma empresa aérea para os senhores conhecerem, primeira coisa que você deve controlar é o Departamento de Planejamento. Porque o planejamento que diz aonde os aviões vão, para onde mensura a capacidade de cada mercado, e a que preço vende. Quando nós chegamos lá no dia 22, entregaram para nós uma VARIG que não era bem uma VARIG, porque nós não compramos, deixar claro também que o que nós compramos da VARIG foi somente os intangíveis. Nós compramos a marca e os direitos de rota, conforme constavam do edital. Nós não... Nós não montamos o edital. Edital já estava desenhado mesmo para o leilão anterior. Ele já pode ter sofrido alguma modificação, mas o corpo dele já existia. E aonde dizia também que o CHETA, o tal do CHETA, que é o certidão de homologação de empresa de transporte aéreo, seria transferido em até três dias para a nova VARIG.

Quem é a nova VARIG? A nova VARIG é uma empresa que nós fundamos chamada VRG linhas aéreas. Onde ela era 100% propriedade da VarigLog. Naquele dia de manhã, chegamos lá para fazer... Iniciar o *take over*, iniciar a pegada das operações da VARIG e para a nossa surpresa só tínhamos dois aviões. Dos 42 da noite anterior, só tínhamos dois no dia seguinte. Fácil de se explicar. Todos os aviões que estavam voando na VARIG, estavam voando numa liminar, alguma coisa assim, de um leilão de um juiz de Nova York podendo... Essa ordem dele era que as *leasings* não poderiam retomar os aviões da VARIG, enquanto uso tudo passasse. A Diretoria da VARIG resolveu, como era responsabilidade deles, a Diretoria da VARIG resolveu naquele dia parar os aviões porque falaram, "Olha, tem uma ordem, agora como não é mais nossa responsabilidade, nós não vamos ficar responsáveis".

Encurtando a história, foi-nos entregue uma empresa com dois aviões, com 1.690 passageiros no

mundo inteiro para serem resgatados. Eu lembro que uma pessoa da VARIG lá chegou para nós e falou olha, e da ANAC também, "Nós temos 1600 e poucos passageiros no mundo inteiro, para ser resgatados, sem dinheiro para hotel, sem dinheiro para táxi e sem dinheiro para comida. O caos é eminente. Então, o que vocês vão fazer para salvar todos esses passageiros, e buscar e reposicionar aeronave?" A primeira coisa que nós fizemos sobrou dois 737. Está bom, coloca hoje, imediatamente, os dois 737 voando na ponte aérea. Era a única certeza que a gente tinha de que ele ia voar, até ver o que nós vamos fazer com as outras aeronaves.

Nós, quando eles pararam, a nossa certeza era o seguinte. Nos dê alguns dias que nós vamos conversar com todas as empresas de *leasing*. Nós somos associados a um grande Fundo americano e não vai ter problema de crédito, quanto a eles realizarem as aeronaves para VARIG. Para nossa surpresa, nós começamos conversar com as empresas de *leasing*, e elas na sua maioria absoluta negaram reintegrar os aviões na frota da VARIG. Por quê? É importante também entender isso. Porque vamos dizer, o público em si não conhece desses detalhes. Por exemplo, uma empresa de *leasing* estava com uma ação judicial retomando um avião. Por exemplo, está retomando um MD 11 da VARIG. Então depois daquela briga toda, liminar aqui, liminar ali, parou o avião. Como é que essa empresa de *leasing* poderia devolver o avião para a VARIG, mesmo sendo responsabilidade comercial da VarigLog, se ela tinha uma briga judicial? Tem até um problema judicial nisso chamado de inovação, é um problema técnico. O que acabou acontecendo? Nós pedimos à ANAC que cumprisse o que estava no edital, aonde três dias depois o CHETA seria transferido de uma... Da empresa antiga para a empresa nova. Por quê? Porque para a empresa nova eles lisariam. Então, os gestores, as empresas de *leasing* chegaram para nós e falaram: "Olha, para empresa nova a gente lisa". Só que tinha grande problema técnico, a empresa nova não poderia liso ar avião. Por quê? Porque ela não era uma empresa aérea ainda. E só pode lisar o avião uma empresa aérea autorizada pela ANAC. Você não pode lisar um avião comercial para fins de vôos comerciais se você não é uma empresa aérea. Então nós ficamos naquele limbo de os aviões estão aqui, todo mundo lembra aqueles aviões todos parados no pátio, e nós não poderíamos usar. As *leasings* todas falaram: "Olha, se for para empresa nova não tem problema". Aí começou a nossa briga também com a ANAC, que era a certificação da nova empresa, chamada VRG.

Nos restou a aumentar a exposição e montar uma estrutura financeira para, nada mais nada menos, do que comprar todos os aviões que vieram a operar na... Que vieram a operar na... Na VARIG. O que acabou acontecendo foi isso. Foi feita uma *leasing*, compraram todos os aviões, aí lisamos esses aviões para a velha VARIG, sob nossa conta em risco, para poder dar andamento à VARIG.

A VARIG nós pegamos basicamente com zero funcionários e dois aviões, chegamos a dezembro, no dia 14 de dezembro recebemos o CHETA com mais ou menos 2400 funcionários e 20 aviões. Cinco meses depois. Então, contratamos esse número de pessoas e ocupamos um detalhe, nos transformamos basicamente na empresa mais pontual do Brasil e também a empresa de maior ocupação. Nós estávamos operando na época parece que com 76% de ocupação média. Nossos vôos eram mais fáceis de se encher, porque eram ponto a ponto. Porém é um marco. Retomamos as rotas de Congonhas.

Chegamos o dia 14 de dezembro. Recebemos o CHETA. A VARIG finalmente estava a salvo. E nessa época nós já havíamos gasto do nosso limite de crédito, dos 485 milhões de dólares, nós havíamos gasto 211 milhões de dólares. Então tínhamos ainda 270 e poucos milhões de dólares ainda para investir na VARIG. Isso tudo eram compromissos para retorno do dinheiro até agosto de 2011.

Dia 20 de dezembro, o Lap me ligou e disse que precisava conversar comigo com urgência, porque ele tinha tido um problema no Fundo. Ele chegou a São Paulo, sentou comigo e me disse... Me disse o seguinte. Tivemos um problema dentro do Fundo, tem uma racha entre os sócios, o problema todo que teve no Brasil de apagão aéreo, a demora do CHETA e tudo, e o Fundo infelizmente vai ter que cortar o limite de crédito que ele deu para você aplicar na VARIG. Então, começou nosso problema exatamente nessa data. Vocês imaginam o seguinte. Nós estávamos com a VarigLog, e uma VARIG em plena recuperação, as duas empresas comendo entre 10 e 15 milhões de dólares de caixa todos os meses, e de repente o nosso dinheiro estava sendo cortado naquele exato momento. Então, sem maior drama e friamente nós tivemos que decidir em... Só tínhamos... A VarigLog só tinha um único bem, que era a VRG. Era a única coisa vendável que ela tinha. Decidimos que teríamos que vender a VarigLog.

A partir daí começou a estremecer o nosso relacionamento com o Fundo norte-americano. Por quê? Porque ele estava nos deixando numa situação de quebra. Nós não sabíamos se seríamos capazes ou não de vender no tempo necessário a VARIG. Coisa que o público não sabia, a VarigLog e a VARIG, eles estavam operando muito em cima dos empréstimos, basicamente com caixa zero. E sem novos emprés-

timos, as duas empresas iriam morrer. Iriam morrer rapidamente.

Fizemos o cálculo, vimos o que é que... Como é que dava para sobreviver. Não tínhamos histórico de crédito no mercado local, então seria impossível rapidamente conseguir levantar o dinheiro. Então, negociamos, iniciamos a negociação da VRG com quatro grupos, Air Canada, TAM, Gol e Lan Chile. Air Canada já descartamos no início, depois Lan Chile já descartamos também, por ser uma empresa internacional, sobrava a Gol e TAM. Iniciamos com as duas companhias, o Lap Chan tratou com a gol e nós tratamos com a TAM. Assinamos também um compromisso com a TAM de iniciar o estudo todo jurídico e de business. E assim se deu.

No dia 27 de março de 2007 assinamos a venda... Estou sendo um pouco mais breve para não segurar os senhores. Assinamos a venda da VRG para a Gol. Vendemos a empresa por 320 milhões de dólares. Vão-se os anéis e ficam-se os dedos. Ficou uma VarigLog, aonde a única dívida que a VarigLog tinha, contando com todos esses empréstimos, eram 346 milhões de dólares com o próprio Fundo. Mas, recebendo esse dinheiro, basicamente se equilibrava e, a empresa tendo até 2011 depois com a abertura de capital que nós pretendíamos fazer dela para 2009, isso aqui seria facilmente pago. O dinheiro seria suficiente para dar andamento nos desenvolvimentos da VarigLog e assim seria. Uma pena, o nosso plano não era vender a VARIG, não era, o nosso plano era muito maior do que vender a VARIG, nós bolamos todo o recrescimento da VARIG, era um plano para cinco anos, mas infelizmente não deu para segurar, por uma questão financeira.

Aí começou a nossa briga com o Fundo. O Fundo queria que a gente pagasse antecipadamente os empréstimos, e nós não aceitamos essa condição deles. E aí se iniciou toda essa, que eu chamo de sabotagem, do Fundo contra a própria VarigLog. O Fundo tem 60% da empresa. Ele tem... Ele não é um acionista de 3% ou 4%. Ele é um acionista de 60% do capital total. Nós temos 80% do capital votante, que é relativo a 40% no capital total. Isso tudo dentro do preceito da lei. E aí começou essa sabotagem toda que está sendo acompanhado pelos jornais, em cima da VarigLog.

Começaram a cobrar antes do tempo, travaram o caixa da VarigLog, começaram... A VarigLog começou a entrar em problemas de caixa, todo mundo sabe o que é isso, uma empresa monstruosa dessa com problemas de caixa, não é fácil de segurar. Com isso, atrasamos alguns fornecedores, inclusive o próprio *leasing*. Uma das *leasings* era do próprio Matlin Patterson, que era Boeing 757, e aí com os nossos atrasos, eles começaram a retomar os aviões. A nossa briga, ela foi aos tribunais, a primeira briga foi a não... Uma ação de inexigibilidade desse crédito antes do combinado, era agosto de 2011, iniciou por aí, depois a seqüência até a ação de dissolução de sociedade que nós distribuímos também dentro da Volo do Brasil, que é a detentora da VarigLog.

O importante dizer é o seguinte. Que eu gostaria de deixar claro para os senhores. Eu assisti o depoimento da Dra. Denise Abreu, aonde ela imputa ao Governo participação disso tudo. Eu quero deixar claro, como dirigente do começo ao fim desse negócio todo, de que a Ministra Dilma e o Presidente Lula nunca tiveram nada a ver com isso. Se tiveram foi através da boca do Roberto Teixeira, que usava o nome deles. Eu tive pessoalmente com a Ministra Dilma, tive pessoalmente com o Presidente Lula, uma vez, e digo para vocês e afirmo: Não existe nenhuma interferência do Governo na VARIG. Eu li bastante coisa que o Governo tinha interesse em salvar a VARIG, claro que tinha, sem dúvida nenhuma, era um problema social, mas daí até se falar que ele interferiu, eu discordo veementemente disso, porque se ele realmente tivesse interferido, nós tínhamos ganhado um tempo muito grande. Porque o que a ANAC fez para segurar a VARIG foi, no mínimo, cruel. Depois posso dar detalhes nas perguntas dos senhores.

Uma coisa eu quero deixar claro. Uma outra história que veio à tona, é a história de nós brasileiros sermos laranjas do Fundo para essa operação. Eu digo para vocês, não sou laranja, não tenho perfil para ser laranja, e jamais, nunca trabalhei para ninguém, exceto para o meu pai e jamais aceitaria ordem, ainda mais de um Fundo que não tem nem internacionalidade direito. Então quero deixar claro para isso, que isso tudo é uma jogada jurídica, desenhada pelo Roberto Teixeira, o qual o acuso hoje de patrocínio infiel. Entramos já na OAB e estamos entrando com outras ações por ele ter se juntado ao chinês Lap Chan, para tentar derrubar a gente.

Uma coisa que eu gostaria de deixar também claro é o seguinte. Para vocês poderem entender... Para os senhores poderem entender o porquê eles usaram toda essa artimanha. Hoje, se perguntarem para o Lap Chan e ao Roberto Teixeira essa história de laranja, o que eles dizem hoje? Imagina, nunca foram. Eles foram sócios, se fosse laranja nós não estávamos brigando. Por quê? Se nós éramos laranja deles, de quem que era a participação da companhia? Era deles. Nada mais fácil que se tomar 40% de uma pessoa sem pagar nada usando esse tipo de expediente.

Todas as nossas ações estão distribuídas, são públicas, não temos nada para esconder, botamos tudo

a público... [Soa a campainha] Já vou terminar. Não existe nada mais em segredo de justiça. Então, estou à disposição de vocês para qualquer esclarecimento que se fizer necessário.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Dr. Marco Antônio Audi pela exposição, e antes de passar a palavra ao Deputado Paulo Ramos para logo a seguir iniciarmos o debate, eu gostaria de submeter ao Plenário alguns requerimentos que se encontram sobre a Mesa.

Requerimento de iniciativa do Senador Raimundo Colombo, que requer nos termos do Art. 43 do Regimento Interno licença para se afastar dos trabalhos da Casa pelo prazo de 116 dias, a contar de primeiro de julho de 2008 a fim de tratar de interesses particulares. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. Aprovado.

Requerimento de minha iniciativa, que também propõe nos termos do Art. 93 do Regimento, Audiência Pública para debater a Reforma Tributária e a CIDE, convidamos os Srs. Ministro de Estado de Transporte, Ministro da Fazenda e o Sr. Presidente do Conselho Nacional Transportes, CTRANS. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento de iniciativa do Senador Delcídio Amaral, que também requer nos termos do Regimento, Audiência Pública sobre o tema da renovação das concessões das usinas hidrelétricas que vencem em 2015, convidando as seguintes autoridades e representantes de entidades de classe: Ministro de Minas e Energia, Presidente da ELETROBRAS, secretário de Energia do Estado de São Paulo, e Presidente da Associação Brasileira Empresas Geradoras de Energia, ABRAG.

Requerimento de iniciativa do Senador Tasso Jereissati e Senador Sérgio Guerra, também com base no Regimento Interno... Colocar em votação o Requerimento anterior. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. Aprovado.

Requerimento do Senador Tasso Jereissati. Requer com base no Regimento Interno, a formulação de convite para comparecimento dos Srs. Cristiano Zanin Martins e Valesca Zanin Martins para prestar depoimento acerca dos processos administrativos e judiciais relativos à venda da empresa VARIG, que os depoentes convidados tiveram participação. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento de iniciativa do Senador Heráclito Fortes, também embasado no regimento, solicita que seja convidados a prestar esclarecimentos à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura o Sr. João Elídio de Lima Filho, Ex-Procurador-Geral da ANAC com vistas a prestar esclarecimentos sobre a venda da VarigLog, em virtude de fatos novos relevantes veiculados pela imprensa. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Mais um outro Requerimento de iniciativa do ilustre Senador Heráclito Fortes. Que requer também com base no Regimento, que seja convidado o Sr. Lap Chan para em reunião de Audiência Pública no âmbito dessa Comissão prestar esclarecimentos sobre a venda da VARIG e VarigLog. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento de minha iniciativa e de iniciativa do Senador Delcídio Amaral, ilustre Vice-Presidente dessa Comissão, que requer aditamento ao Requerimento 18 dessa Comissão, em relação ao 1º Simpósio sobre Infra-Estrutura e Logística no Brasil, desafios para um país emergente. Inclui a Ministra da Casa Civil, o Presidente da Agência Nacional de Transportes Ferroviários, o Diretor da CNI, o Presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, e os relatores do orçamento 2009. Em discussão. Não havendo, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Tenho a satisfação de passar a palavra ao ilustre Deputado Paulo Ramos, para que ele possa fazer a exposição--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Naturalmente que ele terá o tempo necessário, mas eu pediria a ele objetividade, a fim de que possamos dar curso ao debate que vai ser muito importante. Com a palavra, pela ordem o ilustre Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Marconi Perillo, V. Exª. aprovou agora na Comissão vários requerimentos. Inclusive de Audiências. Eu pergunto a V. Exª., Audiência que estamos aguardando desde fevereiro de 2007 sobre a Usina de Belo Monte. Eu fui informado pela Secretaria da Comissão, de que o Ministro Carlos Minc agendou a sua participação para o dia nove de agosto. Eu pediria a V. Exª. que também fizesse gestões junto à Ministra Dilma, para que nessa data finalmente nós pudéssemos fazer essa Audiência Pública, da maior importância para o nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência acolhe a solici-

tação do Senador Flexa Ribeiro. E solicito à Secretaria que adote as providências necessárias. Com a palavra o Deputado Paulo Ramos.

DEPUTADO PAULO RAMOS (PDT-RJ): Caro Senador Marconi Perillo, Presidente dessa Comissão, Srs. Senadores. Quero de início agradecer ao Senador Flexa Ribeiro e aos membros da Comissão a acolhida. A acolhida do meu nome para prestar aqui alguns esclarecimentos sobre o caso VARIG. Não vou fazer abordagem até por economia de tempo, em relação a questões que envolvem a soberania nacional, aos prejuízos para a economia nacional tendo em vista a derrocada da VARIG, nem vou cuidar dos únicos prejudicados em toda essa transação, que são os trabalhadores. Os ativos e os aposentados. Perderam o emprego, sem a sucessão trabalhista, os débitos estão aí e os aposentados perderam também com a situação vivida pelo Fundo Aerus, os aposentados perderam a sua pensão.

Quero dizer que passei a conhecer profundamente todas as etapas que culminaram com a transformação do caso VARIG num escândalo muito maior, a partir da entrevista que foi dada pela Sra. Denise Abreu, ex-dirigente da ANAC, ao Jornal Estado de São Paulo. Lá na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro passamos a acompanhar o caso VARIG na sua fase bem inicial, através da Comissão de Assuntos Municipais e Desenvolvimento Regional, que eu presidia. Porque o Rio de Janeiro, através de uma decisão da Governadora à época, Rosinha, foi a única unidade da federação que se envolveu diretamente na tentativa de contribuir para que a VARIG fosse verdadeiramente recuperada renunciando a créditos fiscais da ordem de 140 milhões. A aprovação feita pela Assembléia Legislativa. À época acreditávamos existir sinceridade nos esforços divulgados para a recuperação da VARIG. Que, que rigor, não houve.

Depois, passado o período eleitoral, nós instalamos uma Comissão Parlamentar de Inquérito sabendo que não teríamos tempo para concluir. Vencido aquele mandato, iniciamos no novo mandato uma Comissão Parlamentar de Inquérito. E as pessoas envolvidas à época, elas não estavam em litígio. Tudo aquilo que tentávamos recolher não que esbarrássemos, mas tínhamos como obstáculo a boa convivência entre o Sr. Lap Chan, o Sr. Audi aqui presente, o Sr. Galo e o Sr. Haftel. E ainda com o patrocínio do escritório do Dr. Roberto Teixeira.

Eu posso dizer com a responsabilidade que tenho que o caso VARIG reúne vários crimes. Vários crimes praticados por todos os envolvidos, a partir de uma decisão governamental de liquidar a VARIG. E utilizando de uma linguagem mais popular, a VARIG se transformou numa grande e valiosa carniça, em torno da qual os urubus se organizaram. E foram contando a cada passo, com favores governamentais. Imaginar na altura pelo menos da minha idade, que o Sr. Roberto Teixeira foi contratado como advogado dos interessados, sem que os interessados soubessem da relação íntima que ele tinha com o poder, é tentar, talvez, tirar bala da mão de criança. Eu não tenho nenhuma dúvida de que tudo foi planejado. Houve um planejamento, com o objetivo óbvio do lucro fácil.

Eu ouvi aqui o Sr. Audi dizer que ele não pode ser considerado um laranja. Eu não sei se é possível distinguir o laranja, do testa de ferro. Há uns que dizem que o laranja é aquele que participa sem ter conhecimento dos atos que está realizando, e que o testa de ferro, não, o testa de ferro é alguém que conhece e sabe. Então, eu posso imaginar então, já que o Sr. Audi aqui mencionou não ser um laranja, mas então o testa de ferro eu admito. Mas não apenas ele, como um grupo de pessoas que não tem tradição empresarial, esse grupo se reúne para comprar a VARIG? Se, porventura, à época, o Sr. Antonio Ermirio de Moraes resolvesse comprar a VARIG, era algo razoável. Pelo tamanho e pelo valor, por tudo que representava a companhia. Mas, empresas sem qualquer tradição. O Sr. Audi aqui procurou demonstrar a tradição que ele tem. Mas e o Sr. Galo e o Sr. Haftel? Cada um entrando como pessoa física com seis milhões de dólares, para constituir junto com o Fundo de investimento Matlin Patterson, uma companhia para adquirir a VARIG.

Eu trouxe aqui toda a documentação, tudo aquilo que foi apurado pela CPI. Inclusive o relatório final. Mas todos aqueles que participaram... Porque as decisões governamentais, não só na mudança da lei para a recuperação judicial, como também a criação da ANAC, tudo coincide com a orquestração para liquidar de vez a VARIG. Transferindo para as competidoras, transferindo para outros setores os seus interesses. Porque a rigor não houve recuperação judicial, não houve recuperação da VARIG.

E a participação da Justiça do Estado do Rio de Janeiro também é uma participação extremamente suspeita, na medida em que os compradores foram selecionados para comprar. Como imaginar que uma companhia que caminha para a liquidação, os futuros compradores que não eram Bancos, não tinham nenhum dever de financiar, estavam injetando recursos na companhia? Porque o grupo que adquiriu foi injetando recursos na VARIG, sem saber que seriam os ganhadores do leilão.

O primeiro leilão foi frustrado pela ação deliberada do Juízo da Vara Empresarial. E aí, diante de todo o quadro, a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro,

faço questão de divulgar isso, através de uma CPI, foi que conseguiu no Supremo Tribunal Federal o deferimento da competência para quebrar sigilo bancário, fiscal e telefônico. Porque antes houve uma CPI que realizamos lá, a afirmação de que a Assembléia Legislativa não tinha esse poder. E a Procuradoria, junto ao Supremo Tribunal Federal conquistou esse reconhecimento. E nós quebramos o sigilo bancário, fiscal e telefônico dos quatro envolvidos. Surpreendentemente um desembargador prestes a se aposentar, concede uma liminar interferindo nos trabalhos da CPI. Foi uma intervenção de um poder em outro. Com o tempo limitado para concluir a CPI, não nos foi possível encaminhar enfrentando no judiciário para que houvesse a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico. E aí, a nossa investigação, ela ficou mais limitada.

Não há nenhuma possibilidade de conhecer profundamente o que houve e responsabilizar criminalmente. Porque tem a advocacia administrativa, tem corrupção, tem tráfico de influência, está tudo reunido nesse processo. Mas a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico é uma necessidade. Porque a cada passo do que houve com a VARIG nós vamos encontrar a interlocução daqueles que são os envolvidos.

Temos aqui a fita, estamos entregamos à CPI, o Lap Chan dizer que foi convidado pelo Juiz da Vara de Recuperação Judicial para adquirir a VARIG. Afinal de contas, a VARIG passou a ser uma empresa nova, a empresa nova... Sem que isso tenha sido deferido para os trabalhadores do Grupo VARIG no primeiro leilão. Se utilizou do nome VARIG na tentativa suposta de ainda recuperar a companhia, mas é uma companhia nova. A Nova VARIG é uma nova companhia, que não obedeceu as exigências da Legislação, com o patrocínio da ANAC. A Legislação exige outras coisas para a concessão do CHETA, inclusive licitação.

Então, foi montado um esquema, patrocinado pelo Governo, com a mediação do Sr. Roberto Teixeira para que as pessoas ganhassem dinheiro. E ganharam muito dinheiro. Não foi pouco dinheiro. Afinal de contas, o que o Dr. Roberto Teixeira então fez com os cinco milhões de dólares, que ele agora confessa que recebeu como honorários? Quem passou a acusar o Sr. Roberto Teixeira de uma maneira pouco surpreendente foi o próprio Dr. Audi. Foi ele que passou a acusar. Dizendo inclusive que o Dr. Roberto Teixeira só não faz chover no sertão nordestino. Que talvez fosse milagre. Mas na fase em que estavam, vou usar uma expressão e não consigo encontrar outra, mas na fase que estavam conluiados, montavam depoimentos.

Então vou passar às mãos dos membros da CPI toda a documentação, mas deixo aqui o meu registro e se me for dada a liberdade em qualquer momento poderei fazer algumas indagações também ao Sr. Audi, depois dos Senadores fazerem as indagações, eu gostaria de ter essa deferência. É uma documentação muito ampla, mas também aqui tem a decisão que nos proibiu, nos impediu da quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico.

Porque agora o Sr. Audi aqui no Senado ele está mais desenvolto. Na nossa CPI ele foi econômico. Quase que recusou a prestar depoimentos. Mas é preciso quebrar o sigilo bancário e fiscal dos quatro envolvidos na compra, que criaram a Volo para fazer a compra, o Dr. Roberto Teixeira, mas também a Denise Abreu. E o próprio Dr. Milton Zuanazzi, que presidia a agência reguladora. Se, porventura, não tem nada a temer, não há nenhuma razão para que oponham qualquer resistência a que sejam devidamente investigados.

De qualquer maneira eu comparo, para concluir o caso VARIG, ao caso Loide. Ao Loide brasileiro que hoje é algo que não é cuidado, com a distinção do Loide eu estava aqui como Deputado Federal, já tinha sido constituinte antes, e acompanhei da mesma forma que acompanhei o caso VARIG, acompanhei também o caso Loide. Loide brasileiro foi extinto e hoje nós não temos praticamente empresa nacional de navegação de longo curso de carga. E, aliás... De transporte de carga. E as nacionais estão controladas sempre com a predominância de empresa estrangeiras. Então a perda da VARIG é isso. Na sua perda dos empregos, nas esperanças, eu vi aqui... Falou. O orgulho. O orgulho da... De uma empresa como a VARIG. Fico surpreso, ele ser possuído desse orgulho.

De qualquer maneira, perdeu o país e perderam os trabalhadores ativos e inativos da VARIG. Vamos esperar que agora com a força do Senado, se for possível uma CPI... Se a Comissão tem poderes para quebrar sigilo bancário, fiscal e telefônico, deverá fazê-lo. Caso não tenha, convém que seja instalada uma CPI para que a operação abafa, não seja vitoriosa mais uma vez. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência agradece a manifestação e o depoimento muito contundente do Deputado Paulo Ramos, e informa a todos que esse assunto está muito longe de ser encerrado aqui na Comissão de Infra-Estrutura. Nós temos aprovados inúmeros requerimentos para ouvirmos inúmeras outras autoridades envolvidas nesse episódio. Nós vamos prosseguir debatendo este assunto e caberá certamente aos líderes examinar a possibilidade ou não da abertura de uma nova CPI. O depoimento que traz aqui o Deputado Paulo Ramos é muito sério. E eu espero que possamos nos desdobrar em relação ao que ele disse aqui.

Estão inscritos os Senadores José Agripino, líder dos Democratas, o Senador Flexa Ribeiro, Senador Alvaro Dias, Senador Tasso Jereissati. Todos eles terão oportunidade de questionar os dois convidados. O Dr. Marco Antônio Audi e o Deputado Paulo Ramos, que presidiu a CPI da VARIG no Estado do Rio de Janeiro. Com a palavra o líder José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Deputado Paulo Ramos, Dr. Marco Antônio Audi. Deputado Paulo Ramos, eu acho que a sua fala é muito coerente com o que se objetiva nessa Comissão de Infra-Estrutura, que não é ainda uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Nós estamos aqui no fórum próprio buscando esclarecer se o processo de venda da VARIG objetivou salvar a VARIG, como alguns dizem, ou se o processo como um todo escondeu a determinada busca de proteger para alguns a realização de um bom negócio, às custas de interesse coletivo, às custas de interesse do erário público.

Veja bem. Sete bilhões de reais são a dívida da VARIG, que por um Parecer da Procuradoria Nacional, amparado em argumentos que têm que ser esclarecidos, não teria sido repassada da VarigLog para a VARIG. Muito bem. Salvar a VARIG significa salvar os créditos trabalhistas dos funcionários. Se a sucessão das dívidas não foi garantida, eu vou querer ouvir o Comandante Enio aqui no dia oito, para perguntar a ele como é que estão os créditos trabalhistas dos funcionários. Para ver se o negócio feito com a venda da VARIG salvou os funcionários, ou penalizou os funcionários. Se o negócio feito com a VARIG penalizou a INFRAERO, a BR, o Banco do Brasil... Os credores.

E mais do que isso, quero saber se... Esclarecer, Senador Flexa, se a lei brasileira, se a livre concorrência, se a concorrência mediante a lei que estabelece parâmetros foi respeitada ou não foi respeitada. Se atravessou-se ou se burlou-se. Se garantiu através de algum *bye passe,* que empresas com 20% de capital estrangeiro comprou, porque só tinha 20% de capital estrangeiro, ou se comprou burlando a lei, porque ele tinha muito mais de 20% de capital estrangeiro. Disfarçado no que se supõe serem sócios laranja. É afronta à lei que está em jogo.

Eu ouvi com muita atenção a exposição do Dr. Marco Antônio Audi, quando ele procurou dizer ser um homem do ramo, desde 72, circunstanciando sua atividade no ramo de helicópteros, deixou claro que ele comandou em nome da VarigLog o processo de compra, em nome da Volo. A compra da VarigLog, que ele contratou o Dr. Roberto Teixeira, que não sabia que ele era compadre do Presidente Lula, e não teceu nenhum comentário nem positivo nem negativo com relação à relação deles com o Dr. Roberto Teixeira.

E eu vejo, Senador Tasso, não sei se V. Exª. viu os termos da carta que o Dr. Roberto Teixeira mandou para a Comissão, dizendo que não vai vir, é um direito que ele tem, convidado, se for convidado, de vir ou não vir. Mas ele pode ser convocado por um outro órgão do Congresso Nacional. Aí ele tem que vir. Se nós julgarmos que o interesse nacional foi burlado. Ele disse, Senador Tasso, e eu quero saber, a primeira pergunta que faço ao Dr. Marco Antônio Audi, se ele se refere a V. Sª. Quando ele diz que veio e que V. Sª., com mais o Dr. Marcos Michel Haftel e o Sr. Galo não vieram na semana passada porque estariam presentes a uma Audiência na Justiça de São Paulo e que ele disse que essa Audiência não existiu, é uma alegação mentirosa e ele vai em frente e diz: "Evidentemente é de repudiar o tratamento desrespeitoso aos membros do Congresso Nacional". E aí entra forte: "É interessante do país. Pessoas moralmente desqualificadas e que ocupam o banco dos réus pela prática dos mais diversos crimes de sonegação fiscal à participação na morte de centenas de pessoas foram erigidas a acusadores e até mesmo julgadores". O Dr. Roberto Teixeira que foi cortesmente mencionado por V. Sª., manda uma carta para a Comissão e se refere a V. Sª. nos termos que acabei de ler, numa relação extremamente delituosa, agressiva. E que na minha opinião merece um reparo, merece uma resposta, merece um esclarecimento.

Como esclarecimento, aí sim merece sim, a seqüência de fatos que eu vou referir. V. Sª. disse que contratou Dr. Roberto Teixeira. Dr. Roberto Teixeira... Acho que eu trouxe aqui uma carta de destrato da Teixeira Martins com a VarigLog. Em que ele lá para as tantas... No começo da carta ele diz: "A despeito das dificuldades enfrentadas que foram muitas, tivemos êxito integral na defesa jurídica dos interesses do grupo empresarial em questão. VarigLog. Livrando até o mormente inclusiva da "sucessão das dívidas trabalhistas da VARIG" que para muitos parecia impossível". Ele declara, no destrato ele declara que conseguiu até a missão impossível. A que custo? A que custo?

V. Sª. disse que tratou o Dr. Roberto Teixeira porque era o escritório pequeno que teria tempo para dedicar-se integral e individualmente à causa. Contratar um escritório pequeno por cinco milhões de dólares, e esta é a questão fulcral que eu gostaria que V. Sª. reafirmasse o que vem dizendo em entrevistas, e se possível comprovasse, contratou um escritório pequeno por cinco milhões de dólares para conseguir...

Senador Marconi Perillo, eu me dei ao trabalho de compilar alguns elementos. O Brigadeiro Zé Carlos Pereira, Ex-Presidente da INFRAERO, estou com

a entrevista dele da Folha de São Paulo de hoje. Ele disse que manifestou-se claramente e disse que era impatriótico defender-se que empresas com mais de 20% de capital estrangeiro pudesse comprar a VARIG. E aí, entre aspas, ele declara hoje à Folha de São Paulo. "Precisava ver a esculhambação que levei de Dilma Rousseff, por ter-me chamado de impatriótico. Ela me telefonou e disse que eu estava me metendo onde não devia, que não sabia qual era o meu lugar e que estava atrapalhando o caso. Disse". O Brigadeiro Zé Carlos terminou saindo da INFRAERO. Levou uma esculhambação, como ele disse aqui, porque referiu-se usando o termo impatriótico a defesa da lei. A lei vigente O Dr. Robert Teixeira contratado por cinco milhões de dólares passou por cima do Dr. Zé Carlos, Ex-Presidente da INFRAERO, e a esculhambação que ele levou ficou por conta da esculhambação mesmo. A missão impossível ele conseguiu às custas de passar por cima do Brigadeiro Zé Carlos Pereira.

Dr. Landim é Ex-Presidente da BR Distribuidora. Foi nomeado a uma outra entrevista, também na Folha de São Paulo, em que está dito: "A autora Denise Abreu relaciona a saída do Ex-Presidente da BR Distribuidora Rodolfo Landim do cargo às pressões sofridas. Atualmente ele é Diretor Presidente da OGX, uma das empresas de Batista. Ele havia sido indicado pela própria Ministra Dilma Rousseff para o cargo, quando ela ocupava a parte de Minas e Energia. Exatamente no mesmo período ao qual me refiro sob pressão da Casa Civil ele pediu demissão no final de semana". Sob pressão da Casa Civil, ele pediu demissão. "Havia rumores de desgastes de sua atuação junto à Ministra por ter negado à VARIG um pedido de crédito de 240 milhões. Landim sustentava a posição de que a BR não deveria dar um prazo de carência para a VARIG, porque ela não tinha garantias a oferecer. Antes disso, a empresa oferecia recebíveis de compras e passagens como cartão de crédito"... Etc, etc, e por aí vai.

Por que Landim caiu? Porque Landim queria cobrar o crédito que a VARIG tinha com a BR. Como tinha com a INFRAERO, como tinha com o Banco do Brasil. E como se buscava fazer o negócio não era salvar a VARIG, porque os sete bilhões foram perdoados. Os créditos trabalhistas dos funcionários foram esquecidos, então o que se queria era fazer proporcionar um bom negócio. E aí rolou a cabeça do Zé Carlos, o Brigadeiro, rolou a cabeça do Diretor Landim que batia pelo recebimento do crédito da Petrobras, da BR Distribuidora, e a cabeça também... Aí entra a vertente jurídica do Dr. Manoel Felipe. Dr. Manoel Felipe, Procurador da Fazenda Nacional que deu Parecer, negando o que se pleiteava o fim da sucessão das dívidas, por ele não havia fim da sucessão das dívidas. Tiveram que trocar. Ele foi demitido e entrou o Sr. Adams, que aí deu um Parecer diferente dizendo que amparado na Lei de Falências, a sucessão das dívidas não cabia. Rolou mais uma cabeça. O Dr. Elídio não foi decaptado, porque mudou de opinião. Num dado momento ele disse que os 20% não eram aceitáveis. Depois de um telefonema, que foi objeto de pergunta que eu fiz à Dra. Denise Abreu mudou de opinião e disse que era possível os 20%.

Então, é uma sucessão de fatos inimagináveis. Que só se justificam com a contratação de Roberto Teixeira. Aí entra Roberto Teixeira. O mago, o compadre, o homem da fotografia com os sócios da VarigLog e o Presidente da República, todos no gabinete presidencial e numa outra fotografia subindo no elevador do gabinete do Palácio do Planalto, certamente para uma Audiência com o Presidente com os donos da Gol. Advogado de um lado e advogado de outro. Eu nunca vi a OAB, a OAB manifestou-se aceitar um fato como esse. Advogado de partes conflitantes, por partes litigantes, ou partes que têm interesses que podem ser divergentes.

A minha pergunta é: O Brigadeiro Zé Carlos terminou saindo, levou esculhambação da Ministra Dilma como disse na entrevista. O Dr. Landim terminou num fim de semana sendo obrigado, ou deixou a Presidência da BR, porque não queria arcar com a responsabilidade do perdão ou do esquecimento de dívidas monumentais da VARIG com combustíveis da BR. O Procurador da fazenda, Manoel Felipe, que precisa vir a essa Comissão, foi demitido porque não deu um Parecer consoante com o que se supõe Roberto Teixeira e talvez pessoas do Governo quisesse que fosse dado. Só o Dr. Elídio que concordou mudar de opinião.

A pergunta que eu faço ao Dr. Marco Antônio Audi é, primeiro de tudo, como é que andam suas relações com o Roberto Teixeira? Segundo ponto, na carta que ele escreveu, quando ele se refere a... às pessoas que estariam comprometidas com crime, essa coisa toda, ele se refere a V. Sª.? Terceiro ponto. O contrato que foi feito com ele e que produziu essa sucessão de quedas, evidentemente, para obter o impossível e isso tudo, essas cabeças rolaram. O contrato foi de cinco milhões de dólares e V. Sª. tem comprovante de que esses pagamentos foram feitos porque ele nega e aí há necessidade do confronto e a palavra de um e de outro estão em jogo. E um escritório pequeno ter contratado por cinco milhões de dólares, uma causa dessa natureza evidentemente que supõe ou pressupõe outras interpretações, de tráfico de influência no limite máximo e no andar mais... Onde não poderia ter. Onde não poderia haver. No andar do Palácio do Pla-

nalto, onde não se poderia admitir tráfico de influência. Nem no terceiro nem no quarto andar.

Então gostaria que V. Sª., com as perguntas que eu faço esclarecesse esses fatos para que a gente possa tornando pública as suas colocações sobre esses fatos possa esclarecer uma coisa que está indignando o país, que é a venda da VARIG nos termos em que ela foi feita.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): [Pronunciamento fora do microfone]... Se colocamos agora as respostas, ou se fazemos as perguntas em conjunto para que a gente possa depois dar ao Dr. Audi a oportunidade de responder.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sim.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu queria sugerir as respostas, porque como são assuntos muito complexos, até para a gente poder em cima da resposta dada continuar a outra colocação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Obrigado Senador Tasso pela colaboração. Senador Eliseu Resende, com a palavra.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu acho que as perguntas do líder José Agripino foram tão incisivas, que merecem uma pronta resposta do interlocutor.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação e a sugestão do Senador Eliseu. Passo a palavra ao Dr. Marco Antonio para as respostas e peço que sejam bastante contundentes e objetivas.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: José Agripino e demais Senadores, esclarecendo. Primeiro o contrato com o Roberto Teixeira. Assinamos um contrato com a Advocacia Roberto Teixeira, onde esse contrato consta valor de entrada e consta um valor de... Que a gente chama de *Success Fee*, ou seja, de taxa de sucesso, de taxa de sucesso... E pagamentos mensais por horas utilizadas. Esse valor aonde eu declarei que nós havíamos pago para o escritório do Dr. Roberto Teixeira foi no longo do tempo, conforme já declarei várias vezes entre a contratação até agora.

Primeiramente o Dr. Roberto, não sei por que, mentiu publicamente, tentou esconder que havia recebido qualquer dinheiro nosso. Em primeiro lugar. Ninguém acreditaria que ele teria trabalhado de graça. Segundo lugar, ele veio aqui e, saiu amplamente para a imprensa, declarou ter recebido somente 350 mil. Na semana seguinte o Estado de São Paulo demonstra que ele já tinha recebido três milhões e 900. E aí, nessa semana passada, ele declara aos jornais, realmente recebeu em torno de cinco milhões de dólares. Então, o que é que prova isso, Senador? Prova que o Roberto Teixeira, ele mentiu nas declarações dele. Certo? Quando me perguntaram simplesmente no meio desse processo todo, quanto que o Roberto... O escritório do Roberto Teixeira ganhou no VARIG e VarigLog. Declarei o que realmente foi pago. Porque tudo está contabilizado, tudo é feito através de... Tudo é feito através de depósito bancário, e tudo auditado por empresa de primeira linha. Está certo? Eu acho que--

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): V. Sª. portanto, tem prova de tudo isso?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Oi?

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): V. Exª. tem prova de tudo isso?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Temos provas, sim.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Perfeito.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Temos provas, apesar de que ele já assumiu que foi pago isso. Ele já assumiu que foi pago--

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Mas ele é uma pessoa muito esperta. Acabou de dizer aqui que não vem mais aqui. Ele está dizendo que não vem. Ele é homem reconhecidamente esperto. Ele pode amanhã dizer não, eu disse, mas me enganei. Quem se engana a primeira vez... As provas são fundamentais.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Certo. Mas o senhor sabe que a melhor forma de prova nesse caso, Senador, seria o seguinte. Na hora que for necessário, pedir a quebra das empresas pagadoras e da empresa dele. Acho que essa é a melhor forma para se, como é que chama? As empresas não têm problema nenhum de demonstrar. Está tudo auditado, tudo com relatório em auditoria. Então elas não têm problema nenhum. Se falasse que tivesse algum receio, é uma mentira, porque não tem. Essa seria a maior prova. Porque senão, vem um papel e diz... A melhor coisa que tem hoje em dia, com tudo, com a CPMF, com os depósitos diretamente em conta, não tem como negar, Senador. Realmente não tem. Então, eu acho que...

Quanto ao preço de ter contratado o Dr. Roberto Teixeira, o escritório dele, eu... O volume quando se falam cinco milhões de dólares parece muito dinheiro. É muito dinheiro, individualmente. É realmente muito dinheiro. Mas não podemos esquecer o seguinte, o negócio VarigLog VARIG, era um negócio acima de um bilhão de dólares. Nós estamos falando que isso tudo custou de advogados 0,5%, dentro do mundo empresarial não é um custo tão alto. Não acho que seria essa discussão.

A discussão foi quando me perguntaram quanto pagou e ele negou, se ele tivesse sido uma pessoa sem medo, como ele é uma pessoa sem medo principalmente no nível que ele gosta de... Que ele gosta de... Afrontar.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, para um esclarecimento, se me permite.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pois não, Senador Tasso.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Porque V. Sª. declara que é meio por cento de honorário de advogados, que não é uma quantia tão alta. Mas não foi meio por cento. Foi muito mais. Porque de fato o que vocês pagaram pela compra da VARIG foi 24 milhões. Cinco milhões sobre 24 milhões é um quarto. É 25%. Quer dizer, pagar de honorários 25% do valor da compra?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Na realidade, o valor de um empreendimento vai desde a compra, todo o investimento feito... As pessoas dizem o lucro, entre aspas, absurdo que se teve entre comprar uma VARIG por 24 milhões e vender por 320. Ninguém pergunta quanto foi investido no meio. Foram investidos 255 milhões de dólares, tudo isso está contabilizado também, Senador.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mas a negociação foi de 24 milhões, não foi--

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não, mas ele era o advogado... Era o escritório que cuidava de tudo.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu desconheço essa prática. A prática que eu conheço é que se paga um percentual máximo, ou um--

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Mas ele não foi só o advogado da compra. Foi o Advogado de tudo.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Advogado de quê?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: O advogado que coordenava tudo.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Coordenava do outro lado também?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: O que, Senador?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Não, veja bem. Por uma operação que o advogado foi contratado de compra de 24 milhões de dólares, se pagou ao advogado cinco milhões de dólares. Portanto, 25% do valor da operação. Quanto foi investido depois? Quanto foi colocado depois, isso não é mais problema do advogado. Isso é problema de vocês que são os investidores.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não, mas continua com o problema de se ter e ser preciso um apoio jurídico.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Um padrinho?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não, padrinho, não. Apoio jurídico.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Para investir?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Para investir, sim, senhor. Como é que o senhor traz aviões--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Precisa pagar cinco milhões do advogado para investir o seu próprio capital?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Mas não é só isso, e depois? E a defesa toda dessa parte toda jurídica? Isso é muito trabalho, Senador.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Qual é a parte jurídica que ele defendeu?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Toda. Toda.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Toda. Tipo?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Sobre a Lei de Recuperação.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): A Lei de Recuperação, aí não e arte jurídica, aí é advocacia administrativa.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não, mas ele fez esse papel.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Me desculpe, mas ele não fez esse papel porque vocês estão sob julgamento ainda, está *sub judice* ainda.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Mas, senhor, tem um advogado cuidando disso.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mas não ganhou. Então o *Success Fee* ele não merece, porque não ganhou.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: O *Success Fee* era para outra coisa.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Era para quê?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: O *Success Fee* era para quando terminasse a transferência do... Da empresa.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): A transferência foi 24 milhões, desculpe.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Senador Tasso, deixa eu esclarecer. Eu acho que há uma coisa escrita, não sei se passou despercebida, mas acho que é definitivamente esclarecedora. Na carta de destrato, a notificação de renúncia, o Dr. Roberto Teixeira coloca claramente a digital, por que é que ele fez jus a cinco milhões de dólares, se é que foi cinco. Pode ter sido mais. A despeito das dificuldades enfrentadas que foram muitas, tivemos êxito integral na defesa jurídica dos interesses do grupo empresarial em questão,

livrando até o momento inclusive das sucessões das dívidas trabalhistas da VARIG, que a muitos pareceria impossível. Está aqui. Agora, em função de quê? Da queda do Manoel Felipe, de dobrar o Dr. Enídio, da queda do Dr. Landim... Do Brigadeiro Zé Carlos ter saído... De um mundo de coisas que só um compadre era capaz de operar. Um compadre fotografado no elevador do Palácio do Planalto e fotografado ao lado de outros clientes dentro do gabinete presidencial. Então, Senador Tasso, está escrito. Acho que o que está escrito aqui esclarece. Só falta a fotografia. Evidentemente que o tráfico de influência está posto nessa carta de destrato.

O que interessa esclarecer é se este negócio que foi feito lesou o interesse coletivo e houve tráfico de influência de altas personalidades da República prejudicando o povo brasileiro, ou não. É esse o foco em discussão. É este aí. Agora, cinco milhões de dólares que foram pagos pelo que ele acabou de dizer. Está escrito aqui, ele disse aqui. Ele teria o *Success Fee*, a taxa de sucesso era se você conseguir tem cinco milhões em débito. Tem muito mais. É a evolução de 24 para 320 milhões de dólares. É o lucro de 24 para 320, aí cabe tudo. Aí ele conseguiu. Conseguiu como? Cortando cabeças, burlando a lei e criando um problema que cabe a nós esclarecer. A nós parlamentares que temos o dever de esclarecer fatos, quando em jogo está o interesse nacional.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Senador, eu acho que nessa história toda pode-se imaginar um monte de coisa. Agora, tem uma coisa chamada verdade. E a verdade ela não tem como ser escondida. Está certo? Eu repudio o fato de dizer que nós, empresários, nós nos aproveitamos de um momento da VARIG. Nós nos aproveitamos de uma oportunidade criada por uma lei que não foi criada por nós. A Lei de Recuperação de Falências, ela não foi criada por nós. Ela estava lá. Nós estudamos a lei. A Lei diz que não haveria. Porque se houvesse sucessão, ninguém salvaria essa empresa. Ninguém salvaria essa empresa.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Me perdoe, mas eu fui um dos redatores, não redatores, mas ajudei a construir essa lei com o saudoso Senador Ramez Tebet. A lei não diz isso.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: O Art. 60 diz.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): O Art. 60 diz o seguinte. No caso de uma empresa em recuperação judicial vender ativos, ou filiais, no intuito de fazer caixa para fazer frente a credores e se recuperar, ela pode não se caracterizar como sucessora. O caso aí é o oposto. Foi vendido à empresa.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sim, senhor.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: A empresa está viva, Senador.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Exatamente. Vocês venderam, a empresa no momento seguinte.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não, não. A empresa...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Não, não. A empresa, a alma da empresa foi vendida para vocês. Não os ativos que fariam com que ela continuasse e não precisasse inclusive ser vendida. Foi vendida a alma da empresa. Aquilo que foi vendido aos senhores, sem ela a VARIG não funciona. Não tem avião, não voa, não tem *slot*, não tem... Não tem condições de ser uma companhia aérea.

Então, ela foi vendida... É como se eu... Eu até já usei esse exemplo aqui numa discussão, é como se eu tivesse uma cadeia de loja de gravatas e eu vendo duas lojas das minhas 50 para fazer frente às minhas dívidas, e continuo com a cadeia, me recupero e continuo com o meu emprego. Se eu vendo todo o meu estoque, o meu nome e não tenho mais condições de continuar com a cadeia, eu deixo de ser. Não é mais esse... Quem vier a comprar é meu sucessor. Isso é muito claro na lei. Muito claro. E foi por essa razão que vocês vão perder isso na justiça mais cedo ou mais tarde.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: A empresa vendedora, ela continua viva, está voando--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Então ela continua viva. Ela não se perdeu. Ela está vendendo. E ela tem os créditos dela.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O Senador Flexa Ribeiro pede a palavra, pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem. É só para aditar aqui algumas indagações e preocupações minhas, com as perguntas que já foram formuladas pelo Senador Agripino e pelo Senador--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V. Exª. está inscrito.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não é só para que o Dr. Audi possa responder sobre essa questão da sucessão das dívidas. Senador Tasso tem toda razão. A lei que possibilita a recuperação das empresas, ela é clara. A recuperação judicial é clara. Claro. Ela foi interpretada de outra forma para poder ser usada na questão da VARIG. Tanto foi que aí eu gostaria de... Isso que eu queria só aditar antes de fazer.

No primeiro leilão que o grupo de funcionários da VARIG arrematou, não viria também a sucessão das dívidas trabalhistas e tributárias. E eles entrariam capitalizando com seus créditos que tinham a nova empresa. E a Justiça do Trabalho, antes inclusive do auto de arrematação, ela fez um arresto dos recursos que iriam ser depositados. Ou seja, mostrando claramente que havia sucessão das dívidas. Então como é que para um leilão havia e para um segundo leilão em que pela Justiça do Rio de Janeiro o grupo de funcionários da VARIG foi considerado deserto, impedido de participar do leilão, aí não havia mais sucessão? Só para complementar, Senador, porque é estranho isso. É estranho isso para o Brasil inteiro, não é só para o Senado, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Marconi e Senador Agripino, eu estou aqui--

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Isso. Eu queria colocar ordem aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Estou muito preocupado aqui com uma coisa. V. Exª. fez uma pergunta ao Dr. Marco Antônio Audi...

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Isso, ela é fulcral.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Fez algumas, aliás. Mas eu, como Presidente dessa Comissão, me julgo no dever de perguntar a V. Exª. claramente o seguinte. V. Exª. mentiu ao não comparecer aqui dizendo que havia um compromisso na justiça de São Paulo? Dr. Roberto Teixeira nessa carta está dizendo que V. Exª. mentiu. E V. Exª. não respondeu ao Senador José Agripino. O Sr. Roberto Teixeira está chamando o senhor de mentiroso. Segunda coisa, ele está acusando V. Sª. aqui de prática de crime, de sonegação e de morte. V. Exª. não respondeu o Sr. Roberto Teixeira. Com a palavra o Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Em adendo ao que o Senador Flexa coloca com o acórdão, acho que é o acórdão, eu quero deixar claro mais. Veja, a questão da sucessão da dívida, além dos argumentos colocados pelo Senador Tasso, pelo Senador Flexa, há um argumento que esse é demolidor. Um Procurador da Fazenda Nacional, Dr. Manoel Felipe deixou o cargo, porque se recusou a dar um Parecer contestando a tese da não sucessão das dívidas. Deixou o cargo foi demitido, foi exonerado, exonerou-se, O que veio o Dr. Adams e deixou como o Governo queria.

Há uma série de histórias de telefonemas na hora do leilão, na hora da compra, há uma série com fatos que contestam isso tudo tráfico de influência. Mas há um fato que aconteceu. O Procurador da Fazenda Nacional, o homem que dá a interpretação final sobre a Lei de Falências, um deles disse: "Não, eu não dou aval para a tese do fim da sucessão da dívida". Saiu. O outro que entrou disse: "Eu dou". É definitivo. Isso é definitivo. Pouco importa. Como é que vai interpretar a Lei? Assim ou assado? Pouco importa. Aconteceu um fato movido pela demissão de um Procurador e pela nomeação de um outro, para que o fato acontecesse, a não sucessão da dívida teve que haver substituição de autoridades da República. Esse é um fato.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Posso...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Sr. Marco Antônio Audi.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Em primeiro lugar responder a carta do Senhor Roberto Teixeira. Não menti para a Comissão de--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não foi Audiência. Foi um julgamento importantíssimo para nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Então o Dr. Roberto Teixeira, que é mentiroso?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Mentiroso. Está certo? Houve o julgamento, esse julgamento era a nossa volta ou não para a empresa, foi naquele dia às 10 horas da manhã no Tribunal de Justiça.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Sª. estava presente nesse julgamento?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não. Nós estávamos no escritório do advogado, porque como são sessões fechadas, a gente não vai lá, só os advogados. Esperando que medida a gente iria tomar logo em seguida, as quais já foram tomadas. Então, não foi mentira. Era muito importante para a companhia e muito importante para nós esse momento que a gente passava naquele dia daquele julgamento. Nº. 01.

Nº. 02, a acusação do Roberto Teixeira eu não tenho nem o que dizer que ele falou agora de falar em mortes e não sei o que. Porque uma coisa... Os senhores imaginem então... Eu preciso... Eu realmente eu preciso pensar nisso aqui. Porque é uma coisa que não dá para... Eu não quero nem tecer comentário nisso, porque morte de centenas de pessoas é um negócio... É um negócio que não dá para... Não dá nem para comentar. Não sei o que ele quis dizer com isso. Mas o importante é o seguinte, não menti, não mentimos para essa Comissão na não vinda no primeiro convite.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): E sonegador?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não sei por que ele chama de sonegador. Aonde que ele tem coisa para chamar de sonegador? Agora, isso--

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): São fatos que tem que ser esclarecidos, Presidente.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Tem que ser esclarecido. Mas isso aqui nós vamos tomar as medidas judiciais cabíveis para ele comprovar isso. Mas ele é assim, Senador. O senhor pode ver que quando nós falamos o quanto ele tinha ganhado, ele falou que não era nada. Aí mentiu que era 350, aceitou que era 3900, aí foi para cinco. Então é a mesma coisa, se o senhor ler isso que eu já li, se ler isso aqui o senhor vai ver o que ele quer dizer com essa carta?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Ele nunca usou o nome do Presidente Lula nas conversas com vocês?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Com a gente? Não. Ele sempre falou que era amigo do Presidente Lula, e isso tudo.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Senador, eu vou ser sincero para o senhor, o que eu acho. Essa é a minha opinião.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O senhor me permite? É uma ingenuidade do meu amigo Tasso. Ele não precisa usar que era amigo do Presidente. Todo mundo sabe. Ele estava ali--

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: É.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ele não sabia.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não sabia?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Nos primeiros dias que tinha contratado não sabia.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Nem que era compadre?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não sabia. Eu não tenho porque mentir. Não tenho por que.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Senador Pedro Simon, em 2005 o Sr. Roberto Teixeira esteve aqui numa CPI, CPI dos Bingos, e qualquer pessoa bem informada desse país se não sabia antes ficou sabendo em 2005. Que o Sr. Roberto Teixeira era compadre do Presidente Lula.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Eu não posso mudar minha história, Senador, porque a verdade é uma só.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Nem se o bigode do Deputado Paulo Ramos voltasse a ficar preto ele poderia acreditar em V. Sª.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Ele não respondeu minha pergunta. A Sra. Valesca, filha dele, nunca usou o...

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: O nome do Presidente?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): É.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Eles usam o nome do Presidente. Claro que usam. Isso que eu queria falar para os senhores.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Complete aí. Complete.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Isso que eu queria falar para os senhores. O Roberto Teixeira, a Valesca, o Cristiano, eles usam realmente o nome do Presidente. Eles usam. Eles usam. Eles são conforme a própria... A própria Dra. Denise falou aqui, eles têm mesmo o grau de intimidação. Eles entram nos lugares e eles usam muito mais naquele segundo e terceiro escalão para conseguir talvez o que eles querem, ou abrir portas, do que realmente acredito que eles tenham contato com o Presidente. Então, não dá para negar isso. Isso todo mundo já está dizendo que ele usa. E não estou negando, ele realmente usa. Usa em tom ameaçador, a Valesca usa, a Valesca quando precisa pega o telefone e diz que vai passar o fim de semana na casa do Dindo, ou seja, do padrinho dela. Então isso realmente existe. Agora eu falar para o senhor--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quem é o padrinho dela?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: É o Presidente Lula.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ah, o senhor sabe.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Quem é o Dindo?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Todo mundo sabe.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não sabia que o Roberto Teixeira era compadre?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: No momento da contratação não sabia.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Tasso, é importante, porque o Dr. Roberto Teixeira, na carta que encaminhou ao Presidente, diz que o senhor... Vou usar os termos dele. "Mentiroso. Tratou-se de uma alegação mentirosa". V. Sª. está dizendo que ao contratar o Dr. Roberto Teixeira não sabia que ele era compadre do Presidente Lula? O Brasil inteiro, as pessoas com menos informação que V. Sª., todo o Brasil sabe da relação de parentesco. Eu quero só... V.

Exª. não está sob juramento, mas já foi chamado aqui na carta de mentiroso.

Vou lhe perguntar pela terceira vez. Pedro negou Cristo três vezes. Vou perguntar pela terceira vez. V. Sª. afirma que ao contratar Dr. Roberto Teixeira não sabia das relações de proximidade com o Presidente? O senhor quer que nós aqui, Senadores da República acreditemos nisso? Aí eu vou ser obrigado de concordar que o senhor está mentindo no depoimento que o senhor está nos prestando. Eu estou lhe perguntando. Estou dando mais uma oportunidade para o senhor reconhecer que tinha conhecimento da relação do Dr. Roberto Teixeira com o Presidente da República e que esta... Este conhecimento foi importante para contratar esse escritório pequeno, que tivesse a sua causa como a principal. Eu só estou lhe dando a oportunidade para o senhor falar a verdade, que o senhor disse aqui que preza a verdade. Então, fale a verdade aqui.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Então, prezando a verdade, Senador, eu repito e confirmo. Pela terceira, quarta ou quinta vez, se o senhor quiser eu falo dessa maneira, não sabia que ele era o compadre do Presidente. Está certo? E falo isso aqui e falo sob juramento também.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Não sabia, mas com o decorrer do tempo--

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não decorrer. Três dias depois--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Deixou eles usarem o nome... Inclusive da... Usando o nome do Presidente, inclusive da filha dizendo que ia na casa do Dindo...

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Sim, senhor. Várias vezes. Eu tive discussões com o Dr. Roberto Teixeira e com a Valesca, eu comandava eles, Senador. Ninguém mais conversava com eles. Eu tive discussões com eles, porque eles têm um jeito bruto de ser que não é meu jeito. Está certo? Eu não trato ninguém mal, não trato nenhum funcionário mal, eu não trato nenhum funcionário público mal. Eles têm uma mania de tratar as pessoas com arrogância total. Eu tive várias discussões, eu tive uma discussão com o Dr. Roberto Teixeira que disse, Dr. Roberto, se o senhor e a sua filha continuarem a usar meu nome da minha companhia arrogantemente dessa maneira, nós vamos cessar o nosso contrato.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Mas eles eram arrogantes com quem? O pessoal do Governo?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Das repartições, das agências... Exatamente. Do Governo, exatamente. E não era só do Governo. Eles são arrogantes por natureza. É só o senhor conversar com ele que o senhor vê. São arrogantes por natureza. Eu tive várias--

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Agora, as atitudes dele funcionavam. Porque com arrogância, blefando ou não, as coisas aconteciam. Porque os objetivos que ele perseguia, ele e a filha Valesca terminavam marcando o gol.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Eu vou falar para o senhor. Repito, o Dr. Roberto Teixeira faz chover. Ele realmente consegue o objetivo.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Dentro desse Governo.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Agora. Conheço-o de dois anos para cá.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): V. Sª. deu uma declaração que ele só não faz chover--

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não, ele faz.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mesmo no nordeste. Gostaria que ele fizesse chover no nordeste também.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Seria bom, Senador. No Ceará.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Então V. Sª. e aqui dentro desse quadro de abertura que temos aqui que V. Sª. está dizendo, acreditou que ele faria chover em função desta aproximação que ele teria com a Presidência da República? De casa do Dindo e coisas desse tipo? Porque senão não faz chover.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não, Senador. Isso foi no decorrer dos serviços prestados a nós. Então, o que acontece? O senhor passa a conhecer aquela pessoa que o senhor se aproximou. Isso que eu quero deixar claro.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): A minha pergunta é por que é que ele faz chover?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Ele faz porque ele consegue. Ele vai e consegue o objetivo dele.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Pela... Por quê?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Porque é mais ou menos assim, Senador.

DEPUTADO PAULO RAMOS (PDT-RJ): Se me permite... O senhor, com o seu grupo, os senhores foram beneficiados por esse tráfico de influência dele? Por esse prestígio que ele tinha junto à Presidência da República? Os seus negócios avançaram? O senhor conquistou as posições no imbróglio da VARIG, em função da influência dele?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não. Influência dele junto à Presidência da República, não.

DEPUTADO PAULO RAMOS (PDT-RJ): Junto a quê?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): [pronunciamento fora do microfone]

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Desculpa, Senador.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): A influência dele junto ao Presidente da República prejudicou o senhor?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não, mas a questão não é... Porque a pergunta dá impressão de que se a proximidade dele com o Presidente nos... Nos beneficiou. Eu digo que não. Acho que a proximidade dele com o poder pode ter ajudado ele em alcançar os objetivos dele.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não é beneficiar. Tudo que nós fizemos foi dentro da lei. Nunca permiti andar fora da lei. Nunca.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): [Soa a campainha] V. Exª. é o próximo inscrito, depois Senador Alvaro, depois Senador Tasso. Queria propor o seguinte, já que nós estamos aqui numa sistemática nova de pingue-pongue, V. Exªs. ao invés de usarem a palavra para questionar o Dr. Marco Antônio Audi, por favor, continuem fazendo as perguntas, a medida que for considerando necessário. Sem que haja necessidade formal de passar a palavra a V. Exª., Senador Alvaro, Senador Tasso, Senador Pedro Simon... Aqueles que julgarem fazer algum tipo de interpelação...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, eu prefiro interpelar como sempre em função de uma linha de indagações.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pois não. Senador Agripino então conclua a parte de V. Exª. para que eu possa passar ao Senador Flexa.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Eu tenho duas questões finais, Dr. Marco Antonio. A primeira, eu gostaria de ouvir de V. Sª. qual é a sua... O que a intuição lhe diz, qual é a sua leitura, interpretação para o fato de depois dessa carta do Dr. Roberto Teixeira de destrato, ele ter ido para a Gol para dar cobertura, suponho eu, cobertura jurídica já que estava garantida a sucessão da dívida, e tudo mais, ser feita a venda de um bem comprado por 24 milhões dólares vendido por 320. Que razões levaram Dr. Roberto Teixeira a se acoplar dentro de um mesmo negócio a outra parte, tendo levado inclusive, com bazófia ou não, no elevador do Palácio do Planalto, supomos ao gabinete do Presidente da República os compradores da VARIG, os novos, os donos da Gol. Por que é que aconteceu essa transposição?

Segundo ponto, o senhor conhece em detalhes a relação do Dr. Roberto Teixeira com o Juiz Ayoub do Rio de Janeiro? Porque me parece que nos Pareceres, nas manifestações do Juiz Ayoub que curiosamente, Presidente Perillo, o Juiz Ayoub referia-se ou nas suas determinações, os seus julgamentos, ele se reportava a Flex, que é o que sobrou da VARIG. Quando na verdade todo o restante do processo não era mais a Flex, eram outras empresas. Mas o guarda-chuva de proteção, a blindagem era a Flex que dava ao Juiz Ayoub a condição de oferecer as garantias que foram dadas e que foram usadas as pamparras, para que tudo que aconteceu em Brasília viesse a acontecer amparado no que o Juiz Ayoub dizia no Rio de Janeiro. E aí talvez o Deputado Paulo Ramos possa agregar algo mais a essa minha preocupação. Qual era a relação real do Juiz Ayoub com o Dr. Roberto Teixeira? Foi importante para a contratação de Roberto Teixeira alguma relação especial... É uma pergunta, não é suposição-

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Eu já tenho a resposta, Senador.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Entre o Dr. Roberto Teixeira e o Juiz Ayoub.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: A relação entre o Roberto Teixeira e o Juiz Ayoub era péssima. Totalmente péssima. O Juiz Ayoub por várias vezes me pediu para que eu tirasse o Dr. Roberto Teixeira de dentro da Vara dele. Por quê? Porque o Juiz Ayoub várias vezes falou comigo: "Marco, esse homem é muito arrogante, eu não vou mais conversar com ele". Tiveram reuniões com várias pessoas, inclusive com jornalistas que os dois discutiram e... Agora, era péssima a relação deles. Não tem como... Não tem como negar isso. Isso é público.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): E a ponte do Roberto Teixeira para a Gol.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: O negócio do Roberto Teixeira com a Gol é assim. Quando o Fundo tirou a nossa... O nosso limite de crédito que a gente tinha que vender a empresa, eu fui ao Dr. Roberto Teixeira e falei: Dr. Roberto, nós vamos ter que vender a empresa, porque não temos fôlego de continuar com a empresa. Foi um drama. Ele quase teve um ataque cardíaco. Quase. Porque eu não sei se ele tomava a nova VARIG como filho dele, alguma coisa assim. Foi um drama. Inclusive ele fez um Parecer que era contra a venda porque ia destruir todo o salvamento da empresa... E tal.

Aí o que eu fiz, Senador? Eu pedi para o Lap Chan, falei: Lap, nós estamos com problema porque

o Dr. Roberto Teixeira é contra a venda. Não tinha jeito, Senador, se não vendesse as duas empresas iam quebrar assim, tipo um, dois meses depois. Iam parar as operações por falta de recursos.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Mas porque o Roberto Teixeira?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Aí, o Lap veio de Nova York para sentar com o Roberto Teixeira. Teve três dias de reunião com o Roberto Teixeira. Aí o Roberto Teixeira começou a defender a venda. A partir dessa data para cá o relacionamento, a partir da data para cá o relacionamento do Dr. Roberto Teixeira, ele se destruiu entre nós e eles. Tanto também com o próprio Lap Chan. O senhor vê que nós estamos brigando com o Lap Chan desde 2007, que começou a nossa discussão. E nesse momento o Roberto Teixeira achou o lado dele preferencial, que foi o lado de ficar do lado do chinês Lap Chan. E hoje, vamos dizer, tanto defensor que ele era da nacionalidade de empresas, o senhor vê que hoje ele está defendendo que a empresa pode ser estrangeira.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): [Soa a campainha] Concluída a fase dos questionamentos por parte do Senador Agripino, eu passo a palavra ao próximo Senador inscrito, Senador Flexa Ribeiro. Peço objetividade, Senador. Senador é extremamente preparado e objetivo, a fim de que a gente possa ouvir também o Senador Alvaro e o Senador Tasso. Asseguro a V. Exª. a palavra prazerosamente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pediria a V. Exª., Senador Marconi Perillo, que eu pudesse fazer os questionamentos e ter a resposta a cada um. Ao invés de fazer em conjunto. Para que possa ser até mais rápido, bem objetivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): De acordo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E quero saudar o Deputado Paulo Ramos, agradecer o atendimento ao convite para que ele pudesse estar aqui, e Dr. Marco Antônio Audi, Srs. Senadores.

Eu antes de iniciar os questionamentos, eu queria fazer um breve relato e dizer que diferentemente do que justifica o Governo, quando diz que tudo foi feito para salvar a VARIG, Deputado Paulo Ramos, na verdade a venda da VARIG significou a sua falência. O país perdeu uma empresa de referência mundial. A VARIG era a referência do Brasil em todo o mundo. E milhares de trabalhadores ficaram desempregados. Alguém lucrou. Alguém lucrou. Não foi o Brasil, nem os empregados da VARIG.

O Sr. Roberto Teixeira representou a Volo na compra da VarigLog. Intermediou a venda da VARIG à Gol. Advogou judicial e administrativamente o caso VARIG indo à Casa Civil, à Presidência da República e a vários Ministérios. Eu, só para lembrar que o Ex-Deputado Roberto Jefferson, no caso da denúncia do Mensalão, ele disse que o Dr. Marcos Valério esteve três vezes em Portugal com o ex-Primeiro Ministro para tratar da venda da VARIG, quando era Ministro da Casa Civil o Ministro José Dirceu. Talvez nessa altura tenha começado a ingerência da Casa Civil. Mas parece que só o Dr. Roberto Teixeira, só quando ele entrou no processo é que começou a fazer chover. Depois da saída do Ministro José Dirceu com a Ministra Dilma, que ele realmente teve essa capacidade de fazer chover. Então, é só um... Uma questão.

Quer dizer, até porque Senador Marconi Perillo, quem primeiro arrematou a VARIG foi um Consórcio, Aero LB em que a TAP fazia parte. Ou seja, você tem que começar a ligar para trás. Tem que vir buscar atrás. E eu não vejo como V. Exª., Presidente, disse que nós vamos ter aqui ainda várias audiências a respeito... Nós vamos ouvir o Comandante Elnio Borges Malheiros que infelizmente não pôde vir aqui, porque desempregado da VARIG está trabalhando na Índia, e ele só pode vir ao Brasil de 15 ou de 20... A cada 20 dias. Então vai estar conosco semana que vem, na oportunidade que vai vir visitar sua família. Vamos também ter esclarecimento disso, não vamos ter que voltar atrás. Eu acho que lamentavelmente nós não temos a Base do Governo aqui. Onde é que está a Base do Governo? Não vejo. Só vejo da base do Governo o Senador Pedro Simon, que na realidade é independente. Pela forma ética com que ele se comporta no seu mandato. Então, não temos a base do Governo aqui. Ela não tem interesse. Acha que isso não vai prosseguir.

Mas eu acredito, Senador Marconi Perillo, que nós vamos sim, como disse o Deputado Paulo Ramos, vamos ter que lamentavelmente até impelido pela própria Base do Governo propormos uma CPI para poder esclarecer. Porque, lamentavelmente, nós não temos como Comissão Permanente do Congresso, nós não temos a possibilidade de convocar, nós não temos possibilidade de quebrar sigilo, seja telefônico, bancário, qualquer outro. Então nós vamos ter que caminhar para a instalação de uma nova CPI.

Eu só queria fazer algumas perguntas, Dr. Marco Antônio Audi, e gostaria que o senhor respondesse objetivamente a cada uma delas. Primeiro, o senhor afirmou que pagou cinco milhões de dólares ao Roberto Teixeira. O senhor tem documentos. Pergunto. Primeiro, o senhor pode fornecer esses comprovantes dos pagamentos à Comissão?

Dois. Segundo. Foi feito algum pagamento no exterior? Eu vou fazer um pingue-pongue aqui.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Ok. Não foi feito nada. Nenhum pagamento no exterior.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E o senhor pode fornecer os comprovantes dos cinco milhões de dólares à Comissão.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Estão todos na contabilidade da empresa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pergunto se pode encaminhar ao Presidente da Comissão?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: O que estiver na minha mão, eu encaminho para o senhor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Bom. Eu pergunto a V. Sª. a influência do Dr. Roberto Teixeira, o senhor já mais ou menos respondeu aí, mas eu quero esclarecimento melhor. Se dava somente no Governo Federal, ou também tinha seu sustentáculo no Poder Judiciário? O Jornal do Brasil e a Gazeta Mercantil fizeram essas denúncias na última terça-feira. A mídia está dizendo que os tentáculos do Dr. Roberto Teixeira iam também ao Poder Judiciário. O senhor tem conhecimento disso?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Por exemplo, nós... O que nós estamos sofrendo agora, Senador, eu vou até intitular de um estupro jurídico, é isso que nós estamos sofrendo em São Paulo. Isso tudo desenhado e dirigido pelo... Pelo Advogado Roberto Teixeira.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): O Roberto Teixeira faz chover no judiciário de São Paulo?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: O senhor pode ver pelos jornais que ele faz chover muito.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então o senhor confirma que ele tem tentáculo no judiciário?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não só eu, como os jornais.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pergunto V. Sª.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Eu sim, claro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O senhor esteve no gabinete do Presidente Lula?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Estive sim, senhor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Foi o Dr. Roberto Teixeira que marcou o encontro?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Sim, senhor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O senhor disse que não é laranja do Fundo americano.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não, não sou.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nem testa de ferro?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Nem testa de ferro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O senhor tinha recurso para comprar a VarigLog?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Isso chama-se de uma operação alavancada. Nós alavancamos o dinheiro. Estamos dizendo numa operação de aproximadamente um bilhão de dólares.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Estou perguntando se o senhor tinha recursos.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: De um bilhão de dólares, não. Eu alavanquei empréstimos, está tudo no Banco Central. Tudo direitinho. É uma operação alavancada. Qualquer um hoje empresário faz operação alavancada.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O senhor falou que quando resolveu, lamentavelmente, vender a VARIG, por falta de apoio do Fundo americano--

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Por quebra de acordo do Fundo americano.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Falta de apoio, ou quebra de acordo, V. Sª. falou que... V. Sª., pelo menos eu entendi, negociou com a TAM.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Sim, senhor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E que o Sr. Lap Chan negociou com a Gol.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Certo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Confirma isso?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Confirmo isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então houve proposta da TAM para a compra de VARIG?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Nós assinamos uma proposta não vinculativa. Deixa eu explicar para o senhor o que é uma proposta vinculativa e uma não vinculativa. A proposta não vinculativa demonstra do interesse para iniciar o estudo comercial. Assinamos com a TAM uma proposta não vinculativa de 1.2 bilhões pela venda da VARIG. Tirando... Aí teria que se tirar todas as dívidas, cairia para setecentos e pouco. Mas é uma proposta não vinculativa. Por que não vinculativa? Mas eu preciso explicar, Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos confundir os... Estamos assistindo proposta não vinculativa. Houve proposta da TAM?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Houve proposta da TAM. Não vinculativa, por quê? Porque eles são uma companhia aberta. Então não podemos imputar a eles coisas que--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim. Mas houve proposta da TAM?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Houve proposta da TAM. Não só houve como a TAM entrou na data rumo

que nós fizemos jurídico e tudo dentro do próprio escritório do Dr. Robert Teixeira.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É estranho, porque a mídia colocou um documento da TAM fazendo a oferta. E depois a própria TAM veio e negou que tivesse participado... V. Sª. está confirmando. V. Sª. está confirmando. Aí eu vou lhe fazer perguntas seguintes. Por que é que foi vendido... Por que foi vendida a VARIG à Gol, e não à TAM que oferecia o dobro do que a Gol ofereceu?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Senador, é assim. Nós estávamos assim na beira do precipício. As duas empresas estavam sem caixa nenhum, nenhum, nenhum. Tentei negociar ainda com o Lap, eu precisaria de mais caixa para agüentar mais duas, três semanas para terminar a negociação da TAM para saber se realmente ia vender ou não, se eles iam comprar ou não. Não tive resposta dele. O pessoal da Gol são bons negociadores. Sentaram comigo e falaram: "Ou a gente fecha hoje o negócio ou vocês nunca mais vêem a gente". Isso ele falou pra mim. Então tive que fazer uma decisão. Ou vendo ou não vendo. Se não vendesse, eu ia arriscar todos os empregos, um caos social. Eu tive que vender. Então vendi para eles.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Por menos da metade do valor que a TAM estava lhe oferecendo.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Exatamente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Estranho.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não por vontade minha, mas por toda essa... Essa coisa montada pelo Lap Chan e o--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Senador Tasso que é um grande empresário a nível nacional, ele vai poder avaliar um tipo de negócio que foi feito de se abdicar de uma proposta de venda com mais de dobro, por uma imposição de 24 horas.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não, não é 24 horas. Precisaria de pouquinho mais de tempo. Não seria por 24 horas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu tive aqui uma informação, só queria que o senhor se tem conhecimento, se existe no Departamento de Narcóticos de São Paulo, algo envolvendo o Sr. Lap Chan.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Eu não acompanho isso, mas fiquei sabendo que tem uma... Uma... Um Inquérito Policial em cima de uma empresa que o Lap Chan abriu junto com o... O Roberto Teixeira abriu para o Lap Chan, chamada Volo Ecs, que está sendo investigada pelo Departamento de Narcótico. Mas não estou acompanhando isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não conhece?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Eu conheço, mas não estou acompanhando.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então existe envolvimento.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Existe, sim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Roberto Teixeira também?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: O Roberto Teixeira que comprou essa empresa para o Lap Chan. Acho que essa empresa já estava envolvida com alguma coisa. Então veio com essa herança, vamos dizer assim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Veio junto, não é? Tá.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Exatamente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Existe uma acusação de fraude sobre os americanos na eleição dos atuais diretores da VarigLog, que envolve também o Advogado Roberto Teixeira?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Existe. O Roberto Teixeira--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Que tipo de acusação de fraude?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Eles fizeram uma Ata de Assembléia nomeando os novos diretores e novos conselheiros. E aí colocaram a Fundação Rubem Berta, que é acionista da VarigLog, como presente, assinaram por eles, e como é que chama? Eles não estavam presentes. A Fundação já entrou no processo pedindo anulação e está entrando na justiça pedindo anulação e isso foi assinado no escritório do Roberto Teixeira na pessoa da filha dele, Larissa. E pelo Santiago, que é o gestor hoje nomeado pelo Juiz de São Paulo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Fundo americano quebrou uma empresa nos Estados Unidos depois que assumiu o controle da VARIG. Já demitiu mais de 900 funcionários, ainda sem indenização. E agora acaba de anunciar a compra de uma nova empresa americana de carga, para qual está transferindo os ativos. Que engenharia é esta? O senhor sabe?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Posso imaginar. Vou tentar imaginar isso. O Fundo americano, quando foi em setembro, outubro do ano passado, nós entramos com um pedido na Polícia Federal em cima de um Art. chamado sabotagem. Que é o que eles estavam fazendo em cima da VarigLog. Esse pedido já foi feito por nós brasileiros desde outubro do ano passado na Polícia Federal e está em andamento, já está no Ministério Público, o Ministério Público é favorável e já encontrou e já encaixou, vamos dizer, na sabotagem

o que eles estavam fazendo com a companhia. Está certo?

Eles tinham uma empresa americana chamada ATA. E aí, o que aconteceu? Eles agora três meses atrás deixaram quebrar essa empresa, são cinco mil pessoas na rua, mais 26 mil passageiros com passagens vendidas e... Eles deixaram essa empresa quebrar. O que acontece? Com essa briga toda nossa eles realmente... Tudo que eles fizeram para conseguir os passos até agora, eles sabem que não é um passo seguro para eles. A justiça vai reverter essas coisas todas. Mas é tudo uma questão de tempo, todos nós sabemos como a justiça às vezes é um pouco lenta aqui.

O que acontece? O que ele está fazendo? Ele pegou essa empresa chamada Arrow Air, ele pegou essa empresa e está transferindo todos os clientes da VarigLog internacional, o maior patrimônio que a VarigLog tinha no seu faturamento era as rotas internacionais. Nós tínhamos três DC-10 e dois MD-11 voando diariamente entre a Europa, Brasil, Estados Unidos e Brasil. Diariamente. Nós estávamos com 25% do mercado brasileiro de carga aérea de entrada e saída, a VarigLog. O que eles fizeram? Quando o Juiz deu a cadeira para eles, eles pararam a parte internacional da VarigLog dizendo que era ruim para VarigLog. Porém, para TAM, a TAM dá declarações no mercado que a melhor coisa que tem é a carga internacional, que subiu 70% para a TAM. E subiu 68% para a Gol também. Então é ruim só para VarigLog.

E, ao mesmo tempo, anunciaram um acordo que eles fizeram com essa Arrow Air, que a Arrow Air iria abraçar todos os clientes da VarigLog no âmbito internacional. Importante dizer. E aí fizeram, anunciaram isso inclusive na feira de carga e agora apareceram há uma semana comprando essa empresa Arrow Air e não só comprando essa empresa Arrow Air, como transferindo. Nós compramos, nós que eu digo a nossa gestão comprou seis aviões Airbus 330, 200F para a VarigLog. Compramos da Airbus, negociado por mim para fazer parte da frota da VarigLog a partir de 2010. Está certo? O senhor sabe que avião hoje... Hoje se o Senhor quiser um avião desse só em 2014. [Soa a campainha]. Só concluindo, Senador Flexa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pode concluir, pode concluir.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Então, o que acontece? Eles pegaram esses aviões agora, ficamos sabendo pelos jornais americanos que eles transferiram esses aviões para a Empresa Arrow Air. Estamos entrando já com as devidas medidas judiciais para coibir que isso aconteça. Cada posição dessa, Senador, cada uma vale hoje apurado pelo próprio jornal, mas eu digo que é mais, o jornal disse que vale em torno de 15 milhões de dólares, cada posição, o fato do senhor ter um lugar na fila, e eu digo que vale 25 milhões de dólares. São 120 milhões de dólares só nessas posições que foram desviadas da VarigLog.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O senhor deu uma declaração ao Correio Braziliense no dia 22 de junho, em que tem como manchete, eu acho que o senhor se refere ao Dr. Roberto Teixeira. Está com medo de mim por quê? É isso?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: É.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Porque o senhor diz que ele está com medo do senhor?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Porque eu não tenho vinculação com ele em nada. Não fiz nada errado com ele. Não permiti que ele fizesse nada errado em nosso nome. Então não existe vínculo. E ele fica me evitando e eu perguntei está com medo de mim, por quê? Eu posso enfrentar, pode colocar ele aqui, Senador, eu fazer perguntas para os dois. Eu posso enfrentar, sem problema nenhum.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Sª. acha que ele tem medo do senhor?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não é que o tipo de declarações dele, e o tipo que os jornalistas fazem--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): As declarações são suas.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: É eu sei, fazem. Aí eu perguntei, está com medo de mim por quê?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Concluo, Presidente. O senhor tem informação se o envolvimento do Dr. Roberto Teixeira com a venda da VARIG, ele teve... Ele teve também papel importante na venda da VarigLog e da venda para o Aero LB lá atrás, na Tap? Tem informação disso?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não, nenhuma informação. Nenhuma não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu, Presidente, gostaria de fazer duas perguntas ao Deputado Paulo Ramos.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não que seja do meu conhecimento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não. Lhe agradeço.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Peço a V. Exª. que conclua, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já concluo. Deputado Paulo Ramos, V. Exª. tem... Pode esclarecer para nós a questão da recusa, ou da perda do lance feito pela ANV Participações no primeiro leilão que houve para a compra da VARIG? Que houve um mandado de penhora, que eu tenho aqui, sobre

o valor que iria ser depositado pela ANV, que estava numa composição com a Lan Chile, e que em função desse mandado de penhora é que houve o recuo. Até porque os recursos que seriam colocados na empresa já seriam arrestados pela justiça. Ou seja, havia a sucessão dos passivos para a ANV. E não havia a sucessão para a ANV foi proibida de participar por ter sido considerado deserto. Por não ter feito o depósito, quando o auto de teria que ser dado em 24 horas, só lhe foi dado 16 dias, ou 20 dias depois pela justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Segunda pergunta também, Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O senhor tem alguma informação dentro da CPI que houve no Rio, se o que impediu a Volo Brasil de comprar a VarigLog em novembro de 2005, se ela ofereceu um lance de 15 milhões de dólares acima do valor da venda à Aero LB Tap, na ocasião? Ou seja, a VarigLog já estava no processo em 2005, diferentemente do que disse aí o Dr. Audi. E oferece um lance de 15 milhões acima da Aero LB. A Aero LB é vencedora. E por último, e encerrando, gostaria de perguntar. Mas deixa o Dr. Audi voltar só para fazer o último questionamento. Por favor, Deputado Paulo Ramos.

DEPUTADO PAULO RAMOS (PDT-RJ): Senador, o Vinicius de Moraes dizia que as mulheres é que eram muito estranhas. Nesse caso específico da VARIG é tudo muito estranho. Tudo. Porque a Tap ficou aproximadamente 10 dias. Entrou e saiu. Ela entrou com o lance menor, ganhou, e imediatamente saiu. Não é de se imaginar que uma empresa como a Tap ingresse num negócio para permanecer uma semana. E saiu com lucro. Já ali, já tinha a primeira estranheza.

Uma das cartas lidas aqui sobre o sucesso do Dr. Roberto Teixeira foi exatamente o sucesso dele desvincular a sucessão trabalhista. Está mencionado como sendo um grande resultado. E aí vem obviamente a participação do Dr. Ayoub. Que agiu de uma forma, de modo a impedir que os trabalhadores do Grupo VARIG, que surpreenderam participando do primeiro leilão... Porque a decisão prévia já destinava a unidade produtiva da VARIG para o Grupo Volo. Como os trabalhadores se mobilizaram? Se organizaram? E chegava a participar do leilão e ofereceram lance no último minuto possível, foi necessário. Essa divergência do Dr. Roberto Teixeira com o Juiz Ayoub, até me surpreende. Foi necessário inviabilizar o primeiro leilão criando todas as dificuldades, inclusive ao arrepio da lei. Para que os trabalhadores do Grupo VARIG pudessem concluir a operação, já que vinha em tratativas com a Lan Chile, inclusive eles foram proibidos de ter acesso às instalações da VARIG. A proibição veio do Dr. Ayoub. E aí os novos e futuros compradores de uma outra empresa, eles compraram uma outra empresa. Foi criada uma outra empresa. Por isso é que eles forjaram.

E há um conflito entre a Justiça do Trabalho e a Vara Empresarial. Dr. Ayoub também assumiu a responsabilidade com as decisões na esfera trabalhista. Ultrapassando a competência da Justiça do Trabalho. Então, foi uma orquestração, eu não tenho nenhuma dúvida, nenhuma dúvida sobre a participação deliberada da Vara Empresarial do Rio de Janeiro para beneficiar o grupo que, em última análise, assumiu benefícios com a criação de uma nova companhia, com outros certificados de habilitação de empresa de transporte aéreo. Foi um novo certificado. A empresa é outra. Foi um artifício utilizado exatamente para entregar, sem qualquer dívida, penalizando os trabalhadores e eles pegaram uma empresa completamente enxuta, sem dívida, com outro certificado. Embora, em determinado momento eles tenham utilizado o CHETA da VARIG. Então, foi um malabarismo, uma engenharia que fez com que alguém ganhasse dinheiro e alguém perdesse. [Soa a campainha]

Concluo dizendo que o grupo... Porque o Sr. Hafter e o Sr. Galo, de onde tiveram dinheiro cada um com seis milhões de dólares no negócio? Agora quando o Sr. Roberto Teixeira troca de lado, passa a patrocinar outros interesses, o grupo representado real Sr. Audi está provando de um veneno que foi benéfico para eles na fase anterior. Somente isso. E aí tem aquele ditado, brigam as comadres, aparecem as verdades. Muita coisa ainda vai aparecer e eu realmente espero que uma CPI aqui possa quebrar os sigilos para que outras verdades possam ser devidamente comprovadas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Uma última pergunta, Presidente. Dr. Audi, o senhor tinha conhecimento quando adquiriu a VARIG, que a compra da VARIG como foi feita, não dava direito aos lotes que ela possuía no exterior? A VARIG que o senhor arrematou não podia usar as linhas internacionais, os horários e os espaços nos países onde a VARIG tinha pouso?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Pelo contrário, Senador. Todas essas rotas, não só as internas como as externas constavam do edital de venda da VARIG. Tentaram o que tentaram foi tirar imediatamente, a ANAC tentou foi tirar imediatamente repassando essas rotas para outras concorrentes. E realmente nós brigamos. Nós brigamos ferrenhamente em cima do nosso--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A gente pode verificar isso depois, Presidente, é que esses *slots,* eles são dados pelo CNPJ da empresa. Então a nova VARIG, que era outro CNPJ da VARIG que detinha o *slot* não poderia fazer uso, e como não fez dos

espaços nos outros países. Mas a gente vai verificar, porque vamos ter aqui o... Na próxima semana o Comandante Elnio, que vai poder esclarecer desde essa operação da ANV.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): [Soa a campainha] Agradeço a participação do Senador Flexa Ribeiro-

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, pela ordem?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pela ordem, o Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Acho importante, o Dr. Marco Antonio, uns dez minutos, num gesto de coragem disse que não hesitaria, não teria nenhuma dificuldade dele de reafirmar tudo que falou ao lado do Dr. Roberto Teixeira. Eu queria sugerir a V. Exª. uma acareação. Ele estaria disposto a uma acareação. Eu quero deixar registrado a V. Exª. a disposição do Dr. Marco Antônio Audi a uma possível acareação com o Dr. Roberto Teixeira.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Agripino, vou preparar um outro ofício convidando mais uma vez o Dr. Roberto Teixeira para estar aqui presente com o Dr. Marco Antonio. A acareação não seria possível aqui na Comissão Permanente. Mas a presença de ambos, sim. Se ele não deve nada, certamente ele aquecerá ao convite.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Desculpe o termo. V. Exª. colocou com propriedade.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Ok. Eu tenho uma pergunta ao Dr. Marco Antônio Audi. O Sr. Roberto Teixeira ajudou o Sr. Lap Chan a transferir 60 milhões de dólares para a Suíça apesar de uma decisão judicial?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não, é assim. Quando o juiz deu a decisão colocando o Fundo no comando da empresa, o juiz ao mesmo tempo disse o seguinte. Todo e qualquer recurso em nome da VarigLog, só poderá ser usado em prol da própria VarigLog, na própria recuperação dela. Aí o que acontece? O Dr. Roberto Teixeira é um advogado, ele sabia da decisão. Tomou ciência da decisão.

Para o senhor ter idéia, a filha dele foi à Suíça, ao banco, saiu do fax... Isso já está amplamente... Também posso mandar os documentos. Saiu do fax do Roberto Teixeira, a carta de transferência do dinheiro dos 80 e poucos milhões de dólares da conta da VarigLog na Suíça, para a conta do Lap Chan. O que acontece? Nós pegamos isso e aí conseguimos travar no juízo isso. Sob pena de prender o passaporte do Lap Chan... Todo aquele negócio que saiu na... Graças a Deus conseguimos segurar. Mas quem orquestrou foi o Roberto Teixeira.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Alvaro Dias, para os seus questionamentos.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Deputado Paulo Ramos, Marco Antônio Audi. Se não fosse a oposição, V. Exª. estaria aqui solitário. Não há um parlamentar da base governista. Um esvaziamento proposital. Não é porque V. Exª. não tem ibope com os governistas, não. É um esvaziamento de propósito. Exatamente porque não querem revelar os fatos. Nessa história há muito de farsa. Os farsantes se apresentam a todo o momento. A mentira tem sido usada como ferramenta. E, lamentavelmente, a sociedade se sente subestimada na sua inteligência. O que mais irrita nessas ocasiões, nesse processo de investigação no Legislativo é que subestimam demais a inteligência das pessoas.

Eu acho, Presidente Marconi Perillo, que a instalação de uma CPI é de grande responsabilidade para quem propõe. Mas neste caso, se o Sr. Dr. Roberto Teixeira não comparecer, parece que será um dever do Senado Federal instalar uma CPI, não porque ela produzirá revelações bombásticas, mas porque manterá o assunto na Ordem do Dia convocando permanentemente a responsabilidade judiciária a cumprir o seu dever de apurar e responsabilizar civil e criminalmente os envolvidos nesse escândalo de corrupção. Uma organização criminosa, eu poderia dizer.

Eu indago inicialmente, já que o Sr. Marco Antônio Audi disse que não sabia que Roberto Teixeira era compadre do Presidente, mas disse que esteve lá. O senhor esteve, disse que esteve com o Presidente Lula, e esteve com a Ministra Dilma. E pela forma colocada, eu entendi que em ocasiões diferentes. Foi o Sr. Roberto Teixeira que o conduziu até a Ministra Dilma e até o Presidente Lula?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Foi sim, senhor. Os dois.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): E o senhor percebeu que ele tinha intimidade com a Ministra e com o Presidente? A relação era de intimidade?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Olha, é assim. A gente... Se eu falar para o senhor que eu percebi que ele era muito querido, eu vou estar inventando. Porque eu não senti uma liberdade tão grande, quanto ele vende que tem.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Isso contrasta com uma entrevista que o senhor deu. É por isso que eu disse que nessa história existe muito de farsa, que a mentira é muito utilizada como ferramenta de defesa. O senhor deu uma entrevista, que o

Dr. Roberto Teixeira gozava de grande intimidade no Palácio e com os Ministros. Acabei de ler aqui, minha Assessoria trouxe há pouco uma entrevista concedida pelo senhor. Isso não é relevante, não. Pode até não responder se não desejar.

O que eu quero saber é que afirmou há pouco que nem a Ministra Dilma... E olhei bem para os olhos do senhor quando fez essas afirmações. Nem a Ministra Dilma e nem o Presidente Lula tratou deste assunto, da venda da VARIG. O senhor disse isso. Mas então o que o senhor foi fazer lá? Foi falar de flores com a Ministra Dilma e o Presidente Lula?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Vou dizer as duas ocasiões. Eu estive com a Ministra Dilma uma única vez, aonde eu estava com os meus sócios, estava com um dos sócios... E a entrevista durou no máximo 10 minutos. Foi que o Roberto Teixeira queria apresentar quem estava interessado na VARIG. Quem estava interessado. Não é quem era da VARIG.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): O senhor acha normal um Presidente da República tratar diretamente de um negócio dessa natureza? Qual a necessidade de quem está comprando, ou negociando, ir ao Presidente da República, ou mesmo à Ministra Chefe da Casa Civil?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Talvez a necessidade não sejam deles, seja do próprio Roberto Teixeira.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): E é possível o senhor afirmar aqui que não houve nenhuma influência, nem do Presidente, nem da Ministra nesse negócio?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Olha, do meu conhecimento é possível afirmar. É possível afirmar.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Mas como é possível se o senhor esteve lá tratando do assunto?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Eu não estive tratando do assunto. Eu fui lá ser apresentado. Como eu fui ao Presidente um dia depois do CHETA--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Mas o fato do senhor ser apresentado ao Presidente como um dos integrantes do grupo que negociava a empresa, não significa que o Presidente estava interessado no negócio? Qual é a conclusão que o senhor tira disso?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Senador, com o Presidente foi outra ocasião, com o Presidente foi após o CHETA.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Mas porque o senhor defende aqui o Presidente e a Ministra Dilma? Tenta eximi-los de responsabilidade no negócio? É por medo, ou é busca de proteção e de favorecimento?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não, desculpa. Não tenho medo. Acho que já está provado aí que... Eu não tenho--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): A outra alternativa é que vale.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Se eu tivesse que falar deles eu falaria.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): A outra alternativa é que vale?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: A única coisa que eu não gosto, é de acusar aqui quem não tenha culpa.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Porque nem lhe foi perguntado e o senhor fez a afirmativa.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Qual?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): O senhor estava muito preocupado em agradar o Presidente e a Ministra Dilma. Se não é por medo, é exatamente com outros objetivos. E quais são esses objetivos?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Em primeiro lugar, não estou preocupado em agradar eles. Estou preocupado em não impingir culpa a alguém que não tem. Se eu não tenho certeza dessa culpa, como é que posso falar que eles estão envolvidos no meio? É só isso, Senador.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Aqui consta que o senhor esteve mais do que duas vezes no Palácio.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não estive. Estive duas vezes somente.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Não posso contestá-lo em relação a isso. Mas posso tentar definir qual foi seu papel nessa transação. O senhor se recusa admitir a condição de laranja. Não sei se aceita a de testa de ferro,

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Nenhuma, nem outra.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Perguntado pelo Deputado Paulo Ramos. Mas os fatos revelam que laranja, ou testa de ferro cai bem como definição da sua presença nessa transação. Eu vou dizer por quê. Houve um contrato de gaveta assinado. O senhor assinou esse contrato. E nesse contrato se estabelecia que os sócios estrangeiros teriam o direito de comprar a qualquer momento e, incondicionalmente, a parte dos sócios brasileiros. Eu não sei definir de outra forma. Alguém que assina um contrato de gaveta, por ser de gaveta, já clandestino, ele fica sob suspeição. Alguém que aceita, admite assinar um contrato de gaveta com uma cláusula dessa natureza, certamente está cumprindo um papel. E esse papel é definido popularmente como laranja.

Agora, como houve uma mudança, os sócios brasileiros se recusam a cumprir o contrato. E dizem que foram coagidos a assinar o documento. Coagidos como? Enfiaram um revólver na cabeça do senhor para assinar esse documento? Qual foi a coação? Ou foi a Ministra Dilma? Porque a Ministra Dilma, segundo Dona Denise de Abreu, influenciou, fez pressão e impediu que se verificasse a origem do dinheiro. Porque essa é a outra indagação. A origem do dinheiro. De onde veio o dinheiro? Seis milhões não declarados. Cada sócio brasileiro, segundo a CPI do Deputado Paulo Ramos, compareceu com seis milhões, mas não há origem declarada. E a Ministra Dilma exerceu pressão segundo Denise Abreu, não sou eu que estou dizendo, para evitar que se declarasse a origem desse dinheiro.

Então são duas questões vinculadas. Primeiro. O senhor assinou sob pressão, coagido? E que forma de coação foi essa? Foi um revólver calibre 38? E esse dinheiro veio da onde? Ou o dinheiro também é uma farsa? Não houve dinheiro? A presença foi só virtual? O senhor não teria comparecido com o dinheiro, apenas conferiria a característica de legalidade a uma operação. Esse era o preço pago. O que o senhor tem a dizer? Qual a origem desse dinheiro? E qual foi a modalidade de coação?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Ok. A origem do dinheiro. Está tudo... Todas as nossas operações financeiras, todas, 100% estão registradas no Banco Central. Todos os contratos de empréstimos foram apresentados ao Banco Central e apresentados à ANAC--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Estou perguntando a origem do dinheiro. Não se está registrado. De onde veio o dinheiro.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: A origem do dinheiro, os contratos de empréstimo foram todos apresentados à ANAC. Todos. Não teve nenhum--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): O senhor tomou dinheiro emprestado para transferir?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Tomamos dinheiro emprestado de várias fontes.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): De várias fontes? E o senhor tinha garantia para tomar esse dinheiro emprestado, suficiente? E quais são essas fontes?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: De empréstimo?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): É.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Tem de Americano e o próprio Fundo. O Fundo emprestou até agora 46 milhões de dólares... Para pessoa física, não.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): O senhor tinha um belíssimo cadastro internacional. Captou recursos no exterior, porque tem um belíssimo cadastro internacional. Pelo visto está muito fácil obter recursos no exterior. É evidente que o... Isso fica nítido... A menos que se aceite essa afronta à inteligência, fica nítido. É um direito que nós temos de supor, de concluir que há aí uma operação de absoluta falsidade. Esse dinheiro pertence ao próprio Fundo americano. Não há nenhuma dúvida disso. Ele veio lá de fora, inclusive. Aliás, nesse negócio só se fala em dólares. É um negócio feito no Brasil e ninguém fala em real. Só se fala em dólares. O advogado recebe em dólares, compra-se em dólares, o valor foi 24 milhões de dólares... O real desapareceu. Portanto, a mim o senhor não me convence.

O senhor não captou recurso algum no exterior. Estou afirmando isso com muita tranqüilidade. Esses recursos vieram numa operação de malandragem. Numa operação de malandragem. Na verdade, o senhor não ficou devedor desses recursos nessas instituições financeiras lá fora. Não creio que qualquer brasileiro chegue e conquiste lá fora o empréstimo que deseja, no momento que deseja e que esses empréstimos sejam extremamente favoráveis sob o ponto de vista financeiro.

Enfim, a Dona Denise de Abreu disse que sofreu pressão da Ministra Dilma para não verificar se os brasileiros efetivamente tinham condições financeiras de pagar a sua parte de 80% do grupo constituído para comprar a VarigLog. É declaração de Dra. Denise de Abreu. Portanto, houve sim. Porque não haveria como comprovar condições financeiras de participação nesse percentual no negócio. Agora, o Sr. Roberto Teixeira teve influência decisiva nisso, não teve? Ou não teve influência decisiva? Os cinco milhões de dólares foram bem pagos, não é?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Em primeiro lugar, Senador, acho o seguinte: Todas as operações financeiras estão registradas no nosso Imposto de Renda, no Banco Central, está tudo direitinho, 100% como manda a lei. Número um. Não cabia à Dra. Denise pedir o nosso Imposto de Renda. Isso a lei não... A lei não suporta esse tipo de afronta que ela estava querendo fazer. Foram apresentadas--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Aliás, a lei exige que se comprove a origem.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Foi comprovado. Tudo foi comprovado à ANAC.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): A origem... A origem do dinheiro foi comprovada dos Bancos do exterior. É uma comprovação.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não. Comprovado aqui, na capitalização da empresa.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Dr. Roberto Teixeira teve grande influência?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: O Roberto Teixeira, nessa época da composição do capital da Volo, ele nem existia ainda.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): E no encontro que o senhor teve com a Dilma Rousseff do que tratou?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Nada. Ele quis apresentar uma pessoa que poderia ser um grupo potencial de compra à VARIG. Só foi isso. Demorou 10 minutos a conversa. E não tive eu, a Ministra e ele, estavam umas oito pessoas.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Dra. Dilma Rousseff estava coordenando as ações. A Dra. Denise disse que ela influiu, exerceu pressão. E essa presença sua nessa conversa com Dilma, o senhor deve ter notado que ela era formalmente coordenadora desse processo, em nome do Governo.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não acho. Acho que era mais importante para o Roberto Teixeira levar uma pessoa lá para ele se fortalecer, do que para qualquer outra coisa. Porque no que ela poderia ajudar? [Soa a campainha] Não tinha aonde, naquele momento.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Então o Roberto Teixeira não é esse advogado tão inteligente que perde tempo havendo visitas não muito fáceis de serem agendadas, porque uma Ministra e o Presidente da República têm muito que fazer, simplesmente para não obter resultado nenhum.

Eu vou continuar então as indagações. As conclusões ficam... As interpretações e as conclusões ficam a critério da inteligência de cada um que presencia os depoimentos. Antes, eu quero fazer uma pergunta... Houve uma divulgação através de um site, do Ucho, o Jornalista Ucho, e também se não me falha a memória da Revista Exame, que houve um saque de quatro milhões em dezembro de 2007 para a VarigLog. Há explicação para esse saque?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Que saque? Qual saque?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Quatro milhões de reais. Foi divulgado.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Saque para quem?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Estou indagando isso. O sócio da empresa é o senhor. Eu não. Eu estou indagando.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Qual o saque? A empresa faturava 120 milhões de reais por mês. Todo dia se pagava vários pagamentos. Preciso saber qual o saque.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Saque dos sócios. O senhor, por exemplo, o senhor sacou?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não. Nenhum dos sócios sacou. Não. É só olhar o relatório do próprio juízo que está lá os saques, e o que se sacou e o que não.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Evidentemente que agora tanto o Jornalista Ucho, quanto os outros órgãos de imprensa, parece que a Revista Exame que divulgaram esse saque terão oportunidade de contestá-lo. Certamente se divulgaram é porque possuem provas para a divulgação inclusive de número, valor. Isso não é uma coisa aleatória.

Uma outra pergunta pontual. Uma empresa de Miami vendia peças para avião. Essa empresa de um amigo seu, Bráulio Carvalho. Ele era seu amigo.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Exatamente, exato.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Antes ele era proprietário de uma empresa de locação de automóvel de luxo. E assim que o senhor se tornou sócio desta empresa, ele mudou o objetivo da sua atividade empresarial. Passou a ser exportador de peças de avião. Por que isso ocorreu assim, repentinamente?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Por uma questão de confiabilidade.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Uma questão de?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: De confiabilidade.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): De confiabilidade

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: A VARIG e VarigLog, elas tinham vários fornecedores, tinham vários fornecedores que eram espalhados no mundo inteiro por preço. Nós chegamos a pegar peças compradas pela VARIG por 12 mil dólares, uma peça que valia 380 dólares. Então, o que acontece? Nós centralizamos numa única empresa um contrato com ganho definido, para que se moralizasse e se ajeitasse toda essa parte de fornecimento de peça. E não existe ilegalidade nenhuma nisso.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Vou voltar à indagação anterior para completar, Senador Tasso me sugere aqui, completar a indagação que fiz anteriormente. O que se fala é que a Ministra Chefe da Casa Civil exerceu influência para facilitar a presença de brasileiros, validando legalmente uma transação irregular em função de não cumprir a Legislação. A questão da participação do capital estrangeiro numa empresa dessa natureza no Brasil. E é exatamente por isso que eu suponho, o Dr. Roberto Teixeira o conduziu até a Ministra Dilma Rousseff e ao Presidente Lula.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Eu fui--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): A Ministra declarou que não houve esse encontro, então eu indago, o senhor disse que houve--

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Houve um encontro, sim.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Quando foi? A data?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não lembro direito.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): O mês?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Segundo semestre de 2006. Não, primeiro semestre de 2006. Próximo de julho, por aí.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Próximo de julho?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: É.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): O dia o senhor não se lembra?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não lembro.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Aquela foto autografada com o Presidente foi no mesmo dia? Ou foi...

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não. Aquela foi em dezembro de 2006.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Aquela foi depois?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Aquela foi depois. Um dia depois do CHETA, que era o Certificado de Homologação de Empresa.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): É notório que a VARIG com uma dívida de 4,8 bilhões de dólares com o Governo não valia nada. Não representava um grande negócio para a compra. Mas sem as dívidas valia uma fortuna. Agora, como é que fizeram desaparecer essas dúvidas? Quem foi o mágico? Esse mágico foi o Dr. Roberto Teixeira que fez desaparecer as dívidas?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Senador, quando nós chegamos na vida da VARIG, a VARIG já estava na dificuldade financeira que ela estava. Tudo foi feito às claras da Lei da Recuperação. Então eu não tenho nenhuma opinião que eu possa dar para o senhor a esse respeito, porque nós seguimos 100% do que a lei mandava.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Senador Alvaro, criaram uma nova empresa, e ficou para outra. Estou perguntando quem foi o mágico. O senhor sabe quem foi o mágico nessa transformação? Tira da cartola, desaparece a dívida, fica uma empresa enxuta...

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não, não. Nós fomos... Nós fomos convidados a participar de um leilão que era público e nós participamos.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Valendo uma fortuna? Mas o senhor não sabe se foi do Dr. Roberto Teixeira.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: A própria VARIG. A própria VARIG. Chamou várias pessoas para participar do leilão.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu só me esqueci de perguntar. Houve avalista nessas operações de crédito lá fora que o senhor fez?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não. É, garantias nossas.

DEPUTADO PAULO RAMOS (PDT-RJ): Senador, o senhor me permite?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pois não, Senador.

DEPUTADO PAULO RAMOS (PDT-RJ): A mágica foi feita na Vara Empresarial do Rio de Janeiro, junto ao Juiz Ayoub, e ainda com o patrocínio da própria ANAC, para o surgimento de uma nova empresa. Porque para criar uma empresa aérea, a lei exige outras medidas. Eles criaram uma outra empresa, deram um novo CHETA, e na Vara Empresarial foi feita a separação. O mico ficou com a empresa anterior e a nova empresa saiu sem dívida nenhuma.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Alvaro, pediria a V. Exª. que concluísse.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Tinha muita coisa, mas vou fazer mais uma ou duas perguntas só então. Sorte do Audi. Qual foi a razão da briga? O senhor participou ativamente, foi laranja ou foi testa de ferro, isso não importa. Viabilizou um grande negócio. O senhor viabilizou um grande negócio. Como foram as divergências? Qual foi o início dessas divergências entre os brasileiros com o Fundo? O senhor está perdendo a sua participação. Pelo menos lá em São Paulo perdeu. Pode recuperar aqui.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: É. Nós vamos recuperar. Em primeiro lugar, Senador, voltar a afirmar para o senhor. Não somos laranjas e não somos testa de ferro deles. Está certo? A razão da briga com eles--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Deixa eu só ajudar. Provavelmente havia um acordo clandestino. Contratado de gaveta.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não, não existe contrato clandestino. Todos os contratos estão apresentados.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Diz respeito a compromissos nesse caso.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Quais compromissos?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Se houve um rompimento... Houve um rompimento.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Houve rompimento no sentido de investimentos. Foi isso.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Por que estão tomando a empresa do grupo?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Da gente?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Exato, exato.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Porque simplesmente é mais fácil tomar do que comprar, Senador. São 40% da empresa. Hoje, o Lap Chan declarou que quer o valor da empresa 400 milhões, mais 364 de dívida dá 764 milhões, e mais 150 milhões dos Airbus. É quase um bilhão de dólares. O senhor não acha que eles vão brigar com tudo, com todas as forças que têm de todas as maneiras para não pagar nossa participação que é 400 milhões de dólares?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Então o senhor arrumou sócios desonestos nessa operação?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: As coisas vão aparecendo.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): O que é Volo Ecs?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: É uma empresa criada pelo próprio Lap Chan e o Roberto Teixeira.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): O Roberto Teixeira participa dessa Volo Ecs?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não, ele não participa. Ele comprou essa empresa pronta para o Lap Chan e mudou o nome para Volo Ecs. Essa que está no negócio do--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): O senhor acha que o chinês está oferecendo vantagens extraordinárias para o Dr. Roberto Teixeira, para que ele participe desse...

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não vou estranhar se o Dr. Roberto Teixeira se apresentar como novo sócio brasileiro da VarigLog.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Então o senhor acha que o Dr. Roberto Teixeira vai deixar de ser advogado e ser sócio de uma grande empresa?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Ele já é. Os jornais divulgaram que ele virou sócio de duas empresas do Lap Chan.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu agradeço, Presidente, a oportunidade de perguntar ao Dr. Audi.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Audiência está sendo extremamente esclarecedora. Quero agradecer muito ao Dr. Marco Antônio Audi, ao Deputado Paulo Ramos que teve uma participação muito boa e aos Senadores que estão permitindo aqui começar a puxar o novelo, a ponta do novelo. Com a palavra o Senador Tasso Jereissati para as... Os questionamentos e interrogações que julgar necessários.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sr. Marco Antônio Audi, eu vou pedir permissão também para fazer perguntas rápidas e respostas rápidas, para que eu possa entender. A minha curiosidade é saber como nasceu essa empresa e como ela foi formada.

A pergunta que eu faria primeiro é o seguinte. Quem é o chinês? O senhor conheceu o chinês, qual era a informação? Qual era a atuação do chinês na praça de São Paulo? O que ele fazia? Quem era o chinês?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Na procura de um grupo de investimento para participar com a gente dentro da VARIG, me foi apresentado o chinês, que é representante de um Fundo chamado *Matlin Patterson*. Esse Fundo ele é ligado ao *Credit Suisse*, ele era ligado naquela época ao *Credit Suisse*. Essa que é a, vamos dizer, a origem deles.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): E fora a ligação, qual é a história do Fundo? Quem dirige o Fundo?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: É o chinês.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): O chinês daqui que dirige o Fundo?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Ele não é daqui. Ele morou aqui um tempo quando era criança, mas é natural acho que é de Hong Kong. E mora hoje nos Estados Unidos. Hoje não, faz tempo.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu perguntei a alguns Bancos que têm atuação internacional se conheciam esse Fundo. É totalmente desconhecido.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Ele não é Fundo conhecido.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Se interessou em fazer perguntas a esse Fundo?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Mas é um Fundo que tinha aproximadamente sete bilhões de dólares em ativo, que servia para o nosso propósito. De alcançar o valor que a gente precisava alcançar.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Quem lhe apresentou esse chinês, só por curiosidade?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Foi um consultor que ficou procurando fundos de investimento pra gente. E outra coisa, foi a primeira... Como é que eu falo para o senhor? O primeiro investimento do Matlin Patterson no Brasil foi esse.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Como foi a composição do capital para a compra da VARIG? Exatamente como foi a composição do capital para a compra da VARIG?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Da VarigLog ou da VARIG?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Da VarigLog.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Da VarigLog. Então, foi formada uma empresa chamada Volo do Brasil. Certo? Eu... A minha participação seria... A minha participação seria de 20% da empresa, a gestão da empresa e seria de 20% da empresa. O nosso... Deixa eu só complementar.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Pois não.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: O nosso objetivo era tomar o dinheiro emprestado, fazer esse dinheiro... Como um empréstimo normal. Fazer esse dinheiro rodar, valorizar a empresa abrir o capital e pagar o empréstimo. Esse era o...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): E como foi o desembolso para a compra? A composição do desembolso de cada um em dólares ou reais?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Cada sócio entrou no capital. Porque diferença é o capital e o empréstimo, está certo?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Não, não é no capital. Quanto cada um desembolsou no leilão? No leilão houve o desembolso.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não, o leilão, não foi comprado no leilão a VarigLog. Foi diretamente da Aero LB.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Quanto foi o desembolso de cada um?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: 48 milhões de dólares. Nós tomamos emprestado 48 milhões de dólares.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): O desembolso zero?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Desembolso que foi feito, foi feito no capital social da Volo do Brasil.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Quer dizer, não houve nenhum desembolso da sua parte nem do...

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não, Não. Desembolso para a compra? Não, nós formamos uma empresa chamada Volo do Brasil. Botamos o capital nela--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Quanto botou de capital cada um nessa empresa?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: De cada um, um milhões de dólares cada um.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Um milhão seu, um milhão do...

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Dos três sócios.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Dos três sócios e a empresa... O Fundo não?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: E o Fundo também, a parte deles.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: A parte do Fundo foi equivalente ao contrário dos 40, 60%. Não lembro o número exato. Depois eu posso levantar a parte da capitalização para vocês, para os senhores.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Quer dizer, vocês entraram com três milhões e o Fundo entrou com perto de seis milhões de dólares.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não lembro o número. Para não dar um número assim, depois eu posso enviar para o Presidente.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Esse milhão de dólares foi de recursos próprios ou foi alavancado?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Alavancado junto a um banco chamado JPMorgan.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Essas garantias para alavancagem de um milhão de dólares, evidentemente é coisa com retorno de longuíssimo prazo.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Para 2011.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): de 2006 para 2011, isso é uma coisa de longuíssimo prazo. Isso foi dado garantia para esse empréstimo?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Foi dado garantia das próprias ações da companhia.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Garantia da Volo?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Da Volo.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mas a companhia não tinha ativo nenhum.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Ela deu as garantias das ações da Volo do Brasil. Ela tinha, ela estava comprando a VarigLog.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone].

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Antes de comprar a VarigLog, ela não tinha ativo zero?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Ela tinha ativo zero.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): E vocês deram como garantia do empréstimo de um milhão de dólares, a empresa que ia ser comprada?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Isso chama-se fazer uma operação alavancada. O Senhor é empresário, Senador, o senhor sabe--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mas eu nunca consegui sem dar garantia real, ou garantia líquida. Eu realmente nunca consegui. Estou querendo até aprender um pouquinho, porque real-

mente nunca ouvi falar. Porque qualquer tipo de alavancagem tem o mínimo de capital próprio do grupo, ou dos investidores, e os investidores não entram só com alavancagem. E na alavancagem é exigido uma série de garantias e algumas garantias reais. No entanto... Eu gostaria da sua empresa anterior à Volo, a que lhe possibilitou qual era o capital dela?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Depende. São várias empresas.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Somados. O faturamento delas somadas.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Aproximadamente 80 milhões.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): De dólares?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Ano.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): De dólares?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Exatamente.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): E a VARIG que a VarigLog foi comprada faturava...

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: A VARIG, ou a VarigLog?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): A VarigLog.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Agora ela faturou 500 milhões mais ou menos.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Então o V. Sª...

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Pouquinho menos.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Teve avalista para essa operação do JP Morgan?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Zero de aval?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Zero de aval.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sem aval?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Com a garantia das ações. Aval nosso também. Além da garantia das ações teve aval nosso. Aval próprio nosso.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Isso foi pego lá fora no exterior?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Foi pego lá fora. Exatamente.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Muito bem. Então foi feito essa... E o senhor tinha acabado de conhecer o Sr. Lap Chan?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não. Já o conheci desde maio... Abril de 2005. Foi quando a gente começou a estudar a compra da VARIG.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): O senhor falou aí lá para as tantas que com certeza sabe que a justiça vai reverter essa questão da sucessão. O senhor acabou de falar aí.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Da sucessão? Não, não falei.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Que a justiça vai reverter uma série de decisões.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não, a justiça vai reverter essa decisão tomada contra a gente. Como sócios da Volo.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Então essa alavancagem foi, o senhor colocou um milhão de dólares, cada um dos sócios um milhão de dólares no caso, a...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): E em seguida comprou a... Com essa empresa de... Ao redor de oito milhões de dólares de capital. Essa empresa com oito milhões de dólares pegou empréstimo de quanto?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: 48.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): 48 milhões de dólares. Uma empresa de capital de oito milhões de dólares pegou uma empresa de 48 milhões de dólares. Com quais garantias?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: As próprias ações da nova empresa. Agora, quem fez os empréstimos todos... Quem fez os empréstimos todos aí já não era banco. Quem fez foi o próprio Fundo. Esse era o papel do Fundo.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): E o Fundo fez um contrato com a empresa para esses empréstimos. De--

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Contrato de mútuo.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Contrato de mútuo, com quais datas de vencimento?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: 2011. Agosto de 2011.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): E fora esse empréstimo, o Fundo também foi colocando capital para a empresa rodar?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Capital, não. Foi fazendo mais empréstimo. À medida que precisava. Que somam hoje 346 milhões de dólares.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Agora, esses empréstimos eram feitos também com contrato?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Tudo com contrato, registrado no Banco Central. Não tem jeito de se fazer...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): V. Sª. sabia que para a empresa rodar precisaria de empréstimo. E que não teria condições de ser num banco, teria que ser do próprio Fundo.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Exatamente.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Havia um contrato que o Fundo se obrigava a emprestar esse recurso X por tanto tempo?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Um contrato não havia. Mas todos os compromissos por eles serem donos de 60% do capital total da empresa, o senhor não precisa ter nem contrato. É um--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Claro que precisa ter contrato. Senão aconteceria o que aconteceu. Fica com o emprego.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Foi o que aconteceu.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mas o senhor foi ingênuo a esse ponto, sem nenhum contrato?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não fui ingênuo, Senador. Não tem jeito. Eles estavam colocando nas nossas mãos todos esses milhões de dólares, a gente tinha que ter uma confiança neles também.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Não, confiança infelizmente nesse mundo de negócio, ainda mais o Lap Chan que o senhor não conhecia, acabou de conhecer pouquíssimo tempo, e o senhor sabia que a sobrevivência do negócio dependia do aporte de recursos dele. Ou empréstimos ou aporte de capital. Dependia deles. No momento que aquele parasse, a empresa parava.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: O senhor nunca teve um banco que do dia para noite corte o seu limite de crédito? Quantos nós já tivemos isso? Você pularia de um banco e vai para outro.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mas o Fundo era banco ou sócio majoritário?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Majoritário não. Era sócio de 60%.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Desculpa. Se ele fez um aporte de... Primeiro fez empréstimos. Depois fez constantes empréstimos de capital de giro para a empresa, ele já era majoritário há muito tempo. Porque ele foi colocando e o passivo da empresa toda estava... Valia mais que o ativo.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Mas é passivo. Não é capital.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Ta. Mas o senhor sabia que o momento que parasse de colocar isso, o senhor parava de rodar também.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Era o risco que a gente tinha, claro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Isso que fica difícil do entendimento de como formou. Eu sou sócio daqui do Sr. Eduardo Azeredo, que é um grande capitalista mineiro e eu dependo integralmente do sócio Eduardo Azeredo, do aporte de capital dele. No dia que ele deixar de... Me achar feio, ele deixa de aportar capital, eu paro e deixo inteiramente dele. Outra coisa é de uma generosidade extrema, apesar de ser típica dos mineiros essa generosidade, de ficar infinitamente me emprestando dinheiro para eu ser sócio dele majoritário.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Os valores já estavam definidos, Senador. Não é infinitamente. Já estavam definidos os valores.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Essa é uma operação realmente estranhíssima.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não tem nada de estranho. O senhor pega outra empresa que nós fizemos, por exemplo, com dois fundos de investimento, um o Fênix e outro do Rio Bravo, que é do Gustavo Franco, fizemos a mesma coisa.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): E ele só dependeria de aporte de capital para ficar rodando?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Só dependeria de aporte de capital dele. A empresa está aí, é um sucesso, hoje é a maior do mundo, e--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Qual é a empresa maior do mundo?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: De propriedade compartilhada de aeronaves.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): É sua essa empresa?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: É nossa.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Junto com o Rio Bravo?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Com o Rio Bravo e Fundo Fenix.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Desses 400 milhões havia recurso do BNDES?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não, nunca houve recurso governamental.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permite Senador Tasso, só uma indagação. Dr. Audi, o senhor quando lhe perguntei por que é que não optou pela proposta da TAM e ficou com a da Gol, V. Sª. disse que era porque estava premido pelo tempo. O Fundo não lhe... Lhe dava mais garantia para que fizesse a...

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: O Fundo simplesmente travou os desembolsos de empréstimos combinados. Foi isso que aconteceu. [Soa a campainha].

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Estou... Estou concluindo. Queria só fazer agora um... O Lap Chan também conhecia já o Roberto Teixeira?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não. Eu que apresentei o Roberto Teixeira.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Você que apresentou.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Primeiro contratei o Roberto Teixeira e depois apresentei para o Lap Chan.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Aí no meio desses vários problemas que foram ocorrendo durante esses anos todos, o Roberto Teixeira largou a sua empresa e foi ser advogado da Gol?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não. Da Gol, não. Foi ser advogado do Lap Chan.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Ele é sócio hoje. Ele já disse que é sócio.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): É, eu sei. Mas aonde ele entrou como advogado? Porque de repente aparece no Palácio do Planalto comemorando a compra da Gol.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Aí não sei responder para o senhor. O senhor tem que fazer direto para o Roberto Teixeira, porque todo mundo quer saber isso.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Também quero saber. Ok. Agora, ao mesmo tempo existe um fax do Sr. Roberto Teixeira saído do... Ao tal... O famoso envio de 60 milhões de dólares para um banco da Suíça. Não é isso?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: 85.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): 85 milhões de dólares da VarigLog.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Que estava na conta da própria VarigLog.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Para a Suíça?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Estava na conta européia da VarigLog.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Por que a VarigLog tinha conta na Suíça?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: A VarigLog tinha operações em 13 países. Então em 13 países ela tinha contas. Então, o senhor poderia colocar aí qualquer um deles. São tudo operações legais. Tudo feito via Banco Central também.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Aí tinha 85 milhões de dólares e foi transferido para...

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Houve uma tentativa de transferência, após o Lap Chan ganhar a liminar do juiz em São Paulo, ele no dia seguinte. Ele ganhou a liminar no dia primeiro de abril, no dia dois de abril ele já assinou pela VarigLog transferindo na tentativa de transferência dos milhões de dólares da conta dele para a VarigLog. Aí que nós conseguimos segurar.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Não foi para conta do Fundo? A conta do Lap Chan, pessoa física?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não, para a conta do Fundo.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Isso foi transferido na conta do Fundo?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não foi, não chegou a ser transferido. Está na conta da VarigLog ainda. Por que é que não foi? Nós pegamos essa transferência, levamos ao juízo e o juízo por uma liminar travou essa transferência.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Outra coisa que eu gostaria de entender. A filha do Sr. Roberto Teixeira era Advogada... Por que é que ela foi para Suíça? Em nome de quem? Ela foi na Suíça tratar desse assunto pra--

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Em nome do Lap Chan.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Aí virou advogado do Lap Chan?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Virou Advogado do Lap Chan.

[falas sobrepostas].

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Mais ou menos assim, Senador. Eu acredito que é mais ou menos assim. Quando eu cheguei para o Roberto Teixeira e falei: Roberto vamos ter que vender a VARIG. Ele foi completamente contra a venda da VARIG. Contra, porque falou que não era a hora, que não podia fazer isso. Aí expliquei para ele a situação. A situação é uma situação financeira. Temos que vender. Vão-se os anéis, ficam-se os dedos. Não pode, não pode. Vou deixar de ser advogado, não sei o que, aquela briga toda. Cheguei para o Lap e falei: Lap, o Roberto Teixeira não está concordando como advogado em vender a VARIG. Precisa conversar com ele. Ou a gente mantém a VARIG mais tempo, vamos arrumar mais empréstimos... Não tenho mais, não pode, porque a crise brasileira, aérea brasileira, o Fundo não quer mais colocar dinheiro. Aí o Lap veio conversar com o Roberto Teixeira. Eles conversaram três dias. Aí o Roberto Teixeira ficou defensor da venda, no entanto--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mas ele virou oficialmente advogado do Lap Chan?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Oficialmente, não.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mas porque razão a filha foi à Suíça tratar dessa questão?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Mas aí já é agora. Já são *times* diferentes.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sei, mas por que razão? Ela é advogada dele agora? Advogada do Lap Chan?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Do Lap Chan.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Tasso, o Dr. Audi disse que acha que a essa altura já são sócios.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Há confirmação de que eles são sócios?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: A Folha outro dia lançou que existem duas empresas que o Lap Chan montou em São Paulo, nós estamos atrás, mas já foi divulgado pela Folha, as duas empresas tendo a Larissa que é filha do... Do Dr. Roberto Teixeira como sócia.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Isso Presidente, isso acho que é de uma gravidade. Porque fica de tal maneira colocada a questão, a gravidade da questão, que eu acho que nós vamos ter que raciocinar muito seriamente nessa Casa, por que é que nós devemos fazer em funcionado. Muito obrigado e obrigado pela paciência.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu que agradeço, Senador Tasso Jereissati. Os questionamentos de V. Exª. colaboraram muito para que pudéssemos ter o desfecho dessa Audiência Pública. Eu vou passar a palavra rapidamente ao Deputado Paulo Ramos para que eu possa encerrar aqui a Audiência.

DEPUTADO PAULO RAMOS (PDT-RJ): Quando Dr. Audi se comprometeu a encaminhar os comprovantes de pagamento dos honorários ao Sr. Roberto Teixeira, o senhor falou as empresas. Quais foram as empresas que pagaram os honorários do Sr. Roberto Teixeira?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Vamos lá. O nome das empresas?

DEPUTADO PAULO RAMOS (PDT-RJ): É.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Volo do Brasil, Volo Logistics, VBP do Brasil, VARIG Logística SA, VRG Linhas Aéreas, Fundo Matlin Patterson Latino América e Fundo Matlin Patterson Estados Unidos. Todas elas pagaram o Dr. Roberto Teixeira.

DEPUTADO PAULO RAMOS (PDT-RJ): Todas elas pagaram. E o senhor tem participação nelas todas?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não. Tenho participação na Volo do Brasil e a Volo do Brasil é dona da VarigLog, que é dona de outra empresas. Eu não tenho participação nos fundos.

DEPUTADO PAULO RAMOS (PDT-RJ): Somente o senhor pagou cinco milhões de dólares.

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Somente as nossas empresas pagaram cinco milhões de dólares. Não eu. Deixa eu deixar claro. As empresas debaixo da Volo do Brasil.

DEPUTADO PAULO RAMOS (PDT-RJ): E quais são as debaixo da Volo?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Volo do Brasil, VRG Linha Aéreas, Varig Logística SA e Varig Logística SA.

DEPUTADO PAULO RAMOS (PDT-RJ): Então há outras empresas que pagaram?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Há outras empresas, claro. Há outras empresas que pagaram.

DEPUTADO PAULO RAMOS (PDT-RJ): Envolvidas também nessa...

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Envolvidas dentro do Grupo Matlin Patterson e tudo.

DEPUTADO PAULO RAMOS (PDT-RJ): Estou dizendo. Ele vai mandar o comprovante dos cinco milhões das empresas dele. Mas há outras empresas que pagaram. Só um minutinho, só para concluir. Sei que... O seguinte. E os seis milhões de dólares seus, do Haftel, do Audi... Essa composição de 24 milhões. De onde vem esse dinheiro?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Quais 24 milhões?

DEPUTADO PAULO RAMOS (PDT-RJ): Foi para a Constituição da Volo? Cada um entrou com seis milhões de dólares?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não foram seis milhões de dólares para a composição da Volo.

DEPUTADO PAULO RAMOS (PDT-RJ): Para a compra da VARIG. Cada um entrou com seis milhões de dólares?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não. Parte é capital e parte é empréstimo.

[falas sobrepostas].

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não, não. Não é que seis milhões de dólares de cada um. Se o senhor for ver lá, parte é empréstimo e parte é capital. Está tudo explicadinho.

DEPUTADO PAULO RAMOS (PDT-RJ): E todos do JPMorgan?

SR. MARCO ANTÔNIO AUDI: Não. Parte Volo Logística e parte JP Morgan e Fundo Matlin Patterson.

DEPUTADO PAULO RAMOS (PDT-RJ): Isso tem que quebrar. Está bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Quero agradecer ao Dr. Marco Antônio Audi, ao Deputado Paulo, aos Senadores que participaram da Audiência. Queria dizer que vamos prosseguir as Audiências Públicas, essa de hoje foi muito elucidativa, conseguimos finalmente começar a puxar o fio do novelo. Senador Flexa, nós vamos já começar a agendar as outras Audiências, a fim de que possamos conseguir chegar às informações que desejamos. Por certo os líderes vão ter que avaliar a possibilidade de solicitar ou não uma nova CPI. Mas, o que foi colocado aqui hoje é muito grave. Gravíssimo. Não havendo mais nada a tratar, e agradecendo aos convidados, declaro encerrada a presente Audiência Pública. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 14h.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2008, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO DA COMISSÃO, SALA 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às dez horas e quarenta e três minutos do dia nove de julho de dois mil e oito, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, Presidente da Comissão, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Delcídio Amaral, Francisco Dornelles, Inácio Arruda, Gilberto Goellner, Eliseu Resende, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, João Durval, Augusto Botelho, Lobão Filho, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo** e **Tasso Jereissati**. Presente, também, o Senador José Agripino. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, a Presidência lê três e-mails que foram enviados ao seu Gabinete de ex-funcionários da Varig, lamentando todo o episódio e, ao mesmo tempo, apresentando as suas indignações em relação à venda da Varig. São relatos dramáticos dos Senhores Antônio Silveira Alves, Aposentado; José Carlos Bolonhesi, Comissário Aposentado Varig-Aerus e da Senhora Denise de Adric, ex-Comissária de bordo da Varig durante 21 anos. Em seguida, o Senhor Presidente esclarece que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre denúncia de favorecimento de um fundo americano pela Casa Civil na compra da empresa Varig, em atendimento ao Requerimento nº 28 de 2008-CI, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, com a presença do Comandante Élnio Borges Malheiros, Presidente da Associação dos Pilotos da Varig e Representante da Entidade "Trabalhadores do Grupo Varig" – TGV. A Presidência convida o Comandante Élnio Borges Malheiros para tomar assento à mesa, concedendo-lhe a palavra para suas considerações iniciais. Fazem uso da palavra, de acordo com a lista de inscrição, para interpelar ao convidado os Senhores Senadores Flexa Ribeiro, José Agripino, Tasso Jereissati, Lobão Filho e Marconi Perillo. Assume a Presidência dos trabalhos o Senador Flexa Ribeiro. O Senador José Agripino sugere que antes de ser ouvido o Senhor Roberto Teixeira, seja ouvido pela Comissão, no início do mês de agosto de 2008, o Procurador da Fazenda Nacional, Senhor Manoel Felipe Brandão. A presidência comunica ao plenário que o Senhor Manoel Felipe Brandão coloca-se à disposição para a primeira semana de agosto. O Comandante Élnio Borges Malheiros no transcorrer de sua argüição, sugere que a Comissão também ouça os responsáveis pela empresa Álvares & Marsal por ter participado do processo da venda da Varig. A Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às treze horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – **Senador Marconi Perillo,** Presidente.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 09 DE JULHO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 41 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião de Audiência Pública destina-se a ouvir o Comandante Élnio Borges Malheiros, Presidente da Associação dos Pilotos da Varig e represen-

tante da entidade sobre denúncias de favorecimento de um Fundo americano pela Casa Civil na compra da empresa Varig, em atendimento ao Requerimento nº 28, de 2008, da Comissão de Infra-Estrutura, de autoria do Senador Flexa Ribeiro. Convido para tomar assento à mesa o Comandante Élnio Borges Malheiros.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, ontem eu tive a oportunidade de fazer um pronunciamento na tribuna do Senado sobre o caso Varig e lá fiz novamente um convite ao Dr. Roberto Teixeira para que ele pudesse vir como convidado à Comissão de Infra-Estrutura para que desse as informações que o Senado Federal busca encontrar a respeito da operação. Tem alguma confirmação ou não da vinda do Dr. Roberto Teixeira a esta Audiência?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Flexa Ribeiro, essa presidência não recebeu nenhuma informação acerca do aceite ou não do Dr. Roberto Teixeira para esclarecer todas essas denúncias que envolvem a figura dele e de outras pessoas influentes no episódio de venda da Varig, do grupo Varig.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É, eu lamento, porque novamente, Senador Eduardo Azeredo, novamente a base do Governo se ausenta das Audiências Públicas para tratar dessa questão que aflige a Nação como toda, porque a Varig representava realmente um símbolo brasileiro no exterior e, mais do que isso, dezenas de milhares de funcionários, ex-funcionários da Varig que estão... Eu recebo inúmeros e-mails desesperados de ex-funcionários que estão passando dificuldade. Alguns conseguiram colocação no exterior, em companhias fora do Brasil, mas outros estão aqui ainda no Brasil desempregados e com o Fundo Aerus sem cumprir com a sua obrigação de que era de recompor a aposentadoria.

Eu acho que lamentavelmente, Senador Marconi Perillo, nós vamos ter que avançar, eu vou avaliar isso, da minha parte eu acho que propor CPI seria um caso extremo, mas nós não conseguimos que a base do Governo, e é importante que a Nação brasileira tome conhecimento, que o requerimento apresentado aqui à Comissão de Infra-Estrutura foi do Senador Romero Jucá, líder do Governo, para que nós pudéssemos esclarecer a questão da Varig e a base do Governo não vem, não procura esclarecer. Então vamos ter que caminhar realmente para que possamos então, através de uma CPI, ao invés de convidar, convocar as pessoas que precisam vir aqui a esclarecer esse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Flexa Ribeiro--

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, pela ordem, Senador José Agripino Maia, líder dos Democratas.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, eu também dei uma palavra ontem no Plenário sobre a seqüência que V. Exª., com muita responsabilidade, está levando a efeito na Comissão de Infra-Estrutura, ouviu o Dr. Marco Antonio Audi e o Comandante Élnio aqui está. Eu insisto, se possível antes do recesso, uma Audiência para ouvir o Procurador da Fazenda Nacional, Manoel Felipe, que eu acho importantíssimo, e outros que possam dar uma contribuição no sentido de esclarecer fatos antes do Dr. Roberto Teixeira vir.

A Folha de São Paulo de hoje, sobre o rumoroso caso da prisão de Naji Nahas, Celso Pitta e Daniel Dantas, cita que há dois ou três anos atrás, ou um pouco mais do que isso, o Dr. Daniel Dantas teria contratado para cuidar dos seus interesses junto ao Governo, o Dr. Almeida Castro e o Dr. Roberto Teixeira. Almeida Castro pelo fato de ser muito amigo do Ministro José Dirceu e o Roberto Teixeira, está dito claramente, pelo fato de ser compadre do Presidente. Toda vida que está em jogo alguma coisa que dependa diretamente do Palácio do Planalto, entra Roberto Teixeira. É o caso Variglog.

Eu acho que o Comandante Élnio tem uma tarefa fundamental ou talvez o grande objetivo de seu depoimento seja esclarecer aos membros dessa Comissão e ao Senado sobre se, na sua visão, a venda da Variglog que foi pilotada, suponha-se, por interesses do Governo, teriam esses interesses voltados para salvar a Varig ou para produzir um bom negócio para alguém? E aí é onde entra Roberto Teixeira. Eu acho que é importante a vinda dele aqui, Comandante, é deixar claro, deixar com circunstâncias, com fatos, com evidências, deixar evidenciado para os membros dessa Comissão se na sua visão, claro que com os fundamentos que o senhor pode nos dar, nos trazer, se a venda da Varig, pilotada pelo Governo, como a Dra. Denise falou, com todo o interesse do Palácio do Planalto que refez reuniões de oito horas no Palácio do Planalto, com pressões exercidas sobre Procuradores, sobre autoridades do Governo para que o negócio fosse feito, se o objetivo do negócio era salvar a Varig ou se era produzir um bom negócio para alguém? Porque se foi para produzir um bom negócio para alguém, o Dr. Roberto Teixeira

não pode deixar de vir aqui, não pode. Se o interesse do Palácio do Planalto não era salvar a Varig pelos seus funcionários, mas facilitar um bom negócio para alguém, o negócio que foi produzido pela venda de, ao comprar por vinte e quatro, vendido por trezentos e vinte oito meses depois, se esse bom negócio foi o objetivo da ação do Governo e daí ter entrado Roberto Teixeira, o Dr. Roberto Teixeira não pode deixar de vir ou a esta Comissão ou a uma Comissão Parlamentar de Inquérito. É a minha opinião.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço aos Senadores Flexa Ribeiro e José Agripino Maia. Antes de passar a palavra para a exposição do Comandante Élnio, eu gostaria de ler aqui, Senador Agripino, algumas manifestações de ex-funcionários da Varig. Eu não sei se V. Exªs. têm recebido e-mails e outros documentos, mas o fato é que a mim tem chegado centenas de manifestações contundentes de parte de ex-funcionários da Varig lamentando todo esse episódio e ao mesmo tempo apresentando a sua indignação em relação a todo esse episódio. E relatórios dramáticos. Eu vou ler aqui três mensagens que recebi no dia 07.

"Prezado Senador Marconi Perillo, o esclarecimento sobre a irregularidade das vendas da Varig e da aplicação da Lei de Recuperação Judicial, o que acarretou imenso calote aos trabalhadores do Grupo Varig, é de todo interesse para o país, mas é muito mais para nós, os trabalhadores e aposentados que somos os únicos a não ter dificuldades com a origem do nosso dinheiro. Tanto os salários atrasados como as rescisões trabalhistas e as pensões e direitos previdenciários têm origem lícita, fruto de trabalho durante anos e seu propósito é a pura e simples manutenção de condições básicas de existência. Infelizmente não está cumprindo essa função devido a decisões tomadas à nossa revelia, em parte pelo próprio Governo do Presidente Lula. No sentido de restabelecer a justiça, pedimos ao Sr. Senador, na qualidade de Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, que no trato dessa questão da Varig o interesse dos trabalhadores tenha lugar de destaque conforme sua gravidade e urgência. Obrigada. Denise de Adric(F), ex-comissária de bordo da Varig, durante vinte e um anos, demitida sem receber a sua rescisão trabalhista e sem receber a sua poupança de previdência privada do Fundo Aerus, ainda sem direito a aposentadoria do INSS e alijada do mercado de trabalho por ter quarenta e nove anos de idade". É um relatório dramático.

Uma outra aqui do funcionário aposentado do Aerus, Antonio Silveira Alves. "Prezado Senador Marconi Perillo. A Audiência Pública da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura que tratará nessa semana das irregularidades na venda da Varig e da aplicação da Lei de Recuperação Judicial é de suma importância para o país e, principalmente, para nós, aposentados do Grupo Varig. Os Srs. Senadores representam a nossa fé num sistema que precisa ser urgentemente modificado e a atitude dos Srs. Senadores em defesa das questões dos trabalhadores demitidos da Varig e dos aposentados, sem as suas aposentadorias a que fazem jus no Fundo de Pensão Aerus, estarão dando o primeiro passo em prol das mudanças de que esse país necessita com urgência. Peço ao senhor, Senador, que ao participar dessa Audiência ou de quaisquer outras instâncias onde o assunto possa ser tratado, que por favor leve em conta a grave situação em que nos encontramos. Os aposentados têm pressa, os demitidos idem, ninguém tem mais dinheiro para absolutamente nada. Por favor, lembrem-se que não queremos dinheiro dado, queremos o dinheiro a que temos direito e para que isso aconteça é simples: cumpra-se a CLT e a Constituição. Tenho certeza de que a nossa voz encontrará eco em seu coração".

Uma outra manifestação aqui do Sr. José Carlos Bolonhesi, comissário aposentado, Varig Aerus. "Prezado Presidente Marconi Perillo. O esclarecimento sobre as irregularidades das vendas da Varig e da aplicação da Lei de Recuperação Judicial, o que acarretou um imenso calote aos trabalhadores do Grupo Varig, é de todo interesse para o país, mas é muito mais para nós, os trabalhadores e aposentados que somos os únicos a não ter dificuldades com a origem do nosso dinheiro. Tanto os salários atrasados como as rescisões, pensões de direitos previdenciários, têm origem lícita, fruto de trabalho durante anos e seu propósito é a simples manutenção das condições básicas de exigências. No sentido de se estabelecer a justiça pedimos aos Srs. Senadores da Comissão de Infra-Estrutura que no trato dessa questão da Varig o interesse dos trabalhadores tenha lugar de destaque, conforme a grande urgência e relevância que o assunto requer".

Então são três relatórios aqui de um total de centenas, milhares que têm chegado aos nossos gabinetes, todos eles demonstrando a indignação em relação à venda da Varig da forma como foi feita. E nesse sentido a presença do Comandante Élnio Borges Malheiros por certo colaborará com a instrução aqui nos trabalhos da Comissão que tem se dedicado, já que cuida das agências reguladoras, cuida das sabatinas e tem a responsabilidade em relação ao tema infra-estrutura e logística aqui no Senado, de debater assuntos dessa natureza que são de interesse público de grande relevância. Concedo a palavra ao Comandante Élnio para que, por vinte minutos, possa discorrer sobre os assuntos que ele traz aqui ao nosso conhecimento,

motivado pelo convite do Senador Flexa Ribeiro, com o apoio de todos os integrantes dessa Comissão. Logo após eu vou passar a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, depois ao Senador José Agripino e ao Senador Eliseu Resende, caso tenham interesse. Com a palavra o Comandante Élnio.

SR. ÉLNIO BORGES MALHEIROS: Sr. Presidente, muito bom dia Srs. Senadores, senhoras e senhores presentes, os nossos agradecimentos pela oportunidade de contribuir para esse processo.

Eu gostaria, inicialmente, de pedir *vênia* à mesa e, se me fosse permitido, tentar poupar um pouco desses vinte minutos fazendo uma brevíssima apreciação da realidade da recuperação da Varig hoje, para o conhecimento de todos, mas poupando o tempo para que após as perguntas eu pudesse ser portador também de alguns pedidos. Eu também tenho recebido, sabendo os meus colegas que eu estaria aqui, tenho recebido muitos pedidos para serem transmitidos aqui ao Senado, pedidos inclusive que transcendem a própria questão do interesse do trabalhador e atingem realmente o interesse da sociedade brasileira, de sorte que se me fosse permitido eu tentaria fazer isso.

Bom, quero ler para os senhores um pequeno trecho de um e-mail que o Sr. Lap Chan trocou com os seus parceiros de negócio no dia 1º de agosto de 2006, data em que milhares de trabalhadores da Varig foram demitidos, acredito que pela primeira vez no Brasil, sem receber sequer um tostão das indenizações trabalhistas, ao abrigo do negócio que foi montado no que se chama recuperação da Varig. Diz o seguinte: "Bem-vindos ao tempo real do mundo dos mercados emergentes, onde a esperteza e a rapidez de raciocínio atropelam as leis e regras na definição dos acordos". Essas são as palavras do Sr. Chan Lup Wai, que nós aqui colocamos como um filósofo chinês da era global. Essas são as palavras desse senhor, cliente do Dr. Roberto Teixeira nesse negócio.

A estrutura da fraude, eu acabo de passar às mãos do Presidente, faz parte de um diagrama breve que mais tarde poderá ser melhor examinado e demonstra claramente como isto foi feito, fundamentado por documentos, os contratos foram assinados, a todos eles nós temos acesso, aliás, tudo que eu procurei falar aqui, se eu chegar a falar de tudo, está fundamentado em documentos, vão ser encaminhados à Comissão para o que eu preparei hoje aqui, são quarenta e cinco documentos.

Isto acabou sendo confesso, inclusive na última Reunião da Comissão, o Sr. Audi acabou confessando. Ele entra na operação depois que duas empresas são formadas no exterior, uma no Estado de Delaware, nos Estados Unidos, e outra em [ininteligível], ... uma empresa nova nos Estados Unidos que recebe como sócios esses três testas de ferro brasileiros com dinheiro diretamente da Matlin Patterson, que é uma empresa de investimentos americana, um Fundo de Investimentos. Com ela constituem a Volo no Brasil, compram a Varig Logística, a Variglog, conhecida como Variglog, o braço de transporte de carga da Varig, e mais tarde esse braço de transporte de carga compra a própria Varig.

A recuperação, a dita recuperação judicial da Varig vem sendo incensada(F), especialmente através dos órgãos de comunicação, como um sucesso. A Lei 11.101, que passou aqui nessa Casa, foi extensamente debatida, tem no seu art. 47 a fundamentação para a sua existência. São três esteios: é a preservação da empresa enquanto unidade produtiva; a preservação do emprego pela sua finalidade social; e a preservação do interesse do credor, o pagamento dos créditos.

Então para nós sabermos se efetivamente há sucesso na recuperação de qualquer empresa é preciso examinar sistematicamente cada um desses três pontos que sustentam a Lei 11.101. Em recentíssima publicação, 08 de maio deste ano, de 2008, do próprio juízo que promove o processo de recuperação judicial, se sustenta a afirmativa de sucesso na suposta manutenção de mais quatro mil empregos e numa empresa estratégica que integraria os quatro cantos do mundo. Também diz essa publicação que já se está recuperando parte significativa dos 1,3 bilhão de reais que foram perdidos com o afastamento da Varig e que todas as rotas da Europa já estão praticamente retomadas das empresas estrangeiras. Mas qual é a verdade dos fatos nesse caso?

Indo ao site da VRG, que é o nome que se deu à Varig, que foi entregue, se verifica em dias bastante até anteriores a 08 de maio deste ano, em 24 de abril, que a empresa estava ocupando 8% do mercado nacional e se retirando de todas as rotas de longa distância internacionais, todas. Com trinta e seis aeronaves estava restrita a servir 7,9% da demanda, enquanto a Gol, que é a sua proprietária, com a mesma proporcionalidade serve 0,55% do mercado por avião, o que indica que esses trinta e dois aviões da VRG deverão ser reduzidos com brevidade. Dos 1,3 bilhão de reais, 90% se foram para as empresas estrangeiras. O mercado nacional, com a destruição da Varig, não conseguiu segurar 10% do processo, 10% não chegou a ser mantido.

Então no que diz respeito, efetivamente, ao pilar "manutenção da empresa", o fracasso aponta para a redução brutal nas operações, afastamento completo do mercado de avião internacional e os quatro cantos

do mundo, na verdade, vazios da bandeira do Brasil, da bandeira da Varig.

Quanto aos empregos, também no mesmo site da Variglog e da própria VRG se dá conta de que apenas oitocentos e cinqüenta ex-funcionários da Varig trabalham na chamada Nova Varig, na Varig recuperada. Dos quatro mil postos de trabalho, menos de 25% são de funcionários da Varig. Enquanto a Flex, que é o que teria sobrado, que é chamada hoje Varig em recuperação, tem trezentos e tantos funcionários para uma aeronave apenas, ou seja, é um cabide de empregos para justificar apenas e tão-somente a manutenção desta farsa que se chama de recuperação da Varig. Se levarmos em consideração que a VRG tem trinta e seis aeronaves, se a proporcionalidade fosse mantida, trezentos e poucos funcionários por um na Flex, nós teríamos todos os dez mil funcionários da Varig empregados hoje na VRG, de sorte que sob o pilar "manutenção de emprego" o fracasso aponta para mais de 75% dos funcionários desempregados e a sua totalidade demitidos sem receber um só tostão de indenização trabalhista, salários atrasados, absolutamente nenhum direito e o Fundo de Pensão destruído.

Finalmente "pagamento aos credores", terceiro e último pilar que sustenta a Lei 11.101. A dívida hoje já supera dez bilhões de reais com juros e correção monetária, chegou a ser oito bilhões no princípio do processo da transparência para a Variglog. Menos de 1% foi pago, menos de 1% da dívida foi paga. O que foi pago na dívida é muito menos do que a Flex gasta para prosseguir fingindo que existe. Então sob o pilar "manutenção do interesse dos credores", também o fracasso aponta para uma irrisória satisfação dos créditos.

Esta é a realidade da situação da Varig com o sucesso da sua recuperação. De resto, eu gostaria de me colocar à disposição para as perguntas que pudessem vir da plenária pelo seguinte: nós estamos há anos envolvidos nesse processo. A dimensão e a complexidade desta fraude é muito grande para ser destrinchada com velocidade. Então nos parece mais profícuo permitir que os Srs. Senadores façam as perguntas que entendam necessárias para fortalizar o nosso depoimento. Ao final, se alguma coisa tiver passado, que nós não tenhamos abordado, eu estarei pronto a esclarecer. E encerro essa minha preliminar intervenção afirmando aos senhores o seguinte: este processo não é um processo que nós estamos examinando sob o ponto de vista de que tenha se encerrado em algum momento no passado e precisa ser investigado hoje para prevenir futura ocorrência. É um processo que continua em andamento. Este negócio, que é um negócio, ele começou há muito tempo atrás, há mais de ano, mas ele prossegue hoje. Hoje ele está na fase de consolidação. Só aconteceu que o tráfico de influência, os esforços e as pressões se transferiram das áreas que precisavam ser necessariamente impulsionadas no Executivo para a área do Judiciário, mas os atores permanecem e as pressões permanecem. Obrigado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu agradeço a manifestação e a exposição do Comandante Élnio Borges Malheiros e concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, o comando Élnio Malheiros, ele fez na sua breve exposição uma análise com relação ao enquadramento da operação na Lei de Recuperação Judicial. Mostrou de forma clara aí o não atendimento dos princípios básicos da utilização ou da lei para a recuperação da Varig, mas eu pediria a V. Sª., Comandante, que V. Sª. pudesse fazer um histórico para os Senadores membros da Comissão de Integração da operação desde o seu início, desde o primeiro leilão, quando foi arrematado pela NV Participações Ltda., na qual o senhor fazia parte, e que teve uma ação efetiva naquele leilão na tentativa de conseguir o auto de arrematação, na tentativa de fazer o pagamento do sinal e que ao final a proposta encaminhada pela NV foi considerada deserta e em função disso me parece que não pode nem participar do segundo leilão.

Então eu acho que esse relato seu, fazendo um histórico da operação desde a sua origem, é importante para que os Senadores da Comissão possam, então, tirar as dúvidas a partir desse processo da aquisição pela participação da antiga Varig.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, para a resposta, o Comandante Élnio Borges.

SR. ÉLNIO BORGES MALHEIROS: Pois não. Não é uma tarefa fácil retirar de dentro de toda esta fotografia pontos específicos, mas eu vou tentar, sendo obrigado a recuar um pouco e satisfazer ou procurar satisfazer também uma colocação anterior dos senhores a respeito de se houve um esforço por parte do nosso Governo Federal em salvar a Varig ou não.

Houve duas movimentações específicas e muito fortes do Governo Federal em torno da questão Varig, que apontava para um prosseguimento de uma forma ou de outra de atividade sob o nome Varig, e todos os dois foram dois grandes negócios que tinham em comum apenas uma coincidência: o calote que se aplicava tanto à sociedade brasileira, através do não pagamento de impostos, não pagamento de taxas aeroportuárias,

não pagamento de combustível, enfim, coisas afins, e calote aos interesses dos trabalhadores que também seriam deixados nas duas hipóteses, como estão sendo nessa, também seriam na outra hipótese. Esses dois negócios foram a chamada fusão Varig/TAM, que foi anunciada pelos Ministros do primeiro Governo do Presidente Lula, e a venda para a Variglog. Isso é o que tem em comum.

Neste processo os trabalhadores da Varig, por isso que eu digo que nós temos alguns anos dentro disso, os trabalhadores da Varig já vinham percebendo esta situação e trabalhando pela salvação da Varig desde 1999. A Lei de Recuperação Judicial é datada de 2005. Estivemos aqui com V. Exªs., nesta mesma Comissão, por exemplo, e em outras Comissões procurando sensibilizar o Congresso Nacional e conseguimos, obtivemos trezentos e oitenta assinaturas de parlamentares a favor do plano de recuperação ampla que o professor Paulo Rabelo de Castro nos ajudou a construir para a Varig, e o resultado destes nossos esforços, entre outros, foi a compra que fizemos da Varig no processo de recuperação judicial no seu primeiro leilão.

Esse leilão se realizou no dia 08 de junho de 2006, o edital do leilão claríssimo, definindo quais eram as moedas, nós constituímos uma empresa, já havíamos constituído antes, nós qualificamos como empresa, passamos sob o crivo, porque não era qualquer um que podia chegar e fazer um lance no leilão, então fomos examinados quanto à capacidade e tudo mais que podia ser questionado de um possível comprador da Varig no leilão de recuperação judicial, com a seriedade que a nossa justiça tem com esses assuntos, e fomos os únicos a lançar, dentro do leilão, os únicos a lançar, a vinte segundos do encerramento. A razão é porque nós queríamos, nós iríamos fazer propostas de qualquer maneira, mas nós queríamos saber quem se colocaria para comprar. Arrematamos esse leilão fazendo uma proposta que aduzia valor superior a dois bilhões, em valor econômico, mais do que dois bilhões e quatrocentos milhões de reais, uma compra que, diferentemente desta que foi feita, respeitava pagamento dos tributos, inclusive dentro da proposta que fomos nós que construímos e foi aprovada por unanimidade pelos credores, o primeiro leilão foi regido por um plano de recuperação aprovado legitimamente por unanimidade e depois várias vezes distorcido. Neste plano nós enfrentaríamos e pagaríamos a dívida fiscal através, inclusive, do aproveitamento do prejuízo fiscal, quer dizer, não havia calote absolutamente do ponto de vista tributário, respeitávamos todas as dívidas trabalhistas, na verdade convertíamos o nosso crédito, estávamos comprando com o nosso próprio dinheiro, convertendo os nossos créditos, retirando dinheiro do nosso próprio bolso para recuperar a Companhia porque tínhamos certeza que seria recuperada, com um parceiro estratégico para administração da empresa, porque não queríamos ser os administradores, queríamos uma administração profissional, entre três ou quatro investidores firmes, formalmente, tivemos a opção pela LanChile, que depois nos foi afastada por trabalho do próprio processo de nos afastar desse primeiro leilão. O auto de arrematação do leilão que era previsto nos ser entregue em vinte e quatro horas e que na verdade não depende de julgamento subjetivo do juiz, é um ato burocrático, só existe o prazo de vinte e quatro horas na lei porque o leilão normalmente não é feito na presença de um juiz, é um leiloeiro que verifica o lance, vê a credencial do comprador, do arrematante e bate o martelo, se estiver correto encaminha burocraticamente ao juízo para que o auto seja assinado e ele se transforma no título de posse do bem arrematado, o qual era indispensável a nós para finalizar os documentos que selariam as tratativas, especialmente com a LanChile, e este alto foi procrastinado durante dez dias, tempo durante o qual a empresa que arrematamos com quarenta e quatro aeronaves voando e cobrindo a determinada malha, reduzida a dezenove aeronaves e a razão não é direta nessa redução, entendam por favor que não significa, se eu tenho quarenta aeronaves, passo a ter vinte, tenho metade do negócio, porque uma malha aeroviária é uma malha interligada e no mais das vezes se for bem administrada ouse for administrada próximo do que é correto é sinérgica, então quando eu tiro um pedaço da equação é o inverso, eu perco geometricamente, e, finalmente, a história tem muitos dados, nós podemos até aprofundar se for o caso, mas eu acredito que dessa maneira ela esteja razoavelmente clara para os senhores, no dia 23 de junho de 2006, coincidentemente a mesma data que a Dra. Denise Abreu declarou aqui numa das reuniões anteriores, que foi o dia que a ANAC não teve mais como resistir às pressões e reconheceu a legitimidade da VarigLog enquanto constituinte capaz de comprar a Varig, nós fomos afastados do controle da Companhia através de um despacho que declarou deserto o leilão e realmente veio a nos impedir a participar do segundo.

A única coisa que eu acrescentaria a este relato, preliminarmente, seria o fato de que agora recentemente o Dr. Ayoub foi a uma palestra onde está gravado em vídeo, ele declara não só que sofreu enormes pressões, toda a sorte de pressões, como também que já tinha a proposta da Variglog em suas mãos durante o tempo em que nós éramos os arrematantes do bem. Logo em seguida fez também uma entrevista à Folha de São Paulo à Janaina Lage, à jornalista Janaina

Lage, os senhores devem ter tomado conhecimento, onde declara que adaptou o plano de recuperação à proposta da Variglog. O resultado é este que nós temos aqui hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Comandante Élnio, eu gostaria que o senhor repetisse os três pilares, porque para mim é muito importante. O senhor falou no pilar das dívidas, que teria sido pago 1% das dívidas entre combustível, taxa de INFRAERO, questões trabalhistas, 100% das indenizações não foram pagas e o terceiro pilar. Eu gostaria que o senhor destrinchasse esses três pilares porque são muitos importantes para que eu forme um juízo sobre se o Governo queria salvar a Varig ou se queria propiciar um bom negócio, porque os funcionários arrematataram a Varig e tomaram o compromisso de pagar tudo, isso foi caro, pagavam até com o crédito que tinham, e tomavam o compromisso, e o Paulo Rabelo de Castro é um bom economista, deve ter formulado um plano de recuperação pragmático, sensato, até não seria o primeiro caso no mundo em que funcionários arrematariam a empresa e tocariam a empresa como um patrimônio deles construído ao longo da vida toda. Então para eu ter informações precisas desses pilares é importante para que a gente fique consciente de que havia uma alternativa viável de um comprador que comprava pagando tudo e que o Governo, se for o caso, produziu por pareceres, por pressões, a não cessão das dívidas para que sete bilhões de reais fossem esquecidos, que pela proposta dos senhores não seria esquecida, para que alguém novo tomasse conta com da Varig e produzisse o papelão que produziu. Então eu queria que o senhor me repetisse esses três pilares aí para eu anotar bem cuidadosamente.

SR. ÉLNIO BORGES MALHEIROS: Pois não. Começando pelo final da colocação da pergunta de V. Exª., a situação da Varig, essa situação como um todo, ela traz um paradoxo, ela é muito simples. Se torna difícil com os interesses que existem em torno da questão [soa a campainha], mas ela é de uma simplicidade ímpar. A Varig tinha uma dívida que pode ser arredondadamente definitiva como 40% para com os trabalhadores, entre dívidas diretas do contrato de trabalho e dívida com fundo de pensão, 40% com a União Federal, entre diretamente à União Federal através de tributos ou estatais, paraestatais como INFRAERO, BR Distribuidora e etc., e os restantes 20%, grosso modo, com fornecedores diversos.

A proposta, o plano de recuperação da Varig que foi apresentado pelos trabalhadores desde muito antes até dp próprio plano de recuperação judicial e que foi avalizado aqui por centenas de parlamentares, ele tinha por base uma operação muito simples. A maior parte dos 40% devidos aos trabalhadores seria convertido em capital da nova empresa até o limite de 50%. A parte devida ao Governo no que diz respeito a impostos, dívida tributária e etc., seria honrada plenamente e na maior parte aproveitada com grande lucratividade para a empresa recuperada através do aproveitamento do prejuízo fiscal. A parte devida aos demais credores, que nesta altura já está restrita a 20% basicamente, 20 a 30%, admitindo, por exemplo, que a PETROBRÁS não quisesse converter, a INFRAERO não quisesse converter, teria a opção de converter em capital desta empresa, que teria estimadamente muita condição de se superar e continuar sendo o sucesso que foi no Brasil durante oitenta anos, uma das marcas mais conhecidas do Brasil no exterior, ainda no último mês em que funcionou normalmente, março de 2006, carreadora de mais de duzentos milhões de dólares em fluxo de caixa, que é uma quantia estupenda, se olharmos qualquer outra indústria no Brasil vamos dificilmente encontrar plano de comparação, de sorte que era uma operação que poderia ser feita com muita facilidade.

O projeto que foi a final emplacado foi a entrega deste patrimônio e desta possibilidade, lamentavelmente mutilada das suas melhores idéias, como, por exemplo, o aproveitamento da dívida fiscal, como, por exemplo, a conversação de dívida parcial, apesar de ter termos discutido inclusive diretamente com a VarigLog a possibilidade de fazê-lo durante bastante tempo, resultou em se deixar uma empresa com trezentos empregados e um avião para responder pela totalidade da dívida, pela completa totalidade da dívida, que obviamente não será paga. Não é à toa que o Brigadeiro José Carlos, que então era o Presidente da INFRAERO, comunicou-se com a Dra. Denise e outros membros da ANAC expressando a sua dúvida, que na verdade é uma consciência, de que a INFRAERO não receberia, apesar do voto que ele estava sendo orientado para dar. Então esta é a situação efetiva.

Agora este projeto, esta entrega da Varig, entrega, foi uma entrega graciosa da Varig, posteriormente eu posso explicar, ao Grupo Variglog, responde ou não ao que é determinado dentro da Lei 11.101, dentro dos parâmetros básicos que a sustentam? Esse é um dos pedidos que V. Exª. faz que eu esclareça. O art. 47, da Lei 11.101, que reza quase que literalmente que a recuperação tem por objetivo viabilizar a superação da crise através de: permitir a manutenção da fonte produtora, permitir à empresa; permitir a manutenção dos postos de trabalho, do emprego dos

trabalhadores pela sua finalidade social; e permitir a satisfação do interesse dos credores. São essas três coisas que sustentam a lei. Se nós tirarmos o art. 47, da Lei 11.101, ela será uma lei sem justificativa, uma lei sem objetivo, uma lei sem necessidade. Então esta, que defendemos com total tranqüilidade, é a matriz para aferição do sucesso ou não de qualquer recuperação a que seja ela submetida. E quando verificamos hoje, verificamos que a empresa, como existia, desaparece; os empregos também desaparecem; e o pagamento aos credores também desaparece.

Ao mesmo tempo um Fundo de Investimento, e aí eu avançaria a um dos pedidos que faríamos ao final, mas já adianto, que é o empenho do Senado Federal, talvez não seja realmente possível ao que tudo indica através de Reuniões de Comissão, mas numa CPI seja sim a única maneira, para entender e descobrir quem é o investidor realmente atrás do Fundo Matlin Patterson, porque o testa de ferro brasileiro nós já conhecemos, está confesso, mas o Matlin Patterson é um Fundo de Investimento, tem algum investidor atrás dele, e nos parece difícil que sejam, por exemplo, professoras aposentadas lá do Arkansas, dos Estados Unidos, colocando as suas econômicas no Fundo Matlin Patterson, para partir para um empreendimento empresarial que é a compra de uma empresa que deve mais de sete bilhões de reais, que à luz da Lei 11.101 não consegue se livrar da parte pericial dessa dívida, e eles, investidores corajosos, ousados, vêm aqui, compram, tem a sorte de despertar aparentemente todo o tipo de apoio dos mais altos níveis e poucos meses depois, sem ter posto um tostão na empresa, que lhe é cedida graciosamente, conseguem vender por trezentos e vinte milhões de dólares. Se esta coisa for possível, nós tínhamos que convidar as professoras aposentadas do Arkansas para serem consultoras do mercado de ações e de investimentos porque é fantástico. Não foi assim. Tem alguém por trás do Fundo Matlin Patterson.

E a lei brasileira, que é a lei de lavagem de dinheiro, eu não me lembro agora o número, mas também é uma lei que esta Casa ajudou a produzir, garante que Fundos de Investimento operando no Brasil tenham mantido a lista dos seus investidores. Isto é uma coisa interessante e deve ser investigado: quem são os donos da Varig hoje?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Agripino, eu queria só, antes de devolver a palavra a V. Exª., informar que recebemos uma mensagem da parte do Dr. Manoel Felipe informando que estará à disposição desta Comissão para prestar todos os esclarecimentos necessários na primeira semana de agosto, de modo que já está confirmada a presença dele aqui. Eu devolvo a palavra a V. Exª.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Eu acho importante, Presidente, darmos seqüência e prolongarmos no tempo os trabalhos de esclarecimento, principalmente diante do que o Comandante está nos falando.

Mas eu queria ter, até para minha argumentação, Presidente, a informação precisa sobre... O senhor mencionou no começo de sua fala quantos dos empregados da Varig teriam sido reaproveitados e quantos estariam desempregados. Parece-me que o senhor disse que dos direitos trabalhistas, salários e indenizações, nada foi pago. Parece que apenas 1% das dívidas com INFRAERO, com combustível, isso e aquilo teriam sido pagas. E um terceiro ponto, eu gostaria que o senhor recuperasse, para que ficasse muito claro para esta Comissão que quem comprou não pagou nada e quem que se propunha a comprar, se propunha a assumir essas dívidas inteiras. Então são dois casos claros: alguém se propôs a comprar em leilão e oferecia a oportunidade de a Varig não lesar ninguém, sete bilhões seriam pagos através de uma proposta que poderia ou não ser aceita. E alguém comprou, desconsiderou completamente estes sete bilhões. Eu queria que o senhor me dissesse, repetisse aquilo que disse no começo: quanto foi pago de dívida trabalhista, quanto foi pago de fornecedores, aquilo que o senhor falou no começo.

SR. ÉLNIO BORGES MALHEIROS: Pois não. Eu havia, na verdade, entendido mal a sua pergunta na primeira vez. É a correlação entre esses três esteios da Lei 11.101, que estão escritos no art. 47, e a realidade dos fatos.

Então no primeiro esteio "manutenção do emprego", verificando a documentação que vai ser devidamente encaminhada à Comissão, verificando publicação que está hoje no site da VRG, oitocentos e cinqüenta, dos dez mil e quinhentos funcionários da Varig, têm emprego hoje na empresa chamada Varig.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Oitocentos e cinqüenta dos dez mil e?

SR. ÉLNIO BORGES MALHEIROS: Dez mil e quinhentos, oitocentos e cinqüenta. Essa empresa chamada Varig, que é de fato a própria Varig, foi entregue integral, tem hoje cerca de três mil e pouco, quatro mil empregados declaradamente por eles, ou seja, menos de 25% do que seria o sucesso de quatro mil empregados é de ex-empregados da Varig. São novos postos de trabalho para outros trabalhadores brasileiros.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Certo.

SR. ÉLNIO BORGES MALHEIROS: 1,3 bilhão de dólares em valores que a Varig trouxe no seu último ano de funcionamento normal aos cofres do Brasil na balança de pagamentos, isso é dinheiro vendido no exterior, ou seja, é dinheiro que entra para a economia nacional, 1,3, menos de 10% continuam com as empresas brasileiras, 90% estão com as empresas estrangeiras. Então o primeiro pilar, manutenção da empresa como fonte produtora, este é o resultado.

O segundo pilar, manutenção do emprego... Perdão, eu misturei, a manutenção da empresa e a manutenção do emprego acabamos falando juntos. Então a "manutenção da empresa", não produz mais o que a Varig produzia, está hoje com trinta e seis aviões para cobrir 8% do mercado, o que dá 0,2% do mercado por avião, o que é uma inviabilidade do ponto de vista econômico e financeiro e aponta para uma redução maior em breve tempo, em pouco tempo. E os empregos, nós temos oitocentos e cinqüenta contra dez mil e quinhentos. Temos mais trezentos no que restou em recuperação para operar um avião, na verdade é um sugadouro de dinheiro, sugadouro de recursos da recuperação, dinheiro que deveria ser pago aos credores e não ser mantido dessa maneira, mas faz parte da estrutura de manutenção do negócio Variglog, porque se de fato tivesse o que restou se rendido à evidência da incapacidade financeira para se sustentar, não poderia se afirmar hoje que houve uma recuperação e que tem uma empresa em recuperação e outra recuperada.

E o terceiro pilar, que é o pilar do pagamento aos credores, menos de 1% dos créditos hoje, com quase dois anos da aprovação da venda para a Variglog, menos de 1% do crédito foi quitado. Essa é a correlação.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): E do ponto de vista trabalhista nada foi pago?

SR. ÉLNIO BORGES MALHEIROS: Nada foi pago. Dias depois de ser vendido para a Variglog, duas semanas mais ou menos depois de ser vendido para a VarigLog, trabalhadores foram todos demitidos, todos demitidos, sem receber nenhum tostão de indenização, inclusive o que eliminaria qualquer discussão sobre sucessão trabalhista ou não. Os trabalhadores estavam trabalhando já para a proprietária Variglog quando foram demitidos, já estavam trabalhando.

E o processo hoje, a grande discussão hoje é a discussão da sucessão trabalhista, que é um ponto que eu gostaria mais tarde de abordar, porque também é uma fraude à Lei 11.101. Tanto a questão tributária, que tem detalhes interessantes, até quando nós arrematamos no leilão, que fomos cobrados e que nós íamos, como eu lhe disse aqui, no nosso plano iríamos pagar, mas iríamos pagar dentro das condições do plano, iríamos fazer aproveitamento fiscal e etc. Tão logo havíamos arrematado, ainda não havíamos sequer recebido o auto de arrematação e o INSS já estava penhorando dívida trabalhista contra a nossa arrematação. Encaminhamos essa penhora da dívida tributária ao juízo da recuperação judicial pedindo que fizesse uma interferência com o juiz federal que fazia a penhora explicando a ele que aquele primeiro valor que nós íamos aportar era para a operação da empresa, enquanto se trabalhava a implantação do plano. Isso era até um investidor estrangeiro, A LanChile que iria trazer esse capital, isso não podia ser penhorado. A resposta que nós recebemos do juiz foi: "Os senhores compraram, os senhores resolvam a penhora".

No entanto hoje, as penhoras são impedidas contra a VRG, que não está nem na recuperação judicial, contra à Gol é impedida. As penhoras dos trabalhadores, dos créditos trabalhistas, são impedidas sob o argumento de que não há sucessão trabalhista, que na verdade os senhores fizeram a Lei 11.101, devem se recordar que o Senador Arthur Virgílio apresentou a Emenda 12 no Plenário, almejando que no art. 60 fosse aduzida a exclusão da responsabilidade pela sucessão trabalhista no caso da alienação do bem e na recuperação judicial. Essa Emenda nº 12, que na verdade já refletia também uma Emenda do Senador Tourinho no mesmo sentido, foi recusada por unanimidade. O Relator da matéria na ocasião era o Senador Fernando Bezerra. O Senador Fernando Bezerra fez o seguinte Parecer, que foi aprovado por unanimidade rejeitando a Emenda 12. Ele diz que "É preciso ressaltar que diferentemente do crédito tributário, protegido ao menos pela exigência de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa para concessão da recuperação judicial, o crédito trabalhista fica desguarnecido caso a empresa seja vendida e o valor apurado seja dissipado pela administração da empresa em recuperação judicial, já que não há na recuperação judicial, ao contrário da falência, vinculação ou destinação específica desses valores. Nosso Parecer é pela rejeição da Emenda que exclui a sucessão trabalhista, porque a exclusão da sucessão trabalhista na recuperação judicial pode dar margens a fraudes aos direitos dos trabalhadores e comportamentos oportunistas por parte de empresários".

Então é impressionante assistir hoje à materialização desse tom profético do Senador Fernando Bezerra, verificando que na questão tributária a salvaguarda que V. Exªs. fizeram inserir na Lei 11.101 foi derrubada sem a menor cerimônia por uma penada, e a sucessão trabalhista, os oportunistas estão recebendo guarida hoje das mais altos níveis. Esta é a situação.

Foi dito aqui numa das Reuniões da Comissão, quando a Dra. Denise estava presente, que o Dr. Ayoub é que definiu a não sucessão tributária. Isso é um engano, é um engano. Inclusive o documento, acho que foi o Senador Mercadante que leu, eu tentei escrever um e-mail para ele, não obtive resposta. O documento que ele leu, na verdade, é uma decisão no começo da recuperação da Varig, onde o Dr. Ayoub fez uma outra coisa: ele dispensou a apresentação da certidão negativa, que era a grande salvaguarda, conforme o Relator da lei nesse aspecto apontou e V. Exªs. por unanimidade concordaram, para que não houvesse perigo em não haver sucessão tributária na venda em leilão, porque não haveria o que suceder. Havia uma certidão negativa, não há o que suceder. Ele dispensou. Mas o que de fato tornou quase que concreta a isenção da dívida tributária é o Parecer da Fazenda Nacional, porque o Parecer da Fazenda Nacional permitiria a qualquer comprador naquelas condições inclusive se colocar como terceiro de boa-fé. Se o credor diz que eu não precisarei pagar caso eu adquira no leilão, como poderá me cobrar depois de eu adquirir? E esse Parecer da Procuradoria da Fazenda Nacional não ignorava a questão da certidão negativa ter sido dispensada, porque havia uma discussão feita por Procurador anterior da Fazenda Nacional no âmbito da justiça questionando a dispensa da certidão negativa.

Então esses dois conjuntos, a sucessão tributária e a sucessão, a exclusão da sucessão trabalhista, são coisas fortíssimas dentro desse processo nesta fase de entrega da Variglog e está vitimando, hoje diretamente cinqüenta mil brasileiros, que sou eu, meus colegas, nossas famílias, que lamentavelmente hoje temos os nossos aposentados tomando remédio de três em três dias, que deveria ser diário, porque não tem dinheiro para comprar o remédio. Temos pessoas que estão praticamente exiladas do país, separados de suas famílias, incapacitados de prover o sustento aos seus filhos, aos seus netos, aos seus pais em muitos casos, por esta situação, que é completamente ilegal, mas a estrutura de pressão que havia e, como eu disse a V. Exªs., continua, inclusive aqui no Senado Federal. Foi conseguido arrancar aqui de dentro do Senado Federal um Parecer que afirma que não há sucessão trabalhista nos termos do art. 60, contrariando a verdade do que V. Exªs. discutiram e votaram, contrariando o que está anotado nos anais do Congresso, que é o que eu acabei de ler aqui. Inclusive também adianto um pedido, um pedido aos Srs. Senadores que nos ajudem, nós temos que solucionar isso. O Senado Federal precisa colocar corretamente essa questão da sucessão trabalhista no art. 60, porque isto foi objeto de uma ADIN feita pelo PDT, a pedido dos trabalhadores da Varig, e que está hoje sendo julgada, está sendo julgada no Supremo Tribunal Federal, que pediu uma informação a essa Casa e recebeu uma informação que destoa completamente da verdade; são os tentáculos desse poder que tenta nos sufocar.

Agora isto não está apenas afetando esses cinqüenta mil trabalhadores da Varig. Isto é o princípio da destruição da justiça trabalhista no Brasil, porque os senhores não devem ignorar que mais de 95% pelo menos de todas as reclamações trabalhistas são propostas por ex-empregados. Na verdade o nosso sistema jurídico se conforma com o fato de que o trabalhador é fraudado no decorrer do seu contrato de trabalho e não se indispõe com o patrão para não perder o emprego. Depois que encerra a relação de trabalho, sendo demitido ou se demitindo, corre à Justiça do Trabalho e recupera pelo menos parte dos seus direitos, desde que entre até no máximo dois anos do fim do contrato de trabalho e receberá retroativamente a cinco da data que entrar. Mas nem isso terá mais, com esse expediente de acumular-se dívidas trabalhistas bilionárias, entrar num processo de recuperação judicial, vender para testas de ferro e dizer que está isento à sucessão trabalhista. Acaba a Justiça do Trabalho, não vai ter mais necessidade, os 95% das causas poderão deixar de ter razão de ser.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Comandante, V. Sª., inclusive, é uma das vítimas que se viu obrigado a buscar a oportunidade de trabalho fora. Eu até quero agradecer a V. Sª., creio que em nome de todos, por ter se deslocado, salvo melhor juízo, da Índia ou dos Estados Unidos, a Índia é onde V. Sª. hoje trabalha para sustentar a sua família, para aquiescer ao nosso convite e vir aqui trazer esses esclarecimentos.

Eu queria perguntar a V. Sª., fazer duas perguntas.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Presidente Marconi, eu ainda queria–

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu também.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): --antes de V. Exª. formular, se me permite, eu só queria contar aqui e fazer um fecho da compreensão que eu estou guardando para ver se eu estou certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Agripino, logo após o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Comandante, vamos fazer aqui um apanhado da história para aproveitar a sua presença. O Governo pode dizer que vendeu ou induziu a venda da Varig à Variglog porque não havia alternativa. Alternativa havia, pelo que o se-

nhor colocou, alternativa existia, era concreta, foi produto de um leilão, o grupo aqui mencionado pelo senhor se propunha a comprar, pagar as dívidas trabalhistas pela assunção das dívidas transformadas em ações, enfim, pagava os sete bilhões, havia sim alternativa de alguém ou de um grupo de entidade que comprava-se a empresa e assumia a dívida de sete bilhões. Muito bem. Alternativa existia. Eles venderam a Varig à Variglog, aí abrem-se duas vertentes, eu queria que o senhor acompanhasse o meu raciocínio para dizer se eu estou certo ou se eu estou errado. A venda da Varig à Variglog poderia ter sido para salvar a Varig e os seus funcionários ou para produzir um bom negócio. Ou para uma coisa ou para outra. Alternativa existia, foi jogada no lixo, a de vender a quem queria pagar as dívidas. Vendeu-se a quem não tinha compromisso de pagar as dívidas. Aí esse comprou, o Governo induziu a um bom negócio ou a salvar a Varig? O senhor colocou claramente e para mim está claro que para salvar a Varig não, porque quem tinha dez mil e quinhentos empregados e teve apenas oitocentos e cinqüenta empregados aproveitados, dos três mil e quinhentos que operam hoje, e não pagou questão trabalhista nenhuma, não quer salvar a Varig coisa nenhuma. Para salvar a Varig não foi feito negócio, pelos dados que o senhor colocou. Dos dez mil e quinhentos funcionários que a Varig tinha, apenas oitocentos e cinqüenta foram aproveitados da Variglog, na Gol, enfim, no que hoje está posto, e os dez mil e quinhentos continuam desempregados ou como o senhor, empregado fora do país, a Aerus está falida, não existe mais, a previdência dos funcionários da Varig não existe mais e nem indenizações, salários atrasados, nada disso foi pago. Então para salvar a Varig o negócio não foi feito. Resta a alternativa de que a venda da Varig à Variglog tenha sido feita para produzir um bom negócio para quem comprou. Eu estou certo em concluir isso? É a primeira pergunta. Tem uma outra. Eu estou certo, nessa seqüência de fatos que eu coloquei, eu estaria certo em dizer, absolutamente certo em dizer que a venda da Varig à VarigLog não foi nada para salvar a Varig, que existiam alternativas outras e que o negócio foi feito para produzir um bom negócio para um grupo? Eu estaria certo em dizer isso?

SR. ÉLNIO BORGES MALHEIROS: Eu vou lhe dizer o seguinte:--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu queria aditar aqui a--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Complementando o questionamento do Senador Agripino, na mesma direção para o Comandante Élnio: pelo que nós pudemos entender da explanação de V. Sª., o primeiro leilão que a NV arrematou, a NV Participações, ela propunha à justiça no leilão assumir todo o passivo da Varig, trabalhista e tributário, transformar o trabalhista de débito em crédito com capitalização por parte dos funcionários e continuar com a Varig da forma como ela vinha, como ela estava, voando para todas as suas linhas internacionais e dentro do território brasileiro, ou seja, era uma proposta efetivamente de recuperação judicial de uma empresa. V. Sª. disse e o Senador Agripino aqui fez o questionamento objetivo, de que foi utilizado, além de recuperação judicial, de uma interpretação para que se pudesse fazer a separação em duas empresas: uma empresa que ficaria livre dos encargos e a outra empresa sem nenhum passivo e que seria então leiloada.

Ora, se isso for correto eu entendo, Senador Marconi Perillo, que o Senado vai ter que rever essa Lei de Recuperação Judicial porque o espírito da lei, quando ela aqui foi discutida, foi no sentido de que se preservasse as empresas num processo que antigamente era de falência e que se desse uma oportunidade àquela empresa para que ela pudesse passar por uma recuperação judicial e continuasse oferecendo os postos de trabalho e dando uma oportunidade de ela puder quitar as suas dívidas, tanto com a União, os Estados e os Municípios, quanto com os seus trabalhadores. Ora, no momento em que se separa as duas coisas, sempre haverá uma parte que vai sofrer o calote, como bem colocou aqui o Comandante Élnio, e uma parte que vai ficar livre disso.

Então eu perguntaria, nessa linha, se a proposta que os funcionários da Varig apresentaram no primeiro leilão, se houve por parte do Governo apoio a essa proposta? Essa é a primeira pergunta, se o Governo apoiou os trabalhadores, já que dizia que queria salvar a Varig, que essa Varig era um símbolo para o Brasil no exterior, se o Governo apoiou a proposta da NV, que era o grupo formado pelos trabalhadores da Varig no primeiro leilão? Se o impedimento, o impedimento da NV participar do segundo leilão, aí sim já separado a parte das dívidas da nova empresa sem o passivo, se esse impedimento, no entendimento de V. Sª., ele foi proposital ao afastamento da NV com a declaração de ter sido deserta por não ter feito o aporte do primeiro leilão, mesmo o auto de arrematação ter sido postergado por mais de dez dias? E V. Sª. fez aí uma afirmação bastante importante que é a de que enquanto a NV era oficialmente dona da Varig por ter ganho o leilão, o juízo estava analisando uma segunda proposta do Fundo da Volo para adquirir e adaptando o segundo leilão à proposta da Varig. Essa é uma afirmação que

V. Exª. fez que eu queria que fosse reafirmada, porque ela é gravíssima, eu entendo que é gravíssima.

E, por último, os trabalhadores da Varig entendem que houve, no caso, tráfico de influência no processo de recuperação da Varig para fazer com que o Fundo Matlin Patterson pudesse adquirir a Varig com o auxílio da burocracia federal?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bem, eu indagaria ao Comandante Élnio se há necessidade do Senador Agripino reformular, repetir. V. Exª. se lembra das perguntas? É que Senador Flexa complementou. Então a palavra o Comandante Élnio.

SR. ÉLNIO BORGES MALHEIROS: Eu agradeço à presidência porque realmente o assunto tem complexidade e o volume de perguntas é grande, mas neste volume eu ainda estou conseguindo pilotar aqui um pouquinho.

Inicialmente, então, à pergunta do Senador Agripino, se é para ser respondida com total objetividade, seria sim, sim. As intervenções que o Governo fez lamentavelmente foram infelizes no sentido de recuperação efetiva da Varig, tanto na tentativa de venda para a TAM quanto na venda efetivada para a Gol ou para a Variglog, mais tarde chegou às mãos da Gol, os movimentos foram para propiciar ótimos negócios, ótimos negócios, grandes negócios para quem está adquirindo e vendendo.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): É importante, eu faço um adendozinho só, porque tudo foi feito, foi feito num primeiro momento uma junção de Varig com TAM, depois a Varig vende à VarigLog, a VarigLog faz um grande negócio, vende à Gol, como se você fosse resolver o problema do caos aéreo, dos atrasos de avião, dos vácuos nas linhas. E veja bem: depois de vendido à Gol o que é que está anunciado? A JetBlue está para entrar no mercado brasileiro, uma empresa americana que aí sim fantasiou-se de brasileira, com um Comandante brasileiro, com um Presidente brasileiro e está para entrar aqui, quer dizer, até o negócio que foi feito para produzir um resultado para o viajante, para o comprador de assento, parece que também não logrou êxito porque está sendo anunciado que a JetBlue vai entrar no mercado brasileiro para aí sim atender o consumidor. É isso, é verdade isso?

SR. ÉLNIO BORGES MALHEIROS: Senador, eu já estive aqui mais de uma vez, já falamos esse assunto mais de uma vez. Um dos preços da democracia é a obrigação dos legisladores a atenderem a um volume superior à capacidade humana para dar vazão aos problemas de uma Nação. Não é simples, o processo é muito complexo. Cada pequeno pedaço de uma sociedade, como a brasileira, contém um universo de problemas e nós estamos, dentro do contexto mundial, nós estamos numa posição de galgar, o que aumenta as dificuldades, é esforço, o tempo todo é esforço. Então já falei isso, eu vou repetir, não falo o que já falei, vou repetir e não é nada além da expressão disto e a dramaticidade desse ponto: a aviação brasileira caminha a jato para a mesma situação do transporte marítimo. Nós vamos ser um quintal das empresas estrangeiras. O recente movimento promovido pelo Governo para aumentar o número de freqüência no acordo Brasil/Estados Unidos, quando o volume de freqüências ocupadas pelas empresas americanas estava totalmente tomado e o número de freqüências ocupadas pelas empresas brasileiras a menos da metade da possibilidade, sob a alegação, o Dr. Seroa da ANAC publicamente declarou "de que isto dará mais oportunidade para as empresas brasileiras competirem" é uma ..... ao bom senso. O caminho que se toma no mesmo tom, dizendo que não importa o fato de se colocar 49% do controle da empresa de aviação ou 20%, que o importante é a manutenção da estruturada, a manutenção do conforto, da segurança do passageiro, eu perguntaria: mas, então, o que estamos fazendo para a manutenção da estrutura, do conforto e da segurança do passageiro se estamos discutindo aumentar 49%, que em tese não importa? Se não importa, não precisamos discutir. Precisamos discutir como resolver a estrutura, a segurança e o conforto do passageiro.

Então o Brasil merece, eu não sei se essa Casa consegue fazer isso, se consegue provocar um estudo profundo de reformulação do transporte aéreo brasileiro para criar condições que não permitam, por exemplo, o que foi feito com as nossas empresas no Norte e Nordeste do Brasil ou Norte-Noroeste do Brasil, como a Rico, como a Tavi(F) e etc., que sofreram uma competição danosa pela liberação das tarifas das próprias empresas brasileiras a ponto de serem arrastadas para fora do mercado. Passagens que custavam duzentos e oitenta a trezentos reais num determinado trecho passaram a ser vendidas por cento e vinte reais, as empresas que competiam só naquela área são arrastadas para fora do mercado, vão à falência, e as passagens hoje são vendidas a quatrocentos e cinqüenta, com muito menos do que 60% das frotas que eram cobertas sendo cobertas hoje.

Então esse é o retrato de uma indústria que vai terminar no Brasil. A indústria de aviação, eu costumo dizer, já disse isso aqui também, que essa anunciada perseguição da meta de se cobrar passagem de transporte aéreo a preço de passagem de ônibus é um absurdo. Eu só vou acreditar em passagem de avião pelo mesmo preço de passagem de ônibus quando pegarem

esse ônibus, soltarem a dez mil metros de altura e ele sair voando; fora isso o preço não pode ser o mesmo, jamais poderá ser o mesmo. Agora a estrutura de preço e regulação do transporte aéreo tem que estar muito mais próximo da estrutura de regulação do transporte público automotivo do que da maneira que nós temos hoje. Não pode ser uma passagem tão cara que a sociedade não possa usar e nem liberada para ser tão barata que coloque para fora qualquer concorrência e depois passe a ser cobrada a qualquer preço. Isso precisa ser reformulado.

Perdoe-me, talvez eu tenha me afastado um pouco do eixo da questão, mas é porque ela é mais complexa um pouco do que exatamente aqui, mas neste ponto específico que V. Exª. levantou, de fato a coisa vai mal e de mal a pior. A própria Gol vai muito mal hoje, a própria Gol vai muito mal, a própria TAM continua mal. O processo de fusão da Varig com a TAM serviu para dar uma injeção, uma transfusão de sangue financeiro na TAM, transferindo os passageiros da Varig para a TAM durante aquele processo que durou durante alguns meses, uns bons meses, onde nós éramos obrigados a dividir os aviões meio a meio, metade era vendido pela TAM e metade vendido pela Varig, tanto na frota da TAM quanto na frota da Varig, mas os passageiros da Varig demandavam mais do que metade das aeronaves da Varig, então a Varig era obrigada a dizer: "Agora eu não vendo mais, o senhor compra ali no balcão da frente", para voar no avião da Varig.

Então este processo todo faz parte de uma desestruturação que os senhores, tempo atrás, eu lamento não me lembrar o nome do Senador ou do Deputado que fez essa colocação, mas estava bem feita, é um problema da Nação brasileira, não é um problema de um Governo ou de outro Governo e que já vem desde o início dos anos 90, quando nós acabamos com a bilateralidade nos contratos, cedendo na verdade ao que almejam os norte-americanos há décadas, desde 1945, na Convenção de Chicago, que é a Política de Céus Abertos, onde o mais forte certamente acabará hegemônico, e que liderados pela Europa todos, absolutamente todos os países presentes em Chicago em 1945 recusaram a Política de Céus Abertos e o anfitrião se recusou a assinar a Convenção de Chicago, teve que se recusar a assinar a Convenção de Chicago, mas não colocou armas ao chão, continuou lutando até hoje. Hoje a Europa aceita os Céus Abertos, porque se fortaleceu o suficiente para competir nesse novo patamar, mas da mesma maneira que os Estados Unidos não aceita que a agricultura deixe de ser subsidiada para competir conosco ou com outros países do terceiro mundo, nós não deveríamos aceitar uma Política de Céus Abertos numa indústria que nós não temos capacidade de competir. Tinha que regular esse mercado e mantê-lo regularizado da maneira que fosse.

Bom, aqueles dois negócios então, tanto da VarigLog quanto da TAM, foram feitos para alguém ganhar bastante, as propostas eram essas. Motivou o Governo sabe se lá por que, eu não quero aqui adiantar o porquê o Governo deve ter feito ou deixou de ter feito, mas a coincidência é essa, esses foram os dois movimentos que motivaram o Governo brasileiro: a venda para a TAM e a venda para a VarigLog, que só dão negócio para quem compra e revende.

A Variglog teve muita sorte aqui no Brasil. Logo que ela se aproximou, por exemplo, ela veio para comprar... Perdão, a Volo, o Grupo Matlin Patterson, esse grupo de investimento se aproximou para comprar a VarigLog, se aproximou para comprar a VarigLog e fez uma proposta, na primeira reunião de apresentação do plano de recuperação da Varig, proposto pelos administradores da Varig, cento e oito milhões de dólares para levar a VarigLog, valor que já era muito pequeno e foi devidamente recusado por unanimidade pela assembléia de credor, ninguém queria. E já íamos aprovar um plano, o plano que poderia recuperar a Varig. O BNDES intervém, manda suspender, faz uma declaração formal documentada, o documento sendo encaminhado aqui à Comissão, dizendo que não era possível aceitar que uma empresa estrangeira viesse comprar um patrimônio nacional e se propõe em financiar um comprador brasileiro, etc. e tal, interrompe a assembléia de credores, suspende duas semanas para se organizar o negócio e retorna forçando, trabalhando ativamente, pressionando os credores para que aceitassem uma proposta agora que envolveria não só a VarigLog, mas a VEM – Varig Engenharia e Manutenção. Então uma das maiores empresas de manutenção do mundo, talvez a quarta de manutenção do mundo, que era a nossa empresa de manutenção. Junto com a Variglog agora, vão vender as duas, o que era um tiro na perna da recuperação, um tiro no joelho da recuperação. Mas com um detalhe: a oferta de cento e oito milhões de dólares só pela Variglog, para levar as duas agora era uma liquidação: sessenta e dois milhões de dólares e assim foi vendido. Começou a votação, isso está gravado em filme, começou a votação, os credores: "Não, não, não", aí o credor, representante do Aerus, na hora que vai votar, já tinha combinado, todos os credores já tinham dito que era não, recebe o celular e no microfone para votar diz: "Olha, o Presidente do BNDES nos convoca, convoca os credores para ir ao banco porque é uma situação e etc". Aí nos deslocamos para lá, os principais credores, os trabalhadores foram proibidos de entrar, tinha uma ordem na portaria, o nosso

advogado, o Dr. Jorge Lobo, que trabalhou bastante na confecção da Lei 11.101 foi proibido de entrar, o professor Paulo Rabelo de Castro proibido de entrar, os representantes dos trabalhadores proibidos de entrar, os outros entraram, um dos nossos advogados conseguiu estar presente e a direção do BNDES disse: "Se vocês não aceitarem essa proposta, a BR vai parar de abastecer amanhã, vai desaparecer a Varig imediatamente". Acabou sendo vendido por sessenta e dois milhões de dólares a Variglog e a VEM, que inicialmente só a Variglog tinha um preço de cento e oito. Isso nós estamos falando de fim de 2005.

Poucos dias depois conseguimos finalmente aprovar o plano de recuperação da Varig, 19 de dezembro, por unanimidade, aprovado o plano por unanimidade, um plano que tinha viabilidade e possibilidade com as premissas básicas do que nós já falamos aqui hoje, do que já tivemos a oportunidade de conversar aqui hoje. Em janeiro, no início de janeiro, a PETROBRÁS, a BR Distribuidora, corta o crédito de combustível da Varig. Tinha acabado de aprovar um plano de recuperação judicial no dia 19, passou o Natal e o Ano Novo, cortou o crédito do combustível. Óbvio, numa situação dessas, já tendo perdido a manutenção, tendo perdido o correio, tendo perdido boa parte do dinheiro que vinha da sua estrutura, o plano aprovado, a empresa tinha o plano que previa três, quatro meses para se organizar, já fica sem combustível, jogando tudo no colo da Matlin Patterson. Por que jogando na Matlin Patterson? Porque aí eles se tornam emprestadores de dinheiro. Então um pouco da pergunta do Senador Flexa Ribeiro pode ser atendida neste espaço. Se houve tráfico de influência, eu perguntaria: o Fundo Matlin Patterson tem autorização do Banco Central para emprestar dinheiro a juros no Brasil? O juro que pratica é extorsivo, é um juro normal?

A suposta proposta de aquisição no segundo leilão seriam vinte milhões que a Variglog teria supostamente emprestado à Varig quando nós arrematamos para a continuidade das operações, vinte milhões, mas o lance que os senhores lêem e escutam é vinte e quatro. Quatro milhões. É porque o juízo concordou que se outro comprador oferecesse, daria 20% de juros para a Matlin Patterson por ter emprestado o dinheiro, por ter emprestado os vinte milhões. Por isso são vinte e quatro. E eu repito: suposta--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): O senhor poderia explicar esse detalhe melhor?

SR. ÉLNIO BORGES MALHEIROS: Pois não. Supostamente, e essa palavra, essa expressão eu faço questão de frisar, explicarei, durante o período em que os trabalhadores arrematataram no primeiro leilão a empresa chamada Varig Operacional e o período em que o plano de recuperação foi adaptado para satisfazer o interesse da Variglog, a Variglog teria emprestado vinte milhões de dólares para o dia-a-dia da operação à Varig, para a Varig total, teria emprestado supostamente vinte milhões. Vai ao segundo leilão como tendo um lance mínimo de vinte e quatro, que seria os vinte e mais quatro como juros pelo empréstimo dos vinte pelo período de 23 de junho a 17 de julho. Então--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vinte dias?

SR. ÉLNIO BORGES MALHEIROS: É, é um bom--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Isso pelo juiz?

SR. ÉLNIO BORGES MALHEIROS: Sim, faz parte do edital, está anotado e assinado. Não é um mau negócio do ponto de vista financeiro, não é um mau negócio. Então são bons negócios que se fazem.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Não existem provas desse empréstimo?

SR. ÉLNIO BORGES MALHEIROS: Não, a questão eu esclarecerei, eu esclarecerei imediatamente, muito grande por lembrar. Por que o supostamente? Ocorre que nós recebemos... Bom, nós somos funcionários da Varig, no verbo por mim está declinado a forma correta, nós somos funcionários da Varig e obviamente em uma estrutura desse tamanho não há segredos para os funcionários. Nós fomos, recebemos a informação, recebemos a documentação, a Variglog era devedora da Varig no total de cinqüenta e três milhões, oriundo do fato de que a VarigLog era uma empresa do Grupo Varig que transporta carga aérea em seus aviões de carga e também transportava carga aérea no porão de carga dos aviões de passageiros da Varig, e vinha devendo o pagamento pela utilização desse espaço, um total de cinqüenta e três milhões de dólares, quando supostamente estava emprestando vinte milhões de dólares.

Então, na verdade, comprou o apartamento com o compromisso de mobiliar para uso próprio. Foi essa a operação do segundo leilão, não pagou. O Dr. Ayoub, outro dia, ficou irritado com algumas colocações, ele dizia: "Não, não são vinte e quatro milhões de dólares, são duzentos e setenta milhões de dólares a compra do segundo leilão, porque, por exemplo, tinha que enfrentar os compromissos do *Smiles*. Os *Smiles*, no nosso plano de recuperação, é o um ativo, é o cadastro de cinco milhões dos melhores clientes brasileiros ao longo de anos de funcionamento da Varig. Eu hoje, se abrisse uma empresa de aviação, a primeira coisa que eu anunciaria era: "Vamos honrar as milhas Smiles"; eu quero esses cinco milhões de clientes comigo. Então não tem, o negócio foi esse. Emprestou vinte milhões

para o credor seu de cinqüenta e três. Levou, inclusive, a chave do cofre com as promissórias dentro.

Por que eu digo isso? Porque recebemos essa notícia e imediatamente fizemos um requerimento formal ao administrador judicial que produzisse a documentação, detalhamos inclusive que documentação era, para comprovar o absurdo. O administrador judicial vai ao juiz e o juiz despacha negando o nosso requerimento e dizendo que só documentos importantes para o negócio seriam produzidos.

Agora é o mesmo valor que se vê reduzido, porque teriam sido pagos de lá para cá e de cá para lá durante o período de trinta e sete milhões de dólares, que o próprio juízo da vara empresarial quer arrestar nos autos da ação em São Paulo, que reclama o dinheiro que foi levado para fora do Brasil.

Então na verdade não é só o apartamento que foi comprado com o compromisso exclusivo de mobiliar para uso próprio do comprador; a mobília foi comprada com o dinheiro do vendedor que nada recebeu também. Essa é a operação basicamente, têm alguns detalhes, têm alguns detalhes importantes, mas são longos, entendeu, a gente fica aqui horas. O entendimento é de uma complexidade tal que eu o compararia, possivelmente, admito, a--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): O senhor falou que têm detalhes importantes--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): O senhor falou que têm detalhes importantes que eu queria saber melhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V. Sª. já respondeu aos questionamentos do Senador Flexa?

SR. ÉLNIO BORGES MALHEIROS: Não, ainda tenho aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O Senador Tasso pede que V. Sª. fale de alguns detalhes.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu queria fazer uma sugestão, Presidente, ao Senador Flexa, porque o Comandante está fazendo assim quase que uma descrição da negociação, se ele continuasse com isso seria muito interessante.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Ele tem toda a liberdade para isso.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): O que eu pedi foi só porque ele falou dos detalhes, eu pediria para ele acrescentar alguma coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pois não, Comandante.

SR. ÉLNIO BORGES MALHEIROS: Pois não. Arrematação pelos trabalhadores. Na verdade responde bastante a parte que foi perguntada do Senador Flexa Ribeiro. Também na arrematação pelos trabalhadores havia duas empresas. A idéia de eventualmente se emendar a Lei 11.101 não é ruim. Eu me colocaria, inclusive, à disposição para contribuir, se as assessorias de V. Exªs. quisessem pensar um pouco sobre isso, não vou me adentrar aqui porque não é o caso, mas têm alguns pontos que poderiam melhorar. Uma das características da Lei 11.101, que é bastante atrativa, que a torna atrativa, procura torná-la atrativa, ela induz a se procurar empresas onde não hajam unidades produtivas isoladas, criarem-se alguma alternativa que possa encaixar na hipótese da lei. Nós tivemos a oportunidade de assistir ao Senador Tasso muito bem na primeira Reunião sintetizar o porquê não se pode sequer discutir preliminarmente se há ou não há sucessão trabalhista no caso Varig. Não é nem o que está escrito no art. 60, da Lei 11.101, que é claro que não exclui a sucessão trabalhista, até pelo que aqui conversamos e demonstramos pelo voto do Senador Bezerra, na relatoria quando foi aprovado por unanimidade, mas principalmente porque o que foi vendido é a empresa que existia, o *totum* do negócio, é a totalidade no negócio. Tanto isso é verdade que se viram na contingência de criar uma nova empresa, um novo CHETA, um novo Certificado de Operador porque tanto não era uma unidade produtiva que não existia, teve que inventar para enxertá-lo então com a concessão da empresa verdadeira, o que é ilegal, o que não está previsto nem na 11.101, mas aí enxertaram os *slots*, enxertaram tudo. Por que? Na verdade tiraram tudo da Varig e resolveram criar um novo corpo para aquela alma. Lamentavelmente esqueceram que era o principal, poderia até dar certo também, porque na verdade a engenhosidade humana não tem limite, nós podemos fazer de tudo, desde que haja um consenso, mas esqueceram de levar o capital humano, que numa empresa dessa é o essencial. Não haverá empresa de aviação no mundo sem capital humano, não haverá. A empresa de avião nada tem, a empresa de aviação é um conjunto de ativos arrendados, que são os aviões, sequer é dona dos aviões, que organizadamente, concatenadamente se deslocam pelo céu e só o fazem concatenada e organizadamente porque existem pessoas para fazer isso. Tirou as pessoas, acontece o que aconteceu. Mesmo com operadora de respeito, como a Gol, não se conseguiu sustentar a operação durante dois meses, três meses. Não é assim que se faz a coisa.

Então havia sim, desde o primeiro plano, havia uma situação, só que a situação que havia no plano dos trabalhadores era uma situação equilibrada em relação em relação a unidades. Já era um conserto do plano, porque o plano, aí vai um pouco de detalhes, o plano de 2005, o único que a lei admite, porque a lei não prevê fazer consertos no plano, novos planos, reformulações de planos, ou aprova o plano ou não aprova o plano. Tem uma possibilidade de fazer uma alteração no plano, se o dono da empresa disser que não aceita, vai para a falência, aliás, essa seria uma Emenda boa. O dono da empresa que já permitiu ser devedora, a ponto de os credores terem mais direito do que ele, podem levar a empresa para a falência se quiser? Está errado, é uma coisa que poderia ser examinada. Mas o plano foi sendo distorcido e os trabalhadores corrigindo. O Dr. Paulo Rabelo de Castro, que eu aqui agradeço mais uma vez de público, já cansei de agradecer, trabalhando horas e horas, doando o seu tempo horas e horas para corrigir as distorções. A empresa foi levada à beira da falência três vezes no processo e nós fomos resgatando, dentro das assembléias dos credores, dizendo: "Olha, não deu certo, mas corrige aqui, corrige aqui".

O plano que acabou sendo aprovado para ir a leilão, finalmente, era um plano que dividia a Varig em Varig Operacional e Varig Comercial. Fazia uma parte da Varig exclusivamente operacional, só o necessário e suficiente para as operações de vôo, e uma Varig Comercial fazendo marketing, vendas e etc., todo o resto do apoio ao vôo. Os patrimônios divididos e as responsabilidades divididas. Os balanços, comprovadamente equilibrados, aliás, exigência da Lei 11.101. Comprovante de viabilidade econômica do plano, só o plano dos trabalhadores teve, o plano da Variglog não tem, não tem. O plano da Variglog, se for cotejado às exigências legais, não cumprirá nenhuma delas e terá muitas, quase dezena, quase dúzia de irregularidades.

O plano dos trabalhadores dizia que a Varig Operacional seria capitalizada com crédito dos trabalhadores, das dívidas trabalhistas, teria obrigação de sustentar o Fundo de Pensão caso a Varig Comercial não conseguisse fazê-lo e teria a opção de qualquer credor converter dívida em capital ao limite de 50%; os trabalhadores cederiam espaço dentro dos 50%. Se ninguém entrasse, os trabalhadores ficariam com 50%; se os demais credores quisessem entrar, os trabalhadores cederiam proporcionalmente. Esses 50% reservados, a idéia do plano era vir a pulverizar no mercado, fazer uma limpeza pública no sentido de ser do público, com uma direção que não era dos trabalhadores por nosso desejo. Uma direção profissional do mais alto nível, comprometida com a lucratividade, o que uma empresa privada deve ter. O nosso ganho nesta empresa partia do princípio de que os acionistas desta empresa seriam um sucesso, essa era a nossa aposta.

A Varig Comercial, que ficaria com o restante, ficaria também com o resultado do congelamento tarifário, que *de per si* chegava a 80% da dívida total da empresa. Nós já estávamos carregando para a Varig Operacional o crédito trabalhista que responde, juntamente com a garantia do crédito previdenciário, responde por 40% da dívida. Além de cálculos da Fundação Getúlio Vargas, congelamento tarifário – 2005, falávamos da ordem de 5,7 bilhões para uma empresa que devia 7. No ICMS, que a Varig também é credora, 1,2. Com 5,7, 7,9. Só aí já era superavitária em relação à dívida, esta ficaria com a Varig Comercial.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): 6,9.

SR. ÉLNIO BORGES MALHEIROS: 6,9, perdão, 6,9, tem toda a razão, obrigado. 6,9. Totalmente equilibrada, uma coisa equilibrada e que seria viável e que poderia ter acontecido.

Arrematamos no dia 08 de dezembro e aí eu procuro satisfazer a pergunta de V. Exª. 08 de dezembro, treze horas. Eu estava aqui em Brasília depondo numa das Comissões, lamento não lembrar qual delas, falando na Comissão sobre os piratas que vinham com o Fundo Matlin Patterson e o leilão ocorrendo no Rio de Janeiro. Às treze horas, doze e trinta, se bateu o martelo, proposta do trabalhador da Varig. Vinte segundos para encerrar o leilão, o juiz deu de presente para o nosso advogado o que ele tinha trabalhado durante os últimos dias, que era uma conversão do processo de recuperação da Varig em falência com continuidade de negócio. Acredito que o Matlin Patterson seria o condutor desta continuidade, dessa falência com continuidade de negócio, porque o Matlin Patterson já estava ungido para ser o dono da Varig desde muito antes. O juízo empresarial já havia ido os jornais, o Valor Econômico especialmente, Dra. Márcia Cunha, e tentado forçar os credores a aceitar a proposta da Matlin Patterson em março de 2006, quando eles tinham conseguido, a partir do corte do crédito de combustível por parte da BR, que a Matlin Patterson começasse a emprestar em cima de recebíveis, cientificamente, de modo que o fluxo de caixa de março, que foi superior a duzentos milhões de dólares, não tivesse nenhum tostão líquido para pagar os trinta milhões do leasing das aeronaves. Por quê? O dinheiro já tinha sido recebido pelos cartões de crédito e avançado pela Matlin Patterson a juros que nós não sabemos, porque as operações que faz parte dos nossos pedidos que

a Comissão investiga e se o Banco Central autorizou essa investigação de empréstimo, também operou em cima desses recebíveis. E aí a Matlin Patterson surgiu em março, a empresa de joelhos com uma proposta salvadora, que já capava o pagamento dos credores. Os credores recusaram, mas o juízo foi para o jornal tirando fotografia e dizendo que devia aceitar, porque já tinham falado com o Governo, se o Governo não ia intervir a justiça nada mais poderia fazer.

Mas no dia 08 de junho teve quem lançasse, nós fizemos a nossa proposta. O juiz estava presente, o auto de arrematação poderia ter sido assinado no ato. Tudo que se fala hoje, e nós temos também gravado aqui uma declaração agora em filme do Dr. Ayoub na Confederação Nacional do Comércio, dizendo que enquanto corria o prazo para a homologação do leilão da compra pelos trabalhadores, ele recebeu uma proposta da VarigLog para a compra da Varig, que é um dos pontos que eu levantei, e também que ele, juntamente com o Ministério Público do Trabalho, se reuniram e chegaram à conclusão que os trabalhadores não tinham como comprovar a origem do dinheiro, do investimento, o que de nós era cobrado indevidamente, afinal, éramos credores. A lei também diz que o credor não é obrigado a exibir o preço no leilão de arrematação de bem, a lei é clara nisso, literal. Agora exibir a condição de investidor dos testas de ferro podia ser dispensado. Mas dia 08 nós lançamos, as cabeças foram coçadas durante uns quinze ou vinte minutos em frente às redes de televisão de todo o Brasil e finalmente se concordou: "OK, o lance é bom, está arrematado", mas o juiz ressalvou: "Não vou assinar o auto de leilão agora, vou usar as vinte e quatro horas do prazo legal", que seriam, como eu falei antes, para que o leiloeiro levasse ao gabinete do juiz o material atestando a correção do leilão, para que com este documento sim, o auto de arrematação, nós pudéssemos demonstrar os nossos parceiros já negociados, especialmente a LanChile, com quem tínhamos estado trabalhando desde 2003, temos documentos trocados, cartas ao BNDES que não sensibilizaram o Governo para apoiar o nosso plano tampouco, desde 2003, e poder dizer: "Ok, aqui somos agora os detentores desse patrimônio, vamos caminhar". A LanChile iria adiantar setenta e cinco milhões de dólares, que dentro do plano que nós propusemos seria usado, e foi aprovado por unanimidade, seria usado para dar liquidez à operação, conseguir prosseguir a operação, extremamente intensiva em capital, durante o período de adaptação dessa transição das empresas. Estes setenta e cinco milhões que foram objetos da penhora do INSS também, nos atrapalhando, por óbvio, como arrematantes.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Posso interrompê-lo?

SR. ÉLNIO BORGES MALHEIROS: Se o senhor me permite, por fineza, cinco minutos. Eu recebi um telefonema aqui às treze e trinta, "Arrematamos, a LanChile está nos aguardando amanhã, em Santiago, às catorze e trinta", pedindo que levássemos advogados e pessoas capazes de assinar pelos trabalhadores e nós aqui em reunião decidimos que "Vai você, o Dr. Otávio Neves e o Professor Paulo Rabelo de Castro". No dia seguinte de manhã nós nos deslocamos para Santiago do Chile com o compromisso de os que ficaram no Rio de Janeiro recolher o auto de arrematação, que teria assinado até as treze e trinta daquela tarde, dia 09, e nos remeterem por e-mail. Quando chegamos a Santiago, começamos a receber as notícias por e-mail também, que o juízo estava dando entrevistas públicas dizendo que o lance dos trabalhadores não tinha sustentação, que não seria assinado e que precisaria ser revisto. Nós ficamos abalados, naturalmente, mas fomos para a reunião, fomos recebidos pela direção, pelos representantes dos acionistas majoritários da Lan, nos sentamos, conversamos durante cerca de duas horas, uma hora e meia a duas horas, não havia muito o que conversar, porque já vínhamos negociando direto, a semana anterior inteira já vínhamos, na verdade havíamos elegido a LanChile como preferencial parceiro por uma série de razões, complementaridade das linhas, capacidade administrativa, uma empresa num país que gera menos de... praticamente 1/3, menos da metade do que transportava sozinha a Varig é o total de passageiros que transporta-se no Chile, e a LanChile tinha uma empresa na Bolsa de Valores de Nova Iorque avaliada em dois bilhões de dólares, dois bilhões de dólares. Uma hora e meia de conversa, "Ok, meia hora de *break*, precisamos conversar aqui algumas coisas", presença de um Banco suíço, porque qualquer negociação dessa natureza acaba tendo que ter um Banco, tudo pronto para ser resolvido, demoraram quarenta minutos, retornaram, sentaram-se à mesa e disseram assim: "Olha, tivemos notícia que vocês não vão levar o leilão, vai haver um segundo leilão" – isso eu estou falando do dia 09 de junho, um dia depois da nossa compra -, haverá outro leilão e nós continuamos interessados no negócio, mas nós vamos trabalhar com a VarigLog, porque a VarigLog tem condições de resolver isso".

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): É exatamente em cima dessa questão. Eu queria, para ser bem objetivo, neste momento o juiz, que parece muito mais um intermediário do que um juiz, porque se recebeu uma proposta, se eu entendi direito, o juiz disse "Eu recebi uma proposta de fulano", eu acho es-

tranhíssimo isso, o juiz dizer "Eu recebi uma proposta", e o Governo estava diante de duas alternativas concretas: uma os funcionários da Varig associados à LanChile. Correto isso, Comandante? E a outra, o chinês do Grupo Patterson, que pelo que eu saiba, aí eu queria uma explicação, um esclarecimento, o chinês do Grupo Patterson associado os três brasileiros, quer dizer, é isso que eu queria colocar bem claro, que V. Sª. me esclarecesse. Uma LanChile, uma empresa de capacidade gerencial, conhecida, do ramo, tradicional no ramo de aviação na América Latina, associado a todos os funcionários da Varig que, também reconhecidamente, de competência, já que fizeram a Varig durante tantos anos, e outro um grupo estrangeiro, assim como LanChile, sendo que um do ramo, reconhecido por nós e por todo o mundo, mas o Matlin Patterson era conhecido, era do ramo, operava alguma Companhia, era proprietário de uma Companhia de aviação no México, nos Estados Unidos, em alguma coisa, associado ao chinês, o chinês era do ramo--

SR. ÉLNIO BORGES MALHEIROS: Era um dos detentores da Matlin Patterson.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sim, mas aqui no Brasil ele tinha algum pedigree, etc., e associado aos três sócios brasileiros, eram do ramo, eram conhecidos. O Sr. Audi aqui disse que era sócio de uma das maiores Companhias do mundo de vôo compartilhado de helicóptero, por coincidência associado ao Gustavo Franco, e eu, por coincidência, soube que não é, ele não é associado ao Gustavo Franco nessa Companhia que está longe de ser uma das maiores Companhias do mundo, pelo contrário, ela só tem dois helicópteros e ele não é sócio, ele entrou no início. Mas o fato concreto é esse, quer dizer, o Governo e o juiz estavam diante dessas duas alternativas concretamente?

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra o Comandante Élnio Malheiros para responder aos questionamentos do Senador Tasso Jereissati.

SR. ÉLNIO BORGES MALHEIROS: Para ser preciso e justo com os fatos que nós temos conhecimento, não houve essa situação de terem as duas propostas concomitantemente cotejadas de forma oficial e a participação da LanChile no negócio não era de amplo conhecimento público, porém, era de conhecimento total do Governo, porque, como eu disse, desde--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): E do juiz?

SR. ÉLNIO BORGES MALHEIROS: Do juiz eu não sei, do Governo era porque desde 2003 já tínhamos correspondências com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, aonde a LanChile externava o interesse de trabalhar no plano de recuperação ampla proposto pelos trabalhadores de se associar com isso. Nós tínhamos um compromisso formal com a LanChile e com outros investidores em não divulgar os nomes dessas pessoas, o que é perfeitamente cabível dentro desse nível de negociações. Basta considerar que uma empresa S.A. de capital aberto é obrigada, por lei, a comunicar ao público qualquer interesse mais leve que seja em alguma negociação e isso tem efeitos práticos concretos na própria negociação da empresa, nas ações e etc., e por óbvio não interessam às empresas fazerem em público isto antes de haver um elevado, um razoável grau de comprometimento. A LanChile é negociado na Bolsa em Nova Iorque, regras rígidas, estritas e é uma empresa que as cumpre. Então nós tínhamos esse compromisso e não tínhamos o porquê, absolutamente, informar a ninguém quem seriam os nossos parceiros nesse negócio, até porque a proposta que nós fazíamos não era dependente de dinheiro de terceiros em qualquer grau significativo. A grande contribuição que a LanChile trazia para esse processo conosco era a qualidade de gestão, que era um dos pilares da nossa proposta de revitalização da Varig. Nós não queríamos apenas que a Varig pudesse continuar a ser o que era, que já era bastante bom, hoje a falta da Varig o demonstra claramente. Nós queríamos aproveitar esta oportunidade para fazer da Varig uma coisa muito maior e muito melhor, inclusive com uma visão muito mais ampla de mercado do que os administradores das empresas de aviação, de um modo geral, tem conformados, desde 1920, em praticamente aproveitar-se do fato de que as Nações são dependentes infra-estruturalmente desse negócio do qual eles são concessionários e aí se acomodam e por isso respondo que não há uma empresa no mundo, Senador, aliás, há um empresa no mundo, pelo menos dados até 1998 com certeza absoluta, talvez tenha mudado um pouquinho, eu não acredito, que tenha conseguido lucro superior a 2%, 2%, pelo menos, durante um período de dez anos seguidos, nenhuma, ou seja, o negócio de aviação não vive do transporte de A para B ou da atividade específica, ele vive do entorno. Todo mundo ganha dinheiro com a aviação, menos a empresa de aviação. Quem vende pneu ganha dinheiro, quem vende avião ganha dinheiro, quem vende hotel ganha dinheiro, quem cobra taxa aeroportuária ganha muito dinheiro, quem vende combustível ganha muito dinheiro, mas o empresário de aviação ou o acionista da empresa de aviação não ganha tanto. Nós querí-

amos mudar isso, nós queríamos fazer isso de uma maneira distinta. Então esse era o conjunto de coisa. Porém, apesar de não ter sido cotejado passo a passo, nós não nos conformamos com o fim que foi dado à proposta dos trabalhadores para viabilizar este outro negócio. E como eu digo, foram vários, foram vários, são vários pequenos detalhes.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Se tinha conhecimento do que era esse Fundo?

SR. ÉLNIO BORGES MALHEIROS: O Fundo Matlin Patterson é o que se chama normalmente de um Fundo abutre. Ele tem dois sócios, David Matlin e Mark Patterson, que juntos eram colegas de trabalho do Sr. Chan Lup Wai no *Credit Suisse Boston*. Eu me lembrei agora União de Bancos Suíços, que era o Banco que estava conosco em Santiago do Chile, UBS. Mas no *Credit Suisse Boston*, esses três senhores eram colegas e trabalhavam na área de reestruturação de empresa, e daí resolveram sair para criar o Fundo Matlin Patterson. Por óbvio, o próprio nome do Fundo mostra, o Mark Patterson e o David Matlin é que detêm o controle desse negócio e são os danos, o Lap Chan vai como diretor, é uma pessoa importante na estrutura. E passaram a interferir em negócios para comprar na bacia das almas, reestruturar e revender. Não é do nosso conhecimento nenhum tipo de negócio com a maior longevidade onde o Fundo Matlin Patterson estivesse envolvido, é um Fundo especulador. Vários negócios, o grau de perda sob o ponto de vista absoluto da ordem de 60 a 70% dos negócios, ou seja, 60 a 70% dos negócios que a Matlin Patterson entrou faliram, mas o grau de retorno financeiro, nos 40% que restaram, mais do que suficiente para compensar o negócio.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Desculpe eu estar lhe interrompendo, mas é porque agora está se falando da irmã do chinês, por isso que eu perguntei pelo chinês também, porque aí me parece que ele deixa de ser só o diretor do Matlin, mas também coloca a família no meio. Existe alguma informação sobre isso?

SR. ÉLNIO BORGES MALHEIROS: O que nós temos de notícia, primeiro, é que o nome dele seria de fato Chan Lap Wai e que ele, agora, parece que ele acabou se revelando. Ele tem CPF brasileiro, agora parece que se revelou porque num dos processos que o Dr. Roberto Teixeira é advogado, tanto da VRG quanto da Variglog, uma aparente incoerência, que aliás a Gol já havia dito que não era fato, mas agora no meu processo, por exemplo, que está aqui no Supremo Tribunal Federal hoje em recurso extraordinário, eu tenho até aqui os documentos que comprovam, o Dr. Roberto Teixeira advoga para a empresa da Gol e advoga para o Matlin Patterson também, e agora parece que eles colocaram um número de um RNE – Regional Nacional de Estrangeiro desse senhor que aqui se identifica como Lap Wai Chan, mas cujo nome é certamente Chan Lap Wai, que veio para o Brasil há muitos anos atrás com a sua família, a família dele é radicada aqui e daqui saiu para os Estados Unidos e passou a ficar lá. A irmã dele mora aqui já há bastante tempo. Ele é uma pessoa que não é um sócio direto da empresa, o nome da empresa assim o declara, mas tem os seus interesses e é um forte operador do Fundo Matlin Patterson. A operação, a estruturação em si, que antes de V. Exª. chegar nós tivemos a oportunidade de ver num diagrama aqui, é muito clara. Eles escolheram esses três senhores, Marcos Michel Haftel, Marco Antonio Audi e Luiz Eduardo Gallo porque eles se dispunham a fazer o papel de testa de ferro para essa operação e--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eles não têm nenhuma história de Banco?

SR. ÉLNIO BORGES MALHEIROS: Não, eles têm uma história... Olha, o senhor Haftel e o... A CPI do Rio, a CPI da Alerj foi muito precisa em identificar estas coisas todas, ficou muito claro. O Deputado Paulo Ramos esteve aqui, eu não sei se V. Exª. teve a oportunidade de ouvi-lo diretamente, mas esse material foi muito bem esmiuçado. O que ficou claro é que quem tinha alguma história a nível empresarial era o Sr. Marco Audi e talvez pela sua história mesma é que ele tenha sido escolhido. O processo não é... as coisas não acontecem sem alguma razão.

Agora é o escárnio, eu vou pedir permissão para ler novamente essa frase, que V. Exª. não estava aqui, essa frase é retirada de um e-mail que está no processo lá em São Paulo, trazida aos autos quando houve a guerra, na hora da divisão do dinheiro essas coisas às vezes acontecem, não é, e dentro de processos dessa natureza nós temos tido grande dificuldades de encontrar o inteiro teor desse processo, inclusive já pagamos as cópias e não conseguimos retirar, talvez fosse uma coisa que a CPI pudesse obter, o inteiro teor desse processo, porque nesses processos, quando existem essas guerras, muitas vezes recados cifrados são mandados através de documentos que são juntados aos autos. Não fica muito claro para o objeto efetivo da ação, mas a outra parte sabe o que está se falando ali, e quem conhece o negócio pode examinar isso e descobrir muita coisa. Uma das coisas que nós encontramos lá, que foram encontradas lá, é um e-mail do Sr. Chan Lap Wai, para os seus parceiros de negócio, no dia 1º de agosto de 2006, quase como que comemorando a demissão que iria ser feita e eles têm convicção que nunca será pago qualquer

valor para os trabalhadores. Diz o seguinte esse trecho: "Bem-vindos ao tempo real do mundo dos mercados emergentes, onde a esperteza e a rapidez de raciocínio atropelam as leis e regras na definição dos acordos. Chan Lap Wai", acréscimo nosso aqui, filósofo chinês da era global, em 1º de agosto de 2006.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Isso está no e-mail?

SR. ÉLNIO BORGES MALHEIROS: É, isso está no e-mail escrito. Por isso nós vimos aqui à Comissão hoje advogar que realmente isto seja investigado, porque se faz pouco do Brasil, isto faz pouco do sistema brasileiro, da justiça, do Legislativo, quer dizer, as pessoas passam anos discutindo e fazendo leis que podem ser atropeladas pela esperteza e a rapidez do raciocínio. Isso é fantástico e esse é o tema do negócio.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Foi para quem este e-mail?

SR. ÉLNIO BORGES MALHEIROS: Este e-mail, segundo a notícia que se tem, é do Lap Chan para os seus parceiros de negócio na aquisição.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): O senhor estava descrevendo a venda--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Tasso, use o microfone para a gravação, por favor.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): É pedir para ele continuar aí no ponto seguinte, da revenda, já no ponto que o Fundo vende para a Gol, qual é a participação que os senhores tentaram ainda também--

SR. ÉLNIO BORGES MALHEIROS: Uma das coisas que nós fizemos foi deixar de fazer planos para solucionar a questão, afinal este último movimento, o movimento do segundo leilão foi de tal brutalidade, fomos impedidos de entrar, o nosso advogado, detentor de três mil e quinhentas procurações para votar, a Lei 11.101 prevê que o trabalhador pode ser representado por um procurador, o nosso advogado foi impedido de entrar fisicamente no local da assembléia de credores, impedido. O voto do Sindicato Nacional dos Aeronautas, definido por sua assembléia e com respaldo em decisão judicial, foi também impedido de ser exercido pela Comissão eleita pelos trabalhadores, foi feito, foi exercido por pelegos que dirigem o Sindicato, que votaram a favor. Todos os votos dos trabalhadores que estavam presentes e do próprio grupo de trabalhadores da Varig pela assembléia, que apresentou uma proposta alternativa para também ser votada, outra faculdade da Lei 11.101, foi proibido, o administrador judicial resolveu pegar a proposta de plano alternativo e tomá-la como declaração de voto. Os trabalhadores votavam de acordo com as ressalvas e etc. e não foi contabilizado. Os credores da Classe III votaram unanimemente contra. O juiz despachou que eles não tinham o direito de votar tenho porque teriam cedido supostamente os seus créditos. Então quem votou a favor desse negócio foi o Governo, através das estatais e das paraestatais que estavam lá, e através... Eu fico estupefato quando me lembro toda vez e me assusta, através do voto do nosso Fundo de Pensão na mão de um interventor liquidante, quer dizer, um agente público do Governo também votou a favor de tudo perdermos.

A brutalidade disso nos colocou em outra posição, passamos a tratar de continuar o que vínhamos fazendo sempre--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Nessa brutalidade V. Exª. sentiu a presença, em algum momento, do advogado Roberto Teixeira?

SR. ÉLNIO BORGES MALHEIROS: O advogado Roberto Teixeira estava o tempo todo presente, a presença dele foi constante, ele foi o condutor deste processo e--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Contra o--

SR. ÉLNIO BORGES MALHEIROS: Contra a possibilidade de uma recuperação honesta da Varig, eu diria, contra uma recuperação que seria legal, dentro da lei.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Os senhores sabiam da presença dele, não era pelo que eu ouvira falar?

SR. ÉLNIO BORGES MALHEIROS: Não, não é segredo, o fato é que agora é confesso de que desde abril o Dr. Roberto Teixeira havia sido contratado pelo Sr. Marco Audi e companhia era um fato conhecido, aliás, nós conversamos com o Dr. Marco Audi, com o Sr. Lap Chan. Os trabalhadores da Varig fizeram o possível e quase o impossível para viabilizar a recuperação da Varig, nós trabalhamos anos tentando fazer com que isso fosse possível. Nós estávamos dispostos a fazer acordos de todos os níveis. O único problema é que os nossos acordos tinham que ser pautados pela legalidade e isso nos atrapalhou muitíssimo, isso nos reduziu o campo de--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Vocês sabiam quem era o Dr. Roberto Teixeira?

SR. ÉLNIO BORGES MALHEIROS: Sim, o Dr. Roberto Teixeira é uma pessoa conhecida, um advogado famoso.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sabiam das ligações dele?

SR. ÉLNIO BORGES MALHEIROS: Sim, eu acho que qualquer cidadão brasileiro informado sabe disso, me espantou inclusive o Dr. Audi dizer aqui que

não o conhecia. Talvez explique a dificuldade que a empresa dele tem, a pessoa tem que ter o mínimo de informação.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Dr. Élnio, V. Sª. poderia descrever quais as obrigações que foram contidas no edital para o grupo de trabalhadores e quais os critérios para a Volo do Brasil no leilão? Havia diferença de um leilão para outro, nas obrigações para o grupo de trabalhadores e para a Volo do Brasil?

SR. ÉLNIO BORGES MALHEIROS: Não, sem dúvida havia, são justamente as modificações que o Dr. Ayoub agora acabou de gravar nesse vídeo que foram feitas para adaptar-se à proposta da VarigLog. As alternações eram muitas, mas as mais significativas, por exemplo, eram que quando do arremate por parte dos trabalhadores o compromisso de aportar os valores necessários à operacionalização, à continuidade operacional da empresa, no montante a setenta e cinco milhões de dólares, eram para serem cumpridas setenta e duas horas após a assinatura do auto de arrematação, e nos foi exigido, durante nove dias, que fosse aportado antes. Quando finalmente nos entregaram a empresa, já reduzida à frota de quarenta e quatro para dezenove aeronaves, obviamente não se necessitava mais dos setenta e cinco milhões para operar metade da frota, nº 1. Os nossos investidores haviam sido afastados, a LanChile da maneira que eu aqui descrevi. Um outro investidor nosso, que quando recebemos o auto de arrematação estava conosco dentro da Varig, no dia seguinte, e a empresa... Nós recebemos esse auto de arrematação no dia 17, nove dias depois do leilão, às dezenove e trinta. Eu liguei para o Presidente da Companhia para dar a notícia que nós estávamos com o auto de arrematação na mão e fui informado por um outro colega que estava lá: "Olha, a empresa vai parar de operar à meia-noite", ela ia parar de operar então em quatro horas e meia. Eu falei para ele: "Isso é um absurdo, como é que vai parar?" "Não, recebeu a intimação de um juiz lá de fora que vai poder pegar o patrimônio dos diretores se não obedecer e etc". Eu falei assim: "Olha, por favor, avise-os que eles já não são mais diretores. Eu tenho um documento aqui, que é o documento de posse do bem, eles não precisam mais temer nada. Se é o caso, pode botar as suas demissões ou nós fazemos as demissões e está resolvido. Agora se a empresa parar à meia-noite, nós vamos perseguir sim o patrimônio de todos porque estarão destruindo um patrimônio que não é deles". E aí nesse tom de conversa, em cerca de cinco a dez minutos, houve uma concordância de se interromper o processo. Nessa altura haviam mandado afixar em lojas da Varig, nós temos fotografia disso, por exemplo, se não me engano em Rondônia, "Fechamos, reclame com a ANAC", foi pintado e colocado nas lojas.

No dia seguinte, sete e meia da manhã, estávamos na sede da empresa com o Presidente, vários diretores, eu, o professor Paulo Rabelo, os nossos advogados, vários colegas trabalhadores e tivemos uma conversa, eles explicaram tudo e nós colocamos o seguinte: "Nem que seja um avião para voar a ponte área nós vamos manter voando, mas não será preciso". Dos quarenta e quatro aviões que estavam voando quando nós arrematamos para os dezenove, todos estavam parados por questão financeira, estavam tecnicamente aptos a voar, a empresa tinha desmobilizado os aviões pelos acertos que fizeram na gestão da recuperação judicial, enquanto nós éramos os arrematantes. Então isso é uma questão de negociar. Nós temos o investidor que era um pequeno arrendador de aviões dos Estados Unidos, estava disposto a entrar negociando. A grande vantagem dele é que ele tinha negócio com os demais arrendadores de aeronave. E o plano dele era simples: ele ia comprar as aeronaves que estavam arrendadas para a Varig e ia reformular. A questão era toda de credibilidade, a Varig era uma geradora de dinheiro brutal, brutal geradora de dinheiro. Como eu falei, no pior mês que ela ainda trabalhou com a frota relativamente intacta, trouxe para os caixas duzentos e poucos milhões de dólares. Quantas empresas brasileiras fazem isso? Então era uma questão de credibilidade na gestão, era apenas isso.

Saiu dessa reunião às sete e meia a definição de que nós teríamos uma sala, uma secretária, nós precisávamos de uma sala, de uma secretária e precisávamos entrevistar cada diretor da empresa para ter a real noção do que havia, e um grupo nosso, o professor Paulo Rabelo, alguns colegas e advogados foram para o BNDES para tentar com o BNDES uma composição. Nós ficamos com esse investidor. Começamos, o grupo se dividiu, fizemos a entrevista com quatro diretores da empresa, e enquanto fazíamos as entrevistas com quatro diretores da empresa, às dez da manhã o pessoal já havia voltado do BNDES com um compromisso do BNDES de que financiaria o processo, desde que a gente apresentasse um plano de emergência viável. Então voltaram, nos deram a notícia, que foi muito boa, já estávamos na verdade trabalhando nisso de uma maneira ou de outra, entrevistando os diretores da empresa e etc., e eu estava na sala com esse potencial investidor ligando para os Estados Unidos para falar com os nossos principais arrendadores, aí fomos chamados pelo Presidente da

empresa que falou: "Olha, eu tenho uma notícia ruim e tal". "O que é que é?" "Não, o administrador judicial...", que por sinal estava ali passando, o representante passando assim com uma cara... normalmente falávamos bem, mas passou com uma cara assim e entrou, fomos chamados ao juiz, o juiz nos chamou ao gabinete dele, eu não falei nada com vocês que ele me disse que era apenas para conversar sobre... Ele me disse não, o administrador me disse que ele estava convidando apenas para conversar sobre a situação, e lá ele me orientou: "Vocês devem sair da empresa, não podem ficar aqui dentro e não podem ter acesso a nenhuma informação enquanto não pagarem os setenta e cinco milhões de dólares". Então foi essa, basicamente, a história que nós vivemos neste aspecto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu tenho algumas perguntas a fazer ao senhor--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Só complementando, porque--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pois não, Senador Tasso.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): A Dra. Denise Abreu relatou aqui, o Comandante deve ter acompanhado, pressões recebidas pela ANAC para viabilizar a negociação com o Fundo Matlin Patterson. Algumas vezes os trabalhadores participaram ou presenciaram algum tipo de pressão?

SR. ÉLNIO BORGES MALHEIROS: Durante a fase em que nós havíamos arrematado a empresa, o juízo se concentrou muito em querer saber com quem nós estávamos fazendo negócio, queria muito saber, insistia que nós devíamos apresentar, insistia também que nós não podíamos, por exemplo, ter feito um lance ofertando debêntures, e essa é uma alteração que depois eles tentaram fazer para a VarigLog, e eu vou voltar a essa pergunta que V. Exª. me fez, que ela é muito elucidativa de tudo, mas a pressão era grande. Até chegou a nos apresentar o Sr. Rocha Lima como investidor interessado, apresentou a um advogado nosso, o Comandante Marsilac que esteve aqui mais de uma vez, eu creio que V. Exªs. devem se recordar, ele foi durante muito tempo o nosso porta-voz, e nos indicou essa pessoa para resolver. Aliás, muitas coisas, muitos dos indícios e muitas das provas que nós temos aqui indicam que o auto de arrematação acabou sendo assinado em função das conversas que nós tivemos com esse investidor, o Sr. Rocha Lima, que por acaso oferecia, queria uma estrutura de negócio igualzinha a que foi feito com o Marco Audi e o Lap Chan, era 80% um lado, 20% para o outro, uma coisa assim complicada. Enfim, dentro dessa situação toda, os trabalhadores também foram aconselhados a conversar com a Matlin Patterson, por mais de uma pessoa. Nós conversamos não por causa do conselho, porque nós estávamos efetivamente interessados em qualquer fonte de financiamento, a Varig merecia ter continuado, o Brasil merecia que a Varig continuasse da maneira que era, qualquer sacrifício era pouco, e financiamento é uma coisa que se for feita dentro da lei não há problema nenhum, apesar de não ser o melhor caminho; se você tem capital próprio, sempre é mais interessante, mas numa situação dessa, com um volume de dinheiro desse, é praticamente impossível. As conversas não avançaram e esta é a razão principal dos trabalhadores não estarem envolvidos na solução.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Por que não avançavam?

SR. ÉLNIO BORGES MALHEIROS: Não avançavam porque os empresários, na verdade, queriam uma situação que implicaria em calotes, é uma forma de ver o negócio que só consegue perceber ganho na destruição. Nós estávamos apostando na construção, nós queríamos uma situação, primeiro, que nós pudéssemos assinar embaixo como cidadão cumpridor da lei, da ordem e tal, pagar o que era devido a todo mundo de uma maneira clara. Oferecemos, por exemplo, debêntures. O nosso edital, o edital que pautou o nosso leilão dizia que podia ser oferecido como parte de pagamento valor mobiliário da empresa. Ora, uma debênture é exatamente isso, isso é a definição técnica da debênture. Oferecemos o equivalente a quinhentos milhões de reais em debêntures de participação em lucros pelo período de vinte anos, ou seja, os primeiros lucros durante os vinte anos, até completar quinhentos milhões, seriam distribuídos aos credores que não convertessem, como parte de pagamento da compra da Varig Operacional.

Uma das razões que foi levantada pelo administrador judicial com a Alvarez & Marsal, que é uma empresa também que deveria, merecia ser convocada aqui, até para dizer de onde vem, como apareceu, porque apareceu meio de pára-quedas no processo, e a princípio nós tentamos até com–

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Qual é o nome?

SR. ÉLNIO BORGES MALHEIROS: Alvarez & Marsal, Alvarez & Marsal.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Consultoria?

SR. ÉLNIO BORGES MALHEIROS: Consultoria, consultoria forte nos Estados Unidos na área de reestruturação de empresa, trabalhou com empresas de aviação, nós a princípio até quiséssemos apostar em querer trabalhar juntos com eles, mas, enfim, vie-

ram com essas vinte e quatro horas que o juiz disse que era o prazo legal para assinar o auto de arrematação, na verdade serviram para o administrador judicial, juntamente com a Alvarez & Marsal, criarem um documento para procurava atacar a proposta dos trabalhadores. Entre outras coisas, dizia que nós não podíamos garantir lucro. Bom, é óbvio. E a nossa proposta não garantia lucro, a nossa proposta garantia que, se lucro houvesse, seria distribuído numa determinada preferência.

Mas o mais absurdo disto é que para levar as empresas a leilão, Alvarez & Marsal e o administrador judicial fizeram uma avaliação e informaram ao público que essa empresa deveria ganhar trezentos milhões de dólares por ano. Nós chegamos à conclusão que ela poderia ganhar de quinhentos milhões de dólares em vinte anos e nós não podíamos estimar isso, mas eles podiam dizer para o público que a empresa que eles estavam vendendo podia ganhar trezentos milhões de dólares por ano? Então são coisas dessa natureza.

O processo de recuperação da Varig, no que diz respeito ao papel dos trabalhadores, ele tem uma característica específica que é o que nos sustenta e que vai nos levar, se não ao sucesso, nós ainda estamos buscando, estamos convictos de que nós encontraremos aliados entre as pessoas de bem que ainda restem no Brasil para que esta coisa venha às claras e que seja corrigido, mas se não o fizermos pelo menos a história está sendo escrita. Nós contestamos cada passo irregular desse processo através de petições, protestos, recursos, tudo está escrito. Esta petição especificamente desnuda, vale a pena se V. Exªs. tiverem a curiosidade, de lerem a nossa petição contra este tipo de ataque que foi feito à nossa proposta, desnuda completamente.

Quando foi feita a modificação, a adaptação e veio o novo edital, então uma das coisas que o juízo fez foi não mais permitir que o nosso argumento, válido para nós, de que os setenta e cinco milhões de dólares só teriam que ser pagos setenta e duas horas após a assinatura do auto, passaram a ter que ser pagos imediatamente, deviam ser depositados imediatamente para tomar posse do auto de arrematação. Curiosamente nós não éramos obrigados, mas a nós foi exigido. A VarigLog era obrigada, porque comprou nesse leilão com esse novo edital, não depositou e não foi exigido.

Outra coisa que nós tínhamos de bastante diferença dentro do edital é que quando nós arrematamos a empresa, nós tínhamos as obrigações trabalhistas contidas, todas as obrigações. Não havia discussão de qualquer natureza sobre a questão do direito do trabalhador, a nossa proposta cumpria isto, e ela foi feita, por uma alteração que nós promovemos na assembléia, mas ela era feita para satisfazer uma proposta da Alvarez & Marsal, tecnicamente construída pela Alvarez & Marsal, que dividia a Varig em doméstica e internacional e que com isso tentava solucionar a questão de satisfazer a hipótese da unidade produtiva. Mas obviamente essa não era uma solução. Se eu tiver uma empresa internacional e não tiver alimentadores e distribuidores domésticos, a coisa fica muito difícil. Se eu tiver uma empresa doméstica e não tiver um distribuidor internacional, um transportador internacional, eu também fico muito reduzido na minha capacidade de crescimento de negócio.

Então era óbvio que não era uma solução tão boa quanto manter a empresa íntegra. A nossa solução, convencemos a maioria dos credores, e aí votamos enquanto credores também, o nosso voto é muito pesado dentro da lei, se ele for permitido, que a empresa operacional, com a operação integral doméstica e internacional era muito mais forte e a operação comercial não sofreria pelo fato da operacionalidade estar separada absolutamente, poderia ser até uma grande solução, uma grande, porque se tornava muito leve a empresa operacional, muito leve, era reduzida a cinco mil funcionários, enfim. Ora, Alvarez & Marsal administrador judicial avaliaram a Varig doméstica, separada da Varig internacional, por oitocentos e cinqüenta milhões de dólares, e a Varig íntegra por setecentos e vinte milhões de dólares, que foi uma coisa interessante.

Fomos para o leilão. Nós tínhamos proposta para superar qualquer das duas. O leilão foi dividido em duas partes. Primeiro três minutos pelo preço mínimo. Os posteriores, a qualquer preço. Quando nós fizemos a nossa proposta, que em valor econômico supera dois bilhões e quatrocentos milhões de reais, fizemos essa proposta, essa proposta foi lançada, já era vinte segundos para o encerramento do segundo leilão, ninguém estava lançando, ninguém chegou a lançar. Mas todos que estavam inscritos para lançar estavam presentes, inclusive a Variglog. Quando nós lançamos, é preciso olhar, pedir para ver o filme e ver a cara de espanto das pessoas, foram sem dúvida quinze minutos coçando a cabeça para saber como é que sai disso. Aí demorou vinte e quatro horas e em vinte e quatro horas já tinha saída, foi atacar a qualidade desse lance, inclusive dizendo que o valor em dinheiro imediato, com os quinhentos milhões de reais sendo para distribuição de lucros futuros, que eram imprevisíveis, segundo eles, a garantia do pagamento das dívidas trabalhistas, que montavam um bilhão e pouco, mas isso não entrava em dinheiro efetivo, claro que entrava de uma certa maneira porque eu estou reduzindo o onerado para pagar os demais credores,

e assim por diante o valor que restava era um valor de pouco mais de quinhentos milhões de dólares, então era um valor vil, era um valor vil. Mas no próximo leilão, vinte milhões de dólares, para despesa operacional, não era mais um valor vil.

Dentro de uma das perguntas que me foi feita aqui anteriormente, falava-se da atuação do Governo ao longo desse processo e de que maneira isto se deu. Nós tivemos vários esforços e tivemos manifestações individuais do Governo, figuras do Governo Federal de boa vontade, do Vice-Presidente José Alencar, enfim, tivemos manifestações pontuais de apoio, de tentativa, nunca tivemos sucesso em falar com o Presidente Lula, lamentavelmente, tentamos muito, com o apoio de muita gente, muita gente do Partido dos Trabalhadores. Tivemos, enfim, apoios dessa natureza, mas nas ações concretas e que tiveram alguma conseqüência, nós tivemos algumas coisas que foram terríveis para nós. A principal diz respeito ao nosso Fundo de Pensão.

Em 2002 nós já identificávamos o nosso Fundo de Pensão como um problema sério de liquidez, sério problema de liquidez, e fizemos um requerimento, num processo administrativo, de intervenção saneadora. Na verdade o plano de recuperação da Varig, o chamado PRA, ele era chamado assim, Plano de Recuperação Ampla, porque ele se propunha a recuperar amplamente o Varig e o entorno da Varig, inclusive tinha um capítulo, talvez V. Exªs. se lembrem, era o Capítulo 4, o penúltimo capítulo do plano, reformular o sistema de transporte aéreo nacional, reorganizar o sistema de transporte aéreo nacional, e entre outras coisas nós queríamos corrigir o nosso Fundo de Pensão. Esse requerimento ao final de 2002, ficou engavetado e o então Secretário da Previdência Complementar, Dr. Saboya, saía de um cargo quase que de imediato, porque havia uma sucessão do Governo do PSDB pelo Governo do PT.

Quando começou 2003, nós tivemos que ir ao Superior Tribunal de Justiça questionar o então Ministro Berzoini, porque a postura do Ministério, do SPC, era de que não tínhamos legitimidade para denunciar a iliquidez e pedir a intervenção perante o que dispõe a Lei 109. Nós ganhamos, até com facilidade, por óbvio, e foi obrigado o SPC a nos responder. Aí nos respondeu superficialmente, dizendo que a situação ia ser resolvida pelo que então foi apresentado ao Brasil pelo Governo como a grande solução, que era a fusão com a TAM.

Nós continuamos batalhando formalmente com relação a isso e a liquidez do nosso plano de aposentadoria foi sendo reduzida paulatinamente. Várias renegociações, vinte e quatro vezes a patrocinadora Varig renegociou com o plano, deixando de pagar o recolhimento da sua parte do plano de aposentadoria, vinte e quatro. O que tinha liquidez num dia de 90%, passaram para 80%, passou para 60%, 50%, 20%. Hoje o Plano I tem liquidez de 10%. Durante esses quatro anos, de 2002 a 2006, os trabalhadores da Varig ativos continuaram recebendo propaganda do Fundo, dizendo da grande administração e da grande lucratividade que conseguiam promover, inclusive com o SPC não só de braços cruzados, mas até num determinado período ativamente permitindo, porque já estava sob a intervenção, nem nenhuma medida, foi uma intervenção que foi para ficar de braços cruzados olhando mais de perto o administrador, e o trabalhador ativo colocando milhões para a sua poupança de aposentadoria.

Em 2006, exatamente em março, quando a Dra. Márcia Cunha foi a público procurar impor aos credores que aceitassem a proposta da Variglog, nós usamos essa manifestação e conseguimos na Justiça do Trabalho o direito de arrematar a empresa com o dinheiro do Fundo de Pensão. Os trabalhadores ativos se prepararam para retirar parte das suas poupanças e investir na empresa. Nós íamos retirar cem milhões de dólares, duzentos e vinte e cinco milhões de reais na época, da nossa poupança, o dinheiro que eu pus, eu pus dinheiro lá desde 1982, uma parte pequena da minha poupança eu ia retirar junto com outros colegas e íamos usar isso para aí sermos completamente autônomos, inclusive com dinheiro de caixa. Três dias antes nós havíamos convencido a Varig a mudar o administrador do Fundo. Pois bem. Mudamos o administrador do Fundo, imediatamente o administrador que geria o Fundo naquela época e que era o responsável pela administração de todo o buraco do plano impedia esse administrador novo de tomar posse, um Procurador da República, inclusive, nós tivemos a decisão judicial trabalhista que viabilizava fazermos as retiradas e etc. dentro do plano que nós queríamos, aprovada em assembléia do Sindicato, o Governo faz a liquidação do nosso plano, liquida o Aerus. Quatro anos depois de nós pedirmos uma intervenção saneadora e nos empurrarem com a barriga dizendo que não tinha porque, que não devia e etc., induzindo os trabalhadores da ativa a continuar botando dinheiro, quando nós íamos pegar uma parte do dinheiro para resolver o problema da Varig, liquidação do Fundo, liquidação ilegal que hoje é concomitante, intervenção e liquidação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Comandante, nós já estamos chegando no final da Audiência, eu tenho aqui três questões que dizem respeito também aos funcionários. Pelo que nós estamos depreendendo, praticamente

todas essas ações resultaram em prejuízos inestimáveis aos funcionários, aos aposentados, quer pela liquidação do Fundo, quer pelas ações que resultaram na transferência dos ativos da Varig para "n" empresas nessa sucessão toda de equívocos, para não dizer de irregularidades que culminaram com a transferência recente para a Gol.

Mas, Comandante, o Presidente da Gol, Constantino de Oliveira Júnior, informou, quando da compra da nova Varig, a VRG, que se deu por trezentos e vinte milhões de dólares, o maior negócio da aviação civil já realizada no país, que os funcionários demitidos da "velha Varig" teriam prioridade nas futuras contratações a serem feitas pela Gol Linhas Aéreas. A pergunta mais evidente a ser feita a V. Exª. é: como está a situação hoje dos ex-pilotos e ex-funcionários da Varig? Como vocês têm feito para sobreviver e qual é o percentual efetivo de reinserção do mercado formal de trabalho?

Temos em mão aqui, Sr. Comandante, uma cópia da mensagem do então Presidente da Varig, Marcelo Bottini, em que entre tantas outras promessas e esperanças acena com a possibilidade de recontratação de pessoal e expansão da nova empresa. Na opinião de V. Sª., por que nada disso aconteceu? Eu tenho aqui inclusive essa mensagem na íntegra do Dr. Marcelo Bottini.

E, por fim, a União tem uma dívida de cerca de 5,7 bilhões para com a Varig a título de compensação de um congelamento tarifário ocorrido na década de 80. Com esse dinheiro poderiam ser pagos os direitos trabalhistas dos cerca de dez mil funcionários demitidos em junho de 2006 e também dos aposentados. Pois bem. Se a União tivesse reconhecido e pago essa dívida há três ou quatro anos, o quadro geral da empresa seria outro, provavelmente. Então perguntamos: da forma como evoluiu o processo de venda da Varig, uma verdadeira equação financeira que beneficiou poucos em detrimento de funcionários e credores, V. Sª. avalia que de fato a Varig precisava ser vendida ou tudo isso lhe parece uma espécie de armação com data, hora e destino previamente marcados? V. Exª. já falou muito disso daqui, mas a quem realmente interessou a venda da Varig?

SR. ÉLNIO BORGES MALHEIROS: Eu pedirei desculpas se eu não conseguir desta feita, agora já um pouco mais cansado, ter, enfim, em mente todas as perguntas, mas eu pediria que elas fossem repetidas se eu não souber responder.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Primeiro a questão do Presidente da Gol, o Constantino, que disse que reabsorveria todos os servidores. A pergunta é: qual é o percentual de reabsorção?

SR. ÉLNIO BORGES MALHEIROS: Hoje, pelo que está escrito e os documentos que eu vou deixar com V. Exª., temos oitocentos e cinqüenta ex-funcionários da Varig, de um total de mil, trezentos e noventa e cinco aeronautas, que estão na Varig controlada pela Gol. O total de funcionários desta empresa, Varig, controlada pela Gol, ao que consta, esse eu não tenho no documento o número, mas ao que consta é de três mil, quatrocentos e poucos funcionários, ou seja, menos de 25% dos funcionários da Varig que voa hoje são oriundos da Varig.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A outra é em relação à mensagem do Dr. Marcelo Bottini, que também, dentre tantas esperanças, reafirmou esse compromisso.

SR. ÉLNIO BORGES MALHEIROS: É, reafirmou esse compromisso e V. Exª. perguntou do por que isso teria feito assim? Teria sido feito assim porque é a parte do golpe, e conseguiu, tiveram sucesso, muitos trabalhadores da Varig não fizeram reclamações trabalhistas dos seus direitos com a esperança de que: "Não, eles prometeram que vão recontratar e etc". Se você consegue carregar os trabalhadores durante o período de dois anos pela estrutura jurídica brasileira, ordenação jurídica brasileira, se o cara não reclamar em dois anos acabou, só aí já acabou a reclamação dele, acabou o direito. Se você tem uma dívida trabalhista direta do contrato de trabalho como nós temos com os dez mil e quinhentos funcionários de próximo a um bilhão e meio de reais a valores de então, se nós tivéssemos apenas 10% desses funcionários fazendo a reclamação, você economiza 90% de uma quantia significativa ao final de dois anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, e a última diz respeito ao passivo da União em relação à Varig, 5,7 bilhões.

SR. ÉLNIO BORGES MALHEIROS: Essa era e sempre foi o grande esteio da solução e a qualidade da solução proposta pelos trabalhadores era justamente saber trabalhar com estes fluxos positivos e negativos. A União Federal hoje tem um risco de pagar o valor que é devido ao nosso Fundo de pensão duas vezes. Por quê? Nós não temos dúvida porque a SPC, pela lei brasileira, responsável pela fiscalização do Fundo, não pode ter assistido um Fundo de Pensão, como assistiu, deteriorar a sua capacidade de cumprir as suas obrigações ao longo de anos, de anos, indo até a ter agora apenas 10% para ir fazer a liquidação. Então--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A Secretaria de Previdência Complementar foi omissa, não se interessou?

SR. ÉLNIO BORGES MALHEIROS: Completamente, inclusive não é dizer que foi omissa no sentido de que não percebeu, foi compelida por nós formalmente quatro anos antes a tomar uma providência e recusou-se.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Foi uma omissão criminosa então?

SR. ÉLNIO BORGES MALHEIROS: É, então a União vai acabar sendo condenada a pagar isso. Como existe o valor do congelamento tarifário pendente e que só está pendente por recursos procrastinatórios por parte da Advocacia Geral da União, porque este caso é o caso do concessionário, o que pende no congelamento tarifário é o caso do concessionário que vê desequilibrada a sua relação. A lei é clara, a lei determina que o concessionário tem que ser protegido no equilíbrio econômico financeiro da concessão, não poderia ser diferente, se ele é concessionário, ele está cumprindo um dever que é do Estado. O Estado não pode pretender passar um particular concessionário à obrigação de enfrentar o desequilíbrio econômico financeiro da concessão que é a obrigação dele. Isso já foi julgado, é constitucional desta maneira, e a tese da União é de que o plano econômico de ordem geral submete de forma geral a todo o cidadão brasileiro, mas não submete o Estado. O Estado é que o co-responsável pelo transporte aéreo ou qualquer outro transporte, ele tem que honrar o equilíbrio econômico financeiro. Congelou as tarifas, foi condenado no caso Transbrasil, pagou, está sendo condenado no caso Varig e eventualmente vai pagar.

Só que nós temos uma solução, estamos procurando uma solução. Como o próprio agente do Governo liquidante do Aerus foi para a recuperação judicial no novo edital para facilitar o edital da Variglog, abrir mão dos ativos que diretamente eram promissórias, que diretamente garantiam o pagamento da patrocinadora e a VarigLog ia ter que assumir, não tinha como não assumir, abre mão desses ativos e aceita o resultado do congelamento tarifário, onde a União é ré, como fonte de pagamento, dação em pagamento da dívida junto ao Aerus. Se visitarmos o CPC, no art. 503, "a parte, que aceitar expressa ou tacitamente a sentença ou a decisão, não poderá recorrer. Parágrafo Único: Considera-se essa aceitação tácita a prática, sem reserva alguma, de um ato incompatível com a vontade de recorrer". Não pode recorrer de pagar o devedor que aceita que quando pagar essa dívida cobrirá um outro valor, que ele é o responsável por cobrir. Então isso daqui já está transitado em julgado.

Entendido isso, que está transitado em julgado, podemos ir para uma outra lei, a 9.469, que no art. 1º autoriza o Advogado Geral da União em até cinqüenta mil reais ou em valor superior o Ministro da Pasta a autorizar o acordo para encerrar a discussão. Então se a União pudesse ser sensibilizada para fazer esse acordo, transfere esse valor no que for devido para colocar dentro do Aerus novamente sem passar pela recuperação judicial, sem passar por lá, porque aquilo é um saco sem fundo, e quita a questão do Aerus. É uma solução simples, fácil e para o Brasil evita que o Tesouro Nacional pague duas vezes o valor, porque se esse dinheiro não for para isso e acabar diluído na recuperação judicial, ele vai acabar, eventualmente, claro que todos os temos direitos aqui estaremos mortos, mas com certeza os nossos tataranetos vão ganhar aí essa ação. Vai ser mais uma das ações, como nós sabemos, que existem no Brasil centenárias e que viram bilionárias sem razão de ser. Na verdade eu pediria a *vênia* para dizer o seguinte: uma--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O senhor já poderia concluir a sua exposição respondendo a minha última indagação: a quem efetivamente interessou a venda da Varig?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O depoimento de V. Sª. foi muito elucidativo aqui, muito esclarecedor, mas eu acho que V. Sª. poderia concluir respondendo se é possível... Senadora Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Também na conclusão do Comandante Élnio, eu gostaria de saber, ele disse a pouco aí que ele tentou, os trabalhadores da Varig tentaram uma Audiência com o Presidente da República e não tiveram sucesso. Pelo que nós soubemos aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Mas o Audi teve.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É, tiveram várias, tiveram com o Audi, tiveram com o Matlin Patterson, tiveram com a Gol.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Até dedicatória.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É, retratos com dedicatória, e eu pediria ao Comandante, nessa sua conclusão, qual o seu sentimento de não ter sido atendido os trabalhadores pelo Presidente? Falta de vontade de resolver o problema da Varig ou falta de espaço na agenda?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Ou de espírito público, não é?

SR. ÉLNIO BORGES MALHEIROS: Tentarei ser sucinto, compreendo perfeitamente as dificuldades

de agenda e etc. e já antecipo o meu agradecimento pela atenção.

Eu tentarei, não sei se conseguirei ser tão... não que eu não seja sucinto, vou ser sucinto, mas tem alguns pontos que eu gostaria de tocar, mas vou responder sim essas duas questões e vou respondê-las por último. Observação até para registro. A situação nossa hoje, o que nós estamos fazendo é lutar por restabelecer os nossos direitos, receber os nossos atrasados, ser reintegrados aos nossos empregos e ver o nosso Fundo de Pensão recapitalizado. É uma luta árdua, é duríssima, nós sabemos disso. Por outro lado, é de uma simplicidade ímpar, porque a solução está única e exclusivamente em obedecer a lei, a lei vigente. Cumpra-se o art. 60, da Lei 11.101, e a sucessão trabalhista é indiscutível; cumpra-se o art. 114, da Constituição Federal, e o juízo que vai decidir sobre as questões de pagamento dos trabalhadores é o juízo trabalhista, é indiscutível; cumpra-se o art. 503 do CPC e a questão do congelamento tarifário transitou em julgado e não admite mais recurso procrastinatório; compra-se a Lei 9.469/97 e temos a possibilidade de fazer um acordo virtuoso, economiza bilhões para a União Federal, dividendos políticos grandes para quem auxiliar a solucionar essa questão e viabiliza efetiva justiça para os participantes do Aerus. Eu queria registrar isso, porque é um mapa simples, é um plano de vôo simples para resolver.

Só um segundo por fineza, Presidente, se me permite, por favor. Uma questão das pressões e dos tráficos de influência está dentro desta Casa, eu repetiria. Há um Parecer aqui que está junto à ADIN 3934 definindo que há isenção de sucessão trabalhista nas arrematações feitas sob a égide do art. 60 e isso contraria frontalmente o que foi votado nesta Casa. Por favor, nós gostaríamos de contar com os senhores para corrigir esta inverdade, para que o processo no Supremo Tribunal Federal possa ser julgado com base na verdade do que ocorreu aqui sob a relatoria do Senador Fernando Bezerra, frente à Emenda 12, apresentada pelo Senador Virgílio.

A pergunta de V. Exª., a quem beneficiou, eu vou responder por último, se V. Exª. me permite.

E a pergunta de V. Exª., Senador Flexa Ribeiro, do nosso sentimento em relação a não termos sido recebidos, é principalmente um sentimento de tristeza pelo Brasil estar perdendo o que está perdendo. Esse país teve, entre outras felicidades, o Brasil se for cotejado país a país no mundo, tem uma série de circunstâncias que são invejáveis. Entre outras, parece que o Brasil nasceu para voar. Nós temos Santos Dumont, é uma figura respeitada internacionalmente, tem uma história fantástica, e o Brasil, coincidentemente, estava lá desde aquela primeira vez que um avião decolou e posou movido por forças próprias, pelos seus próprios motores, e de lá em diante o Brasil sempre esteve na ponta da aviação. Está em vias de perder, está em vias de perder isto, o chamado Grupo I da Aviação Mundial, que o Brasil faz parte desde o início, desde aquela Convenção lá de Chicago, depende de inspeções, que a partir do momento que passaram a ser feitas, são auditorias de segurança e qualidade, sempre foram feitas nas instalações da Varig. Com todo respeito, os meus colegas estão em todas as empresas aqui, respeito os administradores, não segura uma inspeção séria, e o Brasil vai perder muito, inclusive o nicho que encontrou na EMBRAER, porque se perder a posição no Grupo 1, perde a condição de certificar e homologar os equipamentos aeronáuticos que fabrica, vai pedir possivelmente ao Canadá. Então é de tristeza, somos hoje seiscentos pilotos fora do Brasil, metade do quadro está fora do Brasil, a outra metade, ¾ estão empregados no Brasil em situações muito críticas e o restante não consegue nem trabalhar. Todos os outros funcionários, fora os oitocentos e cinqüenta que estão na Varig cuja recuperação é um sucesso, como V. Exªs. e demais presentes aqui puderam testemunhar, estão na rua da amargura. Qualquer cidadão brasileiro com mais de trinta e cinco anos de idade hoje que estiver desempregado, está velho para o mercado. É assim que estão os colegas da Varig. Os aposentados, conforme nós discutimos.

E a última pergunta, então, a quem beneficiou? Essa é a grande pergunta. Essa é a pergunta que o Delegado de Polícia faz para começar a investigar o crime. Essa é a pergunta: quem ganha? Não há malfeito sem beneficiário. Ninguém sai do caminho do correto se não for para beneficiar a si ou a outro a quem ele tem interesse, não é lógico. As coisas são feitas irregularmente e alguém se beneficia.

Então nós queremos deixar com V. Exªs. algumas perguntas que são as seguintes. Primeira, quem é o dono do dinheiro por trás do Fundo Matlin Patterson? Essa pergunta nós gostaríamos de registrar, porque nós parece fundamental para deslindar o que está por trás disso. Lei de lavagem de dinheiro permite responder ou pelo menos investigar inicialmente, porque teoricamente a lei de lavagem de dinheiro diz que qualquer empresa que funcionar aqui como Fundo de Investimento tem que ter a resposta.

Quem falou, quem conversou ao telefone com os dirigentes da VarigLog, do Fundo Matlin Patterson e com o Sr. Roberto Teixeira durante o período de recuperação da Varig? Esta questão já foi decidida na CPI da Alerj, quebrando o sigilo telefônico e quebrando o sigilo fiscal e bancário dos sócios da Volo Logística.

Esta quebra de sigilo telefônico, bancário, fiscal, certamente mostrará quem ganhou, quem se beneficiou com isso. Têm pessoas que não poderiam estar conversando no telefone com essas pessoas. Então esta pergunta: quem falou ao telefone? Que contas bancárias receberam depósitos ou não?

Terceiro, como saiu um Parecer do Senado Federal falseando completamente a verdade em relação à discussão da existência de sucessão trabalhista? Talvez convidar esse funcionário para saber com quem ele falou. Sofreu pressão, o que é que houve? Como que as coisas saem completamente diferentes da verdade? Escrito?

Como a sociedade pode ter esse Parecer corrigido? De que forma nós possamos corrigir esse malfeito?

Então isso nos parece que indica com clareza que possivelmente os procedimentos que estão sendo levados a cabo pela Comissão presidida por V. Exª. talvez não detenham a instrumentação necessária para realmente chegar ao fundo dessa questão. Talvez fosse o caso mesmo de se tentar, nós sabemos que são muitas questões, nós temos plena consciência de que o nosso assunto não é o umbigo do universo, mas nós também sabemos que o nosso assunto responde por muitas soluções para outros problemas, até de outras áreas no Brasil. Pode ser a solução.

Nós agradecemos muito o fato de que esse assunto volta à baila, isso criou nas pessoas e eu espero que elas não sejam desiludidas, porque nós temos efetivamente perdidos companheiros antes do tempo, muitos companheiros antes do tempo, especialmente os colegas mais velhos, são pessoas com setenta anos de idade ou mais cuja renda familiar caiu 80%, 90% em muitos casos, e esse novo rasgo de esperança de que esse assunto possa ser discutido está animando a todo mundo. Eu faço votos que os senhores possam prosseguir com isso. Temos certeza de que este assunto não se resolverá no varejo. As Cortes de Justiça de primeira, segunda, terceira instância e etc. não conseguirão lidar com isso. Aqui precisa ter uma solução que encare esse problema como um todo, perceba a irregularidade macro que existe aqui e se corrigir esse processo para o rumo corrido. Eu agradeço muito.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu quero agradecer ao Comandante Élnio Borges Malheiros, que por cerca de três horas prestou um inequívoco serviço à Comissão, ao Senado e ao Brasil, trazendo informações relevantíssimas em relação a esse processo de transferência dos ativos da Varig.

Apesar de sabermos das nossas restrições e limitações, estamos aqui, um grupo de Senadores muito interessados em elucidar definitivamente toda essa transação. Ainda não fizemos a opção por outros caminhos, os líderes ainda não chegaram a essa conclusão, até porque as últimas CPIs não conseguiram chegar ao seu desiderato em virtude de termos aqui minoria nas CPIs, minorias que têm dificuldades até mesmo para aprovar a convocação de autoridades e muito menos possibilidade de aprovar quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e etc.

Então nós estamos trazendo aqui a requerimento do Senador Flexa Ribeiro, Senador Agripino, Arthur Virgílio e outros, trazendo esse assunto aqui à discussão porque esta também é uma finalidade dessa Comissão de Infra-Estrutura, já que os serviços prestados no âmbito da ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil, estão subordinados a essa Comissão.

Nós vamos prosseguir ouvindo uma série de outras pessoas que já foram convidadas a comparecer e pode ser que lá adiante tenhamos os instrumentos e as informações necessárias para finalmente propormos uma ação mais efetiva e que possa, do ponto de vista mais global, elucidar definitivamente esses fatos todos lamentáveis na vida de todos os que contribuíram para o crescimento, o surgimento dessa empresa que foi um orgulho para os brasileiros e para todos os que a ajudaram a ser constituída dessa forma.

A V. Sª. os nossos cumprimentos, agradecimentos pelo fato de ter comparecido aqui, apesar das muitas dificuldades, que eu sei que V. Sª. e outros têm tido, especialmente por estar trabalhando fora do Brasil, mas julgo que o requerimento de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro foi de grande valia e os resultados foram os melhores possíveis. Muito obrigado, está encerrada essa Sessão.

Sessão encerrada às 13h25

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO DA COMISSÃO, SALA 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às dez horas e cinqüenta e três minutos do dia treze de agosto de dois mil e oito, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, Presidente da Comissão, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Se-

nadores **Serys Slhessarenko, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Geovani Borges, Wellington Salgado, Gilberto Goellner, Eliseu Resende, Jayme Campos, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Gim Argello, Fátima Cleide, Augusto Botelho, Renato Casagrande, Lobão Filho, José Maranhão, Casildo Maldaner, Neuto de Conto, Geraldo Mesquita, Demóstenes Torres, Rosalba Ciarlini, Romeu Tuma, Cícero Lucena** e **Eduardo Azeredo.** Presentes também, os Senhores Senadores Renan Calheiros, Arthur Virgílio, Jarbas Vasconcelos e o Deputado Federal João Bittar. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à deliberação das seguintes matérias constantes da Pauta: Item 1 – Não Terminativo – **Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004**, que "Altera dispositivos da Lei nº 7.565, de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, de modo a instituir indenização a passageiros em caso de excesso de reservas em aeronaves" (tramita em conjunto com os PLS nº 283, de 2007; nº 429, de 2007 e nº 533, de 2007), de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, tendo com Relator o Senador Expedito Júnior, que apresenta Relatório favorável ao PLS nº 114, de 2004, na forma do Substitutivo que apresenta e contrário aos Projetos de Lei do Senado nº 283, de 2007; nº 429, de 2007 e nº 533, de 2007. A matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 2 – Não Terminativo – **Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 473, de 1999** que "Dispõe sobre o uso do Serviço 0900 nos terminais de telefonia fixa", de autoria da Câmara dos Deputados, tendo com Relator o Senador Gilberto Goellner, que apresenta Relatório favorável à matéria. **A matéria é aprovada**. Em seguida, a Presidência suspende a sessão por 10 minutos. Reaberta a sessão, por deliberação do Plenário, é aprovada a inversão de pauta. Item 3 – Decisão Terminativa – **Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2008,** que "Altera dispositivos da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, para promover a geração e o consumo de energia de fontes renováveis", de autoria do Senador Renato Casagrande, tendo como Relator o Senador Gilberto Goellner, que apresenta Relatório pela aprovação do Projeto. **O Projeto é aprovado**. Item 4 – Decisão Terminativa – **Projeto de Lei do Senado nº 610, de 2007,** que "Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (Plano Nacional de Viação), para incluir na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional o trecho da Rodovia MT-343, situado entre os Municípios de Cáceres e Barra do Bugres", de autoria do Senador Jonas Pinheiro, tendo como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que apresenta Relatório pela aprovação do Projeto. **O Projeto é aprovado**. Item 5 – Decisão Terminativa – **Projeto de Lei do Senado nº 697, de 2007,** que **"**Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (Plano Nacional de Viação), para modificar o traçado da BR-359", de autoria do Senador Jayme Campos e outros, tendo como Relator o Senador Eliseu Resende, que apresenta Relatório pela aprovação do projeto. **O Projeto é aprovado**. O Senador Sérgio Guerra assume a Presidência dos Trabalhos para que o Senador Marconi Perillo possa relatar a próxima matéria da pauta. Item 6 – Decisão Terminativa – **Projeto de Lei do Senado, nº 248, de 2007,** que **"**Autoriza o Poder Executivo a promover a internacionalização do Aeroporto de Barreirinhas, no Estado do Maranhão", de autoria da Senadora Roseana Sarney, tendo como Relator o Senador Marconi Perillo, que apresenta Relatório pela aprovação do projeto. **O Projeto é aprovado**. Item 7 – **Mensagem do Senado Federal nº 136, de 2008,** que "Submete à consideração do Senado Federal nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com os arts. 23 e 24 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome da Senhora Emília Maria Silva Ribeiro, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL", de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Sérgio Guerra, que apresenta Relatório em que a Comissão dispõe de todos elementos necessários para deliberar sobre a matéria. Usam da palavra para discutir a matéria os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Wellington Salgado, Renato Casagrande, Flexa Ribeiro, Renan Calheiros, Sérgio Guerra, Valdir Raupp, Arthur Virgílio, Gilberto Goellner e Lobão Filho. **A Presidência concede vista coletiva, pelo prazo regimental, aos Senadores Demóstenes Torres e Wellington Saldado.** Item 8 – Não Terminativo – **Projeto de Lei do Senado, nº 76, de 2008**, que "Autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a conceder empréstimos com taxas de juros subsidiadas para financiar investimentos na renovação da frota de transporte fluvial da Amazônia", de autoria do Senador Expedito Júnior, tendo como Relator o Senador Flexa Ribeiro, que apresenta Relatório favorável à matéria. **A Presidência concede vista ao Senador Wellington Salgado**, pelo prazo regimental. Item 9 – Decisão Terminativa – **Projeto de Lei do Senado, nº 121, de 2006,** que **"**Altera o § 1º e acrescenta o § 4º ao art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira, para antecipar o prazo para adição do percentual mínimo obrigatório

de biodiesel ao óleo diesel", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que apresenta Relatório pela Declaração de Prejudicialidade da Matéria. **A apreciação da matéria é adiada**. Item 10 – Decisão Terminativa – **Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2007,** que "Modifica a Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira e dá outras providências, a fim de estabelecer linhas de crédito específicas para o investimento em unidades de produção de biodiesel e para o cultivo de oleaginosas a serem utilizadas como matéria-prima para a fabricação de biodiesel", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador João Tenório, que apresenta Relatório pela aprovação do projeto, com a emenda que apresenta. **A apreciação da matéria é adiada**. A Comissão aprova **extrapauta** os seguintes Requerimentos: Item 01 **– Requerimento nº 37, de 2008-CI**, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja renovado convite ao Comandante Élnio Borges Malheiros, Presidente da Associação dos Pilotos da Varig – TGV, para prestar esclarecimentos complementares, perante esta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores de Defesa Nacional, sobre a denúncia de favorecimento a um fundo americano pela Casa Civil da Presidência da República, na compra da empresa Varig. Item 02 **– Requerimento nº 38, de 2008-CI**, de autoria da Senadora Fátima Cleide, que requer, nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública no âmbito da Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal, com a finalidade de debater a forma de transmissão – corrente contínua ou alternada – da energia gerada pelas hidrelétricas de Santo Antonio e Jirau que serão construídas no Rio Madeira, Estado de Rondônia, com a presença dos seguintes convidados: Ministério das Minas e Energia , Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, Furnas, Eletronorte, Eletrobrás, Sindicato dos Engenheiros do Estado de Rondônia e Sindicato dos Urbanitários do Estado de Rondônia. Ao final, a Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às treze horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – **Senador Marconi Perillo,** Presidente.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

19ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 13 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 52 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número regimental declaro aberta a 19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviço de Infra-Estrutura Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Há requerimento sobre a mesa. Passo a lê-los.

Requerimento de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, que solicita em conformidade com a Constituição Federal e com o Regimento Interno do Senado, que seja renovado o convite ao Comandante Élnio Borges Malheiros, Presidente da Associação dos Pilotos da Varig, para prestar esclarecimentos complementares perante essa Comissão de Serviço de Infra-Estrutura, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a denúncia de favorecimento ao Fundo Americano pela Casa civil da Presidência da República, na compra da Empresa Varig.

Está em discussão o requerimento de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro. Não havendo quem queira discuti-lo coloco em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento de iniciativa da ilustre Senadora Fátima Cleide, que requer também em conformidade com o Regimento Interno e a Constituição Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão com a finalidade de debater a forma de transmissão corrente continua ou alternada da energia gerada pelas hidroelétricas de Santo Antônio Jirau que serão construídas no Rio Madeira, Estado de Rondônia, com a presença das seguintes autoridades e convidados: O Ministério de Minas e Energia, Anatel, Furnas, Eletronorte, Eletrobrás, Sindicato dos Engenheiros do Estado de Rondônia, Sindicato dos Urbanitários do Estado de Rondônia.

Está em discussão a proposição. Não havendo quem queira discuti-la, coloco em votação. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião extraordinária destina-se a deliberação de matérias conforme consta da pauta da reunião do dia de hoje.

Bem como a sabatina da Sra. Emília Maria Silva Ribeiro, para preencher a função de Diretora da Agência Nacional de Telecomunicações.

A Sra. Emília já se encontra presente, mas nós vamos aguardar a presença do Relator da matéria, Senador Sérgio Guerra que já nos informou que chegará daqui a poucos instantes.

Temos aqui 10 Itens que compõem a pauta deliberativa do dia de hoje. O Item 1, Projeto de Lei do Senado.

Projeto 114 de 2004, não terminativo, que tem como objetivo alterar dispositivos do Código Brasileiro de Aeronáutica de modo a instituir indenização a passageiros em caso de excesso de reservas em aeronaves. O projeto é um projeto meritório de iniciativa da Senadora Serys Slhessarenko.

O Relator é o Senador Expedito Júnior, que não pôde comparecer por motivo de uma viagem de última hora, que nos solicitou inclusive a retirada da pauta. Atendendo a solicitação do Senador Expedito, nós vamos retirar e vamos votar na próxima sessão deliberativa.

O Item 2, também não terminativo é um Substitutivo da Câmara dos Deputados, Substitutivo de nº 473 de 99, que dispõe sobre o uso do serviço 0900 nos terminais de telefonia fixa.

A autoria é Câmara dos Deputados e o Relator é o Senador Gilberto Goellner que se encontra presente a quem convido para relatar a matéria e proferir o voto. Já nos foi comunicado que o parecer será favorável à matéria.

Com a palavra o Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): [interrupção no áudio] O Projeto substitutivo vindo da Câmara ao Projeto de Lei 473 de 1999, dispõe sobre o uso do serviço 0900, nos terminais de telefonia fixa.

Chega a essa Comissão para parecer, o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei 473 de 1999, que dispõe sobre o uso do serviço 0900, nos terminais da telefonia fixa.

De autoria do nobre Senador Tião Viana, a proposta em análise pretende proibir as empresas de telefonia fixa, serviço telefônico fixo comutado tornar disponível o serviço 0900 nos terminais telefônicos, sem a expressa autorização do assinante.

O propósito do autor é impedir que o referido serviço seja utilizado sem o conhecimento do titular da conta. Nesse sentido esclarece que ele à medida constitui um aprimoramento do direito garantido ao assinante de bloquear sem qualquer ônus a utilização desse serviço.

Ao invés de se lhe requerer qualquer ação no sentido desse bloqueio, requerer-se-á do mesmo a ação de liberação. Evita-se por esse mecanismo todo o transtorno oriundo da desinformação a respeito dos direitos do assinante de uma linha telefônica fixa.

Aprovado no Senado Federal, o projeto foi encaminhado à Câmara dos Deputados para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. Lá recebeu ele a designação de Projetos de Lei nº 1736 de 1999 e foi aprovado na forma de substitutivo, razão por que retorna a esta Casa para nova deliberação na forma do art. 134 do Regimento Comum.

Análise.

Ao ampliar o texto oriundo do Senado Federal a Câmara dos Deputados busca tornar seu sentido e aplicação mais precisos e explícitos, para tal àquela Casa agrega ao projeto por meio de substitutivo, os seguintes núcleos temáticos:

1º. A prévia autorização do assinante será por escrito ou por desbloqueio comprovado, por meio do prefixo 0800 ou chamada local.

2°. A qualquer tempo o assinante poderá suspender a sua solicitação, interrompendo o acesso ao serviço de valor adicionado.

3º. A ligação não poderá exceder o valor de ¼ de um salário-mínimo e a mensalidade do serviço o valor de um salário-mínimo.

4º. Ficam proibidos os serviços de tele-sexo e outros do gênero.

5º. Quando o 0900 for utilizado a título de sorteio, parte do que for arrecadado será destinado a ações sociais do Governo Federal.

6º. A operadora cobrará separadamente o valor adicionado:

7º. A inadimplência em relação ao serviço de valor adicionado, não implicará o desligamento da sua linha telefônica.

É conhecida de todos a índole do povo brasileiro de deixar para última hora o cumprimento de suas obrigações, bem como sua ainda incipiente capacidade de tomar medidas de auto-proteção com base no conhecimento de seus direitos de consumidor.

Esses fatos tornam o uso não autorizado por visitantes, parentes, filhos ou mesmo empregado da casa de serviços telefônicos caros, um tormento para grande contingente da população.

Do voto:

Diante do exposto e considerando a relevante contribuição que a medida trará aos usuários da telefonia fixa no País, no que tanque aos seus direitos de consumidor, apresentamos o nosso voto pela apro-

vação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 473 de 1999, do Senador Tião Viana.

Era esse o nosso voto. Pela aprovação Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência agradece ao Senador Gilberto Goellner pela relatoria e pelo parecer.

A matéria está em discussão. Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão. Em votação o parecer do Relator. Os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. Aprovado.

Aprovado o parecer do Relator, a matéria vai a Secretaria Geral da mesa para as devidas providências.

Nós vamos passar para o Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 76, que autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES, a conceder empréstimos com taxas de juros subsidiadas para financiar investimentos na renovação da frota de transporte fluvial da Amazônia.

O autor é o Senador Expedito Júnior. O Relator é o Senador Flexa Ribeiro, cujo parecer é favorável à matéria. Nós temos que aguardar um pouco a chegada do Senador Flexa Ribeiro.

E enquanto ele não chega, nós temos aqui o Item 4, que trata da Mensagem do Senado nº 136, cujo parecer é do ilustre Senador Sérgio Guerra que ainda não chegou.

O item seguinte, o Relator é o Senador Francisco Dornelles, também-–

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Se estiver pronto o parecer do Senador Flexa Ribeiro, poderia nomear um colega de como ad hoc no caso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Só quando o Relator não comparece à segunda sessão seguida, essa é uma praxe da Comissão e da Casa.

O Item 6, o Relator é o Senador João Tenório, que também não está presente.

O Item 7, a relatoria é do Senador Marconi Perillo, mas nós não temos número ainda para voto, somos aqui, quatro, oito Senadores, presentes.

Nós vamos postergar então a votação deste relatório, depois os outros Senadores não se encontram, se encontra o Senador Gilberto Goellner, Relator do Item 10, mas que também não será possível votar, agora, em virtude da clara falta de quorum.

Eu vou suspender a sessão por dez minutos até que a gente possa receber aqui o relatório da lavra do Senador Sérgio Guerra. [soa a campainha]

Está suspensa essa Sessão Extraordinária, daqui a dez minutos nós voltaremos a reiniciar os trabalhos.

Sessão suspensa às 11h05.

Sessão reaberta às 11h38.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): [soa a campainha] Reabro a presente Sessão Extraordinária da Comissão de Infra-Estrutura.

Peço ao Senador Gilberto Goellner que apresente seu voto relativamente ao Item 10, para que a gente possa colher rapidamente os votos.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente-–

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O voto é favorável, Senador?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): [pronunciamento fora do microfone] Favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O Item 10 pode ser--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E se o Senador Sérgio Guerra não aparecer, pode ser nomeado Relator ad hoc ou não?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Já está vindo. Não, não há essa possibilidade, porque só na segunda sessão e o Senador Sérgio Guerra está chegando.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Gilberto Goellner, Item 10, decisão terminativa. Projeto de Lei do Senado de 2004, que altera dispositivo da Lei 9.427 de 26 de dezembro de 96 e da Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, para promover a geração e o consumo de energia de fontes renováveis.

Autoria do Senador Casagrande, presente. [soa a campainha] cadê o Senador Casagrande?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): [ininteligível] Não está aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Vamos votar o projeto dele. O Relator é o Senador Gilberto Goellner.

Eu pediria ao Senador Gilberto Goellner que apresentasse seu relatório, por gentileza.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Presidente, eu posso ir direto para análise?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Voto? Mas eu colho os votos. 1, 2, 3, 4, 5, 6-

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Em 2000... Análise do Projeto de Lei do Senado 204

de 2008, que altera as relações dos dispositivos da Lei 9.427, para promover a geração e o consumo de energia de fontes renováveis.

Análise. Em 2000, Chefes do Estado e de Governos dos 191 países membros da ONU, assinaram a Declaração do Milênio, surgiram então os objetivos de desenvolvimento do milênio. O documento ressalta os valores da igualdade, solidariedade, liberdade, tolerância, responsabilidade comum e respeito à natureza.

Os objetivos do desenvolvimento do milênio constituem um conjunto de oito macro objetivos a serem atingidos pelos países até o ano de 2015, escolhidos como parâmetros para o desenvolvimento de projetos governamentais e não governamentais. Entre esses objetivos está a garantia da sustentabilidade ambiental.

Todavia é certo que só há desenvolvimento sustentável com estímulo crescente do uso da energia vinda de novas fontes renováveis: as PCH podem produzir energia elétrica com baixos impactos ambientais e ser implantadas em diversas regiões do país. A energia solar, a energia eólica e a energia obtida a partir de biomassa são alternativas para evitar a dependência de energias fósseis, podendo complementar a hidroeletricidade; as condições naturais do País são extremamente favoráveis aos investimentos em pesquisa da energia do sol, dos ventos e da biomassa.

Já temos no Brasil excelentes condições para aumentar a diversidade da oferta de energia com maior geração de empregos no setor energético e novas oportunidades nas regiões rurais.

Nesse sentido o Brasil precisa garantir a sua privilegiada posição de nação com invejável matriz energética, para tanto, devem ser estimuladas as iniciativas que visam a obtenção de soluções sustentáveis para a crescente demanda por energia.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência solicita silêncio aos Srs. Membros da Comissão e assistência, por gentileza.

Asseguro a palavra ao Senador Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Em nosso entendimento o PLS 204, segue nessa direção ao estimular e simplificar os processos de geração de energia a partir de fontes renováveis e de empreendimentos de menor porte.

Por seu inegável mérito, juridicidade e constitucionalidade, a matéria deve ser aprovada. O nosso voto, com base no exposto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 204 de 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A Presidência agradece ao Senador Gilberto Goellner, pela relatoria, pelo voto.

Coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Depois V.Exa., tece considerações, Senador Casagrande. Nós estamos fazendo um esforço para aprovar o projeto de iniciativa de V.Exa., que é muito meritório.

Como vota a Senadora Serys?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Como vota o Senador Geovani Borges?

SENADOR GEOVANI BORGES (PMDB-AP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Como vota o Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o Relator , Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Como vota o Senador Gilberto Goellner, o voto já conhecido. Senador Eliseu Resende?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Jayme Campos?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Heráclito Fortes?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O Presidente, vota a favor. Senador Flexa Ribeiro. Senador Sérgio Guerra?

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eliseu Resende já votou. Senador Casagrande. Senador Lobão Filho?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Acompanho o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Neuto De Conto?Não está. Senador Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com 12 votos, favoráveis, nenhum contra, está aprovado o projeto de iniciativa do Senador Renato Casagrande, que altera dispositivos da Lei nº 9427, para promover a geração e o consumo de energia de fontes renováveis.

Item 9. Eu pediria a Senadora Serys, que fizesse a leitura rápida-–

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, apenas para um esclarecimento: Um voto contra?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Nenhum voto contra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ah! Nenhum voto contra.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Nenhum voto contra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu entendi errado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Item 9. Projeto de lei, cuja decisão é terminativa.

Projeto de Lei do Senado nº 610, altera a Lei nº 5.917 de 10 de setembro de 73, o Plano Nacional de Viação, para incluir na relação descritiva das Rodovias do Sistema do Rodoviário Nacional, o trecho da Rodovia MT 343, situada entre os Municípios de Cáceres e Barra do Bugres.

O autor é o nosso saudoso e querido Senador Jonas Pinheiro. Relatora, Senadora Serys Slhessarenko, que deu parecer pela aprovação.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente, e Srs. Senadores, como o senhor muito bem disse o projeto sobre exame é de autoria do nosso saudoso Senador Jonas Pinheiro e, tem por objetivo alterar o Plano Nacional de Viação.

Tem aqui o número da Lei 5.917, de dezembro de 73 com proposta de incluir na relação descritiva das rodovias, Sistema Rodoviário Federal, o trecho entre os Municípios de Cáceres e Barra do Bugres, ambos no Estado de Mato Grosso.

Nós muito bem sabemos, essa rodovia é uma rodovia estadual chamada MT 343, sabemos da importância dela inclusive de interesse nacional, porque é uma região agrícola do nosso Brasil no Estado do Mato Grosso, que tem enfrentado dificuldades enormes com relação a questão logística e a federalização dessa estrada é muito importante.

Eu diria que relevante no mérito esse PLS nº 610 de 2007, ele atende igualmente os preceitos constitucionais e o nosso voto, Sr. Presidente é ante tudo que está exposto pela análise e pelo relatório de nossa autoria que todos os Srs. Senadores o têm.

Nós somos pela aprovação desse Projeto de Lei que é o 610 de 2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência, agradece a Senadora Serys pelo relatório e o voto.

Eu passo a palavra ao Senador Eliseu Resende, para relatar o Item 8. Eu pediria que fosse lido, se possível só o voto, a fim de que a gente tenha economia processual, ele que é o competente Relator do Plano Nacional de Viação.

Com a palavra o Senador Eliseu.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): O nosso voto é favorável ao projeto de lei do Senador Jayme Campos e outros, que modifica o traçado da BR 559.

Já foi discutido uma vez aqui no Plenário dessa Comissão de Infra-Estrutura o projeto de lei foi reexaminado e o nosso voto é favorável.

Eu queria aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, e dizer que nós estamos ultimando a preparação do projeto de lei que traça o novo Sistema Nacional de Viação, atualizando o Plano Nacional de Viação de uma lei aprovada em 1973 e, revogando todas as outras leis que inserem vias novas no Sistema Nacional de Viação.

Essas aprovações como essa que eu sugiro ao Plenário da Comissão de Infra-Estrutura hoje que estão sendo feitas, serão considerados no Sistema Nacional de Viação.

O que eu pediria a V.Exa., seria que a partir de agora todo o projeto de lei novo que aparecesse na Comissão de Infra-Estrutura, não fosse distribuído para transformar-se em emendas na discussão do projeto do Sistema Nacional de Viação.

Com relação especificamente a esse projeto de lei da BR 359 de autoria do Senador Jayme Campos, nós estamos favoráveis e pedimos ao Plenário para aprová-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Lido o relatório, agradeço ao Senador Eliseu Resende pelo relatório e pelo voto.

E comunico que a partir da entrega do relatório do Senador Eliseu Resende, relativamente ao Plano Nacional de Viação, essa Presidência não vai receber mais qualquer alteração em relação ao Plano Nacional de Viação. Nós vamos sugerir aos Senadores que apresentem emendas ao relatório do Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu queria lembrar, Sr. Presidente que na reunião de ontem do Plenário do Senado, foi aprovado um projeto de lei que convertia uma Medida Provisória, introduzindo um conjunto grande de novas ferrovias no Plano Nacional de Viação.

Nós vamos fazer um tratamento generalizado na nova lei, essa nova lei, é preciso ser examinada com atenção pelo Plenário da Comissão de Infra-Estrutura, porque ela revoga 49 leis vigentes, para fazer um

sistema consolidado, uma lei consolidada atualizando definitivamente o Plano Nacional de Viação.

Então, aqui é muito importante que sejam sustadas as distribuições de novos projetos de leis, para que eles passem a ser tratados a partir de agora, como emendas na discussão do SNV, que será feita aqui no Plenário na Comissão de Infra-Estrutura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Eliseu Resende e vou colher os votos.

Em primeiro lugar, indago se há alguém, se há algum Senador ou Senadora que queira discutir as duas matérias. Não havendo quem queira discuti-las, antes de proceder a votação, eu colho o voto do Senador Casildo Maldaner, relativamente ao projeto de lei de iniciativa do Senador Renato Casagrande, como vota o Senador Casildo?

SENADOR CASILDO MALDANER (PMDB-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Então, em relação a matéria anterior eu peço a Secretaria, que inclua o voto do Senador Casildo Maldaner.

Como vota a Senadora Serys, em relação aos dois projetos?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Como vota o Senador Geovani Borges?

SENADOR GEOVANI BORGES (PMDB-AP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Como vota o Senador Gilberto Goellner?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Eliseu Resende?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Comigo, mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Jayme Campos?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com muita honra, voto com o Relator, tanto que o Senador-

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com os relatores, são dois relatores.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com os Relatores, por favor, muito alegre e contente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Heráclito Fortes?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Sérgio Guerra?

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com os Relatores. Senador Augusto Botelho? Está presente? Senador Casa Grande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com os Relatores. Senador Augusto Botelho, está presente? Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Lobão Filho?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Acompanho os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Casildo Maldaner?

SENADOR CASILDO MALDANER (PMDB-SC): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com os Relatores, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): 12 votos favoráveis, nenhum contrário, nenhuma abstenção.

As duas matérias estão aprovadas e nós vamos enviá-las... Essa Presidência vai enviá-las imediatamente à Secretaria Geral da Mesa, para as devidas providências.

Aprovados os PLS nºs. 697 de 2007 e 610 de 2007.

Eu peço ao Senador Sérgio Guerra, que por gentileza,presida por alguns instantes a sessão, para que eu possa rapidamente também dar o meu parecer, em relação a um projeto de iniciativa da Senadora Roseana Sarney.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Item 7. Decisão Terminativa, Projeto de Lei do Senado nº 248 de 2007, que autoriza o Poder Executivo, a promover a internacionalização do Aeroporto de Barreirinhas no Estado do Maranhão.

A autora do projeto é a Senadora Roseana Sarney. O Relator é o Senador Marconi Perillo. O parecer é pela aprovação do projeto.

Concedo a palavra ao Senador Marconi Perillo, para proferir o seu parecer.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O projeto de lei é de iniciativa da Senadora Roseana Sarney, que propõe a internacionalização do Aeroporto de Barreirinhas no Estado do Maranhão.

O projeto do ponto técnico está correto, eu fiz uma profunda análise sobre o projeto que também mereceu a minha aprovação.

O voto é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Em votação o parecer do Senador Marconi Perillo. Senadora Serys Slhessarenko?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Senador Delcídio Amaral, ausente. Senadora Ideli Salvatti, ausente. Senador Valdir Raupp, ausente. Senador Geovani Borges?

SENADOR GEOVANI BORGES (PMDB-AP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Senador Gilberto?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Senador Eliseu Resende?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Senador Jayme Campos? Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, esse aeroporto é muito caro para a minha vida. V.Exa. Sabe o que nele passei nas vésperas da eleição municipal passada. Mas em homenagem ao povo de Barreirinhas e parabenizo pela iniciativa da Senadora Roseana e voto com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Senador Marconi Perillo, é o Relator.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Voto conhecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Voto conhecido. Senador Flexa Ribeiro? Senador Flexa Ribeiro, ausente. Senador Gim Argello. Senador Augusto Botelho. Senador Lobão Filho?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Com o Relator, Sr. Presidente. Senador Neuto De Conto. Senador Geraldo Mesquita. Senador Demóstenes Torres, não está aqui não. Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Senador Rosalba Ciarlini. Senador Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o Relator, pedindo para futuramente rebatizar o aeroporto Heráclito Fortes.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Senador Casildo Maldaner?

SENADOR CASILDO MALDANER (PMDB-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): 12, aprovado. O projeto aprovado.

A matéria vai à Secretaria e devolvo a Presidência ao Senador, Governador Marconi Perillo.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): [soa a campainha] Essa Presidência agradece ao Senador Sérgio Guerra pela presteza ao dirigir esta Comissão, para que eu pudesse proferir o meu voto.

Nós iniciamos, agora imediatamente a discussão e votação do Item 4 da pauta, que trata da Mensagem do Senado Federal, nº 136 de 2008. Mensagem que submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "F", da Constituição Federal, combinado com os art.s 23 e 24 da Lei 9.472 de 16 de julho de 1997, o nome da Sra. Emília Maria Silva Ribeiro, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.

Autoria Presidência da República, Relator o ilustre Senador Sérgio Guerra.

Lembro aos senhores que o projeto é terminativo é exige quorum qualificado. Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra, Relator da matéria. Antes disso, convido a Dra. Emília Maria Silva Ribeiro, para compor a mesa, já que ela será sabatinada nesta sessão.

E mais uma vez, agradeço a presença honrosa do ilustre Embaixador Presidente da Agência Nacional

de Telecomunicações, Doutor Ronaldo Sardenberg que nos honra muito mais uma vez com a sua presença, bem como aos Diretores aqui presentes, o Dr. Badin, bem como todo o corpo da Anatel. Convido a Dra. Emília para compor a mesa.

Com a palavra o Senador Sérgio Guerra, para apresentar o relatório e proferir o voto.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu ainda na primeira fase desse ano legislativo, no primeiro semestre o Senador Marconi Perillo, presidente dessa Comissão, achou por bem de me convocar para relatar essa matéria. Me fez uma consulta e eu não duvidei, nem titubeei em aceitá-la.

Pouco depois, Senadores do meu Partido, alguns deles de maneira especial um Senador, cogitou também de ser Relator. Perguntou-me se eu não criaria dificuldades à sua nomeação. Eu disse que não criaria a menor dificuldade à minha substituição pelo seu nome, era também um Senador qualificado com enorme competência.

A seguir, disse que não desejava fazer esse tal relatório e sugeriu que eu continuasse a fazer o relatório que ele me tinha solicitado. Falei novamente ao Senador Marconi, que estava em condições de relatar a matéria que começamos a discutir agora.

Efetivamente ao tomar conhecimento dessa matéria, eu imaginei que a sua aprovação, o seu encaminhamento pudesse ser mais fácil, que sobre ela não houvesse muito mais o que discutir, além de elementos essenciais que devem presidir qualquer relatório. Mas logo a seguir comecei a entender a complexidade dessa indicação. É da obrigação do homem público ver e ouvir, não pré-julgar, assumir a sua responsabilidade.

Uma das manias nacionais, eu espero que comece a declinar, é um certo senso oportunista de acompanhar a onda, a ventania e o sucesso fácil: aquela mania de parecer ao invés de ser. Quem me conhece na minha Parlamentar, sabe que eu não ajo dessa maneira, não faço a menor questão de dar um ponto de vista, mesmo que esse ponto de vista não sejam exatamente o que todos querem ouvir ou o ponto de vista da moda. Não.

A minha vida toda eu entendi que a minha vida pública só serve assim, para que você tenha convicção e da sua convicção você exerça o seu papel político e a desenvolva com convicção mesmo e não de forma precária. Esse é um caso complexo.

Inicialmente me vi com absoluta objetividade de uma e de outra maneira constrangido a ter que apresentar imediatamente esse relatório. Era conveniente que esse relatório fosse logo apresentado. Não o fiz, de maneira nenhuma.

Não o fiz, não porque as pessoas que tivessem falado sobre isso tivessem sobre isso emitido qualquer ponto de vista equivocado ou que não pudesse ser publicamente sustentado, mas porque comecei a pensar com mais cuidado sobre isso tudo. E pensar com mais cuidado é o que devemos fazer hoje e fazer sempre.

Primeiro, tenho a convicção de que especialmente nós do PSDB, que fizemos com outros Partidos a privatização no Brasil, nós temos uma responsabilidade conseqüente muito forte que a de dar consistência as chamadas agências regularizadoras.

O processo de transferência de privatização das empresas estatais, ele pressupõe em grande parte a organização do sistema regulatório que tenha competência, substância para proteger o interesse da sociedade no sentido mais amplo, garantir a concorrência, garantir a disputa, garantir o interesse da população.

Nos últimos anos esse sistema, esse tal sistema regulatório, em grande parte ficou defasado e em parte mais relevante, ele foi em grande parte também desagregado. Os componentes dessa desagregação, eu vou de maneira mais sintética, mais objetiva, mostrar leitura do meu voto, mas eles são óbvios.

Primeiro: redução de valores orçamentários. Prioridade não é uma coisa de garganta e nem de jornal. Prioridade é orçamento e recurso postos à disposição de determinada idéia, isso na Administração Pública ou na empresa privada. Se eu faço um discurso de que isso é prioritário e eu não atribuo a essa prioridade financiamento, consistência eu não estou na prática na verdade, dizendo a verdade, construindo o meu discurso nos atos.

Ao longo dos últimos anos o sistema regulatório, as agências reguladoras foram vitimados por sucessivos processos de contingenciamento, brutais processos de contingenciamento. E, como se sabe eu próprio já desenvolvi isso aqui muitas vezes, sistema de contingenciamento, são formas de pressão, formas de constrangimento às diversas entidades e às diversas iniciativas públicas. Tanto mais quanto esse sistema tem características muito exclusivas, apenas alguns resolvem por todos e essa solução se dá no ambiente que não é público, nem transparente.

O Congresso tem interferência sobre aprovar ou não projetos do orçamento, mas o Congresso não tem interferência sobre quais projetos devem ou não devem ser contingenciados. Essa é uma decisão exclusiva do Executivo, ele a toma com absoluta e total publicidade numa desautorização, não apenas do Congresso, mas da democracia. É um vício que não se começou, agora, mas que se acumulou a padrões absurdos, como se dá nas agências reguladoras vamos ver a seguir.

Segundo componente desse ambiente que diminui as agências reguladoras é seguramente a nomeação de Diretores para essas instituições, dirigentes para essas instituições. No tempo essa nomeação deixou de ter caráter absolutamente técnico e passou a ter caráter "político" entre aspas.

Há poucos dias atrás nomeamos aqui alguém, não sei se para uma agência ou se para outra Instituição, qualificado, era de uma família de políticos. Não deveríamos indicar e nem nomear pessoas para atividades públicas que tivessem esse foco de origem, um político, um Deputado, um Senador, um Partido, uma facção, uma empresa, um conjunto de empresas, indica alguém para uma agência reguladora isso é um absurdo não faz sentido.

As agências reguladoras são do Estado, são para o Estado, não são para os governos e, isso foi crescentemente se banalizando com a omissão do Senado de uma maneira geral. Reagimos muito pouco a isso aqui. Quem foi indicado assumiu suas responsabilidades, mas passou pelo Senado Federal. Não é coisa que deva ser debitada apenas ao Governo, mas há muitos, também, e até a mim próprio. E esse fato foi, como eu disse, banalizando.

O terceiro componente dessa desestruturação e que está muito presentes nesse caso, não em relação a Dra. Emília, mas ao fato em si que está lá atrás é que os negócios não são errados, fazer negócios é parte da sociedade econômica da livre iniciativa e do mercado. Mas os negócios têm que ser feitos de acordo com as leis. Não podemos fazer leis de acordo com os negócios, uma coisa não justifica a outra, não tem nada a ver.

A gente tem que ter leis e os negócios tem que ser também desenvolvidos no ambiente dos negócios. O que não pode é tomar uma iniciativa consumar essa iniciativa e depois proteger essa iniciativa por normas e regras legais. Normas e regras devem anteceder o negócio, devem ser livres para todos – para todos – devem produzir o ambiente da concorrência da disputa e do confronto.

Não podem se colocar como forma visível, absolutamente visível, como nesse caso que está por trás desse episódio, existe. Tomou-se iniciativa, financiou-se gente, bancos estatais entraram na operação e se deseja, agora, cobrir essa operação de legalidade ou viabilizá-la do ponto de vista das agencias reguladoras.

Sinceramente, isso é renúncia do princípio das agências reguladoras. É uma renúncia do princípio da democracia. Não pode aceitado, não pode ser de forma nenhuma praticado. Essa é a opinião que antecede a qualquer coisa que eu venha a manifestar daqui para frente, porque é da convicção que nós temos de que privatizar foi certo.

É uma experiência bem-sucedida, mas a conseqüência da privatização ou na conseqüência da privatização tem que estar o funcionamento de agências reguladoras seguras, que tenham regras permanentes, a previsibilidade que garantam os investimentos para curto, médio e longo prazo.

Então, essa é uma idéia que me veio a cabeça que está no conteúdo desse problema. No conteúdo desse problema também a versão... Eu não trabalho sobre versões, não sou juiz de ninguém, nunca fiz isso aqui e nem farei jamais, de que alguém foi indicado assim ou indicado de outro jeito; de quem foi indicado por um Senador ou por outro Senador, por três Senadores ou 10 ou 20, pela empresa atual ou pela empresa qual.

Há poucos dias aqui se impediu a votação do Presidente do CADE. Eu fui ao jornal como Senador e homem público, para dizer que isso não fazia sentido, que não tinha conteúdo esse tipo de obstáculo, que as coisas tinham que ser discutidas no limite e não impedidas. Agora temos a questão da Dra. Emília que eu conheço há muitos anos, como de resto muita gente aqui.

Bem, nós temos a indicação da Dra. Emília. Temos o sistema de agências reguladoras em colapso. O colapso desse sistema já produziu mortes, está nos jornais todo dia. O colapso desse sistema não foi superado de maneira nenhuma.

Bastou uma intervenção, por exemplo, no sistema de transportes coletivos, no sistema de administração aérea para que houvesse uma melhoria desse sistema, temos que reconhecer. A presença do Ministro Jobim, providências foram tomadas, arrumaram aquele processo, aquele quadro que estava caótico, desastroso. Evidente que as soluções não são permanentes e que muita coisa falta fazer, mas é claro que melhorou, a de ordem era total.

A ANAC demonstrou-se um acidente comprometedor para o processo de democracia no Brasil, mas não foi um acidente... Não foi um acidente, é uma palavra errada. Um fato que devia ser previsto na hora em que nomeação de gente que pode ter qualidade de um jeito ou qualidade de outro, mas não tinha adequação para a tarefa, se fez. Isso vale para a própria ANAC e também para a empresa estatal que administrava o sistema aéreo, que administra ainda o sistema aéreo.

Então, agora, eu não podia de maneira nenhuma, relatar essa questão da Dra. Emília, sem pensar bem, como Senador, eu não estou falando aqui como membro do PSDB ou como presidente de Partido, nada disso, não tem nada a ver. Eu estou falando como

Senador, como homem público, por isso não a relatei a tempo, no tempo que muita gente gostaria que ele fosse relatado.

Levei essa questão; estabeleci um determinado caminho; trabalhei esse caminho; ouvi alguns especialistas; perguntei às pessoas; ouvi às pessoas e estou disposto a ouvir hoje a Dra. Emília também. É muito importante o depoimento da Dra. Emília hoje para nós aqui. Importantíssimo, agora, nada de administrar versões.

Leio os jornais de hoje, encontro um conjunto de versões. Não trabalhei com versões de maneira nenhuma, não estou à procura de compreensão fácil. Compreensão fácil a gente sabe como é que se dá e não resolve coisa alguma. Esse negócio de jogar contra o Parlamento, contra a classe política, contra os Senadores, contra o Congresso, não é um jogo que sirva ao Brasil, eu não gosto dele e nem gosto de quem o faz.

É mais correto ter responsabilidade pública e dizer o que se pensa com absoluta clareza, que é que estou fazendo hoje. Vou ler o meu voto e, depois, vou dizer objetivamente o que para mim tem a ver com a Dra. Emília.

Eu não sei se a Dra. Emília está a favor ou contra o que vai se desenvolver no Brasil, para proteger uma decisão que foi tomada imprudentemente, equivocadamente pelo Governo Brasileiro, que antecede a legislação.

E não vou prejulgar a Dra. Emília, me nego a isso, para dizer que ela vai votar assim ou assado, quando algo a ver possa surgir no ambiente da agência para a qual ela é indicada. Não vou prejulgá-la. Quero ouvi-la com absoluta isenção e tranqüilidade.

Segundo: não vou de maneira nenhuma deixar de reconhecer o óbvio, o currículo da Dra. Emília que eu considero e estimo, não é suficiente para ela ser diretora de uma agência reguladora da complexidade dessa.

Não é um mal currículo, trata-se de uma profissional muito boa, uma pessoa sobre quem não existe um algum sequer, negativo à sua conduta pública; isso tudo tem que ser considerado também. Mas evidente que mesmo a sua experiência no campo da agência reguladora – que ela foi lá de um Conselho, participou de um Conselho – não é suficiente. Como não são suficientes dezenas de indicações do ponto de vista técnico que foram feitas.

Mas devo reconhecer de outro lado, que a Dra. Emília é uma pessoa que tem uma vida pública, de prestação de serviços públicos; que não comprometeu a sua vida em serviços públicos. E, que eu colhi muitos depoimentos de colegas Senadores e de outras pessoas que não são Senadores, absolutamente favoráveis a ela e não estavam contaminados de interesse: estavam contaminados de convicção.

Então, o que eu percebo e, botei isso na minha cabeça: o que vou fazer? Alguns diziam: "Não, vai lá e faz um parecer dizendo que ela não serve". Outros diziam: "Não, faz um parecer dizendo que ela serve". E eu tenho que dizer o que eu penso e essa decisão tem que ser de todos nós todos aqui.

Ou damos uma volta por cima desse processo que passa por cima do Congresso, que desestrutura o Congresso e, do qual de uma ou de outra forma somos cúmplices, ou não vamos a lugar nenhum. Não podemos continuar desse jeito fazendo de conta. Muitos já foram vitimados por isso entre nós, muitos com Justiça e outros com injustiça, também. E muitos outros não foram vitimados, embora, tenham muita culpa em vários episódios que se desenvolvem no Congresso de uma maneira geral e, nas relações do Congresso com o Executivo.

É evidente que o padrão de relação no Brasil do Congresso com o Executivo está absolutamente deteriorado, para a diminuição de todos, do PMDB, do PSDB, do PT, de todos os Partidos. É um padrão que nos diminui. O que vamos fazer? Baixar a cabeça? Deixar de enfrentar a realidade? Nada disso, vamos esclarecer as coisas, assumi-las com toda a tranqüilidade.

O meu relatório eu vou ler, porque eu acho que é uma obrigação regimental. O Presidente deve de instruir a isso, mas a minha convicção profundas é essa: a Dra. Emília é uma pessoa que tem qualidades pessoais é evidente que as têm: todos nós sabemos que ela as tem. O currículo da Dra. Emília não é adequado a tarefa que ela pretende desempenhar. Vamos decidir sobre isso. Temos depoimentos a dar, temos perguntas a fazer, não vamos prejulgar. Essa é a minha opinião.

A minha opinião é que esse processo está todo errado; está todo errado. Que é preciso dar um basta a ele: é preciso dar um basta a ele. Que não dá para Deputado e Senador estar indicando gente para a agência reguladora: não dá. Que não dá para empresa impedir aprovação de gente para agência reguladora ou instituições de outro tipo: não dá.

E esse é o cenário que está se desenhando no Brasil. Esse é o cenário que está se desenhando no Brasil, com a diminuição do papel do Congresso, das instituições e das agências reguladoras, que têm que ser restauradas para o bem do País e para o bem de todos e, não para o interesse de um ou de outro. Essa é a posição que inicialmente eu queria desenvolver e vou ler rapidamente que eu escrevi.

Nos termos do art. 52, inciso III, Alínea "F" da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei 9.472, de 16 de julho de 1977-–

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): [soa a campainha] Eu solicito a todos os Senadores e Senadoras e a todos da assistência, silêncio, para que a gente possa ouvir atentamente o relatório e o voto do Senador Sérgio Guerra.

Muito obrigado pela compreensão.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): O Sr. Presidente da República submete à consideração do Senado Federal, o nome da Sra. Emília Maria da Silva Ribeiro, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações Anatel.

De acordo com o dispositivo constitucional anteriormente citado cabe privativamente ao Senado Federal, apreciar previamente por voto secreto, após argüição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar.

A competência da Comissão de Serviço de Infra-Estrutura para a matéria, por sua vez, deriva do disposto no art. 104, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 1 de 2005.

A matéria foi recebida nessa Casa Legislativa no último dia 07 de julho, data em que também se deu a sua leitura e o seu encaminhamento a esta Comissão. Já no dia seguinte foi remetido ao nosso gabinete, com a visível pretensão de que fosse examinada com celeridade, não do Sr. Presidente, que jamais me falou sobre esse assunto.

Aliás, devo dizer que não ouvi de nenhum Senador, de nenhum Senador aqui, sobre nenhuma ponderação sobre votar contra ou votar a favor da nomeação da Dra. Emília, de nenhum Senador; inclusive injustiças e equívocos estão sendo publicados, sobre posição de um determinado Senador, que tem exatamente a posição contrária do que está divulgado.

E do mesmo modo elaborado o relatório de forma mais breve possível, não o fiz. Já estou há mais de um mês com esse relatório. Todas as semanas e todos os dias, amigos, jornalistas e pessoas, me perguntam sobre quando deverei relatá-lo.

Quando me senti em condição de expor a todos a questão que me vinha, o meu ponto de vista, eu liguei para o Senador Líder do meu Partido – que estava com o Presidente da Comissão viajando – e lhe comuniquei que estava pronto para Relator e essa relatoria foi marcada para hoje e eu estou fazendo agora. [soa a campainha]

A pressa que cerca o exame da matéria, tem por certo a origem na necessidade de recompor o Conselho Diretor da Anatel para uma das suas mais importantes decisões em toda a sua história, trata-se da proposta atualmente em estudo naquela autarquia, que altera o Plano Geral de Outorgas, aprovado pelo Decreto de nº 2.534, de 02 de abril de 1998.

O motivo da alteração é de todos conhecido e está associada a fusão das operadoras Telemar, Oi e Brasil Telecom, anunciada com grande alarde na imprensa a operação, todavia, não pode ser concretizada mantidas as regras atuais. Há necessidade de dar uma solução rápida para a questão é ainda certamente reforçada, pela milionária multa contratual a ser paga por uma das partes à outra, caso o negócio não se concretize dentro do prazo ajustado.

Nesse contexto assumo especial relevância a presente indicação, não obstante, não vimos no processado elementos suficientes para sua devida apreciação por este Colegiado. A simples juntada do currículo da indicada não nos parece bastante para apurar a sua qualificação para o cargo, de forma que se faz necessária à consulta a outras fontes e referências e, sobretudo, à própria indicada por meio da argüição a que daremos seqüência.

É importante prestar atenção a esse núcleo que é um núcleo esclarecedor. Não é que o currículo da Dra. Emília seja um mal currículo, ele não é suficiente. Fosse ele um currículo suficiente e tendo sobre ela a opinião que pessoalmente tenho e, que eu sei que Senadores aqui o têm, também, eu teria vindo aqui hoje para dizer que ela deveria ser aprovada. E, não teria vindo hoje, não, já teria vindo antes para dizer a mesma coisa.

A importância das telecomunicações para a economia do País não pode ser subestimada. À guisa da comparação em 1998, o setor respondia por 3. 2 do PIB, participação que se eleva a 6. 2 atualmente. Não é pouca coisa. No mesmo período o número de assinantes de telefones celulares em operação multiplicou-se por 18, atingindo 133 milhões de usuários. O total de linhas fixas dobrou para 40 milhões.

Hoje em localidades com até 300 habitantes, qualquer cidadão; qualquer cidadão brasileiro pode dispor de um telefone fixo instalado no máximo em uma semana. Estima-se que em dois anos, somadas as linhas fixas e móveis, haverá mais telefones no País de que habitantes. Tais dados, todavia, não reflete o papel que o setor representa como alavanca para outros segmentos da economia, que dependem de uma sólida infra-estrutura de telecomunicações para o seu desenvolvimento.

Além disso, não se pode deixar de relembrar que o acesso a serviços de telecomunicações e as redes digitais de informação, são hoje ferramentas indispen-

sáveis para a sociedade que se pretende participante e, não mera expectadora do mundo moderno.

O sucesso obtido até hoje no setor de telecomunicações e o desenvolvimento que dele se espera nos próximos anos, estão inevitavelmente associados a um marco regulatório suficientemente sólido para garantir amplo horizonte de previsibilidade.

Nesse contexto é de fundamental importância que as regras não estejam sujeitas a mudanças ao sabor da alternância de governos, mas sim, que sejam baseadas em políticas claras a cargo de um órgão de Estado. Para tanto assume especial relevância a presença de uma entidade reguladora, dotada dos mais qualificados quadros, tanto no seu corpo técnico como nos seus quadros diretores.

Dessa forma as indicações para o seu mais alto colegiado, o Conselho Diretor, não devem ser apreciadas por essa Casa de afogadilho e, sim, um profundo exame das qualidades de cada indicado. Ao contrário, nossa responsabilidade é enorme. A nossa obrigação é examinar o tema de forma detida e circunstanciada.

Ademais é nosso dever consignar que em setores de tamanha importância como de telecomunicações e os demais segmentos afetos a infra-estrutura, não podem ser aceitas nomeações para cargos de direção, baseadas em relações de amizade, de afinidade e de compadrio como infelizmente temos observado em diversos casos.

Tal padrão de conduta têm-se consolidado nos últimos anos, como mais uma forma de solapar a autonomia das agências reguladoras. Um dos traços mais visíveis dessa estratégia é politização das nomeações para os quadros diligentes dessas entidades, os cargos de direção das agências tornam-se porto seguro para acomodar apaniguados políticos.

Em tal mister assistimos perplexos situações em que o Executivo chegou a constranger antigos dirigentes a deixar seus postos em plena vigência dos respectivos mandatos, para ceder lugar ao novos escolhidos.

Nesse ponto tomamos a liberdade de relembrar o primeiro Conselho Diretor da Anatel, formado então por técnicos da mais alta qualificação, oriundos do Sistema Telebrás e do Ministério das Comunicações, com profundo conhecimento do setor e, sobretudo, das então recentes reformas promovidas pela Emenda Constitucional de nº 8, de 15 de agosto de 1995 e, pela Lei de nº 9.472 de 1997.

Contrastamos com a pioneira composição do equivalente colegiado da Agência Nacional de Aviação Civil, única agência criada e instalada durante a atual Administração, cuja triste lembrança dispensa exemplos adicionais, além disso, os quadros diretores passaram a ser preenchidos com imensas delongas.

Houve anos como em 2006, que em que na média as cadeiras de direção das agências ficaram vagas durante quase 1/3 do ano, o próprio objeto desse relatório ilustra o fenômeno, o nome só foi indicado pelo Presidente da República do início de julho, mais de sete meses depois do cargo da direção da Anatel ter vagado – durante sete meses esse cargo esteve vago.

A demora da indicação, entretanto, não impediu que se esperasse desta Casa e deste Relator, em particular, a maior celeridade possível na apreciação da presente mensagem.

Em outra vertente, a autonomia das agências reguladoras é corroída de forma continua e progressiva pela asfixia financeira. No caso da Anatel, apesar de ser responsável pela arrecadação de vultosos recursos por meio das taxas devidas ao Fundo de Fiscalização de Telecomunicações, teve de enfrentar situações absolutamente constrangedoras quando esteve na eminência de fechar sua central de atendimento ao público ou de suspender as atividades de fiscalização por falta absoluta de recursos.

Nesse contexto apresenta-se como especialmente pernicioso o contingenciamento de recursos que compromete o planejamento das atividades da agência. E, ao tempo em que submete a substância financeira da entidade ao arbítrio das autoridades governamentais.

A estratégia de diminuição de autonomia das agências também se manifesta na constante intervencionismo do Governo no funcionamento dessas autarquias. Observamos que o Executivo passou a ditar regras de setores como telecomunicações e energia elétrica, por meios de decretos e portarias que muitas vezes ocupam-se de questiúnculas operacionais ditadas pelas circunstâncias.

Exemplo notável é justamente a discussão acerca da alteração do PGO. Não podemos esquecer que a análise da questão foi imposta a Anatel pelo Governo, que nutre explicita simpatia pela anunciada fusão a ponto de garantir o necessário financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, ainda que o negócio seja contrário a legislação vigente.

Nesse ponto devemos ressaltar que não nos opomos, em princípio, a revisão de regras traçadas há mais de dez anos para disciplinar a concorrência do serviço de telefonia fixa. Entendemos, todavia, que novos preceitos devem adotados de forma prévia e válidos para todos os operadores do mercado.

Dessa forma não nos parece compatível com os princípios constitucionais de moralidade e da impessoalidade alterar as regras com o explicito propósito de acomodar uma situação específica, que não obstante,

o empecilho regulamentar prosperou sobre a benção das autoridades governamentais. Em um ambiente de respeito às instituições, os negócios são feitos de acordo com a lei e, não a lei de acordo com os negócios.

Feitas essas considerações que ressalta a responsabilidade que temos nesse momento, voltamos novamente para o exame das qualificações da Sra. Emília Maria da Silva Ribeiro, indicada para compor o Conselho Diretor da Anatel. [soa a campainha]

Segundo apuramos é servidora de conduta correta que desincumbe-se de forma competente de suas atribuições, além disso, temos boa referência quanto a sua personalidade e ao seu comportamento funcional. Esses são os fatos. Eu não estou mentindo eu estou dizendo a verdade.

Formada em Direito pelo Centro Universitário de Brasília, a candidata exerceu funções ligadas a Assessoria Parlamentar em diversos órgãos públicos – por isso tão conhecida por nós -, como o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, a Secretaria da Administração Federal, o Ministério da Educação e dos Desportos, entre outros.

Desde 2003, trabalha nesta Casa como Assessora Técnica da Presidência, em 2005 passou a representar o Senado no Conselho Consultivo da Anatel, onde teve a oportunidade de desenvolver diversos trabalhos relacionados ao setor de telecomunicações.

Em que pese as boas referências que temos a respeito da indicada, temos de considerar entretanto que o currículo ora apresentado não se mostra convincente, para atestar de forma inquestionável a sua capacitação para o cargo.

Por essa razão ao tempo em que entendemos que essa Comissão tem condições de deliberar sobre a matéria, exortamos nossos Pares a acompanhar com especial atenção a argüição da candidata.

Sala das Comissões. É o meu relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência agradece ao ilustre Senador Sérgio Guerra, Relator dessa matéria importante e o cumprimenta pelo exame acurado, pela responsabilidade, pela seriedade que lhe são peculiares na análise desta indicação.

Eu vou colocar em discussão, eu vou passar-–

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra pela ordem o Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, o Senador Sérgio Guerra disse palavras extraordinárias de um homem competente e responsável com a vida pública do país. Não é a toa que é Presidente de um grande Partido Político.

V.Exa. desceu profundamente em questões que nós devemos levar em conta, como o fato de nós estarmos indiretamente referendando um negócio já efetivado e que depende de uma alteração na legislação. E, que infelizmente, traz o nome da Dra. Emília Maria Silva Ribeiro à baila e poderia ser qualquer outro a vivenciar essa situação, ao mesmo tempo, honrosa e constrangedora que V.Sa., vive.

Daí porque, Sr. Presidente, eu prefiro fazer as minhas considerações por escrito, como fez o Senador Sérgio Guerra e, em decorrência disso eu peço vista, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Vista concedida ao Senador Demóstenes Torres, porque regimental.

Antes de encerrar esta sessão extraordinária--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria que fosse vista coletiva. Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Concedo vista coletiva -–

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Por solicitação do Senador Wellington Salgado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra pela ordem, o Senador Renato Casagrande e, logo após, Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, o sistema de aprovação de diretores de agência, é o sistema apresentado no final do relatório do Senador Sérgio Guerra. Apresenta-se o currículo, faz-se o debate com a pessoa indicada.

Então, o currículo ele geralmente não deve ser suficiente, porque senão não precisaria ter o debate e aqui presente nessa Comissão, então é fundamental que nós tenhamos o debate. Então, concordo com o Senador Sérgio Guerra de que o debate é importante, porque é esse debate que vai demonstrar a capacidade da pessoa, às vezes, a pessoa tem um excelente currículo, mas não tem a capacidade de demonstrar seu conhecimento no debate.

A segunda questão que eu queria observar, é que nós não podemos penalizar nenhum indicado, porque esse indicado ele coincide com um debate que está sendo feito no Governo e na agência, com relação a uma aquisição de uma empresa pela outra. Nós não podemos penalizar uma pessoa, porque a pessoa ela

vai para lá, ela vai fazer parte do Conselho da Anatel, ela vai para lá como diretora da agência para poder fazer esse debate; isso não pode ser um ponto para que nós ou aprovemos ou não a indicação da Maria Emília.

Terceira questão, só uma observação que eu faço no seu relatório. É que as indicações da agência atual de telecomunicações têm diversas pessoas que serviram o Governo passado, então não tem esta referência e este posicionamento feito por V.Exa., de que são os apaniguados políticos somente, está certo? Nessas indicações.

Então, tem pessoas dos governos passado, que serviram em cargos de confiança do Governo passado, presente nessa direção atual. Só para fazer esse registro para poder, também, prevalecer a verdade com relação ao relatório de V.Exa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro, logo após o Senador Renan Calheiros, Senador Jayme Campos, Senador Valdir Raupp, Líder do PMDB, Senador Romeu Tuma e Senador Goellner.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro. Eu pediria brevidade.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, muito breve. Eu gostaria de pedir a V.Exa. que colocasse em discussão o requerimento que está sobre a mesa, que previa uma Audiência Pública para amanhã.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Senador, V.Exa., estava muito ocupado na Comissão de Constituição e Justiça, na sabatina ao Ministro do Superior Tribunal de Justiça--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já foi aprovado. Eu lhe agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu gostaria de informar, que esse requerimento já foi aprovado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agora, nós estávamos prevendo Senador, que pudéssemos fazer essa Audiência Pública amanhã, mas lamentavelmente em função do quorum, nós vamos adiar para uma data a ser marcada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência terá mais prazer em acordar com V.Exa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Um outro assunto, Sr. Presidente, eu gostaria, se possível, que nós pudéssemos também colocar em discussão, em votação o Item 3, projeto do Senador Expedito Júnior, que está na pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Queria tê-lo feito há uma hora atrás, V.Exa. estava ocupado, mas mesmo assim ainda vou procurar fazer no dia de hoje.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra com prazer ao Senador Renan Calheiros, ex-Presidente da Casa.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Srs. Senadores, Dra. Emília, eu ouvi Sr. Presidente, peço até desculpas porque não faço parte, não integro essa Comissão detalhadamente, não só a leitura do parecer do Senador Sérgio Cabral--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sérgio Guerra.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Sérgio Guerra. Que pese a comparação, a comparação o distingue, o honra. O Governador Sérgio Cabral é um quadro qualificado da vida pública nacional.

O Relator, Senador Sérgio Guerra, como também, ouvi a sua exposição. Concordo com parte, Sr. Presidente eu tenho pelo Senador Sérgio Guerra um respeito muito grande. Eu só lamento a exposição da Dra. Emília e o tempo que demorou para que esse relatório fosse feito. Eu lamento profundamente. Profundamente. Porque essa exposição, ela não pode se repetir, ela cria para a Casa um problema de ordem política.

Eu me lembro e, talvez, seja o caso de citar nessa oportunidade, Senador Demóstenes, a luta que nós travamos aqui, para aprovar o nome do Dr. Victor Martins para a Agência Nacional do Petróleo um dos maiores especialistas sobre petróleo do Brasil. Por que isso? Porque a sabatina foi politizada, foi partidarizada.

E hoje nós estamos vendo aqui pela primeira vez, diga-se de passagem, acontecer uma coisa inusitada, verdadeiramente inusitada. Ao invés de sabatinarmos a indicada pelo Presidente da República, nós vamos sabatinar a aquisição, a fusão de uma Companhia Telefônica por outra, foi isso que V.Exa., colocou infelizmente. Isso não só coloca um caso concreto para ser apreciado antes da pessoa, do nome da pessoa.

A Dra. Emília, V.Exa. disse muito bem, tem serviço público prestado ao País, é qualificada, é uma daquelas pessoas, Senador Sérgio Guerra, que pela dedicação, pela competência, pela honradez, pela seriedade costuma se tornar especialista em qualquer ramo de atividade humana que abraça.

A Senadora Emília... A Emília foi indicada pelo Senado Federal para integrar o Conselho Consultivo da

Anatel, que é um setor importantíssimo da vida nacional. Ela, portanto, já faz parte do Conselho Consultivo da Anatel, representando o Senado Federal. E transferir a apreciação do seu nome para discutirmos aqui uma questão concreta, pontual, um negócio, uma fusão.

Eu acho que esse é um precedente que V.Exa., está colocando nesta Casa e, nesta Comissão que não pode, não pode de forma nenhuma ser levado em conta, porque isso pode reproduzir a questão do Victor Martins que o Senado passou mais de um ano para apreciar o seu nome, em que pese a sua especialidade para tratar de petróleo, para regular o setor, também importantíssima, por conta da politização da sabatina, da partidarização da sabatina o que não pode de forma nenhuma, se repetir no caso da Dra. Emília.

É muito importante que nós façamos esse debate com os olhos da responsabilidade do País, do interesse público, do posicionamento da Dra. Emília, não nessa questão. Não nessa questão. Porque essa preliminar ela é destrutiva para esta Casa, se todas as pessoas que forem indicadas aqui, nós tivermos que saber como ela vai se posicionar sobre questão concreta, nós vamos abrir um precedente lamentável. Lamentável.

Nós temos que sabatinar a Dra. Emília e o regimento diz isso e, a Constituição também manda que nós façamos isso, o que ela compreende do setor, quais sãos os compromissos que ela tem com o futuro do setor, qual a importância estratégica do setor e V.Exa., já citou número.

Mas nós não podemos sem dúvida nenhuma, ajudar V.Exa., a construir do Senado Federal, infelizmente, Senador Sérgio Guerra – V.Exa., sabe do apreço que eu tenho por V.Exa. – um conceito novo para sabatina, para apreciação de nome, que é saber o que a pessoa acha sobre um fato concreto já previamente anunciado por V. Exa; previamente anunciado por V.Exa.

Aí sim, aí nós fazemos uma confusão, do homem público com a relação com o setor privado, com a iniciativa privada e isso não pode balizar a vida nacional. Infelizmente, lamento discordar de V.Exa., lamento. Não vou de forma nenhum seguir V.Exa., nesse precedente que aqui se cria, nessa preliminar que aqui se coloca.

Eu concordo com o Senador Demóstenes, quando diz que V.Exa., fez uma exposição brilhante, realmente foi uma exposição brilhante, mas lamentavelmente essa exposição não pode apequenar o Senado, não pode restringir a órbita de uma sabatina, não pode partidarizar, porque isso não faz bem ao País. [soa a campainha]

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Presidente, art. 14.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, dois Senadores, solicitam a palavra, com base no art. 14, Senador Sérgio Guerra e o Senador Heráclito Fortes, que foi Presidente da Comissão, à época, da sabatina para a ANP.

Dessa forma, eu vou conceder a palavra com base no art. 14 – e só pode ser feito por sessão atendendo a duas solicitações – eu vou conceder a palavra-

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, V.Exa.-

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Ao Senador Sérgio Guerra e, logo após ao Senador Heráclito Fortes.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, V.Exa.-–

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pois, não.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): V.Exa., me inscreve--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Está inscrito... É pela ordem, Senador Valdir Raupp, Senador Jayme Campos, Senador Romeu Tuma, Senador Gilberto Goellner e V.Exa.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente, após o Senador Renan–

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Gim Argello.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, após o Senador Renan Calheiros, eu acho que pela ordem, seria o Senador Jayme Campos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu sei, será V.Exa., será V.Exa.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Depois do Senador Valdir Raupp, eu já tenho aqui de cabeça quem são os que solicitaram, mas o regimento prevê que a resposta deva ser dada, imediatamente após o Senador ser citado.

Com a palavra o Senador Sérgio Guerra, com base no art. 14.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Senador Renan Calheiros de uma maneira especial. V.Exa., eu prestei muita atenção à V.Exa., que normalmente o faço e, percebi que também prestaram atenção ao que eu dizia.

Devo ter sido extremamente incapaz de me pronunciar, para que levantasse, como levantou, essas suposições democráticas. Está equivocado V.Exa.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Eu não estou equivocado.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Primeiro... Está equivocado, eu estou falando! O senhor foi Presidente, tem que respeitar a palavra dos outros.

Então, o Senador está equivocado pelo seguinte, primeiro, porque eu não discuti a fusão. Não sei se ela é certa, nem se ela é errada e nem quero saber agora. Eu discuti num documento sobre agências reguladoras... O senhor quer ouvir ou não?

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Eu estou ouvindo.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): O senhor reclamou muitas vezes que não foi ouvido por mim foi o tempo todo, deve ouvir também.

Eu disse que--

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Senador Sérgio Guerra. Senador, eu vou ouvir [soa a campainha] ouvir V.Exa.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Então, tudo bem.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Eu vou ouvir V.Exa., está bem?

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Então, o seguinte. Eu disse aqui que eu não concordava, não entrei no mérito da fusão se ela deveria se dar ou não, não tem nenhum conteúdo em tudo o que eu disse sobre isso.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Não foi isso que eu disse.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): O senhor disse aí. Eu disse não podia tomar uma iniciativa pública de dar um financiamento, organizar um negócio para depois fazer as regras para esse negócio.

As regras têm que anteceder as decisões privadas, as decisões econômicas e não ser depois delas. E eu tenho absoluta convicção que o senhor concorda com isso, porque isso é sensato, é lógico, isso é de todos nós.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Não foi isso que eu disse e eu prestei atenção a V.Exa.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Nós queremos regras que são precedentes que são anteriores aos negócios, que orientem os negócios, a livre concorrência, a organização dos empreendimentos.

Quando você desenvolve um negócio dá financiamento BNDES, Banco do Brasil e não sei o quê, põe o negócio em cima da mesa de uma agência reguladora e propõe a mudança de uma determinada regra está errado.

O negócio tem que vir depois da regra e, não a regra depois do negócio. Esse é o meu ponto de vista e não propus que ninguém discutisse isso.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Isso que eu coloquei. V.Exa., me permite um aparte?

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Então, foi esse o meu ponto de vista. Eu não quero discutir fusão nenhuma.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): [Pronunciamento fora do microfone] Se V.Exa., me permite um aparte? [soa a campainha]

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Tudo bem, então esse é o primeiro ponto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Renan-–

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Não foi isso que eu coloquei.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Eu não quero discutir.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Eu coloquei o precedente que aqui se torna-

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Tudo bem --

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador, Renan, não é permitido--

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Nós discutirmos o negócio, antes de discutir o nome. [soa a campainha]

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Eu não estou propondo discutir negócio nenhum.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Renan, não há aparte a esse tipo de pronunciamento. Senador Renan Calheiros.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Eu não pedi, eu solicitei, Senador.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Não, eu não propus--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Depois eu concedo a palavra, novamente a V.Exa.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Eu solicitei humildemente, um aparte.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Não há aparte em relação ao art. 14.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Eu estou tentando respondê-lo, Presidente.

Eu quero dizer ao senhor que eu não propus discussão de negócio nenhum, nem vou discuti-lo. Porque eu como Relator podia perguntar a ela, consultá-la sobre isso antes dos outros, mas não ia consultar sobre isso.

Disse mais. Que, do meu ponto de vista eu não queria saber se a versão que a Dra. Emília era a favor

desse procedimento ou a favor de outro procedimento, disse até isso, o senhor não ouviu bem.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Eu ouvi bem.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Então, o que eu quero dizer Senador, é que existe um sistema de agências reguladoras que está sendo bombardeado.

Que não faz sentido fazer um negócio, organizar um negócio, botar dinheiro de financiamento de banco público nesse negócio, para depois fazer uma mudança na legislação para que esse negócio seja encaixado, seja coberto, resolvido, legalizado.

Isso não faz sentido, não é real. Não tem sentido econômico, tem(F) sentido democrático Esse é meu ponto de vista, não tem nada a ver com o depoimento da Dra. Emília.

O que eu disse sobre a Dra. Emília foi outra coisa, não expus ela a coisa nenhuma.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Expôs sim.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): O senhor vai ouvir.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Tá.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Eu não expus a coisa nenhuma. Eu fiz todas as considerações pessoais que são favoráveis a ela, todas!

Pessoa correta, pessoa de vida pública limpa, pessoa que trabalhou direito a vida inteira. Eu próprio conheço e dou esse depoimento e ouvi de vários Senadores e de pessoas que não eram daqui. Fiz questão de ouvi-los. Agora, eu não posso deixar de dizer o óbvio.

Primeiro. Demorar um mês para fazer o relatório não está errado, não. Tem que demorar um mês mesmo. O assunto é importante, importantíssimo. Discutir um dia, dois, 10, 20, que haja discussão. Quer ser diretora de agência que se exponha ao debate, não tem nada disso, eu não quero proteger ninguém, nem muito menos punir ninguém, não é da minha natureza.

Agora, eu não posso dizer o que eu não acho que o currículo da Dra. Emília é convincente. Não é. Talvez com argumentação, explicações dela sobre o que pretende fazer, como vai ser o sistema, qual será o seu papel ela nos convença a todos e a mim próprio. Essa é a minha atitude sóbria, tranqüila de prejulgamento de forma alguma, foi isso que eu disse.

Eu entendo a sua defesa, ela tem sentido, mas está equivocada, porque fala de um argumento que não usei e de um propósito que eu não tenho. E não expusemos Dra. Emília a coisa alguma. Ela vai exposta como deve ser e se fizéssemos isso no passado não teríamos cometido tantos erros como cometemos, no plural.

Vai ser exposta a um exame dos companheiros e de mim próprio, sobre a sua qualificação, a sua capacidade de trabalhar, a sua isenção, a sua vontade de construir algo que nós possamos defender e sustentar, hoje, amanhã e depois amanhã. Até porque as agências não são do PSDB, nem são do PT. As agências são do Estado Brasileiro, da democracia como ela está organizada. E que devemos fortalecer.

Eu tenho respeito por V.Exa., e V.Exa. sabe disso, gosto da discussão e acho que a sua intervenção baseou-se num fundamento, que seria uma proposta que eu não fiz e uma apreciação que eu não dei, de uma matéria que tem outra natureza. [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador--

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Sr. Presidente, na forma da art. 14, eu peço a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O senhor Senador Renan Calheiros, o regimento é bastante claro em relação a utilização deste fundamento.

O art. 14, só pode ser utilizado numa sessão por duas vezes.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas eu não vi a citação do nome do Senador Heráclito Fortes.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Ele pediu.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas eu não vi a citação pelo art. 14.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Mas ele solicitou com base no art. 14.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas eu não vi a citação do nome dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Tudo bem. Eu vou conceder a palavra à V.Exa., pela ordem, logo após-–

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Se V.Exa.-–

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Renan Calheiros, com certeza, o Senador Heráclito Fortes vai tratar da mesma questão.

Eu vou conceder a palavra ao Senador Heráclito Fortes e com todo respeito que eu tenho a V.Exa., depois eu concedo pela ordem a V.Exa.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): V.Exa., não está colaborando com o debate que e aqui

se travou, lamentavelmente devo dizer isso, [Pronunciamento fora do microfone] --

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, Sr. Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O Senador Sérgio Guerra [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Senador, há uma lista de Senadores que já se inscreveram pela ordem. Eu estou me colocando--

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Eu não estou discutindo isso, é que o meu nome foi citado, democrática-–

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu estou colocando à disposição de V.Exa., para falar logo após o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Com todo o respeito que eu tenho pelo Senador Sérgio Guerra e por V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Logo após o Senador Heráclito Fortes, eu concedo a palavra a V.Exa.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): [pronunciamento fora do microfone] Eu quero lamentar por isso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Se V.Exa., assim concordar, o Senador Renan Calheiros pode falar na minha frente. Não tem nenhum obstáculo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Renan Calheiros.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero colaborar para esclarecer equívocos [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Renan Calheiros, havendo concordância dos demais Senadores que já foram inscritos pela ordem, se eles concordarem, com prazer eu concedo a palavra à V.Exa., pela ordem, não pelo art. 14.

V.Exa., merece da minha parte respeito e eu concedo a V.Exa., a palavra.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Eu agradeço a deferência que V.Exa. me tem. Eu queria ponderar com o Senador Sérgio Guerra, por quem também tenho muita consideração, sempre tive.

Eu acho que o segundo depoimento do Senador Sérgio Guerra repõe essa discussão, acho que essa discussão é muito importante. É importante que nós tenhamos uma sabatina qualificada, profunda, que a gente possa discutir todos os aspectos da telecomunicação no Brasil. Aliás, essa Comissão nessa sabatina, ela existe exatamente para isso.

A Dra. Emília está inteiramente à disposição para dirimir qualquer dúvida com relação ao que ela pensa para o setor, o futuro do setor. A Dra. Emília é uma pessoa competente. A Dra. Emília, como eu disse é contemporânea do seu tempo. A Dra. Emília, ela é a representante do Senado Federal no Conselho Consultivo da Anatel.

Eu só não quero Sr. Presidente é que nós reproduzamos aqui no Senado Federal e nessa Comissão muito mesmo, o episódio que nós vivenciamos por ocasião da indicação do Dr. Victor Martins para a ANP.

Essa indicação demorou aqui quase dois anos. Quase dois anos. Apesar dos esforços, das tratativas, das conversações, ela demorou quase dois anos, porque havia uma partidarização óbvia, que não pode se repetir nesse episódio.

Eu quero também em função de tudo o que aqui foi colocado, que nós não criemos esse precedente de discutir fatos preliminarmente a qualquer sabatina, a qualquer indicação. Se nós enveredarmos por esse caminho, nós estaremos caminhando muito mal, muito mal.

E, isso será ruim para a Casa, para as agências reguladoras, para a regulamentação que se quer para esse país e par, principalmente, apreciação de nomes.

Eu agradeço a V.Exa., não quero discutir, não quero polemizar, não quero confrontar. Eu acho que nós poderemos chegar a bom termo e é fundamental que nós cheguemos a bom termo, para que todos possam em função da representação que exercem, em função do fato de representarem seus Estados, especificamente, possam aqui cumprir o seu papel regimentalmente, constitucionalmente, fazendo uma sabatina do tamanho da importância desse cargo para o País.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Renan Calheiros. Convido o Senador Heráclito Fortes para estar à Mesa, já que ex-Presidente dessa Comissão e Presidente da Comissão de Relações Exteriores.

Por favor, Senador, a quem concedo a palavra com base no art. 14 do Regimento Interno do Senado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com o objetivo de esclarecer alguns fatos, inclusive, não permitir que meu caro amigo Senador Renan Calheiros, no seu livro biográfico conviva com erros e com falhas, eu quero prestar alguns esclarecimentos como ex-Presidente da Comissão.

Em primeiro lugar o episódio Victor Martins. O Victor Martins, teve o seu nome aprovado aqui depois de uma semana, duas sessões o nome foi aprovado.

O que demorou na questão do Victor Martins é que a Casa Civil, por uma malandragem processual, não definiu na Mensagem, se ele estava ali cumprindo um mandato que restava – já que não havia renunciado – ou se ele cumpriria um mandato completo.

A discussão demorou ao ponto que o mandato tampão findou. E o Dr. Victor, ficou cerca de dois meses sem exercer as funções. Mas quero lembrar à V.Exa., que tudo ocorreu por briga interna entre o PMDB e o PT, por outros cargos na República.

Àquela época, o líder era de uma habilidade fantástica que era o Senador Ney Suassuna e que condiciona a entendimentos que eu não sei eram entendimentos da Base do Governo. E, nós ficamos insistentemente, aguardando o retorno do nome do Dr. Victor.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Espera, eu estou falando do caso do Victor Martins--

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): [pronunciamento fora do microfone] o-–

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, não, deixa, eu...

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): [pronunciamento fora do microfone] Com relação a isso com V.Exa., do ponto de vista que é--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Deixa, eu... Veja bem, eu vou lhe lembrar um outro fato de politização aqui nessa Casa--

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, não... E também de uma outra briga. Mandou-se para cá um técnico da maior categoria, Dr. Fantini(F)

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): É outro problema.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E aí também havia uma briga por distribuição de cargos, não sei o que foi e surpreendentemente o Dr. Fantini(F) foi derrotado aqui nesta Comissão.

E nós fazíamos a conta, a base, a oposição não tinha os votos para cometer ou para patrocinar uma derrota daquela natureza, então, politizou-se aqui.

Essas agências, essas indicações, infelizmente, elas são permanentemente politizadas, nós temos um terceiro caso aqui na Comissão, que foi a indicação da ANAC. Levantamos a questão da qualidade técnica dos indicados, por várias vezes, e o episódio chegou a um ponto em que os nomes só foram votados em globo, quando estava toda a diretoria excluída.

Para isto representou a Casa Civil aqui, como maneira de pressão a Dra. Erenice(F) e o Ministério do Turismo que indicava o Presidente da ANAC, o Ministro Mares Guia. Então a politização aqui é erradamente, eu acho o que Senador Sérgio Guerra nessa parte está coberto de razões, ela existiu.

Se está se politizando esse fato, agora, eu não quero entrar no mérito, eu tenho posição sobre esse caso, mas essa politização ela não tem a sua estréia nesse presente caso.

Eu quero lembrar que o Dr. Fantini(F) teve 11 votos sim e 12 não, numa politização injusta, porque se puniu um cidadão que era um técnico e que não tinha nada a ver, Senador Renan, nesse episódio.

No caso da ANAC não, foi mais grave. Nós fomos derrotados--

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Senador Heráclito, eu não quero interromper V.Exa., eu não quero é discutir esses assuntos, porque nós temos pontos de vistas opostos com relação a ele, infelizmente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas com relação a quê?

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Essas apreciações de nomes-–

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, não--

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): As indicações de outros nomes para outras agências.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu não tenho ponto de vista com relação a isso, eu estou apenas citando um fato que V.Exa. trouxe à tona em um momento em que eu presidi a Comissão.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): V.Exa. cita fatos, conjunturas políticas que eu conheço. Eu conheço, [soa a campainha]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Era apenas o esclarecimento com relação a esses casos, o Victor Martins-–

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Eu conheço a minha preocupação não foi essa-–

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Renan Calheiros, eu vou pedir a V.Exa., a compreensão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em dois anos foi aprovado nessa Comissão duas vezes, é bom que fique claro-–

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Depois eu passo a palavra a V.Exa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Dr. Martins foi aprovado duas vezes, no período em que eu presidia a Comissão.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Eu sei, eu sei.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Só o registro.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): Eu agradeço muito a V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Concedo a palavra ao Líder Arthur Virgílio, logo após Senador Romeu Tuma e Senador Goellner.

O Senador Arthur Virgílio fala como Líder. Acho que V.Exa. tinha saído Senador Valdir.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu espero-–

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): E concedo a palavra à V.Exa., como Líder do PMDB e logo após ao Senador Arthur Virgílio.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Sr. Presidente, eu concordo em parte com o Senador, em parte, porque eu acho que nós temos que travar um debate democrático como sempre travamos aqui nessas Comissões ,tanto no relatório do Senador Sérgio Guerra quanto na fala do Senador Renan Calheiros.

Nós não podemos dizer que ambos estão certos e nem que ambos estão errados, mas eu faria aqui apenas uma retrospectiva para lembrar do caso Pagot (F). O caso Pagot(F), foi talvez um dos mais polêmicos nessa Comissão, que se arrastou aqui por mais de seis meses também e acabou dando certo.

Eu acho que no final, nós tivemos um final feliz, está trabalhando corretamente, está desempenhando o seu papel no Departamento Nacional de Transporte, no DENIT. Tivemos o caso da Solange Vieira da ANAC, inclusive, relatado se não me falha a memória, pelo Senador Sérgio Guerra também e com aplausos, para tirar inclusive um nome que tinha sido indicado pelo atual Governo na Agência Nacional da Aviação Civil, na ANAC.

E creio que esteja dando certo também a competente Solange Vieira, à frente da Presidência da ANAC para resolver um gargalo, um problema que vinha se arrastando algum tempo com seriíssimas dificuldades naquela Diretoria.

O caso do Victor Martins, não creio que tenha sido tão greve como já relatou o nobre Senador Heráclito Fortes, ex-Presidente dessa Comissão, que também está dando certo, um diretor competente da Agência Nacional de Petróleo.

Eu tenho certeza que--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Da maior competência.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): É da maior competência. E tenho certeza que caso da Dra. Emília, também vai ter um final feliz, vai dar certo.

E eu falo aqui eu quero aqui e eu quero aqui ler apenas o trecho onde o Relator fala das competências, da lisura, da seriedade da Dra. Emília Maria da Silva Ribeiro: “Indicada para compor o Conselho Diretor da Anatel, segundo apuramos, é servidora de conduta correta que desincumbe-se de forma competente de suas atribuições, além disso temos boas referências quanto à sua personalidade e a seu comportamento funcional”.

Se tudo isso aqui for confirmado durante a sabatina, se hoje ou na próxima semana, se nada vier ao contrário nós não temos por que não aprovar a Dra. Emília para essa diretoria da Anatel.

E cito ainda aqui as referências que foram feitas quando ela foi Assessora Parlamentar e eu era na época o Governador do meu Estado quando o Dr. Paulo Renato, Ministro da Educação do Governo Fernando Henrique, quando ele era Ministro da Educação. A Dra. Emília que atendia aos governadores, atendia os Parlamentares, como uma excelente Assessora Parlamentar do Ministério da Educação e que servia também ao Governo anterior.

Então, isso reforça a tese de que as agências reguladoras não é de um Governo e nem de outro, passa de um Governo para outro. A Dra. Emília serviu ao Governo anterior e vai servir esse Governo, assim como qualquer profissional, qualquer técnico desse País, não é que por ter servido o Governo anterior que não pode servir o atual, não é porque está servindo ao atual que não pode servir o futuro. Eu acho que nós temos que distinguir diferenciar essa situação. Então, eu parabenizo até nesse trecho do relatório.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Anteriores. Anteriores.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Anteriores, [risos].

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente--

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Exatamente, anteriores. Era essa a minha consideração e reforçar o pedido de vista coletiva, para que a gente possa, Sr. Presidente, votar então na próxima semana a Dra. Emília. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação do Senador Valdir Raupp, Líder do PMDB.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB. Logo após ao Senador Goellner e Senador Wellington Salgado, depois nós vamos encerrar a discussão desse item e vamos passar ao item

3º, cujo Relator, Senador Flexa Ribeiro, se encontra presente.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, o meu querido Líder Valdir Raupp, precisamente me deu o mote, até porque nós temos que deixar a Dra. Emília Ribeiro, que é uma figura respeitável e prezada por tantos de nós, muito confortável e de cabeça erguida ao sair desta sessão.

O Senador Valdir Raupp deu uma verdade incompleta, ele que fala com sinceridade o tempo inteiro. Ele disse: "Ela serviu ao Governo passado e vai servir este Governo". Ela serviu ao Governo passado sim, quando foi Assessora privilegiada e importante do Ministro Paulo Renato de Souza.

Mas desta vez ela não vai servir ao Governo não, ela vai servir ao Estado Brasileiro, que muitas vezes poderá se colocar contra os desígnios deste Governo.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu concordo com a correção, obrigado. Ela vai servir ao povo brasileiro, quando serve ao Governo, serve ao povo. Muito obrigado.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não, Sr. Senador tem que servir ao Estado, ainda contra o Governo.

A agência reguladora serve ao Estado. O Ministro serve ao Governo, enquanto o Governo quiser e enquanto ele quiser o Governo. Muitas vezes o Ministro diz: "Olha eu não quero mais este Governo". E o Governo diz: "Eu não quero mais esse Ministro".

Agora terá, se aceita por nós, terá o mandato não coincidente com o do Presidente da República, o mandato infensa pressões, ou seja, ou nos incorporamos – e o Governo Lula tem dificuldade de fazer essa compreensão entrar em sua própria cabeça – ou nós incorporamos que há uma separação entre o Estado que as agências têm que representar, ao mesmo tempo que representam elas também o consumidor, a sociedade civil brasileira e o Governo.

E o Governo pensa que pode transformar as agências em departamentos a receberem ordens dos Ministros, eu percebo esta distorção por isso as agências têm funcionado tão mal e aí se cria essa barafunda toda.

Dra. Emília, primeiro, V.Exa., sabe do apreço que tenho por V.Sa., não há nenhum desdouro no que houve aqui. Nenhum. Suas dificuldades já foram relatadas pelo Senador Sérgio Guerra e, certamente, serão evidenciadas no desdobramento dos fatos pela sua exposição.

Quem politizou essa questão das agências foi precisamente o Governo ao aparelhá-las, ao colocar pessoas que... E eu tenho certeza que ela todas às condições de ser uma boa diretora de agência.

Eu me lembro do episódio Fantini(F), lembrado aqui pelo Senador Heráclito Fortes, me lembro do episódio do Deputado Luis Alfredo Salomão. Fatos normais.

O Deputado Salomão como se a culpa coubesse a mim e não sei se ele fez isso com mais pessoas, virou para mim e disse: "Vocês recusaram meu nome". Eu disse: "Primeiro é um direito recusar, se quiser recusar, recuso o teu nome".

Segundo. "Quem te disse que fui eu que recusei o teu nome, se o voto é secreto? Quem foi que te falou isso? O Senado recusou o seu nome, você tem que se curvar ao fato que o Senado recusou o seu nome". As sessões não devem ser só de louvação.

Daqui para frente quem sabe se jurisprudencie e, Senador Renan, quem sabe um bom precedente aberto para todos os governos, nós fazermos inquirições efetivas para nós darmos importância e relevância ao papel que cumprimos como Senadores.

E, para darmos importância e relevância às agências que têm figuras estão boas a começar por essa figura competente que a preside, que é o Embaixador Sardenberg, com toda uma destinação a cumprir dos desdobramentos do processo de evolução tecnológica do País.

Eu me lembro de algumas decisões sábias que aqui se tomaram. Houvesse dúvida em relação ao DENIT e aqui se demorou muito tempo para se chegar a solução final. Tem outras pendências aqui mesmo nesta Comissão, tem outras pendências.

Em outras palavras o que me pareceu surrealista foi que eu vi uma cena, absolutamente normal. O Senador Sérgio Guerra fez o seu relatório, eu suponha qual seria sem saber que o relatório era tão denso como foi. Não pedi para ler e nem S.Exa., me deu para ler o relatório. Eu não tinha obrigação de lhe pedir e muito menos ele tinha obrigação de me passar o relatório para ler.

Eu não contava com o pedido de visto do Senador Demóstenes. O Senador Demóstenes também não fez nada demais, ele fez aquilo que está pelo Regimento ao alcance de qualquer Senador, pedir vistas. Nada demais. Ou seja, não transformemos isso aqui numa sessão de opróbrio à Dra. Emília, porque não é. Não é.

Ela será examinada substantivamente no momento próprio, na próxima sessão que poderá ser marcada de acordo com o que combine as Lideranças Partidárias na Comissão e o Presidente Senador Marconi Perillo, será marcada essa sessão para momento breve eu suponho.

Se não sai-se com a impressão de que ou aqui nós seguimos um escript em que não se pode questionar, ou se está humilhando o candidato a diretor. Se é para se fazer o script, diminuímos o Senado. E se tem a compreensão de que o reverso é humilhação do diretor, eu quero fugir desse maniqueísmo, eu não vejo assim.

Eu entendo, Sr. Presidente, e encerro, que o Senador Sérgio Guerra fez um relatório bastante minucioso, bastante circunstanciado. Eu estou muito pouco preocupado com o que vai acontecer, se o negócio tal deve ser concretizado ou se não deve ser concretizado.

Se não for a D. Emília, será o Sr. João a opinar ou será o Sr. Pedro ou será o Dr. Antônio, alguém um dia vai para esse lugar e vai opinar. Então, isso não deve estar colocado em pauta aqui.

Está em pauta e o Senador Sérgio Guerra propôs essa discussão, é se a Dra. Emília capaz, competente, administrativamente comprovada, se ela também será capaz de mostrar aos nossos pares, que ela está pronta para algo específico que é a Diretoria da Anatel. O Senador Renan diz: "Ela já faz parte do Conselho Consultivo". [soa a campainha]. Eu não duvido. Não duvido, mas vamos ouvi-la.

Que ela saía daqui de cabeça erguida, porque não aconteceu nada, nada de anormal. Não houve violação do Regimento, não houve absolutamente nada que estivesse, e concluo, Sr. Presidente, nada que estivesse fora do bom escript de uma Comissão que se pretende independente e que tem que agir com essa independência.

Portanto, o Senador Demóstenes Torres pediu vistas coletivas eu reforço o pedido, o Senador Sérgio Guerra apresentou o relatório que sua cabeça lhe mandou apresentar. E nós ouviremos com muito prazer e com muito respeito, as explicações e as explanações e as respostas todas que saíam da cabeça inteligente, que eu conheço, da Dra. Emília Ribeiro, uma sessão normal. Não a transformemos numa sessão anormal.

Talvez anormal fosse o Senador que entendesse como homologatórias, meramente homologatórias as reuniões que vão decidir sobre temas tão relevantes para a vida do País. Nada é mais importante, a meu ver, se pensarmos no futuro do País, do que nós termos a devolução do prestígio às agências reguladoras.

Este é um tema substantivado e vale a pena, portanto, uma pequena demora. Vale a pena. Eu volto a dizer, não saía daqui com a sensação de que houve qualquer ataque a V. Sa., cabeça erguida porque viveu-se uma sessão normal.

O Senado não poderia sair de cabeça baixa, entendendo que de repente, lhe caberia o papel de simples homologar. Não é assim. Eu parabenizo o Senador Sérgio Guerra pelo relatório e ouvirei com o respeito de sempre. Farei perguntas aqui, embora não seja da Comissão, à Dra. Emília, dizendo que pessoalmente acredito que V.Sa. é bastante inteligente e bastante competente.

Vamos analisá-la e, daqui para a frente, tem razão o Senador Renan, que façamos assim com todos, que ninguém venha fazer piquenique aqui mais. Isso é uma verdade, ninguém faça piquenique aqui mais. E ninguém entenda – e isso é um recado direito para às pessoas do Governo. Não entendam que: "Ah, ganhei a eleição agora posso virar a agência de cabeça para baixo".

Porque ganhando a eleição acabaram grampeando 400 mil pessoas e, ganharam a eleição e acabaram tendo grampo no gabinete do Presidente da República.

Então, ganha a eleição pode muita coisa, mas não pode tudo.

E se a gente não estabelecer os limites, a gente vai confundindo as coisas e o surrealista se implanta, porque não houve nada de surreal numa sessão que foi absolutamente normal esta que eu presenciei numa Comissão, da qual eu não tenho honra de fazer parte.

Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência agradece ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, pelas considerações.

Concede a palavra ao Senador Gilberto Goellner, do Mato Grosso.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Srªs e Srs Senadores, Dra. Emília. Eu quero parabenizar o Senador Sérgio Guerra pela relatoria independente, transparente e com a preocupação muito grande com o futuro da Anatel e com a responsabilidade que a Anatel exerce hoje, como entidade reguladora das telecomunicações do País.

E eu já lhe aprendi a admirar, Senador Guerra, quando o senhor presidia a Comissão de Agricultura, muito bem presidida por V.Exa., mas eu acho pertinente também o pedido de vistas do Senador Demóstenes, colaborado em parceria com outros, como um processo coletivo. E dizer que a Dra. Emília, já era admirada pelo saudoso Senador Jonas Pinheiro e também pela Deputada Federal Celcita Pinheiro.

Eu vejo que a sua experiência vivida no Conselho Consultivo, a senhora vai poder na próxima argüição, possivelmente na semana que vem, poder transmitir toda a sua vivência na Anatel e nos transmitir essa segurança, de agora ocupar o cargo de diretora desse importante órgão regulatório do País.

Então, eu faço votos que a gente tenha mais tempo e que a sessão comece um pouco antes, Presidente, na próxima vez para termos uma grande oportunidade de ouvi-la. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação do Senador Gilberto Goellner, passo a palavra com muito prazer, ao ilustre Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia e Inovação desta Casa, o nosso querido Senador Wellington Salgado.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, pela ordem. Depois da palavra do Senador, eu gostaria de dar uma palavra também.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com prazer, concederei a V.Exa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, primeiramente eu queria parabenizá-lo pela ótima condução nessa discussão polêmica e bonita, porque eu acho que é assim que o Senado caminha nas discussões frente a frente, olho no olho. E V.Exa., tem conduzido bastante bem, nesse momento que aconteceu aqui.

Mas eu queria só fazer uma colocação. O Senador Sérgio Guerra a quem eu conheço bem, sei do seu posicionamento, não é à toa que ele é Presidente de um grande Partido País. Aqui no relatório de V.Exa., V.Exa., coloca que: "Há necessidade de se dar uma solução rápida para que a questão, é ainda certamente reforçada pela milionária multa contratual a ser paga por uma das partes à outra, caso o negócio não se concretize dentro do prazo listado". Esse é o relatório de V.Exa.

V.Exa., tem esse contrato? Que eu pedi vistas junto com o Senador Demóstenes. E V.Exa., tem esse contrato para que possa fazer parte também do meu voto, essa multa milionária. V.Exa., tem esse contrato? Para que eu possa também utilizá-lo, num relatório que por acaso venha a fazer-–

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Eu posso responder ao...?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Claro, claro.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Senador, eu sou responsável pelo meu relatório e, por tudo que está escrito. Se você tivesse feito o seu, o senhor teria inteira responsabilidade pelo que fez, tudo que está dito aí, tudo que está afirmado aí eu conheço.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V.Exa., tem ou não?

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Eu conheço o assunto.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ah, conhece do assunto?

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Conheço bem, perguntei, trabalhei. Eu sou o Relator, não sou conversador.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sim, mas... Não, não e apareceu para V.Exa., esse contrato... Então, se eu pedir, também, eu vou ter, porque V.Exa., teve acesso.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Não, eu não conheço esse contrato, não vi esse contrato, mas sei disso--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Está bom. Então ,V.Exa., não viu o contrato?

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Mas eu ouvi muita gente na área que me disse isso.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V.Exa., não viu o contrato?

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Não. Não, sei qual é o milhão e nem quanto não é um é milhão, nem estou interessado nisso, também.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, porque eu vi aqui no relatório de V.Exa.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): É verdade, é verdade.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Foi por isso, como colocou no relatório é um documento.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Eu gosto muito do Senador Wellington, porque ele é sincero.

Então, com a mesma sinceridade que preside suas perguntas, eu não vi esse contrato e nem vi contrato nenhum, mas eu sei disso e todo mercado sabe.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Está bom, então V.Exa., não viu. Está bom.

Muito obrigado. Senador Sérgio Guerra, não fique chateado comigo, eu pensei que V.Exa., tinha para nos dar o Relatório. Só isso. Colocação perfeita, eu estou satisfeito. Agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Wellington Salgado pela manifestação. Concedo a palavra ao Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador Sérgio Guerra, antes de mais nada, eu quero consignar a minha admiração por V.Exa.

E eu queria só fazer um registro muito breve, muito rápido de que houve no meu entendimento, uma injustiça com a Dra. Emília, no momento em que no

seu relatório V.Exa., diz: "Que os cargos de direção das agências tornaram-se porto seguro para acomodar apaniguados políticos".

Eu quero registrar que eu não a indiquei, não conheço quem a indicou, mas que no Brasil...

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Eu não disse que ela fosse apaniguada --

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sim, mas eu gostaria de terminar. No Brasil, nós temos alguns tipos de funcionário público: o funcionário concursado, o funcionário eleito como nós, o funcionário nomeado. Todo funcionário nomeado na realidade ele é indicado não há exceção, alguém nomeado foi indicado por alguém.

Mas da forma que como está escrito aqui, da forma como o seu texto coloca, dá impressão de que o ato de nomeação dela por ter sido uma indicação política, já coloca tecnicamente de posição inferior aos demais funcionários.

E eu era só corrigir ou tentar corrigir ou tentar corrigir esta injustiça da forma como eu li, dizendo que a gente tem que avaliá-la depois da sabatina. Se o currículo dela é insuficiente e, eu não vejo aqui uns insuficiência, ainda no currículo dela--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V.Exa., me permite um aparte Senador Edson?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Pois não, Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Me permita, eu interferir no seu pronunciamento, mas sabe o apreço que lhe tenho e o apreço que tenho por toda a sua família.

Mas V.Exa., foi infeliz quando disse que não conhecia a Dra. Emília e não sabia quem a indicou. O Brasil todo sabe-–

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Não. Eu a conheço, não sei quem indicou.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Quem indicou. Fica mal para V.Exa., porque quem indicou foi o ex-Presidente da República, José Sarney--

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Que não me importa, ele não me disse isso. E não importa, se tenha sido ele ou V.Exa., para mim é indiferente-–

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, não, então é outra coisa--

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Para mim é inteiramente indiferente--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, não, a questão que V.Exa., disse é que não conhecia. E, o Brasil inteiro que está nos ouvindo não vai entender que, sendo V.Exa., do Maranhão e sendo o Senador Sarney, também do Maranhão, vocês não se conheçam. [risos] Pode ser até que não tenham ligações íntimas, pessoais e políticas, mas não fica bem dizer que-–

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador Heráclito Fortes--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, não eu quero apenas fazer esse registro--

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Eu já entendi, eu já entendi.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Para que os anais depois não deixem esse... Porque, sabe Estado pequeno, pode parecer até que há um rompimento e, nós não sabemos que não existe.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Positivo. Então, eu vou corrigir o que eu disse: o Senador José Sarney não me disse que a indicou, então, não tendo ele me dito que a indicou, eu vou considerar essa informação suspeita e não me importa quem a indicou. O que importa é a competência técnica dela que nós vamos avaliar.

E eu fico com medo apenas, Senador Sérgio Guerra, com medo apenas, que haja uma indução aqui que a coloque com o carimbo de apaniguada política e a gente deixe de avaliar ela tecnicamente, porque ela é uma apaniguada política. E eu quero registrar que todos os nomeados a rigor, são apaniguados políticos. Nós somos apaniguados políticos do povo, havemos de concordar.

Então essa questão de indicação política não a coloca em posição inferior a ninguém. Vamos avaliá-la tecnicamente. Vamos fazer uma sabatina, para saber se tem condição ou não de cumprir aquele papel.

É essa a correção que eu gostaria de fazer, não sei se foi essa a intenção, mas se não tiver sido, me perdoe na avaliação da sua intenção.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, pela ordem. Eu só gostaria de registrar--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Só instantinho, Senador, deixa eu--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Só uma... Para esclarecer, a indicação política--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu quero agradecer ao Senador Lobão Filho pela manifestação.

E conceder a palavra a V.Exa., Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Veja bem, V.Exa., está coberto de razões. As indicações aqui elas são políticas, às vezes, o senhor indica o técnico, mas por esse princípio a questão é política.

A Dra. Emília foi indicada pelo Senador Sarney, porque tem que ser indicada por alguém que seja da

Base do Governo, que tenha credibilidade e que tenha acesso a fazer indicação.

Mas quero lhe dizer, que pelos depoimentos aqui prestados ela tem a torcida do Flamengo a seu lado. Mas de qualquer jeito a discussão do Senador Sérgio Guerra não se... É bom que isso esteja bem claro. Ela não foi com relação a Dra. Emília, ela teve a infelicidade de estar aqui hoje e de ser a bola da vez.

Mas foi exatamente com erros e com critérios que essa Comissão vem, se utilizando e errando permanentemente, porque até parece que essa discussão está sendo individualizada e nessa parte [soa a campainha] realmente fica difícil, a sabatinada aqui presente. Mas o que nós estamos discutindo aqui foi uma série de erros cometidos que deu no que deu com relação a ANAC, que o preço que se pagou aqui por essa discussão.

E, pelo que eu entendi a proposta do Senador Sérgio Guerra, é que essas discussões aqui agora, daqui para frente, pelo menos é um mea-culpa que está se fazendo, é que ela seja feita com discussões mais detalhadas que se avance mais nesse processo. Eu não estou entendendo que isso seja dirigida à Dra. Emília.

Agora, eu quero crer que essa sessão de hoje ela será pedagógica e benéfica, não só para a Comissão, mas também para o Congresso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Heráclito Fortes, essa Comissão tem tido acuidade necessária, para dar o tempo necessários para que as discussões fluam quando se trata de indicação de membros diretores ou presidentes dos órgãos reguladores.

Em relação ao DNIT, foram seis meses de debate nessa Comissão. Fizemos um amplo debate quando da renovação dos quatro diretores da ANAC, depois o desastre que foi a indicação dos diretores anteriores. Fizemos uma ampla discussão para a renovação da ANTT, foram quase três meses de discussão para a indicação do novo diretor-geral.

Estamos começando a discussão com relação a indicação da Dra. Emília, para uma das diretorias da Anatel e, com certeza, nós vamos aprimorando ao longo do tempo e V.Exa., fez isso com muita competência quando presidiu essa Comissão. Nós vamos aprimorando esse debate aqui com vistas a efetivamente, transformar as agências reguladores em órgãos de Estado, em órgãos que efetivamente possam colaborar com o futuro desse País e com o fortalecimento e a independência dos órgãos reguladores.

Eu concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra, que pediu a pela ordem, para que a gente possa encerrar essa discussão e entrar no último item da pauta. Eu espero que o Senador Sérgio Guerra, Flexa Ribeiro seja bem rápido.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Eu vou reafirmar algumas breves ponderações do meu relatório.

Primeiro. Existe um quadro nas agências reguladoras que tem que ser motivado, que foi profundamente agravado no atual Governo. Eu disse quais os componentes desse quadro, o que é muito ruim para o País.

Segundo. Eu sou absolutamente contrário à indicação por políticos, Deputados, Senadores de pessoas para função como essas, essas indicações não podem ter esse conteúdo, elas têm que nascer da comunidade técnica, daqueles que participam da produção e do conhecimento nessas áreas. É assim que elas devem se dar e não por um partido, uma pessoa, por mais respeitada que seja essa pessoa.

Eu não disse, não afirmo, nem afirmarei a não ser que tenha convicção, que foi o Senador Sarney que indicou a Dra. Emília eu não trabalho sob versões, não faço isso não prejulgo ninguém, disse aqui hoje. Então, se foi o Senador Sarney está errado. Está errado, sim. Eu acho que está errado, opinião pessoal.

Não tem que ser Senador Sarney, Senador Flexa, Senador Marconi, para indicar diretor de agência, agência não é para política é para outra coisa. Mais ainda.

O quadro de questão da Dra. Emília, nenhuma humilhação. Ninguém aqui tem mais consideração por ela do que eu tenho. Alguém pode ter menos, mas eu tenho por ela, sempre tive, acho uma pessoa correta, equilibrada, de muito boa qualidade.

Agora, o currículo dela não é bom, não é suficiente, não é convincente. Se fosse convincente, eu teria aqui com a maior coragem do mundo e honestidade dizer: "Olha tem que ser indicada". Não importava que tinha a versão A ou B ou C, que ela ia para lá para desempatar isso ou empatar não sei o quê. Nada disso.

Não é tarefa minha investigar isso, eu não sou da Polícia Federal, não tenho nada a ver com isso. Eu não sou investigador, não gosto dessa tarefa. Tudo bem. O meu princípio é que ela é uma pessoa composta e correta. Ponto. Raciocínio a partir disso.

Agora, o currículo dela, se fosse convincente, eu teria a maior satisfação de dizer e escrever isto. Mas não é. Ele esteve no Conselho, nesse Conselho participou de coisas relevantes, mas nada têm a ver com a administração de uma agência, com operação de uma agência, e sim, era um órgão consultivo, do qual ela participou por algum tempo. Não é suficiente para eu dizer: "É uma pessoa adequada para essa tarefa". Se fosse, eu teria a maior boa vontade de fazê-lo.

Enfim, agora, importante é que a gente faça aqui o que o Senador Renan no final concordou: é uma discussão intensa de cada indicado, que a gente não... Eu já participei de várias escolhas que é assim. "Olha, tal cara é meu amigo, é amigo de não sei quem, vamos deixar ele ficar aí". Enfim não dá para subestimar isso mais.

Os investimentos estão caindo, os investimentos estão caindo, porque não tem previsibilidade nessas agencias, elas estão fracas, enfraquecidas, financeiramente enfraquecidas, institucionalmente enfraquecidas. Olha, há alguém que possa dizer de sã consciência com tranqüilidade, que não há interferência do setor estatal governamental nas agências reguladoras?

Eu não estou dizendo que a Ministra Dilma tem nada a ver com dossiê não sei o quê, isso não é o meu campo, mas não teve interferência do Governo naquele episódio: É tudo mentira? É tudo uma fraude? Claro que teve. Agência é uma coisa e Governo é outra. Enfim, nós temos que dar um basta nisso e não é por nós.

E eu não estou falando desse Governo, nem desse Partido é de uma Instituição que nós temos que fazer prevalecer, defender às agências como temos que defender o Senado e defender os políticos no seu papel.

Eu fiz o relatório que a minha conscientização me faz fazer, se é polêmico, se alguém se sentiu mal com ele, problema de quem sentiu--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Sérgio Guerra--

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Eu é que não vou dormir mal com a minha conscientização.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Sérgio Guerra--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra pela ordem, o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Veja bem, quando V.Exa., diz que é contra a indicação de político eu concordo plenamente. Agora, a indicação por político ela não é tão má, porque se deixar isso frouxo, você vai encher essa, agências de aloprados. [risos]

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): [pronunciamento fora do microfone] Aloprados políticos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois é. E imagine... Então, o que eu acha é que tem que ser visto os bons nomes. Se um Senador da República, um Deputado Federal tem um técnico que conhece pela sua experiência é uma coisa.

Agora, o que se é contra aqui, são pinçamentos que se faz de pessoas sem nenhuma aptidão para as funções e, que de repente são inçadas; não é o caso de quem embora não exerça no mesmo âmbito, mas tem experiência, tem currículo, tem vida--

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Eu acho que é uma falsa discussão essa, porque--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Claro--

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Concordo com a experiência e a sua sabedoria que eu sempre respeitei, sabedoria no bom sentido, no sentido real palavra.

Enfim, a gente não tem que... Porque alguém lembrou alguém para um cargo ali, ninguém pode ser condenado por isso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Claro--

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Mas ninguém pode chegar esse cargo, porque foi indicado apenas por alguém, que não é do campo adequado, que é o campo técnico.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Exatamente.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Enfim, é isso que eu estou, como qualquer pessoa de bom senso pensando--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Claro--

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): E certamente V.Exa., também.

Agora, o que devemos fazer é o que já deviam estar fazendo. vamos fazer agora... Muito importante o pedido do Senador Demóstenes, que eu tenho lido o que ele diz e ouvido o que ele fala, assim como outros Senadores.

E essa questão tem ser muito discutida aqui--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Sérgio Guerra--

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): E devemos sair dessa discussão de Emília, da questão dela, da indicação dela--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Dois minutos--

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Para uma discussão intensa sobre gerência reguladoras, sobre o desvario que está aí.

E eu tenho certeza que essa Comissão, com a Presidência competente do Senador Marconi, vai dar prioridade a isso porque caber essa prioridade.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [soa a campainha] Senador Sérgio

Guerra, só uma colocação se me permitir, dois minutinhos, Sr. Presidente, se permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra pela ordem, o Senador Wellington Salgado.

Eu gostaria de encerrar esse discussão.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não é discussão, eu só queria Sr. Presidente...Tem algo que eu não estou conseguindo entender, Senador Sérgio Guerra. V.Exa., coloca a todo momento que a indicação não tem que ser política--

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): De político.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, eu quero dizer o seguinte.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): É técnica.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sim, no momento que qualquer indicado passe por essa Comissão a indicação é política, porque a aprovação é política, a aprovação é dessa Comissão.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Não--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É isso que eu não consigo... Quando V.Exa., coloca, se o Presidente Sarney indicou, se o Senador indicou, isso é uma indicação. Agora, no momento que vem a essa Comissão e a Comissão passa a ser sim, uma aprovação política. Passa a ser sim, uma aprovação política, ou então, meu raciocínio eu não estou amarrar.

Eu estou prestando atenção ao que V.Exa., fala e presto bem atenção ao que V.Exa., fala porque eu acho que dela sai conteúdo e conteúdo importante, por isso que eu presto atenção.

Mas a todo momento quando V.Exa. chega para mim e fala que a indicação não é política, eu não consigo amarrar o final da história, porque para mim na minha concepção pode indicar quem quer que seja, Ministra Dilma, Presidente Lula, Presidente Sarney, eu, Senador Lobão Filho, indicar quem for.

No momento que bota aqui em votação, ela passa a ser política sim, qualquer um passa a ser uma aprovação política. E é isso que essa Casa precisa. Essa Casa precisa mostrar que quem aprova é essa Casa sim, seja indicado por quem for.

E essa Casa está cada vez diminuindo mais, quando acha que aqui dentro vai ser defesa, como fosse tese de Doutorado, Mestrado Técnico não é assim, não. Essa é uma Casa Política. Política!

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Wellington V.Exa., esclareça bem, porque nós aprovamos numa Comissão também nessa Casa [soa a campainha] que também--

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E moral, não é?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É--

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Política e moral--

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Deixa o Senador Heráclito Fortes terminar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nós aprovamos aqui Ministro do Supremo, nós aprovamos e essas indicações... Pelo amor de Deus! Pelo menos retire essa de que sejam políticas [risos], porque nós vamos ficar mal. [risos]--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V.Exa., acha que o Supremo não é político? V.Exa., acha que em algum momento, o Supremo não tem que ver o que é bom para o País [soa a campainha], na interpretação de uma determinada lei?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Wellington Salgado [soa a campainha]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): São declarações de V.Exa., que eu quero estar fora--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Esse é um posicionamento meu--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Meu! Meu! [soa a campainha]

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Presidente, só para terminar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero falar sobre a indicação não é sobre objetivos--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Wellington Salgado, [soa a campainha] eu peço a V.Exa., que conclua, por gentileza.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É só isso.

Eu queria ouvir Senador Sérgio Guerra nesse ponto, porque eu acho que quem tem que fechar essa reunião é o Relator, como uma posição política--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Está bem, ele vai fechar.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu gostaria de ouví-lo no posicionamento que eu coloquei [soa a campainha] sobre a questão da aprovação política. [soa a campainha]

Não seria justo não ouví-lo ao final. Eu queria ouví-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Muito obrigado. Essa Presidência agradece a contribuição do Senador Wellington Salgado.

Concede a palavra para encerrar também a sua reflexão o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Depois das palavras do Senador Wellington, eu já e me considero refletido por demais [risos], não tenho nada que acrescentar. Muito obrigado. [Risos]

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Eu quero dizer--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para encerrar eu concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.,

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Eu quero dizer, Senador Wellington, o nosso companheiro gente na nossa estima e, que tem entre outras qualidades a franqueza que... Eu não estou dizendo isso, o caráter, nós somos uma Casa Política, tudo o que passa aqui de uma forma ou de outra algo que tenha a ver com a política.

Mas quando você vai votar na Dra. Emília, você não deveria votar porque ela pudesse aliada do seu Partido ou indicada pelo seu Partido. Você tem que julgar e dar o seu voto no seguinte conteúdo, porque a indicação dela é ou não é adequada do ponto de vista técnico para as funções que ela vá desempenhar. Essa é a questão de Fundo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [Pronunciamento fora do microfone] mas no momento que é aprovada pela Comissão, ela passou a ser uma aprovação política é isso que eu quis dizer.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Olha, até para... Posso usar a palavra rapidamente?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): [soa a campainha] Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Para dizer que o Senador Wellington Salgado, tem razão o Supremo é um Tribunal político, tanto é que não se exige nem o Bacharelado, não precisa nem ser formado em Direito, o Ministro do Supremo a Constituição não tem esse requisito, agora, precisa ter notável saber jurídico e reputação ilibada.

Então, não pode ser ficha suja. Até eu fiquei muito encabulado com a decisão do Supremo, não em resposta a lei, mas porque em tese alguns já disseram que precisa de trânsito em julgado, três pelo menos. Isso quer dizer que reputação ilibada presume o quê? Vida pregressa analisada.

Isso quer dizer o que Ministro José Dirceu, pode ser indicado para o Supremo, se o Lula resolver... Ora...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ele teria que passar aqui [soa a campainha] Ele teria que passar aqui.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente. Se reputação ilibada for vida pregressa...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V.Exa., acha que o Presidente Lula está pensando nisso? Sinceramente [soa a campainha] [risos]

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu até acredito que possa estar, [soa a campainha], mas o Supremo é um Tribunal político. Isso não diminui o Supremo. O Supremo e o Supremo, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro, para relatar o Item 3.

Eu quero agradecer a presença da Dra. Emília Maria Silva Ribeiro, dispensá-la de estar aqui conosco, porque nós vamos passar a um outro item da pauta. Agradecer ao Senador Flexa Ribeiro e a todos os Senadores que participaram desta sessão.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro para leitura do seu relatório, referente ao Item 3, da pauta, cuja decisão é não terminativa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2008, que autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, a conceder empréstimos com taxas de juros subsidiados para financiar investimentos para a renovação da frota do transporte fluvial da Amazônia.

Autoria Senador Expedito Júnior, Relator Senador Flexa Ribeiro.

Eu peço aos Senadores que assinem as atas, eu pediria agora ao Senador Flexa Ribeiro, que relate o referido projeto de lei.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Marconi Perillo que preside essa sessão. Srs. Senadores, o projeto em exame de autoria do Senador Expedito Júnior tem por objetivo permitir ao BNDES, a abertura de uma linha de crédito especial para [soa a campainha] financiar a aquisição de embarcações para a navegação fluvial da Amazônia.

Os empréstimos seriam concedidos mediante taxa de juros de 6% ao ano com prazo de amortização de dez anos e três de carência.

As demais condições e limites seriam definidos e regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional

A proposição foi distribuída a Comissão de Infra-Estrutura e a Comissão de Assuntos Econômicas, cabendo a última a apreciação em caráter definitivo. Na Comissão de Infra-Estrutura não foram oferecidas emendas.

Análise.

Observamos que o País conta com mais de 40 mil quilômetros de rios potencialmente navegáveis, sendo a Amazônia praticamente [soa a campainha] dependente da navegação fluvial, tanto para seu desenvolvimento econômico...

Presidente fica difícil--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Prezadíssimos Senadores, há um orador na tribuna o Senador Flexa Ribeiro está relando uma importante matéria, de relevante importância para a Amazônia, a região.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Então, eu pediria ao Senador Sérgio Guerra e ao Senador Flexa Ribeiro, que concluísse a fim de que nós possamos encerrar essa sessão, já que temos juntos outro compromisso Senador Flexa Ribeiro que talvez será prejudicado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu serei bastante rápido, Senador, se os meus Pares assim o permitirem. Esse projeto como V.Exa., disse é da maior importância para a Amazônia e concluo.

Como dizia, sendo a Amazônia praticamente dependente da navegação fluvial para seu desenvolvimento econômico, como para o seu desenvolvimento econômico como para o atendimento às necessidades sociais de seus habitantes.

Ademais os serviços de navegação fluvial na Amazônia, destinam-se predominantemente ao atendimento de pessoas de baixa renda, justificando a opção por um financiamento com juros subsidiados.

De resto às condições propostas são equiparadas àquelas previstas na regulamentação do adicional de frete para a renovação da Marinha Mercante que tem a mesma finalidade, não está sendo inventado nada pelo Senador Expedito Júnior, ele está utilizando o que já existe hoje, com relação ao adicional de frete para renovação da Marinha Mercante.

Pelo voto.

Pelas razões expendidas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2008.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu gostaria de pedir por uma semana e gostaria que constasse na pauta da próxima semana.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro, pela leitura--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente eu gostaria, se V.Exa., me permitir fazer um apelo ao Senador Wellington Salgado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pois não, Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não é terminativo nesta Comissão, esse projeto vai à CAE. Então, que nós possamos dar andamento ao projeto e na CAE, que o Senador Wellington Salgado tem assento, ele pedirá vista lá e lá, nós faremos então a discussão do mérito.

Porque senão nós vamos postergar o andamento do projeto que não é terminativo na CI. É só isso que eu peço ao Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Flecha há uma dúvida do Governo, em relação a esse projeto eu gostaria de me dar--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas V.Exa., tirará a dúvida na CAE.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu sei, mas eu gostaria de dar uma olhada... E me constrange quando V.Exa., ainda mais o autor do projeto Senador Expedito Júnior um grande amigo e tudo mais, mas eu tenho uma orientação para poder pedir vista para discutir melhor.

E eu queria na próxima semana colocar em pauta, que eu trago a solução do problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Flexa ribeiro, o Senador Wellington Salgado bem que tentou, mas há uma indicação da Liderança do Governo--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É eu vi que ele recebeu uma orientação do PT, não sei do seu Partido--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não do Governo , uma orientação da Liderança do Governo--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E V.Exa., como eu já disse que é um fiel escudeiro da base de apoio, vai pedir vista e vai postergar um assunto da maior importância para Amazônia.

Lamentavelmente Minas Gerais não é beneficiada com rios navegáveis, proporção que tem a Amazônia, [risos] na Amazônia as nossas estradas são os nossos rios.

Mas V.Exa., que poderia discutir o mérito, que o Governo quer discutir na CAE, vai fazer com que esse

projeto passe mais 15 dias, porque nós não teremos sessão na próxima semana, vai fazer passar mais 15 dias na CI, para depois ir à CAE que não terá sessão em setembro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Flexa Ribeiro, o Senador Wellington Salgado é um Senador independente. É um Senador que se preocupa com a Amazônia, quem sabe ele não atenderia ao apelo de V.Exa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois é.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu realmente, agora, eu até poderia ter atendido, mas agora como ele colocou ... O Senador Flexa colocou a questão dos rios navegáveis, eu vou pegar essa uma semana, para ver se eu tenho algum rio navegável na mesma situação em Minas.

Então, ele colocou esse assunto veio realmente não ia pedir, mas como colocou--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Vista concedida. Não havendo mais nada a tratar. Declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 13h37.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO DA COMISSÃO, SALA 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às quinze horas e seis minutos do dia vinte de agosto de dois mil e oito, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, Presidente da Comissão, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Delcídio Amaral, Francisco Dornelles, Expedito Júnior, Romero Jucá, Valdir Raupp, Leomar Quintanilha, Geovani Borges, Valter Pereira, Wellington Salgado, Eliseu Resende, Heráclito Fortes, João Tenório, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, Gim Argello, João Ribeiro, José Maranhão, Casildo Maldaner, Demóstenes Torres, Romeu Tuma** e **Eduardo Azeredo**. Presentes também, os Senhores Senadores Renan Calheiros, Sérgio Zambiasi, Arthur Virgílio e José Agripino. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência procede à leitura de expediente do Senador Jayme Campos, comunicando que estará ausente nos dias 19, 20 e 21 de agosto de 2008, quando participará de reuniões político-partidárias no seu Estado. A presente reunião destina-se à deliberação das seguintes matérias: Item 1 – Não Terminativo – **Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004**, que "Altera dispositivos da Lei nº 7.565, de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, de modo a instituir indenização a passageiros em caso de excesso de reservas em aeronaves", de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, tendo como Relator o Senador Expedito Júnior, que apresenta Relatório favorável ao PLS nº 114, de 2004, na forma do Substitutivo que apresenta e contrário aos Projetos de Lei do Senado nº 283, de 2007; nº 429 de 2007 e 533, de 2007. A matéria é aprovada na forma do Substitutivo que apresenta. Item 2 – Não Terminativo – **Projeto de Lei do Senado, nº 76, de 2008,** que **"**Autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a conceder empréstimos com taxas de juros subsidiadas para financiar investimentos na renovação da frota de transporte fluvial da Amazônia", de autoria do Senador Expedito Júnior, tendo como Relator o Senador Flexa Ribeiro, que apresenta Relatório favorável à matéria. A matéria é sobrestada. Item 3 – Decisão Terminativa – **Projeto de Lei do Senado, nº 121, de 2006,** que **"**Altera o § 1º e acrescenta o § 4º ao art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira, para antecipar o prazo para adição do percentual mínimo obrigatório de biodiesel ao óleo diesel", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que apresenta Relatório pela Declaração de Prejudicialidade da Matéria. A matéria é aprovada. Item 4 – Decisão Terminativa -**Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2007,** que "Modifica a Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira e dá outras providências, a fim de estabelecer linhas de crédito específicas para o investimento em unidades de produção de biodiesel e para o cultivo de oleaginosas a serem utilizadas como matéria-prima para a fabricação de biodiesel", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador João Tenório, que apresenta Relatório pela aprovação da matéria, com a Emenda que apresenta. A matéria é retirada de pauta. Item 5 – **Mensagem do Senado Federal nº 136, de 2008,** que "Submete à consideração do Senado Federal nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com os arts. 23 e 24

da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome da Senhora Emília Maria Silva Ribeiro, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL", de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Sérgio Guerra, que apresenta Relatório em que a Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a matéria. Os Senadores Demóstenes Torres e Wellington Salgado apresentam Relatórios em Separados, os quais são lidos pelos respectivos autores. Após, a Presidência declara aberto o Processo de Votação. Usam da palavra para sabatinar a indicada os Senhores Senadores Francisco Dornelles, José Agripino, Marconi Perillo, Romeu Tuma e Valter Pereira. São convidados para funcionarem como escrutinadores os Senhores Senadores Heráclito Fortes, Valdir Raupp e Renan Calheiros. A indicação é aprovada com 13 votos "sim", 05 votos "não" e nenhuma "abstenção", totalizando 18 votos. Ato contínuo, assume a Presidência dos Trabalhos o Senador Delcídio Amaral. A Comissão aprova **extrapauta** os seguintes Requerimentos: Item 01 **– Requerimento nº 39, de 2008-CI**, de autoria do Senador Marconi Perillo, que requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a descoberta de novas jazidas de petróleo no litoral brasileiro e a camada pré-sal, convidando o Excelentíssimo Senhor Edison Lobão, Ministro de Estado de Minas e Energia – MME, Senhor José Gabrielli, Presidente da Petrobrás e Senhor Haroldo Borges, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo – ANP. Item 02 **– Requerimento nº 40, de 2008-CI**, de autoria do Senador Marconi Perillo, que requer a realização de Audiência Pública para debater sobre o modelo de gestão em geração de energia elétrica e os Tratados relativos à distribuição Energética aos Países membros da Itaipu Binacional, convidando o Excelentíssimo Senhor Edison Lobão, Ministro de Estado de Minas e Energia – MME, Senhor Jorge Miguel Samek, Diretor-Geral Brasileiro da Itaipu Binacional e Senhor José Antonio Muniz Lopes, Presidente das Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobrás. Item 03 **– Requerimento nº 41, de 2008-CI**, de autoria do Senador Romeu Tuma que requer sejam convidados o Presidente da Anatel, Embaixador Ronaldo Sardenberg, o Ministro das Comunicações, Hélio Costa, um Representante do CADE e um Representante da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça para, na Reunião de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, discutir as fusões das Empresas OI e Brasil Telecom. Ao final, a Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às dezesseis horas e quarenta minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – **Senador Marconi Perillo,** Presidente.

COMISSÃO DE SERVIÇO E INFRA-ESTRUTURA – CI

20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS E INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 20 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 15 HORAS E 05 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número regimental declaro aberta a 20ª reunião extraordinária da Comissão de Serviços e Infra-Estrutura Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias, projetos não terminativos, terminativos e requerimentos, bem como a sabatina da Sra. Emília Maria Silva Ribeiro para a ANATEL.

Comunico a todos os Senadores presentes, que o primeiro simpósio intitulado Infra-Estrutura e Logística no Brasil – Desafios para um País Emergente, de minha iniciativa e do vice-presidente Delcídio Amaral. O primeiro simpósio anteriormente agendado para os dias 20 e 21 de agosto foi transferido para os dias 12 e 13 de novembro próximo, quarta-feira e quinta-feira respectivamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Um instantinho apenas, senador.

Há requerimento sobre a mesa. Requerimento de minha autoria. Nos termos do art. 93 do regimento interno, requeiro à Comissão de Serviços e Infra-Estrutura, audiência pública, para debater sobre a descoberta de nova jazida de petróleo no litoral brasileiro, e a camada pressal, convidando o Exmo. Sr. Edison Lobão, Ministro de Estado de Minas e Energia; o Sr. José Sérgio Gabrielli Presidente da Petrobras e o Sr. Haroldo Lima, Diretor Geral da Agência Nacional de Petróleo.

Em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discuti-lo, coloco em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Mais um outro requerimento de minha autoria. Requer nos termos regimentais, realização de audiên-

cia pública, nessa Comissão de Infra-Estrutura, para debater o modelo de gestão em geração de energia elétrica e os Tratados relativos à distribuição energética aos países membros da Itaipu Binacional, convidando o Exmo. Sr. Ministro Edison Lobão; Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Jorge Samek; Diretor Geral da Itaipu Binacional; o Sr. José Antonio Muniz Lopes, Presidente da Eletrobrás. Em discussão o requerimento. Os Srs. Senadores... Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Aprovado.

Com a palavra, pela ordem, ao Exmo. Sr. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Desculpa, Presidente, eu queria primeiro agradecer V. Exa. e pedir à sua secretária que elabore um requerimento, se puder botar em votação hoje, como aqui há discussão muito grande sobre a fusão da OI com a Brasil Telecom, não se discutiu nenhuma vez, em nenhuma Comissão, no Senado é que a própria se podemos marcar uma audiência para trazer o Presidente da ANATEL, do Ministério responsável e também da Secretaria de Direito Financeiro do Ministério da Justiça para que eles exponham quais são os objetivos e se já realmente preparo de modificação da legislação para facilitar.

Então eu pedi a sua secretária e queria ver se V. Exa. poderia...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência informa ao ilustre Senador Romeu Tuma que o requerimento já está sendo preparado e tão logo seja assinado por V. Exa. será submetido ao plenário da Comissão.

Item 1 da pauta, decisão não terminativa, Projeto de Lei do Senado nº. 114/2004, altera dispositivos da Lei 7.565 de 1986, que dispõe sobre o código Brasileiro de Aeronáutica de modo a instituir indenização a passageiros em caso de excesso de reservas em aeronaves. Autora é a Senadora Serys Slhessarenko, o Relator é o Senador Expedito Júnior, a quem passo a palavra para proferir o seu parecer.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente Senador Marconi Perillo, Senador Delcídio Amaral Vice-Presidente desta Comissão, Srs. Senadores, o projeto, na verdade, os projetos, na verdade, são de autoria, além, da Senadora Serys nós temos aqui também o Senador Aloizio Mercadante que apresentou o projeto, o Senador Renato Casagrande e também o Senador Jayme Campos. Sr. Presidente, como todo mundo já tem o relatório eu gostaria só de destacar aqui alguns pontos que nós identificamos importante e priorizamos o projeto da Senadora Serys por ser o projeto mais antigo apresentado nesta Casa. No que tange aos atrasos de vôo, Sr. Presidente, o limite de atraso aceitável reduz de quatro para duas horas. A indenização por cancelamento ou atraso, se houver cancelamento ou atraso superior a duas horas indenização no valor da tarifa cheia trecho embarque e destino, garantia do transporte previsto independentemente da indenização no prazo de quatro horas ou reembolso do valor do bilhete. Se o atraso implicar perda da conexão mesmo que o prazo seja inferior a duas horas a indenização será paga no valor da tarifa cheia. Se houver interrupção ou atraso superior a duas horas em aeroporto de escala endosso do bilhete do trecho não voado ou restituição do valor do trecho não voado assegurando, neste caso, o vôo de regresso ao ponto de partida inicial. Ficam a cargo transportadoras despesas de alimentação, hospedagem e transportes, além, da responsabilidade civil. Em caso havendo entendimento a possibilidade da negociação, Sr. Presidente, se houver o cancelamento ou atraso superior a duas horas e o passageiro optar então pela acomodação em outro vôo cujo horário de chegada não exceda ao programado anteriormente em até duas horas a indenização reduzirá em 50%. A indenização não será paga se o cancelamento ou atraso decorrer de condições metereológicas ou de fechamento de inoperância temporária dos aeroportos. Questão da bagagem também, Srs. Presidente, deve ser devolvida ao passageiro no prazo máximo de 20 minutos. Se houver atraso na entrega da bagagem haverá multa equivalente à metade do valor da tarifa cheia. O transportador passa a responder por dano, avaria, violação, furto, extravio ou atraso na entrega da bagagem. Em caso de danos a bagagem despachada ou de mão a responsabilidade do transportador limita-se a 10 mil, entretanto, não se aplica este limite se houver dolo ou culpa do transportador, cabendo ao transportador provar que o dano não resultou de sua culpa ou dolo. Lesão corporal ou morte. A responsabilidade do transportador em caso de lesão ou morte do passageiro passa a ser fixada pelo juiz conforme as circunstâncias especiais de cada caso. O texto da lei atualmente em vigor fixa limites em OTNS. Essa indenização não poderá ser inferior a 1 milhão em caso de morte ou inferior a 750 mil em caso de lesão grave ou permanente. Questão de overbook. O passageiro vítima de overbook receberá indenização equivalente à tarifa cheia, trecho, embarque e destino; a indenização será reduzida em 50% se o passageiro optar por acomodação em outro vôo cujo horário de chegada não exceda duas horas. O passageiro terá ainda direito as seguintes alternativas: acomodação em outro vôo no prazo de quatro horas ou o reembolso do valor do bilhete não voado ou ainda o endosso da passagem. Também ocorrerá por conta de transportador no caso de overbook as despesas de alimentação, hospeda-

gem e transporte sem prejuízo à responsabilidade civil. E também na questão do passageiro no-show caso o passageiro com reserva confirmada que não comparecer ao embarque terá o direito à restituição da quantia do bilhete atualizado conforme o regulamento. Será reduzido em 10% a título de taxa de serviço. O direito de restituição se extinguirá com o término do prazo de validade do bilhete.

Portanto, Sr. Presidente, o nosso voto é favorável com uma emenda que apresentamos, Sr. Presidente, que nós esquecemos de fazer essa emenda na Comissão do Meio Ambiente e eu como tive a oportunidade de ser o relator lá e sendo relator também aqui eu aproveito, Sr. Presidente, e estou inserindo uma nova emenda ao substitutivo para disciplinar os serviços de ônibus utilizados nos aeroportos para transporte até aeronaves de modo a evitar situação de flagrante desconforto e constrangimento a que se sujeitam os passageiros no interior de veículos superlotados. Proponho na emenda que a ocupação máxima admitida para esses ônibus seja limitada ao número de assentos disponíveis no veículo, em especial, a medida busca adaptar as condições do transporte ao perfil das pessoas transportadas, sabendo-se que a grande maioria independentemente de idade ou condição física carrega consigo pertence que dificultam ou tornam, no mínimo, a realização do percurso de pé. No entanto, Sr. Presidente...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Expedito, me permite um aparte só sobre essa emenda de V. Exa.? Não, é porque nós que andamos praticamente toda semana, pegamos o ônibus, ônibus tem poucos assentos e tem uma área maior para mala, carga de mão, então tem dificuldade, teria que mudar o conceito interno do ônibus e ter outro que levasse a carga, porque tem meia dúzia de bancos só, não tem muitos bancos, tem um espaço enorme para ficar em pé. Teria que, talvez equacionar esse problema.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, é o nosso voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Em discussão o parecer ao PLS nº. 114/2004 na forma do substitutivo que apresenta e contrário aos Projetos de Lei do Senado nº. 283/2007, 429/2007 e 533/2007 que tramitam em conjunto. O parecer é de autoria do Senador Expedito Júnior. Em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

O item 2 da pauta diz respeito ao Projeto de Lei do Senado nº. 76 cujo pedido de vistas foi solicitado na sessão anterior pelo ilustre Senador Wellington Salgado de Oliveira. O relator é o Senador Flexa Ribeiro que não se encontra presente, e com a ausência do Senador Flexa Ribeiro eu sou sobrestá-lo e vou passar imediatamente ao item 3 da pauta.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, pela ordem, ao Senador Expedito Júnior.

Mas antes disso eu vou ler aqui, antes de iniciar o item 3, eu vou ler um requerimento de iniciativa do Senador Romeu Tuma que requer nos termos regimentais que sejam convidados o Presidente da ANATEL o Embaixador Ronaldo Sardenberg, o Ministro de Comunicações Hélio Costa, um representante do CAD, um representante da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça para em reunião de audiência pública no âmbito desta Comissão discutir as fusões das empresas OI e Brasil Telecom. Em discussão o requerimento de iniciativa do Senador Romeu Tuma.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, esse assunto até surgiu...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Wellington Salgado de Oliveira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Esse assunto surgiu até na Comissão que eu sou presidente indicado pelo meu partido e a época surgiu o assunto porque não há fusão ainda. O fato ainda não está consumado. Aí nós aguardamos um pouco na nossa Comissão, esperar que haja um fato realmente para que se possa fazer audiência pública, mas de qualquer maneira se essa Comissão aprovar a gente já pode até fazer em conjunto essa audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Em discussão. Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discuti-lo. Em votação. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se acham. Aprovado o requerimento de iniciativa do Senador Romeu Tuma.

Eu vou propor ao plenário inversão da pauta colocando em votação o item 4, iniciativa do Senador César Borges cujo relator se encontra presente, Senador Francisco Dornelles que requer decisão terminativa. Os Srs. Senadores que aprovarem a inversão de pauta, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passo a palavra ao relator Senador Francisco Dornelles para o parecer em relação ao § 1º, que altera o § 1º e acrescenta o § 4º ao art. 2º da Lei 11.097 de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira, para

antecipar o prazo para adição do percentual mínimo obrigatório de biodiesel ao óleo diesel.

Eu pediria ao Senador Dornelles que pudesse fazer a leitura do relatório dele e também do item 5 que tem igual teor, de iniciativa do Senador César Borges. Tem teor parecido porque abre linhas de crédito, cujo relator é o Senador João Tenório, como o Senador João Tenório não compareceu às últimas reuniões para relatar, eu pediria a ele, com anuência do plenário, que fizesse a leitura dos dois relatórios sendo o último como *ad hoc* para que nós pudéssemos votar os dois requerimentos de caráter terminativo.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, o relatório do item 4 já foi amplamente distribuído, e eu já conversei com o Senador César Borges e mostrei que estava prejudicado a sua proposta e ele concordou, de modo que o meu voto é pela prejudicialidade do PLS, isso já em acordo com o Senador César Borges que foi o autor. Pela prejudicialidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Em discussão o parecer do Senador Dornelles pela prejudicialidade.

Lembro aos Senadores que o projeto é terminativo e exige quorum qualificado. Eu vou colocar em votação então o parecer do Senador Dornelles. Quem votar sim vota favorável ao relatório do ilustre Senador Francisco Dornelles. Senadora Serys ausente. Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Francisco Dornelles voto conhecido. Senador Expedito.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Valdir Raupp.

Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Geovani Borges.

SENADOR GEOVANI BORGES (PMDB-AP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador João Ribeiro.

Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Eduardo Azeredo.

Doze votos favoráveis ao relatório. Declaro a prejudicialidade da matéria nos termos do art. 334 do regimento interno do Senado Federal. Submeto à decisão dessa presidência à Comissão, como já fiz. Doze votos favoráveis. A decisão está tomada declarando a prejudicialidade da matéria. A matéria vai à secretaria geral da mesa para as devidas providências.

Solicito ao Senador Dornelles para proferir o voto relativo ao item 5 da pauta, caso ele esteja em condições de cumprir a relatoria *ad hoc*.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu pediria a V. Exa. que examinasse a possibilidade de não votar esse item 5, porque eu não estou preparado para fazer essa relatoria, eu não examinei o assunto. Pediria a V. Exa. se pudesse ser adiada essa votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Acolhendo a sugestão e a solicitação do ilustre Senador Dornelles, esta Presidência retira de pauta o item 5.

Inicio imediatamente então a deliberação a respeito do item 3 da pauta. Mensagem do Senado Federal nº. 136/2008 que submete à consideração do Senado Federal nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 e 24 da Lei nº. 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome da Sra. Emília Maria Silva Ribeiro para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL. Autoria: Presidência da República, Relator Senador Sérgio Guerra. A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação. No dia 13/08/2008 foi lido o relatório e foi concedida vista coletiva por solicitação dos Senadores Demóstenes Torres e Wellington Salga-

do aos membros da Comissão pelo prazo regimental de acordo com o art. 132 § 1º e 4º do regimento interno do Senado Federal.

Convido para tomar assento à mesa dos trabalhos a indicada Sra. Emília Maria Silva Ribeiro.

O relatório do Senador Sérgio Guerra já foi proferido em reunião desta Comissão no dia 13 de agosto. Eu indago ao Senador Demóstenes autor do pedido de vistas se ele tem alguma consideração a fazer já que é autor, um dos autores do pedido de vistas.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim, Sr. Presidente, inclusive, já entreguei à secretaria da mesa um relatório em separado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres para ler o seu relatório em separado.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, trata-se de examinar a indicação da Sra. Emília Maria da Silva Ribeiro para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL objeto da mensagem do Senado MSF nº. 136/2008.

Análise: a Constituição Federal estabelece em seu art. 52, inciso III, alínea "f", a competência do Senado Federal para aprovar previamente por voto secreto após argüição pública a escolha de titulares de outros cargos que a lei determinar. Trata-se de competência exclusiva do Senado Federal com o objetivo de controlar as nomeações de agentes políticos para exercer as elevadas funções da administração pública no âmbito da União. Configura-se tal poder de aprovação de autoridades como instrumento próprio de controle político ou ínsito do sistema de freios e contrapesos propício a conduzir ao equilíbrio e a harmonia entre os poderes Executivo e Legislativo que participam do ato. A MSF nº. 136 de 2008 com indicação mencionada foi objeto do relatório apresentado pelo Senador Sérgio Guerra, o qual foi lido na sessão do último dia 13 de agosto desta Comissão, e em seguida foi concedida vista coletiva aos Srs. Senadores. Chama a atenção do relator a pressa que cerca o exame da matéria que tem por certo origem na necessidade de recompor o Conselho Diretor da ANATEL para uma de suas mais importantes decisões em toda a sua história. Refere-se o relator à operação que fundirá as operadoras Telemar, OI e Brasil Telecom e que a seu juízo pode estar vinculada com a indicação submetida a esta Comissão.

A respeito da fusão das empresas Telemar, OI e Brasil Telecom observa o relator que a operação anunciada com grande alarde na imprensa, todavia, não pode ser concretizada mantidas as regras atuais, a necessidade de dar uma solução rápida para a questão é ainda certamente reforçada pela milionária multa contratual a ser paga por uma das partes a outra, caso o negócio não se concretize dentro do prazo ajustado.

Informa demais o relator que nesse contexto assume especial relevância a indicação e apreço não obstante, não ver no processado a instrução adequada para a sua devida apreciação por esse colegiado, a simples juntada do currículo da indicada não nos parece suficiente para apurar sua qualificação para o cargo, de forma que se faz necessária a consulta a outras fontes de referência, e, sobretudo, a própria indicada por meio da argüição a que daremos seqüência. Finalmente conclui o relator que consta que é servidora de conduta exemplar que desincumbe-se de forma correta e competente de suas atribuições, além disso, segundo apuramos é pessoa cordata e de trato pluripartidário. No entanto, conforme já ressaltamos seu currículo anexado à mensagem que nos encaminha a sua indicação é por si só insuficiente para testar de forma inquestionável sua capacitação para o cargo. Disse o Senador Sérgio Guerra.

A fusão da Telemar OI e Brasil Telecom tem freqüentado, principalmente, o noticiário político e policial e não empresarial como era de se esperar. Trata-se de operação a respeito da qual a imprensa já vem há algum tempo relatando a ocorrência de espionagem, suborno de autoridades, disputa de poder político dentro do governo e a grave suspeita de pagamento de elevados valores como contribuição para campanhas eleitorais de partido político e até mesmo a participação empresarial de parentes próximos da cúpula governamental.

Por isso venho cobrar a responsabilidade do Senado nesse momento emblemático para a vida do país. Conforme já muito bem alertou o Senador Sérgio Guerra nada há de pessoal contra a Sra. Emília Maria Silva Ribeiro, todavia está claro tratar-se de uma servidora pública obediente e previamente encarregada de fazer a vontade do governo dentro da ANATEL.

A argüição da Sra. Emília Ribeiro nesta Comissão confere oportunidade ao Senado de discutir a maneira bonapartista como o governo manejou a alteração do plano geral de outorga da ANATEL, justamente para permitir que a fusão ocorrida, de fato, entre as operadoras Brasil Telecom e OI se concretize de direito. A alteração ocorrida em 12 de junho passado foi um atestado de subserviência das agências reguladoras brasileiras ao poder central, quando elas deveriam ser independentes, o Governo Federal impôs aos conselheiros da ANATEL as novas diretrizes do plano geral de outorga em atendimento aos interesses dos grupos

empresariais envolvidos na constituição das Supertele, entre eles o do banqueiro Daniel Dantas.

Havia resistência de dois conselheiros, mas eles foram persuadidos a obedecer ao Palácio do Planalto e reduzidos à própria insignificância, na ótica do governo está tudo certo que o conselheiro exerça função meramente homologatória para manter o próprio assento na ANATEL. Agora o Senado não pode se prestar à semelhante papel e simplesmente aprovar mais um fantoche para integrar a agência reguladora, a instância é de argüição aqui não de assentimento automático. Independentemente do que a fusão possa significar para o Brasil não faço ainda juízo de valor sobre o negócio. O Jornal O Globo em sua edição do último dia 23 de julho divulgou parte do monumental escândalo que envolve o negócio entre a Brasil Telecom e a OI com base em relatórios de inteligência da Polícia Federal. O jornal revelou que interceptações telefônicas confirmaram que um grupo de lobistas ligado a Daniel Dantas e liderado pelo advogado do banqueiro e ex-deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh teria exigido a propina de 260 milhões de dólares para viabilizar no âmbito do Governo Federal a realização do negócio, a partir de várias gravações realizadas entre Greenhalgh, Humberto Braz braço direito de Dantas e preso na Operação Satiagraha e o publicitário Guilherme Henrique Sodré a Polícia Federal inferiu que o pagamento do tráfico de influência tinha a finalidade de fazer caixa dois para o financiamento de campanhas eleitorais. A Polícia Federal já instaurou o inquérito especificamente para apurar a participação de Greenhalgh e companhia no caso. Não se pode ainda afirmar com certeza que estão envolvidas no caso as mais altas autoridades do Planalto e do Congresso Nacional com a falcatrua, mesmo porque as evidências estão centradas em tratativas entre lobistas gravadas pela Polícia Federal com autorização judicial.

Agora não podemos também nos contagiar pela ingenuidade e supor que o Dr. Greenhalgh praticou tráfico de influência em favor da formação da Supertele junto ao ascensorista do Palácio do Planalto. De igual forma 260 milhões de dólares é dinheiro demais para financiar uma campanha de deputado federal cargo que Greenhalgh disputou e foi derrotado nas últimas eleições. Então qual campanha seria irrigada pelo generoso propinoduto? Não a que Barack Obama, certamente.

O advogado Luiz Eduardo Greenhalgh se sente envaidecido de envergar a luta pelos direitos humanos e se julgar um dos próceres da restauração democrática no Brasil, mas o que lhe dá mesmo imenso prazer é usar as prerrogativas de advogado conferidas pelo estado democrático de direito para defender os interesses escusos de Daniel Dantas, foi exatamente o que fez quando antes da prisão do banqueiro, usou do livre trânsito no Palácio do Planalto para obter do chefe do gabinete da Presidência da República informações privilegiadas sobre as investigações da Polícia Federal envolvendo as atividades de Humberto Braz e do grupo de Daniel Dantas.

Não é sem razão que a Polícia Federal classificou Greenhalgh de instância especial da organização do banqueiro qualificativo que certamente não foi elaborado em razão das suas atividades beneméritas.

Sras. e Srs. Senadores há ainda muito a esclarecer sobre a extensão dos tentáculos corruptores do banqueiro. A edição do último dia 23 de julho da revista Isto É em reportagem intitulada: Campeões de Audiência menciona que entre as 7 mil horas de gravação telefônica da Operação Satiagraha algumas escutas revelaram que fazendas de gado nas regiões Norte e Nordeste foram adquiridas por uma espécie de consórcio operacional entre Carlos Rodenburg excunhado de Dantas e diretor do Opportunity, o próprio Daniel Dantas e Fábio Luiz da Silva, o Lulinha. O Jornal Liberal de Belém na edição do último dia 13 de julho publicou que Lulinha, além, de ser sócio de Daniel Dantas nas atividades do agronegócio transita na região do Sul do Pará como se fosse pecuarista de honoráveis tradições na lida e na comercialização do gado vacum. Conforme transcrição do texto ele nem faz questão de preservar o próprio anonimato. Diz o jornal: “quem já ouviu puchinguara, redenção em Marabá diz que o rapaz é freqüentador assíduo do Pará, não para conhecer delícias como o açaí, o tacacá ou o suco de bacuri, mas para fazer negócios. Lulinha transita com desenvoltura por feiras agropecuárias e leilões de gado e sempre é visto circulando de helicóptero pelas fazendas da região.

Se não há ainda, Srs. Senadores, certeza sobre a veracidade do que foi publicado indícios consistentes não faltam. O delegado Protógenes Queiroz acusado de ter cometido crime de abuso de autoridade nas investigações está afastado das suas funções, mas ainda assim, conforme anunciou a Polícia Federal o inquérito será concluído em 60 dias por que então não aguardar a sua conclusão? O Conselho Diretor da ANATEL está incompleto a sete longos meses, não há, portanto, nenhuma razão lógica, técnica, jurídica ou política para apreciarmos às pressas o nome indicado pelo Palácio do Planalto. Quem já esperou tanto tempo pode perfeitamente esperar mais 60 dias, sob pena de um indicado padecer do vício de ser cúmplice de uma transação completamente suspeita. É certo que o Senado Federal tem o dever constitucional de apreciar o nome indicado para ocupar o cargo de membro do Conselho Diretor

da ANATEL, mas, sem dúvida, devemos fazê-lo em atendimento ao estrito interesse público. Ver-se que o assunto é inspirador para roteiristas, cinematográficos, escritores de *best sellers* de espionagem e sociólogos e polititólogos dedicados ao estudo do poder político e suas degenerescências. Sabe-se, Srs. Senadores, regimentalmente que o Senador não pode publicar o seu voto e foi o que fez o Senador Sérgio Guerra da outra vez, não concluiu porque o regimento, tendo em vista, tratar-se de votação secreta impõe conforme o art. 52, inciso III, alínea F da Constituição Federal e o disposto no art. 383, inciso VI do regimento interno do Senado, essas disposições vedam declaração ou justificação de voto exceto quanto ao aspecto legal. Daí porque, Senador, eu até vi um editorial de um grande jornal sempre correto, mas que dessa vez se equivocou, o Senador Sérgio Guerra e nenhum de nós pode concluir da forma A ou B porque o regimento interno da Casa veda. Mas quanto ao aspecto legal há muito o dizer.

O princípio republicano é assegurado pelo império da lei e a igualdade de todos perante a lei. De outro modo, ou de outro lado, a publicidade de todos os atos públicos decorre do poder que emana do povo, pois é ele o agente e destinatário do poder do Estado brasileiro.

O amplo esclarecimento dos negócios que envolvam a Administração Pública, exceto aqueles que a legislação estabeleça tratamento sigiloso é condição indispensável para sua realização. A dúvida, Sr. Presidente e Srs. Senadores que emerge a respeito da fusão Telemar, OI e Brasil Telecom decorrente da abundante crônica recente sobre o assunto sempre desbordando dos limites meramente empresariais para os policiais conforme citado em linhas pretéritas é motivo inquestionavelmente impeditivo da apreciação do nome da Sra. Emília Ribeiro neste momento.

E se assim não agir o Senado estará abdicando do seu nobre encargo de ser instância máxima de fiscalização da administração pública federal. É sabido que a legislação vigente veda essa fusão. Vamos repetir: a legislação vigente veda essa fusão. O negócio é atípico e configura prática não republicana, por estar sendo feito à margem da lei com a certeza de que se fará a sua legalização posterior. Nunca antes na história deste país se viu algo parecido. A razão de invoco para isso é a grave suspeita de que a indicada teria missão de trabalhar para adaptar a legislação ao negócio já realizado constituindo fato consumado que se tornaria na prática irreversível, se isso ocorrer ficará confirmada essa suspeita e o Senado Federal, mais uma vez, assumirá o triste papel cartorial de referendar a indicação de autoridade sem o acurado exame de todas as implicações resultantes de sua decisão.

Recorro ao ensino do saudoso publicista Ely Lopes Meirelles a respeito de decisão da administração pública que desborde dos limites do poder, dever a que se submetem o servidor público ou agente político, categoria esta que inclui o parlamentar em razão da falta de observância da estrita legalidade. Discorre o referido autor sobre o princípio da legalidade, verbis legalidade, a legalidade como princípio da administração Constituição Federal art. 37 caput significa que o administrador público está em toda a sua atividade funcional sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar civil e criminal, conforme o caso.

A eficácia de toda a atividade administrativa está condicionada ao atendimento da lei. Na administração pública não há liberdade nem vontade pessoal, enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na administração pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa: poder fazer assim, para o administrador público significa: deve fazer assim. As leis administrativas são normalmente de ordem pública e seus preceitos não podem ser descumpridos nem mesmo por acordo ou vontade conjunta de seus aplicadores e destinatários, uma que contém verdadeiros poderes e deveres irrelegáveis pelos agentes públicos, por outras palavras: a natureza da função pública e a finalidade do estado impedem que seus agentes deixem de exercitar os poderes e de cumprir os deveres que a lei lhes impõe. Tais poderes conferidos à administração pública para serem utilizados em benefício da coletividade não podem ser renunciados ou descumpridos pelo administrador sem ofensa ao bem comum que é o Supremo e único objetivo de toda a ação administrativa.

É ainda do mesmo autor a lição a respeito do princípio da moralidade. Moralidade: a moralidade administrativa constitui hoje em dia pressuposto de validade de todo o ato da administração pública, Constituição Federal, art. 37 caput, não se trata, diz Hareal(F) o sistematizador de tal conceito da moral comum, mas, sim, de um moral jurídica, é entendida como conjunto de regras de conduta tiradas da disciplina interior da administração. Desenvolvendo sua doutrina explica o mesmo autor que o agente administrativo como ser humano dotado da capacidade de atuar deve, necessariamente, distinguir o bem do mal, o honesto do desonesto e ao atuar não poderá desprezar o elemento ético de sua conduta, assim não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e inconveniente, o oportuno e

o inoportuno; mas também entre o honesto e o desonesto. Por consideração de direito e de moral o ato administrativo não terá que obedecer somente a lei jurídica, mas também a lei ética da própria instituição, porque nem tudo que é legal é honesto, conforme já proclamavam os romanos: [ininteligível]. A moral comum remata [ininteligível] é imposta ao homem para sua conduta externa, a moral administrativa é imposta ao agente público para sua conduta interna, segundo as exigências da instituição a que serve a finalidade da sua ação, o bem comum.

Concluo afirmando, sem medo de errar, que decisões tomadas de afogadilho como esta que está em exame contribuem para reduzir a credibilidade do Poder Legislativo junto à população. E o Senado Federal assumirá a responsabilidade por mais esta omissão, pois a fusão Telemar OI e Brasil Telecom prenuncia-se como um dos mais escabrosos casos de prática de ilegalidade no âmbito da política brasileira e é neste momento moralmente desonesta.

Conclusão: em face do exposto conclamo V.Exas. a analisarem criteriosamente os argumentos aqui apresentados e após decidirem amparados único e exclusivamente na defesa do interesse público.

É o relatório apartado, Sr. Presidente e Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Esta presidência agradece ao Senador Demóstenes Torres pelo relatório em separado e concede a palavra ao ilustre Wellington Salgado que também tem um relatório em separado a ser lido.

As cópias já estão sendo rodadas aí, já estão sendo tiradas para serem distribuídas aos membros da Comissão. Asseguro a palavra ao ilustre Senador Wellington Salgado de Oliveira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado, Sr. Presidente. Depois do ouvir o relatório do ilustre Senador Demóstenes Torres, até queria que mandasse um livro sobre o Hareal(F) que não conheço.

Mas o meu relatório é simples como o meu relatório em todas as comissões, em todas as sabatinas que ocorrem aqui, aprendi a ter um relatório simples, um relatório depois da sabatina a favor ou contra. Sempre falando sobre a indicação que foi mandada para determinada Comissão. Eu sinto que o assunto em pauta é indicação, aprovação ou não da indicação da Sra. Emília Maria Silva Ribeiro. Quando que poderá acontecer dentro da ANATEL isso não compete para esta Comissão, isso compete aos membros da ANATEL que deverão dar uma satisfação à sociedade ou a quem quer que interesse. Aqui nós estamos para aprovar a Sra. Emília ou reprová-la, esse é o poder desta Comissão.

Vamos ao meu relatório, Sr. Presidente. Relatório: encontra-se sob exame da Comissão de Serviço e Infra-Estrutura do Senado Federal a mensagem nº. 136/2008 originada do Sr. Presidente da República sob o nº. 483/2008 que submete à apreciação do Senado Federal o nome da Sra. Emília Maria da Silva Ribeiro para ocupar o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL de acordo com o art. 523 F da Constituição Federal e art. 23 da Lei 9.472 de 16 de julho de 1997.

A presente proposição chegou ao Senado Federal em 7 de julho de 2008 data em que, efetivamente, se deu a leitura com abertura da tramitação segundo regimento interno do Senado Federal. O eminente relator da matéria na reunião da Comissão realizada em 13 de julho de 2008 em que pese a apresentação de alentado arrazoado não concluiu pela aprovação ou rejeição remetendo a deliberação ao término da argüição da pessoa indicada, concedeu-se vista coletiva.

Análise: a nomeação de membros do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL deve ser precedida de aprovação prévia após argüição pública perante o Senado da República conforme a exigência constante da Constituição Federal em seu art. 52, inciso III alínea F do art. 23 da Lei 9.472 de 16 de julho de 1997 que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais nos termos da Emenda Constitucional nº. 8 de 1995.

O regimento interno do Senado Federal estabelece que a competência para opinar sobre matérias que versem sobre serviços de telecomunicações e da Constituição de Serviço de Infra-Estrutura conforme o seu art. 104, inciso I. Informo ao regimento interno desta Casa de Leis que uma vez lido o relatório manifestando-se a maioria de acordo com o relator passará ele a constituir o parecer da comissão na conformidade que dispõe o art. 132 do regimento interno do Senado Federal. É indispensável segundo o mesmo regimento que o parecer seja conclusivo em relação à matéria que se referia nos termos moldes definidos no art. 133. Ocorre que o relatório apresentado é uma minuta, não concluiu por nenhuma das hipóteses constante do art. 133 do [ininteligível] condicionando, no entanto, a tomada de posição ao exaurimento do processo de argüição pública, o que eu concordo plenamente. A despeito da falta de definição por parte do relator sobre o encaminhamento da decisão a ser tomada pelos membros desta douta Comissão, os argumentos que despendem na minuta do relatório são insatisfatórios

para o fim de obstar e regular procedimento de deliberação deste órgão fracionário.

A indicação objeto da mensagem presencial está revestida de todos os critérios constitucionais e legais, agência reguladora para a qual está havendo a indicação recente-se a tempo do preenchimento da vaga deixada por um dos seus conselheiros, sem o que inviabiliza as deliberações, sobretudo, diante das inadiáveis decisões que se avizinham. Ademais a escolha das indicações das autoridades está justificada pelo critério da discricionariedade cuja prerrogativa constitucional está afetada ao Poder Executivo, tal critério na espécie expõe ao Senado Federal a oportunidade e a conveniência para deliberação e aprovação do nome que vai integrar como membro do Conselho Diretor da ANATEL. No terreno das qualificações da indicada não se vê óbice, a lei da ANATEL exige que os conselheiros sejam brasileiros, de ilibada reputação, de formação superior e com conceito elevado no campo de sua especialidade; não se exige que a especialização seja no campo da agência reguladora cujo cargo pretende-se o preenchimento. E ressaltar-se que desde o ano de 2005 que a indicada compõe o Conselho Consultivo da agência reguladora em representação do Senado Federal. Vou repetir, há de ressaltar que desde o ano de 2005 que a indicação Emília Maria Silva Ribeiro compõe o Conselho Consultivo da agência reguladora em representação do Senado Federal. Desse modo se mostra inadmissível à protelação na decisão deste Senado Federal, inexistem argumentos e razões que a justifiquem.

Em face do exposto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, consulto aos membros desta Comissão que levando em consideração os altos interesses do povo brasileiro reflitam e deliberem com a consciência e a preocupação que a matéria exige. É esse o meu relatório, Sr. Presidente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Esta Presidência agradece ao Senador Wellington Salgado pela apresentação do seu voto, seu relatório em separado. E informa a todos os membros da Comissão e toda assistência que os dois relatórios serão apensados ao processado, já que não poderão ser votado em separado conforme dispõe a Constituição e o regimento interno do Senado.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio líder da bancada do PSDB.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, precisamente pela ordem eu diria que muito fortemente, e regimentalmente pela ordem porque eu vi aqui duas visões a do ilustre Senador Wellington Salgado que exige que o relatório seja conclusivo e eu teria dezenas de exemplos, inclusive, recentemente em decisão sobre o CAD relatórios que não foram conclusivos. E mais me estribo na opinião do Senador Demóstenes Torres que diz precisamente que a forma mais escorreita de se tratar a questão é precisamente o relator em respeito à decisão soberana do plenário, o relator não ser conclusivo, o relator opinar até esse limite deixando que o plenário se manifeste de maneira muito livre, muito lisa.

Por outro lado, Sr. Presidente, eu encerro dizendo que o Senado vive, e neste momento sob a presidência de V. Exa. nesta Comissão vive um momento que, infelizmente, é de gala, porque deveria ser do cotidiano. Não se fez, eu repito, em nenhum momento qualquer ato que diminuísse a figura pública dessa figura correta que a Dra. Emília.

O Senado simplesmente assumindo o que é uma destinação sua, o que é um dever seu, o que é uma prerrogativa sua, o Senado está indo fundo numa questão que é essencial para os consumidores brasileiros, para o estado brasileiro, para a vida deste país. O Senado está cumprindo com o seu dever. Então vamos estabelecer que daqui para frente não tem mais essa história de senta levanta, não tem mais essa história de virar uma coisa corriqueira, não tem mais essa história de embaixador americano ser votado com quatro pessoas em plenário, não tem mais essa história de nós entendermos que e depois reclamamos que as agências não funcionam a contento, se nós próprios não damos a ela a importância que agora estamos dando. Portanto, esta é uma situação, este é um momento de solenidade, um momento importante, um momento bonito em que a exposições estão sendo expostas e o Senado está cumprindo com o seu dever, o Senado está cobrando de maneira muito firme que as agências entrem nos eixos, a começar por esta tão relevante que representa um setor tão nevrálgico para o povo brasileiro como seja a ANATEL. Portanto, eu apenas gostaria aqui de marcar a minha discrepância em relação ao voto em separado do meu prezado amigo Senador Wellington por entender que procedeu de maneira correta o Senador Sérgio Guerra, aliás, apoiado pelo Senador Demóstenes Torres que com muita lisura disse: muito bem, eu entendo que a Dra. Emília tem as qualidades tais e no seu currículo as deficiências quais o que definirá será a inquirição a ela. Ela então na inquirição mostrará aos Senadores se está ou não está. Eu não tenho porque duvidar de que esteja, até porque sempre foi uma pessoa capaz por onde passou, capaz de ser uma boa diretora da ANATEL.

Estamos cumprindo o dever, não tem nada anormal, não caiu nenhum disco voador não. Eu achava que estava aqui uma calma de cemitério nessa história de agências reguladoras. Agora começamos nós a cumprir com o dever. A sociedade brasileira lá fora deve dizer se os Senadores estão fazendo aquilo que lhes compete fazer, porque reclamar de que a coisa não anda bem e aprovar todo mundo porque um é amigo do fulano e outro é amigo do beltrano significa o pior que se pode fazer por um setor tão relevante e que merece tanta atenção e do qual depende, em muito, o nível de investimentos que vai fazer o Brasil um país mais rico ou mais pobre no médio e longo tempo. Portanto, eu gostaria de me perfilar com a opinião exposta pelo Senador Demóstenes e aqui reprisar que o Senador Sérgio Guerra procedeu de maneira correta como deveriam proceder todos os relatores. Ele fez de maneira esmerada no fundo e na forma o seu pronunciamento à Casa, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Concedo a palavra à Sra. Emília Maria Silva Ribeiro, sabatinada desta audiência para a sua exposição.

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado, Exmo. Senador Marconi Perillo, Exmo. Senador Sérgio Guerra, Relator do processo de nomeação e Exmas. Sras. Senadoras e Srs. Senadores. Sinto-me extremamente honrada com a indicação de meu nome pelo Exmo. Sr. Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva para o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, mas ainda por ser a primeira mulher a merecer essa distinção.

Como integrante desde 2005 do Conselho Consultivo da ANATEL indicada por esta Casa e do qual tive a honra de ser vice-presidente gostaria de explicitar o orgulho pessoal em ter a perspectiva de integrar o Conselho Diretor da Agência, orgulho duplamente qualificado, em primeiro lugar pela qualidade de seus dirigentes com quem eu tenho convivido como integrante do Conselho Consultivo. Sobre a presidência do Embaixador Ronaldo Sardenberg, a ANATEL está olhando para frente, acompanhando o desenvolvimento tecnológico e promovendo o equilíbrio entre governo, empresa e usuários. Em segundo lugar pela honra de conviver e trabalhar com o quadro técnico altamente capacitado e dedicado, seus mais de 1.500 servidores... [soa campainha] representam um acervo técnico de qualidade que garante a continuidade do excelente trabalho do órgão regulador. É com esse espírito de grande satisfação que venho a esta Comissão me submeter à sabatina de V.Sas.

Nesse contexto antes de iniciar a minha apresentação eu gostaria de registrar e agradecer a presença nesta sessão dos nobres conselheiros: Dr. Antonio Bedran, Dr. Pedro Jaime, Dr. Plínio Aguar, bem como, da Procuradora da ANATEL a Dra. Ana Luíza, o Dr. Nilberto Ouvidor pelos quais nutro profunda admiração. Gostaria ainda de agradecer ao Senador Sérgio Guerra Relator do processo de indicação e pela seriedade com que elaborou o seu parecer.

A ANATEL foi criada há quase 11 anos como responsável pela organização, regulamentação e fiscalização de um segmento da atividade econômica que corresponde cerca de 6% do Produto Interno Bruto Brasileiro, a Agência é reconhecidamente um dos mais bem sucedidos órgãos reguladores do nosso país. Nesse curto período de tempo o setor de telecomunicações viveu transformações extraordinárias. O ambiente de mercado, informação caracterizado pela alta demanda reprimida combinada com a baixa penetração dos serviços e com acesso incipiente à rede mundial de computadores foi substituído pelo fortalecimento e diversificação das empresas, pela universalização do acesso aos serviços de voz, pela utilização intensiva da Internet e pela convergência de redes e serviços na qual a infra-estrutura de banda larga independente da plataforma utilizada será preponderante.

Graças ao esforço da ANATEL foram aportados nos últimos dez anos segundo dados da própria agência mais de 196 bilhões de reais, entre investimentos diretos e valores pagos por licenças que se converteram numa moderna e ampla infra-estrutura com tecnologia de ponta, o que permitiu afruição pela sociedade brasileira de novos e melhores serviços garantido ao mercado a estabilidade necessária.

Nesse contexto na última década o número de terminais de telefonia fixa saltou de 17 milhões para 40 milhões de acessos individuais atendendo a todos os 5.564 municípios brasileiros, o que corresponde a uma densidade superior a 20 telefones fixos para cada 100 habitantes. Isso também representou um crescimento de 100% nos telefones de uso público, os famosos orelhões, ou seja, passamos de 500 mil para 1 milhão e 100 mil. Exemplificando a universalização dos serviços no final de 2007 havia 199 orelhões e nove acessos individuais instalados em 205 aldeias indígenas beneficiando o contingente de 52 mil pessoas, da mesma forma 540 assentamentos rurais foram atendidos, mediante à instalação de 504 telefones de uso público e 830 acessos individuais, contemplando mais de 290 mil cidadãos. Ações como essas de ampliação de acesso aos serviços vem sendo acompanhadas de

outras que garantem recursos para acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais, em destaque, às com deficiência auditiva.

Sras. e Srs. Senadores, fundados em expressivos avanços tecnológicos e em diretrizes regulatórias claramente [soa campainha] definidas os últimos anos representaram também forte expansão na telefonia móvel, dos 5 milhões de acessos a celulares em serviço no ano de 1997 hoje passamos dos 130 milhões. A densidade dos serviços chegou no primeiro trimestre de 2008 a impressionante 66 acessos móveis por 100 habitantes o que permitiu o Brasil a ocupar a quinta posição no ranking mundial de plantas de telefonia celular. Por outro lado, o grande desafio a ser enfrentado pelo setor e, particularmente, pela ANATEL é a massificação da oferta dos serviços de banda larga que deverá se constituir na principal infra-estrutura para oferta dos novos serviços convergentes de comunicações. Registre-se que apesar do considerável incremento em sua cobertura que cresceu nos últimos oito anos a uma taxa de 45% ao ano, alcançamos atuais 8 milhões de usuários a densidade do serviço é tímida, menos de cinco usuários por 100 habitantes.

É nesse cenário que o Governo Federal com atuações decisivas do Ministro Hélio Costa e do Embaixador Ronaldo Sardenberg atualizou o plano geral de metas de universalização, o chamado PGNU. Permitindo as concessionárias de telefonia fixa a troca de implantação dos postos de serviços de telecomunicações pela instalação até 2010 dos meios de suporte à oferta de acesso à banda larga, o chamado backrol(F) em 3.400 municípios que hoje não contam com essa infra-estrutura.

Adicionalmente nessa negociação obteve-se o compromisso já firmado por essas concessionárias de conectar a internet 55 mil escolas públicas urbanas de ensino fundamental e médio em todo o país, garantindo a gratuidade da conexão até 2025 quando expira o atual contrato de concessão. Abre-se com isso um novo cenário para inclusão digital no Brasil, com benefícios não só para a área de educação, como também para outras como a segurança, a saúde, e a cultura. Também graças ao empenho do Embaixador Ronaldo Sardenberg a licitação das faixas de freqüência para terceira geração chamada 3G da telefonia móvel foi um sucesso, além, de arrecadar mais de 5 bilhões de reais aos cofres públicos o processo gerou a possibilidade de implantação no Brasil da mais avançada tecnologia de banda larga sem fio.

Foram ainda estabelecidos compromissos de abrangência aos vencedores do certame pelos quais as empresas se comprometeram a implantar o serviço nos 1.836 municípios hoje sem cobertura, serão mais de 17 milhões de potenciais usuários a serem atendidos pelas empresas de telefonia móvel. Ações como esta demonstram a estratégia regulatória da agência, calcada nos interesses de objetivos sociais das políticas públicas. Ainda com foco na ampliação dos acessos em banda larga serão relevantes os esforços voltados à implantação dos modelos de custo e ao cálculo dos fatores de produtividade e dos índices e preços setoriais. Serão igualmente relevantes à estimativa do custo de capital adequado para remunerar os investimentos e o estabelecimento de instrumentos mais eficazes do uso do espectro.

Entre diversas outras medidas de elevadíssimas complexidades mais necessárias para garantir a continuidade do equilíbrio entre os objetivos de universalização do acesso da competição.

Por fim volto a ressaltar a ação do Governo Federal no resgate da discussão a cerca do papel das agências dentro da Administração Pública reforçando os processos de trabalho com os ministérios setoriais que precisam ser exercitados entre os corpos técnicos e os diretivos desses órgãos.

Estamos evoluindo a passos rápidos na questão da avaliação do impacto regulatório. Nossa capacidade de estimar na etapa de formulação da política pública os impactos da atuação da agência fará muita diferença na qualidade dos resultados obtidos durante e após a implementação das políticas de telecomunicações.

Nesse sentido é louvável a interação entre o Ministério das Comunicações e a ANATEL na colocação em consulta publica de diversas questões críticas para evolução do marco regulatório do setor. São práticas que elevam a participação social no processo da regulação. É com esse espírito de colaboração e construção coletiva sem perder de vista as necessidades dos cidadãos e consumidores que pretendam integrar o corpo diretivo da ANATEL contribuindo para o debate dos temas em pauta e auxiliando no desenvolvimento institucional desse importante órgão do estado que será cada vez mais exigido em sua capacidade técnica, e na condução ética dos interesses e necessidades da sociedade.

Pude vivenciar o desenvolvimento do setor por meio dos relevantes serviços que esta Casa prestou o marco legal de telecomunicações. Questões técnica foram politicamente encaminhadas de forma a permitir que o setor pudesse ocupar com competência o espaço social, econômico e estratégico do desenvolvimento do nosso país.

Aqui eu faço um adendo ao Senador Flexa Ribeiro e o Senador Pedro Simon na questão da TV por assinatura no ponto extra, motivado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, então logo em seguida a ANA-

TEL tomou as providências e hoje é um grande debate à questão do ponto extra para o consumidor, iniciativa desta Casa. A base legal da atividade da Agência deverá ser periodicamente atualizada e reforçada, o que implica a importância crescente desta Casa e sua trajetória futura.

Submeto o meu nome hoje as Sras. e aos Srs. Senadores esperando que possam aprovar a minha condução ao Conselho Diretor do ANATEL. Independente da decisão desta Comissão está submetida à argüição dos Srs. Senadores não é só motivo de honra pessoal, mas um privilégio pelo compromisso assegurado do interesse público nacional. Meu compromisso é continuar honrando e estar à altura da confiança que sempre desfrutei desta Casa onde aprendi a admirar o serviço que prestam ao Brasil. Muito obrigada.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Após a exposição da indicada Sra. Emília Maria Silva Ribeiro, de acordo com a lista de inscrição, concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles para sabatinar a indicada.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria apenas...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Meu caro Senador Dornelles eu queria pedir a permissão a V. Exa. Eu ouso interromper.

Senador Marconi Perillo eu queria fazer um apelo à V. Exa., o currículo da Dra. Emília se encontra aqui. Nós temos vários compromissos em outras comissões, era de abrir o processo de votação para aqueles que a partir desse momento se sentirem em condições de exercer o seu voto. Seria uma maneira de colaborar para que todos nós cumpramos os nossos compromissos.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu quero apoiar a sugestão do Senador Heráclito Fortes.

[soa campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu submeto ao plenário a proposta de iniciativa dos Senadores Heráclito Fortes e Valdir Raupp. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se acham. Aprovado.

Nós vamos então...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Felizmente eu ganho uma nesta Comissão sem ter contestação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V. Exa. tem sido... Ah bom.

Então, concomitantemente, à sabatina nós vamos declarar aberto o processo de votação em escrutino secreto de acordo com o art. 383, inciso VI do regimento interno do Senado.

Eu pediria aos assessores, aos secretários, à secretária Dulcídia para que pudesse controlar e coordenar o processo de votação.

Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria apenas cumprimentar o Presidente da República pela indicação da Dra. Emília Ribeiro para diretora da ANATEL.

Eu acompanhei durante oito anos o trabalho que ela realizou no Ministério da Educação onde ela demonstrou competência, espírito público, capacidade de trabalho, bom senso, sobretudo, o que é uma das qualidades para a pessoa assumir um cargo na administração pública. O seu currículo mostra que ela é pessoa altamente capacitada, de modo que eu cumprimento o Presidente por esta indicação, e faço voto e torço que aqui tenha uma grande consagração, porque é um ato de justiça aprovar o seu nome para a diretoria da ANATEL.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO: Muito obrigada Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador José Agripino líder do Democratas inscrito aqui para fazer suas indagações, seus questionamentos à ilustre sabatinada.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dra. Emília, eu conheço V. Sa. há muito tempo, eu era governador, a senhora já era funcionária graduada do IBDF, tive uma longa relação, e depois eu creio que era governador no segundo mandato e V. Sa. era assessora do Ministro Paulo Renato, e depois tivemos uma longa convivência aqui no Senado e ao longo desse tempo todo uma convivência muito afável, muito positiva, e eu guardo de V. Sa. um conceito positivo. Mas nós estamos aqui para votar. Eu não vou votar na Comissão, voto no plenário. Mas há questionamentos fortes, inclusive, colocados no papel por um dos meus companheiros de partido Senador Demóstenes, o próprio relator o Senador Sérgio Guerra que fez o relatório elogiável coloca sob dúvida dois fatos: tanto o voto em separado quanto o voto do relator questionam a sua utilidade ou a sua competência para exercer função de conselheira da ANATEL. É claro que nós temos que votar com responsabilidade, eu votar com o coração eu voto na hora em V. Sa., na hora, sem pestanejar, desde os tempos do IBDF, do MEC, do Senado; nunca vi nenhum gesto de deslize de conduta de V. Sa., nunca! Mas eu preciso votar em alguém que possa contribuir para o Brasil na

ANATEL. Onde é que a senhora pode ser útil na ANATEL não sendo engenheira e nem sendo do ramo de telecomunicações? Eu queria que você me desse uma explicação. Foi muito útil no IBDF, no MEC, no Senado; mas na ANATEL. Aquele é um colegiado, suponho que técnico com responsabilidades monumentais e que precisa atuar em nome do interesse do cidadão brasileiro. Então eu lhe pergunto, com toda franqueza. Onde é que a senhora se julga habilitada a prestar um bom serviço ao povo do Brasil e ao órgão para o qual a V. Sa. está indicada. Em que segmento? Como? Convença-me de que eu possa dar, independente da minha amizade com V. Sa., possa dar um voto em nome do Brasil a seu favor no plenário do Senado se V. Sa. for aprovada nesta Comissão. Segundo ponto: é questionado de forma aberta que V. Sa. estaria indo para a ANATEL a serviço da fusão da OI Telemar, a serviço da OI Telemar. Eu gostaria de que... Eu não quero dizer, não quero lhe pedir para antecipar o seu voto. Agora eu quero dizer que este plenário precisa saber se V. Sa. está sendo indicada para a ANATEL para votar o desempate que se fala da questão OI Telemar ou se isso é uma ilação maldosa, perversa que necessitasse de algum esclarecimento que, talvez este seja o momento para dar.

Então eu lhe faço, pedindo desculpas até rudeza das colocações que faço duas explicações: uma: onde é que V. Sa. pode ser útil ao Brasil como conselheira da ANATEL não sendo engenheira, não sendo do ramo. Segundo ponto: V. Sa. está indicada para prestar colaboração no rumo da fusão da OI Telemar ou não procede esta ilação. E aí eu queria explicações. São as indagações que faço desejando que V. Sa. tenha respostas que me convençam para que faça aquilo que eu teria vontade de fazer, mas só farei se V. Sa. me convencer.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu sou o próximo inscrito. E antes de conceder a palavra à Dra. Maria Emília, vou pedir ao Senador Delcídio Amaral, nosso vice-presidente que passe a presidir esta sessão para que eu possa também fazer as minhas indagações.

[troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu quero passar a palavra para o Presidente Senador Marconi Perillo para que ele faça os questionamentos necessários à Dra. Emília em função da presente sabatina aqui no Senado Federal.

Com a palavra o Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Dra. Emília a ANATEL atualmente vive um processo de mudança em seu Plano Geral de Outorgo o PGO. Em função de uma proposta enviada pelo Governo Presidente Lula, segundo informações gerais da imprensa e de outras fontes para aprovar essa mudança do governo que atualmente está empatada com dois votos contra e dois votos a favor, a sua indicação criou uma grande expectativa, pois a proposta de mudança enviada pelo Governo Federal possibilitará dentre outras ações a concretização da fusão da Brasil Telecom pela OI, transformando a OI Telefonia na maior telefônica do país. V. Sa. foi indicada para ocupar o lugar do Sr. José Leite Pereira Filho e terá como primeira tarefa avaliar uma das maiores negociações da telecomunicação brasileira. V. Sa. tem conhecimento dessa negociação e do impacto que ela poderá produzir na telefonia fixa? Quais critérios serão adotados por V. Sa. não apenas em relação a esse tema, mas em relação a todos os outros para não deixar, não permitir que o Governo Federal pressione politicamente, evitando assim que sejam tomadas decisões políticas em detrimento de decisões técnicas no âmbito do Conselho Diretor da ANATEL.

São essas as minhas perguntas. E eu passo a palavra a V. Sa. para responder, aliás, são as minhas perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu passo a palavra para a Dra. Emília para responder aos quatro Senadores que aqui apresentaram questionamentos. E devolvo a palavra para o Presidente Senador Marconi Perillo.

[troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Obrigado, Presidente.

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO: Obrigada. Antes de mais nada, eu quero era as palavras dos nobres Senadores a meu respeito. De fato, a minha vida pública, a minha carreira toda realmente é administração pública, eu sou uma servidora nata, nasci servidora pública para servir o país. Senador Agripino, realmente nos conhecemos bem antes do seu mandato como Senador e muitos outros que estão aqui porque a minha vida inteira foi no Governo Federal.

Sou funcionária de carreira do Ministério da Ciência e Tecnologia, passei pelos Ministérios de Infra-Estrutura no Governo Sarney, passei depois no Governo Fernando Collor, no Ministério da Administração Pública, onde tive o prazer de conhecer bem a questão da Administração Pública, a 8.112, a 8.666; toda a distribuição do setor público. Eu participei da Comissão de Isonomia dos servidores, inclusive, fazendo parte da discussão que hoje nós temos o teto dos salários

com base no Judiciário e eu fiz parte dessa Comissão com o Embaixador Carlos Garcia, na época, e precisava organizar o setor público e foi um grande debate, tivemos vários sucessos, claro, não é a solução, tem que se discutir novamente, mas estava lá.

Passando esse período tive o prazer de estar no Governo Itamar Franco, logo em seguida para o Ministério da Educação onde eu fiquei doze anos. Todos me conhecem do Ministério da Educação. Neste período no Ministério da Educação tive o prazer de conviver mais próximo com o Congresso Nacional, porque aqui discutimos a Lei de Diretrizes e Base da Educação que estava aqui há nove anos sendo debatida, trouxemos o Projeto bolsa-escola que começou também o debate naquele início e depois passou o renda mínima, hoje o Bolsa Família, participei desse processo, participei do processo de discussão da criação do Plano Real, do Fundef e de 'n' outros, inclusive o sistema de avaliação do ensino superior, a criação do Conselho Nacional. Eu participei de 'n' questões ligadas à educação, administração pública direta é o setor de infra-estrutura. Tive também o prazer de trabalhar no Ministério onde toda a parte de transportes passava por ele, que era o Ministério de Infra-Estrutura no Governo Sarney. Mais, recentemente, o prazer de estar nesta Casa próximo aos Senadores na presidência do Senado também participando de atividades técnicas, discutindo a regulação, participando ativamente com os Senadores sobre a questão das telecomunicações daí o convite para ocupar o Conselho Consultivo no qual venho me dedicando desde 2005 arduamente. Logo quando entrei no Conselho Consultivo fui eleita pelo Conselho Consultivo como vice-presidente do Conselho. Debatemos questões importantes de interesse dos consumidores como a conversão pulso/minuto que era uma aclamação, não se tinha claro que conta, como estava se pagando por um pulso, hoje tem. Participei ativamente da discussão do plano geral de metas de universalização onde estamos aqui a questão do backrol(F) a informatização das escolas, aliás, foi um prazer pela passagem que eu tive no Ministério da Educação. Participei ativamente de outras questões, inclusive, revisões de contrato e mais recentemente o Conselho Consultivo está debatendo a questão do PGO.

Eu quero deixar claro aqui, Senador, as perguntas foram ótimas para esclarecer, inclusive, essa questão do PGO e essa questão que é uma compra de uma empresa a outra. A minha ida à Agência Nacional de Telecomunicações neste momento não é decisiva para a fusão de nenhuma empresa, porque este assunto não está dentro da Agência. O que a Agência está tratando hoje a pedido do Ministério das Comunicações que formula políticas é a revisão do Plano Geral de Outorgas e o Plano Geral de Atualização de Regulamentação. Notem bem, nós estamos vivendo um momento em que estamos revendo a legislação do setor como ocorreu há dez anos por quê? Porque há dez anos quando foi implantado... [soa campainha]. A grande discussão à época era telefone fixo, era necessidade de se ter um telefone fixo para cada cidadão diante da nossa extensão territorial. Hoje o grande debate é a banda larga, a necessidade da banda larga para todos nós.

Eu não consigo entender, inclusive, essa agonia, esse afogadilho, como eu posso dizer? Da imprensa com relação a isso. Olha, há mais de dois meses o Ministro Hélio Costa enviou ao Ministério das Comunicações um pedido para revisão do marco legal, ele também abriu consulta publica, também o Ministério das Comunicações está revendo o setor. Quando se fez esse pedido o conselheiro Pedro Jaime, o relator do Plano Geral de Outorga e o conselheiro Bedran relator geral do Plano de Atualização de Regulação colocou o processo em votação entre os quatro conselheiros presentes que foram unânimes na aprovação. Por que foram unânimes na aprovação? Porque essa não é uma instância final. Esta é uma instância de início de discussão. A partir desse momento o processo entrou em consulta pública, foram 45 dias de consulta pública onde, se não me engano, a ANATEL me informou que mais de mil contribuições. Então zerou a questão. Ela volta à área técnica, volta ao debate ao Conselho Diretor, vai para a Procuradoria Geral da ANATEL que é da Advocacia Geral da União, ela é independente, depois disso vai para o Conselho Consultivo a qual eu pertenço que já está debatendo esse assunto. Teve o dia 1º de agosto que nós tivemos uma audiência pública com o setor, vamos ter outra dia 22 com os empresários e teremos outras, porque o Conselho Consultivo opina também. Passando essa etapa esse texto volta para o Ministro das Comunicações que pode alterar o texto, ele pode alterar o texto, até submeter o Presidente da República que também tem autonomia para fazê-lo. Nesse episódio, nessa etapa que está se vendo toda a estrutura do setor na parte legal a preocupação o que é? É acompanhar o mercado, é acompanhar o serviço de tecnologia, é ver aonde a Agência pode aperfeiçoar. Para isso a agência de regulação, para isso ela não pode ser engessada, ela tem autonomia. Para isso eu vou, para completar, para dar idéias, para participar [soa campainha] não existe dentro da Agência em nenhum momento voto excessivo de um, porque senão não teríamos cinco, bastava um único dirigente.

A democracia do processo é imensa e intensa e a sociedade participa.

Atualmente quando me dizem que eu vou votar uma fusão ou não, não existe essa possibilidade, porque para isso existir as empresas que estão fazendo a transação comercial, teriam que comunicar o órgão público através de uma anuência prévia, e essa anuência prévia, sim, será analisada, tão logo analisada a assessoria jurídica, a procuradoria jurídica da ANATEL também analisa, e essa anuência prévia vai para o CAD que é o órgão responsável pela questão do ato de concentração. Ela vai rever essa questão. Então também não é decisão única e exclusiva da Agência.

Eu gostaria que isso ficasse bem claro que a minha ida à Agência é para contribuir, para ajudar. Eu tenho idéias, tem vontade e acredito que o Plano Geral de Outorgas que está aí deveria estar sendo discutido também como foi na época telefone e regime misto público e privado. Por que não banda larga pública e privada? Se todos perceberem um pouquinho nós estamos já com 2.800 municípios com uma instalação chamada backrol(F) que foi motivada para informatização nas escolas.

Mas se eu puder explicar um pouquinho para vocês. O backrol é uma estrada que chega na ponta e ela pára e lá faz a distribuição chamada a última milha. Esta distribuição, Sras. e Srs. Senadores, é fundamental hoje e que nós deveríamos utilizá-la também para informatizarmos a segurança publica, a saúde... Nós estamos com um ponta-pé para termos a segurança pública informatizada.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO: Pois é. O Plano Geral de Outorga é que determina se o serviço é público ou privado. Se ele determinar que a banda larga que hoje não é um serviço, é um serviço de valor adicionado, ele não é um serviço. Se o Plano Geral de Outorga tiver, quer dizer, isso depende muito do governo, é política de governo. Eu estou aqui me antecipando numa vontade que não é minha, eu estou estando na Agência eu estou lá apenas para ajudar, isso é uma política que teria que vir do Ministério das Comunicações. Mas esta Comissão, Senador, pode dar essa contribuição porque o Ministério das Comunicações está aberto a consulta para rever o setor. O Senado Federal pode encaminhar essa sugestão. Por que não banda larga pública e privada? Por que não a banda larga para atender não cidadão em cada casa como telefone fixo e, sim, um serviço público que é a segurança? Eu não posso me colocar como terceira pessoa, eu não sou terceira pessoa, eu não sou consumidor aquele lá da ponta, eu sou o consumidor, eu sou o cidadão e isso traz para mim, para o Senador Demóstenes que é tão preocupado na área jurídica, o Senador Tuma que está todos os dias aqui incansavelmente preocupado com a segurança pública. Vou dar só um exemplo: um filho é seqüestrado aonde nós vamos recorrer? À segurança pública. Coitada da segurança pública não tem condições de se movimentar, se articular informação. Nós estamos com a faca e o queijo na mão. O momento é: vamos discutir banda larga, banda larga é a solução. Se ela não for discutida agora não tem por onde correr. Se ficar o bicho pega, se correr o bicho come. Ela tem que ser discutida e implantada. Azar o nosso se atrasar. Mas a oportunidade é essa. A oportunidade é essa.

Ora, nós viajamos daqui para São Paulo e no meio do caminho você encontra caixas eletrônicos, mas quando você é socorrido pela Polícia Rodoviária, coitado do policial rodoviário, sinal de telefone, correr para ver quem é, se ele pode estar com uma banda larga ali na mão, identificar e dizer qual o hospital e aonde a pessoa pode ir. Isso é uma realidade, ela está realmente, de fato, na nossa porta.

E eu chamo, inclusive, o Congresso que tem participado ativamente sobre esse assunto para debater. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Declaro encerrado o processo de discussão e votação, porque não existem mais Senadores inscritos.

Eu vou passar a palavra, pela ordem, a V. Exa., porque já está declarado e encerrado o processo de votação e de discussão.

Com a palavra o Senador Valter Pereira, pela ordem.

E antes disso eu solicito aos Senadores Heráclito Fortes, ex-presidente desta Comissão, Senador Valdir Raupp e Senador Renan Calheiros para escrutino, por gentileza.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, só para dar um depoimento. Eu conheço a Sra. Maria Emília desde o momento em que ela ocupou um cargo de confiança.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, com essa junta apuradora tem que designar fiscal.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --O cargo executivo no Ministério da Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Demóstenes, por favor. Asseguro a palavra ao Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E desde aquela época eu posso garantir a todos os senhores, eu enxerguei uma executiva séria, responsável e competente, portanto, a sua indicação vai dar uma contribuição substancial para toda essa área para

a qual ela está preparada. A sua idoneidade, a sua competência e a sua dedicação ao serviço público são incontestavelmente comprovados no decorrer de todas as atividades que ela exerceu qualquer cargo de confiança. Portanto, eu quero dizer que o apoio que foi dado a ela merece a certeza e a convicção de que ninguém vai se arrepender porque se trata de uma executiva de escol que vai dar uma grande contribuição para a área de comunicação.

[soa campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Há requerimento sobre a mesa de iniciativa do Senador Jayme Campos que requer nos termos do art. 13 do regimento interno do Senado Federal seja considerado como missão política de interesse parlamentar a minha ausência nos trabalhos desta Casa legislativa nos dia 19, 20 e 21 de agosto do ano em curso quando participarei de reuniões políticas partidárias no Estado que represento o Senado Federal. Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Gostaria de dizer à Dra. Emília que independentemente dela ser hoje aqui aprovada ou não, ter seu nome aprovado ou não nós vamos solicitar a sua contribuição em relação a toda essa discussão aqui colocada especialmente em relação à branda larga, à questão do Ministério das Telecomunicações para que a gente possa colaborar enquanto Comissão com esse debate que é de interesse público e interesse do consumidor.

Fim a apuração dos votos. Eu quero agradecer a Comissão escrutinadora e proclamar o resultado. Antes disso eu gostaria de agradecer a presença dos Senadores, cumprimentar a Dra. Emília com quem convivi também a época em que fui deputado federal, governador. A Dra. Emília, realmente, participou de todas essas atividades aqui já citadas, sempre muito solícita e muito competente.

Proclamo, enfim, o resultado: votaram sim 13 Senadores, não 5 Senadores, nenhuma abstenção, total de votos 19 votantes, 18 votantes, aliás, 13 sim e 5 não. Aprovada a sabatina, aprovado o nome da Dra. Emília a matéria vai à secretaria geral da mesa para as devidas providências.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 16h40.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO DA COMISSÃO, SALA 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às quatorze horas e cinqüenta e seis minutos do dia vinte e sete de agosto de dois mil e oito, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, Presidente da Comissão, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti, Francisco Dornelles, Inácio Arruda, Expedito Júnior, Gilvam Borges, Valter Pereira, Wellington Salgado, Gilberto Goellner, Eliseu Resende, Jayme Campos, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Gim Argello, João Durval, Aloizio Mercadante, Renato Casagrande, Lobão Filho, José Maranhão, Rosalba Ciarlini, Romeu Tuma, Cícero Lucena** e **Eduardo Azeredo**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à deliberação do Item Único da Pauta – **Mensagem do Senado Federal nº 169, de 2008**, que "submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 12, § 2º do art. 13, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor Cláudio Passos Simão, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, em complementação ao mandato de Allemander Jesus Pereira Filho", de autoria da Presidência da República, tendo como relator o Senador Renato Casagrande, que apresenta Relatório em que a Comissão dispõe de todos os elementos para deliberar sobre a matéria. Usam da palavra para sabatinar o indicado os Senhores Senadores Marconi Perillo, Renato Casagrande, Heráclito Fortes, Eduardo Azeredo, Jayme Campos, Lobão Filho, José Maranhão, Romeu Tuma e Gilberto Goellner. São convidados para funcionarem como escrutinadores os Senhores Senadores Jayme Campos e Eduardo Azeredo. A indicação é aprovada com 17 votos "sim", 03 votos "não" e nenhuma "abstenção", num total de 20 votos. Ato contínuo, assume a Presidência dos trabalhos o Senador Jayme Campos. A Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a

reunião às dezesseis horas e sete minutos, lavrando eu, *Dulcidia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – **Senador Marconi Perillo,** Presidente.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 27 DE AGOSTO DE 2007, ÀS 14 HORAS E 56 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se à deliberação sobre a mensagem do Senado Federal nº 169/08, que "Submete a consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 12, § 2º do art. 13, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Sr. Cláudio Passos Simão, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil, ANAC, em complementação ao mandato de Allemander Jesus Pereira Filho", de Autoria, Presidência da República; Relator, Senador Renato Casagrande. A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação. Antes de passar a palavra ao Senador Renato Casagrande, Relator da matéria, convido para tomar assento à Mesa dos trabalhos o indicado, o Sr. Cláudio Passos Simão.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Renato Casagrande, para proferir seu relatório.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Cláudio Passos Simão, que é o indicado pelo Governo para assumir uma das diretorias da ANAC.

Pela Mensagem nº 169, Sr. Presidente, o Exmo. Presidente da República encaminha ao Senado e é chamado a manifestar sobre a indicação do Sr. Cláudio Passos Simão, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil em complementação ao mandato de Allemander Jesus Pereira Filho.

A Constituição Federal atribui ao Senado Federal competência privativa, para aprovar previamente, por maioria absoluta, voto secreto, após argüição em Sessão Pública, a escolha de titulares de cargos que a lei determinar.

Nesse sentido, a Lei nº 11.182 de 2005, que criou a ANAC, estabelece no seu art. 12, que os diretores da agência serão brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo da especialidade dos cargos para os quais serão nomeados pelo Presidente da República. Após serem aprovados pelo Senado Federal, nos termos da alínea "f", inciso III, do art. 52, da Constituição Federal.

Ademais, o § 2º do art. 13, da Lei em questão prevê que em caso de vacância no curso do mandato, este será complementado por sucessor investido na forma prevista no art. 12 dessa lei.

Outrossim, o art. 104 do Regimento Interno dessa Casa confere a esta Comissão a competência para emitir parecer sobre indicações dessa natureza, obedecendo ao rito prescrito no art. 388, também da nossa Carta Regimental.

Consta nos autos da presente mensagem, o currículo do indicado, em obediência à prescrição regimental do art. 383-1 e que passamos a escrever.

Dr. Cláudio Passos Simão nasceu em 30 de março de 59, na cidade de Rio de Janeiro, sendo formado em Engenharia Aeronáutica, sendo Técnico Aéreo Espacial do Instituto Tecnológico da Aeronáutica, no ano de 83. Tendo ainda especialização em cursos de ensaios e de vôo, pelo Centro Técnico Aéreo Espacial, do Instituto da Aeronáutica e Espaço. O currículo do indicado registra também sua participação em diversos cursos na área de aviação civil, dentre os quais destacamos o de *General Performance Engineer*, e performance em *General Operation Course*, em na *Boeing*, em Seatle, nos Estados Unidos. E de sistemas automáticos de controle de vôo, em São José dos Campos, e primeiro Curso de Familiarização para Pilotos, com a AMB-145, na EMBRAER, também em São José dos Campos. O Sr. Cláudio Passos Simão tem vasta experiência profissional, tendo sido Oficial Engenheiro da Força Aérea Brasileira. Engenheiro de Prova de Divisão de Homologação Aeronáutica, do Centro Técnico Aéreo Espacial do Instituto de Fomento e Coordenação Industrial. Chefe da Divisão e Homologação Aeronáutica, Divisão de Certificação da Aviação Civil. Desde abril de 2006, é Gerente-Geral de Certificação de Produtos Aeronáuticos da própria ANAC. O *curriculum vitae* do indicado registra, ainda, que ele tem sido conferencista e palestrante em diversas atividades relacionadas à sua área de atuação e também tem representado o Brasil em reuniões internacionais, pertinentes à regulamentação da Aviação Civil.

Diante do exposto, Sr. Presidente, entendemos que os Srs. Senadores e Senadoras integrantes dessa Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a presente indicação. É o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência agradece ao Senador Renato Casagrande, pelo relatório e voto, e concede a palavra para o Sr. Cláudio Passos Simão, para a sua exposição.

SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO: Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Senador Marconi Perillo, Exmo. Sr. Relator, Senador Renato Casagrande, Exmos Srs. e Sras. Senadores desta Comissão, senhoras e senhores presentes a essa 21ª Reunião Extraordinária dessa Comissão, boa tarde.

É com muita honra que compareço ao Senado Federal, em função da indicação do Exmo. Sr. Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, para a Diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil, na qual tenho trabalhado na Área de Certificação de Produtos Aeronáuticos, desde a criação da ANAC.

Praticamente minha vida profissional foi toda dedicada à Aviação Civil Brasileira, e toda qualificação que possuo, hoje, foi desenvolvida e provida por instituições e por investimento público. Tive muitas oportunidades nos diversos cargos e tarefas que me foram atribuídos, ao longo de minha vida profissional. E disponho-me, agora, a enfrentar as responsabilidades e desafios inerentes ao cargo de Diretor da ANAC.

Com este espírito e com este objetivo de cumprir todos os requisitos necessários ao processo de nomeação de um Diretor da ANAC, coloco-me à disposição, para responder aos assuntos e questões formulados, por V. Exas. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência cumprimenta ao Dr. Cláudio Passos Simão pela objetividade, pela precisão, e abre imediatamente a palavra aos Srs. Senadores para a sabatina. Eu estou inscrito aqui e faço as primeiras perguntas ao indicado, Dr. Cláudio Passos.

Entre as diversas credenciais apresentadas no currículo de V.Sª., que de fato comprovam vosso conhecimento na área de aviação civil, distingue-se a de Conferencista do Curso "Familiarização em Aeronavegabilidade, do Instituto de Aviação Civil, do Rio de Janeiro. Gostaria de saber de V.Exª., que já atua no âmbito da ANAC, o que considera fundamental, em termos de parâmetros, de aeronavegação, no Brasil, para que se evite, doravante, acidentes como o da colisão do Jato *Legacy* e do *Boeing* da Gol, na Amazônia? Que providências foram tomadas, desde o acidente, nesse domínio? Gostaria de saber se V.Exª. tem informações a respeito.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Segunda pergunta.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Antes naturalmente de responder a indagação de V.Exª., eu gostaria que o senhor deflagrasse processo de votação, para que nós, Senadores, aqui votássemos e pudéssemos nos dirigir a outras Comissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu concluo rapidamente e já vou tomar essa providência.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V.Sª. entende que esses parâmetros de aeronavegabilidade foram corretamente cumpridos na homologação do aeroporto de Congonhas, para operação de aviões do porte do *Airbus* da TAM, sobretudo com o reverso travado?

V.Sª. foi o representante brasileiro no Grupo de Trabalho *Single World Whide Corel(F)*, de 2000 a 2001. Gostaríamos que comentasse quais os aspectos conflitantes entre as normas existentes, que merecem destaque. Vale ressaltar que no caso da colisão entre o *Boeing* da Gol e o *Legacy*, uma das variáveis concorrentes para o acidente foi a forma de se seguir o plano de vôo, nos Estados Unidos e no Brasil.

Uma quarta pergunta. O crescimento do tráfego aéreo no Brasil é significativo, mas gostaríamos de saber de V.Sª. como estão os investimentos em balizadores de aerovias, no Brasil, e qual a implicação do uso desses equipamentos para se evitarem novas colisões, nos céus brasileiros? Vale ressaltar que nos Estados Unidos há inúmeras aerovias *one way(F)*, ao contrário do que ocorreu aqui.

E por último, do ponto de vista de V.Sª., quais são os princípios fundamentais e os principais pontos a serem cumpridos, para se garantir efetivamente a segurança de vôo, no que concerne, tanto as companhias aéreas quanto a certificação dos aeroportos? O Brasil está de fato preparado para atender com segurança a crescente demanda, na área da aviação civil?

São essas as questões, Sr. Sabatinado, vou, inclusive, passar a V.Exª. as perguntas, para facilitar as respostas, e vou atender prontamente à solicitação do ilustre Senador, ex-Governador Jayme Campos, e abrir imediatamente, declarar aberto imediatamente, o processo de votação em escrutínio secreto, de acor-

do com o art. 383, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal.

Indago se mais algum Senador deseja questionar o sabatinado. Não havendo, concedo a palavra ao sabatinado para que possa fazer as respostas, às indagações dessa Presidência.

SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO: Obrigado, Excelência.

Relativamente à primeira pergunta, sobre os parâmetros de aeronavegabilidade. Os acidentes ocorridos no Brasil, para nós técnicos, são inaceitáveis. Nossa função é manter a segurança e resguardar essa segurança. Independente do fato de todas as regras em vigor e aplicáveis, no mundo inteiro, terem sido cumpridas, os acidentes ocorreram. E isso para nós é inaceitável. Ações adicionais estão sendo feitas.

Hoje, os requisitos, por exemplo, adotados para operação em Congonhas são mais restritos do que se aplica em qualquer aeroporto do mundo. E nós tivemos que fazer isso, porque é uma necessidade.

Agora, que cumpríamos à época os requisitos menos estabelecidos e conforme são cumpridos, em qualquer lugar do mundo, nós cumprimos.

Relativamente à homologação do Aeroporto de Congonhas, especificamente na parte da TAM e na parte da operação desse aeroporto, a operação no aeroporto foi feita de acordo com as práticas recomendadas e de acordo com o estabelecido, a aprovação da empresa foi feita de acordo com o estabelecido nas regras em vigor.

Quanto à operação do avião, especificamente, nós ainda dependemos da conclusão do acidente, para que possamos emitir um parecer objetivo sobre o fator do acidente. De qualquer maneira, uma série de ações já tem sido feita, com os dados existentes, e a tendência é tornar o mais conservativo possível e evitar. Agora, os parâmetros necessários foram cumpridos.

Relativamente à participação no Grupo de Trabalho *Single World White*, o Brasil adota integralmente, na parte de certificação de produtos, os requisitos aplicáveis nos Estados Unidos e que são muito semelhantes aos aplicados na Europa. Em termos operacionais, nós também aplicamos regulamentos semelhantes e, em termos de segurança, nós temos os mesmos padrões nos regulamentos estabelecidos pelas grandes autoridades do mundo e pelos grandes países. Nós não temos desvios em relação a essas práticas. Temos em alguns casos até algumas restrições superiores, atualmente, como a obrigatoriedade de pouso em Congonhas com o reverso operacional.

E relativamente às questões de tráfego aéreo, o tráfego aéreo não é área de atuação da Agência Nacional de Aviação Civil. Conforme estabelece a Lei Complementar nº 97, esta área ficou sob a responsabilidade da Autoridade Aeronáutica, como chamada na lei complementar, e essa área ficou dentro do comando da Aeronáutica. Então, realmente investimentos e toda a infra-estrutura, futuro, planejamento, dessa área é hoje competência do comando da Aeronáutica.

Quanto aos principais requisitos efetivamente, como trabalhar a segurança de vôo, é fundamental que nós desenvolvamos uma cultura de segurança de vôo, que permeie tanto a área do Governo quanto todas as áreas envolvidas, operadores, todos os provedores de serviço. E isso é motivo de um processo que está em implantação na aviação mundial e que nós também estamos implantando no Brasil, de gerenciamento de sistemas de segurança, em que se pretende, [soa a campainha] utilizando noções de gestão de risco, minimizar a probabilidade de que acidentes, como esses que ocorreram no Brasil, e que independente de em princípio o que sabemos tudo ter sido cumprido, são inaceitáveis. Então, há necessidade de que nós implementemos novos sistemas e novas ferramentas para minimizar a probabilidade de risco e de futuros acidentes, dessa natureza.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente.

SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO: Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, o Senador Renato Casagrande, Relator da matéria.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente e Sr. Cláudio Passos Simão, eu fui Vice-Presidente de uma CPI que se instalou aqui no Senado, para discutir o caos aéreo, decorrente dos acidentes, em especial do acidente da empresa Gol, mas depois, posteriormente no decorrer na Comissão, nós tivemos um outro acidente grave, que foi o acidente que envolveu a empresa TAM.

No decorrer do processo, mesmo que não tenha tido, assim, diretamente nenhuma responsabilidade da ANAC, mas o que deixou, assim, em termos de imagem para a opinião pública foi uma desorganização da ANAC. Tanto que os diretores da ANAC... Os diretores que estavam compondo a Diretoria da ANAC, à época, foram todos substituídos, ou quase todos substituídos, porque foi uma resposta também dada pelo Governo à sociedade, mudando a direção da ANAC.

A minha pergunta é a seguinte: Sem responsabilizar nenhuma pessoa, mas o processo de gestão da ANAC de lá pra cá se alterou? A ANAC hoje é outra, em termos de acompanhamento dos procedimentos de segurança, das obrigações das empresas? Hoje a ANAC é outra, quando comparada com a ANAC daquele período dos acidentes que nós tivemos?

SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO: Excelência, posso afirmar, com certeza, para o senhor, a ANAC é outra, hoje.

Nós pegamos a área técnica de segurança operacional e dividimos em duas superintendências. Uma superintendência de aeronavegabilidade e uma superintendência de segurança operacional. O objetivo principal é fortalecer as áreas técnicas e ampliar a nossa capacidade, não só de implementação das rotinas de segurança, mas também de fiscalização do sistema.

Nós temos algumas limitações que são oriundas, não só do processo de implantação da ANAC. O trabalho na Autoridade da Aviação Civil Brasileira, desde antes o processo da ANAC, dentro da nossa área de certificação, nós tivemos algumas crises, devido a problema de pessoal, como em 2000, que nós tivemos uma ameaça de suspensão do Acordo Bilateral de Exportação e Importação de Produtos Aeronáuticos com os Estados Unidos, em que de uma forma velada, a autoridade americana suspendeu a certificação de aviões, produzidos no Brasil, em função das limitações da autoridade brasileira. E desde aquela época, uma série de ações foi feita e, hoje, eu creio que a certificação de produtos é uma área que tem passado incólume a todos os tumultos, e nós estamos tentando agora criar essa nova estrutura.

Então, a ANAC, ela veio num processo de implantação, em que a Autoridade já tinha uma necessidade de se modernizar, de se ampliar, de se especializar. A Aviação Civil brasileira, tanto na área do transporte aéreo, quanto na área da indústria, crescendo muito, se dinamizando, tornando altamente especializada, e isso exigiu de nós um esforço maior.

A ANAC, hoje, é diferente, ainda temos um longo caminho a perseguir em termos de novos servidores, novos especialistas e a ANAC está preocupada e está completamente engajada neste processo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado. Eu fico feliz em ouvir, porque nós quando nós não temos muitas notícias é porque as coisas estão andando mais ou menos dentro de uma certa normalidade. Eu tive o prazer de fazer o relato de V.Exª. e tive o prazer também de fazer o relato da nossa Presidente, que assumiu naquele momento... Fiz aqui na Comissão, fiz o relato e fico feliz que a ANAC esteja trabalhando com competência e com bons resultados.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Cláudio Passos Simão, há algum tempo atrás, talvez menos de seis meses, essa Comissão sabatinou o Brigadeiro Allemander. Essa Comissão não foi informada dos motivos da exoneração do Brigadeiro Allemander. Eu gostaria de saber e essa é uma questão também ética profissional, mas gostaria de saber se V.Exª. pode nos dizer quais foram os motivos da exoneração do Brigadeiro.

SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO: Excelência, a exoneração dele foi pedida. Ele solicitou o afastamento. Eu confesso, eu desconheço...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): As razões.

SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO: As razões, a natureza. Eu realmente desconheço. Trabalhava conjuntamente, em algumas partes, com ele, mas confesso que não sentia intimidade suficiente para perguntar as razões que o levaram ao afastamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Ele apresentou aqui um belo plano para a Aviação Civil, à época, nos impressionou a todos, nós depositamos muita esperança no Brigadeiro Allemander, esperando agora que com a sua substituição, V.Exª. possa dar seqüência a esse planejamento que foi trazido aqui, através de uma bela exposição que ele fez.

Não havendo mais quem queira discutir, com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Meu caro Cláudio Passos Simão.

Eu fico muito satisfeito em poder ver, sendo sabatinada, nessa Comissão, uma pessoa com esse currículo. O currículo V.Sª. traz a esta casa, nos dá a tranqüilidade de que a ANAC vai entrar no trilho, com o objetivo de cumprir realmente o seu papel.

Segurança de vôo no Brasil, e V.Sª. é especialista, é da área, sabe bem V.Sª. que nós estamos vivendo numa fase entre o velho DAC e a ANAC Civil. E esse processo foi um processo tumultuado, tem sido um processo tumultuado, por vários fatores. Começou com a falta de disposição, da falta de vontade, de algumas pessoas importantes, na área, de ver realmente o processo entregue aos civis, mas também tivemos azares como acidentes aéreos, que tomaram todo o tempo da agência e essa integração, que é o ideal, vem tendo um retardamento, para que se possa realmente ter, na ANAC, um órgão que dê tranqüilidade ao usuário brasileiro.

Então, imagina que hoje mesmo por coincidência, eu vinha do Rio de Janeiro para cá, num vôo de nove horas e dez minutos, e nós ficamos 50 minutos dentro do avião, aguardando a autorização da torre de controle. Não há justificativa para aquilo, com os equipamentos modernos que nós temos. Não sei se é falta de vontade, não sei que problema que nós estávamos vivendo. Agora, 50 minutos parada, qualquer aeronave, é um prejuízo incalculável. Primeiro, para os

passageiros, depois para a própria companhia e, em terceiro, lugar para o conceito da Aviação Civil.

Eu acabei de lhe dar meu voto, na esperança de que V.Sª. realmente se integre nesse projeto, de transformar a nossa agência reguladora, num órgão eficaz, sem alarde, sem busca de manchetes, mas que tenha, como objetivo, a atenção ao passageiro.

V.Sª., pelas informações que tenho, é um homem pacato, tenho certeza que não precisará em reunião nenhuma colocar arma sobre a mesa, esse tempo é outro, esse tempo já passou, irá debater, irá argumentar, e eu espero que a sociedade comece a ver realmente que o caminho adotado, com a criação dessa agência, foi o melhor para o País.

Agora, recentemente nós já vimos algumas medidas tomadas como, por exemplo, a extinção do famoso COTAC, aquela taxa que só servia para burocratizar ainda mais o setor de internação de aeronaves. Nós tínhamos episódios que não tinham nenhum sentido, Sr. Presidente, por exemplo, para ficar só nisso, uma aeronave vem dos Estados Unidos, para citar exemplo, com o certificado da FAA, e aqui às vezes ficavam 30, 40 dias aguardando uma nova vistoria. Que geralmente não acontece, porque não tem funcionário, quando tem funcionário, não tem o recurso para o deslocamento, transformando isso em um verdadeiro tormento para quem vive do setor.

O senhor sabe, por exemplo, a guerra da escolha de um simples prefixo que pode ser de um computador, você pode ir na Internet, você pode ir em um site e resolver esse problema. E essas dificuldades geralmente são criadas para a geração de facilidades. Eu espero que o seu espírito e a sua vivencia sirvam para transformar esse órgão ágil. O Brasil precisa disso.

O Brasil pela sua frota, pelas suas circunstâncias e, acima de tudo, pelo fato de o meio de transporte aéreo ser uma necessidade, por meio do transporte aéreo ser em muitas regiões, principalmente as regiões mais longínquas, eu me refiro ao Norte, ao Mato Grosso, regiões de acesso exclusivo por aviões, que haja uma mentalidade realmente de desburocratizar este órgão. Se V.Sª. fizer isso, juntamente com a Dra. Solange, e com a atual Diretoria, que nós brasileiros, principalmente o Senado da República, colocamos toda nossa confiança e esperança. pode ficar tranqüilo que cumprirá seu papel. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, o Senador Eduardo Azeredo para seus questionamentos.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Dr. Cláudio, Srs. Senadores.

Eu quero abordar um assunto específico, Dr. Cláudio, porque nós tivemos lá no caso de Minas Gerais, dentro dessa mesma linha de providências pós-desastres, ou pós o desastre da TAM, em São Paulo, o Governo anunciou, da ANAC, o próprio Governo, que ia fazer uma descentralização. Usar melhor outros aeroportos do Brasil, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, aqui mesmo em Brasília, para não ficar essa concentração excessiva. Passado algum tempo, isso tudo caiu no esquecimento. São Paulo voltou a fazer conexões de vôos, a pista de São Paulo não foi ampliada, a pista de São Paulo não teve aquela providência no fim, até foi objeto da Audiência Pública aqui, aquele tipo de terreno que você faz, área de escape, não foi feito. A questão de terceira pista lá em Guarulhos também não se falou mais, a questão de fazer uma busca de um terceiro aeroporto também não se falou mais. Isso estou falando de São Paulo.

Agora, qual foi o reflexo disso? É que também a descentralização, ela acabou ficando no meio do caminho. Efetivamente, em Minas Gerais, o Aeroporto de Confins teve um aumento grande, inclusive, com as providências do Governo do Estado. O Governo do Estado acertou com o Governo Federal, investiu mais de 300 milhões de reais, foi o Governador Aécio Neves que colocou dinheiro do recurso do Estado, para poder melhorar o acesso, já que Confins é realmente distante da cidade, são 40, 45 quilômetros.

Agora, o que acontece? Nós estamos recebendo as informações de que o Governo Federal ou as companhias, na verdade, as companhias, elas estão querendo voltar a operar no Aeroporto da Pampulha e tem um pedido formal na ANAC. Um pedido para operarem na Pampulha e Santos Dumont. Aí a Pampulha é um aeroporto que, hoje, está dentro da cidade, então tem riscos efetivos, é um aeroporto perigoso, e evidentemente não dá pra ter dois aeroportos funcionando. Eu sei que em grandes cidades como Paris tem, Washington tem, mas não é o caso de Belo Horizonte, você ter dois aeroportos funcionando, para aviões do mesmo porte. Ainda que se explique será avião o *Airbus* menor que o 319, mas dá na mesma, o 319 tem 140 passageiros e o outro tem 180. Hoje, a Pampulha está funcionando para a viação regional. Aviões de até 50 lugares, até 70, turbo hélice.

Então, eu queria colocar essa preocupação. O Governador já manifestou oficialmente a preocupação à ANAC, nós já fizemos, eu já fiz discursos aqui, mas a informação é que a ANAC disse assim: "Não. A nossa posição não aceita opinião política". Mau. Porque evidentemente tem que aceitar as informações políticas de quem está vivenciando a situação. Não é uma informação, no sentido pejorativo da política. É no sentido bom da política. É de quem está exatamente fazendo a análise dos gastos, do que se tem pela frente.

Então, eu queria colocar essa nossa... Se perguntar lá em Minas Gerais, perguntar lá em Belo Horizonte, todo mundo, apesar de entender que o Aeroporto da Pampulha é mais perto, você gastaria menos tempo para chegar lá, mas todos reconhecem que foi o esforço feito e que o Aeroporto de Confins tem muito melhores condições, que não justifica agora dar um passo atrás, porque seria abrir uma porteira. Agora, é avião menor, mas vem outro, vem outro, vem outro. Então, essa é a posição que eu queria colocar.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, pela ordem, Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo, Dr. Cláudio Passos, indicado para Diretor da ANAC.

Antes de iniciar a indagação de forma direta a V.Sª., queria antes de mais nada agradecer a presteza, a eficiência e, sobretudo, a solidariedade do nosso ilustre Presidente Senador Marconi Perillo, em um gesto, uma vez mais de grandeza, suscitando o nosso pleito, convocou esta Reunião Extraordinária dessa Comissão, para que o nome do sabatinado fosse colocado aqui, diante dessa Comissão. Então, os meus sinceros agradecimentos, uma vez mais, Senador Marconi Perillo, tenho maior admiração e respeito por V.Exª.

Mas Dr. Cláudio Passos, eu particularmente tenho uma indagação a fazer ao senhor. Eu sou do Estado, quase de dimensão continental, que é o Mato Grosso, que tem 902 mil quilômetros quadrados. V.Sª. deve ter conhecimento, até porque faz parte já da Aeronáutica Brasileira, como também faz parte da Agência Nacional, nós temos sérias deficiências no setor de comunicação naquela Região Amazônica, no nosso País.

Talvez não tenha conhecimento, nós particularmente do Mato Grosso temos poucas pistas asfaltadas, como também temos poucas pistas iluminadas. Eu entendo que realmente é uma questão de segurança, até para apoiamento para as aeronaves de pequeno e grande porte.

Mas o que mais me preocupa é de que, por exemplo, nós que deslocamos da capital do Estado, em direção à Região Noroeste, Norte do Mato Grosso, quando nós tentamos manter contato com o Centro Amazônico, que fica na região do Estado do Amazonas, nós temos sérias dificuldades. Nós temos que ir pedindo a Deus e para que a propagação do sistema de comunicação, daquela região, no dia, seja de boa propagação, na medida em que lamentavelmente são poucas as vezes que esse recurso, que nós temos de comunicação de fonia, nas nossas aeronaves, é atendido por centro de comunicação, ou seja, pelo Centro Amazônico.

Nesse caso, eu pergunto: Quais as providências que tanto o Ministério da Defesa, o Ministério da Aeronáutica, a própria ANAC, estão tomando para que nós não corremos risco nenhum, de amanhã ou depois, nós termos dificuldades, até mesmo para fazermos nossos pousos, tendo em vista que quando você sai da capital, você faz a comunicação com o Centro Amazônico, e depois para fazer o pouso dessa aeronave, nós não conseguimos fazer a comunicação, fica naturalmente aquela preocupação, por parte do Centro Amazônico, tendo em vista que não recebeu a comunicação de quando já estão fazendo procedimento de descida. Quais as providências que estão sendo tomadas, e que serão tomadas doravante para que possamos melhorar o serviço de comunicação dessa região de nosso País?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, para as respostas, Dr. Cláudio Simão.

SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO: Excelência, essa parte de comunicações de tráfego aéreo também são da alçada da área do Departamento de Controle Espaço Aéreo, que pertence ao comando da Aeronáutica.

Naturalmente a ANAC tem participado de reuniões, junto à Secretaria de Aviação Civil, Ministério da Defesa, para endereçar esse assunto. Agora, realmente todas as ações, planejamento, são afetos à área do comando da Aeronáutica, junto ao Ministério da Defesa, e não da ANAC. A parte de infra-estrutura do tráfego.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO: Ok. Do Senador Azeredo, relativamente ao Aeroporto de Pampulha. A ANAC, ela tem uma situação interessante, neste quesito, que a lei prevê que a liberdade dos operadores dos serviços aéreos de operar. A ANAC não tem tanta... Ela não pode impor limitações, exceto no quesito técnico, que envolve as limitações da infra-estrutura, que vem pela ANAC e vem pela própria infra-estrutura do tráfego aéreo. Então, nós podemos ter limitação de terminal, podemos ter limitação de pista, podemos ter limitação de pátio, podemos ter uma série de limitação do terminal de passageiros também. E as próprias limitações técnicas do avião. Então, é dentro deste cenário e dentro do contexto do marco regulatório, que a ANAC tem que atuar.

Por outro lado, nós sabemos que quando há limitações técnicas, quando há ou limitações em termos da capacidade de operar, do número de operações, do excesso de operação, nesse sentido, a ANAC pode

trabalhar em termos de distribuição do espaço, acesso de novas empresas e essa questão da descentralização, que foi colocada por V.Exª., ela está sendo objeto de um estudo, dentro da ANAC, em termos de como usando ferramentas de incentivo, se possa criar um processo, que isso naturalmente aconteça, mas usando o marco regulatório, que prevê a liberdade de operação das empresas. Elas solicitando, a ANAC não tem a disposição legal, muitas vezes, de negar, se não for no aspecto técnico.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, o Senador Eduardo Azeredo.

Antes disso, eu gostaria de pedir ao Senador Gilberto Goellner que efetivasse o voto. Com o voto do Senador Mercadante, eu vou declarar encerrado o processo de votação.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Dr. Cláudio, na verdade é claro que eu sei que existe uma regra. Mas por outro lado, existe a questão técnica, inegavelmente ele é um aeroporto perigoso, todos os pilotos sabem disso, é um aeroporto que está dentro da área urbana, e o interesse econômico tem que ser olhado. Não é possível também que se olhe esse lado, quer dizer, dos investimentos que foram feitos, para você depois ter aí um prejuízo no esvaziamento do Aeroporto de Confins.

Eu queria colocar que realmente não pode ser uma decisão só técnica. Ela tem que olhar em consideração também o interesse, o interesse público, o interesse público é preservar recursos que foram investidos, é ouvir a comunidade, ouvir o que a população está pensando, a população usuária. Que essa coisa é meio engraçada, de vez em quando tudo é livre. Aí depois, não. Tudo é fechado. Não é uma coisa nem outra. Nós não temos situação de total liberdade, não é assim a regra brasileira, tanto é que a ANAC tem que autorizar a companhia para poder funcionar, tem que autorizar o número de vôos, tem que autorizar qualquer linha aérea que surja.

Agora, mesmo a *American Airlines* anunciou o vôo para Belo Horizonte direto, anunciou também para Fortaleza, e o que aconteceu? Ela começou a colocar na rede de reservas, já tinha sido feito o acordo entre os países, a ANAC mandou suspender. Mandou parar as reservas. Por quê? Porque ainda não tinha publicado a autorização. É uma questão que já está resolvida, está acordada, foi aumentado o número de vôos, mas suspendeu.

Então, quando quer a ANAC usa a força, digamos assim. Então, agora vai ficar... Eu considero que a resposta não nos atende, não. Acho que a opinião dos mineiros é diferente, eu acho que eu falo aqui como um espelho de que está acontecendo, em termos da cidade... Todos que utilizam, a imensa maioria, evidente que não são todos, não quer dizer isso unanimidade. Então, eu gostaria que houvesse uma visão nesse aspecto do risco, da questão de perigo, perigo de vôo, e a questão realmente dos reflexos econômicos, de uma decisão de dividir em dois aeroportos um tráfego que não é tão grande assim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, eu vou assegurar a palavra ao Senador Lobão Filho, mas depois vou passar a palavra ao Dr. Cláudio Passos, para que possa responder as últimas indagações dos Senadores Eduardo Azeredo, posteriormente o Senador Lobão, o Senador Maranhão e, ainda, o Senador Heráclito Fortes. Mas eu convido o Senador Eduardo Azeredo e Senador Jayme Campos para fazerem o escrutínio, para funcionarem como escrutinadores.

Com a palavra, o Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Dr. Cláudio, antes de mais nada, parabéns pelo currículo. Me agrada bastante ver um profissional como o senhor ocupando um cargo tão importante na ANAC.

Eu queria fazer a seguinte pergunta: O Maranhão é um Estado de dimensões geográficas muito grandes. Só para você ter uma idéia, de São Luís a Balsas dão quase dez horas de carro. Nós temos mais de 200 Municípios, em nosso Estado. E devemos ter alguma coisa em torno de 100 pistas, no interior do Estado. Dessas 100, sem medo de errar, 90 estão interditadas. Ou seja, um Estado desse tamanho está impossibilitado de ser atendido por via aérea. A ANAC que tem a responsabilidade de interdição, fiscalização do setor, na sua ótica também deve ter uma preocupação social, no sentido de não só de interdição, mas de interdição dos desvios que ocorrem para interdição, junto aos poderes municipais, por exemplo, que são os responsáveis pela manutenção destas pistas, que estão espalhadas, por exemplo, no Maranhão? Ou o senhor acha que a ANAC deve se ater à forma técnica de fiscalização e interdição pura e simples?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, antes das respostas, eu vou proclamar o resultado aqui, já que nós concluímos a apuração dos votos. Votaram 17, aliás, 20 Srs. e Sras. Senadores. Destes, 17 votaram sim, 03 votos não. O Sr. Cláudio Passos Simon tem seu nome aprovado pela Comissão de Infra-Estrutura e essa matéria irá à Secretaria Geral da Mesa, para as devidas providências.

Eu passo a palavra ao Senador Maranhão e convido o Senador Jayme Campos para presidir essa Sessão, enquanto faço o despacho. Asseguro a palavra ao Senador José Maranhão.

[troca de presidência]

SENADOR JOSÉ MARANHÃO (PMDB-PB): Agora que nós já conhecemos o resultado positivo da aprovação do Dr. Cláudio Passos Simão, para o cargo de Diretor da ANAC, nós devemos felicitá-lo, e eu diria que até felicitar o Governo dessa vez, pela escolha de um profissional competente, um homem da área e que, com a sua vasta experiência e a sua qualidade acadêmica, certamente poderá dar a contribuição que a ANAC, como agência reguladora, e muito mais de que isso, eu acho que há uma certa forma atípica na criação dessa agência. Poucas vezes, nós paramos para examinar isso. A ANAC é ao mesmo tempo uma agência reguladora e é um órgão administrativo, do setor aeroviário, de modo geral. Mas, não é isso que eu gostaria de analisar nesse momento.

Dessa vez, o Governo andou certo. Errou, mas errou redondamente na escolha da primeira Diretoria da ANAC. E foi um erro que teve graves conseqüências até pela autonomia que as agências reguladoras têm de modo geral. Por isso que eu digo que preocupa-me esse caráter híbrido da ANAC, o que faz com que ela se distancie um pouco do conceito de agência reguladora. Mas, foi um desastre total. E uma coincidência infeliz, qual seja a tragédia que aconteceu em São Paulo, potencializou os efeitos da infelicidade da escolha da Diretoria anterior. Não cabe aqui fazer análise retrospectiva das causas e dos efeitos daquele acidente. Mas o certo é que o acidente teve uma certa pedagogia para o Governo. Fez com que o Governo desse a essa agência a importância institucional que ela tem.

Na minha visão, eu acho que a questão política da criação dessa agência não está ainda devidamente equacionada. Desde a época da Constituinte que a questão da criação de um órgão civil, para dirigir as atividades aeronáuticas, no Brasil, surgiu. E àquela época, movimentaram-se todos os segmentos ligados à Aviação Civil, no Brasil. Os sindicatos de aeronautas, de aeroviários, as empresas de aviação, as empresas de táxi aéreo, mas o certo é que a posição daqueles que defendiam fortemente, já naquela época, a criação de um órgão civil para administrar as questões da Aviação Civil, não conseguiu emplacar na Constituinte.

A coisa aflorou depois no Congresso. E este projeto que criou a ANAC ficou dormitando nas cadeiras ou nos birôs da Câmara Federal, durante dois anos. De repente, ele surgiu aqui inesperadamente como uma questão urgente, inadiável, era uma compulsão geral, em todos os segmentos da representação do Senado. Na oposição, no Governo. E na Comissão de Constituição e Justiça, quando se discutia esse projeto, eu fui voto discordante. E voz, sobretudo, discordante, das lideranças que defendiam. Àquela época, eu chamava a atenção dos meus pares sobre a necessidade de um estudo mais profundo, de vez que nós estávamos dando um passo decisivo na questão da administração aeroviária no Brasil. Fui voto vencido. Posteriormente, aconteceram as crises. E as crises se encarregaram de provar que eu tinha toda razão.

O cargo que o senhor está assumindo agora, Dr. Cláudio, até pelo eu currículo, pela sua experiência, lhe dá muita responsabilidade. Eu acho que nós continuamos tangenciando a questão da aviação, de um modo geral, no âmbito civil, tanto na ANAC como fora dela. Já se disse, e eu acho que é verdade, que o Brasil não tem muita simpatia pela aviação. As coisas da aviação ficam sempre para depois. Não só nesse Governo. Não só no Governo. Mas na sociedade como um todo.

Desde o Governo anterior que se fazia economia em cima da aviação, em cima, sobretudo, da infra-estrutura Aeronáutica no Brasil. Seja na organização dos aeroportos, seja, sobretudo, nos serviços de proteção ao vôo. Essas questões sempre foram tratadas como uma questão de segundo plano, de menos importância. Quem tem alguma vivência com esse setor sabe, por exemplo, tem melhorado muito pouco. Lentamente. O serviço de proteção ao vôo. Os controles de tráfego aéreo. Não estou relacionando aquela crise, aquele acidente, que aconteceu com o avião da Gol e com o *Legacy* de prefixo americano, não. Aquilo foi uma tragédia que aconteceu em virtude de uma coisa quase fortuita. Não foi apenas o controle dos vôos em rota que falhou. Muito mais do que isso. Falhou a responsabilidade e a falta de proficiência dos operadores do avião de matrícula americano. No meu entender. É uma opinião. Outros poderão ter outra opinião.

Mas o que eu estou analisando é que, por exemplo, na questão da administração dos aeroportos. Cobra-se taxas, tarifas, e todos os anos a INFRAERO, a quem compete administrar os aeroportos, é obrigada a devolver ao Tesouro Nacional quantias colossais, nunca menos de 500 milhões por ano, para garantir mais fundos para o pagamento das dívidas, o chamado saldo primário. Não se dá a menor importância à necessidade de ter uma infra-estrutura melhor nos aeroportos. E nós não podemos dizer que os aeroportos brasileiros correspondem à importância que a aviação tem no Brasil. Os nossos aeroportos são pessimamente equipados, os nossos serviços de proteção ao vôo deixam muito a desejar ainda. Deixam muito a desejar e por quê? Se transferiu recursos que são pagos pelo usuário do sistema, as taxas aeroportuárias, que são recolhidas pela INFRAERO, porque se remeter esses recursos para o Tesouro Nacional, como se o segmento, como se o setor, não tivesse precisando de mais nada.

Eu estou fazendo essas considerações, Dr. Cláudio, porque eu sei o que elas não são alheias a seu conhecimento, e, sobretudo, à sua experiência. Porque lá na ANAC, nem todas essas questões são específicas da ANAC. Mas, como a ANAC é uma agência reguladora, ela terá muita importância na definição das políticas de gestão do setor aeronáutico como um todo. Como um todo. Eu não estou falando aqui também com saudosismo. O antigo DAC tinha as suas grandes falhas. Inclusive, aquele hibridismo, órgão civil administrado por militares, muitas vezes, tirava da verdadeira prioridade, aquilo que era prioritário mesmo para o setor civil, para não sacrificar tanto os orçamentos militares. [soa a campainha] e a gente sabe perfeitamente que a Força Aérea Brasileira, a quem o Brasil deve muito, vinha e vem ainda sofrendo um desgaste constante, sobretudo nos governos anteriores.

O atual Presidente da República, estou falando aqui com um pouco de conhecimento dessa questão, porque ano passado fui Presidente da Comissão de orçamento e pude conhecer na intimidade essa questão. O atual Presidente da República recuperou um pouco a defasagem imensa, a distorção imensa, dos orçamentos da Força Aérea Brasileira, de modo que houve uma certa recuperação, mas não é ainda a recuperação que o Brasil precisa, a recuperação desejada para esse setor.

Então, o DAC tinha as suas falhas imensas, inclusive, essa, de natureza institucional. E as questões da Aviação Civil nem sempre eram tratadas da forma que mereciam ser tratadas, porque o próprio órgão se subordinava a um Ministério eminentemente militar. E aí o setor civil, muitas vezes, perdia em relação à infra-estrutura aeroportuária, em relação à questão do instrumental de proteção ao vôo. Enfim, sempre houve essa distorção tremenda. E na criação apressada, atabalhoada da ANAC, não se teve a visão da importância que esta agência teria para consertar todos esses erros no passado.

Por isso as coisas não saíram do canto ainda. A gente não sente. Como cidadão, como passageiro da aviação comercial, observando um pouco de perto operadores de aviões, a gente não sente ainda que se tomou a decisão política de fazer a correção de todas essas falhas que lamentavelmente ainda existem no setor aeronáutico no Brasil.

Eu estou falando aqui com absoluta isenção de ânimo, eu acho que essa questão não pode ser politizada, não deve ser politizada, aliás, todos sabem que eu sou da base. Mas eu tenho essa opinião crítica a respeito das falhas do sistema aeroportuário, do sistema de proteção ao vôo no Brasil, que todo cidadão sente. Agora, evidente, quando as coisas estão caminhando em céu de brigadeiro, não dá pra aflorar nenhum sentimento de descontentamento. Mas quem está dentro da aviação sabe que pouco ou nada se fez para corrigir as deficiências que sempre existiram historicamente, fruto de uma visão pouco moderna, de uma visão pouco atual mesmo, do que seja a necessidade de equipar nossos aeroportos e os serviços que garantem a segurança do vôo com aquele instrumental que é necessário, tanto na área de equipamentos como na área de Recursos Humanos.

Então eu estou fazendo essas observações, porque evidentemente um Diretor da ANAC, sobretudo com o currículo [soa a campainha] que o senhor ostenta aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Senador José Maranhão.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO (PMDB-PB): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu gostaria que V.Exª. concluísse, tendo em vista que ainda tem mais inscritos para fazer uma indagação, o Senador Romeu Tuma, e também a Ordem do Dia, daqui a pouco vai iniciar. Apesar que V.Exª. está--

SENADOR JOSÉ MARANHÃO (PMDB-PB): V.Exª. está me aconselhando a encerrar o meu discurso--

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Em relação à matéria que está sendo discutida hoje.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO (PMDB-PB): --e vou encerrar. Eu vou encerrar.

Então, eu estou fazendo essas observações porque eu sei que elas não vão ficar esquecidas, do senhor, até pelo conhecimento que o senhor tem do setor. E dizer, mais uma vez, que nesse momento o Governo brasileiro está de parabéns, porque está dando um problema dessa magnitude a importância que efetivamente ele tem para a vida de todos os brasileiros. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Muito obrigado, Senador José Maranhão. Antes da resposta do nosso convidado, nosso sabatinado, Dr. Cláudio, eu concedo e asseguro a palavra ao ilustre Senador, companheiro, Romeu Tuma, por cinco minutos, tendo em vista o adiantado da hora. Muito obrigado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Vou ser mais a jato do que um turbo.

Eu queria cumprimentar o Governo, já o nosso Senador Presidente da Comissão de Orçamento, que conhece profundamente toda a evolução financeira e fez uma exposição completa sobre os problemas que

afligem a Aviação Civil, e eu queria agradecer a visita que V.Sª. fez, conversando com a gente.

Sei que vem de uma escola que é do meu Estado, de primeira grandeza, o ITA, Instituto Tecnológico da Aeronáutica. Lá os engenheiros que saem, viu Sr. Presidente? Os engenheiros que saem do ITA são disputados a soco e a tapa. Não tem desemprego para quem sai do ITA. E o currículo me assusta, tanta especialização que o Professor apresenta, no seu currículo.

É claro que a gente tem sofrido algumas aflições, sei que a Dra. Solange, na Presidência da ANAC, tem lutado para buscar algumas formas de diminuir a angústia dos passageiros que ficam nos aeroportos. Hoje a gente se conforma com uma hora de atraso. Não há mais... Ficou uma hora, está muito bom, não é Senador? E as dificuldades, e também é uma grande preocupação, pelos últimos acidentes, que é a manutenção. Eu acho que a ANAC tem desenvolvido, acredito eu, pela experiência administrativa da Dra. Solange, com V.Exª. do lado, que é um técnico em Aeronáutica, com experiência pessoal e especialista em vôo, estão vendo isto com muita cautela. Que é a manutenção dos aviões, porque a prevenção é bem melhor do que acidentes, como este último da TAM, que fez um ano agora. Um acidente que até agora praticamente inexplicável o que ocorreu, se foi falha técnica, se não foi. Ainda há uma dificuldade na identificação das causas do acidente.

Como as companhias, às vezes, atravessam problemas financeiros difíceis, algumas fecharam as suas portas, então a grande preocupação nossa é até que ponto a responsabilidade das companhias aéreas, com respeito à manutenção das aeronaves. E o pagamento de salário, e outras várias taxas, porque normalmente dizia assim: "A companhia aérea tem despesas em dólar e recebe em real". Se bem que hoje o dólar com o preço que está, provavelmente dá pra equilibrar.

Mas eu quero desejar boa sorte e dizer que nós estamos nas mãos de vocês. Nós que usamos permanentemente os vôos para aqui, para São Paulo, para outros locais, confiamos sempre na ANAC, com respeito à fiscalização e à manutenção. E ver se a gente consegue diminuir pelo menos para meia hora de espera a decolagem. Obrigado. Boa sorte para o senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Concedo a palavra ao Senador Gilberto também para fazer sua indagação ao nosso sabatinado.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Gostaria de cumprimentar o novo Diretor da ANAC, que hoje irá substituir, a partir de agora, o anterior Diretor, [ininteligível], e dizer ao nobre Engenheiro Aeronáutico, desejando sucesso em todas suas decisões, mas que uma atenção especial realmente, como o Senador Tuma se pronunciou, na parte de manutenção [soa a campainha] de aeronaves, tanto as privadas, de pequeno porte, e também as de grande curso. Porque há poucos dias atrás tivemos um acidente em um outro país, onde... Dois acidentes. Normalmente quando sai um, sai um logo em seguida. E ficou constatado que eram problemas realmente de manutenção da companhia. E muitas vezes têm notícia até nos jornais brasileiros que as próprias companhias nacionais deixam a desejar no sentido da sua preocupação maior com a manutenção das aeronaves e a segurança de vôo de todos os passageiros.

Então, é nesse sentido que a ANAC tem esse dever, além de equipar e promover o controle aéreo do País, para que ele funcione realmente, mas a manutenção das aeronaves, eu vejo que é a preocupação maior de quem as usa. Porque pode ter falha humana, mas precisamos ter boas aeronaves em curso pelo País. E é isso que eu lhe desejo, então, flexibilidade, êxito, porque o senhor tem um currículo invejável e bastante experiência para desempenhar uma bela função dentro da ANAC. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Dr. Cláudio Passos, nós concedemos mais cinco minutos para suas conclusões finais e esta Comissão, antes de mais nada, tenha a certeza absoluta que nós depositamos um voto de confiança num grande técnico, acima de tudo, um profissional qualificado para o exercício do cargo, que vai exercer. Na verdade, expressar aqui os ilustres Senadores, sobretudo o Senador José Maranhão, que disse da indicação. E eu particularmente, como Membro dessa Comissão e de outras comissões importantes do Senado Federal, eu gostaria de dizer, em alto e bom som, de que se o Governo Federal todas as vezes que indicasse pessoas para ocupar cargo, não só em nível de Ministério, mas, sobretudo, também das agências reguladoras, fosse do quilate, da estirpe, de V.Sª., com certeza estaríamos vivendo talvez um outro momento, não só na aviação, mas certamente em outros setores do Governo, que são importantes para a vida e o cotidiano de toda a sociedade brasileira.

De tal forma eu, particularmente, lhe desejo sucesso, felicidades, que faça um trabalho operoso, competente, acima de tudo, ético, em prol da sociedade brasileira, que espera muito de V.Sª., como também Diretor da ANAC, um órgão importante da Aviação Civil do nosso País. E concedo mais cinco minutos para a conclusão do nosso trabalho, nessa Comissão.

SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO: Obrigado, Sr. Presidente, pela palavra.

Eu vou tentar responder todas as questões genericamente, mas abordando os aspectos específicos. Só que em primeiro lugar eu gostaria de agradecer as palavras e referências ao meu currículo, à minha situação, mas ele é fruto de investimento público que esse País fez em um servidor e em um brasileiro. Eu me sinto na obrigação de responder a isso como brasileiro. E isso é fundamental para mim.

A manutenção é uma parte do processo de segurança, Senadores. Ela começa com uma coisa chamada projeto, que ele tem que ser aprovado, que tem modificações, e para manter esse projeto devidamente aprovado, ele tem que ser mantido. Isso é um processo. Existe uma preocupação mundial, com a relação em termos de saúde financeira e situação de manutenção. Isso é uma preocupação. E nós temos que desenvolver processos, sistemas, rotinas, para poder usar, inclusive, gestão de risco, neste tipo de atividade. Então, quando nós falamos de gerenciamento de sistemas de segurança, quando nós estamos falando de uma atividade de prevenção, a atividade da ANAC é uma atividade de prevenção, regular e fiscalizar é uma atividade de prevenção. Atividade de investigação é a parte de prevenção corretiva. E a partir da ANAC, a prevenção como um todo. E naturalmente ela recebe essas entradas, essas informações, da parte de investigação, que devem ser consideradas e é uma área totalmente independente de verificação.

Então, a ANAC tem que desenvolver essas rotinas, tem que desenvolver esses processos, o mundo inteiro está preocupado com isso. Não é só a ANAC. Posso garantir para os senhores, que é preocupação das autoridades de outros países, principalmente dos países que têm a pujança e a sofisticação da Aviação Civil Brasileira. Posso garantir para os senhores que conhecimento nós temos, capacidade técnica nós temos, pessoas nós temos. Precisamos apenas nesse processo de transição, que o Senador José Maranhão comentou, ele é crítico, ele é importante, ele... Nós... Nós já tínhamos uma série de processos em transição, conforme o senhor mencionou, nós temos que consolidá-los, nós temos que endereçar todos esses aspectos. Posso garantir ao senhor que na área da segurança operacional, na área de aeronavegabilidade, nós estamos extremamente preocupados e sintonizados no assunto.

As colocações do Senador Heráclito Fortes também relativamente à COTAC, por exemplo. A COTAC sangrava recursos preciosos da área técnica, para fazer uma avaliação meramente administrativa de um processo de importação e exportação, enquanto nós temos deficiência de pessoal da área técnica, nós alocávamos técnicos para fazer um processo de interface técnico, naquilo que não afeta absolutamente, diretamente, a segurança. E como este nós temos outros processos internos, que nós precisamos endereçar. A ANAC está ciente disso, a ANAC está ciente da necessidade de analisar a gestão de risco, e nos aspectos dos aeroportos também, a pergunta do Senador Lobão, relativamente.

Um aeroporto ele tem uma funcionalidade, dentro [soa a campainha] de um cenário político-econômico. Então, simplesmente um órgão regulador tecnicamente impor uma série de restrições é como se ele criasse critérios para um avião, que o avião nunca voasse, que ele não tivesse a sua utilidade. Então, existe uma má relação intrínseca entre a função técnica e a finalidade daquilo que é regulado. Isso é intrínseco, e tem que haver. E naturalmente a ANAC tem que usar parâmetros para definir quais são esses mínimos, e pode usar discussões, pode usar gerenciamento do fator risco, para analisar como endereçar questões específicas, sem minimizar, sem desconsiderar, o aspecto de segurança operacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Essa Comissão agradece ao Dr. Cláudio Passos, agradece a presença de todos os convidados e, sobretudo, Srs. Senadores e Senadoras que aqui compareceram, na tarde de hoje, e nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 16h07.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

ATA DA 4ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 5 DE MARÇO DE 2008.

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia cinco de março de dois mil e oito, na Sala 19, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **NEUTO DE CONTO** e da Senadora **MARISA SERRANO**, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle,

com a presença dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO AMARAL, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, EXPEDITO JÚNIOR, JOÃO PEDRO, GILBERTO GOELLNER, KÁTIA ABREU, CÍCERO LUCENA, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, OSMAR DIAS, CÉSAR BORGES, VALTER PEREIRA, MARCONI PERILLO E SÉRGIO ZAMBIASI.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as): Sibá Machado, Leomar Quintanilha, Pedro Simon e Heráclito Fortes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Neuto de Conto, informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **Audiência Pública Conjunta**, em cumprimento ao **Requerimento nº 24, de 2007 – CRA**, de autoria dos Senadores Renato Casagrande e Antônio Carlos Valadares, aprovado em 30.10.2007 e do **Requerimento nº 37, de 2007 – CMA**, de autoria dos Senadores Renato Casagrande, Antônio Carlos Valadares e Sibá Machado, aprovado em 9.10.2007, com o objetivo de analisar e discutir os investimentos de grupos estrangeiros na compra de terras brasileiras, com a presença dos seguintes convidados: **SR. Rolf Hackbart** – Presidente do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; e representante do MDA; **SR. Fernando Queiroz Segovea Oliveira** – Coordenador – Geral de Defesa Institucional Polícia Federal, representando o Ministério da Justiça – MJ/PF; **SR. Ronaldo Jorge Araújo** – Consultor-Geral da Advocacia-Geral da União – AGU. **RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA REALIZADA.** Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Marisa Serrano, Renato Casagrande, Antônio Carlos Valadares, Osmar Dias, Sérgio Zambiasi, Gilberto Goellner, Valter Pereira, João Pedro, Flexa Ribeiro e Kátia Abreu. **RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA REALIZADA**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinqüenta e cinco minutos, lavrando nós, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da CRA e da CMA, que será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **NEUTO DE CONTO, PRESIDENTE DA CRA; –** Senadora **MARISA SERRANO, PRESIDENTE, em exercício, DA CMA.**

COMISSÃO DE AGRICULTURA
E REFORMA AGRÁRIA – CRA

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA
DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO
E CONTROLE – CMA

4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONJUNTA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 05 DE MARÇO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 35 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental declaro aberta a 4ª Reunião Conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que com a anuência do Plenário, declaro... é dada como aprovado. Aprovado.

A presente reunião destina-se à Audiência Pública conjunta, em cumprimento ao Requerimento nº. 24/2007, da CRA, de autoria do eminente Senador Renato Casagrande e Antonio Carlos Valadares, aprovado em 30 de outubro de 2007, e do Requerimento nº. 37/2007, da CMA, de autoria dos Senadores Renato Casagrande, Antonio Carlos Valadares e Sibá Machado, aprovado em 9 de outubro de 2007, com o objetivo de analisar e discutir os investimentos de grupos estrangeiros na compra de terras brasileiras com a presença das seguintes autoridades: Dr. Rolf Hackbart, Presidente do Instituto de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, representando o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Dr. Fernando Queiroz Segóvia Oliveira, Coordenador-Geral da Defesa do Instituto de Departamento de Polícia Federal, representando o Ministério da Justiça. Dr. Renato José Araújo, Consultor Geral da Advocacia-Geral da União.

Em razão de termos um compromisso inadiável nesse momento, nós passamos a Presidência à eminente Senadora Marisa Serrano, que irá presidir a Sessão conjunta desta reunião.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Eu queria parabenizar os Senadores que propuseram essa

Audiência Pública, e as autoridades que aceitaram o convite.

É muito importante essa questão e essa Audiência Pública, principalmente quem leu os jornais de hoje viu a quantidade de informações e de artigos que saíram sobre esse assunto. Inclusive, na Folha de São Paulo há um artigo sobre projeto, sobre redução de faixa de fronteira divide Congresso. Discutindo um projeto do Senador Zambiasi, colega nosso dessa Casa que propõe a redução da faixa de fronteira de 150 quilômetros para 50 quilômetros. Essa preocupação é uma preocupação acredito de todos os brasileiros, mas principalmente daqueles brasileiros que moram na região de fronteira. Como eu venho de Mato Grosso do Sul e nasci em Bela Vista que é fronteira com o Paraguai, cidade limite com Beira Vista do outro lado, eu acredito e tenho acompanhado extremamente essa questão principalmente para discutir a transparência, a fiscalização e um processo claro de legalização dessas terras de faixa de fronteira. Portanto, eu quis fazer essa introdução para dizer da importância que é a questão que foi levantada aqui pelo Senador... Pelos Senadores Casagrande e Valadares.

Portanto, sem mais delonga quero passar a palavra ao Dr. Rolf Hackbart, Presidente do INCRA, que representa aqui também o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministro Guilherme Cassel. Portanto V.Exª tem a palavra por 20 minutos. É isso? 20 minutos é o suficiente? Então, 20 minutos nós vamos dar a todos os palestrantes nossos aqui. Seja bem-vindo.

SR. ROLF HACKBART: Obrigado Senadora, obrigado Senadores colegas aqui da Mesa. A minha intervenção inicial ela vai se basear numa exposição que eu pediria licença para apresentar aqui na frente.

Bom, o objetivo aqui é distribuir esse material, tentar esclarecer o assunto do nosso ponto de vista do INCRA. Esse material já está gravado aqui à disposição dos Senadores.

Então, uma breve contextualização. A Lei 5.709/1971 estabelece restrições e regula as aquisições de imóvel rural por estrangeiros residentes no País e pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil. Até 95 a aquisição de terras por estrangeiros no Brasil era controlada pelo INCRA em território nacional. 95 a Emenda constitucional nº. 06 revogou o art. 171 da Constituição que permitia a distinção entre pessoa jurídica de capital nacional e capital estrangeiro. Conseqüentemente revogou o § 1º do art. 1º da Lei 5.709/1971. Essa situação admite a ocupação desenfreada ou não de terras estrangeiros em nível nacional, em especial na Amazônia Legal, mas não só, por empresas brasileiras com capital estrangeiro. É importante dizer também que a natureza do cadastro do INCRA que controla o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais é declaratório, porém alguns dados devem ser comprovados na apresentação declaração de cadastro para imóveis rurais, mas ele ainda é declaratório. Face o desenvolvimento do sistema de controle de aquisição de imóveis por estrangeiros, o INCRA tem realizado ações de fiscalização cadastral junto aos cartórios, constando que alguns deles não cumpre o que determina a lei, inclusive quanto à manutenção do livro auxiliar. O entendimento de pessoa jurídica brasileira... Eu estou indo mais rápido porque acho que o importante é o debate, mas vou deixar esse material. E importante que o meu colega Consultor-Geral da União depois vai entrar mais nos detalhes jurídicos. Eu quero só... Inclusive pedir correção se houver argumento erro aqui. Atualmente orienta aquisição de imóveis rurais por estrangeiros o parecer Geraldo do Quintão, 181/1998 que reexaminou o parecer da AGU de 94 da Consultoria-Geral da União. Esse assunto o consultor com certeza vai tratar depois. Pessoa jurídica brasileira cujo capital societário mesmo que participe pessoa estrangeira com qualquer percentual, seja física ou jurídica, não necessita requerer autorização para adquirir imóveis rurais no território nacional. Esse pra mim é o ponto do ponto de vista do INCRA. Essa situação permite a ocupação de terras em nível nacional por estrangeiro, muitas vezes mascaradas legalmente com a justificativa de serem adquiridas por empresas brasileiras. Esse parecer está sendo revisto pela AGU depois será tratado esse assunto. A base legal então ela está toda aí, é uma tentativa de resumo, pode ter falha aqui faltando alguma, mas as leis, Decreto-Lei, Decreto, norma, a lei determina que os cartórios de registro de imóveis mantenham cadastro especial. Muita gente não sabe disso, mas os cartórios precisam ter isso mediante um livro auxiliar da aquisição de imóveis rurais por pessoas estrangeiras físicas e jurídicas e informem trimestralmente ao imposto INCRA. Na verdade ninguém informa. Ou poucos informam.

A Lei 10.267/2001 prevê que os serviços de registros de imóvel informe mensalmente as modificações ocorridas nas matrículas imobiliárias decorrentes de mudança de titularidade, parcelamento, desmembramento, loteamento, remembramento, retificação de área, reserva legal e particular do patrimônio natural e outras limitações e restrições de caráter ambiental. Esta lei foi muito importante. Requisitos para aquisição. Hoje resumidamente residir no Brasil se pessoa física. Carteira de identidade estrangeira e se jurídica autorização para funcionar no País. Imóvel registrado no cartório de registro de imóveis e cadastrado no sistema do INCRA. Sem imóvel em área de segurança nacional, ter o assentimento prévio do Conselho Na-

cional de Defesa. Que é a faixa dos 150. Área igual ou inferior a três módulos de exploração indefinida, que é o conceito meio, não precisa de autorização do INCRA. Exceto sendo a segunda aquisição ou imóvel em área de segurança nacional. Vale lembrar que o conceito de segurança nacional é antigo. Se não me engano eu estudei isso um pouco os 150 quilômetros na época era o alcance de um tiro de canhão. Esse é o critério dos 150 quilômetros, basicamente. Área rural pertencente à pessoa física ou jurídica estrangeira não pode ultrapassar 1/4 da área do Município onde o imóvel se situa. Pessoas da mesma nacionalidade não poderão ser proprietárias em cada Município de mais de 40% do limite fixado. 1/4 da área do Município. E área de três a cinqüenta MEI requer a autorização do INCRA. O que é o MEI? É uma unidade de medida expressa em hectares definida para cada imóvel rural, inexplorado ou com exploração não definida em função da zona típica do módulo de Município de atuação do imóvel. Varia de 5 a 100 hectares. Então um MEI pode ser cinco hectares ou cem. Zona típica de módulo, regiões ilimitadas pelo INCRA com características ecológicas e econômicas homogêneas, baseada na visão microrregional do IBGE. Estrangeiro, pessoa física aquisição ou arrendamento. Então a pessoa física estrangeira tem que residir no País, não pode exceder a 50 módulos de exploração indefinida, o imóvel não superior a três módulos de exploração indefinida não depende de autorização ou licença, exceto se for uma segunda aquisição ou área de segurança nacional. Não se aplica à transmissão causa mortes, e o assentimento do Conselho de Segurança Nacional dentro dos 150 quilômetros sendo nula de pleno direito e sujeita a responder civil e criminalmente. Isso é o que determina a lei. Aqui são só... é um carecido resumo. As restrições quantitativas. Então até três MEI, aquisição livre, exceto segurança nacional. Esse MEI, Módulo de Variação Indefinida ele varia de Município para Município. De três a vinte MEI, autorização sem projeto. Precisa de autorização. Mais de 20 MEI, autorização e projeto de exploração. Acima de 50, pessoa física, autorização especial do Congresso Nacional. Seguidamente os senhores e as senhoras aprovam aqui aquisição. Não é tão seguido, mas eu já vi muita aprovação. Acima de cem MEI, pessoa jurídica precisa de autorização especial do Congresso Nacional. O que é que o INCRA fez? E o MDA até agora? Um grupo de trabalho envolvendo MDA, INCRA, GSI, AGU, Casa Civil, MAPA, buscando alternativas legais para restringir o capital estrangeiro ao acesso a terra como mecanismo estratégico de defesa da soberania nacional. Um ofício para as corregedorias regionais de justiça solicitando informações a respeito de aquisição de imóveis por estrangeiros, Sistema Nacional de Aquisição por terras estrangeiras em desenvolvimento, nós estamos desenvolvendo isso lá no INCRA, levantamento de informações nas Superintendências Regionais e nos cartórios, e determinação a Superintendências Regionais do INCRA para checagem, filtragem de dados junto ao Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais, chamando proprietários para informarem nacionalidade, continuação do levantamento dos dados cartoriais e atuação junto às corregedorias gerais de justiça. O que está sendo debatido em nível de Governo? Revisão do parecer Geraldo Quintão, mudanças na legislação vigente com base no art. 172 da Constituição nacional. A sugestão é: a lei disciplinará com base no interesse nacional os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros. Permitir acesso de consulta on-line aos cartórios e órgãos de terra ao Sistema Nacional de Cadastro do INCRA. Parceria com as Corregedorias Gerais de Justiças Estaduais, Junta Comercial, Instituto de Brasil, e Associação de Notários e Registradores, ANOREG. E além de seminários regionais com cartórios visando uniformizar os procedimentos legais e aquisição de móveis por estrangeiros. Ainda um projeto de cadastro de terras e regularização fundiária em fase final que vai permitir a atualização do cadastro, coleta, atualização on-line, um sistema móvel, o programa nós estamos desenvolvendo, e outros mecanismos aí que tem por finalidade agilizar os trabalhos de vistoria de cadastramentos acelerando o processo de titulação de imóveis rurais.

Total de... Os detentores estrangeiros e área cadastrada no INCRA. Esse é o que está no cadastro do INCRA. Eu gostaria de deixar claro aqui na minha opinião ninguém sabe exatamente, mas é o que está registrado no INCRA, eu trouxe aqui como informação. Então tem 33.228 imóveis, o que corresponde a 0,64% do total de imóveis cadastrados no INCRA. Áreas cadastradas, imóveis e detenção por estrangeiros, e cerca de... Ou número que consta lá, exato, 5.579.783 hectares, o que corresponde a 0,97% do total de área cadastrada no INCRA. Sempre lembrando cadastro é declaratório. Nem sempre o que é a realidade está no cadastro. Em forma de gráfico, aqui é a área cadastrada fora da Amazônia Legal. Por estrangeiros é 2,6 milhões de hectares. Na Amazônia Legal, 3.1 milhões de hectares. Área cadastradas em nome de estrangeiros físicos e jurídicos na Amazônia Legal. Lá é a Amazônia Legal e aqui é fora. Esse é o total do cadastro do INCRA. Na verdade, no INCRA são 5,5 milhões de hectares, dos quais 3.1 na Amazônia Legal e 2,6 arredondando fora da Amazônia Legal. Aqui tem uma série de iniciativas, a Portaria 5.589/99 que foi muito

importante, cancelou mais... Se não me engano, 80 milhões de hectares que o INCRA tirou do cadastro à época. Portaria nº 596/2001 inibindo cadastro com área compreendida entre cinco mil a menor que dez mil condicionada desinibição com a comprovação de dominalidade. Portaria de 2006... Estou me segurando aqui no tempo para depois atender as perguntas. Instrução Normativa, que trata da legitimação de posse com áreas de cem, com emissão de títulos e concessão de uso. Agora até 500 hectares título definitivo. Instrução Normativa 32 trata da regularização fundiária acima de 100 até 500, Instrução Normativa 41/2007 trata da regularização fundiária por meio de licitação de áreas de 500 a... De 500 hectares até 15 módulos fiscais. É isso.

Por fim, só registrar que do ponto de vista do INCRA, a opinião do Ministro do Desenvolvimento Agrário o ponto central para discussão desse tema para nós é soberania nacional. Não é xenofobismo. É o País saber e o INCRA deve cumprir a legislação, qual é o destino do seu território e quais são as regras e condições. Esse para nós é o ponto fundamental. Acho, essa é uma opinião minha, o confeito de faixa de fronteira e outros pontos devem ser atualizados. Também como se fala muito, as informações que os servidores do INCRA, Superintendências Regionais têm é de que a procura por parte de estrangeiros através de empresas nacionais no Brasil cresceu muito em algumas regiões. Os negócios. A pergunta é: Como vamos regular essa situação. Há o interesse enorme, construção de uma nova matriz energética no mundo, no País, o Brasil tem muita terra, fotossíntese fantástica, biodiversidade, muita água, um território enorme, e nós estamos tentando capacitar o INCRA, melhorar o nosso cadastro, ter esse controle. Então esse é o nosso objetivo, e dentro do prazo eu me coloco à disposição depois para perguntas. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós que agradecemos a sua explanação e passamos a palavra ao Dr. Fernando Queiroz Segóvia Oliveira, Coordenador-Geral de Defesa Institucional do Departamento de Polícia Federal representando o Ministério da Justiça. A palavra é sua, 20 minutos se forem suficientes.

SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA: Obrigado, Senadora. Cumprimento os demais membros aqui da Mesa. Essa questão, na realidade, da aquisição de terras por estrangeiros no território nacional, como foi muito bem colocado aqui pelo Dr. Rolf Hackbart, Presidente do INCRA, o problema hoje dentro do Ministério da Justiça e do Departamento de Polícia Federal é justamente a questão de falta de legislação, até para uma atuação, vamos dizer assim, mais forte em determinados pontos aonde a gente vê questões como a Amazônia brasileira e outras áreas inclusive fora da Amazônia onde está havendo até um certo tipo de especulação quanto à compra de determinadas áreas e a aplicação, vamos dizer assim, desses recursos em determinados locais do País. O Departamento de Polícia Federal próprio do Ministério da Justiça receberam inclusive algumas... Pedidos, até carreados aqui do próprio Congresso Nacional, um deles até da Câmara dos Deputados, aqui da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, à época com o Dr. Paulo Fernando da Costa Lacerda para a investigação de várias, vamos dizer assim, entidades, inclusive algumas Organizações Não-Governamentais que estariam tentando adquirir terras na Amazônia promovendo a preservação ambiental, segundo alguns estão prolatando mundo afora, inclusive em sites, e que há hoje uma preocupação muito grande pela Polícia Federal uma investigação em curso não só das Organizações Não-Governamentais como também inclusive de algumas empresas que estão querendo adquirir áreas nessas localidades. Há um acompanhamento, só que hoje, por falta de instrumentos legais há então a dúvida inclusive da atuação nossa em determinadas áreas para verificação se há ou não algum tipo de crime. O que a gente tem coberto, e feito em alguns Estados são justamente Organizações Não-Governamentais que fizeram parcerias inclusive com governos estaduais e que hoje são alvo inclusive de investigações e inquéritos onde há denúncias de crime de estelionato, há denúncias de evasão de dinheiro público, há também indícios de apropriação indébita e evasão fiscal. Então hoje há investigações em várias áreas do Brasil, e posso destacar aqui Estado de Rondônia, Mato Grosso do Sul e no próprio Amazonas onde há inquéritos já instaurados correndo contra essas entidades que estão, vamos dizer assim, usando até dinheiro público para desenvolvimento de áreas nessas regiões.

Outra preocupação freqüente do Departamento de Polícia Federal e do próprio Ministério da Justiça é justamente a dificuldade, vamos dizer assim, da definição, como foi muito bem lembrado aqui, da questão da segurança nacional. Essa questão da segurança nacional hoje inclusive ela está sendo rediscutida a nível do gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, aonde estão sendo definidos agora as novas áreas que seriam indispensáveis à segurança nacional. Essas áreas indispensáveis à segurança nacional deve haver inclusive uma manifestação do próprio gabinete de segurança institucional, futuramente, quando esse Grupo de Trabalho terminar vamos dizer assim a avaliação, porque haja

até uma redefinição e talvez até propostas para modificações legislativas se assim entender o grupo. Mas essa questão principal que hoje o Ministério da Justiça e a Polícia Federal encontram é justamente a falta de uma regra clara de normas claras para uma atuação mais firme quanto ao controle dessa comercialização dessas terras e até para caracterizar se for o caso algum tipo de crime nesses locais. O Departamento de Polícia Federal então neste contexto para atuar com a função de atribuição da polícia judiciária da União na investigação de crimes principalmente contra o sistema financeiro nacional contra a administração pública, contra a segurança nacional nos crimes de estelionato, apropriação indébita inclusive biopirataria, bem como a intensificação do controle das atividades desempenhadas por estrangeiros dentro do território nacional, ficam na realidade um pouco carentes de normas mais rígidas ou normas mais claras para uma atuação mais precisa da nossa ação. O que hoje a gente consegue fazer nas investigações nessas áreas são justamente encontrar crimes que são muito mais relacionados à aplicação de recursos de maneira diversa à legalmente constituída, normalmente nos recursos públicos, crimes de sonegação fiscal, apropriação indébita, então há realmente, Senadora, uma certa dificuldade da nossa ação. Inclusive, por todos... Vamos dizer assim, sistema legal hoje nacional, os pareceres que foram dados que foram muito bem explicados aí pelo Dr. Rolf, então na realidade hoje a gente se sente dentro do Ministério da Justiça e o próprio Departamento de Polícia Federal ansioso até que o Congresso Nacional nos dê uma, vamos dizer assim, uma direção mais correta para que a gente possa agir nesse tipo de questão. E seria basicamente isso. Agradeço e aguardo as perguntas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós queremos agradecer aqui a participação efetiva do Dr. Fernando Queiroz Segóvia Oliveira, da Polícia Federal, e eu espero realmente que vamos fazer, e essa é a razão também dessa Audiência Pública para que a gente comece a discutir essas questões e possamos realmente ajudar todos aqueles que trabalham, principalmente na faixa de fronteira a ter uma legislação mais clara. Passo a palavra ao Dr. Ronaldo Jorge Araújo, Consultor-Geral da Advocacia-Geral da União. Seja bem-vindo.

SR. RONALDO JORGE ARAÚJO: Obrigado Senadora. Queria agradecer inicialmente o convite das Comissões, justificar a ausência do Advogado Geral da União por conta da defesa hoje no Supremo Tribunal Federal daquela questão relevante das células tronco, Advogado Geral encaminha os agradecimentos pelo convite feito à Advocacia-Geral da União. E eu queria pessoalmente registrar a minha satisfação e honra de estar presente aqui porque eu sou Consultor Legislativo de carreira do Senado Federal cedido à Advocacia-Geral da União muito me traz honra e alegria de estar presente aqui poder auxiliar nos debates dessas Comissões.

Inicialmente eu queria primeiro contextualizar a participação da Advocacia-Geral da União nessa discussão. Como os senhores sabem, a Advocacia-Geral da União que tem sede constitucional ela atua tanto na defesa judicial e extrajudicial da União, como no assessoramento jurídico do Poder Executivo. No âmbito do assessoramento jurídico ao Poder Executivo há um sistema em que a Advocacia-Geral é o órgão central do sistema e as consultorias jurídicas dos Ministérios seriam os órgãos de execução. Na lei orgânica da Advocacia-Geral da União que é a Lei Complementar 73/1993 há previsão de havendo controversa jurídica, havendo dúvidas quanto à fixação da interpretação das normas, da lei, da própria Constituição, essas dúvidas submetidas à Advocacia-Geral da União ela tem o papel de tentar equacionar e dirimir essas dúvidas.

Então, no exercício dessa competência institucional, legal e constitucional, a Advocacia-Geral da União recebeu ainda em 1994 uma consulta formulada pelo Ministério da Agricultura e Reforma Agrária. Então estamos no ano de 1994, em que o Ministro da Agricultura e Reforma Agrária consultava a Advocacia-Geral da União sobre a interpretação se o § 1º do art. 1º da Lei 5.709/1971 que o Dr. Rolf trouxe ao nosso conhecimento que é a lei que disciplina a aquisição de imóveis rurais por estrangeiros no Brasil, se esse dispositivo teria sido recepcionado pela Constituição de 1988. Se não seria incompatível com a Constituição de 88. Esse dispositivo, esse § 1º estende as empresas brasileiras com controle societário na mão de estrangeiros não residentes no Brasil, no caso pessoas físicas, ou no caso de pessoas jurídicas com sede no exterior, então estende as restrições, todas aquelas restrições que o Dr. Rolf explanou com relação à limitação de terras de aquisição, etc, estende essas limitações às empresas brasileiras com controle acionário de estrangeiros. Essa dúvida veio porque essa legislação, como eu disse, é uma legislação de 1971. Que foi editada à época da Constituição de 67, Emenda Constitucional de 1969. Nessa época a Constituição, tanto a Constituição de 67 como a Emenda nº. 01/69 elas não disciplinavam no texto da Constituição o conceito de empresa brasileira. Não havia no texto da Constituição Brasileira o conceito de empresa brasileira. E, portanto, as distinções, as restrições eram admitidas, eram feitas no nível da legislação infraconstitucional. Então foi isso que foi feito pela Lei 5.709. Acontece que o texto original da Constituição de 1988, no art. 171 traz o conceito de

empresa brasileira no inciso I e traz o conceito de empresa brasileira de capital nacional no inciso II. E como esse dispositivo da Lei 5.709 trazia na interpretação do Ministério da Agricultura dúvidas, se está criando distinções entre empresas brasileiras, se essa interpretação, se essa norma era possível de ser recepcionada e entendida como vigente no ordenamento constitucional brasileiro. O parecer da Advocacia-Geral da União. É o parecer GQ 22, essas letras iniciais elas são as iniciais do nome do Advogado-Geral da União, na época era o Dr. Geraldo Quintão, então o parecer GQ nº. 22 de 1994 chega à conclusão que esse § 1º do art. 1º da Lei 5.709 não tinha sido recepcionado pela Constituição Brasileira, sobre o seguinte argumento. A distinção que o texto constitucional fazia entre empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional, segundo os próprios incisos e parágrafos do art. 171, era no sentido de criar estímulos temporários àquelas empresas brasileiras de capital nacional. E de forma alguma criar restrições às empresas brasileiras. Lembro que o conceito de empresas brasileiras do art. 171, inciso I eram aquelas empresas que tinham sido constituídas sob as leis brasileiras e com sede e administração no Brasil. Esse era o conceito de empresa brasileira que estava colocado no inciso I. Então defendia o Dr. Geraldo Quintão nesse parecer de 94 que quando a Constituição Brasileira quis fazer ressalvas quanto à participação de capital estrangeiro, o fez expressamente. Então ele cita como a restrição à exploração de mineração, o § 1º do art. 176, a participação de capital estrangeiro na saúde, a participação de capital estrangeiro nos meios de comunicação, entre outros que a Constituição traz. Como não havia restrição na interpretação à época à participação do capital estrangeiro na aquisição... Desculpa, na participação de empresas brasileiras com controle estrangeiro na aquisição de terras, não poderia ser criado infraconstitucionalmente essa restrição. Esse foi o entendimento, e esse entendimento declarou a não recepção do § 1º. Em face desse entendimento, qual é o efeito concreto desse entendimento? O INCRA, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, os órgãos competentes não mais poderiam impor as restrições da lei àquelas empresas brasileiras com controle societário estrangeiro.

Em 1995 houve a promulgação da Emenda Constitucional nº. 06 que eliminou do texto constitucional o conceito de empresa brasileira de capital nacional e o conceito de empresa brasileira. Como houve a desconstitucionalização da matéria e o argumento central do parecer inicial da AGU era que como a matéria estava constitucionalizada a lei não poderia criar restrições onde a Constituição não criava, com a desconstitucionalização do conceito de empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional, o então Advogado Geral da União, ainda o Dr. Geraldo Quintão solicita que a Consultoria Geral da União, órgão da Advocacia-Geral da União procedesse a uma revisão daquele parecer para saber se aquele entendimento permanecia.

Então, tentando fazer um raciocínio esquemático bastante claro, era uma norma não recepcionada por um dispositivo constitucional, esse dispositivo constitucional com uma revogação posterior, se teria o condão, se teria a força de fazer renascer no ordenamento jurídico aquele § 1º da Lei 5.709 que tinha sido considerado não recepcionado. E a manifestação da Advocacia-Geral da União, num novo parecer, esse de 97, parecer GQ 1997 sustentou que não havia possibilidade de fazer ressuscitar e nos termos técnicos não havia a possibilidade de haver a repristinação daquele § 1º do art. 1º da Lei 5.709 que tinha sido considerado incompatível com o texto constitucional e, portanto, por ele revogado.

Então, o parecer... Esse parecer da AGU de 97 sustentava que não poderia ser aplicado para as empresas brasileiras com controle estrangeiro qualquer tipo de restrição, qualquer tipo de tentativa de extensão das restrições aplicadas às empresas estrangeiras por força da Lei 5.709 no que diz respeito à aquisição e por força da Lei 8.629/1993 no que diz respeito ao arrendamento.

Em face de toda a alteração do cenário econômico, etc, todas essas informações que o Dr. Rolf nos traz, a questão do biocombustível, o desenvolvimento, o interesse no cultivo nas áreas rurais brasileiras, a movimentação, a falta de controle sobre as aquisições por parte de estrangeiros, empresas nacionais com controle de estrangeiros, o Governo começou a se preocupar com essa questão. Essa preocupação vem de muito tempo, há manifestações, há seminários promovidos pelo GSI que datam de 2004, enfim, várias manifestações, várias discussões no âmbito do Governo e que no ano passado, no âmbito de um Grupo de Trabalho que envolve uma série de órgãos, Casa Civil, INCRA, GSI, a própria Advocacia-Geral da União, solicita-se a intervenção da Advocacia-Geral da União para que reveja esse parecer para ver se o entendimento que foi fixado em 1994, ratificado em 1997 continua sendo o entendimento da Advocacia-Geral da União. Só para fazer um parêntese, quando esse parecer da Advocacia-Geral da União, que fixa entendimento, dirime controvérsia, ele é aprovado pelo Advogado Geral, aprovado pelo Presidente da República e publicado no Diário Oficial da União, ele adquire para a administração pública federal força vinculante e não pode ser desrespeitado por nenhum órgão jurídico ou nenhum órgão finalístico de Governo. Então é muito

importante esse parecer da Advocacia-Geral da União de 1997 quando diz que não se estende as empresas brasileiras com controle societário de estrangeiros residentes no exterior ou de pessoas jurídicas sediadas no exterior quando não se estende a essas empresas as restrições da legislação brasileira.

Bom, então por provocação desse grupo de trabalho nós iniciamos então uma análise, ainda no segundo semestre de 2007, uma análise nesse parecer, uma matéria muito complexa, esse entendimento do Governo vem sedimentado há 14 anos, desde 1994, e por força dessas reuniões houve as matérias, no final de setembro de 2007 várias matérias dos jornais dizendo que havia essa movimentação e que a Advocacia-Geral da União estaria analisando, e de fato está analisando, nós ainda não concluímos o texto final, mas eu por autorização do Advogado-Geral da União trago aos senhores algumas linhas de reflexão que vem sendo desenvolvidas na Advocacia-Geral da União nessa atual gestão que se iniciou em 2007 e 2008 sobre essa questão.

Bom, o primeiro aspecto que eu quero trazer aos senhores é que o foco dessa intervenção da Advocacia-Geral da União é, sem dúvida, a recepção ou não do § 1º do art. 1º da Lei 5.709 pela Constituição Federal. Esse é o eixo central de toda essa análise. Foi a interpretação de que não havia tido a recepção que gerou essa posição que permanece até hoje na administração pública federal. E nós com todas as vênias possíveis àqueles que entendem de forma diversa, inclusive manifestação da própria Advocacia-Geral da União, entendemos que esse parecer merece sim ser revisto. E há alguns elementos que fazem com que nós cheguemos a essa convicção ainda que o parecer não esteja concluído. Mais uma vez faço essa ressalva aos senhores.

Primeiro, quando nós nos valemos de recursos de hermenêutica, recursos de interpretação constitucional, especialmente os princípios da máxima efetividade da norma constitucional, o princípio da unidade da Constituição Federal, que impõe uma análise sistêmica de todos os dispositivos, nos leva a analisar que está colocado no capítulo da ordem econômica, especialmente o art. 170 que trata dos princípios gerais, 170 inciso I quando fala da soberania nacional, que é um corolário, que é uma conseqüência do princípio da soberania política que está lá no art. 1º, esse dispositivo cotejado com o dispositivo presente no art. 172 que não foi revogado pela Emenda 06 de 1995, que prevê a atuação do Estado Brasileiro na disciplina do investimento do capital estrangeiro em áreas estratégicas em áreas de interesse nacional. O conceito de capital brasileiro também... De capitais estrangeiros é um conceito que está numa norma antiga, uma norma, se não me falha a memória, 4.131 de 64, diz capitais estrangeiros aqueles que são oriundos de pessoas residentes fora do País, pessoas jurídicas sediadas fora do País.

Então, o art. 172 combinado com o art. 170, inciso I que fala da soberania, o 172 que prevê a possibilidade do Estado Brasileiro fixar em lei e aí a participação fundamental do Congresso Nacional nessa discussão, daquelas áreas estratégicas em que há investimento do capital estrangeiro pode ser disciplinar. O art. 190 da Constituição que fala das restrições a aquisição de imóveis rurais por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras, então, a análise cotejada desses dispositivos, buscando a máxima efetividade dessas normas no âmbito da ordem econômica da Constituição Federal brasileira nos leva a compreender que a interpretação literal do art. 190 da Constituição que fala das restrições para as empresas, para as pessoas físicas e pessoas jurídicas estrangeiras, é uma interpretação que deve ser ampliada tendo em vista o que está colocado no art. 170, inciso I, o que está colocado no art. 172 da Constituição Federal. E mais, quer dizer, a pessoa jurídica e a pessoa física estrangeira, o controle que ela exerce, a aquisição que ela faz pode-se dar diretamente como pode-se dar por interposta empresa no controle indireto. Esse é o primeiro feche de argumentos que têm sido utilizados nessa análise atual da Advocacia-Geral da União.

O art. 172, e aí já é um detalhamento dessa interpretação, o art. 172, como eu disse aos senhores, prevê a disciplina do investimento do capital estrangeiro, o conceito de capital estrangeiro posto da Lei 4.131/1962 diz que é aquele que pertence ou que reside em empresas sediadas no exterior, o que demonstra uma compatibilidade com a regra que está colocada lá no § 1º do art. 1º da lei que disciplina aquisição. Fica claro nessa lei que aquisição não só de empresas estrangeiras como aquelas empresas brasileiras de controle acionário de estrangeiros. Há uma juridicidade, há uma organicidade nesses diplomas legais.

E por fim também detalhando o que tinha falado inicialmente o art. 190 ao falar, ainda que ao falar de pessoa jurídica e pessoa física estrangeira, o art. 190 como um capítulo da política agrária e de Reforma Agrária, Política Agrícola Agrária na Reforma Agrária no título da ordem econômica se submete aos princípios que estão colocados na parte inicial do capítulo em que é mencionada a soberania nacional e em que é mencionadas a necessidade do Estado Brasileiro disciplinar consoante seus conceitos de oportunidade e conveniência uma combinação de manifestações do Poder Executivo e do Poder Legislativo do que é es-

tratégico e qual o grau de limite e disciplina que deve ser imposto. Isso não significa, e aí concordo do Dr. Rolf quando ele fala que não é xenofobia, isso significa dotar o Estado Brasileiro de um instrumental legal a ser fixado pelo Estado Brasileiro pelo seu Poder Legislativo e Poder Executivo do que é estratégico e do que merece uma disciplina e um regramento.

Então, para concluir Senadora Presidente, eu peço desculpas aí pela extensão na argumentação, há na verdade pelo menos três situações aí a serem enfrentadas: Uma situação que seria a aquisição ou arrendamento de terras rurais de imóveis rurais por empresas estrangeiras ou por estrangeiros não residentes no País. Essa seria a primeira hipótese, e essa hipótese ela tem todo o regramento fixado pela Lei 5.709, pela Lei 8.623 parece que não há nenhuma dúvida com relação a essa legislação. Uma segunda situação seria as empresas brasileiras, e aí o conceito de empresa brasileira se extrai de forma indireta do texto constitucional, não está mais previsto, não está mais constitucionalizado esse conceito a partir da Emenda Constitucional nº. 06, essas empresas brasileiras controladas pelo capital estrangeiro, capital estrangeiro de não residentes, e de empresas não sediadas, com base no parecer da AGU não estaria submetida a esse mesmo tipo de controles e restrições. Parecer da AGU, ressalta-se parecer da AGU de 1994, reforçado pelo parecer de 1997 que agora nós estamos analisando. Então com bases nesse parecer essas aquisições de empresas brasileiras, controladas por empresas estrangeiras não teriam [soa a campainha] a possibilidade de controle pelos órgãos do Estado Brasileiro. Houvesse como nós pretendemos que haja e a manifestação final da Advocacia-Geral da União é que vai dizer isso, havendo a revisão desse parecer da Advocacia-Geral da União, essa situação também fica contemplada. Admitida a recepção desse § 1º em face do texto constitucional essas empresas brasileiras com controle societário estrangeiro também estariam disciplinadas pela legislação que foi citada.

E uma terceira hipótese que me vem à mente nessa questão seriam as empresas brasileiras que tivesse ou não participação de capital estrangeiro e tendo participação de capital estrangeiro esse capital estrangeiro não detivesse o controle acionário. Uma participação minoritária de capital estrangeiro ou então inexistência de participação do capital estrangeiro, e aí o fenômeno dos laranjas, entre aspas, citado pelo Dr. Segóvia, citado pelo Dr. Rolf que seriam áreas, essa terceira hipótese da inexistência do controle acionário do capital estrangeiro e do capital... da inexistência do controle acionário e da inexistência do capital estrangeiro essas hipóteses não estariam contempladas pela legislação nem que o parecer da Advocacia-Geral da União seja revisto. Essa matéria é uma matéria que tem que ser disciplinada. Há uma iniciativa parece no âmbito da Câmara dos Deputados, não sei se aqui no Senado não consegui levantar aqui no Senado, mas na Câmara dos Deputados há uma iniciativa legislativa, se não me falha a memória Parlamentar do Estado do Pará e que busca disciplinar. Aí eu digo aos senhores que como o conceito de empresa brasileira não está mais no âmbito da Constituição Federal, é possível sim que no âmbito da legislação infraconstitucional essa discussão, essa ponderação, essas restrições sejam feitas sem nenhuma agressão ao texto constitucional. Na nossa interpretação, salvo com todo respeito interpretações em sentido contrário, é possível sim que tanto o Congresso Nacional como o Poder Executivo no encaminhamento dessas propostas disciplinem o investimento de capital estrangeiro na aquisição dessas terras no Brasil.

Peço desculpas pela extensão da manifestação e aguardo as perguntas, se houver, para que nós possamos aprofundar o debate. Muito obrigado, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós que agradecemos e acho que foi muito esclarecedor a sua fala e aí a gente vê o quanto é importante Senador Renato Casagrande essa Audiência Pública, principalmente quando a gente discute aí e vê quanto que o Congresso tem que avançar nessa questão, principalmente discutindo o que significa para nós e para nossa legislação a soberania nacional e os interesses estratégicos de desenvolvimento do País, tendo em vista que no mundo globalizado se nós pensarmos a União Européia que todos os países fazendo limites se cada um colocar sua fronteira 150 quilômetros não tem União Européia que agüente nem Mercosul que agüente. E aí haja o Rio Grande do Sul com a Argentina e Uruguai próximos. Mas aí são questões que terão que ser extremamente debatidas e eu fico muito contente com esse debate. Portanto, a palavra está com o Senador Renato Casagrande, um dos signatários da solicitação dessa Audiência Pública.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senadora Marisa Serrano. Senadora Kátia Abreu, Senadores presentes. Agradeço primeiramente a presença do Presidente do INCRA, Sr. Rolf, o Ronaldo, e do Fernando. Muito obrigado pelas contribuições de vocês. As contribuições na minha avaliação foram muito esclarecedoras. Porque o tema é um tema que começou a surgir e a ser debatido com mais intensidade pela opinião pública brasileira nos últimos meses, nos últimos anos, até pela demanda e pela procura de áreas de terra por pessoas estrangeiras, pela va-

lorização das nossas terras. Pelo uso das nossas terras. Eu acho que ter o controle do nosso território, eu tenho a mesma avaliação. É uma questão de soberania. Assim como a gente quer ter controle dos nossos meios de comunicações, a gente quer ter controle do nosso minério, a gente quer ter controle das companhias aéreas, a gente quer ter controle do mar, 200 milhas do mar territorial nosso... Nós regulamentarmos efetivamente a participação estrangeira, Presidente, Senadora Marisa Serrano, eu acho que é fundamental. E aqui tanto o Presidente Rolf como o Ronaldo, o Ronaldo principalmente nessa última parte, o Ronaldo fez um resumo do que a gente tem de avanço, só vou repetir para ver se é isso mesmo, estrangeiros pessoas físicas e estrangeiros pessoas jurídicas, têm toda uma regulamentação e um critério aquisição de risco, não é problema. Tiramos isso de problema. O nosso problema está nas empresas brasileiras com capital estrangeiro. Este é o problema principal nosso.

Então, o primeiro questionamento que a gente tem é se isso vai se resolver, vocês estão trabalhando num novo... Na revisão do parecer. Por que é que o Governo não trabalha um Projeto de Lei? Ao invés de uma revisão no parecer? Por que o Governo encaminha para cá um Projeto de Lei sobre este tema, sobre este assunto? Segundo questionamento, você citou, e eu estou com ele aqui, você já tem avaliação do projeto do Beto Faro(F), não sei bem como se pronuncia, o Deputado que apresentou o projeto lá na Câmara. Talvez se esse projeto for um projeto que interessa, o Governo precisa mandar o projeto para atender até a demanda do Osmar Dias que já tem um projeto bom aqui no Congresso tramitando que o Governo possa dar uma atenção para este projeto.

Terceiro questionamento. As empresas brasileiras podem ser vendidas para as empresas estrangeiras. Empresas do agronegócio brasileiras, por exemplo, podem ser vendidas para empresas estrangeiras. Qualquer parecer e qualquer legislação deve prever isso. Porque alguém pode adquirir uma empresa e essa empresa se tornar uma empresa brasileira com capital de controle estrangeiro. Externo. Nós estamos com alguns problemas, assim, agora aqui, não sei qual é a visão do Governo com relação à proposta do Senador Zambiasi. Acho que ele vai perguntar sobre isso. Mas, isso é um debate na imprensa nesses últimos dias para cá. A outra questão, a empresa como tem se comportado, qual é a avaliação de vocês? Uma grande empresa lá atuando no Rio Grande do Sul, na área de reflorestamento, fará um grande investimento lá, acho que é Enzo...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): COOL EARTH. Isso. Essa empresa está se valendo desse vácuo e nessa lacuna legal? A outra questão. Você tem na internet esse tipo aqui de oferta, de uma entidade externa oferecendo terras para estrangeiros, COOL EARTH, oferecendo terra para estrangeiros. Compraram no Mato Grosso. Mato Grosso, Mato Grosso do Sul... Isso é uma entidade estrangeira oferecendo terreno via internet para estrangeiros.

Então, acho que nós temos, assim, acho que temos uma lacuna, acho que devemos tentar resolver essa lacuna o mais rápido possível para que nós de fato possamos manter um controle e até o controle. Hoje nós não temos todas as informações. Até o controle... Até termos informações é uma questão essencial para nós. Porque sem informações ficamos com dificuldade de trabalhar. Como o cadastro do INCRA, como o Presidente disse, é um cadastro declaratório nós não temos decisivamente um controle, não temos essas informações sobre controle. Até isso é fundamental para nós, a legislação tem que estabelecer. A minha avaliação preliminar, estou entrando no debate agora, não tenho uma concepção formada, mas a minha avaliação preliminar é que de fato a gente vê avançar no Congresso Nacional, se fosse iniciativa do Poder Executivo melhor, para que a gente pudesse fechar essa lacuna legal que nós temos na legislação brasileira. Obrigado, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu agradeço ao Senador Renato Casagrande. Gostaria de perguntar ao outro proponente, Senador Antônio Carlos Valadares se gostaria de fazer uso da palavra.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Srª. Presidente, senhores convidados, Srs. Senadores, Srªs. Senadoras, eu inicialmente eu quero pedir desculpas pelo fato de não ter comparecido logo no início dessa Sessão em virtude ter sido autor também na Comissão de Justiça de uma outra proposta que exigia a minha presença, sem a qual ela não teria segmento. Ou seja, não teria tramitação normal e deixaria para outra Sessão. Então a minha presença foi fundamental de vez que a proposta foi aprovada pela Comissão, essa é a razão porque não estive presente logo no início. Pedindo desculpas aos eminentes convidados.

A atual Constituição Federal estabelece em seu art. 190 que a lei regulará e limitará a aquisição ou o arrendamento de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira e estabelecerá os casos em que dependerão de autorização do Congresso Nacional. Primeiro eu quero saber se o Senador Casagrande fez

uma pergunta igual ou semelhante. Caso tenha feito, eu já vou desistir da pergunta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu sugeriria que V.Exª colocasse suas perguntas, mesmo se tiver semelhante não há problema.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Por sua vez, a Lei 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, mais conhecida como a Lei Agrária delimita em seu art. 23 que o estrangeiro residente no País e a pessoa jurídica autorizada a funcionar no Brasil só poderão arrendar imóvel rural na forma da Lei nº. 5.709 de 7 de outubro de 1971. Com base nessas informações formulo então dois questionamentos ao Advogado Geral da União. No caso, que é o Consultor Geral, Dr. Ronaldo.

Primeiramente. A harmonia do art. 190 da Constituição com as disposições da Lei nº. 5.709 de 1971 representa evidências suficiente da recepção dessa lei pelo texto constitucional. Ou em razão da revogação explícita do art. 171 da Constituição pela Emenda nº. 6/1995 é razoável falar em vácuo legal em relação à aquisição de imóveis rurais por grupos estrangeiros?

Segunda questão. V.Exª já percebeu a pergunta. A segunda questão. Em se admitindo a legalidade da restrição ao arrendamento de imóveis rurais presente na Lei nº. 8.629/1993, como afastar restrição à venda indiscriminada desses imóveis a grupos estrangeiros, qual a estimativa do INCRA sobre o impacto que as recentes aquisições de propriedades rurais realizadas por grupos estrangeiros terão na concentração fundiária na cada País. Há estudos atualizados a esse respeito? Que ações o Ministério do Desenvolvimento Agrário tem realizado para amenizar os impactos atuais e futuros da concentração fundiária decorrente da aquisição de imóveis rurais por grupos estrangeiros, sobretudo, nas regiões norte e nordeste? Pelos dados que dispõe o Ministério, a aquisição desses imóveis por grupos estrangeiros tem efetivamente contribuído para a melhoria das condições de vida do trabalhador do campo? E quanto ao meio ambiente, que melhorias os novos investimentos têm acrescido ao processo de produção?

Por último, no que tange ao princípio da soberania nacional, a que se refere o inciso I do art. 170 da Constituição Federal como o Ministério da Justiça avalia os investimentos estrangeiros em grandes áreas rurais da Amazônia? Há registro de investimentos estrangeiros nas áreas da fronteira entre o Brasil e outros países? Srª. Presidente, eu encaminho à Mesa estas perguntas para facilitar as respostas dos senhores convidados.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Senador. Eu queria fazer uma proposta à nossa Comissão. Se todos concordarem nós poderíamos fazer o bloco de três em três, depois a resposta agora aos nossos dois proponentes, aí então nós abriríamos de três em três. Se todos concordarem... Então vou passar a palavra para responder aos nossos dois proponentes e aí então os outros Senadores e Senadoras poderão fazer os seus questionamentos.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela ordem. Eu gostaria de enfatizar o seguinte. Que este Requerimento na verdade foi inspirado pelo meu líder, meu eminente líder Senador Casagrande. Eu apenas o subscrevi, mas tive o cuidado de fazer um estudo para atender as pretensões do nobre Senador Casagrande, do Espírito Santo, Líder do PSDB.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Tenho certeza que V.Exª enriqueceu a idéia e a proposta do Senador Casagrande. Com a palavra o Dr. Fernando Queiroz... Não, não. Dr. Ronaldo Jorge Araújo para resposta de seus questionamentos e depois o Dr. Rolf.

SR. RONALDO JORGE ARAÚJO: Inicio pela manifestação do Senador Casagrande. Primeiro, de ressaltar a felicidade de ver a interpretação, a reflexão que o Senador faz com relação ao princípio da soberania, princípio específico da ordem econômica 170, inciso I e aí faço já uma ponte com a manifestação do Senador Valadares. Parece que concordamos que o princípio que norteia a ação do Estado Brasileiro no que diz respeito à disciplina do investimento capital estrangeiro na aquisição ou arrendamento de terras rurais, ele baseia sim no princípio da soberania, específico, que está colocado na ordem econômica como corolário do princípio da soberania política maior que está colocado no art. 1º da Constituição Federal.

De fato, Senador Casagrande, há uma lacuna, há um vácuo e o senhor está corretíssimo na sua avaliação no que diz respeito àquela terceira hipótese que eu falava. No caso de empresas brasileiras cujo controle acionário não seja de pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras não residentes ou com sede no exterior, desde que esse controle acionário não seja majoritário, uma participação minoritária de capital estrangeiro ou uma empresa brasileira, ou a inexistência de participação direta do capital estrangeiro com fórmulas de simulação, de burla à legislação brasileira, essas hipóteses não há de fato disciplina na legislação brasileira. Ainda que o parecer da Advocacia-Geral da União seja revisto, essa dimensão não está contemplada. Não alcança. E esse projeto do Deputado Beto Faro, do PT do Pará,

ele faz uma tentativa de disciplinar essas hipóteses, de empresas brasileiras ainda que não possuam capital estrangeiro, ele cria aqui uma série de hipóteses em que ele busca e acho que é uma tentativa válida e essa tentativa que deve ser feita de uma forma consertada imagino entre o Poder Executivo e o Congresso Nacional para se buscar a disciplina do que está colocado no art. 190, do que está colocado no art. 172 no sentido de fechar essas brechas e essas lacunas que de fato existem na legislação brasileira.

Quando o senhor menciona a hipótese da empresa brasileira que é adquirida por uma empresa estrangeira, quer dizer, se for direta essa aquisição e essa empresa passar a ser da titularidade dessa empresa estrangeira, eu sempre tento fazer esse raciocínio esquemático de colocar nessas hipóteses que eu estava tentando inicialmente formular. Se for uma aquisição e uma empresa estrangeira, sediada no Brasil, ela se submete às restrições que estão colocadas na Lei 5.709, no que diz respeito à aquisição e se submete ao que está colocado na Lei 8.623 no que diz respeito a arrendamento. Não há dúvida. Se houver uma participação no controle acionário por parte dessa empresa estrangeira, o que vige hoje na administração pública é o entendimento de que não haveria controle nenhum. Revisto o parecer da Advocacia-Geral da União, o controle acionário sim estaria contemplado e se submeteria às restrições que estão colocadas na lei. Só não teria e aí cairia naquela lacuna, naquele vácuo que o senhor mencionou inicialmente, se essa participação acionária fosse minoritária ou eventualmente não houvesse participação direta e aí os órgãos competentes teriam que avaliar se teria havido simulação, se teria havido burla à legislação brasileira, enfim. Mas a tentativa que nós fazemos, não é de hoje, é tentar buscar, enquadrar nesse esquema, nessas várias hipóteses para ver se há ou não disciplina legal. Mas eu ressalto e como o senhor faz sua intervenção essa manifestação de fato há um projeto, o projeto 2007 em que há uma tentativa de se disciplinar, de se estabelecer restrições de acordo com os conceitos de oportunidade, conveniência, interesse nacional do que seriam áreas estratégicas que mereceriam um olhar mais detido do Estado Brasileiro.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O que vocês concluem a revisão do parecer... Desculpa, Srª. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): [pronunciamento fora do microfone] mas como o senhor não tinha dado, mais três minutos para o senhor encerrar.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Quando a Advocacia consegue concluir a revisão do parecer?

SR. RONALDO JORGE ARAÚJO: Senador, é previsível. Estamos na parte final. Acho que mais uns 45 dias, 30 dias, 45, no máximo, a gente fecha essa análise. Enfim, acho que são essas questões que cabiam na manifestação do Senador Casagrande.

Na manifestação do Senador Valadares, muito me orgulha ver que o encaminhamento que o Senador faz no que diz respeito à fundamentação constitucional e jurídica ela é absolutamente convergente com o pensamento da Consultoria-Geral da União inicialmente que vai ser submetido ao Advogado Geral da União no que diz respeito à prevalência do princípio da soberania, no que diz respeito à recepção do § 1º, do art. 1º da Lei 5.709 que estende às empresas brasileiras com controle acionário estrangeiro as restrições que são aplicadas às empresas estrangeiras. E também caracterizar que há sim uma lacuna, um vácuo no que diz respeito às empresas brasileiras cuja participação acionária seja minoritária de grupos estrangeiros não residentes no País. Participação, controle acionário de empresas brasileiras por empresas estrangeiras, revisto o parecer da Advocacia-Geral da União, essas empresas se submeteria a essas restrições.

Então, quer dizer, a lacuna, o vácuo, como eu tinha dito anteriormente ao Senador Casagrande, ficaria no que diz respeito a essa participação minoritária de empresas estrangeiras e empresas brasileiras. Então concordamos que há o princípio da soberania, e eu tinha mencionado, Senador, na apresentação inicial o recurso ao princípio da máxima efetividade da norma constitucional e o conceito da unidade da Constituição. Então se no título da ordem econômica há princípios que velam pela soberania, que admitem o controle do Estado Brasileiro no investimento do capital estrangeiro naquelas áreas que ele considera estratégica e há previsão expressa de restrição a aquisição de estrangeiros todos esses conceitos convergem para a necessidade, sim, de uma disciplina mais rigorosa nessas questões.

[soa a campainha]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Dr. Ronaldo. Passo a palavra ao Dr. Rolf e depois ao Dr. Fernando que quer fazer uma intervenção.

SR. ROLF HACKBART: Vou tentar ser breve a pedido da Mesa. Primeiro, dizer que assim, cabe ao INCRA cumprir o que a lei determine as normas, então para nós é muito importante que a AGU se posicione logo. Na minha opinião, para o INCRA seria muito importante normatizar através de uma lei. Um novo

parecer da AGU para nós é muito importante no curto prazo, mas eu não tenho dúvida nenhuma, gente, a agricultura brasileira mudou muito nos últimos anos. Os interesses por nossos imóveis rurais no País, mudou muito. Uma lei bem elaborada, atualizada, nos ajudaria muito também.

Segundo, eu não... Eu canso de receber grandes, médios produtores rurais no meu gabinete pedindo pelo amor de Deus que o Governo atue, que mude a legislação que eles não conseguem mais competir com investimento em imóveis rurais de investimentos estrangeiros no Brasil. Eles dizem isso. Grandes e médios produtores rurais brasileiros, grandes empresas. E vão no meu gabinete e dizem: Pelo amor de Deus, não dá. Na minha região eu quero ampliar o meu negócio, o meu empreendimento e os estrangeiros vêm e compram, cash e titulam. Muita gente.

Então, nós precisamos de uma regulamentação. Acho que o que puxa isso na verdade é a nova matriz energética, o preço das commodities, reserva de valor, a economia brasileira se o País receber agora o *investment grade* pela situação econômica brasileira sempre os grandes Fundo de Pensão vão tirar uma parcela para investir em imóveis rurais também no Brasil.

Outro aspecto, redução de faixa de fronteira. Nós do INCRA nós precisamos dar regulamentação. O que nós temos que aplicar é a lei que está funcionando hoje. Eu acho, já declarei isso aqui uma vez no Senado, a revisão dos 150 quilômetros eu acho que é cabível. Agora quanto vai ser? Nós do INCRA estamos esperando qual é a lei, a nova lei. E aplicar a lei e cuidar para que não aconteçam irregularidades. Sobre a concentração fundiária, em algumas regiões ela efetivamente acontece, Senador Valadares. O oeste da Bahia, Mato Grosso do Sul, sul do Pará, várias regiões... Compra de empresas brasileiras com capital estrangeiro cresce e tende a ter uma concentração fundiária. Os dados do censo agropecuário que vão sair agora em julho, agosto desse ano eles podem evidenciar isso ou não.

Sobre o impacto do meio ambiente, nós não temos estudos sobre isso, mas como um site aqui foi citado, o que a gente vê do ponto de vista do INCRA é aquisição de terras por estrangeiros desde aquele... Sei lá, o europeu rico que não sabe o que fazer com o dinheiro e compra 900 mil hectares no Pará ou tenta comprar para preservação ambiental e não tocar. Até aqueles que querem adquirir e querem explorar florestas, por exemplo, através da lei de florestas públicas. Então o interesse apareceu. O que eu faço um pedido aqui que vocês ajudem esse país, é que todas as relações que vocês têm e eu tenho dito isso para os INCRAs regionais, para os proprietários, para a CNA que está aqui presente, antes de adquirir um imóvel rural que as pessoas procurem o INCRA e perguntem, façam só uma pergunta: Em nome de quem está matriculada essa imóvel, área? É a matrícula que vale. Não o registro. Eu posso registrar em 15 cartórios. A matrícula está em nome de quem? E esse País precisa se encontrar na fiscalização fundiária. Eu fiquei muito feliz a semana retrasada quando o estoque de reservas do País supera o total de endividamento. O meu sonho é na regularização fundiária. Desde 1500 até hoje, o País precisa se encontrar. Esse recadastramento que estamos fazendo agora em 36 Municípios [soa a campainha] ele é o início de um trabalho que nós vamos dar segmento na Amazônia Legal, mas não só. É preciso dizer se a terra é pública, se é privada, se ela é pública estadual, se ela é pública federal, e dar um destino a essas terras. Para quê? Para dar legitimidade e titularidade a quem efetivamente ocupa essas áreas. Quer produzir, quer proteger o meio ambiente. Eu diria o futuro chegou. O futuro chegou. Tudo que os ambientalistas diziam, o futuro do Brasil em termos de agricultura... Ele está aqui. E nós precisamos da ajuda dessa Casa, do Congresso Nacional, para que órgãos como o INCRA, independente do gestor de plantão aplique uma lei adequada ao tipo de desenvolvimento que o País quer. Esse pra mim é o ponto central. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Dr. Rolf. Passo a palavra ao Dr. Fernando Queiroz.

SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA: Obrigado, Senadora. Eu gostaria de atender aqui até a solicitação do Senador Renato Casagrande justamente até para, vamos dizer assim, colocar em termos práticos uma investigação que em razão até da demanda da questão da COOL EARTH que foi inclusive da Câmara dos Deputados foi encaminhado um documento pedindo ao então Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, Dr. Paulo Fernando da Costa Lacerda que investigasse essa Organização Não-Governamental em relação à aquisição de terras e possível venda dessas terras para pessoas no exterior. Na realidade, essa ONG COOL EARTH, no dia 5 de junho de 2007, dia mundial do meio ambiente, ela lançou oficialmente seu programa de proteção às florestas tropicais no seu sítio COOL EARTH.ORG seu mote principal de atuação anunciou a venda de cotas de patrocínio para a preservação de florestas tropicais situadas no Brasil, nos Estados do Amazonas e Mato Grosso, além do Equador na região costeira no Estado de Esmeraldas. Informações disponibilizadas no site, no sítio da ONG afirmam que as florestas tropicais são feitas de carbono vivo, e que em um acre de floresta

tropical estariam armazenadas mais de 260 toneladas carbono. No período de um ano, segundo informações disponibilizadas, a destruição de florestas tropicais ao redor do mundo liberaria mais carbono na atmosfera contribuindo para o aquecimento global do que todos os Estados Unidos da América. Ainda conforme a COOL EARTH, 1/4 das emissões mundiais de carbono são originárias do desmatamento. Dessa forma, ajudar a COOL EARTH a combater o desmatamento seria o primeiro passo para resolver a questão do aquecimento global. O sítio ainda possui uma estrutura dividida em três partes principais. A primeira parte detalhada como funciona a iniciativa da COOL EARTH. Essa primeira chamada HOW IT WORKS, está dividida em três seções distintas: A seção de THE RESOURCE, detalhando a questão dos recursos florestais e a sua importância para o planeta; na seção THE PROBLEM é tratado o problema do aquecimento global ligando o desmatamento; e na seção THE SOLUTION é dada a solução para o problema apresentando as propostas da ONG para o desmatamento das florestas tropicais.

Tal solução seria de contribuir financeiramente com a ONG para que ela possa manter a floresta em pé, apoiando as comunidades locais. Em apoio às comunidades locais seria feito no sentido de fortalecer essas comunidades garantindo seu bem estar social empregando comunitários locais na proteção das florestas, construindo centros de saúde e educação.

Em 2007 havia durante o recebimento do patrocínio, se totalizaram aquisição de 32.112 acres na Amazônia. Em março 2006 os principais veículos de comunicação nacionais e estrangeiros deram destaque a proposta a compra maciça de terras na Amazônia por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras. A campanha foi promovida pelo bilionário sueco, radicado no Reino Unido, John Eliasch. [soa a campainha] De acordo com o jornal inglês Sunday Times, ele tem um patrimônio de 355 milhões de libras esterlinas ou cerca de um bilhão e quatrocentos milhões de reais. Ele acha e tem afirmado publicamente que aquisição de todas as terras na Amazônia demandaria um volume de recursos estrangeiros na ordem de 50 bilhões de dólares.

Segundo fontes do Ministério do Meio Ambiente, é provável que Eliasch tenha adquirido as terras da madeireira GETHAL, aproximadamente 60 mil hectares, localizados nas duas margens do Rio Madeira, no Município amazonense de Manicoré. Com base nas informações obtidas nessas e nas outras fontes a hipótese que até o momento se sustenta para explicar é que a transação fundiária é que Eliasch teria adquirido controle acionário de uma das empresas controladoras da GETHAL Amazonas já que o próprio empresário sueco declarou a imprensa ter desativado uma madeireira que funcionava em suas terras recém adquiridas na Amazônia. É importante acrescentar que a GETHAL que se encontra com suas atividades paralisadas desde o final do ano de 2006, tendo inclusive demitido mais de 700 empregados é atualmente controlado pela Brazil Forest Fund(F) Investment. Fundo de investimentos que adquiriu o controle da empresa em 2000 e é administrado pela empresa americana GMO, Renewable Resouces. É uma empresa especializada na compra e exploração de florestas em todo o mundo. Controlava cerca de 5.709 quilômetros quadrados em 2004, e hoje sendo 1.075 quilômetros quadrados de Amazônia brasileira. É uma divisão da GMO, LCC, Holding internacional de investimentos que administra mais de cem bilhões de dólares está sediada em Boston, Massachusetts, Estados Unidos.

Portanto é possível que Eliasch tenha na verdade adquiridos a maioria das cotas de participação acionária no mencionado Fundos de Investimentos da GMO-RR por meio de operações financeiras no exterior. E segundo a própria GETHAL, caso Eliasch tenha feito um negócio envolvendo a empresa, a transação se deu através da GMO no exterior, hipótese que explicaria a ausência de registros de transações fundiárias nos órgãos de fiscalização brasileira. É importante acrescentar também que segundo o representante do Banco Central do Brasil, em se tratando de aplicações no Brasil de fundos estrangeiros de investimento, é necessário o registro das mesmas, junto a autoridade fiscalizadora. No caso o próprio BACEN via registro declaratório eletrônico do sistema BACEN, ou junto à Comissão de Valores Imobiliários. Porém, no caso de investimento direto e não de aplicações do mercado financeiro, o que seria o caso do BFFI, pois esse último, conforme declarações da CVM não possui registro naquela instituição. Não é necessária a declaração da composição acionária do fundo, situação em que impediria o estabelecimento de uma possível vinculação direta entre Eliasch e o BFFI.

Isso é justamente para dar uma idéia de como a entrada de capital estrangeiro ela é até facilmente burlada pela falta de legislação que controlasse esses investimentos vindo diretamente através da aquisição de algumas empresas através de capital estrangeiro feito inclusive no exterior aonde não se passa por nenhum registro federal a compra dessas terras.

Temos alguns dados aqui inclusive quanto ao John Eliasch e aos outros, vamos dizer assim, membros da COOL EARTH que é onde vocês vão ver que na realidade toda a base de formação deles são em economia. E na realidade não teria muito direcionamento talvez nem vinculação à questão do meio ambiente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): V.Sª poderia nos deixar uma cópia desses documentos? Ou depois nós poderíamos solicitar? A gente poderia solicitar oficialmente porque acho que é importante para todas as nossas Comissões.

Portanto, agora vamos passar então à fala e a discussão dos Srs. Senadores. Primeiro o Senador Gilberto Goellner, depois o Senador Sérgio Zambiasi e depois o Senador Valter Pereira. E na segunda leva, Senador João Paulo, Osmar Dias e Flexa Ribeiro. Portanto, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Obrigado, Presidente, Senadora Marisa, componentes da Mesa que tão bem explanaram esse assunto. Eu gostaria de dar minha contribuição iniciando por caracterizar o motivo que tem levado alguns produtores brasileiros a até se desfazer dos imóveis para grandes grupos ou de produtores locais, ou até para investimentos estrangeiros que estão acontecendo aqui e que realmente, por trás disso aí, desse capital, existe interesse em fundos de investimento em outras bolsas mundiais e que estão vendo na agricultura brasileira uma grande oportunidade de negócio. De resultados econômicos. Por quê? Porque as bolsas cada vez com o decréscimo que existe dos negócios internacionais em todo mundo, estão vendo na possibilidade da agricultura brasileira uma oportunidade de negócio, de resultados.

Então, isso aí é um movimento muito intenso, muito intenso, grande grupos nacionais já se colocaram em bolsas do exterior, na bolsa brasileira também, a BMF, e estão tendo oportunidade agora de ter sócios de fundos que aqui vem para aplicar recurso, mas são fundos compostos pela... Como o senhor realmente colocou, não se sabe o tamanho do investidor. Desde a velhinha viúva, ou o velho lá dos Estados Unidos que sobram profissional liberal, todo mundo é acionista. E na Europa também e na Ásia. Hoje tem interesse do mundo inteiro do agronegócio brasileiro, principalmente olhando do lado do suprimento de alimentos que o Brasil terá ainda para o futuro, uma responsabilidade grande de fornecer alimento para o mundo, mas também no suprimento da bioenergia.

Então, em vista disso, já existem empresas que foram colocadas na bolsa. Já foram... Já têm sócios estrangeiros.

Então, não é uma especulação direta em ter um imóvel, em aumentar as propriedades, em se localizar uma pessoa física do exterior que está vindo para cá. São fundos de investimento, esses sim, estão vindo com muita vontade, que estão vendo que a transformação das pessoas físicas em pessoas jurídicas aqui no Brasil, o produtor que fazia tudo em nome dele, dos filhos, ele agora passa a constituir uma empresa jurídica. Pra quê? Para poder inclusive receber parceiros. Mas, o grande questionamento que eu facho e isso aí então eu acho que o parecer da AGU vai ser importante porque esse capital é um capital aberto, acho que o Brasil não pode ter restrição principalmente porque já aconteceu o que nós já temos para não atingir a imagem do País quanto ao direito privado.

Agora, o grande questionamento é o seguinte: Por que não se coloca as mesmas condições desse capital estrangeiro que está vindo aqui para auxiliar a agricultura brasileira possivelmente com condições de recursos financeiros disponíveis em outros países e que aqui são aplicados, e o produtor daqui está se valendo dessa oportunidade para sair fora da situação em que ele se encontra. Ele se encontra normalmente endividado, e é por isso que ele está cedendo esses imóveis, ele se encontra endividado pela situação que ocorreram nos últimos anos, por decréscimo de renda, por ter investido, aumentado áreas de plantio, não vamos falar em desmatamento, não foi em desmatamento, são áreas de pastagem que foram às vezes incorporadas, a pecuária não está dando bom resultado, a agricultura passa a dar um resultado melhor.

Então, são oportunidades que estão acontecendo de capital, de entrada de capital melhor do que é oferecido internamente. Que os custos financeiros aqui do País, o custo financeiro é muito alto, e a agricultura se encontra numa situação delicada. Então esse movimento vai acontecer muito daqui para frente, e eu vejo que não é um movimento especulativo de compra de terra, e sim de negócio composto por negócio de bioenergia, por agroindustrialização, é um conjunto de... é um componente conjunto. Uma parte do etanol, na parte da industrialização, e na parte também de reflorestamento com aproveitamento da madeira para fins energéticos.

Então, eu vejo que é muito oportuno esse momento aqui para que realmente o parecer da AGU tenha esse parecer de 97 realmente tenha uma consolidação final, e esse assunto deve ser debatido, sim. Acho que é muito importante o momento e vamos ver o que podemos contribuir aqui no Senado Federal.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): O próximo Senador a usar da palavra é o Senador Sérgio Zambiasi, que aliás é autor da PEC que propõe a redução da faixa de fronteira de 150 para 50 quilômetros, que é um assunto de extrema importância. Lembrando que o Presidente do INCRA esteve aqui no dia 15 de maio do ano passado quando esse

assunto foi discutido e por um requerimento de minha autoria houve aqui um compromisso do Presidente do INCRA de solucionar ou pelo menos encaminhar solução para o problema de faixa de fronteira, que marcaria uma reunião da Federação da Agricultura do Estado do Paraná e nada disso até hoje aconteceu, talvez fosse oportuno a gente tratar desse assunto também. Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente Osmar Dias. Cumprimento os componentes da Mesa, Dr. Fernando Rolf que para nossa alegria é gaúcho, portanto tem uma experiência grande na área, não por ser gaúcho, mas por ter trabalhado intensamente na área que hoje preside e Dr. Ronaldo da AGU. E efetivamente a PEC de minha autoria de 2006. E está havendo inicialmente, assim para deixar claro, uma grande confusão com relação à própria PEC. A PEC não está preocupada em discutir plantação de eucalipto ou presença ou não de estrangeiros. A PEC ela está muito mais voltada com uma questão de integração. O Dr. Segóvia sabe que dentro de mais alguns dias a Polícia Federal mais o Ministério da Justiça já deverá estar distribuindo o primeiro documento que começa a identificar o cidadão mercosulino, que é a carteira de fronteiriço. Parece que agora em abril saem as primeiras carteirinhas que estabelecem essa relação histórica que já existe nas fronteiras. Especialmente do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, os povos ali da Argentina e do Uruguai, especialmente.

Então, nós estamos tratando acima de tudo de uma relação de pensamento mercosulino, sul-americano, uma visão, um conceito de cidadania continental, regional que acho que nós vemos os europeus, não importa do País, se apresentarem como europeus. São europeus. Podem ser italianos, portugueses, ingleses, austríacos, mas são europeus. Os asiáticos também. São asiáticos. E nós não somos sul-americanos. Nós somos brasileiros. Nós não temos uma visão latina. Sul-americana. Isso é muito dessa relação de conflito com o conceito de fronteira. O primeiro conceito de fronteira nasceu com a lei das terras do império em 1850. Quando o império estabeleceu uma faixa de 10 léguas, ou do tiro do canhão, que dá uns 66 quilômetros. Estabeleceu um limite necessário para a época, inclusive, uma visão de proteção das nossas margens. Acho que a época, a lei realmente chegou numa hora boa. Posteriormente, em 1934, em 1937, foram na realidade os dois últimos movimentos efetivos que se tratou de faixa de fronteira. Em 1934 a faixa foi ampliada para 100 quilômetros e em 37 a Constituição... Foi a Polaca, se não me engano a 37, que ampliou para 150 quilômetros. De lá pra cá surgiram umas leis, mas o conceito de faixa permaneceu nos 150 quilômetros. E a PEC finalmente traz, Senador Osmar, essa discussão para o Congresso Nacional porque esta é a nossa obrigação, trabalhar na questão da legislação que no próprio conceito do Presidente do INCRA, Rolf, está já ultrapassada. E, portanto, nós temos que de alguma maneira rever. Eu considero que há muito preconceito com relação às fronteiras. Que eu considero muito bem estabelecidos e guardados nas fronteiras mais habitadas, a nossa Polícia Federal faz o seu papel plenamente. Está lá vigilante, presente, e fazendo o seu trabalho, apesar... O nosso problema é o tamanho da fronteira que são 17 mil quilômetros. É muito fronteira. Portanto guarnecê-la é realmente bastante difícil. Especialmente nos dias de hoje, não sei se o Osmar já fez a viagem que o Exército eventualmente proporciona a Parlamentares para conhecer a Amazônia. E a questão de guarnição de fronteira é uma coisa tão fragilizada que eu lembro do depoimento do General, o comandante é lá o quarto Exército da Amazônia, não me lembro agora o nome. General Augusto Heleno. É o atual, mas foi o anterior. Ele ao fazer a primeira palestra, nos acolher lá em Manaus, ele dizia o seguinte: Olha, provavelmente tudo que nós estejamos falando nesse momento alguém esteja ouvindo. Porque os sistemas de escuta hoje através dos satélites já não permitem mais muitos segredos. Realmente aquilo ficou muito marcado em mim. Então é para mostrar que realmente mudou tudo. Mercosul trata já de uma carteira de cidadão fronteiriço que dá condições ao brasileiro que more a 25 anos no Uruguai possa no Uruguai ter os direitos de um cidadão uruguaio. O brasileiro que more há 25 anos na Argentina tenha na Argentina, o protocolo já foi assinado não está em vigor ainda, mas já existe. Tem essa mesma condição, vem com o Paraguai, vem com a Venezuela, tão logo ela for membro pleno com direito a voz e voto no Mercosul, espero que logo aconteça, independente da presença do Chávez. Nós precisamos ampliar o conceito de Mercosul.

Mas o problema mais grave que eu considero Presidente, Presidente Rolf, é esta confusão que se estabelece quando nós estamos buscando mudar o conceito de faixa de fronteira e imediatamente se mistura com a questão da aquisição de terras por estrangeiros. Aliás, essa questão da aquisição de terras por estrangeiros, o próprio Presidente Rolf pode explicar aqui ao Plenário o quanto essa situação é complexa a medida em que tem um detalhezinho na lei que passa muitas vezes desapercebido que chama-se de pesquisa de cadeia dominial. O Presidente Rolf poderia dizer aqui ao público até onde vai esta pesquisa. Até onde ela pode chegar retroagindo em séculos uma pesquisa dessas para o estrangeiro ser proprietário. Então a

própria exigência dessa pesquisa [soa a campainha] ela protege muito bem a questão da propriedade brasileira. E nesta mesma linha de discussão eu percebo que enquanto nós estamos restringindo investimentos de fronteira, nós olhamos para o litoral do nordeste brasileiro, dou apenas um exemplo aqui, lá a cem quilômetros de Recife, Praia do Porto, não conheço, onde uma empresa estrangeira adquiriu 500 hectares, vai construir quatro mil casas que vão ser vendidas para europeus.

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Senador Zambiasi, como há vários inscritos, eu peço a V.Exª que parta para a conclusão.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Estou concluindo, Presidente. Então eu queria só deixar... é mais uma questão de informação, Senador Osmar Dias. Eu quero completar, a pergunta eu já fiz para o Rolf. Quantos Municípios estão na faixa de fronteira no Brasil? 598. No nosso querido Paraná, 139. No Rio Grande do Sul, 198. No Mato Grosso, da nossa Senadora Marisa Serrano, Mato Grosso do Sul, 44. Mato Grosso, 28. Santa Catarina 82. Amapá 8, Pará 5, Roraima 15, Amazonas 21, Acre 22, Rondônia 27. A lei prevê prioridades de investimento. Na Amazônia, esse elemento básico, prioridade dois, urbanização, prioridade 2 urbanização, prioridade 3 demais setores. Nas demais regiões do País, nos Municípios de fronteira a União deveria... Ela dá como prioridade de investimentos Municípios de interesse de segurança nacional nas faixas de fronteira. Quais são? Municípios mais novos ou mais carentes? Quais são? Municípios fronteiriços, o que é Município fronteiriço, e demais Municípios na faixa de fronteira. Então ela estabelece uma espécie de discriminação com relação a Municípios que encontram-se em faixa de fronteira já criando enormes dificuldades. E é bom sempre saber que a faixa de fronteira ela não é só... Vou repetir, eucalipto. Ela é investimento em carvão. Que exige dos estrangeiros. Ela é investimento em energia eólica, que exige sócio-estrangeiro, ela é investimento em energia hídrica, que exige sócio-estrangeiro, nós ficamos concentrados apenas na propriedade da terra quando essa questão é muito maior. Acho que o debate é muito rico e necessário, até para que se esclareça se tire esse véu sobre estes conceitos de faixa de fronteira que como disse muito bem a Marisa Serrano, se a Europa fosse preocupar-se com faixa de fronteira não haveria, não existiria a União Européia. E nós estamos aqui defendendo a União sul-americana que seja através do Mercosul, ou de um outro instrumento que possa nos aproximar mais, inclusive para evitar conflitos como este que nós estamos vendo ali junto à Colômbia, o Equador e a Venezuela, e cuja participação no sentido de minimizar esse tensionamento, o Brasil tem participação fundamental. É isso, Presidente.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador Sérgio Zambiasi. Primeiramente quero agradecer Senador Osmar Dias, que esteve aqui conduzindo, a Senadora Marisa Serrano, e vamos de imediato passar a palavra ao Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, senhores convidados, eu gostaria, Sr. Presidente, de fazer algumas indagações pontuais, e obter as respostas também pontuais. Não estou perturbando V.Exª, Sr. Presidente? Então, Sr. Presidente, o que eu suscitei aqui é o seguinte, é que eu gostaria de fazer algumas indagações pontuais e gostaria que fosse respondido no momento imediato. A primeira indagação eu vou me reportar ao Dr. Rolf, foge um pouco a essa temática que foi desenvolvida durante essa primeira parte aqui desta Audiência Pública. Nós não poderíamos deixar de abordar a questão da Reforma Agrária quando a gente está aqui em companhia da mais alta autoridade sobre o assunto que é o Presidente do INCRA. E é a ele que vou fazer a primeira indagação. Quanto que o INCRA investiu no ano passado e quanto que pretende investir neste ano em assentamentos, incluindo não só indenizações por desapropriação, como compras de terras, e também na manutenção dos assentamentos. Se V.Exª tem essa informação. É o que eu propus para fazer um pinga fogo.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu pedi antes que faria um bloco de três, o senhor é o terceiro que está falando e depois terão a resposta de tudo que se foi feito com os demais porque falta a resposta dos Senadores anteriores ainda.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Por isso que eu suscitei aquela Questão de Ordem no início para que me fosse autorizado fazer esse tipo de abordagem, que é o mais adequado para fazer um diálogo.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Então o senhor conclua todas as perguntas e depois já lhe dar as respostas, que é o ideal.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A segunda indagação que eu gostaria de fazer é se o Governo tem feito assim um acompanhamento in loco da situação dos assentamentos, como estão os assentados, e se pode informar, por exemplo, o resultado

desses assentamentos, dessa política de assentamentos, de Reforma Agrária que têm sido implantada em nosso País. Inclusive, apontando um índice mesmo que não seja acabado, mas um percentual assim das emancipações desses assentados se o INCRA tem conhecimento que nesses assentamentos está havendo muita transação, o assentado que entra e vende, o assentado que entra e depois abandona, se tem esses números também.

O INCRA tem dois métodos, duas modalidades para adquirir a terra. Uma delas é a desapropriação e a outra é a compra. Eu gostaria de saber se o comando central do INCRA tem orientado as Superintendências quanto aos critérios que devem ser observados para escolher a compra ou a desapropriação. Se existe esse critério por parte do INCRA e se ele tem repassado para as Superintendências.

O INCRA, quando vai fazer uma desapropriação, ou fazer uma compra, tem que observar, pelo menos aqui no caso das compras, na desapropriação não vai ser diferente, o que dispõe o art. 3º do Decreto 433, que diz o seguinte: Não serão adquiridos imóveis rurais inadequados para a implantação de projeto de assentamento ou que por suas características e peculiaridades não devam ser utilizados em atividades agropecuárias. Segundo o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Renováveis. A resolução diz ainda no art. 5º, na letra A o seguinte. O Diretor de Recursos Fundiários do INCRA constituirá à Comissão composta lá nos termos do art. 7º desse Decreto para proceder vistoria e avaliação do imóvel ofertado. Aí vem lá aspectos da vistoria. A utilidade do imóvel para o fim de Reforma Agrária, suas características agronômicas, topográficas, climáticas, hídricas e viárias. E a letra B. A existência na região de situação do imóvel de infraestrutura do serviço de saúde, educação, transporte, armazenamento, eletrificação e comunicação.

Então, qual é o peso que tem o laudo no momento em que se escolhe uma área para ser desapropriada ou para ser adquirida por compra? Se o senhor tem conhecimento de que essas regras estão sendo desobedecidas em algumas Superintendências, ou talvez na totalidade delas. Se o senhor tem conhecimento, por exemplo, que em Mato Grosso do Sul a Superintendência tem desobedecido essas regras e promovido tanto uma modalidade como outra de compra ou a de desapropriação de terras completamente estéreis, impróprias para a agricultura. E se isso não coloca em risco o investimento que está se fazendo, já que é sobejo por todos nós que uma terra estéril, uma terra imprestável para a agricultura exige investimentos, exige tecnologias para as quais os lavradores, os sem-terra não têm condições financeiras de bancar. Se o INCRA tem conhecimento que lá no Estado têm várias propriedades em péssimas condições que estão sendo adquiridas e que estão entrando num processo de assentamento, e deixando os lavradores em condições deploráveis, frustrando expectativas, frustrando sonhos, esperanças desses lavradores.

Outra indagação. Nos assentamentos que têm sido implantados em Mato Grosso do Sul, observa-se claramente a intenção de engordar as estatísticas de assentados. E para isso o que se faz é o seguinte. Onde se implantava parcelas de 18, 20, 22 hectares, hoje estão se implantando parcelas de 10 hectares, de oito hectares até. E pior, estão fazendo esse parcelamento em terras completamente imprestáveis para a atividade agrícola. Se o INCRA não entende que ao agir assim não está jogando dinheiro fora, não está colocando em risco os resultados da Reforma Agrária. Porque no nosso entendimento, a Reforma Agrária não pode cingir-se apenas a... distribuir a terra, mas sim a tornar, aquele que é lavrador sem terra em produtor rural. Ele se não conseguir a emancipação, ou seja, se ele não transformar, se ele não mudar a vida dele e passar a ser alguém que realmente deixa de ser um párea, deixa de ser um excluído e passa a ser um integrante, a Reforma Agrária perde completamente o sentido e o objetivo: Se o INCRA tem tomado conhecimento que nesses assentamentos há uma inobservância também das normas ambientais. Eu tenho aqui, Dr. Rolf, uma notícia de uma multa que foi aplicada pelo IBAMA ao INCRA de dois milhões de reais em Mato Grosso do Sul. Dois milhões de reais. Por quê? Porque no Estado as normas ambientais estão sendo transgredidas. E essas transgressões estão se dando com a leniência do próprio INCRA... com a leniência do INCRA que assiste a tudo e cria a condição para que isso aconteça. Eu vou aqui dar um exemplo para o senhor. Fazenda Teijin. Na fazenda Teijin, o INCRA colocou os lavradores antes do parcelamento, e isso também é uma prática muito comum lá no Estado, quando se faz a desapropriação, ou se adquire a propriedade, o INCRA já emite os lavradores na terra. Sem fazer o parcelamento, sem criar as condições. Por quê? Porque no momento que ele emite ele já começa a contabilizar que aqueles lavradores já passam a compor aquele número que é o que busca, que tem procurado buscar o INCRA. Aí, o que é que acontece? Os lavradores entram sem as mínimas condições, sem recursos, e começam a derrubar, fazer derrubadas. E lá fizeram derrubadas. E mais grave que isso, Sr. Presidente, instalaram dentro do assentamento, esse isso não é culpa dos lavradores, o sujeito está dentro do assentamento em condições de absoluta precariedade e sem recursos, instalaram

lá carvoarias. Então dentro dos assentamentos, a exploração que se faz--

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Valter Pereira, me permite é quem estava presidindo antes, a Marisa Serrano, deu cinco minutos. Porque a quantidade de Senadores inscritos faz com que... Até porque daqui a pouco começa outra Sessão de Plenário. Gostaria que V.Exª entendesse e pudesse encerrar ou completar.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Já vou encerrar. Então, se o INCRA tem conhecimento que estão sendo instaladas carvoarias, que estão sendo transgredidas essas normas ambientais que resultaram inclusive nessa multa. Eu acho que essas daqui são as principais indagações que eu gostaria de fazer.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu gostaria de colocar... Como o Senador Osmar Dias, ele me perdoe, que eu confundo com o irmão dele toda vez, embora que a amizade com ele é tão grande e maior até. Aqui foi colocado dois grupos para a Mesa dar resposta. Eu colocaria que fizesse num grupo só.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A proposta era essa, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado. E que nós ouvíssemos os outros três Senadores, quatro, e depois os debatedores dão a resposta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.Exª adivinhou o que eu iria pedir pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado. Foi transmissão de pensamento do eminente Senador Flexa Ribeiro. Com a palavra o Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, senhores que estão compondo a Mesa desta Audiência Pública, e de um debate tão importante, eu quero aqui começar registrando a atenção dos três Senadores que propuseram esse debate, e ele é um debate importante porque chama atenção do Senado da República, acho que essa matéria, nós devemos desdobrar em outras discussões, com todo carinho que eu tenho pelo Senador Valter Pereira, mas eu acho que nós precisamos retomar esse debate sobre a questão fundiária no Brasil, a questão fundiária no Brasil. Interessante que no que diz respeito à faixa de fronteira, a década de 30 ela foi duríssima. E lá foi um Presidente Getúlio, hoje nós temos um Senador gaúcho propondo uma outra faixa de fronteira e o Presidente do INCRA também gaúcho. Veja só. Então o que eu quero chamar atenção? É um debate importante. Acho que nós temos novos paradigmas, novos componentes para tratar esse tema. O tema do estrangeiro tendo acesso às terras. Que terras? Terras públicas? Terras privadas? Aonde? Na área rural? Urbana? Acho que nós precisamos detalhar melhor isso, e não tratar isso de forma linear. Eu quero chamar atenção no que diz respeito a faixa de fronteiras. Tem uma PEC sendo discutida aqui, há 15 dias atrás eu acompanhei pelo rádio o debate, iniciativa do nosso colega Senador Zambiasi, e já é um avanço, mas para o Brasil de hoje, para a economia de hoje, para a sociedade de hoje ela ainda é tímida. Eu quero chamar atenção para isso. Propor 50 quilômetros e ele deixa a Amazônia com 150. Eu vou entrar nesse debate e vou propor a diminuição. Vou fazer uma PEC diminuindo. Eu tenho um outro conceito. Primeiro vamos entender isso. Quando o Brasil começa, quando os europeus chegaram aqui no Brasil nós já tínhamos uma faixa. Tratado de Tordesilhas. E sempre vêm grandes faixas, grandes concentrações. A concepção dos anos 30, veja só, a faixa de fronteira de 150, estou me atendo a essa questão, é a concepção da geopolítica, das relações econômicas, culturais, dos anos 30. O Brasil começava o seu parque industrial, o Brasil começava a ir para o interior do Brasil.

Então, nós precisamos romper com isso. E ter um número levando em consideração a nova realidade. Nós temos uma nova realidade. Então, veja só, agora, o estrangeiro... Qual é o contexto hoje dos estrangeiros em ter terras na Amazônia? Eu sou lá do Amazonas. Do maior Estado da federação, com aquela floresta imensa, com fronteiras, tem 20 Municípios que compõem a fronteira com Colômbia, com a Venezuela... [soa a campainha] Eu quero dizer o seguinte, nós precisamos ter rigor. Essa relação, por exemplo, informação dos cartórios, o padrão dos cartórios é de uma fragilidade, Presidente. Informa, não informa... Como é que é isso? Os cartórios, a política, a relação com o proprietário do cartório, o dono do cartório é muito frágil. Precisamos mudar isso. Na Amazônia, em terras públicas, nós precisamos aumentar o rigor do acesso a terras públicas a estrangeiros. Nós precisamos mudar isso. Por quê? A questão também não é mais a terra. Tem um setor que trabalha... Não é nem mais a terra. É a floresta, é madeira. É madeira. Não é a terra. Engana-se quem pensa que a discussão é só terra. Não é terra. É madeira.

Então, o nosso olhar do ponto de vista da relação dos estrangeiros com a territoriedade, nós temos que colocar o componente cultural, biológico, genético... Acho que são esses... E isso é novo. Como é que é? O estrangeiro vai ter 300 mil hectares de terra com potencial, com espécies ali que nós nem estudamos ainda. E fica por isso mesmo? Nós vamos ser bobi-

nhos nesse debate? O componente ambiental tem que estar presente. Não tem jeito, Presidente Rolf, que é um grande gestor do INCRA. O INCRA continua como instituição tendo um papel estratégico no Brasil. Estratégico. Principalmente na Amazônia. Principalmente na Amazônia brasileira. O INCRA joga um papel importante. Agora, não é só INCRA, não. Eu levantei anteriormente os cartórios. A gente precisa ter uma legislação nova. Nós precisamos. Todos nós. E eu penso que o Senado está chamado a enfrentar esse debate e nós disciplinarmos. Faixa de fronteira, tem que ser um outro número, tem que ser uma outra, porque a realidade é outra, econômica, social, geográfica, política... é outra. E terras estrangeiras com esse componente ambiental, genético, e de respeito também de reconhecimento que a sociedade brasileira não olhava para as populações tradicionais, até hoje olha com muita má vontade, o Estado Brasileiro, estou falando do Estado Brasileiro com má vontade às populações tradicionais, os povos indígenas, os ribeirinhos, o castanheiro, o seringueiro... Então nós temos que ter uma legislação fundiária levando em consideração esses elementos que compõem a nossa nação, e ter sim um padrão de rigor, de fiscalização, de critérios do ponto de vista do estrangeiro ter acesso às nossas terras. Porque não tem só terra. Não é só terra, não. É madeira. É vida. É riqueza. Nós precisamos fazer esse debate. Essa é a minha contribuição, a minha manifestação. Parabenizar o Senador Zambiasi pela sua proposta e todos Senadores que estão fazendo essa discussão. Nós temos divergência, eu sei que tem divergência com a nossa Senadora representante aqui ardorosa do agronegócio, mas vamos construir de forma democrática porque acho que é possível compatibilizar o agronegócio com a economia familiar. Acho que é possível compatibilizar isso, mas o tema é terra, acesso dos estrangeiros com às terras, e eu quero chamar atenção que não é só terra, tem riquezas, têm lagos, rios, tem florestas, têm as tradições, tem a cultura, e as grandes quantidades de terra, principalmente na Amazônia, nós precisamos ter muito cuidado do ponto de vista estratégico com esse território. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado João Pedro.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente Neuto, uma Questão de Ordem só para esclarecer. A proposta de 50 quilômetros e de 150 quilômetros, para deixar bem claro, por que 50 quilômetros? Só tem só mais dois países da América do Sul com faixa de fronteira. Bolívia e Peru. São os únicos dois países. A exceção do Brasil que possuem faixa de fronteira. 50 quilômetros o Peru, 50 a Bolívia. É por isso que a Bolívia está usando está lei de faixa de fronteira para expulsar os brasileiros que estão lá. Esse é o conflito do nosso agricultor na Bolívia é este. A faixa de fronteira boliviana está expulsando os brasileiros que lá estão. O Peru tem 50, o Brasil 150. A proposta de preservar a Amazônia com 150 quilômetros foi um debate feito com o Exército, com Ministério da Justiça, Ministro Tarso Genro com quem eu falei, com o Ministro Jobim da Defesa, mas obviamente qualquer contribuição para melhorar será realmente bem-vinda. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Tá bom, Senador Zambiasi. Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, senhores convidados, eu tomei aqui a justificação do Requerimento assinado pelos Senadores Valadares e Casagrande, em que citam uma entrevista concedida pelo Presidente do INCRA, a Vinícius Mansur da Rádio Agência NP no dia 8/8/2007, e eu fiquei assustado com que eu li aqui. Diz o Presidente do INCRA. Em entrevista concedida a Vinícius Mansur, ele lista três conseqüências da aquisição de terras por estrangeiros. A primeira: "Tende a aumentar o preço da terra e dificulta o INCRA a fazer Reforma Agrária". A decisão que se tira disso é que o INCRA quer que as terras no Brasil se desvalorize e que o patrimônio dos brasileiros se desvalorize. Porque se essa é uma conseqüência que ele indica como negativa, eu tenho o direito de concluir isso, que o Presidente de INCRA deseja que as terras, que o patrimônio nacional seja desvalorizado. Segundo. "Tende a concentrar a propriedade da terra". Aí eu concordo. Terceiro, "tende a não preservar o meio ambiente porque a tendência é a monocultura, e a monocultura tem se mostrado um grande incentivador de destruição do meio ambiente". E aí tem uma manchete da Folha de São Paulo, jornal emprestado aqui pelo Senador Flexa Ribeiro, de 4 de março de 2008. "Sem-terra devastam área de 150 mil hectares no Pará". A frase do Presidente do INCRA é completamente contraditória ao que está escrito na Folha de São Paulo, dia 4 de março. E o Presidente do INCRA, talvez não tenha olhado os números da balança comercial, os números que o agronegócio tem proporcionado ao País, e até quando o Presidente do INCRA cita as reservas, talvez ele não tenha se dado conta que em função exatamente do agronegócio e da balança comercial... Então há muita contradição nesse discurso, nessa retórica toda, mas eu fiquei preocupado mesmo com essas afirmações aqui porque acho que elas precisam começar a ser melhor discutidas, debatidas, principalmente por quem tem responsabilidade de ocupar um cargo público como é ser Presidente do INCRA. E por falar em responsabilidade o Presidente do INCRA esteve aqui em 15 de maio de 2007 e assumiu

um compromisso público perante a nação brasileira, transmitido pela TV Senado de que faria uma reunião na Federação de Agricultura do Estado do Paraná ou na CNA para a regularização, para a ratificação dos títulos daqueles proprietários que haviam feito todo o trabalho e esse trabalho, Presidente, custou dinheiro. Proprietários, pequenos proprietários no Paraná. Lá no Paraná são 139 Municípios, como disse o Senador Zambiasi, e 43 mil propriedades que estão na faixa de fronteira. Esses proprietários eles foram convocados pelo INCRA que exigiu deles que se fizesse todo trabalho de buscar cadeia dominial, eles fizeram esse trabalho buscando lá no começo do século passado, de onde veio essa origem, a origem do documento de propriedade que eles têm, muitos andaram por sete, oito, nove comarcas requisitando documentos, pequenos proprietários gastaram 10, 12 mil reais para fazer essa juntada de documentos, tudo pronto desde o ano 99, 2000. Nós estamos em 2008. O INCRA não fez a ratificação, exigiu que os proprietários fizessem essa documentação, mas não fez a ratificação.

Então, a pergunta que eu quero deixar, primeiro louvando aqui a proposta do Senador Zambiasi, que eu acho, e vou fazer a pergunta também ao senhor, que é a seguinte. Por que existe essa faixa de fronteira? Nós não estamos num... No Mercosul falando em integração dos países do Mercosul? Porque por que é que é necessária talvez até para polícia federal essa faixa de fronteira? Não seria interessante que o Governo Brasileiro se preocupasse em manter estruturas na fronteira e desconsiderar essa faixa de fronteira que pra mim não tem mais nenhuma razão de existir, porque quem está mais oferecendo segurança nessa faixa de fronteira são os proprietários dessas áreas que estão ocupando essas áreas. Eles estão lá garantindo a segurança da fronteira. E a Polícia Federal evidentemente com o Exército, eu penso até que a PEC do Zambiasi é melhor do que existe hoje, mas eu acho que não deveria mais existir é a faixa de fronteira. Eu não vejo mais justificativa para a existência da faixa de fronteira. Eu deixo essa pergunta para o Presidente do INCRA e pergunto: Por que não foram ratificados ainda os títulos de propriedade da faixa de fronteira e se eles serão ratificados e quando serão ratificados ou se todo esse trabalho dos produtores será perdido?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador Osmar Dias. Passamos de imediato ao próximo orador inscrito que é o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Neuto De Conto, Srªs. Senadoras, Srs. Senadores, Srs. Convidados. Eu acredito, Presidente, que nós... E eu vou propor isso, nós precisamos fazer uma audiência, ou uma Comissão Especial para tratarmos exclusivamente da questão INCRA e Reforma Agrária. Porque nós estamos tratando aqui nessa Audiência Pública da questão de terras adquiridas por estrangeiros, e tenho certeza que o Senador Valter Pereira não perguntou 20% do que ele gostaria de questionar a respeito da ação do INCRA no Mato Grosso do Sul. Eu digo, Presidente Neuto De Conto, que com relação ao Pará, que é o Estado que tem o maior número de assentamentos do INCRA na federação brasileira, eu iria ocupar três vezes o tempo que o Senador Valter Pereira ocuparia.

Então eu quero propor desde já que nós façamos, acredito que não uma Audiência Pública, eu vou conversar com o Senador Valter Pereira, vou conversar com os outros Senadores, Senador Romeu Tuma propôs isso no Plenário semana passada, criar uma Comissão Especial, que não chegue a uma CPI. Já temos muitas CPIs já para serem administradas, mas uma Comissão Especial que a gente trate especificamente, Senador Valter Pereira, da questão INCRA-Reforma Agrária. Porque eu tenho algumas questões a fazer e vou fazê-las, com relação à questão de aquisição por estrangeiros de terras na Amazônia, mas o Senador Osmar Dias já fez um questionamento que eu também faria porque está no Requerimento desta audiência, as afirmativas do Dr. Rolf a um repórter numa entrevista. E aí tem a Folha de São Paulo, no caso do Município de Tailândia, que está na mídia, o Município de Tailândia é um Município que fica a 220 quilômetros de Belém. Ele hoje está sendo ocupado pela Força Nacional, pelo Exército, pela Polícia Federal, pela Polícia Militar e pela Polícia Civil. É uma terra sitiada. É como se tivesse em estado de guerra. A população ordeira, trabalhadora daquele Município, tem medo até de sair à rua. Quanto mais de trabalhar. E aí vem a Folha de São Paulo e diz que toda essa ação que está sendo feita lá é em função de desmatamentos irregulares. E que ninguém concorda com isso. Não tem nenhum brasileiro que possa levantar a voz para defender o desmatamento ilegal. Agora, também nós não podemos penalizar uma população por omissão do Governo. Porque o Governo, e agora o Governo do meu Estado do Pará, porque ao final de 2006 a responsabilidade da aprovação dos projetos de manejo foi transferido do IBAMA para as Secretarias de Meio Ambiente, tem lá novecentos e tantos projetos parados na Secretaria de Meio Ambiente que não são aprovados. E não se diz porque é que não são aprovados. Isso já era com o IBAMA, já havia essa intenção deliberada do IBAMA, eu mesmo tive em várias audiências com o Presidente do IBAMA, com o Dr. Rolf, com a Ministra de Meio Ambiente, inclusive uma no Palácio do Planalto com

o Subchefe da Casa Civil. E nada foi feito, e nada vai ser feito. Porque há uma intenção deliberada de não se atender a questão do manejo florestal, a questão do uso consciente, racional, tecnicamente sustentável das riquezas florestais.

Então eu perguntaria, teria esse questionamento a fazer ao Dr. Rolf, que está provado, está provado que um dos agentes devastadores da floresta é, sem sombra de dúvida, a questão do assentamento. O assentado, por uma questão de sobrevivência, porque ele não é assentado, ele é abandonado à própria sorte. E não é deste Governo, não. Isso já vem de muito tempo.

Então, ele para sobreviver ele começa logo a vender a madeira, derrubar a madeira, e está aqui 150 mil hectares em Tailândia, exatamente onde está o conflito agora. Se formos para Santarém, aí vamos para um problema mais grave. O Superintendente, eu queria saber de V.Sª, Dr. Rolf, tem conhecimento disso, de assentamentos fantasmas em Santarém. Inclusive o Superintendente do INCRA lá está respondendo a processo com relação a isso. Comprovado na estatística do Superintendente de Santarém de assentamentos inexistentes. E colocados como assentados para efeito de estatística. Nós não queremos saber, Senador Valter Pereira, qual foi o Governo que mais assentou. Nós queremos que dê dignidade àqueles assentados, que eles tenham sim o direito à terra, mas que eles tenham sim as condições de terem acompanhamento técnico e extensão rural, para que eles possam ter sobrevivência. Estradas para escoar os seus produtos. E o que nós vemos, lamentavelmente, é o uso eleitoreiro dos recursos no INCRA, no meu Estado do Pará. Não sei se nos outros Estados, mas no Estado do Pará é uso eleitoreiro. Vou repetir aqui o português bem claro das ações do INCRA no Estado do Pará.

Agora, com relação à questão das terras adquiridas por estrangeiros, e eu vou já deixar a proposta, vou fazer o requerimento para que se faça... Vou ver regimentalmente, Audiência Pública não resolve. Nós temos que criar uma Comissão para aprofundar a questão INCRA-Reforma Agrária. E não vai ser numa reunião, numa Audiência Pública somente. Aí eu perguntaria aos nossos convidados que considerando que pessoas jurídicas estrangeiras só podem adquirir imóveis rurais quando consta nos seus estudos objetivos vinculados a implantação de projetos agrícolas, pecuários, industriais ou de colonização, art. 5º da Lei 5.709/1971, como é feita a verificação pelo Executivo da vinculação do empreendimento aos objetivos estatutários da empresa. Ou seja, você faz a alienação para a empresa estrangeira ou para o cidadão estrangeiro vinculado a um projeto. Quero saber se o Executivo acompanha a implantação do projeto, se ele verifica se o projeto foi implantado ou se fica só na letra morta. Você está com a terra para outros objetivos que não aquele que ele foi autorizado a adquirir.

Qual a estrutura física, pessoal e financeira de que dispõe o INCRA para o exercício de suas atribuições no tocante à autorização para aquisição de imóvel rural por pessoa jurídica estrangeira?

Terceira pergunta: Existe estatística relacionada ao número de pedidos de autorização para a compra de imóvel rural por pessoa jurídica estrangeira? Em caso afirmativo, ela está disponível? Como acessá-la? Como tomar conhecimento dessa estatística?

E a última, a imprensa, o Estado de São Paulo de 10 de junho de 2007 divulgou a intenção do INCRA de sugerir modificações na lei que dispõe sobre venda de terras objetivando maior controle sobre as negociações feitas por empresas estrangeiras. A matéria indicou ainda a possibilidade de criação de um grupo de trabalho para analisar o assunto e apresentar proposta ao Congresso nesse sentido. Assim sendo, indago: Procede a informação? Em caso afirmativo, como anda os trabalhos do GT, do Grupo de Trabalho? Eram os questionamentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. E como último Senador inscrito, é a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Sr. Presidente. A última Senadora. Muito obrigada. Eu gostaria, Sr. Presidente, de em primeiro lugar agradecer a presença dos nossos convidados, que é uma oportunidade para o debate é sempre importante.

Com relação a essa questão da faixa de fronteira, e das propriedades que possam ser adquiridas por estrangeiros, nós temos que discutir muito a respeito disso. Eu me pergunto às vezes de onde tiram os números? De onde tiram os percentuais? 20 de reserva, noutro lugar 35, no outro 80. Baseado em quê? 60 de faixa de fronteira, depois é 100, depois 150. Aí é o índice que esse hoje é outro. Então assim uma variedade de estatística e de números que baseado não sei aonde, no que. Eu gosto muito da ciência, eu gosto muito da academia. Eu acredito muito que essas coisas têm que ter explicação. Explicação lógica. Se o assunto é produção, tem que ser agrônomo. Se o assunto é economia, tem que ser Economista. Então essa faixa de fronteira, na realidade eu me preocupo com as nossas divisas, acho que a questão de segurança nacional é importante, mas na atual circunstância, eu não sei se vejo importância na faixa de fronteira. Exigir um percentual, uma quilometragem de faixa de fronteira. Até sugiro ao Senador Osmar Dias, que tem um projeto que foi retirado anteriormente por um acordo, que onde ele coloca

10 quilômetros. Eu sou a favor de zero. Eu sou a favor de zero. Você tem que fiscalizar as entradas do País, a Polícia Federal, fiscalizar as fronteiras, mas essa faixa e quem está nessa faixa é diferente, por quê? Baseado no que é que o produtor rural que planta soja a cem quilômetros da divisa é tratado diferente do que está fora da divisa? Outra coisa que eu gostaria de deixar aqui para reflexão é que o capital estrangeiro quando vem para o Brasil ele não é tributado. É zero. Agora, se um estrangeiro quiser vir ao Brasil, morar aqui, trazer sua família, investir, construir, aí é ruim para nós. Então eu acho que essas discussões, esses temas e esses preconceitos, esses paradigmas retrógrados eu gostaria muito de discutir a respeito disso.

Mas eu gostaria diretamente de falar com o Dr. Ronaldo. O senhor é Advogado. Claro. A função do órgão de V.Exª, que é a Advocacia-Geral da União, é defender a União, e de preferência evitar que ela precise ser defendida. Eu pressuponho, se estiver errada me corrija posteriormente. Eu pergunto a V.Exª se ultimamente os Decretos e Instruções Normativas do INCRA têm passado por V.Exª ou pelo seu superior que é o Dr. Toffoli? Porque as informações que tenho pessoalmente do Dr. Toffoli são as melhores possíveis. De que é um Advogado bastante inteligente. E quando eu o vejo, não sou Advogada, sou psicóloga de formação, mas nós temos Assessoria de Advogados, de grandes constitucionalistas que nos orientam no dia-a-dia. Eu pergunto se V.Exª viu o Decreto Quilombola antes de ser publicado, eu gostaria que V.Exª respondesse se a Advocacia-Geral da União, além do Decreto Quilombola se ela viu e avaliou e deu algum parecer na Instrução Normativa 27 A, de faixa de fronteira. Eu gostaria que V.Exª me respondesse se a Advocacia-Geral da União deu algum parecer à Casa Civil sobre o Decreto 6.321 das 36 fazendas da Amazônia. Porque no nosso entendimento, Dr. Ronaldo, nós temos ações do Supremo Tribunal contra todas essas ações, esses Decretos e essas instruções normativas. Porque na realidade, o INCRA no Brasil, na Presidência do Dr. Rolf, [soa a campainha] ele não respeita o Estado de Direito e nem respeita o direito de propriedade. E eu posso provar isso diante desses Decretos e Instruções Normativas que todos os dias ele nos impõe ferindo a Constituição Federal. Eu recomendaria ao senhor, Dr. Rolf, se o senhor não quiser comprar posso lhe enviar de presente um livro que chama a era da turbulência, de Alan Greenspan. Eu tenho a impressão que o senhor não deve detestar tanto Alan Greenspan porque ele é um monetarista assim como Henrique Meirelles que preside o Banco Central do Brasil do seu Governo. E eu recomendaria a V.Exª o art. 12 desse livro, 12º capítulo que o senhor vai ali entender o que é que um dos homens mais brilhantes do mundo que administrou o Banco Central americano por 20 anos o que ele tem a dizer sobre o direito de propriedade. Aliás, quase que todo o livro o senhor vai se deparar com essa expressão do primeiro capítulo ao último, aonde ele coloca que o fator fundamental e preponderante para que um País possa crescer fortalecido de verdade, com consistência e com sustentabilidade em primeiríssimo lugar é a preservação do direito de propriedade. Quando eu digo direito de propriedade, Dr. Rolf, não estou dizendo apenas dos produtores rurais. Eu estou dizendo os contratos, dos marcos regulatórios, das propriedades urbanas e das propriedades rurais. Na opinião deste cidadão que é respeitado no mundo inteiro, ele afirma, atesta como prioridade máxima esse direito preservado para que um País possa crescer.

Eu também gostaria, Dr. Ronaldo, que essa avaliação como disse o Senador Osmar Dias que está na faixa de fronteira, eu graças a Deus estou no centro do País, mas sou brasileira além de tocantinense também sou brasileira e me preocupo com os assuntos de todo o meu País. Essa faixa de fronteira, essa Instrução Normativa 27-A, o Presidente do INCRA Rolf Hackbart, ele coloca e impõe aos produtores da faixa de fronteira índices de GUT e GE antes da ratificação. O senhor me perdoe, Presidente, mas essa não ratificação e imposição de GUT e GEE, antes da ratificação. O senhor me perdoe Presidente, mas essa não ratificação e imposição de GUT e GEE, de índice de produtividade nessas áreas é desonesto com os produtores que estão nesse local. A lei é muito clara ao afirmar, a 1.414, é muito clara ao afirmar que apenas 50% de utilização nem precisa morar no local. É suficiente para que ele possa ser ratificado. Aí sim, depois da ratificação, honestamente o senhor pode mandar seus fiscais do INCRA ver se tem GUT e GEE, mas antes disso, o senhor me desculpa, mas é uma desonestidade sem medida e tamanho.

Quero ainda dizer a V.Exª que o senhor já tem em suas mãos 76% da Amazônia. Talvez não 76% porque nós temos áreas que são áreas indígenas, unidades de conservação que estão a cargo da Ministra Marina Silva, mas com certeza 50% são terras devolutas, arrecadadas pelo INCRA que estão sob a sua responsabilidade, sob a sua fiscalização, sobre a sua proteção esse patrimônio da União e da nossa biodiversidade. E me admira muito, Presidente Rolf, que seu grande sonho seja a regularização fundiária. Eu quero lhe pedir desculpas, mas dizer que não acredito no seu sonho. Eu não acredito porque já tivemos vários encontros em várias oportunidades para falar sobre titulação de terras nos Estados, aonde V.Exª poderia muito bem fazer convênios com os institutos de terras estaduais

para essas titulações. No meu Estado do Tocantins, o meu Instituto de Terra do meu Governo já titulou muito mais do que o INCRA que V.Sª preside. O INCRA Tocantins tem mais de 2.500 processos empilhados esperando que seu sonho seja realizado e que titule as terras desses produtores porque também o sonho deles é compartilhado por V.Exª. No Estado do Pará deve chegar de 15 a 20 mil processos esperando que o sonho de V.Exª seja realizado e que essas pessoas possam ser tituladas de verdade.

Então, quando V.Sª impõe aos produtores da faixa de fronteira uma irregularidade, uma contrariedade de lei, quando o senhor não permite que esses processos da região norte especialmente sejam titulados, quando V.Exª não caminha nessa direção, é que o senhor coloca em dúvida este grande sonho que V.Exª diz ter tanto.

Então eu quero dizer que a sua posição, do seu órgão INCRA tem sido uma posição retrógrada que recupera modelo socialista já vencido, Presidente. Um modelo socialista já vencido que nós não queremos mais discutir. E apenas para fortalecer o que disse aqui o Senador Osmar Dias, essa dívida que não foi paga, claro, mas que temos reservas que suportam essa dívida externa, o senhor tem que lembrar que 30 a 40% das exportações brasileiras, 1/3 das exportações brasileiras vêm do agronegócio brasileiro. E também não acredito que os médios e os grandes produtores, muitos, muitos, vão ao INCRA reclamar da produção da faixa de fronteira das empresas estrangeiras. Eu não acredito nisso. O INCRA não é o lugar dos médios e grandes produtores. Lá é o lugar aonde eles se sentem mais desprotegidos no Brasil. Aonde V.Exª todos os dias com a caneta na mão invade e agride o direito dessas pessoas, agride o art. 5º da nossa Constituição Federal.

Então eu gostaria muito de ter as respostas do Advogado Geral da União sobre esses Decretos e Instruções Normativas que nó estamos vivendo todo dia sobressaltado. Todo dia. Porque quando passa um Projeto de Lei nessa Casa, eu sou democrática, ganhou, ganhou, perdeu, perdeu, mas na caneta, na calada da noite, sem discutir nessa Casa regulamentar artigo de Constituição e Instrução Normativa mudando legislação aprovada nessa Casa, eu não acredito que a Advocacia-Geral da União possa ter visto esse material, possa ter visto isso antes mesmo dele ter sido publicado.

Então eu gostaria de ter muitíssimo essa resposta e reitero a pergunta do Senador Osmar Dias sobre faixa de fronteira. Quero que o Presidente do INCRA possa me responder a respeito deste assunto. Muito obrigada, Sr. Presidente. Por enquanto.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o encerramento da lista dos inscritos, Senadores e Senadoras inscritos, nós passamos então a palavra inicialmente ao Dr. Ronaldo, que também além das respostas, fizesse o encerramento da sua participação. Muito obrigado.

SR. RONALDO JORGE ARAÚJO: Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu queria iniciar exatamente pela fala da Senadora Kátia Abreu, que diz respeito ao papel da Advocacia-Geral da União no Governo Federal. São diversos órgãos federais, são diversos Ministérios, são diversas autarquias. Hoje a Advocacia-Geral da União conta com cerca de 11 a 15 mil profissionais, não saberia precisar exatamente.

No que diz respeito a representação judicial, a Advocacia-Geral da União defende não só o Poder Legislativo como o Poder Legislativo e o Poder Judiciário em juízo e extrajudicialmente. Então o art. 131 da Constituição Federal impõe a Advocacia-Geral da União a defesa judicial e extrajudicial da União. Todos os seus poderes. E o Assessoramento jurídico, o aconselhamento jurídico ao Poder Executivo. Essa distinção é muito clara no texto do art. 131. Então no que diz respeito à consultoria, no que diz respeito ao assessoramento jurídico, cabe só ao Poder Executivo. No que diz respeito à defesa judicial e extrajudicial, a AGU atua na defesa não só do Poder Executivo como dos atos do Poder Legislativo como do Poder Judiciário.

No que diz respeito ao assessoramento jurídico que é o órgão ao qual eu pertenço e sou o principal gestor que é a Consultoria-Geral da União, todas as consultorias dos Ministérios elas integram como órgãos de execução um sistema de consultoria. É um sistema. Há um órgão central, e há os órgãos setoriais que estão nos Ministérios. E há também órgãos nos Estados que prestam assessoramento jurídico aos órgãos federais que estão descentralizados.

Então, Superintendência da Polícia Federal, Delegacia Regional do Trabalho, por exemplo, no Estado de V.Exª, todos eles são assessorados juridicamente por um núcleo que é o núcleo de assessoramento jurídico que pertence também à estrutura da Consultoria-Geral da União.

A Lei Complementar, a Lei orgânica da Advocacia-Geral da União diz o seguinte, Senadora, que nos casos de controvérsia, de dúvida contra a fixação da interpretação da legislação, da constituição, das Leis Complementares, dos Decretos, das Instruções Normativas, Portarias, o Advogado-Geral da União pode ser provocado pelo Presidente da República, por provocação de Ministros de Estado para que fixe a interpretação daquela norma, para que dirima aquela controvérsia. O assessoramento jurídico cotidiano dos Ministérios

é feito pelas consultorias jurídicas. O assessoramento jurídico cotidiano nas autarquias, nas fundações é feito pelas procuradorias especializadas. Só chega ao órgão central da Advocacia-Geral de União, e tem que ser assim que se não fosse assim simplesmente haveria um acúmulo, um gargalo monumental no equacionamento das questões jurídicas do Governo Federal, só chega quando há uma provocação, quando há uma controvérsia, quando há dúvidas, divergências de entendimento no que diz respeito à constitucionalidade e juridicidade. A Advocacia-Geral da União não se manifesta quanto ao mérito. O mérito cabe, de acordo com a Lei 10.683, que distribui as competências pelos órgãos do Governo Federal aqueles órgãos aos quais as competências foram distribuídas.

Então, alguns dos Decretos que a senhora menciona, eu sinceramente não tenho de cabeça, alguns eu tenho e vou tentar dar a resposta direta para a senhora, alguns desses Decretos não tendo sido suscitada no âmbito da Administração Federal qualquer tipo de dúvida, qualquer controvérsia, consultoria jurídica do Ministério do Meio Ambiente tem uma interpretação diversa da consultoria jurídica do Ministério do Desenvolvimento Agrário que por sua vez se contradiz com o que está colocado pelo Ministério da Agricultura, essa questão não chega à Advocacia-Geral da União. Só chega ao órgão central da Advocacia-Geral da União se houver a provocação constada uma controvérsia. Caso contrário, os órgãos seguem cumprindo suas competências e as consultorias jurídicas e as procuradorias tem toda autonomia para no âmbito das suas competências fixar os entendimentos. A Advocacia-Geral da União vai ser acionada quando há o questionamento judicial, as ações, as diversas ações que os Democratas têm proposto, o PSDB, o PSOL, todos os partidos no exercício legítimo da provocação do Poder Judiciário para fixação da interpretação das normas, a Advocacia-Geral da União se posiciona. Judicialmente ou administrativamente quando há essa controvérsia.

Com relação ao Decreto 4.887 que a senhora mencionou que é o Decreto dos Quilombolas que disciplina o regulamento disposto no art. 68 do ADCT, esse Decreto de 2003 foi construído após um amplo processo de consulta, um amplo processo de debate envolvendo diversos órgãos de Governo, diversas entidades especializadas, e fixa uma política pública de Governo. 2003, quando foi editado o Decreto 4.887, havia 15 anos da promulgação do texto constitucional e ali havia um direito assegurado aos remanescentes das comunidades de Quilombo de ter a titulação das suas terras. A interpretação que os órgãos jurídicos do Governo fizeram à época, em 2003, era de que não era necessário a mediação legislativa. Havia ali um direito auto-aplicável no art. 168 dos atos dos dispositivos constitucionais transitório da Constituição Federal que, portanto, cabia ao Poder Executivo meramente regulamentar essa política pública fixada no art. 68. Por Decreto.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): A Constituição Federal. Artigo da Constituição Federal.

SR. RONALDO JORGE ARAÚJO: Por Decreto. Artigo da Constituição por Decreto, essa tese foi questionada pelo PFL inicialmente agora convertido para os Democratas, a Advocacia-Geral da União fez a defesa, fez a sustentação dessa tese do Governo de que era possível sim a disciplina direta do art. 168 porque era um dispositivo auto-aplicável na Constituição Federal. A Procuradoria-Geral da República se manifestou nos autos nessa ação direta de inconstitucionalidade defendendo a posição do Governo Federal, posição essa que tinha sido defendida anteriormente pela Advocacia-Geral da União. Essa matéria está conclusa ao Ministro Relator, se não me falha a memória Ministro César Peluso com as informações prestadas pelo Presidente da República, por intermédio da Advocacia-Geral da União, e também já tem nos autos o parecer da Procuradoria Geral da República dizendo de que é sim constitucional o Decreto 4.887. A Advocacia-Geral da União nesse ano teve uma incumbência no meio do ano passado, uma incumbência direta pelo Sr. Presidente da República de coordenar um grupo de trabalho que visava disciplinar, eliminar supostas controvérsias na implementação desse Decreto 4.887. Há uma Instrução Normativa 20/2005 do INCRA que disciplina o Decreto 4.887. Então por provocação do Ministro de Estado, Chefe do Gabinete de Segurança Institucional o Presidente da República determinou que o Advogado Geral da União coordenasse o Grupo de Trabalho envolvendo todos os órgãos que são afetos a essa matéria para que supostas contradições, controvérsias fossem equacionadas. Esse grupo foi coordenado por mim, de julho a setembro, em dois ou três meses, julho a outubro, não me lembro agora, esse grupo concluiu uma aposta de alteração da Instrução Normativa do INCRA, e aqui louvo a posição do INCRA em ter participado ativamente e aceito essa coordenação por parte da Advocacia-Geral da União. Esse grupo de trabalho contou com a participação do Gabinete de Segurança Institucional, Ministério da Defesa, IBAMA, Instituto Chico Mendes, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente, Casa Civil da Presidência da República, Advocacia-Geral da União. Cerca de 20 órgãos trabalharam por cerca de três meses para promover os ajustes que entendemos necessários na implementação da política de demar-

cação de territórios de remanescentes de quilombos. Chegamos numa posição consensual no âmbito do Governo. Não houve uma deliberação sequer e digo para V.Exª que no início dos trabalhos as posições eram bastante díspares. Conseguimos ao final desse trabalho sem qualquer deliberação, sem qualquer votação apenas na base do convencimento, do consenso, do debate amplo, a construção de um texto, de uma proposta de uma nova Instrução Normativa do INCRA, que entendemos adequada a disciplina do Decreto 4.887. Apresentamos ao Sr. Presidente da República e aos Ministros de Estado, Sr. Presidente da República e os Ministros de Estado aprovaram a proposta elaborada pelo grupo técnico, e agora estamos na fase de fazer consultas às comunidades quilombolas por determinação da Convenção 169 da OIT da qual o Brasil é signatário e que foi internalizada não me lembro exatamente o número do Decreto que internalizou. Então temos que fazer essa consulta.

Então estamos na fase, Senadora, de concluir essa consulta pública e temos certeza absoluta que a publicação dessa nova Instrução Normativa pela INCRA fruto desse grupo de trabalho, minimizará com certeza as divergências, as disputas que existem no que diz respeito a demarcação de terras de quilombos. Essas outras questões que V.Exª traz--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Por gentileza, Sr. Presidente, apenas um aparte. Com relação a essa Instrução Normativa, ela é pública? Se está em consulta pública, nós temos acesso?

SR. RONALDO JORGE ARAÚJO: Não. A Convenção 169 da OIT determina que o Governo consulte as comunidades envolvidas, as comunidades quilombolas envolvidas. Esse é o texto da convenção 169. Só por esse motivo que o Governo ainda não publicou a Instrução Normativa fruto desse Grupo de Trabalho. Nós somos obrigados pela Convenção 169 da OIT a consultar as comunidades que vão ser afetadas por uma nova regulamentação. Seja por medidas legislativas, seja por atos administrativos do Governo.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): E a convenção é a convenção expõe que são os quilombolas que tem que ser... As afetadas?

SR. RONALDO JORGE ARAÚJO: É. A Convenção 169 trata dos índios, trata de minorias, trata de povos tradicionais, então nesse caso essas comunidades que vão ser consultadas.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Produtor rural, não? Donos das terras não?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. RONALDO JORGE ARAÚJO: Há interpretação, divergindo na interpretação do Assessor de V.Exª de que essa conversão ela não poderia fazer menção, é uma convenção internacional da OIT, ela não poderia fazer menção aos quilombolas que é uma tradição--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Que ela é clara em dizer que é apenas indígenas e tribais, né?

SR. RONALDO JORGE ARAÚJO: Não. É uma convenção internacional que deve ser ajustada à realidade nacional.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Ela está escrito claramente que ela trata a 169 da OIT para comunidades indígenas e tribais.

SR. RONALDO JORGE ARAÚJO: Sim, mas a Convenção 169--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não quilombola. A não ser que mude a Convenção 169.

SR. RONALDO JORGE ARAÚJO: A Convenção 169 da OIT jamais poderia fazer menção expressa a um tipo de minoria, a um tipo de etnia de determinado País. São mais de 150 países signatários com realidades absolutamente distintas. É um entendimento que a Advocacia-Geral da União tem com relação a isso, que essa convenção se aplica sim ao caso. É entendimento que é partilhado também com a Procuradoria Geral da República, que sim é uma consulta que deve ser feita e o Governo está tentando minimizar os riscos de essa Instrução Normativa do INCRA publicada sem a devida consulta às comunidades seja objeto de questionamento em juízo. Temos certeza, Senadora, que essa Instrução Normativa corrige uma série de imprecisões da regulamentação anterior e trará com certeza com a sua publicação um grau de pacificação essa demarcação muito maior do que existe hoje.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Fico bastante contente e esperançosa com essas mudanças e gostaria que V.Exª pudesse também ter uma preocupação com relação à Convenção da 29 da OIT para que ela também pudesse ter a mesma praticabilidade no País já que somos signatários, não só para alguns temas, nós somas signatários da OIT em tudo. Inclusive na 29. Gostaria que V.Exª pudesse reparar a Convenção 29 que não está sendo praticada no Brasil que trata da definição do trabalho degradante, o trabalho escravo.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Dando continuidade às respostas, ouviremos agora o Dr. Rolf. Por favor.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente. Pela ordem. Eu gostaria que o Presidente Rolf do INCRA que vai falar agora, estou intervindo, ele procurasse abordar a fala anterior da... Não da Senadora, mas a fala anterior à fala da Senadora Kátia Abreu no que diz respeito a responsabilizar, chegou a

quase criminalizar, mas responsabilizar, os projetos de assentamentos por queimadas lá na Amazônia. Gostaria que o Presidente do INCRA abordasse isso, porque desmatamento, queimada e ilegalidade na Amazônia nós não podemos colocar na costa dos pequenos trabalhadores assentados.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente. O nobre Senador João Pedro está se referindo ao questionamento que eu fiz? Então, cite nominalmente.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Responda com clareza, Sr. Presidente, o Senador Flexa Ribeiro. Responsabilizar os assentamentos. Ele falou de Tailândia. Foi assentado que fez isso em Tailândia. Pelo amor de Deus, Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Folha de São Paulo, terça-feira, 4 de março. Ontem. Vou encaminhar a V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Por favor, Srs. Senadores. Vamos ouvir as respostas do eminente Presidente do INCRA, Dr. Rolf.

SR. ROLF HACKBART: Eu vou tentar num esforço aqui tentar ser objetivo dentro do tempo estabelecido e agradecer de pronto a todas as perguntas e questionamentos que sempre contribuem para o debate. Ajudam a gente na gestão, e aumentam a responsabilidade de quem está nesses cargos, bem como do Poder Legislativo.

Eu acho que o Senador Zambiasi ele atirou no que viu e acertou no que não viu. Ao propor o projeto dele, de redução da faixa de fronteira, na época eu acompanhei, conheço o trabalho dele, o tema de aquisição de terras por estrangeiros em faixa de fronteira não estava tão em evidência, mas é importante que esse projeto, na minha opinião, com todo respeito a essa Casa, seja debatido, analisado e aprimorado. Acho que é um bom trabalho feito.

Segundo, Senador Zambiasi, um dos assuntos mais delicados e que envolve o caso do Rio Grande do Sul, mas não só, é chegarmos a efetivamente o destaque desses imóveis do patrimônio público na história brasileira. É isso que eu chamo de regularização fundiária e é isso que nós precisamos acertar. Mesmo no Rio Grande do Sul, no caso da faixa de fronteira, uma das grandes dificuldades no Rio Grande do Sul para quem não conhece é chegar ao efetivo destaque do patrimônio público. Quando foi feito muitas vezes nas sesmarias, outras vezes são títulos paroquiais, outras vezes não existe mais documento. E a sociedade brasileira precisa se encontrar nesse ponto, e nós do INCRA precisamos ter a legislação para cumpri-la.

Quero aqui de imediato tratar de um assunto. Precisa de faixa de fronteira? Eu penso duas coisas: Uma. Quem define conceito de segurança nacional não é o INCRA. Não é o MDA. Então tem que ter uma posição de Governo, o que é segurança nacional e se precisa da faixa de fronteira. Às vezes se pensa: não, não precisa mais nada. É que a sociedade brasileira no fundo precisa dizer o que quer com o seu território, como ocupá-lo e para que, com que projeto e para que. Esse é o ponto. Não cabe ao INCRA aqui dizer se precisa ou não precisa de faixa de fronteira. Eu acho também, a segunda parte, já falei várias vezes, 150 quilômetros na verdade para o trabalho do INCRA ele atrapalha. Na regularização fundiária, na obtenção de imóveis rurais na faixa de fronteira. Agora, se tem um tema de segurança nacional, não cabe ao INCRA se posicionar sobre esse tema. Cabe sim é um debate com o Poder Executivo e o Legislativo apresentar suas propostas.

Senador Valter Pereira, eu de imediato convido o senhor para uma conversa sobre Reforma Agrária, um despacho sobre Reforma Agrária envolvendo não só o Mato Grosso do Sul, mas o País inteiro. Eu não tenho dúvida nenhuma, eu não tenho os números aqui, mas alguns números nós poderemos citar que o trabalho do INCRA nesses últimos anos tem muitos resultados positivos e muitos desafios pela frente. A Reforma Agrária não é uma Disneylândia. Não é um presépio, todo mundo com a casinha, o crédito, a energia, tá tudo bonitinho. Não é. Evidente que não é. Os desafios são enormes. Ambientais... O tipo de pessoas, a característica dessas pessoas, como organizar a produção, como obter renda... Agora, eu não tenho dúvida que os conflitos têm diminuído, a paz no campo tem aumentado, as mortes têm diminuído... O trabalho no Mato Grosso do Sul é excelente o trabalho lá feito nessa última gestão. A sociedade toda--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Se é excelente de Mato Grosso do Sul, eu vou dizer sinceramente a V.Exª, eu faço idéia do que está passando fora de Mato Grosso do Sul. Se lá é excelente... Eu queria saber onde é que é ruim.

SR. ROLF HACKBART: Não é o que o povo do Mato Grosso do Sul diz.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu sou do Mato Grosso do Sul.

SR. ROLF HACKBART: Não é o que o Governo do Estado diz. Não é o que os trabalhadores rurais dizem.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu vou fazer uma pergunta. V.Exª foi em algum assentamento lá no Estado?

SR. ROLF HACKBART: Fui em vários, conheço.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Em qual o que V.Exª foi? Fala para mim?

SR. ROLF HACKBART: Eu fui na Itamarati, eu fui lá em...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Na Itamarati. Tem uma parte que é favela. Tem uma parte que é favela rural. O que está fazendo no Mato Grosso do Sul não é assentamento, é favela rural.

SR. ROLF HACKBART: Pergunte ao povo do Mato Grosso do Sul. O povo do Mato Grosso do Sul.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador...

[falas sobrepostas]

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Qual o instrumento que o senhor usou para consultar o povo do Mato Grosso do Sul?

[falas sobrepostas]

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Quem representa o povo aqui somos nós, Presidente.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Kátia, ele fez o convite. Eu aceito o convite.

SR. ROLF HACKBART: Ótimo.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E eu vou trazer os representantes dos assentamentos para que V.Exª saiba o que é que está acontecendo nos assentamentos. Para ver se eu estou faltando com a verdade no momento em que eu falo que lá no Estado o que está acontecendo é um processo de favelização do campo. É essa a realidade.

SR. ROLF HACKBART: Não é verdade.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exª está muito mal informado.

SR. ROLF HACKBART: Estou bem informado.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E nós vamos fazer aqui... Aqui fica a proposta, aqui já foi feita anteriormente para o colega, vou fazer uma Sessão aqui e aqui já foi sugerida pelo Presidente do INCRA para trazer aqui os interessados. Aí nós vamos saber o que é que está se fazendo nos Estados.

SR. ROLF HACKBART: Exatamente. Eu acho que é um bom momento para debater, ver os dados, e eu falei aqui que os desafios são enormes. Na área ambiental é um. O que nós fizemos na Teijin é intervenção junto com a Polícia Federal para acabar com as carvoarias. Dois carros do INCRA foram queimados. É esse o desafio nosso. Esse desafio está em todo o País. E os conflitos diminuíram. Não só no Mato Grosso do Sul, em vários. O INCRA tem gasto o orçamento inicial em 2003, 950 milhões de reais o orçamento geral do INCRA. No último ano chegamos a quase quatro bi, geral. Incluindo tudo. Esses dados estão no CIAF. Então quem acompanha o orçamento--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Aproveitando, Presidente, por falar em orçamento, desses valores, quanto foi repassado em convênios para as ONGs?

SR. ROLF HACKBART: Muitos.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Quantos milhões, Presidente?

SR. ROLF HACKBART: Não tenho os dados aqui, mas muitos. E nós precisamos da parceria, assim como todos os Ministérios, baseado em leis, em normas do Tesouro Nacional, antigas. Nós fizemos parcerias com Prefeituras, governos estaduais, ONGs, sindicatos para executar o nosso trabalho lá na ponta. Onde tiver erro, tem que corrigir. Como vários. E eu sei que a senhora está com a matéria do IFAS, nós que cancelamos em novembro o convênio. Nós fizemos a tomada de conta especial para corrigir --

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não, Sr. Presidente. O senhor está faltando com a verdade. Quem interrompeu esse convênio foi o Ministério Público Federal que denunciou e a Justiça Federal mandou suspender o convênio de seis milhões de reais. V.Exª aceitou um convênio, assinou o convênio em 2006, e em dezembro, e aceitou receber o plano de trabalho em outubro de 2007. Nós estamos com todo o trabalho em Ata, as atas dessa instituição, dessa ONG de Goiânia que foi fundada pelo Sr. Delúbio Soares, o IFAS e a FETRAF-Brasil aonde o senhor repassou recursos sem plano de trabalho para uma ONG nova, que não tem tradição na qualificação profissional e o senhor conhece muito bem quais são os órgãos destes País e estou aqui reiterando essa matéria da época porque nós precisamos sim de qualificação profissional para os trabalhadores do Brasil, para os assentados da Reforma Agrária, mas qualificação profissional que chegue de verdade. E não apenas para abastecer as ONGs do partido de V.Exª que V.Exª apóia. Isso aqui é um absurdo. Eu gostaria que com o mesmo rigor com que o senhor fiscaliza as propriedades rurais do Brasil, com o mesmo rigor que o senhor avalia os índices de produtividade, eu gostaria que com esse mesmo rigor V.Exª pudesse verificar as ONGs que repassam dinheiro nosso, do nosso povo, desse povo que o senhor tanto falou agora pouco. Esses recursos repassados através de ONGs é que V.Exª também tem que estar com o olho bem aberto. Mais do que atrás dos índices de produtividade.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu gostaria de solicitar às Srªs. e Srs. Senadores que vamos ouvir as respostas. Porque o nosso tempo está se esgotando, nós temos Plenário

daqui a pouco e ele tem bastantes respostas para nos dar. E depois procurar contestar as respostas. Muito obrigado.

SR. ROLF HACKBART: Vamos fazer uma Comissão Especial. Acho que é importante. Vamos trazer o povo e ver a verdade. Ver os dados gerais do País.

Então, o orçamento, Senador, para a obtenção de terras no último ano foi de um bi e quatrocentos. Para obtenção de imóveis rurais. E não são duas formas de obtenção de imóveis para a Reforma Agrária destinar terra. Uma é a desapropriação, outra é a compra e a terceira é arrecadação de terras públicas ocupadas. Nós já arrecadamos na Amazônia Legal cerca de 25 milhões de hectares e damos destino a essas áreas. Todas seguem critérios técnicos, as normas, todo nosso trabalho é acompanhado pelo TCU, Ministério Público, todas elas são--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Gostaria que V.Exª explicasse quais são os critérios que define, por exemplo, desapropriação e compra. Qual a orientação que o INCRA dá nesse sentido? Por exemplo, tem circunstância que o INCRA fala, aqui nesse caso vai ser compra, que é melhor. No outro caso vai ser desapropriação. Qual o critério que o INCRA se vale para fazer essa opção?

SR. ROLF HACKBART: Nós utilizamos todas as normas, todos os critérios para obtenção de imóveis rurais dentro da lei e dentro da norma. Nós iniciamos com processo de desapropriação, muitas vezes quando a área é produtiva, é melhor a compra. Essa é a forma mais eficaz de obtenção de imóveis rurais, nós vamos seguir sempre dentro da lei, dentro da norma. Com Audiência Pública e tudo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu não sei se eu escutei certo. V.Exª falou em desapropriação de terra produtiva?

SR. ROLF HACKBART: Não, não.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Compra.

SR. ROLF HACKBART: Quando ela for produtiva... na compra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não. Iniciamos a desapropriação de terras produtivas e--

SR. ROLF HACKBART: Não, a forma de obtenção... Por isso que eu acho que vale a pena uma reunião mais longa. A forma de obtenção é através de uma vistoria, ou de uma oferta de um prioritário, como muitos fazem, o INCRA avalia, vistoria, se ela cumpre o GUT, o GEE ou não, se é passível de desapropriação. Não sendo passível de desapropriação, o outro instrumento é a compra. O importante nisso que tudo está sendo acompanhado, fiscalizado; Dois, para obtenção rápida geralmente mesmo via desapropriação ou a compra, há sempre a busca é de um entendimento e de um acordo com o proprietário. O processo é mais rápido para ambas as partes. Trata-se de interesse público versus interesse privado. A viabilidade da área a partir de um estudo agronômico, a partir dos biomas, da viabilidade. Qual é o outro lado? A pressão por aquisição de imóveis rurais dos movimentos sociais é muito grande. Outro aspecto importante, via de regra os imóveis que o INCRA obtém para Reforma Agrária estão degradados ambientalmente. E os assentados não estavam lá degradando. Via de regra, os imóveis que o INCRA obtém, são imóveis ruins. Não conseguem obter imóveis muito bons. Então existe um passivo ambiental, existe uma necessidade de recuperação de solos, a nossa tarefa junto com governos estaduais, municipais e entidades é viabilizar aquele assentamento que é um trabalho difícil, e longo. E esse conceito que o senhor usa de emancipação ele é antigo, nós estamos revendo esse conceito, em tese acho que ele é correto, o sentido dele é que a partir de um determinado momento aquele assentamento não necessita mais do apoio efetivo do Estado. Está emancipado. Nem os grandes produtores rurais desse País estão emancipados nesse sentido. Dependem de recursos, do Tesouro Nacional, do crédito, da EMBRAPA... Então isso estamos dispostos a discutir. Eu quero dizer o seguinte, eu não tenho a pressa, o INCRA... vamos emancipar. Emancipar pra quê? Há venda de lotes nos assentamentos. Claro que há. Ninguém está escondendo isso. A nossa estimativa a nível nacional nós fizemos em 2006 não chega a 10%. Por várias razões. Inaptidão, o Estado não consegue cumprir a sua parte, assentamentos antigos muitos, são 7.542 assentamentos hoje no País.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Estou me referindo a assentamentos novos. Assentamentos novos que estão sendo abandonado. O cara não consegue nem vender.

SR. ROLF HACKBART: Por várias razões. Isso existe, Senador.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Se o senhor tem a mínima intimidade com a terra, e se for no assentamento chamado Avaré lá nas imediações do município de Santa Rita do Pardo, V.Exª vai ver o seguinte, que está havendo um abandono. São 150 quilômetros de distância da Prefeitura, não tem estrada trafegável, a estrada--

SR. ROLF HACKBART: São problemas que nós enfrentamos, sim.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas enfrenta, por quê? Porque não há tem critério.

SR. ROLF HACKBART: Claro que tem critério.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não tem. Se V.Exª tem a mínima intimidade com a terra e for lá, V.Exª vai entender o que estou falando. Vai saber que a terra é imprestável. E o pior que vou fazer uma revelação aqui, o INCRA, o Departamento Técnico dá um laudo que a terra é imprestável e mesmo assim o Superintendente promove a aquisição da área. Quer dizer, são essas coisas que--

SR. ROLF HACKBART: Esses casos nós vamos averiguar.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): São esses casos que eu quero dizer. E geralmente são terras que o agricultor ao entrar vai sofrer uma decepção e vai abandonar.

SR. ROLF HACKBART: Eu acredito, Senador, depende muito mais de assistência técnica, de novas tecnologias... Hoje a tecnologia existente ela ajuda muito mais a tornar uma área produtiva, há uma pressão social por obtenção de imóveis rurais.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas se o senhor perceber... Das terras, V.Exª não conhece a realidade do Estado. Sinceramente V.Exª não conhece. Se V.Exª comparecer numa dessas áreas que estou falando, assentamento Mutum, se V.Exª fizer uma vistoria, designar uma equipe de agrônomos que conhece terra e mandar fazer uma vistoria nessas áreas, fazenda Itapeva, esse assentamento Avaré, V.Exª vai entender que o que o INCRA está fazendo é jogando o dinheiro fora, o dinheiro do contribuinte fora. Porque lá não dá nem calango. Nem calango não dá. É terra imprestável para qualquer tipo de agricultura e para qualquer tipo de criação.

SR. ROLF HACKBART: Então vamos debater, vamos conhecer. Espero também que o senhor colabore para o senhor para resolver--

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu gostaria que os Senadores pudessem cooperar, que nós estamos a 20 minutos para encerrar a Sessão. São duas horas. Daqui a pouco temos Sessão no Plenário e precisamos ouvir as respostas das indagações até aqui.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, só que o... Eu também gostaria de ouvir a resposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Então temos que dar oportunidade que ele as dê.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas o Presidente Rolf no seu pronunciamento acabou de dizer que as terras que o INCRA desapropria são terras esgotadas... Eu vou usar uma palavra que o Senador Valter Pereira usou, imprestáveis. Agora, ele diz que tem que ter tecnologia, tem que ter... mas, como? Cadê a assistência para o pobre do brasileiro que é lá jogado? Se a aquisição dessa tecnologia não vai chegar nem perto do assentado do INCRA. Nem perto. Eu estou com o Senador Valter Pereira. Acho que tem que criar uma produção de calango lá para ver se sustenta.

SR. ROLF HACKBART: Nós estamos recuperando a capacidade operacional do Estado, nós temos um programa de assistência técnica, nós temos parceria com a EMBRAPA, em vários Estados, os desafios são muito grandes. Evidente que não é uma Disneylândia...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Que País o senhor está se referindo?

SR. ROLF HACKBART: Brasil. Eu convido o senhor em vários assentamentos...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O Brasil? Então Mato Grosso do Sul não tem.

[falas sobrepostas]

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Os assentamentos estão abandonados. Quando eu perguntei da emancipação, é porque o INCRA emancipou os assentamentos todos lá. Não emancipou formalmente, mas na verdade os abandonou. E no momento que os abandonou há uma desesperança, há uma situação de perplexidade lá com todos os assentamentos. Quando eu pedi mudanças lá no INCRA foi alicerçado exatamente nas informações que eu tenho porque eu ando. Eu conheço os assentamentos. Eu não estou me baseando em informação de nenhum órgão, de nenhum técnico, eu vou lá nos assentamentos e eu os conheço.

SR. ROLF HACKBART: Bom, então estamos dispostos a continuar o debate, os desafios são enormes, nós precisamos resolver e promover o sustentável e conto com a colaboração do senhor. O Senador João Pedro tem razão de--

[falas sobrepostas]

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Valter, eu entendo V.Exª, mas deixa ele terminar as respostas, porque se não... Todos Senadores estão esperando respostas. Nós vamos encerrar a Sessão sem os Senadores terem as respostas. Eu quero que entenda e compreenda e V.Exª vai ter as respostas. Esperamos...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. ROLF HACKBART: Posso ter o direito de comentar. Mas eu posso comentar?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. ROLF HACKBART: Não só a terra está sendo disputada como a riqueza, a biodiversidade, não só na Amazônia Legal, mas no País inteiro. Acho que o Senador João Pedro pela experiência que tem, pelo conhecimento pode contribuir muito no debate de faixa de fronteira, aquisição por estrangeiros e terras no Brasil.

Senador Osmar Dias. Primeiro, peço desculpas por não ter cumprido o compromisso que assumi aqui. Qual é a razão? Eu fiquei na mão da Procuradoria do INCRA. Finalmente agora está saindo uma normativa de como fazer a regularização no Paraná. São cerca de 33 mil pequenos agricultores, pequenas propriedades que precisam ser regularizadas. O INCRA do Paraná tem acordo com isso, eu tenho acordo, o que finalmente agora estou cobrando, esse é um desafio nosso, é um problema do INCRA, eu assumo ele aqui, é verdade, o parecer normativo da Procuradoria-Geral para que de imediato, do INCRA, Procuradoria do INCRA, para que de imediato se faça essa regularização em grande escala. Qual é meu compromisso, mais uma vez? É reunir lá na FAEP, convidar--

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Vamos marcar a reunião, Presidente.

SR. ROLF HACKBART: Podemos marcar.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Porque a outra vez eu assumi esse compromisso lá e fiquei com o pincel na mão. E eu fiquei mal.

SR. ROLF HACKBART: Nós estamos hoje... Mês de abril, com certeza. Até 30 de abril. A gente acerta a data até lá.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu fico aguardando a marcação da reunião, porque da outra vez o senhor prometeu não fez e quem ficou mal fui eu.

SR. ROLF HACKBART: E eu fiquei na mão da procuradoria. Eu reconheço isso.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Agora, não adianta só fazer a reunião também. Se a gente chegar lá e falar que não vai fazer aí fica pior pra mim. Tem que levar a solução.

SR. ROLF HACKBART: A determinação nossa é chegar com o parecer normativo discutir para fazer a regularização. E são milhares de processos, não só no Paraná.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu vou comunicar ao Presidente da Federação para ele entrar em contato com o senhor e ele marca com o senhor a reunião.

SR. ROLF HACKBART: Eu agradeço. Senador Flexa Ribeiro... Ah, Senador Osmar Dias, minha preocupação, meu comentário... pediria que o senhor não ficasse assustado, nem eu estou assustado, mas a pergunta que me foi feita no jornal à época é se em algumas regiões do País pelo fato de algumas empresas estrangeiras estarem comprando terras, oferecendo em recursos, na verdade compete às vezes com o INCRA quando o INCRA quer obter o imóvel para fins de Reforma Agrária. Porque geralmente esses grupos internacionais pagam em dinheiro à vista. O INCRA entra com toda avaliação, benfeitoria... é um outro processo. Então realmente encarece para fins de Reforma Agrária.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Mas o senhor não é contra que as terras valorize, não.

SR. ROLF HACKBART: Não!

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Ainda bem. Estava assustado com isso.

SR. ROLF HACKBART: Não se assuste tanto, Senador. Por favor. Senador Flexa Ribeiro, também já no debate aqui propondo nossas conversas sobre Reforma Agrária e INCRA, acho que já está encaminhado, nós estamos aguardando a datada, local, acho também que uma reunião não basta. Porque são muitos números, muitos dados. Acho também Senador que é bom às vezes lá na região debater, não só aqui. A gente pode fazer lá e aqui. Um desafio grande é o licenciamento ambiental. Nós do INCRA hoje estamos numa sinuca de bico muito grande. O TCU tem acórdão proibindo a criação de assentamentos que não tiveram licenciamento ambiental. Nós encaminhamos os projetos e agora em Santarém nós estamos encaminhando 85 projetos e agora em Santarém nós estamos encaminhando 58 projetos para a Secretaria Estadual. Diz que não tem condições. Ah, então tá. Vamos no IBAMA? Não, não é nossa competência. Isso é um nó enorme. Enorme. Não só para os assentamentos, acho que para vários setores da agricultura. Assentado desmata? Claro que desmata. Eu nunca disse o contrário. Ocorre que 80% do desmatamento levantado pelo INPE é de médios e grandes produtores. Na verdade, nem produtores, são os grandes grileiros, e todo mundo conhece.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. ROLF HACKBART: Também. Nós estamos até baixando normas no INCRA. Todo desmate fora da lei, o assentado que fizer isso vai ser punido e na minha opinião tirado o assentamento. Evidente, o que puxa o desmatamento é o preço das commodities... Os senhores sabem disso. Isso é o ponto. Falta de assistência técnica, de infra-estrutura... Nesses assentamentos.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, pela ordem. Estou tentando me comportar para poder atender V.Exª que é um Presidente tão extraordinário que temos aqui, mas eu não posso ouvir uma coisa dessa e ficar calada, Presidente. Que preço de

commodity que ajuda o desmatamento na Amazônia, amigo?

SR. ROLF HACKBART: Da madeira, do gado, da soja.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Cadê as suas terras que você não dá conta de cuidar? Que tá cheia de madeireira irregular? Que você não consegue proteger?

SR. ROLF HACKBART: Nós estamos fazendo regularização, Senadora.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Cadê as suas madeireiras nas suas terras que você deveria cuidar e não cuida?

SR. ROLF HACKBART: Nós estamos. Fechamos madeireiras.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): E não venha responsabilizar as commodities. Estão em toda imprensa nacional. É o senhor sozinho falando sobre esse assunto.

SR. ROLF HACKBART: Mas é ler sobre esse assunto.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): O senhor e Marina Silva que nem fala mais. Que nem fala mais. É só o... Em todos os jornais. Os grandes responsáveis pela destruição da Amazônia são os madeireiros. Que preço de commodity amigo? Não diga isso que o senhor está sendo irresponsável, prejudicando o setor mais importante do País. Tira o agronegócio da balança comercial que o senhor vai ver o que vai dar.

SR. ROLF HACKBART: Isso é uma falsa discussão de agronegócio e agricultura familiar.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sem protestar. Eu não aceito. O senhor pode dizer o que quiser que aqui é uma Casa democrática. Mas silenciosa eu não fico. O senhor não pode responsabilizar de forma irresponsável o agronegócio no desmatamento da Amazônia.

SR. ROLF HACKBART: Não estou falando isso. Estou falando do preço das commodities.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Isso não é verdade. Isso é porque o senhor é um mau cuidador, um mau zelador das terras públicas.

SR. ROLF HACKBART: Nós estamos combatendo a grilagem, regularizando. Agora nesses 36 municípios são 80 milhões de hectares, estamos retomando terra pública, nós vamos titular, fazer a regularização desses imóveis rurais, em todos esses 36 Municípios e muitos outros.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Rolf, eu preciso... O senhor fala meia verdade...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.Exª deixa a Senadora Kátia mais braba do que ela já é...

SR. ROLF HACKBART: Já estou acostumado, já.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E aí ela acaba extrapolando a defesa. Todos nós concordamos com ela. Não são as commodities, não são... é a questão da ausência do Estado. Lamentavelmente é isso. O Estado é omisso. E aí V.Exª fala nos 36 Municípios. Quero dizer a V.Exª que entre os 36 Municípios, melhor dizendo, na 23ª posição está o Município de Paragominas, como entre os mais devastados. Quero dizer a V.Exª que dos setecentos e poucos hectares indicados pelo INPE como tendo sido devastados, seiscentos e tantos foram oficialmente autorizados a derrubada, porque é um projeto da Companhia Vale do Rio Doce.

Então, são essas estatísticas, essas afirmações, essa pirotecnia do Governo quando quer acusar, quando quer arranjar desculpa pela inoperância, pela falta de ação, pela falta de competência é que cria essas dificuldades todas. E transforma uma Audiência Pública numa Sessão de debate, e não de esclarecimento.

Então V.Exª retire pelo menos Paragominas porque da forma como ele foi incluído, é uma injustiça. Porque hoje o Município de Paragominas é sem sombra de dúvida o Município que tem a maior área reflorestada no Estado do Pará.

SR. ROLF HACKBART: Quem colocou, Senador, esses Municípios foi o IBAMA. Não foi o INCRA.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Colocou erradamente. V.Exª sabe o meu conceito sobre o IBAMA.

SR. ROLF HACKBART: O trabalho do INCRA é regularização fundiária. Recadastramento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Tenho exposto publicamente meu conceito sobre o IBAMA.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Flexa Ribeiro, temos só dez minutos ainda. Temos ainda que ouvir o nosso Dr. Fernando para suas considerações finais e vou dar cinco minutos. Desses dez minutos, para o Dr. Rolf e cinco minutos para o encerramento. Termina a Sessão, sou obrigado a encerrá-la pelo regimento.

SR. ROLF HACKBART: Onde eu estava?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): V.Exª tem que sair de Paragominas. Saia e...

SR. ROLF HACKBART: O senhor perguntou sobre Santarém. Não existe assentamento fantasma.

Nós destinamos terras públicas, nós criamos assentamentos nas portarias, fizemos acordo com o Ministério Público, não colocar as pessoas enquanto não tivesse licenciamento ambiental. Tem erros lá, Senador? Tem. Nós estamos corrigindo. Nós estamos com força tarefa, nós trocamos o Superintendente. E não vamos deixar de destinar. Se tiver que cancelar alguma Portaria de criação de assentamento nós vamos cancelar. Acho que vai acontecer isso em alguns casos. Agora, para cuidar do patrimônio da União, tendo terra pública, nós vamos e o Ministério Público está acompanhando *pari passu* todo o nosso trabalho em Santarém.

Senadora Kátia, gostaria de ter dito para ela, que fique gravado. Eu li o livro do Greenspan, sou Economista também. Não concordo com muita coisa do livro. Acho que o Greenspan é um excelente Economista, não cabe a mim opinar sobre ele, também tenho certeza de que o que o Greenspan fez com a taxa de juros dos Estados Unidos e do mundo gerou muito desemprego e morte no mundo inteiro.

Quanto ao conceito de propriedade privada, nossa Constituição é clara. É garantido o direito de propriedade privada desde que cumpra a função social. Não é o direito por si. Tem que ler a Constituição como um todo. O sonho da regularização fundiária não é meu, é da sociedade brasileira. E é a titulação, é a regulação fundiária dos ribeirinhos. Vamos avançar muito nesse trabalho. Aliás, os 36 municípios agora nós já estamos recepcionando a documentação dos proprietários e poceiros dessas áreas. No geral...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.Exª confirma a declaração que deu à imprensa que em 30 dias vai fazer a regularização, demarcação desses 36 Municípios?

SR. ROLF HACKBART: Não. Às vezes a imprensa escreve. Nós vamos recepcionar. A Instrução Normativa é muito clara, Senador. São 30 dias para receber--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Recadastramento.

SR. ROLF HACKBART: Isso. Para receber a documentação. Já existem produtores que já entregaram e já foram recadastrados. É um processo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Aqui diz, o Presidente do INCRA, Sr. Rolf Hackbart disse em Cuiabá que o órgão cumprirá o prazo do Governo para recadastramento das médias e grandes propriedades --

SR. ROLF HACKBART: Então está mal escrito. Está escrito no jornal.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --desmatamento da Amazônia. Recepcionar é muito fácil.

SR. ROLF HACKBART: Não, nós vamos recepcionar e analisar, e depois vai ter o processo de...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Resolver é que é o problema.

SR. ROLF HACKBART: Evidente. Eu quero ver os grileiros parecer lá e entregar a documentação. Não vão. Nós vamos atrás das áreas, é um processo de retomada... Como um grande número de produtores já entregaram e já foram recadastrados. O certificado já foi validado. Nesses 36 municípios. Esse é um processo que vai continuar.

Estrutura física e pessoal do INCRA. Hoje à tarde nós vamos fechar um acordo com servidores, Ministério do Planejamento e INCRA para 2008, 2009 e 2010. Nós já contratamos e quando digo já quem está na máquina pública sabe a dificuldade com a nova chamada agora de 371 servidores novos, da nossa gestão, cerca de 1.700 servidores novos. Muitos computadores, GPSs, melhoramos as condições salariais. Essa estrutura ainda é pouco para que o País precisa, mas mais importante que a estrutura do próprio INCRA é fortalecer os institutos de terra que nós temos parcerias com os governos estaduais. O Governo do Mato Grosso é um exemplo, Governo do Pará é outro exemplo. Vários governos, que a colaboração dos institutos de terra ela é fundamental para a regularização fundiária e desenvolvimento dos assentamentos.

No geral, me coloco à disposição e convido os senhores, a forma melhor de fazer esse debate apresentar todos os dados do INCRA, mas não só o que o INCRA fez, mas o que vai fazer em 2008, 2009 e 2010, e faço um pedido último, que esta Casa aprove imediatamente o quanto antes o orçamento da União. É uma necessidade enorme para desenvolver os Municípios, recuperar os nossos assentamentos, desenvolver novos assentamentos, promover o desenvolvimento sustentável nesse País. Na minha opinião, o médio, o grande produtor nunca esteve tão tranqüilo nesse País como nos últimos anos... Em termos de garantia dos seus direitos. Políticas públicas, renegociações de dívidas, novos créditos, assistência técnica, pesquisa, o setor se desenvolveu muito nesses últimos anos. E é um grande futuro para o País. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Dr. Rolf. Passamos então a palavra para suas considerações ao Dr. Fernando.

SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA: Obrigado, Presidente, Senador Neuto De Conto, que em nome de quem eu agradeço o nome do Departamento de Polícia Federal e do Ministério da Justiça, a oportunidade de comparecer aqui nessa Comissão para prestar

os esclarecimentos que foram na realidade solicitados ao Ministério da Justiça. Acredito que o Ministério da Justiça continua o trabalho justamente tentando buscar qualquer dúvida relacionado a qualquer empresa estrangeira ou pessoa física que venha a adquirir imóveis no território nacional que haja qualquer dúvida sobre a... Inclusive a origem desse dinheiro ou a sua utilização. A Polícia Federal e o Ministério da Justiça estarão a disposição para esse tipo de investigação ou esclarecimento, e a gente espera apoiar qualquer pedido da Comissão aqui de Agricultura e... Polícia Federal está à disposição. E acho até louvável a questão da discussão da questão da faixa de fronteira, e da questão também da segurança nacional. Que são pontos importantes a serem talvez rediscutidos no Brasil a partir de agora. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pediria aos nossos convidados que se fosse possível, por escrito, encaminhasse a respostas aos questionamentos que eu fiz a respeito da estatística sobre os pedidos de autorização de compra de imóvel, pessoa jurídica estrangeira, aquelas perguntas que eu fiz a questão da... Encaminhasse já que não foi possível a resposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Colocaria para possibilidade de colocar por escrito.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E por último parabenizar o Senador João Pedro. Pela sua competência, pela sua coragem, pela sua eu diria solidariedade, porque foi o único Senador do PT, pelo menos enquanto eu estive aqui, presente a esta Audiência Pública. Da forma partidária como tem que ser, eu quero louvar aqui e registrar... Ah, chegou o Senador Suplicy. Desculpe, Senador, é que V.Exª acabou de chegar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Acabei de chegar porque... Se me permite Senador Flexa Ribeiro, eu estava em outras Comissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu então, de acordo com o horário, nós encerramos a Sessão, cumprimento a todos os Senadores que aqui se manifestaram, dizer aos nossos convidados, Dr. Ronaldo, Dr. Rolf, Dr. Fernando que esta é uma Casa política, democrática e aqui se discute os problemas do Brasil. Esperamos que a contribuição que nos deram seja de extrema valia para a nossa Comissão e para o próprio País. Por isso deixo nossos agradecimentos e encerro a presente Sessão.

Sessão encerrada às 13h55.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 16ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE JULHO DE 2008.

Às onze horas e dezesseis minutos do dia nove de julho de dois mil e oito, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **NEUTO DE CONTO**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores (as): **DELCÍDIO AMARAL, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, EXPEDITO JÚNIOR, JOÃO PEDRO, PEDRO SIMON, JAYME CAMPOS, GILBERTO GOELLNER, MARCO ANTÔNIO COSTA, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, OSMAR DIAS, AUGUSTO BOTELHO, ELISEU RESENDE, MARCONI PERILLO E JOÃO DURVAL.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as): Leomar Quintanilha, Heráclito Fortes e Carlos Dunga. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente Senador Neuto de Conto, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: Audiência Pública, em cumprimento ao **Requerimento nº 2 de 2007 – CRA,** de **autoria** do Senador **Expedito Júnior**, aprovado em 14/2/07, com o objetivo de, com a presença do Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, **Dr. Guilherme Cassel,** prestar informações sobre a evolução do PRONAF, no atual Governo e as perspectivas para o setor e, também, sobre a evolução dos assentamentos de famílias na Reforma Agrária, sobretudo com enfoque no Estado de Rondônia. Após a exposição do Senhor Ministro, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores: Expedito Júnior, Geraldo Mesquita, Antônio Carlos Valadares, Jayme Campos, João Pedro, Augusto Botelho e Gilberto Goellner. **RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinqüenta e oito minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **SENADOR NEUTO DE CONTO, PRESIDENTE DA COMISSÃO.**

COMISSÃO DE AGRICULTURA
E REFORMA AGRÁRIA – CRA

16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 09 DE JULHO DE 2008, ÀS 11 HORAS E 16 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior que, com a anuência do plenário, é dada como aprovada.

A presente Reunião destina-se à Audiência Pública, em cumprimento ao Requerimento nº 2, de 2007, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de autoria do Senador Expedito Júnior, aprovado em 14 de fevereiro de 2007, com o objetivo de prestar informações sobre a evolução do PRONAF, no atual Governo, e as perspectivas para o setor e, também, sobre a evolução dos assentamentos de famílias na reforma agrária, sobretudo com enfoque no Estado de Rondônia.

Nós convidamos, já está na nossa mesa, o Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Dr. Guilherme Cassel, também o acompanha o Roberto Kiel, que é do INCRA, Vice-Presidente do INCRA. Cumprimentando as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores. Nós passamos de pronto, então, a palavra ao Ministro Guilherme para que faça as suas explanações sobre o tema.

SR. MINISTRO GUILHERME CASSEL: Muito bom dia a todas as senhoras e todos os senhores, eu quero fazer um cumprimento muito especial, um agradecimento pela acolhida aqui ao Presidente Neuto De Conto, cumprimentar o Senador João Pedro, o Senador Geraldo Mesquita Júnior, o Senador Gilberto Goelnner, cumprimentar também as assessorias dos Senadores, a equipe do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do INCRA, apresentar o Dr. Roberto Kiel, que é Vice-Presidente do INCRA e que também vai estar à disposição de todos os senhores durante essa Sessão para que a gente possa conversar sobre desenvolvimento rural, sobre reforma agrária, sobre agricultura familiar, sobre os Territórios da Cidadania, sobre o Programa Mais Alimentos, sobre os temas que hoje estão colocados na pauta brasileira e que interessam muito a esta Casa e ao Governo Federal.

Nesses últimos meses, nós enfrentamos uma pauta muito intensa, seja a pauta de reforma agrária, seja o tema do Norte, lançamos o Programa Território da Cidadania, que é a principal estratégia do Governo Federal para combater a pobreza no meio rural, nós encerramos na semana passada, concluímos o processo da Primeira Conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, que ocorreu em Olinda, e o Presidente da República lançou, também na semana passada, o Programa Mais Alimentos, que é a estratégia fundamental do Governo para enfrentar essa crise na alta dos alimentos. Portanto, é uma pauta larga, uma pauta vasta. Eu pedi para os meus companheiros da assessoria para a gente apresentar um conjunto de informações, não é um conjunto de informações aprofundada, detalhada, mas que eu penso que pode servir de base para que a gente possa fazer um debate fecundo no decorrer dessa Sessão. A nossa idéia é oferecer as informações básicas para que a gente possa, a partir daí, tanto eu como o Vice-Presidente Roberto Kiel, a gente possa conversar sobre reforma agrária, desenvolvimento rural, agricultura familiar e esclarecer os temas que ainda sejam necessários esclarecer. Então, eu vou pedir licença ao Presidente para a gente, rapidamente, apresentar algumas lâminas com informações básicas sobre o que a gente tem feito no INCRA e no MDA no decorrer destes últimos anos.

Essa é a estrutura básica que a gente pretende afirmar com a agricultura familiar, avanços na reforma agrária, políticas para qualificar a produção, os Territórios da Cidadania e o Plano Safra 2008-2009. Pode passar, por favor.

Agricultura familiar brasileira. Eu penso que sempre é muito importante a gente partir daí e resgatar a importância desse setor do ponto de vista econômico. A agricultura familiar brasileira, durante muitas décadas, ela foi condenada a uma espécie de invisibilidade no nosso país. Sempre, durante muito tempo, se desconsiderou a sua importância econômica e, portanto, se colocou em segundo plano as políticas públicas para esse setor. Quando nós falamos de agricultura familiar, e a gente tem que ter presente isto, nós estamos falando de 4,2 milhões de famílias, nós estamos falando, portanto, de quase vinte milhões de pessoas, que hoje são responsáveis em torno de 35% da produção agropecuária nacional, com menos de 30% da área, ou seja, um setor que tem enorme produtividade, que é responsável hoje por 10% de todo o produto interno bruto nacional, que gera 77% dos empregos do campo e 70% dos alimentos consumidos no dia-a-dia pelos brasileiros e pelas brasileiras. Portanto, é um setor econômico da maior relevância e que, durante muito tempo, não foi olhado com a atenção que merecia. A agricultura familiar, para a gente ter uma idéia, para a gente mergulhar um pouco no dia-a-dia, ela é responsável pela produção de 89% da mandioca, que é um bem alimentar espalhado em todas as regiões do país, 75%

da cebola, 70% da produção de frangos, 69% do alface, 67% do feijão, 62% da banana e assim por diante, especialmente 56% do leite e 60% da produção suína, ou seja, a produção da agricultura familiar tem enorme repercussão, inclusive na inflação, e este é o tema que a gente está enfrentando nos últimos meses.

Bom, vamos agora aos avanços da reforma agrária, o assentamento de famílias e a qualidade dos assentamentos. Se fala muito e se discute muito e tem muita opinião, especialmente dos movimentos sociais, sobre se a reforma agrária está andando ou se ela não está andando, se o Governo Lula satisfaz as expectativas ou não. Tem um dado que eu tenho trabalhado que eu acho que organiza muito a percepção de todo mundo e é um dado que me parece que organiza uma avaliação sobre reforma agrária. Nós temos hoje no Brasil, desde o começo da história da República, a gente tem hoje assentados em torno de novecentas e cinqüenta mil famílias. O dado correto é 973 mil famílias, se não me engano, que foi assentado em toda a história brasileira. Destas 973 mil, 448.900 foram assentadas nos últimos cinco anos, ou seja, nós fizemos nos últimos cinco anos mais da metade do que foi feito em toda a história brasileira no que se refere à reforma agrária. Nós, nesses cinco anos, implementamos dois mil e oitocentos projetos de assentamentos em todo o país e destinamos para a reforma agrária trinta e nove milhões de hectares. Penso que essas informações dão conta do que está se fazendo. Eu respeito muito as opiniões que são manifestadas volta e meia dizendo que tinha uma expectativa superior, queria um ritmo mais acelerado, respeito isto, eu particularmente gostaria inclusive de ter feito mais, agora é inegável que nos últimos cinco anos se avançou e se avançou e muito em reforma agrária. Nunca tinha se avançado tanto, seja em destinação de terra, seja em número de famílias assentadas, e essa transparência, ela mostra, ela abre por Estado o número de famílias em cada Estado no período de 2003 a 2007, fechando em 448.954, nós já assentamos em 2008 em torno de 40 a 50 mil pessoas, portanto aquele número ali debaixo já está batendo em 500 mil famílias assentadas.

Um outro elemento muito importante, um outro instrumento muito importante que a gente tem de enfrentar a estrutura fundiária do país também é o Programa de Crédito Fundiário. O crédito fundiário é um programa complementar à reforma agrária, que possibilita que os agricultores e as agricultoras possam adquirir, por financiamento, seja em grupo, seja de forma individual, a sua terra. Então, 57.192 famílias acessaram terra por esse programa nos últimos cinco anos, sendo que em 2007, 16.290 famílias acessaram a terra pelo mecanismo do crédito fundiário.

Para, além de dar terra, e já é um jargão entre nós de que reforma agrária não pode ser limitada à terra, que esse é só o primeiro passo, um passo importante, mas apenas o passo inicial, nós temos avançado muito, e essa é uma insistência permanente do Presidente Lula, em qualificação dos assentamentos. A idéia é de que os assentamentos têm que, acima de tudo, produzir e produzir com qualidade e ter estabilidade. Para isso, nós já investimos 873 milhões em infra-estrutura, e só em crédito de instalação, que é o crédito para a família montar a sua casa e começar a sua primeira produção, nesses cinco anos foram 2,9 bilhões de reais.

Outro elemento fundamental para a reforma agrária dar certo, para ela poder sem bem implementada, é a assistência técnica. A assistência técnica em agricultura é aquilo que faz a diferença. A gente tem insistido nisso, que o crédito, por exemplo, sem assistência técnica, ele não gera produção, ele gera endividamento, ele gera pobreza. O fundamental é a gente ter um crédito vinculado a uma assistência técnica de qualidade, e a gente viabilizar que o conhecimento desenvolvido no país, seja pela EMBRAPA, pelas instituições estaduais de pesquisa, elas possam chegar aos assentamentos e aos agricultores familiares. Essa tabela mostra o avanço que nós tivemos na reforma agrária com assistência técnica. Nós partimos de um patamar muito pequeno em 2003, atendendo 95 mil famílias, e hoje estamos atendendo 305.500 famílias de assentados.

Da mesma forma, o “Terra Sol”, o nosso programa central de ações de fomento, agroindustrialização e comercialização dos assentamentos, tem tido esse avanço do orçamento, já investimos 102 milhões, começamos em 2004 com 26 milhões, em 2007 executamos 55 milhões e 600 mil.

Outros avanços importantes na reforma agrária e que a gente trata sempre de uma forma lateral, muitas vezes não tem a atenção devida, mas que são estruturantes nos assentamentos, é o PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, em que 284 mil assentados, nesses últimos anos, eles acessaram os cursos do PRONERA, que é o ensino do EJA – Ensino de Jovens e Adultos, o ensino médio e o ensino superior, inclusive de pós-graduação.

Da mesma forma, um outro programa que estrutura muito é o Programa de Documentação da Trabalhadora Rural, onde 546 mil pessoas tiveram a sua documentação emitida. Eram pessoas que não tinham documentos e que é uma tarefa civilizatória no meio rural brasileiro: a gente dotar as pessoas de documentos básicos, garantir a educação, garantir crédito, assistência técnica.

Passamos, agora, ao tema políticas para qualificar a produção. Eu estou sendo muito... Eu estou só situando os principais números para não fazer aqui uma explanação cansativa, muito extensa, que depois limite o nosso tempo de debate, de conversa. Políticas para qualificar a produção. Vamos tratar de Ater, de seguro agrícola e de comercialização. Eu tratei antes daqueles números que a gente estava falando sobre o acesso da assistência técnica para agricultura familiar. Aqui, eu trato só sobre... Antes eu estava falando, me perdoem, sobre reforma agrária, assentados e reforma agrária. Aqui, falo sobre assistência técnica à agricultura familiar, os agricultores familiares que não estão vinculados ao Programa de Reforma Agrária, e penso que vale a pena a gente parar e olhar com atenção esse gráfico. A situação em que o Governo do Presidente Lula encontrou o sistema nacional de assistência técnica em 2003, e o que a gente fez até agora. O fato de que em 2001 o orçamento para atender 4,2 milhões de famílias de agricultores familiares era de três milhões de reais, depois de dois milhões de reais apenas em 2002 e dezoito milhões em 2003, é a prova definitiva, cabal, que expressa mais do que qualquer coisa, a importância que era dada à agricultura familiar e a importância do acesso ao conhecimento da agricultura familiar. Um orçamento de dezoito milhões ou de dois ou de três, ele é risível, ele é patético, ele, por si só, fala da desconsideração com esse setor tão importante para a economia brasileira. Nós, a partir de 2003, passamos a reestruturar o sistema brasileiro de assistência técnica, junto com as empresas estaduais de assistência técnica, auxiliando as empresas estaduais a se reestruturarem, contratando pessoal, fazendo investimento, financiado pelo Governo Federal, fizemos um trabalho junto com as universidades, junto com as Organizações Não Governamentais, com as Cooperativas, com as Associações de produtores e fomos, paulatinamente, ampliando o volume destinado à assistência técnica. Nós estamos, hoje, trabalhando com 397 milhões de reais, ou seja, nós aumentamos mais de cem vezes, em cinco anos, o orçamento de assistência técnica. Nós tínhamos mil e poucos técnicos trabalhando, hoje nós estamos trabalhando com vinte mil técnicos em todos o país e pretendemos chegar agora, com o Programa Mais Alimentos, a que vou me referir mais adiante, garantir a assistência técnica a dois milhões de agricultores, com trinta mil técnicos trabalhando no campo em todas as regiões do país. Mas chamo a atenção de novo: isto faz toda a diferença. A assistência técnica é o que estrutura, o que garante continuidade, o que dá solidez para o crédito e garante produção de qualidade.

Um outro instrumento fundamental que se criou em 2004 foi o Seguro Agrícola da Agricultura Familiar. O Seguro Agrícola da Agricultura Familiar, para quem acompanha esse tema, os Srs. Senadores aqui nessa Comissão têm atenção especial para isso, o seguro faz toda a diferença para quem vive no campo e era uma demanda de décadas de todos os movimentos sociais, do sistema da CONTAG, da FETRAF, da Via Campesina, de todos os movimentos do Nordeste que clamavam por um sistema de seguro agrícola que fosse capaz de dar estabilidade. A história no nosso país, durante muitos e muitos anos, foi aquela velha história de que o agricultor conseguia acessar o crédito, o PRONAF ou o seguro rural, na primeira enchente ou na primeira seca ele não conseguia pagar o banco, a sua terra tinha sido dada em garantia, o banco penhorava a terra e ele tinha que ser expulso, ele era expulso do meio rural para ir ampliar os cinturões de miséria nas grandes cidades e viver em condições de pobreza e com isso a gente ampliava ainda mais, concentrava ainda mais a terra e diminuía a produção. O seguro hoje, nós temos dois seguros hoje: nós temos o seguro de clima e o seguro de preço. E chamo a atenção para isso porque hoje eu tenho viajado bastante para fora do país, nos organismos da ONU. O nosso seguro hoje é um dos seguros mais modernos de todo o mundo. Hoje toda a América Latina está copiando o seguro da agricultura familiar. O que é que faz o seguro da agricultura familiar? O agricultor é obrigado, quando ele vai tirar o seu custeio de PRONAF, ele paga 2% para o seguro, o seguro tem um fundo. Quando o agricultor perde mais de 50% da sua safra, ele vai lá e recorre ao seguro. O que o seguro faz? Primeiro, zera o crédito dele com banco. Ele, imediatamente, não deve mais um tostão para o banco, o que já tira do agricultor aquela pressão de que vai perder a sua terra. Ele não vai perder a sua terra. E para além disso, porque tem um período também entre a quebra da safra e o novo plantio, ele recebe até dois mil e quinhentos reais do Governo, dependendo de qual era a sua expectativa de colheita, para tocar a vida até o próximo plantio. Daí ele vai, acessa o PRONAF Custeio e... Isto foi fundamental, especialmente nos Estados do Sul, na safra de 2004-2005, onde a gente teve uma quebra de safra muito grande, onde a gente conseguiu estabilizar. Ali aquela tabela mostra o quanto dos agricultores foram beneficiados, foram 580 mil agricultores na safra de 2005-2006 e agora na safra de 2007 foram 602 mil. Esse é o nosso seguro da agricultura familiar para clima. E nós criamos também em 2005, Senador, o seguro de preço, que vincula o financiamento de custeio ao preço da cultura que ele vai plantar, ou seja, ele fixa o seu financiamento do preço no dia que ele foi lá, foi

ao banco. Se cair o preço, cai o financiamento. Isso é publicado no Diário Oficial, o preço da saca daquele dia e isso estabiliza muito.

A atividade agrícola, eu estou falando aqui para Senadores que conhecem isto tanto ou mais do que eu, a atividade agrícola, ela tem risco sim, a gente não sabe como é que vai ser o preço, a gente não sabe se vai chover, a gente não sabe se vai ter seca, a gente não sabe se vai ter praga, é assim, a vida é dura para quem planta, a gente costuma dizer. Bom, para isso a gente tem que criar mecanismos que sejam capazes de proteger esses agricultores, de ter segurança, e isto a gente faz com política pública e política pública permanente. Faz toda a diferença, eu tenho conversado muito com agricultores pelo país afora, faz toda a diferencia o agricultor agora ir ao banco buscar o seu financiamento de investimento ou o seu financiamento de custeio sabendo que ele vai arriscar sim, mas que se der tudo errado, bom, ele vai ter o seguro, ele não vai perder a sua terra. Vai passar por um movimento difícil? Vai, porque não tem milagre, mas ele está ali, vai estar seguro e ele vai poder buscar de novo o financiamento e vai ter uma segunda, uma terceira e uma quarta chance. Isso dá estabilidade no campo, que a gente nunca teve. Esse é o elemento propulsor do êxodo rural durante muitas décadas do Brasil. As pessoas, como eram pequenas, tinham pouca terra, tinham temor e um temor justo de ter a sua safra frustrada e acabavam ou perdendo a terra para o banco, na primeira seca ou na primeira enchente, ou por outras razões indo para as grandes cidades. Eu acho que com isso a gente estabiliza o meio rural brasileiro, inverte o vetor do êxodo e passa a construir um meio rural com mais gente, com mais produção.

O Programa Garantia Safra é um programa de seguro também, para além do seguro de clima, do seguro de preço, a gente tem um programa de garantia voltado especificamente para o semi-árido do Nordeste, foi criado em 2002, ele garante a renda mínima em seis parcelas para os agricultores do semi-árido e a partir desse ano, além da estiagem, vai cobrir também outros eventos climáticos. Ele tem a participação, o programa é com a participação de Estados e de Municípios e só em 2007 e 2008 ele beneficiou, ele protegeu 558 mil agricultores no semi-árido, que é uma região crítica de alta insegurança de produção.

Vamos ao PRONAF. A gente tem falado muito de que o PRONAF passou de 2,3 bilhões de reais para 12 bilhões nesse ano/safra. Eu acho que isso é muito importante, eu não tenho nenhuma dúvida, mas para mim a informação mais significativa do PRONAF é aquela que aparece acima da tabela: um milhão e cem mil novas famílias foram incluídas no sistema produtivo de crédito nos últimos cinco anos. Era gente que estava à margem do sistema produtivo, que não tinha acesso a banco, que como não tinha acesso ao PRONAF não tinha acesso a assistência técnica e nem a seguro, ou seja, gente que recuperou ou conquistou uma cidadania produtiva. A história do crédito rural no Brasil é uma história de crédito rural que excluía pobre, que excluía pequeno, que excluía assentado. Essa é a história, basta olhar os números. Penso que nos últimos cinco anos a gente alterou essa história. O Banco do Brasil, o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia mudaram a sua estratégia em relação a isso, passaram a incorporar esse vasto contingente de produtores como seus clientes, o índice de inadimplência do PRONAF é muito pequeno, em treze anos de existência o PRONAF tem 3% de inadimplência geral, mas penso que o mais importante é que a gente incluiu 1,1 milhão de famílias no sistema PRONAF, e esse 1,1 milhão de famílias, 500 mil delas foram no Norte e no Nordeste, que onde era mais importante a gente incluir pessoas. O PRONAF hoje é um programa nacional, ele está em 5.387 Municípios, 96% dos Municípios hoje têm o PRONAF e ele agregou um conjunto de linhas especiais voltadas às peculiaridades dos agricultores, que é o PRONAF Floresta, Sustentabilidade, Jovem, Mulher, Agroindústria, Semi-árido.

Aí a gente tem a execução do PRONAF em milhões, partindo de 2003 de 2,3 para 8,5 até agora nesse plano de safra. Pode passar.

O PRONAF, na região Centro-Oeste, eu acho que é importante a gente olhar região por região do PRONAF para ver como ele tem avançado e como a gente tem conseguido democratizar regionalmente o acesso a esse crédito. Esse é o comportamento aqui na região Centro-Oeste, na região Sul, que em 2003 concentrava 80% do PRONAF, que era na região Sul, teve este comportamento, a região Sudeste cresceu muito também, mas aí o crescimento é muito importante, no Nordeste, que era um desafio do Governo fazer com que os agricultores do Nordeste tivessem o acesso ao programa. Nós passamos de 393 milhões, em 2003, para 2 bilhões em 2007-2008, ampliamos em cinco vezes o crédito, e na região Norte da mesma forma, nós ampliamos em quatro vezes, passamos de 200 para 822 milhões.

Também é importante o Programa de Comercialização. A gente costuma dizer que a vida do agricultor é dura porque quando o crédito chega na hora certa, a assistência técnica é boa, não chove demais e nem tem seca e ele consegue colher direito, o problema do preço sempre é um problema grave, ele sempre tem o problema da comercialização. Para isso, penso que o programa de aquisição de alimentos é um programa

absolutamente original, inovador, tem auxiliado muito, agora com o Decreto Presidencial que permite que o programa incorpore a compra da merenda escolar a gente vai ter... amplia muito o mercado, ele é um programa que permite... ele é construído para evitar a especulação com alimento. A história da comercialização de alimentos no nosso país é muita marcado pela ação dos atravessadores e o PA permite a aproximação entre consumidor e agricultor familiar, garantindo renda para o agricultor, preço para o produto e alimento mais barato para quem consome. Esse é o comportamento do programa.

Agora eu quero passar rapidamente ao Programa Territórios da Cidadania, que marcou, chamou a atenção do país nesses últimos meses. O Território da Cidadania nasce por quê? Nasce porque o meio rural brasileiro, ele ainda carrega consigo muita desigualdade. A gente olha pouco para o meio rural brasileiro, especialmente o Sudeste e o Sul do país. A cultura brasileira, ela sempre olha de forma lateral para o meio rural, é como se ele tivesse lá, produz alimento, não vamos falar muito sobre isto, e ali persiste um grau de desigualdade, de violência, inclusive, bastante grande. O Presidente Lula tinha nos pedido no começo do segundo mandato para que a gente construísse uma estratégia de enfrentamento da pobreza rural, de superação da pobreza no meio rural brasileiro. Nós já tínhamos uma experiência muito interessante e bem sucedida com os territórios de desenvolvimento territorial, nós já tínhamos implantado no país mais de cento e vinte territórios, que é uma experiência importante, onde tem energia social que organiza um conjunto de Municípios, de comunidades, Prefeitos, Vereadores, movimentos sociais, que tem identidade, que tem projeto econômico de desenvolvimento comum, já vínhamos trabalhando nisso, e a partir dessa experiência nós construímos uma estratégia de enfrentamento da pobreza rural que tem como primeiro elemento isto, aproveitar a experiência dos territórios e fazer um programa com o foco territorial. O segundo elemento fundamental do programa é a coordenação de política pública. Não sei quantos ex-Prefeitos, ex-Governadores a gente tem na platéia, mas o sonho de todo mundo que trabalha com política pública neste país, quem já passou por Estado brasileiro, é juntar as coisas, coordenar, fazer com que os Ministérios trabalhem juntos ou que as Secretarias de Estado trabalhem juntas, fazer com que o orçamento da União, dos Estados, dos Municípios, eles possam conversar um com os outros para que os programas cheguem juntos e consigam de alguma forma melhorar. Então coordenar política pública é o elemento central do programa e o terceiro é participação social, é fazer com que a população decida prioridades, e a gente tem feito isso. O Programa Território da Cidadania, ele parte da idéia de que é preciso atender primeiro quem mais precisa, ou seja, as populações mais carentes e, segundo, fazer um esforço para que as políticas públicas cheguem coordenadas nesses territórios. É impressionante. Quando a gente foi fazer o estudo de diagnóstico desses territórios, existem territórios no país que parecem que são invisíveis, eles são pobres há séculos e por alguma razão as políticas públicas não chegam lá. Em alguns casos a gente examina, inclusive tem política para lá de educação, de saúde, mas por alguma razão elas não são executadas. Bom, o recurso que era previsto para lá, ele vai para o território mais rico, que é muito próximo, existe um desequilíbrio regional nisso, mas quando chega é pior do que isso. Quando chega a política pública nesses lugares, quando ela chega nesses lugares, ela chega descosturada. Então às vezes eu dou o depoimento, as pessoas dizem: “Parece brincadeira”, mas não é brincadeira, é verdade. Vou dar um exemplo assim. Quando a gente consegue num desses territórios implantar uma agroindústria, é muito comum isso, não é uma piada, é comum isso acontecer, vai lá e monta a agroindústria, constrói a agroindústria, está pronto o prédio. Bom, primeiro tem aquela confusão, consegue ou não consegue o terreno, a Prefeitura vai dar, o Estado, não tem o documento. Tudo bem, a gente vai lá e constrói o prédio. Daí não tem maquinário para fazer, porque o maquinário era de um outro Ministério ou era o Governo do Estado que ia conseguir ou era a Prefeitura, não chegou a tempo, na licitação aconteceu não sei o que, eu não tenho o maquinário. Aí se faz um esforço medonho, consegue o maquinário. Bom, quando consegue o maquinário para botar lá dentro o prédio já está meio... Mas tudo bem, organiza o prédio e põe o maquinário, mas daí não tem luz, alguém lá esqueceu de ver que não tinha iluminação pública. Daí corre, vai lá, consegue iluminação pública, sabe, Luz para Todos, vai lá e consegue luz. Tudo bem, está lá funcionando, tem luz, maquinário e prédio. Tem luz, maquinário e prédio, só que não tem como escoar a produção para chegar lá porque as estradas estão em petição de miséria, não tem asfalto, não tem nada. Daí quando consegue o asfalto, daí não tem preço mínimo para o produto. É assim que as coisas são. Sabe, nesses lugares é esse drama. Então o principal desafio do programa era coordenar, botar todo mundo numa mesa e dizer: “Gente, vamos chegar junto nesses lugares e puxar a economia desses lugares para a gente construir uma outra possibilidade”. Para isso foi muito importante a participação do Presidente Lula, da Ministra-Chefe da Casa Civil, que coordena junto conosco esse programa, para comprometer os outros

Ministérios a colocar os seus recursos e o programa tem funcionado muito bem. O programa hoje, assim, ele está funcionando em sessenta territórios, novecentos e cinqüenta e oito Municípios, ele beneficia dois bilhões de habitantes, um milhão de agricultores familiares. Pode passar.

Voltando ao programa, antes de ir para o Plano de Safra, nós estamos concluindo a primeira etapa do programa. A gente distribuiu o material para todo mundo, a primeira etapa consistia no seguinte: nós fomos a cada um desses territórios, constituímos nesses territórios uma coordenação estadual, um comitê de articulação estadual com os Estados, com os Prefeitos, com as comunidades, expusemos para essas comunidades uma proposta de investimentos, de obras e serviços para cada território, as comunidades criticaram essa proposta do Governo, definiram prioridades, algumas inclusive novas prioridades, nós encerramos esse primeiro processo e agora estamos retornando aos territórios com os projetos específicos, projeto pronto para começar a executar. Então estamos na segunda fase, a gente está muito contente com a execução do programa. Penso que o programa sensibilizou para além do público interno do Governo, é muito difícil trabalhar com dezenove Ministérios, com parte do orçamento de cada um, mas todo mundo muito integrado, ele trouxe os Governadores, as estruturas estaduais e as estruturas municipais e eu penso que a gente vai conseguir dar um salto de qualidade, puxar a economia dessas regiões já no próximo período e a nossa idéia é trabalhar com mais territórios ainda em 2009.

Por último, eu prometi ser rápido, eu acho que eu não estou conseguindo, eu quero falar sobre o Programa Mais Alimentos. Pode passar.

Aqui é o Plano Safra de 2008-2009, que o Presidente Lula anunciou agora no último dia 03. O Plano Safra deste ano, ele é treze milhões de reais, é um valor cinco vezes superiores à safra de 2002-2003, quando nós assumimos, ele tem como elementos centrais a simplificação do PRONAF, a renegociação de dívidas que foi um processo longo, exaustivo, contou com a participação intensa desta Comissão e também um vetor fundamental que é a redução de juros. Na reforma agrária nós estamos ampliando os recursos da fase de instalação, que a gente chama de crédito da instalação do assentado, que era de 4,8 mil para 12 mil reais, isso respeita muito e a gente está fazendo um esforço muito grande para adequar o nosso sistema de crédito à realidade de um assentamento que está em implantação com toda a dificuldade. Muitas vezes a gente fala sobre assentamento de reforma agrária e não se dá conta de como é difícil a gente colocar... O Senador João Pedro sabe bem disso, que foi superintendente do INCRA, sabe como é difícil colocar às vezes mil, duas mil famílias numa área de terra, pessoas que não se conhecem, que têm origens diversas, que vão ter um pedaço de terra, que têm que construir a sua terra, construir a sua casa, começar a sua produção e iniciar uma outra vida. Então adequar o crédito a essa realidade de quem está chegando, de quem precisa, assistência técnica, isso é muito importante. Também esse crédito é vinculado à participação das mulheres, esse crédito é de 2,4 é para ação de mulheres, para produção específica das mulheres. O PRONAF da reforma agrária, o custeio passou de 3,5 para 5 mil, que o nosso PRONAF A, de três para quatro operações, e no investimento ampliamos também.

E dentro do Plano de Safra desse ano, o centro dele é o Programa Mais Alimentos, que penso que é um tema da maior importância, que preocupa a todo mundo hoje, que é a alta dos preços dos alimentos. A avaliação que o Governo tem é que os preços agrícolas atingiram um novo patamar, um patamar mais alto e que não deve recuar de forma drástica nos próximos cinco a dez anos. Todos os especialistas hoje indicam que os preços agrícolas ancoraram num patamar superior, seja por conta de aumento de demanda, todos os fatores que estão aí, aumentou a demanda, tem mais gente comendo, o que é uma boa novidade, comendo melhor, especialmente no Brasil, na Índia, na China, nós temos tido problemas com o aquecimento global que tem frustrado safras e diminuído oferta de alimentos, a "Crise do Suprime" nos Estados Unidos fez com que fundos de ações que especulavam com o dólar migrassem rapidamente para as commodities de alimentos, isso pressionou muito especialmente os alimentos na Bolsa de Chicago, especialmente, os americanos, no ano passado, destinaram 10% da produção mundial do milho para os biocombustíveis, o milho é um elemento essencial de ração animal, então isso pressionou muito os alimentos e também o aumento dos preços do petróleo, que passou de 30 dólares o barril para 146 na última semana, isso para além de desequilibrar as economias, muitas economias da África, da América Latina, isso aumenta muito o preço de fertilizantes, o preço dos transportes, impacta de uma maneira estúpida, para ser justo, o preço dos alimentos. É o que está acontecendo, a gente pára pouco para discutir sobre isso, mas o preço do petróleo é uma coisa impressionante.

Qual é a estratégia do Programa Mais Alimentos? O preço dos alimentos, evidentemente, pressiona a inflação, 25% do IPCA, 25% são alimentos, nós temos 152 produtos alimentares que fazem parte do IPCA. Desses 152 produtos, 2/3 são produzidos majoritariamente pela agricultura familiar. Eu mostrei naquela

primeira tabela no início da minha explanação, *[ininteligível – 0:40:22]* os produtos da agricultura familiar. Então isso coloca no centro da crise atual do preço dos alimentos a produção agrícola da agricultura familiar. Nós estamos num período da nossa história em que a gente tem que produzir. É importante produzir grãos? É importante produzir grãos, não preciso me estender nisto. Agora é fundamental hoje, é fundamental produzir feijão, produzir arroz, produzir ave, produzir leite, produzir hortaliças, produzir frutas, produzir a mandioca, a batata, aquilo que a gente consome no dia-a-dia. Hoje isto é fundamental. Nós já tivemos momentos na história do nosso país onde era fundamental produzir grãos para a exportação para equilibrar a balança de pagamentos, e a gente fez isso com eficiência, com qualidade. Hoje é fundamental produzir alimento, aquilo que se come no dia-a-dia. O que está pressionando a inflação hoje é feijão. A quebra da primeira safra do feijão foi... E arroz, e leite. Então produzir isto é fundamental e produzir isso com agricultura familiar. Por que é que o Governo brasileiro tem como estratégia fundamental apostar na agricultura familiar para enfrentar essa crise?

Eu acho que esses dois gráficos aí eles mostram de uma maneira bastante clara a situação. Primeiro a agricultura familiar produz os alimentos da cesta básica. Segundo, porque ela pode dar um salto de produtividade rápido. Nós precisamos de uma resposta rápida para enfrentar essa crise. Se vocês olham uma cadeia clássica da agricultura empresarial, que é a soja, vocês vão ver ali que o Brasil, a nossa produtividade é 2,86 mil quilos por hectare. A dos Estados Unidos é 2,77 e a do mundo é 2,43, ou seja, a gente está muito próximo do limite da fronteira de produtividade. Aumentar a produtividade agora exige muito dinheiro e muito tempo, porque é investir em pesquisa, em ciência. Então nós não temos muito o que crescer. Já uma cadeia clássica de agricultura familiar ali, que é o leite, a produtividade dos Estados Unidos é 9,4 toneladas/ano, o Brasil é 1,7 toneladas/ano, é ridícula a produtividade, e a média dos países é 4,75, ou seja, nós temos um espaço enorme para crescer e crescer rapidamente. No leite, que é uma cadeia clássica da agricultura familiar, onde nos últimos dez anos nós passamos de 15 bilhões de litros/ano para 27 bilhões agora, nos tornamos autosuficiente, mas não aumentando produtividade, comprando vaca, ou seja, nós temos espaço muito grande para quintuplicar essa produtividade num prazo muito curto com o investimento.

E o quê que é necessário fazer, o que é necessário fazer para aumentar essa produtividade? Esta é a posse da agricultura familiar e porque... Acho que é importante ser percebido bem isto. Nos últimos cinco anos, com todas as políticas que eu me referi antes, de crédito, de assistência técnica, de seguro, de comercialização, a gente conseguiu tirar a agricultura familiar do esquecimento e manter viva. Então, os nossos agricultores, eles estão tocando a vida, fazem o custeio um ano, pagam, mas é aquela coisa, água no pescoço. Não dá para modernizar, não tem dado para modernizar a propriedade, para dar salto de qualidade, para investir em produtividade. O "Mais Alimentos" é isso, é a gente garantir agora um salto de produtividade para que ele possa responder rapidamente com mais produção. Então, a idéia é a gente ter tecnologias apropriadas na agricultura familiar e investir no longo prazo, com infra-estrutura produtiva, máquinas e equipamentos. Pode passar.

O central desse "Mais Alimentos" é uma nova linha de crédito para a modernização. Isso é a reestruturação produtiva da agricultura familiar. A gente está lançando no mercado, já está disponível, uma linha de investimento de até cem mil reais por família, com prazo de dez anos, três anos de carência e juros de 2% ao ano apenas, vinculado ao programo de preços, ou seja, Senador Vice-Presidente, Senador Expedito, vinculado ao nosso programa de garantia de preço, ou seja, se baixarem os preços ele não vai ser pressionado por isso. São coices muito favoráveis para quê? Para que ele possa se modernizar rapidamente, para que ele possa adquirir o seu trator, adquirir a sua ordenhadeira mecânica, o seu resfriador de leite, para que ele saia dessa situação que ele está agora, que ele comprou vaca, produziu mais leite, mas ele não tem uma ordenhadeira mecânica, ele não tem o resfriador de leite, ele precisa dar um salto de qualidade e para isso ele precisa se mecanizar rapidamente. Poderíamos perguntar o seguinte: Bom, mas se coloca uma linha de créditos dessas no mercado para comprar trator, para comprar implemento agrícola, é evidente que os preços vão subir. O quê que a gente fez? A gente chamou a ANFAVEA, chamou a ABIMAQ e fez um acordo com todos os produtores, contou com a indústria, que nos garantiu desconto de 15% nos tratores, a primeira revisão gratuita, uma pacote de auxílio, e com a ABIMAQ da mesma forma. Então, a idéia é colocar, em três anos, sessenta mil tratores no campo e trezentas mil máquinas e implementos agrícolas com esses descontos. Para, além disto, estamos alterando toda o sistema da assistência técnica, temos portais agora por cadeias, colocando trinta mil extensionistas no campo, porque a gente não quer reproduzir um tratoraço no campo, uma revolução verde, uma mecanização acelerada e irresponsável. É preciso sim modernizar, mas garantir a assistência técnica de qualidade para que a gente possa fazer uma produção qualificada de alimentos,

que a gente possa caminhar no sentido de uma transição agroecológica, de uma agricultura orgânica que possa produzir alimentos de qualidade.

E o Programa Mais Alimentos tem essa meta, que é uma meta ousada, mas que nós temos absoluta convicção de que podemos alcançá-la em três anos, que é aumentar em 18,6 milhões de toneladas/ano, ao final de três anos, a produção desses alimentos, que são alimentos fundamentais, que impactam na inflação, têm um peso muito grande no IPCA e que garantem a segurança alimentar da população brasileira. Isto significa, para vocês terem uma idéia do que significa isso, 18,6 milhões de toneladas significam dois meses e meio de abastecimento de todo o países, ou seja, isso vai nos dar uma folga muito grande do ponto de vista de segurança alimentar e amplia, e muito, a capacidade do Governo de exportação, porque essa crise, se é verdade que ela nos coloca alguns desafios, de enfrentar a alta de preços, as oscilações de preços, também nos coloca uma grande possibilidade, grandes oportunidades, porque a gente pode ampliar as nossas exportações, nós já exportarmos 40% daquilo que produzimos e podemos exportar ainda mais e ter saldo de balança comercial.

Era isso, Presidente, a idéia era colocar os números básicos para que a gente pudesse conversar e debater tudo que a gente tem feito. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Agradecemos a exposição do Ministro Guilherme Cassel e passamos, de imediato, então, a palavra ao autor do requerimento, Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, nobre Senador Neuto De Conto, quero cumprimentar e agradecer aqui a presença do Ministro e dizer que eu estava preocupado, Ministro, porque verdadeiramente, quando eu fiz este meu requerimento, eu acho que há quase um ano desta Audiência Pública aqui na Casa, eu estava preocupado de de repente o assunto e o tema que eu gostaria de discutir, eu acho que mais de um ano já, que eu gostaria de discutir na época, fosse perder o sentido, mas, na verdade, não. Eu quero dizer que sou entusiasta, sou um admirador do Programa da Família no Campo e do Programa Agricultura Familiar, o nosso Estado, o Estado de Rondônia é um Estado que, naturalmente, é uma reforma agrária que deu certo, porque em Rondônia nós não temos grandes fazendas, nós temos pequenas propriedades, e a minha grande preocupação com tudo isso, eu também, eu peguei parte aqui, eu não peguei a sua fala toda, peço até desculpas, mas eu também acho que quando o senhor falou aqui sobre as políticas públicas, que deveriam ser coordenadas de tal maneira que os Ministérios pudessem estar todos sentando, discutindo sobre a questão orçamentária, discutindo sobre a política, a melhor política que fosse feita para os brasileiros, eu acho que há um certo distanciamento. Veja bem, hoje não se pode mais falar em reforma agrária na região amazônica. Eu tive a oportunidade, estão aqui dois Senadores que fizeram parte comigo na Comissão, que nós fomos investigar a questão dos riscos ambientais e V. Exª. pode até discordar disso, Ministro, mas, no meu Estado, o maior desmatamento feito em Rondônia são nos assentamentos e nas áreas de invasões, e eu sobrevoei, tive a oportunidade, com esta Comissão, de sobrevoar as áreas de invasões, as áreas de assentamento. E, infelizmente, quem paga o pato lá em Rondônia é o setor madeireiro. Eu não quero entrar nessa discussão aqui, que não tem nada a ver, e que, queira ou não, essa política teria que caminhar junto.

Tem uma questão hoje, até eu acredito que vai ser possível discutir e quem sabe até votar hoje a Medida Provisória sobre a regularização fundiária que o Presidente da República enviou para a Casa e nós fizemos um acordo ontem com os líderes. Acho que se começa aí a resolver o problema do desmatamento na região amazônica, a partir da hora que nós atacarmos de frente o grande problema, que é a regularização fundiária. No meu Estado, o grande problema de Rondônia é a regularização fundiária; nós não somos donos do que nós temos em Rondônia. Dono é a União, dono é o Governo Federal, e isso dificulta o acesso a financiamento, isso dificulta o acesso dos pequenos produtores a ter incentivos, porque você não tem o documento da sua área, você não tem o documento da sua propriedade. Então, eu acho que, hoje, o INCRA, com todo o respeito, em Rondônia, deveria investir na regularização fundiária das propriedades do meu Estado, das propriedades de Rondônia.

Há poucos dias nós tivemos aqui o superintendente do INCRA, que veio reunir com a bancada federal, inclusive pedindo emenda dos parlamentares para que nós pudéssemos destinar das nossas emendas para que o Ministério pudesse, então, estar fazendo a regularização fundiária. Eu acredito que, a partir da hora que nós resolvermos esse problema fundiário do meu Estado, nós vamos resolver muitos problemas, como um deles, que eu acredito que, na época, a convocação, o pedido de Audiência Pública com V. Exª., foi no sentido de que nós tínhamos muitas denúncias, principalmente em Rondônia, nas áreas de preservação, e que estas áreas estavam sendo financiadas pelo próprio Ministério do Meio Ambiente, que são áreas que estão há vinte anos, há quinze anos, áreas de invasões no meu Estado, e que é verdadeiro, que é verdadeiro

e que nós temos que buscar uma solução para isso. Hoje, o Ministério do Meio Ambiente pretende retirar esse pessoal que está há quinze, vinte anos nas áreas de preservação, e vai levar esse pessoal para onde? Nós temos cinco mil famílias, Senador João Pedro, em um assentamento, em outro... Eu não sei se podemos chamar isso de assentamento ou de invasão, porque a sociedade adentrou para dentro das áreas de reservas e hoje nós temos que buscar uma solução para isso. E não adianta, o Ministério do Meio Ambiente sozinho não vai buscar uma solução. Nós temos que juntar aí, quando V. Exª. fala das políticas públicas, que o Presidente Lula busca uma coordenação para que todos tenham o mesmo objetivo, um objetivo comum, eu acho que a única maneira de nós resolvermos os problemas, principalmente das questões de áreas de preservação, seria no sentido de uma coordenação, de uma política voltada principalmente do Presidente Lula.

Outra questão que V. Exª. coloca aqui é sobre a questão... Ainda sobre a questão de regularização fundiária eu faço uma pergunta a V. Exª., eu indago a V. Exª.: não seria possível se buscar um entendimento com os Estados por intermédio de convênio? Eu acho até que o meu Governador já teve com o senhor discutindo sobre isso, de repente do Estado criar aí o Instituto de Terra do Estado e, quem sabe, em conjunto com a União, em conjunto com o Ministério, de repente o Estado até teria mais condições, até logística no Estado, e de repente nós estarmos buscando a regularização fundiária do nosso Estado, de repente numa parceria. Fica aqui um questionamento que faço a V. Exª.

Outra pergunta que eu gostaria de fazer é quando V. Exª. entra aqui na questão do Programa de Comercialização. V. Exª. falou aqui também superficial sobre essa questão de comercialização. O que está sendo feito para absorver a produção da industrialização e da comercialização dos produtos gerados pela agricultura familiar? Como o Ministério do Desenvolvimento tem incentivado a organização dos agricultores familiares, em colegiados, para que eles possam ter acesso melhor aos programas do Governo? Eu peguei também aqui superficial, eu gostaria que V. Exª. falasse um pouquinho mais sobre isso.

Sobre essa questão, eu gostaria que V. Exª. falasse sobre essa possibilidade de se buscar o atendimento, porque hoje nós buscamos isso no meio ambiente. O meio ambiente hoje, quem toca a política de meio ambiente praticamente são os Estados, pelo menos em Rondônia nós já temos este pacto, este convênio, o pacto federativo feito com a União e os Estados e de repente é possível também se buscar isso com o Ministério do Desenvolvimento.

Como está a situação de crédito rural? Quando se fala nas áreas de preservação, há uma relação dos agricultores familiares da Amazônia, sobretudo em razão das denúncias, há convênios, há incentivos nessas áreas, principalmente nas áreas de preservação do Ministério do Desenvolvimento com aqueles agricultores que estão morando nessas áreas de preservação?

Em relação aos assentamentos de trabalhadores rurais, sem terra, como está esta situação hoje no Estado de Rondônia? Por exemplo, V. Exª. falou aqui sobre... quando fala também da coordenação política, o "Luz para Todos". Nós temos um grande problema em Rondônia, nós não vamos atingir a meta do "Luz para Todos". Eu vi aqui a Senadora Serys, ela subiu na tribuna do Senado e pelo menos ela disse que estava falando do Mato Grosso, que lá, eles iam atingir a meta, que ia completar 100% da energia do "Luz para Todos". Em Rondônia, nós temos um problema grave, grave, grave, grave. Eu não sei se é problema licitatório, eu não sei se foi problema com a empresa, eu não sei qual foi o problema em Rondônia, mas nós não vamos conseguir cumprir o calendário estipulado pelo Ministério. E aí eu faço, deixo aqui então este questionamento.

E, por fim, o licenciamento ambiental, ele tem dificultado a destinação de projetos de assentamentos?

E aí, por fim, Ministro, eu gostaria de cumprimentar a vinda de V. Exª. aqui na nossa Comissão, como disse no início aqui, sou um entusiasta, sou um admirador desta agricultura que V. Exª. fala com tanto brilhantismo, porque eu também fui produtor rural quando morei no Estado de São Paulo, no interior do Estado de São Paulo, e nós não tínhamos esta oportunidade que V. Exª. está hoje proporcionando aos pequenos produtores. Infelizmente, naquela ocasião, nós plantávamos, tirávamos o dinheiro no banco, não sabíamos se a colheita ia nos garantir, não a nossa sobrevivência, ia nos garantir a nossa propriedade, porque a nossa propriedade era dada como garantia, e muitas pessoas, muitos sitiantes perderam as suas propriedades, e hoje eu vejo uma política que V. Exª. apresenta aqui, uma política voltada para que possa... como esse seguro agrícola que V. Exª. falava aqui agora há pouco, eu até quero lhe cumprimentar por isso, lhe cumprimentar pela política e dizer que sou um parceiro. Agora, o grande problema em Rondônia, volto a frisar aqui, é o problema de regularização fundiária. Eu acho que V. Exª. teria que investir pesado nessa área, principalmente no meu Estado, na região amazônica, que, com certeza, nós vamos resolver grandes problemas, 80% do desmatamento na região amazônica a partir da hora que investirmos na regularização fundiária da região amazônica.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado Senador Expedito Júnior. Pela ordem das inscrições, nós ouviremos então o eminente Senador Geraldo Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Presidente Neuto De Conto, obrigado pela oportunidade, tendo em vista que nem membro da Comissão eu sou e vim aqui hoje em razão da visita do Ministro e em decorrência também de um convite que me foi formulado pelo meu querido companheiro Senador João Pedro.

Ministro, eu queria iniciar resgatando aqui uma percepção que V. Exª. externou, que é uma percepção que eu tenho também. V. Exª. em certo momento da sua exposição falou do olhar, vamos generalizar, quase preconceituoso com o campo no nosso país. Ora é o vilão, ora é aquele cidadão ou aquela cidadã ou aquela estrutura produtiva onde a gente pode fazer as coisas matadas, de qualquer jeito. É uma percepção que eu tenho também, Ministro. Eu fiquei muito impressionado com essa sua percepção.

Eu vou até lhe contar uma historinha que ilustra muito isso. Na campanha de 2004, eu me envolvi na candidatura de um candidato a Prefeito do Município do meu Estado, não vou aqui citar nomes porque seria deselegante. Esse Município tem mais de 60% da sua população na zona rural. Eu andei com esse candidato, que era o candidato da nossa coligação, na zona rural praticamente inteira, observando as precárias condições em que as pessoas ali vivem, tentando viver, tentando produzir. Num determinado lugar, uma escola que era coberta de palha e quando chovia não podia ter aula porque... Eu cheguei a notar inclusive uma certa emoção do rapaz, do candidato, eu digo: "Agora vai a coisa". O danado foi eleito, para encurtar a história, e disse que ia preparar um plano nos primeiros cem dias e tal. Depois da eleição dele, uns dez dias depois, eu voltei ao Município, empolgado, eu digo: "Agora vai a coisa". Aí eu digo: "E aí, cidadão, quais são as tuas principais iniciativas nesses primeiros dias?". Ele virou para mim e disse: "Olha, Geraldo, a primeira coisa que eu vou providenciar é melhorar o pátio de estacionamento dos taxistas". Eu fiquei impressionado com aquilo, eu digo: "Olha, tu não vai poder contar comigo, cara, lastimavelmente você não vai poder contar comigo". Eu fiz questão e me perdoe em trazer esta história à baila para ilustrar exatamente isso. O gestor público, de uma maneira em geral, a percepção que eu tenho, eu não digo um olhar preconceituoso, mas é quase isso, Ministro, é quase isso.

Eu me impus aqui de forma prazerosa, inclusive, quando da alocação das nossas Emendas pessoais, V. Exª. pode mandar verificar que é a pura verdade, mais de 80% do que eu coloco a título de emenda pessoal no orçamento da União destinam-se a atividades na zona rural. A conversa que eu tenho com os Prefeitos, com os gestores, com as instituições no Estado é exatamente essa: "O recurso que você quer é para quê?" "É para fazer uma praça não sei aonde". "Então eu não coloco, me perdoe. Você quer para a zona rural, para qualquer atividade, para a instalação de uma escola, posto de saúde, melhoria do ramal, compra de equipamentos agrícolas, eu coloco com o maior prazer". Eu costumo dizer: Olha, eu não quero fazer média com o pessoal da zona rural, não se trata disso, e também a minha atitude não é discriminatória com relação às pessoas que estão na zona urbana. É uma percepção que eu tenho que, aliás, não é uma percepção, é uma constatação que país nenhum nesse mundo conseguiu se desenvolver sem priorizar num primeiro momento a atividade produtiva, a atividade do setor primário.

Então, dito isso, Ministro, na sexta-feira passada, aqui na nossa sessão matutina, eu fui à tribuna, mais uma vez, para louvar a iniciativa do Governo Federal com o lançamento do "Mais Alimentos". Fiz isso quando o Governo lançou "Território da Cidadania", em que pese o fato de que aqui eu sou considerado aquele que sempre vota contra o Governo, etc. e tal. No primeiro momento do meu mandato, eu contabilizei cento e noventa e cinco votos favoráveis ao Governo e apenas três votos contrários, em três diferentes matérias, e, ainda, naquele momento, eu já era considerado aquele que sempre votava contra o Governo, quer dizer, negócio de doido. Eu louvo as iniciativas. Enalteci a iniciativa do Presidente da República, do seu Governo, com o lançamento desse "Mais Alimentos" e ressaltei um aspecto em especial na sexta-feira, no meu discurso, com o aparte do Senador João Pedro, ao qual eu vou me reportar, a questão dos tratores e dos equipamentos agrícolas. É muito importante a tentativa do Governo de buscar uma redução de valores, de preços, para esses equipamentos que são vitais. No meu Estado, Ministro, eu costumo dizer: "Ali, o pequeno produtor, o foco de V. Exª., ele só tem aquele padrão de produção, ele só domina uma única tecnologia, aquela de derrubar um pedacinho de terra, brocar, queimar, plantar e etc., porque ele dificilmente tem outra opção". Eu digo sempre, olha, a gente, ali, na nossa região, a gente tem que olhar com um olhar muito atento e muito cuidadoso para a questão da produção, para a questão da preservação, nós precisamos conjugar esses fatores para que não haja um desequilíbrio que venha a desordenar as coisas, mas também não podemos focar apenas uma questão, em detrimento das outras.

O meu estado, hoje, Ministro, lastimavelmente, tomara que a gente supere essa grande dificuldade, o

meu Estado hoje importa mais de 70% do que a gente come; é um drama que a gente vive. Eu não estou falando de sapato, de bicicleta, de carro não, de comida. 70% do que a gente come no Acre... O Senador Expedito está rindo porque ele sabe que eu vou lembrar uma história que circula lá a título de piada, porque lá a gente costuma fazer piada até com o próprio azar do destino. É voz corrente lá de que se, por exemplo, o Governador lá do Senador Expedito fechar a BR lá no Abunã, por uma semana, o Acre vai passar fome.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Nem arroz não tem lá?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Nós temos, mas nesse percentual, o que nós produzimos é nessa proporção, cerca de 30% do que a gente necessita. E olha, Ministro, nós temos áreas desmatadas, derrubadas, áreas que não são utilizadas, que se introduzíssemos tecnologias diferenciadas no Estado nós poderíamos mudar esse quadro rapidamente no nosso Estado. É por isso que eu fui à tribuna e exaltei a iniciativa do Governo de lançar o Mais Alimentos, com foco específico na questão da possibilidade de introduzirmos outras tecnologias, o plantio direto, mecanização de solo, seja o que for, mas precisamos reverter esse quadro. E no curso da minha fala, e com o aparte do Senador João Pedro, veio à baila um projeto aqui de minha autoria, é uma Emenda Constitucional que trata especificamente da questão da assistência técnica. V. Exª. deu uma ênfase muito grande à questão da ciência técnica e eu também dou, que eu acho que o desenvolvimento da nossa agricultura passa por aí, não tem como, é um paredão e, se a gente não retirar esse paredão, não tem como avançar.

Eu tive a iniciativa, algum tempo atrás, Ministro, de propor – e vou explicar por que é que fui em sede de uma Emenda Constitucional – o acréscimo de um parágrafo, o § 3º, ao art. 187, da Constituição. Deixa eu detalhar direitinho as coisas para ficar muito claro. O art. 187: "A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva..." etc. e tal. Eu acrescentei um terceiro parágrafo ou proponho acrescentar: "Para a execução das ações de serviços de assistência técnica e extensão rural de que trata o inciso IV, poderão ser admitidos por tempo determinado – é uma proposição, isso pode, no curso do debate, ser alterado – através de processo seletivo público simplificado e após treinamento e capacitação, jovem de dezesseis a vinte e quatro anos – é uma faixa que pode ser alterada – domiciliados há mais de cinco anos nas comunidades rurais". Ministro, em suma, o que eu pensava propor era uma espécie de uma instituição do agente comunitário rural, na verdade, a exemplo do que nós temos na área da saúde, o agente comunitário de saúde. O que é que nós conseguiríamos conjugar com uma iniciativa dessas? Resgatar um grande número de jovens brasileiros que vivem no campo, que muitos deles acabam o primeiro grau, acabam o segundo grau e sem qualquer perspectiva de qualquer inclusão. Reforçaríamos a assistência rural nos nossos Estados, nas nossas regiões, capacitaríamos um número imenso de jovens, porque o processo seria esse, a identificação do jovem com esse perfil, a capacitação desses jovens, nós temos escolas técnicas rurais, nós temos uma rede, temos a EMBRAPA, temos condições de promovermos essa capitalização em grande número. Colocaríamos esses jovens para atuarem supletivamente junto à rede de assistência técnica, seja estadual, seja federal, seja municipal, não importa, e conjugaríamos, resgataríamos uma infinidade de jovens no nosso país, que vivem na zona rural, sem perspectiva de oportunidade nenhuma, reforçaríamos a assistência técnica, capacitaríamos um grande número de jovens. Esse projeto, que teve a relatoria do Senador Jarbas Vasconcelos, está empacado na Comissão de Constituição e Justiça porque, lastimavelmente, um colega nosso ofereceu um voto em separado, considerando que a proposição pecaria pelo vício da inconstitucionalidade, porque isso seria matéria a ser tratada em sede de lei.

Ministro, a lei existe, eu sei que ela existe, está aqui, Lei 8.171, tem até um capítulo deixada à assistência técnica. Eu preferi essa forma, preferi propor dessa forma, porque se eu tivesse proposto a alteração da lei, eu acho que o risco de insucesso seria inclusive maior, porque alguém deveria sustentar que: "Olha, o Geraldo estaria criando cargo" – e não se trata disso. Em sede de lei, portanto, pau na proposição. Eu propus uma Emenda Constitucional porque há um precedente exatamente em relação aos agentes comunitários de saúde. No final de 2006, nós aprovamos, no Congresso Nacional, uma emenda que disciplina a questão dos agentes comunitários de saúde e é uma Emenda Constitucional. V. Exª. sabe disso. É de autoria, se não me engano, do Valter Pinheiro, companheiro queridíssimo no Congresso Nacional, candidato Prefeito na Bahia, em Salvador, do PT. Fiz em razão desse precedente. Então, veja que--

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Geraldo, se me permite, porque todos estão inscritos, a lista é grande, eu gostaria que V. Exª. encerrasse.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Já estou concluindo, eu peço desculpas. Então, Ministro, eu vim hoje aqui por provocação do Senador João Pedro colocar essa questão. Eu disse

até da tribuna, eu disse: "Olha, se a questão é porque a proposição é de minha iniciativa, eu tiro, não tem problema". Eu acho que seria interessante que essa questão fosse apreciada, fosse considerada pelo Governo Federal, tendo em vista as conseqüências que eu rapidamente aqui delineei, que uma aprovação da medida dessa traria. "Se o Geraldo é o autor, então pau na proposição porque dele não se passa". Eu retiro, não tem problema nenhum, eu não tenho esse tipo de veleidade.

Agora eu acho que seria assim, o Presidente da República, V. Exª., marcariam assim um tento fantástico ao abrirem um grande olhar para jovens que estão na zona rural. Eu citei, estou concluindo, Presidente, eu dizia para o Senador João Pedro e para aqueles que estavam no Plenário na hora, eu ando muito na zona rural do meu estado, às vezes eu encontro jovens, "E aí?" "Eu conclui o segundo grau, Senador, mas eu não posso casar porque eu não tenho renda, não tenho perspectiva nenhuma". Então eu acho que seria um tento fantástico que o país marcaria, o Governo do Presidente Lula marcaria.

Está aqui a sugestão, Ministro, está aqui a documentação, se V. Exª. quiser dispor dela, fique inteiramente à vontade. Eu vim aqui especialmente hoje para lhe relatar esse fato. Muito obrigado e desculpe, Presidente, pelo alongado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado pela compreensão, eminente Senador Geraldo Mesquita Júnior, do nosso querido Estado do Acre. Pela ordem de inscrição, Senador por Mato Grosso, Gilberto Goelnner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Presidente, Sr. Ministro, Sr. Vice-Presidente do INCRA, Senadores. Eu vou tentar ser breve porque nós temos vários oradores Senadores para tentar a gente ampliar todo esse debate em função do Plano de Safra, vamos dizer assim, e o PRONAF, aonde eu vejo que mesmo que levou um ano, Expedito, para que houvesse essa Audiência Pública, ela é oportuna, ela continua oportuna, principalmente pelos gargalos que existem de viabilização da próxima safra, da necessidade que o país tem de produzir mais alimentos, para ofertar mais alimentos para o povo brasileiro, para diminuir o valor, o custo desses alimentos e assim por diante.

Mas eu gostaria de colocar três ou quatro itens importantes, Ministro, que eu vejo que não só para o Estado de Mato Grosso, mas para toda a região amazônica. Entre eles eu citaria aqui o acesso ao crédito, aos recursos de crédito, a partir da Resolução do Banco Central, a Resolução 3.545, de 29 de fevereiro, que estabelece que só poderão ser concedidos financiamentos de crédito rural nos Municípios que se localizam no bioma Amazônia desde que condicionados à apresentação de diversos documentos, inclusive que atestem que o imóvel rural apresente licença ambiental. Então é essa a preocupação, Sr. Ministro Dr. Guilherme Cassel e Dr. Roberto, do INCRA. Eu vejo que nós estivemos avaliando junto ao Banco do Brasil, à superintendência do Banco do Brasil do Estado do Mato Grosso, e que é o mesmo de Rondônia, o Sr. Tarcísio Hubner, e ele mostra uma preocupação muito grande, inclusive eu a documentei, eu a documentei e quero lhe passar às mãos, inclusive foi objeto, essa preocupação, atinge hoje cento e cinqüenta mil produtores do nosso Estado, aonde nem 20% possui uma regularização fundiária, e que os documentos que são exigidos hoje e que precisam ser apresentados ao agente repassador de crédito vai impossibilitar o acesso. Esse ano nós vamos enfrentar uma dificuldade total, porque o INCRA não consegue atestar, porque ele não conhece o imóvel e não é mediante, como está escrito na Resolução 3.545, mediante uma declaração do produtor de que ele está OK com o meio ambiente. Eles não estão OK com o meio ambiente. Os produtores desmataram mais do que era permitido, os produtores foram chamados lá há décadas e era obrigatório abrir o local, os assentamentos, era permitido, e hoje o pessoal não está regularizado, não vai atestar e o INCRA não vai poder fazer um Termo de Ajuste de Condutas com os órgãos ambientais, porque nós estamos hoje, quer dizer, a preocupação é muito grande que devemos ter em sustar o desmatamento, agora por outro lado nós precisamos viabilizar que esses cento e cinqüenta mil produtores consigam produzir esse ano, porque como está hoje, estão impedidos.

Então eu vejo que nós precisamos... O senhor é a pessoa fundamental e por isso que nós até marcamos uma Audiência específica, porque nos acompanha hoje o Secretário-Adjunto de Agricultura Familiar do Estado do Mato Grosso, da Secretaria de Desenvolvimento Rural, o Sr. Gilson Francisco da Silva, eu, pela manhã, tive a oportunidade de falar com o Presidente da FETAGRE do Estado de Mato Grosso, Adão da Silva, ele está vindo a semana que vem em um grande encontro aqui da CONTAGRI. Em suma, é uma preocupação em todo o bioma amazônico e a forma como está, que eu vejo que é, ela foi procedente no sentido de que os produtores fossem ao órgão ambiental e começassem a regularização. O problema todo é que não existe regularização fundiária e muito menos regularização ambiental de parte de cada imóvel como está hoje.

Então eu estou encaminhando ao Ministro do Meio Ambiente Carlos Minc e ao Ministro Mangabeira Unger um grande programa de regularização, uma pro-

posta de regularização fundiária e ambiental para que se faça institucionalmente um grande acordo de todos os órgãos, mas principalmente a partir contando com as Prefeituras Municipais. Nós abrirmos as prerrogativas, Senador Expedito, como o senhor sugeriu que fosse para o Estado, eu vou mais além, porque Mato Grosso tem um exemplo hesitoso, que é o Município de Lucas do Rio Verde, onde partiu do Município esse grande levantamento de imagem, inclusive com o georeferenciamento, quer dizer, partindo de iniciativas que poderiam ser terceirizadas, já que o INCRA hoje não possui as condições mínimas para criar uma demanda de serviço dessa natureza.

Então isso daqui, já foi aberto um grupo de trabalho no Ministério de Assuntos Estratégicos de longo prazo, do Ministro Mangabeira Unger, eu estou discutindo esse projeto também com o Ministro Minc e nós vemos que nós precisamos a partir pela regularização fundiária para se conseguir a regularização ambiental das reservas e das áreas de preservação permanente, mas nesse momento nós precisamos rever, rever e dar um voto de confiança para que o nosso produtor, principalmente o da agricultura familiar, não tenha empecilho de acesso ao crédito.

E a segunda proposta que eu coloco é o seguinte: o PRONAF – Programa de Agricultura Familiar, todo o programa hoje instituído, ele é restrito, a atividade é restrita a melhor ocupação que existe, e ela está demando hoje cada vez mais abrir área, desmatar. Infelizmente, esse modelo está promovendo ampliação da área, porque as áreas delimitadas para cada produtor nos assentamentos, ela é restrita, ela é abaixo de um módulo, ela não tem uma área economicamente viável para ser explorada. Então, uma propriedade, um assentamento de vinte, quarenta, cinqüenta hectares, ele, possivelmente, já está, para poder criar gado de leite, ele já está com 70 a 80% de abertura e, mesmo assim, não traz a renda suficiente para cada família. Então, para mudar esse perfil, Sr. Ministro, a nossa proposta, que está amparada por um estudo da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado de Mato Grosso, pelo Secretário Gilson, que está nos assistindo, está presente a esta Audiência Pública, ele propõe que se idealize um PRONAF II para permitir que se ocupe as áreas atuais em atividade, principalmente de pastagem, onde está se criando gado, se faça uma integração dentro do programa da EMBRAPA, sugestão que é fazer um programa silvo-agrícola-pastoril. Então se coloquem condições para desenvolver esse projeto em cada núcleo e para que os 25% dos produtores que foram assentados, que ainda não tiveram acesso ao PRONAF, se ofereça então não só um crédito, mas pelo menos um e meio, já que os atuais que já têm teria que ser concedidos mais um, ao redor de dezoito mil reais, então para permitir um início e uma nova atividade integrada com a produção de grãos que viabilize renda para a família, porque o que está acontecendo é notório: os filhos desses agricultores estão indo embora do campo, estão indo embora do assentamento, eles estão migrando para a cidade, o problema social está instalado. Não há condições de subsistir da forma como está hoje identificado o perfil desses assentamentos. Então, são oitenta e cinco mil famílias no estado de Mato Grosso que, hoje, carecem dessa necessidade, e isso precisa ser melhor desenvolvido para permitir uma condição de vida melhor e a viabilização de todos esses assentamentos.

E a terceira solicitação é em relação aos Territórios de Cidadania. Nada mais interessante do que esse modelo que foi instituído e que vai permitir o desenvolvimento dessas regiões, desses Municípios com menor IDH, sem infra-estrutura e carentes de uma viabilização para o seu pleno desenvolvimento e para a utilização de emprego e vida melhor para essas populações que estão nesses locais. E em Mato Grosso são dois, são dois grandes, em regiões realmente muito carentes, ficam ao norte, no Baixo Araguaia e do Portal da Amazônia, agora eles estão hoje inviabilizados também de acessar os recursos para promover a infra-estrutura, motivados pela falta de regularização ambiental desses imóveis nessas localidades. São Municípios dentro daqueles oitentas e seis Municípios, dentro desse bioma Amazônia, que estão hoje com dificuldade de acessar esses recursos, e com isso não vai ter o resultado que se espera a curto prazo.

Então ao mesmo tempo que precisamos promover a regularização fundiária e ambiental, precisamos criar, quem sabe, um marco regulatório, um marco regulatório da atual situação de todos esses imóveis dessas regiões do bioma Amazônia, que se continue as fiscalizações, mas que se entre urgente com um sistema de levantamento por imagem de satélite e que permita o levantamento das áreas públicas, devolutas, áreas de reservas, do Estado e se coloque realmente a viabilização fundiária como uma meta a ser perseguida para então se conseguir também a viabilização da regularização ambiental. E para isso precisa-se de um tempo. Então nesse momento colocar, fazer de conta, eu diria, obrigar o INCRA a emitir um laudo que ele não tem condições de emitir, um certificado, uma declaração, exigir do produtor uma declaração de que ele está ambientalmente correto, quando ele não tem essa prerrogativa, porque ele não está, dificilmente um produtor de área de assentamento ou uma agricultura familiar tem hoje 80% de reserva no bioma Amazônia e 35% de reserva em área de cerrado no Estado de

Mato Grosso. Então é nesse sentido que eu faço um apelo para que a agricultura familiar e o PRONAF consiga atingir os seus objetivos, que é colocar recursos para o produtor, para que ele venha a produzir mais alimentos para o Brasil. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado ao Senador Gilberto Goellner. Ouviremos, pela hora de inscrição, o Senador por Sergipe, o Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente Senador Neuto De Conto, Sr. Vice-Presidente, autor do requerimento, Senador Expedito Júnior, Sr. Guilherme Cassel.

O histórico desta Comissão registra que V. Exª. é uma pessoa muito querida, cuja presença foi sempre exigida em dezessete requerimentos. E esses requerimentos, eles vazavam, são os mais diferentes temas, como, por exemplo, invasões de terras, mudança de índice de produtividade, compra de terras estrangeiras, o PRONAF, enfim, atividades específicas que são da alçada do MDA, tão bem dirigido por V. Exª. no intuito de trazer desenvolvimento com inclusão social, com mudanças estruturantes visando mudar a vida no campo, conferindo ao trabalhador ali residente, ao produtor ali residente, uma melhor qualidade de vida. Prova disso aí estão programas como o PRONAF e que conjugados com Territórios da Cidadania vêm proporcionando oportunidades das mais variadas ao pequeno produtor rural, aos nossos agricultores familiares.

Recentemente, a União Européia reagiu ao programa de produção de biocombustível, inclusive com a obrigatoriedade no Brasil, que já existe de 2% sobre o combustível mineral, da adição de 2%, lá na Europa há uma reação nesse sentido, dizendo que isso pode colaborar e contribuir para a redução de alimentos, aumentando assim a crise mundial ora existente. Quero crer que isso se trata de uma reação que, sob um fundamento social, é uma reação de concorrência desigual, que é proporcionada pelos países mais ricos, com medo certamente de uma alavancagem do nosso país em termos de tecnologia na produção do biodiesel, na utilização de elementos que de forma nenhuma vão redundar em decréscimo da produção de alimentos, porque nós temos terras, temos clima, temos muita gente trabalhadora, tecnologia, preparo para sempre aumentarmos a produção agrícola em nosso país, e o MDA tem essa incumbência de estimular a produção no meio rural apoiando os agricultores familiares, onde mais de cem mil, segundo dados fornecidos por V. Exª., pelo Ministério de V. Exª., cem mil famílias já estão ocupadas somente na produção do biocombustível. Pergunta rápida: o que é que V. Exª. acha dessa reação da União Européia?

Esta Comissão recentemente aprovou um Projeto de Lei que foi a junção de dois outros, um da minha autoria e outro do Senador João Tenório. O do Senador João Tenório de estímulo à pecuária, à agropecuária intensiva para haver uma sobra de terras e, com o aproveitamento dessa sobra de terras, proporcionar aumento na produção agrícola. E o outro, da minha autoria, que diz respeito à agricultura orgânica. Nós sabemos que o Brasil é o segundo produtor mundial, segundo dados que nos foram fornecidos, de agricultura orgânica, de produtos orgânicos. O que é que V. Exª. acha no meio rural, principalmente na pequena produção, o quê que V. Exª. acha do estímulo, não só à agropecuária intensiva, como também à produção orgânica e de alimentos? Inclusive esta Comissão aprovou já em condição terminativa, o projeto já está na Câmara dos Deputados, eu queria que V. Exª. dissesse o que acha desse projeto.

Por último eu gostaria de assinalar que, como Senador do Sergipe, nós somos muitos gratos ao trabalho que vem fazendo lá, não apenas em apoiar os assentamentos rurais, como em fixar os Territórios da Cidadania, promovendo o emprego e renda no nosso Estado. Eu gostaria de assinalar, V. Exª. não esteve presente, eu fui testemunha ocular da história, a um ato, a um evento com a presença do Governador Marcelo Déda, inaugurando um centro de abastecimento, quem sabe o maior da região, em Poço Verde, onde nós tivemos a oportunidade de constatar que pequenos produtores rurais que não tinham onde colocar o seu produto, o feijão, milho, pequena produção familiar, agora sim tem um local digno, saudável para a venda e a comercialização dos seus produtos, que não é só produzir, o importante também é comercializar para que haja uma contraprestação, uma remuneração adequada e um estímulo a quem trabalha no campo.

Por isso, Sr. Presidente, através dessa minha presença breve e resumida eu quero parabenizar ao Senador Expedito Júnior, que foi o autor de um dos dezessete requerimentos e que me deu essa oportunidade de falar neste momento. Eu agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado ao Senador Antonio Carlos Valadares e passo a palavra ao Senador pelo Mato Grosso, Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente Senador Neuto De Conto, Sr. Vice-Presidente desta Comissão e autor deste convite ao Ministro em estar aqui nessa Comissão, o Senador amigo Expedito Júnior, Sr. Vice-Presidente do INCRA, Dr. Roberto, Sras. e Srs. Senadores. Garanto para os senhores que não serei longo, extenso nas minhas colocações, serei bastante objetivo.

Sr. Presidente, Sr. Ministro, senhor representante do INCRA, objetivando eu quero fazer duas indagações aqui para ser bem pragmático. Primeiro, quais as providências que o INCRA está tomando para que este órgão do Governo Federal seja mais eficiente nas suas ações, sobretudo quando falo neste caso especificamente direcionado ao meu Estado do Mato Grosso? O Senador Expedito Júnior foi feliz quando disse aqui que um dos maiores problemas que nós vivenciamos, sobretudo na região Norte, Centro-Oeste, é a questão da regularização fundiária. É verdade. Eu tenho a primazia de presidir a Comissão de Riscos Ambientais, junto com o Senador aqui, o companheiro Gilberto, o Senador Expedito, o Senador João Pedro, o Senador Flexa Ribeiro, e lamentavelmente o que nós temos visto nas nossas andanças nessas regiões do Brasil é a falta da presença do Governo Federal. Que me desculpe, com todo o respeito que eu tenho, todavia nós temos que ser claros e objetivos naquilo que se propõe naturalmente essa Comissão. O maior problema nosso, o maior entrave que temos hoje é a questão fundiária.

Segundo, quando você fala em geo, lamentavelmente o INCRA pode ter toda a boa vontade dos seus servidores, todavia está sendo ineficiente naquilo que é da sua competência, da sua responsabilidade. Só para que o Dr. Roberto saiba e V. Exª. tenha conhecimento, lá no Mato Grosso, especificamente, para que um geo possa ser expedido, essa documentação, em alguns casos, tem sido de quatro a cinco anos. Muitos conseguem com uma rapidez com mandado judicial, caso contrário, esqueça, ninguém vai contar com o georeferenciamento. O senhor sabe perfeitamente, através do Decreto 6.321, na medida em que foi abaixado o Decreto 6.321, saiu a Resolução do BACEN, a 3.545. Isso está inviabilizando. V. Exª. pode ter conhecimento, tenha conhecimento de que está inviabilizando de uma vez por todas não só o grande, mas sobretudo também o pequeno. Eu pergunto ao senhor: no ano passado o Mato Grosso recebeu 570 milhões para o PRONAF, a agricultura familiar. Já foram os primeiros seis meses, estamos no sétimo mês, apenas 20 milhões foram liberados até agora. Eu pergunto: será que nós vamos atingir pelo menos 40, 50 milhões de reais frente à nossa necessidade? Pelo que eu estou vendo no andar da carruagem, nem isso vai chegar aos 40 milhões, enquanto, no ano passado, foi 570 milhões. Eu imagino que é reflexo da 3.545, que naturalmente está inviabilizando a liberação dos recursos por parte do Banco do Brasil.

De tal forma que eu quero externar aqui a minha preocupação e a minha indignação em relação, primeiro, ao Decreto 6.321, que eu sou o Relator de uma matéria na CCJ, de um Decreto Legislativo proposto pela Senadora Kátia Abreu, e me coube relatar essa matéria. O Decreto 6.321 está eivado de inconstitucionalidade, baseado, naturalmente, naquilo que lhe é permitido, regido através do Código Florestal, de modo que eu quero pedir a V. Exª., que eu tenho acompanhado o seu trabalho feito no MDA, um trabalho hesitoso, operoso e acima de tudo cheio de boa vontade que V. Exª. tem de fazer um trabalho realmente competente e ético acima de tudo. Mas se nós não flexibilizarmos a máquina, fazermos com que a máquina governamental ande, nós vamos parar essa região do Brasil. Não vai ter essa grande produção agrícola.

Eu recebi há poucos minutos atrás telefonemas aqui de muitas pessoas do Mato Grosso, amigos nossos lá, mostrando a preocupação não só com relação à agricultura do agronegócio, mas sobretudo também da agricultura familiar. Então alguma coisa tem que ser feita na prática. Quando o Senador Expedito propõe aqui que o INCRA naturalmente faça uma conjugação de esforços junto com os Estados, com os próprios Municípios, no sentido de buscar uma regularização fundiária, eu acho que o encaminhamento é por aí, Ministro, caso contrário nós não vamos ter nenhum resultado positivo e lamentavelmente vamos chegar no ano que vem, com certeza, tendo alguma série de dificuldades, sobretudo para os assentados, que não vai aonde ter que buscar a própria subsistência, na medida que não vai ter condições de produzir. Segundo, isso, quando fala aqui o Senador Antonio Carlos, que já deixou o local aqui, do Projeto de Lei do Senador João Tenório, ele é louvável. Nós temos condições, Ministro, V. Exª. tem conhecimento, Mato Grosso especificamente vai lhe dar um dado. Nós temos vinte e oito milhões de hectares sendo ocupados pela pecuária e apenas com o rebanho de vinte e seis milhões de cabeças. Eu imagino que está abaixo de qualquer média do planeta, ocupada por apenas 0,80 cabeças de cabo. Na medida que nós tenhamos créditos agrícolas e, sobretudo, tivermos no campo a extensão rural, nós dobraremos o nosso rebanho bovino, que será da pecuária extensiva, vindo para a pecuária intensiva, na medida em que áreas que vão sobrar poderão aumentar a nossa produção. Nós temos capacidade de quase dobrar a nossa produção no campo com o aproveitamento dessas áreas degradadas, que lamentavelmente não se produz quase nada, o que se vê lá é apenas as assa-peixe, malba(F), etc. e etc., cupi(F), e assim por diante.

O que nós precisamos é de uma política clara do Governo e, sobretudo, mais prática. Na verdade, hoje dá a entender, Ministro, de que o Governo passou a ser inimigo do cidadão. Quando se constrói uma Operação

Arco de Fogo e tantas outras operações, dá demonstração de que o Governo está contra o próprio brasileiro. Nós não podemos permitir, num país que vivemos no estado democrático de direito, em que os direitos individuais do cidadão tem que ser respeitados na sua plenitude, isso não está sendo feito na prática, e eu sou contra qualquer política de policiamento. Eu acho que voltamos ao passado do regime de 1970, em que o Governo usava a metralhadora para coagir o cidadão que produz, e isso está sendo feito no Mato Grosso, Ministro. Tem que ser registrado para que não paire nenhuma dúvida em relação a essa política truculenta que não se pratica num estado democrático do direito, sobretudo num país que se fala em democracia.

De tal forma, Ministro, que eu quero fazer essa minha observação. A minha preocupação é de que o Mato Grosso recebeu 570 milhões no ano passado e este ano, até agora, apenas 20 milhões. Segundo, quais os recursos, os mecanismos e, sobretudo, as providências que estão sendo tomadas para que o INCRA possa ser um órgão mais eficiente? Com a estrutura que existe no INCRA, eu acho que não é só no Mato Grosso, é em Rondônia, no Pará e assim por diante; não vamos conseguir atender as demandas, sobretudo as exigências de que tem que termos geo, termos licença para ir a qualquer agência bancária e contrariar qualquer financiamento. E também vou mais longe: está inviabilizando qualquer transação imobiliária. Então o Governo votou o quê? Votou contra o cidadão que produz. Então isso me causa estranheza, me causa preocupação, e eu acho que são Decretos desastrosos como esses que vão inviabilizar com certeza essa política que o senhor acabou de mostrar aqui através do data-show, que é isso que nós queremos, o aumento da produção, é que o pequeno tenha realmente acesso à linha de crédito, mas desta feita, V. Exª., pode ter certeza, não vai ter acesso. Duvido e aposto se vai ter algum superintendente de INCRA de qualquer parte desse país que vai querer acelerar um atestado, até porque, depois, ele corre o risco de ir para a cadeia, de ser preso, de ser condenado até como estelionato, como um cidadão que forjou documento e assim por diante. Então eu estou fazendo esse alerta para que V. Exª. tome alguma providência de forma concreta e assim nós conseguimos fazer realmente um trabalho operoso, competente e ético em favor da maioria do povo brasileiro. Obrigado, Sr. Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado Senador Jayme Campos e como último Senador inscrito, pelo Amazonas, o Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Serei rápido, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Ministro Guilherme Cassel, Vice-Presidente do INCRA Roberto Kiel. Primeiro, eu considero importante esse debate feito nesse contexto, aonde no norte do Japão, nós estamos discutindo a crise alimentar, aqui no Brasil discutindo a crise alimentar, biodiesel, temas importantes, a fome no mundo, e esse debate aqui no Brasil se faz na hora em que o Governo brasileiro também toma ações, disponibiliza recursos, sessenta mil tratores, dentro desse contexto de um país que vem tomando uma série de providências positivas.

Estamos aqui conversando com o dirigente de um Ministério estratégico no Brasil, que é o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA que faz parte desse Ministério. Eu considero importante.

Duas questões, Ministro Guilherme Cassel: primeiro, parabenizar pelas ações, pelo lançamento a poucos dias do Plano Safra e desse Programa de Alimentos. Então eu considero importante porque ele tem um olhar para o Brasil e no sentido de melhorar a qualidade de vida dos brasileiros, no sentido de gerar renda, empregos com essa política. Mas é impressionante a forma como o Estado brasileiro foi organizado e há um esforço que eu considero importante do Ministério e daqui a pouco uma Resolução, aí cria uma confusão. Agora mesmo, lá na nossa região, por conta da Resolução, se não me engano, 3.522, do Banco Central, Ministro, vou pedir aqui para os dirigentes, nós precisamos dialogar imediatamente com os Estados, com os Governadores, não só com os INCRAs não, mas com o Governadores acerca dessa Resolução, ou seja, só tem crédito, diz o Banco Central, se houver CCIR. Então aí está um pandemônio. É importante, eu posso estar exagerando, quem sabe até um pronunciamento de V. Exª., o que é que é isso? Porque têm recursos, as agências, os bancos por esse interior do Brasil e se não ver uma comunicação bem focada, bem centrada para explicar e dizer: "Olha, o INCRA responde pelos assentados e não vai ter nenhum impedimento até 'X' módulos rurais", porque a confusão está grande lá na ponta por conta da Resolução do Banco Central. Tem duas coisas: tem CCIR e tem licenciamento ambiental. Então é preciso imediatamente ter uma... O CCIR, a gente está passando para o Brasil todo, é o Certificado do Imóvel Rural, que é um Certificado que você cumpriu, pagou o imposto, o ITR, que é o Imposto Territorial Rural e o outro, se você pagou o imposto, você tem o Certificado do Imóvel. Então isso é importante para o crédito e é importante a competência também, as competências, a competência do INCRA nisso, aquilo que é do Estado, aquilo que é do INCRA, mas é importante que haja uma ação no sentido de dirimir as dúvidas por conta desse debate que está acontecendo lá na ponta. Essa é uma questão.

A outra, eu acho que o Senado, alguns Senadores, mas o Senado começa a discutir com preocupação as terras da Amazônia nas mãos de estrangeiros, é outra questão, acaba colocando para o INCRA isso, mas aí você vai olhar a legislação e encontra o Parecer 181 da AGU que facilita, que abre o precedente no sentido das empresas e aí o capital estrangeiro entra na empresa e aí compra o imóvel. Pronto, ele está lá instalado na Amazônia. Então é preciso, nós precisamos e eu venho trabalhando nesse sentido de nós construirmos uma legislação que possa olhar com mais atenção a questão da soberania, mais as potencialidades que existem na Amazônia. Não tem só terra na discussão, não é só terra. Nós temos a questão biológica, nós temos a questão fármaco, nós temos engenharia genética, nós temos floresta, enfim, minérios, água, nós temos muita coisa, não é só terra. Então é preciso construir uma legislação.

Eu penso que eu estou suscitando esse debate porque o Ministério de V. Exª. é fundamental para a reforma agrária, mas para fazer democracia social econômica no Brasil e, particularmente, na Amazônia, que é o maior território do Brasil. Então nós precisamos construir isso, eu estou colocando esses dois elementos que eu considero importante, essa questão da legislação das terras da Amazônia nas mãos de estrangeiros e essa Resolução do Banco Central que está causando um alvoroço e muitas dúvidas por conta do crédito disponibilizado à agricultura familiar. Muito obrigado e parabéns pelo trabalho que vem realizando à frente desse grande desafio que é fazer reforma agrária no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado ao João Pedro. Vamos ouvir também o Senador que nos pede a palavra, o Senador Botelho. Por favor.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado Sr. Presidente Neuto De Conto, Sr. Ministro, Sr. Vice-Presidente do INCRA.

Eu inicialmente gostaria de parabenizar ao Ministro porque ele quebrou um paradigma quando resolveu fazer com que o agricultor familiar tivesse acesso à mecanização da agricultura. Nós não podemos deixar mais ele ficar naquela agricultura inicial, primitiva. A nossa região é do derruba, queima e planta, derruba, queima e planta. Eu estou aqui há seis anos nessa Casa, tive muitas dificuldades para colocar recursos, para conseguir fazer mecanização para os agricultores familiares, principalmente do meu Estado, eu falo pelo meu Estado, que nunca viram, eles nunca viram um plantio mecanizado. 90% nunca viu um pedaço de terra mecanizado, nunca tinha visto. Agora eles estão vendo. O Estado lá de Roraima, inclusive, esse ano tem feito um projeto de mecanizar um hectare para cada agricultor familiar nos assentamentos, faz a calagem, fornece a semente e o adubo para plantarem, para começar.

Então esse PRONAF que V. Exª. chegou até a cem mil reais é muito bom para isso, e também parabenizar a sua inteligência de entrar em contato com a ANFAVEA e com a ABIMAC para conseguir os descontos, para mobilizar os produtores. Claro que para eles é um grande negócio e para o pessoal da agricultura familiar também é um grande negócio ter um trator, tem uma mecanização. Agora me preocupa o problema fundiário, que é o problema mais grave do nosso Estado e da Amazônia, e quando eu cheguei aqui eu vi que para o Brasil todo a situação é complexa, porque eu acho que se a regularização fundiária da Amazônia estivesse mais avançada não haveria tanta destruição. Por que é que eu vou querer estragar a minha floresta, por que é que eu vou deixar um cara chegar lá e tirar todas as madeiras de lei do meu terreno, que eu sou o dono? Lá em Roraima nós temos pessoas há vinte e cinco anos, há trinta anos nos seus em assentamentos que ainda não tem regularização fundiária. A gente não pode culpar só o INCRA, que o INCRA não tem dinheiro e não tem gente, mas a gente tem que achar um caminho. Nós, os Senadores, o Executivo, temos que achar um caminho para resolver esse problema. Eu espero que alguém lá em Roraima consiga pegar esses cem mil, alguns lá, alguns que são mais organizados, que têm uns que são mais organizados que os outros mesmo, que vão entrar nessa faixa. Também fico feliz que se a gente conseguir fazer isso, a gente vai aumentar a produção da agricultura familiar. O leite, 28%. O leite é uma coisa que parece ser simples de aumentar e é só tecnologia.

Quando o MDA aliou o financiamento com o conhecimento e com a comercialização e deu ênfase a isso, ele deu uma chance à agricultura familiar. Como o Senador Gilberto falou, lá em Roraima, eu estou vendo isso também. Os filhos dos agricultores não querem mais sair, mas eu sempre falo e afirmo lá, quando eu estou em reunião com os agricultores familiares que eles têm que se orgulhar de ser agricultores familiares, porque grande parte do meu Estado, do alimento que chega na mesa das pessoas, vem deles. Aí eu conto aquela história: se a gente acabar, jogar uma bomba atômica na cidade de Boa Vista, acabar Boa Vista, tirando todas as pessoas, as pessoas vão lá para o campo e lá vão sobreviver, vão morrer, vão sofrer, mas vão sobreviver, ninguém se acaba. Mas se inverterem, todo mundo do campo ir resolver morar em Boa Vista e ninguém mais plantar, a gente vai se acabar. Então é para eles poderem entender e o agricultor familiar tem

que se orgulhar de ser agricultor familiar, ele estava sendo muito maltratado. Esse novo plano do PRONAF 2008-2009 resgata esse orgulho porque eles vão poder comprar o seu trator, ter mais acesso ao crédito, mas nós temos que fazer é uma coisa complexa e conjunta. Inicialmente eu achava que o INCRA, por ideologia, que não intitulava terra, não intitulava terra, mas depois que eu comecei a me meter no meio do INCRA, depois que eu vim a ser parlamentar, que comecei a participar diretamente, eu vi o espírito dos trabalhadores do INCRA. Eu falo pelo meu estado, esse daqui é do Amazonas também, eles têm vontade de resolver, querem resolver, mas tem dificuldade, às vezes não tem dinheiro para botar, o carro dele está quebrado, não tem veículo, não tem nada, e sei que V. Exª. está se dedicando a completar isso, inclusive porque o Estado de Roraima está recebendo um auxílio do MDA para poder melhorar a assistência técnica lá em Roraima, que não existia, foi extinta na época do Governo do Figueiredo, quando um dos nossos Governadores era Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Ele mostrou.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Ele mostrou o lá de Roraima? Exato, e lá agora, juntamente com V. Exª. e com o novo Governador que está querendo implantar isso, nós vamos mudar. Mas aí eu acho que é assim: é um grande passo o Mais Alimentos, mas nós temos que dar os outros passos para frente e ver os passos que não foram dados para trás. Eu vi que a queixa da maioria de todos é a regularização fundiária. Ela não é o milagre de tudo, mas ela ajuda, porque muitos, também, é claro dos nossos produtores, estão inadimplentes, porque eles plantavam, faziam financiamento e não tinham assistência técnica, muitos do nosso pessoal do PRONAF lá de Roraima, mas tenho esperança e creio que com esse programa aqui nós vamos conseguir segurar mais as pessoas no campo, porque vamos resgatar a dignidade do trabalhador, ele vai ter orgulho e vai poder melhorar rapidamente, não vai plantar só para comer. É ruim você plantar só para comer e comer mal. É ruim você plantar e não ter uma estrada para tirar o seu produto, você carregar uma caixa de mamão mil metros, dois mil metros, porque não dá para chegar lá para poder vender, um saco de farinha. Lá no meu Estado, graças a Deus, o alimento que a agüento come produz quase todo lá, porque a agricultura familiar é organizada, a produção de grãos também está se organizando e em escala assim industrial.

Eu vim aqui só para lhe dizer isso porque eu fiquei muito feliz, eu fui no lançamento desse Mais Alimentação, e para dizer que está de parabéns o MDA e o INCRA com essa nova atitude. Eu espero que a gente consiga desentranhar um pouco da burocracia. Realmente exigir de um agricultor familiar uma regularização, uma autorização do IBAMA, licença ambiental, é difícil para ele fazer. O CCIR já mais fácil, mas também como todo mundo vai querer CCIR, o pessoal do INCRA está doido lá para poder fazer o CCIR das pequenas propriedades de todo mundo.

Eu reafirmo a minha confiança de que esse é um caminho para a gente melhorar a vida das pessoas no campo e era isso que eu queria dizer e parabenizar ao Senador Expedito pelo seu requerimento, seu 17º, ser um dos dezessete o do Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado Senador Augusto Botelho. Permita-me que eu também saúde o nosso Ministro, Dr. Guilherme Cassel, Dr. Roberto, Sras. e Srs. Senadores.

Já há algum tempo as autoridades internacionais estão voltadas as suas vistas para o Brasil e tem nos colocado até com constrangimento dizendo que nós estamos ocupando o nosso solo para produzir bioenergia em detrimento à produção de alimentos. Realmente são pessoas que não conhecem o Brasil, realmente são autoridades que estão equivocadas com a nossa produção. E agora, Sr. Ministro, o G-8 nos dão, após três dias de debate, toda a imprensa nacional e internacional estão publicando os grandes debates deste evento como sendo a falta de alimentos no mundo.

Eles não citam, mas eu aqui vou fazer algumas referências: só no início desse Século XXI, nesses sete para oito anos, os estoques de alimentos no mundo caíram em 50%, mas não citam que a Índia e a China, que têm 1/3 da população do mundo, dobraram seu consumo; não citam que os subsídios dados pela União Européia, que chega até a 75% no açúcar e pelos Estados Unidos a 35% no milho, que ao invés de produzirem alimentos estão produzindo etanol, suprindo inclusive o alimento, enquanto que nos criticam ainda na utilização das terras amazônicas para a produção de álcool.

Neste mesmo período desse início do nosso século nós saímos de 100 milhões de toneladas para 144 milhões. Nós aumentamos a exportação nesses sete anos deste período em 240%. Isso nos dá dados muitos claros da potencialidade deste segmento que exporta, que alimenta 190 milhões de brasileiros, que alimenta 1/3 da exportação nacional, que alimenta 34% do PIB do Brasil e que alimenta o total do saldo da balança comercial nos últimos cinco anos. Eu poderia dizer ainda que nós temos, sem dúvida nenhuma, sem adentrar no processo cana, que só utiliza 2% do solo brasileiro agricultável, 1% dele está na produção de

cana para o açúcar, que nós exportamos 2/3 da produção do açúcar para alimentar o mundo e só usamos 1% do nosso solo agricultável para o álcool, alimentamos 25% da nossa frota e ainda participamos também na exportação. Ministro, são números que contrapõe tudo que se fala deste país. Na Amazônia é inviável a produção de cana pelo seu clima, pela umidade, conseqüentemente é visão errônea daqueles que nos trazem todas essas críticas.

Eu tenho a confiança, a confiabilidade e a certeza; um país que só usa 7,3% do seu território para produzir alimentos, exceto as pastagens, e alcança esses números, está reservado para nós sermos o maior produtor e exportador de alimentos do universo. E vamos ser também o maior produtor e o maior exportador de bioenergia, porque Deus abençoou esse país. Nós temos terra, temos água, temos sol, temos clima, temos tecnologia e temos o homem. E esse composto é que faz que poderemos sim ir buscar os noventa milhões de hectares de terras, sem agredir ao meio ambiente e nem as reservas permanentes só no Cerrado e no Nordeste. Podemos recuperar trinta milhões de hectares de terras degradadas nas nossas fazendas e podemos conserciar(F) talvez trinta a vinte milhões de hectares de terra com agropecuária.

É lógico que aqui se levantou os problemas e temos os problemas e temos que encontrar soluções. Eu conversando na última semana com o Ministro Stefani e com o Presidente da República no retorno do Plano Safra, só existe um caminho para que os produtores possam produzir com segurança e buscar recursos para produzir, pois nos últimos anos e nos últimos cinqüenta anos os agricultores adquiriram terra, se tornaram donos e delas fizeram o que podiam e achavam que podiam fazer. Poucos tiveram acesso às legislações, nem as conhecem, e conseqüentemente desmataram mais do que deviam desmatar. Isso não é só no Centro-Oeste, no Mato Grosso não, é em todo o Brasil. E esses produtores, nós teríamos que ter um marco zero, esse que eu acho que é o grande tema, porque nós não vamos recuperar a floresta que foi desmatada, nós não vamos recuperar aquilo que muitos querem que seja recuperado, e se nós partirmos de um marco zero, 2008, e cada propriedade tem a sua planta, o seu projeto da sua propriedade e dali sim nesse marco zero eu acho que não teríamos problema de buscar as licenças e alcançarmos sim a maior produtividade do universo e o maior exportador. Essa é uma pergunta que me acompanha muito há muito tempo, essa do marco zero.

A segunda é o cadastramento dos sem terras, porque sem terra poderemos ser todos nós, e vamos adentrando no processo do sem terra de acordo com as necessidades pela cesta básica, por estar num movimento que tenha alimentação, estar num movimento para buscar uma propriedade. Eu acho que se nós buscássemos um cadastramento municipal, onde o sindicato, o padre, a igreja, todo mundo conhece todos, em 95% do país, nós saberíamos quem tem aptidão e quem quer terra, e se no Município não tem buscar no Estado, se não Estado não tem buscar no país, nós encontramos a solução desse projeto com uma rapidez extraordinária.

E, para encerrar, toda boa vontade que o Governo tem, já está na Câmara e vai chegar, chegará aqui no Senado a recomposição de todas as dívidas do país, para pagar com redução, para refinanciar e que estão em torno de setenta e cinco bilhões de reais. Certamente se somando com o seguro das safras, cuja safra o produtor não precisa mais se preocupar com a liquidação dos créditos, pois se ele colher, ele vai pagar, se as safras foram colhidas pelas intempéries o seguro vai pagar, e o Plano Safra que saiu agora em um valor significativo, e aqui nós ouvimos dos Srs. Senadores a dificuldade da sua aplicação.

Eu não tenho dúvida de que está nos reservado ao país um lugar de destaque e seremos, sem dúvida nenhuma. Na próxima década, 50% do produto interno bruto da nossa Pátria sairá do agronegócio, da agroindústria, da agroagricultura e da agropecuária. Isso nos dá essa tranqüilidade.

Por isso, Sr. Ministro, eu quero cumprimentá-lo por tudo que o senhor trouxe e deixo para o senhor fazer as considerações--

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): --as suas considerações e as respostas aos Senadores e até para o seu encerramento. Com a palavra o Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, nós estamos ao vivo para todo o Brasil, e eu não posso deixar de discordar do pronunciamento de V. Exª. no que tange à questão do plantio de cana, até porque senão o povo do meu Estado não vai me perdoar. Não é inviável o plantio de cana, de repente eu possa ter entendido errado o que V. Exa. falou, o Amazonas ou a Amazônia. Na Amazônia tudo bem, agora eu não posso permitir um pronunciamento nesse sentido porque não é inviável o plantio de cana-de-açúcar no meu Estado, muito pelo contrário, e eu gostaria de... Já tive discussão nesse sentido com o Ministro da Agricultura, e eu não posso deixar passar em branco, senão o povo do meu Estado não vai me perdoar, vai dizer: "Como que um Senador falou e você não contrapôs, não contrapôs ao Senador que estava fazendo uso da

palavra?". Então, eu gostaria só de colocar que não é verdadeiro. O meu Estado, nós estamos já com duas usinas de álcool no meu Estado e Rondônia não tem nada a ver com a Amazônia, Rondônia tem a ver com o Centro-Oeste brasileiro, eu não sei nem porque é que nós ainda estamos pertencendo à Amazônia.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Meu caro eminente Senador Expedito Júnior, nós falamos do Amazonas, contudo, nós falamos no marco zero e uma nova demarcação nesse país, e isto faz com que vamos buscar resolver os problemas dos nossas biomas, que não são iguais dentro da própria Amazônia, mas que no Amazonas, no Estado, tem muita dificuldade de se produzir cana.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): No Estado do Amazonas.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, eu gostaria também de fazer uma observação. Eu entendi que V. Exª. falou em relação às florestas, ninguém pode derrubar floresta para plantar cana, porque lá no meu Estado nós temos quase dois milhões e meio de hectares de savanas, que nós chamamos de lavrado, que são aptas à cana. Estão sendo feitas as primeiras experiências, já tem os plantios de vários canteiros de semente e tudo e eu tenho certeza que nós vamos produzir álcool sem derrubar nenhuma árvore com o diâmetro maior do que isso aqui, porque no lavrado tem algumas árvores.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Nós temos toda a segurança disso, eminente Senador, até porque se nós tivéssemos que nos aprofundar nas críticas internacionais, teríamos que dizer que 26% das florestas nativas do mundo estão no Brasil e só se desenvolveram os grandes países do universo, que se utilizaram da terra, desmatando, buscando as riquezas, se desenvolvendo e hoje nós temos que preservar o maior patrimônio que nós temos, que é o ser humano, que vinte milhões deles vivem também no Amazonas.

SR. MINISTRO GUILHERME CASSEL: Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a todas as contribuições dos Senadores aqui nesse debate, foi um debate absolutamente rico e penso que, acima de tudo, as nossas preocupações coincidem. Eu acho que nós temos um acordo de que do ponto de vista da agricultura familiar, da reforma agrária, nós temos avançado muito nesse país, porque a agricultura familiar tem um papel fundamental agora nessa conjuntura atual, na produção de alimentos, mas que também a gente tem muito a que fazer pela frente.

Eu quero tratar de alguns assuntos que foram tratados aqui para dar respostas objetivas. Primeiro, é importante tratar do tema Amazônia, Amazônia Legal. Todos nós, brasileiros, nos sentimos muito orgulhosos da Amazônia e nós queremos uma Amazônia com desenvolvimento sustentável, nós queremos uma Amazônia florestada. Todos nós temos acordo, nós não queremos devastação na Amazônia, nós queremos produção na Amazônia, queremos gente vivendo com qualidade. E penso que o tema da Amazônia, talvez porque nunca tenha se enfrentado esse tema com a intensidade e com a clareza que está se tentando fazer agora, a gente perdeu um pouco a noção da complexidade do tema. O tema "Amazônia", ele não se presta a nenhuma simplificação. As soluções para a Amazônia, elas não são simples, não existe mágica. A regularização fundiária não resolve todos os temas da Amazônia. A regularização fundiária, inclusive, não é só responsabilidade do INCRA. Na Amazônia, a gente acostumou a falar sobre o tapete verde, aliás, quem sobrevoa a Amazônia, vê um tapete verde. Quando a gente vai para a Amazônia e caminha dentro dela, a gente se depara com gente, gente real, de carne e osso, que está lá há quarenta, cinqüenta, sessenta anos trabalhando, vivendo com muita dificuldade, sem direito nenhum. Nós temos na Amazônia 6,7 milhões de pessoas, vivendo no meio rural, sem direitos. São pessoas que foram para lá, levadas pelos Governos anteriores, pelos Soldados da Borracha, Brasil – Ame-o ou deixe-o, Amazônia agora e não sei o que mais foram jogadas lá e nunca foram lhe dados sequer o direito à terra que tem. Esta é a realidade da Amazônia. O que nós queremos, em primeiro lugar, é garantir a floresta de pé, garantir o desenvolvimento da Amazônia, mas garantir direito para as pessoas viverem lá, viverem sem devastar, produzindo, tendo riqueza. A Amazônia, quero enfrentar o tema da regularização fundiário, que eu acho que sim é um tema central. Eu não acho que ele resolve tudo, mas ele é um tema central por conta de uma estabilidade jurídica que ele gera na região e nos Estados.

Nós tivemos agora uma experiência muito importante, há questão de dois meses atrás, envolvendo aqueles trinta e seis Municípios do chamado Arco Verde ou Arco de Fogo, como se queira, onde o INCRA foi chamado a fazer um esforço extra de regularização fundiária. Nós fizemos, nós implantamos um escritório do INCRA em cada um desses trinta e seis Municípios, com técnicos, com equipamento, com tudo. Para quê? Para que a gente pudesse resolver de uma vez por todas a regularização fundiária. O quê que tinha que ser feito lá? Nós chamamos os proprietários, porque a obrigação do INCRA é fazer regularização fundiária, fazer o georeferenciamento de imóveis em até quatro hectares, quatro módulos fiscais. Nós chamamos o conjunto dos proprietários, dos posseiros, como queiram

chamar, para ir até o INCRA regularizar a sua situação, dizer: "Olha, eu ocupo essa terra há tanto tempo, é legal, está aqui o meu georeferenciamento". Nós estamos com toda a estrutura, toda a estrutura para resolver imediatamente o tema regularização fundiária. O quê que aconteceu? Aconteceu, primeiro, que 40% dos posseiros ou dos proprietários, dos ocupantes de terra, procuraram o INCRA, 40% apenas, para pedir informação. Desses 40%, apenas 7% foram ao INCRA entregar a sua documentação e estamos resolvendo, ou seja, existe uma ilegalidade na ocupação de terras na Amazônia Legal muito séria. Isso não é um problema do INCRA, isso não é um problema apenas do Estado brasileiro. Tem problema sim de grilagem na Amazônia Legal, tem problema de ocupação irregular. Não existe solução fácil para isso, não existe uma solução mágica na Amazônia aonde todas as pessoas do dia para a noite vão se sentir confortáveis com o seu passado resolvido. Não existe isso. Em alguns Estados da Amazônia, inclusive Mato Grosso é um bom exemplo, o principal problema de regularização fundiária é um problema estadual, é um problema que envolve terras devolutas dos Estados, e acho que o caminho que o senhor apontou é um caminho adequado, trabalhar junto Estado, trabalhar junto União, fazer convênios, a gente juntar esforços para fazer isso, porque senão a gente cai na armadilha de que: "Olha, se a gente fizer a regularização fundiária, está tudo resolvido". Regularização fundiária é tudo com o INCRA. Então o INCRA é o culpado. Não, o INCRA não é o culpado. Alguns números que eu acho que ajudam a gente a pensar nisso. Na Amazônia, quando a gente fala em regularização fundiária, Presidente, nós estamos falando de setenta e um milhões de hectares que são de áreas pública federais, que nós temos que regularizar, setenta e um milhões. Nós estamos fazendo em 2008, agora, vinte e um milhões de hectares nas margens da BR-163. Estamos enfrentando praticamente 1/3 agora. Isso nunca foi feito nesse país. O Estado brasileiro nunca enfrentou o tema regularização fundiária. Nós estamos fazendo agora 1/3 disso. Bom, mas a Amazônia não é só esses setenta e um milhões de hectares, são quinhentos milhões de hectares. Bom, ali nós temos cento e vinte milhões de hectares de área indígena, nós temos setenta e cinco milhões de hectares de reservas ambientais, essas reservas ambientais, essas áreas indígenas também de alguma forma também ocupadas, nós temos um volume enorme de áreas estaduais, ou seja, não é simples a situação da Amazônia. É verdade que nós temos que fazer um programa massivo da regularização fundiária. Já que estamos ao vivo Brasil o Brasil para o Brasil, as pessoas às vezes querem saber: "O quê que é isso mesmo de regularização fundiária? Por quê que o INCRA não faz? Por quê que o superintendente do INCRA não assina um certificado?" Porque não é assim. O Estado brasileiro nunca fez georeferenciamento das terras.

O que é georeferenciamento que nós estamos fazendo agora em parceria com o Exército, com empresas públicas? É entrar na Amazônia Legal e, primeiro, localizar as glebas. Essas glebas às vezes tem milhares de hectares, fazer o contorno delas com georeferenciamento, por satélite, saber qual é o limite de cada uma, qual é o tamanho que elas têm, isso significa entrar mata adentro, isso significa muitas vezes enfrentar grileiro que não quer que os funcionários do INCRA, que o Exército entre nas suas terras, porque estão grilando ilegalmente terras, isso significa enfrentar exploração ilegal de madeireiros, que não querem que se faça esse trabalho. Estamos fazendo isso com o Exército, com a Polícia Federal, com a ajuda dos Estados, mas não é um trabalho que você faça do dia para a noite, é um trabalho difícil de fazer. Bom, feito isso, a demarcação de uma gleba, que eu repito, às vezes ela tem milhares de hectares, nós temos que entrar dentro dessa gleba. Dentro dessa gleba têm milhares de proprietários e a situação dentro dessas glebas, porque como nunca se fez nada, dentro dessas glebas muitas vezes, na maioria das vezes têm disputas de áreas de um proprietário e outro e daí ali dentro nós temos que demarcar área a área, limite a limite, pedir a comprovação dos proprietários de que eles estão ali de boa-fé utilizando para a agricultura. Bom, é um trabalho enorme, hercúleo, que não se faz em um ano, não se faz em dois anos e não se faz em três anos, mas concordo com todo mundo, tem que começar a ser feito, é obrigação do Estado Brasileiro. É obrigação do INCRA, nós estamos fazendo a nossa parte, mas é também, é também obrigação dos Estados.

O Estado de Roraima, por exemplo, nós fomos, com o Presidente Lula, o Senador estava presente na ocasião, nós destinamos essas terras da União para o Estado do Amazonas, agora estamos desenvolvendo lá INCRA, Governo do Estado, um esforço conjunto com o orçamento do Governo Federal, com o orçamento do Governo do Estado de Roraima para que a gente possa fazer o geo-referenciamento. Eu quero dizer é que não tem facilidade nisto, não têm bandidos e não têm mocinhos, e essa operação que nós fizemos de abrir o INCRA para que todos os interessados fossem se legalizar, ela teve um resultado no mínimo preocupante: 7% dos ocupantes de terra se dispuseram a ir no INCRA e dizer: "Olha, está aqui o meu documento, está aqui a planta da minha terra, eu estou ocupando isso de forma legal, eu quero me legalizar". 7%. Eu posso deduzir que os outros 93%, por alguma razão,

não quiseram ir ou não foram de forma proposital, o que é lamentável.

Eu não acho que a gente resolva essa situação com punição, com polícia. Eu acho que a gente tem que fazer um esforço muito grande de criar mecanismos e aí entra muito a assistência técnica, entra muito o crédito, de a gente garantir que as pessoas convivam, vivam dentro da Amazônia explorando de forma positiva sem desmatar. E aí alguém falou no sistema agro-silvo-pastoril, nós já temos isto, o INCRA tem um PRONAF Floresta, uma linha especial de crédito criada só para isso, para que a pessoa que viva... Porque às vezes quando se pensa na Amazônia, eu já tive vários debates sobre isso, se pensa: "Ah, o INCRA faz assentamentos na Amazônia", com um olhar sulista ou do centro-oeste. Bom, não é assim na Amazônia. Qual é a situação que a gente encontra na Amazônia? A gente encontra ali populações que estão ali há anos e que querem, elas querem, elas já estão na sua terra, elas querem ser consideradas como assentamento de reforma agrária para terem direito a política pública. Elas já estão ali, elas estão irregulares. Então, o INCRA vai lá, demarca a área, garante a posse dessas pessoas, passa a dar assistência técnica, a dar crédito e a estimular uma produção, seja agro-silvo-pastoril, um agro-extrativismo, extrativismo, um programa agroflorestal.

Nós temos um caso no INCRA, e é importante saber disso, que são os nossos PDS, o nosso Projeto de Desenvolvimento Sustentável, que são os assentamentos tradicionais. Na região de Anapu, onde foi assassinada a Irmã Dorothy, ali nós temos PDs. Que situações são essas? São situações onde o INCRA recupera a área pública degradada e grilada e faz assentamentos. Como é que é essa situação? Essa situação é que o INCRA, quando assume essa área, ele assume essa área geralmente a 80 a 90% desmatada, e os nossos assentados de reforma agrária tem a tarefa, além de recuperar a mata, de produzir ali dentro. Então às vezes é muito fácil, às vezes vai alguém de uma ONG ou alguém vai visitar um assentamento, seja no Pará, no Amazonas, "Ah, eu cheguei lá e estava tudo degradado". "Ah é?" "É". "Que novidade, isso está degradado há trinta, quarenta anos", que as pessoas não sabem que está menos degradado agora, porque está em processo de recuperação.

Alguém manifestou que: "Olha, o grande culpado pelo desmatamento são os assentamentos da reforma agrária". Eu não aceito isso em hipótese alguma, mas em hipótese alguma, porque os dados oficiais não autorizam isso. Eu não aceito em hipótese alguma a afirmação de que os grandes responsáveis pelo desmatamento na Amazônia são os assentamentos de reforma agrária. Eu vou dar o último dado oficial do INPE sobre isto, eu estava junto quando nós, junto com a então Ministra Marina, nós divulgamos os dados. O dado de redução do desmatamento havia sido de 25% na Amazônia. Nós assentamentos de reforma agrária a redução do desmatamento tinha sido da ordem de 52%, mais do que o dobro da média geral. Eu tenho viajado muito pela Amazônia, eu tenho andando muito por lá, na Amazônia a gente tinha sim e tem, e os fatos demonstraram, exploração ilegal de madeira. Isso é um elemento central do desmatamento. Lá nós temos grilagem sim forçando a fronteira agrícola, e temos problemas nos assentamentos. Eu não aceito, e eu acho que é injusto com os assentados da reforma agrária, com as populações tradicionais, a idéia de que eles são os responsáveis pelo desmatamento. Porque não o são, historicamente não o são. Não precisa ser nenhum especialista nisto, basta acompanhar a história, ler e saber o que está acontecendo.

Então, eu acho que não ajuda a gente buscar culpados, seja o INCRA, seja o IBAMA, seja o assentado, seja o madeireiro, seja o latifundiário. Não ajuda isto. O que ajuda é a gente construir junto uma equação que dê estabilidade jurídica para quem habita aquela região, para quem quer produzir naquela região de uma maneira correta, garantindo o meio ambiente. Todos nós temos um acordo, a gente quer preservar a Amazônia e a gente quer ali desenvolvimento sustentável, produzir um desenvolvimento sustentável. Esse é o nosso acordo básico. Eu nunca vi ninguém, Presidente, que diga assim: "Eu quero desmatar a Amazônia ou não quero o desenvolvimento sustentável". Todos nós queremos e eu acho que é possível... As crises, e acho que a gente está vivendo um período que todo mundo está voltado para a Amazônia, elas ajudam muito nisto, elas ajudam todo mundo a concentrar o seu olhar e a gente organizar a informação sobre isso. Então o caminho fundamental sobre a Amazônia hoje é a gente compreender a complexidade do que está lá, as dificuldades que a gente têm, a gente combater a ansiedade e saber que tem tempo para se fazer as coisas para que a gente possa andar e garantir que quem possa quer produzir possa produzir, tenha direito e todas as condições para isso.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Ministro, eu não quero polemizar com V. Exª. não, mas eu vou discordar de V. Exª. O madeireiro lá em Rondônia, infelizmente, este é o vilão da história, este é o vilão da história. Lá hoje com o pacto federativo, quem dá a licença operacional e quem dá as licenças ambientais é a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de Rondônia. Eu vou dizer para o senhor que 90% das madeireiras do meu Estado, eles têm o Plano Manejo e tem as LOs, que são as Licenças Operacionais. Eu

não vou entrar aqui na discussão de Estados como o Pará, não vou entrar na discussão de outros Estados, eu vou entrar na discussão do meu Estado de Rondônia. Lá se o senhor andar no meu Estado, se o senhor tiver a possibilidade de ver as áreas de invasões e os assentamentos, o senhor vai mudar o seu discurso. Eu não tenho dúvida de que o senhor vai mudar o seu discurso.

SR. MINISTRO GUILHERME CASSEL: Eu conheço lá.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): O madeireiro não pode ser penalizado e não pode ser pego como bandido nessa história. Eu estou falando pelo meu Estado. A Amazônia é grande. Eu não vou falar pelos outros Estados da Amazônia não, eu vou defender aqui o meu, eu vou defender o Estado de Rondônia. Então eu tive este cuidado. No dia que eu levei a Comissão em Rondônia, eu tive o cuidado de levar, até porque as nossas áreas lá, as áreas indígenas, as nossas áreas, os parques nacionais, os parques estaduais, as áreas de reserva, todas são demarcadas, todas. Há invasões nessas áreas? Há, é um problema que nós temos que discutir juntos, eu concordo que nós temos que buscar e pavimentar um caminho, uma solução, o Governo Estadual, a sociedade e o Governo Federal. Agora eu não posso permitir, não sou financiado pelo sistema madeireiro, não sou madeireiro, mas eu não posso permitir que o madeireiro é o grande responsável pelo desmatamento, o grande vilão. Nós temos aí, nós temos que buscar a nossa pecuária, nós temos que buscar os nossos assentamentos, nós temos que buscar as áreas de invasões, nós temos que buscar um estudo grande e aí V. Exª. com certeza vai mudar o seu discurso.

SR. MINISTRO GUILHERME CASSEL: Senador, eu respeito muito a sua opinião, não acho que a gente deva generalizar com madeireiros, com assentados, com essas coisas todas, a situação de Rondônia pode ser uma situação especial, mas o que eu acho que a gente deve evitar sempre é o preconceito, seja com o madeireiro, seja com o índio, seja com o assentado. Eu, particularmente, nunca vi assentado de moto-serra, mas quem sabe... Mas eu acho que a gente tem que trabalhar muito para garantir que os assentamentos de reforma agrária sejam exemplares do ponto de vista do desenvolvimento ambiental.

Falei bastante sobre a Amazônia, não sei se enfrentei todas os temas relativos à Amazônia. O tema do licenciamento ambiental também é muito importante. Para passar rapidamente, porque o tempo é pouco, o tema dos biocombustíveis, que o Presidente da Comissão se referiu, é um tema muito importante. O mundo contemporâneo está vivendo a crise, está vivendo o esgotamento do padrão petróleo, o petróleo está cento e quarenta e cinco dólares o barril, ele saiu de trinta para cento e quarenta e cinco, isso tem desestabilizado economias no mundo todo e o Brasil tem sido alvo de ataques por conta da sua política de biocombustível. Todos os países do mundo vão ter que migrar para uma outra matriz energética sustentável. Aqui no Brasil, Presidente, eu não sei se o senhor já citou esse dado, mas 42% da nossa matriz energética é sustentável, ela é não petrolífera. No resto do mundo é apenas 2%. Isso justifica a ira de alguns países da OPEP e dos produtores de petróleo contra a nossa política e penso que no Brasil, especialmente biodiesel, é um programa original, um programa inovador, um programa que já nasceu na sua arquitetura institucional garantindo inclusão social especialmente no Norte e no Nordeste do país. Eu penso que é um programa que tem muito a que agregar em riqueza para o Brasil. O programa do etanol, evidentemente a gente tem ainda que fazer ajustes, garantir certificação ambiental, certificação trabalhista.

E, por último, agradecer a contribuição de todo mundo no que se diz respeito ao Programa Mais Alimentos. Eu penso que é muito importante, muito importante nessa etapa da nossa história, o mundo todo hoje está vivendo, está preocupado com a crise na alta dos preços dos alimentos e penso que o Governo brasileiro tem a estratégia correta para enfrentar essa crise. A estratégia correta é apostar na capacidade produtiva da agricultura familiar, apostar num processo de modernização acelerado para que a gente possa aumentar rapidamente a produção. Eu estive com o Presidente da República, com o Presidente Lula, aqui no entorno de Brasília no dia 03, onde nós visitamos uma propriedade, a propriedade de um senhor da imigração japonesa, o Sr. Fernando Kubota, ele tem dez hectares e duas pequenas produções, dois pequenos sítios de cinco hectares cada um. Pois bem, ele comprou um trator e o que nos diz a EMATER é que ele vai em um ano duplicar a sua produção. Produção do quê? De frutas, de hortaliças, de tomate. É isto, isso que a gente consome no dia-a-dia. Eu penso que o programa tem muita potencialidade, vai ajudar muito a quem vive no campo e na cidade a superar esse momento de dificuldade que todos nós concordamos que é um momento que de longa duração, e o Brasil, portanto, precisa estar protegido, o país não vai estar imune a esta crise, mas nós temos, é a obrigação do Governo garantir proteção e proteção nesse caso é produção, produção e produção, e produção com agricultura familiar. Muito obrigado.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, nós sabemos que nós estamos no adian-

tado da hora, mas eu não deixaria de fazer a menção seguinte ao Ministro Guilherme Cassel: o Brasil, o Sul do país e o Sudeste, o Nordeste, o Centro-Oeste, todo o país se desenvolveu à base da agricultura familiar. Eu acompanho essa agricultura durante toda a minha vida, eu era agricultor no Rio Grande do Sul, meu pai era agricultor, meus avós eram agricultores, meus bisavós eram agricultores e essa agricultura familiar já existe há mais de oitenta a cem anos ou pela idade do Brasil, quinhentos anos. Eu quero dizer que o que nós estamos tratando hoje é a inclusão de novos agricultores mediante assentamentos. A agricultura familiar são 4,2 milhões de famílias que vivem dela, principalmente a região Sul, que é mais intensa, pequenos módulos, que produz suínos, produz frango, são os integrados de Santa Catarina, do Paraná, do Rio Grande do Sul e agora também no Nordeste, na Bahia, no Mato Grosso está começando a desenvolver, mas a nossa preocupação, Sr. Ministro, é com a agricultura dos assentamentos. Eu, da mesma forma que o Senador Expedito Júnior, 80 a 90% de todas as emendas minhas, parlamentares, eu também dirijo à agricultura de assentamentos, não é nem de agricultura familiar, devido à carência que eles estão passando, dificuldade que estão passando, falta de agroindustrialização, a falta de agrupamento com cooperativas de produção e de comercialização.

Agora nós vamos ter hoje à tarde, que eu marquei com a sua assessoria, uma Audiência para a gente conseguir discutir um pouco mais, que o senhor também não teve a oportunidade agora devido à falta de tempo, a dificuldade que existe hoje no acesso ao crédito, nos programas principalmente de oitenta e cinco mil famílias de assentamentos, de mais de quinhentos assentamentos no Estado de Mato Grosso, que estão hoje com dificuldade de ser elegidos para receber o crédito, diferente do ano passado. Então nós precisamos ter uma solução para isso e eu vejo que o seu Ministério é responsável e quer o resultado, como o senhor falou, nós precisamos fazer com que eles produzam alimentos. O efeito já foi feito, que o que se fala, eu gostaria de auxiliar o Senador Expedito Júnior, não é que agora estão sendo devastadas áreas ou de assentamento ou de agricultura familiar ou de média agricultura ou de agricultura que está produzindo, a pecuária que está produzindo. Isso sempre houve, sempre houve, não é de agora. Agora essa agricultura dos assentamentos realiza uma abertura de área, às vezes aumentam a sua área de ocupação fora da legislação, do seu bioma, por falta de condições de sobrevivência na área que eles estão, aquilo que o senhor mesmo falou, Senador Augusto Botelho, que é aquele mecanismo de sempre ampliar como os índios faziam de abrir novas áreas e ocupar novas áreas.

Então o que nós precisamos fazer é dar um basta nisso, auxiliar a agricultura para ela ficar onde ela está e conservar daqui para frente, como o Senador Neuto De Conto falou, fazer um marco regulatório e começar a conservar o que existe até hoje, porque esses produtores não vão conseguir um laudo ambiental para ter acesso ao crédito. Então essa é a nossa preocupação, nós precisamos dar uma solução para isso e eu vejo que o Governo vai ter a sensibilidade de atender essa preocupação desses produtores, não é só dos Senadores, dos Deputados, os senhores já devem ter conhecimento, é também de toda a classe produtiva, não só do Estado de Mato Grosso, mas de todo o país, desse bioma amazônico, que hoje está com crédito restrito em função da sua falta de lealdade.

Então, eu gostaria de dizer que continua essa nossa preocupação e que o senhor deve estar com isso aí atento porque vai viabilizar sim uma mudança, qualquer mudança que houve nesse sentido vai possibilitar, então, uma solução.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito bem, Senador Gilberto. Sr. Ministro, Sras. e Srs. Senadores, eu acho que foi uma Reunião importante, debate de temas fundamentais, quer seja da propriedade rural, quer seja do desmatamento, do meio ambiente, da licença, e nós estamos aqui permanentemente à disposição para buscar no debate a luz e encontrarmos os caminhos para que nós possamos fazer dessa agricultura o tamanho que ela merece, o tamanho do Brasil.

Obrigado pela presença dos Srs. Senadores, muito obrigado ao Sr. Ministro, estamos às ordens aqui para tudo aquilo que for necessário para o nosso debate. Não havendo mais nada a tratar, encerramos a presente Reunião. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 14h00

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 17ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2008.

Às nove horas e quarenta e sete minutos do dia dez de julho de dois mil e oito, na Sala 19, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **NEUTO DE CONTO**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **JAYME CAMPOS, GILBER-**

TO GOELLNER, MARCO ANTÔNIO COSTA, MARISA SERRANO, CÉSAR BORGES, ROSALBA CIARLINI, JOÃO TENÓRIO E CASILDO MALDANER. Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as): Delcídio Amaral, Antônio Carlos Valadares, Expedito Júnior, João Pedro, Leomar Quintanilha, Pedro Simon, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Carlos Dunga e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Neuto de Conto, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **Audiência Pública**, em cumprimento ao **Requerimento nº 13 de 2008 – CRA,** de **autoria** do Senador **Neuto de Conto**, aprovado em 12/6/08, com o objetivo de analisar e discutir sobre a Cadeia Produtiva de Caprinos e Ovinos no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: **Sr. Francisco Edilson Maia da Costa** – Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Caprinos e Ovinos do **MAPA** e Presidente da Comissão Nacional de Ovinos-Caprinocultura da **CNA**; **Sr. Enio Queijada de Souza** – Coordenador da Carteira de Ovinos e Caprinos do **SEBRAE** Nacional; **Sr. Paulo Afonso Schwab** – Presidente da Associação Brasileira de Criadores de Ovinos – **ARCO** e **Sr. Acari Luis Menestrina** – Diretor-Presidente da Companhia Brasileira de Lácteos – **CBL**. Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores: Casildo Maldaner, Rosalba Ciarlini, Marisa Serrano e João Tenório, **RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **SENADOR NEUTO DE CONTO, PRESIDENTE DA COMISSÃO.**

COMISSÃO DE AGRICULTURA
E REFORMA AGRÁRIA – CRA

17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2008, ÀS 09 HORAS E 47 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente Reunião destina-se a Audiência Pública, em cumprimento ao Requerimento nº 13, de 2008 – CRA, de autoria do Senador Neuto De Conto, aprovada em 12 de junho de 2008, com o objetivo de analisar e discutir sobre a cadeia produtiva de caprinos e ovinos no Brasil, com a presença dos seguintes convidados, que desde já convido para comporem a mesa. Convidamos o Sr. Francisco Edílson Maia da Costa, Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Caprinos e Ovinos, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Presidente da Comissão Nacional de Ovinocaprinocultura do CNA; o Sr. Ênio Queijada de Souza, Coordenador da Carteira de Ovinos e Caprinos do SEBRAE Nacional; o Sr. Paulo Afonso Schwab, Presidente da Associação Brasileira de Criadores de Ovinos– ARCO; e o Sr. Acari Luís Menestrini, Diretor-Presidente da Companhia Brasileira de Lácteos – CBL.

Antes de darmos a palavra aos convidados e de cumprimentá-los e agradecer pela presença, eu gostaria de anunciar que esta Comissão já teve, no último ano, inúmeras Audiências Públicas, todas elas tratando da produção, produtividade, incentivo, e como são inúmeras, vamos citar os temas de cada uma que foi levado ao conhecimento e ao debate nesta Comissão de Agricultura. Tratamos do endividamento rural, do cacau, dos biocombustíveis, do algodão, a integração lavoura-pecuária, da cana-de-açúcar, da piscicultura, a extensão rural, a exportação de carne bovina, principalmente no momento dos embargos, os fertilizantes, a tecnologia genética, agricultura familiar, e hoje vamos tratar de uma atividade de uma importância muito grande, principalmente para a agricultura familiar, aonde até um nicho extraordinário para ser explorado e certamente me dizia já o meu conterrâneo, o Acari, de que seremos já – já o maior produtor e o maior exportador de produtos lácteos do mundo. E aqui nós temos autoridades que conhecem esta área e eu não tenho dúvida que, através da ovinocultura, a caprinocultura, nós teremos um nicho extraordinário de desenvolvimento da pequena propriedade rural. Isso não quer dizer que tem que só ser para a pequena, poderão ser para todas.

Dizer, ainda, que neste momento em que o G-8 se reúne no Japão, onde os sete países mais ricos do mundo e mais a Rússia estão lá a debater, e o tema fundamental é a falta de alimentos. Esta falta de alimentos que foi anunciada pelo Presidente do Banco Mundial como uma catástrofe e diz a FAO que temos quase novecentos milhões de famílias que vão passar fome. E nesta linha de atividade, nós aqui que já

somos e deveremos continuar a permanecer como o grande e o maior exportador de alimentos do mundo, sem perder e não temos dúvida nenhuma que seremos sim, extraímos da terra, através da cana de açúcar, o maior produtor de bioenergia e exportador de bioenergia. E agora nesta Reunião, quando o próprio Governo lança um plano não mais do Ministério da Agricultura e sim um plano de Governo, já está na Casa a Medida Provisória 432, que trata de toda a recomposição da dívida rural, com descontos, para pagar à vista, com financiamentos, com juros módicos, quando o próprio Governo, está uma legislação já tramitando também na Casa de um seguro, para que o agricultor, quando busque o dinheiro, se as intempéries a colher a safra, ela deverá ser paga e garantida pelo seguro, de uma fórmula totalmente diferente, o Governo vai participar no pagamento da apólice, e quando se lança também o Plano Safra, como programa de Governo, nos dá a certeza e a segurança de que esse crescimento que nós estamos tendo nos últimos trinta anos, gradativa e permanente, se nós observarmos só no Século XXI, nos últimos sete anos o estoque de alimentos do mundo caiu 50% e o Brasil aumentou a sua exportação em 240%, na exportação de alimentos, quer dizer, as críticas internacionais voltadas para o Brasil, principalmente porque estamos substituindo culturas para produzir álcool, não são verdadeiras, são daqueles que não conhecem o país e não conhecem os seus números. E tudo isso nos leva, com toda a segurança, a dizer de que já nessa próxima década a agricultura será 50% do produto interno bruto do país, e num fator de tamanha importância para a Pátria e para nós brasileiros, eu não tenho dúvida nenhuma de que o Governo, com os estudos já adiantados, se puder e certamente fará para que os insumos, para a que agricultura seja um programa estratégico, como é do petróleo, pela PETROBRÁS, nós vamos alcançar espaços extraordinários para a sociedade, para o produtor e para o Brasil perante o mundo.

Dito isto, eu convidaria para fazer as suas explanações aqui, pela ordem, o Sr. Francisco Edílson Maia da Costa, que é o nosso Presidente da Comissão Nacional de Ovinocaprinocultura – CNA. Faz favor.

SR. FRANCISCO EDÍLSON MAIA DA COSTA: Bom dia a todos. Essa é uma oportunidade ímpar para o nosso segmento de ovinos e caprinos, poder mostrar aos senhores a importância que teve, que tem e que terá para a sociedade brasileira. O que o Senador relatou é a pura verdade, essa importância que tem a ovinocaprinocultura.

Nós, criadores, empresários da atividade, vimos acompanhando a história de quatrocentos anos dessa atividade e está na hora de fazer alguma coisa por esse segmento que passou esse tempo todo resistindo a tudo e a todas as intempéries e aqui está nutrindo esta população todo esse tempo. Então a sociedade acordou, o empresário está chegando para fazer com que este programa nacional possa continuar a dar ao brasileiro isso que no momento está acontecendo, alimentos, que já vem fazendo naturalmente e agora, mais do que nunca, vai chegar a sua hora, como já aconteceu do bovino, como aconteceu do suíno, se estruturar. Sem estrutura esta cadeia continuará sendo como foi antes e nós estamos aqui na Câmara Setorial, na Comissão Nacional da CNA fazendo com que tome um novo rumo. Então, quinze minutos que temos, é para mostrar esse panorama de quatrocentos anos em quinze minutos, o que já é um desafio, mas vamos tentar um pouco mostrar aqui para os senhores o que é e o que representa essa cadeia para o Brasil e para o mundo. Por favor.

Essas são breves observações, vamos nos deter assim aos números, a importância que tem, já que nesse contexto de alimentos apresenta aí a China, a Austrália e a Índia, a importância que tem para estes países, principalmente a China, que a sua base de alimentação, a base de proteína vermelha está no ovino e em função também da sua população. Então nada quase que exporta desse quantitativo. Por quê? É o suporte de alimentação do seu povo. Já no caso da Austrália, já partiu para a parte econômica, é um grande exportador de carne de ovino. Isso mostra a importância que tem, certo, esta atividade nesses países. Olha também a Índia, certo, então é um rebanho de cento e vinte bilhões de cabeças. Nós não parecemos nem aí nessa colocação com uma população de cento e oitenta milhões de habitantes. Por favor.

Essa é uma produção de carne, você vê aí a China que eu falei, a China representa 57% de toda a produção de carne de ovinos e caprinos, com uma produção mundial de doze milhões. Você vê o quanto é importante esse segmento para os chineses. Você vê a Austrália, com 9 %, é o maior exportador, fica apenas atrás da Nova Zelândia, aliás, a Nova Zelândia somente acompanhando aí a Austrália. Então você vê a importância que tem para um país de população, a importância que tem como alimentação, fonte de alimento. Por favor, o próximo.

Produção de leite de cabra e de ovelha. Continua aí mostrando a importância que tem para a Índia e para a China. Então nenhum desses dois países são grandes exportadores de leite de ovelha, nem de leite de cabra, porque é a base de alimento da sua própria população. Então já que nós estamos aí a ser um dos grandes exportadores de leite, lá são derivados de cabra, olha o nosso desafio, olha o que temos pela frente

aí, quantos países e que isso não é difícil, é possível, nós temos um potencial enorme para crescer, o Brasil tem características das mais diversas, são grandes regiões, cada uma com as suas características, e não tem a menor dúvida que pode atingir os objetivos de ser um grande exportador de leite.

Produção de lã no mundo e no MERCOSUL. Continua a Austrália em função das suas características, das suas raças, apesar de ter produção de carne, no momento reduziu-se ou chegou a reduzir o seu rebanho consideravelmente na crise da lã. No entanto, transformou a sua produção de carne e também de lã em carne e hoje se destaca. Uma observação feita para a Argentina, nos últimos quinze anos, mesmo com a crise da lã, sustentou sua política de produção de lã e hoje no contexto internacional se coloca como o quinto colocado.

As peles. Outro grande nicho de negócio, outro grande nicho de transformação e verticalização dos valores que essa atividade pode trazer para os criadores e para os empresários. Então são números e países que... A Uganda é um grande exportador, porque não existe indústria de processamento, passa para outros países. A Nova Zelândia também tem um grande destaque. Então nós vemos que aí o Brasil está precisando chegar próximo desses países. Precisa haver investimentos, preciso acontecer a opção dos empresários de acreditar nessa atividade e começar a ver o nosso potencial, o potencial que tem o Brasil, o potencial que tem o mundo para este segmento.

Nossas importações. Os maiores produtores de pele. Então continua, mesmo a China tendo esse rebanho, ele continua importando, porque essa atividade continua a ter sua importância. Então a indústria cresceu e é um grande processador de pele. Nós continuamos ainda sem estar presente no contexto dessa importação.

Então vamos dizer o posicionamento aí do Brasil, o posicionamento do Brasil. Então o número de cabeças de caprinas. Nós estamos no 16º do mundo, com um potencial de multiplicar isso por dez, por quinze ou por vinte; o número de cabeças de ovinas, quinze bilhões, nós nos colocamos em 18º; produção de carnes de ovinos e caprinos, o 22º; produção de leite de caprino, 18º; produção de lã, 35º; valor de exportação de carne, nós estamos no 37º; valor importado de carne, 31º; valor exportado de lã, 30º. Então as nossas colocações, o nosso posicionamento no ranking precisa melhorar e para isso necessita que o empresário veja essa grande oportunidade, esse nicho de mercado, o que o mundo oferece para essa atividade.

Essa daí dá um comentário importante, por que é que a região Nordeste detém 93% de toda a criação de caprino do Brasil? Isso não tem nada a ver que o Brasil não tenha condições, outras regiões do Brasil, de ter tanto caprino quanto tem o Nordeste. Simplesmente foi por uma necessidade de suprimento como fonte de proteína para subsistência daquela região, e tem quatrocentos anos que essa atividade se localizou, através dos portugueses, nessa região, e está aí a prova que é a grande fonte de alimento da população mais carente desse país. Mostra a sua importância social e econômica que tem para essa região e poderá se multiplicar isso. Imaginem, veja esse quadro se o Brasil tivesse pelo menos 50% dessa condição de colorido mais escuro, de marrom escuro de todo o Brasil, que potencial, o que seria o Brasil com esse posicionamento? Sem dúvida nenhuma estaria, como o Senador falou, como um dos maiores exportadores de carne caprina do mundo.

De ovinos, ovinos também tem uma grande concentração no Nordeste, com 58%, mais a característica por ter o ovino e o caprino uma semelhança de tamanho, só tem característica diferenciadas na atividade por uma necessidade de nutrição, característica de pastejo, condições de regiões, clima e todas as condições [ininteligível] têm pequenas diferenças entre ovinos e caprinos. No entanto, se vê o posicionamento de outros Estados brasileiros, nós temos aqui o Centro-Oeste crescendo consideravelmente, nós temos o Estado de São Paulo crescendo consideravelmente, nós temos o Rio Grande do Sul retomando as suas atividades, que tem um grande potencial o Rio Grande do Sul pelas características do seu povo, pelo *know-how* que já tem, que já existe em criatórios de ovino. O Rio Grande do Sul se dobrar, se voltar o que foi nos anos 60 e 70 já representa muito para o Brasil. Então esse potencial está claro que existe em todo o Brasil, precisamos despertar para esse potencial e que essas ações que agora que o Senador tomou, de mostrar à sociedade a importância que tem é que vai mudar essa história, é que vai ter um posicionamento de toda essa história no ranking nacional de destaque.

Essa tela mostra como nós estamos a desejar em toda a balança comercial, de carne, de miudezas, de couros, de lã e ovinos e caprinos idem. Então nós estamos num ranking negativo em todos, isso é um trabalho de 2007, acredito que em 2008 isso também está nessa mesma condição, alguma coisa mudou, mas o que mudou na verdade nesse último é um pouco o consumo. O consumo está aumentando mais do que a criação e isso mostra que a atividade, a sociedade está respondendo da importância que tem desse produto para a alimentação da sociedade.

Estimativa de consumo per capta. Isso é um trabalho de 2005, então nós estamos, quando olhamos

aí de 0,5 nos Estados Unidos e Índia, Brasil 0,6 quilos é muito pouco, minha gente, muito pouco. Isso mostra o que temos para oferecer para a sociedade, que neste momento em que o mundo, em que o Brasil mostra que tem necessidade, falta de alimentos, nós temos uma condição dessa e podemos ainda produzir consideravelmente para chegar em números que venham a se colocar nas primeiras colocações. E esse número é muito importante, porque um aumento de consumo de 50%, nessa de 20%, já é expressivo para o Brasil em nosso rebanho.

Então aqui são os fatores críticos. Exatamente por quê que tudo é bom, a cadeia é interessante, mas têm os gargalos, existem os nossos fatores críticos e entraves dentro da atividade, que é para isso que está acontecendo essa Audiência Pública, para o despertar da sociedade, dos políticos e ver que necessita de ações para que essa cadeia, essa atividade tome um novo caminho.

Mão-de-obra capacitada. Nossa atividade sempre é levada pelo nível do que o produtor adquiriu ao longo do seu tempo. Existem algumas boas ações pontuais de empresários, daqueles que vêem a atividade, daqueles que acreditam individualmente, mas o segmento precisa se unir, precisa estar junto para que forme um grupo de trabalho para desenvolver essa cadeia.

Um planejamento de custo e produção. Todos fazem, como se diz, a Deus dará. Isso precisa que se torne uma atividade rentável, com planejamento, com um planejamento do custo de produção, que sabemos quanto custe um quilo de carne para sermos competitivos a nível internacional. Por que é que outros países põem produção aqui e nós não temos condições de sermos competitivos? Então nós precisamos é ter um planejamento de custo nessa atividade.

Regularidade de oferta da matéria-prima. Isso é totalmente aceitável porque como se trata de uma atividade fracionada, a logística no Brasil ainda está a zero. Nós precisamos fazer com que essa logística mantenha uma regularidade para poder os frigoríficos e empresários acreditarem, começarem a ter a sua produção de escala. É muito comum começar aqui, principalmente no Nordeste brasileiro, tenho vários exemplos do Banco do Nordeste, construiu os frigoríficos e de repente ele está funcionando com 30 ou 40% da sua capacidade, porque essa oferta começa no momento de um entusiasmo e de repente começa a fluir para outras oportunidades que essa atividade oferece. Têm exemplos que começa, quando o mercado aquece, os produtores começam a vender nas adjacências da sua cidade e começa a não ter uma regularidade de fornecimento para os frigoríficos. Então precisamos ter ações que aumente o nosso rebanho, que crie uma fidelidade dos criadores, do criador com o frigorífico, fazendo com que este frigorífico possa alavancar toda a cadeia e fazer a ponta final que é a comercialização.

Ação cooperativa, por gentileza, só esse quadro. Ação cooperativa entre os produtores. Essa cultura, por falar em cooperativa, precisa ser revista a forma como as cooperativas estão atuando, a forma de relacionamento entre cooperativas e produtores, fazendo com que essa característica que tem a ovinocaprinocultura do Brasil de fracionamento de rebanho, sem o sistema de cooperativa não é fácil você alavancar uma demanda que possa atender um frigorífico. Então a cultura do cooperativismo tem que ser estimulada dentro dessa atividade.

A competitividade em relação aos importados. O grau de informalidade do abate. Esse grau de informalidade do abate nada mais é do que a condição do que a atividade está ao longo dos anos. Essa pessoa que está na informalidade é uma pessoa importante dentro dessa cadeia, foi quem sustentou durante todo esse tempo essa cadeia para ela estar viva hoje e estarmos aqui defendendo o futuro. Então precisamos fazer com que essas pessoas que estão na formalidade se insiram dentro da cadeia legal e faça com que essa pessoa que está na informalidade venha a participar de toda a cadeia de uma forma competitiva.

Relação dos importados. Isso aí, dos produtos importados, nós não podemos impedir que os outros países ponham os seus produtos aqui. Nós podemos é trabalhar, desenvolver pesquisa, ter conhecimento de mercados, produzir alimentos de primeira qualidade a um custo menor. Nós podemos ter essas políticas na questão de insumos, ser revista as políticas de insumos e as políticas de funcionamento, que venha a fazer que o nosso preço, o nosso quilo e a nossa matéria-prima, o nosso alimento, ele reduza para poder fazer um quilo de carne com preço competitivo.

Esse programa nacional de importados, de sanidade animal, isso é indispensável. Não se faz uma criação sem que tenha sanidade. Na nossa Comissão, na nossa Câmara Setorial, é uma das ações que está prevista, vocês vão ver lá na frente, que sem sanidade não somos competitivos, sem sanidade não temos rebanho, sem sanidade nós não temos condições de conversão, de ter um rebanho saudável, e o consumidor é exigente, hoje o consumidor mais do que nunca está querendo animais de alta qualidade. Então isso é muito importante. Sem a sanidade, um programa nacional de sanidade animal, nós vamos ter muita dificultada de acelerar esse processo.

Endividamento e inadimplência dos produtores. Como o Senador já falou, isso é um problema, tem que

ser resolvido, está próximo eu acredito, que as ações que estão sendo tomadas isso vai ser resolvido, e esse endividamento também impede que aqueles produtores que ao longo do tempo tirou os seus investimentos, que queira agora, isso é um fator impeditivo para tirar novos financiamentos. Eu acho que isso aí tem que ser resolvido porque realmente ele trava o crescimento da cadeia nesse momento.

Escassez e fragmentação das formações de mercado. Isso daqui é através do centro de inteligência, que está sendo criado dentro do próprio Ministério, são coisas que a Câmara está estudando e o Ministério está com muito interesse em fazer esse centro de exigência, essas informações vão chegar com mais rapidez, com mais eficiência àquele investidor, àquele criador que esteja inserido dentro da atividade.

Essa falta de escala de integração da agroindústria, eu falei já rapidamente sobre isso, precisamos ter uma regularidade, nós precisamos fazer com que isso chegue às indústrias e ela processe qualidade e não processar qualquer animal. O preço é pago pela qualidade do animal e a exigência do consumidor a cada dia aumenta. Então nós precisamos ter essa qualidade.

Abate-se e matrizes de fêmeas. Esse comentário, isso é uma preocupação por quê? Se o consumo aumentar e os empresários, os abatedores de frigorífico começar a abater as fêmeas, continuamos com o nosso rebanho há dez anos em vinte e cinco milhões de cabeças, porque o nosso consumo está, o que produz é consumido. Então precisamos ter políticas que façam com que as retenções de matrizes fiquem ao campo produzindo, com uma fábrica biológica de produção de carne. Por favor.

Essa aqui são as potencialidades que é só para mostrar alguns números assim, como é importante, se o Brasil hoje tivesse 1,2 quilos, nós precisaríamos ter um incremento adicional de vinte dois milhões de cabeça, certo? Isso representa o quê? Nós temos vinte e cinco milhões, então quase 12% de toda a produção por ano para abater, para atender assim a 1,2 quilos. Se aumentar em 20%, passaria de 1,2 para 1,44 quilos habitante/ano, seria um incremento de trinta e três milhões de cabeças para atender a essa demanda. E se o aumento do consumo para 12% da bovina estaríamos com quase cento quarenta e sete milhões. E analisando os impactos econômicos e o emprego gerado, isso é o mais interessante dentro dessa realidade, seria de quinhentos e setenta e sete mil empregos, apenas com a demanda de 1,2 quilos, em 20% para depois cento e vinte e cinco mil empregos gerados, e se atingíssemos 12% do que tem hoje o bovino, passaria para treze milhões, seiscentos e setenta e cinco. Minha gente, isso dentro de uma sociedade, um país que tem quase 60% da sua atividade rural, isso tem uma grande importância, tem que ter uma atenção especial e isso faz com que as pessoas, a grande importância dessa atividade é a condição que ele dá de manter o homem no campo, é de manter a sociedade produzindo. Esse homem no campo é que vai reduzir a fome, esse homem no campo é que vai dar condições de produzir alimento para a sociedade.

As potencialidades. Essa atividade tem, assim, algumas particularidades que o Brasil precisa conhecer. Emprega atualmente trezentas mil famílias, com cerca de 1,5 milhões de pessoas; gera cento e vinte mil empregos diretos e duzentos e oitenta e cinco mil indiretos, totalizando quatrocentos e seis mil; produção atual de leite: vinte e duas mil toneladas. É muito pouco; potencial de consumo: vinte e seis mil toneladas.

Produção e potencial de atendimento de consumo. Atividade que atenda às exigências e potencialidades tanto da agricultura familiar como da exploração empresarial. Esse é o foco maior. Esse aí nós temos, a cada dia, os programas familiares que estão aumentando, a necessidade de alimento e o leite de ovino, de cabra e de ovelha, ele entra com bastante qualidade nessa agricultura familiar.

Forte estímulo à manutenção do homem no campo, atividade primordial para a nutrição e subsistência da população humana. Sem dúvida nenhuma se mostrou aí nas telas anteriores a importância que teve para o Nordeste, nada mais nada menos do que isso aí, foi como atividade de nutrição e subsistência de uma região e facilidade de produção à parte. Essa facilidade de produção à parte, a gente tem que entender não é que é pegar o animal e soltar. É que na sua condição, em pequenas áreas se pode desfrutar, se tem um sítio, uma fazenda, essa colocação aí tem que ser ver que precisa de atenção, precisa de sanidade, precisa de controle, independente do tamanho do rebanho, independente do tamanho da propriedade. A facilidade é que você pode ter de um, dois, três mil ou dois mil ou quatro mil, dez mil animais. Então essa facilidade é que, por ser o animal de médio porte, você pode conduzir a pequenos sítios, mini-granjas, sítios e pode complementar, dar eficiência à sua fazenda, que é uma coisa que eu falei anteriormente numa reunião, é que de repente as pessoas querem e compram, "Não, eu vou criar ovelha ou caprino". Pega uma propriedade, compra e joga para lá e quer que corresponda a todas as despesas. Porque analisando bem, dez ovelhas representa uma unidade de animal, nós precisamos entender isso, cem ovelhas... Então isso aí é que nós precisamos entender e dar atenção em função da sua colocação como unidade animal.

Possibilidade de ser explorada em pequenas áreas, com baixo impacto ambiental, que já falei, compatibilidade com outras culturas, sendo uma alternativa viável para a integração de lavoura. Neste momento essa compatibilidade com outras culturas, grandes projetos de eucaliptos, por exemplo, poderá ser, ou seja, a cana-de-açúcar que está aí se expandindo, nem todas as áreas podem ser usadas para cana-de-açúcar, pode ter uma área que pode ser usada com ovinos, com caprinos, e por aí vários, cajueiros e outras atividades, outros segmentos dentro da agricultura que pode ser compartilhada com os ovinos.

Ciclo e custo de produção. Isso aí é que é uma importância maior que tem nesse segmento. Uma atividade de produção de carne, com ciclo de cento e cinqüenta dias, no período de quatro anos, ele dá cinco vezes a um ciclo de nove meses. Então a importância que tem o ovino para a produção de carne é o seu ciclo reprodutivo, é o retorno do capital investido e isso aí é muito importante, ter essa atenção especial nesse item. Por quê? Esse é o que faz com que o empresário invista na atividade, é o retorno do seu capital em menor espaço de tempo.

Apresenta potencial de produção sob condições climáticas variadas e adversas. Eu concordo, porém, não é só pegar, porque é seco, não tem água e joga. Precisa ter um poder de se adaptar a essas regiões, mas precisa de água, precisa de alimento para poder ter o retorno esperado, não é jogar em qualquer área seca sem a menor condição que vai fazer com que ele tenha o retorno desejado dentro daquela atividade. Ter uma atenção especial a esse item em função de consumo de água. O ovino, existe um trabalho do Banco do Nordeste que diz: "Onde bebe um boi, bebe oitenta ovinos". Atenção para esse número apresentado pelo Banco do Nordeste. Isso, no momento em que a água, que está com atenção especial, atenção para essa atividade, essa atividade que é geradora de carne.

Possui riquezas genéticas variadas com componentes exóticos e de natureza diversa, permitindo assim o uso sustentável da biodiversidade. Sem dúvida nenhuma. Então hoje o Brasil tem um potencial muito grande, ao longo desses anos, e isso faz com que tenhamos uma condição de explorar toda essas potencialidades dessa genética variável.

Prioridade dos planos. Então aqui é o nosso foco maior, Senador, é onde nós podemos começar a nossa caminhada como para ser inserido dentro do agronegócio, para ser inserido como atividade rentável nós precisamos que as ações públicas sejam direcionadas para o Programa Nacional de Sanidade. É primordial a atenção, porque sem sanidade não tem genética, e sem genética e sem essa sanidade não tem carne de qualidade, sem sanidade não vamos ter um desfrute do rebanho e por aí são todas as conseqüências que podem nos trazer se esse programa nacional não for implantado, que esse programa, nós temos um grande potencial no Brasil de já trabalhos feitos, mas trabalhos soltos, não precisamos trazer todas, com a convergência desse trabalho de melhoria de sanidade que já existe para um centro de inteligência que possa puder passar essas informações para os senhores criadores e proprietários e empresários que queiram investir na atividade.

Implantação do Programa Nacional de Melhoramento Genético. Esse programa também vai fazer parte desse contexto por quê? Se tem sanidade, podemos fazer melhoramento genético. Esse melhoramento genético, ele vai responder ao mercado, ele vai responder à conversão, ele vai responder ao desfrute do rebanho e aí é que podemos ser competitivos no mercado internacional. Então, continuando, esse Programa Nacional de Melhoramento Genético é o que vai dar o rumo para a nossa competitividade a nível nacional e internacional, é que vai dar a nossa conversão ao alimento, vai ter um melhor desfrute do nosso rebanho.

Esse estudo complexo, desenvolver um estudo complexo do agronegócio, isso daí é que vai fazer com que o empresário, o técnico, o engenheiro, aqueles que estão dentro da cadeia possam ir buscar informações num centro de informações do Ministério que possa dar rumo e base para seus empreendimentos dentro da atividade.

Adequação e equalização dos impostos estaduais. Isso daí são as propostas que a Câmara apresenta para fazer com que essa briga fiscal passe a ter um nivelamento e tudo, como também as importações e as exportações, todos esses programas, toda essa situação de âmbito de importação e exportação possa fazer com que não atrapalhe o desenvolvimento dessa cadeia.

E um Programa Nacional de Capacitação, desde o tratador, vai do tratador até o acadêmico. Isso é muito importante. Por quê? Grandes empresários querem entrar na atividade, porém não têm a capacitação do seu pessoal, da sua equipe para poder desenvolver. Nós temos assim uma situação muito... Ontem tivemos uma reunião com o SEBRAE Nacional, com o SEBRAE, para poder as ações conjuntas fazendo com que toda a capacitação comece a ser feita em conjunto para não estar atirando para todo lado, estar a pessoa lhe ensinado e desperdício de tempo nas mesmas ações. Então hoje essa interação entre SEBRAE Nacional, Ministério da Agricultura, CNA, certo, e o próprio SENAR(F), há uma convergência de entendimento fazendo com que essa capacitação seja possível a nível de produtor, a

nível de produtor rural, como também a nível, essa capacitação vai atingir até a parte acadêmica, nós precisamos de pesquisa, nós precisamos fazer com que os acadêmicos, os professores possam cada dia pesquisar mais e passar informações para os senhores criadores.

E aqui fica o convite, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, convida aos senhores para um almoço no final dessa Audiência, lá na CNA. Nós vamos ter a oportunidade de desfrutar um cordeiro, alguns pratos de cordeiro lá na CNA, então estão convidados de fazer parte desse almoço, será um prazer tê-los na CNA. E dizer aos senhores que esse momento para nós, da Câmara, da CNA, é de suma importância. Aqui eu estava falando como nós estamos aqui vendo, assim, o monstro abre os olhos, mas não vamos botar para ele fechar. Está aí ovinos e caprinos para dar a sua contribuição, para fazer com que esse monstro que produz miséria e pobreza e fome, ele não desperte. Ovinos e caprinos vão ter a sua participação com certeza. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado ao Dr. Francisco Edílson M. da Costa. De imediato ouviremos, então, o Dr. Ênio Queijada de Souza, que é o Coordenador da Carteira de Ovinos e Caprinos do SEBRAE Nacional.

SENADOR CASILDO MALDANER (PMDB-SC): Pela ordem, Sr. Presidente. Se V. Exª. permitir, para fazer um registro nesta manhã e nesse debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

SENADOR CASILDO MALDANER (PMDB-SC): Só para fazer um registro da presença do Presidente do Sindicato da Construção Civil de Santa Catarina, Dr. Hélio Bairros, que está aqui, quer honrar, passa aqui para fazer um registro da sua visita, acompanhado pelo assessor da construção civil de Santa Catarina, o Carlos Troier(F), e também pelo Olindo, que coordena vários setores aqui em Brasília, sempre nas Comissões, a par dos cumprimentos que queremos fazer a esse debate em que a Comissão de Agricultura, presidida aqui no Senado pelo Senador Neuto De Conto, um debate tão importante, e nós, catarinenses, por excelência, estamos muito orgulhosos com a presença do nosso Acari Luís Menestrina que, como disse antes, é um técnico agrícola, um grande empreendedor que vem só orgulhar, não só a Santa Catarina, mas como o Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado. Então com a palavra o Dr. Ênio.

SR. ÊNIO QUEIJADA DE SOUZA: Muito obrigado. Bom dia aos Srs. Senadores, bom dia às senhoras e senhores, é uma satisfação muito grande poder estar aqui como coordenador do SEBRAE, porém, representando todos os integrantes da Câmara Setorial de Caprino e Ovino. Coube a mim falar um pouco da caprinocultura leiteira como estratégia de desenvolvimento social.

Então a gente vai perceber aí, pode ir passando, que é o leite de cabra é um alimento de melhor digestibilidade, ele tem menor alergenicidade, sobretudo em bebês e crianças, a Organização Mundial de Saúde estima que entre 3 e 8%, há variação nas pesquisas, das crianças nascem com alergia ao leite de vaca e muitas vezes as mães não tem o leite materno, então o leite de cabra pode ser uma boa alternativa. Ele é valioso, portanto, no auxílio da nutrição infantil e na prevenção da anemia, também há estudos que provam que o leite de cabra é bastante eficaz, mais do que o leite de vaca, e tem um alto valor protéico, estando entre os doze alimentos mais nutritivos do país. A EMBRAPA fez uma pesquisa no ano passado, em agosto do ano passado foi divulgado inclusive no Globo Repórter, saiu sobre isso, o leite de cabra comum é um dos alimentos mais nutritivos. E, sobretudo, do ponto de vista econômico, de produto, ele possibilita uma alta agregação de valor, ou seja, queijos, queijos especiais, queijo temporada, leite em pó, iogurtes, cosméticos, entre outros. Então nós estamos aí começando, existe uma possibilidade muito grande de trabalho em cima do produto leite de cabra. Pode passar.

A produção nacional. Os números são sempre bastante polêmicos, nunca se encontram, mas segundo o IBGE, o censo do IBGE, foram 21 milhões e 300 milhões de litros, de 2005 para 2006, sendo que desses, segundo a CAPRILAT, uma das empresas mais atuantes no setor, cujo empreendedor está inclusive presente aqui, o colega Paulo Cordeiro, foi de 11 milhões e 700 mil litros no mercado formal, 55% dessa quantidade, e os outros 45% destinado ao autoconsumo, ou seja, poderia falar não inspecionado, consumo na própria propriedade e tudo mais. Segundo o IBGE há 286 mil e 500 estabelecimentos rurais no Brasil trabalhando com leite caprino. Pode ser bastante grande, mas ele é, infelizmente, 17% menor do que há dez anos atrás, quando havia quase 350 mil estabelecimentos. A média de produção também é baixa, tem uma média de 1200, 1180 litros por ano, por estabelecimento, ou 100 litros por mês por estabelecimento. Então a gente percebe que existe uma lacuna de produtividade muito grande aí.

Com relação à ocupação e impacto social da caprinocultura leiteira, há um levantamento da CA-

PRIPAULO, a Associação dos Caprinoconsultores de São Paulo, estimando que para cada quarenta cabras leiteiras é gerada uma ocupação direta, e a mesma proporção, sessenta caprinos de corte, também gera uma ocupação direta. No Cariri paraibano, experiência que já vem há alguns anos e que será relatada a seguir, cada propriedade gera 2,2 empregos diretos. Então isso já foi medido, o SEBRAE Paraíba e demais parceiros fizeram. Então baseados nesse número e no rebanho, a estimativa total de ocupação primária, somente nas propriedades, é de 640 mil pessoas, na caprinocultura leiteira. Então a gente percebe um setor esquecido, porém de forte impacto social. Pode passar.

O rebanho nacional, também dados polêmicos. Segundo o IBGE, 7 milhões e 100 mil cabeças de caprinos; cabras em que lactação, ninguém tem esse número, é um número um pouco difícil de estimar, preciso ninguém tem, mas segundo colegas da EMBRAPA e empresários no setor, aproximadamente 400 mil animais estão sempre em lactação. São apenas fêmeas e fêmeas de uma determinada idade. Ainda segundo o IBGE, cada propriedade tem uma média de vinte e cinco animais. Ela se caracteriza por um sistema extensivo de criação e com baixo nível tecnológico e gerencial. Como disse o colega Edílson Maia, poucas pessoas sabem o seu custo de produção, conhecem a sua propriedade na ponta do lápis. Pode passar.

Alguns entraves do setor. Alguns já foram ditos. A estrutura logística de coleta do produto, é um grande problema, porque são pequenos e fragmentados, então estão espalhados em vários locais do país, a baixa tecnificação por parte do produtor rural, ele tem muito pouco conhecimento, poucos têm acesso às tecnologias mais modernas, conseqüentemente baixa produtividade por animal e por estabelecimento. E aqui, Senadores, uma coisa importante, a maioria dos governos estaduais, a maioria, não são todos, mas infelizmente não adotou o produto em programas sociais, em programas de transferência de renda, seja ele merenda escolar, seja compra direta, seja tudo, seja compra dirigida a hospital, nutrizes, gestantes e maternidades específicas. Então eu acho que aqui é uma das nossas demandas aos senhores, começar a acordar os governos estaduais para que adotem esse produto pelo poder e pelo alcance que ele tem. E o último entrave também importante, o Senado pode nos ajudar com relação à legislação, a tributação e a ambiência institucional não é estimuladora da atividade. Então existe muito pouco ainda estímulo para a produção de leite de cabra. Pode passar.

E aqui dois casos que nós vamos contar da integração da agricultura familiar com a parte empresarial. A CAPRILAT é um agroindústria processadora de leite de cabra, adquire leite fluido, aqui é só um dos exemplos, de cinqüenta famílias desse assentamento, pega Dourado, em Minas Gerais, e é importante, como já disse o Edílson Maia, essas cabras são integradas com lavouras de café e de banana, ou seja, a caprinocultura não trabalha sozinha, com algumas culturas vegetais ela é possível de ser integrada. São lotes pequenos, com seis cabras e um reprodutor, um bode reprodutor. Eles têm hoje três tanques comunitários, totalizando 4.500 litros para toda a questão da higiene, da segurança alimentar, e hoje há produtores com catorze cabras em lactação, produzindo sessenta e quatro litros de leite por dia. Pode passar.

Então esse é um exemplo concreto. Esse é um dos produtores do interior do assentamento, ele tem hoje uma renda bruta aproximada de quase dois mil reais por mês, líquida de um pouco mais de mil e cem reais por mês, ou seja, então ele consegue ter mais de dois, quase três salários mínimos líquido sem precisar de nenhum tipo de apoio. Pode passar.

E o Cariri paraibano, é um exemplo que nós temos o Pacto do Cariri, que já existe há alguns anos, são trinta e um Municípios se unindo em torno da caprinocultura leiteira, independente de matriz político-partidária, ou seja, não tem problema se o Prefeito é do partido azul, vermelho ou amarelo, ele está unido em torno de um setor e isso que é bastante importante. O Governo do Estado, o CONAB e outros órgãos, mesmo após humanidade no comando estadual, mudou o Governador, mudou o partido, o programa está tendo continuidade. Já chegou a ter dezoito, dezenove mil litros de leite, hoje está estacionado em torno de catorze mil litros de leite por dia, mas o número que chama atenção é este aqui, o total de leite de vaca hoje da Paraíba é de cento e quarenta mil litros de leite, então é um número, se a gente olhar a produção que nós vimos, vinte e um milhões de litros, é 0,1% do leite de vaca. Na Paraíba eles estão conseguindo atingir 12%, esse número é um sonho para todo o setor, no dia que nós conseguimos 12% hoje do leite de vaca, daria em torno aí de um pouco mais de dois bilhões de litros, a produção cresceria absurdamente. Há uma transformação em melhoria da qualidade de vida, como nós vamos ver a seguir no vídeo, e agora a gente vai ouvir, então, um vídeo de doze, treze minutos, que é muito importante, pode ir já engatilhando ele, que é melhor a gente ouvir técnicos, políticos e produtores, sobretudo os que estão trabalhando no Cariri paraibano nesses últimos três, quatro anos. Eu acabei de ter uma notícia bastante satisfatória do Ministério da Agricultura que acabou de chegar também do Cariri paraibano, o vídeo chama Irmã de Leite, é que o Ministério da Agricultura, junto com o EMBRAPA, vai entrar com a

produção integrada no Cariri paraibano. Isso é muito bom, é bastante interessante.

Importante dizer que nós da Câmara Setorial e do SEBRAE não temos absolutamente nada contra o leite de vaca, muito pelo contrário, o leite gera mais de um milhão e duzentas mil propriedades, gera muito emprego, mas alguns produtores do Cariri paraibano não concordam muito com a gente, como a gente vai ouvir em seguida.

[exibição do vídeo]

>> Boa tarde, ouvintes. Estamos com o Programa Desperta Nordeste, estamos aqui com o produtor de leite, o amigo Roberto.

>> É uma honra e um prazer estar com vocês aqui.

>> Você, como produtor, sua criação hoje, como ela está hoje, o seu criatório, além de ser de leite e de corte?

>> É, você veja só, Nei, o nosso criatório no nosso Município, como você sabe, há dez anos, que não tinha essa idéia de produzir leite, era uma criação que a gente criava solta no mato, somente para o corte, somente para vender, mas hoje os produtores já estão procurando ter a cabra de leite em casa para cuidar da cabra de leite como quem cuida de um filho. Por quê? Porque a cabra de leite, hoje em dia, está produzindo aquela renda que os agricultores e os produtores pobres da nossa região, é uma fonte de renda que está trazendo para cada um arrumar alguma coisa com aquela fonte.

>> Eu trabalhava aqui era com o carrinho de mão limpando, naquele tempo em 1993, limpando os açudes secos. Eu digo: "Eu vou deixar essa carroça e vou-me embora para São Paulo". Aí fui. Quando cheguei lá, cheguei no domingo, na terça-feira me entregaram outra carroça, eu digo: "Mas que filha da mãe, já estava me esperando [risos]". Cheguei lá e ela já estava me esperando.

>> Olha, a minha vida, antes desse programa, era a seguinte: eu tinha que me chocar da minha casa até um fazendeiro vizinho para trabalhar os sete dias da semana por apenas cinqüenta reais, para sustentar a minha família, e hoje a gente vê a coisa bem diferente.

>> Para o que eu era, entendeu, Ave Maria. É porque as coisas é difícil ainda, né, e está com quê? Está com cinco anos que começou esse programa do leite de cabra, quer dizer, em cinco anos não dá para o cabra, para o fraco estar, vamos supor, alicerçado ainda, né? Se for trabalhar com honestidade mesmo não dá para ele estar, né? Ele tem que ir aos poucos, né, que nem eu estou indo.

>> Eu nasci no Cariri da Paraíba, Casemiro Bispo dos Santos.

>> Eu entendo que a caprinoovinocultura é o principal instrumento de desenvolvimento da atividade pastoril não apenas no Cariri, mas de todo o semiárido nordestino.

>> Essa história começou do seguinte: chegou o pessoal lá convidando para mim produzir leite de cabra e eu, desacreditado, pensava que não dava certo, mas comecei assim mesmo produzindo apenas três litros de leite de cabra por dia.

>> Veio um projeto para aí, não foi Régis?

>> Foi.

>> Do leite de cabra. Vamos comprar, Régis? E nós não tinha com o que comprar cabeça de cabra. E agora? Só sei que a gente conseguiu comprar duas cabras, não foi Régis?

>> Eu comecei com sete cabras, cara, mas graças a Deus eu estou vencendo.

>> Bom, a cabra a gente criava assim só para ela parir e criar e a gente vender os bodes, vender as cabras, assim as coisas, mas não que a gente aproveitasse o leite.

>> Cabra não tinha valor antigamente não. Agora depois desse negócio, do Programa do Leite, toda cabra tem valor, que cada cara só quer comprar uma cabrinha melhor e olha agora onde que está chegando no preço(F). Vixe! Cabra minha agora não tem preço não.

>> Para você ver, eu tinha seis cabras produzindo apenas três litros de leite. A gente começou e disse: "Minha Nossa Senhora, vamos botar três litros de leite", mas desacreditado. Pensamos assim: "Vamos produzir esse três litros de leite, mas isso é quase sem futuro". Enganemos, se enganemos. Começou e quando a gente recebeu a primeira quinzena, aí a gente disse: "Não, agora é diferente. Estamos vendo que tem futuro, vamos produzir agora muito mais".

>> Aqui eu estou com quarenta e dois animais, eu estou produzindo oitenta e oito litros, noventa, varia de oitenta e oito a noventa.

>> Você hoje tirando quarenta litros de leite de consta você tem aí seus mil reais, mil e pouco. Vamos dizer que você gasta, colocar o básico, uns trezentos reais com elas, é um salário que você faz na propriedade, né? Um não, é mais, dois ou três salários, coisa que você faz em casa.

>> Esse aqui é o primeiro jato de leite que a gente tira nessa canequinha da tela, sabe, porque se tiver algum problema no peito aqui, no comecinho de algum mamilo, se tiver alguma coisa assim sai logo aquele bolinho, sabe? Isso daqui a gente vai tirando

essa canequinha para já começar a fazer o serviço daqui, entende? Tudo limpinho.

>> É, aqui no Cariri da Paraíba a caprinocultura leiteira tem evoluído nesses últimos cinco anos, né, onde nós saímos de uma produção de leite de cabra de praticamente zero e com a inexpressão produtiva e econômica total e hoje nós já estamos atingindo um patamar de produção que está alcançando os trezentos e cinqüenta mil litros de leite de cabra por mês, onde dos trinta e um Municípios do Cariri, como um todo, vinte Municípios já estão devidamente com as suas associações de caprinocultura organizadas e integradas ao programa.

>> A gente não tinha essa cultura de tomar leite de cabra, a gente tira e vende todo.

>> O leite de cabra é um leite diferenciado, por exemplo, do leite bovino, é um leite que tem... não têm problemas para as pessoas alérgicas, tem um teor baixo de colesterol, tem uma aceitabilidade, uma digestibilidade melhor.

>> O gosto do leite era justamente o cheiro do bode. Como se separou, hoje não existe mais, e eles fazem todo um processo de higiene, lavam a teta, fazem o teste antes de tirar o leite, eles fazem o teste da caneca, eles lavam o ubre, usam toalhas individuais para cada animal.

>> A gente nunca conheceu lavando peito de cabra aqui para poder tirar leite. A gente, foi difícil, mas com os técnicos que vieram aí, uns ADR(F)s(F), vieram e a gente começou a fazer a higiene certa.

>> Muito organizado.

>> E Se o leite não for de boa qualidade?

>> Não passa, chegando lá faz a análise no leite e, se não estiver bom, não passa.

>> O serviço do ADR(F), ele trabalha como um fiscal dos produtores nas fazendas, nos currais, principalmente na parte de higiene, né, que é uma parte muito delicada, né?

>> Ser da ADR(F) é uma satisfação muito grande, porque a gente vê no trabalho, no desenvolver da propriedade que você está tendo benefício, está trazendo benefício ao produtor. Por quê? Ele tinha uma pequena produção, quando você consegue aumentar a produção com a sua assistência, então isso para o ADR(F) já é satisfatório, é bastante satisfatório.

>> Eu não quero uma vaca aqui no meu curral nem dada, eu não quero proporcionar vaca, quero não.

>> Eu hoje, eu penso em vaca e eu hoje eu não quero vaca mais, o meu ramo hoje é cabra e não vou deixar.

>> Uma vaca, ela come por quinze cabras, uma vaca. Uma vaca, ela come por quinze cabras.

>> Onde você cria uma vaca [ininteligível – 1:00:00], você cria de oito a dez cabras. Então uma cabra, com uma produção média de um quilo, quer dizer, em dez cabras você teria dez litros de leite e a gente sabe que a gente não tem essa média, entendeu, de dez litros numa vaca.

>> O pequeno produtor, o mínimo que seja ele tem condições, porque com dois hectares, com três hectares já dá para ele produzir um leite de cabra, isso não tem problema, porque é um animal que come menos, fácil de alimentá-lo, não tem problema, a gente não vê problema nisso.

>> Se parar isso aqui a maioria desses pequenos agricultores não têm mais como viver aqui não, que a gente investiu muito, a gente faz dívida no banco, está entendendo? Né, Regis?

>> É.

>> Esse programa do jeito que começou, estourou o programa, uma cabra vale quinhentos, a gente comprou até por quatrocentos, quinhentos contos uma cabra, tipo separou, uma cabra já vale cem contos, aí não tem como o cabra tirar a conta mais nunca, vixe.

>> Os produtores estão deixando de ir embora para São Paulo, para o Rio, para ficar aqui, porque sabem que tem uma renda, e o produtor, quando ele tem uma renda, ele vai para o sítio, porque aí ele chega aqui no mercadinho, na farmácia, ele tem a certeza que toda final de mês ele tem o dinheirinho certo para fazer as suas coisas, e quando ele começou a melhorar a casa, até o carro dele andar, uma motozinha e todo mundo, e nisso está voltando o pessoal de São Paulo, está mandando vir o filho que estava desempregado.

>> O programa foi ótimo, melhor que esse não pode ter, porque [ininteligível] rendido de nada, né? Como eu já lhe falei, o meu menino estava em São Paulo, aí veio embora, eu mandei chamar ele para cá, pronto, fez o projeto e está trabalhando, casou e está trabalhando aqui e vive desse jeito, do leite.

>> Eu dependo mais do que tudo, porque eu nunca fui empregado, eu não tenho escolaridade para arranjar emprego em grandes cidades, então a única coisa que eu aprendi foi tratar de cabra e tirar leite.

SR. ÊNIO QUEIJADA DE SOUZA: Bom, então eu quero mais uma vez agradecer ao SEBRAE Paraíba, o executor, o SEBRAE Paraíba e parceiros que executou isso, e dizer que a gente está, no SEBRAE, junto com os parceiros e a Câmara Setorial de Caprinos, a gente tem trabalhado muito.

Bom, a caprinocultura, existe um estudo do professor Paulo Haddad, ex-Ministro do Planejamento, passado, que ele diz que a caprinocultura pode ser um dos setores, existem vários deles, mas um dos setores

que pode transformar – pode passar o próximo slide, o último – todos esses mecanismos de transferência de renda, bolsa-família que nós conhecemos, transferência de renda e tudo, proteção social, em empreendedorismo. E muitas vezes nos perguntam, o SEBRAE é uma das organizações que trabalha o empreendedorismo, e o que é o empreendedorismo em grossíssimo modo? O empreendedorismo é a transformação do conhecimento em riqueza. O conhecimento não é um curso de pós-graduação, o conhecimento pode ser o bom manejo de uma cabra leiteira, e riqueza não é participar do clube dos 140 mil milionários no Brasil, riqueza pode ser dois mil reais por mês, pode ser uma vida decente, pode ser um brilho nos olhos do produtor rural.

Então no que nós queremos, Srs. Senadores, é que o papel importante de vocês na reforma tributária e tudo é que olhem para o setor com mais atenção, com mais carinho, porque é um setor que à sociedade tem dado muito e ainda tem pego pouco dela. Então esse vídeo, esse DVD será distribuído a todos os Senadores da Comissão de Agricultura, outros interessados, pessoas da imprensa podem depois me procurar que a gente consiga uma cópia. Eu agradeço então a atenção, muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado ao Dr. Ênio, que veio de uma região que trabalha com animais, frangos, suínos. Tem uma coisa fantástica, que o animal come no sábado, no domingo, no dia que faz sol, no dia que faz chuva e quem trabalha, quando tem que trabalhar, trinta dias por mês e, conseqüentemente, tem rentabilidade maior. Um dos segredos também é o trabalho.

Ouviremos agora o meu conterrâneo, o meu amigo Acari Luís Menestrini, que tem na evolução a sua obsessão e a qualidade, sustenta tudo que faz. Tem prosperado e tem ensinado a produzir leite e transformar o leite em alimentos variados que estão em todos os mercados quase do Brasil. Com a palavra o Acari. O Acari também é o Diretor-Presidente da Companhia Brasileira de Lácteos – CBL.

SR. ACARI LUÍS MENESTRINI: Bem, é uma honra grande estar aqui, cumprimentar ao nosso Senador Neuto De Conto, catarinense, Casildo Maldaner e, também, agradecer pela oportunidade de a gente contribuir e de a gente colocar num trabalho que a gente está fazendo no Estado de Santa Catarina.

Eu comecei segurando o rabo da vaca para a minha nona tirar leite e fui para o oeste de Santa Catarina, aonde não se produzia leite nem para a subsistência e, hoje, é considerada uma das maiores bacias leiteiras a nível de país, aonde 80% dos produtores rurais vivem do leite, é a indústria que mais emprega, evitando êxodo rural, qualidade de vida e renda.

E um projeto que nos chamou bastante a atenção é a questão da ovinocultura de leite. Todo ano se faz uma viagem internacional buscando tecnologias e eu tive a oportunidade de conhecer a região produtora de leite de ovelha da Sardenha, na Itália, na França, Portugal, Espanha e na Grécia, e realmente fiquei encantadíssimo com o projeto. Lá as regiões pobres, aonde os caras passavam necessidade, começaram a criar ovelha e cabra. Vou me ater muito hoje ao projeto da ovinocultura.

Foi na Sardenha que realmente eu pude ver a grande qualidade de vida, hoje é uma atividade principal, aonde em áreas com pouco aproveitamento se transformou hoje realmente em regiões com muito progresso, altamente produtoras e com uma qualidade de vida realmente bastante grande. O que eu observei lá eram indústrias de laticínios. Na Sardenha, na Ilha da Sardenha eu observei indústria de laticínios com leite de ovelha. No mesmo Município encontrei três indústrias, uma de cinqüenta mil litros de leite por dia, outra de trinta mil litros e outra de vinte e cinco mil litros. Então, realmente, é um volume muito grande.

E, sem dúvida, em Santa Catarina nós queremos resgatar os pastores de ovelha. Eu acho que é uma grande alternativa, sem dúvida nenhuma, é um projeto muito amplo, leite, carne e lã. Eu enxergo para a frente, que em dez, doze anos, a ovinocultura vai superar o gado de corte. Eu acho que nós vamos ter um incremento muito grande, eu acredito nisso piamente e depois eu vou demonstrar o porquê é que eu acredito nisso.

Em Santa Catarina fizemos um trabalho juntamente até com o Governo do Estado, nós temos hoje no Estado sessenta mil famílias rurais que dependem do leite, numa média de oitenta a cem litros de leite por produtor. Nós estamos em regiões de minifúndios e pequenas propriedades. Eu acredito que no minifúndio, a grande saída do minifúndio do pequeno produtor é uma cultura de alta densidade, como nós temos, a suinocultura e a ovinocultura, que vai representar 20% das famílias rurais, só que 80% vai ser a bovinocultura de leite e a ovinocultura.

O Brasil, sem dúvida nenhuma, vai ser o maior produtor de leite e o maior exportador. Nós temos as quatro estações do ano na mesma hora, nós temos extensões territoriais vastas, nós temos pessoal humano e uma questão muito importante: nós temos preços competitivos com o mercado internacional.

A grande preocupação que se teve em Santa Catarina é que de sessenta mil famílias, algumas vão sair da atividade. Por quê? Vai ter a profissionalização

e vai ter o volume e a escala, e nós vamos ter de vinte a vinte e cinco mil famílias que nós temos que dar uma outra alternativa e, sem dúvida nenhuma, a ovelha vai ser essa grande alternativa. Eu enxergo que no nosso Estado nós vamos ter até trinta mil famílias se dedicando à ovinocultura de carne, leite e lã. Então vejo que é um projeto de futuro e uma questão importantíssima que eu enxergo, Srs. Senadores, é que nós não vamos competir com os grãos. A vaca de leite, a ovelha, a cabra, ela é um animal que ela transforma pasto em proteína, ela não depende de alimentos nobres como o milho, como soja, ela é feita para comer pasto verde, essa que é a questão. Então leite de ovelha, leite de cabra e leite de vaca, o produtor nunca perde dinheiro. Por quê? Porque é feito com a base de pasto verde. A suinocultura e a ovinocultura precisam de proteína nobre e na produção do leite, você produz leite a pasto, a baixo custo com competitividade.

Ovinocultura de leite, uma alternativa de renda às famílias rurais. Num trabalho em Santa Catarina nós fizemos algumas propriedades demonstrativas, uma pequena propriedade, uma média propriedade, a grande dificuldade foi a questão da raça leiteira. A gente conseguiu animais da raça Lacaune, que é a francesa, a Bergamácia e a Sarda da Itália e a Milkshap(F) da Alemanha. Nós trouxemos agora recentemente, até o Governador, Dr. Luiz Henrique da Silveira, participou da entrega de cinqüenta animais, trouxemos cinqüenta animais. Nós estamos aproveitando a ovelha que nós temos, lá na propriedade, da raça Texel Ile de France(F) e jogando a raça leiteira para a gente ter um animal meio sangue. Então, realmente, o cruzamento é bastante satisfatório e dá um trabalho muito bom. Então são cinqüenta animais que estão distribuídos na região toda e, em dois anos de trabalho, Santa Catarina tem o maior rebanho da raça leiteira já no Brasil. Nós já estamos com mil animais da raça Lacaune, Bergamácia e Ile de France(F) e realmente nós estamos fazendo um trabalho muito forte e bastante intenso.

Nesse momento, numa das fábricas da Cedrense, está o mestre queijeiro italiano, Dr. Luciano Magnoni, ele desenvolveu o Grana Padano(F), ele está fabricando uma Cachiota(F) que é o queijo de ovelha. Ele trouxe fermentos da Itália, fermentos importados, caolhos e ele tirou dois dias agora para melhorar a qualidade dos nossos produtos. Então estamos produzindo com produto com tecnologia européia já. Começamos com uma Cachiota(F), depois nós vamos para o Roquefort, nós vamos para o Pecorino Romano, nós vamos para o Feta. Na verdade o Brasil hoje importa os queijos de ovelha e a Europa, ela produz e 65% dos queijos de ovelha são exportados para os Estados Unidos, e hoje o queixo, o Pecorino, que é muito apreciado, nós estamos trazendo ele importado, aonde que nós temos condições de produzir ele aqui. E por outro lado também é realmente uma absurdo, hoje nós importarmos 60% da carne de ovelha que consumimos no Brasil, isso realmente, 60% da carne de ovelha consumida no Brasil é importada. Então isso, realmente, isso é o fim da picada, eu acho que nós temos tudo para fazer, nós temos para evoluir, nós temos que ordenar a cadeia produtiva, organizar um sistema de produção e realmente fazer acontecer, fazer acontecer. Eu acho que o caminho está aberto e nós estamos num país de oportunidades.

Área de abrangência do nosso projeto. Então é na região oeste, meio oeste, Alto Uruguai, extremo oeste catarinense. Essa é a região própria da ovinocultura: 53% dos estabelecimentos rurais ficam localizados nessa região e 67% da área total rural. 64% dos estabelecimentos de ovinocultores e 67% das cabeças. E 54% do pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários.

Queremos lembrar só aos Senadores, só voltando um pouco, que essa região do extremo oeste de Santa Catarina, ela não está incluída para receber recursos do PRONAF. Então solicitamos que essa região do extremo oeste seja incluída para esses recursos.

Tendência. Há uma diminuição do número de estabelecimentos com área e redução de pessoal ocupado em 21%. Aumento de 9,8% de tratores e somente em bubalinos e ovinos diminuir o número de estabelecimentos e cabeças.

Aqui um quadro bem interessante. Agora, gente, todo esse material vocês vão receber, não se preocupem em anotar, vocês vão receber todo o material completo. Composição do leite por cem gramas. Observem essa tabela: leite de ovelha, cabra e vaca. Vamos analisar na fonte de cálcio: leite de ovelha 193,4; o de cabra 133,5; e o de vaca 119,4. Energia: ovelha 107; cabra 68,8; e a vaca 61,4. Então realmente enquanto que com o leite de vaca nós gastamos dez litros de leite para fazer um quilo de queijo, com o leite de ovelha nós gastamos de 4,5 a 5,5 litros de leite. Vocês podem ver a gordura. A gordura do leite de ovelha é 7%; da de cabra 4,1%; e a de vaca 3,34%. E, realmente, é a maior fonte de cálcio, ele tem 80% mais de cálcio do que o leite de vaca.

Abaixo é uma comparação de cortes, é a tabela nutricional. A diferença entre o pernil de suíno, a costela bovina, a vitela e o pernil ovino. Os senhores observem a questão, digamos, hoje, de ingredientes. O total de gordura, o total de gordura saturada, colesterol, calorias e sódio. Olhem a grande diferença, o porquê que os árabes apreciam tanto a carne de ovelha e querem importar aqui do Brasil.

Uma alternativa de renda a propriedades rurais. Algum tema aqui está repetitivo, que os colegas já apresentaram, eu vou procurar ser bastante rápido, mas, assim, ela é uma atividade complementar. Você pode ter a cultura de alta densidade, você pode ter a bovinocultura de leite e você pode ter a ovinocultura, carne, leite e lã. Uma questão importante: não compete com grãos, a ovelha foi feita para comer pasto verde, esta que é a grande verdade, como a vaca, não compete com grãos. Uma outra questão importante: ela aproveita resíduos, ela aproveita resíduos. É como a gente fala lá no Sul: na frente vem a vaca para comer o pasto alto, atrás vem a ovelha e depois vem os cabritos para comer as pedras.

Renda adicional a curto prazo, que já foi comentado. Depois eu vou apresentar, eu vou apresentar realmente um custo de viabilidade do projeto. Enquanto o bovino você espera dois anos, três anos, a ovelha com quatro, cinco meses, você está fazendo dinheiro.

Uma outra questão importante: tu produz leite, carne, lã e pele, como foi comentado, só que o Brasil importa 60% da carne de ovelha que consome. A ovelha vem da Nova Zelândia, vem da Argentina e do Uruguai, só que o que é que acontece? Esses países exportam o cordeiro de qualidade para a Arábia Saudita e o cordeiro descarte vem para o Brasil. Então vem um produto, inclusive desses países, de não boa qualidade. É um animal de fácil manejo, um animal dócil, ele se encaixa muito bem na pequena propriedade. Depois eu vou extratificar aqui quanto o produtor ganha com um alqueire de terra ou com quatro ou com dois alqueires, dois hectares e meio ou quatro hectares e meio. Uma questão importante, questões ambientais, e uma questão sem restrições. A ovelha não tem restrição nutricional, sanitária e religiosa, que é o que os árabes querem, ela não tem restrição religiosa. E uma outra questão muito importante: ela é de um investimento muito baixo. Eu vou demonstrar depois um quadro de uma propriedade tecnificada, com ordenhadeira, com instalações, só que na verdade é como a gente diz lá no Sul: aproveita aquele chiqueiro velho, aproveita aquele galpão de fumo desativado e bota as ovelhas lá. É simples. E à base de pasto. Uma outra questão: não precisa comprar ordenhadeira. Até cento e cinqüenta ovelhas você faz a ordenha manual. Então você só tem que ter um cuidado, que ela tem dois tetos, tu tira o leite por trás, ele dá um problema de muita contaminação, que ele pode contaminar muito o produto, mas para isso tem que ter todos os cuidados sanitários e um cuidado muito grande no bem-estar animal.

Estudo de viabilidade técnica e econômica. Vantagens competitivas. Lucratividade por hectare em relação ao milho. Para se obter a mesma lucratividade conduzida com a criação de ovelhas é necessário uma área de 3,84 maior da lavoura de milho. Preços do leite de ovelha em relação ao leite de vaca: são necessário 2,3 litros de leite de vaca para igualar o preço de um litro de leite de ovelha. No mercado internacional o preço do leite da ovelha são sessenta e cinco cents de Euro por litro.

Produção de carne. Na mesma área destinada ao projeto, 2,25 hectares, são produzidos em dois anos 1860 quilos de bovinos e 5075 quilos de ovinos, ou seja, 3845 quilos de peso vivo de ovinos adicionais. É fantástico, não é? Em frente.

Estudo de viabilidade técnica e econômica. Eu vou apresentar agora um dimensionamento básico para a agricultura familiar. Na primeira opção eu vou apresentar um módulo para alojamento de trinta duas ovelhas; a segunda opção é um módulo de alojamento para sessenta e quatro ovelhas. Descrição do processo produtivo e tecnologia utilizada. Aqui, essa foto demonstra a ordenha das ovelhas. Essa daqui já é mecanizada, já é uma propriedade de quinhentas ovelhas. Área total de terra destinada ao projeto. Produção de trinta e duas ovelhas: área de pastoreio dois hectares, produção de silagem 0,25 hectares. Área total: 2,25 hectares. Produção de sessenta quatro ovelhas: área de pastoreio quatro hectares, silagem 0,5 hectare, área total 4,5 hectares. Então, portanto, 2,25 hectares para trinta e duas ovelhas, 4,5 hectares para sessenta e quatro ovelhas.

Estudo de viabilidade econômico-financeira. Aqui são as despesas, são os investimentos fixos por módulo, mas como instalações, com ordenhadeira mecânica, isso daqui é realmente um projeto tecnificado. Veja que você não gasta mais de 40% para fazer isso daqui. Tu tem que fazer a baixo custo. Uma questão aqui importante: demonstrativo de resultado. O módulo para alojamento de trinta e duas ovelhas, um lucro mensal de R$ 788,60. E o módulo de sessenta e quatro ovelhas é um lucro líquido mensal de R$ 1.891,15.

Aqui os indicadores econômicos financeiros. Comparativo de receitas: ovinocultura com exploração de leite e sem exploração, com e sem. O módulo de trinta e duas ovelhas: R$ 1.802,80; sessenta e quatro ovelhas: R$ 3.605,60. E só carne e lã, viria para R$ 722,80 com trinta e duas e com sessenta e quatro R$ 1.445,60, considerando o leite R$ 1,50 por litro e a carne de cordeiro R$ 3,00 por quilo. Em frente.

Premissas básicas. Tem que ter um compromisso na compra do leite, carne e lã, isso é de vital importância. Uma outra questão: existência de recursos do PRONAF para o investimento e uma questão muito importante é, realmente, investimento na capacitação dos produtores, na capacitação de tecnologia

e a grande questão é uma central de inseminação artificial e o banco genético, que isso hoje é o nosso maior gargalo.

Considerações finais. Inclusão dos pequenos produtores no processo, produção de leite à base de pasto, como nós falamos anteriormente, temos que organizar a cadeia produtiva, sistema de parcerias entre indústria e produtores, localização dos produtores participantes do projeto numa logística aonde realmente haja a industrialização. Em frente.

Aqui é uma das regiões mais produtoras da Europa, na Ilha da Sardenha. Aqui que é produzida, em grande escala, a produção de leite e carne. Em frente.

Aqui é uma indústria, aqui é a fabricação do queijo Pecorino Romano, peças de vinte quilos, com oito meses de maturação. É uma indústria de cinqüenta mil litros de leite por dia. Em frente.

Aqui é a fabricação de Ricota. A Ricota hoje de maior gosto, de maior sabor, é a que é fabricada com ovelha, com o soro de ovelha. Além de você fabricar ela, não precisa 100% de soro de ovelha, você pode fazer o misto, o Pecorino Misto, 50% de ovelha e 50% de bovinos. Em frente.

Aqui também é o aspecto da fabricação do Pecorino na indústria de cinqüenta mil litros de leite por dia. Em frente.

Aspecto também de uma fábrica altamente tecnificada para exportação. Aqui é o processo de fabricação do queijo Pecorino Romano, formas de vinte quilos, e aqui é um aspecto do nosso Governador do Estado de Santa Catarina que colocou recursos à disposição, aonde nós estamos fazendo a entrega dos reprodutores da raça leiteira, da raça Lacaune. Aqui também aspectos da entrega dos animais com a presença do Governador do Estado, Dr. Luiz Henrique da Silveira, e aqui é a fabricação de queijos, aqui nós já lançamos o queijo Pecorino, é uma Cachiota(F), quatrocentas gramas, e realmente estamos lançando já no mercado.

Créditos e agradecimentos a essas empresas que estão participando do programa e uma mensagem final: "É bom ser bom, mas é melhor ser excelente". Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado Acari Luís Menestrini, que é Diretor-Presidente da Companhia Brasileira de Lácteos. Em seguida nós ouviremos, então, o Dr. Paulo Afonso Schwab, Presidente da Associação Brasileira de Criadores de Ovinos – ARCO. Faz favor.

SR. PAULO AFONSO SCHWAB: Eu queria em primeiro lugar saudá-lo, Senador, e aos seus pares, um agradecimento especial por nos proporcionar essa Reunião aqui nesta Casa, aonde a gente pode colocar também e estamos colocando as nossas necessidades. A ovinocultura, ela não está pedindo benesses, mas sim simplesmente políticas para o setor e isso aí nós temos os nossos produtores trabalhando e fazendo por isso aí. E também um cumprimento aos colegas da EMBRAPA que estão aqui, que são os órgãos de pesquisa nacional e demais componentes da Câmara Setorial que vêm acompanhar, ajudando o desenvolvimento da ovinocultura.

Nós queremos fazer, também, uma alusão especial a quando da criação da Câmara Setorial junto ao Ministério da Agricultura, a Câmara Setorial da cadeia produtiva de caprinos e ovinos, aonde nós estamos conseguindo desenvolver um excelente trabalho, tentando juntar os elos de uma cadeia produtiva inexistente. Então é um trabalho que está sendo feito com várias colaborações, várias empresas particulares e do Estado e nós estamos levando essa atividade e esse segmento que dizem, e nós temos visto, que é talvez o segmento que mais tem crescido no Brasil.

Então, Senador, a Associação Brasileira de Criadores de Ovino, a ARCO, ela é uma entidade que surgiu dos produtores em 1942, pela necessidade já de agrupar naquela época a ovinocultura, e nós, eu conversava com o Acari agora no início, antes de começar a sessão, nós nos encontramos também, ele me dizendo que há trinta e três anos atrás ele estava trabalhando na Extensão e eu disse: "Olha, Acari, há trinta seis eu também estava entrando na Extensão, naquela época na ASCAR, hoje EMATER, e num desenvolvimento grande nós víamos nessa época o Rio Grande do Sul talvez com o maior rebanho e era o maior rebanho nacional. E nós comentávamos assim que a ARCO hoje, ela é delegada do Ministério para todo registro genealógico das raças ovinas nacionais e, também, das exóticas, que são nacionalizadas. Hoje nós trabalhamos com vinte e quatro raças ovinas, algumas outras de leite entrando aí agora também dentro desse contexto e, também, a Associação, ela promove as provas [ininteligível] por delegação do Ministério. Então esse é um trabalho que nós estamos fazendo e têm algumas perguntas assim: "Mas a ARCO, a Associação Brasileira", mas o ARCO não quer dizer nada, talvez no começo como a Associação Sulina ou Rio Grandense, mas a sigla ARCO também ficou assistência aos rebanhos de criadores de ovinos. Então isso aí é que nós estamos fazendo, estamos desenvolvendo, eu estou há alguns períodos já na presidência da Associação e esse tipo de atividade e esses encontros dentro dessas Casas, hoje aqui no Senado, isso aí nos carrega as baterias e nós vendo, assim, o Senador Neuto falando da ovinocaprinocultura com esse entusiasmo e o entusiasmo também das

pessoas que vieram, dos projetos, o projeto do Acari, os projetos que estão sendo feitos, vários no Brasil, então é o produtor tentando se organizar.

Então nós pedimos a essas Casas, tanto ao Senado como à Câmara, esse auxílio de nos colocar as políticas para que nós possamos desenvolver isso aí. E nós vimos nos números que foram colocados que a ovelha, toda ela produz carne, algumas produzem uma lã de melhor qualidade, outras uma lã um pouco inferior, todas produzem pele, algumas com pele de excelente qualidade, como os Deslanados, e algumas também com leite. Então nós temos dentro da ovinocultura quatro atividades que nós podemos desenvolver. Então dentro dessa importância que nós vemos hoje uma ovinocultura e os vários números.

O Brasil é um grande importador de carne ovina e nós vimos ali 60% da carne que nós estamos consumindo no Brasil, da carne ovina, vem de fora. Nós trouxemos da Nova Zelândia, talvez 50% tenha vindo do Uruguai, da Argentina hoje não está trazendo, mas vem do Chile também. Então nós, com essa imensidão, esse nosso Brasil com todos esses tipos de clima favoráveis, condições de campo, de solo e de clima muito melhores do que os que são produzidos e nós vemos, vamos dizer, a Austrália tem uma região muito grande de deserto e é um dos grandes produtores de ovinos. Os campos da China não são também nem perto dos nossos e é o maior rebanho mundial. Nós vimos na Argentina, aqui o nosso vizinho, a região da Patagônia é uma região bastante inóspita e a ovelha está lá produzindo e desenvolvendo. Nós temos situações no Brasil, como o Nordeste, com uma série de dificuldades e está lá a ovelha e o caprino pedindo o seu espaço.

Então dentro desse trabalho é que nós queremos direcionar e dimensionar também a ovinocultura no Brasil inteiro, e pelo mapa que foi apresentado nós já vimos que ela está se difundindo em todas as regiões com grande aceitação e com grande desenvolvimento. Nós temos hoje, sem medo de dizer, porque nós trabalhamos nisso daí, nós temos esse conhecimento, nós possuímos, dentro das nossas raças, um dos melhores materiais genéticos das diversas raças que nós temos em comparação com o mundo. O topo da pirâmide está muito bem, obrigado. Esse nosso material, nós podemos fazer de tudo com ele. E na conversa com o Acari nós nos deparamos assim, ele me fez uma pergunta e eu dizia: "Nós precisamos aumentar o nosso rebanho". Um rebanho de catorze, quinze milhões de ovinos, pelo tamanho do Brasil, de cento e oitenta milhões de brasileiros, com um consumo muito baixo em comparação com o rebanho bovino, aonde um bovino produz uma carcaça de duzentos, duzentos e vinte quilos, com um ovino nós vamos produzir uma carcaça de catorze a dezesseis quilos, isso daí não é nada, é muito pouco. E nós vemos nos números que se nós começássemos, se o Brasil começasse e existe demanda para isso daí, a comer 20% do consumo da carne bovina, nós precisaríamos de ter um rebanho de mais de cem milhões.

Então está aí hoje o Brasil importando carne, o Brasil importando pele ovina, o Brasil importando leite e derivados e, também, importando lã. Nós vimos nos números, nós exportamos maior quantidade de lã, mas importamos uma lã de menor finura e de maior preço. Então nós importamos todas as rubricas da ovinocultura. Eu acho que o Brasil, talvez, não seja rico, tão rico o suficiente, eu acho que nós temos uma riqueza que está aí por ser explorada, mas eu acho que nós não podemos nos dar esse luxo de estarmos importando alguma coisa que nós podemos produzir aqui e o mercado internacional está toda hora batendo à nossa porta para que nós exportemos isso aí. O Oriente Médio, a própria Europa e nós vimos ali o Uruguai e a Argentina que são grandes exportadores de carne de ovinos para o mercado europeu e mercado americano e esse mercado pega muito a parte do traseiro, que essa carne vai desossada, e o dianteiro que sobra nos coloca no Brasil. Então eu vejo assim que nós temos que fazer o dever de casa, aumentar o nosso rebanho. E num comentário assim eu digo: "Por que é que nós nunca fizemos, por que é que nós nunca organizamos essa cadeia?" Talvez por esse contato muito íntimo com o Uruguai e a Argentina em relação ao criatório ovino e o Rio Grande do Sul era o maior criatório ovino nacional. Tivemos quase catorze milhões de ovinos, quase todo o rebanho estaria no Rio Grande do Sul e começou a sair depois.

Mas nós tivemos sempre um foco, a ovelha era lã, nós trabalhávamos lã. Então, vamos dizer, nós não criamos, porque nós tivemos uma cultura que a ovelha produzia lã e ela rentabilizava muito bem as propriedades. E nós nunca fizemos um mercado de carne porque essa renda que dava as propriedades era importante. Nós vimos depois, com a entrada e queda de mercado internacional da commodities de lã, a entrada da agricultura nas terras melhores expulsando a ovelha e nós não montamos esse mercado. Então hoje nós estamos aí como um grande importador do rubro, da rubrica ovina como um todo. Então esse trabalho é que nós temos que melhorar. Nós temos que criar ambiente, nós temos que aumentar urgente o nosso rebanho e isso vai depender muito de um setor que nós viemos, que seria a assistência técnica em extensão rural. Nisso daí nós precisamos urgente no Brasil, um investimento muito forte nisso daí, e pensando também num futuro

atender esses mercados, que são mercados importantes e nós podemos fazer daí olhando esse nosso Brasil como o seleiro do mundo e numa certeza que nós temos disso daí e a certeza que a ovinocultura e a caprinocultura serão, já estão sendo em algumas localidades, mas serão o grande agregador de renda e o criador também de empregos cada vez maiores, e os números que foram colocados estão mostrando aí, mostrando também a rentabilidade dos empreendimentos. Então nós temos vários empreendimentos sendo feitos em relação à carne, em relação às lãs finas, que hoje nós conseguimos valorizar a nossa lã até nove, dez dólares o quilo dessa lã, um mercado de carne que está aí pedindo espaço, um mercado de pele ovina, a região do sapato com o Deslanado de São Paulo tem um mercado importante para essa pele. Nós inclusive no ano passado até tivemos uma demanda dentro da Câmara Setorial aonde foi solicitada a retirada da tec(F) da pele ovina. Nós, inclusive, votamos contra essa retirada, mas perdemos dentro da Câmara, em outros segmentos, então a tec(F) é uma proteção. Eu acho que nós temos que investir também nesse setor para rentabilizar o nosso produtor, a nossa propriedade, a nossa pecuária e a nossa agricultura.

Então é dentro deste foco que eu diria dizer, eu não vou me estender muito porque a gente viu muitos números e nós temos uma certeza cada vez maior que os nossos clamores estão sendo ouvidos e eu acho que nós vamos desenvolver e vamos criar essa ovinocultura e eu tenho certeza, como o Acari, eu acho que em dez anos, e nós temos um foco também, um foco de cem milhões de ovinos que nós temos que chegar urgente nisso aí. A atividade, ela se multiplica muito rápido e nós podemos fazer crescer essa atividade cada vez maior.

Então eu quero deixar aqui, Senador, esse meu agradecimento e esse auxílio que o senhor está nos dando nessa Casa em nos ouvir e tenho certeza que nós vamos sair daqui parceiros, para nós termos também essa atividade que é o interesse dos senhores, que esse Brasil desenvolva e a ovinocaprinocultura é um segmento de grande importância e que entra nas regiões mais inóspitas do nosso Brasil.

Então eu quero deixar aqui, na finalização, o agradecimento e dizer, vamos dizer, dentro da Câmara Setorial que nós fazemos parte também, nós vamos talvez seguidamente nos aconselharmos e também chegar junto aqui ao Senado para que a gente possa também desenvolver esse nosso trabalho. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado ao Dr. Paulo Afonso Schwab. Eu anuncio, é só comunicar também que nós estamos ao vivo pela TV Senado para todo o Brasil, toda a programação e também todo o material dos expositores ficam à disposição para quem se interessar junto à Comissão de Agricultura. Anunciamos, também, com muito prazer, com muita alegria, a presença em nosso Plenário do Dr. Carlos Alberto Roma, Diretor-Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Caprinos, e passamos agora a palavra aos Srs. Senadores, às Sras. Senadoras, e as respostas serão dadas depois das indagações de cada um dos presentes. Pela ordem de inscrição ouviremos o Senador por Santa Catarina Casildo Maldaner.

SENADOR CASILDO MALDANER (PMDB-SC): Sr. Presidente Neuto De Conto, caros colegas que aqui estão, e quero cumprimentar aqui a Senadora Rosalba, que é do Rio Grande do Norte, que participa deste encontro, o Senador João Tenório estava aqui agora a pouco, de Alagoas, para uma honra nossa também tem a Senadora Marisa Serrano, que vem do Mato Grosso do Sul, é sinal de que o Brasil está participando nesse debate.

E eu queria, ao Paulo Afonso Schwab, ao Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Ovinos, e o Francisco Edílson, também cumprimentá-lo, que é da Câmara Setorial, e o Ênio Queijada de Souza, que é do SEBRAE, e sem dúvida alguma para nós é uma honra. Para nós catarinenses, viu Acari Menestrini, como disse já na chegada, um técnico agrícola, como eu vejo que o Presidente Paulo também tem sido, começaram uma grande luta e a conquistar espaço. E eu fico entusiasmado quando eu vi o Paulo Afonso e o Flávio falar que a Associação Brasileira começou em 1942, e eu lembro em 1942, quando eu nasci, já começaram a fazer esse movimento. E por falar quando eu nasci, eu lembro dos meus antepassados, eles têm a origem nos Alpes da Suíça, na região do Tirol, em Innsbruck, e eles falam que naqueles Alpes criavam, os antepassados nossos, eles criavam cabritos, caprinos, por causa da altitude e então isso era possível, eles subiam na época que o degelo saía, vinham algumas coisas verdes e subiam nos Alpes e ficava assim na época que dava lá, depois no inverno desciam. Então os antepassados contam essa história e vejo que em 1942 começou essa organização também no Brasil.

E hoje eu vi aí essa exposição muito linda que tem e para nós, catarinenses, eu fico entusiasmado porque quando falo no Acari, eu quero me referir a todos os presentes, os que são entusiasmados nessa luta, os que gostam dessa caminhada, dessa alternativa. Me chamou a atenção de que 60% de carne de ovelha ou de cordeiros nós importamos. Meu Deus do céu, importamos 60% para consumir no Brasil. Nós importamos os melhores queijos para consumir no Brasil,

que é feito, e o Acari citou vários tipos. Aí vejo que não é por nada que o Ênio é Queijada, quer dizer, nós temos que fortalecer então isso, o SEBRAE, que ajuda a buscar tecnologia, também até isso ajuda.

Eu acho que o nosso papel, o nosso papel é de motivarmos isso, motivarmos, porque pode se desenvolver isso, como eu vi aí, em pequenas propriedades, em pequenas propriedades pode se criar, e hoje, como o nosso Estado, que é um minifúndio, o Acari aqui bem expôs, o Senador Neuto conhece bem, foi Secretário da Agricultura inclusive no nosso Estado, isso pode diversificar, quer dizer, diversifica a propriedade de quinze hectares, vinte hectares, vinte e cinco, então diversifica com alguma coisa de grãos, diversifica com avicultura, a suinocultura. Eu sempre tenho dito, desde a época que fui Governador, eu já incentivava os pequenos produtores do nosso Estado: aonde não der para você fazer uma boa pastagem, aonde não der para mecanizar, principalmente, vamos fazer a pastagem ou então reflorestar também um pouco, plantar um pouco de árvores, que as árvores hoje, elas servem até como aposentadoria complementar. A longevidade, a vida hoje ela é melhor, ela ajuda a respirar, é o meio ambiente sustentável, isso ajuda, agrega valores à propriedade. Eu sempre dizia no reflorestamento, fazer inclusive uma fileira de árvores melíferas, nem que seja pouca coisa, a pequena propriedade. Por que árvores melíferas? Porque elas crescem, produzem flores e com isto as abelhas vão ter uma atividade a mais, não é isso? Agrega valor à propriedade. Isso motiva, incentiva. E aí diversifica com o verde da pastagem, gostei da sua expressão que para o leite, para a cabra, para a ovelha, para a vaca de raça não há necessidade de grãos em quantia, mas o pasto, a natureza e agrega valor no pasto, a pastagem tem todos os ingredientes para isso. Então isso é formidável.

Então eu sou um entusiasta disso e quero cumprimentá-los e quero dizer, eu disse até no oeste catarinense há poucos dias que o leite de vaca já dá bem, é um bom resultado, mas o de cabra pelo que dizem, Senadora Marisa, é mais ainda, pelo que eu vi, dá mais resultado. Então hoje transformar o leite, vamos ter no Brasil depois para exportar, fazer até o pó de leite de cabra, vai ser muito melhor. Então eu tenho dito, às vezes brincando, hoje produzir o pó de leite dá muito mais do que plantar maconha, muito mais, e não corre risco, não é verdade, e não corre risco. É verdade. Fica mais tranqüilo, motiva.

Então eu quero, Presidente Neuto, a par dos cumprimentos sob a sua presidência na Comissão de Agricultura, fazer esse encontro de relevo nacional aqui em Brasília na presença aqui do Senado, quero mais uma vez cumprimentá-lo e quando eu me refiro, viu Paulo Schwab, continue nessa missão, e Acari, você, para nós, catarinenses, já abriu fronteiras com o Grana Padano, em Guaraciaba, num pequeno lugar no interior, Anchieta, aquela região, produzia, Marisa Serrano, um queijo Grana Padano, com a *joiventure* italiana, isso conhecer uma hora vai ser fantástico, Mato Grosso do Sul vai ficar de pé. Ah, tem aí? Com a extensão e aí vai, entra, mas é verdade, isso é uma coisa assim extraordinária. Então eu não vou questionar nesse momento, mas quero é trazer os cumprimentos para um momento tão salutar.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado ao Senador Casildo Maldaner. Vamos ouvir a eminente Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu quero, Sr. Presidente da Comissão, Senador Neuto De Conto, dizer da importância de estarmos aqui nessa Audiência, agradecer a presença do Dr. Francisco Edílson M. da Motta, do Dr. Ênio Queijada, do Dr. Paulo, do Dr. Acari, esse assunto que aqui foi colocado por todos vocês mostrando da importância da caprinoovinocultura para o nosso Brasil.

Eu sou do Nordeste, do Rio Grande do Norte e tenho uma história para contar nessa questão da caprinoovinocultura. Quando prefeita da minha cidade, na cidade de Mossoró, que fica no semi-árido, nós tivemos a oportunidade de apoiar, estimular a caprinoovinocultura. No Nordeste, há muitos anos atrás, quando você queria depreciar uma pessoa, você dizia assim: "O que é que ele faz?" "É criador de bode". Mas isso foi no passado, porque hoje criador bode ficou chique, ficou chique sim *[risos]*. Realmente eu vejo que a caprinoovinocultura é um instrumento de inclusão social, de geração de emprego e renda. Eu sou testemunha disso, porque quando eu assumi a Prefeitura, existia na cidade uma feira que chamava Feira do Bode. Ela acontecia de forma espontânea duas vezes na semana numa rua e era algo, assim, que não tinha nenhuma estrutura, eles iam ali espontaneamente negociar e associava a negociação do bode a instrumentos importantes também para a atividade, insumos, enfim. Então eu comecei a ter a idéia de criar, de fazermos o mercado do bode, para dar estrutura para que aquela feira pudesse acontecer e apoiando assim o pequeno criador, que eram pessoas simples, a grande maioria, 99% eram de pequenos agricultores, pequenos produtores. Eles faziam de forma, vamos dizer assim, empírica, muitas vezes sem conhecimento maior, sem uma capacitação, sem um controle fitossanitário, então eles faziam a criaçãozinha para o consumo, vamos dizer, da própria família, para aqueles encontros que é muito comum no Nordeste quando você faz um en-

contro assim, um dia importante da casa, mata-se o bode, fazia o churrasquinho de bode. Então nós fizemos esse mercado do bode. Foi o primeiro passo, e a partir daí, na Secretaria de Agricultura, entendemos que tínhamos que priorizar.

Eu lembro que o Deputado Nélio Dias, que foi Secretário de Agricultura na época, ele quando foi à inauguração do mercado do bode, ele dizia: "Aqui é o palácio do bode", porque realmente nós criamos essa estrutura e a partir daí feiras para comercialização, também para exposições e hoje essa feira já está no décimo ano, já existe inclusive associada à feira, claro, o SEBRAE tem sido um grande parceiro, eu quero aqui dizer que foi, talvez, tivemos várias parcerias, mas o SEBRAE teve uma importância fundamental para que nós pudéssemos capacitar.

A universidade, aí nós colocamos a universidade, a UFESA, que antes era só Escola de Agronomia, para que fosse também um campo até de estágio para os estudantes e pudéssemos, com essa parceria, fazermos a capacitação. E isso sem, vamos dizer assim, trabalhando com poucos recursos, sem muitas condições, mas avançando. Eu vejo que nós temos exemplos no nosso Estado, por exemplo, de Bira Rocha, que é um grande criador, inclusive já com raças que foram importadas para melhorar o rebanho e também tivemos essa preocupação, havia necessidade de você melhorar o rebanho, de trazer formas de que o produtor pudesse agregar valores e aí ter uma rentabilidade melhor. Estimulamos nos assentamentos a rapadura de leite de cabra, hoje eu fico muito feliz quando eu chego em qualquer feira que aconteça de agronegócio e eu encontro lá os produtores da rapadura do leite de cabra, lá da comunidade, que realmente dá resultados. E para estimular, dar segurança a que aqueles pequenos produtores da região, do semi-árido, até porque lá na nossa região, incluindo a Chapada do Apodi, 65% de todo o rebanho de todo o Rio Grande do Norte fica nessa região. Claro, mais de caprinos até, porque ser semi-árido se adapta com muito mais facilidade às condições do clima. Então nós fizemos um Decreto que sugeria até ao Governo do Estado, não sei porque ainda hoje não foi feito a nível de todo o Estado, que 50% da carne da merenda escolar obrigatoriamente fosse de caprinos e ovinos, o que daria já uma segurança e com isso o rebanho cresceu, a lucratividade aumentou, associada a outras atividades dos cursos que foram dados para o corte, porque o que nós sabemos é que realmente é uma atividade lucrativa, é uma atividade onde você aproveita tudo. Do bode nada se perde, não é verdade? Tudo se aproveita. Essa é uma atividade que realmente eu estou falando diretamente da minha região e daí eu estou falando mais de caprino, mas entendo que os senhores do Sul, que têm esse potencial para crescer ainda mais, a parte dos ovinos, que também há no Nordeste e já existe um rebanho, mas é estarrecedor quando a gente vê que 60% do que é consumido no Brasil ainda é importado, quando é uma atividade que se for com o apoio, ela só tenderá a crescer.

Então eu acho que nós temos que dar passos largos, que nós estamos já no prejuízo, precisando crescer cada vez mais na atividade, que volto a dizer, é uma atividade de inclusão social, geradora de emprego e geradora de renda, de dar condições a que o homem permaneça na terra, porque essa é uma grande preocupação hoje, porque muitos dos assentamentos, o campo que está reduzindo a sua população em função da migração para as maiores cidades, são atividades como essas que na realidade podem dar a sustentabilidade, pode fazer com que a permanência na terra seja maior porque existem condições de vida e isso sendo associado aos avanços tecnológicos, ao conhecimento, porque quanto mais você prepara o produtor de nível técnico, de nível universitário, ele vai com certeza valorizar mais a atividade e vai em busca de soluções que sejam mais rentáveis para os seus negócios.

Então eu queria só aqui dizer da importância, que nós precisamos realmente é cada vez mais valorizar essa atividade e cobrarmos ações, que eu sei que já existem, mas ainda são poucas, de apoio ao estímulo da atividade. Por exemplo, eu lembro que tem na região de Apodi, na cidade de Apodi, nós temos um senhor, Toinho de Filash(F), que ele tem uma criação de cerca de quinze a vinte mil cabeças e hoje é um homem que se chama até "O Rei do Bode", porque ele tem essa atividade que realmente deu uma condição de vida, de lucratividade muito boa para ele.

Então eu acho que é isso que eu queria colocar, dizer da importância desse momento e que nós possamos, dessa Audiência, sairmos daqui mais fortalecidos nessa luta. Eu vejo, quando nós vamos a um restaurante sofisticado, um dos pratos mais vamos dizer assim apreciados são aqueles de caprinos e ovinos. Isso não é somente aqui no Brasil, é no exterior. Você chega nos restaurantes que tem estrela Michelin, qual é o prato mais premiado, vamos supor? É um prato de ovino, de caprino. Então isso realmente demonstra que nós temos um potencial muito grande e que o Brasil realmente que pode se preparar para ser o seleiro do mundo, essa atividade é de uma importância muito grande, temos que apoiar e estou aqui para colocar para os senhores a minha disposição, que eu sei que é de todos que aqui estão da Comissão de Agricultura, de fazermos com que possamos nos unir e com a ex-

periência que os senhores têm em cada setor, porque vivem o dia-a-dia dessa atividade, possam até a nos orientar: o que devemos fazer, o que podemos fazer, o que temos que cobrar mais sim. Nós precisamos é que o Ministério da Agricultura, o Governo Federal, crie mais mecanismos de incentivo e de apoio para que a atividade possa crescer cada vez mais.

Então é isso que eu queria aqui de colocar, dizendo que louvo a participação de todos aqueles que têm se empenhado, acreditando numa atividade que hoje nós sabemos, está aí o leite de cabra, como o Senador aqui colocou, os melhores queijos do mundo, qual é o leite? É o leite de caprinos e ovinos. Aí a França dando esse exemplo. Então nós precisamos realmente, o nosso povo é capaz, é forte, é um povo inteligente e que só precisa desse apoio e de que tenhamos sempre em mente que o bode, foi-se o tempo em que ser criador de bode era algo depreciativo. Hoje não, hoje é algo que dá lucratividade, gera emprego, gera renda e que nós precisamos levar cada vez mais essa valorização no sentido de trazermos incentivo para a atividade e nos tornarmos... não precisar mais importar, pelo menos o mercado interno seja abastecido pelos produtores da terra, que a lã seja a nossa lã, que as peles sejam as nossas peles, porque tudo isso tem uma seqüência, uma cadeia produtiva muito importante que vai só engrandecer e gerar mais emprego, porque realmente a experiência que eu tive foi algo que me deixou entusiasmada pelas questões da caprinoovinocultura, tanto que até passei a ser criadora [risos]. Hoje eu tenho uma pequena criaçãozinha, não é grande, é pequena, mas faço a experiência do Mestiço, entre o Boer, e aí a gente tem, vamos dizer, uma pequena criação que realmente eu vejo que não nos dá muita preocupação, porque na nossa região ele não nos dá muita preocupação e que sempre dá um pouco de renda. Então eu fico aqui, não é causa própria não, a experiência já veio em função do entusiasmado que eu aprendi com os pequenos, com aqueles do mercado do bode, da feira do bode, nos festivais gastronômicos que nós promovemos e que a cidade promove e que o Nordeste promove com o caprinoovino e numa valorização de algo que é nosso e que precisamos cada vez mais puncionar.

Então fica aqui a nossa certeza de apoio e de que queremos aprender mais com os senhores para que o nosso mandato possa valer mais, corresponder à confiança do nosso povo, principalmente daqueles que estão no campo acreditando e confiando de que a sua criação pode ser realmente algo que dê mais renda, mais distribuição inclusive de renda, mais inclusão social e desenvolvimento ao nosso Brasil. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado à Senadora Rosalba. Nós ouviremos, pela ordem de inscrição, a Senadora por Mato Grosso do Sul, Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente, eu quero primeiro parabenizá-lo por ter proposto essa Audiência Pública e nos dar a oportunidade de conhecer coisas interessantíssimas, como acabamos de ouvir a Senadora Rosalba, que eu não sabia que ela era criadora de caprinocultura e, segundo o Senador João Tenório, ela errou aí numa afirmação, ela disse que tudo se aproveita do bode, ele falou: "O berro não" [risos]. Então tem o berro.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas o berro, quando o bode berra, é dizendo: "Olha, eu estou aqui, me ajudem porque eu vou ajudar vocês também, eu vou ajudar esse Brasil" [risos].

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É verdade. E é interessante, eu não pude ouvir todas as explanações porque eu estava em uma outra Reunião, mas eu não quis deixar de vir aqui, embora não seja produtora, seja professora, mas eu não quis deixar de vir aqui e ver a diversidade que nós estamos vendo, um produtor de Santa Catarina falando da importância da comercialização e da produção nessa área, uma produtora e uma Senadora do Nordeste também colocando essa questão, além do João Tenório, que é nosso Senador de Alagoas. Portanto, é ver que isso é uma questão nacional, não é uma questão local.

E eu quero colocar também o meu Centro-Oeste nessa discussão. Não deixar só o Norte, o Sul do país e o Nordeste aqui participando. E vim trazer aqui as questões do meu Estado, que me pediram inclusive que colocasse à Mesa. Nós temos em Campo Grande o único frigorífico específico só para o abate de carneiros do país, que está em Campo Grande, não há outro no país. A propriedade era de um ex-Senador que esteve nessa Casa, Juvêncio da Fonseca, que é meu colega e que criou e construiu um frigorífico, vendo as melhores tecnologias, para que pudesse ter um abate feito em frigorífico especializado para o abate de carneiro. Então o JS Ovinos é um frigorífico que está dando certo. Ele foi arrendado agora a pouco, mas quem o arrendou continua trabalhando muito na área, já está com licença para exportação, o câmbio é que não deixa ainda, com o Dólar muito baixo em relação ao Real muito valorizado, há o interesse maior da exportação.

Mas qual é a briga do meu Estado que eu quero colocar aqui para os senhores? É algo que eu já ouvi os nossos Senadores falarem, que eu acredito que todos devem ter falado: é o problema da importação

de carcaça, principalmente do Uruguai, e os incentivos fiscais para quem importa, como o problema da carcaça do carneiro. Se tem incentivo para quem importa e nós não temos um incentivo específico para quem quer fazer um frigorífico, quer trabalhar na área e quer produzir, então a questão, acredito maior, pelo menos para quem produz no meu Estado, é que as indústrias sejam vistas com um incentivo maior e os produtores. O Mato Grosso do Sul está crescendo muito nessa área, é um grande produtor de gado, é o segundo maior do país, entramos agora, perdemos para Mato Grosso, durante muitos anos fomos o maior produtor de gado, mas eu quero dizer que o mercado está se expandindo enormemente no Estado. A criação de carneiro está crescendo muito, o SEBRAE tem nos dado muito apoio, o MAPA nem é preciso dizer, é um grande parceiro também do Mato Grosso do Sul, mas nós precisamos muito mais do que isso. Precisamos de um apoio específico, de uma legislação específica e nós estamos aqui para fazê-la. Eu disse ao Senador Juvêncio que esta é a Casa própria para isso, quer dizer, sendo bem orientados, discutindo bem com quem entende, com quem trabalha na área, eu não sou da área, mas eu estou aqui nessa Comissão porque eu acredito muito. No meu Estado as commodities nessa área são fundamentais, o Mato Grosso do Sul é um grande criador e, portanto, não tinha como eu deixar de estar aqui na Comissão de Agricultura, Pecuária e Reforma Agrária do país. Então eu quero estar sempre presente, atuando e queria ouvi-los a respeito disso. O que é que podemos fazer? Onde podemos atacar primeiro para realmente incentivar quem produz, quem quer industrializar, que esse é um grande gargalo também que nós temos no país. Você vê que a caprinocultura no Nordeste é fortíssima e não há nenhum frigorífico especializado nessa área. Tem que usar frigoríficos de abatedouro de carnes ou outros tais para fazê-lo.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então é essa questão que eu gostaria de colocar – só um minutinho -, e o problema de incentivo para quem está trazendo carcaça do Uruguai, quer dizer, em detrimento de quem produz no país. Eu acho que essas duas questões é que eu gostaria de ouvir as respostas dos senhores. Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A senhora falou exatamente, se eu não estou enganada mais de 90% dos caprinos ficam na nossa região Nordeste, no Cariri, Ceará, em Pernambuco é muito forte, Paraíba, e já existem alguns frigoríficos específicos, por exemplo, se não me engano em Quixadá, no Ceará, já existe um específico, no Rio Grande do Norte também, inclusive nós temos no Rio Grande do Norte, na nossa região, na cidade de Itaú, um frigorífico lá sem ser utilizado. Está faltando exatamente é isso, é criar condições, porque foi edificado através de recursos, eu não sei nem, eu acho que através de Fundação, foi edificado o frigorífico, fica na cidade de Itaú, não é Dr. Francisco? Tem um no Rio Grande do Norte, Itaú, pertencente a uma Associação que não está... Não, tem o Ilágio(F), mas o de Itaú está pronto sem nenhuma utilização. O que está faltando é exatamente uma legislação e uma forma de que possamos, vamos dizer assim, a atividade ser mais ordenada. E com os incentivos, porque se a gente pensar em corte, a pele, por exemplo, para exportar, vai dar um valor agregado muito forte.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É, eu acredito, Senadora Rosalba, que o incentivo para o pequeno produtor e para o produtor de animais de pequeno porte é fundamental. Eu acho que aí entra a agricultura familiar como V. Exª. colocou aqui, mas mesmo assim eu não conheço os frigoríficos do Nordeste, mas conheci alguns no ano passado, quando eu fui Relatora de um caso aqui que envolvia frigoríficos e frigoríficos de animais de grande porte que me deixaram extremamente preocupadas pela qualidade dos frigoríficos que eu vi em muito do Nordeste. Eu acho que nós temos que apoiar o Nordeste também na tecnologia para que ele possa ter frigoríficos de grande porte. Eu estou colocando isso porque só no meu Estado nós temos lá Margem, Independência, Bertin, os grandes frigoríficos nacionais estão lá, também outros de menor porte, mas no Nordeste eu acho que precisa mais de apoio e mais de ajuda para conseguir dar resposta a quem produz naquela região.

Bom, eu quero terminar a minha fala aqui agradecendo a todos e dizendo que Mato Grosso do Sul e eu acredito muito o Centro-Oeste, Mato Grosso não, mas Goiás estava entrando também pesadamente nessa área, mas Mato Grosso do Sul entrou para ficar. Em todas as exposições agropecuárias que são fortes no meu Estado não há uma em que o setor não seja bem contemplado, bem visitado, discutido e eu gostaria de ajudar o meu Estado naquilo que por possível, através do meu mandato aqui no Senado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado à Senadora Marisa Serrano.

[palmas]

E como último inscrito ouviremos o Senador por Alagoas, o Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, primeiramente eu gostaria de registrar a

importância que essa Comissão assumiu nesse Senado. Talvez seja um dos lugares aonde se discuta coisas mais concretas que afetam o país. Nós temos aqui, a bem da verdade, uma plêiade imensa de discussões, de temas a ser considerados, mas muitos deles têm um caráter, eu diria assim, sem nenhum exagero, um tanto quanto virtual. Nesse recinto, sobretudo quando o Senador Neuto De Conto assumiu a presidência dessa Comissão, passou a se discutir, neste local, neste recinto, questões absolutamente concretas e importantíssimas para o país, muito importantes. Nós tivemos numa semana atrás a oportunidade de apresentar um Projeto de Lei aqui que discutia e propunha uma migração da atividade pecuária no Brasil extremamente extensiva para, não diria uma atividade intensiva, até porque nós temos áreas bastante para nos preocuparmos com isso, mas uma migração para uma semi-intensiva. O Brasil hoje tem mais ou menos um boi por hectare, nós estávamos sugerindo incentivos, estímulos para que nós migrássemos para um e meio boi por hectare. Isso proporcionaria, senhores palestrantes, números absolutamente impressionantes. Por exemplo, isso liberaria de quarenta e dois a quarenta e três milhões de hectares de terra que poderiam ser usados de várias maneiras. Por exemplo, poderiam ser usadas para grãos e isso proporcionaria uma produção de mais de cem milhões de grãos a mais no país. Isso poderia ser usado para ampliação do rebanho, seriam mais sessenta e dois milhões de cabeças de gado que estaria se produzido nessa área liberada. Poderia se produzir álcool, álcool é num número extravagante. O Brasil hoje produz vinte e cinco bilhões de litros de álcool, utilizando a totalidade dessa área, o que é pouco provável, mas utilizando apenas como número de referência, o Brasil poderia produzir duzentos e cinqüenta bilhões de litros de álcool. Para se der idéia o que é isso, isso significa a possibilidade de substituir 12,5% de toda a gasolina consumida no mundo, pura e simplesmente liberando terra, migrando de numa atividade menos intensiva para um pouco mais intensiva, porque se for para ser intensiva mesmo, isso vai para três, quatro. Nós estamos admitindo apenas a hipótese de um e meio. Isso foi discutido aqui e aprovado em caráter de urgência, eu diria, e com a colaboração do Senador Neuto De Conto. Então eu gostaria de fazer essa referência que aqui se discute coisas, estão se discutindo coisas nessa Comissão absolutamente importantes e fundamentais para o país, como é o caso da Audiência Pública de hoje.

Eu gostaria de saudar os senhores palestrantes e o faço em nome do meu querido amigo alagoano Edílson Maia, da nossa querida e sofrida Alagoas. Edílson é uma pessoa absolutamente extraordinária nesse campo. Talvez os senhores, a maioria conheçam ele, mas os Srs. Senadores talvez não. Edílson é um alagoano muito ousado, aliás, ousadia é uma marca meio que constante nos alagoanos, sobretudo naqueles que fazem o empreendedorismo. Edílson praticamente inaugurou a atividade de criação de caprinos e ovinos no Estado, num Estado que não tinha absolutamente cultura disso, não sabia nem exatamente como fazer e por que fazer. E o Edílson inaugurou não a produção, mas a produção com racionalidade, com o mínimo de tecnologia e racionalidade. Ele começou a produzir e começou a identificar uma dificuldade grande: o que fazer com a produção? O que fazer com a produção, que é um problema que afeta as produções brasileiras de um modo geral e particularmente na questão nordestina. Então o Edílson deu um salto a mais, resolveu fazer uma semi-industrialização do seu produto, instalou uma pequena indústria, eu chamaria assim, um pequeno frigorífico, melhor dizendo, onde ele teve a oportunidade de dar o primeiro passo na construção de uma cadeia produtiva. E começou a observar que havia ainda dificuldade de colocar o seu produto, até porque Alagoas está incluída naquela zona ou estava, pelo menos, de risco de aftosa e tinha uma dificuldade adicional aos Estados da minha querida Senadora Marisa Serrano, do nosso Senador de Santa Catarina, do nosso Presidente, então nós tínhamos e temos ainda residualmente uma questão ainda a ser resolvida. Então o Edílson tinha isso. Então ele resolveu produzir e produzir... produzir não, levar o cliente para comer o produto dele. Então ele completou dessa forma a cadeia produtiva.

Então eu gostaria de fazer esse registro e saudar os senhores aqui, infelizmente eu tive que estar presente, não gazeteei a Sessão, porque eu gosto muito dessa Sessão, mas é que eu tinha que relatar na Comissão de Relações Exteriores ali também um tema importante, e gostaria de fazer mais apenas uma apreciação de algo que foi colocado pela Senadora Marisa Serrano. O Brasil é um país absolutamente exótico no que diz respeito – e não é só o Brasil, mas sobretudo o Brasil – às questões agrícolas. O Brasil é um país que começou a se empolgar, a se encantar com as outras atividades que não a agricultura nesse país. Aí começou a industrialização, nós ficamos muito felizes em sermos grandes produtores de automóveis, de eletrônicos, enfim, essa coisa toda, entramos na área de serviço, turismo. Essas coisas são coisas charmosas, então nós nos levamos, nos deixamos levar pela atenção e o interesse que isso tinha para todos nós e sobretudo para o país. E o Governo seguiu, o Governo seguiu. Então você tem hoje, por exemplo, se você quiser comprar um carro na Alemanha ou nos

Estados Unidos, você pode comprar, mas você tem que pagar 30% do valor do carro para entrar no Brasil. Enfim, a proteção à atividade industrial no país é um fato absolutamente concreto e existente e é bom que seja, não é ruim não. O Brasil precisa ter um parque industrial importante como tem em São Paulo, o Brasil precisa ter um parque de eletrônicos como tem no Amazonas, em Manaus, e também em São Paulo, isso é fundamental para o país. Agora esquecer que a agricultura nesse país é uma coisa importante, deve ser importante, é realmente uma atitude do Governo absolutamente incompreensível.

Eu tive a oportunidade de há um mês e meio atrás estar num encontro que houve na FAO, porque começou a se discutir, de repente o mundo acordou, disse: "Espera aí, o que está acontecendo com a agricultura? Nós não sabemos, a agricultura deixou de ser ativa o suficiente para alimentar o mundo". De repente se descobriu isso. O que é que está acontecendo? Aí começou aquela discussão: "Não, é biocombustível que está competindo com a agricultura". "Não, não é não, são os dois que estão competindo com o meio ambiente". E ficou aquela discussão que até hoje persiste, uma discussão que eu considero inócua em função do país que tem esses potenciais, como eu citei, um exemplo único, a migração do extensivo para um semi-intensivo, a quantidade de terra que liberaria, e é bom que se diga, essa terra, eu repito, não precisa derrubar uma árvore para você dispor dela, ela está pronta para ser usada para qualquer tipo de atividade.

Mas a Senadora Marisa chamava a atenção de que no caso específico da importação de carcaça havia um comportamento meio que esquizofrênico do Governo brasileiro, estimula a importação e cria dificuldades inerentes à produção aqui no Brasil. Nesse encontro eu fiz alguns levantamentos interessantes que mostram exatamente isso que eu estou querendo dizer. Nós levantamos os cinco maiores, as cinco maiores, mais importantes commodities agrícolas do mundo e fizemos um levantamento da curva de produção dela, da curva de preço dela durante quinze anos, durante os últimos quinze anos, e se observa uma coisa impressionante. O que está acontecendo nos preços agora não é um aumento de preços, é uma tentativa de reposição de preço dessas commodities. Então é uma coisa absolutamente flat, como nós diríamos, absolutamente plana a evolução dos preços de soja, de milho, de arroz, de trigo e mais uma outra lá que eu não me recordo agora. Então o que foi que aconteceu? Houve um desestímulo absoluto no mundo para a ampliação da produção de alimentos.

Tem um estudo que foi feito pela UNICA, que é a entidade que congrega os produtores de cana-de-açúcar, a maior entidade que congrega os produtores de cana-de-açúcar do Brasil, é uma coisa impressionante. Eles pegaram, se não me engano, de 1982 para cá, esse gráfico mostra, primeiro, a evolução da população do mundo de três bilhões de pessoas para seis e pouco bilhões de pessoas o ano passado. Então é uma reta absolutamente ascendente. Mostra o aumento, ou melhor dizendo, a área cultivada de agricultura no mundo nesse mesmo período. É uma reta, absolutamente uma reta. Essa crise de alimentos que está acontecendo agora, ela não estourou cinco, sete, oito anos atrás pura e simplesmente por um ganho admirável de produtividade agrícola nesse país, no mundo e em modo geral e particularmente no Brasil. Isso deveria ter estourado era lá atrás já, porque o desestímulo que é manifesto quando se observa as curvas de evolução de preços dos produtos agrícolas é de um lado e de outro lado evidentemente é uma melhoria de renda dos países mais em desenvolvimento que fez com que cada um quisesse comer mais e ter o direito de fazê-lo, e o aumento de área não existe, é uma coisa absolutamente impressionante esse gráfico, eu fiquei muito impressionado com ele, é uma coisa reta, não há aumento de área plantada. Então eu repito: essa crise não estourou lá atrás, porque a agricultura do mundo e particularmente a brasileira desenvolveram tecnologias que garantiram ganhos de produtividade impressionantes, impressionantes.

Então eu gostaria só de fazer essa referência aqui, elogiar o trabalho que os senhores fazem, porque é um trabalho que exatamente busca isso, fazer com que o Brasil pense grande na agricultura, pense grande nas coisas que são tão essenciais para o país e apenas deixar aqui uma reflexão e reconhecer a minha mais absoluta ignorância sobre o assunto, não entendo nada, como diria a nossa Senadora Rosalba, de bode, mas eu não entendo nada mesmo, tenho uma admiração muito grande, sobretudo porque eu acho que para o Nordeste pode ser uma solução interessante. O Nordeste é diferente do resto do Brasil. Eu costumo dizer o seguinte: toda vez que há, digamos assim, uma falta de percepção do Governo para as questões regionais, as diferenças regionais, eu costumo dizer o seguinte: quem não conhece Ribeirão Preto e Coité do Nóia, no nosso Estado, é que não tem a percepção da importância de políticas de desenvolvimento regionais mais competentes, mais efetivas, mais conscientes.

Então eu acho que talvez a nossa atividade aqui hoje discutida com tanta competência pelos senhores pode vir a ser, Senadora Rosalba, uma contribuição importante para tirar o Nordeste, sobretudo a região semi-árida, a nossa região, que não tem alternativa econômica, acredito que a maioria dos senhores conhe-

ça a região, é muito difícil, é a única região semi-árida do mundo que é quente demais. Primeiro, em todas as regiões semi-árida do mundo você tem um clima temperado, tem período quente, mas tem período... No Nordeste é quarenta graus, quando pouco, o ano todo, não tem essa questão de aliviar não. É dureza mesmo, quarenta graus o tempo todo.

Então eu gostaria, eu não sei bem como é a convivência, Edílson, disso com, por exemplo, da criação com palma ou qualquer coisa que o valha. É algo que poderia ser implementado de uma maneira mais intensiva. Eu acho que talvez venha a ser uma contribuição importante para que o Nordeste seja um pouco menos sofrido do que é efetivamente, sobretudo a questão da área do semi-árido. Muito obrigado, Presidente, pela paciência e eu gostaria de--

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Cara amigo Senador João Tenório. Tem uma coisa que todos nós entendemos, é comer os produtos, disso ninguém etapa, todos, degustar e apreciar os produtos, isso todos nós entendemos.

Está no Plenário o Sr. Roberto Germano Costa, que é Diretor do Instituto Nacional do Semi-Árido. Ele gostaria de fazer uma pergunta, concedo um minuto então para ele fazer a pergunta.

SR. ROBERTO GERMANO COSTA: Perfeito. Sr. Presidente, senhoras e senhores Senadores, senhores expositores, senhores convidados. Nós estamos aqui em nome do Ministério de Ciência e Tecnologia, através do Instituto Nacional do Semi-Árido, que está instalado em Campina Grande, primeiro para valorizar e elogiar a iniciativa do Senado, porque o setor da caprinoovinocultura hoje representa arranjos produtivos em todos os Estados que compõem o semi-árido brasileiro. Fico contente quando são apresentadas vantagens competitivas desse setor perante outras atividades. Porém, nunca deveremos ter a apresentação disso como vantagens substitutivas. Sim, 38% de todas as propriedades rurais do Nordeste brasileiro cultivam de uma forma consorciada ou caprinos ou ovinos com os bovinos. Precisamos sim ter uma diversidade cada vez maior de renda para os produtores da região.

Não como paraibano, que sou, gostaria de fazer referência ao vídeo que foi apresentado sobre Irmã de Leite. Quem conhece bem esse país e conhece a região Nordeste se sensibiliza com uma iniciativa dessa natureza, porque não se começou dessa forma, foi preciso que houvesse estímulos para que hoje esse arranjo produtivo realmente fosse encorajador e se traduzisse em inclusão social para a região. Quando se fala em incentivos fiscais para o setor, não estamos de forma nenhuma defendendo dependência de incentivos fiscais para o setor. Precisamos sim ter o início da atividade para que a partir daí a gente possa caminhar sem dúvida nenhuma com rentabilidade e renda para as iniciativas. Estamos ao lado aqui de um empresário do setor, o primeiro empresário que conseguiu ganhar dinheiro com a atividade de leite da caprinoovinocultura. Está tentando inclusive se instalar no Nordeste do Brasil, mas é impossível, como está hoje o setor, ele investir, por exemplo, em uma plataforma, seja em qual Estado seja, sem que haja incentivos para isto, porque quando vemos a possibilidade de ampliação de produção de leite ou aumento de consumo de carne a gente fica se perguntando aquela história de quem nasce primeiro, se o ovo ou a galinha. Vamos produzir mais leite ou vamos primeiro incentivar que as pessoas consumam para que depois a gente possa produzir? Então temos, parece, que trocar o pneu do carro andando.

O mesmo que foi feito, por exemplo, com propaganda estatal para o aumento do consumo do suco do caju, o mesmo poderíamos fazer com o aumento do consumo de leite, porque essa experiência feita nesse arranjo no programa, no Cariri paraibano, foi justamente de estímulo à incorporação do leite de cabra na merenda escolar e a partir daí hoje é a região mais produtora de leite caprino do país.

Portanto, este momento é especial, ao lado aqui de todos os Senadores e Senadoras, para que a gente possa estimular, inclusive os programas de leite, de consumo de leite da merenda escolar para que, assim, a gente possa alavancar esse setor produtivo que, repito, é um arranjo produtivo em todo o semi-árido brasileiro. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado. Para encaminhar o encerramento vamos passar a palavra, pela ordem inicial, ao Dr. Francisco?.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Neuto, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sim.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu vou ter que me ausentar--

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): A senhora vai perder o brinde.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Humilhou. É porque tem uma Sessão especial que está acontecendo pelos dezoito anos do Estatuto da Infância e da Adolescência.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): São dois minutos cada um só, mas--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então vamos aguardar aqui, depois eu gostaria até

de deixar aqui mais uma, vamos dizer assim, uma pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Faça.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Quando o representante aqui do INSA estava falando, colocando aqui sobre a questão do leite, do programa do leite, eu gostaria então só de dizer que no Rio Grande do Norte, dentro do programa de leite, o leite de cabra já está incluído. Mas uma coisa que a gente vê que pelo que foi colocado, 60% do consumo de carne também tem que vir do exterior, nós temos que criar as condições, meu Deus do céu, pelo menos para o nosso consumo interno, para que chegue, para que a produtividade aumente e tenha essas condições.

Então era só isso que eu queria me colocar, estando à disposição de todos os senhores e aqui do INSA, que eu tenho muito a aprender, porque eu sei que são estudiosos e acompanham com certeza toda essa questão, é um trabalho impressionante que existe no Cariri paraibano, dizer que estamos aqui à disposição para criar essas condições, já que a Senadora Marisa e o Senador João Tenório, como grande, vamos dizer assim, a sua participação é muito importante, apesar dele dizer que não entende de bode, mas ele entende do campo, então isso é importante que chegue, nos somarmos aqui também com o Dr. Casildo. Então era só isso que eu queria colocar. Muito obrigada.

SR. FRANCISCO EDÍLSON MAIA DA COSTA: Bom, eu quero em nome da CNA agradecer essa oportunidade, agradecer ao Senador Neuto De Conto, a todos os Senadores aqui presentes e a esta platéia que prestigiou essa Audiência Pública e dizer que nesse momento nós estamos buscando todos esses anseios e com certeza com o apoio dos Srs. Senadores nossas propostas, claro, as propostas que foram apresentadas são o começo de tudo isso que estamos desejando. Nossas propostas vão estruturar a cadeia, vão dar condições de crescer e de conseguir os objetivos que toda a sociedade criadora de ovinos e caprinos do Brasil deseja.

Eu agradeço a todos e reforço o convite ao almoço na CNA, a convite do Dr. Fábio Meirelles, Presidente da CNA, que convida todos os presentes a essa degustação de carnes ovinas e caprinas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Dr. Ênio.

SR. ÊNIO QUEIJADA DE SOUZA: Bom, eu quero também agradecer em nome de toda a Câmara Setorial, e dando apenas uma contribuição, Senadora Marisa Serrano, no Mato Grosso do Sul eu estive no JS, realmente o SEBRAE ajudou, enfim, em março nós tivemos uma rodada de negócio na FEINCO, em São Paulo, ele participou, foi bastante interessante.

Hoje à tarde, após esse almoço, a Câmara Setorial terá uma reunião extraordinária e o principal assunto será justamente a revisão do regulamento de inspeção industrial de produtos de origem animal. Ele foi colocado em consulta pública pelo Ministério da Agricultura anteontem, está na Internet para todos que quiserem ter acesso e a Câmara Setorial hoje irá tomar providências no sentido de analisar. Nós temos trinta dias, talvez seja pouco, já que são mais de setecentos e quarenta artigos, mas tem lá um capítulo específico de ovinos e caprinos, está sendo feito, mas primeiro nós precisamos conhecer ele para depois fazer algumas críticas e contribuições. Então o Presidente Edílson Maia já vai determinar uma pequena Comissão Técnica, um grupo de trabalho técnico para analisar e estamos recebendo as contribuições todas. Esse é o primeiro passo, é muito importante, então todos que estiverem aqui também, todos os presentes, têm muitos especialistas na área, é muito importante essa contribuição.

E com relação à gastronomia, a foto fala por si, a Senadora Rosalba, eu lembro que eu a conheci naquele Festival Gastronômico de Mossoró, uma vez o SEBRAE presente, o Projeto [ininteligível], a senhora até ficou brava, que a senhora estava com o braço engessado, parece que tinha engessado o braço e não podia comer tanto, "Eu não posso comer tanto como vocês porque eu estou com os movimentos mais limitados", eu lembro disso que a senhora falou, foi há um bom tempinho atrás, mas também tem sido uma grande apoiadora e é aquilo: nos da Câmara Setorial temos trabalhado diuturnamente para que cada Estado tenha a sua Câmara Setorial, o Mato Grosso do Sul já tem, é um passo à frente, sem dúvida nenhuma, para que as questões estaduais, as questões menores, menores mas não menos importantes, sejam tratadas em cada Estado de maneira adequada. Então eu agradeço mais uma vez, esperando vê-los no almoço.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado. Dr. Acari.

SR. ACARI LUÍS MENESTRINI: Bem, eu gostaria realmente de agradecer a oportunidade e cumprimentar o Senado pela iniciativa e, sem dúvida, o que está sendo tratado hoje é um projeto realmente de grande futuro, como nós comentamos anteriormente. Eu vejo que em dez, doze anos, a ovinocultura vai superar o gado de corte. Então é um projeto realmente fantástico, aonde vai incluir muita gente e, por outro lado, nós temos realmente tudo para ser feito. Eu acho que hoje importamos queijo, hoje importamos carne e realmente eu acho que nós temos que evoluir. Nós temos exten-

sões territoriais vastas, nós temos um pessoal humano fantástico, nós temos as quatro estações do ano na mesma hora e, sem dúvida, nós estamos no país do futuro. Eu acho que tem tudo para ser feito, sem dúvida vamos ser o grande seleiro e agradeço novamente pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Dr. Paulo Afonso Schwab.

SR. PAULO AFONSO SCHWAB: Só uma resposta à Senadora Marisa, uma preocupação que nós temos também em relação ao frigorífico, é que hoje, no Brasil, talvez 95% do abate de ovinos seja clandestino e isso é um problema também de saúde pública e não funcionamento, mas eu acho que nós temos que organizar isso daí, por isso que nós precisamos dessa ajuda aqui do Senado e dizer que, conforme o IBGE, nós somos quase quinhentos mil criadores de ovinos e eu tenho certeza que todos eles estão mandando um forte abraço e um agradecimento, Senador Neuto, por essa iniciativa que o senhor teve aqui nessa Comissão de nos convocar para tratarmos disso daí. Então nós estamos e deixamos aqui esse grande abraço e temos certeza de um novo parceiro, uma nova parceria nessa Comissão pelo que nós ouvimos aqui e o agradecimento que a gente deixa da Associação Brasileira de Criadores de Ovinos em relação a essa atividade e ao reconhecimento da atividade e o grande abraço dos quinhentos mil.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado. Nós, antes de encerrarmos, renovamos o convite do Presidente da CNA, Dr. Fábio de Salles Meirelles, para degustarmos produtos de ovino e de caprino no almoço na CNA. Dizendo, ainda, da nossa satisfação e do nosso agradecimento a todos os debatedores, às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores.

Antes de encerrar, o nosso catarinense Acari nos traz uma amostra dos produtos, a sua qualidade, para distribuir entre os Senadores, e eu gostaria que ele chegasse à Mesa para receber das mãos dele esse produto. Na semana passada foi maçã e hoje é queijo.

Sessão encerrada às 12h31.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 18ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2008.

Às dez horas e três minutos do dia vinte e sete de agosto de dois mil e oito, na Sala 19, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **NEUTO DE CONTO**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores(as): **EXPEDITO JÚNIOR, JAYME CAMPOS, GILBERTO GOELLNER, MARCO ANTÔNIO COSTA, CÍCERO LUCENA, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, OSMAR DIAS, PAULO PAIM, CÉSAR BORGES, ROSALBA CIARLINI, MARCONI PERILLO E JOÃO DURVAL.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as): Delcídio Amaral, Antonio Carlos Valadares, João Pedro, Leomar Quintanilha, Pedro Simon e Heráclito Fortes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Neuto de Conto, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: TURNO SUPLEMENTAR – SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 474, DE 2007 – (Tramitando em conjunto com o PLS nº 555/2007). EMENTA:** Altera os arts. 48 e 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com a finalidade de instituir, entre os objetivos do crédito rural, o estímulo à substituição do sistema de pecuária extensivo pelo sistema de pecuária intensivo. **AUTOR:** Senador João Tenório. **RELATOR:** Senador Osmar Dias. **OBS:** Em reunião realizada em 2/7/2008, esta Comissão aprovou o relatório do Senador Osmar Dias, que passou a constituir Parecer da CRA, favorável ao PLS nº 474 – CRA, de 2007, nos termos da Emenda nº 1 – CRA (Substitutivo), e pelo arquivamento do PLS nº 555, de 2007 – CRA, que tramitam em conjunto. A matéria aguarda apreciação em turno suplementar (art. 282-RISF), podendo ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão. **RESULTADO: O Substitutivo foi dado como definitivamente adotado sem votação, uma vez que não foram oferecidas emendas, nos termos do art. 284 – RISF. À Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 2: TURNO SUPLEMENTAR: SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 555, DE 2007 – (Tramitando em conjunto com o PLS nº 474/2007). EMENTA:** Altera os arts. 48 e 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com a finalidade de instituir, entre os objetivos do crédito rural, o estímulo ao desenvolvimento do sistema orgânico de produção agropecuária. **AUTOR:** Senador Antônio Carlos Valadares. **RELATOR:** Senador Osmar Dias. **OBS:** Em reunião realizada em 2/7/2008 a Comissão aprovou o relatório do Senador Osmar Dias, que passa a constituir Parecer da CRA, favorável ao PLS nº 474 – CRA, de 2007, nos termos da Emenda nº 1 – CRA (Substitutivo), e pelo arquivamento do PLS nº 555, de 2007 – CRA, que tramitam em conjunto. A matéria aguarda aprecia-

ção em turno suplementar (art. 282-RISF), podendo ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão. **RESULTADO: O Substitutivo foi dado como definitivamente adotado sem votação, uma vez que não foram oferecidas emendas, nos termos do art. 284 – RISF. À Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 3: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 78, DE 2008 – (PL. 00708 DE 2007, na origem) (NÃO TERMINATIVO) EMENTA:** Estende os incentivos especiais de que trata o parágrafo único do art. 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, ao produtor rural que adotar técnicas de integração entre lavoura e peucária. **AUTOR:** Deputado Rodrigo Rollemberg. **RELATOR:** Senador Gilberto Goellner. **RELATÓRIO:** Pela aprovação, nos termos da emenda que apresenta. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Marisa Serrano e Gilberto Goellner. Na fase de votação da matéria, a mesma foi aprovada pela maioria dos membros presentes. **RESULTADO: Aprovado o relatório do Senador Gilberto Goellner que passa a constituir o Parecer da CRA. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, DE 2003 (NÃO TERMINATIVO) Tramitando em conjunto com o PLS nº 6/2005. EMENTA:** Altera o artigo 9º da Lei 8.019, de 11 de abril de 1990 e o artigo 2º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, autorizando o acesso dos bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para fins de concessão de crédito rural. **AUTORA:** Senadora Serys Slhessarenko. **RELATOR:** Senador Leomar Quintanilha. **RELATORA "Ad Hoc":** Senadora Rosalba Ciarlini. **RELATÓRIO:** Pelo arquivamento dos Projetos de Lei do Senado nº 320, de 2003 e nº 6, de 2005, que tramitam em conjunto, e pela apresentação de novo projeto de lei complementar. **RESULTADO: Retirado de Pauta. ITEM 5: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 6, DE 2005 (NÃO TERMINATIVO) Tramitando em conjunto com o PLS nº 320/2003. EMENTA:** Dispõe sobre a aplicação das disponibilidades financeiras do FAT, em depósitos especiais, nas cooperativas de crédito constituídas nos termos da Lei nº 5.764, de 1971. **AUTOR:** Senador Osmar Dias. **RELATOR:** Senador Leomar Quintanilha. **RELATÓRIO:** Pelo arquivamento dos Projetos de Lei do Senado nº 6, de 2005 e nº 320, de 2003, que tramitam em conjunto, e pela apresentação de novo projeto de lei complementar. **RESULTADO: Retirado de Pauta. ITEM 6: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 475, DE 2003 (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Prorroga o prazo para que sejam ratificadas as concessões e alienações de terras feitas pelos Estados em Faixa de Fronteira, e dá outras providências. **AUTOR:** Senador Jonas Pinheiro. **RELATORA:** Senadora Marisa Serrano. **RELATOR "Ad Hoc":** Senador João Durval. **RELATÓRIO:** Pela aprovação, nos termos do substitutivo que apresenta. **OBS:** Em reunião realizada em 16.4.2008 foi lido o relatório pelo Senador João Durval, relator "Ad Hoc" , ocasião em que foi concedido vista ao Senador Gilberto Goellner, nos termos do art. 132, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, que o devolveu com voto em separado. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Marisa Serrano, Osmar Dias, Flexa Ribeiro, Gilberto Goellner e João Durval. Na fase de votação da matéria, a mesma foi aprovada pela maioria dos membros presentes. **RESULTADO: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto do Relator "ad doc", Senador João Durval, com as Emendas nºs. 1 e 2 – CRA. A matéria será encaminhada à CCJ, e, posteriormente, à CRE, em decisão terminativa. ITEM 7: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 734, DE 200**7 **(NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Altera a Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004, para acrescentar atribuição ao Cargo de Fiscal Agropecuário. **AUTOR:** Senador Arthur Virgílio. **RELATOR:** Senador Leomar Quintanilha. **Relator "Ad Hoc":** Senador João Durval. **RELATÓRIO:** Pela aprovação. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Osmar Dias e João Durval. Na fase de votação da matéria, a mesma foi aprovada pela maioria dos membros presentes. **RESULTADO: Aprovado o relatório do Senador João Durval, Relator "ad hoc" que passa a constituir o parecer da CRA. Será encaminhado à CCJ, em decisão terminativa. ITEM 8: AVISO Nº 16, DE 2008 (AVISO Nº 264 DE 26.3.2008, na origem). EMENTA:** Encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão 489, de 2008, proferido nos autos do processo nº TC 017.327/2006-6, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente à Auditoria Operacional realizada pela Fiscalização e Avaliação de Programa de Governo – SEPROG, no Programa de Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura, com foco nas atividades do programa referentes à aqüicultura continental. **AUTOR:** Tribunal de Contas da União. **RELATOR:** Senador Flexa Ribeiro. **RELATÓRIO:** Pelo arquivamento, considerando que as providências cabíveis foram tomadas pelo Tribunal de Contas da União. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Flexa Ribeiro, Gilberto Goellner e João Durval. Na fase de votação da matéria, a mesma foi aprovada pela maioria dos membros presentes. **RESULTADO: Aprovado o**

Parecer pelo Arquivamento da matéria. A Matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. EXTRA-PAUTA: REQUERIMENTO Nº 16 DE 2008 – CRA. ASSUNTO: Requer, nos termos do inciso II, do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Exmo. Sr. Celso Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para participar de audiência pública conjunta com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, da Comissão de Relações Exteriores – CRE e da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, com a finalidade de analisar e discutir sobre os desdobramentos da Reunião da OMC (Rodada de Doha) e o posicionamento brasileiro. **AUTOR:** Senador Neuto de Conto. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e treze minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **SENADOR NEUTO DE CONTO, PRESIDENTE DA COMISSÃO.**

COMISSÃO AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 27 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 04 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada. Aprovado.

Informo à Comissão que, conforme foi deliberado na reunião anterior, o requerimento do Senador João Pedro, foram encaminhados ofícios, em 3 de julho, do corrente ano, aos cartórios da região de imóveis dos Municípios de Lábrea, Humaitá, Carauari, Itacoatiara, Borba, Manicoré – todos do Estado do Amazonas – objetivando informações que farei a leitura.

Informar todas as operações de compra e venda de imóveis realizadas por pessoas físicas e jurídicas, estrangeiras, bem como por pessoas jurídicas que tenham como sócios estrangeiros, no período compreendido entre janeiro de 1995 até 2008. Apresentar cópia fiel do cadastro especial, referindo no art. 10º, da Lei nº 5.709 de 1971, no período de janeiro de 1995 até a presente data. Apresentar cópia fiel da relação dos imóveis adquiridos por pessoas estrangeiras, remetidas às Corregedorias de Justiça dos Estados e ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nos termos da Lei nº 5.709 de 1971, com cópia fiel dos respectivos comprovantes de recebimento.

Comunico ainda que na Mesa, mesma data, 3 de julho, foi encaminhado expediente ao Advogado-Geral da União, Dr. José Antonio Dias Toffoli, solicitando a gentileza de acelerar a conclusão da revisão do parecer GQ 181, que trata da recepção do § 1º, do art. 1º, da Lei 5.709/71 considerando a gravidade do tema, ou seja, a venda de terras brasileiras para estrangeiros.

Informo que até... Que está confirmada a Audiência Pública desta Comissão, juntamente com a Subcomissão de Biocombustível, no dia 10 de setembro próximo, com a presença do Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes e do Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, para discutir, analisar, o zoneamento agrícola brasileiro, para o cultivo de cana-de-açúcar.

Sobre a Mesa Aviso nº 1097–Seses–TCU–Plenário, datado de 20 de agosto, do corrente, subscrito pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Walton Alencar Rodrigues, o qual encaminha acórdão proferido dos autos do processo nº TC 00748/2008-4, que trata do recebimento, classificação, atuação, tramitação, atendimento e comunicação e encerramento da solicitação do Congresso Nacional, revogado, por conseqüência, alguns dispositivos de redação do TCU 191/2006.

A presente reunião destina-se à apreciação de matérias. Item nº 01 da Pauta. Termo Suplementar. O Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 474/07, que altera os arts. 48 e 103 da Lei 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com a finalidade de instituir, entre os objetivos do crédito rural, o estímulo à substituição do sistema de pecuária extensivo pelo sistema de pecuária intensivo, transmitido em conjunto com o PLS nº 555, de 2007.

Item nº 02 da Pauta. Em reunião realizada em 2/07/08 essa Comissão aprovou o relatório do Senador Osmar Dias, que passou a constituir Parecer da CRA favorável ao PLS nº 474 – CRA, de 2007, nos termos da Emenda nº 1 – CRA (Substitutivo), e pelo arquivamento do PLS 555, de 2007 – CRA, que tramitam em conjunto. A matéria ainda encontra-se em Turno Suplementar, art. 282, podendo ser oferecida emenda até o encerramento da discussão.

Em discussão do substitutivo. Não havendo apresentada emenda na discussão suplementar, o substitutivo é definitivamente adotado, sem votação, de acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Se-

nado Federal. Os projetos serão encaminhados à Secretaria da Mesa.

Item nº 03 da Pauta. Projeto de Lei da Câmara nº 78/08, PL. 00708 de 2007, na origem. De autoria do Deputado Rodrigo Rollemberg, que estende os incentivos especiais, que trata o parágrafo único do art. 103 da Lei 8.171 de 17, de janeiro de 1991, ao produtor rural que adotar técnicas de integração entre a lavoura e a pecuária.

Com a palavra, o Relator, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

O projeto de... Eu vou efetuar a leitura do relatório. O Projeto de Lei da Câmara PLC nº 78/08, de autoria do Deputado Rodrigo Rollemberg, trata da alteração do art. 103 da Lei nº 8.171, de janeiro de 1991. Que dispõe sobre a política agrícola, acrescendo de inciso que determina a concessão de incentivos aos produtores que adotarem, em sua propriedade, sistemas integrados agroflorestais, agropastoris ou agrosilvopastoris, voltados para a recuperação de áreas degradadas ou em fase de degradação.

O Autor do PLC nº. 78 argumenta na justificação que a adoção de tais sistemas integrados proporciona vantagens econômicas e ambientais aos produtores que os adotam. Pretende o Autor, que sejam concedidos os incentivos, previstos na Lei nº 8.171. Destacando a prioridade na obtenção de apoio financeiro oficial e preferência na prestação de serviços oficiais de assistência técnica e de fomento.

Análise. Conforme os incisos V, VIII e IX do art. 104 B, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a essa Comissão apreciar a presente proposição legislativa. O art. 103 da Lei nº 8.171 concede incentivos ao produtor rural, que preservar e conservar a cobertura florestal nativa existente na propriedade. Segundo, recuperar, com espécies nativas ou ecologicamente adaptadas, as áreas já devastadas de sua propriedade. Terceiro, sofrer limitação ou restrição no uso de recursos naturais existentes, na sua propriedade, para fins de proteção dos ecossistemas, mediante ato do Órgão competente Federal e Estadual.

Os incentivos considerados no parágrafo único do mesmo artigo são: 1. A prioridade na obtenção do apoio financeiro oficial, através da concessão de crédito rural e outros tipos de financiamentos, bem como a cobertura do seguro agrícola, concedido pelo poder público. 2. A prioridade na concessão de benefícios associados a programas de infra-estrutura rural, notadamente na energização, irrigação, armazenagem, telefonia e habitação. 3. A preferência na prestação de serviços oficiais de assistência técnica e fomento, através de órgãos competentes. 4. O fornecimento de mudas e espécies nativas ou ecologicamente adaptadas, produzidas com a finalidade de recompor a cobertura florestal. E 5. O apoio técnico e educativo no desenvolvimento de projetos de preservação, conservação e recuperação ambiental.

Assim, as condições para recebimento dos incentivos restringem-se, portanto, às ações de preservação, conservação ou recuperação de vegetação nativa, recursos hídricos e solos. Entretanto, seria louvável que também recebessem tais incentivos os proprietários rurais, que se dedicam a sistemas produtivos econômico e ambientalmente sustentáveis, tais como sistemas agropastoris, agroflorestais e agrosilvopastoris.

Cumpre destacar que se encontra em tramitação, nessa Casa, o PLS nº 260, de autoria do Senador Expedito Júnior, que institui a Política Nacional de Integração Lavoura – Pecuária. Esse PLS dá base legal a ações governamentais, como o Programa Integração Lavoura – Pecuária, PROLAPEC, cujos recursos são administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES. O Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, FCO, por sua vez, também criou uma linha de crédito para um programa de integração lavoura – pecuária próprio. Todavia, tanto o PLS nº 260, quanto o PROLAPEC, não incorporaram, em seus princípios, a integração da atividade agropecuária com a florestal.

Em Audiência Pública, realizada por essa Comissão, em 26 de setembro de 2007, para instruir o PLS nº 260, representantes da EMBRAPA enfatizaram o desenvolvimento de tecnologias que integram a agricultura, a pecuária e cultivos florestais. É nesse sentido que o PLC nº 78/08 reveste-se de significativa importância, uma vez que preconiza a valorização do princípio da integração lavoura, pecuária e silvicultura.

Finalmente, cumpre ressaltar que a Emenda do PLC nº 78 não descreve adequadamente esse princípio. Corretamente. Expresso no inciso IV, proposto no parágrafo único do art. 103 da Lei nº 8.171 de 1991. Qual seja? O da integração também de cultivos florestais. Merece, portanto, em nossa opinião, uma emenda.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do PLC nº 78, nos termos da seguinte emenda à ementa. Emenda nº 1 da Comissão da CRA. Dê-se à emenda do PLC nº 78 a seguinte redação. Estende os incentivos especiais, de que trata o parágrafo único do art. 103 da Lei 8.171, de 17 de janeiro de 1991, ao produtor rural que adotar técnicas de integração entre lavoura, pecuária e silvicultura. É esse o voto pela aprovação, com essa emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): O Relator conclui pela aprovação

dos termos da emenda que apresenta. Em discussão. Não havendo quem queira discutir... Com a palavra o Senador--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Gostaria de colaborar para o entendimento dos demais Membros dessa Comissão, que essa integração, principalmente a integração silvícola, plantio de árvores em pastagens, ou também primeiro se planta as árvores e depois se instituiu a pastagem, e continuamente se coloca também a agricultura, é um modelo que vai dinamizar e recuperar toda essa pecuária extensiva, que pouco... Que muito pouco contribui na ocupação correta do solo. A sustentabilidade econômica daquele solo ocupado.

Então, essa integração tanto na Amazônia, como também no cerrado do seu Estado, Senadora Marisa Serrano, Mato Grosso do Sul, que me falaram de um projeto muito persistente e que já está há vários anos dando excelentes resultados, que é foco, inclusive, de visitação de todos os Estados, e também ele teve constantemente na mídia, é um exemplo, então, de uma ocupação racional do solo com a integração, então, de... Da silvicultura, nas pastagens, junto com as pastagens.

E é por isso que nós colocamos essa emenda para que consubstanciasse esse projeto que nos chega da Câmara e que dispõe de incentivos para esses tipos de atividades que vão se alastrar em todo o País, tenho certeza, com muito êxito, e com o apoio de todos nós deveremos, então, votar esse grande projeto, que eu vejo que é uma... Uma nova disposição que se coloca no crédito oficial, assistência técnica, fomento, para essa nobre atividade agropecuária.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador Gilberto Goellner. Continua em discussão. Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É bem rápido, Sr. Presidente, mas só para complementar aquilo que o Senador Goellner disse, as áreas degradadas quando o Governo não tem capacidade financeira e nem uma política específica, efetiva, para recuperá-las é importante que nós possamos, aqui, incentivar o produtor a fazê-lo. E como disse o Senador Goellner, no meu Estado é uma política que está dando certo. Essa parceira entre o poder público e o poder privado, auxiliando a que os produtores possam realmente anexar às terras do Estado um número maior de hectares produtivos e não degradados, como se encontram em muitas regiões.

Eu quero dar aqui meu total apoio ao relatório do Senador Goellner.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua em discussão. Encerrada a discussão, colocamos em votação. As Sras. e os Srs. Senadores, que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria da Mesa.

Item nº 04 da Pauta. Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2003, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que altera o art. 9º da Lei 8.019, de 11 de abril de 1990, e do art. 2º da Lei 8.352, de 28 de dezembro de 1991, autorizando o acesso dos bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, o FAT, para fins de concessão de crédito rural.

Treinamento em conjunto com Projetos de Lei do Senado nº. 06, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº. 6, de 2005, Item nº 05 da Pauta, de autoria do Senador Osmar Dias.

Com a palavra o Relator, Senador Leomar Quintanilha. Em substituição, por não estar presente, em *ad hoc*, nós passamos a palavra, a relatoria, à Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Esse é o relatório. O Projeto de Lei do Senado PLS nº 320, de 2003 e o PLS nº 6, de 2005, têm por objetivo autorizar o acesso dos bancos cooperativos, PLS nº 320, de 2003, e das cooperativas de crédito PLS nº 6, de 2005, aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, para fins de concessão de crédito rural.

Em 2 de outubro de 2007, os referidos projetos passaram a tramitar em conjunto, por força da aprovação do Requerimento nº 611, de 2007, sendo distribuídos à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e Assuntos Econômicos.

O PLS nº 320, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, contém três artigos. O primeiro altera a redação do art. 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, para estabelecer que as disponibilidades financeiras do FAT possam ser aplicadas em título do Tesouro Nacional, por intermédio do Banco Central do Brasil, e em depósitos especiais remunerados e disponíveis para imediata movimentação, nas instituições financeiras oficiais federais, de que trata o art. 5º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, bem como nos bancos cooperativos.

O segundo artigo altera o art. 2º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, para estabelecer que o Banco do Brasil e os bancos cooperativos possam utilizar os recursos originários dos depósitos especiais, de que trata o art. 9º da Lei nº. 8.019, para conceder empréstimo ao setor rural.

O art. 3º do PLS determina que a lei resultante entre em vigor no primeiro dia de exercício subseqüente. O PLS nº 6, de 2005, também altera a redação do art. 9º da Lei nº 8.019, para estabelecer que as disponibi-

lidades financeiras do FAT possam ser aplicadas em títulos do Tesouro Nacional, por intermédio do Banco Central do Brasil, e em depósitos especiais remunerados e disponíveis, para imediata movimentação nas instituições financeiras oficiais federais, de que trata o art. 15 da Lei 7.998, e nas cooperativas de crédito, constituídas nos termos da Lei nº 5.764. O art. 2º estabelece que a lei resultante terá vigência na data de sua publicação.

Análise. Cabe inicialmente registrar o risco de inconstitucionalidade dos Projetos de Lei apresentados, em razão do mandamento presente do art. 192 da Lei Maior, com redação dada pela Emenda nº 40, de 29 de maio de 2003, que preconiza que o sistema financeiro nacional, estruturado a promover o desenvolvimento equilibrado do País e [ininteligível] aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõe, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.

Considerando a disposição constitucional mencionada, contemplando na nova proposição apresentada, a seguir a mudança de forma da iniciativa para projeto de lei do Senado complementar. Quanto ao mérito, os projetos de lei em exame, além de não apresentarem óbice, são harmônicos entre si, na medida que viabilizam oferta de crédito rural aos cooperados, deixando a autoridade monetária à liberdade necessária para compor diferentes programas de crédito rural, conforme a conjuntura.

Nesse sentido, o PLS nº 320, de 2003, inclui os bancos cooperativos como destinatários de depósitos especiais oriundos do FAT. Ao passo que o PLS nº 6 possibilita diretamente às cooperativas de crédito a faculdade e acesso a essa fonte de recurso para [ininteligível] operações de crédito rural.

Embora tenham papéis bem definidos na estrutura do cooperativismo brasileiro, os bancos cooperativos e as cooperativas de crédito atuam em sinergia para atender a demanda de crédito. Assim, os bancos cooperativos são regidos e regulamentados pela Lei nº 4.595, de 64, e Resolução nº 2.788, de 2000, do Conselho Monetário Nacional. Tendo por objetivo principal apresentar soluções de natureza financeira, técnica e operacional às cooperativas de crédito que lhe dão suporte, além de disponibilizar produtos e serviços específicos.

Já as cooperativas de crédito são sociedades de pessoas com forma e natureza jurídicas próprias, regidas e regulamentadas pela Lei nº 5.764, de 1971, do Conselho... E resolução do Conselho Monetário Nacional, atuando como instituições financeiras diferenciadas, que se caracterizam pela apresentação direta de serviço aos seus associados, oferecendo taxas remuneratórias de depósito mais elevadas e custos de serviços mais baixos. Sendo os serviços prestados aos associados de responsabilidade exclusiva da cooperativa, de acordo com a Circular nº 3.226/04, do Banco Central do Brasil.

Dessa forma, não vemos razão plausível para excluir, que os bancos cooperativos, que as cooperativas de crédito, da possibilidade de realizar operações com recursos do FAT. Haja vista apresentar diferentes riscos, custos de transições, capacidade operacional, liquidez em escala e capilaridade. Atributos que podem servir a variados produtos financeiros e programas governamentais. Sendo oportuno lembrar que o art. 48 da Lei agrícola nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, prevê que o crédito rural será suprido por todos os agentes financeiros, sem discriminação entre eles.

Em suma, as proposições em tela realizam relevante adequação na Legislação vigente, promovendo a diversificação dos agentes do crédito rural no País. Portanto, seguidas as exposições, já mencionadas art. 192 da Constituição Federal e as determinadas pelo art. 133, 3º e 5º, Item A, do Regimento Interno dessa Casa, apresentamos novo projeto de lei do Senado complementar, utilizando dispositivo das proposições sobre análise, ao tempo em que orientamos o arquivamento do PLS nº 06, de 2005, e do PLS nº 320, de 2003.

Pelo exposto, o voto é pelo arquivamento dos projetos de lei do Senado nº 06, de 2005, e nº 320, de 2003, e pela apresentação do seguinte. Altera... Altera o artigo... Projeto de lei do Senado, projeto complementar. Altera o art. 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e art, 2º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, autorizando acesso dos bancos cooperativos e das cooperativas de crédito a recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, para fins de concessão de crédito.

O Congresso Nacional decreta. Art. 1º. O art. 9º da Lei 8.019, de 11 de abril de 1990, com a redação dada pela Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação. Art. 9º. As disponibilidades financeiras do FAT poderão ser aplicadas em títulos do Tesouro Nacional, por intermédio do Banco Central do Brasil, e em depósitos especiais remunerados e disponíveis, para imediata movimentação nas instituições financeiras oficiais federais, de que trata o art. 5º da Lei nº 7.998, bem como nos bancos cooperativos e nas cooperativas de crédito, constituídas nos termos da Lei nº 5.764.

Art. 2º. Art. 2º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação. Art. 2º. O Banco do Brasil SA, os bancos cooperativos e as cooperativas de crédito, constituídas nos termos

da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, poderão utilizar os recursos originados dos depósitos especiais, de que trata o art. 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril, para conceder empréstimos ao setor rural. O art. 3º, esta lei entra em vigor no primeiro dia do exercício subseqüente à sua publicação.

É esse o relatório, Sr. Presidente. Que na realidade trata de uma questão de suma importância às cooperativas.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Complexa.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Complexa, mas de muita importância. Nós sabemos que o desenvolvimento rural, e o senhor, Presidente, que é de um Estado, onde as cooperativas têm uma presença muito forte, nós sabemos que o... Que fortalecer as cooperativas dá condições de trabalho, realmente impulsiona o desenvolvimento do nosso País.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Em discussão. Com a palavra... O Relator concluiu pelo arquivamento dos Projetos de Lei do Senado nº 320, de 2003 e o nº 6, de 2005, que tramitam em conjunto, e pela apreciação do novo projeto de lei complementar. Em discussão, com a palavra o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, normalmente quando a gente faz um projeto de lei e esse projeto de lei é copiado pelo Governo Federal e derruba o da gente, todos aqui reclamam. Mas o mesmo acontece aqui, quando um relator pega um projeto que você utilizou o seu tempo, você utilizou a sua inteligência, o seu conhecimento, discute com os setores interessados, traz a idéia, traz o projeto, e aí vai para a Consultoria, o Consultor simplesmente copia o seu projeto e diz que o seu é inconstitucional e põe um outro no lugar, um substitutivo. É o que está acontecendo nesse caso aqui. A Senadora Rosalba, evidentemente, está como Relatora *ad hoc* e não tem responsabilidade nisso.

Mas eu gostaria que o Senador Leomar Quintanilha estivesse presente, para explicar qual é a diferença do meu projeto, que ele considerou inconstitucional, do substitutivo que ele apresentou. Eu vou ler e V. Exª. acompanhe o texto do art. 9º do substitutivo, do Senador Leomar Quintanilha. Se tiver uma vírgula diferente do que eu escrevi, eu retiro o que eu falei. Se não tiver, eu gostaria, Sr. Presidente, de suspender a votação desse projeto, nesse momento, para que o Senador Leomar Quintanilha, numa próxima oportunidade, pudesse me explicar a diferença.

Vou ler o que eu escrevi e V. Exª. acompanhe o substitutivo. Art. 9º. As disponibilidades financeiras do FAT poderão ser aplicadas em títulos do Tesouro Nacional, por meio do Banco Central do Brasil, em depósitos especiais, remunerados, disponíveis, para imediata movimentação nas instituições financeiras oficiais federais, de que trata o art. 15 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e nas cooperativas de crédito, constituídas nos termos da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

É exatamente igual. O meu era inconstitucional. O dele não é. Aí ele acrescenta o art. 2º que diz: "O Banco do Brasil, os bancos cooperativos e as cooperativas de crédito, constituídas nos termos da lei tal, poderão utilizar os recursos originários dos depósitos especiais, de que trata a lei tal, para conceder empréstimo no setor rural". Mas por que que existe a cooperativa de crédito rural? Não é pra dar empréstimo ao setor rural?

Ele acrescentou esse artigo, dizendo que o meu é inconstitucional, copiou o meu projeto e disse que é inconstitucional. Presidente, eu não posso aceitar isso, não. Sinceramente, isso é falta de consideração com o colega. Eu não estou vendo aqui o Senador Leomar Quintanilha, mas eu peço que se suspenda a votação, que ele venha, aqui, até essa Comissão para gente debater. Eu quero saber onde o meu é inconstitucional, no que mudou o dele?

Agora, dizer que as cooperativas de crédito vão poder usar o dinheiro para fazer empréstimo, para o setor rural, a cooperativa de crédito rural só existe para isso. Ela não existe para outra finalidade. Onde está a inconstitucionalidade do meu projeto? Qual é a diferença do dele para o meu?

Então, pra ficar com a autoria de um projeto, alguém escreve que o meu é inconstitucional e copia e fica assim? Não, Presidente, eu não aceito isso, não. Peço que suspenda a discussão, inclusive, desse projeto, porque a gente não merece isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eminente Senador Osmar Dias, V. Exª. tem toda razão. Nós perceberemos, nesse momento da redação, ser igual. Por tudo isso nós retiramos de pauta, volta à discussão, na próxima reunião, para que se restabeleça, principalmente, o direito de autor e que se faça justiça com quem trabalha, luta, produz e, principalmente, nesse segmento tão importante. Está retirado de pauta.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Obrigado, Presidente, pela consideração.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Item nº 06 da Pauta. Projeto de Lei do Senado nº 475, de 2003, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, que prorroga o prazo para que sejam ratificadas as concessões e alineações de terras fei-

tas pelos Estados em Faixa de Fronteira, e dá outras providências.

Comunico que o Senador João Durval, Relator *ad hoc,* fez a leitura do relatório em 16 de abril do corrente, tendo concluído pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. Naquela oportunidade foram cedidos vistos ao Senador Gilberto Goellner, que apresentou voto, em separado, pela aprovação, nos termos do substitutivo que apresenta. Em 12 de junho do corrente, o projeto constou da pauta da reunião, tendo sido retirado de pauta. Em discussão o Projeto de Lei do Senado 475, de 2003.

Com a palavra, a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente.

Li com atenção o substitutivo do Senador Goellner, e quero aqui trazer à discussão algo que me parece necessário. Talvez a gente possa pensar um pouco, porque a proposta do Senador Jonas Pinheiro, ele deu um prazo específico para que o detentor de título, dessas posses, pudesse entrar com documentação no INCRA. E deu o prazo até 31 de dezembro de 2006.

Como esse prazo já foi extinto, já passou, é clarividente que nós tínhamos que fazer uma proposta, um substitutivo, colocando o prazo de... Eu coloquei o prazo de dois anos, a partir da aprovação da lei. Quer dizer, o produtor rural teria dois anos para entrar no INCRA. Entrar com a documentação.

O Senador Goellner achou que o prazo era exíguo e fez uma proposta de dez anos para entrar com a documentação. Mas nós ficaríamos dez anos sem resolver definitivamente esses problemas. Eu acredito que... Ainda acredito que dois anos seriam o suficiente para entrar com a documentação. Não sei o tipo de óbice, de obstáculo, que teriam os produtores rurais, para precisar de mais de dois anos, para entrar com a documentação no INCRA.

Então, essa explicação que eu gostaria, embora tenha lido todo o relatório e a proposta do Senador Goellner, discutir se dez anos não é um prazo muito elástico, para que nós não tenhamos ainda definitivamente resolvidos os casos, na fronteira. Vamos esticar dez anos, e em dez anos, Senador Goellner, tanta coisa pode acontecer, outras leis podem vir, outros problemas podem ter, e eu fico com um pouco de receio de que eu gostaria que em dois anos todo mundo entrasse, resolvesse o problema e encerrasse. Porque podem vir outros problemas depois e prejudicarmos os produtores rurais, pela elasticidade do tempo. Mas é clarividente que nós estamos aqui para ouvi-lo e para chegar a um consenso quanto a esse problema.

Eram essas minhas considerações, Sr. Presidente.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra, o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Bom, primeiro quanto ao mérito do projeto da Senadora Marisa Serrano, que é absoluto, não se discute porque nós precisamos de mais tempo para os produtores da área de fronteira, para que eles façam o requerimento, façam os procedimentos que tem que medir a área novamente, tem que medir reserva legal, tem que fazer todos os procedimentos, e isso demanda tempo realmente. Então, ela tem toda razão em propor mais tempo.

Mas eu quero lembrar que o Presidente do INCRA esteve aqui, nessa Comissão, por duas outras coisas e assumiu um compromisso, e em nenhuma das duas ocasiões, ele cumpriu com o compromisso que assumiu. E esse compromisso não foi comigo, foi com o Brasil inteiro vendo a TV Senado, de que ele iria ao Paraná para proceder à ratificação dos títulos da área de fronteira, do Paraná, e assim faria nos outros Estados. Por quê? Porque, na verdade, a grande maioria dos produtores já tomou todas as providências, já se documentou, já entregou, no INCRA, esses documentos, e quem não faz, na verdade, a sua parte, quem não cumpre, é o INCRA, que está postergando e levando à intranqüilidade, à insegurança, todos os proprietários da faixa de fronteira.

Eu conheço proprietários que têm sido visitados, por técnicos do INCRA, pra fazer vistoria, pra levantar... Para elaborar laudo, até de desapropriação, em função de que eles não estão legitimados na posse e no direito da propriedade. O que não é verdade. Porque eles fizeram a parte que lhes cabia e não estão, agora, tendo, por parte do INCRA, as providências que deveriam ter sido adotadas, ou seja, a ratificação dos títulos de fronteira.

Então, é preciso prorrogar esse prazo. Mas eu proporia aqui uma emenda, a todos os Senadores, e eu posso escrever, eu gostaria da atenção de todos os Senadores, que o INCRA tivesse igual prazo para deliberar. Porque senão, veja, nós começamos esse procedimento em 98. Já se foram dez anos. Então, eu concordo até com a Senadora Marisa que dez anos é demais, mas já se foram dez anos e o INCRA não fez nada. O INCRA não ratificou um título de propriedade, na faixa de fronteira. Em dez anos. Para quê? Pra deixar numa situação ilegal, para depois tomar providências que tornam aquele proprietário não proprietário mais daquela área? Arrumar chifre na cabeça de cavalo, para falar o português claro?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É. Eu já fiz esse requerimento ao Presidente do INCRA duas vezes, eu desisti porque ele prometeu duas vezes aqui e não foi. Então, eu não faço mais, fui cobrado no meu Estado, ficou ruim para mim, mas não faço mais o requerimento. Eu faço a proposta de uma emenda.

Eu pergunto ao Senador Gilberto, porque eu vou confessar uma coisa, esse projeto se for aprovado assim, ele não vai ser aceito. Ele vai ser vetado. Então, eu pergunto, se haveria uma forma de um consenso entre a Autora e o Autor do substitutivo, no sentido de encontrar aí um prazo de três anos, intermediário. É o Jonas Pinheiro, não é, o Autor? Mas enfim, a Relatora que apresentou seu relatório, eu acredito que dois anos já daria pra fazer o requerimento, porque todo mundo praticamente já fez. Eu manteria os dois anos. Mas eu colocaria uma emenda, nesse projeto aí, dizendo o seguinte, que o INCRA terá igual prazo, para deliberar. Ou terá um prazo X, para deliberar, que a gente teria que colocar numa emenda aí.

Porque a partir de momento que recebeu o requerimento, ele teria que ter um prazo, um ano, dois anos. Um ano. Recebeu o documento, tem um ano para deliberar. Essa emenda que eu sugiro que nós apresentemos aqui de forma coletiva, não seria uma emenda minha, mas de toda a Comissão, porque senão não adianta. A gente dá dez anos, o proprietário faz, o INCRA não faz nada, e fica tudo como está.

E lembrando que tem uma PEC, do Senador Zambiasi, do Rio Grande do Sul, que reduz a faixa de fronteira para 50 quilômetros. Ela é hoje de 150 quilômetros. Eu acho que ainda assim fica larga demais essa faixa de fronteira. Eu vou apresentar uma emenda nessa PEC, do Senador Zambiasi. Mas essa é outra história que nós vamos ter que votar na Comissão de Justiça e aí teríamos que fazer essa redução, porque não se justifica mais uma faixa de fronteira de 150 quilômetros.

Mas nós temos que votar esse projeto hoje. Faço a sugestão da emenda e gostaria de ver os colegas aqui em relação a ela.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): [pronunciamento fora do microfone], Senador Osmar Dias, acho que devemos uma homenagem ao querido e saudoso Jonas Pinheiro, que é o Autor da proposta. E o Relator *ad hoc* um dia foi o Senador João Durval, que a ele que nós temos que, daqui a pouco, passar para o acatamento dessas emendas.

Continuamos com a discussão. Passamos a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador, Presidente Neuto De Conto, Senadora Marisa, Srs. Senadores.

Primeiro V. Exª. já adiantou aquilo que eu iria falar. Eu acho que é um pleito, em homenagem ao nosso Senador Jonas Pinheiro, nós votarmos o projeto de sua autoria.

Depois, eu iria fazer também uma proposta, inclusive, para alongamento desse prazo, não para os dez anos que o Senador Gilberto Goellner propôs, diferentemente dos dois anos proposto pela Relatora, Senadora Marisa Serrano, e acompanhado pelo Relator *ad hoc,* Senador João Durval. Eu iria propor para que pudesse reduzir esse prazo de dez para cinco anos. Mas faço que o nobre Senador Osmar Dias falou, agora, que os dois anos são suficientes para que os agricultores, os produtores, possam encaminhar os seus requerimentos ao INCRA e reconhecendo, Senador Osmar, reconhecendo que o INCRA é um órgão ineficiente, ineficiente, não só no Paraná, mas em todo o Brasil, que ele não faz a sua atividade e fim, que é a de regularizar as terras, em nível do nosso País, e esse é o grande problema da Amazônia, eu vou acompanhar o... A proposta do Senador Osmar Dias, mantendo o prazo proposto pela Senadora Marisa Serrano de dois anos, só que a emenda que ele propôs, que o INCRA tenha um prazo de um ano, para que possa dar uma resposta, não quer dizer que vá aceitar, mas o que acontece é que o INCRA e o IBAMA, eles engavetam todos os processos e não dizem nem que aprovam nem que não aprovam.

Então, se dar um prazo para que o INCRA se pronuncie, a respeito dos requerimentos encaminhados, é mais do que importante. Senão seria inócuo o projeto do nosso Senador Jonas Pinheiro. Então, como nós queremos que esse projeto do Senador Jonas venha beneficiar o setor produtivo rural brasileiro, eu proponho somente, Senador Osmar Dias, que o prazo, para o INCRA, seja o mesmo que se está dando aos produtores. Porque poderá haver um...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Avalanche.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Uma avalanche de requerimentos e o INCRA que já não consegue resolver um--

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Se tiver dois--

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --vai complicar mais ainda.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Um aparte, Senador

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu já concedo. Só concluindo. A minha proposta ao Senador Osmar é que o prazo permaneça em dois e que se faça a emenda que o INCRA tenha que se pronunciar, no mesmo prazo de dois anos.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu vou ler a emenda que estou propondo, que coincide com a sugestão de V. Exª. Art. 2º. O INCRA terá prazo máximo de dois anos, para analisar e ratificar os referidos títulos, contados da data da apresentação do requerimento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pronto. Perfeito. Era essa a proposta que eu gostaria de fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu consulto o Senador João Durval, o Relator, se ele se sente confortável de acatar ás emendas, em Plenário, e votarmos hoje ou se V. Exª.--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): --prefere que nós retiramos para um reexame.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Pela ordem, Senador...

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

a proposta do Senador Flexa Ribeiro, e nós vamos conseguir fazer uma emenda nesse substitutivo. Porque eu vejo que é muito... Eu retirando o substitutivo, claro, e colocando essa emenda para nós aprovarmos agora. Porque é muito inteligente e procedente esse prazo, que vai ser dado também ao órgão que vai ratificar e alienar as áreas, porque é sabido de todos que um dos entraves maiores, de toda essa... De toda a viabilização dessas ratificações se deve pela carente estrutura do INCRA. E agora nós colocaríamos ele numa posição de trabalhar realmente e dar uma solução final a todos os proprietários de faixa de fronteira. Eu coloco, então, a apreciação se é possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Nós podemos retirar para reexames, recompor a matéria ou votá-la...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos ouvir o Relator *ad hoc.*

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): A proposta que eu faço é que nós votemos, porque esse assunto está já sendo postergado há muito tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): O Senador Gilberto retira o substitutivo. Aí fica o relatório original da Senadora Marisa Serrano, com a emenda do Senador Osmar Dias. Com a palavra, então, o Senador João Durval.

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Eu concordo, Sr. Presidente, plenamente com a emenda do Senador Osmar Dias.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pronto. Podemos votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação com a emenda do Senador Osmar Dias e com a retirada do substitutivo do voto, em separado, do Senador Goellner.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pediria ao Senador Osmar Dias, que me desse a honra de subscrever, junto com ele, a emenda.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senadora--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu aqui quero fazer uma solicitação, que no substitutivo... No substitutivo, que eu apresentei de dois anos, na ementa, temos que fazer uma substituição de uma... De um termo, de uma palavra. Que não é ratificação. Estabelece o prazo de dois anos para a ratificação das condições. Não é ratificação. É para ingresso dos documentos. Como fez o Senador Goellner. É só arrumar ali a ementa. Se todos concordarem... Então, está certo?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Uma ementa de redação?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Uma ementa de redação. Certo? Ementa... Emenda a ementa. Certo.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, eu também gostaria de subscrever, como nós pegamos para analisar, na realidade a gente tentou fazer com que o produtor ficasse a mercê de cartórios e dos órgãos do INCRA. Na realidade, ao se colocar um prazo para que o INCRA analise todos os projetos, eu vejo mais coerente, para uma solução mais prévia de toda essa questão. Então, eu gostaria de junto com o Senador Osmar Dias e Flexa Ribeiro subscrever essa emenda ao Projeto de Lei nº 475.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, antes de votar, eu gostaria de atenção dos Se-

nadores. Eu lembrei de uma coisa importante e vou sugerir que na emenda, que eu escrevi aqui, que eu perdi a redação dela, eu não sei onde está, eu queria acrescentar mais uma coisa que é importante. Que é a seguinte: Se o INCRA, no prazo de dois anos, não tomar nenhuma providência, está automaticamente ratificado o título.

Eu gostaria de acrescentar isso. Depois eu escrevo isso, mas o mérito é o seguinte, eu vou ler de novo aqui pra gente... O art. 2º. O INCRA terá um prazo máximo de dois anos para analisar e ratificar os referidos títulos, contados na data da apresentação do requerimento. Como é que...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não havendo nenhum pronunciamento, neste prazo, do órgão, estará automaticamente regularizado.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Isso. Isso. É essa a proposta que fica. De acordo?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Então, nós colocamos em votação as emendas propostas pelo Senador Osmar Dias, Flexa Ribeiro, Gilberto Goellner, com a retirada do voto, em separado, e com a redação, alteração da redação da Senadora Marisa. Em votação. Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Então, o projeto também, colocamos em votação o projeto. Senhoras e senhores que aprovam o parecer permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sim. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pediria a V. Exª., que eu ouvi do Plenário, se pudéssemos fazer uma inversão de pauta, para que eu pudesse relatar o Item nº 08, que eu tenho também um projeto para relatar na CCJ.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): A matéria será encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, posteriormente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em decisão terminativa.

Atendendo ao pleito do Senador... Senador Flexa Ribeiro, alteramos a ordem da pauta...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Item nº 08.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Item nº 08 da Pauta. Aviso nº 16, de 2008, nº 264 de 26/03/08, na origem. De autoria do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão 489, de 2008, proferido nos autos do processo nº TC 017.327/2006-6, bem como o Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente à Auditoria Operacional realizada pela Fiscalização e Avaliação de Programa de Governo – SEPROG, no Programa de Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura, com foco nas atividades do programa referentes à aqüicultura continental.

Com a palavra, o Senador relator Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Neuto De Conto, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

A Presidência do Tribunal de Contas da União, TCU, encaminhou a esta Casa cópia do Acórdão nº. 489/2008/Plenário, acompanhado do Relatório e Voto que o fundamentaram. Trata-se do resultado de Auditoria Operacional realizada pela Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo – SEPROG, no Programa Desenvolvimento Sustentável de Aqüicultura, de responsabilidade da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República, com foco nas atividades do programa referente à aqüicultura continental.

O objetivo da auditoria foi verificar se as ações desenvolvidas, pelos gestores e executores, têm sido suficientes para impulsionar a atividade produtiva, de maneira ordenada, e para converter o potencial nacional em produção de pescado, cultivados em águas continentais. Em outros pontos apontam-se os seguintes problemas na condução do programa: Inexistência de mecanismo de supervisão dos convênios celebrados, para executar as ações do programa. Insuficiência do acompanhamento técnico desses convênios, pondo em risco a boa utilização dos recursos disponibilizados. Falta de plano operacional para distribuição de projetos.

Ante as razões expostas, entre outras, pelo Ministro Relator, os Ministros do Tribunal de Contas da União concordaram em determinar à Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que, em conjunto com a DIDAC, a SIAPE/PR, adote providências para a edição das normas previstas, quanto aos critérios para a concessão de áreas de preferência.

Recomendar à DIDAC que elabore plano operacional, elabore plano de supervisão hierárquica, que defina instrumento de verificação, elabore conjunto de indicadores de desempenho das atividades do programa, estabelecendo prazo, para a sua adoção, e tornando públicos os padrões de desempenhos medidos.

Em conjunto com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, defina estratégia de coleta de dados da aqüicultura, que possibilite a formação de perfis regionais dos produtores, a partir da área cultivada e dos volumes de produção.

Defina o percentual a ser ocupado pelas faixas de preferência, nos projetos dos parques aqüícolas, fundamentando a decisão em estudo de viabilidade econômica e na identificação da população potencial, ocupante das áreas próximas aos parques.

Organize as iniciativas de pesquisas em aqüicultura.

Articule com o Ministério da Educação a possibilidade de inclusão na proposta pedagógica do Programa Pescando Letras, temas como associativismo, resolução de conflitos e relações interpessoais.

Recomendar ao Conselho Nacional do Meio Ambiente, CONAMA, que defina parâmetros e procedimentos para uniformizar os processos de licenciamento ambiental de empreendimentos aqüícolas.

Vamos ao voto, Sr. Presidente. Pelo exposto, considerando as providências cabíveis... Considerando-se que as providências cabíveis foram tomadas pelo Tribunal de Contas da União, somos pelo conhecimento da matéria e arquivamento do presente processo. Este é o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): O Relator concluiu pelo arquivamento, considerando que as providências cabíveis foram tomadas pelo Tribunal de Contas da União. Em discussão o relatório. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria da Mesa.

Item nº 07, último da Pauta. O Projeto de Lei do Senado nº 734, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que altera a Lei nº 10.833, de 16 de junho de 2004, para acrescentar atribuição ao Cargo de Fiscal Agropecuário.

Com a palavra, o Relator, Senador Leomar Quintanilha, que se encontra ausente. Solicito para ver a possibilidade do Senador João Durval fazer o relatório, em síntese, faz favor.

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Relatório. O Projeto de Lei nº 734 de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, tem por objetivo alterar a lei que define as competências dos ocupantes dos Cargos da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário. No prazo regimental não foram apresentadas emendas à proposição.

O art. 1º do projeto altera o art. 3º da Lei nº 10.883, de 2004, para incluir, entre as atribuições do Cargo de Fiscal Federal Agropecuário, a competência para a inspeção sanitária do acondicionamento, preservação, distribuição, processamento, transporte e abastecimento de produtos alimentares, produzidos pela indústria alimentícia.

De acordo com a justificação, o Cargo de Fiscal Federal Agropecuário somente pode ser exercido por engenheiros agrônomos, médicos veterinários, zootecnistas, farmacêuticos e químicos. Ainda, segundo a justificação, os engenheiros de alimentos são preparados para atuar na área de processamento de alimentos, na indústria alimentícia, como os laticínios, sucos e carnes. Mas a lei que institui o Cargo de Fiscal Federal Agropecuário não prevê a competência para fiscalizar as linhas de processamento da indústria de alimentos.

Análise. Devemos destacar a sua relevância, da proposta do Senador Arthur Virgílio. Atualmente existem no Brasil 65 cursos de graduação em Engenharia de Alimentos. Além de 30 cursos de mestrado e 19 de doutorado em Ciência e Tecnologia de Alimentos. Os profissionais formados nesses cursos possuem habilitação profissional para atuar na indústria de processamento de alimentos. Porém, a lei que instituiu o Cargo de Fiscal Federal Agropecuário não prevê a competência específica de fiscalizar o processamento dos produtos da indústria alimentícia, mas apenas para inspecionar os produtos alimentícios já embalados, o que acaba deixando de fora os engenheiros de alimentos.

Entendemos que a lei deve resguardar o interesse público e não apenas o interesse de uma determinada categoria profissional. É com esse espírito que analisamos a proposta em destaque.

Nesse sentido, julgamos essencial que a fiscalização sanitária seja feita ao longo de todo o processo de produção da indústria alimentícia. Todos nos lembramos do escândalo da adulteração do leite longa vida, com a adição de soda cáustica, durante seu processamento. Notemos que a fraude ocorreu ao longo do processo de produção, justamente a fase em que o projeto de lei, sob análise, pretende agregar as atribuições do Fiscal Federal Agropecuário.

Reconhecemos que os engenheiros agrônomos, os médicos veterinários e os zootecnistas são de fundamental importância para fiscalizar as matérias-primas, desde a produção no campo até sua entrada na fábrica. Mas é o engenheiro de alimentos, o profissional mais bem capacidade para inspecionar as linhas de processamento de alimentos, dentro da indústria alimentícia.

Voto. Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 734, de 2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): O Relator conclui pela aprovação do projeto. Em discussão. Como ninguém quer discutir, colocado em votação. As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento extrapauta, 2008 – CRA. Requeiro nos termos do inciso II, art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal seja convidado o Exmo. Sr. Celso

Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para participar de uma Audiência Pública conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, CRA, da Comissão de Relações Exteriores, CRE, e da Comissão de Assuntos Econômicos, CAE, com a finalidade de analisar e discutir sobre os desdobramentos da reunião da OMC, rodada de Doha e o posicionamento brasileiro. Coloco em discussão. Em votação. Aprovado.

Gostaria, antes de encerrar, também de participar a todos os Membros da Comissão, que fui designado como Relator da Emenda da Medida Provisória nº 432 e que veio para o Senado, através de um Projeto de Conversão nº 22, da Câmara dos Deputados, e que o relatório está sendo finalizado e certamente deveremos apresentá-lo, na tarde de hoje, em Plenário, e a medida provisória da agricultura que abrange um contingente de 2.8 milhões de contratos, envolve um volume de 75 bilhões de reais e de mais de 30 programas de financiamento, ao longo dos tempos, pelo trabalho realizado por todos os envolvidos, especialmente a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, os movimentos cooperativistas, a Frente Parlamentar Cooperativista, a Frente Parlamentar da Agricultura, a Comissão de Agricultura do Senado.

E nestes mais de um ano de trabalho, foi-se montado e avançando um projeto que originou a Medida Provisória nº 432. Envolvendo-se o Governo, especialmente o Ministério da Agricultura e o Ministério da Fazenda, fazem com que na Câmara dos Deputados, após um longo debate e com a apresentação de 555 emendas, dos Srs. Senadores e dos Srs. Deputados. Foram acatadas, pelo eminente Deputado Luis Carlos Heinze, 120 delas, que avançou o projeto significativamente e que vem à nossa Casa, que vem ao Senado da República, para darmos aqui, e já temos o nosso parecer pronto.

Espero que na tarde de hoje, a matéria já se encontra na Ordem do Dia, e possamos dar à sociedade brasileira, e principalmente ao homem do campo, a oportunidade de recompor todas as suas dívidas, a oportunidade dos bancos refinanciá-las, e com a aprovação desta matéria temos a oportunidade de cumprir com uma tarefa importante, dando à Legislação a tranqüilidade e o segmento nessa véspera do plantio de mais uma grande safra para o Brasil.

O nosso relatório aprova integralmente as medidas conquistadas, acordadas e votadas na Câmara dos Deputados. E nas negociações, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, conseguimos alguns avanços importantes, que deverão fazer parte do novo momento, de uma emenda à medida provisória que já está na Casa, pois que neste momento se emendarmos à atual medida, ela teria que retornar à Câmara dos Deputados. E no seu retorno o tempo é exíguo, a medida provisória, ela tem prazo, e tanto os bancos e quanto aos produtores têm urgência para que possamos, não só atender o seu pleito, como também podemos dar à Legislação, que possa ser executada. Tudo aquilo que aqui foi discutido.

Por isso os avanços, que não estão ainda na medida. Já estão acordadas com o Governo, a inclusão da fruticultura, a inclusão da carcinicultura, a inclusão do BNCC, que está na Advocacia Geral da União, a inclusão, principalmente, da reclassificação das operações de crédito rural, efetuada com recursos do FAT, realizados por BNB ou no BASA, para o FNI e o FNO.

E também já temos a segurança do encaminhamento, se votada hoje, ainda no dia de amanhã, para o voto do Conselho Monetário, para que se eleve de dois para quatro anos e se troque o percentual de 30 para 60%, as regiões em que ali estabelecem, principalmente, do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso, de Goiás e de outros Estados em estado de emergência, naquela oportunidade. Estamos ainda atentos, esperando algumas outras soluções, para que até no horário do meio-dia, ou no início da sessão da tarde, possamos encerrar e oferecer esse relatório, primeiramente a essa nossa Comissão.

Gostaríamos aqui de, sem nada mais havendo a tratar, encerrar a presente reunião, agradecendo a presença do Srs. Senadores, das Sras. Senadoras. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 11h14.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 19ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE SETEMBRO DE 2008.

Às onze horas e dezesseis minutos do dia nove de setembro de dois mil e oito, na Sala 9, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **NEUTO DE CONTO**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **JOÃO PEDRO, JAYME CAMPOS, GILBERTO GOELLNER, CÍCERO LUCENA, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, CÉSAR BORGES, AUGUSTO BOTELHO, JOSÉ NERY, ROSALBA CIARLINI E EDUARDO SUPLICY.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as): Delcídio Amaral, Antônio Carlos Valadares, Expedito Júnior, João Pedro, Leomar Quintanilha, Pedro Simon, Heráclito Fortes, Marco Antônio Costa e Osmar Dias. Havendo número regi-

mental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Neuto de Conto, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **Audiência Pública**, em cumprimento ao **Requerimento nº 10 de 2008 – CRA,** de **autoria** do Senador **José Nery**, aprovado em **28/5/08**, com o objetivo de debater a "**crise mundial de preços e alimentos e suas conseqüências no Brasil"**, com a presença dos seguintes convidados: **Sr. Marcelo Costa Martins –** Assessor Técnico da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; **Sr. Sílvio Farnese –** Coordenador-Geral de Cereais e Culturas Anuais da Secretaria de Política Agrícola – MAPA; **Sr. Onaur Ruano –** Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – MDS; **Sr. Arnoldo Campos –** Diretor de Financiamento do Departamento Proteção da Produção – MDA; **Sr. Isidoro Revers** – Representante da Comissão Pastoral da Terra – CPT. **RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA.** Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores: José Nery, Eduardo Suplicy, João Pedro e Cícero Lucena. **RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinqüenta e um minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **SENADOR NEUTO DE CONTO, PRESIDENTE DA COMISSÃO.**

COMISSÃO AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 09 DE SETEMBRO DE 2007, ÀS 11 HORAS E 16 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada. Aprovada.

Sobre a Mesa, ofício da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, o qual solicita que seja coibido e eliminado de vez a prática dos trabalhos escravos no campo, em Minas Gerais, reivindica ainda a implantação da política pública para viabilizar a agricultura familiar nos municípios de cortadores de cana, tendo em vista a intensa mecanização nas diversas cadeias produtivas agrícola. O expediente será encaminhado aos gabinetes dos Senadores de Minas Gerais.

O dia de amanhã está previsto, dia 10, às 14h30, estava prevista a Comissão para, juntamente com a Comissão de Biocombustíveis, a Subcomissão de Biocombustíveis, para tratarmos do trabalho de zoneamento agrícola brasileira para o cultivo de cana-de-açúcar. Em razão desse trabalho estar ainda em fase final, espera-se que termine no decorrer dos próximos dias. A reunião fica cancelada para retornarmos a esta mesma Comissão numa data pré-agendada, para que os Ministros possam vir com todo o conhecimento e também já com a informação segura deste zoneamento.

A reunião de hoje destina-se à realização de Audiência Pública para, em cumprimento ao Requerimento nº. 10 de 2008 – CRA, de autoria do Senador José Nery, aprovado em 28 de maio de 2008, com o adendo dos Senadores Valter Pereira e Gilberto Goellner, com o objetivo de debater a "crise mundial de preço de alimento e de suas conseqüências no Brasil". Com a presença das seguintes autoridades... Antes gostaríamos também de registrar que, em função do número de autoridades para serem ouvidas, desmembramos em duas reuniões; uma será realizada hoje e vamos agendar também para uma próxima reunião as demais autoridades que não foram convidados ou não estão comparecendo no dia de hoje. Convidamos para tomar assento à Mesa: Dr. Marcelo Costa Martins, Assessor Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA; convidamos o Dr. Onaur Ruano, Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, MDS; Dr. Arnoldo(F) Campos, Diretor de Financiamento do Departamento de Proteção da Produção, MDA; Dr. Sílvio Farnese, Coordenador-Geral de Cereais e Cultura Anuais da Secretaria de Política Agrícola, MAPA; Dr. Isidoro Revers, Representante da Comissão da Pastoral da Terra. Passo a palavra, neste momento, ao Senador José Nery, autor do Requerimento.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente Senador Neuto De Conto, ilustres convidados que aqui comparecem a essa Audiência Pública, Sr. Marcelo Martins Costa, da CNA; Dr. Isidoro Revers, da Comissão Pastoral da Terra; Dr. Onaur Ruano, da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate te à Fome; Dr. Sílvio Farnese, da Secretaria Nacional de Cereais, Coordenador-Geral da Secretaria de Cereais e Cultura

Anuais da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Senhoras e senhores, Srs. Senadores, ao apresentar o Requerimento para a realização desta Audiência Pública, destinada a debater a crise mundial de alimentos e suas conseqüências no Brasil, pretendi trazer a esta Casa um debate que diz respeito, ainda que muitos ainda não tenham se despertado para isso, que absolutamente que diz respeito a todos os brasileiros e brasileiras, bem como a todos os povos do mundo e não apenas àqueles que potencialmente seriam as maiores vítimas de uma crise dessa natureza.

Portanto, Sr. Presidente, gostaríamos de, nessa Audiência Pública, evidentemente ter a oportunidade de ouvir, debater os diversos pontos de vista a respeito dessa crise mundial de alimentos, suas conseqüências no Brasil, a análise das medidas já anunciadas e em implementação pelo Governo Brasileiro, bem como as preocupações nos movimentos sociais, especialmente os trabalhadores rurais e seus movimentos, em relação a um tema que diz respeito à sobrevivência, ao cotidiano de brasileiros e brasileiras, bem como é uma questão que diz respeito a todos os habitantes do planeta, porque é uma questão de caráter internacional.

Portanto, esperamos que a nossa Audiência Pública, conduzida por V. Exª, que ocorrerá em duas Mesas distintas; a que inicia hoje através... com a presença dos ilustres convidados, e a que realizaremos posteriormente, em complemento ao debate hoje iniciado.

Eu queria, Sr. Presidente, inicialmente ouvir evidentemente as exposições de todos os ilustres convidados para, ao final, poder apresentar no debate questões que considero fundamentais nessa nossa preocupação de encontrar respostas para as questões elencadas, que motivaram essa audiência, entre as quais um aumento substancial no último ano do preço dos alimentos em todo o mundo. E segundo a própria FAU, o preço dos alimentos, especialmente o trigo, aumentou em 130% no último ano; o arroz, 74%; a soja, 87%; e o milho, 53%.

Como sabemos, o nosso país não está imune aos efeitos dessa crise mundial. Portanto, fundamental que o Senado, que o Congresso Nacional ofereça a sua contribuição na busca de soluções para essa questão, razão fundamental da audiência que propomos, acolhida, pela unanimidade, pelos membros dessa douta Comissão, e, enfim, teremos aqui a oportunidade de tratar de forma bastante transparente um tema que diz respeito à vida de todos os brasileiros. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador José Nery. Então, passamos, de imediato, a palavra ao Dr. Marcelo Costa Martins, assessor técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA.

SR. MARCELO COSTA MARTINS: Muito obrigado. Bom, em nome da CNA, eu agradeço ao convite para participar dessa audiência, e nós consideramos que essa discussão, ela, efetivamente, é de grande importância num contexto não só econômico, mas social, no que diz respeito à alimentação, à geração de emprego e renda. E nós estamos, nesse momento, em uma situação onde, efetivamente, nós estamos num patamar de mudanças. Nós víamos, até poucos meses atrás, uma situação onde os preços subiam exponencialmente. No momento atual, houve uma reversão desse aumento de preços, mas nós gostaríamos de dividir a nossa apresentação em dois espaços, dois momentos, para que a gente possa entender efetivamente o que está acontecendo no mercado de alimentos no mundo e no Brasil.

A idéia, então, é mostrar os fatores que levaram a essa situação atual e traçar perspectivas futuras para o mercado de alimentos. É fundamental, nesse processo de discussão, lembrar que talvez o Brasil, ele seja, dentre os principais produtores de alimentos no mundo, o que tem ainda um maior potencial de expansão da sua produção, seja por área, seja por produção, por produtividade, por desenvolvimento tecnológico, mas é importante nós identificarmos a forma como conseguiremos esse crescimento. Há uma série de dificuldades, que nós pretendemos mostrar, que são fundamentais para o aumento da competitividade da produção de alimentos do Brasil. Próximo.

Bom, no primeiro slide, eu gostaria de ressaltar que esse não foi o primeiro ou o único momento de grande crise, vamos colocar, em termos de abastecimento no mundo. Nós tivemos na década de 70, em dois momentos, um aumento do preço do petróleo. Esse aumento do preço do petróleo, ele afetou intensamente o dinamismo da economia mundial. E aí, nesse momento, então, passando aqui para o início da década de 80, nós tivemos uma mudança no patamar de preços dos alimentos no mercado internacional. Essa mudança de patamar de preços, ela veio até ano passado, onde efetivamente nós tivemos um crescimento substancial do preço dos alimentos. Ou seja, a nossa expectativa e a conclusão do que nós vamos apresentar é que provavelmente não vamos ter preços nos mesmos patamares que encontramos até o primeiro trimestre desse ano. Mas, com certeza, os preços não voltarão ao patamar anterior ao ano de 2007. Próximo, por favor.

Bom, aquela avaliação é em termos de preços nominais. Avaliando em termos de preços reais, ou seja, deflacionando pelo IGP-DI, nós observamos que

há uma queda do valor, ou seja, nós temos uma certa estabilidade do valor após o início do Plano Real, mas as oscilações de preços, elas são muito inferiores do que o ocorrido na década de 70 e 80. É importante ressaltar que essa avaliação nominal, ela nos permite identificar o poder de compra do produtor. Ou seja, num processo de avaliação desses preços, após 2004, o que nós podemos observar é que o poder de compra do produtor, ele é muito menor do que nos anos anteriores, se nós avaliarmos em termos de inflação. Próximo.

Bom, um outro fator extremamente importante é o aumento do preço dos fertilizantes. Nós tivemos, a partir de janeiro de 2007 até o período atual, um crescimento da ordem de 170% nos preços dos fertilizantes. Se nós considerarmos, por exemplo, que para a cultura de soja, os fertilizantes, eles correspondem a 30 a 40% do custo de desembolso, essa mudança substancial no preço dos fertilizantes com certeza geram uma pressão em termos de aumento de preço e em termos de aumento de oferta de alimentos. Próximo, por favor.

Bom, um outro fator que não deixa de ter uma importante correlação com o preço de fertilizantes é o aumento do preço do petróleo no mercado internacional, que também teve um crescimento muito grande, principalmente em meados de 2007 e no período inicial de 2008. O preço do petróleo, ele interfere, além do preço dos fertilizantes, ele interfere também no custo com as máquinas que são utilizadas no sistema de produção, interfere no transporte e interfere na comercialização, no preço de comercialização das *commodities*, dos produtos agrícolas. Então, esses dois itens que eu mostrei até o momento, eles interferem no que diz respeito à oferta de alimentos. Nós temos mais dois fatores que também contribuíram para essa redução nesse momento da oferta de alimentos, que foram problemas climáticos, principalmente na Oceania, onde nós temos, por exemplo, a Austrália, que é um importante produtor de trigo e um importante produtor de leite, que vem tendo sucessivas quedas em sua produção, em função de problemas climáticos, e nós temos também um fator que, na nossa visão, ele é extremamente importante de ser discutido e trabalhado, que diz respeito aos subsídios agrícolas. Em vários momentos, nós tivemos desestímulos à produção nos países onde não se subsidia a produção porque os preços, principalmente nos Estados Unidos e na União Européia, eram artificialmente distorcidos, seja por meio de medidas de apoio interno ou seja por meio de subsídios à exportação. E um momento, como nós vamos mostrar a partir de agora, onde há um aumento da demanda e a União Européia e os Estados Unidos não conseguem artificialmente manter esses preços subsidiados, países como o Brasil e outros países em desenvolvimento, que poderiam suprir essa demanda adicional por alimentos, passam a ter dificuldade, em função de todo um desestímulo que ocorreu em anos anteriores pelos preços artificialmente praticados. Bom, esses são, na nossa avaliação, as questões relacionadas à oferta de leite, de alimentos.

No que diz respeito à demanda por alimentos no mundo... Próximo. ... Nós tivemos um crescimento da população substancial, principalmente na África e na Ásia, onde na Ásia nós tivemos um crescimento da ordem de 508 milhões de habitantes, e na África um crescimento da ordem de 343 milhões de habitantes. A expectativa para 2025 é que nós tenhamos no mundo 7,4 bilhões de pessoas. Ou seja, nós teremos um incremento a mais, em torno de um bilhão de pessoas que precisam se alimentar, e que esse desenvolvimento, de uma certa forma, ocorre principalmente na África e na Ásia. Somado a esse crescimento da população, nós tivemos também um aumento da renda, da renda *per capita*, muito influenciado pelo crescimento do PIB, que nos últimos quatro anos foi da ordem de 20% ao ano com uma especial... um crescimento especial, um crescimento maior, principalmente na China, onde nós tivemos, no último ano, crescimento da ordem de 12%, e na Índia um crescimento em torno de 10%. Então, o somatório do aumento da renda com o aumento da população, gerou um aumento adicional por alimentos no mundo. Próximo.

Um outro fator que precisa ser considerado nesse processo é a mudança de hábito de consumo e o crescimento da população urbana. No que diz respeito ao crescimento da população urbana, hoje nós temos uma situação onde um pouco mais de 50% da população vive na cidade e essa população, ela demanda alimentos, demanda aquisição de alimentos. Num passado, onde nós tínhamos a grande maioria da população rural, o que ocorria é que uma parte desses produtores, ou boa parte desses produtores, não demandavam alimentos, em função da produção de auto– subsistência. Então, efetivamente, o crescimento da população urbana gera uma demanda adicional por alimentos. Bom, em termos de mudanças de hábito de consumo, o que se observa é que existe uma demanda adicional por proteína, isso em todo o mundo. Então, nós estamos vendo um crescimento da demanda por açúcar, oleaginosas e derivados, carnes, leite e derivados, mas temos que lembrar, por exemplo, que a demanda por cereais, ela ainda é muito grande e continuará sendo muito grande. Ou seja, nós temos, então, dentro dessa perspectiva, uma demanda, um crescimento adicional da demanda por proteína, que

gera, em função da necessidade de alimentação dos animais, seja suínos, aves ou bovinos, a produção de grãos. Então, a produção de grãos, ela continua sendo necessária para suprir a demanda... para suprir a demanda desses animais, e ela continua também sendo muito grande em termos de consumo de cereais. Ou seja, não há uma expectativa de curto prazo de termos uma... uma redução ou uma estabilização da demanda por alimentos no mundo. Em algum momento, a taxa de crescimento dessa demanda, ela pode reduzir, mas a expectativa é que se continue tendo um aumento da demanda *per capita* no mundo. Próximo.

Bom, alguns especialistas colocam o etanol como o grande vilão do aumento do preço de alimentos. Essa avaliação, ela, se for feita em relação aos Estados Unidos, ela pode ser considerada como o fiel da balança na produção americana. Por quê? Gerou uma demanda adicional por milho, o custo de oportunidade do milho passou a ser muito alto, então houve uma migração da produção de soja, de trigo e de outros itens da composição de alimentos para a produção de etanol, mas é importante nós frisarmos o seguinte: a produção de etanol no mundo, ela equivale a 1,6% da área total produzida. Então, ela foi um fator de impacto, importante, mas ela não pode ser considerada o único fator de impacto. Ou seja, o somatório de todas essas ocorrências, de todas essas mudanças que ocorreram nesse curto espaço de tempo é que levaram a esse aumento no preço dos alimentos.

Em relação especificamente à produção de etanol no Brasil... Próximo... Nós gostaríamos de deixar alguns números para que nós possamos identificar que, no Brasil, essa situação de crescimento da produção do etanol, ela não compete com a produção de grãos. Por quê? Nós temos uma produção de grãos da ordem de 47 milhões de hectares, ou seja, em torno de 5,5% da área total brasileira. A cana-de-açúcar, ela equivale a mais ou menos 6,9 milhões de hectares, ou seja, 0,1% da área total do Brasil. Bom, dessa área total de cana-de-açúcar, apenas 3,5 milhões de hectares são utilizados na produção de etanol, o que daria em torno de 0,41% da área total do país. Bom, não houve disputa em relação à produção de alimentos porque, em torno de 70% da área de crescimento da produção de cana para etanol, ela ocorreu em áreas de pastagens. Em termos de disponibilidade de área para expansão, nós podemos observar que o país ainda tem em torno de 71 milhões de hectares que podem ser utilizados na exploração agrícola, sem nenhum impacto em termos de ampliação de problema ambiental, e nós temos também em torno de 172 milhões de hectares que... em torno de 100 milhões desses hectares, dessa área de pastagem, elas são pastagens degradadas, ou seja, se nós conseguirmos melhorar a produção e a produtividade nessas áreas de pastagem, com certeza conseguiremos produzir carne, leite, e ainda ampliar a produção de biocombustível, que, é importante se frisar, é um ponto importante nas discussões em termos de melhoria de renda de produtores, a necessidade de ampliarmos essa oferta de biocombustíveis. Em algum momento, a oferta de biocombustíveis pelo Brasil foi considerada um ponto extremamente interessante no que diz respeito à redução de riscos de aquecimento global, e, agora, em função do aumento do preço de alimentos, está se colocando a produção de biocombustível como o "patinho feio", vamos colocar assim, do aumento do preço de alimentos. Então é muito importante nós separarmos as duas coisas. Há impacto, há possibilidade de ter impacto, em termos de preços globais? Sim. É o único fator ou principal fator? Não. Em relação ao Brasil, nós efetivamente temos como ampliar a oferta de biocombustível, mantendo o crescimento da oferta de alimentos, sem o comprometimento em termos de terra ou produção e produtividade. Próximo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permite, Sr. Presidente, uma breve pergunta sobre aqueles... Porque como as informações do quadro anterior, imediatamente, mostram que a... Então, cana-de-açúcar só ocupa 0,81% da área total, e para o etanol apenas 3,5 milhões de hectares, e esta é uma informação para o Brasil inteiro. Mas me impressionou a informação que saiu na primeira página nos jornais, acho que de ontem ou anteontem, acho que foi a Folha de São Paulo, 70% hoje da área da agricultura no Estado de São Paulo está produzindo cana. Então, será que... Como pode ser 0,81% no Brasil inteiro, se, em São Paulo, 70% estaria produzindo cana? Só... Agradeceria se puder... Só para ter uma... ter isso bastante claro. Será que é isto mesmo? Ou será que a informação está correta? As duas estão corretas? Então, eu agradeço porque gostaria de saber bem.

SR. MARCELO COSTA MARTINS: Eu posso falar pela informação que nós trabalhamos. No caso, a CNA.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): A CNA deve saber bem o que se passa com a produção agrícola em São Paulo e no Brasil inteiro. Então...

SR. MARCELO COSTA MARTINS: Sim. Nós temos, em função de uma concentração inicial que ocorreu já há alguns anos em relação a São Paulo, um aumento da produção de cana.

Eu não tenho como precisar para o senhor agora esse percentual, mas com certeza vou disponibilizar essa informação para o senhor.

São Paulo, hoje, em função de custo de oportunidade da cana, tem a cana-de-açúcar como a principal atividade agrícola, mas nos diversos estados, nas diversas unidades da federação, a cana-de-açúcar, ela ainda é uma atividade incipiente. Então, existe a... Existem projetos para a ampliação da produção de cana-de-açúcar na região centro-oeste, usinas iniciando um trabalho de produção nessas regiões, mas o fato é que nós temos a concentração muito grande da produção de cana, especificamente no Estado de São Paulo, muito menos em outros estados. Há um certo crescimento nos Estados de Paraná, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, mas o fato é que ainda há uma capacidade muito grande de ampliação da exploração, principalmente em estados onde existe o custo de oportunidade da terra muito menor do que em São Paulo, em função daquilo que eu comentei com o senhor, da possibilidade de substituição de áreas de pastagem degradada por produção de cana.

Mas o fato é que ainda existe um processo de concentração da produção de cana em uma região específica do país, diferentemente de atividades, por exemplo, como o leite, onde você está tendo uma expansão da produção para todo o país.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Só para comunicar o eminente Senador, nós temos quatro expositores, e depois nós vamos fazer todas as perguntas, e podemos, daí sim, tirar todas as nossas dúvidas. Obrigado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Está bem, obrigado.

SR. MARCELO COSTA MARTINS: Gostaria de voltar só um slide, por favor.

Bom, essa relação de aumento da demanda por alimentos, somado à oferta não respondendo a esse aumento de demanda, levou a uma redução de estoques de alimentos no mundo, o que gerou, então, toda essa elevação de preços de produtos agrícolas no mercado internacional. Próximo.

Um fator extremamente importante, e aí nós gostaríamos de destacar o exemplo da pecuária de corte no país, é que até o ano de 2006 houve um desestímulo ao crescimento da produção, então nós tivemos uma queda do preço da arroba do boi, em detrimento ao aumento do custo de produção, e aí nós chegamos a um momento aqui, provavelmente no final de agosto de 2006, onde tivemos uma diferenciação, ou seja, uma inflexão dessa curva. O que ocorreu? Em função do abate de matrizes bovinas, por conta do desestímulo à produção, a partir desse momento, nós tivemos um aumento do preço da arroba do boi mais do que proporcional ao aumento do custo de produção. Ou seja, é necessário não apenas em momento de crise se incentivar a produção agropecuária. Se nós pegarmos esse gráfico e trabalharmos esse gráfico para todas as atividades agropecuárias, o que nós vamos observar não vai ser diferente desse gráfico; um crescimento substancial do custo de produção em detrimento ao preço pago pelos produtos agropecuários. Próximo.

Bom, esse foi o primeiro, vamos colocar, o primeiro estágio da nossa conversa. Nós tentamos mostrar aqui os motivos pelo qual nós tivemos o aumento do preço dos alimentos, mas o fato é que, e os senhores já devem ter observado, que a partir do mês de... final do mês de julho e início do mês de agosto, nós começamos a ter uma queda do preço de milho, soja, e trigo e outras *commodities* no mercado internacional, com reflexos na inflação no mercado interno. Boa parte dessa mudança, ela decorre do capital especulativo, que em algum momento, em função da crise mundial, se passou a investir... os investidores passaram a investir no mercado de *commodities* como uma forma de ter um maior lucro, e isso gerou especulação em termos de produtos agrícolas, também, de uma certa forma, a expectativa que havia de redução, de quebra de safra era, de uma certa forma, principalmente nos Estados Unidos, ela não vem ocorrendo em termos de... do que se esperava. O crescimento da economia para esses próximos... para esse próximo ano, ele é inferior ao que... à média histórica de crescimento desses últimos cinco anos. Então, o somatório desses fatores levou a uma queda no preço das *commodities* nesses dois últimos meses. Próximo.

Conseqüentemente... Próximo, por favor... O que nós tivemos foi uma queda do IPCA no mês de agosto de 0,64%, do INPC de 0,79%, e se nós pegarmos os dados do DIEESE, nós tivemos queda no preço dos alimentos praticamente em todas as capitais. Só que nós devemos lembrar que, nos 12 últimos meses, nós tivemos um crescimento da ordem de 25 a 32%, dependendo da capital. Ou seja, há um processo de redução do preço dos alimentos nesse último mês, mas ainda não conseguimos a recuperação, se nós considerarmos dos 12 últimos meses.

O que nós esperamos em relação ao preço das *commodities*? Próximo. Nós acreditamos que o patamar de preços, ele não será o mesmo que foi praticado no ano de 2007, mas ele não voltará ao patamar de preços praticados entre 2002 e 2006, ou seja, nós teremos preços de produtos agropecuários em patamares superiores à média histórica, mas abaixo do que vinha sendo praticado. Próximo.

Em termos de projeção de preço de fertilizantes, e isso nos preocupa muito, porque reduz a margem do produtor e não deixa de pressionar o aumento do preço dos alimentos, é que os principais fertilizantes

utilizados na agricultura e pecuária, eles tiveram um crescimento substancial de preços em 2007; como eu comentei, foi um dos fatores importantes para o aumento do preço dos alimentos, eles têm uma certa estabilidade, ou mesmo queda, nos anos seguintes, mas continuam num patamar de preços muito superiores a 2006. E aí, a nossa preocupação é basicamente a seguinte: nós, produtores, não temos como mexer no preço das *commodities*, não há possibilidade de nós mexermos, porque existe uma série de fatores, fora o sistema de produção, que interferem no preço. Nós podemos trabalhar e otimizar os custos de produção. E aí, em situações onde nós temos um aumento substancial do custo de produção, a margem do produtor cada vez reduz e aí existe uma... uma pressão por... ou, em alguns momentos, por aumento do preço dos alimentos em função da baixa oferta desses alimentos, o que, de uma certa forma, é extremamente prejudicial, porque o que nós esperamos, e o que é importante, é que nós tenhamos uma certa estabilidade e previsibilidade de preços, coisas que no setor agropecuário nós temos uma certa dificuldade em termos. Existe uma oscilação muito grande de preços e existe uma oscilação, em termos de crescimento, dos custos de produção, o que diminui ano após ano as margens dos produtores. Próximo.

Como principais pontos, então, para, que nós elencamos como prioritários, para efetivamente influenciarmos negativamente no custo de produção, o que permitiria uma melhor margem ao produtor e com certeza um aumento da competitividade e um crescimento de longo prazo da oferta de alimentos no Brasil, nós demandamos melhorias na infra-estrutura, principalmente a questão portuária que precisa de mudança na regulamentação, a fim de permitir que investimentos privados sejam ampliados. Em relação a fertilizantes, nós precisamos de atenção às medidas de defesa da concorrência, para que o alto nível de concentração de mercado não acarrete em preços acordados e eliminação definitiva das tarifas de importação de todos os insumos, assim como nós demandamos a eliminação de adicional de frete de Marinha Mercante para os fertilizantes e defensivos. Em termos de biotecnologia, agilidade na aprovação de novas variedades de organismos geneticamente modificados, já utilizados há anos em países concorrentes, para que nós possamos aumentar a competitividade da nossa produção. Em termos de defesa sanitária, garantir fonte e uso de recursos e programas que considerem as características de produção agropecuária brasileira, para efetivamente termos um programa consistente de defesa sanitária. E, por último, acesso a mercados, na qual nós precisamos continuar pressionando o Ministério das Relações Exteriores e atores envolvidos para a conclusão da rodada de Doha da OMC e para a negociação de acordos bi-regionais de comércio, que efetivamente resulte em grande mercado para agronegócio brasileiro. Ou seja, nós precisamos da eliminação de subsídio de exportação, eliminação de medidas de apoio interno, e, efetivamente, termos acesso a mercados para podermos ampliar a oferta de produtos agrícolas e brasileiro. Senador, mais uma vez agradeço, em nome da CNA, e me coloco à disposição para o debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado, Dr. Marcelo. Ouviremos em seguida o Dr. Sílvio Farnese, da MAPA.

SR. SILVIO FARNESE: Muito obrigado, Sr. Presidente. Bom dia a todos, Srs. Senadores. Muito obrigado pelo convite. O MAPA, em nome do Ministro Reinhold Stephanes, para que nós pudéssemos vir aqui conversar sobre esse assunto que já está andando na nossa economia agrícola. O próximo slide, por favor.

O nosso cenário que nós vimos nesses anos recentes foi um efetivo aumento de preço das *commodities* nos mercados internacionais. Se nós tomarmos janeiro de 2006 até setembro agora, ontem, os preços de mercado, nós tivemos uma alta de 150% no arroz, no milho e do mesmo montante, soja e trigo. Quer dizer, os produtos que menos subiram, multiplicou por dois o preço nesses últimos dois anos no mercado internacional, elevando-os a um patamar de preço que nós ainda não conhecíamos em termos de cotações e história. O próximo, por favor.

E quais são os fortes fatores que levaram a essa situação? De repente, nós tivemos, a partir do final do ano passado, nós tivemos essa elevação de preço e alguns fatores, e nós elencamos a isso, foram responsáveis por isso. Um deles é o aumento efetivo de consumo de alimentos no mundo, sobretudo na Ásia, no sul da Ásia, China, Índia, aumentaram muito o consumo de alimentos. A alta no preço de energia e, sobretudo, do petróleo, nós tínhamos petróleo a 40 dólares, em 2005, e tivemos petróleo a 120, 130 dólares até pouco tempo atrás. Os fundos de investimento em mercado agrícola passaram a priorizar aplicações no mercado agrícola, coisa que não faziam; era marginal a aplicação deles. Isso ocorreu principalmente com a crise do Suprime nos Estados Unidos; eles encontraram, nos mercados agrícolas, um canal de aplicação de recursos dos fundos de investimento, inclusive fundos de pensões, que fizeram com que houvesse uma grande liquidez nesse mercado e tivesse um forte componente na elevação dos preços. O fator desvalorização do dólar foi muito marcante. Em todos os países que eu comercializo em dólar, querem a recuperação dos seus valores na moeda local. Portanto, pressionou igualmente

os preços. A produção de bioenergia é um dos itens, sobretudo, pensando em bioenergia, produção de etanol nos Estados Unidos, a partir de milho, que foi uma grande novidade na dimensão que está sendo feito. O governo americano entende que há uma necessidade estratégica de manter a produção de energia desvinculado um pouco do petróleo, e isto fez com que ele apostasse nesse programa, um programa que tende a permanecer, a ver os números de usinas que estão sendo montadas nos Estados Unidos e o apoio dado pelos dois candidatos, hoje, que estão concorrendo nas eleições americanas a esse programa de bioenergia. E tivemos também as questões "adversidades climáticas", bem lembrado aqui pelo Marcelo. Na Austrália, a questão do trigo; no Canadá, igualmente. Então, a união desses quatro, seis fatores aí, gerou esse clima de aumento de preço que nós vimos recente no mercado. Convém nós lembrarmos que alguns desses itens estão no terreno de baixa. Se nós vermos, a energia e o petróleo já está chegando no limite dos 100 dólares, e alguns analistas já imaginam que ele possa se estabilizar entre 70 e 90 dólares. Portanto, aqui há um fator de redução dos preços no mercado internacional. Os fundos de investimentos no mercado agrícola, os fundos de investimento também reduziram as participações no mercado agrícola, até por algumas operações na CLEAN(F) de Chicago, que é a principal bolsa do mundo, em que colocou limites ao risco desses investidores. E nós vimos na semana passada, inclusive, a quebra de um grande investidor no mercado internacional, não por conta de mercados agrícolas, mas por conta de apostas em futuro. O dólar no mundo voltou a um patamar de valorização nesses últimos dois meses, as condições climáticas no mundo têm se mostrado até agora favoráveis à produção agrícola. Portanto, nós temos um elenco de preço de energia, do dólar, do investimento e das adversidades climáticas como fatores que estão trabalhando, nesse momento, como preponderantes na queda do preço das *commodities*, como nós vimos a partir de maio, junho e julho no mundo. Agora o próximo, por favor.

E com relação à questão da produção e consumo mundial, quando nós lembramos o aumento de consumo no mundo, um exercício feito por nós mostra que da safra 2000/2001, no mundo, a 2007/2008, o mundo produziu desses quatro grãos, que são os principais no cenário mundial, 14.9 bilhões de toneladas. E no mesmo período, 2000/2001, 2007/2008, consumiu 15.1. Portanto, o mundo comeu 208 milhões de toneladas de produtos a mais do que produziu nesse ano. E isso foi consumido em forma de estoque que já existia. Então, isso, mostrando a resposta nesse período de 2001 a 2008 da produção, foi inferior à demanda crescente que ocorreu, e aí relembro mais uma vez para os senhores, sobretudo, na região asiática. Isso fez com que 208 milhões de toneladas de estoque fossem consumidos. Se nós considerarmos o Brasil nesse exercício, esse mesmo raciocínio do Brasil nos dá uma posição superavitária de produção e consumo de 160 milhões. Portanto, se o Brasil não estivesse no cenário internacional de grãos, da dimensão que está, o mundo teria necessitado de quase 400 milhões de toneladas de estoque para fazer frente ao consumo nesse mesmo período. Próximo, por favor.

E num estudo feito sobre a questão de consumo de alimentos, nós vamos ver que há efetivamente uma tendência de crescimento de consumo no mundo. E aí, a região da África subsaariana, nós vamos, aqui estamos falando de 2200 calorias na década de 90, 99, 2000, e já se fala nos anos 2050, talvez 2030 seja mais próximo da gente lembrar, alguma coisa entre 2200 calorias. Portanto, na África, cresce o consumo, cresce o consumo *per capita* em termos de caloria igualmente no sul da Ásia, de uma maneira tão grande quanto na África. Os países desenvolvidos mantêm o consumo de calorias em função do patamar que já se encontra. Os países ex-comunistas, considerando os do leste europeu e os países da CEI, com um crescimento também de uma maneira bem importante, e a América Latina também mostra uma tendência muito grande de crescimento de consumo. Portanto, a leitura desses números nos confirma, os números que nós... que foi mostrado pela CNA, de que há uma tendência efetiva de aumento de consumo de produtos no mundo. Isto é desenvolvido por todos esses estudos desses organismos que trabalham nessa área. Próximo, por favor.

Em virtude daquele consumo superior à produção de 208 milhões de toneladas, nós ainda fizemos uma Análise de Percy dos estoques mundiais de arroz, milho e trigo, nós vamos ver que houve, de fato, uma grande redução dos estoques finais. Nós tínhamos 143 milhões de toneladas de arroz em 2000, e caímos para 82. Igualmente para o milho, praticamente a metade, e o trigo caiu um pouquinho acima. São estoques que historicamente não são estoques muito grandes, quer dizer, historicamente mostra efetiva queda disso aí. E isso é fator de aumento de risco de abastecimento. Portanto, o mercado cada vez que lê um número de estoque muito baixo, e alguns países para alguns produtos não têm estoque mais do que dois a três meses, o que em termos de garantia de abastecimento é muito curto, isso faz com que ainda haja uma tendência em forma(F) de estoque de pressão de preço. Mas nós vamos reparar que no caso do trigo, que é a cultura que está em processo de plantio

agora, na América do Norte, norte do mundo, há um crescimento histórico. Quer dizer, com o aumento de preço, quem pôde plantar trigo, que foi a primeira cultura que respondeu a preço, está aumentando. Os Estados Unidos e o mundo também aumentaram o consumo de milho, mas igualmente estão aumentando o consumo, e o arroz tem se mantido nesse tempo uma produção razoavelmente estável. Mas, ainda assim, relembro a todos os senhores a questão do volume de estoque que tende a ser... compressão autista(F) no mercado internacional. Próximo, por favor.

Isto é um gráfico de preço, já mostrado aqui, só vamos dar alguns detalhes, que foi muito bem explicado, mas só para nós lembrarmos aquela grande flexão de preço que nós tivemos a partir do final do ano passado, o mercado... Isso aqui, nós lembramos da [ininteligível] em Chicago, operou na faixa de 3,5 a 4 dólares por bucho, que para nós traduzirmos em toneladas e alguma coisa, multiplicamos por 40 para arredondar, daria 160 dólares, era um preço que vinha se mantendo nos últimos anos no mercado internacional. E por conta de todos aqueles fatores, eles... Teve essa grande ascensão de preço e atingimos um pico de 7,5 dólares por bucho, que nós nunca tínhamos visto isso no mercado internacional. Mas em virtude da inflexão de parte dos fatores que geraram o crescimento no preço, nós estamos vendo agora uma descida de preço muito vertiginosa no mercado de milho, e nós vamos passar alguns em seguida e vamos ver que está complementando em todos os outros produtos. E é bom e interessante lembrar que as *commodities* milho, trigo e soja, hoje, operam em patamares muito próximos na negociação internacional. Portanto, é pouco provável que suba um produto sem que os demais subam. E é, da mesma maneira, pouco provável que desça um produto sem que os outros desçam. Então, há um vaso comunicante, no mercado internacional, muito grande entre o preço de milho, soja e trigo, e nós vamos ver que isso está expresso nesse recente, e o recente que nós estamos lembrando é a partir de julho, queda no mercado internacional. Isso nós ainda não temos a dimensão qual patamar que vamos atingir, mas alguma coisa deverá ser, e com certeza será, diferente daquilo que nós vimos, o mundo conheceu como preço nos últimos anos em termos de milho no mercado internacional. Próximo, por favor.

Esse é o trigo... Considerando o mercado de Kansas, que é o mais importante, da mesma maneira, nós tivemos uma queda que iniciou um pouco mais cedo no mercado de Kansas, na mesma dimensão e atingindo agora um patamar muito próximo do que tivemos o ano passado. Isso é preocupante para nós, dado que a formação de preço no mercado brasileiro é feita pelo mercado internacional, como parâmetro, e nós temos, muito bem lembrado aqui pelo que me antecedeu, a questão de aumento de custo, do qual nós vamos lembrar um pouquinho à frente. Isso torna a nossa situação pouco preocupante em termos de condução dessas culturas no Brasil. Mas relembro aqui a tendência semelhante àquela que ocorreu no milho, no mercado internacional, e também ocorreu com o trigo nesses últimos dois, três meses. Próximo, por favor.

É o mesmo raciocínio para a soja, um pouco menos cadente. Nós tivemos soja a 16,5 dólares por bucho, que é um preço que nós nunca tínhamos experimentado também, igualmente, mas patamar maior que nós conhecíamos no passado era dois dólares por bucho. Mas, nesse novo cenário, ele agora está se mostrando num preço que deve se estabilizar entre 11 e 12 dólares por bucho, que nós estamos falando aí uma soja 240 dólares, alguma coisa perto disso. Próximo, por favor.

E no Brasil? Como é que isso refletiu internamente aqui, esse aumento de preço? Se nós dermos uma olhada no IPCA e tomarmos como base o Plano Real de julho de 94, nós vamos ver que o índice geral de preço, nesse período, nesses anos, subiu 280.7%, e alimentação e bebida subiu 232. Isso nos mostra que ainda a alimentação não foi um fator que pressionou o processo inflacionário no Brasil. Uma visão pouco mais curta, se nós tomarmos aí de talvez três ou quatro anos, nós perceberemos uma pressão um pouco maior, já com os custos de alimento e bebidas chegando muito perto do índice de preço. Mas se nós dermos uma olhada nesse período de quatro anos aqui, nós vamos ver que ainda não foi a agricultura aquela que pressionou o processo inflacionário no Brasil nesses últimos anos. Próximo, por favor.

E qual é o potencial do Brasil nesse cenário que nós estamos vendo de preços? Essa tabela que nós estamos mostrando tem uma semelhança com a aqui do Marcelo que nos antecedeu; porém, ele separou por itens de atividades diferentes. Mas nós vamos tomar isso aqui, considerando os 851 milhões de hectares do Brasil; nós temos aí 42% do Brasil que é a Floresta Amazônica, com seus 360 milhões; temos 210 milhões de pastagem, ou seja, em torno de 25% da área brasileira, alguma coisa não explorada; culturas anuais, nosso 55,9 milhões de hectares, daria 6%; temos uma área protegida, que são reservas florestais, parques, em torno de 6%; cidades nos levam a 20 milhões de hectares, ou 2.3%; culturas permanentes, menos de 1%; e florestas plantadas que tem crescido muito bem no Brasil. E o grande número a ser visto são as questões, no primeiro momento, são as ques-

tões das pastagens. Com esses 210 milhões, nós temos aí abastecendo o nosso rebanho. Com o índice de desfrute, de produtividade, de número de cabeças por hectare, ainda considerado baixo para o padrão internacional. Portanto, um aporte de tecnologia nisso que nós estamos vendo recente, há uma tendência muito forte de melhoria na tecnologia, alimentação de animal em pastagem, e isso fará com que possa haver uma grande área de pastagem que seja devotado para culturas anuais, ou quem sabe para florestas ou quem sabe para culturas permanentes, sem que nós precisemos atacar qualquer área já defendida ou já protegida hoje no Brasil. E isso é extremamente importante, e nós estamos vendo isso em uma viagem que nós viemos agora em São Paulo, por conta do nosso serviço, nós percebemos a área que existe em São Paulo de pastagem, que se prestaria muito bem a se tornar lavouras desde que houvesse um trabalho de recuperação dessas áreas que são pastos que já estão em qualidade um pouco desgastada. E preocupado com isso, o Ministério da Agricultura já criou um programa nesse sentido, que é o Produza, que é um programa de integração lavoura e pecuária e recuperações de áreas degradadas, com taxas de juros favorecidas, visando, mirando exatamente essas áreas degradadas, ou em processo de degradação, para que elas possam entrar no processo produtivo com um custo ambiental baixíssimo e com ganho de qualidade nessas áreas muito importante. Isto faz com que nós tenhamos, então, um grande potencial de crescimento na produção brasileira, que poderemos responder a essas demandas internacionais e sem que nós comprometamos em qualquer momento o abastecimento internacional, que é, o Ministério da Agricultura tem isso como foco, o principal mercado que nós temos, que é o mercado brasileiro. Para nós lembrarmos, o último número da CONAB nos mostra um plantio de cana-de-açúcar de 8.9 milhões de hectares, o que ainda é, em termos de país, em torno de 1%; e a soja, 21 milhões de hectares, que seria em torno de 2.6% da área brasileira. Só para que nós tomemos uma idéia que são dois produtos que estão sendo usados principalmente na produção de biodiesel e na produção de etanol como combustível. Próximo, por favor.

E esse é o grande potencial brasileiro; não só as terras que nós temos, não só a disponibilidade de soja que nós temos, não só a tecnologia, o conhecimento do produtor, a capacidade empresarial do nosso produtor, é a nossa... desempenho da produtividade nesses últimos anos. Esse gráfico aqui nos mostra a produção brasileira da safra desde 90 até 2007, 2008. Nós saímos lá de 58 milhões de hectares, se me permite arredondar, e estamos chegando a 144 milhões de hectares nesse... Desculpe, obrigado... De toneladas nesse período. Portanto, nós multiplicamos a nossa produção quase por três e mantivemos a nossa área plantada muito baixa, de 38 milhões de hectares, nós aumentamos 10 milhões de hectares para que nós pudéssemos chegar a essa produção. Para nós lembrarmos, a nossa produção nesse período cresceu 142%, ou seja, 5% ao ano em média, média aritmética. A área plantada nesse período cresceu 23% a uma taxa de 1.7% ao ano. Isso aqui, o diferencial aqui é exatamente produtividade, é aporte de tecnologia, é pesquisa que o agricultor brasileiro soube utilizar e está utilizando, fazendo com que esse dinamismo da nossa agricultura ainda não chegou ao fim. Nós ainda temos taxas de produtividade, índice de produtividade, sobretudo, em milho, muito baixas, que podemos recuperar e podemos... E há um trabalho muito grande dos produtores nesse sentido. Portanto, se nós mantivermos ainda assim esta área plantada de 47 milhões, nós podemos ter um crescimento muito grande nesta produção, sem que precisemos incorporar novas áreas ao processo produtivo. Próximo, por favor.

Igualmente importante a produção nossa de carne no Brasil. O crescimento na carne bovina de 94 até agora de 100%, dobramos. Nós... Nós tínhamos cinco milhões e 200 mil toneladas de produção, estamos chegando em 11; 226 de frango, somos hoje o segundo maior exportador de frango no mundo. Vejam os senhores o potencial de crescimento mantido ao longo desse período. A carne suína, ainda que tenha crescido um pouco mais, cresceu 134%, são produtos devotados ao mercado interno, são produtos que garantem o abastecimento nacional e cujas exportações são parte daquilo que nós produzimos no Brasil. Não há qualquer descompromisso com o abastecimento nacional nas nossas exportações. Mas isso é para nós lembrarmos a desenvoltura do nosso produtor, da nossa agricultura e pecuária, sobretudo na produção de carne, confirmando aquilo que nós vimos na produção de grãos. Próximo, por favor.

E vejam os senhores o custo total da produção de carne no mundo, se nós compararmos vários países. Áustria, Alemanha, França... Vejam a posição do Brasil nesse contexto. Nós estamos falando aqui dólar por 100 quilos de carcaça. Veja que nós temos um dos custos de produção no Brasil mais baixo em relação aos demais países no mundo. Isso confirma o grande potencial que nós temos na exportação desses produtos para abastecer o mundo, lembrado o que foi anteriormente, pelo Marcelo que me precedeu, o interesse, o crescimento grande do consumo de proteína no mundo por todos os principais países. Isso faz com que nós tenhamos um grande ganho de... ganho comparativo

em frente aos outros países do mundo para crescermos nossa exportação de carne bovina. E é por isso que os outros países acabam colocando subsídios para poder conseguir enfrentar o Brasil com todo o dinamismo que nós temos. Próximo, por favor.

Agora temos nossos calcanhares, nossas dificuldades nesse... condução desse nosso negócio agrícola. E esse ano nós estamos vendo a questão dos fertilizantes. Nós somos muito dependentes das nossas importações. Se nós tomarmos em consideração o nitrogênio, que é um dos três mais importantes nutrientes de planta, nitrogênio, sobretudo, em milho, em gramíneas, nós somos importadores a 74% da nossa demanda de três milhões de toneladas. No fósforo, que são extremamente importantes na sustentação das plantas, sem o qual não há a nossa produção nos patamares que têm, nós somos importadores a 50%. E no potássio, a nossa dependência é muito grande, 90% daquilo que consumimos de 4,5 milhões de toneladas. Portanto, desses componentes, nós somos, em média, dependentes a 72% de importação. E nós vamos perceber no próximo slide, por favor... Ainda não é nesse, mas nós vamos perceber... Vamos comentar esse aí, depois eu passo o próximo. Vamos perceber o aumento de preço que houve no mercado internacional que nos coloca numa situação meio preocupante.

E isso aqui mostra quais são as nossas... nossos consumos por produtos. Esses quatro produtos representam 70% do consumo de fertilizante brasileiro. A soja é o mais importante, 35% das 24 milhões que nós vamos consumir esse ano, entregue em 2007, o ano passado, a soja leva 7.8; milho, 3.7; a cana, três milhões; e o café, 1.1 milhões; e os demais produtos, 5.9. Então, para a manutenção desses produtos é importante que nós tenhamos a disponibilidade de fertilizantes, sem o qual nós não conseguiríamos o desempenho que nós tivemos a 144 milhões de toneladas esse ano. E agora o próximo, por favor, que mostra exatamente o aumento de preço na importação dos principais fertilizantes.

Se nós tomarmos aqui de janeiro a julho de 2008, a uréia subiu 46%; sulfato de amônia, 23; o cloreto de potássio, 90%, e o MAP, que é fosfato, 127%. Nós, se pegarmos aqui dois anos atrás, janeiro, dezembro de 2006, a alta de preço não se... não era importante. A uréia tinha subido 1.8%; o sulfato de amônia, 16%; o potássio tinha inclusive caído de preço, e o fósforo, em forma de MAP, 2%. De janeiro a dezembro de 2007 que começou, iniciou todo esse processo de aumento de preço, influenciado em parte até pela desvalorização do dólar, por alguns problemas de extração em alguns países, e, sobretudo, pelo aumento de consumo mundial de fertilizantes. Porque nós lembramos que, com aqueles patamares de preços, todos os países que tinham área disponível se prontificaram a fazer... aumentar a cultura. Portanto, o que houve também na questão dos fertilizantes foi aumento de consumo mundial aliado a outros fatores econômicos. Mas nós tomamos o índice 100 aqui, em julho de 2004, nós estamos aqui com o MAP, em 500... multiplicou por seis o preço, cloreto de potássio. Quer dizer, todos os produtos subiram vertiginosamente, e isso é de fato um calcanhar de Aquiles para nós, na questão de custos, considerando que parte das *commodities* no mercado internacional estão reduzindo o preço em função da reversão dos fatores que os levaram a subir durante o ano passado. Próximo, por favor.

Vamos ver aqui agora a questão dos preços médios da importação por produtos; a uréia, 580%; o sulfato de amônio, 325, as variações aqui ocorreram, sobretudo, no final do ano passado, janeiro de 2007 e janeiro a julho desse ano, para todos os produtos, para todos os componentes de fertilizantes. E isso mostrando a forte, isso aqui está expresso em dólar por tonelada, forte crescimento que mostrou duplicação de preço por produtor na aquisição de fertilizantes para suas lavouras nesse momento. Próximo, por favor.

E um outro problema que nós temos é muito forte ainda, muito grande, sobretudo vendo esse aumento de custo nos fertilizantes, que é a questão do custo dos nossos fretes. Nós ainda temos uma planilha de frete no Brasil, baseado em caminhão, o principal processo de transporte, e vamos lembrar aqui um trabalho feito pelo pessoal do Mato Grosso sobre o aumento de custos nesses últimos anos. O frete representava em custo por hectare, em 2003, 187 reais por hectare no Mato Grosso. E nós estamos agora, em 2008, com 330; uma alta muito forte no frete. E no Paraná, por ser uma região mais próxima da zona de consumo, o crescimento do custo de frete por hectare foi menos importante, ainda que tenha dobrado nesse período. Isso é efetivamente um componente de custo muito importante na formação de preço para o produtor brasileiro. Contando a questão do frete e a questão dos fertilizantes, nós temos aí dois fatores que irão pressionar muito a formação de preço esse ano e a formação de renda do produtor, motivo faz com que nós do Ministério da Agricultura já estejamos preocupados com a necessidade de apoio à comercialização de alguns produtos. Próximo, por favor.

Muito bem. Era isso os nossos comentários, Sr. Presidente, muito obrigado. Muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Ouviremos de imediato o Dr. Onaur Ruano, Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, MDS.

SR. ONAUR RUANO: Obrigado, Senador. Muito bom dia a todas e todos; meu caro Senador Neuto De Conto, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; Senador José Nery, que é o autor do Requerimento que nos dá a oportunidade de trazer aqui esse importante debate; Senador Eduardo Suplicy, que nos honrou com sua presença quando da solenidade do centenário de Josué de Castro, agora, no último dia 5, em Recife; meus companheiros de Mesa.

Eu acho que todos têm claro que as exposições anteriores deram conta de uma forma espetacular de tratar e trazer para nós informações preciosas que radiografaram, que radiografam a situação, o cenário, enfim, os indicadores que levaram a essa crise que nós tivemos agora recentemente. Felizmente, refluindo, mas ainda importante na medida em que está claro que os preços dos alimentos, fundamentalmente, apesar de acomodarem e começar a declinar um pouco, eles vão ficar em patamares superiores aos patamares que nós tínhamos anteriormente.

E, obviamente, eu não tenho mais nada a acrescentar no que se refere a essa contextualização da situação e o diagnóstico que aqui, de uma forma muito importante, foi trazida pelos companheiros que nos antecederam aí, o Sílvio e o Marcelo.

Eu queria trazer um elemento que, na verdade, para nós, é foco da preocupação principal, que se reflete em a quem efetivamente e que conseqüências essa alta dos alimentos causou, e causa e continuará causando na população brasileira, sobremaneira nos mais pobres. Acho que esse é um fato importante porque a desigualdade no Brasil faz com que nós tenhamos uma diferença na renda da população altamente significativa, e os estudos têm demonstrado, os dados têm demonstrado que a inflação, de maneira geral, e particularmente a inflação de alimentos, ela afeta muito mais aos mais pobres do que àqueles que têm mais condições de renda, os mais ricos.

Hoje, se nós olharmos para o público que está no chamado extrato 1, aqueles mais pobres que têm uma renda média de 380 reais por mês na renda familiar, nós vamos verificar que 35% da inflação de alimentos está nessa camada. Ou seja, a inflação aí para esse segmento é 35%. Enquanto que para aqueles que estão no extrato 3, por exemplo, com renda média familiar de 27OO reais, o impacto da inflação de alimentos é 22%. Ou seja, a mesma inflação nacional de alimentos, ela impacta diferentemente o extrato de renda familiar da população brasileira. Se nós considerarmos que o público que hoje participa do programa, inscrito no programa Bolsa Família tem nos levantamentos que foram efetuados uma destinação e um comprometimento de 70% da renda familiar, fundamentalmente da transferência de renda que vem do programa Bolsa Família, 70% está destinado para o suprimento alimentar dessas famílias.

Então, obviamente, a inflação de alimentos, ela impacta diferentemente à nossa população, dependendo do extrato de renda que essa família tenha, penalizando obviamente os mais pobres.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome tem uma responsabilidade importante no governo de coordenar a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar Nutricional. Nós estamos falando... quando eu tenho a inflação de alimentos comprometendo o acesso a alimentos, porque no Brasil efetivamente todos os dados têm apontado que o nosso problema não é produção; a produtividade, a produção, o volume de produção, os dados mostrados pelo Sílvio aqui nos dão conta de que anualmente estamos batendo recordes de produção de grãos e, sobremaneira, de alimentos. A produção da agricultura familiar, que certamente o Arnoldo(F) vai trabalhar conosco essas informações, que é responsável hoje por 70% de todo o alimento que está na mesa do cidadão brasileiro, também tem tido estímulos e condições de responder à crise com produção de alimentos crescente. Entretanto, o nosso problema não é a disponibilidade de alimentos que a gente tem ao Brasil, mas o acesso ao alimento. Isso que é fundamental.

Hoje nós temos condições de suprir, com o alimento que temos produzido, toda a demanda de calorias que a Organização Mundial de Saúde preconiza. Entretanto, nós temos ainda hoje quase 5% da população brasileira, 4.7% da população brasileira em segurança alimentar grave, ou seja, passaram pelo menos, em nos últimos 90 dias de quando foi feito o inquérito, um dia completo sem ter acesso à alimentação; efetivamente passaram fome. Isso tem melhorado. Esses dados são os dados de 2006, mas PNAD 2004 apontava que 6,5% da população brasileira não tinha segurança alimentar nutricional assegurada. Portanto, passavam insegurança alimentar nutricional. Isso significa que há que se ter a relação óbvia entre disponibilidade de alimentos mais o acesso à alimentação, como sendo fatores importantes para você ter segurança alimentar e nutricional da população.

Então, o nosso olhar para a crise de alimentos, ela é do ponto de vista da segurança alimentar nutricional e o que o governo pode fazer no sentido de, ao mesmo tempo que garante e assegure estoques e produção de alimentos, também possa intervir no sentido de que aqueles mais pobres tenham assegurado a possibilidade de ter acesso à alimentação. E aí vale destacar o programa mais importante que nós temos hoje de transferência de renda, que na verdade é o programa

mais importante de transferência de renda, com condicionalidades no mundo, que é o Bolsa Família, que o Presidente Lula, prontamente, assim que a crise alimentar estava nos seus momentos mais agudos, apresenta uma resposta imediata, compreendendo que essa população é a população mais vulnerável e que recebe os maiores impactos da alta, da inflação dos alimentos, fazendo a recomposição do valor do Bolsa Família, condizente com a capacidade de compra, baseado na evolução do IPCA, do IPC Alimentos.

Então nós tivemos em julho passado a correção de 8% do Bolsa Família, fazendo com que o poder de compra da família que participa do programa pudesse ser mantido em relação à aquisição de alimentos para a família.

Às vezes não se correlaciona imediatamente um programa como o Bolsa Família, com condicionalidades na saúde e na educação, com a questão nutricional das famílias que participam do programa. Acho que é importante trazer aqui e destacar informações, particularmente uma que é muito significativa, que é o inquérito que foi feito na Chamada Nutricional de 2005, no Semi-Árido Brasileiro, aonde foram, naquele dia, 17 mil crianças que participavam do Dia Nacional de Vacinação, se fez a avaliação antropométrica dessas crianças, de zero a seis anos, tomando ali as informações referentes à sua altura, à sua estatura e ao seu peso.

No Semi-Árido Brasileiro, em 2005, essas crianças de zero a seis anos tinham em média 6,8% de desnutrição crônica. Entretanto, quando nós separávamos essas informações por crianças que estavam... que vinham de família inscrita no Bolsa Família, comparada com as crianças que não participavam do programa Bolsa Família, nós tínhamos a diferença de 6,8 para 4,8%, comparando as crianças que eram do Bolsa Família e as crianças que não eram do Bolsa Família.

Quando nós vamos separando a análise dos dados para as crianças por faixa etária, nós temos nas crianças de seis meses a um ano, 5,3% de desnutrição crônica naquelas que não eram de famílias participantes do Bolsa Família, contra 2% de desnutrição crônica naquelas que participavam do Bolsa Família. Ou seja, num período em que se inicia, nas condições culturais daquelas famílias, a diminuição ou até a substituição do aleitamento materno por alimentos adquiridos ou produzidos, você tem um impacto muito mais significativo porque é o momento em que a família mais necessita de alimentos externos, e essa criança, para o seu desenvolvimento, mais necessita de alimentos externos, se bem que o recomendado era que se mantivesse nessa idade ainda no aleitamento materno.

A diferença desses dados é em torno de 60% de mais desnutrição crônica para essas crianças, comparáveis do ponto de vista sócio-econômico, mas pelo fato de ter, ou não, segurança de recebimento de renda, mesmo que renda mínima para essas famílias. Esse dado, eu acho que, obviamente, ele não explica que isso é exclusivamente devido ao Bolsa Família, no que se refere a transferência de renda, mas obviamente essas crianças tendo mais acesso à saúde por conta da condicionalidade, vacinações em dia, tendo a freqüência a postos de saúde, atendimento médico; nas faixas mais adiantadas, tendo ido à escola. Obviamente, nós teremos, numa visão de intervalo geracional, alterações significativas nas condições de vida dessas famílias.

Mas fundamentalmente o fato de você ter possibilidade de adquirir alimentos, ter condições financeiras para adquirir alimento, é um fator importante e crucial para que nós tenhamos então segurança alimentar adicional para nossas famílias e, particularmente, as pobres. Obviamente aqueles que têm rendas que são superiores, não passam as dificuldades, apesar de que a inflação atinge a renda familiar de todos, mas há uma escala gradual importante que nós devemos considerar.

Nós tivemos, em 2006, a sanção, pelo Presidente Lula, da Lei Orgânica de Segurança Alimentar Nutricional. A Lei Orgânica de Segurança Alimentar Nutricional, ela cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar Nutricional diferente, é diferente no formato e no conceito, mas semelhantemente ao que nós temos hoje com SUS, por exemplo, articulando o Sistema Único de Saúde, com o SUAS, que é responsável pela articulação no Sistema Único de Assistência Social. Nós estamos, a partir de 2006, final de 2006, construindo o Sistema Nacional de Segurança Alimentar Nutricional. A lei traz também uma conquista importante, que é reconhecer o acesso à alimentação, enquanto direito. O direito humano à alimentação adequada passa a estar hoje consignado na Lei Orgânica de Seguram Nutricional pelo fato até de que não o temos hoje como um direito constitucional. O artigo 6º da Constituição que trata dos direitos mais importantes que nós temos hoje na cidadania brasileira, não tem ali arrolado o direito à alimentação como um desses direitos. Portanto, a lei 11346, ela traz para o campo dos direitos o acesso à alimentação como sendo direito fundamental do cidadão e responsabilidade do Estado.

Portanto, nesse momento, eu queria trazer esse componente para a nossa reflexão e para nosso debate, que é olhar também para a crise dos alimentos sob o ponto de vista do impacto que essa crise de alimento tem na nossa população, particularmente na

população mais pobre e mais vulnerável à inflação dos alimentos por conta das dificuldades de acesso que têm a esse bem fundamental para sua vida, para sua sobrevivência, para seu desenvolvimento.

Portanto, Presidente, eu queria, nesse momento, trazer esse elemento apenas como uma contribuição, de que no nosso debate a gente possa considerar a questão da segurança alimentar nutricional também como um fator importante numa discussão de disponibilidade de alimentos e da crise da alta de preço de alimento, que estamos numa... num momento de tê-la menos intensa, mas que certamente ela persiste nesses patamares em que chegamos. Era isso, nesse momento, para dar essa contribuição. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado, Dr. Onaur, e, de imediato, então, passamos ao Dr. Arnaldo Campos, Diretor-Financeiro do Departamento de Proteção da Produção.

SR. ARNALDO CAMPOS: Secretaria da Agricultura Familiar, MDA. Senador, caro Senador Neuto De Conto; José Nery, que foi o autor e colocou algumas questões importantes no começo; Senador Suplicy, demais Senadores, aqui presentes.

Vou tentar complementar algumas informações que foram colocadas, discutir as propostas que foram colocadas aqui para o debate, como quais as conseqüências da crise de alimentos no Brasil, quais as medidas que o governo está adotando, que impactos isso pode ter num próximo período.

O Brasil assiste essa chamada crise de alimentos, e todos nós estamos muito seguros de que essa onda, ela vem de fora para dentro do país, ela tem fatores internacionais muito claros, muito bem determinados, o diagnóstico está cada vez mais apurado, o dólar, o petróleo, aumento de demanda, problemas climáticos, especulação financeira, crise americana, enfim, os fatores de diagnóstico estão muito bem determinados. E elas repercutem de forma bastante distinta no Brasil em relação a outros países, e entre os países do mundo também de forma bastante distinta. Alguns chegaram a classificar esses impactos no mundo entre países importadores de alimentos com maiores impactos, países com grande produção de alimentos com menores impactos. E eu diria que é difícil a gente acreditar que é dessa forma que os impactos estão ocorrendo em nível internacional nos diferentes países, porque nós temos países extremamente importadores de alimentos, como o Japão, com quase nenhum impacto na inflação. É impressionante os dados de inflação de alimentos no Japão, que é um país importador líquido de alimentos, que praticamente não viu o preço dos alimentos subir para a sua população. E de outro lado, países como a Argentina, por exemplo, que é um grande exportador de alimentos, com problemas sérios de inflação generalizada, mas, sobretudo, também, no setor de alimentos, a ponto de ter que tomar medidas drásticas, como impostos de exportação, etc. Então, não dá pra classificar os impactos entre países que importam ou exportam, ou produzem grandes quantidades de alimentos.

Eu considero mais interessante analisar também as políticas que esses países adotam para preservar a segurança alimentar dos seus países. E aí, a União Européia, os países que compõem a União Européia também tiveram um baixíssimo impacto inflacionário em termos de alimentos. Até mesmo os Estados Unidos teve impactos reduzidos em termos de alimentos. O Japão, um dos campões nesse aspecto. Isso reflete políticas de segurança alimentar que são adotados por esses países; políticas de estoques de alimentos importantes, é o caso do Japão e da União Européia, que mantém políticas de segurança alimentar ativas, e que garantiram à sua população atravessar esse período com uma estabilidade muito maior do que países que não têm políticas de segurança alimentar. Os africanos e alguns países asiáticos praticamente entraram em caos social. Diversos países, mais de 40 países no mundo, tiveram crises sociais graves por ter dificuldade de promover o acesso aos alimentos à sua população, que, do dia para noite, passou a ter preços dos alimentos extremamente elevados e não conseguindo negociar no mercado internacional suprimento, com a ausência quase total de estoques.

O Brasil teve uma situação intermediária. Em termos de impacto inflacionário, o Ministério da Fazenda analisou um grande grupo de países, nós não estamos nem naqueles que sofreram muito e nem também naqueles que não sofreram nada com a inflação. Estamos no meio, no meio termo, vamos dizer assim, e já estivemos muito pior. Já teve o tempo que qualquer movimento externo de crise repercutia com muita força no Brasil. Nós estamos caminhando, saindo das áreas de extrema instabilidade, qualquer movimento internacional, para uma área de maior estabilidade.

E nós estivemos aqui, nessa Casa, nesta comissão que se reuniu com outras comissões no mês de julho, discutindo esse mesmo assunto, quando todas as curvas dos gráficos que foram mostrados aqui estavam espetadas para cima. Isso foi no mês de julho. Não, de maio. Nós tivemos aqui no dia 14, 14 de maio. E naquele momento era um clima bem mais pesado do que esse que a gente está vivenciando agora. Como eu disse, todas as curvas de preço eram ascendentes, e a gente não tinha ainda qual era o horizonte, qual era o novo patamar de preços que ia se estabelecer. Nós

sabíamos, já dizíamos naquela época que um novo patamar de preço ia ser estabelecido no mundo, mas ainda estávamos longe de perceber qual seria. Agora começa a ter uma acomodação que permite a gente olhar isso. E o Brasil, nesse processo, foi afetado também, em alguns casos com impacto maior, alguns produtos tiveram impacto maior, e não só aqueles de exportação, importação, como é o caso do trigo, que subiu bastante naquele período, o arroz que nós nem exportamos nem importamos muito, mas que também foi o campeão naquele momento, o leite, e alguns outros produtos tiveram um impacto pesado, o feijão, sobretudo, naquele momento. Tanto que o Ministério da Fazenda analisava esses grupos de produtos e dizia o seguinte: "Se eu tirar o feijão, eu vou para bem perto do centro da meta de inflação no IPCA. Se eu tirar feijão e o arroz, eu atinjo a meta naquele período que nós estávamos ali em maio". Se tirasse a variação do feijão e do arroz, a gente teria a inflação dentro da meta, não precisava subir juros, etc, e ali começou todo o debate de que é necessário o Brasil ter um programa mais consistente, ter ações mais estruturadas, para que a gente garanta a estabilidade nos preços dos alimentos, e nós tivemos muita sorte, porque o arroz foi o produto que gerou uma das maiores crises e era justamente o que a gente tinha estoque. Porque a gente não tinha estoque de quase nada. Quase nada o Brasil tinha estoque naquele momento, em termos de alimentos. Mas a nossa sorte é que arroz tinha estoque, e esses estoques permitiram uma ação que rapidamente se transformou em reclamação por parte dos produtores da intervenção do governo que estava jogando os preços para baixo, com seus estoques. E aí, o governo foi cada vez mais sensibilizado da importância não só de estimular a produção, mas também de ter uma política de segurança alimentar mais abrangente, que passa por aspectos como esse da garantia de renda para a população, do acesso imediato, que foi corrigido o Bolsa Família, com a política do salário mínimo, com as outras políticas sociais que têm, com o aumento da produção que a gente está assistindo aqui, mas também com uma política de estoques reguladores mais ativa e que já vem se implementando nesse momento, a CONAB mesmo tem atuado, tentando compor estoques, recuperar estoques para que a gente possa ter essa ferramenta, que não é, como no passado, uma ferramenta com grandes volumes, mas com o volume mínimo necessário para atuar nesses momentos de crise que nós passamos. Não dá mais para fazer segurança alimentar só com importação, porque, em algum momento, a importação pode ser um péssimo, uma péssima solução, porque o preço pode estar lá em cima ou o produto até mesmo indisponível, como o arroz, volto a dizer, chegou a estar aí para vários países que não conseguiam comprar; para os asiáticos, por exemplo, isso é gravíssimo, porque é um produto importante.

Bom, então o Brasil, ele teve um impacto distinto do resto do mundo por ter uma grande produção e por ter uma política que, mesmo que recente, mas teve uma política muito forte de segurança alimentar, de fortalecimento da agricultura familiar e de estímulo à produção agrícola de maneira geral. Esse conjunto; segurança alimentar, fortalecimento da agricultura familiar e estímulo à produção agrícola, que deu ao Brasil uma condição de estar no meio do caminho, sem ter grandes impactos desastrosos, como para alguns países, mas ainda a caminho de uma maior estabilidade.

Quando a gente abre o IPCA, que é importante e quase todos os índices de preço tem estrutura semelhante em termos de alimentos, no caso do IPCA, os alimentos e bebidas respondem por 25% do índice. Então, realmente, o impacto é muito grande, quando sobe ou quando desce. Como esse mês, por exemplo, o tomate, sozinho, ajudou a inflação a cair bastante. O preço do tomate caiu 40%, e ele, sozinho, repercute no índice geral do IPCA. Se a gente juntar alguns três, quatro produtos que esse mês caiu, nós tivemos um grande impacto positivo no IPCA. Mas quando a gente abre o IPCA, são mais de 100 itens, a grande maioria deles teve estabilidade nesse período todo, não sentiram a crise externa ou foram afetados muito pouco pela crise externa. E quando a gente abre esses mais de 100 itens, nós vamos ver que a grande responsabilidade pela produção desses produtos é da agricultura familiar brasileira. E aí nós temos um papel importante, e o governo reconheceu isso com o programa Mais Alimentos, de que a agricultura familiar não é só distribuição de renda, não é só desenvolvimento regional, não é só uma melhor ocupação do território, não é só justiça social, é também estabilidade macroeconômica. Porque o feijão, o frango e o leite, por exemplo, são produtos típicos da agricultura familiar. Se você não estimular, você pode ter problemas graves no IPCA, problemas graves no IPCA significam taxa de juros maiores, taxa de juros maiores significam problemas macroeconômicos para o crescimento da nossa economia. Então, é necessário apostar nisso.

E esses países com estabilidade, que nós vimos, na Europa, no Japão, mesmo nos Estados Unidos, têm agriculturas familiares estruturadas, muito fortes, apoiadas permanentemente, às vezes até excessivamente protegidos, causando distorções. Mas a base de produção desses países também está bastante assentada em pequenos produtores e agricultores fa-

miliares e, por isso, o governo tem apostado nisso, e isso é um fator de estabilidade importante.

Aí o Senador pergunta quais são as medidas que o governo adota. Bom, o Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério da Agricultura já apresentaram suas medidas; existem medidas de curto, médio e longo prazo, como a questão dos insumos, que nos afeta gravemente, e não é da noite para o dia que nós vamos resolver esses problemas. São problemas estruturais de como recuperar nossa capacidade de produzir, como estimular o setor privado, como, de repente, algumas empresas estatais, como a Petrobras, atuarem de forma mais decisiva, como resolver problemas ambientais nessas áreas que têm reservas desse tipo de insumo para que a gente possa destravar esse tipo de processo; no campo da segurança alimentar, transferência de renda, como garantir o acesso à população, a correção do Bolsa Família foi imediata, fundamental, e no campo do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Programa Mais Alimentos. Nós acreditamos que uma das respostas à crise é o aumento da produção, e o aumento da produção diversificada, porque a nossa inflação não foi generalizada porque nós tivemos a maioria dos preços estáveis, alguns produtos com problemas, então nós garantimos que essa diversidade de alimentos seja ofertada à população brasileira com maior disponibilidade, sem perder a oportunidade que o mercado externo nos oferece de aumentar nossas exportações de alguns produtos que tenham potencial que está claro, já que o Brasil é fator de segurança alimentar mundial, ao contrário do que nos acusam, e o Presidente Lula tem dito isso insistentemente, ao contrário do que nos acusam, o Brasil, graças ao Brasil a situação não foi muito pior. Porque o Brasil contribuiu, como foi dito aqui, com uma grande oferta de alimentos e excedentes, inclusive em termos de exportação.

Mas no caso do fortalecimento da agricultura familiar, nós acreditamos que nós temos um potencial de fazer com que a agricultura familiar chegue a 2010, produzindo um excedente, além do que já produz, de 18 milhões de toneladas. Nós achamos que a agricultura familiar brasileira tem condições de aumentar a produção, principalmente através da produtividade. Nós podemos olhar o caso da soja, que não é o forte da agricultura familiar, nós estamos entre os primeiros do mundo em produtividade. Não temos muito para onde correr em termos de aumento de produção através da produtividade. Estamos no limite dos investimentos, altíssima tecnologia. Diferente, por exemplo, do leite, que é um produto típico da agricultura familiar, que nós estamos lá embaixo em termos de produtividade. Então, pequenos investimentos em conhecimento, em tecnologia, por parte dos agricultores, significa um grande impacto em termos de produção. O mesmo a gente pode falar do feijão. Pequenos investimentos na agricultura familiar retornam em grandes aumentos da produtividade. O milho e outros vários produtos, as frutas, os hortigranjeiros. Então o governo estruturou um programa que tem um componente forte de aumento de investimentos, e o PRONAF desenvolveu... O MDA, através do PRONAF, apresenta uma nova linha de crédito para que o agricultor tenha juros baixos de 2% ao ano, com volume de recursos de até 100 mil reais por agricultor, para que ele possa aumentar os investimentos na propriedade, e com isso ter maior capacidade de produzir sem que a gente precise aumentar a área.

Nós temos um potencial, mas nós podemos aumentar muito a nossa produção sem pressionar fronteira agrícola, sem aumentar desmatamento. A nossa receita não é aumentar a área plantada de forma descontrolada, e sim aumentar a produção, que a maior fronteira, nós entendemos, está dentro da propriedade. No caso da agricultura familiar, está dentro da propriedade.

Segundo investimento fundamental, o acesso à tecnologia foi um processo extremamente excludente no Brasil, nos últimos anos, é muito diferenciado o acesso à tecnologia de grandes produtores, de médios produtores, de agricultores familiares. Então é necessário intensificar, recuperar a capacidade de levar conhecimento ao campo. E conhecimento não é só equipamento; é planejamento, é gestão, é manejo, é capacidade de trabalhar a sua propriedade de forma mais eficiente. Então o governo está investindo muito em assistência técnica, recuperando as estruturas de assistência técnica, inclusive apoiando a pesquisa direcionada a esse segmento, para que a gente tenha soluções tecnológicas ao alcance dos agricultores familiares. Nós entendemos que muita coisa já está na prateleira. A EMBRAPA é algo fantástico. Mas como foi desmantelado nos governos anteriores o serviço de extensão, o repasse da tecnologia desenvolvida com recurso público acabou chegando só naqueles que tinham capacidade de adquirir tecnologias. E não se trabalhou a transferência de tecnologia. Resultado: em 2002, nós tínhamos um orçamento de três milhões de reais para assistência técnica no MDA. Esse ano, nós vamos chegar perto de 300 milhões de reais em investimentos para assistência técnica. Isso faz diferença, é levar o conhecimento que está na prateleira para as pequenas propriedades, para a agricultura familiar.

E terceiro: apoiar a comercialização desses agricultores. Não adianta nós estimularmos a produção, nós já assistimos esse filme. Plante, depois vem uma

safra maior, depois vem um preço menor, e aí vem o prejuízo. Esse ciclo da década de 90 e início dos anos 2000, nós assistimos seguidas vezes; responde com produção, perde com preço, responde com produção, perde com preço. Então o governo tem que desenvolver mecanismos que garantam mais estabilidades aos produtores. E aí estão sendo trabalhados esses mecanismos ao longo desses anos e que foram potencializados recentemente. Por exemplo, a política de garantia de preços mínimos passou a ter um novo papel. Os preços mínimos foram corrigidos muito acima do que historicamente vinham sendo corrigido. O feijão, por exemplo, foi um dos campeões, chegou a 80 reais o preço mínimo do feijão. Era... Acredito que era cerca de 44 reais. Quase dobrou. Para quê? Para sinalizar para o produtor que, se plantar, tem um piso diferente para os agricultores. Diversos preços mínimos foram corrigidos. Então, a agricultura familiar passou a ter mecanismos específicos dentro da PGPM para estabilidade de preço para intervenção. Até mesmo produtos como a castanha, produtos da biodiversidade brasileira, passam a ter preços mínimos, e são produtos importantes na cesta de alimentos regionalizados. Programa de garantia de preço por dentro do crédito, que a gente chama de PGPAF, mecanismo inovador com baixo custo para o tesouro, que garante que, se o preço cai muito no mercado, o governo, por dentro do crédito, garante uma equalização para que o poder de pagamento desse crédito e uma renda seja garantido. O seguro que não existia, o problema climático afetava a agricultura familiar e não tinha proteção contra o crime. O seguro da agricultura familiar foi desenvolvido, foi aperfeiçoado, e hoje atende a quase um milhão de famílias no campo. Então, o Programa de Aquisição de Alimentos, que trabalha junto com o Ministério da Agricultura, junto com o MDS, junto com a Fazenda, junto com o planejamento, um programa que também atua com garantia de renda, com compra direta, com formação de estoques.

Então, são conjunto de ferramentas que procuram, na área da comercialização, também dar essa maior estabilidade para os agricultores familiares poderem fazer seus investimentos, sabendo que vão poder pagar, tem uma garantia de preço dentro do crédito, poder comercializar seu produto, existe uma política de garantia de preço, e acessar o conhecimento para aumentar a produtividade.

Com isso, nós queremos chegar a 2010, contribuindo com os demais agricultores brasileiros, com um excedente de 18 milhões de toneladas, que será, na sua maior parte, destinado ao mercado interno, são produtos de mercado interno, e uma parte também com certeza destinado ao mercado externo. E dessa forma o governo está tentando responder a esse desafio. Essas são as contribuições do MDA nesse debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado. Nós ouviremos, então, como último, o Dr. Isidoro Revers, representante da Comissão da Pastoral da Terra.

SR. ISIDORO REVERS: Boa tarde, já, não é? Para discutir alimento depois das 12h00 é complicado, não é? Estamos com bastante fome. Mas eu agradeço essa oportunidade.

Sem a gente estar repetindo aqui dados, informações que já foram apresentadas, eu gostaria de colocar algumas questões que podem ser mais reflexivas nesse contexto. Acho que a primeira questão, e é interessante, a gente pode fazer a leitura inclusive a partir dos dados apresentados, que o Marcelo inclusive colocou como um ponto final da sua apresentação. Eu acho que o problema central nessa questão da crise é porque ela é gerada pela especulação. A crise, ela está embutida dentro de uma cadeia especulativa. Por exemplo, hoje, a economia especula em cima do petróleo, especula em cima, no caso, da alimentação. Então, lembrando aqui; eu estava lembrando aqui o que o Delfim Neto dizia há uns 10 anos atrás, ou até uns cinco anos atrás, 60% da economia mundial, ela se move da especulação, e não da produção. Então, o que determina o movimento principal da economia é o setor especulativo. Acho que esse é o problema grave da nossa situação.

Os dados que vocês apresentaram, por exemplo, mesmo que houve uma... uma queda no estoque, mas esse estoque pode ser garantido por três safras ainda, quatro safras, que não acaba o estoque. Então não se justifica você aumentar o preço porque houve uma queda no estoque da produção. Porque você pode resolver isso verificando onde você consumiu mais e por que houve essa queda de estoque, e recuperar em duas safras. Mas por que se faz isso? É porque, por trás, existem setores que querem ganhar só pela especulação financeira. E acho que se vocês forem verificar inclusive quem especula, é o que não produz. Então, acho que o principal problema da crise do alimento e do preço está localizado na especulação. Se especula em cima do alimento e se especula, inclusive, em cima da fome. Nesse sentido; olha, vocês provavelmente têm essas informações, mas vocês não apresentaram aqui, 40 empresas, hoje, empresas transnacionais, determinam o cardápio da humanidade. A última fala aqui que até que se falou em tomate, se falou em castanha, se falou em outros produtos. Quais foram os principais produtos apresentados aqui? Soja, milho, arroz e um pouco a questão da carne. Então, essas 40 empresas transnacionais, elas não produzem. Por exemplo, qual

é a influência da Nestlé na definição do preço do leite? Vai ver se a Nestlé tem uma vaca de leite, produzindo leite. Não tem. Especula em cima do produto. Vamos ver se a Cargill, a Bunge, a Monsanto produz algum grão de soja. Produz a semente, mas ela não investe na produção. E quem é que determina o preço da soja, se não são esses setores?

Então, hoje existe um setor especulativo, neste caso específico, que controla a tecnologia. Então, esse pacote tecnológico, que é, na realidade, controlado por esse grupo de empresas, que acaba definindo inclusive o preço dos produtos. Eu acho que, nesse sentido, mesmo que se apresente aí o problema da elevação dos preços, seja do petróleo, seja da adubação, etc, mas essas 40 empresas, em grande parte, controlam a tecnologia que é vendida inclusive aos produtores brasileiros. Eu até... Tem alguns setores, por exemplo, que estão associados, inclusive, a essas empresas. Ou os grandes produtores na sua grande maioria estão associados a essa grande empresa. Inclusive, aceitam, que eu acho que isso que é o lamentável do ponto de vista da soberania nacional, aceitam a determinação deste pacote tecnológico. Vocês têm. É só vocês verificarem. Me apresentem um dado, por exemplo, de elevação da produção da soja produzida ou da soja transgênica. Os Estados Unidos tiveram uma queda na produção exatamente porque adotaram a produção de soja transgênica. A Argentina estava na mesma situação. Nós, aqui no Brasil, estamos na mesma situação. A produtividade de soja no Rio Grande do Sul teve uma queda pelo uso da soja transgênica.

Então, esse aspecto, por exemplo, dos organismos geneticamente modificados, os transgênicos, no uso da agricultura, eles não estão colaborando. Eu acho assim, a incorporação de outros fatores tecnológicos aumentou a produtividade, mas não no caso da transgenia. E é interessante a gente observar e se perguntar por que, no caso da transgenia, se aplicou principalmente na soja. Porque é a soja o maior consumidor de agrotóxicos e de adubos. Por que não... a Monsanto, por exemplo, não investiu na transgenia de um outro produto e investiu na soja? Nessa perspectiva, eu quero colocar que, no fundo, no fundo, esse modelo, essa matriz produtiva do agronegócio, desse modelo da agricultura, que nós inclusive estamos adotando em grande parte no Brasil, ele não tem o interesse e a preocupação de produzir alimento. Ele está metido na produção de mercadoria. Isso é interessante a gente discutir. Você pega qualquer grande produtor que vai colocar o grão de soja, o grão de milho na terra para plantar, ele pensa aonde? Na Bolsa de Valores, na cotação do dólar; ele não pensa naquilo que ele próprio vai comer e nem que a população brasileira ou a humanidade vai comer.

Então, o que virou a agricultura? A agricultura virou uma atividade econômica de produzir mercadoria como qualquer outra mercadoria. Inclusive dentro de um modelo, uma mercadoria que eu diria, assim, de baixíssima qualidade.

É interessante vocês observarem, por exemplo, como a humanidade tem problemas inclusive com a obesidade. Qual é o fator? Existem estudos que indicam, por exemplo, que é a baixa qualidade da alimentação. Então, nessa perspectiva, não se discute a qualidade do alimento, se discute na perspectiva daquilo que aquele produto pode me render lucro. Então, nessa perspectiva, eu acho que a humanidade precisa mudar a matriz produtiva do alimento, sem a gente estar tão dependente do próprio capital, que quer, ou transformou, a agricultura como um setor de atividade econômica que produza mercadoria. E não se verifica a qualidade desse alimento. Então, nessa perspectiva, eu acho que nós precisamos é mudar a nossa matriz produtiva.

Um outro aspecto é a nossa matriz de consumo. Há 100 anos atrás, a humanidade consumia em torno de 300 variedades de grãos. Hoje, pela apresentação, nós poderíamos dizer apenas quatro, não é? Mas, na realidade, consomem em torno de 30, ainda, variedades de grãos. Os outros, é porque tinham uma qualidade menor do ponto de vista da proteína? Não. É porque não existe, por trás daquele grão, um pacote tecnológico que é controlado por uma matriz produtiva e que tenham interesse em aumentar e em explorar seu capital. É interessante.

Eu fui, inclusive, num debate, promovido pela FAU, na exposição agropecuária de Paris, e nós estávamos discutindo lá com produtores de suínos, de leite, de aves, franceses que compravam a soja do Brasil, e eles inclusive fizeram uma exposição, eles consumiam sete variedades de grãos, entre ervilha e outros grãos, e estes sete grãos foram substituídos pela soja. Estava lá inclusive nos cartazes a quantidade de proteína que esses sete produtos tinha em comparação com a soja. Todos, ou se igualavam ou tinham uma maior quantidade de proteína. O que ocorreu? Eles deixaram de produzir esses grãos na França e passaram a comprar soja do Brasil porque achavam, inclusive, esses produtores franceses, que estavam ajudando a economia brasileira. Quando eu perguntei: "De quem é que vocês estão comprando a soja?", era da Cargill. Então, quem é que lucrou com esse processo? Foi inclusive o produtor brasileiro? Não. É quem mediou essa venda, esse mercado, no caso, da soja. E é interessante a gente observar como essas 40 empresas que eu

falei, que vendem o seu pacote tecnológico, são elas que controlam o mercado externo. 80% do mercado externo brasileiro é controlado por empresas transnacionais. Não somos nem nós que estamos vendendo. E nós vamos chegar no final das safras com uma grande dívida do produtor, forçando a negociar com o Estado Brasileiro, fazendo com que o Estado Brasileiro assuma o ônus dos prejuízos dos produtores. Na realidade, a sociedade brasileira é que assume esse ônus. Para quem vai esse dinheiro? Para o produtor brasileiro? Não é nem para o produtor brasileiro, ele vai para essas grandes empresas que venderam o pacote tecnológico e controlaram a própria comercialização. O que é que nos sobrou aqui no Brasil? Uma carcaça mecânica na porta da fazenda, graves problemas ambientais e graves problemas sociais. Então, acho que nessa perspectiva é que precisa ter um aprofundamento maior, inclusive desse setor do agronegócio, se ele quer ter não só uma participação, mas uma definição na sua política brasileira, na perspectiva da soberania alimentar brasileira.

Eu acho até interessante, porque o... o que colocou das políticas sociais, principalmente do Governo Brasileiro, eu fiz recentemente duas viagens, inclusive para fazer a pesquisa da expansão da cana, e foi impressionante que, chegando no nordeste, no trabalho que a gente estava fazendo, no dia em que nós fomos para os bairros, estavam saindo em torno de 600 trabalhadores para o corte da cana em São Paulo. Conversando com esses trabalhadores, orientando inclusive dos cuidados que eles deveriam ter do ponto de vista da contratação da mão-de-obra, como que ela era feita, todos nos deram a informação que as famílias recebiam o Bolsa Família. Dos 600 que estavam saindo para o corte da cana, todos estavam recebendo o Bolsa Família. Aí a gente se pergunta: a Bolsa Família, ela não contribui, inclusive, ou ela está contribuindo inclusive para que haja uma super exploração da mão-de-obra por parte dos usineiros, por que lá a família está recebendo o Bolsa Família? Acho que precisa inclusive discutir esse aspecto. Como o setor produtivo do agronegócio remunera a própria mão-de-obra no Brasil. Era interessante, ainda quando o Roberto Rodrigues era o Ministro da Agricultura, ele dizia: Olha, a agricultura brasileira, apesar de não ter subsídio, ela consegue concorrer com a agricultura do restante do mundo. Por quê? Porque, na realidade, essa agricultura moderna, altamente tecnificada, ela tem ou não tem responsabilidade social e ambiental. São várias as regiões. Existem inclusive pesquisas, por exemplo, que indicam o grau de contaminação dos nossos rios por uso de agrotóxicos.

Nessa mesma perspectiva, aqui que eu acho importante inclusive a gente se dar conta, quer dizer, essas empresas que vendem esse pacote tecnológico, elas estão pouco interessadas dos prejuízos que isso vai causar do ponto de vista ambiental, na mesma perspectiva do que eu estava dizendo do ponto de vista social, da remuneração da mão-de-obra. E nesse caso específico, por exemplo, com toda essa modernidade, a gente costuma até dizer assim: enquanto o empresário rural calcula seus custos no computador, lá no eito da lavoura tem trabalho escravo. E nessa perspectiva é interessante observar. Existem estudos que indicam inclusive que cortador de cana, na atualidade, ele esgota a sua força física em 15 anos, enquanto que, no período da escravidão, ele esgotava sua força física em torno de 25 anos. Então, nós estamos numa situação pior do que da época da escravidão.

Então, acho que nessa perspectiva, o que eu quero chamar atenção para que, primeiro, se faça um estudo, uma discussão do ponto de vista do papel que a agricultura brasileira e da América Latina cumpre nessa economia neoliberal, e assumir políticas e posições da perspectiva de nós não estarmos engessados nessa especulação gerada por essa economia, e possamos dar sim passos largos na perspectiva de termos uma economia sólida de produção de alimentos e não apenas de mercadoria. Possamos, com isso, também, solucionar os nossos problemas sociais, não com políticas sociais, mas é porque o povo brasileiro trabalha e ganha, e com isso pode garantir seu sustento.

Então, é um pouco essas questões que eu queria colocar nesse debate e nesse contexto em que a gente vive dessa economia, vamos dizer assim, neoliberal, e que ela determina, inclusive, aquilo que a própria agricultura deve produzir e aquilo que a população brasileira e a população do mundo inteiro deve consumir. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Agradecendo o Dr. Isidoro, gostaria de anunciar também que hoje, 9 de setembro, é o dia do médico veterinário.

A importância desta classe trabalhadora para o segmento da produção primária, por tudo que representa na agropecuária e todas as suas ramificações, a bovinicultura, suinocultura, frango, vinicultura, caprinocultura; enfim, pelo trabalho que representam para nosso país, para a produção e para a produtividade, a Comissão de Agricultura do Senado sente-se no dever, na obrigação de cumprimentá-los, aplaudi-los e homenageá-lo por este dia, por todo serviço que tem prestado à pátria.

Gostaria ainda de dizer, de após ouvir todas essas palestras importantes, significativas, e que vem trazer

mais uma contribuição extraordinária para o setor produtivo primário e também para o seu consumo, que aqui nós temos trazido importantes debates, todos eles têm trazido elucidações muito próprias, e nos sentimos, assim, no dever também de fazer a nossa observação. Principalmente quando esta crítica internacional sobre o uso das nossas terras para a bioenergia em substituição de alimentos. Deve ser de pessoas que estão a serviço de alguém, ou não conhece o país. Porque aqui foi demonstrado não só a capacidade da produção e da produtividade, mas também ficou muito claro que, enquanto o mundo reduziu, neste início de século, 50% dos seus estoques, o Brasil aumentou nas suas exportações, nesse mesmo período, em 38%.

Portanto, não cabe ao Brasil esta falta de alimentos. Cabe, sim, aos países que primeiramente exploram e muito na produção dos insumos agrícolas. Hoje nós somos dependente de mais de 80%. E no Brasil temos principalmente o monopólio. E somente três empresas que têm jazidas, mas não as exploram para contribuir principalmente na baixa dos custos. E tem o direito de explorá-la e temos que buscá-la. E nesse quadro, eu vejo também que, como nós temos empresas estratégicas para o governo, para a pátria, como é o caso da Petrobras, como é o caso do Banco do Brasil, a própria EMBRAPA, o país precisa encontrar um caminho de ter na agricultura os seus insumos como uma fonte estratégica para este grande campo que se apresenta não só para alimentar o Brasil. Nós temos aqui tudo, temos terra, temos água, temos clima, temos tecnologia, temos gente e temos condição de alimentar o Brasil e vamos ser o maior exportador de alimentos do mundo. E precisamos, sim, ter uma estratégia de produção.

Eu vejo também com muita alegria e com satisfação de todo o quadro aqui colocado. De um lado, principalmente o pequeno, com muita dificuldade para produzir. E para o outro lado, o consumidor que precisa se alimentar e tem dificuldade para se alimentar. Então são duas pontas muito delicadas, e o governo, aqui sim, com muita alegria, nós que fomos o relator, o Presidente deverá sancionar esta semana a recomposição da dívida no campo, todas elas; dois milhões e 800 mil contratos, envolve 75 bilhões de reais que poderão liquidá-las, com desconto de 38 a 70%, ou refinanciá-las com juros menores, com prazos maiores e com descontos de 33 a 65%. O Plano Safra, de 87 bilhões de reais vai certamente participar com muita força. E nos parece que ainda falta um outro quadro. Já está na Câmara dos Deputados o seguro agrícola, mais profundo. O seguro agrícola, que encontrado... foi-se encontrada a fórmula; não mais ter o agricultor como devedor, esse agricultor terá que ser um agricultor... Se produzir, paga. Se não produzir, principalmente pela colheita das intempéries, seja pago pelo seguro. E o governo vai participar com o custo da [ininteligível], que fica bem menor, muito melhor, e conseqüentemente dando garantia a essa produção.

Eu quero agradecer esta oportunidade, não vou fazer perguntas, são apenas comentários, e deixo a palavra aos nobres Senadores para que faça suas intervenções, e, de imediato, então, o Senador Eduardo Suplicy nos pede a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Senador José Nery é o autor do Requerimento, mas já fez algumas... no início, algumas indagações. Se me permite fazer, então... Primeiro, não sou membro da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Presidente Senador Neuto De Conto, mas fiquei feliz da decisão de vir aqui, convidado por V.Exª, pelo Senador José Nery, porque pude muito aprender com a exposição dos cinco, Isidoro Revers, Marcelo Costa Martins, Onaur Ruano, Sílvio Farnese e Arnaldo Campos, que nos deram um quadro bastante interessante, com tantos assuntos que poderíamos ficar aqui a tarde toda.

Mas primeiro, no que diz respeito à apresentação dos... da evolução do estoque mundial de alimentos, e que houve uma diminuição de estoque no nível mundial, mas que no Brasil tenha havido, diferentemente da tendência no mundo, maior produção do que o consumo, isto é bastante importante. O Isidoro Revers fez uma série de observações significativas sobre cuidados que precisamos ter, e mencionou inclusive esta questão de política de estoques. Mas eu acho muito importante que levemos em consideração que a administração da política de estoques é muito importante para assegurar a segurança alimentar e, inclusive, para que haja uma razoável estabilidade de preços na economia. E isso depende muito da habilidade dos responsáveis pelo Ministério da Agricultura, de desenvolvimento agrário e desenvolvimento social. O Isidoro Revers, da Comissão Pastoral da Terra, sabe das lições do início da história da humanidade sobre como desenvolver uma política adequada de estoques. Aonde é que nós aprendemos isso, se não lá nas histórias de José com o Faraó. Conhece isso, não é? E o Senador Neuto De Conto também conhece muito bem, porque o Faraó estava muito preocupado com os sonhos que estava tendo e soube que na prisão ali havia uma pessoa que sabia interpretar muito bem os sonhos, e eis que chamou então José para vir, ele que tinha ficado muito tempo no deserto, depois de deixado seus irmãos, e foi preso. Mas era um homem que tinha uma certa sabedoria, conhecido por interpretar sonhos. O Faraó finalmente o chamou: “Afinal, o que significa isso? Estou sonhando que haverá... que... com

sete vacas gordas que saem do rio e depois sete vacas magras, e depois o outro sonho é que há sete espigas de milho frondosas e sete espigas de milho muito estragadas. O que significa isso?", ele falou: "Não, é que o Egito vai ter sete anos de boas safras e sete anos de safras muito ruins, e o senhor precisa, então, guardar um quarto da produção durante os sete anos de boas safras, para depois poder prover durante os sete anos", e daí, ele, então, falou: "Bom, então eu precisaria que o senhor ficasse aqui e planejasse e administrasse exatamente esse plano", e assim chamou José para levar. Em alguns livros de economia, quando se trata da... de como combater a inflação para produtos que tipicamente têm o comportamento dos produtos agrícolas, sempre se lembra dessa lição, e que, nesse debate, eu fiquei aqui pensando que as lições de José para o Faraó continuam ainda muito válidas, e daí a relevância de o governo estar sempre muito atento a uma política reguladora de estoques para estarmos prevenidos com respeito a tudo que pode acontecer, por fatores climáticos e assim por diante. E quem trabalha na agricultura sabe tão bem disto.

Mas acho muito importante que felizmente o Brasil conseguiu ter este aumento da capacidade produtiva, de ofertar mais alimentos, e foi bom que, de maio, quando estiveram aqui, o Arnoldo(F), não é, que mencionou que veio aqui 14 de maio, onde a tendência era só de aumento de preços, mas foi desde aquela época que o Presidente Lula vem ressaltando que nós queremos que esta dificuldade tão grande que está havendo no mundo com o preço dos alimentos seja algo que, para o Brasil, nós vamos enfrentar com a produção maior de alimentos, e, ao mesmo tempo, assegurando a segurança alimentar na medida do possível para todos.

Sim, o Onaur recordou que, na sexta-feira última, Presidente Neuto De Conto, houve uma homenagem tão bonita feita a Josué de Castro, inclusive diante da sua família, sua filha, Ana Maria de Castro, que estava presente, e agradeceu muito ao Ministro Patrus Ananias, ao CONFEA, ao Presidente Lula por ter, na prática, trazido Josué de Castro de volta a Recife, à sua terra natal, porque para ela foi como se o pai tivesse sido exilado do Brasil e não tendo podido voltar em vida, e a cerimônia de sexta-feira última, na Universidade Federal de Recife, acho que tinha ali, não sei se 800 ou mil pessoas, estava completamente lotado o auditório, e numa homenagem tão bonita, comovente, se me permite aqui relatar, pois eis que a orquestra da criança cidadã, onde o maestro Cussy, esqueço o sobrenome dele, ensinou dezenas de crianças, e num dos bairros mais carentes de Recife, um dos mais violentos, ele mesmo me contou. Então eles formaram uma orquestra sinfônica e um coral, e cantaram as músicas tão belas, como do Patativa do Assaré e de Luiz Gonzaga e de Guerra-Peixe, e que tocaram muito na emoção do Presidente Lula, ao cantarem Triste Partida e outras tão belas.

E eu gostaria aqui de recordar que, exatamente, em 24 de março de 1956, Josué de Castro, disse, da Tribuna da Câmara dos Deputados, num pronunciamento: "Defendo a necessidade de darmos o mínimo a cada um, de acordo com o direito que tem todos os brasileiros de ter o mínimo necessário para a sua subsistência". Josué de Castro foi, portanto, um pioneiro da defesa da garantia de uma renda para todo e qualquer brasileiro neste país.

Quando o Isidoro Revers mencionou, de uma forma, talvez com conteúdo crítico, que, na plantação de alguns produtos, os fazendeiros utilizam trabalhadores que recebem o Bolsa Família; se me permite, eu gostaria de trocar idéias sobre isto, porque a sua ponderação era num sentido de crítica à existência do Programa Bolsa Família, ou teve alguma outra conotação?

Ainda quando voltando de Recife para São Paulo, estando presente o Presidente Lula, a Ministra Dilma Rousseff, o Ministro Patrus Ananias, José Graziano e eu, eu tive a... Quando eles estavam conversando sobre o Programa Bolsa Família, e o Presidente perguntava em que medida há pessoas que, em tendo direito, hoje, não estariam recebendo, e o Ministro Patrus fez algumas observações e tudo. Aí eu ponderei ao Presidente e ao Ministro Patrus Ananias que eu considero muito importante que o Presidente, o Ministro Patrus Ananias e cada prefeito, em cada município, diga com muita clareza para a população, porque eu tenho tido experiência ao debater esse assunto, ainda ontem na praça em Araçatuba, ou em Lins, em diversas cidades na semana passada, em mais de 20 cidades que percorri no interior de São Paulo, e eu pergunto: Quem aqui sabe definir com clareza e pode me dizer, em um minuto, quais são as regras do programa Bolsa Família? E muito raramente alguém ali sabe definir. Então, é importante que cada pessoa tenha a consciência de quem tem o direito e quais os benefícios.

Mas, justamente, eu queria ponderar ao Isidoro que... Acho que você sabe que já é uma lei que será instituída passo a passo, uma renda básica de cidadania, simplesmente igual para todos. E quando isto acontecer, acredito que o problema que você mencionou, que o senhor mencionou, falo como companheiro, que mencionado pelo senhor de que... imagine os trabalhadores recebendo o Bolsa Família estão sendo utilizados e também vão ao trabalho, possivelmente alguns com carteira assinada, outros não, para não perder o direito ao Bolsa Família. Então, se houver

a renda básica de cidadania universalmente paga a todos, diante de eventual condição não tão adequada de trabalho que um fazendeiro venha a oferecer a este trabalhador, se houver a garantia de uma renda incondicional, então este trabalhador poderá dizer ao capataz, ao Gerente da fazenda ou ao fazendeiro: "Se for para trabalhar nestas condições, que pra mim são humilhantes, são condições de quase escravidão, então eu prefiro não aceitar, e graças à existência de uma renda que me garanta a subsistência, hoje tenho maior grau de liberdade e poderei aguardar uma outra oferta. Durante este período, eu poderei até estar estudando, me capacitando mais, para, então, aceitar um trabalho que me seja inteiramente adequado para o meu desenvolvimento e o sustento de minha família". Essa é uma das razões principais para as quais eu acredito tanto na evolução dessa proposta. Eu acho muito positivo, hoje, o Programa Bolsa Família para se assegurar o objetivo de extinguir a fome no Brasil, precisamos avançar muito mais, mas eu acredito que a erradicação completa da pobreza e da fome, claro, com a Reforma Agrária, os investimentos na educação, atendimento à saúde e tal, mas o instrumento fundamental disso será a renda básica de cidadania.

Eu fico pensando se... Fiquei tentando recordar se, por acaso, você estava presente, quando no início dos anos 90, em Brasília, lá naquele lugar que vai pelo... pela estrada ali, a convite da Pastoral da Terra, dos movimentos eclesiais de base da CNBB, eu fui fazer uma exposição sobre a garantia de uma renda para todos, e tinha citado inúmeras, inúmeros economistas e filósofos para fundamentar. E eis que, ao final da exposição, o Presidente da CNBB, na época, saudoso dom Luciano de Almeida, me disse: "Olha, Eduardo, você não precisa citar o Karl Marx para defender a renda básica de cidadania, porque ela é muito melhor defendida pelo São Paulo, na segunda epístola aos coríntios", e eu, desde então, passei sempre a citar o Karl Marx e o São Paulo porque os dois são consistentes, e fui buscar os fundamentos em todas as religiões no que diz respeito à garantia de todos, para que todo aquele que teve uma safra abundante não tende mais, todo aquele que teve uma safra pequena, não tenha de menos. Que tem muito a ver com... a cada um... de cada um de acordo com a sua capacidade, a cada um de acordo com as suas necessidades. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Pela ordem de inscrição, autor do Requerimento, eminente Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, ilustres convidados, Senador Suplicy, Senador João Pedro. Quando apresentei o Requerimento, ainda em maio, estávamos embalados pela publicação de um estudo do relator da ONU para a alimentação, Jean Ziegler, que apontava dados muito consistentes quando se referia ao que ele chamava de um genocídio silencioso, do qual 900 milhões de pessoas no mundo, ou seja, um sexto da humanidade, não tem o que comer. E ele alertava que, uma vez consolidado, e continuando a reinar o mercado, mercado de alimentos, a lógica capitalista, ele dizia: "Teremos algumas oligarquias infinitamente poderosas e povos inteiros serão expulsos da história". Quer dizer, afirmava, na África, listava alguns países onde essa situação já é presente, citava a Somália, Serra Leoa e a Libéria, onde essa questão da falta de alimentos criou uma situação de caos completo, em que contribui, se soma a esses... essa estatística inaceitável. Diante das possibilidades que temos de produzir, garantir alimento a todos, a constatação de que a fome e a subnutrição é algo tão presente e responsável por dizimar milhares de vidas em todo o mundo.

Então, ao fazer um debate dessa natureza, evidentemente estamos focados e preocupados com o que ocorre nos países, e aqui, de forma alguma, nenhum de nós aqui desconsidera a importância dos programas sociais; porém, o que nós temos dito é da necessidade de criar as condições de reprodução, sobretudo dos campoleiros(F), pequenos agricultores que hoje, sobretudo na Amazônia, Estado do Pará, por exemplo, sofrem uma pressão violenta para a saída de suas terras, tendo em vista a aquisição de grandes áreas de terras, não exatamente para aumentar a produção de culturas alimentares, mas, sobretudo, culturas que têm também o objetivo, e não para o mercado interno, mas, sobretudo, para a exportação. É o caso, sobretudo, do incremento da soja no oeste e no sul do Pará, agravando os conflitos e a luta pela posse da terra.

Mas eu queria que fosse, de certa forma, examinado, com muita atenção, são os dados que o próprio IBGE publica, afirmando que de 90 a 2006 houve uma redução da produção de alimentos, de alguma forma imposta pela expansão da área plantada da cana-de-açúcar, que, no período, cresceu em 2,7 milhões de hectares, de 90 a 2006. E fala aqui dos municípios, dessa expansão, o município onde a expansão chegou a mais de 500 hectares, ocorreu igualmente uma redução do plantio e da colheita em 260 mil hectares de feijão e 340 mil hectares de arroz. Ou seja, onde houve a expansão da cultura da cana-de-açúcar nos municípios, sobretudo com a expansão numa área superior a 500 hectares, houve igualmente a redução de duas culturas fundamentais para a garantia da alimentação, especialmente aos mais pobres.

Então, gostaria de saber como os expositores explicam e consideram essa... esse fato concreto.

No mais, aqui, nós temos nessa audiência a primeira exposição dos convidados que aqui vieram. Daremos continuidade, em momento posterior, onde aprofundaremos essa questão, o debate sobre esse tema, bem como pretendemos ter de forma mais evidente e, sobretudo, garantido no Brasil, pelo Estado Brasileiro, uma política, de fato, de segurança alimentar, voltada para atender a necessidade de alimentação básica, fundamental para milhões de pessoas, e que isso seja feito de forma a assegurar como um direito natural, o direito à vida, a garantia da dignidade das pessoas, e não a garantia disso através, como vem sendo hoje, dos programas sociais que, de certa forma, suprem, evidentemente, em um estado, em um país tão desigual, tão injusto, acabam sendo... as políticas sociais compensatórias acabam sendo uma forma de amenizar, mas não é efetivamente a forma adequada de resolver os problemas estruturais que leva em conta a garantia da segurança alimentar em nosso país. Essas questões, eu creio, precisam ser melhor [ininteligível] e, sem dúvida, constituir em ações mais afirmativas, sobretudo para garantir o direito à alimentação e condições adequadas a milhões que ainda não têm direito, não só em nosso país, mas, em se tratando de uma forma mais geral, é um problema de natureza global. Portanto, essas questões, eu gostaria de ver melhor esclarecidas, e, sem dúvida, apontarmos caminhos pelos quais possamos garantir ao nosso país, ao nosso povo, uma verdadeira, permanente, consistente política de segurança alimentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Pela ordem de inscrição, ouviremos agora o Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, serei rápido.

Primeiro quero dizer da importância do debate. Saudar aqui o nosso companheiro José Nery, que apresentou o Requerimento para essa discussão.

Em 2007, vários países ali da costa africana, aqui do Atlântico, levantaram a necessidade da compra de grãos, principalmente arroz. E o governo tinha um estoque, e, ao mesmo tempo, tentava atender o mercado interno, e nós passamos, o Senador José Nery estava na comitiva, e eu participei e vi em alguns países ali, como Porto Príncipe, Guiné-Bissau, São Tomé, Cabo Verde... Guiné-Bissau me chamou muita atenção. Eles estavam, na época, tentando viabilizar a compra de arroz. O Brasil atendeu esse pleito... Não era só Guiné, vários países pleiteavam a compra de arroz por conta de escassez, por conta de... Era a fome mesmo. Eu faço essa pergunta aí para o Sílvio, se ele pode atender isso. E serei rápido aqui.

A CONAB, hoje, qual é o estoque hoje, principalmente de arroz? Que desse uma... fizesse esse informe para nós aqui da Comissão. E como o Senador da Amazônia, do meu Estado Amazonas, eu gostaria de levantar para reflexão. Considero que nós tivemos avanços importantes no Brasil, como um todo, na economia familiar. Considero avanços importantes, significativos.

Mas aproveito essa... esse debate para apresentar, refletir acerca de três produtos que eu considero fundamental para não só do ponto de vista da qualidade, mas das potencialidades que em toda a Amazônia existe. O meu estado, o Amazonas, ele é rico na castanha, na castanha... E nós temos problemas sérios, que as associações, as cooperativas... sério no sentido de viabilizar projetos para consolidar usinas de beneficiamento, principalmente da castanha. E a nossa floresta lá é rica em castanha. Se você não potencializa isso, evidentemente que você perde para a grilagem, com a derrubada ilegal da castanheira... E o meu estado, ele tem uma potencialidade imensa em relação à castanha, e as populações tradicionais trabalham com castanha. Então, você olhar a Amazônia, olhar as famílias tradicionais, não é, e não entender que ela é capaz de acordar cedo e passar o dia todo coletando a castanha, e às vezes você perde para o atravessador. Então, ou seja, construir usina de beneficiamento na Amazônia, ela é fundamental para preservar a Amazônia e ter renda com um alimento importante, com um produto importante lá da nossa floresta. Ou seja, quero chamar atenção do nosso MDA para olhar com carinho e ter um debate permanente acerca da castanha.

A outra questão é a seringa. Nós continuamos com aquela região com um potencial imenso de seringas. Lá estão as velhas seringueiras, todas revigoradas, e tal. E você ouve muito, não é, por parte dos seringueiros, tem o Conselho Nacional do Seringueiro, organizado lá em Manaus, numa luta duríssima. Então, quero chamar atenção do MDA para olhar essa pauta por conta das famílias, dos trabalhadores, das populações tradicionais que continuam trabalhando com a seringa.

E por fim o peixe. Aquela Amazônia, o meu estado, a potencialidade do peixe, ou seja, você trabalhar financiamento, banco da Amazônia, isso não existe ainda. Quero chamar atenção para os avanços que tivemos nos últimos anos, principalmente no nosso governo. Agora, discutir isso, pautar. Nós precisamos avançar com EMBRAPA, com as universidades, com financiamento, o banco da Amazônia joga(F) papel importan-

te, e a potencialidade da piscicultura na nossa região, então, os lagos, os igarapés. Nós podemos avançar e muito, preservando a Amazônia, tendo um bom alimento e gerando renda e emprego, se nós conseguirmos equacionar e trabalhar com eles, principalmente com as famílias, quero chamar atenção para a importância desses atores da Amazônia participarem da construção dessas políticas públicas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o eminente Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, Srs. Convidados, Srs. Senadores, eu cheguei hoje pela manhã de um encontro que tive ontem em Londres, no Parlamento Britânico, onde estamos discutindo a questão do aquecimento global. Foi criada uma Comissão para depois ampliar número de parlamentares, legisladores do mundo, no sentido de que a gente possa encontrar determinadas legislações que venham poder ser adaptada à realidade de cada país, bem como o respeito à soberania que não poderia ser diferente. E no debate de ontem, foi todo o dia, algo que está na consciência, pelo menos relativamente pela imprensa, mas de alguns legisladores também, a preocupação com o Brasil e obviamente na questão do desmatamento, e a preocupação que eles têm em relação à expansão de áreas do etanol, para a produção do etanol, temendo que traga um prejuízo não só em termos de desmatamento, mas também que possa fazer interferência em área de produção de grãos. Então essa é uma preocupação, vamos dizer assim, que pra mim ficou muito clara, tinha representantes de vários países, e obviamente que nós levamos alguns números, o que representa hoje a nossa área aqui plantada para cana-de-açúcar, o que representa de soja, o que é de pasto, e, conseqüentemente, os cuidados que o Brasil, como um todo, está tendo exatamente de não ampliar muito essas fronteiras para o desmatamento. Mas essa é uma preocupação do mundo. Você percebe de forma muito clara, inclusive consideram que isso é o entrave para a não adoção do combustível renovável, quer seja do milho, quer seja da cana ou de outros produtos.

Então, a minha colocação é no sentido de que como o Ministério da Agricultura está verificando essa movimentação, vamos dizer assim, do crescimento da expansão da fronteira para a produção de etanol, se ela efetivamente está ocorrendo em novas áreas ou se está havendo mudanças de alguns setores que esteja proporcionando esse crescimento. E até que nível isso é permitido, essa extensão, essa extensão da área, sem comprometer a segurança alimentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Para as considerações finais, eminente Senador Cícero Lucena, era para acontecer no dia de amanhã. Por algumas razões, estamos transferindo para uma outra data. Está praticamente pronto todo o zoneamento da cana para o Brasil.

O Ministro vai vir aqui para anunciar, discutir, analisar o zoneamento agrícola brasileiro para o cultivo da cana-de-açúcar, como para os demais cereais. O mapeamento, eu defendo a ponto zero, porque está desmatado não é possível deixar abandonado e também não podemos mais desmatar. Então acho que é um assunto muito importante.

Vamos ouvir as considerações finais das respostas, iniciando pelo Dr. Marcelo Costa Martins.

SR. MARCELO COSTA MARTINS: Bom, como a questão mais enfatizada nessa discussão final foi o impacto da produção de etanol no preço dos alimentos, eu gostaria de fazer minhas considerações em função dessa informação. Bom, Senador Suplicy, eu consegui as informações de São Paulo, gostaria de relatar ao senhor. A produção de cana em São Paulo, para essa safra, deve ser da ordem de 326 milhões de toneladas. A produção nacional será da ordem de 558 milhões de toneladas. Ou seja, São Paulo corresponde a 60% do total de cana produzido no país. O restante dos 40%, nós podemos colocar que são regiões próximas a São Paulo. Ou seja, há uma concentração muito grande da produção de cana.

Bom, em termos de área de São Paulo, o Estado tem em torno de 24,8 milhões de hectares, sendo 16 milhões agricultáveis. A área com produção de cana é da ordem de quatro milhões de hectares, e a área ocupada com lavouras agrícolas é de seis milhões de hectares, ou seja, aqueles 60% que o senhor viu é--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): [Pronunciamento fora do microfone]

SR. MARCELO COSTA MARTINS: É, é, provavelmente muito em cima da produção agrícola, não considerando silvicultura nem a pecuária. Então, essa é a informação que eu estava devendo ao senhor.

Bom, em relação à produção de etanol, o que nós consideramos é que houve uma especulação muito grande em... Há estudos falando que o grande vilão do aumento do preço de alimentos é a produção de etanol. Pela área plantada e pela capacidade de crescimento que nós temos, em termos de aumento da produção de etanol, sem comprometer a produção agrícola no Brasil, nós acreditamos que há possibilidade de um crescimento conjunto do setor da produção de alimentos e da produção de etanol. Hoje, se nós considerarmos a área toda do país, a produção de etanol

corresponde a 0,5% da área total, 0,5% da área total do país. Então, há possibilidade de crescimento.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Área total produção(F) ou territorial?

SR. MARCELO COSTA MARTINS: Não, territorial brasileiro. Então, irá continuar crescendo? Sim. Mas há espaço para ampliarmos? Sim. Nós temos mais 71 milhões de hectares, como eu e o Dr. Farnese, do Ministério, comentamos, que são possíveis de ser agricultáveis. Nós temos 100 milhões de hectares de pastagens degradadas que podem muito bem os 70 milhões de hectares, os outros 70 milhões de hectares de pastagem, se bem manejados, nos sobra mais 100 milhões de hectares, possíveis de se trabalhar com agricultura, possíveis de trabalhar com a produção de biocombustíveis. Então, há como nós crescermos a produção sem, efetivamente, termos impactos ambientais, só investindo em tecnologia, investindo em aumento da produtividade, investindo no aumento da produção naquelas regiões específicas.

E concluindo, Presidente, a minha fala, eu gostaria só de deixar alguns pontos que na visão da CNA são extremamente importantes para o aumento da renda do produtor e, conseqüentemente, para a garantia do fornecimento de alimentos. Essas demandas passam por melhorias na infra-estrutura. Em relação aos custos de produção, precisamos otimizar a questão dos custos, principalmente de adubos e fertilizantes. Então, nessa questão, passa a Reforma Tributária, a necessidade de nós desonerarmos, por exemplo, alguns impostos que existem no que diz respeito a adicional de frete de Marinha Mercante, por exemplo, há um problema, como foi comentado por vários dos apresentadores, de concentração no setor, há necessidade de acesso a mercados e eliminação de distorções como subsídio à exportação, e precisamos de apoio ao desenvolvimento tecnológico, e aí, nesse apoio de desenvolvimento tecnológico, com certeza passa a necessidade de trabalharmos a questão biotecnológica também.

E por último, logicamente, não deveria ser diferente, ampliarmos o acesso ou facilitarmos o acesso aos produtores de instrumentos de apoio à comercialização. Era isso que eu gostaria de deixar. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado. Com a palavra o Dr. Sílvio Farnese.

SR. SILVIO FARNESE: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senador João Pedro, a respeito da questão que o senhor nos colocou, o ano passado, de fato, a Guiné-Bissau nos procurou para que doássemos arroz para eles. Levando em consideração que estoque é propriedade da União, há que ter necessidade de uma autorização do Legislativo para que seja doado, por ser um patrimônio nacional, em última instância.

Nós entabulamos as negociações para que isso fosse encaminhado; no entanto, antes de que tivéssemos conseguido um instrumento legal para que fizéssemos uma doação, o mercado internacional deu uma reviravolta de tal magnitude que nós ficamos receoso da retirada de produto do mercado interno, naquele momento, e isso pudesse criar uma insegurança nacional da questão do abastecimento. Portanto, não chegamos a fazer efetivamente a doação. Não houve, em nenhum momento, uma intenção de adquirir produto no Brasil, ainda que outros países tivessem mostrado esse interesse. E nós estamos, de qualquer sorte, fazendo vendas externas, independente de governo, mas de uma maneira muito pequena, feita diretamente pelos produtores ou suas cooperativas e algumas indústrias. Isto, sob o aspecto da solicitação de países africanos. O arroz, nós, hoje, o estoque que nós temos hoje de arroz, dentro da CONAB, é de um milhão e cem mil toneladas. Isso é resultado e a maneira que nós, como Ministério da Agricultura, temos, Sr. Presidente, de fazer estoque, é através da aplicação da política de garantia de preço mínimo. E esses estoques são feitos quando o mercado cai abaixo do preço de sustentação da PGPM, e o governo entra comprando para sustentar preço ao produtor e, conseqüentemente, sustentando renda para esse produtor. E isso nos permitiu, em anos passados, que nós fizéssemos esse estoque de arroz, o qual nós estamos retornando ao mercado, de acordo com a necessidade dele, para evitar altas maiores de preço nesse mesmo mercado. Então, já fizemos... estamos fazendo os leilões semanais, todos os estoques do governo são vendidos em forma de leilão, com acesso a todo e qualquer comprador, interligado em todas as bolsas de mercadoria, portanto com toda transparência que há possibilidade nessas vendas. Estamos vendendo esse estoque, mas não com o intuito de complementar abastecimento. Porque o mercado, nós, hoje, esse ano, estamos produzindo 13 milhões de toneladas de arroz para o consumo entre 11 milhões a 11 milhões e meio. O abastecimento nacional já estaria garantido, mas pela pressão de preços externos e por algumas injunções de ordem de custos internos, os produtores estão fazendo uma comercialização mais lenta esse ano, fazendo com que os preços tenham mantidos nesses patamares de 32 reais o saco contra 25 o ano passado.

Então, esses estoques do governo estão evitando uma alta maior dos produtos, mas não estão sendo necessários para complementar o abastecimento. Eu espero que eu tenha sido suficientemente... Meus dados tenham atendido o senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado.

SR. SILVIO FARNESE: Eu só gostaria, Sr. Presidente, se me permite, o Senador Cícero Lucena também fez um comentário sobre a questão do álcool e dos grãos, e o Marcelo já trabalhou nesse assunto, já respondeu uma parte, e nós estamos convictos de que não há qualquer dificuldade do Brasil de crescer, nós apresentamos números, mostrando ainda o nosso potencial de crescimento em áreas que hoje já estão abertas. Portanto, nós podemos crescer sem necessidade de desmatar árvores, desmatar qualquer terreno, e temos ainda produtividades em algumas culturas, e eu especificamente relembro o milho, que nós podemos crescer e muito. A nossa média nacional são 3500 quilos. Só para nós lembrarmos, a Argentina são oito mil quilos por hectare. Nos Estados Unidos são nove a 10 mil quilos por hectare. E já existem trabalhos em sementes genéticas feitas no mundo que mostram o potencial de produção de milho de 20 toneladas por hectare. 15 toneladas por hectare, em condições de lavoura, já é fácil achar nos Estados Unidos. No Brasil, algumas produções em áreas mais desenvolvidas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás já atingem oito a nove mil quilos por hectare.

Portanto, um enfoque na questão de sementes, de genética, de insumos, de adubação, que é a preocupação do Ministério, fará com que possa haver esse crescimento na produção desses grãos, e aí não só milho, mas soja e feijão, que também nós temos a produtividade razoavelmente baixa, nós podemos conseguir na mesma área, nos 47 milhões de hectares que nós produzimos, um crescimento de 20 a 30% na produção. Espero que tenha ajudado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Dr. Sílvio. Ouviremos agora, então, o Dr. Onaur Ruano.

SR. ONAUR RUANO: Muito obrigado, Presidente.

Eu quero trazer, enfim, procurando dialogar um pouquinho com algumas questões que foram colocadas, de que a Política Nacional de Segurança Alimentar Nutricional, que na verdade nós estamos construindo, ela vem articular um conjunto muito amplo de políticas, a quase totalidade delas já existentes.

A transferência de renda, que é um eixo fundamental na política de segurança alimentar e nutricional, não resolve por si só obviamente a questão da insegurança alimentar nutricional do nosso povo, mas é um componente importante nesse leque de políticas voltados para assegurar que essas famílias mais pobres e mais vulneráveis possam ter acesso à alimentação na medida que estão urbanizadas, e, portanto, não produzem seu próprio alimento e têm que adquirir seu alimento, ter acesso ao alimento ao mercado. Assegurar essas famílias pobres uma renda mínima, como bem destaca o Senador Eduardo Suplicy, uma renda mínima cidadã, que garanta a ele essa condição, é fundamental. Nós trouxemos esse ponto como um exemplo, como uma referência aqui, exatamente para contribuir com o componente no debate, na medida em que nós vínhamos, nas apresentações anteriores, trabalhando com uma informação muito rica de dados no que se refere a respostas e buscas no abastecimento, na produção de alimentos, enfim, na temática da auto-suficiência nacional em termos de alimentos, o que é fundamental para você dialogar e conseguir fazer enfrentamento com a alta de preços, mas nós trouxemos isso como um componente para destacar que o acesso à alimentação é uma preocupação do governo fundamental.

Nós temos uma novidade a partir da Lei Orgânica de Segurança Alimentar Nutricional, na perspectiva de construir essa Política Nacional de Segurança Alimentar Nutricional, que é o entendimento que o governo do Presidente Lula tem de que Ministérios isoladamente, por mais importantes que possam ser suas políticas setoriais, não dão conta de uma Política Nacional de Segurança Alimentar Nutricional. A lei, ela criou a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar Nutricional, no âmbito do governo, congregando 19 Ministérios. Aqui na Mesa, todos os Ministérios que estão aqui presentes têm representação, seus Ministros fazem parte dessa Câmara, exatamente para entender que uma Política Nacional de Segurança Alimentar, ela se faz com produção de alimentos, com distribuição de alimentos, com garantia de renda mínima, com controle à inflação, enfim, com um conjunto de medidas que permita que o cidadão brasileiro, seja ele pobre ou rico, possa ter efetivamente garantido a sua segurança alimentar nutricional.

Vou citar apenas um ou dois exemplos aqui do que se trata de fazer referência a políticas que são antigas e que já vêm por muito tempo sendo implementadas no país, e que hoje passam a ter aperfeiçoamentos nessa perspectiva. Uma delas é a Política Nacional de Alimentação Escolar, mais conhecido como merenda escolar, tem mais de meio século de existência. Hoje, 36 milhões de crianças e pré-adolescentes das nossas escolas públicas têm acesso à alimentação diariamente, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Então, é um programa fundamental para que você possa, juntamente com outros programas articulados, pensar em segurança, praticar segurança alimentar nutricional em nosso país. Qual é a novidade? Há um Projeto de Lei, hoje, que está na Câmara Federal, o

PL 2877, que traz vários aperfeiçoamentos na Política Nacional de Alimentação Escolar, mas traz um em particular que eu gostaria de destacar aqui, para dialogar um pouco com a questão e a preocupação de se ter políticas estruturantes.

O PL estabelece hoje que, pelo menos, 30% dos recursos que são destinados e descentralizados da União para estados e municípios, para aquisição de alimentos para a alimentação escolar, sejam destinados à aquisição de alimentos da agricultura familiar local. Isso significa, no nosso ponto de vista, no nosso entendimento, uma revolução importantíssima em inclusão do pequeno agricultor familiar, que, ao invés do prefeito fazer uma grande licitação e fazer aquisição na capital de alimentos semi-industrializados ou industrializados, poder adquirir localmente dos seus agricultores familiares os alimentos, ou pelo menos 30% dos alimentos que entram na alimentação escolar; é um processo importantíssimo que faz essa inclusão, faz desenvolvimento local, porque esse recurso vai rodar no Município ou na localidade e não sai para a capital da pequena cidade do interior, faz com que os hábitos alimentares sejam respeitados, porque se adquire os alimentos que são produzidos ali na própria região. Portanto, fazendo com que, na grande maioria das vezes, na zona rural e na zona periurbana, o filho, na escola, comendo o que o próprio pai produz. Isso significa uma evolução, exatamente fazendo com que você possa ter o acesso à alimentação nas escolas qualificado, com o desenvolvimento local fortalecido e com os recursos apropriados no próprio local, respeitando a cultura local.

Então, isso significa aperfeiçoar o PNAE, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, na perspectiva do que nós temos hoje de Legislação, que aponta o que é o conceito que o Brasil adotou de segurança alimentar nutricional. Ele tem que respeitar hábitos locais, culturais, ele tem que pensar na soberania alimentar dentro da soberania nacional, portanto comprar do pequeno agricultor familiar e fortalecer e reconhecer os alimentos locais é soberania alimentar, fortalecer a agricultura familiar está no conceito, regularidade, quantidade e ter disponibilidade de alimentos está nesse conceito de segurança alimentar nutricional. Então, portanto, nós podemos falar do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, também, hoje, articulando produção com distribuição de alimentos, PRONAF, que certamente o Arnoldo(F) poderá exemplificar com dados mais precisos o que foi o investimento nesse sentido, e é esse o conjunto todo de políticas que, articulados, vão fazer a nossa Política Nacional de Segurança Alimentar Nutricional, que estamos aí, a partir de setembro de 2006, com a sanção da lei, construindo no estabelecimento da articulação governamental e do governo com a sociedade civil, que se dá no Conselho Nacional de Segurança Alimentar Nutricional.

Portanto, é um pouco dessa contribuição que nós vimos como importante trazer para o nosso debate de hoje aqui muito rico, com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado, Dr. Onaur. Ouviremos agora o Dr. Arnaldo Campos.

SR. ARNALDO CAMPOS: Bom, tem algumas palavras-chaves que eu acabei não reforçando na primeira oportunidade, que dialogam um pouco com que o nosso Senador do Amazonas reivindica, com toda textimidade(F) e correção. Acho que uma palavra-chave, que justifica inclusive a situação brasileira de ter maior estabilidade, significa diversificação de fontes de alimentos. Isso está muito claro, inclusive a sociedade brasileira exige, a ciência recomenda, e até a mídia tem promovido. Quer dizer, o acesso a uma cesta diversificada de alimentos, ela é importante do ponto de vista nutricional para a nossa saúde, ela é importante do ponto de vista social porque vai gerar mais emprego e renda, do que poucos produtos, e ela é importante do ponto de vista inclusive econômico, porque vai inibir muito a instabilidade, já que um produto pode subir, e a gente sempre pode ter outro para substituir. E o brasileiro, ele é mestre na substituição de um produto por outro. Se alguma coisa sobe, ele vai no supermercado e troca por outra.

Então, a diversificação, ela é uma estratégia de segurança alimentar fundamental e é relativamente pouco discutida do ponto de vista das políticas públicas, diminuir a dependência de poucos produtos. E aí os produtos regionais, os produtos dos biomas, os produtos da biodiversidade são produtos fundamentais porque... O exemplo da castanha, ele ilustra bem, é um produto extremamente nutritivo, tem qualidades funcionais espetaculares, seja para a pele, ele reduz... não sei se é a acidez, não entendo muito disso, tem ômega... Quer dizer, tem, assim, uma série de coisas, e ele não é um produto extremamente difundido. A gente é capaz, sem fazer uma análise crítica, de gastar com subvenção econômica para transportar algodão do Mato Grosso para os portos, 500 milhões de reais em um ano; em 2007, quase 700 milhões para tirar soja de áreas distantes para os portos, e nós não somos capazes de subvencionar o deslocamento, por exemplo, da castanha, para que a gente aqui em Brasília tenha ela em conta, porque o custo é elevadíssimo de acesso a um alimento nobre como esse. O mesmo a gente pode falar do açaí, da própria seringueira, que, embora não seja alimento também, poderia usufruir

em mecanismos como esse. E mostram que a gente precisa aperfeiçoar os nossos mecanismos que hoje são utilizados por um conjunto muito pequeno de produtos, no caso a PGPM, que passou por uma reforma agora com a Medida Provisória 432 que vai permitir que a gente faça, por exemplo, escoamento, pague prêmio de escoamento da produção para a castanha, para que o produtor possa ter uma renda assegurada na ponta, e o consumidor não seja penalizado com o custo elevado por conta do transporte. Mesma coisa com outros produtos da biodiversidade pode ser feito. De qualquer forma, a vida da castanha é uma antes desse governo; a outra, depois. Com o Programa de Aquisição de Alimentos, nós conseguimos inibir a figura do atravessador, que vinha muitas vezes do lado de lá da fronteira. Se não me engano, é o Peru, são os bolivianos, enfim, empresários que atuam no mercado, atravessando a castanha que, com a garantia de preço mínimo que o PAA deu, permitiu que a gente pudesse ter um novo patamar de preço para a castanha.

A mesma coisa a gente vai ter que fazer com outros produtos, criando um ambiente de negócios para que eles possam ser desenvolvidos. E aí, ações mais importantes, na minha opinião, são a coordenação de esforços para acesso a políticas públicas, porque as ferramentas de políticas públicas estão aí e podem ser utilizadas. Acontece que os grupos, as comunidades tradicionais, às vezes conseguem acessar um recurso de fomento, mas não acessam a uma assistência técnica de qualidade. Às vezes consegue acessar uma linha de crédito, mas não tem o apoio à comercialização. Às vezes consegue até acessar energia elétrica, mas não tem o apoio para elaborar um plano de negócio para um conjunto de produtos. Então é importante, é muito importante a gente conseguir promover o acesso dessas políticas públicas, que foram desenvolvidas no nosso governo, de forma articulada e coordenada. Eu acho que assim a gente consegue apoiar a organização da produção, apoiar a estratégia de agregação de valor, apoiar a estratégia de escoamento da produção, estratégia de apoio à comercialização. Então, eu acho que esse é uma das formas de poder promover esse conjunto de produtos, e aí o pescado não é diferente, a seringueira não é diferente, o açaí não é diferente, e outros produtos aí que os biomas brasileiros poderiam estar ofertando em maior volume para garantir segurança alimentar local. E esses produtos chegarem na merenda escolar, que é o que o Ministério da Educação quer, possa chegar ao hospital, chegar ao sopão da Prefeitura, que muitas vezes trabalham com produtos que não têm base local, vêm de longe, gastando com transporte, etc, e a gente podendo trabalhar com produto local. É isso.

Eu agradeço a oportunidade, o MDA agradece a oportunidade de estar aqui, participando desse debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Dr. Arnaldo. E por último, ouviremos, então, o Dr. Isidoro.

SR. ISIDORO REVERS: Então, a primeira questão, Senador Suplicy, quando eu falei com relação às políticas públicas ou às políticas nacionais, melhor dizendo, estou me referindo como as políticas sociais do Governo Lula, inclusive, subsidiam o próprio agronegócio através dessas políticas. Então, é nessa perspectiva que eu estou chamando atenção. Penso que todas elas feitas pelo governo são muito importantes no sentido de resolvermos um grave problema da fome e da miséria no Brasil.

É interessante, Senador, quando o senhor fez a pergunta com relação ao por que o pessoal planta tanta cana em São Paulo. E eu fiquei surpreso quando, nesse levantamento, inclusive, que estamos fazendo para o próprio Parlamento europeu, quando fui verificar por que tem menos investimentos na cana por parte do setor estrangeiro no Mato Grosso, aí o pessoal me respondeu, inclusive um pesquisador de lá, é que há uma insegurança dos investidores principalmente do ponto de vista fundiário. Então... E até porque isso está relacionado com... Quem são hoje os maiores investidores no etanol? São banqueiros e fundos de pensão. Então, nesse sentido... É uma pena que o Senador não está aqui, que saiu, o Senador Lucena. Inclusive essa questão do super aquecimento, do problema ambiental, todas essas questões foram super dimensionadas, e não significa que elas não existem; existe a crise do petróleo, existe o aquecimento, mas elas estão sendo super dimensionadas porque o setor especulativo encontrou na agricultura do Brasil, da América Latina e dos países em desenvolvimento como um elemento da atividade econômica que pode dar materialidade à especulação financeira. Então, nessa perspectiva, se justifica também por que investir em São Paulo é mais seguro do ponto de vista até fundiário, inclusive.

Quanto ao zoneamento, eu acho importante um pouco no que você estava colocando... Por exemplo, por que não discutir o zoneamento nessa perspectiva da diversidade da produção, e não na dimensão apenas da monocultura. Então, acho que é bom levar em consideração aquilo que deve ser produzido naquela região. Se o corpo humano precisa de uma alimentação diversificada, imagina o corpo da terra que precisa ter, vamos dizer assim, um processo de produção diversificado para poder, inclusive, preservar uma série de elementos. Então, por isso que quando eu falo de que nós precisamos mudar a matriz de produção,

vai nessa perspectiva. O monocultivo destrói o meio ambiente. Vocês imaginem uma produção de cana de 240 mil hectares em seqüência. O que você vai ter lá? Só cana? Vocês imaginem, por exemplo, o problema da celulose, um eucalipto que você não encontra nem um passarinho lá dentro, porque o passarinho não vai comer a semente de eucalipto. Nem tatu mais existe.

Então, eu penso que, se há uma preocupação no sentido de discutir o zoneamento, precisa levar em consideração aquilo que o meio ambiente necessita como produção diversificada, para que se preserve esse meio ambiente. Senão, nós caminhamos a passos largos na perspectiva de transformar um caos, não é, de todas as áreas e da terra e da natureza, da água, que nós temos, e temos em abundância, no Brasil.

Então, eram essas as questões que eu queria colocar e agradeço pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Agradecendo a presença--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permita só para... Como o Marcelo Martins mencionou a questão dos dados de São Paulo, é um dado publicado, acho que nos jornais de 6/ 7 de setembro, no Estado de São Paulo, que a cana tinha 70% da lavoura paulista, e o governo barra a expansão, porque seria 70% da área, excluindo a área para pastagens. E eu agradeço se puder me dar as informações que o senhor me enviou, e eu lhe agradeço, e eu lhe passo essas também. Só isso, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Presidente, eu não vou esticar, alongar, não, é que eu não tive tempo--

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu tive que apresentar uns projetos nas outras comissões e não pude estar o tempo todo. Mas eu tenho dois quadros aqui; um quadro da CNA e outro quadro do MAPA, que tem um pouco de divergência, por exemplo, em relação à área de cana, algumas divergências. Pelo quadro de lá, nós temos 0,41%. Pelo seu quadro, nós temos 1.1%. Porque... O senhor trabalha na área total possível? Tem alguma diferença de um para o outro? Só para esclarecer isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Trabalha no todo, e ele trabalha só na produção.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [ininteligível] de 2006, uma distribuição 2006/2007. Esse é o último levantamento que a CONAB fez agora no mês de agosto, que deu 8,98.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Ok. Como o senhor falou em CONAB, lá em Roraima, em relação à merenda escolar, a CONAB agora fez um convênio com os produtores de mel, e eles estão fornecendo diretamente.

Mas um problema que eu tenho no meio dos indígenas... lá em Roraima, tem muita escola indígena. É que eles não têm nota fiscal para fornecer o material para a merenda escolar, para a associação de pais e mestres. Nós temos que achar alguma outra forma, algum jeito de contornar esse negócio. Como é que o índio vai sair de lá, viajar três dias, para fazer uma nota fiscal, para vender jurumum a 100 reais de jurumum?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Um bloquinho do produtor.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Hein?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Um bloquinho do produtor.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Um bloquinho que você pode tirar na Prefeitura? Um bloquinho? Lá em Roraima, ainda não chegaram esses blocos. Tira sem custo nenhum para o produtor esse bloco? Ok. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado. Eu quero agradecer a presença de todos os convidados pela ilustração, pela... pelo conhecimento que oferecem à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, agradecendo a presença das Senadoras e dos Senadores. Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 14h26.

COMISSÃO DE AGRICULTURA
E REFORMA AGRÁRIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE
DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

ATA DA 20ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E 5ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 8 DE OUTUBRO DE 2008.

Às dez horas e vinte minutos do dia oito de outubro de dois mil e oito, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **NEUTO DE CONTO** e sob a Presidência, eventual**,** do Senador **GILBERTO GOELLNER**, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com a

presença dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO AMARAL, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, EXPEDITO JÚNIOR, JOÃO PEDRO, LEOMAR QUINTANILHA, GILBERTO GOELLNER, CÍCERO LUCENA, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, OSMAR DIAS, CÉSAR BORGES, AUGUSTO BOTELHO, JOSÉ NERY, ROSALBA CIARLINI, RENATO CASAGRANDE E MARINA SILVA.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as): Pedro Simon, Heráclito Fortes, Jayme Campos, Marco Antônio Costa, Valter Pereira e João Tenório. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Neuto de Conto, informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública conjunta de acordo com a seguinte pauta: **AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA**, em cumprimento aos **Requerimentos nº 18, de 2007 – CRA**, aprovado em 19.9.2007, de **autoria** do Senador **Expedito Júnior**, **Requerimento nº 1, de 2008 – CRA-BIO,** aprovado em 27.2.2008, de **autoria** do Senador **João Tenório** e **Requerimento nº 13, de 2007 – CRA-BIO**, aprovado em 11.7.2007, de **autoria** do Senador **Sibá Machado**, com o objetivo de discutir o Zoneamento Agrícola Brasileiro, a expansão de culturas para Biocombustíveis e outras culturas e expor sobre o planejamento do zoneamento agrícola para o cultivo de cana-de-açucar no Brasil e sobre o anúncio da imprensa da proibição dessa cultura na Amazônia Legal**,** com a participação dos seguintes convidados: **Exmo. Sr. Carlos Minc** – Ministro de Estado do Meio Ambiente e **Exmo. Sr. Reinhold Stephanes** – Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Expedito Júnior, Gilberto Goellner, José Nery, Flexa Ribeiro, João Pedro, Osmar Dias, Rosalba Ciarlini, Augusto Botelho, Leomar Quintanilha, Renato Casagrande e Marina Silva. **RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA REALIZADA.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinqüenta e dois minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da CRA e pelo Senhor Presidente, eventual, da CRA-BIO e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **NEUTO DE CONTO, PRESIDENTE DA CRA; –** Senador **GILBERTO GOELLNER, PRESIDENTE, eventual, DA CRA-BIO.**

COMISSÃO AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS – CRABIO

20ª REUNIÃO CONJUNTA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E 5ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 20 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada. Aprovado.

A presente reunião destina-se a Audiência Pública conjunta em cumprimento ao Requerimento nº. 18/2007 da CRA, aprovado em 19/09/2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, Requerimento nº. 01/2008, CRABIO, apresentado em 27/02/2008, de autoria do Senador João Tenório e Requerimento nº. 13/2007, CRABIO, aprovado em 11/07/2007 de autoria do Senador Sibá Machado. Com o objetivo de discutir o zoneamento agrícola brasileiro, a expansão da cultura para biocombustíveis e outras culturas, expor sobre o planejamento do zoneamento agrícola para o cultivo de cana-de-açúcar do Brasil e sobre o anúncio da imprensa da proibição dessa cultura na Amazônia legal, com a participação dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Carlos Minc, Ministro de Estado do Meio Ambiente, que já se encontra na mesa. Exmo. Sr. Deputado Reinhold Stephanes, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, também já na mesa. Na mesa também o Senador Gilberto Goellner, que representa a Subcomissão de Biocombustíveis.

Gostaria de saber se o nosso Vice-Presidente, Expedito Júnior, gostaria também de fazer parte à mesa? Será uma satisfação.

Gostaria de cumprimentar as Sras. Senadoras, os Srs. Senadores. Iniciando, Srs. Ministros, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, vive-se um momento de uma crise mundial, aonde cujos fatos vêm principalmente nas áreas financeiras. O Brasil, embora, a expectativa é muito forte para que esse desequilíbrio não encontre respaldo em nosso país, ele também passa por algumas turbulências. Razão porque a agricultura, alicerçada na sua potencialidade econômica e, principalmente

pelos números que ela apresenta, quer seja com 34% da responsabilidade do Produto Interno Bruto do país, 35% das exportações nacionais estão no agronegócio, e, principalmente, no superávit da balança comercial também nasce da produção agropecuária, levando em conta ainda a preocupação que se tem pelos anúncios da imprensa, considerando a capacidade que tem o Brasil de ampliar, a sua capacidade de produção de alimentos, e também sem perder de vista a produção de bioenergia, sem dúvida nenhuma, esta reunião, esta Audiência Pública é de uma importância transcendental para que se possa esclarecer à Comissão do Senado, ao Senado da República e ao Brasil, principalmente, quando se trata do zoneamento agrícola brasileiro, e a sua expansão para a cultura do biocombustível. Este planejamento, e, sem dúvida nenhuma, nós temos a convicção que conduzida de forma inteligente, sem agredir o meio ambiente nem ao desmatamento, nós podemos internar uma quantidade de terras que nenhum país do mundo as tem. E podemos, sim, ser, sem dúvida nenhuma, o maior produtor e o maior exportador de alimentos para o mundo, e também podemos ser, sim, o maior produtor e o maior exportador de bioenergias. Temos terra, temos água, sol, clima, tecnologia e gente; todos com competência, com capacidade e com desprendimento público para alcançarmos esses objetivos em favor de nossa pátria.

Então, nós passamos, de imediato, a palavra ao Ministro Reinhold Stephanes para expressar o assunto tratado nos seus requerimentos neste dia.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Eu cumprimento a todos os Senadores, todos os presentes, Srs. Jornalistas, o Senador Neuto de Conto, Presidente da Mesa. E eu gostaria de abrir um parêntese inicialmente, pedir permissão para agradecer a esta Comissão, ao Presidente Neuto de Conto e ao Senado pela condução da aprovação do projeto da renegociação da dívida agrícola. Eu acho que o Senado desempenhou um papel extraordinário nisso, na rapidez que precisávamos naquele momento, os entendimentos no sentido de incluir alguns itens que são necessários numa outra medida em andamento, coisa que o Senador Neuto de Conto ficou encarregado de fazer, mas a condução rápida e precisa num momento que era muito importante se dar a velocidade dessa questão, isso foi feito pelo Senado. Então acho que em nome dos agricultores brasileiros e em nome do Ministério do Governo eu devo esse agradecimento ao Senado e aos membros desta Comissão e ao Senador que foi o relator da matéria.

Em relação ao assunto que está colocado na pauta, para a qual nós fomos solicitados aqui, eu e o Ministro Minc, eu gostaria de começar com as palavras do próprio Senador Neuto de Conto, de que, efetivamente, nós temos que ser inteligentes no sentido de compatibilizar a produção de alimentos com a produção de energia limpa. Nós temos que ter essa capacidade em fazer isso. E o zoneamento é o grande instrumento para isso. E também compatibilizar isso, claro, com o meio ambiente, com as necessidades do meio ambiente. Então, são as três questões que nós temos que considerar.

Foi feito um trabalho de zoneamento específico, no caso da cana, aonde foram envolvidas várias instituições de Governo, é um trabalho muito técnico, um trabalho muito científico, onde foram envolvidos – como disse – várias instituições, vou citar algumas delas aqui: a Embrapa, a Conab, a Unicamp, o IBGE, o INPE, a meteorologia, o CPRM, praticamente todas as instituições estaduais de pesquisa, o Ministério do Meio Ambiente também, enfim, foi um trabalho de Governo e um trabalho que envolveu várias instituições a nível Federal e a nível Estadual, e como disse, conduzido de forma muito técnica, muito científica. E esse trabalho levava em consideração basicamente as aptidões de solo, as aptidões de clima, as restrições ambientais para a produção e... Sim, a declividade também, porque o que se deseja no futuro de toda colheita ser feita mecanizada, então tinha que se levar em consideração a questão da declividade. O trabalho eu diria que está praticamente pronto, e ele procurou na área de compatibilização. Primeiro na área de meio ambiente retirar todas as regiões que teriam restrições ambientais. E procurou-se trabalhar muito no sentido de encaminhar para se compatibilizar com a produção de alimentos se procurar trabalhar em cima das áreas de pastagens. Porque o Brasil tem hoje, usa em torno de 50 milhões de hectares para o plantio de grãos e utiliza quase 200 milhões de hectares para a pecuária. Sendo que nós temos uma densidade de ocupação muito baixa na área de pecuária. Então nós poderíamos ter uma condição melhor de utilização desses solos. E na área de pastagem nós devemos ter hoje mais de 50 milhões de hectares já áreas ou degradadas ou com baixa produtividade. E como essas áreas estão... Encontram-se praticamente toda a região de produção, mesmo dentro de São Paulo nós temos isso, São Paulo, principalmente, áreas de expansão, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Maranhão, Paraná é parte também Rio Grande do Sul... Enfim, essas áreas se encontram bem distribuídas. E aí acabou... Quer dizer, como áreas que foram excluídas deste zoneamento para o plantio da cana, nós, evidentemente, áreas sem aptidão de clima, sem aptidão de solo, áreas com declividade acima de 12 graus, áreas que demandariam necessidade de irrigação plena, áreas

que tivesse qualquer tipo de vegetação nativa, o bioma amazônico, áreas de proteção legal, todas elas, e o bioma do pantanal. Sendo que no bioma pantanal ainda há uma discussão de um ponto aí no bioma do pantanal.

Nesse estudo, então que é composto de mais de 15 mil mapas, esse estudo, nós encontramos uma área apta e disponível para a cana retirada todas as áreas de restrição, 65 milhões de hectares. Nós temos que lembrar de que para a expansão nos próximos oito anos, nós vamos precisar aproximadamente quatro, cinco milhões de hectares. Então, quer dizer, entre a necessidade de expansão de área e a disponibilidade, nós temos uma diferença muito grande, ou seja, nós temos área suficiente para boas opções dentro de uma área muito vasta, ou seja, 65 milhões de hectares no total do qual nós precisaríamos em torno, como eu disse, de cinco milhões de hectares. Agora, dentro desta área dos 65 milhões de hectares nós temos 37 milhões de hectares de área de pastagens, ou seja, áreas aptas sobre todos os aspectos e sem nenhuma restrição ambiental. Nós temos 37 milhões de hectares. Claro que numa posição inteligente como disse o Senador Neuto de Conto, nós devíamos dirigir para esta área de 37 milhões de hectares, já que ela é bem distribuída. Com isso nós não estaríamos competindo com alimentos, já que nós podemos melhorar a produtividade por área no caso da pecuária. Então, em princípio vai se direcionar, quer dizer, embora, tenhamos uma disponibilidade de 65 milhões de hectares, mas através de instrumentos, de financiamentos e outros instrumentos não se pode proibir que alguém plante na área de soja. Não se pode proibir. Pelo menos, dentro da Legislação atual ou dentro da concepção atual você não pode proibir. Mas você pode direcionar através de financiamentos nessas áreas de pastagens, ou seja, dentro desses 37 milhões de hectares que estariam disponíveis. Então, em síntese, é este o quadro que se desenhou.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Está pronto o estudo?

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Esse estudo está pronto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Está aprovado?

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Não, ele ainda não está aprovado, ainda depende de algumas definições, algumas discussões internas. Mas o estudo, como estudo técnico e estudo científico está pronto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Exclui.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Foi excluída como área, pelo menos, em princípio, considerada como área não apta por questões e restrições ambientais, todo o bioma amazônico. E o pantanal, que é outra questão em discussão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Sim, todo o bioma, salvo, onde hoje já tem usinas. Já tem hoje quatro grandes usinas dentro do bioma, quatro ou cinco grandes usinas. Essas seriam mantidas, mas não haveria novas usinas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Sim. Tem por região, tem por Estado, por região, por tudo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Não, esse ainda não porque esse não está disponível para a apresentação.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Gostaria, Sr. Ministro, para nós...

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Mas a síntese é essa. Agora, no caso do bioma amazônico...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ministro--

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu gostaria o seguinte, porque nós temos tempo, tem dois Ministros, o Ministro Stephanes faz todo o seu planejamento, toda sua exposição. Vamos ouvir o Ministro Minc e depois vamos entrar para o debate, cada um faz as suas perguntas e eles terão tempo suficiente para as respostas. Senão nós vamos passar para um debate e nós não vamos conduzir a reunião.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone] pudesse até dizer qual a lógica dessa definição, porque na Amazônia existe área de cerrado que pode muito bem ter outro tipo de plantio. Qual a lógica? Só isso que eu gostaria de saber.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sr. Presidente, ainda que não seja membro da Subcomissão, mas como parte da Comissão de Meio Ambiente, eu acho que o encaminhamento proposto por V.Exa. está adequado para que os Srs. Ministros possam colocar as suas posições e depois nós faremos as indagações. Senão há uma quebra de raciocínio em relação à exposição que está sendo feita.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Ministra Marina Silva, é o que nós sugerimos para que isso se possa fazer e damos com maior precisão o trabalho. Muito obrigado.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Eu acho que eu deixaria para responder essa pergunta depois. Mas eu já queria... Eu poderia apenas antecipar, talvez até nem devia colocar isso nesse momento atual. Nós também fizemos simultaneamente a isso, embora, isso não está em debate nesse momento, o zoneamento para a produção de dendê. E o dendê para efeito de biodiesel, é a melhor matéria-prima que nós temos disponível hoje no Brasil e no mundo para a produção de biodiesel é o dendê. E o dendê... Nem todos talvez tenham essa informação, mas o dendê é o óleo mais produzido no mundo. Não é a soja, é o óleo de dendê. E o Brasil é importador de óleo de dendê. E o Brasil tem regiões no Pará, no Amazonas e em Roraima altamente... Com alta condição de produtividade para a produção do dendê. E, efetivamente, o Brasil precisa, possivelmente aí, uns dois milhões de hectares em produção de óleo de dendê para substituir aquilo que hoje nós estamos usando óleo de soja para a produção do biodiesel. 90% do biodiesel está saindo do óleo de soja e há um custo muito elevado. E o dendê, efetivamente, que tem uma produtividade extraordinária, tem uma capacidade de absorção de mão-de-obra extraordinária, tem capacidade de proteger o solo... Seria um grande instrumento para a recuperação de áreas degradadas no Pará, no Amazonas e em Roraima. Grande instrumento. E seria, até sob o ponto de vista de negócio, muito superior à cana e ao álcool. Muito superior. Bom, basta ver a Agropalma fazer uma visita. A Agropalma, um outro empreendimento que está se instalando agora no Pará da biopalma que é o mesmo grupo, que há 25 anos atrás fez a agropalma e agora está fazendo a biopalma. Mas, todos os estudos e análises nós já fizemos. Fizemos todo o zoneamento, aonde que se pode plantar, que produtividade pode se obter, enfim, tudo isso já está pronto.

Eu estou colocando isso já, porque já que existem restrições, vamos dizer, mundiais em relação ao plantio de cana na Amazônia, no bioma amazônico. Essa seria, mais ou menos, a lógica. Já que existem restrições mundiais. Por que não dar como opção para esta área uma atividade que é mais lucrativa ainda? Quer dizer, aí nós implementaríamos junto com o meio ambiente a forma que isso aí poderia ser feito de maneira adequada, inclusive, utilizando isto na área de recuperação de áreas degradadas dentro dos 80% de reflorestamento. Já que têm todas as condições técnicas e científicas. Veja bem, não é uma discussão ideológica e nem política neste caso. Quero deixar bem claro. Técnica e científica. Ok?

Bom, mas eu tenho a impressão que a exposição geral que eu teria que fazer é essa, que o zoneamento está pronto, ele foi uma atividade bastante técnica e bastante científica. Já estabelecemos as áreas para onde deveríamos crescer de forma inteligente, e temos área suficiente disponível que seria basicamente área de pastagem. E no caso da Amazônia que ainda é uma questão em discussão, mas aí nos parece que seria também inteligente se nós achássemos uma outra opção que seria o caso da produção de dendê que nós tanto estamos precisando, e que não dá em outra área a não ser naquelas regiões que já foram zoneadas, cujo zoneamento já foi feito, no Pará, Amazonas e Roraima. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Ministro, Deputado Reinhold Stephanes.

Agora ouviremos então o eminente Ministro Carlos Minc.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Bom dia a todas e a todos. Queria saudar meus companheiros de mesa, Senador Neuto de Conto, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, Senador Gilberto Goellner, Subcomissão Permanente de Biocombustíveis, e meu companheiro de Governo, Ministro Reinhold Stephanes e também os Senadores e Senadoras aqui presentes. Primeiro queria também agradecer o convite e saudar o Senado por estar tão atento a uma questão estratégica para o país, aliás, como não poderia deixar de ser. Queria dizer que o Ministro Reinhold Stephanes tem sido nosso parceiro, temos conversado sempre sobre muitos assuntos diferentes, não apenas esse. Temos tido um bom diálogo. Também quero dizer que eu estou há apenas quatro meses e uma semana no Ministério, mas essa é a décima vez que eu venho aqui no Congresso Nacional, estive várias vezes na Comissão de Agricultura da Câmara, Comissão de Meio Ambiente, frentes, em suma, sou um Parlamentar Estadual do Rio de Janeiro há muitos anos, então prezo o Parlamento, tenho 20 anos de Parlamento estadual. Então sempre prezo muito aqueles que são eleitos para representar o povo e defender seus interesses, no caso, o Senado também vendo a questão nacional que é um olhar mais amplo.

Bem, dito isso, e antes de entrar diretamente no tema proposto, aliás, nos temas propostos na questão do zoneamento, biocombustível, etanol, eu quero fazer breves anúncios, que sempre é um momento também de prestação de contas. Eu vejo que todos os Ministros devem prestar contas ao Parlamento sempre que possível. Quero dizer que o Fundo Amazônia que foi criado por um Decreto do Presidente Lula no dia 1º de agosto, ele terá agora no dia 23 a sua primeira reunião, e nesse Fundo tem assento os nove governos da Amazônia, o Governo Federal e a sociedade

civil, e esses recursos serão usados para projetos de sustentabilidade na Amazônia e os doadores não têm assento, quer dizer, é um fundo 100% soberano. Outro anúncio importante é a política de preços mínimos para produtos do extrativismo. Também consta numa Medida Provisória do Presidente Lula, nós temos trabalhado em conjunto com o colega Stephanes e com o Conab. Então já saíram vários preços mínimos que é importante para dar sustentabilidade econômica para milhões de pessoas que vivem do extrativismo e não tinham garantias para preços como a borracha, a castanha, o pequi, piaçava, babaçu e etc., e com isso vão poder alavancar as suas produções.

Quero anunciar também que nós assinamos dias atrás com a Comunidade Européia 6 milhões de euros para a implantação do distrito florestal ao longo da 163, garantindo manejo florestal, produtividade, condições de implantação das defesas para essa área importante. E que ontem também teve a primeira reunião sobre a BR319 já com representantes dos governos de Rondônia, do Amazonas, das universidades, dos Ministérios para garantir que todas as medidas preventivas sejam asseguradas. Também tivemos há dez dias em Goiânia lançando um plano de defesa e desenvolvimento do cerrado, e o zoneamento econômico e ecológico junto com o Governo de Goiás e também de monitoramento junto com a Universidade Federal de Goiânia. E que há cerca também de duas semanas foi lançado o primeiro Plano Nacional de Mudanças Climáticas que está em consulta pública, portanto, todos, sobretudo, o Senado, a Câmara, os ambientalistas, os produtores, os técnicos e esse primeiro plano aí já tem uma interferência direta com o tema proposto de hoje, Presidente, Senador Neuto de Conto, que é que esse Plano Nacional de Mudanças Climáticas prevê uma expansão anual de 11% na produção do etanol e 12% na produção do biodiesel. Portanto, a ser confirmado esse plano, tem que haver e esse é o esforço conjunto do Mapa com outros Ministérios garantir porque esse realmente é um combustível mais limpo, que emite menos e está prevista a sua expansão no Plano Nacional de Mudanças Climáticas.

Bom, entrando então agora depois desses rapidíssimos anúncios, no tema central proposto. Nós dedicamos grande importância do trabalho do Ministério para a questão tanto do zoneamento econômico e ecológico quanto do zoneamento agro-ecológico da cana-de-açúcar. No zoneamento econômico e ecológico temos trabalhado com os Estados, não só da Amazônia, vários Estados. Na Amazônia dois Estados concluíram, três Estados enviaram às Assembléias Legislativas para que sejam aprovados sob a forma de lei, e os outros quatro estão avançados. Nós pretendemos, Presidente, até 2009 concluirmos todo o zoneamento econômico e ecológico da Amazônia. Aliás, para nós da área ambiental, o zoneamento econômico e ecológico é um ótimo compromisso da área ambiental com a área produtiva. São as regras claras. Como fazer, o que fazer, onde fazer. Quer dizer, a indefinição gera incerteza, gera conflito. Uma definição clara com base técnica, com base científica, com participação e legitimação pelos parlamentos também estaduais, esse é o melhor caminho para conciliar o aumento necessário da produção com o aumento necessário da proteção. Então, estamos investindo pesado no zoneamento econômico e ecológico, inclusive, com recursos do Ministério, apoio técnico, continuando um trabalho que já era desenvolvido na época da Ministra Marina Silva, que está aqui presente, que também deu grande importância ao zoneamento econômico e ecológico.

Então isso aí está sendo continuado e está avançando e as pessoas estão vendo que esse é o caminho. Além disso, Presidente, nós temos feito vários entendimentos com o setor produtivo. Fizemos com o setor da soja e dos óleos vegetais um acordo sobre a não compra de soja de áreas desmatadas ilegalmente, áreas embargadas, na Abiove exportadores de óleos vegetais assinaram esse acordo com o Ministério e com a sociedade civil, e nós nos comprometemos a acelerar o zoneamento econômico e ecológico, cadastramento das propriedades. Assinamos também um acordo. O Senador Flexa Ribeiro estava presente em Belém, com o setor madeireiro exportador, também o setor madeireiro se comprometendo a comprar madeira de plano de manejo, de áreas certificadas, legalizadas, e nós nos comprometemos a dobrar a oferta de madeira legal, que a melhor forma de combater a madeira ilegal, obviamente, é aumentar a oferta da madeira legalizada. E fizemos acordos semelhantes com a área do minério e vamos fazer agora com a Abiec que são os exportadores de carne e frigoríficos.

Bem, em relação ao zoneamento econômico e ecológico da cana, qual foi a intervenção do Ministério do Meio Ambiente nessa discussão? Nós temos acompanhado atentamente os estudos coordenados pelo Mapa envolvendo a Embrapa Solo, Unicamp e outras áreas técnicas. Nós colocamos questões que foram incorporadas ao plano. Redução progressiva das queimadas. Aproveitamento maior e definitivo do vinhoto. O vinhoto é um subproduto da produção do álcool, riquíssimo em matéria orgânica, no passado era um grande contaminador dos rios e lagoas, por causa exatamente do EBO, da demanda bioquímica de oxigênio, e é uma base para a produção de biogás, biofertilizantes, portanto, é riquíssimo em matéria orgânica. Então, o plano do zoneamento econômico e ecológico da cana

prevê cada vez mais aproveitamento crescente com segurança do vinhoto. Converter poluição em geração de energia. Portanto, isso é a racionalidade. Ninguém pode ser contra isso. Agora, tem que ter mecanismos para garantir que isso aconteça, de fato.

Bem, uma outra questão que nós incorporamos e já pensando no plano de mudanças climáticas, é o aproveitamento da palha da cana-de-açúcar. No último leilão de energia futura, de compra de energia futura, a vedete foi o aproveitamento de energia renovável a partir da palha. Isso implica também uma mecanização crescente. E daí uma das preocupações do plano que o Ministro Stephanes já mostrou com toda a precisão é a questão de menos de 12 graus de inclinação. Por que os 12 graus? Porque isso permite a mecanização e a mecanização que permite o aproveitamento da palha, portanto, a não queimada agride menos o pulmão do trabalhador, o clima, e permite que a palha seja aproveitada para a geração de energia.

No último leilão mais de 400megas foram comprados como aproveitamento de palha e já fica um subproduto importantíssimo para a meta de energia e para a meta de clima, porque é energia renovável.

Então, a nossa posição do Ministério é francamente favorável à expansão da produção do biodiesel e do etanol. Tem várias vantagens internalizar o desenvolvimento do país, diminuir o inchaço das grandes capitais das regiões metropolitanas, aumentar a produção e renda. Hoje o setor da agricultura tem um papel fundamental no país, na economia do país tanto no equilíbrio externo das contas quanto no combate à inflação, quer dizer, no fundo o preço dos alimentos tem sido uma âncora antiinflação considerável. Então, nós da área ambiental temos tido um diálogo muito forte, não só com o Ministro da Agricultura que está aqui presente, mas com a frente parlamentar da agricultura, com a Comissão de Agricultura da Câmara, porque nós entendemos que quando há agressão ambiental, quando há desmatamento, quando há supressão das áreas de preservação permanente, com diminuição dos caudais de água e assoreamento, o principal prejudicado é o agricultor. Então nós achamos que a consciência ambiental dos agricultores tem aumentado e tem que aumentar mais ainda até porque eles dependem disso, dependem da qualidade do solo, da qualidade da água, da qualidade da cobertura vegetal... E isso tem sido, felizmente, tem avançado. Talvez, Ministro Stephanes, não no ritmo que nós gostaríamos, mas é inegável que tem avançado e isso deve ser também saudado.

Então, o Brasil, como tem dito o Presidente Lula, é talvez o único país do mundo que pode ampliar simultaneamente a produção do etanol, a produção do biodiesel, a produção de alimentos e áreas protegidas. Essas quatro coisas podem acontecer simultaneamente. O Ministro Stephanes falou, nós, na verdade, temos mais de 300 milhões de hectares de terras que poderiam ser aproveitadas, por exemplo, para a cana-de-açúcar. Aqueles 65 milhões que o Ministro mencionou são aquelas que já passaram por aqueles filtros todos. Não entram em áreas protegidas, têm aptidão de solo para a produtividade, tem a questão climática da precipitação ideal, a questão da inclinação que tem a ver com a mecanização e o aproveitamento da palha e com a diminuição progressiva das queimadas. E, na verdade, nós temos hoje cerca de 7 milhões de hectares plantados de cana e esse plano prevê uma expansão de mais algo em torno de 6 milhões... 5 milhões de hectares. Então nós, na verdade, temos o dilema ao contrário. Nós temos 60 milhões para escolher 5. Veja bem, ninguém é proibido de plantar cana em qualquer área que não seja proibido. O Brasil é um país que, felizmente, se rege por leis e ninguém é proibido de fazer nada senão por lei. Então aonde não for proibido é permitido. Nós estamos falando das áreas que serão incentivadas. E essas áreas que serão incentivadas têm que ter uma série de características para garantir o máximo proveito. Isso implica questão de infra-estrutura, de escoamento, várias condições. Nós temos que atender ao mercado interno. É crescente a produção de carros flex, de automóveis flex, isso é importantíssimo também. A adição do álcool à gasolina ou o uso do álcool alternativo à gasolina tem ganhos ambientais muito importantes e ganhos para a saúde, para a saúde da população. Nós estamos cuidando de um outro assunto também que não diz respeito a essas Comissões, mas que é a questão do teor do enxofre no diesel que também é um problema que afeta o pulmão das pessoas, sobretudo, nos grandes centros, nas grandes metrópoles, estamos cuidando diretamente disso para garantir um diesel de melhor qualidade, de menor teor de enxofre. Vamos antecipar metas que outros países já têm, então vamos antecipar porque, embora, o nível de desenvolvimento, Presidente, seja diferente, os pulmões são iguais. Os nossos pulmões são exatamente iguais, Senadora, aos pulmões dos europeus. Então nós temos que ter um carinho especial com essa questão e o biodiesel ajuda. Tanto o etanol quando o biodiesel ajudam. Não só a emissão quanto à parte da saúde da população. Portanto, eu quero deixar bem claro aqui que a posição do Ministério não é apenas neutra. É francamente favorável, por razões ambientais ao aumento da produção do biodiesel e do etanol. Agora, queremos fazer isso com toda segurança, com toda a parte técnica, e não apenas em relação a invadir ou não área protegida. Há todas essas questões que eu levantei em relação ao

vinhoto, à palha, à questão das queimadas, e a questão do aumento até do uso do etanol.

Bem, nós temos algumas preocupações. Logo quando eu assumi o Ministério, há quatro meses e dez dias, o meu primeiro desafio foi uma reunião de 90 Ministros do meio ambiente em Bonn na Alemanha, sobre biodiversidade. E um dos temas mais quentes desse encontro internacional era biocombustíveis. Embora, a discussão central não fosse essa, fosse a questão do acesso e repartição dos benefícios pelo uso da biodiversidade, o Brasil tem a posição muito firme que até 2010 tem que estar implantado no mundo inteiro que nos beneficia, nós pagamos as patentes, e os países não pagam pelo uso de produtos como sementes e folhas que geram. Eles sintetizam nos seus laboratórios e nos vendem as patentes e não pagam por isso. Então a posição do Brasil é muito clara, nós queremos que até 2010 esteja implantado no mundo inteiro. Há uma resistência dos países ricos, porque eles não pagam por isso, vão passar a pagar, portanto, resistem não abertamente. Mas, na verdade, nessa conferência de Bonn, muitos países levantaram críticas ao etanol e ao biocombustível brasileiro. Mas havia tipos de críticas diferentes. Havia preocupações ambientais e havia preocupações comerciais. Então, isso eu quero trazer para este Senado. Na verdade, Senadores e Senadoras, muitos países que não têm um etanol competitivo com o nosso, porque o nosso, além, de mais eficiente, mais barato, é mais verde, e não tem um biocombustível competitivo com o nosso, usam o argumento ambiental para criar barreiras comerciais. Então, nessa conferência de Bonn estava exigindo para o etanol e o biocombustível uma série de condições prévias, análises prévias e requisitos prévios sobre o enfoque ambiental, mas, muitas vezes, disfarçando uma questão de barreira comercial. Então, nesse dia, nessa conferência, eu estava com dois dias no Ministério, eu usei uma expressão que posteriormente o Presidente Lula repetiu, cinco dias depois numa reunião da FAO, em Roma, que eu dizia o seguinte: que nós íamos cuidar para o nosso biocombustível, o nosso etanol serem completamente verdes, ambientalmente seguros. Mas o que nós não admitíamos é que o combustível mais limpo fosse o único que estivesse sentado no banco dos réus. E contra ele fosse dirigido, muitas vezes, um dedo sujo com óleo e com carvão. Ou seja, países que tinham em suas matrizes o óleo e o carvão apontando o dedo contra o etanol e o biocombustível que são reconhecidamente combustíveis mais limpos. O que não significa que nós não tenhamos que ter cuidados redobrados. Não só em relação à questão interna que eu acho que a nossa política não deve se pautar em relação ao que o resto do mundo pensa da gente. Nós temos que ter uma política pautada no que a gente pensa da gente. Acho que nós temos que ter clareza a respeito disso. Por isso que o Fundo Amazônia os doadores não têm assento. Quem vai decidir o que vai fazer com esse recurso são os Governos Estaduais, Federal e sociedade civil. A gente não precisa de conselho de ninguém de fora para defender a Amazônia, como não precisamos, Ministro Stephanes, conselho de ninguém para ter uma ótima política de etanol e de biocombustível com os craques que nós temos na Embrapa, no Mapa, nas nossas universidades, com o apoio de outros Ministérios. Eu coloco o nosso, modestamente, como uma linha de apoio junto com o MMA, o MDA e outros; mas, obviamente, que a agricultura tem um papel de maior proeminência nisso, é natural que assim o seja, mas o diálogo tem sido muito bom. Mas nós não podemos desprezar essas questões.

Vejam bem, se nós temos 65 milhões de hectares que se prestam a n critérios técnicos para escolher cinco, nós temos que levar em conta todas as condições, inclusive, as condições técnicas, as condições de fragilidade de bioma, e as condições de infra-estrutura. Então, eu acho que nós temos essa condição. Eu acho que o plano de mudanças climáticas reforça o etanol e o biocombustível, a prever um crescimento da ordem de 11 ou 12% para um e para outro, e eu acho que o Ministério da Agricultura não tem sido adversário. Muitas vezes, se colocou que o Ministério da Agricultura e o Ministério do Meio Ambiente não falariam a mesma linguagem, porque um estaria preocupado só com a produção e o outro preocupado só com a proteção. Isso não é verdade nem num caso e nem no outro. Quero atestar aqui que o Ministério da Agricultura não está preocupado só com a produção. Até porque a proteção faz parte da agricultura. O Ministro Stephanes vem de família de pequenos agricultores do Sul do país e eles sabem exatamente que sem proteção não há produção. Quando começar o solo a rachar, a árvore a faltar e a água escassear não tem crédito que sustente sem os fatores básicos.

Então, assim como o Ministério da Agricultura não se preocupa só com a produção, o Ministério do Meio Ambiente também não se preocupa só com a proteção. Porque a gente sabe que o aumento do etanol e do biocombustível faz bem para a saúde e faz bem para o planeta. Então, essa já era a posição da Ministra Marina Silva, que está aqui presente, sempre se pautou pelo desenvolvimento sustentado, e não pela proteção como um fim em si mesmo, e é a posição que nós temos dado continuidade com diálogo muito forte. O Senador Goellner é testemunha disso. Nós já há uma semana recebemos 30 produtores de Mato Grosso, resolvemos várias questões na área da pe-

cuária. A questão que a área da Agricultura levantou em relação ao Decreto de crimes ambientais nós abrimos um diálogo fortíssimo, inclusive, com o Ministro Stephanes, esse trabalho está por um fio de cabelo para ser concluído, provavelmente, hoje ainda, mas foi fruto de várias discussões seriíssimas, levando em conta todo o setor ambiental, parlamentar e dos secretários estaduais de Agricultura e a CNA, e o setor ambiental, a frente parlamentar do meio ambiente, a Comissão de Meio Ambiente da Câmara, a Dema, os secretários estaduais de meio ambiente, quatro Ministérios; trabalho seriíssimo de diálogo. O diálogo é bom conselheiro. O confronto é bom quando abre caminho para o diálogo, mas o confronto em si não leva ao avanço. E ficou claro para nós, tanto no caso do zoneamento quanto no caso da discussão do Decreto que o diálogo é bom conselheiro. Ele tem rendido ótimos frutos. E aqui essa que é a nossa disposição nessas Comissões do Senado Nacional.

Muito obrigado a todos e estamos abertos a todos os questionamentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado Dr. Carlos Minc.

Passamos a ouvir agora os Senadores que subscreveram os requerimentos. O autor de um deles, o eminente Senador Expedito Júnior, com a palavra.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, Srs. e Sra. Senadora, Senadora Marina Silva, Srs. Ministros, Carlos Minc e Reinhold Stephanes, quando fiz esse Requerimento, o Senador Sibá ainda assinou comigo, fizemos a assinatura em conjunto aqui nesta Comissão. Foi no dia 19/09/2007, há mais de ano já que nós fizemos essa solicitação de audiência aqui. E eu acho que hoje nós estamos dando um passo muito importante aqui porque nós estamos reunindo porque acho que um dos dois maiores... Principalmente na questão nossa da nossa pecuária, na nossa agricultura, do desenvolvimento do país, os dois mais importantes Ministérios. E esse era sempre o nosso sonho aqui, trazer aqui o Ministério da Agricultura e o Meio Ambiente. E o apelo que vou fazer aqui, na época quando a imprensa anunciou a proibição do plantio da cana-de-açúcar no bioma amazônico, eu fui um dos que mais critiquei na Tribuna do Senado. Mas critiquei por quê? Critiquei porque a decisão não pode ser por uma canetada. Acho que a decisão tem que ser da maneira como estão fazendo agora. Acho que nós temos que ter o zoneamento. Como é que você vai decidir, como é que você vai simplesmente impedir uma região como a nossa região amazônica, como infelizmente o que mais tem lá é a proibição, que não pode, que não pode, que não pode, que não pode. E o que é que pode? Quais são os programas do Governo, os programas sustentáveis para a nossa região? Eu vi aqui agora há pouco o Ministro Reinhold Stephanes falar sobre a recuperação das áreas degradadas. Eu tenho um projeto aqui, lavoura e pecuária de recuperação de áreas degradadas, inclusive, agora o Senador Gilberto é o relator, eu acho que esse é o projeto de sonho de consumo de todos nós, de fazer a recuperação das áreas degradadas. E não há uma política do Governo nesse sentido. Há propostas, há discussões, há projetos, mas na prática mesmo não acontece. Quando o Ministro Minc assumiu o Ministério, acho que fui uma das primeiras pessoas que fui visitá-lo. E levei uma das pessoas polêmicas que é o Governador Ivo Cassol. Acho que um dos primeiros Governadores que fez um projeto proibindo a queimada no Estado foi o Governador de Rondônia. E com políticas severas contra a queimada no nosso Estado. E está lá o resultado, nós diminuímos e muito as queimadas no nosso Estado. Desmatamento também, a taxa do desmatamento também. Agora, o senhor já me respondeu duas perguntas que eu ia lhe fazer, que é a questão daqueles projetos que já estão em andamento e que o senhor já garantiu aqui que esses projetos, inclusive, têm financiamento do BNDES, como nós temos dois projetos de etanol no nosso Estado, que é no Município de Cerejeiras e no Município de Santa Luzia, está já praticamente prontos. Então serão garantidos esses projetos.

Agora, o Ministro Minc, fazendo referência à minha primeira visita a ele, que eu saí de lá muito satisfeito com a convicção e com a determinação de V.Exa., era que o senhor estava pegando os problemas, realmente, enfrentando os problemas do país, principalmente, na região amazônica. Nós temos um problema crônico que é a questão da regularização fundiária. Como é que quer exigir alguma coisa se não tem regularização fundiária? Como é que nós vamos fazer plano de manejo se nós não temos a regularização fundiária? Nós não temos o georeferenciamento das nossas áreas? Só tem uma área em Rondônia que tem georeferenciamento. Uma área. Uma área que tem georeferenciamento em Rondônia. Então como é que eu vou ficar... Eu quero defender aqui, eu quero ajudá-lo, sou, inclusive, da base aliada, sou Senador da base aliada. Eu quero aplaudi-los nas boas decisões. Mas, eu queria fazer um apelo, com eu disse no começo aqui. Aquilo que o senhor finalizou dizendo que nós não temos que fazer aqui, nós temos que nos preocupar e não temos que nos ater aqui com o que pensa o resto do mundo. O que nós pensamos aqui para o Brasil. Tem que ouvir também nós da Amazônia. O que nós pensamos para a Amazônia. A bancada amazônica aqui é muito forte. Então, ouvir um pouco mais os Senadores da região

amazônica, ouvir os Governadores quando for tomar uma decisão, de repente, uma decisão firme, pesada, forte; ouvir os governadores dessas regiões. É quem está lá na base enfrentando os problemas. O setor madeireiro – eu estava aqui com o Presidente do Incra -, o setor madeireiro por muito tempo foi visto como vilão. Hoje vocês estão vendo aí já que não é tanto o setor madeireiro que é o vilão da história. Eu sempre dizia, e na Comissão de Senadores que nós tivemos lá em Rondônia, eu sobrevoei as áreas de assentamento do meu Estado. E ficou claro onde é que estava o desmatamento em Rondônia. Hoje parece que o Ministro Minc tem esses dados, esse levantamento. Eu estava no Estado, esses levantamentos sobre a... Os assentamentos feitos pelo Incra sobre essa questão do avanço do desmatamento. Mas, eu não poderia na ocasião não fazer... Deixar de fazer nenhuma crítica, Ministro, quando anunciaram o rompimento que não podia se plantar cana-de-açúcar na região amazônica. Porque o primeiro Estado que fez o seu zoneamento foi o Estado de Rondônia. Como é que fica os Estados que fizeram o seu zoneamento com o zoneamento que vocês estão fazendo agora? Se identificar o conflito? O que é que vocês vão buscar? Qual é a possibilidade de se buscar um entendimento, se buscar um acordo? Porque o zoneamento que foi feito lá foi um zoneamento sério onde participou toda a sociedade do meu Estado. E aí o zoneamento nos permite lá no Estado, de repente, nos permite fazer o plantio da cana-de-açúcar. E aí como é que de repente hoje... Não vou dizer que numa canetada, porque agora vocês tecnicamente estão buscando isso, subsídio nesse sentido. Mas como é que fica esse conflito do zoneamento estadual com o zoneamento que está se fazendo no plano Federal? Então, eu não quero aqui... Não quero polemizar. Pelo contrário, eu quero ajudar a construir uma alternativa para a minha região. Quero ajudar a construir uma alternativa para o meu Estado. Quero parabenizar o Ministro Carlos Minc. Fiz várias vezes isso na Tribuna, porque as oportunidades que tive de dialogar com V.Exa. eu saí de lá impressionado, saí de lá entusiasmado, achando que verdadeiramente nós estamos construindo e pavimentando um caminho para a região amazônica. Conversava agora há pouco com V.Exa. e gostaria, já que o senhor deu oportunidade de falar sobre outros assuntos aqui, que nos falasse também sobre a questão da Reserva do Bom Futuro. Nós temos em torno de cinco mil pessoas... Não vou dizer que assentadas, não. Em área de invasão. Mas que foi há 15, 20 anos. Qual é a alternativa que nós vamos buscar para esses pequenos produtores? Lá não tem fazendeiro, lá tem pequenos produtores. Então tem que ser proposta uma alternativa. E V.Exa. estava me dizendo que já estava construindo isso com o Governador Ivo Cassol.

Então fica aqui a minha preocupação simplesmente no sentido da região amazônica sobre a questão da proibição. Que nada se pode. Então, o que é que pode na nossa região? Eu acho que tem que ser construído um entendimento, tem que se buscar uma alternativa, e tem que se discutir com a sociedade amazônica. Nós não podemos... E eu quero fazer coro aqui mais uma vez. Eu até entendo que temos que estar prestando contas aos mecanismos internacionais. Mas, primeiro a nós. Primeiro nós da região amazônica que derramamos nosso suor lá para sustentar a nossa família. O setor madeireiro que é visto como vilão no meu Estado, foi quem construiu o Estado de Rondônia. Se Rondônia existe hoje, existe por causa da geração de emprego e renda que fomentou o setor madeireiro do meu Estado. Hoje se busca uma alternativa, se busca um entendimento para que o setor madeireiro não trabalhe mais na clandestinidade, que trabalhe na legalidade. Mas para isso o Governo também precisa fazer o dever de casa. Então nós precisamos. E o Incra precisa investir mais na questão das regularizações fundiárias. Há poucos dias o Ministro na audiência que teve aqui conosco nos pediu emendas parlamentares nossas, dos parlamentares para que destinasse para o Incra para que pudesse então fazer o trabalho de regularização fundiária. Então falta uma política do Governo Federal no sentido de dotar o Incra no sentido de viabilizar recursos para que possa então fazer uma política séria e uma política verdadeira para a região amazônica.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador Expedito Júnior.

O Senador João Tenório também subscreveu um Requerimento. Ele é o Presidente da Subcomissão de Biodiesel e Biocombustíveis da Comissão de Agricultura. Está aqui o seu Vice-Presidente, o Senador Gilberto Goellner que passamos a palavra para falar pela Subcomissão.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Ministro Stephanes, Sr. Ministro Minc, Presidente Neuto, demais Senadores, Senadora Marina Silva. Na ausência do Senador João Tenório, ele me solicitou que aqui comparecesse justificando a sua ausência, que ele gostaria muito de estar aqui, que é uma Comissão que ele preside, que tem desenvolvido trabalhos importantes dentro da Comissão de Agricultura. Eu gostaria de fazer uma colocação, Sr. Ministro Carlos Minc, que diz respeito a essas duas bacias que hoje estão impedidas de se produzir cana-de-açúcar, que é a Bacia Amazônica e a Bacia do Alto Paraguai. Pela resolução do Conama 01 de 1985 ficam impedidas, no caso a Bacia do Alto Paraguai que deságua para

os rios, rios que formam o rio Paraguai, e, especificamente, ficou impedido nessa resolução a produção de cana-de-açúcar. Naquele momento, há 23 anos, em 85, a tecnologia das indústrias de álcool e de açúcar, não eram tão desenvolvidas como as que têm hoje. E qualquer agricultura hoje, qualquer agricultura que se faz nessas bacias, como já são bacias agrícolas, são bacias de... Não é bacia do pantanal, é bacia de rios que compõem, que formam a Bacia do Pantanal, do Alto Paraguai. Toda agricultura de lá é realizada nisso aí e a cana é uma agricultura igual a todas as outras, inclusive, com mais conservação de solo do que uma agricultura anual. Então, eu vejo que nós teríamos que rediscutir essa resolução, porque nessas regiões existe o caso específico do Estado do Mato Grosso de 11 usinas, oito estão inseridas na Bacia do Alto Paraguai e não poluem, porque houve um acompanhamento de licenças ambientais que identificaram todos os critérios ambientais para se constituir então a colocação dessas usinas, porque elas seriam poluidoras, não é a cana-de-açúcar, seria a usina que poderia poluir se ela não tiver critérios de aproveitamento do vinhoto, e como o vinhoto agora é uma matéria-prima, um subproduto de muita importância, inclusive, ele é colocado sobre o solo e um aproveitamento, é como um adubo químico, então não há o escorrimento que dê, que poderia se colocar como de causar alguns transtornos nas águas, de poluição das águas, porque ele é absorvido, são normalmente... É obrigatório também fazer a conservação das APPs desses rios. Então não vejo hoje que uma usina venha poluir o meio ambiente, os rios que condizem à Bacia do Pantanal. Então, essa restrição dessa Bacia, eu vejo que teria que ser revista, a Bacia do Alto Paraguai, e também quando se tratar de áreas que hoje que se falam como degradadas, de pastagens degradadas, não são áreas iludidas, são pastagens que não foram reaproveitadas com fertilizantes, com calcário. Hoje se conduz ali agricultura, é permitido fazer agricultura, é permitido fazer pecuária. E a cana-de-açúcar é mais uma agricultura que não vai poluir essas regiões. Então, de forma errônea nós estamos tratando aqui que dentro de áreas aprovadas como de uso para plantio, a cana-de-açúcar é mais um cultivo que não vai prejudicar então o meio ambiente só por se tratar de cana. E, sim, uma usina. E a usina hoje tem vicências, têm critérios muito rígidos em todos os Estados para ser aprovada. Então, eu vejo que essa resolução Conama, hoje, poderia ser um auxiliar para desmistificar simplesmente incluir duas bacias importantes e que poderiam ser aproveitadas futuramente, já que hoje pela logística não tem competitividade. No caso da Bacia amazônica, Estados de Rondônia, Estado de Mato Grosso que já tem agricultura, dentro dos critérios hoje de 20% ou dos critérios anteriores de 50% de utilização dessas áreas, eu discordo completamente de que essas duas bacias fiquem de fora de uma produção, porque não é uma produção poluidora, cana-de-açúcar não é uma atividade poluidora, ao contrário, se utiliza muito pouco componentes de agroquímicos.

Então, essa é a contribuição que eu queria deixar para gente colocar em discussão. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador Gilberto Goellner.

Consulto o Plenário, praticamente todos estão inscritos para falar. Se nós damos três a cinco minutos cada um e as respostas seriam dadas em conjunto no fim, ou fizemos três ou quatro e se dá a resposta, dividir o grupo?

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador João Pedro.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): José Nery.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): José Nery. Desculpe, querido Senador.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Inscrito. Cumprimentando nossos ilustres convidados, Ministro Carlos Minc, Ministro Reinhold Stephanes. Creio que objetivamente seria importante manifestação de três a cinco minutos para cada Senador, aí a partir de três intervenções, as respostas, para que ficasse mais objetiva as próprias respostas dos nossos convidados. Creio que seria uma forma de trabalhar de forma mais adequada. É a sugestão que faço a V.Exa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): [pronunciamento fora do microfone] -– aos autores dos requerimentos, e logo em seguida então abriria um debate para três ou de acordo com que o Plenário entender, três, quatro ou cinco, não sei, cinco minutos, 10 minutos, três minutos. Não sei o que a maioria aqui dos Senadores entender que deve ser mantido o posicionamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Flexa Ribeiro, pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Neuto de Conto, eu queria pedir a V.Exa. que o tempo que coubesse aos meus questionamentos, eu pudesse fazê-lo com perguntas e respostas

imediatas aos dois ilustres convidados nossos. Porque eu vou fazer perguntas e gostaria de ter respostas em seguida, porque elas serão... a pergunta seguinte será função da resposta que nos for dada.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Então nós vamos fazer o seguinte: vamos ver se nós damos três minutos para cada Senador, e a resposta para o Senador Flexa Ribeiro, que será o terceiro, fecha os primeiro três que vão falar, e, conseqüentemente, atende praticamente a reivindicação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, eu posso até abrir mão de ser o terceiro. Eu gostaria que... Presidente...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu fiz uma solicitação a V.Exa. que quando chegar a minha vez dos questionamentos, eu possa fazê-lo com resposta. Se eu tiver três minutos e cada um--

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Dentro dos três minutos será atendido.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Cada um dos convidados terá três para responder, eu tenho nove para questionar e ter as respostas.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Aí nós vamos ficar até a noite aqui.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não tem problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Nós temos Plenário.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A Amazônia merece isso. A Amazônia e o Brasil merecem que fiquemos aqui, não um dia. Vários...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, vamos ouvir então a resposta do Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): -– será os três minutos e vamos ouvir...

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sr. Presidente, por favor, só leia a lista dos inscritos para que nós possamos ter uma idéia de quantas pessoas estão inscritas.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): São seis Senadores até o momento. E nós estamos em sete aqui.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Já estou inscrita, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sim, está, sim, senhora.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Obrigada. Então acho que a sugestão, eu acho que a mais adequada que possamos ouvir os Ministros em relação aos requerentes, e em seguida falarão os demais Senadores intercalando em blocos de três.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Então, os dois Senadores que como requerentes já se manifestaram, nós vamos dar então três minutos para que os Ministros se manifestem sobre os pleitos até aqui. Poderão até diminuir as demais perguntas dos demais Senadores. Ministro Stephanes.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Senador Expedito Júnior, quando eu chamei Senador, é porque vou responder. Não estava chamando atenção. Deus o livre. [risos]. Senador Expedito Júnior, eu vou começar por regularização fundiária. Todos estamos de acordo, acho que hoje no Governo, eu estou de acordo, o Minc está de acordo, todos que estão interessados na Amazônia estão de acordo que nós precisamos saber quem é quem dentro da Amazônia. E que tudo passa pela necessidade urgente da regularização fundiária. O Ministro Mangabeira Unger propôs, e já tivemos várias reuniões ministeriais com isso junto com o Presidente da República, e está em processo decisório, porque acho que vai acontecer rapidamente, no sentido de se fazer um programa para em dois anos fazer a regularização fundiária de toda a Amazônia. Para isso seriam criados mecanismos especiais. Primeiro, simplificação da legislação. Então, o Ministro Cassel já está levantando toda a necessidade de simplificação de Legislação para se poder... Porque pelos procedimentos atuais não há como, é extremamente demorado. Então, como simplificar a Legislação? Então isso já está sendo feito o levantamento.

Segundo item que já está decidido, inclusive, houve reunião com todos os Governadores da região. É delegação para os Estados fazerem a regularização, ou seja, a parte operacional será dos Estados. E o terceiro item é a criação de um organismo específico, fora do Incra para articular e coordenar essas ações. Então, é, mais ou menos, dentro dessas três linhas que está se caminhando, partindo exatamente dentro dessa linha que é muito difícil se agir na Amazônia sem que se tenha a regularização fundiária da Amazônia, sem saber quem é quem. Então me parece que isso está relativamente sendo encaminhado e já em caráter final de decisão.

A segunda colocação sua foi: quantos projetos já implantados, ou já licenciados? Esses serão mantidos. Todos os projetos já implantados ou licenciados. Então esses serão mantidos. Não há nenhum problema.

A terceira questão que você colocou muito é a questão: o que se pode e o que não se pode na Amazônia. Bom, esta é uma questão que eu também me pergunto já não é para a Amazônia, é para o Brasil.

Porque na minha visão, nós começamos a criar legislações ambientais, legislações de restrição ou legislação de proteção ambiental sem dimensionar o que é que nós estamos fazendo a cada momento. Então, quando se mapeia isto hoje e nós tivemos o cuidado de fazer isso pela primeira vez, a Embrapa fez, jogou tudo isso dentro do mapa do Brasil, aí acabamos chegando que no caso da Amazônia, específica, legalmente só se pode usar 7%, legalmente. Ou seja, já tem grande parte hoje que está na ilegalidade. Não se pode usar. E em termos de Brasil isso também está caminhando de tal forma que eu não posso mais plantar café em Minas, já não posso mais plantar uva no Rio Grande do Sul, nas encostas, que eu já não posso mais usar a pecuária nos topos e morros do Paraná que é tão comum no centro do Paraná. Enfim, não vamos entrar em todos os detalhes, cana-de-açúcar em topo de morro e nas encostas de Pernambuco, na zona da mata de Pernambuco, e assim por diante. Então, eu também, às vezes, já me faço essa pergunta: nós temos que sentar e inverter o processo. O que é que está disponível para a agricultura e o que é que não pode mais ser usado. Quer dizer, vamos inverter. Porque a cada dia você chega a novas restrições. A cada dia você cria novas reservas. Tudo bem. Ótimo. Apenas temos que definir melhor isso. E é claro, uma coisa é não derrubar mais nenhuma árvore e a outra coisa é fazer com regiões consolidadas. São duas coisas diferentes. Uma coisa, na minha visão, é legislação de proteção da Amazônia, e a outra é legislação de proteção de zonas consolidadas de centro-sul que são diferentes. Mas, aparentemente, se faz pensando numa coisa pegando o Brasil todo que é muito diferente. Então, efetivamente, isso existe. Agora, felizmente eu diria o seguinte: o diálogo com o meio ambiente pensando exatamente igual, ou seja, nós temos que plantar e proteger, produzir e proteger. E eles têm que proteger e também produzir. Quer dizer, dentro dessa linha é possível que se possamos avançar. Eu, por exemplo, na minha visão, não há nenhuma possibilidade de se manter sem alteração o Código Florestal. Quer dizer, o Decreto de Punição é decorrente de questões já reguladas em leis, e reguladas em épocas diferentes, momentos diferentes, às vezes, sob situação absolutamente emocional, às vezes, sob situações absolutamente políticas e ideológicas. Às vezes. E eu posso dizer isso, porque esse dia eu encontrei um dos ex-ministros, e aí conversei: "Escuta, como é que você fez isso?" "Eu fiz na hora. Pressionaram-me, fui lá e fiz". "Mas você sabe o tamanho do problema que você criou para o futuro?" Eu não vou citar o nome dele. Faz dez dias atrás. [ininteligível] posso até citar. Então, eu penso que algumas coisas terão que ser discutidas dentro da racionalidade e dentro da idéia de proteger. Veja bem, dentro da idéia de proteger. Não é dentro da idéia de... Não, mas precisam ser, efetivamente, recolocada. Então sob esse ponto de vista eu quero dizer que eu tenho um pouquinho este pensamento.

Acho que as perguntas do Expedito Júnior, na minha visão...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Não, eu não entendi a última.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Aquela história de zoneamento estadual versus zoneamento de agronegócio.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Veja bem, ao se fazer o zoneamento nacional, se levou em consideração, por isso que eu citei todos os zoneamentos estaduais foram levados em consideração. Todos. Agora veja bem, nós temos uma questão que é emblemática. E acho que temos que considerá-la como uma questão emblemática, que é o bioma amazônico. Essa é uma questão emblemática. Então, até onde vale você correr o risco de não tendo necessidade de plantar cana lá, porque não tem. Nós temos áreas sobrando em outros lugares, com melhor até infra-estrutura, com melhores condições lógicas de produção, quer dizer, por que plantar na Amazônia? No bioma amazônico? Estou falando bioma amazônico. Então, essa é uma questão emblemática. Agora, o que é que poderíamos achar de opção? Acho que todos hoje estão de acordo que nós temos que achar opções econômicas para as milhões de pessoas que vivem lá. Então, que opções nós temos que dar? Que compensações deveremos dar a isso? Eu acho que aí é que reside a questão. Eu levantei uma das opções em produção de energia, que é a questão do dendê que seria mais lucrativo, que seria melhor e poderia ser utilizadas mais áreas até do que se fôssemos imaginar plantar cana lá.

Senador Gilberto Goellner, eu tenho a impressão que este é o único pequeno ponto ainda polêmico. Quando eu digo polêmico, é no sentido de diálogo, que ainda existem diferenças entre o meio ambiente e nós. E eu até uso, Senador... Ah, está aqui bem do ladinho. Eu até quero usar isso, Senador, porque há uma outra questão, a agricultura tecnologicamente evoluiu de forma extraordinária nos últimos 20, 30 anos. Quer dizer, há 30 anos falar em plantio sobre a palha, o plantio direto, praticamente não se falava nisso. Um dos grandes problemas naquela época era o que? Era a chuva levar as terras, levar os... Enfim, os produtos químicos que colocava na terra para os rios e assorear os nossos rios, enfim, assorear as nossas represas. Eu me lembro que pela época foi feito o

estudo, o estudo existe, é publicado, dizendo que no caso específico de Itaipu ela estaria assoreada em 35 anos pelo tipo de agricultura que se praticava. Hoje se passaram 35 anos e ela não tem absolutamente nenhum assoreamento por quê? Porque se mudou a tecnologia. As coisas mudaram. O mesmo acontece com o problema da linhaça ou do vinhoto. O mesmo. Naquela época se colocava em zona de sacrifício. Se rompesse uma dessa zona de sacrifício você tinha um problema. Hoje isso, inclusive, é proibido, hoje você nem pode fazer isso. Além do que você tem uma outra utilização, você tem uma outra tecnologia para isso. Hoje não existe mais problema de vinhaça ou de vinhoto. Como queira chamar. Isso não existe mais problema. Absolutamente, tecnologicamente, nem em uso, nem na prática não existe mais. Mas a Legislação foi feita numa época levando em consideração aquele momento. Agora, no caso específico do Pantanal, aonde estaria essa discussão, claro que no caso do Mato Grosso do Sul, aquela parte do Mato Grosso do Sul existe uma lei estadual e aquilo está consolidado. E no outro caso existe uma resolução do Conama, evidentemente, se for o caso tem que ser discutido. Mas, tecnicamente existe hoje solução para isso. Tecnologicamente existe solução para isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Bem, então vou tentar responder também as questões levantadas pelos dois primeiros Senadores proponentes: o Senador Expedito Júnior de Rondônia, e o Senador Gilberto Goellner que está aqui também representando a Subcomissão de Biocombustíveis.

Bem, então Senador Expedito Júnior, uma pergunta que ele fez: o que pode fazer na Amazônia? Eu acho que a nossa preocupação, e V.Exa. é testemunha disso, nós temos avançado no zoneamento econômico e ecológico que é exatamente o que pode e como pode fazer. Temos avançado no pacto com os setores produtivos que têm assinado compromissos. Temos avançado em algo que ficou algum tempo até com problemas técnicos, legais e burocráticos, que é na oferta de flonas, partes de flonas segundo o zoneamento e de acordo com a lei nacional de florestas públicas para a concessão e produção de madeira de plano de manejo. Estamos avançando muito com isso. Estamos avançando, inclusive, se você for ver o Fundo Amazônia, o que é que pode ser feito com o recurso do Fundo Amazônia é o seguinte: pagamento por serviços ambientais que é uma outra Legislação que está no Senado, está na Câmara, o Ministério já se pronunciou por escrito apoiando essa Legislação. Espero que isso vá a voto o mais rápido possível, e é também a posição do Ministério da Agricultura. Em relação à outra questão que V.Exa. levantou: recuperação de áreas degradadas. Quero dizer fechamos entendimento com o Mapa e com a FAO, inclusive, a FAO que internalizou os recursos da Comunidade Européia com implantação do distrito florestal em torno da 163, foram 6 milhões de euros, então a idéia é três vezes mais do que esse recurso para a recuperação de áreas degradadas, de pastagens. Até porque, Senador, você recuperar e intensificar a produção nas áreas degradadas é uma forma de defesa das áreas remanescentes, sem dúvida nenhuma. A forma mais inteligente de diminuir a pressão de áreas que devam ser preservadas é recuperar e aumentar a produtividade naquelas áreas. Não há dúvida. Estamos trabalhando fortemente nesse sentido com garantia de recursos.

V.Exa. levantou também, e o Ministro Stephanes já respondeu em parte, a questão dos zoneamentos estaduais e o zoneamento da cana. Os zoneamentos estaduais, inclusive, estão sendo consolidados para um macro zoneamento econômico e ecológico da Amazônia. Isso está sendo feito também em conjunto com todas as Secretarias de Agricultura, de Meio Ambiente, dos nove governos estaduais em paralelo com o avanço da aprovação dos zoneamentos pelas assembléias legislativas estaduais. Então, na verdade, estes zoneamentos estaduais e o macro zoneamento da Amazônia vão definir o que pode e o que não pode. O zoneamento agroecológico da cana conduzido pelo Mapa e contando com o nosso apoio e de outros Ministérios também, mas conduzido pelo Mapa e pela Embrapa como deve ser, ele não diz o que pode e o que não pode. Ele diz o que é que vai ser especialmente incentivado no plano de dobrar a produção de etanol. Então, veja bem, entendo eu – depois o Ministro Stephanes em outras rodadas haverá de esclarecer melhor -, que a diferença do zoneamento econômico e ecológico da cana é que não estabelece proibições. O que estabelece proibições são as leis e os zoneamentos econômicos e ecológicos. O que esse zoneamento estabelece é quais serão as áreas especialmente incentivadas. E, portanto, isso se articula como foi dito com os zoneamentos estaduais, como não poderia deixar de ser. Inclusive, São Paulo que é onde tem uma grande concentração da produção da cana e do etanol tem estabelecido até condições mais rigorosas para esse zoneamento preservando as áreas de alimentos. V.Exa. também levantou a questão da Flona Bom Futuro, embora, não seja o tema central, também vale a pena que é uma oportunidade de se esclarecer publicamente isso. Então nós nos inteiramos da situação, é uma floresta nacional, que é uma ocupação antiga, há várias ações na justiça transita-

das aonde tanto o Ministério do Meio Ambiente quanto o Governo de Rondônia são réus, e tem prazos para fazerem várias coisas. Eu verifiquei que nessa Flona tem uma parte dela, o sul dela está consolidado, tem mais de dez escolas, mais de 11 igrejas, uma área... Tem cidades. Quer dizer, então é uma área que realmente de Flona não há nada. E tem uma área norte dela que ainda tem áreas preservadas. Além disso, tem muita madeira ilegal sendo tirada para duas madeireiras por um caminho alternativo. Então o que é que nós fizemos? Chamamos o Governador Cassol, que V.Exa. nos levou a conhecê-lo pela primeira vez naquela visita, e com quem temos diálogo, aliás, com todos os Governadores da Amazônia, chamamos o Incra e fizemos um plano, um plano de consolidação da área que já está consolidada na praticada, quer dizer, qualquer tentativa de tirar aquela população lá seria um desastre ecológico de grandes proporções, desastre ecológico e social, está fora de causa. Tem uma área que pode e deve ser preservada. Há áreas alternativas para a colocação de pessoas ligadas ao extrativismo, ligadas a assentamentos. Então, fizemos um plano conjunto com o Incra e com o Governo do Estado, e esse plano prevê a consolidação de uma área, a desocupação de uma outra que pode ser preservada de forma gradativa e de forma consensual, criando alternativas de colocação para as pessoas daquela área. Isso foi consolidado e essa atividade vai começar agora nos últimos dias desse mês, primeiros dias de novembro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]. Seriam assentados definitivamente na área?

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Não. Aquela parte já consolidada abaixo não há a menor possibilidade de ser diferente, até porque isso criaria um cataclisma social. Quer dizer, quem é que vai nessa altura do campeonato destruir 10 escolas, 11 igrejas e etc.?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Ministro, eu quero só te parabenizar. Parabéns por essa posição.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Foi feito esse entendimento, inclusive, com o Ministério Público, com o Ibama, com o Incra no diálogo, o que puder ser recuperado será, e isso começará ao fim desse mês, o que tiver que ser consolidado será. Isso é consenso. Foi construído pelo diálogo esse consenso que eu sei que é de vosso agrado.

Bem, em relação ao setor madeireiro, V.Exa. falou. Eu acho que nós não podemos tratar... A generalidade, Ministro Stephanes, V.Exa. sempre fala isso. A generalidade sempre é injusta. Você fala: "o agronegócio é o vilão, ou o agronegócio é um santo". Essas duas afirmações são injustas. Você tem setores crescentes do agronegócio que tem que se adequar, até porque para exportar carne, soja e madeira tem que ter o carimbo, senão não exportam. Então estão se adequando e tem que ser reconhecido. E têm setores que não estão se adequando e têm que ser responsabilizados sob a pena da impunidade contaminar o setor que eu acho que é majoritário e que está se adequando. Por isso nessa sexta-feira nós vamos ajuizar 90 ações no mesmo dia contra grandes desmatadores. E vamos continuar a fazer os acordos com o setor madeireiro, setor da soja, setor da pecuária que querem e têm de se adequar, senão não exportam. Porque hoje essa é uma pré-condição e isso tem andado bem.

Em relação ao setor madeireiro há as duas coisas. Há o setor madeireiro que está apostando na certificação, no manejo, e está indo bem. Nós assinamos recentemente um acordo com a Presidente da Caixa Econômica Federal, Dra. Maria Fernanda, a Caixa só vai comprar madeira de origem certificada, de origem de plano de manejo. Assinamos a mesma coisa com a Federação de Indústria de São Paulo. Só vai comprar madeira de origem de plano de manejo. Isso vai vir na nota fiscal para incentivar o consumo consciente. O Senador Flexa Ribeiro, em atividade conosco no Pará há cerca de dois meses mostrou discursos antigos dele, há mais de 10 anos que ele já defendia a tese de que era exatamente o aumento da madeira legal que era a melhor forma de combater a madeira ilegal. Então, não é novidade isso. Mas é novidade e isso está sendo levado à prática com esse empenho, e com esses acordos públicos. A tese não é nova. A novidade é que está sendo assumido e praticado e tendo encontrado eco em parte significativa, que não significa a totalidade. Porque mesmo na Flona Bom Futuro tem muita madeira ilegal indo para madeireira ilegal. Assim como em assentamento da Reforma Agrária. E concluo a vossa resposta nesse ponto, que foi um dos pontos que V.Exa. tocou. Quero dizer que eu sou um defensor da Reforma Agrária, sempre fui. E acho que quando você diz que a Reforma Agrária tem que ter mais sustentabilidade econômica e ambiental, não é para jogar para baixo. Não tem sentido uma pessoa ser dona de uma terra maior que a Holanda e milhões de brasileiros sendo jogados para um lado, para o outro, como uma bolinha de pingue-pongue em busca de seu país. Isso não é razoável. Agora, a tese dos tabuleiros de xadrez, pequenos pedacinhos para preservar e pequenos pedacinhos para produzir, não dá nem sustentabilidade ambiental e nem sustentabilidade econômica. Combinamos, publicamos essa lista, isso gerou conseqüências... Como tudo, um pequeno tremor de terra, mas isso faz parte, algumas coisas até

mal compreendidas, mal percebidas, mas assumimos integralmente essa responsabilidade, e acho que isso vai positivo. Porque os novos assentamentos, Senador, não serão mais como antes. Em vez de cada um ter que demarcar a sua reserva legal, a gente vai demarcar em conjunto, de forma contínua a reserva legal garantindo, inclusive, que nessa reserva possa haver exploração de frutos, de produtos, de produtos do extrativismo e até acrescentando renda sem destruir, não vendo a floresta como um inimigo ou como um obstáculo, não vendo terra de floresta como terra improdutiva a ser destruída para provar até que ela está sendo produzida, como no passado. No passado a forma do assentado mostrar que estava ocupando era meter a floresta para baixo. Ele era induzido a isso. Era induzido a isso. E esses assentamentos do Mato Grosso que encabeçaram a lista – é bom que se diga -, todos têm mais de 10 anos. Isso foi uma ideologia gerada no tempo da ditadura militar, onde se dizia que tinha que se levar os homens sem terra a terra sem homens. E o cara para ter crédito tinha que botar aquilo tudo abaixo senão não tinha crédito. Não é verdade? Então, essa questão foi sendo mantida, foi sendo mudada; É bom que se faça justiça ao MDA. Novos assentamentos já têm essa preocupação, mas isso ainda não está suficientemente dito. Ainda não se criou. Foi necessário um certo tremor de terra com todos os atritos que um tremor de terra cria, para gente passar para um paradigma mais forte, tanto em relação aos novos quanto planos em relação aos antigos para recuperar as APPs e para recuperar as áreas.

Eu quero dizer que a nós da área ambiental não vamos tratar de forma diferente. A gente não pode dizer: não, como esses assentamentos são do Governo, não importa se sejam de governos antigos, até de governos que tinham ideologia completamente contrária a do atual Governo. Nós não podemos ser frouxos com determinada área. Eu acho que o Governo tem que dar o exemplo, sempre. Tem que dar o exemplo. Então, essas multas vão ser convertidas em doações de terra para a preservação, em obrigação de reconstituir as áreas degradadas, em obrigações em Tacs escritos de recuperação das APPs. E quero dizer que o Ministro Cassel e o Presidente Rolf do Incra estão perfeitamente de acordo com isso, e também querem dar o exemplo. Nós não podemos exigir da área privada o que a gente não exige de área que ainda por resíduo ficam na responsabilidade do Governo. Vocês sabem que o Incra não pode dar o título definitivo antes de 10, 15 anos para o assentado. O que é certo. Senão ele poderia vender e ir para outro lado. É certo isso. Então ele fica com a responsabilidade jurídica mesmo que cada um seja dono do seu nariz. Mas nós não estamos tratando isso num nível que eu espero que depois desse tremor todo fique com exemplo, que caia a ficha que é necessário um novo modelo de Reforma Agrária para a Amazônia que tenha sustentabilidade ambiental e sustentabilidade econômica. Isso não é para jogar para baixo, é para reforçar e eliminar vulnerabilidades e tratar de forma equânime.

E para concluir, que eu me estendi muito do meu tempo, mas não podia deixar de responder as questões levantadas pelo Senador Gilberto Goellner, se bem que parte delas foi respondida pelo Ministro Stephanes. Talvez não no mesmo sentido da minha resposta, mas também com uma base técnica de um grande conhecedor da agricultura que conhece muito mais agricultura do que eu, que nasceu ajudando os pais na agricultura familiar lá no Sul do país.

Quero dizer, Senador Goellner, o seguinte: eu sei que a agricultura evoluiu esses anos. Evoluiu em produtividade, evoluiu em cuidados ambientais. Mas também há muito a fazer. Nós usamos ainda agrotóxicos que são proibidos em outros países. O nosso desperdício é muito grande. A recuperação das áreas de preservação permanente ainda deixa muito a desejar. Então nós avançamos muito. Mas também é verdade que falta muito a avançar. Então temos que saudar o avanço e ver que estamos longe da perfeição. Em relação, especificamente, a essa área do Planalto, Bacia do Alto Paraguai, essas áreas que a resolução do Conama nº. 01/85 faz referência. Então, como eu vejo isso? É certo que o meio ambiente tem uma posição integrada de bacias hidrográficas. Tudo que acontece numa bacia influencia um corpo d'água, influencia uma planície, ou seja, o bioma pantanal é a planície pantaneira. Mas óbvio que o que acontece no entorno influencia diretamente. Caso – não estou dizendo que haja – caso exista desmatamento lá em cima, assoreamento lá em cima, uso de agrotóxicos, vinhoto mal cuidado, isso, obviamente, interfere aqui embaixo. E o pantanal é um patrimônio do Brasil, da humanidade, uma base do turismo, do ecoturismo. Isso daí é uma jóia que tem que ser protegida. Muito bem. O que é que argumenta o Senador Goellner? Que essa Resolução de 85 teria sentido há 23 anos onde outros eram os cuidados e os procedimentos. E ela teria perdido o sentido agora, onde esses cuidados já são maiores. O Ministro Reinhold Stephanes, de alguma maneira, corrobora essa idéia – entendo eu – no essencial com outras explicações, mas no essencial ele corrobora essa idéia. Bem, eu quero dizer o seguinte: eu no Rio de Janeiro fiz mais de cem leis quando era Deputado Estadual e fazia a chamada campanha do cumpra-se. Eu descobri que muito mais difícil do que fazer uma lei, era fazer uma lei ser cumprida. Então me

chamavam de louco porque todo ano eu fazia um resumo das leis que eram cumpridas, eram parcialmente cumpridas ou não eram cumpridas. Era a campanha do cumpra-se. Diziam que eu era louco. Imagina o cara, além, de fazer lei ainda quer que ela seja cumprida. É um alucinado. É um alucinado. Então, eu sou do cumpra-se. Eu acho que o cumpra-se é uma boa. Se a lei está errada, modifique-se a lei. Aliás, estamos numa Casa de leis. Modifique-se a lei. Enquanto a lei está em vigor, cumpra-se a lei. Se é verdade que essas atividades nessa área, nos últimos anos tomaram tantos cuidados, seja em relação ao desmatamento, seja em relação ao plantio direto, como disse o Ministro Stephanes, que para quem não está familiarizado, é algo que em vez de meter a máquina todo ano, você mete a cada quatro, cinco anos, a movimentação de terra é muito menor, portanto, o assoreamento é muito menor. Aliás, o plantio direto em algumas áreas também está incorporado ao próprio zoneamento agroecológico da cana, como algo a ser atingido. E é bom. E é bom. Menos assoreamento. Menos perda também de terra, de fundo de fertilidade natural. Então, se é verdade que está havendo reflorestamento, não está havendo assoreamento, os agrotóxicos não são mais usados na proporção que eram antes, e o vinhoto está todo sendo utilizado para adubação e etc., acho que isso deve ser apresentado para o Parlamento, apresentado para o Conama que em determinado momento toda a Resolução pode ser modificada por outra, toda lei pode ser modificada por outra. Eu próprio já fiz várias leis modificando leis minhas, quando eu cheguei à conclusão que alguns aspectos estavam. Então, o que eu digo é o seguinte: enquanto houver uma resolução em vigor que fala que na bacia hidrográfica do Pantanal há essa restrição, ela tem que ser cumprida. Eu acho que qualquer argumento técnico, político, deve ser apresentado para o Conama, para o Parlamento que também é soberano para manter, aprimorar ou modificar suas resoluções. O que eu quero dizer é que o Ministério do Meio Ambiente dentro da filosofia do cumpra-se, enquanto essa resolução estiver em vigor será cumprida. E não vejo que numa Casa de leis alguém possa argüir em contrário a isso. Ou seja, enquanto essa Legislação estiver em vigor, se uma nova usina for implantada lá, ela será embargada. Embargada para o cumprimento dessa resolução que tem peso de lei. Quando ela for modificada, nova resolução será cumprida com o mesmo empenho dessa. Então é esse o compromisso do Ministério.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito bem. Já respondidas todas as indagações dos subscritores dos Requerimentos.

Passamos a palavra aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras, iniciando pelo primeiro inscrito, o eminente Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sra. Senadora Marina, Srs. Ministros aqui presentes. Primeiro, parabenizar os subescritores desse Requerimento porque a vinda de dois Ministros de áreas tão estratégicas para o Brasil numa mesma audiência é fundamental e a vinda de pouca gente, porque permite que se debata. Às vezes, a gente enche isso aqui, coloca dez pessoas nessa mesa, nem cabe na mesa, e a gente não tem tempo de fazer o debate.

Mas, saudar os dois Ministros, o Ministro Carlos Minc e o Ministro Reinhold, porque, de fato, nós estamos vendo um certo entendimento entre os dois Ministérios, e isso é fundamental para nós no nosso país. Porque não existe... Só repetir o que vocês já falaram, não existe produção sem a preocupação com a questão ambiental. Não existe porque ela não se sustenta, essa produção por muito tempo. E não existe proteção ambiental sem a preocupação com a sustentabilidade econômica de quem vive numa região. Então, essa harmonia mesmo que tenha um destempero de vez em quando, mas essa harmonia é fundamental para nós possamos ter a implementação de políticas em nível de Governo e junto com os Governos dos Estados e a sociedade brasileira. Segunda questão: o zoneamento ecológico e econômico, a necessidade de nós termos esse zoneamento para as principais culturas do nosso país. Isso orienta, isso disciplina, isso estabelece os incentivos, de fato, não há uma proibição. Pode chegar até um tempo que nós vamos ter que proibir. Mas no momento é um zoneamento, é um incentivo, é uma forma de a gente orientar o desenvolvimento, o crédito, o investimento em infra-estrutura. Então um zoneamento para as principais culturas num país tão diverso como o nosso, com áreas também tão frágeis e sensíveis é fundamental. Mas mais do que isso é fundamental o zoneamento da cana-de-açúcar, Ministros, e já também já dito aqui e reforçando, eu tenho participado de alguns debates e fóruns internacionais tratando da questão das mudanças climáticas, há uma estratégia dos países, de setores econômicos dos países desenvolvidos em proteger os seus mercados. O mercado de etanol... Então nós temos que fazer uma diferenciação clara do que é álcool de etanol e do que é álcool de outros produtos pelo rendimento que nós temos com relação a álcool oriundo da cana-de-açúcar, e tem essa diferença, que tem que ser colocada e a gente tem colocado isso nos debates internacionais e nos debates aqui no Brasil. Mas há uma preocupação, nós temos que ter a preocupação conosco aqui, mas

temos que ter a preocupação com o mercado internacional. Não dá pra você desconsiderar essas verdades, mesmo que elas não sejam verdades completas daquilo que as pessoas entendem lá fora. Há hoje uma grande preocupação com o avanço da cana-de-açúcar na Amazônia. Há uma preocupação em toda a nossa região, em todo o nosso bioma da Amazônia há uma preocupação. Há uma preocupação com relação ao bioma Pantanal, há uma preocupação com relação à cana-de-açúcar. Eu acho que um zoneamento levar isso em consideração é politicamente correto. Acho que no decorrer do tempo, à medida que o Brasil vai conquistando credibilidade, isso pode ir sendo alterado e regiões maiores podem ir sendo divididas e autorizadas num zoneamento mais detalhado de Estado por Estado, de região por região. Acho que isso é politicamente correto agora que nós queremos certificar o nosso etanol para o mundo. Etanol verde. E é para o mundo e não é só para o nosso país. Se nós não considerássemos as questões externas, nós não poderíamos levar em consideração o grande debate que se fez com a comunidade européia, com a Rússia com relação à febre aftosa no nosso país. O Brasil tem que se adequar, muitas vezes, às exigências internacionais para que a gente possa ter produto certificado, garantido e com credibilidade. Então, o zoneamento levando em consideração questões políticas também é um zoneamento que é uma posição que merece ser observada para que a gente possa avançar, se não avançamos em todos os pontos num primeiro momento, mas podemos avançar posteriormente na hora que a gente conquista credibilidade.

E para encerrar, Sr. Presidente, um outro item que eu acho também que nos leva ao debate quando se discute zoneamento, é, de fato, projetos de desenvolvimento. Também não pode, de fato, não pode ter a política da proibição pura e simples. Eu concordo com o Senador Expedito Júnior, nós temos que ter projetos claros e de desenvolvimento, acho que o Fundo Amazônia pode criar, estabelecer projetos pilotos, alternativos, que possam servir de exemplos para aquela região. Lá tem gente morando, se tem gente morando... Ou a gente paga para eles morarem lá ou nós vamos ter que viabilizar forma de eles terem renda para sustentarem a sua família. Então nós temos que estabelecer alternativas. A alternativa tradicional não cabe naquela região. Nós estamos vendo que a alternativa tradicional, a ocupação de áreas da forma como a gente ocupou aqui no Sul, no Sudeste, no Nordeste não cabe naquela região. Se não cabe naquela região nós temos que aprofundar estudos, fazermos debates para que alternativas sejam estabelecidas e apresentadas no sentido de dar condição e de dar retorno econômico para as pessoas que moram naquela região. Então um grande debate sobre um modelo alternativo de desenvolvimento para a região da Amazônia é um debate necessário que nós precisamos fazer. E o zoneamento vai permitir que nós possamos aprofundar e agilizarmos o debate com relação a esse novo modelo de desenvolvimento. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador Renato Casagrande.

Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Ministros. Quero lembrar aqui nesse início de fala um dos autores signatários desse Requerimento que é o nosso companheiro Sibá Machado, que não se encontra aqui, mas está lá no Acre fazendo parte do Governo. E, com certeza, passou por aqui falando, defendendo e dando bons exemplos do ponto de vista de como tratar a Amazônia. Inclusive, pelo tema, pelo foco do tema, é uma crítica fraterna, mas eu esperava do nosso Ministro da Agricultura mais dados hoje aqui, pelo tema, pela importância. E aí faço uma primeira pergunta. Os estudos de zoneamento serão concluídos quando? E serão apresentados quando? E vejam, só agora o nosso Governo, e é mérito do Governo toma a iniciativa de fazer zoneamento numa região estratégica para o Brasil. Numa região especial. E enquanto nós tratarmos a Amazônia de forma pontual, ninguém vai acertar. A relação que deve ter o Estado Brasileiro, a relação da sociedade brasileira com esta região que é o maior território do Estado Brasileiro. Então, a Amazônia precisa ser cuidada não pela dinâmica do mercado internacional. A Amazônia não pode ser cuidada a partir do olhar das commodities. A gente precisa ter calma para tratar a Amazônia. O que foi feito na década de 70, na lógica da Reforma Agrária com a Amazônia, foi um crime. E tem até hoje conseqüências. Essa cultura de tratar a Amazônia. Eu tenho uma opinião. Acabou. Esgotou regularizar 100 hectares, 200 hectares. Acabou. Não podemos. Temos que pensar numa outra forma de regularizar terras na Amazônia.

Tem um debate que a ciência mostra e estudos que ninguém leva a sério, ou vai olhando, vai passando: é a relação desse território florestal com chuvas, com a água. Olha, nós temos uma região importante do ponto de vista da produção de grãos, mas essa região não pode viver sem chuva. E isso tem relação com a floresta, com essa região. As nossas hidrelétricas vai levando, vai passando. Estudos que comprovam que nós não podemos mais viver sem essa floresta em pé, sob pena de prejudicar outros setores da economia, outras regiões, e de forma implacável.

Pois bem. Essa questão fundiária está ligada à questão de cadastro rural. A gente precisa ter um cadastro sério, confiável, único. Eu venho falando dessa relação cartorial, dos cartórios que tem terra e vai ao cartório e passa a ter uma legalidade, entre aspas. Ter um olhar sobre essas questões. Questão da pirataria com essa diversidade genética que nós temos lá, do ponto de vista florestal, biológico. Nós temos que ter esse olhar na hora de discutir o zoneamento. Não é só proibir. Está proibido. Acho que isso não ajuda. Não ajuda. É o porquê. É ter um olhar nacional. Tratar a Amazônia com um olhar nacional. E ir construindo essas políticas com a sociedade brasileira.

A relação do Brasil com os países da Amazônia. Ora, se o Brasil faz um zoneamento, e se o Peru não fizer a mesma coisa, a Colômbia não tiver a mesma preocupação, a Venezuela, o Equador; nós vamos jogar dinheiro fora. Tem que estar combinado. A Amazônia não basta nós discutirmos só a nossa Amazônia brasileira. Nós precisamos restabelecer fóruns, uma relação multilateral com os nossos países da Bacia Amazônica para construir a nossa hidrelétrica, para discutir a qualidade da água, discutir o manejo florestal. E a gente fala muito de manejo, e só o florestal.

Então, nós precisamos restabelecer. E eu falo isso no Senado e para dois Ministros importantes, por conta da liderança do Brasil, por conta da territorialidade que o Brasil tem na Amazônia. E esse é um debate permanente, permanente com as populações que vivem ali, com as instituições que vivem ali. Instituições importantes, como o INPA, o Museu Goeldi, as universidades que lá estão. Então, está relacionado, está presente nesse debate do zoneamento essas questões que estou colocando aqui. Terras da Amazônia na mão de estrangeiros. Então tem que ter uma posição sobre isso.

Há um santo lá da Suécia, está zelando por um território. Ou seja, na hora de discutir o zoneamento nós precisamos olhar o Estado Brasileiro, a pesquisa. O que é que nós estamos fazendo de pesquisa nesta região? Como é que nós estamos tratando instituições, ao invés de criar, nós temos é que fortalecer instituições como Incra, como Ibama, como o Instituto Chico Mendes, as nossas universidades. Então, acho que são elementos que precisam participar da discussão, da preocupação e de um projeto estratégico para aquela região.

E quero lembrar para o meu colega Expedito Júnior que não só... Ele não pode atribuir à Rondônia a madeira, o café, o arroz, nos anos 70 deram toda uma... Fizeram toda uma rede de renda, de geração de emprego, pecuária. Ou seja, eu continuo muito otimista, preocupado, e, ao mesmo tempo, firme no sentido de uma máxima que a Amazônia não é problema, a Amazônia é solução. A Amazônia não é problema, não é isso, Sr. Ministro Carlos Minc? A Amazônia é solução, não é problema.

Então, tem muita coisa hoje acontecendo de positivo na Amazônia. Muita coisa. Muitas ações. Eu venho falando de uma experiência nessa questão da energia, nessa questão da energia. Eu sempre falo e vou voltar a falar aqui, convidar o Ministro Carlos Minc para conhecer essa experiência positiva, exitosa lá no Amazonas, no Município de Itacoatiara, que é um município de 100 mil habitantes que tem energia fornecida a partir do manejo florestal. Madeira certificada. Uma experiência privada. Então, isso está lá pronto, acontecendo. E nós podemos fazer com aquelas cidades todas de lá da região, dessa experiência. Então, veja só, aquelas cidades todas, Ministro, nós podemos trabalhar, fornecer energia para as cidades da Amazônia a partir de manejo. Já tem lá um projeto concreto dando certo. Madeira certificada para o mercado interno, para o mercado internacional. E o fornecimento de energia para uma cidade de cem mil habitantes. É positivo isso. Aí na área de alimentos, manejo, os lagos da Amazônia. Nós podemos atender o mercado interno. Exportar. Parte do nosso pescado hoje é roubado, levado ilegalmente. Sai do Médio Amazonas pela Colômbia e vai embora. A gente precisa dar um jeito, uma solução para isso, construindo políticas com prefeitos, com entidades, com governos estaduais. Então, isso me anima. E eu espero que esse debate do zoneamento seja no sentido de nós consolidarmos políticas sérias.

A Embrapa está lá há 30 anos pesquisando o dendê. Mas onde coloca o dendê? Na área degradada. Por que não? Tem economia familiar. Por que não fazer isso? Agora, o Estado presente. Tem que ter mais gente do Ibama, mais gente do Chico Mendes. É possível construir. É possível construir. Agora, o Estado também tem que ser duro, implacável, como vem sendo com a ilegalidade, com a derrubada da nossa floresta. É isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador João Pedro. Pela ordem de inscrição, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Neuto de Conto, como eu solicitei a V.Exa., eu gostaria de fazer as minhas indagações com resposta imediata. Mas não por isso. Eu, por uma questão de homenagear a nossa Ministra e Senadora Marina Silva, eu cedo a minha vez a ela e fico para o final dos questionamentos.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Eu agradeço muito a gentileza, Sr. Presidente, mas eu gostaria de manter a minha inscrição no lugar em que ela está.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Então fala o Senador...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Coloque-me ao final da inscrição e eu fico aguardando com absoluta tranqüilidade a minha vez. E a palavra com o Senador Osmar Dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Osmar Dias, do nosso querido Paraná.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Ganhei um presente, Presidente. Presidente, Ministro Minc, Ministro Stephanes, Senador Leomar Quintanilha.

Ministro Stephanes, eu conheço V.Exa. por ter posições firmes, e por ter muita palavra. Quando fala cumpre, assume uma posição, assume as conseqüências. Tem sido assim no Ministério também. E eu ouvi uma afirmação sua que eu fiquei preocupado exatamente pela introdução que eu fiz. Eu me refiro à regularização fundiária da Amazônia, num prazo de dois anos que o Governo está dando. Preocupei-me porque eu não quero, eu que sou do Paraná e que tenho admiração pelo trabalho de V.Exa., que V.Exa. seja cobrado depois por essa afirmação, pelo seguinte: ratificação dos títulos da faixa de fronteira. E V.Exa. andou muito pelo Paraná nos últimos meses. Eu também. As pessoas sempre diziam: Conversamos aqui com o Ministro Reinhold Stephanes, e ele ficou de ver o que fazer. Há 10 anos o Incra não ratifica os títulos da faixa de fronteira no Paraná. São 40 mil pequenas propriedades e outras milhares em outros Estados brasileiros, e reclama de não ter estrutura. E eu já sugeri que faça convênio com as universidades, com as empresas de extensão rural, com os governos estaduais. E o Presidente do Incra esteve aqui duas vezes e prometeu para o Brasil inteiro via TV Senado que faria no mês de maio do ano passado um mutirão no Paraná para a regularização dos títulos da faixa de fronteira. Este ano ele voltou e prometeu a mesma coisa. Só que ele vem, fala, vai embora e fica assim. E a gente que anda lá pelo Paraná vê a insegurança, a incerteza tomando conta de proprietários que estão lá há 20, 30, 40, até 100 anos com suas famílias. Uma cadeia sucessória familiar que está lá tomando conta da faixa de fronteira e dando segurança para o Brasil. Então, muito difícil mesmo acreditar que o Governo vai conseguir regularizar em dois anos a Amazônia. Porque em 10 não fez nem a ratificação dos títulos da faixa. E não é esse Governo, estou falando de 10 anos.

Então, primeira questão que eu faço é: dá para gente brigar junto pela ratificação da faixa de fronteira desse país para dar segurança para os produtores com a ajuda do Ministro Minc, do Reinhold Stephanes, para gente com o Congresso Nacional encontrar uma solução, porque a insegurança é muito grande e V.Exa. percebeu isso nesses últimos dias aí. Segundo, e também só voltar. Dois anos que V.Exa. afirmou, eu sei que V.Exa. está confiando no Governo do qual faz parte. A gente tem que confiar. Mas eu peço até para que V.Exa. considere essa observação que eu fiz. V.Exa. não pode quebrar o seu conceito construído com dureza durante toda a vida, de muito trabalho. E esse é um problema que pode continuar ocorrendo lá para frente. Segundo, Ministro Minc e também Ministro Stephanes, o Decreto 6.514, V.Exa. já recebeu uma comitiva lá para tratar desse assunto, estabelece no art. 55 que até 31 de dezembro todos os proprietários terão que ter averbada a reserva legal em cartório. Mas para averbar a reserva legal não é simplesmente ir ao cartório e colocar lá: 20% da área. Não. Tem que medir, tem que alocar, tem que fazer o croqui, tem que pagar para isso, tem que levantar a cadeia dominial novamente, tudo. É uma série de procedimentos que demanda muito mais tempo do que isso. Então, a pergunta: vamos mudar o Decreto ou ele vai permanecer e, inclusive, com aquelas penalizações que são absurdas? Porque de 50 a 500 reais por dia, por hectare. Imagina um produtor de 40 hectares no Paraná pagando 20 mil reais por dia de multa porque não averbou. Perde a propriedade em três meses. Não há como manter esse Decreto, Presidente. É o Decreto 6.514 de 2006, se não me engano. Não, esse é recente, de 2008. Essa é a pergunta.

E eu faço uma outra pergunta, porque é o seguinte: o cálculo da reserva legal no Sul, vou pegar o Sul. Vamos pegar a Amazônia porque nós estamos tratando da Amazônia, 80% da propriedade tem que ser destinada à reserva legal, mais a APP que é mata ciliar em torno de lagoas e etc., APP. Pois bem. Só que nesses 80% você está preservando aqueles 100% da APP mais uma vez. A duplicidade da preservação. Concorda comigo? Porque o cálculo dos 80% é em cima de 100% da área. Uma propriedade que perde para APP, perde que eu digo, no sentido figurado, não é? Para a APP, vamos supor 30%, então você está aplicando uma regra que está preservando muito mais do que 80% para a reserva legal. Bom, então duas alternativas eu pergunto, principalmente, ao Ministro do Meio Ambiente agora, concorda com uma das duas ou com nenhuma. Primeiro, retirar para o cálculo dos 80% a APP. É uma forma, não é Ministro? Que eu acho que tem que ser pensada. Segundo: somar a APP para contar

os 80%. Não é a mesma coisa. Não. Não é a mesma coisa. É melhor. Dá menos. Então, essa colocação eu faço porque eu vou dar um dado para o senhor que o Ministro Stephanes conhece. Sudoeste do Paraná é uma região que foi feita uma Reforma Agrária praticamente pelos próprios agricultores. Foi feito um processo de colonização que nós temos lá, V.Exa. vai conhecer, já estamos convidando V.Exa., o Ministro Stephanes e eu. 90% das propriedades têm área menor do que 50 hectares naquela região. A Federação da Agricultura fez um estudo que pela atual regra, ou seja, lá no caso é 20% de reserva legal mais APP em função de ter muito córrego, muita fonte de água, muito rio que corre naquela região, é uma região rica de água, as propriedades terão que deixar de plantar, as propriedades terão que deixar de plantar em 54% na média. Não é que elas vão preservar 20%. Elas vão preservar 54%. Então uma propriedade de 20 hectares, e isso é comum lá, ficaria com menos de 10 para plantar. E inviabiliza. Porque quando você faz a Reforma Agrária, você considera lá que, pelo menos, 20 hectares têm que ser plantado. Então, nós estamos fazendo duas coisas: para Reforma Agrária a gente tem que pôr uma área para viabilizar aquele produtor. Mas quando ele está assentado, ele é um produtor já de décadas, você tira dele 54% da área. E acha que está bom, que está normal. Então, se, pelo menos, para as pequenas propriedades, V.Exa. não concordaria em a gente estudar uma fórmula em que houvesse uma diferenciação entre propriedades grandes e pequenas nessa questão da preservação ambiental. São três questões que eu deixei para V.Exa., mas que dá para responder uma paulada só. E como V.Exa. está estudando isso. E só uma observação: eu achei que a sua fala está muito realista. Está dentro da realidade brasileira e do Ministro Stephanes. Quer dizer, a gente tem que proteger e produzir. Esta frase é muito interessante. E penalizar aqueles que ilegalmente trabalham a terra, mas falta essa parte. É priorizar aqueles que fazem tudo direitinho, porque esses também, muitas vezes, estão sendo punidos fazendo tudo direitinho. Então, esse discurso, essa tese que os senhores defenderam aqui tem que chegar naqueles que operam a política ambiental e a política agrícola lá nos Estados. E posso afirmar que não está igual a tese que os senhores defendem e a operação delas lá na ponta, ou seja, nos Estados. Era isso, Ministro. E Ministro Stephanes, só fiz uma observação porque admiro muito V.Exa. Não é uma crítica. É uma observação.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Osmar Dias, como sempre, profundo conhecedor dos problemas da agricultura e os problemas agrários, e com a brilhante intervenção que engrandece muito a nossa Comissão.

Agora vamos ouvir os Ministros com as respostas das três intervenções dos Srs. Senadores. Ministro Stephanes.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Senador João Pedro, o número de dados disponíveis nesse estudo de zoneamento é muito grande. São, mais ou menos, 15 mil mapas que foram gerados em termos de informações, e milhões de informações adicionais. Isso não foi divulgado ainda porque não houve uma posição final de Governo. O que deverá acontecer, possivelmente, nos próximos 30 dias. Então, eu procurei até estrategicamente ser resumido, dizer que o estudo está pronto, quem foi envolvido no estudo, que é um estudo efetivamente técnico, científico, com todas as bases, com as maiores autoridades do Brasil nesta área participaram desse trabalho, e a conclusão final do volume de área que se encontrou para a produção do etanol em regiões que foram consideradas adequadas sobre todos os aspectos. E dentro dela o quanto nós precisaríamos e qual é a linha de incentivo para caminharmos na direção correta que seria, utilizando principalmente, áreas de pastagens. Então essa foi, vamos dizer, a idéia da exposição. E já sinalizar aquilo que, pelo menos, em nível técnico se coloca de áreas que serão excluídas, que estão muito... Que são polêmicas, que é o caso da Amazônia e é o caso do Pantanal e é a Bacia do Alto do Paraguai, com alguns ajustes que, eventualmente, poderão ser feitas. Mas como ainda não há uma decisão final, quer dizer, o que há no momento é quase uma harmonia em relação a isso entre os vários órgãos que participaram, inclusive, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Agricultura em relação ao tema. Então foi isso que se tentou colocar. Mas eu assim que e o senhor estiver disponível eu quero que a Valéria remeta um disquete completo aí, porque aí pode acessar... Enfim, ao nível de informações que desejar. É sobre isso. Mas acho que a crítica foi válida. Mas é que houve uma razão para isso.

Eu quero deixar assim, deixar sempre mais clara a minha posição. Eu acho que em relação ao etanol e aí já respondo uma pergunta, uma colocação do Senador Casagrande, a questão do etanol é uma questão efetivamente emblemática. É diferente o etanol, é diferente da soja, enfim, diferente de outros produtos que nós exportamos. Quer dizer, na hora que o Brasil entrar no mercado internacional de etanol, ele, efetivamente, vai ter algumas dificuldades ambientais em relação ao etanol. Então, há por várias razões, quer comerciais, quer ambientais. Então nós temos que tomar muito cuidado em relação ao etanol. Nós devemos,

efetivamente, considerar algumas questões, como, por exemplo, o plantio de etanol no bioma amazônico mesmo já em áreas degradadas ou áreas que podiam ser recuperadas ou áreas que não poderiam ser afetadas. Mas isso tem que ser considerado. Isso tem que ser levado em consideração.

Agora, por outro lado, me alinhando à sua colocação, eu acho, e defendo essa posição, que nós não devíamos mais derrubar uma única árvore no bioma amazônico. Mesmo naqueles que ainda têm permissão de derrubar, deveríamos achar uma fórmula de que isso não precisasse mais ser feito. Porque já temos áreas derrubadas suficientes, essas, sim, de repente, poderiam ser flexibilizadas no sentido de recuperação dessas áreas e utilização melhor dessas áreas. Assim como vou dar um exemplo claro. Nós temos na Amazônia – eu acredito que, pelo menos, cinco responsáveis pelo desmatamento. O que nos falta é dimensionar a importância de cada um deles dentro do desmatamento, e adotar as medidas cabíveis para isso. E, inclusive, eu não entendo que ainda não tenhamos um sistema de acompanhamento do desmatamento em tempo real e agirmos também em tempo real à medida que isso esteja acontecendo. E que até tenhamos ainda tanta controvérsia em relação às informações que surgem e até à falta de conhecimento mais preciso da realidade do que está acontecendo lá embaixo. Eu acho que isso nós precisamos fazer com o máximo de urgência.

E dentro desses cinco que eu... E eu andei por lá, mandei verificar, meus técnicos foram lá, a Embrapa tem estudos – como foi colocado aqui – muito grandes também sobre isso, quer dizer, nós temos as carvoarias, nós temos os assentados, nós temos os madeireiros, nós temos centenas de milhares de pequenos produtores que moram lá, que vivem lá, vivem mais na floresta, da caça, da pesca, e que derrubam cada um meio-campo de futebol, meio hectare ali, tocam fogo nisso, gera o potássio, usa a fertilidade, usam quatro, cinco anos, saem dali e pegam um próximo. Isso quando você soma centenas de milhares de pessoas fazendo isso dá uma soma grande, embora sejam sempre pequenas áreas. Quando se sobrevoa você vê claramente isso. E também os fazendeiros. Ok. Então temos aí cinco. Então, no que cabe a mim, fazendeiros, eu não vejo nenhum sentido se derrubar mil hectares para colocar mil bois lá e gerar um emprego. Não há nenhuma razão para isso. Isso não pode mais acontecer. Isso é antitudo. Mas mesmo que seja 5 mil, 10 mil. Isso é antitudo. Não pode mais acontecer. Agora, o que nós precisamos é dimensionar melhor cada responsável deste, atuar em tempo real em cima deles, e no nosso caso, nós podemos atuar de uma forma, mas tem que ser o Ministério. É não dar guia de trânsito a animal e não aceitar mais que os frigoríficos em novas áreas que sejam desmatadas, ou áreas, enfim, que foram recentemente desmatadas de forma ilegal. Evidentemente, que não quero discutir áreas que foram desmatadas na época que era possível, que era permitido, e aonde isso se fazia como prática normal. Então, eu acho que nesse ponto nós estamos totalmente de acordo, e eu estou de acordo com o Minc também. E, por outro lado, eu sempre prego um pouco essa necessidade de flexibilização das coisas da atuação nas áreas já consolidadas.

O Senador Álvaro Dias... Perdão. É irmão, não faz mal. O Senador Osmar Dias, que talvez seja uma das pessoas que mais conhece agricultura no país, porque esta é a profissão e tantos anos dirigiu o setor agrícola do Paraná, ele levantou um exemplo do Sudoeste do Paraná. Eu queria acrescentar um exemplo, na região Campos Gerais e Ponta Grossa da colônia Witmarsum(F) que existe ali, é uma cooperativa das mais famosas do Paraná e do Brasil, de Menonitas que está ali há 80 anos, com um trabalho extraordinário, inclusive, de preservação, faz parte deles, essa mentalidade deles. Se eles tiverem que aplicar hoje o Decreto e a Legislação existente, eles fecham a cooperativa, fecham a colônia e pedem permissão para voltar para a Rússia, de onde eles vieram, de onde eles foram expulsos em... Quando chegou o comunismo em 18. Não em 18? Depois da implantação do comunismo. Não tem. Efetivamente, esta é a realidade prática. Ou seja, nós elaboramos leis e atos sem observarmos as várias realidades do Brasil. Então nós, efetivamente... Então quando eu falei naquela hora até enfaticamente algumas questões têm que ser alteradas no Código Florestal, porque este é um assunto do Código Florestal. Então, por exemplo, eu defendo esse ponto de vista, ele pode não ser aceito, mas está na discussão. Que haja uma soma entre reserva legal e APPs, pelo menos, nas médias e pequenas propriedades, porque senão não é possível nas regiões consolidadas. Assim como eu acho que é um estudo tem que ser feito no Código Florestal. E aí foi muito bem colocado pela compreensão do Minc. Vejam bem, eu crio uma reserva indígena com 800km de cumprimento e 200 de largura. Existe uma que tem exatamente essa dimensão. 800km. Isso é maior do que muito Estado Brasileiro. Eu crio do lado uma reserva de preservação permanente, uma outra reserva de conservação, não sei o que. E fica uma faixinha no meio que pode ser utilizada. E desta faixa pequena você tem que usar 20, pular 80, usar 20 e pular 80. Isso não faz sentido nenhum. Isso que falamos lá. Quer dizer, essas coisas terão que ser revistas para dar mais racionalidade ao processo. Agora, isso são coisas, e aí eu estou totalmente de acordo

com o Minc, o Minc disse: bom, quando eu regulamentei, quando eu faço cumprir, eu estou fazendo cumprir aquilo que está na lei, aquilo que está na resolução. Então, gente, se não for, então vamos alterar, vamos colocar na mesa, vamos discutir, vamos ver e vamos resolver. Agora, enquanto estiver na lei, enquanto estiver na resolução eu tenho que fazer cumprir. Eu também eu tenho que estar totalmente de acordo.

Senador Osmar, a questão dos dois anos. Veja bem, eu concordo, eu sei que essa coisa é difícil. Nós no Paraná fizemos tanta regularização, tanto na minha época como na sua época, através do instituto. O Incra havia delegado, e aí se pôde fazer muita coisa. Agora, concordo totalmente. É inacreditável, e eu vou falar isso aqui, porque pouca gente sabe disso, eu fui o Presidente da Comissão que redigiu o Decreto-Lei, redigiu todo o Decreto, e durante três anos implantou o Incra. Portanto, me sinto capacidade a falar de um órgão, e fiz a fusão do Inda e do Ibra. Gente, é inacreditável que não se consolide a titularidade das terras da faixa de fronteira que está ali já com toda a documentação em ordem, há 100 anos ocupando aquilo, há 100 anos produzindo. Aquilo é quase que um ato que podia ser um único ato. Não precisa nem examinar caso a caso. Aquilo tudo está 100% em ordem. Todo mundo, o vizinho está de acordo porque não há nenhum tipo de problema, não há nenhum tipo de conflito, não há nada. Como eu disse, é mansa, pacífica e ilegal. Só porque num determinado momento disse: bom, faixa de fronteira o Incra tem que ratificar. Na minha visão ele podia ratificar até como ato único. Ficam ratificadas as 20 mil propriedades. É incrível que isso não aconteça. É incrível. Aí eu me alio a você como paranaense e como cidadão brasileiro, apesar de ser Ministro e estamos tratando de um órgão, que o Incra não faça isso. Agora, em relação à Amazônia, que é a segunda questão. Veja bem. O que é que o Ministro Mangabeira Unger colocou? Ele colocou: Olha, gente, é urgente, é fundamental que este Governo regularize as propriedades na Amazônia. E nós só temos dois anos ainda, pelo menos, neste Governo. E nós temos que agir. E temos que criar mecanismos que possam conduzir a isso. Vejam bem, não sou eu que estou assinando essa promessa até porque eu sei que isso é difícil de cumprir. Mas, pelo menos, como uma idéia força, se colocou isso. Bom, temos que montar mecanismos e mobilizar pessoas, e nesse caso seja feito pelos Estados, portanto, de forma descentralizada, apenas com a simplificação da Legislação e com a ajuda de recursos federais, orientação e coordenação federal. Mas concordo, Senador, é muito difícil imaginar que a gente consiga isso em dois anos. É, efetivamente, um processo complexo. Agora, isto não seria feito pelo Incra, isso seria feito por uma instituição que já foi proposta específica para a regularização das terras na Amazônia.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Pela ordem, Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É só para fazer um pedido a V.Exa. Eu apresentei aqui nesta Comissão uma emenda que diz o seguinte: se o Incra não se manifestar dois anos depois de protocolado o pedido de ratificação do título, estará automaticamente ratificado aquele título de propriedade da fronteira. Eu peço urgência na votação dessa emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o Senador Carlos Minc.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Não, não sou Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Vai ser, vai ser. Ministro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): É claro que tem um mandato de Deputado Estadual, mas já foi lançado no Senado.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Bem, então Senadores e Senadoras, vamos aqui na segunda rodada responder ou comentar as questões levantadas pelos Senadores Renato Casagrande, Senador João Pedro e Senador Osmar Dias. Bem, então, seguindo aqui na ordem. O Senador Casagrande colocou a importância e a prioridade do zoneamento, tanto do zoneamento econômico e ecológico, quanto o zoneamento agroecológico da cana, mercado de etanol. Acha que a questão internacional não deve ser desprezada. Ele tem razão. Embora, o olhar seja aqui, falou também o etanol verde, é uma expressão que nós usamos para deixar bem claro uma marca, porque a gente quer exportar, a gente quer crescer com isso. A gente tem que ter uma marca, e acho que a marca deve ser essa: o Brasil tem o etanol verde. E falou de projetos em desenvolvimento, numa linha que mais adiante o Senador João Pedro entrou também dentro da linha não proibicionista, mas a linha do desenvolvimento sustentado.

Bem, eu quero dizer que eu concordo com a visão do Senador Renato Casagrande, e que do nosso ponto de vista, nesses poucos meses aqui no Ministério a gente tem entrado nessa linha. Dou como exemplo o programa que nós fizemos junto com o Ministério do Turismo, de turismo nos parques que o Presidente Lula lançou em Petrópolis no Rio de Janeiro no dia 13, que é a criação de empregos no turismo, no ecoturismo. Inclusive, no turismo comunitário, que é uma coisa interessante. E nesse programa tem parques, reservas na

Amazônia, no cerrado, em outras áreas. Quero colocar dentro dessa linha de projetos de desenvolvimento a questão que também é outro projeto que nós estamos desenvolvendo em conjunto, Senador João Pedro, com o Ministro Gregolin, que é a questão da aqüicultura e piscicultura, inclusive, na Amazônia. Isso é uma coisa muito importante que você pode aumentar muito a produção de proteína sem a questão, como disse o Ministro Stephanes: desmatar mil hectares para colocar mil bois. Você numa área dez vezes menor, sem desmatar nada, você produz uma quantidade de proteína com aqüicultura e piscicultura e com carimbo do peixe da Amazônia. Então, inclusive, recursos do Fundo Amazônia também serão usados para esse projeto que é um projeto importante.

Bem, na seqüência o Senador João Pedro levantou várias questões fundamentais, algumas respondidas pelo Ministro Stephanes, como a questão dos prazos para concluir o zoneamento. Nós realmente estamos trabalhando com esse prazo até o final do mês, mais tardar início do mês. Isso está sendo estudado com muito detalhe e com muita base técnica que é o necessário. A questão fundiária tocada pelo Senador João Pedro, depois realçada, logo a seguir, pelo Senador Osmar Dias. Quero dizer o seguinte: nós, Meio Ambiente, temos trabalhado junto com a Agricultura, com o MDA e com os Institutos de terra dos Estados que são parceiros para isso. Nós, no caso do Pará, temos até ajudado a questão de você pegar todos os dados dos cartórios, no caso do Pará, cada terra tem cinco proprietários. Os cartórios têm cinco andares. E aí você não consegue fazer nem fazer política ambiental, porque você não sabe a quem punir, a quem incentivar, a quem exigir a demarcação de uma reserva porque você não sabe. Então tem razão os Senadores de baterem nesse ponto, tem razão o Senador Osmar Dias de falar da dificuldade disso, porque não é uma coisa simples. Inclusive, nós, Senador Osmar Dias, temos na área ambiental que também tem a questão do georeferenciamento, incentivado a não fazer propriedade por propriedade, que é muito mais lento e muito mais caro, mas fazer em conjunto. O Ministério está entrando com 30% desse valor. Quer dizer, você fazer de 200 propriedades em vez de uma a uma, já cai para metade do preço. E dessa metade a gente pode entrar com 30% do valor. Qual é a vantagem de fazer isso coletivo? Inclusive, um dos pontos é o confronto da terra A com a terra B, do limite da propriedade. O conjunto, o georeferenciamento conjunto suplanta essa questão e ganha celeridade. Nós temos acompanhado projetos de lei, como é o caso do Mato Grosso Legal, que cria um mecanismo de simplificação a ponto de fazer isso de forma eletrônica. Em relação a esse Projeto de Lei Mato Grosso Legal, há 14 artigos que são altamente positivos e há dois que estão sendo discutidos que é uma questão que choca com lei federal, mas está sendo visto isso junto com o MP Federal e com o Governo de Mato Grosso, que é a questão de anistia em relação à questão do passado. Agora, no essencial o projeto Mato Grosso Legal cria um sistema que simplifica e facilita essa regularização. Como disse o Ministro Stephanes: a nossa idéia é atuar Incra, Instituto de Terra, Exército que tem um saber acumulado nessa área, recursos específicos, contratos de gestão com meta, recurso, prazo e punição para quem não cumprir. Contrato de gestão com o Governo Federal, os governos estaduais, capitaneado, como disse o Ministro Stephanes, por um órgão muito enxuto que coordenaria esse projeto. Então, esse horizonte de dois, três anos é um horizonte perseguido. Vamos jogar tudo em cima disso. O Presidente Lula disse que ele está convencido e determinou aos Ministros que atuem com prioridade. O Presidente Lula recebeu os nove Governadores da Amazônia, chamou os Ministros todos, inclusive, os dois que estão aqui e mais outros três Ministros, inclusive, o Ministro Mangabeira que tem batido nessa tecla da regularização fundiária, e disse o seguinte: "quero isso resolvido no meu Governo. É prioridade. É prioridade". Então, foram discutidas várias fórmulas, a primeira era um organismo completamente novo, a segunda era passar tudo para os institutos estaduais de floresta, e foram levantados problemas. Um novo, tem uma lei para criar um concurso, treinar as pessoas, quem ia ter que treinar acabava sendo gente ligada ao MDA e ao Exército, que é quem tem conhecimento. Então isso daí poderia se estender.

Passar tudo para os institutos de terra estaduais sem mudar a legislação, era também trocar seis por meia dúzia, porque muitos Estados institutos de terra não têm essa musculatura toda. Outros, não. Tem alguns Estados que os institutos de terra, Paraná é um exemplo, é excepcional, tem muito tempo. Então, um dos pontos dessa discussão do Presidente Lula com os nove Governadores e cinco Ministros, durou um dia inteiro. É uma questão que eu também devolvo agora para o nosso valoroso Senado Nacional, que é a simplificação da legislação sobre a regularização fundiária. Isso está previsto em várias leis, em vários decretos, é um cipoal. Então, não estou querendo amenizar as deficiências do Incra ressaltadas por V.Exa. quando falou de 10 anos que não resolve aquela história da faixa de [ininteligível], e desde já me coloco como seu aliado para tentar resolver isso, como disse o Ministro Stephanes, de uma pernada só. Quero dizer que eu estou dentro dessa. Inclua-me dentro dessa, Ministro Stephanes.

Agora, quero dizer o seguinte: é verdade que o Incra tem deficiências? É. Mas também é verdade que a legislação para regularização fundiária é um cipoal. Então, vamos trabalhar em duas linhas. Uma linha em que o Senado e a Câmara têm um papel de destaque, que é simplificar, quem sabe também de uma pernada só, essa legislação que é feita para não resolver. Porque a quantidade de burocracia, de trâmite e de questões faz com que mesmo que o Incra fosse super enxuto e eficiente, e não é para este assunto, também não dava conta. Então, qual foi a resolução final, final? Não adianta só criar um novo para resolver tudo pelo tempo que isso ia demorar. Não adianta só passar para os Estados sem mudar a Legislação. Então, a solução final, final, foi tentar até o final desse ano, mais tardar início do ano que vem um esforço conjunto com o Congresso Nacional, simplificar reduzindo procedimentos e prazos para metade ou um terço do que é hoje, e fazer esses contratos de gestão publicados com metas, recursos, com trabalho conjunto acelerado Incra e institutos estaduais de terra, com esse órgão enxuto que coordenaria isso tudo, e apontando para esse prazo que é um horizonte desejável. A partida você não pode, tem razão o Senador, garantir que, mas você tem que apontar um prazo e correr atrás, e aí eu acho que o nosso Senado também vai ter um papel importante a cumprir nisso. E com essa legislação não fazem dois anos. Vou logo dizendo. Aí tem razão V.Exa.

Bem, para concluir então, falou ainda o Senador João Pedro de incorporar a sociedade civil, citou as universidades, o Inpa, o Museu Goeldi e elas estão sendo incorporadas na discussão do zoneamento econômico e ecológico nos Estados, mencionou experiências bem sucedidas do uso até de apara de madeira para a geração de energia, então essas questões têm que ser incentivadas, deve ser política pública e não apenas não atrapalhar, como é um caso que V.Exa. me chamou atenção que estava sendo atrapalhado, e eu ajudei V.Exa. a desbloquear isso. Mas não basta não atrapalhar. Isso é o mínimo que se espera. Tem que incentivar que outras se mirem nessa experiência e floresçam trazendo soluções. Ainda, Senador João Pedro, falando da questão da área degradada do dendê e de ser implacável com a ilegalidade. Isso tem que ser feito também. Você tem que dar o exemplo. Porque se você não reprime a ilegalidade, você não leva as pessoas à legalidade. Eu citei o exemplo de Mato Grosso, da nova lei que tem vários aspectos positivos e dois polêmicos, mas 15 excepcionais, e vou citar um programa do Ibama, em Goiás, que se chama Pró-Legal. Que é um programa de incentivo aos proprietários marcarem suas reservas legais. 215 proprietários, empresas do agronegócio assinaram e estão reconstituindo em suas propriedades ou fora de suas propriedades num acordo com o Ibama de Goiás. Então, há experiências, essas experiências têm que ser divulgadas até para não parecer que a nossa posição é só: não faça que não é a posição do Ministério. Aliás, temos demonstrado isso de forma muito cabal em muito pouco tempo, inclusive, com os pactos com os setores produtivos, e com diálogo com vários setores.

Então, para concluir, o Senador Osmar Dias fala do Decreto de crimes ambientais e faz uma série de perguntas específicas do art. 55. Quero dizer que esse material, como eu falei, foi objeto de várias reuniões na Câmara, reuniões envolvendo a Comissão de Agricultura, a Frente Parlamentar da Agricultura, e depois o Fórum Estadual de Secretários de Agricultura e a CNA. E eu pedi para não haver uma negociação separada com cada um que todos sintetizassem a sua posição ponto por ponto. Isso foi feito há cerca de três semanas ou quatro semanas. Um documento que do Decreto de 162 artigos as propostas de mudança era em torno de 15, e grande parte em torno do art. 55 que é o que V.Exa. comentou na sua intervenção. Quero dizer que depois disso nós juntamos então quatro Ministérios, inclusive, o Ministro Stephanes em carne e osso e voz presente, os Secretários Estaduais de Meio Ambiente, a Frente Parlamentar de Meio Ambiente, estava o Deputado Sarney Filho, a Comissão de Meio Ambiente da Câmara, estava o Deputado Cury, e discutimos ponto por ponto e imagino que hoje, eu estou dizendo hoje mesmo à tarde esse documento esteja concluído para ser levado ao Presidente Lula, porque o Decreto é do Presidente Lula, e ele que cabe modificar. Mas ele está ciente disso, acha que nós estamos conduzindo de forma correta, mantendo o diálogo com esse lema que V.Exa. gostou, mais produção e mais proteção não são compatíveis. E em relação aos pontos que V.Exa. levantou específicos, quero dizer a minha posição e o que está na lei. O Código Florestal para as pequenas propriedades, pequenas explorações já permite somar a APP à reserva legal. Permite. Para as pequenas produções permite.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas só vale se ultrapassar 50%.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Ah, sim. Nessas circunstâncias. Tem razão. Sim, tem razão. O que eu quero dizer é o seguinte: que eu, pessoalmente, sou favorável a essa tese. E acho que isso tem que ser votado pelo Parlamento. Como disse o Ministro Stephanes, está na lei. Eu acho que uma pequena produção poderia incorporar isso. Mas a minha opinião vale pouco. Porque como tem uma lei, a lei tem que ser respeitada. Se o Congresso modificar essa lei, será cumprido. Se eu for chamado para opinar, embora,

não seja Deputado Federal e nem Senador, direi que acho que é bastante razoável. Como falei já que acho razoável que parte da reserva legal seja constituída na bacia hidrográfica, até em parques estaduais ou parques federais, isso o Programa Pró-Legal em Goiás tem feito isso. Há previsão para isso, isso deve ser ampliado. Também já me pronunciei que, embora seja considerado APP uma área de mais de 45 graus de inclinação, não sou favorável a que se arranque pés de café, de uva ou macieiras que estão há cem anos a mais de 45 graus numa encosta. Acho que o Congresso poderia levar em conta áreas consolidadas a mais do que 50 anos, etc. Áreas já consolidadas, tradicionalmente. Mas isso são apenas opiniões. Há Deputados e Senadores eleitos para modificar as leis, eles têm o mandato popular... Por favor.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Ministro, é que esse ponto é importante. V.Exa. tem uma opinião, mas a opinião de V.Exa. é a opinião do Ministro do Meio Ambiente. E ela será muito importante para orientar a votação na Câmara e no Senado. Porque é a opinião de um Ministro de Estado. Eu apresentei essa emenda no Código Florestal, de somar APP com reserva legal. O nosso companheiro do Paraná Moacir Micheletto era o relator então e acatou essa minha emenda. Ela faz parte do relatório do Moacir Micheletto que não foi votado até hoje. Como o Ministro defende mudanças no Código, nós defendemos também, V.Exa. também, seria importante que o Governo orientasse no sentido de que esse relatório fosse votado com as alterações que ajudem no lema, proteger mais e produzir mais.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Eu queria dizer, Senador, o meu pronunciamento foi no mesmo sentido do Ministro Stephanes, no sentido de considerar isso para a pequena produção, para a produção familiar e a média produção. E que em relação a esse ponto, o Senador Goellner tem participado disso diretamente, nós tivemos, inclusive, uma reunião com várias ONGs importantíssimas que estão maduras para discutir alterações que não desfigurem os sistemas de proteção e que não criem impasses como o que tem sido dito. Inclusive, foi proposto, e a Frente Parlamentar de Meio Ambiente já aceitou, já se incorporou nisso, um grupo de trabalho incluindo as representações das Comissões de Agricultura e Frente da Agricultura, Comissões de Meio Ambiente, Frente do Meio Ambiente, quatro Ministérios e representação também da Abema para num prazo maior discutir essas alterações. Foi proposto até um projeto que está sendo discutido, se não me engano, na Comissão de Agricultura, que é o relator é o Deputado Cury, se não me engano, e isso só não foi criado até agora porque estava em processo eleitoral e nós estávamos trabalhando em cima das sugestões sobre o decreta. Essa questão do Decreto acabou, provavelmente, hoje, acaba hoje, um processo que foi participativo, sério, de diálogo, e também as eleições acabaram, pelo menos, o primeiro turno--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ministro.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Então imagino que... Senador, por favor. V.Exa.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É só porque sobre esse Decreto, eu sou o Relator da Comissão de Constituição e Justiça do projeto do Senador Goellner que procura exatamente sustar os efeitos do Decreto, tendo em vista essas polêmicas que surgiram. Eu tenho exatamente aguardado esses entendimentos, a minha assessoria esteve ontem no Ministério, e eu queria só... Quer dizer, então está chegando o Ministro...

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Hoje, provavelmente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu tive essas notícias que o Ministério da Agricultura realmente fez uma série de sugestões, não é isso? Então podemos aguardar um pouco mais? Não precisamos sustar o Decreto? É esse o caminho?

SR. MINISTRO CARLOS MINC: A nossa posição junto com o do Ministro Stephanes, que temos dialogado quase que diariamente sobre isso, é que mais tardar amanhã esse assunto seja encaminhado à Casa Civil. O Ministro Stephanes deu a terceira lida no projeto, acrescentou algumas questões e acho que hoje até amanhã de manhã podemos resolver isso.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: A única questão que fica em aberto é o seguinte: quer dizer, alterar o Decreto não é a questão mais difícil. Mas se não vier a alterar também algumas questões do Código Florestal da lei, essas alterações do Decreto não vão resolver o problema. Quer dizer, tem que ficar quase que... Eu não diria acondicionado, mas a lógica nos dita isso. É essa. Eu mudo o Decreto aqui, tudo bem, agora, eu tenho que mudar também alguns itens do Código Florestal. Que não são muitos também, não, são quatro, cinco itens só. Não são muitos. Mas tem que mudar porque senão o Decreto vai continuar sendo aplicado e aí vou ser eu esse tempo que fui citado aqui. Isso inviabiliza uma porção de coisa.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Eu vou concluir rapidamente porque ainda há Senadores inscritos. O problema é que cada Senador coloca várias questões. Se nós não respondermos vamos ficar como omissos aqui. Então acaba se estendendo um pouco, mas como foi dito aqui, é nossa função mútua.

Então, só pra pegar esse último ponto para concluir e dizer o seguinte. Como eu falei, o Decreto tem

162 artigos. Os pontos que foram questionados foram basicamente 15 artigos e vários incisos. Nesse trabalho que envolveu quatro Ministérios, sociedade civil, frente parlamentar, secretários estaduais e municipais de meio ambiente que a Anamma também participou, eu diria que mais da metade das questões foram acatadas no total ou parcialmente. Entre as quais a questão do prazo, entre as quais a questão de caracterizar exatamente a questão do embargo, que não é no total da propriedade, mas na área onde houve o delito, porque às vezes você tem uma propriedade de mil hectares, houve um desmatamento numa área de 50, e aí todo o gado de dois mil ficam embargados e não se consegue vender. Então isso aí, realmente... Coisas de bom senso que foram incorporadas. Então, eu posso lhe garantir que isso está para ser concluído, provavelmente, amanhã, e entregue à Casa Civil e que o Presidente Lula está ciente disso, porque como ele é que fez o Decreto, não adianta a gente discutir e negociar se o próprio que pode mudar ou não, não tiver acompanhado, e não estiver de acordo. Eu quero dizer que eu, embora seja um Ministro novo, não tenho tanta ingenuidade assim. Então eu relatei para o Presidente o que estava acontecendo, qual era o clamor que havia em relação à área produtiva, qual era o tipo de questão que tinha sido levantado, e qual foi o procedimento que nós adotamos tanto de unificar todas as críticas quanto de unificar todas as áreas do Governo envolvidas para que quando fosse para a mão do Presidente não tivesse que consultar depois o Ministério A, B ou Com, mas já fosse uma posição conjunta do MDA, da Casa Civil, do Mapa, do MMA e dos secretários estaduais e municipais de meio ambiente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu consultei o José Carlos Carvalho e ele...

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Ele disse a mesma coisa para V.Exa., ele tem nos ajudado nisso.

Então, eu quero dizer que o Presidente Lula concordou com esse procedimento e concordou em fazer a modificação nos termos que for sugerido. Desde que seja consensual entre os Ministérios. A gente gasta mais uma semana ou dez dias, mas, pelo menos, temos a confiança de que isso vai acontecer e que é uma coisa que enaltece o Congresso e a Câmara no sentido de que também foram receptivos os órgãos do Executivo a demanda da área produtiva que foram verbalizadas e encaminhadas politicamente por seus representantes eleitos e que estão cumprindo também o seu papel, que é de criticar, mas que é também de abrir e azeitar os canais de diálogo. Quando o diálogo não existe se parte para outra e a oposição tem seus instrumentos, o Governo tem seus... Quando há possibilidade de se resolver pelo diálogo, isso acaba sendo um caminho mais produtivo.

Eu quero dizer que em nenhum momento as questões, como levantou o Senador João Pedro, serão descaracterizadas as questões de combater a impunidade. Isso V.Exa. pode estar certo. Mas tem várias questões que dizem respeito a prazo, a método, à paridade, a questões de justiça que você também tem que ter a grandeza para reconhecer que pode e deve ser aperfeiçoado. Não vejo demérito em quem reconhece que vários pontos podem e devem ser aperfeiçoados sem descaracterizar um instrumento de combate a impunidade ambiental, que é ruim para o meio ambiente e é ruim para a agricultura.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Vamos passar então para a segunda parte de perguntas dos nossos Senadores.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, pela ordem. Só um segundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sim, senhor.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É que eu fiz a maior parte das questões. E eu gostaria de dizer que eu estou muito satisfeito com as respostas, principalmente porque os Ministros se combinam, não é? O Ministro Reinhold fala pouco, o Ministro Minc fala bastante, aí dá um tempo médio e fica bom. Obrigado.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o eminente Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente Neuto de Conto, Exmos. Ministros Reinhold Stephanes e Carlos Minc. Eu represento aqui nessa Casa o Estado de Roraima. Lá em cima. O Estado Amazônico também de uma Amazônia diferente da Amazônia do Acre, do Amapá, do Pará e do Amazonas.

O meu Estado tem 3 milhões e 700 hectares de áreas que nós chamamos de lavrado lá. É uma área parecida com essa do cerrado, mas se um caiembé gritar em alguns lugares o outro não ouve. O caiembé é aquela árvore de lavrado que nós temos lá também. Caiembé. É uma árvore que dá aqui no Centro-Oeste retorcida, mas que tem pouca árvore. É só campo. Só campo. Desses 3 milhões e 700, 2 milhões foram declaradas terra indígena, então sobra 1 milhão e 700 para o Estado. O meu Estado tem uma situação geográfica privilegiada porque nós estamos na metade do caminho entre os nossos centros produtores e os Estados Unidos. Nosso lavrado está apenas a 400km do mar pela Guiana. A Guiana faz parte do Caricom. Se a Guiana exportar algo para os Estados Unidos ela não vai pagar os 55 centavos que eles cobram do nosso

álcool aqui. Então, essa... Quando os senhores falam, os dois em bioma amazônico estão incluindo também o lavrado da Amazônia? Lavrado ou só estão falando em bioma de florestas? Então, o meu Estado tem uma situação privilegiada, é um lugar onde nós vamos produzir álcool, um álcoolduto é viável para a Guiana, e a Guiana hidratando álcool pode exportar para os Estados Unidos sem problema nenhum, porque ela faz parte do Caricom e a Presidência do Caricom nesse período agora está com o Presidente da Guiana.

Eu quero saber se o nosso lavrado está ou não está incluído nessa proibição de produção de álcool no Estado de Roraima? A primeira pergunta é essa. A outra pergunta é em relação a isso. Estão se falando muito em não cortar mais nenhuma árvore, não derrubar mais nenhuma árvore. É uma coisa boa, de maneira geral para a preservação. Mas para nós... Eu estou falando agora em nome dos pequenos produtores da Amazônia, dos agricultores familiares que estão lá no meu Estado, que estão em todos os Estados da Amazônia que derrubam aquele pedacinho que ele falou ali. Meio-campo de futebol, no máximo um campo de futebol para poder produzir durante três anos para fazer farinha, mandioca, macaxeira e depois algumas fruteiras. Essas pessoas estão numa situação assim meio difícil, porque com essas proibições, com as restrições, tem que ir a Boa Vista para pedir autorização para desmatar. Aí não consegue logo. Vai e volta... Finda desmatando ilegalmente. Porque eles não têm recursos para ficar na cidade para pedir a licença para desmatar. Então nós temos que achar uma solução para essas pequenas propriedades. Claro que... Estão agora culpando eles da maioria da derrubada. Acho que não são tanto eles, não. Pelo menos, no meu Estado eles representam pequena porção. E, infelizmente, muitos estão sem fazer suas roças e estão se mudando para a cidade. Estão indo viver na periferia de Boa Vista. Agora, nós não temos favela propriamente como esse sentido clássico, mas tem um monte de pessoas pobres vivendo em condições precárias porque no seu lote ela não está com condição de produzir. Não tem acesso ao crédito. Tudo cai e realmente volta para a regularização fundiária. Não tem o título da terra, não tem regularização, então eles não têm acesso a nada. Mas vivem lá. Estão há 30 anos, há 20 anos, há 10 anos. Muitos estão desistindo porque os filhos estão começando a vir embora. E eu não vejo uma solução de proibir isso. Tem que proibir, mas tem que dar uma alternativa para eles, para dar crédito a eles. Eles não vão ter crédito porque eles não têm a propriedade da terra. O Incra, infelizmente, não consegue resolver esse problema. Eu tenho esperança que nesses dois anos isso seja levado mesmo ao pé da letra e que a gente consiga titular. O meu Estado, por exemplo, não tem terra do Estado até hoje. O Presidente Lula já prometeu três vezes passar as terras para o Estado. Mas está devendo isso ao povo de Roraima até agora.

Então gostaria de saber se vocês forem criar uma medida de proibir derrubar árvore por 10 anos, que já se fala isso aqui no Congresso. O que é que vão fazer com essas pessoas que vivem lá? Com o ribeirinho que leva três dias para chegar num lugar onde tem... Lá do Baixo Rio Branco para chegar em Santa Maria de Boiaçu, de Santa Maria de Boiaçu para subir até chegar em Caracaraí são mais quatro dias para poder resolver alguma coisa de autorização e disso. Então, eu acho que tem que ser bem pensada essa medida, que vai criar um problema social muito grave, como já está criando. Muitas vezes, uma multa numa propriedade pequena que vale 30, 40 mil reais, as propriedades lá são baratas, mas a multa é de 50 mil. Eles se desesperam lá. Estão desesperados. Nós temos que rever e achar uma solução para essas multas que são colocadas de forma exagerada. São dadas as multas porque eles não têm condições de ficar indo pedir licença para derrubar as suas 3 linhas, lá é linha que eles falam: Três linhas, quatro linhas, cinco linhas. Então nós temos que dar uma solução para isso. Eu gostaria que o Ministro Carlos Minc começasse a pensar nessas pequenas propriedades que têm essas multas exageradas. Já pensa. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado.

Eu queria anunciar também que está o eminente Senador Leomar Quintanilha, que é o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, e está com nós aqui que, praticamente, é do meio ambiente a reunião. Tem muito a ver.

Ouviremos agora então a eminente Senadora pela ordem de inscrição, Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sr. Presidente, Srs. Ministros, colegas que resistimos aqui bravamente até agora.

Primeiro eu quero cumprimentar aos requerentes, aos proponentes dessa Audiência Pública. Quero cumprimentar o Ministro Stephanes, o Ministro Carlos Minc e dizer da minha satisfação de poder estar participando desse debate agora como Senadora. Eu ouvi atentamente as exposições feitas e ouvi atentamente o que disseram os colegas Senadores aqui, e eu vou começar com uma premissa, porque eu só consigo discutir as coisas a partir de uma visão. E eu acho que no nosso caso no Brasil, o grave problema que nós temos é que às vezes nós queremos o resultado sem antes ter a visão, sem estabelecer o processo e sem criar as estruturas. Para que se tenha um resultado é preciso

uma visão, persistir nessa visão, ter um processo que deve ser democrático, e ter as estruturas, porque senão a gente vai ficar apenas com o sonho pela onipotência do pensamento em relação ao resultado.

Uma primeira coisa que eu estou, relativamente, feliz aqui é que durante muitos anos, quando eu... Muitos, não, cinco anos e meio, eu era convidada pelo Congresso e até por ser Senadora também tinha que respeitar a minha Casa de origem, comparecer quantas vezes fossem necessárias. Havia uma grita muito grande em relação ao Ibama, uma demonização mesmo do Ibama. E hoje eu pude perceber que poucas pessoas se referiram ao Ibama. Botaram o foco no Incra. Mas, quando em 2003 o Presidente Lula me chamou, a primeira coisa que eu pensei foi o seguinte: há que se preservar tudo de bom que se encontrou do Ministro Sarney Filho, do Ministro João Carlos, todos que passaram, mesmo quando não era Ministro, ainda não era Ministério, do professor Paulo Nogueira Neto, ao Ministro Ricupero. E há que se olhar para os problemas propondo delta mais. E foi dessa forma que eu orientei a minha equipe. E começamos a trabalhar primeiro com a visão de que a política ambiental não podia ser isolada, de que deveria ser um processo transversal, que nós deveríamos apostar no controle, na participação social, que nós deveríamos fortalecer o sistema nacional de meio ambiente para que ele pudesse funcionar, e esforços foram feitos nessa direção. Eu posso dizer aqui que é claro que não é algo que se resolve da noite para o dia. E eu fiquei muito feliz ouvindo o Ministro Carlos Minc dizer que fez um acordo com São Paulo para que a madeira comprada seja a madeira certificada. Agora, em 2003, quando o Presidente Lula assumiu, tínhamos 300 mil hectares de florestas certificadas. Quando eu saí, agora em 2005, eram três milhões de hectares. Só é possível fazer o acordo porque existe a madeira certificada. E ainda não é suficiente, porque São Paulo consome mais de 40% de tudo que é produzido na Amazônia.

Fiquei feliz também, e vi o meu colega Expedito balançando a cabeça entusiasticamente quando ele falou da necessidade do suprimento de madeira legal para que as pessoas possam produzir. E eu me lembro do quanto foi difícil aprovar aqui no Congresso Nacional o serviço florestal brasileiro, a lei de gestão de florestas públicas. Foi um convencimento pessoa a pessoa. E eu devo muito ao Senador Jefferson Peres e devo, inclusive, a partidos de oposição porque tive para aprovar o projeto que conversar pessoalmente com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, de tão difícil que era. Então, se hoje nós podemos dizer que é possível apostar no manejo florestal sustentável, é porque se acreditou na visão, no processo e se tentou criar a estrutura. Mas, ainda, uma outra briga hercúlea para mostrar que é preciso as estruturas. Nós fizemos um diagnóstico, assim que chegamos, da importância das unidades de conservação. Mas elas não tinham estrutura, não tinham funcionários, não tinha, sequer, o orçamento necessário. Partimos para a criação do Instituto Chico Mendes e foi uma outra dificuldade muito grande em relação a isso. Mas, também com a ajuda dessa Casa, com o convencimento de pessoas, de todos os partidos na Câmara e no Senado, conseguimos aprovar. Deixamos um diagnóstico, inclusive, o nosso Ministro Carlos Minc, meu professor em ecologia, porque foi com ele que eu aprendi os primeiros rudimentos, de que o que eu fazia lá com o Chico Mendes há 20 anos era ecologia, anunciou esse diagnóstico em relação às unidades de conservação, e quando saímos do Ministério ficou acordado com o Ministro do Planejamento o concurso para 400 servidores do Ibama e do Chico Mendes e que deveria ser feita apenas a repartição e 81 para o Ministério novos concursados de todos os concursos que já haviam sido feitos. Eu estou dizendo isso porque nós temos que persistir em visão, processo sem abrir mão para chegar na premissa.

Eu tenho uma premissa, Sr. Presidente, meu excolega Ministro Stephanes, Carlos Minc, de que a legislação ambiental brasileira é boa. Ela é fruto de um trabalho de muitas pessoas, a muitas mãos, do art. 225 da Constituição Federal. Se ajustes precisam ser feitos, não vamos colocar crianças junto com a água do banho porque a legislação ambiental brasileira é boa. E respeito os congressistas que a fizeram. Eu discordo, veementemente, do Ministro Mangabeira Unger que disse que a legislação brasileira é fruto da invenção de ambientalistas. Não vou nem adjetivá-los para atender a interesses escusos de estrangeiros. A legislação ambiental brasileira é muito boa. E mais, o velho Código Florestal feito em 1965 tinha uma visão que é invejável. Eu fico olhando para aquelas pessoas que apresentaram essa proposta de lei, que, infelizmente, não foi cumprida, porque se tivesse sido cumprida, boa parte dos problemas que nós estamos vivendo hoje não estaríamos vivenciando. Com essa idade toda ajustes precisam ser feitos. Mas para melhorar, e não para piorar a situação. Daí que nós temos que qualificar a natureza dessas mudanças. Eu estou dizendo isso porque se nós não persistirmos na visão... Eu me lembro que quando assumi o Ministério, meu colega Minc, eram verdadeiros... Como é que chama? Comitivas para pedir que parasse a fiscalização sobre a exploração ilegal de madeira. Nós tivemos que fazer várias operações, aplicar mais de 4 bilhões em multa, prender 725 pessoas, 125 funcionários do Ibama,

e com isso uma redução de três anos consecutivos do desmatamento, sendo que o Mato Grosso que era o campeão do desmatamento caiu o desmatamento 72%. Então, eu acho que se nós aqui tivermos fazendo um diálogo no sentido de preservar e consolidar as coisas positivas, historicamente falando, não só dos primeiros cinco anos do Presidente Lula, porque pareceria legislar em causa própria, mas de tudo que vem sendo feito em relação à questão ambiental pelos vários setores, do professor Paulo Nogueira Neto que criou o primeiro conselho deliberativo dessa nação em plena ditadura militar, que foi o Conama. Então acho que o esforço que está sendo aqui é no sentido de valorizar os avanços porque o Brasil é uma potência ambiental. E eu fico feliz com a decisão de que não se vai plantar cana-de-açúcar no pantanal, não se vai plantar cana-de-açúcar na Amazônia e eu defendia isso. E eu tenho uma tese que não tenho medo de discutir em relação a ela. Mesmo que tecnicamente os problemas estejam resolvidos e estrategicamente não é oportuno e não é conveniente, por que é que não é oportuno e não é conveniente? Porque o Brasil tem uma janela de oportunidade em relação aos biocombustíveis para os próximos 10 anos. As barreiras não tarifárias existem. E tudo que querem é dizer que os biocombustíveis brasileiros, que o nosso álcool, que o que quer que for é produzido em prejuízo da Amazônia e do Pantanal.

Em relação à visão estratégica de país que nós temos, não é oportuno e não é conveniente. E do ponto de vista técnico seria abrir mais uma frente predatória, porque o primeiro passo é exploração ilegal de madeira, depois 75% é ocupado pela pecuária e em segundo lugar vem o plantio de grãos e depois teria a cana-de-açúcar e oleaginosas. Não há quem agüente tanta frente de pressão sobre a floresta.

Concordo inteiramente que o que temos que fazer é pegar o PAS Plano Amazônia Sustentável, o plano de desenvolvimento sustentável das populações tradicionais, o plano de mudanças climáticas já foi assinado o Decreto. E eu quero aqui dizer que não foi fácil o processo de negociação para se chegar até isso. O Ministro Celso Amorim fez uma inflexão na posição brasileira, foi um trabalho a muitas mãos, e só foi possível porque o Brasil reduziu 0,5 bilhão de toneladas de CO2 para poder, inclusive, convencer a Noruega que agora começa a se preocupar com o aumento do desmatamento.

Então, Srs. Ministros, a pergunta que eu faço é muito no sentido de que agora especificamente depois dessa introdução, porque eu estou aqui numa situação muito difícil, viu Minc? Eu estou na posição do Ministro Hélio. E uma vez eu ouvi uma história, uma pequena história do Ex-presidente do Pnuma, que me ajudou muito nesse processo de transição. Ele contou uma história que é, mais ou menos assim, Ministro, Primeiro-Ministro velho, Primeiro-Ministro novo. Um já tinha ficado uns 25, 30 anos. E quando foi para sair o Ministro novo foi lá pedir uns conselhos. Nós até fizemos um pouco, não foi conselho, porque eu não sou... Mas quem sou eu para aconselhá-lo, não é? Você, gentilmente, me visitou. Então, o Ministro novo foi pedir uns conselhos ao Ministro velho e o Ministro velho falou: Não, imagina, você sabe tudo. Não vai precisar da minha ajuda. Aí ele insistiu, insistiu e disse: Bem, eu sei que você não vai precisar, mas eu estou deixando três pastas. Se algum dia você precisar, então use cada uma delas. E um: a primeira crise veio, e não conseguia resolver a crise. De repente, ele lembrou das pastas do Ministro velho, correu na pasta, abriu, convoque uma conferência de imprensa e põe a culpa no Ministro que saiu. Aí, convocou a conferência de imprensa e botou a culpa no Ministro que saiu, a crise foi debelada. Passou um ano, outra crise pesada. Aí ele já sabia o caminho. Correu na pasta do Ministro velho. Convoque uma conferência de imprensa e bote a culpa na sua equipe e demita o gabinete e bote um gabinete novo. Foi debelada a crise. Aí veio uma terceira crise. Não como essa da bolsa, claro. E ele já sabia o caminho, correu imediatamente na terceira pasta. E abriu eufóricamente. Quando abriu: prepare três pastas. [risos]. Então, eu estou na posição do Ministro velho. E talvez eu não tenha sido sábia porque não usei nenhuma das pastas, porque eu parti daquela premissa de que eu iria aproveitar tudo de bom que eu encontrei dos meus colegas. E também não deixei as três pastas e, tenho certeza, que você não precisaria usar nesses moldes. Mas eu quero dizer que o processo de mudar o modelo de desenvolvimento na Amazônia e no Brasil, ele tem que ser perseguido pelo setor público, pelo setor produtivo, pela sociedade e pela academia. Só dessa forma é que a gente vai conseguir mudar o modelo. E isso aumentou de 300 mil hectares para 3 milhões porque teve fiscalização. Não teve um centavo para incentivar o setor. Foi tirando o ilegal que o legal teve condição de se estabelecer.

Agora, as perguntas propriamente ditas. Eu pergunto que o Ministro Stephanes falou que, de fato, é um estudo técnico científico, já estava em início quando eu saí do Ministério e agora está sendo concluído. Esse zoneamento agrícola que vai excluir áreas em relação ao plantio da cana, ele está também considerando o mapa dos biomas e as áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade. É uma pergunta. E uma outra para o Ministro Stephanes é em relação a um estudo que foi feito pela Embrapa Monitoramento

que dá conta de vários dados que têm saído pulverizadamente pela imprensa, mas que ainda não foi disponibilizado para que a sociedade possa ver se, de fato, esse estudo está de acordo com aquilo que foi dito e que está sendo dito. Então, quando que esse estudo será colocado a público. E a mudança do Código Florestal eu já fiz a minha observação de que é preciso qualificar a natureza dessa mudança. E se o Ministro Minc já tem alguns aspectos em relação à natureza dessa mudança. E em relação à recuperação da reserva legal, se a defesa da recuperação da reserva legal é com espécies para a produção e não apenas... Aliás, com espécies exóticas ou simplesmente plantio de palmas ou outros, como o nosso Senador Flexa aqui reivindica, ou se será uma recuperação considerando, inclusive os aspectos ambientais. E ainda uma outra questão é em relação ao Pantanal. Parece-me que foi dito que ainda há algumas pendências em relação ao Pantanal, se vai ou não vai plantar cana. Eu gostaria de saber quais são as naturezas dessas pendências. Não foi dito isso.

Então são essas as perguntas que faço e já cumprimentando os Ministros, mas reiterando que a legislação ambiental é uma grande conquista, e se nós partirmos da premissa de que ela que é o problema, nós vamos estar criando um problema maior. Ajustes que sejam feitos, são ajustes pontuais, e não deve ser a desqualificação de um esforço que vem desde antes da própria Constituição Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Ministra Marina Silva.

Temos duas inscrições ainda. Como o Senador Flexa Ribeiro pediu para ser o último, nós vamos ouvir então, antes, a Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É muito difícil depois da Senadora Marina, que é uma profunda conhecedora da questão ambiental, da questão de zoneamento. Mas Srs. Ministros, Sr. Ministro Reinhold Stephanes quero dizer da alegria de, mais uma vez, encontrá-lo, o senhor tem demonstrado no decorrer de toda sua vida, de sua história de trabalho realmente a sua competência, a seriedade e o equilíbrio. E eu gostaria de parabenizá-lo e dizer da minha alegria de estar aqui.

Infelizmente, em relação ao assunto que foi tratado, e já há horas está... O Ministro Minc que também chega e é o novo, não é? Que, na realidade, o Ministro Reinhold Stephanes já tinha mais experiência em nível de Ministérios Federais, o novo, mas veio com muita vontade, com muito entusiasmo, e, com certeza, isso conta muito quando a gente quer resolver.

Eu gostaria, inclusive de dizer que, infelizmente, não pude assistir desde o início porque eu estava presidindo primeiro a Comissão de Educação e depois a Comissão de Assuntos Sociais. Mas esse assunto é de interesse de todos nós, trata-se do Brasil. E por falar em Brasil eu não vou me deter aqui, na realidade, na questão da Amazônia, do Pantanal, que é de uma importância maior, até porque nós temos aqui na Comissão a grande maioria são Senadores tanto da Amazônia como da região da Amazônia. Então eu gostaria aqui só de dizer que concordo com essas preocupações, sei que é importante, a Amazônia é vital não só para nós, mas para o mundo. Mas eu gostaria aqui de voltar ao fato local, da minha região, da minha terra. Eu sou nordestina, do Rio Grande do Norte. E que a gente está falando em zoneamento. Nós estamos falando, pode parecer, mínimo, porque o Rio Grande do Norte é pequeno. O nordeste, no contexto dessa questão, talvez seja... Mas nós não podemos esquecer que o Brasil para se desenvolver tem que ter o equilíbrio. Todas as regiões têm a sua importância. Então gostaria, Sr. Ministro, de colocar aqui primeiro algo que nos preocupa com relação a essa questão, da desertificação, do zoneamento, porque nós somos também... Nós temos a cultura da cana, nós temos outras atividades agrícolas. E o Rio Grande do Norte está entre já aquelas regiões desertificadas. O semiárido é um exemplo de quando do decorrer de muitos anos não houve a reposição e nós ficamos realmente, podemos dizer em algumas regiões, praticamente há um deserto. Então eu gostaria de saber se existe alguma coisa sendo tratada com relação a essas outras regiões do Nordeste, e coloco aqui o Rio Grande do Norte, mas também queria dizer que nessa questão dos biocombustíveis nós sabemos da possibilidade de crescer na agricultura culturas que são resistentes e que podem conviver com o nosso clima semi-árido com essas dificuldades. A criação das energias alternativas. E dizer aqui também uma coisa que eu gostaria... Nós estamos vivendo um momento de crise, crise na agricultura. E como somos um Estado onde a exportação de frutas é algo muito importante na nossa balança comercial, Ministro, eu estou aproveitando a presença do senhor para saber que tipo de proteção nós vamos ter, nós estamos tendo que possa chegar realmente a garantir que a fruticultura será defendida, será protegida dessa crise para que não aumente o desemprego e nem as dificuldades da nossa região. Eu queria perguntar ao Ministro.

E ao Ministro Carlos Minc, na realidade, ele teve que sair, mas com relação também a uma outra atividade. Gostaria de... O Presidente, Senador Neuto de Conto, depois passar ao Ministro. Com relação também à questão de meio ambiente, de licenciamentos que fala sobre os mangues, sobre as licenças de uma outra

atividade que cresce no nosso Estado que é importante como geradora de emprego e de renda, que é o cultivo de camarão em cativeiro, o cultivo de crustáceo.

Então eu queria saber, há uma dificuldade muito grande, sempre uma celeuma imensa, os empreendedores de um lado culpam o Ibama, culpam tanto os outros órgãos que falam de meio ambiente e há sempre um choque muito grande dessas duas esferas, tanto do que produz como dos que autorizam e muita coisa deixando de acontecer pelo atraso das licenças que é muito grande, e isso desestimula, inclusive, o capital estrangeiro que deixa de chegar porque as dificuldades são imensas.

Era isso que eu gostaria de colocar para saber que medidas estão sendo tomadas, que forma o Ministério de atuação para agilizar se da licença ou não, se permite ou não. Então empreendimentos grandes que nós temos nas nossas praias, aí já relacionadas ao turismo, e que estão deixando de acontecer e receber, antes, agora eu não sei com essa crise se esse capital estrangeiro ainda virá em função de detalhes que poderão ser superados, eu tenho certeza, e não emperrar o desenvolvimento.

Ministro, então eram essas as colocações que eu gostaria de fazer. E fico aqui agradecida pelo aprendizado que estou tendo hoje, tanto dos senhores como dos colegas que nessa discussão realmente é salutar para o Brasil na defesa da nossa soberania.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senadora Rosalba Ciarlini.

E como último inscrito, ouviremos a pedido, o eminente Senador pelo Pará, Flexa Ribeiro.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Que, aliás, me pediu para que o beliscasse. Disse: “Marina, me belisque, porque eu estou me sentindo no parais”.

[risos].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone] Ministro Stephanes, Ministro Carlos Minc, Senador Gilberto Goellner, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Ministro, eu pedi para V.Exa. me beliscar, não que eu estivesse no paraíso. Eu pedi para saber se eu não estava sonhando. Foi isso que eu pedi a V.Exa.

Mas eu agradeço ao Presidente Senador Neuto de Conto, por ter permitido que eu pudesse fazer as perguntas e ter as respostas de imediato. Eu também, como a Ministra e Senadora Marina, eu vou fazer umas premissas antes de fazer os questionamentos. Eu já disse à Ministra várias vezes, por dezenas de encontros que tivemos que nós temos o mesmo objetivo, que é desenvolver preservando, ou preservar desenvolvendo. Esse é o objetivo comum nosso. Principalmente nós amazônidas que queremos ter a floresta preservada para as futuras gerações, porque ela é a fonte de riqueza permanente para aquela região. O que nós discordamos, e sempre disse a ela da forma clara como ela sempre foi, e aberta, é talvez pelos métodos. Os métodos de chegar a essa forma de fazer é que nos separa um pouco. Mas eu quero colocar como premissa... Está difícil. Fica assim mesmo. Eu quero colocar como premissa, primeiro: não faço parte da bancada ruralista. Quero dizer que é uma bancada que honra o Senado Federal, honra o Congresso Federal, mas não faço parte. Fiz um projeto há quatro anos, exatamente... Por isso que eu pedi que a Ministra me beliscasse, porque tudo que foi dito aqui vem ao encontro daquilo que há quatro anos tramita no Senado aprovado por unanimidade e impedido de ser aprovado na Câmara Federal pelo Governo.

Então, Ministro Minc, quando V.Exa. diz que existem as leis, e as leis têm que ser respeitadas, eu concordo com V.Exa. Todos nós devemos respeitar as leis. Cumpra-se. Mas é preciso que tudo que V.Exa. citou aí, já existem projetos tramitando no Congresso e que se V.Exa. com o Governo que V.Exa. representa quiser aprovar, serão aprovadas em 15 dias. Porque V.Exa. é parlamentar, Ministro Reinhold também, e sabe que quando há consenso, se aprova por voto de lideranças. Então, não há problema nenhum. Basta que V.Exa. queira que se sente. V.Exa. disse que é a décima vez que vem ao Congresso. Eu quero soldar que é a primeira vez que vem ao Senado. As outras nove vezes devem ter ido à Câmara Federal. Quero dizer a V.Exa., ainda nas premissas que desde 2006, está aqui, fevereiro de 2006, está sendo convidado os Ministros de meio ambiente e da Casa Civil para que pudesse vir aqui na Comissão de Meio Ambiente tão bem comandada pelo Senador Leomar Quintanilha, e da Comissão de Infraestrutura. Estou falando de fevereiro de 2006. Passou o ano de 2006 todo, passou o ano de 2007 todo, nós estamos em outubro de 2008 e é a primeira vez que o Ministro de Meio Ambiente vem ao Senado Federal. E a Ministra da Casa Civil já veio outras vezes, como a Ministra também de Meio Ambiente também veio outras vezes, mas não no convite que foi feito, depois transformado em convocação, inclusive, o de V.Exa., inclusive de V.Exa., que regimentalmente V.Exa. teria que comparecer às Comissões de Meio Ambiente e de Infra-Estrutura em 30 dias, e eu não sei o motivo da sua agenda, também não foi atendido. Então eu louvo e parabenizo a sua vinda aqui e espero que possamos fazer essas audiências conjuntas em respeito à Comissão de Meio Ambiente e à Comissão de Infra-Estrutura, presididas pelo Senador Leomar Quintanilha e Marconi Perillo, e em respeito ao Senado Federal. E

mais: eu fiz um projeto que V.Exa. tem conhecimento e que mostrei a V.Exa. no Pará, e V.Exa. leu o projeto e disse, se virou para o... Fugiu o nome. Do instituto de Floresta... Como é o nome do... De floresta. O Tarso. Virou-se para o... Floresta que estava ao seu lado e V.Exa. perguntou a ele: por que é que somos contra esse projeto? Palavras suas para ele. E aí eu quero corrigir aqui o que é distorcido no Brasil inteiro por Organizações Não-Governamentais que têm segundas intenções, dizendo que o meu projeto é floresta zero, que é de desmatamento. Meu projeto não derruba uma árvore, sequer. Não derruba uma árvore, sequer. Pelo contrário, eu vou fazer as perguntas a V.Exa. e vou ter a certeza que eu não estou sonhando, de que V.Exa. compactua com aquilo que está lá que é lógico. V.Exa. poderia baixar um Decreto mandando reflorestar a Av. Copacabana. Poderia baixar um Decreto mandando reflorestar a Av. Paulista. Poderia, não poderia? Poderia. Era midiático. Ia ser notícia internacional. Ia sair no New York Times. Governo Brasileiro manda reflorestar Av. Copacabana. Pronto. Só que não era possível de ser feito.

Então, as coisas midiáticas têm efeito curto, Ministro. Está aí o arco de fogo, está aí os guardiões da floresta. O Jornal Nacional de ontem a noite mostrou a madeira que foi apreendida na Operação Arco de Fogo apodrecida. Mostrou. Porque o Ibama não tem o que fazer, não sabe o que fazer e foi dito que podiam ser feitas não sei quantas casas para pessoas de menor renda. O Jornal Nacional já disse que o maior devastador da Floresta Amazônica é o Incra, comprovadamente. Comprovadamente. Mas aí ninguém fala, ninguém toma nenhuma atitude em respeito a isso. Feitas essas premissas, eu gostaria de fazer alguns questionamentos a V.Exa. O senhor é a favor da revisão do Código Florestal?

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Quer fazer um pingue-pongue?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Então um pingue-pongue em relação a esse ponto, não é? Veja. Como disse a Ministra Marina, uma lei que tem mais de 40 anos. Os princípios gerais da lei, eu acho que eles são interessantes no sentido de garantir a cobertura florestal, as áreas de proteção permanente. Eu vejo que uma revisão que atualize sem destruir a essência preservacionista, e que até considere questões como as que eu mencionei há poucos minutos, áreas já consolidadas há mais de 50 anos, por exemplo, o caso das macieiras, ou videiras, ou até a questão da pequena propriedade, da pequena produção, do somatório como foi falado também pelo Ministro Stephanes da APP com a reserva legal, eu vejo que essas modificações que não quebrem a produção e mantenham os princípios da preservação dos recursos naturais, eu vejo com naturalidade. Eu não tenho um tabu em relação a isso, desde que também, como disse a Ministra Marina, não seja atribuído ao código o grande problema. Eu acho que cabem atualizações, cabem correções, cabem até políticas de bom senso, quem é que vai arrancar as macieiras que estão há 50 anos numa encosta, e--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pense no Brasileiro inteiro. Não pense só no Sul.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: --desde que também não se... Sim, eu estou pensando no conjunto, desde que não se elimine os princípios de proteção que todos concordam.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Concorda com a revisão. V.Exa. é a favor de fazer a reserva legal não por propriedade, mas por conjunto, aquele xadrez que V.Exa. falou?

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Veja, eu sou favorável a isso. Já me pronunciei mais de uma vez. Eu acho que, muitas vezes, se você tem cem propriedades e cada uma tem que fazer uma reserva legal de 20 hectares no meio da propriedade, e, muitas vezes, pode significar retirar a produção, se em áreas próximas, por exemplo, áreas de nascentes, você junta cem proprietários e preserva uma área muito maior até em comum acordo com o órgão ambiental, do ponto de vista ambiental você proteger uma grande área nas nascentes, isso pode ter um valor maior do que proteger cem quadradinhos no meio de uma produção, ou pior ainda, ter que arrancar a produção para proteger uma área que não, obrigatoriamente, seria uma grande protetora de biomas. Então, em relação a essa possibilidade eu já me manifestei publicamente favorável.

Agora, já isso não se aplica para as APPs, porque as Áreas de Preservação Permanente eu acho que essa é uma questão sagrada mesmo, que são às margens dos rios e aí tem que ser lá onde o rio está, e não externo a ele.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Lógico. O zoneamento econômico e ecológico feito pelos Estados...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu falo com o Ministro Stephanes dez vezes por semana, se eu precisar. Com V.Exa. eu não tenho... Aliás, V.Exa.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Mas eu não sabia, Ministro, que o Governo tratava tão bem a oposição.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, é com Ministro, que o Ministro tem compromisso com

o Brasil, como o Ministro Minc também. V.Exa. esteve no Pará há dois meses e pouco, e se comprometeu comigo que na semana seguinte me concederia uma audiência. Está solicitado a seu gabinete e até hoje não obtive resposta. O Senador Expedito, o Senador Goellner da base do Governo tem esses acesos. Eu gostaria também de poder ter essa oportunidade de conversar com V.Exa. Estou aguardando com tranqüilidade a audiência que V.Exa. se comprometeu, estou com a fita gravada lá também. Como ficarei... [risos]. Como guardarei esta reunião da Comissão degravada, filmada e gravada. As três coisas para não ter erro, para não ter dúvida nenhuma. Ficar com as três versões.

Mas como eu dizia a V.Exa., não é... É porque eu não posso perder essa oportunidade que para mim é única. O zoneamento econômico e ecológico feito pelos Estados, o que é que vai priorizar? É a dos Estados ou é o Federal? Porque aqui foi dito que haverá o zoneamento econômico e ecológico Federal. Mudou a lei? Porque o que eu sabia, até consultei a Ministra Marina, que os zoneamentos econômicos e ecológicos eram feitos pelos Estados e aprovados pelo Meio Ambiente.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Pelas assembléias e pelo Conama.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, aprovado pela assembléia e depois referendado pelo Ministério do Meio Ambiente. Mudou? Vai haver um zoneamento Federal que diferencia do Estadual?

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Não, não. O Senador levantou uma questão pertinente. A questão é a seguinte: há previsão legal do ZEE Estadual. Nós temos apoiado tecnicamente até com recursos dos Estados para fazer isso. Além disso, há também a previsão do zoneamento regional. E como é que é esse zoneamento regional? É também feito com os Estados, com base nos ZEEs Estaduais. Só que, muitas vezes, você tem que integrar. Você tem um rio aqui, que aqui é um Estado e aqui é outro Estado. Aí um Estado diz que é uma coisa e o outro Estado diz que é outra coisa. Você tem uma mesma reserva que metade é num Estado e metade é noutro. Então V.Exa. compreende que há que ter uma... Mas essa compatibilização não é feita pela União Federal atropelando o poder dos Estados. Esse ZEE Regional está sendo feito em conjunto com os governos estaduais. E tendo como base os ZEEs Estaduais e se tratando da integração deles. Porque diz: Não, tal estrada não é necessário. Outro diz: Tal estrada é necessário. Sim, mas e aí? A estrada passa nos dois Estados. Então V.Exa. há de convir que o país não acaba quando começa um Estado ou outro. Então, tem que haver algo que é mais que a soma das partes, que a integração entre elas e que é feito de comum acordo e sem atropelo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Corretamente. É isso mesmo. Eu entendi diferentemente. Quer dizer, mas--

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Isso V.Exa. concorda?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --Lógico que concordo. Haver uma adequação de todos os zoneamentos dos Estados na região. Mas aí V.Exa. tem que sair do discurso para a prática. Porque o Estado do Pará há três anos fez o seu trabalho, o seu dever de casa. Aprovou depois de consultar a sociedade toda, discussão que levou dois ou três anos, o seu zoneamento econômico e ecológico por unanimidade na Assembléia Legislativa. Eu estive na época com a Ministra Marina Silva e com o então Governador Simão Jatene, pedindo à Ministra Marina Silva que ela autorizasse através do Ministério do Meio Ambiente que a implantação do zoneamento econômico e ecológico, ao invés de ser feito de uma única coisa como determinava a lei, pudesse ser feito à medida que houvesse o detalhamento. A Ministra acatou a sugestão, um ano e seis meses depois já estávamos fora do Governo, foi baixado o Decreto. Então, neste zoneamento do Estado do Pará, havia uma reserva legal na BR163 que estava prevista no zoneamento do Estado do Pará. O Governo Federal criou a Reserva de Jamanxim diferente da que estava prevista no zoneamento estadual, e criou dentro de uma área onde tem mais de 5 mil famílias produzindo há 30, 40 anos. E eles estão lá a ponto de revolta. O que é que eles querem? Apenas que ela seja afastada 50km, porque a 50km para dentro existe uma área intocada de mogno que eles querem preservar e que não está na reserva, e está na reserva as áreas já antropizadas. Então o discurso é um, a prática é outra.

O senhor é a favor de um pacto de desmatamento zero? Zero. Não se derruba uma única árvore na Amazônia, utilizando as áreas já antropizadas por imagem de satélite para evitar que espertos queiram derrubar e possam se favorecer da lei. Imagem de satélite é a última que se tem, parece que na época que o projeto estava tramitando, junho de 2006. Faça-se um pacto de desmatamento zero com a utilização das áreas alteradas por imagem de satélite até junho de 2006?

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Eu acho que sim. Sou favorável.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Tá bom. O senhor conhece a Esalq?

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Sim, sim, a escola, claro, a escola de agricultura.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Governo Simão Jatene, do Estado do Pará mandou fazer um estudo pela Esalq – Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz, uma das mais conceituadas universidades agrícolas do mundo, do mundo. A ESALQ estudou no Estado do Pará só a banda leste do Estado, não entrou na área oeste onde está preservada. A região leste do Estado já está alterada. V.Exa. esteve no Estado, se andar lá não existe floresta mais. O que existe é pasto abandonado, juquira, tudinho. Então, a Esalq levantou em 119 Municípios paraenses, identificou 9.1 milhões de hectares propícios a plantio de cana-de-açúcar. Desses 9 milhões, 4 milhões de hectares de alta aptidão, não precisando de irrigação, de áreas alteradas, de áreas alteradas na banda leste. 4 milhões de hectares representa 3% do território do Estado do Pará. Quando eu lhe perguntei se V.Exa. era a favor do desmatamento zero, é porque o Pará tem hoje uma área alterada da ordem de 15, 16, 17%. Ninguém sabe ao certo. Estamos dentro da reserva legal. E é importante também que se parta da premissa que se diz diferente pela imprensa, através dos desvios da verdade, que o meu projeto muda a reserva legal. Não muda. O meu projeto mantém a reserva legal em 80%. Mantém. Ele apenas permite aquilo que V.Exa. disse que é a forma inteligente de fazer, ao invés, de fazer por xadrez, se faça a reserva legal em áreas de preservação pública ou privada, por compra ou por locação, dentro da mesma bacia hidrográfica. Se não existir da bacia secundária no limite dentro do Estado. Quem vai dizer isso? O proprietário? Não. Quem vai dizer isso é o órgão ambiental. Não é o proprietário. Se está comprovado que existe área de preservação dentro da mesma bacia hidrográfica, a reserva tem que ser feita lá. Então, a Esalq demonstra... E aí eu não posso aceitar. Quando eu perguntei ao Ministro Stephanes qual era a lógica de dizer que na Amazônia não se planta cana. Eu não posso aceitar uma premissa dessa. Primeiro porque é preciso conhecer a Amazônia. Existem várias Amazônias. O Senador Augusto Botelho disse que em Roraima é tudo campo, não tem uma árvore, é tudo campo. Chegando mais ao sul do Pará, para o norte de Mato Grosso, para o Tocantins você tem cerrados. Não tem árvore. Não tem árvore. Então, como é que você pode proibir de fazer uma produção de algo que seja de alimento, de grão, de floresta. A Vale do Rio Doce está criando no Pará um projeto para reflorestar 200 mil hectares e está alugando terra. Paga 200 reais por hectare/ano para reflorestar por 14 anos. Está todo mundo alugando para a Vale do Rio Doce. Então tirando boi para colocar floresta em cima. Agora, só pode fazer... Eu concluo já. Só pode fazer isso dentro dos 20%. Se ele tem área alterada a mais, não pode fazer a locação. É essa a regra, é essa a lógica que nós estamos querendo alterar. Eu teria várias perguntas, mas o tempo não é suficiente. Eu vou aguardar a audiência com V.Exa. Mas eu quero parabenizá-lo. Quero parabenizá-lo porque V.Exa. acabou de criar a primeira PPP do Governo Lula. Está se esperando não sei quantos anos que se crie uma PPP. V.Exa. acabou de criar. Proteger, produzir e penalizar. É a primeira PPP do Governo Lula.

Ministro Stephanes. Eu já lhe perguntei. Já disse que V.Exa. tem recebido e trocado... V.Exa. esteve no Pará e eu quero parabenizar de público o Ministro Stephanes. Foi ao Pará, como eu digo, não entrou de costa. Porque, normalmente, as pessoas vão à Amazônia e entram de costas. Chegam na hora da saída, ou chegam depois da saída. Então já saem direto. O Ministro Stephanes ficou três dias no Estado do Pará. Três dias. Foi visitar... Acho que V.Exa. não conhece. Foi visitar o plantio em áreas de assentamento do Incra, 150 famílias que viviam na miséria, que não tinham dignidade de sustento das suas famílias, ele visitou o projeto que o Governo anterior do Estado, o Governo de Almir Gabriel implantou junto com o Basa e junto com a Agropalma 150 famílias em 150 lotes do Incra. Hoje passados cinco anos, cada família tem renda líquida de 2 mil reais e pagando financiamento do Basa. Pagando financiamento do Basa. O Ministro Stephanes esteve lá. Aí defende o projeto.

Eu gostaria de convidá-lo, Ministro Minc, para que V.Exa. também possa ir até lá. O Senador Sibá Machado esteve lá. É o maior defensor... O Senador Leomar Quintanilha esteve lá. São os maiores defensores do projeto. Não se derrubou uma árvore, pelo contrário, se deu dignidade àquelas famílias que estavam abandonadas. Então, Ministro Stephanes, eu não entendo. Eu já lhe perguntei: Qual é a lógica de dizer: Na Amazônia só pode ter duas usinas de álcool. Por que isso? Por que só? Para atender... V.Exa. já respondeu em parte, disse que é pressão, que é questão política. Ontem, eu não sei se V.Exa. assistiu o debate entre os candidatos à Presidência dos Estados Unidos. Está lá a questão ambiental. Está lá o aquecimento global discutido pelos candidatos a Presidente. Mas eles vão passar sobre a soberania do Brasil? Vão dizer que aqui eles têm que fazer... Nós temos que fazer o que eles querem? E a última pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador, eu gostaria que o senhor... Porque o tempo foi limitado de 5...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Última pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Faz favor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu faço depois para o Ministro Stephanes, atendendo o pedido do Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Terminou? Eu gostaria de cumprimentar o Senador Flexa Ribeiro. Ele falou que ia fazer mais uma pergunta, e eu acabei me atropelando. Obrigado, Senador.

Eu gostaria de fazer uma pequena intervenção, também para depois deixar os eminentes Ministros darem as respostas a todos os Senadores pendentes e que façam também o encerramento das participações. Em todo esse debate eu tenho duas pequenas questões. Que as áreas desmatadas, ilegalmente ou legalmente, em que nesse novo zoneamento elas vão ser atingidas, e como será solucionado se forem ilegal? Porque a mata não vai voltar mais. E não podemos perder a produtividade que essas terras oferecem. Eu colocaria... Elas teriam que iniciar, no nosso entendimento, no marco zero, para se fazer.

E a segunda é a continuação da intervenção do Senador Osmar Dias, que ele fala da pequena propriedade e as suas divisões. E nós temos em função de mais de uma centena de anos que elas são ocupadas, as pequenas propriedades de todo o Sul do Brasil, é a questão da herança. Que ao dividir as terras para herança, alguns ficam com a propriedade que não pode trabalhar a zero, e outros ficam com a propriedade integral. Mas são fracionadas pelas escrituras, e que também nos cria problema muito sério e inviabiliza toda a propriedade que era do pai que os filhos não podem trabalhar e vão para as cidades praticamente trazendo problema.

Então passo a palavra para o encerramento--

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Pela ordem, Presidente. Eu gostaria de solicitar a deferência de V.Exa. para uma intervenção muito breve--

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): --Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): --Porque eu não poderia deixar de aproveitar a presença de dois ilustres Ministros nesta Casa, sobretudo, o Ministro Minc que nós estamos esperando na nossa Comissão do Meio Ambiente há muito tempo. Eu espero, Ministro, que o senhor faça um esforço e encontre espaço na sua agenda para que nós possamos tratar de questões relevantes, muitas delas tratadas aqui. Eu me penitencio por não ter, em razão de compromisso com a Comissão de Constituição e Justiça, podido ouvir a exposição. Tanto o Ministro Minc quanto o Ministro Reinhold Stephanes.

Mas eu ouvi nas perguntas e nas respostas aqui colocadas muitas questões que nós estamos querendo debater. A Ministra Marina Silva, com quem a nossa Comissão interagiu bastante no período em que ela era titular da pasta, comenta sobre a positividade da nossa Legislação. Eu concordo. Agora, eu entendo que essa legislação precisa ser realmente ainda que pontualmente, ser revista. Por exemplo, a Lei 21... A Medida Provisória 2.166 que foi reeditada nesta Casa cem vezes, e virou lei, porque em razão da sua peculiaridade, e a Medida Provisória já passa a ser, viger a partir da sua edição, mas ela não foi votada nesta Casa exatamente porque não encontrou consenso nas questões relacionadas com o uso do solo. Por exemplo, ela coloca na ilegalidade a grande maioria dos produtores ou todos os produtores brasileiros que desmataram área superior a 20% quando a lei anterior permitia. Nós precisamos discutir essa questão para encontrar uma solução e voltar a tranqüilidade ao campo, voltar a tranqüilidade aos produtores que não sabem como é que vão fazer. Como é que é? Hoje eu desmatei mais de 20%. Eu preciso reservar 80%. Mas eu tenho de reserva só 40%. Como é que eu vou fazer essa reposição? Com a floresta nativa, deixar a recomposição nativa? Ou se vou poder plantar? Então nós temos várias questões que precisam ser tratadas.

O Senador Flexa Ribeiro fez referência a uma visita que nós fizemos a um projeto exitoso de dendê. Ora, no Estado dele há uma área degradada enorme. Enorme. E o projeto de florestamento com dendê é um projeto social e economicamente exitoso. Mas nós não podemos nas áreas degradadas utilizar mais do que 20%. Quer dizer que o restante... E ambientalmente também, Ministro. E com razão. E o restante fica sem poder ter o aproveitamento. Outra preocupação, Ministro, eu só estou abordando rapidamente algumas questões, porque eu pensei até que não fosse usar da palavra hoje. Mas eu observei recentemente que na área de fronteira do Estado do nosso ilustre Senador, as áreas de fronteira, sobretudo, da região Norte cuja atenção foi por nós chamada, pelo Comando Militar da Amazônia que estão sendo tomadas por áreas de preservação umas ao lado da outra de modo a tomar quase que totalmente a fronteira norte e um pouco da fronteira noroeste do país até com riscos para a segurança nacional. Então, eu acho que é uma questão que precisa ser debatida e discutida para que nós possamos encontrar um encaminhamento.

Eu sei, Sr. Presidente, que nós estamos extrapolando muito o tempo, e eu espero poder ter a oportunidade de nós abordarmos estes e outros assuntos com a visita do Presidente Minc na Comissão de Meio Ambiente. Muito obrigado. Eu cumprimento ambos os

Ministros pela sua presença e disposição de debater conosco aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador Leomar Quintanilha.

Então com a palavra o Ministro Reinhold Stephanes.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Senador Flexa, vou começar pelo Senador Augusto Botelho. O Senador levantou uma questão que eu havia classificado e talvez foi a primeira vez que alguém classificou entre as cinco causas de desmatamento na Amazônia que é aquele pequeno proprietário, aliás, não é nem proprietário, morador, que são, mais ou menos, 300 mil na Amazônia que derruba meio hectare, ou as três linhas, toca fogo, gera o potássio, aproveita a fertilidade, usa três, quatro, cinco anos, abandona e faz uma próxima. Quer dizer, ele vive da pesca, da caça e desta forma. E quando ele tem filhos, normalmente, eles têm muitos filhos, pega uma outra área do lado ou vai para a cidade, sem nenhuma condição digna de sobrevivência. E que teria que se encontrar uma solução para esse tipo de propriedade ou esse tipo de desmatamento. Tem que encontrar uma solução. Se não encontrar uma solução ele vai continuar lá fazendo a mesma coisa.

Bom, uma das soluções. Veja bem, uma das soluções que me parecem claras, objetivas, perfeitas, é que se nós utilizássemos, por exemplo, vou dar o exemplo do Pará agora. No Pará 1 milhão de hectares de áreas degradadas lá no leste do Pará, lá no leste do Pará, lá em cima que tem uma região que é considerada sob o ponto de vista agronômico das mais produtivas do mundo para dendê, se pegarmos 1 milhão de hectares, nós conseguimos colocar lá cem mil pessoas neste projeto. Cem mil pessoas. Veja bem, das 300 mil. Olha a solução. Bom, nós precisamos do óleo de dendê que nós importamos, o óleo de dendê é altamente rentável, a produção da palma de dendê exige cobertura de solo de uma leguminosa para proteger o solo. Então ela capta, tem um balanço altamente positivo. Então a pergunta é: por que não utilizar, pelo menos, na área demarcada? Nós até já demarcamos qual poderia ser essa área, e utilizarmos ali dois milhões de hectares para, efetivamente, o plantio, mas aí usar também como reflorestamento, usar dentro dos 80%. E aí você retira centena de milhares de pessoas que estão nesta situação. Então, claro que precisaríamos de outras soluções também, mas esta seria uma solução muito concreta, porque nós precisamos do biodiesel, nós precisamos do óleo de dendê e a atividade é rentável. Ela é tão rentável que a Agropalma que é uma das que produz, ela produz quase 70%, a Agropalma consegue criar florestas, consegue ter lucro, ela consegue porque ela é do Banco Real, do antigo Banco Real, do grupo Banco Real de São Paulo, consegue ter lucro, consegue manter escolas, consegue manter assistência médica, e eu fui entrevistando agricultores, inclusive, assentados do Incra. Quanto é que a senhora ganhava antes? Eu tirava em média 200 reais por mês. Porque um exemplo foi até uma senhora. Quanto é que a senhora ganha agora? 3.700 reais. Está aqui. Não é 2 mil, não. A média está um pouco acima de 2 mil. A média. Mensais. Era esta a minha renda. Ou seja, é uma atividade econômica com todas as características, todas as condições, efetivamente, quer dizer, econômicas, sociais e ambientais. Então por que não se tenta ser inteligente, estou falando de áreas degradadas, recuperar áreas degradadas e, efetivamente, se faz um sobrevôo ali, como eu fiz numa linha de 400km não se encontra mais nada. É só área degradada naquela região.

Então, respondendo uma das questões que você levantou. Quer dizer, temos que encontrar alternativas. Uma alternativa é esta. Inclusive, já elaboramos o projeto. O projeto está pronto para o Presidente, enfim.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tá na Câmara. [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Não, não, não, estou dizendo o projeto de você criar as condições para a produção de dendê, inclusive, com financiamentos e etc. Já se tem uma idéia disso.

A segunda questão é a seguinte. Veja bem, tecnicamente, quando se fala das áreas de lavrado que nós utilizamos aí e um outro termo técnico, lavrado lá para vocês, ela, efetivamente, existe. E não há ainda uma decisão definitiva sobre esta questão. No caso de Roraima, específico essa área de lavrado. Mas, agora me deixa entrar na resposta que essa é extremamente delicada. Veja bem, não está em discussão, Senador, aqui, até onde o Brasil é o país mais ecológico do mundo, que no meu entender ele é o país mais ecológico do mundo, porque aqui nós temos 30% das florestas nativas do mundo estão no Brasil, na Europa está 0,01. Quer dizer, então, evidentemente, que a Europa não tem que dar palpite aqui. Concordo com isso. Quer dizer, nós temos uma situação privilegiada. Se vermos as emissões de gases, 97% das emissões de gases do efeito estufa estão fora da América do Sul. Elas estão fora daqui. E os três grandes poluidores, todo mundo sabe quem são. Também estão fora daqui. Assim como se usarmos, individualmente, por pessoa, um holandês polui 18 vezes mais que um brasileiro. Quer dizer, tudo isso a gente entende. Agora, especificamente em relação à cana. Qual é o raciocínio especificamente, em relação à cana? O Brasil quer transformar a cana

numa commodity. O Brasil quer ter essa janela de oportunidade para ser um grande exportador de etanol. Já que nós somos o mais eficiente produtor de etanol do mundo e continuaremos sendo, pelas perspectivas com quase 1/3 do custo de produção dos outros países. Portanto, está aí um grande negócio. Agora, as condições, as restrições que o mercado lá fora nos faz impor, no caso da cana serão muito sérias. Mesmo independente das razões que eles tenham. Não está em discussão. Mas que eles nos vão impor isto, e o Minc participou de uma reunião e ele viu isso com muita clareza isso, e está muito claro. Cada missão que a gente recebe, a primeira pergunta é essa: Se você for plantar no bioma amazônico, não tem. Então isso virou uma questão emblemática.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permite um aparte, Ministro?

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Deixa-me só terminar o meu raciocínio. Isso virou uma questão emblemática. Não é uma questão técnica. Não é questão que a Esalq, que eu conheço o estudo da Esalq. É uma decisão, efetivamente, política por ser uma questão emblemática. Agora, vamos raciocinar de forma diferente. Se o Brasil tem todas as condições de produzir toda a necessidade de demanda fora daquela questão emblemática, então é racional, é inteligente que ele produza fora. Mas, que dê compensações. Bom, uma das compensações era desenvolver projeto de dendê, que é mais lucrativo, que é mais social e que é bem mais ambiental. Então você teria... E assim poderiam ser estudadas outras compensações para a Amazônia, mas não abrir a plantação de cana no bioma amazônico porque não é uma questão técnica, é uma questão política, uma questão emblemática para que nós não tenhamos restrições no mercado lá fora amanhã.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permite-me um aparte, Ministro? Então o zoneamento econômico e ecológico dos Estados não vai valer, porque se o Estado definir que aquela área pode ser usada para determinado plantio, não vai poder ser usado. Esse é o primeiro ponto. Segundo ponto. Sabe o que leva isso, Ministro? Leva a um Projeto de Lei que tramita no Congresso do saudoso Senador Jonas Pinheiro, querendo tirar o Mato Grosso da Amazônia.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Não, não. Veja bem. O que é que o saudoso Senador queria? Ele queria retirar a parte que não está no bioma amazônico do Mato Grosso que entrou na chamada Amazônia Legal.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A Ministra disse que ele queria tirar a Amazônia do Mato Grosso.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Não, não. Ele queria... Não, não. Vamos fazer justiça à memória dele. Vamos fazer justiça à memória. Ele queria os biomas do Mato Grosso... Que 70% do Mato Grosso está fora do bioma amazônico. Então, ele queria... O que ele queria era descaracterizar essa ficção geográfica que se criou da chamada Amazônia Legal. Era isso que ele queria.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Encerrou?

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Não, eu acho que só caberia à Ministra Marina, a mim, objetivamente, que perguntou quando esse estudo estaria disponível.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): [pronunciamento fora do microfone]. Eu perguntei sobre [ininteligível] dos biomas.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Não, não. Foi considerado. Evidente que foi considerado.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Mas elas estão ou são consideradas?

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Foi considerado.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Também foram consideradas. Também

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Todas estão de fora?

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Todas estão de fora. Veja bem, espera aí. Veja bem, nas áreas de pastagens fora do bioma amazônico, nas áreas de pastagens você tem uma classificação de três categorias de área... Ajuda-me aqui. São três categorias...

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Eram quatro categorias.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Quatro categorias. As duas últimas... Veja bem, estamos falando de área de pastagem já sendo utilizada. As duas últimas não foram consideradas. Só foram consideradas alta e altíssima. Foram consideradas, sim.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Essas não estavam criadas ainda.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Que nem foram criadas.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Desculpa, mas o mapa das áreas interditadas para conservação da biodiversidade não significa que as unidades estão criadas. Ela tem uma classificação de alta relevância, altíssima relevância e média relevância. E dentro desse processo a discussão que se fazia é que elas fossem excetuadas, porque não estão criadas, mas serão criadas, pelo menos, é a expectativa que se tem.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Não, não. Deixa-me só alertar a senhora. Eu, numa próxima reunião que me convocarem aqui, eu vou trazer o mapa do Brasil se todas as áreas que foram consideradas para possivelmente serem transformadas, você fecha o Brasil. Aí é melhor fechar. Desculpa, mas aí... Porque eu mapeei isso. A senhora talvez nunca tenha mapeado isso. Eu mapeei isso como já existente.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Não presuma, porque o estudo foi feito pelo Ministério do Meio Ambiente com uma equipe de milhares de pessoas. Para chegar a essas áreas.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Eu sei. Desculpa. Milhares de pessoas que estavam todos num único lado. Num único lado. Desculpa, eu não quero entrar em polêmica com a senhora, mas aí eu vou trazer e vou mostrar aqui, simplesmente vou mostrar

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): E nem eu. Porque V.Exa. respondeu todas as perguntas de todos os Srs. Senadores, e eu quero que V.Exa. responda a minha também. Pelo princípio da eqüidade do mandato de cada um que está aqui. Certo? Então, o que eu estou colocando para V.Exa., meu ex-colega, fazendo um apelo, de que considere esses aspectos, inclusive, de que eu fiz uma pergunta objetiva. Se nos critérios que V.Exa. falou foi considerado isso. V.Exa. diz sim ou não. Não precisa entrar em polêmica com a minha tese ou não. Se quiser entrar, tem o direito. Só isso.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Desculpa, evidentemente, vou tirar até pelo respeito que eu tenho pela senhora. O que eu quero dizer é o seguinte: os biomas que foram considerados e as áreas classificadas de alta e altíssima também foram consideradas. Ok?

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Isso. Respondeu.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador Stephanes.

E vamos para encerrar a nossa Audiência Pública com o Exmo. Sr. Carlos Minc.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Obrigado, Presidente. Então, a última rodada das questões levantadas, primeiro o Senador Augusto Botelho levantou questões ligadas à produção do álcool, o Ministro Stephanes levantou, depois a questão da pequena propriedade, dos pequenos produtores. Então, exatamente, Senador, há uma série de programas ligados a esses pequenos produtores, sobretudo, a idéia de pagamento por serviços ambientais, de projetos que avançam na linha do extrativismo, na linha do manejo, e na linha de considerar uma prioridade para integrá-los. Eu tenho dito isso, Presidente, mais de uma vez, que o Ibama pode fechar uma serraria ilegal em uma hora, mas nós não conseguimos criar 50 empregos sustentáveis em uma hora. Então, o nosso grande desafio é esse. E V.Exa. tem razão por quê? Porque senão a pessoa que está desmatando aqui vai desmatar 3km adiante. E por isso que nesse curto período a gente tem procurado dialogar tanto com o setor produtivo, conseguir recursos e não só do Fundo da Amazônia. E fizemos, inclusive, recentemente, junto com o Ministro Cassel, duas medidas conjuntas importantes. A primeira foi o primeiro plano de manejo em assentamento do Incra, mostrando que você pode e deve dar sustentabilidade para esses assentamentos. E a segunda foi uma medida que era ansiada pelos extrativistas há muitos anos, a Senadora Marina também se bateu por isso e finalmente foi assinado--

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Estava pronto quando eu saí.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: --Exatamente. E que teve que passar por uma série de questões jurídicas para cima e para baixo que foi a equiparação para efeito até de assistência técnica e habitação dos direitos dos extrativistas equiparados aos beneficiários pela Reforma Agrária. Além disso, foi aberta uma linha de crédito importantíssima e foi levantado aqui também anteriormente pelo outro Senador para incentivar a recomposição das áreas degradadas. Isso é muito importante. Não apenas dizer: faça, mas dar condições para. O que significa assistência técnica, o que significa pagamento de serviços ambientais, o que significa preços mínimos, o que significa, de fato, colocar o Fundo Amazônia e outros mecanismos para criar condições – como eu disse – à questão unicamente da fiscalização do Ibama, da Polícia Federal é absolutamente insuficiente para deter o desmatamento. Mas, apesar disso, nós estávamos fazendo aqui, fizemos com dados do Deter, que são dados de satélite, desses três meses para os quais se tem resultado na nossa curta gestão, junho, julho e agosto, a média... Que são meses ruins, são meses de muita estiagem, muita queimada e muito desmatamento, foi a menor média dos últimos cinco anos para esses três meses, o que acompanha a tendência de baixa que marcou a gestão da Ministra Marina. Então, nós tivemos para esses três meses junho, julho e agosto, nós tivemos em 2004 uma média de 5,2 mil km2, só nesses três meses, em média por mês. Em 2005, 2 mil; em 2006, 1.400; em 2007, 870; e em 2008, 650 km2. Portanto, mantivemos a média de baixa apesar... Agora, apesar disso eu quero dizer que esses números não nos satisfazem, e isso só mostra a importância de combinar medidas de controle e fiscalização com medidas de incentivo e criação de empregos sustentáveis.

Em relação aos pontos levantados pela Ministra Marina, que foram vários, considerações sobre a questão ambiental e depois considerações mais específicas sobre o código, o zoneamento e a reserva legal. Bem, então eu quero esclarecer à Ministra Marina Silva que a nossa posição sobre esses pontos é de ampliar as políticas que estavam sendo tratadas. Eu já falei mais de uma vez que eu não pedi para ser Ministro, não queria ser Ministro, coloquei várias questões para aceitar, fui chamado de arrogante, mas eu sabia o que é que a Ministra Marina tinha penado, sobretudo, nos últimos tempos, e coloquei uma série de condições no sentido de ter condições de trabalho. E algumas delas foi o descontingenciamento de recursos para o Ministério, aumento da possibilidade de fiscalização que a área ambiental também tivesse uma participação mais forte na área do saneamento, que eu acho necessário até porque o esgoto sem tratamento é uma das piores causas da degradação ambiental e até da mortalidade infantil, o não licenciamento por razões políticas, que é uma questão importante. Em suma, uma possibilidade do Ministério poder atuar de forma proativa com outros setores com condições, com participação, com recursos, com pessoal.

Quero dizer que nesse curto período nós demos continuidade aos programas que estavam em curso há mais de cinco anos da sua gestão, programas esses que também tivemos a oportunidade de acompanhar ao longo da gestão, e tentar, em suma, avançar aonde fosse possível. E no caso específico da questão, por exemplo, das reservas extrativistas, nós temos trabalhado muito com isso. É uma bandeira antiga sua que eu também acompanho há muitos anos e posso dizer agora em novembro nós vamos encomendar mais 40 planos de manejo, ou fazer em parceria com universidade, com fundações que é uma demanda importante que com o plano de manejo você consegue crédito, consegue condições de avançar em relação a isso.

Em relação à questão do plano de mudanças climáticas, V.Exa. tem razão, durante muito tempo, eu diria quase dois anos, houve um impasse em relação à área ambiental e à área econômica, inclusive, à área de relações externas do Itamaraty. Então, o Itamaraty não concordava com metas, porque achava que essas metas, os acordos internacionais, por exemplo, Kioto, atribuíam aos países envolvidos e que nós não teríamos porque trazer para nós essa responsabilidade sem contrapartidas tecnológicas ou econômicas. E a área ambiental sempre favorável, mesmo sem haver uma obrigação internacional legal, a um compromisso de avançar na diminuição do desmatamento e na diminuição das emissões. Nós tivemos nesses quatro meses um esforço muito grande e conseguimos encontrar um caminho que agora está aberto à consulta pública por um mês, de apresentar esse primeiro plano onde há objetivos setoriais, e um desses objetivos é que até 2015 o Brasil plante mais árvores, tanto nativas quanto da silvicultura econômica, do que tire. Ou seja, que nós sejamos credores em relação à questão da emissão de carbono por esse lado florestal que é o nosso calcanhar de Aquiles. Que a maior causa da nossa emissão é desmatamento, queimada e mudança do uso do solo. Então a nossa idéia é ter realmente uma curva decrescente do desmatamento, e uma curva crescente de reflorestamento de espécies nativas e de espécies da silvicultura econômica. Porque, inclusive, como no campo se precisa de madeira para tudo quanto é coisa, para a casa, para o curral, para o carvão vegetal. Quando você não tem madeira plantada para esse fim, cada um vai com a sua machadinha em cima da mata nativa. Então, a plantação, além, de ser útil porque absorve o carbono, ela é muito importante para defender a floresta nativa. Recentemente, tivemos numa operação na área da caatinga, que eu acho que é um dos biomas mais ameaçados do Brasil, aqui se fala muito da Amazônia, nós falamos muito da Amazônia, mas outros biomas são muito ameaçados, por isso tivemos há três semanas em Goiânia lançando um plano de defesa do cerrado e de monitoramento, que hoje o INPE faz esse monitoramento permanente da Amazônia, mas é necessário fazer o monitoramento dos outros biomas. Constatamos que a caatinga está num ritmo de destruição maior que a Amazônia. E tivemos oportunidade de destruir 800 fornos de carvão ilegal que estavam transformando a caatinga em carvão para as siderúrgicas do Espírito Santo e de Minas Gerais. Ou seja, a falta de projetos de reflorestamento tornam mais vulneráveis as matas nativas, não só da Amazônia, mas também do cerrado, da caatinga. Então, conseguimos desbloquear essa questão de termos pela primeira vez um Plano Nacional de Mudanças climáticas que ainda está então aberto para a participação do Parlamento, da universidade, das ONGs, em suma, de todos aqueles.

Depois a Ministra Marina colocou algumas questões assim pontuais. Bom, em relação ao mapa da Embrapa, o Ministro Stephanes respondeu e eu quero dizer que também já solicitei e também não recebi ainda esse mapa, mas já ouvi críticas que nesse mapeamento da Embrapa há contagem dupla de unidades estaduais, federais indígenas. Então, esse percentual estaria sobrestimado pela contagem dupla. Então é bom ter essa publicação para verificar o que é que é e o que é que não é. Uma outra questão é que, muitas vezes, Ministra Marina, aqueles que se opõem às unidades de conservação, quase que consideram que

nelas nada pode acontecer. O que não é verdade. Porque nas reservas extrativistas pode e se deve cada vez mais produzir e até ter todo um apoio para as cadeias produtivas a partir dos produtos florestais. Nos parques pode e deve haver turismo e ecoturismo, criando emprego sem destruir. Às vezes eu digo, Senador Quintanilha, que o turismo e o ecoturismo são como uma fábrica sem chaminé, que pode criar emprego sem destruir. E as flonas, em parte delas, de acordo com os planos de manejo, podem e devem oferecer madeira de manejo. Então, não é verdade que todas as áreas de produção, todas as áreas de preservação não haja possibilidade de produção de óleos e resinas, de madeira, de empregos no turismo e no ecoturismo. E isso é importante. Também a questão da reserva legal, exóticas, nativas levantada pela Ministra Marina, em parte, respondido pelo Ministro Stephanes. Veja, atualmente o Código Florestal para a Amazônia fala de 80%, na sua revisão por Medida Provisória, na época do Presidente Fernando Henrique, mas ele também diz que depois do zoneamento econômico e ecológico, em áreas consolidadas pode chegar a 50%. A idéia da recuperação de áreas degradadas, eu vejo que nessas áreas degradadas e de acordo com o zoneamento econômico e ecológico você deve recuperar as áreas degradadas dentro do que diz o zoneamento econômico e ecológico com florestas nativas e a parte que o zoneamento determinar com silvicultura mantendo a floresta nativa para recompor a parte que a lei diz e o zoneamento--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.Exa. fala silviculturas ou exóticas?

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Exóticas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Porque a galinha, o peru, o boi tudo é exótico para o Brasil.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: É. Mas então, eu quero dizer que... Ministra, respondendo então de forma muito objetiva vossa questão, é o seguinte: a lei fala de recomposição das reservas legais com espécies nativas. Eu vejo, por exemplo, no caso até da Amazônia, há, pelo menos, dois tipos de dendê nativos. Que não são dendê, que são outros tipos de árvores, mas que são equivalentes ao dendê. O que eu acho é que você tem que combinar o zoneamento econômico e ecológico com a lei existente, que deve ser respeitada, eu sou um fiel escravo da lei, eu fui favorável ao Cumpra-se quando era Deputado ou Secretário do Rio, serei favorável ao Cumpra-se das leis sendo Ministro, e vejo que sim, que as áreas completamente degradadas podem e devem ser recuperadas. Na parte que a lei disser com plantas nativas e na parte que o zoneamento permitir com exóticas ou silvicultura econômica que eu acho que podem criar emprego, diminuir a emissão de carbono, e criar possibilidade de desenvolvimento regional. Eu acho que as nativas são muito importantes por causa da biodiversidade. Então nós temos essa preocupação. Divulgamos recentemente uma nova lista de espécies de flora ameaçadas de extinção, o Mapa passou de 108 espécies ameaçadas para 472 espécies ameaçadas. Então, nós temos que ter uma política de recomposição de biodiversidade. Por isso, inclusive, no licenciamento ambiental Senador, nós temos exigido que várias empresas, por exemplo, a Petrobras, complexo do Rio de Janeiro, foi exigido que ela plantasse 6 milhões de nativas no seu entorno e ao longo dos rios Macacu e Caceribu por quê? Porque é importante. A gente não quer que os nossos netos conheçam certas espécies de nativas apenas na internet ou em museus de história natural. Então há uma política de biodiversidade. Por causa dessa política o Ministério publicou essa lista das 400. E não basta publicar lista. Tem que ter medidas concretas de corredores florestais, de criação de unidades. Mas nós também temos metas de aumento da produção da silvicultura econômica. Porque consideramos que o aumento da silvicultura econômica protege as matas nativas. E digo mais, em várias áreas degradadas, isso foi aprovado por lei no Rio de Janeiro quando eu era Secretário, em áreas degradadas, por exemplo, do noroeste do Rio de Janeiro, a plantação de seringais, de eucaliptos e de cedro é benéfico ao que restou da Mata Atlântica no Rio, que é muito pouco. Porque essa silvicultura econômica, plantada, sobretudo, em áreas degradadas é também uma defesa para que não se corte o que restou no caso da Mata Atlântica. Então, acho que não há que ter preconceito em relação a isso, mas há que ter políticas específicas de recomposição da biodiversidade, criando mecanismos, e aí há um mecanismo que consta numa Medida Provisória do Presidente Lula que abria um crédito de 1 bilhão de reais, a 4% ao ano com 12 anos de carência para que se recomponham áreas de APPs e áreas de reserva legal.

Em relação às últimas duas intervenções, a Senadora Rosalba Ciarlini colocou--

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Só para que eu possa entender. Então, as questões que V.Exa. falou em relação ao zoneamento ecológico e econômico, enfim, é a lei que se tem hoje. Então é o cumprimento da lei e não é modificação na lei. Não é isso? Pelo que eu pude entender.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Enquanto a lei não for modificada, cumpra-se a lei.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu também não entendi.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Você advoga o cumprimento do que está na lei? É isso que eu entendi.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Veja, serei claro a respeito disso. Claro. O Ministério brigará pelo cumprimento de todas as leis existentes.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Todos os brasileiros.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Nós, concordando ou discordando das leis, fiscalizaremos e seremos o fiel garante do seu cumprimento. Ponto. Não há como você não cumprir a lei existente. Não há como você--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nós não estamos discutindo isso, Ministro. A pergunta objetiva é se V.Exa. concorda e vai dar apoio para que se possa fazer a revisão e se altere a lei. Porque senão V.Exa. vai ficar com esse discurso aí permanentemente de cumprir a lei, que é o nosso. Nós não defendemos a ilegalidade. Nós queremos que todos trabalhem na legalidade. Então, não adianta V.Exa. ficar fazendo discurso: vou cumprir a lei, vou cumprir a lei. Todos nós cumprimos a lei. É obrigação nossa de defender e cumprir a lei. Então, a pergunta que eu lhe faço é se V.Exa. vai dentro daquilo que V.Exa. disse ao longo da audiência aqui e que desdisse agora ao final.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Desdisse, vou lhe mostrar a gravação de que V.Exa. é a favor de que se faça a revisão e se adapte a lei à realidade de hoje. Quando a lei foi feita, não existia computador, não existia GPS, não existia satélite.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Senador Flexa Ribeiro, V.Exa. já me sabatinou por mais de meia hora e eu, democraticamente, respondi todas as suas questões e todas as outras vezes, embora, seja quase três da tarde, e não tenha sido--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas V.Exa. está se desdizendo agora.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Isso daí é a vossa interpretação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Está gravado.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Eu gostaria que--

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu gostaria que fosse respeitado para nós pudéssemos encerrar a Audiência Pública.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Eu, para encerrar, eu quero dizer o seguinte: que virei quantas vezes for convidado, mesmo não tendo nenhum biscoitinho aqui para segurar essas cinco horas de debate aqui, e serei também... E serei complacente com as intervenções parlamentares, como fui muitos anos parlamentar, também conheço a vida parlamentar e não levo a mal essas interrupções ou insinuações, acho normais na vida parlamentar. Não me sinto absolutamente ofendido por isso.

Quero dizer o seguinte: que não vejo que o Parlamento transfira para o Ministro A, B ou C a votação de leis que são prerrogativa do Parlamento. E também quero dizer que não me ofendo V.Exa. falar no telefone, porque também acho que faz parte do debate democrático. Está perdoado, parcialmente. Eu quero dizer a V.Exa. que, assim como não abro mão das prerrogativas do Executivo, também não acho que o Parlamento deva abrir mão das suas prerrogativas. A modificação das leis é uma prerrogativa do Parlamento. E cabe ao Parlamento modificá-las. O que eu quero dizer é que a lei, a lei atual, a lei atual será cumprida. E, além disso, a lei atual permite com o zoneamento econômico e ecológico, em áreas consolidadas ou até em áreas degradadas o uso de 50% para fins comerciais. Eu quero dizer que nós temos que conciliar duas coisas e podemos. Você tem uma área degradada e o zoneamento econômico e ecológico permite, com isso você já pode passar para 50% ter as nativas de um lado e os dendês e as exóticas de outro. Não vejo que sejam objetivos contraditórios. Acho que isso pode e deve ser feito. No caso das palmáceas, eu até falei que há várias palmáceas nativas, e aí poderiam essas palmáceas nativas, sendo nativas entrar na cota das nativas. Então, o que eu quero dizer é que, um: a lei cumpra-se. Dois: o Parlamento que as modifique. Três: eu sendo chamado para opinar, modestamente, não sendo Senador nem Deputado nem votando nisso, darei a minha opinião. Eu não tenho problemas ideológicos ou preconceitos contra a plantação da silvicultura econômica, ao contrário, colocamos isso no plano de mudanças climáticas incentivando isso, colocamos na lei do Rio de Janeiro incentivando a silvicultura econômica, inclusive, em áreas degradadas e botando áreas aonde ela não deveria entrar. Por exemplo, áreas de muita Mata Atlântica e muita produção de alimentos, nessas áreas não. Em outras áreas criamos incentivos para ela. Então, não há, da minha parte, nenhum preconceito ideológico em relação à silvicultura. Acho que a silvicultura econômica é benéfica para o país, desde que não entre em áreas nativas ou em áreas de produção de alimento. Como há muita área para isso, e, além de tudo, há palmáceas nativas que podem ser contadas como nativas. Então, não vejo que haja contradição dessa forma. Vejo que o Governo faz a parte dele que é cumprir a lei. O Senado e a Câmara fazem a parte deles que é aprovar a lei, e eu sendo ouvido darei a minha opinião clara a respeito disso. Acho que deve ser incentivada a recuperação de áreas degra-

dadas com a silvicultura, com palmáceas, com dendê, com babaçu; aliás, em projetos recentes estipulamos preços mínimos para incentivar mais ainda babaçu, cupuaçu, pequi, piaçava, castanha e vários outros produtos a respeito.

E por último, as questões levantadas pelo Senador Neuto de Conto, Presidente e pelo Senador Leomar Quintanilha da Comissão de Meio Ambiente do Senado, Presidente também. Sobre a questão da divisão das pequenas propriedades, quer dizer, eu acho que isso é um problema importante, é um problema relevante. A questão do reflorestamento de áreas, quer dizer, não ilegalizar esse reflorestamento, ter um marco legal para isso, claramente definido, eu concordo. E o Senador Quintanilha que coloca a questão das áreas de preservação na fronteira. Eu quero dizer, Senador, eu estive conversando muito com o Ministro Jobim sobre essa questão da segurança das fronteiras. E vai haver, já está havendo e vai haver um deslocamento de tropas de regiões do sudeste, inclusive, do Rio de Janeiro, que há um excesso de tropas para as regiões de fronteira tanto em áreas próximas de unidades de conservação, quanto em áreas próximas de terras indígenas. Nós temos feito termos de cooperação com o Exército e com a Aeronáutica na Amazônia, fizemos com a base aérea da Serra do Cachimbo do Sexto COMAR, estamos dando condições, recursos, computador, equipamento, treinamento; e o Exército e a Aeronáutica tem nos ajudado a criar bases de preservação. Portanto, a integração de meio ambiente com Forças Armadas e defesa tem sido total. Total. Nós temos conversado muito com o Ministro Jobim, temos tido o apoio dele para as nossas operações, e ele tem garantido mais tropas para a defesa de fronteiras, inclusive, de áreas de conservação e áreas indígenas. Então para lhe tranqüilizar em relação a isso que a nossa consonância e diálogo não é apenas com o Ministério da Agricultura, é também com o Ministério da Defesa.

Queria também agradecer a todos, agradecer ao Presidente, aos que fizeram o convite, aos que ficaram aqui até as três da tarde aguardando o término disso para o seu almoço. E direi que voltaremos quantas vezes formos convidados e que gostamos muito do nível elevado desse debate. Saudações ecológicas e libertárias para todos os presentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Agradecendo a presença desta Audiência Pública do Ministro Reinhold Stephanes, do Ministro Carlos Minc, nós agradecemos a presença das Sras. e Srs. Senadores, e nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 14h53.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 21ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2008.

Às dez horas e quinze minutos do dia quinze de outubro de dois mil e oito, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **NEUTO DE CONTO**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores(as): **ANTÔNIO CARLOS VALADARES, JAYME CAMPOS, GILBERTO GOELLNER, MARCO ANTÔNIO COSTA, CÍCERO LUCENA, FLEXA RIBEIRO, OSMAR DIAS, CÉSAR BORGES E JOSÉ NERY.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as): Delcídio Amaral, Expedito Júnior, João Pedro, Leomar Quintanilha, Pedro Simon, Heráclito Fortes e Marisa Serrano. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Neuto de Conto, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO, Nº 482 DE 2007. (TERMINATIVO). EMENTA:** Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. **AUTOR:** Senador Raimundo Colombo. **RELATOR:** Senador Marconi Perillo. **RELATÓRIO:** Pela aprovação, na forma do substitutivo que apresenta. **RESULTADO: Adiado. ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO, Nº 81 DE 2008. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Dispõe sobre a comercialização e o uso de óleo de origem vegetal como combustível para tratores, colheitadeiras, veículos, geradores de energia, motores, máquinas, e equipamentos automotores utilizados na extração, produção, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários, bem como no transporte rodoviário, ferroviário ou hidroviário de insumos e produtos agropecuários em geral, e dá outras providências. **AUTOR:** Senador Gilberto Goellner. **RELATOR:** Senador Flexa Ribeiro**. RELATÓRIO:** Pela aprovação, nos termos da emenda que apresenta. **RESULTADO: Retirado de Pauta. ITEM 3: REQUERIMENTO Nº 17 , DE 2008 -CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos do inciso II, do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), com a finalidade de analisar e discutir sobre a Cadeia Produtiva de aves e suínos

no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: **Sr. Rubens Valentini** – Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Aves e Suínos do MAPA e Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (ABCS); **Sr. Fabiano Coser** – Assessor Técnico da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos; **Sr. Pedro de Camargo Neto** – Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína; **Sr. Ariel Antônio Mendes** – Presidente da União Brasileira de Avicultura (UBA); e **Sr. Francisco Turra** – Presidente da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango (Abef). **AUTOR:** Senador Neuto de Conto. No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Osmar Dias e Jayme Campos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado, será cumprida a deliberação da Comissão. EXTRA PAUTA: ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, DE 2003. (NÃO TERMINATIVO). Tramitando em conjunto com o PLS nº 6/2005. EMENTA:** Altera o artigo 9º da Lei 8.019, de 11 de abril de 1990 e o artigo 2º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, autorizando o acesso dos bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para fins de concessão de crédito rural. **AUTORA:** Senadora Serys Slhessarenko. **RELATOR:** Senador Leomar Quintanilha. **RELATORA "AD HOC":** Senadora Rosalba Ciarlini. **RELATÓRIO:** Pelo arquivamento dos Projetos de Lei do Senado nº 320, de 2003 e nº 6, de 2005, que tramitam em conjunto, e pela apresentação de novo projeto de lei complementar. **RESULTADO: Retirado de Pauta. ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 6, DE 2005. (NÃO TERMINATIVO). Tramitando em conjunto com o PLS nº 320/2003. EMENTA:** Dispõe sobre a aplicação das disponibilidades financeiras do FAT, em depósitos especiais, nas cooperativas de crédito constituídas nos termos da Lei nº 5.764, de 1971. **AUTOR:** Senador Osmar Dias. **RELATOR:** Senador Leomar Quintanilha. **RELATORA "AD HOC":** Senadora Rosalba Ciarlini. **RELATÓRIO:** Pelo arquivamento dos Projetos de Lei do Senado nº 6, de 2005 e nº 320, de 2003, que tramitam em conjunto, e pela apresentação de novo projeto de lei complementar. **RESULTADO: Retirado de Pauta.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **SENADOR NEUTO DE CONTO, PRESIDENTE DA COMISSÃO.**

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE OUTUBRO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 15 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que com a anuência do Plenário é dada como aprovada. Aprovado.

A presente reunião destina-se à apreciação das matérias. O Item 1º trata de uma matéria terminativa. O relator não se encontra presente. Passamos para o Item nº. 2, que é o Projeto de Lei nº. 81/2008, de autoria do Senador Gilberto Goellner, que "Dispõe sobre a comercialização e o uso de óleo de origem vegetal como combustível para tratores, colheitadeiras, veículos, geradores de energia, motores, máquinas, e equipamentos automotores utilizados na extração, produção, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários, bem como no transporte rodoviário, ferroviário e hidroviário de insumos de produtos agropecuários em geral e dá outras providências".

Com a palavra, o Senador Relator Flexa Ribeiro. Com a sua ausência, gostaríamos de saber do Senador Jayme Campos se podia fazer a leitura do relatório.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, com a devida--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, questão de Ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o Senador.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Em relação, eu como autor desse projeto, eu vejo o seguinte. Que ele omitiu no relatório, o Senador Flexa Ribeiro, quando da sua análise, ele omitiu um ponto principal que diferenciava o projeto, o qual permitiria a comercialização do óleo de origem vegetal e não só a produção, o uso, mas também a comercialização com, claro, com todas as... Dentro da legalidade da fiscalização da ANP, que compete hoje a prerrogativa de comercialização, quer dizer, um monopólio que existe hoje da parte da PETROBRAS na comercialização de todos os combustíveis.

Então, eu gostaria de discutir isso aí melhor com o relator, para que esse projeto viesse aqui. Então, eu peço a retirada do mesmo, para a gente prontamente

poder então retornar aqui, devido a importância que o projeto tem e a diferenciação do mesmo e foi omitido isso aí, então eu vejo que ele fica sem o mérito maior. Então peço a retirada.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Por solicitação de V. Exª., estamos retirando de pauta para que seja renegociado e que se apresentem as emendas necessárias para a próxima reunião.

Item 3º. Requerimento de autoria do Senador Neuto De Conto, que "Requer nos termos do inciso II, do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), com a finalidade de analisar e discutir sobre a Cadeia Produtiva de Aves e Suínos no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Rubens Valentini, Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Aves e Suínos do MAPA e Presidente da Associação Brasileira de Criadores de Suínos (ABCS); segundo, Sr. Fabiano Coser, Assessor Técnico da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos; terceiro, Sr. Pedro de Camargo Neto, Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína; quarto, Sr. Ariel Antonio Mendes, Presidente da União Brasileira de Avicultores (UBA); e quinto, Sr. Francisco Turra, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frango (Abef)". Em votação o Requerimento. Em discussão.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra, Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu acho que é muito oportuna a apresentação desse Requerimento e a aprovação dele.

Ainda ontem no noticiário nacional, nós vimos uma imagem muito triste. Um frigorífico que tem integrados no Estado de São Paulo, interrompeu o fornecimento de rações a esses integrados e milhares de aves já foram mortas, estão morrendo, abrindo-se valas para enterrar essas aves e esse frigorífico deu a seguinte desculpa, ou argumento, que a crise financeira não permitiu que ele recebesse dos fornecedores de rações, a ração necessária para entregar aos seus integrados. Uma irresponsabilidade criminosa desse frigorífico.

Acredito que é o momento de debater, não apenas a questão comercial, que envolve aves e suínos no país, a cadeia, mas a responsabilidade. E nós temos que começar a discutir a responsabilidade dos abatedouros, daqueles que fazem a integração de frangos e suínos, e também temos que discutir a responsabilidade dos frigoríficos que abatem bovinos nesse país.

Está na hora, e mais do que na hora, de cobrarmos responsabilidade daqueles que hoje têm um oligopólio no país e que usam muitas vezes esse oligopólio para determinarem preços de mercado, em que nós, às vezes, não entendemos porque a carne subiu ou porque ela baixou, mas eles sabem muito bem, porque eles operam o mercado de acordo com seus interesses.

Esse Requerimento me estimula a dentro de alguns dias vou preparar, apresentar um outro para a gente debater também a cadeia de carne bovina. Mas apóio, principalmente pelo momento que vive a cadeia de carnes, aves e suínos em nosso país, mas sem nos esquecermos que precisamos ampliar esse debate para os frigoríficos de bovinos também.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, só para fazer um adendo às palavras do Senador Osmar Dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra, o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Na verdade, já estava quebrado esse frigorífico. Essa história de que o problema da economia mundial é que deu a resultante de não ter nem o milho, ou ter o farelo de milho para fornecer, ou seja, para atender [ininteligível] cooperados. Então na verdade já estava quebrado. Então alguém tem que ser penalizado, alguém tem que ser responsabilizado na medida em que são quase 800 mil aves que estão morrendo.

Ontem mesmo estavam dando frango nas ruas em algumas cidades do interior do país, tendo em vista que, imagina, 800 mil aves sendo mortas por falta de milho, ou seja, eu acho que o milho é o mais barato na altura do campeonato em relação, naturalmente, a essa cadeia produtiva. Então, eu acho que nós temos que buscar mecanismos para, realmente, penalizar aquelas pessoas que não têm responsabilidade e não tem compromisso também com as nossas aves, com os nossos suínos, etc. É fundamental esse Requerimento que V. Exª. está propondo aqui, Senador Neuto De Conto.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Realmente, Senadores, Senador Osmar Dias, no dia de ontem a noite nós tivemos numa reunião com o grupo da UBA, e o Sr. Presidente, o Dr. Ariel procurou de todos os caminhos buscar outras

empresas do ramo para fornecer a ração, para resolver esse fato. Lamentavelmente, todas passavam, acreditavam num risco muito grande de receber as aves, posteriormente, em função da situação delicada que vive esta empresa. E, realmente, nós só apresentamos esse Requerimento no momento em que a crise está atingindo as nossas indústrias.

E também, embora que temos um número de cinco pessoas já convocadas para que essa reunião aconteça no dia 29 deste mês, porque a semana que vem por decisões já do Presidente, não haverá reuniões deliberativas na Casa, e deveremos somente na outra semana nos reunir para debater esse tema.

Mas gostaria, se V. Exª. assim entender e já querer incluir também a bovinocultura nesta reunião, embora que é um pouco amplo, realmente apresenta para os primeiros dias de novembro.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Não. Eu prefiro fazer separadamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Isolado? Tudo bem. Então esta reunião...

Continua em discussão. Em votação. Os Srs. e as Sras. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado o Requerimento, será cumprida a deliberação dessa Comissão e já está convocada para o dia 29 de outubro.

Extra Pauta. O Projeto de Lei do Senado nº. 320 de 2003, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que "Altera o art. 9º da Lei nº. 8.019, de 11 de abril de 1990 e do art. 2º da Lei 8.352, de 28 de dezembro de 1991, autoriza o acesso dos bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para fins de concessão de crédito rural". Transmitindo em conjunto com o projeto, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº. 06/05, de autoria do Senador Osmar Dias.

Com a palavra a Senadora Relatora, que não se encontra presente.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra, o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, esse projeto foi objeto de uma questão que eu levantei na reunião passada, por isso que nós não votamos o relatório da Senadora, que estava substituindo o Senador Leomar Quintanilha.

E eu reclamei que o Senador Leomar Quintanilha, e não gosto de fazer na ausência, mas tenho que fazê-lo novamente, porque não se encontra presente o Senador Leomar Quintanilha, ele apresentou um Substitutivo com o argumento de que esta lei não pode ser através de Projeto de Lei Ordinária. A Lei Ordinária não deve regular matéria desta natureza, segundo o Relator Leomar Quintanilha. Ocorre que não é bem assim.

Eu reclamei que quando a gente faz um projeto, discute, faz Audiências Públicas, se reúne, trabalha, passa às vezes três, quatro anos para chegar numa conclusão de um projeto bem elaborado e depois alguém apresenta um Substitutivo, praticamente mata todo o trabalho que o Senador fez. Se a gente reclama que o Executivo não tem o direito de tomar as iniciativas legislativas que temos, roubar projetos, apresentar no lugar de Senador, aprovar e esquecer o trabalho do Senador, como costumeiramente faz, também eu não aceito que qualquer Senador faça um Substitutivo quando ele não é necessário. Às vezes é necessário fazer um Substitutivo em cima de um projeto para corrigir mérito, para corrigir conceitos, para corrigir constitucionalidade. Mas nesse caso, eu não aceito nem o Parecer do Senador Leomar Quintanilha e nem o argumento do Consultor do Senado. E eu posso dizer que eu respeito muito a Consultoria do Senado, mas me desculpe a Consultoria do Senado, neste caso, está equivocada.

Porque o que eu estou propondo é uma alteração em leis ordinárias. Se a matéria já está regulada em leis ordinárias, qual é o argumento que vai me convencer de que eu preciso apresentar um Projeto de Lei Complementar? Para que precisa uma Lei Complementar para alterar as Leis 7998/90, 8019/90, e 8352/91? Essas leis são ordinárias. Se elas são ordinárias, não há necessidade de uma Lei Complementar para alterá-las. Então, está equivocada a interpretação do Consultor.

E mais do que isso, quando eu disse que o Substitutivo não tinha razão de ser, é porque se você coloca em Lei Complementar, o Consultor disse: "Mas não muda nada". Muda duas coisas, muda o autor do projeto e muda o *quorum* necessário para aprovar. Que aí precisa de 49 votos a favor. Então, como se isso também fosse o argumento: "Ah, não muda. A Lei Complementar não muda nada". Como não muda? Muda tudo.

Eu espero que o Consultor reveja o Parecer que ele deu para o Senador Leomar Quintanilha, que eu tenho certeza, não tem responsabilidade sobre essa atitude tomada, que foi baseada em cima de um Pare-

cer de um Consultor. Porque eu vou pedir para V. Exª. tirar isso de pauta, para dar tempo para o Consultor rever seu Parecer e o Senador Leomar Quintanilha também rever o seu Parecer. Porque não é possível que a gente continue aceitando todos os argumentos sem analisar.

Então, alguém chega e fala que é preciso uma Emenda Constitucional, a gente aceita e vai para a casa e fica assim? Não. Eu não aceito, não. Eu estudei o caso, ele não há necessidade de Lei Complementar e mais, não é nesta Comissão aqui que nós vamos julgar a constitucionalidade da matéria. Aqui é hora de julgar o mérito.

Então, há três equívocos. Primeiro, dizer que não muda nada. Muda tudo. Segundo, falar que precisa de uma Lei Complementar. Não precisa. E terceiro, de analisar a constitucionalidade aqui nessa Comissão. Se querem analisar a constitucionalidade, tem a CCJ.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra, o Senador.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Me permita, o Senador Osmar Dias–

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): --E tem razão em muito das suas colocações aí, se não em todas, com relação inclusive à questão do Substitutivo, acho que deve-se tomar muito cuidado e inclusive se modificar através de emenda, mas manter sempre a autoria do Senador no seu projeto. Mas pelo que eu estou lendo nesse projeto, o relatório é pelo arquivamento dos Projetos de Lei, Projeto nº. 320. Não é nem um Substitutivo. É um arquivamento.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Arquiva o meu projeto.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): O projeto não é da Serys?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Um meu, outro da Serys.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Ah, porque aqui não consta.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): São dois projetos. Ela arquiva os dois e apresenta o complementar.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): É o Item 2, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): É.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Mas todos os dois seriam pelo arquivamento?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É. Arquiva o da Senadora Serys e o meu.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Mas que poderia no caso, até ser motivo de um voto divergente. Podia ser apresentado um voto divergente ao relator.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sim, se ele não concordar com o mérito. Mas no caso--

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pela aprovação.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Ele concordou com o mérito, tanto é que ele copiou o meu projeto na íntegra e transformou em Lei Complementar. Só isso.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Isso no Item 2, não é? No Item 1. Mas em ambos ele pede o arquivamento. Acho que talvez um voto divergente poderia trazer para cá a discussão do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Mas Senador César Borges, o relator pede o arquivamento dos dois projetos, e apresenta a cópia dos projetos num projeto complementar. Essa é a reclamação do Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Ele arquiva o meu projeto, mas pega o meu projeto e apresenta igualzinho, vírgula e ponto, como se fosse um Projeto de Lei Complementar.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Então, atendendo ao pedido--

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu entendi que ele pediria aos autores do projeto, Senadora Serys e o Senador Osmar, que apresentasse um novo projeto em forma de Lei Complementar. Ele já apresentou--

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Já apresentou--

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Já apresentou e anexou ao processo.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Está bom. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Então, a pedido do eminente Senador Osmar Dias--

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): De qualquer maneira, cabe o voto divergente, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Cabe. Então, nós retiramos de pauta para que seja discutido na próxima Sessão.

Como temos só um item pendente, que se trata de *quorum* qualificado, e não temos, passamos para a próxima reunião. Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião. Obrigado pela presença de todos.

Sessão encerrada às 10h33.

COMISSÃO DE AGRICULTURA
E REFORMA AGRÁRIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS
BIOCOMBUSTÍVEIS

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL

ATA DA 4ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS, 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, E 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 14 DE MAIO DE 2008.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia quatorze de maio de dois mil e oito, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **NEUTO DE CONTO** e do Senador **JOÃO TENÓRIO**, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a Subcomissão dos Biocombustíveis e, sob a Presidência, em exercício, também do Senador **JOÃO TENÓRIO**, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO AMARAL, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, EXPEDITO JÚNIOR, JAYME CAMPOS, GILBERTO GOELLNER, KÁTIA ABREU, FLEXA RIBEIRO, CARLOS DUNGA, OSMAR DIAS, VALTER PEREIRA, MÃO SANTA, ROSALBA CIARLINI, EDUARDO SUPLICY, MOZARILDO CAVALCANTI, JOÃO RIBEIRO, JARBAS VASCONCELOS, VIRGÍNIO DE CARVALHO, EDUARDO AZEREDO, CRISTOVAM BUARQUE, ALOIZIO MERCADANTE, SERYS SLHESSARENKO E GEOVANI BORGES.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as): João Pedro, Leomar Quintanilha, Pedro Simon, Heráclito Fortes, Sibá Machado, Marcelo Crivella, Almeida Lima, Paulo Duque, Marco Maciel, Romeu Tuma, Arthur Virgílio e Fernando Collor. Deixa de comparecer por motivo justificado a Senadora Marisa Serrano. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Neuto de Conto, informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **Audiência Pública Conjunta**, em cumprimento aos **Requerimentos nº 4, de 2008 – CRA-BIO**, **Requerimento nº 27, de 2008 – CRE** e **Requerimento nº 9, de 2008 – CRA**, todos de autoria do Senador João Tenório, com o objetivo de discutir os **recentes questionamentos feitos principalmente pela União Européia na questão preço de alimentos versus biocombustíveis e o trabalho da Força Tarefa designada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva,** com a participação dos seguintes convidados: **Dr. Francelino Grando** – Secretário de Tecnologia Industrial – Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; **Dr. Arnoldo Campos** – Diretor de Financiamento do Departamento de Proteção da Produção – Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário; **Deputado Reinhold Stephanes** – Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; **Ministro André Aranha Corrêa do Lago** – Chefe do Departamento de Energia – Representante do Ministério das Relações Exteriores; **Dr. Egon Krakhecke –** Secretário da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – Representante do Ministério do Meio Ambiente. Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Kátia Abreu, Osmar Dias, Aloizio Mercadante, Gilberto Goellner, Mozarildo Cavalcanti e Flexa Ribeiro. **RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA REALIZADA. EXTRA-PAUTA: Requerimento nº 9, de 2008 – CRA. ASSUNTO:** Requer nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada, audiência pública conjunta entre a Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de discutir os recentes ataques feitos, principalmente pela União Européia aos biocombustíveis e o trabalho da Força Tarefa designada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, com a participação dos seguintes convidados: **Sr. Miguel Jorge –** Ministro do Desenvolvimento, Industria e Comércio Exterior; **Sr. Guilherme Cassel –** Ministro do Desenvolvimento Agrário; **Sra. Marina da Silva –** Ministra do Meio Ambiente; **Sr. Reinhold Stephanes –** Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **AUTOR: Senador João Tenório.** Iniciada a discussão, e não havendo oradores inscritos, passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: APROVADO.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e oito minutos, lavrando nós, Marcello Varella, Secretário da Comissão de

Agricultura e Reforma Agrária e José Alexandre Girão M. da Silva, Secretário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhores Presidentes da CRA, CRA-BIO e da CRE e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **NEUTO DE CONTO, PRESIDENTE DA CRA; –** Senador **JOÃO TENÓRIO, PRESIDENTE DA CRA-BIO; –** Senador **JOÃO TENÓRIO, PRESIDENTE, em exercício, DA CRE.**

COMISSÃO DE AGRICULTURA
E REFORMA AGRÁRIA – CRA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS
BIOCOMBUSTÍVEIS – CRABIO

COMISSÃO DE RELAÇOES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL – CRE

4ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS E 10ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE MAIO DE 2008, ÀS 10 HORAS e 29 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Sobre a mesa há requerimento de autoria do Senador João Tenório, que requer seja realizada Audiência Pública conjunta com o objetivo de discutir os recentes questionamentos feitos, principalmente pela União Européia, na questão de preço de alimentos *versus* biocombustíveis. Com a palavra o autor do requerimento, o Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Gostaria de registrar aqui, entre nós, a presença do Embaixador da Delegação de Comissão Européia, o Sr. João Pacheco, acompanhado que está do Primeiro Conselheiro Chefe de Ciência e Tecnologia, Sr. Angel Landabaso.

Estamos aqui felizes com a presença dos senhores convidados, gostaria de registrar em primeiro lugar a presença do Ministro Reinhold Stephanes e dos representantes dos Ministérios que aqui foram convidados para discutir o tema: o Sr. Francelino Grando, que representa o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Dr. Arnoldo Campos, Diretor de Financiamento do Departamento de Proteção da Produção, que representa o Ministro do Desenvolvimento Agrário; o Ministro André Aranha Corrêa do Lago, Chefe do Departamento de Energia, representando o Ministro das Relações Exteriores; o Sr. Egon Krakhecke, que é o Secretário do Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, representando o Ministério do Meio Ambiente.

Sr. Presidente, senhores que nos visitam e, evidentemente, trarão contribuições importantes a esse nosso encontro de hoje. Na verdade a idéia de sugerir a promoção desse encontro diz respeito há alguns movimentos recentes que têm acontecido, diz respeito também à criação pelo Presidente da República da força-tarefa, na qual estão presentes todos esses Ministérios aqui citados e aqui convidados, para formarem um grupo de trabalho que, digamos assim, identificará as razões, a gênese das diferenças de entendimento que existe hoje entre aqueles que produzem biocombustível, sobretudo o etanol, e os países potencialmente consumidores, quais sejam, os Estados Unidos, a União Européia, de um modo mais importante, e o Japão, que são os três mercados que se apresentam assim aparentemente com maior intensidade e possibilidade de realização.

Na verdade o que o Governo fez agora no momento, criando esse grupo de trabalho, essa força-tarefa, é uma continuação do trabalho que o Presidente da República tem feito. O Presidente Lula – e eu me sinto muito à vontade de falar isso por ser do partido de oposição – tem sido, assim, eu diria, um caixeiro viajante dos biocombustíveis e, sobretudo, do etanol. Tem sido um lutador de uma maneira bastante intensa em defesa dessa idéia brasileira de produzir biocombustíveis. Então como conseqüência desse andamento do Presidente, desse trabalho que o Presidente tem feito, ele acabou de criar essa força-tarefa que tem como objetivo dar continuidade, mais do que isso, dar suporte, dar praticidade ao discurso que tem sido feito pelo Presidente nas suas viagens que têm acontecido, sobretudo recentemente na União Européia, onde foi identificado um ambiente de maior, digamos assim, rejeição às idéias que por acaso venham a consolidar a posição do biocombustível e, de uma maneira mais ampla, em particular do etanol.

Quero fazer aqui uma correção, porque no nosso convite aos senhores palestrantes é feita uma referência a rejeições identificadas na União Européia. Na verdade nós cometemos um engano, isso não é verdade. Nós identificamos claramente reações em alguns países, em alguns núcleos da Comunidade Européia, não à União Européia como uma entidade como um todo.

Então é necessário fazer essa correção por conta de que é importante desenvolver esse diálogo de uma maneira muito serena e muito tranqüila no sentido de conduzir resultados positivos.

Então no que diz respeito ao Executivo, as iniciativas estão tomadas. De um lado o caminhar do Presidente da República defendendo os biocombustíveis, de outro lado a criação mais concreta e mais objetiva da força-tarefa que tem como objetivo tentar implementar as idéias de aproximação entre as diversas regiões potencialmente consumidoras, e o Brasil é um produtor importante no que diz respeito ao etanol.

Do lado do Legislativo, têm sido tomadas algumas medidas interessantes também. A nossa Subcomissão aqui tem buscado estabelecer contatos permanentes com outros parlamentos e isso aconteceu muito objetivamente, primeiro, no Reino Unido, na Inglaterra, onde nós estivemos há aproximadamente um ano atrás numa missão com três Senadores da República, presidida pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores Heráclito Fortes, e três Deputados Federais que também participaram, e tivemos a oportunidade de iniciar uma conversa, assim, muito interessante com o parlamento inglês, quando foi colocado do lado dele as dúvidas sobre ser adequada ou não a produção de biocombustíveis do Brasil e do nosso lado, evidentemente, a defesa da tese. E naquele momento, é interessante esse ponto, o maior destaque das dúvidas que os europeus – e os americanos também, é bom que se diga – tinham em relação à questão de etanol no Brasil, era a questão da Amazônia. Havia uma percepção para o lado desses países que o crescimento da produção de álcool, de etanol no Brasil ou de biocombustíveis de uma maneira mais ampla, ele seria feito em termos de uma "invasão" do bioma Amazônia. Então se iniciou a discussão, se iniciou o diálogo, melhor dizendo, sobre esse tema, levando em consideração a questão da Amazônia. E depois de um ano realmente as coisas ficaram muito esclarecidas e hoje saiu da pauta de discussão a questão de criticar os biocombustíveis por conta da Amazônia. Ficou muito provado e claro, por exemplo, que o etanol jamais pode ser produzido no bioma Amazônia, porque trata-se de uma planta que necessita de quatro, cinco ou seis meses de sol, fato esse que não acontece no Amazonas. No Amazonas chove praticamente todo dia. Então torna absolutamente impossível a produção e, sobretudo, a colheita da cana-de-açúcar, torna impossível a colheita e também a maturação da cana que torna-se impossível. Então saiu da agenda a questão da Amazônia.

Mas recentemente, com a crise dos alimentos, do preço dos alimentos, o tema voltou de uma maneira diferente, muito mais voltado para a competição entre biocombustível e alimentos. Os números mostram exatamente o contrário. O Brasil, como todos sabem, já está muito repetido, o Brasil utiliza hoje cerca de três milhões e meio de hectares para produzir cana para álcool, utiliza cerca de cinqüenta e cinco, de cinqüenta a cinqüenta e cinco milhões de hectares para produzir grãos e utiliza cerca de duzentos a duzentos e vinte milhões de hectares para produzir pecuária. Então não é três milhões e meio que vai competir com esses números fantásticos que representa a produção brasileira. Do outro lado, o Professor Gutemberg cita num artigo recentemente publicado, que o mundo hoje tem cerca de dez milhões de hectares utilizados para a produção de biocombustíveis e tem um bilhão e duzentos milhões de hectares utilizados na produção de alimento. Então há um descompasso muito grande que prova a insustentabilidade dessa tese. Então é a segunda, digamos assim, contestação que está sendo derrubada pouco a pouco.

Mas voltando ao trabalho da nossa Subcomissão, sobretudo no que diz respeito a essa relação com os países das regiões do mundo, nós tivemos primeiramente essa viagem ao Reino Unido que foi extremamente proveitosa. Depois nós tivemos uma viagem a Washington, quando tivemos contato com cinco Senadores mais, digamos assim, ligados nessa questão do etanol lá nos Estados Unidos, e a receptividade de um diálogo entre os dois pais foi muito oportuna, muito interessante. Nós sempre temos levado a tese de que a manutenção da produção americana de etanol é uma coisa importante para a consolidação do etanol como combustível. O etanol precisa ter uma massa crítica, ter um tamanho para habitar o mundo dos combustíveis, caso contrário vai ficar uma coisa muito pequena para conviver com esse mundo imenso que é o mundo dos combustíveis no mundo. Evidentemente a proteção que o americano dá tem que ser reestudada, tem que ser revalidada, ajustada e calibrada de uma maneira conveniente, mas a proteção para que eles não tenham que parar de repente com a produção do etanol é uma coisa que na nossa avaliação é positiva. Nós levarmos essa percepção nossa ao Senado americano, estivemos com cinco Senadores que estão, todos eles, extremamente ligados a essa questão do etanol, todos eles têm uma percepção muito forte de que a grande saída para o etanol é o álcool brasileiro, o álcool de cana-de-açúcar, mas que também defende a necessidade de manutenção da produção de milho, por enquanto, pelo menos, no sentido de fazer com que esse produto tenha um volume mínimo, eu repito, uma massa crítica para que possamos ser considerados a ir habitar o mundo dos combustíveis.

Estivemos recentemente na África do Sul, quando foi dada também a oportunidade de discutirmos um pouco a utilização de etanol, sobretudo na África, e fica muito claro quando chegou em cima da África que a quantidade de terra disponível para produzir alimentos, etanol, seja lá o que for, é um fatalmente concreto e que coloca de lado qualquer temor que possa vir a ter de que faltará terra para a produção simultânea de biocombustível e de alimentos. Então foi uma experiência muito interessante que nós tivemos lá.

Enfim, o Legislativo tem feito um trabalho, assim, paralelo que eu acho que é importante. Por outro lado, a iniciativa privada que atua no setor tem tido um trabalho muito eficiente no que diz respeito a esse relacionamento. Por exemplo, a UNICA, que é a maior associação que agrega, eu diria, quase que 80% da produção nacional, ela abriu escritórios já em Washington, abriu escritório em Bruxelas e está prestes a abrir o escritório em Tóquio, que são possivelmente os três mercados mais potencialmente importantes para o álcool brasileiro. Então há uma iniciativa também do setor privado no sentido de chegar ao nível do consumidor final e faria com que seria um ingrediente importante nesse trabalho que o Brasil todo está fazendo no sentido de "vender" a idéia e a imagem do biocombustível.

Portanto, Sr. Ministro, senhores representantes dos Ministérios, eu gostaria de aqui me referir a uma colaboração importante que nós estamos tendo do Itamaraty na pessoa de alguns Embaixadores. Eu gostaria de citar aqui. Nós estivemos em Washington e o Embaixador Antônio Patriota teve uma participação muito importante, nos acompanhou da maioria das nossas Audiências com os Senadores americanos. Quando da estada em Londres o Embaixador José Maurício Bustani também teve uma participação importante nos debates que nós tivemos no Parlamento e mesmo com os empresários da Inglaterra. E, recentemente, a nossa presença em Cape Town, o Embaixador Joaquim Augusto Salles nos deu assim uma contribuição muito importante no que diz respeito aos contatos que lá foram feitos. Então um agradecimento, eu gostaria de registrar o trabalho que o Itamaraty está fazendo, a colaboração que o Itamaraty está dando a esse tipo de trabalho.

Dito isso, Sr. Presidente, senhores aqui presentes, eu gostaria de deixar só uma idéia, uma reflexão aqui que é o seguinte: nós estamos com três segmentos, três setores da vida nacional trabalhando muito fortemente para estabelecer essa relação entre o Brasil produtor e os países do mundo consumidores e também produtores. Então o que nós gostaríamos de deixar uma sugestão aqui é que esse trabalho fosse feito de uma maneira coordenada. Nós não podemos ter o Executivo, através da sua força-tarefa, atuando com um discurso, com um formato de discurso de uma linha, o parlamento brasileiro de outro caminho, em outro caminhar, e os produtores também levando discurso diferenciado. Então a minha sugestão, eu não vou fazer nenhuma pergunta, a minha sugestão é no sentido de que nós tentemos fazer com que esses trabalhos sejam trabalhados coordenados e fale o mesmo discurso, faça o mesmo discurso no sentido de se tirar o maior proveito de um formato que possa se trabalhar junto. Era isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Em votação o requerimento de autoria do Senador João Tenório. As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente Reunião destina-se a Audiência Pública conjunta em cumprimento ao Requerimento nº 4, de 2008, da CRABIO, Requerimento nº 27, de 2008, da CRE, e Requerimento nº 9, de 2008, da CRA, todos de autoria do Senador João Tenório, com o objetivo de discutir os recentes questionamentos feitos principalmente pela União Européia na questão preço de alimentos *versus* biocombustíveis e o trabalho da força-tarefa designada pelo Exmo. Sr. Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, com a participação dos seguintes convidados: o eminente Deputado Reinhold Stephanes, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que já se encontra na mesa; Dr. Egon Krakhecke, Secretário da Secretaria Executiva do Desenvolvimento Rural Sustentável, representando o Ministro do Meio Ambiente, que também se já se encontra à mesa; Dr. Francelino José Lamy de Miranda Grando, Secretário da Tecnologia Industrial, representando o Ministério do Desenvolvimento Industrial e Comércio Exterior, que também já se encontra à mesa; Dr. Arnoldo Campos, Diretor de Financiamento do Departamento de Proteção da Produção, representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que também se encontra à mesa; o Ministro André Aranha Corrêa do Lago, Chefe do Departamento de Energia, representante do Ministério das Relações Exteriores, que também se encontra à mesa; também temos a alegria de contar nesta Reunião com o Embaixador João Pacheco, Chefe da Delegação dos Parlamentares Europeus, que nos dá a alegria e a satisfação de estar no nosso meio.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, passamos a palavra de imediato, o Ministro tem outros compromissos, o Ministro Stephanes, e ele, então, vai fazer a sua explanação, nós vamos fazer as perguntas necessárias a ele, vamos liberá-lo, e ele vai deixar aqui o seu Secretário Manoel Bertoni, que também vai ficar aqui, que

é extremamente competente na área para substituí-lo. Mas antes vamos ouvir então, de imediato, a palavra do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Deputado Reinhold Stephanes.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: É um prazer estar novamente aqui na Comissão. E eu gostaria, por dever de justiça, ressaltar a presença do nosso Embaixador da União Européia, pelo trabalho que ele tem feito no sentido de aproximar e ajudar a resolver as questões que a gente tem junto à União Européia, principalmente na área da agricultura. Isso merece, efetivamente, o destaque e o nosso agradecimento público pela forma com que o Embaixador sempre tem conduzido essas relações entre o Brasil e a União Européia, e, principalmente, na área pela qual eu respondo.

Mas eu acho que nós poderíamos começar falando um pouquinho sobre o movimento de preços, quer dizer, efetivamente nós estamos num movimento de preços, de aumento, de tendência de aumento no mercado mundial, e isso se dá basicamente por quatro razões, três ou quatro razões.

A primeira razão, efetivamente, é que o mundo está crescendo e à medida que o mundo está crescendo, e é a primeira vez na história que nós podemos ver do século passado para cá que o mundo cresce de forma contínua, a taxas elevadas, por um período relativamente longo. A última vez que esse fenômeno tinha acontecido, ele cresceu durante quatro anos seguidos, que foi no período de 70 a 74, que foi interrompido logo pela primeira crise do petróleo, pelo primeiro impacto do aumento do preço do petróleo. Mas então é a primeira vez que isto acontece num período mais longo. Então, evidentemente, isto está levando a um aumento de renda, aumento de renda está levando a um aumento de demanda. Povos que não conseguiam se alimentar bem, passam a se alimentar mais e se alimentar melhor. Povos que não comiam proteína animal, passam a comer proteína animal ou passa a comer em quantidades maiores. E aí, para cada quilo de proteína animal, principalmente da carne de boi, nós precisamos praticamente de sete quilos de proteína vegetal para que isso aconteça. Então efetivamente a primeira razão é que se dá por um aumento de demanda em função do aumento de renda. Está muito claro isso.

A segunda razão, e ela efetivamente existe, por mais que nós tentamos discuti-la, mas ela existe, é o uso de matéria-prima agrícola para a produção de biocombustíveis, quer dizer, não há absolutamente nenhuma competição em termos de Brasil, mas na medida que os Estados Unidos utilizam hoje oitenta milhões de toneladas de milho para transformar em álcool, o que no próximo ano serão cento e vinte milhões de toneladas de milho, isso efetivamente gerou também um impacto no mercado mundial. Da mesma forma que a União Européia, assim como os Estados Unidos, na medida em que mantém uma agricultura subsidiada, ela, evidentemente, destorce a locação de fatores de produção, isso num fenômeno totalmente normal e natural, essa distorção que surge. E aí também começa a haver competição entre área de produção de alimentos com área de produção de agroenergia. Então a segunda razão para esse aumento seria essa, embora de forma secundária. A razão mais forte, evidentemente, é o aumento de renda, o mundo está comendo mais, está consumindo mais, quanto a isso não há nenhuma dúvida.

A terceira questão é que as pessoas também estão vivendo mais tempo, quer dizer, nós temos, além do crescimento da população normal, nós também estamos tendo as pessoas vivendo mais tempo.

E, finalmente, um fenômeno que começa a demonstrar o seu efeito são as mudanças climáticas, quer dizer, elas efetivamente já estão começando a se fazer presentes em alguns países, aonde nós já temos secas mais prolongadas, com alterações de clima já se consolidando, sendo que exemplos que poderíamos citar seria a Austrália. Quando a gente fala hoje em arroz, quer dizer, um dos responsáveis pela explosão dos preços do arroz é a Austrália, que teve uma queda extremamente grande na sua produção de arroz, já que o arroz da Austrália, em grande parte, era para o comércio internacional. E podemos citar outro exemplo, o Rio Grande do Sul, que é um Estado que nos últimos dez anos, ele já tem sete anos de baixa produtividade, já é um Estado que hoje já tem a menor produtividade em vários produtos dentre os Estados produtores daqueles produtos, quando no passado era um Estado que tinha uma produtividade bem elevada, e tudo isso já em função da fixação de mudanças climáticas. Então o fenômeno de mudanças climáticas, efetivamente, já começa a mostrar os seus efeitos.

Então de maneira geral quase todos os produtos, à exceção do café e do algodão, tiveram movimentos de altas e movimentos de altas bastante grandes.

A nossa visão é que esse novo patamar de preços, que foi atingido agora a nível mundial, ele está aí possivelmente para ficar. Podemos ter pequenos recuos na área do arroz, que é possível haver pequenos recuos, podemos ter pequenos recuos na área do trigo, que já estão acontecendo, mas não retornarão mais aos patamares anteriores. E a tendência, na nossa visão, é de que não nesse ano, nem no próximo, mas talvez logo à frente, em 2010, 2011 ou 2012 nós ainda podemos ter impactos maiores em termos de aumentos de preço, desde que as tendências continuem dentro dos

números que hoje se apresentam para análise. Porque efetivamente nós tínhamos um mundo de oferta de produtos agrícolas, ou seja, havia mais ofertas que demanda, e agora invertemos isso para um mundo de demanda por produtos agrícolas, ou seja, a demanda é maior que a oferta. O crescimento mundial por alimentos está em torno de 5%, alguns países puxam isso de forma maior, como o caso da China, a China só no complexo soja vem aumentando seu consumo a 20% ao ano, e a capacidade mundial de dar resposta a esta produção, evidentemente, não chega a esse mesmo índice ou a esse mesmo número. Tanto que se observarmos os estoques de trigo, os estoques de milho e os estoques de arroz, eles vêm caindo já há cinco anos, quer dizer, na verdade nós estávamos comendo estoques. Os estoques desses produtos hoje são praticamente a metade do que eles eram cinco ou seis anos atrás, só que os impactos só ocorreram basicamente a partir do ano passado, mas os sinais já vinham sendo demonstrados já há mais tempo. Então, efetivamente, nós temos aí uma questão colocada, é uma questão evidentemente grave.

Como é que o Brasil se situa dentro deste quadro? Como é que o Brasil se situa dentro deste quadro? Bom, aí nós temos que considerar que o Brasil é um dos poucos países do mundo que hoje consegue produzir efetivamente para as suas necessidades internas, para o crescimento da demanda interna, que também tem sido grande, e, ainda, mesmo assim, ser o país que mais cresce na produção de excedentes em termos de exportação, hoje, dos países que participam do mercado de exportação no mundo. Então isso é um dado extremamente importante para mostrar a característica e a capacidade de produção do Brasil. E, também, demonstrar a capacidade que o Brasil tem de compatibilizar a produção de energia com produção de alimentos. Ora, se nós estamos crescendo em produção de energia e é importante também citar que o Brasil faz isso há trinta anos, quer dizer, dentro do Brasil isso não é nenhuma novidade, mas se nós estamos crescendo nessa área, estamos crescendo na produção para alimentar a nossa população interna e somos o país que mais produz excedentes no mundo, a cada ano o adicional de excedentes, evidentemente que o Brasil está muito bem situado neste quadro. E é claro que, por outro lado, este quadro mundial que se apresenta é uma grande oportunidade para o Brasil.

Gostaria, também, de citar alguns números que o Senador Tenório já colocou, mas muitas vezes a gente observa que nem nós no Brasil e muito menos lá fora se tem uma idéia clara em termos das dimensões do Brasil, quer dizer, então quando nós participarmos de uma discussão na União Européia sobre a sustentabilidade da soja, se fazia uma grande discussão em termos para ver até onde o Brasil produzia a soja de forma sustentável. E se tinha a idéia que o Brasil era uma grande plantação de soja. Aí no final nós chegamos e dissemos: "Olha, o Brasil só produz soja em 3% do seu território". Aí acabou a reunião, porque era só 3% do território nacional. Então o problema é que as nossas dimensões, elas são muito diferentes. Elas não podem ser vistas com os olhos que se olha a Europa ou que se olham alguns outros países. Ela tem que ser vista dentro da realidade brasileira.

A mesma questão é em relação à produção do etanol. Nós hoje produzimos a cana-de-açúcar em sete e meio milhões de hectares, em termos redondos, sete e meio milhões. A metade disso vai para açúcar, em torno da metade, a outra metade vai para álcool. Então, teoricamente, para a produção de energia, nós estaríamos usando apenas três milhões e meio de hectares, o que representa 0,5% ou menos de 0,5%, um pouquinho menos, do território brasileiro. E mesmo que nós dobrássemos essa produção, que está previsto evidentemente para os próximos seis ou sete anos, nós estaríamos avançando para mais ou menos 0,9% do território nacional ou, colocando em termos de área agrícola, menos de 3% da área agrícola para a agricultura e pastagem do Brasil, quer dizer, então seria um número ainda relativamente pequeno.

Agora também é importante citar – e isso o Senador já colocou aqui – que nós utilizamos para a agricultura um pouco mais de cinqüenta milhões de hectares, que é uma área relativamente pequena considerando que o Brasil tem oitocentos e cinqüenta e um milhões de hectares, então nós utilizamos aí bem menos de 10% para a área da agricultura propriamente dito, mas usamos uma área muito grande para a produção da pecuária, são quase duzentos milhões de hectares. Há uma pequena dúvida em relação a esse número, mas em termos redondos deve estar em torno disto, duzentos milhões de hectares. E temos uma baixa produtividade na utilização dessas terras, como também temos uma grande parte dessas terras utilizadas para a pecuária chamadas, no sentido agronômico, de áreas degradadas, quer dizer, no sentido agronômico área degradada é aquela que a pastagem, na medida que você não vai fazendo as correções de solo, as adubações, o tratamento e o manejo necessário, quer dizer, a pastagem começa a diminuir a sua capacidade de produção, e aí se no início você pode por dois bois por hectares, daqui a pouco você passa um e meio, daqui a pouco um, daqui a pouco meio boi por hectare. Então nós temos uma produtividade extremamente baixa. Estima-se – e esses estudos são estudos com relativa consistência – de que nós teríamos aí cinqüenta mi-

lhões de hectares a serem utilizados para outros fins, ou seja, para a agricultura ou mesmo para a expansão da cana-de-açúcar. O importante é informar que hoje, naturalmente, a expansão da cana-de-açúcar está se dando em torno de 60% em algumas regiões e 70% em outras regiões em cima de áreas de pastagens. Então isso é muito bom, ou seja, não há nenhuma competição com a produção de outros produtos. E esses outros produtos que seguem parte dessa área, que é relativamente muito pequena para cana-de-açúcar, estão evidentemente avançando também em áreas de pastagens.

O Brasil está elaborando o seu zoneamento para a produção de cana, este zoneamento talvez seja o zoneamento mais completo que se faça, que já se tenha realizado, tanto dentro do Brasil como possivelmente fora do Brasil, ele define a questão agrícola, quer dizer, a vocação agrícola de todo o Brasil para produzir cana, que variedades de cana e que tratamentos precisa se dar a essa cana nas várias regiões do Brasil ou nas várias microrregiões, não é nem regiões, é bem detalhado esse trabalho, mas ele, também, procura fazer uma análise também ambiental disso, quer dizer, então é isso que torna esse zoneamento diferente dos outros zoneamentos que até aqui foram realizados, quer dizer, e procura inclusive, além de fazer esses zoneamento ambiental, ele procura estabelecer regiões aonde não se quer que se plante cana, quer dizer, então também se examina isto e se mapeia tudo isto. E, finalmente, ele também apresenta os mapas das regiões aonde o Governo gostaria para onde a cana teria o seu avanço. Então são pelo menos quatro tipos de mapas que vão se apresentar e, dentro deles, vão ser tomadas a decisão do zoneamento. É claro que quando eu falo que... Nós temos regiões aonde você não vai poder plantar cana, você tem regiões aonde a cana pode ser plantada e têm regiões aonde ela teria preferência e ela seria direcionada mais para estas regiões. E aí, quando a gente fala desse terceiro item, dessas regiões, aí se daria, claro, com preferência em cima de áreas de pastagens e, principalmente, em áreas de pastagens já degradadas, ou seja, seria a forma de recuperação dessas áreas.

Mas vejam bem. De qualquer forma nós estamos falando de uma dimensão de três milhões de hectares que seria a nossa necessidade adicional e esses três milhões de hectares dentro de um universo de duzentos milhões de hectares dentro dos quais nós poderíamos localizar esses três milhões de hectares.

Eu acho que em síntese seriam então essas as colocações que nós teríamos que fazer inicialmente, ou seja, mostrando claramente que o Brasil tem as condições perfeitas de conciliar a produção de energia com a produção de alimentos.

E ainda um dado que eu não citei, mas esse dado hoje já é claro para todos, quer dizer, quando o Brasil fala em produzir energia, nós estamos falando a um custo compatível com o mercado, ou seja, produzir álcool no Brasil compete com a produção de gasolina, mesmo não tendo aumentado a gasolina há dois anos e meio, a gasolina não tendo sido aumentada há dois anos e meio. Imagina se nós incorporássemos os aumentos do mercado internacional ao mercado interno o que seria hoje a diferença do custo da produção do álcool com o preço da gasolina. Diferente, evidentemente, da União Européia e dos Estados Unidos, aonde isso precisa ser altamente subsidiado, já que o custo é de duas a três vezes maior, o custo de produção.

O Brasil tem a cana-de-açúcar e aí também um dado que é interessante citar, se no passado produzíamos quatro mil litros por hectare, hoje já estamos em nove mil litros por hectare. A pesquisa já está nos dando indicação de que podemos chegar nos próximos anos a doze mil hectares e se mudarmos o processo tecnológico da produção do álcool, que também está previsto para os próximos cinco ou dez anos e aproveitarmos o bagaço da cana também, nós podemos passar a quinze mil litros por hectare, ou seja, isso é um dado extraordinário, já que são poucos países do mundo que teriam condições de produzir cana.

Claro que aqui se falou na África como um país que tem uma grande possibilidade de expansão, mas é uma expansão um pouco demorada porque eles muitas qualidades que o Brasil tem, mas não tem a estrutura de produção organizada que o Brasil já tem. E aí, às vezes, eu até faço assim uma pequena comparação. Ela não tem muito rigor técnico, mas ela serve simbolicamente para mostrar a capacidade de competição do Brasil. É que nós daqui a pouco vamos ter uma cana dessa grossura, com três metros de altura produzindo, enquanto, quer dizer, que alguns países vão precisar pegar duas espigazinhas de milho na mesma área para fazer. Então evidentemente que o Brasil tem uma vantagem comparativa extremamente grande e é uma vantagem de mercado, de competição efetivamente.

Então era isso que eu queria dizer, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado ao Ministro Reinhold Stephanes. Eu gostaria de fazer uma pequena intervenção. A cana-de-açúcar foi a primeira cultura que veio para o Brasil, em 1530, e a tecnologia e o avanço na tecnologia, bem explicada aqui pelo nosso Senador João Tenório e agora pelo Ministro, se aprofundando

na sua análise, sem dúvida nenhuma eu já disse que quando aqui esteve a missão européia, de que nós só ocupamos o território brasileiro, da área agricultável atualmente, 2%, e que 1% disso é produzido para açúcar. Portanto, fica só 1% do nosso território sendo utilizado para produzir etanol, e que produzimos atualmente, nesses três milhões e meio de hectares, passa um pouco de dezenove milhões de litros, volume que abastece 25% da nossa frota de automóvel que tem no Brasil, e ainda exportamos em torno de 10%. Portanto, se o Brasil pensar em aumentar dez vezes, nós só ocuparíamos 10% das nossas terras agricultáveis. E, sem dúvida nenhuma, passaríamos sim a ser um grande abastecedor para o mercado mundial. São números em que sem irmos buscar os noventa milhões de hectares que nós temos nos cerrados, sem agredir o meio ambiente e nem a reserva permanente. O Ministro muito bem se explicou sobre as terras degradáveis, que o cálculo está em torno de trinta milhões de hectares nas nossas fazendas e, ainda, poderíamos agregar mais uns vinte milhões de hectares consorciando a produção de alimentos com a pecuária.

Esses números dão ao país, sem dúvida nenhuma, dados altamente promissores e nos dão, também, na atual produtividade, é três vezes mais barato produzir etanol da cana do que do milho. E com os números que podemos dobrar a produtividade, certamente ficaria bem mais em conta do que se produzir do milho. Levando em conta, ainda, que principalmente a Europa e os Estados Unidos dão um subsídio bastante elevado para poder competir ou para poder produzir. E estranhamos e nós achamos, inclusive, injustificável quando algum país se utiliza do milho para produzir etanol e deixa de produzir alimento, transformar o milho em alimento, e enxerga o quintal dos outros países, enxerga o Brasil como ameaçador da proposta de produção de alimentos e, principalmente, quando nas suas elevações de preço.

Dito isto, eu gostaria só de referendar um fato significativo e muito importante que nós ainda temos. Se nós usássemos só o bagaço e a palha da cana, e aqui o Senador João Tenório sabe, com Audiências Públicas já chegamos a esses números, nós temos só no bagaço e na palha uma Itaipu adormecida nos canaviais, que poderíamos transformar em energia limpa, um bioenergia muito fácil, com material já pronto. Então realmente Deus foi bondoso com o Brasil: nos deu o clima, nos deu terra, nos deu água, nos deu solo, nos deu tecnologia, nos deu o homem e que isso faz com que nós tenhamos esta grandiosidade e uma expectativa extraordinária.

E para encerrar, eu não vou fazer pergunta porque o discurso é o mesmo, Sr. Ministro, eu levo mais um fato que este Brasil, esse gigante pela sua própria natureza, como o nosso próprio Hino assim nos diz, que estava muito embernado, muito paralisado, com o crescimento de somente entre 4 a 5%, sacudiu, mexeu, não só com a sociedade nacional, como o próprio mundo está voltado as suas vistas para a nossa produção e, principalmente, para a produção primária.

Eu passo a palavra para os Senadores e para o Ministro depois poder responder, porque ele tem compromisso e terá que se ausentar. Como primeiro Senador inscrito, o Senador Osmar Dias, pelo Paraná.

SR. SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente Senador Neuto De Conto, Senador João Tenório, Presidente da Subcomissão, Ministro Reinhold Stephanes, convidados.

O Ministro fez um pronunciamento inicial que praticamente responde todas as questões. Eu tenho que acrescentar apenas algumas coisas que eu tenho pensado, até um pouco diferente do que eu pensava há um mês atrás, a respeito do pronunciamento do Relator da ONU, que nos indignou quando fez aquela afirmação de que os países que estão produzindo biocombustível estão praticando um crime contra a humanidade. Ele nos deixou indignado, mas agora eu acho que nós temos que agradecê-lo. Agradecê-lo porque ele chamou a atenção, internamente, para uma questão que estava um pouco desapercebida, e externamente o mundo acordou para uma realidade que o Ministro chamou a atenção agora. Internamente é o seguinte. Eu sou de um Estado produtor, o Ministro é do mesmo Estado, eu tenho defendido mesmo publicamente a atuação do Ministro da Agricultura pela forma com que ele conduz o Ministério, com conhecimento, quando não o conhece, estuda e sabe conduzir o Ministério com muita eficiência e, sobretudo, colocando respeito no Ministério da Agricultura, que é o que nós precisamos, porque muitas vezes o Ministério da Agricultura era tratado como um Ministério de segunda classe. Hoje não, o Ministério é de primeira linha dentro do Governo do Presidente Lula. E isso, talvez, tenha ajudado também a chamar a atenção para uma questão que no Paraná as pessoas começaram há um tempo a querer colocar como um problema e não como uma solução para o país. Quando se falava em agronegócio no Paraná, parecia que estava falando no capeta. Agronegócio era coisa do capeta. E nós, agora, vimos o mundo acordar e o Brasil também, ao fato de que o agronegócio é uma atividade séria, decente como qualquer outra atividade econômica, e que não pode prescindir nem de grandes, nem de médios, nem de pequenos produtores, e que nós não podemos continuar nesse divisionismo que enfraquece o setor e suas reivindicações. Dividir o setor entre grandes e pequenos,

familiares, dizer que os agricultores familiares não são do agronegócio, no momento em que eles produzem e colocam os seus produtos no mercado, eles estão participando do agronegócio. E hoje são exportadores como todos são praticamente no país.

Eu não vou discutir aqui essa questão que me parece vai ficar para o passado, porque os agricultores voltaram a ser respeitados nesse país. E voltaram a ser respeitados pela sociedade e pelo Governo, o que é mais importante. O Presidente Lula tem feito um discurso que nós temos que aplaudir, o mesmo discurso que faz o Ministro Reinhold Stephanes. Eu acho que o Ministro tem conversado bastante com o Presidente e nos deixa muito confortados, porque sabemos que temos o apoio do Governo, o setor da agricultura, o setor produtivo tem o apoio do Governo, inclusive nessa questão política internacional, porque o Presidente foi na veia quando colocou os interesses dos países grandes produtores do petróleo nessa produção. O petróleo estava vinte dólares o barril há dez anos atrás e hoje está cento e vinte. As pessoas não estão discutindo este assunto. As pessoas não estão discutindo que o crescimento no consumo de alimentos no mundo ocorre a um grau de 5% ao ano e que, em alguns produtos, é muito mais elevado ainda esse aumento do consumo. Até ouvi outro dia uma repórter dizendo: "Ah, mas a culpa do aumento dos preços dos alimentos é do aquecimento global". O aumento do consumo de alimentos também é problema de aquecimento global? Se a gente for contar o número de casos na rua... Lá em Curitiba, Ministro, na nossa capital, são quinhentas novas unidades que entram nas ruas por dia. Por dia quinhentos novos carros que são emplacados por dia. Isso deve ser culpa do aquecimento global também.

Nós vimos um discurso todo torto até agora. Agora sim. Agradecemos àquele Relator da ONU que falou aquela bobagem, aquela besteira, chamou a atenção, e a reação das pessoas que entendem do assunto para colocar no seu devido trilho, no seu devido lugar esse debate. E o debate é o seguinte: o Ministro colocou quatro causas aqui pelo aumento de preço dos alimentos. Soma-se a isso esse problema seriíssimo que nós temos de lincar o aumento do preço dos produtos agrícolas com fertilizantes, que toda vez que tem uma boa safra sobe o preço do fertilizante na outra. E isso também se liga à proteção do petróleo, fertilizante e petróleo têm uma relação estreita.

E nós não vamos conter os preços, Ministro, se não for produzindo mais, e esse é o discurso que nós temos que ter mesmo. Produzir mais. V. Exª. bateu no ponto certo nessa questão das pastagens degradadas. Nós temos duzentos e dez, duzentos e vinte milhões de hectares e poderíamos produzir a mesma quantidade de carne e de leite com cinqüenta, sessenta, setenta milhões de hectares a menos. Mas aí eu deixo aqui uma sugestão a V. Exª. Que o Governo lance um programa de recuperação de pastagens degradadas, mesmo que seja de médio e longo prazo. Que o Governo lance um programa de assistência técnica para mostrar aos produtores que eles podem produzir a mesma quantidade de carne em muito menos área e usar parte da área para produção de alimentos e biocombustível. Nós temos sim terra, clima, gente, tudo para produzir biocombustíveis e produzir alimentos, mas acredito que neste momento o Governo precisa colocar em prática um programa de estímulo aos produtores para que eles aproveitem as suas áreas degradadas no plantio de grãos e no plantio de culturas para o biocombustível.

E também, Ministro, gostaria de deixar uma outra sugestão. Talvez já V. Exª. esteja trabalhando nessa direção e creio que sim. É o problema do trigo. Dá para alcançarmos aí a auto-suficiência? V. Exª. foi Secretário da Agricultura do Paraná e eu também, e nós trabalhamos numa época que o Paraná produzia 60% do trigo nacional. Ainda produz, mas nós estamos importando 70% do trigo para consumir. Dá para chegar rapidamente a 80% da oferta de trigo para o nosso consumo. 20% ao ano, 25% ao ano de crescimento, isso é possível, mas tem duas coisas que o produtor de trigo não pode prescindir: uma é a garantia do preço. O preço de garantia não tem sido garantido, historicamente não, e aí cai o preço na hora dele vender, aí ele não planta no outro ano. Para manter e crescer a área, preço de garantia; e a outra, pelo menos para o trigo, colocar no Fundo de Catástrofe recursos suficientes para atrair seguradoras. Oferecer seguro para os produtores de trigo. Com o seguro e o preço de garantia, rapidamente o Brasil vai produzir para o seu consumo e nós não vamos ficar dependentes, principalmente da Argentina, que o resultado está aí, o preço da farinha subindo, do pão, do custo de vida.

Ministro, eu não faço perguntas, apenas deixo essas sugestões e apenas para cumprimentar a V. Exª. pela postura que tem adotado diante do Ministério da Agricultura, de defesa do setor produtivo, de defesa do país e pode contar com o nosso apoio.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado ao Senador Osmar Dias. Pela ordem de inscrição, Senadora por Tocantins, Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigado, Presidente. Quero cumprimentar a todos os nossos visitantes, convidados, muito obrigado pela presença, pela boa vontade de estar aqui conosco, cumprimentar

a todos em nome do nosso Ministro da Agricultura Reinhold Stephanes e, também, Senador João Tenório e Senador Neuto De Conto pela iniciativa desta Comissão conjunta, dessa Audiência Pública conjunta.

Ministro, nós temos passado, ao longo de algum tempo, nos defendendo. Nós já nos defendemos contra o trabalho escravo e ainda vivemos defendendo e mostrando ao Brasil a respeito das dificuldades trabalhistas deste país, das dicotomias, de uma Lei Industrial, Comercial que foi imposta ao campo. Nós temos que explicar para o mundo que nós não temos aftosa, nós temos que explicar ao mundo que nós não estamos destruindo a Amazônia e agora nós temos que provar para o mundo que o etanol não faz mal à saúde.

Eu acho, Ministro, eu aprendi com um grande mestre na política do meu Estado, que os grandes líderes não se explicam. E isso não vale só para os políticos, mas vale também para uma Nação. O Brasil é um grande líder e precisamos acostumar a parar de dar tantas explicações, tantas desculpas como se nós fôssemos permanentemente réus do mundo todo. Réus porque temos tecnologia, porque temos produtividade, porque temos força de trabalho, apesar de não termos nem 10% da logística de transporte e de portos que o resto do mundo tem; apesar de que temos, impedidos esse tempo todo de desenvolver a engenharia genética nesse país, por problemas ideológicos, os nossos transgênicos; apesar de não conseguirmos registrar os nossos defensivos genéricos; apesar de não termos uma Lei forte contra a defesa da concorrência que nos proteja dos cartéis de fertilizantes e desses mesmos defensivos no país. Mesmo assim conseguimos ser competitivos graças a esse esforço e a tecnologia aplicada da porteira para dentro. O nosso grande problema é a porteira para fora.

Esta afirmação que ficou emblemática do cidadão que, graças a Deus, tinha assento na ONU, eu acho que ele poderia ter duas classificações: ou inocente ou de má-fé. Eu prefiro apostar na má-fé. Ninguém senta na ONU por inocência. Aquilo é má-fé e é uma campanha difamatória contra o etanol em proteção ao petróleo. Eu nunca vi aquele cidadão reclamar do preço do aumento do petróleo, porque ele sabe muito bem que aumento de petróleo é aumento no custo de produção e aumento de alimentos. Eu nunca vi ele reclamar que uma vaca na União Européia recebe por dia de subsídio três euros e meio por dia e que tem muito cidadão africano que não ganha um euro por dia para comer.

Então, Sr. Presidente, eu atribuo, e nós todos sabemos e V. Exª. com a sua competência sabe, que nós temos uma crise de aumento de consumo, principalmente ordenada pelos países emergentes que estão crescendo, as pessoas ganhando mais, portanto, comendo melhor. Nós tivemos um aumento do petróleo que significa aumento de fertilizante e aumento de frete e aumento de óleo diesel, do preço do óleo diesel, nas nossas máquinas que plantam e que colhem; nós tivemos problemas climáticos especialmente na Rússia e Austrália, que são países importantes produtores; nós tivemos a transferência da especulação imobiliária americana com a crise do s*uprime* para o mercado de *commodities*, que são os alimentos. Esses especuladores transferiram os seus investimentos para as *commodities* e fizeram com que elas subissem. Então eu não vejo nenhuma novidade em nada disso, mesmo porque, como o senhor disse, nós temos 0,7% de oitocentos e cinqüenta milhões de hectares plantado de cana.

E apenas para discordar, Ministro, se eu não compreendi bem, o senhor explicando a questão do Zoneamento Econômico Ecológico. Nós temos já de início a Constituição que graças a Deus nos protege. Então eu não entendo um zoneamento, se eu entendi mal me corrija, que vá o Governo decidir aonde o João, o Pedro e a Maria vão plantar cana. Em qualquer país civilizado e inteligente do mundo, o José, o Pedro, a Maria e a Joana vão plantar cana ou soja ou milho ou algodão se o mercado assim determinar, se ele sentir que vai ter renda e lucratividade. Isso está garantido no art. 170 da Constituição Federal, no seu § único: "É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei", que é o caso da reserva permanente, que é o caso da reserva legal. Fora isso, Ministro, não pode existir zoneamento de mercado, zoneamento que possa impor o que a Constituição nos garante. O zoneamento sim para orientar o produtor de que aqui a cana não é produtiva, que ele vai ter prejuízo, que a área correta de plantio de cana em determinado Estado e determinada região é o que há de mais inteligente que um país possa fazer.

Eu disse outro dia na tribuna – e até foi publicado no jornal O Globo pelo jornalista Ilimar em sua coluna, que nós temos, Ministro, 55 milhões de hectares no Brasil produzindo grãos, apenas 55 milhões de hectares que produz 140 milhões de toneladas; nós temos 127 milhões de hectares de terras públicas, sem destinação; nós temos 108 milhões de hectares de propriedade dos índios do Brasil; nós temos 77 milhões de hectares onde estão os assentamentos; nós temos 170 milhões de hectares de pastagens; nós temos 5 milhões de plantio de floresta; e nós temos mais 7 milhões de plantio de cana. Tirando isso tudo aqui, deixando os índios com os seus 108 milhões de hectares, encontrando mais

100 milhões de hectares que seja alternativo ou que seja de áreas novas, 100 milhões de hectares a mais do que nós plantamos hoje dá para abastecer, com os índices de produtividade do Brasil, médios, que podem ser muito bem alterados para mais, mas considerando a média da produtividade brasileira de arroz, trigo, milho e soja, nós conseguimos com 100 milhões de hectares alimentar 400 milhões de pessoas. A União Européia tem quatrocentos e cinqüenta milhões de pessoas. Nós só precisamos de uma coisa muito simples. Nós precisamos de condições de trabalhar. Nós somos uma indústria a céu aberto e que precisamos sim, de quando em vez, da proteção do Estado brasileiro. Nós produzimos 1/3 do PIB, 1/3 do emprego e 1/3 das exportações. Eu repito isso duzentas vezes por dia nesta Casa. Não estamos pedindo nada mais do que nós merecemos. Se nós der condições para isso, fortalecer o seu Ministério, principalmente, nós damos conta desse recado. Agora nos dê estradas, nos dê hidrovias, nos dê ferrovias, nos dê portos, nos dê o combate na defesa da concorrência. Vamos alterar a destinação das lavras da rocha fosfática no país, vamos tirar a TEC(F) da importação desses produtos da Ucrânia e da Rússia, como V. Exª. derrubou um dia desse, foi responsabilidade sua um cartel que permitia e protegia duas empresas no país com relação ao glifosato e ao nitrato de amônia, o senhor conseguiu derrubar o *antidumping*, para que nós possamos ter alguns sinais para nós diminuirmos o nosso custo de produção.

Para encerrar, Ministro, nós estamos hoje na seguinte condição. Um cálculo econômico de qualquer empresário, quer seja urbano, industrial, comercial, de serviços, quando ele vai calcular o seu custo de produção, ele calcula o seu custo operacional efetivo, ele calcula o seu custo operacional total, que é o desgaste do seu patrimônio, e o custo total que implica no custo de capital da sua propriedade, do seu patrimônio. Se o produtor rural brasileiro fizer esta conta direitinho, como o dever de casa manda, ele tem que parar de plantar. Ele tem que parar de produzir carne de qualquer espécie e tamanho. Ele só tem o direito de calcular o custo operacional efetivo. Se ele for mais além, ele está fora do ramo. Ele não pode ver, porque ele não precisa ver, não tem como ver essa conta. Ele não pode fazer essa conta empresarial porque ele vai ver que ele está extremamente prejudicado e o custo operacional efetivo é uma enganação, é apenas o que eu gastei para plantar por hectare ou para produzir um quilo de carne, e o que eu vendi aquele produto, e mato o custo com a receita. E aí ainda eu estou empatando. Só calculado esse custo eu estou empatando. Imagine se eu for por o preço da minha propriedade e calcular apenas a poupança sobre ela, se eu for colocar o desgaste e depreciação das minhas máquinas, da minha cerca, do meu curral e dos meus alojamentos.

Então, Ministro, eu quero concluir com isso que isso tudo é conversa afiada do mundo todo. Etanol não vai tirar comida da boca de ninguém. O que vai tirar as pessoas do ramo é mercado. E o Brasil precisa dar condições, porque é o único país do mundo, que tem condições de ampliar a sua área plantada de grãos e abastecer o resto do mundo.

Então eu concluo as minhas palavras dizendo a V. Exª. que o senhor está correto em defender o etanol e a agricultura brasileira. Não tem nada de errado, a não ser preconceito por inveja e competição econômica do mundo. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra, pela ordem de inscrição, antes agradecendo à Senadora Kátia Abreu, o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, Sr. Ministro Reinhold Stephanes, Senador João Tenório, Presidente da Subcomissão, Senador Neuto De Conto, Presidente da Comissão da Agricultura e Reforma Agrária, demos Senadores, Senadoras e convidados. Saúdo todos.

Eu estive agora pela manhã numa reunião com a delegação da Primeira-Ministra da Alemanha, vários empresários estão presentes, e a gente sente em cada contato um imenso interesse pelo Brasil e, particularmente, eu diria, inclusive, pela nossa produção de energia sustentável, pelo biocombustível, que é uma marca muito importante da nova trajetória da agricultura brasileira. Ainda que a gente produza há trinta anos, a mudança na frota de automóveis deu impulso ao etanol, ao biocombustível, ao biodiesel, absolutamente espetacular e irreversível.

Eu queria dizer que eu estou entre aqueles, e acho que o Ministro tem sido muito feliz nos seus pronunciamentos sobre essa matéria, o Brasil deve reconhecer que há uma grave crise de alimentos no mundo e demonstrar ao mundo, e o Ministro fez isso com muita competência, mostrando que os estoques de alimentos vêm se exaurindo nos últimos anos, o mundo vem comendo o que tinha estocado, e que o Brasil, nos últimos seis anos, é o país que mais gerou excedente agrícola exportável. Portanto, a nossa contribuição a melhorar a oferta de alimentos é incontestável, nós aumentamos significativamente a nossa produtividade, mesmo a área plantada para atingir 140 milhões de toneladas de grãos, e o país demonstrar um plano, uma programação, uma política agrícola agressiva para ampliar com rapidez a oferta de alimentos e a nossa capacidade de exportação. Eu acho que essa

é a contrapartida da nossa resposta a essa crise. Essa crise tem razões profundas, quer dizer, o aumento da renda e a urbanização na Ásia é um elemento estrutural, o novo eixo dinâmico da economia mundial é a Ásia, e a China tem metade da terra que o Brasil tem para produzir alimentos. É evidente que eles não terão como suportar e assegurar a oferta de alimentos. Países como Índia e China estão chegando no limite da sua capacidade, quer dizer, o custo marginal para ampliar a produção é muito elevado.

Mas a segunda razão desta crise evidentemente foram as alterações climáticas. Elas atingiram duramente países como Rússia, Austrália, mesmo aqui na nossa região, Haiti e Nicarágua viveram dois furacões devastadores, como em parte os Estados Unidos, e isso desestabilizou a agricultura em muitos países.

Eu acho que a terceira razão que nós devemos demonstrar é o petróleo, e o petróleo não encarece a agricultura apenas pelo custo do transporte ou a matéria-prima de produção dos equipamentos agrícolas. Eu quero lembrar que o nitrogênio, 70% do nitrogênio é gás, um gás que o preço médio passou de dezoito dólares, alguns anos atrás, a cento e vinte e cinco dólares ontem, e num mundo que só tem quatro grandes fábricas produtoras de fertilizantes, é um cartel, é uma estrutura cartelizada, que sofreu um choque de preços e repassa isso para a produção agrícola. Então além do transporte de grãos, o custo da matéria-prima se eleva com a elevação do preço do petróleo.

E a especulação financeira, evidentemente, o mercado de futuros, que é um mercado muito ágil, rapidamente o capital financeiro se desloca onde tem rentabilidade, especialmente num cenário que os grandes bancos americanos tiveram um prejuízo de 430 milhões(F) de dólares nessa crise do *suprime*, e essa crise se desentendeu, em termos de valores absolutos é a mais grave crise financeira do pós-guerra. Então rapidamente eles tentam compensar com outras atividades e migraram para o mercado futuro de grãos, identificando que não há estoque, como é o caso do petróleo, não há resposta de curto prazo na produção e a agricultura tem um ciclo natural que é reversível para você reverter esse quadro e vão especular nessa atividade, infelizmente.

O quê que eu quero chamar a atenção? Eu acho que o Brasil deve reconhecer que o etanol do milho encarece a cadeia produtiva de proteína da carne e pode ter algum impacto estruturante nessa elevação de preços de produtos. Assim como o biocombustível da beterraba e da canola na Europa, também tem um impacto, porque são custos extremamente elevados, são áreas que estão deixando de ser disponível para quem já não tem uma competitividade estrutural para produzir alimentos, como é o caso dos Estados Unidos e, particularmente, o caso da Europa.

Agora qual é o foco do nosso discurso? Aonde que nós sairemos dessa defensiva? Quer dizer, eu acho que nós temos que sair com uma agenda propositiva, mostrando que nós estamos com uma política agressiva de aumento da oferta agrícola, nós vamos aumentar ainda mais o nosso excedente exportável, e focar o debate nos subsídios e no protecionismo agrícola dos países ricos. Essa é o verdadeiro crime da política internacional que fomenta essa crise estrutural de oferta de alimentos. Nós estamos falando de subsídios de 430 bilhões de dólares/ano. É isso que impede que boa parte, especialmente da agricultura de subsistência, que são bilhões de pessoas no planeta que estão no limiar da fome, de poder produzir o seu cultivo e poder se alimentar. Se nós retirarmos os subsídios, se a rodada de Doha for centrada na resposta mais importante que a humanidade tem que dar agora, que não é permitir que cem milhões de pessoas estejam expostas à fome, e trinta e sete países estão sem nenhuma condição de sustentar e de ter uma política de segurança alimentar, nós seguramente abriremos um caminho novo para a agricultura mundial. Nós vamos aumentar a nossa competitividade, nós vamos arrebentar essa bolha especulativa de preços, nós vamos abrir novos mercados para as nossas exportações e vamos dar chance para pequenos países da América Latina, da América Central, da África, da Ásia e pequenas comunidades poderem produzir a agricultura de subsistência e terem competitividade e condições de sustentar a sua sobrevivência. Então eu diria que, para mim, esse é o foco central da discussão.

Eu queria concluir sugerindo, nós estamos vivendo um momento extraordinário da agricultura brasileira, e um cenário de futuro extremamente promissor, mesmo porque para o Brasil é muito cômoda a questão da matriz energética porque nós temos potencial hidroelétrico, que está em andamento, nós temos ainda energia eólica no Ceará, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, nós temos possibilidade de energia solar, eu falei isso para a delegação alemã, eles estão fazendo um esforço brutal na energia solar, só que nós temos três meses mais sol do que eles para poder competir também na energia solar. E nós temos no pré-sal estimativa de trinta milhões de barris de petróleo. A Bacia de Santos, em dois anos, vai estar produzindo trinta e três milhões de metros cúbicos/dia de gás e vai produzir nada menos do que duzentos mil barris de petróleo/dia. Então nós temos uma resposta estruturante. O Brasil vai virar um grande exportador de energia também, inclusive de petróleo.

Portanto, seria muito cômodo nós aceitarmos essa discussão do etanol e nós substituirmos a nossa matriz de etanol por petróleo. O Brasil não tem esse problema. Não terá mais esse problema. Agora, seria um grave equívoco, porque o etanol é uma energia renovável e o petróleo é uma energia que está se esgotando. Os Estados Unidos só tem reserva para cinco anos, a Europa praticamente não tem mais reservas, só numa área do norte, o Japão não tem reservas de petróleo, não há grandes descobertas nos últimos trinta anos de reserva de petróleo e nós estamos fazendo uma grande descoberta. Então nós temos que manter o etanol como uma saída global à crise de energia que se avizinha e de uma energia renovável, uma energia que no espaço urbano ajuda a reduzir a emissão de CO2. Então eu acho que nós estamos prontos para esse debate, muito bem posicionado para o futuro.

Eu queria sugerir, para concluir, primeiro, que o Brasil se prepare para enfrentar a questão do direito de retaliação na OMC dos subsídios que os americanos patrocinaram no algodão, nós vencemos o painel, nós temos o direito de retaliação de três bilhões de reais e nós temos que saber exatamente o que nós vamos fazer em relação a essa questão, porque isso vai ser uma referência para muitos países em desenvolvimento e, talvez, para começar realmente a colocar uma agenda nova na rodada de Doha, e isso tem que se fazer até junho. Qual vai ser a atitude do Brasil? Nós vamos enfrentar a questão de patentes, por exemplo, na cadeia do algodão? Nós vamos começar a produzir máquinas e equipamentos sem reconhecimento de patentes? Qual vai ser a nossa atitude na questão desse painel de controvérsia que o Brasil tem o direito, inclusive, de tomar uma atitude? Que atitude nós vamos tomar? Segundo, o Fundo de Catástrofe, eu acho muito feliz a intervenção do Senador Osmar Dias, por sinal é um dos grandes especialistas desta Casa na agricultura, sempre foi uma voz muito coerente, muito competente, eu acho espetacular a sugestão dele de nós termos uma meta de atingir pelo menos 80% da produção de trigo, ter uma política específica, e o Fundo de Catástrofe e preço mínimo, é o momento ideal para nós construirmos uma política de segurança estratégica da agricultura. Nós vamos ter um aumento de renda espetacular no campo e nós podemos criar uma política de financiamento de preço mínimo e de segurança estratégica para a agricultura brasileira. E acho que, com isso, nós daríamos um grande passo no sentido de impulso à produção agrícola, estabilidade da renda agrícola, e isso se faz no auge do ciclo. A hora é agora. De nós avançarmos numa política de financiamento do futuro, de criarmos uma política anticíclica usando esse momento exuberante que a agricultura atravessa para prepararmos para instabilidades e dificuldades futuras.

E, por último, a renegociação da dívida agrícola, eu acho que tem que sair logo essa Medida Provisória, porque vai ser mais um grande instrumento de alavancagem no investimento agrícola, na produção agrícola, mostrando que o Brasil sabe como aumentar a oferta de alimentos, baixar o custo de vida aqui dentro, que cresceu 20% nos últimos doze meses os alimentos, que pega a população de baixa renda, e, principalmente, a maioria dos países que não têm as condições estruturais que o Brasil tem de aumentar a oferta e amenizar essa tragédia que é a fome e a desnutrição. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado ao Senador Aloizio Mercadante. Só para anunciar, Senador Aloizio, no dia de ontem o Ministro José Múcio nos participou de que está pronta a Medida Provisória, ela deve chegar ao Congresso Nacional até, prazo máximo, dia 20. Espero, portanto, esta semana nós termos o processo para recomposição das dívidas agrícolas.

Como último orador inscrito na primeira parte para intervenção do Ministro nós ouviremos, então, o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Ministro, Sr. Neuto De Conto, Presidente da Comissão, Presidente João Tenório, da Subcomissão de Biocombustíveis.

Eu quero ser breve, mas não deixaria de cumprimentar o Senador Aloizio Mercadante pela precisão e segurança de todas as colocações que colocou aqui, que apresentou nesse momento nessa Subcomissão de Biocombustíveis. Da mesma forma o Senador Osmar Dias e a Senadora Kátia Abreu.

Eu vou me ater a dois itens primordiais. Primeiro, que o país ainda necessita sim de um zoneamento e está ultimando a análise que poderá contribuir, cada Estado está fazendo o seu levantamento socioambiental, econômico, zoneamento, aliás, e que vai possibilitar, inclusive, a definição real do quê que é a Amazônia Legal ou o que é a Amazônia, porque o Estado de Mato Grosso, que eu estou me referindo, inclusive Tocantins e Piauí, pertence hoje, na sua totalidade, ao bioma amazônico, quando na realidade o Estado do Mato Grosso tem menos de 30% de floresta, não que foi dizimada, bioma floresta. Em Tocantins o bioma floresta é ao redor de 10% ou menos e Piauí da mesma forma. Então eu vejo que a edição da... ainda que existe a Lei ambiental brasileira baseada na Medida Provisória 2.166, nós deveremos discuti-la e esse é um assunto que envolve o IBAMA, envolve o Ministério

do Meio Ambiente, envolve essa nossa Comissão de Agricultura, Comissão de Meio Ambiente.

Eu vejo a necessidade até porque posições que tanto o Governador do Mato Grosso, Blairo Maggi, quanto o Ministro Reinhold Stephanes, às vezes são mal interpretados. Quando o Ministro colocou, não me recordo a data, mas há um mês atrás, quando começou essa discussão, do aproveitamento das áreas degradadas, houve uma má interpretação total. Confunde-se e a imprensa até confunde áreas de degradação de pastagem, que é notória por causa da dificuldade econômica da recuperação das mesmas, e a sugestão de nós as recuperarmos para que os duzentos milhões de cabeças do país, duzentos e poucos milhões de cabeças de gado do país, possam ser explorados numa área bem menor do que hoje se usa, quem sabe a metade, e isso já há sugestão de recuperação dessas áreas, eu diria que para essas regiões aonde é possível – eu acho que todas elas são – a integração silvopastoril virá a ser uma solução. É uma experiência que a EMBRAPA tem demonstrado efetiva, economicamente viável e de muito interesse para qualquer atividade, tanto pequena, média ou grande. Essa integração, então, vai ser a consolidação de uma exploração econômica efetiva e socialmente, ambientalmente mais propícia. Então, nesse sentido, eu vejo que a redefinição e a rediscussão do zoneamento do bioma floresta é mais do que necessário, porque hoje até o Estado de Mato Grosso apresenta-se fora da discussão e de introdução, inclusive, de cana-de-açúcar, não só pela dificuldade logística, mas, também, porque se insere cem por cento na sua definição geográfica no bioma amazônico, quando se sabe que não é a realidade. Então, Secretário Egon Krakhecke, quando separaram os dois Estados, ficou essa definição de que Mato Grosso seria do bioma amazônico pela contribuição fiscal e com o auxílio de todos esses investimentos que foram feitos lá nessa área. Hoje eu acho que nós precisamos rediscutir isso daí, eu vejo que é importante a Câmara, o Senado e o Ministério do Meio Ambiente voltarem a redefinir a MP 2.166, que poderia dar uma contribuição muito grande para a gente realmente redefinir essa parte e dar condições para que essa posição de cana-de-açúcar ou qualquer cultura advinda dos Estados do Mato Grosso, Tocantins, o Piauí, seja colocado como advinda da Amazônia e explorada ilegalmente, quando nós sabemos que não está havendo esse desmatamento que estão propalando. Nós participamos pela Comissão do Meio Ambiente em diversas viagens para o Pará, para Rondônia, amanhã estaremos indo para o Mato Grosso e verificamos que a realidade é bem diferente. Quem sabe esses índices não perfazem nem 10% do que foi colocado pelos órgãos que divulgaram precipitadamente.

Então fica aí a nossa sugestão de a gente redefinir sim esse zoneamento e poder contribuir, então, numa nova Lei Agrícola para o país. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado ao Senador Gilberto Goellner e passamos, então, a palavra ao Ministro Reinhold Stephanes para que ele faça as suas considerações sobre as manifestações dos Srs. Senadores.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Bom, primeiro eu tenho que agradecer a todos os Senadores que fizeram as intervenções, agradecer as referências que fizeram à agricultura, ao Ministro, ao Ministério e também as sugestões. Embora a Senadora Kátia não está mais aqui, mas ela, evidentemente, fez algumas colocações e dentro delas também algumas discordâncias, não é? Mas se ela não discordasse, não seria a Senadora Kátia Abreu, e nós respeitamos muito isso.

Mas o Senador Osmar Dias começou levantando uma premissa que eu acho extremamente importante, quer dizer, de repente a agricultura passou a ser importante para o Brasil e para o mundo e isso é bom. Até porque quando se observa quando o mundo era de oferta de produtos agrícolas, nos últimos trinta anos os preços de produtos agrícolas eram declinantes, quer dizer, qualquer comparação que se faça com o aumento dos preços de transporte, de educação, de saúde, de bens e serviços, vamos observar que a agricultura sempre está puxando os preços para baixo, ou seja, todo ganho que havia de aumento de produtividade ou de eficiência na área agrícola era transferido para a mesa do consumidor. O que, aliás, era bom, mas também criava problemas de renda para o produtor agrícola, o que, por sua vez, não era bom, ao ponto que num dos planos chamou-se, no Plano Real, que era a Âncora Verde, se dizia com muito orgulho porque durante três anos a cesta básica não aumentou de preço, mas alguém estava pagando isso. Bom, hoje nós temos uma inversão desta curva, depois de quase trinta anos. E aí, quer dizer, o mundo passou a observar que efetivamente a agricultura era um tema importante e que o mundo tinha que se preocupar com a agricultura. E eu acho que isto é bom.

A questão dos fertilizantes que foi levantada, quer dizer, vários pontos foram levantados tanto pelo Senador Osmar, como por outras pessoas, é uma questão extremamente sensível, é uma questão estratégica para nós, nós somos altamente dependentes de importação. No potássio nós vamos chegar daqui a pouco a 80% das necessidades de importação, no fósforo nós vamos chegar a quase 60%. E o preço desses produtos tem crescido muito e tem crescido não só pelo aumento de

demanda ou pelo aumento do preço do petróleo, mas também por movimentos especulativos que se somam a isso, e o interessante dessa questão e o Ministério está com grupo de inteligência estudando isso já há muitos meses e mantendo muito contato inclusive com o setor privado, com a área de produção agrícola brasileira, com as representações, com as cooperativas, com as grandes organizações, tipo a Pró-Soja, enfim, produtores de cana, como que nós podemos sair desta dependência que nós temos?

E aí algumas questões se colocam e que foram colocadas aqui. Por exemplo, em termos de fósforo o Brasil tem minerais suficientes no seu solo para se tornar auto-suficiente, ou seja, num trabalho a médio prazo nós podemos chegar lá. Agora existem problemas de legislação, existem empresas que estão com centenas de permissões de lavra e de pesquisa, mas que não a fazem, não a executam. Então tudo isso tem que ser equacionado, assim como, também, existe a questão dos nitrogenados, aonde nós temos que envolver, possivelmente, a própria Petrobrás nisto. Mas já há um trabalho, eu quero dizer que há um trabalho. Não vamos ter solução a curto prazo, mas, pelo menos numa visão de médio ou longo prazo, nós temos que encontrar um caminho para esta questão de fertilizantes.

Quando nós falamos em recuperação de pastagens, também foi uma questão levantada aqui primeiro pelo Senador Osmar e depois por outros Senadores, efetivamente é uma realidade, quer dizer, nós podemos, hoje, recuperar cinqüenta milhões de hectares, nós temos que ter uma programa para isso, eu concordo, já estamos pensando nesse programa, quer dizer, nós temos que ter um programa que nos conduza, quer dizer, sair do discurso para a prática, quer dizer, se nós chegamos a esta conclusão, agora nós temos que tornar isso em termos práticos, como nós ainda temos também de quarenta a cinco milhões de hectares a serem incorporados de outras áreas, eu costumo dizer, sem necessidade de derrubar nenhuma árvore no bioma amazônico – eu estou falando em bioma amazônico -, sem necessidade de derrubar nenhuma árvore. Claro que ainda algumas vão ser derrubadas em função do próprio direito legal que algumas propriedades têm, até que se encontre uma compensação para que essas pessoas deixem de derrubar.

Mas ainda ontem ou esses dias, foi colocada essa questão, foi dito: "Bom, quem é que afinal de contas está desmatando na Amazônia?" Quão importante é definir quem está desmatando e por que, quais são as causas do desmatamento. Bom, aí alguém colocou: "Bom, você tem vários aí". E, dentro dessas colocações, falou-se: "Nós ainda temos avanço da pecuária, da grande pecuária em termos de desmatamento". Aí a minha primeira reação foi o seguinte: "Gente, isto não pode acontecer". Porque a grande pecuária não traz absolutamente nenhum grande benefício, nenhum benefício econômico, primeiro que ela não emprega gente, e nós temos áreas suficientes, nós temos gado suficiente, nós podemos produzir muito mais nas áreas que estão abertas, nós não precisamos abrir mais áreas, gente, isso tem que ser coibido, agora temos que apenas encontrar um instrumento de coibir isso, ou seja, o Ministro da Agricultura está perfeitamente de acordo com isso. Agora também têm outras posições de maior racionalidade, quer dizer, evidentemente que o Ministro da Agricultura não pode se colocar favor do conceito Amazônia Legal, que, aliás, é um conceito de usos e costumes, porque ele não existe. O que existe é apenas uma Lei que diz que, para efeito de financiamento, na região amazônica, mas aí região como região, geográfica, não como região de bioma, nem região de floresta, mas que passou a se usar e até se pintar de verde todo o Mato Grosso, todo o Tocantins, parte do Maranhão e passou-se a usar isso. E aí criou-se uma confusão. Eu fiz essa pergunta numa ocasião no meio dos doutores e cientistas nossos, eu falei: "Escuta, por que é que bioma, que é Amazônia Legal?" Ninguém soube dizer, nem o meu diretor de produção agrícola, nem o meu diretor de política agrícola, ninguém soube responder, ou seja, nós criamos isso como uso e costume e passamos a adotar isso. Nas próprias estatísticas quando aparece que na Amazônia tem tanta população, tantos bois, tanto isso, na verdade você está incluindo todo o Mato Grosso e está incluindo 70 a 80% de cerrado que não tem nada a ver ou todo o Tocantins. Então, evidentemente, isso tem que ser, na minha visão, melhor colocado.

Da mesma forma que, evidentemente, a questão da Portaria que coloca propriedades que chegam até perto de Cuiabá, Diamantino, que são regiões consolidadas como regiões de restrição, quer dizer, consolidadas não só na produção da soja, do milho, como também das indústrias, se tem lá Sadia ou se tem lá a Perdigão, enfim, são regiões altamente consolidadas. De repente sai e é colocado como área restritiva e não é área de bioma Amazônia, quer dizer, então evidentemente isso cria problemas.

Agora no restante, evidentemente, nós somos totalmente de acordo que nós podemos incorporar ainda noventa milhões de hectares na nossa produção, e aí alguém falou que poderíamos produzir para praticamente uma Europa inteira a mais sem precisar derrubar nenhuma árvore a mais no bioma Amazônia. Agora como fazer para que não se derrube nenhuma árvore, quer dizer, aí eu não saberia dizer como e nem é

a minha função. Agora como Ministro da Agricultura eu acho que este deve ser o objetivo a ser alcançado.

A questão, também, do trigo, o Senador Osmar levantou bem, nós fomos Secretários, um pouquinho antes do que o outro lá, e exatamente naquele momento o Brasil era praticamente auto-suficiente em produção de trigo, o Paraná era o maior produtor brasileiro de trigo, produzia o dobro, mas menos do que produz hoje já naquela época, e a política de trigo adotada pelo Brasil, então, eu acho que foi o Ministro Delfim, na época, o Delfim disse assim: "Olha, se é mais barato importar da Argentina e se o Canadá e os Estados Unidos têm excesso de produção e estão subsidiando as exportações, por que é que nós vamos produzir internamente?" E aí acabou se desincentivando um pouco, não se deu muita importância à produção do trigo e hoje nós somos dependentes em 70% na importação do trigo, quer dizer, é o único produto que nós somos dependentes. Mas, como também foi colocado, pelo mercado que se estabeleceu e, evidentemente, que esse mercado hoje em setecentos e sessenta reais a tonelada possivelmente não vá se manter, a gente acredita que ele vá cair um pouco, mas em qualquer hipótese será um mercado, em termos de preço, altamente favorável ao retorno à auto-suficiência interna da produção de trigo, até mesmo pela instabilidade que nós temos do fornecimento do trigo por parte da Argentina. Então, isso também foi colocado aqui, a capacidade de terra e de produtores de máquina nós temos, mas no momento nós temos uma limitação que é semente. Então possivelmente um programa de cinco anos ou seis ou sete, num avanço gradativo, o Brasil pode se tornar novamente auto-suficiente na produção de trigo. Claro que o trigo na região sul tem um certo risco climático, embora ele não se verificou nos últimos anos, mas ele pode acontecer, mas nós também já sabemos que aqui no centro-oeste nós temos dois mil e quinhentos, aliás, só em Goiás, nós temos dois mil e quinhentos pivôs, aonde possivelmente pode ser uma boa opção de se produzir trigo agora nesse período do inverno usando os pivôs, quer dizer, fazendo de forma irrigada.

A questão levantada pela Senadora Kátia quanto ao zoneamento, evidentemente isso é uma questão que pode ainda gerar debate, mas há uma tendência, veja bem, há uma tendência evidentemente de o Governo definir que não se plante cana no bioma amazônico, quer dizer, há essa a tendência.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Não, aí o conceito é um pouco maior, quer dizer, isso daí vai ser uma discussão, mas vamos dizer que há uma tendência em relação a isso. Sob o ponto de vista de produção, de aumento de produção, não haveria necessidade, mesmo que fossem já em áreas degradadas. Agora, por outro lado também, é verdade que, numa área de pastagem degradada, seria muito melhor se plantar cana do que se manter a área de pastagem degradada, quer dizer, ela teria um balanço positivo. Mas, de qualquer forma, essa é uma discussão que ela vai ficar no momento que o zoneamento estiver pronto e no momento da decisão, e será uma decisão de Governo, quer dizer, e como decisão de Governo aí é claro que envolve todo o debate e aí teria que ser cumprida.

Aqui também se colocou muito a questão de produtividade. Na minha exposição inicial eu não passei essa informação, mas é uma informação extremamente importante, quer dizer, o grande crescimento agrícola que o Brasil vem tendo em média de 4,8% nos últimos vinte anos e com possibilidade de manter esse nível de crescimento em torno de 5% e talvez até aumentar esse crescimento, porque na medida que os preços no mercado estimulam, o que aí passa a ser um crescimento extraordinariamente alto, onde se joga isso a médio e longo prazo, é importante se dizer que quase 70% deste aumento se dá via produtividade, e a tendência é que nós aumentemos cada vez mais a nossa produção via produtividade. Então a questão da tecnologia, a questão da eficiência, a questão do manejo têm sido, também, extremamente importante na melhoria da agricultura brasileira.

Questões foram colocadas pelo Senador Gilberto também, a questão a questão da integração lavoura-pecuária, lavoura-floresta também é uma questão que está avançando bastante, embora existam algumas dúvidas, mas isso está avançando bastante.

Sobre mudanças climáticas... Aliás, sobre a renegociação da dívida o projeto está pronto, deverá ser assinado entre sexta e segunda-feira. O Fundo de Catástrofe, em princípio, que também deverá ser assinado em conjunto, quer dizer, havia interesse do Governo em lançar esses dois instrumentos, e assim como possivelmente também assinar a criação do adido agrícola, que também é uma reivindicação de grande interesse que o Brasil vem tendo já na área da agricultura há muito tempo. Tudo isso deverá acontecer nos próximos dias, eu acho que são notícias muito boas.

Só para finalizar – e aí eu acho que eu respondi a todas as colocações -, mudanças climáticas. É uma informação que poucas pessoas têm, mas a EMBRAPA tem uma plataforma de estudos sobre mudanças climáticas em Campinas, São Paulo. Essa plataforma é composta de mais de setenta especialistas em questões climáticas e alguns, além de especialistas, mui-

tos cientistas participam disso. Ela vem estudando e projetando cenários para todas as regiões e todas as culturas que se produzem no Brasil, quer dizer, ela já tem cenário para saber o quê que vai acontecer com a área que hoje planta café dentro de dez, vinte, trinta, quarenta ou cinqüenta anos dependendo do nível de aquecimento que nós vamos ter. Todos esses cenários, tem para todos os produtos projetados, e ela já trabalha, hoje, com mais de duzentos projetos no sentido de, dentro desses projetos, na maioria deles de estudar a adaptação de culturas a possíveis cenários futuros. Então eu quero apenas passar essa informação que efetivamente já existe uma massa crítica de estudo muito forte em relação às mudanças climáticas e o que fazer para que a agricultura brasileira mantenha, enfim, a liderança e a possibilidade de continuar produzindo bem para o futuro.

Finalmente, só uma informação. Embora isso não foi colocado, mas isso é muito perguntado: o quê que acontece com o feijão? Porque o feijão, estava a saca de sessenta/quilo, a saca chegou de sessenta reais a duzentos e oitenta reais. O feijão não é uma *commodity*, assim como o arroz não é uma *commodity* também, o preço se forma praticamente por razões de mercado interno e agora já está caindo, hoje a nível de produtor já está em noventa, noventa e cinco, possivelmente não vai recuar mais aos sessenta que esteve no passado, mas aí a sugestão colocada para o trigo, pelo Senador Osmar Dias, é a mesma que precisamos ter para o feijão. Nós precisamos ter um preço/garantia para que as pessoas efetivamente produzam feijão. Nós precisamos de uma política específica para evitar essas grandes flutuações. Por quê? Porque uma das razões que nós chegamos a esse preço é que num determinado tempo ele caiu a menos de quarenta a saca e não valeu a pena produzir. Depois mais um probleminha climático, aí o problema surgiu.

Então, gente, muito obrigado, agradeço as possibilidades que me foram dadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado ao Ministro Reinhold Stephanes. Ele tem compromisso, vai se retirar. Continua a Reunião, vamos ouvir os demais convidados. E nós passamos, então, de imediato, a palavra para o Ministro André Aranha Corrêa do Lago, Chefe do Departamento de Energia, representando o Ministro das Relações Exteriores.

SR. ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO: Muito obrigado, Senador. Em nome do Ministro das Relações Exteriores agradeço o convite que foi feito para participar dessa Audiência Pública extremamente oportuna, uma vez que essa questão dos biocombustíveis *versus* alimentos tem gerado uma discussão internacional de uma intensidade que surpreendeu a todos e, principalmente, a nós brasileiros, que conhecemos esse tema há mais tempo e que já tivemos um amplo debate interno sobre a questão.

Eu gostaria de esclarecer a posição do Itamaraty nessa questão. O Ministério das Relações Exteriores tem participado, nos últimos meses, de discussões coordenadas pela Casa Civil a respeito de como o Governo brasileiro deve reagir a essa circunstância internacional.

Eu, antes de mais nada, gostaria de comentar que a questão do debate da comida *versus* biocombustíveis é apenas umas das críticas que estão sendo dirigidas aos biocombustíveis. Nós identificamos, de maneira a facilitar o debate no Brasil e internacionalmente, nós identificamos cinco dimensões das críticas aos biocombustíveis que devem ser abordadas.

A primeira é a questão da vantagem dos biocombustíveis com relação a outras energias no tocante às emissões de gases de efeito estufa. Uma outra questão é a questão do balanço energético, qual é a vantagem de um biocombustível com relação à energia que custa para produzi-lo. Uma outra dimensão é o efeito sobre a biodiversidade, sobre a água, os deslocamentos de terra, todas essas questões relacionadas ao que também se costuma chamar do uso da terra. A quarta questão é a questão social, que também é um debate importante, que é a dimensão social da produção dos biocombustíveis no mundo. E, finalmente, a quinta é esta que está nos ocupando hoje, que é da comida *versus* os biocombustíveis.

Eu acredito que o principal motivo desse debate é uma questão de falta de informação no mundo sobre os biocombustíveis. E para nós, brasileiros, é uma coisa estranha, porque como nós estamos muito habituados a lidar com esse tema, nós já temos naturalmente uma quantidade de informações que às vezes nós partimos do princípio de que os outros também têm, mas os biocombustíveis são uma novidade muito significativa nos outros países.

Então a primeira preocupação nossa é com relação à informação. Como o senhor sabe, Senador, o Presidente Lula convocou para o mês de novembro próximo, em São Paulo, uma grande Conferência Internacional sobre Biocombustíveis e essa Conferência será, eu acredito, uma ocasião muito importante para que se possa ter um debate mais informado sobre a questão. E o esforço do Governo é justamente no sentido de, com vistas a essa Conferência, já trabalhar junto aos nossos principais parceiros internacionais e, se possível, junto à imprensa internacional, para que não se chegue a São Paulo tendo que explicar tudo do zero, quer dizer, nós temos que já estimular esse de-

bate antes e já divulgar informações. E nesse sentido o Ministro Celso Amorim instruiu que as Embaixadas fossem particularmente ativas nessa área e a atuação das Embaixadas está sendo feita também graças ao trabalho de coordenação com os outros Ministérios e também com esta Casa e também com a Câmara dos Deputados. Então o que nós estamos procurando é ir diretamente àqueles que estão questionando os biocombustíveis, trabalho que nós temos feito com... Recentemente estiveram dois Deputados em Bruxelas, como o senhor sabe, que foi o Deputado Mendes Thame e Duarte Nogueira, que foram levados às pessoas que estão tomando decisões na União Européia com relação aos biocombustíveis para esclarecimentos. Nós temos trabalhado também muito com o Ministério da Agricultura e o nosso Bertoni tem participado de várias reuniões internacionais e nós temos envolvido também a UNICA, como também Organizações Não Governamentais, porque nós acreditamos que o que nós temos que refletir é a abertura e a amplidão desse debate dentro do Brasil. Esse debate não é uma novidade.

Então especificamente com relação à União Européia, tendo em vista que ela é citada na Audiência de hoje, eu gostaria de esclarecer que o Governo brasileiro está trabalhando muito ativamente em três dimensões. Primeiro, junto à Comissão Européia. A Comissão Européia fez essas propostas diretivas que estão já em estudo pelo Parlamento e pelo Conselho Europeu, pelos países membros. Então junto à Comissão, já antes da diretiva ficar pronta, houve uma ampla discussão e eu estava, por sinal, naquela época, eu tinha a função de Ministro Conselheiro na nossa missão junto à União Européia, e recentemente, há dois meses, eu assumi a diretoria do Departamento de Energia. E nessas discussões que nós tivemos com a Comissão, nós procuramos esclarecer várias dúvidas que eles tinham e, também, mostrar para eles que certas restrições que eles apresentavam aos biocombustíveis não se aplicavam ao Brasil. Portanto, as diretivas que a Comissão apresentou já haviam sido nitidamente vistas e alteradas, e evidentemente, como elas refletem também uma grande divisão dentro da Comissão Européia, porque, como o senhor sabe, por exemplo, o Comissário de Comércio é favorável à importação de biocombustíveis, por exemplo, o Comissário de Agricultura, evidentemente, tem muito mais dificuldades, o Comissário de Meio Ambiente sofre pressões de ONGs e o Comissário de Energia vê de maneira muito clara as perspectivas que os biocombustíveis oferecem para a Europa. Portanto, neste momento exato na União Européia o que está acontecendo é um debate no parlamento e entre os países membros. E nesse tido sentido também nós estamos muito presentes tanto junto ao parlamento como junto aos países membros. A presença hoje da Chanceler, Primeira-Ministra da Alemanha, é muito significativa, pois a Alemanha é um dos países mais difíceis na área de biocombustíveis, junto com a França e a Holanda. E hoje, na presença do Presidente Lula e da Ministra Merkel, será assinado um acordo de energia entre o Brasil e a Alemanha, com especial ênfase sobre os renováveis e a eficiência energética. O que é que esse acordo simboliza? Esse acordo simboliza a disposição do Brasil de dialogar e ao mesmo tempo demonstra que a Alemanha, que procurou nas negociações desse acordo mostrar suas grandes preocupações com relação aos biocombustíveis, está disposta a discutir, ou seja, ela não está com uma posição tão radical quanto alguns órgãos de imprensa diriam. A verdade é que a Alemanha está profundamente dividida, mas nós esperamos que, com base nesse acordo, a posição da Alemanha no Conselho Europeu seja favorável à criação da meta de 10% de mistura de biocombustíveis de 2020, que é a proposta da Comissão.

E nesse ponto, rapidamente, eu queria mencionar que o que nós acreditamos que seja o mais importante nesse momento é a questão dos mandatos. Os Estados Unidos criaram um mandato para os biocombustíveis, ou seja, há uma Lei, eles devem produzir biocombustíveis. Então a questão do acesso ao mercado, a questão da sustentabilidade, da discussão de critérios de sustentabilidade é uma segunda etapa. O mais importante é o mandato. Porque nós sabemos que a partir do momento que os Estados Unidos tiverem um mandato muito claro, nós sabemos que eles não serão capazes de produzir a quantidade de combustível que esse mandato prevê.

A mesma coisa é a nossa preocupação com relação à União Européia. O nosso desejo é que haja um mandato da União Européia e é isso que está sendo discutido. Caso esse mandato passe – e isso será decidido nos próximos meses – a questão do acesso ao mercado, a questão da sustentabilidade será discutida de maneira muito mais sóbria depois, porque é do interesse, será uma obrigação da União Européia de ter uma certa quantidade de biocombustíveis. E nós estamos convencidos de que o Brasil, hoje, produz o biocombustível mais sustentável do mundo. Nós estamos absolutamente convencidos disso. Por isso, quando mais questiona os biocombustíveis mais se fortalece a qualidade do biocombustível brasileiro.

Então esse debate, apesar de não recomendado, é um debate que tem mostrado a diferença do biocombustível brasileiro. No entanto, nós também somos vítimas de uma incompreensão muito significativa da

dimensão dos biocombustíveis. Agora eu também acho, nós também achamos que é perigoso achar que só o Brasil é capaz de produzir biocombustível sustentável. Não, nós estamos convencidos de que em várias regiões do mundo poderá ser produzido biocombustível sustentável. A defesa de que só o nosso é sustentável cria uma ameaça à expansão dos biocombustíveis no mundo. Então nós acreditamos que o nosso discurso tem que deixar muito claro tanto a importância do mandato quanto a disposição do Brasil de discutir a sustentabilidade, quanto a possibilidade de muitos outros países produzirem um biocombustível que poderá suprir as necessidades que esses mandatos nos países ricos estão criando.

Eu gostaria de comentar, eu acho que os Senadores e o debate que antecedeu, eu acho que já foram levantadas as principais questões das vantagens dos biocombustíveis e os motivos pelos quais há um crescimento do custo dos alimentos no mundo, mas eu gostaria de mencionar duas questões que o Presidente Lula tem insistido bastante e que tem dirigido muito o nosso esforço na divulgação dos biocombustíveis. Primeiro é que os biocombustíveis não podem ser vistos apenas como um produto agrícola. Os biocombustíveis têm que ser analisados como uma alternativa energética, que têm valores extraordinários no contexto da mudança do clima. Então as vantagens dos biocombustíveis na área de mudança do clima, sobretudo do brasileiro, são indiscutíveis e devem ser cada vez mais divulgadas. A segunda dimensão, que é muito importante, são os benefícios que os biocombustíveis podem levar aos países em desenvolvimento, principalmente aos países mais pobres, porque há países da África onde nem sequer 20% da população tem acesso à energia. Com o petróleo a cento e vinte, essa proporção da população que tem acesso à energia não tem a menor possibilidade de crescer. Os biocombustíveis são, portanto, uma enorme oportunidade para eles, não só do ponto de vista de energia, mas, também, de geração de renda. Há um preconceito quase neocolonialista de que a Europa ou os Estados Unidos saberiam melhor o quê que os outros países precisam. Os países devem decidir por si próprio e os países têm condições muito diferentes. Realmente há certos países nos quais os biocombustíveis não se aplicam e há certos países onde há possibilidades extraordinárias, sempre citado é Moçambique. Moçambique é um país que tem extraordinária possibilidade. E a terceira questão é que o aumento do preço das *commodities* agrícolas, em princípio, deveria ser uma coisa muito positiva para os países em desenvolvimento e é uma coisa pela qual os países em desenvolvimento vêm pedindo há muitos anos. E aí eu volto um pouco ao que mencionou o Senador Mercadante: o que impede que o aumento das *commodities* agrícolas seja positivo para os países em desenvolvimento foram as deturpações dos subsídios dos países desenvolvidos nos últimos anos, que impediu que uma lógica econômica e as vantagens comparativas dos países em desenvolvimento pudessem se aplicar à produção de agricultura.

Eu vou ficar por aqui, aberto aos comentários, obrigado.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Senador Neuto De Conto.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra--

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu queria pedir a V. Exª., só aproveitando a chegada do Senador João Tenório, pedindo escusas aos palestrantes, é que tem um requerimento, devido à urgência da Reunião da Comissão de Relações Exteriores, que eu gostaria que o Senador João Tenório colocasse em votação para que nós pudéssemos realizar essa Sessão amanhã da Comissão de Relações Exteriores.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Mozarildo, o Senador Tenório vai lê-lo e já colocamos em votação.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Essa é uma Reunião conjunta da qual faz parte também a Comissão de Relações Exteriores. Então apreciaremos o requerimento do Senador Mozarildo Cavalcanti, que é o seguinte: "Requeiro, nos termos do art. 83, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Governador do Estado de Roraima, José de Anchieta Júnior, para debater em Audiência Pública desta Comissão, na Reunião de amanhã, 15 de maio de 2008, sobre o processo envolvendo a terra indígena Raposa Serra do Sol".

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Em discussão. Com a palavra o autor, se assim desejar.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Apenas que a matéria é devidamente bastante conhecida de todos e eu gostaria apenas de que fosse aprovada para que o Governador, estando aqui em Brasília, como está, tivesse a oportunidade de explanar sobre o assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua em discussão. Em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Eu gostaria também de anunciar a presença em nosso Plenário do Deputado Duarte Nogueira, do PSDB-SP. Eu queria saber se algum dos Senadores quer fazer alguma pergunta ao Ministro André Corrêa

do Lago. Como ninguém quer fazer, com a palavra o Dr. Arnoldo Campos, Diretor de Financiamento do Departamento de Proteção da Produção, representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sr. Presidente, eu fui informado agora que eu teria que fazer um protocolo da aprovação, porque o senhor não faz parte da Comissão de Relações.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Bom, submetemos então à aprovação, quem concorda permaneça como está. Aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Porque é da outra Comissão?

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): É da outra Comissão.

SR. ARNOLDO CAMPOS: Boa tarde a todos e a todas. Eu vou tentar ser bem rápido, colocando só algumas questões do ponto de vista do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A primeira delas que eu queria dividir com vocês é a gente entender a dimensão e a profundidade dessa crise de alimentos que a gente está vivenciando. Eu quero socializar com vocês aqui alguns gráficos que mostram a evolução dos preços dos alimentos no mercado interno e externo. Isso nos coloca o desafio de compreender esse momento que nós estamos vivendo da alta dos alimentos. Sem de forma alguma discordar das causas que foram apresentadas até agora, como o aumento do consumo, a questão do etanol americano, a questão climática, nós temos um fenômeno relativamente recente que é a entrada do mercado financeiro no setor de alimentos, e eu quero mostrar um pouco isso porque por mais que nós tenhamos curvas de crescimento da demanda, e nós tivemos um desvio importante da produção de milho para a fabricação de etanol, algumas coisas não se explicam só por oferta e demanda. Há um componente novo que a gente precisa entender melhor.

Então como vocês podem ver ali, esse é um produto de mercado interno, nós tivemos desde 2004 oscilações no mercado de feijão sem grandes variações como essa que ocorreu a partir da metade de 2007. Os preços evoluíram, quase que dobraram ou mais do que dobraram, chegaram quase a triplicar com relação à média histórica para o período. Pode passar.

O arroz, como vocês podem ver, também vinha num crescente de preços até o início desse ano, mas as pontinhas são os últimos dados que nós temos do mercado interno e externo. Então aquela pontinha vermelha lá de cima do arroz é o arroz no mercado internacional. Ele triplicou de preços em poucos meses. Em menos de cinco meses o preço do arroz subiu quase 300%. O que explica isso não é só a oferta e demanda. No mercado interno a tendência sempre desses produtos é de ter uma variação menor. Pode passar.

Aqui é o trigo. Vejam, no vermelho é o mercado internacional, a farinha de trigo no mercado internacional. Vejam que também há uma curva de preço sempre em ascensão, mas a partir de um determinado momento ela explode. E internamente essa explosão, ela está ocorrendo num prazo diferente do internacional. Nós estamos absorvendo esses aumentos, mas numa proporção muito menor. Então o Brasil se mostra mais preparado para essa conjuntura de preços elevados, mas alguma coisa ocorreu que o trigo explodiu e não é só o problema da Austrália. Pode passar.

As carnes, vejam a carne bovina. A curva dela é uma curva que já vinha desde 2005 se ampliando, mas há uma explosão a partir da metade do ano passado. Pode passar.

O leite da mesma forma, a curva dele explode a partir de um determinado momento, em fins de 2006, início de 2007. Pode passar.

Aqui o frango não tem grandes oscilações, de qualquer forma varia muito mais no mercado externo do que no mercado interno. Pode passar.

O milho também vem oscilando e a partir da metade de 2006 ele passa a ter, que é aonde entra o programa americano, principalmente, passa a ter uma evolução também bastante vertical dos preços, com uma explosão de preços ocorrendo aí no período. Pode passar.

E a soja, que é um produto que também sofreu impacto recente, a partir de janeiro de 2007 ela explode.

Então a compreensão da crise dos alimentos precisa ser aprofundada e a gente conseguir captar quais são os motores desse comportamento de preços. A gente não consegue encontrar uma causa isolada nesse processo, mas um conjunto de fatores, e a gente pode dizer que a crise americana imobiliária e o próprio etanol americano têm componentes importantes.

Então eu só queria ilustrar essa evolução de preços, que ela coloca a grande maioria dos alimentos num novo patamar que provavelmente não retornará mais ao passado. Nós vamos viver um período de alta nos preços e quando voltar a ter uma estabilidade, vai estabilizar num novo patamar.

Isso coloca para o Brasil dois grandes desafios: 1) Conter a inflação de alimentos no mercado interno, ou seja, se os alimentos subirem no mercado interno nós vamos comprometer o crescimento da economia como um todo. Nós estamos observando uma pressão de preços importantes no mercado interno que está levando a uma tendência de subir os juros. Se essa tendência continuar, nós vamos ter um impacto no

crescimento da economia como um todo. Então o setor de alimentos passa a ser uma variável importante para a macroeconomia. Sempre foi, evidentemente, mas antes como âncora positiva, com variação sempre abaixo do índice geral de inflação, mas, agora, com o impacto que pode vir a ser negativo se o Governo não conseguir e a sociedade, os produtores, enfim, não conseguir equilibrar esse problema interno de preços; 2) Aproveitar uma oportunidade histórica de ampliar a participação do Brasil no mercado externo, quer dizer, nós estamos assistindo a um novo patamar de preço que coloca vários produtos que antes nem ser exportados num patamar de exportação. Veja o caso do milho, que era um produto que nós pouco exportávamos, inclusive importávamos alguma coisa. O milho agora é um produto de exportação importante. O arroz vai entrar nessa dinâmica e o Brasil precisa se preocupar com isso, vai exportar arroz. O próprio trigo, se nós começarmos a produzir mais, pode ser um produto de exportação. Então há uma oportunidade extraordinária e isso coloca um desafio grande.

Para o MDA o que nós assistimos? Do IPCA, o segmento do IPCA alimentos e bebidas tem quase cem itens, e desses cem itens a grande maioria deles é composta de produtos alimentares que tem a agricultura familiar como principal produtora. Desses quase cem itens, cinco produtos são os responsáveis por essa inflação de alimentos que a gente está assistindo hoje no Brasil, que é o leite, o trigo, o arroz, o milho e o feijão. Esses são os principais responsáveis pelo aumento da inflação de alimentos no período recente. Mas nós temos quase noventa itens que estão relativamente estabilizados, que precisam continuar estabilizados e que a gente precisa ter uma atenção especial porque eles contribuem para a estabilidade da inflação de alimentos. Então ao mesmo tempo que tem que atacar alguns produtos que estão com problemas, nós temos que manter o bom desempenho dos demais para que a inflação, no médio e longo prazo, se mantenha estável. E isso significa investir, entre outros, na agricultura familiar, que é a principal responsável pela maior parte dos alimentos que estão no IPCA brasileiro, desde o feijão, o milho, o leite, as hortaliças em geral, boa tarde das frutas, os tubérculos, as leguminosas, boa parte delas é produzida, majoritariamente, pela agricultura familiar e é importante que a gente possa continuar investindo, como tem sido feito nesse Governo, na agricultura familiar, agora com foco ainda maior na produção de alimentos.

Para finalizar, é importante dizer que dentro do Governo Federal tem um grupo de trabalho em andamento, inclusive tem uma reunião daqui a pouco, às 14h30, em que estão participando os Ministérios envolvidos com a questão dos alimentos, junto com o Ministério da Fazenda, discutindo as possíveis medidas para que ao mesmo tempo a gente possa ter segurança de abastecimento, segurança alimentar interna, e que a gente tenha ferramentas também de aproveitar essas oportunidades que o mercado externo está nos dando. Então provavelmente junto com os anúncios do Plano Safra da Agricultura Brasileira nós vamos ter medidas específicas para estimular a produção de alimentos e para garantir o suprimento interno. Então coisas como ajustes na política de garantia de preços mínimos, o apoio à formação de estoques público e privados, a ampliação de limites de financiamento, correções na política de crédito de seguro devem ser feitas tanto para a agricultura empresarial quanto para a agricultura familiar para que a gente possa aproveitar essas oportunidades e garantir que no Brasil a inflação de alimentos não vai prejudicar o crescimento econômico que há tão pouco tempo a gente conseguiu produzir.

Então eram mais esses informes que eu queria passar para vocês.

[Troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Agradeço ao Dr. Arnoldo Campos pela contribuição a essa Sessão, passando a palavra ao Dr. Francelino Grando, Secretário de Tecnologia Industrial, representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

SR. FRANCELINO JOSÉ LAMY DE MIRANDA GRANDO: Sr. Senador, muito obrigado. Quero, em primeiro lugar, agradecer em nome do Ministro Miguel Jorge a oportunidade desse convite, parabenizar pela importante contribuição para o debate, hospedando aqui nesta Casa uma mesa que contou com a participação honrosa do Ministro da Agricultura e que de fato centralizou muito adequadamente o debate até agora, de maneira que coube ao amigo de longa data Arnoldo, aqui a esse Secretário uma contribuição complementar e, dado ao adiantado da hora, procurarei fazê-la de maneira muito sucinta e também trazendo um outro tema ou um outro enfoque para que possa aproveitar realmente essa oportunidade.

O enfoque é exatamente do desenvolvimento tecnológico. A Senadora Kátia Abreu, eu me afastei um pouco para cumprimentá-la quando ela se ausentava, eu dizia-lhe que ela já me roubara a minha base de introdução, que era exatamente a reflexão que ela fez: é preciso que o país haja mais e ainda melhor na mesma direção que age, e, portanto, de uma maneira ativa, de uma maneira propositiva, de uma maneira construtiva em si, de uma maneira que eu poderia

traduzir pelo ataque e não pela defesa. É muito importante que nós modifiquemos a ótica de estarmos nos defendendo e passemos para a ótica que nos pertence, onde nós podemos estar confortáveis, com todas as conquistas que o país fez no campo e na indústria, como nós podemos contribuir para o desenvolvimento do planeta assim como contribuirmos para o desenvolvimento deste país pela geração de emprego, pela geração de renda, pela geração de divisas, pela geração de tecnologia.

Vou trazer, então, um foco muito específico no que chamam de desenvolvimento tecnológico, sem mencionar o desenvolvimento tecnológico dos *flex-fuel cars*, que respondem hoje já por cinco milhões e duzentas mil unidades de veículos rodando no país e por 88% da produção de veículos. Ora, o impacto que isso tem nas mudanças climáticas até a geração de uma nova tecnologia que *de per si* pode e deve ser disseminada e exportada, escapando dessa referência ao *flex-fuel cars*, mas sim especificamente o desenvolvimento tecnológico se faz necessário para a produção de biocombustíveis.

E aí eu gostaria de trazer, sobretudo na presença de um companheiro aqui, que nós estivemos há muitas mãos, estivemos construindo o programa brasileiro de biodiesel, saiu da paciência aqui da platéia do Coordenador da Comissão Executiva do Governo na Casa Civil, Dr. Rodrigo Rodrigues, que ao longo de mais cinco anos, não é Rodrigo, vínhamos nesse caminho, para trazer essa expressão importante ao debate de biocombustível que é o biodiesel, somando-se ao nosso etanol, porque é neste conjunto que se situam as grandes vantagens competitivas e a extraordinária contribuição que esse país dá ao mundo na possibilidade de plantar energia.

Mas da maneira que nós ainda produzimos hoje, ainda que estejamos na liderança tecnológica do mundo, ainda me parece estarmos na pré-história do uso do biocombustível. Por quê? Porque nós produzimos biocombustível hoje, no caso do biodiesel, ainda de maneira incipiente, ainda com importantes desafios tecnológicos a serem superados. No caso do etanol também, nós ainda produzimos, como lá no meu Estado de origem, o Espírito Santo, a gente produz o combustível só do caldo de cana e isto é, grosseiramente falando, 1/3. Então há um outro terço que nós já dominamos e o país caminha, a sua indústria caminha já para esta segunda fase, que é a adição da biomassa na produção de combustível. Então isso aumenta... O Ministro Reinhold Stephanes mencionou que talvez chegássemos a doze ou quinze mil litros por hectare.

Mas há uma terceira fronteira e esta sim, Srs. Senadores, senhores ouvintes aqui, esta sim parece a oportunidade que o país lidera e precisa fazer esforços para ser vitorioso: o combustível de terceira geração, ou seja, a quebra da celulose para alcançar diretamente o carbono. Fazendo uma imagem quase poética aqui, é preciso quebrar a lignina e alcançar o carbono. Este é o enorme desafio estratégico que muda absolutamente o patamar, a discussão da produção de biocombustíveis e a participação de biocombustíveis na matriz energética do Planeta, até porque aí não é mais da cana, mas pode ser da casca do feijão, da palha do arroz, da pastagem degradada. Então está é uma dimensão que nós precisamos ter dentro do debate, seja para a canalização de esforços da sociedade brasileira, Governo, academia e setor empresarial, tanto no campo quando na indústria de transformação, canalizar esforços da sociedade brasileira, nós precisamos de investimentos significativos para alcançar essa fronteira tecnológica dos biocombustíveis de terceira geração.

Tendo apenas pincelado para chamar a atenção para esse aspecto do debate, eu quero realmente ser muito sucinto e passar rapidamente para um outro ponto. E aqui me roubou a fala, também com muito brilho, o Ministro André Corrêa do Lago, quando trouxe a questão de que não é possível falar apenas no nosso etanol. É bem verdade, mas volto a dizer, não é pela defesa, diz assim: "Ah, como o nosso é bom". Não é isso que nós precisamos dizer. Nós precisamos dizer como esta alternativa é correta para o Planeta e como em tantas regiões do Planeta, com a mesma lógica, construirmos o Programa do Biodiesel que por determinação do Presidente Lula que dizia: "É preciso gerar uma alternativa de renda e emprego de qualidade nas regiões economicamente mais necessitadas". É isso que dizia o Presidente Lula, é isso que nos guiou, não é Dr. Rodrigo, no biodiesel. Essa dimensão não pode ser perdida. Não é uma questão apenas de adicionar outro componente à matriz energética, mas é a qualidade da produção de energia para a melhoria da qualidade de vida, especialmente pela geração de alternativa econômica de emprego e de renda. Isso, pensando globalmente.

Então eu vou pedir licença para fazer uma referência de um ponto de vista pessoal. Eu tive o privilégio de estar, os dois últimos anos, na África, em Nairóbi, no Quênia, onde é a sede nacional da *United Nations Environment Programme.* No nosso PNUMA, como nos referimos aqui no Brasil, por disputar um edital eu tive durante dois anos a responsabilidade de coordenar a Área de Educação Ambiental da ONU para o Meio Ambiente, a UNEP(F), e vivi muito intensamente essa oportunidade de estar no continente-mãe África, viajei muito, conversei muito, discuti muito, aprendi muito e posso afirmar e, portanto, com fundamento, quanto é

importante um programa para plantar energia e gerar emprego e renda em extensas áreas do continente africano. Quando falamos, e não tenho dúvida de que um bem intencionado jovem canadense, uma bem intencionada menina holandesa, quando falam: "Ah, nós estamos plantando energia e tirando... contra a produção de alimentos", está pensando no coitadinho do africano, magrinho, famélico, porque essa é a posição permanente do colonizador, ainda que seja uma jovem holandesa bem intencionada, mas é colonizadora porque é filha, neta, bisneta, tataraneta de colonizadores. São como se diz lá, em *suarrili*, é um *zungo*, não deixa de ser um *zungo*, um branco que olha para a África dessa maneira mesma maneira tutelar. Não é a posição deste país, não é a posição do Governo e não é a posição do Presidente Lula, muito pelo contrário.

E eu concluo essa rápida intervenção chamando a atenção, então, ou trazendo essa reflexão para esse debate tão qualificado desta Casa para a questão da contribuição solidária e generosa que o país pode fazer para o continente africano, em países asiáticos, onde o que é necessário é uma alternativa de geração de renda. Na maioria dos países africanos a maioria da população não dispõe de nenhum recurso monetário. São economias de escambo. Alguém compra um maço de coentro, vende o coentro para comprar dois tomates da vizinha do lado. É do bolso à boca todos os dias porque não existe atividade econômica que permita a monetização da economia. A possibilidade de plantar energia pode significar a redenção de populações que se tornam capazes, portanto, de obter renda e, com renda, tal como extensa parcela da população brasileira hoje, longe de receber esmolas, participa da geração de riquezas nacionais e retroalimenta a economia, por isso essa enorme expansão do consumo em geral na economia brasileira pelo bolsa-família.

Guardadas as proporções, um programa eficaz de transferência de tecnologia brasileira para países africanos, para países do sudeste asiático, pode significar mais uma grande contribuição que esse país generosa e solidariamente pode trazer ao mundo, significando redenção de populações inteiras, plantando energia e, portanto, alcançando um patamar de consumo que expressa uma efetiva melhoria na sua qualidade de vida.

A minha última referência é de uma experiência muito concreta também, muito pessoal, muito real. Volto aqui, é muito importante que nessa Casa de debates, um Secretário que se orgulha de ser filiado ao Partido dos Trabalhadores desde a sua fundação, está aqui um barbudinho do PT, fazer mais um cumprimento à Senadora Kátia Abreu. A questão que a Senadora traz e eu contava a ela quando ela perguntava assim: "isto é inocência ou é má-fé do Jean Ziegler?", que eu tive a oportunidade de conhecer pessoalmente. Sem emitir juízo sobre si, eu lhe contos uma experiência muito concreta. Saí do Governo brasileiro para ir para a ONU exatamente no entusiasmo de que tínhamos o Programa de Biodiesel em execução implantado no país. E cheguei, embora cuidasse de outras áreas, mas cheguei com todo esse entusiasmo. E fui procurar exatamente os diretores da área de energia, de cidades, de sustentabilidade e etc., achando que tínhamos muito em comum. E me surpreendeu, isto eu estou falando de três anos atrás, me surpreendeu a mesma reação fria de todos. "Há dúvidas, é controverso, o problema dos alimentos". Exatamente, meu colega Secretário, bastaram-me duas ou três semanas para saber que esses dois diretores estavam lá, como funcionários da ONU, no mesmo nível que eu, o topo da hierarquia, que é o *Professional Five*, custeados por programas cujos responsáveis financeiros eram a Chevron, a British Petroleum e até a nossa Petrobras, galhardamente, entre outros.

Portanto, com esse depoimento bastante pessoal, sem emitir nenhum juízo de valores, eu agradeço novamente a oportunidade de estar aqui e espero ter podido, de maneira muito sucinta, contribuir para esse importante debate. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Agradecendo ao Dr. Francelino Grando eu gostaria só de fazer um comentário concordando com o Secretário para depois a gente entrar no debate final. Eu acredito que muito mais na inocência do que no... Eu pessoalmente, eu não gosto muito de teoria de conspiração, não sou muito chegado a ela. Então eu acho que o grande problema que se vive hoje nessa reação contra o biocombustível de um modo geral e particularmente do etanol, é muito mais desinformação do que uma formatação de algo de interesse de alguns segmentos da economia contra o programa. E digo isso, porque, por exemplo, nós recebemos, dentro desse nosso trabalho de tentar dar uma contribuição na área parlamentar, nós recebemos aqui, há umas duas semanas atrás, três semanas atrás, um grupo de representantes da Alemanha do parlamento europeu, e depois de chegarem aqui, realmente cheio de idéias pré-concebidas, e quando não foi nossa surpresa que aqui estávamos, depois de uns quarenta minutos de conversa, houve assim como que uma mudança importante de percepção deles com relação ao tema. Então eu acho que é muito isso. Esses números que aqui foram citados tão bem pelo Ministro Reinhold Stephanes, a participação do Senador Mercadante foi de uma precisão matemática muito grande e os demais Senadores que aqui se pronunciaram, mas eu acho

que essas informações devem migrar e evoluir de uma maneira que atinja o "nosso mercado", que é um mercado de formação dos países desenvolvidos. Eu acredito mais, eu sou levado a acreditar mais na falta de percepção, na falta de, digamos assim, de informação ou de qualidade na informação, do que mesmo uma conspiração, uma grande conspiração contra o nosso programa.

Bom, fazendo essas considerações rápidas eu passo a palavra para o Dr. Egon Krakhecke, me perdoe a pronúncia, porque não é fácil o nome dele mesmo não. Ele é o Secretário do Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, representando o Ministério do Meio Ambiente.

SR. EGON KRAKHECKE: Com esse nome até alguém poderia achar que eu sou o representante da União Européia e não o Embaixador do João Pacheco.

Mas eu queria cumprimentar o nosso caro Senador Neuto De Conto, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador João Tenório, Presidente da Subcomissão de Biocombustíveis, meus companheiros de Governo, Bertoni, Grando, Arnoldo, Rodrigo. Saudar, também, o Dr. Eduardo, que está galhardamente aqui em toda esta Sessão, ele que é a liderança do setor sucroalcooleiro do Nordeste, participando aqui, saudar a todos os demais presentes aqui e dizer inicialmente, Senador João Tenório, que também acho que uma boa parte dos preconceitos que têm sido divulgados com relação às resistências que têm sido oferecidas aos biocombustíveis, notadamente aos biocombustíveis brasileiros, decorrem de desinformação, em grande medida decorrem de desinformação. Todavia, acho que há poderosos interesses por trás também de divulgar desinformação para manter um nível de desinformação na opinião pública mundial em relação à temática, particularmente na Europa, que são muito fortes e já foram levantados aqui. Prefiro não precisar me alongar nisto.

Eu queria agradecer muito, em nome do Ministério do Meio Ambiente, o convite aqui formulado para que o Ministério se fizesse presente neste importante debate, Senador Neuto De Conto, e dizer aqui, trazer um pouco da posição do Ministério do Meio Ambiente em relação a essa temática candente, esse tema dos biocombustíveis que é inflamável, literalmente. E dizer que talvez nenhum país do mundo, reiterando algumas falas aqui já feitas, nenhum país do mundo têm a condição mais privilegiada do que o Brasil tem para fazer a produção de biocombustíveis de forma sustentável e fazê-la também de forma a não fazer competição com a produção de alimentos, que é a preocupação central que a Europa expressou para oferecer algum tipo de resistência aos biocombustíveis de maneira geral.

Penso, então, com relação a essas desinformações que tem havido, que nós precisamos fazer um grande esforço para mostrar, distinguir, diferenciar o etanol brasileiro, o nosso biocombustível, dos demais produtores de biocombustíveis no mundo. Quando eu digo isso também tenho em mente o que disse o Ministro André, de que nós não podemos nos colocar na posição de produtores exclusivos, só o Brasil que tem condições de produzir de biocombustíveis. Essa posição seria absolutamente equivocada e nos isolaria no contexto internacional. Há um grande número de países que têm condições de produzir biocombustíveis de forma sustentável e, também, de forma a não competir com a produção de alimentos. E é por isso que o Brasil adota uma política de cooperação internacional, inclusive nesta área, especialmente a cooperação Sul-Sul, com a África em particular, por outra razão que inclusive a EMBRAPA, o Governo brasileiro instalou um escritório da EMBRAPA na Europa, justamente procurando estreitar essa cooperação com os países da África.

Dizendo essas palavras iniciais, e não há mais muita coisa aqui para acrescentar com relação ao que foi dito, talvez alguém pudesse ter tido aqui no início a impressão de que o Ministério do Meio Ambiente talvez viesse aqui para confrontar com o Ministério da Agricultura, mas não veio. Aliás, pouco se tem divulgado a cooperação e a parceria que nós temos tido, o Ministério do Meio Ambiente com o Ministério da Agricultura, como também com outros Ministérios do Governo Federal, tem procurado divulgar e aí há muita desinformação também que se espalha em relação a isso, criando mitos aí que não correspondem absolutamente em muitos casos aos fatos. Não significa que não haja divergência e é natural, vivemos numa sociedade contraditória e tal e vivemos numa democracia também. Mas não é nisso, absolutamente neste ponto aqui nós temos uma concordância muito grande com as palavras que o Ministro Reinhold Stephanes proferiu aqui no início, na abertura da sua fala.

Eu queria, assim, abordar também um pouquinho, um pouco a origem dessas desinformações que há, e um pouco, também, apontar para a necessidade da Europa quando critica os biocombustíveis olhar para dentro de si própria, como faz a produção, que é produtor também de biocombustíveis, tanto do etanol quanto do biodiesel, para olhar lá se tem restrição. Eventualmente em relação à disputa que há entre diária, produção de alimentos e produção de biocombustíveis, lá dentro se dá isso na Europa. Quando usa o trigo para produzir etanol, está tirando comida da mesa, é evidente; quan-

to utiliza a colza para produzir biodiesel também está retirando uma fonte de alimentos da mesa. Portanto, deveria estar olhando um pouquinho para dentro de si próprio para fazer uma autocrítica antes de estender aos outros produtores a crítica com relação à competição na produção de alimentos.

E quando eu digo que é importante a gente trabalhar na linha da diferenciação dos biocombustíveis brasileiros, tenho presente evidentemente também que o etanol produzido a partir de milho tem muito menos eficiência do que o etanol produzido a partir da cana aqui no Brasil. Isso foi dito aqui muito rapidamente pelo Ministro André, de que tem também uma vantagem grande no que respeita à emissão de gases do efeito estufa e aí é importante a gente lembrar o que o presidente Lula, numa fala, num foro internacional, no final do ano passado, mencionou. Nós conseguimos com a produção de biocombustível, substituindo combustíveis fósseis, evitar a emissão de mais de seiscentos milhões de toneladas de gases de efeito estufa. Portanto, os nossos biocombustíveis têm uma contribuição importante, como têm os biocombustíveis em geral produzidos no mundo, a dar em relação às mudanças climáticas. E isso também o Ministro destacou aqui, é importante a gente também estar colocando isto na Ordem do Dia, porque é absolutamente importante. É óbvio que a indústria petrolífera, o complexo petrolífero tem uma resistência muito grande porque mexe com interesses poderosos. Não que os biocombustíveis represente uma ameaça de substituir integralmente, não vão nunca substituir integralmente, vão fazer apenas uma substituição parcial, mas são interesses obviamente muito poderosos. A indústria automobilística européia tem uma resistência muito grande a ampliar a utilização do etanol, particularmente do etanol. Eu estive no mês de novembro na Alemanha participando de um simpósio sobre biocombustíveis e mudanças climáticas, com foco sobretudo na discussão da sustentabilidade dos biocombustíveis, e lá fiquei sabendo que uma empresa brasileira, grande produtora de automóveis, que foi pioneira na introdução do flex aqui no Brasil em 2003, não aceitou que a subsidiária brasileira levasse para a Europa um automóvel flex para ser protótipo, para rodar lá. Não quis que fosse para lá, para se ver o nível de resistência que há por parte da indústria européia em relação ao etanol.

Então há poderosos interesses por trás disso, inclusive de procurar espalhar a desinformação em relação a essa temática. E nós precisamos nos vacinar, evidentemente. E eu acho que está acontecendo isso. Aquilo que o Ziegler falou e tal, e causou uma profunda celeuma, talvez tenha ajudado a nós no sentido de a gente acordar um pouco mais e ir para a ofensiva em relação a isso. Eu acho que o Brasil está sendo eficiente no sentido de fazer o rebate disso e a vinda há poucos dias atrás do Ministro de Meio Ambiente da Alemanha com uma delegação de parlamentares, a outra delegação do parlamento europeu também que esteve antes disso aqui no Brasil, foram momentos importantes em que o Brasil pode mostrar que tem uma produção diferenciada aqui de biocombustíveis, e acho que no caso especialmente da delegação alemã, saiu daqui convencida de que realmente a nossa produção é diferenciada em relação à produção dos Estados Unidos, à produção da própria Europa, e eu creio que isso já está se refletindo um pouquinho talvez na própria visita agora, que essa missão do Ministro do Meio Ambiente da Alemanha foi precursor em relação à visita da Chanceler Angela Merkel, isso já está se refletindo um pouco na própria visita, nos objetivos da visita.

Eu creio, então, que nós estamos trilhando um caminho creio que adequado, mas precisamos estar absolutamente vigilantes no sentido de mostrar que a nossa produção tem condições de ser sustentável. Nós temos alguns problemas aí de insustentabilidade que nós estamos progressivamente enfrentando, mas não são da natureza que tem sido colocada aí na opinião pública internacional. Há alguma pressão dos empresários do setor sucroalcooleiro no sentido de buscarem as terras mais férteis que oferecem possibilidade de produção maior por área. Essa procura há efetivamente, eu sou testemunha no meu Estado, no Mato Grosso do Sul isso ocorre, ocorre muito no Estado de Goiás também, só para citar dois exemplos, mas por isso mesmo que o Governo brasileiro, o Presidente Lula determinou que fosse feito o zoneamento agroecológico, não é, e também que se iniciasse a discussão sobre a certificação, selo socioambiental, exatamente para que nós pudéssemos ir num rumo que assegure exatamente a sustentabilidade, que não haja problema de competição com a produção de alimentos.

Então eu queria dizer isso do ponto de vista do Ministério do Meio Ambiente, nós temos isso. Temos alguns pontos aí que eu acho que nós precisamos de estar avançando, já houve um avanço grande, mas precisamos estar avançando, e estamos inclusive discutindo no âmbito do zoneamento agroecológico da cana, que é coordenada pelo Ministério da Agricultura, numa parceria com o Ministério do Meio Ambiente por decisão inclusive do grupo interministerial que o Presidente Lula criou sob a coordenação da Casa Civil.

Então estes eram alguns pontos de vista aqui em nome do Ministério do Meio Ambiente que eu gostaria de trazer aqui a este Plenário. Muito obrigado, Presidente, pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Agradeço a participação do Dr. Egon Krakhecke, Secretário do Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável. Pergunto se o Senador Flexa quer ter uma participação na nossa Reunião?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Neuto De Conto, Presidente Senador João Tenório, senhores convidados, Srs. Senadores.

Eu quero, primeiro, lamentar de não ter podido assistir as conferências em função de compromissos na Comissão de Constituição e Justiça, na Comissão de Integração, mas quero parabenizar tanto ao Presidente da Comissão de Agricultura quanto ao Presidente da Subcomissão de Biocombustível por esta Audiência Pública. Eu acho que o tema é da maior importância, precisa ser aprofundado, precisa ser melhor explicado para os brasileiros e também a nível internacional. Eu não tenho dúvida que por trás de toda essa questão tem predominando o aspecto econômico, de interesses econômicos com o avanço do Brasil na produção de etanol. E a preocupação que é colocada pelo mundo com a utilização de áreas para a produção de combustíveis no caso de etanol em substituição à produção de alimentos, ela realmente merece uma preocupação, mas não é o caso do Brasil, não é o nosso caso. Pode ser caso de outros países que utilizam, como no caso dos Estados Unidos, metade da produção de milho para a produção de etanol. E nós aqui trabalhamos na produção de etanol com a cana-de-açúcar que não produz a questão de alimento, a não ser o açúcar. E se ela transformasse tudo em açúcar, haveria um excesso de produção do produto e teria que haver eu acho até que uma distribuição gratuita a nível mundial se isso fosse tudo transformado em açúcar.

Então eu acredito que das informações que aqui nos foram dadas vão surgir esclarecimentos a respeito do assunto. Eu me preocupo com relação à questão dos biocombustíveis e também, evidentemente, porque a área mais hoje em foco com relação a essa questão é a minha região, a região amazônica, em que a nível internacional é colocada como se a produção de etanol ou até propriamente de alimentos pudesse vir a trazer ou viria a trazer a devastação da Amazônia. E não é verdade isso. Não é verdade isso porque nós já tivemos várias oportunidades de reunir com o Ministério do Meio Ambiente, com o Ministério... O Dr. Egon participou de várias reuniões conosco, com o setor produtivo, com as Organizações Não Governamentais ligadas à área ambiental e que nós discutíamos, naquela altura, uma proposta, um projeto de minha autoria em que se permitia a utilização das áreas alteradas, já antropizadas na Amazônia, projeto esse que não altera, diferentemente do que está sendo propalado aí pelas Organizações Não Governamentais, não altera a área de reserva legal da Amazônia, permanece em 80%. Ele apenas autoriza a utilização das áreas alteradas e a compensação por áreas definidas pelo zoneamento econômico-ecológico em áreas de preservação. E mais, e mais: não há necessidade de se derrubar uma única árvore para que se possa produzir mais alimentos e se possa fazer o reflorestamento com utilização econômica, porque pelo projeto que eu apresentei, Senador João Tenório, a utilização da área de reserva legal só poderia ser feita para reflorestamento; não poderia ser plantado cana e nem grãos nessa área. Então é preciso que isso fique efetivamente, Dr. Egon, compreendido pelo Ministério de Meio Ambiente. Há preservação da área de reserva legal. Os 20% hoje permitidos para a agricultura, para a pecuária, esses vão continuar sendo utilizados, e existem áreas abertas que possam vir a aumentar a produção tanto de alimentos quanto de etanol.

Na questão dos biocombustíveis, no caso da Amazônia, da área de reserva legal, você pode aproveitar esse reflorestamento – e aí vem o meu projeto fazer a correção – também com espécies não só nativas como exóticas, aonde se inclui o dendê, a palma, que hoje o Estado do Pará é o maior produtor de óleo de palma do Brasil e tem apenas e tão-somente oitenta mil hectares de área plantada. E tem uma capacidade, um potencial de áreas adequadas para esse cultivo da ordem de dois milhões de hectares. Então o Brasil poderia ser o maior produtor de óleo de palma do mundo se utilizasse as áreas alteradas. Nós não queremos abrir a floresta, nós não queremos avançar sobre a floresta. Nós queremos pura e simplesmente usar as áreas já alteradas, dentro da reserva legal, e fazer o reflorestamento utilizando, entre outras espécies, não só a palma, mas entre outras espécies a palma para utilizar para biocombustível, e sabendo nós que a produção de biocombustível pelo óleo de palma é utilizado o resíduo final, porque ele passa da extração do óleo bruto, pela extração vem para o refino, vem para os óleos comestíveis, margarina e tudinho. O que sobra de tudo isso, que era levado como alimento para o animal, para a pecuária, aí dessa sobra você transforma em biocombustível, ou seja, você não está perdendo nada que possa produzir alimento, nada que possa a vir, pelo contrário, você está ganhando um subproduto que era mal utilizado e que traz na produção do biocombustível um esforço grande para diminuir, então, a questão da emissão de carbono, a redução dos combustíveis fósseis, com um combustível renovável.

Eu continuo insistindo, apesar de que a mídia, alimentada pelas Organizações Não Governamentais, alimentada agora, para surpresa minha, pelo MST, que

se contrário ao projeto, fazendo uma carta aberta na Internet, sem que possa, entre outros projetos, não só com relação a esse, entre outros projetos se coloca contra o projeto, de que se fique esclarecido que não há nenhum objetivo no projeto de devastação, muito pelo contrário. O objetivo é de fazer a recomposição da floresta de forma inteligente, de forma economicamente factível e se preserve, não se avance sobre a floresta, sobre nenhuma árvore a mais. Não há necessidade disso.

E como pergunta ou questionamento eu gostaria de saber do Dr. Egon, que é o Secretário de Extrativismo do Ministério do Meio Ambiente, com o qual já tivemos no ano passado a ocasião de conversar sobre o projeto, qual é a posição hoje do Ministério de Meio Ambiente sobre a possibilidade de se fazer uma política de preservação inteligente da Amazônia, mantendo 83, 84% da mata hoje que está virgem, intocável, desta forma, e utilizando de forma intensiva as áreas já antropizadas, já alteradas, e fazendo a reserva, mantida a reserva de 80%, mas fazendo por compensação dentro da mesma bacia hidrográfica em áreas de preservação?

SR. EGON KRAKHECKE: Senador Flexa Ribeiro, de fato tive a oportunidade de participar de algumas conversas lá sobre questões de interesse da Amazônia, acompanhando a Ministra Marina Silva, e um dos temas foi exatamente a mudança no Código Florestal na questão da reserva legal, da compensação ou da recomposição parcial com espécies florestais exóticas. Foi uma discussão que parecia que estava chegando a um bom entendimento e depois sofreu algum tipo de, vamos dizer, foi truncado esse debate. Eu creio que há necessidade de ser retomado, eu acho que há um espaço aí para continuar essa interlocução que se iniciou e que depois se truncou.

Mas eu queria, em relação à sua observação com referência ao dendê, realmente observar que se trata de uma matéria-prima que tem um potencial fantástico para o biodiesel. Talvez seja a matéria-prima com maior potencial, que tem condições de produzir algo como cinco toneladas de óleo, de biodiesel, por hectare, em contraposição que aquela que é a matéria-prima mais utilizada hoje no mundo para a produção de biodiesel, que é a soja, que é algo como seiscentos litros por hectare. Então é uma diferença muito grande. E há outras palmáceas brasileiras que também apresentam potencial em relação a isso. Eu creio que aí vamos ter que fazer um esforço muito grande inclusive para reverter um pouco a matriz de matérias-primas para a produção do biodiesel, porque nos vulnerabiliza um pouco. A soja não é eventualmente a melhor matéria-prima para isso nem no Brasil e nem fora do Brasil. Eu acho que esse esforço nós vamos ter que desenvolver, pesquisas e tal, no sentido de a gente poder ter mais segurança em relação a poder avançar mais no Programa Nacional de Produção de Biodiesel, que é absolutamente fundamental.

Eu queria dizer uma coisa que talvez tenha tido pouco destaque. Na semana passada, quando o Presidente da República lançou o PAS, o Plano Amazônia Sustentável, e alguns complementos que talvez tenham passado um pouco desapercebido, particularmente a Operação Arco Verde, que é composta por um conjunto de medidas que visam fazer com que a Amazônia, naquilo em que ela tem de, vamos dizer, de avanço na ilegalidade e na insustentabilidade do modelo de produção, possa se por em dia, e uma providência em particular que me parece muito importante, que é o Pró-Recuperação. É a criação de uma linha de crédito específica ao amparo do FNO, do FCO e do FNE para permitir que os proprietários rurais possam recompor o seu passivo ambiental, recuperar a sua reserva legal com uma linha de crédito diferenciada, com juros de 4% ao ano, com prazo de até vinte anos, com uma possibilidade de carência de doze anos e com uma grande novidade, que é admitir como garantia o penhor da própria floresta em recomposição. Esta é uma inovação total. Até aqui nós só conhecíamos o penhor de safra agrícola como garantia, mas não o penhor da própria floresta em recuperação, em recomposição. Então eu creio que esta é uma linha de crédito que vai ajudar muito nesse sentido de permitir que a Amazônia se ponha em dia. Não é só a Amazônia, os cerrados também, porque atinge o FCO também, ou seja, o Fundo Constitucional do Centro-Oeste, o Nordeste da mesma forma. Então eu creio que aí vai haver um incentivo grande.

Há leituras, evidentemente, que é possível fazer a recomposição da reserva legal com espécie de uso econômicos, espécies florestais de uso econômicos. Essa é uma discussão, ainda têm algumas dúvidas, algumas interrogações, mas creio que este plano, esse conjunto de medidas aí que o Governo denominou de Operação Arco Verde, talvez não tenha tido uma leitura ainda apropriada na sua escala. Eu mencionei apenas uma medida, mas há um conjunto de outras medidas que trabalham nesse mesmo sentido de fazer a reversão do modelo no que tem de insustentável e de ilegal para ir para a legalidade e para a sustentabilidade, que eu creio que vai ser um avanço muito grande para a Amazônia, que vai contribuir para a gente fazer uma reversão no próprio modelo de produção agropecuário naquilo que tem o Brasil ainda de insustentabilidade para ser mais sustentável, notadamente podendo ter ganhos de produtividade. Ao invés de ter um modelo

que sempre privilegiou o espaço territorial, o avanço na área, ter ganho sobretudo na produtividade. E temos pesquisa acumulada, tecnologia acumulada aí que nos permite avançar muito rapidamente.

A fala do Ministro Reinhold Stephanes foi importante nesse sentido, porque nós, hoje, temos duzentos milhões de hectares de pastagens. Com cento e cinqüenta milhões, talvez menos que isso, nós podemos sustentar perfeitamente duzentos milhões de cabeças de gado bovino no Brasil e destinar a área para outras atividades com toda certeza.

Eu acho que há muitos avanços aí que nós podemos ter. Eu não sei se estou respondendo adequadamente ao seu questionamento, mas eu creio que há um espaço aí para a gente retomar aquela discussão que infelizmente acabou sendo interrompida no final do ano.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr. Egon, eu quero discordar da proposta incluída no PAS porque ele apenas trouxe uma fonte de financiamento para retomar a reserva legal, mas não fez as alterações necessárias, e o senhor sabe disso, sabe que há necessidade de se fazer ajuste no Código Florestal, reconhecido pelo Ministério de Meio Ambiente, um Código que vem de quarenta anos, e que haja, ao seu fazer o reflorestamento... Ninguém, todos, já está comprovado, que a utilização dessas áreas com reflorestamento economicamente elas são mais vantajosas que a própria pecuária, que seria o fazendeiro florestal. Mas da forma como está o Código Florestal, que você faz a recuperação da área e não utiliza economicamente aquele investimento feito, não tem nem como repor o financiamento, não há como repor o financiamento que o Governo está oferecendo. Então nós precisamos aplaudir a fonte de financiamento, que é importante, mas nós precisamos avançar nas negociações para que nós possamos fazer os ajustes necessários que levam ao mesmo objetivo. Eu tenho repetido diversas vezes, lamento a saída da Ministra Marina Silva, que eu tenho o maior respeito por ela. Apenas convergimos no mérito dela e de todos nós, que é termos uma floresta, termos uma região que seja sustentável ecologicamente. Divergimos na forma, na forma de se tentar, de se conseguir isso, é que há divergência, mas no mérito não. Nós da Amazônia queremos a floresta permanente, que seja eterna, e ela pode ser e deve e será eterna, mas nós temos também que atentar para a questão do desenvolvimento do homem, dos vinte e três milhões de brasileiros que lá estão e que precisam ter a melhoria da condição de vida. E, para isso, nós temos hoje tecnologia, temos recursos para que se possa fazer de forma inteligente a utilização das áreas já abertas e não tocarmos mais na floresta.

Eu inclusive tive a oportunidade nessa discussão, e V. Sª. tem razão, ele foi distorcido ao final do ano passado, mas nós temos todo... E eu quero o apoio do Ministério do Meio Ambiente para que nós possamos voltar ao projeto original, que o projeto original, repito, não avança sobre a floresta, não muda a área de reserva legal, ele apenas autoriza a utilização plena das áreas alteradas com a recomposição. E ele está sendo carimbado pelas Organizações Não Governamentais e agora pelo MST como Projeto Floresta Zero. Eu não sei de onde tiraram isso, porque o projeto não derruba uma única árvore. Então eu queria o apoio de V. Sª. para que a gente pudesse dar seqüência aos entendimentos e chegarmos a fazer as alterações necessárias para que façamos o que todos nós queremos: a recuperação da floresta amazônica nas áreas já alteradas e a preservação da floresta da forma como ela se encontra hoje, sem que haja necessidade de se derrubar uma única árvore a mais. E a proposta que eu cheguei a fazer para a Ministra Marina Silva era um pacto, um pacto entre o setor governamental, o setor produtivo, o setor das Organizações Não Governamentais, o setor dos trabalhadores, no sentido de desmatamento zero. O desmatamento, daqui para frente, não se derruba nada. Até isso foi proposto e até isso não foi aceito. Eu quero o seu apoio para que a gente possa continuar a discussão com o novo Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Obrigado, Senador.

SR. EGON KRAKHECKE: Se o senhor me permitir eu gostaria de fazer um esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Rápido, porque estamos em cima da hora.

SR. EGON KRAKHECKE: Só um esclarecimento. Eu vou estar à disposição lá no limite da minha permanência das minhas atribuições, em relação ao uso da área, da reserva legal recomposta, é possível fazer o manejo sustentável e tirar, tranqüilo, não há problema, é possível pagar inclusive com o resultado, com o produto do manejo sustentável da reserva legal em recomposição ou recomposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Eu agradeço ao Dr. Egon--

SR. EGON KRAKHECKE: E pagar o empréstimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): -– a compreensão no que diz respeito à questão do tempo. Antes de devolver a palavra ao Senador Neuto De Conto para ele fazer as suas considerações finais e encerrar a nossa Sessão, eu gostaria,

primeiro, de registrar a presença do Deputado Zenaldo Coutinho, que engrandecesse essa Sessão que nós estamos realizando, do Pará, correligionário e conterrâneo do nosso querido Senador Flexa Ribeiro.

Muito bem. Eu queria só fazer dois comentários finais para devolver a palavra ao Presidente, a V. Exª. Primeiro é o seguinte: eu queria deixar um registro aqui que eu tenho tido contatos permanente com o grupo da Comissão Européia que está lidando e está estudando uma convivência e uma troca de informações com o Governo brasileiro, porque eles estão querendo estabelecer como se fosse um acordo de inovação tecnológica. E eles têm manifestado, em alguns contatos que nós temos tido, uma certa dificuldade de implementar esse programa. Eu acho que esse programa é importante, primeiro pelo mérito dele. Segundo, porque é mais um canal que se estabelece entre o Brasil e aqueles que teoricamente são os que mais estão a contestar a questão dos biocombustíveis. Então eu acho que é da maior importância que a gente ande e implemente esse programa, porque funcionará nos dois vieses. Essa é a primeira questão.

A outra questão, só para lembrar, eu tinha proposto, no começo, que eu gostaria só de registrar no final da minha participação, que o objetivo maior desse nosso encontro hoje é reconhecer que está havendo um trabalho importantíssimo do Executivo, e esse trabalho importantíssimo se manifesta concretamente com a constituição desse grupo que pretende não apenas rebater como levar as informações mais concretas aos grandes consumidores potenciais de biocombustível no mundo. Então nós estamos reconhecendo que esse trabalho está sendo feito, quer ser pelo Presidente da República, de uma maneira verbal, como também pela atitude de criar essa força-tarefa. Queremos dizer que o Senado, o Congresso brasileiro aqui no Senado, por intermédio da Comissão de Agricultura, da Subcomissão de Biocombustíveis, e na Câmara também com a participação de alguns Deputados que têm se dedicado de uma maneira importante a esse tema, é outro grupo que está trabalhando de uma maneira importante para estabelecer a verdade e uma interação maior entre aqueles que fazem o biocombustível no mundo, particularmente o Brasil e os países desenvolvidos. E os empresários que estão tendo uma ação, também, pontual, mas muito importante, como é o caso que eu citei da UNICA, que abriu escritórios em Washington, em Bruxelas e agora abre um escritório em Tóquio, no Japão. Então são três setores que estão trabalhando, eu diria, de uma maneira meio separadas. Então a proposição que nós fizemos no começo e, repito agora, é no sentido de que se integre mais esses três grupos, no sentido de se não trabalharem juntos sempre, mas, pelo menos, montarem o arcabouço, uma formatação do mesmo discurso para ser levado a esses países que de certa forma faz a opinião mundial a favor ou contra, no caso específico, aos biocombustíveis.

Então, Sr. Presidente, eram essas as considerações que eu gostaria de dizer e gostaria de agradecer, sensibilizado pela presença de todos os senhores que aqui vieram trazer contribuições importantes e informações absolutamente necessárias para a formulação de um formato que deva ser verbalizado, levado à opinião pública não apenas brasileira, mas, sobretudo, internacional hoje, no que diz respeito às verdades e as falácias sobre biocombustível de um modo mais amplo e, particularmente, na competição que na nossa avaliação, e de todos que aqui estiveram presentes, não existe entre biocombustível e a produção de alimento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

[Troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu agradeço o importante comando do nosso Senador João Tenório na Subcomissão de Biocombustíveis, por tudo que tem feito neste importante tema, em que todas as semanas é palpitante, quando aqui autoridades de vários Ministérios que conhecem profundamente o setor de petróleo e, principalmente, bioenergia. E, logicamente, as críticas internacionais se fazem presentes e as respostas estão sendo contundentes e fortes. Estamos provando ao mundo a capacidade que o nosso Brasil tem, além de todas as situações favores do clima, da terra, da água, mas a tecnologia vem muito forte. A tecnologia para buscar o petróleo, a tecnologia que nós adquirimos e produzimos para produzir a cana, em mais de sessenta variedades para solos diversos do Brasil, fazem com que não só mexa com a sociedade brasileira, mas que as vistas do mundo estão voltadas para o Brasil. Isto é muito importante.

Quando se fala de Amazônia, eu fico a me perguntar: como é que podem os países do mundo querer manter ou interferir na manutenção, que a queremos, todos nós temos o mesmo discurso, mas nós temos no Brasil, meu caro Senador Flexa Ribeiro, 26% da floresta nativa do mundo ainda de pé e temos que mantê-la e ampliá-la. Por isso que essa interferência universal graciosamente, esta é a palavra que eu queria chegar, querem que seja o pulmão do mundo sem custo nenhum para aqueles que acabaram com suas florestas para ser potências industriais, serem grandes potências que abastecem e enriquecem o universo e querem agora continuar a ter este pulmão que está no Brasil. Queremos mantê-lo sim, mas sem perder a soberania sobre

ela. E não tenho dúvida nenhuma que a ampliação de alimentos, elas estão principalmente na produtividade praticamente sem ampliar as suas áreas.

Dito isto, eu quero agradecer e cumprimentar a cada um dos que aqui estiveram, se manifestaram e enriqueceram. Certamente mais um passo está sendo dado, através da Comissão de Agricultura, para o crescimento de alimentos, o crescimento de bioenergia, o crescimento de petróleo e o crescimento de nós, brasileiros. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 13h38.

COMISSÃO DE AGRICULTURA
E REFORMA AGRÁRIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS
BIOCOMBUSTÍVEIS

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL

ATA DA 5ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS E 20ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 8 DE OUTUBRO DE 2008.

Às dez horas e vinte minutos do dia oito de outubro de dois mil e oito, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **NEUTO DE CONTO** e sob a Presidência, eventual**,** do Senador **GILBERTO GOELLNER**, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com a presença dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO AMARAL, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, EXPEDITO JÚNIOR, JOÃO PEDRO, LEOMAR QUINTANILHA, GILBERTO GOELLNER, CÍCERO LUCENA, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, OSMAR DIAS, CÉSAR BORGES, AUGUSTO BOTELHO, JOSÉ NERY, ROSALBA CIARLINI, RENATO CASAGRANDE E MARINA SILVA.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as): Pedro Simon, Heráclito Fortes, Jayme Campos, Marco Antônio Costa, Valter Pereira e João Tenório. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Neuto de Conto, informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública conjunta de acordo com a seguinte pauta: **AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA**, em cumprimento aos **Requerimentos nº 18, de 2007 – CRA**, aprovado em 19.9.2007, de **autoria** do Senador **Expedito Júnior**, **Requerimento nº 1, de 2008 – CRA-BIO,** aprovado em 27.2.2008, de **autoria** do Senador **João Tenório** e **Requerimento nº 13, de 2007 – CRA-BIO**, aprovado em 11.7.2007, de **autoria** do Senador **Sibá Machado**, com o objetivo de discutir o Zoneamento Agrícola Brasileiro, a expansão de culturas para Biocombustíveis e outras culturas e expor sobre o planejamento do zoneamento agrícola para o cultivo de cana-de-açucar no Brasil e sobre o anúncio da imprensa da proibição dessa cultura na Amazônia Legal**,** com a participação dos seguintes convidados: **Exmo. Sr. Carlos Minc** – Ministro de Estado do Meio Ambiente e **Exmo. Sr. Reinhold Stephanes** – Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Expedito Júnior, Gilberto Goellner, José Nery, Flexa Ribeiro, João Pedro, Osmar Dias, Rosalba Ciarlini, Augusto Botelho, Leomar Quintanilha, Renato Casagrande e Marina Silva. **RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA REALIZADA.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinqüenta e dois minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da CRA e pelo Senhor Presidente, eventual, da CRA-BIO e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **NEUTO DE CONTO, PRESIDENTE DA CRA; –** Senador **GILBERTO GOELLNER, PRESIDENTE, eventual, DA CRA-BIO.**

COMISSÃO AGRICULTURA E
REFORMA AGRÁRIA – CRA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS
BIOCOMBUSTÍVEIS – CRABIO

5ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS E 20ª REUNIÃO CONJUNTA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 20 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada. Aprovado.

A presente reunião destina-se a Audiência Pública conjunta em cumprimento ao Requerimento nº. 18/2007 da CRA, aprovado em 19/09/2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, Requerimento nº. 01/2008, CRABIO, apresentado em 27/02/2008, de autoria do Senador João Tenório e Requerimento nº. 13/2007, CRABIO, aprovado em 11/07/2007 de autoria do Senador Sibá Machado. Com o objetivo de discutir o zoneamento agrícola brasileiro, a expansão da cultura para biocombustíveis e outras culturas, expor sobre o planejamento do zoneamento agrícola para o cultivo de cana-de-açúcar do Brasil e sobre o anúncio da imprensa da proibição dessa cultura na Amazônia legal, com a participação dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Carlos Minc, Ministro de Estado do Meio Ambiente, que já se encontra na mesa. Exmo. Sr. Deputado Reinhold Stephanes, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, também já na mesa. Na mesa também o Senador Gilberto Goellner, que representa a Subcomissão de Biocombustíveis.

Gostaria de saber se o nosso Vice-Presidente, Expedito Júnior, gostaria também de fazer parte à mesa? Será uma satisfação.

Gostaria de cumprimentar as Sras. Senadoras, os Srs. Senadores. Iniciando, Srs. Ministros, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, vive-se um momento de uma crise mundial, aonde cujos fatos vêm principalmente nas áreas financeiras. O Brasil, embora, a expectativa é muito forte para que esse desequilíbrio não encontre respaldo em nosso país, ele também passa por algumas turbulências. Razão porque a agricultura, alicerçada na sua potencialidade econômica e, principalmente pelos números que ela apresenta, quer seja com 34% da responsabilidade do Produto Interno Bruto do país, 35% das exportações nacionais estão no agronegócio, e, principalmente, no superávit da balança comercial também nasce da produção agropecuária, levando em conta ainda a preocupação que se tem pelos anúncios da imprensa, considerando a capacidade que tem o Brasil de ampliar, a sua capacidade de produção de alimentos, e também sem perder de vista a produção de bioenergia, sem dúvida nenhuma, esta reunião, esta Audiência Pública é de uma importância transcendental para que se possa esclarecer à Comissão do Senado, ao Senado da República e ao Brasil, principalmente, quando se trata do zoneamento agrícola brasileiro, e a sua expansão para a cultura do biocombustível. Este planejamento, e, sem dúvida nenhuma, nós temos a convicção que conduzida de forma inteligente, sem agredir o meio ambiente nem ao desmatamento, nós podemos internar uma quantidade de terras que nenhum país do mundo as tem. E podemos, sim, ser, sem dúvida nenhuma, o maior produtor e o maior exportador de alimentos para o mundo, e também podemos ser, sim, o maior produtor e o maior exportador de bioenergias. Temos terra, temos água, sol, clima, tecnologia e gente; todos com competência, com capacidade e com desprendimento público para alcançarmos esses objetivos em favor de nossa pátria.

Então, nós passamos, de imediato, a palavra ao Ministro Reinhold Stephanes para expressar o assunto tratado nos seus requerimentos neste dia.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Eu cumprimento a todos os Senadores, todos os presentes, Srs. Jornalistas, o Senador Neuto de Conto, Presidente da Mesa. E eu gostaria de abrir um parêntese inicialmente, pedir permissão para agradecer a esta Comissão, ao Presidente Neuto de Conto e ao Senado pela condução da aprovação do projeto da renegociação da dívida agrícola. Eu acho que o Senado desempenhou um papel extraordinário nisso, na rapidez que precisávamos naquele momento, os entendimentos no sentido de incluir alguns itens que são necessários numa outra medida em andamento, coisa que o Senador Neuto de Conto ficou encarregado de fazer, mas a condução rápida e precisa num momento que era muito importante se dar a velocidade dessa questão, isso foi feito pelo Senado. Então acho que em nome dos agricultores brasileiros e em nome do Ministério do Governo eu devo esse agradecimento ao Senado e aos membros desta Comissão e ao Senador que foi o relator da matéria.

Em relação ao assunto que está colocado na pauta, para a qual nós fomos solicitados aqui, eu e o Ministro Minc, eu gostaria de começar com as palavras do próprio Senador Neuto de Conto, de que, efetivamente, nós temos que ser inteligentes no sentido de compatibilizar a produção de alimentos com a produção de energia limpa. Nós temos que ter essa capacidade em fazer isso. E o zoneamento é o grande instrumento para isso. E também compatibilizar isso, claro, com o meio ambiente, com as necessidades do meio ambiente. Então, são as três questões que nós temos que considerar.

Foi feito um trabalho de zoneamento específico, no caso da cana, aonde foram envolvidas várias instituições de Governo, é um trabalho muito técnico, um trabalho muito científico, onde foram envolvidos – como disse – várias instituições, vou citar algumas delas aqui: a Embrapa, a Conab, a Unicamp, o IBGE, o INPE, a meteorologia, o CPRM, praticamente todas as instituições estaduais de pesquisa, o Ministério do Meio Ambiente também, enfim, foi um trabalho de Governo e um trabalho que envolveu várias instituições a nível Federal e a nível Estadual, e como disse, conduzido de forma muito técnica, muito científica. E esse traba-

lho levava em consideração basicamente as aptidões de solo, as aptidões de clima, as restrições ambientais para a produção e... Sim, a declividade também, porque o que se deseja no futuro de toda colheita ser feita mecanizada, então tinha que se levar em consideração a questão da declividade. O trabalho eu diria que está praticamente pronto, e ele procurou na área de compatibilização. Primeiro na área de meio ambiente retirar todas as regiões que teriam restrições ambientais. E procurou-se trabalhar muito no sentido de encaminhar para se compatibilizar com a produção de alimentos se procurar trabalhar em cima das áreas de pastagens. Porque o Brasil tem hoje, usa em torno de 50 milhões de hectares para o plantio de grãos e utiliza quase 200 milhões de hectares para a pecuária. Sendo que nós temos uma densidade de ocupação muito baixa na área de pecuária. Então nós poderíamos ter uma condição melhor de utilização desses solos. E na área de pastagem nós devemos ter hoje mais de 50 milhões de hectares já áreas ou degradadas ou com baixa produtividade. E como essas áreas estão... Encontram-se praticamente toda a região de produção, mesmo dentro de São Paulo nós temos isso, São Paulo, principalmente, áreas de expansão, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Maranhão, Paraná é parte também Rio Grande do Sul... Enfim, essas áreas se encontram bem distribuídas. E aí acabou... Quer dizer, como áreas que foram excluídas deste zoneamento para o plantio da cana, nós, evidentemente, áreas sem aptidão de clima, sem aptidão de solo, áreas com declividade acima de 12 graus, áreas que demandariam necessidade de irrigação plena, áreas que tivesse qualquer tipo de vegetação nativa, o bioma amazônico, áreas de proteção legal, todas elas, e o bioma do pantanal. Sendo que no bioma pantanal ainda há uma discussão de um ponto aí no bioma do pantanal.

Nesse estudo, então que é composto de mais de 15 mil mapas, esse estudo, nós encontramos uma área apta e disponível para a cana retirada todas as áreas de restrição, 65 milhões de hectares. Nós temos que lembrar de que para a expansão nos próximos oito anos, nós vamos precisar aproximadamente quatro, cinco milhões de hectares. Então, quer dizer, entre a necessidade de expansão de área e a disponibilidade, nós temos uma diferença muito grande, ou seja, nós temos área suficiente para boas opções dentro de uma área muito vasta, ou seja, 65 milhões de hectares no total do qual nós precisaríamos em torno, como eu disse, de cinco milhões de hectares. Agora, dentro desta área dos 65 milhões de hectares nós temos 37 milhões de hectares de área de pastagens, ou seja, áreas aptas sobre todos os aspectos e sem nenhuma restrição ambiental. Nós temos 37 milhões de hectares. Claro que numa posição inteligente como disse o Senador Neuto de Conto, nós devíamos dirigir para esta área de 37 milhões de hectares, já que ela é bem distribuída. Com isso nós não estaríamos competindo com alimentos, já que nós podemos melhorar a produtividade por área no caso da pecuária. Então, em princípio vai se direcionar, quer dizer, embora, tenhamos uma disponibilidade de 65 milhões de hectares, mas através de instrumentos, de financiamentos e outros instrumentos não se pode proibir que alguém plante na área de soja. Não se pode proibir. Pelo menos, dentro da Legislação atual ou dentro da concepção atual você não pode proibir. Mas você pode direcionar através de financiamentos nessas áreas de pastagens, ou seja, dentro desses 37 milhões de hectares que estariam disponíveis. Então, em síntese, é este o quadro que se desenhou.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Está pronto o estudo?

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Esse estudo está pronto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Está aprovado?

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Não, ele ainda não está aprovado, ainda depende de algumas definições, algumas discussões internas. Mas o estudo, como estudo técnico e estudo científico está pronto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Exclui.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Foi excluída como área, pelo menos, em princípio, considerada como área não apta por questões e restrições ambientais, todo o bioma amazônico. E o pantanal, que é outra questão em discussão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Sim, todo o bioma, salvo, onde hoje já tem usinas. Já tem hoje quatro grandes usinas dentro do bioma, quatro ou cinco grandes usinas. Essas seriam mantidas, mas não haveria novas usinas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Sim. Tem por região, tem por Estado, por região, por tudo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Não, esse ainda não porque esse não está disponível para a apresentação.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Gostaria, Sr. Ministro, para nós...

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Mas a síntese é essa. Agora, no caso do bioma amazônico...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ministro--

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu gostaria o seguinte, porque nós temos tempo, tem dois Ministros, o Ministro Stephanes faz todo o seu planejamento, toda sua exposição. Vamos ouvir o Ministro Minc e depois vamos entrar para o debate, cada um faz as suas perguntas e eles terão tempo suficiente para as respostas. Senão nós vamos passar para um debate e nós não vamos conduzir a reunião.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone] pudesse até dizer qual a lógica dessa definição, porque na Amazônia existe área de cerrado que pode muito bem ter outro tipo de plantio. Qual a lógica? Só isso que eu gostaria de saber.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sr. Presidente, ainda que não seja membro da Subcomissão, mas como parte da Comissão de Meio Ambiente, eu acho que o encaminhamento proposto por V.Exa. está adequado para que os Srs. Ministros possam colocar as suas posições e depois nós faremos as indagações. Senão há uma quebra de raciocínio em relação à exposição que está sendo feita.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Ministra Marina Silva, é o que nós sugerimos para que isso se possa fazer e damos com maior precisão o trabalho. Muito obrigado.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Eu acho que eu deixaria para responder essa pergunta depois. Mas eu já queria... Eu poderia apenas antecipar, talvez até nem devia colocar isso nesse momento atual. Nós também fizemos simultaneamente a isso, embora, isso não está em debate nesse momento, o zoneamento para a produção de dendê. E o dendê para efeito de biodiesel, é a melhor matéria-prima que nós temos disponível hoje no Brasil e no mundo para a produção de biodiesel é o dendê. E o dendê... Nem todos talvez tenham essa informação, mas o dendê é o óleo mais produzido no mundo. Não é a soja, é o óleo de dendê. E o Brasil é importador de óleo de dendê. E o Brasil tem regiões no Pará, no Amazonas e em Roraima altamente... Com alta condição de produtividade para a produção do dendê. E, efetivamente, o Brasil precisa, possivelmente aí, uns dois milhões de hectares em produção de óleo de dendê para substituir aquilo que hoje nós estamos usando óleo de soja para a produção do biodiesel. 90% do biodiesel está saindo do óleo de soja e há um custo muito elevado. E o dendê, efetivamente, que tem uma produtividade extraordinária, tem uma capacidade de absorção de mão-de-obra extraordinária, tem capacidade de proteger o solo... Seria um grande instrumento para a recuperação de áreas degradadas no Pará, no Amazonas e em Roraima. Grande instrumento. E seria, até sob o ponto de vista de negócio, muito superior à cana e ao álcool. Muito superior. Bom, basta ver a Agropalma fazer uma visita. A Agropalma, um outro empreendimento que está se instalando agora no Pará da biopalma que é o mesmo grupo, que há 25 anos atrás fez a agropalma e agora está fazendo a biopalma. Mas, todos os estudos e análises nós já fizemos. Fizemos todo o zoneamento, aonde que se pode plantar, que produtividade pode se obter, enfim, tudo isso já está pronto.

Eu estou colocando isso já, porque já que existem restrições, vamos dizer, mundiais em relação ao plantio de cana na Amazônia, no bioma amazônico. Essa seria, mais ou menos, a lógica. Já que existem restrições mundiais. Por que não dar como opção para esta área uma atividade que é mais lucrativa ainda? Quer dizer, aí nós implementaríamos junto com o meio ambiente a forma que isso aí poderia ser feito de maneira adequada, inclusive, utilizando isto na área de recuperação de áreas degradadas dentro dos 80% de reflorestamento. Já que têm todas as condições técnicas e científicas. Veja bem, não é uma discussão ideológica e nem política neste caso. Quero deixar bem claro. Técnica e científica. Ok?

Bom, mas eu tenho a impressão que a exposição geral que eu teria que fazer é essa, que o zoneamento está pronto, ele foi uma atividade bastante técnica e bastante científica. Já estabelecemos as áreas para onde deveríamos crescer de forma inteligente, e temos área suficiente disponível que seria basicamente área de pastagem. E no caso da Amazônia que ainda é uma questão em discussão, mas aí nos parece que seria também inteligente se nós achássemos uma outra opção que seria o caso da produção de dendê que nós tanto estamos precisando, e que não dá em outra área a não ser naquelas regiões que já foram zoneadas, cujo zoneamento já foi feito, no Pará, Amazonas e Roraima. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Ministro, Deputado Reinhold Stephanes.

Agora ouviremos então o eminente Ministro Carlos Minc.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Bom dia a todas e a todos. Queria saudar meus companheiros de mesa, Senador Neuto de Conto, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, Senador Gilberto Goellner, Subcomissão Permanente

de Biocombustíveis, e meu companheiro de Governo, Ministro Reinhold Stephanes e também os Senadores e Senadoras aqui presentes. Primeiro queria também agradecer o convite e saudar o Senado por estar tão atento a uma questão estratégica para o país, aliás, como não poderia deixar de ser. Queria dizer que o Ministro Reinhold Stephanes tem sido nosso parceiro, temos conversado sempre sobre muitos assuntos diferentes, não apenas esse. Temos tido um bom diálogo. Também quero dizer que eu estou há apenas quatro meses e uma semana no Ministério, mas essa é a décima vez que eu venho aqui no Congresso Nacional, estive várias vezes na Comissão de Agricultura da Câmara, Comissão de Meio Ambiente, frentes, em suma, sou um Parlamentar Estadual do Rio de Janeiro há muitos anos, então prezo o Parlamento, tenho 20 anos de Parlamento estadual. Então sempre prezo muito aqueles que são eleitos para representar o povo e defender seus interesses, no caso, o Senado também vendo a questão nacional que é um olhar mais amplo.

Bem, dito isso, e antes de entrar diretamente no tema proposto, aliás, nos temas propostos na questão do zoneamento, biocombustível, etanol, eu quero fazer breves anúncios, que sempre é um momento também de prestação de contas. Eu vejo que todos os Ministros devem prestar contas ao Parlamento sempre que possível. Quero dizer que o Fundo Amazônia que foi criado por um Decreto do Presidente Lula no dia 1º de agosto, ele terá agora no dia 23 a sua primeira reunião, e nesse Fundo tem assento os nove governos da Amazônia, o Governo Federal e a sociedade civil, e esses recursos serão usados para projetos de sustentabilidade na Amazônia e os doadores não têm assento, quer dizer, é um fundo 100% soberano. Outro anúncio importante é a política de preços mínimos para produtos do extrativismo. Também consta numa Medida Provisória do Presidente Lula, nós temos trabalhado em conjunto com o colega Stephanes e com o Conab. Então já saíram vários preços mínimos que é importante para dar sustentabilidade econômica para milhões de pessoas que vivem do extrativismo e não tinham garantias para preços como a borracha, a castanha, o pequi, piaçava, babaçu e etc., e com isso vão poder alavancar as suas produções.

Quero anunciar também que nós assinamos dias atrás com a Comunidade Européia 6 milhões de euros para a implantação do distrito florestal ao longo da 163, garantindo manejo florestal, produtividade, condições de implantação das defesas para essa área importante. E que ontem também teve a primeira reunião sobre a BR319 já com representantes dos governos de Rondônia, do Amazonas, das universidades, dos Ministérios para garantir que todas as medidas preventivas sejam asseguradas. Também tivemos há dez dias em Goiânia lançando um plano de defesa e desenvolvimento do cerrado, e o zoneamento econômico e ecológico junto com o Governo de Goiás e também de monitoramento junto com a Universidade Federal de Goiânia. E que há cerca também de duas semanas foi lançado o primeiro Plano Nacional de Mudanças Climáticas que está em consulta pública, portanto, todos, sobretudo, o Senado, a Câmara, os ambientalistas, os produtores, os técnicos e esse primeiro plano aí já tem uma interferência direta com o tema proposto de hoje, Presidente, Senador Neuto de Conto, que é que esse Plano Nacional de Mudanças Climáticas prevê uma expansão anual de 11% na produção do etanol e 12% na produção do biodiesel. Portanto, a ser confirmado esse plano, tem que haver e esse é o esforço conjunto do Mapa com outros Ministérios garantir porque esse realmente é um combustível mais limpo, que emite menos e está prevista a sua expansão no Plano Nacional de Mudanças Climáticas.

Bom, entrando então agora depois desses rapidíssimos anúncios, no tema central proposto. Nós dedicamos grande importância do trabalho do Ministério para a questão tanto do zoneamento econômico e ecológico quanto do zoneamento agro-ecológico da cana-de-açúcar. No zoneamento econômico e ecológico temos trabalhado com os Estados, não só da Amazônia, vários Estados. Na Amazônia dois Estados concluíram, três Estados enviaram às Assembléias Legislativas para que sejam aprovados sob a forma de lei, e os outros quatro estão avançados. Nós pretendemos, Presidente, até 2009 concluirmos todo o zoneamento econômico e ecológico da Amazônia. Aliás, para nós da área ambiental, o zoneamento econômico e ecológico é um ótimo compromisso da área ambiental com a área produtiva. São as regras claras. Como fazer, o que fazer, onde fazer. Quer dizer, a indefinição gera incerteza, gera conflito. Uma definição clara com base técnica, com base científica, com participação e legitimação pelos parlamentos também estaduais, esse é o melhor caminho para conciliar o aumento necessário da produção com o aumento necessário da proteção. Então, estamos investindo pesado no zoneamento econômico e ecológico, inclusive, com recursos do Ministério, apoio técnico, continuando um trabalho que já era desenvolvido na época da Ministra Marina Silva, que está aqui presente, que também deu grande importância ao zoneamento econômico e ecológico.

Então isso aí está sendo continuado e está avançando e as pessoas estão vendo que esse é o caminho. Além disso, Presidente, nós temos feito vários entendimentos com o setor produtivo. Fizemos com o

setor da soja e dos óleos vegetais um acordo sobre a não compra de soja de áreas desmatadas ilegalmente, áreas embargadas, na Abiove exportadores de óleos vegetais assinaram esse acordo com o Ministério e com a sociedade civil, e nós nos comprometemos a acelerar o zoneamento econômico e ecológico, cadastramento das propriedades. Assinamos também um acordo. O Senador Flexa Ribeiro estava presente em Belém, com o setor madeireiro exportador, também o setor madeireiro se comprometendo a comprar madeira de plano de manejo, de áreas certificadas, legalizadas, e nós nos comprometemos a dobrar a oferta de madeira legal, que a melhor forma de combater a madeira ilegal, obviamente, é aumentar a oferta da madeira legalizada. E fizemos acordos semelhantes com a área do minério e vamos fazer agora com a Abiec que são os exportadores de carne e frigoríficos.

Bem, em relação ao zoneamento econômico e ecológico da cana, qual foi a intervenção do Ministério do Meio Ambiente nessa discussão? Nós temos acompanhado atentamente os estudos coordenados pelo Mapa envolvendo a Embrapa Solo, Unicamp e outras áreas técnicas. Nós colocamos questões que foram incorporadas ao plano. Redução progressiva das queimadas. Aproveitamento maior e definitivo do vinhoto. O vinhoto é um subproduto da produção do álcool, riquíssimo em matéria orgânica, no passado era um grande contaminador dos rios e lagoas, por causa exatamente do EBO, da demanda bioquímica de oxigênio, e é uma base para a produção de biogás, biofertilizantes, portanto, é riquíssimo em matéria orgânica. Então, o plano do zoneamento econômico e ecológico da cana prevê cada vez mais aproveitamento crescente com segurança do vinhoto. Converter poluição em geração de energia. Portanto, isso é a racionalidade. Ninguém pode ser contra isso. Agora, tem que ter mecanismos para garantir que isso aconteça, de fato.

Bem, uma outra questão que nós incorporamos e já pensando no plano de mudanças climáticas, é o aproveitamento da palha da cana-de-açúcar. No último leilão de energia futura, de compra de energia futura, a vedete foi o aproveitamento de energia renovável a partir da palha. Isso implica também uma mecanização crescente. E daí uma das preocupações do plano que o Ministro Stephanes já mostrou com toda a precisão é a questão de menos de 12 graus de inclinação. Por que os 12 graus? Porque isso permite a mecanização e a mecanização que permite o aproveitamento da palha, portanto, a não queimada agride menos o pulmão do trabalhador, o clima, e permite que a palha seja aproveitada para a geração de energia.

No último leilão mais de 400megas foram comprados como aproveitamento de palha e já fica um subproduto importantíssimo para a meta de energia e para a meta de clima, porque é energia renovável.

Então, a nossa posição do Ministério é francamente favorável à expansão da produção do biodiesel e do etanol. Tem várias vantagens internalizar o desenvolvimento do país, diminuir o inchaço das grandes capitais das regiões metropolitanas, aumentar a produção e renda. Hoje o setor da agricultura tem um papel fundamental no país, na economia do país tanto no equilíbrio externo das contas quanto no combate à inflação, quer dizer, no fundo o preço dos alimentos tem sido uma âncora antiinflação considerável. Então, nós da área ambiental temos tido um diálogo muito forte, não só com o Ministro da Agricultura que está aqui presente, mas com a frente parlamentar da agricultura, com a Comissão de Agricultura da Câmara, porque nós entendemos que quando há agressão ambiental, quando há desmatamento, quando há supressão das áreas de preservação permanente, com diminuição dos caudais de água e assoreamento, o principal prejudicado é o agricultor. Então nós achamos que a consciência ambiental dos agricultores tem aumentado e tem que aumentar mais ainda até porque eles dependem disso, dependem da qualidade do solo, da qualidade da água, da qualidade da cobertura vegetal... E isso tem sido, felizmente, tem avançado. Talvez, Ministro Stephanes, não no ritmo que nós gostaríamos, mas é inegável que tem avançado e isso deve ser também saudado.

Então, o Brasil, como tem dito o Presidente Lula, é talvez o único país do mundo que pode ampliar simultaneamente a produção do etanol, a produção do biodiesel, a produção de alimentos e áreas protegidas. Essas quatro coisas podem acontecer simultaneamente. O Ministro Stephanes falou, nós, na verdade, temos mais de 300 milhões de hectares de terras que poderiam ser aproveitadas, por exemplo, para a cana-de-açúcar. Aqueles 65 milhões que o Ministro mencionou são aquelas que já passaram por aqueles filtros todos. Não entram em áreas protegidas, têm aptidão de solo para a produtividade, tem a questão climática da precipitação ideal, a questão da inclinação que tem a ver com a mecanização e o aproveitamento da palha e com a diminuição progressiva das queimadas. E, na verdade, nós temos hoje cerca de 7 milhões de hectares plantados de cana e esse plano prevê uma expansão de mais algo em torno de 6 milhões... 5 milhões de hectares. Então nós, na verdade, temos o dilema ao contrário. Nós temos 60 milhões para escolher 5. Veja bem, ninguém é proibido de plantar cana em qualquer área que não seja proibido. O Brasil é um país que, felizmente, se rege por leis e ninguém é proibido de fazer nada senão por lei. Então aonde não for proibido é permitido. Nós estamos falando das áre-

as que serão incentivadas. E essas áreas que serão incentivadas têm que ter uma série de características para garantir o máximo proveito. Isso implica questão de infra-estrutura, de escoamento, várias condições. Nós temos que atender ao mercado interno. É crescente a produção de carros flex, de automóveis flex, isso é importantíssimo também. A adição do álcool à gasolina ou o uso do álcool alternativo à gasolina tem ganhos ambientais muito importantes e ganhos para a saúde, para a saúde da população. Nós estamos cuidando de um outro assunto também que não diz respeito a essas Comissões, mas que é a questão do teor do enxofre no diesel que também é um problema que afeta o pulmão das pessoas, sobretudo, nos grandes centros, nas grandes metrópoles, estamos cuidando diretamente disso para garantir um diesel de melhor qualidade, de menor teor de enxofre. Vamos antecipar metas que outros países já têm, então vamos antecipar porque, embora, o nível de desenvolvimento, Presidente, seja diferente, os pulmões são iguais. Os nossos pulmões são exatamente iguais, Senadora, aos pulmões dos europeus. Então nós temos que ter um carinho especial com essa questão e o biodiesel ajuda. Tanto o etanol quando o biodiesel ajudam. Não só a emissão quanto à parte da saúde da população. Portanto, eu quero deixar bem claro aqui que a posição do Ministério não é apenas neutra. É francamente favorável, por razões ambientais ao aumento da produção do biodiesel e do etanol. Agora, queremos fazer isso com toda segurança, com toda a parte técnica, e não apenas em relação a invadir ou não área protegida. Há todas essas questões que eu levantei em relação ao vinhoto, à palha, à questão das queimadas, e a questão do aumento até do uso do etanol.

Bem, nós temos algumas preocupações. Logo quando eu assumi o Ministério, há quatro meses e dez dias, o meu primeiro desafio foi uma reunião de 90 Ministros do meio ambiente em Bonn na Alemanha, sobre biodiversidade. E um dos temas mais quentes desse encontro internacional era biocombustíveis. Embora, a discussão central não fosse essa, fosse a questão do acesso e repartição dos benefícios pelo uso da biodiversidade, o Brasil tem a posição muito firme que até 2010 tem que estar implantado no mundo inteiro que nos beneficia, nós pagamos as patentes, e os países não pagam pelo uso de produtos como sementes e folhas que geram. Eles sintetizam nos seus laboratórios e nos vendem as patentes e não pagam por isso. Então a posição do Brasil é muito clara, nós queremos que até 2010 esteja implantado no mundo inteiro. Há uma resistência dos países ricos, porque eles não pagam por isso, vão passar a pagar, portanto, resistem não abertamente. Mas, na verdade, nessa conferência de Bonn, muitos países levantaram críticas ao etanol e ao biocombustível brasileiro. Mas havia tipos de críticas diferentes. Havia preocupações ambientais e havia preocupações comerciais. Então, isso eu quero trazer para este Senado. Na verdade, Senadores e Senadoras, muitos países que não têm um etanol competitivo com o nosso, porque o nosso, além, de mais eficiente, mais barato, é mais verde, e não tem um biocombustível competitivo com o nosso, usam o argumento ambiental para criar barreiras comerciais. Então, nessa conferência de Bonn estava exigindo para o etanol e o biocombustível uma série de condições prévias, análises prévias e requisitos prévios sobre o enfoque ambiental, mas, muitas vezes, disfarçando uma questão de barreira comercial. Então, nesse dia, nessa conferência, eu estava com dois dias no Ministério, eu usei uma expressão que posteriormente o Presidente Lula repetiu, cinco dias depois numa reunião da FAO, em Roma, que eu dizia o seguinte: que nós íamos cuidar para o nosso biocombustível, o nosso etanol serem completamente verdes, ambientalmente seguros. Mas o que nós não admitíamos é que o combustível mais limpo fosse o único que estivesse sentado no banco dos réus. E contra ele fosse dirigido, muitas vezes, um dedo sujo com óleo e com carvão. Ou seja, países que tinham em suas matrizes o óleo e o carvão apontando o dedo contra o etanol e o biocombustível que são reconhecidamente combustíveis mais limpos. O que não significa que nós não tenhamos que ter cuidados redobrados. Não só em relação à questão interna que eu acho que a nossa política não deve se pautar em relação ao que o resto do mundo pensa da gente. Nós temos que ter uma política pautada no que a gente pensa da gente. Acho que nós temos que ter clareza a respeito disso. Por isso que o Fundo Amazônia os doadores não têm assento. Quem vai decidir o que vai fazer com esse recurso são os Governos Estaduais, Federal e sociedade civil. A gente não precisa de conselho de ninguém de fora para defender a Amazônia, como não precisamos, Ministro Stephanes, conselho de ninguém para ter uma ótima política de etanol e de biocombustível com os craques que nós temos na Embrapa, no Mapa, nas nossas universidades, com o apoio de outros Ministérios. Eu coloco o nosso, modestamente, como uma linha de apoio junto com o MMA, o MDA e outros; mas, obviamente, que a agricultura tem um papel de maior proeminência nisso, é natural que assim o seja, mas o diálogo tem sido muito bom. Mas nós não podemos desprezar essas questões.

Vejam bem, se nós temos 65 milhões de hectares que se prestam a n critérios técnicos para escolher cinco, nós temos que levar em conta todas as condições, inclusive, as condições técnicas, as condições de fra-

gilidade de bioma, e as condições de infra-estrutura. Então, eu acho que nós temos essa condição. Eu acho que o plano de mudanças climáticas reforça o etanol e o biocombustível, a prever um crescimento da ordem de 11 ou 12% para um e para outro, e eu acho que o Ministério da Agricultura não tem sido adversário. Muitas vezes, se colocou que o Ministério da Agricultura e o Ministério do Meio Ambiente não falariam a mesma linguagem, porque um estaria preocupado só com a produção e o outro preocupado só com a proteção. Isso não é verdade nem num caso e nem no outro. Quero atestar aqui que o Ministério da Agricultura não está preocupado só com a produção. Até porque a proteção faz parte da agricultura. O Ministro Stephanes vem de família de pequenos agricultores do Sul do país e eles sabem exatamente que sem proteção não há produção. Quando começar o solo a rachar, a árvore a faltar e a água escassear não tem crédito que sustente sem os fatores básicos.

Então, assim como o Ministério da Agricultura não se preocupa só com a produção, o Ministério do Meio Ambiente também não se preocupa só com a proteção. Porque a gente sabe que o aumento do etanol e do biocombustível faz bem para a saúde e faz bem para o planeta. Então, essa já era a posição da Ministra Marina Silva, que está aqui presente, sempre se pautou pelo desenvolvimento sustentado, e não pela proteção como um fim em si mesmo, e é a posição que nós temos dado continuidade com diálogo muito forte. O Senador Goellner é testemunha disso. Nós já há uma semana recebemos 30 produtores de Mato Grosso, resolvemos várias questões na área da pecuária. A questão que a área da Agricultura levantou em relação ao Decreto de crimes ambientais nós abrimos um diálogo fortíssimo, inclusive, com o Ministro Stephanes, esse trabalho está por um fio de cabelo para ser concluído, provavelmente, hoje ainda, mas foi fruto de várias discussões seriíssimas, levando em conta todo o setor ambiental, parlamentar e dos secretários estaduais de Agricultura e a CNA, e o setor ambiental, a frente parlamentar do meio ambiente, a Comissão de Meio Ambiente da Câmara, a Dema, os secretários estaduais de meio ambiente, quatro Ministérios; trabalho seriíssimo de diálogo. O diálogo é bom conselheiro. O confronto é bom quando abre caminho para o diálogo, mas o confronto em si não leva ao avanço. E ficou claro para nós, tanto no caso do zoneamento quanto no caso da discussão do Decreto que o diálogo é bom conselheiro. Ele tem rendido ótimos frutos. E aqui essa que é a nossa disposição nessas Comissões do Senado Nacional.

Muito obrigado a todos e estamos abertos a todos os questionamentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado Dr. Carlos Minc.

Passamos a ouvir agora os Senadores que subscreveram os requerimentos. O autor de um deles, o eminente Senador Expedito Júnior, com a palavra.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, Srs. e Sra. Senadora, Senadora Marina Silva, Srs. Ministros, Carlos Minc e Reinhold Stephanes, quando fiz esse Requerimento, o Senador Sibá ainda assinou comigo, fizemos a assinatura em conjunto aqui nesta Comissão. Foi no dia 19/09/2007, há mais de ano já que nós fizemos essa solicitação de audiência aqui. E eu acho que hoje nós estamos dando um passo muito importante aqui porque nós estamos reunindo porque acho que um dos dois maiores... Principalmente na questão nossa da nossa pecuária, na nossa agricultura, do desenvolvimento do país, os dois mais importantes Ministérios. E esse era sempre o nosso sonho aqui, trazer aqui o Ministério da Agricultura e o Meio Ambiente. E o apelo que vou fazer aqui, na época quando a imprensa anunciou a proibição do plantio da cana-de-açúcar no bioma amazônico, eu fui um dos que mais critiquei na Tribuna do Senado. Mas critiquei por quê? Critiquei porque a decisão não pode ser por uma canetada. Acho que a decisão tem que ser da maneira como estão fazendo agora. Acho que nós temos que ter o zoneamento. Como é que você vai decidir, como é que você vai simplesmente impedir uma região como a nossa região amazônica, como infelizmente o que mais tem lá é a proibição, que não pode, que não pode, que não pode, que não pode. E o que é que pode? Quais são os programas do Governo, os programas sustentáveis para a nossa região? Eu vi aqui agora há pouco o Ministro Reinhold Stephanes falar sobre a recuperação das áreas degradadas. Eu tenho um projeto aqui, lavoura e pecuária de recuperação de áreas degradadas, inclusive, agora o Senador Gilberto é o relator, eu acho que esse é o projeto de sonho de consumo de todos nós, de fazer a recuperação das áreas degradadas. E não há uma política do Governo nesse sentido. Há propostas, há discussões, há projetos, mas na prática mesmo não acontece. Quando o Ministro Minc assumiu o Ministério, acho que fui uma das primeiras pessoas que fui visitá-lo. E levei uma das pessoas polêmicas que é o Governador Ivo Cassol. Acho que um dos primeiros Governadores que fez um projeto proibindo a queimada no Estado foi o Governador de Rondônia. E com políticas severas contra a queimada no nosso Estado. E está lá o resultado, nós diminuímos e muito as queimadas no nosso Estado. Desmatamento também, a taxa do desmatamento também. Agora, o senhor já me respondeu duas perguntas que eu ia lhe fazer, que

é a questão daqueles projetos que já estão em andamento e que o senhor já garantiu aqui que esses projetos, inclusive, têm financiamento do BNDES, como nós temos dois projetos de etanol no nosso Estado, que é no Município de Cerejeiras e no Município de Santa Luzia, está já praticamente prontos. Então serão garantidos esses projetos.

Agora, o Ministro Minc, fazendo referência à minha primeira visita a ele, que eu saí de lá muito satisfeito com a convicção e com a determinação de V.Exa., era que o senhor estava pegando os problemas, realmente, enfrentando os problemas do país, principalmente, na região amazônica. Nós temos um problema crônico que é a questão da regularização fundiária. Como é que quer exigir alguma coisa se não tem regularização fundiária? Como é que nós vamos fazer plano de manejo se nós não temos a regularização fundiária? Nós não temos o georeferenciamento das nossas áreas? Só tem uma área em Rondônia que tem georeferenciamento. Uma área. Uma área que tem georeferenciamento em Rondônia. Então como é que eu vou ficar... Eu quero defender aqui, eu quero ajudá-lo, sou, inclusive, da base aliada, sou Senador da base aliada. Eu quero aplaudi-los nas boas decisões. Mas, eu queria fazer um apelo, com eu disse no começo aqui. Aquilo que o senhor finalizou dizendo que nós não temos que fazer aqui, nós temos que nos preocupar e não temos que nos ater aqui com o que pensa o resto do mundo. O que nós pensamos aqui para o Brasil. Tem que ouvir também nós da Amazônia. O que nós pensamos para a Amazônia. A bancada amazônica aqui é muito forte. Então, ouvir um pouco mais os Senadores da região amazônica, ouvir os Governadores quando for tomar uma decisão, de repente, uma decisão firme, pesada, forte; ouvir os governadores dessas regiões. É quem está lá na base enfrentando os problemas. O setor madeireiro – eu estava aqui com o Presidente do Incra -, o setor madeireiro por muito tempo foi visto como vilão. Hoje vocês estão vendo aí já que não é tanto o setor madeireiro que é o vilão da história. Eu sempre dizia, e na Comissão de Senadores que nós tivemos lá em Rondônia, eu sobrevoei as áreas de assentamento do meu Estado. E ficou claro onde é que estava o desmatamento em Rondônia. Hoje parece que o Ministro Minc tem esses dados, esse levantamento. Eu estava no Estado, esses levantamentos sobre a... Os assentamentos feitos pelo Incra sobre essa questão do avanço do desmatamento. Mas, eu não poderia na ocasião não fazer... Deixar de fazer nenhuma crítica, Ministro, quando anunciaram o rompimento que não podia se plantar cana-de-açúcar na região amazônica. Porque o primeiro Estado que fez o seu zoneamento foi o Estado de Rondônia. Como é que fica os Estados que fizeram o seu zoneamento com o zoneamento que vocês estão fazendo agora? Se identificar o conflito? O que é que vocês vão buscar? Qual é a possibilidade de se buscar um entendimento, se buscar um acordo? Porque o zoneamento que foi feito lá foi um zoneamento sério onde participou toda a sociedade do meu Estado. E aí o zoneamento nos permite lá no Estado, de repente, nos permite fazer o plantio da cana-de-açúcar. E aí como é que de repente hoje... Não vou dizer que numa canetada, porque agora vocês tecnicamente estão buscando isso, subsídio nesse sentido. Mas como é que fica esse conflito do zoneamento estadual com o zoneamento que está se fazendo no plano Federal? Então, eu não quero aqui... Não quero polemizar. Pelo contrário, eu quero ajudar a construir uma alternativa para a minha região. Quero ajudar a construir uma alternativa para o meu Estado. Quero parabenizar o Ministro Carlos Minc. Fiz várias vezes isso na Tribuna, porque as oportunidades que tive de dialogar com V.Exa. eu saí de lá impressionado, saí de lá entusiasmado, achando que verdadeiramente nós estamos construindo e pavimentando um caminho para a região amazônica. Conversava agora há pouco com V.Exa. e gostaria, já que o senhor deu oportunidade de falar sobre outros assuntos aqui, que nos falasse também sobre a questão da Reserva do Bom Futuro. Nós temos em torno de cinco mil pessoas... Não vou dizer que assentadas, não. Em área de invasão. Mas que foi há 15, 20 anos. Qual é a alternativa que nós vamos buscar para esses pequenos produtores? Lá não tem fazendeiro, lá tem pequenos produtores. Então tem que ser proposta uma alternativa. E V.Exa. estava me dizendo que já estava construindo isso com o Governador Ivo Cassol.

Então fica aqui a minha preocupação simplesmente no sentido da região amazônica sobre a questão da proibição. Que nada se pode. Então, o que é que pode na nossa região? Eu acho que tem que ser construído um entendimento, tem que se buscar uma alternativa, e tem que se discutir com a sociedade amazônica. Nós não podemos... E eu quero fazer coro aqui mais uma vez. Eu até entendo que temos que estar prestando contas aos mecanismos internacionais. Mas, primeiro a nós. Primeiro nós da região amazônica que derramamos nosso suor lá para sustentar a nossa família. O setor madeireiro que é visto como vilão no meu Estado, foi quem construiu o Estado de Rondônia. Se Rondônia existe hoje, existe por causa da geração de emprego e renda que fomentou o setor madeireiro do meu Estado. Hoje se busca uma alternativa, se busca um entendimento para que o setor madeireiro não trabalhe mais na clandestinidade, que trabalhe na legalidade. Mas para isso o Governo também precisa fazer o dever de

casa. Então nós precisamos. E o Incra precisa investir mais na questão das regularizações fundiárias. Há poucos dias o Ministro na audiência que teve aqui conosco nos pediu emendas parlamentares nossas, dos parlamentares para que destinasse para o Incra para que pudesse então fazer o trabalho de regularização fundiária. Então falta uma política do Governo Federal no sentido de dotar o Incra no sentido de viabilizar recursos para que possa então fazer uma política séria e uma política verdadeira para a região amazônica.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador Expedito Júnior.

O Senador João Tenório também subscreveu um Requerimento. Ele é o Presidente da Subcomissão de Biodiesel e Biocombustíveis da Comissão de Agricultura. Está aqui o seu Vice-Presidente, o Senador Gilberto Goellner que passamos a palavra para falar pela Subcomissão.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Ministro Stephanes, Sr. Ministro Minc, Presidente Neuto, demais Senadores, Senadora Marina Silva. Na ausência do Senador João Tenório, ele me solicitou que aqui comparecesse justificando a sua ausência, que ele gostaria muito de estar aqui, que é uma Comissão que ele preside, que tem desenvolvido trabalhos importantes dentro da Comissão de Agricultura. Eu gostaria de fazer uma colocação, Sr. Ministro Carlos Minc, que diz respeito a essas duas bacias que hoje estão impedidas de se produzir cana-de-açúcar, que é a Bacia Amazônica e a Bacia do Alto Paraguai. Pela resolução do Conama 01 de 1985 ficam impedidas, no caso a Bacia do Alto Paraguai que deságua para os rios, rios que formam o rio Paraguai, e, especificamente, ficou impedido nessa resolução a produção de cana-de-açúcar. Naquele momento, há 23 anos, em 85, a tecnologia das indústrias de álcool e de açúcar, não eram tão desenvolvidas como as que têm hoje. E qualquer agricultura hoje, qualquer agricultura que se faz nessas bacias, como já são bacias agrícolas, são bacias de... Não é bacia do pantanal, é bacia de rios que compõem, que formam a Bacia do Pantanal, do Alto Paraguai. Toda agricultura de lá é realizada nisso aí e a cana é uma agricultura igual a todas as outras, inclusive, com mais conservação de solo do que uma agricultura anual. Então, eu vejo que nós teríamos que rediscutir essa resolução, porque nessas regiões existe o caso específico do Estado do Mato Grosso de 11 usinas, oito estão inseridas na Bacia do Alto Paraguai e não poluem, porque houve um acompanhamento de licenças ambientais que identificaram todos os critérios ambientais para se constituir então a colocação dessas usinas, porque elas seriam poluidoras, não é a cana-de-açúcar, seria a usina que poderia poluir se ela não tiver critérios de aproveitamento do vinhoto, e como o vinhoto agora é uma matéria-prima, um subproduto de muita importância, inclusive, ele é colocado sobre o solo e um aproveitamento, é como um adubo químico, então não há o escorrimento que dê, que poderia se colocar como de causar alguns transtornos nas águas, de poluição das águas, porque ele é absorvido, são normalmente... É obrigatório também fazer a conservação das APPs desses rios. Então não vejo hoje que uma usina venha poluir o meio ambiente, os rios que condizem à Bacia do Pantanal. Então, essa restrição dessa Bacia, eu vejo que teria que ser revista, a Bacia do Alto Paraguai, e também quando se tratar de áreas que hoje que se falam como degradadas, de pastagens degradadas, não são áreas iludidas, são pastagens que não foram reaproveitadas com fertilizantes, com calcário. Hoje se conduz ali agricultura, é permitido fazer agricultura, é permitido fazer pecuária. E a cana-de-açúcar é mais uma agricultura que não vai poluir essas regiões. Então, de forma errônea nós estamos tratando aqui que dentro de áreas aprovadas como de uso para plantio, a cana-de-açúcar é mais um cultivo que não vai prejudicar então o meio ambiente só por se tratar de cana. E, sim, uma usina. E a usina hoje tem vicências, têm critérios muito rígidos em todos os Estados para ser aprovada. Então, eu vejo que essa resolução Conama, hoje, poderia ser um auxiliar para desmistificar simplesmente incluir duas bacias importantes e que poderiam ser aproveitadas futuramente, já que hoje pela logística não tem competitividade. No caso da Bacia amazônica, Estados de Rondônia, Estado de Mato Grosso que já tem agricultura, dentro dos critérios hoje de 20% ou dos critérios anteriores de 50% de utilização dessas áreas, eu discordo completamente de que essas duas bacias fiquem de fora de uma produção, porque não é uma produção poluidora, cana-de-açúcar não é uma atividade poluidora, ao contrário, se utiliza muito pouco componentes de agroquímicos.

Então, essa é a contribuição que eu queria deixar para gente colocar em discussão. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador Gilberto Goellner.

Consulto o Plenário, praticamente todos estão inscritos para falar. Se nós damos três a cinco minutos cada um e as respostas seriam dadas em conjunto no fim, ou fizemos três ou quatro e se dá a resposta, dividir o grupo?

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador João Pedro.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): José Nery.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): José Nery. Desculpe, querido Senador.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Inscrito. Cumprimentando nossos ilustres convidados, Ministro Carlos Minc, Ministro Reinhold Stephanes. Creio que objetivamente seria importante manifestação de três a cinco minutos para cada Senador, aí a partir de três intervenções, as respostas, para que ficasse mais objetiva as próprias respostas dos nossos convidados. Creio que seria uma forma de trabalhar de forma mais adequada. É a sugestão que faço a V.Exa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): [pronunciamento fora do microfone] -– aos autores dos requerimentos, e logo em seguida então abriria um debate para três ou de acordo com que o Plenário entender, três, quatro ou cinco, não sei, cinco minutos, 10 minutos, três minutos. Não sei o que a maioria aqui dos Senadores entender que deve ser mantido o posicionamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Flexa Ribeiro, pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Neuto de Conto, eu queria pedir a V.Exa. que o tempo que coubesse aos meus questionamentos, eu pudesse fazê-lo com perguntas e respostas imediatas aos dois ilustres convidados nossos. Porque eu vou fazer perguntas e gostaria de ter respostas em seguida, porque elas serão... a pergunta seguinte será função da resposta que nos for dada.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Então nós vamos fazer o seguinte: vamos ver se nós damos três minutos para cada Senador, e a resposta para o Senador Flexa Ribeiro, que será o terceiro, fecha os primeiro três que vão falar, e, conseqüentemente, atende praticamente a reivindicação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, eu posso até abrir mão de ser o terceiro. Eu gostaria que... Presidente...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu fiz uma solicitação a V.Exa. que quando chegar a minha vez dos questionamentos, eu possa fazê-lo com resposta. Se eu tiver três minutos e cada um--

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Dentro dos três minutos será atendido.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Cada um dos convidados terá três para responder, eu tenho nove para questionar e ter as respostas.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Aí nós vamos ficar até a noite aqui.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não tem problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Nós temos Plenário.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A Amazônia merece isso. A Amazônia e o Brasil merecem que fiquemos aqui, não um dia. Vários...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, vamos ouvir então a resposta do Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): -– será os três minutos e vamos ouvir...

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sr. Presidente, por favor, só leia a lista dos inscritos para que nós possamos ter uma idéia de quantas pessoas estão inscritas.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): São seis Senadores até o momento. E nós estamos em sete aqui.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Já estou inscrita, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sim, está, sim, senhora.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Obrigada. Então acho que a sugestão, eu acho que a mais adequada que possamos ouvir os Ministros em relação aos requerentes, e em seguida falarão os demais Senadores intercalando em blocos de três.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Então, os dois Senadores que como requerentes já se manifestaram, nós vamos dar então três minutos para que os Ministros se manifestem sobre os pleitos até aqui. Poderão até diminuir as demais perguntas dos demais Senadores. Ministro Stephanes.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Senador Expedito Júnior, quando eu chamei Senador, é porque vou responder. Não estava chamando atenção. Deus o livre. [risos]. Senador Expedito Júnior, eu vou começar por regularização fundiária. Todos estamos de acordo, acho que hoje no Governo, eu estou de acordo, o Minc está de acordo, todos que estão interessados na Amazônia estão de acordo que nós precisamos saber quem é quem dentro da Amazônia. E que tudo passa pela necessidade urgente da regularização fundiária. O Ministro Mangabeira Unger propôs,

e já tivemos várias reuniões ministeriais com isso junto com o Presidente da República, e está em processo decisório, porque acho que vai acontecer rapidamente, no sentido de se fazer um programa para em dois anos fazer a regularização fundiária de toda a Amazônia. Para isso seriam criados mecanismos especiais. Primeiro, simplificação da legislação. Então, o Ministro Cassel já está levantando toda a necessidade de simplificação de Legislação para se poder... Porque pelos procedimentos atuais não há como, é extremamente demorado. Então, como simplificar a Legislação? Então isso já está sendo feito o levantamento.

Segundo item que já está decidido, inclusive, houve reunião com todos os Governadores da região. É delegação para os Estados fazerem a regularização, ou seja, a parte operacional será dos Estados. E o terceiro item é a criação de um organismo específico, fora do Incra para articular e coordenar essas ações. Então, é, mais ou menos, dentro dessas três linhas que está se caminhando, partindo exatamente dentro dessa linha que é muito difícil se agir na Amazônia sem que se tenha a regularização fundiária da Amazônia, sem saber quem é quem. Então me parece que isso está relativamente sendo encaminhado e já em caráter final de decisão.

A segunda colocação sua foi: quantos projetos já implantados, ou já licenciados? Esses serão mantidos. Todos os projetos já implantados ou licenciados. Então esses serão mantidos. Não há nenhum problema.

A terceira questão que você colocou muito é a questão: o que se pode e o que não se pode na Amazônia. Bom, esta é uma questão que eu também me pergunto já não é para a Amazônia, é para o Brasil. Porque na minha visão, nós começamos a criar legislações ambientais, legislações de restrição ou legislação de proteção ambiental sem dimensionar o que é que nós estamos fazendo a cada momento. Então, quando se mapeia isto hoje e nós tivemos o cuidado de fazer isso pela primeira vez, a Embrapa fez, jogou tudo isso dentro do mapa do Brasil, aí acabamos chegando que no caso da Amazônia, específica, legalmente só se pode usar 7%, legalmente. Ou seja, já tem grande parte hoje que está na ilegalidade. Não se pode usar. E em termos de Brasil isso também está caminhando de tal forma que eu não posso mais plantar café em Minas, já não posso mais plantar uva no Rio Grande do Sul, nas encostas, que eu já não posso mais usar a pecuária nos topos e morros do Paraná que é tão comum no centro do Paraná. Enfim, não vamos entrar em todos os detalhes, cana-de-açúcar em topo de morro e nas encostas de Pernambuco, na zona da mata de Pernambuco, e assim por diante. Então, eu também, às vezes, já me faço essa pergunta: nós temos que sentar e inverter o processo. O que é que está disponível para a agricultura e o que é que não pode mais ser usado. Quer dizer, vamos inverter. Porque a cada dia você chega a novas restrições. A cada dia você cria novas reservas. Tudo bem. Ótimo. Apenas temos que definir melhor isso. E é claro, uma coisa é não derrubar mais nenhuma árvore e a outra coisa é fazer com regiões consolidadas. São duas coisas diferentes. Uma coisa, na minha visão, é legislação de proteção da Amazônia, e a outra é legislação de proteção de zonas consolidadas de centro-sul que são diferentes. Mas, aparentemente, se faz pensando numa coisa pegando o Brasil todo que é muito diferente. Então, efetivamente, isso existe. Agora, felizmente eu diria o seguinte: o diálogo com o meio ambiente pensando exatamente igual, ou seja, nós temos que plantar e proteger, produzir e proteger. E eles têm que proteger e também produzir. Quer dizer, dentro dessa linha é possível que se possamos avançar. Eu, por exemplo, na minha visão, não há nenhuma possibilidade de se manter sem alteração o Código Florestal. Quer dizer, o Decreto de Punição é decorrente de questões já reguladas em leis, e reguladas em épocas diferentes, momentos diferentes, às vezes, sob situação absolutamente emocional, às vezes, sob situações absolutamente políticas e ideológicas. Às vezes. E eu posso dizer isso, porque esse dia eu encontrei um dos ex-ministros, e aí conversei: "Escuta, como é que você fez isso?" "Eu fiz na hora. Pressionaram-me, fui lá e fiz". "Mas você sabe o tamanho do problema que você criou para o futuro?" Eu não vou citar o nome dele. Faz dez dias atrás. [ininteligível] posso até citar. Então, eu penso que algumas coisas terão que ser discutidas dentro da racionalidade e dentro da idéia de proteger. Veja bem, dentro da idéia de proteger. Não é dentro da idéia de... Não, mas precisam ser, efetivamente, recolocada. Então sob esse ponto de vista eu quero dizer que eu tenho um pouquinho este pensamento.

Acho que as perguntas do Expedito Júnior, na minha visão...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Não, eu não entendi a última.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Aquela história de zoneamento estadual versus zoneamento de agronegócio.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Veja bem, ao se fazer o zoneamento nacional, se levou em consideração, por isso que eu citei todos os zoneamentos estaduais foram levados em consideração. Todos. Agora veja bem, nós temos uma questão que é emblemática. E acho que temos que considerá-la como uma

questão emblemática, que é o bioma amazônico. Essa é uma questão emblemática. Então, até onde vale você correr o risco de não tendo necessidade de plantar cana lá, porque não tem. Nós temos áreas sobrando em outros lugares, com melhor até infra-estrutura, com melhores condições lógicas de produção, quer dizer, por que plantar na Amazônia? No bioma amazônico? Estou falando bioma amazônico. Então, essa é uma questão emblemática. Agora, o que é que poderíamos achar de opção? Acho que todos hoje estão de acordo que nós temos que achar opções econômicas para as milhões de pessoas que vivem lá. Então, que opções nós temos que dar? Que compensações deveremos dar a isso? Eu acho que aí é que reside a questão. Eu levantei uma das opções em produção de energia, que é a questão do dendê que seria mais lucrativo, que seria melhor e poderia ser utilizadas mais áreas até do que se fôssemos imaginar plantar cana lá.

Senador Gilberto Goellner, eu tenho a impressão que este é o único pequeno ponto ainda polêmico. Quando eu digo polêmico, é no sentido de diálogo, que ainda existem diferenças entre o meio ambiente e nós. E eu até uso, Senador... Ah, está aqui bem do ladinho. Eu até quero usar isso, Senador, porque há uma outra questão, a agricultura tecnologicamente evoluiu de forma extraordinária nos últimos 20, 30 anos. Quer dizer, há 30 anos falar em plantio sobre a palha, o plantio direto, praticamente não se falava nisso. Um dos grandes problemas naquela época era o que? Era a chuva levar as terras, levar os... Enfim, os produtos químicos que colocava na terra para os rios e assorear os nossos rios, enfim, assorear as nossas represas. Eu me lembro que pela época foi feito o estudo, o estudo existe, é publicado, dizendo que no caso específico de Itaipu ela estaria assoreada em 35 anos pelo tipo de agricultura que se praticava. Hoje se passaram 35 anos e ela não tem absolutamente nenhum assoreamento por quê? Porque se mudou a tecnologia. As coisas mudaram. O mesmo acontece com o problema da linhaça ou do vinhoto. O mesmo. Naquela época se colocava em zona de sacrifício. Se rompesse uma dessa zona de sacrifício você tinha um problema. Hoje isso, inclusive, é proibido, hoje você nem pode fazer isso. Além do que você tem uma outra utilização, você tem uma outra tecnologia para isso. Hoje não existe mais problema de vinhaça ou de vinhoto. Como queira chamar. Isso não existe mais problema. Absolutamente, tecnologicamente, nem em uso, nem na prática não existe mais. Mas a Legislação foi feita numa época levando em consideração aquele momento. Agora, no caso específico do Pantanal, aonde estaria essa discussão, claro que no caso do Mato Grosso do Sul, aquela parte do Mato Grosso do Sul existe uma lei estadual e aquilo está consolidado. E no outro caso existe uma resolução do Conama, evidentemente, se for o caso tem que ser discutido. Mas, tecnicamente existe hoje solução para isso. Tecnologicamente existe solução para isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Bem, então vou tentar responder também as questões levantadas pelos dois primeiros Senadores proponentes: o Senador Expedito Júnior de Rondônia, e o Senador Gilberto Goellner que está aqui também representando a Subcomissão de Biocombustíveis.

Bem, então Senador Expedito Júnior, uma pergunta que ele fez: o que pode fazer na Amazônia? Eu acho que a nossa preocupação, e V.Exa. é testemunha disso, nós temos avançado no zoneamento econômico e ecológico que é exatamente o que pode e como pode fazer. Temos avançado no pacto com os setores produtivos que têm assinado compromissos. Temos avançado em algo que ficou algum tempo até com problemas técnicos, legais e burocráticos, que é na oferta de flonas, partes de flonas segundo o zoneamento e de acordo com a lei nacional de florestas públicas para a concessão e produção de madeira de plano de manejo. Estamos avançando muito com isso. Estamos avançando, inclusive, se você for ver o Fundo Amazônia, o que é que pode ser feito com o recurso do Fundo Amazônia é o seguinte: pagamento por serviços ambientais que é uma outra Legislação que está no Senado, está na Câmara, o Ministério já se pronunciou por escrito apoiando essa Legislação. Espero que isso vá a voto o mais rápido possível, e é também a posição do Ministério da Agricultura. Em relação à outra questão que V.Exa. levantou: recuperação de áreas degradadas. Quero dizer fechamos entendimento com o Mapa e com a FAO, inclusive, a FAO que internalizou os recursos da Comunidade Européia com implantação do distrito florestal em torno da 163, foram 6 milhões de euros, então a idéia é três vezes mais do que esse recurso para a recuperação de áreas degradadas, de pastagens. Até porque, Senador, você recuperar e intensificar a produção nas áreas degradadas é uma forma de defesa das áreas remanescentes, sem dúvida nenhuma. A forma mais inteligente de diminuir a pressão de áreas que devam ser preservadas é recuperar e aumentar a produtividade naquelas áreas. Não há dúvida. Estamos trabalhando fortemente nesse sentido com garantia de recursos.

V.Exa. levantou também, e o Ministro Stephanes já respondeu em parte, a questão dos zoneamentos estaduais e o zoneamento da cana. Os zoneamentos estaduais, inclusive, estão sendo consolidados para

um macro zoneamento econômico e ecológico da Amazônia. Isso está sendo feito também em conjunto com todas as Secretarias de Agricultura, de Meio Ambiente, dos nove governos estaduais em paralelo com o avanço da aprovação dos zoneamentos pelas assembléias legislativas estaduais. Então, na verdade, estes zoneamentos estaduais e o macro zoneamento da Amazônia vão definir o que pode e o que não pode. O zoneamento agroecológico da cana conduzido pelo Mapa e contando com o nosso apoio e de outros Ministérios também, mas conduzido pelo Mapa e pela Embrapa como deve ser, ele não diz o que pode e o que não pode. Ele diz o que é que vai ser especialmente incentivado no plano de dobrar a produção de etanol. Então, veja bem, entendo eu – depois o Ministro Stephanes em outras rodadas haverá de esclarecer melhor -, que a diferença do zoneamento econômico e ecológico da cana é que não estabelece proibições. O que estabelece proibições são as leis e os zoneamentos econômicos e ecológicos. O que esse zoneamento estabelece é quais serão as áreas especialmente incentivadas. E, portanto, isso se articula como foi dito com os zoneamentos estaduais, como não poderia deixar de ser. Inclusive, São Paulo que é onde tem uma grande concentração da produção da cana e do etanol tem estabelecido até condições mais rigorosas para esse zoneamento preservando as áreas de alimentos. V.Exa. também levantou a questão da Flona Bom Futuro, embora, não seja o tema central, também vale a pena que é uma oportunidade de se esclarecer publicamente isso. Então nós nos inteiramos da situação, é uma floresta nacional, que é uma ocupação antiga, há várias ações na justiça transitadas aonde tanto o Ministério do Meio Ambiente quanto o Governo de Rondônia são réus, e tem prazos para fazerem várias coisas. Eu verifiquei que nessa Flona tem uma parte dela, o sul dela está consolidado, tem mais de dez escolas, mais de 11 igrejas, uma área... Tem cidades. Quer dizer, então é uma área que realmente de Flona não há nada. E tem uma área norte dela que ainda tem áreas preservadas. Além disso, tem muita madeira ilegal sendo tirada para duas madeireiras por um caminho alternativo. Então o que é que nós fizemos? Chamamos o Governador Cassol, que V.Exa. nos levou a conhecê-lo pela primeira vez naquela visita, e com quem temos diálogo, aliás, com todos os Governadores da Amazônia, chamamos o Incra e fizemos um plano, um plano de consolidação da área que já está consolidada na praticada, quer dizer, qualquer tentativa de tirar aquela população lá seria um desastre ecológico de grandes proporções, desastre ecológico e social, está fora de causa. Tem uma área que pode e deve ser preservada. Há áreas alternativas para a colocação de pessoas ligadas ao extrativismo, ligadas a assentamentos. Então, fizemos um plano conjunto com o Incra e com o Governo do Estado, e esse plano prevê a consolidação de uma área, a desocupação de uma outra que pode ser preservada de forma gradativa e de forma consensual, criando alternativas de colocação para as pessoas daquela área. Isso foi consolidado e essa atividade vai começar agora nos últimos dias desse mês, primeiros dias de novembro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]. Seriam assentados definitivamente na área?

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Não. Aquela parte já consolidada abaixo não há a menor possibilidade de ser diferente, até porque isso criaria um cataclisma social. Quer dizer, quem é que vai nessa altura do campeonato destruir 10 escolas, 11 igrejas e etc.?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Ministro, eu quero só te parabenizar. Parabéns por essa posição.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Foi feito esse entendimento, inclusive, com o Ministério Público, com o Ibama, com o Incra no diálogo, o que puder ser recuperado será, e isso começará ao fim desse mês, o que tiver que ser consolidado será. Isso é consenso. Foi construído pelo diálogo esse consenso que eu sei que é de vosso agrado.

Bem, em relação ao setor madeireiro, V.Exa. falou. Eu acho que nós não podemos tratar... A generalidade, Ministro Stephanes, V.Exa. sempre fala isso. A generalidade sempre é injusta. Você fala: "o agronegócio é o vilão, ou o agronegócio é um santo". Essas duas afirmações são injustas. Você tem setores crescentes do agronegócio que tem que se adequar, até porque para exportar carne, soja e madeira tem que ter o carimbo, senão não exportam. Então estão se adequando e tem que ser reconhecido. E têm setores que não estão se adequando e têm que ser responsabilizados sob a pena da impunidade contaminar o setor que eu acho que é majoritário e que está se adequando. Por isso nessa sexta-feira nós vamos ajuizar 90 ações no mesmo dia contra grandes desmatadores. E vamos continuar a fazer os acordos com o setor madeireiro, setor da soja, setor da pecuária que querem e têm de se adequar, senão não exportam. Porque hoje essa é uma pré-condição e isso tem andado bem.

Em relação ao setor madeireiro há as duas coisas. Há o setor madeireiro que está apostando na certificação, no manejo, e está indo bem. Nós assinamos recentemente um acordo com a Presidente da Caixa Econômica Federal, Dra. Maria Fernanda, a Caixa só vai comprar madeira de origem certificada, de origem

de plano de manejo. Assinamos a mesma coisa com a Federação de Indústria de São Paulo. Só vai comprar madeira de origem de plano de manejo. Isso vai vir na nota fiscal para incentivar o consumo consciente. O Senador Flexa Ribeiro, em atividade conosco no Pará há cerca de dois meses mostrou discursos antigos dele, há mais de 10 anos que ele já defendia a tese de que era exatamente o aumento da madeira legal que era a melhor forma de combater a madeira ilegal. Então, não é novidade isso. Mas é novidade e isso está sendo levado à prática com esse empenho, e com esses acordos públicos. A tese não é nova. A novidade é que está sendo assumido e praticado e tendo encontrado eco em parte significativa, que não significa a totalidade. Porque mesmo na Flona Bom Futuro tem muita madeira ilegal indo para madeireira ilegal. Assim como em assentamento da Reforma Agrária. E concluo a vossa resposta nesse ponto, que foi um dos pontos que V.Exa. tocou. Quero dizer que eu sou um defensor da Reforma Agrária, sempre fui. E acho que quando você diz que a Reforma Agrária tem que ter mais sustentabilidade econômica e ambiental, não é para jogar para baixo. Não tem sentido uma pessoa ser dona de uma terra maior que a Holanda e milhões de brasileiros sendo jogados para um lado, para o outro, como uma bolinha de pingue-pongue em busca de seu país. Isso não é razoável. Agora, a tese dos tabuleiros de xadrez, pequenos pedacinhos para preservar e pequenos pedacinhos para produzir, não dá nem sustentabilidade ambiental e nem sustentabilidade econômica. Combinamos, publicamos essa lista, isso gerou conseqüências... Como tudo, um pequeno tremor de terra, mas isso faz parte, algumas coisas até mal compreendidas, mal percebidas, mas assumimos integralmente essa responsabilidade, e acho que isso vai positivo. Porque os novos assentamentos, Senador, não serão mais como antes. Em vez de cada um ter que demarcar a sua reserva legal, a gente vai demarcar em conjunto, de forma contínua a reserva legal garantindo, inclusive, que nessa reserva possa haver exploração de frutos, de produtos, de produtos do extrativismo e até acrescentando renda sem destruir, não vendo a floresta como um inimigo ou como um obstáculo, não vendo terra de floresta como terra improdutiva a ser destruída para provar até que ela está sendo produzida, como no passado. No passado a forma do assentado mostrar que estava ocupando era meter a floresta para baixo. Ele era induzido a isso. Era induzido a isso. E esses assentamentos do Mato Grosso que encabeçaram a lista – é bom que se diga -, todos têm mais de 10 anos. Isso foi uma ideologia gerada no tempo da ditadura militar, onde se dizia que tinha que se levar os homens sem terra a terra sem homens. E o cara para ter crédito tinha que botar aquilo tudo abaixo senão não tinha crédito. Não é verdade? Então, essa questão foi sendo mantida, foi sendo mudada; É bom que se faça justiça ao MDA. Novos assentamentos já têm essa preocupação, mas isso ainda não está suficientemente dito. Ainda não se criou. Foi necessário um certo tremor de terra com todos os atritos que um tremor de terra cria, para gente passar para um paradigma mais forte, tanto em relação aos novos quanto planos em relação aos antigos para recuperar as APPs e para recuperar as áreas.

Eu quero dizer que a nós da área ambiental não vamos tratar de forma diferente. A gente não pode dizer: não, como esses assentamentos são do Governo, não importa se sejam de governos antigos, até de governos que tinham ideologia completamente contrária a do atual Governo. Nós não podemos ser frouxos com determinada área. Eu acho que o Governo tem que dar o exemplo, sempre. Tem que dar o exemplo. Então, essas multas vão ser convertidas em doações de terra para a preservação, em obrigação de reconstituir as áreas degradadas, em obrigações em Tacs escritos de recuperação das APPs. E quero dizer que o Ministro Cassel e o Presidente Rolf do Incra estão perfeitamente de acordo com isso, e também querem dar o exemplo. Nós não podemos exigir da área privada o que a gente não exige de área que ainda por resíduo ficam na responsabilidade do Governo. Vocês sabem que o Incra não pode dar o título definitivo antes de 10, 15 anos para o assentado. O que é certo. Senão ele poderia vender e ir para outro lado. É certo isso. Então ele fica com a responsabilidade jurídica mesmo que cada um seja dono do seu nariz. Mas nós não estamos tratando isso num nível que eu espero que depois desse tremor todo fique com exemplo, que caia a ficha que é necessário um novo modelo de Reforma Agrária para a Amazônia que tenha sustentabilidade ambiental e sustentabilidade econômica. Isso não é para jogar para baixo, é para reforçar e eliminar vulnerabilidades e tratar de forma equânime.

E para concluir, que eu me estendi muito do meu tempo, mas não podia deixar de responder as questões levantadas pelo Senador Gilberto Goellner, se bem que parte delas foi respondida pelo Ministro Stephanes. Talvez não no mesmo sentido da minha resposta, mas também com uma base técnica de um grande conhecedor da agricultura que conhece muito mais agricultura do que eu, que nasceu ajudando os pais na agricultura familiar lá no Sul do país.

Quero dizer, Senador Goellner, o seguinte: eu sei que a agricultura evoluiu esses anos. Evoluiu em produtividade, evoluiu em cuidados ambientais. Mas também há muito a fazer. Nós usamos ainda agrotó-

xicos que são proibidos em outros países. O nosso desperdício é muito grande. A recuperação das áreas de preservação permanente ainda deixa muito a desejar. Então nós avançamos muito. Mas também é verdade que falta muito a avançar. Então temos que saudar o avanço e ver que estamos longe da perfeição. Em relação, especificamente, a essa área do Planalto, Bacia do Alto Paraguai, essas áreas que a resolução do Conama nº. 01/85 faz referência. Então, como eu vejo isso? É certo que o meio ambiente tem uma posição integrada de bacias hidrográficas. Tudo que acontece numa bacia influencia um corpo d'água, influencia uma planície, ou seja, o bioma pantanal é a planície pantaneira. Mas óbvio que o que acontece no entorno influencia diretamente. Caso – não estou dizendo que haja – caso exista desmatamento lá em cima, assoreamento lá em cima, uso de agrotóxicos, vinhoto mal cuidado, isso, obviamente, interfere aqui embaixo. E o pantanal é um patrimônio do Brasil, da humanidade, uma base do turismo, do ecoturismo. Isso daí é uma jóia que tem que ser protegida. Muito bem. O que é que argumenta o Senador Goellner? Que essa Resolução de 85 teria sentido há 23 anos onde outros eram os cuidados e os procedimentos. E ela teria perdido o sentido agora, onde esses cuidados já são maiores. O Ministro Reinhold Stephanes, de alguma maneira, corrobora essa idéia – entendo eu – no essencial com outras explicações, mas no essencial ele corrobora essa idéia. Bem, eu quero dizer o seguinte: eu no Rio de Janeiro fiz mais de cem leis quando era Deputado Estadual e fazia a chamada campanha do cumpra-se. Eu descobri que muito mais difícil do que fazer uma lei, era fazer uma lei ser cumprida. Então me chamavam de louco porque todo ano eu fazia um resumo das leis que eram cumpridas, eram parcialmente cumpridas ou não eram cumpridas. Era a campanha do cumpra-se. Diziam que eu era louco. Imagina o cara, além, de fazer lei ainda quer que ela seja cumprida. É um alucinado. É um alucinado. Então, eu sou do cumpra-se. Eu acho que o cumpra-se é uma boa. Se a lei está errada, modifique-se a lei. Aliás, estamos numa Casa de leis. Modifique-se a lei. Enquanto a lei está em vigor, cumpra-se a lei. Se é verdade que essas atividades nessa área, nos últimos anos tomaram tantos cuidados, seja em relação ao desmatamento, seja em relação ao plantio direto, como disse o Ministro Stephanes, que para quem não está familiarizado, é algo que em vez de meter a máquina todo ano, você mete a cada quatro, cinco anos, a movimentação de terra é muito menor, portanto, o assoreamento é muito menor. Aliás, o plantio direto em algumas áreas também está incorporado ao próprio zoneamento agroecológico da cana, como algo a ser atingido. E é bom. E é bom. Menos assoreamento. Menos perda também de terra, de fundo de fertilidade natural. Então, se é verdade que está havendo reflorestamento, não está havendo assoreamento, os agrotóxicos não são mais usados na proporção que eram antes, e o vinhoto está todo sendo utilizado para adubação e etc., acho que isso deve ser apresentado para o Parlamento, apresentado para o Conama que em determinado momento toda a Resolução pode ser modificada por outra, toda lei pode ser modificada por outra. Eu próprio já fiz várias leis modificando leis minhas, quando eu cheguei à conclusão que alguns aspectos estavam. Então, o que eu digo é o seguinte: enquanto houver uma resolução em vigor que fala que na bacia hidrográfica do Pantanal há essa restrição, ela tem que ser cumprida. Eu acho que qualquer argumento técnico, político, deve ser apresentado para o Conama, para o Parlamento que também é soberano para manter, aprimorar ou modificar suas resoluções. O que eu quero dizer é que o Ministério do Meio Ambiente dentro da filosofia do cumpra-se, enquanto essa resolução estiver em vigor será cumprida. E não vejo que numa Casa de leis alguém possa argüir em contrário a isso. Ou seja, enquanto essa Legislação estiver em vigor, se uma nova usina for implantada lá, ela será embargada. Embargada para o cumprimento dessa resolução que tem peso de lei. Quando ela for modificada, nova resolução será cumprida com o mesmo empenho dessa. Então é esse o compromisso do Ministério.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito bem. Já respondidas todas as indagações dos subscritores dos Requerimentos.

Passamos a palavra aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras, iniciando pelo primeiro inscrito, o eminente Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sra. Senadora Marina, Srs. Ministros aqui presentes. Primeiro, parabenizar os subescritores desse Requerimento porque a vinda de dois Ministros de áreas tão estratégicas para o Brasil numa mesma audiência é fundamental e a vinda de pouca gente, porque permite que se debata. Às vezes, a gente enche isso aqui, coloca dez pessoas nessa mesa, nem cabe na mesa, e a gente não tem tempo de fazer o debate.

Mas, saudar os dois Ministros, o Ministro Carlos Minc e o Ministro Reinhold, porque, de fato, nós estamos vendo um certo entendimento entre os dois Ministérios, e isso é fundamental para nós no nosso país. Porque não existe... Só repetir o que vocês já falaram, não existe produção sem a preocupação com a questão ambiental. Não existe porque ela não se sustenta, essa produção por muito tempo. E não existe proteção

ambiental sem a preocupação com a sustentabilidade econômica de quem vive numa região. Então, essa harmonia mesmo que tenha um destempero de vez em quando, mas essa harmonia é fundamental para nós possamos ter a implementação de políticas em nível de Governo e junto com os Governos dos Estados e a sociedade brasileira. Segunda questão: o zoneamento ecológico e econômico, a necessidade de nós termos esse zoneamento para as principais culturas do nosso país. Isso orienta, isso disciplina, isso estabelece os incentivos, de fato, não há uma proibição. Pode chegar até um tempo que nós vamos ter que proibir. Mas no momento é um zoneamento, é um incentivo, é uma forma de a gente orientar o desenvolvimento, o crédito, o investimento em infra-estrutura. Então um zoneamento para as principais culturas num país tão diverso como o nosso, com áreas também tão frágeis e sensíveis é fundamental. Mas mais do que isso é fundamental o zoneamento da cana-de-açúcar, Ministros, e já também já dito aqui e reforçando, eu tenho participado de alguns debates e fóruns internacionais tratando da questão das mudanças climáticas, há uma estratégia dos países, de setores econômicos dos países desenvolvidos em proteger os seus mercados. O mercado de etanol... Então nós temos que fazer uma diferenciação clara do que é álcool de etanol e do que é álcool de outros produtos pelo rendimento que nós temos com relação a álcool oriundo da cana-de-açúcar, e tem essa diferença, que tem que ser colocada e a gente tem colocado isso nos debates internacionais e nos debates aqui no Brasil. Mas há uma preocupação, nós temos que ter a preocupação conosco aqui, mas temos que ter a preocupação com o mercado internacional. Não dá pra você desconsiderar essas verdades, mesmo que elas não sejam verdades completas daquilo que as pessoas entendem lá fora. Há hoje uma grande preocupação com o avanço da cana-de-açúcar na Amazônia. Há uma preocupação em toda a nossa região, em todo o nosso bioma da Amazônia há uma preocupação. Há uma preocupação com relação ao bioma Pantanal, há uma preocupação com relação à cana-de-açúcar. Eu acho que um zoneamento levar isso em consideração é politicamente correto. Acho que no decorrer do tempo, à medida que o Brasil vai conquistando credibilidade, isso pode ir sendo alterado e regiões maiores podem ir sendo divididas e autorizadas num zoneamento mais detalhado de Estado por Estado, de região por região. Acho que isso é politicamente correto agora que nós queremos certificar o nosso etanol para o mundo. Etanol verde. E é para o mundo e não é só para o nosso país. Se nós não considerássemos as questões externas, nós não poderíamos levar em consideração o grande debate que se fez com a comunidade européia, com a Rússia com relação à febre aftosa no nosso país. O Brasil tem que se adequar, muitas vezes, às exigências internacionais para que a gente possa ter produto certificado, garantido e com credibilidade. Então, o zoneamento levando em consideração questões políticas também é um zoneamento que é uma posição que merece ser observada para que a gente possa avançar, se não avançamos em todos os pontos num primeiro momento, mas podemos avançar posteriormente na hora que a gente conquista credibilidade.

E para encerrar, Sr. Presidente, um outro item que eu acho também que nos leva ao debate quando se discute zoneamento, é, de fato, projetos de desenvolvimento. Também não pode, de fato, não pode ter a política da proibição pura e simples. Eu concordo com o Senador Expedito Júnior, nós temos que ter projetos claros e de desenvolvimento, acho que o Fundo Amazônia pode criar, estabelecer projetos pilotos, alternativos, que possam servir de exemplos para aquela região. Lá tem gente morando, se tem gente morando... Ou a gente paga para eles morarem lá ou nós vamos ter que viabilizar forma de eles terem renda para sustentarem a sua família. Então nós temos que estabelecer alternativas. A alternativa tradicional não cabe naquela região. Nós estamos vendo que a alternativa tradicional, a ocupação de áreas da forma como a gente ocupou aqui no Sul, no Sudeste, no Nordeste não cabe naquela região. Se não cabe naquela região nós temos que aprofundar estudos, fazermos debates para que alternativas sejam estabelecidas e apresentadas no sentido de dar condição e de dar retorno econômico para as pessoas que moram naquela região. Então um grande debate sobre um modelo alternativo de desenvolvimento para a região da Amazônia é um debate necessário que nós precisamos fazer. E o zoneamento vai permitir que nós possamos aprofundar e agilizarmos o debate com relação a esse novo modelo de desenvolvimento. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador Renato Casagrande.

Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Ministros. Quero lembrar aqui nesse início de fala um dos autores signatários desse Requerimento que é o nosso companheiro Sibá Machado, que não se encontra aqui, mas está lá no Acre fazendo parte do Governo. E, com certeza, passou por aqui falando, defendendo e dando bons exemplos do ponto de vista de como tratar a Amazônia. Inclusive, pelo tema, pelo foco do tema, é uma crítica fraterna, mas eu esperava do nosso Mi-

nistro da Agricultura mais dados hoje aqui, pelo tema, pela importância. E aí faço uma primeira pergunta. Os estudos de zoneamento serão concluídos quando? E serão apresentados quando? E vejam, só agora o nosso Governo, e é mérito do Governo toma a iniciativa de fazer zoneamento numa região estratégica para o Brasil. Numa região especial. E enquanto nós tratarmos a Amazônia de forma pontual, ninguém vai acertar. A relação que deve ter o Estado Brasileiro, a relação da sociedade brasileira com esta região que é o maior território do Estado Brasileiro. Então, a Amazônia precisa ser cuidada não pela dinâmica do mercado internacional. A Amazônia não pode ser cuidada a partir do olhar das commodities. A gente precisa ter calma para tratar a Amazônia. O que foi feito na década de 70, na lógica da Reforma Agrária com a Amazônia, foi um crime. E tem até hoje conseqüências. Essa cultura de tratar a Amazônia. Eu tenho uma opinião. Acabou. Esgotou regularizar 100 hectares, 200 hectares. Acabou. Não podemos. Temos que pensar numa outra forma de regularizar terras na Amazônia.

Tem um debate que a ciência mostra e estudos que ninguém leva a sério, ou vai olhando, vai passando: é a relação desse território florestal com chuvas, com a água. Olha, nós temos uma região importante do ponto de vista da produção de grãos, mas essa região não pode viver sem chuva. E isso tem relação com a floresta, com essa região. As nossas hidrelétricas vai levando, vai passando. Estudos que comprovam que nós não podemos mais viver sem essa floresta em pé, sob pena de prejudicar outros setores da economia, outras regiões, e de forma implacável.

Pois bem. Essa questão fundiária está ligada à questão de cadastro rural. A gente precisa ter um cadastro sério, confiável, único. Eu venho falando dessa relação cartorial, dos cartórios que tem terra e vai ao cartório e passa a ter uma legalidade, entre aspas. Ter um olhar sobre essas questões. Questão da pirataria com essa diversidade genética que nós temos lá, do ponto de vista florestal, biológico. Nós temos que ter esse olhar na hora de discutir o zoneamento. Não é só proibir. Está proibido. Acho que isso não ajuda. Não ajuda. É o porquê. É ter um olhar nacional. Tratar a Amazônia com um olhar nacional. E ir construindo essas políticas com a sociedade brasileira.

A relação do Brasil com os países da Amazônia. Ora, se o Brasil faz um zoneamento, e se o Peru não fizer a mesma coisa, a Colômbia não tiver a mesma preocupação, a Venezuela, o Equador; nós vamos jogar dinheiro fora. Tem que estar combinado. A Amazônia não basta nós discutirmos só a nossa Amazônia brasileira. Nós precisamos restabelecer fóruns, uma relação multilateral com os nossos países da Bacia Amazônica para construir a nossa hidrelétrica, para discutir a qualidade da água, discutir o manejo florestal. E a gente fala muito de manejo, e só o florestal.

Então, nós precisamos restabelecer. E eu falo isso no Senado e para dois Ministros importantes, por conta da liderança do Brasil, por conta da territorialidade que o Brasil tem na Amazônia. E esse é um debate permanente, permanente com as populações que vivem ali, com as instituições que vivem ali. Instituições importantes, como o INPA, o Museu Goeldi, as universidades que lá estão. Então, está relacionado, está presente nesse debate do zoneamento essas questões que estou colocando aqui. Terras da Amazônia na mão de estrangeiros. Então tem que ter uma posição sobre isso.

Há um santo lá da Suécia, está zelando por um território. Ou seja, na hora de discutir o zoneamento nós precisamos olhar o Estado Brasileiro, a pesquisa. O que é que nós estamos fazendo de pesquisa nesta região? Como é que nós estamos tratando instituições, ao invés de criar, nós temos é que fortalecer instituições como Incra, como Ibama, como o Instituto Chico Mendes, as nossas universidades. Então, acho que são elementos que precisam participar da discussão, da preocupação e de um projeto estratégico para aquela região.

E quero lembrar para o meu colega Expedito Júnior que não só... Ele não pode atribuir à Rondônia a madeira, o café, o arroz, nos anos 70 deram toda uma... Fizeram toda uma rede de renda, de geração de emprego, pecuária. Ou seja, eu continuo muito otimista, preocupado, e, ao mesmo tempo, firme no sentido de uma máxima que a Amazônia não é problema, a Amazônia é solução. A Amazônia não é problema, não é isso, Sr. Ministro Carlos Minc? A Amazônia é solução, não é problema.

Então, tem muita coisa hoje acontecendo de positivo na Amazônia. Muita coisa. Muitas ações. Eu venho falando de uma experiência nessa questão da energia, nessa questão da energia. Eu sempre falo e vou voltar a falar aqui, convidar o Ministro Carlos Minc para conhecer essa experiência positiva, exitosa lá no Amazonas, no Município de Itacoatiara, que é um município de 100 mil habitantes que tem energia fornecida a partir do manejo florestal. Madeira certificada. Uma experiência privada. Então, isso está lá pronto, acontecendo. E nós podemos fazer com aquelas cidades todas de lá da região, dessa experiência. Então, veja só, aquelas cidades todas, Ministro, nós podemos trabalhar, fornecer energia para as cidades da Amazônia a partir de manejo. Já tem lá um projeto concreto dando certo. Madeira certificada para o mercado interno, para o mercado internacional. E o fornecimento de energia

para uma cidade de cem mil habitantes. É positivo isso. Aí na área de alimentos, manejo, os lagos da Amazônia. Nós podemos atender o mercado interno. Exportar. Parte do nosso pescado hoje é roubado, levado ilegalmente. Sai do Médio Amazonas pela Colômbia e vai embora. A gente precisa dar um jeito, uma solução para isso, construindo políticas com prefeitos, com entidades, com governos estaduais. Então, isso me anima. E eu espero que esse debate do zoneamento seja no sentido de nós consolidarmos políticas sérias.

A Embrapa está lá há 30 anos pesquisando o dendê. Mas onde coloca o dendê? Na área degradada. Por que não? Tem economia familiar. Por que não fazer isso? Agora, o Estado presente. Tem que ter mais gente do Ibama, mais gente do Chico Mendes. É possível construir. É possível construir. Agora, o Estado também tem que ser duro, implacável, como vem sendo com a ilegalidade, com a derrubada da nossa floresta. É isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador João Pedro. Pela ordem de inscrição, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Neuto de Conto, como eu solicitei a V.Exa., eu gostaria de fazer as minhas indagações com resposta imediata. Mas não por isso. Eu, por uma questão de homenagear a nossa Ministra e Senadora Marina Silva, eu cedo a minha vez a ela e fico para o final dos questionamentos.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Eu agradeço muito a gentileza, Sr. Presidente, mas eu gostaria de manter a minha inscrição no lugar em que ela está.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Então fala o Senador...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Coloque-me ao final da inscrição e eu fico aguardando com absoluta tranqüilidade a minha vez. E a palavra com o Senador Osmar Dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Osmar Dias, do nosso querido Paraná.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Ganhei um presente, Presidente. Presidente, Ministro Minc, Ministro Stephanes, Senador Leomar Quintanilha.

Ministro Stephanes, eu conheço V.Exa. por ter posições firmes, e por ter muita palavra. Quando fala cumpre, assume uma posição, assume as conseqüências. Tem sido assim no Ministério também. E eu ouvi uma afirmação sua que eu fiquei preocupado exatamente pela introdução que eu fiz. Eu me refiro à regularização fundiária da Amazônia, num prazo de dois anos que o Governo está dando. Preocupei-me porque eu não quero, eu que sou do Paraná e que tenho admiração pelo trabalho de V.Exa., que V.Exa. seja cobrado depois por essa afirmação, pelo seguinte: ratificação dos títulos da faixa de fronteira. E V.Exa. andou muito pelo Paraná nos últimos meses. Eu também. As pessoas sempre diziam: Conversamos aqui com o Ministro Reinhold Stephanes, e ele ficou de ver o que fazer. Há 10 anos o Incra não ratifica os títulos da faixa de fronteira no Paraná. São 40 mil pequenas propriedades e outras milhares em outros Estados brasileiros, e reclama de não ter estrutura. E eu já sugeri que faça convênio com as universidades, com as empresas de extensão rural, com os governos estaduais. E o Presidente do Incra esteve aqui duas vezes e prometeu para o Brasil inteiro via TV Senado que faria no mês de maio do ano passado um mutirão no Paraná para a regularização dos títulos da faixa de fronteira. Este ano ele voltou e prometeu a mesma coisa. Só que ele vem, fala, vai embora e fica assim. E a gente que anda lá pelo Paraná vê a insegurança, a incerteza tomando conta de proprietários que estão lá há 20, 30, 40, até 100 anos com suas famílias. Uma cadeia sucessória familiar que está lá tomando conta da faixa de fronteira e dando segurança para o Brasil. Então, muito difícil mesmo acreditar que o Governo vai conseguir regularizar em dois anos a Amazônia. Porque em 10 não fez nem a ratificação dos títulos da faixa. E não é esse Governo, estou falando de 10 anos.

Então, primeira questão que eu faço é: dá para gente brigar junto pela ratificação da faixa de fronteira desse país para dar segurança para os produtores com a ajuda do Ministro Minc, do Reinhold Stephanes, para gente com o Congresso Nacional encontrar uma solução, porque a insegurança é muito grande e V.Exa. percebeu isso nesses últimos dias aí. Segundo, e também só voltar. Dois anos que V.Exa. afirmou, eu sei que V.Exa. está confiando no Governo do qual faz parte. A gente tem que confiar. Mas eu peço até para que V.Exa. considere essa observação que eu fiz. V.Exa. não pode quebrar o seu conceito construído com dureza durante toda a vida, de muito trabalho. E esse é um problema que pode continuar ocorrendo lá para frente. Segundo, Ministro Minc e também Ministro Stephanes, o Decreto 6.514, V.Exa. já recebeu uma comitiva lá para tratar desse assunto, estabelece no art. 55 que até 31 de dezembro todos os proprietários terão que ter averbada a reserva legal em cartório. Mas para averbar a reserva legal não é simplesmente ir ao cartório e colocar lá: 20% da área. Não. Tem que medir, tem que alocar, tem que fazer o croqui, tem

que pagar para isso, tem que levantar a cadeia dominial novamente, tudo. É uma série de procedimentos que demanda muito mais tempo do que isso. Então, a pergunta: vamos mudar o Decreto ou ele vai permanecer e, inclusive, com aquelas penalizações que são absurdas? Porque de 50 a 500 reais por dia, por hectare. Imagina um produtor de 40 hectares no Paraná pagando 20 mil reais por dia de multa porque não averbou. Perde a propriedade em três meses. Não há como manter esse Decreto, Presidente. É o Decreto 6.514 de 2006, se não me engano. Não, esse é recente, de 2008. Essa é a pergunta.

E eu faço uma outra pergunta, porque é o seguinte: o cálculo da reserva legal no Sul, vou pegar o Sul. Vamos pegar a Amazônia porque nós estamos tratando da Amazônia, 80% da propriedade tem que ser destinada à reserva legal, mais a APP que é mata ciliar em torno de lagoas e etc., APP. Pois bem. Só que nesses 80% você está preservando aqueles 100% da APP mais uma vez. A duplicidade da preservação. Concorda comigo? Porque o cálculo dos 80% é em cima de 100% da área. Uma propriedade que perde para APP, perde que eu digo, no sentido figurado, não é? Para a APP, vamos supor 30%, então você está aplicando uma regra que está preservando muito mais do que 80% para a reserva legal. Bom, então duas alternativas eu pergunto, principalmente, ao Ministro do Meio Ambiente agora, concorda com uma das duas ou com nenhuma. Primeiro, retirar para o cálculo dos 80% a APP. É uma forma, não é Ministro? Que eu acho que tem que ser pensada. Segundo: somar a APP para contar os 80%. Não é a mesma coisa. Não. Não é a mesma coisa. É melhor. Dá menos. Então, essa colocação eu faço porque eu vou dar um dado para o senhor que o Ministro Stephanes conhece. Sudoeste do Paraná é uma região que foi feita uma Reforma Agrária praticamente pelos próprios agricultores. Foi feito um processo de colonização que nós temos lá, V.Exa. vai conhecer, já estamos convidando V.Exa., o Ministro Stephanes e eu. 90% das propriedades têm área menor do que 50 hectares naquela região. A Federação da Agricultura fez um estudo que pela atual regra, ou seja, lá no caso é 20% de reserva legal mais APP em função de ter muito córrego, muita fonte de água, muito rio que corre naquela região, é uma região rica de água, as propriedades terão que deixar de plantar, as propriedades terão que deixar de plantar em 54% na média. Não é que elas vão preservar 20%. Elas vão preservar 54%. Então uma propriedade de 20 hectares, e isso é comum lá, ficaria com menos de 10 para plantar. E inviabiliza. Porque quando você faz a Reforma Agrária, você considera lá que, pelo menos, 20 hectares têm que ser plantado. Então, nós estamos fazendo duas coisas: para Reforma Agrária a gente tem que pôr uma área para viabilizar aquele produtor. Mas quando ele está assentado, ele é um produtor já de décadas, você tira dele 54% da área. E acha que está bom, que está normal. Então, se, pelo menos, para as pequenas propriedades, V.Exa. não concordaria em a gente estudar uma fórmula em que houvesse uma diferenciação entre propriedades grandes e pequenas nessa questão da preservação ambiental. São três questões que eu deixei para V.Exa., mas que dá para responder uma paulada só. E como V.Exa. está estudando isso. E só uma observação: eu achei que a sua fala está muito realista. Está dentro da realidade brasileira e do Ministro Stephanes. Quer dizer, a gente tem que proteger e produzir. Esta frase é muito interessante. E penalizar aqueles que ilegalmente trabalham a terra, mas falta essa parte. É priorizar aqueles que fazem tudo direitinho, porque esses também, muitas vezes, estão sendo punidos fazendo tudo direitinho. Então, esse discurso, essa tese que os senhores defenderam aqui tem que chegar naqueles que operam a política ambiental e a política agrícola lá nos Estados. E posso afirmar que não está igual a tese que os senhores defendem e a operação delas lá na ponta, ou seja, nos Estados. Era isso, Ministro. E Ministro Stephanes, só fiz uma observação porque admiro muito V.Exa. Não é uma crítica. É uma observação.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Osmar Dias, como sempre, profundo conhecedor dos problemas da agricultura e os problemas agrários, e com a brilhante intervenção que engrandece muito a nossa Comissão.

Agora vamos ouvir os Ministros com as respostas das três intervenções dos Srs. Senadores. Ministro Stephanes.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Senador João Pedro, o número de dados disponíveis nesse estudo de zoneamento é muito grande. São, mais ou menos, 15 mil mapas que foram gerados em termos de informações, e milhões de informações adicionais. Isso não foi divulgado ainda porque não houve uma posição final de Governo. O que deverá acontecer, possivelmente, nos próximos 30 dias. Então, eu procurei até estrategicamente ser resumido, dizer que o estudo está pronto, quem foi envolvido no estudo, que é um estudo efetivamente técnico, científico, com todas as bases, com as maiores autoridades do Brasil nesta área participaram desse trabalho, e a conclusão final do volume de área que se encontrou para a produção do etanol em regiões que foram consideradas adequadas sobre todos os aspectos. E dentro dela o quanto nós precisaríamos e qual é a linha de incentivo para caminharmos na direção correta que seria,

utilizando principalmente, áreas de pastagens. Então essa foi, vamos dizer, a idéia da exposição. E já sinalizar aquilo que, pelo menos, em nível técnico se coloca de áreas que serão excluídas, que estão muito... Que são polêmicas, que é o caso da Amazônia e é o caso do Pantanal e é a Bacia do Alto do Paraguai, com alguns ajustes que, eventualmente, poderão ser feitas. Mas como ainda não há uma decisão final, quer dizer, o que há no momento é quase uma harmonia em relação a isso entre os vários órgãos que participaram, inclusive, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Agricultura em relação ao tema. Então foi isso que se tentou colocar. Mas eu assim que e o senhor estiver disponível eu quero que a Valéria remeta um disquete completo aí, porque aí pode acessar... Enfim, ao nível de informações que desejar. É sobre isso. Mas acho que a crítica foi válida. Mas é que houve uma razão para isso.

Eu quero deixar assim, deixar sempre mais clara a minha posição. Eu acho que em relação ao etanol e aí já respondo uma pergunta, uma colocação do Senador Casagrande, a questão do etanol é uma questão efetivamente emblemática. É diferente o etanol, é diferente da soja, enfim, diferente de outros produtos que nós exportamos. Quer dizer, na hora que o Brasil entrar no mercado internacional de etanol, ele, efetivamente, vai ter algumas dificuldades ambientais em relação ao etanol. Então, há por várias razões, quer comerciais, quer ambientais. Então nós temos que tomar muito cuidado em relação ao etanol. Nós devemos, efetivamente, considerar algumas questões, como, por exemplo, o plantio de etanol no bioma amazônico mesmo já em áreas degradadas ou áreas que podiam ser recuperadas ou áreas que não poderiam ser afetadas. Mas isso tem que ser considerado. Isso tem que ser levado em consideração.

Agora, por outro lado, me alinhando à sua colocação, eu acho, e defendo essa posição, que nós não devíamos mais derrubar uma única árvore no bioma amazônico. Mesmo naqueles que ainda têm permissão de derrubar, deveríamos achar uma fórmula de que isso não precisasse mais ser feito. Porque já temos áreas derrubadas suficientes, essas, sim, de repente, poderiam ser flexibilizadas no sentido de recuperação dessas áreas e utilização melhor dessas áreas. Assim como vou dar um exemplo claro. Nós temos na Amazônia – eu acredito que, pelo menos, cinco responsáveis pelo desmatamento. O que nos falta é dimensionar a importância de cada um deles dentro do desmatamento, e adotar as medidas cabíveis para isso. E, inclusive, eu não entendo que ainda não tenhamos um sistema de acompanhamento do desmatamento em tempo real e agirmos também em tempo real à medida que isso esteja acontecendo. E que até tenhamos ainda tanta controvérsia em relação às informações que surgem e até à falta de conhecimento mais preciso da realidade do que está acontecendo lá embaixo. Eu acho que isso nós precisamos fazer com o máximo de urgência.

E dentro desses cinco que eu... E eu andei por lá, mandei verificar, meus técnicos foram lá, a Embrapa tem estudos – como foi colocado aqui – muito grandes também sobre isso, quer dizer, nós temos as carvoarias, nós temos os assentados, nós temos os madeireiros, nós temos centenas de milhares de pequenos produtores que moram lá, que vivem lá, vivem mais na floresta, da caça, da pesca, e que derrubam cada um meio-campo de futebol, meio hectare ali, tocam fogo nisso, gera o potássio, usa a fertilidade, usam quatro, cinco anos, saem dali e pegam um próximo. Isso quando você soma centenas de milhares de pessoas fazendo isso dá uma soma grande, embora sejam sempre pequenas áreas. Quando se sobrevoa você vê claramente isso. E também os fazendeiros. Ok. Então temos aí cinco. Então, no que cabe a mim, fazendeiros, eu não vejo nenhum sentido se derrubar mil hectares para colocar mil bois lá e gerar um emprego. Não há nenhuma razão para isso. Isso não pode mais acontecer. Isso é antitudo. Mas mesmo que seja 5 mil, 10 mil. Isso é antitudo. Não pode mais acontecer. Agora, o que nós precisamos é dimensionar melhor cada responsável deste, atuar em tempo real em cima deles, e no nosso caso, nós podemos atuar de uma forma, mas tem que ser o Ministério. É não dar guia de trânsito a animal e não aceitar mais que os frigoríficos em novas áreas que sejam desmatadas, ou áreas, enfim, que foram recentemente desmatadas de forma ilegal. Evidentemente, que não quero discutir áreas que foram desmatadas na época que era possível, que era permitido, e aonde isso se fazia como prática normal. Então, eu acho que nesse ponto nós estamos totalmente de acordo, e eu estou de acordo com o Minc também. E, por outro lado, eu sempre prego um pouco essa necessidade de flexibilização das coisas da atuação nas áreas já consolidadas.

O Senador Álvaro Dias... Perdão. É irmão, não faz mal. O Senador Osmar Dias, que talvez seja uma das pessoas que mais conhece agricultura no país, porque esta é a profissão e tantos anos dirigiu o setor agrícola do Paraná, ele levantou um exemplo do Sudoeste do Paraná. Eu queria acrescentar um exemplo, na região Campos Gerais e Ponta Grossa da colônia Witmarsum(F) que existe ali, é uma cooperativa das mais famosas do Paraná e do Brasil, de Menonitas que está ali há 80 anos, com um trabalho extraordinário, inclusive, de preservação, faz parte deles, essa mentalidade deles. Se eles tiverem que aplicar hoje o Decreto

e a Legislação existente, eles fecham a cooperativa, fecham a colônia e pedem permissão para voltar para a Rússia, de onde eles vieram, de onde eles foram expulsos em... Quando chegou o comunismo em 18. Não em 18? Depois da implantação do comunismo. Não tem. Efetivamente, esta é a realidade prática. Ou seja, nós elaboramos leis e atos sem observarmos as várias realidades do Brasil. Então nós, efetivamente... Então quando eu falei naquela hora até enfaticamente algumas questões têm que ser alteradas no Código Florestal, porque este é um assunto do Código Florestal. Então, por exemplo, eu defendo esse ponto de vista, ele pode não ser aceito, mas está na discussão. Que haja uma soma entre reserva legal e APPs, pelo menos, nas médias e pequenas propriedades, porque senão não é possível nas regiões consolidadas. Assim como eu acho que é um estudo tem que ser feito no Código Florestal. E aí foi muito bem colocado pela compreensão do Minc. Vejam bem, eu crio uma reserva indígena com 800km de cumprimento e 200 de largura. Existe uma que tem exatamente essa dimensão. 800km. Isso é maior do que muito Estado Brasileiro. Eu crio do lado uma reserva de preservação permanente, uma outra reserva de conservação, não sei o que. E fica uma faixinha no meio que pode ser utilizada. E desta faixa pequena você tem que usar 20, pular 80, usar 20 e pular 80. Isso não faz sentido nenhum. Isso que falamos lá. Quer dizer, essas coisas terão que ser revistas para dar mais racionalidade ao processo. Agora, isso são coisas, e aí eu estou totalmente de acordo com o Minc, o Minc disse: bom, quando eu regulamentei, quando eu faço cumprir, eu estou fazendo cumprir aquilo que está na lei, aquilo que está na resolução. Então, gente, se não for, então vamos alterar, vamos colocar na mesa, vamos discutir, vamos ver e vamos resolver. Agora, enquanto estiver na lei, enquanto estiver na resolução eu tenho que fazer cumprir. Eu também eu tenho que estar totalmente de acordo.

Senador Osmar, a questão dos dois anos. Veja bem, eu concordo, eu sei que essa coisa é difícil. Nós no Paraná fizemos tanta regularização, tanto na minha época como na sua época, através do instituto. O Incra havia delegado, e aí se pôde fazer muita coisa. Agora, concordo totalmente. É inacreditável, e eu vou falar isso aqui, porque pouca gente sabe disso, eu fui o Presidente da Comissão que redigiu o Decreto-Lei, redigiu todo o Decreto, e durante três anos implantou o Incra. Portanto, me sinto capacidade a falar de um órgão, e fiz a fusão do Inda e do Ibra. Gente, é inacreditável que não se consolide a titularidade das terras da faixa de fronteira que está ali já com toda a documentação em ordem, há 100 anos ocupando aquilo, há 100 anos produzindo. Aquilo é quase que um ato que podia ser um único ato. Não precisa nem examinar caso a caso. Aquilo tudo está 100% em ordem. Todo mundo, o vizinho está de acordo porque não há nenhum tipo de problema, não há nenhum tipo de conflito, não há nada. Como eu disse, é mansa, pacífica e ilegal. Só porque num determinado momento disse: bom, faixa de fronteira o Incra tem que ratificar. Na minha visão ele podia ratificar até como ato único. Ficam ratificadas as 20 mil propriedades. É incrível que isso não aconteça. É incrível. Aí eu me alio a você como paranaense e como cidadão brasileiro, apesar de ser Ministro e estamos tratando de um órgão, que o Incra não faça isso. Agora, em relação à Amazônia, que é a segunda questão. Veja bem. O que é que o Ministro Mangabeira Unger colocou? Ele colocou: Olha, gente, é urgente, é fundamental que este Governo regularize as propriedades na Amazônia. E nós só temos dois anos ainda, pelo menos, neste Governo. E nós temos que agir. E temos que criar mecanismos que possam conduzir a isso. Vejam bem, não sou eu que estou assinando essa promessa até porque eu sei que isso é difícil de cumprir. Mas, pelo menos, como uma idéia força, se colocou isso. Bom, temos que montar mecanismos e mobilizar pessoas, e nesse caso seja feito pelos Estados, portanto, de forma descentralizada, apenas com a simplificação da Legislação e com a ajuda de recursos federais, orientação e coordenação federal. Mas concordo, Senador, é muito difícil imaginar que a gente consiga isso em dois anos. É, efetivamente, um processo complexo. Agora, isto não seria feito pelo Incra, isso seria feito por uma instituição que já foi proposta específica para a regularização das terras na Amazônia.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Pela ordem, Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É só para fazer um pedido a V.Exa. Eu apresentei aqui nesta Comissão uma emenda que diz o seguinte: se o Incra não se manifestar dois anos depois de protocolado o pedido de ratificação do título, estará automaticamente ratificado aquele título de propriedade da fronteira. Eu peço urgência na votação dessa emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o Senador Carlos Minc.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Não, não sou Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Vai ser, vai ser. Ministro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): É claro que tem um mandato de Deputado Estadual, mas já foi lançado no Senado.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Bem, então Senadores e Senadoras, vamos aqui na segunda rodada responder ou comentar as questões levantadas pelos Senadores Renato Casagrande, Senador João Pedro e Senador Osmar Dias. Bem, então, seguindo aqui na ordem. O Senador Casagrande colocou a importância e a prioridade do zoneamento, tanto do zoneamento econômico e ecológico, quanto o zoneamento agroecológico da cana, mercado de etanol. Acha que a questão internacional não deve ser desprezada. Ele tem razão. Embora, o olhar seja aqui, falou também o etanol verde, é uma expressão que nós usamos para deixar bem claro uma marca, porque a gente quer exportar, a gente quer crescer com isso. A gente tem que ter uma marca, e acho que a marca deve ser essa: o Brasil tem o etanol verde. E falou de projetos em desenvolvimento, numa linha que mais adiante o Senador João Pedro entrou também dentro da linha não proibicionista, mas a linha do desenvolvimento sustentado.

Bem, eu quero dizer que eu concordo com a visão do Senador Renato Casagrande, e que do nosso ponto de vista, nesses poucos meses aqui no Ministério a gente tem entrado nessa linha. Dou como exemplo o programa que nós fizemos junto com o Ministério do Turismo, de turismo nos parques que o Presidente Lula lançou em Petrópolis no Rio de Janeiro no dia 13, que é a criação de empregos no turismo, no ecoturismo. Inclusive, no turismo comunitário, que é uma coisa interessante. E nesse programa tem parques, reservas na Amazônia, no cerrado, em outras áreas. Quero colocar dentro dessa linha de projetos de desenvolvimento a questão que também é outro projeto que nós estamos desenvolvendo em conjunto, Senador João Pedro, com o Ministro Gregolin, que é a questão da aqüicultura e piscicultura, inclusive, na Amazônia. Isso é uma coisa muito importante que você pode aumentar muito a produção de proteína sem a questão, como disse o Ministro Stephanes: desmatar mil hectares para colocar mil bois. Você numa área dez vezes menor, sem desmatar nada, você produz uma quantidade de proteína com aqüicultura e piscicultura e com carimbo do peixe da Amazônia. Então, inclusive, recursos do Fundo Amazônia também serão usados para esse projeto que é um projeto importante.

Bem, na seqüência o Senador João Pedro levantou várias questões fundamentais, algumas respondidas pelo Ministro Stephanes, como a questão dos prazos para concluir o zoneamento. Nós realmente estamos trabalhando com esse prazo até o final do mês, mais tardar início do mês. Isso está sendo estudado com muito detalhe e com muita base técnica que é o necessário. A questão fundiária tocada pelo Senador João Pedro, depois realçada, logo a seguir, pelo Senador Osmar Dias. Quero dizer o seguinte: nós, Meio Ambiente, temos trabalhado junto com a Agricultura, com o MDA e com os Institutos de terra dos Estados que são parceiros para isso. Nós, no caso do Pará, temos até ajudado a questão de você pegar todos os dados dos cartórios, no caso do Pará, cada terra tem cinco proprietários. Os cartórios têm cinco andares. E aí você não consegue fazer nem fazer política ambiental, porque você não sabe a quem punir, a quem incentivar, a quem exigir a demarcação de uma reserva porque você não sabe. Então tem razão os Senadores de baterem nesse ponto, tem razão o Senador Osmar Dias de falar da dificuldade disso, porque não é uma coisa simples. Inclusive, nós, Senador Osmar Dias, temos na área ambiental que também tem a questão do georeferenciamento, incentivado a não fazer propriedade por propriedade, que é muito mais lento e muito mais caro, mas fazer em conjunto. O Ministério está entrando com 30% desse valor. Quer dizer, você fazer de 200 propriedades em vez de uma a uma, já cai para metade do preço. E dessa metade a gente pode entrar com 30% do valor. Qual é a vantagem de fazer isso coletivo? Inclusive, um dos pontos é o confronto da terra A com a terra B, do limite da propriedade. O conjunto, o georeferenciamento conjunto suplanta essa questão e ganha celeridade. Nós temos acompanhado projetos de lei, como é o caso do Mato Grosso Legal, que cria um mecanismo de simplificação a ponto de fazer isso de forma eletrônica. Em relação a esse Projeto de Lei Mato Grosso Legal, há 14 artigos que são altamente positivos e há dois que estão sendo discutidos que é uma questão que choca com lei federal, mas está sendo visto isso junto com o MP Federal e com o Governo de Mato Grosso, que é a questão de anistia em relação à questão do passado. Agora, no essencial o projeto Mato Grosso Legal cria um sistema que simplifica e facilita essa regularização. Como disse o Ministro Stephanes: a nossa idéia é atuar Incra, Instituto de Terra, Exército que tem um saber acumulado nessa área, recursos específicos, contratos de gestão com meta, recurso, prazo e punição para quem não cumprir. Contrato de gestão com o Governo Federal, os governos estaduais, capitaneado, como disse o Ministro Stephanes, por um órgão muito enxuto que coordenaria esse projeto. Então, esse horizonte de dois, três anos é um horizonte perseguido. Vamos jogar tudo em cima disso. O Presidente Lula disse que ele está convencido e determinou aos Ministros que atuem com prioridade. O Presidente Lula recebeu os nove Governadores da Amazônia, chamou os Ministros todos, inclusive, os dois

que estão aqui e mais outros três Ministros, inclusive, o Ministro Mangabeira que tem batido nessa tecla da regularização fundiária, e disse o seguinte: "quero isso resolvido no meu Governo. É prioridade. É prioridade". Então, foram discutidas várias fórmulas, a primeira era um organismo completamente novo, a segunda era passar tudo para os institutos estaduais de floresta, e foram levantados problemas. Um novo, tem uma lei para criar um concurso, treinar as pessoas, quem ia ter que treinar acabava sendo gente ligada ao MDA e ao Exército, que é quem tem conhecimento. Então isso daí poderia se estender.

Passar tudo para os institutos de terra estaduais sem mudar a legislação, era também trocar seis por meia dúzia, porque muitos Estados institutos de terra não têm essa musculatura toda. Outros, não. Tem alguns Estados que os institutos de terra, Paraná é um exemplo, é excepcional, tem muito tempo. Então, um dos pontos dessa discussão do Presidente Lula com os nove Governadores e cinco Ministros, durou um dia inteiro. É uma questão que eu também devolvo agora para o nosso valoroso Senado Nacional, que é a simplificação da legislação sobre a regularização fundiária. Isso está previsto em várias leis, em vários decretos, é um cipoal. Então, não estou querendo amenizar as deficiências do Incra ressaltadas por V.Exa. quando falou de 10 anos que não resolve aquela história da faixa de [ininteligível], e desde já me coloco como seu aliado para tentar resolver isso, como disse o Ministro Stephanes, de uma pernada só. Quero dizer que eu estou dentro dessa. Inclua-me dentro dessa, Ministro Stephanes.

Agora, quero dizer o seguinte: é verdade que o Incra tem deficiências? É. Mas também é verdade que a legislação para regularização fundiária é um cipoal. Então, vamos trabalhar em duas linhas. Uma linha em que o Senado e a Câmara têm um papel de destaque, que é simplificar, quem sabe também de uma pernada só, essa legislação que é feita para não resolver. Porque a quantidade de burocracia, de trâmite e de questões faz com que mesmo que o Incra fosse super enxuto e eficiente, e não é para este assunto, também não dava conta. Então, qual foi a resolução final, final? Não adianta só criar um novo para resolver tudo pelo tempo que isso ia demorar. Não adianta só passar para os Estados sem mudar a Legislação. Então, a solução final, final, foi tentar até o final desse ano, mais tardar início do ano que vem um esforço conjunto com o Congresso Nacional, simplificar reduzindo procedimentos e prazos para metade ou um terço do que é hoje, e fazer esses contratos de gestão publicados com metas, recursos, com trabalho conjunto acelerado Incra e institutos estaduais de terra, com esse órgão enxuto que coordenaria isso tudo, e apontando para esse prazo que é um horizonte desejável. A partida você não pode, tem razão o Senador, garantir que, mas você tem que apontar um prazo e correr atrás, e aí eu acho que o nosso Senado também vai ter um papel importante a cumprir nisso. E com essa legislação não fazem dois anos. Vou logo dizendo. Aí tem razão V.Exa.

Bem, para concluir então, falou ainda o Senador João Pedro de incorporar a sociedade civil, citou as universidades, o Inpa, o Museu Goeldi e elas estão sendo incorporadas na discussão do zoneamento econômico e ecológico nos Estados, mencionou experiências bem sucedidas do uso até de apara de madeira para a geração de energia, então essas questões têm que ser incentivadas, deve ser política pública e não apenas não atrapalhar, como é um caso que V.Exa. me chamou atenção que estava sendo atrapalhado, e eu ajudei V.Exa. a desbloquear isso. Mas não basta não atrapalhar. Isso é o mínimo que se espera. Tem que incentivar que outras se mirem nessa experiência e floresçam trazendo soluções. Ainda, Senador João Pedro, falando da questão da área degradada do dendê e de ser implacável com a ilegalidade. Isso tem que ser feito também. Você tem que dar o exemplo. Porque se você não reprime a ilegalidade, você não leva as pessoas à legalidade. Eu citei o exemplo de Mato Grosso, da nova lei que tem vários aspectos positivos e dois polêmicos, mas 15 excepcionais, e vou citar um programa do Ibama, em Goiás, que se chama Pró-Legal. Que é um programa de incentivo aos proprietários marcarem suas reservas legais. 215 proprietários, empresas do agronegócio assinaram e estão reconstituindo em suas propriedades ou fora de suas propriedades num acordo com o Ibama de Goiás. Então, há experiências, essas experiências têm que ser divulgadas até para não parecer que a nossa posição é só: não faça que não é a posição do Ministério. Aliás, temos demonstrado isso de forma muito cabal em muito pouco tempo, inclusive, com os pactos com os setores produtivos, e com diálogo com vários setores.

Então, para concluir, o Senador Osmar Dias fala do Decreto de crimes ambientais e faz uma série de perguntas específicas do art. 55. Quero dizer que esse material, como eu falei, foi objeto de várias reuniões na Câmara, reuniões envolvendo a Comissão de Agricultura, a Frente Parlamentar da Agricultura, e depois o Fórum Estadual de Secretários de Agricultura e a CNA. E eu pedi para não haver uma negociação separada com cada um que todos sintetizassem a sua posição ponto por ponto. Isso foi feito há cerca de três semanas ou quatro semanas. Um documento que do Decreto de 162 artigos as propostas de mudança era em torno de 15, e grande parte em torno do art. 55 que é o que

V.Exa. comentou na sua intervenção. Quero dizer que depois disso nós juntamos então quatro Ministérios, inclusive, o Ministro Stephanes em carne e osso e voz presente, os Secretários Estaduais de Meio Ambiente, a Frente Parlamentar de Meio Ambiente, estava o Deputado Sarney Filho, a Comissão de Meio Ambiente da Câmara, estava o Deputado Cury, e discutimos ponto por ponto e imagino que hoje, eu estou dizendo hoje mesmo à tarde esse documento esteja concluído para ser levado ao Presidente Lula, porque o Decreto é do Presidente Lula, e ele que cabe modificar. Mas ele está ciente disso, acha que nós estamos conduzindo de forma correta, mantendo o diálogo com esse lema que V.Exa. gostou, mais produção e mais proteção não são compatíveis. E em relação aos pontos que V.Exa. levantou específicos, quero dizer a minha posição e o que está na lei. O Código Florestal para as pequenas propriedades, pequenas explorações já permite somar a APP à reserva legal. Permite. Para as pequenas produções permite.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas só vale se ultrapassar 50%.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Ah, sim. Nessas circunstâncias. Tem razão. Sim, tem razão. O que eu quero dizer é o seguinte: que eu, pessoalmente, sou favorável a essa tese. E acho que isso tem que ser votado pelo Parlamento. Como disse o Ministro Stephanes, está na lei. Eu acho que uma pequena produção poderia incorporar isso. Mas a minha opinião vale pouco. Porque como tem uma lei, a lei tem que ser respeitada. Se o Congresso modificar essa lei, será cumprido. Se eu for chamado para opinar, embora, não seja Deputado Federal e nem Senador, direi que acho que é bastante razoável. Como falei já que acho razoável que parte da reserva legal seja constituída na bacia hidrográfica, até em parques estaduais ou parques federais, isso o Programa Pró-Legal em Goiás tem feito isso. Há previsão para isso, isso deve ser ampliado. Também já me pronunciei que, embora seja considerado APP uma área de mais de 45 graus de inclinação, não sou favorável a que se arranque pés de café, de uva ou macieiras que estão há cem anos a mais de 45 graus numa encosta. Acho que o Congresso poderia levar em conta áreas consolidadas a mais do que 50 anos, etc. Áreas já consolidadas, tradicionalmente. Mas isso são apenas opiniões. Há Deputados e Senadores eleitos para modificar as leis, eles têm o mandato popular... Por favor.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Ministro, é que esse ponto é importante. V.Exa. tem uma opinião, mas a opinião de V.Exa. é a opinião do Ministro do Meio Ambiente. E ela será muito importante para orientar a votação na Câmara e no Senado. Porque é a opinião de um Ministro de Estado. Eu apresentei essa emenda no Código Florestal, de somar APP com reserva legal. O nosso companheiro do Paraná Moacir Micheletto era o relator então e acatou essa minha emenda. Ela faz parte do relatório do Moacir Micheletto que não foi votado até hoje. Como o Ministro defende mudanças no Código, nós defendemos também, V.Exa. também, seria importante que o Governo orientasse no sentido de que esse relatório fosse votado com as alterações que ajudem no lema, proteger mais e produzir mais.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Eu queria dizer, Senador, o meu pronunciamento foi no mesmo sentido do Ministro Stephanes, no sentido de considerar isso para a pequena produção, para a produção familiar e a média produção. E que em relação a esse ponto, o Senador Goellner tem participado disso diretamente, nós tivemos, inclusive, uma reunião com várias ONGs importantíssimas que estão maduras para discutir alterações que não desfigurem os sistemas de proteção e que não criem impasses como o que tem sido dito. Inclusive, foi proposto, e a Frente Parlamentar de Meio Ambiente já aceitou, já se incorporou nisso, um grupo de trabalho incluindo as representações das Comissões de Agricultura e Frente da Agricultura, Comissões de Meio Ambiente, Frente do Meio Ambiente, quatro Ministérios e representação também da Abema para num prazo maior discutir essas alterações. Foi proposto até um projeto que está sendo discutido, se não me engano, na Comissão de Agricultura, que é o relator é o Deputado Cury, se não me engano, e isso só não foi criado até agora porque estava em processo eleitoral e nós estávamos trabalhando em cima das sugestões sobre o decreta. Essa questão do Decreto acabou, provavelmente, hoje, acaba hoje, um processo que foi participativo, sério, de diálogo, e também as eleições acabaram, pelo menos, o primeiro turno--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ministro.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Então imagino que... Senador, por favor. V.Exa.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É só porque sobre esse Decreto, eu sou o Relator da Comissão de Constituição e Justiça do projeto do Senador Goellner que procura exatamente sustar os efeitos do Decreto, tendo em vista essas polêmicas que surgiram. Eu tenho exatamente aguardado esses entendimentos, a minha assessoria esteve ontem no Ministério, e eu queria só... Quer dizer, então está chegando o Ministro...

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Hoje, provavelmente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu tive essas notícias que o Ministério da Agricultura

realmente fez uma série de sugestões, não é isso? Então podemos aguardar um pouco mais? Não precisamos sustar o Decreto? É esse o caminho?

SR. MINISTRO CARLOS MINC: A nossa posição junto com o do Ministro Stephanes, que temos dialogado quase que diariamente sobre isso, é que mais tardar amanhã esse assunto seja encaminhado à Casa Civil. O Ministro Stephanes deu a terceira lida no projeto, acrescentou algumas questões e acho que hoje até amanhã de manhã podemos resolver isso.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: A única questão que fica em aberto é o seguinte: quer dizer, alterar o Decreto não é a questão mais difícil. Mas se não vier a alterar também algumas questões do Código Florestal da lei, essas alterações do Decreto não vão resolver o problema. Quer dizer, tem que ficar quase que... Eu não diria acondicionado, mas a lógica nos dita isso. É essa. Eu mudo o Decreto aqui, tudo bem, agora, eu tenho que mudar também alguns itens do Código Florestal. Que não são muitos também, não, são quatro, cinco itens só. Não são muitos. Mas tem que mudar porque senão o Decreto vai continuar sendo aplicado e aí vou ser eu esse tempo que fui citado aqui. Isso inviabiliza uma porção de coisa.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Eu vou concluir rapidamente porque ainda há Senadores inscritos. O problema é que cada Senador coloca várias questões. Se nós não respondermos vamos ficar como omissos aqui. Então acaba se estendendo um pouco, mas como foi dito aqui, é nossa função mútua.

Então, só pra pegar esse último ponto para concluir e dizer o seguinte. Como eu falei, o Decreto tem 162 artigos. Os pontos que foram questionados foram basicamente 15 artigos e vários incisos. Nesse trabalho que envolveu quatro Ministérios, sociedade civil, frente parlamentar, secretários estaduais e municipais de meio ambiente que a Anamma também participou, eu diria que mais da metade das questões foram acatadas no total ou parcialmente. Entre as quais a questão do prazo, entre as quais a questão de caracterizar exatamente a questão do embargo, que não é no total da propriedade, mas na área onde houve o delito, porque às vezes você tem uma propriedade de mil hectares, houve um desmatamento numa área de 50, e aí todo o gado de dois mil ficam embargados e não se consegue vender. Então isso aí, realmente... Coisas de bom senso que foram incorporadas. Então, eu posso lhe garantir que isso está para ser concluído, provavelmente, amanhã, e entregue à Casa Civil e que o Presidente Lula está ciente disso, porque como ele é que fez o Decreto, não adianta a gente discutir e negociar se o próprio que pode mudar ou não, não tiver acompanhado, e não estiver de acordo. Eu quero dizer que eu, embora seja um Ministro novo, não tenho tanta ingenuidade assim. Então eu relatei para o Presidente o que estava acontecendo, qual era o clamor que havia em relação à área produtiva, qual era o tipo de questão que tinha sido levantado, e qual foi o procedimento que nós adotamos tanto de unificar todas as críticas quanto de unificar todas as áreas do Governo envolvidas para que quando fosse para a mão do Presidente não tivesse que consultar depois o Ministério A, B ou Com, mas já fosse uma posição conjunta do MDA, da Casa Civil, do Mapa, do MMA e dos secretários estaduais e municipais de meio ambiente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu consultei o José Carlos Carvalho e ele...

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Ele disse a mesma coisa para V.Exa., ele tem nos ajudado nisso.

Então, eu quero dizer que o Presidente Lula concordou com esse procedimento e concordou em fazer a modificação nos termos que for sugerido. Desde que seja consensual entre os Ministérios. A gente gasta mais uma semana ou dez dias, mas, pelo menos, temos a confiança de que isso vai acontecer e que é uma coisa que enaltece o Congresso e a Câmara no sentido de que também foram receptivos os órgãos do Executivo a demanda da área produtiva que foram verbalizadas e encaminhadas politicamente por seus representantes eleitos e que estão cumprindo também o seu papel, que é de criticar, mas que é também de abrir e azeitar os canais de diálogo. Quando o diálogo não existe se parte para outra e a oposição tem seus instrumentos, o Governo tem seus... Quando há possibilidade de se resolver pelo diálogo, isso acaba sendo um caminho mais produtivo.

Eu quero dizer que em nenhum momento as questões, como levantou o Senador João Pedro, serão descaracterizadas as questões de combater a impunidade. Isso V.Exa. pode estar certo. Mas tem várias questões que dizem respeito a prazo, a método, à paridade, a questões de justiça que você também tem que ter a grandeza para reconhecer que pode e deve ser aperfeiçoado. Não vejo demérito em quem reconhece que vários pontos podem e devem ser aperfeiçoados sem descaracterizar um instrumento de combate a impunidade ambiental, que é ruim para o meio ambiente e é ruim para a agricultura.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Vamos passar então para a segunda parte de perguntas dos nossos Senadores.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, pela ordem. Só um segundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sim, senhor.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É que eu fiz a maior parte das questões. E eu gostaria de dizer que eu estou muito satisfeito com as respostas, principalmente porque os Ministros se combinam, não é? O Ministro Reinhold fala pouco, o Ministro Minc fala bastante, aí dá um tempo médio e fica bom. Obrigado.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o eminente Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente Neuto de Conto, Exmos. Ministros Reinhold Stephanes e Carlos Minc. Eu represento aqui nessa Casa o Estado de Roraima. Lá em cima. O Estado Amazônico também de uma Amazônia diferente da Amazônia do Acre, do Amapá, do Pará e do Amazonas.

O meu Estado tem 3 milhões e 700 hectares de áreas que nós chamamos de lavrado lá. É uma área parecida com essa do cerrado, mas se um caiembé gritar em alguns lugares o outro não ouve. O caiembé é aquela árvore de lavrado que nós temos lá também. Caiembé. É uma árvore que dá aqui no Centro-Oeste retorcida, mas que tem pouca árvore. É só campo. Só campo. Desses 3 milhões e 700, 2 milhões foram declaradas terra indígena, então sobra 1 milhão e 700 para o Estado. O meu Estado tem uma situação geográfica privilegiada porque nós estamos na metade do caminho entre os nossos centros produtores e os Estados Unidos. Nosso lavrado está apenas a 400km do mar pela Guiana. A Guiana faz parte do Caricom. Se a Guiana exportar algo para os Estados Unidos ela não vai pagar os 55 centavos que eles cobram do nosso álcool aqui. Então, essa... Quando os senhores falam, os dois em bioma amazônico estão incluindo também o lavrado da Amazônia? Lavrado ou só estão falando em bioma de florestas? Então, o meu Estado tem uma situação privilegiada, é um lugar onde nós vamos produzir álcool, um álcoolduto é viável para a Guiana, e a Guiana hidratando álcool pode exportar para os Estados Unidos sem problema nenhum, porque ela faz parte do Caricom e a Presidência do Caricom nesse período agora está com o Presidente da Guiana.

Eu quero saber se o nosso lavrado está ou não está incluído nessa proibição de produção de álcool no Estado de Roraima? A primeira pergunta é essa. A outra pergunta é em relação a isso. Estão se falando muito em não cortar mais nenhuma árvore, não derrubar mais nenhuma árvore. É uma coisa boa, de maneira geral para a preservação. Mas para nós... Eu estou falando agora em nome dos pequenos produtores da Amazônia, dos agricultores familiares que estão lá no meu Estado, que estão em todos os Estados da Amazônia que derrubam aquele pedacinho que ele falou ali. Meio-campo de futebol, no máximo um campo de futebol para poder produzir durante três anos para fazer farinha, mandioca, macaxeira e depois algumas fruteiras. Essas pessoas estão numa situação assim meio difícil, porque com essas proibições, com as restrições, tem que ir a Boa Vista para pedir autorização para desmatar. Aí não consegue logo. Vai e volta... Finda desmatando ilegalmente. Porque eles não têm recursos para ficar na cidade para pedir a licença para desmatar. Então nós temos que achar uma solução para essas pequenas propriedades. Claro que... Estão agora culpando eles da maioria da derrubada. Acho que não são tanto eles, não. Pelo menos, no meu Estado eles representam pequena porção. E, infelizmente, muitos estão sem fazer suas roças e estão se mudando para a cidade. Estão indo viver na periferia de Boa Vista. Agora, nós não temos favela propriamente como esse sentido clássico, mas tem um monte de pessoas pobres vivendo em condições precárias porque no seu lote ela não está com condição de produzir. Não tem acesso ao crédito. Tudo cai e realmente volta para a regularização fundiária. Não tem o título da terra, não tem regularização, então eles não têm acesso a nada. Mas vivem lá. Estão há 30 anos, há 20 anos, há 10 anos. Muitos estão desistindo porque os filhos estão começando a vir embora. E eu não vejo uma solução de proibir isso. Tem que proibir, mas tem que dar uma alternativa para eles, para dar crédito a eles. Eles não vão ter crédito porque eles não têm a propriedade da terra. O Incra, infelizmente, não consegue resolver esse problema. Eu tenho esperança que nesses dois anos isso seja levado mesmo ao pé da letra e que a gente consiga titular. O meu Estado, por exemplo, não tem terra do Estado até hoje. O Presidente Lula já prometeu três vezes passar as terras para o Estado. Mas está devendo isso ao povo de Roraima até agora.

Então gostaria de saber se vocês forem criar uma medida de proibir derrubar árvore por 10 anos, que já se fala isso aqui no Congresso. O que é que vão fazer com essas pessoas que vivem lá? Com o ribeirinho que leva três dias para chegar num lugar onde tem... Lá do Baixo Rio Branco para chegar em Santa Maria de Boiaçu, de Santa Maria de Boiaçu para subir até chegar em Caracaraí são mais quatro dias para poder resolver alguma coisa de autorização e disso. Então, eu acho que tem que ser bem pensada essa medida, que vai criar um problema social muito grave, como já está criando. Muitas vezes, uma multa numa propriedade pequena que vale 30, 40 mil reais, as propriedades lá são baratas, mas a multa é de 50 mil. Eles se desesperam lá. Estão desesperados. Nós temos que rever e achar uma solução para essas multas que são colocadas de forma exagerada. São dadas as multas

porque eles não têm condições de ficar indo pedir licença para derrubar as suas 3 linhas, lá é linha que eles falam: Três linhas, quatro linhas, cinco linhas. Então nós temos que dar uma solução para isso. Eu gostaria que o Ministro Carlos Minc começasse a pensar nessas pequenas propriedades que têm essas multas exageradas. Já pensa. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado.

Eu queria anunciar também que está o eminente Senador Leomar Quintanilha, que é o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, e está com nós aqui que, praticamente, é do meio ambiente a reunião. Tem muito a ver.

Ouviremos agora então a eminente Senadora pela ordem de inscrição, Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sr. Presidente, Srs. Ministros, colegas que resistimos aqui bravamente até agora.

Primeiro eu quero cumprimentar aos requerentes, aos proponentes dessa Audiência Pública. Quero cumprimentar o Ministro Stephanes, o Ministro Carlos Minc e dizer da minha satisfação de poder estar participando desse debate agora como Senadora. Eu ouvi atentamente as exposições feitas e ouvi atentamente o que disseram os colegas Senadores aqui, e eu vou começar com uma premissa, porque eu só consigo discutir as coisas a partir de uma visão. E eu acho que no nosso caso no Brasil, o grave problema que nós temos é que às vezes nós queremos o resultado sem antes ter a visão, sem estabelecer o processo e sem criar as estruturas. Para que se tenha um resultado é preciso uma visão, persistir nessa visão, ter um processo que deve ser democrático, e ter as estruturas, porque senão a gente vai ficar apenas com o sonho pela onipotência do pensamento em relação ao resultado.

Uma primeira coisa que eu estou, relativamente, feliz aqui é que durante muitos anos, quando eu... Muitos, não, cinco anos e meio, eu era convidada pelo Congresso e até por ser Senadora também tinha que respeitar a minha Casa de origem, comparecer quantas vezes fossem necessárias. Havia uma grita muito grande em relação ao Ibama, uma demonização mesmo do Ibama. E hoje eu pude perceber que poucas pessoas se referiram ao Ibama. Botaram o foco no Incra. Mas, quando em 2003 o Presidente Lula me chamou, a primeira coisa que eu pensei foi o seguinte: há que se preservar tudo de bom que se encontrou do Ministro Sarney Filho, do Ministro João Carlos, todos que passaram, mesmo quando não era Ministro, ainda não era Ministério, do professor Paulo Nogueira Neto, ao Ministro Ricupero. E há que se olhar para os problemas propondo delta mais. E foi dessa forma que eu orientei a minha equipe. E começamos a trabalhar primeiro com a visão de que a política ambiental não podia ser isolada, de que deveria ser um processo transversal, que nós deveríamos apostar no controle, na participação social, que nós deveríamos fortalecer o sistema nacional de meio ambiente para que ele pudesse funcionar, e esforços foram feitos nessa direção. Eu posso dizer aqui que é claro que não é algo que se resolve da noite para o dia. E eu fiquei muito feliz ouvindo o Ministro Carlos Minc dizer que fez um acordo com São Paulo para que a madeira comprada seja a madeira certificada. Agora, em 2003, quando o Presidente Lula assumiu, tínhamos 300 mil hectares de florestas certificadas. Quando eu saí, agora em 2005, eram três milhões de hectares. Só é possível fazer o acordo porque existe a madeira certificada. E ainda não é suficiente, porque São Paulo consome mais de 40% de tudo que é produzido na Amazônia.

Fiquei feliz também, e vi o meu colega Expedito balançando a cabeça entusiasticamente quando ele falou da necessidade do suprimento de madeira legal para que as pessoas possam produzir. E eu me lembro do quanto foi difícil aprovar aqui no Congresso Nacional o serviço florestal brasileiro, a lei de gestão de florestas públicas. Foi um convencimento pessoa a pessoa. E eu devo muito ao Senador Jefferson Peres e devo, inclusive, a partidos de oposição porque tive para aprovar o projeto que conversar pessoalmente com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, de tão difícil que era. Então, se hoje nós podemos dizer que é possível apostar no manejo florestal sustentável, é porque se acreditou na visão, no processo e se tentou criar a estrutura. Mas, ainda, uma outra briga hercúlea para mostrar que é preciso as estruturas. Nós fizemos um diagnóstico, assim que chegamos, da importância das unidades de conservação. Mas elas não tinham estrutura, não tinham funcionários, não tinha, sequer, o orçamento necessário. Partimos para a criação do Instituto Chico Mendes e foi uma outra dificuldade muito grande em relação a isso. Mas, também com a ajuda dessa Casa, com o convencimento de pessoas, de todos os partidos na Câmara e no Senado, conseguimos aprovar. Deixamos um diagnóstico, inclusive, o nosso Ministro Carlos Minc, meu professor em ecologia, porque foi com ele que eu aprendi os primeiros rudimentos, de que o que eu fazia lá com o Chico Mendes há 20 anos era ecologia, anunciou esse diagnóstico em relação às unidades de conservação, e quando saímos do Ministério ficou acordado com o Ministro do Planejamento o concurso para 400 servidores do Ibama e do Chico Mendes e que deveria ser feita apenas a repartição e 81 para o Ministério novos concursados de todos os concursos que já haviam

sido feitos. Eu estou dizendo isso porque nós temos que persistir em visão, processo sem abrir mão para chegar na premissa.

Eu tenho uma premissa, Sr. Presidente, meu ex-colega Ministro Stephanes, Carlos Minc, de que a legislação ambiental brasileira é boa. Ela é fruto de um trabalho de muitas pessoas, a muitas mãos, do art. 225 da Constituição Federal. Se ajustes precisam ser feitos, não vamos colocar crianças junto com a água do banho porque a legislação ambiental brasileira é boa. E respeito os congressistas que a fizeram. Eu discordo, veementemente, do Ministro Mangabeira Unger que disse que a legislação brasileira é fruto da invenção de ambientalistas. Não vou nem adjetivá-los para atender a interesses escusos de estrangeiros. A legislação ambiental brasileira é muito boa. E mais, o velho Código Florestal feito em 1965 tinha uma visão que é invejável. Eu fico olhando para aquelas pessoas que apresentaram essa proposta de lei, que, infelizmente, não foi cumprida, porque se tivesse sido cumprida, boa parte dos problemas que nós estamos vivendo hoje não estaríamos vivenciando. Com essa idade toda ajustes precisam ser feitos. Mas para melhorar, e não para piorar a situação. Daí que nós temos que qualificar a natureza dessas mudanças. Eu estou dizendo isso porque se nós não persistirmos na visão... Eu me lembro que quando assumi o Ministério, meu colega Minc, eram verdadeiros... Como é que chama? Comitivas para pedir que parasse a fiscalização sobre a exploração ilegal de madeira. Nós tivemos que fazer várias operações, aplicar mais de 4 bilhões em multa, prender 725 pessoas, 125 funcionários do Ibama, e com isso uma redução de três anos consecutivos do desmatamento, sendo que o Mato Grosso que era o campeão do desmatamento caiu o desmatamento 72%. Então, eu acho que se nós aqui tivermos fazendo um diálogo no sentido de preservar e consolidar as coisas positivas, historicamente falando, não só dos primeiros cinco anos do Presidente Lula, porque pareceria legislar em causa própria, mas de tudo que vem sendo feito em relação à questão ambiental pelos vários setores, do professor Paulo Nogueira Neto que criou o primeiro conselho deliberativo dessa nação em plena ditadura militar, que foi o Conama. Então acho que o esforço que está sendo aqui é no sentido de valorizar os avanços porque o Brasil é uma potência ambiental. E eu fico feliz com a decisão de que não se vai plantar cana-de-açúcar no pantanal, não se vai plantar cana-de-açúcar na Amazônia e eu defendia isso. E eu tenho uma tese que não tenho medo de discutir em relação a ela. Mesmo que tecnicamente os problemas estejam resolvidos e estrategicamente não é oportuno e não é conveniente, por que é que não é oportuno e não é conveniente? Porque o Brasil tem uma janela de oportunidade em relação aos biocombustíveis para os próximos 10 anos. As barreiras não tarifárias existem. E tudo que querem é dizer que os biocombustíveis brasileiros, que o nosso álcool, que o que quer que for é produzido em prejuízo da Amazônia e do Pantanal.

Em relação à visão estratégica de país que nós temos, não é oportuno e não é conveniente. E do ponto de vista técnico seria abrir mais uma frente predatória, porque o primeiro passo é exploração ilegal de madeira, depois 75% é ocupado pela pecuária e em segundo lugar vem o plantio de grãos e depois teria a cana-de-açúcar e oleaginosas. Não há quem agüente tanta frente de pressão sobre a floresta.

Concordo inteiramente que o que temos que fazer é pegar o PAS Plano Amazônia Sustentável, o plano de desenvolvimento sustentável das populações tradicionais, o plano de mudanças climáticas já foi assinado o Decreto. E eu quero aqui dizer que não foi fácil o processo de negociação para se chegar até isso. O Ministro Celso Amorim fez uma inflexão na posição brasileira, foi um trabalho a muitas mãos, e só foi possível porque o Brasil reduziu 0,5 bilhão de toneladas de CO2 para poder, inclusive, convencer a Noruega que agora começa a se preocupar com o aumento do desmatamento.

Então, Srs. Ministros, a pergunta que eu faço é muito no sentido de que agora especificamente depois dessa introdução, porque eu estou aqui numa situação muito difícil, viu Minc? Eu estou na posição do Ministro Hélio. E uma vez eu ouvi uma história, uma pequena história do Ex-presidente do Pnuma, que me ajudou muito nesse processo de transição. Ele contou uma história que é, mais ou menos assim, Ministro, Primeiro-Ministro velho, Primeiro-Ministro novo. Um já tinha ficado uns 25, 30 anos. E quando foi para sair o Ministro novo foi lá pedir uns conselhos. Nós até fizemos um pouco, não foi conselho, porque eu não sou... Mas quem sou eu para aconselhá-lo, não é? Você, gentilmente, me visitou. Então, o Ministro novo foi pedir uns conselhos ao Ministro velho e o Ministro velho falou: Não, imagina, você sabe tudo. Não vai precisar da minha ajuda. Aí ele insistiu, insistiu e disse: Bem, eu sei que você não vai precisar, mas eu estou deixando três pastas. Se algum dia você precisar, então use cada uma delas. E um: a primeira crise veio, e não conseguia resolver a crise. De repente, ele lembrou das pastas do Ministro velho, correu na pasta, abriu, convoque uma conferência de imprensa e põe a culpa no Ministro que saiu. Aí, convocou a conferência de imprensa e botou a culpa no Ministro que saiu, a crise foi debelada. Passou um ano, outra crise pesada. Aí ele já sabia o

caminho. Correu na pasta do Ministro velho. Convoque uma conferência de imprensa e bote a culpa na sua equipe e demita o gabinete e bote um gabinete novo. Foi debelada a crise. Aí veio uma terceira crise. Não como essa da bolsa, claro. E ele já sabia o caminho, correu imediatamente na terceira pasta. E abriu eufo-ricamente. Quando abriu: prepare três pastas. [risos]. Então, eu estou na posição do Ministro velho. E talvez eu não tenha sido sábia porque não usei nenhuma das pastas, porque eu parti daquela premissa de que eu iria aproveitar tudo de bom que eu encontrei dos meus colegas. E também não deixei as três pastas e, tenho certeza, que você não precisaria usar nesses moldes. Mas eu quero dizer que o processo de mudar o modelo de desenvolvimento na Amazônia e no Brasil, ele tem que ser perseguido pelo setor público, pelo setor produtivo, pela sociedade e pela academia. Só dessa forma é que a gente vai conseguir mudar o modelo. E isso aumentou de 300 mil hectares para 3 milhões porque teve fiscalização. Não teve um centavo para incentivar o setor. Foi tirando o ilegal que o legal teve condição de se estabelecer.

Agora, as perguntas propriamente ditas. Eu pergunto que o Ministro Stephanes falou que, de fato, é um estudo técnico científico, já estava em início quando eu saí do Ministério e agora está sendo concluído. Esse zoneamento agrícola que vai excluir áreas em relação ao plantio da cana, ele está também considerando o mapa dos biomas e as áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade. É uma pergunta. E uma outra para o Ministro Stephanes é em relação a um estudo que foi feito pela Embrapa Monitoramento que dá conta de vários dados que têm saído pulverizadamente pela imprensa, mas que ainda não foi disponibilizado para que a sociedade possa ver se, de fato, esse estudo está de acordo com aquilo que foi dito e que está sendo dito. Então, quando que esse estudo será colocado a público. E a mudança do Código Florestal eu já fiz a minha observação de que é preciso qualificar a natureza dessa mudança. E se o Ministro Minc já tem alguns aspectos em relação à natureza dessa mudança. E em relação à recuperação da reserva legal, se a defesa da recuperação da reserva legal é com espécies para a produção e não apenas... Aliás, com espécies exóticas ou simplesmente plantio de palmas ou outros, como o nosso Senador Flexa aqui reivindica, ou se será uma recuperação considerando, inclusive os aspectos ambientais. E ainda uma outra questão é em relação ao Pantanal. Parece-me que foi dito que ainda há algumas pendências em relação ao Pantanal, se vai ou não vai plantar cana. Eu gostaria de saber quais são as naturezas dessas pendências. Não foi dito isso.

Então são essas as perguntas que faço e já cumprimentando os Ministros, mas reiterando que a legislação ambiental é uma grande conquista, e se nós partirmos da premissa de que ela que é o problema, nós vamos estar criando um problema maior. Ajustes que sejam feitos, são ajustes pontuais, e não deve ser a desqualificação de um esforço que vem desde antes da própria Constituição Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Ministra Marina Silva.

Temos duas inscrições ainda. Como o Senador Flexa Ribeiro pediu para ser o último, nós vamos ouvir então, antes, a Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É muito difícil depois da Senadora Marina, que é uma profunda conhecedora da questão ambiental, da questão de zoneamento. Mas Srs. Ministros, Sr. Ministro Reinhold Stephanes quero dizer da alegria de, mais uma vez, encontrá-lo, o senhor tem demonstrado no decorrer de toda sua vida, de sua história de trabalho realmente a sua competência, a seriedade e o equilíbrio. E eu gostaria de parabenizá-lo e dizer da minha alegria de estar aqui.

Infelizmente, em relação ao assunto que foi tratado, e já há horas está... O Ministro Minc que também chega e é o novo, não é? Que, na realidade, o Ministro Reinhold Stephanes já tinha mais experiência em nível de Ministérios Federais, o novo, mas veio com muita vontade, com muito entusiasmo, e, com certeza, isso conta muito quando a gente quer resolver.

Eu gostaria, inclusive de dizer que, infelizmente, não pude assistir desde o início porque eu estava presidindo primeiro a Comissão de Educação e depois a Comissão de Assuntos Sociais. Mas esse assunto é de interesse de todos nós, trata-se do Brasil. E por falar em Brasil eu não vou me deter aqui, na realidade, na questão da Amazônia, do Pantanal, que é de uma importância maior, até porque nós temos aqui na Comissão a grande maioria são Senadores tanto da Amazônia como da região da Amazônia. Então eu gostaria aqui só de dizer que concordo com essas preocupações, sei que é importante, a Amazônia é vital não só para nós, mas para o mundo. Mas eu gostaria aqui de voltar ao fato local, da minha região, da minha terra. Eu sou nordestina, do Rio Grande do Norte. E que a gente está falando em zoneamento. Nós estamos falando, pode parecer, mínimo, porque o Rio Grande do Norte é pequeno. O nordeste, no contexto dessa questão, talvez seja... Mas nós não podemos esquecer que o Brasil para se desenvolver tem que ter o equilíbrio. Todas as regiões têm a sua importância. Então gostaria, Sr. Ministro, de colocar aqui primeiro algo que nos preocupa com relação a essa questão,

da desertificação, do zoneamento, porque nós somos também... Nós temos a cultura da cana, nós temos outras atividades agrícolas. E o Rio Grande do Norte está entre já aquelas regiões desertificadas. O semi-árido é um exemplo de quando do decorrer de muitos anos não houve a reposição e nós ficamos realmente, podemos dizer em algumas regiões, praticamente há um deserto. Então eu gostaria de saber se existe alguma coisa sendo tratada com relação a essas outras regiões do Nordeste, e coloco aqui o Rio Grande do Norte, mas também queria dizer que nessa questão dos biocombustíveis nós sabemos da possibilidade de crescer na agricultura culturas que são resistentes e que podem conviver com o nosso clima semi-árido com essas dificuldades. A criação das energias alternativas. E dizer aqui também uma coisa que eu gostaria... Nós estamos vivendo um momento de crise, crise na agricultura. E como somos um Estado onde a exportação de frutas é algo muito importante na nossa balança comercial, Ministro, eu estou aproveitando a presença do senhor para saber que tipo de proteção nós vamos ter, nós estamos tendo que possa chegar realmente a garantir que a fruticultura será defendida, será protegida dessa crise para que não aumente o desemprego e nem as dificuldades da nossa região. Eu queria perguntar ao Ministro.

E ao Ministro Carlos Minc, na realidade, ele teve que sair, mas com relação também a uma outra atividade. Gostaria de... O Presidente, Senador Neuto de Conto, depois passar ao Ministro. Com relação também à questão de meio ambiente, de licenciamentos que fala sobre os mangues, sobre as licenças de uma outra atividade que cresce no nosso Estado que é importante como geradora de emprego e de renda, que é o cultivo de camarão em cativeiro, o cultivo de crustáceo.

Então eu queria saber, há uma dificuldade muito grande, sempre uma celeuma imensa, os empreendedores de um lado culpam o Ibama, culpam tanto os outros órgãos que falam de meio ambiente e há sempre um choque muito grande dessas duas esferas, tanto do que produz como dos que autorizam e muita coisa deixando de acontecer pelo atraso das licenças que é muito grande, e isso desestimula, inclusive, o capital estrangeiro que deixa de chegar porque as dificuldades são imensas.

Era isso que eu gostaria de colocar para saber que medidas estão sendo tomadas, que forma o Ministério de atuação para agilizar se da licença ou não, se permite ou não. Então empreendimentos grandes que nós temos nas nossas praias, aí já relacionadas ao turismo, e que estão deixando de acontecer e receber, antes, agora eu não sei com essa crise se esse capital estrangeiro ainda virá em função de detalhes que poderão ser superados, eu tenho certeza, e não emperrar o desenvolvimento.

Ministro, então eram essas as colocações que eu gostaria de fazer. E fico aqui agradecida pelo aprendizado que estou tendo hoje, tanto dos senhores como dos colegas que nessa discussão realmente é salutar para o Brasil na defesa da nossa soberania.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senadora Rosalba Ciarlini.

E como último inscrito, ouviremos a pedido, o eminente Senador pelo Pará, Flexa Ribeiro.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Que, aliás, me pediu para que o beliscasse. Disse: “Marina, me belisque, porque eu estou me sentindo no parais”.

[risos].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone] Ministro Stephanes, Ministro Carlos Minc, Senador Gilberto Goellner, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Ministro, eu pedi para V.Exa. me beliscar, não que eu estivesse no paraíso. Eu pedi para saber se eu não estava sonhando. Foi isso que eu pedi a V.Exa.

Mas eu agradeço ao Presidente Senador Neuto de Conto, por ter permitido que eu pudesse fazer as perguntas e ter as respostas de imediato. Eu também, como a Ministra e Senadora Marina, eu vou fazer umas premissas antes de fazer os questionamentos. Eu já disse à Ministra várias vezes, por dezenas de encontros que tivemos que nós temos o mesmo objetivo, que é desenvolver preservando, ou preservar desenvolvendo. Esse é o objetivo comum nosso. Principalmente nós amazônidas que queremos ter a floresta preservada para as futuras gerações, porque ela é a fonte de riqueza permanente para aquela região. O que nós discordamos, e sempre disse a ela da forma clara como ela sempre foi, e aberta, é talvez pelos métodos. Os métodos de chegar a essa forma de fazer é que nos separa um pouco. Mas eu quero colocar como premissa... Está difícil. Fica assim mesmo. Eu quero colocar como premissa, primeiro: não faço parte da bancada ruralista. Quero dizer que é uma bancada que honra o Senado Federal, honra o Congresso Federal, mas não faço parte. Fiz um projeto há quatro anos, exatamente... Por isso que eu pedi que a Ministra me beliscasse, porque tudo que foi dito aqui vem ao encontro daquilo que há quatro anos tramita no Senado aprovado por unanimidade e impedido de ser aprovado na Câmara Federal pelo Governo.

Então, Ministro Minc, quando V.Exa. diz que existem as leis, e as leis têm que ser respeitadas, eu concordo com V.Exa. Todos nós devemos respeitar as leis. Cumpra-se. Mas é preciso que tudo que V.Exa. citou

aí, já existem projetos tramitando no Congresso e que se V.Exa. com o Governo que V.Exa. representa quiser aprovar, serão aprovadas em 15 dias. Porque V.Exa. é parlamentar, Ministro Reinhold também, e sabe que quando há consenso, se aprova por voto de lideranças. Então, não há problema nenhum. Basta que V.Exa. queira que se sente. V.Exa. disse que é a décima vez que vem ao Congresso. Eu quero soldar que é a primeira vez que vem ao Senado. As outras nove vezes devem ter ido à Câmara Federal. Quero dizer a V.Exa., ainda nas premissas que desde 2006, está aqui, fevereiro de 2006, está sendo convidado os Ministros de meio ambiente e da Casa Civil para que pudesse vir aqui na Comissão de Meio Ambiente tão bem comandada pelo Senador Leomar Quintanilha, e da Comissão de Infraestrutura. Estou falando de fevereiro de 2006. Passou o ano de 2006 todo, passou o ano de 2007 todo, nós estamos em outubro de 2008 e é a primeira vez que o Ministro de Meio Ambiente vem ao Senado Federal. E a Ministra da Casa Civil já veio outras vezes, como a Ministra também de Meio Ambiente também veio outras vezes, mas não no convite que foi feito, depois transformado em convocação, inclusive, o de V.Exa., inclusive de V.Exa., que regimentalmente V.Exa. teria que comparecer às Comissões de Meio Ambiente e de Infra-Estrutura em 30 dias, e eu não sei o motivo da sua agenda, também não foi atendido. Então eu louvo e parabenizo a sua vinda aqui e espero que possamos fazer essas audiências conjuntas em respeito à Comissão de Meio Ambiente e à Comissão de Infra-Estrutura, presididas pelo Senador Leomar Quintanilha e Marconi Perillo, e em respeito ao Senado Federal. E mais: eu fiz um projeto que V.Exa. tem conhecimento e que mostrei a V.Exa. no Pará, e V.Exa. leu o projeto e disse, se virou para o... Fugiu o nome. Do instituto de Floresta... Como é o nome do... De floresta. O Tarso. Virou-se para o... Floresta que estava ao seu lado e V.Exa. perguntou a ele: por que é que somos contra esse projeto? Palavras suas para ele. E aí eu quero corrigir aqui o que é distorcido no Brasil inteiro por Organizações Não-Governamentais que têm segundas intenções, dizendo que o meu projeto é floresta zero, que é de desmatamento. Meu projeto não derruba uma árvore, sequer. Não derruba uma árvore, sequer. Pelo contrário, eu vou fazer as perguntas a V.Exa. e vou ter a certeza que eu não estou sonhando, de que V.Exa. compactua com aquilo que está lá que é lógico. V.Exa. poderia baixar um Decreto mandando reflorestar a Av. Copacabana. Poderia baixar um Decreto mandando reflorestar a Av. Paulista. Poderia, não poderia? Poderia. Era midiático. Ia ser notícia internacional. Ia sair no New York Times. Governo Brasileiro manda reflorestar Av. Copacabana. Pronto. Só que não era possível de ser feito.

Então, as coisas midiáticas têm efeito curto, Ministro. Está aí o arco de fogo, está aí os guardiões da floresta. O Jornal Nacional de ontem a noite mostrou a madeira que foi apreendida na Operação Arco de Fogo apodrecida. Mostrou. Porque o Ibama não tem o que fazer, não sabe o que fazer e foi dito que podiam ser feitas não sei quantas casas para pessoas de menor renda. O Jornal Nacional já disse que o maior devastador da Floresta Amazônica é o Incra, comprovadamente. Comprovadamente. Mas aí ninguém fala, ninguém toma nenhuma atitude em respeito a isso. Feitas essas premissas, eu gostaria de fazer alguns questionamentos a V.Exa. O senhor é a favor da revisão do Código Florestal?

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Quer fazer um pingue-pongue?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Então um pingue-pongue em relação a esse ponto, não é? Veja. Como disse a Ministra Marina, uma lei que tem mais de 40 anos. Os princípios gerais da lei, eu acho que eles são interessantes no sentido de garantir a cobertura florestal, as áreas de proteção permanente. Eu vejo que uma revisão que atualize sem destruir a essência preservacionista, e que até considere questões como as que eu mencionei há poucos minutos, áreas já consolidadas há mais de 50 anos, por exemplo, o caso das macieiras, ou videiras, ou até a questão da pequena propriedade, da pequena produção, do somatório como foi falado também pelo Ministro Stephanes da APP com a reserva legal, eu vejo que essas modificações que não quebrem a produção e mantenham os princípios da preservação dos recursos naturais, eu vejo com naturalidade. Eu não tenho um tabu em relação a isso, desde que também, como disse a Ministra Marina, não seja atribuído ao código o grande problema. Eu acho que cabem atualizações, cabem correções, cabem até políticas de bom senso, quem é que vai arrancar as macieiras que estão há 50 anos numa encosta, e--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pense no Brasileiro inteiro. Não pense só no Sul.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: --desde que também não se... Sim, eu estou pensando no conjunto, desde que não se elimine os princípios de proteção que todos concordam.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Concorda com a revisão. V.Exa. é a favor de fazer a reserva legal não por propriedade, mas por conjunto, aquele xadrez que V.Exa. falou?

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Veja, eu sou favorável a isso. Já me pronunciei mais de uma vez. Eu acho que, muitas vezes, se você tem cem propriedades e cada uma tem que fazer uma reserva legal de 20 hectares no meio da propriedade, e, muitas vezes, pode significar retirar a produção, se em áreas próximas, por exemplo, áreas de nascentes, você junta cem proprietários e preserva uma área muito maior até em comum acordo com o órgão ambiental, do ponto de vista ambiental você proteger uma grande área nas nascentes, isso pode ter um valor maior do que proteger cem quadradinhos no meio de uma produção, ou pior ainda, ter que arrancar a produção para proteger uma área que não, obrigatoriamente, seria uma grande protetora de biomas. Então, em relação a essa possibilidade eu já me manifestei publicamente favorável.

Agora, já isso não se aplica para as APPs, porque as Áreas de Preservação Permanente eu acho que essa é uma questão sagrada mesmo, que são às margens dos rios e aí tem que ser lá onde o rio está, e não externo a ele.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Lógico. O zoneamento econômico e ecológico feito pelos Estados...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu falo com o Ministro Stephanes dez vezes por semana, se eu precisar. Com V.Exa. eu não tenho... Aliás, V.Exa.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Mas eu não sabia, Ministro, que o Governo tratava tão bem a oposição.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, é com Ministro, que o Ministro tem compromisso com o Brasil, como o Ministro Minc também. V.Exa. esteve no Pará há dois meses e pouco, e se comprometeu comigo que na semana seguinte me concederia uma audiência. Está solicitado a seu gabinete e até hoje não obtive resposta. O Senador Expedito, o Senador Goellner da base do Governo tem esses acesos. Eu gostaria também de poder ter essa oportunidade de conversar com V.Exa. Estou aguardando com tranqüilidade a audiência que V.Exa. se comprometeu, estou com a fita gravada lá também. Como ficarei... [risos]. Como guardarei esta reunião da Comissão degravada, filmada e gravada. As três coisas para não ter erro, para não ter dúvida nenhuma. Ficar com as três versões.

Mas como eu dizia a V.Exa., não é... É porque eu não posso perder essa oportunidade que para mim é única. O zoneamento econômico e ecológico feito pelos Estados, o que é que vai priorizar? É a dos Estados ou é o Federal? Porque aqui foi dito que haverá o zoneamento econômico e ecológico Federal. Mudou a lei? Porque o que eu sabia, até consultei a Ministra Marina, que os zoneamentos econômicos e ecológicos eram feitos pelos Estados e aprovados pelo Meio Ambiente.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Pelas assembléias e pelo Conama.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, aprovado pela assembléia e depois referendado pelo Ministério do Meio Ambiente. Mudou? Vai haver um zoneamento Federal que diferencia do Estadual?

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Não, não. O Senador levantou uma questão pertinente. A questão é a seguinte: há previsão legal do ZEE Estadual. Nós temos apoiado tecnicamente até com recursos dos Estados para fazer isso. Além disso, há também a previsão do zoneamento regional. E como é que é esse zoneamento regional? É também feito com os Estados, com base nos ZEEs Estaduais. Só que, muitas vezes, você tem que integrar. Você tem um rio aqui, que aqui é um Estado e aqui é outro Estado. Aí um Estado diz que é uma coisa e o outro Estado diz que é outra coisa. Você tem uma mesma reserva que metade é num Estado e metade é noutro. Então V.Exa. compreende que há que ter uma... Mas essa compatibilização não é feita pela União Federal atropelando o poder dos Estados. Esse ZEE Regional está sendo feito em conjunto com os governos estaduais. E tendo como base os ZEEs Estaduais e se tratando da integração deles. Porque diz: Não, tal estrada não é necessário. Outro diz: Tal estrada é necessário. Sim, mas e aí? A estrada passa nos dois Estados. Então V.Exa. há de convir que o país não acaba quando começa um Estado ou outro. Então, tem que haver algo que é mais que a soma das partes, que a integração entre elas e que é feito de comum acordo e sem atropelo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Corretamente. É isso mesmo. Eu entendi diferentemente. Quer dizer, mas--

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Isso V.Exa. concorda?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --Lógico que concordo. Haver uma adequação de todos os zoneamentos dos Estados na região. Mas aí V.Exa. tem que sair do discurso para a prática. Porque o Estado do Pará há três anos fez o seu trabalho, o seu dever de casa. Aprovou depois de consultar a sociedade toda, discussão que levou dois ou três anos, o seu zoneamento econômico e ecológico por unanimidade na Assembléia Legislativa. Eu estive na época com a Ministra Marina Silva e com o então Governador Simão Jatene, pedindo à Ministra Marina Silva que ela autorizasse através do Ministério do Meio Ambiente que a implantação do zoneamento econômico e ecológico,

ao invés de ser feito de uma única coisa como determinava a lei, pudesse ser feito à medida que houvesse o detalhamento. A Ministra acatou a sugestão, um ano e seis meses depois já estávamos fora do Governo, foi baixado o Decreto. Então, neste zoneamento do Estado do Pará, havia uma reserva legal na BR163 que estava prevista no zoneamento do Estado do Pará. O Governo Federal criou a Reserva de Jamanxim diferente da que estava prevista no zoneamento estadual, e criou dentro de uma área onde tem mais de 5 mil famílias produzindo há 30, 40 anos. E eles estão lá a ponto de revolta. O que é que eles querem? Apenas que ela seja afastada 50km, porque a 50km para dentro existe uma área intocada de mogno que eles querem preservar e que não está na reserva, e está na reserva as áreas já antropizadas. Então o discurso é um, a prática é outra.

O senhor é a favor de um pacto de desmatamento zero? Zero. Não se derruba uma única árvore na Amazônia, utilizando as áreas já antropizadas por imagem de satélite para evitar que espertos queiram derrubar e possam se favorecer da lei. Imagem de satélite é a última que se tem, parece que na época que o projeto estava tramitando, junho de 2006. Faça-se um pacto de desmatamento zero com a utilização das áreas alteradas por imagem de satélite até junho de 2006?

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Eu acho que sim. Sou favorável.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Tá bom. O senhor conhece a Esalq?

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Sim, sim, a escola, claro, a escola de agricultura.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Governo Simão Jatene, do Estado do Pará mandou fazer um estudo pela Esalq – Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz, uma das mais conceituadas universidades agrícolas do mundo, do mundo. A ESALQ estudou no Estado do Pará só a banda leste do Estado, não entrou na área oeste onde está preservada. A região leste do Estado já está alterada. V.Exa. esteve no Estado, se andar lá não existe floresta mais. O que existe é pasto abandonado, juquira, tudinho. Então, a Esalq levantou em 119 Municípios paraenses, identificou 9.1 milhões de hectares propícios a plantio de cana-de-açúcar. Desses 9 milhões, 4 milhões de hectares de alta aptidão, não precisando de irrigação, de áreas alteradas, de áreas alteradas na banda leste. 4 milhões de hectares representa 3% do território do Estado do Pará. Quando eu lhe perguntei se V.Exa. era a favor do desmatamento zero, é porque o Pará tem hoje uma área alterada da ordem de 15, 16, 17%. Ninguém sabe ao certo. Estamos dentro da reserva legal. E é importante também que se parta da premissa que se diz diferente pela imprensa, através dos desvios da verdade, que o meu projeto muda a reserva legal. Não muda. O meu projeto mantém a reserva legal em 80%. Mantém. Ele apenas permite aquilo que V.Exa. disse que é a forma inteligente de fazer, ao invés, de fazer por xadrez, se faça a reserva legal em áreas de preservação pública ou privada, por compra ou por locação, dentro da mesma bacia hidrográfica. Se não existir da bacia secundária no limite dentro do Estado. Quem vai dizer isso? O proprietário? Não. Quem vai dizer isso é o órgão ambiental. Não é o proprietário. Se está comprovado que existe área de preservação dentro da mesma bacia hidrográfica, a reserva tem que ser feita lá. Então, a Esalq demonstra... E aí eu não posso aceitar. Quando eu perguntei ao Ministro Stephanes qual era a lógica de dizer que na Amazônia não se planta cana. Eu não posso aceitar uma premissa dessa. Primeiro porque é preciso conhecer a Amazônia. Existem várias Amazônias. O Senador Augusto Botelho disse que em Roraima é tudo campo, não tem uma árvore, é tudo campo. Chegando mais ao sul do Pará, para o norte de Mato Grosso, para o Tocantins você tem cerrados. Não tem árvore. Não tem árvore. Então, como é que você pode proibir de fazer uma produção de algo que seja de alimento, de grão, de floresta. A Vale do Rio Doce está criando no Pará um projeto para reflorestar 200 mil hectares e está alugando terra. Paga 200 reais por hectare/ano para reflorestar por 14 anos. Está todo mundo alugando para a Vale do Rio Doce. Então tirando boi para colocar floresta em cima. Agora, só pode fazer... Eu concluo já. Só pode fazer isso dentro dos 20%. Se ele tem área alterada a mais, não pode fazer a locação. É essa a regra, é essa a lógica que nós estamos querendo alterar. Eu teria várias perguntas, mas o tempo não é suficiente. Eu vou aguardar a audiência com V.Exa. Mas eu quero parabenizá-lo. Quero parabenizá-lo porque V.Exa. acabou de criar a primeira PPP do Governo Lula. Está se esperando não sei quantos anos que se crie uma PPP. V.Exa. acabou de criar. Proteger, produzir e penalizar. É a primeira PPP do Governo Lula.

Ministro Stephanes. Eu já lhe perguntei. Já disse que V.Exa. tem recebido e trocado... V.Exa. esteve no Pará e eu quero parabenizar de público o Ministro Stephanes. Foi ao Pará, como eu digo, não entrou de costa. Porque, normalmente, as pessoas vão à Amazônia e entram de costas. Chegam na hora da saída, ou chegam depois da saída. Então já saem direto. O Ministro Stephanes ficou três dias no Estado do Pará. Três dias. Foi visitar... Acho que V.Exa. não conhece. Foi visitar o plantio em áreas de assentamento do Incra, 150 famílias que viviam na miséria, que não tinham dignidade de sustento das suas famílias, ele

visitou o projeto que o Governo anterior do Estado, o Governo de Almir Gabriel implantou junto com o Basa e junto com a Agropalma 150 famílias em 150 lotes do Incra. Hoje passados cinco anos, cada família tem renda líquida de 2 mil reais e pagando financiamento do Basa. Pagando financiamento do Basa. O Ministro Stephanes esteve lá. Aí defende o projeto.

Eu gostaria de convidá-lo, Ministro Minc, para que V.Exa. também possa ir até lá. O Senador Sibá Machado esteve lá. É o maior defensor... O Senador Leomar Quintanilha esteve lá. São os maiores defensores do projeto. Não se derrubou uma árvore, pelo contrário, se deu dignidade àquelas famílias que estavam abandonadas. Então, Ministro Stephanes, eu não entendo. Eu já lhe perguntei: Qual é a lógica de dizer: Na Amazônia só pode ter duas usinas de álcool. Por que isso? Por que só? Para atender... V.Exa. já respondeu em parte, disse que é pressão, que é questão política. Ontem, eu não sei se V.Exa. assistiu o debate entre os candidatos à Presidência dos Estados Unidos. Está lá a questão ambiental. Está lá o aquecimento global discutido pelos candidatos a Presidente. Mas eles vão passar sobre a soberania do Brasil? Vão dizer que aqui eles têm que fazer... Nós temos que fazer o que eles querem? E a última pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador, eu gostaria que o senhor... Porque o tempo foi limitado de 5...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Última pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Faz favor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu faço depois para o Ministro Stephanes, atendendo o pedido do Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Terminou? Eu gostaria de cumprimentar o Senador Flexa Ribeiro. Ele falou que ia fazer mais uma pergunta, e eu acabei me atropelando. Obrigado, Senador.

Eu gostaria de fazer uma pequena intervenção, também para depois deixar os eminentes Ministros darem as respostas a todos os Senadores pendentes e que façam também o encerramento das participações. Em todo esse debate eu tenho duas pequenas questões. Que as áreas desmatadas, ilegalmente ou legalmente, em que nesse novo zoneamento elas vão ser atingidas, e como será solucionado se forem ilegal? Porque a mata não vai voltar mais. E não podemos perder a produtividade que essas terras oferecem. Eu colocaria... Elas teriam que iniciar, no nosso entendimento, no marco zero, para se fazer.

E a segunda é a continuação da intervenção do Senador Osmar Dias, que ele fala da pequena propriedade e as suas divisões. E nós temos em função de mais de uma centena de anos que elas são ocupadas, as pequenas propriedades de todo o Sul do Brasil, é a questão da herança. Que ao dividir as terras para herança, alguns ficam com a propriedade que não pode trabalhar a zero, e outros ficam com a propriedade integral. Mas são fracionadas pelas escrituras, e que também nos cria problema muito sério e inviabiliza toda a propriedade que era do pai que os filhos não podem trabalhar e vão para as cidades praticamente trazendo problema.

Então passo a palavra para o encerramento--

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Pela ordem, Presidente. Eu gostaria de solicitar a deferência de V.Exa. para uma intervenção muito breve--

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): --Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): --Porque eu não poderia deixar de aproveitar a presença de dois ilustres Ministros nesta Casa, sobretudo, o Ministro Minc que nós estamos esperando na nossa Comissão do Meio Ambiente há muito tempo. Eu espero, Ministro, que o senhor faça um esforço e encontre espaço na sua agenda para que nós possamos tratar de questões relevantes, muitas delas tratadas aqui. Eu me penitencio por não ter, em razão de compromisso com a Comissão de Constituição e Justiça, podido ouvir a exposição. Tanto o Ministro Minc quanto o Ministro Reinhold Stephanes.

Mas eu ouvi nas perguntas e nas respostas aqui colocadas muitas questões que nós estamos querendo debater. A Ministra Marina Silva, com quem a nossa Comissão interagiu bastante no período em que ela era titular da pasta, comenta sobre a positividade da nossa Legislação. Eu concordo. Agora, eu entendo que essa legislação precisa ser realmente ainda que pontualmente, ser revista. Por exemplo, a Lei 21... A Medida Provisória 2.166 que foi reeditada nesta Casa cem vezes, e virou lei, porque em razão da sua peculiaridade, e a Medida Provisória já passa a ser, viger a partir da sua edição, mas ela não foi votada nesta Casa exatamente porque não encontrou consenso nas questões relacionadas com o uso do solo. Por exemplo, ela coloca na ilegalidade a grande maioria dos produtores ou todos os produtores brasileiros que desmataram área superior a 20% quando a lei anterior permitia. Nós precisamos discutir essa questão para encontrar uma solução e voltar a tranqüilidade ao campo, voltar a tranqüilidade aos produtores que não sabem como é que vão fazer. Como é que é? Hoje eu desmatei mais

de 20%. Eu preciso reservar 80%. Mas eu tenho de reserva só 40%. Como é que eu vou fazer essa reposição? Com a floresta nativa, deixar a recomposição nativa? Ou se vou poder plantar? Então nós temos várias questões que precisam ser tratadas.

O Senador Flexa Ribeiro fez referência a uma visita que nós fizemos a um projeto exitoso de dendê. Ora, no Estado dele há uma área degradada enorme. Enorme. E o projeto de florestamento com dendê é um projeto social e economicamente exitoso. Mas nós não podemos nas áreas degradadas utilizar mais do que 20%. Quer dizer que o restante... E ambientalmente também, Ministro. E com razão. E o restante fica sem poder ter o aproveitamento. Outra preocupação, Ministro, eu só estou abordando rapidamente algumas questões, porque eu pensei até que não fosse usar da palavra hoje. Mas eu observei recentemente que na área de fronteira do Estado do nosso ilustre Senador, as áreas de fronteira, sobretudo, da região Norte cuja atenção foi por nós chamada, pelo Comando Militar da Amazônia que estão sendo tomadas por áreas de preservação umas ao lado da outra de modo a tomar quase que totalmente a fronteira norte e um pouco da fronteira noroeste do país até com riscos para a segurança nacional. Então, eu acho que é uma questão que precisa ser debatida e discutida para que nós possamos encontrar um encaminhamento.

Eu sei, Sr. Presidente, que nós estamos extrapolando muito o tempo, e eu espero poder ter a oportunidade de nós abordarmos estes e outros assuntos com a visita do Presidente Minc na Comissão de Meio Ambiente. Muito obrigado. Eu cumprimento ambos os Ministros pela sua presença e disposição de debater conosco aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador Leomar Quintanilha.

Então com a palavra o Ministro Reinhold Stephanes.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Senador Flexa, vou começar pelo Senador Augusto Botelho. O Senador levantou uma questão que eu havia classificado e talvez foi a primeira vez que alguém classificou entre as cinco causas de desmatamento na Amazônia que é aquele pequeno proprietário, aliás, não é nem proprietário, morador, que são, mais ou menos, 300 mil na Amazônia que derruba meio hectare, ou as três linhas, toca fogo, gera o potássio, aproveita a fertilidade, usa três, quatro, cinco anos, abandona e faz uma próxima. Quer dizer, ele vive da pesca, da caça e desta forma. E quando ele tem filhos, normalmente, eles têm muitos filhos, pega uma outra área do lado ou vai para a cidade, sem nenhuma condição digna de sobrevivência. E que teria que se encontrar uma solução para esse tipo de propriedade ou esse tipo de desmatamento. Tem que encontrar uma solução. Se não encontrar uma solução ele vai continuar lá fazendo a mesma coisa.

Bom, uma das soluções. Veja bem, uma das soluções que me parecem claras, objetivas, perfeitas, é que se nós utilizássemos, por exemplo, vou dar o exemplo do Pará agora. No Pará 1 milhão de hectares de áreas degradadas lá no leste do Pará, lá no leste do Pará, lá em cima que tem uma região que é considerada sob o ponto de vista agronômico das mais produtivas do mundo para dendê, se pegarmos 1 milhão de hectares, nós conseguimos colocar lá cem mil pessoas neste projeto. Cem mil pessoas. Veja bem, das 300 mil. Olha a solução. Bom, nós precisamos do óleo de dendê que nós importamos, o óleo de dendê é altamente rentável, a produção da palma de dendê exige cobertura de solo de uma leguminosa para proteger o solo. Então ela capta, tem um balanço altamente positivo. Então a pergunta é: por que não utilizar, pelo menos, na área demarcada? Nós até já demarcamos qual poderia ser essa área, e utilizarmos ali dois milhões de hectares para, efetivamente, o plantio, mas aí usar também como reflorestamento, usar dentro dos 80%. E aí você retira centena de milhares de pessoas que estão nesta situação. Então, claro que precisaríamos de outras soluções também, mas esta seria uma solução muito concreta, porque nós precisamos do biodiesel, nós precisamos do óleo de dendê e a atividade é rentável. Ela é tão rentável que a Agropalma que é uma das que produz, ela produz quase 70%, a Agropalma consegue criar florestas, consegue ter lucro, ela consegue porque ela é do Banco Real, do antigo Banco Real, do grupo Banco Real de São Paulo, consegue ter lucro, consegue manter escolas, consegue manter assistência médica, e eu fui entrevistando agricultores, inclusive, assentados do Incra. Quanto é que a senhora ganhava antes? Eu tirava em média 200 reais por mês. Porque um exemplo foi até uma senhora. Quanto é que a senhora ganha agora? 3.700 reais. Está aqui. Não é 2 mil, não. A média está um pouco acima de 2 mil. A média. Mensais. Era esta a minha renda. Ou seja, é uma atividade econômica com todas as características, todas as condições, efetivamente, quer dizer, econômicas, sociais e ambientais. Então por que não se tenta ser inteligente, estou falando de áreas degradadas, recuperar áreas degradadas e, efetivamente, se faz um sobrevôo ali, como eu fiz numa linha de 400km não se encontra mais nada. É só área degradada naquela região.

Então, respondendo uma das questões que você levantou. Quer dizer, temos que encontrar alternativas.

Uma alternativa é esta. Inclusive, já elaboramos o projeto. O projeto está pronto para o Presidente, enfim.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tá na Câmara. [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Não, não, não, estou dizendo o projeto de você criar as condições para a produção de dendê, inclusive, com financiamentos e etc. Já se tem uma idéia disso.

A segunda questão é a seguinte. Veja bem, tecnicamente, quando se fala das áreas de lavrado que nós utilizamos aí e um outro termo técnico, lavrado lá para vocês, ela, efetivamente, existe. E não há ainda uma decisão definitiva sobre esta questão. No caso de Roraima, específico essa área de lavrado. Mas, agora me deixa entrar na resposta que essa é extremamente delicada. Veja bem, não está em discussão, Senador, aqui, até onde o Brasil é o país mais ecológico do mundo, que no meu entender ele é o país mais ecológico do mundo, porque aqui nós temos 30% das florestas nativas do mundo estão no Brasil, na Europa está 0,01. Quer dizer, então, evidentemente, que a Europa não tem que dar palpite aqui. Concordo com isso. Quer dizer, nós temos uma situação privilegiada. Se vermos as emissões de gases, 97% das emissões de gases do efeito estufa estão fora da América do Sul. Elas estão fora daqui. E os três grandes poluidores, todo mundo sabe quem são. Também estão fora daqui. Assim como se usarmos, individualmente, por pessoa, um holandês polui 18 vezes mais que um brasileiro. Quer dizer, tudo isso a gente entende. Agora, especificamente em relação à cana. Qual é o raciocínio especificamente, em relação à cana? O Brasil quer transformar a cana numa commodity. O Brasil quer ter essa janela de oportunidade para ser um grande exportador de etanol. Já que nós somos o mais eficiente produtor de etanol do mundo e continuaremos sendo, pelas perspectivas com quase 1/3 do custo de produção dos outros países. Portanto, está aí um grande negócio. Agora, as condições, as restrições que o mercado lá fora nos faz impor, no caso da cana serão muito sérias. Mesmo independente das razões que eles tenham. Não está em discussão. Mas que eles nos vão impor isto, e o Minc participou de uma reunião e ele viu isso com muita clareza isso, e está muito claro. Cada missão que a gente recebe, a primeira pergunta é essa: Se você for plantar no bioma amazônico, não tem. Então isso virou uma questão emblemática.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permite um aparte, Ministro?

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Deixa-me só terminar o meu raciocínio. Isso virou uma questão emblemática. Não é uma questão técnica. Não é questão que a Esalq, que eu conheço o estudo da Esalq. É uma decisão, efetivamente, política por ser uma questão emblemática. Agora, vamos raciocinar de forma diferente. Se o Brasil tem todas as condições de produzir toda a necessidade de demanda fora daquela questão emblemática, então é racional, é inteligente que ele produza fora. Mas, que dê compensações. Bom, uma das compensações era desenvolver projeto de dendê, que é mais lucrativo, que é mais social e que é bem mais ambiental. Então você teria... E assim poderiam ser estudadas outras compensações para a Amazônia, mas não abrir a plantação de cana no bioma amazônico porque não é uma questão técnica, é uma questão política, uma questão emblemática para que nós não tenhamos restrições no mercado lá fora amanhã.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permite-me um aparte, Ministro? Então o zoneamento econômico e ecológico dos Estados não vai valer, porque se o Estado definir que aquela área pode ser usada para determinado plantio, não vai poder ser usado. Esse é o primeiro ponto. Segundo ponto. Sabe o que leva isso, Ministro? Leva a um Projeto de Lei que tramita no Congresso do saudoso Senador Jonas Pinheiro, querendo tirar o Mato Grosso da Amazônia.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Não, não. Veja bem. O que é que o saudoso Senador queria? Ele queria retirar a parte que não está no bioma amazônico do Mato Grosso que entrou na chamada Amazônia Legal.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A Ministra disse que ele queria tirar a Amazônia do Mato Grosso.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Não, não. Ele queria... Não, não. Vamos fazer justiça à memória dele. Vamos fazer justiça à memória. Ele queria os biomas do Mato Grosso... Que 70% do Mato Grosso está fora do bioma amazônico. Então, ele queria... O que ele queria era descaracterizar essa ficção geográfica que se criou da chamada Amazônia Legal. Era isso que ele queria.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Encerrou?

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Não, eu acho que só caberia à Ministra Marina, a mim, objetivamente, que perguntou quando esse estudo estaria disponível.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): [pronunciamento fora do microfone]. Eu perguntei sobre [ininteligível] dos biomas.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Não, não. Foi considerado. Evidente que foi considerado.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Mas elas estão ou são consideradas?

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Foi considerado.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Também foram consideradas. Também

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Todas estão de fora?

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Todas estão de fora. Veja bem, espera aí. Veja bem, nas áreas de pastagens fora do bioma amazônico, nas áreas de pastagens você tem uma classificação de três categorias de área... Ajuda-me aqui. São três categorias...

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Eram quatro categorias.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Quatro categorias. As duas últimas... Veja bem, estamos falando de área de pastagem já sendo utilizada. As duas últimas não foram consideradas. Só foram consideradas alta e altíssima. Foram consideradas, sim.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Essas não estavam criadas ainda.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Que nem foram criadas.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Desculpa, mas o mapa das áreas interditadas para conservação da biodiversidade não significa que as unidades estão criadas. Ela tem uma classificação de alta relevância, altíssima relevância e média relevância. E dentro desse processo a discussão que se fazia é que elas fossem excetuadas, porque não estão criadas, mas serão criadas, pelo menos, é a expectativa que se tem.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Não, não. Deixa-me só alertar a senhora. Eu, numa próxima reunião que me convocarem aqui, eu vou trazer o mapa do Brasil se todas as áreas que foram consideradas para possivelmente serem transformadas, você fecha o Brasil. Aí é melhor fechar. Desculpa, mas aí... Porque eu mapeei isso. A senhora talvez nunca tenha mapeado isso. Eu mapeei isso como já existente.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Não presuma, porque o estudo foi feito pelo Ministério do Meio Ambiente com uma equipe de milhares de pessoas. Para chegar a essas áreas.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Eu sei. Desculpa. Milhares de pessoas que estavam todos num único lado. Num único lado. Desculpa, eu não quero entrar em polêmica com a senhora, mas aí eu vou trazer e vou mostrar aqui, simplesmente vou mostrar

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): E nem eu. Porque V.Exa. respondeu todas as perguntas de todos os Srs. Senadores, e eu quero que V.Exa. responda a minha também. Pelo princípio da eqüidade do mandato de cada um que está aqui. Certo? Então, o que eu estou colocando para V.Exa., meu ex-colega, fazendo um apelo, de que considere esses aspectos, inclusive, de que eu fiz uma pergunta objetiva. Se nos critérios que V.Exa. falou foi considerado isso. V.Exa. diz sim ou não. Não precisa entrar em polêmica com a minha tese ou não. Se quiser entrar, tem o direito. Só isso.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Desculpa, evidentemente, vou tirar até pelo respeito que eu tenho pela senhora. O que eu quero dizer é o seguinte: os biomas que foram considerados e as áreas classificadas de alta e altíssima também foram consideradas. Ok?

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Isso. Respondeu.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador Stephanes.

E vamos para encerrar a nossa Audiência Pública com o Exmo. Sr. Carlos Minc.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Obrigado, Presidente. Então, a última rodada das questões levantadas, primeiro o Senador Augusto Botelho levantou questões ligadas à produção do álcool, o Ministro Stephanes levantou, depois a questão da pequena propriedade, dos pequenos produtores. Então, exatamente, Senador, há uma série de programas ligados a esses pequenos produtores, sobretudo, a idéia de pagamento por serviços ambientais, de projetos que avançam na linha do extrativismo, na linha do manejo, e na linha de considerar uma prioridade para integrá-los. Eu tenho dito isso, Presidente, mais de uma vez, que o Ibama pode fechar uma serraria ilegal em uma hora, mas nós não conseguimos criar 50 empregos sustentáveis em uma hora. Então, o nosso grande desafio é esse. E V.Exa. tem razão por quê? Porque senão a pessoa que está desmatando aqui vai desmatar 3km adiante. E por isso que nesse curto período a gente tem procurado dialogar tanto com o setor produtivo, conseguir recursos e não só do Fundo da Amazônia. E fizemos, inclusive, recentemente, junto com o Ministro Cassel, duas medidas conjuntas importantes. A primeira foi o primeiro plano de manejo em assentamento do Incra, mostrando que você pode e deve dar sustentabilidade para esses assentamentos. E a segunda foi uma medida que era ansiada pelos extrativistas há muitos anos, a Senadora Marina também se bateu por isso e finalmente foi assinado--

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Estava pronto quando eu saí.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: --Exatamente. E que teve que passar por uma série de questões jurídicas para cima e para baixo que foi a equiparação para efeito até de assistência técnica e habitação dos

direitos dos extrativistas equiparados aos beneficiários pela Reforma Agrária. Além disso, foi aberta uma linha de crédito importantíssima e foi levantado aqui também anteriormente pelo outro Senador para incentivar a recomposição das áreas degradadas. Isso é muito importante. Não apenas dizer: faça, mas dar condições para. O que significa assistência técnica, o que significa pagamento de serviços ambientais, o que significa preços mínimos, o que significa, de fato, colocar o Fundo Amazônia e outros mecanismos para criar condições – como eu disse – à questão unicamente da fiscalização do Ibama, da Polícia Federal é absolutamente insuficiente para deter o desmatamento. Mas, apesar disso, nós estávamos fazendo aqui, fizemos com dados do Deter, que são dados de satélite, desses três meses para os quais se tem resultado na nossa curta gestão, junho, julho e agosto, a média... Que são meses ruins, são meses de muita estiagem, muita queimada e muito desmatamento, foi a menor média dos últimos cinco anos para esses três meses, o que acompanha a tendência de baixa que marcou a gestão da Ministra Marina. Então, nós tivemos para esses três meses junho, julho e agosto, nós tivemos em 2004 uma média de 5,2 mil km2, só nesses três meses, em média por mês. Em 2005, 2 mil; em 2006, 1.400; em 2007, 870; e em 2008, 650 km2. Portanto, mantivemos a média de baixa apesar... Agora, apesar disso eu quero dizer que esses números não nos satisfazem, e isso só mostra a importância de combinar medidas de controle e fiscalização com medidas de incentivo e criação de empregos sustentáveis.

Em relação aos pontos levantados pela Ministra Marina, que foram vários, considerações sobre a questão ambiental e depois considerações mais específicas sobre o código, o zoneamento e a reserva legal. Bem, então eu quero esclarecer à Ministra Marina Silva que a nossa posição sobre esses pontos é de ampliar as políticas que estavam sendo tratadas. Eu já falei mais de uma vez que eu não pedi para ser Ministro, não queria ser Ministro, coloquei várias questões para aceitar, fui chamado de arrogante, mas eu sabia o que é que a Ministra Marina tinha penado, sobretudo, nos últimos tempos, e coloquei uma série de condições no sentido de ter condições de trabalho. E algumas delas foi o descontingenciamento de recursos para o Ministério, aumento da possibilidade de fiscalização que a área ambiental também tivesse uma participação mais forte na área do saneamento, que eu acho necessário até porque o esgoto sem tratamento é uma das piores causas da degradação ambiental e até da mortalidade infantil, o não licenciamento por razões políticas, que é uma questão importante. Em suma, uma possibilidade do Ministério poder atuar de forma proativa com outros setores com condições, com participação, com recursos, com pessoal.

Quero dizer que nesse curto período nós demos continuidade aos programas que estavam em curso há mais de cinco anos da sua gestão, programas esses que também tivemos a oportunidade de acompanhar ao longo da gestão, e tentar, em suma, avançar aonde fosse possível. E no caso específico da questão, por exemplo, das reservas extrativistas, nós temos trabalhado muito com isso. É uma bandeira antiga sua que eu também acompanho há muitos anos e posso dizer agora em novembro nós vamos encomendar mais 40 planos de manejo, ou fazer em parceria com universidade, com fundações que é uma demanda importante que com o plano de manejo você consegue crédito, consegue condições de avançar em relação a isso.

Em relação à questão do plano de mudanças climáticas, V.Exa. tem razão, durante muito tempo, eu diria quase dois anos, houve um impasse em relação à área ambiental e à área econômica, inclusive, à área de relações externas do Itamaraty. Então, o Itamaraty não concordava com metas, porque achava que essas metas, os acordos internacionais, por exemplo, Kioto, atribuíam aos países envolvidos e que nós não teríamos porque trazer para nós essa responsabilidade sem contrapartidas tecnológicas ou econômicas. E a área ambiental sempre favorável, mesmo sem haver uma obrigação internacional legal, a um compromisso de avançar na diminuição do desmatamento e na diminuição das emissões. Nós tivemos nesses quatro meses um esforço muito grande e conseguimos encontrar um caminho que agora está aberto à consulta pública por um mês, de apresentar esse primeiro plano onde há objetivos setoriais, e um desses objetivos é que até 2015 o Brasil plante mais árvores, tanto nativas quanto da silvicultura econômica, do que tire. Ou seja, que nós sejamos credores em relação à questão da emissão de carbono por esse lado florestal que é o nosso calcanhar de Aquiles. Que a maior causa da nossa emissão é desmatamento, queimada e mudança do uso do solo. Então a nossa idéia é ter realmente uma curva decrescente do desmatamento, e uma curva crescente de reflorestamento de espécies nativas e de espécies da silvicultura econômica. Porque, inclusive, como no campo se precisa de madeira para tudo quanto é coisa, para a casa, para o curral, para o carvão vegetal. Quando você não tem madeira plantada para esse fim, cada um vai com a sua machadinha em cima da mata nativa. Então, a plantação, além, de ser útil porque absorve o carbono, ela é muito importante para defender a floresta nativa. Recentemente, tivemos numa operação na área da caatinga, que eu acho que é um dos biomas mais ameaçados do Brasil,

aqui se fala muito da Amazônia, nós falamos muito da Amazônia, mas outros biomas são muito ameaçados, por isso tivemos há três semanas em Goiânia lançando um plano de defesa do cerrado e de monitoramento, que hoje o INPE faz esse monitoramento permanente da Amazônia, mas é necessário fazer o monitoramento dos outros biomas. Constatamos que a caatinga está num ritmo de destruição maior que a Amazônia. E tivemos oportunidade de destruir 800 fornos de carvão ilegal que estavam transformando a caatinga em carvão para as siderúrgicas do Espírito Santo e de Minas Gerais. Ou seja, a falta de projetos de reflorestamento tornam mais vulneráveis as matas nativas, não só da Amazônia, mas também do cerrado, da caatinga. Então, conseguimos desbloquear essa questão de termos pela primeira vez um Plano Nacional de Mudanças climáticas que ainda está então aberto para a participação do Parlamento, da universidade, das ONGs, em suma, de todos aqueles.

Depois a Ministra Marina colocou algumas questões assim pontuais. Bom, em relação ao mapa da Embrapa, o Ministro Stephanes respondeu e eu quero dizer que também já solicitei e também não recebi ainda esse mapa, mas já ouvi críticas que nesse mapeamento da Embrapa há contagem dupla de unidades estaduais, federais indígenas. Então, esse percentual estaria sobrestimado pela contagem dupla. Então é bom ter essa publicação para verificar o que é que é e o que é que não é. Uma outra questão é que, muitas vezes, Ministra Marina, aqueles que se opõem às unidades de conservação, quase que consideram que nelas nada pode acontecer. O que não é verdade. Porque nas reservas extrativistas pode e se deve cada vez mais produzir e até ter todo um apoio para as cadeias produtivas a partir dos produtos florestais. Nos parques pode e deve haver turismo e ecoturismo, criando emprego sem destruir. Às vezes eu digo, Senador Quintanilha, que o turismo e o ecoturismo são como uma fábrica sem chaminé, que pode criar emprego sem destruir. E as flonas, em parte delas, de acordo com os planos de manejo, podem e devem oferecer madeira de manejo. Então, não é verdade que todas as áreas de produção, todas as áreas de preservação não haja possibilidade de produção de óleos e resinas, de madeira, de empregos no turismo e no ecoturismo. E isso é importante. Também a questão da reserva legal, exóticas, nativas levantada pela Ministra Marina, em parte, respondido pelo Ministro Stephanes. Veja, atualmente o Código Florestal para a Amazônia fala de 80%, na sua revisão por Medida Provisória, na época do Presidente Fernando Henrique, mas ele também diz que depois do zoneamento econômico e ecológico, em áreas consolidadas pode chegar a 50%. A idéia da recuperação de áreas degradadas, eu vejo que nessas áreas degradadas e de acordo com o zoneamento econômico e ecológico você deve recuperar as áreas degradadas dentro do que diz o zoneamento econômico e ecológico com florestas nativas e a parte que o zoneamento determinar com silvicultura mantendo a floresta nativa para recompor a parte que a lei diz e o zoneamento--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.Exa. fala silviculturas ou exóticas?

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Exóticas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Porque a galinha, o peru, o boi tudo é exótico para o Brasil.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: É. Mas então, eu quero dizer que... Ministra, respondendo então de forma muito objetiva vossa questão, é o seguinte: a lei fala de recomposição das reservas legais com espécies nativas. Eu vejo, por exemplo, no caso até da Amazônia, há, pelo menos, dois tipos de dendê nativos. Que não são dendê, que são outros tipos de árvores, mas que são equivalentes ao dendê. O que eu acho é que você tem que combinar o zoneamento econômico e ecológico com a lei existente, que deve ser respeitada, eu sou um fiel escravo da lei, eu fui favorável ao Cumpra-se quando era Deputado ou Secretário do Rio, serei favorável ao Cumpra-se das leis sendo Ministro, e vejo que sim, que as áreas completamente degradadas podem e devem ser recuperadas. Na parte que a lei disser com plantas nativas e na parte que o zoneamento permitir com exóticas ou silvicultura econômica que eu acho que podem criar emprego, diminuir a emissão de carbono, e criar possibilidade de desenvolvimento regional. Eu acho que as nativas são muito importantes por causa da biodiversidade. Então nós temos essa preocupação. Divulgamos recentemente uma nova lista de espécies de flora ameaçadas de extinção, o Mapa passou de 108 espécies ameaçadas para 472 espécies ameaçadas. Então, nós temos que ter uma política de recomposição de biodiversidade. Por isso, inclusive, no licenciamento ambiental Senador, nós temos exigido que várias empresas, por exemplo, a Petrobras, complexo do Rio de Janeiro, foi exigido que ela plantasse 6 milhões de nativas no seu entorno e ao longo dos rios Macacu e Caceribu por quê? Porque é importante. A gente não quer que os nossos netos conheçam certas espécies de nativas apenas na internet ou em museus de história natural. Então há uma política de biodiversidade. Por causa dessa política o Ministério publicou essa lista das 400. E não basta publicar lista. Tem que ter medidas concretas de corredores florestais, de criação de unidades. Mas nós também temos metas de aumento da produção da silvicultura econômica. Porque consideramos que o aumento da silvicul-

tura econômica protege as matas nativas. E digo mais, em várias áreas degradadas, isso foi aprovado por lei no Rio de Janeiro quando eu era Secretário, em áreas degradadas, por exemplo, do noroeste do Rio de Janeiro, a plantação de seringais, de eucaliptos e de cedro é benéfico ao que restou da Mata Atlântica no Rio, que é muito pouco. Porque essa silvicultura econômica, plantada, sobretudo, em áreas degradadas é também uma defesa para que não se corte o que restou no caso da Mata Atlântica. Então, acho que não há que ter preconceito em relação a isso, mas há que ter políticas específicas de recomposição da biodiversidade, criando mecanismos, e aí há um mecanismo que consta numa Medida Provisória do Presidente Lula que abria um crédito de 1 bilhão de reais, a 4% ao ano com 12 anos de carência para que se recomponham áreas de APPs e áreas de reserva legal.

Em relação às últimas duas intervenções, a Senadora Rosalba Ciarlini colocou--

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Só para que eu possa entender. Então, as questões que V.Exa. falou em relação ao zoneamento ecológico e econômico, enfim, é a lei que se tem hoje. Então é o cumprimento da lei e não é modificação na lei. Não é isso? Pelo que eu pude entender.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Enquanto a lei não for modificada, cumpra-se a lei.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu também não entendi.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Você advoga o cumprimento do que está na lei? É isso que eu entendi.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Veja, serei claro a respeito disso. Claro. O Ministério brigará pelo cumprimento de todas as leis existentes.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Todos os brasileiros.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Nós, concordando ou discordando das leis, fiscalizaremos e seremos o fiel garante do seu cumprimento. Ponto. Não há como você não cumprir a lei existente. Não há como você--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nós não estamos discutindo isso, Ministro. A pergunta objetiva é se V.Exa. concorda e vai dar apoio para que se possa fazer a revisão e se altere a lei. Porque senão V.Exa. vai ficar com esse discurso aí permanentemente de cumprir a lei, que é o nosso. Nós não defendemos a ilegalidade. Nós queremos que todos trabalhem na legalidade. Então, não adianta V.Exa. ficar fazendo discurso: vou cumprir a lei, vou cumprir a lei. Todos nós cumprimos a lei. É obrigação nossa de defender e cumprir a lei. Então, a pergunta que eu lhe faço é se V.Exa. vai dentro daquilo que V.Exa. disse ao longo da audiência aqui e que desdisse agora ao final.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Desdisse, vou lhe mostrar a gravação de que V.Exa. é a favor de que se faça a revisão e se adapte a lei à realidade de hoje. Quando a lei foi feita, não existia computador, não existia GPS, não existia satélite.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Senador Flexa Ribeiro, V.Exa. já me sabatinou por mais de meia hora e eu, democraticamente, respondi todas as suas questões e todas as outras vezes, embora, seja quase três da tarde, e não tenha sido--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas V.Exa. está se desdizendo agora.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Isso daí é a vossa interpretação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Está gravado.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Eu gostaria que--

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu gostaria que fosse respeitado para nós pudéssemos encerrar a Audiência Pública.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Eu, para encerrar, eu quero dizer o seguinte: que virei quantas vezes for convidado, mesmo não tendo nenhum biscoitinho aqui para segurar essas cinco horas de debate aqui, e serei também... E serei complacente com as intervenções parlamentares, como fui muitos anos parlamentar, também conheço a vida parlamentar e não levo a mal essas interrupções ou insinuações, acho normais na vida parlamentar. Não me sinto absolutamente ofendido por isso.

Quero dizer o seguinte: que não vejo que o Parlamento transfira para o Ministro A, B ou C a votação de leis que são prerrogativa do Parlamento. E também quero dizer que não me ofendo V.Exa. falar no telefone, porque também acho que faz parte do debate democrático. Está perdoado, parcialmente. Eu quero dizer a V.Exa. que, assim como não abro mão das prerrogativas do Executivo, também não acho que o Parlamento deva abrir mão das suas prerrogativas. A modificação das leis é uma prerrogativa do Parlamento. E cabe ao Parlamento modificá-las. O que eu quero dizer é que a lei, a lei atual, a lei atual será cumprida. E, além disso, a lei atual permite com o zoneamento econômico e ecológico, em áreas consolidadas ou até em áreas degradadas o uso de 50% para fins comerciais. Eu quero dizer que nós temos que conciliar duas coisas e podemos. Você tem uma área degradada e o zoneamento econômico e ecológico permite, com isso você já pode passar para 50% ter as nativas de

um lado e os dendês e as exóticas de outro. Não vejo que sejam objetivos contraditórios. Acho que isso pode e deve ser feito. No caso das palmáceas, eu até falei que há várias palmáceas nativas, e aí poderiam essas palmáceas nativas, sendo nativas entrar na cota das nativas. Então, o que eu quero dizer é que, um: a lei cumpra-se. Dois: o Parlamento que as modifique. Três: eu sendo chamado para opinar, modestamente, não sendo Senador nem Deputado nem votando nisso, darei a minha opinião. Eu não tenho problemas ideológicos ou preconceitos contra a plantação da silvicultura econômica, ao contrário, colocamos isso no plano de mudanças climáticas incentivando isso, colocamos na lei do Rio de Janeiro incentivando a silvicultura econômica, inclusive, em áreas degradadas e botando áreas aonde ela não deveria entrar. Por exemplo, áreas de muita Mata Atlântica e muita produção de alimentos, nessas áreas não. Em outras áreas criamos incentivos para ela. Então, não há, da minha parte, nenhum preconceito ideológico em relação à silvicultura. Acho que a silvicultura econômica é benéfica para o país, desde que não entre em áreas nativas ou em áreas de produção de alimento. Como há muita área para isso, e, além de tudo, há palmáceas nativas que podem ser contadas como nativas. Então, não vejo que haja contradição dessa forma. Vejo que o Governo faz a parte dele que é cumprir a lei. O Senado e a Câmara fazem a parte deles que é aprovar a lei, e eu sendo ouvido darei a minha opinião clara a respeito disso. Acho que deve ser incentivada a recuperação de áreas degradadas com a silvicultura, com palmáceas, com dendê, com babaçu; aliás, em projetos recentes estipulamos preços mínimos para incentivar mais ainda babaçu, cupuaçu, pequi, piaçava, castanha e vários outros produtos a respeito.

E por último, as questões levantadas pelo Senador Neuto de Conto, Presidente e pelo Senador Leomar Quintanilha da Comissão de Meio Ambiente do Senado, Presidente também. Sobre a questão da divisão das pequenas propriedades, quer dizer, eu acho que isso é um problema importante, é um problema relevante. A questão do reflorestamento de áreas, quer dizer, não ilegalizar esse reflorestamento, ter um marco legal para isso, claramente definido, eu concordo. E o Senador Quintanilha que coloca a questão das áreas de preservação na fronteira. Eu quero dizer, Senador, eu estive conversando muito com o Ministro Jobim sobre essa questão da segurança das fronteiras. E vai haver, já está havendo e vai haver um deslocamento de tropas de regiões do sudeste, inclusive, do Rio de Janeiro, que há um excesso de tropas para as regiões de fronteira tanto em áreas próximas de unidades de conservação, quanto em áreas próximas de terras indígenas. Nós temos feito termos de cooperação com o Exército e com a Aeronáutica na Amazônia, fizemos com a base aérea da Serra do Cachimbo do Sexto COMAR, estamos dando condições, recursos, computador, equipamento, treinamento; e o Exército e a Aeronáutica tem nos ajudado a criar bases de preservação. Portanto, a integração de meio ambiente com Forças Armadas e defesa tem sido total. Total. Nós temos conversado muito com o Ministro Jobim, temos tido o apoio dele para as nossas operações, e ele tem garantido mais tropas para a defesa de fronteiras, inclusive, de áreas de conservação e áreas indígenas. Então para lhe tranqüilizar em relação a isso que a nossa consonância e diálogo não é apenas com o Ministério da Agricultura, é também com o Ministério da Defesa.

Queria também agradecer a todos, agradecer ao Presidente, aos que fizeram o convite, aos que ficaram aqui até as três da tarde aguardando o término disso para o seu almoço. E direi que voltaremos quantas vezes formos convidados e que gostamos muito do nível elevado desse debate. Saudações ecológicas e libertárias para todos os presentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Agradecendo a presença desta Audiência Pública do Ministro Reinhold Stephanes, do Ministro Carlos Minc, nós agradecemos a presença das Sras. e Srs. Senadores, e nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 14h53.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2008

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às nove horas e trinta e nove minutos do dia oito de outubro de dois mil e oito na sala dezenove, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Gim Argello, Presidente Eventual da Comissão e com a presença dos Senhores Senadores Renato Casagrande, Virgínio de Carvalho, Antonio Carlos Júnior, Eduardo Azeredo, Cícero Lucena, Sérgio Zambiasi, Expedito Júnior, Gerson Camata, Marco Maciel e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Augusto Botelho, Ideli Salvatti, Valdir Raupp,Wellington Salgado de Oliveira, Gilvam Borges, Valter Pereira, Demóstenes Torres e João Tenório. Justificam as ausências os senhores Senadores Romeu Tuma e Cristovam Buarque.

O Senhor Presidente Eventual, Senador Gim Argello registra a presença para acompanhar a Audiência Pública do Senador João Pedro (PT/AM), não-membro da comissão. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Eventual, Senador Gim Argello submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Inicia-se a reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao **Requerimento nº 14, de 2008 – CCT**, de autoria dos Senadores Gim Argello, Antonio Carlos Júnior, Wellington Salgado de Oliveira e Flexa Ribeiro que, "Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com os incisos II, IX e X do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, para discutir as novas tecnologias de prospecção de petróleo nas camadas de Pré-Sal". Comparecem à Audiência Pública, os Senhores Carlos Tadeu da Costa Fraga, Gerente Executivo do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Petrobrás; Jean-Paul Terra Prates, Secretário de Energia e Assuntos Internacionais do Rio Grande do Norte; German Efromovich, Presidente da Marítima Petróleo e Engenharia; Aloísio Nóbrega, Superintendente de Tecnologia da Organização Nacional da Indústria do Petróleo – ONIP; João Victor Campos, Geólogo e Sócio da Associação dos Engenheiros da Petrobras – AEPET. Usa da palavra o Senhor Senador Gerson Camata. O Senhor Presidente Eventual, Senador Gim Argello agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião, às onze horas e cinqüenta e sete minutos, determinando que eu**, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata**,** que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – SENADOR GIM ARGELLO, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT

28ª REUNIÃO ESTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza nessa data, 08 de outubro de 2008.

Para darmos início aos trabalhos dessa reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores que concordam com seus termos permaneçam como se encontram. Aprovado. A Ata está aprovada e será publicada no diário do Senado Federal.

Sras. e Srs. Senadores, comunico V. Exas. que recebi uma correspondência da Sra. Chefe Substituta da Assessoria Parlamentar do Tribunal de Contas da União, transmitindo a essa Comissão, CCT, comunicado sobre os trabalhos realizados pela Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação, SEFIT, TCU, junto à Administração Pública Federal, quando aquisição de bens e serviços [ininteligível] tecnologia da informação TI. Informa ainda, a mencionada correspondência, que a partir de 2006 os assuntos relativos a governança de tecnologia da informação ganharam expressivos significados, em razão da elevada parcela de recursos financeiros, expendidos pela Administração Pública Federal, com a aquisição de bens e contratação de serviços destinados à gestão e processamento de informações, aplicados ao processo organizacional e informativo.

Sras. e Srs. Senadores, encontrarão em suas pastas prospectos sobre os principais achados da auditoria, em TI, e as ações iniciadas, ensejadas pelo Tribunal de Contas da União, em favor da Administração Pública Federal.

Dados esses avisos, começaremos, então, a falarmos sobre o pré-sal.

Sras. e Srs. Senadores, o tema que nos reúne hoje, nessa 1ª Audiência Pública, posso dizer, é um dos mais significativos para o desenvolvimento do nosso País. Pelo que sabemos, até o momento, não existe camada... Não existe camada de pré-sal, não obstante a PETROBRAS está preparando e sempre atenta a todo e qualquer desafio, em sua área de atuação. Desculpa, pelo que nós sabemos, até o momento, não existe tecnologia de prospecção de petróleo nas reservas da camada de pré-sal. Não obstante a PETROBRAS está trabalhando e sempre atenta a todo e qualquer desafio na sua área de atuação.

Com a separação dos Continentes Africano e Sul-Americano, em estágios de golfos, formaram-se extensos lagos, ricos em matéria orgânica, os quais

foram recobertos por espessa camada de sal, preservando [ininteligível] sedimentos continentais.

Nessas condições a exploração de petróleo apresenta imensos desafios de engenharia, tanto no sentido de pressão da água, da resistência de matérias, sondas e equipamentos adequados, entre outros, e são esses os desafios tecnológicos, que agora, a seguir, vamos discutir com nossos convidados, que são reconhecidos pelo alto saber da matéria em discussão.

Por favor, eu peço à nossa Secretária da nossa... Secretaria, que, por favor, convide a todos os nossos convidados que, por favor, componham a Mesa.

Sr. João Victor Campos, Geólogo, Sócio da Associação dos Engenheiros da PETROBRAS; Dr. Carlos Tadeu da Costa Fraga, Gerente Executivo do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da PETROBRAS; Sr. German Efromovich, Presidente da Marítima Petróleo e Engenharia; Dr. Aloísio Nóbrega, Superintendente de Tecnologia da Organização Nacional da Indústria de Petróleo. O Dr. Jean-Paul, o avião dele está atrasado, deve estar chegando nesses próximos 10 minutos.

Começo, então, pedindo... Abrindo a nossa Audiência Pública, agradecendo a presença dos Senadores que aqui se encontram. Senadores que todos nós temos a preocupação de ter o maior conhecimento sobre a tecnologia do pré-sal e essa reserva que, pelo que já foi descoberto até agora, só até agora, já é muito maior do que todas as reservas de petróleo que o nosso País tem. Mas para falar com mais conhecimento sobre isso, passo a palavra, para que faça a sua exposição, ao Dr. Carlos Tadeu da Costa Fraga, que é o Gerente Executivo do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento, da nossa PETROBRAS.

SR. CARLOS TADEU DA COSTA FRAGA: Bom dia a todos. Minha saudação ao Senador Gim Argello, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, do Senado, saudação também aos demais Senadores presentes, aos colegas de Mesa, senhoras e senhores.

Eu vou procurar, no tempo que me foi destinado, fazer uma apresentação que possa cobrir os principais desafios tecnológicos, envolvidos nas atividades de exploração e produção da camada pré-sal. Próximo slide, por favor.

Um ponto importante de entender é a origem desses reservatórios portadores de petróleo. Nessa seqüência de slides mostra a teoria geológica – me desculpem os geólogos presentes, eu vou tentar fazer uma explicação, a mais simples possível, para facilitar o entendimento – há 164 bilhões de anos atrás, essa era a forma da crosta terrestre.

Mais um slide, por favor. Há 152 milhões de anos atrás, com os mecanismos de movimentação da crosta terrestre os Continentes, hoje, Africano e Sul-Americano começam a se separar. Próximo slide.

Há 122 milhões de ano atrás, 130, 120 milhões de anos atrás, se forma um lago entre esses dois continentes, um ambiente altamente salino que propicia o desenvolvimento de bactérias, que vão dar origem aos reservatórios do chamado, hoje, pólo pré-sal – Bom dia – e esse ambiente altamente salino também é responsável, devido a processos de evaporação, pela disposição dessa expeça camada de sal que cobre esses reservatórios. Próximo slide.

Esse processo evolutivo continua. Mais um slide. Mais um slide.

De forma que nós temos, hoje, na costa brasileira, espessas camadas de sal, geradas há centenas de milhões de anos atrás, cobrindo rochas carbonáticas, derivadas do desenvolvimento de bactérias que puderam crescer dentro desse ambiente hostil. Próximo slide.

Esse fenômeno é um fenômeno conhecido da geologia, aqui é uma foto mostrando o fenômeno que ocorreu há 120 milhões de anos atrás, na costa brasileira, ocorrendo na Austrália, essa é a forma dessas rochas carbonáticas, derivadas do desenvolvimento dessas bactérias. Mais um slide.

Essas rochas chamadas de microbiolitito são colônias de cianobactérias mortas e calcificadas. Aqui é uma outra foto também dessa ocorrência na Austrália. Mais um slide.

Essas... Esse tipo de fenômeno também aparece na superfície no Golfo Pérsico, na vizinhança de Abu Dhabi. Mais um slide.

Essa foto é interessante, mostra ainda essas colônias microbiais vivas, como se nós estivéssemos há centenas de milhões de anos atrás, no Quênia. Esse fenômeno se repete até hoje em diversos locais do mundo. Mais um slide.

E aqui mesmo, no Brasil, na Lagoa Salgada, no Rio de Janeiro, nós temos microbiolititos muito semelhantes aos que hoje estão sendo objetos de tanta atenção, por parte da indústria de petróleo e das autoridades brasileiras.

Aqui é interessante, a escala nessa foto, a gente está ilustrando aqui um centímetro, e essas cavidades, esses poros, são fundamentais, porque nesses pólos, no nosso caso real, é onde está depositado o petróleo. E através da comunicação desses poros é que esse petróleo vai fluir, atingir o poço, e do poço a superfície, as plataformas, enfim, se transformando em riqueza. Mais uma foto.

Apenas ilustrativamente, esse calcário, ele é usado para diversos fins, na Cinelândia, no Rio de Janeiro. Pode passar mais uma foto. Nós temos alguns prédios

que usaram na sua construção, na sua estrutura, calcários de origem bastante semelhantes, e mais uma vez eu queria chamar atenção para a natureza desses poros, porque eles têm importância fundamental no processo de produção de petróleo.

Mais um slide. E aqui, finalmente, chegamos a amostras de rocha da camada pré-sal, na bacia de Santos, natureza bastante semelhante a todas as fotos anteriores. Importante ressaltar que na indústria de petróleo mundial existe muito pouco histórico de produção de petróleo, em rochas semelhantes. E esse é um ponto importante. A PETROBRAS já está debruçada em cima do assunto e os resultados dos nossos experimentos têm sido promissores, mas certamente não poderemos usar aqui histórico de produção de petróleo, em rochas de origem semelhante, praticados por outras empresas. O que nós conhecemos até hoje de mais semelhante é um reservatório, em Omã, que tem características que permitem alguma analogia com as rochas da camada pré-sal.

Mais um slide. Fundamental no nosso processo de exploração é visualizar o subsolo e a técnica utilizada é o levantamento sísmico. Essa aqui é uma imagem típica de um levantamento sísmico, marinha sísmica, numa seção geológica – para os não especializados, essa imagem pouco representa. E aqui reside uma das grandes vantagens competitivas de uma empresa que tem mais de 50 anos de atividade de exploração e produção, que é na capacidade de interpretar esses dados – e mais um slide. Mais um, por favor – e poder a partir daquela imagem entender exatamente como está conformada... Como estão conformadas essas camadas no subsolo. Aqui, por exemplo, a interpretação permite identificar, em roxo, exatamente a camada salina, em vermelho, o embasamento, em amarelo, verde e marrom, as camadas de rocha pré-sal, os carbonatos que contem petróleo.

Esse talvez seja o maior dos segredos e o maior desafio tecnológico de toda a indústria de petróleo, que é a capacidade de enxergar o subsolo, identificar a existência dos mecanismos favoráveis à geração, migração e acumulação de petróleo, e poder fazer a locação correta de poços que custam centenas de milhões de dólares, visando a descoberta das reservas.

A curva de aprendizado zerada pela PETROBRAS, ao longo da sua história de sucesso, permite que a PETROBRAS tenha aqui uma grande vantagem competitiva na identificação da ocorrência desses hidrocarbonetos.

Mais um slide. Graças à interpretação desses dados, nós conseguimos identificar a ocorrência desses reservatórios pré-sal numa área, que está aqui ilustrada em azul, que vai do sul do litoral capixaba até praticamente o sul do litoral paulista, que em amarelo estão ilustrados os campos produtores da Bacia de Campos, e aqui os blocos do chamado pólo pré-sal da Bacia de Santos.

Mais um slide, por favor. Os resultados até agora são excelentes, foram 10 poços perfurados, aí contada a reentrada no poço descobridor de Júpiter. Em todos os poços descobertas importantes da ocorrência de hidrocarbonetos. Em dois dessas descobertas, uma estimativa de volume já anunciada pela PETROBRAS, com os dados hoje disponíveis, envolvendo aí as descobertas de Tupi e Iara, que somadas com os dados até hoje disponíveis – esses dados serão obviamente revistos à medida que novas informações surgirem – mas com os dados hoje disponíveis, a PETROBRAS anunciou potencial de reservas da ordem de 12 a 15 bilhões de barris de óleo equivalentes somente nessas duas descobertas. 15 bilhões de barris de óleo, equivalente é hoje a reserva brasileira.

Mais um slide. As descobertas também ocorreram no sul do Espírito Santo. Alguns poços, perfurados abaixo de campos já existentes, atravessaram camadas de sal, que são menos espessas que a camada de sal existente no pólo pré-sal da Bacia de Santos. Essas cobertas indicaram reservatórios com altíssima produtividade.

Mais um slide. E isso permitiu a interligação recente de um desses poços à plataforma P-34, que é a plataforma que produz o Campo de Jubarte. Até agora os dados de produção obtidos, nesse teste, desse poço, são muito estimulantes, produções bastante altas, mesmo para um poço vertical, perfurado para fins exploratórios.

Na Bacia de Santos, como já falei anteriormente, existe uma camada de sal mais espessa e uma distribuição areal desses reservatórios, de origem microbial, muito abrangente. Aqui aparece o bloco no qual foi feita a descoberta de Tupi. Tupi isoladamente tem algo em torno de cinco a oito bilhões de barris e o potencial da área é altíssimo, o que vem sendo confirmado a cada poço perfurado.

Mais um slide. A PETROBRAS já está debruçada, obviamente, na formação de um plano diretor para a produção dessas descobertas. Esse plano diretor vai estar finalizado até dezembro desse ano, e a estratégia, de modo bastante genérico, pode ser aqui explicada. Tem uma primeira fase, que é a fase destinada à aquisição de conhecimento, a estratégia que a PETROBRAS está aplicando aqui é exatamente a mesma estratégia que a PETROBRAS aplicou ao longo do desenvolvimento das descobertas na Bacia de Campos, dividiu o empreendimento em fases de forma a permitir, na primeira fase, aquisição de conhecimentos,

em paralelo à produção de óleo e geração de receita, e à medida que esse conhecimento adquirido possa gerar soluções tecnológicas e inovadoras, essas soluções serão implementadas nas fases seguintes. Três marcos importantes.

Em 2009, no pólo pré-sal da Bacia de Santos nós teremos o início da produção de Tupi, dentro do que está sendo chamado teste de longa duração, precisamente em março de 2009. Mais adiante, em dezembro de 2010, entrará em produção o piloto de Tupi, uma unidade de maior porte – que vou mostrar mais adiante – e com o desenvolvimento tecnológico que vai ocorrer nessa fase e a obtenção de informação de adicionais, a PETROBRAS já está planejando, na chamada fase 1A, a construção de pelo menos uma dezena de plataformas de produção de grande porte, de modo que, em 2017, a produção dessa área já possa ser significativa, algo em torno de um milhão de barris por dia, pelo menos.

E de 2017 em adiante, na fase 1B, o foco será não somente as descobertas já existentes, mas certamente as demais descobertas que irão ocorrer na área e a implementação de novas unidades – bom dia – irá se beneficiar tanto do conhecimento adquirido na fase zero como da experiência operacional, adquirida na fase 1A, exatamente a mesma estratégia aplicada com sucesso, ao longo dos 30 anos de produção da Bacia de Campos.

Uma foto aqui demonstrando as evidências de que as ações estão em curso. Esse é o navio plataforma, que está sendo convertido, para permitir que em março de 2009 se inicie o teste de longa duração em Tupi, com capacidade de 30 mil barris por dia. Já foi feito o contrato e as ações estão em curso.

Mais uma foto. E aqui é um esquema, mas poderia ser uma foto, como também já estão em andamento as ações negociais de contratação e as ações técnicas de especificação, visando à construção da plataforma do piloto de produção de Tupi. Na verdade, também será uma adaptação de uma embarcação existente, que terá capacidade de produção já bastante significativa, 100 mil barris por dia de óleo e cinco milhões de metros cúbicos por dia de gás, com início de operação previsto para dezembro de 2010. Esses dois navios de plataforma estarão em operação na primeira fase, na chamada fase zero.

Próximo slide. E para a fase 1A, onde nós teremos pelo menos uma dezena de grandes navios plataforma sendo construídos e iniciando operação, a providência mais imediata, que está sendo tomada, é a providência que diz respeito à construção dessas plataformas. A estratégia é uma construção em série, essas plataformas serão idênticas entre si e a estrutura existente, no estaleiro de Rio Grande, está sendo adaptada para permitir a construção dessas plataformas, num tempo bastante curto, com economicidade, fruto da economia de escala, que vai ser gerada pela construção de dez unidades ao mesmo tempo.

Aqui eu tenho um filme, eu pediria que fosse acionado o som, é um filme didático que tenta ilustrar, de uma maneira, espero eu, esclarecedora, quais são os principais desafios tecnológicos e como a PETROBRAS vai se aproveitar do conhecimento, já acumulado na Bacia de Campos, para resolver esses desafios.

[exibição de vídeo]

A camada conhecida como pré-sal é mais um desafio ao qual a PETROBRAS vai aplicar sua tecnologia e o empenho de seus profissionais, para inserir o Brasil no rol dos maiores produtores de petróleo do mundo.

Nos blocos exploratórios da Bacia de Santos, operados pela PETROBRAS, o trabalho será feito junto com os seus parceiros, PARTEX, Galp Energia, Repsol YPF, Shell e BG.

O volume recuperável para a área de Tupi, em avaliação, é estimado entre cinco e oito bilhões de barris de óleo 28 graus API de boa qualidade.

As reservas do tempo fazem parte de uma área gigantesca, confinadas sobre uma camada de sal de mais de dois mil metros de espessura e mais de mil quilômetros quadrados. E estão localizadas a uma profundidade de mais de cinco mil metros abaixo da superfície do mar, em lâmina d'água de 2200 metros.

Ter acesso às reservas de óleo, sob espessas camadas de sal, é mais um grande desafio para a PETROBRAS.

Devido à consistência da camada salina e a ação da alta temperatura e da pressão, as rochas se movimentam com o tempo em velocidades muito superiores às formações não salinas.

Com base nas informações obtidas, serão desenvolvidos e instalados nos poços revestimentos que resistam ao movimento dessas rochas e garantam a sua integridade, principalmente para configurações com grandes desvios, iniciados dentro da camada de sal.

O objetivo da PETROBRAS é extrair o petróleo de forma economicamente viável, minimizando a quantidade de poços que serão perfurados e completados em condições tão críticas, e conseqüentemente, de alto custo.

A evolução das técnicas de coleta e processamento dos dados sísmicos permitiu a visualização correta das camadas sub sal, com a introdução de métodos que utilizam dados específicos do campo, para a análise e interpretação dos dados e imagens, nas formações do pré-sal.

Ao longo de sua história, a PETROBRAS desenvolveu tecnologias inovadoras e preparou profissionais para desafios cada vez maiores. Em 1939, o primeiro poço de petróleo brasileiro foi perfurado no Município de Lobato, na Bahia. Em 1969, o primeiro poço marítimo brasileiro começou sua produção em Guaricema, Sergipe, uma lâmina d'água com 60 metros de profundidade. Em 1974, a descoberta de petróleo na Bacia de Campos deu origem à era da exploração em águas profundas. Dali pra frente à PETROBRAS passou a quebrar sucessivos recordes mundiais de profundidade e a produção brasileira de petróleo iniciou uma curva de crescimento. Em 1987, no Campo de Albacora, na Bacia de Campos, a PETROBRAS venceu uma barreira de 500 metros de profundidade para chegar ao fundo do mar. Em 1997, com o início da operação do Campo de Marlim Sul, a PETROBRAS dá início à produção, em carga escala, em alta profundidade, com mais de 1700 metros. Em 2000, a PETROBRAS atinge a marca de produção a 1.887 metros de profundidade, no Campo de Roncador, na Bacia de Campos. Em 2005, um novo território para a expansão da produção de petróleo no Brasil se abre, com a descoberta de óleo leve 33 graus API, no Campo de Uruguá, na Bacia de Santos, a 300 quilômetros da costa, em lâmina d'água de 1.322 metros.

Em Santos, naquele mesmo ano, a PETROBRAS perfura um de seus poços mais profundos, ao atingir 6.915 metros, a partir do nível do mar, chegando pela primeira vez à camada de pré-sal. No ano seguinte, em 2006, a PETROBRAS confirmou a presença de petróleo no pré-sal, na Bacia de Santos. Era a descoberta de uma nova e promissora fronteira de produção de petróleo.

Em 2007, começa o trabalho de estudos e pesquisas necessários para avaliar o potencial das reservas da área da Bacia de Santos. Entre os próximos passos está o teste de longa duração, que deverá começar nos primeiros meses de 2009. O primeiro passo será obter informações sobre os fluidos presentes nas reservas potenciais. Um estudo vai avaliar o comportamento dos poços, no longo prazo. E amostras de rochas, chamadas de testemunhos, serão coletadas e avaliadas. O objetivo é reunir dados que vão servir como base para decisões fundamentais, como a escolha dos melhores locais para a perfuração de poços e como deve ser sua configuração. Os resultados do TLD poderão, com a devida cautela, serem extrapolados para outros blocos, em fase exploratória, no pré-sal da bacia de Santos.

Concluído o teste de longa duração, a PETROBRAS pretende iniciar a produção de Tupi, no final de 2010, com um projeto piloto, com capacidade de 100 mil barris por dia e 3,5 milhões de metros cúbicos de gás. Nesta fase, serão analisados fatores importantes, como o desempenho da injeção de água e da injeção de gás, como métodos para recuperação secundária. A comunicação hidráulica, no reservatório, e o comportamento de poços com diferentes geometrias. Alguns dos poços do projeto piloto terão também um caráter exploratório.

Em todas as etapas do trabalho em Tupi, a PETROBRAS vai em conjunto com seus parceiros, a indústria e a comunidade acadêmica, aplicar toda sua experiência no desenvolvimento de soluções tecnológicas e de logística, que permitam dar início à produção do pré-sal, direcionando os programas tecnológicos da empresa para uma mudança vertiginosa na aceleração da curva de crescimento da produção de petróleo no Brasil, numa tendência que vai se estender pelas próximas décadas.

Só para concluir, tenho alguns poucos slides adicionais, esse filme visa principalmente, além de mostrar o potencial do pré-sal e, obviamente, ilustrar os desafios tecnológicos, ele tem por objetivo mostrar que tem uma curva de aprendizado, desenvolvida ao longo da história da empresa, que permite que a PETROBRAS encare esses desafios tecnológicos do pré-sal, como extensão das tecnologias já hoje aplicadas com sucesso, nas operações em água profunda.

Para poder fazer frente a esses desafios tecnológicos, a PETROBRAS usou a mesma receita de sucesso, utilizada na Bacia de Campos, que foi, na época, a criação de um programa tecnológico que pudesse direcionar os esforços internos da PETROBRAS e externos de nossos fornecedores de bens e serviços especializados e da comunidade de ciência e tecnologia para a geração de inovações que superem esses desafios.

Na época, em meados da década de 80, no caso das águas profundas, nós criamos o PROCAP, Programa de Capacitação Tecnológica em Águas Profundas, que foi reconhecido, inclusive, internacionalmente como iniciativas de maior relevância para a indústria de petróleo internacional, pelo volume e pela natureza das inovações geradas. No caso do pré-sal, repetindo a mesma receita, nós recém criamos, há pouco mais de um ano, o pró-sal, que é um programa tecnológico que endereça, através de projetos de pesquisa, a busca das soluções inovadoras para viabilizar a produção do pré-sal, de forma segura e econômica. Próximo slide.

Além dos desafios tecnológicos, vinculados a desenvolvimento tecnológico pioneiro e extensão de tecnologias existentes, existem alguns outros desafios nem sempre visíveis, e que por conta do porte da escala do pré-sal, na opinião da PETROBRAS, merece

grande atenção não só da PETROBRAS, mas como também de toda a sociedade brasileira.

O primeiro desses desafios está na formação de Recursos Humanos. Esse gráfico, eu me apropriei desse gráfico, é um trabalho feito pelo PROMINP, o Programa de Mobilização na Indústria na Ação de Petróleo, mostra a demanda de profissionais para a indústria. Não estão computados aqui os profissionais para a academia, é importante destacar que essa demanda precisa ser mapeada e tratada.

Esse gráfico mostra a evolução dos profissionais para a indústria somente com os projetos em carteira, no plano estratégico da PETROBRAS editado, há dois anos atrás.

Mais um slide, por favor. Adicionando-se os projetos que a PETROBRAS já vem anunciando como, por exemplo, as refinarias, a construção de novas embarcações, construção de barcos de apoio, construção de sondas de perfuração, esse gráfico toma essa forma. E não estão aqui ainda computados os recursos humanos necessários para fazer frente às encomendas oriundas do pólo pré-sal.

Então, nós temos aqui uma enorme demanda de recursos humanos especializados, uma enorme oportunidade para o Brasil, para o seu sistema educacional, para seu sistema de ciência e tecnologia e para a indústria brasileira, de gerar emprego, riqueza e dar tratamento adequado a questões relevantes, para o Brasil, que poderão servir inclusive de base para o desenvolvimento de outros segmentos industriais.

Uma outra questão também relevante diz respeito à capacidade produtiva da indústria brasileira. Pegando apenas um parâmetro, a demanda por toneladas de aço processadas, para a fabricação dos diversos equipamentos, sistemas, plataformas, navios, e tomando como ponto de partida também o plano estratégico da PETROBRAS, de dois anos atrás, essa era a curva de demanda, em termos de capacidade de aço. Mais um slide.

Colocando, nesse gráfico, os novos empreendimentos recém anunciados, não computando ainda, na sua plenitude, as demandas do pólo pré-sal, essa é a curva que surge. Portanto, estamos diante da possibilidade de uma economia de escala indutora, certamente, de um desenvolvimento... Enfim, que possa tornar a indústria brasileira capaz de fornecer para essas demandas, inclusive, exportadora. É uma grande oportunidade. Isso tem que ser endereçado.

A escala que o pré-sal traz, torna essa equação, uma equação muito mais interessante do que uma equação de entendimento de demanda, com encomendas distribuídas ao longo do tempo. Aqui você pode concentrar encomendas no tempo e viabilizar uma grande transformação do parque industrial nacional. Mais um slide.

Só para ilustrar um pouco mais esse assunto, esse gráfico, eu tirei essa informação numa pesquisa recentemente feita pelo Instituto de Economia da UFRJ, também para o PROMINP, mostra a variação esperada de 2005 para 2030, na produção de petróleo dos principais pólos de produção de petróleo *offshore* no mundo. A gente percebe o seguinte: excetuando-se o Atlântico Sul, o crescimento será pequeno, quando não houver decréscimo da produção. E o grande crescimento esperado na produção de petróleo *offshore* se concentra no Atlântico Sul. E aqui, mais uma vez, não estão computados ainda os dados do pré-sal. Ou seja, existe uma grande oportunidade para o Brasil de poder desenvolver uma indústria supridora dessas demandas e o outro lado da moeda ameaça, que se isso não for feito, haverá ociosidade nos parques instalados nos outros países, que certamente poderão suprir nossas demandas, sem que a gente possa desenvolver uma indústria local competitiva. Mais um, por favor, pra finalizar.

Existe um trabalho muito detalhado, feito pelo PROMINP, eu queria apenas pincelar esse trabalho aqui, onde estão mapeados os setores nacionais, que já são competitivos e onde o desafio reside apenas na ampliação da capacidade e, obviamente, na aderência tecnológica, ao longo do tempo. Mais um slide.

Estão mapeados setores de média competitividade, onde as ações demandarão certamente aporte tecnológico e atualização, bem como – mais um, por favor – também estão mapeados os setores onde não ocorre produção nacional competitiva e onde existe uma oportunidade de desenvolvimento competitivo de fornecedores. Ou seja, o mapa está feito, o que está sendo trabalhado, hoje, pelo PROMINP, junto às esferas de Governo, associadas ao programa, é desenvolvimento de ações que permitam preencher essas lacunas. Mais um slide.

E essas ações, uma vez identificadas, elas servirão de direcionadores para a agenda ideológica da indústria, direcionadores para a aplicação dos recursos de fomento, a inovação, na indústria, e certamente isso vai ser feito mediante uma forte e competente coordenação, o que é ingrediente indispensável para que essa equação chegue a sucesso. E o PROMINP tem sido aí o ambiente onde essas questões estão sendo tratadas. Mais um.

Eu me finalizo aqui minha apresentação, me coloco à disposição para esclarecimento de eventuais perguntas, mas queria mais uma vez afirmar que se, por um lado existem tecnológicos no pré-sal, e eles existem, por outro lado existe uma enorme curva de

aprendizado que é o ponto de partida para a superação desses desafios e que o melhor testemunho, para a capacidade de superação desses desafios, à luz dessa curva de aprendizado, está no que foi feito na Bacia de Campos. Obrigado a todos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Continuando, então, a nossa Audiência Pública, como os últimos termos colocados foram construir riquezas, eu já passo diretamente, então, para o consultor de riquezas, que é o empresário Presidente da Marítima Petróleo Engenharia, Dr. Germam Efromovich. Por favor.

SR. GERMAN EFROMOVICH: Sr. Presidente, Gim Argello, primeiro muito obrigado pela oportunidade e pelo convite de estar aqui nesta Casa, amigos da Mesa, Tadeu, Victor.

Depois da apresentação, obviamente não podia ser diferente, não existe ninguém no planeta que tenha mais condições de falar sobre petróleo, principalmente em águas profundas, do que a PETROBRAS, do que a nossa PETROBRAS. A minha contribuição técnica não vai ser muito grande depois disso, mas, na verdade, o que eu gostaria de colocar aqui é a visão empresarial de 33 anos de experiência, inclusive acompanhando a PETROBRAS e a maioria dessas unidades de produção de águas profundas. Direta ou indiretamente tivemos a nossa participação junto com a PETROBRAS e graças a esse aprendizado, inclusive hoje fazemos parte de um seleto grupo de empresas brasileiras também produtoras, atuando não só no Brasil, como fora do Brasil.

A primeira coisa que eu colocaria é o seguinte: é correto e lícito que nós, no Brasil, queiramos defender o que é nosso. Ou seja, é correto nós pensarmos que se existe uma *commodity,* como o petróleo, que em alguns momentos a história nos mostrou que chega a valores acima do que poderia ser a remuneração de risco de qualquer empresa ou empresário, esse diferencial deveria ir para os cofres públicos, porque isso é do nosso País. É do povo brasileiro.

O comentário que eu faço, que para fazer isso nós não precisamos criar uma empresa para fazer isso. Ou seja, nós temos, nós, o Brasil, temos a regulagem. Nós criamos as regras. Então, esse excesso que vai existir, e que é muito volátil, um dia existe, outro dia não existe, se a gente criar uma legislação, onde a gente calcule e estipule um valor justo, que remunere o risco, o investimento e, acima desse valor, seja qual for – isso é uma equação matemática, isso se estuda e se descobre – e acima desse valor, vamos dizer, isto é o subsolo, é do Brasil, nós vamos ter esse mesmo benefício, inclusive, com muito mais eficiência, sem risco algum do que a gente querer criar uma empresa para fazer o que a nossa PETROBRAS já vem fazendo, há quase 60 anos, e que vamos ter que gastar o tempo e o dinheiro para aprender, e sem dizer que nós não temos os recursos, e todo mundo está vivendo hoje o que está acontecendo nos mercados e a disponibilidade de recursos e os riscos para fazer isso. Ou seja, o Brasil pode cuidar daquilo que é seu sem... E usufruir daquilo que é seu, sem correr o risco. E ainda, a PETROBRAS ainda poderá, não só usar, como disponibilizar e vender, em nome do Brasil, a tecnologia para outros que queiram vir para cá. Esse é o recado.

O que podemos, sim, criar, vamos, sim, criar uma empresa, um organismo, que administre esse excesso de recursos, que são os recursos que não podem se contar em orçamentos, que um ano aparece e outro ano não aparecem, para aplicação em projetos especiais, de onde assim acharmos e julgarmos necessários.

Por outro lado, outra mensagem que me atrevo a deixar é que muito importante, nesse momento, que a gente não se deixe levar pela euforia. Eu me lembro, o Tadeu também se lembra, há 28 anos atrás, nos fins dos anos 70, quando se descobriu o petróleo na Bacia de Campos, nós também tivemos essa euforia e dissemos: "Bom, vamos fazer tudo isso. Tirar tudo isso do fundo do mar, em X anos". Se criou uma loucura, se criaram não sei quantas instalações industriais. Nós vimos aí gráficos de mão-de-obra, com picos de mão-de-obra, e o que aconteceu? Nós tivemos durante 10 anos emprego, criamos pessoal e técnico altamente especializado e depois disso tudo se parou. Se perdeu tudo isso.

O que acontece? O que nós queremos aproveitar isso também, como país, fazer um planejamento de longo prazo, para a gente criar empregos e formação de mão-de-obra, que não atendam só um pico e depois essas pessoas não têm o que fazer. Os senhores mesmos haverão de se lembrar, grandes empresas de engenharia que desapareceram. HidroService, Montreal, enfim. Quantas? Por quê? Porque nós não fizemos um planejamento de longo prazo, para, no lugar de querer fazer tudo em dois anos, vamos aproveitar isso também e fazer um planejamento estratégico de 20, 30, 40 anos, onde a gente tenha uma estabilidade, tenha tempo de preparar, e seja dada oportunidade de emprego, mas de longo prazo. Porque o problema de emprego é pior quando a gente consegue emprego por dois anos e depois nós temos um montão de gente sem ter o que fazer, e aí o emprego é maior do que não dá-lo.

Então, se nós queremos criar essa situação, nós temos que pensar no médio e longo prazo, para não criarmos um outro problema como aconteceu no meio

dos anos 80, quase no fim dos anos 80, onde foi o colapso total da indústria e da engenharia nacional, da indústria naval, muitos dos senhores devem se lembrar muito bem disso.

Então, a minha mensagem hoje seria isso. Muito obrigado pela oportunidade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Nós agradecemos, Dr. German Efromovich. Convido agora, nesse momento, para fazer o uso da palavra, o Dr. Jean-Paul, que é o Secretário de Energia, do Rio Grande do Norte, um especialista também nessa área de petróleo.

SR. JEAN-PAUL TERRA PRATES: Bom dia a todos. Sr. Presidente, obrigado pelo convite. Obrigado Srs. Senadores.

Eu quero inicialmente saudar essa iniciativa de discussão do pré-sal, aqui no Senado, e também agradecer ao convite, feito a mim, como especialista, como analista, e ao mesmo tempo também agradecer à Governadora Vilma de Faria ter cedido meu tempo, que hoje é público, pertencente também ao cargo de Secretário de Energia do Estado do Rio Grande do Norte, para estar aqui nessa qualidade de especialista, analista, e também um pouco co-autor do regime regulatório atual. Desde 97, 98, quando nós participamos aí dos grupos de trabalho e intensamente, sob o contrato com o Ministério de Minas e Energia, na época o Ministro Raimundo Brito, para elaborar todo o arcabouço regulatório que hoje está em vigor no Brasil e que, a nosso ver, é o grande responsável pelo sucesso da indústria do petróleo, hoje, que nós temos hoje, incluindo, mas não se limitando, às realizações do pré-sal.

Então, eu queria fazer uma pequena exposição sobre... Bem resumida, realmente, sobre como se financia a situação que foi descrita pelo Carlos Tadeu aqui, de necessidade de alta tecnologia, altos investimentos e alto nível de preparação técnica, tanto de mão-de-obra, quanto de fornecedores e prestadores de serviço, para essa indústria. Podemos passar.

O desafio está colocado, diante de nós, pelo próprio grande operador dessa novidade do pré-sal, que é a PETROBRAS. Através de seu Presidente nos diz, nos dá cifras estimadas de investimentos, que podem chegar, segundo estimativas diversas, entre 420 e 600 ou 700 bilhões de dólares. Vou repetir. 420 a 600 ou 700 bilhões de dólares. Isso não é dinheiro pequeno. Isso não é pouco dinheiro. E a razão, e o que leva ao financiamento desse tipo de operação, desse tipo de cenário, que é extremamente positivo para o Brasil, mas que demanda capital, é o que nós vamos passar a expor aqui rapidamente, com nuances muito superficiais, há muitas complexidades a serem desenvolvidas, que podemos desenvolver numa fase de debate.

Tem-se falado muito em dois tipos de modelos. Modelo de concessões, com *royalties,* e o modelo de partilha de produção. A esses dois se agrega normalmente um modelo terceiro, que é um pouco excepcional, que é o modelo do contrato de serviço com cláusula de risco. Por mais que se fale e que se enrole a respeito desse tema, a diferença é muito básica: no regime de concessões, o investidor paga *royalties*, participações governamentais e impostos, ou seja, o Estado recebe dinheiro. Dinheiro vivo, diretamente. Há outras nuances, como eu disse, mas vamos nos ater a essa diferença, que é crucial. Pode chamar de modelo norueguês, americano, australiano, líbio, cubano... Ele vai cair numa dessas duas categorias. Ou o sujeito recebe... Ou o Estado recebe em dinheiro ou o Estado, como no caso da partilha, recebe parcialmente, como o próprio nome já diz, em óleo, em produção. Produção, óleo cru, ou gás natural. Então, essa é a grande opção que se faz entre os dois regimes regulatórios.

No terceiro regime, que é um regime ainda mais rígido e ainda mais, a meu, ver idiossincrático, o Estado paga dinheiro ao operador de petróleo. Integralmente. E fica com 100% da produção. Esse é um modelo cada vez menos utilizado e utilizado em casos muito excepcionais, quando o Estado efetivamente quer deter 100%, não das reservas, mas da produção final de todos os campos nacionais. E, nesse caso, ele despende dinheiro e paga a operadora ou o contratado, que vem fazer o serviço de explorar e produzir petróleo, com uma cláusula de risco, inclusive, que diz que se ele não encontrar óleo, ele vai embora sem o reembolso de nada. Basicamente sem a comunicação.

Portanto, esses são os três sistemas, mas vamos nos ater a dois sistemas, que é a concessão e partilha. Reprisando, concessão, o Estado recebe em dinheiro, diretamente, partilha, o Estado recebe parte do óleo produzido e a outra parte vai para o concessionário, para o... Na verdade, para o contratado de partilha. Vamos ao próximo.

Isso é uma curva típica de produção. Só para gente lembrar que essa figura é a que rege toda a indústria. Um campo de petróleo, um negócio de petróleo, na exploração e produção, tem esta configuração e isso vai determinar o fluxo de caixa do projeto e toda a vida do projeto. Portanto, dá pra ver ali que tem vários anos onde não existe produção nenhuma. Depois nós vamos ver o que o concessionário está fazendo durante esse período. Depois vai haver uma subida gradual, até um período de relativa estabilidade e de repente o campo começa a decair e essa é a situação mais típica que existe.

Quando nós falamos de revitalização de campos, por exemplo, campos que estavam em declínio e que outros operadores sucessivamente vão operando e melhorando a curva de produção, a gente está, na verdade, torcendo aquela curva um pouco para esticar o perfil de produção. Mas, basicamente, num rascunho do que é a indústria do petróleo, do que ela vive, ela vive disso aí, de uma curva de produção típica que é essa. Próximo.

Essa curva de produção estilizadamente representada ali, num gráfico X/Y, se reflete diretamente no comportamento dos investimentos e das receitas. Então, nós vamos ver que aquele primeiro, como eu não estou com o meu apontador aqui, o primeiro quadrado, o primeiro retângulo ali... Está ótimo. Esse aqui são os investimentos em exploração. Portanto, fluxo de caixa negativo. Depois, gradualmente, para montar a produção, aqui é a fase mais cara, é o investimento mais alto de um desenvolvimento de uma descoberta, são os custos, os investimentos, de desenvolvimento. Então, aqui é o pico negativo da exposição financeira do investidor. Aqui que se constroem as megas plataformas – isso não está proporcional, obviamente, mas isso aqui varia o tipo de forma.

A partir de um determinado momento, no meio ainda dessa escala de investimentos, você tem a produção. Começa a ter produção e essa produção começa a gerar receita. E ela, no regime de concessões, paga para o Estado *royalties* e impostos. E os impostos são escalonados, esse circuito aqui é escalonado de forma a que se usem os custos de produção, se amortizem esses investimentos, ao longo do tempo, de uma forma suave para todo mundo, para todos os lados. Para o Governo, que recebe, desde o início, insensivelmente os *royalties*, não importa quanto se gaste aqui, o *royalty* é sobre a receita bruta – é sobre a receita bruta. Então, não importa se é cara ou barata a operação, o *royalty* não quer saber disso. É um tipo de participação governamental.

Aí nós temos outros tipos de participação governamental, dentre as quais se destaca a participação especial, que é uma participação sobre a receita líquida. Aí, sim, é considerado o custo ou os investimentos que foram colocados aqui e os custos operações, etc, etc. Então, é sobre o lucro do campo. E lá em cima, a sobra do processo todo, é o ganho da concessionária. O próximo.

Resumidamente, as concessões e os *royalties* têm como características básicas isso aqui. *Royalties*, existência de *royalties*, participações governamentais e impostos padronizados. O investimento, o investidor leva 100% da produção pra casa, pós-pagamento do *royalty*. Na verdade, tecnicamente correto seria dizer: Ele leva realmente 100% da produção. 100% do óleo é levado pra casa. Aqui é valorado, em receita bruta, pelo preço de referência que o decreto dá, a regra como se converte, e 10% ou 8% ou até 5%, no mínimo, de 5 a 10, é pago a título de *royalty,* independente de custo, independente de amortização, depreciação, descontos, o que seja.

Uma estatal, existente num determinado país, pode associar-se perfeitamente, dentro do regime de concessão. Há pouca flexibilidade de negociação dos contratos entre o Estado e os concessionários, porque eles são, em via de regra, padronizados, transparentes, e, em regra, iguais para todos. Onde eles se diferem, eles se diferem quando o ambiente operacional é diferente. Quando o ambiente, por exemplo, o pré-sal tem que ser um contrato ligeiramente diferente, no ponto de vista das cláusulas técnicas, de um contrato em terra, por exemplo, ou na Amazônia. Então, ele difere assim. Mas ele não difere de concessionário para concessionário. Ele não difere conforme for quem estiver do outro lado. O Estado estabelece determinadas regras e essas regras são padronizadas e isso dá uma certa segurança, uma certa estabilidade, para todos os processos. E, portanto, de leilão em leilão, de rodada de licitações, em rodada de licitações, vão sendo feitos novos contratos de concessão.

As regras detalhadas gerais, o regulamento ou código, isso faz parte da característica típica de um regime de concessões. No Brasil, nós não tivemos isso, porque nós acabamos tendo que fazer uma lei de petróleo mais genérica, até por problemas de aprovação, complexidade, na época em 97, um assunto ainda muito, muito [soa a campainha] escasso, então não havia clima para isso. Então, foi feita uma lei de princípios e as regras detalhadas nas portarias e regulamentos.

Um contrato padrão que é o nosso contrato padrão de concessão, para a atividade de petróleo, limitações restritas de área, tempo e técnica, a concessão em outros países, como nos Estados Unidos e na Austrália, prescinde da existência de uma estatal, quer dizer, a estatal é uma questão de ter isso na estratégia de Governo ou ter pré-existido em relação ao estabelecimento dessas regras, e normalmente esse regime é utilizado por países grandes consumidores ou quando grandes produtores, grandes utilizadores de petróleo, refinadores ou na petroquímica.

Então, são países que não são exportadores *in natura*. Não se dedicam a prover petróleo para o mundo. Normalmente não estão, inclusive, na OPEP. São países que, quando produzem grandemente, como o Canadá e os Estados Unidos, e a própria Rússia, não optam por exportar. Aliás, não é questão de opção, é

uma questão de necessidade, porque eles são também grandes demandadores. Próximo. Vou correr um pouquinho para não...

Na partilha, para fazer mais rápido, o que acontece aqui é que quando ocorre a produção, imediatamente é dividida essa produção, em tese, em o óleo de custo, que vai ser para recuperar esses investimentos, então, é como se o sujeito ganhasse aquela receita, pegasse uma parte e dissesse: "Isso aqui eu tenho o direito de reembolsar ou de me reembolsar, me recuperar esses investimentos. A outra parte... E tudo tem óleo. O óleo de lucro, que é dividido, então, entre a parte estatal e a parte da contratada.

Vários problemas ocorrem com relação a isso, incluindo, mas não se limitando, ao fato de não ser muito transparente essa questão dos reembolsos. Isso aqui tem que ser fiscalizado o tempo todo, tem que ser auditado o tempo todo. Esses contratos de partilha normalmente são negociação direta. São usados, por exemplo, em países [soa a campainha] que são dedicados à exportação de óleo cru e que, portanto, têm negociações diretas na concessão de direitos exploratórios.

Resumindo, o investidor recebe o óleo de custo, para a recuperação dos custos, não necessariamente existe *royalty,* no regime de contrato de partilha – isso é uma questão importante de se analisar aqui. O regime de contrato de partilha, na sua natureza jurídica, na sua origem de concepção jurídica, não comporta *royalties*. Isso é importante para a nossa defesa dos Estados e dos Municípios, que hoje são contentes de receber isso. Embora isso não exclua a revisão de destinação, não estamos discutindo esse assunto. Discutindo em relação a ter ou não ter *royalty*.

O óleo de lucro, por sua vez – porque aqui nós não estamos falando de dinheiro, lembrem, estamos falando com óleo repartido. Então, como o óleo de lucro é repartido entre o investidor e o Governo, então este regime não pode passar sem a existência de uma estatal, e esta é uma estatal 100% estatal [soa a campainha]. Porque a estatal que operará o fato de receber óleo cru, e terá basicamente, e ela assim começa a sua vida, a designação de comercializar esse óleo.

Então, grande especialidade dessa estatal será inicialmente recebendo óleo, saber o que fazer com ele. Ou para ir à refinarias ou normalmente para fora do país, já que esse é um regime utilizado prioritariamente por países exportadores de petróleo.

Há uma maior flexibilidade negocial, isso dito em comparação com as licenças ou com as concessões, porque são contratos caso a caso, discutidos caso a caso. A estatal eventualmente criada, que não é uma estatal semelhante à PETROBRAS, é uma estatal longa manos do Estado, é uma estatal diretamente, às vezes até um departamento do Ministério, negocia, chama investidores potenciais, e negocia contratos. Às vezes faz um processo competitivo qualquer, mas isso normalmente é muito cercado de suspeitas, e tal...

Bom, as regras detalhadas no contrato e uma lei geral. As áreas e prazos são maiores, normalmente, e a estatal normalmente participa como sócia. Em via de regra quando elas são descapitalizadas e eventualmente iniciantes, num processo como esse, poucas são assim hoje no mundo, elas são carregadas, entre aspas, pelo investidor privado. Ou seja, elas têm a sua participação, no investimento, coberta pelo investidor privado, e depois acabam participando da partilha da mesma forma. E como eu disse, é um sistema que não... Aliás, que pressupõe uma estatal, esse tipo de estatal, e é usado por países exportadores *in natura*. Próximo.

No caso do Brasil, nós... Um comentário rápido aqui sobre as discussões que houve no jornal, etc, sobre a criação de uma estatal, nós não vemos que o Governo deseje criar uma estatal nesse tipo que eu mencionei, vinculada ao sistema de partilha. Acho, inclusive, que feneceu um pouco a idéia de criar um sistema de partilha, em paralelo ao sistema de concessões, que seria uma coisa... Criaria dois tipos de jurisdições diferentes, seria um pouco conflituoso. Países que fizeram isso não se deram bem, não. Eu me lembro do caso da Indonésia, por exemplo, onde convivem esses dois regimes e é um país que foi membro da OPEP e hoje consegue ser membro da OPEP e importador de petróleo, tal caos que se estabeleceu nessa situação, confusão de dois regimes convivendo um com o outro.

A estatal que nós gostaríamos de ver, talvez criada aqui, é uma estatal de investimento, uma estatal de destinação de recursos, uma estatal próxima de um fundo para gerações futuras. Próximo.

Isso aqui só pra dar uma idéia da receita bruta do petróleo, quantas coisas vão sendo aplicadas, principalmente o cinza que são as participações governamentais, nós temos, só para lembrar, na lei do petróleo, não é só *royalty* de participação especial, não. O concessionário paga o bônus de assinatura, quando vai ao leilão. Bônus de assinatura esse que pode variar de 10 mil a 400 milhões de reais, dependendo da competitividade do leilão, dependendo da atratividade do bloco, dependendo das circunstâncias externas, dependendo do competidor que esteve ao lado, que gastou todo seu dinheiro e o outro não gastou e aquela reserva... Quer dizer, depende do momento mesmo, do dia, da hora, do mês, do segundo, do minuto, da-

quele leilão. Então, pode esquentar muito e pode ser um leilão relativamente brando.

Os *royalties,* que como eu disse, são sobre a receita bruta, aqui são as despesas, então, que ele arca com elas. Há um pagamento superficiário, que alguns de vocês lembram que se referem às áreas em terra, que se pagam aos superficiários, donos das terras, isso um mérito nosso Congresso, que na época propôs essa emenda. É uma emenda, até do ponto de vista do direito, um pouco idiossincrático, porque isso é uma é uma parte do direito americano, que foi aplicado aqui no Brasil, que o dono da superfície, do solo, acaba tendo algum direito sobre o subsolo, uma coisa que na Constituição Brasileira antes não havia. Mas que tem criado muito efeito positivo.

Lá no nosso Estado, no Rio Grande do Norte, particularmente, tivemos a honra, agora, de ter recebido o Fantástico lá, para mostrar o efeito disso, o efeito positivo que isso teve nas famílias que trabalham e que vivem ao redor dessas áreas. Então, ele recebe... É praticamente um *royalty*, só que não vai para o Estado. É um royalty no sentido da aplicação, que também vai de meio a 1% da produção. A retenção é um aluguel de área, portanto, a área do bloco paga por metro quadrado, alguma coisa, essa retenção normalmente é destinada a sustentar a Agência Nacional do Petróleo. Ela se aplica, desde o início, mesmo antes das operações de exploração, desde o início do arremate do bloco, o concessionário começa a pagar um aluguel, é uma participação que não faz muito efeito econômico, é baixo, mas é importante para manter o órgão regulador funcionando.

Há depois os impostos diretos, indiretos, normais, tributação normal brasileira e a participação especial, que eu já disse, incide sobre lucro do campo, apurado sobre alguns campos de grande produtividade e de grande lucratividade. Depois Imposto de Renda, etc, etc. próximo.

A participação do Governo, calculada pela própria ANP, há uns dois ou três anos atrás, não sei se o Jonas está aqui, do IBP, pode talvez me corrigir, essa transparência eu acho que é de uns três ou quatro anos atrás, mas o cálculo que foi feito, para se ter uma idéia, de como eu disse, é uma apresentação muito superficial, mas a conta geral do resultado do Governo nisso é o seguinte: os valores pagos ao Governo seriam de 50%, os 20 seriam lucro. Um resultado divisível aqui, tirando os custos de 30% de uma operação dessa, seria de 70, a parcela do investidor fica em 28.6, a parcela governamental média, no Brasil, o chamado em inglês *governament take*, ou participação governamental média, num projeto de petróleo, no Brasil, hoje seria, não considerando o pré-sal, não considerando mudanças, e considerando todos aqueles pagamentos que eu mesmo mencionei, 71.4%. Essa é a participação do Governo atualmente, no Brasil. Próximo.

Aqui, vou deixar aí uma lista de fatores que influenciam esse mercado do direito de exploração de petróleo. Quando se vai a um leilão, aquele leilão é o momento final de uma competição geral de investidores, em ambientes operacionais, governos atraindo capital e capital procurando oportunidades. Então, várias coisas são analisadas do ponto de vista político. Primeiro do ponto de vista operacional, e nisso o pré-sal é muito importante, essa avaliação tecnológica, técnica, operacional do que é o pré-sal é extremamente importante, para definir aquele primeiro cenário ali. Depois temos aí um ambiente político, cultural, jurídico, respeito aos contratos, etc, os chamados cripto-tributos, que são aquelas coisas que aparecem no meio da operação, auditorias, destinações específicas de dinheiro, isolamentos contábeis, deferimentos temporais, coisas que afetam também a receita, segurança, etc.

Aí temos aqui a parte operacional propriamente dita, atratividade geológica, a parte operacional, e a parte fiscal. Então, esses quatro quadrantes são os que são analisados, tanto de um lado quanto de outro, nesse jogo, digamos assim, de oferta e demanda de direitos de exploração e produção pelo mundo. Próximo.

Finalmente, o que eu proponho se perguntar a respeito da questão do pré-sal? Sabe-se bem que o pré-sal tem um prazo de maturação relativamente longo. Que, claro, extrapola esta legislatura, talvez a próxima. Este mandato presidencial, talvez o próximo. Então, nós nos perguntaríamos hoje, diante de uma belíssima notícia, mas uma notícia com uma execução demorada, gradual, e que requer muita cautela, não é? Primeira pergunta: Conhecemos as dimensões reais dessas reservas? Então, sabemos exatamente e vem toda a questão da unitização dos campos, se eles são colados ou se não são, se eles se comunicam lá embaixo ou não. E aí dessa discussão decorre outra jurídica, complexíssima, um dos temas mais complexos do direito do petróleo internacional é a unitização, como nomear um operador unificado para tudo isso. E quando as áreas que ainda estão... Já estão identificadas, como os prolongamentos dos campos licitados, não estão licitadas? O que o Governo faz? Licita, aproveita um bom momento e capta um bônus alto ou deixa lá e opera, ou resolve criar uma estatal para operar em nome do Governo? Que conseqüências têm a definição volumétrica dessas reservas? A dimensão disso?

Primeira coisa, não sabemos ainda. Ninguém foi capaz até agora dizer exatamente quanto é que existe no pré-sal. Há vaticínios, mas não sabemos.

Segunda coisa: sabemos quanto custa operar no pré-sal? Também não sabemos. A PETROBRAS sabe muito mais do que qualquer outro. Mas também não é capaz ainda de revelar publicamente alguma coisa com certeza. Não temos, sequer, um projeto piloto totalmente executado. Teremos aí aparentemente um teste de longa duração, não é, Tadeu? Lá pra fevereiro ou março. Ano que vem. Início do ano que vem. Início do ano que vem, nós teremos praticamente uma simulação, entre aspas, quase completa, do que seria explorar e produzir, principalmente produzir, no pré-sal. Não temos ainda.

Vale alterar um modelo bem sucedido, neste momento, em função já das duas primeiras perguntas, que são grandes economistas. Então, a terceira pergunta vem em seguida dizer: Vale discutir isso, a ponto de mudarmos e pararmos o setor, inclusive, porque quando se discute novas regras, o setor pára, inclusive a PETROBRAS, ou pelo menos desacelera, vale alterar o modelo bem sucedido agora, nesse momento?

Terceira coisa. Como garantir receita justa para o Estado? Essa é uma preocupação que nós temos todos, e que é a preocupação legítima que o Presidente Lula tem e que o Governo tem ao propor eventualmente alterações ao modelo. Ou propor adaptações e aprimoramentos ao modelo, que é o que eu prefiro dizer que é. Então, por quê? Porque o cenário internacional mudou claramente, nós sabemos todos que o cenário internacional mudou, nós fizemos a nossa lei do petróleo, um cenário a 18 dólares o barril. Nós, hoje, estamos regularmente muito além disso. E vamos trabalhar, então, com um cenário, digamos, até irreal para hoje, de 80 dólares. Mesmo assim é muita coisa. É muito diferente. Então, o equilíbrio daquela balança financeira tem que ser revisto, obviamente.

Isso pode ser feito no modelo atual muito mais do que no modelo de partilha ou outros modelos. Muito mais. Porque aqueles mecanismos tributários, entre aspas, específicos do petróleo são todos ajustáveis. Todos são ajustáveis. A tudo. Os critérios do leilão também são todos ajustáveis. Outro dia vi um artigo dizendo: "Ah, nós temos que propor para o pré-sal que ao invés do sujeito ir no leilão e oferecer bônus em dinheiro e programa mínimo de trabalho, que ele proponha a participação que o Estado deve ter". Aí o cara dizia que não era possível. Eu digo: "É possível". Eu fiz parte, eu redigi esse negócio. Está lá na lei, que um dos critérios pode ser, sim, o *royalty* que você oferece, e a participação especial que você oferece. Então, até os critérios do leilão podem ser mudados. Nós, no regime de concessão e *royalties*, somos livres para voar na imaginação regulatória. O regime garante segurança, soberania e flexibilidade para esse tipo de situação: preço alto, preço baixo, pré-sal, não pré-sal, campo grande, campo pequeno, campo maduro. Tudo. Vou explicar a única coisa que não é flexível, que é uma proposta minha final aqui.

Quinta pergunta. É quinta? É. Como aplicar essa receita? Então, como melhorar a receita do Estado e como aplicar? Que é na verdade o que está todo mundo atrás. Não vamos aqui esconder. Todo mundo quer saber para onde vai o ouro do pré-sal. Eu quero um pedaço, eu quero lá no Rio Grande do Norte um pouquinho, o Rio de Janeiro quer, o outro quer, a educação quer, a saúde... Todo mundo quer. Então, para onde vai isso? Agora, é um momento de discutir agora? Imagina os Srs. Senadores já sabem que daqui, quem tem mandato ainda mais longo, vai discutir isso de novo daqui seis anos, com certeza. E vamos mudar. O que quer que se decida hoje aqui, vai mudar daqui cinco anos, quando o pré-sal aparecer mesmo, quando o dinheiro começar a pingar. Isso é uma realidade. Sempre foi assim no Brasil. Foi assim para outras coisas, questão de fidelidade, questão de partido, os partidos pequenos, todas essas histórias quando chegou na hora H mudou. Então, o pré-sal vai ser diferente? Não. Vai mudar também.

E, por fim, como multiplicar os efeitos dessa receita na economia? Esse é todo o segredo dos países, como o Tadeu mencionou, que tiveram sucesso em consolidar o setor de petróleo, que acharam a mina de ouro e não comeram o ouro. Não jogaram fora o ouro. Usaram o ouro para conquistar mais ouro. Para formar gente, para exportar tecnologia, como a Noruega fez, por exemplo. Então, "Ah, o modelo norueguês é ótimo". O modelo norueguês já é o nosso. Já é o nosso modelo, o modelo norueguês. A nuance do modelo norueguês de ter uma estatal com... É uma nuance do modelo. O modelo é o mesmo, senhores. É o mesmo modelo. Nós estudamos o modelo norueguês de cima a abaixo, e hoje eu posso dizer: "Nós estamos no modelo norueguês já". Não tem novidade. Nós temos... Lá se chama licença, aqui chama concessão. É a única diferença. Paga *royalty*, tem estatal, uma estatal eficiente, com participação privada, com movimentação de fundos e investidores privados, entram como sócios, e tal e tal. Só que eles chegaram num momento de maturidade da bacia, que nós não chegamos ainda, em que eles tiveram que criar outros... Aprimorar o modelo. Não é outro modelo. É o mesmo modelo aprimorado. Nós agora temos um advento novo, que é o nosso pré-sal. Então, temos que aprimorar o nosso modelo. Mas o modelo é o mesmo. Não tem que mudar o modelo. Lembrem-se, o modelo se difere de receber dinheiro ou receber em óleo. Só. O resto é do filigrana do modelo, detalhamento do modelo. Por último... Pode passar

. O que eu ando propondo aí, que é o seguinte: a meu ver – eu escrevo lá no Globo e tal, já escrevi isso, alguns já devem ter lido – três coisas podem ser feitas imediatamente e só. Uma: enviar um projeto de lei ao Congresso Nacional, modificando a faixa de aplicação legal do *royalty*, atualmente entre cinco e 10. Atenção. É apenas a autorização legal.

Hoje, a única coisa que empaca a flexibilidade do regime de concessões é que na época nós fomos forçados a colocar, na lei, a limitação entre 5 e 10%, para que o Governo definisse, a cada bloco, quanto *royalty* vai ser aplicado. E esse percentual, hoje, diante do pré-sal e diante do preço do petróleo, se verifica efetivamente desatualizado.

Então, nós teríamos que ter uma autorização legal, um artigo só na lei, se botar mais um, encrenca no Congresso. Só esse. Porque esse todo mundo quer. Quem é que não quer ter mais *royalty*? Não vai ter ninguém votando contra. Agora, se botar um artiguinho dizendo que tem uma estatal, não sei o que, um emprego mais aqui e ali, pronto, complica. Eu não sou experiente nisso, vocês são mais do que eu, mas eu acho que é assim.

Então, a meu ver a lei é... De um artigo só, atualmente em 5, 10%, passando para 0 a 25%. Autorizando, na verdade, o regime regulatório do petróleo brasileiro a oscilar, em *royalties,* de 0 a 25%. Explico porque o zero. Porque já que... O famoso já que. Já que já vamos fazer uma lei para isso, vamos ajudar os campos marginais terrestres nossos do Espírito Santo, Senador Camata, do meu Estado, o Rio Grande do Norte, que por vezes se tornam inviáveis até com o *royalty* mínimo de 5%. Não hoje, com preço a essas alturas. Mas alguns projetinhos... Tem campo, gente, que produz dois barris/dia, que é para o fazendeiro continuar produzindo, entregar a produção e ganhar lá um trocado a mais. Esse campo paga 5% de *royalty*? Pelo amor de Deus. Então, esses campos, para não fechar, Prefeito, gente, vamos baixar isso para zero, que a lei permite, não vai mais *royalty* nenhum, mas pelo menos o cara está lá, bombeando aquela última produção. São os chamados poços estripadores, os *stripper wells*, os que tiram a última gota, o último naco de petróleo, que existe num campo terrestre, normalmente, nesse caso.

Então, pra explicar só o zero aí pra não parecer que... E os 25, obviamente, seriam aplicável para as áreas de grande potencial produtivo e risco geológico minimizado, como alega-se ser, também não se sabe direito, que seria o do pré-sal.

Segunda coisa. Não sei por que virou um, de novo. Mas é um, dois, três ali. Constituir, por empresa estatal ou rubrica financeira, um fundo de investimento para gerações futuras, que será alimentado pelos incrementos da receita governamental, aqui citado. O que estava antes deixa como está ou vamos discutir como estávamos discutindo, antes do pré-sal aparecer. Os senhores vão lembrar que, antes do pré-sal aparecer, já havia constituições sobre redirecionamento de *royalties*. Há uma dezena de projetos de lei do Senado aí tramitando, tanto no Senado quanto na Câmara, com redirecionamentos de receita do *royalty*.

Muito bem. Isso é uma discussão que eu reputo deveria estar separada do pré-sal. Isolada do pré-sal. Isso aqui que nós estamos falando, de fundo de geração futura, ou se quiser chamar de estatal do investimento, o que for, deve ser aplicado sobre as receitas que advierem do incremento de receita, principalmente daquela parte de cima ali, que aumenta muito, e da parte de baixo, que eu vou mencionar agora, que é o seguinte: nenhuma necessidade de alterar o modelo regulatório na sua base. Alterar o perfil de aplicação da participação especial. Aquela que é sobre o lucro. Isso já foi proposto diretamente aí. Combinando alteração por decreto presidencial, que é necessária, com resoluções da ANP. Mudando lá os níveis de aplicação da participação especial. De forma a incrementar seus percentuais de aplicação e também privilegiar o critério de rentabilidade dos campos, em detrimento do de produtividade. Hoje é o invertido. Hoje nós temos produtividade na equação matemática lá, produtividade entra antes.

Então, nós temos campos às vezes pouco... Menos produtivos, mas altamente rentáveis, mais uma vez em terra, por exemplo, em terra, que não pagam PE. Então, isso é uma coisa que também pode ser vista, aproveitando a coisa, o processo todo.

Acabou? A meu ver, acabou. Bom, mas e o pré-sal? O pré-sal deixa como está. Deixa a PETROBRAS operar com os sócios, ver o que é aquilo, analisa e ano que vem vamos conversar sobre o pré-sal. Licitação... Aí disse assim: "Ah tá, e se eu quiser mais pré-sal?" Faça uma licitação de pré-sal. Só de pré-sal. Ponha o critério técnico o mais alto do mundo, as qualificações mais altas do mundo. PETROBRAS e mais um ou dois vão poder chegar. Porque você não quer arriscar o pré-sal. Ponha bônus. Ponha *royalty* alto, ponha participação especial alta, e coloca à disposição do mercado. Essa é a proposta. Rodada específica de pré-sal.

Como tivemos aí recentemente uma rodada específica de gás. Podemos fazer uma rodada específica de Amazônia, selva. Rodadas de terra, hoje a 10ª rodada parece que vai ser só de terra. É isso. O bonito do regime de *royalties* e concessões – para terminar, o último slide – é isso. É que ele é totalmente flexível. Totalmente soberano. Totalmente transparente. E se

ele for alterado para alguma coisa um pouco afastada disso, além de pegar mal, não vai funcionar.

Finalmente, eu não consigo ler agora, mas eu escrevi uma coisa bonitinha aí, na verdade é a minha visão de nacionalismo. Eu sou nacionalista. sou mais nacionalista do que qualquer um. Sou, inclusive, bairrista, potiguar adotado. Defendo o Estado do Rio Grande do Norte com unhas e dentes. Defendo o Governador, defendo o Estado.

Acho que nacionalismo é sabem estar para nós. Não é necessariamente subir em cima das coisas, dominar, controlar e depois não ter dinheiro para alterar. Ou guardar para sabe-se lá quando. É calculo direito as coisas, é planejar o futuro das pessoas, e é ter modelo regulatório, satisfatório, que reverta em renda multiplicada, permeada, fragmentada, capilarizada pela economia nacional. Não concentrada no Estado. Receber 100% da produção de óleo. Fazer o que com isso? Nós não somos a Arábia Saudita. Nós precisamos do óleo para as refinarias. A PETROBRAS sabe o que fazer com o óleo. As empresas de petróleo sabem o que fazer com o óleo. German sabe o que fazer com o óleo. Não sabe? Poxa. A [ininteligível] hoje está lá batalhando, tirando óleo onde parece que não tem. Está lá. Eles sabem o que faz. Quando tem óleo, a gente sabe o que fazer. O mundo do petróleo sabe se virar com o óleo. E o Governo tem que se virar com dinheiro. É dinheiro que o Governo precisa.

Então, para que vou fazer um sistema transverso, onde vou receber em óleo, para poder vender, para apurar de novo dinheiro. Eu apuro logo dinheiro na origem. Não é?

Então, é uma opção estratégica do Brasil, as opções estratégicas estão postas sobre a mesa. Eu acho que a gente deveria ir, no entanto, com pouco mais de calma nesse debate, um pouco mais de suavidade, porque há muitas incógnitas, como eu coloquei ali, ainda por serem definidas, e qualquer decisão bombástica, intempestiva, que nós tomemos, pode custar o futuro das gerações e pode custar a receita, a qual nós estamos todos atrás.

Eu agradeço mais uma vez, desculpe tomar um pouco mais de tempo do que o necessário. Eu acho que tomei um pouquinho do tempo do German, que foi mais leve, mas muito obrigado a todos, viu?

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Agora, o próximo orador. Nosso debatedor. Eu convido o Sr. João Victor Campos.

SR. JOÃO VICTOR CAMPOS: Bom dia a todos. Meus cumprimentos ao Presidente da eventualidade, Senador Gim Argello, os companheiros da Mesa também.

Queria dizer aqui o seguinte: que eu represento a AEPET, Associação de Engenheiros da PETROBRAS, e uma sociedade civil sem fins lucrativos, mas que já existe há quarenta e poucos anos e defende também, como falou o Prates aqui, o nacionalismo, em princípio.

Eu havia entendido que eu dispunha inicialmente de 15 minutos. Mas de repente recebemos lá no Rio, um comunicado de que só seriam cinco minutos. Então, eu tive que refazer um outro... Condicionar em cinco minutos o nosso pronunciamento aqui. Mas trouxe, principalmente para o Senado, uma cópia de toda a palestra, que é longa demais, e aproveitei para trazer, mas tem aspectos interessantes nessa palestra, que eu deixei já cópia já com o Senado, e que tem, por exemplo, fala-se de pré-sal, mas o que é o pré-sal realmente, não é? Como é que ele foi construído? Como é que a natureza formou, formatou? Nessa palestra, se alguém estiver interessado, depois a gente pode discorrer, pedindo que... Outro slide que está na outra palestra.

Então, condicionado dentro desses cinco minutos, eu vou passar a ler o consenso da Diretoria da AEPET, em relação ao tema atual do pré-sal.

A AEPET, Associação de Engenheiros da PETROBRAS, convidada, comparece a esta Audiência Pública do Senado Federal e aproveita para manifestar a sua apreensão, tendo em vista os acontecimentos que ora se desenrolam no País e suas implicações para o futuro da nação, após a descoberta da província petrolífera do pré-sal.

Somos do parecer que o monopólio estatal, socialmente controlado, pode ser muito benéfico para a sociedade. O monopólio e oligopólio privado podem não aceitar serem socialmente controlados e assim será sempre danoso para a sociedade.

As alternativas que existem no caso do setor de petróleo, principalmente em águas profundas, é o oligopólio privado, estrangeiro, ou o monopólio estatal nacional.

A competição perfeita é um conceito teórico que muitas vezes não ocorre no mundo real. Por exemplo, nos leilões da ANP, ninguém pode garantir que as empresas estrangeiras não estejam fazendo acordo entre si, antes de apresentarem suas ofertas.

Por tudo isso, o melhor para a sociedade brasileira é ter, no setor de petróleo, o monopólio estatal, sendo a PETROBRAS a executora deste monopólio. Eu lembro, quer dizer, a PETROBRAS levou 44 anos sob a égide do monopólio estatal e se ouve muito bem. 400 campos foram descobertos nesse período. E somente uma descoberta estrangeira, que foi o Campo de Merluza, no litoral paulista, pela PECTEN.

A exigüidade de tempo – foi o que ocorreu comigo – não permite a abordagem de cada tema controverso, que são muitos. E assim nos cingiremos a três teses principais, que julgamos fundamentais. Outro slide.

Tese um. Os blocos do pré-sal, ainda não concedidos, deverão ser entregues sem licitação à PETROBRAS, após reformulação da Lei 9.478/97. A melhor maneira de se conseguir transformar a riqueza do pré-sal em benefícios, para a atual e as próximas gerações de brasileiros, é utilizar a PETROBRAS como seu agente executor. Como monopólio estatal, socialmente controlado, pode ser muito benéfico para a sociedade.

O monopólio ou oligopólio privado, por não aceitar ser socialmente controlado, será sempre danoso para a sociedade. No caso do setor de petróleo, principalmente em águas profundas, as alternativas existentes são: O oligopólio privado estrangeiro ou o monopólio estatal nacional. O fato da produção do setor não estar nas mãos do Estado, torna impossível a ação geopolítica. O melhor para a sociedade brasileira é ter, no setor de petróleo, o monopólio estatal, sendo a PETROBRAS a executora desse petróleo. Próximo.

Tese um. Continuação. Segundo a imprensa, o Governo estaria analisando a possibilidade de criar uma empresa 100% pertencente à União, que seria a PETROSAL, para ela receber todos os blocos ainda não concedidos na área do pré-sal sem licitação. Como ela não possuía investidores privados, como acionistas, não haveria o pagamento de dividendos para agentes privados. Falou-se também que essas empresas... Que esta empresa, contrataria, através de concorrências pelo menor preço, a PETROBRAS ou empresas petrolíferas estrangeiras, para explorar e produzir petróleo nos diversos blocos.

O Economista Joseph Schumpeter, é um austríaco, considerado uma das maiores autoridades da economia, do século passado, foi um dos primeiros críticos do uso generalizado de concorrências pelo menor preço. Ele dizia que a melhor forma de se transformar uma empresa em obsoleta, é obrigá-la a obter toda sua receita, através de contratos ganhos, em concorrências pelo menor preço.

No momento da concorrência, os gastos com pesquisa, desenvolvimento, inovação, são cortados. E no médio prazo, se acontecer sempre dessa forma, a empresa ficará com o seu nível tecnológico estacionado na época em que ela participou da primeira concorrência. Próximo.

Concorrência pelo menor preço é válido para se escolher uma empresa que vai administrar uma rodovia, atividade que não requer grande conhecimento tecnológico. Me perdoem os estradeiros que estiverem por aí.

No entanto, para vencer os desafios constantes, como é o caso do pré-sal, não se pode contratar uma empresa que não tem recursos para desenvolver tecnologia. Entretanto, se for possível a PETROSAL contratar só a PETROBRAS, sem concorrência, pelo preço necessário para esta última poder continuar crescendo, o modelo estaria correto, mas esta alternativa não foi nem ventilada.

A PETROBRAS tem 60% das suas ações em mãos privadas, estando cerca de 40% desta no exterior, graças à decisão do Governo Fernando Henrique Cardoso. Mas a PETROBRAS paga de dividendos para os acionistas 25% do seu lucro, ou seja, a quantia entregue aos acionistas privados é 0,60... São 15% do lucro. A União deve buscar recomprar as ações da empresa, que estão no exterior, pois este fato restringe a sua liberdade de ação. Próximo.

Tese dois. Os blocos do pré-sal, entregues à PETROBRAS, não devem estar subornados à lógica da pressa da exploração e produção de petróleo, embutida na Lei 9.478/97. A Lei 9.478 precisa ser reformulada também para não se exigir da PETROBRAS, no pré-sal, a mesma pressa que é exigida de uma empresa em qualquer área do País.

O objetivo existente na pressa constante da lei é proibir quem quer comprar um bloco para usá-lo como reserva de valor, trazendo a especulação para a atividade petrolífera. Então, para restringir esta prática decidiu-se por estipular prazos apertados e rígidos para as atividades petrolíferas. Contudo, se esta pressa for aplicada no pré-sal, vai significar somente a obrigação da PETROBRAS em aceitar parceiros, para conseguir investir, mas infelizmente dividindo o petróleo produzido.

A PETROBRAS é uma empresa séria, voltada para os interesses da sociedade brasileira, então, não tem porque existir a pressa mencionada.

Tese três. O aumento da participação especial, sem existir mudança na Lei 9.478, é inviável, e significa a perda de oportunidade histórica. A idéia de aumentar a participação especial por decreto presidencial, o que seria possível, e não alterando em nada a Lei 9.478, é completamente conveniente para o País, pois os usos de recursos de arrecadação estão na Lei 9.478, que não seriam mudados. Assim, tendo a arrecadação crescido muito, devido ao aumento da alíquota e aumento de produção, ela iria para municípios, estados, etc.

É necessário mudar-se a lei, no mínimo, neste ponto, para que seja possível redirecionar-se o dinheiro para outros usos. Caso contrário, não poderemos investir em educação, no combate à fome, na criação do fundo soberano, etc. Mas a lei precisa ser

mudada também pelo que foi expresso nos dois itens anteriores.

Eu gostaria que passasse o último slide, antes dessas figuras. Mais um. Mais um. Nós trazemos aqui como contribuição para esse evento, além do que já foi dito, uma proposta da AEPET, que vou ler agora.

"Os meios de comunicação têm anunciado, com estardalhaço informações as mais variadas possíveis, acerca das reservas de petróleo do pré-sal. Variam de 40 bilhões de barris de óleo, equivalente recuperável, a 340 bilhões – Isso está em tudo quanto é jornal aí – Em conseqüência, diversas entidades e até o Governo têm manifestado intenção também das mais variadas formas do aproveitamento dessa riqueza. Uma recente, por exemplo, publicada no jornal Estado de São Paulo, no dia 23 passado, de setembro, dá conta de que a Comissão interministerial, que prepara projeto para ser encaminhado ao Congresso Nacional, visando definir as regras para a exploração do petróleo, localizado nos campos do pré-sal, sugere a emissão de títulos, com lastro nas reservas. Praticamente isso significa hipotecar o pré-sal sem saber o valor dessas reservas e sem se dar conta que podem ocorrer situações adversas".

Aqui eu chamo atenção rapidamente, que o que o Jorge(sic) Tadeu apresentou, que também muita coisa ele ia apresentar, que o nosso reservatório do pré-sal, bicarbonato, os microbiolitos podem representar uma situação de... Acho que o aumento dessa reserva, do petróleo, e que pode ainda apresentar problemas. E também seria uma situação adversa, o que eu quero dizer.

Agora, de autoria do nosso associado, Professor Ido Luís Sauer, que é ex-Diretor da Área de Gás e Energia da PETROBRAS, propomos que o Governo contrate a PETROBRAS, para apropriar as reservas do pré-sal, usando para tanto, quantas perfurações se fizerem necessárias, dentro da área de 160 mil quilômetros quadrados, que é aquela de área de 800 por 200, já delimitada pela PETROBRAS, na porção marítima que defronta os Estados de Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

Esta, caso aceite, implicaria na imediata suspensão dos leilões da ANP e não viria afetar o abastecimento público, por quanto as nossas reservas atuais, em torno de 13 bilhões, entre variação de 11,5 até 14,5 – 13 bilhões – nos garante uma sobrevida de pelo menos 15 anos. E a isto ainda virá se ajuntar a produção dos campos recentes descobertos do pré-sal, como é o caso de Tupi, previsto para entrar em produção em 2010.

[soa a campainha].

Não vemos empecilho algum, uma vez que o custo de uma perfuração pioneira, no pré-sal, tende a se estabilizar em torno de 60 milhões de dólares, não constituindo grande problema. Pois o custo para cem poços, por exemplo, ficaria em seis bilhões de dólares. Que até ela mesma poderia se autofinanciar ou contar também com a participação do BNDES.

Primeira figura, por favor. Essa aí. Aqui o Tadeu já explicou grande parte, apenas queria lembrar o seguinte: aqui mostra a evolução tectônica, estratigráfica, quer dizer, tectônica é construção e estratigráfica é a disposição das camadas, como é elas se apresentam, se nós fizéssemos um corte perpendicular. Então, aí estão as idades em que ocorreram as principais... Desculpa, aqui.

Eu vou encurtar, porque na minha palestra original eu explicava como é que se formou, o que é um *rift*, como é que se formou isso aqui, para o pessoal entender. Porque aqui, nessa altura do jogo, estão a merecer que se compreenda pouco mais da geologia, para compreender melhor. De qualquer maneira, vou pular isso agora e vou entrar já diretamente no que nos interessa.

Nessa fase aqui é a fase de golfo. Eu quero dizer que a abertura se deu da seguinte maneira: a separação se deu de sul para norte, por distensão. E aqui ela ficou presa na altura de Pernambuco, Alagoas aqui, continuou ligada ao Continente Africano. E depois da separação aqui, foi por transcorrência. Então, a gente distingue dois tipos de arquitetura de estrutura da costa brasileira: uma por distensão e outra por transcorrência, na margem equatorial.

O que eu quero dizer com isso é o seguinte: durante essa fase aqui de abertura, formou-se inicialmente o que a gente chama de golfo primitivo ou protogolfo(F)(F), no qual foram depositados muitos sedimentos ricos em matéria orgânica. Isso é importante entender porque todo o nosso óleo vem daí.

Se tivessem me dado a oportunidade de ter preparado a minha palestra como eu deveria, explicaria que essa movimentação, essa separação se dá por meio de forças subjacentes, como grandes correntes de convecção, no interior da terra, que movimentam essas grandes placas, que são os continentes, não é? Então, a abertura é lenta.

Então, esse aqui e a estenosfera também se aproxima mais da superfície aqui, ao longo desse *rift* aqui. Chama-se *rift*. *Rift* nada mais é do que uma fissura crustal, causada por esforços distencionais. Aproveito para chamar atenção também que as maiores estruturas do mundo, que contém petróleo no mundo são causadas por forças compressionais. Nós não temos anticlinais ou estruturas compressivas, no Brasil, de

vulto, capaz de gerar grande quantidade de petróleo. Nós só temos esse tipo de... Nós formamos uma margem passiva, de distensão.

Então, este protogolfo(F) aqui, ou golfo primitivo, com a aproximação da estenosfera da superfície, por subsidência termal, cedeu mais um pouco, o mar penetra, penetrou, e cobriu toda essa região com uma espessa camada de sal, que é proveniente não só do clima mais árido como também do aquecimento debaixo para cima. Isso aí eu poderia mostrar com mais detalhe, para quem quiser, mais tarde, se quiser.

Então, na realidade o que nos interessa aqui é o seguinte: isso aqui ficou preservado, desta maneira, esse sal aqui preservou os sedimentos continentais dessa fase aqui. Essa fase aqui já é a fase de mar aberto, depois que houve a ligação do sul com o Atlântico Sul com o Atlântico Norte, abriu aí. Mas nós não temos... Aqui poderia se falar em gerador do troniano(F), que é um dos maiores no mundo, junto com o [ininteligível]. Mas nós temos evidência aqui que acho que só em dois campos, que é o Peroá e o Canguá no Espírito Santo, que a gente pode relevar isso aqui. Então, o nosso forte é isso aqui mesmo.

Agora... A outra, por favor. Para nós, no momento, só interessa essas duas aqui. Outra figura, por favor. Aqui, para justificar também, o pré-sal e essa... A definição da área. Isto aqui é uma reconstrução do Atlântico Sul, 10 milhões de anos depois daquela que eu mostrei, daquela plataforma de sal todinha aqui. Você veja que 10 milhões de anos modificou-se muito. Essa linha vermelha aqui, de um lado e do outro, é onde o continente encontra a placa oceânica. Então, isso aqui ficaria sendo como o fundo do oceano aqui, e aqui mostrando o afastamento. Aqui você vê o afastamento aqui no norte, aqui, é de um centímetro variando mais quatro milímetros por ano. O afastamento aqui no sul já é bem maior, 4,8 centímetros, variando de 0,5 centímetros por ano. Agora se você multiplicar isso por... Algumas centenas de milhões de anos, vocês vão ter essa diferença, por exemplo, hoje em dia entre Dakar e Recife, de cinco mil quilômetros.

Então, nós consideramos também que essa... Você vê que modificou bastante. Nós tínhamos um tapete de sal que é daqui até lá embaixo. E hoje já 10 milhões de anos depois, com a separação, ele ficou cingido a essa área de cá, na costa brasileira, e aqui, nessa área de cá, na costa africana.

Então... Quer passar a outra, por favor? Essa aqui foi a área delimitada pela PETROBRAS. A área que eu falei de 160 mil quilômetros quadrados.

Ora, a PETROBRAS dispõe de um notável acervo de informações aqui resultantes do levantamento de sísmica 3D e 2D. E eu quero chamar atenção que isto aqui pela PETROBRAS atualmente é muito concordante com aquela figura que eu mostrei de 110 milhões de anos atrás. Isso é importante entender. Por que eu estou chamando atenção disso? Eu quero dar suporte à nossa proposta, da necessidade que a gente tem que definir, apropriar a reserva do pré-sal, antes de pensar fazer qualquer coisa. Porque senão nós estamos jogando com uma coisa, até emitir títulos, baseados nos laços do pré-sal, isso não... Nós não achamos muito sensato isso.

Então, nós achamos que deveria ser apropriada, pela PETROBRAS, por ela mesma, toda essa área aqui, antes de tomar qualquer atitude. Saber quanto nós temos de reserva de pré-sal aqui, levantada até pelo colega aqui, Prates.

Bem, eu termino aqui. Se alguém tiver alguma pergunta a fazer, tudo bem. Eu tinha na outra palestra que eu trouxe, ia mostrar para vocês o que é pré-sal, o que é pós-sal e o que é sub sal. Que parece que está tendo uma... Mas acho que... Eu preparei para isso, para cinco minutos [risos]. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Só para registrar, Dr. João, o senhor falou durante 15 minutos e foi bem colocado.

Eu convido nesse minuto e agradeço ao senhor. Convido nesse momento, para fazer uso da palavra, o Dr. Aloísio Nóbrega, Superintendente de Tecnologia da Organização Nacional da Indústria do Petróleo.

SR. ALOÍSIO NÓBREGA: Bom dia a todos. Sr. Presidente, muito obrigado pelo convite à ONIP, dando oportunidade de passar aqui uma visão da indústria de fornecedores de bens de serviços na questão do desafio de tecnologias para o pré-sal.

Bom, essa figura agora já está mais do que exposta, mas eu queria dar uma visão que o pré-sal é imenso, mas os senhores observem que ele se aproxima muito no Estado do Espírito Santo, o que significa que o desafio tecnológico do pré-sal, ele é variável. Ele é muito mais fácil lá, onde o pré-sal se aproxima da costa, do que no pólo do pré-sal na Bacia de Santos. Portanto, eu acho que a primeira questão para a indústria é a segmentação de tecnologias para o pré-sal. A indústria precisa acompanhar o que a PETROBRAS vai demandar, e nós estamos aguardando ansiosos o plano estratégico para o pré-sal, que eu acho que não saiu ainda porque certamente ele está sendo redimensionado, frente à dificuldade de captação de recursos, porque o pré-sal é intensivo em recursos financeiros.

Então, hoje seria muito mais lógicos e do fácil para o difícil do que do difícil para o fácil. Ou seja, é melhor começar o pré-sal, lá no Estado do Espírito Santo, aliás, como já começou. Então, o desafio de ter novas tecnologias para o pré-sal, no Estado costeiro

do Espírito Santo, é praticamente zero, tanto é que tem um poço produzindo, que foi ligado a uma instalação já existente, que produz um campo acima do pré-sal.

Portanto, o desafio, ele não é só tecnológico. Ele é em primeiro lugar um desafio de recursos para fazer. Recursos financeiros. O segundo ponto é a questão da infra-estrutura existente. Onde tem infra-estrutura abundante é na Bacia de campos. Então, eu diria que muito mais fácil para a PETROBRAS e para a indústria, que já está preparada e já forneceu para a Bacia de Campos, é... Vamos apropriar as reservas que estão por baixo do pré-sal, na Bacia de Campos. Vamos perfurar mais ali, sem querer colocar de lado o grande desafio, que é o pré-sal do chamado pólo da Bacia de Santos que, sim, onde se pode ver no mapa, é um desafio de logística imenso, é muito longe, e vai demandar recursos para construir toda essa infra-estrutura de plataformas, que é zero, e também da própria logística, que é muito difícil.

Hoje um vôo de helicóptero para trocar tripulação nas sondas, que estão no pré-sal da Bacia de Santos, está trocando tripulação por combustível. Ou seja, um helicóptero que pode levar 11 pessoas está levando cinco porque tem que levar muito mais combustível para poder alcançar 340, 300 quilômetros da costa. Portanto, há toda sorte de desafios para o desenvolvimento do pré-sal.

Também aproveito que o Carlos Tadeu colocou aqui, em termos de grandes inovações, as duas grandes inovações, que o Brasil precisava, já estão feitas, que foi a descoberta, através dos geólogos de como mapear e interpretar o pré-sal. Então, isso é um grande alívio. Essa riqueza está sendo apropriada a partir dessa inovação, dessa capacidade, que a PETROBRAS possui, já.

E a segunda, para não deixar os engenheiros de fora, é a capacidade de perfurar, de uma forma segura e com custos mais baixos, essa enorme profundidade, atravessando, no caso da Bacia de Santos, dois quilômetros de espessura de sal, que é uma rocha que tem um comportamento perigoso para perfuração. Portanto, o que a gente precisa analisar é como que a indústria, instalada no Brasil, de bens e serviços, precisa se preparar, do ponto de vista tecnológico, para atender ao desafio da PETROBRAS.

E queria me aproveitar de um estudo recente, que o PROMINP efetuou... Próximo. Vamos passando. Próximo. Isso tudo são informações já colocadas pelo Carlos Tadeu, não vou repassar. Próximo. Mais um. Bom, aqui, isso já ficou claro pra todos, que é a grande oportunidade para o Brasil, e o grande desafio, então, está no pólo mais distante, que é o da Bacia de Santos. Próximo.

O pré-sal, em primeiro lugar, ele é intensivo em investimentos, conforme eu coloquei aqui. Então, o primeiro desafio é o recurso e isso agora vai alterar, acredito, profundamente os planos da PETROBRAS de como entrar a fundo no pré-sal.

Com relação à competitividade da indústria nacional que vai fornecer esse estudo, que foi efetuado pelo Instituto de Economia da UFRJ, ele analisou o segmento associado de fornecedores e bens e serviços, usando aqueles dois critérios. Critérios internos à empresa e critérios estruturais externos, o que define competitividade.

Próximo. Então, existem setores fornecedores, principalmente na parte de bens, que estão muito bem estabelecidos no Brasil. São considerados competitivos e preparados para fornecer, frente aos fornecedores estrangeiros, que são esses que estão listados aí. Por exemplo, geradores e motores elétricos, eu diria que a WEG não precisa de ajuda de ninguém. Pelo contrário, os concorrentes estrangeiros é que precisam ser ajudados para alcançar o que a WEG já faz.

Aqui, nesse elenco, estão grandes empresas brasileiras e multinacionais estabelecidas no Brasil, que em primeira... Numa primeira visão não precisam de grande apoio, que seja do Governo, seja de recursos oriundos do *royalty* para incrementar e crescer tecnologicamente.

Já no próximo slide, nós temos os setores que foram classificados de média competitividade. Esses, sim, precisam de ajuda, e... Porque na hora que se inicia um empreendimento, a empresa de engenharia, o epecista, que a PETROBRAS vai contratar, é ela que vai às compras. E ela irá às compras da forma mais rentável para ela. E esses fornecedores brasileiros, eles estarão então sujeitos, eles não são muito competitivos com a indústria internacional. Portanto, é preciso se preparar um plano, aproveitando a escala – o pré-sal tem uma escala gigantesca de encomendas – para que esses setores sejam promovidos – o slide anterior. Essa é uma primeira... A proposta que a gente lança aqui que... Aproveitando o trabalho que o PROMINP já vem fazendo, mas que se vá adiante, que não se fique em diagnóstico. Nós somos muito bons de diagnóstico, mas precisamos de ação.

E esses fornecimentos de compressores, principalmente turbina a gás, hoje não existem como indústria nacional. Portanto, a escala de encomendas recomendaria uma política de tentar atrair para o Brasil, porque sair do zero, esses são itens muito complexos, em termos de tecnologia, para atrair empresas estrangeiras a se estabelecerem aqui, como já foi feito com outros segmentos.

Bom, em seguida são alguns slides que eu não vou me deter, porque é um trabalho que a PETROBRAS já tem e já divulgou ao mercado do que ela pretende fazer, em termos de desafios tecnológicos, o pré-sal, e isso não nos preocupa, porque a PETROBRAS tem um recurso, tem a capacidade de gestão e vai fazer de um jeito ou de outro.

Bom, então vamos falar do ponto de vista da indústria. Onde a indústria poderia procurar apoio, e o apoio começa com dinheiro, para se capacitar nessa questão de inovação e tecnologia. Na lei do petróleo existem duas fontes. Recursos retirados do *royalty*, nesse fundo chamado CT-PETRO, e recursos oriundos da participação especial, onde os operadores têm que usar esse recurso necessariamente em desenvolvimento tecnológico.

Portanto, o recurso que a indústria poderia ousar pedir, ele já existe. Vejam os recolhimentos anuais, em termos de *royalties,* que foram para o tesouro, e que lá os volumes que estariam disponíveis para uso em desenvolvimento tecnológico. Comparem o azul com o quase amarelo ali, e vocês observem que o recurso existe, mas a utilização é baixíssima. Ou seja, aquele conhecido fosso entre universidade, centros de tecnologia e a pequena e a média empresa brasileira, mais uma vez. Isso é uma fotografia, não estou dizendo se está certo ou errado, mas é o registro. O recurso existe, mas é muito pouco usado. E a nossa proposta básica aqui seria reverter essa situação até para atender a pequena, média empresa, embarcar na onda e surfar a onda do pré-sal.

Com relação à receita... Ali não é receita bruta, é receita líquida, que a concessionária, no caso, no Brasil, a PETROBRAS, vejam que eles teriam que ter aplicado 2.3 bilhões de reais, ao longo dos anos, em desenvolvimento tecnológico, a Shell um pouquinho, a Repsol muito menos, e o recurso também está farto, porque se observarmos o próximo slide, a utilização não alcança, nem de perto, o que deveria ter sido aplicado.

Então, do ponto de vista dos operadores, é também a questão do recurso não é problema. Talvez esse... Como o colega aqui disse, a lei do petróleo foi calibrada para um petróleo de no máximo 30 dólares, e como o petróleo passou muito disso significa que os volumes destinados também são, talvez, excessivos. Mas, em tese, de acordo com a lei em vigor eles estão aí altamente disponíveis.

Diante disso, queríamos propor um conjunto de diretrizes, que eu acho que não vale a pena detalhar aqui, mas que são diretrizes gerais, e algumas diretrizes, que eu gostaria de chamar atenção, mais específicas em relação à tecnologia, que a competitividade não é só questão de tecnologia. Então, necessitamos de diretrizes gerais.

Algumas diretrizes, tentando mirar naquele fundo CT-PETRO, que está muito disponível, mas hoje pouco utilizado. Se vocês analisarem a carteira de projetos, que já foi aprovada para o CT-PETRO, que é administrado pela FINEP, vocês vão observar que os projetos que estão lá nada têm a ver com o pré-sal. Na realidade são projetos induzidos pela PETROBRAS, de uma carteira de tecnologia totalmente secundária. Então, nós precisamos reverter isso. Esse dinheiro hoje tem que ir para uma carteira de projetos de prioridade, uma carteira do pré-sal.

E a questão, então, se resume a isso. Como fazer o apoio à pequena e média empresa, seja de bens, seja de serviços, e diante dos recursos que estão aí disponíveis. Precisamos um plano de mobilização para isso. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito obrigado, Dr. Aloísio. Vou abrir as inscrições. Faço já a primeira pergunta, com o assunto que o Dr. Carlos Tadeu colocou sobre investimentos que a PETROBRAS está fazendo, justamente em equipamentos que eu vi, o senhor fez referência ao Rio Grande, uma fábrica de plataformas que a PETROBRAS está construindo em Rio Grande, preparada para construir já as 10 primeiras plataformas de fazer a exploração em alto-mar. Então, gostaria que o senhor falasse um pouquinho mais sobre isso, Dr. Carlos Tadeu.

SR. CARLOS TADEU DA COSTA FRAGA: Bom, como eu havia mencionado, a PETROBRAS tomou a decisão, já faz aí mais de um ano, da construção de uma estrutura que possa viabilizar mais uma alternativa de construção de meios navais no Brasil. Nós temos uma grande demanda por plataformas, navios, barcos de apoio, a indústria naval está bastante aquecida, e a PETROBRAS adotou a estratégia de incentivar a criação de mais uma infra-estrutura no Rio Grande. Não é a única, mas essa que foi mencionada. Essa estrutura de grande porte vai permitir a construção com grande propriedade de navios e plataformas de dimensões compatíveis aí com os desafios do pré-sal.

Os trabalhos já estão em estágio bastante avançado, e já foi tomada também a decisão, pela PETROBRAS, de construir as primeiras plataformas para aquela chamada fase 1A do pré-sal, utilizando um projeto padronizado, customizado para as características do pré-sal, utilizando exatamente essa infra-estrutura. A vantagem da existência dessa infra-estrutura e da adoção desse projeto padronizado é que, primeiro, vai ser possível a construção em série, com uma curva de aprendizado associada à construção em série. Cer-

tamente o tempo e o custo da segunda unidade será menor do que da primeira. O da terceira será menor do que da segunda.

Enfim, isso é um objetivo importante a ser perseguido e o tempo de construção também será um tempo reduzido, comparativamente ao tempo que seria demandado com o uso das demais instalações existentes no Brasil. É grande investimento, com benefícios enormes aí para a indústria de construção naval, para a PETROBRAS e para a sociedade, com uma aplicação imediata, já na fase 1A do pré-sal.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito obrigado Dr. Carlos. Muito obrigado. Passo a palavra, para fazer perguntas aos nossos debatedores, o nobre Senador, representando o Estado do Espírito Santo, o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, com a permissão de V. Exª., representando o Estado, que é o segundo depósito de petróleo medido no Brasil, hoje, depois da Bacia de Campos.

Mas eu queria apenas dizer que foi uma de... Representou essa palestra aqui, estou acompanhando desde o início, as palestras, um curso de pós-graduação – pena que não podemos aproveitar todos nós que estávamos aqui – foi muito importante. E dele eu já estou com a sugestão do Jean-Paul, preparando um projeto de lei, com a permissão dele, mas citando a origem, para já colocar em circulação algumas dessas idéias que eu ouvi aqui.

Eu vou começar dizendo, e vou ser bem rápido, primeiro dizendo o seguinte: que a... E é necessário que se coloque nisso, nesse momento, aqui no Senado, a capacidade técnica da PETROBRAS, os conhecimentos geológicos para furar, para fazer, para tirar, para inovar, não é igual à capacidade política da PETROBRAS para investir. Por exemplo, na época começaram os debates aqui, eu era já Senador, sobre o problema do gasoduto da Bolívia. Eu disse várias vezes: "Estamos arranjando o canal do Panamá, vai ser um pepino esse gasoduto, vamos investir esse dinheiro no Brasil, que nós temos gás para tirar". Por interesses políticos, matriz energética da América Latina, fizeram esse investimento errado. Errado. Agora, ninguém é responsável. Joga fora 30 bilhões de dólares, 10 bilhões de dólares. Ninguém é chamado aqui. Por que que o senhor na época...

Eu me lembro o investimento na Bolívia, o investimento agora no Equador, queriam mudar o nome da PETROBRAS. Mudaram. Era PETROMAX. Nós que nessa Comissão chamamos os diretores aqui, criamos um rolo, ameaçamos até crime de responsabilidade, eles queriam mudar o nome e foram para o Equador. Quem foi que mandou, quem foi que decidiu isso tem que ser responsabilizado. Olha o que está acontecendo lá. Prenderam executivos brasileiros de uma empresa, viram que é mole, agora tira, joga a PETROBRAS para fora, toma esses prejuízos... E o Brasil vai tomar.

Na Argentina eles proíbem um dia de vender o óleo diesel... Por exemplo, o German, que ele está no ar, está na terra, está no fundo do mar, por todo lado das atividades das empresas dele, ele não botou a cara lá na reta, não. Porque ele analisa, ele vê, não toma uma decisão política errada. Eu acho que nós temos que começar nessa Comissão e nesse Senado responsabilizar aqueles que levaram empresas brasileiras, principalmente empresas do povo brasileiro, a quebrar a cara nesses países que não têm estabilidade nenhuma. E o Tadeu citou aí, não, o Jean-Paul, estabilidade econômica e política. Nós precisamos ter aqui, para que as pessoas venham investir. Não, a PETROBRAS investe sem estabilidade econômica, sem estabilidade política, sem garantia nenhuma.

Então, fomos para o Equador e quebramos a cara. Estamos quebrando. Fomos para a Bolívia, quebramos a cara. Na Argentina, somos tratados assim... O Governo usa a PETROBRAS lá... Até proibiram a PETROBRAS agora comprar outra empresa americana lá. Quer dizer, são coisas assim impressionantes como é que nós agimos.

E eu disse na época, quando começou Itaipu eu já era Deputado Federal. Sou tão histórico quanto o Dr. João Victor Campos, que foi um dos primeiros a acreditar no petróleo do Espírito Santo, em São Mateus. Depois o Tadeu, não é? Que acreditou na bacia marítima do Espírito Santo. Oceanográfica. Do oceano. Pois bem. Eu era Deputado, na época, que chamei o Ministro, até por sugestão, na época do Ney Braga, que era Governador do Paraná, para dizer: "É um pepino que o Brasil vai arranjar. Nós só podemos fazer 20 quilômetros acima, uma central de energia elétrica como Itaipu, toda brasileira. Para que fazer aquilo lá com o Paraguai que não investi um centavo?" Mas diziam que era... Naquela época tinha a Doutrina de Segurança Nacional: "Nós precisamos aliar o Paraguai, porque a Argentina poderá um dia construir uma bomba atômica" e tinha uma "bobageada" toda, que hoje em dia nós somos grandes companheiros da Argentina, embora ela não seja grande companheira da gente, mas fizemos Itaipu. Está aí o problema do Lugo agora também nas costas do Brasil. Quer dizer, o que o Tio Sam era *go home*, agora é o Brasil que vai para casa. Volta. Qualquer ditadorzinho desse aí para fazer média na hora de uma eleição, ele prende quatro brasileiros, bota a empresa pra fora e ganha a eleição. Nessa primitiva América Latina ainda que nós estamos tendo que conviver com ela.

Mas precisava, nós precisamos responsabilizar. Quem foi que botou o dinheiro lá? Quem foi que na reunião da PETROBRAS internacional dizia jogar o dinheiro do Brasil na lata do lixo? Esses homens deviam ser chamados e deviam ser responsabilizados. Mas não são. Imagina numa empresa privada do Sr. German se alguém fizer isso e levá-lo à indução, está demitido no outro dia. A Sadia, por exemplo, já trocou os diretores porque estavam fazendo especulação financeira com dólar. Aconteceu um castigo. Mas nas empresas estatais não acontece nada.

Mas eu queria fazer uma pergunta ao Tadeu, por ouvir os dois modelos apresentados pelo Jean-Paul. Vocês lá na PETROBRAS... Aí eu vou observar uma outra mudança, assim, muito sutil que eu percebi. Logo no início a gente percebia no Governo e até o Presidente da República, pensando nessa nova empresa estatal. Depois, na ida, no primeiro dia da exploração do pré-sal, lá em Vitória – o Tadeu deve se lembrar disso – o Presidente já começou a levantar muito a PETROBRAS, com toda razão, e até chegou a dizer o seguinte: que a PETROBRAS é tão importante que o povo devia eleger o Presidente da PETROBRAS e o Presidente da PETROBRAS indicar o Presidente do Brasil, tão importante é a PETROBRAS para a nossa economia. Mas a gente percebe agora que parece que o Governo migra para um sentido de dar um reforço na PETROBRAS, num daqueles dois novos sistemas.

A minha pergunta para o Tadeu seria: O que a PETROBRAS pensa, o que vocês, técnicos da PETROBRAS, o corpo técnico, os engenheiros, os geólogos, lá dentro como é que vocês pensam desses dois modelos apresentados pelo Jean-Paul? A outra coisa: se vocês lá comentam, comentaram, nunca vi ninguém isso, se não está na hora de esticar um pouquinho o mar territorial, porque está ali na borda do mar territorial, daqui a pouco vem um cara lá... Hoje em dia estou sabendo que as sondas não descem mais na vertical, elas descem meio na horizontal, para aumentar, estender a área de abrangência da sucção, não é? Mas, então, se não está na hora já de primeira coisa, vamos dizer, dar mais uma reservazinha. São as perguntas que eu faço primeiro para o Tadeu, cumprimentando a todos pelas excelentes... Foi uma bela de uma palestra, muito interessante para nós todos e da qual eu já estou aqui preparando dois projetinhos de lei, que eu já vou encaixar ali, para ver, no futuro se discutir.

E outra coisa muito interessante, que foi dita aqui pelo Aloísio e pelo Jean-Paul, quando nós estávamos fazendo aqui no Brasil, German, você que é empresário, a lei de telecomunicações, eu fui no FCC americano. E chegou lá, conversando com os técnicos, eu disse: "Não façam lei. É uma tecnologia que está correndo. Você faz a lei, a lei vai engessar a tecnologia na frente". "Não, tem que ser uma lei, porque isso"... Fizemos uma lei. Sabe o que aconteceu? Veio o celular, veio televisão com não sei o que, veio o [ininteligível], veio o diabo a quatro. A lei de telecomunicações no Brasil é uma lei do tempo dos dinossauros, que não abrange nada, provoca briga judicial, diminui os investimentos na área. Se a gente tivesse feito só uma lei geral e depois o Presidente da República com um Decreto, uma portaria. Então, eu vou nessa sugestão também que a gente deve fazer uma lei e deixa o decreto, deixa a portaria. Porque aqui demora para passar uma lei.

Eu outro dia apresentei aqui um projeto de lei, propondo um plebiscito para dez assuntos. Dez assuntos que tramitam, que são importantes, e tramitam há mais de 20 anos no Congresso Nacional e o Congresso não decide. Por exemplo, pena de morte, prisão perpétua, aborto, serviço militar obrigatório, voto obrigatório. Dez assuntos. Tramitam há mais de 20 anos e o Congresso não decidiu. Como ele não decidiu, vão devolver para o povo decidir. Seria uma solução. Mas aí disse o Marco Maciel, que ele me apresentou a exposição de um sociólogo italiano, que disse o seguinte: "Ora, nós pagamos bem ao nosso representante. Nós damos privilégio para ele, nós damos passagem para eles irem a Roma e na hora de decidir um problema, eles devolvem para nós? Eles que decidam esses problemas". E não quis assinar a minha emenda do plebiscito.

Mas eu quero cumprimentar a todos e deixo essa pergunta. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito obrigado, Senador Gerson Camata, e o senhor como sempre brilhante no que o senhor coloca. E nesses dois projetos de lei a hora que o senhor tiver construído os dois, eu assino com o senhor.

Vamos passar, então, a palavra ao Representante da PETROBRAS, o Gerente Executivo do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da PETROBRAS, Dr. Carlos Tadeu.

SR. CARLOS TADEU DA COSTA FRAGA: Senador Camata, obrigado pela pergunta.

Impressionante a sua memória. Eu estive no Espírito Santo à frente das atividades de exploração e produção do sul e sudeste já fazem uns cinco, seis anos. E, enfim, eu tive a oportunidade de estar--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): [pronunciamento fora do microfone].

SR. CARLOS TADEU DA COSTA FRAGA: --à frente dos investimentos aí no pólo marítimo do Espírito Santo, no chamado Parque das Baleias.

Bom, eu tenho receio de frustrar um pouquinho a sua expectativa em relação às perguntas que o senhor fez. Eu vim muito bem preparado para responder

complexas questões associadas aos desafios tecnológicos do pré-sal, onde eu tenho conhecimento de causa, até mesmo por força do ofício e estou à frente das atividades que a PETROBRAS está desenvolvendo no assunto. O que eu posso lhe assegurar é que independentemente de modelo regulatório, a PETROBRAS fará o seu dever de casa no que diz respeito ao desenvolvimento das soluções tecnológicas e aplicação dessas soluções, em benefício da PETROBRAS e da sociedade brasileira.

A escolha do modelo regulatório é uma discussão da sociedade. Existe uma Comissão interministerial formada, na qual a PETROBRAS está representada e não poderia estar melhor representada. É o Presidente da PETROBRAS que está lá presente, enfim, levando a opinião da empresa e demonstrando os potenciais impactos que esses ajustes podem vir a trazer na empresa. O que eu posso falar por experiência na PETROBRAS é que o modelo regulatório atual, ele tem nos permitido desenvolver atividade com bastante sucesso, inclusive permitindo, onde necessário e conveniente para a empresa, contar com o apoio de importantes parceiros. É um modelo que traz uma série de salvaguardas para o investidor e não é a toa que ele foi aprovado na época em que houve a discussão.

Aperfeiçoamentos do modelo, sejam eles quais forem, são passíveis de discussão a qualquer momento, principalmente diante de fatos relevantes. Eu julgo que a discussão que está acontecendo no Brasil, ela é fundamentada. Tem um fato relevante, que é a descoberta de uma área com potencial enorme, tem o segundo fato relevante, que é a sustentação dos preços de petróleo, num patamar muito acima do patamar vigente, na época da aprovação do modelo, então, é natural que a sociedade tenha interesse em examinar potenciais aperfeiçoamentos.

Eu estou acompanhando, como cidadão, atentamente aí as discussões, como empregado da PETROBRAS também atentamente, porque a depender do modelo isso pode influenciar a estratégia da empresa, mas a opinião da empresa – isso foi discutido internamente com a profundidade necessária – está sendo manifestada pelo Presidente José Sérgio Gabrielli. Terei o maior prazer de responder qualquer pergunta sua relativa às complexidades tecnológicas do pré-sal.

No tocante ao mar territorial, bom, a tecnologia, ela evolui com rapidez, muitas vezes, enfim, superando a capacidade do legislador. Isso acontece em vários segmentos. A área de telecomunicações é um exemplo disso, a área de informática é um outro exemplo disso, a evolução tecnológica, enfim, nos torna obsoletos muito rapidamente. Na indústria de petróleo isso também é verdadeiro, a capacidade da PETROBRAS e da indústria como um todo, inclusive de obter, processar e disponibilizar imagens do subsolo é um exemplo dessa evolução. A forma através da qual se obtinham dados sísmicos, há 20 anos atrás, difere substancialmente da forma como hoje isso é feito.

Na perfuração também. Eu entrei na PETROBRAS há mais de 20 anos onde já era um grande desafio perfurar poços marítimos a 200 metros de lâmina d'água. A indústria hoje perfura três mil metros de lâmina d'água, poços que podem ter profundidade total de 10, 12 mil pés, 15 mil pés, cinco, seis mil metros. Existem tecnologias muito modernas utilizadas na perfuração que permitem que o poço tenha desvios, são os chamados poços direcionais. Recentemente saiu a notícia aí de um poço horizontal, ou seja, ele entra na vertical, tem um desvio e depois tem um grande trecho horizontal, perfurado na Rússia, com 12 quilômetros de extensão horizontal. Então, a tecnologia está evoluindo e já nos permite alcançar resultados dessa natureza.

A questão dos limites do mar territorial, a questão que está em discussão, a PETROBRAS, junto com o Ministério da Defesa, Ministério das Relações Exteriores, está avaliando os potenciais impactos dos atuais limites na área prospectiva aí do pré-sal, a Agência Nacional de Petróleo e Ministério de Minas e Energia também estão participando da discussão. Eu confesso que eu não tenho informações atualizadas do desdobramento da discussão, mas posso lhe assegurar que esse é um item já da agenda de discussão do Ministério de Minas e Energia.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito bem, Dr. Carlos. Eu quero dizer que foi um sucesso a nossa Audiência Pública, realmente foi uma aula sobre as novas tecnologias de exploração, foi totalmente atendida a nossa expectativa, a expectativa do Senado da República, e gostaríamos de aproveitar, nesse momento, agradecer a cada um dos senhores, e antes de encerrar aproveitarmos a presença aqui de um dos maiores empresários brasileiros, que como muito bem colocou o Senador Gerson Camata, está no ar, no mar, na terra, e gostaria que o Sr. German Efromovich falasse um pouquinho para gente do momento atual que o senhor está vendo, como é que o senhor está vendo isso dentro do mundo empresarial e, mais do que isso, essa crise que está chegando ao país hoje, que está chegando, dizem que está chegando todos os dias ao nosso país, como é que o senhor vê que o país está preparado para enfrentar? Porque é um tema muito atual, que todos os dias nós discutimos em todas as comissões. Então, vamos aproveitar um empresário da sua grandeza, na nossa Comissão também, se os demais me permitem, vamos escutar um pouquinho o senhor falando sobre o nosso mo-

mento atual, com as novas expectativas, como é que o senhor está vendo isso.

SR. GERMAN EFROMOVICH: Muito obrigado.

Bom, não sou cientista econômico nem vidente, mas obviamente que a experiência e a história nos mostrou que muitos desses cientistas econômicos, principalmente aqueles analistas, os PHDs que saem das grandes universidades, vão a bancos, são analistas e que muitos de nós vamos buscar o conselho para saber onde vamos investir. E a primeira pergunta: Não sei como a gente não se faz, se ele soubesse onde investir seria bilionário, não estaria dizendo pra gente. E parece aquela história que a gente vê todo fim do ano na televisão, não é? No Fantástico e tal. O fulano que vai atirar os búzios e dizer o que vai acontecer no ano que vem. No ano que vem aquilo já não aparece mais porque não deu certo. Arruma outro atirador de búzios porque nunca acerta. Parecia antigamente quando não tinha satélite, o homem do tempo. Nunca acertava. A gente fazia ao contrário.

Mas, de forma pragmática, o que a gente vê é o seguinte: o que aconteceu, de certa maneira, era muito simples e muita gente previu o que aconteceu. Se fizerem, na minha opinião, a lição de casa, esse limão pode ser convertido numa limonada, para quem produz. Ou seja, vamos ver aqueles filmes de caubói, onde o fulano ia lá, ia na casa bancária e o que ele fazia com o dinheiro? Ele depositava. O que significa depositar? Depositar significa guardar. Então, ele guardava o dinheiro lá, guardava do ladrão. Aí daí foi evoluindo, a humanidade foi evoluindo, e veio a revolução industrial. Então, aquelas casas bancárias se transformaram em instituições financeiras, e qual era a idéia? Pegar o dinheirinho dos depósitos que estavam guardado e de repente o cara até cobrava pela caixa forte lá, e usar aquele dinheiro com certos critérios, garantias, inclusive com regulamentação governamental, e emprestar para quê? Para estimular a produção. A economia real. E isso ativaria a economia. O que aconteceu? Com o tempo esses... Essas casas bancárias, essas instituições financeiras, em vez de financiar a produção, começaram a financiar a especulação. E aí virou uma bola de neve. Especulação, sem o alicerce embaixo, aconteceu que todos vimos o que aconteceu.

O que nós estamos presenciando esses dias? O Governo americano injetou 700 bilhões de... É dinheiro. 700 bilhões de dólares para tentar salvar isso aqui, e mesmo assim o que todo mundo esperava, no dia seguinte, as coisas pioraram em nível de credibilidade, as bolsas caindo, etc. Então, se isso não vier acompanhado – e eu espero que venha – por regras claras de maneira de disciplinar estes mercados e como vão ser operados, e evitar que seja investido na especulação ou que os executivos, em vez de estarem preocupados com o planejamento estratégico de longo prazo de uma empresa, estarem preocupados com o valor da ação no próximo trimestre, porque aí ele vai exercer a opção que ele tem e ganhar o bônus, se isso não mudar, vai ser uma catástrofe. Se isso mudar, eu acredito que entre três, seis, não sei se um pouquinho mais, um pouquinho menos, isto se acomode e voltaremos ao que realmente a economia precisa, o financiamento à produção, à geração de empregos... Então, para quem produz e para quem não especulou, se tiver o fôlego e a paciência de poder aguardar pelos próximos três, seis, sete meses, pode ser uma situação boa. Aliás, o [ininteligível] outro dia deu uma entrevista, falando mais ou menos isso, dizendo que um ciclo, uma vez a cada 60, 70 anos, tem que acontecer isso, e pode ser até salutar.

Senador, se o senhor me permite, até por justiça, eu quero só colocar alguma coisa. Sim, nós investimos também no Equador, sim, Senador, agora, existem problemas, sim--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): [pronunciamento fora do microfone].

SR. GERMAN EFROMOVICH: Não. Por isso mesmo. Ou seja, nós não podemos adivinhar, como investidor, uma mudança das regras do jogo. E eu gostaria de dar esse exemplo por duas coisas. Sim, empresas estatais, como a PETROBRAS, têm problemas políticos, mas são mais profundos que errar num investimento. Ou seja, ingerência do Estado. Se o senhor perguntar para o Presidente Gabrielli quanto ele está gastando para dar explicação sem fundamento para um TCU, o senhor vai ver que uma fortuna. O quanto a PETROBRAS gasta e demora em tomar uma decisão por estar encamisada e não poder atuar com os recursos técnicos e conhecimento que tem, em igualdade de condições com uma empresa privada, o senhor vai ver que uma fortuna. Então, eu diria que aí estão os maiores problemas talvez do que errar. Porque para errar basta decidir. Se não decidir nunca vai errar.

E aproveito o gancho também para um exemplo que a gente deve olhar, ou seja, eu acho que a gente tem que copiar os bons exemplos e o senhor acabou de mencionar a Colômbia. A Colômbia é um exemplo típico. O Presidente Uribe lá o que fez? Ele lhe dá estabilidade jurídica para o seu estabelecimento. O que significa isso? Que se amanhã muda o Governo e mudam as regras do jogo, o seu é garantido. O que ele fez naquele país nos últimos seis anos, quem olhar um país com 40 milhões de habitantes, há dois anos atrás, o PIB dele foi quase 7% no meio de uma guerra. Então, seria mais ou menos isso. Acho...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. GERMAN EFROMOVICH: Qual? A crise econômica? Ela já chegou. Ou seja, ninguém mais consegue mais hoje nada. Os financiamentos que nós tínhamos foi tudo cortado, ou seja, até dezembro não fazemos nada. Então, por isso eu disse: Quem não precisar de financiamento à produção, poder esperar até depois do carnaval – É sempre depois do carnaval, não é? – Até depois do carnaval e o hemisfério norte, ou seja, nosso Tio Sam e a comunidade européia fizerem, não só além de terem pagado a conta, que não é o suficiente, deixarem regras claras de como vai funcionar isso daqui para frente, não vai nos atingir. Caso contrário, como? Nós dependemos deles.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito bem. Agradecendo a todos aqui presentes, eu queria agradecer principalmente aos Senadores que participaram efetivamente dessa nossa Audiência Pública, aos senhores debatedores. Nosso muito obrigado, em nome da nossa Comissão. Obrigado. Obrigado Presidente Wellington Salgado.

Damos por encerrada mais uma Audiência Pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado da República. Muito obrigado.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2008.

Às dez horas e quatro minutos do dia quinze de outubro de dois mil e oito, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Gim Argello, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Renato Casagrande, Romeu Tuma, Virgínio de Carvalho, Antonio Carlos Júnior, Eduardo Azeredo, Cícero Lucena, Sérgio Zambiasi, Cristovam Buarque, Flávio Arns, Gerson Camata, Marco Maciel e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Augusto Botelho, Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Wellington Salgado de Oliveira, Gilvam Borges, Valter Pereira e Demóstenes Torres. Justifica ausência o Senador João Tenório. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Eventual Senador Gim Argello, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº. 256, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque que, “Cria Centros de Pesquisa e de Desenvolvimento da Educação nas Instituições Federais de Educação Superior.” O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o parecer favorável com a emenda nº 01 – CCT (Substitutivo), é aprovado. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº. 296, de 2008,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Gerson Camata, que “Obriga os estabelecimentos de locação de terminais de computadores a manterem cadastro de seus usuários”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o parecer favorável, é aprovado. **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº. 51, de 2008,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella que “Institui a Política Nacional de Abastecimento”. O relator designado é o Senador Gerson Camata e o parecer é favorável. É concedida vista ao Senador Eduardo Azeredo, pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. **Item 05: Projeto de Lei do Senado nº. 291, de 2008,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que “Altera o art. 36 e o § 3º do art. 45 da Lei n° 9.504, de 30 de setembro de 1997, para permitir a propaganda eleitoral pela Internet”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Virgínio de Carvalho e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. É concedida vista coletiva, pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. **Item 06: Requerimento nº 16 de 2008 – CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Valdir Raupp, Aloizio Mercadante e Eduardo Azeredo, que “Nos termos do art. 58, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal, audiência pública conjunta para esclarecimentos acerca da matéria veiculada no Jornal Folha de São Paulo, de 14 de setembro de 2008, intitulada “Sigilo telefônico é vendido a menos de R$ 1.000,00 no país”. Para tanto sugiro os nomes dos seguinte convidados: Presidente da ANATEL – Ronaldo Sardenberg; Presidente da TIM – Mário César Pereira de Araújo; Presidente da VIVO – Roberto Lima; Presidente da CLARO – João Cox; Presidente da OI – Luiz Eduardo Falco e Presidente da Brasil Telecom – Roberto Aroso Cardoso.” O requerimento é aprovado. **Item 07: Requerimento nº 17 de 2008 – CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que requer “..., nos termos constitucionais e regimentais, sejam formulados convites a Sua Excelência o Senhor Sérgio Machado Rezende, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia; o Senhor Jacob Palis, Presidente da Academia Brasileira de Ciência; e o Senhor Marco Antonio Raupp, Presidente da Sociedade Brasileira para

o Progresso da Ciência, para comparecerem perante esta Comissão, em 22 de outubro de 2008, por ocasião da Semana Nacional de C&T, para ouvi-los sobre a Evolução e Diversidade da Ciência, da Tecnologia e Inovação no País." O requerimento é aprovado. Fica adiada, em virtude da ausência do relator, a seguinte matéria da pauta: **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº. 203, de 2008.** Ficam adiadas, em virtude da falta de quorum para deliberação de matérias de caráter terminativo, as seguintes matérias: **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº. 27, de 2008 e Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 206, de 2008.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e vinte e oito minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira**, **Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – SENADOR GIM ARGELLO, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT

29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Bom dia a todos, havendo número regimental, declaro aberta 29ª reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura que se realiza nessa data, 15 de outubro de 2008.

Para darmos início aos trabalhos dessa reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores que concordam com os termos permaneçam como se encontram. Aprovada. A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Temos alguns requerimentos. O primeiro deles é de autoria do nobre Senador João Tenório: "Nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, e tendo sido designado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a participar da [ininteligível] Vigésima Assembléia da União Interparlamentar, a realizar-se em Genebra, Suíça, onde atuarei como Sub-Relator do Comitê de Desenvolvimento Sustentável, Finanças e Comércio, no período de 13 a 15 de outubro do ano em curso, comunico a minha ausência do país, no período de 13 a 18 de outubro do corrente ano".

Outrossim, nos termos do art. 55, inciso III, da Constituição Federal, e para os fins do disposto no art. 13 do Regimento Interno, requeiro: "Considerar como licença autorizada a minha ausência dos trabalhos da Casa, em todo o período citado, em virtude de compromissos no exterior, decorrentes da missão oficial. Brasília, 10 de outubro, Senador João Tenório".

Comunicação de ausência, também: "Sr. Secretário Diógenes, solicito a V. Sª levar em conhecimento que o Sr. Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira, a ausência do Sr. Senador Marconi Perillo, dos trabalhos dessa Comissão, no período de 10 a 15 de outubro de 2008, tendo em vista se encontrar em missão oficial, visitando o Parlamento Português, atendendo a convite recebido".

Vamos iniciar então a nossa Ordem do Dia, pelo Item nº 7. Peço ao nobre Senador Renato Casagrande, então, o Item nº 7. Senador Renato Casagrande, por favor.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Item nº 7, é um requerimento da minha autoria, convidando o Ministro Sergio Rezende, Ministro da Ciência e Tecnologia, o Sr. Jacob Palis, Presidente da Academia Brasileira de Ciência, o Sr. Senhor Marco Antonio Raupp, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, para que possamos discutir com eles "A Evolução e Diversidade da Ciência, da Tecnologia e Inovação no País", dentro da programação das comemorações, que todo ano se faz, da Semana da Ciência e Tecnologia, na visão da defesa e da difusão, do tema *Ciência e Tecnologia no nosso País*.

Eu acho que isso tem tido um resultado excepcional, nos últimos anos e convidarmos essas autoridades do Governo e da sociedade para que possam debater o tema aqui na Casa, para que a gente possa ir acompanhando o desenvolvimento do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, a visão que a sociedade tem. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência fez, agora, a sua reunião.

Então, eu acho que nós temos a necessidade da acompanharmos esse tema, por isso que eu fiz o requerimento, e peço o apoio e a aprovação dos senhores parlamentares com relação a este tema.

Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Votação por processo simbólico, os senadores que concordam permaneçam como estão. Está aprovado.

Peço ao nobre Senador Eduardo Azeredo que, por favor, como *ad hoc,* no Item nº 6.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se de requerimento assinado pelo Senador Aloizio Mercadante, e também subscrito por mim, nos termos do art. 58, da Constituição. Requer: "No âmbito da Comissão do Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, fiscalização e controle, da Comissão de Ciência e Tecnologia, do Senado, Audiência Pública conjunta, para esclarecimento acerca de matéria veiculada no jornal Folha de São Paulo, aos 14 de setembro de 2008, intitulada *Sigilo telefônico é vendido a menos de mil reais no País"*. Para tanto, são sugeridos os nomes dos seguintes convidados, Presidente da ANATEL, Ronaldo Sardenberg. Presidente da TIM, Mário César Pereira de Araújo, Presidente da VIVO, Roberto Lima, Presidente da CLARO, João Cox, Presidente da OI, Luiz Eduardo Falco e Presidente da BRASIL TELECOM, Roberto Aroso Cardoso.

Trata-se, realmente, de um assunto da maior gravidade, quer dizer, sigilo telefônico ser vendido por mil reais é um negócio complicado mesmo, dentro dessa época de denúncias de grampos, de quebra de sigilos, de rastreamento. Portanto, esse requerimento é oportuno, no sentido desse esclarecimento e, se for uma notícia que não tenha cabimento, que se fique esclarecido de uma vez por todas.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito bem, Senador Eduardo Azeredo, coloco em discussão. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Votação por processo simbólico, os Senadores que concordarem permaneçam como estão. Está aprovado então o requerimento do Item da pauta, de nº 6.

Peço, indico como relator... Podemos ir ao dois? Podemos. Por favor, Item nº 2. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Bom presidente, vamos lá ao dois. Esse é um projeto muito importante também e, muito oportuno, do Senador Gerson Camata. É um projeto até recente, apresentado recentemente, é o PL 296/08, ele obriga o estabelecimento de locação e terminais de computadores a manterem cadastro de seus usuários.

Ele, na verdade, essa legislação já existe em algumas cidades brasileiras. O Senador Gerson Camata está propondo que ela seja feita a nível nacional, e se encaixa dentro das atribuições dessa Comissão. E o projeto constitui medida adequada e oportuna ao combate aos crimes praticados por meio de computadores e redes digitais de informação. Os estabelecimentos de locação de computadores, comumente conhecidos como *cyber cafés* e *lan houses*, em sua grande maioria, não exigem identificação de seus clientes. Essa prática acaba por permitir que usuários da máfé, acorram a esses locais para, a partir do acesso a internet, praticar os mais variados crimes, sem que possam ser identificados.

De fato, os crimes praticados pela internet costumam deixar rastros. Em muitos casos é possível identificar o endereço de protocolo internet, *chamado endereço IP,* do terminal utilizado para o cometimento do delito. Com esse dado pode-se, inclusive, chegar até o computador efetivamente usado pelo criminoso. No entanto, todo esse esforço será infrutífero, se não for possível obter as identidades dos usuários, que tiveram acesso àquele computador.

De forma complementar, observa-se que a proposição, no tempo em que exige o cadastro, cuida de preservar a privacidade dos usuários desses estabelecimentos. Nesse mister, estabelece a guarda sigilosa dos dados, que só poderão ser fornecidos às autoridades competentes, mediante decisão judicial. Repetindo: Só poderão ser fornecidos mediante decisão judicial, no curso de investigação criminal ou instrução processual penal.

Configura-se, igualmente adequado, o sistema de sanções previsto no projeto, em que as multas são graduadas em uma escala de dez mil a cem mil, de acordo com a gravidade da infração. Ademais, pune com a cassação do alvará de funcionamento o estabelecimento que reincidir em seu descumprimento. Por derradeiro, a proposição contempla oportuna precaução consistente na *vacacio legis* de 120 dias, que concede prazo razoável a que os estabelecimentos atingidos pelas novas normas, a elas se adaptem. Diante do exposto o voto é pela aprovação.

Esse projeto vem, numa linha complementar, inclusive, àquele projeto maior, que nós aprovamos em julho, sobre os crimes cibernéticos. Esse, exatamente como eu coloquei no início, ele obriga os estabelecimentos de locação, as *lan houses* e os *cyber cafés* a cadastrarem os usuários. Todo mundo que chegar lá, tem que, pelo menos, se identificar, do ponto de vista das suas informações básicas: Nome completo, nº de documento de identidade, basicamente, é isso. E a identificação do terminal, data, hora, início e término de sua utilização. São só essas duas informações e a sua utilização só será liberada para investigação, se houver autorização judicial.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito bem, em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Votação por processo simbólico. Os senadores que concordarem permaneçam como estão. Está aprovado.

Passemos, então, ao Item nº 1, peço ao nobre Senador Romeu Tuma que, por favor, o Item nº 1.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Presidente, eu vou procurar fazer um resumo, que é a proposta do Senador Cristovam Buarque, hoje teve aprovação na Comissão de Direitos Humanos, da autorização para o Governo criar a Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente, estou certo Senador? E foi, por unanimidade, à votação.

Esse caso, também, tem que ser autorizativa, porque só compete ao Governo a criação de centro educacionais, que é a proposta do Senador Cristovam Buarque. Dentre as vantagens educacionais oriundas dos centros ressaltamos a do auxílio didático-científico aos professores, pedagogos, empresas, escolas e autoridades educacionais. Seu alcance é amplo e vai beneficiar crianças e adultos, preferencialmente na educação básica.

Então, eu queria chamar à atenção, hoje, que esse projeto... Nós temos que devolver a dignidade ao professor que, felizmente, V. Exª traz à pauta um projeto que diz diretamente ao ensino, e hoje é Dia do Professor. Então, eu peço a aprovação, que passa a ser com substitutivo de autorizativo para o Governo criar esses centros educacionais com toda a tese levantada pelo Senador Cristovam Buarque.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito bem, Senador Romeu Tuma, aproveitamos para parabenizar, também, os professores no seu dia do hoje, e coloco esse projeto em discussão, o projeto de autoria do Senado, PL 256/08.

Para discutir, o nobre Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, eu gostaria só de fazer pequenas ponderações em relação ao projeto porque... Por um lado é autorizativo, então, não cria a obrigação do Governo Federal criar esses centros de pesquisa em Instituições Federais de Ensino. A criação desses centros federais de pesquisa nas universidades federais, implicaria em criação de estrutura de cargos, de orçamento.

Então, particularmente, eu até teria dúvida se nós... Se estaria dentro da nossa área da competência, assim... Estabelecer despesas que venham a ser criadas. Mas eu tenho também a minha dúvida porque uma Universidade Federal, pela sua natureza, já tem a vertente da pesquisa, que é o ensino, pesquisa e extensão. Então, eu fico pensando como que um centro de pesquisa ficaria dentro uma estrutura que já tem na sua formação, na sua estrutura, na sua vocação... Ter a pesquisa.

Nós temos assim, centros extraordinários de pesquisa, apenas se nós olharmos na área da genética, vamos dizer, olharmos na USP, que é estadual, não é federal, não caso, mas lá na Federal, do Paraná, nós temos, assim... Cada universidade tem uma assim... Algumas iniciativas de pesquisa bastante fortes naquela entidade. Então, já é um centro de pesquisa, já está relacionado com a universidade. Já existe a Fundação de Apoio às universidades federais para, justamente, desburocratizar esse processo.

Então, eu tenho dúvidas, assim, em relação à aplicabilidade, dúvidas em relação à... Se nós temos essa competência para gerar estrutura, para gerar cargos, fazermos despesas que terão que ser feitas, enfim. Mas, de qualquer forma, eu acho que a iniciativa é importante, claro, o Senador Cristovam Buarque já foi Reitor, também, deve ter pensado nisso tudo. Não é terminativo nessa Comissão, vai para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o debate pode continuar lá na Comissão.

Então, nesse sentido, eu voto junto com o relatório do Senador Romeu Tuma, porém, fazendo essas ponderações para que a gente possa aprofundá-las na Comissão de Educação Cultura e Esporte, na seqüência.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Continua em discussão, o nobre Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O Senador Flávio Arns tem razão na sua preocupação, tanto que era nossa também e com consultoria, eu até tenho um texto aqui, eu não sei se poderia ajudar a responder a V. Exª. A medida proposta é inconveniente de criar obrigação de natureza técnica e administrativa e didático-científica, para instituições que, em sua maioria, já foram contempladas com a prerrogativa de autonomia nesses campos, nos termos do art. 207 da Constituição Federal. Assim, pareceria mais adequado, imprimir caráter autorizativo à medida proposta. Com isso, se contorna a um só tempo, o problema alusivo ao vício de iniciativa, e eventual argüição de imiscuidade indevida na atuação de entes autônomos.

V. Exª tem razão, por isso que nós fizemos o substitutivo e no próprio substitutivo não traz a obrigatoriedade. Se o Governo aceitar criá-los, as instituições de ensino a criá-los. Fica a conveniência, pela independência e autonomia universitária de criar, ou não, o centro. Eu não sei se isso ajuda a raciocinar, mas eu achei tão importante o projeto que, deixar a esfera, também, governamental, raciocinar a respeito do assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Continua em discussão. Os nobres senadores... Senador Cristovam Buarque, o autor, por favor. V. Exª está com a palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero tocar na posição do Senador Flávio Arns, se eu fui bem informado. De que não deveria ser em todas. É possível que as instituições federais de educação superior, são as universidades, então, nenhuma delas é pequenininha, nenhuma delas é pobre ao ponto de não criar. Além disso, o Centro pode ser, no começo, uma pessoa, duas pessoas. O importante é que haja, além da faculdade de educação, haja um centro, que procure trabalhar o desenvolvimento da educação, que instrumentos novos a educação vai ter?

Já se fala em educação cibernética colocando enxertos no cérebro, *chips* no cérebro, para a pessoa... Entra na sala da operação e sai falando inglês, ou sai sabendo matemática. Obviamente, ainda é ficção científica. Mas, todos os dias surgem métodos novos de ensino, que complementam o trabalho do professor. Mas as pessoas não refletem sobre isso e os que refletem são os da faculdade da educação, mas não são só esses, nós temos que envolver o pessoal da informática, para discutir educação.

E o nosso pessoal de informática, em geral, discute como fazer funcionar melhor o sistema de loteria, como funcionar melhor os bancos, como funcionar melhor os estoques das casas comerciais. Não pensam como melhorar a aprendizagem do aluno. É preciso envolver a área de saúde na educação, porque a saúde, especialmente, do ponto de vista do cérebro, tem muito a ver com a educação.

É preciso envolver os economistas na educação. Um centro desse... De desenvolvimento da educação, tem que ter economistas para que eles saibam que o retorno do investimento na educação existe, porque eles consideram que é custo apenas, eles não consideram que isso é um investimento com retorno, muitas vezes, mais altos do que qualquer empreendimento, dito econômico. Não percebem isso.

Então, a idéia é pôr um centro multidisciplinar, no qual pessoas de diversas áreas se encontrem para discutir como desenvolver a educação no Brasil. Essa é a idéia do projeto, que já existe em algumas unidades e que apenas estamos querendo empurrar para que as outras façam. A lei nem dá um prazo fixo, determinado e curto, para que isso aconteça, mas vai exigir que as instituições de ensino superior descubram um assunto que elas não descobriram ainda, chamado educação de base.

As universidades desprezam a educação de base, esquecendo inclusive uma tragédia. É que, se a educação de base é ruim, não vai ter universidades boas, pode ter uma, onde juntem todos os bons do Brasil ali, mas não vai ter 50 universidades boas, se a educação de base é ruim. O que puxa a universidade para baixo é o aluno ruim. Porque o aluno bom, ele expulsa os professores ruins, e o aluno ruim puxa o professor bom para baixo, que é o que está acontecendo hoje no Brasil.

Os alunos chegam na universidade sem uma formação básica e tendem a puxar para baixo os professores que querem exigir um pouco mais, porque eles não são capazes... Os alunos, de acompanhar. Daí a idéia e que, eu creio, que daria um grande salto na educação de base, ao longo tempo e, segundo, traria uma ética nova, uma área científica nova para que as universidades se dedicassem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito bem, continua em discussão. Nobre Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só gostaria, até para esclarecer melhor o argumento também que, na verdade, eu também sou sempre favorável, até como professor e homenageando também os professores, novamente, no dia de hoje e até nós discutimos isso na Comissão de Direitos Humanos, quer dizer, para melhorarmos a educação nós temos que valorizar o professor, na minha opinião, e, particularmente, na forma financeira, plano de carreira, salário, para que ele tenha os seus direitos humanos respeitados. E, com isso, possa fazer acontecer o maior direito humano para qualquer pessoa, que é a educação de qualidade.

Então, vamos dizer, neste projeto eu sou totalmente favorável ao desenvolvimento de pesquisa, de centros de pesquisa, de debates, de discussão, inclusive, eu sou professor lá da Universidade Federal do Paraná, do setor de educação, estou licenciado em função do mandato, mas é muito interessante a gente ver centros de pesquisa que já acontecem, inclusive, eu posso citar a própria Universidade Federal do Paraná, onde departamentos e setores trabalham em conjunto objetivando a educação.

Então, por exemplo, o departamento de lingüística, departamento de línguas, departamento de psicologia, vários departamentos do setor de educação, em que eles trabalham em conjunto, num esforço interdepartamental e inter setorial, entre setores diferentes da universidade, objetivando o processo educacional.

E isso a gente vê também em universidades estrangeiras, onde é comum que isso aconteça. Então, eu até olhando o substitutivo, que o Senador Romeu Tuma fez, e que teve... Ele relatou que teve essas preocupações todas de despesa, de estrutura. Eu acho, inclusive, que esse substitutivo, vamos dizer, formaliza alguma coisa que muitas universidades já vêm fazendo. Então, não há assim, necessariamente, não há obrigatoriedades, estão autorizados. Mas a própria autonomia universitária já permite que isso aconteça e como já

vem acontecendo, como eu relatei, na própria Universidade Federal do Paraná à qual eu pertenço.

Então, eu acho que, justamente, esse debate, essa discussão objetiva esclarecer, assim, aspectos... Para que fique todo o projeto mais claro para todos, todos nós que estamos votando.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, vamos ao processo de votação. A votação por processo simbólico. Os senadores que votarem *sim*, permaneçam como se encontram. Está aprovado, então, o Projeto de Lei 256/08, com o substitutivo apresentado pelo nobre Senador Romeu Tuma.

Nesse momento, eu peço ao nobre Senador Virginio de Carvalho que, por favor, faça o relato do Projeto de Lei, Item nº 5, da Ordem do Dia, Projeto de Lei de Senado 291/08, que altera o art. 36 e o § 3º, do art. 45 da Lei n° 9.504, de 30 de Setembro de 1997, para permitir a propaganda eleitoral pela internet.

Propaganda eleitoral pela internet. A autoria, nobre Senador Expedito Júnior. A relatoria seria feita pelo nosso Presidente Senador Wellington Salgado, mas ele pediu que V. Exª fizesse o relato.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Presidente, com licença.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Pois não.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas tem... Foi anexado a um projeto do Senador Expedito Júnior, também, no mesmo sentido, é isso? Porque é sobre a propaganda eleitoral pela internet.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): A autoria é do nobre Senador Expedito Júnior.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ah, ele é o relator?

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): O Senador Wellington Salgado é o relator. E agora eu estou pedindo para o nobre Senador Virginio de Carvalho, fazer como relator *ad hoc.*

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Desculpe.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Encontra-se sob exame, nesta Comissão, o Projeto de Lei nº 291/08, de autoria do Senador Expedito Júnior, que altera o dispositivo da Lei nº 9504 de 30 de setembro de 1997, para permitir a propaganda eleitoral pela internet.

A redação proposta para o art. 36 da mencionada lei, excepciona a internet das restrições temporais, ali impostas, à propaganda eleitoral. Nesse meio, a manifestação do pensamento, para fins eleitorais, é declarada livre a qualquer tempo, vedando-se o anonimato e o uso de métodos contrários à lei penal. Além disso, nova redação é proposta para o § 3º, do art. 45, da mesma lei, que excepciona o sítio da internet das restrições que pesam sobre as emissoras de rádio e televisão.

Segundo o autor, a aprovação do projeto resultaria, portanto, na liberdade de propaganda eleitoral pela internet, inclusive, fora dos períodos legalmente estipulados para a campanha. Na justificação, o autor remete-se às resoluções do Tribunal Superior Eleitoral, que regulam o uso da internet nas campanhas. No entendimento do Tribunal, a campanha pela internet pode ser feita apenas em página com essa finalidade exclusiva, a ser concedida ao fim da campanha. Considera, o autor, esse uso, por demais restritivo, causador de perda de potencial de educação democrática do cidadão, que a rede carrega.

A livre utilização da rede permitiria a circulação de informação e argumentos entre candidatos e eleitores, na forma *e-mails*, conversas *online*, *blogs* e *sites*. Uma vez apreciado, por esta Comissão, o projeto seguirá para a análise da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, à qual caberá a decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

A regra restritiva do uso da Internet, nas campanhas eleitorais, adotada pelo Tribunal Superior Eleitoral, desde 2004, fundamenta-se na preocupação em garantir condições igualitárias da competição a todos os candidatos. A livre utilização da rede poderia redundar em benefício daqueles candidatos capazes de atrair maior volume de contribuições para suas campanhas. Esses candidatos poderiam, em tese, multiplicar os pontos de divulgação de suas idéias na rede e abrir vantagens sobre os candidatos menos dotados de recursos para suas campanhas.

Para prevenir uma situação como essa, a internet é assimilada aos meios de comunicação de massa, impossibilitada, pela lei, de abrir na sua programação, espaço diferenciado para os diferentes candidatos. Cada candidato pode, nessa perspectiva, usar a rede por meio de uma única página, identificada preferencialmente pela terminação CAN, a ser cancelado quando do encerramento da campanha.

A preocupação da Justiça Eleitoral, embora justificada, subestima, a meu ver, dois processos que ocorrem às nossas vistas, com intensidade crescente. Primeiro, a diferenciação do interior da rede mundial de computadores. Em poucos anos, novos instrumentos de comunicação foram criados e aperfeiçoados. Instrumentos que multiplicaram as oportunidades de diálogo entre os candidatos e suas campanhas, de um lado; e os eleitores, de outro.

Além da página estática, no entanto, existem atualmente *blogs* e espaços de conversação em tempo real, que poderiam abrigar o conjunto das propostas do candidato, assim como, a contabilidade da sua campanha. Teríamos, em suma, simultaneamente, a discussão das idéias e a prestação de contas em tempo real aos eleitores. É inegável o potencial de ampliação da democracia que esses instrumentos ensejam.

Em segundo lugar, a redução acelerada dos custos de implantação e manutenção desses instrumentos. Hoje, é muito mais barato fazer campanha na internet, do que em 2004. E tanto hoje, quanto em 2004, a campanha pela internet é muito mais barata que a campanha tradicional. Nessa perspectiva, a internet relativiza o peso do poder econômico, a ampla liberdade de informação e a opinião pela rede para fins eleitorais, inclusive, fora dos limites legais do período de campanha. É garantia de eqüidade maior, não menor, nas condições de disputa eleitoral.

Cabe assinalar que o projeto tem o cuidado de manter a vedação ao uso na campanha eleitoral de outros serviços de valor adicionado, em face da sua potencial invasão da privacidade dos cidadãos. No entanto, ao modificar a redação do § 3º, do art. 45, da Lei 9504/97, com a finalidade de excepcionar a internet das restrições, ali estabelecidas, o projeto mantém uma imprecisão conceitual, contida no texto da lei, conforme a Lei nº 9472, também de 1997.

A lei geral de telecomunicações, a internet, não é uma rede, termo que se aplica à infra-estrutura física que permite a transmissão dos dados, mas um serviço de valor adicionado. Não procede, portanto, falar de redes destinadas à prestação de serviços de telecomunicação. Proponho, por conseguinte, a substituição da redação proposta para o § 3º, do art. 45, da Lei nº 9504, de 11 de 97, de maneira a adequá-la às definições estabelecidas na lei geral de telecomunicações.

Voto. Em razão do exposto, o parecer é favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 291/08, nos termos da seguinte emenda: Dê-se ao § 3º, do art. 45, da Lei 9504, de 30 de setembro de 1997, na forma do Projeto de Lei, nº 291/08, a seguinte redação: "§ 3º: As disposições deste artigo aplicam-se aos serviços de valor adicionado executados à internet".

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Agradeço ao nobre Senador Virginio de Carvalho e já informo que existem três inscritos para a discussão. Primeiro inscrito, nobre Senador Gerson Camata. Segundo inscrito, nobre Senador Eduardo Azeredo. E terceiro, nobre Senador Romeu Tuma. Com a palavra o nobre Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, muito obrigado. Eu vou ser rápido, mas esse projeto, ele enfatiza muito a necessidade da reforma política no Brasil. Se a gente olhar por dentro das comissões técnicas do Senado e da Câmara, há uma centena de projetos encurtando o tempo de campanha, regulamentando a propaganda na televisão, regulamentando a propaganda na internet, mudando os mandatos, coincidindo mandatos, proibindo reeleição, uma série... Significa que nós estamos percebendo, e a população junto com a gente, que há necessidade urgente de uma reforma... Partidos vendendo horário, a gente sabe disso, as legendas são alugadas.

Então, há necessidade de uma reforma política, e ela vai ter que ser feita, e acho que com uma certa rapidez, porque ela está atrasada dez anos, com um plebiscito para fazer Constituinte exclusiva, por iniciativa nossa, porque o Superior Tribunal Eleitoral já começou a fazer a reforma política. Já legislou sobre fidelidade partidária, daqui um pouco legisla sobre horário eleitoral, legisla sobre coligação, uma série de iniciativas que estão sendo tomadas pelo Judiciário, porque nós estamos falhando na iniciativa de se mudar a legislação.

A gente observa... Antigamente o horário eleitoral eram dois meses, naquela reforma política de 15 anos atrás, eu votei uma emenda passando para um mês, ficou 40 e pouco dias. Tinha que ser 15 dias. A idéia de que o povo brasileiro é um monte de *carcamano otário,* que não entende nada, tem que ficar dois meses falando para ele entender que vai ter uma eleição. Não é mais... Hoje as comunicações, a internet, a televisão, o jornal, a rádio... Eu acho que nós faríamos campanhas mais baratas se fossem 15 dias de televisão e, com isso, a corrupção diminuiria, porque muitos têm a tentação da corrupção, para custear a campanha depois.

Então, nós teríamos uma maneira de combater a corrupção, baixando o custo das campanhas e, também, fazendo com que a população não fique sendo bombardeada... Aliás, esses programas eleitorais, de péssimo gosto, que a única coisa que se aprende é xingar os outros, não é? Então, nós temos que fazer uma... Mexer nisso tudo.

Eu acho que um projeto bom como esse, como ele vai tramitar aqui e demora, a gente até aprovaria, mas depois teria que ser nomeada uma comissão aqui, que juntasse tudo isso, Sr. Presidente, e fizesse já o preparo de uma reforma política, que terá que ser feita rapidamente, não é? De que maneira, eu não sei, mas que nós já deixamos de fazer há muitos anos.

Eu queria então dizer que eu voto a favor do projeto, mas eu acho que tinha que ter uma comissão que juntasse todos esses projetos, e uma comissão trabalhando numa reforma política, que o Senado fez, e que

a Câmara parou com ela, que está lá já, há quatro ou cinco anos, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Obrigado Senador Gerson Camata, agora com a palavra o nobre Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Senadores, eu concordo com o Senador Gerson Camata e que essa questão da reforma política virou uma novela, é mais do que necessária, veja que nós temos aí, por exemplo, lá no caso da Câmara de Vereadores de Belo Horizonte, tem 41 vereadores, 21 partidos elegeram vereadores, 41, 21 partidos, isso significa... Imagina fazer uma reunião de líderes. Reunião de líderes é de 21. Então, não funciona. Quer dizer, então, isso mostra que a gente tem que buscar algumas alternativas sim.

Por outro lado, é sabido que os candidatos, hoje, fogem dos grandes partidos, por causa da questão do quociente eleitoral, porque no pequeno partido tem aquela crença de que todo mundo é igual, não tem ninguém de mais relevância, então aí a chance de eleição é maior. E acontece que... São distorções e, nesse caso específico, a internet é um instrumento fantástico de comunicação. Nós mesmos, hoje, quando lemos o jornal, na verdade, já sabemos a notícia pela internet, ou já ouvimos falar sobre ela. No jornal você lê o detalhamento, mas a internet é a primeira informação.

Agora, o que acontece é que, da forma que foi definido pelo TSE, ficou muito radical, porque só pode ter uma página, mas também não pode ser a casa de mãe Joana, digamos, assim usando um palavreado mais comum. Eu acho que nós vamos ter que buscar o bom senso aí, achar o meio termo, nem 8 e nem 80, como é um ditado que eu gosto muito. Quer dizer, a internet, lamentavelmente, virou o campo da baixaria. Todo mundo que quer agredir os outros, de maneira irresponsável, usa a internet.

Então, ser totalmente livre me parece que não deva ser, mas também, restrito como está, também não. De maneira que eu considero que nós devemos estudar um pouco mais esse projeto. Eu gostaria de pedir vista para que nós pudéssemos analisar mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito bem, fez o pedido de vista, mas assim mesmo eu gostaria de escutar a discussão do nobre Senador Romeu Tuma e, logo em seguida, Senador Cristovam Buarque. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, eu tive a liberdade de conversar com o Senador Eduardo Azeredo, que tem se aprofundado num estudo sobre o uso da internet, da informática, me parece que ele está se especializando nesse assunto e tem feito bons projetos nesse sentido. Por isso, que eu fui consultá-lo, porque aqui não fala nada em Tribunal Eleitoral nesse projeto, se há alguma restrição, e que espaço de restrição tem para poder adequar esse projeto.

É claro que eu tenho muito respeito pelo Presidente Wellington, e não gostaria de pedir vista, mas eu acho que se uma vista coletiva, V. Exª poderia conceder para que, realmente, se aprofundasse. Algumas secretarias... Secretários de liderança têm pedido uma procrastinação para discutir melhor e fala em propaganda eleitoral fora do período eleitoral, o que eu não sei se isto é, ou não, permitido. Eu acho que todos nós gostaríamos de fazer propaganda o dia inteiro. [risos]

Agora, nada impede de dar informações do seu trabalho dentro do Congresso, tudo isso. Isso não há impedimento, mas para campanha... Aqui é, objetivamente, campanha eleitoral, se não me engano, o que diz o projeto. Eu acho bom trazer uma discussão desse tipo de reforma. E, outro dia, aqui o Camata, o Senador Camata, meu ilustre Governador, o melhor Governador que eu vi lá no Espírito Santo... As coligações... V. Exª., eu vou dar um exemplo no nosso partido, por exemplo, apoiou o 45 e não pode... E o 45, que era do Geraldo, não aceitou coligação proporcional. Então, todo mundo trabalhou pelo 45. Então, a legenda fez 500, 600 mil e o PTB que estava ali, 9 mil de legenda.

Então, o outro elege 4 ou 5, e a luta pela eleição é pela metade do partido que não teve chance de ter voto de legenda. Então, há que haver um bom senso, quer dizer, se faz coligação, vale qualquer número que se votar da coligação para eleger o prefeito ou o governador e também vai servir para os vereadores. Então, esse mundo de partidos, eles se subdividem de uma forma assustadora que cerca de 50% não votou em vereador em São Paulo, o que é assustador, não é? É assustador, quer dizer, não conseguiu estimular a população, a saber que o vereador é importante nas decisões do Município.

Então, essa reforma é importante. Talvez a vista pedida, o senhor podia dar coletiva que, assim, todos poderiam estudar e colaborar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Agora eu vou colocar vistas coletivas, porque me pede o nobre Senador Romeu Tuma e vou passar a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque, que ele tem uma idéia maravilhosa da gente fazer um esforço concentrado, uma semana, duas semanas, um mês, para que a gente possa fazer essas matérias andarem, essas reformas. O senhor que falou, outro dia, num discurso sobre isso, lembra Senador Cristovam Buarque? Para a gente fazer um esforço concentrado aqui no Senado, no Congresso, até que a gente elimine isso, porque quem colocou muito bem, o Senador Gerson

Camata, e agora o Senador Romeu Tuma, são vários pontos de uma reforma, que precisam ser discutidos com intensidade. Mas só lembrando do seu discurso, eu passo a palavra a V. Exª, para que faça as considerações sobre esse projeto e suas opiniões.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Primeiro, eu quero dizer que esse esforço concentrado, eu defendo, não é nem para aprovar as leis, é para que a gente se conheça mais. Eu quero convidar mais senadores a vir à minha Casa, mas eles ficam só duas noites aqui, puxa [risos], não se consegue e eu não vou negar... E eu também.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas pode convidar que nós vamos.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E eu também. Eu fico duas, três, também, porque aí eu vou viajar pelo Brasil, fazendo a divulgação das minhas idéias. Eu acho que deveriam ficar um mês aqui, depois fica um mês nas bases, se for o caso, ou 15 dias... Mas isso é outra coisa. Eu quero falar do assunto.

Gente... Para mim, internet é correio, não tem diferença, um correio sem carteiro. Ninguém proíbe cartas, o TSE não proíbe uso de cartas, dentro ou fora do horário do período eleitoral. Quem quiser escrever carta pode. Então, quem tiver dinheiro para imprimir um milhão de cartas e pagar um milhão de postagem, pode. Agora... Quem, pela internet, fala com 50 mil, não pode? Não vai ter como impedir isso, é um processo...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu concordo em parte, ele é carta, ele é correio, mas ele é jornal também, a internet é jornal também.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sim, mais quem tem dinheiro...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Televisão, é jornal e televisão.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas quem tem dinheiro pode mandar um jornal pelo envelope selado. Não está proibido você fazer um jornal e mandar para os eleitores, ou não eleitores. Quem tiver dinheiro... Aliás, tem jornal... Deviam é proibir é que político, de fato, tivesse jornal e rádio. E a gente sabe que a gente não proíbe isso, embora possa até haver alguma restrição legal.

Então, se a pessoa é dono de jornal, não pode ser dono da internet para mandar algumas mensagens? E ninguém vai conseguir parar isso, essa é uma marcha que veio que ninguém pára. Lembre do caso da Cicarelli, daquela atriz que foi surpreendida, Cicarelli, ela tentou impedir... A lei manda impedir, mas não consegue, porque cada um é dono da emissão. Quem tem o computador é dono da emissão.

Pode-se dizer mais, e o poder econômico? Hoje, o poder econômico é muito mais no uso do correio do que no uso da internet, porque a internet você vai em qualquer *lan house,* dessas por aí, e você manda as suas mensagens. O que a gente tem que tomar cuidado é o problema da difamação, mas essa vai existir, qualquer que seja a lei, porque a difamação é anônima, ninguém consegue impedir. Só que não se impede a difamação anônima, mas se impede que um candidato se defenda da difamação, oficialmente, no seu *blog*. Hoje é proibido, porque é campanha eleitoral. Mas os anônimos fazerem, ou o próprio candidato usar um anônimo, para fazer difamação, pode.

Eu creio que a gente não vai conseguir impedir, mas eu acho positivo o pedido de vista, sempre é bom, para a gente refletir mais. Não é uma coisa de ultra urgência, não precisa de Medida Provisória para isso, nós vamos fazer a nossa pressa, já que gente critica quando o Presidente faz. Vamos refletir um pouco mais. O §... Eu acho que merece uma explicação melhor esse § 3º, merece uma explicação... Como é que a gente se protege, dar mais responsabilidade ao candidato que vai usar... Eu acho correto. Então, esse § 3º é o art. 45, eu acho que está complexo, eu não entendi direito.

Então, eu sou favorável ao pedido de vistas do Senador Eduardo Azeredo, mas não vai conseguir impedir o uso de internet em campanha. Então, é melhor legalizar a liberação disso, cobrando do responsável a seriedade, a verdade, e punindo o candidato que usar mentiras, difamação e imoralidade, mas não o instrumento. O instrumento, em si, ninguém segura. O que a gente tem que controlar é a punição para quem usar esse belo instrumento de uma forma negativa, pejorativa, maldosa. É uma questão de punir, como as regras já permitem, a maneira como se usa, mas não o uso, em si.

Eu acho que é democratizante o uso da internet em qualquer coisa, inclusive, campanha eleitoral.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Continua em discussão, nobre Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só para deixar bem claro. O pedido é exatamente para isso, é para gente poder discutir mais, eu estou querendo, exatamente, discutir mais os termos. Evidentemente, eu sou do segmento da tecnologia da informação desde 1972. Eu quero é a expansão do uso do computador, a inclusão digital. A internet é fundamental, reitero o que falei no início, quer dizer, precisamos utilizar sim, está bem colocado pelo Senador Cristovam Buarque, de que o candidato tem que poder usar a internet para

se defender, até quando é atacado, de maneira agressiva, por outros.

O que a gente está querendo é buscar realmente, assim, uma forma de redação que seja mais adequada, que não fique como está hoje. Hoje o que está prevalecendo? Está prevalecendo a decisão do TSE, só permite uma página do candidato, assim não é bom. Eu acho que é consenso que não é bom como está hoje definido pelo TSE. Agora... O TSE fez isso porque não tinha lei. Então vamos fazer lei. Mas vamos fazer uma lei bem discutida porque senão nós chegamos a excesso.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tem gente que usa o *blog* para ofender.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, sim, o *blog* é outra coisa que as pessoas aceitam, e tem gente que fala assim, o *blog* tem que ter identificação, coisa nenhuma... O *blog* aceita qualquer um. Você pode colocar qualquer coisa lá, que as pessoas, os *blogs* aceitam sim. Um outro ou pode...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Se me permite um aparte só Senador? E depois, também, nós temos que pensar no seguinte, que, seja por carta, por jornal ou por internet, ninguém pode dizer que é candidato e fazer propaganda eleitoral quando de fato não é. Quer dizer, a pessoa só vai ser candidato se o partido, na convenção do partido, disser que é candidato. Agora... Alguém dizer, não... Eu estou pensando em ser e tal... O que vocês acham o que vocês pensam? Aí é outra coisa. Mas fazer propaganda, como o projeto diz, vou fazer propaganda eleitoral fora do período eleitoral. É impossível, porque ele está fazendo propaganda de uma coisa que ele não é, não é verdade?

Quer dizer, como é que eu vou dizer... Não, eu estou fazendo propaganda para deputado, mas não sou candidato a deputado, porque eu só sou candidatado na hora que a convenção disser que eu sou candidato a deputado. Agora... Não, estou pensando, o que vocês pensam e tal... Eu estou querendo ouvir a opinião de vocês... Aí a gente podia fazer, aí não é propaganda, aí é uma outra coisa. Eu acho que a propaganda eleitoral, até colocar dessa maneira, me parece equivocada, porque não tem propaganda eleitoral quando a pessoa não é candidato [risos].

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): E veja bem, além de ser correio, aí está ok, as pessoas podem mandar carta dizendo isso: "Eu pretendo me candidatar na eleição futura". A internet também, além de correio, eu reitero, ela é rádio, ela é televisão. Aí você vai ter... Quem tem mais poder econômico, vai poder, exatamente, fazer uma televisão da internet, quer dizer, uma *WEB TV*. Então você vai ter, aí tem o *YouTube* já está lá. Então você vai começar a fazer seus discursos e colocar lá. Ah... Mas os deputados e senadores já podem fazer isso nas suas páginas, mas aí há uma prestação de contas do que as pessoas estão fazendo. Agora, você fazer uma campanha usando a internet na sua plenitude, aí é correio, é televisão, é rádio, é jornal, é tudo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Presidente, posso também fazer? Posso discutir também a matéria, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Continua a discussão o nobre Senador Casagrande. V. Exª está com a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Apesar de já ter sido pedido vista coletiva, mas acho que a matéria é instigante e sempre discute... Reforma política eleitoral todo mundo gosta de discutir, a gente só não gosta de decidir, porque a gente não consegue votar essas matérias aqui no Congresso [risos]. Se bem que o Senado já votou. O Senado já votou as matérias, a Câmara é que não conseguiu, até agora, votar.

Mas eu vou na linha aqui, já debatida pelos senadores, de que... Aqui, o projeto diz "a propaganda eleitoral", não é "a propaganda política partidária", a propaganda eleitoral. Então, na legislação eleitoral, tem um período de campanha, tem um período de campanha. Nem em jornal, nem em qualquer tipo de panfleto, em nada se pode fazer propaganda eleitoral, fora da época do período eleitoral.

Então, na minha avaliação, vamos analisar o projeto. Mas, a princípio, eu já me posiciono contra o projeto, mesmo me dando o direito de analisar, se for convencido, até os próximos dias. Mas, não tem candidato, não teve convenção, não teve registro de candidatura junto à Justiça Eleitoral. No correio você não pode fazer isso também, o Senador Cristovam Buarque disse que... Não, você não pode pegar um panfleto dia 20 de junho e mandar para um correligionário. Em abril você não pode mandar, só pode mandar a partir da ordem do registro, de 06 de julho, que você pode ter material.

Então, nem no correio pode, pode fazer a campanha de ouvido em ouvido, de pé de ouvido, de dizer que debateu, o partido está discutindo se um vai candidato majoritário pra governador, senador ou a deputado, mais isso é uma especulação que se faz. E, em internet, pode ser feito também. Então, eu acho que é isso mesmo, a internet hoje, com a convergência, a internet hoje não é só transmissão de dados de texto, a internet hoje, como disse o Senador Eduardo Azeredo, a internet hoje é tudo, é rádio, é televisão, a internet é tudo, a internet não é mais só receber dados escritos e transmitir para outros, é tudo.

Então, eu acho que a matéria... Nós já temos um sistema político eleitoral complexo. Se nós, por acaso, aprovássemos uma matéria dessa, nós tornaríamos ainda mais complexo o nosso sistema. Então, foi pedido vista, mas eu já, praticamente, manifesto a minha opinião com relação ao projeto. Obrigado Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Nós agradecemos ao Senador Renato Casagrande e continua em discussão. Então, está dado vistas coletivas então, ao Senador Eduardo Azeredo e demais senadores. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu vou conversar com o Senador Wellington, talvez seja bom até uma Audiência Pública mesmo, vamos discutir com ele, para ver o melhor caminho.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Está aí uma grande idéia da Audiência Pública, se o senhor quiser fazer um requerimento, se todos os senadores concordarem, vamos fazer a Audiência Pública, uma audiência porque... Então deixa o Senador Wellington chegar essa semana, está combinado, ele está aqui hoje à noite ainda.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Poderia convidar até um membro do Tribunal Superior Eleitoral para vir discutir a legislação. Porque eles têm as decisões. Amanhã a gente aprova aqui, eles negam qualquer possibilidade de dar prosseguimento, não é? [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito bem, então está dado vistas coletivas. Nesse momento passamos, então, ao Item nº 4, da Ordem do Dia. Item nº 4. Com a palavra, o nobre Senador Gerson Camata, porque o Item nº 4, trata do Projeto de Lei do Senado de nº 51/08.

Institui a Política Nacional de Abastecimento. A autoria é do nobre Senador Marcelo Crivella. Relatoria, nobre Senador Gerson Camata. Parecer favorável.

A matéria também será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional de Turismo, pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e, posteriormente, pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania e, aí sim, em decisão terminativa.

V. Exª está com a palavra.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Muito obrigado, Sr. Presidente. Trata-se de um projeto de autoria do Senador Marcelo Crivella que, aliás, estou vendo nos jornais, está de volta ao Senado hoje, mas está participando ainda do segundo turno, nas eleições do Rio de Janeiro, e ele cria uma política nacional de abastecimento, até de... Não só de gêneros de alimentos, mas também de água. O objetivo é criar um... Sistematizar estoques estratégicos e ações governamentais, em casos de carência alimentar.

O Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio sugeriu, inicialmente, me solicitou e é a terceira ou quarta vez que eu pedi para tirar de pauta o projeto, algumas emendas, alegando que a legislação atual já contempla tudo que está aqui no Projeto de Lei. São leis que estão esparsas, uma lá no IBAMA, sobre águas; outra Agência Nacional de Águas; a outra... Parte no Ministério da Agricultura. De modo que seria desnecessária a legislação.

Por causa disso, e o meu relatório, que é favorável, foi anterior à posição do Ministério, eu até solicitei ao Senador Azeredo, que solicitasse um pedido de vista, para esperar a chegada do Senador Marcelo Crivella, para que o senador pudesse ter um contato com o Ministro, e talvez ele mesmo introduzisse as emendas que o Ministério está sugerindo, para que projeto não fosse bombardeado e considerado rejeitado pela Comissão.

Então, é o relatório que eu faço. Peço o voto favorável, mas ao mesmo tempo, solicitei ao Senador Eduardo Azeredo que peça vista.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): [risos] Então, eu peço vista, Senador, ao Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Então, com o pedido de vista feito pelo Senador Eduardo Azeredo, tendo sido.... Nós cumprimos a pauta que foi determinada e, pelo quorum que nós tivemos, agradecer presença de todos. Pergunto à secretária se tem mais algum item, não. Já foi vencida toda a pauta. Agradeço aos Srs. Senadores pela presença... A todos, à imprensa... O nosso muito obrigado. Está encerrada mais uma Reunião Ordinária(sic) da Comissão de Ciência Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 10h59.

PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	**R$ 58,00**
Porte do Correio	**R$ 488,40**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	**R$ 546,40**

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	**R$ 116,00**
Porte do Correio	**R$ 976,80**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	**R$ 1.092,80**

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	**R$ 0,50**
Porte Avulso	**R$ 3,70**

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	**GESTÃO – 00001**

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no SITE: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru–simples.asp Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.**

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX–61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.
Contato internet: 3311-4107

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA–DF
CNPJ: 00.530.279/0005–49 CEP 70 165–900



EDIÇÃO DE HOJE: 820 PÁGINAS

(OS: 16330/2008)